



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Atas das Comissões Permanentes do Senado Federal
e suas Subcomissões**

ANO LXVII – SUP. “B” AO Nº 211 – SÁBADO, 22 DE DEZEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

VOLUME I

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Aníbal Diniz- (PT-AC) ^(8,9)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (P DT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55) Lídice da Mata (30,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,25) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (23) Lindbergh Farias (27) Ana Rita (28) Aníbal Diniz (26) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (30,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (29) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44) Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim (56,60,61) Benedito de Lira (57) Lídice da Mata (30,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Jayme Campos - DEM (24) Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (5,33) Lúcia Vânia (32) Mário Couto (34) Paulo Bauer (7,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (7,35) Flexa Ribeiro (5,33) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (24)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14 Líder Gim - PTB (56,60,61) Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim (56,60,61) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti (58,59) Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PPL - 1 João Costa		PSD - 2 Líder Marco Antônio Costa - PSD (53) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 54ª Reunião, Conjunta, realizada em 22 de novembro de 2012 00006

Ata da 55ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2012 00020

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2012 00045

Ata da 57ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de novembro de 2012 00049

Ata da 58ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de novembro de 2012 00072

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2012..... 00090

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2012..... 00121

Ata da 61ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 00139

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 00161

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 00176

1.1.1.1 – Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional

Ata da 6ª Reunião, realizada em 9 de agosto de 2011..... 00210

1.1.1.2 – Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal

Ata da 3ª Reunião, realizada em 15 de agosto de 2011..... 00227

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2012..... 00246

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 00271

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012..... 00303

Ata da 48ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 61ª Reunião da CE) **(Publicada no item 1.1.4)**

Ata da 49ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 33ª Reunião da CCT) **(Publicada no item 1.1.11)**

Ata da 50ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de dezembro de 2012..... 00318

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2012..... 00349

1.1.2.1 – Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Ata da 7ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2012..... 00363

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 48ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de dezembro de 2012..... 00371

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 56ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de novembro de 2012 (realizada em conjunto com a 57ª Reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 57ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de novembro de 2012 (realizada em conjunto com a 58ª Reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 58ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de dezembro de 2012..... 00410

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2012..... 00427

Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 00449

Ata da 61ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de dezembro de 2012..... 00458

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 47ª Reunião, Conjunta, realizada em 22 de novembro de 2012 (realizada em conjunto com a 54ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2012..... 00470

Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2012..... 00477

Ata da 50ª Reunião, Conjunta realizada em 5 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 48ª reunião da CCJ) (Publicada no item 1.1.3)	
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2012.....	00495
Ata da 52ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012.....	00510
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012.....	00520
Ata da 54ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 33ª Reunião da CCT) (Publicada no item 1.1.11)	
1.1.5.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016	
Ata da 12ª Reunião, realizada em 8 de junho de 2011.....	00521
1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2012	00528
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2012	00566
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2012	00604
Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2012	00640
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2012.....	00669
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2012	00701
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2012	00730
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2012	00732
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012	00741
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012	00760
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012	00775
Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2012	00803
Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2012	00826
Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2012	00853
Ata da 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2012	00883
Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2012	00902
Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012	00936
Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012.....	00957

Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2012.....	00989
Ata da 83ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2012.....	01022
Ata da 84ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 50ª Reunião da CAS) (Publicada no item 1.1.2)	
Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2012.....	01070

VOLUME II

1.1.6.1 – Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher

Ata da 1ª Reunião realizada em 8 de março de 2012.....	01103

1.1.6.2 – Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza

Ata da 1ª Reunião, realizada em 28 de fevereiro de 2012	01127

1.1.6.3 – Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso

Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2011.....	01130

1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2012.....	01135
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de outubro de 2012	01149
Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de novembro de 2012.....	01170
Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de novembro de 2012.....	01197
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012.....	01222
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2012.....	01226
Ata da 45ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2012.....	01255
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012.....	01278

1.1.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 36ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 48ª reunião da CCJ) (Publicada no item 1.1.3)	

1.1.8.1 – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil

Ata da 18ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2012	01289
Ata da 19ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 2012	01313
Ata da 20ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2012	01326
Ata da 21ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2012	01342

Ata da 22ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2012	01346	Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012.....	01372
Ata da 23ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2012	01347	Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2012.....	01388
1.1.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR		Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2012.....	01407
Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de novembro de 2012.....	01363	Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2012.....	01413
Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012.....	01365	Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2012.....	01420
Ata da 22ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 33ª Reunião da CCT) (Publicada no item 1.1.11)		Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2012	01446
1.1.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA		1.1.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012.....	01367	Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012.....	01458
		Ata da 33ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de dezembro de 2012.....	01471

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

SECRETARIA DE COMISSÕES

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES**

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

54ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2012, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DO SENADO FEDERAL.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO; de Finanças e Tributação – CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, no plenário 4, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil – referentes ao 1º semestre do exercício de 2012, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: – **Deputados:** Antônio Balhmann, titular da CDEIC/CD e suplente da CMO/CN; Cláudio Puty, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Joaquim Beltrão, Suplente da CMO/CN; Luiz Pitiman, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Osmar Serraglio, suplente da CMO/CN; Paulo Pimenta, titular

da CMO/CN; Vanderlei Siraque, titular da CFFC/CD e suplente da CMO/CN; Zeca Dirceu, titular da CMO/CN e da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; – **Senadores:** Eduardo Braga, titular da CAE/SF, Titular da CMA/SF; Jayme Campos, Titular da CAE/SF; Lindbergh Farias, titular da CAE/SF; Rodrigo Rollemberg, titular da CMA/SF. Teve a ausência justificada o Deputado João Dado, titular da CFT/CD. **ABERTURA:** às dez horas e vinte e seis minutos, o Presidente, Dep. Paulo Pimenta, iniciou a reunião, informando que se tratava de Audiência Pública conjunta, citou as Comissões participantes e convocou os integrantes da Mesa para tomarem seus lugares. Foram chamados o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados – Deputado Antônio Andrade, o 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados – Deputado Edson Santos e o expositor convidado, Dr. Alexandre Tombini – Presidente do Banco Central do Brasil. Em seguida, explicou os objetivos da reunião e passou a palavra ao convidado, Dr. Alexandre Antônio Tombini, o qual iniciou sua apresentação às 10h29. Ao final da apresentação, às 11h07, o Presidente colocou a palavra à disposição dos debatedores. Fizeram uso da palavra, na seguinte sequência, os Deputados Claudio Puty e Vanderlei Siraque e o Senador Lindbergh Farias – todos fizeram questões relativas à meta de superávit primário e intervenções econômicas por parte do governo. Após manifestação dos debatedores, o Presidente convidou o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal para compor a Mesa. Na sequência, passou a palavra ao expositor, Dr. Alexandre Tombini, para responder aos questionamentos feitos pelos debatedores. **ENCERRAMENTO:** feitas as devidas respostas, às 11h48, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, dos Presidentes de Comissão e demais parlamentares. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no *Diário do Senado Federal*. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. – Deputado **Paulo Pimenta**, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

CONJUNTA - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO/ CDEIC, CFFC, CFT, CAE-SF, CMA-SF		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1569/12	DATA: 22/11/2012
INÍCIO: 10h25min	TÉRMINO: 11h50min	DURAÇÃO: 25min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 26min	PÁGINAS: 29	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALEXANDRE TOMBINI - Presidente do Banco Central do Brasil.

SUMÁRIO: Avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetária, creditícia e cambial do Estado brasileiro, com ênfase no impacto e custo fiscal de suas operações, e dos resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao primeiro semestre do exercício de 2012.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve falha na gravação.

Reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em conjunto com as Comissões de Finanças e Tributação, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Fiscalização Financeira e Controle, e Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta)

– Senhoras e senhores, bom dia!

Declaro iniciada a 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2012, com a participação das Comissões de Finanças e Tributação; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Fiscalização Financeira e Controle; também, do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos; e a Comissão Mista de Planos e Orçamentos, a nossa Comissão.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial do Estado brasileiro, com ênfase nos impactos e custo fiscal de suas operações, e dos resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro semestre do exercício de 2012, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agradeço a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, que

já está aqui, na Mesa dos trabalhos, juntamente com o Diretor de Polícia Econômica, Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo.

Agradeço a presença dos senhores e senhoras da imprensa e também das assessorias, sempre presentes e atuantes aqui na nossa Comissão.

Quero comunicar a todos que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos, só podendo ser apartado desde que o permita.

Conforme o estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno no Senado, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas réplicas e tréplicas pelo prazo de 2 minutos.

A lista para o debate está aberta.

Registro a presença dos Parlamentares Cláudio Puty e Vanderlei Siraque.

Com a palavra, mais uma vez agradecendo pela presença, o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Tombini. Muito obrigado, Dr. Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito bom dia, Exmo. Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Cumprimento também os Deputados Cláudio Puty e Vanderlei Siraque, que se encontram nesta reunião no momento.

Exmos. Srs. Deputados, estou aqui na condição de Presidente do Banco Central do Brasil, conforme mencionado pelo Presidente da Comissão, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4 de maio de 2000, para discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, sobre o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao primeiro semestre do ano corrente, do ano de 2012.

Na minha apresentação, procurarei ficar dentro do tempo estabelecido. Eu espero falar de quatro itens, sendo o primeiro as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil; brevemente, falarei da nossa visão, a visão do Banco Central sobre o cenário econômico e financeiro internacional. Em seguida, passarei aos dois principais itens da apresentação: a evolução da economia, da atividade econômica, e, concluindo, a evolução da inflação e a nossa visão no Banco Central sobre a inflação.

O sumário executivo da minha apresentação, o resumo do que vou falar aqui nesta introdução, seria o seguinte.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiro, no que se refere ao resultado do Banco Central no primeiro semestre de 2012, ele foi positivo em 12 bilhões e 300 milhões de reais.

Em relação ao cenário internacional, a nossa visão é de que permanece um cenário complexo, com perspectiva de baixo crescimento nos próximos anos.

Em relação à atividade econômica no Brasil, o ritmo de atividade já está mais intenso, já no presente, neste semestre, segundo semestre de 2012, e esperamos também um ritmo intenso de atividade econômica no ano de 2013.

Quanto à inflação e trajetória de convergência ainda que sujeita a reversões, a nossa visão é de

uma inflação com convergência para meta de forma não linear.

Em relação às demonstrações, então, o resultado contábil, como mencionei no resumo, é positivo em 12,3 bilhões de reais no primeiro semestre de 2012. De acordo com a legislação aplicável, esse resultado do primeiro semestre é transferido, e foi transferido, ao Tesouro Nacional no mês de setembro deste ano.

Atualizando os dados, a posição até setembro, ou seja, a posição do terceiro trimestre do ano é de um resultado positivo do Banco Central de 2 bilhões e 900 milhões de reais, perfazendo um total, no ano, até setembro, de 15 bilhões e 200 milhões de reais, resultado positivo do Banco Central no período janeiro a setembro de 2012.

Aqui vemos um desdobramento desse resultado de 12,3 bilhões, um resultado positivo nas operações de mercado aberto, operações com taxas de juros de 22,6 bilhões aproximadamente, no primeiro semestre, com um custo na remuneração dos compulsórios da ordem de 14,3 bilhões de reais; o pagamento de juros junto ao Governo Federal, ou seja, a remuneração da conta única que o Tesouro Nacional tem no Banco Central, vem perfazendo um total de 25,9 bilhões de reais de custo para o Banco Central; e aqui outras receitas e despesas financeiras e administrativas com o resultado positivo de 30 bilhões.

Basicamente, o que se tem aí nesse último item são as reservas internacionais. Esse resultado então, como mencionei, totaliza um resultado positivo do Banco Central, no primeiro semestre de 2012, de 12,3 bilhões de reais.

Em relação à manutenção das reservas internacionais, sobre o custo de manutenção, há, primeiro, um custo de captação de 4,17% no primeiro semestre. Esse custo vem caindo ao longo dos últimos semestres, em função também da redução das taxas internas de juros no País; uma rentabilidade, em função do ambiente internacional, de 0,86% no primeiro semestre, perfazendo então um custo de carregamento das reservas de 3,30. Ou seja, esse custo, sem contar a variação cambial, esse custo aplicado ao estoque aproximado do saldo médio do primeiro semestre de 679 milhões de reais, daria um custo da ordem de 22,5 bilhões de reais — custo de carregamento das reservas sem a variação cambial.

Com a variação cambial, esse custo muda dramaticamente.

Só para termos uma referência, no segundo semestre de 2011, houve um resultado positivo mesmo no carregamento, em função da variação cambial, da ordem de quase 88 bilhões de reais. No primeiro semestre deste ano, levando em consideração a variação

cambial, aquele custo de carregamento vira um resultado positivo de 31,4 bilhões de reais, com as reservas internacionais acumuladas no Banco Central do Brasil.

Outro assunto, sempre de interesse desta Comissão, são os *swaps* cambiais, instrumento utilizado pelo Banco Central nas suas intervenções no mercado de derivativos. A história é a seguinte: desde 2002, quando esse instrumento passa a ser utilizado, o resultado acumulado é de 8,7 bilhões de reais em favor do Banco Central.

Em relação às barras azuis, nós temos os resultados semestrais com o instrumento *swap* cambial. Nós vemos que, no primeiro semestre de 2012, o resultado da posição de *swaps* cambiais do Banco Central foi de 800 bilhões de reais — resultado positivo. Aqui está uma visão do primeiro semestre, objeto desta prestação de contas para o Congresso Nacional. Na linha vermelha está esse acumulado desde o início do ano até junho: 800. Casualmente, até setembro, um resultado acumulado também se encontra em 800 milhões de reais.

A posição de *swaps* no Banco Central — *swap*, basicamente, é uma compra ou venda sintética de dólares, de moeda estrangeira no mercado futuro —, neste caso, é de compra. Ou seja, no Banco Central, a posição comprada, em dólar futuro, nesse mercado de *swaps*, está em 5 bilhões de dólares. Essa posição tem vencimento nos próximos 2 meses, a posição comprada. Uma parte venceria agora, no final do mês de novembro; outra, no início do ano.

Em relação ao cenário internacional, vou ser muito breve. Já disse no resumo que a nossa visão é de um cenário sujeito a um crescimento mais baixo, por causa da média histórica da economia global. Aí está um pouco da evolução das taxas de crescimento ao longo dos 2 últimos anos. Nas projeções, para o ano de 2012 e 2013, da economia global, nós vemos uma revisão para baixo das perspectivas de crescimento.

Naturalmente, essas perspectivas de crescimento estão afetadas ainda pela crise financeira internacional, que já dura cerca de 5 anos — nós começamos em 2007 e 2008 —, que deixou um legado de um peso fiscal para várias economias, principalmente as avançadas, economias também da União Europeia. Nós conhecemos bem essa história no Brasil. Dissipar um peso de dívidas, nos níveis em que se encontra a dívida pública nessas regiões, é um processo lento, um processo demorado.

Em relação à nossa visão sobre eventuais riscos maiores na área financeira, de certa forma, nós vimos esse processo sendo mitigado. Uma série de medidas foram tomadas, principalmente na Europa: sobre as questões referentes aos bancos, ao provimento de liquidez para os bancos, isso já vem sendo endereçado

desde o final do ano passado; a capitalização do sistema bancário, principalmente no que se refere à Espanha, também vem sendo endereçada. Recentemente, também houve a divulgação de uma nova modalidade de financiamento para dívidas soberanas, em casos específicos, que teve como consequência uma certa tranquilidade nos mercados financeiros.

Ainda que nós achemos que a probabilidade de ocorrência de um evento extremo atualmente tenha diminuído em função dessas medidas, certamente, o quadro de crescimento o quadro de crescimento ainda permanece o mesmo, ou seja, o de um crescimento baixo em relação à média mundial e por um período mais prolongado.

Em relação aos Estados Unidos, tem sido uma das áreas de crescimento que tem apresentado maior vigor, ainda que com revisão recente para baixo. Mas já se veem sinais mais consistentes de recuperação, principalmente do mercado imobiliário, melhoras no mercado de trabalho norte-americano. Mas, certamente, a discussão colocada agora é a questão da contração fiscal encomendada para o início do ano vem, como isso vai ser endereçado. Se não for endereçado, teria impactos importantes. Então, um esforço é necessário no sentido de que essa contração, que já está encomendada, não se materialize. Certamente, não nos valores que seriam observados, caso nada seja feito entre hoje e o início do próximo ano.

Então, tem esse risco. Mas a economia vem apresentando alguns sinais mais consistentes de recuperação, o que é bom para a economia mundial e, certamente, bom para o Brasil.

Em relação a outro mercado que eu gostaria de mencionar, o da China, a nossa visão é de que aquele país tem capacidade de conduzir o processo de desaceleração suave de sua economia, como vem fazendo. E é basicamente isso que se tem verificado. As conclusões mais recentes em relação à China é de que a sua taxa de crescimento se estabiliza em patamares elevados. De maneira que essa nossa visão de um pouso suave da economia vem sendo corroborada mais recentemente pelos dados daquela economia e pela visão dos organismos internacionais.

O quadro essencialmente é esse. Num período mais recente, houve questões relacionadas com rebaixamento do grau de crédito de risco soberano da França. A questão do *fiscal cliff*, o abismo fiscal, que eu mencionei há pouco, tomou um lugar de maior atenção nas discussões internacionais. Há também o conflito no Oriente Médio, que ganhou novos contornos recentemente. Enfim, uma série de eventos fez com que as moedas se movimentassem recentemente. O dólar

ganhou valor em relação a várias moedas nas últimas semanas. E não foi diferente em relação ao Brasil.

Com relação ao nosso País, e sobre a questão da política de câmbio brasileira, o que tenho dito reiteradas vezes é que nós não temos no País qualquer objetivo de câmbio; nós estamos sob o regime de câmbio fluante no País. O que se tem dito ao longo do tempo é que nós sempre tomaremos as precauções, para evitar que o Brasil seja objeto de especulação, que o nosso mercado seja uma praça de desvalorização de importantes moedas, como, por exemplo, o dólar, contra a nossa moeda. Então, isto nós temos feito ao longo do tempo. Temos tomado precauções para que isso não ocorra. A própria Presidenta Dilma, recentemente, em entrevista, mencionou esse fato.

Voltando à política em relação à moeda estrangeira, nós não temos qualquer banda formal ou informal em relação a essa moeda. O Banco Central não defende nem para baixo nem para cima qualquer nível da taxa de câmbio. Nós também temos dito reiteradas vezes que o Banco Central está sempre pronto para intervir no mercado e fazer com que ele funcione dentro da normalidade. Isso vem ocorrendo no País nos últimos tempos e continuará ocorrendo dessa forma. Inclusive, como é sabido, em relação ao calendário, no final do ano, tradicionalmente, há uma oferta menor de dólares, com talvez uma demanda maior de dólares, movimento esse que tende historicamente a se reverter no início de ano.

Então, é isso o que nós temos feito, ao longo dos últimos anos. No passado oferecemos, mas não foi preciso. E, se preciso for, interviremos também na questão da provisão temporária de liquidez na virada do ano.

O Banco Central continua praticando exatamente a política cambial que sempre praticou, tomando as precauções para que o real não vire uma moeda de valorização muito além dos seus fundamentos em relação a outras moedas fortes que estão sendo empatadas aí por conjunturas, por políticas adotadas em outros países.

Em relação ao cenário internacional e um pouco da política cambial, que é objeto desta reunião, eram estas as palavras que eu gostaria de colocar aqui nesta manhã.

Indo agora para a atividade econômica, o resumo da minha apresentação, primeiro, que o ritmo da atividade já está mais intenso. Essa foi a realidade do terceiro trimestre, que já acabou. O nosso indicador *proxy*, do Produto Interno Bruto, indicador coincidente, digamos assim, indicador do Banco Central, IBC-Br. O crescimento do terceiro trimestre foi de 1,15%, o que dá um crescimento anualizado da ordem de 4,7% do

PIB. Então, nós já estamos experimentando um crescimento mais forte no terceiro trimestre.

Os prognósticos para o quarto trimestre são de um crescimento importante e já há indicações de mercado, inclusive, de um crescimento em níveis semelhantes no primeiro trimestre de 2013.

A indústria apresenta sinais moderados de crescimento da produção. Em relação à agricultura temos a previsão da CONAB e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para 2012, para o ano e para o próximo ano safra, de safras recordes de grãos no País.

O setor de serviço continua em trajetória de expansão. Nós temos fatores importantes de sustentação da demanda interna, como emprego, a renda e o próprio crédito da economia.

Com relação ao índice de atividade, que falava há pouco, esse índice, de certa forma, procura reproduzir o nível de atividade ampla da economia brasileira. Nós já temos aí na medição trimestral essa aceleração do crescimento. No terceiro trimestre, atingiu aquele nível de 1,15, trimestre contra trimestre, ajustado sazonalmente, o que dá, como mencionei, um crescimento analisado da ordem de 4,7% da economia brasileira. Ou seja, isso já é passado, é terceiro trimestre, e já demonstra, então, aquilo que o Banco Central vinha falando já de algum tempo, que no segundo semestre a economia crescerá numa velocidade maior do que cresceu no primeiro semestre deste ano.

Em relação às perspectivas, uso aqui a pesquisa Focus, junto a agentes privados, e há uma perspectiva de crescimento, no segundo semestre, da ordem de 4%, anualizado, e um crescimento para 2013 também ao redor desse mesmo percentual, ao redor de 4% para 2013. Essa é a previsão do mercado, previsão que, enfim, parece plausível.

Em relação à política macroeconômica adotada, um conjunto de estímulos foi introduzido na economia desde agosto de 2011, entre eles, na condução da política monetária, nós tivemos a redução da taxa básica de juros, a SELIC. Houve uma melhora importante das condições de liquidez do sistema financeiro também, com redução da liquidez depositada no Banco Central, que se voltou para o mercado, para o sistema financeiro.

Também as empresas e as famílias enfrentam melhores condições de taxas de *spread* de financiamento e de refinanciamento, veremos isso em seguida, além da introdução de incentivos tributários e fiscais.

Em relação ao impulso monetário, temos a trajetória da taxa SELIC, desde final de agosto de 2011. A taxa saiu de 12,50 para 7,25, caindo 525 pontos nesse período.

Do lado direito desse gráfico, está a evolução do recolhimento compulsório. De um pico de quase 450

milhões de reais em dezembro, que estava depositado no Banco Central, hoje temos 350 milhões, praticamente 100 milhões a menos, liquidez essa que não está no Banco Central, que está no sistema.

Em relação às condições de financiamento, aqui eu tomo como base a taxa *prime* que o Banco Central recolhe, que é junto a empresas AA, pelo menos três instituições financeiras que têm operações de 5 milhões de reais ou mais no mercado. Então, é uma taxa que é comparável a taxas internacionais. Nós vemos aí uma queda da taxa *prime*, de 17,5% em agosto de 2001 para 11,9% em agosto de 2012, uma queda significativa dessa taxa, que é comparável internacionalmente a de empresas semelhantes aqui e lá fora.

Em relação às taxas que estamos mais habituados a divulgar no Banco Central, a questão do crédito da pessoa física e o crédito da pessoa jurídica, no que se refere ao crédito referencial, fora os recursos direcionados, também houve, nesse período de agosto de 2011 a agosto de 2012, uma queda de 11 pontos percentuais na taxa cobrada às pessoas físicas e uma queda de quase 9 pontos percentuais na taxa cobrada à pessoa jurídica nesse período, comportando aí uma redução de *spread* no período, visto que a taxa SELIC caiu 525 pontos.

Em relação a esses fatores de sustentação da demanda, a taxa de desemprego está em nível historicamente baixo. Hoje foi divulgada a nova taxa para o mês de outubro, mostrando a contínua redução do desemprego na economia brasileira, já num nível de 5,3%, um nível historicamente baixo para a taxa de desemprego na economia brasileira.

A economia continua gerando empregos formais na faixa de 1 milhão nos últimos 12 meses, 1,3 milhão desde o início do ano.

A renda real do trabalhador continua em ascensão, logo, a massa salarial também expande. A massa salarial em expansão, junto com um crédito que cresce em níveis mais moderados, mas continua crescendo de forma expressiva, nós temos fatores de sustentação para a demanda doméstica para a frente.

Em relação a investimento, há perspectivas mais favoráveis para o investimento privado, o nível de confiança do empresariado continua em níveis elevados, está em níveis elevados. As condições de financiamento, como mencionei, estão bastante melhores do que estavam em meados do ano passado, e temos um processo de ajustamento dos estoques industriais no País. Isso também seria um elemento positivo para um investimento mais forte à frente.

Taxa de desemprego, aqui eu ainda estou com dado de setembro, não foi possível atualizar agora pela

manhã, mas, como eu mencionei, esse dado já está em 5,3%, divulgado hoje pelo IBGE.

Empregos formais, também no gráfico da direita, crescendo aí 1,3 milhão de empregos de janeiro a setembro de 2012, se comparados com o mesmo período do ano passado.

Este gráfico sintetiza isso que eu venho dizendo, ou seja, temos um aumento do pessoal ocupado, na faixa de 2% nos últimos 12 meses; um rendimento real que cresce à faixa de 4% nos últimos 12 meses. Combinando crescimento de emprego com crescimento de renda, temos uma massa salarial real que cresce em torno de 6% no período de janeiro a setembro de 2012, em relação ao mesmo período do ano passado. Isso certamente dá sustentação à demanda.

Aqui nós vemos as vendas no varejo como uma *proxy* para a demanda na economia. Nós temos aí, no acumulado de 12 meses, o comércio varejista crescendo na faixa de 8% e o ampliado, que inclui também automóveis e construção civil, crescendo na faixa de 6,6 % nos últimos 12 meses, um crescimento robusto da demanda no Brasil.

Em relação à indústria, agora olhando a economia pelo lado da oferta dos três setores — indústria, agropecuária e setor de serviços —, nós temos também a questão dos estoques em níveis mais adequados, favorecendo uma recuperação da produção; temos a confiança dos empresários em alta; e melhores condições de competitividade para a indústria nacional, o que se verifica nos últimos meses.

No gráfico da esquerda, está a evolução dos estoques na indústria, mostrando um recuo desses estoques, o que é um indicador importante para a frente. Ou seja, deve haver reposição de estoque, logo deve haver mais produção ao longo do tempo para atender esse menor nível de estoques.

Em relação à confiança na indústria, temos aí também os dados recentes que apontam um PMI, que seria o sentimento dos gerentes de compra das empresas industriais, com níveis em torno de 50 pontos, ou ligeiramente acima disso, indicando a entrada da indústria na região de expansão de sentimento.

Ainda em relação à confiança na indústria, temos um dado da CNI, um dado mais recente, que apresenta um crescimento, em níveis mais elevados, e um dado da FGV, divulgado hoje, que recua um pouco em novembro, mas também em níveis bastante elevados em relação àquilo que foi o vale, em setembro do ano passado.

Então, níveis de confiança da indústria elevados e estoques sendo ajustados para baixo são indicadores alvissareiros para a evolução da indústria mais à frente.

Em relação à competitividade, um indicador — taxa de câmbio real, a taxa de câmbio efetiva real, uma cesta de moedas, não só real/dólar, mas real e as moedas principais, parceiros comerciais ajustados pelo diferencial de inflação — mostra uma taxa real de câmbio que desvalorizou recentemente, que está em outro patamar. Isso também ajuda nesse processo de evolução da indústria à frente.

Em relação à agropecuária, a safra de grãos, como falei, deve bater novos recordes. Segundo as mais recentes estimativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da CONAB, 166 milhões de toneladas para o ano safra 2011-2012. De 176,8 a 181,6 milhões de toneladas, a previsão de safra de grãos para o ano safra 2012-2013. Ou seja, representaria um incremento entre 6,5 a 9,3% em relação à safra deste ano.

Os preços internacionais ajudam nesse processo e se sustentam em patamares favoráveis para a agropecuária. Para o Plano Safra, ou seja, os recursos para o financiamento da produção e comercialização, a projeção é que se expandam nesse ano safra, na faixa de 7,5% — esse próximo ano safra em relação ao corrente ano.

Esta é a perspectiva do mercado, também retirada da pesquisa Focus, que pesquisa a projeção de crescimento do PIB da agropecuária no terceiro trimestre em relação ao terceiro trimestre do ano passado, quarto trimestre deste ano em relação ao quarto trimestre do ano passado, já mostrando uma recuperação, depois do abalo que a agropecuária sofreu, um forte abalo, no primeiro trimestre deste ano, aí retratado nesta barra azul, com uma contração de 8,5% no primeiro trimestre de 2012 em relação ao primeiro trimestre de 2011.

Então, vamos ter uma evolução mais favorável para a agropecuária no período à frente.

Em relação às fontes de financiamento, está aí o gráfico retratando aquele crescimento estimado de 7,5% para o próximo ano safra, ou seja, um total de 115 milhões de reais para esse novo período de safra.

O setor de serviços continua evoluindo de forma favorável. Tem crescido ao longo do tempo mais do que a média da economia. Esta também é a previsão do mercado: um crescimento maior à frente, nos próximos trimestres. Ele vem moderando em relação ao comportamento dos últimos anos, mas continua crescendo, expandindo-se de forma significativa.

O último item da apresentação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz respeito à inflação, e aí encerro a minha apresentação.

A nossa conclusão sobre a inflação é que temos um processo de convergência ao centro da nossa meta, de 4,5. Esse é um processo não linear, sujeito a rever-

sões. Vivemos recentemente uma reversão impactada pelos preços agrícolas que subiram bastante no período de maio, junho a julho, agosto, com reflexos, primeiro, nos preços no atacado. Mas os preços agrícolas no atacado sobem primeiro, apesar de já apresentarem também um recuo desde meados de outubro, ou seja, do mês passado. Esses preços já apresentam uma forte deflação, inclusive. A transmissão dos preços ao consumidor se dá nesse trimestre ainda, no quarto trimestre do ano.

Nós temos para frente visto também um crescimento projetado do salário em ritmo mais moderado, também como fator de controle da inflação, crescimento, expansão robusta, porém, em ritmo mais moderado do que no passado recente.

Menor crescimento dos preços administrados em 2013. E, certamente, para a inflação ficar sob controle, a política monetária se mantém e se manterá sempre vigilante para que isso ocorra.

Convergência à meta de inflação. Essa é a nossa projeção no Banco Central, divulgada no último relatório de inflação, em setembro deste ano, mostrando aí a convergência, a inflação ao redor da meta para o próximo ano, no centro da meta, no terceiro trimestre de 2013.

Em relação aos preços agrícolas, que eu mencionava, aqui neste gráfico nós temos, na linha azul, o IPCA, o Índice de Preços ao Consumidor; na linha verde, o preço agrícola no atacado. Nós vimos que ele subiu bastante no atacado. Na linha verde, em julho, subiu primeiro. Depois, a linha azul, sobe o preço ao consumidor, sobe impactado principalmente por esse preço agrícola. Já em meados de novembro, temos forte recuo da inflação nos preços agrícolas e esperamos, nos próximos meses, maior reflexo sobre os preços no nível do consumidor.

Esse é um comportamento que mais ou menos se repete ao longo da história. Foi assim, por exemplo, em 2010, 2011, um processo muito mais prolongado de aumento dos preços agrícolas do que nós verificamos neste momento.

Em relação a rendimento médio nominal, também nós vimos aí, são taxas de crescimento, crescimento do rendimento médio nominal. Para chegar ao real, tem de descontar a inflação, mas o nominal já numa faixa de crescimento menor do que se viu ao longo do ano de 2011.

Os preços agrícolas. Este é o índice de preço no atacado que nós vemos desde meados de outubro, um índice de preço agrícola no atacado na área da redução de preço, na área da deflação.

Esta é a evolução do preço dos alimentos. Em azul, nós vemos o acumulado em 12 meses. Houve

crescimento desses preços. De maio a outubro, ele cresceu de 5 para 10% no acumulado de 12 meses. Foi um crescimento forte, refletindo aquele choque agrícola que mencionamos anteriormente. Em vermelho, está a inflação do IPCA, retirada a evolução dos preços dos alimentos.

Em relação ao preço dos serviços, também, em função de todo esse processo de inclusão econômica e social que ocorreu no País na última década, há uma pressão maior de demanda por bens e serviços. Os serviços têm apresentado uma inflação, ao longo do período, acima da inflação geral da economia, do IPCA. Aqui nós vemos certo recuo na margem, mais recentemente no preço dos serviços, mas girando ainda numa faixa elevada de 8% a inflação de serviço acumulada em 12 meses.

Na linha vermelha, nós vemos o Índice de Preço ao Consumidor, retirando-se a influência do preço do serviço também na faixa de 4.2% acumulado em 12 meses.

Outra variável importante de atenção à questão da evolução do preço dos imóveis, o que nós vemos aqui é a taxa de crescimento do preço. Isso aqui não é o preço, é a taxa de crescimento do preço. O que nós vemos nos meses recentes é o recuo da elevação do preço dos imóveis. Esse aí é um Índice FipeZap, pegando Brasil e São Paulo, e o que se vê é um recuo na expansão dos preços dos imóveis no País.

Em relação aos preços monitorados, essa evolução de cerca de um quarto da inflação medida pelo IPCA refere-se a preços monitorados, e esses preços estão, no acumulado de 12 meses, na faixa de 3,2%. Essa tem sido a evolução.

Para concluir a parte de inflação, nós temos o quadro de perspectivas da inflação, a evolução desde dezembro de 1999, praticamente desde a implantação do Regime de Metas de Inflação no País. O que nós vemos é que a inflação corrente, as perspectivas para a inflação são uma inflação sob controle dentro da essência do Regime de Metas de Inflação no País.

Sumarizando, então, Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Deputados e Senadores, em relação ao resultado do Banco Central do Brasil, no primeiro semestre de 2012, foi um resultado positivo de 12 bilhões e 300 milhões de reais. Em relação ao cenário externo, aquele cenário de complexidade permanece. Há uma menor probabilidade de ocorrência, na nossa visão, de eventos extremos, porém, com perspectivas de crescimento abaixo da média histórica por alguns anos.

No Brasil, já vivemos um ritmo de atividade mais intenso. Foi confirmado nos dados do terceiro trimestre. As informações para o quarto trimestre são de bom crescimento também, igualmente, para o primeiro tri-

mestre do próximo ano. Nós vimos nas projeções de mercado, inclusive, nas projeções dos organismos internacionais, para o ano de 2013, um crescimento da economia brasileira ao redor de 4%.

Em relação à inflação, nós tivemos um quadro de inflação sob controle. O Banco Central, certamente, está vigilante para que a inflação sempre permaneça sob controle, convergindo em direção ao centro (*falha na gravação.*).

Muito obrigado, Exmos. Srs. Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, ilustre convidado Alexandre Tombini, nosso Presidente do Banco Central.

Registro a presença na Mesa do Deputado Antônio Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; do Deputado Edson Santos, 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; do Senador Lindbergh Farias e do Deputado Zeca Dirceu, além dos Parlamentares que já foram citados anteriormente.

A palavra estará à disposição no momento em que os integrantes das demais Comissões desejarem dela fazer uso. A lista de inscritos no momento tem a inscrição de um Parlamentar: Deputado Cláudio Puty. Os demais Parlamentares que desejarem fazer uso da palavra, já podem fazer suas inscrições. O Deputado Vanderlei Siraque será o próximo.

Cláudio Puty, por gentileza.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Obrigado, Presidente Paulo Pimenta.

Gostaria de saudar as presenças do Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini; do Diretor Carlos Hamilton; do Deputado Edson Santos, do Deputado Antônio Andrade, nossos Presidentes respectivos da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Finanças e Tributação, e de toda a equipe do Banco Central aqui presente, de meus colegas Parlamentares: Siraque, Lindbergh e Zeca Dirceu.

Presidente, V.Exa. fez algumas considerações que eu considero muito importantes. Nós tivemos, há poucos dias, a aprovação tanto do relatório preliminar do Orçamento quanto do da Receita. E, quando da aprovação do relatório da Receita, tivemos um interessante debate, particularmente com a Oposição ao Governo da Presidenta Dilma, sobre os números previstos para o crescimento do produto no ano de 2013, ali estabelecidos na forma do Projeto de Lei do Orçamento.

Sabemos que houve uma frustração nos números referentes ao crescimento este ano em relação ao PLOA 2012. Isso já admitido pelo próprio Governo, que encaminhou um projeto a esta Casa com a previsão

de crescimento econômico na ordem de 4,5%, que foi mantida pelo Congresso, em votação nesta Casa, inclusive, com perspectiva de aumento da arrecadação.

Esse debate obviamente causou certa polêmica com a Oposição, que, dentro da sua perspectiva, duvida da possibilidade de crescimento econômico nesses termos.

Os números aqui apresentados foram a partir das estatísticas, pelo índice do Banco Central, que tem se mostrado um previsor muito robusto — parabeno inclusive a equipe técnica do Banco Central por isso. Os índices demonstram a possibilidade de uma recuperação econômica inclusive acima do esperado. Estamos, como você falou, senão me engano, com uma taxa analisada de 4.7% no cenário de alta do dólar. Ontem, tivemos uma apreciação considerável do dólar, com inflação em níveis acima do centro da meta, mas ao contrário do que se alardeou por boa parte da Oposição a Presidente Dilma, essa inflação não fugiu do controle. Parece-me que temos ainda um forte componente associado ao mercado de trabalho, sobre a forma de serviço, como aqui apresentada pelo senhor, e temos enormes desafios para o ano de 2013 que me parece que serão atingidos a contento pela equipe econômica do Governo.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas. Você falou *en passant*, digamos, da situação da Europa, você usou a expressão *fiscal cliff*, mas que falasse um pouquinho mais como é que vocês estão avaliando, como é que vocês estão monitorando as dificuldades da Europa em gerenciar a sua política econômica no geral, particularmente a política monetária fiscal.

Parece-me que a recuperação dos Estados Unidos, apesar dos conflitos com o Congresso Americano, entre o Executivo e o seu Legislativo, a capacidade de gerenciamento da política monetária tem tido efeitos, ao contrário dos impasses associados aos próprios impasses da União Europeia. Isso tem gerado consequências para o seu crescimento, à medida que não há unidade política suficiente para se tomar as decisões que precisam ser tomadas, sejam elas quais forem. Eu gostaria que vocês avaliassem, particularmente, como vocês estão vendo a Europa de maneira mais pormenorizada.

Em relação ao Brasil, você fez uma exposição bastante abrangente, mas a última ata do COPOM demonstra uma votação de 5x3 em relação ao comportamento da própria taxa básica em outubro como em relação ao futuro. Eu gostaria que o senhor comentasse como o Banco Central vê o mix macroprudenciais, a própria operação da taxa básica num cenário aqui demonstrado pelo senhor, pela recuperação do produto, de maneira robusta, com consequência das

medidas tomadas pela Presidenta Dilma Rousseff, e como consequência das características do nosso processo de comportamento de preço.

Muito obrigado e parabéns pelo belo trabalho à frente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) — Deputado Vanderlei Siraque. Antes que faça uso da palavra, quero registrar também a presença do Deputado Osmar Serraglio, que está integrando também está audiência.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Siraque.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE — Bom dia à Mesa, aos Deputados, aos Senadores, quero cumprimentar o Presidente Alexandre Tombini do Banco Central, toda equipe pela apresentação, mas eu estou vendo aqui algo que eu não compreendi, na verdade. É uma contradição entre o crescimento do consumo que foi apresentado, 8.2%, num crescimento previsto, em relação ao crescimento do PIB, em torno de 4%, em especial também o crescimento da indústria, um crescimento muito moderado da indústria.

O que me parece, e tenho analisado um pouco, principalmente, o setor químico, petroquímico e plástico — sou Presidente da Frente Parlamentar desse setor —, é que tem uma importação muito grande, uma defasagem muito grande, principalmente, em 2011, cerca de 27 bilhões de dólares, um desequilíbrio da balança comercial neste setor da economia, o setor químico.

Parece que essa contradição, esse fenômeno entre o crescimento do consumo e o crescimento, bem abaixo, do PIB parece que tem a ver com a importação e a exportação, com a balança comercial, especialmente, com a taxa de câmbio. Alguns setores têm reclamado que a taxa de câmbio deveria estar em torno de R\$2,60, em comparação com o dólar.

Então, eu gostaria, na verdade, de ouvir uma explicação desse fenômeno. Eu não consigo compreender o crescimento do consumo e o não crescimento do PIB nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) — Não há nenhum outro Parlamentar inscrito além do Senador Lindbergh Farias. Vou devolver a palavra ao nosso Presidente Banco Central, que vai responder às questões e já fazer as suas considerações finais.

O Senador Lindbergh tem a palavra.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS — Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, é um prazer estar aqui com o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini.

Eu queria começar dizendo que a Presidenta Dilma, agora, na Espanha, na Conferência Ibero-Americana, fez um pronunciamento que eu classifico como histórico, avaliando o cenário da crise econômica inter-

nacional, o desafio da Europa e fazendo um balanço dos anos 90, da aplicação de determinadas políticas na América Latina.

Há uma parte em que ela cita o esforço, no Brasil, de conciliar a responsabilidade fiscal com crescimento econômico. Dirigindo-se aos países europeus, numa parte do discurso, ela diz:

“O que parece cada vez mais claro é que sem crescimento será muito difícil o caminho da consolidação fiscal. Os ajustes serão cada vez mais onerosos socialmente e cada vez mais críticos politicamente.”

Ao falar dos anos 90, Deputado Cláudio Puty, ela diz assim:

“Quando nos reunimos em Guadalajara, duas décadas atrás, a América Latina ainda vivia as consequências de sua ‘crise da dívida’. Os governantes de então, aconselhados pelo Fundo Monetário Internacional, acreditavam, erradamente, que apenas com drásticos e fortes ajustes fiscais poderíamos superar com rapidez as gravíssimas dificuldades econômicas e sociais nas quais estávamos mergulhados. Levamos assim duas décadas de ajuste fiscal rigoroso tentando digerir a crise da dívida soberana e a crise bancária que nos afetava e, por isso, neste período, o Brasil estagnou, deixou de crescer e tornou-se um exemplo de desigualdade social.”

Eu acho esse um balanço muito interessante do que nós enfrentamos, todos aqui, nos anos 90, na América Latina, em relação à situação da Europa. Parece-me que um grande esforço do Governo Federal é conciliar responsabilidade fiscal com crescimento econômico.

O senhor vai ter sempre a minha defesa neste plenário das reuniões do Congresso Nacional, do Senado Federal, pela questão — já falei repetidas vezes — de, num momento decisivo da nossa conjuntura econômica, em agosto do ano passado, o Banco Central ter tido a clareza do sinal do desaquecimento da economia no Brasil e no mundo e ter baixado a taxa de juros da forma que baixou.

Naquele momento, este plenário estava lotado de Parlamentares da Oposição a criticar a postura do Banco Central e a postura do Governo brasileiro. Hoje, a falta de debate, Sr. Presidente, nesta Casa, significa também que a política adotada pelo Banco Central é uma política que mostrou seu rumo acertado.

Eu faço questão de dizer isso porque, de fato, não foi um debate menor para o País. Fico pensando: se nós não tivéssemos tomado aquela medida, em agosto de 2011, daquela forma, criticada como foi, como

estaria a situação econômica do País hoje? E vemos, novamente, um sinal de aceleração da nossa economia.

Mas eu fiz essa introdução toda para falar sobre as contas públicas também; e queria que o senhor falasse. Está na imprensa que não conseguimos chegar à meta cheia de superávit primário. Eu, sinceramente, no cenário de desaquecimento econômico que nós enfrentamos, acho que o Governo, que a Presidenta Dilma, acho, agiu corretamente. Nós tínhamos que fazer desonerações. Houve queda na arrecadação.

Agora, é preciso frisar uma coisa: a nossa dívida pública continua caindo; a nossa dívida pública em relação ao PIB está em 35% e continua caindo. Fala-se sempre do superávit primário, a meta cheia, mas é preciso ter essa trajetória da nossa dívida. O déficit nominal é de 2,7%, acumulado ao longo dos últimos 12 meses.

A briga na Europa. O Tratado de Maastricht é para que os países europeus cheguem a menos de 3% de déficit nominal. Só a Alemanha está com menos de 3%. A dívida pública de todo mundo estourou, e nós estamos com 35%.

Então, eu quero aqui, nessa questão fiscal, dizer o seguinte: nós não atingimos a meta do superávit primário porque não tínhamos como atingir num cenário como esse. Nós tínhamos que fazer a economia reagir. Foi correta a postura do Governo.

Agora, é preciso frisar que, em relação às contas públicas, a nossa dívida continua caindo, tanto o déficit nominal quanto a dívida pública em relação ao PIB. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é em relação ao câmbio. A nossa Presidenta deu uma entrevista importante ao jornal *Valor Econômico*. Em relação ao câmbio, para a indústria, seria melhor, claro, uma desvalorização maior do dólar. Eu queria perguntar a V.Exa. o seguinte: qual o impacto? Há uma projeção de impacto na inflação em relação à desvalorização do dólar? Por exemplo, a cada 10 centavos, se chegar a R\$2,10 o dólar, qual impacto isso teria na inflação? Se chegar a R\$2,20, a R\$2,30, que é um cenário que muitos consideram como ideal para a nossa indústria, qual o impacto disso na inflação?

Queria perguntar também sobre o reajuste da gasolina e do *diesel*, que, com certeza, deve ocorrer (*riso*) mais cedo ou mais tarde. Neste ano ou no próximo, nós vamos ter o reajuste da gasolina e do *diesel*. Alguns analistas chegam a falar em reajuste de 15%, em 12%, 13%, 14%, 15%. Mas sempre um valor superior a 10%. Existe alguma projeção por parte do Banco Central em relação ao impacto disso na inflação? Seria melhor, no caso, um reajuste único, ou dois ou três reajustes no ano? Isso faz diferença?

O fato é que a discussão sobre o reajuste da gasolina e do *diesel* é algo que nós temos que encarar. Isso vai ter que ocorrer. O Banco Central tem alguma estimativa sobre o impacto disso na inflação?

No mais, Presidente, quero parabenizá-lo. Eu, que faço parte da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, tenho acompanhado dia a dia essa conjuntura econômica, sua evolução. Aqui no Brasil, era como se fosse só tarefa do Banco Central o controle da inflação. Hoje, eu vejo muito presente no Governo da Presidenta Dilma uma política mais articulada, de vários Ministérios, em relação à inflação. A exposição de V.Exa. é também muito mais ampla, vendo cenários, perspectivas, olhando a economia internacional.

Então, eu quero novamente parabenizar V.Exa. e sua equipe pela condução e pelo trabalho à frente do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta)

– Muito obrigado, Senador.

Quero convidar para compor a Mesa também o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Rodrigo Rollemberg.

Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para que possa responder às questões que foram colocadas e também, na medida em que não há mais nenhum Parlamentar inscrito, fazer suas considerações finais.

A palavra está à disposição de S.Exa.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Exmo. Presidente da Comissão.

Eu queria também cumprimentar os demais componentes da Mesa, pois não tive oportunidade: Senador Rodrigo Rollemberg, Deputado Antônio Andrade, Deputado Edson Santos, que compõem a Mesa neste momento.

Começando pela ordem, o Deputado Cláudio Puty fez referência à questão internacional primeiramente, quer um pouco mais de detalhe sobre a nossa visão de Europa e, se eu entendi também, do *fiscal cliff*, do abismo fiscal nos Estados Unidos.

Em relação à Europa, primeiro, as projeções de crescimento para este ano são de contração econômica para a zona do euro em torno de 0,5%. Há organismos internacionais que também preveem contração menor para o próximo ano na União Europeia, o que é importante para nós, sendo a União Europeia o principal parceiro comercial do País. Certamente, isso tem impacto sobre a evolução da economia global e nos afeta diretamente, ainda que numa proporção relativamente limitada.

As medidas que foram tomadas no âmbito financeiro foram importantes. Os anúncios feitos também vão na direção correta. Primeiro, V.Exa. se recorda, no segundo semestre do ano passado, houve toda uma recidiva da crise europeia, e a questão da liquidez dos bancos europeus foi, digamos, um ponto de atenção. Vários desses grandes bancos europeus financiavam no mercado de atacado americano. O mercado dos fundos norte-americanos ia buscar liquidez lá. Essa fonte de liquidez cessou em função das perspectivas da União Europeia naquele momento. Com isso, as dificuldades de liquidez, ou seja, de os bancos se financiarem, ficou certamente muito mais difícil naquele período.

Daí, o Banco Central Europeu lançou aquela LTRO — Long Term Refinancing Operation, que seria um financiamento de liquidez para os bancos de até 3 anos, com taxas bastante favorecidas. Isso realmente resolveu aquele problema de liquidez, que era iminente e que criava uma situação de abismo, digamos assim, não fiscal, mas financeiro naquele momento, a probabilidade, a ocorrência de um evento extremo, de uma quebra, enfim, com repercussões desconhecidas.

Então, isso foi, de certa forma, eliminado. Houve uma grande operação em dezembro daquele ano e outra em fevereiro deste ano. As duas chegaram a 1 trilhão de euros. A questão do *funding* dos bancos foi resolvida de forma temporária, emergencial, mas foi resolvida para os próximos 3 anos. E existe lá o mecanismo, caso essa situação exista no futuro.

Em relação à capitalização, que é uma questão mais estrutural, tudo bem, resolveu-se o problema da liquidez, mas há instituições no sistema financeiro europeu com ativos que talvez devessem ser ajustados para baixo. Isso sendo feito, o capital das instituições sofreria impacto. Logo, há necessidade de capitalização dessas instituições.

O problema espanhol. Houve aquele anúncio da disposição da União Europeia de estender até 100 bilhões de euros para o sistema. Uma hora se fala em cifras menores. Enfim, essa questão avançou e tranquilizou a questão da capitalização dos bancos.

Depois, a questão dos soberanos. Obviamente, com relação a todo o rescaldo, digamos, dessa dívida financeira, das intervenções que foram feitas pelos Estados nos sistemas financeiros nacionais e também da desaceleração, até contração, da economia, que deteriorou marcadamente a situação fiscal daqueles países, houve o problema do financiamento e o refinanciamento dos governos — Itália, Espanha, etc. Mais recentemente, foi anunciado também pelo Banco Central Europeu aquelas operações OMT — Outright Monetary Transactions, que seriam financiamento de uma compra ilimitada de título soberano no mercado

secundário. De maneira que só o anúncio dessa operação já melhorou as condições de financiamento e refinanciamento dos Estados, que andavam no sentido de um mau equilíbrio, ou seja, num financiamento no mercado a taxas de 7% ou acima de 7%. Eles consideram 7% um ponto. Enfim, acima disso, o financiamento se dá em bases insustentáveis, e problemas, questões de solvência aparecem.

Então, também foi endereçado isso, com essa operação. Não houve nenhuma operação. Quer dizer, há uma série de condições para isso. Os países precisam pedir, precisam ter acesso ao mercado, precisam ter um programa da troica, do FMI, do Banco Central Europeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Gostei de ver o senhor chamando troica. (*Riso.*)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Da troica europeia, junto com o FMI, quer dizer, o Banco Central Europeu, a União Europeia e o Fundo Monetário. Está ali o caminho das pedras. Se preciso for, o mecanismo já está definido.

Isso tudo leva a crer que a probabilidade de ocorrência de um evento extremo, de fato, foi diminuída. E os mercados refletem isso de uma forma mais consistente. Mas, o crescimento, de novo, é baixo, em função desse rescaldo fiscal. Há contração este ano, provavelmente uma pequena contração no ano que vem, para a zona do euro. Eu vou voltar depois à Europa, na pergunta do Exmo. Senador Lindbergh Farias.

Em relação aos Estados Unidos, de fato, a nossa visão é que, entre hoje e o início do ano, haverá evolução e não teremos o abismo fiscal. Nas contas de participantes de mercado até das autoridades norte-americanas, poderia chegar a 5% do Produto Interno Bruto a contração fiscal encomendada.

Então, não cremos que isso ocorreria. Haverá sim evolução nesse *front*. Isso pode ser inclusive uma área de surpresa positiva. Recentemente, os mercados já... As primeiras conversas pós-eleições nos Estados Unidos, nas conversas da equipe e do Presidente Obama com o Congresso norte-americano, houve um sentimento de perspectivas favoráveis de evolução. Os mercados refletiram isso. Nas últimas semanas, houve certo entusiasmo do mercado em relação ao possível desfecho positivo na questão do *fiscal cliff*.

A nossa visão, mais neutra, é a visão de que parte disso vai ser endereçada. Mas, certamente, há um risco nessa questão.

Em relação ao Brasil, decisões, enfim, perspectivas da nossa política, o Banco Central foi bastante claro na sua última ata, como V.Exa. mencionou. Houve inclusive um registro, pela primeira vez, uma dissidência em relação à decisão, mas houve concordância. Aí,

eu falo sobre o controle da ata. Houve concordância sobre qual a melhor estratégia de política monetária, dado o cenário que nós vimos naquele momento, que seria a manutenção das condições monetárias estáveis por um período suficientemente prolongado. Essa seria a melhor estratégia para conduzir a inflação para a meta estabelecida pelo Governo.

Então, essa é, digamos assim, uma leitura, uma tradução do que foi dito naquele momento. Certamente, o que eu tenho dito reiteradas vezes é que nós estamos num outro ambiente do custo do dinheiro no País. As taxas de juros de política refletem isso. Nós reduzimos 525 pontos nesse período, como foi mencionado. Estamos num outro intervalo, mais próximo do que ocorre no resto do mundo. Agora, os ciclos monetários permanecem conosco. Então, quando preciso for, nós faremos ajustes no instrumento, para cima ou para baixo, para, digamos, atender ao que é definido no nosso regime de metas de inflação.

Em relação aos comentários do Deputado Vanderlei Siraque sobre essa aparente contradição entre o crescimento do PIB de um lado e o crescimento da indústria de outro, o crescimento do consumo de um lado e o crescimento da indústria de outro, eu queria dizer que acho que há consciência dentro do Governo a respeito da necessidade de se aumentar a competitividade da indústria, do setor produtivo brasileiro.

Nesse caso, o Banco Central maneja os seus instrumentos para administrar a demanda agregada. A oferta, as condições que as empresas, enfim, os agentes do setor privado, os agricultores operam têm a ver muito com o lado da oferta da economia, que é uma decisão de política mais ampla de Governo. E o Governo tem endereçado, tem visto isso como uma necessidade de se aumentar, digamos, a produtividade do setor produtivo, a produtividade da indústria, logo, a competitividade dessa indústria.

As políticas que têm sido adotadas vão nessa direção. Ou seja, há uma identificação, porque o custo de capital era muito alto. Temos feito progressos no País em relação à redução do custo de capital. Ou seja, quanto custa na ponta para o financiamento do setor produtivo. A redução do *spread*, todo esse programa vem nessa direção.

Outra questão que de longo tempo vem sendo identificada como afetando negativamente a competitividade do setor produtivo é o custo mais elevado da energia no País, em relação aos nossos competidores. Também há um programa para endereçar isso, para reduzir o custo da energia.

A desoneração da folha de pagamento também vai na lógica de aumentar a competitividade do setor produtivo, reduzindo o custo do emprego.

São iniciativas que visam justamente, digamos, reduzir essa contradição que V.Exa. mencionava, ou seja, de haver um crescimento muito à frente do consumo em relação ao produto. Acho que é esse tipo de resposta que tem que ser dada, pelo lado da oferta.

Em relação à taxa de câmbio, quer dizer, a esse impacto na economia como um todo, nós estamos num regime de câmbio flutuante, o que tem sido bom para o País, tem nos protegido. Naturalmente, como mencionei, há sempre necessidade de nos defendermos num mundo em que as condições de liquidez são totalmente diferentes do que eram há alguns anos. Quer dizer, estamos num momento de saída da crise, com os bancos centrais tentando políticas nunca antes tentadas. Faltam também instrumentos. Há, portanto, um nível de custo do dinheiro muito baixo no mundo, dinheiro que, se não tivermos cuidado, pode entrar no País e, depois, sair rapidamente e deixar uma trilha de problemas, como já vimos no passado.

Então, é a consciência de uma defesa, mas não há nível. O Banco Central não defende nenhum nível de câmbio, muito menos uma banda de câmbio. Mas, nós temos essa consciência de que precisamos nos proteger do ponto de vista de estabilidade financeira e não deixar que esses fluxos entrem e saiam, causando problemas quando são exagerados.

Essa dicotomia ou essa contradição aparente vai sendo reduzida ao longo do tempo, quando você vai ter ainda uma demanda resiliente no País, uma demanda que cresce devido àqueles fatores que eu mencionei, de um lado, e um setor produtivo nacional que oferta mais para essa demanda, porque ele é mais competitivo, porque ele consegue competir com as fontes externas de proteção.

Então, para a gente manter a inflação sob controle para a economia crescer de uma forma sustentável, tem que haver a competição. Eu acho que a saída para resolver essa contradição é pelo lado da oferta e não pelo lado, digamos, da redução das fontes de competição da economia brasileira.

Essa é a minha explicação para o fenômeno que V.Exa. colocou.

Senador Lindbergh Farias, obrigado pelas palavras, todos os senhores, enfim, sobre a condução da política pelo Banco Central.

V.Exa. menciona a evolução das contas públicas. De certo, acho que o fundamental no caso brasileiro... Nós estamos vendo aí problemas que outras jurisdições, economias avançadas e centros financeiros enfrentam na área fiscal. Nós temos uma relação dívida/PIB inequivocamente em trajetória declinante já há alguns anos. As projeções, inclusive usando parâmetros de mercado... Temos aí um *box*, um quadro, um relatório

de inflação de setembro que detalha uma evolução da dívida líquida, da dívida bruta, do resultado nominal do Governo, tomando por base os parâmetros do próprio mercado, do Focus. Nessa trajetória, que está lá no relatório, a dívida, que está agora em nível de 35,2%, em 2012 — é a projeção —, segue uma trajetória declinante até 2016. De acordo com parâmetros do mercado, estaria já na faixa de 28,8%, de acordo com esse nosso estudo. Ou seja, claramente, num mundo onde países que agora estão sob programas do Fundo Monetário, de organismos europeus, estão pensando numa convergência para níveis de 120% do PIB, da sua dívida bruta em vários anos. Ou seja, nós temos uma situação confortável. É preciso manter esse diferencial no País. Isso nos diferencia e nos dá capacidade de crescer de forma tranquila nos próximos anos, tendo isso equacionado.

A questão também da evolução do resultado nominal é bastante positiva. Como V.Exa. mencionou, já vimos cumprindo o Tratado de Maastricht há alguns anos. Então, estamos numa situação relevante.

Do ponto de vista da política macroeconômica, de certo, no início do ano, as nossas projeções para 2012 eram na faixa de 3,5% de crescimento. O crescimento vai ser bastante menor do que isso, em função de tudo que vimos ao longo do ano, principalmente no primeiro semestre, ainda que cresçamos numa velocidade de 4%, analisado no segundo semestre. O crescimento para o ano será bastante inferior. A nossa projeção hoje é de 1,6% no relatório. Ou seja, uma frustração de dois pontos de percentagem do PIB. Isso é refletido em todas as variáveis, inclusive na evolução fiscal.

Voltando ao seu comentário, faz todo sentido pensar que nós temos uma política de responsabilidade fiscal, uma política fiscal que conduz a uma redução da relação dívida/PIB. É um importante fator da força da nossa economia.

Em relação às outras duas questões... De novo, em relação ao câmbio, não há banda, o câmbio é flutuante, nós nos defendemos para excessos. Enfim, nós vimos, em alguns momentos, o real em relação ao dólar fora do que seria razoável, pelos fundamentos, reflexo de fluxos. Nós atuamos tanto na nossa política de aquisição de reservas internacionais, que continua — desde abril não compramos —, caso as condições de mercado permitam, essa política de absorção, de esterilização dos impactos monetários. Tomamos algumas medidas no campo do preço, com tributação ao Governo, para evitar os fluxos de curtíssimo prazo que podem sair a qualquer momento.

Hoje, nós temos uma composição. Nós não afetamos marcadamente os volumes de recursos, mas a

natureza dos recursos foi afetada. Nós tínhamos 70% a 30% em relação a investimentos diretos e os demais fluxos. Hoje, nós temos 30% a 70%. Ou seja, o grosso das entradas é investimento direto.

A propósito, o investimento direto vem muito forte. Eu lembrei aqui, da última vez, na nossa prestação de contas na CAE do Senado Federal — Comissão de Assuntos Econômicos, que o investimento direto estrangeiro no Brasil fechou na faixa de 66 bilhões, quase 67. O segundo país que mais recebeu na América Latina foi o México, recebeu 19 bilhões, menos de um terço do que o Brasil.

O Brasil continua recebendo investimento direto forte. O número que nós divulgaremos hoje nas contas externas, também com crescimento expressivo do investimento direto, nós estamos, no acumulado de 12 meses, na faixa de 66 bilhões, no mês de outubro, de 7,7 bilhões de investimento direto no País. Ou seja, continua entrando dinheiro, continuam os estrangeiros acreditando no potencial da economia brasileira, tanto que nós somos a quarta região no mundo que mais recebe recursos de investimentos estrangeiros direto, depois da Europa como um todo, de China e Hong Kong, com uma área única. Depois dos Estados Unidos, o Brasil é quem mais recebe investimento estrangeiro direto. É uma clara demonstração da confiança dos investidores no potencial da economia brasileira, nas perspectivas e no atual estágio da economia brasileira.

Em relação à acessibilidade, o que eu posso lhe dizer, Senador, é que o repasse do câmbio para a inflação existe e diminuiu ao longo do tempo, até mesmo pela própria operação do câmbio flutuante. Quando nós iniciamos o sistema de metas, em 1999, vínhamos de um regime de câmbio fixo, em que qualquer variação na taxa de câmbio era mais permanente. Logo, passava mais para a inflação. O repasse era enorme, quase um para um, mas era enorme. Esse repasse foi caindo ao longo do tempo, porque, no câmbio flexível, é da natureza do regime, que vai e volta. Com isso, os repasses são mais comedidos. Tivemos um impacto. Quer dizer, a inflação, nos níveis atuais, reflete um pouco do que ocorreu no câmbio de abril para cá. É um impacto moderado.

Eu demonstrei aqui, num dos gráficos que mostrei, a taxa de câmbio real, que é o que interessa para o setor produtivo. Não é a taxa nominal, porque se a taxa nominal vem com a inflação a competitividade é comida por dentro. Mas, aqui, nós vimos que a taxa de câmbio real tem se sustentado em outros patamares. Ou seja, o câmbio andou, o real se desvalorizou nesses últimos meses, a inflação se mantém sob controle. Logo, o câmbio andou, o real desvalorizou-se nesses

últimos meses, a inflação mantém sobre controle, logo, a taxa de câmbio real andou para outro patamar, mas isso diz respeito a toda política macroeconômica. Em relação à questão do câmbio, não há banda, não há ponto que o Banco Central defenda, nem para cima nem para baixo.

Em relação ao último assunto, quer dizer, não está na nossa alçada definir esse preço, um preço importante da economia, tem um impacto significativo. O peso da gasolina direto é da ordem de 4%, 3,90, no Índice de Preço ao Consumidor. Isso tem repercussões em outros segmentos da economia, então, é um preço relevante.

Nós, como hipótese de trabalho nas nossas projeções, temos explicitado zero de variação, mesmo porque nós não sabemos, enfim, são decisões de outros órgãos de Governo, enfim, 0% para 2012, e a nossa projeção de preços administrados para o próximo ano, salvo engano, 2.4% em 2013, os preços administrados que envolvem uma grande quantidade de preço bruto.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Já que pergunto o preço da gasolina, energia elétrica também, uns 20%, impactaria quanto?

Em relação à gasolina, o Bradesco tem um estudo que fala que 18% do aumento da gasolina dariam 0,6 a mais de inflação. Se são elas por elas, preço da gasolina com energia elétrica, quanto é o impacto da energia elétrica, da redução?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – O impacto, nós já mencionamos. Estimamos em 0,5% o impacto da energia elétrica no próximo ano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Presidente Alexandre Tombini, Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo.

Quero saudar, mais uma vez, os integrantes das demais Comissões que também são protagonistas desta audiência, Deputado Antônio Andrade, do PMDB de Minas Gerais, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; o Deputado Edson Santos, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; o Senador Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. S.Exa. é Presidente dessa importante Comissão do Senado, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, agradeço pelo comparecimento ao Presidente do Banco Central, a sua equipe técnica e às demais Comissões envolvidas.

Declaro encerrada esta reunião.

Está encerrada a presente reunião.

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e sete de novembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Eduardo Suplicy, Presidente Eventual, e do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Wellington Dias, Jorge Viana, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Marco Antônio Costa e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Roberto Requião, Lobão Filho, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Antonio Russo e João Ribeiro. A Presidência declara aberta a Reunião e comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 74 de 2012, de 8 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-037.895/2011-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 21 de 2011; e Ofício nº 317/2012/CMA, de 14 de novembro de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, encaminhando cópia do processado do Projeto de Fiscalização e Controle nº 8 de 2005, de autoria do Senhor Senador Pedro Simon, conforme determina parecer do Senhor Senador Pedro Taques, aprovado na referida Comissão na reunião realizada no dia 13 de novembro de 2012. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “altera a Lei 11.284, de 02 de março de 2006, que ‘dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento

Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências”, tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. **Item 2**– Projeto de Lei da Câmara nº 132 de 2008 – Complementar, não terminativo, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, que “altera a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, acrescentando § 6º ao art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Após a leitura do relatório, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CAE. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 278 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Ângela Portela, que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 609 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir crédito, em favor do passageiro, da franquia de bagagem não utilizada”, tendo como Relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 278 de 2011 e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 609 de 2011. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Ricardo Ferraço Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 278 de 2011 e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 609 de 2011. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Ivo Cassol, que “altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais

Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 736 de 2011, Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “altera os arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que ‘dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)’”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 –CAE. **Item 6**– Indicação nº 1 de 2012, não terminativa, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “sugere, nos termos regimentais, a criação e a manutenção, pelo Senado Federal, de banco de dados sócio-econômicos relativos a temas de índole federativa, a exemplo do endividamento público e operações de crédito, arrecadação do ICMS, repartição das receitas tributárias, transferências constitucionais e legais, dentre outros”, tendo como Relator o Senador Marco Antônio Costa, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 7**– Ofício “S” nº 24 de 2012, não terminativo, de autoria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que “solicita a prorrogação do prazo de exercício da Resolução nº 59/2010, do Senado Federal, que autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 7.000.000,00 (sete milhões de dólares americanos), por mais 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de 1º de julho de 2012”, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Flexa Ribeiro Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, usa da palavra o Senador José Agripino. Encerrada a discussão, colocado em votação, a

Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 46 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Lauro Antonio, que “assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarificação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses”, tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 371 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar a administradora de cartão de crédito a informar na fatura disponibilizada ao consumidor o nome empresarial do fornecedor acompanhado do respectivo título de estabelecimento”, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta. **Item 10**– Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 764 de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que “altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13 e 14, oferecidas ao Substitutivo, e pela aprovação parcial das Emendas nºs 3, 7 e 9, oferecidas ao Substitutivo, nos termos das Subemendas que apresenta. Em 16/10/12, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto de Lei do Senado nº 764 de 2011. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria está sendo submetida a Turno Suplementar, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. Em 30/10/12, foram oferecidas ao Substitutivo as Emendas nº 1, de autoria do Senador Armando Monteiro, nºs 2 a 7, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e nºs 8 a 14, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Em 31/10/2012, o Senador Eduardo Suplicy retirou a Emenda nº 12, de sua autoria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Jorge Viana, Relator da Matéria, e Lídice da Mata, autora da Matéria. É solicitada vista pelos Senadores José Pimentel e Flexa Ribeiro. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 239 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal,

institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, dois favoráveis e nenhuma abstenção. Votam vencidos os Senadores Flexa Ribeiro e Armando Monteiro. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que “institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica – REINFA e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa”, tendo como Relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e, ainda, pela aprovação parcial das Emendas nºs 1,2,3,4 e 5-CI, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 149 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “altera o art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, para considerar como operacionais as despesas de capacitação de empregados, para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 14**– Projeto de Lei do Senado nº 268 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “concede isenção da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidente sobre veículos utilizados no transporte coletivo de passageiros”, tendo como Relator o Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 15**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 45 de 2012, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que “requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Aldemir Bendine, e com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda, para debate dos recentes planos

de redução de juros aos correntistas lançados pelos bancos que presidem”. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do autor. São apreciadas, ainda, as seguintes matérias extrapauta: **Item 16**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 46 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que “requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública, tendo como convidado o Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para discutir a proposta da equipe econômica do Governo Federal em relação à alíquota do ICMS cobrado nas operações interestaduais e a questão das dívidas dos Estados”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 46 de 2012-CAE. **Item 17**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 47 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que “requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública para discutir a proposta da equipe econômica do Governo Federal em relação à alíquota do ICMS cobrado nas operações interestaduais e a questão das dívidas dos Estados, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; Sr. Jäder Rieffe Julianelli Afonso, Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul; Sr. Luiz Carlos Hauly, Secretário de Fazenda do Estado do Paraná; Sr. Renato Augusto Zagallo Vilella dos Santos, Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Secretário de Fazenda do Estado do Pernambuco; Sr. José Barroso Tostes Neto, Secretário de Fazenda do Estado do Pará; e Sr. Maurício César Duque, Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo”. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Cyro Miranda, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Luiz Henrique e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 47 de 2012-CAE. **Item 18**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 48 de 2012, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que “requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada de acordo com os termos constantes dos Requerimentos nºs 41, 42 e 43-CAE, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012 que ‘aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências’, seja incluído como convidado o Sr. Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 48 de 2012-CAE. Foram, ainda, lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 49, 50, 51, 52 e 53 de 2012. O Requerimento nº 49 de 2012, de iniciativa do Senador

Delcídio do Amaral, requer a realização de audiência pública, tendo como convidado o Sr. Adão Magnus Marcondes Proença, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, para discutir as vantagens do frete hidroviário no

Brasil, apresentar o projeto da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária, com sugestão de construção das hidrovias, além de apresentar um modelo de gestão idealizado. O Requerimento nº 50 de 2012, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, requer seja também convidado o Sr. Andrea Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, para o debate sobre o ICMS em 11 de dezembro. O Requerimento nº 51 de 2012, de iniciativa do Senador Romero Jucá, requer seja convidada a Sra. Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, a comparecer ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Requerimento nº 52 de 2012, de iniciativa do Senador Romero Jucá, requer seja convidado o Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, Ministro das Cidades, a comparecer ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. E o Requerimento nº 53 de 2012, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, requer a inclusão na pauta desta Comissão, para apreciação, do Projeto de Lei do Senado nº 138 de 2011, que “altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos

do Fundo Social para a educação”. Antes de encerrar, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 52ª e da 54ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bom dia.

Em entendimento com o Presidente Delcídio Amaral, que me solicitou ir adiantando os trabalhos, declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento:

– Aviso do Tribunal de Contas da União nº 74, de 2012, de 8 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas

da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo TC nº 037.895/2011-7, bem como do Relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento de operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 21, de 2011.

– Ofício da CMA nº 317.3012, da Comissão de Meio Ambiente, de 14 de novembro de 2012, encaminhando cópia do processado do Projeto de Fiscalização e Controle nº 8, de 2005, de autoria do Sr. Senador Pedro Simon, conforme determina o parecer do Senador Pedro Taques, aprovado na referida Comissão, da reunião realizada no dia 3 de novembro de 2012.

Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Vamos agora à pauta.

No que diz respeito ao item 1, a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, solicitou que seja retirado da pauta. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB); cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, e dá outras providências, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Então, por solicitação da Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, o item fica retirado da pauta.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2007

– Não Terminativo –

Altera a Lei 11.284, de 02 de março de 2006, que “Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências”.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.)

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, de 2008 – Complementar – Não Terminativo -

Altera a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, acrescentando § 6º ao art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Autoria: Deputado José Carlos Aleluia

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Peço ao Relator, caro Senador José Pimentel, que leia o seu parecer.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CAE opinar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso.

O PLC nº 132, de 2008 – Complementar, é constitucional. A iniciativa das leis complementares é outorgada também a membro da Câmara dos Deputados, a teor do *caput* do art. 61 da Constituição Federal. A União e o Congresso Nacional são competentes para legislar, mediante lei complementar, sobre a base de cálculo do ICMS, por força da alínea “i” do inciso XII do § 2º do art. 155 da CF.

Relativamente à técnica legislativa, a ementa do projeto é vazia ou cega, ou seja, é omissa acerca do objeto da lei. Também a redação do seu art. 1º está truncada. A fim de adequar essas partes do projeto aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, serão apresentadas duas emendas de redação ao final.

Quanto ao mérito, entendemos que o PLC nº 132, de 2008 –, vai ao encontro da Justiça Fiscal para o consumidor de energia elétrica residencial de baixa renda e merece prosperar. Entretanto, as alterações de última hora introduzidas pelo Plenário da Câmara dos Deputados truncaram a redação do seu art. 1º, que precisa ser emendado, como será detalhado a seguir.

A fim de uniformizar a política tarifária aplicável ao consumidor da subclasse residencial baixa renda, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, unificou os critérios para classificação nessa subclasse. Recentemente, a

Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, denominou-a “Tarifa Social de Energia Elétrica” e estabeleceu parâmetros mais rígidos para sua concessão.

Criou uma tabela regressiva de descontos nas seguintes faixas de consumo medido em kWh/mês: até 30; de 31 a 100; e de 101 a 220. Exigiu que os moradores das unidades consumidoras beneficiárias em todas as faixas pertençam a uma família inscrita em programas sociais do Governo Federal ou, então, que pelo menos um morador receba o benefício de prestação continuada da assistência social.

Como a definição dada pela Lei nº 10.438, de 2002, elevou consideravelmente o número de consumidores classificados como baixa renda, tornou-se necessária a criação de uma subvenção a ser repassada às distribuidoras, para cobrir o acréscimo do montante subsidiado, complementando a quantia que já vinha sendo alocada por meio da estrutura tarifária das distribuidoras de energia elétrica. Para esse fim, o art. 5º, da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, autorizou a concessão de subvenção econômica oriunda de fundo gerido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras) para contribuir para a modicidade tarifária da subclasse de consumidores residenciais de baixa renda.

É exatamente sobre essa subvenção recebida pelas distribuidoras que os Fiscos estaduais têm buscado obter receitas do ICMS, cobrança que, se aprovado este PLC nº 132, de 2008 – Complementar, será extinta a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da publicação da lei resultante.

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), perfilhando o entendimento dos Fiscos estaduais, editou os Convênios ICMS nºs 78, 79, 127 e 148, todos de 2004, e nºs 2 e 5, de 2005, que reconheceram a incidência do ICMS sobre a subvenção da baixa renda, na medida em que dispensaram, somente por determinados períodos, o recolhimento de ICMS ou, então, apenas o de multa e juros de mora, porém sem abrir mão da cobrança futura.

O Convênio ICMS nº 60, de 2007, autorizou os Estados da Bahia e de Rondônia a conceder isenção de ICMS sobre a subvenção. O Partido Democratas intentou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.973, do Distrito Federal, com o propósito de fincar posição no sentido de que o Confaz não pode autorizar a isenção de um imposto que não é devido. O Ministro Luiz Fux requereu, em 31 de maio de 2011, a inclusão da ação em pauta, para julgamento pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal.

Alguns Estados baixaram leis concedendo isenção do ICMS sobre a parcela de subvenção de baixa renda, a saber:

- a) Pernambuco (LCP nº 62, de 2004);
- b) Mato Grosso (Lei nº 8.233, de 2004);
- c) Paraná (Lei nº 14.959, de 2005);
- d) Rio Grande do Sul (Lei nº 12.421, de 2005);
- e) Minas Gerais (Lei nº 17.247, de 2007);
- f) Bahia (Decreto nº 9.281, de 2004, e Convênio ICMS nº 60, de 2007);
- g) Rondônia (Convênio ICMS nº 60, de 2007, e Decreto nº 13.176, de 2007).

A energia elétrica é considerada mercadoria para fins de aplicação do ICMS. O art. 13 da LCP nº 87, de 1996, determina que a base de cálculo do imposto sobre o seu fornecimento é unicamente o valor da operação. Em complemento, a alínea “a” do inciso II do § 1º desse art. 13 prevê que seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas integram a base de cálculo do imposto.

Entretanto, essa complementação, como afirma Roque Antonio Carrazza (ICMS, 13.ed., Malheiros, 2009, p. 263), “deve ser entendida em termos, de modo a evitar que, eventualmente, numa interpretação *muito mais elástica*, venham incluídas as subvenções, que nenhuma relação guardam como valor econômico da operação de fornecimento de energia elétrica, em si mesma considerada” (grifo do original).

Também a nosso ver, não há como inferir que a subvenção, porque discriminada na conta de energia por força do art. 2º do Decreto nº 4.538, de 2002, que regulamentou a citada Lei nº 10.604, de 2002, passará a compor o valor da operação mercantil entre a distribuidora e o consumidor de baixa renda. O destaque na fatura tem um caráter meramente informativo e não deveria influenciar o montante cobrado do consumidor.

No caso do consumidor da Subclasse Residencial Baixa Renda, o valor da operação corresponde exclusivamente ao montante cobrado na fatura pela energia consumida, não sendo legítimo cobrar o imposto sobre o subsídio, sobre o “não-preço”.

Para positivar esse entendimento, o substitutivo elaborado pelo Deputado Colbert Martins na Comissão de Finanças e Tributação acrescentava ao art. 13 da LCP nº 87, de 1996, §6º com a seguinte redação:

§ 6º Nas operações relativas à energia elétrica, não compõem a base de cálculo do ICMS os recursos utilizados para custear a subvenção econômica destinada à modicidade tarifária dos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, de que trata o art. 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

No Plenário da Câmara dos Deputados, essa redação sofreu alterações de última hora, sendo aprovada a seguinte:

§6º Nas operações relativas à energia elétrica, não compõe a base de cálculo do ICMS parcela do consumo, custeada pelos recursos, destinada à modicidade tarifária dos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, de que trata a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

Essa redação final está truncada após a palavra “recursos”. Também faz referência à Lei nº 10.604, de 2002, desconsiderando que os recursos para a subvenção hoje provêm da Conta de Desenvolvimento Energético, conforme determina o art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002. A nosso sentir, essa última seria a Lei a ser referida. Não o faremos na emenda de redação proposta ao final porque a Lei Complementar nº 87, de 1996, veicula normas gerais relativas ao ICMS, não sendo de boa técnica legislativa particularizar as hipóteses nela previstas.

Sublinhamos o alcance do projeto sob exame: desonerará as distribuidoras de energia elétrica situadas em Estados outros que Pernambuco, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Rondônia de recolher ICMS sobre a subvenção da Subclasse Residencial Baixa Renda recebida do Governo Federal. As distribuidoras, por seu turno, deixarão de exigir o ICMS do consumidor de baixa renda, que é o contribuinte de fato do imposto.

Os consumidores de baixa renda residentes no Distrito Federal não serão beneficiados, pois a Companhia Energética de Brasília não recebe a subvenção, embora exija e recolha o ICMS pago pelo consumidor de baixa renda sobre a diferença entre a tarifa normal e aquela de baixa renda, conforme determinação de seu controlador, o Governo do Distrito Federal.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2008 – Complementar, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº... – CAE

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Acrescenta § 6º ao art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para estabelecer que não compõem a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) os recursos recebidos pelas distribuidoras de energia elétrica, na forma de subvenção econômica referente ao atendimento dos consumidores finais beneficiados pela Tarifa Social

de Energia Elétrica integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda.”

EMENDA Nº 2 – CAE

Dê-se ao § 6º do art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, acrescido na forma do art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

Art. 1º
 “Art. 13.

§6º Nas operações relativas à energia elétrica, não compõem a base de cálculo do ICMS os recursos recebidos pelas distribuidoras de energia elétrica, na forma de subvenção econômica referente ao atendimento dos consumidores finais beneficiados pela Tarifa Social de Energia Elétrica integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda.”

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senador e Senadora que queiram discutir, em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2 da CAE.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.

Autoria: Senadora Angela Portela

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 609, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para

instituir crédito, em favor do passageiro, da franquia de bagagem não utilizada.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 278 de 2011 e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 609 de 2011.

Observações:

1. As matérias serão apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Serviços de Infraestrutura e de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

O Relator não está presente.

Portanto, coloco as matérias em discussão. Designo o Senador Ferraço, do PMDB, como Senador *ad hoc*, porque a relatoria era do Senador Requião, também do PMDB, até para dar a mesma isonomia na distribuição de matérias pelos partidos do Senado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, fico muito honrado em ser lembrado por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Ferraço já havia se preparado intensamente durante a noite para assumir esta relatoria *ad hoc*.

Portanto, com a palavra o Senador Ferraço, se tem alguma observação ainda a fazer, uma vez que esta matéria já foi lida. Não foi lida ainda, perdão.

Portanto, precisamos ler o relatório e contamos com V. Ex^a, Senador Ferraço, que é um homem objetivo na suas ponderações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou procurar manter essa natureza.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são submetidos ao exame desta Comissão, tramitando conjuntamente, por proporem alterações no Código Brasileiro de Aeronáutica, em decorrência da aprovação do Requerimento 590, de 2012, os Projetos de Lei nº 609, do Senador Cícero Lucena, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para instituir crédito, em favor do passageiro, da franquia de bagagem não utilizada, e nº 278, de autoria da Senadora Angela Portela, e a Lei nº 11.182, que “cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e dá outras providências”, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.

O PLS nº 609 tem as seguintes finalidades:

1. faculta ao passageiro conduzir objeto pessoal como bagagem de mão;

2. exige que o transportador aéreo emita o tíquete de bagagem em duas vias, nos casos em que

o contrato de transporte aéreo abranger franquia para transporte de bagagem;

3. assegura ao passageiro que não usar da franquia de bagagem o direito de utilizar essa mesma franquia em outro voo do mesmo transportador, dentro de um ano;

4. dá ao passageiro o direito de crédito em valor para compra de passagens ou em pontos de programa de fidelidade, em caso da não utilização de franquia de bagagem em um ano. O cálculo seria feito em preço do quilo excedente.

O projeto recebeu parecer do Senador Sérgio Souza, por sua rejeição. O parecer, todavia, não foi apreciado, em razão de a matéria ter sido objeto do Requerimento nº 590/2012, que determinou sua apreciação conjunta com o PLS nº 278, iniciando, a partir de então, sua apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O PLS nº 278 já foi submetido a esta Comissão, na qual foi aprovado, em 09/08/2011, parecer deste mesmo Relator com o mesmo conteúdo do presente parecer.

Consoante, Sr. Presidente, com o art. 99 do Regimento Interno do Senado, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes ao aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente. É o caso.

Relativamente à faculdade que o PLS pretende dar ao passageiro de conduzir objetos pessoais como bagagem de mão, a proposição parecer inócua e injurídica. Inócua, porque a Convenção de Varsóvia já prevê, em seu art. 4.1, o direito de conduzir objetos de uso pessoal em mãos. Injurídica, porque a Convenção somente admite objetos pequenos, o que não permitiria a condução, em mãos, de quaisquer objetos de uso pessoal.

No que se refere à exigência de que o transportador aéreo emita o tíquete de bagagem em duas vias, nos casos em que o contrato de transporte aéreo abranger franquia para transporte de bagagem, deve-se ressaltar que a atual redação do art. 234 já exige a entrega ao passageiro da nota de bagagem.

No que tange à proposta de dispositivo que assegura ao passageiro que não usar da franquia de bagagem o direito de utilizar essa mesma franquia em outro voo do mesmo transportador, dentro de um ano, conclui-se, por um lado, que não há impedimento jurídico à norma; por outro lado, salvo melhor juízo, na forma como proposta, o dispositivo permitiria que um passageiro obtivesse o crédito de bagagem em trechos de pequeno valor para utilizarem em trechos de gran-

de valor, o que redundaria em uma injustiça cometida contra as empresas transportadoras.

Análise do PLS nº 278/2011.

Relativamente ao PLS, colaciono a análise que fiz sobre o mesmo projeto em parecer que já foi aprovado em 09 de agosto de 2011, por esta Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, diante do exposto, opino pela rejeição do PLS nº 609 e pela aprovação do PLS nº 278.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço, pela sua relatoria

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senadoras e Senadores que queiram discutir, em votação o relatório do Senador Ferraço.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao PLS nº 278, de 2011, e contrário ao PLS nº 609, de 2011.

As matérias vão à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O item 4, o Senador João Vicente Claudino solicitou a retirada de pauta.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2011

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.)

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 736, de 2011 – Complementar – Não Terminativo -

Altera os arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que “dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços

de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)”.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Pimentel.

Peço aos Senadores e Senadoras que estão em seus gabinetes, ocupados com suas agendas ou em outras comissões, que, se puderem, venham à Comissão de Assuntos Econômicos, porque teremos votações de itens terminativos; portanto, é muito importante, é fundamental a presença dos Senadores e Senadoras na CAE.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, este projeto de lei é de autoria do nobre Senador Francisco Dornelles.

Análise.

Nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta CAE opinar sobre proposições pertinentes a tributos.

No que se refere à constitucionalidade, o art. 146, inciso III, letra “a”, da Constituição Federal incumbe à lei complementar dispor sobre o fato gerador dos impostos nela discriminados, como é o caso do ICMS.

Especificamente, o art. 155, §2º, inciso XII, letra “d”, confere à lei complementar fixar o local das prestações de serviços sujeitas ao imposto. A iniciativa parlamentar está prevista no art. 61 da Constituição Federal.

Com respeito à técnica legislativa, o PLS nº 736, de 2011 – Complementar, apresenta ementa seca ou vazia – esse tema é meio duro, nobre autor, mas foi o que veio da Consultoria –, em desconformidade com o art. 5º da LCP nº 95, de 1998. A ementa será aprimorada por meio de emenda de redação apresentada ao final.

No mérito, a proposição deve ser aprovada, pois atualiza a presunção de antecipação do fato gerador do ICMS-Comunicação, prevista no §1º do art. 12 da Lei Kandir, ao processo de convergência entre os serviços de telecomunicações e os serviços de valor adicionado.

Serviço de valor adicionado é definido no art. 61 da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 1997), como a atividade que acrescenta a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações. O §1º dispõe categoricamente que serviço de valor adicionado não constitui serviço de telecomunicações. O Superior Tribunal de Justiça valeu-se dessa lei especial para editar, em 2007, a Súmula nº 334, segundo a qual “o ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à Internet”. Já há manifestação do Tribunal

de Justiça do Estado de São Paulo no sentido de que o serviço de voz sobre Internet Protocol (VoIP) é também serviço de valor adicionado.

Os fiscos estaduais (17 Estados e o Distrito Federal), por seu turno, celebraram o Convênio ICMS nº 81, de 2011, cujo §1º da Cláusula Segunda determina a cobrança integral do ICMS-Comunicação sobre diversos serviços de comunicação, entre eles o VoIP.

À medida que a jurisprudência avance no reconhecimento dos serviços de valor adicionado, ficará patente a obsolescência da atual presunção legal (§1º do art. 12) que antecipa a ocorrência do fato gerador do ICMS-Comunicação para o momento do fornecimento dos meios de pagamento ao usuário da telefonia pré-paga, seja ela fixa ou móvel. A presunção deve ser mantida somente para a telefonia fixa, como o faz o projeto, pois os cartões indutivos empregados nos terminais de uso público (orelhões) se prestam à utilização exclusiva em serviço de comunicação. Essa a razão a também justificar a nova hipótese de antecipação da ocorrência do fato gerador a uma etapa anterior da cadeia de comercialização dos cartões indutivos: o momento do fornecimento aos revendedores. Essa é a sistemática já adotada pelo inciso I da Cláusula Primeira do Convênio ICMS nº 55, de 2005, que dispõe sobre os procedimentos para a prestação pré-paga de serviços de telefonia.

Com respeito à alteração do elemento espacial do fato gerador, o projeto o aproxima da comunicação propriamente dita, nos moldes do inciso II da mesma Cláusula Primeira do Convênio ICMS nº 55, de 2005. Em vez de o ICMS-Comunicação ser recolhido em favor do Estado para o qual os créditos do celular pré-pago são fornecidos (ou seja, o Estado onde o “cartão” é adquirido), o local da prestação será o do estabelecimento da prestadora em que estiver habilitado o terminal de uso individual ao qual serão disponibilizados os créditos, após o usuário digitar, em seu aparelho, o código obtido no cartão por ele adquirido.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 736, de 2011 – Complementar, com a seguinte emenda de redação.

EMENDA Nº 1-CAE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 736, de 2011 -Complementar, a seguinte redação:

Altera os arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para modificar momento e local da ocorrência do fato gerador presumido do ICMS-Comunicação quando o serviço for prestado após fornecimento de meio de pagamento.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador e Senadora que queira discuti-la, em votação o Relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero, aqui, parabenizar o Senador Dornelles por essa iniciativa muito justa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós todos parabenizamos o nosso mestre Senador Francisco Dornelles.

Item 6.

O Relator solicita a retirada de pauta do item 6.

O projeto é do Senador Renan Calheiros, e o Relator, Senador Marco Antônio Costa, pede a retirada de pauta para reexame.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 6

INDICAÇÃO Nº 1, de 2012

– Não Terminativo –

Sugere, nos termos regimentais, a criação e a manutenção, pelo Senado Federal, de banco de dados sócio-econômicos relativos a temas de índole federativa, a exemplo do endividamento público e operações de crédito, arrecadação do ICMS, repartição das receitas tributárias, transferências constitucionais e legais, dentre outros.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senador Marco Antônio Costa

Relatório: Favorável nos termos do projeto de Resolução do Senado que apresenta.)

ITEM 7

OFÍCIO “S” Nº 24, de 2012

– Não Terminativo –

Solicita a prorrogação do prazo de exercício da Resolução nº 59/2010, do Senado Federal, que autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 7.000.000,00 (sete milhões de dólares americanos), por mais 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de 1º de julho de 2012.

Autoria: Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Relatoria: Senador Jayme Campos.

Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Indico o Senador Flexa Ribeiro, já preparado, como Relator *ad hoc* do item 7.

O Senador Jayme Campos não se encontra presente. Eu indico... Perdão, o Senador Agripino não pode porque é do Estado, senão, nós o indicáramos, mas, normalmente, essas operações de empréstimos são sempre relatadas por Senadores de outros Estados.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, só um registro. Essa matéria trata apenas da prorrogação de empréstimo já autorizado, já aprovado. É evidente que, em sendo do Estado, e há um critério da Comissão, eu abstenho-me, claro, de pleitear a relatoria, mas manifesto, aqui, a absoluta procedência do pleito: a prorrogação do prazo de vigência do empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador José Agripino.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão o Ofício “S” nº 24, de 2012, da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Srª Rosalba Ciarlini.

Por intermédio do referido ofício, é solicitada a prorrogação, por mais 540 dias, do prazo para o exercício da autorização concedida pelo Senado Federal ao Estado Rio Grande do Norte, nos termos da Resolução nº 59, de 26 de novembro de 2010.

A Resolução nº 59, de 2010, autorizou o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até US\$7 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Srª Governadora solicita, ainda, que essa prorrogação passe a vigorar, retroativamente, a partir de 1º de julho de 2012.

A matéria foi distribuída a esta Comissão, tendo o Sr. Presidente designado Relator o Senador Jayme Campos e, nesta oportunidade, me designado Relator *ad hoc*.

Análise.

As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, ambas do Senado Federal.

Essas Resoluções regulamentam o exercício do controle do processo de endividamento dos referidos entes federados, cuja competência é conferida ao Senado Federal, de forma privativa, pela Constituição Federal (cf. art. 52, incisos V a IX, CF), bem como o compatibilizam com as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Consoante o art. 44 da Resolução nº 43, de 2001, as resoluções autorizativas explicitam/definem o prazo máximo para o exercício das autorizações concedidas pelo Senado Federal, aos entes federados, para contratarem operações de crédito.

No caso sob exame, em conformidade com essa determinação, o Senado Federal fixou o prazo máximo de 540 dias, contados a partir de 1º de janeiro de 2011, para que o Estado do Rio Grande do Norte ultimassem a contratação da operação de crédito autorizada pela referida Resolução nº 59, de 2010. Esse prazo expirou em 23 de junho de 2012, sem que o Estado tenha exercido o direito. Nessa situação, do ponto de vista da técnica legislativa, não cabe mais o instituto da prorrogação, porquanto não se prorroga o prazo que já se finalizou. Há, assim, analogicamente ao instituto empregado em nosso direito processual civil, que se recorrer à “reabertura de prazo” para a prática do ato, no qual não é necessária a estipulação de efeitos retroativos, como pretendido.

Logicamente, de imediato depreende-se que não foi possível ao Estado concluir a contratação do financiamento pretendido no prazo inicialmente autorizado. É bem verdade que não foram explicitados no referido ofício os argumentos governamentais que embasam e justificam a solicitada prorrogação de prazo, nem explicitadas as possíveis pendências que inviabilizaram a contratação do crédito no prazo estipulado.

Todavia, é razoável admitir que a solicitação da Srª Governadora não traz nem implica modificações nas condições objetivas – materiais e financeiras – da autorização que o Senado Federal concedeu ao Estado do Rio Grande do Norte em novembro de 2010. Afinal, a solicitação não altera a substância da autorização concedida pelo Senado Federal, pois o pedido formulado por S. Exª diz respeito tão somente ao aspecto formal da autorização, relativamente à prorrogação do prazo para o seu respectivo exercício.

Por outro lado, cumpre enfatizar que, nos termos da referida resolução autorizativa, os recursos do empréstimo serão destinados ao financiamento do “Projeto de Integração da Modernização da Administração Fiscal e Financeira do Rio Grande do Norte” (Profisco/RN). Esse projeto, conforme informações contidas na instrução de sua tramitação nesta Casa, objetiva me-

lhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do Estado do Rio Grande do Norte, visando: (I) incrementar a receita própria do Estado; (II) aumentar a eficiência, a eficácia e o controle do gasto público; (III) prover melhores serviços ao cidadão.

Operações de crédito, como as de natureza acima descrita, contribuem para o próprio processo de ajuste fiscal do Estado do Rio Grande do Norte, pois, contratadas no âmbito do programa Profisco, vão permitir o financiamento de ações voltadas para ganhos de eficiência na gestão fiscal e financeira, com consequentes aumentos de receita e melhorias nas despesas do Estado. Contribuem, portanto, para o equilíbrio sustentado das contas do Estado e para um nível de endividamento adequado e compatível com sua situação financeira.

Voto.

Pelos motivos expostos, e em conformidade com o art. 133, inciso V, alínea “a”, do Regimento Interno do Senado Federal, somos pela concessão de reabertura de prazo ao Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº, DE 2012

Reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 59, de 26 de novembro de 2010, do Senado Federal, a fim de que o Estado do Rio Grande do Norte contrate a operação de crédito externo nela prevista.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica reaberto em 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da publicação desta Resolução, o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 59, de 26 de novembro de 2010, do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

O Senador José Agripino já fez as considerações necessárias como ilustre Senador do Rio Grande do Norte.

Não havendo mais Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de Resolução do Senado apresentado.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012

– Não Terminativo –

Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarificação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses.

Autoria: Senador Lauro Antonio

Relatoria: Senador Vital do Rêgo, que solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2012.

Volto a solicitar aos Senadores e Senadoras que compareçam aqui à Comissão de Assuntos Econômicos, porque vamos entrar na pauta de matérias terminativas; portanto, com votação nominal.

Item nº 9 da pauta.

Recebemos do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, um comunicado de que foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento do Senador Alvaro Dias, “solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 50, 90, 97, 209 e 371, de 2012; nºs 6, 65, 271, 439, 460, 463 e 470, de 2011; nºs 125, 180, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282 e 283, de 2010; nºs 135, 408, 429, 340, 154 e 542, de 2007; com os Projetos de Lei da Câmara nºs 12, 57 e 99, de 2009; nºs 143, 182 e 193, de 2008; e nº 40, de 2007, a fim de que sejam analisados no âmbito da comissão temporária destinada a modernizar o Código de Defesa do Consumidor, cópia em anexo”.

Nesses termos, solicito a V. Exª a remessa dos Projetos de Lei do Senado nºs 1 e 408, de 2009; nºs 125 e 180, de 2010; nº 65, de 2011; e nº 371, de 2012, que tramitam nesta Comissão, à Secretaria-Geral da Mesa, para que se possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com os processados sobre a mesa, nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece in verbis: “O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em plenário”.

Esse ofício do Sr. Presidente, Senador José Sarney, também conta com o “de acordo” do Senador José Agripino, que é o Relator do item nº 9.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar a administradora de cartão de crédito a informar na fatura disponibilizada ao consumidor o nome empresarial do fornecedor acompanhado do respectivo título de estabelecimento.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador José Agripino.)

Portanto, passamos para o item 10, turno suplementar

ITEM 10

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 764, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senadora Lídice da Mata

Relatoria do Projeto: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13 e 14, oferecidas ao Substitutivo, e pela aprovação parcial das Emendas nºs 3, 7 e 9, oferecidas ao Substitutivo, nos termos das Subemendas que apresenta.

Volto a registrar: votação em caráter terminativo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, relativamente ao item nº 10, que se refere ao projeto que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, terá importantes repercussões para a produção industrial e, sobretudo, por exemplo, no Estado de São Paulo.

Eu agradeceria se puder ser acatado o compromisso que foi firmado na última ocasião em que apreciamos e debatemos esse projeto de poder estar aqui presente o Senador Aloysio Nunes, de São Paulo, e que se encontra em viagem oficial à China. Ele deverá voltar amanhã. Então, avalio que o próprio Senador Jorge Viana, que agora se encontra, poderá também, até por uma questão de respeito para com o Senador Aloysio Nunes, acatar a sugestão de apreciarmos esse

projeto na próxima reunião com a presença do Senador Aloysio Nunes.

Ele próprio e eu também apresentamos proposta de emendas que foram apreciadas pelo Senador Jorge Viana e eu agradeceria se pudermos, por uma questão de respeito, dado que se trata de um projeto de lei que afetará sobremodo as condições de competitividade e de produção, que possamos acordar de apreciar o item 10 na próxima semana com a presença do Senador Aloysio Nunes ou então, quem sabe, possa ser realizada uma reunião.

O Senador Jorge Viana diz que há uma impossibilidade na próxima terça-feira. Quem sabe, por uma questão de respeito e dada a importância da matéria, inclusive para a indústria de São Paulo, possamos examinar o assunto ainda nesta semana – já que ele vai viajar na próxima terça-feira –, em uma reunião extraordinária, Sr. Presidente, com a presença do Senador Aloysio. Se pudermos verificar o horário de chegada dele, quem sabe, amanhã ou na quinta-feira seja possível. É a sugestão que formulo, o apelo ao Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Antes de dar a palavra ao Senador Jorge Viana, nós, Senador Eduardo Suplicy, havíamos concordado com o Senador Aloysio Nunes. Só que como ele falou que voltaria nesta semana, imaginávamos que estaria hoje na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, mas fomos informados que ele só chega amanhã ao Brasil dessa viagem oficial do Senado Federal à China. Então, queria só fazer essa ponderação porque cumprimos o nosso compromisso com o Senador Aloysio Nunes. Agora, a chegada dele não aconteceu a tempo dele estar presente a esta discussão.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Primeiro, queria agradecer, Sr. Presidente, e manifestar o meu respeito à legítima ponderação do Senador Suplicy, mas ao mesmo tempo, eu e a Senadora Lídice, que é autora da iniciativa e eu sou autor também, apensamos tudo com o entendimento da Comissão e, atendendo ao próprio Regimento. Nós já estamos postergando demais as tratativas desse tema. Ele foi votado por unanimidade.

Eu queria que meus colegas colocassem...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) –...foi votado por unanimidade aqui na CAE. Recebeu 16 votos.

Eu, tendo em vista as emendas, uma do Senador Armando Monteiro, algumas do Senador Suplicy e outras do Senador Aloysio Nunes, pedi a V. Ex^a que não tratássemos, na data que estava agendada essa

matéria, para que eu pudesse, respeitando os colegas, apreciar, levar em conta e pudéssemos fazer em outro momento.

Como bem colocou V. Ex^a, nós marcamos nessa data com a intenção de que todos os que apresentaram questionamentos ao que foi votado por unanimidade na Comissão pudessem estar presentes. Lamentavelmente, nosso querido e bom Senador Aloysio Nunes não está.

Mas eu digo, Senador Suplicy, que hoje estou em plena condição de relatar. Eu me preparei para relatar o item que está na pauta agora, o item nº 10. Confesso que, mesmo tendo aqui o privilégio de ouvir o Senador Aloysio, que sempre tem algo a nos ensinar, eu me debrucei nas propostas. Elas são muito parecidas com as do Senador Suplicy. Aliás, algumas são idênticas; até o texto. Eu tenho certeza de que o interesse de São Paulo, tão bem defendido pelo Senador Aloysio Nunes, será defendido pelo Senador Suplicy no debate que certamente vai acontecer ou nos questionamentos durante a reunião.

Então, como temos São Paulo representado e o Senador Armando Monteiro – que foram os dois que questionaram e estão presentes –, eu lamento, porque tenho muito respeito e consideração pelo Senador Aloysio. Vou fazer as devidas observações das preocupações dele, mas acho que deveríamos tratar desse assunto hoje. Esse é um tema que vem de 1988 – 1988! –, e o Brasil não delibera sobre isso. Essa matéria vai para a Câmara. Ainda teremos um debate enorme. Certamente, a Câmara vai fazer alterações no projeto e essa matéria deve voltar ao Senado.

Assim, o apelo que eu faço é no sentido de apreciarmos, sem prejuízo do interesse de São Paulo. Não estou dizendo que é a mesma coisa, mas o Senador Suplicy – eu vi – traz as preocupações mais importantes do Senador Aloysio. Algumas, estou considerando. Mas eu pediria a V. Ex^a que pudéssemos fazer a apreciação desta matéria hoje e agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Senador Pimentel.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas dar uma informação relevante. Conforme V. Ex^a anunciou, o Senador Aloysio Nunes chegaria hoje, mas houve um imprevisto de viagem e, por causa disso, ele só chega à meia-noite.

Eu procurarei aqui expor o ponto de vista que, inclusive, também é o do próprio Governo do Estado de São Paulo, que analisou as proposições. Estarei pronto para transmitir isso aos membros da CAE.

Agradeço a atenção do Senador José Viana. Se ele ainda puder, à luz dos argumentos que aqui

apresentarei, modificar o seu parecer, eu também agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – (*Fora do microfone*)...que o nosso Senador Jorge Viana fizesse a leitura do parecer e abríamos vista coletiva para que todos pudessem trabalhar, discutir melhor e, na próxima reunião, fazermos a discussão e a votação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Acho muito boa a sua proposta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Se V. Ex^a concordar, meu nobre companheiro, faria a leitura do parecer hoje, abríamos vista coletiva e, na próxima semana, faremos a discussão e a votação.

É uma maneira intermediária.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Na próxima semana...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Mas você já fez a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu acho que é uma sugestão....

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É um turno suplementar ao procedimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Jorge, pode ser pedido vista, mas temos de encerrar a discussão hoje. Pode ser pedida vista, mas a discussão, temos de encerrá-la hoje, para votarmos na terça-feira.

A minha opinião...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só uma coisa. Na verdade, nós, depois da reunião de hoje, ainda teremos mais duas semanas de trabalho. Então, se o Senador Jorge Viana não puder estar na próxima, isso não quer dizer que vai para o ano que vem. Ainda teremos mais duas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas isso inevitavelmente acontecerá, porque, na terça-feira que vem, teremos uma audiência pública com o Ministro Guido Mantega aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, não vamos deliberar.

Se todos e o Senador Jorge Viana, que trabalhou intensamente, estiverem de acordo... É absolutamente meritória a posição do Senador Jorge Viana, porque o Brasil está, desde 1988, arrastando a barriga com essa legislação das ZPEs.

A despeito disso, se o Senador Jorge Viana compreender, ele apresentaria o relatório, nós terminaríamos as discussões e, sem ser na terça-feira que

vem, na outra terça, nós votaríamos essa matéria. E aí atenderíamos também o Senador Aloysio Nunes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, essa matéria, como V. Ex^a já colocou agora de forma muito apropriada, se arrasta há muito tempo. Ela precisa ser votada, porque é de interesse do nosso País. Estamos aprimorando o processo de implantação das Zonas de Processamento de Exportação. O trabalho que o Senador Jorge Viana coloca em discussão, através do seu parecer, é importante.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira, como já foi colocado aqui, solicita que tenha oportunidade de estar presente na discussão. Acho que o que está sendo proposto é que o Senador apresente o seu parecer, que abramos a discussão e votemos na reunião, sem ser na próxima, na outra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, só queria fazer uma pequena observação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Poderíamos – conforme a orientação da Mesa, dei uma informação errada – postergar a apreciação desta matéria sem ser para esta terça-feira, para a outra, e faríamos a discussão, na outra terça-feira, da matéria, e votaríamos tudo, na outra terça-feira, seria dia 11 de dezembro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E se houver pedido de vista, na outra reunião?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Continua-se a discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho que é de bom senso, Sr. Presidente, estou de acordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não consegui compreender as orientações que recebi.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, vamos entender, para que possamos fazer a coisa sem problema.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para ajudar.

Salvo melhor juízo, o Regimento estabelece que, se tivermos pedidos de vista hoje, quando formos debater a matéria e deliberar sobre ela, não pode haver um novo pedido de vista.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pronto, mas temos que pedir hoje.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Tem que se pedir hoje, por isso que estou falando, e, na outra reunião, fazemos um acordo de debatermos e votarmos e aí tem que haver um entendimento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, a proposta, atendendo o Senador Jorge Viana e também as ponderações do Senador Flexa, pedindo-se vista, sem ser na próxima terça-feira, na outra, votaremos e deliberamos no dia 11 de dezembro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Aí o Senador Aloysio vai poder debater, vai usar seus argumentos e tentar ver se consegue os votos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, não vamos mais... Se o Senador Aloysio tiver outra agenda, aí, infelizmente, vai ser votado sem a presença dele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas é preciso que o Senador Jorge faça a leitura do parecer, para que seja pedida a vista.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O parecer tem que ser apresentado hoje e tem que ser pedido vista hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso, é preciso que ele apresente o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente. Então, Senador Jorge Viana apresentando o parecer, e o pedido de vista coletiva para, sem ser na próxima semana, mas no dia 11, Senador Eduardo Suplicy, votarmos com ou sem o Senador Aloysio Nunes.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito bem.

Sr. Presidente, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nº 1 a nº 11, nº 13 a nº 14 ao Substitutivo aprovado por esta Comissão ao Projeto de Lei do Senado Federal de nº 764, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, que altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo da Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências. Relatório, Sr. Presidente.

A Comissão realizou uma reunião, no dia 16 de outubro de 2012, e aprovou um Substitutivo de minha autoria ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 764, de 2011, caracterizado à ementa, o qual está sujeito a votação de um turno suplementar, que ora apreciamos, na forma do Regimento Interno. Feita a comunicação em Plenário, advieram as Emendas nºs 1 a 14. Todavia, pelo Ofício nº 949, de 2012, de 31 de outubro de

2012, o Senador Eduardo Suplicy solicitou a retirada da Emenda nº 12, de sua autoria.

Nesta oportunidade, estão em apreciação as referidas emendas, que se seguem:

Emenda nº 1 – Senador Armando Monteiro: suprime, no art. 1º, nova redação dada ao art. 18 da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

Emenda nº 2 – Senador Aloysio Nunes Ferreira: suprime, no art. 1º, da nova redação, todas sobre o mesmo tema.

Emenda nº 3 – Senador Aloysio Nunes Ferreira: suprime, no art. 1º, o §2º.

Emenda nº 4 – Senador Aloysio Nunes Ferreira: suprime, no art. 1º, o §10 da nova redação dada ao art. 6º.

Emenda nº 5 – Senador Aloysio Nunes Ferreira: suprime, no art. 1º, o §11.

Emenda nº 6 – Senador Aloysio Nunes Ferreira: suprime o art. 3º.

Emenda nº 7 – Senador Aloysio Nunes Ferreira: suprime o art. 3º.

Emenda nº 8 – Senador Eduardo Suplicy: altera, no art. 1º, a nova redação dada ao §4º.

Emenda nº 9 – Senador Eduardo Suplicy: suprime, no art. 1º, o §2º.

Emenda nº 10 – Senador Eduardo Suplicy: que também altera o art. 1º, o §10.

Emenda nº 11 – Senador Eduardo Suplicy: altera o art. 1º, o §11.

Emenda nº 13 – Senador Eduardo Suplicy: suprime o art. 1º.

Emenda nº 14 – Senador Eduardo Suplicy: dá nova redação ao art. 3º.

Da análise, Sr. Presidente.

Eu vou abreviar. O relatório é muito sucinto. Vai haver tempo, no pedido de vista coletiva, para uma apreciação. E volto a afirmar a V. Exª: tirando a emenda do nobre Senador Armando Monteiro, que é exatamente reproduzida nas Propostas de Emenda do Senador Suplicy e do Senador Aloysio Nunes, as demais emendas do Senador Aloysio Nunes e do Senador Suplicy tratam, boa parte delas, do mesmo tema e têm o mesmo objetivo. E aí, eu queria, então, ajudando no trabalho da Comissão, entrar direto no conteúdo desse debate.

As ZPEs foram criadas ainda no governo Sarney, por decreto-lei, e foram criadas doze ZPEs em 1988, Senador Armando. Depois, no governo do Presidente Itamar, foram criadas – e feitos agrupamentos – mais quatro ZPEs. Isso nos anos de 1993 e 1994. E, com a nova lei das ZPEs, de 2007, nós temos, hoje, 24 ZPEs.

E essa é uma matéria que o Brasil teima em não tratar com a devida atenção. Aqui está o mapa. Eu vou juntar as informações que reuni e encaminhar para

cada membro da Comissão, Sr. Presidente, citando cada Estado e o histórico de implantação das ZPEs ou das tentativas de implantação de ZPEs no Brasil. O Brasil inteiro está representado. São Paulo tem duas propostas de ZPEs, uma criada com a Lei 11.508, de 2007, e outra em fase de análise de proposta, para citar um Estado que tem uma posição política contra as ZPEs. Os demais Estados, praticamente todos eles têm propostas de criação de ZPEs, havendo no Norte, e especialmente no Nordeste brasileiro, uma presença muito forte dessa proposição.

O problema, Sr. Presidente, é que durante o período do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, essa matéria foi colocada de lado, e o Brasil, por 8 anos, se negou a debater as ZPEs. No governo do Presidente Lula, retomamos esse tema, e em 2007, criamos uma Lei.

Temos hoje um Conselho. O Conselho das ZPEs reúne seis ministros, seis ministros! Temos uma Lei, temos uma política definida, mas nós não conseguimos deliberar, fazer os ajustes necessários nessa Lei, para que elas possam ser implementadas. Porque quem está nos assistindo pode dizer: “mas então, se são 24 ZPEs, por que nenhuma é implementada?” Por conta de um debate como este que nós estamos fazendo aqui. Por conta dessa tentativa de se postergar, postergar, postergar e não deliberar sobre essa matéria. Acho que vale registrar aqui que 16 Sr^{as} e Srs. Senadores, na última oportunidade que tivemos de apreciar esta matéria, votaram por unanimidade o meu substitutivo, as alterações que propus.

Mas, cumprindo o Regimento, temos turno suplementar, e, agora, no turno suplementar, estou apreciando essas 13 emendas. Na minha proposição, as emendas são muito parecidas, o conteúdo delas e a argumentação, idênticos. O central debate é se vamos flexibilizar a regra de 20% do que se produz nas ZPEs obrigatoriamente serem destinados ao mercado interno ou se vamos flexibilizar, como já disse aqui o Ministro Fernando Bezerra, como já disse aqui no Senado o Ministro Fernando Pimentel, que eles acham que é inviável, tendo o mercado brasileiro tão atrativo, implementarmos as ZPEs sem aumentarmos pelo menos para 40% aquilo que pode vir a ser destinado para o mercado interno. E aí faço uma primeira ressalva, que é esclarecedora: qualquer destinação de produto produzido em ZPE para o mercado interno vai ter a mesma carga tributária das mercadorias produzidas fora das ZPEs.

Então, não tem risco de nós colocarmos em xeque a indústria nacional. Agora, não existe possibilidade de o nosso País disputar o mercado internacional sem o

mecanismo de ZPE naquilo que diz respeito aos produtos que saem dessas zonas.

A discussão nossa aqui pode ser feita, e uma melhor compreensão, quando vou para uma situação de análise. Com a situação dessas 14 emendas apresentadas, e eu estou aqui fazendo um rápido comentário.

As Emendas nºs 1, 2, que está escrita, e 13 objetivam manter os 80% do compromisso. As Emendas nºs 3 e 9 proíbem a aquisição, importação de bens de capital antes do alfandegamento. O problema é que o nosso País já pratica isso, não tem sentido. O nosso País já pratica; a Receita já garante isso. As Emendas nºs 4 e 10 proíbem a extensão de exportação ficta nas ZPEs. Isso já é uma prática absorvida pela Receita Federal. O que estamos trazendo aqui tem o aval da Receita Federal do País porque uma das alegações é de que para a Receita seria difícil separar o que são mercadorias advindas das ZPEs e fora delas. As Emendas nºs 5 e 11 retiram a possibilidade de usar *tradings* como intermediárias para as exportações. Gente, o mundo inteiro faz isso! A Emenda nº 6 impede o acesso a benefícios de incentivos previstos para atividades exportadoras para as demais empresas brasileiras. A Emenda nº 7 proíbe a criação de filiais fora das ZPEs. Isso é possível de separar. Consultamos a própria Receita também. A Emenda nº 8 estabelece prazo de 30 dias – é do Senador Suplicy –, para o conselho das ZPEs levar o compromisso, mudar e fazer as alterações.

E, conforme a detalhada análise que faço no meu relatório, neste parecer, as alterações propostas por essas emendas impedem que as ZPEs tenham a competitividade necessária. A Senadora Lídice se dedicou, o Brasil não pode criar um instrumento que é inviável para disputar com China, com Costa Rica, com Argentina, com México, para citar alguns vizinhos e para não me prender aos países asiáticos. Para atrair investimentos que possibilitam o desenvolvimento e a geração de emprego nas regiões menos desenvolvidas, está na Constituição que temos que criar mecanismo de diminuir as desigualdades regionais. As ZPEs vão nos ajudar nisso, sem nenhum prejuízo para a indústria nacional. Sou, por esse aspecto, um nacionalista também. O que a indústria nacional precisa é de apoio, de força, para enfrentar o problema de câmbio, o problema de concorrência, que tem sido desleal para nós em muitos aspectos. Bem, cabe lembrar que, em meados da década de 70, havia 80 ZPEs em 30 países, gerando cerca de US\$6 bilhões em exportações e 1 milhão de empregos.

Vejam, meus queridos amigos, colegas Senadores, em 2006 já tinham 3.500 ZPEs no mundo, em 130 países, gerando R\$600 bilhões e gerando 66 milhões

de empregos. Ora, nesse período todo, o Brasil ficou absolutamente fora disso.

Vou repetir: da década de 70 até 2006 – esse número já está superado, óbvio, porque estou falando de 6 anos atrás –, o mundo, em 2006, produzia US\$600 bilhões em exportações e gerava 66 milhões de empregos. E o Brasil fora disso.

Vale mencionar o exemplo da ZPE na China, onde atualmente existem 187 zonas especiais. A contribuição das Zonas para Exportação chinesa é estimada em 23%. Os empregos diretos são 50 milhões – na China. E nós do Brasil não deliberamos.

Então, Sr. Presidente, para ajudar nos trabalhos, peço vênha aos colegas e a compreensão. Vou tirar uma cópia do material que tenho, fazer chegar às mãos de cada colega Senador, porque V. Ex^a está nos dando 2 semanas. E eu leio o meu voto, para encerrar a minha contribuição nessa matéria, já que ela foi apreciada por unanimidade, com 16 votos, no primeiro turno.

Em face do exposto, voto pela rejeição das Emendas n^{os} 1 e 2, 4 a 6, 8, 10, 11, 13 e 14; e aprovação parcial das Emendas – aí são emendas de autoria do Senador Suplicy e do Senador Aloysio Nunes – n^{os} 3, 7 e 9, na forma das seguintes subemendas. E relaciono aqui as subemendas, que acompanham o meu parecer.

Então, esse é o meu voto, já que foi pedido vista.

O debate, a discussão não acontecerá hoje. Penso que assim se economiza tempo. E tempo aqui é precioso, tendo em vista a extensa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Queria só fazer uma solicitação. Como vamos ter 2 semanas e vamos fazer a discussão daqui a 15 dias – porque está muito difícil manter o quórum e eu tenho mais matérias terminativas –, se começarmos a nos estender demais nessa matéria, já ficou prejudicada, porque não podemos hoje, se ampliarmos, vai prejudicar as outras matérias também. Então, pediria para encerrarmos esse assunto e partir para os demais itens, porque está difícil manter o quórum.

E mais, depois, teremos mais uma reunião para discutirmos as emendas de comissão, brilhantemente relatadas pelo Senador Cyro Miranda e já analisadas pelo Relator-Geral do Orçamento, Senador Romero Jucá.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, rapidamente, só uma justificativa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer o entendimento do Senador Jorge Viana. Em respeito às observações de V. Ex^a, então, vou deixar a argumentação da substância do projeto para daqui a 2 semanas, Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice, por favor.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, para agradecer a relatoria e a defesa do Senador Jorge Viana, agradecer o encaminhamento dado pelo Líder do Governo, o Senador José Pimentel, e V. Ex^a, em acordo com toda a Comissão, para que possamos transferir essa discussão e votarmos no dia 11.

Além tudo quero justificar, Sr. Presidente, a minha ausência. Eu soube há pouco que vinha para a pauta e tive que comparecer, infelizmente, ao enterro de um grande companheiro, o ex-Deputado Sérgio Miranda. Correndo, vim para assistir à definição. Ainda bem que transferimos. Então, quero agradecer a V. Ex^a.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata. Passamos ao item 11:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2008

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas n^{os} 1, 2, 3 e 4-CDR;

2. Em 20/10/2009, foi realizada audiência pública para instruir a matéria;

3. Em 1/12/2009, a Comissão aprovou parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação, a fim de que o Projeto de Lei Complementar fosse alterado para projeto de Lei Ordinária;

4. Em 20/11/2012, foi concedida vista coletiva.

Solicito aos Senadores que permaneçam aqui, porque vamos votar rapidamente agora. Portanto, pergunto ao Relator se ele tem mais alguma observação a fazer.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, Sr. Presidente, por mim, podemos levar a voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o Relatório já foi lido.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senador e Senadora que queiram discutir, em votação. Votação nominal.

Senador Eduardo Suplicy. É o item 11.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, “sim”. Aliás, pela rejeição.

Senador José Pimentel, voto conhecido.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Fora do microfone.)* Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator, que é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, pela rejeição.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Conversei muito com o Relator Pimentel. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”, com o Relator. Com o Relator, Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Contra o Relator. Um voto contra.

Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu voto contrariamente ao...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Contrário também, contrário ao Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Contrário ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Treze votos NÃO e dois SIM.

Portanto, rejeitado.

A Comissão rejeita o projeto.

Item 12. O Relator da matéria, Senador Walter Pinheiro, pede que seja retirada de pauta para reexame.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2009

– Terminativo –

Institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica – REINFA e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação do projeto e, ainda, pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5-CI, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5 – CI.)

Vamos ao item 13 agora.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2011

– Terminativo –

Altera o art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, para considerar como operacionais as despesas de capacitação de empregados, para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto da nobre Senadora Vanessa Grazziotin altera o art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, para considerar como operacionais as despesas de capacitação de empregados, para fins de apuração do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.

Esse projeto supre, Sr. Presidente, uma lacuna, inclusive do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que reserva às empresas apenas o papel de poderem acessar o financiamento através do Fies, mas não oferecem qualquer incentivo fiscal.

Portanto, creio que para esse esforço que o Brasil tem que promover no sentido de vencer este *gap* que nós demos, essa defasagem que nós temos na área de formação de recursos humanos, de qualificação da nossa mão de obra, tem-se que oferecer às empresas a possibilidade de deduzir despesas, que são cada vez mais elevadas. As empresas despendem cada vez mais recursos em programas de capacitação e treinamento.

Portanto, Sr. Presidente, é indiscutível o mérito da proposta.

Para abreviar aqui o nosso relatório, gostaria de dizer que voto com muita convicção pela aprovação do projeto.

O nosso parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro, pela objetividade, pelo relatório sucinto que apresentou.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senador e Senadora que queiram discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Senador Eduardo Suplicy, como vota V. Ex^a?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Romero Jucá.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.
Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.
Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.
Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.
Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.
Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.
Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.
Senador Armando Monteiro, voto conhecido.
Projeto altamente louvável.
São 14 votos SIM.

Portanto, aprovado. A Comissão aprova o projeto.
Item nº 14. Foi solicitada a sua retirada de pauta pelo Senador Gim, para reexame.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, de 2012

– Terminativo –

Concede isenção da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidente sobre veículos utilizados no transporte coletivo de passageiros.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação do projeto.)

O item 15. Requerimento apresentado pelo Senador Lindbergh Farias, em que S. Ex^a solicita a retirada para combinar com o Banco Central uma data mais propícia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Banco do Brasil e Caixa Econômica, para combinar a data.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão, com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, para combinar uma data mais propícia.

Portanto, retirado de pauta o item 15 por solicitação do autor, Senador Lindbergh Farias.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 45, de 2012

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Aldemir Bendine, e com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda, para debate dos recentes planos de redução de juros aos correntistas lançados pelos bancos que presidem.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.)

Eu gostaria também, aqui, de aproveitar a oportunidade e, fugindo um pouco dos atos, do nosso Ato nº 1 da Comissão de Assuntos Econômicos, apresentar para votação em caráter excepcionalíssimo três requerimentos, até porque hoje houve uma reunião com o Ministro Guido Mantega.

Nessa reunião, foram discutidas a questão dos incentivos, a questão da dívida dos Estados e também a questão do FPE. Foram chamados os Líderes dos partidos da base do Governo. Evidente que essa discussão envolve base, oposição, todos os Senadores especialmente na Comissão de Assuntos Econômicos, que é a comissão por onde tramitam esses projetos e, mais do que nunca, o Senado, que é a Casa da Federação.

Hoje, encaminhamos que teríamos, na próxima terça-feira, audiência pública com o Ministro Guido Mantega, às 10h, onde ele falaria sobre esses temas. E, aproveitando que, na próxima semana, também haverá uma reunião do Confaz, presidida pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, nós, na terça-feira seguinte, dia 11, teríamos uma pequena pauta deliberativa e, depois, faríamos uma audiência pública com secretários de Fazenda das cinco regiões do País e com o Secretário Executivo Nelson

Barbosa. E, na mesma semana, também faremos uma audiência pública com as indústrias, especialmente para discutir essa questão do ICMS.

Então, eu queria pedir aos senhores... Vou ler os requerimentos e, se todos estiverem de acordo, mesmo contrariando o ato, e como é um tema fundamental... Alguns, inclusive, o Senado precisa já começar a discutir, porque há providências até de caráter jurídico, porque o STF julgou inconstitucionais o FPE e os incentivos dados pelos Estados, que aprovavam nas assembleias, mas não aprovavam os incentivos no Confaz por razões óbvias, que todos nós aqui sabemos muito bem – pelas dificuldades do processo de unanimidade no Confaz e o veto de especificamente um Estado da nossa Federação.

Portanto, eu vou ler rapidamente aqui os requerimentos e gostaria, se todos estiverem de acordo, de quebrar excepcionalmente aqui o ato que aprovamos para processar os requerimentos apresentados pelos Senadores e Senadoras.

Se todos estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Eu vou ler rapidamente os requerimentos.

Primeiro requerimento:

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2012 – CAE

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública, tendo como convidado o Exm^o. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Senador Guido Mantega, para discutir a proposta da equipe econômica do Governo Federal em relação à alíquota do ICMS cobrado nas operações interestaduais e a questão das dívidas dos Estados.

Queria só fazer o registro de que, na reunião de hoje, também pedimos – a Ministra Ideli estava presente – para acelerar, e o Senador Eduardo Braga fez essa ponderação para acelerar o projeto do *e-commerce*, porque quando nós votamos o Projeto nº 72, nós falamos aqui do serviço da dívida dos Estados, dos indexadores e dos alongamentos, e falamos do *e-commerce* também. Aprovamos, demos celeridade, e a Câmara não coloca em votação esse projeto que é fundamental para os Estados brasileiros e estão naquela discussão do projeto de resolução de autoria do Senador Romero Jucá, o Projeto de Resolução 72.

Portanto, coloco em votação esse requerimento.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O Ministro Guido Mantega estará aqui na próxima semana, no dia 4 de dezembro, para a audiência pública.

Outro requerimento:

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2012 – CAE

Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública para discutir a proposta da equipe econômica do Governo Federal em relação à alíquota do ICMS cobrado nas operações interestaduais e a questão das dívidas dos Estados, com os seguintes convidados:

1. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO – Presidente do Confaz;
2. JÁDER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul;
3. LUIZ CARLOS HAULY – Secretário de Fazenda do Estado Paraná;
4. RENATO AUGUSTO ZAGALLO VILLELA DOS SANTOS – Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro;
5. PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA – Secretário de Fazenda do Estado de Pernambuco;
6. JOSÉ BARROSO TOSTES NETO – Secretário de Fazenda do Estado do Pará.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria para incluir o Secretário do meu Estado, Simão Cirineu, que já foi do Maranhão, de Minas e é oriundo do Banco Central. É uma pessoa que milita há muito mais tempo do que qualquer um desses Secretários. Eu pediria essa gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro, o critério que nós adotamos foi o critério por região. Então, foi escolhido um Secretário de Fazenda por região, quealaria pelos demais Secretários.

Região Sudeste, o do Rio de Janeiro, Renato Vileta dos Santos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E o do Centro-Oeste?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pelo Nordeste, o Secretário de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; pela Região

Norte, José Barroso Tostes Neto, do Estado do Pará; e o presidente do Confaz.

Portanto, eu só pediria, Senador Cyro...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E o do Centro-Oeste?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O do Centro-Oeste é o Secretário Jader Julianelli Afonso, do Mato Grosso do Sul. E por que foram escolhidos? Porque o entendimento é que, na Região Centro-Oeste especificamente, o Mato Grosso do Sul, talvez em função dessa proposta que vai ser apresentada, é o Estado mais prejudicado.

Portanto, o Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É que, nesse critério decidido e definido, que me parece muito adequado, há uma questão também em relação ao meu Estado, porque não há Estado mais alvejado por essas mudanças pretendidas e propostas do que o Estado do Espírito Santo.

O Estado do Rio de Janeiro não tem a mesma situação do Estado do Espírito Santo. O Estado do Rio de Janeiro, por ser ao mesmo tempo um Estado produtor e consumidor, tem uma característica muito próxima aos Estados de Minas Gerais e de São Paulo. Essa não é uma característica do Estado do Espírito Santo.

Então, o que eu quero propor aqui, pedindo vênia a V. Ex^a, é que nós pudéssemos substituir o Secretário de Estado do Rio de Janeiro pelo Secretário de Estado do Espírito Santo, porque nós estamos perdendo na Resolução 13. Além disso; nós estamos perdendo.... Ainda há uma expectativa de que a Presidenta Dilma possa vetar, mas estamos perdendo no debate dos *royalties*. E nós perdemos um quarto da nossa arrecadação nessa proposta encaminhada pelo Ministro Guido Mantega.

Então, eu peço vênia a V. Ex^a e peço solidariedade aos colegas da Comissão, para que nós possamos trazer para esse debate o Secretário Maurício Duque, do Espírito Santo, em que pese, naturalmente, a legitimidade de trazer o Secretário do Rio de Janeiro. Mas a posição do Rio nessa questão é mais ou menos igual à do Secretário Andrea Calabi, de São Paulo.

Então, peço vênia a V. Ex^a para que possamos trazer o Dr. Maurício Duque, do Espírito Santo, para que a questão do meu Estado seja tratada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, eu só queria fazer uma observação: esses nomes foram encaminhados diretamente pelo Confaz, pelo Secretário Nelson Barbosa.

Portanto, eu sugeriria o seguinte: nós votarmos essa proposta e, se for feita alguma adequação, nós ajustaríamos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, Sr. Presidente. Acho que o Secretário pode recomendar, mas o Plenário é que foi...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas foi um consenso os nomes do próprio Confaz. É por isso que nós...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas consenso com quem? O consenso tem que ser colocado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por Secretários de Fazenda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sei, meu caro, mas o consenso tem que ser entre nós, Senadores, e não com Secretário de Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não, Senador Ferraço. É porque o conceito que foi ajustado é um por região.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Um por região. E esse que seria o indicado falaria pela região. Foi o que acabei de falar com o Senador Cyro Miranda, no caso do Centro-Oeste.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente, estou entendendo V. Ex^a. O problema é que o Estado do Rio de Janeiro tem uma situação muito próxima à do Estado de São Paulo e de Minas Gerais, que não é uma situação característica do meu Estado. Então, quem vai falar pelo meu Estado? O Sudeste é uma região que tem contradições. Não é uma região homogênea. A situação do Rio não é a situação do Espírito Santo. Então, não posso permitir ou não posso conceber – permitir não é a palavra – que num debate como este o meu Estado não possa ter voz. Acho que estamos aqui para defender os Estados Federados. Se o Estado do Rio de Janeiro pudesse ter uma posição parecida com a do meu, eu não estaria aqui levantando qualquer tipo de posicionamento, mas não é.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou fazer...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu queria propor aqui uma solução salomônica. Acho que nós podíamos... Essa relação é uma sugestão. A posição do Confaz de um de cada região também é uma sugestão. Eu queria que nós acatássemos a sugestão,

mas que incluíssemos, sem retirar o Rio de Janeiro, o Secretário do Espírito Santo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro. É isso que estou solicitando, mais nada...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Como representante dos Estados que estão perdendo muito, independentemente de região. Acho que poderia colocar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Santa Catarina será representada pelo Espírito Santo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, acho que nós...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O Estado de Goiás também se sente representado pelo Espírito Santo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Seria mais um representante só e atenderíamos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram, com a inclusão do Secretário Maurício Duque, do Espírito Santo. *(Pausa.)*

Agora, vem o Senador Suplicy dizer que quer o de São Paulo, Calabi, também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É verdade. V. Ex^a, com muita propriedade... Encaminho à Mesa sugestão de que também possa ser acrescentado o Secretário Andrea Calabi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – As posições do Governo de São Paulo são bastante conhecidas. O Secretário Calabi já veio muitas vezes aqui à CAE.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, quando é que vamos tomar conhecimento desse relatório, porque até agora estamos discutindo uma coisa que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Que relatório?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Relatório, não. Perdão, a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A proposta vai ser apresentada, Senador Cyro Miranda, na terça-feira, pelo Ministro Guido Mantega.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Guido Mantega, certo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É uma proposta do Governo para ser discutida na Casa?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É uma proposta do Governo, que já foi apresentada aos governadores de Estado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim. E que saíram de lá decepcionados, a grande maioria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu não sei porque não conversei com os governadores, mas essa é a proposta que vai ser apresentada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas eu conversei. Está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação.

Aqueles...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, de qualquer maneira, encaminho, quem sabe possa ser apreciado na próxima terça-feira, mas o requerimento, regimentalmente, encaminho à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Regimentalmente, V. Ex^a pode encaminhar. Merecerá uma atenção especialíssima.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ainda mais que muito possivelmente o Secretário Calabi trará grandes novidades aqui, especialmente no que se refere ao posicionamento de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem sabe se ele estiver de acordo em ser representado pelo Secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, aí tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Segundo o Senador Romero Jucá, já é uma posição da Fazenda.

Portanto, aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de audiência pública, com a inclusão do Secretário de Fazenda do Espírito Santo, no dia 11 de dezembro, às 10h, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Dia 4 ou 11?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – No dia 4 é o Ministro Guido Mantega. No dia 11, os Secretários de Fazenda, que já vão discutir mais aprofundadamente o que o próprio Ministro Guido Mantega vai apresentar aqui na terça-feira, dia 4 de dezembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, aproveitando o aditamento para audiências públicas, permita-me fazer mais um. Está prevista nesta Comissão de Assuntos Econômicos uma audiência pública destinada a instruir o PLC nº 103, de 2012, que aprova o Plano Nacional de Educação, que, salvo melhor juízo, tem inclusive data marcada.

Com a devida vênua de V. Ex^a e dos demais membros desta Comissão, quero sugerir a apreciação do requerimento de nossa autoria que está na Ordem do Dia para inclusão nessa audiência pública do Sr. Daniel Cara, que é Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O requerimento já se encontra na pauta e eu, com a devida aquiescência de V. Ex^a, venho os colegas da Comissão, solicito sua apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Próximo requerimento:

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2012 – CAE

Requeiro, em aditamento, de acordo com o disposto no art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Assuntos Econômicos, de acordo com os termos constantes dos Requerimentos nºs 41, 42 e 43-CAE, destinada a instruir o PLC 103, de 2012 que “aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências”, também tenha a presença do Sr. DANIEL CARA, Coordenador da Campanha Nacional Pelos Direitos à Educação.

Essa audiência pública vai se realizar quinta-feira.

Portanto, é só acrescentar um nome. Não é discussão de mérito.

Aqueles Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por último, eu só vou fazer a leitura do próximo requerimento.

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2012 – CAE

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Assunto Econômicos – CAE, audiência pública, tendo como convidado o Exmº Sr. Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, ADAO MAGNUS MARCONDES PROENÇA, para discutir as vantagens do frete hidroviário no Brasil,

apresentar projeto da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária, com sugestão de construção das hidrovias, além de apresentar um modelo de gestão idealizado.

Agora, o requerimento do Senador Suplicy.

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2012 – CAE

Venho requerer seja também convidado o Secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, para o debate sobre o ICMS, em 11 de dezembro.

Seguindo os Atos:

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2012 – CAE

Nos termos do § 1º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o inciso III, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convidada a Senhora Ministra do Meio Ambiente, IZABELLA TEIXEIRA para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2012 – CAE

Nos termos do § 1º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o inciso III, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convidado o Senhor Ministro das Cidades, AGUINALDO VELLOSO BORGES RIBEIRO para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, só para registrar. Sobre esses dois requerimentos, o pedido é que nós façamos uma audiência pública junto com a Comissão de Meio Ambiente. Por quê? Nós temos um prazo. Nós aprovamos a Lei de Resíduos Sólidos, que dá prazo até 2014 para implantação efetiva de uma nova ação de coleta de lixo, de fins dos lixões e tudo o mais.

Eu tenho defendido que o Governo Federal execute um pacto de resíduos sólidos no sentido de dar suporte às médias e pequenas prefeituras, porque as grandes prefeituras têm estrutura para efetivamente refazer essa questão da coleta de lixo domiciliar, seletiva e tudo o mais. As médias e pequenas não têm.

Então, a ideia é ouvir, tanto no componente ambiental, como no componente econômico, a questão do resíduo sólido. Essa nova sistemática é complexa e prevê uma série de medidas de coleta de material, de

seletividade de material, de tratamento diferenciado. Então, a ideia é que se faça, no momento oportuno, uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, para nós discutirmos com a Ministra Izabella e com o Ministro Aguinaldo, que está responsável por essa questão dos resíduos sólidos, uma política efetiva e os ajustes que forem necessários fazer, inclusive com a indicação do Governo de linhas que possam financiar a efetiva implantação dessa política.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Nós votaremos esse requerimento, seguindo o ato desta Comissão, na próxima semana.

Quando abriram a 55ª Reunião, não aprovaram as Atas das Reuniões nºs 52 e 54.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Por mim, está aprovado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – As atas estão aprovadas.

Serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu ainda requeiro a V. Exª, se for possível. Há um requerimento de minha autoria solicitando uma medida muito simples, que é a devolução de um PLS que teve ultrapassado todos os prazos possíveis de vista em qualquer circunstância regimental.

Então, gostaria que a gente pudesse apreciá-lo, se for da conveniência de V. Exª também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A solicitação de V. Exª é uma ordem. Portanto, vou ler aqui o requerimento.

Item... :

REQUERIMENTO Nº 53 , DE 2012 – CAE

Requeiro, nos termos dos arts. 214, inciso III; 132, parágrafo 1º e 118, inciso II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão na Pauta desta Comissão, para apreciação, do PLS 138 de 2011, que altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação, de minha autoria, cujos prazos regimentais de apreciação de matéria pela Comissão e de pedido de vista, já se expiraram.

Muito bem, Senador Inácio.

Só queria registrar aqui também que nós vamos ter na quinta-feira, às 10 horas...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Está aprovada a solicitação?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não. Eu só li, e nós vamos aprovar na próxima semana, dentro do que os Atos determinam.

Reunião às 10 horas, quinta-feira, dia 29 de novembro, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O assunto da audiência pública é instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

São os Requerimentos nºs 42 e 52, de 2012, do Senador José Pimentel e da Senadora Ana Amélia, respectivamente, e a reunião é destinada à instrução da matéria relativa ao PLC nº 103.

Convidado o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

Depois, às 14 horas, haverá mais uma audiência pública das mesmas Comissões, sobre o mesmo assunto, tendo como convidados:

1. Maria Nilene Badeca da Costa, Secretária de Educação do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, à qual eu cumprimento;

2. Célia Maria Vilela Tavares, presidente da Região Sudeste União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime);

3. Carlos Edilson de Almeida Maneschy, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes);

4. Arnaldo Augusto Ciquielo Borges, reitor do Instituto Federal de Educação e Ensino de Tecnologia de São Paulo (IFSP);

5. Mariza Abreu, consultora em educação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM);

6. Daniel Iliescu, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE);

7. Manuela Braga, presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes);

8. Helena Bonciani Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Incluímos também o Sr. Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelos Direitos da Educação, cujo nome aprovamos agora em caráter excepcional, porque a audiência pública vai se realizar na quinta-feira.

Haverá uma audiência pública às 10 horas, com o Ministro Aloizio Mercadante, e a outra audiência pública, para instruir o PLC 103, às 14 horas, da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu já expliquei ao Senador Inácio Arruda: nós vamos seguir o ato, e, na próxima semana, nós aprovaremos o requerimento de V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É que, na verdade, esse tipo de requerimento não está previsto naquele ato, mas o que abunda não prejudica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Votaremos, Senador Inácio, na próxima semana.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos seguir a orientação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado pela compreensão.

E dou por encerrada a presente reunião, e vamos abrir a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Iniciada às 10 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 12 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e sete de novembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Wellington Dias, Jorge Viana, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Marco Antônio Costa e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Roberto Requião, Lobão Filho, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Antonio Russo e João Ribeiro. A Presidência declara aberta a Reunião, dando início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 24/2012-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2013 (PLOA/2013), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Cyro Miranda, o qual esclarece que foram apresentadas cinquenta e oito emendas, de autoria dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Lindbergh Farias, Romero Jucá, Valdir Raupp, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Wellington Dias, Cyro Miranda e Inácio Arruda. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Inácio Arruda, Cyro Miranda, coordenador das emendas, e Waldemir Moka. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão

aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Apropriação ao PL nº 24/2012-CN, **Emenda nº 1 – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas – Valor R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); Emenda nº 2 – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério da Fazenda – Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas – R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); Emenda nº 3 – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Promoção do Desenvolvimento Industrial – R\$ 128.000.000,00 (cento e vinte e oito milhões de reais); e Emenda nº 4 – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores – R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais).** Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência dispensa a leitura da Ata da presente Reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos

Vamos agora apreciar as emendas de Comissão.

Nós encerramos a reunião passada, deliberativa, e agora vamos deliberar sobre as emendas de Comissão apresentadas pelos Senadores e Senadoras.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para apresentar o relatório referente às emendas de Comissão apresentadas pelos Senadores e Senadoras.

Senador Cyro Miranda com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente desta reunião.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é uma pena que nós não tenhamos começado a nossa reunião, como de praxe, às 10 horas. Então, os Senadores ficam impacientes, e ficamos segurando o quórum na marra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só queria registrar que ela começou depois das 10 horas exatamente porque várias lideranças e eu fomos convocados para uma reunião no Ministério

da Fazenda. Por isso é que ela não começou pontualmente, britanicamente às 10 horas da manhã.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não é crítica, não. Estou dizendo que é uma pena, o senhor está apenado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 e 45, desta Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei orçamentário para 2013, a LOA de 2013, e Projeto de Lei nº 24, de 2012, do Congresso Nacional. Encontram-se sob análise deste plenário 58 propostas emendas, elaboradas pelos Senador José Pimentel, Senador Humberto Costa, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Lindbergh Farias, Senador Romero Jucá, Senador Valdir Raupp, Senador Delcídio do Amaral, Senadora Ana Amélia, Senador Flexa Ribeiro, Senador Waldemir Moka, Senador Eduardo Braga, Senador Vital do Rêgo, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Lídice da Mata, Senador Wellington Dias, Senador Cyro Miranda e Senador Inácio Arruda.

As propostas contemplam programações orçamentárias variadas, ao abrigo dos órgãos que compõem a subárea temática desta Comissão, nomeadamente o Ministério da Fazenda, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Todas as propostas estão relacionadas em quatro anexos a esse parecer, no qual se discrimina o número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão de Assuntos Econômicos, o tipo de emenda, a esfera orçamentária, a unidade orçamentária, a descrição da programação e valor proposto e o autor.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o número máximo de quatro emendas desse tipo reservadas a Comissão de Assuntos Econômicos. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação. As emendas foram analisadas a partir dos fundamentos estritamente técnicos colhidos na legislação do Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Assim como no parecer preliminar, subsidiariamente a Resolução nº 1, o parecer preliminar traça

regras procedimentais para confecção, apresentação e admissibilidade das emendas.

Do voto.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, de que elas mantivessem estrita relação com a competência desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro fundamento foi o de que a proposta representasse interesse nacional. As Emendas nºs 9, 10, 17, 23, 13, 22, 57 e 58 representam interesses regionais. Os benefícios de qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou localidade específica.

Vale apontar, quanto à observância dos limites representados nessa subárea temática, haver uma exceção resultante da proposta destinada à programação do Ministério da Integração Nacional, Emenda nº 35. Portanto, não podemos acatá-la.

Podemos afirmar que todas as emendas exigiram grande mérito. Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA de 2013, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento: Emenda nº 30, que abrange as Emendas nºs 1, 2, 6, 15, 21, 24, 36, 42, 46 e 51; Emenda nº 7, que abrange as Emendas nº 25, 37 e 56; Emenda nº 44, que abrange as unidades orçamentárias das Emendas nºs 5, 8, 14, 18, 32 e 53; e Emenda nº 49, que abrange as unidades orçamentárias das Emendas nºs 28 e 40.

Relembramos à Comissão que as emendas devem se fazer acompanhar de ata desta reunião, a qual especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala de Comissão, 27 de novembro de 2012.

Senador Presidente Delcídio do Amaral e este que vos fala como Relator, Cyro Miranda.

Era o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda, pela presteza. V. Ex^a já está se tornando o coordenador permanente das emendas ao orçamento da Comissão de Assuntos Econômicos, sempre com muita competência e espírito público.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para louvar a competência do Senador Cyro Miranda, dizer que nós fizemos uma análise das emendas, todas se enquadram.

Nós fizemos uma análise das emendas e todas se enquadram na questão da visão nacional, todas são programas importantes, que podem permear Estados e Municípios. Portanto, tem capilaridade, podem realmente reforçar a questão da atividade econômica nas nossas regiões.

O meu parecer é favorável; voto acompanhando com louvor o relatório do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

A matéria continua em discussão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu não quero dar um parecer sobre as emendas apresentadas e analisadas pelo Senador Cyro Miranda, mas eu quero levantar uma discussão que nós travamos nesta Comissão e, em seguida, na Comissão Mista que tratou da medida provisória que permitiu a aprovação de um aporte ao BNB e ao Basa, R\$5 bilhões para o BNB e R\$1 bilhão para o Basa, sobre a questão do caráter nacional das emendas. As minhas duas emendas foram consideradas prejudicadas em face da ideia de que elas não teriam o caráter regional porque estavam destinadas a atender a uma solicitação regional.

Ora, todas as questões relativas ao Centro-Oeste, ao Norte, Nordeste, Sul e ao Sudeste são nacionais; elas não podem ser enquadradas nessa ideia de que elas não representam o interesse nacional. E mesmo que fossem absolutamente regionais, elas não encontrariam restrições na resolução adotada por nós na Comissão Mista de Planos e Orçamento. Então, não existe essa restrição legal. Acho que, talvez, os valores apresentados sejam demasiados. Quando se olha, se diz: “Não, vamos garantir R\$2 bilhões para o Banco do Nordeste e R\$500 milhões para o Basa.” Quer dizer, o valor pode ser assustador para o nosso relator, que é acostumado... Não o Senador Cyro Miranda, mas o relator-geral do Orçamento. Ele deve olhar e dizer assim: “Estou com valores tão restritos na mão, como é que eu vou garantir essa aprovação?”

Mas ela tem um sentido. Esses bancos que nós estamos discutindo, o BNB e o Basa, são bancos muito importantes para o Brasil. Eles são bancos localizados e destinados a fazer empréstimos nessas regiões especificamente, podendo agir em outras regiões, mas especificamente nessas regiões, mas eles atendem a esse caráter nacional da política nossa, no nosso País.

Então, para a gente não colocar uma restrição de que, sendo do Banco do Nordeste ou sendo do Basa,

não é nacional. Sinceramente, não é possível ir por aí. É possível pela argumentação de que nós temos outra prioridade; são valores muito grandes que a Comissão, o relator – nem o relator setorial, nem muito menos o relator-geral encontrariam maneiras de atender, e isso causaria um prejuízo a outra emenda possível de ser atendida. Mas elas são emendas de caráter nacional sim, porque o Banco do Nordeste é um banco nacional: Banco do Nordeste do Brasil! Então, ele é nacional.

Então, que a gente tenha a ideia de que a nossa luta é para conseguir esse objetivo. Se não vamos conseguir via orçamento fiscal, que é o mais importante – e digo isso, Senador Cyro Miranda, porque se nós fizemos um aporte apenas com a venda de títulos do banco, nós vamos criar também uma dívida para o banco, e uma dívida nacional, não vai ser uma dívida só do Nordeste, não, vai ser uma dívida nacional. Se nós conseguir qualquer recurso via orçamento fiscal, esse é um aporte, digamos assim, que é o que a gente tem feito. O que nós fizemos com a Petrobras? Nós fizemos foi um aporte do Tesouro Nacional. Não teve esse negócio de título da Petrobras, não. Foi aporte grande, significativo.

Então, acho que temos que reforçar essas instituições nossas, que têm esse caráter de resolver problemas dessas regiões, tendo em conta o interesse nacional, evidentemente. Que a gente não crie essa restrição, porque ela não existe de forma impeditiva para todos nós se nós considerarmos um banco com as dimensões do Banco do Nordeste e do Basa. Se eles não estão inseridos no contexto nacional... Claro, essas duas instituições, eu as considero de grande interesse nacional. Elas são nacionais. Elas não são localizadas apenas para o interesse da nossa Região especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Estou dizendo que eu não tenho mais o que fazer. Eu vou acompanhar V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda, eu não tiro o mérito, e o Ceará está muito bem representado com a sua posição aguerrida em defesa dos interesses do Nordeste. Mas nós, como Relator, temos que nos amparar em alguns critérios. Primeiro, que seja inerente a esta Comissão. Segundo, em cima da Resolução, que nos diz aqui, sobre as emendas de comissão, no §2º: “ter caráter institucional e representar interesse nacional, observando o dispositivo do art. 47, incisos II e V, vedada a destinação a entidade privada, salvo se completarem programação constante do projeto”.

Nós também nos recorremos – eu quero agradecer muito – ao Senador Romero Jucá, que é o Relator-Geral, que passou um pente fino, para que a gente não perdesse essas emendas. Agora, eu tenho certeza de que o Relator-Geral do Orçamento vai encontrar uma saída para que o Nordeste não fique desprestigiado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É o que eu espero.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Agora, realmente, isso iria dar um problema grande, e nós iríamos perder. Nós só temos quatro emendas, além do que nós procuramos também que a maioria dos propositores fosse reconhecida no acolhimento das emendas. Então, fiquei impedido.

Ontem à noite, quando V. Ex^a me ligou, eu fiquei animado.

Mais do que ninguém, eu gostaria de aprovar, mas existem algumas limitações. O Senador Romero Jucá provavelmente vai arrumar uma saída.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. Porque não há objeção quanto ao fato de se tratar de interesse nacional. Pelo contrário. As duas, tanto a minha, quanto a de V. Ex^a, têm absoluto interesse nacional. Lógico!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A assessoria do Senado não tem esse parecer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quem decide são os Senadores.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas para corroborar com o debate, primeiro registrar a importância do pleito do Senador Inácio Arruda. É fundamental ampliar o capital do Basa e do Banco do Nordeste. Aliás, nós já explicitamos isso politicamente aqui, porque nós aprovamos uma medida provisória que virou lei...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. Exatamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ...que aprovou o aumento de capital.

Então, o Governo já está autorizado, já há uma legislação que define esse aumento de capital. O Governo não fez ainda por outras questões.

Como esse aumento de capital é discricionário do Governo, a gente não pode obrigar o aumento de capital. Na verdade, o Senador Inácio Arruda sinaliza politicamente mais uma vez sobre a importância, mas eu registro que nós aprovamos essa emenda seria, de certa forma, inócuo, porque, para, se ter uma ideia,

todos os relatores setoriais juntos, das 10 áreas temáticas, têm, para aprovar todas as emendas, R\$5 bilhões.

Então, o valor da emenda do Senador Inácio Arruda é o valor de todos os relatores setoriais somados

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quase.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É o maior recurso que já se teve. Ano passado houve menos recursos. Eu estou descentralizando mais recursos para os relatores setoriais do que no ano passado, mesmo numa conjuntura em que o orçamento é menor e tem menos recursos. Então, na verdade, nós estamos priorizando os relatores setoriais e as emendas.

Mas eu acho que, de todo jeito, a Comissão, Presidente Dalcídio, deve registrar e, de certa forma, acompanhar junto ao Ministério da Fazenda esse pleito da ampliação do capital dos dois bancos.

Não é o instrumento. Há, na verdade, questionamentos. O Senador Cyro Miranda está atuando com a prudência, porque essa emenda corre, sim, o risco de cair na Comissão de Admissibilidade. Outras emendas já caíram.

Então, na verdade, apesar da importância do tema, eu acho que nossa ação deve ser focada em outro tipo de intervenção. E eu somo esforços ao discurso e à posição do Senador Inácio Arruda sobre a luta de buscarmos a capitalização do Basa e do Banco do Nordeste. Mas entendo que, na conjuntura atual e com as dificuldades que nós temos, nós estamos corretos ao aprovar o relatório do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

O relatório continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais nenhum Senador e Senadora que queira discutir, a Comissão entende as ponderações pertinentes do Senador Inácio Arruda.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As emendas propostas pelo relatório do Senador Cyro Miranda estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu queria, antes de encerrar, cumprimentar o Relator Senador Cyro Miranda. Sou apenas suplente, mas percebi – a Érica, minha assessora, acompanhou – que o Relator procurou atender às demandas da melhor forma possível, da forma mais democrática possível. Quero apenas parabenizar V. Ex^a pelo brilhante trabalho da relatoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Diante do que eu já expus e só para deixar muito claro o que foi aprovado, votamos pela apresentação ao PLOA 2013 por esta Comissão das seguintes propostas de emendas conforme o Anexo IV de detalhamento.

Emenda nº 30, renumerada como nº 1, que abranje as Emendas de nºs 1, 2, 6, 15, 21, 24, 36, 42, 46 e 51.

Emenda nº 7, que passou a ser renumerada como nº 2, que abranje as Emendas nºs 25, 37 e 56.

Emenda nº 44, que foi renumerada como Emenda nº 3, que abranje as unidades orçamentárias das Emendas nºs 5, 8, 14, 18, 32 e 53.

Emenda nº 11, renumerada como Emenda nº 4, que abranje as unidades orçamentárias das Emendas nºs 12 e 20.

Portanto, isso é só para esclarecer, para deixar gravado aquilo que foi votado e que está sendo contemplado pelo brilhante relatório apresentado pelo Senador Cyro Miranda, do Goiás.

Portanto, não havendo mais nenhum assunto a tratar e relembro que, na quinta-feira, há audiência pública com a Comissão de Educação para discutir o PNE. A primeira audiência às 10 horas com o Ministro Aloizio Mercadante e a segunda audiência pública às 14 horas, Senador Moka, com vários representantes de associações. Isso na quinta-feira próxima.

Quero, também, registrar que, na terça-feira que vem, Senador Moka, o Ministro Guido Mantega estará aqui para tratar da questão dos incentivos e, portanto, também de ICMS, que é um tema para nós, em Mato Grosso do Sul, fundamental; a questão da dívida dos Estados e também nós, claro, vamos tratar do FPE, sendo que sobre o FPE e os incentivos já existe uma deliberação do STF e, portanto, mesmo que não tenhamos condição de aprová-los ainda este ano, mas já é uma iniciativa importante e eu não tenho dúvida nenhuma de que o STF vai reconhecer esse esforço do Congresso, especialmente do Senado Federal, a Casa da Federação, aqui representada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Isso no dia 4.

No dia 11, os Secretários de Fazenda e o Presidente do Confaz, o Secretário Executivo Nelson Barbosa, que vão discutir aquilo que vai ser apresentado pelo Ministro Guido Mantega no dia 4, lembrando que, na semana, que vem, os Secretários de Fazenda dos Estados vão se reunir o Maranhão. É uma reunião do Confaz, portanto a agenda da Comissão de Assuntos Econômicos já está sincronizada com esses movimentos todos dos Estados e do Ministério da Fazenda. É mais um ajuste aqui sobre o relatório que acabei de ler. É a Emenda de nº 11... Perdão, a Emenda de nº 11 que citei, na verdade, é a Emenda de nº 49, isso está compatível com o relatório do Senador Cyro Miranda, que abranje as unidades orçamentárias das Emendas de nºs 28 e 40; e ela virou a de nº 4.

Portanto, não havendo mais nenhum assunto a tratar, dou por encerrada a presente reunião e convoco audiência pública para quinta-feira, às 10 horas e às 14 horas, sobre o PNE. E na terça-feira que vem audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do Ministro Guido Mantega.

A vocês o meu muito obrigado e uma boa tarde.

(Iniciada às 12 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (57ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE (56ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a presença das Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Vanessa Grazziotin e dos Senadores Cristovam Buarque, Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Eduardo Amorim, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Inácio Arruda, José Pimentel e Paulo Bauer. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Fleixa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Russo, João

Ribeiro, Marco Antônio Costa, Ângela Portela, Wellington Dias, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Romero Jucá, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmos Alves, Magno Malta e Kátia Abreu, que se encontra afastada do mandato. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de “instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, que ‘aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências’”, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 42 de 2012, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros, e ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 52 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros, tendo como expositor o Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado do Ministério da Educação – MEC. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, José Pimentel, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a 56ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 42, da CAE, de 2012, de autoria dos Srs. Senadores José Pimentel e Walter Pinheiro – agradeço a presença dos dois na nossa audiência pública –, e ao Requerimento nº 52, da Comissão de Educação, de autoria das Sras Senadoras Ana Amélia e Lídice da Mata, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que aprova o Plano Nacional de Educação – Plano Nacional de Educação, e dá outras providências.

O Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, está presente. O Relator do PNE na Comissão de Assuntos Econômicos está presente. Nós temos quórum nas assinaturas, embora a presença física esteja diluída em outras comissões que realizam suas reuniões ao mesmo tempo.

Dessa forma, sem mais delongas, passo a palavra ao Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu queria, primeiro, agradecer o convite de retornar à Comissão de Assuntos Econômicos, que um dia eu presidi; saudar o Presidente, Senador Roberto Requião, que, igualmente, é Relator do Plano Nacional de Educação nas Comissões de Constituição e Justiça e Educação; o Senador Delcídio Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; a Senadora Ana Rita e o Senador Pimentel, que é o nosso Relator aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Vou fazer uma apresentação bem detalhada daqueles pontos que achamos essenciais no PNE, fazendo algumas sugestões que o Ministério da Educação considera essenciais para aprimorarmos a importante contribuição que a Câmara dos Deputados oferece ao Senado Federal.

A primeira preliminar que eu registraria é solicitar às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores o empenho para votarmos com brevidade o PNE. Nós perdemos quase 2 anos na tramitação da Câmara. A Câmara optou por um processo de audiências públicas nos Estados e um longo processo de discussão que acabou atrasando por demais. É fundamental que as metas do PNE tenham como base 2010, porque toda projeção – eu vou mostrar – nós fizemos em relação à situação da educação no ano de 2010.

A preocupação que nós temos é de que o PNE não se transforme num tratado de Quioto: todo mundo concorda, e quase ninguém cumpriu. Para que ele não seja um tratado de Quioto, é indispensável que o Senado assegure uma fonte de financiamento, além do aprimoramento do projeto, de que vamos tratar item por item. É preciso que haja uma fonte de financiamento, porque o Produto Interno Bruto não é uma fonte de financiamento orçamentária. O MEC não tem como acionar o PIB, nem o governador de Estado, nem o prefeito. Quer dizer, é indispensável que haja uma fonte orçamentária.

Nós só vemos uma fonte realista, disponível, nova, que está em debate no País – por sinal, nesses dias continua em debate –, que são os *royalties* do petróleo. E a posição do MEC e a posição da Presidente da República são de que se vinculem integralmente os *royalties* do petróleo para educação em todos os níveis: Municípios, Estados e Governo Federal, independente de como será a repartição desses recursos em relação ao passado e aos compromissos anteriores e à distribuição entre os Estados. Se todos vincularem, nós daremos o destino correto que os *royalties* precisam ter, porque é uma riqueza não renovável.

Eu voltarei a esse debate ao final.

Então, eu vou, agora, passar meta por meta, para a gente ter uma análise das nossas preocupações.

A primeira meta é universalizar, até 2016, a educação infantil e a pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade e ampliar a oferta da educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças com até 3 anos ao final da vigência deste PNE.

Como nós estamos? Pelos dados do IBGE, nós temos 77,4% das crianças na pré-escola e temos 20,8% em creche. Para chegarmos a 50%, temos que acelerar a trajetória de expansão das creches. Eu queria registrar que, no censo do MEC, nós estamos com 23% das crianças nas creches.

Bom, qual a nossa advertência em relação a esse tema? Nossa advertência é que, para chegarmos a 50%, usando os dados demográficos de hoje, nós precisaríamos colocar, até 2022, 5.470.147 crianças nas creches. O MEC, com as políticas que nós estamos implementando, mantendo o ritmo atual, que é o Brasil Carinhoso – já vou falar sobre isso –, nós teríamos condições de colocar 3.698.707 crianças. Ou seja, 1.771.440 seriam, necessariamente, equacionadas pelos Prefeitos e Prefeitas.

As ações do Ministério Público, mobilização da sociedade civil, creches próprias, creches conveniadas, nós só alcançaríamos a meta de 50% com a corresponsabilidade dos Prefeitos, que têm a responsabilidade maior para alcançar esse índice.

Então, quero advertir que, para chegarmos a 50%... À meta da pré-escola nós chegaremos. Para a meta das creches, nós precisamos de uma equação de parceria com os Prefeitos, que são os grandes responsáveis por essa rede.

Próximo.

Então, no dado do censo, a situação é de 23,6%, em 2010, nas creches e 80% das crianças na pré-escola.

Nós tínhamos... A curva da pobreza no Brasil era essa azul aqui. Onde está a pobreza? Principalmente na faixa etária até os 15 anos. Esse é o grosso da pobreza. Com o Brasil Carinhoso, nós tiramos, começamos a tirar 2.800.000 crianças da pobreza. Melhora bastante. Vejam que, quanto mais idade tem a pessoa, menos pobre tende a ser.

Aqui está a Previdência, o salário mínimo e os benefícios de prestação continuada. Quem está exposto à pobreza são os jovens, o que é uma coisa absolutamente irracional. Então, o esforço que o Governo está fazendo é para derrubar essa curva. Hoje mesmo, a Presidenta anunciará novas medidas em relação a essa questão. As últimas medidas permitiram melhorar a curva de distribuição, com aquele aumento do

repasso do Bolsa Família, e nós reduzimos a extrema pobreza total em 40%.

Próximo.

O que nós estamos fazendo? Nós vamos construir 6 mil creches e pré-escolas até 2014, 5.560 estão em processo de construção, 2.106 em planejamento e licitação, 2.684 em construção, 50 foram canceladas, 720 foram concluídas e 569 estão em funcionamento.

Então, nós estamos antecipando o repasse do Fundeb para essas creches. Nós aumentamos 66,7% o valor da alimentação, porque as crianças chegavam segunda-feira com fome. Quer dizer, no final de semana há uma deficiência da pobreza. Aumentamos a merenda escolar e estamos repassando 50% a mais do Fundeb quando a criança está no cadastro do Bolsa Família. Por quê? Porque 23% é a média, mas só 12% das crianças pobres estão na creche. E é na creche que a gente forma as habilidades não cognitivas, é a hora em que ela descobre os sentimentos em relação à vida, o tato, o olfato, ela começa a ouvir as primeiras palavras, e é aí que você estabelece as condições para a disciplina, para o trabalho, estabilidade emocional e o estímulo do vocabulário, o estímulo pedagógico. Então, uma criança que é estimulada numa família letrada fala em torno de 12 mil palavras quando vai se alfabetizar; a criança que não tem o mesmo estímulo vai falar em torno de 4 mil palavras. A primeira se alfabetiza, a segunda não se alfabetiza. Então, priorizar as famílias pobres e chegar a 50% da creche é um projeto absolutamente essencial para que a gente cumpra as metas do PNE.

Próximo.

Ensino fundamental. A meta é universalizar o ensino fundamental em nove anos para toda a população de seis a catorze anos e garantir, pelo menos, que 95% dos alunos da rede concluam essa etapa da idade recomendada até o último ano de vigência do PNE. Portanto, temos hoje...

Aumentamos muito nos últimos anos, a velocidade de aceleração da taxa de escolarização líquida é muito forte, está havendo um esforço muito grande nos últimos anos e nós pretendemos chegar a 96%. Portanto, essa é uma meta que o Brasil pode alcançar. Estamos trabalhando fortemente nessa direção.

Próximo.

Não estou seguindo a ordem. Da jornada das crianças começando pela creche até chegar na pós-graduação. Em vez de seguir a ordem que está no PNE.

A quinta meta é alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental, ou seja, alfabetizar todas as crianças até 8 anos de idade. Qual é a situação hoje? Dados do Censo. Temos dados que são mais preocupantes ainda do

que os do Censo que já são bastante preocupantes: 15,2% das crianças do Brasil não se alfabetizam até 8 anos de idade, na escola. Estados, em homenagem ao Paraná, 4,9%, o Senador Requião deu uma grande contribuição; Santa Catarina, 5,1%.

Quando a gente vai para o Nordeste, por exemplo, Alagoas, 35% das crianças não aprendem a ler e a escrever até 8 anos de idade; Maranhão, 34%; Pará, 32%; Amazonas, 28%, enfim. Nós temos uma situação muito difícil no Norte e Nordeste. Por isso, que a creche e a pré-escola são fundamentais, são indispensáveis, mas não são suficientes para resolver essa questão. O que é que nós lançamos?

Próximo assunto.

Nós lançamos o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Os 27 Estados da Federação já aderiram a esse pacto e 5.300 Municípios aproximadamente. Então, temos hoje quase 8 milhões de crianças, temos 108 mil escolas, 400 mil turmas, 360 mil professores. Então, está aqui: os 27 Estados aderiram e 5.270, em torno de 5.300 Municípios, aderiram.

O que é o pacto?

Próximo.

Primeiro, nós vamos fazer uma formação continuada de 200 horas com apoio das 36 universidades públicas que coordenam o programa, com 18 mil formadores que estão trabalhando nessa rede para atingir, durante dois anos, os 360 mil professores alfabetizadores.

Nós estamos dando uma bolsa de R\$200,00 por mês, uma ajuda de custo para os professores alfabetizadores, para os 360 mil. Estamos dando bolsa para os professores orientadores. Cada Município tem um coordenador, cada Estado tem um coordenador do programa. Estamos distribuindo 60 milhões de livros didáticos e obras complementares para esse programa. Estamos trabalhando uma série em objetos internacionais, pedagógicos, TV Escola, Portal do Professor para reforçar esse programa.

Nós vamos fazer uma avaliação externa, universal para todas as crianças com 7 e 8 anos de idade. Se, de fato, a criança aprendeu a ler e a escrever, a interpretar um texto, se ela domina as primeiras contas da aritmética e, depois, com 8 anos de novo. Então, com isso, a escola vai saber e nós vamos saber, o prefeito, o governador, o MEC, enfim, quantas crianças aprenderam a ler e escrever com 7 anos, quais não estão ainda no nível adequado para tomar as providências necessárias para chegar aos 8 anos e resolver essa questão.

Vamos, a partir dessa avaliação, distribuir um prêmio de R\$500 milhões ano que vem para as escolas e professores. Quem vai definir o critério dessa premiação é o Consed – Conselho Nacional de Secretários

de Educação e a Undimes – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Então, o orçamento previsto para os próximos dois anos é de R\$3,3 bilhões nesse programa.

Eu considero essa uma das grandes prioridades da educação brasileira. Se não resolvermos a questão da alfabetização, todos os problemas para frente vão continuar sendo graves. Quem não lê, não escreve e não domina as primeiras contas, não tem como evoluir na vida educacional. Então, essa é a raiz do desafio da educação brasileira.

Esse programa é um programa em que estamos jogando toda a força. E estamos muito seguros de que daremos um salto.

O Secretário Cesar Callegari trabalhou muito nisso e o Secretário Binho, que também trabalhou intensamente nesse programa, foi Governador do Acre e é o nosso Secretário de Articulação Institucional; também foi Secretário Municipal e Estadual de Educação e tem bastante vivência sobre essa agenda.

Próximo.

No ensino fundamental, qual é a meta? Fomentar a qualidade da educação em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais do Ideb: (...)

Essas aqui são as médias observadas; essas aqui são as médias projetadas. Vocês vejam que, nos anos iniciais, já estamos em uma trajetória muito positiva. Nós queremos chegar a 6, e já estamos em 5. Superamos bastante a meta prevista para 2011.

Com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, nós estamos projetando uma aceleração. Então, nós acreditamos que vamos chegar, antes de 2021, na meta de alfabetizar as crianças e vamos dar um salto muito forte nos anos iniciais.

Então, essa é uma dimensão da educação que o Brasil sabe que tem de ser feita – e está fazendo. Vamos formar melhores professores, apoiar os professores, melhorar a remuneração dos professores. Toda a distribuição dos livros didáticos nos três primeiros anos já está pronta, já está na escola. Há 36 universidades acompanhando. Então, essa é uma equação que está muito bem desenhada para os próximos anos.

Próximo.

Outro esforço que nós estamos fazendo na educação é o ensino em tempo integral, que não é propriamente educação em tempo integral; é ensino em tempo integral. Então, a proposta do PNE é ofertar educação em tempo integral, no mínimo, em 50% das escolas públicas, para atingir pelo menos 25% dos alunos da educação básica. Bom, temos segurança de ofertar em 50% das escolas. Estamos acelerando muito esse

programa. Neste Programa – Mais Educação – são 7 horas de jornada escolar: 4 horas no turno mais 3 horas no contraturno.

Qual é a dificuldade para atingir 25% dos alunos? Não há espaço nas escolas hoje para alcançar essa meta. Então, se não houver ampliação das escolas, na infraestrutura, não há como alcançar isso. Hoje mesmo estamos com 30 mil escolas já no Mais Educação. Essa era a meta de 2014, e nós antecipamos para 2012. Cumprimos a meta de 2014 este ano, ou seja, priorizamos esse programa. E vamos chegar, em 2014, com 30 mil escolas. Agora, muitas das escolas têm de trabalhar com clube, com uma igreja, com algum equipamento associado, porque, na escola, não se consegue fazer o contraturno para todas as crianças.

Então, para atingir 25% dos alunos, o investimento necessário vai muito além do que nós já estamos fazendo no Mais Educação. O MEC vai cumprir o Mais Educação. Nós aceleramos e vamos chegar a 50% das escolas. A advertência que eu faço é a dificuldade para chegar a 25% dos alunos. Não há espaço na infraestrutura escolar disponível para chegarmos a esse número hoje. Está claro?

Próximo.

Está aqui: a nossa meta eram 30 mil escolas em 2014. Já atingimos este ano 3.400 Municípios, que já estão com o Mais Educação, e 5 milhões de estudantes. E nós vamos chegar a 60 mil escolas. Vamos dobrar as escolas nos próximos 2 anos, mas a dificuldade é na escola mesmo, pois falta infraestrutura disponível.

Próximo.

E esse Programa também tem uma coisa muito interessante. Oferecemos cultura e esporte em 20 macrocampos, que a escola pode escolher. Hoje, por exemplo, em cultura: quer fazer uma banda de música? Nós damos os instrumentos; quer fazer uma mesa de som? Nós damos o equipamento. Então, em teatro, música e dança, para o que precisar, damos os equipamentos necessários. Em esporte, é o mesmo. Quer ter aula de judô? Nós damos o quimono e o tatame. É tênis de mesa? Nós damos a mesa, a raquete, a bolinha e a rede, para estimular o esporte. Além disso, pagamos os monitores, oferecemos três refeições por dia e reforçamos as áreas que a escola escolhe. Por exemplo, educação ambiental, cidadania, direitos humanos, agricultura orgânica. Ela pode escolher uma série de outras atividades, além do reforço em Português, Matemática e Ciências.

Então esse é um Programa em que precisamos fortalecer Português, Matemática e Ciências, e essas atividades complementares, nos contraturnos das escolas.

Bom, educação especial.

Aqui eu queria chamar a atenção, porque temos uma divergência com o texto que veio da Câmara. Eu queria explicitar essa divergência. Qual é a nossa divergência? A divergência é que a Constituição brasileira diz que a oferta do atendimento educacional especializado tem que ser preferencialmente na rede regular de ensino. A Convenção dos Direitos Humanos da Pessoa Com Deficiência, da ONU, em 2006, de que o Brasil é signatário, diz que o acesso ao sistema regular de ensino e adoção de medidas de apoio também definem a inclusão das crianças com deficiência na rede pública.

A Conferência Nacional de Educação também reafirma esse compromisso e esse princípio, e o Decreto nº 7.611, de 2011, define a educação especial como uma modalidade complementar ou suplementar da escolarização. O Viver sem Limites diz o seguinte: a criança tem que ir para a escola pública “e” para o atendimento especializado, se for necessário, mas não “ou”.

A ideia de apartar as crianças com deficiência da convivência com as demais crianças a ONU não recomenda, a Constituição brasileira não recomenda, o Viver sem Limites não recomenda e a Conferência Nacional de Educação não recomenda. E por quê?

Primeiro, porque todas as crianças têm de aprender a viver com essas diferenças. E nós temos de entender que uma deficiência não significa a possibilidade de desenvolver outras habilidades. Segundo, as crianças com deficiência têm de aprender a viver em sociedade. Eu não posso pegar os surdos e colocar em uma escola exclusiva para surdos. E por quê? É evidente que ele tem de ter um momento em uma escola para surdos, porque ele vai falar Libras com iguais e vai se sentir muito mais acolhido, muito mais à vontade. Mas, no dia a dia, ele vai ter de dialogar com as outras crianças e com as outras pessoas ao longo da vida profissional e terá de aprender a se comunicar. E as outras pessoas terão de entender o que ele quer dizer.

Então, é um equívoco a visão de separação, que predominou no Brasil durante muito tempo.

O próximo eslaide, por favor. *(Pausa.)*

Está aqui. O que acontecia antes? Em 1998 as crianças não iam para escola com deficiência, não iam para escola pública. Só 43 mil crianças com deficiência estavam na escola pública. Hoje, 558 mil estão. Houve um extraordinário avanço! Eu vim aqui no dia 21 de março, o Dia das Crianças Portadoras de Síndrome de Down, e vi ali 18 jovens que entraram na universidade pública pelo Enem, no Sisu, com Down!

E por que aconteceu? Porque foram para escola pública. No Enem deste ano, tivemos 28 mil pessoas que precisavam de braile, de leitor, de um apoio excepcional. Havia, por exemplo, um jovem que só mexia um olho e foi fazer o Enem – com equipamento especial,

mas foi fazer a prova. Havia um que era surdo e cego, com ele você só se comunica tocando-lhe o braço, e ele fez a prova.

Milhares e milhares de pessoas com deficiência visual, com deficiência auditiva, com deficiência motora fizeram o Enem.

Como vamos privar essas pessoas da possibilidade de progresso na vida? Por que privar a sociedade de conviver com elas? E simplesmente continuar com essa visão de que estavam em escolas especiais e não conviviam com a sociedade.

Isso é um êxito histórico. De 1998 para cá nós chegamos a quase 560 mil crianças, estudantes que estão nas escolas públicas com deficiência com deficiência.

Agora, é necessária a escola complementar? É necessária. Então, o que o MEC faz hoje? Paga o Fundeb aqui e aqui... Se a criança com Down, por exemplo, precisa de fisioterapia para melhorar o maxilar, porque elas perdem essa musculatura, o MEC paga o tratamento especializado na escola especializada – o Fundeb. Você paga nas duas pontas. Mas não voltar essa visão, porque é disso que se trata, que tínhamos no passado de apartação.

Essas entidades aqui, que são muito importantes, como as Apaes e outras, elas têm de ser fortalecidas nessa concepção de que a criança vai para a escola pública “e” para a escola complementar, suplementar, especializada e não “ou”, como está no texto – é “e”.

E quero dizer que a posição do MEC é a posição da ONU, é a posição da Conferência Nacional de Educação, é a posição da Constituição, é a posição do Viver sem Limites. É a posição que nós defendemos.

Essa é uma visão republicana, é a posição de respeitar as diferenças, de conviver com a diferença, de incorporar a diferença na riqueza que faz a sociedade. E eu não vou longe para dizer que o Roosevelt era paraplégico e o maior estadista da história americana! O Stevie Wonder é um grande cantor, é cego e a gente pode pegar na história uma série de pessoas com deficiência que deram contribuições absolutamente excepcionais. O Hawking praticamente não se move numa cadeira e é o físico que substituiu a cadeira do Einstein em Princeton. Então, existem talentos absolutamente geniais.

Eu vi uma tese de doutorado, por exemplo, de uma professora da USP, que só mexe o olho, teve um acidente e só mexe o olho. A tese dela é com pessoas e crianças que têm a mesma situação que ela. Ela tenta mostrar a riqueza da vida interior e a impossibilidade de se comunicar com a sociedade. Ela só tem um olho para escrever uma tese de doutorado e para demonstrar isso, a riqueza interior de quem não tem mais o corpo para poder se movimentar ou se reconhecer.

Agora, não podemos retirar essas crianças da escola pública e o PNE. Na minha visão, nesse requisito, nós precisamos enfrentar esse debate com profundidade. Nós não estamos dizendo que não deve haver uma escola especializada, estamos dizendo que se devem fazer as duas coisas e não apartar.

Próximo.

Educação inclusiva. A média hoje do Brasil é de 9,5 anos de estudo de 18 a 24 anos; quando a gente olha os negros, estamos com 8,9 abaixo da média; quando nós olhamos as regiões de menor escolaridade – aqui a Região Nordeste – 8,7; quando a gente olha os 25% mais pobres, está 7,7; quando a gente olha o campo, também está 7,7. Agora, a proposta é chegar a 12 anos. Isso é um esforço fantástico, diminuir as desigualdades regionais e sociais, todas as desigualdades a partir da escola, dando as mesmas oportunidades.

Agora, tudo que nós trabalhamos é de 18 a 24 anos. Houve uma alteração da Câmara para 29 anos. Não nos parece adequada essa alteração, nós deveríamos manter a meta em 18 a 24 anos, que é toda construção que nós estamos fazendo.

Então, eu queria ponderar que para chegarmos a ter uma meta absolutamente ousada, nós estamos na média, 9,5, para chegarmos a 12 anos de escolaridade de 18 a 24 anos. Então, nós sugerimos manter o texto original.

Próximo.

O ensino médio. Universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período a vigência deste PNE, a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85%.

Bom, hoje, a taxa bruta de frequência, 83,7, a taxa líquida, 51%. Ou seja, apenas metade dos jovens na idade de escolarização obrigatória está na escola, nessa faixa etária do ensino médio. Esse é um imenso desafio.

No projeto originário do MEC.

Passa para mim o próximo, que eu quero mostrar. Está aqui: 51%, 82% a taxa líquida, a taxa de escolarização. Agora, a taxa dos 20% mais ricos é de 77,9; dos 20% mais pobres é de 32%. Ou seja, um em cada três jovens pobres está na escola pública no ensino médio. O grande desafio está aqui. Agora, isso aqui é um desafio – volta um pouquinho – dos governos estaduais, 86% das matrículas são as secretarias de educação dos Estados. Nossa meta era de 80%, foi elevada para 85%, é um desafio bem maior, porque nem os 20% mais ricos estão em 85 hoje, estão com 77,9. De qualquer forma, aumentou extraordinariamente a exigência e o esforço e nós precisamos de políticas novas para podermos chegar a essa trajetória de aceleração da escolaridade líquida no ensino médio.

Próximo.

O que estamos fazendo? Mais educação no ensino médio, nós já estamos com 10 mil escolas. É fundamental um redesenho curricular. Hoje, 1,5 milhão de jovens concluintes fizeram o Enem neste ano, de 1,8 milhão, antes das cotas. O que eles estão olhando, 4,17 milhão de jovens que fizeram o Enem? Estão olhando o ProUni, estão olhando o Fies, 1,5 milhão matrículas do ProUni, 570 mil do Fies e agora estão olhando as cotas, o Sisue e o Ciência sem Fronteiras. Quer dizer, o Enem é a porta republicana de acesso ao ensino superior.

Quase todos os jovens do ensino médio estão fazendo o Enem. Com as cotas, em que eles vão poder entrar agora em Medicina, em Engenharia, em Arquitetura, em Física nas melhores universidades do Brasil, vai aumentar ainda mais a demanda do ensino médio por resultados no Enem. O que estamos falando para os secretários de educação? Já fizemos três seminários com eles e estamos tentando construir um programa de valorização do ensino médio. Um dos desafios é o redesenho curricular, porque hoje o ensino médio tem uma estrutura enciclopédica, uma média de 19 disciplinas.

O Enem tem quatro áreas de concentração: matemática, linguagem – português, redação, línguas –, ciências da natureza e ciências da terra. Nós estamos defendendo que haja maior articulação das disciplinas nesses quatro macrocampos, mas que o currículo dialogue com essa expectativa de aprendizagem que o jovem tem hoje em relação ao ensino médio, porque as escolas públicas, muito mais do que o Ideb, vão ser cobradas pelos resultados do Enem. Quem é que coloca na universidade ou não coloca? E os pais, e o Poder Público, especialmente as Secretarias Estaduais de Educação, que têm 86% dessa rede – 1% é federal, 1% é municipal e 12%, particular –, vão ser muito cobrados por essa questão. Então, é preciso um redesenho curricular.

E nós temos que avançar em direção à escola tempo integral, inclusive com o ensino técnico-profissionalizante concomitante. Há uma demanda muito forte, depois eu falarei sobre isso. O Pronatec hoje a demanda é explosiva para o ensino técnico-profissionalizante. Em um ano, estamos chegando a 2,1 milhões matrículas, um pouco mais do que isso já. Então, aqui muitos governadores estão avançando na escola tempo integral – o MEC está dando muito apoio a esse programa – e isso dar um salto importante no ensino médio. O ensino técnico-profissionalizante no contraturno e estamos fazendo também ampliação das jornadas e o redesenho curricular.

Agora, nós estamos fazendo um esforço muito grande para dar novos instrumentos pedagógicos para os professores da rede. Por quê? Porque temos 170 mil professores que não têm formação específica na disciplina que estão oferecendo, principalmente química, física e matemática. Então, não adianta falar: vamos formar. Demora 4, 5 anos para se formar e se colocar um professor; além de formar, fazer um concurso... Nós estamos fazendo isso, mas precisamos dar respostas hoje.

Nós estamos distribuindo o *tablet* e um projetor digital Wi-Fi, que é igualzinho a esse aqui; projeta na parede, mas tem Internet, é interativo. Então, o *tablet* vai dialogar com esse projetor. No *tablet*, o que estamos colocando para os professores? Toda a bibliografia do livro didático do ensino médio. Hoje o professor só tem o livro que a escola escolheu. A escola escolhe o livro e o professor o recebe. Todos os livros que o MEC oferece vão estar na nuvem, ele pode baixar e ler no *tablet* qualquer livro da bibliografia de que ele precisa. Todos os livros de física, de química, matemática, da disciplina dele; está tudo lá disponibilizado. Todas as aulas do Prof. Khan, que dá aula para o filho do Bill Gates e outros, em que há mais de 20 milhões de acessos, que são aulas de 10 minutos e exercícios – você faz o exercício e não consegue responder, o programa diz qual é a aula que você tem que assistir, e assim você vai tendo o aprendizado individualizado –, todas as aulas estão lá traduzidas em português, matemática, física e química para o professor. Todos os 180 mil livros de domínio público do MEC estão lá disponíveis na nuvem se ele quiser ler; qualquer livro, de qualquer área. Mil objetos pedagógicos, corpo humano, mapa, experiências científicas, tudo o que ele precisa para dar aula ele vai ter, pode projetar e colocar o ambiente de Internet em sala de aula.

Por que o *tablet*? Porque, para preparar aula, ele é mais fácil, mais didático e mais amigável. Para escrever, é o *laptop*, mas, para isso, é o *tablet*. E nós fizemos uma licitação com 20 empresas, 400 lances, pregão eletrônico, e eu desafio quem quer que seja neste País a dizer que tem um *tablet* naquela qualidade ao preço inferior ao que o MEC oferece. Por isso que os governadores, as Secretarias de Educação, estão adquirindo 480 mil *tablets* nesse pregão eletrônico com essas condições que oferecemos.

Nós começamos agora com 5 mil *tablets* para iniciar o processo de formação dos professores. Nós temos 18 universidades participando e estamos trabalhando a formação dos coordenadores que existem nos Estados e nos Municípios para iniciar o processo de formação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Queria saber o preço de um *tablet*.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – R\$278,00 é o *tablet* de 7 polegadas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, quatro empresas que ganharam. Não é só de uma empresa. O da Positivo, por exemplo, no mercado, está R\$799,00, o nosso está R\$278,00, menos da metade.

Então, é um preço excepcional. E as qualidades, porque tem a memória Ram de 16 gigabytes, a velocidade do processador, a carga da bateria e 2 anos de garantia da fábrica, não só ela distribui como dá 2 anos de garantia. São quatro empresas que venceram das vinte, os quatro lotes que foram predominantes.

Então, nós achamos... isso resolve o problema do ensino médio? Não. É um instrumento a mais. Nada substitui a relação professor/aluno. Nós estamos dando um instrumento a mais para melhorar a relação professor/aluno, que é o professor entrar o Google, poder preparar a sua aula usando instrumentos da Internet. Poder ter uma bibliografia mais vasta, acessível, que são as novas tecnologias.

Só quero chamar a atenção de que o Brasil é o 3º país que mais vende computador no mundo.

Formação de professores. O programa fala em formação em nível de pós-graduação de 50% dos professores até o final do PNE. Só quero chamar a atenção de que pós-graduação tem que incluir *lato e stricto sensu*, porque especialização para o professor às vezes é tão essencial quanto fazer um mestrado ou mesmo um doutorado.

Então, nós queremos estimular a formação, mas tem que ser entendida a pós-graduação em sentido amplo. Hoje 26% têm. Melhorou bastante nestes últimos anos, nestes últimos 5 anos, mas precisamos manter esse ritmo para chegar a 50% e conceber a pós no sentido amplo.

Próximo.

Então, hoje, a Universidade Aberta tem 340 mil professores fazendo a segunda graduação ou algum tipo de especialização. Temos feito um esforço muito grande com o Pibid; 50 mil bolsas de estudo que estamos ofertando para o professor que está na faculdade, para o aluno que está se formando ter uma experiência didática pedagógica concreta. É muito importante essa experiência.

Nós lançamos uma proposta tanto para a rede privada quanto para a pública, nós estamos discutindo, que é a seguinte, Senador Requião: a ideia de que cada universidade adote as escolas públicas de seu entorno. Foi feito na Finlândia e no Canadá com ex-

celentes resultados. A universidade adota plenamente e nós daremos alguns bônus pelos resultados: ajuda na gestão, ajuda na formação dos professores, ajuda na reflexão pedagógica, quer dizer, além das Escolas de Aplicação que servem para a formação, ela adotar as escolas públicas regulares do seu entorno, tanto as privadas quanto as públicas. E, com isso, melhorar a relação entre o setor público e o setor privado.

A universidade vai ter que olhar com mais atenção para o ensino básico, mesmo porque as cotas vão colocar os alunos da escola pública dentro da universidade. Eles vão ter que formar professores, olhar, discutir.

Então, estamos chamando a Andifes, fizemos várias reuniões exatamente na linha de aprimorar essa relação com o ensino básico. Uma das iniciativas que estamos discutindo é a ideia da adoção das escolas públicas do entorno.

Próximo.

Meta nove: Educação de jovens adultos.

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Então, reduzimos fortemente a nossa taxa de analfabetismo. A taxa de analfabetismo funcional também caiu.

Agora, quero chamar a atenção de que cada vez fica mais difícil, por quê? Porque está concentrada no campo hoje a maior parte dos analfabetos e a média de idade é de 56 anos.

Você, primeiro, tem que garantir os óculos; segundo, você tem que garantir a mobilidade no campo, que não é fácil; terceiro, você tem que motivar um trabalhador com 56 anos, 57, 60 anos de idade, que trabalha o dia inteiro com a enxada, a estudar para se alfabetizar.

Então, o desafio não é pequeno, quer dizer, no espaço urbano, isso tem evoluído muito mais rapidamente do que na área rural.

Nós estamos fazendo um grande programa, que é o Pronacampo, 3 mil escolas vão ser reformadas. Estamos construindo 3 mil, reestruturando as outras, garantindo acesso à luz, fazendo um apoio muito grande, mas chamo a atenção para o fato de que cada vez fica mais difícil, pelo perfil, porque é uma herança histórica. Quer dizer, o fluxo está melhorando muito, mas o estoque que temos é uma idade média muito avançada.

Próximo.

Então, é fortalecer o Programa Brasil Alfabetizado. O Prof. Cristovam Buarque tem muita importância na construção desse programa, de sua autoria. Articular com as ações do EJA. Estamos trabalhando muito o EJA com o Pronatec; tem motivado muito o jovem adulto ou o adulto a voltar a estudar pelo ensino técnico profis-

sionalizante. Ele conclui o ensino médio, por exemplo, e estamos trabalhando muito essa ideia, aprofundando formas. Portugal fez um programa muito interessante nessa linha e os resultados são excepcionais. Estamos estimulando bastante associar com o ensino técnico profissionalizante, a partir do Pronatec.

Próximo.

Educação técnica profissionalizante. Triplicar a matrícula, triplicar aqui em relação a 2010. É muito importante que seja em relação a 2010. A educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta em pelo menos 50% da expansão do segmento público. Qual é o tema que foi incorporado aqui na Câmara do segmento público? Quero ponderar o seguinte: por exemplo, uma das parcerias que tem dado uma contribuição excepcional a esse projeto é o Senai. Em um ano, fizemos 1,1 milhão vagas novas no Senai, com gratuidade. Quando a gente fala no segmento público, a gente está retirando o Senai. Quer dizer, a obrigação é ampliar a rede de institutos técnicos federais.

Próximo.

Estamos expandindo fortemente a rede pública federal. Vamos chegar a mais 208 unidades; vamos chegar a 566 unidades de institutos técnicos federais, 600 mil alunos atendidos, mas, com o Senai, o que estamos fazendo agora? O Senai está criando 23 institutos de inovação e 38 institutos de tecnologia. Então, são institutos de alta qualificação para formação técnica profissional. Vamos colocar esses institutos do Senai nas principais cadeias industriais do Brasil, junto com o instituto técnico federal e estimular parques tecnológicos e incubadoras de empresas de base tecnológica. Ou seja, adensar as principais cadeias industriais que são portadoras de futuro. Ora, o Senai tem grande *expertise* na formação de mão de obra técnica profissional. Vamos mandar agora mil professores do Senai para a Fundação Fraunhofer, pelo Ciência sem Fronteiras, e mil professores dos institutos técnicos federais para dar um salto; é um dos países que tem melhor experiência na formação de mão de obra técnica profissional para a indústria. Estamos fazendo parceria também com o MIT nisso. Então, é a ideia da Embrapi, da Embrapa da indústria trabalhando esse projeto.

O BNDES está investindo R\$1,5 bilhão, a indústria mais R\$400 milhões, para essa ampliação. Se nós colocamos a responsabilidade em segmento público, estamos retirando uma parceria, não só Senai e Senac e outras formas de ensino, Senar etc, que temos que trabalhar juntos e que é muito eficiente.

Realmente, eu ponderaria que não vejo que seja indispensável essa condição. O que é indispensável é que essas vagas sejam gratuitas. Ou seja, que a gente

subsídio a expansão dessa rede, em contrapartida de oferta de ensino gratuito, que é o que nos interessa. Mas é muito eficiente ter uma *expertise* de 70 anos no Senai, não tem por que o Estado substituir essa parceria que é exitosa e que está dando certo. Eu ponderaria aos relatores também uma reflexão sobre essa agenda.

Já criamos aqui 2.146.295 vagas até outubro no Pronatec e vamos fazer agora, dia 5, no Congresso Nacional da Indústria, um balanço final dessas matrículas e o lançamento de uma série de parcerias com o Senai. Então, eu chamaria a atenção porque considero que a formulação anterior era adequada, não há necessidade de colocar, ampliar a participação do Estado, porque o Estado também trabalha na parceria com o Senai, que não é uma instituição estatal, mas é uma instituição de natureza pública.

Próximo.

Ensino superior. Elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. Assegurar a qualidade da oferta, expansão para pelo menos 40% das novas matrículas no segmento público.

Aqui também quero ponderar com os Srs. Senadores. Nós avançamos muito. De 2001 para cá nós tínhamos uma taxa de 8,9%, foi para 14,6. Se colocarmos os concluintes do ensino superior, a nossa taxa aqui está em 17,6; e a taxa bruta 27,8. Então, estamos com uma taxa bem avançada e essas metas são factíveis.

Agora, ponha para mim a próxima lâmina. A outra.

Aqui está a expansão da matrícula do ensino superior. Nós ficamos por 20 anos em torno de 1,5 milhão de matrículas. O governo Fernando Henrique Cardoso avançou de forma importante até 2002, principalmente na expansão do setor privado; e depois, nos governos Lula e Dilma avançaram os setores privado e público, com políticas de indução. O que nós temos aqui que muda a relação? O ProUni! São bolsas gratuitas, 1,1 milhão matrículas; o Fies, são 570 mil matrículas; e agora nós temos as cotas.

Então, exigir 40%, dobrar aqui a participação relativa e o esforço que o Estado está fazendo é muito grande. No orçamento do MEC, hoje... Há 10 anos 80% do orçamento do MEC era para a universidade. Hoje, são 47%. Porque se nós sobrecarregarmos o Estado com o ensino universitário, não se tem como cumprir com as metas do ensino básico, da creche, da alfabetização, dos anos iniciais e finais do ensino médio. Então, tem que haver um equilíbrio; e tem que avaliar... Não precisa exigir que seja estatal, porque o ProUni e o Fies são bolsas de gratuidade ou de financiamento subsidiado, com taxas de juros de 3,4%.

Então, eu ponderaria também ao Senado de garantir o aumento de vagas, e o aumento de vagas

gratuitas. Mas pode ser feita em parceria com o setor privado, não precisa ser 40% do setor público, que hoje está em torno de 27%. O setor público está crescendo mais rápido que o setor privado nos últimos anos, mas, especialmente, o ensino federal estamos com 1,1 milhão matrículas

Volta um pouquinho aqui para mim.

Não a outra.

Eu queria falar um pouco do Enen aqui. Olha a velocidade de expansão do Enen. Nós tínhamos aqui, em 2009, 2,4 milhões participantes; fomos para 4,170 milhões; em quase dois anos dobramos o Enen.

O que demonstram esses números? Uma demanda espetacular do povo brasileiro por educação; absolutamente explosiva; as pessoas querem estudar mais, querem fazer 2,1 milhões de matrículas adicionais no ensino técnico profissionalizante; é uma demanda fantástica por educação, para acessar o mercado de trabalho em melhores condições. E 4,170 milhões de participantes para entrar na universidade é absolutamente espetacular. É uma tarefa... O primeiro vestibular a gente não esquece; o primeiro Enen nunca mais. Por quê? Só quero explicar brevemente aqui. São 3.400 itens para a gente planejar e executar o Enen. Nós temos que formular as questões; pré-testar todas as questões, sem vazamento. E como o Enen é muito recente, a escala cresceu muito, nós temos que pré-testar para manter o equilíbrio da prova, a chamada Teoria de Resposta ao Item. Depois, nós temos que imprimir numa gráfica super especializada, como se fosse imprimir papel moeda; nenhum trabalhador põe a mão na prova, é tudo eletrônico, tudo filmado; cada prova tem um código de barra, e para sair da máquina tem um portal eletrônico e nós sabemos exatamente quantas folhas saíram para envelopar e destinar, porque se uma prova vazar, pode haver fraude. Então, temos que controlar todo o processo; envelopou, nós agora estamos colocando um cadeado eletrônico, com GPS e o horário que vai ser aberto o envelope para ter garantia do controle do processo. Vamos para 72 batalhões do Exército, 20 mil policiais participam dessa operação, para 15 mil escolas, em 1.615 Municípios. São 566 mil fiscais trabalhando no dia; 140 mil salas de aula; são 9.788 rotas de distribuição. Então, para distribuir a prova... Vocês se imaginem sentados e garantir que... E o Amazonas foi bem. Chega a prova, de barco, pelo Estado inteiro. O Pará, para fechar as provas. A última prova chegou na Paraíba, e a última escola tinha uma escola estadual e uma municipal. E eu falei: "Pronto, o cara errou a rota". Mas não errou não, chegou, e deu tudo direitinho. O Correio foi absolutamente eficiente.

Depois que você entrega a prova, você tem um fenômeno novo que são os alunos que querem colocar o nome deles na Internet, e algumas publicações estimulavam isso, e eles fotografam o cartão... A prova ninguém fotografou, mas o cartão o aluno fotografa, e nós monitoramos a Internet, tirávamos ele de sala de aula. Tiramos 65 estudantes.

Depois que ele começa a prova, nós temos, por exemplo, 60 mil sabatistas, que começavam a prova às 18 horas em alguns Estados, às 20 horas, em outros. Nós temos que depois buscar o cartão de madrugada e trazer todos os cartões. Todos os cartões de resposta chegaram, e não houve uma única falha, de nem um único estudante.

Então, a parte logística funcionou de forma muito eficiente.

E depois nós vamos ter de corrigir aqui 4,17 milhões de redações. Colocamos critérios bem objetivos de correção, treinamos, antes e depois do tema, todos os corretores, e estamos corrigindo as redações de forma bastante acelerada, e vamos devolver todas as redações.

Agora, prestem a atenção: os Estados Unidos não devolvem a prova, nem o gabarito, muito menos a redação. A maioria dos países não devolve nada. O aluno só recebe uma nota. Nós devolvemos a prova no dia. Não houve uma questão do Enem que dois cursinhos tenham questionado. Um questionava aqui, outro questionava... Nenhuma questão houve dois cursinhos questionando. Nenhuma questão duas escolas questionaram, o que mostrou a consistência da prova. E nós vamos devolver 4,17 milhões de redações, e vamos mostrar que a correção foi a mais objetiva possível. Os critérios são extremamente bem desenhados para o corretor. Eles foram treinados uma semana, já a partir do tema, e nós monitoramos todo o processo de correção.

Então, o Brasil é o exame mais transparente. É o segundo maior exame do Planeta, e hoje há muita gente vindo aqui ver o que nós fazemos. Inclusive veio aqui o Currency Board, dos Estados Unidos, chineses. Estamos trocando muitas experiências de metodologia, que é um processo...

Vejam aqui: 3.439 pontos de atenção no *check-list* para fazermos a prova.

Estamos aumentando bastante o banco de itens e aperfeiçoando o sistema de avaliação das redações, inclusive fizemos o edital para novas pesquisas em relação a esse tema, porque é uma agenda nova para o Brasil.

Próximo.

Então, nós temos aqui o Sisú. Hoje nós estamos com 95 instituições no Sisú, depois 56 na segunda

chamada, que é para as universidades públicas principalmente. Um milhão e cem mil bolsas concedidas no ProUni; 580 mil bolsas no Fies.

E temos aqui todo o sistema de avaliação do setor privado, para garantir a qualidade. E eu peço depois ao Senado a aprovação do Insaes (Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior), que é aquela autarquia que estamos criando para regulação e fiscalização do setor privado, porque, apesar daquela explosão de vagas – são mais de cinco milhões de vagas ofertadas –, a estrutura do MEC é a mesma que nós tínhamos antes de acontecer isso. Ou nós contratamos profissionais qualificados para melhorar a supervisão e a fiscalização, ou a responsabilidade que está sobre o MEC é muito grande. E aqui nós temos uma divergência com o texto da Câmara também: eles colocaram que o MEC tem 180 dias para aprovar a abertura de um curso. Ora, se é para avaliar a estrutura da empresa, o projeto pedagógico, o corpo docente, as condições, não dá para fixar um prazo como esse, principalmente com as condições que o MEC tem hoje: com a mesma estrutura que tinha antes, que são em torno de 60 funcionários, para cobrir mais de cinco milhões de matrículas que nós temos de fiscalizar, fora o que nós temos de credenciar, há instituições sob supervisão, etc.

Então, eu pediria realmente que esse item também, Relatores, Senador Requião, fosse olhado com atenção.

Próximo.

Aqui está a expansão da universidade pública, que foi espetacular nesses últimos anos. Criamos 274 *campi*, com 230 Municípios atendidos. Antes nós tínhamos 148 *campi* em 114 Municípios. Quase dobramos a estrutura. E agora estamos criando 47 novos *campi*, 4 novas universidades, e chegaremos com 63 universidades e 321 *campi* em 2014. E vamos chegar a 275.

Então, estamos expandindo, mas consolidando a expansão que foi feita – laboratórios, atendimento, sala de aula, etc. -, que é muito importante.

Próximo.

Esse dado... Estou quase concluindo aqui.

A média – vejam como avançou o ensino superior no Brasil – era de 7,1%, e hoje são 17,6% dos alunos que frequentam ou já concluíram o curso.

Há uma distorção regional ainda importante, especialmente Região Norte e Nordeste. Mas vejam o salto que elas deram. Está diminuindo a diferença. São as regiões que mais estão crescendo, graças à expansão da rede pública.

Agora, por que cotas?

Ainda há um debate aí que considero improcedente. Dos 20% mais pobres, só 0,5% deles tinham

acesso ao ensino superior em 1997 – 0,5% dos 20% mais pobres; 22,9% dos 20% mais ricos. Aumentamos oito vezes, mas são só 4,2% dos 20% mais pobres; 47% dos 20% mais ricos.

Então, quando a gente faz a cota no ensino público, que são 88% das matrículas, e diz, em 4 anos, até metade das matrículas na universidade, e uma parte disso é por renda, nós estamos revertendo essa situação aqui, para poder atingir aquela meta que está lá atrás, de ter isonomia em relação às regiões e em relação aos mais pobres.

E entre os negros, em 1997, só 2,2% dos negros tinham curso superior. Hoje, são 10,7%, mas eles são 51% da população. Então, temos aí muita coisa para poder ter igualdade do ponto de vista racial. Então, a política de cotas é indispensável.

Passa, para mim, o próximo.

Como ela vai funcionar?

Todos os cursos nas universidades federais – abre –, metade vai para os alunos da escola pública, o resto é ampla concorrência – em 4 anos isso; neste ano, são 2,5. Metade dessas cotas é para renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*. A outra parte da cota é maior que 1,5. Abre. E tem que respeitar os dados do IBGE – pretos, pardos e indígenas. E aqui também, por exemplo, em Brasília, são 56%.

Agora, o que estamos fazendo?

Uma política de acolhimento desses estudantes. Então, vamos fazer uma tutoria para todos os estudantes, vamos dar bolsa para os tutores acompanharem cada um dos alunos cotistas. Vamos fortalecer isso, e estamos também fazendo uma política de bolsa de estudos, porque esses alunos aqui... Imagina fazer um curso de Medicina integral durante 6 anos com uma renda dessas. Como o aluno fica na universidade se não tiver uma bolsa?

Então, estamos aumentando a assistência estudantil: alimentação, moradia, principalmente, transporte, biblioteca e a bolsa de estudos em caso de ele ter mais de 5 horas de jornada escolar. Então, vamos lançar um programa nacional. Ele vai receber uma carteirinha lá, do Banco do Brasil: recebe mensalmente a sua bolsa diretamente, para a gente melhorar esse processo e garantir um êxito nessa política que o Congresso Nacional – a Senadora Ana Rita foi uma das relatoras – aprovou praticamente por unanimidade.

É um grande esforço, e vamos trabalhar muito para viabilizar essa política de inclusão social.

Próximo.

Outra coisa para que quero chamar a atenção é a seguinte: por que estamos dando muita ênfase às Engenharias, às áreas de exatas, às áreas tecnológicas?

Porque 43,8% das matrículas estão nas humanidades. O Brasil tem uma dimensão muito forte para Direito, para Administração, Negócios, Ciências Sociais, em detrimento das Engenharias, que só têm 11,3% das matrículas. Vejam que está crescendo a Engenharia. Está crescendo fortemente, mas não estão crescendo Matemática, Física e Química. Os alunos saem daqui – está praticamente estagnado – indo para cá. Precisamos fortalecer as Ciências básicas e fortalecer as Engenharias.

Então, um dos programas que estamos fazendo – próximo – é ampliar a Medicina.

Para isso aqui, também peço apoio do Senado Federal, porque há uma crítica à ideia de ampliar médicos no Brasil. O Brasil tem 1,8 médicos para mil habitantes; os Estados Unidos, 2,4; a Inglaterra, 2,7; a Alemanha, 3,6 – é o dobro; França, quase o dobro; Uruguai, o dobro; Espanha, o dobro; Portugal, o dobro; Argentina, o dobro; Cuba é o triplo e está fora da curva.

Então, o que fizemos?

Criamos 1.615 vagas nas universidades federais e 800 nas universidades particulares – notas 4 e 5, as melhores universidades.

Nós temos de aumentar a oferta de médicos. É evidente que há um problema de fixação do médico também.

Agora, por que é difícil o Estado fixar no SUS, no interior do Nordeste, interior do Brasil?

Porque cada médico, os 350 mil médicos estão com duas jornadas e meia de trabalho, e são os salários, a remuneração que melhor cresce no Brasil. Em mais de 2 mil Municípios, não há nenhum médico no Município. Então, é um problema, porque o mercado de trabalho está muito aquecido. Eles estão próximo onde está... Então, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal têm muitos médicos, têm uma oferta adequada, mas quando você vai para o interior da Amazônia, para o interior do Nordeste e mesmo para o interior dos Estados da Região Sul e da Região Sudeste, faltam médicos.

Então, precisamos as duas coisas: melhorar a fixação e aumentar. Nós queremos chegar a 2,5 médicos em 2020. Então, o MEC vai aumentar a oferta de médicos. Nós queremos bons médicos, com qualidade, com residência, com infraestrutura, mas tem que aumentar a formação dos médicos no Brasil. Há uma carência de médicos. São dados da OMS que estão disponíveis.

Próximo.

Pós-graduação. A meta é totalmente adequada, nós praticamente dobramos nesta década o número de mestres doutores, dobramos o número de doutores e vamos alcançar as metas que estão projetadas

pelo PNE, nós temos segurança disso. Isso é muito importante, porque garante a qualidade da expansão, melhorando a formação do nosso corpo docente e dos pesquisadores.

A última.

Em relação à expansão da pós-graduação, é isso que está projetado. Estamos seguros de que vamos cumprir essas metas.

O próximo.

O Programa Ciência sem Fronteiras, eu queria... Cadê o programa? A tabela anterior? Não, não era esta aqui, este é o edital. Está faltando aqui uma tabela. De qualquer forma, falo aqui de cabeça.

Nós estamos ofertando 101 mil bolsas de estudos nos próximos 3 anos. Já estamos com 20 mil bolsas em 30 países do Ciência sem Fronteiras, priorizando as áreas tecnológicas: das ciências básicas (física, química, matemática e biologia), engenharia, as áreas tecnológicas (ciência da computação), a ciências médicas. A prioridade é onde nós temos deficiência, porque esse é o salto tecnológico que vamos dar. Então, são os melhores alunos do Brasil nas melhores universidades do mundo.

A nossa próxima chamada. Está agora aberto o terceiro edital dos novos cursos, já está lá até dia 12 de janeiro. Todos os alunos que tiraram mais de 600 pontos no Enem têm direito a concorrer. E é uma coisa espetacular a gente ir ao MIT, ver lá os estudantes brasileiros; fomos a Harvard, estão lá os estudantes brasileiros; na Nasa estão estudantes brasileiros; em Oxford; em Cambridge; nas melhores universidades do mundo os brasileiros não só estão, como estão tendo um excelente desempenho.

Agora, nós vamos lançar um programa de inglês sem fronteiras. Por quê? Porque os alunos pobres, excelentes alunos, não dominam a língua, não têm proficiência. Então, vamos fazer o Toefl – exame de acesso às universidades americanas – para 200 mil alunos, vamos classificá-los em cinco níveis, vamos dar curso presencial nas universidades federais para todos que têm mais proximidade da proficiência e contratamos o melhor curso de inglês a distância, que é o mesmo que a China, usa para todos os demais alunos que quiserem estudar inglês. Estamos também fazendo uma parceria com o Instituto Cervantes e com o Instituto Confúcio para o mandarim, para o francês, para o espanhol, mas estamos dando prioridade ao inglês, que é a língua da ciência internacional. Então, estamos expandindo fortemente, 25% dessas vagas quem está ofertando são as universidades, é o setor privado.

Então, eu queria terminar dizendo que o Orçamento do MEC para 2013 passou de 83 bilhões para 90 bilhões. O problema...

Próximo, volte um pouquinho.

Então, aumentando a participação da educação básica no Orçamento. Porque é indispensável, era 20% só, estamos chegando a 55,6%. Sempre há docente universitário, professor universitário, estudante universitário... Quero parabenizar a UNE por toda manifestação, está hoje aqui presente a Ubes, eles se mobilizam e reivindicam. Mas as crianças pobres que não estão na escola ou que não estão na escola de qualidade nunca foram na porta do MEC. Então, nós temos que ter equilíbrio. Uma parte vai para o ensino superior, é uma demanda fantástica, mas se tem que garantir uma parte para o ensino básico. Então, estamos buscando esse equilíbrio. Os professores universitários vão ter o maior ajuste do Brasil do serviço público federal hoje, 16,5% de média de reajuste agora em janeiro, vai de 25% a 44% o reajuste, o resto dos servidores terá 15% em 3 anos. O que eles vão ter em janeiro é o que todos os outros servidores vão ter em 3 anos. É o melhor reajuste, estava muito defasado o salário; os servidores têm a segunda melhor proposta, junto com os militares. Estamos fazendo um esforço muito grande.

Agora, eu termino aqui.

Próximo.

Esses dados nunca foram divulgados, estou dando para a imprensa em primeira mão. Os dados de 2011 do PIB. Nós chegamos a 5,3% de investimento direto, porcentagem do PIB, e a 6,1% do investimento total em educação. Estamos aumentando a participação relativa, continuamos uma trajetória fantástica de expansão da participação da educação.

Agora, o PNE fala em chegar a 10% do PIB do investimento direto. Sr. Relator, queria aqui... Sr. Relator Pimentel, esse é o assunto prioritário da sua relatoria, o Relator de mérito aqui na Comissão de Educação é o Senador Requião. Então, essa é uma questão central, que é o financiamento.

A Câmara votou 10% do PIB. O que representam 10% do PIB? Representa nós dobrarmos a verba em 10 anos para a educação. Em valores de hoje, seriam aproximadamente R\$200 bilhões. O que são R\$200 bilhões a mais? Se o Congresso falar vamos pagar... Estou muito confortável, o Ministro da Educação está confortável, porque é quem vai receber. Acho que quem está nervoso são os outros ministros. Estou muito calmo nesse assunto. Mas, se é para dobrar o orçamento em 10 anos, e não me digam que é o PIB, porque não tem como ter o PIB. Só não quero que o PNE – vou repetir – vire um Tratado de Kyoto: todo mundo concorda e depois ninguém cumpre. Se é para cumprir, tem que ter uma fonte de financiamento, e não é o PIB. O PIB pode escrever que é uma referência, mas não tem como garantir a fixação do PIB, se não hou-

ver a fonte de financiamento, porque o PIB não entra no orçamento, nem do prefeito, nem do governador, nem do Governo Federal. Então, o que é que vai acontecer? Ou o Congresso cria cinco CPMFs, e aí, tudo bem, vamos chegar a 10% do PIB. Vai criando a cada dois anos uma CPMF. CPMF é mais ou menos R\$40 bilhões, chegaremos em 2010 com 10% do PIB. Ótimo! Reparte para os Municípios e Estados. Ou, então, o que o Congresso está dizendo hoje é que o prefeito que recebe 25% de seu orçamento em 10 anos terá de ir para 50%. Alguém acredita que isso vai acontecer? Desculpem-me, sou Ministro da Educação, acho ótimo que a gente tenha o compromisso de priorizar o aumento da educação, mas não vejo viabilidade nessa proposta.

O governador vai aumentar de 25% da receita do orçamento para 50%? Vai cortar da segurança, da saúde, do transporte? Não há como fazer isso. A União vai aumentar de 18% para 36%? Vai colocar mais um MEC dentro do MEC? Tirando de onde? Então, o Congresso tem de dizer de onde vai tirar, e não simplesmente dizer que vamos chegar sem dizer como vamos chegar.

Qual é o caminho que estamos defendendo? O único caminho que vejo hoje concreto, realista, é ousado? É ousado. É radical? É radical e tem de ser radical nessa questão. Qual é o caminho? É pegar todos os *royalties* do petróleo, todos, pré-sal, pós-sal, concessão, todos os *royalties* e dizer o seguinte: a prioridade é a educação, porque é a prioridade deste País. Porque o petróleo é uma riqueza não renovável, as novas gerações não terão acesso às fontes de petróleo. Não haverá petróleo. Qual é o Brasil pós-petróleo? À medida que o petróleo vai se esgotando, o que vamos deixar?

Eu me lembro de que fui visitar Serra do Navio, há 30 anos, era uma mina de manganês, era uma cidade fantástica. Hoje tem um buraco e não tem nada lá. O que ficou após a mina de manganês no Amapá? São os *royalties* que têm de preparar. Então, como vamos preparar o futuro? Porque os Estados, os países que são grandes produtores de petróleo, Iraque, Irã, Arábia Saudita, Líbia, Congo, é só olhar o que aconteceu historicamente. Não são países que são exemplos de desenvolvimento. Eu me lembro de quando a Venezuela descobriu os grandes campos de petróleo junto com a Noruega, isso nos anos 70. Celso Furtado escreveu um livro e disse assim: “A Venezuela é o primeiro país que pode ser desenvolvido na América Latina ou não, depende como vai usar essa riqueza”. Nós vemos as dificuldades da Venezuela hoje. A Noruega criou uma poupança a longo prazo, priorizou, condicionou a aplicação de seus recursos para suas necessidades e é um país com um dos melhores IDH do mundo.

Pelo menos, não vamos repetir os erros que já conhecemos, dos países produtores e exportadores de petróleo, que é a doença holandesa, é uma economia parasitária, é um Estado inchado, que não tem visão histórica de longo prazo. O Brasil não tem o direito de cometer esse erro. Então, se nós priorizarmos para os prefeitos, para os governadores e para a União – sei que tem muitas necessidades nos Municípios, em toda a área –, mas, se colocarmos a educação em primeiro lugar, mudaremos a história do Brasil. E acho que este Congresso deixará um legado que será lembrado por muitas décadas, porque será uma decisão histórica que vai mudar a história do Brasil, porque, no dia em que o Brasil resolver essa questão da educação universal de qualidade e cumprir todas essas metas ambiciosas, algumas hoje estamos muito longe de chegar próximos, para não virar um tratado de Kyoto, mas um compromisso de que cada sala da aula, cada prefeito, cada governador e que o Governo Federal vai cumprir integralmente, o Congresso Nacional precisa dizer de onde vem o recurso. Só vejo uma fonte, que são 100% dos *royalties* do petróleo, e essa é a posição da Presidenta. Ela está disposta e está reafirmando esse compromisso. E não importa a votação que a Câmara teve, porque, na realidade, não discutiu muito essa questão; era mais como se distribuiria o *royalty*.

Eu acho que o Senado no PNE pode mostrar qual é o caminho; e se mostrar esse caminho, acho que faremos história na educação brasileira, e o Congresso deixará um legado fantástico para o futuro do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Permita-me, pois tenho que fazer uma votação de pronto na Comissão de Relações Exteriores; permita-me falar por 30 segundos.

Eu só queria acrescentar uma sugestão para ser considerada na educação de jovens e adultos que possa ser culminada com o conceito de penas alternativas, Ministro Aloizio Mercadante.

Quem sabe haja um potencial a ser considerado e pensado junto ao Ministro da Justiça, que está tão preocupado com a superlotação das prisões; que possam as pessoas capacitadas, e que hoje estão contribuindo para superlotar as prisões, eventualmente ser engajadas no processo de alfabetização e educação de pessoas, em vez de estarem lá superlotando as prisões. Então, pessoas que ficariam anos presas, quem sabe possam combinar a educação – diminuir o tempo de suas prisões – com algo muito útil e atrelado aos objetivos.

Meus cumprimentos por sua excelente exposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A boa notícia que quero trazer ao Plenário desta reunião mista é que tenho conversado com os Senadores e percebo, com clareza, que no Senado se está construindo um consenso em relação ao PNE incorporar 100% do pré-sal para educação. (*Palmas.*)

Tenho conversado com lideranças do PSDB e eu acredito que esta acabará sendo a posição do Senado. Um esforço prá valer para melhoria da condição do ensino.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, além dos 50% do Fundo Social do pré-sal. Inclusive, tem matéria votada na Comissão de Educação, e foi aprovado, quando discutimos a regulação do setor de petróleo e gás nas novas condições do pré-sal.

Infelizmente, naquela época não foi consenso no governo para mantermos aquela conquista, aquela decisão. Mas acho que agora nós já avançamos bastante nesse sentido de “consensuar”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu acredito que o Senado está construindo esse consenso.

Abrimos, agora, o período das indagações ao Sr. Ministro, e pelo fato de ter sido o primeiro requerente da audiência pública e o Relator, eu inicio, passando a palavra ao Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu quero parabenizar o nosso Ministro Aloizio Mercadante pela excelente palestra e a forma como vem conduzindo os trabalhos do MEC. Antes, com o seu trabalho aqui no Congresso Nacional, durante o seu primeiro mandato como Deputado Federal; depois, Senador da República, sempre com esse olhar republicano de criar as condições para que o Estado nacional possa dar esse salto de qualidade.

Saudar os nossos Presidentes Roberto Requião e Delcídio do Amaral, das Comissões coordenadas, e dizer que o maior desafio que está posto para o Senado neste momento são as fontes de financiamento para educação.

Eu diria que o grande esforço que precisamos fazer é em torno desse item. E deveremos ter, até a próxima semana, a sanção do Projeto de Lei dos *royalties* aprovado na Câmara.

Eu sou daqueles que entendo, por conta de um erro que nós cometemos, ser uma das fontes de concessão, chegando a 101%. Eu não sei como o Executivo vai superar isso, mas fatalmente nós teremos que corrigir esse erro material que cometemos; primeiro no Senado, e a Câmara manteve esse processo. Portanto, nosso Ministro, nossos Pares, esse é um dos itens que precisamos enfrentar, de correção.

Estou convencido também de que a vinculação de 100% do *royalties* é necessária; o nosso Senador Roberto Requião está trabalhando muito esse tema; nós também estamos trabalhando, mas eu quero registrar que temos muita resistência aqui no Senado. Eu tenho recebido vários Senadores dizendo que em face da expectativa que a Confederação Nacional dos Municípios criou em fonte nova de receitas, essas marcas que eles fizeram, nós vamos ter que trabalhar muito aqui na CAE e depois nas outras Comissões, mas principalmente aqui, onde vamos discutir a questão das fontes para manter, nosso Ministro, os 100%. O Relator fará a vinculação, no seu parecer, de 100%.

Não tenho ainda, com toda a franqueza, a segurança de ser aprovado na CAE. Por isso precisamos, nosso Ministro, após esta audiência, fazer um trabalho de diálogo, de convencimento. O nosso Requião, o Delcídio, estão todos trabalhando. E eu, particularmente, estou conversando com os 80 Senadores, um a um, para eu ver quais são as resistências, quais são as alterações. E eu diria que hoje nós ainda não teríamos voto suficiente para aprovar 100%. Tem sensibilidade, tem espaço para trabalhar.

Nós temos também que discutir os rendimentos do Fundo Social do pré-sal. E acho, quanto a esse item, que poderíamos, nosso Ministro, ressaltadas aí as questões de ciência e tecnologia, também vincular grande parte dos rendimentos do Fundo Social nesse item para o financiamento da educação. Eu lembro que no Fundo Social do pré-sal, além daquele conjunto de determinações de investimento, tem um parágrafo que diz que pode ser investido em setores estratégicos definidos pelo Estado nacional.

Então, a própria redação do Fundo Social do Pré-sal já deixa esse espaço institucional e regulamentado para podermos, num determinado momento dentro desse processo de crescimento, chegar também a utilizar parte do Fundo Social, com aquela salvaguarda toda. E o nosso Ministro, quando esteve aqui na Casa, foi um dos que ajudou a construir aquele texto, aquela redação.

Eu quero também dizer que as 20 metas que vieram na proposta inicial são razoáveis, boa parte delas já está sendo implementada pelas políticas do MEC e do Governo Federal em parceria, em convênio com os Governos Municipais e Estaduais. Um exemplo concreto é o Programa Brasil Carinhoso – e V. Ex^a daqui a pouco terá de sair por conta desse item – e tem alguns pontos que nós precisamos fazer ajuste, no texto que veio da Câmara.

O primeiro deles é que a Câmara trabalhou com a tese de um plano nacional de educação pública em alguns setores, impedindo os avanços que há nas par-

cerias com a iniciativa privada. Um exemplo concreto é a educação técnica profissionalizante. Nós temos muitas experiências, como V. Ex^a aqui levantou, no que diz respeito ao Sistema S e ao Senai em especial; e a redação que veio da Câmara trabalharia exclusivamente com a parte pública. Ali precisamos fazer ajuste. É com esse olhar que estamos trabalhando.

Tivemos, na última segunda-feira, uma excelente reunião de trabalho com os consultores do Senado Federal, com os consultores do MEC, quando foi fornecido um conjunto de dados, um conjunto de informações. Esses consultores são da Casa, isso permite dialogar com todas as Comissões permanentes que estão debatendo esse tema; e também subsidiar os 81 Senadores, se for preciso.

Portanto, Sr. Ministro, o desenho dos ajustes que são necessários está muito adiantado. É a nossa grande preocupação. E vamos precisar muito da sua vivência aqui na Casa, da sua relação pessoal, que é muito boa, para nos ajudar a vincular 100% dos *royalties* e discutir também os rendimentos do Fundo Social do pré-sal, além de outras fontes que estão sendo trabalhadas.

Eu sei que a sua agenda é apertadíssima por conta do evento logo mais e vou ficar por aqui, ressaltando que a questão da educação especial tem certa resistência ao conceito que veio do MEC e nós precisamos dialogar com o núcleo de Parlamentares que trabalhou muito essa agenda aqui no Congresso Nacional. (Palmas.)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer ao Ministro pela presença e também pelo que abordou nosso Relator, Senador José Pimentel, sempre bastante disciplinado, com uma abordagem clara sobre isso.

Eu tenho umas perguntas pontuais, Ministro, e vou direto a esse tema. O senhor, na sua exposição, falou em um redesenho curricular para o ensino médio. O que vem a ser esse redesenho?

A outra questão que me preocupa é a seguinte: há um projeção, feita por V. Ex^a, no PNE, de que, no ensino infantil, na educação infantil, melhor dizendo, teremos creches, 50% delas, até 2022, para crianças até três anos, mas que, dada a situação também orçamentária, isso terá que ter uma participação muito efetiva dos Municípios. Como se vai compatibilizar esse encargo com os Municípios – voltando à questão orçamentária?

No caso da educação especial, gostei de ouvir de V. Ex^a a avaliação positiva sobre o trabalho feito pelas Apaes em todo o País. No meu Estado, o Rio Grande

do Sul, elas são muito ativas e fazem um trabalho relevante nisso. Como fortalecer essas entidades?

Volto ainda a um tema que V. Ex^a tratou muito especialmente com o governador do meu Estado, seu correligionário, a questão do piso dos professores. No PNE, esse é um foco relevante, porque não podemos pensar em educação de qualidade sem continuar prestigiando e valorizando não só a formação, mas também o salário dos professores.

No caso, um tema que, no mundo todo, tem relevância é a educação básica domiciliar, que fica sob a responsabilidade da família. Eu queria saber de V. Ex^a, eu até sou autora de uma emenda no PNE, se não seria conveniente, na legislação, hoje, ser claro a respeito dessa modalidade de ensino, seja na Lei de Diretrizes e Bases ou no próprio PNE, de forma a evitar problemas judiciais que vêm, hoje, cerceando a iniciativa da família. Às vezes é por questão de segurança, ou pelo próprio entendimento, ou às vezes até por questão religiosa no processo do ensino, no caso da educação básica domiciliar. Qual é o seu posicionamento?

Quanto às fontes de financiamento, o tema foi amplamente abordado por V. Ex^a, e o Senador Pimentel também falou. Senador Requião, de fato esse é um grande desafio que temos aqui pela frente. Mas, como Senadora municipalista que sou, também tenho preocupação com isso.

E, por fim, Ministro, V. Ex^a insistiu numa questão que eu tenho acompanhado aqui nesta Comissão, presidida pelo Senador Roberto Requião, a questão do ensino da Medicina.

V. Ex^a disse que há uma prioridade, que é a expansão do ensino da Medicina. É importante, considero, de fato, isso relevante. Nas zonas mais longínquas, o PSF, por exemplo, que é um excelente programa do Ministério da Saúde, o Programa de Saúde da Família, não existem médicos, embora os salários sejam bem altos, pagos pelas prefeituras. Então é preciso isso.

Nessa lógica, da necessidade para atender a demanda, queria uma palavra de V. Ex^a sobre a revalidação dos diplomas dos médicos formados nos países da América Latina. Já examinamos isso no âmbito da nossa Comissão e eu queria uma palavra de V. Ex^a a respeito dessa matéria, porque o próprio MEC tem um programa, o Revalida, que trata desse assunto. Se há alguma perspectiva de alteração nesses critérios.

Muito obrigada, Presidente Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu só adiantaria, Senadora Ana Amélia, que o Senador Cristovam já apresentou um relatório sobre projeto de minha autoria sobre a validação de diplomas no exterior sob controle do MEC, avaliação

não de universidades, mas de cursos, na Comissão de Relações Exteriores. Está para ser votado estes dias.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Hoje? Está na pauta de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está na pauta de hoje. Daqui a pouco.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, eu também vou ser bem sintética, em decorrência do compromisso do Ministro.

Quero cumprimentá-lo, Ministro, pela atuação à frente do Ministério da Educação, V. Ex^a e todos os seus assessores, colaboradores, que aqui estão.

Eu vou começar exatamente por onde a Senadora Ana Amélia concluiu, porque a Senadora, o Senador Requião e eu, inclusive, apanhamos muito Brasil afora, temos sido muito criticados por conta disso, a nossa preocupação em relação à falta de profissionais de nível superior de alguns segmentos.

V. Ex^a levantou o exemplo da área de saúde. Essa questão da área de saúde é mais grave do que imaginamos, Ministro. É mais grave. Há falta de médicos no Brasil. E não é só no interior, não é nos Municípios, porque não basta dizer a quantidade de médicos em relação ao número de habitantes, porque isso diz alguma coisa, mas não diz tudo. No Brasil, nós temos um sistema que é público, mas temos um sistema que é privado.

Então nós temos que procurar saber onde esses profissionais estão atuando. O Programa Saúde da Família, que é a base do programa da saúde no Brasil, é um programa que vive em crise não nas cidades de interior, mas nas grandes cidades brasileiras.

Não sei se o Senhor já reparou, Ministro, mas nas viagens de TAM, de GOL, a revista das aeronaves, das empresas de aviação, publicam propagandas do Governo do Rio de Janeiro, chamando médicos e oferecendo salários elevados para aqueles que queiram se integrar à Saúde da Família. No meu Estado, vivemos uma situação extremamente delicada, apenas 20% das equipes estão formadas no Saúde da Família, na capital Manaus, por falta de profissional. E percebemos que apesar da busca de soluções, o encontro das soluções, efetivamente, tem sido muito lento, porque não é uma questão que cabe somente à educação, o Ministério da Saúde entra muito nisso, a corporação médica entra muito nisso.

Então, pergunto, reforço esse questionamento da Senadora Ana Amélia, porque vejo que o Ministério da Educação tem que ser mais incisivo, tem que ser. E o que me preocupa, Ministro, é em relação a esse Sistema de Seleção Unificada (Sisu) – não sei se o senhor tem uma avaliação de qual tem sido o perfil.

No Amazonas, por exemplo, num sistema de vestibular antigo, em torno de 20% a 30% dos alunos que ingressavam no curso de Medicina da Universidade Federal eram de fora e, com o Sisu, isso chega a 80%. E são alunos que buscam a transferência no meio do curso ou então saem do Estado quando acaba o curso. Não ficam. Então, entra a questão da fixação. Se há uma avaliação por parte do MEC principalmente nesses cursos mais emergentes, cuja necessidade é mais emergente em relação à fixação. Porque o Sisu tem provocado um problema muito grave, repito: 80% dos alunos de Medicina da Universidade Federal do Amazonas vêm de fora e não se fixam na região, nem na capital, imagine o senhor, no interior. Então, se há uma avaliação em relação a isso.

E, em relação ao Pronatec, Ministro, aprovamos, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, esta semana, um projeto de lei que por acaso é de minha autoria, que explicita mais o incentivo para as empresas, para a profissionalização de seus trabalhadores. Porque, na legislação, hoje o entendimento da Receita Federal é que o incentivo, com dedução de imposto de renda, é apenas até o ensino médio profissionalizante, até o médio, e não abrange o superior. E, na lei que estamos aprovando, chegamos até o nível superior, e entendo isso como uma forma de trazer mais a iniciativa privada para investir também na formação e na qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros. Então, como o MEC poderia intervir melhor no sentido de mostrar a importância, para que esse projeto seja aprovado mais rapidamente? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Vanessa, eu acrescentaria a essa sua intervenção o fato de que apenas 20% dos médicos formados no Brasil têm residência, o que significa que, se houvesse um exame de ordem para o exercício da Medicina, haveria um desastre no País.

O Senador inscrito é o famoso Senador do Ceará, Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Também muito conhecido no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Muito conhecido no Paraná.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tem que ter rima, para comemorar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Popularíssimo na periferia de Curitiba e nos círculos intelectuais do Estado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Especialmente. Conduzido por V. Ex^a, é evidente!

Srs. Presidentes; Senador Ministro Mercadante; nossos colegas Senadores; nosso Relator, eu considero essa a peça mais importante em debate no

Congresso Nacional e no País. E não é à toa que estão aqui presentes não apenas o Ministro, mas uma série de lideranças que foram convidadas para esse debate, especialmente umas das organizações mais respeitadas da juventude brasileira que são a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. E registro também a presença da Associação Nacional dos Pós-Graduandos, que está acompanhando o debate conosco porque sabe da importância dessa discussão para o desenvolvimento do Brasil hoje.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Viu, Inácio, o Daniel está aí, o Presidente da UNE. E a Manuela veio hoje. Então, está bem representada a UBES. Ela não foi à última reunião e eu protestei porque ela não estava lá.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Protestou pelo Daniel ou pela Manuela?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Pela Manuela. O Daniel não sai de lá.

Heim?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Está sempre bem representado. Está sempre bem representado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Isso dá a demonstração, Presidente, da importância desse debate. Acho que é significativo, congratulo-me com os autores dos requerimentos que nos acompanharam na manifestação de necessidade desta audiência pública.

E queria colocar, Ministro Mercadante, além dessa discussão, que não começou agora com o PNE, a questão dos *royalties* é um debate que já vem desde o início do governo do Presidente Lula; passou o governo Lula e continuamos a discussão da ideia de colocar esses recursos dos *royalties* para a educação.

E mais: agregamos porque, com o pré-sal, uma riqueza extraordinária adicional e para não acontecer o que aconteceu com a Venezuela – que só hoje enxerga a necessidade de usar essa riqueza também para a educação –, a gente precisa dar uma garantia. E V. Ex^a está convencido, uma parte significativa do Senado está convencida, acho que temos maioria no Senado para tratar dessa questão.

Claro que precisamos discutir ainda um pouco mais com os governadores, com um conjunto de prefeitos, porque, quando esses recursos iam, iam diretamente para serem usados como quisessem, digamos assim. Então, é uma mudança significativa que vai acontecer para melhor nos seus Municípios, mas precisa desse convencimento.

V. Ex^a está muito bem preparado para ajudar nesse convencimento. Acho que o Congresso tem que fazer, sim, a sua parte e nós teríamos...tem uma discussão aqui, tem matérias sendo votadas aqui na Comissão de Educação, que votou por unanimidade o projeto de minha autoria, em relação à questão do fundo social do pré-sal, fazendo a vinculação de 50%.

Nós podemos estabelecer um prazo de talvez 10 anos, 30 anos. Nesse problema do PIB, todo mundo tem razão em arguir que não é o problema, não basta dizer que se deve destinar 10% do PIB, evidente. Por exemplo, no Canadá, é 5% do PIB e chega a US\$7 mil *per capita*. A Bolívia tem quase 7% do PIB e é US\$600 *per capita*.

Então, não é só a marca PIB, é a decisão de encontrar a fonte da garantia de que você chega a 10% do PIB num período de tempo razoável para poder universalizar essa qualidade da educação.

E nesse sentido eu gostaria de agregar uma questão que eu prezo muito, dou muita importância e por sorte – absolutamente, por sorte, porque as condições nossas não permitiam –, eu caí em uma escola de educação infantil com professor de dedicação exclusiva. Era uma escola dentro de um quartel, que era para os militares, mas atendia aos civis e, por sorte, eu caí ali. O meu professor, a minha professora da alfabetização tinham dedicação exclusiva.

Depois, no vestibular – porque para entrar no liceu precisava de vestibular e as escolas técnicas –, os professores do liceu e da escola técnica tinham dedicação exclusiva.

E quando cheguei na Universidade Federal do Ceará, tanto no curso de Matemática como no curso de Direito, todos os meus professores tinham dedicação exclusiva. Isso muda significativamente. E para isso precisa-se de recurso, tem que haver financiamento. Porque professor corre feito louco a três escolas por dia porque seu salário em uma escola é absolutamente incapaz de permitir que ele dê uma aula de qualidade em uma escola; então, fica essa loucura dos professores correndo em mil escolas.

É um debate que controvérsias entre os professores. Hoje o professor pode ter dois, três, quatro escolas/dia e, evidentemente, é necessário que haja um debate mais aprofundado com a categoria. Mas é uma questão que eu tenho debatido, colocado aqui no Senado Federal, na Comissão de Educação de que nós precisamos chegar à escola de tempo integral e com professores de dedicação exclusiva.

Isso tudo, evidentemente, que tem custo, e que eleva o custo do aluno na educação brasileira. Mas acho que este é o objetivo de todos nós, o objetivo do Ministério da Educação; é o objetivo do pai, da fa-

mília, que está pensando no futuro da sua família, de seus filhos; e nós, em conjunto, pensando no futuro da Nação brasileira.

Eu advogo e acho que vamos conseguir essa maioria que o Pimentel busca alcançar na Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que, na Comissão de Educação, essa maioria já está estabelecida, mas precisamos alcançar nas três comissões que vão debater o tema, até a Comissão de Justiça.

Acho que há um trabalho a ser feito de convencimento de governadores, de prefeitos, porque os *royalties* são repartidos com esses senhores, e corretamente, então para fazer esse convencimento. Quanto ao PNE, não sei se poderíamos avançar nessa questão dos professores, não só de sua formação e qualificação permanente. Temos feito isso um pouco lá no Ceará, numa escola de formação continuada dos professores. É um resultado extraordinário esse efeito. Algumas escolas de ensino médio estão alcançando essa vantagem de ter tempo integral. Também é um grande sucesso, isso é muito importante para nós e precisa mexer no contrato dos professores. Por exemplo, até hoje, a escola técnica em que estudei, que é hoje é Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, é de dedicação exclusiva. A universidade é de dedicação exclusiva.

Então, sei que tem custo, que é caro, não é barato; educação boa não é uma coisa fácil de alcançar, não é barata, é cara. Então, temos de buscar esse objetivo e essas fontes iniciais, que considero muito importantes, embora a gente tenha de buscar outras para complementar o pré-sal, tanto fundo social quanto a questão dos *royalties*, que, mesmo a gente conseguindo tudo, ainda são insuficientes para alcançarmos pelo menos 10% do PIB em 10 anos.

Então, eu gostaria de me congratular com a apresentação de V. Ex^a, que acompanhei metade pelo rádio, metade presencial, mas acho muito significativo o esforço do Ministério da Educação, da Presidente Dilma e das nossas organizações juvenis e de professores que estão acompanhando este debate.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais nenhum Senador inscrito, eu só acrescentaria uma questão para o Ministro, que é uma reivindicação que foi trazida à Comissão por Dom Mauro Morelli, que é a possibilidade de incluirmos a obrigatoriedade da merenda escolar no período de férias, principalmente nas regiões mais pobres do País e as periferias das cidades e os pequenos Municípios.

Com a palavra o Ministro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Vou começar, então, pelo Relator, Senador Pimentel. É evidente que

vincular 100% dos *royalties* do pré-sal, do pós-sal, do regime de concessão e 50% dos rendimentos do fundo social não vai ser uma tarefa simples. Agora, acho que seria interessante, talvez, por exemplo, fazer uma comissão externa de Senadores e visitar as nove cidades do Rio de Janeiro que eram responsáveis por 47% dos *royalties* do petróleo e verificar o que aconteceu nesses Municípios, que salto foi dado. Tem coisas importantes, vai encontrar calçada de mármore, tem umas fontes luminosas belíssimas, obras de infraestrutura, aconteceu um *show* de axé espetacular. Mas tenho dúvidas se isso vai criar um projeto de longo prazo, porque alguns poços de petróleo já estão acabando; portanto, não terão as mesmas receitas que tiveram nos próximos anos, se realmente plantamos ali a sociedade do conhecimento, se esses Municípios vão conseguir manter a receita quando o petróleo acabar. É isso que temos de discutir. Qual é o caminho para que essa riqueza que nós estamos antecipando das futuras gerações – talvez os nossos netos não tenham acesso ao petróleo, ao pré-sal, seguramente nos volumes que estamos tendo –, o que é que vamos deixar para este Brasil? São projetos de longo prazo, por isso um fundo social soberano, uma poupança a longo prazo, e priorizar aquilo que é a maior deficiência do Brasil.

Temos hoje a visão de que um país rico é um país sem pobreza e estamos combatendo a pobreza e melhorando as desigualdades, mas um país desenvolvido só será desenvolvido com educação de qualidade universal. Se o Brasil quiser se transformar num País desenvolvido, terá de priorizar a educação.

Então, neste momento da nossa história, esse é o maior desafio. Esses Municípios formaram seus cidadãos com qualidade, ensino tecnológico, ensino universitário, vão atrair mais investimentos, vão gerar mais empregabilidade, vão gerar mais desenvolvimento sustentável. E não simplesmente pulverizar esses recursos da máquina administrativa, haverá uma máquina forte enquanto tiver os *royalties* e, quando acabarem os *royalties*, ter-se-á que enxugar o País e talvez a gente não tenha deixado nada que nos assegure o salto de qualidade que teremos de dar, inclusive para substituir o petróleo como fonte de energia.

Insisto que não é uma questão apenas de prioridade administrativa. É uma visão de qual é o verdadeiro significado dos *royalties*. Esse é o debate que o Brasil precisa fazer. Então, acho que é uma disputa muito importante, mas acho que nós vamos avançar nessa discussão.

A Senadora Ana Amélia pergunta –ela teve que sair, mas os assessores dela estão aqui e pediram-me que eu respondesse às questões – sobre o redesenho curricular do ensino médio.

Como eu disse, 86% do ensino médio é de responsabilidade das secretarias estaduais de educação. E onde estão as nossas maiores dificuldades hoje na rede pública? O redesenho curricular, primeiro, vai ter que dialogar com as áreas de concentração do Enem. Insisto: matemática, as linguagens – português, redação –, ciências da natureza e ciências humanas. E articular melhor as disciplinas, inclusive porque com 1/3 da jornada de hora/atividade pedagógica, para fins pedagógicos, isso permite um salto de qualidade no ensino médio. E, talvez, Senador Inácio, esse seja o caminho para a gente ter, no ensino médio, o professor com dedicação exclusiva. Tem professor, hoje, dando aula para 800 alunos. Então, ele não tem uma relação de aprendizado, não conhece o que está acontecendo, qual é a evolução; ele não tem nem como atender.

Então, utilizaremos a redução da jornada de 1/3 para atividades para fins pedagógicos não para ele pegar esse 1/3 de hora em que não dará aula e pegar mais uma escola ao lado para dar aula, porque aí estaríamos distorcendo todo o espírito pelo qual foi feito. Está aqui o nosso Presidente do Conselho Nacional de Educação, professor Ronca, que esteve à frente dessa regulação.

Nós ainda estamos discutindo com o CNE como regular 1/3. Tem que ser para atividade pedagógica. Então, isso permitiria uma integração melhor das disciplinas porque, insisto, os alunos vão cobrar o resultado do Enem. E é muito maior a cobrança do que a que foi para o Ideb, primeiro, porque são mais velhos e, segundo... Eu vou dar um exemplo para vocês do que ouvi nesse Enem.

Por que eu chamei a atenção para aquela menina, a Pamela? Primeiro, porque era uma sem-terra, ficou acampada durante anos, foi assentada; vivia no assentamento da reforma agrária. E uma menina com 17 anos... Tem 320 mil jovens, gravidez, mães adolescentes no Brasil, que é problema que temos que levar... temos de educar melhor na escola, para tentar superar essa dificuldade. Uma menina está sentindo as dores do parto, a contração, e vai até o final do exame, pare ali na escola, para fazer um exame que para a vida dela é fundamental! É esse o desejo dessa juventude que está indo para o Enem para encontrar uma oportunidade na vida.

Então, eu peguei aquele exemplo... Eu vi outro. Eu vi, por exemplo, uma mãe que deixou uma criança de 5 anos fora da escola para fazer a prova; identificaram quem era a mãe; ela não queria voltar, porque ela não podia de jeito nenhum abandonar a prova. E nós dissemos: olha, ela cometeu abandono de criança. Não pode! Ela tem que aprender que a prova também é um processo de aprendizado, chegar na hora,

planejar. Por exemplo: 160 mil pessoas entraram no dia, no *site*, para saber onde era a prova. Ou seja, não planejaram e alguns chegaram atrasados.

Então, no caso, por exemplo, dessa mãe, nós tivemos que tirá-la da sala de aula; ela foi para o conselho tutelar para assumir. Ela não podia ter feito daquela forma, ela não podia deixar a criança 5 horas na rua para que ela pudesse fazer a prova. Mas, o que está por trás disso? Uma vontade, uma esperança. Você vê pessoas muito velhas, já com muita carência, tentando encontrar uma oportunidade por meio do Enem.

Então, nós precisamos fazer esse redesenho curricular. O ensino médio precisa ter uma visão de qual é o desafio dessa juventude, o que elas estão esperando, para a gente poder de fato dar um salto no processo do ensino médio, e aí trabalhar escola em tempo integral e dedicação exclusiva, porque somente o ensino integral vai, realmente... Não tem um país desenvolvido no mundo, que tenha educação de qualidade, que não tenha ensino em tempo integral, especialmente no ensino médio.

Então, temos que aumentar a jornada, dedicação exclusiva, é o professor com dedicação tempo integral naquela escola, e isso vai mudar o processo de formação.

Em relação às creches, a Senadora Ana Amélia perguntou: Nós precisaríamos colocar nas creches, até 2022, 5,4 milhões de crianças que não estão nas creches hoje. Vai ter uma redução da taxa de crescimento, mas, hoje, seriam 5,4 milhões. Os programas do MEC garantem 3,7 milhões. Nós estamos construindo creches de excelente qualidade, investindo R\$1,3 milhão, e é uma creche fantástica. Um milhão e setecentas mil teria que ser feito a partir do esforço das prefeituras, porque nós pagamos o Fundeb, creches conveniadas, nós repassamos os recursos para ele fazer. Não precisar ser uma creche construída pelo MEC, ele tem outras creches próprias ou conveniadas que ele pode trabalhar e nós repassamos o custeio, que é o Fundeb.

Em relação à educação especial, volta para mim naquela tabela. Cadê o Gordon? Ele agora está fazendo doutorado e já está assim. Quando ele era mestre só, ficava mais sentado na cadeira, agora que faz doutorado na UFRJ e tal, ele está mais metido e não senta muito tempo não, viu Gonzaga. Depois dê um puxão de orelha nele porque, com doutorado na UFRJ, já está mais exigente. Ele que ajuda aqui. Põe naquele negócio do ensino especial, mais na frente.

Essa tabela aqui, vamos conversar com franqueza. Vocês acham que o modelo educacional correto é esse que nós tínhamos em 98? Em que 43 mil crianças estavam na escola pública e, basicamente, o que nós

fazíamos era colocar todas as crianças com deficiência fora da escola pública? Ou o modelo correto seria que elas estivessem na escola pública e na escola especial? Porque o MEC pagará as duas matrículas, paga na escola pública hoje e paga na escola especial. Nós estamos distribuindo neste ano 700 ônibus e queremos 8 mil ônibus no geral e 700 ônibus só para busca ativa. Nós estamos dando o nome do prefeito, porque 350 mil crianças não estão nem na escola pública e nem na escola especial, são pobres, têm problema de mobilidade e não vão à escola. Então, estamos colocando ônibus, damos o endereço e, se for criança pequena, pagamos 50% a mais para você colocar essa criança na creche e as outras colocar na escola. Por que na escola, gente? Estou vendo ali o pessoal que quer a educação bilingue, para o surdo tem que ser bilingue. *(Palmas.)*

Agora, o bilingue não é só numa escola especial não, ele tem que ir para a escola pública, os outros têm que conviver com ele, ele tem que conviver com os outros. Na vida, ele não vai andar na rua só falando com o surdo, ele precisa na escola de surdo dialogar com os próprios dele. Há um momento em que ele só está dialogando e convivendo com pessoas com quem ele tem plena identidade, mas no dia a dia não será assim. Ele vai pegar o ônibus, ele vai trabalhar, ele vai enfrentar situações que a escola ajuda a construir. Não só ele aprende a conviver, como a sociedade tem que respeitá-los e conviver com eles. Isso vale para todas as deficiências.

Então, essa é uma visão republicana, essa visão não é do MEC não, me desculpem, essa é a visão da ONU, o Brasil assinou a convenção, é o que está na Constituição, é o que está na Conferência Nacional de Educação, é o que o Brasil está fazendo. Quem é que tem o direito de tirar 550 mil crianças da escola pública? Com que direito? Nós vamos tirar porque foi isso que aconteceu nos últimos anos. Agora, quando os pais falam – e eles conhecem mais do que ninguém seus filhos – que eles precisam ir para uma escola especial também, nós concordamos totalmente. Também, mas não só, essa é a discussão. Então, esse é um tema e eu prefiro falar com toda transparência o que a gente pensa.

Sobre o piso salarial dos professores. O MEC não concorda com a visão de muitos governadores de que o piso tem que ser reajustado só pela inflação. Por quê? O MEC reconhece que o reajuste que nós tivemos no último ano, 22%, foi muito forte e que a receita dos Municípios e dos Estados não acompanhou a velocidade do crescimento. Isso é verdade. Muitas prefeituras estão com muita dificuldade. Agora, apesar desse crescimento forte que nós tivemos no piso nes-

ses últimos anos, o piso é de dois salários mínimos. Nós queremos ter educação de qualidade? Vamos ter que pagar salário melhor no Brasil para professor. Isso que vai atrair os bons profissionais para a sala de aula. Então, o piso tem que continuar crescendo em termos reais. A CNTE e a Undime, que reuniram os secretários municipais e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação estão dispostos a fazer uma proposta de mediação. O Binho vem trabalhando fortemente nisso para a gente chegar num entendimento. Já há uma proposta de entendimento. Agora, voltar só ao reajuste da inflação e congelar o valor real do piso vai ser o retrocesso da educação brasileira. O MEC não concorda. Pode até ter maioria para votar, mas não terá o nosso apoio.

Em relação...

A Senadora Amélia falou que é municipalista, eu também. Acho que é muito importante esse compromisso com os Municípios. Nós não estamos defendendo tirar dinheiro dos Municípios, dos *royalties* do pré-sal, do pós-sal, da participação especial. Ninguém está defendendo tirar recursos dos Municípios. Nós estamos dizendo que, tanto nos Municípios, quanto nos governos dos Estados e no Governo Federal, o maior desafio deste País é dar educação de qualidade para todos.

Eu pergunto o seguinte: que País que nós queremos, fortalecendo só Municípios, para reproduzir essa desigualdade em que, dos 25% mais pobres, só 4% vão para a universidade, e, dos 20% mais ricos, 47% estão na universidade? Como é que se vai reverter a desigualdade? É só o Bolsa-Família? É só o salário mínimo? A verdadeira igualdade vai estar na educação e na mesma oportunidade para todos. Dê o mesmo diploma para o filho do faxineiro que você dá para o reitor, e a gente muda o Brasil.

Então, enquanto não houver o mesmo direito de aprender, não vai diminuir a desigualdade regional, nem a desigualdade racial, nem a desigualdade social!

Quando a gente diz “vamos construir um País mais igual, um País com mais capacidade profissional tecnológica”, o mundo inteiro está buscando hoje competitividade. O Brasil está buscando competitividade não é arrochando salários, ou desempregando. Nós somos o quarto país que mais empregou gente este ano. Nós estamos buscando competitividade aumentando salário e mantendo emprego, mas estamos reduzindo a taxa de juros, vamos reduzir impostos, vamos reduzir o preço da energia, vamos melhorar a infraestrutura em parceria. Agora, nós precisamos melhor a competitividade formando melhor os trabalhadores deste País, os profissionais qualificados: engenheiros, técnicos competentes. Isso é que vai dar uma indústria com mais valor agregado, serviços com

mais valor agregado e melhores salários! Essa é a visão de desenvolvimento a longo prazo.

Ora, os prefeitos têm muitas dificuldades, o Governo Estadual e o Governo Federal. Mas ninguém tinha receita do pré-sal! Essa receita não está no Orçamento! É um recurso novo com o qual nos podemos fazer um novo Brasil! E o novo Brasil é ter educação de qualidade, e é com compromisso colocar todos esses *royalties* na educação. É isso que nós vamos defender, com muita convicção.

Em relação à Senadora Vanessa, eu vou repetir o que eu tinha dito. Ela não está, mas, de qualquer forma, a Assessoria está.

No Brasil, nós temos uma pequena oferta de médicos quando a gente compara com países de PIB *per capita* semelhante: 1,8 médico para cada mil habitantes. Então, nós temos 350 mil médicos e 850 mil jornadas de médicos. O que isso mostra? Mostra que cada médico está trabalhando duas vezes e meia, duas jornadas e meia. Alguém está flexibilizando a jornada. Sabe quem é? É a rede pública, que paga menos. É ali que ele não vai estar. É ali que ele vai dar um jeitinho. É ali que vai ter que acomodar. E quem vai pagar essa conta é o pobre, que vai chegar ao posto de saúde e não terá atendimento. O setor público paga pouco? É verdade. Vamos melhorar. Mas hoje faltam médicos para atender o conjunto da demanda da rede pública e do setor privado, especialmente em algumas especialidades como Pediatria, Anestesia e outras especialidades, em que estamos com grande carência. Os prefeitos e governadores fazem editais e não conseguem contratar.

Então, o que o MEC está fazendo? Nós aumentamos 1.615 vagas nas universidades federais nos próximos três anos, e, na rede privada, aprovamos 800 novas vagas, só para os cursos nota 4 e nota 5, que tinham infraestrutura, 5 vagas SUS para cada aluno estão sendo autorizadas, porque tem de haver estrutura de aprendizado ali. Não é curso de Medicina de cuspe e giz: o aluno tem de conhecer o ser humano, tem de tratar o doente, tem de entrar no hospital, tem de ter um aprendizado concreto.

E concordamos totalmente que precisamos ampliar e fortalecer as residências, como disse o Senador Requião. Tem que haver mais residência médica no Brasil, inclusive porque o que fixa o médico não é a graduação: é a residência. É ali que ele se casa, é ali que ele tem a clientela dele, é ali que ele escolhe ficar. Então, quanto mais tivermos residências e quanto mais interiorizarmos a residência, melhor nós vamos distribuir os médicos.

Agora, o outro tema da fixação do médico, que é o SUS, não é com o MEC: é com o Ministério da Saúde.

de. E nós não tratamos de agendas – já não sou mais Senador – de outras Pastas; só falo da minha, e olhe lá.

Em relação ao SisU, eu me lembro de que, na última audiência em que vim aqui, o Senador Cássio Cunha Lima tinha dito a mesma coisa da Universidade Federal da Paraíba: que 90% dos alunos não eram da Paraíba. E nós mostramos que 94% dos estudantes eram da Paraíba, segundo o Censo. Então, não há uma alteração tão grande assim. Em alguns cursos em que há grande concorrência, em que a disputa é maior, pode estar havendo alguma distorção. Então, o que nós temos de fazer é aumentar as vagas e aumentar a oferta.

Agora, a diferença que houve é que o filho do rico, me desculpe, fazia dez vestibulares. Pegava aviãozinho, viajava o Brasil inteiro e fazia vestibular, pagava todas as taxas e fazia. No Enem, é de graça, é igual para quem não tem dinheiro, é igual para todos, é a mesma oportunidade. E os pobres que são estudiosos e competentes estão chegando à universidade. Eu sei que isso vai incomodar algumas pessoas, mas vai ser muito bom para o Brasil que eles cheguem, tomem conta, cresçam, tenham o mesmo direito que os outros têm. Não é possível que... E olha, em 1997, só meio por cento dos 20% mais pobres tinham chegado à universidade.

Tiago, que trabalha com a gente, que está ali, que é advogado,... Só 2% dos negros – 2%! – tinham curso universitário. Ou enfrentamos isso ou não venham falar em democracia. Eu estou falando... Tudo bem em se falar em princípio socialista, em igualdade, os liberais sempre defenderam a igualdade de oportunidade. Se é igualdade de oportunidade, é a educação que vai dar. Não dá para aceitar, tem que ter cota e tem que ter Enem e tem que ter a mesma oportunidade.

Por exemplo, no Ciência sem Fronteira, eu vi o filho... Eu fui agora a Salamanca, na Espanha, vi lá um filho de pedreiro cujo pai não queria de jeito nenhum que ele saísse da cidade porque o filho nunca tinha saído da cidade. Nunca tinha saído da cidade dele, uma cidade de 12 mil habitantes aqui perto de Goiás. Ele está estudando em Salamanca. Ele falou que no começo foi difícil. Quando ele chegou na casa em que ele ia ficar, pediu para ir ao banheiro, a mulher nem entendeu o que ele falou nem ele também entendia o que ela falava. Mas o moleque está lá fazendo Medicina, é um sucesso, um exemplo etc., superinteligente, teve as melhores notas no Enem.

Hoje não é o filho do Senador, nem do empresário, nem do ministro, não é quem indica, não. São 600 pontos no Enem ou está fora. Se o pai tem dinheiro, pague, mas o dinheiro público vai dar a mesma oportunidade para todos. Mais de 600 pontos pode se ins-

crever no Enem. Estão lá no edital todos os cursos, 20 área. Estamos mandando os melhores alunos para as melhores universidades do mundo. O que garante isso? O Enem. Eu sei que é por isso mesmo que muita gente era contra o Enem e fizeram de tudo para o Enem não avançar, porque é uma regra republicana que deu direito... Agora, acho que é uma conquista que nunca mais vai voltar atrás.

Os Estados Unidos têm um exame SAT há 85 anos, a China tem, que é o único maior do que o nosso, a Alemanha tem, a França tem, a Inglaterra tem. O Brasil começou atrasado, mas estamos indo muito bem, apesar de que o Ministro passa um sufoco para fazer esse exame! Não é fácil!

Pronatec. Eu concordo plenamente com a Senadora Vanessa que nós precisaríamos também ampliar para a iniciativa privada participar da oferta de vagas. Hoje é só a rede pública, e o Estado sozinho não vai conseguir... Agora, tem que ter certificação dessas instituições, tem que ter qualidade para a gente poder oferecer vaga gratuita. Não é simplesmente abrir. Tem que abrir com certificação, com segurança de que serão bons cursos, para a gente ter segurança em ampliar o ensino técnico-profissionalizante.

Em relação ao Senador Inácio, eu já comentei, em relação à dedicação exclusiva concordo muito com ele. Em relação ao CDE, em investimento em educação, o país que mais investe o faz com 8,1% do PIB, então, talvez 10% do investimento total seja um bom caminho para a gente alcançar de fato essa meta, desde que... Eu disse, falei até para o Daniel: preste atenção, porque, na hora de votar o PNE, vai ser unanimidade. Na hora em que se disser de onde vem o dinheiro é que eu quero ver o compromisso com a educação, o Deputado e o Senador botar o dedinho ali, a impressão digital, e falar “é para a educação”. E na hora que foi votar para a educação não teve a mesma unanimidade.

Se nós não quisermos um PNE que seja um Tratado de Kyoto, que todo mundo aplaudiu e depois não cumpriu, nós temos que dizer da onde vai vir o dinheiro. E o dinheiro só tem uma fonte, vou insistir, uma fonte que tem que ter um compromisso verdadeiro, histórico, definitivo com a educação, que vai beneficiar a todos os brasileiros. Todos, todos, todos. Educação pública de qualidade só tem... Oitenta e cinco por cento dos alunos do ensino médio são da escola pública. Só 12% estão no ensino privado. Então, se quisermos uma educação de qualidade, nós vamos ter que vincular os *royalties* do pré-sal, do pós-sal, os *royalties* em geral 100% para a educação. Acho que os prefeitos que fizeram isso farão um grande mandato nas suas administrações. Talvez os futuros habitantes daquela cidade não vejam uma calçada de mármore, mas

vão ver uma cidade muito melhor do que aqueles que gastaram o dinheiro do pré-sal fazendo obras absolutamente secundárias em relação à obra da educação que este País precisa.

Então, nós precisamos fazer esse debate com coragem, se este Congresso quer deixar algum legado para a história do Brasil. Espero que deixe.

E eu tenho muito orgulho da minha Presidenta ter dito: “Cem por cento da verba federal do pré-sal vai para a educação. Cem por cento dos *royalties* em geral vão para a educação”. E os prefeitos eu acho que poderiam ir na mesma direção.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – V. Ex^a permitiria um aparte rápido?

Nós não podemos fazer com o PNE o que o Congresso fez com a Emenda 29, da Saúde. Nós tínhamos uma fonte para a Saúde que era a CPMF, o Congresso derrubou a CPMF, regulamentou a Emenda 29, só que não há fonte, e ela termina não tendo melhoria. Por isso, nós precisamos que o PNE tenha a fonte, que seja vinculada, para que V. Ex^a possa cumprir as metas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu acho que é isso. E o PNE é o caminho para o Senado estar à frente do seu tempo e realmente ter uma visão histórica de longo prazo.

E quero homenagear aqui Senadores como Darcy Ribeiro, que passaram por aqui e deixaram um legado fantástico, como a LDB, a UnB e outros.

Acho que é hora de darmos um passo definitivo nessa direção.

Em relação à merenda escolar, nós discutimos essa alternativa, Senador Requião, mas, como a Rede é dos prefeitos, e há um problema trabalhista, de férias, há algumas dificuldades. O caminho que a Presidenta optou foi aumentar o *per capita* das famílias que têm crianças na escola – foi para R\$72, no mínimo –, exatamente para aumentar os recursos do Bolsa Família e garantir o atendimento, porque a operacionalidade... O diretor da escola só pode abrir a escola se ele estiver presente, quer dizer, há um problema trabalhista, mas, de qualquer forma, o MEC tem interesse em debater esse assunto. Eu acho que nós poderíamos verificar as escolas em que há uma concentração realmente de famílias, por exemplo, na linha da pobreza, as escolas da periferia. Elas poderiam ser escolas de referência para mantermos a merenda escolar pelo menos durante um período das férias.

Eu acho que é um bom projeto, o Senador Requião poderia apresentar um projeto, e nós poderíamos debater esse assunto, chamar os prefeitos, governadores – porque a Rede não é do MEC –, para vermos como faríamos. O repasse da merenda nós garantimos. Agora, tem que ter a infraestrutura lá, que são os servi-

dores que terão de trabalhar no período de recesso, e aí não é uma questão tão simples. Mas é um caminho a mais para melhorarmos a alimentação.

Eu queria agradecer a qualidade da audiência. É um prazer imenso estar nesta Casa de novo, e gostaria de dizer que nós falamos aqui, com toda a transparência, dos compromissos que nós temos, e tenho certeza de que, com a sabedoria, a pluralidade, a competência do Senado, nós sairemos com um PNE ainda mais aprimorado com a contribuição importante que a Câmara deu, e principalmente não permitindo que o PNE seja o Tratado de Kyoto e tenha uma fonte real de financiamento que é o pré-sal, o pós-sal, que é o petróleo, para que possamos cumprir todas essas metas ambiciosas e deixar para o futuro do Brasil um país desenvolvido, reconhecido, mais igualitário, mais justo, mais fraterno com o seu povo. E só a educação permite esse caminho de forma sustentável.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu quero dar uma esperança ao nosso Pimentel: eu não me referiria ao Tratado de Kyoto, mas à disposição constitucional de juros de 1% ao mês e 12% ao ano, que nunca foi cumprida pelos bancos. Mas eu não conheço um único parlamentar no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, que não esteja a favor dessa bandeira magnífica de 10% do PIB para a educação. Isso passaria tranquilamente.

O que nós temos, Senador Pimentel, é que demonstrar com clareza que, para atingir essa meta, nós precisamos repassar recursos aos Municípios. Se vamos dobrar os investimentos em educação, em dez anos, em duzentos e poucos bilhões de reais, nós temos que demonstrar que isso só será viável quando Estados e Municípios receberem os recursos do pré-sal – para a educação! Nós não estamos tirando um tostão da expectativa de Estados e Municípios. Só que a fonte do recursos não pode ser a fonte luminosa do desperdício e da atomização dos recursos. A fonte pode e deve ser o pré-sal.

E, dentro desse raciocínio de que o pré-sal vai apoiar a duplicação da verba de educação no Brasil, nos Municípios e nos Estados, nós vamos ganhar essa parada, e eu acredito, com facilidade, porque eu acredito na racionalidade do Senado da República.

Não vejo essa dificuldade apontada, Senador. Eu tenho conversado com os Senadores... Ontem eu conversava com o Cássio Cunha Lima, provavelmente o futuro Líder do PSDB. E ele me disse que está encantado com essa possibilidade de concentrar os recursos do pré-sal para a educação.

Dez por cento do PIB é uma bandeira. Mas que será, por redução ao absurdo, não cumprida. Necessariamente não cumprida.

A bandeira é magnífica, mas nós temos que viabilizar os recursos e os recursos são esses. E eles serão dirigidos a Estados e Municípios na complementação dos recursos necessários para o avanço da educação.

Às 2 horas da tarde, esta audiência pública prossegue sob o iluminado comando do Senador Pimentel. (Palmas.)

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (58ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE (57ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador José Pimentel, Presidente Eventual, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Ana Rita, Armando Monteiro, Casildo Maldaner, Cristovam Buarque, Delcídio do Amaral, Eduardo Amorim, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Inácio Arruda, José Agripino, Lindbergh Farias, Lobão Filho, Luiz Henrique, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka e Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Cyro Miranda, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Antonio Russo, João Ribeiro, Marco Antônio Costa, Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmos Alves, Magno Malta e Kátia Abreu, que se encontra afastada do mandato. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de “instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, que ‘aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências’”, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs

41 de 2012, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros, 43 de 2012, de iniciativa do Senador Inácio Arruda e outros, e 48 de 2012, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, e, ainda, aos Requerimentos da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nºs 51 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros, e 54 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, tendo como expositores a Sra. Célia Maria Vilela Tavares, Presidente da Região Sudeste da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, representando a Sra. Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da Undime; o Sr. Arnaldo Augusto Ciquielo, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, representando o Sr. Denio Rebello Arantes, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif; o Sr. Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; e o Sr. Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O Presidente Eventual, Senador José Pimentel, convida, ainda, a Sra. Rachel Marques, Deputada Estadual e Presidenta da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará para se sentar à Mesa. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Inácio Arruda. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata desta reunião e da 34ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, que são dadas como aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu quero dar uma boa-tarde a todos.

Declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos em conjunto com a 57ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Esta é uma audiência pública, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Esta audiência pública é resultado dos requerimentos do Senador José Pimentel, do Senador Inácio Arruda, da Senadora Ana Amélia, do Senador Randolfe Rodrigues, entre outros.

Este Projeto de Lei, como é do conhecimento de todos nós, é uma iniciativa da Presidência da República. A matéria iniciou-se na Câmara dos Deputados e encontra-se aqui no Senado.

Nesses requerimentos foram convidadas e aprovadas, no convite, as seguintes pessoas: Sr^a Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Sr^a Célia Maria Vilela Tavares, Presidente – Região Sudeste – da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime); Sr. Carlos Edilson de Almeida Maneschy, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Sr. Arnaldo Augusto Ciquielo, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; Sr^a Mariza Abreu, Consultora em Educação da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes; Sr^a Manuela Braga, Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; Sr^a Helena Bonciani Nader, Presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Sr. Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Portanto, eu convido a Sr^a Célia Maria Vilela Tavares para vir para a Mesa, para o nosso lado. Convido também o Sr. Arnaldo Augusto Ciquielo para estar conosco aqui na Mesa. Convido também o Sr. Daniel Iliescu para estar conosco aqui na Mesa. Convido também o Sr. Daniel Cara para estar conosco aqui na nossa Mesa. Nem todos possuem plaquinha, mas nós nos acomodamos aqui.

Os demais membros, na proporção em que forem chegando, serão convidados também para vir para a Mesa.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por 10 minutos. Como nós estamos aqui numa quinta-feira, na parte da tarde, e as demandas são menores, haverá uma tolerância um pouco maior para ouvi-los. Portanto, os 10 minutos ficam como referência, e vamos administrando. Em seguida, abriremos a fase de interpelação para as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores inscritos. Nos 10 minutos, se alguém quiser também fazer a apresentação utilizando Data Show, não há nenhuma dificuldade.

Portanto, eu concedo a palavra à Sr^a Célia Maria Vilela Tavares, para a sua exposição.

A SR^a CÉLIA MARIA VILELA TAVARES – Boa tarde.

Quero cumprimentar o Senador José Pimentel, os colegas aqui da Mesa e todos que estão aqui hoje.

Nós, da Undime, fizemos aqui a opção de, nesta apresentação, mostrar a trajetória histórica e a situação atual do PNE.

A mobilização. Nós tivemos o Pré-Plano Nacional de Educação através das Conferências Municipais de

Educação, a participação nas Conferências Estaduais e na Conferência Nacional de Educação, com a produção de emendas ao texto do Documento Referência. Foram muitos, mas muitos encontros e muitas pessoas dos diferentes Municípios e dos Estados brasileiros que se fizeram presentes nesse momento do Pré-PNE.

Em 8 de dezembro de 2010, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, cujo comitê diretivo a Undime integra desde 2001, solicita, então, que o Governo Federal envie ao Congresso Nacional o novo texto do Plano antes do término do ano de 2010. Até mesmo porque o Plano Nacional anterior estava finalizando e nós não tínhamos ainda um Novo Plano Nacional de Educação.

E aí, então, em 15 de dezembro de 2010, o Governo encaminhou o Projeto de Lei 8.035 ao Congresso Nacional. Em fevereiro de 2011, a campanha apresenta as primeiras 75 emendas à Deputada Fátima Bezerra, então Presidenta da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. E no mês de abril foi iniciado o calendário de audiências públicas, que contou com intensa participação dos dirigentes municipais de educação, principalmente nas que trataram sobre qualidade da educação, financiamento da educação e educação especial. Em todas as audiências foram entregues aos Parlamentares as emendas da campanha, e, no mês de maio, elas atingiram o número final de 117 emendas.

A Undime seguiu os seguintes princípios em suas intervenções:

- Análise das metas e estratégias, com base nas deliberações da Conae. Isso foi o princípio que nós salvaguardamos o tempo inteiro. A Conferência Nacional de Educação é a base com a qual nós trabalhamos para defender as nossas propostas.

- A construção coletiva de emendas no âmbito da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Como já disse, a Undime integra desde 2001.

- E ações de *advocacy* junto ao Congresso Nacional de forma articulada com as ações da campanha.

Os objetivos da nossa grande mobilização:

- Fortalecer e corrigir eventuais limitações do projeto de lei;

- Criar ferramentas efetivas para a viabilização de novos recursos financeiros necessários para a implementação do Plano Nacional de Educação;

- Tornar as políticas educacionais mais participativas.

As críticas ao projeto de lei, o projeto de lei que o Governo enviou. Nós apontamos estas críticas:

- Limitações de financiamento que inviabilizam o cumprimento das metas;

- Ausência de metas intermediárias que permitiriam um monitoramento mais eficaz do plano;

- Necessidade de pactuar as responsabilidades entre os entes federados;

- Ausência de diagnósticos e projeções.

E diante disso, tomamos as pesquisas do IBGE, os censos oficiais, os estudos do Inep, do Ipea e as deliberações da Conferência como base para as nossas emendas. E deu-se início, então, ao grande movimento “PNE pra Valer”, organizado pela campanha e seguindo os moldes da experiência vitoriosa do “Fundeb pra Valer”, que todos se lembram aqui, não contemplava creche. E foi com esse movimento do “Fundeb pra Valer” que as creches foram incluídas.

O portal www.pnepravalor.org.br reúne todas as notícias e documentos sobre a tramitação do PNE. Ainda nesse movimento “PNE pra Valer”, as notícias do PNE também podem ser acompanhadas pelas redes sociais. Nós estamos o tempo inteiro nos movimentando pelas redes sociais para fazer valer as propostas que defendemos.

Criamos um banco de dados das 2.915 emendas. A Undime foi pioneira. Foi a primeira entidade que criou e organizou um banco de dados para fazer a discussão do Plano Nacional de Educação, um trabalho árduo da nossa equipe, comandando pela Vivian.

Os objetivos:

- Tornar acessível o conteúdo das emendas de uma maneira simplificada. Foram não só os vários órgãos de pesquisa da educação como também o próprio Governo que fizeram uso do nosso banco de dados dada a forma como conseguimos organizá-lo.

- Possibilitar pesquisa por Deputado. Qual Deputado apresentou qual emenda? Lá nós encontrávamos e encontramos o tipo de emenda, se era aditiva, aglutinativa, modificativa, substitutiva, supressiva, global, os artigos do PLE, as metas e as estratégias.

Dos 513 Parlamentares da Câmara dos Deputados, 87 apresentaram emendas. Aí nós temos os da Comissão Especial – 33 apresentaram emendas, de 52 membros; da Comissão de Educação, 34, dos 61 membros, apresentaram emendas, lembrando que 26 Parlamentares integravam tanto a Comissão de Educação quanto a Especial.

As emendas elaboradas pela Campanha pelo Direito à Educação – 117 Propostas de Emendas: 18 aos artigos da lei; 99 às emendas e estratégias. Todas as 18 propostas de emendas elaboradas pela campanha aos artigos da lei foram apoiadas por parlamentares. Elas apareceram 165 vezes. Todas as 99 propostas de emendas elaboradas às metas e estratégias foram apoiadas por parlamentares. Elas apareceram 710 vezes.

Desde 2010, foram vários os seminários, as audiências públicas, os fóruns e as conferências, com a

presença de pessoas interessadas no assunto – Deputados, especialistas e militantes da causa.

Em 2011, a Undime promoveu o XIII Fórum Nacional, que teve como tema principal o Plano Nacional de Educação, e também o seu IV Fórum Nacional Extraordinário, que também debateu o tema. Lembrando que a Undime congrega os mais de 5.500 Municípios brasileiros. Portanto, a nossa capacidade de articulação é grande.

Ainda em 2011, a Undime realizou o Círculo de Seminários Regionais, intitulado “A Educação Municipal na Construção do PNE para Apresentar e Debater o Banco de Dados das Emendas do Plano Nacional”. Fizemos seis seminários: dois, na Região Nordeste – Aracaju e Fortaleza; e outros quatro, nas demais regiões – fizemos em Goiânia, no Centro-Oeste; no Sudeste, fizemos em Vila Velha, no Espírito Santo; no Norte, fizemos na cidade de Palmas; e no Sul, fizemos em Florianópolis.

Em 2012, no V Fórum Nacional Extraordinário, a tramitação do PNE foi novamente debatida no nosso encontro.

Em agosto de 2011, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação publica nota técnica, porque 7% do PIB para a educação é pouco. Vocês têm em suas mesas essa nota.

Cálculos dos investimentos adicionais necessários para o novo PNE garantir um padrão mínimo de qualidade. Durante o prazo para a apresentação de emendas ao substitutivo, entre 06 a 14 de dezembro de 2011, a campanha Undime apresentou 37 emendas.

De janeiro a março de 2012, o Relator construiu novo texto ao relatório, e a Comissão Especial do PNE promoveu uma reunião técnica sobre o financiamento da educação no dia 20 de março. No dia 24 de abril, o Deputado Ângelo Vanhoni, Relator na Comissão Especial, apresentou sua versão final do relatório aos Deputados da Comissão Especial.

Um ponto de destaque diz respeito à mobilização que a Undime à Meta nº 05, que trata da alfabetização. O primeiro relatório do substitutivo determinava que todas as crianças deveriam ser alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental. A mudança foi feita, levando-se em consideração as propostas de emendas apresentadas ao projeto de lei.

A nossa defesa foi a favor do ciclo de alfabetização. A Undime, então, intensificou as conversas com os parlamentares da Comissão Especial, fez a articulação com o Conselho Nacional de Educação e demais entidades, defendendo o novo texto, a Meta nº 05.

Apesar do MEC não ter assinado a Carta, o assunto foi discutido com o Secretário de Educação Básica, Cesar Callegari, que concordou com a proposta

e apresentou ao Ministro a defesa do ciclo de alfabetização. Depois de toda essa articulação, o relator concordou com o conceito defendido na nossa carta aberta e propôs a alfabetização de todas as crianças até o fim do 3º ano do ensino fundamental – “até o fim”, isso não significa que não possa ser alfabetizado aos 6, aos 7 ou aos 8 anos, mas garantir um ciclo a todas as crianças.

Apesar de o tema ainda ter sido debatido no processo de votação do relatório, o texto do substitutivo foi aprovado pelos Deputados, conforme a carta que havíamos apresentado.

No dia 26 de junho, a Comissão Especial aprovou o relatório substitutivo do PNE. Naquele dia, durante a sessão de votação, oito destaques foram apresentados ao relatório do Deputado, sugerindo aumentar a meta de investimento na educação, até então a grande maior polêmica do texto.

No texto aprovado, o Governo se compromete a investir pelo menos 7% do PIB nos primeiros cinco anos de vigência, e 10% ao final dos 10 anos.

Após a aprovação do PL nº 8.035, na Comissão Especial, o Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia, apresentou recurso à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, solicitando o debate do PL no plenário. Ficamos bastante frustrados, porque imaginávamos que a nossa luta, na Câmara, havia findado. No entanto, isso não havia acontecido.

A Undime e a Campanha, em parceria com outras entidades, desencadearam, então, um processo de mobilização social contra o recurso apresentado, porque ele significava retardar a aprovação do PNE. Foram divulgados os nomes dos 80 Deputados que apoiaram o recurso e foi criada a petição on-line contra o Recurso nº162/2012, em defesa da educação pública e por um “PNE pra Valer”, e 6.572 pessoas assinaram em 15 dias. A partir do sucesso dessa mobilização, dessa articulação, grande parte dos Deputados foi convencida a retirar as assinaturas, o recurso foi derubado, e o PL seguiu para esta Casa, para o Senado.

Por fim, é importante dizer que, ao longo de todo processo de tramitação do Plano Nacional de Educação na Câmara, a Undime e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação manifestaram, por meio de cálculos, notas públicas e posicionamentos, a necessidade de que, para se cumprirem todas as metas e estratégias propostas no Plano Nacional de Educação, o projeto deve ser sancionado com 10% do PIB para a educação. Entre notas, estudos, posicionamentos e moções, foram mais de 20 textos apresentados, todos disponíveis no portal da Undime – cujo endereço está disponível para quem quiser acessar – e também do Movimento PNE pra Valer!.

Os 10% do PIB continua sendo a nossa grande bandeira, casada com a discussão sobre a destinação de 100% dos *royalties* do petróleo, que é a fonte que já se apresenta como garantia do cumprimento dos 10%. Para o PNE garantir, de fato, acesso, permanência com aprendizagem e qualidade são necessários 10% do PIB para a educação pública.

Quero terminar dizendo, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, que nós, da Undime, temos argumentos, temos mobilização e acreditamos na capacidade de os senhores de, verdadeiramente, colocarem a educação como prioridade neste País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Arnaldo Augusto Ciquieiro, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

O SR. ARNALDO AUGUSTO CIQUIELO – Muito boa tarde a todos.

Agradeço o convite feito pelo senhor, Senador, para estar aqui. Agradeço também a participação com os nossos colegas debatedores da Mesa, a assistência, os demais Senadores e a população que aqui está.

Primeiro, é com muito prazer que estou aqui falando com vocês, reforçando esse conceito, por termos a oportunidade de defender processos que garantam que o nosso País tenha educação ampliada, estendida, e também de fazer a defesa de níveis de qualidades e procedimentos para que a gente, da melhor forma possível, atenda à sociedade.

Eu represento uma instituição e acho que cabe a explicação dessa instituição, para que os senhores entendam a minha argumentação e a minha preocupação.

Os Institutos Federais são entidades educacionais criadas há muito pouco tempo. Nascemos no final do ano de 2008, numa transformação das antigas escolas técnicas, agrotécnicas, CEFETs. Essa nova instituição, o Instituto Federal, foi criada com uma missão interessante, porque pouquíssimos são os exemplos de instituições que contemplam de forma tão ampla o desenvolvimento da educação, particularmente da educação profissional, dentro da sua ação.

Nós trabalhamos com todo o eixo da educação profissional, desde a formação inicial e continuada, onde temos a possibilidade de levar educação a pessoas, independentemente da sua idade, da sua formação ou dos seus pré-requisitos, iniciando-as nos primeiros momentos da atividade profissional. Depois, como técnico de nível médio, nas suas diversas modalidades hoje contempladas pela legislação – o Técnico Integrado, Pós-médio, Concomitante, Proeja.

Nós temos oportunidade de atender gamas diversificadas de representantes da sociedade, ou seja, os

nossos alunos são oriundos de camadas sociais extremamente diferenciadas, desde os menos favorecidos nas questões socioeconômicas, até aqueles mais suportados, aqueles mais bem constituídos, aqueles alunos que vêm de diversas origens, passando pelas escolas públicas, aqueles que já perderam o seu tempo de escolaridade e aqueles que vêm de escolas particulares de excelente desempenho. E, depois, nos superiores, com os cursos de tecnologia, as licenciaturas, as engenharias e os programas de pós-graduação.

As instituições como a nossa, por trabalharem toda essa gama, têm um aspecto muito grande no recebimento de pessoas da sociedade, do trabalho e do processo educacional. E, dentro dessa linha, nós vemos com muito interesse a preocupação, hoje, da sociedade com o desenvolvimento da educação. E reforço particularmente com a educação profissional, porque as instituições como a nossa acreditam que o processo educacional não só desenvolve condições extremamente satisfatórias para o desenvolvimento social de uma nação, mas também serve como alavanca no desenvolvimento econômico dessa nação frente aos mercados cada vez mais competitivos.

Dessa forma, por normalmente trabalharmos com processos educacionais que não são simples, dentro das nossas peculiaridades, e não são baratos, dentro da necessidade que nós temos, e que extrapolam o conhecimento do indivíduo, ou seja, o conhecimento dos agentes portadores do processo educacional, focados quer seja nas ações administrativas, quer seja nas ações pedagógicas e no processo de ensino propriamente dito, necessitamos de uma quantidade muito grande de recursos para equipar os nossos laboratórios com equipamentos que não só permitam o desenvolvimento dessas ações, como também, no âmbito das nossas instituições, fomentem a pesquisa, a inovação e a extensão. Então, eu diria que são instituições extremamente complexas dentro do processo educacional que nós temos no Brasil.

E, nessa discussão que nós estamos vivendo – bem abordada pela Célia –, de como nós estamos criando condições para olhar o processo educacional no futuro, nós temos algumas ações que realmente nos preocupam e que de uma forma ou outra estão materializadas dentro do plano. É claro, Senador, que nem todas as ações contemplam todos aqueles que argumentam a favor dessas condições.

Mas, ainda voltando à nossa instituição, com mais uma particularidade que eu acho que é interessante, por lei, 50% das nossas vagas precisam ser garantidas aos cursos técnicos, 20% para as licenciaturas – e é um ponto a que eu voltarei em breve – e os demais para todas aquelas ações que nós pudermos falar.

No Plano Nacional, nós temos não só a destinação dos recursos, que é claro que nós defendemos, porque quanto maior a quantidade de recurso que o Governo puder disponibilizar para a sociedade, maior o aumento significativo da nossa chance de sucesso. Queiramos nós que hoje, ao brigarmos por 10%, talvez possamos brigar no futuro por mais que 10%, para que possamos competir com igualdade com os países mais desenvolvimentos socioeconomicamente.

Na questão dos professores, visto que nós somos uma escola que também se preocupa e tem a missão de formar professores, embora a proposta contemple condições favoráveis sobre o ponto de vista financeiro, condições favoráveis sobre o ponto de vista de formação desses profissionais e condições favoráveis sobre o ponto de vista de capacitação, eu gostaria de chamar a atenção de vocês para uma situação que nós vivemos hoje e é um desafio bom, é um problema bom, mas que tem um viés cruel. Nós somos uma escola que tem a missão de formar professores, e os nossos professores são aqueles que, com certeza, nos próximos anos, estarão tentando dar vida àquilo que está no projeto de lei: promover os processos para iniciarem a alfabetização dos nossos futuros cidadãos, que estarão participando do processo para melhorar o desempenho nas escolas de ensino médio e, também, nas instituições como a nossa, que contemplam o ensino superior.

Noto, Senador, que quando nós fazemos... Não me lembro se a meta é 18 ou 19, talvez o local dela não seja tão importante, mas a ação de nós termos escolas que se preocupem com a regionalidade, escolas que se preocupem em desenvolver as suas ações focadas nessas necessidades.

É uma característica das nossas instituições, por nossos *campi* serem focados na regionalidade, na mesorregião em que estão inseridos, nós fazemos uma audiência pública para consolidar, ou direcionar, ou atualizar os levantamentos que fizemos, para entender o que melhora uma instituição como a nossa, o que aquele *campus* pode fazer para contribuir com a sociedade.

Ao fazermos essa avaliação, nós levamos em conta as condições socioeconômicas daquele Município e do seu entorno, levamos em conta os processos educacionais que ali são dirigidos, as demais instituições de ensino, e as questões municipais, normalmente relacionadas ao que um Município é hoje, e os Municípios, e para onde eles se direcionam, para que a gente possa, da melhor forma, entender como nós podemos fazer um trabalho com melhor resultado.

Nessas audiências, normalmente, nós temos representantes da sociedade, os poderes municipais

são convidados e participam, os poderes constituídos de sindicatos, tanto patronais, quanto sindicatos de empresas, demais lideranças da sociedade e a população, de uma forma geral, com representantes de vários níveis sociais.

Quando nós fazemos a apresentação da instituição, abrimos as possibilidades do que poderemos trabalhar e começamos a dialogar com essa plateia, sempre há um direcionamento da plateia para aquelas ações que estão mais em moda. Então: “Olha, precisamos de engenheiros, precisamos de técnicos nessa área, precisamos disso ou daquilo.” Mas, mesmo depois de ter falado que uma das missões da nossa instituição é a formação de professores, é muito raro alguém se manifestar, defendendo que aquela escola, a nossa em questão, instale, ali, um curso de licenciatura. Algumas vezes, eu desafio, inclusive, a plateia: “Quantos dos que estão presentes gostariam que seus filhos ou as pessoas da sua família viessem fazer um curso de formação de professores conosco?”

Muitas vezes, em plateias de 100, 200, 300, 400 pessoas, Senador, ninguém se interessa por essa carreira.

Então, talvez, todo nosso esforço de ter um programa de desenvolvimento da educação passe por um gargalo extremamente complicado: a sociedade não se interessar por formar professores. Isso poderá comprometer, por mais brilhante que seja, todo o nosso plano neste momento.

Então, eu chamo a atenção dos Srs. Senadores e dos demais que esse é um ponto a ser considerado. Se não trabalharmos para mostrar a importância do que é ser um professor, do que é ser um educador para a nossa sociedade, nós teremos situações como a de hoje: pessoas que não se interessam. Quando nós abrimos concursos públicos, também não se manifestam disputando as vagas, e, eventualmente, quando disputam, perdem o seu interesse nas nossas instituições, principalmente quando trazemos a questão dos professores da área técnica, por estarmos num momento muito competitivo.

Então, eu gostaria que o senhor considerasse, dentro das futuras possibilidades, o desafio de fazermos com que a sociedade compreenda que o plano depende de termos os profissionais para poder realizá-lo.

Dentro, também, dessa linha, uma grande preocupação eu tenho, e isso também está previsto, que é a formação de gestores para poderem, da melhor forma possível, dirigir as nossas instituições.

Nisso, com certeza, nós devemos levar em conta não só a origem dos nossos futuros gestores, mas também as suas competências técnicas.

Também gostaria de chamar a atenção para todo o processo – e estamos discutindo um grande processo educacional –, pois estamos acreditando, neste momento, que ele poderá criar o Brasil dos próximos anos, ou seja, o Brasil que vamos entregar para os nossos filhos, os nossos netos e os demais jovens que estiverem por cá chegando, que o processo precisa ter recursos – e nós estamos brigando por ele –, mas precisamos garantir os resultados.

Então, precisamos ter condições claras e eficientes de garantir que os nossos esforços, baseados nos recursos financeiros e físicos, que todas as pessoas envolvidas – os nossos alunos, os nossos professores e todos os demais que compõem esse processo – garantam que o resultado valha a pena para a geração que está por vir.

Por último, também embora previsto, gostaria de chamar a atenção para a importância de termos, no desenvolvimento dos conselhos sociais, que permitam, da melhor forma, avaliar o desempenho das nossas instituições, uma grande representação da sociedade, para que as nossas instituições e, principalmente, quando falamos das públicas, não sejam reféns dos próprios professores administrativos que tenham o poder de trabalhar o processo educacional nas suas instituições.

Dessa forma, eu acredito, Senador, que eu possa ter expressado um pouco das minhas preocupações. Eu faço uma defesa forte a respeito dos recursos. Também faço uma defesa muito forte de que tenhamos como aferir o resultado da aplicação desses recursos, a bem da sociedade e dos jovens que estão aqui nos assistindo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Quero registrar a presença da Deputada Rachel Marques, do nosso Estado do CE e Presidenta da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Quero convidá-la para fazer parte aqui da nossa Mesa, até porque o equilíbrio de gênero está meio desfavorável.

Portanto, nossa Presidenta, por gentileza, queira estar conosco aqui na Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes, a nossa UNE.

O SR. DANIEL ILIESCU – Boa tarde. Em primeiríssimo lugar, boa tarde aos estudantes aqui de Brasília, aos estudantes das escolas e universidades de Brasília presentes. *(Palmas.)* Cumprimento o Senador José Pimentel, que preside a audiência pública, a Célia Maria Vilela Tavares, Presidente da Undime, o Arnaldo Augusto Ciquielo, Reitor do IFSP e o Daniel Cara, meu xará e companheiro de muitas lutas,

nesta Casa e na Câmara, pelo PNE. Cumprimento a Deputada que acaba de compor a Mesa também, a Deputada Rachel Marques, a Senadora Ana Amélia, que esteve aqui presente e imagino a equipe de alguns Senadores, de alguns mandatos – vejo, pelo menos, o chefe de gabinete do Senador Inácio Arruda, José Roberto aqui presente, o Senador que tem, entre outras contribuições para a educação, a autoria do Projeto de Lei que destina 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a Educação.

Em primeiro lugar, quero falar da felicidade e do sentimento, Senador José Pimentel, de muito entusiasmo que a juventude brasileira tem aqui, no dia de hoje, ao se iniciar a trajetória de discussão pública do PNE no Senado.

Hoje, pela manhã, esta Casa fez a primeira audiência pública desde que a matéria chegou a Casa, com a presença do Ministro Aloizio Mercadante e, no mesmo dia, realiza essa segunda audiência pública com as entidades do Movimento Social e instituições que representam a gestão local e municipal desses recursos e desse sistema educacional.

Estou muito feliz com essa iniciativa que tem V. Ex^a e o Senador Requião, como relatores do Plano Nacional de Educação aqui no Senado. Com certeza, a partir de hoje, mais um passo é dado, e esperamos, com isso, não só que este debate consiga contemplar as reivindicações do movimento estudantil, da sociedade brasileira, mas que também se comprometa com a tramitação célere, rápida, já que nos encontramos dois anos atrasados em função da previsão inicial, ou seja, de o plano estar vigente de 2011 a 2020. A tramitação na Câmara foi excessivamente longa. O próprio envolvimento do Governo Federal, a formação das suas convicções bem como a sua posição em relação ao PNE foi excessivamente arrastada, na nossa opinião, mas a nossa expectativa é de que o Senado faça isso com todo zelo, responsabilidade e cuidado que a educação brasileira merece.

Eu falava aqui do Inácio, e chegou aqui o Senador Inácio Arruda. Nossos cumprimentos também.

Quero dizer que os estudantes aqui presentes são de Santa Maria e também do Colégio Elefante Branco. Além desses, há uma turma da UnB. Trata-se da turma da 404 de Santa Maria. O Elefante Branco foi o colégio onde estudou Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE, desaparecido político até hoje. Foi presidente da UNE até setembro de 1973, quando desapareceu. Essa é uma das pautas que a UNE apresenta à Comissão Nacional da Verdade. Queremos saber – que o Estado reconheça oficialmente – o que aconteceu com o Honestino. Sempre que um estudante de qualquer escola aqui, de Brasília, em especial do Elefante

Branco, participa dessas manifestações, é importante que o nome de Honestino seja proclamado porque ele está aqui entre nós.

Antes de entrar, Senador José Pimentel e demais companheiros, na discussão específica da lei, dos artigos que interessam aos estudantes brasileiros que sejam defendidos na lei do PNE, convém passar um pouco da percepção do momento que o Brasil vive aos olhos da UNE.

Na nossa opinião, o Brasil vive um desafio e oportunidades inéditas na constituição do Brasil como nação. O Brasil completou, neste ano, 190 anos de sua independência formal, lutando para concretizar sua independência real. É um país que, em janeiro deste ano, ultrapassou a Inglaterra, tornando-se a 6^a economia do mundo em termos de PIB, e que caminha inevitavelmente – e, espera-se, cada vez com posições mais ousadas do Governo Federal e do Congresso Nacional, do ponto de vista do nosso projeto desenvolvimento – para superar a França em 2 ou 3 anos. Dessa forma, o Brasil será a 5^a maior economia do Planeta. No entanto, apesar disso nos últimos 10 anos, a UNE faz a constatação de que a educação melhorou no Brasil em termos de programas de acesso, em termos de oportunidades para a juventude brasileira. Ainda assim, depois de uma década virtuosa da educação brasileira, o Brasil ocupa a posição de número 88 no *ranking* que a Unesco faz de indicadores educacionais. Esses indicadores levam em consideração o acesso à universidade e ao ensino técnico, a taxa de analfabetismo, a escolaridade média da população brasileira, que é a segunda menor da América Latina – apenas à frente do Haiti – cerca de 2 anos atrás da dos países do Cone Sul: Argentina, Chile e Uruguai, que é de quase 10 anos, enquanto a nossa é de 7,3 anos de escolaridade média por pessoa. Há ainda a remuneração dos profissionais de educação, tão incompatível com a importância que os professores e demais profissionais de educação têm para o nosso País. Ou seja, os indicadores educacionais são ainda alarmantes.

O índice de acesso à universidade, que acaba de ser corrigido pelo censo do MEC e pelo IBGE, subiu de 14% para 17%. A gente comemora a ampliação de alguma expressão como essa, mas, por outro lado, ela significa que 83% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos não têm a oportunidade que muitos de nós pôde ter, que eu tive, de entrar no ensino superior para produzir conhecimento e, assim, ajudar a desenvolver o Brasil e a melhorar a condição de vida das suas famílias, das suas comunidades. Estamos falando de 83% da juventude brasileira que está fora do ensino superior, com uma taxa de evasão no ensino básico, no ensi-

no médio, de 50%. Então, o desafio educacional, na nossa opinião, quando falamos da luta por um Brasil rico e sem miséria, por um Brasil desenvolvido, justo e democrático, soberano, é o principal desafio a ser enfrentado, é a principal lacuna do nosso projeto de país.

E o Brasil vive uma década promissora. A nossa juventude, que hoje se mobiliza por avanços, enfrenta uma situação diferente de outras gerações, Senador José Pimentel, como a sua geração, que teve que lutar arriscando a própria vida para resistir, para se contrapor a retrocessos como aquele que a ditadura legou ao País.

A nossa geração vive um momento diferente, fruto da luta daqueles que vieram antes de nós e que pavimentaram um caminho de avanços para o Brasil. A nossa geração não tem que arriscar a vida para impedir retrocessos; a nossa geração tem que se mobilizar para envolver cada vez mais a juventude e setores da sociedade civil organizada para conquistar avanço. E o PNE, o Plano Nacional de Educação, é o principal avanço em questão no País, Senador.

Então, a sua responsabilidade como Relator, a responsabilidade desta Casa, dos Senadores e das pessoas que trabalham no apoio aos mandatos, as assessorias técnicas, a Secretaria aqui desta Comissão é uma responsabilidade ímpar frente ao povo brasileiro, no presente e no futuro, porque as decisões que serão tomadas, as metas e diretrizes que serão implementadas para os próximos dez anos dirão respeito não apenas aos próximos dez anos, mas aos próximos cinquenta, cem, cento e noventa, duzentos anos do nosso País, na nossa opinião.

É tempo de tomada de decisões estratégicas. A nossa geração, a juventude dos anos 10, está diante de ver o seu Congresso Nacional tomar decisões cujos acertos e erros valem mais do que dez anos. É uma década em que o mundo vive uma crise capitalista; em que o sistema capitalista, o neoliberalismo, essa hipertrofia do mercado financeiro, a adoção de políticas que privilegiam o arrocho fiscal e não o desenvolvimento, o investimento no setor público, na educação, na juventude, na nossa gente, está em xeque hoje nas principais economias do mundo. E isso dá oportunidades ao Brasil de exercer um contrapeso e de conseguirmos exercer a nossa pretensão de ser uma nova mensagem ao mundo, de ser outro modelo de inclusão social, de avanço democrático no mundo, podendo exercer, ao lado de países como China, Índia, África do Sul, México, Argentina, um contexto de um mundo multipolar, outro paradigma para o mundo, o paradigma do investimento concentrado e decidido em educação.

Essa decisão está ao alcance das nossas mãos. A decisão de implementar os 10% do PIB para a educação e de adotar como estratégias concretas, como caminhos para esse desafio dos 10% do PIB, a adoção de, no mínimo, 50% dos rendimentos do Fundo Social do Pré-sal, como defende o projeto de lei do Senador Inácio Arruda, que hoje se encontra nesta mesma Comissão, na CAE, sob a relatoria do Senador Valadares, de Sergipe. Aliás, o Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, do Amazonas, pediu vistas desse projeto, e a gente já se manifestou perante ele e se manifesta formalmente perante esta Comissão no sentido de que o Líder do Governo devolva à tramitação o projeto, para que a gente possa, assim, fazer valer a reivindicação dos estudantes brasileiros, da sociedade civil organizada, bem como a opinião emanada pela própria Presidenta Dilma Rousseff, a sua convicção de destinar os 50% do Fundo Social do Pré-sal e a totalidade dos recursos dos *royalties* e participações especiais da União, dos Estados e dos Municípios para a educação brasileira.

Também não temos dúvidas de que as outras 19 metas, exaustivamente dialogadas e pactuadas, muitas delas – a imensa maioria – aprovadas por unanimidade na Comissão Especial da Câmara, que reuniu 27 parlamentares dos principais partidos brasileiros, serão alvo de debate nessas três comissões aqui do Senado. E essas 19 metas sobre a elevação da qualidade da educação no Brasil vão desde a erradicação do analfabetismo até a soberania científica e tecnológica no País, que vão desde a incorporação da extensão como um valor fundamental a ser exercido pelas universidades brasileiras até a regulamentação do ensino superior privado. Aliás, talvez seja esta uma das faltas do debate na Câmara, um dos pontos em que não houve convicção e coragem para fazer avançar no PNE, um dos poucos pontos dignos de duras críticas a esse PNE. A regulação do ensino privado é uma peça que, na nossa opinião, produz muitos avanços, entre as 62 emendas que a UNE, a UBES e a ANPG, que representam o movimento universitário, secundarista e de pós-graduandos, implementaram – e boa parte delas foi aproveitada.

O PNE, tal como aprovado na Câmara, já é uma peça importante de avanço, mas o Senado, sem dúvida alguma, de maneira célere, tem a oportunidade de aprimorá-lo e de torná-lo uma peça ainda mais completa.

Agora, todas essas metas, como a adoção do Custo Aluno Qualidade (CAQ) – e com certeza o Daniel Cara vai falar um pouco mais sobre isso –, bem como tantas e tantas outras metas e objetivos para a educação... Se, na meta 20, os Senadores e Deputados não forem tão ousados quanto foram no debate

das outras 19 metas, é impossível que as 19 metas anteriores se viabilizem. Portanto, há um debate muito rico que não deve ser subestimado, porque discutir a qualidade da educação brasileira não é discutir apenas o financiamento – nós temos certeza disso. Porém, esse debate desprovido dos 100% dos *royalties*, dos 50% do Fundo Social do Pré-Sal, da ambição de 10% do PIB e de novas políticas de financiamento que o Senado ainda tem oportunidade de agregar à meta 20 seria inócuo. Seria, como disse o ministro aqui de manhã, nesta Comissão, como um Protocolo de Kyoto: todo mundo assina e concorda, mas ninguém consegue implementar.

Então, a gente pede muita sensibilidade e responsabilidade desta Casa ao tratar o debate sobre o financiamento da educação. Todos aqui sabem que estamos numa semana especial para esse debate, já que a Presidenta Dilma tem, por lei, até amanhã, até sexta-feira, dia 30 de novembro, para se posicionar sobre o PL 2.565, que saiu do Senado e foi à Câmara e que trata da distribuição dos *royalties* para a educação.

Para além da legítima discussão sobre a distribuição geográfica dos *royalties* e sobre o tempo em que vale essa distribuição, se para os contratos futuros ou se para os vigentes, a grande preocupação da educação brasileira, do movimento estudantil brasileiro, da UNE é a destinação desses *royalties* para a educação. Além de a Presidenta amanhã ter a bola nos pés e o gol sem goleiro à sua frente, a sociedade e o Parlamento se incumbiram de carregar a bola até a pequena área, e a gente espera o gesto da Presidenta, que o movimento estudantil reconhece teve um protagonismo e uma coragem muito decisiva para pautar a opinião pública, a imprensa, o País da destinação dos *royalties* para a educação, fazendo com que a nossa bandeira do movimento educacional fosse assumida por ela, a Presidenta da República. E a gente espera que ela mantenha essa coerência, essa convicção e essa coragem e, amanhã, regulamente a Lei 2.565, constando os 100% dos *royalties* da União e os 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação.

Agora, quanto aos *royalties* dos Estados e Municípios, a UNE e o movimento educacional estão em conversa com algumas figuras importantes da política brasileira, como o recém-eleito Prefeito Fernando Haddad, de São Paulo, como o Governador Eduardo Campos, de Pernambuco, para que mais e mais governantes tomem a mesma atitude do Prefeito recém-eleito Edivaldo Holanda Júnior, de São Luís: ele já assinou, ele é o primeiro prefeito do Brasil a se comprometer em investir os seus *royalties* na educação. E vamos, no próximo ano, ajudar o Senado nessa discussão, agregando o compromisso de muitos pre-

feitos e governadores de enviar os seus *royalties* para a educação, para que o Senado tome essa decisão e aprove, no contexto do PNE, que os *royalties* de todas as instâncias vão para a educação brasileira, fazendo, sem dúvida alguma, uma grande diferença e marcando um grande gol para a história do Brasil.

Para concluir, agradeço, mais uma vez, este espaço e quero dizer que a juventude brasileira segue e seguirá mobilizada, durante o ano de 2013, em prol dessa perspectiva de que, até março de 2013, até o início do próximo ano, o PNE seja aprovado no Senado, para seguir uma tramitação também célere na Câmara, e, ainda no primeiro semestre de 2013, a gente ter o PNE aprovado pelo Parlamento brasileiro. O movimento estudantil saberá reconhecer essa eficiência, esse compromisso do Senado, do Senador José Pimentel e dos relatores e dos Senadores envolvidos nessa tramitação.

A juventude brasileira vive essa grande expectativa. A juventude dos anos 10 do nosso País pode honrar a história daqueles que foram jovens antes de nós, daqueles que são jovens há mais tempo, muitos deles Senadores, muitos deles que, quando o Parlamento foi fechado, eram jovens estudantes e fizeram uma luta democrática no Brasil e hoje são maioria dentro desta Casa, são maioria no Senado brasileiro, e podem fazer justiça histórica, podem fazer com que esta juventude aprenda a observar e a participar da política brasileira nesta condição, vindo para este Senado, contribuindo para a democratização desta Casa, e podem sair confiantes de que a política é um instrumento para mudar o Brasil, para transformar o Brasil, e que a educação é esse caminho.

Então, sem dúvida alguma, a gente espera que o Senado também tenha muitos artilheiros, que o Senador José Pimentel possa fazer esse gol, junto com os estudantes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. DANIEL CARA – Boa tarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador José Pimentel pela oportunidade de estar aqui presente e debater, nesta primeira audiência pública, com as entidades sociais e com os especialistas da educação o tema do Plano Nacional de Educação.

Queria também cumprimentar o Senador Inácio Arruda e os demais Senadores presentes, e em especial os estudantes, que são, sem dúvida nenhuma, um dos setores mais mobilizados da sociedade em relação ao Plano Nacional de Educação.

Para fazer a minha apresentação, tanto a Célia como o Prof. Arnaldo e o próprio Daniel já trouxeram bastantes argumentos importantes sobre a tramitação do Plano na Câmara. A fala da Célia foi sobre a tramitação do plano e os desafios que ela trouxe, como gestora municipal, representando a Undime. O Prof. Arnaldo trouxe um pouco da preocupação de que os 10% do PIB sejam bem gastos e sejam adequadamente gastos. E a gente compartilha dessa preocupação. E o Daniel trouxe a preocupação importante de a educação e o Plano Nacional de Educação serem tratados como grandes promotores do desenvolvimento social e econômico do Brasil. A minha fala, que vai trazer uma série de gráficos e dados, percorre um pouco esses três aspectos.

Em primeiro lugar, é importante registrar aquilo que o Daniel trouxe de que as mudanças socioeconômicas brasileiras apontam para um cenário de tendência positiva. O nosso problema no Brasil é lentidão. Na década de 60, nós tínhamos um padrão de crescimento da renda e da desigualdade bastante preocupante, fortemente marcado pelo milagre econômico do regime militar. Então, a renda do brasileiro crescia, mas a desigualdade também crescia. Nesse momento, na década de 70, o Brasil passa a ser o país mais desigual do mundo, ou um dos três países mais desiguais do mundo. Na década de 80, a gente observa um padrão ainda mais preocupante, porque é um padrão de estagnação da renda e da desigualdade. Então, o Brasil não conseguia aumentar a renda dos brasileiros nem conseguia reduzir a desigualdade.

A partir do Plano Real e especialmente nos últimos anos, graças à vigência de programas, como o Bolsa Família, o Brasil vive uma realidade de crescimento da renda e redução da desigualdade. Então, a gente começa a ter uma tendência positiva agora. Contudo, na minha opinião, o Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Governo Federal, ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, traz uma reflexão que é importante a gente sempre ter clara e que tem um rebatimento imediato na educação. A tendência brasileira é uma tendência boa, mas o nível dos países desenvolvidos a gente só vai alcançar, permanecendo essa tendência e o nosso ritmo, em 2060, o que significa que a sociedade brasileira só vai ter qualidade de vida de forma disseminada e massificada em 2060, o que obriga a sociedade brasileira a querer adiantar esse processo. Então, é impossível que nós esperemos até 2060 para alcançar esses indicadores dos países mais desenvolvidos.

Eu queria trazer para vocês aqui que o problema não é só esperar até 2060. A gente tem um desafio anterior, que é o desafio de 2040. O que representa

esse desafio? Vou passar um pouco rápido aqui, mas a nossa pirâmide demográfica está tendo um padrão de mudança muito acelerado. Então, o Brasil em 1950 era um país eminentemente de maioria composta de crianças e jovens, o que significa, Senador Pimentel e Deputada Rachel, que é militante dessa área no Ceará, que, se nós tivéssemos garantido educação infantil para a população em 1950, a gente já teria uma outra sociedade em 2000. Infelizmente o Brasil não fez essa lição de casa e o resultado é que essa mudança do padrão, e vocês podem observar que a partir dos anos 90 ele muda radicalmente... Essa é a situação em que nós estamos agora. A gente vai alcançar em 2040 um país majoritariamente de adultos e idosos.

Hoje, no jornal *O Globo*, inclusive na campanha, eu dou uma entrevista mostrando que esse cenário que foi retratado ontem na síntese dos indicadores sociais do IBGE, que foram divulgados ontem, demonstra que o Brasil vai ter uma dificuldade enorme a partir de 2040, em termos previdenciários, em termos de cobertura da política de saúde e em termos de cobertura de política de educação. A gente vai ter até menos estudantes nas nossas escolas públicas, mas centralmente são os estudantes que hoje estão nas escolas públicas que precisam ter uma educação de qualidade para fazer com que o Brasil tenha sustentabilidade produtiva.

Então, quando a gente fala de 10% do PIB, na prática a gente está falando dos estudantes que estão aqui presentes no plenário, na perspectiva de eles darem conta das necessidades produtivas do Brasil. A responsabilidade de vocês é bastante grande. É importante que vocês tenham... Ciência vocês têm, até porque vocês estão se mobilizando, mas é importante que o País tenha ciência de que é preciso garantir educação de qualidade para essa população.

E o PNE, na opinião da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – e foi compartilhado esse tema com o Daniel, na fala dele – é o principal mecanismo legal para o desenvolvimento do País que hoje é debatido no Congresso Nacional. Não existe nenhum outro projeto, no Congresso Nacional, mais importante do que o Plano para a garantia do desenvolvimento socioeconômico do País.

E, para mostrar para vocês o que isso significa, peguei uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado que foram defendidas em Harvard que trazem uma série de bancos de dados, e fui até esses bancos de dados, basicamente do Banco Mundial e da CIA, a agência de inteligência dos Estados Unidos, que falam sobre potencial humano e sustentabilidade econômica.

Eu apliquei essas variáveis ao caso brasileiro, fazendo uma comparação entre o Brasil e alguns países do mundo. Só consegui trazer aqui, até por uma questão de facilidade didática, os países que têm o potencial humano positivo, porque o potencial humano fortemente é o quê? É o primeiro ponto ali, do eixo Y, investimento e cobertura das políticas de saúde e educação e, ao mesmo tempo, o número de cidadãos, o índice de cidadãos com mais de 65 anos sobre os cidadãos com idade de trabalhar, em 2040. Em 2040, não é só o Brasil que vai viver uma mudança no seu padrão demográfico, vários países do mundo terão esse desafio, inclusive a China.

O resultado que a gente observa é que Alemanha, Reino Unido e Rússia terão potencial humano positivo porque têm uma massa de jovens ou têm uma educação de qualidade garantida, mas eles terão uma sustentabilidade econômica baixa. Por que a sustentabilidade econômica baixa? Porque a dívida pública deles é muito superior à capacidade de pagamento em relação às riquezas produzidas. É o problema da Europa, isso ainda é o reflexo vivido pela crise europeia.

Ao mesmo tempo, do lado do quadrante totalmente positivo, em que o potencial humano é positivo e a sustentabilidade econômica é positiva, o Brasil fica muito próximo da África do Sul, que é um dos países que integram os Brics, a África do Sul passou a integrar recentemente, mas fica distante da Índia e da China em termos de potencial humano e fica também distante dos Estados Unidos, que acaba sendo o país mais equilibrado em termos de potencial humano com sustentabilidade econômica.

Por que os Estados Unidos é o mais equilibrado? Porque os Estados Unidos têm o maior sistema educacional do mundo, é o país que tem a maior capacidade de inclusão e tem um volume enorme de imigrantes que estão fora da escola, que, em sendo incluídos nas escolas, acabam gerando uma possibilidade de equilíbrio.

Então, se o Brasil investir 7% do PIB, que é a ideia do gráfico, tanto no PNE II, que é esse PNE que estamos debatendo agora, porque o PNE passado já foi concluído e só teve um terço das suas metas cumpridas, como no PNE III, investindo-se o mesmo padrão, os 7% do PIB, o Brasil vai ter uma situação positiva, porém, uma situação levemente positiva, não tão promissora como se investirmos 10% do PIB. Vocês percebem que a mudança no gráfico é bastante radical, o Brasil se aproximaria, em termos de potencial... Não significa que o Brasil será tão rico ou tão bem arranjado como os Estados Unidos em termos de sustentabilidade econômica e potencial humano,

mas, com certeza, terá maior capacidade de garantir o futuro da sua população.

Então, quando a gente fala de Plano Nacional de Educação e quando a gente fala das metas do Plano, e aqui no Senado, observando alguns debates em algumas comissões, está havendo...

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL CARA – ... uma interpretação um pouco preocupante e uma interpretação ainda não totalmente apropriada do Plano. Quando a gente fala do Plano Nacional de Educação e das metas e estratégias aprovadas na Câmara dos Deputados, a gente está falando de uma agenda urgente, de uma agenda de que o Brasil não pode abrir mão, em nenhum aspecto, não pode abrir mão de nenhuma daquelas metas.

Então, é importante que o Plano seja aprovado com um aperfeiçoamento que o Senado pode fazer – o Senado poder fazer esses aperfeiçoamentos. A meta 4, que é de educação especial, está mal redigida. A meta 7, que é de qualidade da educação, se confunde com a avaliação da educação, e você não pode interpretar que avaliar significa garantir qualidade, especialmente porque o Brasil precisa mudar seu sistema de avaliação. O Plano até dá a ideia do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, que é muito bom, só que está pouco trabalhado esse Sistema na meta 7.

E, na meta 19, que é de gestão democrática, temos vários problemas. A meta não reflete uma limitação da Câmara, reflete uma limitação da sociedade brasileira em discutir e colocar no centro da agenda um princípio constitucional, que é o princípio da gestão democrática na educação.

E o que significa, rapidamente, investir o equivalente a 10% do PIB em educação pública. Falamos de educação pública no PNE e não de educação. Por quê? Porque é a educação pública que tem a responsabilidade de lidar com mais de 90% dos alunos da educação básica brasileira, em 10 anos. Quero ressaltar aqui que 10% do PIB não significa educação de qualidade com padrão internacional; significa o Brasil garantir um padrão mínimo de qualidade para a sua população em termos educacionais.

Bom, não vou me deter muito neste gráfico, nesta tabela, que trata da demanda de matrículas. Quero me deter mais nesta outra tabela, que trata do custo adicional do PNE. Por que calculamos 10% do PIB – e o Ipea analisa, em um estudo de dezembro do ano passado, a nossa tabela – ao passo em que o MEC apontou inicialmente 7% do PIB? Qual é a diferença? Basicamente, a diferença é no volume da prioridade em relação à educação básica pública e ao ensino superior. A educação infantil, segundo o MEC, preci-

sa de um custo adicional de R\$9 bilhões. Calculamos R\$23 bilhões. Ensino médio: nenhum centavo a mais. Reconhecendo a realidade do ensino médio, a gente observa que é preciso ter, sim, maior volume de investimento. Calculamos R\$3 bilhões. Educação especial: também nenhum centavo, mas calculamos R\$3 bilhões. Educação em tempo integral: a diferença entre R\$23 bilhões e R\$3 bilhões. Por quê? Porque o MEC transfere a responsabilidade do Plano, na execução da educação integral, para Estados e Municípios. O problema é que o Plano Nacional de Educação não é do Governo Federal, é do conjunto federativo da República brasileira. Educação de jovens e adultos: nenhum centavo, mas calculamos R\$21 bilhões. E por aí vai, em uma diferença também muito grande na educação superior: calculamos R\$45 bilhões, e o MEC aponta R\$15 bilhões. E, quando o MEC aponta R\$15 bilhões, por que se dá essa diferença? Porque a forte expansão de matrículas no ensino superior, nos cálculos do MEC, vai se dar em educação a distância, o que não consideramos que seja um caminho adequado para garantia de uma educação de qualidade.

Bom, a diferença entre o custo total do PNE que calculamos e que o MEC calcula, inicialmente, é de 10% do PIB e 10% do PIB. Hoje, o Ministério da Educação, na atual gestão, e a Presidenta Dilma consideram que 10% do PIB é o volume necessário para garantir uma educação de qualidade e dar um salto em termos educacionais. Isso tem a ver com o mérito nosso de trabalho, articulados com vários movimentos sociais, em especial os estudantes, que ajudaram, participaram, construíram junto conosco essa luta na Câmara dos Deputados, mas tem a ver também com o fato de que a Presidência da República começa a se conscientizar, e isso é inédito na história do nosso País, de que a educação precisa ser uma prioridade orçamentária, coisa que nunca alcançamos nem no período pós-independência, nem no período republicano.

Bom, o que significa padrão mínimo de qualidade? Vou dar alguns dados para vocês. Passo para o próximo gráfico para mostrar para vocês alguns cálculos. A campanha nacional pelo direito à educação criou um indicador que está nas metas estratégicas do Plano, que é o custo/aluno qualidade inicial. Esse indicador já foi incorporado pelo Conselho Nacional de Educação. O custo/aluno qualidade inicial vai calcular uma educação pública de qualidade a partir daquilo que a LDB determina, em seu art. 9º, como princípio fundamental do investimento em educação: garantir insumos na quantidade de variáveis mínimas para garantia de um processo de ensino/aprendizagem adequado.

Pegamos uma pesquisa da Undime, que a Célia representa aqui, que calcula quanto custa, na prática,

a educação em cada região brasileira. Peguei aqui a Região Nordeste, que é a Região do Senador Pimentel e da Deputada Raquel. Na creche, a diferença entre o mínimo que deve ser investido, que é R\$6450,70/ano é enorme em relação àquilo que está sendo investido no Nordeste, especialmente no Estado do Ceará, que foi a base dessa pesquisa: R\$1876,89/ano. Em todas as demais etapas da educação básica, essa diferença permanece. Isso significa que a população do Nordeste está muito aquém de ter garantida uma educação de qualidade em termos de investimento.

Outro problema que verificamos é que a distribuição do recurso na educação brasileira é desigual. O ensino fundamental concentra boa parte do recurso como resultado da vigência do Fundef, que teve o mérito de expandir a matrícula no ensino fundamental, mas concentrou demais os recursos nessa etapa, e a educação infantil, que fica com 8% de tudo que é investido em educação. O ensino médio acaba sendo prejudicado.

A educação superior no Brasil, diferentemente do que muitos especialistas em educação têm dito, está seguindo o padrão de investimento mundial, ou seja, 15% de tudo aquilo que é investido em educação. Na verdade, em outros países, gira em torno de 20% a 25%. Então, na prática, o Brasil até investe menos em educação superior do que deveria. É uma pauta para a UNE discutir, debater e problematizar.

Outro problema é que a União retém muitos recursos na Federação brasileira. De tudo aquilo que é arrecadado e está disponível para o investimento, a União fica com 57% contra 25% dos 26 Estados e Distrito Federal e 18% dos 5.565 Municípios. Então, os Municípios, que têm a maior responsabilidade em termos de políticas sociais, são os entes federados, as unidades de governo com a menor capacidade de investimento para dar conta desses direitos sociais.

Aqui está um gráfico, Senador Pimentel, que mostra aquilo que a União pratica em termos de investimento em educação – vê-se que é bem menos do que se investe em Estados e Municípios, embora ela arrecade mais –; aquilo que os Estados investem – aqui se vê que os Estados avançaram de 2000 a 2009 –; e o quanto os Municípios avançaram. A barra verde aqui mostra o nível de esforço, aquilo que seria possível cada ente federado realizar. Então, observa-se que a União poderia fazer muito mais pela educação; os Estados devem fazer um pouco mais pela educação em relação àquilo que estão fazendo; e os Municípios já estão praticamente com a sua capacidade esgotada de investimento em educação. A mesma situação acontece em relação à saúde. A Senadora Ana Amélia, que esteve aqui presente, mas precisou

se ausentar, é uma das Senadoras que mais problematizam essa questão.

Bom, para terminar, refiro-me à pergunta central trazida aqui pelo Prof. Arnaldo. Recurso importa? Recurso significa qualidade da educação? Se analisarmos o desempenho do Brasil no Pisa, que é um sistema de avaliação internacional, e dividirmos o desempenho do Brasil em desempenho geral, redes públicas municipais e estaduais e rede pública federal, vamos perceber que recurso importa.

O desempenho dos alunos brasileiros com 15 anos no Pisa, em termos de desempenho geral, conseguiu garantir uma média de 401 pontos no Pisa, considerando matemática, língua portuguesa e ciências. Isso garantiu ao Brasil a 54ª posição no *ranking* desse exame.

Quando isolamos as redes públicas municipais e estaduais, observamos que o Brasil cai para 59º lugar no Pisa, ficando com 387 pontos. O Brasil só fica à frente daqueles países que excluem as mulheres no sistema de ensino, e quem exclui mulher obrigatoriamente vai mal no sistema de ensino. Essa é uma regra perfeita, uma correlação perfeita. As mulheres, em geral, têm um desempenho superior em relação aos homens. A genética agora está tentando explicar isso, mas é uma questão perfeita, uma correlação perfeita. Isso explica também por que temos agora uma Presidente, e tomara que as mulheres ocupem mais espaço na nossa sociedade, inclusive ganhando os mesmos salários dos homens.

Se isolássemos o desempenho para a rede pública federal, subiríamos para 7º lugar no Pisa, com 528 pontos, o que significa que o Brasil estaria à frente de praticamente todos os países europeus, com exceção da Finlândia e de alguns escandinavos, e também dos países asiáticos.

Qual é a diferença entre a rede pública federal, as redes públicas municipais e estaduais e o desempenho geral do Brasil? Centralmente, a diferença é de custo. Há pouca análise de custo da rede pública federal, mas, na média, ela investe R\$7,2 mil por aluno ao ano, enquanto as redes públicas municipais e estaduais, no ensino médio e no ensino fundamental, têm investido uma média de R\$3 mil por aluno ao ano. Isso significa melhor salário, um número menor de alunos por turma. Ainda que o Prof. Arnaldo tenha observado esse problema, há mais laboratórios de informática, mais laboratórios de ciências. Não está no nível que gostaríamos – não é, Professor? –, mas é muito melhor do que a rede pública no geral.

E, para acabar de vez com aqueles que dizem que o Brasil investe muito em educação, porque investe 5% do PIB... Uma coisa é investir 5% do PIB,

considerando o PIB brasileiro e o volume de alunos que o Brasil tem para garantir a educação. Outra coisa é investir 5% do PIB, como o Japão, num país muito menor, com um PIB muito maior e uma população a ser educada muito menor também do que a brasileira.

O que significa isso? Quando analisamos o custo do aluno ao ano, segundo a OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas –, um organismo internacional que reúne os países mais desenvolvidos, observa-se que o Brasil investe no ensino pré-primário por ano US\$1,6 mil por aluno ao ano, enquanto a média da OCDE é US\$6,670 por aluno ao ano. Nessa referência do ensino pré-primário, o Brasil fica em terceiro pior investimento. É o terceiro pior país em termos de investimento entre os 34 países analisados.

Ensino primário: US\$2.405. Esse número inclusive está bem acima daquilo que o Inep tem apresentado como realidade brasileira, contra uma média da OCDE de US\$7.719. O Brasil é o quarto pior colocado entre 35 países analisados.

E, no ensino secundário, é US\$2.235 contra mais de US\$9 mil na média de OCDE. O Brasil é o terceiro pior colocado.

O que significa esse gráfico aqui?

Para a OCDE, o investimento em educação importa em termos de qualidade, tanto que ela faz essa análise. O Brasil, se tiver 10% do PIB, praticamente dobra esses números aqui.

Por que ele praticamente dobra?

Porque aqui não se está considerando, nos 10% do PIB, que uma parte desses recursos também vai para o ensino superior, o que é necessário. Como mostrei para vocês, o Brasil ainda tem o limite em termos de investimento em ensino superior. Então, em resumo, significa que, no Brasil, mesmo investindo-se 10% do PIB, dobrando-se o esforço atual, ainda vamos estar aquém das médias da OCDE, que são médias crescentes. A cada estudo da OCDE, o investimento dos países mais envolvidos em educação sobe, enquanto o investimento em educação no Brasil sobe, mas sobe lentamente. Então, investir 10% do PIB não é uma medida de bonança. É importante que isso fique claro. É uma medida de urgência e de necessidade, para que o Brasil consiga garantir para a geração atual, rumo à corrida contra o tempo para 2040, uma educação com padrão mínimo de qualidade, para que, no próximo plano, no terceiro PNE pós-redemocratização, a gente, de fato, consiga dar um salto de qualidade, conquistando uma aproximação com relação aos países mais desenvolvidos.

Bom, queria agradecer mais uma vez ao Senador José Pimentel, dizer que ele tem uma grande respon-

sabilidade na relatoria do Plano. Dizer que estamos muito felizes com a possibilidade de o Senado incluir no PNE 100% dos *royalties* para educação. Esse é um mecanismo importante para financiar o Plano.

Eu gostaria, Senador Inácio Arruda, que, além dos 100% dos *royalties*, nós tivéssemos a possibilidade de ter o imposto sobre grandes fortunas. Aí, de fato, a gente garantiria os 10% do PIB com toda certeza, até porque é uma medida constitucional que ainda não foi devidamente regulamentada. Eu sei que o senhor é um militante dessa questão e eu queria estimulá-lo a pautar esse tema no Plano.

Mas gostaria de dizer que não basta citar a necessidade dos 100% dos *royalties* na Lei do Plano Nacional de Educação. É preciso que o corpo da Lei do Plano altere a futura Lei dos *Royalties*, que vai ser provavelmente publicada amanhã, dizendo claramente onde essa lei tem de mudar.

A Deputada Manuela D'Ávila já trouxe esse debate à Câmara dos Deputados. Então, de repente, os Senadores podem pegar o trabalho que ela fez, para que a gente garanta de fato os 100% dos *royalties* para educação, não só do esforço da União, que a Presidente Dilma está dando exemplo, dizendo que é importante que, através de um decreto regulamentatório, que a União destine 100% dos *royalties* para a educação, como colocou o Daniel. Mas é importante que esse exemplo também estimule governadores e prefeitos, na Lei, a aceitarem essa destinação.

Então, muito obrigado, Senadores. Muito obrigado, Senador Pimentel, pela oportunidade de estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra a Deputada Rachel Marques, que é a nossa Presidenta da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

A SR^a RACHEL MARQUES – Boa tarde, senhoras e senhores.

Quero cumprimentar o nosso Senador Pimentel, que preside esta audiência pública, parabenizá-lo por esta iniciativa de já estar fazendo este debate aqui no Senado e dizer das nossas grandes expectativas em relação à relatoria do Plano aqui no Senado e as nossas expectativas com relação a V. Ex^a. Com certeza, pelo seu compromisso com o País, com as oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras, os resultados dessa discussão aqui no Senado serão bastante positivos, e também demandamos celeridade na aprovação do PNE.

Quero cumprimentar também o Senador Inácio Arruda e o Ceará, que está muito bem representado pelos nossos dois Senadores. E cumprimentar também a Mesa; o Daniel, da UNE; o Daniel Cara, da campanha

que esteve conosco no Ceará fazendo esse debate, inclusive na instalação do nosso Fórum Estadual de Educação; professor Arnaldo, a Célia.

Eu presido a Comissão de Educação na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e temos nos envolvido muito no debate do Plano Nacional de Educação, que tomou uma dimensão muito importante para a Nação brasileira. Hoje, a educação está na pauta do País. O Plano cumpriu o papel importante de mobilizar toda a sociedade em torno da educação.

No Ceará, fizemos audiências públicas em todas as regiões do Estado, envolvendo todos os setores da comunidade escolar e da população como um todo. Realmente, os resultados têm sido bastante positivos, inclusive em relação ao que aprovamos na Câmara dos Deputados, metas ousadas, metas importantíssimas, estratégicas, para o desenvolvimento de nosso País.

A implementação do Sistema Nacional de Educação, a destinação dos 10% do PIB foram grandes momentos para o nosso País. Tínhamos esse debate das metas bastante ousadas em relação à universalização, por exemplo, da educação infantil de 4 a 6 anos, de chegar a 50% das crianças de 0 a 3 anos, da educação em tempo integral, da expansão do ensino superior, da expansão do ensino médio. São metas bastante ousadas. Mas nós nos deparávamos com o próprio financiamento. Com a garantia da destinação dos 10% do PIB, cabe a grande expectativa que está colocada no Senado exatamente para a implementação dessa destinação, a questão das indicações das verbas que vão compor esses 10% do PIB para realmente garantirmos a efetivação de todas essas metas colocadas no Plano.

Certamente, agora temos este foco importante que são as receitas do pré-sal, até porque é uma fonte real de financiamento. Acreditamos que, para atingirmos essa meta, a questão dos *royalties* do pré-sal é fundamental. O Fórum Nacional de Educação fez uma nota pública quando a Câmara rejeitou a destinação dos *royalties* do pré-sal do petróleo para educação pública. Há também uma mobilização social nesse sentido. O que realmente esperamos neste momento é que possam ser destinados para efetivação do direito à educação, à educação pública de qualidade.

A educação é instrumento de emancipação de nosso povo, a educação é instrumento de igualdade social. Que possamos ter as fontes para o adequado financiamento da nossa educação. Compreendemos realmente que podemos, com isso, romper uma história de injustiça social e garantir o desenvolvimento de nosso País a partir do financiamento para educação, da garantia desses recursos que vão contribuir sobremaneira para que possamos implantar essas metas que

incluem uma série de aspectos importantes do ponto de vista da oferta, do acesso das nossas crianças e adolescentes jovens à educação, como a valorização dos profissionais da educação, a implantação do piso salarial. São instrumentos fundamentais para alcançarmos a educação de qualidade que possa realmente impactar o desenvolvimento do nosso País, a igualdade de oportunidades, o combate à desigualdade social.

Então, nós estamos, no Ceará, mobilizados nesse sentido e temos, Senador Pimentel, em V. Ex^a, no Senador Inácio, as nossas expectativas mais positivas, para que a gente possa realmente, aqui no Senado, garantir o financiamento para a nossa educação pública no nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda, do nosso Estado, o Estado do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, senhores convidados, Colegas Senadores que nos acompanham neste momento, porque aqui também nós somos multifacéticos. Então, eu acabei de sair do plenário há pouco tempo; saí de lá para uma reunião; tive que correr para esta reunião que é muito importante. Eu a considero talvez uma das mais importantes. Disse isso, hoje, de manhã, para o Ministro. Quer dizer, o tema do Plano Nacional de Educação e o financiamento, porque não é só PIB. Eu fiz até uma relação do PIB da Bolívia e do PIB do Canadá. Quer dizer, hoje, a Bolívia destina muito mais do seu PIB para a educação do que o Canadá. No entanto, o Canadá investe muito mais em educação, mas muito, muito mais do que a Bolívia. E hoje a meta do PIB eu acho que cria para nós um simbolismo forte, primeiro, de que não é muito o que nós estamos pedindo, não é muito, e para alcançar esses 10% nós precisamos localizar as fontes para transformá-lo em realidade, senão nós fazemos aquele plano de metas... Eu me lembro do plano anterior que, quando liquidou a simbologia, que era exatamente 75 do PIB, lá atrás, era 7% do PIB que nós estávamos buscando, quando ele liquidou essa simbologia, ele esmaeceu completamente a necessidade de ir atrás de fontes. Você não precisa alcançar, não tem como materializar, não precisa materializar. Então, não tem a meta.

Então, nós temos, aqui no Brasil, a meta de inflação; nós temos a meta de superávit primário; nós estabelecemos essas regras para o mundo financeiro; a montanha de juros que ainda somos obrigados a pagar. A Presidenta da República vem desenvolvendo um esforço grandioso para enfrentar esse setor. Não é fácil enfrentar a montanha gigantesca do setor financeiro. Eu acho que nós começamos a enfrentar. Eu acho que

isso é muito importante. E agora temos que enfrentar a batalha que vai permitir ao Brasil chegar não só a 2040, porque também nós temos essa questão da velocidade. Quer dizer, o atraso nos impõe a velocidade. Nós temos que romper ...

Brincando às vezes, o Governador do Ceará – brincando, não, coisa de verdade mesmo – sempre imagina o seguinte: quando é para investir em saneamento é um problema, porque drenagem, rede de esgoto, essas coisas são pouco visíveis. Você vê, no dia em que se está fazendo a obra, na frente da sua casa, e fica furioso, porque a obra está sendo feita, na frente da sua casa, e às vezes há um comércio ali na frente; você fica furioso por aquela atividade na frente da sua casa logo. Mas ela era absolutamente necessária. Depois ela vai sumir da sua vista. Então, é como se não tivesse um retorno instantâneo do ponto de vista político, eleitoral.

Educação – puxa vida! – para eu formar esse povo desde a pré-escola até você alcançar a universidade, vão 20 anos. Daqui a 20 anos eu não sou mais governador, não sou mais Senador, não sou mais Presidente da República, eu não sou mais dirigente da UNE nem da Ubes, nem da Federação das Indústrias, muito menos da Confederação dos Trabalhadores na Educação.

Então, fica sempre olhando e diz: não, não dá tempo para nós. Então, isso fica sendo jogado para frente. Eu acho que hoje há uma determinação, há mais vontade política. Estive agora, na quarta-feira, num almoço com dirigentes políticos, que a Presidente tem feito. Ela esteve reunida com o nosso Partido e colocamos uma vez mais essa discussão. E ela disse: “Eu estou firme, eu estou decidida e vamos enfrentar. Essa questão da educação é chave para nós. Nós vamos enfrentar esse dilema nacional. Nós vamos resolver esse dilema nacional”. Claro que ela tem o mandato dela. Mas é o que ela está dizendo: “se eu não tomar essa iniciativa, se eu não fizer isso agora, eu não posso ficar imaginando que quem vem adiante é que vai fazer”. Ela disse: “são, eu tenho que tomar essa iniciativa agora. Estou determinada, e nós vamos colocar os nossos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, vamos colocar os recursos dos *royalties*”.

Acho que é muito correto que a gente carimbe o Imposto sobre Grandes Fortunas, que ainda não está carimbado. Ele tramitou aqui no Senado, foi para a Câmara, nós batalhamos lá, não conseguimos arrancar. A Conceição Tavares pegou, fez um substitutivo ótimo, estava em ponto de votar, mas nós não conseguimos, ainda, arrancar aquele Imposto sobre Grandes Fortunas, mas eu acho que está correto a gente carimbá-lo. Talvez a forma de arrancá-lo seja carimbá-lo para a educação, como uma fonte que vai fazer a gente

se aproximar dos 10% do PIB. Porque eu coloco um pouco assim: é bom, também, 20 metas, ou 10 metas, ou 3 metas, mas nós temos que bancar, amigo. Escola de tempo integral sem salário para professor, não existe. Salário digno para professor. Isso não existe, não vai existir.

Exclusividade do professor na sala de aula, desde a pré-escola. Como é que eu vou colocar um PhD para dar aula no curso de alfabetização? Não quer. Hoje ele não quer. Ele não quer por quê? Porque ele decidiu não querer? Não, ele quer, ele tem o prazer, ele gosta, mas não vai. E não vai porque não tem remuneração adequada para um professor de alfabetização ser PhD, ter um pós do pós. Ele não vai, não vai chegar àquela sala de aula. Por isso nós precisamos alterar.

Isso ensaja, também, um debate com a comunidade de professores, que tem levantado conosco, no plano nacional, essa luta dos investimentos na área de educação, de alteração, inclusive, das regras, para que a gente possa garantir exclusividade do professor, que exige uma remuneração muito além do piso atual, que está causando desespero para os prefeitos.

Ainda ontem me encontrei com prefeitos do meu Estado e do Rio Grande do Norte, em conjunto, num abraço do Rio Grande do Norte conosco, principalmente na batalha da seca, que nós estamos vivendo e que nos está atingindo muito fortemente. Mas eles disseram: “nós topamos isso, gente!” Aí eu disse: mas não é para os 25%, não. São adicionais aos 25%. Olha aí um problema, José Pimentel, porque aí a turma olhou assim e disse: “está bem, então, são os 25%.” Eu disse: não, amigo; 25% do Município é o piso; nós vamos adicionar *royalties* aos 25%. Vamos adicionar o Fundo Social do Pré-Sal. Porque, senão, o cara está fazendo a matematicazinha, está fazendo a aritmeticazinha dele e diz: “opa, então os meus 25% ganharam aqui um Pré-Sal e o Fundo Social.” Eu disse: não, amigo, é adicional ao que você está obrigado. O obrigado é o teu piso, e eu estou dando o teu piso mais isso. Então, como a gente resolver esse problema? Temos aí uma brecha, Pimentel, que a gente tem que examinar como resolver no Plano Nacional de Educação, para a gente determinar que isso é um adicional. Estamos dando um “a mais” para os 25%, para os 18%, para a gente não encontrar, daqui a pouco, uma turma que vai dizer que isso está dentro dos 18%, está dentro dos 25%, e então, não vai ajudar o nosso problema. Acho que nós temos que estar bem espertos para essa questão.

E tenho a opinião, principalmente, de que nós precisamos fazer um bom debate com os professores. Acho que a estudantada está bem acionada, Ubes, UNE. Acho que o esforço da UNE, o envolvimento da Presidenta, pegaram a bandeira da UNE, botaram em

cima da Presidenta, a bandeira da Ubes do outro lado. A Presidenta está empacotada com a UNE e com a Ubes, está certo? Então, aqui eu acho que nós resolvemos, mas acho que nós precisamos discutir com os professores, porque são eles que têm que conduzir essa política de formação do nosso povo. Então eu acho que a gente precisaria fazer esse esforço.

Acho que está bem conduzido pelo Pimentel aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que, na Comissão de Educação, que é a de mérito, nós também vamos tratar para que seja muito bem conduzido e também na Comissão de Constituição e Justiça. São três comissões, mas também, passado dessas três comissões, não há o que discutir no Plenário. Acho que, no Plenário, nós já chegaremos prontos, é só colocar a matéria e votar, com algumas correções que vão ser feitas aqui no Senado. Vai precisar uma rodada na Câmara, já no Plenário da Câmara. Eu espero que a gente não precise ir para uma Comissão Especial na Câmara, que vá direto para o Plenário, para dar velocidade, porque esse Plano é de 2011 e tinha que estar em vigor em 2011, o que é um problema que o Daniel Ilescu levantou aqui, que é o problema da lentidão. O de 2011 só vai se materializar, efetivamente, em 2013. Quer dizer, é o processo nosso. Mas eu acho que vai sair mais aprimorado do que o que nós começamos na Câmara.

(Soa a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, eu queria agradecer a presença de vocês, que estão nos ajudando a transformar o PNE em algo mais palpável, mais realista para o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu quero registrar que parte dos nossos convidados não pôde comparecer, mas justificaram as suas ausências.

Adiantar também que o trabalho que foi feito pela Câmara Federal no que diz respeito às metas melhorou bastante o projeto original, e aqui no Senado Federal eu tenho conversado muito com os membros da Comissão de Educação, em particular com o nosso Senador Relator, e teremos ali alguns ajustes de texto, até porque grande parte das 20 metas que se transformaram em 234 submetas. A Câmara Federal utilizou do artifício de não aumentar as metas, aí criou submetas. Saiu de 20 para duzentas e trinta e poucas submetas. E ali tem uma série delas que já estão em plena execução e que nós não precisamos criá-las como metas novas, mas adequar a legislação já vigente para que não tenha falta de continuidade. Por exemplo: você pega o programa Brasil Carinhoso,

está em plena execução, matéria já votada pelo Congresso Nacional no primeiro semestre de 2012, e que a gente não tem muito a acrescentar no aspecto do alcance da cobertura e do tempo.

Se nós vamos para a questão do PAR, que era inicialmente um decreto que nós elevamos ao status de lei no final de 2011, também tem pouco ali a ajustar; se você pega as escolas do campo, também já fizemos um conjunto de modificações; se você vai para as universidades de âmbito de organizações não governamentais, particularmente na região Sul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul), nós tivemos agora no primeiro semestre de 2012 também toda uma solução institucional em que resolve o grave problema de qualificação, de formação de professor, uma equalização nas questões de infraestrutura foi dada ali, aportando algo em torno de R\$ 17 bilhões para dar estrutura de qualidade nas universidades de caráter mais comunitária que estava no processo de inviabilização.

Portanto, nós temos um conjunto de ações e de metas que estão no PNE e que estão em plena execução, e o que a gente vai fazer é encurtar os prazos aqui, é um pouco isso. Se nós pararmos para analisar os últimos 10 anos e se, por um lado, atrasou um pouco o Plano a grande discussão feita na Câmara, mas por outro lado permitiu a consolidação do censo de 2010, o seu detalhamento em 2011 e basicamente toda a sua divulgação em 2012. E ali nos permite ter um conjunto de dados novos que é fruto desses 10 anos do primeiro PNE, que coincide também com esse censo de 2011, e toda a base de estudo é 2010/2011 nos permite também ter dados mais consistentes. Por exemplo, lá em 2001 nós tínhamos menos de 3 milhões de alunos nas universidades públicas e particulares. Em 2011 nós estamos com 6 milhões 739 mil alunos. Ou seja, um crescimento de mais ou menos 150% só neste ramo.

Com a estruturação dos institutos federais de educação, com a ampliação das universidades, com os campos avançados, nós deveremos chegar em 2020, 2022 a algo em torno de 30% da população brasileira com nível superior ou cursando cursos profissionalizantes ou fazendo universidade. Portanto, é uma meta muito ousada. E com a evolução e a distribuição de renda no Brasil, em que ambos os setores estão partindo para a classe média, particularmente a partir de 2006, já são mais de 40 milhões de pessoas que ascenderam na pirâmide social, da fase primeira, demandou muito pela casa própria, por bens duráveis e basicamente estão chegando a sua satisfação. Agora, está vindo uma nova demanda, que é exatamente o conhecimento e a ascensão no mundo cultural. Esse

é um desafio novo que está surgindo e sobre o qual é preciso haver clareza.

Se analisamos a questão da escola infantil, da creche e da pré-escola – e os dados que nós trabalhávamos nos primeiros 10 anos deste século eram dados do censo dos anos 90 –, vemos que, em 2003, cada mulher brasileira tinha, em média, 2,35 crianças. No censo de 2010, esse número reduziu para 1,87 criança por mulher. E os dados que surgem são os de que, em 2025, haverá em torno de 1,5 criança por mulher, e, para repor a população, seria preciso 2,1 crianças por mulher, para manter os números de hoje, de 198 milhões de habitantes.

Portanto, esses dados também precisam estar inseridos na questão da creche e do ensino infantil, porque, hoje, há um excedente. Muitas crianças sem creche serão atendidas, mas, ao final de 10 anos, a demanda não será mais por creche, mas por outro nível, por conta da universalização dos serviços nessa área e também pela diminuição do tamanho da família.

Se nós analisarmos, inicialmente, o esforço em torno do Fundef e do Fundeb para o ensino fundamental, veremos que, hoje, estamos na casa dos 96%, 97%, desse público na sala de aula, caminhando para a idade certa e combatendo a evasão. Vai haver uma demanda muito forte no ensino médio nos próximos 4 ou 5 anos, o que é exatamente o resultado dessa criança que está saindo do ensino fundamental. Mas, depois, vai diminuir também essa demanda crescente no ensino médio que existe hoje.

Ao fazer um planejamento para um País continental, como é o nosso, que é a sexta potência econômica do Planeta, queremos que ele cresça cada vez mais com distribuição de renda, com diminuição das desigualdades regionais e com diminuição da pobreza. É preciso que tenhamos esse olhar de planejamento, para que não foquemos o passado, que não nos permite fazer a leitura do presente. E temos de planejar muito mais este Brasil para frente.

É com essa forma de fazer que os consultores do Senado Federal estão trabalhando. Faço questão de que todos os consultores que assessoram este Relator sejam da Casa; não há nenhum consultor de fora. Estou aqui há 18 anos e fiquei 16 anos na Câmara Federal, como Deputado Federal. Estou exercendo o mandato de Senador e, durante esses 18 anos, nunca tive uma assessoria de fora. Prefiro trabalhar com as pessoas da Casa, com as pessoas que, efetivamente, pertencem ao Estado nacional, o que nos dá uma tranquilidade nesse processo.

Olhem que, nesse período, seja nos 8 anos de oposição, seja nos 10 anos do nosso projeto, quanto às principais matérias que tramitaram nesta Casa, ou

eu fui membro das Comissões, ou fui Relator. E são matérias muito difíceis na fase primeira que construímos dentro das nossas divergências. Com conscientização e com planejamento progressivo, buscamos atender a essas demandas.

Hoje, eu diria que o maior desafio nosso é a fonte de financiamento. Não adianta pensar que fixar meta é importante, porque, para atingir a meta, é preciso haver os meios. Acompanhei de perto o debate sobre a Emenda nº 29. O movimento social se preocupou com a vinculação, não se preocupou com as fontes. Caiu a CPMF, e a Emenda nº 29 terminou não se implantando. Não queremos que aconteça com o PNE o que aconteceu com a Emenda nº 29. Não se iludam! Vincular o pré-sal, os *royalties* do petróleo, vai dar muito trabalho.

Sou daqueles que ouço muito e que falo menos, até porque ser relator é ouvir e colocar no papel os consensos progressivos que se vão construindo. Esse é o papel do relator, não é o de falar. E faço muito mais isso, para que eu possa ouvir um pouco mais. E sou franco. Se a votação fosse hoje, nós perderíamos no Senado, como perdemos na Câmara há poucos dias. Por isso, é preciso que essa mobilização que as entidades estão fazendo seja crescente. E é preciso que haja um calendário de condução no Senado Federal, para não ficar um período nem tão curto, em que não se permitam os consensos, mas também nem tão longos que inviabilizem o planejamento.

Esse é outro debate que precisamos acordar entre os movimentos, as lideranças da Situação e da Oposição, porque esse projeto não é para um governo, é para o Estado nacional, é com esse olhar que estamos trabalhando.

Ao mesmo tempo, nessa agenda, devemos ter clareza de que o PNE precisa estar inserido no Orçamento da União e criar o ambiente para que, no próximo Plano Plurianual, seja a principal peça de incorporação. Em 2007, fui indicado Relator Geral do Orçamento da União, com três metas básicas. Uma, incorporar no Orçamento da União todo o PAC, que coincidia, em 2008, também com o PPA 2008/2011. O segundo grande objetivo foi criar as condições para que o Fundef fosse transformado em Fundeb e também a aprovação da Emenda nº 29 criando os dois pisos, o piso de professores e o piso da saúde. No que diz respeito ao Fundeb e ao fim da DRU, conseguimos cumprir, e o piso foi instituído. Cinco governadores foram ao Supremo Tribunal Federal dizer que não era competência do Congresso Nacional legislar sobre aquela matéria. Foi feita defesa no Poder Judiciário mostrando que, ao mesmo tempo em que se criou o piso, também foi viabilizada a fonte de financiamento dentro de critérios. O Supremo nos deu ganho de causa

e agora parte daqueles Estados estão questionando o reajuste do piso, que é outra demanda que tivemos por parte do Relator, o seu indeferimento liminar, mas que vai a voto sob a ótica dessa diferenciação.

E são esses atores políticos que vão agir aqui dentro do Senado, como agiram na Câmara, e perdemos, com uma margem pequena, é verdade, mas perdemos. Aqui, um voto faz uma diferença tremenda. Por isso, vamos trabalhar os 81 Senadores e Senadoras porque talvez aquele que não visitemos seja exatamente o que dará a diferença de que precisamos.

Tivemos, em 2007, naquele processo, a grande definição de criar o Programa Brasil Profissionalizado, porque até então só tinham do primeiro governo Lula, o Programa Brasil Universitário e o Brasil Alfabetizado. Para o segundo governo, foi criado o Programa Brasil Profissionalizado, que viabilizou a transformação dos institutos federais de educação, o aporte de recursos e a sua vinculação ao MEC. Novamente, fui Relator dessa matéria. Se você pega todo o Programa Brasil Carinhoso, a medida provisória que o instituiu, fui também o Relator aqui no Senado Federal. Se você analisa o PAC, a sua elevação para o status de lei, fui também o Relator no Senado Federal. É um conjunto de informações de trabalho que se faz, e o nosso papel é pegar toda demanda do movimento social, transformar em legislação, que é nossa função, e a partir daí, com os movimentos sociais, criar o ambiente para ser aprovado. Mas tendo clareza que, se não tiver mobilização social aqui nesta Casa, não tem mudanças, porque a sua composição de hoje é o reflexo da sociedade de ontem, quando havia uma educação elitista que, muitas vezes, não permitia oportunidade para todos.

Por isso, é com esse olhar que quero encerrar esta audiência pública, dizendo que as exposições, para nós, são muito importantes, são um fortalecimento muito grande, mas vamos precisar de vocês ainda mais no primeiro semestre, no primeiro trimestre de 2013, quando espero que estejamos concluindo a votação no Senado Federal, para ir à Câmara. Precisamos ter um esforço grande para que a votação e a sanção aconteçam antes da elaboração do Orçamento da União de 2014, que se dá até o final de agosto de 2013. Isso não quer dizer que o PNE entrará em vigor somente em 2014, mas as metas que aqui estão só se tornam realidade quando também estiverem incorporadas ao Orçamento da União e, por sua vez, ao Orçamento dos 26 Estados, do Distrito Federal e dos 5.565 Municípios, que vigorará a partir de janeiro de 2014.

É com essa forma, é com essa agenda, é com esse calendário que este Relator, o nosso Partido – o Partido dos Trabalhadores –, a Base Aliada e a Presidenta Dilma estão trabalhando.

Muito obrigado.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião conjunta, bem como a da ata da reunião conjunta anterior, ocorrida hoje, às 9 horas – a 57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 56ª Reunião da Comissão de Educação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as duas atas.

Muito obrigado e muito grato pela presença de todos e todas. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 12 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e trinta e nove minutos do dia quatro de dezembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Armando Monteiro e Marco Antônio Costa, e, ainda dos Senadores Pedro Taques e Cássio Cunha Lima e do Sr. André Puccinelli, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Ivo Cassol, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Antonio Russo e João Ribeiro. A Presidência declara aberta a Reunião e comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 76 de 2012, de 14 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-021.414/2012-2, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 23 de 2012; Aviso nº 77 de 2012, de 14 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido

pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-011.926/2012-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 12 de 2012; e Aviso nº 78 de 2012, de 21 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-021.415/2012-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 24 de 2012. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discutir a proposta da equipe econômica do Governo Federal em relação à alíquota do ICMS cobrado nas operações interestaduais e a questão das dívidas dos Estados, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 46 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, tendo como expositor o Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Luiz Henrique, José Pimentel, José Agripino, Flexa Ribeiro, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Cássio Cunha Lima e Francisco Dornelles. A Presidência concede a palavra ao Sr. André Puccinelli, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 59ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

AVISO Nº 76 de 2012, de 14 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-021.414/2012-2, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de

crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 23 de 2012.

AVISO Nº 77 de 2012, de 14 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-011.926/2012-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 12 de 2012.

AVISO Nº 78 de 2012, de 21 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-021.415/2012-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 24 de 2012.

Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta de hoje: discutir a proposta da equipe econômica do Governo Federal em relação à alíquota do ICMS cobrado nas operações interestaduais e a questão das dívidas dos Estados.

O requerimento para realização da audiência foi o RQE 46/2012, de minha autoria, tendo como convidado o Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O Sr. Ministro Guido Mantega já se encontra aqui, chegou antes de nós. Nós marcamos esta audiência para este horário porque hoje a Presidenta Dilma estava fazendo um grande evento lá em Palácio, num dia importante, porque hoje o Minha Casa, Minha Vida bate um milhão de casas entregues. Portanto, é uma data que não pode passar em branco de maneira alguma. E dois milhões em construção – fato bem lembrado aqui pelo Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel.

Portanto, era muito importante que o Ministro Guido Mantega – até pelo seu protagonismo com relação a todas as ações do Governo, aos programas do Governo – estivesse presente também, inclusive fez lá uma fala. Por isso é que nós marcamos para este horário, até para mantermos o compromisso que assumimos com o Ministro da Fazenda.

O Ministro Guido Mantega já se encontra na Secretaria da Comissão, e peço ao Senador Pimentel que o conduza ao plenário da Comissão.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

– S. Ex^a o Sr. Ministro Guido Mantega terá 30 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos;

– a palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido;

– o interpelante dispõe de 5 minutos, assegurando igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de 2 minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra o pontualíssimo Ministro Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para fazer a sua exposição.

Quero cumprimentar também o Secretário-Executivo Nelson Barbosa, aqui presente, e os demais Senadores: Senador Nicanor, Senador Luiz Henrique, Senador Agripino Maia...

E eu não tenho dúvida alguma de que teremos uma excelente audiência pública, não só para falar de ICMS, mas também para falar de outros temas. O Ministro Guido Mantega, sempre quando vem aqui, esclarece todos os pontos e coloca, sempre de maneira muito transparente, tudo aquilo que diz respeito à macroeconomia brasileira.

Com a palavra – mais uma vez, é um grande prazer ouvi-lo –, o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da CAE, e os demais Senadores que me convidaram para falar aqui sobre a nova proposta de ICMS.

É sempre um prazer estar aqui, dialogando com os senhores. Nós podemos aprender muito e aprimorar as propostas que temos feito.

A mudança do ICMS interestadual é uma necessidade importante para o País, que vai abrir caminho para a melhoria da estrutura tributária e que vai possibilitar aumento dos negócios e dos investimentos e crescimento dos vários Estados.

Essa necessidade é ainda maior, tendo em vista que nós nos encontramos diante de uma crise internacional que ainda não foi resolvida e que, portanto, interfere em todas as economias, mesmo nas mais saudáveis. Por exemplo, nas economias asiáticas, reduz o crescimento da Índia e da China. Enfim, atinge todos, em maior ou menor medida. Também atingiu o Brasil, evidentemente, com certa desaceleração. Temos, portanto, pela frente um desafio, que é o de continuar crescendo, enquanto a maioria das economias está em recessão ou está desacelerando suas atividades.

Essa crise internacional gera uma crise de confiança. Os empresários ficam aflitos, sem saberem o que vai acontecer, e, portanto, reduzem os investimentos. Além disso, a crise provoca uma contração de mercados, principalmente de manufaturados, porque os mercados de *commodities* principalmente agrícolas

continuam funcionando. Ao se contraírem os mercados, o mercado europeu não cresce, o mercado americano cresce pouco, e fica todo mundo tentando achar mercado para exportar os seus produtos. Então, com isso, agudiza-se a competição entre os produtores, principalmente os de manufaturados. Portanto, atinge a nossa indústria.

Essa situação exige do Governo ação anticíclica, de modo a compensar esses problemas, dando estímulos para que a economia possa se recuperar. Nós temos também de tomar medidas para aumentar a nossa competitividade, tendo em vista esse cenário. Isso significa redução de custos, aumento de eficiência e de produtividade etc..

O Governo brasileiro tem tomado várias medidas que os senhores já conhecem, medidas de política monetária, medidas de política cambial, medidas de política fiscal, que não vou repetir aqui, para não poluir a nossa discussão sobre o ICMS. Mas é muito importante a redução dos juros, do *spread*, que é considerável no Brasil. Há um novo patamar de juros, estimulando a produção, o investimento. Há um novo patamar de câmbio, o que torna o manufaturado brasileiro mais competitivo tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

Há as medidas do Brasil Maior, de que os senhores têm conhecimento, porque nós já as mandamos para cá como medidas provisórias, para serem aprovadas pelos senhores. São várias medidas estimulando o investimento, a exportação etc.. A maioria delas já está em vigor.

Além disso, há o empenho do Governo para estimular os investimentos públicos e privados. Uma boa maneira de reagir a essa crise é aumentar investimentos, principalmente em infraestrutura, área em que o Brasil é carente. Nós precisamos ampliar a nossa infraestrutura.

O Governo tem anunciado programas. O Governo tem aumentado o PAC e tem anunciado programas e parceiras com o setor privado, que são as concessões para o setor automobilístico, ferroviário, aeroportos; e, agora, será anunciado também para portos.

Temos apoiado os Estados, em seu esforço de investimentos, e criamos o Proinvest – são 20 bilhões para serem emprestados aos governadores e estão sendo sacados.

E outras medidas que vou passar mais rapidamente.

É fundamental a redução da tributação, a desoneração tributária, que este ano vai alcançar o valor de 45 bilhões. É o valor do que está sendo desonerado em 2012. Uma parte é desoneração da folha; a outra é redução de IPI; depois, nós temos o crédito

imediato do PIS e COFINS; depreciação de bens de capital; mudanças no Simples; enfim, resultam em 45 bilhões, o que não é pouca coisa. É relativo a 1% do PIB. Portanto, é um forte estímulo para o investimento que está ocorrendo no País.

Finalmente, a redução do custo de energia, que, em média, será de 20%.

Não preciso insistir aqui com os senhores sobre a importância de reduzirmos o custo da energia no Brasil. O Brasil é um dos países que têm entre as mais altas taxas de energia do mundo, embora tenha um potencial energético muito favorável. E o Governo, sem mexer em contratos, respeitando os contratos, fez uma proposta que vai resultar numa redução da tarifa, em média, de 20%.

Toda a sociedade brasileira vai se beneficiar dessa medida: indústrias, serviços, comércios, donas de casa, todos se beneficiarão. E essa medida vai entrar em vigor em fevereiro deste ano.

Uma parte dessas medidas já está em vigor; outras entram em vigor em 2013. Por exemplo, a desoneração da folha, nós fomos fazendo por setores, porque havia a necessidade de uma discussão com cada setor, para ver o interesse real do setor de fazer essa exoneração. Uma parte já entrou em vigor agora, em 2012, e outra parte entrará em 1º de janeiro de 2013. Isto é muito importante: redução do custo da mão de obra sem prejudicar os trabalhadores.

Então, medidas em curso, medidas que ainda não exerceram efeitos. E é bom salientar, por exemplo, quando se reduz a taxa de juros, é natural que haja um lapso de tempo para que elas exerçam a sua eficácia, para que a atividade produtiva seja estimulada. Isso não é imediato. Demora seis meses, oito meses, dez meses. Quando há uma crise internacional, esse tempo demora mais.

Então, ainda não floresceram as medidas que foram plantadas nesse período, mesmo as medidas em relação a câmbio e a taxa de juros, que têm grande eficácia no médio prazo.

O comportamento da economia em 2012 pode ser visto neste quadro. Nós começamos com a economia desacelerando, no início do ano. Na verdade, a desaceleração vinha de antes, se podemos ver, porque a crise europeia se agudizou no segundo semestre de 2011 e puxou a economia mundial para baixo, inclusive a brasileira, e ela nos manteve com um crescimento modesto no primeiro e no segundo trimestre deste ano: 0,1% o crescimento trimestral, no primeiro, e 0,2% no segundo. Finalmente, no terceiro, 0,6%. É uma elevação.

Então, nós podemos ver por este gráfico que há uma aceleração da economia. É inquestionável, indu-

bitável a aceleração da economia. Talvez não no ritmo que nós desejávamos, porém há uma aceleração, e essa aceleração vai continuar no quarto trimestre. Existem dados disponíveis que já indicam isso, e eu coloquei ali três cenários. Num cenário pessimista, o mais pessimista é o nosso cenário, de 0,8% no quarto trimestre. E coloquei outros dois ali, de outras duas empresas, que colocam o cenário mais otimista. Seja qual for o cenário, a aceleração vai continuar na economia brasileira. E hoje nós tivemos um dado da produção industrial de outubro que confirma esse cenário, que foi um crescimento, no mês de outubro, de 0,9%. Portanto, confirma o cenário.

Só para explicar um pouco melhor o que aconteceu nesse terceiro trimestre, porque ele veio em desconformidade com as previsões e as análises da maioria dos analistas, inclusive da nossa. O que aconteceu no terceiro trimestre: ali à direita, terceiro trimestre, os senhores estão vendo que a agricultura cresceu muito bem, 2,5%, que, se anualizada, seriam 10% de crescimento.

A indústria também cresceu bem, cresceu 1,1%. E eu queria dizer que o nosso maior desafio era fazer a indústria voltar a crescer, porque ela é a mais afetada pela crise internacional. Então, eu diria que estamos conseguindo fazer a indústria ter uma boa reação. Cresceu 1,1%, mesmo tendo crescido a indústria extrativa -0,4%. Porque a indústria é composta de indústria de transformação mais a extrativa. A de transformação foi bem, cresceu 1,5%, mas a extrativa decresceu 0,4%.

Extrativa é exportação de minério, de petróleo etc. Então, de fato, houve menos importação de minério da China, a Europa importou menos e isso nos afetou. Porém, a manufatureira foi bem: 1,5%. Significa que estamos vencendo a concorrência, que estamos conseguindo reagir a essa concorrência. E o indicador que saiu hoje mostra que a indústria continuará bem porque cresceu 0,9% em outubro - 0,9% é como se, no trimestre, fosse 3x0,9%, algo como 2,7%, portanto, muito bem.

O que decepcionou, no caso, foram os serviços. Os serviços decepcionaram, cresceram zero por cento, ou seja, ficaram estagnados. E o serviço tem um peso grande no PIB. A gente olha mais para a indústria, olha mais para a agricultura, e esquece que o serviço tem um peso de mais de 60% do PIB. E aí ele nos pega.

Passamos adiante para mostrar...

O PIB de serviços. A composição desse PIB se dá... Ali estão os componentes, e nós vimos que comércio, que representa 20% disso, foi bem: 0,4% - não é uma maravilha, mas foi bem. Transporte, armazenagem, correio não foi bem, foi -0,1%. Mas o que chama atenção ali, para não ficar falando de todos os itens, é

a intermediação financeira. A intermediação financeira caiu 1,3%. E essa intermediação financeira, meu caro Senador Delcídio, representa, nada mais, nada menos, do que 6,3% do PIB. A intermediação financeira representa mais que toda a agropecuária e, certamente, ela andou engordando ao longo do tempo. E se atribui essa queda à queda do *spread*. Houve uma queda do *spread*, de fato, nesse período, e houve essa queda que puxou o serviço para baixo.

Agora, vejam um curioso: a redução do *spread* significa juros menores. Juros menores significam um estímulo para a economia. Então, nós podemos concluir que há uma defasagem entre a queda do *spread* e a compensação com novos investimentos, com mais serviços sendo realizados. Há uma defasagem temporal. Primeiro, vem essa redução da intermediação financeira. Em segundo lugar, virá o estímulo que ela produz, que será mais investimentos em construção, mais investimentos em atividade produtiva e assim por diante. Então, ela é uma medida, digamos, é um resultado negativo porque diminui o serviço, mas ela contém uma boa notícia, portanto, nos anuncia um resultado positivo. Outras variáveis substituirão essa. E essa variável vai diminuir mesmo. É desejável que o peso da intermediação financeira no PIB seja menor, para se tornar maior a produção, o comércio e assim por diante. É isso o que vai acontecer nesse período.

Agora, há um dado ali, "administração, saúde e educação pública", que cresceu muito pouco, 0,1%, e também tem uma responsabilidade nesse resultado. Pesa mais do que a intermediação financeira. É um dado estranho, porque eu chequei os dados do Governo Federal, e é muito difícil diminuir saúde e educação. Só sobe, até por lei. O Governo é obrigado a aumentar o gasto com saúde e educação. A lei exige. Só sobe. Não tem como.

Então, pedimos que o IBGE pudesse revisar esses dados. É verdade que, quando saem esses dados, é uma primeira aproximação, tanto que, em geral, na segunda, há correções, que são naturais, porque há pouca informação no início. Quando se está muito próximo ao fato gerador do índice, pode-se cometer algum erro, que será depois corrigido.

Por exemplo, o PIB do segundo trimestre foi corrigido, para pior. Era 0,4% e foi para 0,2%. Então, é normal. No mundo todo se faz assim, nos Estados Unidos... Corrigiu-se o PIB dos Estados Unidos. É normal, porque depois que passou o tempo, o dado fica mais preciso, as informações são melhores.

Só queria chamar a atenção para aquilo lá, porque eu chequei, e a Administração Pública Federal tem um aumento real de 1,5%. Alteraria toda aquela conta, mas deixa para lá. Então, o fato é esse. Serviços me-

recem uma atenção e deverão ter outro desempenho no próximo semestre.

Passamos adiante.

Há um dado importante, também recente, que saiu ontem, que é o Índice de Gerentes de Compras. Chama-se PMI. É um índice muito importante, porque são consultados os gerentes de compras das empresas que dizem aquilo que pretendem fazer e o que estão fazendo: se eles estão comprando ou se não estão comprando. É um índice internacionalmente respeitado. Lá fora, chama-se PMI (Purchase Management Index), aqui traduzido como Índice de Gerentes de Compras. E nós temos uma sinalização positiva.

Esse índice é o seguinte: abaixo de 50% indica contração da indústria; acima de 50% indica expansão.

Então, nós podemos verificar que houve contração da indústria em vários países – todos que estão ali. Nós escolhemos alguns significativos: China, Alemanha, França. Há duas boas notícias no período mais recente. A PIM brasileira está expandindo e chegou a 52, e a da China também está expandindo. Para nós, é importante que a China volte a crescer, porque ela também importa produtos brasileiros e poderá importar mais produtos brasileiros. Então, esse é um dado recente, que indica que a indústria deverá continuar crescendo até o final, pelo menos até completar esse trimestre.

Passamos adiante.

Bom, queria a atenção dos senhores para este gráfico, porque tenho ouvido que o Governo não se preocupa com investimento, mas só privilegia o consumo. Este gráfico mostra o equívoco dessas afirmações e mostra que o investimento nesse período mais recente tem crescido sistematicamente acima do consumo e do PIB.

Então, o investimento foi o carro de atração, a mola propulsora do crescimento. Nós pegamos a média desse período que está aí, para o qual temos dados até 2011. De 2012, temos dados preliminares. O investimento cresceu a uma média de 9,4%. Estou falando de média, que inclui também 2009, quando foi negativo por causa da crise.

É bom lembrar que o investimento é mais sensível à crise. O investimento é o primeiro a refrear e o último a voltar, porque o investimento olha para um período um pouco mais longo; então, o empresário tem que ter segurança de que as coisas vão continuar. Então, ali eu só queria mostrar que o investimento foi muito bem neste período. Isso não significa que o consumo não tenha sido importante; muito pelo contrário, não há investimento, se não há consumo – existe gente que faz um a segmentação e diz que, se não é uma coisa,

é outra; não existe, ninguém faz investimento, se não houver um mercado consumidor.

Portanto, é preciso estimular ambas as coisas, mas é preciso estimular mais o investimento do que o consumo, mesmo porque, quando se estimula o investimento, ele gera emprego e acaba gerando consumo. Então, quero deixar assinalada e registrada a importância que temos dado ao investimento. E queria assinalar que a maioria das medidas que temos tomado é para estimular o investimento. Por exemplo, hoje, eu acabei de anunciar, antes de vir para cá, medidas para estimular a indústria de construção. Se me permite aqui, Senador, posso, em 2 minutos, apresentar as medidas que tomamos, talvez não tenham sido ainda de conhecimento dos Senadores. A indústria de construção é muito importante para o País, não só para a habitação, mas para a infraestrutura, etc. Portanto, ela é uma indústria que produz bens importantes, porque a habitação é um bem importante para a população, e o Programa Minha Casa, Minha Vida é um dos maiores, talvez o maior que já foi feito no Brasil e está entregando a milionésima casa. E, também fora do Programa Minha Casa, Minha Vida, é importante que a indústria de construção seja dinâmica – ela emprega muito gente, são mais de 4,5 milhões de trabalhadores, e ela representa investimento: de 45% do PIB são representado pela construção.

Portanto, o que a construção faz é investimento.

Portanto, estimular a construção é estimular o investimento, e as medidas que nós tomamos e foram anunciadas meia hora atrás, foram as seguintes: desoneração da folha dos setor de construção. Ou seja, o setor de construção não vai mais pagar o INSS e vamos transferir para o faturamento uma alíquota de 2% para o setor de construção. Estou recuperando o quadro, para termos os dados precisos. Então, estamos desonerando, a indústria de construção deixará de pagar 6 bilhões e 280 milhões por ano, que é o INSS que ela paga hoje – não paga mais INSS patronal a indústria de construção. Depois, pagará 2%, no faturamento, que são 3 bilhões e 400 mil – o resultado disso são 2 bilhões e 850 de desoneração líquida.

(Soa a campanha.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Portanto, é uma boa desoneração, reduz o custo de mão de obra, que é um dos custos importantes da indústria de construção, estimula a contratação de mais uma mão de obra e mais formalização do setor. E é investimento que continua se expandindo no País. A indústria de construção tem um regime tributário especial em que são combinados, numa única alíquota, o imposto de renda, a Contribuição Sobre o Lucro Líquido, Cofins e PIS, num regime

chamado Regime Especial de Tributação (RET), que é de 6%, hoje, sobre o faturamento.

Então, estamos baixando de 6% para 4%, baixou para toda a indústria de construção de 6% para 4%. E para o RET da Minha Casa, Minha Vida, para o primeiro nível, que já tinha sido reduzido para 1% – esse 1% valia para habitações de até 85 mil e estamos ampliando o alcance de 1% para habitações de R\$100 mil. Então, vai diminuir também o RET e, depois, uma linha de capital de giro da Caixa Econômica, baixando muito o custo do giro, mesmo antes de fazer a medição dos empreendimentos, basta que os materiais tenham sido entregues na obra e se habilita a receber uma linha de crédito a uma taxa inferior a 1%.

Então, essas foram as medidas que nós anunciamos lá, hoje de manhã, e que estimula o investimento.

Além dessas medidas que mencionei aos senhores, uma parte das quais está entrando em ação ainda, no futuro próximo, nós temos que continuar reduzindo tributação, portanto fazendo desoneração, e temos que modernizar nossos tributos, particularmente ICMS, PIS e Cofins, para continuarmos dando competitividade para a indústria brasileira.

Passamos adiante.

Então, eu queria focar aqui na modernização do ICMS. Este tributo é considerado pelo setor privado como o mais problemático. Com qualquer pessoa que se converse do setor privado vai dizer: “Olha, o mais problemático, o que mais me atrapalha é o ICMS”. Por quê? Porque ele é mais heterogêneo, são 27 regimes de ICMS. Então, uma empresa que vai de um Estado a outro tem que se deparar com mudanças, precisa de uma burocracia para preencher as planilhas, etc. O ICMS acumula créditos que não são devolvidos ou que demoram para serem devolvidos às empresas. Então, atrapalha a contabilidade da empresa. Há litígios quando o crédito passa de um Estado para outro, questionamentos e litígios. E há uma incerteza jurídica causada pela guerra fiscal. Guerra fiscal significa subsídios que são concedidos para um Estado diferentemente de outros Estados. Só que, muitas vezes, o subsídio é concedido na origem, e o produto vai para um destino diferente. Ele não fica naquele Estado, vai para outro Estado. E, aí, na transferência do crédito é que dá o problema.

Esses subsídios estão sendo concedidos sem o acordo do Confaz, sem a concordância do Confaz. E o Confaz é o órgão que tem o privilégio de aprovar ou não. Se o Confaz não aprova o subsídio, o subsídio é ilegal, inconstitucional. E daí se cria a possibilidade de um grande conflito federativo. Esse grande conflito está implantado porque vários Estados estão questionando os benefícios dados em outros Estados. Não

estão aceitando os créditos. Estão judicializando essa questão. Há várias ADIs tramitando no Supremo, algumas já aprovadas pelo Supremo. O Supremo entende, pelas ADIs que aprovou, que esse procedimento é irregular. Isto ameaça todos os subsídios que foram concedidos até hoje, porque todos eles foram concedidos de forma irregular.

Então, isso cria uma incerteza jurídica para quem os concedeu.

Isso indica que a guerra fiscal, dessa maneira como está sendo processada, chegou ao esgotamento, não serve mais, ela prejudica todos. Não há mais vantagens. Há mais desvantagens do que vantagens. Chegou ao paroxismo. E, portanto, devemos substituir esses mecanismos por outros mecanismos que estejam dentro da lei, que sejam reconhecidos por todos.

Passamos adiante.

Em função disso, temos de fazer uma reforma do ICMS, que reduza a incerteza jurídica. Consultem as empresas. Elas estão deixando de investir por causa dessa incerteza. Eles não sabem se o tributo que está sendo reduzido vai ser questionado no dia seguinte. É preciso um ICMS que facilite a circulação das mercadorias e que, portanto, acelere o crescimento, aumentando a arrecadação global.

Portanto, reformar o ICMS é dar condições para que os empresários, os produtores possam aumentar a sua produção, para que haja menos burocracia, menos obstáculos e que a produção possa ocorrer em todos os Estados – produção e comercialização, porque ambas as coisas são importantes.

Passamos adiante.

Qual a proposta que está sendo feita, que eu trouxe aqui para os senhores avaliarem? A redução da alíquota interestadual do ICMS para 4% em até 8 anos. Porque, hoje, o subsídio é dado pelo fato de que a tributação é 12% ou 7%. Principalmente quem tem 12% pode dar uma parte como subsídio, e, então, reduzir para 4%, convergir para 4%; criar um fundo de compensação, que possa compensar as perdas de arrecadação que ocorrerão, um fundo de desenvolvimento para compensar o estímulo – são duas coisas diferentes, eu vou explicar com mais detalhes – e um acordo de convalidação do Confaz para apaziguar essa questão jurídica, para que o passado fique certo – porque hoje ele é incerto –, apaziguar as questões e deixar tranquilidade para o futuro. Então, esses são os princípios.

Vamos analisar cada um desses pontos. Primeiro ponto: redução das alíquotas. Os Estados que praticam hoje 12% de alíquota no interestadual deveriam sofrer uma redução gradual dessa alíquota, de 1% ao ano, caminhando para 4% em 8 anos – 1%, vai dar 8 anos.

Os Estados que hoje praticam 7% teriam, em 3 anos, alcançado já os 4%, e ali permaneceriam até que houvesse uma convergência entre essas duas alíquotas.

Passamos adiante.

Fundo de compensação. O fundo de compensação visa compensar tudo que deixar de ser arrecadado pelo Estado. Estou falando não do subsídio, estou falando daquilo que deixa de ser arrecadado. Por exemplo, o Estado tem um tributo de 12%, mas o que ele faz com aquele tributo? Ele cobra de fato 3%, ou 4%, e o restante ele dá como subsídio. Então, o que ele realmente arrecada são os 4%, ou 3%. O restante é financiado pelo Estado.

Então, esse fundo de compensação compensaria aquilo que continua sendo arrecadado. Ele será automático. Mensalmente haverá esse recolhimento. Os detalhes desse fundo serão dados na próxima sessão, que já está marcada, quando estarão aqui presentes os Secretários de Fazenda e mais o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa. Ele vai detalhar como isso será dado. É claro que será automatizado, para não deixar os Estados à mercê de algum arbítrio do Governo Federal. Isso está garantido. Por 16 anos, esse fundo de compensação estará operando. Vejam bem, a redução para 4% se dá em 8 anos, mas nós continuaremos pagando o benefício por mais 8 anos para permitir o tempo de acomodação a essa nova realidade.

Além do fundo de compensação, talvez o mais importante seja o fundo de desenvolvimento regional. O fundo de desenvolvimento regional tem que suprir aquela outra parte. Então, digamos, temos os 12%: 4% são arrecadados, e 8% são dados como subsídio. Nós vamos substituir os 8% do subsídio, mas de uma forma legal, de modo que o Estado tenha recursos para suprir, para estimular as empresas que buscam aquele Estado de uma outra maneira, e de uma forma legal. Então, é isso.

O fundo será destinado aos Estados que mais dependem dessa guerra fiscal até hoje, portanto os que mais sofreriam com a sua extinção. Por definição, são os Estados que eu chamo de emergentes, os menos ricos. A parcela de cada Estado será estabelecida em lei, de comum acordo com os senhores, e aí até faremos uma proposta, que é aplicar o princípio do Proinvest, esse fundo de investimento que nós facultamos aos Estados, com R\$20 bilhões de crédito que estamos liberando para os Estados. E ali se fez uma composição que é um mínimo para todos: do valor total fundo, se dá um mínimo para todos; depois, outra parcela depende da população; e outra parcela, do IDH. É uma possível combinação. É claro que os senhores poderão mudar e fazer a sua combinação.

Também a União fará transferências orçamentárias para esse fundo durante 16 anos, mas fará também aporte financeiro. Então, será um fundo orçamentário-financeiro, que ficará melhor especificado no próximo *slide*. É mais ou menos assim: o fundo de desenvolvimento regional recebe recursos primários, orçamentários da OGU e recebe recursos financeiros, que são transferidos para o fundo com até 20 anos de prazo. Empréstimos com até 20 anos de prazo com a TJLP. Com isso, o fundo distribui para os Estados, conforme aquele critério estabelecido. Então, ali é: Estado A, B, C, D, E, todos os Estados beneficiados, sendo que o Estado poderá usar o recurso do jeito que quiser. Então, ele pode, por exemplo, usar os recursos orçamentários para fazer investimento, ele mesmo, em infraestrutura, o que melhorará a condição do Estado e vai ser atracente para as empresas.

A outra parte de financiamento, ele poderá repassar para as empresas do jeito que quiser, com a taxa que quiser. Hoje, o subsídio que está sendo dado nada mais é do que um financiamento do ICMS. Só que, em vez de financiar o ICMS, ele vai financiar o investimento da empresa a uma taxa pequena, negativa, o que quiser... Ele tem o instrumento à mão para fazer política industrial na mão do governador desse Estado.

Passarei adiante para vermos o fundo.

Olha, esta é a evolução do fundo. Ele, teoricamente, se fosse aprovado a tempo, ele poderia começar em 2013; senão, começará em 2014. Mas, se começar em 2013, significa que já, em 2013, nós desceríamos o primeiro degrau da redução do ICMS, de 12% para 11%, digamos, e de 7% para 6%. Então, o primeiro degrau. Nesse primeiro ano, nós já teríamos um fundo de desenvolvimento além do fundo de compensação. O fundo de compensação já está lá dando o recurso que deixa de ser arrecadado. Isso aqui vai dar, no primeiro ano, 4 bilhões, sendo que nós sabemos que, no primeiro ano, com a redução de 1%, são mais ou menos 2 bilhões que deixam de ser arrecadados e financiados. Portanto, o fundo estará dando um volume bem maior do que aquilo que o Estado deixa...

Então, é assim: a compensação mais o incentivo são 2 bilhões que os Estados estão dando quando cai de 1% essa alíquota. E nós estamos colocando o dobro, só para mostrar como o fundo se antecipa às necessidades, sendo que 1 bilhão é orçamentário e 3 bilhões são financeiros.

No segundo ano, a renúncia ou a perda dos Estados, todos somados, estaríamos num segundo degrau: 2%. A perda dos Estados entre compensação, entre aquilo que deixa de arrecadar e o que ele deixa de dar subsídio, seria de 4 bilhões. Aí nós estamos com 6 bilhões de fundo. E assim por diante. Ou seja, o

fundo sempre é maior do que a soma do que ele deixa de arrecadar e mais o que ele deixa de financiar. Ele está sempre à frente, ele é maior.

Portanto, nós temos, em 2015, 8 bilhões; 2016, 10 bilhões; aí, atinge-12 bilhões, em 2017, e permanece nesse patamar até 2028 e, depois disso, ele não terá mais recursos da AGU, mas continuará tendo recursos financeiros, porque ele mesmo vai ser um fundo, já que ele terá a devolução dos créditos, começará a ter a devolução dos créditos e continua como um fundo financeiro....

OGU!. AGU é outro problema...Está certo. É um problema. (*Risos.*).

Então, do Orçamento Geral da União, estaremos dando aquela parte que lá está. A soma disso deveria estar ali, não está, mas dá mais de 170 bilhões. Onde estão os assessores que fazem cálculos? Não tem nenhum assessor aí fazendo cálculo? Não trouxeram máquina de calcular? Isso deveria estar ali...

O pessoal aqui está ruim de matemática.

Então, isso vai dar mais ou menos 170 bilhões. Portanto, esse é um fundo robusto. Alguns parlamentares dizem: "Ah, mas a Lei Kandir, não sei o quê". Isso não tem nada a ver com a Lei Kandir, porque ela deveria ter terminado em 2012 e não terminou. Portanto, foi empurrada com a barriga para frente. Isso aqui é uma lei muito clara, tem período de vigência. É claro, se depois em 2046, alguém falar: "Não, mas essa lei tem que continuar", é outra história. Eu não estarei aqui para ver essa história, talvez o Delcídio, que é muito mais moço.

Lei Guido Mantega? Eu fico sem essa. Seria melhor a Lei Delcídio do Amaral – fica bem para essa lei.

Na verdade, no caso do fundo, é uma medida provisória; no caso da mudança da alíquota, é uma resolução do Senado, que os senhores teriam que fazer.

Portanto, o que eu quero dizer é que teremos uma legislação firme, clara, que garantirá aos Estados aquilo que foi colocado aqui, sem estar sujeito a negociações, a discussões, a contingenciamentos. Nada. É obrigação o Estado repassar, isso é colocado em lei, os senhores conhecem melhor do que eu como fazê-lo tornar-se sólido.

Os encaminhamentos são relativamente simples, então a União propõe uma resolução ao Senado Federal. Eu estou aqui com uma resolução, estou dando, aliás, duas resoluções, porque não há só uma alternativa. A resolução contempla também a situação do Estado do Amazonas e do Mato Grosso do Sul, que têm problemas específicos.

Então, nós fizemos duas resoluções e é claro que os senhores poderão fazer outras resoluções de outra forma, mas a nossa sugestão está colocada. Depois,

estarei encaminhando, para avaliação dos senhores, as medidas provisórias, porque as coisas têm que caminhar juntas, ao mesmo tempo.

Aprova-se a resolução e já teremos as medidas provisórias. As medidas provisórias até podem caminhar antes, porque só têm valor depois de aprovada a resolução do Senado.

Então, era isso que eu tinha a apresentar sobre o ICMS.

Estou à disposição dos senhores para esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega. Mais uma vez, sempre presente aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e sempre fazendo apresentações muito esclarecedoras. E tem sido uma presença frequente com a sua competência aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, comissão que discute temas que hoje, mais do que nunca, preocupam a federação brasileira e também o Governo Federal no sentido de promover o desenvolvimento econômico com inclusão social.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Presidente, uma breve questão para um esclarecimento importante para todos.

Hoje, quantos Estados cobram 12% e quantos cobram 7% aproximadamente, pelo menos para se ter uma ideia da relevância do que o Ministro expôs.

O SR. GUIDO MANTEGA – A maioria cobra 12% – são os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, Estados em desenvolvimento, vamos chamar assim, os emergentes. Os Estados já avançados cobram 7%.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Basicamente Sul e Sudeste.

Vou começar. Se todos estiverem de acordo, vamos fazer blocos de quatro Senadores.

Chegou o Governador André, Governador do nosso Estado do Mato Grosso do Sul. Convido V. Ex^a a nos acompanhar. É uma honra para nós a presença do Governador André Puccinelli, o Governador do nosso Estado de Mato Grosso do Sul.

Governador, é uma honra tê-lo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. O Secretário de Fazenda, Jader, também aqui presente.

Eu vou propor quatro Senadores. Em seguida, o Ministro responde. Depois, mais quatro, porque há vários inscritos.

Então, eu começo pelo Senador Nicanor Fagundes, o primeiro inscrito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sou obrigado a esclarecer.

Meu caro Ministro; caríssimo amigo André Pucinelli; Presidente; Vice-Presidente, eu não sei como o Senador Delcídio do Amaral descobriu que o autor de muitos artigos, que frequentou as páginas de um jornal que hoje não existe mais, chamado *A Voz Operária*, órgão de expressão do Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade, assinava com o pseudônimo de Nicanor Fagundes. E era eu. Eu não sei como... Eu usei esse nome de guerra, como se chamava na época, durante muitos anos em que eu escrevia no jornal *A Voz Operária*, órgão central do Partido Comunista Brasileiro, ao qual eu fui filiado durante muitos e muitos anos. Eu não sei como o Senador Delcídio descobriu. Esse é um mistério que ele acabou por desvendar. É um véu que ele acabou de rasgar. Assumo diante de todos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Esse é um segredo que se estendeu por muitos e muitos anos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... a autoria dos artigos assinados por Nicanor Fagundes. Na verdade, era Nunes Ferreira.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A Comissão da Verdade está trazendo tudo à tona.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ministro, eu passo sobre a primeira parte da sua exposição em relação à situação geral da economia brasileira – ficaria fascinado em discutir com o senhor, como fiz das outras vezes –, para me deter mais à questão que é objeto específico desta audiência pública: as consequências da redução das alíquotas, de unificação das alíquotas interestaduais e o fundo de desenvolvimento regional.

A primeira pergunta, Ministro, diz respeito a Estados que não praticavam a chamada guerra fiscal ou competição federativa ou o nome que isso tenha com as mercadorias importadas, mas que serão afetados pela redução da alíquota interestadual. Aliás, com a resolução do Senado a respeito da guerra dos portos, já há uma repercussão financeira sobre Estados que não praticavam essa modalidade de competição fiscal.

Existe, na minuta de proposta apresentada pelas autoridades do Ministério da Fazenda, uma restrição específica, explícita, sobre esses Estados, na medida em que está dito que “não ensejarão a prestação de auxílio financeiro a título de perda de arrecadação aquelas resultantes da redução da alíquota interestadual incidente nas operações com bens e mercadorias importados do exterior a que se refere a resolução da chamada guerra dos portos”.

Então, eu pergunto ao senhor se não é o caso de eliminar essa segunda restrição, uma vez que já

há uma restrição para excluir desse ressarcimento, digamos assim, a perda de arrecadação decorrente de concessão de isenção, redução de base de cálculo, etc.

A segunda questão que eu formulo ao senhor também diz respeito, muito de perto, ao meu Estado em particular, o Estado de São Paulo, que cobrava a totalidade do ICMS na origem, no caso de operação interestadual dirigida a consumidor final situado em outro Estado. No caso da venda pela Internet, por exemplo, toda a alíquota do ICMS era cobrada no Estado de origem. Essa regra está prestes a ser mudada pela PEC 195, a chamada PEC do comércio eletrônico. Se isso acontecer, essa modalidade de transação comercial vai se enquadrar na regra geral, não é? E as alíquotas tenderão a ser unificadas em 4%, ao longo de 8 anos. Agora, a simples mudança introduzida pela PEC 197 já leva a uma perda de arrecadação por parte do Estado do Estado de São Paulo.

Com a unificação em torno de 4%, a perda se acentuará. Pergunto ao senhor como o Ministério da Fazenda examina essa situação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA – Diz respeito ao fundo do desenvolvimento regional. Eu entendo – se eu estiver errado, V. Ex^a me corrigirá – que a concepção do fundo de desenvolvimento regional também guarda relação com perda de arrecadação decorrente da mudança da sistemática da cobrança do ICMS. Quer dizer, há Estados que perderão. E, entre os Estados que perderão, estão não apenas Estados mais pobres da Federação, mas Estados com maior nível de desenvolvimento econômico, como é o caso do Estado de São Paulo.

Haverá perda, uma perda que – penso eu – se compensará no futuro. Todos sairão ganhando, na medida em que possamos eliminar a guerra fiscal; haverá um benefício geral para a economia brasileira, mas, evidentemente, no curto prazo, teremos uma perda.

Uma parte dos recursos do fundo será destinada aos Estados como recursos orçamentários; eles serão dotação a fundo perdido. A outra parte é composta de financiamentos.

Pergunto ao senhor: a sua ideia, a ideia do Governo, é também permitir que, nessa segunda parte, que diz respeito a financiamentos, os Estados mais ricos, de maior nível de desenvolvimento, também possam ser incluídos, uma vez que eles também sofrerão perdas na sua arrecadação – arrecadação essa que hoje é inteiramente aplicada na execução do seu orçamento, seja em investimentos, seja em custeio.

Finalmente, Ministro, uma pergunta lateral, mas que, de alguma forma, diz respeito à competição por

investimentos e que me foi suscitada por um projeto de lei complementar que tramita no Senado.

V. Ex^a sabe que as Zonas de Processamento de Exportação, pelas regras atuais, poderão internalizar até 20% daquilo que for produzido nelas. Há um projeto tramitando que eleva esses 20% para 40% – o dobro –, podendo-se chegar à possibilidade de internalização de até 50%, dependendo de autorização do Poder Executivo, o que faz com que essas Zonas de Processamento de Exportação se transformem, em certa medida, em zonas de processamento de importação.

É claro que o projeto prevê o recolhimento de tributos, quando essas mercadorias produzidas nessas ZPEs turbinadas forem internalizadas, mas o chamado custo Brasil não é medido por tributos, é medido por custos que não são necessariamente tributários. Então, estaríamos dando a mercadorias de origem de país onde o custo da produção é menor que o nosso uma condição mais favorável do que a da produção nacional, criando uma incerteza maior ainda no ambiente econômico, desestimulando, portanto, os investimentos, com risco até de desestruturar determinadas cadeias produtivas.

Queria perguntar a opinião de V. Ex^a sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Senador Luiz Henrique; depois, Senador José Pimentel; depois, Senador José Agripino.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Dalcídio do Amaral; Sr. Governador e, seguramente, futuro Senador da República André Puccinelli; Sr. Ministro Guido Mantega; Sr. Vice-Presidente, Lobão Filho; Sr^{as} e Srs. Senadores, o grande desafio do Brasil, nos próximos anos, será manter um ritmo elevado de crescimento econômico. Isso, evidentemente, exige um ritmo elevado de investimentos. O Governo, e quero cumprimentar V. Ex^a por isso, tem tomado medidas no sentido de incentivar o consumo e impedir a queda ainda maior do crescimento nacional. Mais recentemente, o Governo propôs um programa de participação público-privada para incentivar os investimentos em infraestrutura, tão necessários para que o Brasil atinja o mínimo de 25% de crescimento público-privado sobre o PIB, e de 5% de investimentos públicos.

Nós apresentamos, Sr. Ministro, um Projeto de Lei que tomou o número de 335 e que está em tramitação nesta Casa, que obteve, por sinal, já nesta Comissão, um parecer aprofundado, cuidadoso, um parecer esmerado da Senadora Ana Amélia. Apresentamos um Projeto propondo que 20% da dívida dos Estados seja aplicada em investimentos em educação, saúde, segu-

rança, infraestrutura, ciência e tecnologia e inovação. Esse programa, de acordo com a nossa proposta, seria combinado entre o Governo Federal e os Governos Estaduais, para que eles guardassem a harmonia no desejo de um desenvolvimento integrado em todos os Estados. A nossa proposta estabelece que esses 20% seriam aplicados exclusivamente em investimentos.

É evidente que a redução da dívida dos Estados e dos pagamentos mensais é uma norma que se impõe, tendo em vista que essa dívida foi contratada com juros muito acima dos que são praticados, hoje, no mercado. Eu queria lhe fazer uma sugestão para que o Governo agasalhe essa proposta. A Senadora Ana Amélia, no seu parecer, compreendeu perfeitamente o sentido do projeto.

O projeto não autoriza a realização de operações de crédito entre União e os Estados devedores, nem trata de inovação, postergação ou refinanciamento da dívida. Simplesmente 20% do pagamento mensal se transformaria em investimento, ou seja, sem burocracia, sem passeio de dinheiro, e essa fórmula, na minha opinião, provocaria uma aceleração muito veloz do crescimento, da geração de emprego, e resolveria o problema crucial da dívida dos Estados. Acho que esse tema é fundamental para se somar a essa nova fórmula de tributação do ICMS.

Eu quero aqui trazer, mais uma vez, essa proposta, para que ela seja agasalhada pelo Governo. Se houver uma redução de 13% para 10%, os 3% excedentes seriam aplicados nesse programa de investimento, repito, em educação, saúde, segurança, infraestrutura, ciência e tecnologia e inovação. Essa seria uma fórmula de descentralizar os mecanismos de desenvolvimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Com a palavra agora o Senador Pimentel. Depois, Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu quero saudar o nosso Senador Dalcídio do Amaral, o Senador Lobão Filho, os dois que dirigem este trabalho, saudar o nosso Governador André Puccinelli, abraçar o nosso Ministro da Fazenda e registrar que está sendo tomada uma série de medidas para simplificar o sistema fiscal e tributário brasileiro. Por isso, Ministro, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa dessa proposição que vem nesse sentido, lembrando que aquela grande mudança que foi feita com o Simples Nacional facilitou muito a vida das micro e pequenas empresas. Agora, estamos dando mais um passo na questão do ICMS, um dos graves problemas tributários deste País. Quero registrar que esta Casa, particularmente o Senado, tem dado respostas rápidas a essas proposições.

O Simples Nacional, sempre que chega ao Senado, tem tido uma tramitação bastante célere. O último deles foi a Lei Complementar 139, de 2011. Da mesma forma, o fim a guerra dos portos foi uma proposição que aqui andou relativamente rápido, e em seguida a PEC do Comércio Eletrônico. No entanto, Ministro, essa PEC, essa proposta de alteração constitucional, encontra-se na Câmara Federal, e precisávamos de um esforço para que, dentro da agenda da Câmara, também a do comércio eletrônico pudesse ser pautada para que pudéssemos ter uma coincidência, tanto na PEC do Comércio Eletrônico como nessa Resolução hoje apresentada por V. Ex^a nesta reunião, que será objeto de debate na próxima reunião com o Confaz.

Queria registrar também que a redistribuição do FPE – Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal é uma questão nossa, do Congresso Nacional, e está na agenda do Congresso Nacional, mas, pelo ritmo em que as coisas estão andando, dificilmente nós votaremos antes do recesso, 22 de dezembro. Aqui no Senado nós temos uma proposta bastante adiantada, coordenada pelo Senador Walter Pinheiro com as demais lideranças partidárias, mas, na hora de votar a urgência, na semana passada, não tivemos unidade necessária para isso. Esta semana, parece-me, esta matéria não vai evoluir. Portanto, nós já precisamos começar a pensar numa segunda alternativa, caso o Congresso Nacional não venha a votar a redistribuição do FPE antes do recesso e as consequências que isso terá. É evidente que isso é muito mais um dever posto ao Congresso Nacional, mas estamos com dificuldade para conduzir este tema.

Por último, Sr. Ministro, é a questão da substituição tributária do Simples Nacional. Temos assistido a um processo de substituição tributária para as micro e pequenas empresas neutralizando os efeitos com relação ao ICMS. O nosso Senador Armando Monteiro apresentou um projeto de lei aqui no Senado Federal que caminha no sentido de ajudar a solucionar esse problema. Nós já começamos a perceber, por parte das micro e pequenas empresas, uma grande preocupação com esse processo crescente por parte dos Secretários de Fazenda Estaduais e como podemos também incluir esse item para termos, na micro e na pequena empresa, esse instrumento fortíssimo que tivemos nos últimos 6 ou 7 anos na economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel. Com a palavra agora o Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Governador Puccinelli, Ministro Mantega. Eu, ao lado de alguns companheiros Senadores, fiz, há pouco mais de uma semana, uma

viagem, em missão oficial, à China. Eu nunca tinha ido à China continental e confesso a V. Ex^a que voltei impactado; mas impacto forte mesmo, pelo que vi lá, pelos números robustos que a China exhibe, foi ver a evidência do nosso crescimento comprometido e o PIB exibido nesse último trimestre, de 0,6%, contrariando as expectativas e os anúncios oficiais.

Eu me preocupo, Ministro, como brasileiro, porque nós fazemos parte de um bloco que se convencionou chamar de BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China, e agrega-se a ele a África do Sul), onde os números do crescimento do PIB são muito robustos, são muito consistentes, e é o bloco onde nós nos situamos. A Rússia, apesar de estar na Europa, que é um continente imerso numa crise de difícil saída, vem exibindo números de crescimento entre duas e três vezes maior do que o Brasil e é o que está em pior situação nos BRICS. A Índia e a China estão acima de 6% de crescimento e o Brasil está exibindo esses números extremamente preocupantes.

Quando eu chego da China e vejo a exuberância da economia, do modelo chinês, que tem os seus defeitos, eu me preocupo mais ainda, Ministro, porque aqui dentro da América Latina nós estamos perdendo – essa é a minha convicção pessoal –, claramente a corrida para o México, que é a bola da vez. Infelizmente, dentro da América do Sul, Colômbia, Peru, Chile estão passando na frente do Brasil, que só está na frente do Paraguai.

Então, eu me preocupo muito, porque acabei de ver a exposição de V. Ex^a sobre os diversos pontos, foram seis pontos, em que o Governo ataca a crise econômica e procura inverter a curva do crescimento econômico. E a minha preocupação maior é que em nenhum dos seis pontos eu vi mencionado aquilo que para mim é o mais importante de tudo, que é racionalização de gasto público. Hora nenhuma foi mencionado “racionalização de gasto público”, porque, Senador Delcídio, cresce no atacado quem tem investimento pesado.

A China cresce muito porque investe 48%, 50% do PIB. O Brasil está crescendo, pelos números modestos que pudemos exhibir, porque a gente investe 18,5% do PIB, é um número muito pequeno, muito modesto. Isso decorre, claro, na minha convicção, eu queria ouvir a opinião e a contestação de V. Ex^a se for o caso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Quanto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu fui até generoso, eu falei em 18,5%. Eu fui até generoso. É menos do que eu falei. Isso. Contrapondo-nos

aos 48% da China, nós estamos distantes de crescer no atacado.

Mas o pior, o investimento público, que seria decorrente da sobra dos recursos entre a arrecadação e a despesa, é emagrecido pelo fato de a gastança pública ser exagerada. Eu não vi nos pontos apontados por V. Ex^a nenhuma menção, em ponto nenhum, sobre contenção de gasto público, que, na minha opinião, seria um elemento poderoso para alavancar a retomada do crescimento, por investimentos líquidos do País com recursos não tomados emprestado, até porque os investimentos de fora para dentro estão comprometidos por uma coisa que eu ouço, cada vez com frequência maior: é que a inconstância das posições da política econômica do Brasil está assustando o investidor privado no exterior, o que é um problema. Se não há uma segurança jurídica estabelecida, o investidor estrangeiro puxa o freio de mão, vai para a retransa.

Uma outra coisa que diz respeito e é consequência direta da não racionalização do gasto público é a decorrente carga tributária. No Governo Fernando Henrique, a carga tributária cresceu, chegou a 28%. Nos Governos Lula chegou a 34%, e estamos com 36% agora. Eu tenho uma nora que mora nos Estados Unidos; ela é inglesa e vem ao Brasil todo ano. Há seis anos, ela chegava no Brasil e se entupia de sapatos, de bolsas, de vestidos, porque valia a pena comprar no Brasil. Ela agora vem ao Brasil e não compra absolutamente nada, porque me disse que o Brasil virou um país caro. Caro por falta de investimento, por carga tributária exagerada.

É isso o que me preocupa: o Brasil está ficando um país caro e incompetitivo, porque não há investimento em infraestrutura, a carga tributária é alta demais, e um ponto que eu reputo fundamental disso tudo e que não foi mencionado é o gasto público sem controle, é gasto público não racionalizado.

A mim preocupa na exposição de V. Ex^a não haver uma manifestação clara com relação a isso. E eu digo isso porque falo para o mais longo dos ministros dos governos do PT. Até conversava com o Suplicy agora. V. Ex^a sucedeu o Palocci, foi Ministro de quase todo o resto do governo Lula e é Ministro da Presidente Dilma. V. Ex^a é a memória da política econômica dos governos do PT. Então, nesta oportunidade, que é rara, a minha obrigação é colocar a V. Ex^a uma preocupação que é minha e que eu ouço da sociedade, como ouço também a questão da taxa de juros.

A taxa de juros caiu, uma coisa boa que já produziu uma consequência. Como o *spread* caiu, a renda decorrente dos empréstimos terminou puxando para baixo o PIB; e, em contrapartida, eu não sinto que tem havido uma reação nas compras das pessoas, porque

estão travadas pela inadimplência, porque não houve um crescimento paralelo da renda das pessoas para fazer face às compras acumuladas que geraram inadimplência. Eu gostaria de ouvir um comentário de V. Ex^a.

Eu coloco essas preocupações com muita clareza, porque – vou dizer a V. Ex^a –, evidentemente, eu tenho as minhas preferências políticas, mas, como brasileiro, eu tenho, como V. Ex^a, que torcer pelo sucesso do nosso País, onde moram os nossos filhos, os nossos netos. Eu não quero que o Brasil seja um País que fique atrelado àqueles que não crescem. Eu quero que cresçamos. Eu sou orgulhoso de um País que já cresceu 7,5%, mas que está patinando em 1%, que está na frente apenas do Paraguai. Eu me inquieto na hora em que vejo as medidas adotadas para vencer a crise que não produziram. Os remédios não produziram resultado conveniente nem nada por atacado.

Eu gostaria de ouvir de V. Ex^a os comentários sobre isso, porque eu gostaria que V. Ex^a continuasse o mais longo dos ministros dos governos do PT.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador Delcídio.

Respondendo ao Senador Nicanor Fagundes – ah, não é Senador, é o escritor –, eu queria dizer que esses regimes abordados vão acabar sendo unificados. Não haveria necessidade de fazer a resolução que coibiu a guerra dos portos caso tivéssemos aprovado essa nova mudança de ICMS, porque já estaria resolvido; porque baixa para 4% e já estaria resolvido. As perdas dos três Estados estão sendo compensadas por uma série de medidas que nós tomamos: financiamento, obras. Os Estados estão sendo compensados com investimentos, créditos, etc., que estão compensando. Porém, se tivesse entrado nessa nova regularização, eles teriam que entrar no fundo de desenvolvimento. Então, uma coisa resolve a outra.

Em relação às compras eletrônicas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu estou me referindo às perdas do Estado de São Paulo com a nova sistemática relativa à guerra dos portos, porque houve perda nesse caso. Agora, você vai abordar outra questão, a questão que pode acontecer das perdas decorrentes da eventual aprovação da PEC do comércio eletrônico.

O SR. GUIDO MANTEGA – São Paulo não se manifestou como tendo tido perda por essa medida, acho que ele mais ganhava do que perdia, porque uma

parte das mercadorias que estavam sendo importadas pelos outros portos ia para São Paulo. Então, acho que São Paulo ganha com essa medida e não perde.

Já em relação à medida do comércio eletrônico, sim, São Paulo perde. Agora, em compensação, vários Estados estavam perdendo. Acho que havia um desequilíbrio que virá a ser sanado pela medida que aqui já foi aprovada e foi para a Câmara, que faz um regime parecido com automóveis, se não me engano, não é? É um regime parecido com automóvel – *fifty-fifty* origem destino –, se não me engano, não é isso?

Eu não sei como fica se aprovada a mudança no ICMS: se a gente mantém como excepcionalidade ou se engloba. Não pensamos ainda nessa questão. Mas havia urgência de vários Estados que estavam perdendo para que a gente pudesse encaminhar. Está encaminhando. Então, teremos de analisar isso para ver se causa mais problemas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aliás, esse projeto está na Câmara; foi votado aqui, rapidamente. Senador Pimentel, até agora a Câmara não avançou nesse projeto que é muito importante para os demais Estados.

O SR. GUIDO MANTEGA – Temos de pedir à Câmara que trabalhe com urgência nesse...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É um projeto muito importante.

O SR. GUIDO MANTEGA – Nesse projeto.

Quanto ao Fundo de Desenvolvimento Regional, ele deverá financiar... A meu ver, deveríamos colocar, como um dos itens, a perda que o Estado terá. Supõe-se que as perdas são maiores nos Estados que praticam 12%, porque esses são os que não terão mais a oportunidade de usar... Mas, enfim, vamos fazer contas aqui.

Hoje nós temos a vantagem da Nota Fiscal Eletrônica e a possibilidade de termos uma conta precisa. Quem ganha, quem perde, onde perde... E trabalharemos juntos, porque, na sequência, virão secretários de Fazenda que poderão detalhar mais essas questões. Poderemos dizer: “Não, São Paulo perde tanto, ganha tanto...”. Nós já temos esses cálculos; mas, claro, devem ser checados com os próprios Estados que dirão exatamente o que vai acontecer, e essa discussão será feita aqui nesta Casa. Então, mas...

Deixamos em aberto as regras desse Fundo que, aliás, a União aqui está intrometida, porque essa é uma questão federativa, não é? Nós, nessa questão do ICMS, diretamente, não ganhamos nem perdemos; indiretamente, a União ganha no sentido de que vai propiciar condições melhores para o crescimento do País – e aí é onde nós ganhamos. Mas cabe aos senhores definirem uma série de coisas que aqui estão.

Em relação às ZPEs, eu concordo consigo de que não se deve dar guarida a projetos que comecem a aumentar a parte internalizável da ZPE, senão vira outra coisa. Dar uma pequena margem, tudo bem; mas, aumentar essa margem... Mas eu não conheço os projetos que estão tramitando. Não chegaram ainda na minha mão, não chegaram ao Ministério da Fazenda, de modo que eu não os conheço com profundidade. Mas eu concordo com sua abordagem de que não se deve permitir um aumento disso.

O Senador Luiz Henrique fez uma proposta no sentido de dar mais condições de investimento aos Estados, reduzindo a parcela da Receita que é paga como ressarcimento da dívida. Em princípio, como princípio, está correto. O problema é que, para fazermos essa mudança, nós vamos ter de mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal. E eu tenho receio de mexer nessa instituição – vamos chamá-la assim – muito importante para as finanças públicas brasileiras e que deu certo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ministro, me permite?

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas deixa-me terminar meu raciocínio, Senador?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. GUIDO MANTEGA – Então, eu diria o seguinte: estamos em procedimento. Nós estamos procedendo à mudança do indexador. Isso é um compromisso meu de, nos próximos dias, trazer aqui uma proposta para a mudança desse indexador. Com isso, nós vamos ter um indexador menor para a dívida. Então, isso já resolve o problema futuramente: as dívidas vão crescer menos. Evidentemente, não resolve essa questão do momento presente em que os Estados querem investir mais.

Nós temos de buscar uma solução que não implique na mudança da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque eu temo maiores mudanças que seriam feitas. Então, nós temos de buscar outro caminho. O caminho que a União tem buscado é o de dar aos Estados capacidade de investimento por intermédio do PAF – Programa de Ajuste Fiscal, que tem dado, reiteradamente, espaços fiscais maiores. Nunca deu espaços tão grandes como deu, por exemplo, neste ano, nós abrimos 58 bilhões de espaço fiscal, que foram de acordo com a demanda dos Estados, e com a situação sólida fiscal que eles tinham. E aumentaram muito.

Criamos essa linha de Proinvest, que são mais de 20 bilhões. Então, hoje, os Estados estão contratando programas com o Banco Mundial, com o BID, como BNDES até. O Banco do Brasil está entrando também e está fornecendo capacidade de investimento para os Estados.

Eu confesso que não gostaria de mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal e, para fazer essa mudança de indexador, não é necessário fazê-lo. Por isso, vamos fazer essa mudança.

Então, em relação ao que disse o Senador Pimentel, eu concordo com tudo que foi mencionado e também tenho a mesma preocupação sobre a substituição tributária que está acontecendo e tirando do Simples uma parte dos seus benefícios. Os Estados que têm problema de arrecadação estão usando esse mecanismo – vamos chamar assim – de substituição tributária e aí acabam cobrando um tributo do Simples que, hoje, ele não paga.

Então, temos que olhar isso e aperfeiçoar o Simples de modo que não haja esse vazamento. E os governadores têm a prerrogativa de fazer mudanças tributárias nos seus Estados. Não sei como resolver essa questão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – O Senador Armando Monteiro parece que apresentou uma solução que eu não conheço, gostaria de conhecer, para poder ajudar se for necessário, porque eu também me incomodo com essa situação. Afinal, nós temos desonerado o Simples. O Simples abriga, hoje, cerca de 5 milhões de empresa que faturam até 3,6 milhões e que tem um regime mais desburocratizado e paga menos tributos.

Então, nós temos que preservar isso.

O Senador Agripino faz uma comparação do desempenho do Brasil com outros países e diz que outros países têm tido um desempenho melhor do que o Brasil. Depende do período que nós analisamos. Se pegarmos o pior momento do Brasil, um ano, por exemplo, o que o senhor afirmou é verdade. Mas, se pegarmos Colômbia, México... vamos pegar o México, por exemplo, e pegarmos um período até próximo dessa crise de 2008, nós vamos ver, por exemplo, que a média de crescimento do México é igual ou inferior a do Brasil – se pegarmos os 4 últimos anos.

Em 2008, o México... em 2009, o PIB mexicano caiu 6,5%. O que ele fez depois foi recuperar essa queda de 6,5%... ele cresce 3,5%, 4% e ele está recuperando a queda.

Para o próximo ano, a projeção de crescimento do México é menor do que a do Brasil. Não sou eu que faço a projeção, é o Fundo Monetário, o *The Economist*, etc.

Esses países que o senhor mencionou – não estou falando da China, estou falando dos países latino-americanos –, nesse período, eles vão melhor porque eles não têm indústria. Eles têm uma indústria modesta e são exportadores de *commodities*. A exportação de

commodities não está sofrendo essa crise. O senhor veja, as nossas exportações de *commodities* estão indo muito bem. Tem alguma alteração por causa do minério, mas, de um modo geral, a exportação de *commodities* vai muito bem, só que nós não somos apenas exportadores de *commodities*, nós temos uma indústria.

Mesmo quando a parte de *commodities* vai bem, a nossa indústria vai mal porque ela sofre em função desses...

Eu diria que seria mais adequado fazer uma comparação um pouco mais extensa. Ver realmente o que aconteceu nos últimos anos com os nossos países. E posso dizer que o Brasil ganhou uma capacidade maior de crescimento. Não estou falando isso da boca para fora. Se nós pegarmos, por exemplo, o período 2003/2010, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média de 4%, com a crise de 2008 no meio, uma média que não aparecia há muito tempo, só se o senhor for buscar lá nos anos 70. Depois disso, não cresceu. Então, crescemos muito bem.

Se nós pegarmos de 2006 até 2011, portanto com dois anos ruins por causa da crise, 2009 e 2011, que foi fraco, nós temos ainda um crescimento de 4,2% do PIB. Então, não dá para dizer que é ruim. Historicamente, nas últimas três décadas, é um excelente desempenho do PIB.

Se nós pegarmos investimento nesse mesmo período, a nossa taxa de crescimento do investimento, de 2006 a 2011, porque 2012 não sabemos ainda, cresceu mais de 8% em média nesse período. Ou seja, o investimento cresceu bem. Agora, quando ocorre a crise, o investimento cai, não só aqui como em todos os lugares.

O senhor voltou da China. Eu também, quando de lá voltei, estava muito impressionado, porque a China é um País único, *sui generis*, mas que tem uma estrutura econômica e política completamente diferente da nossa. Então, as comparações são meio complexas. E também está numa fase de desenvolvimento bem diferente da nossa, diga-se de passagem. Então, não há medida de comparação.

Se nós olharmos esse 3º trimestre, esse resultado que nós demos, entre os BRICS nós estamos no meio. Tem cinco BRICS. Dois cresceram menos que o Brasil, no terceiro, e dois cresceram mais. Então, estamos no meio dos BRICS. A Rússia, em 2008 e 2009, sofreu muito. Eles tiveram um crescimento negativo durante 2 a 3 anos. Nós não tivemos isso. Então, não dá para pegar um ponto, principalmente quando ele é fora da curva.

Eu diria que a economia brasileira sofre os impactos da crise, evidentemente, principalmente na indústria; e o investimento que vem atrelado à indústria.

E mesmo assim nós estamos criando as condições para que a indústria se recupere mesmo com a crise, mesmo com essa restrição que nós temos na economia americana e na economia européia.

Se ouve falar de gasto público, mas se comparar o Brasil com qualquer um desses países, Europa, Estados Unidos, nós damos de dez. A nossa situação fiscal é muito mais sólida. E eu quiser, falo qual é o déficit americano: 8,5%; do Reino Unido é 8%. Na maioria dos países europeus é 5% a 6%. O nosso déficit é de 2,5%. A nossa dívida líquida é 35% e cai a cada ano. Portanto, ninguém pode falar das nossas contas públicas. Significa, sim, que nós temos contas públicas muito saudáveis e há, sim, controle de gasto.

Nós fazemos superávit primário dos maiores do mundo. Se quiser pegar os últimos 10 a 12 anos, fizemos o superávit primário mais alto do mundo, porque também pagávamos os juros mais altos do mundo, o que era uma aberração. E essa aberração está sendo corrigida. Então, a nossa situação fiscal, Senador, é muito sólida. Fique tranquilo. Os gastos correntes estão controlados. Agora, nós temos feito uma ação social e esses gastos continuarão.

Eu nem chamaria de gastos. Nós vamos continuar, com gastos importantes, educação. O primeiro e segundo orçamentos da União são saúde e educação. É prioridade máxima. Nós estimulamos o investimento. Vou colocar ali resultado fiscal. Esse é o resultado previsto para 2013.

Fundo monetário não somos nós. O Brasil terá um déficit de 2% se o fundo monetário estiver certo. Veja como o Brasil tem um bom resultado fiscal. Então, ninguém questiona. Nós passamos para grau de investimento, nesse período recente. Então, eu diria que o senhor pode ficar tranquilo.

Agora, fazemos anticíclico. Já fazemos há um tempo um anticíclico que diz o seguinte: quando a economia está crescendo e vai bem se pode economizar, como fizemos em 2008, quando nós poupamos 0.5% do PIB, porque não estava previsto o superávit primário. Fizemos 3,4% de superávit e mais 0,5% que está no fundo soberano. Está guardado até hoje. Não gastamos.

Agora, quando veio 2009 foi preciso estimular a economia e nós o fizemos. Então, o superávit primário foi 2,1%. O único ano em que a dívida cresceu um pouquinho. Em 2010, voltamos a diminuir a dívida. No ano passado, aumentamos o primário, 10 bilhões, ou seja, não gastamos. Portanto, a situação fiscal é muito sólida no Brasil. Devemos nos preocupar, sim, com a situação fiscal de todos os europeus, um monte de países. Estamos entre aqueles poucos países privilegiados, com uma situação fiscal sólida. Se depender de mim, vamos continuar. O senhor veja que estou aqui

e defendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Continuarei defendendo. Então, não há por que se preocupar com isso.

O investimento privado externo gosta do Brasil, tanto que é recorde. Neste ano, já estamos em 12 meses, com 65 bilhões de investimentos externos diretos. O ano passado bateu o recorde, deu 66 em investimentos externos diretos. O que diminuiu, e diminuiu por nossa vontade, caso contrário, haveria uma enxurrada, foram os capitais que vinham em busca de arbitragem, que vinham em busca de ganho fácil e que simplesmente valorizavam a nossa moeda nos colocando em desvantagem. Desses, passamos a cobrar IOF para não deixar essa moleza continuar, porque o mundo todo pagava juros baixos, mas nós ainda pagávamos juros mais altos. Então, reduzimos os juros e reduzimos arbitragem, e esses capitais oportunistas estão vindo menos para cá. Os especulativos, que são saudáveis para o País...

Agora, o investimento direto, nunca taxamos, nunca restringimos, são bem-vindos e estão vindo. Os números falam por si. Não preciso falar. É só olhar os números. Estamos vendo que eles estão vindo, e continuarão vindo, porque há poucas alternativas de investimento no mundo. O mundo está perdendo dinheiro. Investir na Europa e nos Estados Unidos é perder dinheiro. Mesmo nos países asiáticos, todos estão desacelerando.

A China está fazendo um baita esforço para não ter problemas. Ela crescia 10% e está crescendo, hoje, 7,5%. Então, foi uma boa redução. Ela não consegue mais sustentar o modelo de 48% de investimento do PIB, sabem por quê? Porque está com... Ela criou capacidade ociosa. Ela construiu um monte de prédios que estão desocupados. Ela construiu uma estrutura ferroviária que não tem consumidor. Então, ela não pode continuar. Ela vai ter que mudar o modelo, dar mais benefício para os trabalhadores.

A nossa renda melhora mais aqui do que na China, aliás, em relação a todos os BRICS, onde a renda mais subiu foi no Brasil, mais do que em todos esses países. Tem uma comparação, um relatório do grupo Boston Consulting Group que saiu na imprensa, há alguns dias, que mostra que o Brasil, nos últimos cinco anos, foi o País que, de 150 países, mais melhorou as condições de vida, diminuiu a pobreza, melhorou a classe média, etc. É uma beleza a comparação com 150 países. Então, temos o equilíbrio. Aqui a concentração de renda diminui; na China, aumenta. Na China, em todos os demais BRICS, nos Estados Unidos e até na Europa do Norte, a concentração de renda está aumentando nesse momento. Fizemos uma política equilibra-

da, que equilibra as duas coisas, mantendo os gastos sob controle e aumentando os investimentos sociais.

Portanto, diria que não podemos julgar pelo desempenho de um ano. Considero esse ano parecido com 2009. Não dá para dizer que não fomos atingidos pela crise. Em 2009, fomos atingidos e a economia cresceu menos 0,3. O importante é ter capacidade de recuperar. Aconteceu de novo. A crise europeia foi uma recaída em relação à crise americana, causa novamente problema no mundo, e fomos atingidos. Não vamos ter crescimento negativo em nenhum ano. Este ano será um ano pior, digamos, o crescimento será positivo, maior do que em 2009, mas já estamos rumo a um crescimento maior, porque nós temos as condições, aqui no Brasil, e estamos talhando essas condições de modo que o Brasil seja competitivo, reduzindo impostos, diminuindo o custo financeiro, estimulando a atividade produtiva em relação à especulativa. Portanto, nós temos as condições de continuar crescendo. Vamos crescer no próximo ano igual ou mais do que o México e esses outros países cujas dimensões são muito limitadas. É difícil comparar o Brasil com um país de 10, 15 milhões de habitantes, especializado em exportar matérias-primas etc. Não dá para comparar.

Era isso que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Rapidamente, eu queria agradecer ao Ministro Mantega a delicadeza das suas respostas circunstanciadas sobre os pontos que eu coloquei, porque são preocupações de um país que precisa se afirmar no contexto internacional.

V. Ex^a sabe mais do que eu que o equilíbrio fiscal do Brasil é obtido, mas que nós temos uma âncora que puxa para baixo, chamada Serviço da Dívida Interna. Nós temos perto de R\$2 trilhões de dívida interna que foi acumulada ao longo dos últimos 8 anos, mais ou menos, chegou a esse ponto, e que significa uma âncora puxando o País para baixo o tempo todo. Daí a minha preocupação com os gastos públicos que, em contrabalanço ao Serviço da Dívida Interna, é verdade que a taxa de juros em queda melhorou o serviço da dívida, mas a sobra de recursos para investimento é penosa, penosamente perseguida. Quanto mais racional for o gasto público, melhor a condição que teremos para fazer investimentos como os países que crescem de forma robusta, como é o caso da China.

Mas o que me preocupa, Ministro, é um projeto de país. A mim preocupa muito termos um projeto de país. Não cabe na minha cabeça uma tonelada de soja produzida em terra que custa 10% do custo da terra

do Paraná, Mato Grosso, por exemplo, chegar no Porto de Paranaguá mais cara do que a tonelada de soja produzida no Paraná por conta de infraestrutura. Não cabe na minha cabeça! Qual é a vocação do Brasil? É ser um país agropecuário? É ser um país exportador de minério? É ser um país industrial? Então vamos nos preparar para sermos aquilo que é a nossa vocação, como o Japão o fez, como os países maduros do mundo, como a Coreia o faz. Eu não vejo isso. Eu vejo que, em cada crise, se procura tapar um buraco de forma tópica, sem ter uma visão sistemática do País.

Daí a minha preocupação, daí as minhas preocupações que externo a V. Ex^a. Minha preocupação fundamental é com o projeto de país e a adequação das condições econômicas para que esse projeto se viabilize.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. GUIDO MANTEGA – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador... Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Gostaria, mas não tenho esse privilégio.

Senador, compartilho de uma parte das suas preocupações, mas quero dizer que este País tem um projeto de nação e, se não o tivesse, teria sucumbido lá em 2008 na primeira crise, que foi violenta, que derrubou um monte de gente e não derrubou o Brasil. Nós já tínhamos este projeto, que era aumentar o investimento, aumentar o setor de construção, fazer uma política industrial porque nós temos, sim, que ter indústria. O Brasil tem vocação para ter indústria, tem vocação para ser um grande exportador de *commodities*, com grande competência, e também para ser um grande centro de serviço, porque nós temos um mercado consumidor enorme. Nós temos 190 milhões já e mais de 100 milhões na classe média com capacidade consumidora. Nós somos o terceiro ou quarto maior mercado mundial de qualquer coisa, quarto de automóvel, cosmético, o que o senhor imaginar nós somos quarto, quinto, terceiro etc. Então, o Brasil combina essas virtudes e nós temos que criar as condições para que se viabilize um país agrícola e industrial. É importante ter a indústria porque a indústria cria tecnologia, avanço tecnológico, emprego de qualidade e tudo o mais. Então, não vamos abrir mão da nossa indústria e por isso fazemos essa política de estímulo à industrialização. E isso tem dado resultado.

É claro que, no momento de crise, todo mundo se retrai, a indústria também e o investimento também. Mas nós atingimos um patamar de investimento em média bastante satisfatório. O investimento tem de ser o dobro do PIB para ser bom, e nós continuaremos perseguindo. Por exemplo, para o ano que vem,

estamos perseguindo um PIB de 4% e um investimento crescendo 8%. E assim nós teremos um avanço, e a indústria crescendo 4,5%, 5% e assim por diante. Temos condições para alcançar isso, sempre com as contas públicas sob controle, e aí concordo plenamente, e melhorando um ponto, em que o senhor tem razão: falta infraestrutura neste País. Foi-nos legado, dos últimos 30, 40 anos: falta de infraestrutura, e nós temos de corrigir; produção de energia elétrica, já está praticamente corrigida, temos de continuar tendo capacidade adicional; ferrovias e rodovias para o transporte desses produtos, porque o Brasil é grande, a produção se espalha e as regiões que antes não eram exploradas estão se desenvolvendo e é por isso que apresentamos esse grande programa de infraestrutura, em parceria com o setor privado. São 10 mil quilômetros de ferrovia, 7.7 quilômetros de rodovia, aeroportos, três já começaram, vamos fazer outras concessões e será lançado um programa de concessão para portos.

Então, precisamos de fato da infraestrutura, de escoar os produtos mais rapidamente, de reduzir o nosso custo de infraestrutura. Concordamos com isso, só que os projetos já estão sendo apresentados. Temos essa visão e ela está se implantando.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado.

Pela ordem, Senador Luiz Henrique. Só queria pedir...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Será uma intervenção rápida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só queria pedir, nós temos 9 Senadores inscritos ainda. São 2h26. Então, peço aos Senadores que sejam objetivos e concisos em suas falas, porque temos uma meta a perseguir de terminar esta reunião às 3 horas da tarde, se for possível. Tem reuniões de comissões mistas de medida provisória, e uma série de questões.

Senador Luiz Henrique, se V. Ex^a for...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Ministro, a nossa proposta não provoca, *data venia*, alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não reduz o dispêndio, apenas converte 20% do pagamento em dinheiro em pagamento em serviços. É um programa do Governo Federal; os governadores propõem em que vão aplicar aqueles recursos no Programa de Investimentos e simplesmente se converte pagamento em dinheiro por pagamento em serviços. Isso é que viabiliza a proposta, Sr. Ministro, sem mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. GUIDO MANTEGA – Senador, eu gostaria... Bom, vou procurar o Projeto de Lei nº 335...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É o 331.

O SR. GUIDO MANTEGA – É o 331. Se o senhor me der um exemplar, ficarei grato. Vamos fazer uma análise, porque o que não mexe com a Lei de Responsabilidade Fiscal tem possibilidade de ser implementado. Vamos analisar...

Então, aguardo que o senhor me encaminhe o PL nº 331.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique e Ministro Guido Mantega.

Dando continuidade, eu peço aos Senadores que procurem ser concisos, ao Governador do meu Estado também. Nós sempre temos a oportunidade de deixar os governadores falarem quando vêm à Comissão de Assuntos Econômicos, porque é um prazer muito grande, ainda mais do Estado do Presidente da Comissão.

Então, vou pedir... Nós temos aqui: Senadora Ana Amélia, Senador Armando Monteiro, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Cyro Miranda, Senador Casildo Maldaner, Senador Eduardo Suplicy, Senador Flexa Ribeiro, Senador Moka e Senador Lindbergh Farias, o último, mas não o menos importante.

Então, em função do tempo, eu vou sugerir o seguinte: como o Senador Moka está inscrito e ele não falará, então o Governador falará, seguindo aqui a sequência, como o Senador Moka, se V. Ex^{as} estiverem de acordo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu faria isso se fosse o Governador do meu Estado, Simão Jatene. Farei isso em homenagem a V. Ex^a e ao Governador André Puccinelli.

Eu acho que nós, em deferência ao Governador, poderíamos ceder para que ele fizesse uso da palavra antes dos Senadores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos estiverem de acordo. (*Pausa.*) Governador André, no máximo 5 minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em apelo também a V. Ex^a e em sintonia com o Governador Puccinelli e o Secretário da Fazenda de Santa Catarina que aqui está, em função do horário,

algumas questões aqui levantadas faziam parte do meu questionamento. Eu até retiro a minha inscrição em homenagem ao Governador do Mato Grosso do Sul e alguns colegas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Então, com a palavra o Governador André, e depois seguimos... Todos os Senadores fazem as suas falas e depois o Ministro Guido Mantega responde e encerra.

Eu quero sugerir a V. Ex^{as} que a gente possa conceder 3 minutos para cada orador inscrito. É possível? Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – *(Fala fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Governador? Não, com o Governador o rigor é máximo aqui.

Governador André.

O SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Cumprimento o Senador Delcídio e o Senador Edison Lobão Filho, estendo os cumprimentos aos Senadores e Senadoras presentes e ao Ministro Mantega.

O meu Estado, Mato Grosso do Sul, compõe o Centro-Oeste. Deixo por último a unificação das alíquotas para fazer um prólogo. A nossa dívida, por ter sido uma das primeiras a ser renegociada, é de comprometimento de 15% da receita corrente líquida com o IGP-DI mais 6%. A Lei Kandir... Nós temos que nos valer, ano a ano, dos dispositivos das transitórias para inserir no orçamento o que hoje chega a ser no máximo 10% das desonerações dos Estados em relação ao ICMS; e o meu Estado produz produtos primários e, no máximo, semi-elaborados. Portanto, se eu exportasse todo o milho, toda a soja, todo o feijão, todo o arroz e todo o minério, eu teria zero de ICMS.

O comércio não presencial, em um alerta que nós fazemos. No último minuto uma emenda apresentou a substituição do vocábulo “no destino”, para que voltasse o “comércio não presencial com tributo na origem”. Não mudaria nada, São Paulo não mais perderia e todos os outros Estados que fizeram do comércio não presencial. A minuta do que está na Câmara, atentem que é nesse aspecto.

O FPE, o meu Estado é o penúltimo; o meu Estado é o último em transferências correntes. Ou seja, vou entregar a chave – caso o Senador Delcídio seja candidato, e caso se eleja, porque não conversou comigo ainda – de um Estado que tem extremas dificuldades. Com exceção do Mato Grosso do Sul, somente o Amazonas, na atualização que foi feita ontem no Confaz, Ministro, perde na unificação das alíquotas 80% da sua receita; exclui um dos textos aqui, tendo

o ICMS da Zona Franca de Manaus mantido e nas operações interestaduais em 12% diminui a perda. Mas, mesmo com essas perdas, na unificação das alíquotas, o Centro-Oeste perde: 33%, Mato Grosso do Sul; 28%, Goiás; e 18% Mato Grosso. Por isso que na nossa proposta nos unimos – Centro-Oeste, Norte e Nordeste – para manter o diferencial de alíquota de 12%, diminuindo para 7%, e de 7% diminuindo para 2%. Porque sem o diferencial da alíquota fechamos o Centro-Oeste.

Na exposição que o senhor fez, disse que haverá reposição de 12 bilhões, quando o Confaz e o BID fizeram estudos de que a perda seria – ponho no condicional, porque os estudos foram técnicos, não tive acesso a eles – de 18 bilhões e consta na reposição 12 bilhões. Consta que cresce a cada ano de 4 bilhões para 12 para repor através de dois fundos, um fundo de desenvolvimento e um fundo de reposição das perdas. Pergunta: como, em nome do Centro-Oeste – e a Senadora Vanessa Grazziotin vai falar de forma muito proficiente sobre o Amazonas –, nós nos sustentaríamos com essa minuta de resolução apresentada? No estudo, quando estivemos no Confaz ontem, estimamos a perda de 1,6 bilhões de um total de ICMS arrecadado de 5 bilhões, reduzindo, mantendo-se o gasto de 1,1 bilhão numa receita estimada de 5 bilhões.

Como – encerro as minhas palavras – o Senador Delcídio do Amaral é governista, ele não pode falar, me pôs como procurador para poder de leve dar uma cutucadinha. Como eu reponho 1,1 bilhão dos 5 que eu perco? Precisamos aumentar o fundo para 18 para repor o total, precisamos ter alguma coisa diferenciada para o Centro-Oeste e para o Amazonas e precisamos – não nos 8 anos, como foi dito, de desoneração – que nós alonguemos o período de transição para que possamos fazer aos incentivos fiscais e tributários, porque é uma situação conexa, correlata, para que, no mínimo, permaneçamos o dobro dos 8 anos em transição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem colocado, Governador André Puccinelli.

O SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Inclusive a procuração?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Procuração é por conta do Governador, sou o Presidente aqui, eu sou o juiz.

Muito obrigado, Governador, pelas palavras.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Você viu que seu problema está fácil de ser resolvido, é só conversar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É, pelo que foi falado aqui, não é?

Bom, eu passo a palavra agora, dentro da sequência. É importante, Governador. V. Ex^a não estava em reunião com os demais governadores. Hoje houve uma reunião grande com os governadores aqui, basicamente para falar sobre *royalties* do pré-sal, Senador Pimentel. Inclusive, no escritório do Ceará. Foi o Ceará que concentrou todos os governadores brasileiros e vice-governadores também, da terra do Senador Inácio também.

Então, hoje o Governador veio aqui, mas ele estava em reunião e não acompanhou a explicação por completo do Ministro Guido, que inclusive fez questão de registrar a questão de Mato Grosso do Sul e do Amazonas como dois Estados que merecem uma atenção diferenciada do Governo Federal. E, ao mesmo tempo também a conceituação desse fundo de compensação, o tempo que ele vai prevalecer. Com exceção dessa divergência de números, no mérito a proposta que o Ministro Guido Mantega está colocando aqui vem ao encontro de uma diferenciação para Mato Grosso do Sul e para o Amazonas, inclusive com relação à permanência desse fundo de compensação, tirando características dos Estados que o próprio Ministro Guido Mantega aqui citou com relação a notas eletrônicas e assim por diante. Mas ele vai ter oportunidade de falar também sobre esse assunto.

Passo agora a palavra para a Senadora Ana Amélia, depois Senador Armando Monteiro, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Eduardo Suplicy, Senador Flexa Ribeiro e Senador Lindbergh Farias.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, atendendo à sua solicitação, serei sucinta.

Queria cumprimentar o Ministro Guido Mantega e agradecer a S. Ex^a. Eu gostaria muito que o Governador do meu Estado, como o Governador do seu, estivesse aqui também brigando pelos interesses do Estado. Claro, a inteligência do Governador é de que ele poderá estar aqui em 2014 e o senhor governando o Estado. Então, ele, como Senador, estará precisando do senhor e vice-versa. Então, vai ser apenas uma troca.

Eu queria apenas perguntar ao Ministro Guido Mantega qual é, na percepção do Ministério da Fazenda, o impacto sobre guerra fiscal e sobre a questão dos Estados exportadores, a compensação dos Estados exportadores sobre essas duas alíquotas de 12% e 7% do ICMS.

Essa questão da compensação que foi explicitada especificamente, que o senhor abordou, para o Mato Grosso do Sul e o Amazonas, a Zona Franca, eu queria saber, para o Rio Grande do Sul, qual é a situação.

O senhor não tratou aqui, Ministro, da questão da renegociação da dívida dos Estados, que é bastante

delicada, está em discussão à luz de outros debates federativos que estamos realizando aqui.

A Lei nº 9.496, de 97, criou os critérios já conhecidos. Eu queria saber se o Governo Federal, o Ministério da Fazenda tem alguma proposta de renegociação da dívida da União com os Estados que foi contratada naquela época? O IGP-DI poderia ser substituído pelo IPCA, como está sendo falado? O que o senhor acha da proposta que contempla a referida substituição, no caso do indexador, somada à redução de uma taxa de juros para 4% ao ano e a limitação a 11% da receita estadual comprometida com o pagamento dos encargos?

Eu queria também saber do senhor, Ministro Guido Mantega, o seguinte: nós estamos falando apenas dos Estados, que é a questão da legislação do ICMS. No meio do caminho, houve iniciativa do Governo, benéfica, é claro, para a questão da crise, no sentido de reduzir o IPI para alguns setores, como o setor automotivo e o setor da linha branca, que foi adotada em 2008 e funcionou muito bem. E agora, novamente, o Governo recorreu a isso.

O problema é que o IPI faz parte da composição do FPM, que é o Fundo de Participação dos Municípios. No meio do caminho, os prefeitos, a maioria deles de Municípios pequenos, que dependem do FPM como única fonte de receita...

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, são centenas. Oitenta por cento dos prefeitos municipais não vão conseguir cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, tantas vezes referida por V. Ex^a hoje, por conta exatamente dessa quebra da receita ou dessa redução violenta. Uma cidade como Santa Rosa, lá no noroeste, que é governada por um ex-Deputado do seu Partido, o PT, Orlando Desconsi, tinha um milhão de receita mensal, que caiu para R\$600 mil do FPM. Então, como é que ele vai fechar as contas, considerando que estamos numa fase de transição? E o prefeito que não conseguir cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal será incurso na Lei da Ficha Limpa e se tornará inelegível por oito anos.

É uma situação muito complicada. Gostaria de saber se o Governo pretende compensar o que retirou do IPI usando o dinheiro que era das prefeituras municipais. Como Senadora municipalista, fico muito preocupada com essa situação neste momento de fechamento de contas das municipalidades.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, sempre muito competente, pela objetividade.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Queria cumprimentar o Ministro Mantega e o Governador Puccinelli.

Ministro, eu quero transmitir ao senhor a minha compreensão de que talvez de mais importante um Ministro da Fazenda pudesse fazer hoje no Brasil seria contribuir de forma decisiva para melhorar esse ambiente na área da tributação. Por isso quero estimular V. Ex^a a levar adiante essa proposta e a posição de se pretender racionalizar mais o ambiente na área do ICMS, porque não há melhoria do ambiente tributário no Brasil sem que se ataquem as imensas disfunções que hoje são produzidas pelo ICMS, esse imposto que vai completar 50 anos e que responde por 7% do PIB. Portanto não há como imaginar que se possa melhorar o ambiente da tributação sem corrigir as imensas distorções que hoje são identificadas na área do ICMS. E não apenas pela heterogeneidade das legislações, não apenas pela guerra fiscal ou pela insegurança jurídica daí decorrente, mas também porque esse imposto foi desnaturado ao longo do tempo. Era um imposto de valor adicionado clássico, foi perdendo essas características e hoje ninguém sabe verdadeiramente o que é o ICM.

Veja V. Ex^a que, por exemplo, o ICMS ainda é um imposto cumulativo no Brasil. Por que ele é cumulativo? Porque, por exemplo, ele não reconhece o regime de crédito financeiro. Há muitas coisas que as empresas adquirem, pagam imposto, e não se credita. Lá fora, no IVA, tudo o que a empresa utiliza na sua operação leva-se em conta, quando se faz o cálculo do valor adicionado no sistema de crédito e débito. No Brasil, só se reconhece o chamado crédito físico, ou seja, só aquilo que é diretamente incorporado ao produto gera crédito.

Então, eu queria dizer que, nessa mudança do ICMS que está se buscando e que passa, necessariamente, por essa convergência para a alíquota interestadual uniforme, eu acho que há algumas outras medidas que poderiam ser buscadas, de forma a melhorar esse ambiente.

E eu queria lembrar a V. Ex^a a necessidade de marcharmos para esse regime de crédito financeiro, que vai retirar essa característica, ainda cumulativa, que está presente no ICMS.

Quero também lembrar a V. Ex^a que, numa agenda tributária pró-investimento, há algo que precisa ser cuidado. É que os Estados só devolvem os créditos tributários decorrentes da aquisição de bens de capital em 48 meses. Enquanto a União foi evoluindo gradualmente para praticamente hoje creditar, de forma automática, os bens de capital, os impostos pagos na aquisição de máquinas, os Estados só o fazem em 48 meses.

Então eu pergunto: numa agenda pró-investimento e considerando que há tantos fundos de compensação que estão sendo concebidos na transição desse modelo, por que não criar um mecanismo em que o crédito do ICMS possa ser dado no investimento de forma automática? Porque isso onera o investimento. Não é só algo que decorre do fato de que se difere o crédito, mas o custo financeiro que está associado a isso. Então, Ministro, eu acho que isso é algo que se impõe.

Queria também, aproveitando, homenageando a presença do Governador Puccinelli, lembrar que, nesse ambiente caótico do ICMS, há outra questão, que é a utilização indiscriminada, abusiva do mecanismo da substituição tributária, o que tem afetado, Ministro, de forma direta, o preço dos produtos, porque fixam margens de comercialização arbitrárias, onerando o preço dos produtos e, mais do que isso, afetando o capital de giro das empresas. E, como lembrou o Senador Pimentel, no caso das micro e pequenas empresas, anulando os benefícios que, teoricamente, essas empresas conquistaram com o regime do Simples, com o regime simplificado da tributação. A União não pode deixar de oferecer uma proposta que discipline essa questão do mecanismo da substituição tributária, que passou a ser algo abusivo no Brasil. Então, eu queria colocar também essa questão da substituição tributária.

E, finalmente, Ministro, a questão da tributação sobre alguns insumos fundamentais que estão aí contribuindo para elevar o chamado custo Brasil. Permita-me dizer: o Brasil cresce pouco porque é caro, hoje, produzir no Brasil. Quem conhece a realidade da indústria – e V. Ex^a conhece bem – sabe que a indústria está, hoje, vivendo um momento extraordinariamente difícil, exposta à competição internacional e tendo aumento de custos nos últimos 10 anos.

Agora há pouco eu vi um dado, Ministro, sobre o descompasso entre os ganhos de produtividade e o aumento do custo unitário do trabalho, no Brasil, nos últimos 10 anos. De 2000 a 2011, enquanto o ganho de produtividade, nesse período, foi apenas de 3,7%, meu caro Senador Flexa Ribeiro, o custo unitário...

O SR. GUIDO MANTEGA – Qual período?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – De 2000 a 2011. Se quiser tomar um período menor, de 2006 a 2011, a produtividade na indústria cresceu apenas 0,9%, e o custo unitário do trabalho cresceu 51%, e, em dólar, 52%. Então, veja, nós temos um descompasso perigoso entre produtividade e aumento do salário real na indústria, e temos essa outra face perversa, que é a fortíssima tributação dos insumos, que foi a forma que os Estados encontraram de compensar as perdas com a guerra fiscal – buscar a produtividade fiscal de forma perversa, compromete-

tendo a competitividade da economia, tributando a energia, tributando os combustíveis, tributando as telecomunicações, num nível estratosférico. Quer dizer, há alíquotas nominais que chegam a 30%, no caso do ICMS sobre esses bens.

Então, Ministro, eu queria dizer a V. Ex^a que tenho hoje o sentimento de que, do mesmo modo que a conquista da estabilidade foi algo fundamental para que o Brasil pudesse cumprir um ciclo de desenvolvimento, durante um período importante, eu quero dizer a V. Ex^a que tenho hoje a compreensão de que se não melhorarmos o ambiente da tributação no Brasil e se não reduzirmos os custos, hoje, que subtraem a competitividade do País, nós não vamos voltar a crescer de forma sustentável, a taxas minimamente próximas das dos países com os quais, hoje, o Brasil concorre no cenário internacional.

Quero, ao final, para não me estender mais, dizer que louvo o esforço da Presidente Dilma, quando foca algumas questões importantes, como a desoneração da folha, como a redução do custo da energia, mas creio, Ministro, que a velocidade desse processo nos impõe a compreensão de que, inclusive para o Congresso Nacional, há um tempo econômico que não pode esperar um tempo político. O mundo está submetido a um acirramento da competição em escala global, e nós estamos demorando a promover reformas que são absolutamente necessárias ao País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Com a palavra, agora, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. O Sr. não chamou a atenção do Senador Armando, Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois, Senador Suplicy, Senador Flexa, Senador Lindbergh Farias e Senador Cássio Cunha Lima, também, que solicitou agora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, quero dizer que vou me esforçar muito para usar o tempo, assim como os demais colegas que me antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Ex^a é sempre muito objetiva.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Só quero fazer um reparo: quando o senhor falar dos Estados que perdem, não fale Mato Grosso do Sul e Amazonas, fale Amazonas e Mato Grosso do Sul, porque mesmo as perdas do Mato Grosso do Sul sendo grandes, as perdas do Estado do Amazo-

nas são inadmissíveis, ao ponto de inviabilizarem uma unidade da Federação.

Aliás, Ministro Mantega, eu quero cumprimentar o senhor pela proposta, é claro, uma sugestão que traz ao Senado, de projeto de resolução, porque é a primeira vez que eu vejo, numa proposta que trata de assunto tributário, a Zona Franca ser tratada de forma diferenciada, porque o que acontece, normalmente, aqui, é que a proposta vem para todos igual, e a bancada que se mobilize, o Estado que se movimenta para mudar a proposta. Então, quando o Sr. apresenta um projeto de resolução que reconhece a forma diferenciada como deve ser tratada a Zona Franca de Manaus, de nossa parte, o Sr. merece os cumprimentos e muito mais do que isso, Ministro.

O senhor sabe do que nós estamos falando, de uma unidade da Federação que é exceção no sistema tributário brasileiro. São 27 unidades, apenas uma tem o seu desenvolvimento econômico baseado na política de incentivos fiscais, e essa unidade é o Estado do Amazonas. Então, se propuserem algo que modifique as alíquotas interestaduais de ICMS sem levar isso em consideração, significaria inviabilizar, por completo, o Estado do Amazonas. Tanto que, quando o Mato Grosso do Sul fala em 30% de perdas, nós chegamos a 81%, Senador Dalcídio, Srs. Senadores, aproximadamente, de acordo com os estudos do Estado e do próprio Conselho de Administração Fazendária, Senador Inácio Arruda. Então, não há dúvida de que, entre as duas sugestões de anteprojeto, é óbvio que nós temos de levar em consideração aquela que trata, no §2º, do art. 1º, diferenciadamente não só a Zona Franca de Manaus como as operações interestaduais com gás natural.

Agora, Ministro, eu queria perguntar ao senhor: por que 16 anos? Porque, pela proposta apresentada também, o fundo de compensação teria uma vida útil de 16 anos. E não sei se o fundo de desenvolvimento regional também teria uma vida útil – as transferências – de 16 anos. Por que esse período? E se o senhor considera que o próprio fundo de compensação...

Não sei se eu entendi mal a tabela que o senhor mostrou, mas grande parte dos recursos do fundo de desenvolvimento regional são recursos de financiamento e não do OGU – Orçamento Geral da União. Não são recursos de fundos perdidos, e sim de financiamento.

O senhor considera que essa proposta é suficiente para manter uma forte política de desenvolvimento regional? Porque é óbvio, Ministro Mantega, todos nós temos a mesma opinião que tem V. Ex^a, enfim, de que a guerra fiscal traz prejuízos enormes ao País, não só aos Estados, mas ao País como um todo. Entretanto, tem sido essa a prática e a melhor política de desenvol-

vimento regional para o Nordeste, para o Centro-Oeste e para o Norte. Tem sido a mais eficiente, porque, da parte do Governo Federal, as políticas que a gente tem de desenvolvimento regional... É óbvio que, de uns 10, 12 anos para cá, muito tem mudado no País, com a recriação da Sudene, com a recriação da Sudam, com a decisão política importante de descentralizar investimentos, construção de refinarias, de projetos industriais importantes, não mais na região centro-sul do País, mas em outras regiões menos desenvolvidas. Essa guerra fiscal tem sido um instrumento importante de política de desenvolvimento regional. O senhor considera que essa proposta apresentada inicialmente deste fundo de desenvolvimento regional será capaz de repor aquilo que provoca os Estados quando conseguem atrair investimentos através dos incentivos, mesmo que ilegais, mas através dos incentivos que concedem?

Por fim, quero cumprimentar o senhor e dizer que nós estamos satisfeitos com essa proposta de manter 12% e tratar a Zona Franca de Manaus de forma diferenciada. E tenha V. Ex^a a convicção e a certeza: a Zona Franca de Manaus não é importante para o Amazonas, não é importante para o Norte; ela é importante para o Brasil e para o mundo. Se hoje nós conseguimos o grau de preservação e de conservação ambiental, em grande parte, isso se deve, Ministro Guido, à existência da Zona Franca de Manaus. Eu costumo dizer que os governos do Amazonas não foram mais competentes do que os governos do Pará, do que os governos de Rondônia ou do Acre, não. É que nenhum deles tem o que tem o Amazonas: uma alternativa ao desenvolvimento, que não seja a pressão sobre a floresta. Então, isso tem sido muito importante e tem feito com que o nosso Estado tenha um nível de preservação de aproximadamente 98% das florestas. E o senhor sabe que isso, mensurado economicamente, é um ganho fantástico, fenomenal para o Brasil como um todo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu passo a palavra agora ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Senador Lobão Filho, prezado Ministro Guido Mantega, quero primeiro justificar que, normalmente, eu estaria ontem na cerimônia em que a *IstoÉ* o considerou um dos brasileiros que mais se destacou no ano, mas aconteceu que, concomitantemente, uma neta minha de 10 anos fazia uma apresentação de balé na escola e eu acho que o avô tem, às vezes, que estar lá presente.

Mas eu quero cumprimentá-lo, porque V. Ex^a é um cidadão brasileiro que, por seus méritos extraordinários de estudo e de pesquisa, se tornou o Ministro da Fazenda que tem a responsabilidade de promover o desenvolvimento mais equilibrado da Nação brasileira.

E eu quero cumprimentá-lo porque, exatamente neste período em que V. Ex^a esteve à frente do Ministério da Fazenda, no período de 2006 a 2011, o instituto global de Boston, ao examinar o índice de desenvolvimento sustentável, que colocou diversas propostas, inclusive o desenvolvimento equilibrado, a maior equidade entre todos e os progressos nos mais diversos níveis, elencou o Brasil como sendo aquele que maior taxa de desenvolvimento do ponto de vista do bem-estar da população obteve neste período. A taxa média de crescimento da ordem de 5,1%, nesse período ao ano, foi que equivalente a 13,5%. Então, V. Ex^a teve um mérito extraordinário neste sentido.

Então, eu gostaria de perguntar que recomendação dá, especialmente aos Senadores de São Paulo, Senador Antonio Carlos, Aloysio Nunes Ferreira e a mim próprio, no sentido de, ao examinar essas proposições relativas ao ICMS, as zonas de processamento, ao Fundo de Participação dos Estados, assegurar que o desenvolvimento de São Paulo possa se dar em efetiva harmonia com os demais Estados da Federação.

Eu gostaria também de lhe perguntar a respeito das proposições hoje formuladas, anunciadas por V. Ex^a e pela Presidenta Dilma sobre a indústria da construção. Um dos pontos anunciados aqui e reiterados foi o relativo à desoneração da folha, que era da ordem de 6%, salvo engano, e passa a diminuir e a incidir sobre o faturamento. No discurso, a Presidenta mencionou que isso não incidirá em qualquer prejuízo para o direito dos trabalhadores. Me parece que esta é uma mudança com o sentido positivo do ponto de vista da competitividade dos diversos setores da economia, no caso, para a construção. Minha pergunta é se, por acaso, isso vai também ser considerado para outros setores, como o setor industrial e assim por diante; se isso está sendo considerado; e que caminhos poderemos ter.

São estas as indagações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, Ministro Guido Mantega – que alegria tê-lo de volta a CAE! – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras:

Aqui o Senador Armando Monteiro falou que era necessário melhorar a questão tributária brasileira. Isso é um discurso recorrente de todos, não só dos Parlamentares, mas de todos os cidadãos brasileiros. A juízo nosso – e já falamos isso várias vezes também –, o que está sendo feito de forma fatiada cria essa dificuldades todas no encaminhamento desses projetos, tanto com relação à alíquota do ICMS quanto à questão da energia, dos fundos de participação. Essas ações todas que repercutem diretamente nos orçamentos tantos dos Estados quanto dos Municípios poderiam e deveriam, no entendimento nosso, ter a liderança do Governo Federal para que fosse feita, de uma vez por todas, a revisão do pacto federativo. E o momento seria propício, porque estamos fazendo de forma fatiada e isso traz essa dificuldade enorme, porque, como estamos vendo aqui, a Senadora Vanessa diz que a proposta de mudança da alíquota do ICMS traz 81% de redução de arrecadação no orçamento do Amazonas.

Nós todos somos solidários com o Amazonas, como somos solidários com Mato Grosso do Sul. Mas quando olhamos para os Estados que cada um dos senhores Senadores aqui representa, o meu Estado, o Pará, é penalizado permanentemente pela União.

E é lamentável dizer que não há credibilidade quando se diz: Vamos criar um fundo para ter compensação das perdas que virão. Nós temos que lembrar a Lei Kandir, lá de 96, que a cada ano... Inicialmente compensava, mas nunca chegou a compensar, e é justo que se diga isso, nem nos governos do PSDB, 100%; mas compensava 70%, 80%. Hoje compensa 10%.

E, pior ainda, a peça orçamentária, quando encaminhada ao Congresso, vem com rubrica zero. É aqui no Congresso que os Parlamentares têm que colocar e parece que não há correção. São 3,9 bilhões todos os anos, há vários anos.

Então, a primeira pergunta que faço a V. Ex^a, Ministro, é se não é possível que se faça a revisão do pacto federativo de tal forma que Estados e Municípios sejam efetivamente respeitados pela União e que o Brasil seja efetivamente uma Federação.

V. Ex^a, numa das vezes que esteve aqui, no dia 22 de maio, e em todas as outras vezes, tem dado esperança a todos nós, brasileiros, de um crescimento, dito por V. Ex^a, de 4%. Lamentavelmente, nós vamos ter um crescimento, neste ano de 2012, inferior, acho que em torno de 1,2%, 1,3%. V. Ex^a define, novamente, para 2013, algo em torno de 4%. Eu fico preocupado. Gostaria até que fosse mais.

Acabei de chegar de um encontro do Parlatino, que ocorreu sexta e sábado no Panamá, e a preocupação de todos os países da América do Sul, da América Latina, da América Central é exatamente o fraco

crescimento do Brasil. Não em relação ao Brasil em si, mas pelo que o Brasil representa como país que puxaria a economia desse bloco. E o Brasil vai crescer menos do que quase todos os países da América Latina e da América Central. Talvez não cresça menos do que o Paraguai, que vai ter um crescimento negativo. Mas, pelo menos de todos os que lá se posicionaram, o Brasil está bem abaixo.

Eu tenho aqui vários artigos do dia 30 de novembro. O do *New York Times*: Brasil registra crescimento anêmico. E diz mais, no texto: O Brasil está no caminho certo para lançar seu mais fraco período de dois anos de crescimento desde o início de 1990, antes de um programa de estabilização que reestruturou radicalmente a economia. Não é a Oposição que está dizendo isso, quem está dizendo isso aqui é o *New York Times*. Segundo diz o artigo, desde 90 o Brasil lança o mais fraco período de dois anos de crescimento. Desde 90!

O *Financial Times* de ontem. Dor de crescimento perdido sacode Brasil de sonho. Ministro, é lamentável ver que o que é colocado aqui para os brasileiros, o que se vê no resto do mundo em relação ao Brasil é diferente. Não há, lamentavelmente, essa confiança. E o *Valor* de ontem diz: Crise de confiança pode explicar o fraco investimento.

V. Ex^a, na sua exposição, fez referência ao investimento com relação até 2011. Em 2012, em que temos uma queda do investimento, eu gostaria que V. Ex^a pudesse dizer algo sobre qual é, em sua visão, o crescimento do investimento em relação a 2012. Esse artigo, o editorial do jornal *O Valor*, de ontem:

Essa desconfiança teria surgido a partir da percepção de alguns de que o Governo abandonou o tripé da política econômica – dado pelo câmbio flutuante, o regime de meta de inflação e a política fiscal – e adotou uma postura mais intervencionista e voluntarista na economia.

Isso é claro para todos aqueles que entendem um pouco de economia.

Por último, Ministro, em defesa do que colocou, não só, o Senador Luiz Henrique no projeto que entregou a V. Ex^a. Na última vez que V. Ex^a esteve aqui, eu tive oportunidade também de perguntar a V. Ex^a por que a União não faz a revisão, não adota uma repactuação das dívidas dos Estados e Municípios. V. Ex^a, àquela altura, respondeu a mim que não poderia fazê-lo em função da Lei de Responsabilidade Fiscal – e aí todos nós somos solidários em não afetar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas o que o Senador Luiz Henrique propõe no seu projeto não afeta a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se houvesse vontade política do Governo – e aí a

outra pergunta que faço a V. Ex^a – não precisaria nem haver um projeto de lei para isso, bastaria. Vários Estados brasileiros estão tomando recursos lá fora, tomando empréstimos externos para quitarem a dívida com o Tesouro, para reduzirem o peso do pagamento mensal da dívida, tal o absurdo que é o custo desse empréstimo. Por que a União não faz, então, nesse pensamento que é, talvez, unanimidade, que a União faça o retorno para aplicar em investimento? Ninguém quer que deixem os governos, tanto Estados e Municípios, liberados para usar essa sobra de recursos na diminuição da parcela mensal do abatimento da dívida para os governantes, mas que o façam diretamente em investimentos de infraestrutura, que é o gargalo para que a economia volte a crescer no nosso País. Por que a União não faz uma transferência voluntária? Um acordo, entre os Estados e Municípios, de redução. Ele propõe 20%, eu acho que pode ser mais, 30%, 35% desse valor, e faria uma transferência voluntária para obras de infraestrutura nos Estados e Municípios, o que não afetaria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Precisaria, sim, ter vontade política para que houvesse essa redução. Ou então, outra sugestão, eu mesmo já acho que o Estado do Pará, meu Estado, cuja dívida não é tão grande, em relação aos outros Estados, essa dívida com a União, possa ter um financiamento, oferecer, como a União oferece, empréstimo do BNDES, que tomem empréstimo também para quitar, ou no exterior, ou aqui junto ao BNDES.

Por último, eu gostaria de ter uma opinião de V. Ex^a com relação ao estado da dívida, do endividamento, melhor dizendo, dos Estados, da União e da sociedade brasileira. Como é que V. Ex^a vê essas dificuldades, que são claras para todos nós?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ministro Guido Mantega, primeiro trazer minha posição de apoio a esse Projeto de Resolução sobre o ICMS. Acho que o Presidente Delcídio do Amaral, com a habilidade dele, vai sentir essa Comissão, mas acho que há clima para votar ainda esse ano.

Vou tentar falar muito sinteticamente. Ministro, eu acho que talvez a contração fiscal no ano 2011 – eu vou na linha oposta à do Senador Agripino –, acho que talvez a contração fiscal, o aperto fiscal tenha sido muito forte, muito forte. Não sei se há como medir. Eu dizia ao Senador Armando Monteiro que talvez não tenha como medir.

Essas desonerações tributárias que foram feitas para alguns setores da indústria. Disso o que, de fato,

virou investimento? O que virou aumento de margem de lucro?

Uma coisa eu sei dizer: investimento público é injeção na veia na economia num momento como este. Acho, sinceramente, que da mesma forma que a Presidenta acertou ao chamar os empresários para o grande esforço de crescimento econômico, de aumento dos investimentos, tem condições de fazer isso com os governos e com as prefeituras; chamar os governadores para um esforço como esse. A gente tem vivido aqui, nesta Casa, tempos difíceis de desgaste federativo. Não há coisa pior, Ministro, porque todos nós somos brasileiros, olhamos este país como um todo, do que ficar cada um puxando para o seu lado, para o seu Estado, num debate que, se não puser razão no meio, fica mesquinho.

Acho, sinceramente, que a partir do veto da Presidenta Dilma na questão dos *royalties*...

Sei que é um tema polêmico, mas quero dizer, Senador Delcídio, que foi um veto equilibrado; se, por um lado, preserva o que já estava contratado, eu quero dizer que nos Municípios produtores, por exemplo, o percentual cai de 26,25% para 4% em concessão; cai de 26,25% para 5% de partilha. Foi uma decisão equilibrada, mas acho que o Ministério da Fazenda agora tem instrumentos, depois dessa decisão do veto da Presidenta, de chamar os governadores para uma discussão. Eu acho que onde a gente, principalmente, poderia achar uma saída para essa crise federativa seria na questão da dívida dos Estados.

Eu me associo aqui à fala do Senador Luiz Henrique. Ele tem um projeto, segundo o qual cai o comprometimento da receita corrente líquida de 13% a 10%, vinculando isso a investimentos. Eu tenho um que propõe a redução de 2%. O Confaz está defendendo que seja reduzido a 9%. A dívida de Rio, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul corresponde a 80% de toda a dívida. Vejam bem, os outros 20 Estados estão com 20%.

Ministro, acho que num momento como este há condições, depois de um ano e tanto de confusão, se existir abertura por parte do Governo em relação a essa questão da dívida, vinculando-a novos investimentos, de haver uma pacificação nesse momento.

Acho que nesse momento a União precisa atuar nesse sentido.

Em relação à dívida dos Estados – eu não vou repetir –, todo mundo sabe que é uma dívida impagável. A dívida do Estado de Alagoas, por exemplo, em 2000 era de R\$2,7 bilhões e foi para R\$ 6,8 bilhões; a do Paraná, de R\$7,4 bilhões pulou para 13 bilhões; a do Rio de Janeiro, de R\$23 bilhões passou para R\$55 bilhões; a de São Paulo, de R\$62 bilhões pulou para 160 bilhões.

São dívidas impagáveis.

Sei que em relação aos indexadores, há uma discussão. Eu queria deixar aqui a minha opinião expressa num projeto de minha autoria que está nesta Comissão. Na verdade, o que a gente faz é dar a sugestão TJLP, que tem relação com investimentos de médio e de longo prazo. É dessa forma que o Governo empresta ao BNDES. Acho que é melhor do que a Selic, porque a Selic é um instrumento de política monetária. O Governo Federal tem feito um esforço grande e correto para desatrelar a sua dívida pública da Selic. Indexar com o IPC é indexar com a inflação, ligar ao IPC é indexar com a inflação.

Eu dou essa sugestão exposta num projeto de lei que tramita na CAE. Falo de TJLP.

Era essa, em síntese, Ministro, a minha fala. Acho que está fácil arrumarmos uma saída que beneficie os outros Estados.

Volto a dizer: na questão dos *royalties*, no futuro, daqui para frente, em 2020, por exemplo, Senador Delcídio, os Estados não produtores e os Municípios produtores vão ter uma grande arrecadação de *royalties*. O problema é nesse momento, quando há desaquecimento da economia, e as desonerações tributárias – 58% de IPI – impactam Estados e Municípios.

Acho que esse é o momento bom para uma concertação dirigida pelo Ministério da Fazenda a partir das dívidas públicas, para a agente pôr, de uma vez por todas, um fim a essa agonia federativa, a essa crise, a esse debate que a gente teve aqui. Eu tenho medo, se o Governo não entrar de forma ativa, de que isso aqui fique muito descontrolado. Aí vão derrubar o veto. Depois, se derrubarem o veto, Senadora Ana Amélia, no caso dos *royalties*, eu tenho argumentado... Eu tenho certeza, Senador Delcídio, que se derrubarem o veto, judicializar, vão perder a parte que ganharam no futuro, porque a Presidenta Dilma preservou. A Presidenta Dilma preservou tudo o que foi aprovado no Congresso Nacional em relação ao futuro, porque a base toda do veto é aquele art. 20, §1º. E o que a gente quer aqui é uma saída que contemple todos os Estados, não só o meu Estado, que é o Estado do Rio de Janeiro, mas contemple todos os Estados. Eu acho que é um caminho, não vou dizer fácil, mas um caminho possível para o senhor construir a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E agora, concluindo esse assunto, Senador Lindbergh, eu me lembro de uma pergunta que fizeram para o Roberto Carlos: se ele era Arena ou MDB. E ele falou assim: “Eu sou Vasco.” Não é fácil esse assunto. É complicado.

Meu caro Senador Cunha Lima, o último.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Ministro Mantega, prazer em reencontrá-lo.

Eu terminei solicitando a inscrição e tentarei ser o mais objetivo possível.

Vou pedir vênica a todos os meus Pares para deslocar um pouco o eixo da discussão sem que antes eu manifeste o meu ceticismo em relação a tudo isso que está sendo discutido, porque o Brasil tem uma deformação na sua estrutura federativa. Somos federação apenas na intenção vaga da nossa Constituição. Na prática, somos cada vez mais um País unitário. Nada mais unitário do que um Sistema Único de Saúde, nada mais unitário do que um Sistema Único de Assistência Social, nada mais unitário do que um Sistema Único de Segurança Pública. E o *layout* do País, a meu ver, está errado, não vou fazer nenhum tipo de descrição ou digressão mais detalhada sobre isso, daí porque eu tenha um ceticismo de origem em relação a tudo o que se discute. Cada um tenta salvar a sua parte. Quando se faz propostas de mudanças, de forma absolutamente legítima, os que representam a Amazônia e, sobretudo, o Estado do Amazonas, dizem: “Olha, não mexendo na Zona Franca, o resto pode fazer.” E quando vai para as outras regiões... Enfim, fica essa disputa que não nos levará a lugar nenhum. E o Brasil vai perder, sim – como bem disse o Senador Armando Monteiro –, toda a capacidade competitiva, e os sinais disso já estão postos.

Não é apenas a vontade do Governo que faz o produto interno bruto crescer. Por mais desejo que a Presidenta da República tenha, e tenho certeza de que é o desejo não apenas de Sua Excelência, a Presidenta Dilma, como é o desejo também de V. Ex^a, que aqui nesta mesma sala, no início do ano, chegou a anunciar números muito mais alvissareiros do que os que se confirmam... É claro que está fora do controle, da vontade própria do Governo, porque, enfim, o modelo do Brasil está errado, e não será com remendos, como os que estão sendo propostos, que esse modelo vai ser corrigido.

Eu louvo a iniciativa de V. Ex^a, louvo a tentativa do Senado de cumprir esse papel federativo, mas, infelizmente, não creio que mudanças profundas acontecerão de forma picotada, como vem acontecendo. A tentativa de manter o consumo minimamente aquecido, com isenções que atingem as receitas dos Estados e dos Municípios, parece-me uma solução esgotada. E o remédio para as perdas me parece ainda mais grave, porque fui governador de um Estado – e V. Ex^a deve disso se recordar – que desenvolveu um esforço fiscal brutal. No período em que eu estava governando o Estado da Paraíba recebia todos os anos missões do

Tesouro Nacional que nos impunham metas rigorosas, que nos restringiam investimentos e que chegavam a comprometer nada mais nada menos, Ministro, do que 15% das receitas – 14,8% para ser mais cirúrgico no número – da Paraíba. E, de repente, por uma mudança de estratégia do Governo, flexibiliza-se a capacidade de endividamento dos Estados numa equação que, na minha matemática modesta e absurdamente limitada, não há como fechar.

Por um lado, o Governo ataca as receitas dos Estados e dos Municípios com as isenções de IPI e imposto de renda. Muito bem. Para responder a uma demanda política dos Governos, abrem-se novas linhas de crédito para compensar essas perdas, ou seja, você retira o que é próprio dos Estados e Municípios, entes federados, e aumenta o endividamento, numa flexibilização que contraria todo o movimento que o Brasil fez na busca do seu ajuste fiscal. Essa conta, no futuro, não fecha. Eu não preciso ser economista, não preciso ser doutor em economia para poder compreender que nessa matemática básica é alguém que tem um salário de R\$1.000 e o patrão diz: “Olha, estou aqui passando um aperto, não posso lhe pagar mais 1.000, vou lhe pagar só 800. Mas, como sei que você precisa de 1.000 para sobreviver, toma aqui emprestado 200”. E vai pagar juros sobre isso. É óbvio que isso não tem como dar certo.

Vou deixar essa questão também de lado. Estou pincelando, mas estou me prolongando. Vou para o centro.

Como V. Ex^a é a primeira autoridade do Governo Federal, do Poder Executivo, com quem me depa-ro mais recentemente, vou pedir sua compreensão, sua tolerância e seu espírito público – conheço seu espírito público, sei o grande brasileiro que o senhor é e a preocupação que tem com este País – para que leve à Presidenta da República o apelo do Nordeste. O Governo talvez não esteja compreendendo o que acontece na economia real do Nordeste, no nosso semiárido, sobretudo.

Vejo com muita preocupação declaração que foi feita pela Ministra Miriam Belchior, ao dizer, por exemplo, que “não, no Nordeste o problema não é tão grave, porque não está havendo saques”. É inegável que toda a rede de proteção social, que começou ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique e foi ampliada, consolidada e expandida de forma elogiável pelo Presidente Lula, muda a configuração desse sofrimento. Para traduzir, Ministro, numa linguagem muito mais simples, hoje a seca é muito mais dos animais do que dos homens. Os homens estão mais protegidos sim. Claro que sofrem, há desabastecimento de água. Mas o nosso rebanho, Ministro, está desapare-

cendo, porque simplesmente não se consegue um ato burocrático de um decreto de emergência firmado pela Presidenta Dilma para que viabilize, por exemplo, que a Conab, dispensada dos processos licitatórios, faça chegar milho na urgência que a situação requer. Em alguns Estados, o rebanho já está reduzido a quase 50%. No Estado do Piauí, que é o maior produtor de mel do Brasil, as abelhas estão morrendo. Já temos notícias também no Piauí, informações do Senador Wellington Dias, que mais de 100 mil hectares de caju já desapareceram. Os cajueiros morreram.

Então, você tem uma população que não está saqueando – é verdade, não há saque. Há uma rede de proteção social, com os programas de renda mínima – e aqui é dispensável fazer elogios ou críticas a esse ou aquele aspecto do programa –, mas o fato é que a microeconomia rural do Nordeste brasileiro – Sr. Ministro, peço sua atenção – está desaparecendo. É isso que me inquieta. Quando se trata de um assunto dessa envergadura, há sempre uma razão para dispersar. Mas fica aqui a minha, talvez, vã esperança de que o Governo Federal olhe para a microeconomia do Nordeste, que está sendo duramente atacada, está desaparecendo.

Talvez um dia nós possamos ser lembrados como uma parte deste Brasil efetivo, porque, tenho certeza, parece rancoroso de minha parte, mas, se fosse uma grande cheia em algum dos Estados mais populosos do Brasil, providências já teriam sido tomadas. A economia nordestina, sobretudo a economia rural, está desaparecendo sob os olhos – perdoe-me a força de expressão, com a máxima vênica – omissos do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cássio Cunha Lima.

Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Ministro Guido Mantega, eu queria... V. Ex^a me desculpe, mas vou ser breve, no máximo um minuto.

Cerca de um milhão de empresas são optantes pelo lucro presumido. Em 2011, o Governo elevou a faixa do Simples em 50%. Para comparação, em 2010, o BNDES elevou de 60 para 90 a faixa para financiamento de suas empresas. A inflação entre 2003 e 2011 chegou a 60%.

Eu queria fazer um apelo a V. Ex^a para que aceitasse emenda hoje que o Congresso discute corrigindo a base do lucro presumido. Eu acho que isso seria extremamente importante para as pequenas e médias empresas e não implicaria em nenhuma perda de receita para o Tesouro.

É um apelo que eu faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Finalmente, agora, com a palavra o Ministro Guido Mantega.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu queria fazer apenas uma sugestão de que as respostas do Sr. Ministro dessem prioridade aos Senadores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Presentes. É justo.

Então, Ministro Guido Mantega, vou chamar V. Ex^a de Senador de novo.

Isso é alguma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senado ganhará muito com isto, com a presença de V. Ex^a aqui na nossa Casa.

Então, o Senador Guido Mantega, com a palavra.

O SR. GUIDO MANTEGA – Seguindo a sugestão da Senadora Ana Amélia, então eu vou pular aqui a parte do Governador Puccinelli, apenas dizendo que nós levamos em consideração as diferenças regionais, as necessidades específicas. Tanto é verdade que há duas propostas encaminhadas aí: uma delas que não mexe com a Zona Franca, não mexe com o Amazonas; e a outra que considera o gás na origem, em Mato Grosso do Sul, destino. A meu ver, equacionaria os dois problemas com muita vantagem.

E o Governador faz menção também à questão das dívidas dos Estados e à questão da redução da alíquota a ser paga, mas farei referência mais adiante, porque vários Senadores mencionaram.

O impacto, sobre os Estados, eu não trouxe aqui um detalhamento, apenas trouxe uma somatória do impacto, para compará-lo com o Fundo de Desenvolvimento. Então, o que eu posso lhe mencionar... depois, na próxima semana, haverá uma audiência que será mais técnica e trará esmiuçados todos os Estados, detalhados. Aqui, então, eu quero lhe dizer: eu não tenho pelo Estado do Rio Grande do Sul, mas tenho assim: se caiu 1% a alíquota, que é 12 e 7, a perda conjunta, a perda efetiva e mais o subsídio que está sendo dado, seriam R\$2 bilhões no primeiro ano, caindo 1%, R\$2 bilhões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Perdão. Então a perda, combinando a perda de arrecadação efetiva mais o subsídio que se dá, R\$2 bilhões no primeiro ano, com 1% caindo, caindo 1%, e por isso que fizemos duas coisas: uma compensação que compensará a parte que lhe era arrecadada e não é mais. Então, há lá exata-

mente aquilo que era arrecadado, será compensado na íntegra. E aqui está se dando mais do que a soma das duas coisas no Fundo de Desenvolvimento Regional. No primeiro ano, são R\$4 bilhões, contra uma perda de R\$2 bilhões. Quando digo perda, coloco entre parênteses, porque uma parte da perda, na verdade, foi uma renúncia, o Estado não está arrecadando nada. Ele renunciou. No caso do segundo ano, seriam R\$4 bilhões, e o Fundo tem R\$6 bilhões, mais a compensação. Então, o que está se propondo é maior do que a perda e, a nosso ver, é um instrumento suficiente para viabilizar uma ação distinta desta que se faz com a guerra fiscal, porque alguém me perguntou: “a guerra fiscal está chegando ao seu limite, não é possível continuar com ela”. Perguntem aos Governadores que a praticam. Então, se ela foi, se ela teve eficácia num certo tempo, hoje ela vai entrar num choque judiciário, nós vamos ter uma judicialização, quer queiramos ou não, porque já há ações no Judiciário que não fomos nós que interpusemos, foram os que se sentem prejudicados. Portanto, a decisão judicial é clara: há uma ilegalidade, há uma inconstitucionalidade (*ininteligível*). Então, eu diria que eu acredito que está esgotado. Não dá para dar uma sobrevida para esse instrumento.

Renegociação da dívida é um termo que é contrário à Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite renegociação.

Eu gostaria de ver se a proposta do Senador Luiz Henrique não contorna esse problema. Eu já recebi aqui e me comprometo a examinar para dar uma resposta aos senhores, porque resolveria uma parte dos problemas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem uma também que eu vou mandar para o senhor.

O SR. GUIDO MANTEGA – Certo.

A questão do indexador, também estamos procedendo, vamos fazer a mudança do indexador.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Alguma definição?

O SR. GUIDO MANTEGA – A primeira definição era a Selic, porque a Selic, hoje, é a mais conveniente de todos os indexadores e a tendência é que ela seja, porque ela é, certamente, menor, a metade, que os demais indexadores, IGP-DI mais 6 ou mais 9.

Há outras alternativas. Nós estamos trabalhando isso no Ministério e teremos uma posição em breve. No final da semana ou na outra semana teremos uma posição, uma proposta para fazer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – TJLP o senhor descarta ou acha ruim por algum motivo?

O SR. GUIDO MANTEGA – A TJLP não é um indexador de dívida. A Selic é, porque, no fundo, o que

é a Selic? É taxa de captação, é a taxa com a qual a União rolou a dívida, rola a dívida. A tendência...

O que aconteceu quando se fez essa reestruturação das dívidas? Passou a dívida dos Estados para a União. A União continuou pagando e os Estados tem que pagar à União. Então, não é que a União só fica no lucro, recebendo. Não, a União paga também. Uma parte da dívida da União é a antiga dívida dos Estados, que está lá. Então, tem que ter uma equivalência. Hoje, a União rola sua dívida próxima da Selic ou até mais.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Ministro...

O SR. GUIDO MANTEGA – Até mais do que isso.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– Muito rapidamente. Não poderia propor uma trava na hipótese de um crescimento exagerado da Selic? Concorde com o senhor em usar a Selic, é a melhor taxa de referência para a atualidade. Mas como já se está fazendo algo tão complexo, não poderia aproveitar para...? Aplica-se a Selic, mas coloca-se uma trava. Se a Selic passar de determinado patamar, IPCA mais 1 ou alguma coisa que o valha? É a sugestão.

O SR. GUIDO MANTEGA – É possível, sim. É possível. Ainda mais partindo a proposta do Senador que se disse o mais cético em relação à proposta, tem que ser prontamente acolhida a sua proposta...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – A estratégia funcionou então. Que bom!

O SR. GUIDO MANTEGA – Sinto que diminuí o ceticismo do Senador. Eu gostei.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu preciso resgatar o Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ministro, sem querer insistir, mas só...

O SR. GUIDO MANTEGA – Vamos resgatar o Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sem querer insistir, mas minha argumentação não tinha sido muito...

De fato, como a Selic é um instrumento de política monetária, se tiver que aumentar a taxa de juros... E tinha uma vantagem da TJLP que alguns economistas diziam que era a seguinte: era você, num momento de crise econômica, quando você baixa a TJLP, você facilita investimentos privados e facilita também investimentos públicos. Estou só colocando aqui...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Ministro, já que todo mundo falou, em um segundo, eu acho, *data venia*, que o IPCA reflete melhor o comportamento das receitas estaduais. Ou seja, há uma correlação muito mais nítida entre o IPCA e a evolução da receita do que Selic e as receitas. Então, a proposta da Comissão de Notáveis, dessa comissão criada pelo

Senador Sarney, salvo engano, é IPCA mais uma taxa de juro real baixa, não sei se 2% ou 1%.

O SR. GUIDO MANTEGA – Certo. Estamos examinando as alternativas. Senador, estamos examinando essas alternativas. Estamos examinando se IPCA ou Selic, com todas as suas consequências e talvez até uma trava.

Bom, então, a questão do Fundo de Participação, ele é afetado de fato pela mudança nos tributos regulatórios, cujo nome já diz tudo. Há recursos arrecadatórios e regulatórios. Os regulatórios foram feitos para o Estado regular a atividade. Significa estimular, desestimular, etc. Então, eu não posso ficar com a mão amarrada e não mexer no tributo regulatório, levando em consideração que o efeito seguinte será benéfico para todos, porque, quando a gente reduz o IPI – e isso eu tenho cálculos precisos –, num primeiro momento, diminui a arrecadação da União e diminui dos Fundos de Participação. Porém, imediatamente, a medida serve para aumentar as vendas. As vendas estão caindo, cairiam mais caso a gente não tomasse a medida. Aí você toma a medida, as vendas mudam de patamar. Isso significa arrecadação de ICMS a maior, arrecadação de outros tributos a maior.

Isso eu lhe passo. Eu tenho contas precisas mostrando que a arrecadação a maior – PIS, Cofins e ICMS – é maior do que a gente perde caso não tivesse tomado a medida. É claro que nem sempre a distribuição regionalmente...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No regional e no tempo também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – É. Não tem. Mas hoje há uma distribuição melhor, Senador, inclusive da indústria. Eu estava vendo que a indústria está crescendo mais no Centro-Oeste, por exemplo, que nas outras regiões, mais rapidamente está crescendo. Então, não é a mesma coisa do passado.

De qualquer forma, em relação ao FPM, nós temos lá uma garantia: caso a arrecadação do FPM seja menor que a arrecadação nominal do ano anterior, nós compensamos. E não caiu a esse ponto.

Nós fizemos isto em 2009: caiu e nós pagamos. Dessa vez, isso não aconteceu. Mas está colocada a proposta do Governo. Então, o Governo não deixou despreparados os Municípios, porque o que se espera é que, em seguida, a economia reaja e haja uma recuperação no crescimento para todos.

Então, considero que o Senador Armando Monteiro fez várias propostas importantes. E acho que devemos trabalhar essas propostas no ICMS no âmbito da Comissão, para limpar o ICMS, essa questão dos 48

meses. Concorde plenamente: não dá para ter crédito de 48 meses. Não dá para ter. A União tinha também. E nós, nesta gestão, reduzimos para zero. Então, o crédito é imediato. Acho que seria o caso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas vai diminuir o crédito. Com a nova modalidade de ICMS, diminui o crédito. Então, isso é uma vantagem. Por si só, já melhora essa questão. E aí resolve pela raiz.

As demais sugestões são importantes.

Eu também acho que a substituição tributária é nociva. Ela atrapalha. Não sei como a União poderia resolver. Talvez o senhor tenha uma proposta que nos possa iluminar, porque é uma questão federativa. Não sei como nós poderíamos entrar. Gostaria de saber.

Menciona aqui o problema do custo do trabalho. Mas o custo do trabalho *versus* produtividade, até 2011. Porém, de 2011 para cá, há 2 fatores importantes que alteram essa relação. O senhor falou em dólar. O dólar se modificou de 2011 a esta data, para 2012. Portanto, o custo em dólar caiu.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu falei em custo unitário em reais também.

O SR. GUIDO MANTEGA – E a outra coisa é o fato de a desoneração da folha baratear. Então, é preciso refazer essa conta com câmbio diferenciado, porque eu acredito que o câmbio deve ter se desvalorizado uns 30%, e o aumento do custo da mão de obra não foi isso, e mais a produtividade que também evoluiu e mais, agora, a redução do custo do trabalho pela desoneração da folha.

Aliás, Senador, já está incidindo em 40 setores e principalmente indústria, já respondendo a sua questão. Então, a indústria já está sendo beneficiada, principalmente os setores que queriam, porque, no início, alguns setores achavam que não era conveniente. Foi preciso fazer um trabalho de análise. Hoje, a maioria está convencida de que é bom, está pleiteando e nós estamos fazendo.

Então, o que apresentamos hoje, a desoneração para o setor de construção, cujo pagamento, os 20% de INSS, dá seis bilhões e qualquer coisa – eu tenho até o número preciso aqui –, e no fim vão pagar três bilhões. Cai pela metade, mais ou menos, esse custo. É uma boa desoneração.

Não deve preocupar aos trabalhadores, primeiro, porque eles terão mais emprego. Está barateando o custo do emprego, haverá mais emprego, mais formalização. Com isso, o INSS acaba arrecadando mais.

O INSS tem arrecadado mais, tanto que o déficit tem caído, sendo que a diferença é bancada pelo

Tesouro. Isso está em lei. Se houver problema para o INSS, o Tesouro banca. Escrevemos isso.

A Senadora Vanessa Grazziotin fez umas colocações de perda. Falou em perda, se não for aprovada dessa forma. Na verdade, ela poderia falar em ganho. Então, vamos falar mais em ganho do que perda.

No caso do Amazonas, pergunta: por que 16 anos? Porque esse ajustamento da alíquota são 8 anos, mais 8 para dar tempo de uma acomodação melhor das economias. Poderíamos colocar 8, mas alguém poderia dizer: não, porque a Lei Kandir terminou sendo demais e tal. Então, demos mais 8, para que houvesse uma adaptação.

O que se pretende é que haja uma transformação dessas economias, que elas não dependam mais da guerra fiscal. Vão depender de outros estímulos que serão dados. O País, nesse período, vai construir uma malha ferroviária importante, uma malha rodoviária, melhorando os aeroportos. Isso tudo melhora as possibilidades das economias regionais. A economia regional vai melhorar muito com esses meios de comunicação, com redução do custo. Hoje já temos a ferrovia Norte-Sul, quase terminada. Teremos a Leste-Oeste, Transnordestina, portos. Vão todos estar eficientes. Então, isso vai viabilizar o crescimento da economia regional.

Aliás, queria dizer aqui, talvez contrariando o Senador Cunha Lima, que nesses últimos anos as economias regionais cresceram mais do que as economias do Centro-Sul, principalmente o Nordeste. Basta ver que as taxas de crescimento aumentaram, hoje diminuindo a miséria.

Estamos falando de dados concretos. Posso lhe mostrar. Mando-lhe o relatório do Boston Consulting Group, que acabou de sair do forno, que tem comparações mostrando como o Brasil avançou, mais os programas sociais. Então, de fato, foram dadas condições de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do País, que estão em outra condição.

Em relação à seca, se ocorresse 10, 15 anos antes seria uma tragédia. Hoje não é uma tragédia. É uma grande dor de cabeça.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Uma enorme tragédia, Ministro. O senhor está equivocado.

O SR. GUIDO MANTEGA – E o Governo colocou uma estrutura para amparar esses problemas. Tanto que o senhor colocou aqui: antigamente, a seca atingia o homem – Graciliano Ramos, todo mundo leu –, hoje atinge os animais, porque o homem está preservado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas, veja, eu não quero minimizar aqui.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– O que preocupa é essa visão, Ministro – me perdoe.

O SR. GUIDO MANTEGA – Deixa eu terminar.

Eu ouvi com atenção, Senador.

Então, quero dizer o seguinte: nós montamos um programa de ação, com pipas, financiamento, uma série de coisas. Não estou diretamente envolvido. Não sei lhe dizer detalhes do programa. Mas o Governo tem agido, e forte, tanto que o problema de milho, até esse, nós autorizamos a Conab vender o milho. O problema é que se vende para o mercado. Tem que vender e esperar que, quem compra o milho, leve para a região. Não fizeram isso, está certo? Houve desvio de milho, porque não se pode controlar quem compra e quem vende.

Então, houve uma tentativa de direcionar o milho para aquela região. Mas, enfim, existe aí uma comissão seca, Ministério da Integração, Ministério do Planejamento – não sou eu que estou nessa comissão, que eu não consigo estar em todas as coisas –, que está fazendo todo o esforço para minimizar. Mas eu quero dizer que já melhorou muito em relação ao passado, haveria mortes de pessoas por causa disso.

Financiamento. Bom, eu diria que tem havido nesses anos um certo equilíbrio entre o orçamento federal e os estaduais e que a tendência é a melhoria de todos. Embora, pelas condições da estruturação de 97 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os Estados fiquem numa posição um pouco mais draconiana.

O que nós temos tentado flexibilizar: os Estados que têm um bom desempenho fiscal têm recebido mais espaço fiscal, têm conseguido financiamentos de longo prazo a taxas bastante convenientes. Acho que nunca houve uma liberação de espaço fiscal, não, tenho certeza, nunca houve uma liberação num volume tão grande. Eu já mencionei, só neste ano, 58 bilhões mais o Proinvest, no ano passado também foi um volume bastante elevado e sempre com crédito de 20 anos, a perder de vista, de modo que os projetos que são implantados com esse recurso, acabam gerando o recurso para pagar depois o crédito que se tomou. Então, caminha para um equilíbrio, nós confiamos e os Estados têm tido um desempenho eficiente nessa área.

Nós tentamos, há uns três anos, fazer uma reforma tributária completa, abrangendo todos os tributos. Já era na minha gestão. Nós tentamos, porém não fomos bem-sucedidos, à semelhança de outros governos que tentaram antes de nós. Então, como nós chegamos à conclusão de que o ótimo é inimigo do bom, então, se nós vamos esperar fazer uma reforma de todos os tributos, talvez nós nunca alcancemos isso e o País será penalizado. Então, resolvemos fazer uma mudança nos tributos que estavam ao nosso alcance.

Dá para mudar o PIS/Cofins, já estamos trabalhando; o INSS, que era um tributo considerado pesado para as empresas porque onera a folha de pagamentos, estamos fazendo; então, estamos fazendo, como se diz, fatiada. Eu acredito que temos mais chances. Fizemos já a Resolução 72 que virou 13, que é a guerra dos portos, acho que já foi um primeiro passo, mexer no ICMS. Agora temos novos passos, que eu tenho certeza de que podemos avançar.

Então nós estamos aqui apresentando modalidades e instrumentos para fazer essa implantação do novo ICMS, e estão aqui sujeitos a sugestões de modo que se tornem sólidos. Eu acredito que nós apresentamos aqui o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional, que são claros, explícitos, sólidos. Qual é o dever da União, quanto a União vai colocar, quando vai deixar de colocar. Mas pode ser aperfeiçoado, caso os senhores achem que temos que colocar mais uma restrição, mais uma determinação aqui, de modo que todos fiquem absolutamente certos. Não se trata da Lei Kandir.

Agora, tem que ficar claro que nós estamos dando um horizonte de tempo. Nós estamos dizendo: olhe, em 16 anos, nós acreditamos que isso esteja pacificado, que houve uma reformatação das estratégias dos Estados de modo que isso já estará funcionando mesmo sem esse instrumento. Agora, os senhores têm como avaliar e essas elocubrações de que, desde os anos 90, vamos ter os anos mais fracos em desenvolvimento são elocubrações, vamos dizer assim, porque nós deixamos muito distantes a nossa *performance* dos anos 90. Está bem distante.

Hoje, o Brasil é um país que cresce mais, o passado imediato mostra isso. Nós temos um PIB mais robusto, temos feito mais investimentos. É claro que a economia é cíclica, sempre haverá anos de crise. Acho que todo mundo já deve ter aprendido isso. Não dá para se ter dez anos, doze anos sem haver algum episódio, sem haver uma crise que não fomos nós quem provocamos. Antigamente até provocávamos, mas nesse caso não temos nenhuma responsabilidade com a crise de 2008, 2009 e nem com a de 2011 e 2012.

Não é nossa responsabilidade, mas sempre haverá crises mundo capitalista, porque a economia é cíclica. Então, o que interessa são as médias de crescimento. Temos que olhar para as médias. Vamos crescer, como eu disse, de 2006 a 2011, os últimos cinco, seis anos, nosso PIB cresceu 4.2% em média. Está muito bom. O Brasil não tinha isso desde os anos 70, essa *performance*. Se for olhar a renda *per capita* é maior ainda, porque a população crescia 3% e hoje cresce 1.2, 1.3. Então, nós atingimos um novo patamar. Agora estamos diante de uma crise, vamos superá-la

e vamos continuar. Nós colocamos sólidos alicerces para dar continuidade a isso.

No momento em que a crise ocorre, é claro que aperta um pouco os Estados e Municípios. Então, as pessoas, os representantes começam a reclamar, com razão, porque diminuiu, mas temos procurado dar anteparos, assim como demos em 2009, demos aos Estados, complementamos aquilo que caiu da receita nominal no Fundo de Participação dos Municípios. E, para os Estados temos dado um grande volume financeiro, inclusive há Estados que estão fazendo reestruturação da dívida por sua conta, com o nosso apoio, nossa garantia, que é pegar um pedaço da dívida, conseguir um financiamento mais barato e diminuir a dívida com a União. Pagam taxas menores e abrem espaço para aumentar investimentos. Os Estados estão fazendo isso com o nosso apoio.

O Rio de Janeiro fez isso, Mato Grosso fez isso, o Ceará fez isso. Então, o Senador Lindbergh diz que o aperto fiscal foi forte. Qual o aperto? A redução...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Que houve uma queda de arrecadação?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Tributário, não. Eu estou falando que os ajustes foram muito pesados.

O SR. GUIDO MANTEGA – O ajuste do Governo?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro. Superávit. Ainda passamos R\$10 bilhões de superávit.

O SR. GUIDO MANTEGA – Isso não foi por aumento de tributo. Faz tempo que nós não aumentamos tributos. Nós estamos reduzindo tributos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, não estou falando de tributo, não. Estou falando que acho que isso teve um impacto na economia.

O SR. GUIDO MANTEGA – É, o aperto foi mais monetário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – No início de 2011...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu acho que isso impactou investimento. Houve impacto na indústria.

O SR. GUIDO MANTEGA – No início de 2011, a economia vinha com uma inflação, uma possibilidade de ultrapassar os níveis de inflação do sistema de metas e nós não somos tolerantes com a inflação, mesmo porque a inflação prejudica todo o País.

Então, o Banco Central fez uma política mais apertada, uma política monetária mais apertada. De fato, talvez seja a isso que você se refere.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Banco Central mudou em agosto e a gente continua nessa linha na questão...

O SR. GUIDO MANTEGA – Como continuamos nessa linha? Nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Não, em 2011 o superávit foi pleno, o superávit...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Não, ele está falando de 2011. Em 2011 foi pleno. Agora, nós não controlamos o investimento, nós não regulamos, não diminuimos, não inibimos o recurso para investimento.

Essa é a minha filosofia desde que me tornei Ministro da Fazenda. O Presidente Lula falava: “Queremos mais investimento”. Eu perguntava: “Quanto que o senhor precisa?”. “Ah, vinte bilhões”. “Então, está aqui: R\$20 bilhões para investimento. Faça o investimento, apresente os projetos e tudo o mais”. Não há restrição. Mudou a filosofia. Antigamente se segurava todo tipo de gasto. Não se segura. Gasto com investimento, não; o outro gasto, sim; o gasto custeio, sim. Nós temos regulado o gasto de custeio; o de investimento não se regula.

E o investimento público está crescendo. O PAC está aumentando a cada ano, é maior. Não é fácil conseguir chegar a 30, 40 bilhões, mas nós estamos fazendo um grande esforço para que isso ocorra.

Nós temos aí, nos próximos 2, 3 anos, um grande volume de investimentos sendo feitos com as parcerias com o setor privado. Aí junta o setor público e o setor privado e teremos um volume maior de investimentos. Há vários Estados que nunca tiveram tanto crédito em tantos projetos de investimento para fazer.

Eu acredito que respondi à boa parte das questões aqui, de modo mais geral, porque já estamos no avançado da hora e todo mundo já está um pouco cansado. Eu sei que, se eu continuar aqui, não vou convencer o nosso Senador Cássio Cunha Lima, com o qual sempre tive diálogos aqui, desde que ele era Governador. Mas quem sabe ele estude melhor a proposta que estamos fazendo, porque ela é nova. Estamos apresentando aqui hoje esta proposta e eu gostaria que os Senadores dessem atenção a ela e que fizessem reparos que são necessários, porque eu acho que vamos todos lucrar com esta proposta. É um avanço necessário.

É claro que tem de preservar os direitos e os interesses dos Estados. Isso aqui não pode ser contra os Estados. Nós não iremos propor algo... Tem de ser a favor de todos os Estados. E nós não fazemos distinção dos Estados. Nós temos uma postura que é

republicana. Tem de ser boa para todos os Estados, todos os partidos e tudo o mais.

Então, eu gostaria que os senhores dessem importância a esta proposta, porque, se nós conseguirmos chegar a um desenho adequado para todo mundo, o País vai dar um salto importante para frente.

Conforme disse o Senador, nós precisamos modernizar a nossa estrutura tributária. Se não concordar com esta, proponha outra. Mas vamos avançar. Acho que é o momento para o País avançar. Momentos de crise, às vezes, nos obrigam a sermos mais rápidos. E temos feito muitas propostas e muitas reformas aqui: política monetária sendo modificada, mais sólida; política fiscal anticíclica; política cambial. Temos feito grandes mudanças que ainda não exerceram efeito. Acho que temos de avançar na questão fiscal. Ela é fundamental. Temos procurado isso com essa desoneração da folha e outros itens. E vamos avançar no que for possível. Depois, virá o PIS/Cofins, que é um tributo nosso e que também tem de ser modernizado.

Então, eu queria agradecer a oportunidade de vir aqui dialogar com os senhores. Sempre é um diálogo construtivo. Eu aprendo muito com esse diálogo. Fazemos umas correções de rota. Espero que, numa próxima ocasião, nós já possamos discutir detalhes de uma proposta que possa ser viável e ser interessante para todos os Estados.

Muito obrigado, Senador Delcídio. Estou à sua disposição para novos convites.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega. Mais uma vez, um Ministro republicano, competente, sempre presente na Comissão de Assuntos Econômicos, que não se nega a discutir economia e a trocar ideias com os Senadores aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Demos um grande passo para essa discussão do ICMS. Na próxima semana, nós teremos aqui uma pauta deliberativa às 10 horas da manhã. Às 11 horas, o Ministro Tombini, do Banco Central, e à tarde, como o Ministro Guido Mantega disse, às 14 horas, o Secretário Nelson Barbosa junto com os secretários de fazenda, por região.

Será na terça-feira próxima esta agenda: de manhã, reunião deliberativa às 10 horas; às 11 horas, o Presidente do Banco Central, o Tombini; e às 14 horas, o Secretário Executivo Nelson Barbosa, com pelo menos um secretário de fazenda de cada região, para discutir esta proposta apresentada hoje pelo Ministro Guido Mantega.

Quero agradecer, mais uma vez, a todos, pedir desculpas porque esta reunião foi muito mais longe do que imaginávamos, mas foi uma reunião muito produ-

tiva, uma reunião com muitas sugestões, propostas dos Senadores e Senadoras.

Mais uma vez quero agradecer ao Ministro Guido Mantega e à sua equipe, pela presteza e por esse espírito de ajudar cada vez mais o nosso País a se desenvolver, a crescer, a gerar emprego, a gerar riqueza e, acima de tudo, promover a inclusão social, o maior desafio de todos nós.

Muito obrigado.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 12 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 05 minutos.)

ATA DA SEXAGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia cinco de dezembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Ana Amélia, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Alvaro Dias, Lúcia Vânia, Cidinho Santos e Marco Antônio Costa. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Eduardo Braga, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Russo e João Ribeiro. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discutir as razões para os altos preços dos veículos automotores no País e medidas para a solução desse problema, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 44 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros, tendo como expositores o Sr. Andrey Goldner Baptista Silva, Coordenador-Geral de Infraestrutura Urbana e Recursos Naturais da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF, representando a SEAE/MF; a Sra. Margarete Maria Gandini, Diretora Substituta do Departamento de Equipamento de Transportes da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – SDP/MDIC, represen-

tando o MDIC; o Sr. Antonio Carlos Fonseca da Silva, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal – MPF, representando a 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do MPF; o Sr. Luiz Carlos Mandelli, Conselheiro do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores – Sindipeças, representando o Sindipeças; e o Sr. Joel Silveira Leite, Jornalista do Boletim Autoinforme. Após a exposição dos convidados, usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Marco Antônio Costa, Cyro Miranda e Ivo Cassol. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lobão Filho**, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Bom dia, Sr^{as} e Srs. Senadores. Declaro aberta a 60ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Temos em pauta hoje uma audiência pública com o objetivo de discutir e esclarecer as razões para os altos preços dos veículos automotores no País e discutir medidas para a solução desse problema.

O requerimento para esta audiência pública é de autoria da Senadora Ana Amélia, nº 44, de 2012.

Foram convidados para esta audiência o representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, aqui presente; o representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), aqui presente também; o representante da 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal; o representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), que justifica a ausência; e o representante do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), que não está presente também. Está presente? Então, presente. E o jornalista Joel Silveira Leite, do Boletim Autoinforme, também presente.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão.

De acordo com o art. 94, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por 10 minutos; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sr^{as} e Srs. Senadores presentes e a palavra aos Senadores e Senadoras será conce-

dida na ordem de sua inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, e procuraremos ser estritos em relação ao horário.

Portanto, convido os componentes da Mesa, o Secretário da Mesa que conduza os convidados a se sentarem à mesa. *(Pausa.)*

Dando prosseguimento a esta audiência pública, agradecendo a presença de todos os convidados, tenho a honra de passar a palavra ao Sr. Andrey Goldner Baptista Silva, Coordenador-Geral de Infraestrutura Urbana e Recursos Naturais da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E também com aquiescência do Andrey, quero apenas manifestar a surpresa e até, de certa forma, estranheza pela ausência da representação da Anfavea num debate em que é, digamos, a grande protagonista desse processo. O nosso desejo aqui não é cobrar, não é fazer qualquer ação que venha a prejudicar um setor tão importante quanto esse do Brasil. Era apenas para esclarecer questões e que o próprio setor automotivo, seguramente, eu imaginava, tivesse interesse em participar desse debate.

Fui procurada por um dirigente ou representante da Anfavea que alegou que hoje haveria uma reunião, uma audiência com o Ministro Guido Mantega, mas é uma entidade com tantos dirigentes, e nós aqui, na Comissão, estamos no final das votações das matérias relacionadas a orçamento, às próprias Comissões, V. Ex^a mesmo sabe. E já temos audiência pública marcada nesta mesma Comissão.

Então, lamento apenas essa ausência e queria agradecer ao Senador Edison Lobão, dando a seguinte informação: em 10 dias que essa matéria foi colocada no ar, através de um pronunciamento que fiz da tribuna, foram 46 mil acessos, em 10 dias, de busca no site do meu Gabinete, Senador Edison Lobão. Isso dá a medida exata da relevância que teve.

Agora de manhã, quando a minha assessoria informou no Facebook da audiência que está sendo transmitida pela Internet, em 20 minutos, 30 compartilhamentos de pessoas interessadas no assunto, que estão acompanhando, embora a CCJ esteja no ar agora, mas esta audiência está sendo transmitida pela Internet, pelos veículos que fazem a divulgação aqui no Senado Federal.

Então, eu queria fazer essa manifestação e desejar boa sorte nesta audiência, que é muito impor-

tante para os consumidores, para a indústria e para o desenvolvimento brasileiro. O objetivo é discutir esse tema sob esse aspecto.

Muito obrigada, Presidente Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia, compartilho integralmente a opinião de V. Ex^a. Recebi aqui dois ofícios da Anfavea, que inclusive não li, porque entendo que uma associação do porte da Anfavea não tenha apenas um representante que possa enviar a esta audiência.

Portanto, considere os dois ofícios insuficientes, não merecedores nem sequer de leitura. E registro a ausência infeliz de um representante da Anfavea para discutir um assunto tão importante para todos os brasileiros. O objetivo da audiência pública não é acusar ninguém, mas sempre buscar soluções compartilhadas com os parceiros de todo o setor econômico brasileiro. É com tristeza que vejo a ausência da Anfavea, mas há a presença de todos os outros convidados aqui, de forma respeitosa e honrada, nesta Comissão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fico gratificada com a compreensão de V. Ex^a. Essa ausência pode ser até um desrespeito não apenas à Comissão de Assuntos Econômicos, mas também ao próprio Senado Federal.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora.

Passo a palavra ao Sr. Andrey Goldner, Coordenador-Geral de Infraestrutura Urbana e Recursos Naturais da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Com a palavra o Sr. Andrey.

O SR. ANDREY GOLDNER BAPTISTA SILVA – Senador, muito obrigado pelo convite. Em nome da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, agradeço à Senadora também pelo convite e pela oportunidade de expor um pouco do nosso trabalho sobre o setor automotivo, que partiu de um pedido por parte do Subprocurador-Geral da República para estudar e passar um pouco do que a Secretaria entendia e identificou sobre o setor.

Inicialmente, gostaria de dizer que a nossa nota teve o foco de analisar a questão competitiva do setor. Fizemos uma análise e partimos principalmente verificando um histórico de como está o setor automotivo no Brasil.

Identificamos primeiramente que, ao longo dos últimos 20 anos, ocorreu uma redução na concentração de produção do setor. Antes dos anos 90, 100% da produção estava contida nas mãos de quatro empresas: Ford, General Motors, Volkswagen e Fiat. Ao longo desses 20 anos, com a abertura do mercado

nacional e tal, houve uma redução. Essa concentração passou de 100% e estava, até 2010, o último dado que possuímos, na casa de 80%. Isso mostrou que houve um processo de desconcentração ao longo desses 20 anos. Ainda assim, é um mercado concentrado, tendo em vista a magnitude, o tamanho e a demanda existente hoje por veículos. Esse foi um dos pontos que identificamos na nota.

Outro ponto que identificamos foi uma redução dos preços dos veículos ao longo desse tempo. Quanto ao IPCA, de acordo com as informações que temos, entre julho de 2006 e dezembro de 2011, houve uma redução dos preços dos veículos novos de cerca de 7,5%, enquanto a inflação acumulada pelo IPCA, no mesmo período, foi de 32%. Isso mostra que ocorreu uma redução do preço real dos veículos novos ao consumidor.

Outro ponto que também destacamos no nosso estudo foi em relação à demanda por parte do consumidor. Identificamos um estudo elaborado pelo Ipea em 2006, que depois foi refeito com o mesmo objetivo, em 2010, que identificou que, para cada elevação de 1% na renda do consumidor, aumentava mais do que 1% a quantidade demandada de veículos, indicando, como é de conhecimento de todos, que ao longo desses anos houve crescimento e distribuição de renda, o que pode justificar esse aumento na demanda de veículos. Isso foi identificado tanto no estudo do Ipea feito em 2006 quanto no estudo feito em 2010.

Nesse período, temos de enfatizar também a entrada de novas empresas no mercado, novos produtores, de origem europeia, de origem asiática, que também têm forçado essa queda de preços dos produtos, assim como a própria oferta de veículos com características distintas daquelas que tínhamos há 20 anos.

Continuando com os estudos que produzimos, uma tendência que identificamos, da qual não temos embasamento para afirmar veementemente o que está ocorrendo, é exatamente em função do peso do carro seminovo ou do carro usado no setor como um todo. O preço do carro usado tem sofrido quedas constantes ao longo desse período, principalmente em função desse novo crescimento de demanda de carros novos. Além disso, essa pressão, digamos assim, do carro usado tem permitido a mudança no comportamento do consumidor, que muitas vezes ficava focado na aquisição de veículos de marcas já consolidadas no mercado, mostrando certo medo com relação às entrantes, porque não sabia como iria se comportar o preço desse veículo posteriormente, quando da sua revenda dele. E isso tem mudado com o tempo, ou seja, o consumidor tem mostrado maior interesse por outras montadoras que não aquelas que estavam no mercado, o

que acaba identificando um pouco essa redução da concentração de 100% que havia no início dos anos 90 para algo na casa de 80%.

Identificamos também, a título de exemplificação, que as quatro principais montadoras, por exemplo, na Europa são responsáveis por 54% da produção, em contraste com os 84% que temos aqui. Outra peculiaridade que identificamos na nota foi a legislação aplicável ao setor automotivo. A Lei Ferrari, que foi editada há um bom tempo, traz algumas restrições verticais que foram identificadas e podem justificar, em certa parte, em alguma medida, a não redução maior dessa concentração no mercado automotivo. Essa lei, que identificamos em nosso estudo, traz algumas obrigações, como índice de fidelidade: a marca tem que ter um índice de fidelidade na relação montadora/concessionária e a concessionária tem uma série de obrigações junto à montadora. Além disso, ela tem um processo, uma obrigação com a concessionária. Qualquer problema que eles tenham, existe uma autorregulamentação. A Lei Ferrari possibilita ou permite que a montadora e as suas concessionárias tenham uma relação implícita para resolver esses problemas como se fosse uma câmara de autogestão. Isso acaba por inibir a concorrência entre as concessionárias de uma mesma montadora, porque todos os problemas ali encontrados, entre uma montadora e as suas concessionárias, ficam restritos à solução interna entre eles, como se fosse uma resolução de grupo.

A outra questão é o problema de veto a vendas diretas ao consumidor e entre concessionárias. A Lei Ferrari traz uma restrição explícita com relação a isso, não permitindo que a concessionária, em algum momento, negocie os seus veículos com outras concessionárias da mesma marca.

Outro ponto que identificamos é a questão da exclusividade territorial no fornecimento. A Lei Ferrari traz esse ponto também, impossibilitando a comercialização de veículos entre concessionárias de outras regiões. Identificamos isso como uma restrição vertical.

Para finalizar, o objetivo no todo foi identificar, de acordo com o pedido do Ministério Público, questões inerentes ao setor e que possibilitariam o problema do não aumento da concorrência no mercado.

Um fato que também gostaríamos de destacar, o que eu deveria ter feito anteriormente, é que de todo o material que nós colhemos, de todas as informações que nós obtivemos, não encontramos nenhum indício de ações anticompetitivas por parte das montadoras. Isso é uma coisa que gostaria de destacar, porque o foco, o viés de análise da Secretaria de Acompanhamento Econômico é o exame dessa questão concorrencial.

Finalizo por aqui a nossa participação e agradeço mais uma vez o convite.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Dr. Andrey, até pela economia do tempo.

Passo a palavra agora à Sr^a Margaret Maria Gandini, Diretora Substituta do Departamento de Equipamento de Transportes, da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Com a palavra a Sr^a Margaret.

A SR^a MARGARETE MARIA GANDINI – Bom dia a todos. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o convite da Senadora e da Comissão.

Vou me debruçar, falar sobre as medidas do Governo no que tange à política industrial para o setor automotivo.

Recentemente, o Governo lançou o Programa Inovar Auto, que expressa, por meio de um conjunto de medidas, a política industrial para o período 2013/2017, que vem com linhas bastante firmes do que se deseja para essa indústria no período até 2017, também direcionando para novas diretrizes na sequência.

Esse programa, eu vou apresentar algumas questões... O detalhamento... Caso vocês queiram, a gente pode encaminhar a apresentação com o detalhamento, mas ele tem bases muito firmes no adensamento da cadeia produtiva à montante, ou seja, a consolidação da indústria automotiva nacional, também no que tange não somente às montadoras, mas também a sistemistas e a autopeças especialmente, porque o Brasil sempre teve uma tradição de produção de autopeças. Outro ponto central é a parte de investimento em pesquisas, desenvolvimento e inovação, com um olhar bastante firme no sentido de inserir a produção nacional na rota tecnológica global. E a terceira parte, de eficiência energética e segurança veicular. O que se espera, ao fim e ao cabo, é colocar a indústria num novo ciclo de desenvolvimento. E também é uma preocupação nossa algo que o colega do Ministério da Fazenda colocou: essas medidas vêm também no sentido de aumentar a concorrência no mercado. Então há medidas específicas também para a atração de novos investimentos, o que tem, efetivamente, se configurado nos requerimentos de habilitação que têm chegado ao Ministério.

Então, sintetizei, mas o objetivo da política expressa no Inovar Auto para o período 2013/2017 é mais competitividade, tecnologia e segurança para os carros produzidos e vendidos no Brasil. O que se quer são carros mais seguros, com mais tecnologia embarcada, e mais competitivos globalmente.

Temos um contexto de um mercado automotivo brasileiro bastante atraente. Nós somos o quarto mercado global de veículos; o sétimo maior fabricante. Em termos de caminhões, somos o quinto maior produtor mundial. E a perspectiva para o mercado brasileiro é passarmos de 3,4 milhões de unidade, em 2011, para 6,2 milhões de unidades em 2025. E para caminhões, passarmos de 173 mil unidades, em 2011, para 323 mil unidades em 2025. Foi nesse contexto de um mercado em expansão que se desenharam essas diretrizes da política industrial.

Como eu falei, tem um forte viés de estímulo ao investimento em pesquisa e desenvolvimento, em engenharia, tecnologia industrial básica e capacitação de fornecedores, em aumento da segurança e da eficiência energética e também no adensamento da cadeia produtiva à montante.

Por isso o Inovar Auto – ontem mesmo eu estive no Sindipeças, conversando com os fabricantes de peças – tem que ser visto realmente como ele foi construído, ou seja, como um documento de política industrial. Por isso a adesão das empresas ao Inovar Auto é voluntária e todas as empresas que comercializam, ou querem comercializar e produzir veículos no País, podem se habilitar no Inovar Auto. Ele está aberto às empresas que atualmente produzem, às montadoras já instaladas, às empresas que não produzem, mas comercializam e às empresas que apresentem projetos de investimento. E ele também foi desenhado – como na sequência – de forma que todos os benefícios exigem das empresas habilitadas nessas três categorias contrapartidas em termos de esforço dessas empresas no sentido de desenvolver os seus fornecedores no Brasil, de investir em eficiência energética, em pesquisa e desenvolvimento e em engenharia e segurança veicular.

Então, temos ali, para fins de alcançar um crédito presumido de IPI de até 30 pontos percentuais. Esse alcance de até 30 pontos é a partir de um esforço dos investimentos no desenvolvimento de fornecedores no País, na parte de autopeças, Mandelli, e também tem créditos presumidos que podem chegar até 2% na parte de pesquisa e desenvolvimento e de engenharia de produção. A parte de pesquisa e desenvolvimento também envolve investimentos em segurança veicular, o que é bastante importante. E depois tem os incentivos à introdução de novas tecnologias. A partir de 2017, a introdução nos nossos veículos de novas tecnologias voltadas à melhoria da eficiência energética dos veículos comercializados no País, o que trará ganhos sensíveis para os consumidores.

Ali, a parte de eficiência energética, que foi algo que o Governo fez questão de deixar como um com-

promisso obrigatório para todas as montadoras, para todas as empresas habilitadas. O que se quer é que em 2017 se chegue a um consumo de 17.26 km por litro, na média, para os veículos a gasolina, e de 11.96 para etanol, comparado com um consumo médio atual de 14.971. E abaixo temos uma projeção de qual é a economia para o consumidor.

Na parte de veículos mais seguros tem um dispositivo específico para isso, que tem rebatimento tanto em termos de tecnologias embarcadas quanto de gastos do Governo na parte de saúde.

E, por fim, aonde se quer chegar. Queremos chegar à ampliação da capacidade produtiva instalada, em maior tecnologia embarcada. E, nessa parte de ampliação da capacidade produtiva instalada, nós já temos uma série de projetos que foram protocolados no Ministério, que estão em análise. Um já foi habilitado, que é a própria planta da Nissan, no Rio de Janeiro, que está em construção. Tem a planta da JAC Motors na Bahia, da Cherry, da BMW, DAF, no segmento de caminhões, e tem a perspectiva de outras empresas que já estiveram em reuniões conosco, mas ainda estão desenhando o projeto. Então, a perspectiva realmente é de aumento de capacidade instalada, de aumento do número de fabricantes instalados no País e concorrendo neste grande mercado que nós temos. Mas o que se fez foi: vocês vão ter mercado, mas nós queremos que sejam feitos investimentos para realmente o consumidor brasileiro ter veículos mais econômicos e com mais tecnologia.

Na parte de concorrência, para os novos investimentos existem benefícios específicos e é facultado um período de adaptação. E o que se defende, nessa parte de estímulo à concorrência, é que o programa possibilite a entrada de todos que queiram atuar no mercado brasileiro: dos fabricantes, dos importadores, daqueles que queiram vir. Mas, para isso, para ter acesso a esse mercado, nós também colocamos, como governo, que o que nós queremos são veículos mais seguros, mais eficientes e com mais tecnologia, ou seja, veículos com maior qualidade para o consumidor brasileiro.

Obrigada, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr^a Margarete Gandini.

Passo a palavra agora ao Sr. Antonio Carlos Fonseca da Silva, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3^a Câmara de Coordenação e Revisão – Consumidor e Ordem Econômica do Ministério Público Federal.

Com a palavra o Sr. Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS FONSECA DA SILVA – Senador Lobão Filho, agradeço o convite ao Minis-

tério Público para estar aqui e trazer a sua posição a respeito da questão que foi bem especificada: as razões para os altos preços dos veículos automotores do País e as medidas para a solução.

Parabenizo a Senadora Ana Amélia pela iniciativa do requerimento para esta audiência, porque é uma oportunidade muito importante para a sociedade.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, demais membros desta Mesa, a Senadora Ana Amélia mencionou o grande número acessos à Internet. É verdade, esse é um dos pontos em que também temos verificado o grande acesso. Nós dizemos isso porque o Ministério Público tem feito uma luta contra os preços altos de um modo geral: preços altos dos automóveis, preços altos da energia elétrica, preços altos dos serviços de telecomunicações, etc. E percebe que a sociedade tem estado bastante insatisfeita.

Diz a Constituição que cabe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais. E posso dizer, a partir desse mandato, que nós aqui viemos dizer, em nome da sociedade e para solucionar a questão colocada por esta Casa: a sociedade pede a esta Casa que revogue a Lei Ferrari, que é a Lei 6.729, de 1979.

A minha apresentação tem o objetivo de defender a revogação, pura e simplesmente da Lei Ferrari.

Eu faço esse apelo em nome da sociedade. Por quê? Porque existe hoje uma espécie de esquizofrenia em termos de política pública. O Governo, que tem várias medidas que o Ministério Público aplaude, tem várias medidas de estímulo à concorrência do setor automotivo. Por um lado, estimula a concorrência, estimula a qualidade, a inovação tecnológica para o setor, mas, por outro lado, mantém uma lei que amarra a competição. Então, é uma espécie de política esquizofrênica, não é possível. Nós temos, por exemplo, uma lei que organiza o setor de linhas brancas, nós temos uma lei que organiza a comercialização de computadores, para citar o exemplo de bens densos em tecnologia, porque a Constituição, nos arts. 218 e 219, protege a tecnologia. Mas nós não precisamos dessa lei para proteger o mercado automotivo.

Pois bem, rapidamente já foi falado aqui das características do setor. É uma estrutura de mercado oligopolizada, diferenciada, o mercado concentrado, elevados gastos em publicidade, investimento em diferenciação de produto e baixa qualidade dos materiais utilizados. Historicamente, sempre houve essa queixa. Temos melhorado? Temos melhorado, não tenham dúvida, mas quando comparamos com os produtos na Europa e nos Estados Unidos, podemos dizer que os nossos veículos ainda são de baixa qualidade: poucos itens de segurança instalados, preços elevados, vis-à-

-vis outros países, comercialização de veículos novos amarrada, organizada pela Lei Ferrari.

Razões para os altos preços. Podemos imaginar que altos preços são indícios de duas coisas: ou defeito de mercado, falha de mercado, ou falha de regulação, ou as duas coisas. Eu defendo que, neste caso, neste setor, existem as duas falhas.

Então, por que os preços altos de automóveis? Claro, a política tributária tem um componente? Tem, não tenha dúvida. E não vamos discutir política tributária, porque não está ao nosso alcance.

Temos elevado preço de frete. Nós queremos dizer que a Lei Ferrari também contribui para o elevado preço do frete. Nós temos um mercado concentrado, continua sendo concentrado. A Lei é de 79, quando veio foi para tornar mais dinâmico o setor. Hoje, 20 anos depois, muitas coisas aconteceram, e nós continuamos a perguntar: se era necessária essa lei para organizar o mercado, hoje ela é necessária? E vamos ver que a concentração mudou muito pouco de lá para cá. Essa lei é inconstitucional também. O Supremo ainda não decidiu, enfrentou isso seriamente. Por quê? Porque, quando um setor é regulado, Senadora, a Constituição diz: cabe à União ou ao Estado ou ao Município explorar direta ou indiretamente tais e tais setores. Então ela diz quais são os setores, especifica quais são os setores. Este aqui não está. O 173, por aí, diz o seguinte, é possível regular? É, por interesse social. A sociedade está dizendo: “Não, nós não temos interesse, não existe interesse social, essa lei não é boa para nós. Não precisamos dessa lei.”

Elevada parcela de componentes importados. Como já falamos, existe um esforço do Governo, de produção nacional, até para melhorar a produção aqui, questão de mão de obra, etc., melhorar a tecnologia, mas a lei ainda não deu essa possibilidade para nós. O excesso de regras na esfera da comercialização, como nós vamos ver, e o aumento do número de *players* não acarretou redução dos preços. A redução é muito pequena; ao longo de 20 anos, é muito pequena.

E o problema do excesso de regras de comercialização pela Lei Ferrari é que de todos aqueles setores regulados que a Constituição especifica vêm sempre atrás uma estrutura, de uma autoridade reguladora. Aqui temos o cheque em branco, uma lei que regula, e não dá uma autoridade reguladora para o controle.

Nós observamos aí a perspectiva da estrutura de mercado concentrado. As quatro marcas – Volkswagen, Fiat, General Motors e Ford –, os quatro grandes, por exemplo, em 2002, tinham 85%; em 2010, 82% e os outros, 18%. Então, a participação dos importados ainda é muito pequena. Existe uma hidgez na evolução da estrutura de oferta, de tal modo que se percebe que a

oferta via importação não tem trazido benefícios para o mercado. O Cade algumas vezes se debruçou sobre o assunto rapidamente.

Fui Conselheiro do Cade entre 1996 e 1998 e posso dizer com muita tranquilidade que o Cade, Srs. Senadores, sempre se revelou desconfortável com a situação...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS FONSECA DA SILVA – Mas não tinha como resolver, em função da Lei Ferrari. O art. 170, parágrafo único, proclama a livre iniciativa, mas ressalva as exceções legais. A Lei Ferrari criou uma exceção, deu um cheque em branco para que houvesse um cartel de regras. Por exemplo, aquilo que não é possível no mercado livre sem a lei, a lei diz que é possível para o setor automotivo. Então, não é possível mais acontecer com esse estado de coisas. Então, a nota técnica da Seae procura mostrar esses problemas. Eu trarei para a Senadora Ana Amélia essa nota técnica e a nossa posição mais aprofundada, porque...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS FONSECA DA SILVA – Veja bem, principais informações e conclusões. Nós temos uma transformação muito pequena. Há um indicativo de sensibilidade de preços por parte do consumidor, que também significa dizer que nesse setor o consumidor pode responder aos preços, mas ele continua amarrado pelas barreiras criadas por lei. O próprio Estado criou essa barreira. Isso indica que é possível uma redução de preços também, porque o aumento médio ao ano, de 35% na remessa de lucros, de dividendos das respectivas matrizes, mostra um faturamento que evoluiu em torno de 34% no período. Isso mostra que existe uma possibilidade, uma gordura que se pode repassar para preço. Aliás, eu não discuto a questão do lucro, porque no mercado livre o lucro é legitimado, mas esse mercado não está hoje liberado por causa dessa lei. A capacidade produtiva não tem aumentado na mesma proporção da demanda e isso mostra que a lei é ruim para a liberdade de mercado.

As entrantes preferem os grandes centros urbanos. O que quer dizer que as entrantes, via importação, não têm grandes impactos no mercado, sobretudo naquelas cidades com menos de 500 mil habitantes. As redes das quatro grandes estão capilarizadas. Nas localidades com menos de 500 mil habitantes a tendência é de aquelas quatro grandes reinarem tranquilamente, então não existe liberdade de mercado.

Por que nós precisamos revogar a Lei Ferrari? A Lei Ferrari, nos arts. 1º e 3º, faz uma reserva de mer-

cado da renda exclusiva na comercialização de veículos novos. Isso eleva a barreira. Ela também cria uma reserva de mercado da renda exclusiva na prestação de serviços pós-venda. Nós sabemos que a estrutura de pós-venda cria uma dificuldade enorme para novos entrantes. Isso restringe concorrência no mercado de manutenção e reparo. Não é só o problema dos preços; também há o reflexo nos preços das autopeças, limitações de concorrência intramarca, exclusividade territorial para barreiras à entrada e acentuação de imperfeições no mercado de produção de veículos automotores, art. 5º. O art. 8º: reserva de mercado para peças de reposição, porque as concessionárias só podem comprar... Existe uma relação cativa, mas não é venda casada, porque a lei descaracteriza, a lei autoriza. Há uma isenção.

A liberdade de iniciativa é um preceito fundamental, está no 170, na ordem econômica, está também nos fundamentos da República, mas não se aplica para o setor automotivo. A Lei gera uma indução à conduta comercial uniforme, porque permite convenções de marca e das categorias econômicas e isso facilita o cartel de regras. Eu gostaria que as montadoras estivessem aqui para responder a isso, para saber quantas conversões elas fazem por ano, a respeito de como organizar o mercado. E essas convenções, se não houvesse a lei, seriam cartel no duro.

A conclusão da nota técnica da Seae é no sentido de que deve haver uma alteração do marco regulador, porque a regulação do setor automotivo no Brasil é diferente dos Estados Unidos e da Europa. Nos Estados Unidos, por exemplo, não há a fidelidade com respeito a autopeças, não há a fidelidade com respeito a serviço pós-vendas também.

Outra coisa, na Europa houve vários regulamentos de 1999 até 2010, em torno de três regulamentos. De 2 em 2 anos eles fazem uma revisão. Existe lá o DG4, uma espécie de Cade da União Europeia. Eles também fazem esse controle. Aqui nós temos a lei, o regulamento, mas não temos a autoridade que faça o controle. Por isso eu digo que é um cheque em branco. Alguém, por favor, me diga o contrário.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sr. Antonio Carlos, já proroguei por mais 5 minutos. Gostaria que V. Exª pudesse acelerar a conclusão e o término. Mais 3 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS FONSECA DA SILVA – Então, eu digo para esta Casa que podemos ter duas posições em torno da pergunta, da indagação. Primeira, revogação pura e simples da Lei Ferrari. Pontos positivos: criar incentivo à adoção de novos arranjos

verticais eficientes; possibilitar vendas diretas ao consumidor; as condutas poderem ser controladas pelo Cade, porque hoje não podem ser; eliminar a obrigatoriedade das convenções de marcas, possibilitando o surgimento de revendas multimarcas e intensificando a concorrência; eliminar a obrigatoriedade do índice de fidelidade, que a lei permite aqui e nos Estados Unidos é ilegal; abertura de mercado em pequenas localidades para competidores entrantes.

Esta Casa tem um projeto de lei que permite, por exemplo, que o carro saia da montadora com o manual completo das autopeças. Todos os pequenos empreendedores poderão também desenvolver esse mercado. Eu tive um carro, quando era estudante ainda, na Inglaterra, e recebi o manual. Quando eu tinha problema, ia à oficina e verificava as peças. Isso facilita o mercado para pequenos investidores.

É claro, e se não for a revogação total pode ser uma meia-boca, uma meia-sola? Pode, mas não funciona, porque a meia-sola significa a revogação de alguns pontos, por exemplo, isentar a aplicação da lei para localidades abaixo de 500 mil. Por que a população abaixo de 500 mil habitantes? A revogação dos arts. 18 e 19, que tratam das convenções, etc.

Então existem duas saídas a meu ver: ou a revogação total ou a revogação parcial. Não acredito na revogação parcial, porque não existe um órgão regulador para controlar a aplicação e o impacto da lei.

Muito obrigado por esta oportunidade e fico à disposição desta Casa para maiores informações.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Dr. Antonio Carlos.

Se me permitem os Srs. Senadores, eu tenho uma dúvida jurídica e gostaria que o Procurador esclarecesse a minha curiosidade.

V. Ex^a afirma que as conversões de marca permitidas pela Lei Ferrari se contrapõem à criminalização prevista na lei do consumidor, que impede a formação de cartéis.

Eu perguntaria: a Lei Ferrari estaria acima da lei do consumidor ao permitir algo que é proibido e criminalizado no País, do ponto de vista legal?

O SR. ANTONIO CARLOS FONSECA DA SILVA – Nós temos duas leis. O que diz a regra no Direito? A especial prepondera em face da geral. A lei do consumidor é geral.

V. Ex^a está me dando mais uma razão para acabar com essa lei.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Antonio Carlos.

Tenho o prazer de passar a palavra agora para o Sr. Luiz Carlos Mandelli, Conselheiro do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos

Automotores (Sindipeças), que, querida Senadora Ana Amélia, é um setor altamente contratante de mão de obra, e que tem sofrido com as permissões que nós damos à importação injusta de equipamentos e peças do mundo asiático. É um setor que, no meu entendimento, deveria ser mais protegido pelo governo contra as importações abusivas, com dumping, com preços absurdos praticados por países que pagam às vezes 40 dólares por mês de salário, contra as quais deveríamos ter barreiras aqui no País.

O resultado disso, Sr^a Autora do requerimento, é que nós vemos aqui, pelo gráfico apresentado, que à medida dos anos nós temos aumentado as nossas importações e criado um déficit cambial entre as nossas importações e as nossas exportações.

Com a palavra o representante do Sindipeças.

O SR. LUIZ CARLOS MANDELLI – Prezado Senador Lobão Filho, prezados Senadores, muito obrigado pela oportunidade.

A sua introdução já me anima, porque tem tudo a ver com a minha conclusão desta breve exposição.

O Sindipeças, através da sua área técnica, fez um pequeno estudo mostrando na média como se comportam os custos de carros no Brasil. Dá para ver lá em cima, na estrutura do valor do veículo que do custo de carro no Brasil 58% são realmente custos de produção, que incluem matéria-prima, logística, mão de obra, enfim, todos os custos de produção; 10% são margem de lucro e 32% são impostos.

Na média, na estrutura de carros no mundo, 79% são custos de produção, 5% são margens de lucro e 16% são impostos.

Portanto tem toda a razão a colocação do nosso Subprocurador da República de que há gordura. Sim, sem dúvida há gordura nas margens de lucro das montadoras no Brasil.

Nós fizemos uma análise no lado direito, sobre impostos e margens de lucro, onde vemos que, no Brasil, 32% correspondem a impostos, 10% às margens e 58% ao custo de produção. Nos Estados Unidos particularmente, para não repetir, apenas 3% de lucro, de 6% a 9%, dependendo do Estado, de imposto e 88% a 91% de custos de produção.

Se puderem passar para a outra página, por favor, há uma comparação muito efetiva sobre um veículo que é produzido em várias geografias: o Toyota Corolla.

Aqui no Brasil, ele custa em média R\$75 mil, e em todos os outros países – África do Sul, Alemanha, Índia, França, Argentina, Inglaterra, Chile, Coreia, México, China, Japão e Estados Unidos – custa muito menos.

A média da amostra nos outros países é de 45 mil. Quer dizer, temos um pouco mais da metade do preço desse veículo no Brasil.

Realmente esse gráfico por si só justifica esta audiência pública e essa preocupação do Senado.

Talvez caiba esta pergunta: será que as autopeças brasileiras são responsáveis por isso?

Fizemos um estudo da margem líquida de lucro das empresas de autopeças, separamos empresas de capital fechado às quais nós, no Sindipeças, temos acesso pelas nossas pesquisas e as informações públicas das empresas listadas em Bolsa. Dá para ver perfeitamente que as margens de lucro das empresas de capital aberto estão na média mundial e as empresas fechadas, as empresas pequenas têm margens muito menores.

Cabe também um comentário sobre a colocação feita pelo Subprocurador da República sobre concentração.

O nosso setor também se concentrou ao longo do tempo. Nós temos no Sindipeças aproximadamente 500 associados, mas 35 empresas ou grupos representam 70% do faturamento. Então há uma concentração brutal, motivada também por uma regulamentação que impede algum acesso a peças de manutenção também. De forma que lhe assiste inteira razão no que diz respeito ao comentário de concentração.

Nós escolhemos alguns fabricantes para estimar encargos trabalhistas e tributos escondidos nos componentes. Na verdade, vimos que as diferenças entre as empresas, dependendo do tipo de autopeça, são grandes, mas de um modo geral o nosso setor tem 22% de custos de mão de obra.

Nesse quesito cabe também fazer um registro que reputo extremamente importante: o nosso setor chegou a ter 260 mil empregados. Este ano nós perdemos 14 mil empregos. Então tem razão na sua colocação o Senador Lobão Filho. Este ano, 14 mil empregos foram perdidos no setor brasileiro de autopeças, conforme o gráfico que vem a seguir, da predominância das importações de autopeças.

Na nossa estrutura de custos de produção – em verde aparecem outros preços, em vermelho, a mão de obra –, vemos um acréscimo ao longo dos anos na componente mão de obra, devido, como todos sabemos, às negociações salariais. O fator trabalho está sendo mais valorizado no Brasil, e nós não nos insurgimos contra isso, pois isso nos gera o mercado no segundo momento.

A nossa preocupação – e eu pediria o quadro seguinte, por favor – está nesse quadro, que infelizmente ali parece pequeno.

Até o ano de 2007, o Brasil era exportador líquido de autopeças. Nós víamos autopeças brasileiras em todos os lugares do mundo. Eu mesmo viajo, vou todos os anos a praticamente todas as feiras de auto-

peças do mundo. A gente via uma presença brasileira muito forte.

De 2008 para cá, com a permissividade de importações, o que aconteceu? Nós saímos de um balanço positivo de quase US\$2 bilhões em 2006, e este ano vamos fechar com US\$6.6 bilhões negativos na balança comercial do setor de autopeças.

De novo identificando-me com o Procurador Antonio Carlos, as importações de peças não reduziram os preços dos veículos. Ao contrário do que as montadoras nos dizem – não estou comprando do produtor brasileiro porque as autopeças brasileiras são mais caras, e eu concordo, são mesmo pela nossa estrutura de custos, pela nossa estrutura de mão de obra – o consumidor não se beneficiou em nenhum momento dessa importação. O que ela causou foi o fechamento de postos de trabalho nas autopeças. Este ano teremos um faturamento líquido do setor de autopeças 12% menor do que no anterior. Então é uma situação extremamente... Eu diria até ridícula.

Todos noticiam em manchetes de jornais que o PIB brasileiro está crescendo em função da indústria de automóveis, e nós, do setor de autopeças, não participamos disso.

Historicamente – quero fazer este registro –, quando a indústria automobilística do Brasil foi implantada, na década de 50, foi feita uma política industrial voltada principalmente para o setor de autopeças. A lógica era de que se tivéssemos um setor de autopeças forte teríamos montadoras fortes.

Essa ideia mudou, o protagonismo do setor de autopeças desapareceu. Cria-se agora, como disse a Dr^a Margarete, um Inovar Auto, mas o que faz falta realmente é um Inovar Peças, porque, em que pese toda a boa vontade do governo, o Inovar Auto não contempla claramente um índice de nacionalização de peças. Ele ainda não remove totalmente da legislação o critério de considerar como nacional a propaganda, as despesas gerais, o lucro. Tudo isso é nacionalizado na fórmula vigente. Não houve uma modificação clara dessa fórmula. Eu não vi – e li várias vezes o Inovar Auto – nem sei qual é o índice de nacionalização de que precisamos. Concordo com ela que isso vai melhorar. Na nossa conta, vai melhorar em 2016, quando estaremos quebrados.

Para nós não há nenhuma justificativa para que junto com o Inovar Auto não tenha saído um mecanismo de rastreabilidade, que já existe. As normas ISO, normas TS, as normas pelas quais as empresas de autopeças trabalham já contêm um normativo que estabelece onde cada peça é produzida, inclusive com detalhe de fábrica. Portanto a rastreabilidade, a meu

juízo, deveria estar em vigor desde o início do programa, e não prometida para data posterior.

Hoje nós temos essa incerteza. Sabemos que a intenção do Ministério é a melhor possível, estamos participando disso, mas gostaríamos que fosse acelerado, porque, como eu disse, o setor está perdendo empregos e renda. Consequentemente a nossa capacidade de investimento tem diminuído e a nossa capacidade futura de dar respostas está desaparecendo.

O quadro abaixo, nº 6, mostra que deveríamos investir US\$1,8 bilhão em 2013, mas não temos conseguido acompanhar esses investimentos, justamente porque enfrentamos a concorrência das peças asiáticas e europeias também, de um modo geral.

Por fim, problemas da competitividade da indústria de autopeças. Nós elencamos a tributação excessiva na cadeia, uma baixa produtividade e insegurança jurídica por burocracia, baixo investimento em pesquisa e queda de compras locais, que talvez seja um dos mais importantes.

Encerro esta apresentação dizendo que nós, fabricantes de autopeças, gostaríamos de voltar a apresentar um desempenho positivo, ao contrário do que temos mostrado nos últimos anos. Para isso esperamos que o Ministério do Desenvolvimento, através das suas políticas, rapidamente atue para proteger o setor não no sentido puro e simples de proteção, mas que nos seja dada igualdade de competição. Assim nós saberemos dar a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Dr. Luiz Carlos Mandelli.

A Dr^a Margarete Maria Gandini gostaria de fazer a réplica em relação à citação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Então passo a palavra a ela antes de passar ao jornalista Joel Silveira.

Com a palavra a Sr^a Margarete.

A SR^a MARGARETE MARIA GANDINI – Obrigada.

Na verdade não é uma réplica, não é, Mandelli? Vocês estão participando junto conosco.

Acho que na hora em que fiz a explicação sobre a parte de adensamento da cadeia produtiva montante não fui clara o suficiente.

Na questão do conteúdo local, o programa representa um avanço bastante importante em relação ao que está posto tanto nas medidas atualmente em vigor para conteúdo local quanto nos acordos comerciais.

No que tange a conteúdo local, normalmente o que se tem é o cálculo do conteúdo local por diferença. Você pega o valor do carro menos o que é importado e tem um percentual de conteúdo local. Todos os intangíveis que o Mandelli colocou, que são os custos

indiretos, publicidade, margem, isso tudo entra como se fosse conteúdo local.

O programa que está agora colocado, Inovar Auto, é diferente. Ele não parte do total. É simplesmente o conteúdo de peças compradas no país e, dessas peças compradas no país, se desconta o que tem de conteúdo importado. Então, é o que a gente chama de conteúdo líquido ou peça sobre peça. Não vai ser por diferença. Todos aqueles custos indiretos, margem, isso não vai entrar no cálculo de conteúdo local. É simplesmente aquisição de peças no país menos o conteúdo importado que há nesses sistemas e nessas peças, os componentes importados. Esse é um ponto importante.

Rastreabilidade. O Mandelli colocou muito bem que, quando for lançada – e vai começar agora, em janeiro – a rastreabilidade, ainda não estará pronto o sistema de rastreabilidade. Como eu falei, são as compras locais, descontado o importado. Nós estamos, no momento, fazendo a modelagem dessa rastreabilidade para implantação do sistema. Essa modelagem deve estar pronta em fevereiro, mesmo porque teremos as habilitações definitivas que serão assinadas em março para vigorar a partir de 1º de abril. E aí, quando as montadoras assinarem esses termos de compromisso, a modelagem já tem que estar pronta. Até o final de fevereiro, o sistema de rastreabilidade, a modelagem dele, estará pronto, Mandelli. Realmente, houve um pequeno *delay*.

Na parte de autopeças, é algo que eu falei ontem no Sindipeças: o Sindipeças e os fabricantes estão trabalhando junto com a gente no âmbito do Conselho de Competitividade Automotiva no desenho de medidas. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr^a Margarete.

Com a palavra o jornalista Joel Silveira Leite. Dez minutos para o senhor.

O SR. JOEL SILVEIRA LEITE – Eu queria agradecer, em primeiro lugar, o convite para participar desta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Realmente fico muito satisfeito em poder contribuir com essa discussão, que é fundamental. É tão importante que, desde que comecei nesse setor como jornalista, há quase 30 anos, comecei a questionar o preço do carro. Isso me moveu a desenvolver uma série de trabalhos e de estudos de mercado feitos na agência AutoInforme e a chegar a uma reportagem no ano passado que foi a mais importante que fiz até hoje, em função da repercussão que ela teve e, mais do que isso, para trazer à tona a questão do lucro.

Eu sempre ouvi, assim como nós, da imprensa especializada e imprensa em geral, que o grande pro-

blema do preço do carro no Brasil seriam os impostos. Os impostos sempre foram os vilões. Obviamente, o Brasil aplica uma taxa tributária muito grande no carro e em outros produtos também, como foi mostrado aqui, mas nada justifica o preço do carro no Brasil comparado com o que ele é vendido em outros países. Isso é que me motivou a estudar mais profundamente isso, a relatar esse tipo de coisa nos jornais, nas revistas e nos sites em que faço o meu trabalho. Então, tenho uma apresentação rápida do que entendo e do que observei nesse período em relação a isso.

Primeiro, a relação custo Brasil com o lucro Brasil. Tudo que se coloca para justificar o preço alto do carro é posto na questão custo Brasil. Tudo é custo. Como eu disse, o grande vilão sempre foi a carga tributária, e se colocam como os grandes responsáveis pelo aumento de preço a infraestrutura e o transporte no Brasil, com o que realmente eu concordo.

Há um exemplo muito interessante, dado pelo Sérgio Habib, da Jac Motors. Ele disse que um galpão na China custa R\$400,00 o metro quadrado e, no Brasil, R\$1.200,00. Um frete, de Xangai a Pequim, custa R\$330,00, e de São Paulo a Salvador, que é mais ou menos a mesma distância, R\$1.800,00.

Há a questão dos portos, que é muito criticada em todo o mundo por todos os setores que dele necessitam para a realização de seu negócio, e a economia de escala, que sempre foi muito criticada, e hoje não se justifica esse argumento, uma vez que, como já foi dito aqui também, somos o quarto maior mercado, o sexto ou o sétimo maior produtor, com quase 4 milhões de unidades.

Apesar de todas as críticas, esse levantamento mostra que a carga tributária teve uma queda de 1997 a 2012. Houve um pequeno aumento no carro 1.0, de 0,9%, mas, nas outras categorias, houve uma queda: 4,4% no carro médio a gasolina; 3,3 no flex e no carro a álcool e até nos carros de luxo. Enquanto a carga tributária total do País teve uma elevação, subiu de 30% para 35% no período de 2000 a 2010, a carga tributária do automóvel caiu.

Usa-se muito o Corolla como exemplo de preço no mundo, porque é um carro vendido em mais de 100 países. Então, ele é quase uma referência do mundo inteiro. A diferença é muito grande. Não dá para explicar isso. Não tem índice de carga tributária, não tem imposto que consiga fazer, pelo menos superficialmente, você entender isto – eu, que não tenho conhecimento profundo sobre imposto: US\$16,2 nos Estados Unidos, US\$21,6 na Argentina e US\$28,6 no Brasil. A Argentina está aí para mostrar. Normalmente, compara-se o Brasil com o primeiro mundo, com o qual temos diferenças grandes. Nos Estados Unidos, por exemplo,

a formação do imposto, como foi dito aqui, é de 6.9%, enquanto nós temos 32%. Isso justifica a diferença maior para o Brasil.

Você também coloca as outras questões todas do custo Brasil, que no Brasil é muito caro em relação a países do primeiro mundo. Mas, comparando com a Argentina, país com o qual temos semelhança do ponto de vista de estrutura e até de carga tributária, além de necessidades que o País tem, também a diferença é muito grande.

O Corolla não é um exemplo único. Há vários exemplos de carros em que a diferença de preço é muito grande. O Kia Soul, por exemplo, custa quase o dobro do que custa no Paraguai, gente!. O Paraguai é um mercado absolutamente incipiente. O Mercedes ML 500 tem uma diferença absurda: R\$75 mil nos Estados Unidos e R\$265 mil no Brasil. O Jetta, o Gol Emotion, enfim, é uma sequência que não tem fim

Esse quadro eu peguei de uma apresentação do Sérgio Habib, da Jac. Ele comparou alguns produtos com o Corolla, em vários países do mundo, com o objetivo de mostrar que não só o carro custa muito mais caro no Brasil, mas também outros produtos. Isso é verdade. Mas esse quadro, como vocês vão ver para a frente, mostra também que o Brasil tem o carro mais caro do mundo e não necessariamente os demais produtos. No caso do Corolla, o preço convertido em dólar para todos os países: US\$28 mil no Brasil, US\$24 na Alemanha, na China, e assim por diante. No Japão, US\$16 mil, assim como nos Estados Unidos.

A diferença de preço do frete de mil quilômetros, no Brasil e em outros países, como foi dito, é muito pequena, se você considerar em relação ao preço do carro. Quer dizer, no Brasil um carro custa US\$28 mil e US\$16 mil no Japão. O frete é semelhante. Em relação aos Estados Unidos, também. A diferença entre frete e carro é muito diferente: 474 para 360. Eu não tenho o percentual aqui calculado, mas isso nem é preciso. O carro é 28 para 16. E assim por diante. Uma TV LG de 42 polegadas no Japão é mais cara do que no Brasil. A relação que se fizer com Brasil e Alemanha, por exemplo, é maior do que a do carro. Uma calça Levi's, a relação de preço do Brasil com os outros mercados também é bem diferente do carro. É até bem mais barato do que na Alemanha e no Japão, por exemplo, e não muito distante da China, só longe dos Estados Unidos.

E o lucro Brasil fica claro em alguns momentos, em algumas situações do mercado de carros. O Governo aplicou o Super IPI por um pedido das montadoras, que se sentiram ameaçadas pela chegada dos carros chineses. E aqui fazendo um parêntese, os carros chineses chegaram a preços de carro de entrada, a preço de carro básico, com equipamentos que carros brasi-

leiros de entrada não tinham nem como opcionais – *air bag*, ABS, trio elétrico, computador de bordo –, oferecendo ao consumidor algo que ele jamais teve em toda a indústria automobilística até hoje, quer dizer, esses equipamentos de segurança de segurança e conforto pelo mesmo preço. Isso preocupou as montadoras, uma preocupação que acho bastante exagerada. Falou-se até de uma invasão de chineses. Bastando fazer uma conta, você percebe que o volume de vendas de carros chineses no Brasil é menor do que vende somente a Kombi. Então não existe nenhuma invasão chinesa. Em minha opinião, não tem sentido essa preocupação.

Foi aplicado o IPI de 30%, o que eliminou essa concorrência. Com o aumento de 30% adicionais de IPI, o preço do carro deveria subir 30% para acompanhar, para manter a margem de lucro. O que aconteceu? O preço subiu 10%. No caso do Soul, ele nem subiu, por uma questão de concorrência. E aí, qual foi o argumento das importadoras? “Bom, tivemos uma negociação de margem com o produtor. Chamamos o fabricante, o importador abriu mão de margem, o distribuidor, também, e estamos virando.” O que quer dizer isso? Que a margem está muito gorda. Existe muita gordura para queimar.

O preço de importado é 2,7 a 3,4 vezes o preço FOB. No caso do Land Rover, que é o exemplo de um carro de 3,4, o resultado seria esse. O preço FOB desse carro de R\$100 mil chega para o consumidor brasileiro por R\$340 mil.

É isso. Eu fiz uma apresentação bem rápida e estou à disposição de vocês para qualquer outro tipo de pergunta.

Eu só queria dar mais uma informação rapidamente. Foi falado aqui de aumento de preço no período, nesses últimos tempos. A AutoInforme faz um levantamento, estudos de mercado, com base no preço de verdade, como nós chamamos, que é o preço realmente praticado. É importante entender quando se fizer qualquer análise de preço, verificar o preço que o consumidor está pagando, porque não é necessariamente o preço de tabela. Esse estudo de mercado mostra o seguinte: de 2001 a 2011, o aumento de preço do carro foi 39%, apesar, como nós vimos, de até uma redução do imposto. Mesmo assim, considerando que, na crise de 2008, houve uma queda de preço do carro de 4%, na crise de 2008 houve outra queda de preço de 4%. E por quê? Porque nos dois casos o Governo reduziu o IPI. O que caiu de preço do carro foi em função da retirada do imposto e não caiu totalmente, porque ele tirou 7 e caiu 4.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado, Dr. Joel Silveira Leite.

O representante do Sindipeças pede a palavra para complementar a exposição dele. Eu perguntaria aos Srs. Senadores se seria conveniente ou iniciá-amos já as indagações dos Srs. Senadores presentes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela importância do tema e como a Drª Margarete já deu umas respostas, eu penso que seja importante que ele faça as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, tendo em vista que não há reticências em relação à colocação do Sr. Luiz Carlos, passo a palavra a ele, dando três minutos para colocações finais.

O SR. LUIZ CARLOS MANDELLI (*Inaudível. Fora do microfone.*) –... da Lei Ferrari e criação de uma autoridade regulatória. Eu diria que o automóvel adquiriu uma importância tão grande na vida moderna que os aspectos a ele referentes não podem se limitar apenas à produção e preço. Hoje, os países desenvolvidos na Europa discutem o desmanche dos veículos, a reciclagem dos veículos, não pura e simplesmente, como nós temos, um desmanche indiscriminado que, na verdade, alimenta apenas peças usadas para a informalidade. Hoje se exige na Europa que os fabricantes, ao projetar um veículo, pensem na destruição do veículo, pensem na sua destruição sem causar danos ao meio ambiente.

A Europa e os Estados Unidos praticam, de uma maneira contumaz, planos de renovação de frota, e apenas uma visão muito concreta: um automóvel carburado joga 16 vezes mais partículas nocivas na atmosfera do que um veículo moderno. Portanto, não tem sentido a lei brasileira isentar de IPVA os veículos antigos e cobrar IPVA sobre os novos, quando na Europa ou nos Estados Unidos a política é exatamente o contrário: a tributação recai sobre os veículos mais velhos, pois esses, evidentemente, poluem mais.

Dando esse exemplo, só quero dizer que talvez aqui, fruto desta audiência pública, possa o Senado evoluir para uma política muito mais abrangente sobre os veículos, não apenas limitado à sua produção, comercialização e preço, mas indo muito além, entendendo também aspectos de meio ambiente e de melhor qualidade de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Dr. Luiz Carlos.

Srª Senadora Ana Amélia, Sr. Senador Ivo Casol, Sr. Senador Marco Antônio, Senador Cyro Miranda, percebemos claramente que esse setor sempre culpou a voracidade do Governo em relação aos impostos. E é verdade, os impostos são grandes, mas percebemos também que as montadoras, pela margem de lucros três vezes superior à americana e o dobro da

aplicada no mundo, a margem de lucro das montadoras ainda tem muita gordura para ser negociada em favor do brasileiro.

Percebo que o Governo brasileiro fica enviando medidas para diminuição do IPI, o que é paliativo, em vez de fazer um estudo mais profundo e definitivo sobre esse setor. O brasileiro, que esteve represado há tanto tempo de consumir, teve facilidades recentes em linhas de financiamento, em média de renda, e está ávido por adquirir bens e serviços. O brasileiro está passando por cima disso tudo e comprando, e comprando mal, mais do que o mundo está pagando. E esta Casa deve tomar todas as medidas. Digo isso com toda a tranquilidade, na ausência da Anfavea, porque a Anfavea tem um assessor legislativo presente em algum lugar desta Comissão. Está na hora de esta Casa se posicionar em defesa do cidadão brasileiro e acabar com esse oligopólio que tanto tem prejudicado o consumidor brasileiro.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, autora do requerimento de criação desta audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Lobão Filho, caros Senador Ivo Cassol, Senador Cyro Miranda e Senador Marco Antônio, obrigada pelo apoio desde o início desta audiência pública.

Eu queria começar agradecendo muito a sensibilidade do Presidente desta reunião no entendimento das questões abordadas, não só pela relevância do tema, da defesa do interesse maior, que é da sociedade, mas também pelo fato de cobrar a ausência do principal protagonista nesse processo.

Quero começar pelo final. O meu colega, porque fui jornalista, o Joel disse que não há uma invasão chinesa de automóveis, mas tem uma invasão chinesa ou asiática de autopeças, porque sair de uma posição de US\$2 bilhões de exportação brasileira para uma posição de US\$6,6 bilhões de importação, então tem. E aí vem uma lógica. Eu fico pensando as coisas: por que ele está comprando a peça lá? Porque ela é mais barata. Se ela é mais barata, qual é a lógica? Ela deve reduzir o preço do custo final do veículo, e isso não está acontecendo. Então, penalizando de um lado a questão mão de obra de um setor que se organizou ao longo do tempo, que é o de autopeças – sou de um Estado onde esse setor é muito importante, o Rio Grande do Sul – e não há justificativa plausível, do ponto de vista da lógica e da própria economia para não haver um repasse de aproveitamento disso, até do ponto de vista social e da responsabilidade, porque eles não podem estar só preocupados com lucro; têm que estar preocupados com o desenvolvimento do país, afinal este é o quarto mercado de automóveis no mundo. Então, que preservem a galinha dos ovos de ouro e não ma-

tem esse setor, porque, tirando esse empregado aqui, esse trabalhador da autopeça, ele está tirando o consumidor do seu automóvel. Essa é uma cadeia, como explicou muito bem o Dr. Antonio Carlos, que tem que ser vista nesse procedimento.

Estou vendo aqui muitas questões. Antes de qualquer coisa, eu queria agradecer a dois consultores que fizeram um bellissimo trabalho, a meu pedido, no gabinete: o Renato Friedmann, que é Consultor Legislativo do Senado, e o Rafael Borges Leal de Souza, também Consultor Legislativo.

Fico também gratificada porque o nosso Subprocurador da República, Dr. Antonio Carlos Fonseca da Silva, mencionou muito a Lei Ferrari. Sou autora de uma proposta de mudança nessa lei, Dr. Antonio Carlos, e o relator está aqui, o Senador Ivo Cassol. Eu imagino que pelo menos elas, digamos, minimizem os efeitos nefastos da lei do ponto de vista da concorrência, para não criar, digamos... Uma lei de 79. De lá para cá, houve uma mudança muito grande no mercado, na economia, no setor industrial brasileiro, que já revela aí a sua...

O senhor tem duas propostas: revogar totalmente ou fazer uma reforma parcial. Talvez o primeiro passo seja revogar parcialmente até chegar a concluir a questão.

Eu queria perguntar à Drª Margarete. Ela não fez referência, quando falou do Inovar Auto – também agora concordo que o Inovar Peças seja apresentado –, à questão dos carros híbridos, que foi aqui situada, numa audiência anterior, pelo Senador Eduardo Braga, em relação a essa nova tecnologia. Carros híbridos têm um efeito econômico e um efeito, sobretudo, do ponto de vista ambiental, que é a combinação do carro elétrico e a gasolina. Eu queria saber sobre o posicionamento da senhora a respeito dessa questão, lembrando até a manifestação do Senador Eduardo Braga.

Viu-se que também não é, de fato, a questão do IPI e o Governo leniente, um pouco desatento quando concede o incentivo fiscal, como é a redução do IPI para o preço do automóvel, a não ter um comprometimento mais firme em relação, por exemplo, a um índice de nacionalização de autopeças ou outros, porque vimos aqui carros que têm um custo de produção como esse dos Estados Unidos, que foi citado pelo Joel: US\$16 mil e R\$28 mil no Brasil. O custo de produção nos Estados Unidos é de 79%; no Brasil, 56%. Em compensação, o lucro nos Estados Unidos é metade do que o lucro auferido no Brasil, é um terço.

Também me chamaram a atenção para as remessas dos lucros das empresas do setor: um aumento de 35% no período, sendo de 34% o lucro das empresas desse setor.

Como todos dissemos aqui, não estamos contra o fato de que elas sejam lucrativas. A lucratividade é, digamos, o motor que sustenta novos investimentos. Agora, também nesses aspectos, nós temos que dar uma olhada com mais rigor.

Estou extremamente preocupada com essa questão do setor de autopeças. A Dr^a Margarete já deu uma resposta.

Eu lhe faço essa pergunta. Queria perguntar ao Dr. Mandelli quais são as saídas para esse processo. Essa questão de nacionalização já obrigou o Brasil a rever um acordo automotivo com o Uruguai, por conta de um entendimento que o Uruguai tinha feito lá, estava fazendo montagem e o Brasil teve que rever por pressão política do próprio governo uruguaio. Então, estamos também atendendo a alguns interesses do setor.

O setor automotivo brasileiro também importa carros do México. O Governo brasileiro mudou o acordo automotivo com o México? Eu queria saber do Dr. Andrey qual foi a origem dessa mudança do setor, ou da Dr^a Margarete – quem estiver mais habilitado dentro do Governo. O que essa alteração objetivou nesse acordo automotivo?

Do Joel, saber qual é, enfim, a solução mais prática para isso.

Do nosso Mandelli, que medidas esse setor deveria buscar e como o Congresso, o Senado pode colaborar para resolver essa questão, que é muito séria, como agora se viu aqui.

Essas são as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra agora ao Senador Marco Antônio.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Senador Lobão Filho, quero cumprimentar toda a Mesa.

Eu gostaria de fazer uma observação sobre uma tela apresentada pelo Dr. Luiz Carlos e também sobre o que falou a Senadora Ana Amélia.

Acontece que nesse quadro que distribui a divisão de impostos, margens e custo de produção, comparando Brasil, mundo, Estados Unidos, e tem a observação que se faz: o custo de produção no Brasil, em média, é menor 21 pontos percentuais em relação ao mundo. Essa diferença só é verdadeira – quero crer e gostaria que o senhor pudesse esclarecer isso – com relação ao percentual, porém, como o preço no mundo, pela sua outra tela apresentada, é de quase 50% o preço brasileiro, significa que esses 58%, Senadora... Não significa valor menor. Muito pelo contrário, é um valor muito maior de produção no Brasil do que nos Estados Unidos e no mundo.

Eu gostaria que o senhor pudesse falar sobre isso, mas entendo, pelo seu gráfico, que, na verdade,

significa que o custo de produção brasileiro é muito maior, ao contrário do que aqui estaria dizendo, que seria de 21 pontos percentuais menor.

Eu também gostaria de entender do Dr. Antonio Carlos, quando ele diz da concentração e da Lei Ferrari, quando ele enumera que a baixa capilaridade da distribuição no Brasil seria um dos causadores desse alto custo do carro. Porém, também baseado na tela que o Dr. Luiz Carlos Mandelli apresentou, ele diz que essa margem de lucro é de 10%. A pergunta é a seguinte: sendo tão representativa a diferença de preço entre o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo, que chega ao dobro simplesmente, a razão estaria nesses 10%?

Parece-me que o senhor concentrou ativamente toda a sua... Entendi que seria esse o grande problema do Brasil. Mas isso representa muito pouco em relação ao valor do custo da montadora para construir o veículo.

Quero dizer também, sobre essa questão da distribuição, que não se pode realmente comparar com eletrodomésticos o carro, que envolve uma tecnologia diferenciada e implica segurança das pessoas de uma forma bem mais elevada do que a linha branca.

Então fica a minha observação e o meu questionamento aos senhores.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Marco Antônio Costa.

Passo a palavra agora ao grande Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado pela referência, mas grande em todas as expressões é V. Ex^a, que conduz com muita competência esta nossa reunião.

Quero parabenizar a Senadora Ana Amélia pelo requerimento extremamente oportuno.

Nosso colega colocou as questões que eu estava visualizando. Até porque eu tive uma informação, cerca de um ano atrás, de que eles fizeram uma comparação, desde o início da linha, tirando todos os impostos na Europa, nos Estados Unidos e aqui no Brasil, e a conclusão era de que o custo nosso era maior. Tirando em toda a cadeia, porque não pode chegar apenas à indústria automobilística daqui sem considerar a carga que vem das autopeças.

Com muita propriedade colocou também o Senador Lobão Filho que, quando a gente importa os produtos da Ásia, dos outros continentes que têm um preço menor, isso não tem a menor influência no produto final. Eu nem sei se esse lucro declarado é o real também. Eu acredito... Os balanços são mascarados. Eu não sei se esses 10% nossos são os 10%. Agora, o Governo brasileiro tem sempre uma preocupação e é ele quem toma a iniciativa, ele é quem faz a redu-

ção. Eu ia fazer uma proposta: que a redução fosse também proporcional ao lucro. No dia em que ele falar assim “vou retirar o IPI”, então nós também vamos, na ponta final, reduzir um percentual. Acho que o esforço deve ser dos dois lados, porque está muito cômodo. A indústria nossa pressiona: não estou vendendo, vou desempregar, vou fechar a fábrica, e o Governo brasileiro corre. Então, vamos fazer o seguinte: somatório de esforços, como foi feito, dito pelo jornalista, e aconteceu na Ásia: olha, reúne aqui distribuidor, fabricante, autopeças, todo mundo dá o seu quinhão. Vamos baixar o preço para vender? Vamos. Então, vamos fazer a mesma coisa.

Sugestão ao Governo. Vamos baixar o IPI? Vamos. O senhor vai baixar 2% do seu lucro. Senão não há baixa de IPI. Vou fechar. Feche. Vou demitir. Demita. Não é justo que essa conta seja tão alta.

Então, não era bem uma pergunta, mas algumas considerações para que a gente possa refletir. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, palestrantes, eu quero dizer que, com experiência do Executivo, dois mandatos de prefeito e dois mandatos de governador, eu vejo a política nossa, do Governo Federal, incentivar reduzindo impostos para comercializar mais veículos como se a solução do Brasil estivesse na fabricação dos nossos carros.

Eu vejo o contrário. Hoje nós estamos sacrificando a maioria da população brasileira por falta de recursos nas prefeituras para comprar medicamentos para atender um paciente no hospital. Enquanto isso, assistimos incentivos para quem compra carros. Quem compra carro tem dinheiro no bolso. Quem compra carro é porque tem condições. E para quem vai comprar carro, pagar R\$3 mil a mais ou R\$5 mil a mais ou R\$5 mil a menos não vai fazer diferença. Se tivesse que dar isenção para ajudar a população, teria que dar é na compra de remédio, porque nós temos muitos aposentados aí que gastam a maioria do seu salário de aposentadoria com compra de remédio. E vejo com tristeza – eu acompanhei e senti na pele, em 2008 e em 2009 – o Governo Federal dando incentivos para os fabricantes, para quem compra carro... No final, quem paga é o consumidor. Depois, eu vi promoção no mercado, no comércio com os próprios veículos baixos, como se não existisse mais IPI.

Então, o que eu vejo na tabela dos carros fabricados no Brasil? Há uma gordura exagerada, comparado com outros países. Há um lucro maior do que nos outros países, e nós aqui não podemos aguentar um

pressãozinha – e me desculpe a expressão – e nos molhamos todinhos. Nós não podemos aceitar isso, gente.

Ao mesmo tempo, Há que se incentivar a industrialização? Há que incentivar. Temos que se incentivar o consumo? Temos que incentivar. Agora, o que nós não podemos concordar é que, quando se incentiva na compra de veículos, o próprio Governo se esqueça de investir em infraestrutura.

Olha Brasília aqui. Lá na década de 90, 94, meu pai era Deputado Federal, eu vinha para cá, nós andávamos nas avenidas, nas ruas aqui, e nem sinalheiro precisava. Hoje, para sair da nossa 309 para chegar aqui no centro, há dias em que se gastam 20, 25 minutos. E para quem mora mais longe é pior ainda.

Quer dizer, estamos incentivando o consumo da produção de automóveis, mas, ao mesmo tempo, o investimento na infraestrutura praticamente é zero. Estamos, de um lado, dando incentivos de impostos, quando, na verdade, essa receita estaria nos cofres públicos para investir em educação, segurança e saúde e, ao mesmo tempo, nós vemos fabricantes – desculpem-me a expressão se há alguém que representa algum fabricante – com gorduras excessivas. Eu estava olhando dados que mostram que há outros países em que o lucro é bem menor.

Ao mesmo tempo, Presidente, eu me recordo de 2010. Nós tínhamos carro, e eu comprei até carro com o mesmo preço de desconto do IPI. Qual é a mágica que houve na fábrica? O que foi que aconteceu? Quer dizer, resultado: nós estamos pagando com sacrifício do povo brasileiro.

Hoje, a crise que está na Europa, a crise que há em outros locais do mundo também tem pegado de leve o Brasil? Tem. Mas eu não vejo como solução, não vejo como resultado... O que nós precisamos, sim, é dessa política que o Governo Federal está fazendo hoje: colocando juros no mercado a 2,5% ao ano para que as indústrias possam se desenvolver, fazer um bom trabalho e construir muito mais. Aí sim, nós vamos ter dinheiro circulando. Enquanto existiam juros de 10%, 12% ao ano para se investir, você praticamente trabalhava e dava metade ou mais da metade do seu lucro para pagar impostos para o Governo.

Então, vejo que, nessa política, pode ter certeza, Senadora Ana Amélia, a senhora que fez solicitação desta audiência, como relator dessa matéria, nós precisamos, em primeiro lugar defender o Brasil. Nós precisamos defender, é lógico, mesmo que venha autopeça da China ou de outros lugares para cá, entrando no mercado, que era de 2 bilhões, hoje foi para não sei quantos bilhões, 6 bilhões de compra de autopeças. Assistimos cada vez mais os sindicalistas querendo diminuir o trabalho e ganhar mais. Eu não

veja ninguém. Eu vejo o programa aqui: vamos tirar de 44 horas para 40 horas, mas ninguém fala em redução de salário. Querem ganhar a mesma coisa.

Eu sou ao contrário. Sou a favor de que neste País, no nosso Brasil, se mude, não se estabeleçam mais 40 horas. Neste País e nesta Casa, podemos estabelecer que horário de trabalho fica a critério de quem aguenta, de quem quer. Não precisamos ver os nossos filhos sair daqui e trabalhar na Europa para ganhar dinheiro e mandar para cá.

Há muitos brasileiros aqui, Sr. Presidente, que, na verdade, querem viver com o Bolsa Família. Há muitos. Então, deixe-os acomodados lá. Mas há muitos brasileiros que querem trocar de casa, há muitos brasileiros que querem trocar de carro, há muitos brasileiros que querem trocar de bicicleta para moto, de moto para carro. Esses são obrigados a produzir só 44 horas e chegar ao final de semana, mesmo que queiram trabalhar, não podem trabalhar mais do que 2 horas. Quer dizer, estão amarrados, e são profissionais competentes, capacitados.

Então, neste Brasil, no nosso Brasil, que é competitivo, enquanto nós aqui criamos muitas facilidades de um lado, ao mesmo tempo, em outros países iguais à China se trabalham 27 dias por mês, trabalham-se 12 horas por dia. E não quero comparar o Brasil com a China de maneira nenhuma, porque o que nós conquistamos aqui é legal, é leal. Mas eu acredito que nós podemos, sim, sem precisar parar a indústria automobilística, sem precisar parar o setor de autopeças, simplesmente apertar onde o lucro é maior, que são os fabricantes. Bom, na autopeça tem uma gordura? Que se corte também! Que se reduza também! Desde o pneu, da peça até de quem produz a tinta e de quem vende o carro pronto já na outra ponta. Com certeza, depois que o Governo Federal acabar com o incentivo do IPI, vocês podem assistir no mercado “aproveitem e comprem o carro, que não tem a redução do IPI, mas o IPI não está computado”. E isso que tem na verdade feito a oferta e a procura. O comércio é isto: é quem oferece o menor preço para poder comercializar.

Infelizmente, somos nós que estamos pagando esse preço, com falta de medicamento nos hospitais do Brasil afora. Prefeituras não estão fechando a conta, não estão fechando a conta. E o que é mais engraçado disso tudo, Sr. Presidente, o descabimento de tudo é o Governo Federal quer fazer uma graça: dar incentivo para setor industrial, para o setor de tudo. Por que não faz com a fatia dele? Por que não pega a contribuição? Não, pega o dinheiro que divide com os Estados e com os Municípios. Quer fazer festa? Pega a contribuição social. Foi o imposto criado após a Constituição de 88, que hoje é muito maior do que os impostos. Não.

Vamos fazer a redução, vamos fazer o incentivo, mas vamos fazer do que se divide.

Colegas Senadores, isso é ruim, porque nós estamos vendo os Estados capengando. Se pegar o Estado do Rio Grande do Sul, tem dificuldade; se pegar Rondônia, não é diferente. Se pegar os outros Estados... A não ser o Estado de São Paulo, outros lugares que têm uma economia já estabelecida, forte, aí é diferente. Mas nos Estados menores ainda o que resta são incentivos para puxar algumas indústrias para lá, e, muitas vezes, ainda é visto com maus olhos.

Portanto, nós temos que discutir nesta Casa e ver o que é melhor para os consumidores brasileiros e, ao mesmo tempo, para a Administração Pública.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador. Concorde plenamente com suas palavras e até tenho curiosidade para ver o que vai impactar nos automóveis. A redução da energia elétrica vai ser de 17% a 20% a partir de março. Vamos ver se isso vai reduzir o preço final dos veículos.

Então, vamos passar à Sr^a Margarete Maria, para que possa responder as indagações dos Senadores presentes.

Logo após, o Dr. Luiz Carlos. E, para finalizar, o Dr. Antonio Carlos Fonseca.

Com a palavra, a Dr^a Margarete.

A SR^a MARGARETE MARIA GANDINI – Vou ver se consigo falar sobre os pontos que foram levantados e acrescentaria o seu comentário sobre a redução do custo da energia elétrica e os efeitos em termos de desoneração da folha de alguns setores produtivos.

O Governo, no âmbito do Plano Brasil Maior, tem trabalhado com algumas medidas estruturantes no sentido de efetivamente reduzir o custo de produção no País.

Então, começando a responder as questões, os 30% adicionais, só fazendo um ajuste, não são para os importados. A preocupação central, quando se desenha esse documento de política industrial para o período 2013/2017... Eu coloquei muito bem que a redução desses 30% vai se dar de acordo com o desenvolvimento de fornecedores no Brasil, mais especificamente na aquisição de peças e componentes no País. E a preocupação central, no desenhar desse programa, foi justamente a desnacionalização que vinha se observando no tema de autopeças. Isso ficou em alguns segmentos e saltava muito aos olhos, especialmente na parte de caminhões. Então, foi decisivo, por exemplo, para a inserção de caminhões e chassis com motor no programa Inovar Auto. Havia uma tendência grande de desnacionalização de peças e componentes nos caminhões.

Até para efeitos de números, o déficit da balança comercial em termos de autopeças estava em US\$2,4 milhões, em 2009. Em 2011, foi para US\$4,9 milhões. E, de janeiro a outubro de 2012, US\$5,3 milhões de déficit na balança comercial de autopeças. Virão outras medidas, mas é uma preocupação central o Inovar Auto, porque o que o pessoal de autopeças sempre diz que quer ser fabricante de automóveis e simplesmente montar peças que virão de fora.

Junto com isso, vem um compromisso muito firme do Governo na atração de investimentos produtivos para o País e a preocupação com a geração de emprego e renda. Isso fica muito claro no programa. O Ministério da Fazenda pode falar mais sobre a questão da redução de IPI, mas o que a gente acompanhou é que essa redução de IPI veio juntamente com uma contrapartida de compromisso de manutenção de empregos. Então há esse compromisso firme do Governo na questão de manutenção de empregos.

Outro ponto muito bem colocado refere-se à parte dos carros híbridos e elétricos. No mesmo comentário, eu acrescentaria o tema da renovação de frota.

Essa agenda da eletromobilidade, com foco bastante grande em transporte coletivo, ônibus e táxis, está na agenda do Conselho de Competitividade. Nós temos, agora na sequência, esse programa de autopeças, desenhando, e o próximo passo é uma agenda da eletromobilidade, como chamamos.

Nesse sentido, já foi conversado com o Ministério da Fazenda para definir uma posição específica na Tipi, na Tabela de Incidência do IPI, para os veículos híbridos. Atualmente, eles são classificados junto com os demais veículos, mas precisamos preparar o caminho para essa discussão sobre como vamos apoiar a introdução de veículos híbridos no País, com foco bastante grande na parte de transporte coletivo, aí entrando táxis e ônibus. E já há Estados com iniciativas nesse sentido. Então vai ser um esforço conjunto.

A parte de renovação de frota também é algo que está na agenda do Conselho de Competitividade, e precisamos, então, avançar.

(Soa a campanha.)

A SR^a MARGARETE MARIA GANDINI – Vamos ver o que mais tem... Sobre os acordos, que foi dito pela Senadora Ana Amélia...

Desculpe-me, eu tenho mais um minutinho, né? Vou falar sobre os acordos automotivos.

Ocorreu neste ano, com essa preocupação de preservar empregos e investimentos no País, a renegociação do acordo automotivo com o México, porque o Brasil estava realmente com um crescente déficit no setor, que passou de US\$524 mil, em 2010. Em 2011,

estava em US\$1,5 milhão e, de janeiro a outubro de 2012, US\$1,9 milhão. E esse crescente déficit estava promovendo, na verdade, investimento produtivo no México em lugar ao invés de esses investimentos se instalarem aqui no Brasil. Essa foi uma das preocupações.

Também com o Uruguai foi feita uma renegociação, e isso está permitindo expandir a nossa exportação para o Uruguai. Para nós é importante essa possibilidade de expandirmos a exportação brasileira para outros países, cada vez mais com conteúdo nacional.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com esse número que a Dr^a Margarette deu, nota-se a força política que a montadora tem, porque o Governo mexeu no acordo por conta de US\$1,9 bilhão, mas não mexeu na autopeça, que foi US\$6,5 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Dr. Luiz Carlos Mandelli.

O SR. LUIZ CARLOS MANDELLI – Tenho anotado as perguntas. Primeiro, a Senadora Ana Amélia me faz uma pergunta sobre que medidas nós propomos.

Nós estamos propondo há muito tempo junto ao Ministério das Cidades, que coordena o Denatran, uma medida de inspeção veicular para retirar da rua os veículos que representam um perigo à segurança das pessoas.

Essa grande conta de acidentes no Brasil – o Brasil tem 45 mil acidentes com danos pessoais por ano – quem paga é o Poder Público. São aposentadorias precoces, demandas ao Sistema Único de Saúde pagas inutilmente, porque o País permite o tráfego de veículos sem a menor condição.

Por que nós, do setor de autopeças, temos interesse nisso? As nossas vendas de peças de reposição têm baixado, porque temos observado que os veículos mais antigos se alimentam de peças de desmanche, alimentam-se de peças não autorizadas, alimentam-se de verdadeiras sucatas. Esses veículos causam acidentes, causam mortes, causam problemas. Essa conta é paga pela sociedade brasileira, de uma maneira absolutamente inútil.

Isso não é um projeto. O Código Brasileiro de Trânsito já prevê a inspeção veicular. Falta, na verdade, uma regulamentação, uma portaria e um estabelecimento definitivo por parte do Ministério das Cidades. É uma ação de Governo que a meu juízo se impõe de uma maneira imediata.

Também é evidente que as outras medidas que nós estamos defendendo para o setor são aquelas que

expus: que o Inovar Auto contenha um componente de Inovar Peças com a definição clara de rastreabilidade.

Por que falamos em rastreabilidade? Vemos muita importação mascarada, até por conta de montadoras que, em vez de importar diretamente no CNPJ delas, importam com o CNPJ de uma *trading*. Então, lá na estatística, o Governo fica bonzinho: ah, a montadora até exportou. Não, na verdade, ela importou muito através de uma *trading*. Esse tipo de subterfúgio só se combate com um sistema de rastreabilidade e a perfeita possibilidade de isso ser introduzido. Fico feliz que a Dr^a Margarette concorde comigo.

Quanto à pergunta do Senador, realmente S. Ex^a tem toda a razão. O meu quadro é relativo. Nós fizemos valores relativos no quadro. Em números absolutos, os custos brasileiros são maiores, em função de o aço ser mais caro, em função da logística ser mais cara, em função muitas vezes de o volume ser menor. Por que apresentamos sempre de maneira relativa? Porque estamos aqui, o foco foi a questão do preço dos veículos. É evidente que a aquisição de peças no Brasil para nós é um ponto básico.

Nós temos – e vou me meter em algo que não me foi perguntado diretamente – veículos híbridos e elétricos. Nós, do setor, temos uma consideração bastante diferente. Entendemos que este País desenvolveu a tecnologia do etanol, a tecnologia do álcool para beneficiar e abrir grandes oportunidades de trabalho, descentralizado no interior do Brasil, em regiões como o Nordeste, a cultura de cana. Em vez de apostar, ficamos sempre, no nosso setor, pensando: por que trazer tecnologias elétricas ou híbridas para o Brasil, extremamente complexas, que vão nos conduzir a uma dependência tecnológica, se temos uma solução não poluente que gera empregos e gera renda no Brasil? E por que isso não acontece? Desculpem-me, mas essa é uma consideração de brasileiro que tenho que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Luiz Carlos.

Passo a palavra agora ao Dr. Antonio Carlos Fonseca. A palavra está com V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS FONSECA DA SILVA – Está claro que os preços são altos. Está claro que os lucros são altos. E há fortes suspeitas de que se trata de preços anticoncorrenciais.

O que o Estado pode fazer diante de preços altos? Sem medo de errar, digo que só há três caminhos. Primeiro, subsídio. Nem pensar. O IPI, por exemplo, é uma espécie de subsídio, digamos. Segundo, controle de preços. Além de ser politicamente incorreto, além de ser possivelmente inconstitucional, porque não se trata de um setor que o constituinte trouxe para o Estado, é de difícil controle. Sabemos que é de difícil controle.

Então resta uma única saída, que é competição, concorrência; aumentar a competição. Os lucros são altos também porque nisso entra a margem das montadoras, na parte de peças que elas fornecem para as concessionárias, em um mercado bastante cativo.

Como é que nós resolvemos isso? O que hoje amara a competição são dois itens: primeiro é a Lei Ferrari, que se reflete também na questão do frete, porque amarra tudo. A cadeia está toda amarrada. Fora isso, fora a Lei Ferrari, é claro que as importações, de que já foi falado aqui, só reforçam a posição daqueles quatro grandes ou tendem a reforçar a posição daqueles quatro grandes fabricantes no Brasil.

Mexer com as importações é uma medida mais complexa, porque, de um lado, há incentivos, mas, de outro lado, aquele incentivo muitas vezes termina sendo pernicioso ao próprio consumidor, porque acaba colocando numa redoma, numa proteção aqueles fabricantes nacionais.

Falou-se aqui sobre a questão da mão de obra. Sabemos que não é um custo tão alto, mesmo porque, com o tempo, com a automação, hoje se produzem muito mais carros com muito menos mão de obra. Também se falou aqui: por que incentivar, comprar tanto? É verdade. É verdade. O problema da sustentabilidade tem que ser visto assim, tem que ser visto.

Então, o único jeito, de imediato, Senadora: a revogação da lei não tem qualquer custo público. Se houver uma escolha política de revogar alguns pontos... Precisa ser acrescentada outra coisa: admitir a lei só para localidades com população superior a 500 mil habitantes. Por quê? Porque aí permitiria o controle antitruste naquelas localidades onde a lei não se aplica. Hoje o Cade fica inibido, exatamente em função da lei. E como você tem uma lei, um regulamento sem uma autoridade reguladora? Não existe o controle antitruste, não existe o controle de uma autoridade reguladora no sentido tradicional. E é claro que não defendo a criação de uma autoridade reguladora. A própria autoridade antitruste já faria este trabalho, mas só se a admissão da lei ficar resumida apenas a algum universo, algum espaço de menor possibilidade de dano à competição. Portanto tenho minhas dúvidas se isso funciona. Por isso a opção do Ministério Público é pela revogação total, o que faria muito bem à sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Dr. Antonio Carlos.

Passo a palavra agora, para finalização, ao Dr. Joel, para, de forma sucinta, colocar suas últimas palavras.

O SR. JOEL SILVEIRA LEITE – Eu só queria atender à pergunta da Senadora: que solução você vê para isso?

Talvez eu seja, na Mesa, a pessoa menos indicada para apontar uma solução. Eu sou mais um observador e um falador sobre o que acontece. Mas queria colocar a questão do carro brasileiro. Nesse tempo todo, houve algumas tentativas de construção de carro brasileiro, mas não temos hoje. Todos os grandes países produtores têm o seu carro, têm a produção nacional, fábricas nacionais. E, no Brasil, não. Todas as montadoras que estão aqui, as 40 marcas que são vendidas no mercado brasileiro são de estrangeiros. Então, a gente luta para trazer o dinheiro para cá, para se fazer o investimento, e esse lucro todo, esse investimento vai para fora.

Eu acho que o Governo deveria tomar uma atitude, não sei como, para incentivar. Houve casos como o do Gurgel, por exemplo, em que não houve incentivo; a Troller era uma fábrica brasileira, e foi comprada pela Ford, apenas por uma questão administrativa. Quer dizer, esse tipo de coisa, eu acho que precisava ter um controle e um incentivo maior para termos um carro nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Dr. Joel.

Pergunto aos nobres Senadores se desejam fazer uso da palavra para finalizar esta audiência.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Lobão Filho, eu queria lhe agradecer muito pela condução do trabalho, a firmeza, a compreensão do tema e a sensibilidade para a relevância desse aspecto que, digamos, se afina muito com o meu pensamento a respeito disso, além da ausência da principal protagonista, no caso a Anfavea, que poderia dar uma bela contribuição como foi dada pelos outros setores sobre isso.

Nós não queremos desmontar a indústria, as montadoras. Não queremos desmontar as montadoras – para fazer um trocadilho. Nós queremos exatamente entender esse processo e ver de que forma podemos colaborar para que continue crescendo.

Acho extremamente interessante essa ideia – e já li várias matérias sobre isso – do carro brasileiro. Temos tanta criatividade, temos tanta habilidade, tanto talento que podemos ambicionar isso, como fizemos no passado.

Agradeço a participação de todos que vieram aqui para dar um brilho especial, especialmente os colegas Senadores que deram uma valiosa contribuição.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Obrigado, Senador Marco Antônio, Senador Cyro.

Agradeço a todos os convidados.

Desta forma, encerro esta audiência pública, agradecendo inclusive aos assessores e à imprensa aqui presentes.

Muito obrigado.

Obrigado aos assessores desta Comissão.

(Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezessete minutos do dia onze de dezembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Wellington Dias, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Cassido Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Gim, Cidinho Santos e Marco Antônio Costa. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Roberto Requião, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, e João Ribeiro. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 59ª e 60ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 79 de 2012, de 27 de novembro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de outubro de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e Aviso nº 81 de 2012, de 29 de novembro

de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de outubro de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 764 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que “altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que ‘dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências’”, tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13 e 14, oferecidas ao Substitutivo, e pela aprovação parcial das Emendas nºs 3, 7 e 9, oferecidas ao Substitutivo, nos termos das Subemendas que apresenta. Em 16/10/12, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto de Lei do Senado nº 764 de 2011. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria foi submetida a Turno Suplementar. Em 30/10/12, foram oferecidas ao Substitutivo as Emendas nº 1, de autoria do Senador Armando Monteiro, nºs 2 a 7, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e nºs 8 a 14, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Em 31/10/2012, o Senador Eduardo Suplicy retirou a Emenda nº 12, de sua autoria. Em 27/11/2012, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Jorge Viana, Relator da Matéria, Inácio Arruda, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, em Turno Suplementar, a Comissão aprova o Substitutivo por doze votos favoráveis, quatro votos contrários e nenhuma abstenção. Votam vencidos os Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. Em seguida, a Comissão aprova a Submemenda nº 1-CAE às Emendas nºs 3 e 9 e a Subemenda nº 1-CAE à Emenda nº 7, que serão incorporadas ao Substitutivo, por onze votos favoráveis, três votos contrários e uma abstenção. Votam vencidos os Senadores Lindbergh Farias, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. Abstém-se de votar o Senador Eduardo Suplicy. Por último, a Comissão rejeita as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13 e 14 por onze votos contrários, quatro favoráveis e nenhuma abstenção. Votam vencidos os Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. **Item 2**– Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “aprova o Plano Na-

cional de Educação – PNE e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 3 a 37 que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. A Matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte. Em 1/11/2012, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sérgio Souza. Em 29/11/2012, foram realizadas, pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte, duas audiências públicas para instruir a Matéria. Em 5/12/2012, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Inácio Arruda. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque, José Pimentel, Relator da Matéria, e Jorge Viana. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 3**– Mensagem (SF) nº 104 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até US\$ 59.103.957, 00 (cinquenta e nove milhões, cento e três mil, novecentos e cinquenta e sete dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos são destinados a co-financiar, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o ‘Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência do Grupo CEEE-GT – Pró-Energia RS’”, tendo como Relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Jorge Viana Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 4**– Mensagem (SF) nº 105 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do ‘Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (PROPREV) – Segunda Fase’”, tendo como

Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Casildo Maldaner Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 5**– Mensagem (SF) nº 106 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Piauí e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA, no valor de até SDR 12.770.903,00 (doze milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e três direitos especiais de saque), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Desenvolvimento Sustentável no Seminário – Viva o Semiárido’”, tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 6**– Mensagem (SF) nº 107 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-GT) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até USD 88,655,996.00 (oitenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil e cinco mil, novecentos e noventa e seis dólares norteamericanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência do Grupo CEEE-GT (PRO-ENERGIA – RS)’”, tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais

havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 61ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 59ª e 60ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento.

AVISO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Aviso nº 79, de 2012, de 27 de novembro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de créditos analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de outubro de 2012, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

AVISO DO BANCO CENTRAL

Aviso nº 81, de 2012, de 29 de novembro de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Hoje nós temos uma pauta muito carregada: a Medida Provisória nº 579 e a CPMI da Operação Monte Carlo. Temos, também, Comissão de Relações Exteriores funcionando ao mesmo tempo; CDH funcionando ao mesmo tempo; sessão do Congresso com um tema muito tranquilo, que é a questão dos *royalties* do pré-sal. Depois a Comissão de Assuntos Econômicos vai também receber, a partir das 11 horas da manhã, o Presidente Tombini, do Banco Central.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Tranquilidade total.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E às 14h, os Secretários de Estado com o Secretário Executivo Nelson Barbosa para falar do ICMS, Senadora Lídice

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Esse possível acordo, Senador Pimentel, que parece que os Secretários de Fazenda começam a costurar no âmbito do Confaz.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Reunião lá de São Luís.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Reunião de São Luís.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Reunião, como é? Acordo de São Luís.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Acordo de São Luís.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com as bênçãos de São Jorge, tudo é possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com as bênçãos de São Jorge...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E de São Francisco também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – São Francisco; São Bento.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – V. Ex^{as} estão machistas até nos santos, porque este mês é o mês...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nossa Senhora da Conceição.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ...4 de dezembro é Santa Bárbara e 8 de dezembro é Nossa Senhora da Conceição. Então é sob as bênçãos da Nossa Senhora da Conceição, na religião do povo de santo, Oxum, que é a Orixá do feminino, da feminilidade, da fertilidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Eu vou começar pelo Item nº 2, de relatoria do Senador Pimentel, porque os outros processos são empréstimos.

Eu espero votar rapidamente essa pauta deliberativa, porque nós temos às 11h o Presidente Tombini, do Banco Central.

Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Uma questão de ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Questão de ordem, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O senhor disse que temos, às 11 horas, o Presidente do Banco Central. É impossível discutirmos um projeto desse caráter em meia hora. Além disso, pelo Regimento, nós devemos receber o relatório 48 horas antes de começar a discussão, mas ele saiu ontem à noite e eu só tomei conhecimento dele hoje pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, mas nós não votaremos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, mas não se trata da votação...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos simplesmente lê-lo. Eu entendo, inclusive, que vão pedir vista desse projeto, até em função das ponderações apresentadas por V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu conversei com o Senador Pimentel sobre o pedido de vista, mas eu tenho a impressão de que pedir vista coletiva resultará ainda num prazo muito curto. A minha ideia é pedir retirada de pauta tendo em vista a importância do assunto, tendo em vista a necessidade de estudos. Por exemplo, só eu tenho 35 emendas. Se cada Senador tiver 35 emendas, nós vamos ter mil emendas. Eu gostaria que tivéssemos mais tempo para estudar uma coisa tão importante como o PNE em vez de aprová-lo nas carreiras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria propor a V. Ex^a, Senador Cristovam...

Senador Pimentel, pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Deixe-me fazer uma ponderação.

Nós realizamos uma audiência pública com os vários atores sociais vinculados ao tema e ali já adiantamos muitas questões. O segundo fator é que o grande trabalho foi feito pela Câmara Federal, eles ficaram dois anos trabalhando nessa matéria. O que nós estamos fazendo é adequando algumas emendas da Câmara Federal, mas mantendo a estrutura principal da Câmara. Como nós fizemos essa consolidação, com a ponderação do nosso Senador Cristovam, se nós pudéssemos ler hoje, abriríamos vista coletiva; não discutiríamos hoje e deixaríamos para fazer todo o debate na próxima terça-feira. Se ali os nossos Pares entenderem que não se esgotou o debate, nós adiamos a votação.

Mas qual era a intenção do nosso Senador Cristovam? Era permitir apresentar esse conjunto de pontos que foram fruto da audiência pública, que é resultado dessa consolidação do que veio da Câmara, até para facilitar a apresentação das emendas, porque, da ma-

neira como está, as emendas seriam elaboradas a partir do texto que veio da Câmara; a nossa intenção, como fizemos uma série de adequações, é que, sem prejuízo, as emendas fossem feitas a partir do texto-base que nós estamos apresentando como forma de simplificar o trabalho dos nossos 81 Pares e, ao mesmo tempo, facilitar – aí é um pedido deste relator – o meu trabalho.

Se o senhor concordasse, nós faríamos isto, ou seja: faríamos a leitura hoje e faríamos a discussão na próxima terça-feira com o compromisso de não esgotá-la ali se porventura nossos pares entenderem que é preciso continuar a discussão, o que implicaria ficar para 2013, uma vez que a última reunião da CAE será terça-feira.

Eu pediria a V. Ex^a que pudesse nos permitir fazer a leitura.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não tenho essa compreensão, mas me submeto a um pedido tão especial do Senador Pimentel. Reitero, porém, que temo que isso possa levar a uma aprovação apressada de algo fundamental, que tem o prazo de dez anos de vigência. E, nesses dez anos, ou o Brasil faz algo para mudar a educação ou não tem mais futuro. Se nesses próximos dez anos nós ficarmos para trás no que se refere à inovação que depende da educação de base, perdemos o bonde.

A economia cresce pouco, e isso tem duas causas: a baixa poupança, pouco dinheiro para investir; e a baixa alternativa de investimento naqueles ramos dinâmicos no tempo de hoje, que são os bens de alta tecnologia. Nós nem temos poupança nem temos alternativas de investimentos dinâmicos, que caracterizam a realidade econômica de produtos de alta tecnologia.

Nós vamos perder o bonde, como o perdemos no final do século XVII e começo do XVIII, quando a revolução tecnológica estava acontecendo na Inglaterra e nós preferimos torrar – desculpem o verbo – o ouro das Minas Gerais, do Mato Grosso e de São Paulo comprando os bens que a Inglaterra produzia.

Hoje nós estamos torrando a soja, o ferro e provavelmente o *royalty* se não for aprovado 100% para a educação, enquanto uma revolução está acontecendo por aí. Pela segunda vez, perderemos o bonde de uma revolução científica e tecnológica na indústria.

Esse PNE é que vai dizer se damos ou não damos o salto para uma modernidade compatível com o Século XXI. Nossa responsabilidade é muito grande de aprovarmos um projeto que faça a educação mudar. Daí, a minha insistência em termos mais tempo. Entretanto, não serei eu o cavalo de batalha para forçar a retirada de pauta – mas descontente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero deixar V. Ex^a muito tranquilo, Senador Cristovam, porque esta é a Casa do diálogo. Se entendermos, na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que não há possibilidade de votar, sem dúvida nenhuma, não votaremos na semana que vem, até pelas preocupações que V. Ex^a tem a despeito do que o Senador Pimentel aqui disse, ou seja, que esse assunto foi discutido à exaustão na Câmara dos Deputados. Fizemos, até contrariando alguns Senadores, audiências públicas no Senado Federal para debater o assunto, mas, sem dúvida nenhuma, se não houver condições, não votaremos a matéria.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É apenas para acrescentar que a preocupação do Senador Cristovam – ele, que é referência para todos nós e para o País nessa área – é absolutamente pertinente. No entanto, primeiramente, esse projeto não é terminativo aqui. Ele inicia a sua caminhada no Senado por aqui, vai à CCJ e, depois, será terminativo na Comissão de Educação. Agora, se tivermos a leitura hoje, pedido de vista coletivo, e entendemos que, mesmo aqui na CAE, necessitamos de maior debate, eu estaria junto com V. Ex^a, Senador, nesse propósito. Mas acho que é muito importante que ele mereça e receba a apreciação devida aqui, na CAE, vá para a CCJ para ver se não há algum questionamento do ponto de vista jurídico, regimental e constitucional. Certamente, Senador Cristovam, V. Ex^a vai estar na condução desse debate na Comissão de Assuntos Econômicos, que, certamente será o ano que vem, no tempo necessário. Então, concordo com o encaminhamento que o nosso Presidente dá no sentido de termos a leitura, pedido de vista para que essa matéria comece a tramitar aqui, na CAE, devido à importância que ela tem para todos nós, para o País, presente e futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Registro, também, Senador Cristovam, que, depois que passar por essas Comissões, ela vai inclusive a Plenário, não é, Senador Pimentel? Portanto, temos muitas etapas pela frente, de tramitação do Plano Nacional de Educação no Senado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu já disse que aceito, claro, mas insisto no seguinte em função do comentário: vejam bem, esta é a Comissão, talvez, mais importante para debater o PNE. A de Educação debate a educação com os olhos da Educação, com os olhos voltados para dentro da educação. Aqui, vamos debater o PNE com os olhos do conjunto da sociedade brasileira por meio da economia, que é onde a educação vai gerar o maior

impacto. É aí que ela é mais necessária. É claro que ela é necessária para que o trânsito funcione melhor, ela é necessária para que a política funcione melhor, ela é necessária para que tudo funcione melhor, mas a economia vai depender, cada vez mais, do grau de educação da população na base, até para chegar ao topo, ou seja, na ciência e na tecnologia. Insisto, portanto, em que Esta Comissão não pode descuidar do assunto, não pode ficar – não vou dizer porque é muito forte – omissa, não pode descuidar, de maneira alguma. Quando chegar lá, o debate já não vai ser mais nas interrelações da educação com o Brasil.

Finalmente, Senador Delcídio, temo que, quando chegar lá no Plenário, venha o rolo compressor do voto com o corpo, em que o Presidente diz: "quem estiver de acordo fique como está", e nem temos tempo de nos mexer. Fica aprovado, sem ninguém saber como votou cada um. Então, temo que o debate no Plenário seja inócuo. É nas Comissões que temos que debater.

Está aceita a ideia do pedido de vista até porque, creio, que é uma prerrogativa do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam, pela compreensão.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2012

– Não Terminativo –

Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao projeto com as Emendas nºs 3 a 37, que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2

Observações:

1. A Matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte;

2. Em 1/11/2012, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sérgio Souza;

3. Em 29/11/2012, foram realizadas, pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte, duas audiências públicas para instruir a Matéria;

4. Em 5/12/2012, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o Relator, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, o primeiro registro é que o nosso parecer tem 71 laudas. Portanto, vou fazer uma síntese

do voto, para que possamos ganhar tempo e para que, com isso, as outras matérias possam tramitar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito sensato da parte de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E queria começar, registrando que a vigência desse Plano Nacional de Educação é de 10 anos. A forma como o projeto veio do Executivo foi a partir de 2011. Como nós já estamos no final de 2012, estou alterando a vigência do PNE para os 10 anos após a publicação da lei.

Portanto, essa é a primeira grande mudança que estamos fazendo. Os 10 anos serão a partir da publicação da nova lei.

A segunda mudança é sobre a vinculação do Produto Interno Bruto. Esse debate vem desde os anos 1990, e há uma recomendação da OCDE de que os países que a integram tenham esse compromisso.

O projeto que veio do Executivo falava em 7%. Nós estamos acolhendo a proposta apresentada pela sociedade de vincular para o Plano Nacional de Educação 10% do Produto Interno Bruto no final dos 10 anos.

Hoje há algo em torno de 6%. Haverá um processo progressivo, de acordo com as 20 metas aqui apresentadas. E, quanto às fontes de custeio para chegar aos 10% do Produto Interno Bruto, estamos colocando que leis específicas tratarão dessa matéria.

Estamos num grande debate nesta Casa sobre os *royalties* do petróleo, e, hoje, na sessão do Congresso Nacional, essa matéria está pautada. Como vamos ter essa discussão nos próximos meses sobre a destinação e vinculações, em vez de estarmos aqui já determinando que será "x" por cento para a educação, estamos dizendo que lei específica tratará dessa vinculação que o Congresso Nacional vai votar.

E há a Medida Provisória nº 592, que é o primeiro passo nesse sentido.

Dito isso, a meta número um, que tem como objetivo universalizar a educação infantil, de 4 e 5 anos, e também a questão das creches e da pré-escola num processo crescente. Sairíamos dos 20,8% das crianças hoje atendidas para chegar a 50%.

Nessa meta, há um conjunto de ações já em andamento, e a principal delas é o Brasil Carinhoso, em que há um conjunto de ações que integram o Pacto Federativo, os 5.563 Municípios, os 26 Estados e o Distrito Federal nesse esforço, para que possamos trazer as nossas crianças de zero dia aos 3 anos de idade para as creches, com um olhar todo especial para as crianças de 4 e 5 anos.

No ensino fundamental, desde os anos 1990, com a criação do Fundef, tivemos um esforço para trazer para a sala de aula... para as crianças de 6 a 14 anos, que é a meta dois. Nós hoje temos algo em

torno de 96% das nossas crianças em sala de aula, e o grande esforço aqui é para melhorar a qualidade do ensino, em especial para as crianças com 8 anos de idade, para que elas saibam ler e escrever.

Nesse item foi firmado também um protocolo entre os Estados – o Pacto Federativo. Com esse olhar, a Meta nº 5 também trata de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até final do terceiro ano do ensino fundamental – e esse terceiro ano coincide com os oito anos de idade de cada criança. Já temos uma série de escolas chegando a esse patamar, a exemplo de algumas na região Nordeste, e a de nossa Sobral, no Estado do Ceará, integra esse grupo. Mas precisamos ter um esforço muito grande.

Trazemos também um diagnóstico mostrando qual é a realidade da alfabetização das crianças no terceiro ano, ou seja, aos oito anos de idade, em que no Brasil, lamentavelmente, 15,2%, em 2011, dessas crianças não sabiam ler nem escrever, com uma diferença muito grande entre as regiões. Enquanto as regiões Sul e Sudeste têm um índice bastante satisfatório, um índice médio na região Centro-Oeste; mas, nas regiões Norte e Nordeste, o Brasil precisa fazer muito para que esses percentuais possam chegar próximo da média/Brasil e com o olhar todo para as regiões Sul e Sudeste que hoje estão na casa de 5%. O Estado do Paraná, por exemplo, tem apenas 4,9%. Mas 4,9% ainda é um número significativo. Mas nosso Estado, o Estado do Ceará, está com 18,7%. Temos Estados aqui com 35%, a exemplo de Alagoas que é o pior índice de alfabetização nesse período.

Isso demonstra que, quanto mais pobre o Município, a região, maior o índice de falta de alfabetização na idade certa de nossas crianças. Aqui há um conjunto de ações voltados para que possamos superar esses itens.

No que diz respeito ainda ao ensino fundamental, há todo um olhar sobre fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as metas nacionais para o Ideb. Aí, tem-se uma distribuição, durante os 10 anos, para se alcançar os índices do Ideb com esforço muito forte a partir do que já foi feito.

Se nós observarmos que, dos anos 90 para cá, o Brasil tem melhorado significativamente esses índices, mas nós precisamos acelerar esse processo para que possamos ter os mesmos índices que há em outros países desenvolvidos, o que é uma das grandes preocupações de nosso Senador Cristovam Buarque e daqueles que acompanham toda essa questão da educação básica no Brasil.

A Educação em Tempo Integral. Esse também é um grande esforço da Meta nº 6. Nós, hoje, temos um conjunto de crianças na educação básica, em tempo integral, na educação (que é diferente do ensino), porque aqui se articula com uma série de ações e tem como objetivo, também, trazer para a sala de aula, principalmente nas regiões onde há alto índice de risco para nossa juventude, fruto dessa desagregação causada pela droga, pelo *crack* e o conjunto de outras questões.

Na Educação Especial, também! É outra preocupação muito forte por parte das famílias, de nossa sociedade. O *Programa Viver Plenamente* foi desenvolvido pelo Brasil com os usuários dos Municípios e dos Estados. Aqui, nós estamos trazendo também para as crianças, de um dia a 17 anos de idade, integrando o ciclo da educação básica com um conjunto de medidas para que possamos diminuir essa distância que hoje existe entre a pessoa com deficiência e a criança que não tem qualquer deficiência. É uma forma de ensino de integração sem se esquecer de que elas precisam também de ter salas especiais para superar suas limitações, suas dificuldades. Há um conjunto de metas, na Meta 4, voltado para isso.

A Meta 8 trata da educação inclusiva com olhar todo voltado para elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos. A proposta inicial trazia até 24 anos. Acharmos, por bem, elevar para 29 anos, tendo em vista que nessa faixa temos muito jovens que não concluíram o ensino fundamental; mas, principalmente, o ensino médio. E aqui propondo uma série de alterações integrando-se com a escola profissionalizante dos institutos federais de tecnologia da educação, mas também com o Sistema S, que tem uma experiência muito forte na profissionalização, de maneira que o retorno dessas crianças de 18 a 29 anos de idade para a complementação da sua educação básica também assegure a elas uma profissão técnica fruto do Pronatec, nesse conjunto de ações que o Brasil está desenvolvendo. Nessa meta, nós detalhamos essa série de itens como forma de suplementar.

A Meta 3 trata do ensino médio. E aqui é uma das nossas grandes preocupações, porque nós tivemos, nos anos 90 e nesses primeiros 12 anos do século XXI, um esforço voltado para o ensino fundamental e, agora, temos um conjunto de meninos e meninas indo para o ensino médio, mas a quantidade de salas de aula, a estrutura para receber, nesse curto espaço de tempo, nos próximos cinco ou seis anos, esse conjunto de meninos e meninas, requer aqui todo um esforço para que possamos ter oferta de sala de aula, de espaço na escola de qualidade, com esse olhar todo especial para as crianças de 15 a 17 anos; e queremos chegar, no ano de 2016, que é exatamente esse período, com

no mínimo 96% das crianças entre 15 e 17 anos no tempo regular do ensino médio. Aqui tem um esforço todo voltado para atender a essa demanda crescente que deverá estar presente nesses próximos cinco anos, fruto do esforço dos anos 90 e dos 12 primeiros anos do século XXI sobre esse item.

Portanto, Sr. Presidente, nós fazemos todo um detalhamento de cada emenda e concluímos o nosso parecer apresentando uma série de emendas como forma de aprimorar o texto que veio da Câmara, como forma de acolher o que foi apresentado na audiência pública e, em face disso, o nosso voto.

Voto.

Em vista do exposto, nosso voto é pela rejeição das Emendas nº 1 e nº 2, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, com as emendas a seguir... E aí nós temos esse conjunto de emendas que têm como objetivo aprimorar as 20 metas do PNE para os próximos 10 anos.

É esse, Sr. Presidente, o nosso voto.

Dou como lidas as 71 laudas aqui constantes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Portanto, em função do que já foi discutido anteriormente, vista coletiva ao Item 2 da pauta. A discussão será feita, Senador Flexa, na próxima semana, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Também aqui registrando, Senador Cristovam – volto também a insistir –, que, evidentemente, se nós não nos sentirmos confortáveis para votarmos o projeto – esta aqui é a Casa do diálogo –, na terça-feira nós faríamos uma avaliação, em função dos debates, mais aprofundada sobre esse assunto.

Mas, do item 2, já foi apresentado o relatório, vista coletiva, e vou pautar esse assunto na próxima terça-feira. É importante registrar que esse processo passa ainda pela Comissão de Constituição e Justiça, passa ainda pela Comissão de Educação e vai ser votada em Plenário do Senado Federal.

Portanto, vista coletiva.

Passamos para os demais itens da pauta. Como eu já estou vendo aqui que o relator, que o Senador Lindbergh Farias se encontra presente, vou passar para o item 6 da pauta. Depois, voltamos.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 107, de 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-GT) e o

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até USD 88,655,996.00 (oitenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis dólares norte-americanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência do Grupo CEEE-GT (PRO-ENERGIA – RS)”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontra-se presente para acompanhar a apreciação da matéria o membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e o incansável Gerson Carrion de Oliveira, Diretor Financeiro do Grupo CEEE.

Ontem houve um apagão em Porto Alegre, apagão longo. Precisa de investimento.

Senador Lindbergh Farias com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 107, de 2012, da Presidente da República nº 540, de 2012, na origem, que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica e o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor total de US\$88.655.996 (oitenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência do grupo CEGT Pró-Energia, do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, o relatório está disponibilizado a todos os Srs. Senadores. Vou direto ao voto, à conclusão. Não vou ler...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a objetividade de V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) –

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica encontra-se de acordo com o que preceituam a Resolução nº 43, de 2011, e a nº 48, de 2007, do Senado Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser concedida a autorização para contratação da operação de crédito

externo e para concessão de garantia da União, nos termos do Projeto de Resolução do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh, pela objetividade e pela rapidez com que o relatório foi elaborado, uma vez que esse processo foi lido há poucos dias. Ele foi lido na semana passada, e V. Ex^a, prontamente, apresentou o relatório.

Quero agradecer a V. Ex^a

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Lindbergh Farias.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que concorram com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

Quero cumprimentar o Dr. Gerson Carrion, meu companheiro no setor elétrico, executivo muito competente. Acompanho a história do diretor Gerson Carrion há muitos anos e sei que a CEEE tem um excelente e digno Diretor Financeiro.

Portanto, quero cumprimentá-lo e, em seu nome, a Companhia de Energia do Estado do Rio Grande do Sul. Cumprimento também o povo gaúcho.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Aproveito para pedir urgência ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Lindbergh Farias.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. Portanto, o processo segue, de imediato, para votação no plenário do Senado Federal.

Vamos passar, agora...

Senador Jorge Viana, quero indicá-lo Relator *ad hoc* do item 3 da pauta. Sei que V. Ex^a já se preparou, porque poderia ser surpreendido com a indicação para relatar o item 3 da pauta, e com a objetividade de V. Ex^a...

Refiro-me à Mensagem do Senado Federal nº 104, de 2012, não terminativo:

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 104, de 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Bra-

sil, entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até US\$59.103.957,00 (cinquenta e nove milhões, cento e três mil, novecentos e cinquenta e sete dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos são destinados a co-financiar, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o “Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência do Grupo CEEE-GT – Pró-Energia RS”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Walter Pinheiro (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Jorge Viana

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

A relatoria é do Senador Walter Pinheiro, mas estou indicando, democraticamente, o Senador Jorge Viana para ser o Relator *ad hoc* da matéria.

De acordo com a Resolução do Senado nº 43/01, se encontra presente o Dr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e, mais uma vez, o incansável Diretor Gerson Carrion, diretor financeiro do Grupo CEEE.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente. V. Ex^a, de fato, conduz muito bem esta Comissão e conhece profundamente os membros dela e me indica *ad hoc* para ser relator de uma matéria da maior importância. Tenho o privilégio de fazer a leitura do Senador Walter Pinheiro.

O relatório, Sr. Presidente.

É submetida à apreciação do Senado Federal a Mensagem da Presidenta da República nº 104, de 2012, propondo que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$59.103.957,00 (cinquenta e nove milhões, cento e três mil, novecentos e cinquenta e sete dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), pertencente à administração indireta do Estado do Rio Grande do Sul, e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Os recursos oriundos do empréstimo serão destinados a cofinanciar, juntamente com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da

Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência do Grupo CEEE-GT – Pró-Energia RS. O custo total do Programa foi estimado em US\$147.759.953,00, sendo US\$88.655.996,00 de empréstimo com o BID e US\$59.103.957,00 de cofinanciamento com a AFD. O objetivo geral do Programa é garantir a expansão e modernização dos Sistemas de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas a assegurar a infraestrutura energética necessária.

Análise, Sr. Presidente.

A operação de crédito externo em exame encontra-se submetida às normas do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, assim como das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000. São as normas que disciplinam os limites e condições para as operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantias, no âmbito dos três níveis de governo.

Então, penso que a análise pode ser considerada como bastante satisfatória, tendo em vista que todas as normativas estão garantidas, e vou direto ao voto do relatório do nobre Senador Walter Pinheiro.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pleito formulado ao Senado Federal pela Mensagem nº 104, de 2012, nos termos do seguinte Projeto de Resolução do Senado.

Aí, segue o voto do Relator, já com o Projeto de Resolução do Senado Federal que acompanha.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Jorge Viana, pela relatoria ágil e competente.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Jorge Viana.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do PRS apresentado.

Eu gostaria que algum Senador pedisse...

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu peço urgência para apreciação desse projeto no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Aloysio Nunes.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Portanto, segue diretamente ao plenário do Senado Federal.

Cumprimento, mais uma vez, o Diretor Gerson Carrion. Vai haver muitos recursos para evitar os apagões lá em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Passamos, agora, ao item 4:

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 105, de 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do “Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (PROPREV) – Segunda Fase”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Indico o Senador de Santa Catarina Casildo Maldaner como Relator *ad hoc*.

O relatório é favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, recebi essa incumbência para que, em nome do Senador Eduardo Braga, possamos, como *ad hoc*, relatar essa proposta.

Ela é oriunda do Ministério da Previdência Social e a Previdência pensa em melhorar o seu sistema e é um programa, conforme parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, anexo à mensagem, visa concretizar e finalizar o apoio, a implementação da reforma dos sistemas de Previdência Social dos entes federativos, em face da reforma previdenciária derivada das Emendas Constitucionais nº 20, de 1998, e nº 41, de 2003.

Para tanto, o Programa pretende apoiar os governos das unidades Federativas do País, reforçando a conscientização dos atores envolvidos, fornecendo capacitação e insumos tecnológicos, Sr. Presidente, caros colegas, além de assistência técnica, para que o processo de estruturação da previdência dos entes federativos seja implementado com eficácia e efetividade.

Ainda, Sr. Presidente, se tocar a campainha um pouquinho dá para que eu possa pelo menos, como *ad hoc*, ouvir a minha voz, sintonizar um pouco.

Ainda de acordo com dados disponibilizados no Parecer da STN, para essa etapa, o custo do Programa foi estimado em US\$20 milhões, a serem desembolsados em cinco anos.

Além dos recursos provenientes do empréstimo pretendido, o Programa contará com contrapartida do Tesouro Nacional, por intermédio do Ministério da Previdência Social, no valor de até US\$10 milhões.

Aí segue, Sr. Presidente, a ideia é ajudar a estruturar os entes federativos no que tange à Previdência e a Previdência Nacional, como guarda-chuva, está buscando um projeto de US\$20 milhões, buscando 10 milhões emprestados.

Por fim, há a observância, pela União, das demais restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Assim sendo, voto:

Somos, assim, favoráveis à autorização pleiteada na Mensagem nº 105, de 2012, nos termos que a Resolução prevê, que é desnecessário declinar e fazer toda a leitura.

Essa é a proposta, Sr. Presidente, caros colegas, do Ministério da Previdência, que manda esta Casa, atendendo a todos os requisitos exigidos, para que num programa que custará em torno de US\$20 milhões, a Previdência no Brasil, o Ministério da Previdência, para ajudar a reestruturar as Previdências dos entes federativos, é uma participação com os Estados do Brasil, para modernizar e ajudar nisso, um programa de US\$20 milhões, o Governo Federal está buscando US\$10 milhões emprestados junto ao BID.

Essa é a proposta e esse é o relatório que faço em nome do Relator oficial Senador Eduardo Braga, Sr. Presidente, caros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Casildo pela presteza e pela objetividade também.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Casildo Maldaner.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao PRS apresentado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pedido de urgência.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por sugestão do Senador Flexa e do Se-

nador Casildo, em votação o requerimento de urgência dos dois Senadores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria que segue direito para o plenário do Senado Federal.

Quero fazer um registro. No relatório apresentando pelo Senador Lindbergh Farias, onde se lê “geração e transmissão de energia elétrica” houve um equívoco no texto. Então, gostaria de fazer esse registro para que não haja nenhuma confusão a respeito.

Uma vez que temos quórum, vamos colocar em votação o item 1 da pauta, brilhantemente relatado pelo Senador Jorge Viana.

ITEM 1

TURNOSUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 764, de 2011 – Terminativo -

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senadora Lídice da Mata

Relatoria do Projeto: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13 e 14, oferecidas ao substitutivo, e pela aprovação parcial das Emendas nºs 3, 7 e 9, oferecidas ao substitutivo, nos termos das subemendas que apresenta.

Observações:

1. Em 16/10/12, foi aprovado substitutivo integral ao Projeto de Lei do Senado nº 764, de 2011. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria está sendo submetida a turno suplementar, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão;

2. Em 30/10/12, foram oferecidas ao substitutivo as Emendas nº 1, de autoria do Senador Armando Monteiro, nºs 2 a 7, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e nºs 8 a 14, de autoria do Senador Eduardo Suplicy;

3. Em 31/10/2012, o Senador Eduardo Suplicy retirou a Emenda nº 12, de sua autoria;

4. Em 27/11/2012, foi concedida vista coletiva.

Lembro que a matéria possui caráter terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório sobre as emendas já foi lido pelo Relator na 55ª reunião, realizada em 27 de novembro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator se deseja fazer uso da palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Cumprimos os colegas Senadores e Senadoras, queria dizer que V. Exª foi muito competente ao fazer um apanhado histórico dessa matéria na CAE, inclusive da deliberação tomada na última reunião da Comissão de fazermos, em caráter terminativo, a apreciação desta matéria hoje. Em atenção também ao nobre Senador Aloysio Nunes, que apresentou um conjunto de emendas, ao Senador Suplicy e ao Senador Armando Monteiro, acordamos que faríamos hoje a votação com a presença desses nobres Senadores que estão na Comissão e, ao mesmo tempo, com quórum qualificado.

Queria, antes de mais nada, cumprimentar a querida colega, Senadora Lídice da Mata, autora do projeto. Eu também tinha apresentado um projeto nesse sentido. Juntamos os nossos propósitos e, com a competência, a experiência, o compromisso nordestino e de brasilidade que a Senadora carrega, conseguimos um projeto aprovado, apreciado pelas autoridades da nossa República, do ponto de vista de não carregar nenhum vício, de não incorrer em nenhum grave problema para os interesses do País, ao contrário.

Sr. Presidente, com todo respeito às manifestações dos colegas Senadores, estamos diante de uma matéria que recebeu 16 votos aqui, no primeiro turno e, agora, nesta votação, no turno suplementar, vamos deliberar sobre ela daqui a um pouco. Espero que possa receber o apoio da maioria deste Plenário.

Eu só queria, aproveitando a oportunidade que V. Exª está me dando, dizer aos colegas Senadores e a todos que nos acompanham, que acompanham as reuniões do Senado, especialmente aqui, na nossa Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos, que o propósito de se implantar ZPE no mundo é da década de 60. Ela começou na Irlanda; depois Índia e Taiwan; e, na década de 70, conseguiu, então, se consolidar definitivamente na China e na Coreia. É uma modelagem que se consolidou no mundo. Foi feito um estudo pelo Banco Mundial, em 2009, com dados de 2006. Nesse relatório do Banco Mundial, fica constatado que havia, em 2006, 3.500 locais que podiam ser chamados de ZPE em 135 países diferentes. Esses espaços geraram 68 milhões de empregos, movimentando US\$0,5 trilhão por ano.

E o nosso País, lamentavelmente, ainda não tem nenhuma única ZPE implementada. A mais avançada é a do Acre, é a única que está alfandegando, que já tem uma empresa em fase de instalação, graças ao esforço do atual Governador Tião Viana, mas também do Governo Binho e de todos nós – está aqui o Senador Anibal. É a continuidade de um trabalho de integração latino-americana a implantação da ZPE no Acre. Nós temos feito um trabalho de preservação de nossas florestas, da nossa biodiversidade, mas, por sermos um Estado na área de fronteira com Bolívia e Peru, precisamos de um instrumento como esse.

São outras dezenas de Estados, como o de V. Exª, que também buscaram a implementação. São 24 ZPEs implementadas no Brasil. O Brasil está lutando desde 1988. A primeira tentativa de ter ZPE no Brasil foi no Governo Sarney de 1988, com o Decreto-Lei nº 2.452. E, no governo do Presidente Sarney, que preside a nossa Casa, foram criadas 3 ZPEs; depois, no governo do Presidente Itamar, 4. Tivemos um hiato durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas isso foi retomado no governo do Presidente Lula, com a criação de mais 5, e agora no Governo da Presidente Dilma, com mais 2. Então, ao todo, são 24 autorizações de ZPEs no Brasil, mas nenhuma funcionando plenamente, por conta do arranjo legal que não atende minimamente às necessidades para que o Brasil possa contar com esse instrumento que o mundo utiliza. Volto a repetir: US\$0,5 trilhão é movimentado anualmente, a partir dessas áreas especiais de implantação de atividades industriais limitadas, com controle de receita federal desses países. Agora, se o Brasil não conta com um instrumento como esse, como é que nós vamos buscar competitividade?

No meu relatório, eu queria ressaltar, tomei o cuidado necessário de não criar nenhum tipo de desvantagem para a indústria, para o parque industrial nacional, que precisa de apoio.

Não é nenhuma tentativa de diminuir a importância do Estado de São Paulo, que é um Estado da maior importância para o País, que guarda boa parte da capacidade, da competência industrial do nosso País. Sinceramente, eu queria me dirigir aos colegas que procuram, com suas manifestações – eu prefiro entender assim –, uma melhor adequação da lei. Está estabelecido que a matéria que vamos votar aqui, Sr. Presidente, é uma matéria que atende aos preceitos constitucionais. O art. 3º da Constituição da República coloca bem claro, como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, no inciso III: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Isso é preceito de princípio constitucional da República. Como vamos fazer isso,

se o nosso País, durante séculos, foi um país de parte do litoral. Com Juscelino, conseguimos chegar aqui, numa parte do Centro-Oeste, e, agora, o nosso desafio é como incluir regiões do Norte e do Nordeste.

Esse instrumento é do País inteiro. Tem do Rio Grande do Sul ao Ceará as ZPEs criadas, de direito, mas não de fato, ao Acre, ao Pará, ao Amapá, a Roraima.

Então, é um instrumento do País inteiro, mas, certamente, regiões do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste ganharam muito com isso.

Quero, também, dizer que no art. 170 da Constituição, Dos Princípios Gerais das Atividades Econômicas, que tem muito a ver com aquilo deve ser o foco central desta Comissão de Assuntos Econômicos, está estabelecido, também, no inciso VII: redução das desigualdades regionais e sociais.

Então, a proposta que nós estamos trazendo, o relatório que fiz, confesso que me dediquei e conversei com todas as autoridades, procurei ver as experiências mundo afora e, obviamente, as minhas dificuldades foram facilitadas pelo trabalho que a Senadora Lídice fez, de trabalhar com sua equipe uma proposta que vai nos pontos centrais, para que a gente possa ter ZPEs criadas de fato e não só de direito no nosso País.

Eu queria, também, dizer que nós colocamos, claramente, no art. 1º do nosso substitutivo, que está na lei, que a finalidade é reduzir o desequilíbrio regional.

Então, essa proposta que estamos apreciando em caráter terminativo, hoje, tem esse propósito e são três temas centrais que estavam colocados nas emendas.

Eu não vou... O questionamento principal, e eu considere, dos nobres Senadores é por que redução de 80% para 60% da obrigatoriedade de exportação. Esse é um tema central.

Eu queria, aqui, fazer um paralelo com a Medida Provisória Brasil Maior.

A Presidenta Dilma, reduziu – reduziu – na Medida Provisória a exigência que se faz para empresas fora de ZPEs que são preponderantemente exportadoras. Tinha essa exigência de 80% de obrigatoriedade de uma empresa exportar para ser considerada uma empresa preponderantemente exportadora. Daí ter incentivo de PIS, Pasep, Cofins.

Então, o Governo, o Programa Brasil Maior reduziu para 50%.

Nas ZPEs, que são áreas especiais delimitadas, específicas, com controle fiscal, absoluto controle da Receita Federal, nós estamos propondo que se reduza a obrigatoriedade de 80 para 60.

Obviamente, aí ele vem carregado de outro ponto que é polêmico, e fiz questão de não deixar nenhuma dúvida: qualquer produto que venha de uma ZPE que

tenha como objetivo o mercado interno pagará, arcará com a mesma carga tributária das empresas instaladas fora das ZPEs.

Nós demos essa garantia. A Receita deixou claramente colocado que esse controle é tranquilo de ser feito, então, esse é outro aspecto, porque, se fossem assim, nós estaríamos, realmente, criando um mecanismo que prejudicaria a indústria nacional, que precisa sair de uma situação de uma carga tributária excessiva que o nosso País carrega.

Então, Sr. Presidente, eu queria fazer essa ressalva e dizer que o terceiro e último aspecto é que nós abrimos a possibilidade de instalação de empresas de serviços com um único objetivo, caro Senador Aloysio, Senador Armando, Senador Suplicy.

As ZPEs não estão sendo implementadas, no Brasil, por conta do quê? Primeiro, deste aspecto: no mercado brasileiro, a obrigatoriedade de 80% para exportação perde o sentido num mundo que está passando pelas turbulências por que passa.

Outro aspecto: também estava na lei que a autorização era de até 20 anos. Nós estamos dizendo que é de 20 anos e isso é uma vantagem para quem se instalar numa ZEP, mas devo dizer que, quando abrimos a possibilidade de empresas de serviço se instalarem, o que nós vamos ter dentro das ZPEs? Empresas que vão trabalhar com logística, despachantes colocados lá dentro, e vai, sim. Aí, sim, se tem uma sinergia para que a gente possa ter um instrumento de geração de emprego, de suporte para a atividade industrial no Brasil, capaz de concorrer com o mundo. O Brasil disputa o mundo. O Brasil precisa sair dessa situação de querer ser líder no mundo, mas tendo amarras que o impedem de competir, principalmente com países asiáticos.

Então, encerro agradecendo a V. Ex^a a oportunidade que está me dando de fazer mais esses comentários, já que o meu relatório foi lido e o meu voto é conhecido, fazendo um apelo ao Plenário. Em nome da dedicação da Senadora Lídice, em nome de todos os nordestinos brasileiros, em nome de toda a população do Norte deste País, em nome de um País que, como estabelece a Constituição, seja mais igual, menos desigual, eu faço um apelo. Já se vão aí 40 anos de luta para implementar esse instrumento no Brasil. Que a gente possa ter esse instrumento para ajudar o Norte e o Nordeste do Brasil, especificamente, a ter maior geração de emprego, através da implantação de indústrias que eminentemente terão caráter exportador.

Eu agradeço a atenção de V. Ex^a e o tempo que me deu para que pudesse fazer mais esses comentários, baseado em fatos, na realidade que o mundo nos oferece do ponto de vista das ZPEs que funcionam

hoje. São mais de 3.500 em 135 países no mundo afora, e o Brasil não tem um instrumento como esse, que possa servir de exemplo para todos nós, funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir.

Eu só pediria...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Ministro Tombini já está presente aqui também. Portanto, com a palavra, pela ordem, o Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu estou obrigado a me retirar, porque, por dever de ofício, tenho que dirigir a sessão de entrega da Comenda Dom Hélder Câmara. Os convidados já estão no plenário. Estava marcada para as 11 horas e, infelizmente, não conseguimos começar a votação aqui antes. Mas eu quero deixar consignado o meu voto favorável ao parecer do Senador Jorge Viana. Eu considero muito importante essa questão, que nós esperamos há muitos anos, no Estado do Ceará.

Eu tenho a convicção de que todos aqui vão votar favoravelmente. Por isso, queria deixar consignado o meu voto e sou obrigado a me retirar da audiência, em função da minha responsabilidade de dirigir a Comissão da Comenda Dom Hélder Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o Senador Nicanor Fagundes, depois o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Armando Monteiro, o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Lídice.

Com as palavras do Senador Aloysio Nunes eu encerro as inscrições, porque nós temos que avançar.

Senador Nicanor Fagundes. (*Pausa.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero prestar aqui a minha homenagem à minha querida colega Lídice da Mata, que é uma lutadora, uma pessoa por quem tenho uma profunda admiração. Peço a ela que não veja na minha objeção ao seu projeto nenhum resquício, por mais leve que seja, de qualquer tipo de antagonismo.

E também pediria licença ao Senador Jorge Viana para dizer que eu aqui não gostaria de perpetuar essa história de o Nordeste e São Paulo. Por favor, Senador Jorge Viana, esse apelo em nome da solidariedade nordestina de um lado e o paulista de outro não tem

cabimento, especialmente em relação a mim que me considero profundamente brasileiro. Paulista e brasileiro.

E tenho a profunda convicção de que o desenvolvimento do Brasil inteiro é o objetivo que nós todos devemos perseguir. O Brasil inteiro, e não ilhas, o que se pretende criar com esse tipo de disciplina proposta para as ZPEs.

Eu apresentei um conjunto de emendas ao projeto de lei da Senadora Lídice da Mata. Não pude estar aqui na terça-feira em que foi votado, Senador Jorge Viana, por uma razão: a questão dos aeroportos. Eu fiquei preso no aeroporto de Congonhas e não consegui chegar aqui em tempo. Foi por essa razão que não participei da discussão no primeiro turno desta matéria. Mas, por se tratar de uma lei complementar dessa importância, o Regimento prevê uma segunda rodada de discussão e deliberação sobre o assunto. E é nessa rodada que eu quero não apenas defender as emendas que apresentei, mas, sobretudo, me dirigir ao cerne da questão, como V. Ex^a tão bem destacou, que é a redução de 80% para 60% da possibilidade de vendas de produtos processados nas ZPEs para o mercado interno. Esse é o cerne da questão.

Existe uma série de questões também laterais que, no meu entender, tornam mais graves os inconvenientes que o projeto em si carrega, como a possibilidade de se permitir a compra incentivada no mercado interno e no mercado externo para empresas instaladas em ZPEs ainda antes do alfandegamento – antes do alfandegamento já se permite se o projeto for aprovado –, como a possibilidade de exportar ou de vender para o mercado interno produtos fabricados por pequenas empresas e comercializadas por *trading*, o que complicará extremamente a fiscalização do recolhimento dos produtos quando da venda no mercado interno. Outro inconveniente é a possibilidade da exportação ficta de produtos processados em ZPEs para empresas com sede no estrangeiro, sendo que a destinação da mercadoria é para uma subsidiária no mercado interno. Enfim, uma série de questões.

Mas o fato central é que não é por acaso que as ZPEs foram criadas e não estão funcionando – não é por acaso. É porque elas não têm viabilidade. A ideia é ultrapassada. A ideia de se criar as zonas de processamento, zonas especiais é ultrapassada. Ela tinha vigência, sim, nos anos 60. V. Ex^a se referiu aos anos 60. Nos anos 60 você tinha tarifas de importação muito elevadas, em geral, antes do início da rodada Uruguai. E ela foi aplicada em países onde não tínhamos instalada ainda uma indústria com um mínimo de integração, cadeias produtivas integradas, como nós conseguimos construir no Brasil à custa de um esforço de décadas. Nós temos hoje uma indústria brasileira relativamente

integrada, que está se desintegrando por conta das importações que se dirigem a um Brasil, oriundas de países que têm custos de produção infinitamente menores do que os custos de produção no Brasil.

Nós temos hoje uma disputa feroz pelos mercados em razão, inclusive, da depressão econômica que afeta a Europa, que afeta o Japão, que afeta os Estados Unidos. E as ZPEs, na concepção inicial, especialmente no contorno que este projeto pretende dar, vão conferir às importações uma vantagem ainda maior do que elas já têm. O benefício das ZPEs é um lado da moeda. O outro lado da moeda é o custo Brasil. O benefício das ZPEs só existe, só faz sentido na medida em que há um diferencial entre produzir nas ZPEs e produzir fora das ZPEs. Portanto, as ZPEs prosperam na medida em que o custo Brasil aumenta ou se mantém elevado. Esse que é o problema. Essa que é a questão que afeta o Brasil inteiro.

V. Ex^a diz: “Olha, o meu projeto ou a disciplina das ZPEs prevê que, quando houver a internalização dos produtos, quando o produto for vendido no mercado interno, os tributos serão recolhidos”. Tudo bem. Acontece, meu querido Senador Jorge Viana, que há outros custos, que não os tributários, que tornam a produção estrangeira mais favorável, mais competitiva do que a produção nacional.

Há pouco, o Senador Delcídio do Amaral se referiu a um apagão de energia no Rio Grande do Sul. Nós temos o custo de energia, o fornecimento de energia, o preço da energia, o custo de logística, o custo de tributação, o custo do financiamento bancário, o custo da infraestrutura, que não funciona, o custo da carência de mão de obra especializada. Tudo isso é custo. Tudo isso é custo que torna a produção em outros países, em muitos outros países, inclusive países latino-americanos, mais favorável que a produção no Brasil. E esse Projeto de Lei votado aqui, nesta Comissão, vai ampliar esse diferencial. Vai contribuir para o desconjuntamento, se posso dizer assim, de cadeias produtivas, vai criar ilhas num continente que precisa se desenvolver por inteiro, que precisa, sim, ter políticas de desenvolvimento regional, mas políticas de desenvolvimentos regionais que sejam horizontais, que abranjam toda uma Região, não apenas alguns Municípios nessas Regiões.

Que sentido faz nós escolhermos alguns Municípios na Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste ou Sul para terem vantagens especiais à custa e em detrimento de outras empresas instaladas em Municípios nessas mesmas Regiões, mas fora das ZPEs? Isso não tem o menor cabimento. É uma espécie de protecionismo às avessas. É um protecionismo contra a indústria brasileira. É um protecionismo contra nós.

Mais ainda. Nós já temos, hoje, nessa linha do estímulo horizontal à produção destinada à exportação, uma legislação abundante. A Lei do Bem, de 2005, é uma delas. De 2006, temos a Lei nº 10.865, que dá tratamento tributário diferenciado a empresas predominantemente exportadoras, suspendendo PIS e Cofins no caso de venda de matéria-prima, produtos intermediários, materiais de embalagem destinados a empresas exportadoras de, pelo menos, 80% da receita bruta. Esse percentual baixou para 70%, em alguns casos para 60%. É uma lei horizontal, que se aplica ao Brasil inteiro. Não há porque criar uma série de ilhazinhas esparramadas pelo Brasil afora. Temos a Lei nº 11.774, de 2008, que autorizou o Executivo a reduzir ainda esse percentual – refiro-me ao percentual da Lei nº 11.529 – para 60%; temos a Lei que cria o Fundo de Financiamento à Exportação; temos a Lei que instituiu o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, o Reintegra; a Lei que autoriza a União a conceder subvenção econômica sob a modalidade de equalização de taxa de juros em operações financiadas pelo BNDES destinadas à aquisição de bens de capital relacionados a empresas que produzem para exportação; a Resolução Camex nº 20, que instituiu novas regras para o seguro de crédito à exportação... São leis de abrangência nacional. É disso que nós precisamos, além de políticas efetivas de desenvolvimento regional que abranjam regiões inteiras, e não políticas específicas para alguns Municípios dentro dessas Regiões.

Por isto, Sr. Presidente, é que eu me coloco contra o Projeto. E não é por nenhum “paulistismo”, não. Não se trata disso. Por favor, Senador Jorge Viana, não coloque as coisas sob esse ângulo, especialmente em relação a mim. Eu não aceito isso. Desculpe-me, mas eu não aceito. Eu sou profundamente brasileiro, nacionalista, em alguns casos até internacionalista. O que eu não aceito é o fracionamento da economia brasileira em ilhas que não funcionarão ou que, se funcionarem, serão o pior para o Brasil. Pior! Pior para a economia brasileira. Nós estaremos fincando mais um prego no caixão que vai levar a indústria nacional para o túmulo se nós não tomarmos, rapidamente, providências para levantá-la outra vez.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permite-me, pela ordem, falar um segundo, dois segundos?

Presidente, primeiro, quero agradecer aos Senadores por terem votado os Itens nºs 3 e 6, de interesse do Rio Grande do Sul, na questão da CEEE-GT.

Só tem uma adequação – é só um registro, e a Mesa o fará...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A resolução só foi citada aqui, mas, como o Diretor Gerson Carrion...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso, o Gerson me procurou e pediu que eu reforçasse...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...e continuou insistindo para falar que na resolução não pode ser distribuição...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ... tem de ser geração e transmissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu agora vou administrar isso aqui igual ao Juruna: com gravador. Aí, quando o cara pergunta, eu ligo o gravador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele fez o pedido para mim, e eu o faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Gerson Carrion continua o mesmo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Gerson Carrion é um grande líder e me conduziu a fazer essa interpretação rápida. Eu agradeço em nome dos três Senadores do Rio Grande.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Paim.

Senador Armando Monteiro.

Já estão encerradas as inscrições. O Ministro Tombini está aqui a postos, aguardando pacientemente.

Falará o Senador Armando Monteiro, depois o Senador Eduardo Suplicy; depois, o Senador Flexa Ribeiro; depois, a Senadora Lídice, depois, o Senador Wellington Dias. E, se eu abrir, vai todo mundo falar.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, pela ordem. Eu vou retirar a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Retira a inscrição.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E até faço um apelo a todos que querem defender a matéria, para que a gente possa votá-la...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ainda temos mais uma matéria a votar, do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Também, pela aprovação, eu retiro.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Empréstimo do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Também o Senador Wellington. Muito obrigado, Senador Wellington e Senadora Lídice.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Presidente, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa também está retirando.

Portanto, só o Senador Armando Monteiro e o Senador Eduardo Suplicy inscritos. Somente. (*Pausa.*)

É isso mesmo, Senador Casildo. V. Ex^a não se inscreveu, não é? (*Pausa.*)

Então, só o Senador Armando Monteiro e o Senador Suplicy.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu queria, no início desta fala, ressaltar o apreço que tenho à autora do projeto, a ilustre Senadora Lídice da Mata, que sempre nesta Casa se tem pautado por uma posição exemplarmente comprometida com o interesse público e com a defesa das teses que ela tão bem defende nesta Casa.

E quero aqui também tributar o meu respeito ao nobre Relator, Senador Jorge Viana.

No entanto, como nordestino que sou, quero dizer a V. Ex^a que não me sinto desconfortável de forma alguma de me opor ao projeto, meu caro Senador Jorge Viana. Antes, pelo contrário.

Eu creio, Presidente, que um dos graves problemas que temos hoje, olhando o País como um todo, é exatamente a criação de regimes tributários que se revelam artificiais e que, de algum modo, podem ter contribuído em algum momento para a formação de capital produtivo na região, mas não respondem mais dentro de uma visão moderna de desenvolvimento regional, dentro de um conceito de sustentabilidade do desenvolvimento.

Eu assisti, na minha região, a desequilíbrios profundos que foram criados na concorrência interempresarial e que foram fruto de regimes de incentivos absolutamente equivocados. Exemplo: dar incentivo a uma empresa nova, de um setor têxtil que vai instalar-se num Estado. No entanto, a indústria preexistente em algumas áreas não tem benefício algum. Isso significa dizer que nós, ao incentivarmos o novo empreendimento, estamos condenando a indústria preexistente a um processo de absoluta desigualdade na competição.

Então, está na hora de pensarmos a questão do desenvolvimento regional a partir de outra ótica, que confira exatamente prioridade a essa visão horizontal, de estimular os setores produtivos através de medidas horizontais, de criar externalidades, de investir em infraestruturas que são fundamentais para darem competitividade à região.

Veja na Região Nordeste a importância que decorre, por exemplo, do fato de podermos criar, no plano

da logística regional, uma matriz de transporte nova. Veja, meu caro Senador Pimentel, o que vai representar a Transnordestina para reduzir custos de transporte, custos de transferência e, aí sim, promover, elevar a competitividade regional através de um processo que é absolutamente sustentável ao longo do tempo.

Esse projeto das ZPEs atende a uma lógica antiga, que, a meu ver, já está superada. O que o Brasil precisa é promover um esforço exportador, oferecendo incentivos a todas as empresas para que elas se engajem nesse esforço.

O Brasil tem pouco mais de mil empresas exportadoras, meu caro Senador Aloysio. É muito pouco. Por isso precisamos ampliar os incentivos de caráter horizontal. O Reintegra, que veio no plano Brasil Maior, é um mecanismo inteligente para compensar o resíduo tributário que nós temos ao longo da cadeia.

Portanto há uma série de incentivos que se conformam muito mais a essa lógica, sem deixar também de reconhecer que o realinhamento cambial de alguma forma contribui significativamente para dar competitividade ao setor exportador brasileiro.

Então esse projeto, ainda que reconheçamos os elevados objetivos e propósitos da nobre autora, se desvirtua quando, por exemplo, prevê que se possam vender 40% ou 50% no mercado interno. Mesmo que essas vendas no mercado interno estejam sujeitas à tributação normal, dizer que isso não confere uma assimetria é um equívoco. Existe uma série de incentivos que as ZPEs recebem na área do Imposto de Renda, na área do PIS/Cofins. Portanto são condições absolutamente assimétricas, desiguais, que não contribuem para um processo verdadeiramente estimulador da atividade econômica.

E as entidades empresariais da região, representativas da indústria, meu caro Senador Jorge Viana? Qual foi a federação das indústrias da região que manifestou de forma inequívoca apoio a este projeto? E, evidentemente, quando falamos das entidades empresariais, estamos considerando que elas defendem no seu conjunto a atividade industrial, e não setores isoladamente.

Portanto, como nordestino, eu não tenho nenhum desconforto ao afirmar a minha posição de que este projeto não serve verdadeiramente aos interesses regionais. E me parece que o seu conceito já não se conforma à lógica do novo tempo econômico e às exigências de uma sociedade que precisa elevar a competitividade como um todo, através de medidas horizontais que possam estimular todos os setores.

É essa a nossa palavra, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro. Último inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro quero enaltecer a iniciativa da Senadora Lídice da Mata e do Relator Jorge Viana, mas gostaria, antes da votação, de expressar as razões das emendas que apresentei, algumas das quais com o Senador Aloysio Nunes.

A primeira é a Emenda nº 8, que tem por finalidade alterar o texto do art. 3º, com vistas a garantir que produtos ou serviços originários das ZPEs não interfiram negativamente na economia de unidades específicas da Federação. É para se corrigir a redação original, a fim de evitar a possível redução de postos de trabalho em uma Região ou Estado em detrimento de outra Região ou Estado, de maneira a manter o equilíbrio federativo, especialmente no que diz respeito aos níveis de emprego, de produção e de arrecadação de tributos.

A segunda emenda, que leva em conta as Emendas nº 1, do Senador Armando Monteiro; nº 2, do Senador Aloysio; e nº 13, de minha parte, objetiva manter em 80% o compromisso exportador das empresas instaladas nas zonas de processamento de dados. O Senador Jorge Viana alegou que há contrariedade no argumento apresentado nessas emendas, segundo as quais, a diminuição dos percentuais mínimos de exportação pelas empresas instaladas nas ZPEs coloca as demais empresas em posição desfavorável para competir nas vendas internas com as detentoras do regime. Afirma que, exceto as instaladas em ZPEs, têm a liberdade de colocar a destinação de sua produção nos mercados interno e externo.

Ocorre, entretanto, que as empresas não instaladas em ZPEs não gozam de qualquer privilégio em seu regime de exportação e, por isso, não há que se falar em qualquer restrição imposta por lei no tocante à alocação de destinação da sua produção. Diferente a situação das empresas instaladas em ZPEs, que possuem incentivos cambiais, administrativos e fiscais inclusive para a aquisição de máquinas, equipamentos e aparelhos que serão incorporados ao ativo imobilizado da empresa, o que enseja uma vantagem competitiva em relação às empresas que não usufruem desse benefício.

Portanto, aqui tenho a discordância com a contrariedade apontada pelo Senador Jorge Viana, pois defendemos um tratamento diferenciado para empresas que possuem regimes diferenciados. Permitir que as empresas alocadas nas ZPEs possam destinar um montante de até 50% da sua produção para o mercado interno é desvirtuar o regime, transformando-o em um instrumento de concessões de benefícios que coloca-

rão as demais empresas em condições desiguais de competitividade no mercado interno.

As Emendas de nº 3, do Senador Aloysio Nunes, e de nº 9, de minha autoria, proíbem a aquisição e importação de bens de capital antes do alfandegamento. Alega o Relator acatamento parcial, mas avaliamos que não houve tal acatamento. O Senador Jorge Viana contesta a alegação de que a permissão de que as empresas titulares de projetos aprovados para a implantação de ZPE possam importar ou adquirir bens de capital no mercado interno com os benefícios do regime antes que ocorra o alfandegamento da área é uma antecipação que contraria o CTN.

Entende que é um benefício com condição resolutória, que a lei deve prever os requisitos para a fruição antecipada do benefício, mas concorda que o texto aprovado não ficou claro a respeito das consequências do descumprimento desses requisitos. Ele defende que não há problema nessa antecipação da fruição do benefício porque a autoridade tributária poderá determinar desde qual data os tributos suspensos passam a ser exigidos por descumprimento dos requisitos.

Ora, entendemos que, mesmo com a previsão de que a autoridade tributária poderá determinar desde qual data os tributos suspensos passam a ser devidos, na prática, o problema é a dificuldade que a autoridade fiscal terá de comprovar eventuais desvios, tendo em vista que a área ainda não está alfandegada e está fora da área de controle aduaneiro da RFB.

Entendemos, portanto, que não houve um acatamento parcial da emenda, pois não concordamos com a possibilidade de a empresa usufruir do benefício do regime antes do alfandegamento, mesmo que estejam previstos em lei os requisitos para tal antecipação.

Com respeito às Emendas de nº 4, do Senador Aloysio Nunes, e de nº 10, de minha autoria, que proíbem a extensão da exportação ficta às ZPEs, o Senador Jorge Viana não concorda em que haja risco em permitir que ocorra exportação ficta de produtos nacionais destinados a empresas sediadas no exterior, ainda que a utilização desses produtos seja feita por terceiro sediado no País. Ele entende que as importações fictícias já estão incorporadas no regulamento aduaneiro e tal benefício é concedido para as demais empresas exportadoras.

Acontece que, no caso das ZPEs, há o risco de se incentivar a criação de *offshores* no exterior para que suas filiais nacionais possam receber os produtos com os benefícios, ou seja, é uma forma de facilitar o desvio da finalidade principal do regime que é a exportação.

Com respeito às Emendas de nº 5, do Senador Aloysio Nunes, e de nº 11, de minha autoria, que retiram a possibilidade de usar *tradings* como intermediárias

para exportação dos produtos industrializados dentro das ZPEs, o Senador não as acatou porque alega que o texto aprovado visa assegurar às empresas instaladas em ZPEs o mesmo direito das exportadoras não instaladas; que tal permissão seria um atrativo para que as empresas de menor porte se instalem na área incentivada.

Ora, entendemos que o maior risco dessa permissão é a facilitação dos desvios de mercadorias, pois as informações referentes à exportação efetivada pelas *tradings* estão fora do controle específico previsto para as empresas instaladas nas ZPEs.

Com respeito às Emendas nºs 6, do Senador Aloysio, e 14, minha, que impedem o acesso a benefícios e incentivos fiscais da atividade exportadora para as demais empresas brasileiras, o Senador não as acatou porque discorda da justificativa apresentada na emenda de que a regulação do dispositivo que veda a fruição de incentivos e benefícios fora do âmbito das ZPEs possa ensejar a concessão de benefícios específicos e diferenciados para as empresas detentoras do regime.

A revogação do art. 17, como proposta da Emenda nº 1, da CAE ao Projeto de Lei nº 764, de 2011, permitiria que as empresas em ZPEs usufríssem de benefícios não previstos na lei. Isso enseja a possibilidade de concessão de benefícios específicos e diferenciados sem o caráter de generalidade previsto na lei citada, criando desigualdades dentro do próprio regime.

Ora, essa possibilidade de concessão de outros benefícios sem previsão de qualquer restrição poderia ensejar uma flexibilização do §2º do art. 18, segundo o qual a saída de mercadorias para o mercado interno fica sujeita ao pagamento de tributos e encargos, ou seja, poderia retirar essa regra e igualar a saída interna e a exportação, prejudicando os concorrentes que estão sob o regime normal de tributação.

Essa emenda, por sua vez, promove o retorno aos objetivos da Lei nº 11.507, de 2007, e veda a fruição de quaisquer incentivos ao benefício não expressamente previsto na Lei das ZPEs.

Finalmente, Sr. Presidente, as Emendas nºs 7, do Senador Aloysio Nunes, e 14, minha, proíbem a criação de filiais fora das ZPEs. O Relator entendeu que a preocupação apontada na emenda de que a permissão de a empresa constituir filiais fora de ZPEs abre a possibilidade de o benefício ser estendido mesmo que indiretamente para filiais não abrangidas pelo regime fica resolvida ao deixar explícito no texto que os incentivos previstos na lei só estarão disponíveis para unidade localizada dentro de ZPE, exigindo que sejam mantidas em separado as contabilidades das operações das filiais.

Acontece, Sr. Presidente, que tal previsão expressa não coíbe a extensão indireta exemplificada na justificativa da emenda, qual seja, uma filial poderá iniciar a fabricação de determinado produto que já seria por ela exportado, mas o remete para ser exportado pela matriz instalada em ZPE, diminuindo seu custo por usufruir de um procedimento mais simplificado em relação às demais exportadoras que não escoarão seus produtos por empresas detentoras do regime.

São essas as considerações que gostaria ainda serem objeto da reflexão do querido Senador Jorge Viana, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação o substitutivo, ressalvadas as emendas e subemendas.

Votação nominal. Quem vota com o Relator vota “sim” ao substitutivo.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tendo em vista o não acatamento das emendas, o meu voto será contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “não”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com todo carinho e respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”, Senador Suplicy.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “sim”.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu voto “não”, voto contra. Estou achando que, em vez de Zona de Processamento de Exportação, estamos criando um tipo de zona de processamento de importação. Vai aumentar a competição com o nosso mercado doméstico. Então, o meu voto é contrário, é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “não”, Senador Lindbergh.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O meu voto é “sim”, Sr. Presidente. No plenário, vou defender a minha proposta porque o substitutivo do Senador Jorge Viana aprimora o projeto e muito do que foi dito aqui realmente não cabe no projeto que estamos votando.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim”.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto “sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim”, com o Relator.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – “Sim”, com o Relator, Sr. Presidente, parabenizando-o pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”, com o Relator.

Senador Jorge Viana, voto conhecido.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, Sr. Presidente, até em função de duas ou três cidades catarinenses e do que elas sofrem com cidades e países limítrofes que possuem esses incentivos. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, voto “sim” do Senador Casildo Maldaner.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com certeza, Sr. Presidente, eu voto com o Relator. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, vota “sim”.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, vota “sim”.

Senador Nicanor Fagundes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto “sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”, com o Relator.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Voto com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Nicanor Fagundes é o Senador Aloysio Nunes, só para esclarecer aqui a todos. É um nome muito conhecido de *Voz Operária*, um grande articulista do jornal *Voz Operária*.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Presidente. Já não era sem tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, “sim”.

Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim”, com o Relator.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO) – “Sim”, Presidente. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”, com o Relator.

Total: 12 votos SIM e 4 votos NÃO.

Portanto, aprovado o substitutivo apresentado pelo Senador Jorge Viana.

Em relação às emendas e subemendas, informo que serão realizados dois blocos de votações: com parecer favorável do Relator e com parecer contrário do Relator.

Pergunto ao Plenário se podemos fazer uma só votação para a subemenda apresentada às Emendas nºs 3 e 9 e para a subemenda apresentada à Emenda nº 7.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente, eu queria pedir urgência para esta matéria que acabamos de votar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Em votação a Subemenda nº 1 às Emendas nºs 3 e 9, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 7.

Votação nominal.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia explicar a votação?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós estamos votando agora a subemenda apresentada às Emendas nºs 3 e 9 e a subemenda apresentada à Emenda nº 7.

Em votação a Subemenda nº 1 às Emenda nºs 3 e 9 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 7.

Votação nominal.

Quem vota com o Relator, vota “sim”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou me abster neste caso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, abstenção do Senador Eduardo Suplicy.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim”.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “não”.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim”.

Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim”.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim”.

Senador Jorge Viana, voto conhecido.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”, Senador Casildo.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, “sim”.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O britânico Cyro Miranda.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Jose Agripino Maia. (*Pausa.*) Senador José Agripino, foi a Medida Provisória nº 579.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”, com o Relator.

Total de votos: 11 SIM, 3 NÃO; e 1 abstenção.

Portanto, aprovadas a Subemenda nº 1, da CAE, às Emendas nºs 3 e 9, e a Subemenda nº 1, da CAE, à Emenda nº 7, que serão incorporadas ao substitutivo oferecido ao PLS nº 764, de 2011.

Há somente mais uma votação nominal. Por favor!

O parecer do Relator é contrário.

Em votação as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13 e 14.

A votação é nominal.

Quem vota com o Relator vota “não” às Emendas.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”. Portanto, vota com o Relator.

Senadora Lídice da Mata.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, retifico o meu voto, que é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata, quem vota com o Relator vota “não”.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, voto com o Relator, Sr. Presidente, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

O reabilitado Senador Lindbergh mudou o voto. Vota “sim” o Senador reabilitado, o Senador Lindbergh Farias.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator. É previdente, vota “não”.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto “não”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”, com o Relator.

O voto do Senador Jorge Viana é conhecido.

Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se vota com o Relator, o voto é “não”.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Isso mudou, não é, Sr. Presidente? O voto “não” era o voto contrário, mas agora virou o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É que estamos tentando trazer mais votos. Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente. O voto é “não”, agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator. Portanto, “não”.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “não”, com o Relator.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim”.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”, com o Relator.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agora, o voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”, com o Relator.

O Senador José Agripino não está presente.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (Bloco/DEM – TO) – “Não”, Sr. Presidente. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”, com o Relator.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, o projeto é do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Total de votos: 11 votos NÃO e 4 votos SIM. Portanto, ficam rejeitadas as emendas.

Fica aprovado o substitutivo, com as alterações promovidas pelas subemendas aprovadas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Solicito urgência para o encaminhamento. Vou recolher as assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação o requerimento de urgência para que seja encaminhado esse Projeto. Ah, não há requerimento de urgência! O projeto é terminativo. Liquidou-se a fatura, Senador Jorge Viana.

O Projeto vai à sanção.

Portanto, terminada essa pauta, passo ao último item da pauta, muito rapidamente.

Passa-se ao item 5 da pauta, que trata da Mensagem do Senado Federal nº 106, de 2012, matéria não terminativa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu pediria só aos Senadores presentes...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só pediria aos Senadores para votarmos muito rapidamente essa matéria.

O Presidente do Banco Central já se encontra aqui e nos aguarda pacientemente.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 106, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Piauí e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida), no valor de até SDR 12.770.903,00 (doze milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e três Direitos Especiais de Saque), cujos recursos destinam-se ao financiamen-

to parcial do “Programa de Desenvolvimento Sustentável no Seminário – Viva o Semiárido”.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta

De acordo com a Resolução, estão aqui presentes o Dr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro, e o Sr. Antônio Silvano Alencar de Almeida, Secretário de Fazenda do Estado do Piauí.

Onde está o Sr. Antônio Silvano Alencar de Almeida? Ele se cansou da reunião e abandonou o plenário.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas eu estou aqui presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador do Piauí Wellington Dias sempre está presente aqui, defendendo seu Estado com honra e com dignidade, representando não só a população, mas todas as etnias do Piauí.

Com a palavra a Relatora, a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a já anunciou a ementa da Mensagem.

Quero ressaltar que, no relatório, o pedido está instruído com os documentos pertinentes, dentre os quais se destacam: a Exposição de Motivos nº 00239/2012MF, de 27 de novembro de 2012, do Ministro da Fazenda; os pareceres favoráveis da Procuradoria Geral do Estado do Piauí, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Fazenda Nacional; o parecer técnico da Coordenadoria de Convivência com o Semiárido do Estado; a Recomendação nº 1.056, de 26 de setembro de 2008, da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), e o credenciamento do Estado, pelo Banco Central, para negociar o empréstimo, conforme registro de operações financeiras sob o nº ROF TA 624.111, de 17 de agosto de 2012.

A liberação dos recursos da operação de crédito está prevista para o período 2012-2018, com amortizações em 30 parcelas semestrais e custo efetivo médio estimado em 1,39% ao ano.

Como o relatório já foi divulgado anteriormente, Sr. Presidente, vamos direto ao voto.

Ante o exposto, voto favoravelmente à autorização para a contratação de operação de crédito externo solicitada pelo Estado do Piauí, com a garantia da República Federativa do Brasil, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado, que, como todo projeto de resolução do Senado de 2012 referente a essa questão, descreve a operação realizada.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata, pela objetividade também de prontamente ter nos atendido, preparando o relatório.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório da Senadora Lídice da Mata.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias, o atento e competente Senador!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradecendo à Senadora Lídice, eu gostaria apenas de pedir urgência pela importância desse projeto para o semiárido do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Eu pediria só que alguém pedisse urgência para nós encaminharmos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu já estou pedindo urgência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pediu urgência. Desculpe-me.

Portanto, em votação o requerimento de urgência do Senador Wellington Dias.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Portanto, Senador Wellington Dias, segue diretamente para o plenário, parabenizando V. Ex^a não só como ex-Governador do Piauí, mas como Senador da República, que honra o nosso querido Estado do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, segue diretamente ao plenário para aprovação, esperamos, ainda no dia de hoje.

Quero cumprimentar também o Deputado Zarrattini, de São Paulo, que está presente, conversando com o atento Senador Lindbergh Farias.

Portanto, dou por encerrada a presente reunião deliberativa.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 5 minutos.)

ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e cinco minutos do dia onze de dezembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Aníbal Diniz, Wellington Dias, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Gim, Cidinho Santos e Marco Antônio Costa. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Roberto Requião, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, e João Ribeiro. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 61ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal; e discutir transferências de controle acionário, intervenções e liquidações ocorridas no sistema financeiro nacional em tempos recentes, que envolveram os bancos Pan-Americano, Rural, BMG, Votorantim, e, mais recentemente, Cruzeiro do Sul e Prosper, em atendimento ao Requerimento nº 36 de 2012 – CAE, de iniciativa do Senador Cyro Miranda e outros, tendo como expositor o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, José Agripino, Wellington Dias e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 62ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 61ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Audiência Pública para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, e discutir transferências de controle acionário, intervenções e liquidações ocorridas no Sistema Financeiro Nacional em tempos recentes, que envolveram os Bancos PanAmericano, Rural, BMG, Votorantim e, mais recentemente, Cruzeiro do Sul e Prosper, em atendimento ao Requerimento nº 36, de 2012, da CAE.

Requerimentos apresentados: Requerimento nº 36, de 2012, pelo Senador Cyro Miranda.

O convidado é o Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini.

S. Exª o Ministro Alexandre Tombini já se encontra na Secretaria da Comissão, há uma hora, aguardando a nossa reunião deliberativa.

Eu, desde já, peço desculpas ao Presidente Tombini, porque sei que o tempo dele é muito importante no dia a dia da condução do Banco Central.

Peço aos Senadores Lindbergh e Ivo Cassol que conduzam ao plenário da Comissão o Presidente Tombini.

Comunico que se encontram presentes também ainda o fleumático Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração da Dirad, e o Sr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Fiscalização do Defis.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Sr. Ministro Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer a sua exposição e em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de 5 minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de 2 minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra o sempre bem-vindo Ministro Alexandre Tombini.

Sejam bem-vindos também os seus diretores do Banco Central, muito competentes!

Portanto, com a palavra o Presidente Alexandre Tombini para fazer a sua exposição.

E quero já me antecipar porque hoje nós estamos com os nossos Senadores e Senadoras extremamente atarefados. O Senador Gim Argello nos honra com a presença, como membro importante da Comissão de Assuntos Econômicos.

Senadores inscritos, vou fazer a bateria de perguntas de uma só vez, e aí o Presidente Tombini responde, isso porque, às 14 horas, nós temos também mais um debate aqui na CAE com os Secretários de Fazenda, quem sabe trazendo novidades para esta Comissão de Assuntos Econômicos nesta última discussão do Confaz em São Luís do Maranhão.

Portanto, passo a palavra ao Ministro Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Ex^{mo} Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Ex^{mo} Sr. Senador Gim Argello, membro desta Comissão; Ex^{mos} Srs. Senadores; senhoras e senhores; estou hoje aqui na condição de Presidente do Banco Central para, em atendimento ao estabelecido na Resolução 32, de 2007, do Senado Federal, discorrer sobre as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, e, adicionalmente, nesta ocasião, em atendimento ao Requerimento nº 36, de 2012, de autoria do Ex^{mo} Sr. Senador Cyro Miranda, discutir também as transferências de controle acionário, intervenções e liquidações ocorridas no Sistema Financeiro Nacional em tempos recentes.

Em relação ao requerimento do Senador Cyro Miranda, eu tenho as seguintes considerações: a crise internacional de 2008 provocou forte contração no mercado de crédito externo, com alguns reflexos no mercado de crédito brasileiro. Os efeitos da crise impactaram mais fortemente alguns bancos do segmento de pequenos e médios, que sofreram pressão em sua liquidez devido à redução do mercado de cessão de crédito e dificuldades também de captação de recursos em geral.

Atento a esse cenário, o Banco Central do Brasil passou a exercer um monitoramento mais rigoroso nas operações de cessão de crédito realizadas por todo o Sistema Financeiro no primeiro semestre de 2010. Essas atividades resultaram, no segundo semestre daquele ano, na identificação de inconsistências contábeis nas operações de cessão de crédito no Banco PanAmericano. As fragilidades então encontradas naquela instituição motivaram o Banco Central a intensificar o trabalho de monitoramento de um grupo específico de bancos.

Apesar de a maioria das instituições que enfrentaram dificuldades terem retornado à situação de nor-

malidade, em alguns casos pontuais, fez-se necessária maior atuação do Banco Central do Brasil no sentido de solucionar as situações mais críticas por meio de processos de ajustes e saneamento. Essas situações mais críticas, diga-se de passagem, foram basicamente decorrentes de decisões de gestão tomadas por seus controladores e administradores na condução dos negócios da instituição que não guardaram relação com fatores macroeconômicos de caráter conjuntural, nem relação direta com o comportamento ou com as estratégias do restante do segmento.

Durante o processo de ajuste e saneamento, foram aplicados novos instrumentos de monitoramento, mais focados na integridade das informações e na viabilidade dos negócios, o que possibilitou um mapeamento mais preciso das situações de risco identificadas.

Como resultado desse processo, foram determinados ajustes e exigidos planos de solução para as situações identificadas. Foram aplicadas, também, medidas prudenciais preventivas, inclusive com a imposição de restrições para a distribuição de resultados e remuneração de administradores. Nos quatro casos em que os ajustes determinados não foram feitos, ou não foram apresentadas soluções de mercado, houve a decretação de regime especial. Refiro-me aos casos dos bancos Cruzeiro do Sul, BBVA, Morada e Prosper, que, somados, detinham apenas 0,41% dos ativos do Sistema Financeiro Nacional, e 0,59% dos depósitos.

É fundamental compreender que a decretação de regimes especiais apresenta sempre, em maior ou menor medida, potencial de abalo da credibilidade do sistema financeiro. Além disso, o encerramento das atividades de uma instituição financeira por ato de intervenção do Estado afeta adversamente depositantes, investidores e demais credores, inclusive outras instituições financeiras, bem como o Fisco e os empregados, podendo ainda trazer consequências para empresas que nela concentram os seus depósitos e aplicações. Por tais razões, a ocorrência de solução de mercado para superar dificuldades verificadas em instituições financeiras atende ao interesse público na estabilidade sistêmica.

Recordo, a propósito, que, nos casos em que ocorreram soluções de mercado, o Banco Central não interferiu nos termos e condições da negociação, que foram acertados exclusivamente entre as partes interessadas. Ademais, em estrito atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, tais soluções de mercado foram concluídas sem a utilização de recursos públicos nem do Banco Central, nem de qualquer outra entidade governamental.

Com relação à atuação do Fundo Garantidor de Créditos, que teve na solução de mercado, devo sa-

liantar que o FGC atua de duas formas: a primeira é a função clássica de *paybox*, quando garante os recursos aos depositantes e instituição liquidada até o montante estabelecido pela regulamentação em vigor. A segunda forma de atuação é a atuação preventiva, contribuindo para a obtenção de solução de mercado que permita a continuidade das atividades da instituição financeira, conforme prevê o art. 28, §1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que a prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos e de outros mecanismos constituídos pelas instituições do sistema financeiro nacional, caso do FGC.

Em termos de impactos na competitividade, na competição, o efeito que esse processo de saneamento teve é praticamente inexistente, pois, conforme afirmou, o número de bancos que passaram por medidas cautelares ou saneadoras foi pequeno, sendo a sua participação, em termos de volume de ativos e de depósitos, frente ao montante total do sistema financeiro nacional, insuficiente para surtir efeitos relevantes sobre indicadores de concentração. É de ressaltar que no terceiro trimestre de 2012 o segmento de bancos pequenos e médios compreendia 125 instituições.

Em decorrência do mesmo processo de saneamento, foram abertos 17 processos administrativos punitivos, aplicadas penas que, somadas, correspondem a mais de 350 anos de inabilitação para atuar no mercado financeiro, além de multas, tendo sido expedidas 39 comunicações de crimes e irregularidades administrativas aos órgãos competentes, sendo 21 ao Ministério Público, 8 à CVM, 5 ao Coaf, 3 ao Conselho Federal de Contabilidade, e 2 à Secretaria da Receita Federal.

Finalmente, concluindo a minha exposição a respeito do requerimento do Excelentíssimo Senador Cyro Miranda, gostaria de confirmar, ratificar, que o segmento de bancos pequenos e médios está saudável, bem capitalizado, provisionado, rentável e desempenha importante papel na dinâmica do mercado financeiro e que as recentes aplicações de regimes especiais a bancos desses segmentos foram fatos específicos e isolados.

Ex^{mos} Srs. Senadores, passo agora a tratar do cenário macroeconômico.

Iniciando pelo ambiente externo, a nossa conclusão é a de que ele permanece com grande complexidade. A perspectiva continua sendo de baixo crescimento econômico com período prolongado para a economia global. A Europa é fonte de preocupação, principalmente pelas vulnerabilidades econômicas e financeiras ainda presentes. É fato que nos últimos meses foram anunciadas importantes medidas que reduziram as chances de eventos extremos, mas não

são soluções nem prontas nem definitivas, capazes de estabelecer por si uma dinâmica de crescimento sustentável para a região.

No caso dos Estados Unidos, a principal fonte de segurança está no campo fiscal. O chamado abismo fiscal tem o potencial de gerar uma contração de até 4,5% do Produto Interno Bruto dos Estados Unidos, em termos de impacto fiscal.

A avaliação geral, entretanto, é a de que haverá ao menos a renovação parcial dos incentivos tributários, mas a postergação dessas decisões tem-se refletido sobre os níveis de dispêndio das famílias norte-americanas e de investimento das empresas. Não obstante, há sinais positivos na economia norte-americana. O segmento imobiliário retomou as vendas, os estoques se reduziram, os preços de imóveis estão se recuperando e houve ampliação da concessão de crédito para este segmento. Ademais, a economia norte-americana como um todo está gerando postos de trabalho. Com isso, temos observado uma taxa de desemprego que tem gradualmente caído nos Estados Unidos.

Em relação à China, os indicadores recentes sinalizam uma estabilização do ritmo de crescimento. Há, inclusive, alguns sinais mais recentes de aceleração desse ritmo, porém a expectativa é de que o patamar de crescimento se consolide um pouco abaixo daquele observado nos últimos anos.

Quanto à economia brasileira, a nossa visão é a de que está em curso uma recuperação gradual da atividade econômica neste segundo semestre do ano de 2012, que deve se intensificar ao longo do próximo ano. A indústria e a agropecuária, em certa medida, já mostram reação aos estímulos introduzidos na economia. No setor industrial, o sentimento do empresário melhorou, a produção tem mostrado tendência de crescimento nos últimos meses e este é um processo disseminado entre os diversos segmentos industriais.

No setor agrícola, a produção de grãos deve bater novo recorde em 2012 e, de acordo com as estimativas elaboradas pelo IBGE, crescerá em 2013 em ritmo bem mais intenso. No que se refere ao setor de serviços, as perspectivas continuam favoráveis e a estabilidade observada no terceiro trimestre refletiu eventos que tendem a não se repetir.

Analisando o Produto Interno Bruto pela ótica do dispêndio, a demanda doméstica continua sendo o principal suporte da economia. A expansão moderada do crédito, a geração de empregos e a ampliação da renda estimulam o consumo das famílias. Por outro lado, a lenta recuperação da confiança contribui para que até o momento os investimentos ainda não mostrem reação aos estímulos produzidos na economia. A consolidação da confiança requer um prazo suficiente

para que os investidores interiorizem os estímulos já fornecidos, antecipem os efeitos das novas políticas de oferta e, assim, planejem suas próprias perspectivas de crescimentos em horizontes mais longos.

Importante destacar, Senadores, que este cenário de recuperação do crescimento, ainda que mais lento, vai-se materializando em ambiente de inflação sob controle. Há um conjunto de fatores que favorecem que a inflação retome o deslocamento na direção da trajetória da meta de inflação ao longo do ano de 2013. Vou listar alguns desses fatores.

Primeiro, o reajuste do salário mínimo, que será, em 2013, significativamente menor do que o observado em 2012. A importante redução no ritmo de crescimento desse parâmetro deve contribuir para suavizar a dinâmica dos salários, com repercussões sobre os custos de produção, sobretudo nos segmentos intensivos em mão de obra. Além disso, no setor público, negociações já realizadas apontam moderação dos ganhos salariais nos próximos três anos. Nesse contexto, para a economia como um todo, antecipam-se variações salariais mais condizentes com os ganhos de produtividade no próximo ano.

O segundo aspecto que sustenta a convergência da inflação para a meta no ano de 2013 se refere às perspectivas que apontam moderação na dinâmica de certos preços de ativos reais e financeiros, dadas as condições vigentes da economia e as condições prospectivas. Em particular, temos afirmado que nosso regime de câmbio flutuante não deve ser visto como um incentivo para apostas que exacerbam a volatilidade.

Um terceiro elemento diz respeito ao impacto potencial sobre os preços, de medidas adotadas pelo Governo que visam reduzir os custos de produção e aumentar a competitividade da economia brasileira. Além desse impacto sobre as condições de oferta, há também o impacto direto, os efeitos diretos dessas iniciativas sobre os índices de preços ao consumidor.

Um quarto fator de sustentação da convergência da inflação no ano de 2013 diz respeito à expansão do crédito. Apesar de haver espaço para continuidade da expansão do crédito às pessoas físicas, esse movimento tende a ocorrer em ritmo mais alinhado ao crescimento da renda disponível, fator que já estamos observando mais recentemente.

Um quinto e último fator de convergência da inflação para a trajetória de metas em 2013 diz respeito ainda à situação internacional. Apesar de haver sinais que indiquem a estabilização do cenário global e a redução da probabilidade de ocorrência de eventos de extremos, o cenário internacional ainda é frágil e apresenta um fator de contenção da demanda agregada à frente.

Nesse contexto, a estabilidade das condições monetárias por um período suficientemente prolongado é, na minha visão, a estratégia mais adequada para garantir a convergência da inflação para a meta no ano de 2013.

De qualquer maneira, o Banco Central – já tive oportunidade de falar algumas vezes nesta Comissão – mantém-se vigilante para assegurar que o comportamento da inflação seja condizente com o processo de convergência para o objetivo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

São essas, Sr. Presidente, as minhas breves palavras introdutórias. E estou inteiramente à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vamos começar pelo Senador Cyro Miranda, que é o autor do requerimento. Depois passamos a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O Presidente Tombini foi muito objetivo hoje, extremamente objetivo. Ele já é objetivo, e foi mais ainda.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio do Amaral, ilustre Presidente desta Comissão e competentíssimo Senador da República, saúdo os nossos convidados: S. Ex^a o Dr. Alexandre Tombini e os Srs. Diretores do Banco Central, em particular o Dr. Altamiro, que é da cidade de Formosa, nosso conterrâneo.

Primeiro, agradeço a presença de V. Ex^{as}. Também vou ser bem sucinto, como é do meu perfil.

Tenho profunda admiração e respeito pelo Banco Central, porque é uma instituição extremamente conservadora, como deveria ser realmente nesse âmbito e, às vezes, até há um choque dentro de outras instituições do Governo.

Em relação ao meu requerimento, Dr. Tombini, gostaria muito de entender...

O sentido desta audiência seria ver como podemos melhorar a proteção do correntista, do investidor, nos casos que vêm acontecendo. Sabe-se que as fraudes cometidas por alguns bancos, a que nos referíamos em nosso requerimento, vinham ocorrendo de longa data. O Banco PanAmericano, ao abrir parte de suas ações para negociação da Bolsa de Valores, passou a inflar os seus ativos, gerando resultados fictícios e lucros inexistentes. Essa fraude contábil gerou lucros ilegais para o Grupo Silvio Santos. Já no caso do Cruzeiro do Sul, o relatório final da Polícia Federal aponta práticas ilícitas dos banqueiros e relata o drama de centenas de vítimas que perderam suas aplicações. A Polícia Federal aponta ainda, segundo a imprensa, uma sucessão de fraudes relativas a empréstimos consignados, transferências de valores para empresas

ligadas aos ex-controladores do Banco, fraude contábil e simulação de aquisição de mercadorias para desfalcocar o caixa da instituição.

Apesar de ter sido a fiscalização do Banco Central que detectou a fraude maior da inflação dos ativos do PanAmericano, gostaríamos de saber de V. Ex^a por que o Banco Central demorou tanto para identificar tais fraudes, tanto naquele caso como nos demais. V. Ex^a vê espaço para melhorias na fiscalização sem que haja necessidade de microgerenciamento dos bancos fiscalizados?

A segunda. A atuação dos bancos médios e pequenos no mercado contribui para a livre concorrência e para a cobertura de nichos que não interessam aos grandes bancos. Embora pequenos e médios, esses bancos não são menos importantes, pois os erros nesses bancos têm grande impacto no sistema financeiro. V. Ex^a não acha que é necessário que o Banco Central aja mais prontamente, de modo a assegurar que o alarme soe de imediato na iminência de indícios de má administração desses bancos, evitando-se, assim, que o Fundo Garantidor necessite ser mobilizado para seu socorro e de seus controladores? Quais os critérios adotados pelo Banco Central do Brasil para a definição dos casos em que o socorro dos bancos se faz necessário ou não?

V. Ex^a entende que faltou transparência do Banco Central no episódio do empréstimo concedido pelo Fundo Garantidor de Crédito ao Banco PanAmericano e na aquisição de ações do Banco pela Caixa Econômica Federal?

E no encaminhamento do caso Cruzeiro do Sul? Concordamos que o sigilo nas negociações envolvendo dificuldades de liquidez ou de solvências de instituições financeiras se justifica pela necessidade de não criar pânico e corridas contra a instituição envolvida, mas a partir do momento em que as fraudes se tornam públicas e notórias, como o ocorrido em ambos os casos apontados, não deveria haver mais transparência, por parte do Banco Central, quanto aos remédios adotados?

E, por último, o socorro aos bancos deve se pautar por regras claras. Há a teoria não chancelada da preservação de instituições financeiras em dificuldade, pura e simplesmente, já que não se pode disseminar na opinião pública a noção de que qualquer instituição seja preservada mediante recursos públicos, sejam estatais, providos diretamente pelo Banco Central, sejam de características públicas, mediante arranjos institucionais semelhantes ao Fundo Garantidor. E eu pergunto: V. Ex^a acredita que esse modelo de participação em bancos privados por parte dos bancos públicos aumenta o chamado risco moral por parte de clientes que sabem que o Governo Federal ou o Banco Central

agirão para não permitir a liquidação do banco privado que tenha participação no banco estatal?

Em função ao requerimento, eram essas as nossas dúvidas, e eu pergunto a V. Ex^a se pode nos esclarecer.

Em relação à apresentação de V. Ex^a, que cobriu a área internacional e nacional, eu só pergunto se V. Ex^a continua com a mesma técnica que o Banco Central sempre utilizou, de ser conservador no PIB e na inflação, ou se concorda com o que acontece com o Ministério da Fazenda, que, infelizmente, nos últimos anos, não tem acertado: começa com um propósito e termina com outro totalmente diferente. Eu acho que o Banco Central, nesse ponto, tem uma visão bem mais realista.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, prezado Presidente Alexandre Tombini, do Banco Central, Srs. Diretores Altair Lopes e Sr. Anthero de Moraes Meirelles, também do Banco Central.

Quero cumprimentá-lo por sua exposição, a maneira como, desde quando assumiu o Banco Central, tem nos reportado o desenvolvimento da área monetária da economia.

Percebo que, no conjunto de informações que foram aqui colocadas, há aspectos muito positivos. Eu gostaria de ressaltar alguns dos gráficos que V. Ex^a apresentou.

A taxa de desemprego está com mínimas históricas. Se lá por volta de 2002 e 2003, a faixa era de 12%, até 13%, hoje temos uma faixa de 5,4%, uma das menores taxas de desemprego da economia brasileira, o que é muito positivo. Neste ano, de janeiro a outubro, houve 1,3 milhão de novos empregos no setor formal da economia. Mais um dado muito positivo para a ocupação e renda em ascensão.

Observamos que, do ponto de vista de pessoal ocupado, rendimento real, massa de rendimentos, todas as tendências são de crescimento. As vendas no varejo estão em ritmo de crescimento acumulado: 8,1% nos últimos doze meses e de 6,6% nos últimos doze meses, com sinais de recuperação e de maior confiança na indústria.

Outro dado positivo é o do crescimento da indústria, ainda que com variação mensal de 0,9 ou trimestral de 1,7, ambos dados positivos numa direção que poderá ser melhor.

Na área agrícola, como V. Ex^a salientou, tivemos recorde de safra: 180,2 milhões de toneladas na safra

2012/2013, e o Mato Grosso do Sul muito contribuiu para isso. É mais um ponto importante.

Há crescimento no crédito, o setor agropecuário se recupera, o setor de serviços também está apresentando indicadores positivos, as reservas internacionais estão em níveis recordes, 379, o que dá às autoridades monetárias certamente uma confiança muito grande inclusive para observar o que se passa com a taxa de câmbio. Isso dá tranquilidade a V. Ex^a e a toda a equipe do Banco Central.

O investimento direto estrangeiro, ainda que em 2012 tenha sido um pouco menor do que em 2010, ainda assim está num patamar muito maior, US\$66 bilhões, se comparado, por exemplo, com o ano 2009. É mais do que o dobro. Então estamos num patamar muito positivo.

Do ponto de vista de administração do déficit público, vivemos agora uma situação muito mais saudável, com 35,2% em relação ao PIB, muito menor do que em 2002, de 50,4%.

Eu, que acompanho muito de perto, quando vinha aqui o Presidente Henrique Meirelles, sempre sugeria a ele que colocasse nas suas apresentações – e V. Ex^a desde o começo tem colocado – a evolução tanto da erradicação da pobreza absoluta, como também da população abaixo da linha de pobreza. Pediria apenas que nos informasse qual é o indicador que figura aqui como linha de pobreza. São famílias que recebem qual indicador de renda *per capita*? Só agradeceria se pudesse nos informar.

Mais uma vez, o Coeficiente Gini, que vinha evoluindo do patamar de 0,58, 0,59, lá por volta de 2002, hoje com 0,51, vem decrescendo todos os anos, o que é muito importante. Observo que o cenário com respeito à inflação, ainda que com ligeiro crescimento em meses recentes, é bem próximo da meta de inflação e está sob controle.

Tenho uma pergunta em especial, aliás, até como professor de Economia, eu gostaria muito da sua reflexão com vistas ao debate sobre... Na sua avaliação, vamos supor que estivesse dando aula de Economia para estudantes e para nós, Senadores.

Como é que, na visão de V. Ex^a, se definem os fatores que poderão influenciar o nível de investimento na economia brasileira? Considerando que a taxa de investimento é um fator muito importante para se obter o sucesso no ritmo de crescimento econômico, para que a economia brasileira possa crescer, que fatores o senhor considera, alguns dos quais estão sob a responsabilidade do Banco Central e outros, sob a responsabilidade de toda a equipe econômica?

Certamente, sob a responsabilidade do Banco Central, a estabilidade de preços constitui um fator de

tranquilidade para os investidores, e isso é importante, mas é importante a taxa de juros.

Na medida em que a taxa de juros decresce, ela constitui um fator relevante para que os empresários possam realizar investimento em maior monta. É claro que a taxa de juros tem outro aspecto: o rendimento da poupança ou o oferecido para as Letras, do ponto de vista de quem poupa, tem uma atratividade maior. Mas, por outro lado, uma economia que está com taxas de juros mais baixas do que anteriormente, certamente avalio que é um caminho propício para se aumentarem os investimentos.

Outra área importante é a da competitividade, seja no que diz respeito às questões dos impostos que incidem e afetam a competitividade da economia brasileira, seja no que diz respeito ao comportamento da taxa cambial, uma vez que, se a taxa cambial é estimuladora para os exportadores e não tanto para os importadores, isso tem um efeito sobre a inflação.

Outro aspecto se refere à competitividade do ponto de vista da forma como são remunerados os trabalhadores e a questão relativa às transferências de renda.

Eu já observei, em diálogo com V. Ex^a, que, em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, o Reino Unido e outros, há instrumentos de transferência de renda, como o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, nos Estados Unidos, e, no Reino Unido, o *Family Tax Credit* (Crédito Fiscal por Família), que acrescenta à remuneração dos trabalhadores até determinado patamar um complemento de renda. Na medida em que quem paga isso é o conjunto da sociedade, para os empresários, isso constitui uma vantagem de maior competitividade em relação àqueles países que não têm um mecanismo de igual natureza.

Temos hoje um programa de transferência de renda, além do sistema de pensões, de aposentadoria, além do benefício da prestação continuada, o programa Bolsa Família, que, hoje, ao atingir 13,8 milhões famílias, contribui, ao lado de outras políticas, para essa diminuição do quociente de Gini e da pobreza absoluta e tem também um efeito que precisa ser objeto da melhor consideração, comparado a outros sistemas de transferência de renda. É importante que a equipe econômica da qual V. Ex^a faz parte venha a refletir mais e mais sobre isso.

Então, coloco essas reflexões, mas agradeceria muito se V. Ex^a pudesse responder quais, na sua visão e na sua experiência, são os principais fatores que afetam o nível de investimento da economia e como colaborar para que esse nível de investimento possa proporcionar um crescimento mais acentuado, inclusive na expectativa que o próprio Ministro Guido Mantega

e toda equipe econômica, incluindo V. Ex^a, têm para que a economia brasileira volte a combinar o melhor crescimento econômico possível com sustentabilidade e com a contínua melhoria da distribuição da renda e da riqueza e proporcionar maior justiça a todos os brasileiros, porque, ainda que tenhamos registrado uma diminuição da desigualdade e da pobreza absoluta, estamos dentro dos 14 ou 15 países de maior desigualdade do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Uma palestra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Para estimular a reflexão do Presidente Alexandre Tombini, do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem observado, Senador Suplicy. Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado pela generosidade, Sr. Presidente. Eu nem havia me inscrito, mas vou aproveitar a oportunidade que V. Ex^a me dá para fazer algumas indagações e aproveitar a oportunidade do Ministro Tombini aqui, na nossa Comissão.

Ministro Tombini, quero colocar para V. Ex^a algumas preocupações, principalmente com a questão da inflação.

O Governo do Brasil, o Banco Central, em um sobre-esforço vem baixando progressivamente a taxa de juros. Estamos em um percentual um pouco superior a 7% de taxa Selic, o que traz o Brasil para o rol dos países que tende a ter uma taxa civilizada de juros. Isso estimula, é claro, o consumo, os investimentos no setor produtivo, máquinas que não têm respondido à altura, não tem havido encomendas de bem de capital, mas estimula fundamentalmente o consumo. A taxa Selic remete à prática de juros, no financiamento ao consumidor, mais baixos e ao consumo maior, o que gera, é claro, inflação, pressão inflacionária, que é o que tem ocorrido: a taxa de juros, no Brasil, vem caindo, mas a inflação está fora da meta. Lamentavelmente, estamos, nos últimos três meses, com um percentual que levou a meta de inflação para fora da expectativa.

Uma coisa que me preocupa é que, depois desse esforço de abaixamento da taxa de juros, o câmbio – e queria a observação de V. Ex^a – cresceu mais ou menos 6% em um mês, um mês e meio. Hoje o Brasil é uma economia fundamentalmente voltada para o mercado internacional. Vive muito de si próprio, mas tem um potencial muito expressivo do intercâmbio comercial. Nós importamos muito e exportamos bastante. Então, o que se importa hoje, se a taxa de câmbio

sobe de 2.0 para 2.12, cresce 6%. Evidentemente nós estamos importando inflação e isso, é claro, preocupa, é evidente que preocupa.

Eu queria uma observação de V. Ex^a sobre essa questão do câmbio. O que o Governo brasileiro tem feito? Qual é a preocupação com relação ao câmbio? Quais são os reflexos? Qual é o câmbio ideal para que nós possamos nos posicionar com relação a essa questão fulcral que diz respeito a câmbio?

Outra coisa. Conversava com V. Ex^a agora há pouco, numa conversa particular, que os investimentos no Brasil são pequenos comparados aos investimentos que a China promove, que chegam perto de 50%. Nós temos 18% do PIB em investimento. Em contrapartida, os investimentos externos, eu sei que continuam altos no Brasil. E a minha percepção é de que esses investimentos se situam num patamar elevado, mais elevado do que em muitos países com que o Brasil compete, até dentro dos próprios Brics, até dentro da própria América Latina, por conta de uma coisa chamada mercado interno, que cresce, mas fundamentalmente por conta da distribuição de renda pública.

Essa nova classe média ou esse contingente enorme de pessoas que estavam na faixa de pobreza e de miséria, e que deixaram, vive de uma renda pública que é não sustentada. A minha preocupação vai exatamente à capacidade do Brasil de gerar, pela via dos investimentos, investimentos públicos do Brasil.

O PAC mostra claramente que os investimentos públicos são travados num percentual muito aquém do desejado. O custo Brasil é hoje uma trava permanente na capacidade dos brasileiros de gerar empregos com sustentação de remuneração. A produtividade brasileira, por conta de uma infraestrutura deficitária, ou deficiente, não possibilita que o Brasil seja competitivo e gere empregos competitivos e sustentados ao longo do tempo. Aí eu quero fazer também uma indagação a V. Ex^a sobre qual é a visão do Governo com relação à competitividade da economia, qual é a política voltada para o câmbio e qual é a política voltada para os investimentos, com vistas a produzir uma economia competitiva e empregos que se sustentem e garantam um mercado interno permanente.

São as questões que gostaria de formular a V. Ex^a.

O SR PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino Maia. Passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias. Ele não quer usar a palavra.

Então, passo a palavra imediatamente ao Presidente do Banco Central, Ministro Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pela ordem das questões colocadas, em resposta ao Senador Cyro Miranda, procurei, na minha exposição inicial, atacar vários dos pontos que V. Ex^a levanta no seu questionamento, buscando, sobretudo, fornecer mais transparência ainda sobre o processo de ajuste e saneamento que eu mencionava.

Durante a introdução, eu já tive a oportunidade de falar isto algumas vezes aqui no Congresso Nacional, no Senado: o Banco Central não faz papel de avestruz em relação à sua atuação na fiscalização, procurando sempre assegurar, naturalmente, que é uma das suas missões – o Banco Central do Brasil, diferentemente de outros bancos centrais, tem também essa missão – assegurar a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, que é calcado na fidúcia, na confiança, e certamente requer uma habilidade grande dos reguladores e supervisores para atacar, endereçar os problemas com uma transferência exigida pela legislação de regência, mas, ao mesmo tempo, sem colocar em risco esse bem público que é a estabilidade do sistema financeiro.

Eu creio que, nesse processo, nos últimos dois anos, o Banco Central fez exatamente isto: endereçou cada uma das situações. Algumas foram resolvidas por meio de trocas de controle, como V. Ex^a menciona no seu requerimento, entre partes privadas.

Também tive oportunidade de dizer que o Banco Central não entra na questão negocial. O Banco Central acompanha para se assegurar que problemas de governança, problemas de inconsistência contábil ou problemas mais graves, como V. Ex^a mencionou, sejam endereçados, de maneira que as instituições individualmente estejam capacitadas para operar no sistema financeiro sem criar riscos para as demais instituições.

Na medida em que esses problemas não são endereçados, seja por iniciativa dos controladores, seja por soluções de mercado com a participação, por exemplo, do fundo garantidor, que está alinhado, como também mencionei nas minhas palavras introdutórias, à própria Lei de Responsabilidade Fiscal, se não houver esse tipo de solução, obviamente vamos à solução final. Foram alguns casos nestes dois anos. Mencionei os quatro casos de intervenção do Banco Central.

Nós estamos usando o aparato da supervisão, da fiscalização para endereçar os casos concretos, mas de uma maneira serena, que não coloque em risco a estabilidade sistêmica.

Então, eu creio que, nesse sentido, essa nossa atuação é cotidiana, quer dizer, estamos num contínuo. É uma atividade, não é um projeto, mas certamente, na esteira da crise financeira de 2008, os problemas identificados ao longo do processo foram tratados em diversas modalidades. Eu acho que nós conseguimos, de um lado, dar toda a transparência que a legislação

de regência exige e, de outro, endereçar os problemas usando um conjunto de ferramentas variado. Foi deferido para cada uma das atuações concretas e nós temos hoje um resultado, dois anos depois: um sistema financeiro mais sólido do que estava há dois anos.

Certamente, no momento em que o Banco Central faz o juízo sobre as condições de uma instituição em particular e essa instituição não consegue responder por meio de solução, digamos, entre partes privadas, o Banco Central entra para resolver. Mas V. Ex^a tem razão em dizer da necessidade sempre de buscar melhorias no processo de supervisão. E nós não ficamos parados nessa área. Foram várias iniciativas.

Já no meu discurso de posse, salvo engano, até na sabatina, mencionava o fato de que a estabilidade do sistema financeiro é algo que se conquista dia a dia. Às vezes, as crises vêm de forma silenciosa, sem avisar. Enfim, o nível de atenção é muito alto e o nível de resposta tem que ser elevado também por parte do regulador, do supervisor, porque o mercado, o sistema é dinâmico, é vivo, está sempre em alteração.

Nós tomamos várias medidas. Por exemplo: reforçamos a capacidade do Banco Central de atuar preventivamente. Quer dizer, toda regulação prudencial formada com base numa tradição mais anglo-saxã de proporcionalidade, de latitude de atuação do supervisor, o que nem sempre se casa com a nossa tradição de ter, digamos, a capacidade de atuar escrita na carta circular, na resolução, na lei.

Então nós trabalhamos no sentido de ampliar, de dar mais capacidade de, na fiscalização, exercer seu poder discricionário e, quando se deparar com uma situação concreta, inclusive, exigir mais de uma instituição específica sem ter que exigir das demais. Então, nós trabalhamos a Resolução nº 4.019, que foi um avanço nesse sentido.

Houve um avanço também que nós apoiamos, no setor privado, que foi a criação da central de cessão de créditos, fortalecendo um mecanismo importante de distribuição da liquidez do sistema financeiro. Há instituições que originam bons créditos. Aos que precisam financiar a cessão de crédito é uma ferramenta, que ficou abalada com a crise financeira internacional, como mencionei. Certamente essa medida tem ajudado a restabelecer o funcionamento desse mercado de cessão de crédito.

A nossa supervisão tem sido cada vez mais proativa, inclusiva, cética em relação às informações, aos questionamentos sobre a governança das instituições. Então temos trabalhado arduamente no sentido de, por via da supervisão, da fiscalização do Banco Central, fortalecer as estruturas de governança nas instituições financeiras, nossos entes regulados.

Certamente temos trabalhado, aprendido lições específicas sobre os episódios e a nossa capacidade de detecção de inconsistências contábeis tem sido fortalecida. Não vou detalhar, porque faz parte, inclusive, da nossa ação de detecção e não seria prudente falar de questões específicas. mas temos trabalhado no sentido de identificar com mais facilidade comportamentos que ocorreram nesse ciclo de ajustes a que me referi.

Então eu queria assegurar a V. Ex^a que o Banco Central continua trabalhando com bastante seriedade nessa matéria, com uma eficiência cada vez maior. E certamente, como eu mencionei, para atuar nesse ambiente temos que ter serenidade, porque estamos lidando com um bem público que é a estabilidade do sistema financeiro.

O sistema financeiro nacional está muito bem avaliado – nós temos falado isso nas nossas discussões internacionais. Recentemente, houve uma auditoria externa, uma espécie de auditoria externa do Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial. A regulação e a supervisão brasileiras, do sistema financeiro nacional, e também o nosso próprio sistema foram ranqueados como um dos mais sólidos entre as jurisdições dos países do G20. Isso tudo foi realizado este ano e a conclusão foi nesse sentido.

Então agradeço a oportunidade de tratar desse assunto. Não foi a primeira vez que nós tratamos das intervenções recentes, mas certamente esta é uma oportunidade de fazer um balanço um pouco mais profundo.

Agradeço a V. Ex^a.

Em relação às questões do Senador Suplicy, primeiramente queria agradecer por ter, digamos, transitado na apresentação visual que eu trouxe – gostaria até de mostrar alguns agora. Certamente dá uma visão bem ampla do quadro econômico brasileiro.

Como V. Ex^a mencionou, há vários indicadores no País que atestam a resiliência da nossa economia. O sistema financeiro nacional – não está na apresentação –, nessa primeira parte, é considerado como um dos mais resilientes, bem avaliados, dos países do G20. Tem sido uma fonte de estabilidade para a economia brasileira.

Na questão da vulnerabilidade externa que tanto abalou a nossa economia nas últimas décadas, hoje nós temos uma situação extremamente confortável, no balanço de pagamentos, do financiamento desse balanço de pagamentos.

Construímos um colchão de liquidez em moeda estrangeira que nos possibilita operar com tranquilidade e normalidade, mesmo num ambiente internacional adverso, como foi em 2008 e vem sendo em 2009 e nos últimos anos.

Temos sido capazes, pelo mercado interno e uma série de outras razões, como, por exemplo, a nossa capacidade em vários segmentos da indústria e do agronegócio, de atrair somas vultosas de investimento estrangeiro. Hoje, o Brasil é a quarta região que mais atrai investimento direto estrangeiro depois de Estados Unidos, China e Europa. São 66 bilhões nos últimos 12 meses, encerrados em outubro, como V. Ex^a mencionou.

Nós temos também um lastro de liquidez interna. O sistema financeiro é líquido, solvente, bem capitalizado. Enfim. E temos também a liquidez resguardada no Banco Central, na forma de depósitos compulsórios. É mais um instrumento de que poucas jurisdições dispõem. Nós dispomos disso.

A nossa situação fiscal, em termos comparativos, é bastante favorável. Nós temos, nos últimos anos, conseguido colocar a relação dívida/PIB numa tendência declinante inequívoca. O nosso resultado nominal, déficit nominal, certamente atenderia aos requisitos de *Maastricht*. Temos dois e pouco de déficit nominal, em uma situação de real tranquilidade. Então nós temos vários indicadores que fazem da economia brasileira uma economia resiliente, que certamente atrai o interesse dos investidores, em particular, como mencionei, os investidores de médio e longo prazo no País.

Em relação aos fatores que na minha visão estariam por trás da recuperação do investimento, já fazendo também referência à questão colocada pelo Ex^o Senador Agripino Maia, creio que há um diagnóstico bastante claro em relação ao que precisa ser feito no Brasil para aumentar sua capacidade de investir e naturalmente chegarmos a um nível de competitividade maior do que temos no presente.

A Presidenta já falou várias vezes – e essa é uma visão também compartilhada – que nós vivemos uma crise financeira internacional nos últimos cinco anos. Algumas regiões da economia global têm passado por transformações importantes, que não passariam se não fosse a necessidade imposta pela crise financeira internacional. Tive oportunidade de dizer isso em palestras na Europa, que a Zona do Euro, por exemplo, nos próximos anos sairá mais forte, mais competitiva do que entrou nessa crise.

Tem havido uma redução dramática do custo de capital naquelas economias. Os custos trabalhistas e o peso do *welfare state* naquele Continente têm diminuído ao longo do tempo, em função das necessidades de se financiar o mercado, o qual de tempos em tempos questiona a capacidade dos governos. O peso da dívida aumentou de maneira significativa, de modo que tem havido uma série de medidas que não por outra razão senão por necessidade têm sido adotadas nes-

se processo. Então, se hoje a situação de competição é acirrada, o que será daqui a dois, três, quatro anos, quando essas economias saírem da crise? Nós precisamos nos preparar para isso.

O diagnóstico tem sido totalmente alinhado com esse cenário. Nós temos uma série de questões no Brasil que não são de hoje, naturalmente. Estão sendo endereçadas. Carga tributária elevada. Obviamente há um envelope fiscal definido. Há restrições. Mas, dentro do possível, endereçar a questão da carga tributária é um problema já identificado há anos no País. Essa é uma questão importante que tem tirado competitividade do Brasil ao longo do tempo.

Outra questão é a do custo de capital. O Brasil se distinguia das demais economias por seu custo de capital. Nos últimos anos, tem sido possível transitar por uma região mais próxima do que existe no mundo em termos do custo de capital.

A questão da produtividade do trabalho. Há alguns programas endereçando essa importante área. Naturalmente, nós estamos em pleno emprego no Brasil, hoje, no sentido de melhor capacitar, por exemplo, a mão de obra para os segmentos de empresas médias e pequenas no País. Esse também é outro tema a ser endereçado.

Na questão do câmbio, houve uma mudança nos últimos doze meses. O câmbio está mais depreciado do que estava lá atrás. Mas, como V. Ex^a sabe, o que interessa nesse processo não é o câmbio nominal, mas o câmbio real, porque, em última instância, é o que dá o diferencial, digamos, de competitividade. De nada adianta termos um câmbio nominal, se esse fosse o objetivo, e certamente não é o do Banco Central, mas, se fosse o objetivo desvalorizar nominalmente o câmbio, e isso redundar em inflação, pois aquilo que se ganha com a desvalorização nominal do câmbio se perde com a inflação. Então, não se ganha competitividade. É importante, qualquer movimento que tenha ocorrido, que esse movimento seja preservado com o controle da inflação, logo, com uma mudança no câmbio real e não no câmbio nominal. De maneira que há várias questões: a questão da carga tributária, a questão do custo capital, a questão do câmbio real, a questão da infraestrutura.

Vários programas que estão sendo lançados no momento, nos últimos meses, endereçam-se justamente à questão da infraestrutura, principalmente à logística do transporte, mas também à área de energia. Outra questão, a do custo da energia, que nos diferenciou dos nossos competidores, está sendo endereçada no momento.

Então, há uma série de iniciativas que estão alinhadas com esse cenário da necessidade de au-

mentar a competitividade da economia brasileira, que estão alinhadas com essa visão de que, em alguns anos, a competição vai se acirrar na economia global em função da saída da crise, de maneira que, creio, a agenda está totalmente alinhada com a necessidade de criar condições para que o investimento deslanche na economia brasileira.

A propósito do investimento, conversava com o Senador Agripino – vou achar o número aqui – que, nos últimos dez anos – fiz a conta agora –, o crescimento médio da economia é de 3,8; o consumo das famílias cresceu 4,2%, em média, nos últimos dez anos; e a formação bruta do capital fixo cresceu 5,9, ou seja, em um período de mais longo prazo, o que vemos é que o investimento tem crescido mais na média do que o consumo no País. Naturalmente, V. Ex^a mencionou, Senador Agripino, que os níveis ainda são inferiores, por exemplo, aos da China, naturalmente. A China teve investimentos de quase 50% do produto. O nível de poupança também equivalente a isso. Mas mudamos de patamar nos últimos... A média entre 2000 e 2006, que era em torno de 16%, sobe para 18%. Temos que continuar avançando no sentido de ter uma formação bruta de capital, em relação à economia, maior.

Para responder a sua pergunta, Senador Suplicy, creio que as condições estão se criando. São condições fundamentais para se ter uma economia mais produtiva, mais competitiva no Brasil. Certamente tem que se assegurar a estabilidade monetária, que é um fator importantíssimo.

Obviamente, na nossa economia, com esses quase 40 milhões de pessoas que ascenderam à classe média no Brasil, temos um lastro que não tínhamos há dez anos. Então esse mercado doméstico de consumo tem que ser consolidado, porque isso certamente é mola propulsora para que os investimentos sejam materializados nos próximos anos.

Creio que o diagnóstico é claro. As medidas estão sendo tomadas. O investimento tem uma base importante para, nos próximos meses, trimestre, deslançar.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Em relação à... Creio que uma parte do questionamento do Senador Agripino já enderecei.

A meta do Banco Central é o nosso guia na definição das nossas políticas. Temos operado no sistema de metas de inflação. Tem sido bastante instrumental para o País assegurar a estabilidade monetária e o nosso arcabouço operacional. Nós temos tratado isso como sempre tratamos no País.

Quero dizer que até meados do ano havia uma convergência grande para o centro da meta. Houve

um choque nos produtos agrícolas, com a seca nos Estados Unidos, mas também com questões internas que deslocaram a inflação corrente, as projeções e logo também as expectativas. Estamos lidando com isso ainda.

Nesse sentido, aponte, quando combinamos, uma recuperação lenta da economia, que está ganhando tração, mas ainda lenta. Por outro lado, um balanço de risco da inflação a curto prazo que inspira atenção. A melhor estratégia para conduzir a inflação para a meta ao longo deste próximo ano será, na minha visão, na visão refletida pelo Banco Central recentemente, uma estabilidade nas condições monetárias por período suficientemente prolongado. Isso consiste na melhor estratégia, na estratégia mais adequada para se fazer essa convergência.

Numerei alguns fatores que dariam sustentação para a convergência da inflação em 2013 para o centro da meta, entre eles a moderação salarial, que é um aspecto relevante. O crédito cresce num nível moderado, as próprias políticas de oferta do Governo têm impacto sobre a oferta da economia, mas, mais diretamente, tem também impacto sobre preços. Enfim, há um conjunto de fatores que fazem com que essa estratégia seja, na nossa visão, a mais adequada para a segurança, a convergência. Essa é a nossa missão precípua para assegurar estabilidade monetária. Nós temos procurado fazer isso.

Então, em relação à competitividade, creio que é isso, atacar estas várias frentes: custo da energia, custo do capital, desoneração na medida das possibilidades, enfim, criando um ambiente de maior produtividade para o setor privado e, nesse contexto, com confiança, com estabilidade e com investimento, para que continue evoluindo como tem evoluído nos últimos 10 anos à frente da economia, dando uma dinâmica de crescimento mais forte para os próximos anos.

Acho que são essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente Tombini.

O Senador Wellington Dias e o Senador Cristovam, para concluirmos esta audiência pública.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, com prazer.

Primeiramente, saúdo o Presidente Alexandre Tombini, o Altamir e o Anthero de Meirelles.

Há mais uma dúvida. Na divulgação do PIB, nós temos uma explicação dada pelo próprio Ministro da Fazenda, a quem V. Ex^a fez referência, de que a intermediação financeira nas contas nacionais seria o principal ponto. A pergunta é: se o *spread* bancário tem esse peso tamanho e se, na verdade, a redução dos juros aos olhos de quem não é especialista é um

ponto positivo para a economia, especialmente no momento em que estamos vivendo, ele é um ponto positivo inclusive para o crescimento real do PIB, qual é o cenário que se verifica? Essa tese que vem sendo levantada por alguns especialistas de que a fórmula do cálculo, o peso que se dá ao *spread* bancário, refletindo tão fortemente no pior desempenho do PIB, na possibilidade de uma reavaliação, como é verificado isso, considerando que realmente, aos olhos da população e mesmo dos investidores, foi uma medida correta, acertada? Inclusive me lembro do grande debate que havia em relação à poupança, como é que a população receberia, como é que os investidores, os aplicadores... Foi feita a mudança numa fórmula correta, sem maiores impactos? Enfim, era mais para compreender os cenários nesse aspecto da Conta Serviços e dentro dela especialmente a redução de juros de *spread* bancário. Enfim, como é analisado do ponto de vista do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora, o último orador inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Tombini, sempre é um prazer tê-lo aqui, a gente sempre sai um pouco mais otimista, cada vez que o senhor vem aqui nos dando tanta tranquilidade.

Eu gostaria de trazer uma preocupação que tenho tido, duas na verdade. Uma, embora a gente esteja aqui para discutir mais os bancos pequenos, continuo incomodado com o crescimento tão rápido e exagerado do BNDES, eu continuo sentindo como se não houvesse uma base suficiente para tudo isso. Mas, talvez, essa fosse outra conversa, mais longa, mais demorada nesta Comissão. O que eu quero realmente pedir é para que o senhor responda uma preocupação com a inflação.

Quando analisamos os dados, desde janeiro de 2009 nós estamos acima da meta, abaixo da margem, mas acima da meta. Esse é um prazo muito longo, sobretudo porque a sensação que nós temos é a de que essa inflação acima da meta ainda não está maior por causa de certos controles de preços, controle de preço de tarifas elétricas, controle de preço do combustível, isenções fiscais, desonerações que reduzem o custo, mas tudo isso cria um problema. A tarifa elétrica cria um problema de investimento, o controle do preço do combustível está criando problema na Petrobras, as isenções que nós damos e desonerações criam problema no Tesouro, e nós sabemos que as experiências de tentar jogar para baixo a inflação artificialmente termina dando problemas maiores do que a própria inflação, no momento em que ela requer ou é submetida a esses instrumentos. Eu queria que o senhor tentasse nos trazer a ideia de como vamos ter essa inflação

sob controle mesmo quando o preço dos combustíveis tiver de aumentar, mesmo quando as tarifas elétricas tiverem de aumentar, mesmo quando for possível não ter as isenções e as exonerações que são feitas para baixar artificialmente os custos.

A pergunta é: podemos ficar tranquilos em relação à política de estabilidade monetária ou estamos num limite da preocupação de que ela pode sair do nosso controle?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Presidente Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bem, em relação à questão do Senador Wellington Dias, passando rapidamente só aqui ao resultado, temos uma visão de como o Brasil se saiu nesse terceiro trimestre em relação ao mundo.

Se havia a expectativa de um crescimento um pouco maior num terceiro trimestre, de certa forma frustrado pelo número, o crescimento do terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre do ano foi de 0,6%. Ou seja, em relação aos nossos competidores, às principais economias do G20, o desempenho da economia brasileira foi bastante razoável neste trimestre, ou seja, denotando aquilo que nós falávamos aqui em outras ocasiões, também na CMO, de que no segundo semestre deste ano a economia brasileira começaria a pegar mais velocidade.

O próprio mercado estimava, nos dois últimos trimestres do ano, um crescimento ao redor, anualizado, de 4%; 0,6 é abaixo disso, como nós sabemos. Mas, por exemplo, a área do euro, que está numa crise, cresceu 0,1. A Alemanha, motor da Europa, cresceu 0,2% neste mesmo trimestre. A Coreia do Sul, uma economia extremamente competitiva do sudeste da Ásia, cresceu 0,2%. O México, para ficar na nossa região, cresceu 0,45%, ou 0,5% no terceiro trimestre; o Canadá 0,1. Há outras que performaram, tiveram um desempenho mais forte neste terceiro trimestre.

O 0,6 teve esse contexto de frustração porque havia uma expectativa de um crescimento maior, inclusive o mercado, indicadores relativos, referentes ao nível de atividade apontavam para um crescimento maior. Então, houve uma surpresa. Mas, o resultado *de per se* é um resultado que compara favoravelmente com outras áreas da economia global, outras importantes economias do G20 e vão em linha com a aceleração do crescimento no segundo semestre, e o Brasil crescendo mais no ano de 2013.

Em relação aos componentes desse crescimento de 0,6, do lado esquerdo, pela ótica, digamos, da oferta dos três setores – primário, secundário e terciário –, e, do lado direito do PIB, pela ótica do dispêndio,

o consumo das famílias, o consumo do Governo, formação bruta de capital e setor externo, exportações menos importações. Então, nós vemos aquilo que V. Ex^a mencionava. Nós tivemos um crescimento muito forte da agropecuária, quer dizer, isso, anualizado, dá mais de 10% de crescimento. Vínhamos de um primeiro trimestre muito fraco, certamente de uma contração com a quebra de safra que houve especialmente no sul do País, mas ela cresce forte no terceiro trimestre. A indústria tem um crescimento disseminado entre os vários segmentos, cresce 1,5%, é um crescimento forte da indústria no terceiro trimestre. E os serviços estáveis. Aí surge essa surpresa do crescimento.

Eu não vou entrar nas metodologias, porque isso cabe ao IBGE, não seria prudente tecer qualquer comentário sobre metodologia do órgão de cálculo das estatísticas.

Agora, em relação ao fato que V. Ex^a menciona, dos *spreads*, o sistema financeiro no cômputo do PIB pesa 6,3%, mais, inclusive, que a agropecuária, que pesa 4,5% a 5%.

Como V. Ex^a mencionou, a redução do *spread*, que é algo positivo para a economia ao longo do tempo, e será, neste momento gerou uma contração de 1,6% no crescimento do segmento do setor financeiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Me permita dizer: que sinaliza para a sociedade como um mau desempenho. Isso é que é a contradição.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Mas é um ponto, é um PIB do terceiro trimestre do ano de 2012. Enfim, vai ficar registrado, mas o impacto é de médio e longo prazo; reduzir as condições de financiamento, certamente não removemos um problema que entrava em qualquer diagnóstico sobre a economia brasileira nos últimos anos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, só para perguntar.

Se colocássemos aí investimentos, como ficaria?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Investimento está do lado direito, Senador, na formação bruta de capital fixo, que puxou 2% para baixo. Quer dizer, olhando para o lado do dispêndio – consumo, investimento e gastos do Governo e o setor externo –, o que nós vimos foi o consumo das famílias crescendo 0,9, um crescimento bastante razoável, o trimestral, anualizado, seria 3,6 ou 3,7; o consumo do Governo praticamente estável, é 0,1; e a formação bruta de capital fixo puxando para baixo, 2%. Esse quadro vai mudar no quarto trimestre; naturalmente a base está deprimida, mas nós antevemos recuperação no investimento no quarto trimestre. Mas ele, de fato, puxou nesse terceiro trimestre.

Então, tirando esse aspecto desse período de transição, a redução do *spread* é uma boa notícia, in-

clusive para o PIB no futuro. Então, acho que é isso que eu gostaria de comentar.

Em relação ao que o Senador Cristovam mencionava há pouco, a preocupação dele com respeito à inflação no Brasil, posso lhe assegurar, Senador, essa é a nossa preocupação sempre cotidiana, maior do Banco Central, a estabilidade monetária, entendida no atual regime operacional de política monetária como a inflação atingindo as metas de inflação estabelecidas pelo Governo. Então, esse é a nossa principal missão. Falei aqui também da estabilidade do sistema financeiro, mas essa outra missão, realmente, é a preocupação cotidiana.

Quanto à evolução da inflação no Brasil, desde a implantação do regime de metas, o que nós vemos é que esse regime tem funcionado como uma importante âncora. Nós tivemos choques importantes em 2002, início de 2003. A inflação foi para quase 18%. Dentro desse regime, conseguimos trazer a inflação de volta para convergir para as metas de inflação, e ali ficou e tem oscilado em torno disso.

Gostaria de mencionar aqui uma questão, o que ocorreu neste ano de 2012. Se V. Ex^a mirar nessa trajetória, nessa linha azul, é a inflação de alimentos. Nós estamos tratando aí do grupo de alimentação, que corresponde a cerca de 24% da cesta de consumo do IPCA, só para ilustrar. Então, nós vemos naquela linha azul, naquela trajetória: em maio deste ano, a inflação de alimentos estava em 5%; em outubro, a inflação acumulada, em 12 meses, de alimentos foi para 10%.

Eu mencionava aqui a questão do choque agrícola com a seca nos Estados Unidos, uma seca importante, uma quebra de quase um terço da produção de grãos, de milho especialmente, que nos Estados Unidos teve um impacto grande. Tivemos questões aqui no Brasil também e nós tivemos esse tipo de dinâmica. Então, a inflação, que naquele momento, segundo os instrumentos de mercado, se pensamos na inflação derivada dos instrumentos de mercado, estava em 4,40%, mais ou menos, para o ano de 2012, a inflação projetada por aquela pesquisa que o Banco Central organiza, Focus, estava em 4,85% para 2012.

A nossa projeção de inflação no relatório de junho para o ano de 2012 estava em 4,70%, ou seja, o sistema funcionando para ancorar as projeções e expectativas de inflação. Tivemos que lidar com aquele choque. A inflação corrente subiu, a projeção sobe, a expectativa sobe.

Só para ilustrar, um exemplo que, neste ano de 2012, causou esse deslocamento da inflação medida pelo IPCA. Então, nós estávamos, certamente, mirando o centro da meta, estávamos convergindo e houve esse choque agrícola, que deslocou a trajetória

ria de inflação. Eu poderia decompor a inflação. Os serviços também têm andado por cima da inflação geral da economia, em função, por exemplo, do que ocorreu em termos de incorporação de quase 40 milhões de pessoas à classe média. Essa inflação de serviços vem correndo por cima da inflação geral já de alguns anos, com essa incorporação, com essa pressão no setor de não comercializar os serviços, sendo, digamos, o carro-chefe desse segmento. Mas é algo que vai ter que ser absorvido, ao longo do tempo, na economia brasileira.

Estamos operando esse sistema como sempre se operou no Brasil, ou seja, a inflação, nós miramos no centro da meta. Às vezes ela fica abaixo, às vezes ela fica acima. Há margens para acomodar choques no curto prazo. Mas o importante é que o Banco Central fique focado na sua missão precípua de assegurar a estabilidade, ou seja, fazer com que a inflação convirja para o centro da meta.

Eu mencionava aqui que a estratégia, neste momento, na visão do Banco Central, é a manutenção – falamos isso recentemente na nossa última reunião – das condições monetárias estáveis como estratégia para assegurar a convergência da inflação ao longo de 2013. Mencionei alguns aspectos que consideramos que sustentam essa convergência da inflação para o centro da meta no ano de 2013. Então, essa seria a estratégia que nós, neste momento, entendemos como a mais adequada para fazer esse processo de convergência.

Estamos num processo de recuperação da economia. É lento. Os balanços de risco da inflação no curto prazo inspiram atenção. Então, a estratégia, neste momento, é a manutenção das condições monetárias num período suficientemente prolongado para fazer essa convergência. E aí V. Ex^a vê como esse sistema tem operado nos últimos 12, 13 anos. Não será diferente neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só para afinar um pouco.

Primeiro, a preocupação que vem desse quadro anterior é que a inflação dos pobres – vamos dizer assim –, medida pelo IPC-C1 está bem acima da média. Isso significa que a Bolsa Família está perdendo, o salário mínimo está perdendo, por causa da cesta de consumo dos que têm essa renda. Essa é uma preocupação.

E a outra: quanto estaria a inflação média se o preço do combustível estivesse livre no mercado, se o preço das tarifas estivesse livre no mercado? Ou se não precisa ter liberdade desses preços porque nós

podemos controlá-lo sem risco de queda de investimento, sem risco de desarticulação mais adiante dos sistemas.

São duas colocações, então: a preocupação com a chamada inflação dos pobres e quanto a inflação estaria sem uma certa pressão para impedir o aumento de preços dos combustíveis e dos setores em que o Estado, no Brasil, tem poder de manipular.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Bem, Senador Cristovam, em primeiro lugar, os preços agrícolas, os preços de alimento têm uma volatilidade grande. Vemos aqui, por exemplo, o que ocorreu com o preço dos alimentos que têm maior impacto nesse público que V. Ex^a menciona, as pessoas de renda menor. Mas esses preços agrícolas também têm uma volatilidade grande, ou seja eles sobem, mas descem também. Nós vemos aqui a inflação média, o preço dos atacados, o preço de atacado agrícola, e a inflação varia bastante.

Eu estava me referindo a um choque específico, ocorrido em meados do ano, que fez com que a inflação dos alimentos atingisse, em 12 meses, 10%. Certamente, o Banco Central não pode discriminar o tipo de inflação. Ele tem que atuar como é estabelecido no nosso regime: não há cláusula de escape, não há índice-núcleo. Olhamos a inflação cheia e buscamos ajustar as nossas políticas para que ela convirja para o centro da meta, 4,5% do IPCA. Isso vamos continuar fazendo.

Em relação aos preços específicos que V. Ex^a mencionou, energia elétrica, combustíveis, os impactos diretos são fáceis de mensurar; naturalmente, têm lá o seu peso no índice. Agora, quando nós olhamos o preço, por exemplo, de combustível, de energia elétrica, isso certamente foi parte do nosso debate aqui, ou seja, a identificação de que os preços de energia no País são superiores aos dos nossos competidores. Então, há toda uma política endereçando essa questão, que é uma política de oferta, de competitividade, não de combate à inflação. Naturalmente que o Banco Central, como persegue a meta de inflação cheia, sem descontos, sem cláusula de escape, como outros fazem – não a maioria, mas outros fazem esse tipo de ajuste –, estamos sempre olhando para a inflação cheia. Quando há elevação de tributos, ninguém desconta, não é o descumprimento eventual de meta, desvio em relação à meta; quando há políticas que visam, por exemplo, endereçar problemas identificados de longa data no País, como por exemplo, custo de energia, naturalmente o Banco Central, se tiver uma estimativa precisa, vai ter que internalizar esses impactos indiretos ou diretos sobre o preço nas suas projeções de inflação.

Na questão da energia elétrica, há um endereçamento de um problema de competitividade estrutural, enfim, é isso que o Governo vem fazendo. O Banco Central toma aquilo como um dado e, se tiver um impacto direto, vai mensurar nas suas projeções. Não tem como não fazê-lo.

Em relação à gasolina, que V. Ex^a mencionou, é uma definição fora do Banco Central. O que nós vemos é que o preço do combustível, pelo menos na bomba, não é um preço... Digamos, quando comparado às economias da região, o preço do litro de gasolina ou o equivalente, enfim, qualquer comparação internacional mostra o nosso preço num intervalo, uma parte elevada do intervalo de preços de combustível na região, na América Latina, certamente, em relação a outros competidores.

Mas, enfim, essa é uma definição de Governo e cabe, em nosso trabalho de estabilidade monetária, em tendo informação, colocar nas nossas projeções, assim como nós colocamos, colocaríamos sempre elevações de tributos, como tem sido o caso nesses últimos anos. Então, nós somos neutros em relação a essas questões. Se nós tivermos a informação, vamos internalizar as nossas projeções, uma vez que a nossa meta de inflação é aferida pelo índice cheio, considerando aumentos, reduções de tributos, enfim, todos os setores da economia. E é isso que nós fazemos e vamos continuar fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Feitas as perguntas e muito bem respondidas pelo Ministro Tombini, eu só queria fazer um registro, Ministro Tombini, pinçando uma observação de V. Ex^a de que os países que, hoje, enfrentam essa crise que se sustenta ao longo desses últimos anos vão sair mais fortes do que entraram.

E até por alguns números que V. Ex^a apresentou aqui, já observamos que alguns países, especialmente na Europa, já começam a responder, alguns mais lentamente, outros menos. Eu citaria o exemplo da Inglaterra, que já apareceu com um número bem mais favorável no terceiro trimestre de 2012. Mas eu acho que o Reino Unido, já com número de 1 nessa variação trimestral nesse terceiro trimestre. E não tenho dúvida de que outros países europeus vão também responder como os Estados Unidos.

Os Estados Unidos hoje fazem uma revolução, na área de combustíveis, de 22 milhões de barris de consumo, produzindo 5, importando 17, com as medidas que o Presidente Obama tomou, que o Governo americano tomou. Em 2008 e 2009, os Estados Unidos baixaram a importação para 12 milhões de barris. Uma política vigorosa, não só de energias renováveis, mas também com *shale gas*, que é o gás de xisto, que

hoje está sendo vendido a dois dólares por milhão de BTU nos Estados Unidos. Então, é um processo que vai trazer no seu bojo uma grande mudança, inclusive até uma mudança geopolítica, se nós avaliarmos com mais cuidado.

A oportunidade que o Brasil tem, hoje, de crescer é uma oportunidade ímpar e nós não podemos ficar para trás. Por isso eu não podia deixar de destacar, Ministro Tombini, o trabalho competente do Banco Central, o trabalho rigoroso, republicano de toda a sua diretoria.

Nós estamos vendo os resultados das políticas adotadas pelo Banco Central no que se refere a câmbio, taxa de juros, inflação. Portanto, um trabalho conduzido por gente profissional e que traz segurança, confiabilidade para a macroeconomia brasileira.

O Governo brasileiro tem feito esforços importantíssimos para baratear o custo da nossa produção, como V. Ex^a disse, não só com a questão de juros, agora com a redução do custo de energia, mas eu queria só fazer um registro, meu caro Presidente e diretores do Banco Central: a questão da insegurança jurídica, a preocupação com as mudanças de regras.

Vou citar especificamente: nesta semana, estamos discutindo a questão dos *royalties* do pré-sal. Vai haver, sem dúvida nenhuma, deve haver a votação de um requerimento no sentido de se votar o veto do Governo Federal à lei dos *royalties*. Isso, independentemente do resultado, traz uma insegurança jurídica forte com relação aos próximos passos, aos leilões. Todos nós aqui, com relação à energia elétrica, somos absolutamente favoráveis à redução das tarifas. É inegável. No mérito, na construção do projeto, ele é absolutamente pertinente, mas eu acho, Presidente Tombini, diretores do Banco Central, que nós estamos errando no jeito de fazer.

Vou dar um pequeno exemplo: a transmissão estabelecer um ponto de corte no ano 2000, alegando que todos os ativos estavam amortizados. Teve que ser feita uma correção, por parte do próprio Governo, porque existiam linhas absolutamente recentes, como a Norte-Sul, por exemplo, que não poderiam ser consideradas totalmente amortizadas. No caso da geração, estabeleceu-se um parâmetro médio, um parâmetro de referência, fugindo-se do cálculo de ativo por ativo no que se refere às amortizações.

Então, evidentemente, foi um critério adotado, mas precisamos ter muito cuidado para que, no momento em que o Brasil precise... E o Governo Federal tem trabalhado intensamente, tem feito um esforço grande para fazer o Brasil crescer e não perder essa oportunidade, até porque os outros países vão vir fortes, depois das crises que enfrentam; e há uma crise de médio prazo

ainda, mas não podemos trabalhar com insegurança. Acho que, a despeito até de correções de rumo que foram produzidas, pelas conversas que tive, pelas pessoas que tenho ouvido, dialogando, trocando impressões sobre a economia brasileira, hoje nós sentimos nitidamente uma insegurança, apesar de, como V. Ex^a disse, o Brasil continuar sendo um país extremamente atrativo. Mas precisamos tomar muito cuidado com isso, até porque não podemos errar nesse momento. Temos uma oportunidade excepcional de realmente produzir crescimento e, acima de tudo, projetar o Brasil como uma das nações mais importantes, sob o ponto de vista não só de desenvolvimento econômico, mas também de inclusão social e de futuro.

Por isso, quero agradecer hoje por essa última reunião com o Presidente Tombini aqui na Comissão de Assuntos Econômicos neste ano. Agradeço ao Presidente Tombini e aos diretores por esse trabalho intenso que foi realizado, essa forma transparente com que a diretoria do Banco Central vem aqui traduzir para nós, Senadores e Senadoras, a economia brasileira.

Portanto, quero agradecer a presteza de V. Ex^a, a competência do Banco Central e dizer que a Comissão de Assuntos Econômicos estará sempre aqui a postos para fazer esse debate de qualidade que sempre se produz quando o Presidente do Banco Central e seus diretores aqui se fazem presentes.

Dou por encerrada esta reunião, registrando que às 14 horas, à tarde, provavelmente 14h30, mais uma audiência pública será realizada, com os secretários de Fazenda, que vão falar sobre ICMS e vão explicar aqui para os Senadores e Senadoras os reflexos desse possível entendimento no que se refere ao Confaz e dar as últimas notícias desse tema, que também é muito importante para o desenvolvimento do País e muito importante para a nossa economia.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras.

(Iniciada às 12 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 47 minutos.)

ATA DA SEXAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e trinta e quatro minutos do dia onze de dezembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com

a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Ana Amélia, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Gim, Cidinho Santos, Marco Antônio Costa e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, e João Ribeiro. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 62ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discutir a proposta da equipe econômica do Governo Federal em relação à alíquota do ICMS cobrado nas operações interestaduais e a questão das dívidas dos Estados, em atendimento ao Requerimento nº 47 de 2012 – CAE, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, tendo como expositores os Srs. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; Jäder Rieffe Julianelli Afonso, Secretário de Estado da Fazenda de Mato Grosso do Sul – Sefaz-MS; Luiz Carlos Hauly, Secretário de Estado da Fazenda do Paraná – Sefa-PR; Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Secretário de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro – Sefaz-RJ; Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha, Secretário Adjunto de Estado de Receitas da Fazenda do Pará, representando o Sr. José Barroso Tostes Neto, Secretário de Estado da Fazenda do Pará – Sefa-PA; Andrea Sandro Calabi, Secretário de Estado da Fazenda de São Paulo; e Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário de Estado da Fazenda do Ceará – Sefaz-CE. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Inácio Arruda, Cyro Miranda, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Randolfe Rodrigues. A Presidência concede, ainda, a palavra ao Sr. Cláudio José Trinchão Santos, Secretário de Estado da Fazenda do Maranhão – Sefaz-MA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 63ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 62ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta audiência pública destina-se a discutir a proposta da equipe econômica do Governo Federal em relação à alíquota do ICMS cobrada nas operações interestaduais e à questão das dívidas dos Estados.

O requerimento é de autoria da presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Foram convidados: Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); Jáder Rieffe Julianelli Afonso, Secretário de Estado da Secretaria de Fazenda de Mato Grosso do Sul (Sefaz-MS) – meu Estado; Luiz Carlos Haully, Secretário de Estado da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (Sefaz-PR); Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Secretário de Estado da Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ); Secretário de Estado da Fazenda de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; José Barroso Tostes Neto, Secretário de Estado da Fazenda do Pará (Sefaz-PA); Maurício César Duque, Secretário de Fazenda do Espírito Santo.

Os convidados, que já mereceram aprovação da Comissão de Assuntos Econômicos através de requerimentos apresentados, já se encontram aqui no plenário da Comissão.

Peço que tomem lugar à Mesa o Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária, nosso querido Nelson Barbosa; o Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos; o Secretário Carlos Mauro Benevides Filho, do Estado do Ceará, aqui representando o Nordeste – o Secretário de Fazenda de Pernambuco não pôde comparecer; o Secretário Adjunto do Pará, Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Luiz Carlos Haully; o Secretário Jáder, do meu Estado – que acho que não chegou ainda. (*Pausa.*) Onde ele está? (*Pausa.*) Ele foi um dos primeiros a chegar. E, por insistência dos Senadores de São Paulo, convido também, uma vez que nós não votamos o requerimento apresentado pelo Senador Suplicy, então, para não cometer injustiça, o pouco conhecido Secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, pouco presente aqui na Comissão de

Assuntos Econômicos. Por insistência e *lobby* de São Paulo, estamos fazendo esse convite a contragosto, viu, Calabi. (*Pausa.*) Por favor. Pelo menos uma vez na vida, depois do discurso do Senador Aloysio Nunes hoje sobre as ZPEs, eu fiquei com pena de São Paulo, viu, Senador Aloysio. Fiquei com pena pela exposição tão veemente de V. Ex^a.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por 10 minutos, e em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de 3 minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Todas às vezes eu leio o Regimento, mas, no final, acontece tudo diferente. Então, até por praticidade, todos os Senadores e Senadoras inscritos falarão, apresentarão seus questionamentos, e depois eu passarei a palavra para todos os membros da Mesa desta audiência pública.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, como Senador por São Paulo, eu acho que convém mencionar as presenças dos secretários de Fazenda de Minas Gerais,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Secretário de Estado da Fazenda...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... Leonardo Maurício Colombini Lima; o do Espírito Santo,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...Maurício César Duque.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... e o do Maranhão, Cláudio José Santos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E o do Maranhão, Cláudio José Santos.

Portanto, vejam o nível de organização nosso! Em vez de me passarem os nomes, eu fico lendo-os, de longe, ajudado pelo Senador Suplicy.

Está presente o Confaz inteiro aqui. Adriana, você tem de pegar os nomes dos secretários.

Aqui, devagar, nós vamos caminhando.

Então, Secretário Calabi, me dê os nomes para que eu os relacione: Secretário de Fazenda do Estado do Piauí, Silvano; Secretário de Fazenda do Estado da Paraíba, Marialvo, seja muito bem-vindo. Dr. Maurício, de Alagoas; Dr. Benedito, de Rondônia; Dr^a Jucinete, do Amapá; Dr. Simão Cirineu Dias, de Goiás – esse é conhecido também aqui; esse aí já andou pelo Brasil inteiro.

Bom, acho que não nos esquecemos de nenhum outro secretário de Fazenda. (Pausa.) O do Amazonas, Afonso Lobo Moraes, também presente aqui.

Portanto, dando início, vou conceder a palavra ao Dr. Nelson Barbosa Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária.

Tem V. S^a a palavra.

Depois ouviremos os demais secretários.

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

– Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar o Senador Delcídio, o Senador Lindbergh, o Senador Aloysio Nunes, o Senador Eduardo Suplicy, e cumprimentar todos os secretários de Fazenda presentes.

Hoje estamos todos aqui, Senador Delcídio, porque houve uma reunião de todos os CONFAZs nessa manhã, para discutir a proposta, receber orientações, sugestões, críticas por parte dos Estados.

Como temos, aqui, várias pessoas inscritas, eu vou tentar fazer um resumo do que foi a evolução da discussão desde aquela primeira reunião que o Ministro Mantega teve com os governadores, depois tivemos reuniões aqui com os Senadores, e esses assuntos têm sido discutidos no Confaz, intensamente, nos últimos 30 dias.

Bom, rapidamente, para recapitular – e eu quero ser breve –, por que estamos propondo essa reforma do ICMS? Em certo sentido, a guerra fiscal já se esgotou na prática pelo fato de vários incentivos vigentes estarem em análise e a possível suspensão por parte do Supremo Tribunal Federal, ou por que vários incentivos estão sendo anulados pelos demais Estados. Quando um Estado adota um incentivo, o outro vai e adota o mesmo incentivo, ou o outro Estado não reconhece o incentivo. Então, na prática, o efeito prático da guerra fiscal está cada vez mais se esgotando. Isso não é um problema eminentemente estadual, é um problema nacional, porque essa incerteza jurídica já está prejudicando investimentos.

É por isso que a União toma a iniciativa de apresentar uma proposta para discussão no Senado Federal, para uma proposta para discussão no Confaz.

Do ponto de vista econômico, a maioria dos economistas concorda que o ideal, em se tratando de tributação do imposto como o ICMS, é migrar a tributação gradualmente da origem para o destino e realizar uma política de desenvolvimento regional mais coordenada. Uma política em que as iniciativas dos diversos Estados sejam mutuamente consistentes. Elas se autorreforcem e não se autoanulem como acontece hoje.

As análises econômicas, os estudos econômicos dos especialistas nessa área indicam que, para

aumentar a eficiência produtiva, para simplificar o sistema, a melhor proposta é você ter uma mesma alíquota de ICMS, ter uma alíquota igual. Hoje você tem uma alíquota diferenciada. A alíquota geral é 12% e, em alguns casos, ela é 7%.

Qual o resumo da proposta da União que o Ministro Mantega apresentou aos Senadores? Uma redução na alíquota interestadual para 4%, em até 8 anos, no prazo máximo de até 8 anos; a criação de um Fundo de Compensação de Receitas para compensar os Estados pela perda efetiva de arrecadação; a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional para compensar os Estados pela redução do papel do ICMS como instrumento de desenvolvimento regional e realizar um acordo de convalidação dos benefícios fiscais que hoje estão sob disputa, seja sob disputa entre os Estados, seja sob disputa no Supremo Tribunal Federal.

Os principais pontos – e aí vou direito aos principais pontos de discussão que evoluíram ao longo das últimas semanas – basicamente são seis. Há um grande debate entre os Estados e a União de qual deve ser a alíquota final? Em quanto tempo se deve migrar para essa alíquota final? Como vai funcionar o fundo de compensação de receita? Como vai funcionar o Fundo de Desenvolvimento Regional? Quando começará e qual será a redução da taxa de juro incidente sobre as dívidas estaduais? Quais são os princípios dos acordos de convalidação? E existe um conjunto de propostas complementares de interesse dos Estados que envolvem lei complementar, emenda constitucional, que o Confaz também entende que deve ser apresentada ao Senado, como iniciativa de todos os secretários.

A redução na alíquota interestadual.

A União apresentou inicialmente uma proposta de redução gradual para alíquota interestadual para 4% em até 8 anos. Houve discussões com os governadores, parlamentares e vários secretários de Fazenda. Nessas discussões, a União modificou a proposta de modo a dar um tratamento diferenciado à Zona Franca de Manaus, devido à peculiaridade da produção em Manaus, e a importância do ICMS para a vantagem competitiva de Manaus, e ao gás, tendo em mente principalmente o gás que é importado hoje da Bolívia, através de Mato Grosso, destinado ao resto do País.

Nas apresentações anteriores, nós não definimos o início da transição, nós colocamos que poderia ser ao longo de 2013 ou 2014, e agora eu trago para os senhores a proposta concreta de começar a transição em 1º de janeiro de 2014. Por que 1º de janeiro de 2014? A ideia é que se discuta e se aprove isso ao longo dos próximos meses, assim como foi feito com a Resolução nº 13; uma vez aprovada, tem o tempo

de adaptação da União, dos governos estaduais e das empresas. Então, nós temos o ano todo de 2013 para construir essa adaptação, para construir o sistema de como administrar essa transição.

Por sugestão de vários Estados no Confaz, que eu vou deixar para que os diversos representantes aqui depois coloquem, foram apresentadas várias alternativas de prazo de transição. A União pode ter uma transição mais rápida – achamos que a transição não pode ser imediata, até para dar um tempo de adaptação aos governos e às empresas –, mas a transição pode ser mais rápida, em 4 ou 6 anos.

Do ponto de vista da alíquota interestadual, a proposta que nós apresentamos inicialmente ao Senado, que deixamos como sugestão de discussão, é aquela primeira proposta que está ali, cuja alíquota cai de 12% e 7% para 4%, em 8 anos. A alíquota de 12% cai ao ritmo de 1 ponto percentual por ano, atingindo 4% em 2021. A outra alíquota cai de 7% para 4%, atingindo 4%, em 2016. E se for uma sugestão de uma transição mais rápida seria em 4 anos. Mas essa é uma proposta que estamos trazendo, mas, na verdade, já há propostas diferentes.

Hoje, pela manhã, na reunião do Confaz, foram apresentadas diversas propostas que os secretários vão apresentar aqui. Nós, da União, propusemos essa transição em 8 anos, porque entendemos que é uma transição que tem a velocidade necessária à adaptação dos Estados e da própria União e resolve o problema no médio prazo.

Como funcionaria o Fundo de Compensação de Receitas? Outro ponto que tem sido perguntado, e o Ministro Mantega, como colocado na última reunião, disse que eu iria detalhar um pouco mais como funciona. Nós já temos uma redação de como seria a medida provisória desse Fundo, que foi submetida hoje aos secretários para sugestões de aperfeiçoamento. A ideia geral é a seguinte: os Estados apresentam à União todos os incentivos fiscais relacionados ao ICMS, incentivos tributários, incentivos financeiros. A União calcula a perda efetiva de arrecadação de cada Estado. Com base nesses incentivos praticados e com base nos dados da nota fiscal eletrônica, nós vamos calcular a compensação da perda efetiva que o Estado tem, para efeito de Fundo de Compensação de Receitas. Nesse caso, nós não vamos incluir a perda pelo fim da guerra dos portos, porque essa alíquota já vai para 4% a partir de janeiro; então, na verdade, a partir de janeiro ela já está em 4%. E, na questão do ICMS do comércio não presencial, um ponto que o Senador Aloysio Nunes colocou na audiência com o Ministro Mantega, nós compensaríamos aquilo que for redução devida à redução da alíquota interestadual. Porque no

comércio eletrônico há duas modificações: uma modificação constitucional, que prevê, hoje a receita fica toda com o Estado, ela passa a ser dividida. Isso não é compensado, isso é uma mudança constitucional. No momento em que ela for dividida, ela vai ser dividida com base na alíquota interestadual vigente, por exemplo, 12%. À medida que estes 12% forem caindo para 4%, essa parte é compensada.

O valor é calculado e transferido aos Estados que perderem receitas, em parcelas mensais.

Bom, qual é a estimativa máxima? É o dado que a gente apresentou no início do ano, que foi feito com base na nota fiscal eletrônica, com os dados de 2011 e 2012. Isso seria a soma das perdas dos Estados que perdem com a proposta de transição da União, aquela proposta que vai de 12% para 8%, em 8 anos. Isso é a perda máxima, considerando que não descontei nada. Não descontei a guerra dos portos, não tirei a Zona Franca de Manaus e não tirei nenhum incentivo.

Então, se ninguém praticasse incentivo fiscal, se todo mundo arrecadasse o que está na nota fiscal, a perda máxima seria essa. Na prática, é muito menos que isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

– Se nós reduzirmos a alíquota, ficaremos com menos se reduzir a alíquota. Então, no primeiro ano, que caiu um ponto, de 12% vai para 11%, e de 7% vai para 6%, são R\$2 bilhões. E aí vai subindo, e o máximo são R\$14 bilhões.

Foi por isso que nós propusemos, no Fundo de Desenvolvimento Regional, colocar R\$12 bilhões, além do Fundo de Compensação, porque, na verdade, é uma soma maior. São R\$12 bi só no de Desenvolvimento Regional e mais o que for necessário no Fundo de Compensação de Receitas.

Como seria o início? Bom, aí eu já vou adiantando o que nós, se tivermos sucesso, todos nós – Executivo, Estados e Legislativo –, nós enviamos essa proposta para o Congresso, essa proposta é discutida ao longo do primeiro semestre. No bojo desse trabalho, os Estados apresentam as informações sobre incentivo fiscal e realizam o acordo de convalidação já no primeiro trimestre do ano que vem...

(Soa a campanha.)

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

—... para eliminar a incerteza jurídica, que hoje paira sobre diversos investimentos.

A União calcula as perdas efetivas de cada Estado, com base nos dados de 2012, e divulga o resultado no 2º trimestre de 2013. Até junho do ano que

vem, a gente divulga quanto vai ser a compensação baseada nos dados.

Por questões de informação, nós vamos conseguir calcular, no ano que vem, as perdas relativas a este ano, que nós vamos transferir em 2014. Então, essas perdas, para começar a serem transferidas a partir de janeiro de 2014, vão ser corrigidas pelo IPCA – foi a proposta que a União colocou –, ou o IPCA mais o crescimento real médio do PIB, que foi uma proposta que os Estados nos apresentaram, para também incluir o crescimento da economia na transferência.

Então, a metodologia é essa: nós apresentamos uma proposta, se tudo der certo, ao Congresso, na semana que vem. Se a proposta começar a ser discutida no 1º trimestre, fazemos o acordo de convalidação, e já começamos a calcular. Se aprovarmos isso, a transição já começa em janeiro de 2014, e, dada essa diferença temporal, o que vamos transferir em 2014 vai ser baseado em 2012, e aí nós corrigimos com base na inflação e no crescimento da economia.

Pode passar.

Como funciona o outro Fundo? Só lembrando, na nossa proposta, nós dividimos os problemas, pois, quando se baixa a alíquota interestadual, os Estados sofrem de duas formas: em uma, alguns perdem receita – dos 27, no nosso cálculo aqui, e que sete perdem receita, então, há o problema orçamentário, daí o fundo de compensação de receita para resolver o problema orçamentário, e perdem espaço de instrumento de política econômica, porque eles usam o ICMS para atrair investimentos. O Fundo de Desenvolvimento Regional é para suprir o espaço do ICMS como instrumento de política econômica.

Então, a proposta inclui a previsão anual de desembolso, aí a medida provisória já viria com o desembolso previsto até 2029, no valor total de R\$172 milhões, que será apresentado depois. O Fundo englobaria recursos primários e financeiros – 25% primário, 75% financeiros. Vários Estados propuseram já aumentar esse recurso e mexer na proporção – eles vão apresentar isso.

Os recursos deverão ser utilizados em iniciativas de apoio a empresas de desenvolvimento produtivo, principalmente para isso. É o que hoje é feito com o ICMS. Na questão da infraestrutura, na questão das outras obras a União já dá o apoio por outras iniciativas, via financiamento do BNDES, via concessões. Isso é principalmente para desenvolvimento produtivo.

Os recursos financeiros são alocados de acordo com as diretrizes dos Estados e operacionalizados por meio da instituição financeira federal.

Quando eu coloquei o modelo da Sudene, houve uma dúvida: “Ah, então é a Sudene que vai alocar?”

Não. Eu estou colocando o modelo da Sudene. É como se você tivesse 27 fundos e as agências, as secretarias de desenvolvimento dos Estados indicam quais as empresas que devem receber esses recursos. Assim como hoje você tem a Sudene, você tem um fundo operado por um banco. Então, o Conselho da Sudene faz alocação estratégica dos recursos, e um banco vai e empresta. Nesse caso, é como se a gente tivesse 27 fundos – você tem um fundo de desenvolvimento regional com 27 cotas –, e o Governo de cada Estado determina para onde vai esse financiamento, operado por uma instituição financeira federal.

Alguns Estados solicitaram que a operacionalização também possa ser feita por uma agência de fomento estadual – alguns Estados têm uma agência de fomento estadual. Nós estamos analisando isso, porque nesse caso o risco iria para a agência de fomento estadual, aí, por motivos da LRF, tem que entrar no plano anual de financiamento, tem que entrar no limite da dívida. Em princípio não é impossível, mas está sujeito a limitações, porque aí é como se fosse endividamento dos Estados. Na maneira como nós propusemos, é um fundo que empresta para as empresas, o risco é do agente operacional – instituição financeira federal –, o Estado faz é a gestão estratégica, ele diz qual empresa que vai pegar aquele recurso.

Aí é um fluxograma para exemplificar o que eu acabei de colocar. Você tem a União que coloca recursos orçamentários para o Estado, e o Estado, então, pode repassar aqueles recursos orçamentários para investimentos, subvenções e desenvolvimento produtivo.

A União empresta ao Fundo de Desenvolvimento Regional, que é um fundo financeiro federal, a TJLP por 20 anos. Esse fundo é administrado por uma instituição financeira federal que vai repassar às empresas. Que empresas? Empresas que o Estado definir como as prioritárias para o seu desenvolvimento regional, as atividades que o Estado definir. E o Estado pode, se quiser, usar os seus recursos orçamentários também para reduzir a taxa de juros ou dar um financiamento a taxas mais vantajosas. Mas aí, como acontece nesses casos, isso é regulamentado, nas operações de equalização e taxas de juros, são regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Então, isso é o espírito que está escrito na Medida Provisória, que nós submetemos uma primeira versão aos secretários, e estamos trabalhando para chegarmos a um consenso e enviar ao Congresso Nacional na próxima semana.

Aí a previsão dos recursos. Como coloquei, os recursos orçamentários vão crescendo de R\$1 bilhão até chegar a R\$3 bilhões, em 2018, então permanece, totalizando R\$43 bilhões, em 16 anos; os financeiros

sobem de 3% para 9% totalizam R\$129 bilhões, em 16 anos, e o total de R\$172 bilhões de transferências através desses dois fundos.

Bom, uma questão que é muito importante, e tenho certeza de que será objeto de grande debate nessa Casa, é como vai ser a divisão do Fundo de Desenvolvimento Regional? O fundo de compensação, nós vamos apurar as perdas e vamos dividir de acordo com o que cada Estado perder. O Fundo de Desenvolvimento Regional o objetivo é desenvolver as regiões menos desenvolvidas do Brasil. Nós vamos enviar uma proposta inicial para discussão desta Casa. Obviamente essa é uma proposta, assim como outras questões federativas como *royalties*, FPE, vai ser objeto e tem várias maneiras de dividir isso. Nós, da União, entendemos que nós temos que enviar uma primeira proposta até para começar uma discussão, porque se não tiver uma divisão o fundo não funciona.

O que nós pensamos inicialmente – nós estamos abertos a sugestões, já recebemos várias sugestões de vários Estados hoje –, nós pensamos na seguinte estrutura: você estabelece uma primeira divisão de recursos entre os Estados que têm uma renda *per capita* maior do que a média, 10% para esses Estados, e os Estados que têm uma renda *per capita* menor do que média. Hoje 7 Estados têm renda *per capita* maior do que a média no Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Distrito Federal. São os 7 Estados que estão acima da renda média, os outros estão abaixo da renda média. Feita essa primeira divisão, é como se fosse uma divisão em dois momentos. Primeiro, você faz uma divisão de acordo com o fato de se estar acima ou abaixo da renda média. Depois, dentro desse bloco, você faz uma divisão, por exemplo, como nós fizemos no Proinveste, proporcional à população, proporcional ao inverso da renda *per capita*, ou seja, quanto mais pobre o Estado mais ele recebe, e uma parcela igualitária, uma parcela que é igual para todos os Estados, para melhor distribuir o fundo. Nós temos, obviamente, uma planilha para fornecer aos Senadores. Vamos fornecer ao secretário de Fazenda. Há várias maneiras de simular isso. Aí é independente de qual o peso você atribui a cada critério. Então, nós vamos submeter isso. Há uma proposta na Medida Provisória que nós pretendemos enviar na próxima semana, virá com uma proposta inicial para discussão nesta Casa, já incorporando, também, sugestões dos Estados. Obviamente, os Estados apresentarão suas sugestões aos Senadores.

Pode passar.

Redução da Taxa de juros.

O Ministério Mantega, quando veio à audiência do Senado, já propôs corrigir as dívidas estaduais pela Selic já a partir de janeiro de 2013, daqui a 3 semanas. Nosso entendimento é o de que isso poderia ser feito. Só a mudança na taxa de juros não viola a LRF, que é uma mudança de condição de financiamento. Então, ela poderia ser feita até por medida provisória. Há, eu sei, por parte de vários Senadores e também de governadores uma proposta de também discutir a questão do comprometimento da receita dos Estados. Essa é uma questão que, no nosso entender, na nossa análise jurídica até esse momento, envolve a questão da LRF. Estamos analisando o Projeto de Lei que o Senador Luiz Henrique apresentou ao Ministro Mantega, mas nós achamos que enquanto essa discussão continua – e nós achamos que era melhor não mexer na LRF – já podemos avançar nessa questão da dívida. Uma coisa não impede a outra. Vários Estados propuseram e alguns Senadores – acho que o Senador Dornelles também – adotar o IPCA mais 2%. Hoje, é quase a mesma coisa. A inflação está em 5,5, 5,6, 7,6 IPCA mais 2%; a Selic está em 7,25.

Nós estamos analisando isso. Foi apresentado ao Ministro Mantega, ele pediu que o Tesouro Nacional analisasse, mas se formos colocar um teto, como alguns Estados propõem, que seja a Selic ou IPCA mais 2%, o que for menor, se vamos usar uma remuneração variável, temos de olhar o custo de captação do Tesouro. Hoje, o que o Tesouro capta, em títulos indexados ao IPCA, não é IPCA mais 2% para esse prazo de financiamento. Agente capta ou IPCA mais 3%, para 2020, ou IPCA mais 4%, para prazos mais longos. Lembrando que essa dívida de que estamos falando tem o seu vencimento em 2027 e depois tem aquela cláusula de que o que sobrar vai ser dividido em 10 anos. Então, nós concordamos de colocar a Selic. Foi-nos proposto colocar o IPCA mais 2% e estamos analisando, mas achamos que se for para colocar um teto o IPCA mais 2% é muito baixo tendo em vista o quanto o Tesouro paga hoje em títulos indexados ao IPCA.

Pode passar.

O acordo de convalidação.

Bom, a nossa área jurídica teme esse termo, mas é o termo mais simples utilizado. Na verdade, é um acordo de remissão e validação. Então, como ele funcionaria? Ele concederia a remissão e a anistia aos incentivos fiscais ou financeiros concedidos em desacordo com a Constituição. Seriam apresentados, todos os Estados teriam um prazo de 90 dias para apresentar todos os seus incentivos, para publicar nos seus *Diários Oficiais*, registrar junto ao Confaz aqueles incentivos que querem convalidar. Isso, então, seguiria algumas regras. Para essas regras se

estabeleceria uma validade para a continuidade de fruição dos benefícios validados. A ideia aqui é ter prazos diferenciados. Benefícios dados, por exemplo, ao setor industrial e agropecuário durariam por mais tempo, durariam até 2025, 2027. Benefícios dados à questão dos portos, dos aeroportos, durariam até o final desta década ou até um pouco antes. Benefícios ligados principalmente ao comércio, que são aqueles benefícios que no jargão são chamados de aqueles que promovem o passeio de notas fiscais já seriam extintos mais rapidamente. Então, o acordo de convalidação estabeleceria esses prazos e interromperia aqueles benefícios que fossem entendidos que não deveriam validados e interromperia a concessão de incentivos sem aprovação do Confaz. Além da pena legal que hoje já está proposta se, a partir do acordo de convalidação um Estado for conceder um incentivo que não foi aprovado pelos demais, isso vai bloquear esse Estado de receber recursos dos fundos. Então, nós temos duas penalidades. Além do risco legal que já existe hoje tem o risco, também, financeiro. Se um Estado voltar fazer a prática da guerra fiscal, entendida como um incentivo que não é aprovado por todos os seus pares, isso vai fazer com que aquele Estado tenha suas transferências suspensas.

É por isso que, na prática, o acordo de convalidação acaba com a guerra fiscal daqui para frente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

– Eu vou colocar no final, Senador.

Propostas complementares. Aí eu já estou finalizando.

Bom, esse é o pacote da União para a questão do ICMS: redução da alíquota, criação de dois fundos, acordo de convalidação.

Obviamente seria ótimo, e nós apoiamos que isso venha no bojo de outras iniciativas federativas que estão em discussão no Brasil, principalmente no Senado Federal.

A primeira delas é a aprovação de uma nova divisão para o FPE, com critérios de transição gradual. Eu entendo que o Senador Walter Pinheiro já apresentou uma proposta nesse sentido. Seria muito importante que o acordo político, apesar de ser um instrumento diferente, isso também fizesse parte do acordo político para que nós sinalizássemos que essa questão vai ser resolvida.

Na questão dos *royalties*, eu sei que não há acordo, mas a União já se manifestou sobre esse tema. A União entende que devem ser mantidos os contratos na forma em que foram celebrados – não se mexe em

contratos que já foram celebrados –, e nós propusemos uma nova divisão para frente.

Então, nós também recomendamos, nós, União, recomendamos fortemente que esse acordo político inclua também o acordo dos *royalties*, porque, da mesma maneira que, com o cuidado que se tenha ao discutir o FPE, também o mesmo cuidado deve-se ter ao discutir a questão dos *royalties*. O cuidado que se tem ao discutir a questão da dívida é o mesmo cuidado que se deve ter ao discutir a questão dos *royalties*.

Então, eu reitero aqui a posição do Governo Federal, da Presidenta Dilma Rousseff e do Ministro Mantega, que é: “Mantém as regras para o que já foi concedido, vamos mudar a regra daqui para frente”, porque aí nós respeitamos as relações federativas, que têm sido a tônica de todas as ações do Governo Federal nessa área. Tudo que nós temos proposto é sempre com transição gradual, respeitando as regras vigentes.

Aprovar a PEC do comércio eletrônico. Eu congratulo mais uma vez os Senadores por terem aprovado a proposta nesta Casa. A proposta está na Câmara, na Comissão de Constituição e Justiça, e já tem uma proposta que aperfeiçoa um pouco a redação. Nós trabalhamos, e peço aos Senadores também que nos ajudem a mobilizar a Base do Governo na Câmara, para aprovar essa proposta o mais rápido possível.

E há outras iniciativas em discussão no Congresso Nacional e no Confaz, como a criação da desvinculação de receitas estaduais, uma norma mais clara sobre a criação de gastos para os Estados por parte do Congresso Nacional e outros pontos que os secretários de Fazenda podem esclarecer melhor.

Por fim, o que a gente propõe, do ponto de vista da União, que nós estamos discutindo, e diante da discussão de hoje da manhã e o resultado de hoje, nós estamos finalizando o nosso período de coletar informações e sugestões para que a União apresente. Vamos levar isso à Presidenta e ao Ministro Mantega no final dessa semana, para que nós possamos elaborar uma proposta nesses termos: uma proposta de resolução ao Senado, com redução da alíquota interestadual; uma medida provisória com a redução da taxa de juros e a criação dos Fundos de Desenvolvimento Regional de Compensação de Receitas, vinculados à redução da alíquota – uma coisa está vinculada com a outra, o Fundo só entra em operação quando começar a cair a alíquota –; um acordo de convalidação, respondendo à pergunta do Senador, pode ser via convênio do Confaz, pode ser via uma lei complementar ou uma combinação de ambos. No passado o que foi feito foi uma lei complementar, dizendo que era possível fazer um acordo de convalidação e dando um prazo e condições especiais para a aprovação desse acordo de

convalidação. Foi feito no final dos anos 80. Pode ser uma coisa desse tipo.

E as propostas complementares que os Estados pedem para que nós apresentemos em nome do Confaz, na questão da DRE, na questão da autorização de gastos, na questão do comércio eletrônico, que podem fazer parte dessa iniciativa. E algumas delas também foram apresentadas por aquela comissão de notáveis, têm 11 propostas, algumas delas ali alguns Estados entendem que são interessantes e poderiam prosseguir.

Então, é isso que eu tenho a colocar.

Obrigado, Senador e desculpe tomar muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Ministro Interino do Ministério da Fazenda, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária.

Eu só queria fazer um registro aqui. Pela exposição apresentada pelo Presidente do Confaz, Nelson Barbosa, houve realmente uma evolução grande. Inegavelmente. Eu acho que, num momento aí difícil em que o Congresso discute projetos polêmicos, complicados, um avanço como esse nós não podíamos deixar de destacar em uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com essa representatividade de secretários de Fazenda do Brasil inteiro.

Então, eu não podia deixar de registrar aqui o papel da Comissão de Assuntos Econômicos, dos Senadores, das Senadoras, trabalhando por esse entendimento ou, pelo menos, por esse início de entendimento. Então, eu não podia deixar de destacar o Senado como a Casa da Federação, fazendo um papel fundamental nesse trabalho juntamente com os Estados.

Eu passo, agora, a palavra ao Dr. Jader Julianelli, Secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, do nosso Estado.

O SR. JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – Boa tarde, senhores!

Boa tarde, Dr. Nelson, já nos falamos hoje de manhã!

Presidente Delcídio, Senador pelo nosso Estado, no interesse e na defesa do nosso Estado, em nome do qual eu cumprimento os demais, Ex^{mos} Senadores, colegas secretários e demais presentes na reunião.

O Dr. Nelson expôs bem o que está sendo tratado hoje no âmbito do Confaz. Nós temos que realmente dar um louvor à União, que está procurando uma forma de resolver o problema da guerra fiscal. Existe uma proposta apresentada, que vem sendo discutida há algum tempo e flexibilizada em vários pontos e que tem um motivo. A motivação são justamente os benefícios que foram concedidos ao longo do tempo para os importados, a concorrência que hoje o Brasil

enfrenta com a China, não só o Brasil, mas outros países, e também a parte da insegurança jurídica, depois do julgamento do Supremo Tribunal Federal, em sede, de várias ADIs.

Nós, os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, temos algumas preocupações consideráveis em relação à proposta, tanto a do Governo Federal, como a dos Estados do Sul e Sudeste. Lógico que todos tentando caminhar para uma convergência, para que possamos extirpar a guerra fiscal, que tem sido danosa para a União, para a Federação, só que temos que considerar algumas coisas, como, por exemplo, quanto à alíquota de 4% e 4%, que é a unificação de alíquotas.

A unificação de alíquotas é muito preocupante para Estados menos desenvolvidos porque ela tira um fator competitivo hoje muito relevante. Nós temos hoje 12% e 7%, que é uma diferença de alíquota que foi preconizada pela Resolução do Senado nº 22, em 1989, logo após a Constituição, a Constituinte, que ganhou o espírito que vigia no momento e que acho que hoje ainda é presente. Porque essa diferença é para que os Estados menos desenvolvidos fiquem com uma porção maior do tributo, quando da operação interestadual, em face dos Estados mais desenvolvidos.

Então, nós entendemos que, ao sair a 12% o produto, a maior parcela fica com o Estado que remeteu, sendo um Estado menos desenvolvido. O Estado de destino, sendo mais desenvolvido, vai fazer a diferença de alíquota, no caso de São Paulo vai ser 6%, no caso de outros vai ser 5%, então, quer dizer, a parcela maior está ficando com o Estado menos desenvolvido. Na transação contrária, quando vem a mercadoria de um Estado rico, é a mesma coisa. Ele fica com a parcela de 7% e o Estado menos desenvolvido, se for alíquota 18%, mas vai ser em regra 17%, vai ficar com 10%. Então, essa é uma forma criada pelo legislador de equilibrar, de dar maior equilíbrio ou de diminuir as desigualdades entre esses Estados, entre essas regiões.

Com a unificação, primeiro, nós quebramos essa vantagem – digamos assim – competitiva desses Estados, e também se impõe uma perda muito grande aos Estados. Nós temos 7 Estados que perdem muito, o valor orçado, calculado por nós mesmos, no Confaz, no Ministério da Fazenda, é de R\$14 bilhões, R\$9 bilhões, atualizados R\$14 bilhões ou R\$15 bilhões.

Falando dos Estados do Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul perde 31% da receita, R\$1,6 bilhão, o que importaria a falência de qualquer Estado nesse montante; o Mato Grosso perde 12%, quase R\$800 milhões; e Goiás perde 26%, R\$2,6 bilhões. Então, quer dizer, são valores muito consideráveis. A União propõe o fundo de compensação, só que, quanto aos

critérios, nos os conhecemos hoje. Porque, na verdade, não se vai ressarcir esse valor completamente, serão feitos alguns filtros decorrentes de considerar que o Estado concede benefício ou não. Então, fica algo também meio preocupante no horizonte.

Quanto também à diferença de alíquota, temos de ver também a perda de competitividade não só da indústria, aí que vem o fundo. A ideia do fundo é compensar essa perda de competitividade, é fazer com que esses Estados, que estão perdendo poder de atração de indústrias, continuem mantendo aquelas indústrias e atraindo novas. Então, não sei se esse montante é o suficiente para isso.

Hoje, o fundo, se dividirmos por igual, conforme está proposto, R\$12 bilhões, sendo que 75% dele é título de empréstimo, de financiamento, a TJLP, e, muitas vezes, a empresa pode obter um valor menor no mercado, dependendo do porte dela, ela não seria atraída por esse investimento, por esse empréstimo. Então, R\$12 bilhões, se dividirmos por igual, hoje daria mais ou menos R\$400 milhões, ou um pouco mais, para cada Estado. Sabemos muito bem que há empresas, vamos citar empresas grandes, como a Grendene e outras empresas grandes que, só de atração, precisam ter mais ou menos R\$100 milhões, R\$120 milhões por ano. Então, será que o fundo é suficiente? Eu estou fazendo uma divisão por igual, mas não será por igual. Isso já é outro ponto que nos preocupa. Por quê? Mas o Dr. Nelson falou que está bem sensível a analisar, porque, mesmo com a divisão por renda *per capita* – vamos falar dos Estados do Centro-Oeste –, estamos abaixo da renda *per capita*. Só que temos ainda uma renda *per capita* alta, porque muitos produtos com o fim de exportação geram uma renda. Mas isso não gera serviço ao Estado, porque não há ICMS, é desonerado, é imune. Então, não temos também o provimento, o serviço, a estrutura do Estado, em decorrência de uma renda *per capita* alta. A população baixa também é algo que preocupa. Então, são pontos que temos que trabalhar.

E, falando, especificamente, na competitividade, além do poder de atração da indústria, porque, hoje, estou mesmo, na proposta do Norte, Nordeste, Centro-Oeste de 7%, 4%, nós já estamos perdendo, de cara, 5% de poder de atração. Quatro por 4%, estamos perdendo 8%, sendo que a média dos benefícios que os Estados dão fica uma alíquota real efetiva na faixa de 7%. Então, como vou manter os empreendimentos? Aí se convalidam os benefícios concedidos à revelia do Confaz. Tudo bem, estou convalidando, estou remitindo, estou perdoando as dívidas, não vou cobrar das empresas o passado. Mas e os investimentos futuros dela? Os 10, 15, 8 anos que ainda ela tem no Esta-

do? Ela não vai ter por que ficar naquele Estado? Ela, com certeza, todas essas empresas, esses vários empresários já chegaram a nós, secretários de Fazenda dos Estados, desses Estados que citei, dizendo que, a partir do momento em que passar 4% por 4%, ela fecha a porta e vai embora para o Sudeste.

Então, como vamos manter essas empresas e atrair novas empresas? Porque a ideia é diminuir as desigualdades regionais. Temos desigualdades econômicas, sociais e de Índice de Desenvolvimento Humano muito grande entre essas Regiões. Então, temos que pensar isso: como que ficamos nessa situação?

O comércio vai sofrer também com essa redução, porque a mercadoria vai vir com menos crédito. O nosso comerciante vai ter de, para manter a margem de lucro dele, num primeiro momento, provocar uma inflação interna, só que, aí, ele vai aumentar o preço, em relação ao Estado desenvolvido, vai perder competitividade, vai ter que abaixar e, futuramente, até nem ter a sua própria remuneração, e fechar.

Produtos agropecuários. Também perdemos competitividade, porque, hoje, essa diferença é o que motiva que uma empresa, lá do Mato Grosso, lá do Mato Grosso do Sul, lá de Goiás, saia com o seu produto mil quilômetros, dois quilômetros, para chegar até a empresa, a indústria que irá processar aquele produto; ela usa, justamente, essa diferença de ICMS. A partir do momento em que forem 4%, nós estamos igualando, você, além de ter acabado com a indústria, ainda vai transformar esses Estados nem em agropecuários, porque nem a agricultura e a agropecuária vão conseguir competir para poder chegar naquele local distante, haja vista a diferente de logística. Hoje nós temos uma diferença de frete, só para citarmos aqui, no caso do milho, de R\$3,00, se o Estado estiver localizado no eixo Sul-Sudeste, para R\$6,20 se estiver localizado na região sul do Mato Grosso do Sul, que é a mais próxima do Sul do Brasil. Então, as empresas utilizam justamente diferença de alíquotas para poder ter o *gap* para que possa competir, possa escoar seus produtos.

Então, é isso que eu acho que nós teríamos que pensar.

Para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentamos uma proposta hoje ao Confaz, em que firmamos a posição na alíquota 7% por 4%, quando muitos governadores firmaram na Carta do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, assinada em Brasília, em 7% e 2%, mantendo a diferença de cinco para ter justamente essa competitividade. Isso não significa que nós iríamos continuar promovendo benefícios fiscais a revelia do Confaz. Pelo contrário. A ideia proposta é justamente que será submetida ao Confaz, só que para isso também precisamos de um quórum diferen-

ciado no Confaz, senão nenhum benefício será concedido daqui para frente, será submetido ao Confaz, sob pena, justamente como já na proposta do Governo Federal, de não ter a distribuição dos Fundos de Compensação do Desenvolvimento Regional, além da penalização em transferências, que são importantes para muitos Estados.

Então, além disso, nós estamos propondo que manteremos a regra do Ministério da Fazenda, que é não haver os benefícios à revelia do Confaz. Só que nós estamos mantendo a competitividade 7% por 4%. A assimetria das alíquotas foi criada com a inteligência do legislador, justamente de se manter a competitividade.

Então, essa proposta do Estado do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em 10 anos. Por que a transição? Para que não se quebre contratos já pactuados com as empresas, as empresas muitas ainda têm 10, 15 anos de gozo de benefícios para poder estar instaladas nesses locais e também para que não seja uma mudança muito repentina, de forma que nós não possamos calcular o impacto. Porque, mesmo com o fundo de desenvolvimento, como eu disse, mesmo com o fundo de compensação, nós não sabemos o impacto disso, dessa mudança, se ela for repentina. Então, nós temos que ter cautela. E eu acho que a melhor palavra que nós pautamos ontem na reunião foi “previsibilidade”, ter previsibilidade. Nós não podemos incorrer no erro que aconteceu com a Kandir. Dez anos de ressarcimento da Kandir, o ressarcimento findou-se, hoje só tem pelo art. 91 da DCT da Constituição, que hoje perfazem em nível nacional 8%; Centro-Oeste 8,5% de ressarcimento do que nós perdemos em desoneração, e 9,7% para o Mato Grosso do Sul.

E nós estamos perdendo mais R\$600 milhões/ano pela desoneração e pela falta de compensação da Kandir. Então, temos que ter cautela para que não ocorra o mesmo.

Dívida do Estado. Os Estados quando pactuaram a dívida não imaginaram que ia acontecer o que aconteceu. No caso do Mato Grosso Sul, nós tínhamos uma dívida de R\$2.2 bilhões, pagamos R\$5 bilhões e estamos com uma dívida de R\$7.3 bilhões. Então, como que isso é possível? Comprometemos R\$650 milhões por ano da nossa receita para pagamento da dívida com a União.

Então, tratar o indexador da dívida foi uma boa posição do Governo Federal já abrir essa negociação. Tratar o comprometimento mensal é importante para que sobre dinheiro para investimento.

Voltando, então, esses são os pedidos da proposta do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Estamos falando aqui também, passamos hoje para o Secretário, Dr. Nelson Barbosa, R\$20 bilhões

de pedido de Fundo de Desenvolvimento Regional, que é um valor alto, ele achou, mas vai analisar, mas que nós entendemos que seria um valor factível, conforme estudo feitos no âmbito de Confaz pela Secretaria de Fazenda do Ceará que, hoje, a renúncia seria de R\$20 bilhões, em termos Brasil destes Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Então, o fundo ele seria... Nós propusemos também a mudança de 25% de orçamento geral, ou seja, de financiamento do orçamento, o invertemos, 75 de orçamento geral da União e 25% de financiamento, para que possamos aplicar esse recurso em infraestrutura ou até mesmo na atração de indústria, mas com juros, uma taxa de remuneração muito menor. Porque, hoje, programas com investimentos a taxas menores o Governo Federal nos concede vários. Então, não seria o objeto desse fundo de desenvolvimento.

Outro ponto que precisamos pensar é justamente nesse que foi mencionado até pelo Dr. Nelson, que é um apelo dos Estados, que foi a queda do FPE este ano, em decorrência de desonerações que o Governo Federal fez em – lógico – manutenção, em privilégios da indústria nacional, mas que acabou atingindo os Estados; são os gastos que acabam onerando os Estados como a PEC da saúde, a PEC da educação, numa situação em que hoje os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dos 20 Estados 19 e, aí, os nossos do Centro-Oeste todos irão fechar o ano deficitários, com déficit. Sendo que desses, 7% não conseguirão pagar a folha de dezembro e o 13º salário.

Então, nós temos que analisar tudo isso. Como ficamos com todas essas mudanças? Para o FPE, do jeito que está o relatório do Senador Walter Pinheiro com a equalização, 11 Estados eram FPE. Tudo isso tem de ser analisado antes de se fazer uma mudança tão radical de alíquota 4% por 4%.

Por isso que reforço aqui a posição do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Não é querer barrar a reforma tributária, até porque 7% e 4%, temos uma diferença de 3%. Então, como o próprio Secretário Calabi disse, a gente pode até continuar uma guerra, mas é uma guerra de pistolinha de água; não vai ser uma guerra de canhão.

Então, a nossa ideia é justamente colaborar com o Brasil para o desenvolvimento da indústria nacional, mas tendo cautela com a possível quebra de nossos Estados, que são Estados que querem se desenvolver, estão se desenvolvendo aos poucos. Eu tenho aqui números – que não vou passar todos – que mostram que o Centro-Oeste, em índice de valor adicionado da indústria de transformação *per capita*, aumentou, em média, de R\$500,00 para R\$1.100,00. Ou seja, os benefícios fiscais são danosos para a Federação como

um todo? São. Mas ele trouxe, sim, desenvolvimento para esses Estados em termos de desenvolvimento industrial *per capita*.

São essas as minhas palavras, Presidente.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Jáder, do Mato Grosso do Sul, o nosso Estado.

Agora com a palavra o Dr. Luiz Carlos Hauly, Secretário de Fazenda do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Muito obrigado, Sr. Presidente da CAE do Senado, Delcídio, Senador da República pelo Estado do Mato Grosso do Sul; Srs. Senadores da República; Sr^a Secretária; Srs. e Sr^{as} Assessores da Secretaria de Estado da Fazenda; senhoras e senhores, sem dúvida alguma, Presidente, o Brasil é um País *sui generis*, tem a mais alta e mais complexa carga tributária do mundo e pretende ser um tigre competindo com os Tigres Asiáticos.

Temos a mais complexa legislação trabalhista, previdenciária; temos uma estrutura previdenciária, nos Estados, caótica; uma péssima infraestrutura, mas somos um grande mercado consumidor e somos a 6^a maior economia do mundo.

O que se trata, efetivamente, aqui é de reformar por partes, fatiadamente. Nesse quesito, nesse aspecto, quero, inicialmente, parabenizar o Ministro Nelson Barbosa que, nesses dois anos, com paciência, com capacidade, tem costurado um acordo em uma Federação muito difícil – são as 27 unidades Federadas brasileiras –, e chegar a esse momento, Ministro.

O senhor, em nome do Ministério da Fazenda, da Presidenta Dilma, merece o nosso respeito e a nossa admiração, pois, com muito cuidado, com muita paciência, está costurando um acordo.

E, pela nossa conduta, V. Ex^a sabe que é algo que eu venho há muitos anos, desde que fui Secretário da Fazenda – 25 anos atrás – do Paraná também, procurando uma reforma profunda.

Nós não temos competitividade nem para com os nossos vizinhos sul-americanos. Não podemos nem ser um tigre sul-americano. O País, como um todo, perde em competitividade, porque o mundo capitalista e mesmo o comunista, a China, com a sabedoria de 5 mil anos, é hoje a maior máquina produtora de bens da história da humanidade.

Eles sabem que essa complexidade não existe: trabalhista, previdenciária, tributária. Mas eles têm uma região do país que determinaram ser a grande locomotiva do desenvolvimento deles, vendendo produtos para o mundo inteiro, e todos aqueles países do sudeste asiático.

O que nós discutimos aqui não é uma política industrial, que o Brasil nunca teve. É papel do Estado controlar a economia, estabilidade da moeda, inflação, orçamento, infraestrutura, educação, saúde e segurança. Mas o Estado como um todo – União, os Estados e Municípios – que capacidade tem de interferir no processo produtivo mundial? Nós somos 1% do comércio internacional – um e pouquinho.

Estamos sendo hoje atacados pelo mar, pelo ar, por terra, pelos produtos do mundo inteiro. Mas há algo aqui na mesa que é o subproduto disso, de uma estrutura que já vem, há 40 anos ou mais, de forma errada. Primeiro que o IVA deveria ser um só. Ele é uma família de IVA: ICM, que é o maior, o PIS, o Cofins, o IPI, o ISS. Nenhuma federação do mundo tem essa complexidade. Nenhuma. E nenhuma federação do mundo tem a prerrogativa de fazer política industrial com guerra fiscal. É um caso especial do Brasil, porque tem uma autonomia tributária nas 27 unidades Federadas e, por um erro de base, de tributar a origem e não o consumo. Nenhuma federação no mundo tributa a origem. Tributa o consumo. Aliás, uma parte da receita nossa já é de consumo: combustíveis, energia elétrica, telecomunicações. Antigamente era 44%, hoje são 36% da arrecadação.

Mas quero ressaltar que o mundo, os países, um não cobra tributo do outro. Cada nação, cada país vive com o tributo arrecadado da sua população. Nenhum país vive com o tributo arrecadado do outro. E o mesmo conceito dos Estados. Esses conflitos existentes em federações, como no Canadá e outras federações, são resolvidos nacionalmente com a equalização para a receita tributária disponível para cada ente federado, de acordo com a sua população, a sua renda tributária. Aqui não acontece isso. Nós não temos esse critério de equalização. Se você for olhar a receita disponível no Brasil hoje, 12 Estados estão abaixo da receita corrente, mais capital disponível, por habitante: Maranhão, Ceará, Pará, Bahia, Paraíba, Alagoas, Piauí, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Norte. Empatado, na média, Santa Catarina. E 14 Estados acima da receita *per capita* média: Amazonas, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo. São Paulo não é a maior receita *per capita* do País. A maior é o Distrito Federal, a segunda, Roraima; a terceira, o Acre, o Amapá, Tocantins.

A questão aqui trata de desenvolvimento industrial, de alocação e realocação de indústrias. Eu li, agora de manhã, enquanto estava no Confaz – são 2 anos de Confaz; semana retrasada, estivemos no Confaz; semana passada, 2 dias, em São Luiz; hoje novamente Confaz e agora à tarde, aqui na Casa dos Estados. Os Senadores têm a responsabilidade de cuidar, de

pacificar e harmonizar os Estados e a Federação. Eu vi, li e mostrei para alguns companheiros que a participação relativa da indústria, no PIB brasileiro, em 1985, era de 27%. Em 2012, a metade, 13%. A participação da indústria vem caindo, por n motivos: pelo aumento dos serviços, mas pela concorrência que o Brasil não consegue vencer nenhum país, nem os vizinhos, no fornecimento. Se você vir a quantidade de produtos acabados que vem do Paraguai e dos outros países vizinhos para dentro do Brasil, é algo assustador, para consumo final, mercados, supermercados, de toda espécie.

Então, o PIB vai crescer 1%, e nós brigamos pela realocação de indústrias, e gastamos R\$100 bilhões por ano na guerra fiscal. Numa arrecadação que foi, em 1968, na origem do ICMS, que veio do antigo imposto de vendas e consignações, era de 7,2% do PIB, o ICMS. Quase 50 anos depois são 7,25%. Senador, a arrecadação, em 1988 – eu me lembro bem, na Constituinte –, era de 22,4%; o ICM, de 7,2%. Hoje, são 36%.

O ICM representava um percentual muito grande da arrecadação nacional e, hoje, não. Ele caiu drasticamente para menos de 20% da participação relativa: de 32% para 20%. O ICM emagreceu, ou seja, ele não teve a volúpia do PIS, do Cofins, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e nós ficamos com a mesma receita de ICM disponível há 40 anos, há 50 anos. E o Estado assumiu o SUS inteiro, a segurança inteira, a educação básica, a educação superior, que é compartilhada com o Governo Federal. No caso do Paraná, 25% para a educação básica, 5% para o ensino superior.

Quando você vê as vinculações que foram feitas no orçamento dos Estados e Municípios, não sobram nem 14% disponíveis. Tudo o mais é vinculado.

Então, Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha colocação é que, no ICMS, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste representam 29% da arrecadação. O Sul e o Sudeste representam 71%. Então, nós estamos tratando de Estados desiguais, menos desenvolvidos, mas num quesito único, que é o industrial, da política de incentivos, que custa uma fortuna.

Vale a pena você despendar tantos recursos ou aplicar outra regra de desenvolvimento no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste? Como por exemplo, pegar a conta de energia de uma indústria e zerar o imposto dela – o ICM, o PIS, o Cofins –, zerar, e fazer uma energia mais barata para o industrial. Outros incentivos que não esse diretamente, que afeta a competitividade, a concorrência e a localização da empresa.

Sr. Presidente, concluindo, eu quero dizer que o que faz a competitividade é o mercado.

O Paraná é comprador, ele não é exportador. Ele compra, ele não é um Estado plenamente desenvolvido. Nós temos perdas históricas. Nós somos o maior produtor de energia do País, 25%, e não recebemos um centavo da energia, um centavo. Somos o maior produtor de papel imprensa e não recebemos um centavo, por causa da imunidade constitucional. Então, o sistema é distorcido.

Nós vamos criar um novo momento. A única consideração que eu faço ao Ministro Nelson é a velocidade. Para mim, eu faria ontem a reforma, claro, porque estou vivendo na ponta. Hoje os Estados vivem a maior crise financeira da sua história. Amanhã, ou ano que vem, vai acentuar a crise estrutural dos Estados. Não é a guerra fiscal só, aí é a questão dos juros, a questão da despesa, das vinculações que vêm acometendo os Estados.

Então, o Senado tem essa competência constitucional de cuidar da Federação, ver toda a situação. O pacto fiscal, o pacto federativo é fundamental.

Aprovo e apoio a medida do Ministério da Fazenda; disse no começo, repito ao final que nós, do Paraná, a aprovamos – o Governador Beto Richa. Mas gostaríamos de resolver mais coisas. Então, nós apoiamos na íntegra. Agora, há outros quesitos que estão fora: o FPE, os *royalties*, as compras e etc. Gostaríamos de aprofundar mais.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Essa parte está indo bem, mas peço, mais uma vez, vamos fazer mais rapidamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Luiz Carlos Hauly.

Passo a palavra, agora, ao Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Renato Augusto Villela dos Santos.

O SR. RENATO AUGUSTO ZAGALLO VILLELA DOS SANTOS – Boa tarde, Senador Delcídio do Amaral e demais Senadores e Senadoras, secretários e secretárias!

É uma honra estar aqui em nome do Estado do Rio de Janeiro.

Entendemos que, se há algum consenso, esse consenso é em termos da necessidade de, se não acabar, pelo menos eliminar drasticamente quase toda guerra fiscal. Os custos que ela impõe, hoje, no Brasil, são muito maiores do que qualquer eventual benefício. Ela é, certamente, um dos grandes componentes daquilo que chamamos de custo Brasil.

Eu acho que é difícil negarmos outra questão, que é fundamental, e isso está embutido na proposta que o Ministro Nelson Barbosa trouxe ainda há pouco: é que, dificilmente, pode-se falar em término de guerra fiscal se continuarmos com a divergência ou com alíquotas diferenciadas nas operações interestaduais. É essa a diferenciação de alíquotas que, efetivamente, permite que o Estado exporte crédito para outro e imponha custos a outro Estado em relação à sua própria política de desenvolvimento. Não teria problema nenhum se o Estado que quer usar o seu ICMS para desenvolver a sua indústria ou qualquer outro setor estratégico usasse seus recursos orçamentários para fazer isso ou sua própria renúncia fiscal, mas exportar isso para outros Estados é que é o grande problema, e é isso que a alíquota diferenciada viabiliza.

Nesse particular, a proposta do Governo Federal que nos foi apresentada hoje de manhã, já delineada pelo Ministro Mantega, há 3 semanas, detalhada um pouco mais hoje de manhã para o Confaz, e agora mostrada aos Senhores, ela é muito bem-vinda e é, de um modo geral – tenho certeza do que estou falando pelos Estados do Sul e Sudeste, será confirmada pelas intervenções posteriores –, atende às nossas reivindicações, levando em conta que entendemos, também, que nada deve ser feito, quando estamos falando de problemas dessa magnitude, nada pode ser feito do dia para a noite. Há que haver uma transição distribuída no tempo – 4 anos, 8 anos. Acho, particularmente, que se for viável, se é uma transição mais demorada, transição de 8 anos, para viabilizar o entendimento, acho que os Estados do Sul e Sudeste estão dispostos a apoiar uma transição mais longa.

Nesse particular, gostaria de levantar uma questão, trazer um ponto que me parece fundamental aqui: o Governo Federal retomando um papel que há muito tempo não tinha, abria mão de ter, que é o papel de coordenador da Federação.

A Constituição de 1988, inédita em algumas circunstâncias, e particularmente nessa questão, diz que todos os entes da Federação são iguais e não há interdependência entre eles: União, Estados e Municípios. Isso é verdade. E assim tem sido desde aquela época. Entretanto, em qualquer federação no mundo, o governo central tem o papel de coordenador. E a ausência desse papel faz com que muitas das questões federativas não se resolvam, elas se acirrem, e várias soluções que poderiam ser tomadas a custos muito menores no passado, hoje elas viraram assunto de debate nacional e de impasses em várias instâncias, principalmente no nosso Congresso. Então, o papel mais proativo do Governo Federal com um conjunto coerente de propostas, propostas essas que o próprio

Governo Federal diz que são propostas passíveis de negociação, isso, do ponto de vista particularmente do Estado do Rio de Janeiro, é muito bem-vindo.

Vou apenas tocar, eu não pretendo usar os meus 10 minutos, vou apenas tocar nos principais pontos – há uma mesa grande, e várias outras pessoas com a intenção de falar, certamente – da questão da dívida estadual, colocada pelo Ministro Nelson, é bem-vinda. A mudança do indexador da dívida é uma questão fundamental hoje, e eu gostaria de lembrar àqueles que estavam acostumados com o discurso que se tinha na época do refinanciamento de 1999, 2000 e 2004, que hoje faz todo o sentido, do ponto de vista macroeconômico, a mudança do indexador. Lá atrás, quando as dívidas foram renegociadas, a Selic na faixa de 25% a 30%, o custo do refinanciamento para a União foi grande o suficiente para justificar o IGP-DI mais 9, 7,5 ou 6. Hoje isso não mais se coloca. Graças a um conjunto de políticas de estabilização macroeconômica, hoje temos uma Selic ainda alta, mas em níveis mais civilizados. Então, não há mais a necessidade. O próprio custo de oportunidade do financiamento público da dívida pública federal já permite que se faça esse avanço. Entretanto, até talvez por conta um pouco da própria demora do Governo Federal em reconhecer essa necessidade ou essa possibilidade, vários Estados – não é o caso particularmente do Rio de Janeiro –, mas vários Estados hoje necessitam de mais do que isso: necessitam de uma redução do nível de comprometimento da dívida e, particularmente, nem tanto para fechar suas contas, mas, principalmente, para poder atender os desafios, os desafios colocados pelo próprio Governo Federal, da necessidade retomada dos investimentos públicos.

Hoje, no Brasil, se nós falarmos em investimentos estaduais, muito dificilmente os Estados brasileiros teriam condições de aumentar seus níveis de investimentos, que já são baixos, apenas com os recursos orçamentários que têm. Então, eventualmente, eu acho que é um ponto a ser colocado, discutido e aperfeiçoado ao longo deste semestre que se inicia em 2013. Seria como fazer esse casamento de intenções: de um lado, um aumento de investimento dos Estados e, de outro, a necessidade de redução do nível de comprometimento da dívida. Essas coisas podem ser casadas e isso pode ser feito de uma maneira bastante razoável, mesmo sem quebrar o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo sem quebrar os princípios norteadores da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse seria o meu ponto principal em relação à questão das dívidas.

Entendo a preocupação do Governo Federal em relação ao IPCA mais 2, mas é um *spread* pequeno o

suficiente para que se possa discutir e conversar. Isso certamente não será um ponto de maior discordância.

Finalmente – eu não queria tocar em todos os pontos –, a questão que foi colocada de Fundo de Participação dos Estados. Trata-se de assunto que foi muito rapidamente tratado, isso não era uma questão, não estava na nossa agenda e, de repente, por uma decisão da Suprema Corte, passou a ser um assunto fundamental e urgente. E aí eu gostaria apenas de chamar a atenção para a ironia que se tem nessa situação. Os Estados não produtores de petróleo encaram essa questão do FPE como um sério risco aos seus orçamentos, um sério risco à sua solvência financeira de médio e longo prazo. E é verdade. Mas eles esquecem que, em conjunto, eles estão patrocinando um rolo compressor que vai trazer o mesmo efeito para dois ou para 3 Estados da União. Então, são situações exatamente iguais em que 22 Estados, entre os Estados brasileiros, têm um comportamento completamente contrário em relação a esses dois pontos.

O ponto é essencialmente esse: você trazer para a unidade da Federação um risco orçamentário enorme e trazer repentinamente uma transição pequena. Por que esse risco é importante quando são 25 Estados e por que não é importante quando são só 3 Estados?

Isso é uma contradição terrível, que o Governo Federal reconhece. A proposta que o Governo Federal colocou, a pedido, é discutida. Veto à questão dos *royalties*, a participação especial é claramente a solução razoável, a solução que preserva a Federação, a solução que preserva o marco legal e a vigência do estado democrático de Direito deste País.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Secretário Renato Augusto Villela.

Passo a palavra agora ao Secretário de Fazenda do Estado do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho, também presença muito constante aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Dalcídio do Amaral, em seu nome quero saudar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. Aliás, o Senador Dalcídio sabe disso, o meu pai, Mauro Benevides, foi membro desta Casa durante 16 anos, Presidente do Senado, Presidente do Congresso Nacional, portanto, orgulho para mim poder estar aqui não só como conhecedor da área, Secretário de Fazenda, como professor estudioso das matérias que aqui estão sendo debatidas.

Meu caro Ministro Interino da Fazenda, nosso Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária, Ministro Nelson Barbosa, que, é verdade, tem procurado dar uma dinamicidade nessas discussões,

porque o pacto federativo não é um assunto fácil de ser debatido naquela instância, nem mesmo aqui no Congresso, que é a mediação desses anseios da população brasileira e dos Estados inclusive.

Quero saudar todos os meus colegas, secretários de Fazenda, permitam-me, todos que aqui estão nesta Mesa, sauda-los em nome do nosso Coordenador do Confaz, Cláudio Trinchão, que tem liderado todos nós nessa tarefa de fazer a convergência que o Ministro da Fazenda e o Brasil tanto demanda.

Vou pedir 5 minutos rapidamente para primeiro conceituar os dois problemas de guerra fiscal e endividamento do setor público.

Começar pelo mais fácil, que é dívida pública. Por que isso aconteceu? Aliás, a Lei Federal nº 9.496 foi a terceira tentativa da União em ajudar os Estados a fazer essa negociação. Já havia tido antes. Por que a 9.496 aconteceu e por que ela teve sucesso? Ela aconteceu porque o custo de captação em ir a mercado dos Estados brasileiros estava muito elevado. E a União, portanto, que tinha uma maior credibilidade, poderia ir a mercado captar esses recursos e passar com juros menores do que os Estados efetivamente poderiam obter.

Essa foi a razão que se pensou em nível federal para que o Congresso pudesse aprovar a 9.496, de 1997. Ela teve sucesso por uma razão muito simples, diferente das outras duas leis, porque, na 9.496, foi imposto aos Estados a obrigatoriedade de, anualmente, se submeterem ao PAF – Programa de Ajuste Fiscal –, em que anualmente os Estados brasileiros são obrigados a pactuar com a Secretaria do Tesouro Nacional metas de gasto com pessoal, endividamento do setor público, despesas correntes, enfim, metas ali estabelecidas que podem, portanto, comprometer transferências voluntárias, novos endividamentos e assim por diante.

Foi nesse foco na realidade que a União teve sucesso em fazer com que Estados e Municípios se adaptassem a essas novas regras.

E é natural que os Estados brasileiros neste momento, Senador Dalcídio, venham demandar uma nova correção, porque o que está acontecendo é que o custo de captação da União no âmbito da Selic é muitas vezes mais barato do que ela está emprestando aos Estados brasileiros. Portanto, é natural. E falo isso à vontade, porque o Estado do Ceará não deve absolutamente nada da dívida refinanciada pela 9.496, ela foi toda liquidada em 2010, portanto, estou muito mais traduzindo o anseio dos meus colegas secretários de Fazenda. Aliás, é bom lembrar que São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul detêm 82% desse refinanciamento, para que a gente possa saber

medir esse refinanciamento, que também tem um foco mais direcionado de beneficiar determinados montantes de dívida para 4 Estados brasileiros.

Mas é importante que todo o Brasil tenha... Se Selic, mas, como disse o Ministro Nelson Barbosa, até porque tem títulos da dívida pública em 20 ou 30 anos com IPCA mais 3% ou até mesmo com IPCA mais 4%, fazer essa alternância colocando o limite lá, para que a União não venha a fazer o contrário: ficar com o custo mais caro novamente e emprestar mais barato. E, aí, seria interpretado como refinanciamento da dívida pública, afetando a Lei de Responsabilidade Fiscal e aí, obviamente, importaria outros riscos no sucesso dessa conquista.

Portanto, é importante que essa medida saia, eu sei, beneficiando inicialmente 4 Estados brasileiros, que merecem ter essa recepção. Era só para frisar e deixar, porque temos a imprensa aqui presente, e saber a quem beneficia diretamente essa questão.

Guerra fiscal que se convencionou chamar no Brasil é o seguinte: a concentração industrial brasileira estava e acontece no Sul e Sudeste do País. Os organismos de Sudene e de Sudam, em função de terem que apresentar projeto, disputar prestígio político para obter esses projetos, enfim, acabaram se tornando ineficientes para assegurar qualquer vantagem comparativa. Uma indústria que está em São Paulo, cujo insumo de produção, se ela estiver no Nordeste, no Norte ou no Centro-Oeste, esse insumo tem de vir do Sul para o Nordeste, produzir o bem e voltar para o grande mercado consumidor novamente para o Sul e Sudeste. Isso tem um custo muito alto para que essa empresa se instale em uma região diferenciada, sem falar em custo de captação, sem falar em fretes e outras questões. Daí surge a guerra fiscal.

O que é isso? Os Estados brasileiros, fora do eixo industrial brasileiro, acabaram tendo que dar incentivos em nível do ICMS, para que se gerasse essa vantagem comparativa e, conseqüentemente, pudesse retirar do eixo Sul/Sudeste essa concentração hoje que ainda persiste em todo Brasil.

Então, quando se fala em guerra fiscal, foi uma tentativa das 3 Regiões do País, que são desiguais no seu processo de desenvolvimento econômico, foi a tentativa de um processo de desconcentração em que, em alguns casos, dependendo do estudo que você fizer, vários Estados tiveram sucesso, outros nem tanto, mas se precisa explicar, na realidade, que guerra fiscal nada mais é do que uma vantagem comparativa que se deu para se desconcentrar o processo industrial brasileiro.

Então, nesse momento, e o legislador foi muito sábio quando, visando a essas diferenças. Nós não podemos tratar desiguais de maneira igual, isso não

existe! É fundamental para a Federação brasileira que esses Estados menos desenvolvidos possam ter uma tratativa diferenciada para vir ao encontro desse processo de aceleração econômica já vivenciada pelas outras duas Regiões brasileiras.

Daí por que, portanto já à época, se convencionou fazer diferenciais de alíquota interestadual, indo, do Sul e Sudeste para as 3 Regiões, com 7%, e nós cobramos dez para fazer a diferença, e o inverso, a mercadoria indo com doze, chegando lá nos Estados a 16% ou 18%, cobrando o seu diferencial. Isso foi pensado. Isso não foi uma coisa que caiu do céu. Há uma razão econômica. Há uma razão técnica que dá consistência, que dá alicerce ao raciocínio que foi implementado ao longo dos anos.

Agora, nesse momento, para tentar fazer uma convergência desse raciocínio, se propõe acabar com essas diferenças. Acabar com essas diferenças significa tirar a competitividade que existe hoje, daquilo que já está lá instalado nesses Estados, como também, e esse é um segundo ponto que não foi mencionado aqui, qual vantagem comparativa com a igualdade nós teremos se esse diferencial foi eliminado? Nós vamos perder toda e qualquer vantagem.

Então, um é o fundo para assegurar pelo menos a permanência daquelas empresas que já se instalaram. O outro raciocínio é o que vamos fazer para poder assegurar um mínimo de vantagem comparativa para que empresas nacionais ou multinacionais possam vislumbrar lá no Acre ou lá no meu Ceará, ou onde quer que seja, alguma vantagem comparativa para lá colocar um polo tecnológico, uma indústria automobilística, e assim por diante. E é para isso que eu quero chamar atenção neste momento.

Portanto, depois de várias reuniões que foram traçadas entre os secretários do Norte e Nordeste brasileiro, ficou muito claro que nós queremos fazer a convergência, estamos trabalhando para isso. No entanto, chegar a 4% e 4% é praticamente impossível, sob qualquer aspecto econômico.

Os Governadores assinaram a carta demandando ao Ministério da Fazenda, à Presidenta Dilma, que era importante que nós diminuíssemos as alíquotas, o que diminui o impacto do incentivo. O que é isso? Se hoje uma empresa paga 4% com incentivo que tem e transfere com 12 para outros Estados, se vem para 7% ela paga 4% e vai transferir com 7%, caiu fortemente o incentivo que está sendo dado.

Então, compreendendo essa necessidade é que se fez a convergência à proposta de fazer 7% e 4%, não ao longo de 8 anos, como o Governo Federal inicialmente propôs, mas em 10 anos, lembrando que entre regiões estão consolidados 4%. Quando os Estados do

Sul e Sudeste transferirem entre si, serão 4%. Quando a Bahia transferir para o Piauí, serão 4%. Portanto, vão acabar inclusive benefícios que existem entre as regiões mais pobres, níveis de desenvolvimento entre os próprios Estados dessas regiões, o que era um pleito que esses Estados faziam e que nós estamos contemplando neste exato momento.

A única diferença que vai ficar – portanto 4% é a regra geral –, a única exceção é a transferência, sim, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em nível de 7%. Agora, incentivo fiscal na nossa proposta, acabou. Não vai ter mais incentivo fiscal daqui para frente, porque quem fizer vai descumprir o regramento que está estabelecido. Nós não teremos acesso ao Fundo de Desenvolvimento Regional, que vai ser pré-requisito para que nós possamos receber esses valores.

Portanto, é um avanço extraordinário!

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO –

Esta Casa precisa compreender na devida extensão – vou terminar, Sr. Presidente – aquilo que está sendo proposto para todos nós.

Então, em resumo, qual é a proposta, os 6 itens que estão colocados?

1) No Fundo de Desenvolvimento Regional, que ele possa contemplar não somente os valores para estabilização das empresas, mas algo mais, para que possam manter essa atratividade de novos empreendimentos.

2) Em vez de ser 12, nós estamos propondo 20: cinco em empréstimos, quinze como OGU. Há uma diferença um pouco maior do que está sendo proposto, exatamente para contemplar esse diferencial de raciocínio que nós estamos disciplinando neste exato momento.

3) esse fundo, para garantia de todos os Estados brasileiros, na nossa visão, tem de ser vinculatório. Ele não pode ser uma lei dizendo que vão ser oito: R\$3 bilhões; 4% aqui e dez daqui a 10 anos, porque senão chega uma outra lei do Orçamento, em que a União passa por uma situação de dificuldade, e diz: “Não, essa lei não vale”. Então, tem de ser para nos dar segurança, como é o Fundo de Participação. Ele é um percentual daquilo que a União arrecada. Isso ensinaria e daria ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiro, através do FDR, essa segurança extraordinária de que precisamos para a implantação dessa convergência de 7% e 4%.

4) A política de desenvolvimento regional, no nosso modo de entender, em vez de ter essa história de apresentar projeto, fazer isso e aquilo, tinha de ser clara, como é nos países desenvolvidos. O IPI, no

Acre, é 1%. Então, a empresa não precisa estar pedindo favor a ninguém. Ela tem de fazer o cálculo da taxa interna de retorno do seu investimento com as regras que estão claramente postas. Ela não precisa pedir favor a técnico nenhum, a quem quer que seja. Isso tem de ser uma decisão empresarial saber qual é o melhor local para colocar o seu capital e receber o retorno por isso. Esse é um ponto também elencado por todos nós.

5) O Confaz, para nós os três quintos, também eu acho que vai ser quase consenso de todo mundo. Da dívida, já falei o que foi o IPCA mais dois, enfim, Selic, o que for menor. No entanto, para terminar, que essa redução seja feita de maneira gradual. A ideia inclusive era que se comesse não em 2014, mas em 2015 – mas isso é um ponto a ser discutido –; o prazo de transição não de 8 anos, mas de 10 anos e, finalmente, a alíquota, em vez de ser 4% e 4%, ser 7% e 4%, com o fim integral dos benefícios fiscais que seriam feitos daqui para frente.

Eram essas propostas, Sr. Presidente, que eu gostaria de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Carlos Benevides Filho.

E agora, o Secretário Adjunto do Estado do Pará, Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, com a palavra.

O SR. NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA – Senador Dalcídio, Presidente desta Comissão; Ministro Nelson Barbosa; demais Senadores; colega Cláudio Trinchão, na qualidade de presidente do Confaz, cumprimento a todos os secretários; senhoras e senhores, eu não gostaria de ser redundante e nem me estender nos assuntos abordados e bem colocados pelos colegas aqui. Mas gostaria de chamar a atenção, pela sua observação, de que é louvável esta Casa, neste momento, estar discutindo esse assunto trazido pela União. Realmente, é um tema que já de há muito poderia ser colocado, e oportunidade se tem agora.

A grande presença maciça principalmente de secretários do Norte e Nordeste, Senadores, é justamente pela preocupação que nós temos de estarmos tratando de milhares e milhares de pessoas que residem nesses locais e que, se não formos nós a defendê-las, nos sentiremos na situação de que o nosso Estado perde por considerável, não só em termos de renda, mas também em desenvolvimento.

Então, pedimos a sensibilidade de todos os Senadores no que tange às populações do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte do Brasil.

Renda *per capita*, PIB, população – tudo isso envolve essas Regiões que, no cálculo, nos critérios adotados vão refletir diretamente ali naquela área. Por-

tanto, talvez pelo consenso, pelo bom entendimento das pessoas, dos secretários, Senadores e parlamentares que se envolvem nessa situação, chegaremos a um denominador.

O sistema tributário brasileiro vem sendo distorcido já há um tempo. Então, acho que chegou a hora de tentarmos – como estamos tentando – ajeitar essa situação, principalmente nestas Regiões do Norte e Nordeste do Brasil. Então, questões como IPCA, questões como o Fundo de Desenvolvimento e o FPE, também preocupante, como já abordado, eu gostaria que, na qualidade de representante do Norte, que V. Ex^{as} adentrem um pouquinho mais e tenham a sensibilidade de enxergar que as divergências regionais existem.

Vamos tentar, da melhor maneira possível, que as perdas para essas Regiões sejam as menores existentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha, Secretário Adjunto de Receitas do Estado do Pará.

E agora, por último, mas não menos importante – como dizem os ingleses –, o Secretário Andrea Calabi. *Last, but not least.*

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Cumprimento o Ministro Nelson Barbosa; cumprimento os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras; cumprimento colegas secretários de Fazenda; Srs. Deputados; senhoras e senhores. Nada mais do que uma palavra muito breve, Senador.

Nada mais do que uma palavra muito breve, Senador. Mas, em primeiro lugar, enaltecer a importância do momento. Acredito que vivemos um momento importante de convergência de estudos, preocupações e manifestações acima dessas questões, ao redor dessas questões federativas.

O Presidente do Senado havia indicado uma Comissão de Notáveis, que apresentou seu relatório, com contribuições próprias. Os esforços e os trabalhos do Governo Federal, especialmente do Ministério da Fazenda, as discussões do Confaz, que vieram também esquentando e pouco a pouco produzindo conhecimento e convergência de iniciativas, de alguma forma, se somam às iniciativas da CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu considero especialmente importante esta reunião na CAE. As reuniões que tivemos na CAE, que abriram e desencadearam proposições e diferenças, muitas vezes que tiveram que ser trabalhadas ao longo desse processo, mas essencialmente é um papel do Senado, que, por meio da CAE, se desenvolveu

e teve uma contribuição muito importante. Então, de fato, são convergências. Os pontos ainda de diferença foram percebidos.

No entanto, eu gostaria, também, de enfatizar as suas palavras iniciais de notar não só a importância desta reunião, como também – o que comentávamos aqui –, da impressionante convergência, do impressionante avanço que todas essas decisões, que todas essas discussões e iniciativas estão representando.

Na verdade, é uma complexa construção de equilíbrio na Federação entre a União e os Estados – enfatizamos –, mas o papel dos Municípios também é muito importante. O Senado e a Comissão de Assuntos Econômicos têm a sua função especial, precípua no equilíbrio entre Estados.

Acredito que os pontos todos foram já anotados. Eu poderia colocar uma ou outra observação em pontos ainda não feitos; um deles é o Fundo de Participação dos Estados. Há uma proposta que, no Fundo, atende aos governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que é manter o atual sistema de distribuição sobre o valor que hoje o Fundo de Participação dos Estados tem. Atende, adicionalmente, ao Supremo Tribunal Federal, que enfatizou a inconstitucionalidade, fundamentalmente da rigidez da tabela da lei complementar que distribui o FPE, e, portanto, a necessidade de fixação de um novo critério e uma forma muito gradual de convergência com os valores que são adicionais aos valores hoje existentes do FPE. Uma proposta é que os valores nominais de crescimento sejam distribuídos de acordo com o novo critério; outra proposta é que os valores de crescimento real, acima do IPCA, sejam distribuídos de acordo com o novo critério, e outra, que além do crescimento real do valor nominal do FPE atual mais o IPCA, também se acrescente metade do crescimento do PIB.

A convergência do sistema atual ao novo critério, no primeiro caso de que o crescimento nominal se daria o novo critério, seria já de 32 anos, salvo engano, aproximadamente. Se, por outro lado, considerarmos o crescimento real apenas sendo distribuído, ou real acima de metade do PIB, de IPCA mais metade do PIB, sendo distribuído o novo critério, a convergência se dará em 50 anos. Portanto, é praticamente uma forma de dizer: “Olha, vamos atender não só os pontos fixados pelos governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, também a propositura, evidentemente, da inconstitucionalidade e o prazo definido pelo Supremo, e no Fundo, construir, a partir desse entendimento, pontos também de encontro sobre as demais proposições.”

Acredito que com isso conseguiríamos ter uma tramitação de uma legislação muito rápida com relação

ao FPE e ter um enfretamento adequado dos prazos exíguos que hoje se apresentam ao Congresso Nacional, se os Estados forem capazes de traçar sugestões na direção que trabalhamos e que aqui mencionei.

O importante, no entanto, é perceber que a proposição com relação ao FPE vinha junto com uma redução imediata das alíquotas interestaduais a 4% e 4%. Ou seja, quer 4%, quer 12%, quer 7%.

A sequência de discussões mitiga isso não apenas nos termos das discussões 7% e 4%, ainda com assimetria, como eu acho também que devemos convergir com ritmo adequado. Hoje o Ministério da Fazenda apresentou uma tabela em que nos parece que os Estados do Sul e Sudeste tiveram uma reunião e pareceu adequado o ritmo de pactuar em 8 anos praticamente. Então, são pontos que devem construir construções de convergências, quer dizer, claramente são aberturas, digamos assim, em relação a pontos fechados por Estados que ganhariam ou perdiam de uma forma ou de outra.

O comércio eletrônico tem ajustes de redação, que eu acho que podem ser feitos para efeito também de acelerar e retirar riscos de redação ainda incompleta, que já foi aprovado no Senado e está em tramitação na Câmara, e temos clareza dos ajustes de redação que poderia ser feito.

Resolução dos portos. Estamos trabalhando também mecanismos, técnicas de implementação.

Esse quadro permitiria, Sr. Presidente, Sr. Ministro, reduzir uma enorme pauta que, hoje, desafia o Supremo Tribunal Federal e, portanto, construiria do ponto de vista não apenas das nossas interfaces, mas também do ponto de vista das interfaces entre poderes na União como um todo.

A questão do ajuste da dívida também já foi mencionado suficientemente.

Eu gostaria de enfatizar que uma arrumação no quadro fiscal, a meu ver, abre espaço para enfrentarmos a questão do comprometimento da dívida e examinarmos depois dessa arrumação a redução do comprometimento da dívida. É compatível com a maturidade do processo de construção e consolidação de equilíbrio fiscal no País.

Há um ponto muito delicado que se refere à unanimidade nas decisões do Confaz. Essa unanimidade é, por um lado, uma pedra fundamental, um eixo fundamental da Federação. Porque no Fundo, no sistema tributário que temos, evidentemente o ICMS é a fonte financeira da autonomia dos Estados. E esse sistema de ICMS tem, na Constituição, a obrigação que cada Estado tem de honrar o crédito efetivamente cobrado pelo outro Estado. E, portanto, isso faz com que os incentivos – a Constituição também dita – exigiram

unanimidade nas decisões do entendimento entre Estados, que depois a lei complementar especificou unanimidade no Confaz.

A Comissão de Notáveis propôs um critério de redução dessa votação a três quintos, – por maioria –, desde que, em primeiro lugar, fosse investimentos industrial e não operações comerciais ou de entrepostos, que apenas acumula créditos justamente como parte da guerra fiscal; em segundo lugar, que fosse as operações e os investimentos industriais assim aprovados teriam alíquota interestadual reduzida a 4%, e o benefício fiscal dado seria explícito, seria percebido na nota fiscal, seria dado por meio de reduções de base de cálculo.

Nessas condições, eu acredito que as...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – Perdão! E o prazo máximo de 8 anos. O incentivo é dado para redução do produto a 4%.

Então, acho que são condições que devem ser respeitadas do ponto de vista da inteligência da proposição na Comissão dos Notáveis, e que eu acho que permitem uma redução, uma quebra da unanimidade nas decisões do Confaz, dentro dessas qualificações. Adicionalmente, os benefícios estariam limitados pela própria redação das proposições que devem ser trazidas.

A minha impressão é que, dado uma limitação orçamentária, que evidentemente existe por parte do Governo Federal, a redução a 4% e 4% teria o menor custo de recomposição de impactos negativos para Estados. E, dessa forma, o Fundo de compensação seria o mínimo possível, seria o menor possível. *(Soa a campanha.)*

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – E, como consequência, o Fundo de Desenvolvimento Regional poderia ser o maior possível.

Se houver um montante orçamentário – digamos – que o Governo Federal pode mobilizar nessa questão, digamos 100, se o Fundo de compensação for 20, tiramos 80 no Fundo de Desenvolvimento Regional; se o Fundo de compensação custar mais pela assimetria de alíquotas durante tempos mais longos, digamos de 40, o de Desenvolvimento Regional seria de 60. Portanto, esta é uma interface entre montantes do Fundo de compensação e dos montantes do Fundo de Desenvolvimento Regional, que também não foram muito avançados aqui.

Por fim, tivemos também, e vale enfatizar, entendimentos com relação a iniciativas de legislação ou de medidas por parte do Executivo Federal ou mesmo do

Congresso que sensibilizem um pouco mais do ponto de vista do impacto sobre finanças estaduais.

Temos medidas diversas. Todos desejamos evidentemente reduções de tarifas de energia elétrica, mas têm impactos importantes: desonerações que têm sobre a cesta básica, sobre medicamentos, sobre assinatura básica de telefonia e assim por diante. Há medidas com um forte impacto nas finanças estaduais que, de alguma forma, temos que enfatizar e encontrar caminhos para darem o realce necessário, para que não haja medidas, ainda que desejadas, muitas vezes necessárias, mas que não se façam sem percepção dos impactos no equilíbrio das finanças estaduais.

Então, de novo, Presidente, eu não tenho que me estender mais. Eu gostaria apenas de dizer que são passos numa trajetória de conquistar competitividade na economia brasileira e nas suas dimensões regionais diversas. Competitividade, por um lado, num mundo que está em transformação muito acelerada. A presença, em economias abertas, da competitividade asiática e chinesa especialmente, tem, de fato, provocado conversões industriais e transformações fundamentais na Europa, nos Estados Unidos. E, portanto, nós não somos independentes dessas transformações. E se não cuidarmos dessa construção de competitividade, a capacidade de gerar valor, de adicionar valor, de criar valor adicionado e produtividade, competitividade, produtividade maiores e custos menores, competitividade mais acentuada, evidentemente, será menor.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – Portanto, nesse quadro, o Brasil – acho – tem porte, experiência histórica com crescimento, democracia, instituições e conseguiu tratar adequadamente também grupos que merecem uma atenção especial que, de novo, vale a pena referir que no âmbito do crescimento mundial, as economias avançadas estão com problemas e crescendo pouco; as economias emergentes estão tendo um papel de contribuição ao crescimento mundial maior. Entre essas economias emergentes, nós temos que conquistar e defender um papel também de predomínio. Nós temos, no Brasil, mais instituições do que a Rússia, por exemplo – tenho repetido –, menos miséria do que a Índia, e mais democracia do que a China. Portanto, completar esse quadro benéfico, construindo competitividade, no caso, aqui, superando e enfrentando essas divergências que, muitas vezes, acabam por representar barreiras ao nosso crescimento sustentável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Calabi, de São Paulo.

Eu só queria fazer um registro também, pois estava conversando com o Ministro Nelson Barbosa, e acho que com essas iniciativas, com todas as ponderações aqui feitas pelos Estados do Sul, do Sudeste e também do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, Senador Armando Monteiro, nós abrimos aqui um espaço importantíssimo, no sentido de desenvolver sistemas, buscar um consenso, mesmo o Governo, dentro dessa estratégia aqui abordada por todos os expositores, já começar a apresentar uma série de projetos para que o Senado Federal discuta toda essa pauta, que foi aqui exaustivamente apresentada pelos secretários e Ministro da Fazenda, eu não tenho dúvida que é, para o Brasil, um avanço extraordinário.

Quando começamos a trabalhar, e o Ministro Nelson Barbosa foi o artífice dessas agendas, uma era o *e-commerce*; agora, observamos que há um entendimento claríssimo e a importância de se aprovar o *e-commerce*, que se encontra na Câmara, já foi aprovado aqui no Senado; o outro é a Resolução nº 72, com ajustes, regulamentações, mas muito importante para o Brasil também. E agora essa pauta, onde se optou por uma discussão principalmente lastreada nessa questão do ICMS. Quer dizer, se avançarmos nessa pauta, sem dúvida, o Brasil avançará muito e trazendo algo que é fundamental hoje e desafiadora para o Brasil: segurança jurídica, a preocupação de muitos daqueles que querem investir no nosso País.

Eu vou abrir a palavra agora para os Senadores.

Estão inscritos os Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Armando Monteiro, Inácio Arruda, Cyro Miranda e Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, hoje, quando tomei o mesmo avião do Secretário Andrea Calabi, ele me deu a boa notícia de que parecia que estávamos chegando a um bom entendimento, sobretudo, os secretários de Estado de Fazenda de todos os Estados. Acho que V. Ex^a ao aqui definir e trazer a esse encontro, em continuidade ao da semana passada, o Ministro Guido Mantega, mas graças também ao Ministro Nelson Barbosa Filho, hoje nós estamos vendo na CAE um avanço muito significativo.

Cumprimento a todos os secretários de Fazenda.

Eu pediria ao Ministro Nelson Barbosa que mostrasse, se puder ilustrar com um exemplo numérico, na cobrança do ICMS como é hoje, digamos em um Estado do Sudeste e em um Estado do Nordeste, como ficará quando for completada a transição descrita? Assim, mais do ponto de vista didático, para que possamos bem compreender qual será o impacto, do ponto de vista de uma empresa e do ponto de vista do Estado.

Acho que para compreensão minha e de todos aqui será útil se puder dar esse exemplo.

Segundo, considerando a urgência de aprovarmos a reforma de ICMS, e diante da proposta do Governo Federal e das diversas propostas estaduais para essa reforma, qual é o cronograma de discussão entre o Ministério da Fazenda e os secretários estaduais que deverá ser adotado para se chegar a um texto de consenso entre as partes, acredito, até o primeiro semestre do próximo ano, 2013?

O Secretário Andrea Calabi avançou um pouco na questão que eu havia aqui colocado, mas é de conhecimento público o relatório do Senador Walter Pinheiro acerca dos novos critérios de partilha do Fundo de Participação dos Estados.

Dada a relevância desse tema e a sua correlação com a reforma do ICMS, eu agradeço se puder fazer uma breve avaliação sobre o texto do Senador Walter Pinheiro, sobre como está, e se cada um puder dizer uma breve palavra sobre a sua recomendação a nós, Senadores, uma vez que deveremos apreciar este projeto possivelmente nesta ou na próxima semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra agora o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria cumprimentar o Presidente, os colegas Senadores, o Ministro Nelson Barbosa e os Srs. Secretários de Estado aqui comparecem.

Pelo registro, lamentar o fato de que nós tenhamos aqui no Senado sempre uma pauta de trabalho que, às vezes, nos impede de poder participar de algumas discussões tão relevantes como essa. Nós temos hoje a Medida Provisória nº 579, do setor elétrico, com a votação dos destaques na mesma hora. Mas esse tema, Presidente Delcídio, tem sido objeto de uma grande discussão e de um interesse aqui da Casa, e eu creio que talvez seja hoje o tema mais importante da agenda nacional.

Eu lembro-me de que quando cheguei aqui ao Congresso Nacional, como Deputado à época, em 1998, todos nós tínhamos o sonho de realizar uma reforma tributária. E, ao longo desse tempo, e depois de várias frustrações, o que nós sempre constatamos é que a reforma sempre esbarrou fundamentalmente nas contradições da Federação brasileira. Essa assimetria da Federação brasileira, esses desequilíbrios que ainda estão presentes, o descompasso em termos do desenvolvimento regional, tudo isso cria, por assim dizer, uma discussão em que se perde, muitas vezes, a visão de conjunto, a visão do País. Mas creio

que depois de todos esses anos e de um modelo que me parece claramente esgotado, nós temos, agora, a oportunidade de destravar talvez o núcleo mais importante de um projeto de reforma tributária, que é exatamente o ICMS.

O ICMS é o mais importante imposto do Brasil, representa 7% do PIB, é um imposto que evidentemente toca diretamente aos Estados, e é também um imposto que tem contribuído para, a meu ver, perturbar de maneira mais efetiva o ambiente econômico do Brasil. Acho que ele, hoje, desfavorece critérios mais racionais de alocação de recursos; impõe uma trava e barreiras ao comércio inter-regional; ele desfavorece, muitas vezes, a consolidação de cadeias produtivas; ele desestimula a adição de valor em algumas cadeias produtivas. Portanto, ele criou, por assim dizer, uma situação, que me parece, limite. É fundamental que o Brasil possa, nesse momento, criar um ambiente minimamente favorável para que se avance nessa agenda.

E creio também que esse é um imperativo da própria coesão da Federação. Na Federação, hoje – parece-me –, há tensões que precisam ser resolvidas. E, se de um lado, há questões que exacerbam os conflitos, por outro, há uma coincidência de uma série de temas, que estão nesta cesta, e que oferecem uma oportunidade de que algumas compensações cruzadas possam ser feitas de tal modo que se avance no essencial.

E quero dizer também que o papel da União, neste momento, é fundamental no sentido de liderar, de coordenar e de buscar um mínimo de harmonização nesse processo.

Mas eu queria, com essa introdução, dizer que, dentro desse ambiente que se criou aí na área de ICMS, não há dúvida de que essa busca de alíquotas interestaduais uniformes é algo que se deve fazer, na minha avaliação. E é tudo o que se sonhava em relação à possibilidade concreta de fazer com que a tributação do ICMS possa migrar da origem para o destino.

Creio, portanto, que se deve buscar mais, evidentemente até na condição de nordestino quero enfatizar isso, há de se buscar mecanismos de compensação que se tornem efetivos. A questão que eu pude perceber, na colocação do Secretário Benevides, é que esses Fundos têm que ter um caráter efetivamente vinculatório, sob pena de nós ficarmos à mercê de, nos próximos anos, de mudanças que virão ao sabor das conjunturas e das flutuações, que são próprias desse processo.

Então, acho alguns requisitos fundamentais, como a existência de fundos de compensação fiscal, uma espécie de seguro de receitas dos Estados, um Fundo de Desenvolvimento Regional que seja calibrado

de forma a poder efetivamente ainda se constituir num incentivo. Um regime de transição, porque, evidentemente, não se pode impor aos Estados, que hoje praticam alíquotas interestaduais mais altas, um período que não seja um período mais longo de transição e, nesse sentido a proposta contempla.

Eu não queria perder essa oportunidade de tratar de alguns temas adicionalmente, que devem estar presentes nessa agenda, especialmente do ICMS. Refiro-me, por exemplo, inicialmente, à questão da desoneração do investimento. O outro ponto diz respeito à forma como nós estamos tributando insumos básicos para a economia brasileira e subtraindo competitividade crescentemente, e aí, evidentemente, temos a tributação sobre energia, sobre telecomunicações, sobre combustíveis, que alcançou níveis de absoluta – a meu ver – irracionalidade. Evidentemente que compreendidas como uma forma de buscar produtividade fiscal e capacidade arrecadatória, mas ao preço de, ao criarmos para os setores da economia brasileira, subtrairmos competitividade.

No que diz respeito à desoneração dos investimentos, sei que os Estados praticam já a devolução dos créditos tributários, ainda que em prazos muito longos, 48 meses.

Então, creio que o Confaz, que hoje exercita o verdadeiro diálogo nacional e que está voltado a essa agenda, deveria oferecer efetivamente uma solução para essa questão.

Meu caro Senador Delcídio, no que diz respeito aos tributos federais, evoluímos muito. Hoje uma grande parte do IPI de bens de capital foi zerado. O crédito de PIS, Cofins são hoje praticamente automáticos na aquisição de bens de capital, e continuamos com essa cunha do ICMS e com prazo de devolução de 48 meses.

A outra questão que eu queria aproveitar a oportunidade para lembrar é a forma como se tem utilizado, de maneira indiscriminada, abusiva, o mecanismo da substituição tributária. Eu creio que é chegada a hora de a própria União ou o Congresso Nacional estabelecer um marco que regule, que defina, que discipline essa questão da utilização do mecanismo da substituição tributária, que tem sido perverso também para a competitividade. Lembro que esse mecanismo fixa margens arbitrárias de comercialização. Não restitui o diferencial do imposto em relação aos preços, efetivamente, praticados. Anula benefícios, como, por exemplo, o do regime simplificado de tributação, o Simples. Isso, de repente, é anulado, todo esse esforço que foi feito é anulado com a utilização do mecanismo da substituição tributária.

Então, eu gostaria de deixar aí essas questões, que me parecem fundamentais, no momento em que

vamos fazer um grande acerto para, evidentemente, corrigir distorções que se acumularam ao longo do tempo. Creio que essas questões também devem ser tratadas para melhorarmos o ambiente da tributação nesse que é o mais importante imposto do Brasil, que é o ICMS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro, preciso nas colocações.

Passo a palavra, agora, ao Senador Inácio Arruda; em seguida, ao Senador Cyro Miranda e, depois, à Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente; senhoras e senhores convidados; secretários de Estado – e bom porque estamos quase que de norte a sul na Mesa, isso é muito positivo. Vejo um pouco assim o potencial do Brasil, meu caro Nelson Barbosa, que vejo como imenso. Se a gente conseguir esse ajuste fino, uma região do Ceará – prestigiar aqui o nosso querido Mauro Benevides Filho –, cresceu, acho que em 2010, a taxa de 18%, a região do Cariri – Juazeiro, Crato, Barbalha. Digamos que você tem, nesse interior do Brasil, muitas chinãs, capacidades enormes, que precisariam de uma forte ação central, que não é fácil, não é fácil, porque as maiores regiões industrializadas do Brasil são muito consolidadas no âmbito do Brasil. Então, qualquer movimento traz reações, e reações que são econômicas e políticas, e que vão para as páginas dos jornais com muita força.

Certa vez, um repórter de *A Gazeta Mercantil*, procurando sustentação na oposição ao Governo do nosso colega Senador Tasso Jereissati, Governador do Ceará, perguntou-me – eu era Deputado Federal –: “Deputado, é um absurdo essa renúncia de ICMS, 70% de renúncia de ICMS, o que o senhor acha que a gente pode fazer?” Eu olhei para ele e disse: “Acho que você procurou a pessoa errada, eu sou da oposição. Eu faço uma oposição política ao Governador Tasso Jereissati, mas tenho que defender o meu Ceará” E, se eu fosse Governador, eu iria dar 100% de renúncia, não era 70%”. Então, é o problema da realidade nossa.

Às vezes, Andrea, é muito difícil compreender o que é o cristalino. Eu já disse aqui, umas 50 vezes, o que é o cristalino. Não confundir com cristais em prateleiras, é uma pedra onde está assentada uma parte do Brasil. Então, a capacidade produtiva na área agropecuária nossa é muito mais difícil, é aquela vontade de produzir ali, de ter uma bacia leiteira, de criar um bode, de ter um carneiro e não precisar sempre botar num “matulão”, como dizia o Luiz Gonzaga, para sair pelo mundo afora, para encontrar uma parada para

sobreviver. Esse que é o problema. O ajuste nosso tem que levar em conta essa realidade. Quero, e luto para que aconteça, que a gente tenha mais fábricas de automóvel no Nordeste! Que a gente tenha um largo setor industrial no Norte do País. Essa floresta tropical nossa, a Amazônica, que o mundo inteiro tem uma cobiça enorme, acha que aquele verde tem que ser preservado para eles e não para nós, para poder manter isso de pé, ou você dá vantagens àquela região ou você não tem como. É um pouco essa realidade. Quer dizer, a nossa aritmética, que não acho que seja uma equação tão difícil, mas a nossa aritmética tem que considerar essa realidade: a realidade econômica e social dessas regiões e, principalmente, social, porque essa questão econômica, e a nossa decisão do ponto de vista econômico, a nossa equação é para atender esse problema.

Nós não queremos – eu considero que não queremos mais – levar de nordestinos, ou indo em busca de novos acres, ou indo trabalhar na indústria de São Paulo, do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais – eu sei que são muito bem recebidos todos os nordestino, assim como nós recebemos todos alegremente –, mas nós queremos ter a indústria na nossa região. Nós queremos as vantagens na nossa região. Esse equilíbrio é que nós temos que alcançar. Aqui é que está o problema da dificuldade. E qualquer mexida mais brusca e brusca eu digo que é o tempo. Eu considero os tempos curtos. Sinceramente, eu acho que essas tabelas, em termos de tempo, para nós, são muito curtas. Nós queremos crescimento chinês, mas nós não queremos paciência chinesa. É impressionante. Porque os nossos tempos sempre são 5 anos, 6 anos, 8 anos... É um mandato. Sinceramente, eu acho um tempo muito limitado para a gente conseguir fazer movimentações maiores.

Eu, às vezes, compreendo o setor industrial, os créditos, etc. e tal, o pessoal também quer ganhar no curto prazo, não pensa em longo prazo, não. Todo mundo pensa em ver como se ganha rapidamente. Eu acho assim os nossos tempos curtos. Todas as nossas tabelas apresentadas – os senhores me desculpem –, mas pensando na minha realidade, que não é só minha, do Ceará, não, é Paraíba, é Rio Grande do Norte, é Pernambuco. O nosso Senador parece que está assim com mais vantagens aparentemente, mas não é não. Eu digo que não é, não. Pernambuco, Piauí, Maranhão... Esse tempo aqui é curto para nós. Sinceramente, meu caro Secretário Mauro Benevides, eu olho e enxergo que é muito pequeno o nosso prazo. Eu gostaria de um tempo mais largo. Não é uma solicitação de pires na mão, não. É projeto nacional. Se for projeto nacional, esse tempo tem que ser mais

largo; mais espaço para que a gente possa adequar à nossa realidade.

Eu vejo o problema do ICMS, não só de você conseguir chegar a um acordo, mas mesmo nas alíquotas que são cobradas, eu acho que é um exagero mesmo. Mas eu digo: mexe nelas hoje para tu veres o desacerto no Nordeste inteiro, no Nordeste inteiro, até em São Paulo! São 12%, hoje, energia? Botem 5% lá para mim. É quanto hoje?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/ PCdoB – CE)

– Até 25%. Bote 10%, em média, para tu veres o que acontece com o caixa! Então, não é uma coisa simples, porque às vezes a gente diz assim: “Vamos resolver. Vamos botar uma medida provisória”. Bote para você ver! Eu acho que cria um fosso muito grande para a nossa região especialmente. Quer dizer, como eu vivo numa realidade... Eu estou é ali no Ceará, eu convivo ali, e, para aquela região nossa, do Nordeste brasileiro, eu requeiro tempos mais largos. Está certo? Eu acho que as medidas são de curto prazo. Elas enxergam um tempo muito pequeno. E digo que se topassem fazer uma mexida maior, de fato, digamos assim, toda produção da Embraer vai ser no Ceará. Nós vamos deslocar tudo na Embraer. Eu sei que daria uma gritaria em São Paulo, digamos assim, porque está sediada ali. Mas que nós topássemos... Porque toda a produção de exportação da Embraer, vamos colocar ali. É algo fácil? Não é. Não foi fácil construir o CTA. Foi preciso um marechal do ar sair lá do Ceará para ir construir o CTA. É brincadeira, mas é verdade – o Marechal Montenegro teve que se deslocar, teve que ser deserdado pelo pai, porque o pai achou que estava tresvariando, digamos assim, porque queria ser um homem da Aeronáutica, queria ser um piloto de avião.

Mudanças nessa realidade são mais difíceis para se ter um projeto de cunho mais nacional, que permita a você deslocar determinados setores de produção para uma região e garantir a ela uma alavancagem, porque aí você pode equalizar tributos, você pode equalizar as relações entre Estados, entre regiões. Isso não seria problema. Mas nesse marco aqui eu acho que é difícil. Eu acho o tempo curto. Eu reivindico assim... Os Srs. Senadores, são todos colegas nossos, conhecem essa realidade, conhecem nos seus Estados, sabem a dureza nos seus Estados do que é essa realidade que nós estamos discutindo aqui. Sabem o que é a dureza de atrair um empreendimento para qualquer Estado nosso.

E na hora que nós alcançarmos uma equalização mínima, sinceramente, eu não sei se algum fundo nos compensará. Eu não sei se algum fundo nos compen-

sará, meu caro Senador Armando Monteiro! Mesmo vinculante, mesmo com transferência obrigatória desse fundo, eu não sei se ele vai conseguir nos compensar! Então, são questões que nós temos de levantar na realidade em que nós vivemos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/ PCdO – CE)

– Então, agora vamos dizer que melhorou... Não sei.

Acho que nós teríamos de ter tranquilidade, muita paciência. Vamos querer desenvolvimento chinês e usar a paciência chinesa também, porque se não a gente pode, querendo fazer com que nosso País avance mais rápido, atrasar regiões que já vivem em situações de desigualdade nos dias atuais. E eu sei que não é esse o pensamento de nenhuma outra região, porque nós buscamos ajudar todas no seu processo de desenvolvimento. E muito da ajuda que nós estamos tendo hoje são dessas regiões. São de parques industriais que se desenvolveram nessas regiões e permitiram ao Brasil ter essa produção. Senão nós não teríamos como atraí-las para as Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Então, eu peço paciência, tranquilidade. Tudo que a gente puder fazer no acordo é ótimo. Não vamos colocar aquelas votações difíceis aqui no Senado, porque, normalmente, vai criar uma situação de divisão – digamos assim – do Senado Federal em algumas questões, que eu considero muito importantes para o nosso desenvolvimento, como essa questão tributária é na realidade nos dias atuais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Eu só vou comunicar aqui que o Dr. Renato Vilela, daqui a pouco, vai ter de se retirar, assim como outros secretários, porque todos têm voos marcados. Então, eu pediria...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdO – CE) – Foi feita uma proposta pelo Senador Luiz Henrique, não sei se já falada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Já foi falado aqui. Inclusive o Ministério da Fazenda está em análise. O próprio Ministro Nelson Barbosa, logo no início, relatou esse assunto.

Meu caro Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta Comissão, senhores convidados, obrigado pelas presenças para discutir, então, o importante assunto.

Eu vou ser muito breve, porque acho que tudo já foi esgotado.

Eu tenho uma visão diferente do que vocês chamam de guerra fiscal. Eu acho que ela não prestou um

desserviço. Os incentivos fiscais prestaram um grande serviço à Nação brasileira.

Secretário Andrea Calabi, eu sou paulista de São José do Rio Preto e, hoje, Senador pelo Estado de Goiás. Eu conheço a realidade do nosso Estado e conheço o Centro-Oeste.

Quando morava em São Paulo – se hoje, ainda, eu não sei – se falava que em São Paulo há mais nordestinos que paulistas. Não sei se isso é ainda uma realidade. O êxodo era necessário para buscar de trabalho, porque não existia trabalho no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste. Não é possível o Centro-Oeste viver a vida inteira sob a égide do olhar da agropecuária: latifúndios grandes, pouca geração de empregos e as necessidades dos governos muito grandes.

Acho que, então, por uma falta de um programa de desenvolvimento industrial neste País de décadas e décadas, os governadores tiveram de lançar mão desse artifício. Correto ou não correto, ele prestou um grande serviço. Sabe por quê? Porque ele diminuiu os bolsões de pobreza no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste. Não há maneira. O Estado é sempre o grande empregador. Ele faz o papel social.

No Estado de Goiás, quando se criou o incentivo fiscal – um incentivo agressivo, que acho que mais incomodou no Brasil –, nós tínhamos um problema seriíssimo: mais de 60% da população eram funcionários públicos, porque não tinha para onde ir. A agropecuária não emprega. Então, com essa saída, nós aliviamos o Governo. E, com isso, nós também não prejudicamos o nosso Estado de São Paulo, nem do Rio, nem do Paraná. As riquezas por lá continuaram.

Agora, tudo bem: tem de ser disciplinado? Tem de ser disciplinado. Eu acho que chegou o momento. Mas não vamos criminalizar isso no passado. E nós temos, eu concordo com o Senador Inácio Arruda, de ter muita calma nessa hora para nós não cometermos injustiças. Porque não há nada que encurte as distâncias entre você produzir no seu centro de vendas que é o Sul e o Sudeste do que o incentivo fiscal. Se as coisas não forem bem feitas, os parques vão desarmando com o tempo, e os problemas vão voltando.

O ex-Presidente Lula criou um programa, para a Fiat, localizado no Estado de Pernambuco. Foi correto. O nosso Recife, o nosso Pernambuco, Senador Armando, foi beneficiado, e você vê como mudou a realidade com os incentivos federais, ao levar uma Fiat para lá. E eu acho que também estava certo de não dar o mesmo incentivo para Minas, porque já havia um incentivo. Então, com isso, nós oportunizamos a uma distribuição melhor de renda.

Então, eu tenho uma grande preocupação. Comungo aqui com o Centro-Oeste, Norte e Nordeste,

de uma proposta mais justa, pelo menos para o momento. E concordo com o Senador Inácio Arruda: 7 Estados não vão ser compensados com o Fundo. Não há maneira de o Centro-Oeste e alguns Estados do Nordeste serem compensados com o Fundo. Também não entendo o porquê da unanimidade. Nem para mudar a Constituição nós precisamos de unanimidade. Os senhores militam aqui nesta Casa. Por que unanimidade? A unanimidade não é uma coisa razoável, não é uma coisa que faz pensar os três quintos. Inclusive, há um projeto tramitando nesta Casa, do Senador Ricardo Ferraço, do qual fui Relator, em que ele coloca um representante de cada região para não se fazer blocos, para que o Nordeste ou o Centro-Oeste se unam e vão, então, fazer alguma coisa... Essas coisas estão sendo pensadas e precisam ser discutidas. Sou favorável aos três quintos.

E tenho uma grande preocupação final: nós temos, por obrigação, de honrar os contratos até o fim. Nenhum japonês, nenhum alemão vai entender que um governador assinou um contrato e esse contrato não vá terminar em 2022, porque, dessa maneira, mês a mês, o incentivo vai sendo modificado. Então, como é que você vai justificar? E a segurança jurídica? É o País, é a nossa imagem. Agora, já que nós vamos disciplinar, vamos pensar em tudo, não vamos fazer isso no afogadilho.

Então, eu tenho essas três preocupações, às quais jogo aos secretários de Fazenda, que têm uma importância vital neste processo, e que a gente tenha calma. Vamos disciplinar, sim, mas sem o afogadilho e pensando nessas questões. Vejam o quanto os incentivos contribuíram para diminuir os bolsões de pobreza. Isso é uma realidade! Em São Paulo, havia um êxodo, era uma coisa tremenda! O Norte e Nordeste tinham que invadir porque era o sonho, era onde tinha emprego. E, na verdade, agora é que estamos conseguindo fazer com que todo o Brasil vá se homogeneizando.

Era só isso.

Meu muito obrigado.

Acho que, como sempre, fui bem rápido, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco PT/MS –) – Senador *key fort*.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estou num dilema: não sei se sigo o meu Líder, que falou bastante aqui, ou a orientação de V. Ex^a, para ser rápida na intervenção, em decorrência da agenda dos senhores secretários. Mas serei rápida, Presidente.

Ao cumprimentar o Secretário Nelson Barbosa, cumprimento todos os secretários.

A prova de que nós estamos debatendo um assunto que é apartidário, um assunto que envolve as unidades da Federação brasileira são exatamente as posições minha e a do Senador Inácio Arruda. Apesar de que serem posições que se aproximam a dos senhores. E vejo com muita alegria, Secretário Nelson Barbosa. Acho que o Governo Federal, o Ministério da Fazenda, o Ministro Guido Mantega esteve conosco na semana passada, inaugurando esses ciclos de debates, e a possibilidade de se construir um acordo a partir do Confaz é algo que nos anima muito, porque vejo essa como a única fórmula capaz de permitir a aprovação de qualquer projeto que promova mudanças, Secretário Deputado Haully, a única forma.

E não é fácil chegar a um acordo diante da realidade que nós temos num país de dimensões continentais e de diferenças regionais profundas.

Eu sou do Estado do Amazonas e a mim não caberia outra forma de me manifestar senão cumprimentar, Secretário Nelson Barbosa, V. S^a, como já fiz com o Ministro Mantega, cumprimentar todos os secretários de Fazenda do País. Porque nós temos 27 unidades na Federação, mas uma delas tem uma política tributária que é exceção a tudo que se aplica no País; um Estado que tem sua economia baseada em incentivos fiscais como forma de desenvolvimento. E esse foi não só um projeto econômico para o Brasil, mas foi um projeto geopolítico para o Brasil, dirigido para uma Região, que é a Amazônica, para a Amazônia Ocidental, porque a Amazônia é tão grande, 60% aproximadamente do território brasileiros, que nós costumamos dividi-la em duas: a Amazônia Oriental e a Amazônia Ocidental. Onde está a Zona Franca e Manaus é a Amazônia Ocidental, que é a parte mais preservada da Amazônia brasileira. Até hoje, Secretário Nelson, nós não temos uma rodovia que nos ligue a outras regiões do País. A nossa ligação terrestre, no Amazonas, é com a América Central, é com a parte norte da América do Sul, mas não é com o Brasil. E nós já tivemos a BR-319, cujo projeto de recuperação está lá parado nos segmentos ambientais, porque entendem que é uma nova estrada. E não é. Mas isso eu estou falando apenas para exemplificar o que é o País, o que é o Amazonas e o que significa a Zona Franca de Manaus para o Brasil. Porque quando a Zona Franca gera emprego, quando a Zona Franca de Manaus gera renda e possibilidade de desenvolvimento, não só do Amazonas, mas dos Estados da Amazônia Ocidental, essa é uma política efetiva. É uma política ambiental efetiva.

Eu costumo dizer que o Amazonas tem 98% de suas florestas preservadas não pela eficiência dos governadores. Não! Seria um equívoco e não só uma descortesia, mas uma injustiça com os governadores

do Pará, de Rondônia... Por que não alcançaram os mesmo índices que o Amazonas? Porque eles não têm Zona Franca. Então, a possibilidade de desenvolvimento está exatamente no setor primário, na pressão sobre a floresta, que é tudo o que não acontece no Amazonas.

E a proposta que recebemos – desde à primeira hora, e é só uma sugestão, porque a iniciativa é do Senado e do projeto de resolução – do Governo Federal foi tratar de forma diferenciada a Zona Franca de Manaus e as operações com gás. E aí o Estado do Senador Delcídio também passa a ser profundamente contemplado com isso.

Percebo que algumas ponderações... E quando o Senador Inácio Arruda fala da necessidade de uma equalização do desenvolvimento nacional não há dúvida que existe. Não é São Paulo que perde, Secretario Calabi, V. S^a já andou me mandando algumas cartas e embates duros que tivemos em relação a ações junto ao Supremo Tribunal Federal. O Estado de São Paulo e Amazonas; Amazonas e São Paulo, São Paulo e Amazonas. É uma guerra. Tem de acabar com isso! Tem que acabar. Tem que acabar! É óbvio que o Estado de São Paulo vai fazer de tudo para levar os empreendimentos para lá. Mas de que forma? Concedendo incentivo fiscal.

Então, a realidade brasileira hoje, Senador Armand, é essa. É o Estado mais rico, é o Estado mais desenvolvido, é o Estado que mais concentra a produção brasileira que se utiliza dos mecanismos de incentivos fiscais. E, com isso, perdemos todos. Perdemos todos. Absolutamente, todos perdemos com isso.

Mas eu comemoro esse momento. Acho que há alguns ajustes. Norte e Nordeste, eu sou nortista, não sou só da Zona Franca, eu sou nortista também, pleiteio o Centro-Oeste também uma diferenciação de alíquotas, que é possível de ser discutido: 4% e 7%, salvo engano, que é possível ser discutida.

Agora, o caminho é esse; o caminho é esse, não tenho dúvida. Nós estamos amargando um crescimento industrial do Brasil que não é o crescimento que nós queremos. Precisamos trabalhar o País. Precisamos construir as condições, essas condições têm de ser estruturantes, duradouras para que o Brasil possa ter melhores e mais condições de um crescimento mais rápido, porém, um crescimento consistente, um crescimento duradouro.

Então, debate sobre a mesa.

Cumprimento a todos e ao mesmo tempo agradeço, porque a defesa da Zona Franca não deve caber a uma Bancada que é a menor do Congresso: 3 Senadores e apenas 8 Deputados, apesar de termos direito a 10 Deputados, Senador Delcídio, mas só temos 8. Temos uma população maior do que a do Piauí, maior

do que vários Estados brasileiros, mas um número de Parlamentares menor.

Então, é óbvio que a defesa da Zona Franca não é a defesa de um Estado de uma Região e a defesa do Brasil.

Eu agradeço profundamente não só ao Ministério da Fazenda, aos seus dirigentes, mas aos secretários pela compreensão que tem tido com essa realidade diferenciada para o Estado do Amazonas.

Vamos seguir com os debates!

Eu deixei meu pleito aí, Presidente Delcídio. Nós temos de ouvir o Secretário do Amazonas. Ele não se enquadra em nenhuma região. É a exceção. Então, no próximo, espero contar com a sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – RS) – Ele vai ter um dia especial só do Amazonas para falar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Secretário está aqui, o Secretário novo que foi empossado ontem. Aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo por esse desafio. Já nos representava...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – RS) – parabenizá-lo também. Desejo-lhe muito sucesso, Secretário.

Ele está meio escondido. Deve ser por isso que ele está meio intimidado na lateral, porque ele tomou posse ontem.

Mas quero só registrar, Senadora Vanessa, V. Ex^a disse que o Amazonas merece 10 Deputados, mas os oito valem por dez.

Eu vou conceder 5 minutos para cada expositor e, então, fechar com a fala do nosso querido Coordenador dos Secretários de Fazenda, o Secretário Trinchão. Agora só falam nesse tal Consenso de São Luiz. É igual ao presidente do clube; quem bate o pênalti é ele. Então, tinha que ser em São Luiz.

Se todos concordarem em talvez ouvir primeiro o Secretário Trinchão e depois nós fechamos. *(Pausa.)*

Secretário Trinchão, é um honra muito grande tê-lo aqui.

O SR. CLÁUDIO TRINCHÃO – Boa tarde a todos! Gostaria inicialmente de saudar o Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta Comissão, o Secretário Executivo, Néelson Barbosa, e a todos que estão aqui presentes.

Inicialmente, eu gostaria de parabenizar a iniciativa do Governo Federal por estar capitaneando este momento de discussão do pacto federativo.

Nós temos diversos temas que estão na mesa que requerem profunda discussão e reflexão. Não podemos pensar na Federação isoladamente em cada um dos temas. Nós temos na mesa *royalties*, a questão do

ICMS, o quórum do Confaz, o comércio eletrônico não presencial. Ou seja, diversos são os temas.

Mas o que nós estamos discutindo aqui é insegurança jurídica. O País parou, parou, simplesmente parou. Os grandes investidores, nesse ambiente que nós temos hoje no País, não vão fazer investimentos. Eu tenho conversado com representantes de grandes grupos, inclusive empresas de fora do País, grupos estrangeiros, que simplesmente, enquanto não tivermos uma solução em relação ao ICMS, não vão fazer investimentos. Eu tenho mais de R\$3 bilhões de investimentos a serem realizados no Estado do Maranhão que estão parados há meses, aguardando uma solução. Mas nós temos que entender que nós temos vários brasis. É um Brasil da Zona Franca. É um Brasil do Mato Grosso do Sul, que depende essencialmente do gás, do Espírito Santo, que vem sofrendo ataques de todos os lados, dos Estados do norte oriundos dos antigos territórios, que não têm possibilidade de levar empresas para lá. Nós temos grandes diferenças. E temos que mensurar essas diferenças para que possamos fazer um acordo neste País.

De todas as conversas que eu tive com representantes de grupos empresariais, todos foram unânimes: “No dia em que terminar o benefício fiscal, as minhas empresas” – depoimento dos representantes – “que estão instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste retornarão às regiões Sul e Sudeste”. No dia em que forem instalados 4% e 4%, ou seja, no dia em que perder a vantagem comparativa dos Estados mais pobres, simplesmente esses Estados voltarão. Por quê? Porque a infraestrutura, infelizmente, não está concentrada em algumas regiões deste País. Poder econômico, o mercado consumidor, os insumos...

Para levar uma empresa para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, existe agregação de custo, de frete para levar o insumo e trazer o produto para distribuição que traz uma diferença que simplesmente inviabiliza qualquer produto no mercado. Então, nós temos que ter uma diferenciação entre os diversos brasis. É isto que deve ser ponderado em toda esta discussão.

A iniciativa de criar um Fundo de Desenvolvimento Regional é excepcional, merece aplauso de todos nós. Mas eu creio – isso foi mencionado, inclusive, na posição dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que o *quantum* é que deve ser redimensionado. Será que R\$3 bilhões ao ano são suficientes para que as empresas que estão hoje instaladas nessas regiões mais pobres se mantenham? São suficientes para que outras empresas lá se instalem? Eu creio que não. Se nós colocarmos uma proporcionalidade, veremos que Estados menores, como Amapá e Acre, vão receber R\$20 milhões por ano, R\$30 milhões. O que se faz

com R\$20 ou R\$30 milhões para promover o desenvolvimento regional? Nada.

Eu sei que a União enfrenta dificuldades – nós estamos falando de recursos altíssimos –, mas nós temos que achar uma solução para equilibrar este País.

Nós temos uma situação, hoje, em que os Estados do Norte e do Nordeste flexibilizaram, havia posições extremistas, mas compreensíveis de 7% e 2%. Flexibilizaram para 7% e 4% – foi uma discussão alongada, essa reunião terminou depois das 9 horas da noite –, e chegamos a um consenso de 7% e 4%, e 4% entre as regiões, inter-regional. Olha, há uma redução. Imaginem que hoje nós temos 12% nas regiões mais pobres e estamos reduzindo para 7%, uma redução de 5 pontos. E as regiões mais ricas são as de 7% para 4%, 3 pontos. Há uma flexibilização.

Ademais, salvo engano, hoje apenas 5 Estados defendem a tese de 4% por 4%. Isso pelas discussões que ouvi hoje na reunião do Confaz, que aconteceu pela manhã. Então, nós estamos discutindo uma posição de 22 Estados contra 5. Acho que a democracia tende a caminhar ao encontro de uma posição de entendimento pela maioria.

Mas não é isso que queremos, acho que é preciso fazer um grande acordo. Não queremos – muito pelo contrário – desconcentrar, acabar com os Estados mais ricos. Não é isso. O que nós queremos é que todos os Estados tenham a mesma oportunidade para prover de serviços – saúde, educação – a sua população. Não podemos ter vários brasis; podemos ter precipícios. Nós temos que ter uma visão federativa, todos nós, principalmente nesta Casa, a visão de que temos um Brasil só. Respeitadas as suas particularidades, nós temos que achar uma solução. A solução não é fácil, acho que ela requer um amplo debate. Eu não posso imaginar que uma criança em Roraima ou uma criança no interior do Piauí tenha menos condições do que uma criança que mora no Distrito Federal, ou no Rio Grande do Sul, ou em São Paulo. São esses pontos que eu gostaria de apresentar à reflexão dos Srs. Senadores, porque esse assunto é extremamente complexo e requer um amplo debate. Estaremos criando, se for colocado de uma forma tão rápida, sem discussão, as condições para a inviabilização de boa parte dos Estados.

Eu tenho certeza de que muitas indústrias... Eu sempre cito um exemplo lá do Ceará, onde tem uma empresa no meio do Sertão, que gera 27 mil empregos, mas que no dia em que se retirar o benefício fiscal ou se a trouxer para uma alíquota de 4% e 4%, nós teremos 27 mil pessoas desempregadas no meio do Sertão, um problema social incalculável.

Então, são essas as questões que eu queria trazer.

Não estou defendendo aqui a aniquilação, digamos assim, dos Estados mais ricos. Muito pelo contrário. Acho que os Estados ricos dão uma contribuição muito grande para a economia deste País, mas nós temos de pensar em uma fórmula conciliadora.

Essas eram as minhas palavras iniciais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Trinchão.

Agora passo a palavra, por até 5 minutos, ao Dr. Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha, Secretário Adjunto do Pará.

O SR. NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA – Vou ser breve, Senador.

Eu só queria, com todo respeito, Senador Eduardo Suplicy, sugerir a V. Ex^a que se tivesse uma visão melhor da situação do Brasil nas questões aqui discutidas, quando o senhor solicitou ao Ministro Nelson Barbosa a quantificação, que incluía também a Região Norte, para que se veja por completo a realidade do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Adjunto Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha.

Passo a palavra agora ao Secretário de Fazenda do Estado do Ceará, Carlos Benevides Filho.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy fez uma pergunta bastante objetiva. Ele perguntou como é a situação hoje e como ficará a situação subsequente ao prazo de 8 anos, 4% por 4%. Pelo que eu entendi, foi essa a pergunta que o Senador fez.

Hoje, quando uma mercadoria vem do Sul para o Nordeste, para o Norte, para o Centro-Oeste, vem com uma alíquota interestadual de 7%, e nós cobramos 10% para fazer os 17%.

Quando o processo é invertido, quando ela vem do Nordeste para o Sul e Sudeste, vem com 12%, e aí se cobra o diferencial lá, dependendo, 17% ou 18%, 6% ou mais 5%.

Ao fazer a igualdade de 4%... E por que isso pode gerar uma vantagem comparativa? Porque, se há benefício fiscal – e isto era necessário: para que uma empresa saísse do eixo do seu insumo e do seu mercado consumidor, para ir para o Norte ou para o Nordeste – ela precisava ter uma vantagem comparativa. Então, se se dá um benefício para ela, em vez de pagar 17,5, pagar 5% – hoje ela paga 5% e manda com 12% para o Sul e Sudeste –, se virar 4%, ela não tem mais nada. Ela perdeu qualquer vantagem comparativa que tinha para poder se instalar num eixo fora do Sul e Sudeste. Esse é o impacto operacional tributário que acontece com o novo raciocínio. Aí se pode dizer: “Não, mas vai haver o Fundo de compensação para

poder tentar estabelecer algum benefício financeiro”. Aí é onde começa a discussão. Qual é o tamanho? É vinculatório? É do AGU, é empréstimo? E aí disparam-se várias perguntas em relação a isso. Ou seja, igualdade 4% por 4% seria acabar, da noite para o dia, com qualquer vantagem que existisse. As empresas que hoje gozam dessa vantagem seriam totalmente destruídas na sua vantagem e, conseqüentemente, não teriam nenhuma razão para poder se estabelecer no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Esse é o perigo que há. Daí por que ser um avanço extraordinário o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste proporem 7% por 4%. Foi duríssimo!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Achei um exagero.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Hein?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Achei um exagero.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Pois é. Porque a proposta dos governadores é 7% por 2%. Está lá assinada, inclusive, vamos voltar aos Estados para convenceremos nossos governadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Poderemos perder, com certeza.

Mas, em função de um consenso, do pacto federativo, que isso é importante para haver uma convergência, uma estabilidade dos benefícios concedidos até aqui. Então, há uma outra carga de raciocínio, que é associada àquilo que está sendo proposto pelos Secretários do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A segunda pergunta do Senador Suplicy, foi em relação aos critérios do FPE, que estão lá estabelecidos pelo Senador Walter Pinheiro, da Bahia, onde lá ele tenta, Senador, fazer o seguinte: fazer uma preservação... Porque o Supremo não declarou inconstitucional o critério, aquele do CTN, diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda *per capita*, isso não foi declarado inconstitucional. O que foi declarado inconstitucional o foi porque o índice de rateio, o coeficiente, em vez de refletir isso ano a ano, ficou fixo. Ele é fixo. Portanto, não reflete exatamente o que determinou o preceito constitucional. Nada mais do que isso. Inclusive, se quiséssemos fazer como o CTN, por exemplo, 85%, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo diretamente proporcional à população e inversamente, se o Senado e o Congresso assim o estabelecessem, em nada isso confrontaria com a decisão do Supremo Tribunal Federal. Nada, absolutamente nada. É só para fazer a diferença, porque, de vez em quando se diz: “Ah, o Supremo declarou o

rateio inconstitucional”. Não existe isso. O que existe é o rateio, o coeficiente fixo, que não reproduz o que aconteceu no Brasil, ao longo desses anos. A minha renda *per capita* pode ter aumentado ao longo desse período. É isso que o Supremo fez.

Então, o Senador Walter Pinheiro tenta não criar um processo idiossincrático, em que todos vão perder, ele tenta dar o mínimo de preservação, mas a partir daí, dos acréscimos, serão divididos em conformidade com os índices que estão lá estabelecidos. O Ceará, por exemplo, perde 1,4% do novo processo. Mas foi uma tentativa de tentar fazer uma convergência nesses critérios. Se mudar mais do que está lá, vai ficar muito complicado de se alterar, e isso poderá criar problemas na Câmara dos Deputados também, e eu não sei até quando o Congresso Nacional poderá... Inclusive, acho, se conheço bem o Regimento e o trâmite legislativo, que votar nas duas Casas até dia 21 de dezembro, não sei se teremos tempo hábil.

E, por último, Sr. Presidente, quero ponderar, vou tentar fazer uma ponderação ao Senador Armando Monteiro. Ele falou, com muita ênfase, do prejuízo que a substituição tributária traz para a empresa. Eu quero ponderar... Eu acho que o empresário hoje tem convergido muito fortemente para a ST. Por quê? Porque você cria igualdade de condições de operação. Essa história de um empresário pagar e outro não pagar, isso desaparece do processo tributário.

Ora, vejam só, eu tenho 1.700 postos de combustíveis, cinco distribuidoras; em vez de eu fiscalizar cinco postos e ter um posto recolhendo ICMS e outro não o recolhendo, isso acaba. Eu darei competitividade igual ao empresário. E o segundo – que é o que sempre demandam, e é correto –: a complexidade da legislação tributária brasileira. Quando você faz ST, seus registros estão todos simplificados daí para frente. É uma grande demanda do empresário pedir que seja simplificado. Você precisa contratar advogado em todo o canto, contador em todo o canto. Portanto, posso estar enganado, mas a ST vem ao encontro do anseio do empresariado na medida em que ele quer igualdade de competição e, ao mesmo tempo, ele quer simplicidade para poder...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O Secretário, me permite só adicionar um elemento? (Pausa.)

O que se imagina é o seguinte: há setores para os quais a substituição tributária foi pensada, em que a comercialização é fragmentada, em que há um processo. Ela nasceu com uma visão de alguns setores que, pelas suas características, inclusive de concentração, de fragmentação na ponta, dever-se-ia utilizar o mecanismo. Só que isso foi estendido a muitos ou-

tros setores que não têm essa característica. E mais: há a questão do capital de giro, da antecipação do pagamento, o que é outra característica, a meu ver, perversa da substituição.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Veja, mas aí, na antecipação, os Estados brasileiros já têm mecanismos separados. Por exemplo, as empresas credenciadas em seus fiscos, não pagam mais o antecipado na fronteira. Elas têm 30, 60, 90 e 120 dias para fazer o pagamento antecipado. Então, o sistema tributário já evoluiu. As empresas contumazes no seu não recolhimento precisam ser mais bem vigiadas. Mas eu acho que isso é uma questão que nós podemos avançar em relação a essa questão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Mas isso está pacificado no Supremo. Eu acho que podemos, inclusive, no momento oportuno, se for necessário, discutir essa questão.

Enfim, para terminar, acho que é um avanço grande 7% e 4% para essas 3 Regiões. Inclusive acredito que fomos além da conta e vamos ver como é que isso é aquiescido pelas demais. Lembro que daqui para frente acaba o incentivo, acaba a guerra fiscal. Daqui para frente, você não pode dar, por esse detalhe, Senador Delcídio do Amaral, poucas pessoas o compreenderam em nossa proposta. Daqui para frente, encerra-se isso. Portanto, esse prazo tem, sim, de ser mais estendido, em função de nós estarmos abrindo mão desse preceito que, eu sei, tem gerado instabilidade. O Secretário Trinchão já disse que os investimentos estão aí em compasso de espera ou poucos estão investindo. Mas é importante que a gente assegure às 3 Regiões a máxima de que não podemos tratar desiguais da mesma forma, ou seja, igualmente perante todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Secretário Carlos Benevides Filho.

Eu passo a palavra ao Secretário Calabi, de São Paulo.

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – Obrigado, Senador Delcídio.

Eu peço desculpas. Estou pressionado pelo tempo e não poderei responder individualmente às questões. Acho que também tratam de pontos de discussão bastante trabalhados ao longo do tempo, quer aqui, quer ao longo desse processo de discussão. Talvez seja suficiente dizer – aliás, lembrando o Governador Alckmin, que diz inclusive que o crescimento e a trajetória de crescimento estável que São Paulo pôde ter não é independente da do Brasil. Portanto, é um todo.

E mirando padrões nacionais de crescimento mais estável, e parte dele é São Paulo, evidentemente, o Governador Alckmin diz: “Olha, é inútil ficar olhando só a gente; é preciso ver um pouco o conjunto e construir esse...”

Eu tenho a impressão de que os avanços das discussões constroem nessa direção. De uma forma ou de outra, localizado em um Estado ou em outro, numa região ou outra, a unidade de produção tem que ser competitiva, tem que poder produzir competitivamente. E essa competitividade não é apenas um objetivo local; tem que ser entendida num campo mais amplo nacional e com redução de disparidades inter-regionais para que o crescimento combinado seja mais estável, inclusive com as bases de diferenciação regional etc.

Eu acredito que o caminho e o avanço das propostas não são simples, não são fáceis, mesmo nos pontos que os senhores e as senhoras todas conhecem bem, e são relevantes para o Estado de São Paulo.

Então, a expectativa é de que o avanço nessa discussão e na superação dos diversos entraves, barreiras, posições cristalizadas nas questões federativas importantes, tributárias e de guerra fiscal, a superação dessas barreiras construirá a favor de uma trajetória de crescimento que beneficiará não apenas Estados x ou y, mas o conjunto.

Então, eu acho que as questões apontam desafios que têm que ser superados ao longo... Cada uma delas mereceria um aprofundamento muito grande.

Eu gostaria de voltar um pouco ao ponto que acredito seja dominante nesta reunião: a construção de pautas comuns, a superação de divergências específicas que permitam uma construção percebida pelo conjunto como favorável, como positiva, como construindo sinergias, em vez de dilapidar valores e possibilidades.

É um momento precioso nesse sentido, um momento que respeita as opiniões, inclusive as divergentes, tenta dar conta das condições de crescimento e de desenvolvimento, reduzindo diferenciais de oportunidade, diferenciais de possibilidades, construindo infraestruturas também, que permitem reduzir custos, ajudar a aceleração de decisões de investimentos, quer públicas quer privadas. Então, eu digo: olha, o foco é crescimento, investimento, desanuvier horizontes dentro das novas possibilidades. E parece-me que... Eu não quero romper o ambiente de comemorar os avanços em comum e que requerem uma legislação pronta e um papel do Congresso fundamental nesse processo que corresponda à rapidez necessária para o tratamento da legislação a ser proposta.

Essa é, a meu ver, uma questão importante – e eu fujo para o meu bonde para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Calabi.

Com a palavra o Secretário de Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, Srs. Senadores, mais uma vez, colegas secretários, o Brasil não é só um País desigual, ele é injusto. Esse quadro da disparidade fiscal é a demonstração da desigualdade e da injustiça do Brasil.

O grupo técnico do Confaz, entre eles a minha Assessora, a Dr^a Gedalva, trabalha há muitos anos essa questão do cálculo fiscal. Nós temos uma questão fiscal de financiamento dos Estados e Municípios e temos a questão da industrialização e do desenvolvimento do nosso Estado. São duas questões distintas.

Quando você pega o Paraná, sabe-se que é a vigésima receita por habitante no País, com 1.693 – ano base 2010 –; a receita média é 2.101. O Paraná tem R\$408,00 menos do que a média nacional, isso vezes 10,5 milhões de pessoas resulta em R\$4,5 bilhões com receita menor do que a média nacional.

Por que sucede isso? Incompetência? Ineficiência? É porque nós temos distinções. Veja, por exemplo, os dois Estados de Mato Grosso. Eles têm mil reais por habitante a mais de receita que o Paraná. Em contrapartida, Goiás, que é o mais pobre do Centro-Oeste em arrecadação, tem R\$1.892, R\$700,00 ou R\$800,00 menos do que os dois Estados de Mato Grosso, mas é maior do que o Paraná duzentos e poucos reais. A injustiça é acentuada porque não há equalização na Federação brasileira, como em qualquer federação do mundo. Você vê a receita disponível, mais capital, menos capital e faz a equalização. O Brasil não tem isso.

Quando você olha o ICMS, vê as distorções, que começam na Constituição de 1988 e nas anteriores. No caso de energia e de petróleo, é destino; tudo mais é de origem. Então, começa aí. Só nesse item, energia, o Paraná perde 6,5% da arrecadação; na imunidade do papel, 1,5%; na Lei Kandir, exportação, 9,6%; na exportação dos industrializados, mais 11,9% – 29,5% da receita do Paraná de ICMS, aproximadamente R\$5,1 bilhões. Então, o Paraná não é ineficiente. Perde mais, perde no FPE porque nós temos 2,8%, temos 6% do PIB e 5,1% da população. Se pelo menos, tivéssemos metade do PIB, teríamos 3% e não 2,8% – metade do PIB.

Perdemos com os *royalties*. A Lei do *Royalty* no Brasil, vigente, numa interpretação equivocada, diz que todo o mundo inteiro é em paralelos e meridianos, quando chega ao Paraná e ao Piauí, inventaram uma octógono; as paralelas se encontram e viram um triângulo. Então, nós, que seríamos sócios dos principais

postos de petróleo do Pré-Sal, que são do Rio de Janeiro e de São Paulo, não temos nem um centavo do *royalty*.

Nossa transferência negociada do orçamento da União é a 25ª pior em 27. Só perde para o Rio e para São Paulo. Os juros. Este ano o Governo está pagando 7,2% de Selic, e nós estamos pagando 14,5%; há Estados que pagam 17,5%.

A guerra fiscal. Nós pagamos um preço alto para manter as nossas empresas no território paranaense. O contrabando do Paraguai – ali é uma das principais portas de entrada.

Então, a desigualdade e a injustiça no Brasil são muito acentuadas.

Eu proponho o federalismo, o pacto federativo, pacto fiscal, uma reforma que tenha uma planta no Brasil inteiro, para que os 200 milhões de habitantes, 27 unidades, 5.562 Municípios tenham condição de se desenvolver na indústria, no comércio, no turismo, no serviço, na área rural, em todas as áreas.

Nós precisamos rever essa visão equivocada que temos hoje do desenvolvimento.

Olha, como você financia uma empresa, você com capital próprio, capital de terceiro, para você ter uma indústria. Aí, no terceiro momento, você pode lançar no capital de terceiro um financiamento do BNDES subsidiado ou ir à Bolsa captar em ações, em debêntures, que é a melhor forma de financiamento que você tem, porque aí o investidor corre o risco que a empresa vai ter.

Aqui no Brasil uma grande parte do investimento é com incentivo fiscal. Só o Governo Federal este ano, de acordo com o orçamento da previsão das renúncias fiscais, R\$145 bilhões. Calculo eu, que trabalho há 25 anos no ICMS, que só da renúncia fiscal do ICMS são R\$100 bilhões. É por isso que o Brasil não tem competitividade. Somando R\$145 mais R\$100 são R\$245. Não há preço de mercadoria que se compatibilize com aquele que tem o benefício com aquele que não tem, com o produto que vem de fora, porque, na hora em que se coloca o preço final, Pimentel, uma parte vai para o preço e outra parte vai para o lucro. Por isso, as maiores empresas do mundo têm os maiores lucros do mundo aqui no Brasil.

Se eu pudesse transformar, Arruda, a nossa parte em ações, ou seja, o que eu dou de incentivo em ações nas empresas – o Paraná já fez isso há duas décadas –, eu daria R\$100 milhões a 101 empresas e seria sócio em R\$100 milhões daquela empresa. Na hora em que ela obtivesse lucro, ela retornaria para o Estado do Paraná e para o Brasil.

Então, nós precisamos pensar maior, sair dessa coisa menor, ver a questão do Norte e Nordeste, que realmente precisam de apoio, e fazer uma focagem

correta em energia, em mão de obra, em infraestrutura, para que o desenvolvimento também aconteça mais aceleradamente do que já está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Luiz Carlos Haully, do Paraná.

Agora, o Secretário de Fazenda do meu Estado, Jäder Julianelli.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu fiquei preocupado com o Paraná. Imagine com o Ceará nessa relação comparativa!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Secretário Luiz Carlos Haully foi muito enfático.

O SR. LUIZ CARLOS HAYLY – São informações.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Secretário Jäder.

O SR. JÁDER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – Presidente, quero fazer rápidas considerações.

Primeiro, refiro-me a um tema que já foi abordado e sobre o qual, sabidamente, todos os Senadores falaram de uma forma muito coerente, como foi dito, a guerra fiscal realmente tem os seus problemas, mas, em um bom momento do País e ainda hoje, é um instrumento que os governadores têm para buscar desenvolvimento que não iria para os eixos Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas, sim, ficaria no Sul e no Sudeste.

Além do próprio efeito que nós precisamos analisar – isso eu já até expus no Confaz –, não se trata de uma renúncia de receita, porque, se observarmos, por exemplo, o Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul é o primeiro em eficiência arrecadatória. Então, o Mato Grosso do Sul não está abrindo mão de receita. O Mato Grosso é o terceiro em eficiência arrecadatória. Goiás é o quinto ou está entre os cinco em eficiência arrecadatória. Na verdade, são investimentos novos. É um ICMS que não existia, e o governador daquele Estado está dando um benefício para que se instale lá. Não se está fazendo sobre empresas que já estão na matriz econômica daquele Estado.

Além disso, é preciso analisar os efeitos econômicos indiretos desse empreendimento. Uma indústria vai empregar muita gente e vai gerar renda, o que vai proporcionar, conseqüentemente, desenvolvimento social. Isso nós podemos ver no nosso Estado, por exemplo, na cidade de Três Lagoas, que o Senador conhece bem. O que era Três Lagoas há 10 anos, 15 anos, e o que é hoje? É uma cidade pujante e em pleno desenvolvimento graças à instalação de indústrias naquele local.

Quando nós falamos em uma ruptura do sistema vigente para o 4% por 4%, se for em um prazo menor, pior será. Mas essa simetria... Estamos falando em perder essa competitividade para o eixo Rio-São Paulo. O que vai atrair aquela empresa para ficar naquele local? A não ser uma que esteja do lado do insumo. Aí é diferente. Mas ela está longe do centro consumidor, ela tem uma logística prejudicada naqueles Estados. Então, por que estar ali?

Realmente, eu concordo com o Senador Arruda: é preciso passar por um processo longo, de forma que nós possamos diminuir as desigualdades a ponto de chegar à equalização ou à unificação de alíquotas conforme é o pretendido.

Eu também gostaria de falar um pouco se isso realmente é prejudicial – o Secretário Calabi nem chegou a tocar no assunto a fundo – aos Estados que, entre aspas, “estariam perdendo”.

São Paulo, se nós olharmos o valor adicionado *per capita* da indústria, ele teve um incremento nos últimos 10 anos de dois pontos. Ele cresceu 200%. Certo? Ampliou duas vezes o valor adicionado, enquanto o Centro-Oeste ampliou 2,5 vezes.

Então, nós estamos falando aí de meio (0,5). O que o Centro-Oeste ganhou? Meio. Mas esse 0,5 para São Paulo não é nada, mas para os nossos Estados é imprescindível, é tirar bolsões de pobreza da pobreza. Então, nós temos que analisar isso.

A arrecadação de São Paulo em 2010, que era R490 bilhões, vai fechar este ano em mais de R\$100 bilhões, R\$120 bilhões. A previsão é R\$110 bilhões, R\$120 bilhões. Então, em nenhum momento, está sendo abstraída riqueza desses Estados em prol dos menos desenvolvidos. Na verdade, nós estamos levando algum desenvolvimento para esses menos desenvolvidos.

Bom, há um outro ponto que seria importante falar, que é do crédito interno.

(Soa a campanha.)

O SR. JÁDER RIEFFE JULIANELLI AFONSO –

Quando nós falamos em redução de alíquota, se nós temos um polo, se aquele Estado tem um polo industrial, as indústrias daquele local estão transferindo a 18% o produto para uma outra indústria, que vai transferir a 4%. O que nós temos que fazer? Eu tenho que reduzir a minha alíquota interna, para que fique igual, para não gerar crédito. Senão, vai virar um excesso de crédito. E como nós vamos cuidar disso?

Falando mais especificamente sobre o que o Senador Suplicy colocou, em termos práticos, se uma empresa vender o produto a R\$100 hoje, ficam R\$7,00 com os Estados do Sul e Sudeste, exceto o Espírito Santo, e R\$10,00 com os Estados do Norte, do Nor-

deste e do Centro-Oeste. Se for ao contrário, ficariam R\$12,00 com um Estado dessas 3 Regiões; e ficaria, no caso de São Paulo, R\$6,00 com o Estado de São Paulo. Na nova realidade, ficarão R\$4,00 independentemente da situação, e a diferença, que seria R\$13,00 ou R\$14,00 para o outro Estado. O que temos que analisar? A balança comercial desse Estado, se ele mais sai produto do que entra. Os Estados do Centro-Oeste, por exemplo, que tem população baixa, mais sai do que entra produto. Então, a balança se torna desfavorável, por isso as perdas. Então, além dessa perda, ainda há a perda... Mesmo dos Estados que ganham – do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste –, perdem a competitividade, que é o que bem foi falado pelo Secretário Mauro.

Bom, outro ponto que foi levantado é sobre a unanimidade do Confaz. A unanimidade do Confaz foi criada numa época do Estado de exceção. Qual foi o intuito dessa unanimidade do Confaz? Como foi dito, nem para alteração constitucional se exige esse quórum. A unanimidade do Confaz foi justamente, no Estado de exceção, no governo militar, com São Paulo...

(Soa a campanha.)

O SR. JÁDER RIEFFE JULIANELLI AFONSO

... é *ceteris paribus*, manter tudo como está, status quo, não se altera. Então, essa foi a intenção da unanimidade do Confaz. Eis por que de estar aqui até hoje.

E, por fim, eu gostaria muito de falar que realmente essa construção da pauta em comum do Confaz é interessante, com a liderança do Ministro Nelson Barbosa, para realmente nós alinharmos e convergirmos para interesses comuns dos Estados, só que sempre tendo essa cautela. Temos que ter essa cautela. Por isso, a proposta de Norte, Nordeste e Centro-Oeste de 7% por 4%.

Realmente, o período de transição deve ser longo, para que haja cautela nas ações. Nós temos que ver o exemplo ruim da Kandir, quando tivemos 10 anos de ressarcimento. Hoje não temos. Hoje devemos, a cada ano, ficar solicitando ao Congresso que coloque no Orçamento ou que a União coloque no Orçamento algo que faça o ressarcimento de 9% do que realmente os Estados perdem. Ou seja, passou mais de 6 anos, e nós ainda estamos pedindo. Por isso, a proposta de 25 anos de Fundo. Porque, para se equalizar num País, 16 anos, 12 anos, 18 anos, até 20 anos é pouco. Nós deveríamos tratar em 30 anos.

Temos o exemplo que foi benéfico à época, mas que hoje não é mais, da dívida. Também por isso temos que ter cautela.

E faço um apelo aos Srs. Senadores, para o Ministério da Fazenda, para a União, porque, na verdade,

o Brasil é o pai, ele tem 27 filhos. Só que temos filhos que estão bonitos, fortes, filhos que estão engordando agora, e filhos cujas costelas estão aparecendo. O que nós queremos? Que esses que estão aparecendo as costelas engordem um pouco mais e os que estão agora sumindo as costelas que cheguem à beleza dos outros filhos. Então, temos que tentar tratar os 27 filhos de forma igual. Mas isso não significa uma política igual para todos, e sim tratar os desiguais de forma desigual até que estejam equalizados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Jáder.

Agora, com a palavra, para fechar esta audiência pública, o Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado, Senador.

Agradeço novamente a presença aos secretários, não só os que estão aqui na Mesa, mas todos presentes à audiência. Acho que a discussão é bem rica. Queria tentar ser breve, apesar de que todos os pontos colocados foram bem complexos.

Primeiro, foi colocado se a guerra fiscal é um instrumento válido ou não. Tudo o que temos tentado evitar, neste debate, é transformar isto em um tribunal da guerra fiscal. No pouco tempo que tenho de governo, aprendi que, se ficarmos discutindo o passado, não vamos resolver o futuro. Temos que focar na frente.

O que é a guerra fiscal? A guerra fiscal é a concessão de incentivos sem a aprovação do Confaz. A concessão de incentivos não é errada. A concessão de incentivos, com a aprovação do Confaz, não tem problema nenhum. A concessão de incentivos, com a aprovação do Legislativo, não tem problema nenhum. A guerra fiscal foi... Entendo que alguns Estados tiveram que adotar isso no passado como instrumento de desenvolvimento, deu certo. Por que agora estamos nos envolvendo? Não quero fazer juízo de valor sobre a guerra fiscal. Como colocou o Trinchão, como colocaram outros, chegamos a um ponto em que a guerra fiscal está se esgotando. Hoje, a concessão de incentivos não gera certeza jurídica para a empresa que vai receber. Na prática, ela é quase nula. Pior, incentivos que geraram desenvolvimento em vários Estados e não foram feitos sob a aprovação do Confaz hoje estão em via de ser extintos, gerando uma grande incerteza jurídica. Então, entendo, não quero transformar isto em um tribunal de guerra fiscal. Por que a União entrou nisso? Justamente porque agora a guerra fiscal se esgota enquanto instrumento de desenvolvimento regional autônomo de cada Estado e isso virou um problema nacional. Como virou um problema nacional a guerra dos portos. Foi por isso que a Presidenta Dilma Rousseff propôs a resolução neste ano para aplicar no ano que vem, porque incentivos estaduais começaram a

gerar mais empregos e produção fora do País. Quando se começa a ter um sistema disfuncional, e esse sistema de hoje é disfuncional no sentido de que ele gera mais incerteza jurídica sobre a concessão de novos benefícios e sobre benefícios existentes, que isso demanda uma atuação de todos nós.

Então, por isso propomos discutir o futuro. O passado é importante, será feito, existem vários estudos econômicos. O Mauro, lá na Universidade Federal do Ceará, tem isso, como isso foi importante ou não é um saber importante, mas estamos diante de um problema sério. Não temos um abismo fiscal como os Estados Unidos, mas temos, vamos dizer assim, um ligeiro barranco tributário a ser resolvido no Brasil nos próximos 6 meses, que é a questão do ICMS e o risco que ela coloca para os governadores e para as empresas.

Concordo com o que foi colocado por vários Senadores de que a discussão tem que ser cuidadosa, tem que ser com tempo. Estamos discutindo isso há 2 anos. E uma das coisas que temos feito e quero agradecer a participação de todos os secretários do Confaz e de suas equipes técnicas, essa é uma proposta que tem ser discutida por todo mundo. Sei que, por outras razões, muitas pessoas falam que este Governo não discute, não conversa. Acho que essa proposta que estamos construindo é o exemplo de que este Governo discute e conversa. Estamos discutindo essa proposta há 2 anos, estamos ouvindo todo mundo, fizemos várias reuniões. Essa proposta tem sido construída há 27 pares de mãos, todos os Estados têm colaborado. Várias propostas foram apresentadas pelos Estados. Várias sugestões que estão aqui não são ideias da União, são sugestões dos Estados que estamos aprimorando. Uma das coisas que acho positiva é que estamos aproximando o Senado e o Confaz. Vários senhores devem lembrar, no início, quando começamos a discutir, tinha um debate: isso é coisa do Confaz ou isso é coisa do Senado? Isso é coisa do Senado e do Confaz, os dois estão trabalhando juntos. Isso já é um grande avanço para o Brasil, porque a decisão é dos senhores e o saber técnico está no Confaz. Quem mais entende no Brasil são os secretários estaduais e suas equipes e estamos procurando construir um consenso em torno disso.

Como sou um otimista, acho sempre que o copo está meio cheio, acho que temos mais consenso do que divergência, apesar de que – o mais óbvio – debatemos aqui o que divergimos e não debatemos o que concordamos.

Então, há concordância de que algo precisa ser feito; há uma concordância de que é preciso reduzir a alíquota interestadual – a divergência é para quanto e quando –; há uma concordância no formato do que foi

proposto pela União em termos de Fundo de Desenvolvimento Regional – há uma divergência natural de prazo, de quantidade, de qual o volume de recursos, de qual alocação, mas há uma concordância sobre isso –; e há uma concordância também de que podemos avançar nas outras questões federativas, como o FPE – também é preciso fazer uma distribuição no crescimento do FPE, com critérios a ser discutido, fazendo uma transição gradual.

Eu acho que avançamos. Por vários motivos políticos, como o fato do esgotamento da guerra fiscal pela judicialização da guerra fiscal, impõe-se a necessidade de uma solução.

Do ponto de vista de informação, hoje, nós temos uma base de dados da nota fiscal eletrônica que possibilita um sistema como este. E, hoje, temos maturidade e mais consenso. Eu acho que se evoluiu bastante o debate para que se construa a proposta.

Eu queria concluir dizendo os pontos que eu anotei aqui que são para marcar o que são os pontos de divergência.

Na questão do Fundo de Desenvolvimento Regional, nós propusemos 16 anos e os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste propuseram um fundo por 20 anos; nós propusemos um fundo com R\$12 bilhões e os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste propuseram um fundo com R\$20 bilhões; nós propusemos um fundo com 25% orçamentário e 75% financeiro, e eles propuseram o inverso. Para nós, é difícil isso. Eu já argumentei na reunião do Confaz, obviamente, vamos analisar a proposta, mas é difícil, porque quanto mais orçamentário, mais impacto primário dessa transferência.

Na questão da divisão regional, de como vai ser dividido, é uma questão que nós não abordamos aqui, porque é uma questão que vai mobilizar, mas existem vários critérios de como dividir isso: por população, por renda *per capita*. Eu acho que é possível, usando a discussão do FPE, que é a mesma discussão, chegar também a um consenso sobre isso. Mas...

Na questão do Fundo de Compensação de Receitas, há possivelmente uma discussão de qual o melhor formato, como se vão apurar as perdas efetivas. É uma questão bem técnica. É o que falta para nós concluirmos isso. Existem outras propostas de se apurar a perda contábil e aí se aplicar um redutor, que seria mais simples – foi apresentado por alguns Estado, eu não mencionei aqui – que apurar perda efetiva, vendo lei a lei. Também vamos analisar isso.

Na proposta da taxa de juros, há uma concordância com a ideia da União de colocar a Selic e há essa discussão do percentual de comprometimento, que, para nós, implica mudar a LRF. Estamos analisando,

sim, a proposta do Senador Luiz Henrique, mas, a princípio, nesse ponto, a União não vê a possibilidade de avanço no curto prazo.

Na questão da convalidação, eu diria que se está quase lá. Temos as regras de convalidação muito avançadas. A questão da convalidação, na verdade, está amarrada com a questão da alíquota. Se nós chegarmos a um acordo de qual é a alíquota final e quanto vamos transitar, nós fazemos o acordo de convalidação e eliminamos a incerteza jurídica que paira sobre todos os Estados, sobre todas as empresas nos próximos 3 meses. Então, uma coisa está ligada a outra. Por isso, a importância de avançar.

Na questão da alíquota, há divergência, que já foi maior – acho que o copo está sempre meio cheio. Os Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste reduziram a sua proposta. Os Estados do Sul e do Sudeste aceitaram uma transição mais longa. Nós fizemos uma proposta para tratamento da Zona Franca de Manaus e do gás. Alguns Estados propuseram um tratamento diferenciado, mas distribuindo o tratamento entre União e ICMS.

Vamos tentar, agora, diante desses pontos que foram colocados, elaborar, por parte da União, uma proposta de meio termo. Eu não vou ter a audácia de dizer que é uma proposta de consenso, porque uma proposta de consenso são os senhores que vão votar aqui. Agora, eu acho que nós, como União, como foi colocado aqui, temos de assumir um papel nesse debate federativo. Eu acho que tem de iniciar esse debate federativo é a União, como tem feito. Nós ouvimos todo mundo, ouvimos todas as ideias e vamos procurar agora construir uma proposta com os principais de ponto de consenso e enviar para os senhores.

Eu considero esta audiência aqui uma conclusão do trabalho que fizemos. Obviamente, como conclusão, eu não quero dizer que ninguém pode nos mandar opinião. Podem mandar, mas vamos agora apresentar esses resultados ao Ministro Mantega e à Presidente Dilma e, se nós tivermos sucesso e concordância, enviar uma proposta ao Congresso Nacional, na próxima semana. Espero que tenhamos sucesso.

Conto com o apoio de todo mundo nessa empreitada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Nelson Barbosa.

Eu só queria registrar hoje, mais uma vez, o número de secretários aqui presentes: são 16 secretários de Fazenda! Acredito que nunca, na Comissão de Assuntos Econômicos, conseguimos fazer um debate com esse número de secretários de Fazenda, Secretário Trinchão. É quase uma reunião do Confaz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– É uma reunião do Senado e do Confaz.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu não tenho dúvida nenhuma de que a grande pauta... Nós estamos aqui, hoje, divididos com uma série de... São as medidas Provisórias, a 579, a 577, CPI, enfim, uma série de agendas, o Ministro Tombini, que esteve, hoje pela manhã, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, mas, sem dúvida nenhuma, a grande pauta do Brasil é essa pauta que foi discutida aqui.

Eu não tenho dúvida nenhuma, nós estamos... A gente já vem falando sobre isso e debatendo esse assunto com os Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos e, sem dúvida nenhuma... É claro, existem divergências, muito bem colocadas, aqui, pelos secretários e pelo Coordenador Trinchão, mas, inegavelmente, nós avançamos.

Para quem viu esse assunto lá atrás e hoje, nós encontramos, já, as propostas que foram apresentadas: na semana passada, pelo Ministro Guido Mantega; agora, mais detalhadamente, pelo Ministro Nelson Barbosa e pelos secretários de Fazenda.

Eu não tenho dúvida nenhuma. Acho que, talvez, de todos esses projetos, todos eles importantes, o avanço que nós podemos proporcionar a partir do momento em que o Senado analisa essas propostas, a partir de encaminhamentos que podem vir a ser feitos pelo Governo Federal, sem dúvida nenhuma, nós estamos cumprindo um papel importantíssimo para o futuro do Brasil.

Por isso, quero agradecer a todos os secretários de Fazenda, cumprimentar a população de cada Estado aqui representado pelos secretários, cumprimentar os convidados, que fizeram uma exposição muito clara, muito objetiva, defendendo dignamente os seus Estados, e, especialmente, o Ministro Nelson Barbosa, que tem feito um trabalho diuturno, paciente, há mais de 2 anos, dialogando com todas as unidades da Federação e, especialmente, com os secretários de Fazenda.

A vocês todos, o meu muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria cumprimentá-lo pela iniciativa, nosso Presidente da CAE, Senador Delcídio do Amaral, pela relevância disso.

É só o meu registro que tão importante quanto decidir sobre essa questão do ICMS é, junto, tratar, também, da renegociação da dívida dos Estados com

a União. Essas duas questões (*Fora do microfone.*) não podem ficar isoladas.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Esse assunto, Senadora Ana Amélia, já foi tratado aqui, com relação ao indexador, e há uma proposta do Senador Luiz Henrique.

Como disse muito bem, aqui, o Ministro Nelson Barbosa, o Ministério da Fazenda está olhando aquela redução de 15 para 9% da receita corrente líquida para se investir em infraestrutura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero só cumprimentar V. Exª por esta audiência.

Como V. Exª disse, é um momento importante para o Senado, principalmente quando nós reunimos, como foi dito por V. Exª, 16 secretários de Fazenda junto com os Senadores.

Uma das minhas reclamações do debate, nesta Casa, sobre o Fundo de Participação dos Estados é que ele estava andando desconectado.

Existia, por exemplo, um PLS de minha autoria, que é resultado de parte de um debate do Confaz, de um período, existem outros PLS, e estávamos avançando para uma matéria, para um projeto que passa, permita-me assim dizer, muito distante do que o Confaz tem debatido.

Nós temos de reconhecer que aqui é a Casa política e a Casa da decisão política, mas o Confaz é a instância técnica. Não pode ser feito nada aqui, em especial em matéria de ICMS e em matéria do Fundo de Participação dos Estados, se não tivermos, pelo menos, o resultado da maioria do Confaz; já que o Confaz toma suas decisões por unanimidade, sem, pelo menos, aferir as posições consensuais, ou as posições, pelos menos, que sejam da maioria do Confaz. Eu considero isso importante.

Eu acho que este é um momento importante de reunião de Senadores e dos secretários de Fazenda, e me permita fazer uma provocação, Presidente: eu acho que essa mobilização dos secretários de Fazenda tem de ser permanente, durante essas duas semanas.

Nós estamos aí... Dia 31 de dezembro é o último dia do FPE, segundo a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Nós temos que avançar nesse debate em relação ao ICMS e à dívida dos Estados, como já foi citado pela Senadora Ana Amélia. Então, que essas 2 semanas sejam de vigília e acompanhamento permanente por parte dos Secretários de Fazenda, para que o Sena-

do não tome nenhuma decisão que venha a prejudicar qualquer Estado da Federação brasileira.

Cumprimento-o e parabeno-o pela iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Hoje, também, aqui, os Secretários de Fazenda tiveram uma discussão profunda com relação ao FPE. E é uma proposta que, pelo meu entendimento aqui, é diferente da proposta que tem tramitado, à qual V. Ex^a muito elegantemente se referiu.

Portanto, acho que nós temos total condição de também avançar nesse aspecto, até pela imposição já colocada pelo STF. E acredito que os Secretários de Fazenda, com a sua competência, conversando com os Governadores, realmente trabalharam intensamente nessa nova proposta, que, pelas informações que obtive aqui, constitui um avanço importante também.

Não tenho dúvida de que nas próximas semanas nós vamos ter oportunidade de discutir esse tema fundamental também para o País.

Depois de três audiências na CAE hoje, eu dou por encerrados os nossos trabalhos nesta terça-feira.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, CRIADA POR MEIO DO RQS Nº 01/2011-CAE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia nove de agosto do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, com a presença dos Senadores José Pimentel, Armando Monteiro e Flexa Ribeiro e, ainda, dos Senadores Clésio Andrade e Vital do Rêgo. Deixam de comparecer a Senadora Marta Suplicy e os Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique. O Presidente declara aberta a reunião, que tem como objetivo a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema “Sistema Tributário Bra-

sileiro: Transparência e Problemas Fiscais Contemporâneos”, tendo como convidado o Sr. Everardo Maciel, Consultor Tributário. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Armando Monteiro e Flexa Ribeiro. Antes de encerrar os trabalhos, a Subcomissão dispensa a leitura da ata da 5ª reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatorze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Vamos começar a audiência pública da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, que hoje tem como palestrante o Dr. Everardo Maciel, que tem uma longa trajetória como servidor público na Receita Federal e hoje é consultor tributário. Publica regularmente artigos luminosos, inclusive o último, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, do qual me servi quando participei de um encontro promovido pela Fundação Faria Lima, em São Paulo, sobre pacto federativo. Alimentado pelo seu artigo, eu defendi a tese de que não é um pacto no sentido de dizer: vamos sentar aqui, em torno de uma mesa, consultores, juristas, políticos, governadores, prefeitos, e ver o que é melhor. Isso é resultado de lutas, de conflitos, essencialmente políticos.

É interessante verificar que durante o primeiro século depois da independência do Brasil, enfim, desde a Independência até a República, o Brasil viveu sempre um movimento de centralização/descentralização, centralização/descentralização – sístoles e diástoles.

A província da qual o senhor é originário é responsável por duas diástoles importantes: a Confederação do Equador e a Revolução Praieira, que tinham como tema exatamente a relação entre as partes que compõem o nosso País e o Poder Central.

O Dr. Everardo Maciel foi convidado para vir aqui hoje para tratar do tema: Transparência e Problemas Fiscais Contemporâneos, ou seja, um tema muito vasto. Tenho certeza de que ele saberá encontrar aí um fio condutor que nos esclareça os dilemas e os desafios com que nós no Senado, no Poder Executivo e na iniciativa privada somos confrontados hoje, no que diz respeito ao nosso sistema tributário.

Com a palavra o Dr. Everardo Maciel, a quem agradeço imensamente a disposição de estar aqui hoje.

O SR. EVERARDO MACIEL – Senador Aloysio Nunes, quero agradecer-lhe a gentileza, a deferência

do convite para ter oportunidade de falar nesta Subcomissão sobre matéria com que venho lidando nos últimos quarenta anos.

O tema originário seria transparência fiscal. Como tive oportunidade de conversar com o Senador Aloysio Nunes, mencionei que esse tema é tão específico, tão peculiar que permitiria uma abertura para outros temas de igual relevância que podem provocar discussões nesta Casa.

Portanto, vou começar tratando especificamente da transferência e, a partir daí, vou abordar outras questões.

A transparência fiscal como um conceito certamente não é o escopo dessa conferência, nem é o objetivo desta Subcomissão; é um conceito, senhoras e senhores, próprio do Direito Tributário Internacional. Entretanto, como estamos falando aqui de avaliação do sistema tributário brasileiro, vamos usar “transparência” não no sentido clássico da palavra, mas como é visto mais prosaicamente na nossa doutrina, na nossa literatura tributária.

Há dois casos específicos. Um é o da chamada incidência por dentro, que Isaías Coelho, um bom tributarista, qualificou como uma possível prática ultrafiscalista. A tributação por fora, quer dizer, a cobrança de um imposto para além do valor, chamada cobrança *ad valorem*, existe desde Roma. Já a cobrança por dentro é uma prática brasileira, que foi introduzida com o ICM, hoje ICMS, em que, em lugar de se cobrar o valor do produto mais o imposto, sendo esse imposto agora um percentual do produto ao qual se soma, o próprio produto contém o imposto. Então, por exemplo, uma alíquota de 18% por fora equivale a uma alíquota de 21,9% por dentro, porque essa alíquota, por dentro, está tomando a própria alíquota, a alíquota é a base de si mesma.

Bom, essa é uma característica do Sistema Tributário Brasileiro. Isso se estende a outros tributos. Foi o caso, por exemplo, do PIS e COFINS. No PIS e na COFINS, o ICM, a COFINS e o próprio PIS são base do PIS. Assim, como também para a COFINS, o ICMS, o PIS e a própria COFINS são base dessa própria contribuição.

Essa matéria está em discussão no Supremo Tribunal Federal. É uma matéria extremamente relevante do ponto de vista fiscal para o País, porque a repercussão disso é inimaginável. Há uma ação direta de inconstitucionalidade, que está sendo apreciada, sobre a qual o Supremo ainda não se definiu definitivamente. E uma mudança desse gênero é uma mudança realmente extremamente impactante nas contas fiscais do País.

A verdade é que objetivamente ela é mais cara. Se conseguiu no Brasil, no final dos anos 1990, eliminar, por meio de uma medida provisória, convertida em lei pelo Congresso Nacional, eliminar o que acontecia com a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, onde ela era base de si mesma. Ela deixou de ser base de si mesma. Quer dizer, essa situação foi prevenida em relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Mas remanesce em relação ao ICMS e remanesce também em relação ao PIS e a COFINS. IPI, não. O IPI sempre teve cobrança por fora.

Bom, quais são os efeitos perversos dessa situação? São dois. Primeiro a falta de transparência. Alguém diz: tem uma alíquota de 18%, mas 18% não são 18%. São, na verdade, 21,95% só olhando o ICMS, sem olhar qualquer outro tributo. Quer dizer, ele confunde.

Além disso, tem uma outra questão, essa eu acho mais grave, porque a outra é uma questão estritamente aritmética. Passar de 18% para 21,95% não afeta nada em relação ao tributo. Torna-se mais claro, mas o valor a pagar do imposto é o mesmo. Mas ela tem um efeito perverso mais grave porque é o efeito cumulativo, porque uma alteração no ICMS pode repercutir sobre o valor da COFINS. E o objetivo não era alterar o COFINS, era alterar o ICMS. Da mesma forma que uma alteração do ICMS pode repercutir sobre o PIS, ou melhor dizendo, repercute sobre o PIS.

Então esse é um efeito indireto, não desejável.

Agora, modificar isso para traz, diria que tem uma repercussão fiscal quase inadministrável, para Estados, para União.

Por outro, para frente, quer dizer tem um custo essa mudança. Todas as alíquotas têm que ser redimensionadas. E é um redimensionamento cujo final é imprevisível. Imprevisível qualquer conceito que se queira dar a imprevisibilidade.

Segundo aspecto em relação à transparência é o que está estabelecido no art.150, § 5º, da Constituição, quando diz que lei determinará medidas para que os consumidores seja esclarecidos a cerca dos impostos que incidam sobre mercadoria e serviço. Primeiramente, lembrar que estamos aqui no capítulo que falamos das vedações ao poder de tributar. Nós estamos falando de direitos do contribuinte. E é nesse campo que está inscrito este § 5º do art. 150.

Agora, entretanto é uma norma que não tem eficácia plena porque ela está condicionada à existência de uma lei. Portanto, tem eficácia limitada.

Além disso, ela goza de um outro tipo de limitação. Certamente porque àquela época não tinham relevância as contribuições, à época da Constituição, a maior relevância era dos impostos, e notadamente IPI, ICMS, o texto constitucional falou de impostos e

não de tributos. Portanto, não alcança as contribuições, mas, se não alcançar as contribuições, essa informação é letra morta. Ela não quer dizer absolutamente nada. Não tem nenhuma serventia. Então, envolve uma contradição, que é compreensível, sem fazer nenhum juízo de valor sobre a norma, porque à época não havia a importância das contribuições incidentes sobre os produtos e mercadorias. (Pausa.)

Desculpa, sobre mercadorias e serviços, quero dizer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – E essa lei não existe. A lei...

O SR. EVERARDO MACIEL – A lei não existe e digo que é uma lei que se tem que olhar com muito cuidado. Por quê? Porque há muita dificuldade para a sua implementação.

Imaginemos, sem fazer muita confusão, o ICMS, cujas alíquotas são distintas por produtos, por Estados, a depender da operação interestadual, a depender do crédito que foi tomado, com a existência de créditos presumidos, com a existência de créditos outorgados, com a existência redução de base de cálculos, com isenções parciais, com isenções totais, etc, etc, etc. Quando alguém, para calcular por produto, for fazer aquela conta que vai ser colocada à disposição do contribuinte, essa será rigorosamente uma tarefa bastante onerosa para ele, contribuinte agora, que está fazendo alienação da mercadoria ou está prestando serviço, sobretudo, para mercadorias se aplica melhor. Portanto, tem custos, e tem um custo agora para o comerciante, aquele que está na ponta do varejo, porque ele vai ter que calcular. Agora, imaginemos o seguinte, e não seria nada fora de propósito, se esse faz o cálculo errado, e faz o cálculo errado porque o sistema é complexo. Quando faz o cálculo errado, vai dar oportunidade, ao ingressar na Justiça, para discutir se o imposto era aquele ou não era aquele por parte do consumidor final, ou seja, colocamos um ingrediente adicional nas nossas discussões, nos nossos litígios tributários.

Além disso, o seguinte: onde ele é mais visível, ele já existe, sem precisar de nenhuma lei. Ele existe na incidência de energia elétrica, existe nas telecomunicações. Todos veem, nas contas de luz, telefone, a discriminação dos tributos. Isso não resulta de nenhuma lei particular, não. Quer dizer, quase espontaneamente se faz isso. No IPI também. No IPI, que, por definição, é por fora, é absolutamente visível.

Diria, portanto, em relação à primeira questão de transparência, como caso típico brasileiro, que os dois casos teriam de ser vistos com extremo cuidado, primeiro, pelo trabalho enorme de redimensionamento de todas essas alíquotas, que corresponde a quase construir outro sistema tributário, e, segundo, por al-

guém poder levantar a restrição de que a norma está incompleta. Está falando de impostos. Não está falando de PIS, não está falando de COFINS, que incidem sobre o produto. Portanto, está incompleta a informação. Além disso, o custo que isso vai representar pela apresentação dessa informação, por mais que tenha sido louvável o objetivo da norma. A norma é absolutamente interessante. Agora, ela não se aplica bem à realidade brasileira. Acho que gera algum tipo de situação.

Bom, mas, ao fazer isso, permitam-me, então, fazer algumas digressões despretensiosas de algumas questões sobre o sistema tributário brasileiro. Vou levantar algumas indagações:

O sistema brasileiro é complexo? É complexo como são todos os sistemas tributários do mundo.

Klaus Tipke, certamente um dos maiores tributaristas vivos, um alemão, que escreveu um livro maravilhoso, chamado *Moral Tributária do Estado e dos Contribuintes*, dizia que, em todas as democracias parlamentares do Ocidente, se denuncia o caos tributário e se exige a simplificação tributária. Isso não é um fenômeno brasileiro. Victor Tanzi também economista, talvez o mais reputado economista especializado em tributação vivo, que me deu o privilégio de fazer o prefácio de um de seus últimos livros, no prefácio menciona que o Vitor chegou a conversar comigo, afirma que a legislação tributária do imposto de renda americana tem 65 mil páginas e que existem 600 modelos diferentes de declaração. Ele dizia que quem estiver reclamando contra o sistema tributário brasileiro pode tirar umas férias para declarar o imposto de renda nos Estados Unidos, porque voltaria convertido e achando que está no paraíso fiscal.

Do mesmo jeito, a tributação sobre a renda no exterior, na Europa, é também extremamente complicada. Os sistemas tributários são complicados, porque a vida ficou complicada, as relações ficaram complicadas no mundo globalizado. Não que eu esteja definindo a complexidade. Ao contrário. O esforço a dizer agora é o seguinte: eles faziam um esforço para reduzir a complexidade, mas não se deve considerar o Brasil como sendo o patinho feio da história, como sendo o único país do mundo que tem um sistema tributário complexo. Os americanos e europeus admiram muitíssimo o sistema tributário da renda brasileiro como extremamente simples e eficiente, exatamente o contrário do deles: complexo e ineficiente.

Iniquidade. O sistema brasileiro é iníquo? Tem iniquidades. Todos têm. Tem virtudes também.

A tributação brasileira sobre a renda é paradigma internacional. Não existe um país do mundo que tenha feito, como nós fizemos, algo como integração entre pessoa jurídica e pessoa física, em que não há

bitributação. É o único país do mundo que não tem. O Brasil é o único país do mundo que estabeleceu juros remuneratórios do capital próprio, que estabeleceu uma diferença, do ponto de vista tributário, entre os investimentos diretos realizados pelo investidor estrangeiro e os investimentos feitos sob a forma de financiamento.

Fala-se muito da regressividade do sistema tributário brasileiro. Essa regressividade é sempre apontada pela prevalência dos tributos indiretos. Eu digo que há uma tendência mundial de prevalência dos tributos indiretos sobre os diretos e essa regressividade, às vezes, é mal estudada, porque parte do pressuposto de que existe uma única alíquota de tributos indiretos no Brasil, o que não é verdadeiro. Portanto, essa é uma presunção.

Não se pode dizer aprioristicamente que a tributação direta ou a tributação indireta seja ou não seja regressivas. Temos alguns fatos impositivos. A Constituição brasileira diz que a tributação de renda no Brasil tem que ser progressiva na forma da lei, porque não existe um conceito único de progressividade. Os conceitos de progressividade e regressividade são relativos. O que se pode dizer é o seguinte: este sistema é mais progressivo do que aquele; este sistema é mais regressivo do que aquele, mas não há um padrão absoluto de progressividade nem de regressividade. São todos conceitos relativos.

Sobre o tamanho da carga brasileira, o Brasil tem uma carga tributária elevada? Todos dizem que o Brasil tem uma das mais elevadas tributações de renda entre os países com o mesmo grau de desenvolvimento. Isso é verdade. Para isso lembro um provérbio beduíno: quem amordaça um falcão se obriga a alimentá-lo.

A carga tributária é elevada porque a despesa é elevada. A nossa opção foi por um Estado de bem-estar social incompleto, ruim, deficiente. Essa foi a opção constitucional brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Reafirmada a cada dia nesta Casa.

O SR. EVERARDO MACIEL – Pois bem. Se tem despesa, tem carga tributária. Não é preciso dizer aquela frase sobejamente conhecida que não existe almoço de graça. Se vai ter programas sociais, vão ser alimentados com recursos públicos. Recursos públicos exigem carga tributária.

A despesa é mal administrada? Há desperdício? Há corrupção? São todos problemas que não têm a ver com a carga tributária, porque essa parte do pressuposto de que existe uma despesa agregada. Se ela poderia ser melhor, deveria ser melhor? Sim. A resposta é positiva, mas não significa dizer que nessa circunstância ela vai diminuir.

Olhar para reduzir carga tributária é olhar para a despesa. Quem faz carga tributária é despesa, não é imposto. E toda despesa, quando se vai discutir o assunto, costumo dizer que não há despesa órfã, quer dizer, toda despesa tem pai e tem mãe. Se alguém vai cortar uma despesa, dizem: “Esta aqui não; corta aquela que é melhor”. Esse conflito, que é natural, quase indispensável nesse tipo de relação, faz com que seja muito difícil reduzir uma carga tributária, porque é muito difícil reduzir o nível de despesa. Não é uma coisa nem um pouco trivial e não se faz em um instante.

Portanto, temos um sistema complexo? Sim. Temos um sistema complexo como são todos complexos. Temos problemas tributários? Sim. Nós temos problemas tributários; todos têm. O tamanho da carga tributária é elevado? Sim. É elevado porque a despesa é elevada. Que trabalhos têm que ser feitos? Reduzir a complexidade, reduzir as iniquidades, mas não compreendendo que somos diferentes do resto do mundo, que todo mundo vive num paraíso e o Brasil vive num inferno e que o tamanho da carga tributária...

Quando se fala que a carga tributária americana é inferior à brasileira, digo que, como proporção do PIB, naturalmente sim, porque as despesas são efetuadas pelo contribuinte por uma extraordinária possibilidade de deduções. Então é um modelo de Estado. Você pode dizer: “Olha, eu vou lhe oferecer saúde universal e gratuita” ou posso dizer: “Não, não vou oferecer, mas o que você gastar deduzirá do imposto de renda”. Se você deduz do imposto de renda ou de qualquer outro tributo, é claro que a carga tributária vai diminuir, mas não diminuiu sua renda pessoal disponível; sua renda pessoal disponível pode ter sido constante. É apenas uma maneira de gerir uma determinada atividade pública e não outra coisa. É literalmente isso.

Reforma tributária. Reforma tributária, que é um ponto central dessas questões, é a confluência de várias lógicas. Primeiro, toda reforma é fascinante, porque reforma é justamente dizer algo que pode ser melhor do que o que eu tenho hoje. Qualquer coisa – reforma monetária, reforma cambial, reforma tributária, reforma política – é explicada pela lógica das expectativas.

Todos querem uma reforma, mas não é algo que se explique de imediato. O que é essa reforma? Reforma é um termo aberto, é um tema aberto para qualquer coisa. Não há quem possa dizer... Todos aqui nesta Casa dizem: “Eu quero a reforma política”. Mas certamente querem a sua reforma política, ou seja, não existe a possibilidade de dizer que todos nesta Casa sabem perfeitamente qual seria a reforma política. Isso não existe nem aqui e nem em lugar algum do mundo existiria.

Segundo, as reformas e os sistemas resultam de intenções políticas. Quer dizer, não se reúnem tributaristas – e seria um desastre se fosse assim –, não se reúnem tributaristas, juristas, economistas e dizem: “O sistema tributário será este”. Não. Os sistemas tributários são aprovados pelos parlamentos e o parlamento é a casa da política, a casa do conflito. Então todo sistema tributário é por definição imperfeito. E não poderia ser de outra forma. E é isso que explica a lógica da expectativa em relação à reforma.

Segundo, com o tempo, ele se torna obsoleto, porque responde a uma determinada realidade. Por exemplo, o Brasil, até 1995, não fazia tributação em bases mundiais. Tributação em bases mundiais consiste simplesmente em dizer o seguinte: na tributação de uma corporação, de uma pessoa jurídica no País, eu tomo em conta não só os resultados auferidos no País, mas os resultados *offshore* dessa própria empresa – nisso é dito de uma maneira simples o que a tributação é em bases mundiais. Contrasta com isso a tributação em bases territoriais, ou seja, onde se tributam apenas os resultados auferidos *onshore*, dentro do próprio território. O Brasil tributava assim até 1995. Desde 96, tributa em bases mundiais, como quase todos os países do mundo fazem hoje.

Era necessário fazer isso nos anos 70? Não. Ou seja, a globalização não era tão expressiva que justificasse algo dessa natureza. A globalização impôs esse tipo de mudança ao Brasil e aos outros países. Daí porque também é explicada a reforma pela lógica dos processos, quer dizer, não tem um dia da reforma.

Ontem eu lia – há um grupo de tributaristas que se reúnem, nós trocamos informações no mundo inteiro –, eu ouvia as discussões ontem, sexta-feira, digo melhor, sobre o debate da reforma tributária britânica, como recentemente tivemos os debates sobre a elevação do teto da dívida dos Estados Unidos, envolvendo também a reforma tributária americana. Reforma tributária é um conceito atemporal e universal que está explicado na confluência dessas várias lógicas.

Quais são as questões básicas que envolvem uma reforma tributária?

Primeiro, é um embate. Usei uma expressão típica do partido verde alemão, um embate entre os reais e os fundis, entre os realistas e os fundamentalistas, os que querem mudar o mundo inteiro e os que são mais pragmáticos, que querem mudar o que é possível mudar naquela ocasião do tempo. Esse debate existe o tempo inteiro. Eu tenho um partido: estou sempre nos reais. Tem outros que pertencem ao partidos dos fundistas. Nós nos respeitamos, nos tratamos bem, mas pertencemos a tendências distintas.

Segundo, é a abrangência das reformas. Mas se diz muito “mas isso é uma reforma pífia”, e se usa até de maneira mais pejorativa: “isso é apenas um remendo, não é uma reforma”. Mas, olha, todas as vezes que ampliamos o espectro de uma reforma, nós maximizamos as tensões políticas, e a maximização das tensões políticas quase que inevitavelmente resulta em impasse. Não vai a lugar nenhum, porque fica “a” contra “b”, “b” contra “a”, “a” e “b” contra “c”, “c” contra “a” e “b” e não se vai a lugar nenhum.

Um erro, às vezes, grosseiro, quando se trata desse assunto em federações como o Brasil, é confundir, por exemplo, o tratamento em questão de carga tributária, que é matéria de despesa, com matéria de federalismo fiscal, partilha de renda entre os entes federativos, e qualidade de sistema. Se entrou o assunto federalismo fiscal, acabou o resto. Não se discute mais nada. No Congresso Nacional, toda vez em que se discutiu algo como “vamos tentar fazer uma reforma assim ou assado que tem mudança no fundo de participação dos Estados”, esse passa. É natural, porque tem apelo político. É mais forte. É mais poderoso do que qualquer outro.

A terceira questão, há que se advertir, são os perigos da via constitucional. Não existe nenhum país do mundo que tenha tal densidade de matéria constitucional quanto o Brasil. Nenhum! Quero dizer em matéria tributária. Todas as vezes em que nós ingressamos com uma discussão constitucional, estamos tornando mais rígida a matéria tributária dentro da Constituição. Eu não me recordo com precisão do número, mas vou dizer algo assim. Entre normas de todos os tipos na Constituição brasileira, quero falar de artigos, alíneas, parágrafos, incisos, números, há alguma coisa como uns 250. Na última proposição de um projeto que se estava discutindo na Câmara, o projeto tinha 365 normas do mesmo gênero. Nós temos 250 e queriam acrescentar 365. Isso é inadministrável e explica as dificuldades enormes que temos para resolver questões técnico-jurídicas na área tributária.

Por exemplo, o conceito de cumulatividade. Nós colocamos isso na Constituição, mas o que é cumulatividade? A Constituição diz que o ICM é não cumulativo. Se é não cumulativo e tem 20 bilhões de créditos acumulados, como é que não é cumulativo? Os créditos acumulados são inconstitucionais? Não, eles são realíssimos. Eles existem. Estão ali para mostrar o seguinte. Eu sou capaz de escrever, e não sei ser nenhum gênio nessa matéria, dez definições diferentes de cumulatividade e todas as dez certas. Ou seja, levamos a discussão sempre ao Supremo Tribunal Federal para ele esclarecer uma palavra que está na

Constituição que é uma palavra técnica, mas tão técnica quanto outra qualquer.

A quarta questão é o servilismo intelectual, que é a transposição, a crítica de modelos estrangeiros. Vamos adotar um IVA. Você me pergunta: mas nós não temos um IVA? Não. Nós queremos um IVA europeu. Por que é o IVA europeu? Essas transposições são desastrosas.

Eu tive, em uma ocasião, um fato de que não me esqueço. Muitos países do mundo, 150, ao redor disso, adotam o IVA como forma de extração tributária no consumo. Um colega meu falou que foi implantado o IVA em Moçambique. Tratando de outro assunto, eu estava em Moçambique e fui verificar se o IVA havia sido implantado. Bom, duas constatações. Primeiro, eu não conheci ninguém que não trabalhasse no fisco e soubesse o que queria dizer a palavra IVA, ou seja, nenhum contribuinte ouvira falar desse assunto que já estava implantado há três anos. Alguns me olhavam com muita reserva e eu não sabia o que estava se passando, até que descobri que a expressão *uiva*, falado dessa maneira, no dialeto de Maputo, significa roubar. Então, eu estava perguntando se as pessoas... Não cuidaram nem de escrever uma palavra que não criasse nenhum conflito com o dialeto local.

Uma quinta questão é o medo da mudança. Mudança tem custo. Então, o erário tem receio. “Vou fazer uma mudança e se a arrecadação cair, como é que eu faço, como é que se faz? Eu não cortei a despesa e aí?” O medo dos agentes econômicos.

Recentemente, eu estava defendendo uma tese que era a tese da chamada anterioridade ampla, e me pareceu que seria uma coisa universal. Todos seriam a favor. Anterioridade ampla queria dizer o seguinte: temos hoje a anterioridade, a anualidade, uma falsa anualidade, porque de 31 de dezembro para 1º de janeiro é considerada anualidade, a noventena. Na realidade, o orçamento é encaminhado em agosto, mas não se sabe exatamente quais os tributos que aparecerão de agosto a dezembro. Também aqui o Senador Francisco Dornelles chegou até a apresentar um projeto muito bem construído sobre esse assunto dizendo que só poderiam ser cobrados, só podiam ser exigidos ou instituídos tributos que tivessem sido constituídos até junho do ano anterior. Parece absolutamente lógico, racional, mas um grupo econômico, um setor econômico foi contra nos debates. Eu disse “olha, eu já vi muita coisa e queria que vocês me explicassem por que são contra, porque me parece uma coisa tão razoável”. Eles responderam de maneira definitiva: “Porque muda e nós não queremos que mude nada, porque a situação como está está ótima para nós e qualquer mudança é ruim”. Isso é fato. Quer dizer, coisas como

essa existem e, portanto, o medo à mudança existe. Não é só do erário, é dos agentes econômicos e das corporações.

Vamos federalizar o ICMS, por exemplo. Com certeza, vão estar aqui neste Congresso, todos os dias fazendo campanha, todos os fiscais do ICMS do Brasil, porque você está tirando o negócio da vida dele. Eu não estou nem fazendo um juízo de valor, se certo ou errado, mas existe isso. Essas coisas existem.

O método de reforma. O método de reforma, em minha percepção, são soluções focalizadas. Vamos resolver problemas. Não é jogar a água fora com a criança da bacia. Vamos separar. Quais são os problemas? Vamos enfrentar os problemas e implantar gradualmente.

Eu recolhi uma frase de uma pessoa por quem tenho grande admiração que é Santiago Dantas: “O Direito Civil é o campo das aquisições lentas, das transformações aluvionais.” Tomei essa frase para construir essa solução que a chamei de “a estratégia das transformações aluvionais”.

Focos de reforma. Que foco você quer dar na reforma? É desburocratizar? Há uma lista imensa de assuntos para desburocratizar. Competitividade? É simplificar sistema? Pode simplificar sistema? Pode simplificar. Quer dizer, não precisa fazer nenhuma mudança constitucional para simplificar o ICMS. Basta vedar a redução de base de cálculo. Só isso. Já é uma simplificação de 70%. Isso é matéria de lei complementar.

Algo que nunca é tratado: efetivação dos direitos dos contribuintes. Não é razoável, como hoje tem sido feito, a imputação da responsabilidade sem uma observância mínima do direito de defesa, quer dizer, de princípios constitucionais consagrados no mundo inteiro.

Essas regras podem ser tratadas não necessariamente ao mesmo tempo. Podem ser tratadas em comportamentos estanques. Eu faria uma lista de 20 ou 30 assuntos dessa natureza que podem ser tratados dessa forma.

Dois caminhos perigosos. Sempre que se aborda a reforma tributária, há dois assuntos que entram invariavelmente em discussão. Um é a adoção do chamado princípio do destino do ICMS. O Princípio do Destino do ICMS quer dizer rigorosamente reduzir a zero a alíquota do ICMS nas operações interestaduais. O imposto passa a ser cobrado apenas no destino, não na origem. Nessas discussões, frequentemente, se desconhece por que esse Princípio do Destino do ICMS não foi utilizado há tanto tempo no mundo. Quais são as razões? Quando se pensou originalmente... Talvez pouca gente saiba disso, o IVA foi criado na França. Foi instituído na década de 50. O Brasil foi o segundo país do mundo a adotar uma forma de tributação do

tipo IVA. Foi o segundo país do mundo a fazer isso e, ao fazer, à época, estava em moda o chamado relatório Noimark, de um grande tributarista alemão, que falava na adoção do princípio da origem estrita, quer dizer, da cobrança inteira do imposto na origem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVERARDO MACIEL – De 1965, na reforma de 1965.

O Brasil, talvez pouca gente saiba disso, foi o segundo país do mundo a adotar o IVA. Foi o primeiro país do mundo a fazer cobrança de imposto em rede bancária. Foi o primeiro país do mundo a ter um órgão de apoio na área de informática para a administração tributária. Foi o primeiro país do mundo a fazer a fusão de tributos internos em aduana. Foi o primeiro país do mundo a utilizar efetivamente a *Internet* para fins de declaração de impostos. Com exceção desse último, todos os outros feitos na década de 60. Ele é apontado como um país de pioneirismo nessas coisas, apesar de todas as críticas que aqui se faz. Agora, ele é diferente dos outros? Sim. Tudo tem uma explicação de história, de política e por que é que ficou assim.

Por que não se adotou o princípio do ICMS, princípio do destino do ICMS? Primeiro, a propensão a sonegação. Se eu tenho uma alíquota interestadual zero, tenho uma alíquota interna de 21, as pessoas vão fazer um esforço enorme para fazer com que a operação interna seja interestadual, porque tem uma redução, via sonegação, de 18% na alíquota do imposto. Então, ele estimula a sonegação.

Segundo, acontece que Estados perdem e Estados ganham. Se Estados perdem, esses Estados vão demandar compensação; se Estados ganham, eles incorporam ao seu fluxo corrente de caixa. Então, significa dizer que quem paga isso é o contribuinte, porque vou ter de ter fundos para fazer a compensação dessas perdas fiscais aumentando a carga tributária.

Terceira questão, vamos imaginar uma empresa que tem operações, exclusivamente, em uma operação interestadual. Então, para essa empresa, digamos, localizada no Distrito Federal, as suas saídas vão com alíquota, mas ela tem crédito. Ela tem crédito, mas não tem débito, pelas etapas anteriores que incorporou no seu processo produtivo. Estão com mais crédito do que débito. Então, o que se faz com isso? Acumula-se crédito. Acumulando crédito, ela vai pedir restituição. Fui 16 anos Secretário de Receita e de Fazenda e se alguém me perguntar qual é o problema mais complexo na área de administração tributária, posso dizer que é a restituição. Todo resto o contribuinte faz, espera homologação tácita ou expressa por parte do Estado. Nela, há intervenção do agente, do funcionário do Estado. Quando ele entra, assume uma responsabilidade pelos

fatos. Então, ela é naturalmente morosa. É inerente a isso. Pedir acumulação de crédito é seguramente um desastre. Posso dizer que isso leva à falência todas as empresas que têm um volume muito grande de operações interestaduais. Alguns amigos meus quando falam disso dizem: “Não, Everardo, você sabe como resolver isso.” Eu não sei como resolver. Isso não tem solução.

A quarta questão é a fiscalização extra territorial. Se é o princípio do destino, a quem interessa o imposto que está sendo cobrado num determinado Estado onde ocorreu a operação interestadual? Ao outro Estado, não àquele onde está a sede da empresa. Então, nós vamos fazer com que uma empresa localizada em São Paulo, por exemplo, passe a ser fiscalizada pelo fisco de todos os Estados do Brasil, porque o interesse no imposto não está mais em São Paulo, mas em Pernambuco, porque saiu com alíquota zero ou próximo de zero, que seja.

A segunda ideia é essa pretensão de sacralizar o modelo libero– europeu.

Roberto Campos uma ocasião me disse que mais grave que profanar o sagrado é sacralizar o profano. Ele disse que não tinha dito isso e eu disse que, se não quisesse, eu ficaria com a frase. A frase é dele.

O IVA, como eu dizia, é um modelo interessante, mas tem muita vulnerabilidade. Foram 150 países do mundo que adotaram, mas só funcionou bem na Europa e alguns países da Ásia. Fora disso, não. Os Estados Unidos não têm IVA. Os Estados Unidos tem *sale tax*. Nos países da América Latina, isso é um desastre completo. É uma sonegação absoluta, porque está partindo do pressuposto de que o consumidor final vai pedir uma nota fiscal, o que não é verdadeiro. A Itália chegou a estabelecer até a proposta de prisão da pessoa que não pedisse a nota fiscal. Falso. Apenas um dramalhão italiano que não funcionou e que não deu certo. Ele, primeiro, só existe efetivamente na Europa e em alguns países da Ásia e, segundo, tem extrema vulnerabilidade. Tem alguma coisa melhor do que ele? Por enquanto, não.

Segundo, é a federalização do ICMS. Isso é uma fantasia absoluta. Isso não tem viabilidade nenhuma. Somente seria possível, se houvesse, estou usando apenas como imagem, a possibilidade de cometer um genocídio envolvendo todos os governadores, todos prefeitos, todos os deputados estaduais, todas as corporações fiscais estaduais. Fora disso, esqueçam essa possibilidade. O ICMS deveria ser um tributo federal? Em princípio, sim, mas eu compreendo porque ele foi estadual. Pelas críticas que se faziam na época à centralização do projeto de reforma de 65. Além disso, veio sucedendo o IVC, que era estadual. Não se sabiam quais seriam os problemas decorrentes de

um imposto como o IVA no âmbito estadual, porque o IVA só existia na França, que é um estado unitário. Portanto, não se conhecia os problemas do IVA no âmbito de uma federação.

Agora isso é um fato, um fato político. O que se pode tentar e mitigar os problemas. É completa fantasia, não tem viabilidade nenhuma, de nenhuma natureza, sequer técnica, quanto mais política, se pensar em federalização de ICMS. O ICMS é um imposto estadual. Então, temos de pensar como se corrigem os problemas. Fora disso, eu acho que entra no campo da fantasia.

Eu escrevi propositalmente três ou quatro problemas fiscais conflituosos e inadiáveis. Isso tem data marcada. Por isso, falei que era inadiável. Primeiro, são os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e, ninguém está falando, do FPM também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVERARDO MACIEL – O problema é o mesmo, é exatamente o mesmo.

Segundo, são os critérios de rateio dos *royalties* de petróleo, um problema real, já discutido aqui, neste Congresso. Depois, a guerra fiscal do ICMS. E quarto, que eu fiquei na dúvida se incluía ou não, pela polêmica que ele envolve, a revisão do indexador das dívidas estaduais com a União.

Vou falar do primeiro.

O Fundo de Participação dos Estados, até o final dos anos 80, era repartido com a regra estabelecida no art. 88 do Código Tributário Nacional. O que estabelecia? A população, ele era diretamente proporcional à população, e o inverso da renda *per capita* por faixa. Chamei atenção para “por faixa” para dizer que não é proporcional, não é uma regra de três. Qual a participação relativa da população da unidade da federação, sobre o total do país? Não, não é assim. Numa faixa de tanto a tanto, tem um determinado fator; em outra de tanto a tanto, outro fator. O mesmo em relação à renda *per capita*. Foi isso que induziu, no caso do Fundo de Participação dos Municípios, a criação de muitos Municípios no Brasil. Por exemplo, de zero a 50 mil de população, todos têm o mesmo fator. Então, se eu tomasse um município com 49 mil habitantes e dividisse em dois de 24,5 mil habitantes cada, teria agora não exatamente o dobro, porque seria um pouco menos que isso, mas quase o dobro disso. Então, seria conveniente dividir: quanto mais eu dividisse, mais eu ganhava. A área territorial tinha uma participação pouco expressiva de 5%.

A Lei Complementar nº 62, de 1989, estabeleceu coeficientes fixos. O argumento era as dificuldades do censo de 90. Foram muitos discutidos na época. Os

valores passaram a ser vistos. A pretensão era de uma vigência de dois anos. Entretanto, isso permaneceu até agora. Mas qual é o princípio constitucional que informa esses critérios de rateios? Está no Art. 161, inciso II, da Constituição, que diz que esses critérios de rateio visam ao equilíbrio sócio-econômico entre os Estados e os Municípios. Esse é o critério. O Supremo Tribunal Federal, em 2010, apreciando uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão, é interessante esse caso, decidiu por unanimidade que esses critérios fixados na Lei Complementar nº 62 são inconstitucionais. Modulou os efeitos até o final do exercício de 2012, o que foi muito sensato. Não dava como acertar o passado nisso. Seria materialmente impossível. Agora, estabeleceu uma sanção: as transferências à conta do Fundo de Participação dos Estados serão suspensas, caso não sejam estabelecidos critérios compatíveis com a Constituição. Então, há um prazo, 31 de dezembro de 2012, para aprovar uma lei complementar que observe esse princípio constitucional; caso contrário, não há fundo de participação dos Estados, por decisão do Supremo Tribunal Federal, o que equivale a uma catástrofe. Portanto, significa dizer: temos problemas. Isso tem de se tratado, isso tem de ser resolvido. E tem data. Quer dizer, o Congresso Nacional tem de entrar nesse assunto, para oferecer uma solução.

Eu vou falar de parâmetros para a fixação de novos critérios de rateio, o que eu acho que deveriam servir como parâmetros. Eu não estou oferecendo uma solução, estou falando de parâmetros. Nenhuma entidade pode ter perda nominal de recursos em virtude de qualquer que seja o critério, porque não importa se o critério era bom, se o critério era ruim; enfim, o que fosse. Mas esse critério gerou despesas e essas despesas são inflexíveis. Você não tem como demitir pessoas; você não tem como rever nada disso. Ela existe. Então, qualquer que seja o critério, ele não pode estabelecer nenhuma perda nominal para qualquer que seja a entidade.

Portanto, essas mudanças têm de ser operadas na margem, no que existir de acréscimo da arrecadação destinada ao Fundo, no meu modo de entender, sob pena de criar problemas insolúveis, do ponto de vista das entidades federativas.

Terceiro ponto: devem ser evitadas alterações na partilha. Nós estamos falando só de critério de rateio, não de partilha, porque há uma tendência frequente de confundir os dois assuntos; segundo, também de constituição de fundos compensatórios de qualquer natureza. Vamos fazer isso e, se faltar, a União cobre. Isso é comprar uma briga, comprar um problema. As soluções, na minha avaliação, devem se operar dentro do próprio fundo, não fora dele.

Depois, critérios instáveis ou sujeitos a questionamentos. Eu tenho um critério, seja lá qual for; eu não quero nem dar um exemplo particular, com um determinado parâmetro que eu quero estabelecer para ratear o fundo de participação dos Estados, que é um critério que é uma discussão sobre esse conceito. Então, nós vamos transformar isso numa briga judicial. Ele tem de ter esses critérios simples e que não sejam estáveis. Quer dizer, isso não pode estar mudando todos os dias. Não pode ser para o ano muda; no outro ano, fica de uma forma; no outro, fica de outra. Isso, com certeza, pelo que posso dizer da minha experiência, vai gerar problema.

Qual é o dilema básico? Eu acho que tem esses dois caminhos: um, é a equalização da receita fiscal; o outro, é utilizar inverso de renda per capita, não por faixas, mas absolutamente proporcional. Há vantagem e desvantagem. A equalização da receita fiscal é um conceito tecnicamente mais elaborado, um conceito mais sofisticado, é um padrão internacional. Mas ele envolve uma variável que é perigosa e pode dar algum tipo de discussão. O que significa dizer que ela tende, no limite, a tornar a receita per capita constante, igual, quero dizer.

Agora, acontece o seguinte: ali tem receita de ICMS. Já posso discutir: inclui multa ou não inclui multa? O Estado não foi suficientemente eficiente. Aí ele vai receber mais? O outro vai dizer: “Olha, eu vou perder recursos do meu Estado para o seu Estado, porque você foi ineficiente na cobrança do ICMS.” Ou seja, ele abre contenciosos perigosos, inverso de renda per capita. Ele não tem as virtudes técnicas da equalização da receita fiscal. Entretanto, como ele é um critério exógeno, ele não tem a ver com essas questões, ele me parece um critério de mais fácil compreensão, mais simples.

Critérios mais complicados como esse, às vezes, dão problema do seguinte tipo. Eu tive a experiência, como Secretário da Fazenda de Pernambuco, em 1979, em que o critério de rateio do ICM – aproveito para contar essa pequena história – era valor agregado do ICM. Eu lembro que um prefeito muito espirituoso do meu Estado disse que não esquecia mais, porque colocou o nome de um bezerro como valor agregado, porque não sabia bem o que queria dizer isso, mas, quando se lembrava do nome do bezerro, sabia que ia discutir isso, assim como colocou outros nomes estranhos, de coisas que ele não compreendia, apenas para se ter um elemento mnemotécnico. Mas esse critério podia ser alterado se os prefeitos decidissem por outro critério. Nós fizemos uma experiência desse gênero. Com a experiência, nós conseguimos a unanimidade dos Prefeitos, utilizando um modelo semelhante a esse.

Eu sei que o tempo é outro, eu sei que as circunstâncias eram outras, mas estou dizendo: é possível, já existe uma experiência concreta disso. Houve uma falta de compreensão disso por parte do Ministério da Fazenda. E o Ministério da Fazenda, então, resolveu fazer uma alteração na Constituição, pensando que entendeu o modelo que adotei em Pernambuco, querendo institucionalizar um modelo que decorreu de uma negociação, que era colocar, no caso, 2/3 de valor agregado e 1/3 população, como critério de repartição do ICM.

Eu vim falar, no Congresso, com o Relator da matéria, que era o Deputado Roberto Roffmann do Rio Grande do Sul. E o Deputado informou para mim que não, que isso não tinha nada a ver com coisa de Pernambuco, que esse foi um critério que eles inventaram aqui. Mas eu tinha absoluta certeza de que não era. Portanto, ia ser daquela mesma forma.

Ocorreu-me eu fazer uma experiência com o modelo dele no Rio Grande do Sul. Fiz a experiência e, para sorte da tese que eu defendia, procurei saber quais eram os municípios que eram votados e verifiquei que todos perdiam arrecadação. Então, ainda me lembro do diálogo com ele. Eu disse: “Olhe, Deputado, eu fiz um experimento no Rio Grande do Sul. Ele disse: “Ah, eu gostaria de ver.”, e eu já sabia do resultado. Ele disse: “Como é que fica Viamão?” Eu disse “Perde 30%”; “E Gravataí?” “35%”; “Novo Hamburgo?” “Perde 40%.” Ele disse: “Quem foi que inventou esse modelo que não serve para nada?” Então, ele disse: “Olhe, salve a minha alface, escreva alguma coisa, porque não posso dizer que estava tudo errado o que eu falei, mas eu não quero esse negócio que acaba com o Rio Grande do Sul e com os meus municípios, não.” Foi aí que eu colaborei com a redação da norma, que está hoje na Constituição, que é o critério de repartição do ICM, e que está associado a esse fato politicamente pitoresco.

Critério de rateio dos *royalties* do petróleo. Os *royalties* do petróleo, na verdade, a destinação da receita dos *royalties* do petróleo, em 1.953, na Lei de 2004, a Lei de Criação da Petrobras, foi de fato uma estratégia utilizada por Getúlio para conseguir apoio dos governadores para a lei do petróleo. Esse foi o instrumento, e um instrumento legítimo. Os recursos não eram relevantes, não eram significativos, mas tinham um simbolismo político envolvido. Em 1986, os mais velhos, como eu, lembram-se da famosa teoria do esvaziamento econômico do Rio de Janeiro. Então, procurou-se algum tipo de recurso para compensar a perda do Rio de Janeiro decorrente da transferência da capital para Brasília, pois ainda, como consequência disso, havia o esvaziamento do Rio de Janeiro.

Então, todos sabem que a plataforma continental é um bem da União. Isso estava na Constituição anterior e está na Constituição atual. Mas se resolveu estender esses critérios da plataforma continental. Mas fica complicado saber o seguinte: a plataforma, se é da União, é de que Estado? Foi aí que orientaram a engenhosidade do IBGE com a criação – um pouco eu participei dessas histórias todas – de projeções ortogonais geodésicas, onde cada poço solta um flecha que bate em algum lugar e passa a ser daquele local onde bateu a flecha.

Nessa história toda se estabeleceu também que alcançaríamos os municípios, para não ficar apenas nos Estados. Mas, que Municípios? Então, adotou-se o conceito de microrregião. Animado numa campanha política, o então Deputado Nelson Carneiro disse que Petrópolis iria ser beneficiada com isso. Mas não tinha flecha que acertasse Petrópolis nem microrregião. Então, foi aí que se inventou o conceito de mesorregião, que não é nem micro nem macro, mas alcança Petrópolis.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Aí entrou Caraguatatuba também.

O SR. EVERARDO MACIEL – Entrou também o Sertão do Ceará, o Sertão do Araripe. Estou dizendo isso – e não é nenhuma crítica a nada não –, pois os critérios são políticos – e são legítimos –, mas são reais. Mas não se busca uma teoria tributária para explicar, porque não há nenhuma teoria tributária, não. Aquilo foi rigorosamente uma decisão eminentemente política.

Bom, mais recentemente, também por um ato político, e não outro, estabeleceram-se as possibilidades de expansão das transferências dos *royalties* e participações especiais, adotando os critérios do fundo de participação dos Estados. E isso foi decisão do Congresso Nacional. E foi vetado pelo então Presidente Lula; veto que está sujeito à apreciação pelo Congresso.

Nós temos aí uma situação peculiar. Nós estamos dizendo que os critérios são do Fundo de Participação dos Estados, que, por sua vez, são inconstitucionais. Portanto, temos não um, mas dois problemas, porque, ao tratar de um, temos que tratar do outro. Diria que, em relação a isso, a posição mais prudente será adotar os mesmos parâmetros que discutimos aqui para fixação de novos critérios para o FE, será fazer o mesmo em relação aos *royalties* do petróleo. Pensar. Não importa qual foi a decisão de natureza política tomada em relação à distribuição dos *royalties* das participações especiais para os Estados e Municípios. Elas são reais, criaram despesas. Então, alguém pensar que vai tirar isso do Espírito Santo não faz nenhum sentido. Tem que se tomar isso como S. Ex^a o fato e, à parte

disso, pensar em qualquer tipo de modificação que não implique nenhuma perda para nenhum desses Estados, nenhuma perda nominal em relação ao que se tem hoje, o que seria simplesmente falta de realismo.

Guerra fiscal do ICMS.

Passei boa parte da minha vida dizendo que guerra fiscal do ICMS é falta de cumprimento de lei, problema de *enforcement*. A Lei Complementar nº 24, de janeiro 1975, vedava expressamente guerra fiscal no âmbito do ICMS. Foi recepcionada expressamente pela Constituição de 1988, sem ter dúvida alguma. É essa lei, não outra. A lei vedava expressamente a concessão de incentivos fiscais, exceto se aprovada por unanimidade dos membros integrantes do Conselho de Política Fazendária. Esse é o fato. Até certo tempo, isso foi observado. Isso não era descumprido. Chegamos inclusive em 1981, em um convênio que redigi, Convênio nº 21, do ICM, a estabelecer regras nacionais de concessão de incentivos fiscais aprovadas por unanimidade. Essa regra existe. Não é algo imaginativo, mas era dentro da lei. Então, o primeiro problema e o mais sério problema da guerra fiscal é o descumprimento da lei. Quando, então, alguém defendia a tese de pensar, por exemplo, na adoção do princípio do destino para enfrentar a guerra fiscal, digo que não aceito pela premissa de que estamos partindo do pressuposto de que a lei não vai ser cumprida nunca. Para mim, o primeiro pressuposto é que a lei tem que ser cumprida. Esse é o foco central. Se a lei está ruim, refaça-se a lei, altere-se a lei.

Tivemos na guerra fiscal do ICMS a batalha de 1º de junho de 2011. Nessa batalha, o Supremo Tribunal Federal – é uma batalha, já que estamos falando de guerra – decidiu, por unanimidade, em 14 ações de inconstitucionalidade envolvendo 23 leis, em 7 unidades da Federação, com situações inclusive absolutamente inimagináveis... Foi o caso de São Paulo, em que este Estado era réu em uma ação e autor na outra, na mesma matéria. Tinha de tudo. A decisão foi unânime. Não me recordo agora com precisão se três ou quatro relatores. Li os fundamentos dos votos e todos eram iguais. Quer dizer, alguém pensar que o Supremo vai pensar diferente é perda de tempo. O Supremo entendeu que é inconstitucional e essa é uma posição unânime, de todos. A discussão é se vai ter súmula vinculante e se vai ter, mas quanto à decisão do Supremo não há a menor dúvida, exatamente porque... Qual é a posição do Supremo? A posição do Supremo não é contra o incentivo fiscal. É inerente à guerra fiscal a ilegalidade. Guerra fiscal é ilegal. Incentivo fiscal não é ilegal.

Causas da guerra fiscal. Temos que olhar o que está atrás da guerra fiscal. Primeiro, são desigualdades inter-regionais de renda. Elas existem e não se

pode desconhecer. Segunda, excessiva autonomia dos Estados na administração do ICMS. Essas regras... Isso foi excessivo. Há quase uma abusividade e se passou a desconhecer praticamente o ICMS. Houve perda também, isso é fato concreto, da disposição de conversar e negociar.

Fui Secretário em várias décadas distintas e uma reunião do Confaz era precedida de reuniões sistemáticas de técnicos que se dedicavam àquilo para encontrar soluções. Quando o assunto chegava para discussão com o secretário, já estava absolutamente digerido, metabolizado. Antes de fazer uma reunião do Confaz, e o Ministro da Fazenda frequentemente a presidia, ele discutia com os secretários qual deveria ser a pauta, o que deveria ser incluído, o que não deveria ser incluído. Oferecia um jantar para discutir esses assuntos. Tudo isso se perdeu no tempo. Falta conversa. Hoje em dia é foco só de tensão, de conflito.

Efeitos perversos: distorções parciais na alocação de recursos, competição desleal entre empresas nacionais e estrangeiras e estímulo ao planejamento fiscal abusivo. Esse é o quadro.

Agora, o que fazer no pós-guerra? Como mencionei, já falei aqui da impropriedade do princípio de destino para a solução desse problema.

Algumas ideias para tratar no pós-guerra fiscal. Primeiro, uniformização das alíquotas em 7% ou 9%. Tem que alguém ganhar e alguém perder. Esse jogo não pode ser só para um lado. Vedação à redução da base de cálculo, que é o instrumento da guerra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Quem perde nessa redução?

O SR. EVERARDO MACIEL – Perdem aqueles Estados que têm um alíquota diferencial de 12%, por exemplo, o Estado do Nordeste, o Norte perde em relação a isso. Entretanto, vamos ver depois onde ele pode ganhar para poder exatamente na compensação.

Faculdade na fixação de alíquotas internas inferiores à interestadual. Isso é um absurdo que existe. Não há nenhuma razão para isso. Há uma vedação para isso. Isso tem que ser superado. Tem que ser permitido. Tem que tratar... Essas pessoas fizeram investimentos, aconteceram. Acho que é completamente irrealista pensar o seguinte: vamos cobrar imposto de quem praticou guerra fiscal. A própria Lei Complementar nº 24 foi cuidadosa quando convalidou todos os outros benefícios que haviam sido concedidos antes de sua vigência. Os arts. 9 e 10, acho, da Lei Complementar nº 24 já trataram disso. Vamos tratar de uma competição fiscal lícita. Em que condições se pode conceder incentivos fiscais? Em cima do ICMS, sem nenhum tipo de preconceito. As soluções dadas a partir de impostos federais foram absolutamente ineficientes. Funcionaram

mesmo efetivamente quando aconteceram a partir do ICMS. Agora, é preciso ter critérios para que se permita de forma lícita uma competição fiscal.

Falo aqui rapidamente na indexação da dívida dos Estados com a União. O indexador vigente é absolutamente inapropriado. A União vai ao mercado financeiro, lança título e paga Selic, mas, se paga Selic, por que cobre o IGP-DI mais 6% de juros? Lembro a solução adotada no imposto de renda. No imposto de renda, como se pensou? As regras de restituição do imposto de renda, os encargos são exatamente iguais aos encargos aplicados ao imposto em mora. O critério justo para mim é a Selic. Se ela se financia com Selic, cobre com Selic, nem mais nem menos, ou seja, não há possibilidade de ganho nem para um lado nem para o outro.

Há risco? Sim! Há um risco, sem dúvida nenhuma, que não se pode deixar de reconhecer, que é a rediscussão dos contratos celebrados. Portanto, isso tem que ser feito com muito cuidado.

Um caminho para a solução dos problemas inadiáveis. Primeiramente, quero dizer que uma guerra não se encerra com outra guerra, mas com armistício, em que todos ganham um pouco e perdem um pouco, em nome do interesse coletivo. Devem ser evitadas as soluções prontas ou acabadas ou dogmatismos tributários. Entendo que negociação faz parte da solução, apesar de estarmos acostumados a isso. Nesse conjunto, o Poder Executivo Federal e o Congresso Nacional têm um papel crucial. Não podem demitir de si a responsabilidade de cuidar e liderar esses processos, tanto um quanto o outro, porque são questões urgentes. É a única possibilidade de se encontrar alguma solução.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Agradeço ao Dr. Everardo Maciel por sua brilhante e instigante exposição.

Tinha já informado ao nosso conferencista de que hoje tínhamos várias reuniões acontecendo ao mesmo tempo. Essa é a regra aqui, mas hoje está particularmente sobrecarregada a nossa tarde. Creio que os Senadores que chegaram um pouco mais tarde, porque já estavam envolvidos com trabalhos de outras Comissões, pegaram as questões essenciais aqui.

Antes da chegada dos Senadores, o Dr. Everardo tratou das questões relativas à transparência do sistema tributário brasileiro: as implicações da cobrança de tributos por fora ou por dentro, a diferença de alíquota pode ser cobrada por fora ou por dentro; as dificuldades no cumprimento do que diz a norma constitucional que estava inscrita no art. 150, § 5º, da Constituição Federal, que diz que a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos

impostos, e há uma limitação porque existem hoje também muitas contribuições, as dificuldades para o contribuinte que o cumprimento dessa lei acarretaria.

O nosso convidado também problematizou algumas ideias correntes sobre a complexidade do sistema tributário brasileiro, como se ele fosse particularmente complexo em relação a outros sistemas tributários; o tamanho da carga, que é proporcional e que guarda uma correlação direta com o tamanho da despesa e que, portanto, está subordinado a escolhas políticas que fizemos; a iniquidade, o conceito de progressividade e a regressividade, que não são unívocos.

Em seguida, o Dr. Everardo Maciel aborda as dificuldades na implantação de uma reforma tributária, a grande reforma tributária, e diz quais são, na sua opinião, os riscos e perigos que temos que evitar para que essas reformas, para que o desejo de reforma tributária que corresponde à lógica das expectativas por um mundo melhor, e, muitas vezes, por um mundo ideal, não venha a se chocar com a dura realidade dos conflitos políticos reais, existentes em toda a Federação – no caso brasileiro, fruto da nossa história.

Creio que já os Senadores estavam aqui quando o Dr. Everardo Maciel abordou os demais pontos. Mas são questões que têm sido discutidas ao longo desses meses em que funciona a nossa subcomissão. De modo que início, agora, a parte dos debates da nossa audiência pública.

Está inscrito o nobre Senador por Pernambuco.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente Aloysio, meu caríssimo conterrâneo ilustre, brasileiro, Everardo Maciel, lamentavelmente, cheguei um pouco atrasado, mas, como conheço Everardo há muitos anos, ao longo do tempo, temos trocado ideias sobre essas questões tributárias, as disfuncionalidades, os mitos etc. Evidentemente, conheço o pensamento dele em relação a vários pontos.

Quero me congratular com a forma sempre instigante com que ele pontua a discussão sobre alguns temas interessantes. Gostei muito dessa lâmina da confluência das lógicas – a lógica das expectativas, que é essa ideia de defender sempre as reformas –, a questão do risco da obsolescência e muito de você ter evocado o Santiago Dantas, quando lembra o campo das aquisições lentas no Direito Civil, daquela coisa “aluvisional”, quer dizer, lenta, que tem que ser decantadas.

Mas o que eu queria indagar é sobre essa questão que você coloca sobre a sacralização do IVA, porque o que se tem assistido no debate, ao longo deste tempo, é a ideia de que os melhores sistemas tributários são os mais maduros. Não há dúvida nenhuma de que, nessa perspectiva também da harmonização dos sis-

temas tributários, o modelo do IVA europeu é sempre o recorrentemente apontado como o mais adequado, ou seja, ele foi experimentado ao longo dos tempos e vem respondendo, se não de maneira perfeita, porque a rigor não existe uma constituição perfeita, tem se revelado, vamos dizer, mais próprio nessa experiência.

Então, queria provocá-lo para conhecer melhor essa sua opinião, porque, pelo que entendo, você acha que se sacraliza, ou seja, valoriza-se demasiadamente essa experiência do IVA, que nada mais é do que consagrar a ideia do valor adicionado na tributação, que de resto o Brasil adotou, ainda que de maneira imperfeita. Mas o que é o IPI, o que é o ICMS na essência senão um sistema de valor adicionado? O problema é que, no Brasil, coexistem vários sistemas de valor adicionado, o que significa um elemento de alta complexidade na coexistência desses modelos. Então, queria ouvi-lo um pouco sobre essa questão do IVA, se ele deve ou não nos inspirar nesse processo da reforma.

O SR. EVERARDO MACIEL – Com muito prazer eu respondo ao meu amigo e conterrâneo, Senador Armando Monteiro. Quando falei na sacralização do IVA, eu quis dizer o seguinte: todos os sistemas tributários são vulneráveis.

Há muito tempo, eu vi uma longa matéria de muita reflexão publicada no *The Economist* sobre a morte do Imposto de Renda, e outras matérias também na mesma direção, em que elas apontavam... E eu dizia: o Imposto de Renda não vai morrer. O Imposto de Renda tem defeitos. Ele sofreu abalos fortes com a globalização, com coisas como o *Transfer Price*, para citar uma situação mais típica, que, de fato, abalou a consistência do Imposto de Renda. Tudo muito difícil, a apreciação. Questões, no sentido do Direito Tributário Internacional, de transparência fiscal são extremamente complexas, a existência de paraísos fiscais, etc., mas isso não matou o Imposto de Renda, apesar de haver algumas soluções agora heterodoxas curiosamente funcionando, que – acho – precisa de mais tempo para apreciar, que foi o chamado *Flat Tax Revolution*, que foi a adoção do *Flat Tax* na tributação da renda, em quase todos os países do leste europeu. Virou bandeira de campanha política. O *Flat Tax* é o seguinte: a tributação da renda em que tem uma alíquota, nenhuma dedução, nenhuma faixa de renda. Outra simples. Então, isso virou bandeira de campanha política. Eu sou a favor.

Eu me surpreendi quando vi – estou dizendo tudo isso para chegar ao IVA – Paul Kirchhof, um dos maiores tributaristas e constitucionalistas existentes, um alemão, defender, no programa de campanha da Angela Merkel, a adoção de simplificação da tributação

da renda e do consumo de forma radical. Acharam que ele estava até um pouco mais velho.

Uma das últimas peças que vi, muito interessante, é uma carta do Richard Musgrave, pai da teoria das finanças públicas, dizendo que lastimava não ter contribuído, oportuna e tempestivamente, para simplificar a tributação da renda nos Estados Unidos, condenando-se porque não deu nenhum tipo de contribuição efetiva para aquilo.

Tudo isso para dizer o seguinte: todos os sistemas são vulneráveis. Não existe nenhum sistema tributário invulnerável. O IVA é o melhor sistema tributário que ainda existe? Eu digo “sim”, mas veja que ele está todo centrado em uma hipótese que é essencial. Se falhar a última peça, o consumidor final, ele está falho, ele fracassa. O IVA, na América Latina, é um desastre. Quer dizer, os níveis de sonegação são altíssimos em tudo quanto é IVA. É uma coisa que, absolutamente, não funciona.

Na Europa, funciona o IVA como funciona qualquer outra coisa. Perguntaram por que o IVA funciona na Alemanha. Mas, se fosse o contra-IVA, funciona também, se fosse o pós-IVA, também funciona. Funciona porque tem elementos culturais que conseguem sancionar qualquer tipo de solução.

Eu sei que as pessoas vão dizer que, desde o rebaixamento do Triplo “A”, nos Estados Unidos... Os Estados Unidos estão com uma referência... Eu digo isso porque o maior país, o país mais rico do mundo não tem IVA, que são os Estados Unidos. Eles têm o seu *tax* e funciona. E por que não vai ter IVA? Não vai ter IVA nunca, porque introduzir um IVA nos Estados Unidos quer dizer rediscutir a federação americana. E rediscutir a federação americana é impensável. Fica na origem, fica no destino? Essa discussão não terminará. Como é que fica? Ou seja, esse debate não tem chance nenhuma de dar nenhum passo. As pessoas não vão discutir um modelo de Estado, um modelo de Nação em cima de uma mera modalidade de extração fiscal, que é importante hoje, mas não o era ontem e pode deixar de ser amanhã. Como o IVA...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVERARDO MACIEL – Sim. Pois é.

Da mesma forma, como o IVA vai enfrentar o comércio eletrônico? Isso não vai ser uma coisa simples, nem um pouco simples, nem aqui e nem em lugar nenhum do mundo. Então, há questões, portanto, de vulnerabilidade do IVA, como mencionei, para dizer o seguinte: eu não penso em sacralizar como sendo o IVA o *deus ex-machina*. Não. Ele, na tributação do consumo, é a melhor coisa que eu conheço. Agora, não acho desarrazoado e não uso nenhum tipo de

dogmatismo para dizer o seguinte: “Olha, o IVA não tem, na Europa, substituição tributária. Tire a substituição tributária no Brasil, tire a substituição tributária que vamos ser campeões de sonegação.

Nas discussões recentes que eu tinha com o setor de combustíveis – não falo como Secretário de Receita; falo em atividade de consultoria: “Olha, não mexe nada, não trate de nenhum assunto, porque, como está, está ótimo. Esqueça qualquer outro tipo de assunto.” Não vamos discutir nenhuma outra forma, porque se encontrou uma forma que é adequada para a realidade dele. Isso é mundo real. As pessoas dizem: “Mas não pode ter.”

Eu tive discussões aqui uma vez com uma professora de Direito Tributário inglesa, que estava contratada pelo Fundo Monetário Internacional, na condição de Secretário da Receita, e ela vindo falar sobre criticar a tributação das pequenas e médias empresas, porque não têm a necessária transparência contábil, é muito simplificado. Eu disse: “Eu posso propor para a senhora o seguinte: fazer aqui uma assembleia de contribuintes de pequenas e micro empresas, e a senhora faz esse discurso lá. Eu posso garantir um salvo-conduto para a senhora, para acabar com...” Aparecem coisas sem sentido como essas.

Então, o que eu quero dizer, Senador, é que o IVA é a melhor forma de tributação que eu conheço, sem sacralizar, quero dizer, sem dogmatismo. Funciona com substituição tributária? Com substituição tributária. Substituição tributária tem defeitos? Tem. Corrijam-se os defeitos. O IVA se aplica para pequena e micro empresa? Nem pensar! Não tem o menor nexo. Então, portanto, as soluções adotadas em cima de tributação sobre receita bruta são as únicas que servem para esse setor. Não tem outra coisa para isso. Quer mais simples? Funciona por isso. Por isso, eu digo que olho com reservas para essas coisas. Eu não tenho rejeição, não estou negando a importância, mas não quero dizer que vejo de forma dogmática. Ou seja, vamos ver todas as soluções possíveis.

Primeira regra: vamos ver como funciona. Se não funciona, não serve. Eu tenho uma ideia ótima! Vai ser cobrada em todas as etapas da cadeia produtiva? Funciona? Não. Eu digo: “Então, esqueça.” Não existe coisa mais danosa para a atividade econômica, para o Erário do que sonegação. Se eu tenho um sistema que propicia sonegação, esqueça esse sistema, esse sistema não presta. Não presta para ninguém, nem para contribuinte nem para o Erário.

Então, quando eu falo da sacralização, Senador, é para dizer o seguinte: são os cuidados que vejo para olhar sem dogmatismo essas coisas, sem nenhum apriorismo em relação a isso. Se há soluções pecu-

liares, vamos discutir as soluções peculiares, sem nenhum tipo de receio.

O IVA clássico é em cima de alíquotas *ad valorem*. É completamente unimaginável alguém pensar aplicar alíquota *ad valorem* em cima de tributação de produtos fortemente onerados, como, por exemplo, cigarros e bebidas. Não tem nexos. Só serve com a tributação *ad rem*, mas o IVA clássico é tributação *ad valorem*.

Então, assim, para usar expressão de um político asiático: Que floresçam todas as flores! Que surjam todas as soluções sem nenhum receio.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Aloysio, quero aqui festejar a visita do Dr. Everardo Maciel.

Lamento, assim como o Senador Armando, não ter assistido desde o princípio. Com certeza absoluta seria uma aula para todos nós, mas aqui no Senado, Dr. Everardo, nós temos que ter o dom da onipresença, porque às 14 horas há uma reunião aqui, outra na CCJ, há plenário, e a gente tem que ficar dividindo.

Mas, Dr. Everardo, nós estamos, como sempre, discutindo reforma tributária. Nunca fazemos a reforma tributária; fazemos remendos e não, a reforma. E cada remendo deste é sempre para aumentar a carga, que já é insuportável.

Mas, agora, no Senado, temos discutido bastante isso. Teríamos, hoje pela manhã, uma audiência na CAE, que foi, lamentavelmente, cancelada, para discutir uma questão do incentivo à importação, aquela guerra fiscal na importação, com prejuízo aos Estados que não usam essa prática.

Nós, lá no Pará, perdemos o bonde da história. Deveríamos ter feito. Agora, quando o Governador Simão Jatene pretendeu fazer, vamos acabar. O Governo próprio, através do Líder, Romero Jucá, fez um projeto de decreto legislativo nesse sentido, que é o que estamos discutindo agora.

Estamos discutindo também a questão das compras eletrônicas. O senhor falou sobre a questão da partição dos impostos, e os Estados que fazem a venda eletrônica se negam, até agora, a fazer a partição do ICMS para aqueles Estados que importam a mercadoria.

Estamos com um problema no Pará, porque os produtos estão sendo retidos na barreira, sob pena de pagar a diferença, e as compras eletrônicas, cada vez mais, estão, exponencialmente, alcançando valores, o que já não é mais algo que não deva ser cuidado, se é que na Receita há alguma coisa que não seja cuidada em nível de arrecadação.

Mas temos também a questão que o senhor colocou da guerra fiscal interna. É correto que as leis são todas inconstitucionais, mas são inconstitucionais por um pressuposto: elas só se tornam legais se houver a aprovação do Confaz, e o Confaz, permita-me o juízo, é impositivo. Quero dizer, se não houver unanimidade – e já dizem que a unanimidade é burra –, não é aprovado.

Eu próprio fiz um projeto – vou até ver por onde ele anda. Deve estar por alguma gaveta, por interesse de alguém que não queira mudar a regra. – tirando a unanimidade do Confaz, que fosse por maioria qualificada, pelo menos, porque há Estados do Norte, do Nordeste ou do Centro-Oeste, cujos governos estaduais, lamentavelmente, por falta de política do Governo – e não é deste Governo, não; dos vários governos – de incentivo ao desenvolvimento dessas regiões, têm de lutar com os Estados desenvolvidos e dar alguma vantagem para que os empreendimentos se localizem naqueles Estados.

Eu digo sempre que o Pará tem uma sorte e tem uma falta de sorte. Por exemplo, a Vale do Rio Doce não tem como deixar de explorar o minério no Pará, porque a mina está lá. Se não estivesse lá, ela não iria fazer a exploração do minério. Agora, para agregar valor ao minério que é explorado e exportado de forma primária, não há interesse da Vale, não há interesse das mineradoras. Querem só exportar.

Com relação à energia, estamos lá com Belo Monte agora. Há pouco fiz um pronunciamento, Senador Aloysio, e nada contra São Paulo, São Paulo é um Estado querido. O consórcio comprou os equipamentos de Belo Monte, R\$2 bilhões de equipamentos, e mandou faturar pela Soltec, de São Paulo e do Espírito Santo. E aí eu tive que dizer que o Pará não é barriga de aluguel. A Vale fez o Pará de barriga de aluguel, fizeram o Pará de barriga de aluguel com Tucuruí, mas com Belo Monte não será assim. Então, Pará perderá, se não houver uma mudança disso, só nessa compra de equipamento, algo em torno de R\$200 milhões de diferença de ICMS por não ser faturado no Estado. Ainda há uma discussão se a construção civil é consumidor final ou não; quer dizer, ainda tem aquela dúvida da tributação.

Mas eu queria perguntar para aprender, para a gente poder discutir com maior conhecimento aqui no Senado. O senhor falou que defende a uniformização da alíquota do ICMS, parece que em 7%. O diferencial de alíquota, no caso da importação e exportação de produtos, beneficia os Estados menos desenvolvidos. Quando São Paulo exporta para o Pará, ele fica com 7 e o Pará com 10, o que acontece com qualquer Estado do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No sentido contrário, o Estado fica com 12 e transfere 5, no caso

de mão dupla em São Paulo. Então isso beneficia os Estados menos desenvolvidos no sentido de terem uma receita. Como é que esses Estados iriam ter essa compensação, se houvesse uma uniformização dessa alíquota? Nesse caso, de que forma haveria um incentivo ao desenvolvimento deles?

Estamos debatendo aqui com intensidade, Senador Aloysio, a questão do Cfem, a compensação sobre os recursos minerais, alíquota de 2% sobre o valor líquido. As empresas, então, começam a embutir uma série de despesas para reduzir a base de tributação e ainda fazem uma manobra, legal, de faturar para uma subsidiária nas Ilhas Cayman pela metade do preço que vendem ao consumidor final, que é a China. Quer dizer, eles pagam o imposto sobre o valor de 25% do que deveriam pagar. Então, a alíquota na é de 2%, é de 0,5%. Então, isso tudo tem que ser revisto, ser revisto.

Na última reforma que houve, e foi correta, no governo do Presidente Fernando Henrique, foi suspensa a tributação sobre a exportação de semielaborados, basicamente produtos primários. Isso trouxe um prejuízo enorme para os Estados com economia na base primária, porque a Lei Kandir, que deveria compensar essas perdas, até hoje não foi regulamentada. Então, o Pará, nesses mais de 15 ou 20 anos, mais de R\$20 bilhões. Perde R\$1,2 bilhão por ano, por baixo. Esse valor não é compensado, não é reposto pela União. A União diz que não é problema dela, que não tem que repor. Lógico que tem, porque o ganho é da balança e o ICMS é estadual, quer dizer, se tirou, tem que compensar.

Outra pergunta além dos 7%, queria um esclarecimento. A minha formação acadêmica não é economia. Então, não entendo muito desse tema. Mas estive vendo que agora o Governo lançou esse programa de apoio à indústria brasileira e está fazendo um teste, para mim, correto, de desonerar a folha de pagamento dos 20% dos empregador e criar um imposto de 1,5% sobre o faturamento. Se houver prejuízo, ou seja, uma receita menor, o Tesouro vai e compensa. Acho que aí é correto. É uma experiência que não pode ser feita de uma única vez, vamos ver como é que se comporta. Eu acredito que vai dar certo. Eu acredito que talvez até uma alíquota variada em função dos setores mais intensivos de mão de obra, menos intensivos de mão de obra. Mas eu acho que o caminho é por aí.

Mas eu não entendo, aí eu queria uma explicação – talvez até fugindo um pouco, mas não deixa de ser uma minirreforma tributária também. O Governo autorizou as compras até um valor de 25% acima daqueles produtos oferecidos pela importação. Parece-me que é isso, não é? De preferência.

Aí o raciocínio, eu queria, com a sua competência, saber se eu estou raciocinando certo. Isso não penaliza o consumidor? Porque, no final, todos nós vamos pagar a mais pelos 25%. Não seria mais lógico fazer uma redução de carga tributária nesses setores, que o Governo quer apoiar, e está correto o apoio, do que aumentar o valor de compra? Ou seja, se há possibilidade de comprar por 10, vai comprar até 12,5. Não era mais viável ou possível, e aí eu gostaria de saber, fazer o contrário: reduzir a carga tributária para esses setores, para que eles tivessem competitividade em relação aos produtos importados.

Se o senhor pudesse me esclarecer esses dois assuntos, eu ficaria muito agradecido.

O SR. EVERARDO MACIEL – Eu vou tentar, Senador, esclarecer essas questões.

A primeira é a seguinte, a questão da unanimidade. Para compreender a lógica da unanimidade, ela tem uma inspiração no Direito Tributário Internacional. Todas as vezes que existe um tipo de acordo sobre bitributação envolvendo dois países, há a possibilidade de discussão de uma cláusula chamada *taxes sparing*. A cláusula *taxes sparing* consiste no seguinte: eu reconheço como crédito o que você pagou naquele país, independentemente da situação se pagou ou não pagou. Isso é uma presunção. Isto é entendido como um favor que um país está fazendo ao outro.

Dando um exemplo disso: por que é que as empresas multinacionais norte-americanas nunca se interessaram por incentivos fiscais do Imposto de Renda no Norte e Nordeste? Porque não terá reconhecimento de crédito dos Estados Unidos, porque é um tabu americano é o não reconhecimento do *tax sparing* – americano, inglês. Já alemão reconhece, japonês reconhece, por força de acordo de bitributação, muitos deles muito bem conduzidos pelo Senador Francisco Dornelles.

Então, portanto, eu reconhecer como um crédito, que você irá me transferir, há um pressuposto de que os dois aceitem. Eu vou aceitar que esse país não vai pagar, vai dar um incentivo fiscal, mas eu vou reconhecer como crédito, porque eu quero fazer, por qualquer outra razão que vem ao caso.

Da mesma forma em relação ao ICMS. Ora, se na operação interestadual se eu concedo um benefício e esse benefício vai alcançar outro, eu não posso impor uma perda ao outro. O certo seria concordar. Então, o conceito de unanimidade a inspiração é essa.

Agora, por que não um outro quórum? É porque, veja bem, quando se pensa retirar a ideia da unanimidade é para prevalecer uma determinada tese. Mas qual o quórum que vai prevalecer uma determinada tese? E se em dois terços faltar um voto?

Eu, como Secretário de Fazenda, numa ocasião eu presidia uma reunião do Confaz e nós estávamos discutindo – eu não vou mencionar o nome dos Estados, por alguma conveniência – e aprovando um acordo automotivo do ICMS. Consegui, todo mundo está de acordo. Estava coordenando isso. Um determinado secretário disse: eu discordo. Bom, por que é que você discorda? Eu discordo porque o secretário de outro Estado disse que o meu Estado não era Estado. E esse era o motivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVERARDO MACIEL – Não devia ser Estado.

Então, fui negociar com o outro secretário para ele fazer um pedido de desculpas e, só depois disso, o secretário retirou o veto e aprovamos o acordo automotivo do ICM Nacional. Quer dizer, há situações desse tipo, sem dúvida nenhuma, mas um voto é para qualquer *quorum*. Foi unanimidade, mas poderia ser dois terços ou quatro quintos, maioria simples ou maioria absoluta. Portanto, o que importa não é o tamanho do *quorum* e sim a natureza. Por que o *quorum* da unanimidade? Agora, acho que esse *quorum* por unanimidade não é incompatível com a possibilidade que já aconteceu, repito, em outros tempos, de estabelecimento de regra de competição fiscal lícita. Competição fiscal existe desde que existe imposto, isso não é novidade e existirá enquanto existir imposto, não tenho a menor dúvida disso. O que tem é que haver regras claras O que está errado é fazer algo contra a lei, quer dizer, o culpado não é o *quorum* e sim a ilegalidade. Então, como consertar a ilegalidade? Como estabelecer regras que possam ser utilizadas?

A segunda questão que V. Ex^a mencionou foi sobre o tratamento fiscal de desoneração em relação aos semi-elaborados. É curioso que quando V. Ex^a falava sobre esse assunto eu me lembrava da origem do outro. Como V. Ex^a sabe, 10% da arrecadação do IPI são destinados à formação de um fundo para compensar, tanto quanto possível, a desoneração do ICMS dos produtos elaborados.

V. Ex^a sabe quem foi que levantou essa bandeira e defendeu quase como bandeira de vida? O secretário da fazenda do Pará Clóvis de sobrenome que não me recordo. Eventualmente não me lembro do sobrenome mas ele transformou isso na bandeira da vida dele e conseguiu fazer com que a Constituição tivesse. Como a Constituição não tinha a isenção para matérias primas semi elaboradas, só ficaram os elaborados. Pode-se observar que ficou um tratamento assimétrico. Por elaborado sim, o semi-elaborado não, não tem lógica. É preciso ter uma lógica uniforme em relação a essas

duas situações. Existe um fundo compensatório para perdas do ICMS na exportação de elaborados mas não existe uma compensação sistemática para perda do ICMS dos demais, que era temporária, por que razão? Porque quando a Constituição foi promulgada não existia a imunidade alcançando as matérias primas e os semi-elaborados. Só por essa razão, não tem uma outra razão mais simples que isso. Claro que a razão deveria ser uniforme.

A questão de uniformização das alíquotas. A uniformização das alíquotas nesse modelo tinha que beneficiar todas as partes. Se a alíquota for reduzida para zero, a possibilidade de qualquer sistema que envolva competição fiscal lícita fica sem sentido, perde nexos. Então, ela tem que ser diferente de zero e tem que ser diferente de zero para que os que perdem com isso ganhem alguma coisa. Então, quando imagino a uniformização desse plano, é um processo que envolva as duas peças, não pode existir só. Por isso, mencionei, ao final, que tem que ser algo que todos percam um pouco e todos ganhem um pouco no processo de negociação. Trabalhoso, muito trabalhoso. Nós perdemos o costume de discutir essas coisas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nesse caso, Dr. Everardo, vai perder aquele que menos tem.

O SR. EVERARDO MACIEL – Em contrapartida, ele passaria a ter a possibilidade de ter uma competição fiscal lícita, que ele não tem. Imaginemos o seguinte, vamos cotejar com a situação atual: não há guerra fiscal e nem tem acordo e fica o sistema como está. Fica um sistema interessante, entretanto ele não tem a possibilidade de conceder incentivo fiscal, o que é desastrado. Portanto, essa é uma maneira, como estou dizendo, onde se perde alguma coisa e onde se ganha outra.

Por exemplo, vamos pegar um caso. São Paulo, quando reduz ganha alíquota, porque não vai tomar o crédito na base de 2,5% mas ele vai admitir que você possa ter, nesse outro processo, em determinadas circunstâncias, não estou discutindo quais e se possível, que se possa ter algum tipo de incentivo fiscal, ou seja, onde um perdeu um pouco e o outro perdeu, não é só para um lado. Estou vindo aqui com a independência de uma pessoa de Brasília que é nordestino. Portanto, sem pender nem para um lado e nem para o outro, buscando alguma coisa que seja harmônica. Solução pronta não tem. Quando falei em parâmetros era para serem discutidos. A negociação faz parte da solução, vamos ver como se acerta isso, e deixa as pessoas discutirem, encontrarem algum mecanismo. Para isso é fundamental a presença do Congresso Nacional.

Quando V. Ex^a falou sobre a desoneração de folha de salários, há uma coisa interessante. É a única

possibilidade de dar algum tipo de ajuda na exportação para essas empresas, porque qualquer outra solução não existe. É uma solução materialmente impossível, porque no consumo já existe. Então, não é isso. Na renda, é vedado. Então, o que é que me sobrou? Sobrou folha de salário. Então, quando eu desloco para a receita bruta, como a receita bruta é isenta na exportação, eu beneficiei na exportação. Isso é original? Não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – E não acumula crédito porque não é isenta.

O SR. EVERARDO MACIEL – Mais outra coisa: devia estar acompanhada de outro ponto aí que eu vou mencionar em seguida.

Não é original. As pessoas talvez estejam esquecidas, mas já existe desde os anos 90 para a agroindústria. Para a agroindústria já existe esse tipo de regra. É a mesma regra. Estamos apenas estendendo a regra da agroindústria para esses setores. Boa solução para, pelo menos, saber o que é que vai acontecer. Eu não posso dizer o que é que vai acontecer, ninguém sabe como é que funciona isso, a não ser com massa real. Eu acho que a experiência do jeito que está é uma experiência razoável.

V. Ex^a falava, Senador, sobre a questão das compras *vis-à-vis* no exterior. Eu acho que não tem... Certamente vai onerar mais o mercado interno. Talvez fosse possível pensar numa solução, também, relacionada com folha de salário para isso. Algum tipo de desoneração. Estabeleceu diferencial? Podem me perguntar como estabelecer um diferencial entre a produção doméstica e a estrangeira? Só tem um ponto vulnerável, não tem outro: folha de salário. Esse é o alvo, porque todo o resto está preso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Dr. Everardo, essa é minha dúvida, ou seja, o fato de permitir a compra...

O SR. EVERARDO MACIEL – Vai onerar o consumidor final, sem dúvida nenhuma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vai onerar o consumidor. E o governo é que está pagando isso ao final. O governo, não; nós, os consumidores é que estaríamos pagando.

O SR. EVERARDO MACIEL – Os contribuintes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Os contribuintes. O governo não quer diminuir a carga tributária porque aí dói no bolso.

O SR. EVERARDO MACIEL – Vai onerar o consumidor final, sem dúvida nenhuma.

Eu tenho impressão, não tenho certeza, não afirmaria categoricamente, não. Eu acho, enfim, que era algo mais a ser pensado se uma solução mais obje-

tiva, mais prática, porque isso ainda pode dar algum tipo de discussão em OMC.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nos 25% de acréscimo.

O SR. EVERARDO MACIEL – Mais prática fosse a instalação na folha de salário, porque não tem com que comparar, mas é uma coisa um pouco complicada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Dr. Everardo, me dê uma ideia também com relação à cobrança do ICMS de energia ser no consumo final e não na produção de energia.

O SR. EVERARDO MACIEL – Não, devia ser compartilhado como qualquer outro. Não tem lógica, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E por que é que nós não conseguimos tramitar uma PEC aqui para... Energia e petróleo são os dois únicos que o ICMS fica em quem consome e não em quem produz.

O SR. EVERARDO MACIEL – Há uma explicação, Senador, eu não digo que essa justificativa permanece hoje. Tem uma explicação para isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim.

O SR. EVERARDO MACIEL – Isto não era imposto estadual, isto era imposto federal. Isto era no âmbito dos impostos únicos federais. Tem o Imposto Único sobre Energia Elétrica e tem o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e Gasosos. Então, na passagem da incorporação disso ao ICMS, então o acordo foi que seria dessa maneira. Isso foi um acordo político.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, desculpe, mas eu não posso perder essa oportunidade do Dr. Everardo. E, no compartilhamento das contribuições, não dá mais para nós não revermos esse pacto federativo em que 60% da receita fica com a União e os governadores e prefeitos têm que vir tomar a bênção aqui do mandante na ocasião para saber se vai atender ou não as necessidades da sociedade.

O SR. EVERARDO MACIEL – Deixe-me dizer. Na minha opinião, acho que não. Nesse tipo de coisa, só quem paga a conta somos nós contribuintes. Porque nós viramos especialistas em descentralização fiscal frustrante. Eu acompanhei isso desde o começo. Não existia problema nenhum com contribuição.

Lá no começo, na década de 60, qual era a regra? A regra que nós tínhamos era a seguinte: 10% – 12% afinal porque tinha o dito fundo especial – do IPI e do Imposto de Renda, era um percentual módico, iam para os fundos, o FPE, o PFM e fundo especial. Com o tempo nós vamos dizer: não, mas esse valor está baixo, não pode ser isso. Como não podia ser isso, apareceu o PIS, na década de 70; na década de 80, apareceu o pai da Cofins, que é o Finsocial – Cofins nada mais é do que só a remodelação do Finsocial. Na década de

70 e na década de 80, porque veio a chamada Emenda Passos Porto, subiu alíquota, o percentual destinado à formação dos fundos. E aí, na Constituição de 88, aumentou também mais. Os encargos ficaram do mesmo tamanho. As contribuições cresceram, mas, se alguém fosse raciocinar, para o mesmo tamanho de despesa, era a solução mais econômica.

Vamos imaginar duas hipóteses: eu tenho que fazer um real de receita. Eu tenho um caminho: Imposto de Renda ou IPI ou contribuição. Para fazer Imposto de Renda ou IPI eu tenho que cobrar dois reais do contribuinte. Na contribuição, eu cobro um real. Caso contrário, estará o contribuinte pagando mais imposto. Para diminuir o tamanho do Estado deixa a partilha como está, não mexe nisso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Quero propor aos colegas Senadores que dispensem a aprovação da ata da reunião anterior.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Infelizmente já adentramos o horário da Ordem do Dia e somos obrigados a interromper essa nossa audiência pública tão proveitosa.

As notas taquigráficas estarão em pouco tempo à disposição dos Senadores.

Mais uma vez, foi uma alegria rever o Dr. Evarado, em primeiro lugar, e nos beneficiarmos da sua sabedoria e da sua experiência.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL, CRIADA POR MEIO DO RQS Nº 06/2011-CAE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 18 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezoito horas e dezesseis minutos do dia quinze de agosto do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles, reúne-se a Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, com a presença dos Senadores Cyro Miranda e Lindbergh Farias. Deixam de comparecer os

Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp. O Presidente declara aberta a Reunião, dispensado a leitura da ata da 2ª Reunião da Subcomissão, que é dada como aprovada. A presente reunião tem o objetivo de debater e analisar os relatórios correspondentes ao período de janeiro a junho de 2011, com a presença do Sr. Fernando Alberto Sampaio Rocha, Chefe Adjunto do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil, convidado para fazer uma exposição acerca do “Relatório sobre Balanços de Pagamentos” e do “Relatório sobre a Política Fiscal – Resultados Fiscais”; do Sr. Felipe Hess, Diretor de Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, convidado para fazer uma exposição acerca do relatório “Balança Comercial Brasileira”; do Sr. Raimundo Eloi de Carvalho, Coordenador da Coordenação de Previsão e Análise de Arrecadação da Receita Federal do Brasil, convidado para fazer uma exposição acerca do relatório “Análise de Arrecadação”; e do Sr. Cleber Ubiratan de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, convidado para fazer uma exposição acerca do relatório “Resultado do Tesouro Nacional”. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Francisco Dornelles**, Presidente da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Declaro aberta a Terceira Reunião da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal. Antes do início dos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata.

Os que concordarem permaneçam como estão. *(Pausa).*

Temos a debater, analisar os seguintes relatórios correspondentes ao período de janeiro a julho: relatório sobre balanço de pagamento e relatório sobre políticas fiscais.

Convido o Dr. Fernando Alberto Sampaio Rocha, Chefe-Adjunto do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil; o Dr. Felipe Hees, Diretor de Defesa Comercial; o Dr. Eloi de Carvalho, Coordenador da Receita; o Dr. Cleber Ubiratan, Subsecretário do Tesouro Nacional.

Meu caro Fernando, você é o dono da bola.

Queria mostrar a você, no exame do relatório da política fiscal do BACEN, a primeira situação são

os créditos concedidos a instituições financeiras oficiais, realmente, tem havido um aumento substancial desses créditos e queria perguntar sobre uma análise dessa situação.

Depois é o assunto do relacionamento do Banco Central como Tesouro e do Tesouro com o Banco Central, uma análise das operações compromissadas do Tesouro, avaliação dessas operações, como são contratadas, qual a razão, qual é a importância da operação compromissada dentro do conceito da política financeira do Governo e uma explicação por que o estoque dessas operações compromissadas tem aumento tanto nos últimos trimestres?

Qual é a importância? O que é realmente a operação compromissada e também colocando aqui a remuneração dos empréstimos compulsórios, ou seja, a parcela do empréstimo compulsório dos bancos no Banco Central, se eles são remunerados, por que são e de que forma são remunerados?

Em relação ao balanço de pagamentos, aqui a situação do endividamento dos bancos e de empresas brasileiras. Se esse endividamento preocupa o Banco Central? Como é que se vê a situação do déficit permanente da balança de sérios se, no momento em que temos algumas incertezas na área internacional, se essa balança de déficit da conta dos serviços pode contribuir com um déficit grande em contas correntes e como o Banco Central olha e vê essa situação?

Outro problema que levantamos são os empréstimos *inter-companies* ou seja, no caso, os empréstimos feitos por matriz no Brasil e sua subsidiária no exterior e por sua subsidiária no exterior à matriz no Brasil? Como é que vocês estão vendo esses empréstimos *inter-companies*? Qual é a razão, o motivo de um incremento tão grande nessas operações?

Eu coloco inicialmente essas posições ao Fernando para, como representante do Banco Central, discutir a política fiscal e a balança de pagamentos.

Quantos minutos vocês queriam para isso?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Quinze minutos.

Senador Dornelles, é com muita satisfação que retornamos a essa reunião da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal e passo, imediatamente, a responder as perguntas que foram feitas.

Em primeiro lugar, no detalhamento da dívida líquida do setor público, a rubrica de créditos concedidos a instituições financeiras oficiais engloba dois subgrupos: o primeiro, os instrumentos híbridos de capital e dívida; o segundo, os créditos junto ao BNDES, créditos do Governo Federal junto ao BNDES.

Os instrumentos híbridos de capital e dívida são uma modalidade de ativos, detidos por instituições fi-

nanceiras, que servem, observadas algumas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, para o cálculo do patrimônio de referência das instituições financeiras, tanto de nível 1 quanto de nível 2. Ou seja, o controlador, no caso, em se tratando de instituições financeiras oficiais, como diz a nota para a imprensa de política fiscal, especificamente no caso do BNDES, da Caixa Econômica e do Banco do Nordeste, o controlador, o Governo Federal decidiu aumentar os ativos dessas instituições financeiras, mediante os instrumentos híbridos de capital e dívida. E essa é uma forma de capitalização de empresas amplamente feita no mundo inteiro, regulada dentro dos princípios da Basileia, incorporada na regulamentação bancária brasileira, pelas resoluções do CMN. E nessa dupla qualidade de instrumento de capital, mas também de dívida, eles compõem os ativos do Governo Federal, que reduz a dívida líquida do setor público. Em junho de 2011 eles montavam 18,1 bilhões de reais, o que equivalia a 0,5% do PIB, para uma dívida líquida total de 39,7% do PIB.

A segunda parte dos créditos concedidos às instituições financeiras oficiais, os créditos junto ao BNDES são os empréstimos feitos pelo Governo Federal, para o BNDES, mediante emissão de títulos públicos, que vão diretamente para a carteira do Banco, e tem o óbvio objetivo de estimular o financiamento de longo prazo. Ou seja, aumentar a capacidade de atuação do BNDES.

E o seu crescimento nos últimos anos ocorreu em função das ações que o Governo Federal tomou para combater a crise financeira de 2008 e 2009 e aumentou essa emissão ao BNDES, para ele poder cumprir as suas funções. Em junho de 2001, esse montante estava US\$271,5 bilhões, o que representava 7% do PIB.

Passando à segunda questão...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Houve um aumento desse item, em dezembro de 2009 ele era de 129,2 bilhões, durante o ano de 2010, com os aportes do Governo Federal ao BNDES, sob essa forma de emissão de títulos à carteira do BNDES, eles aumentaram entre dezembro de 2009, que estava em 129,2 bilhões, para, em dezembro de 2010, 236,7 bilhões, um pouco mais de cem bilhões de reais. Agora, até junho deste ano, a posição de 271,5 bilhões representa um aumento de menos da metade disso, mostrando que não tem havido esses empréstimos no montante que foram observados durante os anos de 2008 e 2009, que foram os anos mais agudos da crise internacional.

Passando ao segundo ponto do relacionamento do Banco Central com o Governo Federal, esse relacionamento se dá nos termos definidos tanto pela Constituição e pela Legislação vigente, podemos destacar, em primeiro lugar, a conta única do Governo Federal. A Constituição estabelece que a União deve depositar todas as suas disponibilidades no Banco Central. E o depósito se dá em conta única, que é remunerada pelo custo aproximadamente da Selic. É importante observar que esse relacionamento do Banco Central com o Tesouro Nacional é vedado constitucionalmente a concessão de empréstimos do Banco Central do Governo.

Outro ponto importante nesse relacionamento com o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Recursos depositados pelo Tesouro Nacional no Banco Central. Exatamente. Aproximadamente.

O segundo aspecto importante desse relacionamento é a transferência dos resultados do Banco Central para o Tesouro Nacional, resultados que, se positivos, ou seja, quando o Banco Central apura em seus balanços resultado positivo, são transferidos ao Tesouro Nacional. Quando o Banco Central apura prejuízo nas suas contas, o Tesouro Nacional cobre o resultado, repassando recursos ao Banco Central.

Em seguida, um outro relacionamento importante é a capacidade de o Banco Central fazer política monetária. Isso significa a possibilidade de o Banco Central dispor de uma carteira relevante de títulos públicos, pois, como sabemos, a política monetária do Banco Central, que tem por objetivo manter a taxa Selic efetiva, aquela que é efetivamente praticada no mercado interbancário brasileiro, no nível da meta determinada pelo Copom, para com isso fazer a gestão monetária da economia, para atingir as metas da inflação, fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central precisa de uma carteira de títulos e esses títulos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal vedou a emissão de títulos por parte do Banco Central, essa política monetária é feita utilizando títulos do Tesouro Nacional, que são os ativos de menor risco na economia brasileira, considerada apenas a economia brasileira são os ativos de risco zero. E com elas são feitas as operações compromissadas, a gestão de liquidez no mercado interbancário.

No caso de o Banco Central, por alguma razão, se vir com uma quantia de títulos insuficiente para a gestão de sua política monetária, o Tesouro Nacional pode emitir títulos ao Banco Central.

Por fim....

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – O Tesouro emite os títulos para a carteira do Banco Central. Sempre que os títulos livres na carteira do Banco Central, que são o total dos títulos do Tesouro Nacional, que o Banco Central tem em sua carteira, menos os que estão sendo usados nas operações compromissadas, quando esse total de títulos livres ficar abaixo do que o Banco Central entende como recomendável, pode ser feita essa emissão, por parte do Tesouro Nacional, diretamente à carteira do Banco Central.

Por fim, o quarto aspecto é a equalização cambial que ocorre entre o Tesouro e o Banco Central, regulamentada pela Lei nº 11.803, de 2008, que estabelece que o resultado dos ativos em moeda estrangeira do Banco Central são repassados para o Tesouro Nacional, seguindo exatamente a mesma lógica, o mesmo procedimento do resultado do Banco Central como um todo, se o resultado positivo, esses recursos são transferidos ao Tesouro, se o resultado negativo o Tesouro repassa ao Banco Central recursos suficientes para equalizar esse resultado.

É importante ressaltar que os recursos repassados pelo Banco Central para o Tesouro, tanto o resultado contábil quanto o resultado da equalização cambial, quando positivos são destinados exclusivamente para o pagamento da dívida pública mobiliária Federal.

Essas operações todas que ressaltamos aparecem na tabela cinco da nota de imprensa de política fiscal, nas rubricas de conta única, cujo saldo em junho de 2011 atingiu R\$430,2 bilhões. Dívida mobiliária na carteira do Banco Central com resultado de R\$713,6 bilhões de junho e a equalização cambial, que se refere ao estoque que ainda não foi transferido ao Tesouro como R\$95,7 bilhões em junho de 2011.

Vencido então o relacionamento entre Banco Central e Tesouro ...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Sim, passo as operações compromissadas.

As operações compromissadas têm esse nome pelo fato de serem operações de venda, com compromisso de recompra, ou seja, o Banco Central e o conjunto do setor bancário, o Banco Central faz a venda de títulos com compromisso de, num prazo determinado, determinado a cada operação, recomprá-los. O

objetivo dessa política é especificamente a gestão de liquidez em moeda nacional da economia brasileira. Ou seja, quando o Banco Central verifica que a Selic efetiva encontra-se acima da meta, há necessidade de ampliar a liquidez, portanto, podemos reduzir o estoque de operações compromissadas. Quando a Selic efetiva está abaixo da meta há necessidade de diminuir as condições de liquidez da economia, contra ele a liquidez, então o Banco Central coloca mais operações compromissadas. Isso porque na operação compromissada o Banco Central entrega os títulos ao setor bancário e recebe do setor bancário reais, espécies, que são debitadas da conta de reserva bancária que cada banco tem. Portanto, as condições de liquidez de economia são reduzidas pela ampliação dessas operações compromissadas. E o inverso, quando o Banco Central compra esses títulos com o compromisso de revendê-los em alguma data posterior.

Ressalto que as operações compromissadas têm contrapartida na base monetária, o aumento das operações compromissadas reduz a base monetária, portanto, reduz a liquidez, e, num primeiro momento, no momento em que elas ocorrem, o impacto dessas ampliações de compromissadas na dívida líquida é neutra, porque a base monetária constitui um passivo do Banco Central, considerado na dívida do setor público tanto quanto as operações compromissadas. A ampliação de uma reduz a outra, o impacto é neutro.

É evidente que as operações compromissadas sendo feitas com títulos públicos, esses títulos têm remuneração, então, no longo prazo há uma diferença que é o próprio custo de estabelecer a política monetária, que aparece no resultado do Banco Central.

Por fim, em relação à conta de outros depósitos no Banco Central, que são os depósitos compulsórios, depósitos compulsórios, os encaixes e recolhimentos compulsórios de instituições financeiras, que são a parte mais significativa, mas também depósito do Sistema Financeiro de Habitação, encaixe obrigatório do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, depósitos vinculados a créditos rurais. Essas operações têm, de fato, variado muito significativamente nos últimos anos em função dos depósitos compulsórios terem sido extensivamente utilizados como instrumento de política monetária durante a crise.

Em outubro de 2008, logo após a falência do *Lehman Brothers* em 15 de setembro, daquele ano, o Banco Central reduziu as alíquotas de recolhimento compulsório. O que significa? Recolhimento compulsório são recursos tanto em espécie, portanto não remunerado, quanto em títulos, portanto remunerados, que as instituições financeiras recolhem obrigatoriamente, compulsoriamente, ao Banco Central. Quando o Banco

Central reduziu a alíquota desses recolhimentos esses recursos foram devolvidos às instituições financeiras, ampliando a sua liquidez, a sua solidez e capacidade de gerar empréstimos durante a crise, o que foi muito importante.

Quando se faz hoje uma comparação com 2008, aparece um crescimento muito significativo, tinha o período pré-crise, num determinado nível, com uma redução muito significativa no momento da crise. Normalizadas as condições monetárias da economia brasileira, essas alíquotas de compulsórios foram repostas, digamos, retornada ao nível anterior. Em dezembro de 2010 houve uma nova ampliação de compulsórios no âmbito das medidas macroprudencias, adotadas então. Portanto, essa alíquota de compulsórios subiu novamente e atinge agora esses outros depósitos no Banco Central R\$339,5 bilhões, em junho de 2011. Em dezembro de 2009 eles eram 63,3 bilhões, ou seja, houve a redução depois da crise; em 2009 permaneceu baixo, esse movimento foi recuperado durante o ano de 2010, até 2011.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu quero perguntar o seguinte: quando o Banco Central, a Selic tem uma remuneração, esse depósito compulsório é remunerado também no mesmo nível da Selic?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – A parcela dos depósitos compulsórios que é feita com títulos, os títulos já têm a remuneração. Não é exatamente que o Banco Central remunere ao mercado esses títulos. Como o recolhimento é feito em títulos, esses títulos continuam acumulando rendimento durante o período em que eles estão recolhidos aos compulsórios, enquanto que os depósitos feitos em espécie não têm remuneração.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A espécie não tem remuneração? Existe um percentual que determine o que é feito em espécie e o que é feito em título?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Eu lhe informo em breve, eu não tenho aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas existe?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Existe. Para cada modalidade de compulsório, compulsório sobre depósito a vista, compulsório a prazo, compulsório de poupança, exigibilidade adicional, para cada uma dessas modalidades existe regulamentação específica, que determina a forma como esses depósitos compulsórios são recolhidos ao Banco Central.

A última pergunta, relativo à parte fiscal, diz respeito ao aumento das operações compromissadas e aqui, como já foi mencionado antes, as operações

compromissadas são operações específicas de política monetária, são a própria forma de o Banco Central executar, operacionalizar as decisões tomadas no Comitê de Política Monetária, relativo à fixação da meta da taxa de juros. Então, essas operações compromissadas se referem primordialmente à execução da política monetária. Obviamente elas impactam a política fiscal, por isso são refletidas na nota para a imprensa. E aqui há uma vinculação muito significativa das operações compromissadas com os compulsórios, nas duas são modalidades de fazer política monetária. Quando o Banco Central define um nível de liquidez na economia e aumenta o compulsório, esse aumento dos compulsórios já reduz a liquidez, portanto, diminui a necessidade de o Banco Central fazer operações compromissadas para atingi-la. Ao contrário no medida em que o Banco Central reduz os compulsórios e há uma liquidez, uma redução de compulsórios, os bancos recebem esses títulos e ainda não os empresta, o Banco Central faz o gerenciamento dessa liquidez com o aumento dos compulsórios.

Então, a variação dos compulsórios bastante significativos, de 2008 a 2010, por exemplo, elas são a variação das operações compromissadas são reflexo das necessidades de gerenciamento de liquidez do Banco Central e obvio, qualquer comparação na economia brasileira que envolva os anos de 2008 e 2009 vai estar bastante influenciado pelos impactos da crise econômica daqueles anos.

Passando às perguntas relativas ao setor de externo, o Banco Central tem reiteradamente dito, e isso está em diversos discursos do Presidente Tombini, que o Brasil está num regime de taxa de câmbio flutuante desde janeiro de 99. E num regime de taxa flutuante, as taxas de câmbio flutuam, o que significa que pode haver movimento para cima e para baixo de apreciações e depreciações na taxa de câmbio.

Portanto, o endividamento externo também representa um passivo aos devedores, em geral que ocorre em moeda diferente da moeda na qual a empresa tem suas receitas, essas são feitas em empresas que trabalham com comércio exterior. Portanto, as empresas devem observar isso, e seria prudente, na contratação de créditos externos, para que esse descasamento de moedas não signifique problema em ocasião de reversão de trajetória de taxa de câmbio.

Para o setor bancário, especificamente, existem regulamentações limitando o descasamento de moedas e as regulamentações são estritamente obedecidas pelo setor bancário no País.

Em relação à balança de serviços...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu queria antes, a dívida em relação aos

bancos, eram 63 bilhões em 99, passou para 129, um aumento de quase cem por cento. Em relação a empresas, de 65 para 92. O Banco Central, eu não estou insinuando, tem alguma preocupação em relação a esse fato ou considera isso um fato normal? Como se explica o aumento do endividamento? É decorrência de uma taxa de juros externa baixa que levam as empresas recorrerem a endividamentos externos?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Obviamente, as empresas necessitam levantar capital...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Está na pagina 56.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Exato. As empresas necessitam levantar capital e, para isso, recorrem a um conjunto amplo de fontes de financiamento, como capital próprio, ações ou *equity* ou o endividamento, o débito. Tanto os bancos, quanto as empresas têm aumentado sua dívida externa no período recente, e esse é um movimento contrário ao que tem sido observado no Governo Federal, que tem reduzido seu endividamento externo. O Banco Central observa esses números e tem os detalhes desses números. Quanto à dívida externa, é feito um registro das operações financeiras. Então, o Banco Central, para cada contratação individual, tem informações detalhadas sobre prazo, sobre taxas, sobre perfil de vencimentos e tem observado um alongamento de prazos recentes, o que se reflete, embora a dívida externa privada cresça, em perfis de amortização curtos bastante financiáveis na conta financeira do balanço de pagamentos.

Os dados estimados para junho mostram o setor bancário com um endividamento externo de 129,6 bilhões, com o curto prazo refletindo aproximadamente um terço disso, e o longo prazo, dois terços. Podemos observar também que as medidas macroprudenciais em relação ao endividamento externo tomadas recentemente impuseram o IOF de 6% sobre as operações de curto prazo, e isso tem melhorado significativamente o perfil desse endividamento, reduzindo o endividamento de curto prazo e ampliando o endividamento de longo prazo, o que torna o perfil de serviço da dívida mais sustentável.

Em relação ao déficit na balança de serviços, de fato, o Brasil tem sempre apresentado resultados deficitários nessa rubrica. Inclusive, nos cinco anos em que o Brasil obteve superávit em transações correntes, de 2003 a 2007, esse superávit foi totalmente garantido pelo superávit comercial, que alcançava US\$40 bilhões à época, e a balança de serviços e também a balança de rendas sempre se mostraram deficitárias. Podemos observar que isso se reflete na própria composição

da balança de serviços, na qual está inscrita a conta de transportes, que é estruturalmente deficitária; e a conta de viagens internacionais, que se tem tornado bastante superavitária com o recente comportamento tanto da taxa nominal de câmbio e da taxa real quanto dos ganhos de renda da população brasileira nos últimos anos, ampliando os gastos de brasileiros no exterior de forma muito significativa. Em seguida, há a conta de aluguel de equipamentos: os bens de capital adquiridos, ou melhor, alugados geram esse pagamento de aluguel de equipamentos e se adicionam ao parque produtivo brasileiro; também somos deficitários nessa conta.

Portanto, a conta de serviços tem se mostrado deficitária em função da própria constituição da economia brasileira – é um déficit que podemos qualificar como estrutural –, e seu impacto nas transações correntes tem sido absorvido pelos superávits comerciais, em maior parte, e, em menor parte, pelas transferências unilaterais de brasileiros no exterior. Mas temos visto, nos últimos anos e especialmente nas projeções para este ano, um déficit em transações correntes por volta de 2,5% do PIB, que é um déficit inteiramente financiável, como tem sido em todos os anos anteriores, inclusive nos anos de crise, e é o que acontece neste ano também.

Por fim, em relação aos empréstimos intercompanhia, o Senador está inteiramente correto ao destacar que os empréstimos intercompanhias classificados como empréstimos brasileiros diretos ao exterior – ou seja, o relacionamento entre subsidiárias brasileiras e suas filiais no exterior – têm crescido bastante e aparecido com o sinal ao contrário do que seria o esperado, digamos. Ou seja, são as subsidiárias no exterior que têm feito empréstimos a suas matrizes no País. E essas operações são classificadas como investimento direto. Dentro da metodologia internacionalmente utilizada – o Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos do FMI –, esse recurso também é um recurso ao qual temos aceso pelos contratos de câmbio individualmente; conhecemos as operações; os relacionamentos entre as matrizes e subsidiárias estão corretamente identificados; e, possivelmente, as mesmas razões que têm elevado a dívida externa recentemente também são razões que se encontram por trás desse aumento das operações das filiais para as matrizes no País. Ou seja, esse movimento tem sido determinado, em grande parte, pelas condições de captação de crédito externo, que têm sido muito favorecidas pelo ambiente de liquidez internacional, pelo nível de política monetária que é estabelecido em todas as principais economias do mundo. As taxas de juros de políticas monetárias têm sido próximas a

zero, na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, em decorrência das dificuldades econômicas que esses países têm atravessado. São taxas de política monetária bastante abaixo de qualquer ideia de normalidade e que estão sendo mantidas pelos respectivos bancos centrais, como tentativa de estímulo àquelas economias.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – V. S^a está dizendo que está havendo entrada de recursos, de empréstimos de subsidiárias brasileiras no exterior à sua matriz aqui?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – E matriz de companhias estrangeiras a suas subsidiárias aqui?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – É. Metodologicamente, nós diferenciamos a partir de quem é a matriz.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu sei, mas, financeiramente, o resultado é o mesmo?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Financeiramente, o resultado é o mesmo, e o que está acontecendo fundamentalmente é que o maior volume se dá nas filiais de empresas brasileiras emprestando para suas matrizes aqui, embora, em ambos os casos, esteja ocorrendo o ingresso de muitos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – E sempre foi assim?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Não. Até o período antes da crise, o que acontecia eram as matrizes no Brasil enviando recursos para as filiais no exterior, o que, no balanço de pagamento, estava registrado com o sinal negativo – uma saída de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Sim, porque hoje ainda existe a matriz mandando para o exterior... O que tem aumentado é a subsidiária no exterior mandando recursos para a matriz aqui, não é isso?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Nesse primeiro item, da remessa de subsidiária para a matriz, no passado isso já ocorria?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Em termos líquidos, esse movimento era pequeno e era superado largamente pelo movimento da matriz no Brasil enviando recursos à subsidiária no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Está bem.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Com isso, eu creio haver encerrado a lista de temas que V. Ex^a havia feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Agradeço muito a aula que o senhor acaba de nos dar. Realmente abordou, com muita precisão, todos os questionamentos que foram apresentados ao Banco Central.

E eu passo a palavra agora, pela ordem, ao Dr. Raimundo Eloi de Carvalho, que vai fazer uma exposição principalmente abordando um pouco o problema do lucro real, do lucro presumido de créditos tributários acumulados; problemas de juros de capital próprio; faixa de alíquotas. Com a palavra o Dr. Raimundo Eloi de Carvalho, Coordenador da Coordenação de Previsão e Análise de Arrecadação da Receita Federal do Brasil.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Boa noite a todos.

Dando sequência à primeira reunião, queremos agradecer ao Senador Dornelles o convite à Receita Federal, para apresentar aqui, perante a Subcomissão, principalmente o resultado da arrecadação de tributos federais no primeiro semestre de 2011. Vamos analisá-lo em comparação com o primeiro semestre de 2010.

Também, nessa reunião, tivemos algumas questões que foram formuladas pela Subcomissão e que nós procuramos também respondê-las.

Não sei se o Dr. Dornelles gostaria que a gente apresentasse, primeiramente, as questões e em seguida apresentássemos o resultado. Acho que como a novidade são algumas questões que foram formuladas, eu até preferiria apresentar essas questões e, depois, falar um pouco a respeito do resultado da arrecadação.

Então, questões pela Subcomissão à Receita Federal do Brasil.

Nós tivemos esse conjunto de questões e vamos procurar respondê-las na sequência, na medida do possível.

Primeira questão: “Quantas empresas declaram e quanto é arrecadado por cada regime do Imposto de Renda, lucro real e lucro presumido, e simples?”

Essas são as formas de tributação, os regimes de tributação que nós temos. Temos uma tabela, principalmente apurada no ano de 2009, pelo número de empresas declarantes. Há um total de quase quatro milhões de empresas – temos algumas empresas a mais, que não estão relacionadas aí, mas que são poucas – das quais 73,5% do número dessas empresas dizem respeito ao Simples. E com relação ao lucro real, menos de 4% em relação ao número de declarantes; e 23% em relação ao lucro presumido.

Pelo lado da arrecadação – nós vamos ver depois pelo lado da receita bruta também – nós vemos que aquele grupo que representa menos de 4% em compensação representa 86% da arrecadação. Isso olhando o ano de 2010. Onze e meio por cento é para o lucro presumido e pouco mais de 2% para o Simples.

Então, esse é o quadro relacionado com a primeira questão, relacionando aí o número de declarantes por regime de apuração e valor da arrecadação.

Com relação à segunda questão, no caso do lucro real, se pede para especificar quantas Pessoas Jurídicas recolhem o seu imposto em cada uma das subcategorias. Nós tivemos até um pouco de dificuldade de identificar quais seriam exatamente as subcategorias que a Subcomissão tinha interesse. Nós selecionamos essas duas, dentro do lucro real, daquelas 144 mil empresas, quais são as empresas financeiras e as demais. E aí, quase 13 mil entidades financeiras e 132 mil as demais empresas.

“Qual a razão entre imposto devido e a receita bruta em cada um dos regimes?”

E aí, novamente, classificamos de acordo com os regimes de tributação: lucro real, lucro presumido e simples. Nós temos a receita bruta apurada no ano de 2009, imposto devido também no ano de 2009; temos uma receita bruta total de 6,4 trilhões, sendo que o lucro real com relação às receitas também compõe a maior parte, quase 84%, quase 10% relacionado ao lucro presumido e 6,4% relacionado às empresas do Simples.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu queria pedir a sua autorização para entrar aqui.

O Senador Cyro Miranda fez um projeto aumentando o percentual de presumido de 37 para 73. Então, veja se eu estou certo. As empresas do lucro real estão pagando de imposto 1,21% da sua receita. Está certo?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Imposto devido. Quando dividimos o imposto de renda das pessoas jurídicas; não são todos os tributos, é o imposto de renda das pessoas jurídicas. Quando dividimos pela receita bruta...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não. Eu estou dizendo o seguinte: as empresas que participam do lucro real estão pagando de imposto de renda 1,21% da sua receita. Certo?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Certo. Correto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Pois bem. No lucro presumido, eu acredito que, em termos de imposto de renda, existe um pagamento de 3,8%.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos admitir que todas as empresas fossem pelo lucro presumido. Eu poderia dizer, então, que todas elas pagariam 38%, que a arrecadação seria três vezes mais?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Em tese seria.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por que a Receita é contra o lucro presumido?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Isso a gente vai responder mais... acho que é uma questão um pouco mais à frente que a gente vai discutir. Não é nem a Receita que é contra o lucro presumido. Na verdade, o lucro presumido foi inclusive aprovado nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas você entendeu o meu ponto, não é?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Entendi, entendi. Nós já chegamos a essa conclusão...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – É que pelo lucro real está 1,21% da receita. Quer dizer, se a Receita disser: vamos acabar... Todo mundo pode ir pelo lucro presumido, e seria 3,8%. Seria quase um percentual de... eu só queria fazer essa observação.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Pode continuar.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Então, nós temos aí relação entre receita bruta e imposto de renda das pessoas jurídicas devido. E, de acordo com os nossos dados apurados no ano de 2009, é isso que o Senador está colocando: nós temos para o lucro real 1,21% imposto devido em relação à receita total; lucro presumido 3% e 0,39% o Simples. No total, daria 1,34%. E aí por que adotar teto para lucro presumido?

O que é o lucro presumido? O lucro presumido é um percentual da receita bruta de acordo com setores. Nós temos como regra geral 8%; temos para alguns setores 16% e para outros setores 32%. E se adotou um teto. Inicialmente, 12 milhões de receita bruta no ano anterior, calendário anterior; depois, 24 milhões, e hoje nós temos 48 milhões como teto, para que uma empresa possa optar, porque é uma opção; qualquer empresa pode fazer a apuração pelo lucro real. Mas para que ela possa optar, ela tem que ter uma receita menor ou igual a 48 milhões no ano anterior – isso em termos de receita.

E por que adotar um teto? A ideia é de que as grandes empresas, principalmente as grandes empresas, pudessem fazer a apuração pela regra geral, que é o lucro, que é a apuração efetiva do lucro. E, na ver-

dade, o lucro presumido, quando se abriu essa brecha, quando se abriu essa possibilidade de as empresas optarem, que é uma forma também de simplificar... Como ela basicamente só tem que aplicar um percentual sobre a receita bruta, não é necessário exigir muitas obrigações acessórias. Isso também diminui os custos em relação a essas obrigações. Agora, por que adotar um teto, isso pode continuar em discussão. Esse teto já foi ampliado: ele começou com 12 e hoje está em 48; é algo que foi aprovado inclusive pelo Congresso, por esta Casa, e é passível, sim, de discussão, mas no momento é esse que nós trabalhamos.

Com relação aos créditos: qual o estoque de crédito? Qual o montante atualizado de créditos tributários acumulados de PIS, Cofins e IPI separadamente? Que providências foram tomadas para a sua redução?

Nós apuramos, e conseguimos encerrar hoje, uma tabela bem atualizada desses montantes de crédito. Não conseguimos separar PIS e Cofins, mas nós temos, por exemplo, o crédito total, ou seja, aquilo que as empresas entraram com o pedido; significa o montante que as empresas pediram em termos de crédito: 62 bilhões, sendo que 40,3 bilhões se referem a PIS e Cofins, e 22 bilhões a IPI. Débito, ou seja, aquilo que as empresas já utilizaram como compensação. Elas entraram com pedido de crédito e já utilizaram, compensando com o próprio pagamento de tributos, 37,4 bilhões, sendo 21,1 de IPI e Cofins, e 16,3 de IPI.

Portanto, qual o saldo total de créditos tributários passíveis de ressarcimento? Vinte e cinco bilhões.

Pergunta-se: que providências foram tomadas para a sua redução? A Receita Federal vem tomando uma série de providências para acelerar, para fazer um sistema automatizado de restituição desses créditos, que, evidentemente, são devidos e agora, mais recentemente, pela medida provisória que foi aprovada, com mais propriedade ainda para acelerar. E é um compromisso do Governo acelerar a restituição desses créditos. Então, nós temos hoje um estoque de crédito de cerca de 25...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Raimundo, o senhor me permite?

Hoje a lentidão é muito grande nessa... Inclusive, passa por uma auditoria da Receita a empresa. Ela entra e não vai examinar só esse projeto. Ela aproveita e faz um levantamento dos últimos cinco anos da empresa. O que acontece? Isso tem retardado muito o tempo e tem prejudicado as empresas. Então, deveria haver uma celeridade nisso; certo?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Sem dúvida.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E não dá para entender. Essa é uma questão muito pare-

cida como quando você é fiscalizado todos os anos e vai fechar sua empresa, a Receita Estadual quer abrir todos os casos e vai fiscalizar todos os últimos cinco anos. A Receita Estadual age dessa maneira. E não tem havido celeridade. Isso eu conheço bem de perto.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – As empresas irão observar, no final de 2011 e início de 2012, uma mudança muito significativa nesse processo de restituição dos créditos.

A outra questão: quais as vantagens para uma empresa distribuir lucro a título de juros de capital próprio ou dividendos? Quais as alíquotas aplicadas para pessoa jurídica e para pessoa natural?

A distribuição de lucros e dividendos é isenta do imposto de renda, isso é fato. E a distribuição dos dividendos é obrigatória e os juros sobre o capital próprio pode ter uma parcela mínima para efeito de distribuição. Os juros sobre capital próprio são dedutíveis do imposto de renda das pessoas jurídicas e tem uma alíquota de 15% na fonte. Se essa destinação, se o beneficiário é uma pessoa jurídica tributada no lucro real, isso pode ser compensado na frente. Se é tributado para uma pessoa física ou uma pessoa jurídica optante pelo Simples, por exemplo, essa tributação é definitiva.

E com relação às vantagens da distribuição ou não do JCP, Senador, depende. O nosso entendimento depende da política de cada empresa. Não é algo que a gente possa responder: isso é vantajoso; isso não é vantajoso? Aí depende da política de cada empresa. O que é certo é que os juros sobre o capital próprio têm uma tributação na fonte a 15% de alíquota. Os lucros e dividendos, por já terem sido tributados na pessoa jurídica, na apuração do lucro, são isentos de tributação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A parcela do lucro distribuída como dividendo pagam os vinte e cinco mais nove?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – E paga zero de dividendo. Tem uma tributação de 34%.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A parcela do lucro distribuída como juros de capital próprio paga 34 contra 15?

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Quer dizer, o lucro distribuído como dividendo sofre 34.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – E o lucro distribuído como juros de capital próprio paga 15.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Tem uma tributação de 15. É isso.

A outra questão diz respeito a quantos contribuintes estão relacionados em cada faixa de alíquota; contribuintes do Imposto de Renda das pessoas físicas.

Temos, aí, a tabela atual com as alíquotas do Imposto de Renda das pessoas físicas e suas faixas de renda. Por exemplo, uma base de cálculo anual de até R\$18 mil, quase R\$19 mil, tem uma alíquota zero, e por aí vai... 7,5; 15; 22,5; 27,5 é a última alíquota marginal, que é acima de 46,9, quase 47 mil de renda anual.

Tivemos, com relação aos declarantes, no ano de 2010, essa apuração, 24 milhões de declarantes, distribuídos conforme essas faixas de renda.

O importante é que temos, hoje, a cada divulgação do programa Imposto de Renda, isso é amplamente colocado. Temos 25 milhões de declarantes, dos quais seis milhões são pagantes, por aí, seis milhões e algo.

(Próximo, por favor.)

A penúltima questão: qual a alíquota aplicada à renda assalariada de R\$3 mil, renda de pessoa jurídica ou natural de 100, a título de dividendo, juros sobre capital próprio, aplicações financeiras ou ganho no mercado acionário?

Na verdade, o que se pretende – imaginamos – é saber a estrutura de alíquotas dessas questões.

Com relação ao primeiro – alíquota nominal –, essa pessoa que ganha R\$3 mil mensais, ela está na faixa de 15%. Portanto, tem uma alíquota marginal de 15%. Só que a alíquota efetiva dela – nos fizemos o cálculo, claro que não se levando em conta dependentes e outras situações, que são características de cada contribuinte –, a alíquota de 15% e uma alíquota efetiva de 5,2%. Quando se fala em alíquota, na tabela, temos, aí, alíquotas marginais. Por exemplo, uma alíquota de 27,5 é uma alíquota marginal, jamais ela chegará, por mais que a pessoa ganhe, a uma alíquota efetiva de 27,5.

Juros sobre capital próprio, já nos referimos, a alíquota é de 15% sobre a remuneração do capital próprio da empresa, dos sócios.

Aplicações financeiras, hoje, têm basicamente uma – já foi a 15% – estrutura de alíquotas de 22,5 a 15%, de acordo com o prazo de aplicação, alíquota de 22,5, para curto prazo, e de 15% para aplicações de longo prazo, ditas aí, aplicações acima de dois anos. E, mercado acionário, uma alíquota acerca de 15%.

Essa é a estrutura de alíquotas que temos hoje.

(Próximo, por favor.)

A última questão: quanto às instituições financeiras recolhem em tributos federais, e qual a sua participação no agregado lucro e na receita bruta das pessoas jurídicas?

O que fizemos foi uma estrutura, separando entidades financeiras, para nós, e demais empresas. No ano de 2010, as entidades financeiras representaram 17,5% do total arrecadado no País, pelas receitas administradas pela Receita Federal; e as demais, 82,5%.

E quanto à segunda questão, quanto elas representam no lucro, nós estamos tomando como lucro o Imposto de Renda e a Contribuição sobre o Lucro, que tem como base essa apuração. Não deu para a gente apurar exatamente o lucro, mas seria uma *proxy* disso aí; ou seja, tomando os tributos que têm como base o lucro, o Imposto de Renda das pessoas jurídicas e a Contribuição sobre o Lucro, as entidades financeiras, no ano de 2010, recolheram R\$22.9 bilhões e as demais R\$112 bilhões, num total de R\$130 bilhões, entre Contribuição sobre o Lucro e Imposto de Renda das pessoas jurídicas, que tem base também no lucro. E as entidades financeiras representam, podemos ver que elas representam o lucro, 17%, basicamente quase igual ao total das receitas.

Essas seriam as questões que nós tentamos responder e que foram colocadas para a Receita Federal, que foram formuladas para a Receita Federal.

Nós temos agora algumas questões com relação ao resultado da análise da arrecadação para o período de janeiro. Quanto à análise da arrecadação, nós vamos falar bem rapidamente sobre esse resultado. Nós tivemos aí as receitas totais, as receitas administradas pela Receita Federal e outras receitas que representam um percentual pequeno tiveram um crescimento de 12.68% e principalmente alavancado aí, porque esse resultado vinha na faixa de pouco mais de 10%, alavancado aí pelo resultado de junho. A gente vai destacar principalmente o que foi que teve um crescimento de 23%, quando comparado a junho do ano passado em termos reais.

Aqui só mostrando gráficos sobre como é que nós vínhamos; a tendência acumulada; até o mês de maio nós tínhamos um crescimento de 10.7%; de repente, até o mês de julho, houve uma pequena reversão por causa do resultado de junho; tivemos um crescimento aí de 12.68%.

(Próximo, por favor.)

É o mesmo raciocínio só para as receitas administradas, 23% em junho e 13%; no acumulado vinha na faixa de 11%. Resultados positivos, mas decrescentes.

(Próximo, por favor.)

Apresentação em gráfico.

Só para se ter uma ideia, os nossos tributos, Cofins, PIS, eles são atrelados muito à venda de bens e serviços. Então, de acordo com o crescimento desses indicadores, nós podemos fazer uma comparação e por aí deve crescer a arrecadação dessas contribuições, Cofins, principalmente PIS.

Nós estamos vendo que comparando janeiro a junho de 2011, com janeiro a junho de 2010, tivemos um crescimento forte de venda de bens e serviços, 13%; massa salarial de 15%, e aí impacta principalmente o Imposto de Renda na fonte sobre salários, sobre renda dos empregados e principalmente a receita previdenciária, que está com um crescimento bem forte; o valor das importações que impacta principalmente a arrecadação relativa aos impostos sobre comércio exterior; o IPI vinculado às importações e o Imposto de Importação propriamente dito, porque tivemos um crescimento muito forte do valor em dólar das importações, 29%, considerado aí o período acumulado; e aí temos a produção industrial com um percentual não muito alto, na faixa de quase 2% comparando com o período acumulado também do ano passado.

(Próximo, por favor.)

Colocando aquele percentual de 12.68% de crescimento por tributo, quais os tributos que mais contribuíram para esse crescimento? Só vamos ser destacados alguns. Temos aí Imposto de Renda das pessoas jurídicas e a Contribuição sobre o Lucro. Enquanto a média geral foi de 12.68, nós tivemos esses tributos crescendo 16.5%, basicamente, e contribuíram com esse crescimento em 22%. Ou seja, os tributos que mais contribuíram: receita previdenciária vem em segundo lugar, cresceu 9%, mas dada a participação dela, contribuiu com 20% para o resultado; e aí vem Cofins, PIS, PASEP, com um crescimento de 9.36. Nós vimos lá atrás que a venda de bens e serviços está crescendo, quase 13%; IOF com 3%, os menos destacados.

(Próximo, por favor.)

Aqui o fato, o fato que contribuiu para a arrecadação do mês de junho, forte crescimento no mês de junho e também para reverter um pouco aquele crescimento que vinha acumulado. Ou seja, esse primeiro item, parcelamento da Lei 11.941, falando aí do Refis, em termos populares os Refis da crise, e mais especificamente antecipações ou quitação de parcelas. Nós tivemos o mês de junho, o dia 30 de junho como prazo final para as empresas; aí a Receita fez a consolidação de todo o débito e a partir daí as empresas pagam efetivamente a parcela real e era o prazo para as grandes empresas definirem se queriam antecipar no mínimo 12 parcelas ou quitar o débito com os be-

nefícios da lei, com dispensa de multa, redução de juros, e por aí vai.

Então nós tivemos nesse mês de junho um recolhimento por conta desse item de R\$6.7 bilhões, quando a média que nós vínhamos arrecadando até então era de R\$600 milhões. Vejam que nós temos aí uma receita extraordinária, não decorrente de aumento de alíquota, mas decorrente de algo que já existia, que já estava configurado, faltando apenas ingressar nos cofres. Nós tivemos um recolhimento extra de R\$6 bilhões em relação àquilo que nós tínhamos. Ou seja, esse item contribuiu com quase 40% para o resultado da arrecadação do mês de junho, para aquele crescimento de 23%.

Então esse foi o principal fato que contribuiu para o resultado do mês e contribuiu também para reverter um pouco o crescimento que vínhamos tendo até então.

(Próximo, por favor.)

Aí só mostrando e distribuindo por setores. Nós temos aí entidades financeiras com crescimento significativo, com 27,%, contribuiu com 30%, e a extração de minerais metálicos também com um crescimento significativo; nós temos aí os dez setores com crescimento de 24% e uma participação de quase 70%.

(Próximo, por favor.)

Aí só para se ter uma ideia, é claro, pela característica do setor financeiro ele basicamente faz a intermediação. Quando nós pegamos toda a receita, temos uma visão do setor financeiro como aquele que arrecada mais, quando ele é, em muitos casos, intermediário. E aí nós pegamos outro dado, colocando também a distribuição por setores. Ele aí também aparece primeiro. Nós dizemos que são aqueles tributos que são pagos efetivamente pelas empresas e não a empresa na função intermediária. Nós vemos aí o setor financeiro, que reduz bastante o volume, mas mantém um crescimento significativo; continua a extração de minerais metálicos em segundo lugar, um setor que também contribuiu bastante para o resultado da arrecadação; comércio atacadista, com 11%; fabricação de veículos, 9.44%; e por aí vai.

(Próximo, por favor.)

Ali só para dar uma ideia, nós temos um gráfico da arrecadação em doze meses, representando aí a trajetória da arrecadação federal desde julho de 2008; ou seja, um pouco antes da crise. Iniciamos, como reflexo na arrecadação federal até novembro de 2009, novamente um crescimento, um fator positivo para arrecadação que vem até então. Aquele período significa um período de extensão da crise para a receita.

(Próximo, por favor.)

Só para ter uma ideia do histórico que colocamos mês a mês, em valores reais, um histórico da arrecadação desde o ano de 2007, e aí desempenho total da arrecadação das receitas federais.

(Próximo, por favor.)

Aí, só para informação, uma distribuição dessas receitas por Estado da Federação e dividindo por regiões geográficas. Região Norte, uma participação de 2,4%, em 2011; eram 2,40 no ano passado – não mudou muito – e com o crescimento de 12%, região Nordeste com participação de 7%, era 7% no ano passado, crescimento de 10.

(Próximo, por favor.)

E aí a região Sudeste, que tem uma participação muito maior. Ela representa 65%; representou, no primeiro semestre de 2011, em 2010 era de 64,5% e cresceu 14%.

Por aí vai. Região Sul: 13%; Centro-Oeste 9,5%. Só para ter essa distribuição por região geográfica e por Estado.

Muito obrigado. Era isso que nós queríamos apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Meu caro Eloi, muito obrigado por sua belíssima exposição.

Passo a palavra ao Dr. Cleber Ubiratan de Oliveira, que vai falar sobre o Tesouro Nacional.

O SR. CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA – Boa-noite, Srs. Senadores, Srs. Membros da Mesa, Srs. Membros do Plenário, vou fazer uma pequena apresentação acerca dos resultados atingidos no primeiro semestre desse exercício comparando com as metas fiscais para o período e dando alguns destaques também encima das questões que foram formuladas aqui relacionadas a questões relativas a pagamentos de PSI, a questão da evolução do investimento e também alguns aspectos que vou comentar sobre a evolução dos gastos de custeio.

(Próximo, por favor.)

Esse é um primeiro quadro no qual a gente apresenta uma fotografia do mês de junho, que foi o último dado apresentado e divulgado, reflexo da boa arrecadação, também apresentada aqui pelo Dr. Eloi, o resultado do governo central apresentou um superávit de 10.5 bilhões naquele mês contra uma posição de 4.1 bilhões registrados no mês anterior.

É de se destacar que, sucessivamente, nos seis primeiros meses desse exercício, os resultados fiscais têm sido bastante expressivos, comparativamente, mês a mês; então, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro foram meses bastante fortes, e voltamos a ter um re-

sultado bastante forte também em junho. Isso significa, se olharmos pelo quadro abaixo, que estamos em junho com 30 bilhões acima do apurado no primeiro semestre de 2010.

(Próximo, por favor.)

Os 30 bilhões que nós estamos acima, reflete-se no número acima da linha de 55.5 bilhões para o Governo central.

Aqui já temos um número abaixo da linha, que já há uma pequena discrepância com o Governo central, estamos com 55.4 bilhões. Mas, o que é interessante ver nesse quadro é a meta, que está na primeira coluna, a meta anual de 81.8 bilhões, correspondente a 2.02 pontos percentuais do PIB e, resultado, até junho, janeiro a junho, estamos em 2.83%.

As estatais federais, a estimativa colocada no decreto na LDO é de um equilíbrio; estamos com um pouquinho abaixo, com 600 milhões no acumulado de déficit, e os governos regionais, para uma meta de 36.1 bilhões, 0,89% do PIB, estamos com 23.4 bilhões, ou seja, 1.2%.

Consolidado todo esse efeito, para uma meta de 117.8 bilhões, já temos 78.2 bilhões, ou seja, 3.99% do PIB estimado para aquele período.

Então, o bom desempenho desse exercício configura-se, por um lado, numa recuperação econômica, refletindo-se na receita, com alguns fatores específicos, como foi destacado aqui pelo Dr. Eloi, como a legislação, a questão do Refis. Mas, de maneira geral, a arrecadação tem se comportado bastante positivamente.

Do lado das despesas, eu vou entrar depois em detalhes aqui também. Os decretos de programação financeira e orçamentária têm produzido os seus efeitos desejados e têm sido bastante positivos para que cheguemos ao cumprimento das metas.

Destaco que a meta quadrimestral janeiro–abril foi bastante bem cumprida em relação ao que estava estabelecido. Superamos efetivamente a meta e estamos superando, agora, com esse número de R\$55,4 bilhões. Inclusive está superior à meta do segundo quadrimestre, que é de R\$40 bilhões.

(Próximo, por favor.)

Bom, aí está o quadro apresentando a meta no ano contra o realizado até junho para o Governo central. E, para o setor público, os R\$78 bilhões contra R\$117,8 bilhões. Destaco que a meta nesse exercício é fixada em R\$117,890 bilhões, em valor nominal. Não temos uma meta em percentual do PIB. Isso nos auxilia na programação financeira ao longo do exercício e ao final, também, para atingirmos o valor nominal da meta. O efeito macroeconômico é o mesmo, uma vez que toda a meta fixada visa, por um lado, reduzir

a dívida líquida e, por outro lado, preservar os níveis de investimento do País.

(Próximo, por favor.)

Esse quadro apresenta a trajetória acumulada em doze meses. Destaco aí aquilo que eu havia salientado anteriormente: até junho, nós tínhamos, no ano passado, R\$45,8 bilhões de superávit, ou seja, 1,34 do resultado fiscal. Este ano, já estamos com R\$109,7 bilhões acumulados em doze meses e 2,82.

Observe-se claramente ali a mudança no patamar do resultado primário, fruto, por um lado, do aumento das receitas e, por outro, do controle sobre as despesas.

(Próximo, por favor.)

Esse eu vou passar em destaque também, porque o ponto específico ali é para a trajetória do resultado nominal. Nós temos, na primeira coluna, o resultado de junho, no mês. De janeiro a junho, nós estamos com um resultado nominal negativo de -2,12%. Eu acho que talvez uma visão melhor seria olhar ao longo do tempo.

(Próximo, por favor.)

O que temos aí? Em cima, nós temos o resultado primário, do setor público, nessa linha azul. Você pode observar claramente o efeito da crise e as políticas fiscais anticíclicas sobre o resultado fiscal. E abaixo nós temos também, na mesma tendência, o resultado nominal. Uma melhora desse resultado se produziu a partir de 2009, da mesma forma como a melhora do resultado primário. Estamos com 3,50 acumulados em doze meses, no setor público, no superávit primário, e estamos com -2,20 de déficit nominal.

(Próximo, por favor.)

Eu acho que seria relevante dar destaque a um aspecto para a Comissão. É que produzimos, ao final do terceiro bimestre, a reavaliação do relatório de receitas e despesas bimestral, previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Aqui nós temos alguns parâmetros macroeconômicos que nortearam a revisão. A segunda revisão foi feita após encerrado o mês de abril e a terceira, após encerrado o mês de junho, já refletindo aqui, inclusive, os efeitos decorrentes da arrecadação que houve especificamente no último dia de junho.

A revisão de alguns dos parâmetros aqui, os mais significativos referem-se à questão dos índices de preços e, por outro lado, também, a questão da massa salarial, que teve um incremento nas projeções de 14,1%.

(Próximo, por favor.)

O demonstrativo feito a partir daquela análise de receita e despesa gerou a conclusão de que os limites de empenho e movimentação e os limites financeiros não deveriam ser modificados a partir desta análise, ou

seja, cotejado o aumento de receitas, por um lado receitas administradas, com a redução de outras reduções de receitas, receitas não administradas, e analisados todos os aumentos decorrentes de políticas e decorrentes também de revisões de valores nas despesas, chegamos à conclusão de que não seria prudente se alterar os limites constantes no decreto.

Alguns pontos específicos do relatório contemplam, por exemplo, pagamento de atrasados do RGPS – então, foram incorporados aumentos na projeção de 500 milhões. Outras despesas que estavam realizadas efetivamente foram incorporadas ao relatório ou, se não, figuraram como a se realizar.

O resultado final, como destaquei para vocês, é uma manutenção dos limites de movimentação e empenho.

Uma pergunta que surge é exatamente essa: nós estamos com um resultado bastante positivo, cobrindo inclusive a meta do segundo quadrimestre, que é de 40 bilhões, como isso se coaduna com a política do segundo semestre deste ano?

Bom, alguns aspectos são importantes serem destacados: primeiro, uma série de sazonalidades. Tem sazonalidades que teremos efetivamente agora em agosto e setembro, que são relativas ao 13^a da previdência, e ao final do exercício, que são características de despesas de pessoal. Isso condiciona um pouco a trajetória da programação financeira no sentido de almejar a meta ao final do exercício.

Este ano, volto a destacar, estamos buscando atingir a meta sem abatimento das despesas, sem a prerrogativa que a legislação nos confere de abater as despesas do PAC. A programação financeira e os decretos de programação financeira que vieram na sequência contemplam essa hipótese de trabalho e achamos perfeitamente factível.

(Próximo, por favor.)

Aqui há um destaque da Previdência. O único ajuste foi, como destaquei, na questão dos benefícios previdenciários.

(Próximo, por favor.)

Esse é o decreto em vigor. Acho que o elemento importante de se observar está na linha 12, as ações selecionadas nos termos do art. 3º da LDO, que se referem exatamente ao PAC. Todo decreto foi feito não se utilizando da prerrogativa de se abater o PAC. Os limites foram estabelecidos dessa forma e é a política fiscal que estamos perseguindo nesse exercício.

(Próximo, por favor.)

Detalhando um pouco mais o que aconteceu no período.

Esse é um quadro bem interessante de se fazer uma comparação. As variações principais que ocorrem do lado da receita e da despesa. No lado das receitas, como havia destacado aqui, temos um crescimento nominal de 20,3. Quando deflacionado pela variação do PIB nominal, esse crescimento ainda segue expressivo em 7%, boa parte fortemente concentrada no Tesouro, que são as receitas administradas, 8,2% acima do PIB.

Do lado das transferências, há um crescimento significativo. Neste ano, Estados e Municípios têm 11% a mais do que no ano anterior, acima da variação do PIB, ou seja, um crescimento de 25% em termos reais, o que dá para Estados e Municípios algo em torno de 17,4 bilhões a mais do que havia sido transferido no exercício passado.

Do lado das despesas, acho que um aspecto a se contemplar são os dados de benefícios e pessoal.

Do lado de pessoal, acho importante destacar o aspecto de que entendemos que todos os ajustes que foram concedidos proporcionaram um alinhamento maior das carreiras e fizeram com que a trajetória de pessoal viesse para um nível que entendemos bastante favorável.

Na parte de custeio e capital, temos alguns aspectos interessantes de serem observados.

Na questão do FAT há um ponto específico. Estamos crescendo 9% em termos nominais, mas ela está caindo menos 2,8%. Aqui no FAT nós temos abono seguro desemprego e outras despesas operacionais. No caso do FAT, explica-se um pouco esse movimento com questões relacionadas à questão do reajuste do salário mínimo e ao valor a ser vinculado ao pagamento do benefício, questões relacionadas também aos números identificados no âmbito do abono salarial, ou seja, há uma ação mais efetiva para se identificar alguns desses beneficiários. Há também efeitos de legislação que se relacionam a parcelas vinculadas, mas o valor até junho reflete um crescimento de 9%, ainda assim uma redução. É de fato um item que nos move a entender um pouco a dinâmica, uma vez que, com os níveis de crescimento da economia, com os níveis de formalização de emprego, seria esperado um comportamento um pouco diferenciado disso. Alguns fatores, como destaquei aqui, eventuais, alguns elementos relacionados à rotatividade no emprego, por exemplo, também podem afetar o comportamento das despesas do FAT.

Na parte de subsídios, temos um crescimento bem reduzido de 3%. Neste crescimento tem uma pergunta relacionada ao PSI, se o PSI está sendo empenhado, liquidado e pago. A resposta é que, de fato, a partir da legislação, Lei nº 12.096, o PSI tem uma equalização paga pelo Tesouro Nacional e essa equalização

está disciplinada em duas portarias, as de nºs 37 e 87 deste exercício. Os órgãos, as instituições financeiras encaminham ao Tesouro Nacional os valores a serem equalizados, o Tesouro Nacional efetua a conferência e o pagamento semestralmente dessas parcelas. No mês de junho, há uma referência no próprio resultado do Tesouro ao valor que foi pago de 429 milhões. Na parte de subsídio, talvez cause estranheza esse crescimento significativo de 14.000% e 12.000%. Temos ali esse resultado um pouco contaminado por retornos do FND de 4 bilhões que tivemos de 2010 para 2009. O comportamento mais normal é a trajetória de 2011 para 2010.

Na parte de custeio, ainda está um pouco acima do que imaginávamos que pudesse ser o efetivo; na parte de capital, há um crescimento de apenas 1,5.

Gostaria de dar um destaque em relação a esse aspecto tanto da despesa de custeio quanto da despesa de capital relacionada a outro ponto que também me foi feito uma pergunta em relação ao PAC e à questão da subvenção da *Minha Casa, Minha Vida*.

(Próximo, por favor.)

Esse é um quadro que mostra o investimento até junho. Aqui são valores pagos, aliás, mais que isso, são valores de pagamentos efetivos, ou seja, ordem bancária foi emitida e sacada à Conta Única. Até junho, nós tínhamos 20,9 bilhões de valores pagos desse exercício. Boa parte disso se refere inclusive a pagamentos de restos a pagar – a dinâmica de investimentos tem essa peculiaridade. No ano anterior foram 20,6 bilhões pagos. Na parte do PAC há um crescimento mais expressivo de 35,4%.

Acho que o aspecto importante a se destacar aqui é a questão metodológica. No PAC, nós temos aí, contabilizados como valores, tanto o GND-3, 4 e 5, que são aqueles relacionados ao PAC... 3 são basicamente custeio, que são pequenas obras que associam-se aos investimentos do PAC. São subvenções econômicas – e aqui, no caso, o elemento específico é o Minha Casa Minha Vida, que até junho deste ano nós tínhamos 3 bilhões. E também outro elemento são as inversões financeiras.

Então, o que justifica um pouco o crescimento mais significativo do PAC, *vis-à-vis* o crescimento do investimento mais modesto, é exatamente essa questão metodológica, ou seja, a subvenção ao PAC, considera-se como GND-3 e a subvenção ao Minha Casa Minha Vida considera-se como GND-3 e ela está contabilizada aqui, no PAC, não estando no investimento.

Na sequência, só para dar um destaque específico sobre algumas despesas, eu gostaria de salientar aqui o resultado da Previdência Social, RGPS. Aqui,

nós temos informações para o exercício de 2011, aquele que está sendo projetado na programação e vê-se claramente uma redução do déficit da Previdência Social. Parte disso está relacionada a formalização e a aumento de arrecadação – a massa salarial tem crescido significativamente – e, por outro lado, também, tem-se associado a medidas específicas administrativas de controle **do lado** de benefícios. Por fim, a parte de pessoal, também essa aí já é a tendência: até 2011, já com a nossa programação, reduzindo-se o resultado da despesa de pessoal e encargos sociais.

Na sequência, só para dar um destaque aqui, a dívida líquida do setor público.

Aqui, eu expandi um pouquinho mais e vamos além de 2011, que é o dado de junho: 39,7%, a expectativa daquilo que nós temos com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Há a expectativa de que em 2012 a nossa dívida chegue a 34,9%, 31,9% em 2013, e em 2014 a 28,5%.

Isso significa a continuidade da política fiscal austera, com a meta de resultado primário, que é equivalente a 3,10% do PIB para esses três exercícios.

Bom, um pouco aí da dívida líquida na situação atual, dado atual, e da dívida bruta, que revela um pouco de crescimento desse período de dezembro de 2010 até junho de 2011, passando de 54,7% para 56%.

E, por fim, falando um pouco sobre a dívida mobiliária. Está aí o nosso plano anual de financiamento.

Creio que o mais relevante aqui seriam as colunas 2011 e os limites. Os aspectos mais importantes que eu sublinharia aqui são exatamente a execução do nosso plano anual de financiamento da dívida, cuja estratégia anunciada no início do exercício está sendo plenamente atingida.

Eu destaco ali a questão da composição. A composição da dívida em pré-fixados e índices de preços hoje superam 60%. Para pré-fixado nós tínhamos uma banda inferior de 36% e máxima de 40% e estamos em 38%. Índices de preço: 27% contra uma banda de 26% e 29%, a taxa flutuante em torno de 30,9% contra uma banda inferior de 28% e 33%. Do lado do percentual, vencendo em doze meses, estamos em 21%, abaixo de 25%.

Acho que, como reflexo da política fiscal e também de gestão da dívida, estes seriam os aspectos que eu gostaria de salientar aqui.

Permaneço à disposição para qualquer dúvida. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Dr. Felipe Hees, da Defesa Comercial.

O SR. FELIPE HEES – Boa noite a todos. Em nome da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, eu

gostaria de agradecer o convite da Comissão de Assuntos Econômicos, em nome do Senador Francisco Dornelles, e essa oportunidade para fazer uma apresentação sobre a defesa comercial no Brasil.

Ao longo da apresentação, eu vou procurar responder as perguntas que foram formuladas aqui a respeito da aplicação de direitos de medidas de defesa comercial no Brasil.

Bom, desde a criação do Departamento de Defesa Comercial, em 1995, até junho desse ano foram abertas 313 investigações de defesa comercial, das quais 187 foram concluídas com aplicação de medidas – 177 foram direitos antidumping e 10, em dez ocasiões, foram celebrados compromissos de preço.

Essas investigações conduzidas pelo Brasil afetaram exportadores de 60 países, dos quais, exportadores de 43 países foram objeto de medidas brasileiras. Os três países cujos exportadores foram alvo de maior número de investigações – temos a China encabeçando a lista, seguida de Estados Unidos e Índia.

Com relação à China, eu gostaria de aqui já responder uma pergunta específica que foi formulada a respeito de quantos pedidos de investigação nós temos que afetam diretamente a China. Utilizando os dados de 2010 e até meados de 2011, nós tivemos 26 petições apresentadas pela indústria doméstica, das quais 8 continuam em análise; tivemos 10 investigações iniciadas. Então, somando as petições que continuam em análise e os direitos aplicados, nós temos 18. Desse universo um direito já foi aplicado e nós temos ainda 9 investigações em curso.

Então, esses são os dados específicos com relação às petições, enfim, às reclamações da indústria doméstica contra importações chinesas. E aqui eu estou colocando junto investigações antidumping e medidas para combate de práticas de subsídios.

Para que a gente possa ter ideia do que esses números significam, desde a criação da OMC, também em 1995, foram iniciadas no mundo inteiro 3.853 investigações antidumping. O Brasil é o quinto país que mais abriu investigação na história da OMC. O país líder é a Índia, em seguida os Estados Unidos, a Comunidade Europeia, a Argentina e logo depois, na quinta posição, vem o Brasil.

Eu chamo a atenção que os dados da OMC e os dados do Decom são discrepantes por duas razões: a primeira delas é que os dados da OMC têm defasagem de um ano, ou seja, são dados até junho de 2010, e a metodologia de compilação dos dados da OMC é um pouco diferente da nossa. Então, é por isso que os dados vão causar alguma divergência. O que é importante com os dados da OMC é que, como a metodologia é

a mesma para todos os países do mundo, nós temos uma base estável para comparação dos países entre si.

O Brasil é o país que ocupa a décima posição na lista daqueles cujos exportadores foram mais atingidos por investigações de outros países. A lista é encabeçada pela China. A distância é muito grande, ou seja, a China é o alvo prioritário das ações antidumping desde a criação da OMC, muito à frente do segundo lugar, que é a Coreia. O Brasil tem a décima posição. Somos o quinto maior aplicador e a décima maior vítima de aplicação.

Esse quadro simplesmente sintetiza os dados, as aberturas. Ele está hierarquizado pelas aberturas, o Brasil na quinta posição. Das 216 aberturas, em 106 casos foram aplicados direitos. Contra, nós temos 111 aberturas e 80 direitos aplicados contra exportadores brasileiros.

Esse quadro é importante porque mostra o que o governo vem fazendo mais recentemente, ou seja, o quadro anterior é o período desde a abertura, da criação da OMC até o ano passado, e essas aqui são as estatísticas mais recentes da atividade de defesa comercial no mundo.

Como os senhores podem ver, o Brasil é o líder, é o país que mais abriu investigação no último período medido, que foi de outubro de 2010 a abril de 2011. O Brasil encabeça a lista com 25 aberturas, mais que a Índia, que é a segunda colocada nesse *ranking*.

Os três primeiros pontos ali são os que acabei de dizer. Atualmente temos 33 petições em investigação no Decom. Ou seja, são pedidos da indústria doméstica que ainda estão sob análise. A conclusão pode ser o indeferimento da petição ou, então, a eventual retirada por parte da peticionária ou, ainda, a abertura de uma investigação.

Este ano, já foram iniciadas quatorze investigações. O número foi afetado porque tivemos durante os primeiros meses do ano de ajustar um pouco a base legal para que a Receita Federal pudesse nos passar os dados necessários às investigações, ou seja, houve uma certa... Durante os três primeiros meses do ano nós não tivemos abertura porque tínhamos que acertar essa questão legal. Então a tendência é de que número de investigações mais do que se acelere daqui para frente no segundo semestre.

Além dos números, das estatísticas, o governo, o Ministro Fernando Pimentel, agora com a política industrial anunciada pela Presidenta Dilma, temos várias novas medidas, digamos conceituais, inovações no campo da defesa comercial.

A primeira delas, uma de grande importância, é a abertura da primeira investigação anticircunvenção. Circunvenção é um anglicismo para práticas de

comércio desleal; são aquelas situações em que o importador/exportador tenta burlar a eficácia de um direito *antidumping* vigente. São três hipóteses que podemos investigar.

A primeira delas é a importação de partes e peças do produto objeto do direito *antidumping*. O produto em si deixa de ser importado e passam a ser importadas partes e peças do produto que é montado no Brasil.

A segunda hipótese é uma variação da primeira. O mesmo fenômeno de partes e peças acontece só que a montagem tem lugar num terceiro país. O objetivo aqui é descaracterizar aquela importação do produto objeto de um direito *antidumping*.

A terceira forma de esvaziamento da eficácia de um direito é por meio de alterações marginais no produto objeto do direito. Ou seja, o exportador/importador faz uma alteração que depois se configura insignificante, o objetivo é simplesmente tentar descaracterizar o produto objeto do direito. Se isso for comprovado, nas três hipóteses, se for comprovado que está acontecendo a montagem de partes e peças no Brasil, em terceiro país ou que houve a introdução de alterações marginais, o direito *antidumping* vigente é estendido para as importações sobre essas três situações, ou seja, há uma extensão da cobertura do direito original.

Este ano nós temos a primeira abertura de investigação, foi noticiada nos jornais, diz respeito à investigação de importação de cobertores. Temos cobertores da China com direito *antidumping* e temos duas situações que estão sendo investigadas. A primeira delas é a importação de rolo de tecido de cobertor para o Brasil. O acabamento do cobertor é feito no Brasil, e o objetivo é saber se isso é legítimo ou se o objetivo é tão somente burlar o direito *antidumping* vigente. A segunda hipótese é a de montagem no Uruguai e no Paraguai. Ou seja, empresas do Uruguai e do Paraguai estão importando rolos de tecido de cobertor da China, fazem o acabamento lá e exportam para cá. O que a investigação vai dizer é se é legítimo. Pode ser, não se pode, em princípio, descartar. Pode ser que seja uma prática legítima, mas existe grande possibilidade de que seja simplesmente um artifício para escapar do pagamento do direito *antidumping* contra a exportação de cobertores da China. Então essa é uma mudança substantiva.

A segunda mudança no arcabouço legal à disposição do MDIC para combater práticas desleais e legais diz respeito especificamente ao combate de práticas ilegais. Chama à atenção aqui que há circunvenção. Estamos no campo da prática desleal, pela razão que eu disse que eventualmente pode ser um comércio legítimo que está acontecendo.

No caso de falsa declaração de origem, é outra tentativa que existe de tentar burlar a eficácia de um direito, só que aqui a natureza do delito é muito diferente. Aqui é uma falsificação. Ou seja, há má-fé deliberada por parte do exportador, do importador ou de ambos de deliberadamente mentir a respeito da origem do produto, novamente com o objetivo de não recolher o direito *antidumping* devido.

Na semana passada foi publicado no Diário Oficial o resultado da primeira investigação de fraude de origem. O produto é ímãs de ferrite. É um produto cujo valor na pauta não é tão grande, mas o mais importante aqui é a simbologia por detrás disso. Ou seja, é um novo instrumento à disposição do Governo que começa a ser utilizado, e o resultado numa investigação de fraude de origem é muito mais pesado para o fraudador que uma investigação de circunvenção. Nesse caso de comércio ilegal, as licenças de importação passam a ser indeferidas, não é mais uma questão de um produto entrar ou de estender o direito. Simplesmente aquele produto daquela origem não entra mais. Não vai ser mais autorizada a importação, no caso dessa investigação de ímãs de ferrite, que vem do importador investigado em Taiwan, que foi o objeto da fraude. Essas importações não terão mais suas licenças de importações autorizadas. E essa importação não acontecerá mais.

Uma terceira mudança importante foi a criação de um grupo de inteligência da Secretaria de Comércio Exterior com a Receita Federal do Brasil. O objetivo do grupo é exatamente permitir, primeiro, uma atuação coordenada dos dois órgãos e o intercâmbio de informações, porque parte das informações está em poder da Receita Federal, parte das informações está com a Secex, então nada mais razoável que os dois órgãos se juntem e intercambiem possibilidades, suspeitas, denúncias, quais as alternativas de fraude que pode estar sendo explorada por importadores/exportadores. Então essa coordenação é uma coordenação inédita e nós reputamos de grande valor para investigar essas práticas desleais e legais.

Além dessas medidas que já foram implementadas e que já estão começando a surtir efeito na política industrial anunciada pela Presidenta Dilma semanas atrás, temos duas medidas, dois objetivos muito importantes. O primeiro deles é uma redução dos prazos de uma investigação de defesa comercial. Uma investigação de defesa comercial é um processo bastante técnico, complexo, demorado. Atualmente a nossa média de duração de investigação é de 14,8 meses, 15 meses, e o objetivo é reduzir para 10 meses o prazo máximo da investigação. De forma similar o objetivo que temos é passar de 240 dias para 120 dias o prazo para que

estejamos em condição de aplicar direitos provisórios. Direitos provisórios são aqueles, como o próprio nome indica, que já podem ser aplicados durante a fase de investigação, por um período de até seis meses, para garantir a proteção da indústria doméstica durante a fase de investigação. Então o objetivo é de que, a partir do quarto mês de investigação, nós estejamos em condições de aplicar esse direito.

Outra medida que foi anunciada, mas que começa a surtir efeito, é a mudança com relação ao nível de aplicação da margem de *dumping*. O nome técnico dessa regra é regra do menor direito.

Em 2007, a Camex havia decidido priorizar a adoção do menor direito, ou seja, um direito que fosse suficiente para eliminar o dano que fosse inferior à margem de *dumping*, e agora, em 2011, a Camex revisitou essa orientação e a orientação é aplicar o que nós chamamos de margem de *dumping* cheia, o que significa que nós utilizaremos a proteção máxima permitida legalmente, ou seja, não será mais priorizada a aplicação do menor direito, será a aplicação da margem de *dumping* cheia.

Outras medidas que também estão sendo implementadas, que configuram junto com as demais um pacote de medidas de defesa comercial é a orientação do Ministro Pimentel de fazer determinações preliminares em todas as investigações de defesa comercial. Isso é muito importante, porque é com base em determinações preliminares que o Governo pode aplicar medidas de direitos provisórios. Ou seja, é uma condição necessária para aplicação de direitos provisórios. O problema é que a legislação brasileira não faz da determinação preliminar uma obrigação, ela é facultativa. Então, isso historicamente fez com que em nem todos os casos fossem feitas determinações preliminares. E na ausência de determinações preliminares não é possível aplicar direitos provisórios.

Então, isso aqui me conduz à segunda pergunta de defesa comercial daqui do questionário, é o que tem sido feito para se intensificar o uso de direitos provisórios. Então essa é a medida, fazer determinações preliminares em todas as investigações, o que não só aumenta a transparência, mas abre caminho para que os pedidos da indústria doméstica de direitos provisórios possam ser atendidos num prazo menor, ou seja, maior número de pedidos num prazo menor.

Outra medida que foi também adotada, já que já está em vigor, é o licenciamento não automático para todos os produtos para os quais uma investigação de defesa comercial tivesse sido iniciada. Ou seja, agora o que acontece: o Decom inicia uma investigação de defesa comercial, no mesmo momento o Decex – Departamento de Comércio Exterior é informado

e os produtos que estão sendo investigados entram em licenciamento não automático. Qual é o objetivo? O objetivo é permitir um acompanhamento em tempo real, pode se dizer, da evolução das importações daquele produto. Uma coisa que nós observávamos até antes dessa medida é que, uma vez que se inicia uma investigação antidumping há uma tentação dos importadores de anteciparem a importação. Ou seja, antevendo a possibilidade da aplicação de um direito, os importadores antecipam as importações, prejudicam ainda mais a indústria doméstica.

Então, por meio da concessão de licenças não automáticas, isso permite que o Governo tenha um acompanhamento em tempo real dessa evolução. Essa informação é muito importante, porque é com base nela que, enfim, ela faz parte do processo de tomada de decisão para aplicação de direitos provisórios. Esse é um elemento importante nesse processo de tomada de decisão da aplicação de direitos provisórios.

Então, Senador, essa é, mais ou menos, uma apresentação geral sobre a defesa comercial no Brasil. Se V. Ex^{as} tiverem perguntas, estou à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Realmente, em números de medidas antidumping, medidas contra a prática desleal o Brasil estava numa posição bastante razoável. Mas a colocação de medidas provisórias era muito lenta. De modo que quando se colocava uma medida a empresa já tinha acabado. De modo que essas medidas que vocês adotaram agora foram da maior importância, principalmente na diminuição do prazo para imposição de direito provisório e nesse problema de licenciamento não automático para aquelas empresas que já se acham investigadas. Eu acho que realmente foram da maior importância essas medidas tomadas na área de defesa comercial.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente, Senador Dornelles desta Subcomissão, é prazeroso participar com o senhor pela objetividade, pelo seu talento e pelo aprendizado que nós faz ter durante esses debates.

Quero cumprimentar o nível dos senhores debatedores, a clareza e, inclusive, a linguagem, a didática, que não é tão complicada.

Mas eu tenho uma pergunta, primeiro dirigida aos Srs. Fernando Alberto Sampaio e ao Sr. Felipe. O jornal *Folha de S.Paulo*, edição de hoje, traz matéria intitulada *Comércio entre Brasil e China deve se manter imune à crise*. Traz números expressivos de aumento de comércio entre os dois países do Brics. Apenas nesse primeiro semestre o crescimento das

exportações do Brasil para o gigante asiático foi da razão de 48,8%, se comparados com os números do mesmo período do ano anterior. O principal item foi o aço, que beneficiou sobremaneira a Vale do Rio Doce. Segundo o jornal, o comércio entre os dois emergentes não estaria ameaçado com a crise que já se mostra presente no mundo.

Tomando-se por base essas informações e os indicadores macroeconômicos relativos ao mês de junho, que apontam um aumento do volume da balança comercial e, ao mesmo tempo, uma piora nos resultados das transações correntes, pergunta-se: qual a real preocupação que se deve ter em mente nesse momento de reinício de crise? Quais os setores que merecem maior proteção por parte do Governo? E como devem ficar as contas nos próximos meses? Eu, depois, faria uma pergunta aos dois outros debatedores.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Passo a palavra ao Fernando. Foi dirigida a questão a ele e ao Felipe. Fernando, parece que você gostaria de adicionar... Aproveite e pode fazer sua adição.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não.

Exmº Sr. Senador, só antes de tentar responder a sua pergunta, uma correção em relação ao que eu tinha comentado sobre os compulsórios e a apresentação de uns percentuais que foram solicitados pelo Senador Dornelles.

Os compulsórios atualmente são recolhidos em espécie – ao contrário do que eu tinha mencionado sobre títulos – e sobre eles são pagas as seguintes remunerações: uma parcela está recolhida sem remuneração, que é derivada dos depósitos à vista; da outra parcela a remuneração é equivalente à remuneração da caderneta de poupança, que são os compulsórios sobre os depósitos em cadernetas de poupança e os depósitos a prazo e o que nós chamamos de exigibilidade adicional, ao remunerados à taxa Selic. Em proporções, só os grandes números, já que estou usando dados diários aqui, os depósitos remunerados à taxa Selic equivalem a aproximadamente 2/3 do compulsório total e o 1/3 é dividido quase que igualmente entre os recolhimentos que não são remunerados e os que são remunerados à taxa de poupança. Eu acho que esse esclarecimento é relevante para retificar o anterior.

Em relação ao comércio Brasil-China, depois do ingresso da China na Organização do Comércio no começo da década de 2000, especialmente a partir de 2005, tanto as exportações do Brasil para a China quanto as importações chinesas para o Brasil têm crescido imensamente. Em primeiro lugar, isso ocorre pela própria dinâmica dessas duas economias. A

chinesa é a economia que mais cresce no mundo há várias décadas e a economia brasileira tendo seu crescimento significativamente acelerado nos últimos anos, inclusive, com uma maior abertura comercial para o exterior. O Brasil tem uma economia extremamente competitiva em determinados setores e esses setores têm conseguido ser muito bem sucedidos nas suas exportações. Um exemplo que V. Exª deu sobre minério de ferro, principal produto da balança comercial entre Brasil e China, é um exemplo disso. É um minério que é extraído no Pará, segue por ferrovia até o porto no Maranhão, do Maranhão é exportado para a China e consegue chegar à China com preços competitivos, concorrendo com o minério australiano, que, geograficamente, é praticamente um vizinho da China. Então, as nossas exportações para a China têm crescido significativamente, lideradas por minério de ferro, mas também os produtos do complexo de soja, celulose e outros produtos e, como V. Exª mencionou, sua taxa de crescimento está significativamente acima da taxa de crescimento geral das exportações brasileiras. Não é por outra razão que a China passou a ser a principal parceira comercial do Brasil recentemente, o principal destino das exportações brasileiras e o segundo maior país de origem das importações do Brasil nos últimos anos.

Em relação à trajetória da balança comercial Brasil/China e as perspectivas com o reinício da crise, eu acho que é uma avaliação unânime entre os economistas de mercado que a economia chinesa está desacelerando. Isso para a China significa passar de uma taxa superior a 10% de crescimento do PIB anual para uma taxa inferior a 10% do PIB – algo como pouco mais de 9%, talvez até 8%.

Isso é a magnitude do impacto que se imagina para a China. Mas, enfim, o crescimento continua e a exportações do Brasil devem continuar também.

Aí, há dois impactos possíveis. O primeiro em termos de quantidades importadas; o segundo, em termos de preços de nossas importações para a China. A análise de indicadores mais recentes de preços de commodities no mercado internacional tem mostrado que, na comparação, na margem, ou seja, os períodos mais recentes, a última semana, o último mês, com o período imediatamente anterior, já há uma diminuição no índice de preço de commodities. Ou seja, uma redução desses preços, que ainda não afetam os preços de exportações brasileiros, porque, se pode imaginar que exista uma certa defasagem entre a contração da exportação e a sua efetivação. E também a pauta brasileira é diferente, digamos, dos índices padrões do mercado internacional, como o do *Commodity Research Bureau*, dos Estados Unidos, o CRB. Lá não

entra minério de ferro, por exemplo, que é dos nossos principais produtos. E lá entra cinco e cobre, que nós praticamente não exportamos nada.

Mas, pode, sim, ocorrer um efeito via preços. E também uma redução de quantidades exportadas. Mas, permanecendo o dinamismo das duas economias, não só a balança comercial... Não a balança comercial, mas a corrente de comércio entre os dois. Ou seja, tanto as exportações como as importações entre Brasil e China devem continuar crescendo.

Em relação aos impactos de uma crise nas contas externa brasileiras, nós vivemos uma situação interessante, porque como as nossas transações correntes não são mais determinadas ou dominadas, fundamentalmente, pelo pagamento de juros, porque são despesas fixas, mas sim pela remessa de lucros, na conta de rendas, isso porque o passivo externo do Brasil não é mais fundamentalmente endividamento externo somente, mas uma parcela muito grande está vinculada aos investimentos, tanto investimentos diretos como em portfólio, e esses fatores são mais cíclicos, uma crise – e vimos isso em 2009 – poderá eventualmente reduzir o déficit em transações correntes, dado que a conta de juros que permanece fixa, enquanto a conta de remessa de lucros reduz significativamente, tanto em função de uma eventual redução de lucratividade das empresas no país, como em função de uma possível depreciação de câmbio. Isso eu estou dando um relato do que aconteceu em 2008, uma redução de lucratividade, depreciação de câmbio, diminuindo o montante de moeda estrangeira remetida para o exterior sobre lucros e dividendos.

Então, os impactos podem gerar uma redução do déficit em transações correntes, o que é condizente com uma eventual, menor liquidez no momento mais agudo da crise, mas o Brasil dispõe de seguro suficiente, na forma de suas reservas internacionais, para agir como agiu em 2008. As ferramentas e os recursos estão aí para serem usados na medida em que forem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Dr. Fernando.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu acho que o senhor poderia me responder, quanto aos setores que merecer maior proteção por parte do Governo.

O SR. FELIPE HEES – Se V. Ex^a me permite, posso também só complementar uma coisa em minha explicação, e já respondo diretamente.

Eu me concentrei nas medidas, enfim, substantivas que o Governo está fazendo, redução de prazos...

Uma coisa que é muito importante, é sempre, claro, é atividade meio, é o anúncio da Medida Provi-

sória nº 540, de 120 novos investigadores para a defesa comercial, porque redução de prazo, celeridade, a capacidade de poder fazer várias investigações simultaneamente está diretamente relacionada à quantidade de investigadores. O número de investigadores hoje do Decon hoje, nós somos em 30 e o número é insuficiente. Não é possível diminuir prazos com 30.

Então, é só para chamar atenção para essa Medida Provisória nº 540, aumentando em 120 o número de investigadores.

Com relação à pergunta de V. Ex^a, eu diria que é impossível singularizar algum setor. Em se tratando de China, todos os setores são importantes, porque o que eu tenho assistido nos meus contatos diários com os empresários brasileiros é que, quaisquer que sejam os números da China, são sempre superlativos. Ou seja, os preços, a gente se pergunta se não está faltando algum número. As quantidades, a gente pensa que é do ano inteiro; e não, é só daquele mês.

Então, acho que seria impossível singularizar. O que o departamento está preparado, e isso nós já estamos assistindo, é quanto à capacidade de reagir rápido para tratar de importações desleais e ilegais chinesas. Estatisticamente, o que está crescendo... O número de investigações da China é o que mais cresce, comparando com as outras origens.

Então, a orientação é, em se tratando da China, é difícil privilegiar setores. A indústria brasileira como um todo tem de ser protegida, porque os termos dessa concorrência desleal e ilegal não permitem, é muito difícil singularizar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Deixe-me aproveitar e colocar uma pergunta: como está efetivamente sendo tratada a questão do contencioso do algodão com os Estados Unidos da América?

O SR. FELIPE HEES – Eu não tenho certeza, Senador, se eu tenho essas informações atualizadas sobre... Isso é manejado pelo Itamaraty, pela coordenação de contenciosos. Eu não tenho detalhes aqui da situação, sobre o contencioso do algodão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então, ao Sr. Raimundo Eloi e ao Sr. Cleber Ubiratan, conforme informação constante da nota pela imprensa de 29.07, do Banco Central, houve uma redução da dívida pública 0,1% do PIB, em relação ao mês anterior. A dívida bruta do Governo em geral, ao seu turno, elevou-se em 0,2% do PIB em junho. O que representam esses resultados efetivamente em termos de arrecadação e endividamento do País?

O SR. CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA – Bom, acho que o efeito específico nas variações na dívida bruta e na dívida líquida, do ponto de vista da dívida líquida, o impacto, o resultado fiscal significativo, do

resultado primário, ele foi significativo e expressivo ao longo desse período e tem contribuído para que haja uma redução em relação a toda a expectativa que nós tínhamos na trajetória declinante da dívida.

Então, um dos efeitos positivos é exatamente esse comportamento esperado da dívida, caindo – a dívida líquida – nesse período. A dívida bruta tem outros determinantes específicos. Se a gente olhar um pouco pelo comportamento, pelas emissões que o Tesouro tenha realizado no período também, isso tem afetado. A dívida bruta ela não tem os ativos correspondentes a determinadas operações.

Então, esse é um crescimento que, de fato, naquele quadro que eu já havia colocado ali, o senhor vê que ela passa de 54,7% para quase 56% nesse período. Então, ela decorre efetivamente desse comportamento.

Há, de fato, também nesse período no Tesouro emissões líquidas, há mais que resgates líquidos também afetando o efeito do resultado.

Acho que, do ponto de vista de receitas, nós demos o destaque efetivo no comportamento bastante positivo, o crescimento da receita no período, e ele de fato tem sido significativo para que a gente consiga atingir as metas de resultado. Acho que tanto na parte de receita administrada quanto não administrada tem sido bastante positivo.

Este ano, diferentemente de anos anteriores, alguns efeitos, que nós chamaríamos de efeitos mais atípicos, não são tão proeminentes. Foram proeminentes nesse caso efetivo agora do Refis. Coisas do tipo depósito judiciais, isso está sendo menos efetivo do que nos anos anteriores também. Outras receitas também, receitas específicas de concessões, têm sido menos recorrentes.

Mas, por outro lado, o que tem predominado é exatamente o crescimento econômico e o reflexo sobre aquelas receitas que são vinculadas à variação do PIB, à variação do crescimento da economia. Acho que um pouco exatamente os aspectos que se relacionam ao comportamento da dívida bruta e da dívida líquida, à dinâmica das duas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu queria dizer aos conferencistas o seguinte. Se as questões que ainda existem e que as consultorias gostariam de apresentar a cada um dos senhores poderiam ser enviadas por escrito? E nós mudarmos aqui, a partir do mês que vem, vou conversar com o Senador Cyro Miranda, nós teríamos, num mês, ou seja, no mês de setembro, o Banco Central e a Secretaria de Comércio Exterior. Já no mês de outubro, teríamos a Receita e o Tesouro. Faríamos dois a dois para que possamos fazer um debate melhor e muitas vezes dentro de um período mais curto.

Então, nós teríamos, se os senhores concordassem, o Fernando e o Felipe, no mês de setembro, o Banco Central e a Secretaria de Comércio Exterior; no mês de outubro, a Receita e o Tesouro; no mês de novembro, novamente, o Banco Central e a Secretaria, e, no mês de dezembro, se fosse necessário, nós faríamos até duas reuniões, dois dias seguidos, para fazer o fechamento das questões.

Os senhores estariam de acordo? *(Pausa.)*

Então vamos raciocinar em termos da segunda semana de setembro aqui, ou da primeira segunda-feira, na segunda semana. Nós teríamos aqui o Banco Central e a Secretaria de Comércio Exterior. Está certo?

Eu tenho que agradecer enormemente aqui, foi um prazer enorme, uma verdadeira aula que os senhores nos deram, espero que isso seja extremamente importante para o relatório final que a comissão vai apresentar.

Muito obrigado.

(Iniciada às 18 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 23 minutos.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 45ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE DEZEMBRO 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia cinco de dezembro de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **Paulo Paim, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, João Costa, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Paulo Bauer** e das Senadoras **Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ana Rita e Lídice da Mata**. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, que se divide em duas partes: a primeira é destinada à apreciação de matérias e a segunda parte destina-se à manifestação da Comissão de Assuntos Sociais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Pú-

blicos e Fiscalização. Passa-se à primeira parte da Reunião. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2011– Não Terminativo** – Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados. **Autoria:** Deputado Enio Bacci. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011, com as 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011 – Complementar – Não Terminativo** – Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011 – Complementar. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Davim, em substituição ao Senador Humberto Costa. Lido o Relatório, é concedido Vista ao Senador Cyro Miranda nos termos regimentais. Às nove horas e cinquenta minutos, o Senador Waldemir Moka assume a Presidência. **ITEM 3 – OFÍCIO “S” Nº 13, de 2008 – Não Terminativo** – Encaminha ao Senado Federal documentos referentes a indícios de exploração ilegal de madeira nas terras indígenas daquele Estado. **Autoria:** Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia. **Relatoria:** Senador João Costa. **Relatório:** Pelo pedido de providências: a) Que a Comissão tome conhecimento do feito; b) Remeta cópia integral destes autos ao Procurador-Geral da República, para conhecimento e providências que considerar necessárias; c) Remeta o Processado ao Arquivo. **Resultado:** Aprovado Parecer que conclui pela remessa de cópia integral dos autos ao Procurador-Geral da República e posterior arquivamento do Ofício “S” nº 13, de 2008. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis. Às nove horas e cinquenta e quatro minutos, o Senador Jayme Campos reassume a Presidência. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2007 – Terminativo** – Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas

portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2007. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Humberto Costa. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2007. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2010 – Terminativo** – Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, de 2012 – Terminativo** – Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a contratação de aprendizes maiores de 18 anos pelas empresas com mais de cinquenta empregados. **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2012 – Terminativo** – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para dispor da licença especial à gestante em situação de risco. **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação de Lei do Senado nº 237, de 2012 e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2012, e a Emenda nº 1– CAS. **EX-TRAPAUTA ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 65, de 2012** – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer audiência pública em conjunto com as seguintes comissões: Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – em adi-

tamento ao Requerimento nº 64/12, para discutir as condições de mercado do transporte aéreo brasileiro, a compra da empresa aérea Webjet pela Gol e a demissão de 850 funcionários da Webjet logo após a conclusão da negociação, bem como o valor das passagens aéreas, conforme noticiado no 28/11/2012 pelo Jornal Correio Braziliense: "...uma viagem de Brasília para Fortaleza ou Natal entre os dias 26 de dezembro e 2 de janeiro, trechos de ida e volta, pode passar de R\$ 5 mil por passageiro, sem incluir as taxas aeroportuárias. Os valores cobrados pela TAM e pela Azul nesses dois casos superam os bilhetes internacionais da capital federal para Londres e Paris, entre R\$ 4,3 mil e R\$ 4,7 mil, e são quase o dobro da média cobrada no trajeto para Buenos Aires." Para discorrer sobre esses e outros assuntos correlatos, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Wagner Bitencourt – Ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC); 2. Paulo Sérgio Kakinoff – Presidente da Gol; 3. Marcelo Guarany – presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); 4. Vinícios Marques de Carvalho – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; 5. Presidente do sindicato dos aeroviários; e 6. Presidente do sindicato dos aeronautas. **Autoria:** Senador João Capiberibe e outros. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 66, de 2012.** Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Desporto – CE e Comissão de Assuntos Sociais – CAS para discutir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268/2002, que “dispõe sobre o exercício da Medicina”. Dentre outros assuntos, as autoridades abaixo sugeridas discorrerão sobre diretrizes curriculares dos cursos da área de saúde e as implicações para a sociedade da aprovação ou rejeição deste projeto. 1. Dr. Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação; 2. Dr. José Fernandes de Lima – Presidente do Conselho Nacional de Educação; e 3. Dr. Alexandre Padilha – Ministro de Estado da Saúde e Presidente do Conselho Nacional de Saúde. **Autoria:** Senador João Capiberibe e outros. **Resultado:** Aprovado. Passa-se à segunda parte da Reunião. Manifestação da Comissão de Assuntos Sociais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre os pontos divergentes na interpretação da Lei Complementar nº 141, de 2012, em relação às despesas passíveis de serem computadas no mínimo constitucional da saúde. **Finalidade:** Manifestação da Comissão de Assuntos Sociais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre os pontos divergentes na interpretação da Lei Comple-

mentar nº 141, de 2012, em relação às despesas passíveis de serem computadas no mínimo constitucional da saúde. **Resultado:** A Comissão de Assuntos Sociais manifesta-se, nos termos do artigo 35 da Resolução nº 1, de 2006-CN, combinado com o artigo 90, § 3º, do Regimento Comum do Congresso Nacional, em subsídio ao Projeto de Lei Orçamentária para 2013, pela aplicação imediata do disposto na Lei Complementar nº 141, de 2012. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, João Costa, Eduardo Suplicy, Paulo Bauer, Jayme Campos, Presidente da CAS, e as Senadoras Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Nada mais a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, **Senador Jayme Campos**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Lembro aos Srs. Senadores que este Colegiado já aprovou a ata da reunião anterior destinada à votação das emendas ao Orçamento de 2013, atendendo ao art. 44 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens 1 a 7, conforme pauta previamente divulgada, sendo três itens não terminativos e quatro terminativos.

Quero comunicar também aos senhores membros desta Comissão que temos pedidos de retirada de alguns projetos que se encontram nesta Comissão. Trata-se do item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2011 – Não Terminativo -

Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.

Autoria: Deputado Enio Bacci

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011, com as 2 (duas) Emendas que apresenta.

A matéria foi retirada de pauta, a pedido do Relator, Senador Rodrigo Rollemberg, para reexame.

Temos outro pedido para retirar de pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010.

É um projeto do Senador Arthur Virgílio e que tem como Relator o Senador Ricardo Ferraço. Ele pediu para também ser retirado de pauta. A matéria será retirada, e outros projetos certamente serão colocados.

Temos vários outros assuntos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero fazer um comentário sobre um fato ocorrido na semana passada, nesta Comissão, que confesso me desagradou e me deixou um tanto quanto preocupado.

Estava pautado para ser apreciado um projeto de minha autoria que dispõe sobre a ampliação das restrições à comercialização do cigarro e produtos similares. Essa matéria, que estava pautada para ser discutida nesta Comissão, Comissão de Assuntos Sociais, que, inclusive, engloba as questões referentes à saúde, saiu da pauta porque isso foi solicitado por um colega Senador, que não faz parte desta Comissão – nem por isso deixa de ser legítimo –, para ser encaminhada à CCJ.

Então, dei entrada a um requerimento, no dia seguinte, pedindo para que essa matéria volte à CAS para que possamos fazer a discussão sob o ponto de vista do mérito, do mérito técnico. Já estava pautada. Não custava nada ter sido feito o debate nesta Comissão e, depois, ser encaminhada para a CCJ, até porque essa matéria foi originária desta Comissão. Além disso, compete a esta Comissão a análise técnica de

matérias que tenham esse teor. Não estou me opondo a que ela passe pela CCJ, muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Seria para a CAE, e não CCJ.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – CAE ou CCJ, na verdade não importa, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Faço um aparte a V. Ex^a. O requerimento do Senador passou pelo Plenário, e o Presidente Sarney, naturalmente...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – ...solicitou que fosse encaminhada à CAE. Entretanto, do ponto de vista regimental, V. Ex^a tem toda razão. V. Ex^a quer discutir o mérito do projeto nesta Comissão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu já entrei com...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só para concluir: é legal, é regimental o pleito que fez através do requerimento para que a matéria fosse encaminhada não para a CCJ, mas para a CAE, para ser discutido e debatido.

Eu vou fazer uma indagação à nossa assessoria sobre se essa matéria depois retornará à CAS para termos um novo debate aqui.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pois é; mas me deixe apenas aduzir: eu entrei com o requerimento no dia seguinte, pedindo para que volte para a CAS e só depois vá para a CAE, porque a matéria já estava aqui, era originária daqui.

E outra coisa, Sr. Presidente: todos nós sabemos – aqui não há nenhuma criança – que essa matéria está sendo alvo de uma pressão muito grande, uma pressão que eu chamaria de exógena, uma pressão de fora para dentro. Nós sabemos disso. Então, se essa matéria for para a CAE, ela vai dormir por alguns séculos naquela Comissão até ser arquivada. É uma matéria que diz respeito à saúde pública.

Então, eu solicito a V. Ex^a, penhoradamente, que essa matéria retorne... Eu já encaminhei, no dia seguinte, ao Plenário esse requerimento, pedindo para a matéria voltar para a CAS a fim de sofrer a análise técnica, a discussão técnica aqui, visto que é originária desta Comissão, diz respeito a esta Comissão, nem que depois siga, mas isso é preciso. Porque veja: depois, se ela for para a CAE, pelo que estou sabendo e pelas pressões naturais que ela provoca, porque não deixa de ser uma matéria polêmica, apesar de ser uma matéria justa, de grande alcance social... E não porque seja uma matéria de minha autoria, não, mas, sem falsa modéstia, Sr. Presidente, essa matéria é importante do ponto de vista de saúde pública.

Então, se nós não fizermos um esforço – e apelo a V. Ex^a – para trazer essa matéria para discussão aqui e que, depois, vá para a CAE... Entendeu? Mas, se chegar à CAE sem essa discussão aqui, se o pontapé não for dado, essa matéria será arquivada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu concordo com V. Ex^a, que tem toda razão. Nós vamos tentar falar com o autor do requerimento, o Senador Ciro Nogueira, para que façamos o debate dessa matéria aqui na Comissão de Assuntos Sociais e que, *a posteriori*, ela seja encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

V. Ex^a tem toda razão. Entretanto, para que fique bem explícita aqui a nossa colocação, é pelo fato de que, regimentalmente, quando o requerimento é aprovado pelo Plenário da Casa, nós temos que atender naturalmente a maioria, que é soberana. O Plenário da Casa votou esse requerimento.

Nesse caso, ele pediu que fosse encaminhado para a CAE e depois voltaria, ou seja, iria retornar à Comissão de Assuntos Sociais. Agora, não há nenhum impeditivo legal ou regimental, pelo que me consta, para que nós solicitemos a S. Ex^a que a discussão e a votação sejam feitas primeiramente aqui e, depois, que se encaminhe à Comissão de Assuntos Econômicos.

V. Ex^a tem toda razão, e o seu ponto de vista é pertinente pelo fato de se tratar de matéria que tem tudo a ver com a Comissão de Assuntos Sociais. V. Ex^a tenha a certeza de que nós vamos procurar o Senador Ciro Nogueira e pedir a S. Ex^a que abra mão de que a discussão seja feita primeiramente na Comissão de Assuntos Econômicos, retornando aqui para a Comissão de Assuntos Sociais. Vamos fazer esse apelo a S. Ex^a.

Nós temos aqui vários itens. Eu queria aproveitar a oportunidade de já se encontrar sobre as bancadas as cópias de um relatório que nós pretendemos votar aqui como item extrapauta. Trata-se de matéria muito importante que já está sendo debatida, inclusive, pela Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados.

Aquela Comissão entende, Senadora Ana Amélia, Senador Mozarildo, Senador Cyro Miranda, Senador Paulo Davim, que não é possível inserir no orçamento da saúde pública do Brasil serviços que não têm nada a ver. E, neste caso, o que eles estão buscando é, sobretudo, o cumprimento de partes daquilo que foi estabelecido na Emenda nº 29.

Então, eu preparei aqui um expediente para que nós possamos não só corroborar a proposta feita pela Comissão de Seguridade Social da Câmara, mas, sobretudo, assegurar o direito constitucional de que o dinheiro da saúde vá para a saúde e não para outros investimentos, como estão pretendendo, como é

o caso de saneamento básico. Porque todos nós sabemos perfeitamente que teria de haver investimento através de outras áreas, em que pese sabermos que saneamento básico também é saúde.

Dados da ONU dizem que 17% das mortes desconhecidas no mundo, no Planeta, são por falta de saneamento básico. Todavia, aqui no Brasil, temos regras claras de que a saúde pública não só tem legalmente os percentuais estabelecidos pelos Estados e pelos Municípios, mas a própria Federação tem a obrigação de investir um percentual da sua arrecadação, sobretudo do seu Orçamento. De maneira que eu gostaria de colocar extrapauta.

Eu consulto V. Ex^{as} se posso me dirigir aos senhores e, sobretudo, fazer aqui alguns breves comentários, que certamente são importantes para o conhecimento desta matéria.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Manifestação da Comissão de Assuntos Sociais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados discute, na manhã de hoje, por sinal, os pontos divergentes na interpretação da Lei Complementar nº 141, de 2012, em relação às despesas passíveis de serem computadas no mínimo constitucional da saúde.

Esta Comissão de Assuntos Sociais não poderia deixar de se posicionar acerca do tema, uma vez que é uma das suas competências expressas no art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, tratar sobre saúde.

Esta Presidência decidiu colocar, como item extrapauta, a apreciação do referido assunto, uma vez que o prazo fixado pelo Presidente da CMO, Deputado Paulo Pimenta, determina que o prazo termina no dia de amanhã. Por isso, estamos colocando aqui extrapauta, pelo fato de que amanhã expiram os prazos para entregarmos esse relatório.

Considerando que compete a esta Comissão apreciar o campo temático relativo à proteção da defesa da saúde e do Sistema Único de Saúde, bem como exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária dos órgãos e programas governamentais, e tendo em vista que o PL nº 24, de 2012, é o primeiro Orçamento a ser apreciado pela Comissão Mista de Orçamento, após a promulgação da Lei Complementar nº 141, de 2012, que regulamentou a PEC nº 29, tendo em vista que o parecer preliminar aprovado naquela Comissão, em 20 de novembro de 2012, aponta divergência da interpretação da Lei Complementar nº

141, de 2012, em relação às despesas passíveis de serem computadas no mínimo constitucional e considerando a relevância do tema, mostra-se oportuno e conveniente que esta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal manifeste formalmente sua posição em relação à questão.

Dessa forma, submeto à apreciação dos demais pares o presente parecer, que excluiu, no cômputo do Piso Constitucional da Saúde, por não atender a disposição da Lei Complementar nº 141, de 2012, as seguintes despesas relacionadas:

- 1 – à saúde suplementar, em especial as da Agência Nacional de Saúde – ANS;
- à constituição da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás;
- aos hospitais universitários;
- aos resíduos sólidos;
- ao saneamento básico, salvo as expressamente autorizadas pelo art. 3º da Lei Complementar nº 141, de 2012; e
- à Academia de Saúde.

Eu quero colocar a matéria em discussão, neste plenário, para ver se V. Ex^{as} querem se manifestar em relação a esta matéria que estamos colocando extrapauta.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Com a palavra, para discutir, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero externar o meu posicionamento favorável ao que o senhor acaba de expor.

A gente precisa entender que saúde é tudo, saúde é literalmente tudo. Trânsito é saúde, moradia é saúde, meio ambiente é saúde. Enfim, tudo é saúde. Então, se formos interpretar ao pé da letra, todas as obrigações do Estado vão sair do Orçamento da Saúde, porque saúde literalmente é tudo. Então, o que a gente quer é que o Orçamento da Saúde seja direcionado para as atividades fins e não para as atividades meios, porque nós sabemos que saneamento é importante. Claro que é importante! Sabemos que a Academia de Saúde também é importante. Claro que é importante! Bem como a Agência Nacional de Saúde. Enfim, a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, os hospitais universitários. É saúde!

O Governo poderia retirar os recursos da política de resíduos sólidos e saneamento básico, por exemplo – uma sugestão –, dos recursos do meio ambiente, porque o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, assim como o de Saneamento Básico são políticas públicas que preservam o meio ambiente. Então, eu acho que recursos para esses projetos, para esses planos po-

deriam ser retirados do Ministério do Meio Ambiente, por exemplo. Cabe ao Governo discutir de onde.

Agora, nós defendemos que os recursos da saúde deverão ser destinados às atividades-fins. Para os hospitais universitários poderão ser retirados recursos do Ministério da Educação, do orçamento da educação, porque são escolas formadoras. Hospitais universitários são verdadeiramente escolas. Então, o objetivo primordial do hospital universitário é ensinar e o segundo objetivo é oferecer serviços à população. Mas o objetivo primordial dos hospitais escolas é o ensino. Portanto, esses hospitais deverão ser contemplados com recursos do Ministério da Educação.

Então, eu acho que a gente precisa fazer valer o que foi votado aqui, a regulamentação da Emenda 29, que expurga gastos com outros setores, outros projetos e outros objetivos. A gente precisa pegar esses recursos que são – sigo dizendo – insuficientes para a saúde, até porque o gasto da receita bruta destinada é algo em torno de 7%, o que é muito pouco.

Em 1995, o percentual destinado à receita bruta da União era 9,5%. Então, quando discutimos a Emenda 29 e defendemos que a União entrasse com os 10%, que foi o substitutivo do Senador Tião Viana, muito lúcido por sinal, nós não queríamos colocar recursos a mais do que a União pudesse destinar, não! Nós não queríamos recursos de 2015 não, nós queríamos voltar aos patamares de 1995, quando o Brasil destinava 9,5% da receita bruta. Hoje, são destinados pouco mais de 7%. É muito pouco!

Se desses 7,4% retirarmos recursos para esses programas, que não necessariamente precisam ser contemplados com verbas da saúde, sinceramente vamos continuar tendo a saúde débil, frágil e insatisfatória, como temos no Brasil.

Então, acho pertinente essa preocupação. Tem o meu apoio explícito, para que a gente aqui da Comissão de Assuntos Sociais aprove esse posicionamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Davim.

Para discutir a matéria, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, eu concordo com as preocupações e as ponderações do Senador Paulo Davim, porque realmente considerar saneamento básico, por exemplo, não como infraestrutura mas como recurso da saúde é um contrassenso, porque é evidente, como disse o Senador Paulo Davim, que vários itens levam a propiciar a saúde, até a educação, que é um fator importantíssimo para que possamos ter uma melhor saúde. Mas não é viável colocar na rubrica, quer di-

zer nas despesas de saúde, itens como saneamento básico, resíduos sólidos, hospitais universitários, que fazem saúde, mas são ligados ao Ministério da Educação para formar médicos e pessoal da área de saúde.

Então, nós não podemos aqui ficar colocando no balaio pequeno que já é o da saúde um monte de atividades que podem perfeitamente ser contempladas em outras rubricas.

Eu, plenamente, estou de acordo com o parecer de V. Ex^a. Acho que esta Comissão tem que fiscalizar, porque a CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização é muito complexa e termina que, às vezes, na aprovação, depois de tanta discussão e tanta emenda, acaba saindo muita coisa que é indevida. E para a saúde, temos que não apenas cobrar mais investimentos, mas principalmente fazer claramente um orçamento voltado para promover a saúde de fato.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Só dou uma informação, porque está havendo uma contrassenso na medida em que aqui está, por exemplo: Agência Nacional de Saúde. Ora, não tem nada a ver. E vão fiscalizar o quê? Os planos de saúde, e está inserida sua despesa na saúde, e não é. Eles fiscalizam planos de saúde. Então, é uma incoerência.

Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Primeiro, eu queria cumprimentar nosso querido, diligente, atento e vigilante Presidente Jayme Campos. Penso que, enquanto abirmos mão das prerrogativas que uma comissão tão importante como a Comissão de Assuntos Sociais tem, não estaremos cumprindo com a nossa responsabilidade. É um orgulho muito grande ver sua dedicação com empenho e com coragem, sua presença, sua diligência. As pautas aqui estão todas em dia, não há nada na gaveta, está tudo atualizado. Isso se estende à assessoria que V. Ex^a tem nesta Comissão. Isso já mostra uma natureza de eficiência no trabalho, que é uma justificativa que V. Ex^a dá como Parlamentar respeitado que é nesta Casa, Senador Jayme Campos.

Queria também cumprimentá-lo por este relatório, porque, se não deixarmos cada macaco no seu galho – o povo entende bem o que estamos dizendo – vamos fazer essa confusão toda. Na área da saúde, V. Ex^a, como muitos Parlamentares aqui, já tem experiência. Foi prefeito, foi governador. Hoje nós sabemos que a repartição do recurso para a saúde no âmbito federativo é um arrasa quartirão.

A lei manda que os Municípios apliquem 15% da sua receita líquida na saúde. Como os Estados – e o meu – não aplicam nem 6%, o que acontece? O

Município – e a pessoa mora na cidade pequena – vai bater na porta do prefeito ou do vereador, e há até judicialização para o secretário de saúde encontrar de qualquer jeito um lugar para internar a pessoa. Está certo. É isso, é o caminho que tem que ser feito. Mas o resultado, Senador Jayme Campos, é que o Município hoje, na média, no Brasil, compromete 23% – a lei manda 15% – da receita líquida para fazer a saúde. Por quê? Porque o Estado não faz sua parte – deveria aplicar 12% –, e a União, que deveria aplicar os 10%, bem referidos pelo Senador Paulo Davim, da Emenda 29, do médico, Governador do Acre, nosso colega Tião Viana, não faz a sua parte e não quis saber disso. E aí joga para a saúde coisas como assistência social, saneamento, que têm ministérios para isso, temos o Ministério das Cidades, temos outras aéreas para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Da Integração, não é?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E aí o que acontece? Sobrecarrega a responsabilidade na área da saúde, e a saúde fica de novo desprotegida, sobrecarregando os entes mais fracos financeiramente, que são os Municípios.

Então, queria cumprimentar V. Ex^a por isso. Acho que temos que colocar os pingos nos is nesse caso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Também peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A senhora foi muito objetiva, sobretudo quando disse que os Municípios brasileiros literalmente estão, alguns, falidos pelo fato de que muitos chegam a gastar 28%, como o Mato Grosso, e ainda é insuficiente para atender a demanda. O Governo faz cortesia com o chapéu dos outros. Por exemplo: “Temos tantos médicos da saúde da família”, o famoso PSF. Não é o Governo Federal que banca. As prefeituras que estão bancando, prédio, luz, água, complemento salarial, etc. Eles dão apenas uma participação. Não significa acho que nem um terço daquilo que se gasta em relação ao PSF.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Minha Casa, Minha Vida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A mesma coisa o Minha Casa, Minha Vida.

Senador Cyro Miranda, para discutir a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Jayme Campos, não é à toa que todos nós aqui temos orgulho de pertencer a esta Comissão presidida por V. Ex^a. O senhor realmente está sempre atento, o senhor não permite que esta Comissão seja

alijada dos seus interesses principais, e também aquilo que não nos diz respeito, nunca vi V. Ex^a reivindicar alguma coisa que não fosse desta pasta.

Quero parabenizar muito também, na mesma linha, as palavras do Senador Paulo Davim e da Senadora Ana Amélia, que foram muito coerentes no que é saúde, relatando todos os problemas dos Municípios.

Senador Jayme Campos, o senhor, que já foi prefeito, sabe que eu identifiquei, fiz um levantamento de que há mais ou menos 19, 20 anos, taxas e contribuições representavam pouco mais de que 23%, 24% e o resto eram impostos. Hoje, taxas e contribuições representam quase 62%. Taxas e contribuições não se repartem para Estados e Municípios. Aí quando dizem, assim; “O Brasil cresce”. O Brasil cresce aonde? Nos Municípios; mas crescem os problemas de infraestrutura e os sociais. E a arrecadação, no Brasil, crescendo, batendo recorde de arrecadação mês a mês e diminuindo os recursos para os Municípios.

Então, com taxas e contribuições em nível de quase sessenta e poucos por cento, e as necessidades de os Municípios investirem maciçamente na saúde, educação, isso vai ter um falência. Em pouco tempo, os prefeitos não agüentaram mais. Os prefeitos não estão gritando à toa.

Então, eu acho que, através desta Comissão, nós temos de ajudá-los nesse sentido: fazer com que a União faça a parte dela.

Parabenizo também a minha colega Senadora, que deu, aqui, um enfoque muito importante. Ademais, é continuarmos esse trabalho, pois acho que esta Comissão ainda vai ter muito que fazer, Senador Jayme Campos.

Parabéns por tudo!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a a manifestação de apoio.

Não havendo mais quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

Em votação o parecer.

Os Sr^s e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Envio a matéria à CMO sobre o posicionamento deste Colegiado acerca da matéria.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 90 do Regimento Interno Comum.

A matéria está aprovada.

Então, esta matéria será encaminhada à CMO, pelo fato de nós termos de nos manifestar.

Quero deixar registrado que sempre estaremos defendendo aos interesses, que é a obrigação desta Comissão. Particularmente, eu tenho certeza absoluta de que estamos aqui fazendo a nossa parte: lutar para melhorarmos a saúde pública, sobretudo os

serviços importantes, particularmente para os menos afortunados. E, aqui, seria um desrespeito permitirmos que o pouco que tem a saúde seja retirado para os investimentos. É inconcebível que retirem o dinheiro da saúde para a manutenção da ANS, que é uma Agência que tem o papel de fiscalizar, naturalmente, os planos privados. Então, não tem nada a ver uma coisa com outra. Aqui estão todos os itens, V. Ex^a têm acesso, em ver o porquê, como bem disse o Senador Paulo Davim. Que seja retirado do Ministério do Meio Ambiente, ou o Ministério da Integração, ou o Ministério das Cidades, menos retirar da saúde, que já é tão pouco diante daquilo que temos de atender à demanda hoje já muito reprimida em nosso País, que é a saúde pública de péssima qualidade.

Bom dia, Senadora Ana Rita.

Item 2, página 26.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011 – Complementar – Não Terminativo -

Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011 – Complementar.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação;
- Votação simbólica.

Consulto o Senador Cyro Miranda se S. Ex^a pode relatar a matéria como relator *ad hoc*.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, poder eu posso, mas eu sou contra o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, agradeço a V. Ex^a.

Eu gostaria que V. Ex^a apenas relatasse. Toda-via, eu convido...

Eu quero perguntar a V. Ex^a se V. Ex^a leu... É para a rejeição da matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Eu não sou pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O senhor é favorável?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, consulto o Senador Paulo Davim se pode relatar a matéria.

Senador Paulo Davim para relatar a matéria, por favor.

É pela rejeição da matéria e V. Ex^a é a favor, não é?

V. Ex^a pode entrar na fase de análise, se quiser.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – A matéria é extensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. É uma matéria longa. É o item 2, p. 26.

Ele entrará na fase de análise, o que facilitará para o bom andamento do trabalho desta Comissão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a está com a palavra, Senador Paulo Davim, como Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

As obrigações acessórias às regras de custeio da Seguridade Social e que têm natureza previdenciária inserem-se no campo da Previdência Social. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de ilegalidade, no que concerne ao seu aspecto formal.

No mérito, a matéria necessita maior reflexão, uma vez que interessa diretamente ao trabalhador e à fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, no que concerne à apresentação da Relação Anual de Empregados e da Relação Anual de

Informações Sociais – Rais, e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged.

O texto original da lei aprovado nesta Casa previa o estabelecimento, por resolução, de modo simplificado, de apresentação dessas declarações (Rais e Caged). Essa norma foi vetada, com fundamento na relevância dos dados fornecidos nessas declarações para o pagamento do abono salarial e do seguro-desemprego.

Portanto, digladiam-se na proposição interesses diversos, pois de um lado estão os trabalhadores, diretamente interessados nas declarações prestadas, e, de outro, os empresários que desejam maior simplificação nas relações com o Estado.

Para melhor compreensão da matéria, discorremos sobre os principais programas envolvidos nesta discussão, qual sejam o Programa de Seguro-Desemprego e o pagamento do Abono Salarial.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo, como é de conhecimento dos membros desta Comissão, V. Ex^a poderia abreviar, pelo fato de que são 11 páginas?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Lá na frente, se quiser ler já a p. 39, que é a conclusão da matéria, eu tenho certeza de que os demais Pares ficariam muito contentes com V. Ex^a.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Lerei com o maior prazer.

Então, vamos aos finais.

O período de recebimento do Abono Salarial tem início no segundo semestre de cada ano e se estende até o primeiro semestre do ano seguinte, conforme calendário estipulado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Codefat. Não se faz necessária a inscrição do trabalhador para o recebimento do abono, sendo de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego a identificação dos potenciais beneficiários e a elaboração do calendário de pagamentos.

A par destas informações mais detalhadas, temos que a aprovação do presente projeto de lei complementar poderá acarretar a necessidade de ampliação considerável da rede de atendimento para pagamento do Abono Salarial, haja vista que estes trabalhadores não seriam mais identificados automaticamente, sendo imprescindível a criação de procedimento de solicitação ao Abono Salarial, gerando mais despesa pública.

Quanto ao seguro-desemprego, o impacto seria maior, implicaria grande fragilidade ao sistema, ao qual exporia o Programa, retirando a possibilidade de comprovação governamental da existência do vínculo, que limitaria a ato declaratório e, portanto, estimularia a ocorrência de ações fraudulentas.

O Congresso Nacional tem se esforçado por deliberar de forma a cada vez mais assegurar o empreendedorismo neste País, estimulando de todas as formas, especialmente na área tributária, a simplificação e a diminuição de tributos.

Os trabalhadores envolvidos neste processo são milhões, uma vez que as microempresas são geradoras de muitos empregos, especialmente os de menor renda, o que torna seus empregados clientes do Programa de Seguro-Desemprego e do Abono Salarial.

Por isso o controle é essencial e cada vez mais informatizado, o que facilita em muito a apresentação de informações. O que se deve perseguir é a unificação do banco de dados de interesse social, de tal forma que, num futuro não muito distante, teremos a necessidade de acessar apenas uma base de dados, que conterá as informações imprescindíveis para todos os programas sociais e econômicos do Governo.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Paulo Davim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Paulo Davim.

Em discussão a matéria.

Eu gosto tanto do Paulo Paim e do Paulo Davim que até troco os nomes.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Os dois são Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu também. Eu também.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Jayme.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu, continuando pelo princípio, porque eu estava apreciando esta matéria e não a quis relatar, peço vistas, para ver se encontro, junto com o Senador Armando Monteiro, outra saída.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto se os demais Senadores querem pedir vista coletiva. Se alguém se manifesta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu não pedirei vista coletiva. Como nós todos defendemos a micro e a pequena empresa, tenho certeza que o Líder Humberto Costa também, como também o Senador Armando Monteiro. Se nós pedirmos vista

coletiva, teremos que votar de forma acelerada, na semana que vem. Por isso eu ficarei apoiando a iniciativa para, quem sabe, dialogarmos com ambos, na busca de uma redação que fortaleça a micro e a pequena.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

Vista concedida, atendendo o Senador Cyro Miranda, art. 132.

Temos aqui outro projeto, terminativo. Também há quórum para votar, pois está chegando o Senador João Costa. É o item 4, p. 77, decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2007

– Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2007.

Observações:

Votação nominal.

Registro a presença do amigo Waldemir Moka.

Consulto a Senadora Ana Amélia se pode relatar, *ad hoc*, o item 4, p. 77.

Convido a Senadora Ana Amélia para relatar, *ad hoc*.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Embora não tenha tomado conhecimento e possa até ser contrária, mas vou apresentar o relatório, conforme sua solicitação.

O relatório, como disse V. Ex^a, diz respeito ao Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2007, do Senador Alvaro Dias, que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

Vou direto à análise, Sr. Presidente, para tornar mais rápidas as decisões e deliberações desta Comissão.

Quanto ao mérito, cabe-nos informar que, embora a Constituição Federal estabeleça ser dever do Estado a criação de programas de prevenção e atendimento aos portadores de deficiência física, sensorial e mental, o detalhamento desses programas cabe ao Poder Executivo. Não é sem razão, portanto, que as definições que o projeto traz para a lei estão, hoje, relacionadas em decreto: exatamente por ser este o instrumento legal indicado para matérias dessa natureza.

Esse tipo de detalhamento deve, sim, permanecer em regulamento, pois este tipo de norma permite adaptações e aperfeiçoamentos mais rápidos, respondendo prontamente à necessidade de alterações decorrentes da modernização da sociedade, dos avanços da medicina e dos diagnósticos médicos de ponta. Ademais, as definições seguem critérios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, já incorporada ao nosso ordenamento jurídico. Esses critérios devem obedecer à definição maior de pessoa com deficiência:

“aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

Nesse sentido, entendemos não ser recomendável ao Parlamento determinar as minúcias de quais tipos de doenças ou deficiências “podem obstruir” a participação das pessoas na sociedade, sob pena de discriminar grupos igualmente vulneráveis de pessoas com deficiência. Vale salientar que essas minúcias seguem laudos médicos, balizados pelos avanços ocorridos na medicina, e decorrem dos resultados de convenções e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário e, também, das mais recentes diretrizes emanadas pela OMS – Organização Mundial da Saúde.

Complementarmente, cabe informar que, visando adequar o marco legal vigente à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foi constituído, no Poder Executivo, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com objetivo de avaliar o modelo de classificação e valorização das deficiências utilizado no Brasil. Esse grupo deverá, também, definir a adoção de um modelo único para todo o País, com base na Classificação Internacional de Funcionalidades e não mais no Código Internacional de Doenças.

Espera-se, ao final dos trabalhos, que sejam definidos os instrumentos de classificação de pessoas

com deficiência para o desenvolvimento de um modelo único de classificação e, também, aqueles instrumentos adequados a sua aplicação em políticas públicas. Segundo informação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na construção desses instrumentos serão levados em consideração os parâmetros atuais e também aqueles que permitam definir graus de funcionalidade. Ademais, os parâmetros sociais serão levados em conta, gerando uma certificação única que dará acesso mais equitativo às diversas ações afirmativas e aos benefícios.

Assim, não obstante o fato de reconhecermos a boa intenção do nobre autor da proposta, no caso, o Senador Alvaro Dias, entendemos ser inoportuna a aprovação de projeto de lei dessa natureza.

VOTO.

Em face do exposto, nosso voto – no caso, do Senador Humberto Costa – é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2007.

Esse é o voto, Senador, que faço como Relatora *ad hoc* designada por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço V. Ex^a, Senadora Ana Amélia. Está em discussão a matéria. (Pausa.)

Para discutir a matéria, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É só para fazer uma correção simples, que seria, então, uma emenda de redação na ementa e no corpo da matéria também: tirar a palavra portadora, pessoa portadora. Ninguém porta deficiência. A pessoa com deficiência. Então, só essa correção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está perfeito V. Ex^a.

Por sinal, houve até certa polêmica em relação à nossa Presidente Dilma Rousseff, que está nos jornais hoje, num evento que houve aqui, em Brasília. Houve até uma manifestação contrária. É uma questão pedagógica, que tem de se inserir lá. A correção que V. Ex^a faz é oportuna e providente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agora, só me permita isto.

Eu acho que essa é uma questão... Eu sei que o que vou fazer, para mim, politicamente não é... Mas é que mudam tanto essas denominações – não sei se V. Ex^{as} concordam comigo – que quem não está no dia a dia acompanhando isso, às vezes, fica com dificuldade para saber qual é a forma adequada de se referir a essa questão. O importante é se ter o respeito. As pessoas precisam é de dignidade e de respeito, independentemente de qual é o... É claro que há formas pactuadas hoje pelas pessoas que atuam mesmo.

Eu só queria fazer esse adendo. V. Ex^a está coberto de razão. Principalmente nós, da Comissão, te-

mos obrigação de nos referir de forma mais adequada ao tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço V. Ex^a.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, só para me manifestar também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, Senadora Ana Rita. V. Ex^a está com a palavra.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – A nomenclatura correta hoje é pessoa com deficiência, porque dizer pessoa portadora de deficiência passa a ideia de ser uma pessoa incapaz. E pessoa com deficiência, não; é uma pessoa como todas as outras, só que ela tem uma deficiência. É uma pessoa com deficiência, não é a pessoa que é deficiente. Ela tem uma deficiência. Então, há um entendimento diferenciado.

Já tivemos oportunidade de fazer vários ajustes em outros projetos de lei que já estavam tramitando nesta Casa, antes da mudança dessa nomenclatura. Mas, aqui, entendo que o Relator, o Senador Humberto Costa, não propôs nenhuma alteração, porque ele deu parecer pela rejeição da matéria

...alteração, porque ele deu parecer pela rejeição da matéria. Por isso, ele não apresentou emenda alguma fazendo essa correção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No texto fala em pessoas com deficiência, no teor da análise da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não cabe melhorar o projeto, pelo fato de ter sido rejeitado. Então, o texto...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A nobre Senadora tem razão. O parecer foi pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria foi rejeitada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Depende se os Senadores aceitarem o voto dado pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Nós vamos entrar no processo de votação.

Antes, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para não falar na hora da votação, vou falar agora, na discussão. Eu sou totalmente favorável ao mérito da iniciativa do Senador Alvaro Dias.

E por que sou favorável?

Porque nós, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, nós colocamos essa questão e aprovamos, por unanimidade, aqui no Senado. Está lá na Câmara. Eu vou acompanhar o Relator, porque o Estatuto já contempla o objetivo quanto ao mérito, mas quero aqui deixar meus cumprimentos ao Senador Alvaro Dias pela iniciativa, que atende uma demanda das pessoas com deficiência, que estão agora na 3^a Conferência e aproveito... Fui convidado para fazer a abertura, não pude, mas estarei lá amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vamos entrar no processo de votação.

Quem vota com o Relator vota “não”. O Relator é o Senador Humberto Costa.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por entender que a matéria é vencida aqui no Senado, eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota “não”.

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu sou bem mandado pela Senadora Ana Amélia. Eu voto com a Relatora *ad hoc*.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – *Ad hoc*. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Da mesma forma, Sr. Presidente. Considerando que é matéria vencida, eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia? Voto já conhecido, mas consulto e indago se V. Ex^a confirma.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De novo, eu também partilho da posição do Senador Paulo Paim, em relação à autonomia do Legislativo de fazer matérias dessa natureza, e renovar os cumprimentos, como tinha feito no início da leitura do voto, ao Senador Alvaro Dias, que tomou a iniciativa. Nada é demais quando você vai proteger as pessoas que precisam de proteção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador João Alberto, que acaba de chegar e nos dar a honra da sua presença? (*Pausa.*)

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota V. Ex^a?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto com o Relator, “não”, também com o arrazoado do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Costa?

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Com o Relator, pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator Humberto Costa e a Relatora *ad hoc*, Senadora Ana Amélia. Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2007.

Será comunicada a decisão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 3. Já se encontra presente o Senador João Costa.

Item 3, p. 47.

ITEM 3

OFÍCIO “S” Nº 13, de 2008

– Não Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal documentos referentes a indícios de exploração ilegal de madeira nas terras indígenas daquele Estado.

Autoria: Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia

Relatoria: Senador João Costa

Relatório: Pelo pedido de providências:

- a) Que a Comissão tome conhecimento do feito;
- b) Remeta cópia integral destes autos ao Procurador-Geral da República, para conhecimento e providências que considerar necessárias;
- c) Remeta o Processado ao Arquivo.

Observações:

– Em 20.09.2011, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou, na 2ª Autuação da matéria, Parecer concluindo pela apresentação de dois Requerimentos de Informação aos Ministros de Estado da Justiça e do Meio Ambiente;

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao ilustre Senador João Costa para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente, vou resumir meu relatório.

É um ofício do Procurador-Geral de Rondônia dizendo que está havendo exploração de madeira ilegal nas terras dos índios suruí, daquele Estado. Segundo o Procurador-Geral – parece-me que é ex-Procurador-Geral atualmente –, estaria havendo a participação criminosa de agentes da Polícia Federal, agentes do Ibama, membros do Ministério Público Federal.

Com isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, entendi que deveríamos enviar esses autos para o Procurador-Geral da República, para conhecimento e providência.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão o presente relatório. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela remessa da cópia integral dos autos ao Procurador-Geral da República e posterior arquivamento do Ofício S nº 13, de 2008.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, de 2012

– Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a contratação de aprendizes maiores de 18 anos pelas empresas com mais de cinquenta empregados.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012 e das 2 (duas) emendas que apresenta.

A votação será nominal.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia para proferir seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, essa matéria foi submetida a uma análise dentro da Liderança do Governo pelo alcance social que tem. Fizemos uma composição bastante construtiva para chegarmos a esse entendimento desse importante projeto do Senador Paulo Bauer.

Vou sintetizar os aspectos técnicos que embasaram o voto favorável da minha relatoria.

A matéria que se pretende regular está presente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, hoje, determina serem os estabelecimentos de qualquer natureza obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sesi, Senai, Senac etc.) número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Como se sabe, expressiva parcela de jovens estão trabalhando de forma precária, mal remunerados, não raras vezes, sem remuneração, e no mercado informal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência vai falar à Assessoria que precisamos ouvir o relatório da Senadora Ana Amélia.

Com a palavra V. Exª. Desculpe-me.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente. A matéria é muito relevante mesmo, porque trata do emprego da juventude.

As altas taxas de desemprego poderiam estar escondendo elevadas taxas de rotatividade, onde o tempo médio de vínculo é reduzido em razão de estarem os jovens trabalhando em atividades de baixa qualidade. Em consequência, Senadora Vanessa Grazziotin, nesses casos, é bastante pequena a possibilidade de ascensão profissional e de qualificação, inexistindo nenhum ou quase nenhum incentivo ao trabalhador para prolongar a relação de trabalho, porque, em grande parte, esses jovens têm problema de inserção no mercado de trabalho por causa da exigência da qualificação profissional.

O economista Márcio Pochmann traça um triste perfil sobre o desemprego de jovens, baseado nas estatísticas do IBGE, com números sobre a inatividade, apontando que parte da população economicamente ativa, por não procurar trabalho, está fora do índice de desemprego. O estudo mostrou que milhões de jovens brasileiros não trabalham, não estudam, nem procuram ocupação regular. São jovens que já desistiram de viver sob as normas da sociedade, perderam a capacidade de ir à luta, tornaram-se inválidos sociais

ou até reféns do crime organizado, da violência ou do tráfico de drogas.

De acordo com relatório sobre o desemprego entre jovens, publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em setembro deste ano, a taxa, em 2012, situa-se em 14%.

Nesse contexto, o projeto procura implementar uma política mais abrangente de qualificação profissional do jovem, ampliando as vagas para o seu aprendizado no mercado de trabalho.

Assim é que, quanto ao mérito desta proposta, não há reparos a fazer. É necessário que se cuide do aprendizado voltado para o trabalho técnico e de nível médio. Isso é mais viável no aprendizado do que nos estágios. Oferecendo oportunidade de aprendizagem, estaremos colocando um contraponto à crescente contratação de estagiários, sem qualquer vínculo de emprego. Todos os estímulos à empregabilidade são válidos, mas o bom senso recomenda o oferecimento de diversas alternativas para compatibilizá-las com as demandas das empresas e dos interessados no trabalho.

Portanto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se à ementa do PLS nº 176, de 2012, a seguinte redação:

Acrescenta §3º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a contratação de aprendizes.

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao artigo 1º do PLS nº 176, de 2012, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

Art. 429.
§ 3º Cumprida a contratação do percentual máximo de aprendizes fixado no caput, é facultada ao empregador a contratação de mais dez por cento do total de empregados do estabelecimento, na condição de aprendiz, com vagas destinadas a trabalhadores com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos.

Esse é voto, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia. Está em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu só queria tirar uma dúvida.

Se for aprovado, este projeto extremamente merítimo vai ficar sujeito a fiscalizações da Lei do Trabalho, e vai existir um problema de dízima: 2,4 funcionários, aprendizes, não aprendizes. Nesse caso, o empresário vai ser autuado ou não? Não há aqui o arredondamento, a clareza, e, como conheço bem a fiscalização do Trabalho, eles, nesse ponto, vão fazer uma autuação constante.

Então, eu pergunto à Relatora qual é a saída que podemos dar para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a está com a palavra, Senadora Ana Amélia, como Relatora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acolho a ponderação do Senador Cyro Miranda e estou disposta também a aceitar, com a colaboração dos demais Senadores, alguma redação que poderemos apresentar oralmente para esse aperfeiçoamento e essa garantia, a fim de não haver a dúvida na hora da fiscalização da legislação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Continua em discussão a matéria.

Senador Cyro Miranda, consulto se V. Ex^a vai propor alguma emenda de redação em relação ao projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Essa emenda pode ser proposta agora? Nós podemos fazer o arredondamento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Ex^a for, como sempre, ágil para propor aqui uma emenda e se a Relatora acatá-la, isso é regimental.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O arredondamento que se usa por lei é acima de 2,5, ou seja, 2,6. Então, 3; abaixo, 2.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se a Relatora acatar naturalmente a emenda proposta por V. Ex^a, com certeza o Plenário vai aceitar. Aqui já contamos com a concordância, a manifestação do Senador Paulo Paim e Senadora Ana Rita. Eu imagino que os demais Senadores que estão presentes concordarão.

É óbvio, é evidente que V. Ex^a tem que propor a emenda, com a aquiescência da Relatora, Senadora Ana Amélia.

Consulto se há mais alguém que queira discutir ou se a proposta já é satisfatória.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria dar uma sugestão, Sr. Presidente, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sugiro que possamos suspender, em princípio, a votação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Podemos retirá-lo de pauta.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não retirar da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos suspender então?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É. Por 10 minutos. Começamos a discutir outro, até que o Senador Cyro Miranda possa sugerir alguma emenda, porque eu acho importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Que ele possa redigir naturalmente a emenda proposta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos suspender. Daqui a pouco voltamos para votar a matéria, porque temos quórum qualificado para a votação, por ser projeto terminativo.

Então, vamos suspender a reunião, atendendo à sugestão do ilustre Senador Waldemir Moka, aguardando, naturalmente, a emenda proposta pelo Senador Cyro Miranda.

Está suspensa a votação da matéria, ou seja, do item que acabamos de discutir.

V. Ex^a concorda, Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente essa é a minha proposta. E a Assessoria Legislativa do Senado, que cuida dos assuntos relacionados à área trabalhista, já está trabalhando nisso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Providenciando a emenda.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso dará mais certeza da exatidão do texto da redação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^{as}.

Item 7, p. 106. Decisão terminativa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2012 – Terminativo –

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para dispor da licença especial à gestante em situação de risco.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação de Lei do Senado nº 237, de 2012 e da Emenda que apresenta.

Observações:

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para proferir o seu relatório.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em exame nesta Comissão de Assuntos Sociais, em decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2012, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que tem por objeto estabelecer licença especial à gestante em condição de risco, bem como estender a ela o pagamento do auxílio-doença no valor de 100% de seu salário-de-benefício durante todo o período em que a gestação for considerada de risco.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente Projeto de Lei.

Não se verifica vício de iniciativa ou conflito com norma constitucional capaz de obstar o prosseguimento regular da matéria. A constitucionalidade da proposição foi assegurada, pois observados os arts. 22, inciso XXIII, e o *caput* do art. 48 da Constituição Federal e não vulnerado o art. 61 da Carta, o que põe a matéria no campo de competência do Congresso Nacional, tanto no tocante à sua iniciativa quanto no tocante à sua apreciação. Tampouco se observa desacordo com outras normas legais ou com o Regimento desta Casa.

O Projeto tem por objeto, como dissemos, a proteção da gestação de risco. Um percentual significativo, entre 15% e 20% das gestações, é considerado de risco, exigindo, muitas vezes, repouso e cuidados especiais para a preservação da mãe e da criança, o que demanda o afastamento da mulher grávida de suas funções profissionais habituais.

A legislação já contempla, como sabemos, a garantia de emprego da mulher grávida e da mãe durante todo o período compreendido entre o início da gestação e, em princípio, cinco meses após o parto, da mesma forma, garante-se à gestante de risco o recebimento do auxílio-doença à gestante que tenha de se afastar de suas funções. Essa regulamentação, contudo, não é isenta de problemas, o que justifica a aprovação do presente Projeto de Lei.

Um dos projetos...

Sr. Presidente, está tão difícil ler com esse barulho.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito silêncio, para que a Senadora Lúcia Vânia possa ler o relatório.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Um dos problemas apontados é a ausência clara dos parâmetros de fixação do valor e da concessão do benefício, para solucionar essas dificuldades. O Projeto estabelece que o afastamento da trabalhadora possui caráter de licença especial e a ela será devido o pagamento do auxílio-doença no valor integral do salário de benefício.

O Projeto possui inegável mérito e representa um notável avanço para a proteção da maternidade, das crianças e dos direitos reprodutivos das trabalhadoras brasileiras.

Unicamente, devemos destacar que o projeto deve receber emenda, no intuito de garantir sua sustentabilidade financeira e obedecer ao disposto no § 5º do art. 195 da Constituição Federal e no art. 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), que proíbem a criação ou extensão de benefício da seguridade social sem indicação de fonte de custeio.

Assim, optamos por apresentar emenda no sentido de que o auxílio-doença da gestante em licença especial seja pago pelo seu empregador, mediante compensação das contribuições previdenciárias, tal como ocorre no caso do salário-maternidade, mecanismo de notável simplicidade e comprovada eficácia, notadamente porque, ao fixar o benefício em 100% do salário-de-benefício – em vez de seu valor máximo de 91%, tal como fixado atualmente – a autora destacou o paralelismo com o salário-maternidade.

VOTO

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao § 2º do art. 59, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 59.

.....
§ 2º o auxílio-doença é devido à segurada que esteja há mais de quinze dias em licença especial prevista no inciso III do §4º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e consistirá numa renda mensal correspondente a 100% do salário-de-benefício, a ser paga na forma dos art. 72 e 73 desta Lei.” (NR)

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a Senadora Lúcia Vânia. Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir a matéria o Senador Eduardo Suplicy, depois o Senador Paulo Davim.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, acho com mérito muito importante o projeto da Senadora Marta Suplicy, conforme destaca a Senadora Lúcia Vânia; e acho que ela colocou uma emenda com o sentido muito responsável sobre aquilo que prevê. Só agradeceria se a Sr^a Senadora Lúcia Vânia informasse exatamente o que significa “ser paga na forma dos arts. 72 e 73 desta Lei”. V. Ex^a observa que com isso vai ser cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas agradeceria só se puder bem esclarecer como que por esta emenda, de muito mérito de V. Ex^a, assegura-se o cumprimento da legislação, mas sou inteiramente favorável ao projeto e ao parecer da Senadora Lúcia Vânia.

Agradeço apenas este esclarecimento.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria ao Senador Suplicy que desse um tempo enquanto eu consulto o Consultor, porque o projeto foi relatado há muito tempo e eu não me lembro agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador, para a gente poder votar e se eu puder ajudar, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para ajudar o Senador Suplicy, ele remete para que tenha que apontar a fonte de recursos. E a senhora fez muito bem, porque apontou a fonte dos recursos, que vai ser um percentual a menos que o empregador vai pagar para a gestante, mas poderá deduzir de contribuições à Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Paulo Paim e quero aqui reforçar que essa lei se reporta à Licença Maternidade.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Muito bem! Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Satisfeito.

Alguém mais querendo discutir? *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim e Senadora Ana Rita.

V. Ex^a está com a palavra, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Rapidamente, Sr. Presidente, eu quero aqui, em nome das mulheres, parabenizar as duas Senadoras, a Senadora Marta Suplicy e a Senadora Lúcia Vânia, por essa importan-

te iniciativa. Porque as mulheres que necessitam do afastamento antes do tempo previsto em função de uma gravidez de risco não podem ficar desprovidas de recursos e nem desprovidas do apoio do Estado para que possam se cuidar.

Então, a iniciativa da Senadora Marta Suplicy e o relatório favorável da Senadora Lúcia Vânia são dignos do nosso reconhecimento, do nosso louvor. Eu queria apenas fazer este registro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Para discutir a matéria o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu acho esta matéria... Eu quero parabenizar a iniciativa da Senadora Marta Suplicy e o belíssimo relatório da Senadora Lúcia Vânia, porque a mortalidade materna do Brasil é uma das maiores do mundo.

A Organização Mundial de Saúde estabelece que o objetivo – pelo menos a média aceitável de mortalidade materna – é de 20 mulheres por 100 mil nascidos vivos.

No Brasil, nós estamos acima dessa média, quase três vezes: 56 por cada 100 mil nascidos vivos. No meu Estado, Rio Grande do Norte, são 60 por cada 100 mil nascidos vivos. Portanto, é muito elevada.

A mortalidade materna no Brasil é alta por doença de hipertensão, por alteração de circulação, por infecção, por parto prematuro. Enfim, são essas intercorrências, durante a gestação, que levam à mortalidade materna.

Considera-se mortalidade materna desde a concepção até 42 dias depois do parto. É esse período em que se mede a mortalidade materna.

Muitas vezes as mulheres estão em gravidez de alto risco e precisam de repouso, mas, infelizmente, elas não têm condição sócio-econômica de obedecer à prescrição médica, de ter o repouso devido, de ter acesso a uma boa alimentação, de ter condições de adquirir o remédio e, por isso mesmo, Sr. Presidente, elas entram nessa negra estatística de mortalidade materna no Brasil, que é elevadíssima, uma das maiores do mundo.

Portanto, eu acho que este projeto está coberto de razão, é extremamente meritório, e eu quero mais uma vez reiterar o meu apreço pela Senadora Marta Suplicy e pelo brilhante relatório feito pela Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Se há mais alguém para discutir, queira se manifestar. *(Pausa.)*

Como não há quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2012, ressalvada a emenda que apresenta.

Eu consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Senadora Marta Suplicy e com o brilhante relatório e a importante emenda da Senadora Lúcia Vânia, que deu sustentação econômica ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como sempre, belos relatórios, quase um hábito da Senadora nas comissões das quais ela faz parte.

Nesta Comissão, somos admiradores dos seus relatórios, pela sua coerência e, sobretudo, pela sua eficiência e presteza na devolução dos seus projetos, quando é Relatora.

Eu consulto como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com Marta Suplicy e Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, parabenizando a autora e dizendo que concordo com V. Ex^a.

A Senadora Lúcia Vânia é, realmente, uma Senadora que faz um trabalho, e agora, mais uma vez, nós estamos discutindo o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e a autora é a ilustre Senadora, grande representante do Estado goiano.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a autora e com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente, com elogios.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a autora e com a Relatora, Marta e nossa Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a autora e com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia? O voto já é conhecido.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a autora e com a Relatora, parabenizando ambas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Costa?

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Com a Relatora e com a autora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com a autora e com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto.

Eu consulto V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, se podemos repetir a votação para a emenda da Relatora.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2012, e a Emenda nº 1 da CAS.

Será comunicada a decisão à Comissão, ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a todos os Srs. Senadores pelo voto e principalmente as palavras elogiosas. Eu acho que tanto V. Ex^a como os demais Senadores foram extremamente generosos comigo. Quero cumprimentar o Senador Paulo Davim, que pôde complementar o nosso relatório, dando toda uma explicação como médico, como uma pessoa que milita na área e sabe da importância de um projeto como esse. Quero parabenizar a Senadora Marta Suplicy, hoje Ministra da Cultura, pela iniciativa do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Voltamos ao item 6, em que é relatora a Senadora Ana Amélia.

E consulto o Senador Cyro Miranda se está preparado para manifestar a sua emenda em relação ao

projeto. Poderá fazê-lo oralmente; entretanto, depois, tem que formalizar por escrito a emenda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Faço a minha manifestação por intermédio da Relatora. Ela mesma achou uma saída melhor do que a minha.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, veja só que uma pequena palavra, uma preposição, eu imagino, resolveu o problema, sem alterar a redação.

“Art. 1º O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

‘Art. 429.

.....
§ 3º Cumprida a contratação do percentual máximo de aprendizes fixado no caput, é facultada ao empregador a contratação de até dez por cento do total de empregados do estabelecimento, na condição de aprendiz, com vagas destinadas a trabalhadores com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos’”. (NR)

Verbalmente, isso resolve a dúvida do Senador Cyro Miranda, dá mais segurança jurídica ao empregador e, claro, também garante o próprio empregado. E abrimos uma oportunidade social importante para esse jovens.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Consulto a Senadora Ana Rita se quer se manifestar.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Permita-me, Senadora Ana Amélia, mas tenho entendimento diferenciado do que foi proposto pelo Senador Cyro Miranda. Eu entendi, da preocupação dele, que, como se trata de percentual, normalmente você pode ter um percentual de três vírgula alguma coisa, como é que você arredonda para mais ou para menos?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ou até.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ou até. Mas aqui eu acho que muda substancialmente, porque a redação inicial da Senadora Ana Amélia seria o quê? É facultado ao empregador a contratação de mais de 10%. Se colocamos até 10%...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Limitamos a 10%.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – ...você define o limite de 10%. Aí...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, realmente, sua argumentação está correta. Por isso...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É diferente. Podemos ter concordância, com certeza, mas é diferente do que eu entendi da preocupação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, limita. Contradiz o objetivo principal do projeto, que é ampliar.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É, não amplia. Ele não amplia, ele limita. Anteriormente, ampliava.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto V. Exª se a redação final... Já tem que encaminhar para mesa... Formalizar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acho que a Senadora Ana Rita deu uma boa contribuição. Peço, então, sua colaboração para elaborarmos o texto, para concluir hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vai modificar o texto?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É. Vamos então... Para a próxima reunião, fica mantida a apresentação, mas com texto novo, Sr. Presidente. Fica sustado, então, até a próxima...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, nós vamos retirar a matéria, para que possamos formalizar o entendimento aqui proposto pela Senadora Ana Rita e o Senador Cyro, naturalmente com a aquiescência da relatora, que é a Senadora Ana Amélia.

E aqui já se encontra, por sinal, o autor do projeto, que acabou de chegar, que é o Senador Paulo Bauer. É em relação ao projeto de V. Exª que nós estamos discutindo agora, exatamente, nesta Comissão.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Sr. Presidente.

Bom dia a todos. Eu estava em um compromisso externo e fui informado pela minha assessoria da discussão do tema. Obviamente, considero bastante oportuno que se dê mais tempo, conforme a Srª Senadora Ana Amélia, relatora da matéria, se manifestou, para que se chegue a um consenso. Estou de acordo com essa providência e, obviamente, contribuirei para que nós cheguemos a um consenso. Cumprimento a Senadora Ana Amélia por sua dedicada e atenciosa colaboração para que esse projeto possa avançar em favor do trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço V. Exª.

Retirada de pauta a matéria de relatoria da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está encerrada a...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa discussão está encerrada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está encerrada a votação e eu queria aproveitar a nossa Comissão, hoje, Senador Jayme Campos, para prestar um tributo e um reconhecimento ao esforço político e também parlamentar do Senador Paulo Paim em relação a um tema que interessa muito à classe trabalhadora, em especial àqueles que já estão chegando à fase de sair da atividade para a inatividade, que diz respeito ao Fator Previdenciário. Esse tema é muito caro ao Senador. Eu como jornalista, durante muitos anos acompanhei o esforço do Senador e o trabalho que foi feito pela Câmara por outro Parlamentar, hoje Ministro do Desenvolvimento Agrário, Deputado Pepe Vargas, na construção de uma alternativa para, digamos, minimizar o impacto que tem o trabalhador da ativa quando vai para a inatividade, a partir do Fator Previdenciário.

Eu queria dizer que é preciso reconhecer, nesta Comissão, esse esforço, o esforço das centrais sindicais, dos sindicatos, liderados pelo Senador Paim. Modestamente, também tenho ajudado, de alguma maneira, na abordagem desse tema. Mas é pena que o Governo resista, porque o que foi feito com a alternativa 85/95, de Pepe Vargas... Era uma alternativa, digamos, viável, uma alternativa que as centrais sindicais haviam entendido e concordado, em princípio, com a forma, porque o pior dos mundos é manter do jeito que está. Então, qualquer avanço nisso... E os avanços podem ser pequenos agora e irem mais adiante, mais adiante. Mas nem isso foi possível, apesar do esforço desencadeado pelo Senador Paulo Paim.

Então, eu penso que esse registro é importante, é necessário. As próprias lideranças sindicais e dos aposentados sabem desse empenho que tem o Senador nessa matéria. Eu também penso que temos que dar uma resposta satisfatória aos trabalhadores que estão angustiados e querem saber: o que eu faço? Fico esperando que haja modificação? Então, acho que o Executivo também tinha que ter um pouco de sensibilidade em relação a esse assunto, para que os trabalhadores tenham um pouco mais de planejamento da sua vida, com a certeza do que vai acontecer amanhã em relação ao Fator Previdenciário.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço a V. Ex^a e quero me associar também, Paulo. Mas, pelo conhecimento que nós

temos hoje, parece-me que essa matéria está sendo retirada de pauta da Câmara e só voltará no mês de março. Isso se chama enrolação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

OS SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu fiquei indignado, Senador Paulo Paim, quando vi, hoje, essa matéria. Eu acho que é um desrespeito ao trabalhador brasileiro e, sobretudo, a todos nós Congressistas. Esta Casa aqui tem que se levantar pelo fato de que nós não podemos admitir essa enrolação, sobretudo, essa política contrária aos nossos trabalhadores brasileiros. Eu quero aqui manifestar a minha indignação. Até quando? Já foi feito todo tipo de manifestação, sobretudo, já houve até aqui, no próprio plenário do Senado, duas vezes ou três vezes já...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...vigília. E até quando, Senador Paulo? Eu acho que o Congresso Nacional tem que reagir, tem que ter mais altivez e, sobretudo, estarmos ao lado daqueles que contribuíram com a Nação brasileira.

De maneira que eu quero aqui também manifestar a minha indignação, como também a da maioria absoluta – eu acho – do Congresso Nacional. Com todo o respeito que eu tenho pela Presidente Dilma, pelo Presidente da Câmara, jamais essa matéria poderia ter sido retirada de pauta e dizer-se que vai ser votada em março.

Eu confesso para V. Ex^a, Senador Paulo, que eu não acredito que, em março, essa matéria vai retornar para ser votada no plenário da CAE.

E aqui eu estou vendo uma manifestação do próprio Deputado Federal Paulinho da Força, pretendendo fazer uma grande manifestação, com mais de 50 ou 60 mil trabalhadores brasileiros, para virem aqui exigir do Congresso Nacional, sobretudo da Câmara, que votem essa matéria.

Com a palavra o Sr. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, de forma muito rápida, eu fui pego de surpresa, hoje pela manhã, e dei uma entrevista à Rádio Senado, que está sendo reproduzida, nas redes sociais de todo o País, e que, em resumo, eu digo isto: Que Congresso é este que basta que o outro lado da rua dê um grito, e ele cala a boca, fecha, e diz: eu não voto, porque podem vetar. Então, fechem o Congresso!. Cadê a independência dos Poderes? Isso porque toda vez que um outro lado da rua diz: Ah! se votarem isso, eu veto -, aí não se vota a matéria. Que vetem, então, mas nós temos que ter posição clara numa matéria que nós estamos criticando há 12 anos e não há 10 anos. Nós e a maioria criticamos há 12 anos.

Todo mundo fala, mas na hora de votar... O Senado votou e votou por unanimidade. E está lá, há 6 anos, creio eu, na Câmara. “Ah, vamos formar uma comissão”. Já foram formadas 10 comissões. Eu fiz parte de duas. E esse relatório de agora é o resultado do trabalho de uma comissão na Câmara, que foi ajustado com todas as centrais.

Quero dizer que essa minha indignação, sua, da Senadora Ana Amélia, creio quase que de todo o parlamento, conseguiu unificar todas as centrais sindicais. As centrais soltaram uma nota dura que diz mais ou menos o seguinte, eu vou resumir: “Que país sem miséria é esse, se mantém na miséria absoluta os que mais precisam que são aqueles que ganham entre 1 e 4 salários mínimos”. São palavras de todas as centrais sindicais. Unificaram todas as centrais, todas as confederações.

A Senadora Ana Amélia foi feliz. A fórmula 8595 não é a ideal. Mas todo mundo cedeu. O próprio Presidente Lula na época dizia: “com essa fórmula eu sanciono”. Não houve entendimento foi no movimento sindical. O movimento sindical amadureceu e disse: “não, vamos concordar então com essa fórmula”. Como aqui foi dito, o pior dos mundos é deixar o fator como está. Mas aí dizem: “mas dá uma economia de R\$30 bilhões, de R\$40 bilhões, de R\$50 bilhões”. Eu vi até de R\$100 bilhões, quando, na verdade, se economiza R\$1 bilhão. É só ver os cálculos. Peguem os últimos 12 anos, dá um pouco mais de R\$10 bilhões de economia. Na realidade não é economia, foi retirado do aposentado esse dinheiro nesse período.

Então, a nossa indignação. Eu expresso o que eu penso. Não adianta, não tem como não expressar o que eu penso. E hoje, pela manhã, eu dei essa entrevista que vai um pouco mais além inclusive do que estou falando aqui.

Mas agradeço à Senadora Ana Amélia pela solidariedade e também ao Senador Jayme Campos. Acho que é uma solidariedade do Congresso consigo mesmo. Porque sei que os deputados querem votar a matéria. Os deputados dizem para mim: “nós queremos votar, mas...” O Ministro Garibaldi, me permita, ele também diz: “sou totalmente favorável, mas infelizmente parece que tem uma força estranha que não deixa votar”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não há boa vontade do Governo.

Senador Casildo e Senador Moka.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em relação ao Senador Paim, nós sabemos da trajetória dele e da sua luta por esta questão do fator previdenciário. O Brasil está de pé acompanhando sempre. A Senadora Ana Amélia fez boas colocações.

Agora, quero destacar aqui um depoimento do nosso Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. O Senador Jayme Campos é um homem cordato, é um homem calmo, é um homem ponderado, acima de tudo, inteligente, agora quando ele hoje levanta essa indignação, chamou a minha atenção, porque S. Ex^a é muito calmo, coordenador, desde quando foi governador de Mato Grosso, nós sabemos disso, os nossos catarinenses, os nossos do sul que lá moram conhecem a sua trajetória. O senhor se rebelou com o fator previdenciário, o Senador Paim, a Senadora Ana Amélia, os colegas aqui, mas o seu depoimento aqui mexeu com a alma dos brasileiros.

Quero deixar esse registro aqui, sem dúvida alguma, de que foi daqui que o Senado conseguiu costurar o entendimento, foi à Câmara, e a Câmara resolve julgar lá para março, em função de algum receio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Jayme Campos tem razão, não vota em março, não vota.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não vota. É para procrastinar, como disse o Senador Jayme Campos, é uma espécie de enrolação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, Sr. Presidente, primeiro quero ser solidário a tudo que foi dito aqui. Mas eu quero ir um pouquinho além nessa questão do Congresso e de veto presidencial.

Temos que entender que o Presidente ou a Presidenta no caso agora constitucionalmente tem o direito de exercer o veto. Agora, o Congresso tem que ter altivez e apreciar os vetos. É isso que não fecha no ciclo democrático.

Nós estamos agora passando por uma questão do veto da questão dos *royalties*, que eu acho o seguinte: discutiu-se a matéria, o Congresso opinou, e a Presidente – não vou entrar no mérito, nem esse é o caso aqui – vetou. Agora, o Congresso tem de apreciar o veto, porque aí se encerra o ciclo democrático. Se o Congresso derrubar o veto, vai prevalecer a opinião da maioria; do contrário, a Presidente tem razão. É isso que eu acho que está faltando. Nós precisamos exercitar mais essa questão de colocar os vetos para serem votados.

Nesse sentido, quero dizer que o Senador Paulo Paim tem toda a razão. Se o Congresso não votar porque tem medo do veto, aí, Sr. Presidente, é melhor fechar, realmente, o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Temos razão. Concordo com isso, pois o Congresso tem de ter mais altivez. Sobre tudo, há uma consciência quase generalizada neste País de que o

Congresso não tem exercitado o que é, naturalmente, da sua competência, da sua responsabilidade, haja vista os muitos vetos que temos de votar no Congresso e que, até hoje, estão adormecidos, lamentavelmente. Isso é muito ruim para o Estado democrático de direito.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, acho que nem deveríamos pensar nessa história de fechar o Congresso. Nós temos é que nos impor como Congresso. Portanto, cabe a cada um de nós, seja da base aliada ou não, tomar providências e cobrar providências da direção da Casa e de todos nós, individualmente, inclusive.

Realmente, esse modelo hipertrofiado do Poder Executivo tem apequenado não só o Poder Legislativo, mas também o Poder Judiciário, pelo menos até bem pouco tempo. É triste, inclusive, ver e ouvir certas coisas em reportagens.

Então, nós é que temos a obrigação, porque fomos escolhidos pelo povo dos nossos Estados para representar a Federação, de tomar providências, de fato, inclusive judicialmente, para evitar certas medidas. Não podemos ficar aqui dizendo para se fechar o Congresso. É isso o que querem! É isto o que quer qualquer pessoa que estiver no comando do País e que tenha tendências autoritárias: acabar com o Congresso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, evidentemente, não quero estabelecer o contraditório, mas quero dar razão às palavras do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Na verdade, depende só de nós nos impormos. V. Ex^a tem razão. Acho que a fala de que é melhor fechar o Congresso – e acabei de repeti-la – não devemos usá-la mesmo. Quero me penitenciar aqui e fazer autocrítica, dizendo a V. Ex^a que o Congresso precisa se impor. Afinal de contas, nós estamos aqui com mandato e com competência para estabelecer o contraditório toda vez que for necessário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço-lhe somente um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ao usarmos a expressão “fechar o Congresso”, o que estamos dizendo, na verdade, é que, a continuar assim, o Congresso está fechado, e nós estamos aqui só para receber salário! Por que digo isso? Por medida provisória, o Governo faz o que bem entende, assume o nosso lugar de legislar. Tenho um projeto para acabar com a medida provisória, mas duvido que ele passe!

Agora, se não fizermos nada – concordo com os dois Senadores –, vamos praticamente dizer que o

Congresso perdeu sua razão! A gente não vota, porque o outro Poder diz: “Se votar, eu veto”. Aí todo mundo se recolhe. Se ele veta, a gente não aprecia o veto. E aí, por medida provisória, ele manda o que tem de ser feito. Isso significa retirar todos os poderes do Congresso. É claro que ninguém quer que feche o Congresso. É força de expressão, numa indignação sobre o que está acontecendo! Não dá para concordar com isso!

Todos os Senadores, aqui, têm razão. Nós temos de nos rebelar e não permitir que isso aconteça. Se fosse o caso, e o Senador Moka tem razão... Por exemplo, já votamos, Câmara e Senado, em outro projeto, o fim do fator. Era só derrubar o veto, mas o veto não vai à votação. O reajuste dos aposentados, em outro Projeto, o de nº 1/07, nós o votamos nas duas Casas. Era só votar o veto, que estava garantido também o reajuste dos aposentados, mas o veto não vai à apreciação.

Concordo com todas as falas aqui. Isso é o que a população acaba dizendo lá fora. É como se o Congresso estivesse calado, quietinho, assustado, amordaçado, sem coragem de reagir. Tem de reagir! E a reação é democrática.

O Senador Moka foi feliz. Eu entendi a sua força de expressão. Entendo, Senador Mozarildo, que o Senador Moka está dizendo: “Vamos votar os vetos”. É só isso que ele está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria reforçar esses argumentos, neste debate iniciado aqui, com uma manifestação de apoio ao Senador Paim e, também, da mesma forma, criticar o Governo por essa procrastinação, ou melhor, “enrolation”, como diz V. Ex^a, no caso do fator previdenciário.

Eu queria dizer, também, que nós temos que, urgentemente, dar uma revisada, aproveitar o início da Legislatura de 2013, porque, do jeito como está, é impossível continuarmos trabalhando.

Essa questão das medidas provisórias sufoca o Parlamento. Elas chegam aqui, nós não temos tempo para examinar, e mais, ainda temos que engoli-las do jeito que vêm.

Se alguém faz uma proposta de aperfeiçoamento, não pode. É a primeira coisa.

Segunda coisa, nós também, além de não poderemos trabalhar em relação a isso, no caso do orçamento – agora é o momento crucial –, fazemos emendas, trabalhamos intensamente para áreas fundamentais. Todo mundo tem preocupação com saúde, com educação, com segurança, com logística, com transporte. E o que é que acontece? As emendas entram lá e você nunca sabe quando ela será empenhada.

Nós apenas autorizamos o Executivo a fazer aquilo, autorizamos. Nós não fazemos um orçamento impositivo. Quer dizer, o nosso papel é um papel apenas, digamos, de figuração no processo que é fundamental, tanto na questão do fator como agora, em que temos o grande desafio. O Senador Moka, nós – o Rio Grande do Sul –, eu, o Senador Paim, o Senador Pedro Simon, votaremos pela queda do veto aos *royalties* do pré-sal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu queria até me ater a uma parte da fala da Senadora Ana Amélia, que é a questão das emendas.

Isso é realmente uma afronta aos princípios da administração pública. Não há legalidade, não há impessoalidade, não há moralidade, não há publicidade e, muito menos, acompanhamento da eficiência.

Eu já denunciei isso ao Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União oficiou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. E o que se precisa de fato é que nós normatizemos.

Existe uma idéia de votarmos o assunto. Aprovamos o projeto aqui, tornando impositivo o orçamento da União. Morre na Câmara, porque lá o Governo tem uma maioria ainda mais esmagadora do que no Senado.

Nós precisamos, então, individualmente – um grupo de Senadores –, acionar o Tribunal de Contas e o Supremo Tribunal Federal, inclusive, para que os princípios legais da administração pública sejam cumpridos. Por que o que é que acontece com as emendas? É um esquema que todos nós conhecemos de barganha. Quem é mais próximo ou quem é menos próximo do Poder Executivo é campeão de emendas ou não é campeão de emendas ou não libera emenda, como se a emenda fosse um dinheiro da Presidência da República, do Ministro A, B ou C. Então, nós temos que realmente aproveitar todas as reclamações que nós conhecemos e parar de reclamar e agir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Senadora Ana Amélia, V. Ex^a quer manifestar alguma coisa?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem.) – A Comissão deve ter recebido um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu vou colocá-lo aqui em votação. Se V. Ex^a me permite, eu vou ler alguns requerimentos para entrar em processo de votação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS.) – Obrigada. Se V. Ex^a puder inverter e ler primeiro esse, porque eu tenho na Comissão de Assuntos Econômicos uma audiência pública, da qual sou requerente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a, como sempre, é prioridade aqui. Não precisava nem solicitar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS.) – Eu estou pedindo por favor e com a aquiescência dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 65, de 2012

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública em conjunto com as seguintes comissões: Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – em aditamento ao Requerimento nº 64/12, para discutir as condições de mercado do transporte aéreo brasileiro, a compra da empresa aérea Webjet pela Gol e a demissão de 850 funcionários da Webjet logo após a conclusão da negociação, bem como o valor das passagens aéreas, conforme noticiado no 28/11/2012 pelo Jornal Correio Braziliense:

Uma viagem de Brasília para Fortaleza ou Natal entre os dias 26 de dezembro e 2 de janeiro, trechos de ida e volta, pode passar de R\$ 5 mil por passageiro, sem incluir as taxas aeroportuárias. Os valores cobrados pela TAM e pela Azul nesses dois casos superam os bilhetes internacionais da capital federal para Londres e Paris, entre R\$ 4,3 mil e R\$ 4,7 mil, e são quase o dobro da média cobrada no trajeto para Buenos Aires.

Para discorrer sobre esses e outros assuntos correlatos, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades:

- 1. Wagner Bittencourt – Ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC);*
- 2. Paulo Sérgio Kakinoff – Presidente da Gol;*
- 3. Marcelo Guarany – presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);*
- 4. Vinícios Marques de Carvalho – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;*
- 5. Presidente do sindicato dos aeroviários; e*
- 6. Presidente do sindicato dos aeronautas.*

Autoria: Senador João Capiberibe, Senadora Ana Amélia e Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, se V. Ex^a quer encaminhar a matéria, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Jayme Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, em novembro eu apresentei à CAS, e foi aprovado, um Requerimento nº 64, fazendo uma solicitação de uma audiência pública para discutir os impactos no trabalho e também para o consumidor das fusões das companhias aéreas e isso implicando também, primeiro, na queda do emprego, V. Ex^a abriu aquele dia a sessão falando disso, foram dezenas, centenas de empregos que foram eliminados pela fusão, e mais o aumento das passagens aéreas como consequência, porque limitou a oferta de companhias disputando o mercado, reduziu a concorrência.

O Senador João Capiberibe, que não é desta Comissão, eu estou endossando o requerimento do Senador João Capiberibe, que pertence às demais comissões e penso sempre na racionalização dos nossos trabalhos de fazer esta audiência pública conjunta.

O Senador Paulo Paim preside a Comissão de Assuntos Sociais, como Senador Capiberibe é dessa comissão, eu penso que nós poderíamos fazer conjuntamente esta audiência pública, porque as mesmas pessoas que eu sugeri estão no relatório do Senador Capiberibe nas Comissões de Infraestrutura e Direitos Humanos e Participação Legislativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero só cumprimentar pela iniciativa, e estou me somando aí...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador. Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...a essa iniciativa da Senadora Ana Amélia, que é importantíssima.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Já está marcada a audiência para o dia 11, terça-feira, às 9 horas da manhã. Está confirmado.

Último requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Ato Médico nós estamos negociando. É pelo fato do seguinte: essa matéria se encontra na Comissão de Educação. Entretanto, nós tínhamos que promover uma audiência pública em conjunto, CAS e Educação, e nós vamos solicitar ao ilustre Senador Requião para que façamos em conjunto essa audiên-

cia na próxima terça-feira também, se não me falha a memória, e vou aprovar agora um requerimento que é da autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Cícero Lucena.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 66, de 2012

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Desporto – CE e Comissão de Assuntos Sociais – CAS para discutir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268/2002, que “dispõe sobre o exercício da Medicina”.

Dentre outros assuntos, as autoridades abaixo sugeridas discutirão sobre diretrizes curriculares dos cursos da área de saúde e as implicações para a sociedade da aprovação ou rejeição deste projeto.

1. Dr. Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação;

2. Dr. José Fernandes de Lima – Presidente do Conselho Nacional de Educação; e

3. Dr. Alexandre Padilha – Ministro de Estado da Saúde e Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

Autoria: Senador João Capiberibe, Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Lúcia Vânia e Senador Cícero Lucena.

Eu concedo palavra à Senadora Lúcia Vânia para que V. Ex^a possa encaminhar o seu requerimento.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Jayme, nós já entramos em entendimento com o Presidente da Comissão de Educação, ele próprio sugeriu essa audiência pública conjunta. No entanto, houve acho que um choque de horários que está sendo dirimido pela Secretaria, e eu solicitei o Senador Moka como Vice-Presidente da Comissão para ele entrar em entendimento com o Senador Requião, uma vez que eu acredito que fazendo essa reunião conjunta, nós possamos agilizar o processo e colocar em votação ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu indago a V. Ex^a por que não quarta-feira, no dia 12, por volta das 10h15, 10h30 da manhã? Nós realizamos essa audiência aqui na CAS das 9 às 10h, 10h15 e depois iremos ter essa audiência pública em conjunto, CAS e Educação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu temo que, ontem, nessa discussão

lá na Comissão de Educação, foi votado terça-feira em conjunto com a CAS. Então, o que nós...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós já temos uma audiência marcada aqui, cujo requerimento é da Senadora Ana Amélia, que é com essas autoridades da área do transporte aeroviário do Brasil.

O que poderíamos fazer é mudar o horário. Se já temos uma audiência estabelecida pela CAS, como vamos fazer a mesma audiência, no mesmo horário, no mesmo dia? Não é permitido estar onipresente nas duas comissões, pelo fato de isso não ser regimental, não ser legal.

Então, o que solicito é que se possa fazer no dia 13, não teríamos dificuldade, na quinta-feira pela manhã, se for o caso. É questão de data e horário. No mais, não há nenhuma dificuldade.

Se há boa vontade por parte do Senador Roberto Requião, quarta-feira, 10h15, conforme solicitação de V. Ex^a, a Presidência concorda em estabelecermos aqui o horário das 9 horas às 10 horas, 10h30 no máximo, nós encerraríamos os trabalhos aqui na CAS e faríamos na quarta-feira mesmo, a partir das 10h15. Não há nenhuma dificuldade. Agora, não pode é conciliar no mesmo dia, no mesmo horário, a Comissão e as duas audiências.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu faço a V. Ex^a... Eu penso que esse assunto... Posso tentar ajudar, mas eu acho que esse assunto teria que o Presidente mesmo, Senador Jayme Campos, oficial ou conversar com o Senador Roberto Requião dizendo que, como já tem audiência, mas a sua sugestão é na quarta-feira com o horário definido. E aí o que ele vai fazer? Nós vamos aprovar quarta-feira aqui e, se ele concordar, vai ter; se não, não.

Agora, quero prevenir uma coisa, Senador, esse assunto do ato médico foi exaustivamente discutido, foram 21 audiências públicas. Eu acho que não há...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...como as pessoas insistem nisso, insistem, insistem, aí eu fico perguntando se isso não é uma forma de se evitar a votação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador, permita-me um aparte? Eu era Deputado e estava debatendo isso. Virei Senador há 10 anos, e o debate continua, e nós estamos marcando audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vamos encaminhar o entendimento aqui proposto, Senadora Lúcia Vânia, para o Senador Roberto Requião. Eu imagino que ele não teria nada ao contrário, até porque nós temos de fato votar a matéria.

Então, V. Ex^a quer fazer o encaminhamento ou quer que eu me dirija a ele?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Não, eu prefiro que V. Ex^a faça.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu farei com muito prazer.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – E eu gostaria só de reafirmar o que o Senador Moka disse, eu acho que já está ficando mal para o Senado da República essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já é desgastante.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – É desgastante. Eu acho que todo mundo está percebendo que isso é uma forma de procrastinar o assunto, de não votar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Daqui a pouco fica pior que o Fator Previdenciário.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – E alguns Senadores, talvez desinformados, têm reafirmado essa posição do grupo que faz pressão para não votar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então, é por isso que muitas vezes, quando embarco, quase toda a semana, quando venho de Florianópolis para cá, Santa Catarina, há médicos ligados ao setor ou associação: “Estamos indo para preparar o negocio de ato médico, etc”. Mas isso já vem há tempos! Gente participando de reuniões em Brasília.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Há pelo menos 10 anos se discute, na verdade, uma das profissões mais antigas. Sou suspeito, né? Mas não temos regulamentada a profissão do médico. Mas é essa a verdade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já era para há algum tempo estar aprovada.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – E é uma coisa curiosa, Presidente, porque o projeto que foi aprovado aqui no Senado, é um projeto feito a 14 mãos, 15 mãos, do qual todas as profissões participaram. Então, ele foi para Câmara, participou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para quem a nós está assistindo, ela foi relatora e eu vi o brilhante trabalho que ela fez.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Na Câmara, passou por todas as comissões, voltou para cá, o projeto é o mesmo, não sofreu uma modificação, a não ser modificação de redação. As modificações que foram diferentes do projeto aprovado no Senado não foram aceitas pelo grupo. Foi retirado. O projeto voltou a ser aquele projeto aprovado aqui.

Então, não há o que acrescentar mais no projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aliás, Presidente, como foi modificado na Câmara, o que o Senado pode fazer agora é aceitar ou rejeitar o que a Câmara fez, porque não cabe... ainda que quisesse, o Senado não poderia mais modificar texto. Então, não pode entrar mais no mérito. É aceitar ou recusar as modificações propostas pela Câmara. Mas as pessoas não entendem isso. E o pior é que nós estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Patinando.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Patinando numa coisa que... chega um momento que é o seguinte: tem que ir a voto. Não tem mais...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O melhor instrumento de democracia é o voto. Está em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Agradeço a presença...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma questão de informação ao público, não a mim, eu sei que a Secretaria tem as informações. O debate do Estatuto da Juventude será que dia? Vai ser um debate pela Internet.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero informar a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que será dia 18.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dia 18.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está confirmada a audiência pública conjunta, CAS e CDH, para debater o PLC nº 98, de 2011, que dispõe sobre o estatuto da juventude, em atendimento ao Requerimento nº 59, da CAS, de autoria do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos, do dia onze de dezembro de dois mil e doze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se

a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Jayme Campos, Cristovam Buarque. Eduardo Braga e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação do **ITEM EXTRAPAUTA 1 – Requerimento nº 67, de 2012 – CAS** – Em aditamento ao Requerimento de nº 64/2012 – CAS, que trata da realização de audiência pública destinada a discutir o impacto das fusões entre companhia aéreas no mercado de trabalho do setor de aviação bem como o valor das passagens aéreas, requeiro que seja incluído o nome do Sr. Vinícius Marques de Carvalho – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado: Aprovado.** A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para discutir o impacto das fusões entre companhias aéreas no mercado de trabalho do setor da aviação, bem como o valor das passagens aéreas, em atendimento aos Requerimentos nºs 64, de 2012-CAS, de autoria do Senador Jayme Campos e da Senadora Ana Amélia, e nº 67, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: **Antonio Maria Espósito**, Coordenador Geral de Acompanhamento de Mercado da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR, representante do Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da SAC/PR; **Danielle Crema**, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, representante do Sr. Marcelo Pacheco dos Guarany, Diretor-Presidente da ANAC; **Eudes da Silva Carneiro**, Assessor da Secretaria de Relações do Trabalho/MTE, representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; **Graziella Baggio**, Secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA, representante do Sr. Gelson Dagmar Fochesato – Presidente do SNA; **Alberto Fajerman**, Assessor da Presidência da Gol Linhas Aéreas Inteligentes; e **Ricardo Machado Ruiz**, Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, representante do Sr. Vinícius Marques de Carvalho, Presidente do CADE. Declinou o convite **José Marcio Monsão Mollo**, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA. Após a explanação dos oradores usam da palavra o Senador Cyro Miranda e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas

e dois minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em Exercício, Senadora **Ana Amélia**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

Os Senadores que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento de nº 64, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais, que trata da realização de audiência pública destinada a discutir o impacto das fusões entre companhias aéreas no mercado de trabalho do setor de aviação bem como o valor das passagens aéreas, requeiro que seja incluído o nome do Sr. Vinícius Marques de Carvalho, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Esse requerimento é de minha autoria, com apoio do Presidente Jayme Campos, e dispensa apresentações porque nós tínhamos feito uma proposta de audiência pública conjunta entre a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Defesa do Consumidor, por iniciativa do Senador João Capiberibe, que é do PSB do Amapá. Nós pretendíamos realizar uma audiência conjuntamente, para agregar mais energia e esforço a um tema tão importante, seja para os trabalhadores das companhias aéreas, seja para os consumidores, na medida em que a concentração do serviço ofertado reduz a oferta e, conseqüentemente, aumenta o custo para o usuário do serviço aéreo.

Portanto faço este Requerimento para que haja a presença, para ser completa a abordagem do tema, do Presidente do Conselho de Defesa Econômica, o Cade, Dr. Vinícius Marques de Carvalho.

Eu queria colocá-lo em votação.

Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Esta reunião, como disse anteriormente, na apresentação do requerimento, é para a realização de uma audiência pública para discutir o impacto das fusões entre companhias aéreas do mercado de trabalho no setor de aviação, em atendimento ao Requerimento nº

64, de 2012, desta Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa da Presidência, do nosso Presidente Jayme Campos, e de minha própria.

Então, eu queria, antecipadamente, chamar os convidados que confirmaram a presença, aos quais, antecipadamente, agradecemos, e o faço em nome do Presidente, o Sr. Antônio Maria Espósito, Coordenador-Geral de Acompanhamento de Mercado da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, representante do Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da referida Secretaria; Drª Danielle Pinho Soares Alcântara Crema, Superintendente de Relação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), representante do Sr. Marcelo Pacheco dos Guarany, Diretor– Presidente da Agência reguladora; Dr. Eudes da Silva Carneiro, Assessor da Secretaria de Relações do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Drª Graziella Baggio, Secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas, representante do Sr. Gelson Dagmar Fochesato, Presidente da entidade; Dr. Alberto Fajerman, Assessor da Presidência da GOL Linhas Aéreas Inteligentes; e Ricardo Machado Ruiz, Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), representante do Sr. Vinícius Marques de Carvalho, Presidente do Cade.

Queria informar aos que participam dessa audiência pública que o Sr. José Márcio Monsão Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeronáuticas, entidade que representa todas as companhias aéreas brasileiras, declinou do convite. Isso é lamentável porque a iniciativa do Congresso Nacional e, particularmente desta Comissão de Assuntos Sociais, é tão somente prestar à sociedade brasileira, a quem interessa esclarecimentos e também a proposta de soluções para resolver problemas dessa natureza.

Antecipadamente, cumprimento a todos os que estão aqui presentes e, de antemão, queria, em nome do Presidente Jayme Campos, agradecer pela presença.

Chegará possivelmente no andamento da nossa audiência pública o Senador Jayme Campos, que tem sido extremamente exemplar na condução dos trabalhos desta Comissão de Assuntos Sociais, bem como em toda a assessoria que presta à economia.

Para fazer uso da palavra, por dez minutos, porque daí teremos tempo de fazer um debate maior, convido o Sr. Antonio Maria Espósito, Coordenador-Geral de Acompanhamento de Mercado da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, que representa o Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos de Aviação Civil.

O SR. ANTÔNIO MARIA ESPÓSITO – Muito obrigado.

Bom dia a todos. Gostaria, inicialmente, de cumprimentar todos aqui na Mesa, com quem já estivemos tantas vezes reunidos ao longo do ano para tratar dos mais diversos assuntos.

Gostaria de parabenizar também a Comissão ela iniciativa do debate de um tema tão importante, tão relevante, que, com certeza, vai ser um debate muito qualificado pelos interlocutores que estão aqui presentes. Eu acredito que todos aqueles que podem falar sobre o assunto com competência estão nesta Mesa.

Da parte da Secretaria de Aviação Civil, nós temos sempre participado de todas as discussões que acontecem aqui no Senado, na Subcomissão de Aviação Civil, que está sendo encerrada essa semana.

Participamos de diversas audiências e temos muita satisfação em estar sempre discutindo o nosso trabalho, discutindo o setor. Não é um setor simples de se trabalhar. Muito pelo contrário, é muito complexo, os desafios são muito grandes. É um setor muito dinâmico para o qual não existem respostas exatas, não existem questões fechadas nem verdades absolutas; quer dizer, a gente tem que estar sempre discutindo. Talvez esse fórum seja realmente o mais adequado para esse tipo de discussão e, da parte da Secretaria de Aviação Civil, a gente tem participado ativamente de todo esse processo.

Com relação ao assunto pautado hoje nesta audiência pública, na semana passada, estivemos no Ministério do Trabalho e Emprego participando das audiências de mediação. Nesta semana também, na segunda-feira, junto aos representantes das empresas aéreas, do Sindicato Nacional dos Aeronautas. É claro que muitas vezes existem divergências, os assuntos são complexos, são delicados, mas em todo momento, o debate se trava no mais alto nível, sempre com muita cordialidade entre as partes, com muito respeito. É isso que é importante. Assim que a gente vai caminhando, vai amadurecendo para fazer um setor cada vez mais maduro, mais evoluído.

É muito importante também que as instituições estejam cada vez mais fortalecidas no seu papel: a Anac dentro das suas competências, enquanto agência reguladora independente, autônoma, que pautar suas decisões em cima de critérios técnicos, de informações sólidas; da mesma forma, o Cade tem que, cada vez mais, seguir esse caminho, e está cada vez mais seguindo esse caminho, se fortalecendo. É assim que o Estado vai evoluindo.

Não existem, como falei, verdades absolutas nesse setor; não existem respostas certas. Mas o debate

e as instituições se fortalecendo vão nos levar para um caminho o mais próximo do melhor possível.

Então, senhores da Mesa, por hora é o que temos a falar em nome da Secretaria de Aviação Civil. Permanecemos à disposição, como sempre, para aquilo em que pudermos ser úteis, e agradecemos novamente o convite.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Coordenador-Geral de Acompanhamento do Mercado da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Antonio Maria Espósito, até pela agilidade na apresentação.

Nós teremos tempo, depois, para os questionamentos. Eu passo a palavra, já que a Drª Danielle pediu para fazer a organização do seu PowerPoint, ao Dr. Eudes da Silva Carneiro, que é Assessor da Secretaria de Relação do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, para fazer a sua exposição.

Dr. Eudes.

O SR. EUDES DA SILVA CARNEIRO – Bom dia, Senadora, demais componentes da Mesa, convidados presentes.

O agradecimento, em nome do Ministro Carlos Daudt Brizola, pelo convite à participação nesta audiência pública. É um tema muito relevante. Nosso envolvimento nesse trabalho, como já foi falado, inicialmente, pelo primeiro palestrante, nós iniciamos um processo de mediação, na semana passada, com duas audiências com representantes da empresa GOL e também com representantes dos aeronautas.

A iniciativa dessa mediação era no sentido de que fosse revista a situação da demissão dos 850 trabalhadores da Webjet. A empresa se mostrou irredutível em rever o seu ato e na possibilidade de suspensão das demissões até que se discutisse melhor. O Ministério do Trabalho vê que alternativas poderiam ser aplicadas nesse caso. Nós poderíamos ter, por exemplo, férias coletivas, redução da jornada de trabalho, com redução do salário; alguma alternativa que não trouxesse uma situação de desconforto absoluto para esses trabalhadores no final do ano. Eles vão chegar à antevéspera do Natal sem saber o que vão fazer no dia seguinte, já que o prazo para o aviso prévio venceria... É lógico que eles já receberam adiantamento e rescisões, mas essa situação é muito desconfortável.

O Brasil está superando, está enfrentando essa crise, e nós não estamos na mesma situação dos países europeus. Há crises muito mais sérias lá, temos acompanhado pela imprensa e pelos documentos que nos chegam. Mas o Brasil vem passando por essa situação de crise de uma maneira que não podemos dizer

tranquila, mas está, na medida do possível, superando essa situação.

Então, nós vemos como muito preocupante a onda de demissões que está ocorrendo. Quero lembrar que até a área calçadista, na área de bancos, nós estamos verificando também demissões. Isso é preocupante, porque o Brasil não está realmente nessa crise.

Na reunião de ontem, foi marcada uma reunião para ontem, e realmente aconteceu, mas nesse intervalo entre uma audiência e outra ocorreu a decisão judicial que modificou completamente o quadro. E nós, inclusive a pedido das partes, ontem, encerramos esse processo de mediação, até que fatos novos venham a ocorrer.

As entidades, as partes interessadas procurarão o Ministério, e nós estaremos sempre à disposição, prontos para participar da mediação, porque o Ministro quer o quê? Nós, Governo, precisamos de que tenhamos pleno emprego. Não queremos redução de cargos vagos agora, neste momento de crescimento; precisamos é de melhorar e ampliar o número de empregos no País. Então é muito preocupante o que enxergamos em relação à situação dos trabalhadores da Webjet e esperamos que haja uma solução melhor. Nós, do Ministério do Trabalho e Emprego, estamos prontos para mediar e tentar ver a melhor solução que possa atender os anseios dos trabalhadores.

Então, permanecemos à disposição e estamos, aqui, para outras indagações que se fizerem necessárias, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigado, Dr. Eudes.

Apenas aproveitando o que o senhor disse, a suspensão da mediação pelo Ministério do Trabalho pode ser levantada após a decisão da Justiça ou vai apenas respeitar a decisão? Porque a mediação, no Ministério do Trabalho, foi uma mediação política com as partes envolvidas, dentro do entendimento de que um acordo é melhor, às vezes, do que uma decisão mais radical, que seria uma decisão da Justiça, como aconteceu. Quer dizer, as propostas que o Ministério do Trabalho ofereceu, na comissão mediadora, não foram acolhidas. Então, o encerramento poderá voltar depois da decisão da Justiça?

O SR. EUDES DA SILVA CARNEIRO – Independentemente da decisão da Justiça. O Ministério pode, por iniciativa própria, convidar as partes para retomar uma nova mediação; pode, também, por solicitação das partes, de uma das partes. Convidamos a outra e podemos reiniciar plenamente essas discussões, e é o nosso interesse.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – No setor aéreo, o único problema que está acontecendo hoje é com a Webjet?

O SR. EUDES DA SILVA CARNEIRO – Temos acompanhado também, estamos vendo pela frente aí, uma fusão também da Trip e a Azul Linhas Aéreas. Então, queremos antecipar e já, na medida do possível, conversar com essas partes, para que não venha a ocorrer uma situação como essa que antecipe o problema. Essa é a intenção do Ministério.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. Eudes.

Passo a palavra, agora, a Dr^a Danielle Crema, que é Superintendente de Relação Econômica e Acompanhamento do Mercado da Anac, Agência reguladora da aviação civil.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Bom dia. Muito obrigada pelo convite, Sr^a Senadora, para estar aqui presente, podendo trazer esses esclarecimentos para a compreensão da operação que se sucedeu no setor aéreo.

Desculpe-me, tive um problema com a apresentação. Vou me pautar, então, pelas considerações que eu trouxe aqui no papel.

A nossa intenção, aqui, no primeiro momento, era apresentar alguns dados do setor, explicar como o setor vem se desenvolvendo e em que bases tem-se dado o seu crescimento, tanto em termos de oferta de serviços como da demanda por esses serviços. Esse cenário é bastante significativo para que se possa compreender o que tem acontecido no setor e, também, nas relações empregatícias que acontecem no setor.

Como tive um problema na apresentação, não vou poder exibir esses dados, Senadora, mas o que posso assegurar é que o setor vem crescendo, nos últimos dez anos, em percentuais superiores a dois dígitos; tem crescido 15%, em média, nos últimos anos. Isso tem gerado alguns efeitos, isso pode ser explicado por vários efeitos. Entre eles, associo o efeito renda; de fato, houve uma melhor distribuição de renda no País, o que permitiu que grande parte da sociedade tivesse acesso a esse transporte. Houve, também, um efeito sobre os preços dos serviços aéreos; as tarifas acabaram sendo reduzidas.

Eu tinha dados importantes sobre a estrutura de participação de mercado para mostrar como o setor também se desconcentrou nos últimos tempos. Não sei se seria o caso de inverter a pauta e eu tentar adequar a minha apresentação ou ir à sequência.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como a senhora já começou, não altera muito.

Aqui está o dado relevante: o setor cresceu 15%, nos últimos anos; mas a senhora deu outro dado aqui:

isso foi motivado pelo aumento da renda, mas houve uma desconcentração, e a Senhora estava dizendo que houve um decréscimo do valor das passagens aéreas.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Correto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, acho que essa explicação é fundamental.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Eu estava explicando o que justifica o crescimento exponencial do transporte aéreo nos últimos anos. Então, são basicamente esses dois efeitos: houve uma redução das tarifas aéreas e houve uma ampliação da renda da sociedade brasileira, o que permitiu que essa parcela da população acessasse o serviço.

Como se tem comportado a estrutura de mercado nesse setor? Há muitas críticas em torno do fato de nós termos dois grandes *players* atuando no setor, o que daria uma estrutura como se o nosso setor fosse um duopólio, e que isso pressionasse, de certa forma, a nossa estrutura competitiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os dois grandes *players* são TAM e GOL?

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – TAM e GOL. Hoje, eles têm em torno de 72% da participação de mercado. Isso já chegou a representar 90%, mas hoje vem decrescendo. Então, temos conseguido com que pequenas empresas se constituam, se instalem no mercado e contestem a participação desses dois grandes *players*. Mas o que nós observamos é que, ainda que a nossa estrutura seja dada pela presença de dois grandes *players*, há uma efetiva rivalidade entre esses dois agentes, e essa concorrência que se estabelece entre esses dois agentes e ainda a contestação pelas demais empresas que vêm ocupando maior participação de mercado vêm possibilitando também essa redução de preço dos serviços aéreos.

Na apresentação, eu trazia também dados da análise que é feita no âmbito da Agência. Na verdade, essa é uma operação que traz dois tipos de análise: uma análise acerca dos aspectos regulatórios da operação e outra acerca dos aspectos concorrenciais, cuja condução é feita pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, sobre o qual acredito que o Conselheiro Ruiz poderá desenvolver melhor a argumentação.

Mas, do ponto de vista regulatório, o que são observados são os parâmetros usuais de outras transferências de controle acionário que envolvem a prestação de serviços aéreos. Então, é avaliada a situação de idoneidade financeira da empresa adquirente, a regularidade fiscal desse agente, a regularidade jurídica – aí se inserindo, em especial, a avaliação da titularidade do capital, se é capital nacional ou estrangeiro, observam-

-se essas restrições – bem como a capacidade técnica do agente para desenvolver essas atribuições. No nosso caso, no caso da operação específica da GOL-WEB, que nós analisamos, a verificação desses requisitos foi bastante simplificada, uma vez que estávamos falando de outro agente que já era um concessionário provedor de serviço público, portanto, dotado dessas características, que estava assumindo a operação de outra empresa aérea.

Do ponto de vista concorrencial, não somos os órgãos competentes para falar sobre a questão concorrencial, mas acabamos subsidiando a análise da autoridade antitruste. Então, nós disponibilizamos vários dados para o Cade e chegamos a discutir com eles o que entendíamos dos efeitos dessa operação. O relevante da análise da operação WEB-GOL é que ela muda um pouco o paradigma da análise de mercado relevante, que é uma ferramenta que apóia a análise antitruste no País.

Usualmente, esse transporte tem de ser analisado da perspectiva da origem-destino. Então, a definição do mercado relevante, ou seja, a delimitação da área geográfica que se vai impactar com o serviço é feita em função da definição geográfica do serviço e de onde está sendo prestado o serviço. Antigamente, definia-se mercado relevante de transporte aéreo – e isso se aplica também ao transporte rodoviário interestadual de passageiros – o conceito de que era preciso avaliar a participação da empresa na ligação Brasília-Rio de Janeiro. Nós olhávamos quais eram as empresas que ofertavam o serviço nessa ligação Brasília-Rio de Janeiro e verificávamos qual a participação de mercado de cada um desses agentes nesse serviço. Com a desregulamentação que foi implementada no transporte aéreo, essas barreiras foram reduzidas, praticamente eliminadas, e hoje se pode definir o mercado relevante de uma forma mais abrangente, considerando a possibilidade de um agente que não esteja presente naquele momento no mercado Brasília-Rio de Janeiro, conforme o exemplo que eu estava utilizando. Se houver um elevado aumento de preços e houver disponibilidade de infraestrutura nessa ligação, as outras empresas que atuam em outros mercados, podem se mobilizar e vir prestar serviço a partir de Brasília – Rio de Janeiro, sem muitas dificuldades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas dependendo de uma autorização da Anac.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Não.

Tem algum gráfico? Pode passar. Pode passar. Pode passar. Pode passar. Pode passar. Não, não está aí.

Bom, a autorização da Agência hoje ela é dada para que o agente esteja habilitado a prestar, explorar os serviços aéreos. A gente não especifica no contrato de concessão a partir de que localidade ele vai prestar o serviço.

Então, uma vez que ele recebe a concessão da Agência, praticamente uma autorização, para explorar os serviços aéreos, desde que ele constitua as bases operacionais dele nos diversos aeroportos do País, ele pode simplesmente pleitear à Agência, comunicar à Agência, dizer: “Olha, eu gostaria de ofertar o serviço a partir dessa localidade”. E não há restrição como no transporte aéreo, em que se faz uma licitação para atender à cidade A e B, e nenhuma outra empresa mais pode entrar ofertando aquele serviço, porque, em regra, pelo menos nas licitações anteriores, isso era dado em regime de exclusividade ou era um oligopólio...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora, não tem isso?

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Porque o modelo de transporte rodoviário interestadual também está em discussão e eu não conheço a atual modelagem. Mas o transporte aéreo ele é mais flexível de modo que a expansão e a substituição dos serviços ela podem se dar facilmente, uma vez a empresa já instalada.

Então, essa definição de mercado relevante nos permite concluir que hoje, ainda que a empresa não esteja instalada, ou seja, prestando um serviço, ligando localidade A a B, ela pode contestar o mercado mesmo operando em outra localidade, porque ela pode acessar aquele mercado sem grandes barreiras. E isso permite ampliar o mercado relevante da operação.

Mas, aí, nós segmentamos essa análise entre serviços aéreos e infraestrutura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Drª Danielle, apenas para esclarecimento, a companhia que quiser fazer isso que a senhora está dizendo, tendo as condições operacionais nas bases...

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Ela pede autorização à Agência...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ela pede uma autorização. Qual é o tempo que dá para obter essa autorização?

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – O tempo de análise hoje é de cinco dias.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cinco dias. Bom...

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Tempo médio de análise de cinco dias.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aí ela entra, opera e começa a trabalhar?

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Havendo disponibilidade de infraestrutura...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso aumenta, a rigor, entre aspas, a oferta de serviços.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – ... a oferta de serviços. Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso é desregulamentado?

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Desregulamentação. Isso é...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está bom. O.k.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – ...diminuir barreiras a entradas e fomentar a concorrência, que é o nosso escopo de atuação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Só para companhias nacionais, evidentemente?

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Só para companhias nacionais. O mercado doméstico ele está restrito hoje às companhias nacionais...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Brasileiras.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Isso, ou que tenham só 20% de capital estrangeiro na sua composição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Drª Danielle, como a senhora deu uma explicação do ponto crucial que é essa posição, nós, nas perguntas, poderemos ampliar...

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...os dados e até alguma coisa que a senhora considere relevante. No momento do debate a gente retorna.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Está ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, eu lhe já agradeço muito pelos esclarecimentos, que foram bastante relevantes. A realidade pode hoje ser um pouco diferente, sobretudo em relação à questão dos preços das tarifas.

Eu vou deixar por último o Dr. Alberto Fajerman. Dr. Alberto, como a gente vai ouvir o outro lado, então o senhor ficará para o final, porque é exatamente a parte interessada nesse aspecto em que nós temos muito interesse, até porque o senhor pode, a partir disso, saber os pontos principais dessa audiência.

Eu passo a palavra agora, então, ao Dr. Ricardo Machado Ruiz, que representa o Cade nesta audiência.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Obrigado, Senadora.

Bem, quero agradecer o convite da Comissão de Assuntos Sociais, para discutir o caso GOL/Webjet. De fato, Senadora, esse é um tema que está gerando muita polêmica, e eu acho que nós devemos aqui dar toda a atenção, porque não é um caso isolado. Nós estamos vendo nos últimos anos e provavelmente nos próximos anos nós veremos reestruturações no setor aéreo brasileiro e mundial, e esse é um tema para o qual nós devemos acumular algum conhecimento e dar alguma atenção.

Então, eu pretendo aqui, do ponto de vista do Cade, mostrar como nós damos atenção a esse tema, como nós observamos a questão da reestruturação ou reorganização do setor aéreo do ponto de vista concorrencial, porque a competência nossa se refere à questão concorrencial. Nós não tratamos de outros assuntos. Esse é o escopo de atuação da nossa instituição, Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Por isso, vou fazer uma intervenção muito breve, que é explicitar a decisão do Cade no que se refere à aquisição de Webjet pela GOL. Como vimos o caso, quais foram os eventos, os motivos que nos levaram a aprovar a aquisição com restrições, com restrições, isso é importante ressaltar.

Próxima, por favor.

Vou fazer uma pequena apresentação aqui, muito breve, sobre o que ocorreu de um ano para cá, basicamente.

Primeiro, tivemos a aquisição de GOL/Webjet em agosto, julho do ano passado, com algumas adequações nos contratos, como precificação, que ocorreram durante o processo. Logo, em 26/10/2011, nós fizemos um acordo de preservação da reversibilidade da operação, que é basicamente, para usar um termo não técnico, congelar a operação – vamos esperar, vamos deixar como está a Webjet, para que possamos analisar e chegarmos a uma conclusão antes que o ativo se modifique. Então, fizemos um ato há um ano basicamente.

Esse ato congelou malha, frota, posições de mercado, não permitimos compartilhamento de milhagem, fizemos um *codeshare* muito restrito, porque isso permitia manter a Webjet operacional naquelas condições de mercado, nós fizemos também autorização para serviço de manutenção...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ela não tinha milhagem?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não tinha, mas o problema era fidelizar os clientes da Webjet com o programa de milhagem da GOL.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Era uma venda casada?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Exato. Tínhamos que parar um pouco essa fidelização porque, caso, fizéssemos alguma intervenção e o cliente já estivesse fidelizado pela GOL, como reverteríamos? Então resolvemos fazer esse tipo de congelamento também.

Nós colhemos informações na Anac, na SAC e na Infraero, com a requerente e com todas as concorrentes que nós imaginamos importantes ali naquele momento para analisar o caso.

Durante esse processo todo, esse um ano, nós não tivemos impugnantes ou terceiros interessados no processo. Então, o processo foi levado numa relação Cade, e aquelas instituições que nos passaram informações e as empresas concorrentes. Esse foi o conjunto da obra. No final, tivemos a aprovação com restrições, mais ou menos um ano depois da operação.

Próximo, por favor.

Essa aqui é basicamente a estrutura do voto. Não é um voto simples. Eu não vou discutir todos esses aspectos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E nem daria tempo. Nós queremos ir ao ponto.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não cabe. Então, vou muito rápido em alguns aspectos.

Próximo, por favor.

Análise da estrutura e mercados relevantes.

Primeiro ponto, ao analisar a evolução da indústria de 2002 para cá, notamos basicamente o seguinte: a oferta cresceu de 25 para 80 milhões de passageiros por quilômetro pago transportados, e os preços médios caíram 50%, um pouco mais do que isso, no mesmo período de acordo com a avaliação da Anac, ou seja, nós não estamos falando de uma indústria que não tem capacidade de oferta, de reação; a oferta se expande rapidamente desde que a demanda se ofereça. Então, nós temos uma relação ali, uma indústria relativamente virtuosa em crescimento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Neste caso, Dr. Ricardo, essa queda dos preços médios se deram, eu diria, por uma autofagia das empresas para poder assegurar o mercado?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O que aconteceu?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Mudanças na estrutura das empresas.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Elas conseguiram...

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Os aviões, novos aviões, aviões que consomem menos; a forma

de financiamento, abriram-se prazos e isso dilui os custos de se arrendar.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A própria emissão do bilhete por Internet.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Exato. Tudo isso concorre para um barateamento. Além, obviamente, de otimização no modo de como se administra a malha, aumentar o giro das naves.

Então, nós tivemos um conjunto...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Menos tempo em terra?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Menos tempo em terra e em algumas naves passaram se aumentou a carga, o que dilui os custos de operação.

Então, há um conjunto de fatores que permite essa redução. Não existe um fator somente.

Além, por exemplo, de algo que está em debate agora no setor – e talvez os participantes do setor consigam comentar melhor: o fato de o câmbio ter-se valorizado durante certo período e barateado os combustíveis. Então, há conjunto de fatores que influenciam isso.

Temos uma estrutura basicamente oligopolista no setor. Há duas empresas grandes, TAM e GOL, e três médias, e algumas empresas regionais.

Durante esse período saíram algumas e entraram outras. Saiu Varig, Pantanal, Vasp, Transbrasil, que saiu um pouco antes; entraram outras, como a Webjet e a Azul; e algumas outras cresceram, etc. Ou seja, é um setor que tem certo movimento interno, não obstante o fato de ele ser oligopolizado

Não encontramos, – na fusão das duas empresas, passando para o caso agora, na fusão das duas grandes empresas, dessa grande e da média empresa, a Gol e a Webjet –, por exemplo, concentrações significativas de transporte de cargas, que é um tema importante para o Cade, porque estabelece os fluxos de mercadorias internas e externas no Brasil e a circulação interna também. Mas não identificamos aqui um conjunto de rotas, no período de 2010/2011, que foram rotas sobrepostas. Houve 86 rotas, por exemplo, sendo 112 rotas no segundo semestre de 2010, e 80 rotas no primeiro semestre de 2011.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Onde há maior fluxo ou uso de passageiros?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Dessas rotas maiores pegamos esse conjunto de rotas, nesse semestre; selecionamos e vamos focar as mais problemáticas. O que são as mais problemáticas, do ponto de vista da análise concorrencial? Aquelas em que as duas empresas tinham maior participação de mercado.

Passamos para um segundo momento e identificamos um número muito modesto de rotas: basicamente

26 rotas, no primeiro semestre de 2010; 27 rotas, no segundo semestre de 2010; e 18 rotas, no primeiro semestre de 2011. Então, esse é o desenho da operação, do ponto de vista de uma análise concorrencial.

Próximo, por favor.

Aí, imaginamos o seguinte – e essa questão já foi pontuada pela Anac, na época; Danielle, até no momento de discussão, notei que isso era relevante: qual a possibilidade de entrada de um novo competidor? Quais são as estruturas de um novo competidor, ou seja, de uma nova empresa? Temos que separar isso de entrada em rota; são dois mundo muito distintos, muito distintos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Um poder maior.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – São estruturas muito caras. Por exemplo, em 2010 – não hoje; hoje, o valor é um pouco maior –, uma concorrente relevante, para fazer frente às duas líderes de mercado, precisava de um capital, para fazer frente a despesas operacionais de 700 milhões por ano. Segundo, teria que haver, basicamente, algo em torno de 29 ou 30 aviões – cada avião teria, aproximadamente, 100 lugares cada um, pouco menos do que isso.

Então, é uma frota cara, e seria preciso um capital muito grande para girar esse maquinário todo, esse equipamento todo, com equipe de solo e de apoio, de atendimento ao cliente. Então, esse daí seria o tamanho dessa empresa; cada avião desses teria que, mais ou menos, girar sete vezes por dia, teríamos que ter 210 voos por dia. A constituição dessa empresa levaria pelo menos 4 anos. A conclusão a que chegamos aqui é que não seria provável a entrada de outra empresa no setor.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não seria?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não seria. Por isso notamos o seguinte: se hoje, ao tirarmos a Webjet, é possível entrar outra, no lugar, outra empresa? Não, essa foi a conclusão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por quê?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Porque os custos de capital são elevados, o tamanho da frota é muito grande.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor está falando só em relação à limitação para a empresa nacional?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Empresa nacional sempre, sempre.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas aí... Bom....

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Partimos da lei, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É a lei, porque, aí, que está x da questão, não é, Sr. Ricardo? Acho que aí é que está, porque uma empresa internacional que poderia participar do mercado teria essas condições econômicas exigidas para essa finalidade.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – É provável, é provável, mas não é certo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas o senhor está falando, com base na lei brasileira, que restringe e limita o mercado para companhias brasileiras.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Chegamos, basicamente, a esse cenário de entrada de uma nova empresa.

Próximo, por favor.

Agora, temos uma segunda análise. Esta é importante, e a Anac nos apoiou nessa avaliação: qual a possibilidade de entrada na rota, naquelas rotas concentradas ou sobrepostas que detectamos lá? E chegamos à seguinte conclusão: não há possibilidade de entrada de uma nova empresa, mas avaliamos a possibilidade de entrada na rota, ou seja, um concorrente ativo instalado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o que explicou a Danielle aqui.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Exatamente, chegamos à conclusão... Foi considerado rápido e tempestivo, porque aquelas concorrentes, inicialmente, afirmaram que, em 120 dias, constroem uma nova rota. Não é ajuste da malha, que elas fazem para as férias, para o carnaval, para um feriado, uma festa local, etc. Esse tipo de administração de malha já fazem, recorrentemente, é do cotidiano da empresa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Já fazem, já estão acostumadas.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Sobre criar uma nova rota, falam assim: “Em 120 dias e temos uma opinião sobre essa nova rota e se ela é rentável para a empresa”. Então é um movimento muito rápido.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ou seja, ela só quer filé *mignon*; ela não quer operar naquilo que...

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Elas operam com lucro, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Só o filé *mignon*. Conhecemos bem um pouco do processo.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – E por que isso é importante? Porque, no momento em que retiramos a Webjet do mercado, porque GOL adquiriu a

Webjet, a GOL tem capacidade de aumentar preço e restringir oferta?

Nós entendemos que as outras têm capacidades... Se a GOL fizer isso, depois de retirar a Webjet do mercado, as outras empresas têm capacidade de, no máximo em 120 dias, ocupar esse espaço.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, ela correu e ocupou.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Sim. E aí os números recentes estão mostrando um pouco isso.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E os preços das passagens aéreas também estão mostrando isso, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Eu vou voltar a esse ponto. Vou voltar a tipo de coisa.

Em quase todas as rotas concentradas e sobrepostas, as outras quatro concorrentes estão no mercado de origem e destino. Ou seja, elas têm sensibilidade para o que está ocorrendo nesses mercados. Então, elas têm possibilidade de entrar rapidamente nesses mercados.

Como? Criando novas rotas. Deslocando aviões, deslocando equipe de atendimento, equipe de venda etc. Isso é muito rápido.

Do nosso ponto de vista, as quatro concorrentes, e não outras regionais, são capazes de entrar rapidamente nas rotas, caso GOL decida aumentar preço e reduzir oferta.

Essa foi basicamente a nossa conclusão aqui.

O próximo, por favor.

Infraestrutura. Obviamente, a entrada nessas rotas depende da existência de infraestrutura disponível.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E aí está o x da questão.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – E aí eu comecei a ficar muito preocupado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E o consumidor também.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não foi por outra razão que nós congelamos a operação lá atrás, há um ano.

Quando ocorreu a aquisição, nós imaginamos que, para este caso seria necessária uma análise mais detalhada. Então, nós congelamos a operação há um ano, exatamente porque existia essa polêmica sobre a disponibilidade de infraestrutura...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aeroportuária.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – ... para a empresa fazer aquele movimento de entrada em rotas, que eu coloquei anteriormente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Das novas rotas?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Novas rotas.

Bem, o que fizemos? Avaliamos os 20 aeroportos onde essas empresas tinham posição. Nós chegamos à conclusão de que em oito aeroportos, não seria possível a entrada de outra empresa dominante, uma empresa que tivesse 20% do número de *slots* por faixa de horário, a cada uma hora!

Então, nós pegamos cada aeroporto, picotamos o aeroporto em faixas de horário e observamos: uma empresa pode entrar com 20% dos *slots* aqui? O que é um *slot*? O horário de entrada e saída de uma nave de algum aeroporto.

Nós notamos que somente em oito isso não era possível, entretanto, ao olhar o porte da Webjet, dos vinte aeroportos analisados, em dezenove havia *slots* suficientes para as concorrentes ampliarem a oferta exatamente na proporção ou em proporção maior àquela...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...da presença que tinha a Webjet.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Sim, da presença que tinha a Webjet.

Agora, porque isso? Por que avaliamos 20 aeroportos e concluímos que em 19 deles era possível entrar com uma empresa do porte da Webjet? Porque a Webjet era uma empresa pequena no mercado; a faixa de operação dela estava entre 5% ou 6% do mercado.

Então, a nossa infraestrutura aeroportuária tem problema. Só que para uma empresa do porte da Webjet essas restrições ainda não se anunciam muito fortes. Entretanto, no caso de uma empresa que tenha 20%, ou seja quatro vezes uma Webjet, teríamos problemas gravíssimos. Para com uma empresa quatro vezes maior do que a Webjet, problemas seriam gravíssimos, porque provavelmente, naquelas cem rotas, não seria possível a entrada de novo concorrente. Digo isso, porque estamos à margem, está-se tencionando no limite a infraestrutura aeroportuária.

Por isso, quando a senhora colocou: “É possível entrar uma nova empresa internacional?” Tenho dúvidas em alguns locais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A sua dúvida está justificada. O senhor não está falando pelo usuário, mas pela impossibilidade de operar dada a carência da nossa infraestrutura.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Exato, porque uma empresa de porte internacional, que tivesse 20%, teria restrições em uma quantidade significativa de rotas, e provavelmente nas doze maiores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ela tem avião, piloto, tem tudo, mas não tem aeroporto.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não há infraestrutura. Então, nós temos que acertar a infraestrutura para que esta... Existe a possibilidade de novos competidores nacionais e estrangeiros entrarem? Não sei. E mais: para as empresas já existentes criarem novas rotas!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Também há problemas.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Então, nós estamos progredindo para que, mesmo que não haja nenhuma entrada, a possibilidade de criação de novas rotas se torne mais problemática.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bom, Dr. Ricardo, isso para quem vai fazer uma Copa do Mundo em 2014...

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Temos de dar muita atenção à infraestrutura. Muita atenção!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A situação é preocupante para dizer o mínimo! Então, o voto do Cade em relação a esse aspecto, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Depois de analisarmos toda essa estrutura, identificamos somente um aeroporto onde existia problemas de oferta, onde, por exemplo, não era possível nem mesmo a entrada de uma empresa do porte da Webjet. Nem mesmo!

O próximo, por favor.

Antes disso, só para fechar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Qual era a rota?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – O Aeroporto Santos Dumont era o problema principal. Aí, nós fizemos a seguinte análise: no Aeroporto Santos Dumont não é possível ampliar a oferta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nem em 6%?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Nem em 6%.

Qual é a capacidade de as empresas, mesmo tendo as rotas definidas, ofertar novos assentos caso os consumidores de GOL migrem para essas novas empresas? Nós observamos a ociosidade das empresas, ou seja, o número de assentos ociosos, as empresas já estão operando, mas há assentos ociosos. Ou seja, qual o percentual de assentos do avião está disponível? Nessa discussão que nós fizemos, nós entendemos que a ociosidade média das empresas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nessa rota para o Santos Dumont?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – No conjunto do Brasil e nas rotas para o Santos Dumont – fizemos as duas análises –, era de 25% a 30% de ociosidade. Em alguns casos nós encontramos 33%.

E 33%, em minha opinião, fazendo uma análise comparativa, 33% de ociosidade é um volume imenso. Eu encontrei números de empresas *low fare*, *low cost* mundo afora que trabalhavam com 17% de ociosidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ouvi falar em 15%!

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não, tem! Mas uma empresa que trabalha com 15%, trabalha com números muito enxutos, trabalha com a oferta bem restrita mesmo.

Então, não dá para zerar isso, porque operacionalmente é impossível zerar.

Mas nós encontramos uma ociosidade extremamente elevada em todas as empresas de transporte aéreo no Brasil...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Operando no Santos Dumont.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não. No Brasil inteiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em todas elas?

E o índice geral era esse de 25% a 30%?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – O índice geral era 27%, se não me falha a memória. O índice geral da indústria no Brasil, naquele período, era 27%.

E algumas empresas tinham mais e outras tinham menos. Os dados de algumas empresas maiores que estavam mais tempo no mercado indicavam ociosidade acima de 35%.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso é média?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – É média. Eu não posso dizer exatamente o valor de cada empresa, porque são dados sigilosos. Então, eu tenho que falar sempre em médias.

Mas existe uma oferta muito grande de assentos não ocupados em todos os aeroportos, inclusive no Santos Dumont.

Nós chegamos à conclusão que, não obstante isso, as concorrentes são capazes de absorver desvios de demanda decorrentes de possíveis reedições e/ou aumento de preços das empresas GOL e Webjet.

O consumidor terá oferta alternativa de concorrentes nos aeroportos, seja porque existe ociosidade, seja porque é possível a criação de novas rotas.

Essas duas informações são importantes. Ociosidades e possibilidade de criação de novas rotas me levaram a crer que existe a possibilidade de se contestar o poder de mercado das empresas GOL e Webjet.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – No primeiro caso da ociosidade tudo bem, a lógica funciona, mas nas novas rotas, se o senhor acaba de

falar sobre a deficiência da nossa infraestrutura, novas rotas obviamente significa...

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Para o porte da Webjet, somente para o porte da Webjet. Se nós ampliarmos a Webjet um pouco mais – como eu comentei anteriormente, por exemplo, se uma empresa que tivesse o dobro da Webjet ou o triplo da Webjet – nós aumentaríamos os problemas de uma forma exponencial. Mas o Webjet é uma empresa relativamente pequena no mercado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor falou em 6%.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – É 6%, na média também.

O próximo, por favor.

A avaliação geral da aquisição. A entrada de novo concorrente é improvável, a entrada na rota é provável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pelas companhias que já estão operando no mercado brasileiro.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Pelas quatro empresas que já atuam no mercado brasileiro, em particular pela outra líder concorrente, que é a TAM.

Nós temos uma infraestrutura aeroportuária....

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas isso quem vai decidir é Anac? Não tem nada haver com o Cade?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não. Essas informações são repassadas pela Anac.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não, eu sei, mas como eu estou lhe dizendo, como é uma liberalidade da desregulamentação do sistema, é a Anac que vai autorizar a entrada.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Essa entrada na rota é provável, porque a Anac nos informou que ela opera dessa maneira, autorizando uma nova rota muito rápido mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Certo como explicou a Drª. Danielle aqui.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Exatamente.

A infraestrutura portuária ainda permite a entrada de uma empresa do porte da Webjet, ainda permite, com exceção de Santos Dumont.

As concorrentes têm elevada capacidade de ociosidade, entretanto as eficiências alegadas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas Santos Dumont não aceita nem com 2%?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não, não dá. Santos Dumont está operando com 95% ou 97% da capacidade. Não há como, é impossível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está o.k.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Entretanto as eficiências apresentadas pela GOL não mitigaram os problemas concorrenciais identificados. O que nós fizemos, então?

Como era um problema pontual, só no Santos Dumont, nós fizemos uma restrição pontual.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para o Santos Dumont.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Para o Santos Dumont. Exatamente.

O próximo, por favor.

Estas que são as medidas mitigadoras dos problemas concorrenciais identificados em Santos Dumont.

Primeiro, nós exigimos, em termos de compromisso de desempenho, que exigiu da GOL o uso eficiente da infraestrutura de Santos Dumont. Ou seja, em cada horário de aterrissagem ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ela tem que ter 85%.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Ela tem que ter 85% de uso. É como citei anteriormente, as *low fare*, *low cost* trabalham com nível de eficiência. Nós exigimos o mesmo nível de eficiência da GOL, 85%.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E se ela não atingir?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Se ela não atingir, ela retornará esses horários, esses *slots*, para a Anac, e a Anac redistribuirá para outras empresas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para outras companhias.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Para que elas usem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Certo.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – É por isso que eu afirmo que, nessa situação em que nós impusimos à GOL a utilização da oferta, das possibilidades de oferta – é necessário ofertar. Se ela não ofertar, ela devolve, eu afirmo que não haverá, por parte da GOL, em um único local onde nós identificamos problemas concorrenciais sérios, restrição de oferta. Será mantida a oferta da GOL num único ponto onde há problemas concorrenciais: o Aeroporto de Santos Dumont.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Às outras empresas é exigido o mesmo percentual de uso de cada *slot* na avaliação?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não. A Anac pode fazer comentários sobre como são administrados esses *slots*.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso é importante, porque se se vai exigir de uma companhia...

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Aqui nós exigimos de uma companhia, exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É, mas há que haver um tratamento de igualdade, não é? Com todas, também.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Foi uma exigência. Por quê? Qual foi o raciocínio do Cade? Nós precisamos de eficiência na utilização dos recursos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Claro.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Utilizem 85% dos *slots* do Santos Dumont. Então, ela tem que colocar um avião aterrissando ou decolando daquele lugar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Cade só tratou desse porque o Cade estava julgando esse processo de concorrência.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não estava julgando o sistema, porque é com a Anac, que depois eu vou questionar sobre a questão...

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – É a agência reguladora que faz isso, exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...da eficiência da aviação.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – O Cade tem uma capacidade de intervenção definida. Nós tratamos somente de aquisições, fusões, alguns contratos etc. Nós não fazemos regulação do setor aéreo. Nós fazemos o julgamento de aquisições, fusões e transferência de ativos e outros contratos e relações entre empresas, mas a regulação setorial cabe às agências, não só à Anac, mas à Anatel, à ANTT, à Antaq, etc. Todas essas agências regulam o setor; nós não realizamos esses movimentos concorrenciais.

Por isso, fechando aqui a minha apresentação, esse foi, basicamente, o processo de análise que nos levou a essa conclusão, a essa restrição e à aprovação do ato de concentração com restrições. A restrição é operar com 85% de eficiência em Santos Dumont. Essa foi a análise do Cade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ótimo.

Dr. Ricardo, foi esclarecedor, foi muito importante, mas teremos mais questões.

Agradeço também o Senador Cyro Miranda, do PSDB do Estado de Goiás, que colabora, com muita competência, aqui nesta audiência.

Passo, agora, a palavra à Drª. Graziella Baggio, Secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas, o SNA, que representa aqui o Gelson Dagmar Fochesato, Presidente do Sindicato.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Bom dia, Senadora, e aos Senadores aqui presentes e a todo o público.

Quero agradecer, mais uma vez, o convite ao Sindicato Nacional dos Aeronautas, para estar presente nesta rica discussão, que estamos fazendo hoje. De certa forma, eu gostaria que ela tivesse acontecido, talvez, um ano atrás, Conselheiro, porque ainda ficaram muitas dúvidas na sua apresentação.

Eu fiz algumas anotações, Senadora, porque acho que o assunto é tão – ainda mais falando depois do Secretário –, é bastante pesado. Vou tomar a liberdade de ler e, em seguida, vou fazer alguns comentários, porque é o que afirmei há pouco: talvez essa discussão nós devêssemos ter feito em outubro do ano passado, quando a GOL sinalizou que queria comprar a empresa. Agora está justificado o que foi feito, mas não volta nada atrás, e nós temos consequências.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nós estamos chorando sobre o leite derramado, é mais ou menos isso.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Exatamente, exatamente, é.

Então, eu iniciaria dizendo que o mercado aéreo brasileiro é absolutamente sensível aos humores do mercado, graças à existência de poucas companhias aéreas, o que determina um poderio econômico muito grande nas mãos das grandes empresas do mercado. A isso nós assistimos há pouco, tanto na falação da Anac, como na do Conselheiro. As duas maiores empresas estão com 74%. Agora, com a fusão Trip e Azul, essas três empresas terão 95% do mercado e farão o que quiserem. Essa é que é a verdade, não é?

Percebe-se que atualmente o Brasil possui duas empresas, TAM e GOL, e, em seguida, teremos uma terceira grande empresa, que seria a Trip fusionada com a Azul.

Os primeiros motivos de ausência de outras empresas são as barreiras regulatórias e as barreiras econômicas – o que já foi citado aqui pelos meus antecessores. Além dos elevados valores para a implementação de uma empresa aérea, há ainda dificuldades em se conseguir horários de pouso e decolagem, os *slots*, nos principais aeroportos brasileiros, onde há efetiva demanda – que foi o que nós vimos na questão dos Santos Dumont.

Eu tenho aqui um dado do Decea, que até numa audiência anterior a GOL disponibilizou. Eu acredito que o Comandante Fajerman vai dá-lo aos participantes da Mesa. Há aeroportos atualmente, por exemplo Manaus, que tem 79% de *slot* disponível; Guarulhos tem 21.8%, ou seja, há bastante *slot* disponível na maioria dos aeroportos, com exceção de Congonhas e Santos Dumont, efetivamente.

Somadas a essas barreiras, o Brasil é um país de dimensões continentais, que, sem dúvida alguma,

necessita da aviação para um desenvolvimento mais rápido. Assim, podemos afirmar que a aviação é o setor estratégico do Governo ou, pelo menos, deveria ser o setor estratégico. E não esqueçamos que desenvolvimento é a palavra-chave do Governo Dilma.

Esses dados deveriam deixar o Governo em alerta na fiscalização e na aprovação de fusões entre as poucas empresas aéreas existentes no mercado brasileiro. As regulamentações deveriam exigir que a fusão ou a aquisição de duas empresas seguissem uma ideia de aumento de produção, uma expansão de suas atividades e não a diminuição de voos e diminuição de empregos.

Não é somente a proteção do consumidor que deve ser observada nas fusões. A ideia de proteção econômica deve abranger não só o poder econômico da nova fusão, mas os reflexos para o consumidor e para os empregados envolvidos.

O que está acontecendo atualmente, com a última aquisição de companhia aérea aprovada, é um escândalo na visão do SNA e de qualquer consumidor.

Eis o quadro: uma grande companhia adquiriu uma companhia de médio porte, com 6% do mercado, sob o pretexto de expansão. Essa palavra “expansão” não é uma conclusão do Sindicato Nacional dos Aeronautas, mas retirada da leitura do processo de aquisição da Webjet pela GOL, na petição ao Cade. A GOL, em inúmeras oportunidades, argumenta sobre sua expansão. O Cade analisa uma série de detalhes sobre o viés econômico e conclui pela possibilidade do negócio, com restrições – que foi exatamente o que nós vimos, que foi o Santos Dumont, que são limitadas aos *slots*. Imediatamente, para surpresa de todos, a GOL, ao invés de expandir, suspendeu as operações da Webjet, ou seja, não houve expansão. O que de fato aconteceu foi a eliminação da única concorrente de mercado aéreo que praticava preços mais baixos.

Quais foram as consequências?

Primeiro, o aumento das passagens, em maio, de 200%, no mesmo dia do encerramento das operações da Webjet. Segundo, o aumento das passagens é consequência lógica da diminuição de voos. A simples lei do mercado assim determina: quanto maior a oferta, menor é o preço; quanto maior a procura, mais alto é o preço. Terceiro, a demissão de 850 funcionários do dia para a noite; inclusive uma tripulação foi demitida em pleno voo.

A ausência de restrições pelo Cade sobre a manutenção dos empregos gerou uma autorização legal do Governo para demitir todos os funcionários e fechar a única empresa que praticava a venda de passagens a preços mais acessíveis. A livre concorrência foi dire-

tamente afetada pelo encerramento de uma empresa sem qualquer justa causa.

É de grande impacto, nesse contexto de demissões por autorização do Governo, a insegurança gerada aos trabalhadores do setor aéreo. Hoje, nesse contexto, em que é possível haver demissão em massa, pilotos não sabem se, quando aterrissarem, ainda terão os seus empregos garantidos.

Imaginem o que passa pelas cabeças dos pilotos ou tripulações de uma companhia que está em processo de fusão ou aquisição, após esse episódio da Webjet e Gol... As tripulações e os pilotos devem estar absolutamente íntegros para exercer sua profissão, que é considerada de alto risco. A insegurança da tripulação pode gerar consequências gravíssimas. O SNA está aqui para alertar o Governo de que a atuação do Poder Executivo no processo Gol/Webjet foi catastrófica e que a insegurança está no ar. De nada adiantará lamentar após um acidente.

O SNA não estaria aqui se a GOL realmente tivesse cumprido com o que foi escrito no seu pedido de aquisição da Webjet perante o Cade, pois a Gol teria expandido suas atividades e não, eliminado uma concorrente direta de mercado. Não se chama o SNA para discutir as demissões, que foram agora objeto de decisão judicial, por intermédio da Justiça Trabalhista no Rio de Janeiro. Foi tudo do dia para a noite, inclusive o aumento de preços, uma verdadeira violência com os trabalhadores e com a população brasileira, que perdeu a única companhia que fazia preços acessíveis e os assentos que oferecia, o que levou os valores das passagens decolarem do dia para outro.

Já estou encerrando, Sr^a Presidente.

Buscamos cópia do processo administrativo no Cadê, porém nos foram alcançados apenas os autos públicos. Nesses autos, parte de extrema importância está coberta pelo sigilo, o que nos impede de tecer maiores considerações. Porém ainda não se sabe qual foi o real motivo de a GOL ter encerrado as atividades da Webjet.

Seguramente, a GOL, quando resolveu adquirir a Webjet, analisou a viabilidade da operação, contabilizando as dívidas, cursos operacionais, entre outras despesas, tendo em vista indicar a viabilidade da negociação, senão não teria havido a negociação. Após concluir pela viabilidade da operação, pediu autorização ao Cade para a compra, visando à expansão da GOL. Isso foi em 2011 e, em momento algum, falava-se em compra para encerramento das atividades. Após autorização da compra, então a Webjet foi fechada.

Pois bem, qual foi o motivo para fechar a Webjet? Se possuía dívidas, por que se adquiriu a empresa? Se não era viável, por que comprou a empresa ou exata-

mente se comprou para fechar a concorrente?! Essas são as perguntas que nós deixamos para discussão.

A autorização do negócio pelo Cade, com uma única restrição em relação aos *slots*, foi um cheque em branco que o Governo, por intermédio de seu órgão regulador, concedeu a um grupo econômico para eliminar uma concorrente, demitir todos os seus funcionários, aumentar o valor de suas passagens e, assim, rasgar a Constituição brasileira, prejudicando todos os passageiros.

Os únicos beneficiados dessa tenebrosa transação foram as companhias aéreas, que se aproveitaram do encerramento das atividades da Webjet para alavancar seus preços. De resto, todos os brasileiros perderam, alguns menos e outros muito mais, como, por exemplo, os 850 funcionários demitidos.

Senadora, essa é uma pequena contribuição do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Nós temos ainda muitas dúvidas sobre todo esse episódio. Eu penso que o momento é bastante oportuno e queria registrar, Senadora, que nós já temos no setor 6 mil demissões de aeronautas, de acordo, inclusive, com a última declaração tanto do Presidente da TAM – que declara que vai reduzir sua oferta e sua malha, com certeza, em torno de 7% a 8%, no início de 2013 – quanto do próprio atual Presidente da GOL – que, numa longa entrevista concedida ao jornal de domingo do *Correio Braziliense*, disse que, em janeiro, reduzirá mais 7% de sua malha.

Nós já alcançamos, no ano de 2012, em torno de 6 mil demissões de trabalhadores no setor. É inaceitável não só esse número de demissões, mas também como essas demissões estão ocorrendo, haja vista a situação da Webjet, que demitiu por *e-mail*, na véspera de Natal e sem justificativa nenhuma.

Eu só queria responder ao Dr. Ruiz que o Sindicato não entrou como terceiro interessado entre o pedido, o Apro e a decisão porque em todas as manifestações da empresa, seja pessoalmente, seja através da imprensa, ela nunca sinalizou com a possibilidade de fechar a Webjet. Nunca, muito pelo contrário! Tudo o que ela dizia era ampliar, expandir e renovar a frota, para efeito de economia de combustível e homogeneização da frota. Portanto, trabalhávamos com a seriedade que foi imposta na petição inicial, que, lamentavelmente, acho que não foi a origem do processo.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço, Graziella, a exposição. Algumas palavras se sobressaem, não como retórica, mas retratam exatamente a situação: uma tenebrosa operação e risco. E o risco não é só para os trabalhadores que estão no serviço com a insegurança provocada pela incerteza

do amanhã, mas, sobretudo, dos passageiros em relação à situação psicológica de quem está pilotando uma aeronave. Então, não só o comandante, o piloto, e o copiloto, mas toda a tripulação.

Vamos permitir, logo depois da exposição, sobre o que agora fico sabendo, do Comandante Fajerman um debate entre os participantes e os Senadores aqui presentes.

Então, passo a palavra, para encerrar esta parte das exposições, ao Assessor da Presidência da GOL Linhas Aéreas Inteligentes, Alberto Fajerman. Eu até ia fazer uma brincadeira com a última palavra, mas não vou fazê-la, porque não é para brincar.

Comandante, por favor. É só para dar uma aliada no clima aqui.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Bom dia, Senadora Ana Amélia, e, em seu nome, cumprimento todos os Parlamentares, meus colegas aqui de mesa, senhoras e senhores, vou fazer uma apresentação do mercado da aviação brasileira, evidentemente que tem um pouco da visão da Gol, ou bastante da visão da Gol, mas tem também uma visão genérica do que acontece com o mercado de aviação brasileira.

O que dizemos é que estamos vivendo um inferno astral. Vamos ver daqui para frente. O transporte aéreo depende muito de câmbio, depende muito do valor do combustível e depende muito de algumas taxas que a gente não consegue controlar. Durante um tempo, uma subia, outra caía, outra se mantinha, não vou entrar o mérito macroeconômico do por que isso está acontecendo, mas, agora, vamos ver durante a apresentação, o câmbio que subiu, as tarifas que subiram e o querosene nunca esteve com o preço que está hoje.

Então, colocamos que, hoje, o transporte aéreo, a aviação nacional transporta mais do que o ônibus em trajetos de mais de 75 km; vamos ver que o combustível subiu 60% de 2009 a 2012; vamos ver o que aconteceu com nossos balanços; as tarifas aeroportuárias subiram 60% em três anos. E ainda conseguimos, na Gol, tirando o valor do combustível, sobre o que não temos nenhuma ação, ser uma empresa, vamos ver mais adiante, bastante eficiente.

A Danielle Crema não trouxe esse gráfico, mas ela sabe que em toda apresentação eu trago. Então, depois se você quiser, pode.

O crescimento da indústria aérea nacional nos últimos anos, de 2003 até 2012 – no caso, os nove primeiros meses; somos uma empresa de capital aberta e acabamos de publicar o resultado trimestral: as passagens caíram 60%, e o crescimento médio foi de 15% ao ano. Qual é a relevância do crescimento de 15% ao ano? Todo mundo que estuda um pouco o transporte aéreo sabe que existe um número mágico

que a gente diz que o aumento da demanda é o dobro do crescimento do PIB, e vimos que, aqui, foi quatro vezes o crescimento do PIB. Qual é esse fenômeno?

Esse fenômeno se deve a duas coisas: uma, que nós vamos mostrar mais adiante, é a liberdade tarifária, o que faz com que possam existir tarifas mais baratas; e a outra, a inclusão do que a gente a nova classe média. Os dois fenômenos a gente até gosta de dizer que foi um pouco efeito GOL, porque a GOL foi fundada em 2001 e foi a que começou com essas tarifas menores.

Isso é para esse crescimento que aconteceu de 2002 em diante, o efeito Gol. Eu coloquei um pouco de propaganda, mas, evidentemente, isso também tem haver com a liberdade tarifária e a inclusão da nova classe média. Vocês podem ver que nos 10 anos anteriores o crescimento era de 10% ao ano.

Isso eu vou passar rapidamente, mas nós podemos nesse artigo do jornal *Valor Econômico* que mostra que dois terços dos passageiros pagaram menos R\$300,00.

Isso aqui é muito interessante, pelo menos nós achamos que são muito interessantes. Por causa dessa diminuição de tarifa, hoje já há mais brasileiros andando de avião do que de ônibus em viagens de longa distância, acima de 75 km. Esse dado é da própria Agência Nacional de Transporte Terrestre.

Aqui começa o nosso calvário. O propósito desta lamina é mostrar a dependência que nós temos do câmbio. Se a gente dividisse os custos de uma hipotética despesa ou de uma hipotética tarifa de R\$100,00, nós estamos vendo que R\$60,00 do custo de R\$ 100,00, quer dizer, mais que 55% seriam em dólares. O combustível totalmente ligado ao dólar, o arrendamento da aeronave e a manutenção de aeronave no que concerne ao material. A força de trabalho, evidentemente, é em reais.

O preço de combustível. Nós conseguimos ver aqui que, em 2009, era R\$1,40; em 2012, no final de novembro, ele varia de aeroporto para aeroporto, entre R\$2,40 e R\$2,50. Quer dizer, o aumento do preço do combustível de 2009 para 2012 foi de 58%.

Aqui também, é um artigo de jornal – não vamos perder tempo – que mostra que o querosene no Brasil custa 55% mais do que custa nos Estados Unidos, por exemplo.

Aqui então nós temos – são dados facilmente comprováveis – o quanto que nós pagamos de combustível ou PMPF, o preço médio do combustível, nos diversos aeroportos. Em média, a gente paga R\$2,5976. E o QAV, como a gente chama o combustível de aviação, nos Estados Unidos, mesmo com imposto custa o equivalente a R\$1,90. É interessante notar que grande

parte desse custo deve-se ao ICMS. O ICMS varia de Estado para Estado; em média, na GOL – eu acredito que é um pouco igual em toda a indústria –, 20% do que nós pagamos do combustível é o ICMS.

As tarifas aeroportuárias, que é o segundo efeito, também, a cor vermelha ou laranja é a navegação, o que você paga para te controlarem quando você está voando; a cinza é o que você por pouso. Então, nós vemos que uma subiu 60% em 3 anos, e a outra subiu 35% no mesmo período. É evidente que, durante muito tempo, essas tarifas ficaram congeladas. Nós não estamos nem argumentando em quanto deveria ou não ser recomposto o valor da tarifa, mas você produz um produto com certo valor e, evidentemente, se um dia para outro ele tem um crescimento deste, é difícil você poder acompanhar.

Realmente, nós tivemos uma boa surpresa dentro do plano de desoneração Brasil Maior. Houve uma desoneração da folha que começará dia 1º de janeiro, que foi muito importante para nós, mas quero mostrar que ela rapidamente se apaga. Esses reajustes das tarifas aeroportuárias para nós dão R\$110 milhões a mais, e uma tarifa de conexão recentemente criada, no caso da GOL, dá R\$40 milhões a mais no seu orçamento. Mesmo computada a desoneração da folha, em 2013 nós vamos ter R\$50 milhões a mais, mantidas as mesmas condições.

O câmbio, que é o terceiro elemento de que a gente vem falando, foi de R\$1,99 em 2009, para R\$2,05, agora em 2012, sendo que no último ano ele subiu 15%.

Isso aqui também, rapidamente. Tirando o combustível, nós tentamos ser o mais eficiente possível, e termos o menor custo por assento, excluindo-se o combustível, mas isso não é suficiente para ver o nosso resultado.

Isso aqui também é uma demonstração muito rápida que a gente faz de que o que a gente gasta com pessoal, tarifa aeroportuária e combustível dá quase 70% dos nossos custos, só com esses três insumos.

Com isso, nós tínhamos uma empresa rentável. Colocamos 9 meses porque, como eu expliquei, nós somos uma empresa de capital aberto e nós publicamos um balanço do terceiro trimestre deste ano, e eu queria comparar laranja com laranja. Nós tínhamos um resultado positivo em 2009, ainda tivemos um pequeno resultado positivo em 2010 e, de 2011 em diante, o resultado está aí.

Vamos falar um pouco então da Webjet. Como se mostrou aqui, a intenção de compra, ou a compra da Webjet, foi, no primeiro semestre, ao virar o semestre de 2011, com as condições que a gente mostrou. A Webjet era uma empresa de 6% do mercado e, à época, nós tínhamos 40% do mercado. A Webjet

operava, à época, com 20 aeronaves 737-300, que têm esta característica operacional: ela consome um pouco mais que o 800, leva 40 passageiros a menos que o 800, o que faz que o consumo por assento/hora seja 23% maior. O consumo do assento/hora do 800, que é o avião que a GOL usa, é 23% menor do que o 737-300, e o custo por assento, consequentemente, é 23% menor.

Há de se notar também que, hoje em dia, todas as empresas *low cost* tentam ter a frota com a menor idade média possível. Qual é o racional de ter uma empresa com a menor idade média possível? O Conselheiro Ruiz falou na sua apresentação que uma das maneiras de você baratear o custo é usar o seu equipamento o maior número de horas possível. Com um avião com alguns anos de uso – nós não estamos falando de segurança; o 737-300 é absolutamente seguro, igual a qualquer outro avião, só que ele não consegue produzir o mesmo trabalho que um 737-800 – o custo da manutenção é muito maior. Isso a gente pode comparar até com automóvel; a gente sabe que a gente gasta muito mais mantendo um automóvel antigo do que um automóvel novo.

Nos últimos tempos, então, a receita líquida... Desculpem-me, o resultado da Webjet é o que está aí no quadro.

No segundo trimestre de 2012 e no terceiro trimestre de 2012, enquanto ainda trabalhava sozinha, por todos esses fatores – o combustível subindo, e o 737-300 consome muito combustível; o dólar subindo; o 737-300 tem muita peça que a gente tem que trazer – nós tivemos um resultado negativo, operando-a separadamente, aquilo que está aí no quadro.

Muito também tem se falado da concorrência, do duopólio. Isso é interessante, porque a concentração que houve durante um tempo – hoje nós estamos vendo que ela está caindo – muito se deveu ao desaparecimento de outras empresas. Eu, particularmente, trabalhei muitos anos na Varig. A Varig fechou, a Transbrasil fechou, a Vasp fechou. Quer dizer, foi uma consequência do fechamento das outras, não foi nada planejado.

Mas a concorrência entre as empresas – quando a gente mostrou lá no primeiro gráfico e vou falar um pouco disso agora – não é necessariamente com as outras empresas. A maneira de você crescer e o modelo que a GOL começou – e hoje todo mundo está fazendo coisa parecida – é colocar gente que nunca andou de avião dentro do avião. E nós temos números que já foram avalizados por consultoras contratadas pelo BNDES que demonstram que, a cada variação de 1% na tarifa, para cima ou para baixo, há uma retração ou um aumento de tráfego de 1,4%. Então, você

não consegue aumentar a tarifa sem que isso afete a sua demanda.

E com a tua oferta instalada se você compra um avião – entre você comprar um avião, receber e devolver, passam-se 11, 12 anos – não se pode aumentar e diminuir a oferta. Pode-se aumentar e diminuir a oferta alterando a quantidade de horas que você usa o avião, mas alterar a quantidade de horas que você usa o avião é caro, porque, quanto mais voa, mais barato ele fica. Portanto, a queda da tarifa não necessariamente é pelo número de competidores e, sim, pela pressão do mercado. O mercado faz. Por isso é que tem gente que passa a andar de avião. Então, esse é um caso da GOL.

Hoje em dia, a Anac controla todas as tarifas, todos os pares de pontos. Tirando alguns acordos específicos comerciais, nós temos 330 dias, e as pessoas pensam: “Mas existe gente que compra 330 dias antes?”. Existe gente que compra 330 dias antes – não são muitas, mas existem.

Então, a gente pode ver, se fizer a conta, até 7 dias antes do voo, a média, que são 63% do que a gente vende na GOL, é de R\$339,00. Quando chega perto da decolagem, ela fica mais cara. De certa maneira, a gente chama isso aqui um pouco de uma tarifa Robin Hood. Só podem existir a tarifa de R\$99,00 e a de R\$149,00 porque existe também a de R\$799,00. É claro que, se eu...

Passa o próximo, por favor.

Essas são todas as tarifas vendidas na GOL no período de 10 meses. Então, podemos ver que 50% das passagens nós vendemos por menos de R\$199,00 e só 1% das passagens foram vendidas por R\$1.500,00. Mas é evidente que, a cada passagem de R\$1.500,00 que eu tiro, eu vou tirar dez ou doze passagens de R\$199,00. O interessante... O interessante, não; não é interessante! Quem paga R\$1.500,00 ou mais de R\$1.500,00 é evidente que vai pagar menos, só que esse pagar menos vai tirar algumas tarifas de valor menor. Com essa tarifa de valor menor desaparecendo, quem pagava aquele valor menor não necessariamente vai pagar o valor maior. E aí nós vamos entrar num círculo vicioso muito ruim para o transporte aéreo, qual seja: vamos ter sobras de lugares, vamos ter resultados piores e todo o sistema de transporte aéreo será prejudicado.

Muito se falou, quando se interromperam os voos de 737-300, que a tarifa da GOL era duas, três vezes maior que a tarifa que estava sendo cobrada. Era uma metodologia diferente de se precificar.

A Webjet tinha uma tarifa pequena, mas constante ao longo do tempo. Ela não tinha uma precificação que chamamos dinâmica. Portanto, quando se fechou,

eram menos de 28 dias o tempo que uma pessoa que iria comprar uma passagem para viajar – é evidente que vemos de 28 dias para frente, mas quem comprou com menos de 28 dias para aquele trecho pagou um pouco mais do que ele teria pagado se a Webjet tivesse feito o voo. Em compensação, houve uma série de passageiros que compraram com 30 dias ou menos que pagaram menos do que pagariam à época em um voo da Webjet.

Isso aqui é o que a gente mostrar. Foi amplamente noticiado. Acho que todos nós – Agência reguladora, Sindicato, Congresso, todo mundo – juntos temos de ver como podemos fazer para que a aviação volte a crescer. Se o câmbio alto é bom para o Brasil, ninguém vai querer que o câmbio seja baixo.

Mas temos outras coisas. Eu tenho outros gráficos – se quiserem posso apresentar – que mostram por que nosso combustível aqui é 55% mais caro do que nos Estados Unidos, sendo que 75% do combustível é produzido no Brasil. Todos nós queremos crescer, e a única maneira de se conseguir emprego e conectividade é crescendo.

Nós estamos mostrando que, em 2012 – na cor marrom, e o verde era o que a gente ofertava –, somando, até meses atrás, a oferta pela GOL e a oferta feita pelos aviões da Webjet, a gente pode ver que é mais ou menos – a Webjet tinha 6% do mercado, e nós tínhamos 40% – oito vezes a mais. A malha que estamos propondo para 2013 tem a mesma oferta que tinha antes.

Nós noticiamos bastante – e a Graziella mencionou aqui – a diminuição de oferta. Isso aqui está com a oferta que a gente pretende fazer em 2013, já é nosso pedido. E se pode manter, aumentar ou diminuir a oferta não somente aumentando ou diminuindo o número de vôos; pode-se diminuir aviões menores por aviões maiores, que são muito mais econômicos.

Infelizmente, do ponto de vista do emprego, se havia dez aviões de 144 assentos e vai-se colocar um avião com mais 40 lugares, pode-se substituir esses aviões por sete aviões de 184 assentos, que leva o mesmo número de tripulantes, de técnicos. Então a demanda de 2012 e a demanda projetada para 2013 – estamos calculando que teremos 6% de aumento de demanda – mostra o que o que o Conselheiro Ruiz falou, que, se hoje temos de 25% a 27% de ociosidade, com a nova malha, ainda assim, juntando as duas, vamos ter 26% de ociosidade. Quer dizer, estamos atendendo tudo que nós temos hoje com aviões maiores, mais baratos. Fomos obrigados a fazer isso, dadas as condições econômicas.

É uma coisa interessante. Há um movimento de aumento dos preços, mas a única maneira de uma em-

presa sobreviver é não perder dinheiro o tempo todo. Não há como perder dinheiro o tempo todo.

Antigamente, há um ano, tínhamos um voo que a gente chamava de ponta de linha. Com um avião que estivesse em Rio Branco, para ir até Cruzeiro do Sul, o que eu iria gastar? Iria gastar combustível, taxa de pouso em Cruzeiro do Sul, a taxa de pouso em Rio Branco, quando ele viesse, e o auxílio-navegação. Nós acabamos de ver o que a gente chamava de custo marginal, mas podemos ver que, hoje, esses custos não são mais marginais; são custos importantes na estrutura da empresa. O cruel disso é que tiramos voos que eram voos que tinham uma precificação menor.

Como considerações finais, achamos que tivemos um papel relevante na popularização do setor aéreo – a GOL é uma empresa 100% nacional.

Existe um estudo feito pela Oxford Economics, que eu já distribuí em diversos órgãos – a nossa associação, também. Esse é um estudo que foi pedido pela lata e feito pela Oxford Economics, segundo o qual o transporte aéreo e seus periféricos empregam quase 700 mil pessoas no Brasil. Nós contribuímos com R\$32 bilhões por ano, equivalentes a 1,4% do PIB.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Comandante Fajerman.

Tenho uma curiosidade. Se se sabe que carro velho e avião velho consomem mais, quando se compra uma companhia também se olha esse lado. Se ela consome mais e pode representar até risco, por que a empresa compra uma companhia com aviões velhos?

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Posso responder agora ou quando a senhora quiser?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, pode responder.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – É uma pergunta boa.

Na decisão, quando foi decidida a compra da Webjet, como foi falado antigamente, a gente tem que ver que o tráfego estava crescendo dois dígitos. Crescia 25% ao ano, 12% ao ano.

O fato de criarmos uma malha conjunta de vôos da GOL e da Webjet é porque, na época, pensava-se que se precisaria de um número de aviões que seria mais ou menos a soma das duas empresas. As condições mudaram. Nós, do transporte aéreo – foram todas as empresas. Há outras empresas. Não quero ser antiético e citar o nome – de certa maneira, estamos diminuindo a oferta, porque há uma diminuição de demanda ou porque os vôos são tão caros que não vale a pena fazer.

Então havia uma previsão de se substituírem esses aviões por aviões mais novos que se tornariam

a operação econômica. O problema é que agora não há necessidade desses aviões. Então, quando você para um determinado equipamento – infelizmente é doloroso para todo mundo. Eu acho que não existe um empresário normal que goste de ver o seu quadro se reduzir – as pessoas que trabalhavam nesse avião especificamente tiveram que ser colocadas à disposição, o que não significa – e isso também faz parte das convenções coletivas – que se voltarmos a crescer essas pessoas não retornem. Então a discussão tem que ser o que fazemos para a aviação voltar a crescer como antes. Isso vai deixar todos nós felizes.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Comandante...

Pois não, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Depois eu queria a sua permissão para fazer um aparte dentro dessa questão...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que ele está respondendo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ...antes de formular as minhas perguntas.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não. Então, para pontuar, tem a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só queria fazer uma pergunta.

O senhor colocou em um *chart* que 18% são vendidos a R\$99,00 ou a R\$100,00. Eu pergunto: se todos resolvessem comprar com 30 dias, o senhor colocaria disponíveis todos os assentos daquele voo a R\$100,00?

O SR. ALBERTO FAJERMAN – É uma pergunta inteligente.

Não, não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então o senhor faz um chamariz. O senhor põe cinco, seis ou dez assentos, certo? E depois então... Porque a gente entra um dia, meia hora depois o preço já está mudando.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – É verdade.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então não é verdade que esses preços... Eles servem apenas como chamariz para aquele voo e para oportunizar um pequeno grupo, não é isso?

O SR. ALBERTO FAJERMAN – É uma maneira de ver, Senador.

A gente colocou lá que é uma precificação dinâmica.

Evidentemente, eu preciso ter, dependendo da origem e do destino, porque o combustível, como eu mostrei no começo, varia de lugar para lugar; existem

custos variáveis, então eu sei quanto me custa fazer um voo de A para B. Então eu tenho que ter x de dinheiro dentro do avião. Evidentemente isso é feito pelos analistas de *revenue management*, quando se começa a vender rapidamente. Todos os assentos estão abertos num determinado momento. Quando rapidamente esses assentos são vendidos, evidentemente é colocado um freio para se vender a esse valor, na presunção de que, se parar, você vai vender outros valores e chegar àquele número de que acha que precisa para...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então, quando a companhia faz uma promoção, ela não deveria ser obrigada a informar: “Estamos disponibilizando...” Porque tem aquilo que vocês jogam na Internet: “Válido até tal hora de tal dia”, e fica todo mundo desesperado tentando durante a noite. Então seria lógico que vocês disponibilizassem: “Estamos colocando nesse voo a x reais tantos assentos”, e não dar a impressão de que os senhores estão bonzinhos com a humanidade toda com aquele voo, o que não é verdade. Eu sei que eu sou um contumaz usuário pela Internet e me vejo diversas vezes nessa situação. Então, eu acho que a gente tinha que ter uma transparência.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Realmente, isso é uma discussão mundial, sobre controle de *revenue*. Quando se deixa de vender por um determinado valor, deixa-se de vender na presunção de que você vai vender pelo valor maior, uma presunção. Vamos supor que tenha sido interrompida a venda dos R\$199,00.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A famosa pegadinha.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Eu acho que o sujeito que não conseguiu R\$199,00 vai pagar R\$290,00. Eu acho, mas pode não ser. Então, o analista, isso é *software*, é feito automaticamente, mas tem lá o analista dizendo: paro ou não paro? Por isso que a gente não sabe exatamente em que número parar. Mas eu acho, como o senhor mesmo diz, se o senhor costuma ficar na Internet, alguma vez o senhor deve ter comprado passagem bastante...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É porque fica aquela ideia de que a companhia é generosa, ela está fazendo voos por R\$99,00. Às vezes são dois lugares, dois assentos só.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Normalmente são mais.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então, aquilo é muito mais um efeito *marketing*. Eu acho que o próprio Código do Consumidor deveria exigir que fosse dita a disponibilidade, como é feito na venda de aparelhos eletrodomésticos, até o fim do seu estoque, ou até o número de tantos. Isso é muito mais *marketing* do que qualquer coisa.

Depois eu tenho uma série de coisas aqui.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço ao Senador Cyro Miranda.

Isso certamente era o que todo usuário do transporte aéreo gostaria de saber, porque usa muito a Internet.

Agora, a Dr^a Danielle, da Anac, a propósito dessa questão específica, manifestou interesse em dar uma posição, porque é a agência reguladora que deveria mediar o interesse do consumidor, a defesa do consumidor, e a concessionária, no caso, do serviço.

Então, com a palavra, a Dr^a Danielle, sobre esse tema especificamente.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Obrigada por me permitir fazer esse esclarecimento.

Semana passada, eu estive na Câmara, numa audiência conjunta de três comissões, em que a temática era exatamente a discussão em torno dos preços das passagens aéreas. E eu me recordo que, há umas três semanas, também estive no seu gabinete convidando-a para um evento que a Agência organizou exatamente para discutir a liberdade tarifária e o resultado desses últimos 10 anos de liberdade tarifária.

Basicamente, eles estão sintetizados nesse eslaide que eu estou apresentando. O que esse gráfico tende a mostrar, Srs. Senadores? Aqui a gente faz uma comparação do comportamento das tarifas que eram comercializadas em 2002 e 2011. Esse gráfico tenta mostrar a quantidade, ele tem um eixo da distribuição da quantidade dos intervalos dos valores de tarifas, de 0 a 100, de 100 a 200, de 200 a 300, de 300 a 400, até 1.500 e superior; num outro eixo há uma distribuição de percentual de assentos comercializados nesses valores.

Por que nós comparamos esses dois anos? Em 2002 era o início. A liberdade tarifária começou a vigorar no mercado doméstico em 2001, então, em 2002 ainda havia resquícios de um controle de preços, exercido por meio de bandas tarifárias. Em 2011 já havia maturidade desse processo de liberdade tarifária. Então a gente quis contextualizar esses cenários.

Esse gráfico mostra, num primeiro momento, que, em 2002, nós tínhamos um conjunto muito pouco significativo de tarifas; praticamente 0% era comercializado em valor inferior a R\$100,00. Ainda em 2002, apenas 7% dos assentos eram comercializados abaixo de R\$200,00. O que nós estamos tentando mostrar nesse gráfico é que, em 2011 houve um aumento da quantidade de assentos que foram comercializados no intervalo inferior a R\$100,00 e inferior a R\$200,00. Ou seja, em 2011, 16% dos assentos comercializados foram comercializados a menos de R\$100,00; 65%

dos assentos comercializados em 2011, a parte mais expressiva dos assentos, foram comercializados a valores inferiores a R\$300,00.

O que a gente tenta mostrar é que esse mecanismo de liberdade tarifária, aliás, esse princípio da liberdade tarifária permitiu que as empresas pudessem gerenciar suas receitas e diferenciar os perfis dos usuários. Então, com isso, consegue-se atingir e tornar acessível esse serviço para um passageiro que antes não tinha condições de comprar uma passagem a R\$400,00, mas para quem passou a ser possível usar o serviço por conseguir comprar uma passagem a R\$100,00.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu pensei que a senhora ia dizer o que a Anac faz num caso como o que o Senador Cyro Miranda apresentou aqui, porque aqui seria uma questão pontual sobre isso. A senhora acabou voltando à exposição que havia feito sobre essa questão da composição das tarifas.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Em relação a esse ponto, Senador, também, na última discussão que tivemos no Congresso, estive à Mesa a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor. Nós temos inúmeras tratativas com eles, nós buscamos realizar o direito do consumidor nos demais regulamentos editados pela Agência. Então, na tutela, em ocasiões de assistência, quando há uma falha na prestação de serviço e, em especial, no direito à informação, que é o que o senhor está trabalhando, hoje nós entendemos que a melhor ferramenta que a agência reguladora pode conferir ao passageiro é exatamente a informação sobre as características do transporte que ela está contratando, do serviço que ela contrata, e mesmo dos direitos e restrições que incidem sobre essa oferta.

Então, existe um conjunto de iniciativas em curso na Agência, em articulação com os órgãos de proteção e defesa do consumidor, que visa conferir maior transparência e objetividade a essas cláusulas contratuais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Drª Danielle.

Eu tinha uma questão para o Comandante ainda. Pareceu-me, porque houve uma audiência pública aqui, na Comissão de Infraestrutura, se não me engano numa subcomissão a respeito do transporte aéreo, que a questão do custo do combustível prevaleceu como, digamos, o grande vilão, o peso maior de custo.

Também, Comandante, além a questão do carro velho que eu levantei ao senhor, há a questão do câmbio. Todo mundo sabe: o câmbio no Brasil oscila, não se pode imaginar fazer uma operação e, daqui a 6 meses, o câmbio estará o mesmo. Ele vai oscilar, e

quanto maior o tempo, maior... Nós estamos vendo agora, nós saímos de um câmbio de um e pouco para dois e pouco.

Outra questão é a seguinte. Eu usava muito a Webjet. Por quê? O avião era péssimo, porque não reclinava a poltrona, mas eu usava por economia até do gasto do meu gabinete com passagem aérea e usava porque tinha uma pontualidade. Havia algumas qualidades: regularidade de voos, do horário de saída, raramente ele atrasava; tinha também uma tripulação e comandantes muito interessantes, muito inteligentes, que falavam de maneira mais coloquial com o passageiro, o que acho que também, em transporte aéreo, é muito interessante. Então, com a saída dela, para efeito de economia, fiquei sem alternativa.

Todos os voos, para qualquer lugar hoje no Brasil... Ontem eu vim do Rio de Janeiro para cá, do Galeão – não foi do Santos Dumont, que já não tem mais lugar, como disse o Dr. Ricardo, não tem mais espaço para nada –, vim do Galeão, um aeroporto que está subocupado, subutilizado, voo lotado, não cabia um passageiro mais; voo, quarta-feira, para Nova York, lotado; vinda de lá, lotado; voo daqui para Porto Alegre, lotado; vinda de lá, lotado. É difícil conseguir passagem aérea. E há uma informação, do jornal *Correio Braziliense* de hoje, de que uma passagem aérea para o Nordeste está R\$5 mil. No período de 26 de dezembro a 2 de janeiro, o preço de uma passagem aérea de Brasília para Fortaleza, incluindo as taxas aeroportuárias, pode ser mais caro do que uma tarifa para Londres ou para Paris.

Então, o que está acontecendo? É porque é alta estação que as companhias vão tentar recuperar aquele “prejuízo” – entre aspas – do período de vacas magras, de superlotação, mas com preço baixo? O que está acontecendo, Comandante? Até porque o senhor usou uma frase: há movimento de aumentar os preços das tarifas.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Vou tentar responder sua pergunta em parte.

Na alta estação – é normal, não somente no transporte aéreo, em todas as atividades, existir um movimento de preço. Quando, por acaso, se cita essa tarifa de R\$5 mil...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É a famosa lei da oferta e da procura.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Esses R\$5 mil, eu já li no jornal várias vezes, eu não vi essa tarifa. Pode ser aquilo que expliquei, o controle de – desculpe falar em inglês, mas assim se vende – *revenue management*, é o gerenciamento de receita feito pelo computador. Pode ser que o computador, num determi-

nado momento, tenha colocado essa tarifa. Não sei se alguém comprou essa tarifa de 5 mil, eu não me lembro.

Eu digo, sem querer citar nome, que, se a gente entrar em alguns hotéis do Nordeste, neste período entre o Natal e o Ano Novo, custa R\$40 mil a estadia. Quer dizer, o ano tem 52 semanas, mas há uma semana que realmente é mais complicada. Como eu mostrei, eu consigo comprar uma passagem com um ano de antecedência, as tarifas estão disponível no sistema. Não estou dizendo que todo mundo compre, mas, se eu entrar hoje no sistema e quiser comprar uma passagem para 8 de dezembro de 2013, eu consigo comprá-la. Então, é aquilo: o quanto que se vendeu; eu achava que iria vender, e existe uma compensação. Quando eu falei que existe uma movimentação de elevação de preço, o que falei e continuo falando é que a gente não consegue aguentar aqueles aumentos todos que aconteceram sem fazer absolutamente nada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sem repassar.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – E nós os repasamos com muito temor, porque, como eu falei, historicamente, para cada 1% de aumento do Yield, há 1,4%. Então, nós temos de fazer com muito cuidado, para não espantar as pessoas que andam de avião e termos aviões vazios, o que fará com que menos voos existam e, assim, sucessivamente. O que não se consegue – por isso digo que todos nós, juntos, temos de trabalhar para que o sistema de transporte aéreo seja saudável – é trabalhar com prejuízo. Não há como.

Quer dizer, a TAM já não é mais uma empresa de capital aberto, mas é listada no Chile; a GOL é uma empresa de capital aberto, cheia de controles pela CVM e, inclusive, da Anac. Aquele nosso prejuízo nesses primeiros três trimestres é real; é só olhar lá e ver que existe. Quanto tempo a Vasp aguentou? Quanto tempo a Transbrasil aguentou? Quanto tempo a Varig aguentou perdendo dinheiro? Por pouco tempo. Então, as empresas têm de fazer alguma coisa para serem saudáveis. Nós temos de ver, de alguma maneira, naquilo que está em nossas mãos, como fazer para que isso aconteça.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, comandante.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda e, eventualmente, ao Senador Humberto Costa, se quiser.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia, competente Senadora neste Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento também os senhores convidados.

Farei aqui uma avaliação muito rápida.

Drª Graziella, vou me basear na sua fala, era a minha fala aqui. Para mim, a senhora pincelou da maneira mais certa. Isso não foi uma fusão, perdoem-me. Eu usaria até uma palavra um pouquinho mais drástica. Parecia-me muito mais um conchavo para alijar alguém do mercado; não trouxe benefício a nenhum consumidor.

Se a GOL tem esse pensamento de que realmente a aviação é um segmento de alto risco, aos mais antigos vamos relembrar as asas da Panair, Real, Aerovias, Lloyd Aéreo, Cruzeiro do Sul, Sadia e por aí vai e nenhuma teve consequência agradável durante esses anos, mas nenhuma procurou prejudicar o mercado, como estamos sendo prejudicados com a Webjet. Quando se conceitua uma fusão, está-se pensando em melhorar a situação da empresa que está sendo vendida e não pensar num processo de demissões, só ficando com os *slots* rentáveis.

Eu, por exemplo, tenho aqui um dado para os senhores bem recente. Há duas ou três semanas atrás, passagens vendidas para voo direto pela Webjet foram relocadas para a GOL, passando a duas ou três escalas e separando famílias. Essa é a consequência, isso é fato; não é qualquer tipo de ilação.

Preocupa-me também outro ponto: no passado, não havia nenhum tipo de regulamento; foi criada a Agência Nacional da Aviação Civil para regulamentar esse mercado, e estamos vendo uma piora nesse mercado. Nós estamos, como contribuintes e passageiros, sendo tratados de uma maneira fora de qualquer conceito que se tenha de cliente.

Começa-se que é um absurdo a Anac permitir que se venda espaço dentro do avião em detrimento de outros passageiros que vão com seus joelhos acotovelados. Então, estão-se vendendo as primeiras fileiras, e fileira de emergência, e ainda digo ao senhor, com uma irresponsabilidade a venda de cadeira na fila de emergência, sem perguntar se a pessoa tem condição de ali estar sentada, pelos R\$20,00, R\$25,00. Isso é um absurdo, falta fiscalização, Drª Danielle.

Falta também respeito para com o passageiro em várias áreas da aviação civil. Estamos tendo um tratamento em aeroportos com uma empáfia dos senhores funcionários de aeroportos; os de bordo não; são da maior gentileza. Nós somos recebidos nos aeroportos como se estivessem prestando um favor: “Será que a senhora, por gentileza, poderia me arrumar um lugar porque eu estou com um problema na perna?” “Não, não isso é impossível, etc.”

Eu vim, na semana passada, de São Paulo para cá, pela sua companhia, não pude sentar na primeira fileira, com minha esposa recém-operada, porque o assento tinha sido vendido. Ora, isso é um desrespeito.

Agência Nacional de Aviação, o que vai fazer nesse sentido dessa fusão especificamente que estamos aqui em foco para que haja penalidades ou voltem? Não é possível que fiquem desamparados, que sejam demitidos no ar, que sejam demitidos por *e-mail* centenas e centenas de pessoas que são responsáveis por famílias.

Fica aqui a minha indignação. O trato da companhia de aviação civil hoje é dos piores aqui no Brasil. No mundo todo já não tem um grande conceito. Somos também muito maltratados nos balcões. Agora, acho que não podemos passar com isso impunemente. O CAT também tinha que ter analisado isso, e não era só *slot* de Santos Dumont. Eu acho que tem um todo, um conceito de fusão que achamos que teria que beneficiar, teria que melhorar. Se alguém está saindo do mercado por uma fragilidade financeira, que não está dando conta do recado, não é fechar. Então, fecha-se a empresa, que é muito mais saudável, que fazer o que estamos fazendo.

Fica aqui o meu protesto e a minha indagação sobre o que vai ser feito.

Em relação às tarifas, eu moro aqui do lado, em Goiás. Em Goiânia, a média de passagem é de R\$240,00 a R\$260,00. Meu voo era no dia 29, quinta-feira, eu resolvi na quarta-feira mudar o meu voo para o voo das 17h17 de vocês: o preço era de R\$1.060,00. Eu aluguei um táxi e fui por R\$400,00.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Cyro Miranda.

Antes de passar a palavra, para termos uma economia, vou também completar. Já nessa última pergunta do Senador Cyro Miranda, eu coloco para a Anac, especificamente, e para a Secretaria de Aviação Civil que eu apresentei um projeto, já aprovado pelo Senado, ou por comissões aqui, que limita em 10%, Senador Cyro Miranda, a multa que a empresa paga. Se o senhor pagou R\$230,00, a multa será de R\$23,00 para o senhor trocar a passagem aérea. Isso é uma maneira, eu penso, de proteger o usuário, o consumidor. E eu poderia dizer que não haveria multa, mas então pensei nas companhias aéreas, que é um direito que ela tem. Evidentemente, isso representa um custo para ela fazer isso, e, de todo modo, em relação a esse projeto, senti uma resistência no âmbito do Governo.

Então essa pergunta é para a Anac e para a Secretaria Nacional de Aviação Civil, sobre 10% de multa na remarcação, porque as companhias estavam ope-

rando e cada uma cobra o que bem entende, ou esse abusivo preço, ou 40%, dependendo inclusive do horário do voo. Eu queria perguntar para a Anac e para a Secretaria Nacional de Aviação sobre este projeto que limita em 10% a multa que a companhia pode cobrar em remarcação ou mesmo se a pessoa compra o bilhete, na hora da devolução, se ela não vai viajar, então ela recebe isso de volta com a multa de 10%.

Eu também tenho uma pergunta para as duas instituições e para a GOL: está em tramitação na Câmara dos Deputados um projeto sobre o Código Brasileiro de Aviação, permitindo abertura de capital para empresas estrangeiras. É o Projeto de Lei nº 6.716, de 2009. Não há acordo para votar esta matéria que está pronta para ir para o Plenário.

Eu também queria indagar ao setor do Cadê: se não houver o cumprimento da condição dos 85% do *slot*, determinado como pré-condição para aprovar a fusão, o Cade tomará a iniciativa de penalizar a companhia ou é outro órgão que terá de fazer essa fiscalização. É importante saber para sabermos quais são as consequências.

Também queria saber do próprio Cade, da Anac e da Secretaria sobre a operação TAM/Lan Chile. Como está sendo feita? Essa operação é uma operação de acordo internacional, um acordo operacional? Isso vai bater no Cade? Haverá, eventualmente, uma entrada indireta de capital estrangeiro? Isso pode ser uma operação desse nível. Isso pode, também, servir para a Graziella em relação à possibilidade da repercussão no mercado de trabalho.

Queria também um esclarecimento da Anac e da Secretaria de Aviação sobre a operação das companhias estrangeiras para os voos internacionais. Como é que isso se dá? E qual é a fiscalização sobre a qualidade de serviço e sobre a política de tarifação para as companhias aéreas? São essas as questões.

Antecipo os agradecimentos a todos em nome do nosso Presidente, Senador Jayme Campos.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Posso começar?

Bom, Senador, uma primeira observação em relação ao papel das agências reguladoras. Entendo que é nosso papel estar aqui e, em especial, trazer os esclarecimentos e as informações necessárias para apoiar a formulação de políticas públicas que vocês vierem a definir. A Agência tem essa missão de avaliar quais as implicações de qualquer medida ou nova iniciativa legislativa que vocês venham a adotar. Temos de subsidiá-los nesse sentido. De modo que isso me permite ser bastante isenta em termos de avaliação de impacto do que pode ou não acontecer.

No começo da exposição tive um problema com minha apresentação e não pude trazer algumas informações, mas vou buscar alguns desses dados para corroborar o que estou querendo dizer.

A análise que foi feita sobre a operação da GOL/ Webjet teve duas perspectivas. Uma do ponto de vista regulatório, conduzida pela Anac; e outra de cunho eminentemente concorrencial, conduzida pela autoridade antitruste, aqui representada pelo Conselheiro Ruiz.

Os aspectos que são observados para a aprovação de uma operação como essa, no âmbito regulatório, são comuns a outros setores de infraestrutura ou serviços públicos. Dispõem sobre verificar se o novo controlador dispõe de idoneidade financeira, se tem capacidade técnica, se tem regularidade fiscal e regularidade jurídica. Todos esses requisitos foram verificados, e estávamos falando de uma empresa que já era concessionária de serviços públicos, portanto já reunia essas condições. Então, do ponto de vista regulamentar não havia óbice para que fosse aprovada a operação.

Na parte concorrencial, em que pese não sermos competentes para decidir questões concorrenciais, subsidiamos e apoiamos o processo decisório do Cade. O que nós observamos? Que a estrutura de mercado que nós temos hoje, o movimento de desregulamentação dos serviços aéreos hoje permite que a competição se estabeleça por rivalidade ou por contestação de mercado. De modo que basta eu verificar se há outras empresas já instaladas que sejam concessionárias e que estejam aptas, uma vez disponibilizada a infraestrutura, a ofertar aquele serviço.

Esse gráfico mostra a estrutura de mercado resultante da operação. Antes da operação, a GOL detinha 33,92% da participação de mercado em termos de demanda; com a operação, a GOL passou a deter 38,55%, ou seja, nós estamos falando da aquisição de uma empresa que respondia por cerca de 4,63% de participação de mercado. Embora ela fosse um agente que ofertasse preços bastante competitivos, essa operação não teve o condão de, por si só, influenciar e determinar as relações de concorrência no setor. E foi isso que foi exaustivamente exposto aqui pelo Conselheiro Ruiz.

A pauta da nossa audiência culminou com uma discussão em torno do efeito sobre as relações de trabalho. Retomando essa questão – já que não tive a oportunidade de fazer essa exposição –, o que a gente observa é que esses ajustes que acontecem no mercado, processo de funções e aquisições, eles são comuns a todos os setores da economia, em especial no transporte aéreo. Isso já aconteceu em outras ocasiões. Isso é bastante frequente no mundo.

No último eslaide, observa-se que os eventos de fusão e aquisição que já aconteceram no País não influenciaram na oferta de serviço, ou seja, houve um ajuste de mercado em que houve absorção desse pessoal na provisão de serviços ofertados por outras empresas. Então, nós acreditamos que, após essa operação, venha acontecer uma acomodação do mercado e isso não venha prejudicar também as relações trabalhistas no setor.

Entrando na questão do assento conforto, que foi o que o senhor suscitou, aí eu vou trazer a discussão também do PL...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Queria a sua colaboração só para sintetizar as respostas ao Senador.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Vou tratar a questão do assento conforto junto com a sua iniciativa legislativa de limitar em 10% a multa de cancelamento.

Hoje o que está por trás do processo de determinação de preços de tarifas aéreas é um mecanismo que já foi dito aqui, denominado gerenciamento de receita. Isso significa o quê? Que hoje o transporte aéreo deixou de ser uma *commodity* e se consegue agregar valor e diferenciar o serviço em função do perfil do passageiro.

O que está sendo ofertado, o que a empresa está destacando no assento conforto é que ela tem um padrão de assentos distribuídos ao longo da sua aeronave e tem alguns assentos que, por questões estratégicas e algumas questões de segurança, eles têm um espaçamento diferenciado.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Dr^a Danielle, me permita: qual é a regulamentação, qual é a distância mínima entre uma poltrona e a outra, pela regulamentação à época?

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Se eu não estou enganada, eu teria que me certificar porque não é a minha área, o mínimo é dado em função de parâmetros de segurança.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Vinte e nove polegadas.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Vinte e nove polegadas.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Isso é quanto em centímetros?

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Setenta e um centímetros.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Para permitir exatamente segurança. Isso são regulamentações dos países onde se fabrica avião. O Brasil é um dos países que fabrica avião. Você tem que garantir que todos os passageiros saiam do avião em 90 segundos.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – O que eu estou explicando aqui é que esse espaçamento que é imposto é o mínimo necessário para que sejam observados os procedimentos de segurança no caso de evacuação daquela aeronave. Ou seja, se há um valor com o qual a agência não transige se chama segurança. Todos os parâmetros de segurança, internacionalmente estabelecidos e aquilo que a nossa equipe técnica entende adequado são respeitados, tanto em termos de espaçamento como outros procedimentos sejam adotados.

Para o assento conforto a nossa regra de acessibilidade impõe destacar algumas fileiras de assentos que tenham um espaçamento diferenciado para pessoas com dificuldade de acesso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – E de mobilidade.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – De mobilidade e para pessoas em condições especiais...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Isso não significa aumento de custo da tarifa?

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Não. E essas pessoas utilizam esses assentos sem que isso seja sobretaxado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Não há ônus.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Porque elas fazem essa designação 24 horas de antecedência. O que é comercializado é aquilo que não é utilizado por esse perfil de usuário do transporte aéreo.

O que a empresa está tentando fazer? Com esse mecanismo de gerenciamento, ela consegue ofertar uma tarifa de menos de R\$100,00 para um passageiro que não conseguiria voar a R\$300,00 e consegue extrair renda daquele que tem melhor predisposição a pagar. Uma boa diferenciação disso é o perfil do passageiro em executivo e o perfil do passageiro a turismo. Eles têm restrições diferentes, e é isso que se tenta trabalhar na atualidade para você ter essa diversidade de preços e ter essa inclusão, que foi gerada no transporte aéreo na atualidade.

Em relação à taxa de cancelamento...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – À multa, por favor, Drª Danielle.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – A nossa preocupação em relação ao estabelecimento e congelamento desse mecanismo de gerenciamento é que isso pode ter, às vezes, um efeito perverso sobre as tarifas menores. Por quê? Porque mais uma vez o que está sendo precificado aqui é a exposição ao risco de um passageiro de não

acontecer o seu voo, dele não poder comparecer ao voo. Então, um passageiro que seja um perfil executivo tem uma propensão a pagar uma passagem mais cara, porque eventualmente ele quer mais flexibilidade para remarcação do seu voo. Isso hoje é precificado.

Eventualmente, um passageiro a turismo tem menos restrição de horário, então, quando ele compra uma passagem toma por certo que estará disponível naquele momento. Então, ele aceita menos o risco de ter se submeter a um cancelamento.

A nossa preocupação é que hoje a taxa de cancelamento, por ela compor a precificação dos serviços, pode levar a tarifas que hoje são praticadas em faixas intermediárias menores, à elevação nessas tarifas, e não necessariamente isso ser benéfico para o passageiro. É um *tradeoff* que a gente tem que ter em conta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – É discutível a sua argumentação, Drª Danielle. Sinceramente, é discutível, porque o fato de a passagem mais cara... Em tese, a Srª está dizendo que a pessoa que paga pouco vai ser prejudicada, porque aquele que paga mais não tem nenhum problema de pagar, que a companhia pague a multa para ele. Então, o de menor poder aquisitivo, o passageiro, será prejudicado, ou a companhia será prejudicada. Então, eu queria saber se a Srª está mais pendente para defender o interesse da companhia ou do usuário do transporte aéreo.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Senadora, essa pergunta é bastante oportuna, porque eu acho que a nossa preocupação é defender um mercado saudável e todos aqueles que atuam nesse mercado. Então, ao fazer isso, nós estamos tutelando o interesse de todos os agentes que atuam nesse setor, em especial, o consumidor. Então, em nenhum momento, a gente transige com a tutela do consumidor.

Como eu disse inicialmente, a nossa preocupação é: vamos entender os impactos que alguma medida pode ter, porque, eventualmente, na ânsia de tutelar o passageiro, a gente pode vir e trazer alguma medida que possa, na verdade, prejudicá-lo. Mas essa discussão requer discutir sobre o que é característica do transporte aéreo. A gente está falando de um serviço que é extremamente perecível, que é de esgotamento quase que instantâneo, e esses aspectos, de certa forma, condicionam a percepção do passageiro sobre eles.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – Doutora, é que eu ouvi a informação, quando se falou muito nisso, de que a Anac tomaria providências para isso. Muitas vezes, o Poder Legislativo toma iniciativas, aqui, que são benéficas para a sociedade, e o Governo, por meio dos seus respectivos órgãos, tira o

seu time de campo, falando numa linguagem popular, e não as aprova. Aí, passados um mês, dois meses, a gente vê aquela mesma medida adotada pelo Governo, pelo Poder Executivo.

Então, quando houve essa manifestação, a matéria já estava tramitando aqui. Não porque se trata de um projeto de minha autoria, mas como demanda que surgiu, porque eu estava com essas remarcações. Nós, aqui no Senado, temos agendas mutáveis. Nós não podemos precisar que, amanhã, não haverá uma alteração aqui urgente, que teremos que ficar em Brasília e não podemos viajar amanhã. Acontecia isso muito nos voos comigo, por isso que eu estou lhe falando.

Então, o que acontecia? Ao cobrar 30% ou 60%... O Senado, inclusive, não ressarcia essa alteração de voo. Quer dizer, é uma situação muito complicada. Eu estava tirando passagens antecipadamente, para economizar o gasto público que o Senado tem com a passagem aérea de um Senador. E a companhia não dá o recibo desse valor adicional que ela está cobrando dessa passagem. E, aí, o que acontece? Na prestação de contas, o setor administrativo e financeiro do Senado glosa e você tem que arcar com esse prejuízo, que é um prejuízo que você está fazendo no interesse do exercício do seu mandato.

Então, eu estou lhe dando um exemplo que nós vivemos aqui no Senado, porque nós pagamos essa diferença. Não somos nós, é o contribuinte que paga a conta, que sustenta esse trabalho. Evidentemente, eu entendo a sua argumentação sobre a questão do compartilhamento global de uma medida dessa natureza, mas, no meu entendimento, singelo que seja, é o de que isso tenha um princípio de justiça em relação ao usuário. Apenas essa questão, porque isso aconteceu aqui, então, eu estava preservando o contribuinte, para não onerar a despesa do gabinete no Senado. Não falo nem no... Entendeu?

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Entendo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – Então, era sobre esses dois pontos.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Permita-me só mais uma observação?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – Pois não, Dr^a Danielle.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Isso não significa dizer que não precisam ser feitas e adotadas medidas pelo órgão regulador. Nós estamos fazendo. Só acho que esse fórum é o melhor fórum para a gente expressar tanto as medidas que podem ser adotadas no âmbito legislativo como aquelas afetas à regulação.

Então, o que nós identificamos em discussão com os órgãos que protegem e tutelam o interesse do consumidor diretamente? Que é um setor que requer melhores esclarecimentos e melhor realização do direito à informação.

Então, o que nós entendemos que hoje é complicado em termos de taxa de cancelamento e remarcação? Não há um mecanismo para comparar o que está sendo cobrado de uma empresa ou de outra. Então, tentar unificar essa estrutura do que é cobrado em termos de remarcação e o que é cobrado em termos de remuneração é uma medida normativa que está em curso, no âmbito da Agência, junto com os órgãos de proteção e defesa do consumidor, que concluíram que, hoje, o que de mais o passageiro se ressentido é da falta de informações de como este preço é formado, até para que eles possam tomar as melhores decisões. Então, o nosso papel também é orientar a sociedade para que ela tenha todas as informações e tome as melhores decisões na hora de aquisição de seu bilhete aéreo.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dra. Danielle, espero que nenhuma pessoa tenha pessoas que morram, porque nessa situação as pessoas têm que logo tirar o bilhete numa hora em que não estão esperando, então ela não pode fazer o cálculo. É claro que a senhora está falando sobre a regra, e eu estou abordando a exceção sobre isso apenas para mostrar que a gente vive um mundo bem irreal.

Agradeço muito a sua explicação e passo a palavra ao Dr. Ricardo e depois, subsequentemente à Graziella, ao comandante e também ao Secretário, o Eudes. Se também estiver, ao Antônio, que representa a Secretaria de Aviação Civil.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Senadora, são dois pontos: um seria o uso dos *slots* do Santos Dummont, e dois seria o caso LAN-TAM.

Vamos fazer primeiro o caso do Santos Dumont. A aprovação, com restrições, desta operação se deveu a restrições de infraestrutura em Santos Dumont. Nós exigimos a utilização de 85% de cada *slot*, não é do conjunto deles, é individualmente. Se um desses *slots* for utilizado a uma taxa inferior a 85%, esse *slot* será devolvido à Anac junto com outro; serão dois, para se tornar operacional a entrada.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – A empresa tem tempo para fazer isso?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Essa análise será trimestral. Nós teremos janeiro, fevereiro e março. Nesse trimestre nós avaliaremos cada *slot*; se foi utilizado com 85%. Então nós temos janeiro, fevereiro e março e, em abril, nós teremos análise. Se por um

acaso em abril nós identificarmos *slots* com menos de 85% de uso, devolverá aquele *slot* e outro operacional com aquele outro.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – Para a Anac. É a Anac que vai ter liberdade para fazer isso?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Exato, e a Anac redistribuirá. Isto é certo. Então nós temos o trimestre – janeiro, fevereiro e março – para detectar isso. E então nós fazemos a avaliação em abril.

No caso da LAN-TAM. O caso LAN-TAM já foi aprovado com restrições também na conexão Guarulhos-Santiago. Ali, tal qual em Santos Dumont, nós identificamos alguns problemas de infraestrutura na parte de Guarulhos que conecta com a malha internacional. Porque Guarulhos é um aeroporto, vamos dizer assim, dividido: uma parte dele atende à malha nacional e uma parte atende à malha internacional. Então, nessa conexão com Santiago nós identificamos também problemas de disponibilidade de *slots*. Nós fizemos o seguinte acordo com a LAN-TAM, no caso: será transferido à Anac, que fará a redistribuição dos *slots* que permitem outro concorrente na linha, na rota Guarulhos-Santiago.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – E qual é o outro concorrente?

O SR. RICARDO RUIZ – Eu não sei o resultado ainda dessa operação, eu não sei se já foi concluído ou não; está ainda no cumprimento, estamos esperando. Mas ali, por exemplo, era outro caso, não há possibilidade de entrada livre. Por quê? Porque existe uma escassez de infraestrutura. Ali nós obrigamos a transferência do *slot* de forma imediata para a aprovação da fusão das duas empresas. Essas é que foram as decisões.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – E isso é fusão?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – No caso LAN-TAM foi identificado como fusão. No caso GOL-Webjet foi aquisição.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – Bom, e LAN é uma companhia internacional, é uma companhia chilena.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – É uma companhia chilena, mas a fusão foi condicionada pela lei brasileira aos limites de participação...

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – Percentual de participação acionária.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Perfeitamente; então eles tiveram que reorganizar. Não foi uma fusão simples, foi uma fusão complexa devido a essas restrições.

A SR^a. DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Só esclarecendo mais sobre essa operação da LAN-TAM.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – Sim.

A SR^a. DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Como o Ruiz explicou, ela requereu uma engenharia societária muito sofisticada em função dos limites do capital estrangeiro que nós temos na atualidade. Mas, assim, é uma operação que foi feita em observância à regulamentação vigente; não há nenhum descumprimento em termos de requisitos formais de capital estrangeiro e ela tem operado dentro dos requisitos de utilização ...

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – A Avianca também é capital nacional?

A SR^a. DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – É, porque o dono dela tem dupla nacionalidade.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – Bom, é uma forma também interessante...

A SR^a. DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – A Azul também é o mesmo caso.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – A Azul é o mesmo caso. Também é estrangeiro, com dupla nacionalidade.

A SR^a. DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – É o mesmo caso. Eles têm dupla nacionalidade.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia – Bloco/PP – RS) – Dupla nacionalidade. É uma forma inteligente – essa é a inteligente! – para operar no mercado. Abriram, viu, comandante, adonaram-se do nome da companhia, das Linhas Aéreas Inteligentes, para fazer tais operações.

Não houve menção, referência da Dr^a. Danielle – e espero do Dr. Antônio – sobre a questão do Projeto que está tramitando: se a Agência reguladora e a Secretaria manifestaram à Câmara dos Deputados ou ao Congresso Nacional sua posição, a favor ou contra, ao este Projeto de Lei nº 6.716.

O SR. ANTÔNIO MARIA ESPÓSITO NETO – Com relação ao Código Brasileiro da Aeronáutica, o Projeto de Lei, Substitutivo, que está tramitando, hoje, tem 43 apêndices. Além do capital estrangeiro, há outro ponto em aberto, que é a sistemática de alocação de áreas aeroportuárias. Inclusive, salvo engano, está sendo discutido neste momento na Subcomissão de Aviação Civil esse tema também, referente ao art. 40, do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Com relação ao capital estrangeiro, foi encaminhado, em 2010, um projeto de lei do Executivo, na época coordenado pela Secretaria de Aviação Civil

do Ministério da Fazenda, em que ele propunha um aumento. Hoje, o Código Brasileiro de Aeronáutica dispõe, determina, que quatro quintos do capital ou 80% do capital com direito a voto de empresas aéreas têm de ser brasileiro, têm de ser detido por brasileiro.

Na época, o projeto de lei propunha aumentar esses 20%, de um quinto de capital estrangeiro, máximo, para até 49%, de forma que o controle continuava com brasileiros, mas havia maior possibilidade de capital estrangeiro até para fomentar os investimentos. E como mostrou aqui o Conselheiro Ricardo Ruiz, a necessidade de investimentos é muito grande no setor.

Nessa proposta que tramita agora, do Deputado Abi-Ackel, ele propõe outra forma, outra sistemática em que seria independente do capital o controle a ser detido por brasileiros. Ou seja, poderia ter uma maioria até de capital estrangeiro, desde que o estatuto social ou algum outro acordo de acionistas, algum outro instrumento que dê as regras na empresa delimitasse que nos votos ainda prevaleceriam os votos de brasileiros em maioria.

Esse é um assunto, Senadora – e por isso acredito que não houve acordo ainda –, que extravasa a competência apenas da Secretaria de Aviação Civil. Vários Ministérios se envolvem. É uma questão de política industrial e, como em tantas outras medidas de proteção do mercado interno, não cabe só à Secretaria de Aviação Civil se manifestar. Então, como última notícia, até onde estou acompanhando esse assunto, o Governo, o Executivo como um todo, não tem ainda posição fechada com relação a essa proposta do Abi-Ackel.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada.

Ouçó a Graziella.

A SR^a GRAZIELLA BAGGIO – Senadora, eu gostaria de retornar um pouquinho e colocar efetivamente duas questões que eu considero pertinentes.

Quando a Anac disse que em 3 dias libera uma empresa, isso não é verdade. Carteira de um piloto num *check* está levando de 3 a 4 meses para serem renovadas.

Esse assunto, inclusive, é objeto de matéria nos jornais hoje. Há um piloto que sequer está qualificado para dar aquele simulador, e a Agência insiste em mantê-lo, dando um simulador para o qual ele não está qualificado naquele momento. É para ver como... Quando escutei a Agência falar, acho que nem as empresas se defendem tão bem, porque para mim a Agência defende tanto as empresas.

E isso está, Senadora, diretamente ligado a essa situação que os trabalhadores estão vivendo hoje e que é muito grave por sinal. Eu já lhe afirmei que serão,

de acordo com as declarações dos dois Presidentes das maiores empresas, até fevereiro – e na GOL são mais; esquece a demissão da Webjet, porque essa é uma questão já...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É um caso à parte.

A SR^a GRAZIELLA BAGGIO – É um capítulo à parte.

A GOL vai demitir mais 850 aeronautas, e a TAM mais 1.300 aeronautas. Serão mais 2.150 demissões até fevereiro! E aí, para contribuir com essa situação, Senadora, a GOL fez uma redução da força de trabalho em julho. A GOL, antecipadamente à decisão do Cade, demitiu 2,5 mil... Nós soubemos pelo Ministério do Trabalho que foram 3 mil demissões até outubro.

Bem, com essas 3 mil demissões, as pessoas obviamente estão aí colocadas à disposição do mercado, diferentemente de como a Agência está colocando, de que elas vão literalmente ser absorvidas naturalmente. Mentira! Onde está a Agência para a isso? Quem é a Agência para responder isso? Se não tem condições de ter R\$700 milhões de capital para entrar no mercado, não tem empresa entrando, a Azul e Trip estão fusinando e se fizerem a mesma coisa que a Webjet fez, vão demitir mais não sei quantos mil trabalhadores...

Essa é uma discussão muito séria, Senadora, e eu acho que a Anac está faltando com a verdade, está faltando com a verdade para com os trabalhadores; para a sociedade e para o usuário, talvez, para os empresários, mais ainda.

Bem, a última da Anac de hoje. Olhem só: eu, no sábado, estava em casa e, às duas horas da manhã, eu recebi um *e-mail* e uma mensagem no telefone: “Estamos apavorados”. E eu: “O que é que houve?” Fui procurar saber no domingo de manhã. Bem, a Agência diz que ela se adapta às legislações internacionais. Correto? Foi dito aqui que esse é o objetivo da Anac, em tudo que é de pior, diga-se de passagem, porque de melhor não se copia nada, absolutamente nada.

Existe, sim, uma regra em que os passageiros tem de desembarcar de dentro de sua aeronave, em uma situação de emergência, em 90 segundos. Quando o avião é certificado por uma indústria, eles fazem esse treinamento. Quando este avião chega à empresa, treinamento também tem que ser feito. E, obviamente, o Brasil, até enquanto não existia a Anac, o DAC via isso como uma seriedade, talvez, já não vista em outros assuntos. Por quê? Pelas características dos passageiros brasileiros, pela diferença entre o perfil do passageiro brasileiro, do passageiro americano e perfil do passageiro europeu, que não são comparáveis pelo menos na questão de prevenção, de as pessoas estarem preparadas para um incidente. Na Europa

e nos Estados Unidos as crianças nascem sabendo como se proteger de um terremoto, de um maremoto e de tudo. Aqui não é bem assim.

E o que o DAC fazia? Ele vinculava o número de comissários a bordo das aeronaves: um comissário para cada porta de emergência, cada porta da aeronave. Bem, a Anac veio, a pedido das empresas...

Senadora, é isso que me dói assustadoramente, porque o usuário, conforme foi dito aqui, está sendo extremamente prejudicado, mas, mais ainda, na hora em que ele se der conta da segurança, porque o passageiro que senta na primeira poltrona e o que senta na saída de emergência pagam mais caro quando deveriam viajar de graça, porque eles são responsabilizados por fazer a evacuação daqueles passageiros que estão lá, trabalhando de graça para as empresas aéreas. É isso!

Outro dia, encontrei com o Senador do Rio de Janeiro e ele falou: “Nossa, Graziella, o que está acontecendo?” Eu estava sentada na primeira fileira – ele é alto, com as pernas longas, normalmente as pessoas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o Lindbergh.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – É o Lindbergh. E ele falou: “É um absurdo!” “Graziella, a comissária chegou para mim e disse: ‘o senhor está sentado aqui, vai ser responsável por essa evacuação aqui. Se tiver isso, o senhor vai fazer aquilo, se tiver aquilo...’” Eu falei: “Não, não, não. Eu vou mudar de lugar!” Ele mudou de lugar, porque é uma responsabilidade monstruosa.

Quer dizer, é a mesma irresponsabilidade da Anac de permitir essa propaganda enganosa no site com as passagens custando R\$100,00, porque é só um chamariz mesmo, é propaganda enganosa.

Então, Senadora, quanto esse telefonema que eu recebi, imagine a senhora, a Anac está fazendo hoje e quinta-feira – nós estamos até analisando entrar com um instrumento jurídico para impedir – um treinamento com tripulantes. Eles escolheram 32 tripulantes a dedo – você, você, você, da chefia, do treinamento – e disseram; “Vocês vão para o Rio de Janeiro fazer um teste de evacuação para reduzir o número de trabalhadores, de aeronautas dentro do Boing 777.” O avião tem dez saídas, dez portas, sendo que existem janelas também. Então, ele voa com dez por quê? Porque há necessidade, sim, é um longo percurso. Em um pouso, dependendo das características, têm-se de estar com todas as portas guarnecidas. É só pesquisar na página do Cenipa os acidentes em que existiam comissários a menos. Um inclusive aconteceu recentemente, aqui do lado da Amazônia, em que morreram 30% dos passageiros, porque lá atrás só havia uma comissária, o passageiro foi para cima dela e simplesmente ele

abriu a porta que não era para ser aberta. Ela estava lá atrás; nenhuma porta poderia ter sido aberta, mas uma pessoa sozinha não consegue impedir que um passageiro não alcance as duas portas.

Então, seria preciso haver um comissário em cada porta para que ele fosse impedido. Ele abriu a porta do outro lado e, obviamente, a água entrou, e morreram 40 passageiros por conta disso, porque não havia um comissário lá, para guarnecer aquela porta. Isso está acontecendo.

Realmente, a Agência está indo buscar o que é única e exclusivamente interesse das empresas, sim, e digo isso, porque a redução de comissários patrocinou essas 4.000 demissões. É lógico que essas demissões também são conclusivas em função da redução da oferta que as empresas fizeram no ano de 2011 e 2012, porque, em 2011 e 2012, fizeram uma guerra tarifária entre si, sabedores de que a aviação não estava sinalizando pelos mesmos índices que vinha fazendo desde 2003 e 2004, com 10% ao mês de crescimento ao ano, com dois dígitos ao ano. Os próprios Presidentes apontaram, no começo de 2012, que o crescimento não ia passar de 5 a 6% no setor aéreo, mas eles invadiram o mercado com excesso de oferta e, obviamente, contratando, para, em seguida, causar esse desespero, principalmente nesse período, Senadora.

Então, quero finalizar, dizendo que a oportunidade foi ótima. Foi um prazer conhecer o Conselheiro Luiz, porque estive no Cadê há duas semanas e não tinha tido a oportunidade de conhecê-lo. Acho que iniciativas como essas precisam ser tomadas rapidamente com mais veemência, principalmente por conta da fusão da Azul e Trip; pelas consequências da TAM e da Latam, que ainda não apareceram e vão aparecer mais tarde, porque está indo tudo para o Chile, está sendo contabilizado no Chile. Essa é que a verdade, e pela questão da Webjet e da GOL, que ainda não está encerrada, porque essa decisão de justiça pode ser derrubada a qualquer momento – e obviamente vamos ter um problema.

Aqui vou reproduzir um discurso que estamos fazendo há muito tempo, que lamentavelmente está sem eco: o Governo Federal não pode fazer vista grossa a esse setor, porque, se ficarmos nas mãos dos estrangeiros, não teremos a garantia de um setor importante para a economia, para o deslocamento do brasileiro, porque não temos outra opção – não temos estrada, não temos trem, não temos nada para determinadas localidades. É só o avião que chega.

Então, o Governo brasileiro tem que, urgentemente, apontar e discutir saídas para o setor aéreo. Seja ela, sim – porque já foi apontada por nós inclusi-

ve – a redução na questão do combustível, com o que concordamos, pois somos contra a forma como está cobrado o combustível no Brasil. Com relação a isso a Agência não faz nada. Não se pode mexer na questão do câmbio. E também acho que, com relação à questão das tarifas aeroportuárias, se o País quer crescer, realmente, vai ter que fazer um exercício e não aplicar esses reajustes que estão sendo colocados dessa forma. Por isso, é que foi privatizado.

Por último, Senadora, queria deixar bem claro que o Sindicato continua na luta para obtermos êxito na questão do Aerus, que poderia estar minimizando a situação dessas demissões sensivelmente. Muita gente, hoje, voltou à atividade porque não tem o Aerus, e isso até seria uma solução de médio prazo bastante significativa.

Outra: o Sindicato não concorda que desoneração praticada no setor venha sem o compromisso da manutenção dos empregos. Isso eu gostaria de deixar bem claro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – No caso da folha.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Por causa da folha, da desoneração que houve da folha.

No mínimo, as empresas teriam de ter esse compromisso, e o Governo tinha de exigí-lo, porque é assim que se está dando em vários setores. Então, se isso não está acontecendo no setor aéreo, e a desoneração for para pagar comunicação ou tarifa aeroportuária – porque, ontem, a categoria se reuniu e se decidiu por uma greve dia 13. Por quê? Porque estamos em plena campanha salarial, e as empresas simplesmente apresentam uma proposta escalonada, que não chega ao INPC, que está a 5.95%, ao passo que 99% dos aeronautas vão ganhar 1,4% do INPC. É uma proposta inaceitável, ruim e indecorosa.

Então, eu gostaria de comunicar também que todos os esforços foram feitos para buscar um entendimento com as empresas, mas, sinceramente, todos esses assuntos sobre Aerus; demissões; comportamento da Anac; e redução, sem uma discussão, de comissários – o que é um absurdo – nos aviões internacionais e nacionais contribuíram para esse nível de demissão. No nosso caso, a Agência só demite, porque a nosso favor ela não faz nada. Há aqui comandantes. Todos os comandantes podem dizer o que é a Agência para nós.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A Anac atende aos interesses das empresas!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Peço para terminar.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Finalizando, Senadora, eu queria só registrar isso. Desculpe até a minha emoção.

Os trabalhadores do setor aéreo já apontaram, já trouxeram milhões de propostas em busca de uma solução, mas elas ainda não foram atendidas. Lamentamos e, mais uma vez, estamos aqui pedindo o empenho da Senadora, como sempre. Reconhecemos que a Senadora é uma parceira em busca da solução dessa questão.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer a presença dos comandantes que vieram prestigiar esta audiência pública.

Penso que algumas medidas vão sair daqui. Acho que é dispensável fazer o registro de cada item que a Graziella apontou.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Srª Presidente, eu gostaria de falar pela Anac.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu vou lhe conceder a palavra, até porque a Anac foi insistentemente citada em várias questões, inclusive nessa questão da eventual possibilidade da paralisação no dia 13, informação que a audiência pública está trazendo.

Eu queria agradecer imensamente ao Dr. Ricardo; ao Antonio, da SAC, mas especialmente à Graziella, que traz aqui uma abordagem que vê não só o lado do emprego, do trabalhador aeroportuário, mas também o lado do consumidor. Agradeço também ao Dr. Eudes, que trouxe a posição do Ministério do Trabalho.

Eu só acrescentaria, antes de passar a palavra à Drª Danielle para a sua palavra final, essa questão da desoneração da folha, que a Drª Graziella abordou e que eu também queria mencionar.

O Comandante Alberto disse que a desoneração, benefício dado ao setor que emprega muita mão de obra, acabou sendo consumida ou neutralizada pelo aumento das tarifas aeroportuárias.

Então, em relação a essa questão que a Graziella levanta, pergunto ao Dr. Eudes se o Ministério do Trabalho se posicionou no sentido de haver a contrapartida, dando a desoneração desde que não só o setor aeroportuário, mas também os outros setores garantam a manutenção dos níveis de emprego.

Depois, eu passarei a palavra à Drª Danielle.

O SR. EUDES DA SILVA CARNEIRO – Obrigada, Senadora.

Agradecendo o convite para participar desta audiência pública importantíssima, nós reiteramos a preocupação do Ministério do Trabalho e Emprego com a exclusão, com o encerramento das atividades e com

o fechamento de postos de trabalho. Esse é um ponto importante.

Verificamos que não são 850 pessoas que estão ficando sem emprego. Há um reflexo, porque há famílias envolvidas – os funcionários são casados, têm filhos. Então, esse número chega a mais de 3 mil pessoas, no mínimo, que estarão sofrendo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Afetadas.

O SR. EUDES DA SILVA CARNEIRO – ... serão afetadas nesse setor, se houver essa... Mesmo que não haja a revogação dessa decisão da Justiça, eles vão ficar com esse dilema a vida inteira, até que se resolva definitivamente a questão do emprego.

Então, reiteramos a nossa preocupação com a manutenção do emprego.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Certo.

O SR. EUDES DA SILVA CARNEIRO – Agora, quanto à questão da desoneração, o Ministério se reúne com outros órgãos do Governo para tratar desse assunto. Não são especificamente da nossa área as relações de trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, o senhor, por favor, leve a mensagem de que, nesta audiência pública, há uma preocupação, especificamente do setor aéreo, com a possibilidade de se manter a desoneração, desde que haja a preservação do nível dos empregos no setor aéreo, conforme debatemos aqui, Dr. Eudes.

Antes de passar a palavra à Drª Danielle, que foi a mais provocada aqui e vai ser a última a falar, eu passo a palavra ao Comandante Alberto Fajerman para falar, segundo o que foi abordado nesta audiência, inclusive pela Graziella, sobre a redução da tripulação em questão de segurança, especialmente nos pontos de saída.

Eu, que viajo muito, também procuro não ficar ali perto, porque acho que é uma responsabilidade muito grande fazer aquela operação. Então, eu queria que o senhor comentasse alguns dos pontos que a Graziella abordou.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Obrigado.

A Graziella, como sempre, com muita veemência, defende seus pontos de vista, o que é louvável. Ela conhece o meu, não é?

Com relação à chamada redução de número de tripulantes a bordo, a minha argumentação: o transporte aéreo é uma atividade totalmente globalizada. Sem querer me alongar muito, existe uma entidade mundial da ONU que congrega todas as autoridades aeronáuticas, chamada de Icao, que regula – e ela recomenda, ela não manda – toda a atividade aérea. Do lado

das empresas, existe também uma associação que se chama lata, que faz o papel das empresas no mundo.

Eu considero – e acho que a maioria das pessoas – que são duas entidades extremamente sérias. No caso da Icao – que, em português, seria Oaci –, o Brasil é representante desde o primeiro dia. Já tivemos um Secretário-Geral, que foi o Brigadeiro Renato, comandando a Icao.

Então, o transporte aéreo é uma coisa séria. A gente não pode ter comportamentos completamente diferentes no Brasil do que há no resto do mundo.

Quando as autoridades de vários países fabricantes de avião chegam à conclusão de que você tem todas as margens de segurança, considerando o número de passageiros, em vez do número de portas, eu quero acreditar que os estudos foram bem feitos. Quando a gente diz que o brasileiro se comporta diferente, se comporta igual, mas o transporte aéreo é mundial. Por exemplo, custa-me pensar que um brasileiro estará mais seguro numa aeronave brasileira do que numa aeronave não brasileira. Então, se o sujeito vai daqui para Santiago, vamos dar um exemplo, e, por acaso, vai numa empresa brasileira e volta numa empresa chilena para Buenos Aires, e lá eles utilizam o recomendado pela Icao e têm um comissário a menos, é o mesmo brasileiro. Eu não conto quantos brasileiros estão dentro de um avião da Aerolineas Argentinas. Porque, se assim fosse, a gente tinha que proibir os brasileiros de andarem em aviões estrangeiros. Existem outras diferenças, que não é o caso de citar.

Então, o atributo mais importante que uma empresa aérea dá é exatamente a sua segurança, porque é isso que a eliminaria da concorrência. Então, quando a gente adota o recomendado pelo mundo todo, nós não vemos, em momento nenhum, que a gente não esteja fazendo alguma coisa segura. Então, eu não vejo que isso seja motivo de insegurança.

A senhora também perguntou no começo a nossa opinião sobre o CBA do capital estrangeiro. A nossa posição é que a empresa brasileira tem que ser aquela que é constituída no Brasil, tem sede no Brasil, e o capital votante esteja em mãos de brasileiros. Agora, como é que se define que o capital votante esteja em mãos de brasileiros, essa que eu acho que é uma pequena discussão que o colega Antonio falou muito bem. Para nós, seria o que a gente chama modelo da Embraer, independentemente de quanto, ou você tem a maioria dos acionistas brasileiros, ou, assim não sendo, que exista no estatuto algum dispositivo que diga que, nas assembleias, se houver um único brasileiro, ele terá 51% dos votos. Quer dizer, como se exerce essa... Nós estamos absolutamente de acordo com que o controle das decisões estratégicas esteja em

mão de brasileiros, agora como isso se exerce para nós é através do estatuto que garanta que o voto do brasileiro é a maioria nas decisões.

Essa é a nossa posição.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Comandante Alberto.

Eu passo a palavra, então, para finalizar, à Dr^a Danielle Crema, da Agência Nacional de Aviação Civil, que foi tão provocada aqui, instigada pelas ações em relação à defesa do...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, diga.

A SR^a GRAZIELLA BAGGIO – Eu acho que é importante, de acordo com o que o Comandante Faerman respondeu, é importante ficar claro o seguinte: a Icao recomenda – ela recomenda –, ela não obriga as empresas a fazerem aquilo.

Outra coisa, a lata é uma associação de interesse dos empresários da aviação. Então, lá eles discutem o que é diminuir a despesa.

O que eu estou dizendo é que as empresas estão indo, junto a Anac, buscando a redução de comissários e os testes que estão sendo aplicados não estão sendo aplicados, como eu estava lhe reportando: a tripulação foi ao Rio hoje, para fazer o teste lá no avião que está encostado no Galeão, mas sem as condições necessárias para que aquilo fosse de fato considerado um treinamento e dar as condições para o aeronauta estar apto para a redução do comissário.

Então, o que eu estou discutindo é que eles foram chamados, sexta-feira, a Anac estava lá, segundo informação deles, e falou: “Eu na terça-feira estou fazendo isso, isso, isso. Vocês vão sair pela porta da frente, vou apagar a luz.” Ou seja, eles já foram orientados sobre o que vai acontecer, não tem passageiros a bordo, se tiver são tripulantes que estão lá aguardando para fazerem a etapas deles. Discordamos desses tipos de testes que a Anac está aplicando, privilegiando as empresas e sem de fato garantir a efetividade desses tripulantes na segurança de voo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bom, como foi até providencial que eu tenha lhe concedido a palavra, porque é mais um motivo para agora a Dr^a Danielle dar as respostas sobre essa questão também.

A SR^a DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Obrigada, Senadora.

Acredito que a fala da Graziella, de certa forma, reforma um diagnóstico que nós construímos e que eu estava tentando expor a vocês em torno do problema da informação que acontece no setor.

Graziella, eu vou entender o tom um pouco mais agressivo da sua fala dirigida à instituição à qual eu pertencço como uma falta de conhecimento das ações que estão sendo adotadas no âmbito da agência, pelo que eu a convido a se reunir diretamente comigo, para que, num fórum com maior disponibilidade de tempo, eu possa explicitar as iniciativas que estão sendo adotadas, como eu disse, tutelam o interesse do mercado como um todo, ali representados tanto os interesses dos consumidores como das empresas aéreas, como daqueles que prestam serviço ou tomam serviço no setor. Então, eu gostaria de, num primeiro momento, deixar registrado meu convite. Acho que já estivemos em vários fóruns, dividindo algumas mesas, mas nunca tivemos a oportunidade de debater, tecnicamente, as questões afetas à regulação econômica.

Especificamente em relação à área em que eu atuo, você mencionou o procedimento, a inveracidade do dado de aprovação de voos. Nós sabemos e você também tem essa informação de que o processo de constituição de uma empresa, certificação das suas aeronaves e habilitação de seus pilotos é mais amplo, e o prazo a que eu me referi é exatamente o prazo de aprovação de Hotran. Uma empresa, uma vez já constituída... E eu tenho dados estatísticos que mostram que o tempo médio de análise de uma solicitação de Hotran, naquilo em que a Agência demanda à manifestação da infraestrutura aeroportuária e também dos Centros de Gerenciamento de Navegação Aérea, nós consumimos nesse período um prazo de tempo médio de 5 dias, o que foi percebido e teve reflexos positivos para toda a sociedade como a eliminação de uma barreira burocrática ao desenvolvimento do setor. Esses prazos, Senadora, já chegaram a consumir mais de 30, 60 dias, então, foi uma eficiência que a Agência introduziu por meio de seu procedimento de automação, flexibilização e revisão dos normativos antigos, os quais ela herdou.

Outro ponto que foi discutido é a questão das tarifas aeroportuárias. Uma correção, aliás, um adendo em relação à informação apresentada pela GOL é que de fato houve um aumento das tarifas aeroportuárias, a partir de 2010, mas é importante compreender como estavam sendo reajustadas essas tarifas antes de 2009. Temos tarifas que permaneceram mais de 10 anos sem reajuste. E para que serve a tarifa? Hoje, como outro diagnóstico foi percebido aqui, nós temos problemas de escassez de infraestrutura e de otimização dessa infraestrutura. As tarifas aeroportuárias servem exatamente a esse propósito, de fomentar e gerar investimento na infraestrutura aeroportuária. Então, o que aconteceu? Esse aumento na verdade foi uma recuperação de um preço que já estava de-

masiadamente defasado e que vai ser revertido para investimento em infraestrutura.

Em relação à questão de tripulantes e, permita-me, não sou uma técnica da área de segurança e a Agência é estruturada em segurança, infraestrutura e regulação econômica, que é o tema afeto, mas me permito trazer informações que eu já obtive de outros fóruns. A primeira constatação: em nenhum momento – eu reitero isso – a Agência transige com procedimento de segurança. Como foi esclarecido tanto pela Graziella quanto pelo Fajerman, nós temos uma instituição, de fato, a Icao, que congrega as autorizações de aviação civil do mundo inteiro. Ela emite recomendações, mas recomendações que espelham as melhores práticas pelas quais nós nos pautamos e procuramos incorporá-las no nosso ordenamento, por reconhecermos de que ali é um fórum em que são ditadas as melhores práticas.

A discussão em torno da tripulante foi uma revisão do ordenamento da regulamentação que foi feita pela Agência. Ela foi objeto de um processo de participação social denominado consulta pública, em que foi oportunizado a toda a sociedade opinar e trazer considerações acerca das implicações da alteração que estava sendo feita. Mas basicamente, tentando explicar o que foi feito, mas não com a mesma propriedade técnica que a área específica da Agência teria, o que foi feito foi uma compatibilização da quantidade de tripulantes a bordo da aeronave, não em função da quantidade de portas disponíveis na aeronave; mas de quantidade de assentos; ou seja, de passageiros transportados a bordo dessa aeronave. Então, uma aeronave em que você tinha quatro portas e em que você teria que ter quatro tripulantes, isso às vezes não espelhava o nível de segurança necessário para evacuar a quantidade de passageiros que estavam a bordo. Então, foi feita uma compatibilização: em vez de se considerar um tripulante por porta, passou-se a considerar um tripulante para cada cinquenta assentos comercializados. E eu tenho certeza que toda a discussão técnica e a fundamentação que motivou essa norma foi bastante expressada nesse procedimento de consulta pública, mas, como eu já disse, não há problema algum em fazermos um fórum adequado, também nesta Casa, e ressuscitar essa discussão. A Agência está disposta a isso.

E mais uma vez, Graziella, eu gostaria que você aceitasse meu convite de me permitir e te participar das ações que estão sendo adotadas no âmbito da Agência; e aí, eu reconheço, pode haver uma falha de divulgação, de notificação e conhecimento público das ações que estão sendo empreendidas.

Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Danielle, essa disponibilidade eu

acho que é importante para abrir um espaço também de interlocução entre a representação da classe trabalhadora, do transporte aeroportuário ou aeroviário, com a Agência reguladora, que é a Anac. Acho que é importante também esse entendimento, porque agora nós estamos num processo já de finalização do exercício legislativo. Temos que votar matérias importantes, o Orçamento Geral da União, temas que interessam às agências reguladoras. Temos que votar uma série de matérias. Então, em relação a essa agenda pesada, não teremos espaço, até o final do ano, de abrir uma nova discussão sobre isso.

Portanto, eu penso que um entendimento direto possa também ter um grau de produtividade para defender o interesse dos aeroportuários.

A SRª DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA – Só para tranquilizá-los em relação à greve, nós já sabemos desse indicativo de greve e nós temos adotado as medidas necessárias para tutelar a prestação de serviço nesse período de ano. Então, assim como em anos anteriores já foram adotadas medidas semelhantes, nós estamos tentando demonstrar o impacto que isso poderia ensejar no final do ano e o prejuízo que poderia advir para a sociedade brasileira, e também nos municiar dessas informações para enfrentar essa iminente notícia de greve.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Desejamos aqui muito que haja um entendimento sobre a preservação dos direitos e dos interesses de parte a parte, seja dos trabalhadores do setor, seja do usuário do serviço, porque o cargo e o poder do Governo, especialmente de uma agência reguladora é exatamente fazer esse compartilhamento de defesa dos valores, sem pender para o lado do concessionário ou excessivamente do outro lado, o que também poderia desequilibrar a situação. Penso que a defesa da categoria tem essa visão também de inteligência e de racionalidade.

Eu queria renovar, em nome do Presidente Jayme Campos, Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, o agradecimento especial ao Coordenador-Geral de Acompanhamento de Mercado da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Dr. Antonio Maria Espósito, que representa aqui o Wagner Bittencourt de Oliveira, que é o Ministro-Chefe da SAC; à Drª Danielle Crema, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que representa aqui o Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da Anac; ao Dr. Eudes da Silva Carneiro, Assessor da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; à Graziella Baggio, Secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos

Aeronautas, representando aqui o Dr. Gelson Dagmar Fochesato, Presidente do SNA; ao Comandante Alberto Fajerman, Assessor da Presidência da GOL Linhas Aéreas Inteligentes; e ao Dr. Ricardo Machado Ruiz, Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que representa aqui o Dr. Vinícius Marques de Carvalho, Presidente do Conselho.

Quero renovar o registro aqui, lamentando profundamente, da ausência do Presidente do Sindicato das Empresas Aeroviárias, José Márcio Monsão Mollo, que tomo como uma desconsideração à Comissão de Assuntos Sociais e ao Senado da República. Nós aqui somos uma Casa que representa a República, representa o interesse dos Estados, o Senado Federal, mas representa também os interesses da população brasileira. Lamento profundamente.

Renovo os agradecimentos. Dou por encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos, do dia doze de dezembro de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Eduardo Braga e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – OFÍCIO S Nº 10, de 2012 – Não Terminativo** – Encaminha, nos termos do artigo 12 da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, cópia da documentação de apresentação da Plenária de Prestação de Contas dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, no âmbito do Município de São Bernardo do Campo (SP), referente ao 1º quadrimestre de 2012. **Autoria:** Secretário de Saúde do Governo Municipal de São Bernardo do Campo (SP) **Relatoria:** Senador Benedito de Lira

(Substituído por *Ad Hoc*) **Relatoria Ad Hoc:** Senador Waldemir Moka **Relatório:** Pelo arquivamento do Ofício “S” nº 10, de 2012; e pela comunicação da decisão desta Comissão à Secretaria de Saúde do Governo Municipal de São Bernardo – São Paulo. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Waldemir Moka, em substituição ao Senador Benedito de Lira. Aprovado Parecer que conclui pelo arquivamento do Ofício “S” nº 10, de 2012. A decisão desta Comissão será comunicada à Secretaria de Saúde do Governo Municipal de São Bernardo do Campo (São Paulo). A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para prosseguimento da tramitação. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2010 – Terminativo** – Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*) **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Lúcia Vânia **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Lúcia Vânia, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço. Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 294, de 2011 – Terminativo** – Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer critérios mínimos para o pagamento de auxílio por natalidade no caso de mães que não tenham direito a licença-maternidade. **Autoria:** Senadora Ângela Portela **Relatoria:** Senador Wellington Dias **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2011 na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, de 2012 – Terminativo** – Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a contratação de aprendizes maiores de 18 anos pelas empresas com mais de cinquenta empregados. **Autoria:** Senador Paulo Bauer **Relatoria:** Senadora Ana Amélia **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2012 – Terminativo** – Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para dispor sobre a validade das receitas médicas em todo o território nacional. **Autoria:** Senador Jayme

Campos **Relatoria:** Senadora Ana Amélia **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2012 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **EX-TRAPAUTA ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 68, de 2012** Nos termos do art.113, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que “Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País” seja apreciado em reunião conjunta das comissões constantes do despacho inicial, Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa. **Autoria:** Senador Eduardo Braga e outros. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia e Lúcia Vânia e os Senadores Waldemir Moka, Paulo Paim, Cyro Miranda, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, Eduardo Suplicy e Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens de 1 a 5, conforme pauta previamente divulgada, sendo uma matéria não terminativa e quatro terminativas.

Quero registrar já a presença do Senador Waldemir Moka.

Quero comunicar também às senhoras e aos senhores que hoje vou fazer um balanço das nossas atividades aqui, neste biênio 2011/2012.

Entretanto, aguardando mais presença de Senadores, quero consultar o ilustre Senador Waldemir Moka se pode relatar o item 1 da pauta, que está na página 10, que é uma decisão não terminativa.

ITEM 1

OFÍCIO “S” Nº 10, de 2012

– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, cópia da documentação de apresentação da Plenária de Prestação de Contas dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, no âmbito do Município de São Bernardo do Campo (SP), referente ao 1º quadrimestre de 2012.

Autoria: Secretário de Saúde do Governo Municipal de São Bernardo do Campo (SP)

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Pelo arquivamento do Ofício “S” nº 10, de 2012; e pela comunicação da decisão desta Comissão à Secretaria de Saúde do Governo Municipal de São Bernardo – São Paulo.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para prosseguimento da tramitação.
- A votação será simbólica.

A relatoria é do Senador Benedito de Lira. Entretanto, não estando presente neste exato momento, solicito ao Senador Moka para ser Relator *ad hoc*.

Quero pedir o Senador Moka para que possa relatar *ad hoc* a referida matéria.

V. Exª está com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, trata-se do Ofício “S” nº 10, de 2012 (Ofício nº 327, de 2012, na origem), da Secretaria de Governo do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, que encaminha ao Senado Federal o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito daquele Município, referente ao primeiro quadrimestre de 2012.

Vou passar direto à análise, Sr. Presidente.

A competência da CAS para deliberar sobre matérias relativas à saúde está consignada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Não obstante, o envio do Ofício “S” nº 10, de 2012, a esta Casa Legislativa está apoiado em interpretação equivocada das normas legais relativas à prestação de contas da gestão do SUS, conforme demonstraremos a seguir.

A matéria, na verdade, o tempo todo, pelo que eu li no relatório aqui, nem deveria ter sido enviada para o Senado, mas vamos à análise.

Diferentemente do que informa a Secretaria de Governo do Município de São Bernardo do Campo, o

assunto não é regido por um suposto art. 12 da Lei nº 12.438, de 2011, pois essa matéria contém apenas dois artigos. Pode-se inferir, contudo, que a Sr^a Elenice Vieira, responsável pelo expediente da Secretaria e quem subscreve o ofício, pretendia fundamentar o envio do documento no art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, com a redação dada por aquele diploma legal.

Com efeito, a redação original do artigo dispunha que os gestores municipais e estaduais do SUS deveriam apresentar, trimestralmente, o relatório circunstanciado de sua atuação no período aos respectivos conselhos de saúde e ao órgão do Poder Legislativo. Dessa forma, o gestor municipal apresentaria seus relatórios à Câmara de Vereadores e o gestor estadual, à Assembleia Legislativa.

O Senador Tião Viana apresentou, então, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 71, de 2003, com o intuito de estender a regra à esfera federal. A proposição foi aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.438, de 2011.

Com a nova redação dada ao art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, o Ministro da Saúde deveria apresentar, a cada trimestre, relatório de sua gestão ao Conselho Nacional de Saúde e, em audiência pública, às duas Casas do Congresso Nacional. Essa foi a inovação jurídica implementada pela Lei nº 12.438, de 2011.

Não há, no texto legal, menção alguma ao suposto papel do Congresso Nacional como órgão fiscalizador da gestão do SUS pelos Estados e Municípios brasileiros. Ademais, qualquer interpretação legal nesse sentido estaria eivada de inconstitucionalidade, por violação do pacto federativo, pois o Poder Legislativo Federal estaria usurpando, aos poderes legislativos dos demais entes federados, a competência de fiscalização a estes atribuída pela Constituição – no caso, Câmaras e Assembleia Legislativa.

Mesmo que tentasse conferir à norma a interpretação dada pela Secretaria, o envio do documento ao Senado continuaria a carecer de suporte legal, pois o art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, foi expressamente revogado pelo art. 47 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de Governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Atualmente, a matéria é regida pelo art. 36 da referida Lei Complementar, *in verbis*:

Art. 36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- I – montante e fonte dos recursos aplicados no período;
- II – auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;
- III – oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

.....
§ 5º O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação [então, Município, Câmara; Estado, Assembleia] o Relatório de que trata o caput.

Então, Sr. Presidente, se, mesmo antes da revogação do art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, não se poderia entender que competia ao Senado apreciar as contas da gestão da saúde de cada Município brasileiro, agora a questão está ainda mais cristalina com o disposto no §5º do art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Questão idêntica já foi objeto de deliberação desta Comissão por ocasião da apreciação do Ofício “S” nº 51, de 2011 (Ofício nº 2-0498, de 5 de agosto de 2011, na origem), do Secretário de Governo do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. O envio desse documento ao Senado também foi fundamentado pelo Secretário no inexistente art. 12 da Lei nº 12.438, de 2011.

O Relator da matéria, Senador Eduardo Suplicy, concluiu pelo arquivamento do Ofício e pela comunicação ao autor do teor da decisão da Comissão, frente à incompetência do Senado para deliberar sobre a prestação de contas municipal. O relatório foi aprovado por unanimidade pelos membros deste colegiado, em 11 de abril do corrente ano, e passou a constituir o parecer da CAS.

O Ofício “S” nº 51, de 2011, seguiu sua tramitação para a CMA, onde nem chegou a ser distribuído para a relatoria de Parlamentar. Diante do flagrante equívoco no envio daquele documento para o Senado, a Comissão determinou o arquivamento do Ofício, com

fundamento no Ato nº 2, de 2009, da CMA, por meio de nota técnica elaborada pelo próprio colegiado. Nessa nota, a Comissão corroborou o parecer aprovado pela CAS sobre a matéria.

O Ofício seguiu, então, para o plenário, onde foi confirmada a decisão proferida por esta Comissão, de arquivamento do Ofício e comunicação ao autor do teor da decisão.

Diante do exposto, pode-se concluir que o Ofício “S” nº 10, de 2012, não merece melhor sorte que seu antecessor, também oriundo do Governo do Município de São Bernardo do Campo. O precedente estabelecido por esta CAS, acatando o voto exarado pelo Senador Eduardo Suplicy sobre o Ofício “S” nº 51, de 2011, é no sentido de arquivar a matéria e comunicar ao autor o teor da decisão.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 10, de 2012, e pela comunicação à autora do teor da decisão desta Comissão.

Sr. Presidente, eu acho que a Comissão tinha de contatar o Município de São Bernardo do Campo e avisar à Secretária que ela está equivocada. Porque, daqui a pouco, nós vamos receber outro ofício “S” aqui. É um absurdo isso. Quer dizer, ela que me desculpe, mas eu acho que uma pessoa à frente dessa pasta não pode cometer um equívoco como esse. E repetido, já pela segunda vez. Eu acho que a Comissão deveria recomendar expressamente que, se alguém tem que examinar isso, é a Câmara Municipal de São Bernardo do Campo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente. V. Ex^a tem toda razão, Senador Moka. A esta Comissão cabe encaminhar a matéria pelo fato de que ela nos foi remetida pela Secretaria-Geral da Mesa, mas vamos manter contato, naturalmente, com o próprio Presidente do Senado, para que ele oficialize a Prefeitura de São Bernardo do Campo, a Secretaria de Saúde, que esta matéria tem que ser julgada pela Câmara Municipal, pelos órgãos competentes, pelo Conselho de Saúde, e não ser remetida ao Senado Federal.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É claro que é uma ilação. Mas, às vezes, até para driblar o envio à Câmara, manda para cá. É uma forma de dizer: “Nós mandamos, só que...”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu acho que V. Ex^a tem toda razão. Ela está tentando driblar. Ou seja, lá poderia haver uma apuração mais refinada, de forma mais transparente. Com isso ela quer o quê? Livrar-se da apuração na Câmara de Vereadores e encaminhar para o Senado. Até porque o Senado nem tem conhecimento em relação

à matéria pelo fato de que as prestações de contas, a aquisição de medicamentos e outros bens necessários se encontram à disposição da contabilidade, eu imagino, da Prefeitura Municipal daquela cidade.

Quero também comunicar a V. Ex^a que a matéria ainda vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Ainda vai andar aqui no Senado Federal. Eu acho que é chover no molhado, sem nenhuma necessidade. Há coisas muito mais importantes para serem tratadas aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só vai gastar tempo e papel.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tempo e papel.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pelo arquivamento do Ofício “S” nº 10, de 2012.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu acho até que, se temos de enviar para a Comissão de Meio Ambiente, para garantir, vamos enviar já com o aviso de que estamos alertando também o Município e a Secretaria de que esse equívoco não pode mais acontecer, deixando claro que não podem mais ignorar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A sugestão de V. Ex^a é acatada e nós vamos fazer essa recomendação, anexando, naturalmente, as notas taquigráficas, pelo fato de que tudo é registrado, vamos anexar para ser encaminhado à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Acho que assim é mais seguro, já que, sendo uma reunião, temos uma ata, que vamos anexar ao processado que vai ser encaminhado à Comissão.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 10, de 2012 e pela comunicação da decisão desta Comissão à Secretaria de Saúde do Município de São Bernardo do Campo, em São Paulo.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para prosseguimento da tramitação, com a recomendação proposta aqui pelo Senador Moka, fazendo a juntada, ao processado, das notas taquigráficas. Eu solicito à nossa Secretária, Dr^a Dulcília, que faça naturalmente essa juntada ao processado para encaminhar à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

EXTRAPAUTA**ITEM 6****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 68, de 2012**

Nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que “Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País” seja apreciado em reunião conjunta das comissões constantes do despacho inicial, Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

Autoria: Senador Eduardo Braga e outros.

Vou também subscrever essa matéria, pelo fato de ela também passar pela Comissão de Assuntos Sociais, e quero fazer o encaminhamento.

Ontem à noite, o Senador Eduardo Braga me procurou, tentando estabelecer a possibilidade de fazermos uma reunião com todas essas Comissões, porque, assim, a matéria já poderia ser aprovada, tendo em vista que ela deve ser aprovada em caráter terminativo na Comissão que ele preside.

Não há nenhum obstáculo, nenhuma objeção a fazer; muito pelo contrário. Nesse caso, quero subscrever a matéria e dizer que é muito importante aprová-la, se possível, Senador Moka, ainda neste ano.

Então, esse é o encaminhamento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria desse requerimento está aprovada.

Quero fazer apenas alguns esclarecimentos aqui e uma pequena prestação de conta em relação às nossas atividades feitas no biênio 2011/2012, pelo fato de que, no ano que vem, haverá uma nova eleição para a escolha não só do Presidente do Senado, como também das Comissões da Casa.

Aproveito a chegada do fim do ano legislativo para prestar as contas do trabalho realizado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que presido desde março de 2011.

Eu quero dizer que já fui Prefeito por três mandatos, Governador de Estado e aceitei essa condução com muita honra, como uma oportunidade de manter o olhar do Legislativo sobre a área social.

Nesses 2 anos, Senador Moka, trabalhamos em ritmo intenso, garantindo quórum qualificado em todas as reuniões da CAS. Além disso, a Comissão de Assuntos Sociais tem promovido debates essenciais ao desenvolvimento do Brasil.

Neste biênio, até a presente data, realizamos 103 reuniões, sendo 32 deliberativas e 15 audiências públicas para subsidiar a relatoria e a discussão de matérias e temas de interesse social. Foram deliberados 276 projetos e aprovados 138 requerimentos.

Para a reflexão de uma agenda a partir das metas estabelecidas pelo Poder Executivo, nós convidamos aqui Ministros de Estado da área social para o debate, entre eles o Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves; do Trabalho, à época, Carlos Lupi; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; e da Saúde, Alexandre Padilha.

Atentos à principal necessidade apontada pelos brasileiros, a CAS aceitou o desafio de discutir em profundidade a saúde pública em expansão do mercado dos planos de saúde. Debateremos...

Eu queria pedir um minuto de silêncio para vocês da assessoria, para o bom andamento dos trabalhos da Comissão.

Debateremos a carência de médicos em Municípios brasileiros, a situação das Unidades de Terapia Intensiva no País e as dificuldades que enfrentam os pacientes de alto risco.

Aprovamos o Programa de Prevenção de Erros de Medicação, a penalização por dano moral por falta de atendimento de saúde e a Política Nacional de Combate à Falsificação de Documentos.

Realizamos sabatinas para aprovação das indicações dos diretores e presidentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Na área da saúde da mulher, garantimos a gratuidade da vacina contra o vírus HPV, a liberação do FGTS para tratamento de infertilidade e a garantia de cirurgias reparadoras para as vítimas do câncer de mama.

Audiências públicas relevantes foram realizadas pela Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, presidida pelo Senador Humberto Costa.

O Brasil investe pouco em saúde pública: apenas 8%, Paulo Davim, do Produto Interno Bruto, enquanto esse percentual é bem maior em outros países. A Argentina investe o dobro, e o México, três vezes mais.

Com os diferentes setores da sociedade discutimos exaustivamente os dados do câncer e as possibilidades de tratamento. A partir da iniciativa desta Presidência e com o aval dos ilustres integrantes da

CAS, apresentamos um projeto de lei para dar incentivo fiscal a instituições de apoio a pacientes de câncer.

Por sinal, essa matéria se encontrava na CAE, e me parece, se não me falha a memória, que a relatoria cabia ao ilustre Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Só uma observação: essa matéria está com parecer favorável. E uma explicação: quando tramitava aqui, o Governo editou...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Uma medida provisória.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– A verdade é que o assunto foi resolvido, mas, até porque acho que o trabalho tem de ser valorizado, no parecer faço constar isso.

Mas peço a aprovação, porque a iniciativa – inclusive, de V. Ex^a – foi subscrita por toda a Comissão, o que – tenho certeza – foi o que pressionou o Governo a resolver a questão.

Lamentavelmente, é sempre assim: quando há uma matéria importante de iniciativa do Legislativo, o Executivo se apressa em dizer que foi ele que resolveu. Eu não consigo entender essas coisas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas acho que a intenção nossa aqui valeu. O que fundamentalmente ocorria é que o Governo não tinha nenhum mecanismo, nenhuma outra fonte de recursos.

Nesse caso, quando fizemos aqui esse projeto, encaminhado por esta Comissão, o Governo editou a medida provisória. De qualquer forma, valeu a pena, e V. Ex^a, agora, como Relator da matéria, vai acabar, naturalmente, de avaliar a medida provisória que o Governo encaminhou a esta Casa e que já foi aprovada.

Na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outras Drogas, criada no âmbito da CAS e conduzida pelo valoroso Senador Wellington Dias, foram realizadas audiências públicas sobre o avanço do uso do crack no Brasil, com debates sobre ações sociais, prevenção, segurança pública, legislação, tratamento e experiências internacionais. O resultado está no relatório final, elaborado pela ilustre Senadora Ana Amélia.

Foram debatidos na Subcomissão de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiência, presidida pelo Senador Lindbergh Farias, a inclusão no mercado de trabalho, a aposentadoria especial, o benefício da prestação continuada, pensão por morte dos pais, a inclusão das pessoas com deficiência no Programa Brasil Sem Miséria, do Governo Federal, além dos transtornos dos autistas e dos direitos dos surdos. Neste semestre, aprovamos a Política de Proteção para o Autista e a garantia de utilização dos recursos

do FGTS para reformas nas residências de pessoas com deficiências.

No âmbito da Subcomissão de Defesa do Emprego e da Previdência Social, presidida pelo Senador Paulo Paim, foram objetos de intensos debates os fundos de pensão, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e políticas de emprego para trabalhadores experientes.

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou a regulamentação de profissões relevantes, como a atividade de taxista, de técnico em sistema de segurança, de especialista em vinhos, disc-jôquei, de comerciante, de profissionais de estética, de historiador e de cuidador da pessoa idosa.

Segundo o IBGE, o Brasil tem hoje mais de 20 milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade e, daqui a 20 anos, serão 52 milhões de idosos. Portanto, a regulamentação dessa profissão de cuidador de idosos eu reputo também muito importante, pelo fato dos dados estatísticos oferecidos pelo IBGE, dar aqui um número alarmante, ou seja, daqui a 20 anos, o Brasil terá 52 milhões de idosos.

A CAS aprovou...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas alarmante no bom sentido, não é, Sr. Presidente? Porque nós queremos viver mais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro, claro! Vamos ser iguais aos países de primeiro mundo, como é na Europa, a Suíça, a Suécia e outros países.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nobre Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, permita-me um aparte a seu brilhante pronunciamento e a sua prestação de contas. O senhor elencou as profissões cuja regulamentação nós discutimos aqui, como taxista, especialista em vinho, cuidador de idosos, historiador. Nós precisamos, e o senhor, sobretudo, encerrar com chave de ouro este ano e esta brilhante passagem de V. Ex^a pela Presidência da CAS, com a aprovação da regulamentação da profissão de médico. Então, seria um coroamento, já que todas as demais profissões foram discutidas e os projetos de regulamentação que passaram por aqui foram aprovados, eu acho que os médicos merecem também esse olhar de respeito a sua atividade.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a tem toda razão. Inclusive, a partir das 10h30, teremos uma reunião conjunta da CAS

e da CE para, com certeza, nessa audiência pública, acabarmos de fazer a instrução do processado.

E essa matéria voltará para a CAS, na quarta-feira, quando será votada, em caráter terminativo, aqui na Comissão de Assuntos Sociais. V. Ex^{as} têm a garantia absoluta de que, na quarta-feira, estarei de pé e à ordem aqui, às 9 horas da manhã, para votarmos essa matéria tão esperada e aguardada há muitos anos por essa profissão que nós respeitamos muito, que é a do profissional liberal da medicina. Inclusive, há aqui dois belos e grandes homens da medicina, Dr. Moka e Dr. Paulo Davim.

A Casa aprovou o Fundo de Pensão do Servidor Público, a aposentadoria especial para motorista de táxi, para garis, para catadores de lixo e para garçons. Garantiu a dedução, no Imposto de Renda, de gastos com a Previdência oficial de dependentes e aprovou o sistema especial de inclusão previdenciária para donas de casa de baixa renda.

Este colegiado votou ainda a instituição do Suas – Sistema Único de Assistência Social. Graças ao pedido de urgência desta Presidência, a proposta foi aprovada pelo Plenário do Senado, permitindo a implantação da Política Nacional de Assistência Social, para garantir proteção à infância, à adolescência, à família, à maternidade e à velhice.

Diante do aumento de acidentes envolvendo motociclistas, realizamos, no Auditório Petrônio Portella, o Seminário de Políticas para o Trânsito Seguro de Motos e aprovamos o adicional de periculosidade para mototaxistas, complementando a lei que regula a profissão de mototaxista e motobói.

Eu gostaria de destacar também a realização de ciclos de debates no âmbito da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, presidida pelo ilustre Senador Cyro Miranda, a qual terá continuidade em 2013.

Agradeço, de forma toda especial, o reconhecimento e o empenho dos meus parceiros, Senadores e Senadoras, membros da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, pelo apoio na votação de projetos de lei relevantes e em discussões essenciais ao cumprimento da missão legislativa e fiscalizadora deste Senado.

Não posso deixar também de externar aqui os meus efusivos cumprimentos e agradecimentos ao meu Vice-Presidente, que não se encontra aqui, nosso Casildo Maldaner, que também foi um grande colaborador de nosso trabalho aqui.

Agradeço a presença de todos os Senadores, indistintamente, dos titulares e dos suplentes, que, com frequência, estiveram nesta Comissão, para que pudéssemos aprovar esse número de projetos, que, sem sombra de dúvida, é um número bastante substancial,

robusto, mas, acima de tudo, são projetos de interesse de toda a sociedade brasileira, principalmente na defesa dos interesses de políticas públicas e sociais capazes de melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

De maneira que aqui faço esta rápida e breve prestação de contas, não só minha, mas de todos os membros da Comissão de Assuntos Sociais. Orgulhei-me muito de trabalhar aqui com os colegas Senadores, que, indistintamente, deram a sua contribuição, de uma forma direta, para que pudéssemos realizar este trabalho, que certamente estará registrado nos Anais desta Comissão, pelo fato de que foram, neste biênio, 510 ações realizadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, evidentemente, ao longo de nove mandatos, eu passei por várias comissões, presidi várias comissões e quero dar um testemunho de que, aqui, dentre as comissões – eu participo, pelo menos, de três comissões aqui no Senado com muita regularidade –, mas a verdade é que, aqui, a Comissão de Assuntos Sociais, presidida por V. Ex^a, é uma Comissão que pode ser a referência aqui no Senado.

V. Ex^a presidiu sem centralizar, sem querer segurar projeto, de forma democrática. Todos os que aqui passaram tiveram a oportunidade de relatar matérias importantes. Quer dizer, V. Ex^a deu o exemplo de como deve ser o presidente de uma comissão, com desprendimento total, da forma mais democrática possível.

E tanto é que a maioria dos Senadores tem um imenso prazer de participar desta Comissão. É uma das poucas comissões que não têm problema de quórum. Eu não me lembro de nós termos, aqui, dificuldade com quórum. Pode ser, momentaneamente, mas a verdade é que os projetos, todos eles, fluíram naturalmente, não há represamento de nenhum projeto.

E eu quero, ao final da minha fala, dizer – talvez seja suspeito, porque sou muito amigo de V. Ex^a, mas eu acho que nossos pares aqui devem ter a mesma opinião que a minha – que V. Ex^a foi um grande Presidente, que presidiu, exatamente, com isenção, com muita harmonia. E eu quero, então, no final da minha fala, parabenizar V. Ex^a.

É claro que V. Ex^a conta com o auxílio inestimável do nosso grupo de servidores aqui do Senado, que, aliás, é da melhor qualidade, são pessoas extremamente dedicadas e atenciosas. E, pelo menos da minha parte, de vez em quando, não consigo disfarçar, às vezes, a minha irritação com algumas coisas que acontecem,

sobretudo, coleta de assinaturas, Sr. Presidente, porque aqui, a pessoa dá um espirro, tem que assinar que espirrou. Então, é um negócio impressionante essa coleta de assinaturas. É claro que isso é uma exigência legal, eu tenho consciência disso, até porque amanhã ou depois, se alguém levantar que tal matéria não foi votada ou que não tinha quórum, evidentemente, o corpo de servidores terá como comprovar que a matéria foi votada e as pessoas que participaram da votação.

Finalizando, desejo a V. Ex^a, assim como já falou o nosso querido Senador, meu amigo Paulo Davim, que, realmente, o coroamento desta Comissão – e aí, já quase que advogando em causa própria – seria a gente aprovar, em caráter terminativo, aqui, essa questão do Ato Médico, que há mais de uma década, com mais de 21 audiências públicas, os médicos não conseguem ver a sua profissão regulamentada. Acho que chegou o momento, é um projeto exaustivamente debatido, relatado, enfim.

Mas desejo dizer a V. Ex^a que tive um prazer enorme de ser comandado por V. Ex^a aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço ao Senador Moka suas palavras generosas e bondosas.

Eu cumpri aqui o meu papel, ou seja, como Presidente, ser o mais isento possível. Aqui não houve nenhum Senador que, quando me pedia para relatar um projeto, eu deixei, naturalmente, de encaminhá-lo. De maneira que fiz o meu papel de forma democrática e, sobretudo, isento, principalmente da questão política e partidária. Nós fizemos, aqui, a política social do Brasil. Isso é o que fico mais orgulhoso, pelo fato de que não houve um Senador, nenhuma Senadora para reclamar, naturalmente, quando solicitou para relatar algum projeto de lei nesta Comissão.

Eu concedo, com muita honra...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador Jayme Campos, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Davim, depois, Senador Cyro Miranda..

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu quero me somar às palavras extremamente bem colocadas pelo Senador Moka e também dizer da minha alegria, da minha satisfação em pertencer a esta Comissão. Quero dar o meu testemunho de que esta Comissão é, de fato, uma Comissão referência para a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigada.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E vejam que eu participo de outras também.

Mas, se nós chegamos a uma marca de 510 matérias apreciadas nesta Comissão, uma quantidade considerável de audiências públicas, abordando vários temas, todos eles importantes para a sociedade brasileira, e se a gente teve um desempenho, no final desses 2 anos de presidência de V. Ex^a nesta Comissão, um balanço extremamente positivo, evidentemente, não foi só pelo empenho de cada um dos Senadores que aqui estão e que fazem parte desta Comissão. Evidentemente, isso tudo se deveu à capacidade de aglutinação do Presidente, à forma democrática, à forma confiável, à forma amena como V. Ex^a preside esta Comissão.

Então, esse sucesso, sem sombra de dúvida, traz as suas digitais.

E, evidentemente, eu quero, mais uma vez, me somar às felizes palavras do Senador Moka e ressaltar aqui a importância dos servidores da Casa que fazem parte da Comissão, que são extremamente competentes, compreensivos, colaborativos, solidários nas dificuldades em relação, eventualmente, ao próprio trâmite de matérias nas comissões e nesta Comissão, procurando colaborar e ajudar na medida do possível, além, evidentemente, de serem pessoas gentis.

Quero parabenizá-lo pelo fantástico desempenho desta Comissão, pela forma como o senhor presidiu esta Comissão e pelo grupo de servidores que trabalham e que auxiliam V. Ex^a. Fico muito feliz e fico muito satisfeito em fazer parte desta Comissão.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a por suas palavras. Essa motivação, a nossa energia, naturalmente, é renovada quando V. Ex^{as} expressam o carinho pela nossa pessoa e, sobretudo, reconhecem o trabalho que nós tentamos proporcionar durante a nossa passagem como Presidente aqui. O sucesso não é do Senador Jayme Campos, mas de todos nós, e nós temos que compartilhar o fato de que 510 expedientes, entre projetos, audiências públicas, sabatinas que fizemos aqui, é um número razoável, e eu acho que nós podemos nos orgulhar de participar desta Comissão.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bom dia, Senador Jayme Campos, Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bom dia, meus pares, Senadora Ana Amélia, Paulo

Davim, Moka, Senadora Lídice da Mata, que acaba de chegar.

Eu não queria ser repetitivo, mas não tem outro jeito, Senador. Eu tenho que endossar e falar do quanto é gratificante trabalhar com V. Ex^a. A imparcialidade, a atitude republicana que o senhor tem, o sorriso sempre aberto, a palavra de conforto para os seus amigos, até para aqueles perdedores... Eu acho que a experiência da política o levou a esse grande amadurecimento. É prazeroso, muito prazeroso estar nesta Comissão. Poucas foram as vezes em que esta Comissão não foi presidida por V. Ex^a, atuante. É a única Comissão que começa no horário, como o senhor disciplinou. Então, realmente é referência para a Casa. Nós produzimos e produzimos bastante.

Quero cumprimentar, na pessoa da D^a Dulcília, toda a equipe que colabora conosco, pois são pessoas sempre cordiais, sempre nos ajudando, nos socorrendo, às vezes, nas nossas dúvidas, com presteza e competência. Então, Senador, eu estaria preocupado se tivesse que sucedê-lo nesta Comissão, porque a responsabilidade de quem vier aqui vai ser muito grande para, pelo menos, empatar com V. Ex^a.

Meu carinho, minha gratidão e meu muito obrigado por estarmos juntos estes 2 anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cyro, que é até suspeito pela amizade e pela admiração que tenho por ele. O Cyro conduziu aqui muito bem a Presidência da CASFGTS, que está encerrando o seu trabalho somente em 2013, pelo fato de estar fechando ainda os relatórios, grande colaborador dessa Subcomissão, e, sem sombra de dúvida, foi presença marcante aqui. Acho que não houve uma reunião em que não tivéssemos a presença dos Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia, Moka, Paulo Davim, Paulo Paim. Então, o sucesso do trabalho foi fruto naturalmente da presença de V. Ex^{as}.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa história de começar pontualmente, no horário, é uma referência. Mas há um problema. Eu costumo chegar com o senhor na Presidência e hoje o nosso colega Moka, quando eu cheguei, atrasada, me mostrou o relógio. Quer dizer, ele faz assim... Ótimo. Veja o que é a gente chegar atrasado! (*Risos.*) Na verdade, havia um evento externo de gestão pública municipal muito importante no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, por isso a minha chegada aqui fora do horário.

Eu penso, Senador Jayme Campos, que a atuação parlamentar – eu estou como Senadora de primeiro mandato – é cheia de desafios. Nós enfrentamos, como Parlamentares – mesmo os mais experientes, como o querido Senador Moka, que teve um papel extremamente relevante na votação do Código Florestal, que foi um dos desafios grandes deste início de Legislatura –, exatamente nem sempre ter a compreensão da sociedade da natureza do nosso trabalho.

Esta é uma Comissão que tem um relevo extraordinário por seu alcance. Ela trata das questões sociais: saúde, previdência, área de medicina. Toda área que envolve a área social, os assuntos sociais estão na sua mão.

Como os demais Senadores disseram, talvez o prêmio maior que um Parlamentar possa receber é o que o senhor está recebendo agora, que é o reconhecimento dos próprios pares, que são iguais ao senhor, também disputaram uma eleição, tiveram voto dos eleitores. Quando não é compreendido, mas é reconhecido o trabalho, essa é para mim a grande recompensa. E essa recompensa que o senhor está recebendo hoje é extremamente justa e merecida. Nós aqui não estamos fazendo nenhum elogio gratuito. Nós estamos aqui, todos os que falaram, fazendo isso com toda sinceridade, com absoluta consciência da responsabilidade com que V. Ex^a, ao longo deste mandato de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, se desempenhou. Uma das revelações é que não há na nossa gaveta, na sua gaveta, pelo trabalho eficiente da assessoria, da Dulcília e da equipe liderada por ela, nada guardado. O senhor vai encerrar o seu mandato na Presidência com tudo zerado, ou seja, é um trabalho que nos engrandece a nós também, que integramos esta Comissão.

Eu queria dizer, num agradecimento especial, que ontem fizemos aqui uma audiência pública para discutir a questão do emprego nessas fusões das companhias aéreas e a repercussão foi muito grande. Pena que não foi transmitida ao vivo. Essas coisas nós temos que resolver aqui no Senado. Outra Comissão estava se realizando aqui no mesmo horário, mas fazia apenas um debate interno sobre temas de projetos administrativos. Penso que deveriam transmitir, quando se trata de um tema dessa natureza, até porque foi revelado na audiência que quinta-feira poderemos ter uma greve da aviação civil, e esse será um grave problema enquanto não houver negociação entre as partes, as empresas, companhias aéreas. A Anac já está envolvida nisso, o próprio Ministério do Trabalho e a categoria dos trabalhadores.

Fiz também, e V. Ex^a teve uma grande participação, um debate grande sobre a questão dos acidentes envolvendo motocicletas. Os Senadores todos ajudaram

muito nisso. Foi um debate relevante, porque mostrou que esse problema é uma epidemia grave que está consumindo vidas em todo o Brasil. A Secretaria de Comunicação do Senado Federal produziu uma revista de grande qualidade editorial e com um conteúdo muito grande com base no que esta Comissão realizou.

Por fim, Senador, mas não menos importante, tivemos os projetos que tramitaram nesta Casa, nesta Comissão especialmente, de grande relevância, e um debate, no início do ano passado, quando começou a sua gestão, sobre a questão do câncer, e os projetos que nasceram daquela audiência pública, alguns assumidos pelo Governo. A gente não discute que o Governo tenha feito a bondade que nós pretendemos fazer, mas foi, digamos, inviabilizado que o Legislativo fizesse e esta Comissão iniciasse, coletivamente. Mas não importa que o gato seja preto ou pardo, desde que cace o rato. Foi feito, tudo bem, mas é um papel que nós tentamos fazer, sob a sua liderança, até sugerindo que tivesse sido aquele projeto que dava incentivos fiscais aos doadores para as instituições que trabalham com câncer, para poder abater do seu Imposto de Renda. Agora, o Governo, através de uma medida provisória, acabou admitindo e fazendo aquilo que nós pretendíamos realizar por meio desta Comissão.

Então, eu queria dizer a V. Ex^a, Senador Jayme Campos, que, para mim, foi um aprendizado a convivência com V. Ex^a. Um agradecimento especial pela acolhida a todas as propostas que lhe foram apresentadas, e também pelas relatorias que recebi – hoje, tenho duas, por exemplo –, o que me deu muita gratificação. E cumprimento a equipe liderada pela Dulcília, pela dedicação ao trabalho que realizaram.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a as palavras bondosas e generosas. V. Ex^a foi uma grande aliada e companheira aqui na nossa Comissão, principalmente nos projetos que relatou, de forma transparente, e nas audiências públicas realizadas, todas elas com sucesso. Seu trabalho em suas relatorias aqui, sempre que foi designada ou convidada por nós para relatar as matérias, enriqueceu esta Comissão. Quero crer que o trabalho de V. Ex^a nesta Comissão, indiscutivelmente...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria até pedir a palavra novamente porque o Senador Wellington Dias e eu participamos de uma subcomissão – presidida por ele – desta Comissão para tratar da questão das dependências químicas, especialmente com enfoque sobre o *crack*. Penso também que essa foi uma contribuição que a Comissão de Assuntos Sociais forneceu à sociedade brasileira,

com um amplo debate, pois o Senador inclusive fez audiências no Piauí, em Alagoas e em outros Estados...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Em Ponta Porã.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em Ponta Porã. Esteve lá também. Eu estava esperando que viesse a manifestação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – No Rio Grande do Sul.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi também ao Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Inclusive já nos manifestamos aqui em relação, naturalmente, ao Senador Wellington Dias, que presidia a Subcomissão e que teve a senhora como relatora da matéria. Já fizemos aqui um breve histórico dos trabalhos realizados também pela Subcomissão, que, sem sombra de dúvida, deu uma contribuição para que o Poder Executivo, os órgãos governamentais tomassem alguma providência para minimizar essa epidemia que, lamentavelmente, tomou conta da maioria dos lares e das famílias deste País.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem, primeiro, apenas para agradecer e dizer da minha alegria de partilhar desta Comissão. Tenho muito orgulho do trabalho. E parabênizo V. Ex^a. Eu diria que se houvesse um prêmio para a comissão com maior atuação, certamente esta receberia, e V. Ex^a, como o nosso grande comandante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu queria, Sr. Presidente, apenas em uma questão de ordem, pedir a retirada de pauta do item 3, conforme combinado com a autora do projeto, a Senadora Angela Portela, para que haja tempo de chegarmos a um entendimento melhor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos retirar de pauta o item 3, de acordo com a solicitação do Relator, Senador Wellington Dias, para apreciarmos na próxima reunião da Comissão.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer critérios mínimos para o pagamento de auxílio por natalidade no caso de mães que não tenham direito a licença-maternidade.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senador Wellington Dias.)

Temos agora o item 4, o item 5 e o item 2.

O Senador Ricardo Ferraço não está presente. Neste caso, consulto o Plenário se podemos passar para o item 4, que é...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Já foi lido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já foi discutido. Já foi...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já foi lida a matéria. Estávamos aguardando quórum.

Então, vamos passar para o item 5.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu apenas penso que, em relação ao item 4, a dúvida levantada aqui pela Senadora Ana Rita e pelo Senador Cyro Miranda foi solucionada. É importante transmitir aos demais Senadores essa emenda porque, por isso, ela foi suspensa, houve pedido de vista coletiva, e então eu refiz a emenda para compatibilizar as dúvidas e não gerar insegurança para o contratante e também para o próprio jovem aprendiz.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, neste caso, aguardando apenas o quórum qualificado, nós entraremos no item 5. Daqui a pouco, haverá quórum e vamos votar essa matéria. Item 5, página 44.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2012 – Terminativo –

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para dispor sobre a validade das receitas médicas em todo o território nacional.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2012 e das duas emendas que apresenta.

Observações: – *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

Eu sou autor desta matéria, que eu acho que é mais do que meritória, pelo motivo de que é inconcebível o fato de que, se um médico em Mato Grosso, em uma consulta, escreve lá uma receita, aqui em Brasília não a aceitam. Em São Paulo é a mesma coisa. Você chega a São Paulo, prescrevem uma receita lá, e aqui em Brasília não a aceitam, ou vice-versa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu já enfrentei esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, eu acho que nos tínhamos que

fazer alguma coisa para permitir que qualquer cidadão médico ou médica, onde estiver, se prescrever lá uma receita, ela naturalmente terá que ser acatada pelas farmácias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até porque os médicos têm os conselhos regionais, mas há o Conselho Federal de Medicina. Portanto, eles têm uma cobertura nacional por meio de um conselho federal. Então, eu queria até cumprimentá-lo, Senador Jayme Campos, pela iniciativa, que facilita e simplifica a vida dos brasileiros, que têm essa mobilidade, estão numa cidade, têm um problema, pedem uma consulta, não têm condição naquele momento, trazem para a sua cidade, o seu Estado natal, vão pedir... Ou, ao contrário... V. Exª teve um problema aqui em Brasília, foi hospitalizado e certamente, quando voltou lá para Cuiabá, a receita que recebeu em Brasília não foi aceita.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só lembrar, Senador, que o diploma de médico é válido em todo o Território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em todo o Território nacional

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É um bom argumento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V.Exª está com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu vou direto à análise, no ponto principal do seu projeto.

Não vemos razão para que uma receita médica emitida por profissional devidamente habilitado, como acabou de lembrar o Senador Cyro Miranda, não possa ser aviada em unidade da Federação diversa daquela em que ela foi emitida.

Os profissionais podem ser fácil e adequadamente identificados pelo número de registro nos conselhos de fiscalização da profissão, de aposição obrigatória nas prescrições – como eu falei antes, os CRMs de cada Estado.

Assim, não vislumbramos que o simples fato de a receita ser aviada fora da unidade da Federação em que o profissional prescritor – o médico – atua possa dar margem para o cometimento de fraudes ou abusos. É de se ressaltar que a própria autoridade sanitária já previu, por meio de norma infralegal, que as receitas médicas de alguns medicamentos de controle especial têm validade nacional – e até a cópia de algumas têm que ficar na própria farmácia onde a medicação é vendida ou manipulada, dependendo do caso, do medicamento.

No entanto, cabem alguns ajustes no texto da proposição, com a finalidade de aperfeiçoá-lo. O primeiro

deles é no sentido de corrigir equívoco constante no §3º, introduzido no art. 35 da Lei que está sendo alterada, que faz remissão ao §1º (atual parágrafo único), quando, a nosso ver, a referência correta seria ao novo §2º. Contudo, cremos que, do ponto de vista da boa técnica legislativa, o teor dos dois parágrafos propostos deve ser sintetizado em um único parágrafo, que passa a ser o §1º do dispositivo, renumerando-se o atual parágrafo único como §2º.

Como o objetivo da proposição é tornar válidas as receitas médicas em todo o Território nacional, apresentamos emenda para substituir o termo “receituário” por “receita”, que é tecnicamente mais correto.

Ademais, a medida deveria ser estendida para as receitas odontológicas.

Para proceder aos ajustes mencionados e às correções redacionais, bem como adequar a ementa ao novo texto proposto, apresentamos duas emendas.

No tocante à constitucionalidade, não identificamos óbices para a aprovação do Projeto sob análise, visto que o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde.

Quanto à iniciativa legislativa, nos termos do *caput* do art. 61 da Carta Magna, é facultado aos Parlamentares apresentar proposições sobre este tema.

Assim, o meu voto, pelas considerações expressas, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2012, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 325, de 2012, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir o aviamento de receitas médicas e odontológicas em qualquer parte do território nacional, independentemente do local em que forem emitidas.”

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 325, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 35 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 2º:

‘Art. 35.’

§ 1º As receitas médicas e odontológicas, desde que emitidas por profissionais devidamente habilitados no País, poderão ser aviadas em qualquer parte do território nacional, independentemente do local de emissão, de acordo com as normas estabelecidas pela autoridade sanitária federal.

§ 2º’ (NR)”

Este é o voto, caro Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia. Está em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Paulo Davim.

V. Exª está com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero também externar meu apoio a essa matéria, quero elogiar V. Exª pela iniciativa e o relatório da Senadora Ana Amélia, dentro do que já foi dito pelo Senador Cyro Miranda.

Então, eu, que sou médico, por exemplo, eu não só sou médico no meu Estado. Sou médico no Brasil inteiro. Se eu sou médico – coincidentemente eu sou formado em uma universidade federal, uma escola pública –, se o meu diploma é válido no Brasil inteiro, porque não o fruto do meu trabalho, que é a prescrição médica, não pode ser aceito? Isso é uma incongruência. Então, eu acho que é muito meritória a sua iniciativa, corrige um equívoco.

Inclusive, há alguns casos particulares. Pacientes que fazem uso crônico de determinadas medicações e trazem consigo a receita do médico, quando viajam ou tiram férias e vão passar 30, 40 dias viajando, levam consigo as receitas e, quando vão comprar, têm problemas, porque a receita foi emitida pelo médico lá do seu Estado. Então, são obrigados a se submeterem a uma nova consulta ou a uma revalidação da receita, com outro profissional.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Medicamentos de uso contínuo, da área da cardiologia, por exemplo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Uso contínuo, uso crônico. Portanto, eu acho que é perfeita a iniciativa. Conta com o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Continua em discussão.

Para discutir, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero apoiar a proposição de V. Exª, acho que é de muito bom senso. A Senadora Ana Amélia deu um parecer mais do que adequado.

Quero, também, aproveitar para cumprimentá-lo pela maneira como conduziu a Comissão de Assuntos

Sociais, com o Senador Casildo Maldaner como Vice-Presidente e, sobretudo, também, com a participação de todos aqueles que deram o seu testemunho a respeito do trabalho tão bem feito e estimulante para todos nós, com que caracterizou a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais. Meus cumprimentos a V. Ex^a e a todos aqueles que aqui tanto colaboraram.

Sou favorável ao Projeto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão, aguardando quórum para entrar em processo de votação.

Então está suspensa a votação pelo fato de não termos ainda quórum qualificado, por ser um projeto de caráter terminativo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como não há quórum ainda, eu quero aproveitar esse momento, então, já que os colegas também aqui fizeram agradecimentos ao nosso Presidente, alguns comentários em relação a esta Comissão, durante este ano e o ano passado. Foram 2 anos de luta desta Comissão.

Eu sei que essa não será a última reunião. Na semana que vem teremos mais uma. Se por infelicidade não houver quórum, na semana que vem nós vamos ver se encerramos e fechamos com chave de ouro esta Comissão, sob a Presidência do nosso Senador Jayme Campos.

Mas eu, como Vice-Presidente, gostaria de dizer que o vice é uma espécie de observador. Fica sempre na expectativa de, eventualmente, assumir as funções. E, como observador, que é a função do vice, eu posso dar alguns testemunhos. Aliás, vice é uma figura interessante, e eu vivi isso lá no meu Estado como vice-governador, antes de chegar ao Governo. Eu tinha um amigo, Paulo Macarini, Secretário de Planejamento do Estado, um grande político, um grande Constituinte, que sempre dizia, e quando eu assumi como vice-governador, ele disse: “Maldaner, vice é que nem alça de xicara. Chega até a boca, mas não tem vez, fica para o lado de fora.” E assim sou eu, Dom Jayme. Vice é observador, fico aqui ao lado, observando. (*Risos.*) Mas eu quero dizer que eu fui um fiel observador nesses 2 anos. O Jayme tem... Como diz o cuiabano, aqui todo mundo é Jayme e Júlio – Júlio é o irmão dele que foi governador também, foi Senador. No primeiro mandato que tive aqui no Senado ele es-

teve, muito gentil também. Hoje é Deputado Federal, inclusive. Jayme é muito diplomata, ele sabe consensuar as circunstâncias de A a B, dos dois extremos. Eu ouvi depoimentos aqui de todos os partidos, e assim foi durante esses 2 anos. Então, V. Ex^a, Senador Jayme, conseguiu aglutinar isso, e eu, como observador, sou testemunha primeira de todas as horas. Eu quero lhe cumprimentar de coração por ter conduzido, e sem deixar de lado a sua equipe, a começar com a Dulcília, que tem sido a chefe, a primeira-ministra da Comissão, e a equipe toda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao meu querido amigo, Vice-Presidente desta Comissão, Casildo Maldaner, como sempre, espirituoso. Quer dizer que o vice é a xícara, não é? É só uma expectativa de poder, só chega à beirada e volta. (*Risos*) Ele é fantástico!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É a alça da xícara!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade. V. Ex^a é um grande colaborador, um grande amigo, nós temos uma admiração que não é de hoje, a sua trajetória por si só já fala. E nós temos a primazia e o privilégio de ter alguns familiares dele lá no Mato Grosso, em Sinop, em Tapurah, na terra irmã, alguns parentes dele que têm ajudado, com certeza, somando conosco, mato-grossenses, a fazer desse Mato Grosso esse grande Estado, pujante, este Estado que hoje só dá alegria ao Brasil, pela potencialidade de suas terras, essa grande produção nacional. O Mato Grosso tem contribuído para o País, e também há os familiares do Casildo Maldaner, que, com certeza, estão somando conosco, mato-grossenses, nessa busca efetivamente de destaque para o nosso Estado no cenário nacional. De maneira que eu tenho a maior admiração, o maior respeito pela sua trajetória, pela sua história, e, sobretudo, por esse homem que, com quase 70 anos, ou 70 anos, com esse júbilo, transmite alegria e felicidade a todos aqueles que têm o privilégio de conviver com ele no seu cotidiano.

Agradeço esse privilégio de ter convivido com V. Ex^a aqui na CAS e também no Senado Federal.

Projeto de Lei nº 316, pág. 16.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2010 – Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de

associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010.

Observações:

– Votação nominal.

Eu quero convidar a Senadora Lúcia Vânia para relatar *ad hoc* a matéria. Está à pág. 16, é o item 2. V. Ex^a, como é do glorioso PSDB, e o projeto é de autoria do Senador Arthur Virgílio, é a pessoa mais indicada para relatar, Senadora Lúcia Vânia, que bem representa o seu Estado de Goiás. V. Ex^a está com a palavra para relatar a matéria.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – O pior de tudo, Presidente, é que eu estou sem óculos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, V. Ex^a não poderá relatar, até porque na matéria que está aqui são pequenas as letras, mas eu solicito à...

Já conseguiu resolver.

V. Ex^a está com a palavra, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Em análise nesta Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010, do Senador Arthur Virgílio. A iniciativa altera a legislação de regência dos benefícios previdenciários, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar que sejam punidas com multa as associações e entidades de aposentados legalmente constituídas que realizem descontos de mensalidades nos benefícios, sem que haja a devida autorização do associado. Em sua justificação, o autor informa que, muito embora a lei somente autorize o desconto de mensalidades quando haja autorização expressa, várias entidades vêm realizando os descontos sem a concordância dos aposentados.

Análise.

Conforme disposto nos arts. 90, inciso I, combinado com 100, I, compete a esta Comissão discutir e votar o presente Projeto de Lei. Não se vislumbra vícios no que concerne aos requisitos de constitucionalidade formal e material, porquanto observadas as regras pertinentes à competência do ente federativo e de iniciativa, consoante o disposto nos arts. 22, inciso I; 48, e 61 da Carta Magna, respectivamente, quanto à competência da União para legislar sobre a matéria, do Congresso Nacional para apreciá-la e do Senador para apresentá-la.

Os termos em que a proposição se formula não violam cláusula pétrea e, no que se refere à juridicidade, o projeto se acha livre de vícios, utilizando o meio adequado aos objetivos pretendidos, inovando o ordenamento jurídico com generalidade e obedece aos princípios gerais de direito.

Sob a ótica da técnica legislativa, nada a opor, pois seus comandos encontram-se em conformidade com o que estatui a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, a iniciativa é bem-vinda, já que proibição sem sanção acaba se tornando inócua. A punição para as entidades que se aproveitam da dificuldade de controle e efetivam descontos dos benefícios de aposentados sem autorização destes, alcançando arrecadações milionárias deve ser severa.

Assim, fixar multa, restituição do valor cobrado sem a devida autorização do aposentado e suspensão da consignação até a completa regularização da situação é medida de justiça e deve ser implementada.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010.

Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar o Senador Arthur Virgílio e o Relator desta matéria, Senador Ferraço, matéria de extrema importância para os nossos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia. Está em discussão a matéria. (*Pausa.*).

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não haverá votação porque a matéria é de caráter terminativo. Aguardamos quórum para a votação da matéria.

Está suspensa a votação, mas a discussão, como não houve Senadores interessados em discutir, foi encerrada.

Quero, antes de mais nada, pelo fato de que haverá agora uma reunião conjunta da CAS com a Comissão de Educação com o objetivo de discutirmos o Ato Médico, informar que a matéria vai retornar a esta Comissão agora e, se possível, nós a votaremos até quarta-feira aqui, em caráter terminativo. Trata-se de um projeto que já vem se arrastando por alguns anos.

Temos a primazia de ter como Relator da matéria a Senadora Lúcia Vânia. Queremos, se possível, Senadora Lúcia, votar na próxima quarta-feira na Comissão de Assuntos Sociais essa matéria, que é relevante, já que é importantíssima a regulamentação da profissão de médico em nosso País.

De maneira que nós vamos encerrar esta reunião para entrarmos em outra reunião em conjunto com a Comissão de Educação, para discutirmos o Ato Médico.

Mas, antes de mais nada, eu concedo a palavra, com muita honra, pela ordem, ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Serei muito breve. É apenas para cumprimentar V. Ex^a e o Senador Casildo Maldaner, Vice-Presidente da Comissão pela condução dos trabalhos desta Comissão.

Eu tenho convicção de que a Comissão de Assuntos Sociais deve ter sido uma das mais produtivas ao longo desses 2 anos, sob a sua presidência.

Foram muitos debates importantes, muitos projetos importantes apreciados e votados por esta Comissão. E eu quero parabenizar a condução firme e democrática de V. Ex^a, que sempre brincava que é um tirador de leite: sempre pontualmente, no horário, estava aqui para abrir as reuniões da Comissão.

Receba o nosso abraço e a nossa demonstração de apreço e admiração pelo trabalho desenvolvido por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço as suas palavras, a sua amizade, Senador Rodrigo Rollemberg.

Como disse, reitero que fizemos aqui um trabalho indiscutivelmente marcante. E não só o sucesso é da Presidência e da Vice-Presidência, mas sobretudo dos senhores – particularmente me dirijo ao senhor, que foi um frequentador assíduo desta Comissão – que relataram matérias importantes.

Sem sombra de dúvida, o trabalho realizado aqui é um trabalho que fizemos com muita altivez e, acima de tudo, com respeito aos Senadores, sem nenhuma política partidária e com toda a isenção possível, nunca perdendo de vista naturalmente aquilo que era importante, ou seja, ter aqui a primazia de designar Senadores de matérias que muitas vezes o Senador tem interesse. Não fizemos nenhuma discriminação; muito pelo contrário, fizemos aqui uma política democrática, para, acima de tudo, podermos chegar no dia de hoje, encerrando os nossos trabalhos, na próxima semana, coroados em êxito. E vamos coroar isso com a votação do Ato Médico, em caráter terminativo, nesta Casa, nesta Comissão.

De maneira que quero agradecer as palavras generosas e bondosas que V. Ex^a dirigiu a nossa pessoa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só para complementar, Sr. Presidente, também cumprimento a Secretaria da Comissão e todos os servidores da Comissão, sempre muito competentes e muito prestativos; a assessoria legislativa também, que nos auxilia nos pareceres; enfim, toda a equipe da Comissão de Assuntos Sociais, que também deu uma

demonstração de espírito público ao prestar apoio aos trabalhos dos Senadores nesta Comissão.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu gostaria, neste momento, de cumprimentá-lo pelo trabalho, pela aplicação neste trabalho.

A Comissão de Assuntos Sociais foi uma das comissões que mais pôde analisar projetos, e projetos da mais alta importância para a sociedade brasileira, e V. Ex^a, de forma didática, paciente, soube conduzir os trabalhos aqui com muita eficiência.

Portanto, receba os meus cumprimentos e, se Deus quiser, vamos encerrar os trabalhos com a votação do Ato Médico.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia.

Havendo número regimental como há, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da aprovação da Ata desta Reunião, que é a 47^a Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradeço a V. Ex^{as} e espero que, na próxima quarta-feira, possamos nos reunir e aprovar também, em caráter terminativo, o Ato Médico.

Antes de mais nada, concedo com muita honra, pela ordem, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, também quero, como os outros fizeram, cumprimentar a Sr^a Dulcília e toda a sua equipe pela colaboração com todos nós.

E eu gostaria, Presidente, Senador Jayme Campos, de aqui fazer um registro de algo que para mim foi uma ocasião muito feliz na semana passada.

Visitou São Paulo – e eu gostaria que tivesse podido vir a Brasília, mas não foi possível – o Prof. Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain, fundador da Basic Income European Network, que depois se tornou a Basic Income Earth Network, desde o 10º Congresso da Bien, realizado em Barcelona, porque ali se notou que havia pessoas de todos os continentes e aquilo poderia se tornar uma rede mundial da renda básica.

Ele foi convidado pelo Prof. Álvaro de Vita, da Universidade de São Paulo, e, na Faculdade de Filo-

sofia, Letras e Ciências Humanas, fez a palestra principal sobre teoria política e ciência política no Colóquio Internacional de Teoria Política, com a presença de inúmeros convidados internacionais.

Na Fundação Getúlio Vargas, na Escola de Administração de Empresa, no salão nobre, na sexta-feira à tarde, ele fez justamente aquilo que foi especial para mim, porque significou a última aula que eu dei após 46 anos naquela instituição, onde sou professor de carreira desde fevereiro de 1996. Ele ali falou das perspectivas da Renda Básica de Cidadania.

Ele citou algo que eu acho que é muito relevante para todos os Senadores aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Ele mencionou que, para podermos levar adiante propósitos de transformação na direção da realização de justiça, é muito importante que haja três fatores.

O primeiro é que haja o sonho, o desejo da utopia. Ele recordou que, justamente ali na Bélgica, em 2016, se comemorarão os 500 anos de utopia de Thomas More, que justamente era de Louvain. Esse trabalho teve um sentido extraordinário e até hoje afeta muito todos aqueles que procuram uma sociedade com maior justiça, com maior grau de humanidade. Ele foi considerado um grande humanista. Em 1935, V. Ex^a sabe que ele foi canonizado santo pela Igreja Católica, e João Paulo II, em 2000, disse que Thomas More era o grande patrono dos políticos e dos governantes exatamente por sua estatura moral e ética.

O segundo fator prevê que é preciso ser militante, acreditar naquela proposta, na utopia e, efetivamente batalhar por ela.

E o terceiro fator estabelece que precisa haver persistência, ou seja, nunca desistir daquilo em que tanto se acredita.

Aquela foi uma ocasião muito especial, para a qual professores e inúmeros colegas meus vieram e muitos estudantes.

Eu queria aqui fazer esse registro e dizer o quanto importante é esse pensador, que, na Bélgica, no ano 2000, ganhou o Prêmio Francqui, por ter sido aquele que mais colaborou em todos os campos do conhecimento humano e, no ano passado, recebeu uma extraordinária homenagem pelo seu aniversário de 60 anos e por ser responsável, há 20 anos, pela Cadeira Hoover da Universidade Católica de Louvain. Como filósofo e economista, foi o principal fundador da Basic Income Earth Network.

Eu achei que era oportuno, nesta Comissão, fazer esse registro da colaboração tão intensa que esse pensador tem dado para o avanço da realização da justiça no mundo, inclusive aqui no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

(Iniciada às 9 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (50ª REUNIÃO) E COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (84ª REUNIÃO) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às nove horas e oito minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e doze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Armando Monteiro, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. O Senador Randolfe Rodrigues, membro da CDH, registra a presença. Justifica ausência o Senador Benedito de Lira. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão de Assuntos Sociais. A Presidência registra a presença do Sr. Oreny Francisco da Silva, Assessor Parlamentar do Departamento de Assuntos Institucionais da Presidência da República. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, uma vez que já foi aprovada a Ata da Comissão de Assuntos Sociais na Reunião do dia 13 de dezembro, *quinta-feira* passada. Aprovada. Passa-se à apresentação da Pauta para discutir “Estatuto da Juventude” (Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011), em atendimento aos Requerimentos nº (s) 59, de 2012-CAS e 145, de 2012-CDH, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: Bruno Elias, Secretário Executivo do Conselho Nacional da Juventude, representante da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, Sra. Severine Carmem Macedo; André Luís Machado de Castro, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; Diego Gomes Santos Mesquita, Coordenador da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM; Lilian Cherulli de Carvalho, Assessora da Área Técnica de Saúde do Adolescente

e Jovem do Ministério da Saúde – MS; Alessandro De Leon, Conselheiro do Conselho Nacional de Juventude; Jardel Santana, Membro da Coordenação da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Brasília, representante do Membro da Comissão Nacional de Assessores da Pastoral da Juventude, Sr. Joaquim Alberto Andrade Silva. A Presidência passa a palavra aos oradores. Às 9h25 e às 10h29 o Senador Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, assume a presidência em substituição ao Senador Jayme Campos, presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e concede a palavra ao Sr. Jefferson Lima, Secretário Nacional da Juventude do PT; ao Sr. Douglas de Almeida Cunha, Secretário de Juventude da CUT de Brasília; e ao Sr. Alessandro Melchior, Conselheiro do Conselho Nacional de Juventude. Usam da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Paulo Paim e Jayme Campos, presidente da CAS. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e um minuto, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a 84ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, uma vez que já aprovamos a ata da Comissão de Assuntos Sociais, da reunião do dia 13 de dezembro, quinta-feira passada.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata da CDH está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Estatuto da Juventude, Projeto da Câmara nº 98, de 2011, em atendimento aos Requerimentos nºs 59, de 2012-CAS, e 145, de 2012– CDH, ambos de autoria do Senador Paulo Paim.

Esta audiência pública marca também a inauguração de um novo serviço de portal e cidadania do Senado Federal, um portal construído neste ano, com o objetivo de promover maior interação entre a sociedade e o Senado, em suas áreas de atuação, quais sejam: o processo de fiscalização, a representação da sociedade e o processo legislativo, que é o processo de formação de novas leis.

Por meio do Portal e-Cidadania, o cidadão pode, agora, numa única página da Internet, acompanhar a transmissão feita pela TV Senado para esta audiência pública, consultar documentos referentes ao projeto e análise e postar comentários e perguntas, por intermédio do mural do cidadão.

Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem, conforme definida nos termos do uso do Portal. Essa triagem não é feita com base na qualidade do comentário ou no molde da pergunta, mas no cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como também de conexão com a finalidade do serviço oferecido.

Cada Senador ou Senadora, bem como os integrantes da sociedade, poderão ver os comentários e perguntas, por meio da própria página de audiência pública no Portal e-Cidadania.

É importante destacar que os cidadãos podem também apresentar as suas perguntas por meio do telefone do Alô Senado, número 0800-612211. Repito: telefone do Alô Senado, 0800-612211. Informo ainda que é possível o envio de sugestão de emendas e ajuste ao texto do substitutivo apresentado da CAS pelo ilustre e valoroso Senador Paulo Paim. Esse serviço pode ser acessado por meio do Portal e-Cidadania, clicando o item Projeto de Lei *line*.

Nessa página, o cidadão poderá escolher um artigo específico e sugerir uma nova redação para o texto selecionado, bem como apresentar um comentário sobre o texto. Tais inovações buscam tornar mais dinâmica a participação da sociedade na construção das leis e incentivar o engajamento dos cidadãos na formulação das políticas públicas em nosso País.

Antes de mais nada, quero convidar o Senador Paulo Paim, Relator da matéria, para fazer parte da Mesa e nos dar a honra de se sentar conosco aqui nesta audiência pública.

Quero também convidar, para fazer parte da Mesa, já que se encontram aqui, o Sr. Bruno Elias, Secretário Executivo do Conselho da Juventude, Representante da Secretária Nacional da Juventude da Presidência da República, Severine Carmem Macedo, que não se encontra aqui.

Quero convidar também o Sr. Alessandro de Leon, Conselheiro do Conselho Nacional da Juventude

de e o Sr. Jardel Santana, membro da Coordenação da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Brasília, Representante do membro da Comissão Nacional de Assessores da Pastoral da Juventude, Sr. Joaquim Alberto Andrade Silva.

Nesse caso, quero comunicar aos senhores convidados que os senhores terão 10 minutos para fazer a sua explanação. Entretanto, se, eventualmente, tivermos algumas indagações pela Internet, acho que poderemos conceder mais 5 minutos, mas, regimentalmente, vocês têm 10 minutos para fazer, naturalmente, as observações em relação a esta audiência pública.

Agradeço a presença de toda a assessoria aqui presente.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como Relator da matéria, para fazer algumas observações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, queria, primeiro, cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Jayme Campos, e agradecer, inclusive, a V. Ex^a, Sr. Presidente, por ter-me concedido a honra de relatar um dos projetos, no meu entendimento, mais importantes que esta Casa há de apreciar. Sou daqueles que entende que o Estatuto tem de ser aprovado em 2013, porque, infelizmente, há setores que querem que ele seja aprovado só depois da Copa. Não é o nosso entendimento.

Então, que fique bem claro que vamos fazer de tudo para que ele seja efetivamente aprovado em 2013. Só não o aprovamos ainda porque não houve entendimento final entre os interessados, mas, em nenhum momento... O Senador Jayme Campos, quando me passou a relatoria, pediu-nos que ouvisse a todos – e é o que estamos fazendo; esta audiência é fundamental, pois vamos interagir pelo sistema de Internet e o Portal e-Cidadania, com todo o Brasil. Queremos aprová-lo, sem falta, diria, no ano que vem.

Quero, por uma questão de justiça, render homenagem por este projeto que se inicia na Câmara para a Deputada Federal, gaúcha, Manuela d'Ávila, que foi a Relatora na Câmara e fez um trabalho exaustivo também. O projeto vem para o Senado, e aqui o Senador Randolfe Rodrigues, que é nosso convidado também – deve estar chegando aqui, pois fiz questão de convidá-lo, com a autorização do Sr. Presidente –, foi o Relator na CCJ e conhece em profundidade também o projeto.

Temos a presença da Senadora Ana Rita, S. Ex^a já está aqui. Aproveito a oportunidade para dizer a V. Ex^a, Senadora Ana Rita, que provavelmente – provavelmente, só depois de votado – será a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que nós assumimos um compromisso, em parceria com o Senador Jayme

Campos, de que eu relataria aqui, porque eu queria aprovar ainda este ano, e o Senador Randolfe Rodrigues relataria na Comissão de Direitos Humanos, por ser o Senador mais jovem da Casa. Então, seria justo que ele relatasse lá.

Então, Senadora Ana Rita, eu queria dividir com V. Ex^a, que é Vice-Presidente da Comissão, que havíamos assumido esse compromisso, no sentido de o Senador Randolfe Rodrigues, por ser o Senador mais jovem da história do Congresso, ser o Relator na Comissão de Direitos Humanos, onde é terminativo. Esperamos que ele chegue lá redondinho já. Esta audiência pública tem esse objetivo. Não vou entrar em detalhes do Estatuto, mas ele vai na linha de termos efetivamente políticas públicas para a juventude brasileira.

Não que eu considere a lei mais importante do mundo, mas, com certeza, é uma lei importantíssima, uma das mais importantes que o Congresso há de apreciar – tenho certeza absoluta – de forma terminativa lá na Comissão de Direitos Humanos, e V. Ex^a, hoje, é nossa Vice-Presidente. Sei que, se for essa a opção do PT – essa foi a decisão que tivemos na Bancada hoje –, se for destinada ao PT a Comissão de Direitos Humanos, V. Ex^a será a Presidenta.

Faço essa rápida introdução para seguir a linha do meu Presidente, que passará a palavra aos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Que bela introdução! Já estou torcendo para que a Senadora Ana Rita seja a Presidente da Comissão lá, pois se trata de uma pessoa cujo trabalho tenho acompanhado aqui, na defesa verdadeiramente de uma justiça social sobretudo e, acima de tudo, dos direitos de todos os cidadãos brasileiros. A Presidência da CDH estará entregue em boas mãos a V. Ex^a, Senadora Ana Rita. De forma que estou torcendo por V. Ex^a, e espero que o PT decida também. Acredito que o PT vai decidir assim, pela sua competência, sobretudo pela sua lealdade partidária, porque isso é muito importante.

De maneira que quero convidar para participar da Mesa a Sr^a Lílian de Carvalho, Assessora da Área Técnica de Saúde do Adolescente e Jovem do Ministério da Saúde.

Faço uma indagação aos convidados sobre quem gostaria de falar primeiro. Pela ordem, seria o Bruno Elias, por ser a pessoa mais indicada, pelo fato de ser o Secretário Executivo do Conselho Nacional da Juventude.

Então, Sr. Bruno Elias, o senhor tem 10 minutos para fazer uso da palavra.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA ELIAS – Bom dia a todos, bom dia a todas. Bom dia, Senador Jayme

Campos, Senadora Ana Rita, Senador Paulo Paim, que também teve a oportunidade de ser o Relator da Proposta de Emenda à Constituição que coloca a juventude na Constituição; cumprimento o Jardel, a Lílian, o Alessandro, demais colegas da Comissão e os que acompanham também via transmissão aqui do Senado.

Gostaria também de justificar a ausência da Sr^a Secretária Severine Macedo, que não pôde estar aqui presente, da Secretaria Nacional de Juventude, e dizer que, para nós, da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência, esse é um tema prioritário, que é a discussão sobre o Estatuto da Juventude, uma vez que a nossa responsabilidade direta é exatamente promover os direitos das políticas voltadas para os jovens de 15 a 29 anos em todo o Brasil.

O importante nessa caminhada, como já foi apontado pelo Senador Paulo Paim, é situar que há uma longa trajetória desse Projeto no Congresso Nacional. Desde 2004, ele tramita a partir da Câmara e, desde o final de 2011, ele está aqui nas Comissões do Senado Federal. Então, há um longo processo de debate do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude, sobre a prioridade desse Estatuto de Direitos para a juventude brasileira.

Então, um elemento importante a se reafirmar é que, tanto para a Secretaria quanto para o Conselho Nacional de Juventude, que hoje reúne sociedade civil e Poder Público, e nas próprias conferências nacionais de juventude realizadas em 2008 e 2011, esse tema do Estatuto da Juventude é uma prioridade.

Mais do que uma prioridade dos próprios jovens, movimentos, ou das instituições que tratam do tema, a questão do Estatuto da Juventude entrou também como uma exigência da própria emenda constitucional, que, ao incluir o jovem como um sujeito de direitos na Constituição, também prevê, em seus artigos, que o legislador criaria, em seguida, um estatuto de direitos para regular os direitos dos jovens, e um plano nacional, em caráter decenal. Tanto o Estatuto quanto o plano tramitam aqui no Congresso; e o Estatuto, de maneira mais adiantada.

Queria dizer que, para nós, da Secretaria Nacional de Juventude, concebemos o Estatuto como uma grande oportunidade, primeiro para apontar que essa é uma forte declaração de direitos da juventude brasileira. Então, quando abrimos a letra da própria lei, vamos ver o conjunto de direitos ali elencados, seja o direito à participação, à educação, à saúde, sejam temas novos que também entram para a questão da juventude, como o território, o direito à igualdade, conjunto de direitos universais mas também específicos para essa geração que, no Brasil, hoje, é a maior população jovem de toda a nossa história.

Então, hoje, temos uma população de 15 a 29 anos de mais de 50 milhões de habitantes, algo como um quarto da população brasileira. Portanto, nada mais justo do que também ter um diploma legal reconhecendo os direitos às políticas voltadas para essa população.

Outro elemento importante desse Estatuto é que ele é um marco inicial também de um sistema nacional de políticas públicas voltadas para a juventude. Como bem sabem os presentes, o tema da política pública de juventude é de recente institucionalização por parte do Estado, seja no âmbito do Governo Federal, em que passamos a ter uma Secretaria e um Conselho Nacional, em 2005, mas mesmo, também, no âmbito dos Estados e Municípios, onde esta política se está fortalecendo e enraizando.

Então, o Estatuto da Juventude pode ser um vetor importante também para o fortalecimento dos direitos das políticas de juventude no Estado. Então, saldar essa audiência pública, saldar essa iniciativa para debater esse tema, no momento político, também, para nós, estratégico para o debate da juventude. Estamos felizes aqui, Senadores, de estarmos debatendo os direitos e as políticas de juventude porque estamos num ambiente, mesmo no âmbito do Legislativo, às vezes de debater restrições aos direitos. Pelo menos essa é a nossa opinião sobre discussão da maioria penal, que vemos com muita preocupação.

Vi, na oportunidade de debater o Estatuto da Juventude, uma oportunidade de fazê-lo não pelo olhar tradicional do problema como ele aparece na discussão legal, em projetos como esse, mas pela ótica dos direitos, pela ótica da oportunidade de garantir políticas específicas para essa geração, que hoje representa mais de um quarto da população brasileira.

Então, acho que é importante resgatarmos, adiantando, por causa do tempo, um pouco o trabalho da Secretaria Nacional de Juventude nesse meio tempo de tramitação no Senado. Desde 2011, estamos coletando, ouvindo, nos reunindo com diversas áreas de Governo e da sociedade, reunindo inclusive contribuições que possam ajudar na tramitação do Estatuto da Juventude e do Congresso.

Em momento oportuno, vai ser entregue tanto para o Senador Paulo Paim quanto para os demais Senadores essa contribuição, de vários ministérios, o próprio Conselho Nacional de Juventude teve um esforço de pactuação muito importante, para tentar dar já um pontapé inicial para esse olhar também dos atores da política de juventude sobre esse Estatuto.

Então, para nós, é uma oportunidade muito grande conceber um projeto de lei que seja uma declaração de direitos para essa população e um marco inicial do sistema nacional de juventude.

Por fim, há três temas que se têm arrastado ao longo dessa discussão do Estatuto, que costumam ser de certa polêmica no âmbito também da política de juventude. Primeiro, é essa questão da meia entrada, que é um ponto há muito reivindicado pelo movimento estudantil, pelo movimento de juventude. A partir da Medida Provisória nº 2.208, houve, de certa maneira, desregulamentação desse benefício, por parte daqueles atores, estudantes, dos jovens que tinham antes acesso.

Assim, acho que o esforço desse Estatuto é criar um mecanismo que garanta o benefício da meia entrada, de maneira regulamentada, de maneira que atenda àqueles que dela precisam, sejam estudantes, sejam jovens trabalhadores.

O segundo ponto, no qual nós temos identidade e concordância, busca também pensar o jovem do ponto de vista da sua mobilidade. Daí, o relatório do Senador Paulo Paim em conceder duas vagas gratuitas e duas passagens com meia para o transporte interestadual, como forma de promover também a mobilidade do jovem no território. E, por fim, uma discussão que nos é muito cara, nós também temos travado um diálogo com os próprios atores da política de criança e de adolescente, do Conanda, que é a discussão sobre a faixa etária que o Estatuto da Juventude abrangeria. Há uma preocupação legítima desses atores de uma eventual sobreposição, sobretudo da faixa de 15 e 17 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é um dos pontos polêmicos, a própria Consultoria do Senado está ainda...

Embora aqui eu tenha fixado uma idade, coloca-se a idade para discutir; nós não temos claro ainda e por isso que é importante que vocês aprofundem qual idade para a qual a gente deverá efetivamente caminhar, que é o que você está levantando agora.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA ELIAS – A proposta da Secretaria em diálogo com o Conselho Nacional da Juventude remete, inclusive, à própria criação do Conselho da Política Nacional de Juventude, que é reconhecer os jovens entre aqueles que têm de 15 a 29 anos, mas sem prejuízo para essa população adolescente de 15 a 17 do que disponha o ECA. Ou seja, nós avaliamos que para essa parte da população é importante que convirjam as duas políticas. Então, há inclusive uma discussão que fizemos, tanto no Conselho como na Secretaria, sobre como, do ponto de vista de uma emenda, a gente consegue expressar isso, que a política de juventude alcance também esses jovens de 15 a 17 anos, mas que, para essa população adolescente, prevalece, sobretudo no que toca às medidas socioeducativas, aos seus direitos já preservados, o que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De 18...

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA ELIAS – Criança é até 12 anos incompletos, e adolescente, de 12 a 18 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA ELIAS – Então, nessa faixa de interseção entre a política de juventude de criança e adolescente, que para esses jovens adolescentes de 15 a 17 anos prevaleça o Estatuto da Criança e do Adolescente, justamente para não haver nenhum tipo de preocupação legítima nesses atores. Mas que também, no Estatuto da Juventude, a política da juventude alcance também esses adolescentes, porque eles demandam de direitos que o Estatuto da Juventude traz e que o Estatuto da Criança e do Adolescente, no momento em que estava sendo elaborado, às vezes não contemplou. Então, direito ao território, à mobilidade, à diversidade, à participação, direitos complementares extensivos ao que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mas, enfim, o tempo acabou também. Acho que é só um pontapé inicial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é um dos pontos polêmicos do debate.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA ELIAS – É um dos pontos ao qual poderemos voltar em seguida.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Bruno Elias, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Juventude, representante aqui da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República.

Quero registrar que estamos ao vivo pela Rádio Senado; TV Senado; Internet, canais de 3 a 7; TV Digital, canal 51.1; Portal Senado e-Cidadania, Audiência Pública e ainda está o Alô Senado, funcionando pelo 0-800612211.

Registramos também a presença conosco aqui de Oreny Francisco da Silva, assessor parlamentar, Departamento de Assuntos Institucionais, ligado à Presidência da República, à Secretaria-Geral.

Vamos agora convidar para a Mesa. Chegou o Diego, se não me engano.

Convidamos para a Mesa o Sr. Diego Gomes Santos Mesquita, coordenador da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, representando aqui o Ministro Brizola Neto.

Passamos a palavra, neste momento, à assessora da Área Técnica de Saúde do Adolescente e Jovem do Ministério da Saúde, assessora Lílian Cherulli de Carvalho. A pronúncia é por sua conta.

A SR^a LÍLIAN CHERULLI DE CARVALHO –

Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a Mesa na figura do Senador Paulo Paim.

Para a gente é um privilégio estar aqui nesta audiência, discutindo também o Estatuto. Na saúde, é uma agenda importante, é uma agenda que vem adquirindo cada vez mais peso político e peso nas agendas e compromissos assumidos diante do Governo Federal.

Muito recentemente, por exemplo, em virtude do Plano Crack, em virtude do enfrentamento das violências, o Ministério tem assumido a agenda da juventude com privilégio. Nesse sentido, o Estatuto vem, como disse o Bruno, reafirmar uma série de direitos para uma população que muitas vezes é invisibilizada. Nesse sentido, a gente, de antemão, também se posiciona favoravelmente a essa inclusão da faixa etária de 15 a 18 anos, de 15 a 17 anos, dado que sobre essa população incide uma vulnerabilidade, por vezes uma invisibilidade que merece atenção.

Eu vou me guiar rapidamente por um texto que a gente havia escrito por ocasião, inclusive, da Conferência de Juventude que aconteceu ano passado, em que o Ministério fez uma série de movimentos junto à juventude, junto aos movimentos juvenis. Vou seguir por ele para a gente tentar firmar uma posição, já dita, favorável ao Estatuto, em que a gente adere a esse *advocacy*, em que a gente também é parceiro nesse *advocacy* com a Secretaria Nacional de Juventude, com o Conselho Nacional de Juventude, dando muita ênfase, muita importância a essa parceria também com a sociedade civil.

Em cenário de franco desenvolvimento econômico e de necessidade crescente por qualificação e por estruturas que deem conta de subsidiar um processo de crescimento humano e social, é urgente que os setores públicos lancem olhares à juventude, uma vez que sobre esse grande contingente populacional impactam indicadores positivos que denotam sua grande força criativa e de transformação social, mas também indicadores de vulnerabilidades e riscos. São aproximadamente 51 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, o que dá cerca de 30% de toda a população brasileira. Os dados epidemiológicos apontam a representatividade da faixa etária jovem, em especial no que diz respeito à saúde sexual e à saúde reprodutiva, à saúde mental, ao uso de álcool, *crack* e outras drogas, às violências, principalmente nos homicídios e acidentes de transporte. Sobre esse grupo incidem grande parte dos índices de agravos à saúde e, no entanto, muitos desses mesmos temas permanecem alheios à juventude como questões de saúde pública. Então, é possível que um grupo e o próprio movimento juvenil discuta, por exemplo, a violência e não a veja ainda

como um problema de saúde, mas como um problema de polícia, um problema de segurança.

Então, para além das políticas de saúde universais instituídas, há que se fazer uma reflexão sobre as especificidades dos variados grupos de usuários da saúde, qualificando, assim, um acesso ao Sistema Único e promovendo a conquista de objetivos e compromissos de Governo para o SUS. Como gestores da saúde, podemos ocupar posições que confirmem um hiato ou favorecer efetivamente autonomia e formação de agentes promotores e determinantes de saúde para si e para os outros.

No aspecto dominante, tendemos a perceber os jovens na perspectiva daquilo que lhes falta, chegando a desautorizar seu desejo e a desconfirmar seus próprios projetos de vida. O Estatuto volta-se exatamente sobre isso: ao trabalhar com a questão da autonomia e a questão da emancipação, coloca o jovem como sujeito de direitos que para a saúde é muito importante, inclusive como aquele que determina o seu próprio processo de saúde e de construção.

As políticas públicas voltadas aos jovens devem atentar-se às necessidades de flexibilizar suas modelagens aos modos como os jovens vivenciam tempos e espaços.

Seu território não é necessariamente sua casa, nem o período disponível para o autocuidado o horário comercial, por exemplo. As intervenções em saúde não se fazem somente com exames clínicos e laboratoriais em unidades de saúde por médicos e enfermeiros. Antes, a promoção da saúde integral pode e deve estar associada àquelas dimensões de vida mais próprias dos grupos que desejamos alcançar. No caso da juventude, a produção da saúde será tanto mais efetiva quanto sua aproximação com movimentos de cultura, de esporte e lazer, de educação de qualidade, de oportunidades de emprego e trabalho dignos e decentes, de segurança, de promoção da equidade de gênero, de promoção da igualdade étnico-racial, entre outras demandas levantadas pelos jovens e que estão presentes no texto do Estatuto.

No campo da saúde sexual e da saúde reprodutiva, que é um dos principais desafios e que perpassa o imaginário tanto dos profissionais de saúde do setor inteiro quanto dos setores que trabalham com a juventude, é preciso pensar que concepções temos sobre essa juventude, como que a gente dimensiona e insere a questão do prazer e do exercício da sexualidade e como isso afeta a disposição para oferecer serviço e ação de promoção de saúde. O acolhimento dado aos jovens deve ser voltado às reais necessidades que têm e, por vezes, gestores e profissionais não conhecem essas necessidades. Daí, mais uma vez, a importância

de se vislumbrar e de se dar visibilidade a esse grupo populacional por meio de um código legal fortemente instituído com aprovação da sociedade civil e das Casas de Governo em todas as esferas.

Além disso, a gente enfrenta ainda um desafio no atendimento às diversidades. Como agentes promotores de saúde integral, o nosso papel fundamental para garantir o respeito e os direitos de mulheres, de homens, população LGBT, jovens trabalhadores urbanos, do campo e da floresta, jovens com deficiências, jovens convivendo com HIV/Aids, usuários de substâncias psicoativas, enfim, a garantia de direitos é o objetivo maior das políticas de saúde sexual e de saúde reprodutiva e de todas as políticas de saúde do Ministério que a gente vem implementando com o esforço conjugado.

Sobre a atenção à saúde mental e o enfrentamento ao álcool, ao *crack* e a outras drogas, também presente no Estatuto, dada certa relevância, temos sido solicitados a responder e tomar posicionamentos diante de demandas complexas, que mobilizam noções de direitos, liberdades e proteção, mas, principalmente, mexem com os nossos afetos. Nesse campo, algumas questões têm sido frequentes e urgentes de resposta. Na perspectiva da política de saúde mental, há que se realizar abordagens intersetoriais, que garantam intervenções efetivas de tratamento e de proteção à vida. Também se devem contemplar práticas diferenciadas na atenção aos usuários em diferentes espectros do uso de substâncias de drogas. E aí, merece um destaque importante a questão da interseção com a segurança pública. Acredito que a discussão da maioridade penal tem uma importância capital aqui.

Quanto às violências que atingem e se originam da juventude, os dados epidemiológicos apontam algumas tendências. Os homens jovens, negros, economicamente mais pobres são os maiores vitimados nos homicídios. Mais da metade, quase 53,5% dos quase 50 mil mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens; desses, 76,5% negros, quase 91,5% do sexo masculino. As políticas públicas unem-se a fim de desenhar planos voltados ao enfrentamento desse fenômeno e a saúde é uma das dimensões fundamentais, não apenas como um setor impactado pelos efeitos dos atos de violência, mas, principalmente, como promotor de uma cultura da paz.

Assim tem sido, por exemplo, a nossa experiência com o Plano Juventude Viva, que responde a anseios de uma sociedade civil e do movimento de jovens pelo olhar mais atento a esse grande contingente juvenil e de suas famílias, que tantas vezes são vítimas de violências arbitrárias.

Mulheres adolescentes e jovens são as principais vítimas das violências doméstica e sexual. Elas também são marcadas por necessidades econômicas que por vezes ocasionam e as inserem em situações de exploração sexual. Já é possível observar tendências ao aumento dessas ocorrências naqueles territórios em que estão ocorrendo as grandes obras e as políticas de desenvolvimento regional, instaurando vulnerabilidades psicossociais e aumento na demanda por políticas públicas de proteção.

Também os jovens são vitimados nos acidentes de transporte – e um fenômeno que se relaciona com o campo do trabalho, visto que muitos desses jovens são, por exemplo, motoristas comerciais, motobóis, quando fazemos uma análise mais fina – ou da associação que existe entre a direção e o consumo de bebida alcoólica e outras substâncias psicoativas, não apenas dos jovens, obviamente, mas também eles como vítimas de outras situações.

Finalmente, a gente também lança um olhar sobre a comunicação. O Ministério da Saúde, no campo da juventude, tem investido muito nisso. No mundo de novas tecnologias e de informações em tempo imediato, a apropriação de ambientes virtuais, de redes sociais e da aposta na produção conjunta de conhecimentos comuns pode e é ferramenta com elevado potencial para promoção, manutenção e recuperação da saúde pessoal e de outros. Por meio de abordagens inovadoras, a gente abre oportunidade de aproximar saúde de ambientes e realidades juvenis.

E aí, mais uma vez, finalizando, eu queria reforçar realmente o nosso posicionamento, do Ministério, da área técnica, em nome da coordenação e da direção, de que, ao se trabalhar com o Estatuto na forma de alguns princípios inovadores, como a emancipação, o direito ao território e à segurança, a saúde também se beneficia disso, na perspectiva de que a saúde trabalha com a saúde integral. Não é só uma questão de intervir numa situação de doença, mas, antes, uma perspectiva de atuar na promoção e na prevenção de agravos. Isso se faz com educação, isso se faz com acesso a direitos, isso se faz com proteção integral. E estamos juntos nesta também.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, meus cumprimentos por sua exposição. E só peço à Lílian que ela deixe, se possível, o seu pronunciamento com a Mesa, que, naturalmente, vamos tentar buscar contemplar, no Estatuto, as principais propostas por você apresentadas, na mesma linha do que fez aqui já o Bruno, preocupações que ele levantou e que a Mesa já anotou.

Percebi também, Lílian, que você levantou, que o Bruno levantou algo que eu também defendo, que é a questão da maioridade penal. Não admitimos. Como disse um amigo meu, Lula, daqui a pouco, estarão querendo que crianças de 10 anos, de 8 anos, de 5 anos seja responsabilizada por qualquer tipo de delito que assim eles entenderem. Então, nesse aspecto, acho que é unanimidade, aqui na Mesa, tenho quase certeza absoluta.

E notei também a sua preocupação, na fala, quanto à violência. São alarmantes os dados da violência contra a juventude, atingindo, principalmente, a comunidade negra. Os dados são preocupantes. Mas vamos lá para o nosso debate.

Agora, quero convidar para a Mesa o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), o Dr. André Luís Machado de Castro.

Seja bem-vindo para a nossa Mesa!

E passo, de imediato, a palavra ao coordenador da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, o Sr. Diego Gomes Santos Mesquita.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

As palmas também para o Diego.

O SR. DIEGO GOMES SANTOS MESQUITA –

Muito bom dia a todos! Muito obrigado pela palavra, Excelentíssimo. Nós do Ministério vemos como uma grande oportunidade e completamente tempestiva a discussão sobre o Estatuto, porque, especialmente para a juventude, o problema do desemprego da juventude no trabalho é um tema que vem sendo debatido mundialmente. Ano passado, pelos países do G20, houve uma força-tarefa, para discussão exatamente do desemprego da juventude.

Esse ano, em janeiro, na Conferência Internacional do Trabalho, tivemos uma Comissão que tratou sobre o desemprego da juventude – uma Comissão especificamente criada para isso, que não vai haver no ano que vem, vai haver só no ano de 2014 –, para saber quais foram os avanços que houve. O que nós do Ministério enxergamos como muito importante seria que pudéssemos fornecer o acesso a todos jovens de todas as classes sociais às políticas, principalmente tratando-se, na parte do trabalho, das políticas de qualificação profissional. Não só o acesso, como que haja opções para que eles possam saber escolher onde desejam se qualificar, para que possam ser inseridos no mercado de trabalho da melhor maneira possível.

O que vemos é que existe também um hiato entre os dois tipos de jovens. Existe aquele jovem que é muito qualificado, o jovem que tem acesso à faculdade, tem acesso à pós-graduação, mestrados e doutorados; e há aquele jovem que é pouquíssimo qualificado. En-

tão, vemos que está faltando aí – há uma parcela do mercado de trabalho que não está sendo assistida pelas políticas públicas de trabalho. Então, achamos que esta é uma parte muito importante que, de repente, deva ser contemplada dentro do Estatuto.

Outra necessidade muito grande que vemos trata-se das populações tradicionais, dos ribeirinhos, dos indígenas e dos quilombolas, que também acreditamos que sejam uma população das mais vulneráveis, especialmente a parte da juventude.

Falando um pouquinho especificamente do texto do Estatuto, vemos que o Estatuto, tal como está sendo proposto, há uma idade – voltando à questão da idade – de 15 a 18 anos, de 15 a 29 anos. O Senador está propondo para que seja de 18 a 29 anos, e o que chamou um pouquinho a atenção é que temos a Lei da Aprendizagem, que contempla o menor aprendiz, que vai de uma faixa etária de 14 anos até os 24 anos. Então, estou mencionando, para que seja discutido isso, para saber se isso não irá de encontro a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O objetivo da audiência é esse mesmo, você está correto, é preciso que vocês levem as questões, para acharmos o caminho adequado para a redação final.

O SR. DIEGO GOMES SANTOS MESQUITA –

A nossa preocupação é porque esse programa do menor aprendiz, o Programa Jovem Aprendiz é um programa que pode ser colocado mundialmente, porque é um programa que tem um custo baixíssimo para o Governo. Então, o investimento do Governo é basicamente de você fazer um investimento de articulação e também com a Secretaria de Inspeção do Trabalho, no caso do Brasil, mas é um programa que é muito bom e que tem resultados maravilhosos. E aí a preocupação é que possamos tentar fazer com que as duas leis possam caminhar juntas, comunicar-se.

Mais uma coisa, só para finalizar: vimos que, acho que no art. 17, será criada uma linha de crédito especial para os jovens empreendedores. Uma das nossas iniciativas dentro do PPA foi a proposta de uma submodalidade, isso já está previsto, dentro do ProJovem Trabalhador, que é o programa-chefe do Ministério do Trabalho para a juventude, que é do empreendedorismo. E já estamos fazendo isso, trabalhando, escrevendo um texto, para que possamos aliar o empreendedorismo ao microcrédito produtivo, porque temos o Programa de Microcrédito, dentro do Ministério, para que possamos fazer com que os dois se comuniquem, e isso faz com que as duas ações andem em conjunto, ou seja, estamos escrevendo uma lei, na qual estamos com todos os mecanismos já prontos, para que essa lei seja, de fato, aplicada, e não fique como outras leis.

O que tinha para falar era isso. Agradeço, no que diz respeito às políticas de trabalho, de emprego do Ministério. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Sr. Diego Gomes. E gostaria de fazer apenas uma indagação: gostaria de saber do senhor quais os valores, ou seja, o recurso que há locado para o jovem aprendiz, se o Senhor tem condição de dar essa informação. O Ministério tem os valores definidos ou são projetos que, naturalmente, no decorrer do ano, são suplementados; ou temos um valor já orçamentário, é evidente, dependendo da demanda, imagino que é suplementado, se o senhor tem condição de dar essa informação.

O SR. DIEGO GOMES SANTOS MESQUITA – Esse Programa de Aprendizagem não é um programa que tem recurso orçamentário. É uma lei que obriga que as empresas, dependendo do seu tamanho, tenham de 5% a 15% de jovens aprendizes, dentro do seu quadro de funcionários. Por isso que mencionei, anteriormente, que ele é uma ação, dentro do Ministério, muito de articulação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Depende mais do empresariado do que do próprio Ministério?

O SR. DIEGO GOMES SANTOS MESQUITA – Depende do empresariado, ele tem que cumprir, mas depende do Ministério, porque ele que vai fazer essa articulação, ele que vai fazer essa divulgação e depende muito que a nossa Secretaria de Inspeção do Trabalho seja dotada de mecanismos que possam fazê-lo cumprir a Lei do Menor Aprendiz.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. S^a.

O SR. DIEGO GOMES SANTOS MESQUITA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Queríamos passar a palavra ao Sr. André Luís Machado de Castro, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos. O senhor tem 10 minutos, para fazer os comentários.

O SR. ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO – Muito obrigado, Presidente. Bom dia a todos e a todas! Cumprimento, além do Presidente, o nosso Relator, o Senador Paulo Paim, desde já, agradecendo pelo convite para participar desta audiência.

E, numa breve intervenção, pela Associação Nacional dos Defensores Públicos, gostaria de destacar, num substitutivo que está sendo apresentado e em confronto com a matéria que havia chegado à Comissão de Assuntos Sociais, nossa opinião favorável, inclusive, a algumas alterações que foram feitas. A primeira delas é com relação à questão da idade,

delimitando o jovem entre 18 e 29 anos, pelos próprios fundamentos do voto de V. Ex^a, principalmente no sentido de que a sobreposição entre as normas do Estatuto com o Estatuto da Criança e do Adolescente talvez não produza o efeito de maior proteção esperado, até porque se trata, realmente, de públicos relativamente distintos, e a proteção ao adolescente é uma proteção ainda muito específica e objeto já de uma norma exemplar, uma norma reconhecida internacionalmente pelos seus grandes avanços e pelos resultados concretos que tem produzido no Brasil ao longo dessas últimas 2 décadas, mais de 2 décadas de existência.

Naturalmente, como o senhor falou também, a Associação Nacional de Defensores Públicos endossa o coro daqueles que se opõem à redução da maioria. Recentemente, inclusive, tramitou na Comissão de Constituição – está tramitando, estava na pauta da Comissão de Constituição e Justiça – uma das PECs que tratam da redução da maioria, a PEC 33, e nós emitimos, inclusive, nota contrária, sugerindo que não seja aprovada a redução da maioria, por todos os argumentos que já são conhecidos, não caberia aqui estendê-los, não é objeto desta audiência.

E, ainda em relação ao projeto de Estatuto da Juventude, queremos louvar, também, tanto a felicidade na definição dos direitos, ou seja, um rol de direitos importantes para a intervenção na área da juventude, mas também a criação da Rede, do Sistema e dos Conselhos da Juventude. Em especial, os Conselhos da Juventude, nós acreditamos que, assim como os Conselhos Tutelares, possam ter uma vocação muito importante na promoção e defesa dos direitos da juventude e na elaboração e execução de políticas públicas específicas para essa área.

Dentro desse aspecto, portanto, gostaria de fazer algumas pequenas considerações que acrescentem, que colaborem com o texto que está sendo discutido aqui no Senado, a partir de uma perspectiva muito própria da Defensoria Pública, que seria, no caso, a atenção ao jovem carente – como todos sabem, a Defensoria Pública tem essa missão constitucional, que é a defesa das pessoas carentes, então, no caso, aqui, na perspectiva da proteção do jovem carente –, à luz da proteção e promoção de seus direitos humanos.

Dentro desse cenário, um dos pontos que eu já gostaria de destacar – e acredito que seria interessante uma reflexão sobre ele, para, eventualmente, ser acrescentado ao Estatuto da Juventude – diz respeito ao universo do egresso do sistema prisional e ao próprio jovem que está dentro do sistema prisional. Parece-me que esse é um tema – o Estatuto é muito feliz na abordagem de várias perspectivas sobre a juventude –, mas esse é um tema que poderia ser um

pouco mais bem explorado dentro do Estatuto. Apenas como ilustração, se hoje nós pensamos onde encontrar a juventude – o nosso colega aqui da Pastoral da Juventude me corrija se eu estiver enganado –, a primeira coisa que se imagina é nos bancos escolares, do ensino médio ou nas universidades, ou ainda se pode pensar num *show* de uma banda bastante popular. Tudo isso é verdade. Agora, o que as pessoas, muitas vezes, não lembram – e, lamentavelmente, é uma triste realidade no nosso País – é que outro lugar onde se pode encontrar massivamente a juventude brasileira é dentro dos presídios.

A maioria da população prisional está entre 18 e 29 anos. De acordo com dados do Ministério da Justiça, a cada hora, sete jovens, exatamente entre 18 e 29 anos, ingressam no sistema prisional. Isso representa – esses dados são de 2009 – 70 mil jovens que entram, todos os anos, no sistema prisional, numa taxa muito mais elevada de jovens que ingressam no sistema do que a de jovens que saem do sistema. Além disso – e isso num universo total –, cerca de 70% dos ex-presos, incluindo os jovens, voltam ao sistema, na condição de reincidentes, e voltam ao sistema não por uma lógica perversa e inexorável. Voltam ao sistema, no mais das vezes, pela falta de oportunidades para seguir outro caminho. E isso não a partir de uma opinião minha, mas de dados, também específicos, que dizem – dados também do Ministério da Justiça – que mais de 80%, ou seja, quase a totalidade, em questões estatísticas, daqueles que saem do sistema com oportunidade de emprego não reincidem, não voltam ao sistema.

Portanto, a partir de uma colocação, seguem naquela colocação e nunca mais vão ter problemas com a justiça criminal. Então, estamos falando dentro desse universo em que, como falava o colega do Ministério do Trabalho que me antecedeu, emprego e renda é um tema, como tantos outros, muito importante para a juventude. Dados não só do Brasil, mas de todo o mundo: o desemprego, em geral, é muito mais forte entre os jovens que buscam uma colocação inicial. Se há dificuldade em obter uma colocação, se o desemprego é maior entre os jovens, quicá dizer do desemprego entre aqueles jovens que saem do sistema prisional. Para esses é praticamente impossível obter uma colocação com a realidade de hoje. Isso, sim, são problemas gravíssimos que discutimos quando estamos tratando do incremento da violência, da segurança pública. Parece-me que essa é uma perspectiva de discussão muito mais acertada do que discutir a redução da maioridade penal, que só agravaria o quadro de insegurança no nosso País.

Dentro dessa perspectiva, portanto, nós acreditamos que, em todos os eixos de direitos previstos no Estatuto, como educação, trabalho, renda, igualdade, saúde, cultura, lazer e meio ambiente, em todos eles, poder-se-ia tratar algum tema específico sobre o jovem preso ou egresso, mas mais especificamente no que diz respeito à educação e ao trabalho e renda.

Lembro também uma questão importante do sistema prisional: como todos sabem, existe a diferença de regimes. No regime semiaberto, o preso pode sair para trabalhar e, obrigatoriamente, volta para dormir no estabelecimento prisional à noite, só que essa realidade praticamente inexistente no nosso País. Um contingente enorme de pessoas que poderiam estar efetivamente exercendo o regime semiaberto não o exerce porque não há nenhuma oportunidade de emprego ou de estudo. Então, o regime semiaberto, na prática, é uma ficção e é idêntico ao regime fechado por não haver uma oportunidade para essas pessoas, o que é muito mais grave quando diz respeito a jovens.

Nesse sentido, portanto, pensar perspectivas, inclusive, de estímulo ou incentivo à contratação de jovens que estejam no sistema ou ainda de jovens egressos nos parece muito importante.

Outro tema: o Estatuto foi muito feliz também na sua concepção e na sua própria elegância, ou seja, o Estatuto não desce a minúcias, não cria uma enorme quantidade de regras, mas é mais principiológico, e nós concordamos com essa ideia. Mas, dentro dessa linha principiológica do Estatuto, é preciso enfrentar alguns temas, temas específicos como, por exemplo, hoje, quando um jovem sai do estabelecimento prisional, ele sai, porque já entrou muito novo, sem carteira de identidade, sem CPF, sem título de eleitor e, como ele foi condenado a uma pena restritiva, privativa de liberdade e também a uma pena de multa, e ele não a pagou porque é pobre, o nome dele está inscrito na dívida ativa, vai ter dificuldade para tirar o CPF. Com dificuldade para tirar o CPF, ele tem dificuldade para tirar o título de eleitor, ele tem dificuldade para tirar carteira de trabalho. Ou seja, quando sai, se quiser um emprego, ele vai precisar regularizar tudo isso. Isso já seria difícil para nós; para a situação dele, com todas as barreiras econômicas e até mesmo culturais, é muito mais difícil. Então, alguma norma específica que trate especificamente disso e que assegure a essa pessoa, como a todas em geral, uma facilitação para o acesso aos seus documentos, creio que essas seriam algumas normas importantes que se poderiam acrescentar no Estatuto da Juventude.

Por fim, especificamente em matéria de saúde, uma observação específica que acho que carece também – o texto poderia avançar um pouquinho nesse

sentido –, seguindo o que a Lílian já havia dito: a questão da violência entre os jovens é impressionante no nosso País.

De acordo com dados, pesquisando, do Mapa da Violência disponível na Internet... Não estou localizando aqui. Só um minutinho. A violência entre jovens tem uma escalada muito impressionante. Ele trata da taxa de homicídio, não só homicídio, morte violenta, para cada 100 mil pessoas. Então, para cada 100 mil pessoas. Então, para cada 100 mil pessoas, ela vai falar na década de 80, 90, do ano 2000 e 2008.

Na década de 80, de cada 100 mil pessoas, 21 mil não jovens sofriam morte por violência. Há uma correspondência de 30 jovens. Então, 30 jovens e 21 não jovens. Na década de 90, os jovens passaram de 30 para 38, e os não jovens caíram de 21 para 18. No ano 2000, os jovens passaram de 38 para 51, e os não jovens para 20. E no ano de 2008, 52 jovens e 20 não jovens. Ou seja, o número, a taxa de mortes violentas entre não jovens é praticamente estável, oscilando entre 18 e 20 por cada 100 mil habitantes. Porém, entre os jovens, ela tem uma progressão inacreditável, alcançando, de acordo com esse último dado de 2008, o número de 52 jovens mortos a cada 100 mil habitantes.

E o que está diretamente relacionado com a questão, como primeiro corte, é a questão racial; esses jovens que morrem, basicamente, são negros e são quase todos pobres.

A questão do Estatuto, naturalmente, é bastante transversal, mas uma atenção específica para esse verdadeiro massacre que está acontecendo de jovens, e jovens negros, no nosso País, creio que deveria também ser objeto de atenção específica por parte do Estatuto.

Com isso, concluo a nossa exposição. Algumas dessas ideias, nós estamos consolidando numa sugestão que encaminharemos especificamente a V. Ex^a. Ainda não está concluído. Ainda queremos terminar a elaboração, mas esperamos, o mais breve possível, poder apresentar ao Sr. Relator.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Dr. André Luís Machado, que é Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

E já começaram a chegar aqui, naturalmente, os pedidos de informação, as manifestações, via Twitter, via Internet. Todas essas indagações e manifestações serão respondidas pelo Senador Paulo Paim, pelo fato de ser Relator da matéria. Com certeza, isso vai ajudar a enriquecer o seu relatório, que naturalmente vai proferir, no máximo, até amanhã ou depois de amanhã, até semana que vem, para encaminharmos esta matéria para tramitar com a maior rapidez possível. Falta

ser aprovado na CDH e depois encaminhado para o plenário da Casa.

O Senador Paulo Paim, daqui a pouco, vai se manifestar em relação a essas manifestações feitas via Twitter e Internet.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me, rapidamente, eu quero cumprimentar a fala do Dr. André Luís Machado de Castro, Defensor Público, que abordou a questão do cárcere.

É fato, é real que o menino, a menina, o jovem enfim, como muitos dizem – não sei se é válido falar aqui, mas vou falar, e você pode dizer se concorda ou não –, entra lá por um delito pequeno e, como não tem nenhum tipo de oportunidade, ele sai de lá e volta para o crime. Como se diz, acaba sendo uma escola do crime, quando deveria ser uma escola de recuperação.

V. Ex^a coloca com muita clareza a importância de o Estatuto olhar isto: como o jovem que é preso pode ser recuperado, efetivamente, para retornar para a sociedade. Aí entra curso técnico e entra o fato de que ele possa trabalhar e voltar para, se for o caso, dormir no presídio.

Acho que foi muito bem colocado.

E quero dizer também, Senador, porque entrou de novo aqui, e o doutor falou também, a questão da idade de 18 e 29 anos.

Por que eu vou falar de novo disso?

A Consultoria do Senado, composta por técnicos, especialistas da mais alta qualidade, insistiu muito comigo para que eu colocasse 18 a 29 anos. E eu, aparentemente, a minha simpatia era de querer ampliar. Mas, juridicamente, eles me mostraram: “Senador, se você olhar direitinho o argumento que colocou, de 18 a 29 anos, você de fato garante o espaço para o jovem. E pode criar uma confusão se você jogar os 15.” Como o projeto original que veio da Câmara. Então, eu quero cumprimentar a Consultoria do Senado, na figura da Tatiana – que é o nome de uma das minhas filhas também –, porque eles conversaram muito comigo. Eu queria, eu insistia nos 15. Qual era o espírito deste Senador? Querer que ficasse o mais amplo possível. Mas, às vezes, o mais amplo possível pode não ser o mais amplo possível. Então, eu queria cumprimentá-lo pelos argumentos, e nós vamos buscar o caminho que seja mais adequado para que essa idade muito bem definida.

Aqui, o Bruno também entrou nesse tema e lembra que tem que haver uma adequação, de fato, para as coisas ficarem bem claras. Quero dizer que esse ponto é um ponto ainda polêmico, mas nós queremos construir o melhor para, efetivamente, atender a nossa juventude.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só fazendo um adendo às palavras do Senador Paulo Paim, na verdade, o cidadão entra nos presídios como amador – vou fazer esse comparativo – e sai de lá profissional. O próprio Ministro da Justiça disse que os presídios brasileiros são medievais e que ele preferiria morrer a ficar preso num presídio brasileiro. Então, até a que ponto chegamos?

E, aqui, nessa manifestação – inclusive, já veio através do Twitter, do Alô Senado: “Que haja separação adequada conforme a faixa etária dentro dos cárceres e profissionalização do preso jovem.” Essa é uma contribuição muito boa dentro da linha da sua fala. Tem toda razão, é um número assustador! De fato, de 18 a 29 anos, praticamente dobramos o quadro e triplicamos o número de presos em nosso País, lamentavelmente por falta de política pública, Senador Paulo Paim.

O SR. ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO

– Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

O SR. ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO

– Não só são corretas as afirmações que V. Ex^{as} fizeram sobre o ingresso do jovem no sistema por delitos menores, mas isso ocorre cada vez mais e espantosamente em razão do crime de tráfico, e tráfico, como a Lilian está lembrando aqui, de pequenas quantidades, às vezes confundido até com o próprio uso. Esse é um corte de classe impressionante: se um jovem rico é pego com uma determinada quantidade, admite-se que seja para uso próprio; se ele é pobre, é sempre para tráfico.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Infelizmente.

O SR. ANDRÉ LUÍS M. DE CASTRO – Então, essa questão do tráfico, imagino, em breve será enfrentada aqui – já está sendo – e deliberada pelo Congresso, porque uma mudança profunda vai ter que ser feita nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro, Senadora Ana Rita, pela ordem.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Depois, eu quero me inscrever para falar, ao final de todos, mas só quero acrescentar um dado: O Jornal *O Globo* anuncia que “Violência vai matar 36 mil adolescentes até 2016”, quer dizer, é morte anunciada para o jovem e para as nossas crianças e adolescentes. É morte anunciada! Então, a violência vai matar, até 2016, 36 mil jovens, 36 mil adolescentes. Quer dizer, de que forma nós es-

tamos nos preparando para evitar que isso aconteça? Esse é um debate que nós precisamos aprofundar, com certeza. Não vou me estender aqui, agora, porque eu quero ouvir todos, mas depois eu vou me inscrever para poder comentar um pouco sobre o que eu penso a respeito dessa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito bem lembrado, como bem disse o Senador Paulo Paim.

Com a palavra, Alessandro de Leon, Conselheiro do Conselho Nacional da Juventude.

Você tem 10 minutos, prorrogável por mais 5, se necessário.

O SR. ALESSANDRO LUTFY PONCE DE LEON

– Bom dia, meu nome é Alessandro de Leon, sou da Universidade da Juventude, membro do Conselho Nacional de Juventude e militante das políticas de juventude desde jovem.

Eu me lembro de que, desde 1996, a gente vem falando dessa pressão demográfica – é a maior geração de jovens deste País –, apontando que ia ser o maior massacre da juventude na periferia. Efetivamente foi isso o que aconteceu com a insuficiência e a descontinuidade de recursos, principalmente para as periferias das grandes cidades. E isso há mais de 10 anos.

Eu queria, primeiro, agradecer muito o convite da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, o Senador Jayme Campos, agradecer o Senador Paim, um Senador da juventude, tido em maior monta pelos movimentos sociais que trabalham na temática; Bruno Elias, que está representando a Secretária Nacional de Juventude, a jovem Severine; Diego Gomes, do Ministério do Trabalho; a Lílian, do Ministério da Saúde; todos os companheiros de trabalho e de militância; o Jardel, da Pastoral da Juventude e do Conselho Nacional; e o André Luís, da Associação Nacional dos Defensores. Parece-me de que ele ia entrar no Conselho, não é isso, Rodrigo? A Associação Nacional chegou a...

O SR. RODRIGO – Não. Foi a OAB que entrou.

O SR. ALESSANDRO LUTFY PONCE DE LEON

– Foi a OAB que entrou.

Gostaria de restabelecer algumas coisas interessantes, porque muita gente fala que, na década de 90, começou a preocupação com a juventude, não é? Aí, a gente foi fazer algumas pesquisas e descobrimos que, em 1938, no Estado Novo, foi criada a Organização Nacional da Juventude. Isso dentro do Ministério do Exército. Ia ser uma organização paramilitar – imagine essa – para doutrinar os jovens.

Em 1940 foi quando, de fato, foi instituído, não como Organização Nacional da Juventude, mas, sim, como movimento brasileiro da juventude, já aí, sim, no Ministério da Educação, com o Capanema. Durou

5 anos uma política de juventude, a tentativa de uma política de juventude no Estado Novo, com muita disputa; por 3 anos disputou-se se ia ser um braço do Exército ou se ia ser um braço de civilidade, da educação cívica. E ganhou o Capanema, mas isso aí não servia para ninguém, e esvaziou-se esse núcleo pensante relacionado com a juventude.

O Presidente Collor que criou o Ministério Extraordinário da Juventude. Pouca gente sabe disso – o Ministério de um homem só –, mas estava lá. E não conseguiu avançar. De fato, é difícil contextualizar a questão da política de juventude.

O ano de 1985 – e aí, sim, a raiz do que a gente está vivendo hoje, em minha opinião – foi o Ano Internacional da Juventude, quando foram criados os primeiros Conselhos de Juventude, em Minas Gerais e em São Paulo. Na época com o Montoro e Newton Cardoso, se eu não me engano. Esses foram aqueles conselhos dos amigos. Não se sabia direito como é que fazia o conselho, como é que se compunha uma concertação, e na época de uma democracia muito nova.

Na década de 90, a gente teve a pulverização de organismos estaduais, municipais de juventude, o início de um Comunidade Solidária, tratando a juventude como qualificação apenas, que é uma das facetas da questão da juventude.

Isso vem ganhando peso. Hoje, temos 51 milhões de jovens. De 2000 a 2010 houve a onda jovem, o nosso bônus demográfico. É a maior geração de jovens da história deste País. Não vai haver uma nem para frente nem para trás. Isso significa uma pressão por políticas públicas, pressão pela presença do Estado, pressão na educação, que vem sendo, eu diria, respondida de forma vagarosa pelo Poder Público e, da mesma forma, pelo Parlamento.

Da parte de juventude, as primeiras comissões foram em 1999, tentativas de reunião. Em 2003, o nosso companheiro Reginaldo Lopes, então Presidente da Comissão Especial de Políticas de Juventude, fez a mesma coisa que agora o Senado está fazendo: foi para os Estados conversar com as juventudes, isso em 2003.

Em 2002 os movimentos já se reuniram. Já havia a Agenda Jovem. O Lula assinou as propostas. O Ciro assinou as propostas. Isso tudo foi ganhando corpo e, em 2003, a Comissão Permanente da Juventude e o Primeiro Emprego foram criados. Em 4 anos foi mais de R\$1 bilhão gasto no Primeiro Emprego, com efetividade baixíssima, descontinuidade novamente. Caiu o Primeiro Emprego e criou-se o Projovem. Novamente nós não vamos à política, nós estamos indo aos programas – o que a gente está tentando sanar agora com a discussão do Estatuto.

Em 2004, o Benjamin Maranhão, na época o Presidente, finalizou essa consulta aos jovens com três propostas: uma Proposta de Emenda à Constituição; o PL do Estatuto da Juventude, que na prática foi em 2005 e cuja Relatora foi a Deputada Manuela, que fez um belo trabalho – foi um trabalho apertado, mas, se não houvesse sido aprovado, nós não estaríamos aqui, hoje. E eu fico muito contente, Senador, de você estar colocando a pressa em aprovar, porque, enquanto as instituições têm suas próprias regras, a juventude tem pressa. Ela vem morrendo e vem perdendo oportunidades e, quando ela perde oportunidades, o Brasil perde oportunidades.

A questão da onda jovem não é só aproveitar os jovens para o benefício econômico ou para eles se inserirem. É também porque, daqui a pouco, esses cidadãos vão ser a maior geração de jovens que não serão mais jovens, mas adultos e idosos sem previdência, porque essa previdência não aguentará até lá. E a saúde estoura porque não há financiamento da saúde. Então, companheiros, a gente está tratando de uma geração que tomou no lombo desde criança e adolescente até a saúde e a previdência, porque, continuando do jeito que está, é paulada que a gente vai tomar até morrer. Na prática, o que está acontecendo é que há uma geração da qual estão morrendo 50 mil jovens por ano. Isso não é pouco.

Fala-se que é “uma lei que não vai revolucionar”; mas revoluciona, sim, Senador. Revoluciona, porque a gente convoca essa juventude para atuar, não só junto com o Estado, mas com a sociedade, de uma forma mais ampla e diferente daquela forma do Estado Novo, naquela época, inspirado pelos regimes fascistas e outros mais. Eu acredito que a gente tenha essa grande oportunidade.

Voltando ao tema principal, nós temos, aqui, o PL 98, de 2011, no Senado, que é oriundo da Manuela, que é oriundo dessas consultas do Benjamin Maranhão, do Reginaldo Lopes, que é oriundo de conferências. Se não me engano, tem origem em uma conferência da juventude da Câmara, duas conferências de juventude em nível nacional, com participação de 400 mil jovens. Só quando a gente vê direitinho, vemos que são jovens organizados que participam e fazem parte da política.

Ela dispõe, basicamente, dos direitos dos jovens, que o Dr. André Luís colocou, que está colocado, bem colocado, tanto gente de primeira geração, segunda geração, terceira geração aparece. Não aparecem, ainda, os de quarta geração; quer dizer, não se tem direitos à informação ainda de forma consolidada. Tem-se direito à comunicação, que é a forma de interação, mas o meme, que é a informação, não está regulado e é importante regular. Todos os países da América

Latina vêm regulando, e a Europa já regulou faz tempo. Isso são políticas de 15 anos atrás na Europa, e, na América Latina, vem amadurecendo há mais de 10 anos, não é? Nós estamos correndo atrás do prejuízo sempre, mas a gente vai avançando aos pouquinhos.

Primeiro, o direito dos jovens; segundo, diretrizes das políticas de juventude, para tentar dar esse esqueleto vertebral da Federação, porque até hoje a gente não conseguiu ter um modelo paradigma institucional de política que os Estados seguissem. Aí, o Estatuto tem essa possibilidade; e estabelecimento – estabelecimento não é só criação – do Sistema Nacional de Juventude.

Se nós abrírmos mão de desenhar o Sistema Nacional de Juventude nesse processo, vamos abrir mão de 10 anos de trabalho, porque o que vai acontecer é que a regulamentação é de governo e eu não considero que o governo seja mais legítimo que esta Casa para legislar sobre competências estaduais, municipais ou federais relacionadas com as políticas de juventude.

Cabe o esforço e acredito que é possível que se obtenha esse consenso de saber que é evidente que as FEBEMs são dos Governos estaduais, que a qualificação técnica é do Governo estadual, e a universitária é do Governo Federal. Gente, vamos botar as coisas um pouco mais claras: e o Município faz o quê? Informa, orienta, assessora e faz mais o quê?

Eu acho que está faltando, eu acho que cabe um esforço do Governo – aí, sim, do Governo – para ter sensibilidade para compor com o Parlamento um pouco mais essa regulamentação desse sistema de juventude. Isso é importante demais, porque isso aí vai ser o que vai “vertebrar” o processo de sistema, como tem sistema de inovação, como tem sistema de educação. É um sistema aberto, não é um sistema fechado, como na caixinha da educação, mas é um sistema, e a partir daí é que a gente consegue trabalhar o experimentalismo que a Secretaria Nacional está propondo, de forma acelerada.

Está acabando o meu tempo e eu queria apenas recordar duas coisinhas.

A primeira é da idade. Como a gente ganhou, eu peço para as consultoras olharem a Constituição de 88. A Constituição de 88 é, como a gente fala, criança, adolescência e juventude, não é? Não sei se o pessoal reparou. Tem um capítulo sobre criança, adolescência e juventude.

Esse capítulo foi porque a gente não conseguiu chegar, à época – e eu era picolinho, deste tamanho; mas eu estudei, porque eu não sou maluco – ao final sobre o que é a juventude. Não conseguiram chegar a um consenso. Então, pegaram de criança a adoles-

cente e se esqueceram de tirar juventude da Constituição, mas está lá.

Agora, querer dizer que juventude é a partir de 18 é querer dizer que macaco é limão, porque jovem não é a partir de 18. A entrada na juventude é biopsicológica, é biológica, é social; ela não é econômica. Se fosse econômica, eu até concordaria. Ela é biológica, é psicológica e social, ela faz parte da maturação. Os países estão ampliando para 12 anos, e vejam que são países que têm estatutos de crianças e adolescentes.

Só que, da mesma forma, o Estatuto é oriundo da tutela e proteção da Constituição de 1988. A gente não está falando em tutela e proteção. Isso está resguardado no ECA. Está lá: defesa e proteção da criança e do adolescente. Em tudo o que for defesa e proteção, está lá, complementar a isso: participação, informação, orientação.

A Secretaria de Juventude poderia atender a esse público. A gente não está confundindo os focos. Os direitos são complementares e expansivos. A gente não está tirando direito, a gente está dando direito e dever, também.

Algumas pessoas levantam, nessa questão da idade, a questão de: “Poxa, vão diminuir a idade.” Eu não acredito, sinceramente. É uma maldade ética, uma inviabilidade financeira e politicamente uma catástrofe.

Acho que tem de ser enfrentado o debate de forma franca, e não se pegar um Estatuto que regula tudo e falar que jovem é a partir de 18 anos contra toda a teoria e toda a doutrina desenvolvida no mundo sobre isso. Não há um país da América Latina em que seja assim.

Então, a gente tem de tomar cuidado para retomar toda a discussão do Conselho da Juventude. Antigamente, as professoras queriam colocar de 15 a 24, porque ficavam as tias e meninos. Aí, a gente conseguiu colocar para 29, que era adulto jovem. Agora, estão puxando para 18, por pressão corporativa. Na prática é isso, entendeu?

E a gente tem de se libertar disso, porque a gente está tratando de emancipação. A gente não está tratando de sujeitar o cidadão; a gente está tratando de emancipar esse cidadão. Eu, sinceramente, acho uma involução. Não vou ficar mais aqui na questão dos 18 anos, porque, de fato, é sentido comum: é biológico, psicológico e social na entrada e econômico na saída. É basicamente isso o que se tem na doutrina.

Finalizando, eu sinto falta ainda de tecnologia de formação em comunicação de forma mais forte e das estruturas de banda larga previstas, porque isso é uma forma de orientar esse processo, e de um conceito que dê vazão – há os recursos dos tais dos *royalties* – à equidade intergeracional. O *royalty* vem daí. A

gente está pegando o *royalty* e investindo de forma diferente, mas, na prática, os *royalties* deveriam ser para indenizar as gerações futuras do prejuízo que a gente vai dar ao presente, tanto no petróleo, como no minério, como no meio ambiente. Então, os *royalties* são para as gerações futuras. Acho que cabe aí um conceito que já existe em vários países do mundo, que é equidade intergeracional. Quer dizer, não é só o jovem no processo, mas o jovem dentro de um processo maior do Estado.

Para finalizar de verdade, lembro que o bônus demográfico é uma oportunidade, mas ele pode ser um problema. Essa geração é estratégica, não para ela, mas para o País. Quer dizer, não é só deixar de aproveitar as oportunidades que a gente está tendo e, sim, a gente colocar no buraco mais uma geração de jovens: são 50 mil jovens morrendo por ano e 8 milhões de jovens que não trabalham e não procuram emprego de 51 milhões de jovens. A gente amplia a educação, amplia a universidade, amplia ensino técnico e ainda falha em questões mais básicas como o direito fundamental, principal, por exemplo, o direito à vida. E aí 70% dos que morrem são negros, 73%.

Aqui, encerrando, deixo a frase do Padre Lebrete, que fala que é preciso convocar os jovens para grandes objetivos, porque eles sofrem quando são convocados apenas para medíocres.

Agradeço a Comissão e o bom trabalho que os jovens estão aí para disputar, para ajudar, para contribuir, para criticar, mas, principalmente, para fazer parte de um projeto, o que, pela primeira vez, eles estão tendo a oportunidade de tentar fazer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Alessandro Leon.

Se tivessem mais tempo, não é Alessandro? Pelo menos, mais uns 20 minutos, tinha matéria para falar. Parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me um comentário rápido para o Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É importante essa posição divergente, porque – a Consultoria está aqui do lado, e estou dialogando com eles –, na verdade, eu estou com duas versões: uma dos 15 e uma dos 18, que são teses diferentes. Nós queremos, ouvindo todos os setores, ver qual o relatório que vamos apresentar. Foi importante o contraditório que você fez, da ideia de 18 a 29 anos e 15 a 29 anos, para que

a gente vá construindo o que for melhor para nossa juventude. Eu sei que você sabe que nós queremos isso. Por isso também foi importante a sua colocação, deixando esse tema, que é um dos pontos mais polêmicos. Mas, com certeza, vamos caminhar para aquilo que seja melhor para a juventude, e você deu uma bela contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra Jardel Santana, que é membro da Coordenação da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Brasília, representando o Sr. Joaquim Alberto de Andrade Silva da Comissão Nacional de Assessores da Pastoral da Juventude.

Tem a palavra por 10 minutos.

O SR. JARDEL SANTANA – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento as pessoas que estão acompanhando pelas mídias, pela TV, pela Internet.

Primeiramente, quero falar por que a PJ está ocupando este espaço. Conforme Alessandro falou, nós estamos no Conjuve desde a sua criação, onde ocupamos uma vaga. E a PJ há mais e 10 anos vem fazendo campanha de políticas públicas, antes mesmo da criação do Conjuve. Um exemplo dessas campanhas é a campanha Juventude Quer Viver, dentro da qual há a campanha contra a violência e o extermínio de jovens – conforme a Senadora Ana Rita colocou, está previsto que o extermínio de jovens futuramente será altíssimo. Outra coisa que a PJ vem fazendo é o Dia Nacional da Juventude; há mais de 10 anos nós pautamos a temática de políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Jardel, desculpe-me interromper, mas quero dizer que o Senador Jayme Campos, que preside a Comissão de Assuntos Sociais, tem feito um bellissimo trabalho nesta Comissão. Permita que eu diga, Senador Jayme Campos, que a sua conduta na sua Comissão foi elogiada ontem inclusive pela Bancada do PT, em uma reunião interna. A gente fala que o que é interno a gente não fala depois, mas isso eu fiz questão de falar. V. Ex^a está saindo agora e me indicou como relator sem nenhum problema. Eu quero pedir ao Plenário que dê uma salva de palmas, porque é um grande Senador da República e tem compromisso com o social. (*Palmas.*)

Volto a palavra.

O SR. JARDEL SANTANA – Então, para nós da PJ, o Estado tem que garantir possibilidades de emancipação, possibilitando autonomia e independência. E, nessa perspectiva, nós acreditamos que o Estatuto da Juventude vai garantir, visa a garantir essa emancipação, essa autonomia e independência.

Leio um trecho de um artigo:

A história nos ensina que, para garantir determinados direitos, foi necessário estabelecer marcos

legais, cartas, contribuições ou estatutos. Por isso a discussão e a instituição do Estatuto da Juventude são oportunas no atual momento histórico para combater a omissão do Poder Público em relação à juventude, para garantir a perenidade das políticas públicas da juventude implementadas em certos Municípios e para que os jovens tenham os instrumentos legais e financeiros para o seu desenvolvimento integral.

Ou seja, a história já mostra que a gente necessita de alguns marcos para garantir alguns direitos.

E, nessa perspectiva: são jovens que melhor sabem e sentem as suas necessidades. Por isso a importância de ouvi-los. Se esse segmento da população busca o protagonismo e autonomia, seria contraditório se as políticas públicas não os ouvissem, ensejando o seu papel ativo.

Então, o Estatuto da Juventude – nós estamos acompanhando todo o processo de elaboração – teve a participação da juventude quando ele começou a ser formulado, o jovem foi ouvido para formação.

Se a juventude tem um ou mais perfis próprios – tanto que nesses espaços usamos o termo as juventudes, porque não é apenas uma juventude: há a juventude negra, a juventude pobre, a juventude encarcerada, que bem lembrou o André Luís – as políticas públicas precisam relacionar-se e compatibilizar-se para melhor atender às suas necessidades específicas.

Para nós, da PJ, o ideal é garantir direitos para todas as juventudes, mas devido às problemáticas e às burocracias que sabemos que há no Estado, nós pensamos que devemos partir do necessário, de quem mais precisa, ou seja, os jovens e os jovens que estão em vulnerabilidade social. Aí, neste caso, contribuem bastante os jovens encarcerados, que, conforme bem lembrou o André, mais de 50% da população carcerária do nosso País é composta por jovens. E como neste momento esta Casa mesmo está discutindo a redução da maioridade penal: se nós não garantirmos alguns direitos para esses jovens, se nós não garantimos o acesso a diversos direitos, como a gente quer discutir a questão da redução de maioridade penal?

Então, para a gente, nessa perspectiva, primeiro é garantir esses direitos para quem precisa, para quem está em vulnerabilidade social. E, gradativamente, ampliar esses direitos para que futuramente todos os jovens possam ter acesso a eles.

E uma coisa que nós percebemos que o Estatuto contempla é que os direitos humanos da juventude serão garantidos com a difusão de políticas públicas, e o Estatuto vem garanti-los, contempla os direitos humanos, o respeito aos direitos humanos.

Com relação à idade, nós, da PJ, assim como o Conjuve, a Secretaria Nacional de Juventude, de-

fendemos que a idade deva ser de 15 a 29 anos. Por quê? Conforme nota técnica da Secretaria Nacional de Juventude, o Estatuto complementar o Estatuto da Criança e do Adolescente; ele não vem para concorrer com o ECA, pois as políticas públicas para a juventude são de emancipação, e as da criança e adolescente de proteção. O ECA é um Estatuto de proteção, enquanto o Estatuto da Juventude vem garantir emancipação. E os jovens que se encontram na faixa etária de 15 a 17 anos estão numa idade para emancipação.

Quase finalizando, vou ler outro trecho do artigo:

Muito embora a necessidade de autonomia dos jovens tenha sido reconhecida pelas Nações Unidas, muitos Estados, inclusive o Brasil, ainda não a considera como um valor que deve ser consagrado juridicamente e que de fato permita a participação dos jovens na tomada de decisões em relação às políticas que o atingem.

Por isso, os jovens, via de regra, são apenas massa de manobra dos governos ou ocupam cargos de fachada para legitimar as políticas para a juventude.

Então, assim, nessa perspectiva, fazendo um questionamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe te atrapalhar.

Senador Suplicy, o senhor não pode sair daqui sem pelo menos... Até pelo carinho que tenho por V. Ex^a – e o Jardel vai permitir –, que é um grande Senador, parceiro nosso, é uma referência, digamos, para as nossas vidas, não só para o Estado de São Paulo, mas para o Brasil. Eu sei que o Jardel vai entender, Senador Suplicy. Antes de V. Ex^a ir para outra Comissão, eu queria que V. Ex^a disse alguma coisa para nós todos aqui. Sabe o carinho que tenho por V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Presidente Paulo Paim. E quero cumprimentar todos os que aqui estão prestando depoimento sobre o Estatuto da Juventude.

Tenho confiança na relatoria de V. Ex^a que, ouvindo todas as partes, tem dado um exemplo como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. E será muito bem substituído pela escolha que fizemos ontem. E V. Ex^a já ressaltou que a Senadora Ana Rita que vai presidir agora a CDH no próximo ano.

E acho que todos aqui estão colocando temas tão importantes relativos ao que deve ser feito para assegurar à juventude brasileira, dos 15 aos 29 anos, e de todas as idades, mas que possam, e a começar por aqueles que ainda não têm os seus direitos assegurados, aqueles que foram instados a cometer delitos e que estão hoje encarcerados, onde a população afrodescendente está é em maior proporção. E acho muito importante que se coloque um conjunto de

atividades de responsabilidade dos Governos Municipal, Estadual e Federal, para que possam, sobretudo através das oportunidades educacionais, culturais, de atividades esportivas e as mais diversas, haver o desenvolvimento da juventude de maneira a não estar no caminho da criminalidade e, sobretudo, ter direito à vida com liberdade e dignidade.

E V. Ex^a, Senador Paulo Paim, sabe o quanto que avalio que a renda básica de cidadania vai muito colaborar

A palavra volta para o Jardel, e eu farei o desconto da fala do Senador Suplicy.

O SR. JARDEL SANTANA – Tudo bem.

Conforme eu estava dizendo, muito embora a necessidade de autonomia dos jovens tenha sido reconhecida pelas Nações Unidas, muitos Estados, inclusive o Brasil, ainda não a consideram como um valor que deve ser consagrado juridicamente e que, de fato, permita a participação dos jovens na tomada de decisões em relação às políticas que os atingem. Por isso, os jovens, via de regra, são apenas massa de manobra dos governos ou ocupam cargo de fachada para legitimar as políticas para a juventude.

Nessa perspectiva, nós da PJ acreditamos que a maior demanda dos jovens e das jovens é de oportunidades; ou seja, a juventude demanda oportunidades, e o Estatuto da Juventude, de certa forma, vem garantir ou pelo menos possibilitar a garantia dessas oportunidades.

E, nessa perspectiva, até coloco um questionamento para esta Casa, não apenas para os Senadores e para as Senadoras aqui presentes: como os jovens podem desenvolver o Brasil se não têm seus direitos garantidos? O discurso que nós ouvimos constantemente é: o jovem é o futuro do Brasil, o jovem é o futuro do Brasil. Não! O jovem é o presente, não é o futuro, o jovem é o presente. Então, como a gente quer que o Brasil se desenvolva se nós não garantimos minimamente os direitos para essa faixa da população?

E concluo com uma frase do Betinho que, de certa forma, permeia não só a mim, mas boa dos jovens da Pastoral da Juventude: “Tudo que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então, preciso participar das decisões que interferem na minha vida.” Herbert de Souza. Betinho.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos.

Esse foi o Jardel Santana, membro da Coordenação da Pastoral da Juventude da Arquidiocese da Brasília, representante do membro da Comissão Na-

cional de Assessores da Pastoral da Juventude, Sr. Joaquim Alberto Andrade Silva.

Eu cumprimento também e registro a presença conosco de Douglas de Almeida Cunha, Secretário da Juventude da CUT de Brasília.

Como é de praxe nas audiências, pelo menos nas que presido, depois vou abrir espaço também para que os jovens que estão aqui possam colaborar com esse debate, desde que assim eles entendam ao usar a palavra.

Agora fala a nossa querida Senadora Ana Rita.

Poderão falar, poderão questionar a mesa e poderão sugerir que essa é a intenção desta audiência pública. Repito: o que nós temos no momento é apenas uma minuta do projeto que pretendemos, depois das audiências públicas, apresentar, também numa audiência pública, construindo um amplo entendimento com a sociedade, e somente aí remeter para votação.

Então, todas as sugestões serão bem-vindas e vamos construir um entendimento.

Senadora Ana Rita com a palavra.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Presidente Paulo Paim, quero aqui fazer uma saudação especial a toda a mesa, ao Dr. André, ao Jardel, ao Bruno, que eu já conheço há bastante tempo, ao Alessandro, à Lílian e ao Diego.

Essa Mesa é altamente importante para discutir, mais uma vez, um tema que já está aqui, no Senado, há um bom tempo e que é a questão do Estatuto da Juventude e que nós temos a alegria de ter o Senador Paim como Relator desta matéria, o Senador Randolfe também foi Relator em outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na CCJ.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na CCJ. Com certeza, o Senador Paim, com a sensibilidade que tem, com o compromisso que tem, vai acatar todas as sugestões para que o Estatuto realmente possa ser fruto do sentimento e do desejo de todos os nossos jovens do nosso País, que seja, de fato, um importante instrumento de defesa da nossa juventude.

Conforme disse aqui o Bruno: o Estatuto é um marco inicial do sistema nacional da juventude, um vetor importante no fortalecimento de políticas para a nossa juventude. Então, é importante que realmente o Estatuto seja bastante discutido e já está praticamente... Já é terminativo aqui, na nossa Comissão, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ainda vai para outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele vai ainda para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde, com certeza, teremos audiência pública lá para discutir toda essa área; vai para a Comissão do Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, e é terminativo na CDH, que hoje presido e que, provavelmente, por indicação da Bancada, V. Exª vai presidir a partir do ano que vem. Lá que é a decisão final. Até lá vamos debatendo, debatendo, debatendo e oxalá a gente consiga, como eu disse na abertura, definitivamente, aprovar, quem sabe no primeiro semestre do ano que vem, já que este ano é impossível, pelo número de comissões em que eles têm que transitar ainda. E V. Exª é que vai indicar o relator?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só quero dizer que assumi o compromisso com o Senador Randolfe Rodrigues. (Risos.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, livremente, V. Exª é que vai, sem nenhuma pressão, indicar o relator.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com certeza, um dos Senadores que tem afinidade com esse tema, que tem compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O mais jovem Senador da Casa.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – ... o mais jovem Senador, que tem trânsito, vamos dizer assim, entre os nossos jovens, entre as organizações da juventude, entre as entidades que representam aqui a juventude para fazer, de fato, um relatório que seja fruto, realmente, do sentimento dos nossos jovens.

Senador Paim, eu também me inscrevi, primeiro, para parabenizá-lo. Conforme vocês sabem, estamos finalizando o ano de 2012 com muito trabalho nesta Casa, com um trabalho muito intenso nas comissões e, em particular, na Comissão de Direitos Humanos, de que o Senador Paim foi o Presidente até então. O Senador Paim deu a esta Comissão uma vida muito grande, porque trouxe para dentro da Comissão o debate de temas altamente importantes, diversos setores da sociedade passaram por aqui.

Eu me lembro de que uma das primeiras audiências públicas de que participei, no início de 2011, tratava do tema dos ciganos, e também, finalizando agora os trabalhos, outra audiência pública tratou dessa temática. É uma população muito esquecida pela sociedade brasileira e pelo próprio Poder Público. Esta Comissão é um espaço para dar visibilidade a determinadas discussões, que são importantes no sentido de assegurar os direitos humanos de diversas pessoas e, em particular, de algumas organizações que não são

tão conhecidas e reconhecidas pela sociedade brasileira. Então, acho que a Comissão de Direitos Humanos cumpriu um importante papel.

Eu quero aqui agradecer aos colegas Senadores da nossa Bancada, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que está me indicando para ser a Presidenta, no próximo período, da Comissão de Direitos Humanos. Eu quero agradecer à Comissão. Eu espero, porque ainda passa por um processo de votação, poder contar com o apoio dos demais colegas, Senadores e Senadoras, para que possamos, realmente, assumir a Presidência da Comissão de Direitos Humanos, o que farei com muito gosto. É uma área com que tenho total afinidade, é uma área de que gosto, é uma área com que tenho compromisso, e a minha luta, a minha vida sempre foi pautada pela minha atuação nessas áreas, na área de direitos humanos, na defesa dos interesses da nossa população.

Então, quero aqui agradecer, Senador Paim, porque V. Exª foi um Presidente que valorizou muito a minha presença na Comissão de Direitos Humanos, assim como tem valorizado a presença também dos demais Senadores e Senadoras. Obrigada pelo seu carinho e pela sua dedicação. A sociedade brasileira, com certeza, é muito grata à sua presença na Comissão de Direitos Humanos.

Pude perceber ontem, porque eu cheguei de viagem já perto de meio-dia, como os representantes que estavam participando daquele momento, daquela audiência pública, se referiam a V. Exª e se referiam à Comissão de Direitos Humanos, fazendo um agradecimento e um reconhecimento pelo trabalho que a Comissão desenvolveu durante esse período.

Então, quero também agradecer pelo seu carinho à minha pessoa. Sou recém-chegada ao Senado Federal, mas encontrei na Comissão de Direitos Humanos todo um carinho e todo um respeito ao meu trabalho e à minha pessoa. Então, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só me permita um elogio, V. Exª é Vice-Presidente da Comissão, nos ajudou muito, com certeza absoluta, e ainda é a Presidente, ou a coordenadora da CPI de Combate à Violência contra a Mulher, está fazendo um excelente trabalho no Brasil todo, viaja o Brasil em defesa das mulheres, combatendo a violência contra as mulheres, e ainda nos ajuda na Comissão. Por isso, quem merece palmas é V. Exª. (Palmas.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada.

Eu quero, também, Senador Paulo Paim, fazer um registro. Embora o Senador Jayme Campos tenha se ausentado para outra comissão, também quero agradecer ao Senador, que tão bem conduziu a Comissão de Assuntos Sociais, da qual também faço parte, onde

também foram votadas importantes matérias de interesse de toda a sociedade brasileira. Então, são duas Comissões que funcionaram muito bem, de que tive a oportunidade de participar, dentre outras.

Voltando ao nosso tema, quero aqui dizer que fazer a discussão do Estatuto da Juventude nos reporta a um debate sobre várias temáticas, entre elas a questão da violência contra os jovens. Quero retomar esse tema porque, como o Senador Paim lembrou, estou como Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a violência contra as mulheres e tive a oportunidade de, há 2 semanas, estar no Estado do Pará fazendo diligências; fomos a um presídio feminino.

A gente sabe que a situação nos presídios, infelizmente, no País inteiro, é muito delicada, é caótica em todos os sentidos. É muito triste quando a gente chega a um presídio e vê muitas mulheres, em torno de 600, presas num ambiente que não foi construído para ser um presídio, foi um arranjo, em minha opinião, que foi feito e colocaram ali 600 mulheres. Algumas estão chegando, estão lá há pouco tempo, ainda não tiveram o processo concluído, estão respondendo ainda pelo que fizeram; outras, condenadas; e outras já estão cumprindo pena em regime semiaberto, saem para trabalhar, retornando à noite, uma situação altamente degradante.

O que me chamou a atenção ali foram duas coisas: primeiro, a presença de muitas mulheres jovens. Eu tive a oportunidade de perguntar a elas quantas tem 19, 20, 21 anos, e a faixa etária, realmente, da maior parte é a partir dos 20, 29 anos. E pude perceber ali também mulheres com deficiência. Eu vi três mulheres, uma cadeirante e duas surdas-mudas, que convivem naquele ambiente altamente desumano. Quando perguntei o que elas tinham feito para estar ali, uma me disse o seguinte: “Eu era ‘mula’”. “Mula” é aquela pessoa que faz o transporte da droga para atender às demandas dos traficantes. E ela é deficiente, é uma cadeirante. Quer dizer, é muito fácil você utilizar uma mulher que tem uma deficiência, que anda de cadeira de rodas. E está ali porque é “mula”, cumpriu o papel de “mula”. Outra, também deficiente, está lá por assalto à mão armada. Estão ali, algumas já condenadas, outras ainda aguardando o julgamento.

Também me chamou a atenção o fato de ver mulheres jovens e grávidas sem a menor assistência com relação à saúde, sem a possibilidade de fazer o pré-natal, saindo da prisão somente para ter o bebê, retornando depois do nascimento, ficando a criança com a família, enfim, só Deus sabe para onde vai essa criança. Ao lado, está sendo construído um berçário, que está há três anos com as obras paradas, sem conclusão. Infelizmente, as autoridades públicas não

se manifestam com relação a isso. Quero fazer esse destaque.

Trago aqui alguns dados que havia dito antes, que saíram no jornal *O Globo*: 36 mil adolescentes até 2016 – na verdade, os dados nos mostram que o Brasil poderá perder 37 mil adolescentes –, entre 12 e 18 anos, serão vítimas de homicídios, projeção feita com base no índice de homicídios na adolescência, um levantamento feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com o Unicef. A pesquisa identifica o risco de morte entre os jovens a cada ano desde 2005. Segundo o estudo adotado, 45% das mortes de adolescentes no Brasil foram causadas por homicídios em 2010. O índice revela que 3 em cada 1.000 jovens com 12 anos não chegarão até os 19 anos de idade. A taxa registrada em 2010, de 2,98 jovens entre cada 1.000, representa um crescimento de 14% em relação a 2009, repito: 14% de crescimento de 2009 a 2010. Os mais afetados são os adolescentes negros do sexo masculino, com cerca de três vezes mais riscos do que os adolescentes brancos. A maior parte desses homicídios é causada por armas de fogo, com riscos cinco vezes maiores em relação a outros meios.

Diz ainda a Dr^a Helena Oliveira de Souza, pesquisadora do Unicef: “A violência persegue a desigualdade”. Segundo ela, o racismo e as desigualdades de gênero e renda são determinantes para o aumento no índice de homicídios. É preciso rever políticas baseadas apenas na segurança pública e na repressão, para que o ambiente de vulnerabilidade seja transformado em oportunidades. Foi isso o que vocês também disseram aqui.

Acho que políticas públicas importantes precisam ser de fato implementadas em nosso País. E aqui quero lembrar, Senador Paim, nós não podíamos deixar de citar aqui, a aprovação do sistema de cotas sociais e raciais, por que V. Ex^a muito se empenhou, ajudando-me para que pudéssemos aprovar aqui no Senado. Foi uma dificuldade muito grande, um esforço tremendo para que pudéssemos aprovar o sistema de cotas sociais e raciais que, para nossa alegria, já está sendo implementado no País. Alguns dizem que, às vezes, votam-se leis e projetos importantes que ficam somente no papel. Para nós, é uma alegria muito grande saber que, apesar da demora no trâmite – durou mais ou menos 13 anos entre a Câmara dos Deputados e o Senado para que pudéssemos aprovar aqui o sistema de cotas sociais e raciais –, ao ser aprovado, está sendo implementado num espaço de tempo bastante curto e já está sendo considerado para o vestibular de 2013. Cito isso como uma política pública altamente importante.

Nós temos alguns desafios pela frente, como o Código Penal, em que há uma preocupação com a redução da maioria penal. Não podemos permitir que a maioria penal seja reduzida. Para isso, a sociedade precisa atuar, precisa se mobilizar, precisa compreender que não é reduzindo a maioria penal que vamos reduzir a violência contra os nossos jovens. É preciso, sim, investir na educação.

Aqui lembro que, infelizmente, não conseguimos aprovar, na Câmara dos Deputados, os 100% dos *royalties* do petróleo para a educação. Vocês estão acompanhando como está sendo difícil esse debate dos *royalties* no Congresso Nacional. Este assunto precisa, realmente, ser garantido.

Neste mesmo horário, está sendo discutido o Plano Nacional de Educação. Não é suficiente ter apenas um plano bem feito, é preciso – e foi isso o que disse o Ministro para nós –, realmente, um financiamento para garantir que as políticas asseguradas no Plano Nacional de Educação possam ser implementadas. É preciso recurso, é preciso orçamento, é preciso dinheiro para que essas políticas de fato possam ser implementadas.

Os 100% dos *royalties* do petróleo são altamente importantes, mas nem todos têm essa compreensão. Os gestores municipais, por exemplo, dependem de recursos para outras áreas e querem que os *royalties* também sejam destinados para outras áreas. Com certeza, todas as áreas são importantes, mas, se não focarmos numa política, como é o caso da educação, não conseguiremos reduzir a violência no nosso País, em particular a violência contra os nossos jovens. Então, coloco isso como minha preocupação.

Temos ainda enormes desafios pela frente, mas acho que conquistas importantes nós estamos obtendo, porque há, por parte da sociedade e de organizações sociais, como é o caso da juventude, um envolvimento interessante, importante, que tem contribuído para que possamos avançar no Senado Federal.

Para finalizar, quero dizer que esta Comissão de Direitos Humanos é uma comissão também de legislação participativa. Alguém dizia ontem ao Senador Paulo Paim que a Comissão de Direitos Humanos é a porta de entrada para a sociedade poder se manifestar publicamente. Considero esta audiência pública muito importante, porque ela também é educativa, pois quem acompanha a TV Senado aprende muito ao ouvir dos nossos convidados as informações, os debates que aqui são feitos, e também ajuda os Parlamentares, os Senadores e Senadoras, a terem mais informações e a se pautarem a partir delas na hora de se posicionar diante dos projetos.

Então, quero agradecer a vocês pela presença e dizer da nossa alegria de poder tê-los hoje, em uma

das últimas reuniões deste ano de 2012, aqui no Senado Federal.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Senadora Ana Rita, a quem eu cumprimento mais uma vez.

Quero dizer a todos que eu tive a alegria, na questão da política de cotas – a Senadora Ana Rita foi Relatora na Comissão de Constituição e Justiça, foi fundamental o seu relatório –, depois, de relatar a matéria na Comissão de Educação e Direitos Humanos exatamente na linha do seu parecer. Não fizemos uma mudança, a não ser de redação. Hoje é lei, para alegria de todos nós, e é uma política pública para a juventude a política de cotas.

Neste País, era até tabu falar em cotas. Falar em cota... Nossa! A realidade é tranquila, a sociedade assimilou. Não houve aquilo que muitos pregavam, que seria uma guerra racial se aprovassemos a política de cotas. A juventude brasileira é muito mais inteligente do que os conservadores pensam, tanto que não há problema nenhum nas universidades, enfim, em todas as instâncias onde há essa caminhada tranquila para permitir que os pobres e negros tenham acesso à universidade. Até porque a política que nós aprovamos fortalece muito o ensino público, porque 50% das vagas nas universidades federais serão destinadas a alunos de escolas públicas depois que se dá o corte racial e social dentro daqueles 50%.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Isso contribui para o enfrentamento da violência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, com certeza.

Então, parabéns a V. Ex^a. Foi brilhante o seu trabalho na CCJ pela aprovação desse projeto.

Nós temos aqui inúmeras perguntas que estão chegando por parte do Alô Senado, do sistema de integração do Portal e-Cidadania. Eu fiz da seguinte forma aqui com a Mesa – antes de ouvir a Mesa falar, eu vou dar a palavra –: eu vou sempre dar a palavra para alguém do plenário que quiser falar e para alguém da Mesa.

Chegaram seis perguntas, em um primeiro momento. Eu as distribuí, mandei cada um escolher a resposta, e peço que dê a resposta na sua ótica. Fique tranquilo: é na sua ótica. Aí o Relator ouve e vai ver o que fará no final.

Eu queria saber se alguém do plenário quer usar a palavra neste momento, senão, eu passo diretamente para os convidados. (*Pausa.*)

Então, pegue aí o nosso microfone, aperte a luzinha verde. Pode colocar seu ponto de vista. Você tem

5 minutos. Pode fazer perguntas à Mesa. Diga o seu nome, em primeiro lugar.

O SR. JEFFERSON LIMA – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Bom dia a todos os companheiros e companheiras, a todos os Senadores presentes aqui, ao Eduardo Suplicy, à nossa Senadora Ana Rita.

Eu sou Jefferson Lima, estou como Secretário Nacional da Juventude do PT.

Para nós é muita honra estar participando desta audiência pública.

Quero saudar os outros companheiros de movimento também: a Alessandra, do ABLGT, também do Conselho Nacional; os membros da direção nacional da juventude do PT; o Douglas, da juventude da CUT.

E quero dizer deste momento importante que é esta audiência pública, Senador, parabenizá-lo por estar propondo esta discussão mais uma vez. Já participamos de outros momentos aqui. E parabenizo a todos na Mesa pela explanação.

Vou ser breve aqui. Nós da juventude do PT, e como membro também do Conselho Nacional de Juventude, fizemos um debate muito recente, na última reunião do Conselho, em relação ao Estatuto da Juventude, inclusive olhando um pouco o seu relatório inicial. Discordamos de algumas posições e concordamos com outras. Acho que o debate principal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É essa discordância que vai aprimorar o projeto no final.

O SR. JEFFERSON LIMA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As discordâncias.

O SR. JEFFERSON LIMA – O primeiro ponto é para enfatizar e seguir essa que é uma posição dos movimentos de juventude, a posição que foi fruto das duas conferências nacionais de juventude, da defesa dos 15 aos 29 anos.

Entendemos também que não há choque em nenhum momento. O ECA serve mais como proteção e o nosso Estatuto da Juventude, como todas as políticas de juventude que estão sendo implementadas, para que possamos buscar a autonomia e a emancipação da nossa juventude.

Então, o primeiro ponto é para enfatizar isto: que o Conselho Nacional de Juventude também tomou essa posição de defesa, e vários movimentos que fazem parte do Conselho também defendem isso, para que possamos ampliar cada vez mais os direitos da nossa juventude, trazendo a emancipação e a sua autonomia.

Esse Estatuto é muito importante para que possamos efetivar as políticas de juventude como políticas de Estado. São várias conquistas desde o governo do

nosso Presidente Lula, e no Estatuto há isto: as diretrizes, a legislação específica para a nossa juventude, para esse segmento que representa hoje 50 milhões de jovens brasileiros e brasileiras.

Um ponto também crucial – eu queria ter iniciado com isso, e eu acabei esquecendo, já que há alguns Senadores e Senadoras aqui – é que eu acho importante enfatizar a nossa posição contrária a este absurdo que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça: as várias propostas – pelo que eu sei são dez – para reduzir maioria penal. Acho que é importante enfatizar neste momento, nesta audiência pública, para que possamos, Senadora Ana Rita, Senador Paulo Paim, e todos os outros Senadores e Senadoras aqui presentes, lutar contra esse absurdo, porque infelizmente setores conservadores do Brasil tentam aprovar várias propostas na CCJ, em trâmite aqui no Senado Federal e na Câmara. Acho que para a união dos movimentos de juventude é fundamental que não criminalizem a nossa juventude.

O Estado tem suas falhas, e é muito fácil diminuir a maioria penal para tentar, entre aspas, “culpar” a nossa juventude, “proteger” – como alguns falam – a nossa juventude. Então, eu acho que é importante enfatizar isso.

E sobre o debate – também um ponto muito polêmico, Senador – da meia-entrada, nós, da juventude do PT, e outros vários segmentos também, temos uma compreensão, de início, inclusive, o fizemos na audiência passada, de defender a meia-entrada para toda a juventude. Sabemos que seria um avanço muito importante. Também segmentos importantes, como o dos estudantes e outros, defendem uma meia-entrada mais consensual, de forma que possa tramitar com mais avanços aqui no Senado e na Câmara.

Se não me engano, o seu relatório tem uma proposta de meia-entrada para estudantes e jovens do Bolsa Família. Na nossa avaliação, é uma posição muito ruim, porque restringe muito o alcance dessa meia-entrada cultural. Há a proposta da SNJ, o parecer da Secretaria Nacional da Juventude de que seja garantida para estudantes e jovens com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo. Por alguns estudos que temos feito, os movimentos de juventude, no Conselho Nacional de Juventude debatemos a questão, isso atinge 32 milhões de jovens brasileiros, o que na nossa avaliação já é um avanço. O essencial, o sonho seria que atingisse todos os jovens, porque, nesse debate, é muito importante a cultura, o lazer ser um espaço também de complementação à nossa educação.

Assim, queremos ver uma forma, Senador Paulo Paim e movimentos aqui presentes, de ter uma proposta, nesse debate da meia-entrada, que consiga ampliar

os direitos para a nossa juventude. No Estatuto está dito que é um Estatuto para a juventude, não somente para estudante, não somente para alguns segmentos. É importante enfatizar isso.

Queria só deixar esse registro aqui também, e parabenizar, e agradecer mais uma vez o espaço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns pelas contribuições.

A nossa assessoria está tomando nota. Tudo aqui é fundamental, por isso a audiência pública. Vamos buscar o maior entendimento possível. E vocês todos têm o meu compromisso de que, na hora de colocar em votação, nós faremos uma reunião de trabalho para ver se conseguimos, no campo da razoabilidade e do bom entendimento, fazer o que seja melhor para toda a nossa juventude.

Só para tranquilizá-los também, até para mostrar que essa questão da idade é tão polêmica, eu estou com dois relatórios prontos. Um está aqui, inclusive eu separei a página que fala de 15 a 29 anos; e o outro, de 18 a 29. Fruto dessa audiência, percebo que a ampla maioria aqui – e é bom ouvir o contraditório – tem a visão que efetivamente deve continuar como veio, de 15 a 29 anos. É uma discussão que nós já tínhamos feito aqui, entre Senadores, Deputados e consultores, mas ficou essa polêmica. E a tendência, pelo que eu vejo, já dessa audiência, é sairmos com o relatório, sempre preliminar, mas pelo menos já apontando de 15 a 29. E vamos avançando daí, ponto por ponto, nos outros pontos. É isso? (Palmas.)

Pelo que percebo, essa é a posição majoritária, e nós vamos respeitar, até porque já vinha esse debate sendo feito entre os consultores, a minha assessoria. O meu ponto de vista foi sempre o mais amplo possível, mas, às vezes, ser o mais amplo possível, se vacilar, pode trazer prejuízos. Por isso é justo o cuidado que todos estavam tendo com esse ponto.

Eu quero agora passar a palavra para as respostas. Vou passar a palavra, primeiro, para o Diego. Pode ser?

O SR. DIEGO GOMES SANTOS MESQUITA – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Diego vai responder à seguinte pergunta que chegou para nós aqui: a cidadã afirma que, quando jovens estão na idade de se alistarem, não conseguem arranjar emprego de carteira assinada, visto que nenhum empregador quer fazê-lo pela incerteza se irão servir, ou não, às Forças Armadas, o que, segundo ela, pode acontecer até os 21 anos. Diante disso, sugere que o Governo proponha cursos remunerados de qualificação profissional aos jovens entre 17 e 21 anos.

Eu dei a opção para a Mesa e esta aqui livremente eu encaminhei para o Diego.

O SR. DIEGO GOMES SANTOS MESQUITA – Respondo. Se eu não me engano, essa é uma pergunta que vem de Sergipe, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. DIEGO GOMES SANTOS MESQUITA: Então, dentro do Ministério do Trabalho, a gente tem dois programas: um deles é o ProJovem Trabalhador, que é um programa de qualificação profissional de 6 meses. Depois de lá, o jovem tem que sair, pelo menos 30% da meta, inserido. E ele conta com um auxílio mensal de R\$100,00, que não chega a ser um salário, mas é algo que pode ajudar o jovem para que ele pelo menos se mantenha ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Diego, só para ele se sentir contemplado lá, essa pergunta veio casualmente da minha cidade, de Canoas, Rio Grande do Sul.

O SR. DIEGO GOMES SANTOS MESQUITA: Ah, veio de Canoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É, de Canoas; essa foi para você.

O SR. DIEGO GOMES SANTOS MESQUITA: E a gente também tem o Jovem e o Menor Aprendiz, em que o jovem vai estar como uma espécie de *trainee*, ele está empregado, tem todos os direitos do trabalhador, ou seja, ele vai ter um salário. E você tem uma faixa etária aí, contemplando o que ela está pedindo aí, de 17 a 21, que vai de 14 a 24 anos, então está inserido dentro desta faixa.

Acrescentando, especificamente lá no Rio Grande do Sul, em todos os anos, desde 2008, que foi o ano da criação do ProJovem, só o Estado do Rio Grande do Sul teve mais de 20 mil vagas contempladas e mais algumas cidades, como Porto Alegre, como Osório, como a própria Canoas, São Bento, todas elas tiveram vagas do ProJovem, o que, de certa forma, acho que responde à pergunta da cidadã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Respondeu. Quem fez a pergunta foi a Sra. Jocilda da Silva Macedo, que mora em Canoas, Rio Grande do Sul, bairro Niterói, Rua Sergipe, 25. A dona Jocilda foi contemplada com a resposta do Diego em nome do Ministério do Trabalho.

Agora, se eu não me engano, passo a palavra ao Conselheiro Alessandro, e ele se identifica na hora em que expressar o seu ponto de vista sobre o tema.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES – Bom dia Senador Paim – acredito que ainda seja bom dia, deixe-me confirmar para não pagar mico: é bom dia ainda –; bom dia, Lílian; Alessandro; nossos

colegas do Conselho Nacional da Juventude; Andrea e Jardel, da Pastoral da Juventude – a gente esteve conversando com a Paula, representante do Conselho da Pastoral esses dias –; Diego, do Ministério do Trabalho; bom dia a todas as pessoas que estão acompanhando presencialmente à audiência, e também a todos os conselheiros nacionais de juventude, membros dos conselhos municipais e conselhos estaduais que estão acompanhando pela Internet.

A gente tentou fazer uma mobilização para garantir uma participação massiva dessa nossa base da rede de conselhos de juventude de todo o Brasil para acompanhar a audiência pela importância que ela tem.

Um primeiro ponto, eu não vou me ater a muitas questões até pelo tempo, que é exíguo – eu queria pedir 5 minutos também como o Jefferson, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai ter, vai ter. Está garantido. São 5 minutos para cada um.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES – Que bom, porque eu vi que o tempo já estava correndo ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não, são 5 minutos para cada um garantidos, não sou nem eu que opero, é a técnica lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já perdeu um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não. Tem 4min52. Vai lá. Vai começar a contar agora.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES – Pois é, já perdi um minuto nessa confusão. Enfim, o primeiro elemento que a gente gostaria de trazer, e aí, obviamente...

Sou Alessandro Melchior, represento a ABGLT do Conselho Nacional de Juventude, onde eu coordeno também a Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas.

E faço uma saudação novamente especial ao Senador Paim, que assumiu ontem a relatoria do nosso PL 122. Então a gente vai se ver com mais frequência daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, com certeza – o PL 122. Permitam-me dizer, com o desconto, que havia uma polêmica enorme, não é? Um grupo queria uma pessoa, o outro queria outra pessoa, com posições muito definidas, e eu disse que assumia a responsabilidade da relatoria, e todo mundo sabe que eu sou um homem de direitos humanos. Então, tenham toda a tranquilidade de que todos serão ouvidos, na perspectiva de que o PL 122, numa redação de entendimento, seja aprovada com rapidez; vou trabalhar nesse sentido.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES

– É, nós ficamos muito tranquilos com essa proposta de mediação, porque sabemos da luta do Senador e, assim como nós, sabemos que o Senador tem lado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Graças a Deus, isso eu digo com orgulho: eu sempre tive lado na minha vida, nunca fiquei fora de posições.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES

– Bom, um primeiro elemento que a gente gostaria de trazer para esta discussão, que chega a ser consensual no Conselho Nacional de Juventude – é difícil a gente falar em consenso nesses espaços, mas eu tenho certeza de que sobre esse ponto específico a gente pode falar que existe o consenso –, é a necessidade de uma discussão cada vez mais ampla sobre o Estatuto. Ou seja, existe uma demanda, uma urgência dos movimentos juvenis de todo o Brasil em relação à aprovação do Estatuto, pelos direitos que ele traz, pela consequência que ele pode representar na vida das várias juventudes brasileiras. Mas a gente entende que essa urgência não pode, obviamente, causar alguma dificuldade na tramitação ou um texto que, porventura, num futuro próximo, a gente identifique que não é o ideal.

Por isso, a gente o parabeniza pela realização desta audiência, em parceria com a Comissão de Legislação Participativa, mas também reforça a importância de duas audiências que o Senador tinha se proposto a realizar logo que assumiu a relatoria do projeto, que era uma audiência pública no Estado do Rio Grande do Sul e outra, também, específica da CAS, aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Serão feitas. Isso está mantido.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES – Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de eu remeter para outras comissões, ainda. E nas outras comissões, provavelmente, teremos outras audiências.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES

– Então, reforçando a necessidade dessas audiências, a gente coloca também a disponibilidade do Conselho Nacional de Juventude para ajudar nesse processo de construção.

A gente acha que a possibilidade de realizar uma audiência no Estado do Rio Grande do Sul, que é o seu Estado, é importante não só para discutir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E também da Manuela, que foi a primeira Relatora.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES

– Exatamente, que também é o Estado da Deputada Manuela D'Ávila, que foi Relatora do Projeto na Câmara.

Isso é importante não só para discutir o Estatuto junto com os movimentos juvenis na base. A gente entende que essas audiências e esses espaços podem ser passos também para implementar alguns espaços de controle social de política de juventude. Então a gente também acredita que a audiência pode fortalecer a movimentação que ocorre no Estado do Rio Grande do Sul para a criação do Conselho Estadual de Juventude naquela unidade federativa.

Sobre os pontos específicos do Estatuto, eu quero me ater a dois pontos que são considerados mais polêmicos, mas que não são mais importantes que os outros, inclusive. Um diz respeito à idade. E aí já expressei o nosso contentamento com esse indicativo de alteração da idade no relatório inicial. Mas a gente entende que o Estatuto da Juventude, mais do que representar um marco para os direitos da juventude, ele vem fechar um ciclo de construção de direitos geracionais. Ou seja, você tem ali, no final da década de 80, em 1990, a criação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, que traz um olhar muito de proteção, também baseado um pouco no contexto, na chacinha da Candelária, no movimento de meninos e meninas de rua. E é um Estatuto que vem responder um pouco àquela demanda dos movimentos de apoio e defesa dos direitos da criança e do adolescente em relação à proteção dessa população.

Em 2003, a gente tem a criação do Estatuto do Idoso, também com um olhar um pouco de proteção. O que esses dois estatutos, esses dois marcos legais trazem para a gente? É o entendimento do Estado brasileiro de que as populações possuem especificidades de acordo com suas fases de vida. É por isso que o Estatuto da Criança e do Adolescente traz muito esse olhar de proteção, e o Estatuto do Idoso também; um olhar prioritário de proteção.

Não é à toa que, enfim, várias legislações dentro do Estatuto do Idoso aumentam a pena para crimes cometidos contra idosos, e assim também em relação ao ECA.

A gente entende que, em relação a essa faixa etária do Estatuto da Juventude, há uma falsa polêmica de que o Estatuto vem combater essa noção de proteção que o ECA e outras legislações nacionais conferem aos jovens de 15 a 18 anos. Mas o Estatuto, na verdade, vem trazer um olhar complementar a essa noção de que jovens a partir de 14 e 15 anos já entram numa fase de busca por autonomia, por trajetória de emancipação.

Não é à toa que, por exemplo, a legislação civil estabelece uma parte da população de adolescentes como absolutamente incapaz e outra parte como relativamente capaz ou capaz em relação a modos de

praticar alguns atos. Ou seja, a legislação nacional já traz esse olhar. Ela permite que jovens a partir de 16 anos votem, que adolescentes a partir de 16 anos possam ser emancipados, possam trabalhar – obviamente, com alguns níveis de proteção –, mas também impede que eles sejam condenados criminalmente. Por quê? Porque o legislador nacional, nos vários instrumentos legais que a gente tem, na Constituição Federal, no Código Civil e no Código Penal, e também no ECA, já constrói esse olhar de que as fases da vida não sólidas, elas são fluidas.

Nesse processo, há um entendimento de que, a partir dos 14 ou 15 anos, o jovem, apesar de precisar de proteção – e a gente entende que a legislação nacional já garante essa proteção –, começa a construir essas trajetórias em busca da sua emancipação, da sua autonomia, da sua mobilidade social. E aí o Estatuto da Juventude traz esse olhar extensivo em relação ao ECA. Tanto que o documento que a gente aprovou na última reunião originária do Conselho Nacional de Juventude em relação à questão da faixa etária é justamente no sentido de reconhecer que ele traz um direito extensivo, mas que prevalece aquilo que é disposto no ECA.

Obviamente, a gente entende que quando o Senador traz no seu relatório inicial essa proposta de redução não o faz no mesmo ponto de vista que é trazido, por exemplo, por alguns Senadores na Comissão anterior, que foi a CCJ, quando o argumento utilizado era de que jovens com 29 anos já podem ser eleitos vereadores ou já podem ocupar alguns cargos públicos e que isso por si só era um argumento para combater o fato de que nessa idade os jovens são vulneráveis.

É importante lembrar que quem defendeu essa ideia foram os porta-vozes daqueles que apresentaram, na última eleição, em São Paulo, a ideia de que jovens na escola devem ser buscados pela Fundação Casa, para identificar potencial de delinquência. São as mesmas pessoas, com o mesmo potencial. É importante fazer essa diferenciação de que quando o Senador traz esse ponto de vista não é a partir, enfim, da mesma base conceitual que é trazida por alguns Senadores conservadores na CCJ.

Por último, mas também não menos importante, vem a discussão sobre meia-entrada. É um direito que a juventude conquistou. E aí, obviamente, pelo menos a maior parte do Conselho Nacional de Juventude tem um entendimento de que os direitos não são dados, eles são conquistados. Eu acredito que o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita fazem parte do mesmo campo que também identifica que os direitos são fruto de conquistas sociais.

Nesse processo de identificar o direito à meia-entrada, a gente consegue fazer o reconhecimento de que esse direito é uma conquista da juventude brasileira, especificamente da juventude estudantil brasileira. Mas identificar isso não significa reconhecer a titularidade exclusiva da classe estudantil sobre o direito à meia-entrada. Aí a gente faz um reconhecimento da importância de esse relatório inicial estender também o direito à meia-entrada para outros jovens.

Obviamente, não falando em nome do Conselho Nacional de Juventude, porque o Conselho, a partir de suas várias organizações, apontou apenas que esse direito deve ser estendido a jovens de baixa renda, sem entrar no mérito, a gente tem dificuldades com essa lógica de permitir que o direito à meia-entrada seja apenas para estudantes e para jovens beneficiários do Bolsa Família. A gente sabe que os jovens beneficiários do Bolsa Família não têm condições de pagar R\$15,00 de meia-entrada no cinema, porque isso representa 10%, 15%, 20%, às vezes, da renda familiar. Mas essa, obviamente, é uma posição da minha instituição, não é uma posição do Conselho Nacional de Juventude.

Finalizando, o que a gente tem um pouco “consensuado” – e aí a gente não entra no mérito de algumas divergências que foram apresentadas – é em relação à titularidade das entidades estudantil para emissão da carteira, porque a única legislação nacional, o único marco legal, de âmbito federal, que vem discutir o direito à meia-entrada para destruir esse direito foi a medida provisória do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001. A gente não tem essa divergência. Ou seja, a gente entendia que uma ação de nível federal que poderia regulamentar um direito que só era regulamentado por lei municipal e lei estadual, na verdade, destruiu um direito. O que poderia ter sido não foi, e o que foi prejudicou muita gente.

A gente acha que o Estatuto pode corrigir isso, mas o Conselho Nacional de Juventude, pelo menos na sua ampla maioria, não apresenta divergência em relação à titularidade das entidades estudantis para emitirem essa carteira de identificação estudantil. Até porque a gente entende que, se não são as entidades, o que vai acontecer são centenas de empresas fantasmas que vendem carteirinhas e que acabam com esse direito na prática.

Por fim, quero reforçar a disponibilidade do Conselho Nacional de Juventude em participar dessa discussão. A gente provavelmente vai pedir uma audiência com o senhor a partir da nossa Comissão de Parlamento, em janeiro, para discutir em detalhes, também, não só a realização das próximas audiências, mas um pouco do relatório que está sendo finalizado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Como é seu nome mesmo? Eu não tomei nota.

O SR. ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES

– Alessandro, do Conselho Nacional de Juventude.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Parabéns, Alessandro, pela exposição. Ambos foram brilhantes e, com certeza, deram uma bela contribuição para o relatório final.

Ainda respondendo ao Alessandro sobre o compromisso que eu havia assumido, a assessoria aqui já me ajuda: “Com fundamento no art. 93, requeiro [já foi aprovado] a realização de audiência pública, no Estado do Rio Grande do Sul, para debater o Estatuto da Juventude.” Foi aprovado em 17/10/2012. Está aprovado e terá que ser cumprido antes da votação.

E como me comprometi, também, antes da votação final do projeto, na Comissão de Assuntos Sociais, onde sou o Relator, a fazer um grande encontro para apresentar a versão final. E depois dessa versão final apresentada e “consensuada” – pode-se dizer isso? – é que nós o colocaremos em votação, fica esse compromisso que eu já havia assumido.

Agora vamos aqui passar a um companheiro da Mesa para a resposta. Vamos começar pelo Alessandro, seguindo a ordem.

Vamos à pergunta: “Estou com 17 anos de idade e gostaria de saber se o Estatuto da Juventude mudará a maioridade para 16 anos”.

Eu recebi uma série de perguntas, que as encaminharei para que cada um responda sob sua ótica.

O SR. ALESSANDRO LUFTY PONCE DE LEON

– Não. Na prática, o Estatuto não modifica, porque isso inclusive é uma legislação penal, se não me engano. Há vários trâmites ocorrendo por aí. E, pelo que eu percebo da Casa, existe uma maioria, não sei se absoluta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, “confrontável”, eu diria, para não permitir que isso aconteça.

O SR. ALESSANDRO LUFTY PONCE DE LEON

– Que não deixará que isso aconteça. Mas existe outra maioria do outro lado, que também é grande, forte. Eu diria que será um empecilho que a gente vai ter de disputar. Lembro que o jovem, ele não deixa de ser, de certa forma, penalizado, ele será recolhido, apreendido, como dizem os meios legais, nas FEBEMs que, se não me engano, a última vez que fiz um levantamento, custava R\$3.6 mil por mês *per capita*, ou seja, por jovem.

Então, quer dizer, recordando a história de Darcy Ribeiro, cumprimentando o companheiro Darcy, eu prefiro preciso pegar esse dinheiro e botar todos para escola integral para a reconstrução desse conceito de cidadania integral e da universidade aberta, da escola aberta nos fins de semana, na escola comunitária.

Basicamente a gente, pelo menos, dentro do Conselho de Juventude, vem discutindo e, praticamente, no Conselho, eu não conheço ninguém que defenda o rebaixamento da idade penal. Eu diria mais: se abaixar agora; depois, vão abaixar para 12 anos. Daqui a pouco, nós estaremos, como Nova York, prendendo com 8 anos. Então, o que a gente vai fazer é transferir o problema para as gerações mais novas.

Esse ponto – acho – está muito claro. O Estatuto trata da grande regulação em que a sociedade, por intermédio de seus representantes, vai demarcar o objeto do direito. Objeto que é parte desse direito que são os jovens. O jovem vai ter esse direito a partir de 15 anos e o jovem que vai ter esse direito até 29 anos.

Dentro do Conselho, para a Administração Pública, ainda é dividido em jovem adolescente, jovem e adulto jovem, mas isso para a Administração Pública.

Não deixando o gancho, da mesma forma eu acredito que o Estatuto, Senador, ele poderia descrever o jovem de baixa renda. Qual é o PIB? Qual o salário mínimo *per capita*?

Quando a gente amarra ao Bolsa Família, por exemplo, que está correto do ponto de vista administrativo – como governo, eu faria isso –, mas, como legislador, eu acredito que a gente poderia demarcar mais o que seria esse jovem de baixa renda.

É mais esse toque que eu gostaria de dar com a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os consultores estão tomando nota para a gente construir...

O SR. ALESSANDRO LUFTY PONCE DE LEON – Basicamente é isso.

Não, não será. O Estatuto da Juventude vai até ampliar os direitos da juventude para deixá-la cada vez mais próxima dos processos sociais e políticos do País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa é a posição unânime dessa agência pública, representada aqui pelo Alessandro.

Vou passar a palavra, de imediato, para o Jardel. Antes, porém quero dizer que quem fez a pergunta para Alessandro foi Juarez Rodrigues Gutierrez, de Brasília – DF.

Agora, Sandra Helena Novo, de Goiânia, pergunta ao Jardel: “O Estatuto da Juventude prevê meia-entrada para jovens estudantes em atividades culturais?”

O SR. JARDEL SANTANA – Sim. O Estatuto prevê, não somente para estudantes, mas também para jovens, isso está no substitutivo do Senador Paulo Paim, comprovadamente carentes.

Um substitutivo que a Secretaria Nacional de Juventude coloca é para jovens com renda *per capita* de

até um salário mínimo. Nós, da PJ, somos mais favoráveis à versão do Senador Paulo Paim, ou seja, a de jovens comprovadamente carentes. Por quê? Porque há muitos jovens, assim como os egressos, que não estudam nem trabalham. Colocando no projeto somente os jovens trabalhadores, você excluiria os egressos do sistema prisional.

Então, nós defendemos que sejam jovens comprovadamente carentes. Há uma discussão com relação ao “comprovadamente carente”, mas isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ser construído.

O SR. JARDEL SANTANA – Sim.

Uma crítica que nós temos ao projeto como está é com relação ao Bolsa Família que, no substitutivo do senhor consta lá que o jovem levaria a carteirinha do Bolsa Família e algum documento de identificação. Uma coisa que nós pensamos, por exemplo: um jovem que, possivelmente, mora com avô ou com tio, mas que não tenha como comprovar que é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bolsa Família.

SR. JARDEL SANTANA –.. Bolsa Família naquela família, que é parente. Aí nós questionamos um pouco com relação a como se resolve esse problema.

Uma possibilidade que está prevista no projeto, até que se crie o regimento – mas aí nós questionamos quando é que vai sair esse regimento e aí, até lá, como se resolve isso –: é garantido e é interessante isso não somente para estudantes, mas para pessoas carentes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que se construa um critério adequado que não seja... A Assessoria lembra que o Bolsa Família foi introduzido na CCJ, naquele debate feito lá, e veio para cá. Então, nós estamos com aquele relatório e a partir – claro – deste debate, nós vamos avançar de outra forma de deixar claro o que é esse jovem menor carente.

SR. JARDEL SANTANA – Ele ali, da Juventude do PT, tinha defendido que seria para todos os jovens. Mas nós, da PJ, como disse no início de minha fala, também percebemos que o ideal é que todos os jovens tenham esse direito garantido; mas, enquanto não atingimos o ideal, vamos pensar no necessário. E o necessário são os jovens que estão em vulnerabilidade social.

Nossa perspectiva é essa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi Jardel, que deixou muito claro que o ideal é que seja para todos, mas se houver um corte, que não seja da forma como chegou a minhas mãos, por parte da CCJ, que definiu que seria o Bolsa Família o parâmetro.

Tenho outra pergunta aqui, se alguém quiser respondê-la (*Pausa.*): “O que mudará na Constituição Federal se aprovado o estatuto da juventude? Paulo César Camargo de Farias, estudante de Brasília.

Como nós aprovamos a PEC da Juventude, ela é o que baliza. Então, o Estatuto não poderá interferir em nada na Constituição, pois é uma lei que está abaixo da Lei Maior que é nossa Constituição Federal.

Não sei se alguém quer complementar. (*Pausa.*)

A própria PEC da Juventude já prevê que o estatuto é decorrente da PEC. Então, não muda nada em nossa Constituição.

Tem alguém do plenário para se identificar? Pode pegar o microfone, identifique-se e, depois, ao final, me dê o nome de novo.

O SR. DOUGLAS DE ALMEIDA CUNHA – Bom dia, meu nome é Douglas, Secretário da Juventude da CUT Brasília.

Cumprimento o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, também cumprimento os Senadores, a Mesa, todos os presentes e os telespectadores que nos estão acompanhando.

Inicialmente, quero fazer a defesa quanto à idade prevista no Estatuto da Juventude entre 15 e 29 anos. A Central entende que é uma idade que contempla a juventude brasileira, inclusive a juventude trabalhadora. Nós temos a questão da OIT que regulamenta a idade da juventude trabalhadora em até 35 anos. Porém, essa proposta de estatuto da juventude, com idade até 29 anos e a partir dos 15, temos um olhar muito benéfico para essa proposta, diferente da proposta de 18 aos 29, porque uma parcela da juventude estaria fora desse Estatuto. Acho que ela não contemplaria e não atingiria o ideal da proposta.

Outro ponto que eu gostaria de colocar a posição da Central é com relação à meia-entrada. A CUT tem a proposta de que essa meia-entrada fosse para todos os jovens até 29 anos. Mas, conforme foi discutido e debatido no Conselho de Juventude, nós também apoiamos a proposta que foi encaminhada e que contempla os jovens de baixa renda, apesar de entender que a juventude trabalhadora tem uma posição diferenciada com relação a isso. Por quê? Normalmente, o jovem que entra no mundo do trabalho, muitas vezes não pode, ou é impedido por motivos adversos, de fazer ou continuar seus estudos. Isso faz com que seja um limitador para esse jovem. Muitas vezes, ele não está contemplado nos programas do governo porque ele já está em uma situação em que ele tem uma renda familiar que, muitas vezes, ultrapassa essa possibilidade de ele ser contemplado na proposta.

Se analisarmos a vida de um jovem trabalhador, se tentarmos colocá-lo para trabalhar e estudar ao

mesmo tempo, ele terá uma vida muito sofrida, porque se gasta, em média, duas horas de deslocamento até o trabalho, se gasta mais oito horas no trabalho; depois, mais uma hora de deslocamento até sua faculdade para poder estudar. Quatro horas de estudos e, depois, 2 horas de retorno para casa. Então, por dia, são 17 horas em que ele estará ali dedicado à sua formação e ao mundo do trabalho. Qual é o tempo que esse jovem tem para poder se aperfeiçoar, estudar e avançar nessas questões? Muitas vezes, esse jovem deixa de estudar para poder trazer renda para sustentar sua família. Isso, infelizmente, atrasa a vida de muitos jovens, levando-os a situações muito difíceis em suas carreiras.

Outro ponto que nós queremos colocar aqui, apesar de não estar em debate, é uma proposta ao Senador para que possa encaminhar defesa da ratificação da Convenção nº 140 da OIT, que prevê uma jornada de trabalho diferenciada para esse jovem estudante, com a redução de sua jornada de trabalho. Acredito que seria um avanço significativo para a juventude trabalhadora.

Outra posição que quero externar aqui da Central Única é a questão da redução da idade penal. A CUT tem uma posição radicalmente contra a redução da idade penal, mesmo porque a pena tem o objetivo de ressocializar o indivíduo e trazê-lo de volta para os braços da sociedade. Se você reduz a idade penal, como é que um jovem, que ainda não tem seu caráter completamente formado, vai ser ressocializado? Pelo contrário. Ele vai ter um caráter danificado pelo processo.

Nosso sistema penal avançou bastante, apesar de ainda não ser o ideal, mas o que hoje nós vemos, na realidade do sistema carcerário, é muito ruim. Se nós colocarmos o jovem dentro desse sistema carcerário, ele vai ter seu futuro completamente prejudicado.

Então, deixar aqui registrada nossa posição contrária à redução da idade penal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode repetir o nome?

O SR. DOUGLAS DE ALMEIDA CUNHA – Meu nome é Douglas de Almeida Cunha, Secretário de Juventude da CUT Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Douglas. Meus cumprimentos pelo seu ponto de vista. Entendo que é praticamente consenso aqui da Mesa tudo o que você defendeu.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que o sistema carcerário brasileiro, como disse o Ministro da Justiça, é praticamente um inferno. Essa é a realidade!

Lembro-me de que, há 6 meses, recebi uma delegação de inspetores, digamos assim, de direitos humanos que vieram visitar os presídios e que ficaram apavorados com os presídios no Brasil. Eles ficaram apavorados, daí, vieram se reunir comigo para mostrar a indignação deles em relação aos presídios, inclusive os do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Muito bem!

Agora vamos passar à Lilian.

A pergunta vem de Paula Cerqueira Lima, estudante de Campo Grande, Mato Grosso do Sul: “As políticas públicas voltadas para a juventude, mudarão com o Estatuto da Juventude?”

A SRª LÍLIAN CHERULLI DE CARVALHO –

Nossa expectativa é que sim. Quando a gente se lança em um movimento longo, custoso como esse em várias instâncias do Executivo, do Legislativo e do Judiciário – todo o mundo se manifesta –, a ideia é que as políticas mudem a nosso favor, a favor da juventude.

No campo da saúde, por exemplo, o Ministério já trabalha assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São 5 minutos para cada resposta.

A SRª LÍLIAN CHERULLI DE CARVALHO –

Nosso sistema de informação já é dimensionado em faixas etárias, tentando agregar algumas especificidades. Então, a gente tem primeira infância. De 10 a 14 anos, a gente já trabalha com essa dimensão; de 15 a 19 anos; 20 a 24 anos, e 25 a 29 anos, considerando que esses grupos têm características mais comuns e que, entre eles, há algumas diferenças importantes. Já fazendo a defesa dos 15 a 29 anos, também para nós, no campo da saúde, essa população de 15 a 19 anos fica um pouco – não é descoberta – mais invisibilizada no sistema. Então, por exemplo, eu não tenho os dados oficiais em números, mas, enquanto a gente observa que uma redução muito importante e significativa na mortalidade infantil, atendendo aos objetivos do milênio, dos quais o Brasil é signatário, enfim, observamos um crescimento e um pico de mortalidade, por exemplo, a partir dos 15 anos. Então, até os 14, garantimos; temos conseguido avançar e garantir bem. E depois?

Então, existem políticas para essa população. Os jovens vão ao sistema de saúde, não estão absolutamente descobertos, mas como fazemos para dar visibilidade às ações que são feitas?

Então, a ideia com o Estatuto é instrumentalizar o Poder Público para buscar e legitimar as especificidades dos jovens nas diversas políticas: de educação, saúde, assistência, em todas elas – em especial, naquela fronteira de contato entre as políticas. Quando se pensa, por exemplo, em saúde integral, é preciso pensar em cultura, em acesso à educação, em trabalho descente,

porque isso vai impactar a própria condição de saúde daquelas pessoas. Talvez não tão prontamente, mas também adiante. Então, tudo, nesta perspectiva de um envelhecimento saudável, de qualidade de vida, de felicidade, de alegria, de prazer, de acesso, de desfrute de tudo isso. Para nós, isso é muito importante.

Só um comentário a respeito das ponderações que a Senadora Ana Rita colocou: realmente, a questão das pessoas privadas de liberdade é um desafio, não apenas nos presídios, considerando-se as pessoas que são maiores de idade, mas também no socioeducativo.

Nós temos, no Ministério da Saúde, uma política de saúde para os adolescentes em conflito com a lei. Confesso que é um custo conseguir implementar essas ações e conseguir qualificar as ações voltadas para a saúde desses adolescentes que estão privados de liberdade.

Com relação às mulheres, agora, o Projeto Rede Cegonha, que vem como uma marca forte de Governo, também já vem pleiteando e desenhando situações, para que essas mães, que estão privadas de liberdade, tanto no socioeducativo quanto no sistema prisional penitenciário, possam se valer daquelas prerrogativas dos princípios que estão sendo colocados na mudança de paradigma no olhar dado à saúde das mulheres e das crianças que vêm nascendo no País.

Então, a Rede Cegonha está se voltando também para tentar equalizar um pouco e melhorar a qualidade de vida das mães e das crianças. São discussões e discussões com o MDS; são discussões e discussões com o Ministério Público. Com o Conselho Nacional do Ministério Público, também temos feito alguns debates importantes, para garantir a saúde dos adolescentes em conflito com a lei – tanto o usuário de drogas, aquele que chega lá dito como traficante e que, por vezes... E, aí, como fica? Também, as adolescentes grávidas, aquelas que engravidam lá dentro.

Quer dizer, é uma série de direitos violados que acho que o Estatuto vem legitimar, dar força, posicionamento mais firme, com uma base jurídica, com uma base legal forte, consolidada, sistematizada, para podermos responder a algumas questões que estão sendo colocadas como desafio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi Lilian de Carvalho, que respondeu para Paula Siqueira Lima, estudando de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sobre prováveis mudanças que o Estatuto trará para a nossa juventude.

Agora, passo a palavra para o André: “Sou mãe de quatro jovens. Gostaria de saber o que prevê o Estatuto da Juventude sobre a violência contra a juventude

e quais as penalidades.” Quem escreve é Rosângela Amorim, que diz ser educadora.

O SR. ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO

– A Rosângela trata de um tema que, como mostra o debate aqui e como todos nós sabemos, é de grande importância no que diz respeito à juventude, que é a violência contra jovens, a elevada taxa de mortalidade por mortes violentas contra o jovem, e, também, por outro lado, o encarceramento de jovens numa proporção cada vez maior.

Eu responderia a ela que, sim, a questão da violência, da segurança pública, enfim, é transversal. Ela não se resolve... Aliás, talvez ela menos se resolva com leis penais e mais com outras leis.

Então, o Estatuto vai tratar de vários aspectos importantes, que vão influenciar na questão da proteção do jovem contra a violência nas suas múltiplas dimensões. E creio que muito especificamente no que diz respeito ao emprego e renda, ao trabalho e renda e também na questão da educação. Em boa parte das vezes, na maioria das vezes, o jovem que é vítima de violência, está nessa situação. O corte racial é enorme, esmagadoramente as vítimas são negros.

Também, outro aspecto importante é que, em grande parte das vezes, ele não está inserido no mercado de trabalho, nem está cursando regularmente uma escola, o ensino superior.

Então, que esse estímulo e novas políticas públicas – como a Lilian falou, com muito entusiasmo, esperamos que isso realmente aconteça a partir da aprovação do Código – venham trazer o jovem para o emprego, para a escola. Isso tem um efeito direto na redução da violência e também na proteção à sua saúde e em outros aspectos. Cito, por exemplo, o estímulo ao desporto, como está previsto no Código.

Agora, acreditamos que alguns aspectos mais específicos, relativos ao tema da violência – e, dentro desse cenário, em relação não só à vítima, mas também ao egresso –, podem ser introduzidos no Código. São contribuições que pretendemos apresentar oportunamente.

Ainda com relação a esse tema que suscitou a polêmica da idade ao escopo protetivo do Código em relação à idade, ouvindo todos os colegas que falaram aqui, realmente me parece, mudando um pouco minha opinião, eu particularmente, sem ter consultado outros colegas, parece-me que, em que pesem questões jurídicas que venham a ser colocadas, enfim, esses são problemas para os juristas, para os advogados. Eles que se virem. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, pela unanimidade aqui.

Isso me dá total segurança. No relatório que será publicado a partir desta audiência pública, já está configurada essa mudança. Que fique, então, definitivo a idade de 15 a 29.

Agradeço a contribuição.

O SR. ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO

– Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitirem... Não, o Bruno ainda.

Passo, agora, uma pergunta da Tânia Andrade, advogada: “Gostaria de saber o que muda no Estatuto da Juventude em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente?”

Fala o Bruno.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA ELIAS – Coincidentemente – inclusive, caiu com a intervenção final do André –, a nossa opinião é a de que não há sobreposição entre o Estatuto da Juventude e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

E vale a pena até resgatar um pouco como o tema aparece na história, porque infância e juventude nem sempre existiram. São construções sociais históricas, ao longo da civilização. Quem pega uma pintura ou uma gravura da idade média vai ver um miniadulto, todo vestido como um nobre, ou já o camponês na labuta do trabalho desde a infância. Então, é a partir do século XVIII ou XIX que esses conceitos vão se firmando. O da adolescência e da juventude, inclusive, depois, quando a ideia de universalização do equipamento escolar, de uma transição para uma vida adulta, começa a se firmar na sociedade.

Então, a vida real, a vida do sujeito, do jovem concreto é mais complexa do que as abstrações que somos obrigados a fazer, ao escrevermos um projeto de lei.

Quando falamos de uma população de 15 a 29 anos, a nossa tese, a nossa defesa na Secretaria Nacional de Juventude é a de que estamos tratando de direitos complementares. O Estatuto da Juventude vem estender um conjunto de direitos que o Estatuto da Criança e do Adolescente mesmo não traz, porque esse tem a sua concepção e sua orientação bem definidas.

Como já foi dito aqui, na Mesa, um dos grandes legados do Estatuto da Criança e do Adolescente foi firmar a doutrina da proteção integral para a criança e para o adolescente, partindo da percepção de que, nessa fase da vida, o adolescente está numa situação peculiar do seu desenvolvimento e que, por isso, demanda uma tutela, uma proteção da sociedade, da família e do Estado.

É esse o espírito do Estatuto da Criança e do Adolescente e da própria entrada do tema na Constituição Federal de 1988. A possibilidade de haver um estatuto de direitos da juventude vem também esten-

der e contemplar um conjunto de direitos que dizem respeito à autonomia, à emancipação e às diversas trajetórias que esse jovem, na pós-adolescência, vai percorrer. Então, essa é a defesa central também da Secretaria Nacional de Juventude, pactuada com o Conselho Nacional: de que se trata de direitos complementares. Só que nós também somos solidários e preocupados com as questões levantadas pelos atores da política da criança e do adolescente, sobretudo com esse debate de abrir um flanco em relação à questão da maioridade penal. Nós também nos preocupamos com isso e, como ficou demonstrado aqui na Mesa, há um consenso na oposição à redução da maioridade penal. Inclusive, achamos que, na discussão mais fina do projeto, talvez nós consigamos colocar isto de maneira expressa também, que esses direitos estão em caráter extensivo, complementares ao que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como bem disse o Alessandro de Leon, a própria vida da sociedade já reconhece isso: quando, na Constituição, nós estamos falando de trabalho para a juventude a partir dos 16 anos – e aí, Diego, não estou nem colocando os aprendizes de 14 como tu sugeriste –; quando há o voto facultativo aos 16; quando o ciclo da educação básica fecha aos 17, 18. Então, a vida em sociedade e as políticas públicas já reconhecem que essa faixa de 15 a 17, 18 demanda a convergência dessas duas políticas. Esse é um dos motivos principais pelos quais nós defendemos essa faixa dos 15 aos 29 anos e achamos que não há prejuízo ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como foi dito pelo de Leon também, essa faixa etária é uma faixa etária que tem sido reconhecida no conjunto da América Latina, da Ibero-América. Saiu um estudo recente da Cepal com a Organização Ibero-Americana de Juventude segundo o qual – vou arriscar aqui, mas proporcionalmente é algo assim –, de 18 países da região, algo em torno de 15 a 14 estão reconhecendo essa faixa de 15 a 29 anos. Nós podemos até ajudar a Comissão e enviar essas informações também, porque vão nesse mesmo sentido. Inclusive, em alguns países, discute-se até a ampliação. A discussão que o colega da CUT fez é altamente contemporânea: a OIT e a Juventude Trabalhadora e Sindical reconhecem os 35; a Espanha, por exemplo, já reconhece como 32. Então, é uma discussão que depende do contexto histórico, depende da sociedade de que se está levando em conta, mas a defesa que fazemos é a da complementaridade desses direitos.

Na vida real e prática também, gente, desde 2005 nós já convivemos com essa realidade. A lei que cria a Política Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional e o Conselho Nacional desde 2005 – estamos falando

de 8 anos – já reconhece essa faixa de 15 a 29. Então, também na vida concreta das políticas públicas, não há essa sobreposição ou essa interferência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Bruno.

Chegaram mais algumas perguntas – lembro que nós vamos ter que encerrar ao meio-dia. Vou ler aqui uma pergunta que chegou agora e dar total liberdade para que seja respondida por qualquer componente da Mesa. A pergunta vem de Santa Catarina, de Ana Cláudia Amaba. Ela pergunta o seguinte: “Vai ser pautado o papel dos gestores de juventude dos Municípios e Estados?” Alguém quer responder?

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA ELIAS – Responderei rapidamente em função do horário.

Como disse na primeira intervenção, uma das características do Estatuto, além de ter as diretrizes, os direitos da juventude previstos no projeto, é ser um marco inicial do Sistema Nacional de Juventude. E, nesse desenho do sistema que o Estatuto traz, ele já aborda uma série de competências divididas entre União, Estados e Municípios, tanto do ponto de vista do controle social das políticas, do papel dos conselhos, como também nesse aspecto da pergunta, do papel dos gestores municipais, estaduais e da União na construção da política nacional de juventude. Então, há uma previsão, sim, no próprio Estatuto desse papel dos gestores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O Alessandro quer complementar e, se alguém quiser complementar, fique à vontade, porque é a última rodada de perguntas.

O SR. ALESSANDRO LUFTY PONCE DE LEON – Basicamente eu acredito que o Sistema de Juventude pauta, de fato, a competência dos Estados e Municípios em matéria de juventude – gostaria eu que pautasse mais. Eu acredito que o subsistema de avaliação ou o subsistema de informação e de comunicação que deveria ser criado complementa um processo que se pode chamar de sistema, sistema de inovação: a gente aprender com o que está acontecendo.

Se nós não tivermos informação e comunicação regulamentadas, dados sobre a juventude regulamentados e determinadas competências regulamentadas, vamos jogar para o governo fazer isso, e o governo, hoje, vai fazê-lo de acordo com a política atual. Eu acredito que, em um marco que esta Casa está discutindo, o Estatuto da Juventude, nós minimamente poderíamos permitir que o sistema funcionasse, e o único jeito de o sistema funcionar é com a determinação de informação, avaliação, diagnóstico.

Até hoje nós não temos – e são oito anos de Governo Lula mais dois de Dilma – indicadores de juventude no Brasil. Isso não é assim porque o governo não quer, mas simplesmente porque o governo faz aquilo que está permitido pela lei. Ao contrário do homem privado, que faz o que quiser, menos o que está proibido, o governo só pode agir naqueles casos em que está autorizado a fazê-lo. Dessa forma, eu acredito que os Estados e os Municípios só entrarão num barco desse, que para alguns é tido como um tiro no próprio pé – “Vou falar mal da própria administração da qual eu faço parte, do Município ou do Estado? Então, eu não quero esse indicador” –, se for obrigado a fazer isso, e o único jeito de ele ser obrigado a isso é através de uma política de Estado. E eu não conheço outra forma melhor de se fazer uma política de Estado se não esta Casa, o Senado e a Câmara, regular e legislar aquilo que de fato tem de ser regulado e legislado para o sistema funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Alessandro!

Com a resposta do Alessandro, nós vamos para o encerramento.

Senadora Ana Rita, alguma consideração final? *(Pausa.)*

Eu queria cumprimentar muito o Portal e-Cidadania e faço aqui uma leitura rápida.

“Este ano o Senado Federal colocou à disposição o Portal e-Cidadania. Nele você pode fiscalizar o orçamento público, o que é muito importante; propor ideias novas para novas leis ou alterações nas que existem, bem como sugerir a realização, inclusive, de audiências públicas. Além disso, o Portal e-Cidadania passa a oferecer novos recursos para facilitar a sua participação [como no dia de hoje].

Opine, por exemplo, sobre um projeto. Agora você acessa os projetos de lei e em cada artigo registra se é a favor ou contra ou sugere até uma nova redação. Todas as manifestações são disponibilizadas aos Senadores da comissão correspondente.

Participe das audiências públicas [outra novidade, como aconteceu hoje]. Você pode assistir ao vivo às audiências públicas e fazer perguntas em tempo real aos especialistas [como as que foram feitas aos nossos convidados no dia de hoje].

Acesse o Portal e conheça todos os serviços desse novo canal criado para que você, cidadão, exerça a democracia eletrônica: www.senado.leg.br/e-cidadania. [Twitter.com:e-cidadania](https://twitter.com/e-cidadania). [Facebook.com:e-cidadania](https://facebook.com/e-cidadania). São essas as siglas que permitem a você ter acesso direto.

Eu queria, antes de agradecer a cada um dos convidados, responder a última pergunta – esta, como

é mais fácil, eu respondo; se não fosse; eu a passava para eles, que são os especialistas, que é o que diz aqui, o culpado é o Portal da Cidadania.

É a seguinte a participação do cidadão: “Cumprimento V. Ex^a [ou nós todos] pela realização da audiência pública e sugiro que seja debatida a inclusão de apoio ao esporte em cada bairro carente principalmente por meio de núcleos esportivos” [os estatutos podem ajudar nesse sentido]. Ele comenta aqui os discursos que ele ouviu, proferidos pelos nossos convidados: “São bonitos e de grande valia”. Muito obrigado pelos cumprimentos ao cidadão Antônio José da Silva, de Três Passos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

Então, meus cumprimentos a mais essa contribuição.

A Assessoria lembra que é só entrar no Portal para acessar o substitutivo já com a alteração. Já havíamos combinado que seria inserido ali, porque entre nós havia a dúvida... Não pensem que houve consenso entre nós não, havia muitas dúvidas, se era 18 a 29 ou 15 a 29, tanto que estou aqui com as duas redações. Então, fruto desta audiência pública, eu já peço que seja incluído, a partir de hoje, que é de 15 a 29. Essa é a versão da minuta.

Eu quero terminar agradecendo a presença de todos, agradecendo muito àqueles que, de uma forma ou de outra, remeteram para o meu gabinete inúmeras contribuições. Agradeço a participação do Plenário aqui, dos jovens que participaram, da nossa querida Senadora Ana Rita, aqui do início ao fim, mas, especialmente, claro, agradeço porque nós fizemos uma série de convites e nenhum dos convidados faltou, os nossos convidados estão aqui presentes, e isso é muito bom.

Então, agradeço e vou pedir palmas para Bruno Elias, Secretário Executivo do Conselho Nacional da Juventude, representante da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República. Palmas para o Bruno por sua atuação. *(Palmas.)*

Agradeço também ao Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, que deu uma bela contribuição, inclusive, no final, contribuiu para que a idade de 15 a 29 fosse consenso: Dr. Andre Luis Machado de Castro. *(Palmas.)*

Cumprimento também o Coordenador da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, que representou aqui o Ministro Brizola Neto, o Sr. Diego Gomes Santos Mesquita. *(Palmas.)*

Cumprimento a Assessora da Área Técnica de Saúde do Adolescente e Jovem do Ministério da Saúde, a Sr^a Lilian Cherulli de Carvalho. Parabéns, Lílian! *(Palmas.)*

Meus cumprimentos ao Conselheiro do Conselho Nacional da Juventude Alessandro de Leon. *(Palmas.)*

Havia um zagueiro que jogava lá no Grêmio, Hugo de Léon. Aliás, era um grande zagueiro e fez um gol que nos levou a uma bela vitória numa determinada época. Estou falando do Grêmio, mas, em respeito ao Inter, vou dizer que sou Caxias, viu? Podem dizer que é coisa de político, mas é verdade, é que eu joguei no antigo Flamengo, que depois virou Caxias.

Por fim, nossos cumprimentos também ao Membro da Coordenação da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Brasília, representante do Membro da Comissão Nacional de Assessores da Pastoral da Juventude, Sr. Joaquim Alberto Andrade Silva. Meus cumprimentos ao Jardel, que o representou muito bem. *(Palmas.)*

Assim, nós encerramos a nossa audiência pública. Agradecemos a todos na certeza de que o debate continua em 2013. O Estatuto será aprovado e sancionado.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 1 minuto.)

ATA DA 51ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos, do dia dezanove de dezembro de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Waldemir Moka, Paulo Davim, João Alberto Souza, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Vital do Rêgo e Eduardo Amorim, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Justifica ausência o Senador Benedito de Lira. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta.

ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, de 2002. *Dispõe sobre o exercício da Medicina.* Autoria: Senador Benício Sampaio. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável às alterações propostas pela Relatora ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao

Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2007. *Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão do comerciante.* Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador João Alberto Souza. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à Emenda nº 3 e contrário às Emendas nºs 1 e 2, todas oferecidas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007. A Comissão aprova Requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

ITEM 5 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2012. *Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para fixar a competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações regressivas.* Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Casildo Maldaner. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório.

EXTRAPAUTA ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 69, de 2012 – *Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência, para o ECD nº 115, de 2007.* Autoria: Senador João Alberto Souza e outros. **Resultado:** Aprovado.

EXTRAPAUTA ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 70, de 2012 – *Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir políticas públicas de combate à obesidade. Os nomes serão indicados posteriormente.* Autoria: Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado.

EXTRAPAUTA ITEM 12 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 71, de 2012 – *Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir políticas públicas para a saúde do homem. Para tanto, sugiro sejam convidados: Dr. Eduardo Chakora – Coordenador da área técnica de Saúde do Homem do Ministério da Saúde; Dr. Agnaldo Nardi – Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU); Dr. Anderson Arantes Silvestrini – Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); Dr. Emmanuel Cavalcanti – Coordenador da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina; Dr. Flávio Lobo Heldwein – Médico e colunista do blog Saúde do Homem.* Autoria: Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber:

Item 3 – Projeto de

Lei do Senado nº 139, de 2012; Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2012; Item 6 – Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2012; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010; Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012 e Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2012. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Paulo Paim, Paulo Davim, João Alberto Souza, Wellington Dias, Cyro Miranda, e as Senadoras Lúcia Vânia, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. O Presidente, Senador Jayme Campos, submete à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião deliberativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. e as Sr^{as} Senadoras que a aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que eu passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso do Tribunal de Contas da União, que ficará à disposição dos Srs. e das Sr^{as} Senadoras na Secretaria desta Comissão, para consultas que se fizerem necessárias.

O Aviso nº 1.664, do Presidente do Tribunal de Contas da União, trata de relatório de auditoria operacional realizada na Secretaria de Controle Externo do Estado de São Paulo, com o objetivo de avaliar a aplicação dos recursos públicos federais geridos pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, repassados diretamente pela Universidade Federal de São Paulo ou por entes públicos municipais e estaduais que recebem recursos do Sistema Único de Saúde.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens 1 a 9, com pauta previamente divulgada, sendo cinco não terminativos e quatro terminativos.

Comunico também ao Colegiado: aproveito a oportunidade para comunicar ao Srs. Senadores integrantes deste Colegiado que o relatório final sobre a

Proposta Orçamentária de 2013, PLN nº 24, de 2012, elaborado pelo Senador Romero Jucá, reinsere no Piso Constitucional de Saúde parte das despesas que haviam sido retiradas pelo Relator setorial da área, que é o nosso companheiro, Senador Flexa Ribeiro.

Quero lembrar que todos nós, Senadores desta Comissão de Assuntos Sociais, contestamos diversas despesas incluídas pelo Governo Federal nesse Piso, por considerarmos que os itens não estão descritos na Lei Complementar 141/2012, que regulamenta a Emenda Constitucional 29/2000, a qual exige que o Governo mantenha, no mínimo, os gastos com a saúde, considerando que a inclusão das despesas representaria uma flexibilização por parte do Governo.

Ao acatar tais críticas, o Senador Flexa Ribeiro não retirou os gastos da área de saúde, mas impediu que fossem classificados como item de Piso.

O Senador Romero Jucá reinseriu no Piso os investimentos em hospitais universitários, que, segundo ele, incluem ampliação de leitos, a recuperação de instalações e a compra de equipamentos no programa Academia da Saúde, do Ministério da Saúde, em saneamento básico em pequenas localidades e na indústria de hemoderivados.

O Senador Jucá manteve a decisão de Flexa Ribeiro de retirar do Piso as despesas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e o tratamento de resíduos sólidos.

Entre os argumentos que apresentou para reincluir parte da despesa, o Senador Romero Jucá disse que é vantajoso manter tais gastos no Piso, porque isso evita a possibilidade de contingenciamentos e eleva o teto de gastos na saúde para o próximo ano, entre outras razões.

Foi uma discussão que nós tivemos aqui, de que, inclusive, o Senador Moka participou de forma ativa, bem como Paulo Davim e os demais Senadores, Paulo Paim, Lúcia Vânia, João Alberto e outros. Esse assunto partiu da Câmara, do Deputado Mandetta, por sinal, brilhante Deputado, que entendia que não era possível inserir nas despesas da saúde gastos com a Agência Nacional de Saúde e outros investimentos que não tinham nada a ver com a saúde do cidadão brasileiro.

Então, eu acho que foi um avanço, uma conquista, sobretudo cumprindo a Emenda Constitucional 29, de 2000, de autoria do ilustre ex-Senador e atual Governador Tião Viana.

Quero fazer um comunicado. Ontem, tivemos a satisfação de ter aprovado, na Comissão de Assuntos Econômicos, um projeto de nossa autoria, que certamente teve a participação de todos os Srs. Senadores desta Comissão. Refiro-me à aprovação da criação do Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas.

É um projeto meritório pelo fato de que as mulheres agredidas, com a aprovação dessa matéria, poderão receber R\$622,00 ao mês, como também participar de cursos profissionalizantes para capacitação e ser inseridas no mercado de trabalho brasileiro porque, lamentavelmente, no Brasil, aumenta a cada dia a violência contra a mulher – apenas a Etiópia e o Peru superam o Brasil. Nos grandes centros, nas grandes cidades, temos quase 29% de mulheres agredidas, e 36,9% no interior do Brasil. A aprovação desse projeto é uma forma que encontramos de tentar minimizar esse avanço, pois só assim ela vai deixar de ser refém de seus maridos em seus lares.

O projeto é de todos nós, da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Só para parabenizar V. Ex^a pelo projeto. Os R\$622,00 não são fixos, é o salário mínimo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente. E parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador João Alberto.

Eu quero comunicar, antes de mais nada, que, na sala 15 desta ala, está instalado um telão para acomodar melhor todos aqueles que querem acompanhar esta reunião. É uma reunião muito importante pelo fato de que temos várias matérias, entre elas o Ato Médico, que vamos votar hoje nesta Comissão.

Informo a V. Ex^{as} que o item 5, Projeto de Lei do Senado nº 308, que altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para fixar a competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações regressivas, do ilustre Senador Paulo Paim, cujo Relator é o Senador Casildo Maldaner, foi retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do relatório.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2012

– Não Terminativo -

Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras pro-

vidências para fixar a competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações regressivas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Casildo Maldaner.)

Vamos ao item 1, página 12, decisão não terminativa. Essa matéria, após votação nesta Comissão, será encaminhada ao Plenário da Casa para ser votada.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 268, DE 2002

– Não Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da Medicina.

Autoria: Senador Benício Sampaio

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatório: Favorável às alterações propostas pela Relatora ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002.

Observações:

– Em 08.02.2012, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, acatando algumas modificações propostas pela Câmara dos Deputados;

– Em 12.12.2012, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, acatando algumas modificações propostas pela Câmara dos Deputados.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a votação será simbólica.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia para proferir o relatório.

V. Ex^a está com a palavra.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Relatora desse projeto pelo período de 2 anos, entre 2004 e 2006, solicito a atenção dos senhores para alguns esclarecimentos que reputo da mais alta importância para sua compreensão.

O projeto que hoje está em tramitação nesta Casa, embora tenha tido sua origem no PLS nº 25, de 2002, do Senador Geraldo Althoff, e no PLS nº 268, de 2002, do Senador Benício Sampaio, pouco tem a ver com ele, senão no seu objetivo: regulamentar, no Brasil, a profissão do médico.

Ao assumir a relatoria, em julho de 2004, na Comissão de Assuntos Sociais, focamos em uma estratégia de trabalho. Estudamos a legislação nacional e internacional relativas à regulamentação das profissões de saúde e, especificamente, do chamado ato médico. Fizemos reuniões preliminares com os assessores do meu gabinete, com consultores legislativos do Senado, com especialistas na área de saúde, com especialistas de diversas áreas de saúde e com juristas. Todo trabalho foi acompanhado por representante do Ministério da Saúde, que também participou da consolidação do SUS.

Por diversas vezes nos reunimos com os representantes do movimento em defesa do PL do Ato Médico e do movimento contra o PL do Ato Médico. Para finalizar a redação do relatório, formamos dois grupos técnico-científicos de médicos e de todas as outras profissões da saúde. Coordenadas pelo meu gabinete, essas reuniões contaram com assessoria jurídica que fazia parte da minha equipe e de mais dois juristas de renomado escritório de Brasília. Esteve conosco também o jurista Ives Gandra Martins dando a sua contribuição.

Para discutir o assunto, promovemos uma teleconferência transmitida pela TV Senado para as Assembleias Legislativas de todo o Brasil. Essa teleconferência foi assistida por 1.200 pessoas.

Esse texto não nasceu da imposição, mas representou, após exaustivo trabalho de todos os envolvidos, um consenso possível naquele momento e, parece-me, agora.

Miramos nesse projeto práticas de saúde dentro da contemporaneidade dos avanços da humanidade em termos humanísticos, tecnológicos e da prática das ações de saúde. A atualidade das especialidades em saúde impõe um trabalho em equipe em favor da população usuária. Nesse contexto, concluímos que o esforço de todas as 14 profissões da saúde deveria ser feito em função não de alguém, simplesmente portador de uma deficiência que devesse ser curada, mas do homem, do cidadão envolvido em seu contexto social, psicológico, familiar e cultural.

Preocuparam-se as profissões da saúde ali representadas com a atenção integral ao paciente. Nesse consenso, concluímos também que o melhor atendimento à saúde do paciente seria feito por uma equipe interdisciplinar e multidisciplinar, por profissionais que, embora formados separadamente, passassem a conhecer as competências, as potencialidades e os limites de atuação uns dos outros.

Esse texto que será votado pelos Srs. Senadores especifica quais são as atividades privativas dos médicos, quais não são, isto é, atividades que podem ser

exercidas de forma privativa por outros profissionais de saúde ou compartilhadas com eles. Esses limites de atuação foram acordados pelas diferentes categorias, sempre com a preocupação central de preservar o acesso à saúde e de garantir a qualidade da atenção.

Por isso é imperativa a necessidade de regulamentação e delimitação do espaço de trabalho dos profissionais de saúde, a fim de evitar que disputas entre categorias possam trazer prejuízos para o atendimento à população. Da mesma forma, os pacientes devem conhecer as atribuições e responsabilidades dos diferentes profissionais que os atendem.

Quis trazer-lhes esse histórico da construção desse projeto para dizer aos meus colegas que a melhor maneira de solucionar quaisquer conflitos nesse campo é, sem dúvida, a edição do diploma legal que determine, de forma clara, as atribuições privativas dos médicos e as atividades que podem ser compartilhadas com os demais profissionais da saúde.

Por fim, nada mais pode estar dentro da filosofia do SUS do que esse trabalho multidisciplinar em favor do paciente. O ato médico seria prejudicial na medida em que desvirtuasse a filosofia multidisciplinar do SUS, impedindo que um trabalho em equipe viesse ao encontro das necessidades da população usuária da saúde.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Quero dizer da minha satisfação de ter podido acompanhar essa discussão durante 2 anos e que tivemos a preocupação de estudar todas as legislações que envolvem as 14 profissões. Pudemos detectar que algumas dessas profissões têm as suas legislações defasadas. Detectado isso, fomos buscar, nas universidades, quais eram as Cadeiras que evoluíram após a regulamentação de cada profissão. Tivemos a preocupação, enfim, de nos reunirmos, exaustivamente, com os dois lados, durante 2 anos, e só fechamos este relatório o dia em que foi dado o aval das 14 profissões envolvidas.

(Manifestação da plateia: “Mentira! Mentira!”)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Silêncio! Caso contrário, vou ter de retirá-los daqui.

A Presidência não aceita nenhuma manifestação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – E desrespeitosa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Desrespeitosa.

Se alguém se manifestar, eu vou pedir que os senhores sejam retirados do plenário. Por favor, respeitem a nossa Senadora que está fazendo o seu relatório.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que tudo isso que

eu estou dizendo consta de toda essa documentação, a qual passo a V. Ex^a, documentação que poderá ser distribuída a todos àqueles que, porventura, acreditam que não tenha sido verdade o que estamos dizendo aqui.

Mas, na verdade, tivemos essa preocupação. Primeiro, porque não sou médica; segundo que sou uma pessoa que milito na área social; terceiro que ajudei, como Constituinte, a construir o SUS. Eu tinha uma responsabilidade muito grande ao avocar a relatoria deste projeto. Eu sei que a matéria é polêmica. É uma matéria que suscita muitas discussões. Tivemos a paciência de ouvir todos aqueles que argumentam em sentido contrário, mas entendíamos que, ao chegarmos em determinado ponto, em 2 anos de trabalho, que nós deveríamos fechar esse relatório. E quero, aqui, reafirmar que fechamos o relatório com a aquiescência e a presença de todos os representantes dos conselhos das atividades aqui envolvidas.

Portanto, se foi mudada a presidência desses conselhos, e, posteriormente, aqueles que assumiram a presidência não concordam com o texto, aí é outra situação. Mas a situação naquele momento, quando fechamos esse texto, foi no sentido de que era o texto consensual.

Posteriormente, este projeto foi à Câmara. Na Câmara, ele sofreu modificações expressivas. E, quando ele retornou ao Senado, inclusive quase todos os representantes das diversas atividades me procuraram e me pediram a volta do substitutivo do Senado. Eu não o relatei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não o relatei na Comissão de Educação, mas ambos os relatores dessas Comissões reafirmaram o substitutivo do Senado, com modificações na redação implementada pela Câmara. Tudo aquilo que mexia no mérito foi cortado, permanecendo aquele acordo feito há 2 anos.

Portanto, Sr. Presidente, reafirmo aqui o meu compromisso com este projeto.

Quero dizer aos meus pares que tudo fizemos com a maior responsabilidade, com a maior paciência para chegarmos àquilo que seria o consenso possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia.

Eu quero comunicar aos senhores aqui neste plenário que, baseado no art. 184:

É permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas, do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nelas se passar.

Faço esse apelo para que os senhores se mantenham em silêncio, porque esta é uma discussão

ampla em que todos as Sr^{as} e Srs. Senadores irão se manifestar. No entanto, nós não podemos, em hipótese alguma, concordar com a manifestação dos senhores, sobretudo contra o relatório da Senadora Lúcia Vânia. É democrático, é um instrumento que nós temos de usar, mas, aqui no ambiente, não é permitido por força do Regimento.

Eu peço desculpas, mas é regimental.

Está em discussão a matéria. ((Pausa.))

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, nós temos já inscritos os Senadores Wellington Dias, Paulo Davim, Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, antes de passar à discussão, eu gostaria de encaminhar a V. Ex^a todos os relatórios das reuniões desta Comissão, inclusive o relatório fotográfico de todas as pessoas que participaram do debate.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Wellington Dias, para discutir a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pelo tamanho do pacote, já se vê que não é um tema fácil. Com certeza, é desafiador.

Eu queria aqui concordar com V. Ex^a quanto à necessidade de termos tranquilidade para a votação desse tema e também respeito a todos os Senadores e Senadoras presentes.

Destaco aqui o trabalho da Senadora Lúcia Vânia. Esse projeto, Sr. Presidente, vem tramitando há bastante tempo. A sua iniciativa foi de um conterrâneo, o Senador Benício Sampaio, que foi Secretário de Saúde do meu Estado. E vem tramitando há muitos anos, o que demonstra que não era um tema fácil; há mais de 10 anos.

Quero aqui reconhecer todo o empenho dos diferentes relatores e presidentes de comissões da Câmara e do Senado na busca desse entendimento que envolve uma discussão. Com certeza, de um lado, compreendemos, merece uma solução, pois nós temos conflitos reais; mas, do outro lado, também sempre devemos ter cuidado para evitar que tenhamos uma solução que possa impedir aquilo que é interesse do povo, ou seja, o exercício de profissionais.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu devo aqui dizer que havia uma orientação no sentido de que se pudes-

se, nesta reunião, fazer um pedido de vista. Ontem eu fiz contato com o próprio Ministro da Saúde e outras lideranças que acompanham a questão e fiz um apelo para que pudéssemos, de um lado, ter a votação aqui, do outro lado, deixar a cargo das lideranças partidárias a tramitação no plenário. E é esse apelo que eu faço aqui à Comissão.

Ainda ontem, estive com vários governadores, aqui está havendo o acompanhamento dessa discussão dos *royalties*, e com prefeitos. Fui buscado por eles. Confessam inclusive que o acompanhamento era feito muito mais do ponto de vista de cada profissão. Mas não havia um acompanhamento, um estudo maior sobre os impactos para a aplicação do ponto de vista da gestão pública. Vejo aqui, inclusive, uma recomendação do Conselho Nacional de Saúde, que pede uma atenção especial sobre isso.

Por essa razão, eu queria aqui, primeiro, parabenizar a Relatora. Acho que é um trabalho digno o que todos nós acompanhamos aqui, com audiências públicas – acompanhei o debate na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Educação. Acho louvável todo esse esforço feito aqui pela nossa Relatora para chegarmos aonde chegamos. Então, Senadora Lúcia Vânia, quero aqui parabenizá-la por toda a sua dedicação nesse trabalho que não é fácil. Aliás, muita gente aqui, eu também quero revelar, tinha pavor de pensar em ser Relator desse tema, pela complexidade que tem, pelo conflito entre várias categorias: de um lado, o interesse dos profissionais médicos; de outro, o de psicólogos, fisioterapeutas, dentistas, enfim, de um conjunto de profissionais da saúde, o que não é fácil.

Então, o apelo que eu faço é esse.

Acho que também não podemos ficar, o Congresso Nacional, acovardados e sem a coragem de tomar uma decisão. Por isso acho importante dar um passo a mais para a aprovação desse relatório, mas abrindo certamente a possibilidade de debate no plenário do Senado Federal, onde ele será terminativo. E no Senado Federal, certamente sob a coordenação das Lideranças, com o apoio dos que se aprofundaram de forma maior, como os relatores nas diversas Comissões por que passou.

Então, praticamente é esse o apelo.

Estarei aqui, como fiz na Comissão de Educação, votando favoravelmente, mas pedindo, pela complexidade do tema, a compreensão dos demais membros e o apoio nessa direção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Wellington Dias.

Pela ordem de inscrição, para debater a matéria, Senador Paulo Davim.

Senador Paulo Davim está com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só para esclarecer uma fala.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está com a palavra.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Primeiro, Senador Wellington, eu quero levar ao conhecimento de V. Exª que todos os debates foram acompanhados pelo Ministério da Saúde. Antes de pegar a relatoria nesta Comissão, eu estive com o Ministro, perguntei ao Ministro se estava tudo o.k. Foi dado para mim o o.k. do Ministério da Saúde. Essa a razão por que eu peguei a relatoria aqui nesta Comissão.

Segundo, eu gostaria de dizer a V. Exª que concordo. Nós conversamos ontem, acho que nós podemos levar o projeto para o plenário. No entanto, eu quero deixar claro que esse projeto passou pela Câmara, por todas as Comissões, passou por todas as Comissões do Senado. E veja V. Exª, ele não sofreu uma modificação, no mérito, do que saiu aqui do Senado. Todas as modificações que ele sofreu na Câmara foram retiradas aqui no Senado, porque prejudicavam algumas profissões. Portanto, eu acho praticamente impossível melhorar esse projeto. Não há mais como. O que foi feito foi feito com o maior critério, procurando atender a todas as reivindicações que foram levadas até nós.

Era esse o esclarecimento que eu queria dar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Para contraditar, o Senador Wellington Dias tem preferência.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não é bem para contraditar. Pelo contrário, é até para confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Imagino que sim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É para confirmar que realmente o Ministério da Saúde reconhece todo o acompanhamento. O fato é que são pequenas alterações que, às vezes, não dizem respeito propriamente ao mérito, mas com um intuito, com uma intenção de evitar que a gente tenha confusão na aplicação da lei. Então, eu queria agradecer a Senadora Lúcia Vânia por toda essa forma democrática com que participou desse diálogo e manter aqui esse pedido. Apenas isso. Votaremos favoravelmente.

A CAS cumpre com essa etapa importante. O apelo é para que a gente não tenha da CAS o pedido da urgência, que também é possível, e possamos deixar que isso ocorra na tramitação do próprio Plenário,

com a coordenação das lideranças, porque, repito, não mais do ponto de vista apenas de profissionais, mas também dos que vão executar essa política lá. E foi com base nisso que o Ministro também se reportou. Ele foi procurado por governadores. Embora tenha tido participação de Estados que aqui foram representados no acompanhamento, os governadores confessam que, pelo andar de longo tempo dessa matéria, sofreram algumas modificações e eles gostariam de ter segurança na aplicação dessa legislação após a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Davim para discutir a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero começar minhas palavras elogiando esse trabalho de abnegação, de dedicação, esse trabalho esmerado que a Senadora Lúcia Vânia realizou em 2 anos.

Quero também me congratular com a preocupação do Senador Wellington Dias. Eu acho que é pertinente. Isso demonstra a sensibilidade do Senador.

E quero dizer que é uma matéria que precisa avançar. Vejam bem, o Código Florestal – eu já dei esse exemplo na Comissão de Educação – passou aqui mais de 10 anos. Nós debatemos, nós discutimos, nós realizamos inúmeras audiências públicas e terminou que fomos a voto em plenário. Eu estava numa posição... A Bancada Verde discordamos de alguns pontos, de alguns itens. Fomos ao debate democrático, que faz parte e é a característica do Parlamento, e perdemos em alguns pontos. Melhoramos a matéria, é claro. Mas a gente precisa aceitar o Parlamento como ele é. Ele é assim. É a amostragem da sociedade. E o Parlamento.... E não é obrigação do Parlamento buscar a unanimidade. O Parlamento não pode buscar a unanimidade, o Parlamento tem que buscar o consenso, na medida do possível; precisa ter o compromisso em agradar a maioria, não necessariamente a unanimidade. E essa matéria vem se arrastando há mais de 10 anos, 24 audiências públicas, que passou aqui no Senado Federal, que tramitou em todas as Comissões da Câmara Federal, que voltou para o Senado e tramitou em quase todas as Comissões do Senado, que teve inúmeros relatores, e todos são unânimes na necessidade da regulamentação da atividade médica. Aliás, o Brasil é um dos poucos países que ainda não regulamentou a atividade médica.

A propósito, Sr. Presidente, eu estou aqui com o *Jornal do Senado* de ontem, que diz o seguinte: “Congresso analisa mais de 40 projetos sobre profissões.” E tenho a imensa satisfação de ter contribuído e ter votado pela regulamentação de inúmeras profissões, como, por exemplo, turismólogo, taxista, disc-jôquei ou

DJ, *sommelier*, cabeleireiro e esteticista, motorista, catador e reciclador de papel, despachante, historiador, garçom, geofísico, vaqueiro, compositor, comerciante, transcritor e revisor de texto em braile, técnico em sistema de segurança, técnico em radiologia, árbitro de futebol, e por aí vai, Sr. Presidente.

Eu sou a favor da regulamentação das profissões. Nós precisamos – e esta Casa, o Senado Federal, não pode mais se omitir –, nós precisamos e temos que regulamentar a atividade médica. É inadmissível que consigamos regulamentar 40 profissões e tenhamos algum tipo de prurido em regulamentar a atividade do médico.

Como disse há pouco, unanimidade nunca teremos nem aqui e em nenhum Parlamento do mundo, mas este Parlamento tem obrigação de buscar aprimorar a matéria. Nós aprovamos o Código Florestal, e isso foi dito muitas vezes pelo Senador Moka: “Aprovamos o possível, não o ideal”, porque o ideal é uma busca incansável, talvez até utópica, mas caberá a todos nós buscarmos sempre o ideal.

Já na questão do projeto, eu gostaria muito de ressaltar alguns pontos, porque se fala muito, mas muitas pessoas que defendem ou criticam não tiveram acesso ao texto final, não conhecem, e, aí, por ouvir dizer, formulam um pensamento equivocado.

Faço questão de ressaltar alguns artigos: o art. 3º diz o seguinte:

O médico integrante de equipe de saúde que assiste o indivíduo ou a coletividade atuará em mútua colaboração com os demais profissionais de saúde que a compõem.

Ou seja, insere – e sou defensor do trabalho coletivo, porque eu trabalho nessas condições – o médico no trabalho coletivo de todos os profissionais da área de saúde. E vai em frente. Mas quero ressaltar algumas coisas interessantes:

Não são privativos do médico os diagnósticos psicológicos, nutricionais e socioambientais, e as avaliações comportamental e das capacidades mental, sensorial, perceptocognitiva e psicomotoras.

Está aqui: não são privativos dos médicos.

Seguindo, Sr. Presidente.

Excetuam-se do rol de atividades privativas do médico: aplicação de injeções subcutâneas, intradérmicas, intramusculares e intravenosas, de acordo com a prescrição; cateterização nasofaríngea, orotraqueal, esofágica, gástrica, enteral, anal, vesical, e venosa periférica, de acordo com as prescrições; aspiração nasofaríngea ou orotraqueal; punções venosa e arterial periféricas; realização de curativo com desbridamento até o limite do tecido subcutâneo, sem a necessidade de tratamento cirúrgico; atendimento à pessoa sob

risco de morte iminente; realização dos exames citopatológicos e seus respectivos laudos.

Vou repetir: realização dos exames citopatológicos e seus respectivos laudos. Coleta de material biológico. Enfim, está aqui tudo relacionado, o que é privativo e o que não é privativo do médico.

Portanto, Sr. Presidente, quero externar minha posição favorável e quero louvar a preocupação do Senador Wellington Dias e parabenizar a Senadora Lúcia Vânia pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Davim. Como sempre, competente, fez uma boa participação na discussão.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero crer que conversei com todos os outros Senadores, com exceção da Senadora Vanessa, que chegou agora, e todos têm o propósito de abrir mão da fala – inclusive só estou fazendo essa menção – para que pudéssemos votar dentro da proposta que fez o Senador Wellington Dias: votaríamos aqui, é mais um passo, com o compromisso de que ninguém vai pedir regime de urgência, ou seja, aprovado aqui, vai ao Plenário e vai aguardar o acordo de Lideranças para ser novamente discutido no plenário do Senado.

Então, é nesse sentido que abro mão da minha fala e peço que possamos votar um projeto que está aqui há mais de 10 anos e que hoje não cabe mais discutirmos, até porque aqui no Senado, ou vamos concordar com o que veio da Câmara ou vamos retirar.

Aliás, tudo o que veio da Câmara, na maior parte, que podia, de alguma forma, interferir nas posições, foi retirado, voltando praticamente ao Substitutivo da extraordinária Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É só para concordar e dizer por quê: as entidades que me procuraram ontem – muitas estão aqui – pediram para mim exatamente o encaminhamento feito pelo Senador Wellington Dias, que não fosse dada urgência; que, então, se votada a matéria, fosse sem urgência. Então, abro mão da minha fala, concordando com o encaminhamento feito pelo Senador Wellington Dias. Foi o que as entidades me pediram ontem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim, Senador Waldemir Moka, naturalmente já havia ordem de inscrição das pessoas que iam discutir. A Mesa não toma nenhuma decisão, evidentemente, sem consultar os demais.

Entretanto, está com a palavra a Senadora Ana Amélia. É regimental, está assegurada a palavra a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, eu queria agradecer e ratificar, apenas, as manifestações do Senador Wellington e do Senador Moka a respeito dessa matéria.

Mas tenho apenas uma dúvida, uma pergunta que quero fazer à Senadora Lúcia Vânia, cumprimentando-a pelo exaustivo trabalho, e polêmico também – e quero hipotecar minha solidariedade, na democracia a gente tem que respeitar, mas não pode aceitar ofensas. A senhora citou, no seu relatório, que a multidisciplinaridade, na área médica, são 14 atividades. Entendi que são 14 profissões. Essas 14 profissões que incluem toda a área médica, também referida pelo Senador Paulo Davim, estão regulamentadas?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sim, todas estão regulamentadas; algumas com regulamentação bem defasada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Por exemplo, Senadora?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – A Enfermagem. Outra é a Psicologia, que já avançou bastante; a Medicina avançou e a regulamentação não acompanhou. Daí por que usamos como estratégia não apenas a regulamentação, mas a cadeira que elas têm na universidade. Se avançou na universidade nas cadeiras, nós avançamos na legislação. Isso, acordando, naturalmente, com as demais profissões, porque estabelecemos como estratégia o seguinte: adotar toda a legislação das 14 profissões. Como a legislação dessas profissões estava muito aquém do avanço da Medicina e da ação multidisciplinar, nós avançamos no sentido de buscar o avanço na universidade, nas cadeiras próprias de cada uma e, ao mesmo tempo, quando buscamos esse avanço porque havia a cadeira na universidade, nós sentamos com todas as profissões e acordamos entre os médicos e essas profissões que nós deveríamos avançar além da regulamentação, uma vez que havia acordo e que havia também a cadeira na universidade, que lhes garantia habilidade naquela função.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essas atividades falava o Conselho Federal de cada uma delas.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – O Conselho Federal de cada uma delas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – O que precisa ser explicitado, Senadora Ana Amélia, é que, na ocasião em que nós formatamos o projeto, os Presidentes de Conselhos eram outros. Com a mudança nos Conselhos, começaram a pedir novamente a dis-

cussão. Nós abrimos a discussão novamente na Câmara e no Senado Federal, mas permanecem alguns ruídos que não podemos solucionar. Não há como, a não ser avançando na função do médico.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente. Ratifico a proposta do Senador Moka, a partir da manifestação Wellington Dias e com os esclarecimentos do Senador Paulo Davim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Na ordem de inscrição, Senador Cyro Miranda tem a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Abro mão da minha fala, por me sentir extremamente satisfeito com todas as explicações e o relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem de inscrição, Senador Vanessa Grazziotin.

A V. Ex^a está assegurada a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero justificar minha chegada tardia aqui. Na realidade, este é o terceiro compromisso do dia, mas no carro...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, muito obrigada! Imagina!

Mas, Sr. Presidente, eu vinha ouvindo todas as intervenções no carro. Ouvi a explanação da Senadora Lúcia Vânia. Já estamos há alguns dias tratando sobre a matéria, conversando, dialogando, procurando uma negociação, para que possamos votar essa matéria que tramita há tantos anos na Casa.

Presidente Jayme, eu gostaria de pedir a paciência, um segundo apenas dos meus companheiros, dos meus amigos Senadoras e Senadores, em especial do Senador Moka, em especial, porque, na semana passada, até para ganhar tempo, eu falei muito rapidamente e, por conta disso, fui mal compreendida.

Aprovamos na Comissão de Educação, semana passada, esse projeto por unanimidade. Levantei uma questão de ordem: votaríamos ali o projeto, contando que seguissemos durante a semana discutindo alguns pontos do projeto que ainda não estavam bem explicados e que, portanto, geravam polêmica. E houve uma reação, não sei por quê. Foi por isso: depois fiquei sabendo que fui mal compreendida.

Mas o fato é que, Sr. Presidente, esta semana tivemos conversas muito importantes. A Senadora Lúcia Vânia recebeu várias categorias, e todas elas tiveram

liberdade, Senador Davim, de apresentar suas reivindicações, suas ponderações. Hoje ela apresenta um relatório que promove modificações pequenas, poucas modificações, que são, entretanto, profundas.

Então, eu quero, Sr. Presidente, dizer que, diante disso, considero que temos promovido esses avanços. Inclusive, nessa última etapa, ainda houve avanços. É óbvio que não há unanimidade em relação ao projeto. Muitas categorias ainda ponderam a necessidade ou não da aprovação do projeto da forma como ele está. Entretanto, eu acho que, da forma como chegamos e aonde chegamos, nós precisamos aprová-lo hoje e levar o debate para o Plenário.

Pelo que eu entendi, apenas peço a confirmação de V. Ex^a, Presidente, o Senador Wellington propõe que o projeto seja votado hoje, mas que não seja pedida urgência à tramitação do projeto.

É assim que se constrói a democracia; ela se faz dessa forma.

Eu repito a todas as categorias que têm nos procurado para colocar no papel exatamente quais são os problemas. No começo não era um papel, era uma tese de doutorado o volume de problemas. Hoje, não. Hoje cabem em meia lauda os problemas que porventura existem.

Então, aprovaremos o projeto aqui. Essa também é a minha opinião, eu concordo. Não haverá urgência e continuaremos no diálogo, que será curto, mas final; será um diálogo que levará à tranquilidade, que levará ao bom relacionamento entre todas as categorias da área da saúde, porque nenhuma faz absolutamente nada sem a participação de outra categoria. E todas, Sr. Presidente, são importantes de igual forma. Não há hierarquia na área da saúde. Aqui há médicos, psicólogos, farmacêuticos, enfermeiros, odontólogos, fisioterapeutas, e hierarquicamente não há nenhuma categoria que seja superior à outra. Pelo contrário. Tudo funciona exatamente como o corpo humano, como uma máquina, qualquer peça que falte, por menos importante que seja, a máquina deixa de funcionar.

Então, quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Jayme, quero cumprimentar em especial a Senadora Lúcia Vânia pela dedicação que teve à matéria, pela preocupação em conversar com as pessoas. Aprovar agora não significa dizer que o texto está fechado. Teremos pouco tempo até o plenário para promover as modificações ainda necessárias para que haja consenso entre as categorias. Por exemplo, a citopatologia, que era um problema grave, não era um problema menor, resolvemos nessa etapa, não há mais dúvida em relação à citopatologia. Isso é importante não só para os farmacêuticos, bioquímicos, mas também para os médicos.

Cumprimentando a Senadora Lúcia Vânia, cumprimento os demais companheiros Senadores e as entidades que vêm acompanhando há muito tempo esse projeto aqui.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável às alterações propostas pela Relatora ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de tramitação. *(Palmas.)*

ITEM 2

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2007 – Não Terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão do comerciante.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 3 e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, todas oferecidas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007.

Observação: A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza para proferir seu relatório.

Solicito silêncio pelo fato de que temos matéria em votação.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, tenho a satisfação hoje de relatar um projeto que diz muito de perto do Brasil. É a regulamentação do exercício da profissão de comerciante. Essa é uma das profissões mais antigas do Brasil.

Tivemos, no passado, muitos problemas na Nação, muitas categorias se extinguíram. Eu falava com o Senador Paim sobre a primeira greve no Brasil, que foi a dos cocheiros, hoje uma categoria extinta, eles eram os comandantes das carruagens. Tivemos outra greve muito importante no Brasil, que foi a dos ascen-

soristas, os cabineiros, também hoje uma categoria quase completamente extinta. Resiste a categoria dos comerciantes, uma das mais antigas do País e que hoje estamos aqui votando a sua regulamentação.

É um projeto que diz muito de perto ao Senador Paulo Paim. O Senador José Sarney teve também interesse muito grande nesse projeto. Quero dizer que recebi muitos líderes sindicais, inclusive o Rodrigo Comerciante, ele que representa a categoria de comerciante, que falou com o Paim, que falou com Sarney, que falou com vários Senadores pedindo urgência para esse projeto.

E o relatório, Presidente.

Vêm a exame desta Comissão as Emendas nºs 1 a 3, da Câmara dos Deputados, que foram apresentadas ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007. A de nº 1 altera o *caput* do artigo 1º, ao explicitar que, em relação aos comerciantes, também serão observadas as normas referentes aos domingos e feriados.

A de nº 2 pede a modificação do §2º do artigo 3º, estabelecendo que, no caso das jornadas de 6 horas para o trabalho realizado em turnos de revezamento, além de ser

vedada a utilização do mesmo empregado em mais de um turno de trabalho, salvo negociação coletiva, também será vedada a perda na remuneração. E a de nº 3, a Emenda 3, ao modificar o *caput* do artigo 5º, retira do *caput* do artigo 5º a expressão “em importe não superior a 12% (doze por cento).”

Sr. Presidente, depois da análise, nos termos do artigo 286, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão discutir e votar emendas oriundas da Câmara dos Deputados a projeto do Senado Federal.

À Emenda nº 1º, nós fomos contrários, como também contrários à Emenda nº 2.

Finalmente, a Emenda nº 3, ao retirar do *caput* do artigo 5º a expressão “em importe não superior a 12% (doze por cento)” aperfeiçoa o texto do dispositivo, eis que este já determina que a contribuição para o custeio da negociação coletiva não poderá ser superior a 1% ao mês do salário do trabalhador, razão pela qual deve ser acolhida.

Assim, Presidente, o nosso voto.

Pelo exposto, opinamos pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 e pela aprovação da Emenda nº 3.

Também, Sr. Presidente, nós fizemos um requerimento e pedimos urgência para este Projeto nº 115, que encaminhamos a V. Ex^a. Então, o nosso voto é pela aprovação, com a rejeição das Emendas nºs 1 e 2, e pela aprovação da Emenda nº 3.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Alberto. Está em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é mais um esclarecimento.

Na verdade, o que está se propondo aqui é uma emenda de redação. Eu entendia que esse projeto nem precisava voltar para cá, porque, na verdade, quando diz “no máximo 12% ao ano e no máximo 1% ao mês” é 12%; mas a Câmara assim entendeu, que não era emenda de redação – não muda em nada o mérito, não muda em nada o mérito! –, assim entendeu, e o nosso querido Senador João Alberto deu o parecer concordando com essa emenda, que eu diria de redação. E por isso, na mesma linha, eu conversei muito com V. Ex^a, os Líderes conversaram com o Relator e também com o Presidente desta Casa para ver se nós votamos, já que é uma emenda de redação – o Senado e a Câmara já se posicionaram na verdade sobre o mérito –, esta matéria, quem sabe, hoje; no mais tardar amanhã. Eu sei do esforço que V. Ex^a está fazendo nesse sentido, o relator e o próprio Presidente Sarney; os líderes sindicais, naturalmente, agradecem muito, a categoria toda agradece; resolve uma questão enorme e uma profissão que, como disse aqui o nobre Senador João Alberto, é uma das mais antigas do mundo, hoje poderá ser regulamentada.

Muito obrigado ao Relator, muito bem, Presidente. Agradeço ao Presidente Sarney pelo apoio que deu também tanto a empresários como a trabalhadores. É bom dizer, Sr. Presidente, e aí eu termino, que esse relatório aqui tem o apoio dos empresários e dos trabalhadores, foi construído numa linha de consenso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Também quero cumprimentar e, da mesma forma, me associar ao Senador Paulo Paim, pelo belo relatório que V. Ex^a fez, sobretudo, indo lá atrás, contando a história.

Como maranhense inteligente que V. Ex^a é, realmente, seu parecer foi um dos melhores que poderia haver, naturalmente, em favor dos nossos comerciantes.

Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o relatório do Senador João Alberto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 3 e contrário às Emendas 1 e 2, todas oferecidas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Presidente, há um requerimento de minha *(Fora do microfone.)* autoria, nos termos do art. 333, inciso III, que pede a urgência na apreciação do projeto no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº...., DE 2012

Nos termos dos art. 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o SCD nº 115, de 2007.

Autoria: Senador João Alberto.

Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para discutir, também, o requerimento, junto com o Senador João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a poderá assinar em conjunto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

A urgência se dá porque é, simplesmente, uma emenda de redação. Não tem nada polêmico, por isso, entendemos que o Plenário poderá votar hoje ou amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em votação o requerimento do Senador João Alberto e Senador Paulo Paim.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. Está aprovado.

Item 3, página 53, decisão não terminativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do §4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012.

Observações:

- A matéria vai [ainda] para a Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação.
- Votação simbólica.

Solicito silêncio, para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não foi nem lido, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu perguntei se já havia sido lido e me informaram que sim, que havia sido lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não foi lido, não.

Ainda vai ser lido e, após a leitura...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Aí, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vai ser lida a matéria e V. Ex^a tem toda a autoridade, prerrogativas e direitos legais desta Comissão para pedir vista do processo.

Eu consulto a Senadora Ana Amélia se pode relatar *ad hoc*.

Item 3, página 53.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores... Pode relatar *ad hoc*.

Eu consulto os senhores: se acharem, entenderem por bem, porque o Plenário é soberano, e quiserem retirar de pauta, poderemos retirar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu acho que, veja bem, o autor do projeto é o Senador Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não se encontra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, o autor é o Senador Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Encontra-se aqui o Senador Paulo Davim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O relator não se encontra.

O projeto é extremamente meritório, entretanto, tem algumas ponderações que, tenho certeza, não apenas eu, mas vários outros Parlamentares fazem em relação, inclusive, à eficácia do projeto.

Então, se o Senador que é o autor aceitar, a gente poderia não colocar, retirar da pauta hoje, levantaríamos as ponderações para ver o que é possível mudar e, aí sim, sem vistas, deixar caminhar.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para reserva da matéria, nesse caso...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Olhem, atendendo ao pedido...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nesse caso, para reserva da matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Atendendo ao pedido de uma tabagista...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Porque se V. Ex^a, Senador Paulo Davim, concorda...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Atendendo ao pedido de uma tabagista, como eu gosto muito dela, então, o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vanessa, ele está entregando você de graça. Já está comprometendo a Senadora Vanessa. (*Risos.*) Por favor, Senador Paulo Davim, V. Ex^a concorda?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O projeto cria obstáculos ao acesso à substância tabaco. Considerando que a minha estimada amiga, a Ex^{ma} Senadora Vanessa, é tabagista, eu o retiro de pauta, vou conversar com ela e depois...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, regimentalmente, o relator é que deveria retirar a matéria de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu vou consultar o Plenário se pode...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas dizer que a acusação do Senador Paulo Davim se estende a outros Senadores. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E não apenas à nossa simpática Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu não quis declinar os nomes, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto se V. Ex^{as} concordam. (*Risos.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que é uma proposta muito inteligente do Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está retirado de...

Consulto o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, até para ajudar no encaminhamento. Eu percebo que em diversos itens não estão aqui nem o autor nem o relator. Nós poderíamos, nesta reunião, votar os projetos em que o autor ou o

relator já estiverem aqui, tocamos bola e encerramos o ano com o brilhantismo da sua Presidência.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito bem. Muito obrigada. Então, está retirado de pauta o item 3, do qual eu seria Relatora *ad hoc*. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente, com a concordância do autor, Senador Paulo Davim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Há dois requerimentos aqui, inclusive atendendo V. Ex^a.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº... DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais destinada a discutir políticas públicas de combate à obesidade. Os nomes serão indicados posteriormente.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para encaminhar o requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Rapidamente, Senador Jayme Campos. Esta questão ficou bastante visível agora pelos dados do Ministério da Saúde, fazendo alertas sobre a questão da obesidade, atingindo, inclusive, adolescentes. Há um problema sério com a questão alimentar, nutricional. Isso provoca também problemas de

saúde. E, claro, o trabalho feito pelo conhecido atleta jogador Ronaldo Nazário também deu visibilidade ao problema da obesidade em nosso País como questão de saúde.

Por isso, solicito essa audiência pública, sem ter a nominata dos indicados, que faremos posteriormente.

Essa é a minha sugestão, Senador Jayme Campos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, deixe-me falar sobre o requerimento da Senadora Ana Amélia?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para apoiá-la, naturalmente. Eu passei um problema gravíssimo com um filho meu, que optou pela cirurgia de estômago. Não faleceu por detalhe. Já contei isso, inclusive, no plenário, em um debate semelhante a esse. O médico, quando operou, no Espírito Santo, por recomendação de outros médicos, disse: “Você quer que ele morra aqui ou no Rio Grande?” Eu digo: eu vou botar na UTI e vai morrer no meu Estado. Lá o salvamos.

Então, acho que é bela a iniciativa. Essa questão da obesidade é grave. Eu estava com peso bem além do normal. Fui à médica, que me deu um baita susto e disse o seguinte: “Ou tu vais operar o estômago – o susto do menino ainda estava na minha cabeça – ou tu vais ter problema de ser diabético.” Resultado: levei a capricho, já perdi 10 quilos, porque me dediquei. Por isso, acho que é muito, muito interessante o seu requerimento para caminharmos nessa linha de combater a obesidade – no meu entendimento, só em casos extremos a tal cirurgia.

Parabéns, Senadora Ana Amélia!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paim, porque, de fato, isso é relevante. Esse depoimento pessoal tem um valor muito, muito relevante para mim, porque a pessoa viveu esse drama. E não é só ele. Eu também tive uma irmã que quase morreu porque foi submetida a uma cirurgia dessa natureza, uma coisa absolutamente terrível. Depois dessa cirurgia, ela já teve que fazer mais cinco cirurgias para consertar os problemas decorrentes disso. Ainda é inseguro. Então, eu queria agradecer ao Senador Paim por essa valiosa contribuição.

Posteriormente, indicaremos os especialistas e as pessoas que entendem dessa matéria para falar conosco: nutricionistas, médicos na área específica da obesidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais destinada a discutir políticas públicas para a saúde do homem. Para tanto, sugiro que sejam convidados o Dr. Eduardo Chakora, Coordenador da Área Técnica de Saúde do Homem do Ministério da Saúde; Dr. Aguinaldo Nardi, Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia; Dr. Anderson Arantes Silvestrini, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica; Dr. Emmanuel Cavalcanti, Coordenador da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina; Dr. Flavio Lobo Heldwein, Médico e colunista do blog Saúde Homem.

Concedo a palavra para a Senadora Ana Amélia para encaminhar o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, nesse caso, um outro médico homem, que está chegando, psiquiatra, mas o nosso colega Paulo Davim, talvez, precisasse de uma Senadora, mulher, para tratar da saúde do homem, Senador Paulo Davim. (*Risos.*)

Eu recebi a visita de representantes da Sociedade Brasileira de Urologia e fiquei impressionada, Senador Jayme Campos, com os números alarmantes. Números que se referem não só ao câncer de próstata, mas à mutilação de homens, especialmente na Região Nordeste, numa parte do corpo que é essencial aos homens, que é o pênis. Esse problema decorre de várias questões relacionadas à falta de prevenção. Por isso essa mutilação. Penso que é uma questão até de direito humanos que envolve um área que o Senador Paim também tratou e que é gravíssima. Evidentemente aí estão questões relacionadas à prevenção não feitas na hora adequada, assim como outros problemas relacionados à falta de informação.

É claro que o câncer de próstata é o mais visível, mas outros mais graves, também, como essa mutilação peniana em função dos problemas decorrentes da doença e da falta de prevenção. Então, se o Senador Paulo Davim tiver alguma sugestão de indicação de mais alguma autoridade para falar sobre esse tema, já referido, o Dr. Eduardo Chakora, que é Coordenador da Área Técnica de Saúde do Homem do Ministério da Saúde; Dr. Aguinaldo Nardi, que é o Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia; Dr. Anderson Arantes Silvestrini, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica; Dr. Emmanuel Cavalcanti, da Câmara de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina, porque aí decorrem nessas mutilações as sequelas, e Dr. Flavio Lobo Heldwein, que é Médico e colunista do *blog* Saúde do Homem. Então, essa é a proposta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu não acrescento nenhum nome. Acho que os nomes escolhidos são nomes de grande respeitabilidade na sociedade médica e na sociedade brasileira como um todo. Parabéns Senadora!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Agradeço a todos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Antes de encerrar, Sr. Presidente, eu queria apenas pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, ficaram pendentes, em função de serem terminativos, os itens 8 e 9; casualmente o 9 é uma matéria de autoria de V. Exª, que é a questão das receitas médicas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Infelizmente não temos quórum.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi uma pena, porque...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tivemos quórum na primeira votação do ato médico.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Podíamos ter feito uma inversão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se tivéssemos feito uma inversão de pauta, teríamos votado. Fazer o quê, né?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É. Mas tudo bem. Eu queria apenas renovar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Fico grato por V. Exª. Tenha certeza de que o seu relatório é um belo relatório, mas, lamentavelmente, não temos como votar, porque estamos sem quórum.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria dizer que assumiremos um compromisso em homenagem ao que o senhor fez nesta comissão no início da Legislatura de 2013, mas renovar o agradecimento ao apoio que a sua equipe técnica, liderada pela Dulcidia, especialmente a Andréa Boni, que coordenou a área de comunicação. É um setor fundamental. Isso teve também relevância na divulgação do que

fez a Comissão de Assuntos Sociais ao longo de 2012. Então, quero renovar os cumprimentos à equipe, à jornalista Andréa Boni e, claro, a V. Exª, Senador Jayme Campos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço as suas palavras e quero encerrar os nossos trabalhos, desejando um Feliz Natal e um próspero e venturoso ano de 2013, com muito trabalho e, acima de tudo, sempre trabalhando em favor do povo brasileiro.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. Felicidades! Que Deus abençoe a nós todos!

(Iniciada às 9 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS (CASFGTS), CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 4/2012-CAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e oito minutos, do dia trinta de agosto de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Cyro Miranda**, reúne-se a Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a presença das Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy e do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se a apresentação, discussão e votação do Relatório Preliminar da Senadora Marta Suplicy, Relatora desta Subcomissão Temporária, que é aprovado por unanimidade. Fazem uso da palavra as Senadoras Marta Suplicy, Ana Amélia e o Senador Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das Notas Taquigráficas. – Senador **Cyro Miranda**, Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

– CASFGTS –

Presidente O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimentando as Sr^{as} e os Srs. Senadores e todos presentes, declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apresentação do relatório preliminar da eminente Senadora Marta Suplicy, Relatora desta Comissão, que, pelo que já estamos vendo aqui, fez um trabalho exaustivo, de extrema competência, a quem passo a palavra para os seus comentários iniciais, para entrarmos na apreciação do relatório preliminar e depois nas discussões.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Presidente Cyro Miranda.

Estou muito feliz hoje com a apresentação do que vou chamar de anteprojeto do qual V. Ex^a participou, que foi essa elaboração. Ele está fechado, mas está aberto. Ele é um anteprojeto, porque chegamos a uma conclusão em relação ao que estamos apresentando. Agora, teremos mais duas audiências públicas e estaremos abertos, durante todo esse tempo, para sugestões, mas com base em algo já pronto, de certa forma, a fim de que possamos falar de um assunto concreto.

Bem, nesse primeiro semestre, fizemos quatro audiências públicas que foram extremamente importantes para nós. A apresentação, agora, contém esse anteprojeto e vou também sugerir para aprovação, se me permite, Presidente, uma sugestão de calendário. Hoje, dia 30 de agosto, vamos fazer a apresentação do relatório; no dia 3 de setembro, vai haver uma diligência em São Paulo, que foi aprovada ontem na Fiesp, para discussão com as entidades patronais e empresários; no dia 24 de setembro, uma diligência, também em São Paulo, para discussão com entidades de trabalhadores, movimentos sociais e especialistas acadêmicos no Dieese; no dia 18 de outubro, audiência pública no Senado para discussão do relatório preliminar com especialistas e sociedade civil – ainda vamos definir os convidados; no dia 8 de novembro, audiência pública no Senado para discussão do relatório preliminar com o Conselho Curador do FGTS e representantes do Governo; no dia 22 de novembro, apresentação e votação do relatório final na CAS; e, no dia 29 de novembro, apresentação e votação do relatório da nossa Subcomissão na CAS.

Também sugiro aos Senadores, às Senadoras e a todos os membros da CAS interessados no tema, porque a nossa Subcomissão de trabalho é pequena, que, se quiserem fazer audiências públicas também nos seus Estados, falem com o Presidente Cyro Miranda. Tenho certeza de que ele terá boa vontade em atendê-los, para que possamos também discutir em outras associações que se interessem ou que achemos pertinentes, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente.

Coloco em discussão o novo cronograma de trabalho e já pergunto à Senadora Marta Suplicy, pois tenho um problema no dia 24, mas não é impeditivo, porque é o dia do Dieese, se faz questão que eu vá ou se não há problema em eu não estar.

A SRª MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Mudamos a data. Eu faço questão, porque, assim como estaremos com a Fiesp, acho que seria interessante repetirmos o gesto com o Dieese, darmos a mesma importância, pois V. Exª nos dignifica como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

A SRª MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Vou entrar em contato com o Dieese, consultarei a sua assessoria e V. Exª me passa as datas disponíveis. Acho que não há qualquer problema em transferir para uma semana depois ou uma semana antes. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito. Obrigado.

Aproveitando e agradecendo a presença da Senadora Ana Amélia, iniciamos os nossos trabalhos, propondo primeiro um calendário até o término. Se a Senadora Marta Suplicy pudesse só reprisá-lo, por favor.

A SRª MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sim. Dia 30 de agosto é hoje; dia 3, na Fiesp; dia 24, mudaremos, porque seria no Dieese e o Senador Cyro Miranda está impossibilitado nesse dia; 18 de outubro, uma audiência pública no Senado para discutir o relatório preliminar; 8 de novembro, outra audiência no Senado, mas com o Conselho Curador do FGTS e do Governo; dia 22, apresentação do relatório final na CAS; 29 de novembro, votação do relatório na CAS.

Como sugestão, Senadora Ana Amélia, se V. Exª tiver interesse, acho que teremos a disponibilidade de fazer essas diligências nos Estados dos Senadores e das Senadoras que assim desejarem, porque é extremamente importante o que vamos decidir com essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Principalmente o Estado do Rio Grande do Sul, que é sempre ativo, onde surgiu, através de Getúlio Vargas, a CLT.

Então, coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o cronograma de trabalho da Relatora.

Passamos, então, à apreciação do relatório preliminar pela Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Bem, o relatório é composto de sete seções: apresentação – nesta seção vou fazer um breve relato da gênese da nossa Subcomissão, dos motivos; o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – nesta seção, apresento um histórico do FGTS, legislação e funcionamento; a evolução financeira do FGTS – essa é uma seção importante, que mostra, em números, o desempenho do FGTS, a evolução da conta dos trabalhadores e da aplicação dos seus recursos; projetos de lei no Congresso Nacional – nessa seção registro os 28 projetos que tramitam no Senado e os 176 que estão na Câmara e tratam do tema; atividades do FGTS – nessa seção, apresento, nesse item 5, uma síntese das quatro audiências públicas que realizamos; na sexta, que é a que vou apresentar hoje, as alterações no Fundo defendidas por mim, que é a principal seção do relatório e sobre a qual vou concentrar-me, incluindo os projetos da Casa que proponho sejam apoiados por esta Subcomissão; depois, o item 7, que vai ser a proposta de anteprojeto, em que, por fim, formalizo uma proposta da lei que contempla as alterações.

O que me deixou muito satisfeita foi que, penso, vamos apresentar algo muito novo e revolucionário, o que, desde o começo, tínhamos vontade de fazer. Acho que conseguimos descobrir “o ovo de Colombo”. Vamos ver.

Vejamos primeiro os princípios que nortearam a nossa proposta.

O FGTS precisa ser visto pelo trabalhador cotista como um instrumento válido de poupança de longo prazo, o que hoje não é. Os trabalhadores, hoje, buscam sacar o Fundo de tudo quanto é jeito e quase 70% das proposições, como o Senador Cyro Miranda sabe, tratam de formas que os Senadores e os Deputados criam para poder dar um jeito de tirar esse recurso. Isso foi o que norteou o meu pensamento. Quer dizer, também comungo com isso. O trabalhador está sendo mal remunerado. É necessário dar uma resposta a isso.

As mudanças são para preservar o equilíbrio financeiro do Fundo. Isso é óbvio, porque não podemos matar a galinha dos ovos de ouro. Então, também precisamos juntar as duas necessidades: sacar e manter, principalmente porque ele é fonte de recurso para a habitação, saneamento básico e infraestrutura. Ou seja, as propostas precisam ser viáveis financeiramente, implementáveis, para que não levem o Fundo a um desequilíbrio estrutural ou impeçam que o mutuário tenha acesso às linhas de financiamento em condições socialmente mais favoráveis.

Bem, as aplicações do Fundo precisam voltar-se mais para o setor real da economia, reduzindo o volume de títulos públicos em sua carteira. É claro que hoje

ele é mais seguro, mais rentável e tal, mas o Fundo de Garantia precisa ter mais ousadia, para poder valer a pena para o trabalhador, e é isso que vou propor. Ele tem que ampliar o seu crédito para o setor produtivo, que é responsável pela geração de emprego e renda, com benefício direto e indireto para o cotista.

Várias alterações eu vou propor para o Fundo, como: aumentar a rentabilidade da conta do trabalhador, transformar o Fundo num instrumento de poupança – essa é a inovação que vou explicar – e empréstimo do trabalhador cotista, aperfeiçoamento da gestão. Tudo o que segue são propostas que serão feitas, mas vou debruçar-me mais sobre aquilo em que realmente estamos inovando e vai fazer a diferença na proposta.

Começamos pela rentabilidade da conta, que não é uma grande novidade, mas algo que precisa ser feito. Propomos aumentá-la com duas alterações: a primeira, elevação de 3% para 4,5% dos juros remuneratórios da conta, com mudança na regra de cálculo semelhante à da poupança; depois, distribuição de, no mínimo, 50% do lucro anual do FGTS.

Atualmente, a conta vinculada do trabalhador recebe TR + 3% ao ano. O que estou propondo? Que ela passe a receber TR + 4,5% ao ano quando a meta da taxa Selic for superior a 8,5% ao ano, para garantir fontes de recursos mais em conta; e TR + 50% da Selic quando a meta da taxa Selic for igual ou inferior a 8,5% ao ano. Com isso, atacamos o problema da corrosão do saldo das contas pela inflação no longo prazo e de forma sustentável, sem desequilibrar financeiramente o Fundo. O percentual de 4,5% foi o valor máximo a que conseguimos chegar com segurança. Fizemos todo tipo de cálculo. Com 4,5%, dá para fazer. É isso que vamos propor.

Nova regra: ganho adicional x inflação. Esse é um exercício que achei interessante colocar para que pudéssemos entender o que teria acontecido se, desde 2003, essa proposta tivesse sido feita. Olhem o que teria acontecido: de acordo com a regra atual, 53% tiveram uma baixa na inflação, uma perda de R\$3,7 bilhões. Isso é bastante sério. Se fosse o IPCA o índice, estaríamos com 60,9%. Com a nova regra que estou propondo, seria 73,9% se ela tivesse sido adotada. Já dá para termos uma ideia.

Viabilidade da nova regra: despesa com ganho adicional x despesa com subsídio. Gostaria de que todos prestassem atenção: o que o Governo gastou com subsídio é maior do que o que ele deu para o trabalhador. Vejam que, em 2009, o que ele gastou com subsídio foi R\$5,3 bilhões e o que o trabalhador recebeu foi R\$3 bilhões. Então, os subsídios pagos pelo Governo foram R\$5,3 bilhões. E o que estamos propondo é um ganho adicional a essa nova regra.

Na simulação de viabilidade – nova regra + R\$2 bilhões em subsídios –, temos, em verde, a despesa com a nova regra de remuneração. O Governo, em 2007, entraria com R\$11 bilhões; hoje entra com R\$2 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ele entrou com R\$2 bilhões. Ele entraria, hoje, com R\$11,7 bilhões, de acordo com a nova regra.

O SR. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, de acordo com a nova regra que eu teria feito.

O SR. FÁBIO SERVO – Senadora Marta Suplicy, posso esclarecer?

O SR. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não. Este é o assessor que me ajudou a fazer o relatório.

O SR. FÁBIO SERVO – (*Fala fora do microfone.*) Desculpe-me a intervenção, mas a simulação é a seguinte: o que teria acontecido, adotando a regra a partir de 2007? Se o Governo tivesse limitado a concessão do subsídio, não tivesse dado o subsídio, mas iniciado em R\$2 bilhões, mantidas as outras linhas de despesa e de receita do Fundo, este seria deficitário ou superavitário, ou seja, teria lucro ou prejuízo? Por aí, pode-se ver que, com a adoção da nova regra e concessão de R\$2 bilhões de subsídio a cada ano, na maior parte dos anos, o resultado do Fundo seria lucrativo. O resultado financeiro seria positivo, à exceção de 2007, mas, ainda assim, poder-se-ia ajustar com a concessão de um pouco menos de subsídio.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Quer dizer, a diferença seria, por exemplo, em 2007, de R\$2,8 bilhões para R\$11,7 bilhões. Seria iniciada uma nova regra.

O SR. FÁBIO SERVO – A despesa com a nova regra, a despesa de remuneração das contas vinculadas com o Fundo seria: em 2007, de R\$11,7 bilhões; em 2008, de R\$12,5 bilhões; em 2009, de R\$10,9 bilhões; em 2010, de R\$9,3 bilhões; em 2011, de R\$3,6 bilhões.

Em que isso impacta o resultado financeiro do Fundo? Considerando que o Fundo, além dessa despesa, tenha também despesa com subsídios de R\$2,5 bilhões a cada ano, média que prevalecia antes do Minha Casa, Minha Vida, o Fundo teria um resultado financeiro positivo, que é esse lucro aí. Foi prejuízo em 2007, mas foi lucro de R\$2,8 bilhões em 2008, de R\$2,2 bilhões em 2009, de R\$5 bilhões em 2010, de R\$4,8 bilhões em 2011. Quer dizer, ele é viável, não ia gerar prejuízo no Fundo por essa simulação.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Rentabilidade da conta. Propomos que, no mínimo, 50% do lucro anualmente apurado pelo FGTS seja depositado nas contas dos trabalhadores. Hoje, não há nada disso depositado. Então, estamos dando um passo nessa direção.

Propomos também que o valor depositado relativo ao lucro distribuído possa ser livremente sacado pelo trabalhador de sua conta, quer dizer, só do lucro evidentemente. Isso responde a muitos dos projetos.

O percentual efetivamente distribuído, bem como a data anual de depósito do lucro distribuído nas contas será determinado por resolução do Conselho.

Para garantir um crescimento anual mínimo do patrimônio líquido do FGTS, propomos que o percentual do lucro distribuído incida sobre o valor que exceder 1% do PL do ano anterior. Quer dizer, sempre deixamos parte: 1% do lucro tem de ficar retido. Então, por exemplo, o lucro agora foi de R\$39 bilhões. Um por cento seriam R\$390 milhões e o lucro seria de 4,9%. Assim, teríamos sempre que reter 1% para também não matar o Fundo. Além do efeito prático de aumentar a rentabilidade da conta, a distribuição do lucro tem um efeito simbólico importante, que é elevar o trabalhador à real condição de cotista ao participar do seu resultado financeiro. Quer dizer, finalmente, ele vai ficar motivado.

Vamos fazer a simulação da rentabilidade da conta: nova regra + 50% do lucro com esses subsídios mencionados de R\$2 bilhões. Em 2007, o Fundo teria tido uma rentabilidade de 4,1%. Comparem com a poupança – 7,3%. A poupança seria igual ao que estamos propondo para ser a nova regra do Fundo. Vejam o que está escrito em roxo: FGTS – Nova Regra e a poupança. São quase iguais. E vejam hoje como é. Quer dizer, estaríamos quase equiparando a poupança ao Fundo, o que tornaria a rentabilidade da conta atraente.

Por que estamos propondo a mudança da regra do cálculo à semelhança do que foi feito com as contas da poupança? Porque, se a Selic subir acima de 8,5%, os juros da conta ficam em TR + 4,5%. Então, estamos garantindo uma fonte barata de crédito para o trabalhador cotista em relação aos juros que prevalecerão no mercado. Se a Selic cair abaixo de 8,5%, os juros caem a TR + 50% da Selic. Aí, nós estamos garantindo que o custo do crédito ao trabalhador cotista caia ainda mais, que é a forma de preservá-lo.

Por que não substituímos a TR por um índice de inflação como o IPCA ou o INPC? Porque não só não precisamos disso para resolver o problema da rentabilidade da conta, mas também porque essa substituição obrigaria, por exemplo, que os contratos de crédito à casa própria fossem indexados ao mesmo índice adotado, impondo ao mutuário um risco inflacionário por até 30 anos. E isso é completamente impensável de se fazer. É preciso que se tenha esse cuidado. Se a inflação disparasse, o cotista estaria numa situação bem ruim.

Rentabilidade da conta. Por que não apoiamos as propostas – estou respondendo agora a vários projetos, pois vários Senadores e Deputados vão querer saber por que o seu projeto não foi acatado –, repito, por que não apoiamos propostas que permitem a utilização de parte do saldo da conta em outras aplicações financeiras? Por algumas razões. Primeiro porque, por princípio, queremos fortalecer o saldo da conta, fonte de recursos para a concessão de crédito pelo FGTS; segundo, porque não devemos permitir que essa poupança do trabalhador seja aplicada em ativos de maior risco que possam levar a perdas no futuro; terceiro, porque o FGTS já permite o uso de até 30% do saldo, o que aguarda, todavia, regulamentação da CVM, o que tem sido uma preocupação do Senador Cyro Miranda e também minha que transmitimos ontem para o futuro presidente.

Proponho agora que façamos um ofício à CVM para que esclareça por que ainda não foi feito. Desde 2008, Senadora Ana Amélia – acho que V. Ex^a lembra – o trabalhador podia aplicar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não pode.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É, mas não pode. Sabem que não foi. Ficam dizendo que ele ganhou não sei quanto, não sei quanto, mas não ganhou nada. Porque a CVM não fez nada ele não ganhou nada.

Então, é fundamental que a gente oficie, porque agora temos um novo presidente. Que ele nos dê uma resposta.

Bom, por que optamos por não proibir ou limitar os subsídios concedidos nas operações de crédito? Porque a gente entende que é um mecanismo importante para conceder crédito ao mutuário de menor renda. Estabelecer valores máximos na lei é ruim, porque eles tendem a ficar desatualizados, engessa. Além disso, os juros pagos à conta já reduzem o espaço orçamentário para o Fundo de Garantia decidir o montante anual de subsídios a serem concedidos com recursos do Fundo.

Agora vou colocar a parte sobre a qual vou me debruçar mais, que é a parte que estou chamando de inovadora e que vai realmente fazer diferença.

Gostaria de propor um novo FGTS: um instrumento de poupança e empréstimo atraente para o trabalhador cotista.

Nós vamos propor ao trabalhador a possibilidade de realizar depósitos voluntários em sua conta ativa. Ele vai ser realmente cotista. Em contrapartida, o trabalhador terá linhas de crédito, Senador Cyro, em condições mais favoráveis do que as de mercado, desenhadas especificamente para ele.

Vale dizer que os recursos depositados voluntariamente pelo trabalhador não integrariam a base de cálculo da multa demissional e também só poderiam ser sacados nas mesmas condições atualmente previstas na lei para os depósitos da contribuição patronal. Hoje temos uma série de regras para sacar. Então, ele obedeceria às mesmas regras. Isso porque, mesmo sendo voluntário, a garantia de que o recurso não vai ser facilmente sacado permitirá melhorar ainda mais as condições de concessão desse tipo de crédito; senão, é uma agência de banco.

Se o Conselho Curador conseguir uma forma de, por exemplo, eu depositar o meu dinheiro ali, mas por um ano, isso poderá baixar muito o juro cobrado, claro, porque estará garantido. É como aquilo que eu fiz para o idoso – agora me fugiu a memória – que permite sacar do salário. É como o empréstimo consignado, que pode ter um juro baixo. Não é igual, mas permite um juro baixo porque sai do salário da pessoa. Então, é garantido para o banco.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Em alguns aspectos nós vamos concorrer agora com a poupança.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nós vamos concorrer, mas nós vamos ganhar.

Poupança e empréstimo ao cotista. Não foi à toa que V. Ex^a lembrou a poupança.

Nós defendemos que seja disponibilizado, no mínimo, 10% dos recursos aplicados no Fundo de Garantia em linhas de crédito ao trabalhador com conta ativa para diversos fins. Em 2010, isso representaria um volume total de R\$4,6 bilhões.

Atualmente, existe um único programa de crédito desse tipo, o Pró-Cotista, que, desde 2008, disponibiliza financiamento habitacional ao cotista em valor até dez vezes o saldo de sua conta. Em 2010, o FGTS disponibilizou R\$1 bilhão de crédito para ser oferecido pelo Pró-Cotista, mas só foram contratados R\$336 milhões. Por quê? Agora tenho de explicar o porquê. Porque a baixa procura por essa linha deve-se ao fato de o bem financiado, o imóvel, ser de alto valor. Considerando que, em 2010, o saldo médio da conta ativa era de pouco mais de R\$2 mil – é muito pouco o que o cotista tem lá hoje –, o valor total do crédito disponível ao cotista era de R\$20 mil e com R\$20 mil, não se compra nada. É impossível você comprar uma casa com R\$20 mil.

Então, o que vamos possibilitar é que, mesmo tendo pouco, ele possa depositar o quanto ele quiser e, depois, com a quantia que tiver, poderá pedir empréstimo com um juro muito menor do que em qualquer banco. Aí vai, realmente, ajustar com liberdade, com a possibilidade de fazer do jeito que quiser.

Conselho Curador. Bom, a ideia é que esse mecanismo atenda a todas as necessidades do trabalhador que hoje fundamentam projetos de lei. Quer dizer, é uma coisa que todos os nossos colegas estavam sugerindo fosse feita, uma flexibilização no saque de contas, nas despesas com educação, dívida bancária. Por exemplo, um trabalhador com necessidade de saldar despesa em educação, em vez de sacar os R\$500,00 de sua conta vinculada – muitos projetos de lei sugeriam que ele pudesse sacar para a educação, o que é equivalente a uma mensalidade –, se sentiria estimulado a depositar mais R\$500,00, para que, com o saldo de R\$1 mil, possa tomar R\$10 mil de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – São 20 mensalidades.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São 20 mensalidades em vez de uma. Elevando o papel do saldo da conta vinculada, nós fortalecemos o Fundo de Garantia como instrumento de poupança de longo prazo do trabalhador. Além disso, tudo o que o Governo também gosta muito e com que sonha é que o brasileiro poupe; que nós tenhamos uma poupança com mais musculatura. Nós vamos fazer isso, mas vamos fazer no Fundo do trabalhador.

Bom, sobre o conselho curador do Fundo, apoiamos o PL nº 49, do Senador Paulo Bauer, que faz algumas propostas: o aperfeiçoamento da gestão do Fundo de Garantia, mudanças no Fundo de Garantia para torná-lo mais paritário. Aí vem a composição, a lei atual, a proposta do Senador Paulo Bauer, que dá mais transparência à prestação de contas, obriga a publicação de exposição de motivos para os atos e normas do FGTS e a apresentação, a cada ano, em comissão do Senado, dos relatórios contábeis do FGTS e dos planos e ações para os 12 meses seguintes. Achei que o projeto dele permite maior transparência também. Então, não há por que não acatarmos.

Bom, agora vamos falar da contribuição patronal.

Nós apoiamos a ideia do PL nº 385, de 2003, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que propõe a redução para 2% da contribuição patronal para empregados com mais de 50 anos. Atualmente, a contribuição patronal obrigatória é de 8%. Eu acredito que, em virtude do envelhecimento da população, o mundo mudou. Hoje, as pessoas querem trabalhar com mais idade, e acho que o projeto do Senador Mozarildo tem bastante qualidade para que possamos acatá-lo.

Considerando que essa contribuição, ainda que meritória, onera a folha salarial das empresas e considerando que os empregados de mais idade encontram-se no final de sua fase de poupança, iniciando a fase de “despoupança”, quando se aposentam, propomos uma redução ainda mais ousada: contribuição de 6%

para maiores de 50; 4% para maiores de 55; 2% para maiores de 60; e zero para maiores de 65 anos.

Além de estimular o emprego nessas faixas etárias, a proposta tende a aumentar os salários pagos se essa desoneração da folha for repassada ao empregado e possibilita também aumento de emprego nessa idade.

Resta, todavia, calcular qual seria a perda da arrecadação do FGTS decorrente dessa medida, o que demandará dados mais detalhados da Caixa, que ainda não temos, mas acredito que nós teremos. Toda sociedade que envelhece tem um problema com empregabilidade da pessoa de mais idade. Esse fator ajudaria essas pessoas a permanecerem no mercado de trabalho.

Critérios de saques.

Não obstante sermos, de maneira geral, contrários aos projetos que buscam ampliar os critérios de saque das contas vinculadas, por fragilizar o FGTS como instrumento de poupança do trabalhador, apoiamos algumas iniciativas: o PL nº 1.844, do Deputado Mendes Thame, de 2007, que autoriza o saque do aposentado mesmo que ele continue trabalhando, em consonância com a decisão de 2006, do STF; o PLS nº 586, de 2007, do Senador Paim, que reduz de três para um ano o regime do FGTS e de dois para um ano entre os saques como exigências de uso da conta para pagamento de financiamento habitacional; o PLS nº 581, de 2007, também do Senador Paulo Paim, que reduz de três para um ano fora do regime do FGTS como condição de saque dos recursos de sua conta; o PL nº 663, do Senador Walter Pinheiro, de 2011, que consolida a lista de doenças graves ou incuráveis elaborada, em conjunto pelos Ministérios da Saúde, Previdência e do Trabalho, como a de referência para autorizar o saque; o PLS nº 74, de 2010, do Senador Jayme Campos, que autoriza o saque para reforma em imóvel próprio para acessibilidade de pessoa com deficiência – só lembro que estou propondo novos critérios para saque a partir das sugestões dos colegas –; o PL 1.695, da Deputada Rosinha da Adefal, que autoriza o saque para compra de órteses, próteses e tecnologias assistivas para pessoa com deficiência; o PL 4.468, de 2008, do Deputado Carlos Bezerra, que autoriza o saque para reconstrução de moradia em casos de calamidade pública.

Vale destacar que o relatório final da Subcomissão Especial da Câmara criada em dezembro de 2008 para discutir o FGTS e que funcionou por 2 anos também manifestou posição contrária a esse tipo de projeto que flexibiliza o saque.

Fiscalização das empresas. Nós agrupamos os projetos em temas.

Projetos relacionados à fiscalização das empresas. Apoiamos o PLS nº 581, de 2007, também do Senador Paim, que intensifica o combate à inadimplência da contribuição patronal e reparte a multa com o trabalhador.

A inadimplência é atacada por meio da duplicação dos juros moratórios devidos, que passam de 0,5% ao mês para 1% ao mês, e da multa, que passa de 5% para 10% se for no mês do vencimento e de 10% para 20% nos demais casos.

Prevê ainda que, após um ano, o empregador será inscrito na Dívida Ativa da União.

Entendemos importante também que o trabalhador receba, além dos juros moratórios, parte da multa devida que hoje reverte integralmente ao patrimônio do FGTS. O projeto prevê que 75% sejam repassados ao trabalhador – o dinheiro é dele –, restando 25% ao Fundo para pagamentos dos custos associados à cobrança. Todavia, esse é um tema que merece aprofundamento junto aos órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho e a execução cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Estados e Municípios.

Apoiamos o PLS 69, de 2009, também do Paim, que permite que os entes federativos, impedidos de tomar recursos junto a FGTS pelos limites da lei de refinanciamento da dívida com a União, possam voltar a fazê-lo.

Sabemos que as atuais condições da dívida desses entes com a União são abusivas e insustentáveis. Enquanto a União não buscar uma solução definitiva para o problema, é injusto que penalizemos a população com a falta de recursos para investimento urbano.

Linhas de crédito do FGTS como o Pró-Transporte – Setor Público é subutilizada há algum tempo, devido à grande quantidade de entes com limites estourados. Em 2010, por exemplo, foram disponibilizados R\$11 bilhões, sendo contratados apenas R\$4,1 bilhões. O mesmo ocorreu com a linha Saneamento para Todos – Setor Público, que em 2010 ofereceu R\$3,8 bilhões, tendo sido utilizados apenas R\$435 milhões.

Pontos que temos ainda que definir.

Adicional de 10% da multa demissional: criado pela Lei Complementar nº 110, de 2001, esse adicional foi criado para pagar os expurgos dos Planos Verão e Collor sobre as contas do FGTS. Apesar de esse pagamento ter sido finalizado em julho de 2012, a Lei não previu formalmente data para o fim do adicional. Em agosto último nós aprovamos no Senado o PLS 198, de 2007, que estabelece 1º de junho de 2013 como essa data, o que foi bastante positivo para o setor empresarial.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria mais...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Seria o correto. Já tinha pago a mais.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Todavia, as centrais sindicais anunciaram proposta de destinar o adicional de 10% para um Fundo de manutenção dos empregos. Bom, isso a gente vai ter que conhecer melhor. Para poder a Comissão se posicionar, tem que conhecer mais detalhes disso aí. Não estou...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não entendi, as centrais...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas as centrais querem do que deixa de ser?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Do que vai até 2013?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acho que eles querem...

O SR. FÁBIO SERVO – Passam a ser destinados 10% para financiar esse Fundo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas as empresas continuariam pagando isso?

O SR. FÁBIO SERVO – Continuariam pagando sobre a multa demissional. Mas elas ainda não detalharam a proposta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, tem de se saber o que elas vão detalhar, qual é a proposta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Aí é o Governo quem dá o seguro desemprego.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É. Mas é bom colocar como fica isso. É um problema a resolver.

Ampliação dos recursos do FGTS disponibilizados ao setor produtivo privado, reduzindo os atuais 50% aplicados em títulos públicos federais: se, por um lado, a aplicação em títulos públicos federais é muito segura e rentável para o Fundo, nós questionamos se esse recurso não seria mais bem usado na geração de emprego e de renda se emprestado para as empresas. Devemos intervir nisso? Temos de pensar nisso também. Essa é outra questão.

Como ainda vamos ouvir a Fiesp e o Dieese, como vamos receber sugestões, a gente pode colocar essa proposta no *síte* do Senado para ouvir comentários, porque isso vai afetar tanta gente que tem de ser muito bem pensado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O relatório é aberto.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É aberto.

Pontos ainda a definir. O adicional... Não! Espere aí! Agora, é outro.

O que estamos fazendo hoje? Estou apresentando um anteprojeto a partir das audiências públicas, a partir de sugestões dos colegas Senadores e Deputados, dos 126 projetos dos Deputados e dos poucos mais de 20 projetos dos Senadores. Todos que nós pudemos acolher nós acolhemos. Respondi, de forma geral, o porquê de não termos acolhido os outros. E fazemos uma proposta em que o trabalhador passa a ter o Fundo de Garantia quase como um banco dele, não é? É um banco especial, porque não é um banco ao qual ele vai, em que ele faz cheques ou em que ele tira e põe dinheiro, mas é um banco onde ele vai ter um tratamento que ele não terá em nenhum banco no sentido de obter um juro muito especial.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cara Relatora...

Peço a palavra pela ordem, Presidente Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar a Senadora Marta pelo exaustivo relatório. É difícil compatibilizar e, especialmente, selecionar projetos numa área tão complexa quanto essa. Mas a Senadora destacou pontualmente a questão da gestão do Fundo, a questão do saque, das condições. Realmente, a gente entende que, se você pulverizar, fragiliza esse instrumento, que é um direito do trabalhador. Então, eu queria cumprimentá-la por isso.

A minha dúvida é a seguinte. Vi no seu calendário que vai haver diligências em São Paulo. Conversei com o Senador Paulo Paim e ele me pediu que dissesse que discutimos no sentido de fazer uma diligência no Rio Grande do Sul.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Que bom!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós dois vamos fazer isso, seguindo até o seu modelito, do qual gostamos muito.

Eu lhe pergunto: o que fizermos, o que colhermos de ideias e de sugestões nós lhe entregamos para avaliação, para encaixar? Será feito dessa forma?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim. Tudo que V. Exª colher de subsídio eu gostaria que já viesse com uma apreciação dos dois Senadores, que são os responsáveis por tudo o que foi sugerido. Nós achamos isso interessante para a avaliação da Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo!

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Isso vai enriquecer muito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós vamos, então, vou propor ao Senador nos concentrarmos numa entidade de classe e reunir as centrais sindicais, o Dieese e a própria Caixa Federal lá no Estado. Às vezes, a realidade regional tem alguma característica que pode trazer uma inovação para o Fundo do ponto de vista não só da questão da repartição da rentabilidade, para melhorar – é a proposta original da Senadora –, mas também de outras iniciativas que possamos tomar nesse âmbito.

A SRª MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu lhe agradeço. Acho que vai ser uma iniciativa muito boa, que vai enriquecer, com certeza, o nosso trabalho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo! Eu queria só dar esse depoimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Gostaríamos de que houvesse mais iniciativas como essa, porque, às vezes, não estamos pensando numa coisa, mas o Norte e o Nordeste têm uma característica muito peculiar que não estamos enxergando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente! É o nosso caso.

A SRª MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Vários colegas do Norte e do Nordeste estão na Comissão, na CAS, e podem ter o interesse de fazer a mesma coisa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Senador Wellington Dias é da Comissão, não é?

A SRª MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Vou propor que, numa das audiências da Comissão, a gente apresente essa sugestão para todos os colegas, para que eles possam fazer isso e trazer subsídios. Com isso, vamos só enriquecer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É claro! Vamos enriquecer.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Enriquecer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Também pergunto: será que vai haver algum óbice do Governo? Porque, em muita coisa aí, está o Governo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas essa Relatoria é forte, Senador Presidente! Essa Relatora tem peso!

A SRª MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Com isso lidamos depois. Propomos o que acharmos melhor para o trabalhador, o que é nossa função. E aí negociamos com o Governo o que vai ser. Acho que nossa função é tentar fazer o melhor trabalho possível.

Temos conversado com o Fundo, mas não estamos pedindo autorização para fazer isso ou aquilo. Nós

estamos propondo. E, certamente, vamos contar com as audiências públicas. Se nós fizemos uma audiência pública na Fiesp e no Dieese, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paim fizeram no Sul e outros fizeram no Norte e no Nordeste e as pessoas interessadas tiveram uma posição de apoio, nós teremos uma posição boa, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Só tenho elogios. Eu acho que, realmente, por intermédio da Senadora Marta, conseguimos inovar, o que era muito importante. Não era só a questão de criar índice daqui, tirar isso, não. Quer dizer, estamos trazendo uma proposta atrativa.

A SRª MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Inovadora.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Inovadora, o que eu acho que era o princípio do Fundo, mas, realmente, ele nunca foi exercido dessa maneira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela transparência... *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A transparência, quem pode usar, como, quando, certo? E torná-lo atrativo para que aquele que pensa inclusive: “Eu não quero construir nada, mas quero terminar minha vida sabendo que tenho uma poupança”, possa agregar. Em vez de ir a um banco particular e fazer aportes, planos de aposentadoria, ele faz o próprio Fundo. Muito inteligente, muito inteligente. Eu acho que esta Comissão sai...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – *(Fora do microfone.)* ...Fundos de pensão, possivelmente também, para quem puder...

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu tenho certeza de que vamos sair com o dever muito bem cumprido. Parabenizo.

E gostaria de saber, Senadora Ana Amélia, se podemos colocar, então, em votação, o relatório preliminar, para que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aprovado, com louvor.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Então, em votação o relatório preliminar da Senadora Marta Suplicy.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório preliminar desta Subcomissão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro esta reunião e convido a Senadora Ana Amélia a nos acompanhar, se puder, no dia 30, à audiência de São Paulo, o que nos dará muito prazer, assim como às outras.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria, mas os candidatos do meu Partido lá no Rio Grande do Sul ficariam chateados.

A SR^a MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Não gostariam tanto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Declaro encerrada, então, a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 36^a REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (48^a REUNIÃO); DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (50^a REUNIÃO) E DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (36^a REUNIÃO), DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2012, SALA Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos, do dia cinco de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Eduardo Braga, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Ivo Cassol, João Costa, João Ribeiro, José Agripino, José Pimentel, Lobão Filho, Luiz Henrique, Magno Malta, Marco Antônio Costa, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Valdir Raupp, Vital do Rêgo e Waldemir Moka e das Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin reúnem-se as presentes Comissões. Deixam de comparecer os demais membros. Registra a presença o Senador Paulo Paim. A Presidência registra a presença dos Senhores Fernando Luiz Albuquerque Faria, Advogado-Geral da União Substituto; Paulo Henrique Khun, Procurador-Geral da União; Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Consultor-Geral da União; Marcelo Siqueira Freitas, Procurador-Geral Federal; Ademar Passos Veiga, Corregedor-Geral da Advocacia-Geral da União, e das Senhoras Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária Geral de Contencioso da AGU e Adriana

Queiroz, Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: Audiência Pública. Assunto/Finalidade: Obter informações sobre a denominada “Operação Porto Seguro”. Requerimento(s) de realização de audiência: RQJ 61/2012, Senador Alvaro Dias; RQJ 62/2012, Senador Alvaro Dias; RQJ 63/2012, Senador Pedro Simon e outros; RQJ 64/2012, Senador Eduardo Braga; RQI 50/2012, Senador Eduardo Braga; RMA 102/2012, Senador Eduardo Braga e outros. Participantes: Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; José Eduardo Cardozo Ministro de Estado – Justiça. Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezoito horas e quarenta e três minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Senador Eunício Oliveira); pelo Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Senador Rodrigo Rollemberg) e pela Senhora Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (Senadora Lúcia Vânia) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 36^a Reunião Conjunta das Comissões permanentes, sendo a 48^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a 50^a Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a 36^a Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, tão bem presidida pela nossa Senadora Lúcia Vânia, e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, também muito bem presidida pelo nosso querido companheiro Senador Rodrigo Rollemberg.

A presente reunião destina-se à realização da audiência pública destinada a obter informações so-

bre a denominada Operação Porto Seguro, conforme os Requerimentos de nºs 61, 62, 63 e 64, de 2012, desta CCJ, de iniciativa dos Senadores Alvaro Dias, Pedro Simon, Eduardo Braga e outros; Requerimento nº 50, de 2012, da CI, de iniciativa do Senador Eduardo Braga; e Requerimento nº 102, de 2012, da CMA, de iniciativa do Senador Eduardo Braga e outros. E eu convido a Senadora Lúcia Vânia, que divide comigo a Mesa nesta tarde, para que, junto com o nosso Presidente da CMA, Senador Rodrigo Rollemberg, ambos busquem e tragam à mesa os convidados: o Ministro José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, e o Ministro Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União.

Convido também, para compor a Mesa, o Sr. Leandro Daiello Coimbra, que é Diretor da Polícia Federal, para tomar assento ao lado do Ministro José Eduardo Cardozo.

Mesa composta, de acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência, Srs. Senadores, adotará os seguintes procedimentos – vou pedir a atenção dos Srs. Senadores para os procedimentos, para depois não termos dúvidas a respeito do Regimento: cada convidado terá até 30 minutos para sua exposição, de acordo com o art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aquele relóginho lá marca o horário para a mesa; esse relóginho aqui marca o horário para os Srs. Senadores.

Como já disse, cada convidado terá 30 minutos. Em seguida, após a fala dos convidados, nós passaremos à fase de interpelação pelas Sr^{as} Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos. A palavra aos interpelantes será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores, como determina o Regimento no seu art. 398, inciso XI, do Regimento Interno do Senado.

O interpelante dispõe de 5 minutos, assegurado igual prazo para resposta ao interpelado, conforme prevê o art. 398, inciso X, do Regimento.

O convidado terá o mesmo tempo para a tréplica, 2 minutos, de acordo com o art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Esclarecido isso...

Senador Pedro Simon e Senador Pedro Taques, eu quero a atenção de V. Ex^{as} 1 minutinho só, para deixar claro o que determina o Regimento, para que depois a Mesa não seja questionada com relação ao 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu passo a palavra ao Ministro José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, que tem o prazo de até 30 minutos para a sua fala. Naquele relógio são 14h54. Nós vamos marcar o tempo para o Ministro José Eduardo Cardozo, que tem a palavra neste momento.

V. Ex^a tem a palavra, Senador...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Obrigado! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ministro José Eduardo Cardozo.

É o hábito aqui do Senado!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Sr. Presidente Eunício Oliveira, na sua pessoa quero saudar o Senador Rollemberg e a Senadora Lúcia Vânia, Presidentes das Comissões que ora se reúnem para nos ouvir. Saúdo S. Ex^a o Ministro Luís Inácio Adams, meu colega de Ministério. Saúdo todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras. Saúdo o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello. E, primeiro, agradeço a oportunidade e o convite de poder aqui comparecer, mais uma vez, ao Senado, desta vez para prestar esclarecimentos que eu acho importantes acerca de uma operação da Polícia Federal, Operação Porto Seguro, que tem ocupado grande espaço na mídia televisiva, na mídia jornalística e nos nossos rádios.

Alguns pontos são de imprescindível importância que sejam esclarecidos. Por essa razão, eu usarei este meu tempo inicial para fazer uma rápida exposição, mas desde já peço vênica, porque algumas das colocações, ou em larga medida as colocações que farei neste momento, já fiz ontem na Câmara. Portanto, como os fatos são os mesmos, eu peço desculpas por um eventual peso de repetição. Eu apenas darei um pouco mais de ênfase em algumas questões que, pelo que percebi nos debates de ontem, guardaram certa controvérsia, justamente para que possa, de antemão, expor a V. Ex^{as} aquilo que me parece pertinente no caso.

Em primeiro lugar, do ponto de vista de alguns aspectos preliminares, antes de passar à exposição fática de como se desenvolveu a Operação Porto Seguro, eu quero responder a algumas questões.

A primeira delas diz respeito ao papel que a Polícia Federal tem no Ministério da Justiça. Em segundo lugar, a indagação atinente ao papel que o Ministro da Justiça tem, genericamente, em face de operações da Polícia Federal. Em terceiro lugar, indo já ao caso concreto, que posicionamento, que situação o Ministro de Estado da Justiça teve diante da Operação Porto Seguro.

Começo, inicialmente, falando da Polícia Federal dentro do Ministério da Justiça.

É indubitável, e ninguém obviamente desconhece esse fato, que a Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça tem um conjunto grande, variado de atribuições. A Polícia Federal é um dos seus departamentos. E, nessa medida, como característico de qualquer estrutura administrativa, há, no âmbito do Ministério da Justiça, uma estruturação hierárquica, em que, sem sombra de dúvida, o Ministro

da Justiça é o superior hierárquico em relação ao Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal e assim sucessivamente, de forma escalonada, em relação aos diversos órgãos internos do Departamento de Polícia Federal.

Sendo o Ministro da Justiça o superior hierárquico do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, algumas questões naturalmente se projetam. Em que medida se projeta o poder hierárquico do Ministro em relação ao Departamento de Polícia Federal? Como é sabido – e eu tenho aqui na bancada do Senado mestres em Direito e seria desnecessário fazer essa referência, mas até para que possa balizar as minhas reflexões eu o farei –, é muito comum se afirmar que o poder hierárquico é o poder que o superior exerce sobre o inferior, qualificado por algumas faculdades jurídicas inerentes ao próprio exercício desse poder.

Afirma-se que o poder hierárquico é contínuo, permanente e se presume, prescindindo, portanto, de disposição legal expressa para que as faculdades do poder hierárquico possam se manifestar. Em geral, as faculdades desse poder são as seguintes:

- 1) a faculdade de ordenar, de dar ordens;
- 2) a faculdade de ter ciência dos atos subordinados para poder fiscalizá-los em suas condutas;
- 3) a faculdade de avocar atribuições do subordinado em relação ao superior;
- 4) a faculdade de delegar atribuições ao inferior;
- 5) a faculdade de aplicar sanções administrativas aos inferiores; e
- 6) a faculdade de dirimir controvérsias e competência administrativa.

Mesmo que a lei silencie, o superior hierárquico tem essas faculdades frente ao subordinado. Porém, é inegável que, para a garantia dos valores constitucionais e de princípios, a lei, explícita ou implicitamente, muitas vezes, mitiga esses poderes do poder hierárquico em certos casos concretos. E é, com a devida vênia, o que acontece no caso da Polícia Federal na sua relação com o Ministro de Estado da Justiça.

Por força do papel que a Polícia Federal tem diante do cumprimento das suas competências constitucionais e na própria legislação processual penal, nem sempre se apresentam as faculdades do poder hierárquico colocadas na sua inteireza em relação ao exame da situação posta no Ministério da Justiça e na Polícia Federal. Em que medida? Naturalmente, não pode o Ministro da Justiça dar ordens que desvirtuem competências, que caracterizem abuso de poder, desvio de poder, ou infrações de normas legais. Aliás, isso vale não só para a Polícia Federal, vale para qualquer campo do serviço público, em que ordens manifesta-

mente ilegais não podem ser cumpridas sob pena de aquele que as cumprir responder pelos atos que pratica.

Da mesma forma, no que diz respeito à avocação, faculdade inerente ao poder hierárquico, é por óbvio impossível que certas atribuições dos delegados de polícia sejam avocadas pelo Ministro de Estado da Justiça. Ele não pode, por exemplo, presidir inquérito. Eu não posso, por exemplo, dizer que o inquérito que está com o delegado tal passa a estar sob a minha responsabilidade. Por quê? Porque a legislação penal não permite.

Uma outra, que é a mais importante, diz respeito ao poder de ciência dos atos subordinados e à fiscalização dos seus atos. Nós sabemos que, nos termos da legislação em vigor, investigações em fase de inquérito devem ser processadas em sigilo, mormente quando estão presentes certas situações de dados atinentes à vida das pessoas, à vida privada das pessoas. E, em especial quando há quebra de sigilo telemático, quebra de sigilo telefônico, interceptação telefônica, não se pode imaginar que ficasse desguarnecido o sigilo de uma investigação dessa natureza. É, portanto, aí que se coloca o limite muito claro da possibilidade de ciência do Ministro da Justiça e da fiscalização.

Tem se entendido que, nesses casos em que há uma apuração criminal com essas características, o sigilo deve recair única e exclusivamente em relação, ou melhor, a ausência do sigilo deve recair única e exclusivamente em relação às pessoas que têm que intervir como autoridades no procedimento e àqueles que são investigados na fase procedimental em que isso pode ser feito. Outras autoridades que não intervêm no inquérito, outras pessoas que não tenham necessidade de atuar não podem ter acesso ao conteúdo da investigação. Aqui, naturalmente, essa regra se aplica ao Ministro de Estado da Justiça. Na medida em que o inquérito não depende da sua presença para que possa ser regularmente instruído, o Ministro de Estado da Justiça não pode ter ciência de situações que estão sob sigilo. Isso é de uma evidência indiscutível.

Muitas vezes, as pessoas em geral não entendem isso. E dizem: “Ministro, se o senhor é o chefe da Polícia Federal, o senhor não pode saber o que está acontecendo no inquérito agora?”. Não, não posso. Se o fizer, respondo, na forma da lei. Por quê? Porque aqui há uma mitigação do poder hierárquico.

Por isso, então, não fica difícil responder à segunda pergunta, que é: quando o Ministro de Estado da Justiça deve saber de operações sob sigilo realizadas pela Polícia Federal no curso de um inquérito policial?

Segundo protocolos internos e regras que tendem a atender a dois pressupostos, que já digo quais são, o momento em que o Ministro de Estado da Justiça

deve saber das operações é no momento imediato em que antecede o seu desencadear, salvo algumas situações excepcionalíssimas em que ele tenha que intervir para garantir a execução daquilo que efetivamente está dado. Tirante essa hipótese, ele só pode saber momentos antes. Por quê? Porque, senão, haveria uma violação do sigilo.

Outro dado importantíssimo que não pode passar despercebido: essa regra também serve como blindagem institucional à própria autoridade. Imaginem se o Ministro pudesse saber de investigações que a Polícia Federal realiza com antecedência. Eventuais vazamentos seriam imputados diretamente a ele, criando uma situação governamental bastante complicada.

Por essa razão, essas regras são corretas, são sadias, devem ser respeitadas e são respeitadas pela Polícia Federal. O Ministro de Estado da Justiça não pode saber de operações antes do instante imediato de seu desencadear, sob pena de infração legal, sob pena de descumprimento de preceitos que são fundamentais para a boa execução da atividade desse órgão policial.

Agora, então, respondo com mais tranquilidade sobre a ação e a ciência que tive da Operação Porto Seguro.

A Operação Porto Seguro, por decisão expressa da magistrada federal competente para atuar nessa investigação, é uma investigação que ficaria sob sigilo. Inclusive foi cautelosa a magistrada quando disse explicitamente que só poderiam ter ciência daqueles fatos ali apurados as autoridades diretamente envolvidas na investigação e as pessoas que foram investigadas, uma vez encerrada a fase sigilosa da investigação. Isso está expresso nos autos do inquérito.

Assim sendo, os fatos se deram da seguinte maneira. Na quinta-feira que antecede o desencadear do cumprimento de mandados de prisão, de busca e apreensão na Operação Porto Seguro, havia posse no Supremo Tribunal Federal, na qual vários dos Srs. Senadores estavam presentes, de S. Ex^a o Ministro Joaquim Barbosa. Conforme agendado previamente, compareci a essa solenidade, acompanhando Sua Excelência a Presidenta da República, Dilma Rousseff. Na minha agenda previa, logo após o término dessa solenidade, que eu deveria ir ao aeroporto para pegar o avião para Fortaleza. Por quê? Porque, na sexta-feira, se realizaria, ou se realizou, o encontro dos Ministros do Mercosul, dos Ministros da Justiça e da Segurança. O Brasil vinha realizando a Presidência *pro tempore* do Mercosul. E, naquela sexta-feira, eu teria a oportunidade de passar a Presidência *pro tempore* dos dois grupos, do grupo de Ministros da Segurança e do grupo de Ministros da Justiça para o Uruguai. Nessa noite da

quinta-feira, S. Ex^a o Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes, ofereceu um jantar a todos os Ministros da Segurança e da Justiça do Mercosul. Portanto, ao término da solenidade, eu pegaria o avião de imediato para ir até Fortaleza.

No momento em que saía da solenidade e já começava a me direcionar para o aeroporto, Dr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal, me liga e indaga se eu estava indo a Fortaleza. Eu disse que sim, conforme o previsto. Ele me informou:

Ministro, amanhã, às 6 horas da manhã, haverá uma operação da Polícia Federal em relação a órgãos federais. [Não me disse quais eram, nem me disse quem era os alvos da operação.] Essa operação [disse ele] se realizará em Brasília e em outras cidades brasileiras. Acho que seria muito importante que o senhor estivesse em Brasília para acompanhar a operação e para que eu lhe pudesse relatar, momentos antes do seu desencadear, detalhes da operação, tendo em vista as características das prisões, das buscas e apreensões e das conduções coercitivas que seriam realizadas.

Diante dessa informação que recebi, e conhecendo meu Diretor-Geral, que não é uma pessoa de fazer alarme infundado, julguei que realmente o conselho era prudente. Dirigi-me imediatamente ao Palácio do Planalto e encontrei, após algum tempo, a Presidenta Dilma Rousseff. Informei-a de que, no dia seguinte, haveria uma operação da Polícia Federal, que, como praxe, eu não sabia os órgãos nem as pessoas, mas que, portanto e então, eu iria até Fortaleza, porque seria um absurdo eu deixar S. Ex^{as} os Ministros da Justiça e Segurança Pública lá, em uma solenidade, sem que eu desse qualquer justificativa, uma vez que eu era o anfitrião. E após dar a justificativa a eles, voltaria a Brasília na própria madrugada.

E assim foi feito. Por volta, aproximadamente, das 8 horas, peguei um avião na base aérea, fui até Fortaleza – há uma diferença de 1 hora entre Brasília e Fortaleza. Lá cheguei, no horário de Fortaleza, às 9h30, dirigi-me à residência oficial do Governador Cid Gomes, onde já havia tido início o jantar e, após cumprimentar os Ministros, fiz uma saudação, dizendo e lamentando que eu não poderia ficar para o dia seguinte, que eu iria investir o Secretário Especial de Reforma do Poder Judiciário, Dr. Flávio Caetano, em poderes plenipotenciários, para poder firmar os acordos do dia seguinte, porque eu tinha que retornar a Brasília por questões atinentes à área de segurança pública. Posso-lhes garantir que todos compreenderam, especialmente os Ministros da Segurança Pública, porque passam pelos mesmos problemas – assim, inclusive, me disseram.

Terminado esse jantar, por volta mais ou menos das 2 horas da manhã, horário de Fortaleza, eu fui à base aérea, peguei o avião de volta para Brasília, chegando aqui, aproximadamente, por volta das 5h30 da manhã, quando então encontrei Dr. Leandro Daiello Coimbra, que, naquele momento, minutos antes do desencadear da operação, me disse quais eram os alvos, quais eram os órgãos, do que se tratava a operação.

Uma questão me chamou de imediato a atenção: um dos mandados de busca e apreensão seria feito, seria executado, na sede da Presidência da República em São Paulo. E aí, naturalmente, uma questão jurídica se impunha a uma análise de pronto: considerando que era um escritório da Presidência da República, um juiz singular poderia emitir um mandado de busca e apreensão? Eu pedi que o Dr. Leandro me detalhasse o mandado. E constatei que S. Ex^a a juíza tinha sido extremamente rigorosa do ponto de vista formal. Ela disse que o mandado deveria ser executado apenas na mesa da servidora Rosemary, chefe de gabinete do escritório da Presidência da República. Inclusive, a pedido do delegado federal responsável, a juíza autorizou que, no momento do início da operação, fosse avisado o GSI – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, porque ele é responsável pela segurança do escritório em São Paulo, e que se destacasse alguém para acompanhar a execução do mandado, para que não houvesse nenhum extravasamento do mandado além daquilo que estava determinado, uma vez que lá é um escritório em que trabalham a Presidente da República, que tem foro privilegiado, e Ministros de Estado. Então, portanto, a própria juíza recomendava que o GSI acompanhasse a execução do mandado para que não houvesse nenhum problema. Diante da leitura do mandado e das características da operação, avaliei que, juridicamente, era correta a busca e apreensão. Nessa perspectiva, então, pedi a S. Ex^a o Dr. Leandro Daiello que entrasse em contato com o Ministro-Chefe da Secretaria de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Elito, para que ele não só providenciasse a abertura do escritório da Presidência como também destacasse alguém para acompanhar a busca. E, nesse momento, liguei para o Chefe de Gabinete da Presidência da República, por volta das 6 horas da manhã, Sr. Giles Carriconde, informei-lhe que, naquele momento, estava em curso uma operação e que a Presidente da República, assim que pudesse, deveria ser avisada. Combinei com ele que eu ficaria acompanhando a operação e que, assim que a Presidente desejasse, me convocasse que eu compareceria ao Palácio do Planalto ou Alvorada, a seu critério, para lhe expor em detalhes a operação. Assim foi feito. Em seguida, o General Elito me

liga e indaga dessa ordem. Eu falo que essa ordem era essa mesma, que tinha que ser cumprida. E ele, então, apenas me pediu minutos para providenciar o deslocamento de um coronel do Exército para chegar até ao escritório da Presidência da República para que providenciasse a abertura do escritório. Eu disse que não havia nenhum problema porque os homens da Polícia Federal já estavam posicionados para a execução e seria impossível a descaracterização do local. E assim foi feito. Durante todo o dia, acompanhei a operação. Assim que chegou ao Palácio do Planalto, Sua Excelência a Presidente da República me convocou. Lá compareci e dei todas as explicações que devia a ela em relação a essa operação.

Em síntese, as regras foram rigorosamente cumpridas. Soube da operação no momento correto – não poderia ter sido diferente. E, evidentemente, a Polícia Federal cumpriu o seu papel. Aliás, eu, inclusive, cumprimentei o Dr. Leandro Daiello Coimbra, o Superintendente de São Paulo, que hoje não pôde estar aqui – esteve ontem na Câmara –, o Dr. Roberto Troncon e o delegado responsável por esse inquérito, porque me pareceu que a execução da operação havia se dado rigorosamente nos termos da lei.

A Polícia Federal tem se notabilizado, nos últimos tempos, por ser uma polícia republicana, que age em investigações independentemente da cor partidária, da condição econômica do réu. Isso, às vezes, traz problemas, querido amigo Senador Aloysio Nunes, que já foi Ministro da Justiça também, porque, quando se realiza uma operação em que os investigados são membros da oposição, fala-se “o Ministro da Justiça está instrumentalizando a Polícia Federal”. Aliás, passei por isso quando houve a Operação Monte Carlo. O Ministro Aloysio disse que também passou por isso. Naquele momento, a imprensa divulgava: “se está instrumentalizando da Polícia Federal para o próximo período eleitoral”. Agora, nessa operação, como pessoas que têm maior proximidade com a Base do Governo foram investigadas, eu li nos jornais que o Ministro da Justiça havia perdido o controle da Polícia Federal; que o Ministro da Justiça havia sido o último a saber da operação; que Sua Excelência a Presidente da República havia ficado 2 horas tentando me contatar por telefone e pensou em me demitir porque não me achava. Cheguei a ver, inclusive, num *site*, uma foto minha – talvez um pouco mais magro; deve ser antiga – em que eu tomava uma água de coco numa praia em Fortaleza, Senador Pedro Taques, no momento em que a operação ocorria. (*Risos.*)

Garanto-lhes que nada disso aconteceu. O que aconteceu foi o cumprimento fiel das normas de um Estado de direito, de uma Polícia Federal republica-

na, de uma Polícia Federal que hoje, mesmo que um ministro tentasse evitar a investigação de amigos ou inflamar a perseguição de inimigos, não se curvaria, felizmente, ao desrespeito da Constituição Federal. Eu acho que disso nós podemos nos orgulhar, pouco importando em que partido estamos.

Hoje nós temos instituições tão sólidas que não somos mais uma República que não é republicana. Nós não somos mais um Estado que, como na ditadura, usava sua Polícia Federal de acordo com as matizes ideológicas daquele que governa. Hoje o Ministro do Estado da Justiça tem um papel sobre a Polícia Federal, que é o de fiscalizar abusos, que é o de controlar a ilegalidade. E, nesse ponto, garanto-lhes: eu tenho tido uma caneta muito dura, Senador Alvaro Dias, em relação a desmandos na Polícia Federal. Eu não aceito abusos, não aceito ilegalidades e jamais, como meus antecessores também não o fizeram, implementaria um tipo de política na Polícia Federal que não fosse republicana, que não garantisse a igualdade e que, efetivamente, não lhe permitisse a sua autonomia.

Então, portanto, essas são as preliminares que eu gostaria de, rapidamente, fazer. Não sei se tenho tempo, Senador Eunício, mas eu gostaria de descrever, rapidamente, a operação. Se me permitir, façam as perguntas *a posteriori*.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem mais 8 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Ótimo. Então, em 8 minutos, a toque de caixa, eu tentarei descrever, rapidamente, a operação.

Essa operação começa com uma denúncia, no dia 11 de fevereiro de 2011. Essa denúncia foi protocolada no Departamento de Polícia Federal pelo Sr. Cyonil da Cunha Borges de Faria Júnior, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, lotado em São Paulo.

Essa notícia-crime foi protocolada na Polícia Federal em Brasília e, por força de os fatos terem acontecido em São Paulo, onde trabalhava o servidor, foi remetida à Superintendência da Polícia Federal de São Paulo, dando ensejo à instauração do Inquérito Policial nº 0138/2011-5.

Quero observar que, 4 dias depois de ter havido o protocolo dessa denúncia, o mesmo denunciante protocolou expediente com alguns dados complementares no Ministério Público Federal, no dia 15 de fevereiro de 2011, mas na Procuradoria-Geral da República de São Paulo. Esse expediente veio a constituir uma peça de informação que foi remetida e ficou apensada ao inquérito policial instaurado pela Polícia Federal.

Qual era o objeto da notícia-crime? De acordo com o declarado pelo Sr. Paulo Rodrigues Vieira, que,

na época, era Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Conselheiro Fiscal da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), sendo que, mais tarde, depois que esses fatos que ele narra aconteceram, ele assumiu... Perdão, fiz uma ligeira confusão. O Sr. Paulo Rodrigues Vieira, segundo ele, que tinha esses cargos que mencionei e que mais tarde assumiu a direção de Hidrologia da Agência Nacional de Águas, teria lhe oferecido R\$300 mil para que ele fizesse um parecer que favorecia a empresa Tecondi – Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.

O denunciante disse que já havia firmado um parecer a respeito em 2007. E a questão era a seguinte: dizia ele, nesse primeiro parecer, que havia uma ilegalidade num contrato de arrendamento de áreas portuárias em Santos para a Tecondi, porque nesse contrato teriam sido acrescidas áreas que não estavam na licitação original. Então, no parecer de 2007, esse auditor disse que havia ilegalidade no contrato e nos aditamentos contratuais.

Posteriormente, esse processo voltou ao seu re-exame, a partir de uma decisão do Tribunal de Contas da União, que queria que se avaliassem os investimentos feitos no local pela empresa para uma final decisão daquele egrégio órgão.

Foi nesse momento que foi, então, procurado o denunciante, o Sr. Cyonil, pelo Sr. Paulo Rodrigues Vieira, que, à época, era – repito novamente para evitar confusão – Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, oferecendo-lhe R\$300 mil para que fizesse um parecer adequado à empresa Tecondi.

Ele recebeu R\$100 mil em espécie em duas parcelas. Posteriormente, então, arrependendo-se ou dizendo que não tinha intenção de ser subornado, foi à Polícia Federal, devolvendo o dinheiro e apresentando, com essa denúncia, um calhamaço de *e-mails* e de documentos que, segundo relatado pelo delegado que preside o inquérito, qualificam dois volumes de documentos que já foram apresentados com a denúncia original.

Foi a partir daí, então, que se iniciou a investigação, que foi presidida pelo Dr. Ricardo Hiroshi Ishida, Delegado da Polícia Federal de São Paulo, e que contou com a intervenção do Ministério Público Federal, na pessoa da Procuradora da República Suzana Fairbanks Oliveira Schnitzlein e da Juíza Federal Dr^a Adriana Freisleben de Zanetti.

Muito bem. As investigações ocorreram em quatro fases, que, rapidamente, se me permitir o Senador Eunício, eu descrevo, pontualmente, rapidamente.

Primeira fase. Começa em fevereiro de 2011 a março de 2012. Nessa fase se estudou a documen-

tação e se avaliou a materialidade do delito e autoria da ocorrência desse delito, de acordo com aquilo que havia sido entregue, e ainda se ouviu o Sr. Cyonil fazendo essas investigações preliminares, a partir dos nomes que estavam ali referidos.

A segunda fase vai de março de 2012 a junho de 2012, 3 meses. Ela efetivamente se inicia com um novo depoimento do Sr. Cyonil. O Sr. Cyonil comparece para dizer: “Olha, fui procurado novamente.”... e dá mais dados. Exatamente porque a situação começou a ficar em curso novamente, não era mais uma situação pretérita, mas voltava a ficar em curso, é que, então, naquele momento, decidiu a autoridade policial solicitar a interceptação telefônica das pessoas que foram citadas pelo Sr. Cyonil, para que pegasse a situação em curso, sem prejuízo de outras medidas. Então, naquele momento, foram pedidas interceptações telefônicas das pessoas citadas pelo Sr. Cyonil.

Naquele momento se achou prudente não se fazer – já estava até se pensando em requerer um mandado de busca, mas, como veio essa informação do Sr. Cyonil –, achou-se interessante não desencadear as buscas, para, como citou sabiamente o Senador Aloysio Nunes, não levantar a lebre. Então, se aguardou e se iniciou uma terceira fase.

A terceira fase começa em junho de 2012 e vai a outubro de 2013, com uma série de investigações e análises do material interceptado, seja telemático, seja telefônico etc., que ensejou dez relatórios internos. Basicamente, os dez relatórios que foram feitos nesse período dizem o seguinte:

Relatório 1: O *modus operandi* de Paulo Rodrigues Vieira e das pessoas a ele vinculadas.

Relatório 2: Ordens de pagamento, identificação das ordens de pagamento feitas por Paulo aos demais suspeitos.

Relatório 3: Livros, publicações e exemplares afins, e mostra como Paulo usava as expressões “livros, publicações” para se referir a dinheiro, que era efetivamente pago a pessoas que subornava.

Relatório 4: Sobre a Ilha de Bagres. Atos envolvendo o Sr. Paulo e outros para tentar beneficiar o Sr. Gilberto Miranda Batista e a Bougainville Participações, junto ao Serviço de Patrimônio da União e à Advocacia-Geral da União.

Relatório 5: Ilha de Cabras. Atos envolvendo o Sr. Paulo e outros, para conseguir beneficiar o Sr. Gilberto Miranda Batista e a São Paulo Empreendimentos (SPE), junto à AGU, à Antaq e à SPU, relativamente a esta outra ilha, a Ilha de Cabras.

Relatório 6: Origens do dinheiro. Relatório sobre as suspeitas de outras fontes de valores que Paulo Rodrigues Vieira e seu grupo efetivamente arrecadavam.

Relatório 7: Análise de bens. Relatório sobre a análise de bens adquiridos por Paulo Vieira no decorrer da investigação.

Relatório 8: Ações de Paulo Vieira e seus contatos junto ao MEC, para benefício próprio e terceiros.

Relatório 9: A análise de relações de Paulo Vieira com Rosemary de Noronha.

Relatório 10: A análise da atuação de Paulo e Rubens junto ao escritório de advocacia do Distrito Federal e dois escritórios em Santos.

Por força desses relatórios percebeu-se que existiam outros crimes que poderiam estar em curso. E na medida em que se constatou, ampliou-se o rol de interceptações e de quebra de sigilo naquele momento.

Finalmente, nós tínhamos aqui a fase quatro, que vai de outubro de 2012 a novembro de 2012. Aqui se faz a análise do *modus operandi* da quadrilha, definitivamente, e se pontuam os órgãos que foram vítimas da ação da quadrilha e os servidores que mantinham contato com a quadrilha para beneficiamento da sua atuação.

Então, houve aí todo um conjunto de ações em relação à Antaq, que foi vítima da ação, da AGU, da Anac, da ANA – Agência Nacional de Águas, dos Correios, do MEC, da SPU e do gabinete da Presidência da República em São Paulo. Com base nisso, foram solicitadas 3 prisões preventivas – do Sr. Paulo Rubens e Marcelo Vieira –, 3 prisões temporárias – da Sr^a Patrícia Maciel e Marco Negrão Martorelli –, 19 conduções coercitivas de suspeitos, 46 mandados de busca e apreensão e bloqueio de contas bancárias, sendo também pedidas outras providências complementares.

Nesse momento, já antecipando o seu juízo, mesmo antes do final do relatório, foram feitos indiciamentos de diversas pessoas. Observação: esses indiciamentos foram feitos com base nos crimes e, pelo convencimento da autoridade policial, estão qualificados até agora. O inquérito policial não terminou. Então, portanto, até seu fim poderá haver novos indiciamentos ou reconsideração eventual de alguma situação, mas ainda não terminou. Nesse momento, o inquérito policial está... Os analistas estão analisando o material apreendido nas buscas e apreensões além de outras providências. Estima-se que, dentro de 15 a 20 dias, se não surgirem fatos supervenientes, esse inquérito deverá ser concluído, sem prejuízo de outros inquéritos que sejam instaurados para apurar fatos ali relatados.

Sr. Presidente, como o meu tempo já acabou, reservo outras colocações para serem feitas quando das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Eu já adicionei para o Ministro mais 4

minutos. Se quiser fazer uso da palavra ainda, V. Ex^a tem mais 4 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Perfeito. Se V. Ex^a me permitir, eu não quero abusar do Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Eu já havia autorizado V. Ex^a a fazer isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Apenas para precisar. Eu posso depois passar a lista de todos os indiciados e dos delitos que foram praticados. Eu só quero antecipar dois que foram foco de polêmica ontem, na Câmara, duas situações que foram foco de polêmica, até para permitir uma reflexão melhor dos senhores neste momento.

Discutiu-se muito o indiciamento da Sr^a Rosemary, Chefe de Gabinete da Presidência da República em São Paulo. Ela foi indiciada em três delitos, sendo que, num dos delitos, em dois fatos distintos. Ela foi indiciada por tráfico de influência, por corrupção passiva e por falsidade ideológica, esta diante de dois fatos: de um diploma obtido pela quadrilha que favorecia pessoa das suas relações e por um atestado falso, fornecido para viabilizar uma empresa a ser contratada por uma subsidiária do Banco do Brasil. Esses foram os três elementos do indiciamento da D. Rose.

Houve uma discussão na Câmara: por que ela não teria sido indiciada por bando ou quadrilha? Eu fiz a afirmação segundo o relato das autoridades policiais, porque, evidentemente, tomei conhecimento *a posteriori*.

O que se coloca no caso, por parte das autoridades policiais, é que a Sr^a Rose não integrava a quadrilha, mas era uma funcionária subornada por ela, ou seja, ela não participava do planejamento nem da organização nem da estrutura estável, que, nos termos do Código Penal, qualificaria a quadrilha. Caso ela fosse membro da quadrilha, em vez de três crimes que levariam ao indiciamento, ela teria quatro. Teríamos que acrescentar esse quarto.

Nada impede, todavia, que, se surgirem elementos, essa convicção da autoridade policial possa ser revista. Mas o que é importante ter claro é que, de várias das atividades da quadrilha – o Senador Pedro Taques poderá expor com mais propriedade do que eu, porque sou um mero professor de Direito Administrativo, e não de Direito Penal –, exige-se que o bando ou a quadrilha tenha uma estabilidade, um planejamento para fazer crimes em conjunto, e não atuações pontuais. D. Rose não atuava em vários dos crimes – pelo menos conforme as provas obtidas até agora – que a quadrilha efetivava. Ela apenas fazia ou prestava certos favores mediante suborno, mediante corrupção para

a quadrilha. Por isso ela não foi, nesse aspecto, indiciada, mas foi indiciada em todos esses outros crimes.

No que diz respeito a por que não houve interceptação telefônica da Sr^a Rose, a interceptação telefônica é uma medida excepcional na nossa ordem jurídica. Se o meio de prova pode ser obtido de outra maneira, deve-se tentar obtê-lo de outra maneira. Normalmente ela é recomendável e qualifica justa causa para ser solicitada ao juiz em situações que podem ser reveladas no momento. Por isso que a interceptação telefônica só foi pedida no momento em que o Sr. Cyonil comparece e diz que tinha sido procurado novamente pelas pessoas. Então se pede para aquelas pessoas que estavam vinculadas ao objeto da investigação. Mais tarde, como outras pessoas participavam do objeto da investigação, ela foi ampliada.

Como a Sr^a Rose tinha uma situação que não estava em curso, segundo o que pelo menos se prova até agora, mas tinha delitos já materializados por aquilo que havia sido obtido pela autoridade policial, tanto ela como outros investigados não tiveram a interceptação deferida. Foi exatamente isso.

Por que friso isso? Porque ontem senti que por vezes alguns Parlamentares pudessem imaginar que haveria algum tipo de blindagem política sobre a Sr^a Rose.

Quero lhes falar francamente. A Polícia Federal não está submetida a situações dessa natureza. Ou seja, é impossível fazerem-se blindagens políticas. Aliás, se no caso tivesse sido feita a blindagem política, Senador Alvaro Dias, que blindagem malfeita! Porque foi feita uma busca e apreensão na Presidência, e ela foi enquadrada em três crimes. Discute-se apenas o enquadramento em outro crime, que talvez houvesse um efeito, das pessoas falarem, etc., mas a visão política não é a visão daquele que interpreta a lei penal. E somente quem lê as 11 mil páginas de inquérito ou os relatórios pode ter a clareza da seriedade com que o delegado conduziu este processo.

Posso, todavia, afirmar que o inquérito não está concluído, que outros fatos poderão surgir e ampliar o rol de indiciados ou de crimes atribuídos aos indiciados. Mas, até este momento, esse é o retrato técnico correto de uma ação que foi republicana da Polícia Federal e que merece da parte do Ministro de Estado da Justiça o aplauso, porque a lei foi cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador... Ministro José Eduardo Cardozo... (Risos.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É que tive a honra de ser companheiro,

como Deputado, do Ministro Cardozo e cheguei aqui ao Senado. E não tenho dúvida de que, se ele assim se decidir, vai receber essa homenagem do povo de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E merece muito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De acordo com o Regimento, passo a palavra ao Advogado-Geral da União, Dr. Luís Inácio Lucena Adams, para sua exposição.

Mas, antes de passar a palavra, quero registrar aqui a presença das autoridades: do Advogado-Geral da União Substituto, Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria; do Procurador-Geral da União, Dr. Paulo Henrique Khun; do Consultor-Geral da União, Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy; do Procurador-Geral Federal, Dr. Marcelo Siqueira Freitas; da Secretária-Geral de Contencioso da AGU, Dr^a Grace Maria Fernandes Mendonça; do Corregedor-Geral da Advocacia-Geral da União, Dr. Ademar Passos Veiga; e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Dr^a Adriana Queiroz.

Tem a palavra V. Ex^a, o Advogado-Geral da União, Dr. Luís Inácio Lucena Adams, por 30 minutos.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Presidente Eunício...

(Manifestação da plateia: apitos e vaias.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por gentileza! Por gentileza!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Silêncio.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Silêncio. Senhores, senhores, não é permitido...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senhores, vou mandar evacuar. Vou mandar evacuar. Não é permitida a manifestação popular aqui nesta Comissão. Se os senhores se manifestarem, vou chamar a segurança do Senado, infelizmente, para retirá-los. É impossível manifestação aqui, porque não é regimental.

Então, por gentileza, se os senhores quiserem permanecer na Comissão, permaneçam em silêncio, senão vou convocar, para retirá-los daqui, a Polícia do Senado. Esse é o meu papel. Lamentavelmente, os senhores ultrapassaram o Regimento do Senado Federal, o que não é permitido.

Portanto, se os senhores não estavam avisados, agora estão avisados pela Presidência que, se houver qualquer barulho, vou mandar evacuar as galerias.

Tem a palavra o Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União, por 30 minutos.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

Sr. Presidente Eunício, ilustre Ministro, Presidenta Lúcia Vânia, da Comissão de Infraestrutura, Presidente Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, Srs. Senadores, caros colegas presentes, principalmente os que já foram registrados, anunciados aqui pela Presidência desta Mesa, eu venho aqui prestar esclarecimentos de um tema que é de altíssima importância para nós.

A AGU se viu numa situação difícil, considerando que um dos seus membros estava envolvido numa operação altamente danosa para o Estado, para a coisa pública.

Registro aqui que é bom que a Polícia Federal funcione também nessa dimensão republicana, porque somente assim nós conseguimos corrigir essas situações, esses malfeitos que tanto afetam nossa administração e nossa credibilidade.

Vou passar rapidamente.

Sr. Presidente, eu já distribuí aos Srs. Senadores esta apresentação, mas eu queria passar um eslaide – permita-me, por favor, só o primeiro eslaide – para pontuar um pouco, porque, nesse debate público que se trava sobre advocacia pública, há muita confusão associada aos papéis e às funções que cada um exerce na instituição. Vimos isso acontecer muito.

No âmbito da Advocacia-Geral da União, eu tenho, na hierarquia institucional, subordinado diretamente a mim, o Advogado-Geral Substituto, que é o Dr. Fernando, e, abaixo de mim e dele, temos várias procuradorias-gerais com atuações diversas. No caso, a Procuradoria-Geral da União, dirigida pelo Dr. Paulo Kuhn, com a representação judicial da administração direta da União e do Estado brasileiro; a Procuradoria-Geral Federal, que é dirigida pelo Dr. Marcelo Siqueira, que coordena a representação de todas as autarquias e fundações públicas federais do País; também a Consultoria-Geral da União, que é encarregada da produção dos pareceres jurídicos; e a Corregedoria, com a função correicional dentro da instituição. Além disso, há a Secretária-Geral de Contencioso, que coordena a nossa atuação no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Esses são os órgãos de direção da instituição. São os responsáveis pela direção da Advocacia-Geral da União.

Além disso, há, no âmbito da instituição, três adjuntos que, nos Ministérios – da Justiça, da Fazenda –, são equivalentes aos assessores especiais, são assessores que cumprem funções de apoio ao trabalho do Advogado-Geral, ao do Ministro, e que assessoram nas mais diversas funções que lhes são atribuídas. No

caso, os três adjuntos – Dr^a Mariana, Dr^a Rosângela e o Dr. Weber, já afastado – tinham funções diversas.

A Dr^a Mariana era responsável, e é responsável, pela interlocução institucional e pela Ouvidoria da Advocacia-Geral da União.

A Dr^a Rosângela supervisiona a gestão estratégica e as áreas administrativas, sem ser responsável pela tomada de decisão nessas áreas, que são tomadas nas suas funções específicas.

O Dr Weber tinha a função de encaminhar e tramitar as demandas que nós recebíamos dos órgãos da administração no meu gabinete e encaminhá-las aos diversos órgãos para deliberação e manifestação. Essa era a função específica dele.

Todos os adjuntos, como assessores, poderiam ser chamados, eventualmente, a fazer manifestação jurídica, que era atribuída especificamente a cada um deles à medida que houvesse necessidade específica para essa manifestação.

No caso do Dr. Weber, ele tinha também a função de uma substituição eventual da chefe de gabinete e do próprio vice, quando houvesse o afastamento eventual dele. Essa era a função que cumpria a ele no gabinete.

Todos os três, exceto a Dr^a Mariana, que atua no prédio 2, onde é a Ouvidoria, todos os demais têm seus escritórios próximos, anexos ao meu gabinete no âmbito da Advocacia-Geral da União.

No âmbito da AGU, o Dr. Weber não detinha poder de decisão. O que eu chamo de poder de decisão? A manifestação jurídica que ele pudesse dar não tinha valor como posição da instituição, exceto se fosse aprovada por um dos órgãos específicos, seja o Consultor-Geral da União, seja o Advogado-Geral da União. Então, a função dele era muito específica e de assessoramento da Advocacia.

Era necessário esse trabalho dos adjuntos pelo volume de trabalho que a Advocacia-Geral tem. Para os senhores terem uma idéia, no âmbito da Advocacia-Geral da União, de 2010 a 2012, tramitaram em torno de 42.337 documentos para manifestação, dos quais resultaram em 16.728 manifestações, seja administrativa, seja parecer, seja manifestação junto aos tribunais superiores ou ao Supremo Tribunal Federal, que é a minha atuação precípua. No âmbito do Supremo Tribunal Federal, a atuação é do Advogado-Geral. É ele que participa, acompanha as decisões e faz os recursos naquela Corte Suprema.

Essa atuação se traduz num conjunto complexo de manifestações e de atuações, até por conta do envolvimento que o Advogado-Geral tem em várias matérias: o Advogado-Geral, por lei complementar, despacha diretamente com a Presidente; ele atua diretamente junto aos diversos ministérios na interlocução

com os ministros; ele acompanha diariamente as ações do Supremo Tribunal Federal; ele coordena a atuação judicial como um todo nas grandes questões que nós realizamos. Para os senhores terem uma ideia, Senadores e Senadoras, no âmbito da lei complementar e da legislação esparsa, o Advogado-Geral hoje tem em torno de 170 atribuições específicas, às quais ele tem de atender para responder.

Por isso, cumpre aos adjuntos essa função de apoiar e de dar seguimento às ações que o Advogado-Geral tem de realizar. E essa era, entre os três adjuntos, uma das funções que, de fato, eu atribuía ao Dr. Weber e que ele cumpria.

Por que foi o Dr. Weber o escolhido para a função? Eu conheci o Dr. Weber em 2002. Em 2001, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Advogado-Geral da União, convidou-me a ser o Secretário-Geral de Contencioso da AGU, função que hoje é exercida pela Dr^a Grace Mendonça. Vim a trabalhar com ele como Secretário-Geral, que é um cargo de natureza especial que assessora diretamente o Advogado-Geral, e ele me atribuiu a função de coordenar a parte recursal junto ao Supremo Tribunal Federal e também a parte de atuação contenciosa, auxiliando então o Procurador-Geral da União, o Dr. Barletta. Quando o Ministro Gilmar assumiu o Supremo Tribunal Federal, foi nomeado como Advogado-Geral o Ministro Bonifácio Andrada. E o Ministro Bonifácio Andrada, conhecedor do antecendente histórico e técnico do então José Weber, que tinha sido Procurador-Geral do INSS por pelo menos quase 4 anos, convidou-o para ser o Procurador-Geral Federal. E, com o Dr. Weber nessa condição de Procurador-Geral Federal, eu mantive um contato profissional com ele; e ele sempre se sobressaiu nessa função, com muita proatividade. Ele era encarregado da instalação da Procuradoria-Geral Federal. Ele dirigia 4 mil advogados públicos em todo o País e a representação e o assessoramento de várias organizações, de várias unidades da advocacia pública no País.

Para os senhores terem ideia, a Advocacia-Geral da União hoje possui, no País, mais de 900 unidades, sejam elas ligadas a autarquias e fundações, sejam elas ligadas à Administração Direta. Essa capilaridade da instituição faz com que a estrutura organizacional dela seja complexa.

E o Dr. Weber tinha essa responsabilidade. Esse papel, essa qualidade, essa proatividade o fez ser mantido na mudança de governo: de 2002 para 2003, ele foi mantido na condição de Procurador-Geral Federal.

Na minha parte, em 2002, o Ministro Bonifácio consultou-me se eu pretendia continuar; eu pedi para ser exonerado. Fui exonerado da função de Secretário-Geral Contencioso e voltei ao Rio Grande do Sul,

dessa vez, responsável pela instalação da Procuradoria-Regional Federal da 4ª Região, função – digo aos senhores – que exerci sem nenhum cargo, exceto o meu cargo de Procurador da Fazenda Nacional. Não havia cargo comissionado para essa função. Exerci essa função por 8 meses, período em que mantive, na qualidade agora de subordinado, a interlocução com o Dr. Weber.

No momento em que fui convidado pelo Ministro Guido a ser consultor jurídico do Ministério do Planejamento, aceitei o convite e vim para Brasília. A partir desse momento, não tive e não mantive mais contatos com a Procuradoria-Geral Federal, até porque profissionalmente não tinha intersecção. E continuei na função, primeiro, como consultor jurídico; no final de 2004, assumi como Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento; e, em 2006, assumi como Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Nesse período, não mantive e não tive contato ou convívio regular com o Dr. Weber.

Quando fui convidado a ser Advogado-Geral da União e fui instado a formar uma equipe, eu, tendo por referência o trabalho que eu tive com o Dr. Weber e o papel que ele cumpriu, lá atrás, como Procurador-Geral Federal, nos dois períodos de governo, convidei-o para ser um dos meus adjuntos. Naquele momento, ele me falou que havia uma pendência em relação a ele, que era um processo que corria, um processo penal relativo a processos de licitação. Eu disse que ele resolvesse esse assunto e, de fato, ele resolveu. O Superior Tribunal de Justiça, em 15 de abril de 2010, por unanimidade e com parecer favorável do Ministério Público Federal, cancelou a tramitação daquele processo.

Naquele momento, entendi que, pelas informações que eu detinha, as objeções que eu poderia ter à indicação estariam afastadas. Eu o indiquei, depois, e ele veio a ser nomeado em julho de 2010, 3 meses, portanto, depois da decisão do STJ. Entendi que não haveria objeção. E mais, em sendo a função de adjunto uma função de assessoramento e não de direção, eu não entendi que houvesse também qualquer objeção a essa indicação. Por isso, ele assume a função e funciona nesse papel de assessoria.

Como todos os outros adjuntos, ele era, também, um assessor relevante. Todos os meus três adjuntos cumprem papéis relevantes e têm uma relação cotidiana com o Advogado-Geral, mas eles não são intermediários das decisões que são tomadas com os órgãos de direção. Todos os órgãos de direção da Advocacia-Geral da União, Procurador-Geral da União, Procurador-Geral Federal, Corregedor, Consultor-Geral da União, Secretária-Geral de Contencioso, despacham, diariamente e regularmente, comigo, trazendo

demandas para a minha deliberação. É com eles que eu despacho as matérias que são afetas a essas áreas e não com os adjuntos.

Os adjuntos tinham função de supervisão e, no caso do Dr. Weber, de dar agilidade à tramitação de demandas, porque entendo e continuo a entender que a advocacia pública é um serviço, e é um serviço que tem que ser respondido em tempo útil, em relação às demandas que são tratadas. Eu me lembro, quando assumi a Secretaria de Contencioso com o Ministro Gilmar, que ele comentava comigo, em geral, que ele ficava impressionado com os pareceres oceânicos. Ele dizia oceânicos, porque os pareceres eram teses, eram tão longos que, quando ele estava na terceira página, já morria afogado, e, ao mesmo tempo, porque eles demoravam para serem produzidos. Havia pareceres cuja consulta havia sido feita, retroativamente, há 5 anos, ou seja, não havia utilidade prática nessas consultas. Então, a necessidade de haver um acompanhamento, de forma que a tramitação dessas demandas, dessas consultas fosse feita em tempo ágil, em tempo útil para a administração, é um requisito que eu entendia necessário do gabinete. Essa era uma função que, de fato, ele cumpria, especificamente. Eu exigia dele esse cumprimento.

A escolha do Dr. Weber se deu em cima desses parâmetros que eu lhes informo agora, ou seja, em cima de conhecimento profissional, de um profissional que trabalhou em funções relevantes do Estado e continua a trabalhar em funções relevantes. Ele foi Procurador-Geral da UnB por 4 anos. Então, ele continua a ter essa atuação. Entendi que, profissionalmente, ele poderia contribuir, de fato, para a Advocacia-Geral da União.

Em relação aos eventos que decorreram dessa operação, eu quero esclarecer pelo menos em três deles, que parece que são os mais sintomáticos, porque, do ponto de vista da Advocacia, nós tomamos uma série de medidas que eu vou relatar ao final, mas há três que eu acho importantes.

Primeiro, Tecondi. Qual é a participação da Advocacia-Geral da União nesse processo? O processo da Tecondi é um contrato de reequilíbrio econômico-financeiro que foi realizado em 1998 entre a empresa e a Companhia Docas. No final de 2002, inicia-se uma ação popular contra a Companhia Docas, e a AGU intervém no processo, no pólo ativo; no pólo passivo, ao lado da Companhia Docas.

Essa intervenção é corroborada pelo juiz. O juiz, no despacho que aceita a ação, entende que, por ser a atividade portuária explorada direta ou indiretamente pela União, está subjacente o seu interesse nesse processo. E, portanto, a Advocacia, em 2002, entra na ação e, já em 2003, em face de uma liminar, consegue

uma liminar no Tribunal Regional Federal da 3ª Região para suspender a liminar que havia concedido.

Essa suspensão perdurou até 2010. Em 2010, a Companhia Docas, em face do julgamento do mérito e da superação da liminar, requer à Advocacia-Geral, num ofício, que a Advocacia-Geral entre com uma suspensão. Essa manifestação da Companhia Docas decorre do fato de que, com o contrato de reequilíbrio estando em curso, vários investimentos foram feitos pela empresa no terminal portuário que era objeto desse reequilíbrio econômico-financeiro e que, de fato, envolvia troca de áreas. E esses investimentos, caso fosse cancelado o contrato, poderiam reverter contra o Estado. Por quê? Porque a empresa poderia, de fato, se sentindo prejudicada, requerer o ressarcimento desses investimentos que ela fez.

Então, com base nessas informações da Companhia Docas, a AGU ajuizou uma suspensão e obteve uma suspensão no STJ. Ao mesmo tempo, a Companhia Docas nos informa do processo no TCU.

Em 2010, o Presidente Lula constituiu um sistema centralizado de acompanhamento dos processos no TCU. A Advocacia-Geral passa a centralizar o acompanhamento daquelas matérias consideradas relevantes. Essa relevância em geral é apurada e opinada por um comitê de representantes da Fazenda, Casa Civil e Planejamento e pela própria AGU, que avaliam essa relevância e sugerem ao Advogado-Geral o acompanhamento de ações. Esse opinamento não é condicionante à intervenção. O Advogado-Geral não depende dessa opinião para poder intervir. Ele, entendendo que há uma questão relevante, pode intervir.

E, nesse caso, considerando que a AGU já havia feito um pedido de suspensão arguindo grave e relevante prejuízo à administração e à economia, em face do risco econômico associado, entendi que era o caso também de a AGU acompanhar essa ação e intervir nessa ação. E foi isso que aconteceu nesse caso Tecondi. E aí a atuação da AGU se deu sempre marcada por esses acompanhamentos. Essa, basicamente, é a intervenção que a Advocacia-Geral teve no caso Tecondi.

Em relação à Ilha Cabras, a Ilha Cabras é uma ação judicial existente entre o Estado, o Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Gilberto Miranda, relativa à utilização da Ilha Cabras, por conta de discussão sobre meio ambiente e da alteração que ele teria feito naquela ilha e que afetaria, segundo o Ministério Público estadual, a paisagística e o meio ambiente relativo a uma reserva florestal estadual.

Nesse processo, quando assumi a AGU, havia chegado à AGU um requerimento do próprio Gilberto Miranda argumentando que havia uma violação, pois a

área seria da União. A AGU consultou a Secretaria de Patrimônio da União, que, de fato, confirmou que a área era da União. Em sendo da União, naquele momento, o Ministro Dias Toffoli, que era o Advogado-Geral, entendeu que havia um risco em face da União e entrou com um pedido de intervenção na ação. Qual foi o risco que entendeu? Que o gravame associado àquela área pertencente à União poderia, eventualmente, ser dirigido tanto à União quanto poderia haver, digamos assim, uma apropriação dos recursos, porque, se há um dano ambiental em área da União, a própria União tem de promover essa atuação. A comunicação que o Ministro Dias Toffoli teve, à época, foi dirigida à SPU e também ao Ibama, que nós mandou um expediente falando sobre essa questão da reserva. Pouco antes de eu assumir, uns 3 dias antes, o então Advogado-Geral Substituto, Dr. Evandro Gama, entra com um pedido de reiteração pedindo preferência, no julgamento, ao Ministro Joaquim Barbosa. Em 2010, um pouco menos de 2 anos passados dessas intervenções, houve uma nova provocação, assim como chegou um expediente à AGU da Secretaria de Patrimônio da União reiterando essas intervenções. Como havia passado 2 anos sem que houvesse nenhuma manifestação no agravo, foi-me solicitada, por parte do SPU, a reiteração dessas manifestações anteriores, para que o Ministro julgasse e decidisse sobre o mérito dessa questão. Por conta disso, nós, de fato, fizemos um pedido de reiteração que está tramitando, ainda, no Supremo Tribunal Federal.

Em relação à Ilha dos Bagres, a Ilha dos Bagres era uma consulta que, na verdade, chegou-nos como uma questão em tese, e não como uma questão específica, relativa a quem compete declarar, para fins de abate de árvores em Mata Atlântica, a essencialidade de um empreendimento. Havia uma discussão se isso seria competência da Presidente ou se a competência seria de um órgão da administração. Existem, hoje, na administração, diversas posições. Há vários órgãos que declaram essa essencialidade, como é o caso da Aneel. Então, havia diversos posicionamentos. O próprio Ibama tem aceitado que essa declaração de essencialidade possa ser dada por um órgão da administração e não necessariamente pelo Presidente da República. Por que a confusão estabelecida? Porque havia um entendimento de que essa declaração seria equiparável à declaração de utilidade pública para fins de desapropriação. São objetivos distintos da lei. A declaração de desapropriação é uma retirada do direito de propriedade mediante indenização de qualquer pessoa no interesse público. Naquele caso, era uma autorização para fazer o abate, que não é nem concedida pelo órgão. No caso, a SEP apenas reconhece a essencialidade, quem autoriza é o órgão ambiental.

E aí quem me trouxe o parecer, quem confeccionou o parecer foi o Dr. Arnaldo Godoy. Aqui é bom registrar que o parecer pode até ter as mesmas conclusões, mas não é igual àquele que teria sido trocado entre o Dr. Weber e o Paulo Vieira. O parecer foi à mão própria, um convencimento que o Dr. Arnaldo tinha e com o qual eu concordei naquele momento, porque entendi que não fazia sentido que a própria Secretaria Especial de Portos pudesse fazer o mais – que é autorizar o empreendimento – e não pudesse fazer o menos – que é autorizar ou não autorizar o abate, reconhecer que aquele empreendimento era essencial para o abate de floresta ou Mata Atlântica. Então, foi esse o juízo que se emitiu naquele.

Ora, em relação a esses três casos, no momento em que, a partir da operação, identificamos a ocorrência, digamos assim, desse relacionamento que considero, inclusive, promíscuo entre agentes públicos, nós, primeiro, suspendemos os atos, colocamos à revisão, em relação a esse parecer especificamente, e colocamos em análise o processo de intervenção.

Nós tivemos uma reunião, quarta-feira, com o Procurador-Geral da União e os demais titulares da organização e estabelecemos uma necessidade de revisão ampla das decisões tomadas, não necessariamente porque a decisão estivesse errada, mas porque a decisão possuía o vício fundamental, já que ela tinha sido adotada a partir de um processo que, eu entendo, absolutamente promíscuo.

Nesse momento, suspendemos aquele parecer, suspendemos os atos que nós identificamos e colocamos em reanálise todos os atos. E mais: estabelecemos um sistema de pente fino, em que nós procuramos apurar, no âmbito do gabinete e no âmbito da Advocacia, todos os atos que tiveram a intervenção do Dr. Weber, colocando em reanálise aqueles atos jurídicos que ele possa ter praticado.

Como resultado dessa ação, nós identificamos que, de aproximadamente 40 mil atos, houve 942 tramitações realizadas por eles, dos quais 40 verificamos que são possíveis manifestações ou atos jurídicos que são submetidos à revisão. Nós nos encontramos, hoje, na fase de resgatar essa documentação, esses processos físicos, para submetê-los a uma reanálise e a uma revisão. Isso vale para todos os atos e está sendo conduzido pelo Dr. Fernando, com a Corregedoria e com a Consultoria-Geral da União.

O afastamento do Dr. Weber aconteceu no sábado. Nós tivemos acesso ao inquérito na sexta à noite. Já na sexta-feira, a AGU solicitou o acesso ao inquérito, a juíza autorizou, e, na sexta à noite, nós já tínhamos acesso ao inquérito e começamos a trabalhar nessa análise para verificar qual era o impacto dessa opera-

ção e de que forma atingia os órgãos da Administração e a AGU em particular. No sábado, a Presidente, tendo mantido uma reunião comigo e com outros Ministros, entendeu por afastar imediatamente todos os envolvidos indiciados nessa operação. E isso ocorreu imediatamente. E eu, na casa da AGU, na sexta-feira mesmo, já determinei a abertura de uma investigação que foi aberta no sábado, instalada no sábado. Na segunda-feira, tendo acesso, nós já solicitamos à AGU a disponibilidade desse inquérito para orientar as investigações que estavam sendo abertas. A juíza nos deu essa autorização, e eu imediatamente distribuí: Tribunal de Contas da União; Anac, ANA; todos os ministérios e autarquias onde havia um processo de investigação.

A AGU, também no mesmo momento, determinou a correição, sem prejuízo da investigação que está acontecendo em relação a esses fatos, que é uma sindicância aberta. Nós determinamos uma ação correicional na Anac, na ANA, na Antaq e na própria AGU, para verificar os procedimentos que levaram a esse desvio. Há – e aqui há um grande desafio, me pareceu, e isso levou à adoção de alguns atos que foram publicados hoje – uma, digamos, fragilidade na relação por conta dessa possibilidade de advocacia administrativa em que agentes públicos, portadores de credenciais, ou credenciais de funções relevantes da Administração, ou por serem servidores públicos... Aqui é uma questão importante: tanto Paulo como Rubens são servidores públicos de carreira. O Paulo continua Analista de Finanças e Controle, e o Rubens é Procurador da Fazenda Nacional. Então, os dois apresentavam-se também com essas credenciais, e isso facilitava a abertura de portas, do ponto de vista das demandas e da apropriação das demandas.

Do ponto de vista institucional, nós entendemos por fazer o pente fino, estabelecer processos correicionais para apurar onde é que essas portas estão abertas e de que forma fechá-las, organizar esse ingresso de consultas e, três, estabelecer rotinas que orientem o relacionamento da advocacia pública não só com os particulares, mas com os órgãos da Administração Pública.

Isso é o que gera, por exemplo, a adoção de uma das portarias que cria esse procedimento. Nós estamos exigindo, a partir dessa portaria – e nenhum órgão poderá tramitar nada sem isso –, que o órgão que fizer a consulta identifique qual é o servidor responsável por manter a relação com a Advocacia-Geral da União. Então, não poderá qualquer servidor na Administração dizer-se representante e procurar uma audiência na AGU. Ele tem que ser indicado pelo chefe da instituição para manter esse relacionamento e poder tratar do assunto que é objeto da consulta. E, ao mesmo tem-

po, essas audiências serão registradas em memória e acompanharão o processo. Essa é uma medida essencial, porque ela garante que esse relacionamento não está contaminado por desvios!

A AGU é uma instituição que só tem como parâmetro a credibilidade da sua opinião, e a credibilidade da opinião da AGU é garantida na medida em que as decisões que ela toma são tomadas corretamente em cima de parâmetros debatidos dentro da instituição, mas parâmetros que são corretamente apropriados e realizados. Então, a fixação desses parâmetros parece-me ser essencial.

E mais. Eu entendi, em face da fragilidade do processo de nomeação que nós identificamos nesses casos – e nesse caso em particular –, entendi adotar, no âmbito da instituição, uma série de procedimentos para nomeação de cargos em comissões. O mais relevante deles é o de que qualquer nomeação que seja realizada no meu gabinete ou dentro da instituição ou qualquer indicação que saia do meu gabinete passará por uma prévia manifestação da Corregedoria, que emitirá uma certidão negativa de processo disciplinar. A nenhuma nomeação será dado curso sem respeitar essa rotina, porque é essencial para nós que essas situações não se repitam. Portanto, essa portaria também estabelece esse requisito.

O terceiro requisito é dar efetividade, dar agilidade, dar funcionalidade à Comissão de Ética, que já existe na AGU, mas que, na sua organização, se mostrou deficiente. E essa Comissão terá o prazo, junto com a Corregedoria, de 90 dias para propor um código de ética no âmbito da instituição.

Toda organização pública pressupõe legitimidade. É evidente que esse caso, em particular, implica uma fragilidade da instituição, que tem de ser corrigida. A instituição não é forte, porque impede as fragilidades; a instituição é forte quando ela tem a capacidade de reconhecer as situações (*Falha na gravação.*) e melhorá-las para o futuro.

Por essas razões, Sr. Presidente, estamos atentos no sentido de dar maiores e mais efetivas garantias à instituição para que ela possa cumprir o seu papel, que é defender o Estado, a Administração Pública e poder aconselhar o Poder Executivo de forma eficiente e efetiva.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estou aberto às perguntas que vierem a ser feitas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de passar a palavra aos Senadores, pela ordem de inscrição, como esta é uma reunião conjunta, dentro do mesmo prazo regimental, a Presidência, neste momento, da CCJ, abre mão de qualquer questionamento, mas pergunta à Senadora

Lúcia, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, se deseja fazer uso da palavra. Se desejar, V. Ex^a tem a palavra, Senadora Lúcia Vânia, como companheira de mesa, hoje dividindo esta reunião conjunta.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente Eunício Oliveira (*Falha na gravação.*) na condução dos trabalhos, quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg; cumprimentar o Ministro José Eduardo Cardozo; o Ministro Adams; cumprimentar o Sr. Leandro, Diretor-Geral da Polícia Federal; cumprimentar a todos os senhores e senhoras.

Sr. Ministro, a nossa fala é curta, é apenas para cumprimentá-lo e dizer que, em nome da Comissão de Infraestrutura, nós temos o máximo prazer em recebê-lo e, principalmente, através das falas de V. Ex^{as}, prestar o esclarecimento que a sociedade tanto deseja.

V. Ex^{as} já se colocaram. Eu não quero impedir a Plenária de poder esmiuçar este debate. Portanto, quero apenas, mais uma vez, agradecer, em nome da Comissão de Infraestrutura, a presença de V. Ex^{as}.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Também divide conosco o Senador Rodrigo Rollemberg nesta reunião conjunta. Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg pelo mesmo tempo regimental, já que a Senadora Lúcia Vânia, inclusive, não usou o tempo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eunício Oliveira.

Cumprimento V. Ex^a pela condução dos trabalhos; cumprimento a colega Senadora Lúcia Vânia; cumprimento os Ministros José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, e o Advogado-Geral da União, Dr. Luís Inácio Lucena Adams. Cumprimento, também, o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro; Senadoras e Senadores; todos aqui presentes.

Minha fala também será muito breve, Sr. Presidente Eunício, em primeiro lugar, para cumprimentar o Ministro José Eduardo Cardozo pela condução correta, firme, republicana do Ministério da Justiça, fazendo o que deveria ter sido feito dentro do Estado de direito, que é uma conquista da população brasileira, uma conquista que não é de um governo só, é uma conquista da população brasileira.

Quero cumprimentar, também, o Dr. Leandro pelo papel que a Polícia Federal vem desempenhando, essa instituição que tem um grande respeito da população, agindo com firmeza, agindo com isenção, independente, não escolhendo, como foi dito aqui, qualquer tipo de coloração partidária, mas agindo rigorosamente dentro do Estado de direito. Isso precisa ser ressaltado, por-

que o Brasil vem avançando na sua institucionalidade e esse episódio é mais um exemplo disso.

Eu vou fazer três rápidas perguntas, Sr. Presidente – em parte, uma delas já foi respondida, mas apenas para permitir um aprofundamento maior. Certamente, V. Ex^a, Presidente Eunício, deve decidir... Outros Senadores farão perguntas, as minhas serão muito breves e poderão ser respondidas no conjunto das demais perguntas.

A primeira é dirigida ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e eu pergunto que órgãos se entidades públicas são objeto da investigação, se seria possível fornecer detalhes da investigação feita até agora, especialmente para eliminar a sua divulgação picotada.

Ao Ministro Adams eu pergunto quais as providências tomadas pela Advocacia-Geral da União após a deflagração da Operação Porto Seguro com relação à matéria e se há indícios da participação de outros servidores do órgão nas atividades sob investigação, além do ex-Advogado Geral da União, José Weber Holanda Alves. Pergunto, também, que atividades e decisões do ex-Advogado-Geral da União, José Weber Holanda Alves, estão sendo objeto de revisão ou reexame e quais as consequências que podem ter sido geradas por elas.

São apenas essas perguntas, Sr. Presidente, agradecendo e cumprimentando V. Ex^a pela condução desta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente Rollemberg. Obrigado, Presidenta Lúcia Vânia.

Pelo Regimento, no art. 398, X, cada Senador dispõe de 5 minutos para questionamentos, 2 minutos para réplica e o interpelado dispõe de 2 minutos também para a tréplica, se for o caso. Então, pelo Regimento, a questão tem que ser alternada pelos partidos.

Pelas inscrições, o primeiro inscrito é o Senador Eduardo Braga, do PMDB; depois, o Senador Álvaro Dias, que é do PSDB, para alternar os partidos; Francisco Dornelles, pelo PP; Senador Pedro Taques, pelo PDT; Senador José Pimentel, pelo PT; Senador Randolfe Rodrigues, pelo PSOL; Senador Pedro Simon, pelo PMDB; e Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo PSDB.

Eu vou pedir escusas a V. Ex^{as}, mas é assim o Regimento: 5 minutos, 2 minutos, 1 minuto.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a me desculpe, Sr. Presidente, mas a tradição aqui, no Senado, é que, em ocasiões semelhantes a esta, os primeiros que falam são os autores do requerimento da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas o Regimento não diz isso. O Re-

gimento diz em alternância aos partidos. Lamentavelmente, eu tenho de cumprir e vou cumprir.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Essa é a regra geral e V. Ex^a está cumprindo bem. Mas, antes dessa regra, tem outro item que diz: cabe...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a é autor, o Senador Alvaro Dias é autor, o Senador Pedro Taques é autor, o Senador Eduardo Braga é autor, o Senador Randolfe é autor dos requerimentos. Então, todos aqui estão contemplados pela ordem da questão partidária.

Como o Senador Eduardo Braga foi o primeiro a se inscrever e é autor também, o PMDB – o nosso PMDB – vai para a sétima posição. É o Regimento. Sinceramente, eu estou aqui como escravo do Regimento. Para dirigir uma reunião como esta, eu tenho que cumprir o Regimento. Obviamente, por mais 1 minuto, mais 2 minutos, eu não vou aqui cortar o raciocínio no meio da palavra de um Senador. Mas é o Regimento. Eu, inclusive, concordo com V. Ex^a que o Regimento é muito rígido em determinados momentos, mas, nestas reuniões, é necessário que se faça isso.

Então, o primeiro orador, por 5 minutos, é o Senador Eduardo Braga. Se houver muitos inscritos, vou fazer blocos para os ministros responderem. Já há o Senador Rodrigo Rollemberg. Vou fazer blocos de três Senadores, para que os ministros possam responder. Não havendo muitos inscritos, vou fazer direto, se for o caso. Em princípio, a Mesa determina três Senadores com questionamentos. Pode ser para ambos ou para um só. E, na sequência, a resposta.

Então, o primeiro inscrito é o Senador...

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Só um minutinho.

Eu gostaria de me inscrever – Senador João Costa, Líder do PPL.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador João Costa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu havia me inscrito também, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Supply.

O partido do Senador João Costa: PR?

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – PPL.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – PPL.

E Senador Supply, pelo PT.

Peço à assessoria que coloque na ordem, pela questão partidária.

Senador Eduardo Braga, V. Ex^a tem a palavra para os questionamentos, por 5 minutos – eu vou voltar a registrar lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente Eunício Oliveira, Sr^a Presidenta Lúcia Vânia, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, antes de mais nada, eu gostaria muito de poder agradecer aos três Presidentes das três Comissões, porque, com absoluta boa vontade e entendendo a importância do tema, fizeram todos os esforços para que pudéssemos ter uma reunião conjunta, que reputo pertinente, importante, oportuna, com a CCJ, juntamente com a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Pode parecer estranho o nosso Presidente Rodrigo Rollemberg estar à mesa como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, mas é que esta comissão é também a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado da República e, portanto, pertinente para a questão da fiscalização e controle das denúncias – e também há muitas ilhas com possíveis crimes ambientais.

Feito esse registro, é importante destacar que o requerimento que viabilizou a aprovação desta Comissão em audiência conjunta foi apresentado exatamente pelo Líder do Governo. Isso é importante destacar. Inclusive o convite ao Ministro Adams para estar nesta audiência pública partiu exatamente da Liderança do Governo, numa conversa com o Ministro Adams, com a disposição do Governo da Presidenta Dilma de tratar todos os efeitos e todas as ações de combate a qualquer tipo ou qualquer possibilidade de malfeito com absoluta transparência.

Não há governo que não possa errar. Todos somos passíveis de erro. O que não pode haver é governo comprometido nem com o erro nem com o malfeito. E o que estamos assistindo hoje aqui, não apenas por parte da Bancada que apoia o Governo da Presidenta Dilma, mas por parte de todos os Srs. Senadores, inclusive de oposição, é exatamente a um compromisso com o Brasil que quer, cada vez mais, ser transparente e, cada vez mais, comprometido com a verdade. Portanto, faço esse registro a princípio.

Segundo, quero destacar e enaltecer a posição do Ministério da Justiça que acaba de, mais uma vez, não apenas ontem, na Câmara dos Deputados, mas hoje, aqui, diante desta audiência, no Senado da República, destacar o comportamento absolutamente republicano da Polícia Federal do nosso País. E destaco e enalteço o comportamento absolutamente republicano e independente do Ministério da Justiça em relação a essa ação e que não há, em nenhum momento, como dito pelo Ministro – e aí quero aditar, mais uma vez, já fazendo a primeira pergunta – nenhuma pretensão de nenhum tipo de proteção política, seja partidária, seja institucional. Ao contrário, é preciso deixar claro, Ministro, exatamente por que a Polícia Federal não in-

sistiu em qualquer escuta em torno da Sr^a Rosemary, para que não fique nenhuma dúvida, nenhuma maledicência com relação a não haver escuta em torno da Sr^a Rosemary. V. Ex^a colocou, com absoluta clareza, que a Sr^a Rosemary não fazia parte da estrutura atuante da dita quadrilha que se instalou em setores do Governo e que, a bom tempo, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Justiça Federal trouxeram à baila, com uma decisão da Justiça de forma clara e soberana. Mas é importante deixar isso mais claro a respeito do assunto.

Eu gostaria também de poder ouvir do Sr. Ministro uma posição com relação à Lei de Acesso à Informação, aprovada por esta Legislatura do Senado da República, com a contribuição dos nossos pares, que construiu algo de difícil na política, mas nós construímos, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça. Qual a participação que a Lei de Acesso à Informação tem, neste momento, para aumentar a transparência e aumentar a confiabilidade do combate à corrupção no País?

Em terceiro, eu gostaria de merecer, por parte do Ministro José Eduardo Cardozo, um comentário aditando o que disse o nosso Ministro Adams. O que podemos complementar, nas ações já aditadas pelo Governo Federal no combate à corrupção, na escolha de membros a serem indicados a cargos de alta relevância e de alta direção no Governo Federal? Nós estamos aqui com a Presidenta da Comissão de Infraestrutura que tem, sob sua tutela, algumas das agências que existem em nosso País; assim como o Presidente Rollemberg, que tem, sob o seu comando na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, também algumas agências, como é o caso da ANA. O que nós poderíamos aditar?

Por fim, para encerrar, Sr. Presidente, quero aqui destacar a conduta e o comportamento da Advocacia-Geral da União. O Ministro Adams mostra com absoluta transparência aquilo que nós esperávamos de V. Ex^a: que V. Ex^a viesse hoje aqui para mostrar, em primeiro lugar, a verdade e, em segundo lugar, a forma de não ter nenhum tipo de compromisso em tentar colocar de uma forma menor as ações que estão sendo implementadas, seja pelo ponto de vista do inquérito, seja do ponto de vista da Polícia Federal, seja do ponto de vista da própria Justiça Federal, e as formas com que V. Ex^a está conduzindo uma reconstrução dentro dos critérios da própria AGU. No entanto, faço uma pergunta a V. Ex^a: qual é a segurança que o Senado da República terá da AGU de que esses pareceres serão efetivamente auditados e de que não parem dúvidas de que nenhum prejuízo será causado dora-

vante, diante daquilo que foi constatado pelo inquérito da Polícia Federal?

Deixando aqui o meu agradecimento aos dois Ministros, que prontamente aceitaram o convite das nossas Comissões, aqui presididas pelo Senador Eunício, para estarem hoje, numa quarta-feira, imediatamente ao fato, prestando esclarecimentos à Comissão e à Nação brasileira, eu agradeço a presença do Ministro José Eduardo Cardozo e a presença do Ministro Adams.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Eduardo Braga, que foi preciso: 5 minutos que V. Ex^a utilizou.

Próximo orador inscrito, na alternância partidária, o Senador Alvaro Dias, do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, sem as medidas formais tradicionais, para economia de tempo, eu gostaria de fazer uma observação inicial.

Quando a Oposição fica de frente com o Governo, não deve mudar o discurso. Há que se manter o discurso até oferecendo oportunidade para contestação. Por isso, eu vou repetir o que tenho dito.

Considero a equipe da Presidente Dilma muito fraca, muito aquém das necessidades do País, muito abaixo do merecimento da sociedade brasileira, mas há exceções à regra, honrosas exceções. E o Ministro José Eduardo Cardozo é uma honrosa exceção à regra. E a causa dessa fragilidade da equipe da Presidente é exatamente o modelo promíscuo de loteamento dos cargos que passa inclusive pelas agências reguladoras, produzindo escândalos como este revelado agora pela Polícia Federal.

No campo da ética, isso é uma tragédia. A condescendência, a complacência, a cumplicidade acabam sendo a rotina do Governo, porque o loteamento puxa para baixo a qualidade técnica da equipe e abre portas para os favorecimentos.

Os mecanismos de fiscalização e controle do Governo não são eficientes, tanto é que tivemos vários ministros destronados por denúncias de corrupção, mas nem um deles foi alcançado com precedência pelos mecanismos de fiscalização e controle. A Comissão de Ética Pública da Presidência da República, por exemplo, tem-se prestado apenas a blindar ministros denunciados, mas há que se louvar a Polícia Federal. Essa, sim, é uma instituição independente – e não é de hoje, é historicamente uma instituição independente – e eficiente que tem que ser aplaudida neste momento.

E aproveito até o ensejo, Sr. Ministro, para fazer um apelo em nome dos servidores da Polícia Federal para que V. Ex^a dialogue com eles e procure atender a suas reivindicações, porque a Polícia Federal deve ser valorizada, tem que ser valorizada. Ela tem que ser

estimulada, exatamente em relação a salário e outras questões que são presentemente alvo de reivindicação dos servidores da Polícia Federal.

Em síntese, o Governo tem agido com pouco rigor em relação aos desmandos.

Neste caso, a estratégia é a mesma: permitem que ouçamos aqui os Ministros, mas impedem que ouçamos os denunciados. E o essencial nesta hora é ouvir os denunciados, os integrantes da quadrilha, esses rastaqueras integrantes de uma quadrilha que envergonha o Governo e envergonha o País. Esses é que precisam ser ouvidos. Por isso, o apelo que nós fazemos ao Governo: autorizar o depoimento das pessoas envolvidas, inclusive autorizar a instalação da CPI que completa esse tripé da investigação: Polícia Federal, Ministério Público e Legislativo – Legislativo com essa tarefa imprescindível de propor transparência, de colocar uma luz para que ele possa ser identificado, reconhecido pela sociedade e devidamente combatido. A CPI é essencial. É o apelo que formulamos. Há um requerimento à disposição dos Srs. Senadores.

O Ministro respondeu ontem longamente, durante toda a tarde, invadiu a noite. Certamente, nós seríamos repetitivos se fizéssemos indagações pontuais.

De qualquer maneira, Ministro, eu gostaria de aprofundar um pouco essa questão da interceptação telefônica. Não há como não perceber aí uma diferença de tratamento entre alguns que foram até presos e a Sr^a Rosemary que foi poupada não só da prisão, mas também da interceptação telefônica. Não há como não reconhecer a presença dela na quadrilha, porque ela foi indiciada em três crimes, segundo V. Ex^a já antecipou. Portanto, não vejo nenhuma razão para não ter ocorrido a interceptação telefônica e é evidente que não estou aqui oferecendo nenhuma lição de comportamento e de conduta nessa área, porque não sou especializado. De qualquer maneira, como amador, entendo que a interceptação telefônica deveria ser feita como se fez em relação aos demais. Se não se fez o dela, a indagação é: interceptou-se o número do telefone do escritório da Presidência da República em São Paulo? Se não houve a interceptação do telefone do escritório da Presidência da República em São Paulo, por que não houve? É uma indagação necessária.

Não há como não verificar aí o tratamento díspar entre uns e outros dos envolvidos nessa quadrilha.

E não há também como não responsabilizar o ex-Presidente pela nomeação e pela manutenção da Sr^a Rosemary no cargo.

Já em 2008, em março, na CPI dos Cartões Corporativos, nós convocamos a Sr^a Rosemary. Não tivemos o requerimento aprovado. As denúncias davam conta de gastos exorbitantes com cartões corporati-

vos, da divisão das despesas para evitar licitação e de aquisições que nada tinham a ver com a função do escritório da Presidência da República em São Paulo. Portanto, valores exorbitantes, irregularidades evitando licitação e, o que é pior, uma manifestação de má-fé, com endereço residencial falso. O endereço residencial no cartão da Sr^a Rosemary era a sede da Sociedade Rural Norte do Paraná, em Londrina, no Paraná, nada tendo a ver, portanto, com a sua residência.

A indagação é: mas por que as providências não foram adotadas pelo Governo? O Governo investigou isso? Impediu que se investigasse aqui, mas investigou depois? Por que ela foi mantida na função? Por que o Presidente Lula a manteve? E por que a Presidente Dilma deu continuidade às funções dela?

Eu teria algumas indagações também, e são muito importantes. Sr. Presidente. Peço a V. Ex^a a condescendência de mais um tempo, para que eu possa fazer as indagações ao Advogado-Geral da União.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, eu vou dar 2 minutos a V. Ex^a – agora, isso vai abrir um precedente para dar 2 minutos a todos os outros Senadores.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exato. É muito bom que...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou abrir apenas esse precedente de 2 minutos para todos os Senadores que quiserem fazer uso da palavra. Então, de 5, eu vou passar para 7 minutos, dando os 2 minutos a V. Ex^a. Na sequência, eu não tolerarei mais do que 2 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu vou falar rapidamente, mas ele tem boa memória e vai anotar.

O fato concreto: interceptações telefônicas, e-mails etc, dando conta de que o seu Adjunto, o Weber, foi contatado para alterar parecer oferecido por advogado da Advocacia-Geral da União. Diante do inusitado, isso não passaria pelo Advogado-Geral da União? A decisão sobre a alteração no parecer ou não alteração? Se o fato estava ocorrendo, como não chegar ao conhecimento do Advogado-Geral da União? Além desses casos, por exemplo, privatização de aeroportos ou, como o Governo quer, concessão de aeroportos. Isso passou pela Advocacia-Geral da União – certamente, passou. Foi o Sr. Weber o encarregado de dar parecer sobre essa privatização, já que se levantou suspeita, à época, de que as empresas vencedoras não eram as mais credenciadas?

A negociação com o Luiz Estevão, o ex-Senador Luiz Estevão, que se comemorou como uma conquista do Erário, a recuperação de recursos. Consta que o

negócio foi muito bom para o ex-Senador. Eu indago se houve aí também parecer e participação de Weber.

Eu vou direto ao ponto que considero fundamental, deixando de lado as razões da nomeação – consta que a Presidente Dilma, à época Chefe da Casa Civil, resistiu um pouco à nomeação de Weber e V. Ex^a insistiu. Mas V. Ex^a acaba de dizer que o Sr. Weber foi nomeado depois de ter o arquivamento do processo que tramitava no STJ contra ele. O Mandado de Segurança nº 13.926, impetrado por José Weber, ainda (*Falha na gravação.*) arquivado, não está arquivado e possui um agravo regimental pendente de apreciação, conforme registra o extrato do andamento do processo constante no *síte* do STJ. V. Ex^a acabou de dizer que foi arquivado. Não foi. Está com o Ministro Og Fernandes. Foi arquivado o papel e transformado em processo eletrônico, como procede agora o STJ. Portanto, não houve o arquivamento.

E indago de V. Ex^a, ao final – agora, vou concluir, Sr. Presidente –, sobre o Consultor-Geral da União, Dr. Arnaldo Godoy. Ele informou, em recente entrevista, que teria sido enganado por, expressão literal dele, vagabundos da cúpula da AGU que o levaram a assinar um parecer jurídico que teria sido elaborado por Paulo Vieira, chefe da quadrilha investigada na Operação Porto Seguro. A quem da cúpula da AGU o Dr. Arnaldo Godoy se refere, ao chamá-los de vagabundos? E quais as providências, evidentemente, que foram adotadas, sobretudo contra ele, já que é uma acusação muito séria? Evidentemente, se não há vagabundos na AGU, há necessidade de uma interpelação judicial, na melhor das hipóteses.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eduardo Braga, Senador Alvaro Dias, bloco de três.

Eu vou pedir a compreensão, Senador Dorneles, na sequência, Senador Pedro Taques, em seguida Senador José Pimentel, Senador Randolfe, Senador Pedro Simon e Senador João Costa.

Então, eu vou dar a palavra ao Ministro Luís Lucena Adams para responder os questionamentos e, na sequência, eu vou dar a palavra ao Ministro José Eduardo Cardozo, lembrando que os três que interpelaram terão 2 minutos, cada um, regimentalmente, para fazer, se acharem conveniente, a réplica. E eu não vou, por uma questão regimental, ultrapassar esses 2 minutos, já que ultrapassei 2, na inicial, para questionamento.

Eu vou dar a palavra ao Ministro Luís Adams, por 5 minutos, como ele tem direito a responder, regimentalmente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Embora inscrito, abro mão da minha inscrição, por motivo de força maior. Quero, sobretudo, cumprimentar a disposição de ambos de aqui terem prestado todo esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Então o Senador Suplicy, que estava inscrito, como número nove, pelo Partido dos Trabalhadores, abre mão da inscrição.

Agora, vou dar a palavra ao Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União. V. Ex^a tem 5 minutos para responder e 2 minutos depois, se quiser fazer a réplica, porque os Senadores que fizeram o questionamento têm direito a mais 2 minutos cada um.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Pois não. Presidente, obrigado.

Invertendo a ordem, eu vou tomar a liberdade de iniciar as respostas aos questionamentos do Senador Alvaro Dias.

Eu queria registrar, Senador, que não compreendo que a Advocacia-Geral da União se inclua nesse contexto de equipes fracas e por uma razão muito simples: a AGU tem sido premiada por sua atuação, inclusive no combate à corrupção. Recentemente, só para o senhor saber, na Organização dos Estados Americanos, na 10^a sessão, a AGU foi citada como um exemplo de atuação. Nós temos obtido grandes resultados, inclusive resultados em favor do País. Todos eles foram a favor do País, mas foram resultados que impediram situações de... Só para dar exemplo, naquele rumoroso caso da ADI que julgou a ICMBio, em que o Supremo tomou uma decisão que colocava em xeque todas as medidas provisórias adotadas desde 2002, que colocava mais de 10 anos de medidas provisórias em xeque, foi a AGU que, no dia seguinte, por uma questão de ordem, conseguiu um refazimento de posição do Supremo Tribunal Federal. Isso evitou um verdadeiro cataclismo institucional.

E eu posso passar aqui, por exemplo, em crédito para MPI, em discussões tributárias de como controlar as controladoras. Nós temos, reiteradamente – Belo Monte, Enem –, conseguido e obtido sucesso judiciário. E temos, sim, também atuado aconselhando a Presidente.

E o problema, Senadores, é que a atuação da advocacia pública não é limitada a questões fáceis, são questões polêmicas. É claro que a posição da AGU vai ser objeto de debate, porque nós lidamos com questões complexas, difíceis e muitas delas polêmicas. Não tenho dúvidas de que muitos poderão discordar da posição do Brasil na questão do Paraguai, muitos poderão discordar da posição da AGU na questão do

Battisti e assim por diante, mas isso faz parte da realidade institucional.

Eu estou falando da AGU, mas não acredito que isso se reproduza nos demais órgãos de Governo, que têm atuado com muita eficiência.

Agora, no fato concreto, não, não passou pelo Advogado-Geral. O debate relativo ao parecer específico é um debate que antecedeu a própria formulação do parecer. Ele estava ocorrendo quando do período de formulação. Isso não reduz nem um pouco a gravidade do problema: o debate, a promiscuidade da relação que se estabeleceu com troca de *e-mails* com um agente que sequer era um agente da Antaq, mas um agente da ANA, um diretor da ANA – ele não era da Antaq e, portanto, não tinha nenhuma legitimidade para participar sequer desse debate – nesse caso, na formulação do parecer.

E o parecer que foi adotado não é o que foi objeto de trocas. O parecer adotado é aquele formulado pelo Consultor-Geral da União, Dr. Arnaldo, de mão própria, mesmo, evidentemente, que as conclusões sejam as mesmas. Mas é um convencimento que ele tinha e que ele me trouxe à aprovação.

Então, não houve nesse caso e não passa pelo Advogado-Geral. Essas formulações, essas consultas são dirigidas, não são filtradas pelo Advogado-Geral. O Gabinete recebe várias e várias consultas e as reencaminha para os órgãos próprios. E são esses órgãos – Consultoria-Geral da União, Procuradoria-Geral Federal – que emitem manifestações de acordo com a sua competência. Essa é a rotina da instituição. Por isso que, nesse caso, o Dr. Weber teve que estabelecer algum tipo ou tentou fazer algum tipo de influência na formulação desse parecer.

Não, Senador, o Weber não participava e não participou de nenhuma discussão relativa a essas políticas de formulação de lei. Não era função dele. Esses debates eram conduzidos por mim, diretamente, e eu chamava, essencialmente, os chefes das Consultorias responsáveis. No caso da Consultoria-Geral da União o Dr. Arnaldo, mas, mais imediatamente, quem participou de todos os debates comigo foi o Dr. Marcelo Siqueira, que era quem participava comigo de todas as reuniões na Casa Civil, e eu participava isoladamente de reunião com o Presidente da República. Nenhum desses atores participava das reuniões com o Presidente, somente eu. O Dr. Marcelo e o Dr. Fernando, que é o meu Vice, de fato, participavam dos debates, inclusive internos. Esse é o fórum de formulação.

Questão do Luiz Estevão. A solução do Senador Luiz Estevão foi muito boa para a União. Ela duplicou o fluxo do ingresso, não liberou nenhuma garantia e

deu uma certeza de ingresso de recursos nos próximos oito anos, que foi o prazo concedido para pagamento.

Então, ao invés de nós ficarmos correndo atrás de penhoras, atrás de penhoras, atrás de penhoras, que era a realidade, nós garantimos um fluxo dobrado em relação ao ingresso original e garantimos uma...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas o Weber participou dessa negociação? Essa foi a investigação.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Quem conduziu...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Foi...

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Vou dizer. Já vou chegar aí.

Estou dizendo que resultado, que o senhor comentou que foi muito bom para o Luiz Estevão, foi muito bom para a União.

Agora, em relação à condução da negociação, ela foi feita pelo Departamento de Patrimônio Público e Probidade Administrativa, que era dirigido, à época, pelo Dr. André Mendonça. Desculpe-me. O Dr. Mendonça se licenciou, porque está fazendo curso no exterior. O Dr. André Mendonça conduziu a negociação. O Dr. Weber participou e acompanhou as discussões porque era uma discussão relevante e o Gabinete está presente no acompanhamento. Agora, a negociação foi conduzida...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ministro, tempo esgotado. Pode concluir.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – pelo Dr. Mendonça.

Permita-me só concluir, porque há várias...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Conclua.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Em relação à Presidente, não houve esse evento de resistência porque, na verdade, não fiz duas indicações do Dr. Weber. Eu só fiz a indicação do Dr. Weber ao final desse processo.

E aqui eu quero fazer uma retificação. O senhor cita o mandado de segurança que não aquele a que estou me referindo. A informação que me foi passada, o fato de que eu tinha conhecimento quando da indicação era de outra ação, uma ação penal, que foi julgada pelo STJ no Habeas Corpus nº 153097. E esse *habeas corpus*, que foi julgado definitivamente pelo Tribunal, com parecer favorável do Ministério Público Federal pela concessão da ordem, é que, de fato, entendi que se referia ao evento que eu conhecia.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Então, essa ação o senhor não conhecia?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Essa ação eu não conhecia. Eu vim a conhecer agora depois...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Álvaro, por favor.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – ... dos levantamentos que foram feitos e que começaram a aparecer informações. Aí era um mandado de segurança relativo a um processo disciplinar, de que AGU inclusive está recorrendo. A AGU não deixou de recorrer por causa do Dr. Weber. A AGU está recorrendo dessas decisões. Agora, o objeto de que eu tinha conhecimento à época da indicação é essa ação que foi arquivada pelo STJ, repito, com parecer favorável do Ministério Público Federal.

E só para responder – desculpe – em relação aos chamados vagabundos, eu não sei se o jornalista tomou uma liberdade de expressão, mas, na verdade, o Dr. Arnaldo, que está presente aqui e participa da administração, continua participando, está se referindo evidentemente ao Dr. Weber e a atuação dele e não à administração como um todo.

A administração da Advocacia-Geral da União é uma administração que tem se pautado pelas soluções públicas das questões que são tratadas por ela. E isso tem sido reiterado e esse é o exemplo, uma tradição que todos os membros que são de carreira – todos somos de carreira –, toda a alta cúpula da instituição são advogados públicos de carreira, inclusive eu, que sou Advogado-Geral, que sou Procurador da Fazenda há mais de 20 anos, temos tido esse cuidado.

Evidentemente, o Dr. Arnaldo não se referia a esse processo.

Eu deixo para na próxima fala responder as demais questões.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Que questões ficaram sem resposta?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Só comentar aqui que a fala do Presidente Rollemberg...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar mais 2 minutos a V. Exª para responder.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Providências. Eu já relatei rapidamente as providências, só detalhando: já suspendemos vários atos; apuramos e identificamos 40 que vão ser objeto de análise; suspendemos uma nota que ele emitiu sem a minha aprovação e que foi encaminhada à Secretaria do Patrimônio da União; e todos os atos revistos que vierem a ser reconsiderados e anulados terão consequências em relação à eventual ato de administração que possa dele ter decorrido.

Agora, as manifestações jurídicas, todas elas, são opinativas, não são vinculativas. A administração, inclusive, pode não tê-las adotado. Então, é o caso, inclusive, da Ilha dos Bagres, a SEP não era obrigada a adotar, ela recebeu uma opinião jurídica nossa, que ele poderia ter competência, mas não é obrigado a adotar. E até onde me consta, não adotou.

Então, em relação às manifestações jurídicas, mesmo considerando o conteúdo opinativo, elas serão objeto de revisão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Para responder aos questionamentos, passo a palavra ao Ministro José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Primeiro, a do Senador Rodrigo Rollemberg: eu não diria que há órgãos ou entidades investigadas, mas pessoas que trabalham dentro dos órgãos e entidades investigados.

Rápido resumo: No TCU, o próprio Sr. Cyonil da Cunha Borges de Farias Júnior está investigado, não foi indiciado até o momento, mas poderá sê-lo até o final do inquérito, embora seja o denunciante.

Foram indiciados neste tópico relativo à empresa Tecondi Terminal para Contêineres da Margem Direita S/A: Sr. Paulo Rodrigues Vieira, por corrupção ativa; Sr. Marcelo Rodrigues Vieira, também por corrupção ativa; Sr. Rubens Carlos Vieira, corrupção ativa; Carlos César Floriano, corrupção ativa; Patrícia Santos Maciel de Oliveira, corrupção ativa; e Marcos Antônio Negrão Matorelli, corrupção ativa.

Tópico 2: Antaq. Houve violação de sigilo funcional e indício de que o chefe de gabinete da Antaq encaminha, com infração de dever funcional, documentos atinentes a atividades ilícitas praticadas pelo grupo de Paulo. Nesse caso, foi indiciado por violação de sigilo profissional o Sr. Ênio Soares Dias.

SPU, órgão do Ministério do Planejamento: no que diz respeito à Ilha de Cabras, foram indiciados Paulo Rodrigues Vieira, Marcelo Rodrigues Vieira, Rubens Carlos Vieira, todos por corrupção ativa; Gilberto Miranda Batista, por corrupção ativa; Evangelina de Almeida Pinho, também corrupção ativa; Marcos Antônio Negrão Matorelli; Patrícia Santos Maciel de Oliveira, corrupção ativa; e Mauro Henrique Costa Souza, corrupção passiva.

Outro tópico: Ilha de Cabras, no âmbito da AGU, atinentes a esse parecer. Foram indiciados o Sr. Paulo Rodrigues Vieira, Gilberto Miranda Batista, Carlos César Floriano, Rubens Carlos Vieira, por corrupção ativa; e o Sr. José Weber Holanda Alves, por corrupção passiva.

Acerca da Ilha de Bagres, na Antaq e AGU. Foram indiciados: Sr. Paulo Rodrigues Vieira, Gilberto Miranda Batista, Carlos César Floriano, Rubens Carlos Vieira,

todos por corrupção ativa; e José Weber Holanda Alves, Ênio Soares Dias, Glauco Alves Cardoso Moreira, Jailson Santos Soares, por corrupção passiva.

Tráfico de influência e corrupção. Outro tópico atiente a outras atividades em que circulam a atuação da quadrilha: a S^a Rosemary de Noronha, corrupção passiva e tráfico de influência. Paulo Rodrigues Vieira, corrupção ativa. Rubens Carlos Vieira, corrupção ativa. Marcelo Rodrigues Vieira, corrupção ativa. E Carlos César Floriano, corrupção ativa.

Vamos ao MEC. Auxílio em questões de interesse de Paulo Rodrigues Viera no campo da educação. Foram indiciados Esmeraldo Malheiros Santos, corrupção passiva; Paulo Rodrigues Vieira, corrupção ativa; Marcelo Rodrigues Vieira, corrupção ativa; Marcos Antônio Negrão Matorelli, corrupção ativa.

MEC. Violação de sigilo funcional, fornecimento de senha. Foi indiciado o Sr. Márcio Alexandre Barbosa Lima, por violação de sigilo profissional.

Nos Correios, há uma oferta de propina, mas não há prova da aceitação. Então, portanto, foram só indiciados, até o momento, Paulo Rodrigues Vieira e Lucas Henrique Batista, por corrupção ativa. Lembro que a corrupção é crime formal; então, haveria a necessária prova do recebimento para sua configuração. Mas não há ainda a configuração da corrupção passiva.

Falsidade ideológica, Faculdade Reges de Dracena. No caso do Sr. Cyonil foi emitido também um documento com falsidade ideológica, e indiciados o Sr. Paulo Rodrigues Vieira, Kleber Ednald Silva e José Gonzaga da Silva Neto, por falsidade ideológica.

Falsidade ideológica, no caso da Faculdade de Ciências Gerenciais de Dracena, atinente a uma solicitação da Sr^a Rosemary Nóvoa de Noronha para José Cláudio Noronha. Foram indiciados por falsidade ideológica Paulo Rodrigues Vieira, Kleber Ednald Silva, José Gonzaga da Silva Neto, Rosemary Nóvoa de Noronha e José Cláudio Noronha.

Outro tópico. Falsidade ideológica da New Talent Construtora: um atestado falso para que aquela empresa pudesse atuar. Foram indiciados Paulo Rodrigues Vieira, por falsidade ideológica; Rosemary de Noronha, falsidade ideológica; João Batista de Oliveira Noronha, também por falsidade ideológica.

Depois, tópico 13, a falsificação de um documento particular. Carta de notificação do Condomínio HB Ninety Flats. Foi indiciado o Sr. Paulo Rodrigues Viera, por falsificação de documento particular.

E aí, considerando o conjunto da obra, digamos assim, por quadrilha foram indiciados aqueles que estão presentes no núcleo de todos esses ilícitos, a saber: Paulo Rodrigues Vieira, Rubens Carlos Vieira, Marcelo Rodrigues Vieira, Patrícia Santos Maciel de

Oliveira, Marcos Antônio Negrão Martorelli, por quadrilha ou bando, porque são os que estão presentes em toda a atividade.

Senador Eduardo Braga, agradecendo as elogiosas palavras de V. Ex^a, por que a Polícia Federal não interceptou os telefones de Rose? Como eu observei em início, a interceptação foi tida na segunda etapa da investigação, não na primeira, no momento em que o Sr. Cyonil retorna à Polícia Federal e fala que havia sido procurado novamente para as tratativas em torno do parecer. Ou seja, havia uma situação em curso.

Por óbvio, interceptação telefônica ou grampo telefônico – como queiram – se faz quando há situações em curso, porque, em situações que podem ser provadas por outros meios de prova por já terem sido consumados, faz-se através da quebra do sigilo telemático, busca e apreensão etc. É preciso avaliar a situação, para nunca adotar medidas excepcionais quando são desnecessárias.

Às vezes nós, na vida política, não temos essa dimensão. E nós gostaríamos, às vezes, de ter grampos de todos ou grampos de nenhum. Mas do ponto de vista policial, a interceptação tem que ser feita dentro das condições daquilo que é estritamente necessário para a investigação. Então, por isso ela foi feita a partir desse momento para aqueles que apareciam nas situações em curso, que eram Ilha de Bagres e Ilha das Cabras. Claro. Essa é a razão.

No que diz respeito à Lei de Acesso à Informação, foi uma grande conquista deste País, Senador Eduardo Braga. Sem sombra de dúvida é através dela que nós não só regulamentamos a Constituição Federal, mas temos permitido transparência à máquina administrativa, não só no âmbito federal, mas como também de Estados e Municípios.

Muitos ainda não estão conseguindo cumpri-la a contento. É com um grande esforço do Governo Federal que nós temos conseguido viabilizar o cumprimento efetivo dessa lei, o que muito auxilia a cidadania e o combate a atos de improbidade.

O que podemos fazer para a nomeação de cargos de confiança? Senador Eduardo Braga, esse é um dos grandes desafios não só do nosso País mas, acho, das máquinas administrativas do mundo. O nosso País tem talvez uma estrutura administrativa com maior número de cargos de confiança do que em outros, mas esse é um problema que se coloca na vida dos Poderes e das administrações.

Não há estrutura administrativa...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Permite-me, Senador, continuar. Não há estrutura administrativa

que seja impermeável à corrupção. Não há. Infelizmente, não há. O que é preciso é aumentar o nível de cautela.

Por exemplo, a Presidente Dilma Rousseff adotou como cautela de orientação, que pode ser substanciada nos próximos dias, inclusive através de um decreto, de só permitir nomeações de pessoas que estejam dentro dos critérios da Lei Ficha Limpa, aprovada pelo Congresso Nacional. Isso foi adotado desde o início do seu Governo e vem sendo mantido. Segundo, nos próprios cargos de confiança mais elevados há um exame prévio já rotineiro da própria Abin, que faz uma investigação. A Advocacia-Geral da União adotou critérios, a partir de agora, interessantes, que devem ser examinados por outros órgãos para verificar se os adotam.

Nós temos que minimizar o risco. Essa é a grande verdade. Porém, eu diria que é quase impossível cercar 100% os riscos de uma nomeação. Muitas vezes, nós erramos ao nomear. Eu já errei nomeando. Seguramente, os senhores, que têm uma vida pública, já erraram nomeando. Eu mesmo cito como exemplo, e sou solidário a isso, porque tinha um amigo adversário, Senador desta Casa, com quem fui premiado, inclusive por ações de combate à corrupção, e que, embora adversário político radical, eu o tinha em altíssima conta, tendo-o recebido várias vezes no Ministério da Justiça. Este Senador, infelizmente, eleito inclusive pela Comissão de Constituição e Justiça pelo reconhecimento público e notório da sua magnífica atuação parlamentar, posteriormente, foi descoberto em situações lamentáveis que ensejaram o vigor desta Casa na cassação do seu mandato. Eu me senti, embora à época... Analiso isso bastante constrangido. Quero dizer, com franqueza, que ele não era meu correligionário político, mas era uma pessoa a quem eu tinha um apreço ético. Nós erramos. Ninguém pode nunca eliminar a possibilidade de risco na vida pública lamentavelmente. Essa receita ainda não foi descoberta. Se houvesse, seguramente, nós defenderíamos a sua adoção.

No que diz respeito às perguntas do Senador Alvaro Dias, primeiro, quero cumprimentá-lo, Senador. Sabe V. Ex^a que sempre estivemos em campos opostos, digladiando publicamente, mas o respeito que eu tenho pelo mandato de V. Ex^a, pela competência de V. Ex^a é algo que não escondo e jamais esconderei. Ter V. Ex^a na oposição nos anima na perspectiva de dizer que a democracia realmente é o melhor dos sistemas. Então, meus cumprimentos a V. Ex^a. Saiba V. Ex^a o respeito que tenho. Mas quase sempre nós divergimos em muita coisa. Eu vou divergir um pouquinho de V. Ex^a, permita-me, não é a primeira, talvez não seja a última, apesar da amizade que nos une.

Eu não acredito que o Governo tenha ficado inerte nas nomeações que vem fazendo. A Presidenta Dilma Rousseff é implacável nessas questões. Implacável! E toma todas as medidas e cobra. Por exemplo, ela me pediu, no dia da operação, quando eu a informei da operação Porto Seguro, detalhes da operação, para que não cometesse injustiças. E, ao narrar para ela, inclusive durante o dia, recebendo mais informações, ela, no dia seguinte, exonerou e mandou abrir todas as sindicâncias. Ela não tem nenhuma complacência em relação a isso. Mas, veja só que coisa curiosa, neste caso aqui estão envolvidos funcionários de carreira, ou seja, no núcleo das coisas estão pessoas que serviram a vários governos como funcionários de carreira. Por quê? Porque se analisava o seu currículo e se via a sua condição técnica. Então, eu não atribuo a este Governo uma situação diferenciada nesse aspecto, Senador Alvaro Dias. Eu acho que, infelizmente, nós temos isso na vida. Acontece para todos nós. Ninguém está imune a esse risco. Acho que o Governo tem agido com o rigor necessário. Até porque, repito, a Presidenta Dilma Rousseff, nesse ponto, não transige.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou passar a palavra para o próximo orador inscrito, pela questão partidária, Senador Dornelles.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, não houve o direito dos 2 minutos da réplica. Eu só queria usar 15 segundos para pedir a V. Ex^a, pela ordem, o seguinte: o nosso Ministro Adams não teve tempo, na realidade, para responder à minha pergunta. Então, peço que use o meu tempo de tréplica ou de réplica para que ele possa responder a minha pergunta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – E eu não respondi a pergunta do Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu estou aqui muito constrangido porque, na verdade, extrapolei um pouco o tempo inicial e estou constrangido em pedir o meu tempo de réplica. Não sei se V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar os dois minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Só quero observar, Sr. Presidente, que não respondi a uma pergunta do Senador Alvaro Dias. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem mais dois minutos e V. Ex^a mais dois minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Eu me esqueci, Senador. O senhor me perguntou sobre a questão da quadrilha. É uma questão importante.

Só se pode cogitar em uma avaliação de tipificação criminal – e está aqui um mestre na minha

frente, o Senador Pedro Taques, que me corrija e me polície porque sou um aventureiro nessa área, Senador Pedro Taques – quando se olha o conjunto de um inquérito. E são 11 mil páginas! Mas há uma diferença muito clara, perdão, muito nítida no Código Penal, mas não tão nítida na doutrina, entre o enquadramento do delito relativo à quadrilha ou bando, que está no art. 288, do Código Penal, e o que se costuma chamar de concurso de pessoas, que está no art. 29. Quando há concurso de pessoas em uma prática criminosa e quando há quadrilha? O Senador Pedro Taques sabe que, até hoje, os estudiosos debatem isso longamente nas academias para qualificar isso. Qual a diferença, falando teoricamente, do ponto de vista macro? A quadrilha se dá quando mais de três pessoas se unem, em uma situação estável, planejando, atuando e intervindo. O concurso de agentes se dá, quando, para a prática de alguns delitos isolados e individualizados, se unem esforços.

O que interpretou a Polícia Federal é que a Sr^a Rose não participava dessa associação. Não havia *affectio societatis* criminal, chamemos assim, para a junção permanente de atividades. Ela não planejava, ela não atuava, e não atuava em todos os casos que foram colocados; ela atuava em algumas situações individuais, o que também não a favorece em nada do ponto de vista, digamos, do rigor com que deva ser tratado, porque há crimes pesados, como corrupção passiva, falsidade ideológica, etc. Mas ela era vista como uma servidora cooptada pela quadrilha e não como membro dessa quadrilha. Inclusive há diálogos interessantes em que ela diz o seguinte, os irmãos Vieira, conversando, falam: “Olha, não comenta nada com a Rose dos nossos casos lá, em tal lugar, porque ela pede muito. Não comente.” Ou seja, não comentar significa não ter ciência; não ter ciência significa não participar do planejamento, da organização, da atuação. Por isso, com essa avaliação, apenas se deixou de tipificar o crime de bando ou quadrilha, mas todos os outros foram rigorosamente tipificados.

Então, eu digo, querido amigo Senador Alvaro Dias, que essa é uma avaliação jurídica. Os penalistas, como Pedro Taques, até hoje debatem o melhor enquadramento para essa situação. Eu, modesto constitucionalista, ao ler, achei que o Delegado estava certo. Mas ainda há o inquérito. Até o final do inquérito, se aparecerem fatos novos, poderá ser mudado o indiciamento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A réplica, Sr. Presidente, é possível? Será rápida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir a resposta do Ministro Adams e, na sequência, V. Ex^a.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Rapidamente, Sr. Presidente.

O Sr. Rollemberg perguntou se havia outros servidores envolvidos. Até agora temos, no âmbito da AGU, identificados e procedimentos relativos ao Rubens, que é Procurador da Fazenda Nacional e já vinha sendo objeto de investigação; o Dr. Glauco, que era o Procurador-Geral da Antaq, que também está sob investigação, e o Dr. Weber. Esses são os que temos identificados. Agora, a sindicância pode, eventualmente, avançando a investigação, verificar se houve ou não outros advogados envolvidos, e serão evidentemente incluídos, caso identificado e apurado o envolvimento nesse processo.

Em relação à segurança – o Senador Eduardo Braga pergunta – de que essas auditorias terão eficiência, eu digo, Senador, transparência. Todos os resultados dessas auditorias que estão sendo conduzidas pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União – e, diga-se, não é só a Corregedoria da AGU, porque a Corregedoria está fazendo nas Procuradorias. Também a CGU está analisando e fazendo correções no âmbito das agências. –, assim como as investigações, terão seus resultados, quando concluídos, divulgados. É essa transparência que vai trazer essa segurança, digo, ao trabalho do corpo técnico. É um corpo técnico especializado, dedicado, e, no passado, já cortamos na carne; não será a primeira vez.

O advogado tem um compromisso com as garantias constitucionais, entre elas, ouvir a defesa, agora, e se os gravíssimos indícios que foram identificados e apurados nesse inquérito vierem a ser confirmados no âmbito penal – mas falo pelo âmbito administrativo – no âmbito administrativo, os envolvidos serão demitidos. Não tenham dúvida disso: os envolvidos serão demitidos, porque não é aceitável essa prática no âmbito da Administração.

Só para registrar, para caracterizar, em última análise, como é difícil esse processo de seleção: se nós aplicássemos apenas o critério da ficha limpa, todos os servidores poderiam ser nomeados, porque todos eles atendem à regra da ficha limpa. Por isso nós, pela experiência que adotamos, procuramos avançar um pouco nesse critério para tentar aperfeiçoar o nosso processo de indicação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, serei rápido na réplica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem exatamente dois minutos, por favor. Eu não quero cortar o raciocínio de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não.

Primeiramente, Sr. Presidente, quero agradecer as palavras generosas do Ministro José Eduardo Cardozo. Vindo de quem partem, realmente me honram muito. E dizer que discordo dessa questão da Rosemary porque entendo que ela exerceu uma influência fundamental em razão da posição estratégica que ocupava. Batendo às portas da Presidência da República como rotina, ela indicou nomes, ela exerceu uma influência tão forte nas nomeações que é impossível excluí-la desse processo global da atuação em quadrilha, em bando.

Embora eu não seja um Pedro Taques da área criminal, ousou refletir sobre isso em razão das aparências que são muito gritantes: a proximidade com a Presidência; a influência que exercia em nome do Presidente. Tudo isso coloca Rosemary no epicentro dessa crise, para não dizer no epicentro dessa quadrilha arrumada dentro do Governo. Então, essa é a minha posição.

Em relação ao Advogado-Geral da União, o que me resta agora é fazer só uma indagação.

A AGU, recentemente, firmou contrato de prestação de serviços com a CTIS Informática no valor de R\$9.770 milhões. Tal empresa esteve envolvida em escândalo na gestão do Dr. José Weber quando ele era Procurador-Geral do INSS. Por que justamente ela foi contratada pela AGU? Foi por influência de Weber?

Essa é a indagação da réplica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Ministro da Justiça tem direito a dois minutos, pelo Regimento, de tréplica, e eu vou dar a palavra a S. S^a por dois minutos, para que ele faça a tréplica a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Na sequência, vou dar a palavra para os inscritos: Senador Dornelles, Senador Pedro Taques, Senador José Pimentel, no grupo de três.

Ilustre Senador Alvaro Dias, eu vou dar a palavra ao Ministro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Senador, até me parecem aqueles debates de televisão, dos quais participamos tão prazerosamente na campanha eleitoral.

Mas, essa é mesmo uma discussão jurídica, e V. Ex^a talvez esteja defendendo matérias que alguns juristas defendam também. Isso vai acontecer, essa polêmica existe porque esse enquadramento não é simples. Apenas o que eu posso dizer é que esse enquadramento foi feito por servidores da Polícia Federal, aqueles que nós dois achamos que têm que ser valorizados, porque são sérios, porque não há influência política. Então, foi uma decisão técnica. Se acertada ou não, juristas e advogados vão debater, o promotor vai analisar etc. Mas, não houve nenhuma conotação política nisso. Os servidores da Polícia Federal, que

atuam com isenção, com imparcialidade, que deram esse diagnóstico, que pode até ser revisto, se houver elementos novos até o final.

Portanto, não há nenhuma dimensão política nisso. Posso lhe garantir, Senador. Mas, agradeço as palavras sempre cordiais de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para encerrar esse bloco, dou a palavra ao Advogado-Geral da União, para dois minutos de tréplica ao Senador Alvaro Dias, ou em resposta feita ao Senador Alvaro Dias, sem direito a réplica e sem direito à tréplica.

Ministro Adams, dois minutos.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não. Só para esclarecer, o Dr. Weber não participava e não tinha nenhuma autorização para participar de qualquer procedimento administrativo. Não era a função dele. Quem fazia a supervisão administrativa, e faz como supervisão, é a Dr^a Rosângela, que é minha outra adjunta, mas quem conduz o processo administrativo de contratações é a Dr^a Gildenora, que, por muitos anos, trabalhou no Ministério da Fazenda e hoje trabalha conosco.

A CTIS foi contratada em 2009, por licitação, e temos hoje como prorrogação de contrato. Então, não há nenhuma suspeição específica e estou aberto, inclusive, a pegar cópia do processo de licitação e entregar para os senhores, não tenho nenhum problema quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, não dá mais. Não, não dá mais, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ele não respondeu sobre a CTIS, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, V. Ex^a não está com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Talvez seja do interesse...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra ao Senador Francisco Dornelles, porque, senão, vamos ficar o dia todinho com os três primeiros.

Senador Francisco Dornelles, V. Ex^a tem a palavra pela ordem de inscrição.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Eunício Oliveira; Sr^a Presidenta, Lúcia Vânia; Presidente Rodrigo Rollemberg, eu quero cumprimentar os Ministros José Eduardo Cardozo e Luís Inácio Lucena pela exposição que acabam de

fazer no Senado, exposição, aliás, coerente com a competência, com o espírito público e com a retidão que sempre demonstraram em todos os cargos que ocuparam.

Em relação ao Ministro Adams, eu queria dizer que, como ex-fazendário, acompanho com frequência pendências de natureza tributária existentes em tribunais superiores. E, dificilmente, um Advogado-Geral da União teve vitórias tão importantes e conseguiu ganhos tão marcantes para a Fazenda Nacional quanto V. S^a conseguiu nesses tribunais. Grande parte dos questionamentos que eu gostaria de fazer já foram abordados aqui pelo Ministro e pelo Advogado Luís Inácio.

Há apenas um caso que eu gostaria de fazer, como leigo, ao Ministro José Eduardo. Toda a atuação do Polícia Federal tem que ter um viés punitivo ou pode ter também um viés preventivo? Porque, eu diria, no momento em que a Polícia obteve informações de que no escritório da Presidência da República em São Paulo havia atuação suspeita, não poderia ter comunicado, levado esse fato à Presidência da República, para que pudesse prevenir, impedir, retirar e substituir pessoas? A Polícia não pode ter essa função preventiva ou é necessário aprofundar e partir logo para uma atuação punitiva, que é o caráter do que ocorreu com a invasão do escritório de São Paulo? Em outras palavras, a Polícia não pode ter uma atuação preventiva na Administração Pública, impedindo que situações se agravem e tragam danos maiores à Administração Pública.

É o questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Dornelles. V. Ex^a sempre sucinto e objetivo nos questionamentos.

Próximo Senador inscrito é o Senador Pedro Taques, para fazer os seus questionamentos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento o trio de Presidentes das Comissões, os Ministros Luís Inácio Adams e José Eduardo Cardozo.

Vou ser bem objetivo, Sr. Presidente, muito rápido, para que não seja repetitivo.

Ao Ministro Adams. V. Ex^a disse que o Advogado Weber participou das negociações do Grupo Ok. Quais ou qual a participação dele, de menor importância, nessa negociação do Grupo Ok? V. Ex^a já fez o levantamento da participação deste servidor público? Em vários pareceres, ele teria efetuado, assinou 942 atos. De que natureza são esses atos? Que tipo de ato? O senhor poderia revelar dez atos de que ele teria participado? Poderia mandar cópia disso para a Comissão de Fiscalização e Controle, que é nossa atribuição?

V. Ex^a e a AGU fizeram o levantamento a respeito das audiências que ele recebeu. Essas audiências estão registradas? Existem câmeras lá na AGU? O que sabe, com quem ele conversou, quais são os assuntos temáticos? A AGU registra de seus servidores o que foi conversado? Existem assentamentos na AGU? V. Ex^a pode remeter isso para a Comissão de Fiscalização e Controle e também cópia para a Comissão de Constituição e Justiça?

V. Ex^a é cultor da ciência jurídica, podia definir o que é culpa aquiliana, decorrente do art. 186 do Código Civil? V. Ex^a acredita que pode ter agido com culpa *in vigilando*, *in eligendo* esse cidadão que ali estava? O senhor não é adivinho, não poderia adivinhar os atos que ele praticava, nem outros, mas o senhor é um servidor público de carreira. Todos nós estamos sujeitos a isso, como bem disse o Ministro da Justiça, mas o senhor não é qualquer servidor público – aqui sem fazer qualquer juízo de diferença entre servidor público –, V. Ex^a é Advogado Geral da União, a Presidente da República passa uma procuração para o senhor defender os interesses da República, e V. Ex^a nomeou esse cidadão.

Eu tenho uma fotografia aqui de uma reunião desse cidadão, desse servidor José Weber. Eu gostaria de saber o que ele estava fazendo nessa reunião, que ato era esse aqui, se pudesse mostrar ao senhor esta foto; que ato é esse? O que ele estava fazendo? Qual é a participação dele nessa reunião? Por gentileza. E por que ele aí estava?

Ao Ministro da Justiça, Sr. Presidente.

Sr. Ministro da Justiça, se eu entendi muito bem tudo que o senhor diz, as lições que o senhor nos prestou aqui sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, com total respeito a V. Ex^a, se houve indícios de autoria e materialidade para fazer uma busca e apreensão no escritório da Presidência da República, se houve indícios de autoria e materialidade para fazer uma busca e apreensão na casa da Rosemary – foi feita uma busca e apreensão lá na casa dela, no apartamento, na Rua 13 de Maio, na cobertura, não é isso? –, se foi feita uma busca e apreensão, por que não houve indícios de autoria e materialidade para cumprir a Lei nº 9.296, a Lei de Interceptação Telefônica? Porque o que nós estamos a discutir aqui é se a Polícia Federal protegeu essa servidora porque ela era ligada ao ex-presidente Lula, ou não. O debate é esse, não tem outro debate. Se a Polícia Federal protegeu essa servidora, o Ministério Público Federal também pode ter protegido, porque o Procurador da República que oficiou poderia ter feito o pedido de interceptação telefônica dessa senhora. Por que não o fez? Então,

a dúvida é essa: ela foi protegida porque é amiga do ex-Presidente da República. Esse é um ponto.

Nós todos sabemos que o Direito tem muitas posições jurídicas; alguns dizem que o Direito parece o Kama Sutra, são várias as posições. (*Risos.*) Muito bem. Isso está escrito em livro, eu posso dizer, está escrito em livro, são várias as posições.

Sr. Ministro, muito bem, V. Ex^a sabe que cada um tem a sua posição jurídica. Nós não podemos criticar o Delegado, criticar um membro do Ministério Público porque teve essa posição de entender que esta senhora não teria participação na quadrilha. Agora, pelos elementos que existem na investigação, esta senhora deveria ter sido presa. Essa é a minha posição jurídica. Por que como uma secretária da Presidência República, que está negociando cargos nas agências reguladoras – negociando cargos! –, nomeando cargos importantes da República, não faz parte dessa quadrilha? É uma quadrilha! E aqui, Sr. Advogado– Geral da União, não houve malfeito, não houve erro; houve crime! Nós não podemos esconder as palavras. Crimes foram praticados por servidores públicos subordinados a V. Ex^a. Ah, mas é a presunção de inocência. Exatamente, temos que respeitar a presunção de inocência, mas um homem importante da AGU, com que V. Ex^a tinha relações profissionais com ele, em tese, praticou crimes. Não foram malfeitos, não foram erros; foram crimes! Por que não foi feita a interceptação dessa senhora?

E o que diz o Relatório nº 9 da Polícia Federal? V. Ex^a fez referência ao Relatório nº 9, que fala da participação da Rosemary, e eu gostaríamos de saber o que esse relatório diz, se V. Ex^a puder nos revelar. Este é um relatório importante, porque fala da participação dela, e o delegado de polícia, que eu não conheço, que fez esse relatório, deve ter colocado nele as razões pela não interceptação do telefone. Agora, que esta senhora precisaria, sim, ter os seus telefones interceptados é óbvio. Ela ali agencia cargos nas agências públicas, e isso já está comprovado por outras interceptações.

Uma última indagação a V. Ex^a. A comunicação telemática, os *e-mails*, correspondência eletrônica dela já vazaram, já estão na imprensa. Eles foram encontrados nas buscas, eles foram encontrados nas buscas? Houve quebra? Muito bem. Se houve quebra da comunicação telemática, por que não houve quebra da comunicação telefônica? Onde há a mesma razão o mesmo direito deve ser aplicado. V. Ex^a sabe bem disso.

Se fosse possível, com o respeito que eu lhe tenho, gostaria de ver essas perguntas respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Tem mais um para o bloco, que é o Senador José Pimentel, daí eu fecho o bloco e vou dar a palavra a V. Ex^a e, depois a V. Ex^a.

Senador José Pimentel, pela ordem de inscrição, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente desta reunião, Senador Eunício Oliveira, Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Presidenta da Comissão de Infraestrutura, nosso Senador Rollemberg, que já foi para a Ordem do Dia, porque estão começando os nossos debates em plenário, eu queria começar registrando a agilidade com que o Senado Federal conduziu essas audiências públicas.

Na semana passada, aprovamos os requerimentos e já nesta quarta-feira estamos realizando esse amplo debate para esclarecer os membros do Congresso Nacional, mas também toda a sociedade brasileira.

Queria saudar o Ministro Luiz Inácio Lucena Adams, o nosso Ministro José Eduardo Cardozo, com quem fui Deputados na Câmara Federal, e registrar a forma como as instituições deste País estão funcionando no Estado democrático de direito com plena transparência, dando toda segurança ao cidadão e à sociedade brasileira de que aqueles que cometerem qualquer ilicitude, independentemente da sua função, do seu cargo ou do seu espaço na sociedade, respondem pelos crimes cometidos.

A nossa Polícia Federal tem tido uma atuação muito firme na defesa dos interesses do Estado nacional. Eu mesmo fui Ministro da Previdência Social e ali assisti a várias ações da nossa Polícia Federal. E, a partir dali, foi tomada uma série de medidas no sentido de evitar a perda dos recursos públicos, a fraude e um conjunto de questões que ao longo da história da Previdência estavam na pauta. Vivia a nossa Previdência Social nas páginas policiais, mas, felizmente, diminuiu muito, mas ainda precisamos ajustar um conjunto de outras ações. E devo à Polícia Federal e à Advocacia-Geral da União um conjunto de medidas que ali foram tomadas.

Portanto, nosso Ministro José Eduardo Cardozo, parabéns pelo trabalho que V. Ex^a conduz, pela maneira como a Polícia Federal vem atuando.

E quero registrar dois fatos recentes que são objeto de reclamação, dependendo do polo em que você se encontra: de um lado foi a Operação Monte Carlo, em que assisti aqui no Senado Federal, aqui no Congresso Nacional, muitas reclamações; da mesma forma que agora, na Operação Porto Seguro, estamos assistindo também a outras reclamações. O interessante é que são os mesmos Congressistas com posições bastante diferentes para uma situação e para outra. Por isso há a certeza de que a Polícia Federal está agindo corretamente, e o nosso Ministério da Justiça está dando toda a liberdade institucional. E não poderia ser diferente.

Quero adiantar que aqui no Senado Federal, quando cheguei em 2011, nós tínhamos um Senador que era tido como paladino da moralidade, da coisa certa e era parâmetro para muitas ações aqui no Senado Federal. Lamentavelmente a sua história era outra.

Eu pergunto ao nosso Ministro Luiz Inácio Lucena Adams: será possível V. S^a aprofundar mais um pouco as funções comissionadas que o Sr. José Weber exerceu ao longo da sua vida funcional, se possível aquelas que constavam do seu currículo quando foi encaminhado para fins de nomeação nesse importante cargo na AGU?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mais um bloco de três Senadores.

Vou dar a palavra ao Ministro José Eduardo Cardozo para as respostas e, na sequência, ao Ministro Luiz Inácio Lucena Adams.

Tem a palavra V. Ex^a, Ministro Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Inicialmente, respondendo ao Senador Dornelles, a quem cumprimento e agradeço pelas palavras, a Polícia Federal atua como polícia judiciária, portanto age no plano investigativo.

É claro que, uma vez concluído o trabalho investigativo, a Polícia Federal indicará ao Ministério Público as ocorrências criminais que se sucederam ou atestará a não ocorrência. Nada impede que, *a latters* do inquérito policial, a Polícia Federal possa fazer sugestões. Isso é perfeitamente possível. Mas enquanto não está concluída a investigação

Enquanto não está concluída a investigação, pedir que a autoridade policial alerte que um crime está sendo investigado significaria não pegar o resultado do crime. E até isso tramita em sigilo. Então, não poderia o delegado federal informar, antes do término das investigações, dizer: “Olha, tal pessoa está praticando crimes ou pode estar praticando crimes”, porque senão estaria colocando a nu, inviabilizando a própria investigação, que é a razão de ser da atuação da Polícia Federal. Agora, a concluir a investigação – e note que nesse caso não acabou a investigação; o inquérito está em curso ainda –, nada impede que, através do Diretor-Geral ou de alguém, se façam sugestões para o aperfeiçoamento da institucionalidade. Agora, medidas de alerta de que crimes poderão ocorrer, efetivamente não podem ser feitas porque senão haveria uma desnaturação da atuação policial.

Senador Pedro Taques, agradeço as ponderações de V. Ex^a. E, veja, eu aqui não influencio em absolutamente nada o posicionamento da Polícia Federal. Apenas concordo com ele; se discordasse, falaria também. E não modificaria nada a posição do Delegado, tenha

certeza disso, em relação ao inquérito, a menos que configurasse algum abuso, alguma situação que exigisse punição. E, nesse caso, há uma discussão de questões jurídicas que são colocadas, onde me parece que as teses são todas perfeitamente sustentáveis.

A primeira delas: como se explica a quebra do sigilo telemático e não telefônico? Parece-me uma explicação simples: o sigilo telefônico é dali para frente; as palavras que já foram faladas ao telefone se perderam, são palavras ao vento. O sigilo telemático é quebrado para o passado. Por quê? Porque você vai, junto aos provedores, e pega o que foi digitado. As primeiras interceptações telefônicas foram pedidas em março de 2012; as pessoas já estavam nomeadas. Ou seja, essa situação de trabalhar a nomeação de pessoas já estava consolidada. Muitos dos delitos que foram colocados estavam já colocados no passado, porque foi a partir do sigilo telemático ou dos *e-mails* que se obtiveram que se caracterizou. Ora, eu interceptar daqui para frente para pegar algo que já se consubstanciou não tem justa causa.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Então, seria fácil detectar. Por quê? Porque o que estava tendo continuidade, segundo o Sr. Cyonil, era a Ilha de Bagres e Ilha das Cabras, e na Ilha de Bagres e na Ilha de Cabras D. Rose não interferiu, o.k.?

Então, todos aqueles que estavam...

Meus cumprimentos ao Deputado Roberto Freire. Pensei que seria algum aparte. É o hábito parlamentar de ter convivido com V. Ex^a na Câmara.

Mas, objetivamente, essa era a questão que estava posta.

Também faço uma observação: não podemos olhar a Sr^a Rosemary destacada de todo o contexto. Foram, se V. Ex^a me permite observar, como já havia dito, 46 mandados de busca e apreensão. Muitos dos que tiveram busca nas suas casas e nos seus escritórios não tiveram interceptação telefônica. Cito como exemplo a D. Evangelina, da SPU, que também não teve. Por quê? Porque a atuação dela já estava posta no passado e, naquele momento, se negociava pareceres desses dois casos, que era o ponto focal do inquérito.

Esse foi o relato que o Delegado me fez. Inclusive posso dizer uma coisa ao senhor: é tão zeloso o Delegado que ele pediu autorização para a juíza para poder me municiar para essa audiência, e foi autorizado pela juíza, por via telefônica, porque senão nem esses dados eu poderia talvez ter, por força do sigilo, mas assim me foi dada essa licença pela juíza de Direito.

Então, o que ele avalia?

A interceptação telefônica é uma medida excepcional que apenas deve ser feita, porque expõe sobremaneira a intimidade das pessoas, nos casos em que delitos não podem ser comprovados com outras formas de direito.

O que queria ele ao pegar a busca e apreensão na casa de Rosemary ou no escritório da Presidência? Por exemplo, falsidade ideológica. Não tinha claro a autoridade policial, inclusive quando fez o relatório, se havia sido consumada a falsidade ideológica ou não com, por exemplo, o diploma falso. Então, tentou encontrar o diploma falso, para quê? Porque aí estaria materializado o delito, independentemente de ser um crime formal, até a situação que estava posta, algumas delas estavam postas.

Então, essas situações é que determinaram fazer ou não busca e apreensão, não fazer nesse caso; fazer interceptação telefônica; não fazer nesse caso. Quebra-se o sigilo telemático, porque o telemático é para o passado. Esses eventos remontam a 2009 e 2010. Em março de 2012 é que se pede a interceptação telefônica por quê? Porque aí se falou que havia situações em curso. Essa foi a avaliação do delegado de polícia, a meu ver, estritamente técnica. Pode haver interesse? Claro que pode. Isso haverá sempre, como a do senhor. O Ministério Público concordou, inclusive. Houve o crivo do Ministério Público em relação a isso.

Então, como V. Ex^a bem disse, citando a bibliografia há pouco mencionada, há várias páginas que podem ser lidas de forma diferente quando se analisa o fenômeno jurídico. Agora, o que eu lhe garanto é o seguinte: isso foi feito tecnicamente. Se há discordância ou se não há discordância, seguramente nós teremos que discordar do Delegado, teremos que discordar da Procuradora da República, mas, aparentemente, a tese sustentada, pelo menos por este modesto discípulo de V. Ex^a, tem muita razoabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Passo a palavra para o Advogado-Geral da União responder aos questionamentos dos três Senadores: Dornelles, Pedro Taques e José Pimentel.

Tem a palavra V. S^a.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Primeiramente, quero registrar o meu agradecimento pelas palavras do Senador Dornelles. O Senador Dornelles, como Procurador da Fazenda aposentado, mas na ativa, digamos assim, é uma referência em nossa instituição, ocupou e ocupa funções públicas relevantes e tem sido um exemplo para toda a nossa instituição. Quero agradecer o registro, que muito me honra, Senador, que o senhor faz a minha atuação, seja na época da Procuradoria-Geral da Fazenda, seja agora, como Advogado-Geral.

A AGU é uma instituição que cresceu muito e a PGFN também. E essa atuação decorre desse fortalecimento de todos esses anos, da qual eu sou partícipe, mas a instituição é maior que suas partes.

Em relação à questão do Senador Pedro Taques, o senhor perguntou sobre o acordo, qual a participação do Weber.

O Weber acompanhou a negociação e participou dos debates da negociação, em nome do gabinete. Ele era adjunto. A condução da negociação, como eu disse, foi feita pelo Departamento de Patrimônio Público e Probidade Administrativa. A atuação desse departamento, aliás, rendeu o Prêmio Innovare, um prêmio especial de combate à corrupção, e foi mencionado na OEA como exemplo de atuação. A condução desse acordo e o resultado do acordo, que foi elogiado no Tribunal de Contas e, particularmente, pelo Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas da União, que acompanhou esse processo, mostram o quanto esse resultado foi positivo para a União.

E ele acompanhou, como não podia deixar de ser. Em uma matéria dessa relevância, o gabinete se ausentar totalmente era algo absurdo. Eu não tinha tempo e condições, por vários motivos, de acompanhar todas as reuniões. Então, evidentemente, eu tinha alguém que acompanhava.

Essa foto refere-se à divulgação do acordo. Quando foi anunciado o acordo pela Dr^a Helia Beterro, que era Procuradora-Geral da União e Chefe do Departamento, o Weber acompanhou e participou desse anúncio, o que – desculpe – para mim era absolutamente natural do contexto do trabalho normal na instituição, e não há, a princípio, como avaliar esse processo.

Eu tenho segurança pelo processo por conta de que quem conduziu não foi o Weber. Não foi ele que dirigiu esse trabalho. Quem dirigiu foi o Departamento, dirigido pela Dr^a Helia e foi anunciado. Quem, inclusive, veio me informar do resultado do acordo foi a Dr^a Helia Beterro, que era a Procuradora-Geral da União. E, como sendo fruto do trabalho dela, ela queria até que eu anunciasse, e eu, Advogado-geral, disse: “Não, a senhora conduziu, a senhora tem toda legitimidade e tem os méritos para anunciar esse acordo, que foi um acordo excelente para o Estado. Mostra que é possível, sim, recuperar patrimônio.”

E o Departamento tem uma tradição muito grande. Os números constam desse material que nós distribuímos. Há mais de R\$2 bilhões em ações de recuperação, e já recuperamos mais de R\$1 bilhão em ações efetivas. Nós não temos nenhuma liminar. Todas as liminares que nós requeremos ao Judiciário para bloqueio, para penhora, para indisponibilidade patrimonial foram deferidas em favor da AGU. Nós temos

conseguido um resultado 100% efetivo, ao ponto que hoje, nós, a AGU, temos um resultado positivo nessa área de recuperação de patrimônio extraviado da ordem de 15%, o que, comparativamente corresponde aos créditos públicos de recuperação muito altos. Nós recuperamos em torno de 5% nos créditos tributários, nas operações normais; nós chegamos a 15%, e a meta é chegar a 25% de recuperação no prazo de 3 anos.

Em relação à questão das audiências, as audiências estão registradas. Eu tenho aqui uma cópia e posso deixar à disposição do Senado. Não havia ata dessas audiências, porque, pela regra do decreto, as atas são obrigatórias para ocupantes de cargos de direção a partir de determinado nível. Assessoria em geral não tem essa regra. A partir de agora, haverá essa regra. A portaria que editei obriga esse registro para todos os advogados públicos, não só para os que ocupam cargo em comissão.

São 942 atos. Em geral, os atos se referem a procedimentos de encaminhamento. Não são atos... O que nós podemos identificar são atos de encaminhamento cuja função era dele mesmo, porque recebia uma consulta e encaminhava para os setores próprios para manifestação. Essa é a maioria dos atos.

Nós identificamos, vamos dizer assim, intuímos, a partir da movimentação da apuração inicial, que há 40 atos que podem ser objeto de revisão, em que aparentemente há algum nível de manifestação que precisa ser olhada. Então, nesse momento, nós estamos resgatando esses processos administrativos – alguns estão na AGU, outros não –, para que possa haver essa análise.

Evidentemente, à medida que for concluindo esse processo, não há problema algum divulgá-los e dar conhecimento, inclusive às conclusões que nós tomarmos. Isso faz parte do processo de transparência e faz parte da Lei de Acesso à Informação.

Em relação à *culpa in vigilando* ou *in eligendo*, eu diria, Senador, que os parâmetros que orientaram a nomeação – e aqui respondendo ao Senador Pimentel – foram, de fato, pela experiência técnica. Não foi uma pessoa que surgiu do nada. Ele foi Procurador-Geral... Só para citar: foi Procurador-Geral do INSS por praticamente 4 anos, de 14 de fevereiro 1996 a 10 de setembro de 1999, por 3 anos; foi Procurador-Geral do FNDE; tinha sido Procurador-Geral Federal – ocupou esse cargo por pouco mais de um ano, em dois governos distintos; foi Procurador-Geral da Universidade de Brasília por 4 anos, de 18 de fevereiro de 2004 a 13 de junho de 2008.

Então, por esses parâmetros, eu entendi que ele tinha qualificação para ser adjunto do Advogado-Geral, até porque era um cargo de assessoramento, como

já disse. Como adjunto, ele cumpria funções e exercia funções para dentro da instituição que eram funções que eu detalharia como funções basicamente de acompanhamento e de agilização de tramitação, como eu já disse. O Advogado-Geral tem um conjunto de atribuições muito grande e complexo, difícil, e essas atribuições exigem uma equipe que faça o acompanhamento.

Eu recebo a consulta, por exemplo, de um órgão e passo adiante. Quem recebe deve ter compreensão de que aquela resposta deve ser em tempo útil para o órgão tomar uma decisão e não ficar às vezes ficar parado no escaninho seis meses, oito, um ano, como às vezes acontecia, como na época do Gilmar, quando ficavam 5 anos parados no escaninho, sem nenhuma movimentação. Então, essa era a proatividade que eu exigia para garantir essa manifestação.

Em relação específica da... Só comentando a questão de crimes e malfeitos, o senhor tem razão: o que está aqui como objeto do inquérito são crimes. Agora, o que nós vamos punir, no âmbito administrativo, não são só crimes; nós temos fatos que podem não ser crimes, mas ser puníveis. E essa, digamos assim, expressão “malfeito” é para dar exatamente essa abrangência. Nós estamos pegando um complexo. Ele pode até se exculpar depois, ser inocentado no crime de corrupção passiva, em que me parece que foi indiciado, mas pode não ser exculpado na advocacia administrativa, por exemplo. Ou outra ação que ele tenha praticado pode ser objeto de condenação no ponto de vista administrativo. Por essa razão, a expressão “malfeito” que eu usei deve de fato pegar essa abrangência que compõe a nossa...

Quanto à questão da culpa *in vigilando*, Senador, a culpa *in vigilando* é no razoável. Veja bem, nesse caso, há situações em que ele manda *e-mail* para o *e-mail* pessoal dele para, depois, mandar o *e-mail* para o Paulo Vieira. Eu não tenho como ficar monitorando *e-mail* particular. E não posso ficar pressupor que ele mandou para o *e-mail* com essa finalidade. Evidentemente, a vigilância sempre é um elemento constante. Agora, ela tem que ser exercida também no razoável, senão vou ter uma situação de devassa que não vai servir para a instituição. Confiança é algo que é conquistado e tem que ser constantemente reiterado, e quebra de confiança quebra de fato a relação. É muito difícil a gente atuar sem confiar, ninguém faz nada se não confiar, deve haver algum nível de confiança, e essa confiança impõe algum nível de delegação que ele vai exercer nos limites que lhe são atribuídos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques quer...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, é muito rápido. Sobre essas reuniões da

AGU com o Grupo O.k., o senhor disse que atas não foram feitas dessas reuniões.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por que não existia o decreto?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – É.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E o Weber participou de todas as reuniões? V. Ex^a tem a relação disso? A AGU tem isso anotado? E uma última, gostaria de saber se existia uma Procuradora na AGU chamada Helia Bettero.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Sim, era Procuradora Geral da União.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ela foi afastada da função? Qual a razão? Quando? Por gentileza.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Bom, a participação da reunião.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Estou satisfeito.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Então, só explicando a participação deles na reunião. Desconheço a existência de atas, mas posso verificar, pegar informação de quantas reuniões foram, quem participou das reuniões. Isso não tem problema nenhum, acho que é possível. Posso afirmar que a condução das reuniões era feita em nome da PGU.

Em relação à Dr^a Helia. A Dr^a Helia era Procuradora Geral. Eu a chamei...

(Soa a campanha.)

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – ... quando ela assumiu.

Havia um debate relativo à Lei Complementar da AGU, que foi encaminhado. É um debate público, eu acho relevante – e eu teria, tenho o maior prazer de ter a oportunidade de debater isso aqui com os senhores, porque eu acho que a discussão é importante e significativa. Eu acho, inclusive, que se está fazendo uma associação deste caso com isso, o que se torna absolutamente inverossímil, até porque, se servidores públicos nos cargos de Comissão fossem garantia de que essas práticas não acontecem, não aconteceria esse caso, porque nesse caso foram servidores públicos que cometeram os atos criminosos. Então, não faz sentido. Mas acho que é um debate que tem a ver com os rumos do Estado, da instituição. Estou disposto a fazer esse debate aberto, a conduzir.

Agora, ela tinha uma divergência em relação, ela expressou uma divergência que, nos debates anteriores não havia expressado, mas expressou publicamente, o que me mostrou que, pelo conteúdo, não é uma divergência técnica. A Procuradora Helia é extremamen-

te competente, capaz, mas, do ponto de vista desta posição institucional que foi adotada pela Presidente da República ao encaminhar projeto, entendi que não era compatível alguém se manter na posição de cargo de confiança se opondo publicamente ou, como foi o caso, a um projeto que a própria Presidente mandou. Então, nesse caso, eu pedi, ela entendeu, saiu, não houve nenhuma condução, mas faz parte do processo de relacionamento institucional que eu acho que deve haver.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, o Senador do PSOL, Senador Randolfe Rodrigues.

V. Ex^a tem 5 minutos para questionar os Srs. Ministros.

Como o Ministro Cardozo foi ali, se V. Ex^a quiser dirigir-se ao Ministro Adams... Pergunto a V. Ex^a, visto que Cardozo já retorna.

V. Ex^a tem a palavra por 5 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente, o Ministro Cardozo retornando...

Bom, em primeiro lugar, só fazer uma pequena consideração. Creio que o papel aqui de nenhum de nós será o de ser paladino de qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Vou registrar o tempo de V. Ex^a agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não.

Não creio que o papel de cada um de nós aqui seja o de ser paladino de qualquer coisa. Nós estamos aqui cumprindo uma atribuição do Parlamento brasileiro, que é a atribuição precípua da fiscalização.

Em relação ao Ministro José Eduardo Cardozo, quero também estender meus cumprimentos ao Delegado Leandro Daiello, da Polícia Federal. Eu não tenho o que questionar. Quero aqui fazer meu testemunho e sou testemunha disso, do papel republicano que a Polícia Federal tem cumprido. Quanto mais assim for, quanto mais autonomia for dada à Polícia Federal, quanto mais liberdade a Polícia Federal tiver em atuação, nós estaremos mais próximos do que quer dizer e do que chamamos República. Então, não tenho maiores perguntas em relação à operação, porque me parece que o Ministro esclareceu. E só o fato de haver uma operação da Polícia Federal que prende, indicia uma chefe de gabinete da Presidência da República me parece que é um sinal bom para a nossa República.

Agora, Ministro Luís Inácio Adams, algumas perguntas já foram feitas, mas me permita dizer que não me sinto esclarecido. Eu vou lhe dizer por quê. A Constituição diz claramente qual é o pressuposto do Advogado-Geral da União, de um advogado da União:

ter a conduta ilibada. Ora, nós temos conhecimento de que, para a nomeação em qualquer cargo público na Administração Pública, o cidadão é submetido a uma pesquisa sobre sua vida pregressa, sobre os cargos que já ocupou, sobre os postos que já assumiu.

Me permita, ainda não estou convencido de que V. Ex^a, em um dos postos mais importantes da República, responsável pela defesa da União, não tinha conhecimento das informações e dos processos em relação ao Sr. José Weber Holanda Alves. Inclusive o Mandado de Segurança nº 13926 é de 2008. É certo que não é da sua gestão na Advocacia-Geral da União, mas não considero ser possível que V. Ex^a não tivesse conhecimento de que esse senhor, que iria assumir um cargo importantíssimo na carreira da Advocacia-Geral da União, um cargo de decisão na Advocacia-Geral da União, tivesse respondido a esse processo. E mais: pelas informações que temos, ele havia respondido processo pelos cargos públicos que anteriormente havia exercido. Ora, o Sr. Advogado-Geral da União não sabia da existência de que, no âmbito da Advocacia-Geral da União, ocorria ou teria ocorrido um procedimento administrativo contra uma pessoa da sua estrita confiança! Me permita, não está claro. V. Ex^a esclareceu, mas não me satisfaz. Para mim ainda não está claro como V. Ex^a não tinha conhecimento das informações que diziam respeito ao Sr. José Weber, ainda mais porque, de acordo com as informações que temos, o senhor havia informado que, quando nomeou o Dr. José Weber para o cargo, o processo que ele tinha no Superior Tribunal de Justiça havia sido arquivado. Entretanto, a informação que temos é que o processo não estava arquivado. Mas a história do Sr. José Weber, o passado do Sr. José Weber, o fato de ele estar respondendo processo... Ora, qualquer ministro, qualquer diretor de departamento tem conhecimento, Senador, antes de nomear, sobre a vida pregressa, sobre os processos a que alguém respondeu ou não respondeu.

Então, não me sinto contemplado, Sr. Presidente e Ministro Luís Inácio, em relação a esse tema. Eu gostaria de uma resposta mais convincente sobre as informações que o senhor tinha a respeito desse senhor.

A outra pergunta foi feita ainda há pouco pelo Senador Alvaro Dias em relação à CTIS Informática. Em relação a ela, o senhor disse que foi feito procedimento licitatório, em 2009, e a empresa saiu vitoriosa. Só lhe pergunto: o senhor não tinha conhecimento de que, anteriormente, na gestão do Dr. José Weber, quando ele era Procurador-Geral do INSS, essa empresa havia sido envolvida em outro escândalo? Quando essa empresa foi contratada... E aí vem de novo a coincidência: era uma empresa que havia sido envolvida em um escândalo quando, de novo, o Sr. José Weber era

Procurador-Geral do INSS e essa empresa é contratada. É certo que vitoriosa no certame licitatório na Advocacia-Geral da União, mas não é do dever de V. Ex^a saber, ter informações mais detalhadas sobre as empresas que vencem procedimento licitatório na Advocacia-Geral da União, ainda mais em relação à empresa que conquistou um certame licitatório no valor de R\$9.770.000?

E, por fim, Sr. Presidente, voltando, retornando em relação ao Sr. José Weber, em relação ao processo da Ilha de Bagres, causa-me espécie e eu gostaria de um esclarecimento sobre qual o critério de distribuição dos processos na Advocacia-Geral da União. Por que esse processo que envolve um ex-Senador da República, esse processo com a soma vultosa que era, por que exatamente foi avocado pelo Sr. José Weber? Não há um critério de distribuição dos processos no âmbito da Advocacia-Geral da União? Não há um critério? É assim, algum advogado-geral da União, quando quer e acha interesse no processo, avoca para si o julgamento daquele processo?

Tenho outros questionamentos, mas o tempo já está encerrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe.

Pela ordem de inscrição, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, colegas Senadores, eu acho que foi bem esclarecida aqui a atuação, principalmente do Ministro da Justiça, e que os esclarecimentos convencem pelo trabalho que foi feito. Eu também trago meu respeito à ação da Polícia Federal.

E estou preocupado, porque é no final do ano que a imprensa geralmente posta as dez melhores, que é a consulta do povo todo sobre em quem tem mais confiança, as dez que tem mais e as dez que tem menos. De repente, a Polícia Federal vai aparecer lá em primeiro lugar, disputando o primeiro lugar com o Supremo Tribunal, e nós disputando os últimos lugares não sei com quem. Mas o trabalho dela é importante e eu respeito, acho correto.

Acho que nós convidando os senhores para falar e a maneira como os senhores depuseram é significativo. Mas é claro que a Comissão haverá de concordar que nós temos que trazer os implicados, porque os implicados, vindo aqui, vão explicar.

Eu não nego, Ministro Adams, que a sua situação é delicada. Porque, pelas informações que a gente tem, o senhor indicou para Procurador e a Chefe da Casa Civil não concordou, rejeitou. Aí saiu a Chefe da Casa Civil, e V. Ex^a conseguiu, com a substituta dela – que, aliás, foi por essa e por outras que ela foi demitida –, o senhor voltou com o mesmo nome, um nome que tem

biografia negativa, um nome que, está provado agora, realmente não podia e não devia estar nessa questão.

Eu pergunto ao Ministro da Justiça: o Ministro Jorge Hage – eu e o Senador Pedro Taques estivemos com ele – tem um estudo muito positivo com relação à chamada Ficha Limpa para o Governo Federal. Aliás, ele, numa reunião com V. Ex^a, a Chefe da Casa Civil e não sei mais quem, disse que discutiram e chegaram praticamente a um entendimento que iam levar para a Presidência da República. É um projeto que nasceu de uma iniciativa popular, de 1,4 milhão de assinaturas, e que o Congresso votou, o Senado por unanimidade, e o Supremo aceitou e está executando.

Nós aqui na Casa... A Câmara dos Deputados já apresentou um projeto idêntico e aqui no Senado também vamos apresentar. E o Ministro Jorge Hage publicou numa página inteira do jornal *O Globo* e do *Correio Braziliense* todos os detalhes de como vai ser esse projeto. Ontem até foi dito que está por sair o decreto, quer dizer, fruto até, talvez, desses acontecimentos, e eu perguntaria a V. Ex^a porque acho que seria um passo adiante muito importante. Muito importante. Está provado que... Não há dúvida, hoje votando por votar, escolhendo por escolher, uma indicação. Lamentavelmente é assim. Na política brasileira é assim; a gente não costuma fazer uma análise mais profunda. Nos Estados Unidos, no Congresso americano, um candidato a Ministro do Supremo, às vezes, fica-se quase um ano no Congresso Nacional discutindo o nome dele. Ele tem que provar tudo que se possa imaginar. No Brasil, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça diz que temos três minutos; se quisermos falar quatro não podemos. Quer dizer, para indicar um cidadão para Ministro do Supremo Tribunal Federal! E, no entanto, não se faz nada. Passa pela Justiça de mentirinha, aqui na nossa Comissão – não estou falando da situação hoje, estou falando do que tem acontecido ao longo da história – passa de mentirinha. Então, tu tens sorte.

Eu até acho que, dentro das questões que estão sendo analisadas, um lado que eu tenho que respeitar no PT é que esse Supremo Tribunal que está condenando essa gente foram Ministros indicados pelo Lula e pela atual Presidente. Eu acho que essa é uma questão altamente positiva e altamente respeitável. Não foram indicações nem do Fernando Henrique, nem do Sarney, ou coisa parecida; foram indicações do atual Governo. Foram indicados pelo atual Governo e tomaram posições que merecem o respeito pela independência com a qual foram tomadas.

Mas essa lei, acho realmente muito importante.

Outra questão que foi dita pelo Ministro Secretário-Geral da Presidência é que atualmente não se

joga nada embaixo do tapete, como se costumava fazer. Eu acho que isso realmente deve ser positivo, mas acredito que, com essa decisão do Supremo, com a Lei da Ficha Limpa, no momento em que estamos vivendo, seria muito importante se a Presidente fizesse uma reunião, chamando as presidências e as lideranças dos partidos, inclusive da oposição, para fazer um entendimento sobre o que vamos fazer no ano que vem. Só assim...

Não vou repetir Pacto de Moncloa, porque seria vou cair no ridículo. Já se falou tantas vezes em Pacto de Moncloa e não se foi adiante. Mas só assim a gente poderia, reunindo as lideranças dos partidos, a Presidência, o Supremo Tribunal, fazer um entendimento sobre aquilo que consideramos fundamental e que vamos fazer independentemente de ser governo ou oposição. Instituições da República, que orientação nós temos, o que achamos da reforma política, como eles vão fazer a reforma monetária, essa discussão em torno do Orçamento. Hoje estão aqui quase todos os governadores, menos os do Rio, de São Paulo e Espírito Santo, brigando em torno do veto da Presidente da República.

Se a gente tivesse condições de fazer, de tomar uma posição de esclarecimento, de entendimento acima da miudeza dos partidos políticos, olhando o interesse da República e da Nação, eu acho que seria, realmente, algo muito importante. E a Presidente tem autoridade para fazer isso hoje, pela seriedade e pelo seu Governo.

A outra coisa que digo com toda a franqueza é que a Presidente se cuida, principalmente com os que estão em volta dela. O mal hoje, no Brasil, é o tal do entendimento político, pacto do entendimento, governabilidade, termos que temos ouvido através do tempo e da história.

Um pacto de governabilidade está para sair ou não, nos Estados Unidos, com relação à crise financeira, até o fim do ano. Estão lá o partido republicano e o partido democrático fazendo um entendimento em torno de uma matéria.

Mas aqui, no Brasil, governabilidade significa troca-troca. Não estou dizendo hoje, mas ao longo da história. Troca-troca, quer dizer, “Vamos fazer um pacto de governabilidade?” “Vamos. Mas o que vou levar?” “Você leva o ministério tal...” “E o que voto?” “Vota isso aqui e aquilo lá.”

Acho que, se a Presidente tiver condições de fazer essa reunião e um grande entendimento no ano que vem, até para o Governo dela, com todo o respeito, pois o ano que vem é um ano decisivo, quer dizer, decisivo em relação à credibilidade, ao prestígio e ao respeito, o grande ano é o ano que vem, se conseguís-

semos fazer isso aqui no Congresso, seria importante. E que isso também acontecesse agora, nas eleições que teremos para as novas Mesas da Câmara e do Senado, já com esse sentido e esse propósito, isto é, um Presidente do Senado e um Presidente da Câmara que tivessem hoje este objetivo: sentar com a Presidência da República, com a Presidência do Supremo e com outras pessoas.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Acho que seria realmente muito importante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou conceder a palavra ao Senador João Costa. E como o Senador Aloysio Nunes Ferreira voltou, na sequência vou encerrar...

Com a palavra o Senador João Costa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Gostaria de ser inscrito para uma brevíssima...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Senador João Costa, por 5 minutos.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, na sua pessoa permita-me cumprimentar rapidamente os demais integrantes da Mesa, dado o adiantado da hora.

Quero dizer algumas palavras ao Advogado-Geral da União e, por último, ao Delegado Diretor do DPF.

Existe um princípio que se chama princípio da intranscendência, segundo o qual ninguém pode responder por atos de terceiros. Ou seja, ninguém pode responder por irregularidades que não tenham praticado. Os pais não podem responder pelos filhos, os maridos não podem responder pelas suas esposas, as esposas não podem responder pelos seus maridos.

Por tudo o que li e ouvi sobre a Operação Porto Seguro, Sr. Presidente, não há nada, absolutamente nada capaz de macular a carreira do Advogado-Geral da União. O que querem aqui, Dr. Adams, é transferir, é violar um princípio que integra uma garantia do Estado democrático de direito. É transferir responsabilidades, é punir pessoas as quais não têm motivo de serem punidas.

No início, confesso que fiquei preocupado, mas sinto que o senhor deixa esta Comissão maior do que quando chegou. O senhor deixa esta Comissão muito maior, muito mais digno e com a certeza de trazer para cá uma pessoa insuspeita. Ou seja, o senhor veio sem qualquer suspeição, sem qualquer mácula, e o senhor sai daqui muito maior do que entrou.

O senhor não deve se deixar abater por adversários, por coisas pequenas. O trabalho que tem feito junto à Advocacia-Geral da União e para o Brasil e os brasileiros é muito maior do que tudo isso. Tudo vai passar, mas as instituições não. Elas vão continuar, portanto, precisam ser perenes, contínuas. Os homens passam, mas as instituições, não.

Com relação ao Diretor do DPF, o senhor só foi alvo de elogios aqui. A Polícia Federal está de parabéns! Todos disseram isso, há uma unanimidade. O senhor não foi questionado, porque a Polícia Federal goza do prestígio a ponto de o Senador Pedro Simon dizer que ela disputa o primeiro lugar com o Supremo Tribunal Federal, numa pesquisa de confiança.

O que eu acho uma *contradiction in terms*, uma contradição, é que, diante de tantos elogios para a Polícia Federal, diante do reconhecimento da imparcialidade, da autonomia e da competência da Polícia Federal, nós temos pessoas que querem trazer as investigações que são da Polícia Federal para o Senado Federal.

A cada dia, vejo elogios do Ministério Público Federal, do Ministério Público em geral, e agora queremos nos transformar em delegados de polícia, investigadores de polícia: trazer pessoas para cá, tomar depoimento, interrogar, produzir prova, fazer uma inversão de tudo que nós acreditamos que cabe ao Senado.

Então, a sensação que eu tenho é que está havendo uma inversão de papéis, uma busca desenfreada de culpados, de pessoas que não têm relação nenhuma com essa operação, com esse processo, querem tudo. Ou seja, nós temos um Poder Judiciário, que atuou nesse caso; temos o Ministério Público Federal, que atuou nesse caso; temos uma Polícia Federal, que atuou de forma elogiosa; e temos pessoas que não acreditam em nada disso. Existem pessoas que não acreditam na Polícia Federal, não acreditam no MP, não acreditam no Poder Judiciário, não acreditam nas instituições constituídas do Brasil. Por que isso? Por que essa falta de racionalidade, para agredir as pessoas, para atingir o Estado democrático?

Com essas considerações, Sr. Presidente, eu chamo a atenção: o Senado precisa manter o seu caminho institucional. O Senado Federal não é delegacia de Polícia Federal. Nós estamos nos transformando, nós precisamos ser muito maiores do que isso.

A crise dentro do Senado compromete o cenário internacional, o Brasil perde, os brasileiros perdem e os mais fracos perdem mais ainda.

Já terminou o meu prazo, Sr. Presidente? Um minuto? *(Pausa.)*

Um minuto para eu terminar.

O que eu quero mostrar para os senhores, Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, é que tudo está correndo bem, os responsáveis vão ser punidos, mas querem transferir responsabilidades para as pessoas que não podem sofrer essa responsabilidade, essa responsabilização.

Com essas considerações, eu agradeço, Sr. Presidente, o prazo que me foi concedido. Agradeço a presença de todos os convidados, a maneira gentil com que todos responderam as perguntas dos Senadores. E esse é o motivo, as razões da minha indignação.

Precisamos olhar para frente, caminhar em linha reta e enxergar um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Queria fazer um bloco de três, mas, como há mais um orador inscrito, eu vou dar a palavra para depois passar a palavra aos Ministros para encerrarmos esta reunião, tendo em vista que a Mesa define... como o Senador Armando Monteiro pede a palavra, concedo a palavra a S. Ex^a.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente Eunício Oliveira, Sr^a Presidente Lúcia Vânia, quero cumprimentar os Ministros, o Delegado que representa a Polícia Federal.

E eu não poderia, ao final deste encontro, deixar de trazer aqui a minha palavra para reconhecer de público o desempenho dos dois Ministros nesta reunião, a forma serena, tranquila e, a meu ver, extremamente elucidativa da palavra que trouxeram para este nosso encontro.

Creio que, por tudo que foi dito, nós temos que robustecer a nossa confiança nas instituições, na institucionalidade. Eu acho que todos cumpriram, até esta parte, o seu papel, de forma absolutamente exemplar. Então, independente do debate político, da paixão que é própria dos embates políticos, qualquer julgamento mais sereno e mais isento haveria de confirmar essa impressão.

Então, quero meu congratular com o Ministro José Eduardo, quero dizer também ao Ministro Adams que posso dar um testemunho da qualidade do seu trabalho à frente da Advocacia-Geral da União; da sua seriedade, da sua firmeza, do seu espírito público, do seu compromisso. E os resultados são e podem ser amplamente confirmados.

Era esse o testemunho que eu gostaria de dar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

O último orador inscrito – e vou encerrar as inscrições – é o Senador Aloysio Nunes Ferreira. E estão encerradas as inscrições.

V. Ex^a tem a palavra como último orador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srs. Ministros, Sr^a Presidente, Sr. Presidente, meus caros colegas, eu tive que sair em alguns momentos porque havia a Ordem do Dia, que estava prestes a se iniciar, e eu tive que me dirigir ao plenário e fiquei uma boa parte do tempo ali. Mas eu ouvi as exposições iniciais tanto do Ministro José Eduardo Cardozo quanto do Ministro Luis Inácio Adams.

Em primeiro lugar, meu caro Ministro Cardozo, eu considerei e considero a sua atuação nesse caso absolutamente correta, dentro da mais absoluta circunspeção, dentro das normas hierárquicas que V. Ex^a tão bem lembrou, como professor de Direito Administrativo que é. De modo que não tenho nenhum reparo a fazer. Aliás, outro Cardoso mais ilustre que eu, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, já havia externado essa mesma opinião, não é? Ainda bem que V. Ex^a disse que nunca antes neste País houve um Ministro da Justiça tão isento no trato com a Polícia Federal.

Eu mesmo vivi um episódio dramático semelhante ao que V. Ex^a viveu e procurei manter – como mantive – a mais absoluta isenção em relação à ação da Polícia Federal me comportando exatamente como V. Ex^a se comportou. Não quero pegar as notas taquigráficas daquilo que disseram os correligionários de V. Ex^a sobre a minha atuação na época, para voltá-las contra o senhor. A minha opinião é que o senhor está absolutamente correto na sua atuação.

Em relação à atuação da Polícia Federal, Sr. Ministro, há uma coisa que me incomoda, quero dizer com o coração aberto: é que eu vejo vazamentos, todos os dias, de notícias a respeito do inquérito. Isso me incomoda, porque pode levar, inclusive, a uma opinião precipitada, de quem ouve o noticiário, a respeito das pessoas que são mencionadas. Eu posso, de repente, diante de uma determinada notícia que enfoca um fragmento, um aspecto daquilo que está sendo investigado, daquilo que foi apurado, formar um juízo sobre determinada pessoa que depois verei, mais adiante, que não tem fundamento.

Nós que temos aqui atividade parlamentar, vida pública, do ponto de vista legal somos até irresponsáveis sobre aquilo que falamos, aquilo que externamos na tribuna parlamentar como opiniões nossas, que muitas vezes podem ser levadas, induzidas por manifestações de erros de apreciação por noticiários fragmentados.

Lembro-me que quando ocorreu o episódio a que aludi, eu convoquei a cúpula da Polícia Federal, que na época era dirigida pelo Dr. Agílio Monteiro, seu colega, um grande policial, para estranhar e pedir providências

em relação ao vazamento de uma determinada fotografia que, como era de regra, expunha um volume de dinheiro. Para essa fotografia, instruíram um auto de apreensão. E ele explicou que o vazamento não tinha ocorrido da Polícia Federal, mas, sim, do Ministério Público. Mas eu procurei tomar providências.

Eu sugiro a V. Ex^a – sem querer determinar de modo algum – que, já que vai divulgar, divulgue de uma vez. Porque a imprensa, obviamente, tem o dever de noticiar aquilo que é vazado. Então, essa é a observação. Nem sempre é a polícia que vaza. Às vezes é o advogado que vai lá e tal. Enfim. Mas fica essa observação.

Quero dizer também que não foi a oposição que disse que o senhor estava tomando água de coco em Fortaleza, não foi a oposição. Isso o senhor deve procurar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E nem foi esta Presidência, viu, Aloysio? Senador Aloysio, não foi a Presidência também. Eu estava em Fortaleza, mas não fui eu.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Seguramente não. (*Risos.*)

Deveria ter tomado água de coco até, mas não na praia. V. Ex^a estava trabalhando, enfim, mas não foi a oposição. Isso é intriga. Procure entre os seus amigos. (*Risos.*)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Amigos? Amigos da onça. (*Risos.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas fica aqui o reconhecimento da qualidade da sua atuação.

Dr. Adams, eu queria fazer uma pergunta ao senhor. Primeiro, um pormenor. O senhor Weber, o senhor disse que havia sido processado, havia uma ação penal que foi trancada. Havia também uma ação de improbidade correndo? Essa ação de improbidade foi também trancada? Qual o destino que ela teve? Essa é uma pergunta.

A segunda pergunta também diz respeito ao senhor Weber, sobre a extensão dos poderes que ele tem dentro da AGU, porque ele teria revogado uma portaria assinada por V. Ex^a que criava um escritório de projetos da AGU. Esse escritório seria responsável, teria a incumbência de algo muito importante, que é condução, planejamento, organização, controle e fiscalização do desenvolvimento de projetos estratégicos, ou seja, algo muito grande, importante. E a portaria que criou esse órgão teria sido revogada pelo Dr. Weber. Eu gostaria de saber se V. Ex^a confirma isso e se isso poderá trazer uma luz diferente sobre as atribuições do seu segundo homem lá na AGU.

Finalmente, a opinião de V. Ex^a sobre uma nota técnica que foi divulgada pelos jornais, eu creio que especialmente o jornal *O Globo*...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De hoje.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente. Um nota técnica que foi produzida por colegas seus da Advocacia-Geral da União, pelo Coordenador-Geral do Patrimônio e Meio Ambiente da AGU, Dennys Hossne, e pelo Diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade, Renato Dantas. Eu não conheço o teor da nota técnica, mas pelo noticiário do jornal há uma contestação desses senhores em relação à providência que V. Ex^a tomou, reiterando um pedido de ingresso da União no processo que tramita no Supremo Tribunal Federal sobre a tal Ilha das Cabras, o que teria redundado, digamos assim, no atraso do julgamento desse feito.

É essa a pergunta. Minhas homenagens também a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Encerrada a ordem de inscrição, vou dar a palavra ao Ministro José Eduardo Cardozo para as respostas dos Srs. Senadores e, se quiser, às suas considerações finais, já que estamos aqui há... São 18h20. Na sequência, darei a palavra ao Ministro Luís Inácio Adams.

Tem a palavra V. Ex^a, Ministro José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – De início, quero agradecer, em nome dos servidores da Polícia Federal, as palavras dos Senadores Randolfe, Pedro Simon, João Costa, Armando Monteiro e Aloysio Nunes. Eu acho que são palavras gratificantes para profissionais que diuturnamente atuam no exercício da sua competência, correndo risco de vida, se empenhando, às vezes, em lugares longínquos deste País. Portanto, acho que essas palavras, para aqueles servidores que amam essa instituição e que vibram, inclusive, como várias vezes eu ouvi, ao cantarem o Hino da Polícia Federal, servem como reconhecimento desta Casa de leis em relação a seu papel. Então, neste momento em que falo como Chefe da Polícia Federal, embora não seja servidor dela, eu agradeço as palavras. Eu acho que todos os servidores da Polícia Federal – delegados, agentes, peritos, papiloscopistas, agentes administrativos – se sentiram, neste momento, muito recompensados no exercício funcional que têm feito ao longo desse tempo. Então, agradeço aos Srs. Senadores esse reconhecimento.

Em segundo lugar, também agradeço as palavras que aqui me foram dirigidas e, comentando as observações feitas pelo Senador Pedro Simon, realmente

existe um projeto de decreto que seria firmado pela Presidenta Dilma Rousseff, que deve ser firmado pela Presidenta Dilma Rousseff, que foi amplamente discutido por mim, pelo Ministro Jorge Hage, pela AGU também, que participou desses trabalhos, pela Casa Civil, e acredito que está na fase final de estudos para que possa ser baixado. Vi até, pela imprensa, esses dias que já estaria no forno, digamos assim, para que possa sair.

Acho que é bem-vindo o decreto. Ele formaliza uma postura que a Presidenta Dilma Rousseff vem tendo desde a sua posse, que é só aceitar nomeações dentro do critério ficha limpa, mas não basta ter postura política. É necessário institucionalizá-la. Portanto, acho que essa postura é correta e deverá ser firmada pelo Governo.

No que se refere à questão do pacto a que fez menção o Senador Pedro Simon, acho muito oportuno que se reflita sobre isso. A ideia de um pacto de Estado sobre algumas questões da nossa agenda que exigem um amplo diálogo entre as forças políticas vivas do Congresso Nacional, do Poder Judiciário, do Poder Executivo é de grande relevância.

Aliás, a minha sugestão – e falo aqui como cidadão – é que um dos pontos centrais dessa agenda seja a reforma política, que me parece inadiável no País. Pessoalmente, sou um crítico do nosso sistema político. Acho de fundamental importância que conjuguemos esforços, superemos divergências para que possamos ter no País um sistema político diferenciado, porque, sem sombra de dúvida, em larga medida, é esse sistema político que abre as portas para um conjunto de situações que são absolutamente indesejáveis na perspectiva do cumprimento da ética, da satisfação do interesse público.

Portanto, acho que essa ideia é boa e o próprio Senador Pedro Simon tem autoridade política e moral para ser um dos pilotos da condução da costura política que poderia ensejar essa pactuação do Estado.

Finalmente, quero falar ao meu querido amigo Senador Aloysio Nunes que assino embaixo o que V. Ex^a disse sobre vazamento de informações. É perverso ver, às vezes, as pessoas expostas na opinião pública sem a oportunidade de defesa, sem o contraditório, porque, no inquérito, temos apenas a situação inquisitiva. Aquilo é colocado e deve ainda ser submetido ao devido processo legal, à explicação, à fala. Muitas vezes, temos situações de exposição de imagem que são irreparáveis. Às vezes, pessoas têm vazamento de informações, mas anos depois são absolvidas, e o que se faz? É perverso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E a culpa não é da imprensa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Não, não é. A imprensa cumpre o seu papel.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Então, o que não poderia haver é o vazamento. Já por diversas vezes, inclusive com apoio do Dr. Leandro Daiello Coimbra, abri sindicâncias para apurar. Qual é o problema? É que normalmente os vazamentos ocorrem quando várias pessoas diferentes têm acesso. Por exemplo, neste caso: a Polícia Federal, o Ministério Público, o Judiciário, funcionários que trabalham nesses órgãos tiveram acesso, advogados e investigadores, e também órgãos administrativos para que pudessem abrir a sua sindicância. Ora, o que acaba acontecendo? Na medida em que, constitucional e legitimamente, está assegurado o sigilo de fonte para os órgãos de imprensa, fica absolutamente impossível. Abri várias sindicâncias e não consegui chegar a resultado, Senador Aloysio, nenhum. A impressão que tenho é que às vezes são várias fontes distintas, o que torna mais complicado ainda essa situação.

Mas V. Ex^a tem total razão. Deveríamos evitar esse tipo de situação. As pessoas que têm acesso às informações deveriam guardar para si, sob pena de, efetivamente, se não conseguirmos responsabilizá-los, a sua própria consciência mostrar que não é assim que se deve agir. Acho de fundamental importância. Meus cumprimentos sinceros. A fala de V. Ex^a expressa exatamente o meu ponto de vista.

No mais, Presidente Eunício, Srs. Presidentes, quero agradecer a oportunidade de estar aqui dando os esclarecimentos, essas informações e dizer que felizmente o Brasil mudou. Meu amigo, Senador Aloysio Nunes lembra do tempo em que o Ministro da Justiça, diante de verdadeiras barbaridades, dizia “nada a declarar”. Hoje, o Ministério da Justiça, o Ministro da Justiça tem que vir ao Congresso Nacional e tem o dever de declarar a forma, o modo e as ações do seu Ministério.

Meus agradecimentos sinceros aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para responder aos questionamentos, passo a palavra ao Advogado-Geral da União, Luiz Inácio Lucena Adams, para seu encerramento.

O SR. LUIZ INÁCIO LUCENA ADAMS – Agradeço de novo os questionamentos.

Primeiramente, vou tratar a questão da CTIS. E aí, um esclarecimento. A informação original que tinham me dado estava errada. Existia um contrato em 2009, mas hoje a AGU tem dois contratos que são adesões a registro de preço de outros órgãos que fizeram licitações, e a AGU, o Departamento de Tecnologia e In-

formação da AGU solicitou a áreas de administração a adesão. Tenho um contrato aqui, posso deixar, sem nenhum problema; tem os registros dos dois. Esse procedimento não tinha participação do Weber, não poderia ter a participação do Weber, e as informações que a Administração tem é que não houve. A Secretaria de Administração é supervisionada por uma outra Adjunta, que é a Dr^a Rosângela Silveira, que é minha Adjunta atual, que tinha e tem essa função de supervisionar essa parte administrativa, mas, particularmente, essa; inclusive, a questão de gestão estratégica. Então, ela faz o acompanhamento, mantém, monitora, mantém reuniões. Não há nenhuma participação específica do Weber nesses procedimentos.

Ao que consta, a CTIS não tem nenhuma condenação de inidoneidade que a impeça de participar de processos e, portanto, ser contratada pela Administração. E mais: aberta a licitação e ela vencendo, a Administração tem que adjudicá-la, uma vez declarado o resultado. A Administração sequer pode revogar, exceto em razão de interesse público mais relevante, mas, a rigor, existe essa vinculação ao processo de contratação, que a gente tem que respeitar. Nesse caso, foi a adesão a outro órgão que conduziu.

Em relação à questão da conduta do Dr. Weber. O Dr. Weber é, ainda é, Procurador em final de carreira, advogado público. Como advogado público, passou num concurso e, em princípio, essa assunção a esse cargo efetivo de Procurador Federal reproduz um pouco sua preocupação, Senador, quanto à questão da idoneidade. Quer dizer, não estou trazendo uma pessoa que é de fora da Administração; estou trazendo alguém que é do quadro da Administração, e, mais do que do quadro da Administração, alguém que participou de maneira ininterrupta, durante um longo período, dois governos, três governos, no caso, agora, de funções relevantes na Administração. Foi Procurador-Geral do INSS em 1996; foi Procurador-Geral Federal em 2002; continuou nessa condição em 2003, continuou como Procurador-Chefe da UnB por mais quatro anos, até que veio trabalhar comigo, em 2010, como Adjunto.

O processo do qual eu tinha informação era esse inquérito. É esse processo penal, que foi trancado, e a razão de ser trancado é que não havia legitimidade para a proposição da ação penal. Essa foi a decisão unânime do STJ, de novo com parecer favorável do Ministério Público Federal, pela concessão da ordem.

Então, dessa informação, entendi que estava atendida a minha preocupação, vamos dizer assim, o meu cuidado estaria atendido naquela condição, daquela informação que eu detinha no momento. E aqui acho importante reiterar uma retificação de informação. Reiteradamente, lançou-se – e acho que eu só posso

atribuir isso a essa, digamos assim, mania de jogar informações e depois não confirmar –, de que haveria uma insistência na minha indicação. Eu indiquei o Dr. Weber para Adjunto uma vez, em 2010, depois... Não há nenhum outro ofício meu indicando-o antes disso, para o cargo de Adjunto que ele ocupou. Então, não há, nesse ponto, nenhuma reiteração, nenhum jogo de cabo de guerra, que a Presidente resistiu. Não houve isso. Quando o indiquei, a Presidente já não era Ministra, foi em julho, praticamente 3 meses depois que havia já sido julgado o assunto pelo STJ.

De fato, Senador, e aí só para complementar a informação, fazendo levantamento, há, sim, uma ação de improbidade, que tem por objeto exatamente os mesmos fatos da ação penal. Exatamente os mesmos fatos da ação penal. E essa ação de improbidade que fui verificar até hoje não foi despachada. O juiz ainda não admitiu a ação. Então, aqui temos um problema complicado, que é um grande dilema do processo do serviço público, porque eu adotei para o procedimento que o processo disciplinar é, de fato, impeditivo, mas, mal ou bem, do processo disciplinar tenho hoje controle quanto a sua agilidade. Posso exigir agilidade do processo disciplinar até para o servidor não ficar eternamente suspeito. Então, as pessoas ficam submetidas, às vezes, a suspeitas e denúncias, muitas delas vazias, em que não existe razoabilidade. Eu não estou defendendo aqui a condição específica do Dr. Weber, eu estou dizendo que essa é uma realidade do serviço público. Então, o juízo de administração...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O senhor não tinha do PAD que corria no âmbito da AGU?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não, não tinha conhecimento. O que levantei é que havia... o que eu levantei, depois do processo que foi... Eu conversei com a CGU, porque grande parte, uma parte desses processos é arquivada na CGU; foram abertos alguns processos; a maioria foi arquivada antes do meu tempo; seis processos foram arquivados por inocência, julgamento de mérito declarando-o inocente; dois foram suspensos por prescrição, que é o caso do mandado de segurança que o senhor citou; e em um foi reconhecida a prescrição. Essas as informações que levantei subsequentemente. Não tinha essas informações na minha... no meu controle. Então, o que existe é esta realidade.

Agora, isso não exclui em nada a responsabilidade desse caso, isso vai ser apurado e investigado. O que é difícil compreender é que o processo, digamos assim, de relacionamento profissional é um processo que se constrói a partir de um tempo de confiança, de convívio, etc. Esse convívio que aconteceu naquele

período a que me referi, que é de 2002 a 2003, me levou a crer, associado à experiência profissional pretérita e à continuidade dessa experiência profissional com postos de confiança também na Administração Pública... Não é que ele saiu em 2003 e não ficou sem fazer nada. Não, ele foi ser Procurador Geral da UnB, é um cargo DAS-4, que é nomeado também pela Casa Civil. Então, ele exerceu essas funções, que me levaram a crer que ele tinha condições de continuar comigo numa função que eu chamaria de assessor, porque essa é a função dele. Ele exerceu, Senador... E aqui é um esclarecimento sobre o ponto que o senhor levanta, da portaria. Há uma confusão em relação a essas portarias. Essa portaria a que o senhor se refere, ela não foi revogada e ela é de 2011. O que foi revogado é um ato administrativo de pessoal, que ele praticou no exercício da substituição do Dr. Fernando, eventual. Está certo?

Evidentemente que todos esses atos devem ser objeto de análise. Mas, nesse caso, nesse ato de pessoal, eu não vejo grande desafio, porque todos esses atos chegam, para qualquer um, prontos. Eu digo assim, do Dr. Fernando para mim, eles iam preparados na secretaria-geral, a partir de indicação das chefias locais. Então, essas indicações das chefias locais é que nos encaminham para nomeação ou para realização desses atos. Então, o que foi revogado foi um ato de administração de pessoal, que não se confunde com escritório de... nem ele poderia revogar um ato meu; aí o ato é inexistente, porque é de autoridade absolutamente incompetente.

Em relação aos critérios de distribuição, Senador Randolfe. A distribuição interna é feita a partir e dirigida a cada órgão de direção específico, então, matéria processual relativa a Administração Direta vai à Procuradoria-Geral; matéria de consultoria vai para a Consultoria-Geral. O Weber não tem interferência nessa distribuição e a escolha dos advogados que vão ser responsáveis pelo parecer é feita pelo consultor-geral, a partir do volume de trabalho que cada um tem e pela especificidade de cada matéria. Nós temos matérias que, às vezes, são especializadas. Por exemplo, nós temos hoje, na Consultoria-Geral, o Dr. Othon, que é especialista em Direito Tributário, um tributarista de escol, e matérias tributárias normalmente são levadas a ele para análise.

Então, existe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O processo da Ilha de Bagres caiu para ele?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não, O Dr. Weber nunca... Não caiu para o Dr. Weber o processo de Bagres; ele não fez nenhum parecer sobre isso. A acusação em relação a ele não é que ele fez o

parecer; a acusação é que ele, na intermediação com o Paulo Vieira, buscou influenciar o processo. E o fez, sim, em excesso de confiança, em abuso de confiança da função dele. Ele não tinha essa função. Ele podia até exigir, cobrar a agilidade da decisão, na manifestação, mas não podia ele influenciar o processo. Esse processo é conduzido pelo consultor-geral. Nesse caso, inclusive, o primeiro advogado não acatou, parece que foi para ele que foi dirigido o tal *e-mail*, que é o Dr. Júlio, ele não acatou o entendimento, fez o entendimento dele. Chegou o consultor-geral, ele tinha entendimento diverso e adotou o entendimento dele, consultor-geral, que é prerrogativa do consultor-geral da União acatar ou não as propostas de pareceres que lhe vêm e, se não acatar, adotar a sua diretamente e encaminhar ao advogado-geral para decisão.

Então, foi de fato o que aconteceu. Ele não teve essa participação. Agora, a acusação é essa intermediação, que é indevida. Mesmo quem não tivesse essa prerrogativa, é indevida a intermediação, não pode acontecer, e a portaria proíbe isso, limita isso para que essas práticas não se reproduzam, exatamente tentando organizar o relacionamento dentro da Administração.

Só para registrar, Senador Randolfe, a CTIS têm contrato com o TCU – Tribunal de Contas da União. Então, não posso criar uma suspeição, *a priori*, sem ter elementos.

(Soa a campanha.)

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Se houver outros elementos, evidentemente, terei todas as condições de poder reanalisar.

Em relação... Portanto, não há essa extensão dos Poderes. Em relação à questão da nota técnica a que o senhor se refere no jornal, é importante o senhor estar aí, porque eu tenho que esclarecer essa questão.

Na quarta-feira da semana passada, ciente dos fatos, fiz uma reunião com a minha equipe, Procurador-Geral da União, a Procuradora... Não estava, o Procurador estava viajando, a vice dele, o Dr. Marcelo Siqueira, aqui presente, Dr. Fernando, o Corregedor e assim por diante, nós... Na reunião eu deliberei e orientei uma revisão de todos os fatos, inclusive essa intervenção, nós discutimos a intervenção.

Por conta dessa manifestação, a Procuradoria-Geral reabriu um procedimento, identificou-se que a manifestação da SPU que insistia na permanente havia sido extraviada, reconstituiu, trouxe essa manifestação de volta e aí a PGU faz a sua manifestação. Essa manifestação é dirigida à Secretaria-Geral de Contencioso que comunica aos órgãos interessados – SPU e Ibama, fundamentalmente – para que, em face da má nota técnica, reafirme ou não interesse. Porque

isso é uma característica... A AGU não é um órgão que funciona com autonomia, como se fosse agir ao seu critério. A independência é institucional, tem com o Ministério Público, e cumpre essa função.

(Soa a campanha.)

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – A AGU é um órgão de representação, ela representa a Administração Pública, quando ela deixa de exercer a representação, ela perde o vínculo com a sua função essencial, que é defender aqueles atos que foram praticados na Administração, ou defender a própria Administração naquilo que ela pretende ser defendida.

Então, por isso que a Secretaria-Geral de Contencioso, de posse dessa nota técnica e de acordo com a orientação original que foi tomada nessa reunião de fazer essa revisão que antecede a nota, comunicou a cada e deu o prazo de 5 dias úteis para manifestação. Eu lhes digo: se essa manifestação não vier ou vier, nós vamos analisar e vamos sair dessa ação.

(Soa a campanha.)

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Agora, eu tenho que respeitar esse procedimento, sob pena de criar um órgão que não tenha e não respeite sua função.

Eu queria, só concluindo, agradecer o elogio que o Senador João Costa faz, que o Senador Monteiro também. Tenho 20 anos, vou completar 20 anos de carreira. Tenho orgulho de dizer que participei de três governos diferentes, em posições relevantes nesses três governos. Fui cargo de natureza especial no governo Fernando Henrique, foi uma experiência fantástica, o Ministro Gilmar, que me convidou, foi um Advogado-Geral que eu respeito e um Ministro que eu respeito muito. Ele sempre atuou e foi muito respeitoso, inclusive, com as minhas convicções, porque eu disse ao Ministro Gilmar, à época que ele me convidou, que eu mantinha e tinha relações no passado com o PT, e ele me convidou. Então, ele sempre foi muito republicado e eu sempre procurei honrar esse republicanismo. Fui, quando o governo Lula assumiu, mesmo tendo relações pretéritas com o PT, fui filiado do PT na minha juventude, quando era universitário, solicitei ao Ministro Bonifácio que me exonerasse, porque não iria permanecer por permanecer, se eu viesse, seria convidado, como acabei sendo convidado, sem nenhuma interferência política, eu não pedi apoio político a ninguém. Nenhum parlamentar pode dizer que eu cheguei e disse assim: “Me apoie para ocupar tal cargo.” Nunca aconteceu isso.

Da mesma forma quando assumi como Secretário Executivo Adjunto: quando o Ministro Guido vai ao BNDES e o então Ministro Nelson Barbosa assume

a interinidade do Ministério do Planejamento, eu sou convidado a me tornar Secretário Executivo Adjunto, de novo nas mesmas condições.

Como Procurador-Geral da Fazenda Nacional, assumi com muito orgulho, inclusive com a objeção da categoria de vários servidores, que eu superei, e administrei aquela instituição, da qual tenho muito orgulho, que muito contribui. Mas é necessário que a gente compreenda que nunca assumi posições com facilidades. E na PGFN não assumi. Quem se lembra sabe que eu vivi um verdadeiro motim na época, que foi superado. Enfrentei de frente, debati, quem estava lá – e vários estão aqui – sabe o que eu enfrentei nisso.

E da mesma forma como Advogado-Geral. Eu nunca procurei um Parlamentar, nunca procurei nenhum Ministro, nunca procurei ninguém do PT dizendo: “Me apoie para ser Advogado-Geral.” Os representantes de sindicatos que estavam naquela época se reuniram comigo e se ofereceram para apoiar o meu nome. Eu disse: “Apoiem um advogado da carreira, não o meu nome. Vocês pleiteiem um advogado de carreira.” E disso eu tenho orgulho. Esse é o meu patrimônio. Da mesma forma, esse é o patrimônio que tenho agora.

Eu tenho, evidentemente, a tristeza do erro da confiança, mas isso é da vida. Quando o Ministro Aires me ligou para prestar solidariedade pela situação que eu estava passando, pelo momento e pela crítica que eu estava vivendo, ele comentou comigo como havia passado por situação semelhante num momento da sua vida. Isso é algo que tem que ser compreendido. Nós erramos porque confiamos, mas só fazemos porque confiamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ministro, começou a Ordem do Dia. Vou ter que encerrar a reunião.

O SR. LUIZ INÁCIO LUCENA ADAMS – Então, perdoe-me. Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei, eu compreendo o desabafo de V. Ex^a, mas começou a Ordem do Dia e sou obrigado a fazer o encerramento.

O SR. LUIZ INÁCIO LUCENA ADAMS – Agradeço a oportunidade, Presidente, a todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Compreendo o desabafo de V. Ex^a.

Antes de encerrar esta reunião, eu queria agradecer ao Dr. Leandro Daiello Coimbra, Delegado Geral da Polícia Federal; à nossa Presidente, que está aqui desde o começo, firme – é sempre assim o trabalho dela, solidária –, nossa Lúcia Vânia, que honra o Estado de Goiás.

Queria agradecer ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, queria agradecer ao Advogado-

-Geral da União, aos Srs. Senadores e aos que deram audiência a esta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião conjunta, também agradecendo ao Senador Rodrigo Rollemberg pelo início da Ordem do Dia.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Pedro Simon, Ana Amélia, Romero Jucá, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e João Costa, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Maria do Carmo Alves, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro, Kátia Abreu e Walter Pinheiro, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2011, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para prever, na permissão de uso não gratuita de áreas públicas da União, a obrigatoriedade de reserva de ingressos para distribuição gratuita a entidades de assistência social”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, que “Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro

de 1991”. O relator designado, ad hoc, é o Senador João Capiberibe e o parecer favorável, com a emenda nº 1-CE, é aprovado. Item 1: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Benício Sampaio, que “Dispõe sobre o exercício da Medicina”. O relator designado é o Senador Cássio Cunha Lima e o parecer é favorável, rejeitando os incisos VII e VIII do caput do art. 4º; os parágrafos 2º, 7º e 8º do art. 4º; o inciso VII do parágrafo 5º do art. 4º; e a supressão da cláusula de vigência (art. 8º do PLS nº 268, de 2002). A Comissão aprova o Requerimento nº 57/2012, de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Aloyzio Nunes e João Capiberibe propondo a realização de audiência pública para instruir a presente matéria, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, agendada para o dia 11/12/2012 (ver Item Extra-Pauta). A Matéria fica sobrestada na Comissão até a realização da Audiência Pública. Neste momento, a Presidência retorna à ordem original da pauta uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Deputado João Bittar, que “Denomina Aeroporto de São Paulo/Congonhas – Deputado Freitas Nobre o aeroporto da cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. Extra-Pauta, Item 16: Requerimento nº 57/12-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque e Aloysio Nunes, que requerem “Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Desporto – CE e Comissão de Assuntos Sociais – CAS para discutir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268/2002, que “dispõe sobre o exercício da Medicina”. Dentre outros assuntos, as autoridades abaixo sugeridas discorrerão sobre diretrizes curriculares dos cursos da área de saúde e as implicações para a sociedade da aprovação ou rejeição deste projeto. 1. Dr. Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação; 2. Dr. José Fernandes de Lima – Presidente do Conselho Nacional de Educação; e 3. Dr. Alexandre Padilha – Ministro de Estado da Saúde e Presidente do Conselho Nacional de Saúde”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2012; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei

do Senado nº 134, de 2010; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2012; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2012; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2012; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011; Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2011 e Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às treze horas e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – **Senador Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

O item 1 da pauta é o ato médico, para o qual foi dada vista coletiva. É um assunto de grande interesse, haja vista o público presente, interessado no resultado dessa votação. Eu, pessoalmente, gostaria de ter uma presença maior de Senadores no plenário para que a opinião do Senador Capiberibe, que pediu vista, fosse discutida. Então, se não houver objeção dos Srs. Senadores, começarei discutindo o item 7, cuja Relatora é a Senadora Ana Amélia, de autoria do Senador Humberto Costa, e espero uma consistência maior no plenário, para abordarmos o ato médico, dando mais credibilidade ao trabalho da Comissão.

Só agora, com a presença da Senadora Ana Amélia, temos, no livro, quórum para abrir a reunião, embora esse quórum não se traduza pela presença física no plenário.

Se não há objeção dos Srs. Senadores, com a palavra a Senadora Ana Amélia, item 7 da pauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Roberto Requião, caros Senadores, esse

projeto do Senador Humberto Costa entra na Lei Orgânica da Assistência Social.

A Liderança do Governo me fez uma consulta, embora já tivesse concluído a relatoria, e eu considerei pertinente e oportuna, porque, no relatório, existem algumas divergências em relação exatamente aos percentuais e à Lei Orgânica da Assistência Social.

Para ajustar, porque é uma matéria de interesse social, à realidade e facilitar a aprovação, solicito a V. Ex^a a retirada de pauta desta matéria, para que possamos fazer esses ajustes por solicitação até da Liderança do Governo, porque penso que essa iniciativa foi para dar uma efetividade à sugestão do Senador Humberto Costa, o autor, que está também de acordo com essa iniciativa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A pedido da Senadora Relatora, fica para a próxima reunião o item 7.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2011 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para prever, na permissão de uso não gratuita de áreas públicas da União, a obrigatoriedade de reserva de ingressos para distribuição gratuita a entidades de assistência social.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1– Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O outro item não terminativo da pauta, que pode ser votado com o quórum dos presentes e o quórum virtual, estabelecido no livro de presença, é o item 10. O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a intenção de aguardar um pouco mais, uma presença mais consistente, quebrando uma regra da Comissão, indico, como Senador *ad hoc*, do item 10, o Senador Capiberibe se ele, assim, aceitar.

É o item 10, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, uma solicitação de V. Ex^a, com certeza, será prazerosamente atendida.

Deixe-me só localizar, aqui, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A página é a 203, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 65, de 2012 (Projeto de Lei nº 1.263, de 2003, na origem), de autoria do Deputado Leonardo Monteiro, propõe incluir a implantação e produção de rádios e televisões comunitárias, entre os itens passíveis de serem incentivados pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet). Para tanto, é necessário acrescentar alínea, com esse teor, ao §3º do art. 18 da citada lei. A proposição tem apenas dois artigos, sendo o primeiro o que comanda a modificação, e o segundo para dispor sobre o início da vigência da lei, coincidente com a data de sua publicação.

Em sua justificação, o Parlamentar aponta para a natureza cultural das rádios e televisões comunitárias, pois estas veiculam preferencialmente o conteúdo local. Por outro lado, as emissoras comunitárias têm dificuldade de serem financiadas, pois não podem, formalmente, veicular publicidade. Podem, apenas, notificar o apoio que recebem de seus patrocinadores. Nos termos do art. 18 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, está prescrito explicitamente que “as prestadoras de Serviços de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.” A inclusão desse veículo na lei de incentivo à cultura torna possível a obtenção de patrocínio com maior facilidade.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada pelas Comissões de Educação e Cultura, de Constituição e Justiça e de Cidadania, as quais opinaram, terminativamente, pela aprovação da matéria.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída nos termos do art. 91, §1º, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, ou seja, com poder terminativo nas Comissões. Inicialmente, será apreciado por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para, em seguida, passar pelo exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e, por último, com poder terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas à proposição. Análise.

Nos termos do art. 102, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar a respeito das normas gerais sobre cultura e criações artísticas, categorias em que se enquadra o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2012.

Inicialmente verificamos o contexto em que se insere a medida legislativa proposta: incluir a implan-

tação e produção de rádios e televisões comunitárias entre os itens do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, passíveis de receber incentivos fiscais. Para tanto, vejamos o contexto que assim dispõe o *caput* do art. 18 da Lei Rouanet:

Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC – do Fundo Nacional de Cultura –, nos termos do art. 5º, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei.

Na sequência, nos termos do §1º do art. 18, estão prescritas as condições para a dedução. Estas estão limitadas às quantias efetivamente despendidas nos projetos elencados no art. 3º da autorreferida lei. E quais são esses projetos? São, por exemplo, a concessão de bolsa de estudo, pesquisa e trabalho, a autores, artistas e técnicos (art. 3º, inciso I, alínea “a”); mas também a concessão de prêmios a criadores, autores, artistas, técnicos e suas obras, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas em concursos e festivais realizados no Brasil (art. 3º, inciso I, alínea “b”); e, inclusive, é previsto o apoio à instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura, em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos (art. 3º, inciso I, alínea “c”). Acharmos relevante enumerar os casos, pois vemos grande coincidência de propósito entre a Lei Rouanet e as rádios e televisões comunitárias, especialmente, no que diz respeito ao incentivo aos criadores. Não nos esqueçamos também de que essas emissoras têm propósito educativo.

Na Lei Rouanet está previsto que o fomento à produção cultural e artística será prestado, entre outros, mediante produção de discos, vídeos, obras cinematográficas; edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes; realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes [e aí passa a descrever uma série de atividades a serem desenvolvidas.].

Voltando ao art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, observamos que os projetos devem ser previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, nos limites e nas condições estabelecidos na legislação do imposto de renda vigente, na forma de doações e patrocínios. Esse requisito deixa o legislador à vontade para aprovar a proposição em exame, pois, se não tiverem caráter cultural relevante, os projetos não serão aprovados.

Por fim, vejamos em que contexto é inserida a alínea proposta pelo Projeto de Lei da Câmara nº 65,

de 2012. Atualmente, já podem ser apoiados projetos de artes cênicas; livros de valor artístico, literário ou humanístico; música erudita ou instrumental; exposições de artes visuais; doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; preservação do patrimônio cultural material e imaterial; e a construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes (art. 18, §3º, alíneas de “a” a “h”).

Nesse contexto é que será facultado conceder incentivos fiscais para a implantação e a produção das rádios e das televisões comunitárias, nos termos da alínea “i”, a ser inserida no conjunto do §3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991.

Poderíamos dizer que, ainda que tal previsão não passasse a existir, já é facultado às rádios e televisões comunitárias apresentarem projetos para patrocínio com incentivos fiscais da Lei Rouanet. Não conseguimos imaginar, por um lado, que as rádios e televisões comunitárias não tenham a arte e a cultura entre seus objetivos; e, por outro, é considerado inadmissível que sejam aprovados pelo Ministério da Cultura projetos que não tenham o caráter artístico e cultural. Disso se conclui que, com o texto vigente, já é possível às televisões e rádios comunitárias apresentarem projetos para receber incentivos fiscais por intermédio da Lei Rouanet.

Entretanto, não será demais que tal previsão esteja explicitamente inscrita no rol dos projetos a serem incentivados. Por essa razão, recomendamos a aprovação do PLC nº 65, de 2012, que necessita de apenas uma emenda de redação, com o objetivo explicitar, na ementa, o objeto da lei, em respeito ao que determina o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa não está conseguindo escutar o relatório.

Eu toquei a campanha duas vezes; na terceira vez, para que a Comissão possa trabalhar, eu determinarei a evacuação da sala.

Por favor, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – ... no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de

fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

Por seu mérito, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2012 (Projeto de Lei nº 1.263, de 2003, na origem), com a seguinte emenda:

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2012, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir a implantação e produção das rádios e televisões comunitárias entre os segmentos passíveis de doações e patrocínios na produção cultural.”

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório *ad hoc* do Senador Capiberibe.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Autoria: Deputado Leonardo Monteiro

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.)

Nós temos um quórum de 14 Senadores, o suficiente para votar matérias terminativas. Portanto, temos um quórum consistente para a continuidade da discussão do projeto do ato médico.

Nós demos vista em conjunto aos Srs. Senadores, e o Senador Capiberibe solicita a palavra para colocar o seu voto e a sua posição.

Com a palavra, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu pedi vista ao projeto porque desconhecia completamente o seu conteúdo. Eu vi aqui algumas manifestações na última reunião desta Comissão e me preocupei em inteirar-me do conteúdo do projeto. Regular o ato médico é fundamental, e isso é feito em todos os países.

Eu me lembro que fui surpreendido – digamos positivamente surpreendido –, quando, no Canadá,

meus três filhos pequenos necessitaram inúmeras vezes de serviço médico. E a minha grande surpresa foi que, naquele país, até a aplicação de uma injeção era algo exclusivo dos médicos. E era caro.

Quando eu vi o projeto que nós estamos discutindo, claro, eu me animei, porque acho que é necessário que haja de fato uma regulamentação do exercício da profissão dos médicos. No entanto, eu não vivo mais no Canadá, eu vivo no Brasil. E aí, então, passei a buscar mais informações e detalhes sobre os impactos que poderão provocar a nossa decisão.

Além da experiência de vida, de necessitar da assistência médica na época em que vivi em Montreal, no Canadá, aqui, no Brasil, tive várias atividades públicas. E um dos maiores problemas que nós temos no nosso País talvez não seja nem a falta de médico, mas a distribuição dos médicos. A maioria dos médicos está concentrada nos grandes centros urbanos, e isso termina fazendo com que 365 Municípios do nosso País não disponham de um único médico.

Do meu Estado não vou nem falar, porque é um Estado muito isolado, mas, em alguns Municípios, a nossa luta, quando Governador, era conseguir um médico. Quando a gente conseguia colocar um médico no Município, a gente fazia uma grande festa: “Agora nós temos médico!”. Só que o médico não durava. A gente não tinha condição de atraí-los e de fixá-los, até porque a precariedade desses Municípios é enorme. Eu tenho a impressão de que isso acontece em todas as regiões do País, não é só na Amazônia. Eu acho que no Nordeste. Então, isso termina acontecendo de forma generalizada, e, em quase todos os Estados brasileiros, as grandes especialidades estão concentradas nas grandes cidades, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília. Aqui em Brasília, há um grave problema: todas as populações do Entorno demandam assistência médica de Brasília. Enfim, nós temos uma distribuição muito desigual, no conhecimento e na competência também especializada. Em todas as áreas, mas o mais dramático mesmo é nessa área da assistência médica.

O projeto traz algumas questões que me deixaram sem entender, e o que parece importante para mim é tomar uma decisão consciente, sabendo qual será a repercussão da minha decisão, votando pela regulamentação do ato médico. Eu quero ter claro o que vai acontecer no futuro, até porque há controvérsias vindas, inclusive, de alguns médicos amigos meus, os quais tive o cuidado de consultar, pedindo informação.

O diagnóstico e o tratamento se transformam em ato exclusivo do médico. Eu citaria aqui algumas questões, porque, talvez, alguns Senadores tenham vivido a mesma experiência.

Tenho aqui um relatório do Ministério da Saúde sobre a malária, sobre a incidência de malária. Em 1999, houve o caso de malária endêmica. Mas, no nosso caso, vez por outra, ela é epidêmica. Houve 630 mil casos de malária na Amazônia. E aí o Ministério criou o Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária, e vou explicá-lo com minhas palavras. Aliás, até o projeto apresenta uma dificuldade para quem não está acostumado com a terminologia. Tive de ficar com o dicionário ao meu lado, para traduzir as palavras e entender o que estava escrito no projeto.

Eu era Governador em 1999. Realmente, havia graves problemas. No Amapá, no ano de 1999, chegou a haver 50 mil casos de malária numa população de 500 mil habitantes, ou seja, 10% dos moradores foram contaminados, contraíram a malária. Aí o Ministério montou esse Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária, e nós o assumimos imediatamente. A ideia consistia em fazer um diagnóstico muito rápido da malária e um tratamento imediato. Para haver o diagnóstico, era necessário espalhar uma rede de microscópios, com agentes capazes de ler e identificar o vetor da malária, o plasmódio, e de saber de que tipo ele era, e nós não tínhamos isso. Passamos, então, a treinar essas pessoas. E nem havia pessoal suficiente na área da saúde para esse treinamento. Então, nós o chamamos, para espalhar uma rede nas comunidades interioranas, para fazer não só o diagnóstico rápido, como também um tratamento ultrarrápido.

Assim, a pessoa era treinada para identificar na lâmina o plasmódio da doença e, em seguida, ela mesma passava a receita, o remédio para a malária, que era distribuído pela Fundação Nacional de Saúde. Ou seja, ela diagnosticava e recomendava o medicamento necessário para controlar a malária. Com isso, em 6 meses, houve uma queda de 50 mil para 14 mil casos. Esse programa foi de uma eficiência extraordinária não só do ponto de vista da redução da doença, mas também do ponto de vista da mortalidade. Foi reduzida a mortalidade de 2,6% para 0,6%, em 2000.

Então, o que é que me preocupa? Qual a resposta que quero obter? Uma vez aprovado esse projeto, um agente de saúde localizado no garimpo de Cassiporé vai poder diagnosticar a doença e recomendar e aplicar o remédio? Essa é a primeira pergunta que eu gostaria de ver respondida.

Pelo que interpretei... Pode ser que eu esteja interpretando de forma errada. Já falei da minha dificuldade. Pode ser que eu esteja interpretando de forma errada. No caso, por exemplo, dos 365 Municípios brasileiros que não dispõem de um único médico, depois de passar a lei, haveria punição, digamos, para o próprio farmacêutico? No nosso caso, no Norte

e no Nordeste, quem é o doutor nas nossas pequenas cidades é o dono da farmácia, e ele não só faz o diagnóstico, como também, imediatamente, já vende o medicamento. Parece-me, pelo Relator, que a lei não prevê a punição, mas outras leis preveem punição nos casos de uso indevido da atividade.

Esta é outra questão que eu gostaria de saber: o que aconteceria, por exemplo, com esse agente de saúde lá no alto Cassiporé, no hemisfério norte, no meu Estado, no Rio Amônia, fronteira com o Peru, se ele, então, emitisse um diagnóstico dizendo que fulano tem malária e que ele ia dar os comprimidos para a malária, os comprimidos que o Governo entrega, que a Fundação Nacional de Saúde entrega, que todo mundo tem na Amazônia, uns comprimidos que fazem um mal terrível? Eu já tive várias malárias. Então, sei o que é malária e o tratamento, um risco terrível, porque você tem um problema sério de efeitos colaterais provocados pelo quinino. Esses agentes de saúde dispersos pelo Brasil afora vão poder continuar?

Eu também observei, levantei, porque está há 10 anos aqui – é verdade... Já era tempo de tudo estar esclarecido, inclusive ter votado, e nós já estaríamos igual ao Canadá, com médicos cuidando de todas as fases do tratamento da saúde do cidadão, da cidadã. Nesses 10 anos de tramitação, fui olhar as audiências públicas, quem é que foi ouvido ao longo desse período de tramitação. Ouviram as associações, os conselhos profissionais; agora, não ouviram o Conselho Nacional de Saúde, o que me parece uma coisa gravíssima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – A Lúcia Vânia ouviu.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Mas, pelo que levantei nos dados que estão na tramitação do processo, nós temos várias... Depois nós vamos...

Pois não.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu tenho todo o material aqui, Senador. Vou entregá-lo para o senhor.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Está ótimo.

Pelo que eu ouvi aqui, pelo que levantamos aqui, sentimos falta. Pode ser que esteja nos seus documentos. Eu não consegui localizar, Senadora, mas seria ótimo que pudéssemos localizar.

E também não se ouviu o Conselho de Educação, que é exatamente o conselho responsável pelos cursos de Medicina, pelos conteúdos, pelas grades curriculares, enfim, que me parece importante ser ouvido. Então, diante de todas essas dúvidas, acho que... Bom, estou chegando agora. Pode ser que todos os Senadores já tenham absolutamente clara a dimensão e a

repercussão do projeto uma vez transformado em lei, mas eu tive o cuidado de conversar com alguns Senadores, que me disseram que também tinham dúvidas.

Ora, nós sabemos aqui que a nossa Casa, muitas vezes, tem produzido algumas leis que, depois, não pegam, são inexecutáveis, têm dificuldades de serem implementadas. Há bem pouco tempo, aconteceu isso aqui. Eu não gostaria que, neste caso da regulamentação da profissão de médico, nós fizéssemos uma lei que tivesse essas dificuldades de implementação.

Portanto, eu pediria que nós pudéssemos aprofundar um pouco mais a discussão. Ainda temos – é claro – a Comissão de Educação, temos a Comissão de Assuntos Sociais e temos o plenário, mas pediria... A primeira coisa que eu solicitaria a todos os Senadores é que mergulhassem profundamente e estudassem a repercussão dessa proposta para que possamos tomar uma decisão consciente. Eu tenho certeza de que alguns Senadores... O Senador Antonio Carlos Valadares, que é meu companheiro de Partido, estudou, discutiu e debateu, mas foram poucos que fizeram isso. O nobre Relator aqui na nossa Comissão também teve oportunidade, alguns relatores mergulharam, mas me parece que a maioria dos Senadores não tem uma dimensão, não teve a oportunidade de estudar claramente. Eu faço esse contraponto, no sentido de que a gente possa, de fato, mergulhar neste tema, para que a gente saia daqui com um projeto redondo, um projeto claro, um projeto de lei que possa ser, uma vez aprovado, aplicado.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Relator da matéria na Comissão poder falar a qualquer momento da discussão, no começo, no meio e no fim.

Eu pergunto, Senador Cássio, se V. Ex^a quer se dirigir agora ou quer esperar a manifestação dos outros inscritos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu vou me manifestar agora, Sr. Presidente, até porque escutei com muita atenção os argumentos, as preocupações trazidas pelo Senador Capiberibe, todas elas absolutamente pertinentes, legítimas, que estão compatíveis com o Brasil real. Venho de um Estado que tem uma realidade não muito diferente da do Estado tão bem representado pelo Senador Capi, tanto eu como o Senador Vital do Rêgo, que me ladeia, para a honra e alegria desta Comissão, com sua presença neste instante.

A proposta que está sendo discutida enseja tão somente a regulamentação da atividade dos médicos. Todas as preocupações trazidas pelo Senador Capi-

beribe são, repito, pertinentes, mas devem ser objeto de discussão em outro diploma legal, em outro tipo de análise de enfrentamento do problema por ele aqui apontado, que é verdadeiro, insisto, da ausência de médicos em todas as cidades do Brasil.

Não há como se tentar neste ambiente, no bojo da matéria que está sendo discutida, resolver um problema de ausência de médicos em diversos Municípios brasileiros. Não é este o território próprio para essa discussão.

Quanto ao aprofundamento da matéria, o nobre Senador pediu vista na semana passada, exatamente para ter tempo para esse aprofundamento, de uma matéria que tramita há uma década nesta Casa, nas duas Casas Legislativas, onde diversos textos foram produzidos, consensos foram construídos, dissensos foram preservados, e o que se percebe aqui é tão somente uma construção de mitos que foram, para a minha perspectiva, desmontados na audiência pública realizada nesta Comissão.

Várias outras audiências públicas foram realizadas ao longo desse caminhar. Registre-se o trabalho da Senadora Lúcia Vânia, o trabalho do Senador Antonio Carlos Valadares.

Posso dizer que não sou médico, não tenho nenhuma vinculação com nenhuma das corporações que representam qualquer que seja a atividade vinculada à área de saúde. Sou um modesto e mero advogado e procurei olhar para o projeto de lei – e o fiz de forma dedicada –, procurando encontrar qualquer resquício de ameaça à atividade de qualquer outra profissão, porque já disse e repito: não vou votar em qualquer matéria que possa restringir, inibir ou mesmo hierarquizar a estrutura da saúde pública brasileira, em que médicos, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas etc. são todos importantes dentro das suas especificações profissionais.

Li, reli, discuti, debati, analisei e, toda vez que se apontava a uma tentativa de restrição, eu encontrava no texto construído ao longo desse tempo as devidas ressalvas para proteger a atividade das demais profissões, que têm o meu completo e absoluto respeito, até porque vivi – o Senador Vital sabe disso, o Presidente sabe disso – uma experiência pessoal com o meu próprio pai, que faleceu há 4 meses, que era atendido de forma multidisciplinar. Por exemplo, ele só conseguia ter uma noite um pouco mais tranquila ou menos agoniada com a presença do fisioterapeuta, com a ação do nutricionista, com o suporte do psicólogo. Portanto, quero deixar claro que não entro no jogo de disputas corporativas. Isso não me pertence, nem pertence ao Senado Federal.

Estou preocupado apenas em olhar se, de fato, a lei, ou o projeto de lei traz qualquer ameaça à atividade das demais profissões, o menor resquício que seja de inibição da plena atividade das demais profissões. E compreendendo que não é neste momento, ou mesmo neste projeto, que vamos resolver o problema da ausência de médicos em Municípios brasileiros, nem coibir, também, o exercício ilegal da Medicina, que deve ser coibido, obviamente, porque nós não defenderemos aqui que ninguém faça exercício ilegal de qualquer atividade profissional.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria de compartilhar, de forma sucinta, uma nota informativa que recebi da Consultoria do Senado após a reunião da semana anterior, quando novos pontos de questionamento foram levantados.

E é bom deixar claro que nós não estamos, neste momento, numa votação terminativa. O processo legislativo não se encerra aqui. Nós iremos ainda à Comissão de Assuntos Sociais, onde, querido e nobre Senador Capiberibe, outras audiências públicas poderão ser realizadas, inclusive. Mais uma etapa de debates, mais uma etapa de discussão. Aqui não é, insisto, repito, dou ênfase e coloco em negrito, não é uma votação terminativa. Esta matéria vai ainda para a Comissão de Assuntos Sociais e, depois, vai para decisão soberana do Plenário do Senado Federal.

Agora, permitam-me esclarecer e lembrar, mais uma vez, que, no que diz respeito ao Regimento, no âmbito da Comissão de Educação e Esportes, não é o Projeto de Lei do Senado nº 268 que estamos discutindo, mas é, sim, o substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados quando aquela Casa procedeu à revisão da matéria. Portanto, cabe ao Senado, na fase atual deste processo legislativo, apreciar tão somente as modificações propostas pela Câmara e decidir entre o texto apresentado pela Casa revisora ou aquele aprovado pelo Senado. Isso é fundamental que seja esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado pelo Senado, confirmado pela Câmara, aprovado está.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Perfeito. E não há como fazer qualquer outra modificação ou inovação no projeto, mas apenas aceitar ou rejeitar as alterações propostas pela Câmara, e, neste último caso, mantendo-se o texto conforme aprovado pelo Senado.

Nesta Casa, o substitutivo da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 268, já foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça. É bom lembrar esses passos todos. De modo geral, o texto aprovado pelo Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, apro-

vado por aquele Colegiado, aceitou todas as emendas da Câmara que pudessem ser favoráveis às categorias profissionais não médicas.

O Relator também acatou todas as emendas de redação que aprimoraram o texto oriundo do Senado sem alterações de mérito. As duas modificações implementadas pela Câmara, que beneficiavam os médicos em detrimento de fisioterapeutas, fonoaudiólogos, farmacêuticos e biomédicos, foram rejeitadas no voto do Senador Antonio Carlos Valadares.

Na sequência, vamos abordar os principais pontos sujeitos a questionamentos pelas categorias profissionais não médicas.

1) Diagnóstico nosológico e indicação terapêutica (que é o ponto, talvez, nevrálgico, central desta discussão)

Um dos questionamentos feitos pelas categorias não médicas, especialmente pelos fisioterapeutas, é quanto ao inciso I do art. 4º do PLS nº 268, de 2012, que estabelece como atividade privativa dos médicos “formulação do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica.”

Esse foi um dos dispositivos mais polêmicos e que gerou grande discussão entre todas as categorias profissionais de saúde durante a tramitação dos projetos de lei sobre a regulamentação do exercício profissional da Medicina, e que resultaram na aprovação do substitutivo apresentado na relatoria do PLS 268, de 2002, na CAS, com o trabalho brilhante – que já fiz questão de destacar – da Senadora Lúcia Vânia, e que foi encaminhado então para a revisão da Câmara dos Deputados.

O texto final do projeto aprovado pelo Senado foi resultante de inúmeras discussões promovidas pela Senadora Lúcia Vânia entre todas as categorias profissionais de saúde, e foi obtida por meio de consenso entre as partes. Na ocasião, todas as categorias – e isso tem registro nas atas da Casa, nos Anais da Casa – concordaram com os termos em que o dispositivo foi formulado, em que pese agora manifestarem discordância em relação a eles, o que é absolutamente legítimo, até porque essas entidades não são representadas pelas mesmas pessoas, pelos mesmos interlocutores nesses últimos 10 anos. Portanto, não há que se espantar que, há 10 anos, ou há 8, ou há 7 – não importa –, determinada representação de categoria profissional tenha mantido entendimento e hoje esse entendimento não esteja sendo observado, o que é absolutamente legítimo.

Na Câmara dos Deputados, esses dispositivos não sofreram alterações.

Com relação ao significado desse dispositivo e uma possível repercussão negativa sobre a atividade

das demais categorias profissionais, em nosso entendimento e no entendimento de todos que participaram das discussões e da formulação desse dispositivo quando foi o projeto foi apreciado na Comissão de Assuntos Sociais, tal interferência não ocorre.

De fato, para garantir que não haveria cerceamento da atividade das demais categorias e para evitar eventuais interpretações indevidas, foram inseridos outros dispositivos com o objetivo de explicar o significado do diagnóstico nosológico e de explicar outros tipos de diagnósticos que são próprios das demais categorias profissionais.

São eles os seguintes dispositivos, conforme o projeto original aprovado pelo Senado:

“Art.4º
§1º *Diagnóstico nosológico privativo do médico para os efeitos desta lei restringe-se à determinação da doença que acomete o ser humano aqui definida como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão caracterizado por, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes critérios:*

*I – agente etiológico reconhecido;
II – grupo identificável de sinais ou sintomas;
III – alteração anatômicas ou psicopatológicas.*
§2º *Não são privativos dos médicos os diagnósticos funcional, cinesiofuncional, psicológico, nutricional, ambiental e as avaliações de comportamento e das capacidades mental, sensorial e perceptocognitiva.*

§3º *As doenças, para os efeitos desta Lei, encontram-se referenciadas na décima revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.*

Na Câmara, foram promovidos os seguintes aperfeiçoamentos no texto deste dispositivo:

- 1) Emenda de Redação ao §1º, para corrigir erro gramatical.
- 2) No §3º, a Câmara substituiu a expressão “décima revisão” por “versão atualizada” da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, o que é mais adequado, pois permite a atualização periódica da lista de diagnósticos, tal foi a alteração aceita pela CCJ do Senado.

No entanto, a principal alteração foi feita no §2º do art. 4º, com a retirada do diagnóstico funcional e cinesiofuncional do rol de diagnósticos não privativos dos médicos. Essa supressão, na prática, não teria repercussões importantes, pois a supressão não impede que fisioterapeutas continuem a efetuar esse

diagnóstico, uma vez que ele não foi incluído como atividade privativa dos médicos. Mas como o objetivo do texto do projeto original era tornar explícitas as exclusões dos diagnósticos não privativos dos médicos, para dar mais segurança às outras categorias, o texto do projeto aprovado pelo Senado é do interesse dos fisioterapeutas e foi mantido pela CCJ.

É preciso ressaltar que tanto o texto do projeto original do Senado quanto o texto da Câmara resguardam a atividade e a autonomia do exercício profissional das demais categorias, uma vez que, além de explicitar diagnóstico nosológico, que é a essência da atividade médica, explicita que não constitui atividade privativa dos médicos outros tipos de diagnósticos – como, por exemplo, os diagnósticos já citados, funcional, cinesiofuncional, tipos da atividade dos fisioterapeutas, ou os diagnósticos psicológicos, próprios dos psicólogos.

Para corroborar com esse entendimento, resgatamos das notas taquigráficas a fala do representante do Conselho Federal de Fisioterapia Ocupacional e Terapia Ocupacional (Coffito), durante videoconferência promovida pela Relatora do PLS nº 268, em 2002, realizado em 23 de agosto de 2006, para discutir mais amplamente as posições dos diversos segmentos interessados.

O profissional fisioterapeuta não faz diagnóstico nosológico, absolutamente, mas ele, dentro de sua técnica própria de análise morfológica, análise funcional, descobre qual é a disfunção [grifo nosso].

Quanto à prescrição terapêutica, ela diz respeito à prescrição voltada para o diagnóstico nosológico estabelecido, e não para os procedimentos a serem adotados pelas demais categorias profissionais. O diagnóstico nosológico – por exemplo, uma doença infectocontagiosa (malária, doença de Chagas etc.) ou uma doença cardíaca (insuficiência cardíaca, por exemplo) – é atividade privativa dos médicos, e, portanto, a terapêutica relativa ao respectivo quadro clínico também é atividade privativa dos médicos. Esse é o real significado do dispositivo. Fora isso, é mito.

2) Procedimentos invasivos

Quanto aos procedimentos invasivos, que nós tínhamos... Eu peço paciência aos pares, porque é um tema que vem sendo debatido há bastante tempo, e é importante desmistificar construções que foram feitas ao longo desse período de tempo.

A questão dos procedimentos invasivos, cuja indicação e execução são consideradas pelo PLS e pelo SCD como privativas de um médico, é alvo de divergência pelas demais categorias profissionais, especialmente fisioterapeutas e enfermeiros.

Assim, determinadas atividades, apesar de apresentarem certo grau de invasividade, foram explicitadas

como não privativas de médicos, de forma a preservar a atividade das demais categorias profissionais de eventual cerceamento. Assim é que foram excetuados do rol de atividades dos médicos as seguintes atividades, o que preserva tanto as atividades dos fisioterapeutas quanto a dos enfermeiros.

Art. 4º

§ 5º Excetuam-se do rol das atividades privativas de um médico:

I – aplicação de injeções subcutâneas, intradérmicas, intramusculares, intravenosas, de acordo com a prescrição não médica;

II – cateterização nasofaringeana, orotraqueal, esofágica, gástrica, enteral, anal, vesical, venosa periférica, de acordo com a prescrição médica;

III – aspiração nasofaringeana ou orotraqueal, punções venosas e arterial periféricas, de acordo com a prescrição médica;

IV – punções venosa e arterial periféricas, de acordo com a prescrição médica;

V – realização de curativo com desbridamento até o limite do tecido subcutâneo sem necessidade de tratamento cirúrgico;

VI – atendimento à pessoa sob risco de morte iminente.

Vou dar destaque ao inciso VI: atendimento à pessoa sob risco de morte.

A esse rol de atividades que foram excluídas expressamente como não privativas dos médicos a Câmara acrescentou os seguintes incisos, que visam a conferir mais segurança a atividades desenvolvidas por fisioterapeutas e enfermeiros, que foram acatadas pela CCJ do Senado.

1) Inciso VII – a coleta de material biológico para realização de análises clínico-laboratoriais. Trata-se de demanda dos enfermeiros, para que sua função de coleta de material para exames seja preservada.

2) Inciso VIII: os procedimentos realizados através de orifícios naturais em estruturas anatômicas visando à recuperação físico-funcional e não comprometendo a estrutura celular e tecidual. Esse inciso visa a proteger a atuação dos fisioterapeutas no tratamento de disfunções vesicais.

Com relação à acupuntura, há que se ressaltar que o texto aprovado pelo Senado, e mantido pela Câmara, não trata especificamente dessa atividade. O inciso II do art. 4º, estabelece como privativo de médicos a invasão da pele atingindo o tecido subcutâneo

para injeção, sucção, punção, insuflação, drenagem, instilação ou enxertia, com ou sem o uso de agentes químicos ou físicos. Na elaboração do dispositivo, considerou-se que nenhum dos termos utilizados – injeção, sucção, punção, insuflação, drenagem, instilação ou enxertia – conflitava com a atividade da acupuntura, uma vez que o “agulhamento” realizado na acupuntura tem por objetivo a estimulação de pontos corporais, e não quaisquer das funções enunciadas no dispositivo.

A prática da tatuagem também não será afetada, uma vez que o dispositivo estabelece como privativo do médico a invasão da pele que atinge o tecido subcutâneo, o que não ocorre na tatuagem que restringe à derme e à epiderme.

3. Proteção geral da atividade das demais categorias profissionais.

Além dos aspectos específicos constantes da proposição que visam a resguardar a atividade de todas as categorias profissionais de saúde, o PLS contém dispositivos que, de forma ampla e genérica, resguarda o exercício profissional das demais categorias. São eles:

Art. 4º

§6º O disposto neste artigo não se aplica ao exercício da Odontologia, no âmbito de sua área de atuação.

O art. 4º é o que enumera as atividades privativas dos médicos e constroem as exceções.

Vou pedir a atenção à Comissão para a leitura do §7º do art. 4º:

§7º São resguardadas as competências específicas das profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional e técnico e tecnólogo de radiologia e outras profissões correlatas que vierem a ser regulamentadas.

O art. 7º tem por objetivo deixar claro que estão entre as competências do Conselho Federal de Medicina a definição sobre os procedimentos que podem ser utilizados pelos médicos, aqueles que só podem ser utilizados em caráter experimental e aqueles que são vedados aos médicos.

Nesse sentido, os Conselhos de Medicina passam a ter, expressamente, respaldo legal para coibir atividades ilícitas ou antiéticas de médicos, que podem acarretar danos aos pacientes, ao utilizarem procedimentos cuja eficácia e segurança ainda careçam de comprovação científica.

É um dispositivo que não afeta nenhuma outra profissão de saúde, pois é dirigido exclusivamente aos médicos.

Não é de bom alvitre imaginar que o Conselho Federal de Medicina haverá de se intrometer nas atividades de outras profissões. Portanto, as deliberações das decisões do Conselho Federal de Medicina estarão restritas aos médicos por razões óbvias.

O PLS e o substitutivo oferecido pela Câmara não criam novas atribuições aos Conselhos de Medicina, apenas explicitam que entre as competências legalmente definidas do CFM e dos CRM encontram-se a definição, a fiscalização e o controle dos procedimentos médicos aceitos, vedados e considerados como experimentais. Isso é fundamental para que essas entidades possam desempenhar o seu papel enquanto órgãos que zelam pelo exercício ético da profissão a partir do seu Conselho.

5. Necessidade de regulamentação da Medicina

As primeiras profissões de saúde a serem regulamentadas em nosso país foram as de farmacêutico e de enfermeiro, em 1931. A de dentista foi regulamentada no ano seguinte.

Em 1932, um decreto “regula e fiscaliza o exercício” de várias profissões de saúde: Medicina, Odontologia, Medicina-Veterinária, Farmácia e Enfermagem, de nível superior; e parteira, optometrista, prático de farmácia, massagista e duchista, de nível médio e elementar. Não se tratou exatamente de instituir uma regulamentação do exercício profissional como hoje a entendemos, pois não foram definidas competências, atribuições ou atividades privativas, mas de submeter o exercício daquelas profissões à exigência de habilitação e à fiscalização da autoridade sanitária – uma Inspeção de Fiscalização do Exercício da Medicina, do Departamento de Saúde Pública, ou, onde ela não existisse, as autoridades policiais e judiciárias –, bem como de estabelecer “deveres” e “vedações” para os profissionais, no âmbito do exercício das respectivas profissões.

As regulamentações de exercício profissional dos enfermeiros, odontólogos e farmacêuticos foram alteradas mais de uma vez desde os primeiros regulamentos. A da enfermagem sofreu duas reformas, com a edição de novos regulamentos em 1955 e 1986. O mesmo aconteceu com a dos odontólogos, em 1945, em 1951 e em 1966. Os conselhos fiscalizadores da profissão de farmacêutico foram criados em 1960, mas novas disposições sobre o exercício dessa profissão só foram baixadas, por meio do decreto regulamentador dessa lei, 21 anos depois.

Os veterinários, por seu lado, vieram a ter sua profissão regulamentada em 1968. Assistentes sociais (1957), psicólogos (1962) e nutricionistas (1967) foram os últimos integrantes do grupo de profissionais tradicionais das equipes de saúde a terem seu exercício

profissional regulamentado. Assistentes sociais e nutricionistas tiveram seus regulamentos alterados uma vez em 1993 e 1991, respectivamente.

Apesar de os conselhos de Medicina terem sido instituídos já em 1945, “destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética profissional no exercício da Medicina”, e de outras quatro leis terem sido editadas para tratar de salário, jornada de trabalho, residência médica e instituição de incentivo, os médicos nunca tiveram sua profissão regulamentada no que diz respeito a competências, atividades privativas, direitos e deveres, como as demais. Ou seja, parece algo estranho, mas os médicos talvez sejam os únicos que não possuem ainda a devida regulamentação de sua profissão.

Eu recebi aqui à mesa um boletim, um panfleto, sobre o qual eu queria fazer um comentário derradeiro. Diz respeito a alguns pontos polêmicos, que foram devidamente abordados por mim até aqui, no que diz respeito ao diagnóstico nosológico, aos procedimentos invasivos, mas falta a direção e a chefia. Quanto a esse item, o projeto de lei não trata, em nenhum lugar, que os cargos de direção e chefia, de ministro, secretário de Estado etc., são privativos de médico. Isso não existe, é um mito.

O que o projeto de lei preserva, e acho justo preservar, é que chefias especializadas na Medicina sejam chefiadas por médicos, como acontece com os enfermeiros. Eu não imagino, num hospital, uma enfermaria sendo chefiada por um fisioterapeuta, como não imagino que um grupo de médicos não seja chefiado por médicos. Portanto, a lei é muito específica, muito clara. Aqui, me perdoem a franqueza, é mais um mito que se criou. E de mito em mito estamos conseguindo derrubar as preocupações que são pertinentes e, portanto, reitero a minha posição pela aprovação do projeto.

Estarei defendendo, no âmbito da CAS, mais debates e se, ao longo desse debate, estiver convencido de que há a menor possibilidade de restrição a atividades de outras profissões, digo aqui de forma pública, que mudo a minha posição. Mudo a minha posição, porque, da forma como o texto está redigido, não há, pelas ressalvas que foram postas, pelo trabalho exaustivo desenvolvido pela Senadora Lúcia Vânia, qualquer risco no exercício das demais profissões.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, volto a recomendar a aprovação do projeto, para que ele siga à Comissão de Assuntos Sociais e que lá possamos aprofundar os debates necessários, como o Senador Capiberibe sugeriu há pouco.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia: palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos nos abster de manifestações. Os senhores estão aqui por uma liberalidade do Senado, assistindo a um debate, e vamos nos limitar ao silêncio.

Senador, uma pergunta, só uma indagação: um secretário estadual ou municipal de saúde poderia ser um economista, um administrador ou não?

O SR CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pode. Não há...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem problema pela legislação?

O SR CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não há nenhuma restrição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa concedeu um tempo dilatado ao Relator – vai continuar concedendo tempo sem limite, como manda o Regimento – e ao Senador Capiberibe, que se contrapôs, até agora sem uma proposta concreta ao projeto. Portanto, nós estamos debatendo ainda o relatório do Senador Cássio Cunha Lima.

Eu pediria aos oradores que, daqui para frente, se limitassem aos três minutos, admitindo uma prorrogação por mais dois, ou seja, a cinco minutos.

Pela ordem de inscrição, vamos conceder a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, à Senadora Lúcia Vânia e, posteriormente, ao Senador Moka.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, por 3 minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, na realidade, eu solicitei inscrição para debater a matéria, mas eu gostaria antes que fosse posta para apreciação a proposta apresentada pelo Senador Capiberibe, que ele já formaliza através de um requerimento. Para que a gente possa seguir...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador não apresentou formalização de proposta alguma, até agora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ele falou verbalmente. Eu entendi. Estou sentada ao lado dele...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa consultou o Senador através da Secretaria, e o Senador assegurou que não havia formalizado coisa alguma até agora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Está bem. Eu entendi, sentada ao lado dele, prestando muita atenção ao que ele dizia, da necessidade de fazermos algumas outras audiências públicas, ou uma outra audiência pública, envolvendo convidados que ainda não haviam participado, tanto que a Senadora Lúcia Vânia, na hora, rebateu dizendo que não, que todos os interessados haviam participado.

Primeiro, o seguinte: nós estamos na Comissão de Educação. Certamente, o despacho inicial da matéria não foi para que este projeto do ato médico viesse à Comissão de Educação; alguém deve ter sugerido. E na Comissão de Educação, Sr. Presidente, eu gostaria de saber – é um questionamento que faço a V. Exª, como Presidente da Comissão – se, nesta Comissão de Educação, nós ouvimos algum representante da área de educação, se para cá veio em audiência pública algum representante do Conselho Federal de Educação, Sr. Presidente. Porque, se assim foi feito, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Capiberibe já nos assegurou que não e, consultando a Secretaria, eu confirmo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, Sr. Presidente, eu não sei como vem um projeto à Comissão de Educação... Porque eu pertenço também à Comissão de Assuntos Sociais e lá vou debater com muita profundidade esta matéria. Não porque seja a favor ou contra os profissionais médicos, pelo contrário. Eu sou farmacêutica e tenho uma filha médica.

Eu acho que esse debate tem que ser levado até a exaustão, porque o projeto, Senador Cássio – V. Exª que chega agora –, está maravilhoso, comparado ao que era quando chegou aqui, ao que a Senadora Lúcia Vânia recebeu para relatar. Aliás, em relação ao projeto original, uma das questões que o senhor deu tranquilidade a todos os profissionais da área de saúde, e não apenas esse, é que não há nenhum objetivo de que seja privativo de médico a direção, por exemplo, de hospitais. Mas, no projeto inicial, havia.

(Manifestação fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, essas mudanças foram conquistadas exatamente com o debate, com o debate, tanto aqui no Senado quanto na Câmara Federal. Então, quando nós estamos propondo mais audiências, não é que o nosso objetivo seja impedir que o projeto vá a voto, de procrastinar a matéria; negativo, porque o que está em xeque é o atendimento à saúde da população e a responsabilidade pelo bom atendimento da saúde da população. O que é feito não só através do médico, mas também do enfermeiro, do psicólogo, do assistente social, do fisioterapeuta e daí em diante.

Acho, Sr. Presidente, que não seria prudente, de nossa parte, mesmo porque a aprovação desse projeto vai exigir uma série de adaptações, inclusive dos conteúdos curriculares das mais diversas profissões ligadas à área de saúde, vai exigir uma adaptação. Então, não considero prudente aprovarmos um projeto que veio à Comissão de Educação, que normalmente

não deveria vir, mas veio por um tal convencimento técnico, e o requerimento do Senador Tuma deve ter...

O SR CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Veio a esta Comissão por um requerimento do Senador Romeu Tuma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente, eu nem sabia disso. V. Exª corrobora o que eu digo, sem eu sequer conhecer profundamente, mais pelo conhecimento de causa que tenho na área de saúde. Então, ele veio foi exatamente para discutir isto, Senador Cristovam, para permitir um debate com a área de formação na área de saúde. E quem forma os profissionais de saúde? A área de educação, que é multidisciplinar.

Então, aprovar um projeto em uma comissão que veio com esse objetivo sem debater o objetivo, Sr. Presidente, é não ajudar para que saia daqui um bom projeto e que nenhuma categoria passe a ter o direito de exercer determinadas funções de sua profissão por decisão judicial. Infelizmente, o que acontece é isto, querem proibir farmacêuticos bioquímicos, por exemplo, de diagnosticar ou de assinar exames citopatológicos. Vejam bem como são as coisas.

Para que aproveemos um bom projeto, que não fique sujeito à busca de decisões na Justiça, penso ser de bom senso, Sr. Presidente...E chamo V. Exª, porque tirar o projeto desta Comissão sem discutir com as pessoas ligadas à educação é contraproducente. Nesse caso, de fato, o Senador teria razão, vamos discutir o mérito na CAS. A CAS vai discutir outra forma de mérito, não o da educação, exatamente por essa razão que aqui venho.

Peço, Sr. Presidente, que, se possível, V. Exª encaminhe algo que poderia ser consensual: uma audiência pública com o Ministério da Educação, o Conselho Federal de Educação e a Secretaria em Gestão e Educação para a Saúde do Ministério da Saúde. É isso que peço.

E digo, Sr. Presidente, não quero procrastinar nada. Debati muito a matéria na Câmara, juntamente com o Deputado Eleuses, de Minas Gerais, que presidia a Associação Médica Brasileira. Fizemos bons acordos, que melhoraram muito o projeto tanto para os profissionais médicos quanto para os profissionais de outras categorias.

Agora, aprovar, votar o projeto nesta Comissão de Educação sem debater com o pessoal ligado à educação, Sr. Presidente, não tem muita lógica. Peço que possamos construir esse consenso. Não há nenhum interesse de A contra B ou de C contra D, de jeito nenhum, apenas para que possamos debater o melhor projeto, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Vanessa formalizou uma proposta de audiência pública com a ouvida dos representantes das entidades que mencionou. Então, estando formalizada a proposta, cabe à Mesa colocá-la em discussão.

Tenho inscrições aqui para a discussão do relatório do Senador Cássio Cunha Lima. Mas se altera agora a discussão da Comissão. Coloco em discussão a proposta da oitiva dessas entidades mencionadas pela Senadora Vanessa Grazziotin. O Plenário se abstém de manifestação.

Em discussão a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro com a palavra para discutir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Roberto Requião, entendo a preocupação da Senadora Vanessa e de todos os companheiros com relação ao mérito do projeto...

Com relação ao mérito do projeto ser discutido na Comissão de Educação, eu procurei informação da Secretaria, porque esse projeto já tramitou no Senado Federal, na Legislatura passada. Foi aprovado no Senado Federal e foi à Câmara. Lá, como bem disse a Senadora Vanessa, ele foi enriquecido pelos Srs. Deputados e Srªs Deputadas, e retorna ao Senado. Acredito que nós estamos, como colocou o Senador Cássio, discutindo esse projeto aqui há quase 10 anos. Ele não é terminativo na Comissão de Educação. Então, eu gostaria, para que nós pudéssemos fazer o projeto andar...

Eu também não sou médico, mas tenho um filho médico, que procura – como acho que é um direito de todos os médicos – ter a sua profissão regulamentada. É a profissão mais antiga do mundo e é a que não está ainda regulamentada. O Senador Aloysio Nunes é um crítico contumaz da regulamentação. Já regulamentamos historiadores e, para todo tipo de profissão, o Senado aprova a regulamentação. E não conseguimos aprovar a regulamentação do médico.

Então, eu acho, Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, que nós – e é a sugestão que eu faço – não vamos deixar de ouvir a Comissão de Educação, mas na CAS, onde é terminativo, nós podemos fazer as audiências que lá possam ser feitas, em conjunto com a Comissão de Educação. Não há impeditivo para isso. Então, a Comissão de Educação poderá e deverá ser ouvida em conjunto com a CAS. Com isso, nós avançamos alguma coisa ainda este ano, nesta Ses-

são Legislativa, que está em seu término. E na próxima Sessão Legislativa, no início de 2013, quando formos discutir de forma terminativa na CAS, faremos a audiência pública lá na CAS, em conjunto com a Comissão de Educação. Atendemos à Senadora Vanessa e aos Srs. e Sr^{as} Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Só um esclarecimento, Senador. O projeto é terminativo no Plenário do Senado, e não na CAS.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não terminativo na CAS.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu tenho sobre a Mesa, formalizado, com assinatura do Senador João Capiberibe, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Aloysio Nunes Ferreira e da Senadora Vanessa Grazziotin um pedido de audiência do Dr. José Fernandes de Lima, Presidente do Conselho Nacional de Educação, e do Dr. Alexandre Padilha, Ministro de Estado e Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

Continua a discussão do requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente! Presidente! Eu não sou contra a audiência, eu apenas proponho que ela seja feita em conjunto, na CAS.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Roberto Requião, eu quero dizer que tenho apenas 2 anos aqui no Senado, mas 16 anos na Câmara dos Deputados. Eu raramente vi um projeto tão exaustivamente discutido. Não me lembro. O Senador Cássio Cunha exauriu. E o pior é que quando você ouve as críticas e tenta ir ao texto, você não consegue que aquela crítica que se faz ao projeto do ato médico se confirme no texto.

Então, me parece que esta discussão que estamos travando aqui hoje é importante e, como disse a Senadora Vanessa, o projeto que chegou aqui, e que foi para a Câmara – e eu insisto nisso – foi aprovado no Senado e modificado na Câmara. O que o Senado pode fazer é concordar ou não com as modificações que a Câmara fez. Não há mais como modificar isso. É importante que a gente diga para as pessoas que estão aqui, porque ainda há alguém que tenha essa ideia que se vai alterar o projeto. Agora, ou você concorda com as modificações que a Câmara fez ou... Não se pode mais alterar o mérito.

Portanto, é fundamental que esse projeto avance. Nesse sentido, eu acho que o Senador Flexa Ribeiro conseguiu realmente uma proposta que me parece

ser o caminho. Vamos aprovar aqui. Este projeto ainda vai para a CAS, e, se for o caso, lá, e certamente será, vamos fazer essa outra audiência pública, lembrando, segundo a Senadora Lúcia Vânia, que durante as suas tratativas foram feitas 21 audiências públicas, Sr. Presidente.

Não é possível que a gente não consiga votar esse projeto do ato médico, porque se chegou ao mínimo do detalhe e nós continuamos ainda insistindo: “Mas está faltando essa vírgula, está faltando...”. Tudo bem, mas vamos avançar. E, depois desse relatório do Senador Cássio Cunha Lima, que colocou de forma clara, cristalina, que não há a menor possibilidade de este projeto interferir em uma outra carreira, desde que essa profissão também esteja devidamente regulamentada, então, o que falta para a gente avançar?

Eu acho que é votarmos o relatório do Senador Cássio Cunha Lima, parabenizando também a Senadora Lúcia Vânia, que fez um grande trabalho nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – No momento, falta a palavra do Senador Cristovam Buarque, que está inscrito.

Com a palavra, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, quando eu tenho de decidir se vou ou não pedir uma audiência, eu uso três critérios: se é urgente, ou não é urgente; se é conveniente, ou não, um debate público, que vá além dos interessados; e, terceiro, se eu me sinto, ou não, à vontade de votar “sim” ou “não”. Esses três critérios me fazem defender a audiência.

Primeiro, faz 10 anos que está sendo debatido. Podíamos adiar alguns meses mais, algumas semanas que fossem. Não é uma questão de urgência. A saúde não para se nós não o aprovamos agora.

Segundo, eu acho importante o debate público. Quando digo debate público não é entre nós, não. É que a opinião pública toda saiba que estamos discutindo isso. E uma audiência pública é transmitida pela televisão e chega à população em geral.

Terceiro, a incerteza do voto. Eu confesso que, se for colocado em votação, eu vou me abster.

Por um lado, tem sua lógica a procura da regulamentação médica. É até absurdo que não se tenha feito isso ainda. É correto que se queira que o sistema de saúde leve em conta a parte principal, mas não única, que é a Medicina. Mas, ao mesmo tempo, temos a saúde como uma coisa muito mais complexa do que a Medicina. E o ato não me convenceu ainda de que isso é positivo para o sistema inteiro.

Depois, eu procurei ver nesses últimos dias o que está acontecendo nos outros países. Não conse-

gui aprofundar-me plenamente, mas há sintomas de que há países com sistema de saúde eficiente que estão indo até no sentido de ampliação das diversas profissões, numa convivência que não passa pelo que o projeto de lei diz.

Por isso, defendo a audiência. Acho que a audiência vai ajudar a pensar mais e, até mesmo, a saber se a gente consegue ou não uma posição melhor sem mudar o mérito, como diz a Senadora. Então, eu defendo, sim, essa audiência. Acho que ninguém perde com audiência. Quem perderia com uma audiência dessas? É a minha pergunta. Ninguém perde. Mesmo que ninguém venha a ganhar, ninguém perde.

E aqui a sugestão do Senador Flexa é correta, do ponto de vista do debate público; é correta do ponto de vista da urgência. Não seria, mas, do ponto de vista da decisão do meu voto, não daria mais. Eu teria de votar aqui. Hoje, eu votaria abstenção, o que para mim é muito constrangedor, porque gosto sempre de estar de um lado ou de outro, mas hoje eu seria obrigado a me abster, a não ser que a gente vote aqui, então, uma proposta intermediária. A não ser que a gente só vote aqui depois dessa audiência comum entre CAS e Educação. Então, nós fazemos essa audiência em comum e só votamos depois.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam, a intenção (*Fora do microfone.*) da Mesa não é, de forma alguma, protelar as decisões. Então, se o Plenário vier a votar a favor dessa audiência pública, ela será executada com o preterimento da nossa pauta na próxima terça-feira, e essa votação, pela importância do tema que se debate, não será uma votação aberta. A Mesa resolve fazer uma votação nominal da proposta da Senadora Vanessa Grazziotin.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação do requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a marcaria a audiência, então, para a próxima...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Próxima terça-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Aí, tudo bem. A gente faria...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos à votação.

Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Voto por uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Por uma audiência. “Sim”.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – “Sim”

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Não está mais presente.

Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

“Sim”.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estamos votando, Sr. Presidente, se vamos fazer uma audiência pública nova?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na próxima terça-feira.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E vota, agora, o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não, vota, agora, o requerimento da audiência na próxima terça-feira.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bom, vamos votar, então, já que....Voto com a proposta do Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não está em votação a proposta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não está?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não. Está em votação a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin.

A audiência conjunta só poderia ser votada na outra Comissão, se aprovássemos a audiência nesta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, Presidente, não tenho nenhuma dúvida, porque esse relatório do Senador Cássio tem uma clareza enorme sobre isso. E até poderia, do ponto de vista corporativo, se é que essa é a acusação que se faz sobre a questão médica, a mim está muito claro que se está disciplinando o exercício profissional da Medicina. Nada mais que isso. Não limitando e não intrometendo em competências de outra atividade. Estou querendo justificar o voto porque, agora, é uma questão de clareza para isso.

Então, ele deixa muito claro: não entra na área de enfermeiro, de nutricionista, de assistente social, de fisioterapeuta, de psicólogo – que é muito importante; não entra em nenhuma dessas áreas e eu poderia até imaginar que, vindo aqui o Ministro Padilha, que é médico, ele poderia defender corporativamente, poderia até suspeitar, mas não penso que isso vá alterar a minha clareza do entendimento do relatório do Senador Cássio Cunha Lima, que, aliás, houve uma audiência pública na Casa, também com médicos, com as categorias citadas – psicologia, nutrição, todas essas

categorias – e foi muito bem esclarecido isso. Tenho a convicção de que não há risco.

Voto com o relatório do Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O relatório não está em votação. Está em votação o requerimento.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – “Sim” ou “não”?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dada a posição do Relator, que, politicamente, me aconselha a votar “sim” para fazer a audiência, para ter ganhado e para não incompatibilizar um confronto, voto com a solicitação da Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, voto “não” ao requerimento, entendendo que isso foi exaustivamente discutido e acho que está na hora de votarmos. Sei que a posição do Relator é até contrária à minha posição, mas quero demarcar a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeitamente.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para ser bastante coerente e a mim me satisfaz bastante o relatório do Senador Cássio Cunha Lima, que enfatizou bem o art. 7º. Acho que não deixa a menor dúvida. Então, para ser coerente com a minha postura, voto “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, esta matéria já está bastante debatida, discutida. Não é, Senador Cristovam, uma audiência, mais uma audiência, mas para que não fique qualquer dúvida em relação à minha disposição, ao meu propósito, e dar chance que a audiência se realize, sobretudo com a posição de V. Ex^a de marcar para a próxima terça-feira, voto a favor do requerimento, para que tenhamos mais essa oportunidade, para que não paire qualquer dúvida em relação às intenções desta Comissão e deste Senado, para esgotar, de forma definitiva, qualquer dúvida, porque não tenho compromisso com o erro e também não tenho vínculos com nenhum tipo de corporação. Quero apenas cumprir o meu papel de Relator, que é regulamentar a atividade do profissional médico, que é o que fizemos neste projeto de lei, sem atingir qualquer outra atividade. Que

se faça mais uma audiência em nome do bom debate e em nome da tradição desta Casa, que é ouvir todos.

Voto “sim” pelo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Parabéns, Senador.

A Mesa, quebrando o Regimento, faz uma proposta à Comissão, desde já, para que não se trate essa questão como uma questão de perenizar esta votação no Senado da República: nós convidaríamos já a Comissão de Assuntos Sociais, que é a próxima comissão, para participar da audiência pública, encurtando esses caminhos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, parece que essa posição vai agilizar. V. Ex^a vai fazer uma audiência pública com a presença da Comissão de Assuntos Sociais. Aí nós vamos votar, porque vamos ganhar o tempo dessa discussão. Eu quero rever a minha posição desde que a posição seja exatamente a de uma audiência conjunta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, da mesma maneira, porque eu concordei com a proposta do Senador Flexa Ribeiro. Então, como V. Ex^a está propondo que seja conjunta, eu também revejo o meu voto e voto também pelo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se nós estabelecermos um consenso, eu susto a votação, nós convocamos a audiência pública e levamos essa sugestão a outra Comissão, mas acho que é uma sugestão irrecusável, porque não estamos a fim de protelar coisa alguma.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu apresentarei.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Cícero se encarrega de apresentar na CAS.

Há consenso? *(Pausa.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu iria agora para o item 14.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ainda no item do ato médico.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu pediria aos Senadores que não abandonassem a Comissão, porque, senão, não teremos mais quórum para votar nada, e todos os outros projetos são terminativos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria a V. Ex^a, se possível, que nós pudéssemos já

definir, Presidente, feita a audiência na próxima terça-feira, a data para que votássemos no plenário da Comissão ainda nesta sessão legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós votaremos em seguida na Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Na mesma terça.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Depois da audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Na mesma terça.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na mesma terça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Dia 11 próximo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vai estar na pauta a audiência e a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Faremos a audiência e, em seguida, a votação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Srs. Senadores, não há quórum no plenário. A intenção da Mesa era, em homenagem ao Senador Freitas Nobre, votar uma proposição que trata de colocar o seu nome no aeroporto de São Paulo. Eu preciso de 14 Senadores no plenário. Faltam dois Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu pediria também que os companheiros permanecessem. O Dr. Marcelo Nobre, filho do Senador Freitas Nobre, está aqui presente para que tenha a votação do projeto que denomina o aeroporto de Congonhas com o nome do seu genitor, o Senador Freitas Nobre. Precisamos de 14 Senadores.

E há outro projeto, do qual fui Relator, do Senador Cícero Lucena, cujo relatório já foi lido e discutido; só votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há uma manifestação – perdão, Senador Flexa Ribeiro – do Ministério da Educação. O Ministro gostaria de estar presente nesse debate. Eu acho que é aceita pela Comissão por consenso. Nem submeto à votação.

Vamos tentar verificar se temos o quórum para votar o projeto do... Já foi lido. É só votação. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze comigo. Faltam dois. A Senadora Lúcia Vânia não é da Comissão.

Vamos tentar fazer essa homenagem ao nosso Deputado.

Como já foi discutido, eu vou começar... O Relator é o Senador João Capiberibe. Eu acho que nós podemos começar a votação.

Como vota o Senador Cristovam Buarque a respeito da mudança da denominação do Aeroporto de Congonhas para Aeroporto de Congonhas Deputado Freitas Nobre?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

Como vota a Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*
Não está presente.

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A favor.

Como vota a Senadora Ana Amélia? *(Pausa.)*
Não está presente.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Não está presente.

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com muita honra, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – José Agripino. *(Pausa.)*

Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Honrado, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com muito prazer, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLAXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É uma honra denominar o Aeroporto de Congonhas em homenagem ao Deputado Freitas Nobre.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Não está presente.

Senador João Costa.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador João Costa vota “sim”.

Quantos votos faltam? *(Pausa.)*

Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu vou manter viva a votação, por alguns instantes, a fim de ver se completamos esse quórum.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, o senhor não me chamou.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vota “sim”.

Faltam quantos? Quem é que fez a contabilização aí? *(Pausa.)*

Faltam dois. *(Pausa.)*

Eu acho que foi uma solução extraordinariamente democrática hoje. E parabéns ao Relator por ter admitido a continuidade da discussão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, eu havia acabado de receber um relatório do Conselho Nacional de Saúde exatamente fazendo algumas recomendações ao Senado na votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – V. Exª fará essa recomendação ao vivo e em cores terça-feira.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Terça-feira eu o farei com o maior prazer.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu acho que o acerto foi fundamental até pela demonstração, por parte do Ministério da Educação, de também querer se fazer presente, numa demonstração da importância de dar continuidade a esse debate, e com a sabedoria do Presidente de já antecipar algo que poderia ocorrer na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É a isso que nos obriga a sobreposição das reuniões das Comissões do Senado. A gente tem certeza de que há uma unanimidade em torno dessa proposta, mas os nossos Senadores estão à captura

de mais dois para conseguirmos o quórum legal, haja vista que a decisão é terminativa.

(Pausa no processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovada a mudança da denominação do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, para Aeroporto de Congonhas Deputado Freitas Nobre. *(Palmas.)*

A próxima reunião terá como item único a realização de audiência pública e votação do ato médico na Comissão de Educação. Nós convidaremos a Comissão de Assuntos Sociais.

A decisão da Comissão de Assuntos Sociais ficou a cargo do Senador Cícero Lucena.

Encerrada a reunião.

(Aberta às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 8 minutos.)

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2012. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ana Amélia, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e João Costa, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, Kátia Abreu e Walter Pinheiro, que justifica a ausência. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de **Audiência Pública (Sétima)** do “Ciclo de Audiências Públicas: Educação e Federalismo”, atendendo ao Requerimento nº 73/2011-CE, de autoria dos Senhores Senadores

Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti, destinado a debater o tema “**Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?**”. Como expositoras, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Cybele Amado, Presidente do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa e Vencedora do Prêmio Empreendedor Social de 2012 e a Senhora Roseni Sena, Diretora Executiva do Instituto Inhotim**. Finda a apresentação das expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Cássio Cunha Lima, autores do Requerimento. Após as considerações finais das expositoras, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e quatro, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

A Senadora presente, se estiver de acordo, permaneça como está. *(Pausa)*

Está aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 73, de 2011, desta Comissão, de autoria dos Senadores Cássio Cunha Lima, Mozarildo Cavalcanti e minha própria para a realização da 7ª audiência pública do Ciclo “Educação e Federalismo”, que tem a finalidade de discutir o tema “Educação básica, responsabilidade do Governo Federal?”.

Dando início a esta audiência, solicito ao Secretário da Comissão, **Júlio Linhares**, que acompanhe as convidadas para tomarem assento à Mesa.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado e da Rádio Senado.

Informo ainda que esta audiência está sendo transmitida pelo site da TV Senado, no endereço www.senado.gov.br/tv e que perguntas podem ser enviadas aos convidados por meio do “Alô Senado”, no telefone 0800612211 ou por formulário disponível no site www.senado.gov.br/alosenado ou ainda pelas redes sociais, na página do “Alô Senado”, no Facebook, ou pelo twitter@alosenado.

Nós temos o prazer e o privilégio de receber hoje, nesta última de um ciclo que fizemos com sete audiências para debater o assunto, a presença da **Roseni Sena** e da **Cybele Amado**, a primeira é do Instituto Inhotim e a **Cybele** é do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa e foi vencedora do prêmio Empreendedor Social 2011.

Quero lembrar aos que têm acompanhado essas audiências que ao longo dos diversos depoimentos e debates que realizamos nós discutimos a possibilidade e a conveniência ou não de que educação de base seja uma questão nacional e que, ao ser uma questão nacional, passe a ser executada pelo Governo Federal e não pelos governos municipais e estaduais. O que se buscava com isso seria um padrão igualitário em todo o País, porque, a meu ver, é impossível deixar nas mãos dos Municípios, tão desiguais como eles são em todos os sentidos, e, ao mesmo tempo, fazer com que, através dessa igualdade, haja uma elevação na qualidade para que a escola pública seja da máxima qualidade, como já é na maioria dos países que têm as condições que o Brasil tem. Nós somos uma exceção na má qualidade de educação quando consideramos os países que já são potências ou emergentes.

Por isso vou passar a palavra para cada uma. Nós reservamos 20 minutos, mas se for preciso mais um pouco não será problema. Depois os Senadores presentes farão perguntas, eu farei os meus comentários e chegando perguntas do público nós passaremos para vocês. Vou passar primeiro a palavra para a **Cybele Amado**.

A SRª CYBELE AMADO – Bom dia a todos e a todas.

Quero dizer que é uma honra participar desta audiência pública, também aqui na representação do Sr. Secretário de Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, **Júlio Ricardo Linhares**, e do nosso ilustríssimo Sr. Senador **Cristovam Buarque**. É uma satisfação participar deste momento aqui.

Nosso discurso será estruturado, inicialmente, em breves comentários que vamos fazer das muitas opiniões já expressas nas seis audiências públicas realizadas com o tema educação e federalismo e com a pergunta: educação básica, responsabilidade do Governo Federal. Numa segunda etapa, eu darei ênfase à formação inicial e continuada dos educadores e, por

fim, no fortalecimento de um regime de colaboração que promova avanços nas relações intramunicipais, intermunicipais e intergovernamentais.

Em primeira instância, respondendo a pergunta do debate, eu afirmo que, sim, é também responsabilidade do Governo Federal a capacidade de responder ao desafio da qualidade da educação pública. Creio que o principal aspecto aqui é a redução das desigualdades sociais e regionais. O impacto da municipalização, como proferido na última audiência, tanto promoveu avanços como gerou resultados negativos. No entanto, creio que o efeito reverso de um dos processos gerados pelo modelo federativo, que diz respeito à municipalização, precisa incluir nas futuras tomadas de decisões uma análise histórica das atuais demandas e das tentativas de acertos. É evidente que, quanto ao equilíbrio das decisões e posturas, redistributiva e supletiva, assumidas pela União, será necessário um alinhamento com os Municípios e Estados, uma justa revisão dos recursos. E vale ressaltar que será preciso, na minha opinião, fomentar a qualificação dos planos municipais de educação e planos estaduais de educação, comungando com as metas nacionais.

Ainda que tenhamos esforços municipais e estaduais para elaboração de tais planos, boa parte dos Municípios, assim como muitos Estados brasileiros, não construíram ou elaboraram com o apoio técnico necessário programas que, além de explicitarem e solucionarem as demandas, desafios e avanços de cada região, tenham uma comunicabilidade entre eles. Já sabemos o que não favoreceu a excelência no regime de colaboração entre os entes federados. Portanto, acredito também que é preciso centrar esforços para o fortalecimento intergovernamental, utilizando inclusive as ferramentas atualmente existentes, como por exemplo, o PAR – Plano de Ações Articuladas, ressignificando caminhos propositivos com resultados mais imediatos. Temos pressa.

A questão de como fortalecer o regime de colaboração que promova bons resultados perpassa por reformas importantes no que tange à redemocratização dos recursos públicos; no entanto, não será suficiente para garantir um pacto coletivo. Um dos pontos desse processo tem fundamento em como nos constituímos uma Federação e em como promovemos efetivamente um regime de colaboração, tendo a concordar que a questão não passa pela centralização e/ou descentralização da gerência da educação básica, mas a definição clara de papéis de corresponsabilidades, de metas e propostas comuns e na promoção permanente de equipes constituídas por comitês representativas dos Municípios, dos Estados e da União.

Creio que as experiências de Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Ceará seguem nos ensinando. Um dos principais pontos é a criação dos fóruns representativos e permanentes, envolvendo os entes federados, as universidades, os conselhos, a Undime, as organizações sociais, empresariais, as escolas, os educadores e os pais. Caso queiramos que todos participem, será preciso centrar esforços no que estou chamando de comissões intergovernamentais. Como já discutido e previsto no Brasil, o caminho dos arranjos do desenvolvimento educacional, que, a meu ver, é promissor, prevê o fortalecimento dos territórios, que, além de experienciar a colaboração intra e intermunicipal, poderá favorecer o fortalecimento da colaboração intergovernamental. É preciso criar interespaços entre movimentos que são endógenos e exógenos.

Em nossa experiência de constituição de quase 15 anos de um arranjo educacional na Chapada Diamantina, Bahia, que, neste momento, avança no sonho do consórcio intermunicipal de educação, seguimos aprendendo que não é possível enfrentar um dos maiores desafios da educação pública brasileira, que é a descontinuidade administrativa, e consequente frequente descontinuidade de programas e projetos educacionais relevantes, sem -reconhecermos juntos que educação precisa seguir sendo prioridade, que “brigas dos egos partidários” impactam sobremaneira nos resultados da educação, que, creio, também interferem no regime de colaboração.

Quem se responsabiliza por decisões municipais, no final de uma eleição, de governantes que não lograram êxito e resolveram não cumprir os dias letivos, suspendendo merenda e transporte escolares, demitindo todos os técnicos e professores contratados em outubro?

A cada 4 anos, no Brasil, no ano das eleições municipais e estaduais, há um rompimento e um “abalo sísmico” das ações da educação. Quem se responsabiliza por isso?

Urge estabelecer estratégias nacionais que promovam o engajamento dos pais e da sociedade na regulação das “coisas públicas” e que a União tenha, no seu papel também de regulador e fiscalizador junto à sociedade e os entes federados, uma ação efetiva nessas e em muitas outras situações de intercorrências e irregularidades.

O ponto dois, que seguirei abordando, é a questão da formação inicial e continuada. Ainda que os regimes de colaboração funcionem bem e/ou que atribuamos mais responsabilidades estruturais à União, ainda teremos outros desafios a enfrentar para termos os resultados que sonhamos. Um deles estou chamando de reforma curricular na formação universitária no Brasil

(em caráter de urgência), tanto nas universidades públicas quanto particulares. O problema da formação inicial dos professores não está somente nas universidades particulares,

Observamos um investimento significativo do Governo Federal em redirecionar o papel das universidades na formação inicial dos professores. No entanto, pesquisas recentes realizadas pela Fundação Carlos Chagas evidenciam que a formação inicial {cursos de pedagogia) centram esforços em disciplinas relativas aos conhecimentos históricos e sociológicos da educação, direitos humanos e psicologia educacional. Ainda que esses conteúdos sejam relevantes, é intrigante observar que os conteúdos relativos *ao que e como se ensina* não está na maioria dos cursos de Pedagogia do Brasil.

Vejamos parte dessa pesquisa: 62% dos alunos matriculados estão em instituições privadas; as categorias curriculares de análise: 26% das disciplinas compõem uma categoria de fundamentos teóricos da educação. Apenas 3,4% se referem à didática geral. É somente 3% do currículo das licenciaturas que é destinado à didática.

E somente 3% do currículo das licenciaturas é destinado às didáticas. Em outras palavras, os professores se formam sem dominar o conhecimento didático das diferentes áreas.

Como diria na roça, no interior e na zona rural, eu quero saber quem vai mexer nesse vespeiro? Enfrentar não somente a redefinição dos critérios e dos sistemas de avaliação dos cursos que formam professores, mas também será preciso de fato formar professores que conheçam as didáticas específicas.

Os 3 ou 4 anos de formação no curso de Pedagogia, em sua maioria, no Brasil, não formam professores para atuarem na educação infantil e no ensino fundamental I.

Colocamos como meta (relevante, diga-se de passagem) a formação superior para os professores (praticamente exterminamos os cursos de magistério) e há anos que saem pedagogos das universidades, mas não saem professores.

Ponto 3: É a formação continuada dos educadores que também, atualmente, é delegada às universidades. Creio que essa experiência poderá ser um indutor importante para a reforma curricular dos cursos de pedagogia e quiçá o papel das Universidades públicas comece a se configurar como interventivo nos resultados dos nossos estudantes, professores e escolas.

Ponto 4: É possível em uma região que os educadores e uma comunidade transformem para sempre a realidade da educação em seu município e território.

Em nossas experiências, avançamos de resultados de 1.2 a 2.3 de Ideb para 4.57, numa média 5.3. Numa união de territórios, Municípios, educadores e rede pública.

Para que essa máxima consiga ser alcançada com resultados satisfatórios, precisamos seguir investindo numa rede colaborativa nos espaços escolares e municipais, o que significa um maior investimento na formação continuada dos coordenadores pedagógicos, dos diretores escolares, das equipes técnicas, dos coordenadores estaduais de educação, com a participação dos pais, se, de fato, desejamos que o regime de colaboração intraescolar e interescolar aconteça. Além disso, é preciso que todas as organizações sociais que se propõem a contribuir com as redes municipais ou estaduais sigam fortalecendo os planos educacionais das redes educativas.

Tenho visto, em alguns territórios brasileiros, coordenadores pedagógicos e equipes técnicas assumirem, como política pública municipal ou estadual, programas de formação continuada que são externos e distantes das necessidades de aprendizagem e de formação daquele contexto e que, portanto, não contribuem para a autonomia e a interdependência.

Recentemente, uma educadora, durante um processo avaliativo, afirmou: “Estou diante de um banquete e morrendo de fome”. O Município ao qual estou me referindo tem 19 programas de educação, com baixos índices de desenvolvimento educacional.

Embora, eu considere relevantes todas as ajudas qualitativas que os educadores recebam oriundas de muitas de fontes, é preciso garantir que as redes municipais e estaduais sejam autores e atores em todas as etapas, sejam sujeitos, não apenas transmissores ou leitores bem aplicados de manuais de instruções. As escolas com melhores IDEBs por esse Brasil afora, que demonstram bons resultados na continuidade, têm como característica uma rede escolar que segue garantido pluralidade nas tomadas de decisões e concentração de esforços, com metas altas a serem alcançadas.

Vale ressaltar que as horas destinadas ao planejamento pedagógico precisam de mudanças radicais e novamente rápidas. Para garantir o desenvolvimento profissional nos contextos escolares de trabalho, os coordenadores pedagógicos, os diretores escolares e os professores precisam mais do que um terço de jornada de trabalho dedicado aos encontros e ações complementares.

Vejamos uma pesquisa da Fundação Victor Civita e da Fundação Carlos Chagas sobre todos os coordenadores pedagógicos do Brasil discutindo o seu perfil, suas intenções, tensões e contradições: 47% dos coordenadores pedagógicos não têm clareza do

que significa o Ideb; 27% dizem ser insignificante o tempo dedicado aos PPPs, que são os Projetos Políticos Pedagógicos; de 87%, apesar de apontarem a gestão da aprendizagem como atividade de sua responsabilidade, somente 17% fazem a observação e o acompanhamento do professor em sala de aula; dos 72% dos coordenadores pedagógicos que trabalham na fiscalização da entrada de alunos nas escolas, 91% acreditam que é uma atividade apropriada para a sua função.

Portanto, temos um desafio importante, que se refere também à Meta 19, dentro do Plano Nacional de Educação, que ainda não compõe o papel do coordenador pedagógico, que não se refere à figura do coordenador pedagógico na escola com um papel central também na transformação da educação.

Todos os educadores brasileiros desejam ter 40 horas na escola: 20 horas na sala de aula e as outras 20 horas na escola, sendo essas últimas 20 horas dedicadas ao planejamento; aos registros reflexivos das práticas pedagógicas; aos atendimentos aos pais; à participação colaborativa dos professores em seminários didáticos e avaliativos promovidos pela rede; aos estudos e monitoramento dos resultados, com o redesenho das necessidades dos apoios pedagógicos aos estudantes; e às possibilidades de seguirem participando de outros espaços educativos em outras escolas das redes em que atuam. É da profissão de ser professor e educador o espaço de planejamento, de estudo, de reflexão e de acompanhamento da prática pedagógica.

Outro ponto importante é o investimento na ampliação do universo cultural dos educadores. Vale ressaltar que quase 20% da nossa população vivem na zona rural e, em muitos territórios, praticamente sem nenhum acesso a novas oportunidades culturais. Refiro-me tanto a livros, quanto a periódicos, filmes, música, Internet, arte etc..

É preciso seguir investindo.

É preciso reconhecimento da aprendizagem dos estudantes como centro da prática profissional; potencialização da dimensão territorial, intensificando a cooperação horizontal entre os Municípios; avaliações institucionais como condição para o monitoramento das aprendizagens; compreensão do contexto escolar como espaço privilegiado da formação; ressignificação do papel do coordenador pedagógico como formador de professores e legitimação nacional no Plano Nacional de Educação; reconhecimento da formação continuada como atribuição das equipes técnicas; adequação na estrutura e funcionamento da formação continuada nas redes municipais; construção progressiva da política pública de formação continuada, articulada com a

gestão da aprendizagem dos estudantes e o contexto profissional dos educadores; intervenções locais com o propósito de inspirar o interjogo entre Municípios e território; formação de quadros profissionais que se responsabilizam pela gestão da formação continuada no contexto da rede municipal; consolidação dos espaços coletivos em busca de estratégias, para solucionar conjuntamente as próprias dificuldades em prol da melhoria da qualidade da educação no âmbito local.

Desde 2006 que o informe do Progresso Educativo na América Latina (Preal) já afirmava: “Para que todas as crianças recebam educação de qualidade, todos os países devem realizar duas mudanças fundamentais na sua política educacional: converter o aprendizado de todos, estudantes, educadores, pais e comunidade, na principal medida do êxito da educação; fazer com que as escolas se responsabilizem frente aos cidadãos pelo sucesso dos objetivos educacionais”.

Creio que estamos investindo bastante no item 1, ainda que tenhamos muitos desafios pela frente, mas concentramos muito poucos esforços qualitativos no item 2.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Muito obrigado.

Agradeço a apresentação e as perguntas. Os pontos que eu tenho, eu vou deixar para o final.

Passo a palavra agora à Prof. Roseni Sena.

A SRª ROSENI SENA – Bom dia! É um prazer estar aqui.

Primeiro, eu queria falar quem sou.

Sou educadora desde que, aos 14 anos, decidi cursar o curso de normalista. Desde então, fiquei marcada pelas professoras do Instituto de Educação de Belo Horizonte, e nunca mais essa marca me deixou. São cicatrizes muito importantes na minha vida.

Sou professora da Universidade Federal de Minas Gerais há 40 anos. Não parece, mas é porque, lá, eu tinha um berçário! E comecei justamente no berçário da UFMG. Lá, fui professora de Enfermagem.

Então, o meu veio é de cuidar; e cuidar em todos os sentidos. Eu sou uma cuidadora; eu me defino como uma cuidadora, na educação e na saúde.

O Instituto Inhotim tem como um dos seus pilares de atuação a Educação. Nesse sentido, sentimo-nos especialmente honrados com a iniciativa e o convite dos Senadores Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima, Mozarildo Cavalcanti e do Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Júlio Ricardo Linhares.

Estamos aqui numa posição de muita honraria.

Eu queria também aproveitar para dizer do meu orgulho de estar sentada ao lado do Senador Cristo-

vam Buarque. Este é um estadista brasileiro, cuidador da nossa República, e pelo qual eu tenho uma grande admiração.

Tenho acompanhado os seus passos e todos os seus caminhos.

Nós optamos, ao analisar todas as exposições das seis audiências anteriores, por fazer uma exposição que fosse um pouco da nossa experiência, do que nós temos vivido.

Pode começar pelo primeiro.

Eu queria primeiro dizer a vocês que nós entendemos que a discussão sobre Educação básica e o federalismo tem sua raiz jurídica e institucional no próprio Texto Constitucional de 1988. Direitos fundamentais como a saúde, por exemplo, alcançaram o patamar de dever do Estado e direito dos cidadãos, graças à mobilização de diferentes setores da sociedade, quando da formulação da Constituinte, e, anteriormente, havia o movimento da reforma sanitária, que continua até hoje.

Então, no seu art. 196, a Constituição diz que:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

No caso da educação, diferentemente da saúde, o texto divide a responsabilidade do Estado com a família e com a própria sociedade, como consta no art. 205: A educação, direito de todos, é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ser o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse momento, a sociedade brasileira assume, ao lado do Estado, o dever de garantir à população o seu direito à saúde.

Ao longo dos anos que surgiram após a promulgação da Constituição Federal, várias instituições tentaram organizar em torno da sociedade civil na direção de aprimorar a educação brasileira.

Entretanto, em um país com as dimensões do Brasil e suas extremas desigualdades sociais e econômicas, o papel do Estado é fundamental no desenvolvimento de ações estruturantes. Por isso, somos a favor de que o Governo Federal tenha uma ação propositiva no sentido da educação básica, compartilhando essa responsabilidade com os outros entes federativos.

Essas ações estruturantes devem ser capazes de elevar o nível educacional da população e corrigir erros históricos aos quais a população está submetida.

O Brasil, após 88, encontrava indicadores de curva positiva, entretanto, longe, muito longe de um país que procura o seu norte de desenvolvimento social, humano e cultural.

Tínhamos cerca de 20% de analfabetos na população acima de 15 anos, em um cenário educacional que procurava aprofundar a experiência da abertura democrática além dos limites das liberdades políticas conquistadas.

A qualidade do ensino básico passa a ser uma questão de Estado, que transcende fronteiras político-ideológicas, escolhas metodológicas ou aspectos conceituais. Nesse cenário de unanimidade em prol da qualidade, Estado e sociedade organizada encontram um cardápio heterogêneo de filosofias educacionais, desde abordagens conteudistas mais conservadoras, passando por métodos religiosos e laicos, experiências construtivistas, tecnicistas e iniciativas de grupos sociais, empresários e comunitários.

O desafio de reestruturar a educação brasileira surgiu, ao mesmo tempo, como uma oportunidade estratégica de diminuir a vala da desigualdade, desencadeando um processo que não apenas universaliza o ensino, mas, a partir dele, abre uma janela importante para o nosso desenvolvimento humano e cultural como um todo.

Esse misto de desafio e oportunidade tem como principal obstáculo a questão das profundas desigualdades tanto no terreno econômico quanto na questão étnica, de gênero, raça, passando por diferenças acentuadas de caráter religioso e político.

Vários participantes das audiências anteriores também pontuaram como limites a serem superados a questão da iniquidade da distribuição de recursos federais, a dependência financeira entre os entes federativos. O grande peso do setor privado na oferta de ensino básico, insuficiência e gestão inadequada nos sistemas e no aporte, principalmente naqueles relacionados ao crescimento e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, alimentação, transporte, saúde e moradia.

A questão da gestão também é muito importante na qualidade das relações, tanto internamente, no âmbito escolar, quanto no diálogo entre escola e comunidade, acentuando conflitos típicos de uma sociedade injusta e violenta.

Programas como o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica são importantes, mas insuficientes para corrigir as iniquidades existentes.

A descentralização e a municipalização do ensino brasileiro, de um lado, avançaram no sentido de desenvolver a capacidade dos governos municipais, mas, de outro, aprofundou conhecidas desigualdades e suas consequências. Em muitos dos Municípios, eles não têm condições, não têm capacidade instalada para gerar um sistema educativo, como é de sua responsabilidade.

Aqui eu paro e vou contar dois casos para vocês. Eu sou mineira, e mineiro conta caso, e a cada caso que conta, aumenta um tanto.

Eu fui fazer o meu doutorado na Califórnia, fui morar numa cidade bastante americana, branca, chama-se Torrance, e minha filha tinha 10 anos. Eu cheguei para matriculá-la com um tanto de documento traduzido, por tradutor juramentado, e aí a secretária da escola me disse: Para que isso? Eu falei: São os documentos da minha filha. Ela me disse: Não, aqui você só precisa do endereço, o comprovante de endereço, porque aqui nós matriculamos segundo onde a pessoa mora. Fui lá, correndo, aluguel um apartamento perto da escola que eu queria, difícil, porque lá só havia casa, eu era bolsista do CNPq e da CAPES. Voltei para a escola com um comprovante de endereço. E ela me disse: Hoje, à tarde, a menina já pode vir. Só precisa fazer o PPD, que é texto para verificar se tem alguma coisa de tuberculose.

Passados 15 dias, a Associação de Pais nos chamou para uma reunião. Eu fui, com aquele inglês tupiniquim, e pensei: eu vou passar um aperto. Havíamos chegado a 15 dias lá. E aí, a associação, um pai, apresentou um diagnóstico, que já havia sido definido pelos pais, sobre a situação do PI na escola. PI queria dizer: toda a parte de informática, telefonia e o sistema contra terremoto, que lá é muito... as escolas todas têm. E ele disse o seguinte: essa escola pública recebeu uma resposta da regional da educação, da nossa regional, de que este ano não terá recursos para superar as dificuldades que nós temos. Então, nós vamos fazer um definição do que nós podemos ajudar. E fizeram uma organização. Eu me senti como em um das favelas em que eu trabalhava em Belo Horizonte, porque era de bicicleta, corrida do ovo na colher, de saco – como é que se chama essa coisa de torta, que a gente faz o festival de tortas – corrida nos diferentes comércios, para captar recurso. E aí eu pensei: Uai, gente, que bom! Estou no mesmo lugar, numa escola pública... E precisávamos de US\$ 80 mil. Um mês depois nos chamaram na escola, outra reunião. Fizemos tudo, corrida de bicicleta, pai caiu, mãe não sei o quê; festival de torta, doações – é lógico que entre os pais havia industriais e empresários que puderam dar mais. Cento e vinte mil dólares. Quando eu fui olhar o sistema que iria ser trocado, na minha universidade não havia nenhum computador igual aquele, em 1995. Isso me marcou profundamente, essa questão de uma posição do governo federal, como que o governo estadual se compromete, num país como os Estados Unidos, e como a sociedade se organiza. Que eu acho ser esse um grande desafio para nós. Mas aí passaram-se anos e agora eu fui na formatura, sábado, da minha neta

de 6 anos, numa cidade à beira do São Francisco, no norte de Minas. São Francisco, mais pobre impossível. Essas desigualdades que eu aponto estão todas presentes lá.

Minha filha se casou e foi morar em um lugar maravilhoso. E aí, preparando a festa de formatura, eu falei com a minha neta: É a primeira formatura. Desta, vêm muitas, né, querida. E ela falou comigo: Vêm muitas. Eu vou ser bióloga.

Seis anos, em uma situação completamente diferente. Eu quero dizer a vocês que a educação pode ser boa em qualquer situação, se houver um esforço, uma política, uma decisão muito firme dos governos Federal, estadual e municipal, e da sociedade.

Então, na hora, eu não falei nada, havia mais pessoas, eu não queria constrangê-la. Depois, sozinha, eu fui conversar com ela e falei: Você quer ser bióloga para quê? E ela me disse: Prá cuidar do Cerrado; eu morro no Cerrado e é dele que tenho que cuidar. Eu quero cuidar dos paus que podem crescer e cortar, e do pau – ela nem falou árvore, ela tem 6 anos, está começando a alfabetização.

Então, esses dois exemplos me têm marcado muito na vida. E depois, preparando este texto, os senhores também devem ter tido contato com uma pesquisa do *ranking* global de qualidade de educação, feito pela Economist Intelligence Unit, que foi encomendada por uma empresa de produção de material educativo. Então, tem que tirar isso aí, porque nós podemos estar incorrendo numa nova colonização, porque quem está desenvolvendo educação nos países está produzindo produtos para querer vender para gente. Então, temos que sair dessa urgente, temos toda capacidade para fazer isso. Mas eles colocam que o Brasil fica, em 40 países, no penúltimo lugar quanto à qualidade da educação.

Então, esses exemplos que estou contando para os senhores, vividos da própria experiência, me levam a acreditar que a descentralização e a municipalização tiveram um efeito positivo, mas, ao mesmo tempo, realmente encontraram, da totalidade dos Municípios brasileiros, uma enormidade que não tem condições de exercer uma política educativa de verdade.

Um dos expositores destacou em audiência anterior, como questões centrais que precisam ser repensadas no contexto do federalismo brasileiro, a melhor repartição de receitas, maior amplitude no papel supletivo da União e a democratização na tomada de decisões. A escola não pode ser um local de ditadoras e de ditadores. A escola tem que ser um local de liberdade, mas, para isso, precisa ter políticas que conduzam nesse sentido.

Por fim, o Senador Cristovam Buarque defende que educação básica seja uma responsabilidade do Governo Federal. Eu concordo, porque, realmente, sem uma política nacional nós não vamos chegar a diminuir a iniquidade e as desigualdades.

A ideia de uma carreira, defendida pelo Senador, de magistério, com piso salarial mais elevado e forte participação do Governo Federal, eu acho que é amplamente defensável e deveria ser, nessa unanimidade pela qualidade da educação, dois pontos fundamentais. Não existe possibilidade de as professoras, principalmente em Municípios menores ou mais remotos – chamo remotos porque realmente, mesmo com Internet e com televisão, as coisas não se distribuem igualmente –, conseguirem elevar a qualidade do ensino sem uma carreira e sem salário.

Uma vez que a sociedade divide esse dever com o Estado, todos os equipamentos disponíveis no contexto artístico, cultural e ambiental devem ser utilizados nessa missão. Nós temos à frente, pela qualidade da educação uma missão, não é simplesmente a oportunidade de uma política. Todos nós deveríamos nos comprometer todos os dias com essa missão. Parque, museus, galerias, quadras, bibliotecas, reservas ecológicas e outros espaços com forte potencial educativo estão constantemente ociosos ou subutilizados estrategicamente para não gerarem, segundo alguns dirigentes desses locais, despesas. Eu não sei quando educação foi despesa, educação é investimento, tem que ser de responsabilidade, tem que ser cobrada e tem que ser um direito de cidadania.

Nesse sentido, o Instituto Inhotim, o qual represento hoje e no qual trabalho, apresenta uma experiência educacional em plataforma aberta, cujas metodologias e resultados podem ser replicados em equipamentos semelhantes espalhados pelo nosso País. O Inhotim caracteriza-se por oferecer um grande conjunto de obras de arte contemporânea extremamente instigante, expostas a céu aberto e em galerias temporárias e permanentes, situadas num jardim botânico de rara beleza. O paisagismo teve a influência inicial de Roberto Burle Marx. Em toda área são encontradas espécies vegetais raras dispostas de forma estética em um terreno que conta com cinco lagos e reservas de mata preservada.

O que nos garante como uma organização da sociedade civil? Oferecer o belo, o estético, aquilo que muitas vezes as pessoas pensam que é um consumo da elite. Não, a elite pode até optar por isso porque ela tem como pagar, mas as comunidades que vivem em situações de desigualdade e iniquidade não têm acesso a esses bens de consumo.

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, uma Oscip, reconhecido em âmbito estadual e federal. Desenvolve também pesquisa na área ambiental, ações educativas e um significativo programa de inclusão e cidadania para a população do seu entorno, na cidade de Brumadinho, Vale do Paraopeba, onde estamos, e para todo o Brasil.

A região onde está instalada é um peculiar retrato das desigualdades que marcam o Brasil, representando, ao mesmo tempo, terreno fértil para o desenvolvimento de novas propostas e metodologias ambientais, educacionais e inclusão social. Como um dos maiores territórios entre os Municípios mineiros, Brumadinho reúne em 746 mil hectares – é o dobro da cidade de Belo Horizonte – apenas 34 mil habitantes.

Isso é um presépio, mas as desigualdades estão todas lá.

Estão distribuídos em áreas isoladas, de características distintas e remotas. Isso está a 60km de Belo Horizonte. Não estou falando do norte de Minas, nem do Vale do Jequitinhonha.

Nesse espaço, observamos desde comunidades quilombolas extremamente carentes, passando por uma rede urbana com graves problemas estruturais, povoados rurais com economia de subsistência até condomínios de luxo e residências de final de semana da elite de Belo Horizonte. Então é um cardápio excelente.

É lógico que os da elite não estudam lá, porque vão estudar nas melhores escolas de Belo Horizonte, mas os que trabalham para a elite, que mantêm as casas, os condomínios, os jardins, estão estudando nas escolas do Município.

O cenário ambiental não é menos representativo. A região abriga a transição dos dois biomas mais ameaçados do Brasil: a Mata Atlântica e o Cerrado – graças a Deus, minha neta vai dedicar-se ao Cerrado –, em contraste com vasta área de supressão daquele que é a grande fonte de receita de Minas Gerais, o minério de ferro. É uma contradição absoluta viver e trabalhar nesse lugar.

Temos a mineração produzindo a riqueza para o Brasil, se assim queremos, mas, ao mesmo tempo, com pouco investimento naquilo que poderia ser o grande minério, a educação – o grande ferro do nosso desenvolvimento neste País.

O desafio do Inhotim, em pequena escala, reproduz, de certa forma, o enfrentamento de questões em nível nacional, dada a semelhança desse pequeno Brasil e o País maior que assumimos desde 1988.

Partimos, assim, de alguns paradigmas que nos orientem a todos a partir da reflexão do nosso fundador e idealizador, Bernardo Paz, que não pôde estar aqui

hoje – agradece o convite – por outro compromisso que já tinha assumido.

Assim, definimos nossa excelência e valores.

A essência do Inhotim é baseada em uma atuação integrada, transformadora e inovadora, em arte contemporânea, botânica, cidadania, desenvolvimento, educação, promovendo impacto positivo na sociedade, sobretudo nos visitantes, colaboradores e na comunidade do entorno.

O Inhotim deve pautar a sua atuação pelos valores de contemporaneidade. Não existe nada mais velho neste País do que o sistema educacional. É uma coisa impressionante. A vida pós-contemporânea é uma vida completamente baseada em valores de liberdade, e a escola é opressora. Por isso, tanta dificuldade de manter um jovem dentro da escola, porque ele tem muito mais liberdade fora e, às vezes, até por opções que não são as que poderiam ser o melhor caminho que ele poderia seguir, mas nós acreditamos que a vida pós-contemporânea é movida pelo sistema de inteligência, pela informação, pela capacidade de desenvolvimento das potencialidades. Acreditamos que todos os seres humanos nascem com uma potencialidade a ser explorada, a ser lapidada. Não existe ninguém que não possa chegar aonde quer chegar.

Em síntese, acreditamos que a beleza tem um papel transformador na sociedade. A arte e a natureza assumem em Inhotim um papel que mescla o encantamento, o questionamento e a transformação.

Procuramos aprofundar, nesses 110 hectares de visitação, um ideal de vida pós-contemporânea. Em outras palavras, perseguimos a utopia de um mundo orientado pela criatividade, solidariedade e sustentabilidade. Em quilômetros de trilhas, nosso visitante pode experimentar desde o som da terra, que é uma obra captada em um tubo de 202 metros, que fica em uma montanha; conhecer palmeiras como a que tem a maior folha do reino vegetal; entrar em contato com línguas e dialetos extintos, com obras que expressam isso; refletir sobre os temas da Rio+20; ou mesmo apreciar toda a paisagem ao lado de uma obra de 70 vigas de aço lançadas no concreto, em um cenário belo e perturbador.

Essa mistura de experiências e sensações não é apenas um espaço de fruição ou entretenimento. Recusamos a museologia tradicional, a excludente, e abrimos nossas portas, desde 2006, para todos os tipos de público, independente do nível de conhecimento das pessoas em relação aos novos pilares institucionais, em clara postura de democratização da cultura e do conhecimento a favor da educação geral.

Além da visitação, estruturamos programas educativos. Ao usar o conceito de acessibilidade, considera-

mos principalmente a acessibilidade cognitiva, ou seja, a possibilidade de compreender códigos de linguagem da arte, o aprofundamento das relações acerca do contexto específico de produção contemporânea e a oportunidade de fruição de um lugar como o Inhotim.

Temos vários programas que eu poderia relatar para os senhores, que são programas estruturados, que fazem parte, e procuramos fazê-los junto com as escolas. O de maior impacto é com a Escola Integrada de Belo Horizonte. A Secretaria Municipal de Belo Horizonte já tem quase três períodos de gestão, espero que não termine agora, depois que houver uma nova composição política. A Escola Integrada usa de todos os equipamentos que a sociedade tem para realmente formular. E nós realizamos um trabalho com a Escola Integrada, recebendo 400 crianças e jovens na terça-feira e 400 crianças e jovens na quarta-feira. Enquanto os jovens visitam, têm oficinas, participam dessa fruição, os professores têm educação continuada. E isso nos traz a certeza de que, realmente, o belo transforma, a arte transforma.

Temos outros programas, como o laboratório, que é um programa de preparação para a arte, que fazemos em colaboração com a Tate Gallery. Todas as sextas-feiras à tarde, os alunos desse programa têm uma teleconferência com alunos e educadores da Tate Gallery. Eles não sabem inglês. Às vezes traduzem e às vezes não. Em um minuto esses meninos estão com interesse por outros idiomas, querem aprender, começam a falar e a descobrir que as palavras têm sentido e que o sentido tem sensações.

Agora em setembro, nós trocamos uma experiência. Seis desses jovens foram para Londres visitar a Tate Gallery. Impressionante. São meninos de área rural. Vocês não podem imaginar as sensações que esses meninos viveram em Londres. Porque todos têm capacidade cognitiva para captar o que o mundo oferece. Não existe limite. Podem morar na área mais remota, podem ser um quilombola, podem estudar na escola mais sem condições. Quando eles se encontram com essas oportunidades, esses meninos se transformam.

Há um caso muito interessante. Uma vez, um artista estava lá, o Chris Burden, o daquelas vigas, um americano, e teve contato com os meninos. Quando os artistas estão lá, eles têm contato com os meninos e falam o porquê de ser artista, o porquê da obra. Então, na hora em que ele saiu, a nossa diretora anterior, Ana Lúcia Gazzola, que o senhor conhece bem, perguntou: “O que você mais gostou?”. Ele falou: “O que eu mais gostei é que eu descobri que eu tenho um artista dentro de mim. Porque isso que eles fazem eu também posso fazer”. Lógico, pegar um monte de vigas, que na casa dele tem, porque é perto da estrada

de ferro, e jogar numa piscina de concreto, realmente... E tão lindo... Ela ficou muito emocionada. Ela é Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais e até hoje usa esse caso em quase todas as conferências e palestras que realiza. Porque, realmente, o menino tinha 8 anos, morava numa área rural remota, nunca tinha usado um computador de forma contínua, o computador estava na escola, mas em uma sala fechada, então, esse menino traduziu dessa maneira o que foi a experiência para ele.

Temos alguns programas muito importantes, e um deles descentralizando o acesso, que é um trabalho que nós fazemos com as escolas. As escolas visitam e depois levam o desenvolvimento de projeto para dentro da escola, e isso é feito com os professores. Nós temos uma grande metodologia de capacitação de professores. Na área de jovens ambientais – amanhã nós vamos fazer a segunda formatura –, estamos formando jovens para a intervenção em projetos nas suas localidades, ou na sua escola ou no seu ambiente. Esse é um projeto de grande envergadura.

Temos um grande programa de espaço ciência, que é o acesso da ciência como ela deve ser. Todos temos vocação para a ciência: alguns definem por fazer ciência; outros a consomem; outros a reproduzem. Mas todo ser humano é curioso; a curiosidade é a base da ciência, o perguntar, o duvidar. Como nos diz Hegel: “A dúvida é o que nos faz caminhar para algum lugar.”

Temos também um grande programa de inclusão e cidadania, principalmente com uma interação da nossa cultura, que é uma cultura bastante elitista: a arte contemporânea. Há pessoas que chegam lá e falam: “Isso é horrível. Não tem coisa melhor?”. Mas é uma provocação, porque a arte contemporânea é a tradução do cotidiano. Artistas como Tunga, como Cildo Meireles, que são brasileiros, transmitem a contemporaneidade nossa, de uma forma bastante, às vezes, impactante. Mas as pessoas todas têm um consumo igual, tanto faz chegar o Senador Cristovam Buarque lá, como uma senhora de uma comunidade da periferia, todos têm, como nós chamamos, o encantamento com a beleza do lugar, com a estética e com a arte como transformadora.

E aí vocês viram, nós temos trabalho com os quilombolas, com o gado e os trazemos para contradizer com a gente o que eles falam aí “um grande programa de música, arte e cultura do Vale”. É a coisa mais usada hoje pela sociedade civil, todas as ONGs usam a música como uma ferramenta.

Esse é o nosso grande líder quilombola, Sr. Camão. Um grande ensinamento ele nos dá.

Mas essas estratégias não entram na escola. Nós estamos agora trabalhando com nove bandas da região,

bandas, fanfarras tradicionais. Nós temos 1.050 alunos jovens aprendendo sopro e percussão. E aprendem, gente, em meses! Começamos agora, inclusive com o apoio da Vale, uma escola de cordas. Os meninos começaram em agosto. Nesse último domingo, eles fizeram a primeira apresentação, todos com música erudita, música clássica. São todos meninos de classe média baixa e pobres. Então nós acreditamos que a música transforma, mas nós não queremos fazê-la fora da escola; nós queremos que seja um programa dentro da escola, assumido de forma rigorosamente de qualidade, com bons professores, bons maestros, e que possa impactar realmente a vida desses meninos.

Temos um programa muito importante de descentralização do acesso, que nós chamamos Inhotim para Todos, pelo qual nós levamos comunidades bastante carentes para frequentar, sem despesa alguma. Este ano, nós já recebemos 17 mil, atendemos 60 mil crianças e jovens nesses outros programas que eu citei para os senhores. Só esse programa de Inhotim representa 5% da nossa visitação, que este ano vai atingir 330 mil visitantes/ano, no Inhotim. Mas é pouco. Nós queremos chegar a 40%, porque nós não podemos continuar sendo um lugar de elite.

Em menor ou maior escala, as ações e metodologias envolvidas pelo Instituto Inhotim podem e devem ser replicadas em outros equipamentos espalhados em cada canto deste País e contribuir para a educação de qualidade. Cientes da responsabilidade constitucional citada no início deste documento, o Instituto Inhotim se posiciona como plataforma aberta, e nós, profissionais trabalhadores, estamos à inteira disposição para a troca de experiências e tecnologias.

Viu, companheira!

Novamente, agradecemos a oportunidade e defendemos todos os princípios aqui colocados pelo nosso Senador Cristovam Buarque.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu é que agradeço à Prof. Roseni.

Consulto os Senadores se desejam fazer uso da palavra. Ou depois?

Está bom.

Eu vou, então, fazer os meus comentários. Não mais como Presidente, mas como um dos signatários da convocação ao Senado do Senador Cássio.

Primeiro, em relação à fala da Profª Cybele, eu fazia pergunta e ela pode responder depois que eu fizer as considerações para a Profª Roseni.

Eu tenho uma pergunta: em um momento da sua fala, a senhora disse que precisamos de mudanças radicais. Eu gostaria que a senhora dissesse quais a

senhora considera – não agora ainda, ou se preferir... Prefere responder logo?

Então, eu gostaria de saber quais são essas mudanças radicais que a senhora imagina. E entre elas, qual a sua opinião sobre essa mudança que, a meu ver, seria a mais radical de todas, porque nós temos que ver a radicalidade da educação em dois lados, no sistema e na sala de aula – são duas coisas diferentes. A organização do sistema pode ser de uma maneira e de outra e, aí, podemos ter reformas radicais. E obviamente, dentro da sala de aula, nós podemos ter mudanças radicais, devemos ter, inclusive na ideia de buscar a liberdade, com certas regras. Esse é o desafio. Com disciplina.

Pode falar nas mudanças radicais em sala e aula, mas eu gostaria de ver a sua opinião sobre essa mudança radical que seria a federalização da educação de base. Obviamente, eu falo em federalização com descentralização gerencial e liberdade pedagógica para cada escola.

Basicamente, é isso que eu tenho para fazer como pergunta.

A SRª CYBELE AMADO – Da pergunta do sistema, eu creio que para esse tema da discussão do federalismo e tendo como base essa submissão da educação básica, sem dúvida nós precisamos seguir discutindo isso. Seria muito prematuro da minha parte dizer se eu concordo ou não. Fiquei lendo todas as audiências públicas e todo material que existe sobre isso, e tenho algumas dúvidas. Mas não tenho uma posição contra ou a favor.

Para mim, me parece, que a questão central se refere aos papéis mesmo. Atualmente, os papéis dos entes federados não colaboram com o regime de colaboração – fazendo aqui um trocadilho com as palavras. Eles não colaboram com o regime de colaboração.

A título de exemplo, onde nós atuamos, no nosso Estado, nós verificamos muito claramente que o papel do Estado tem ficado à margem dessa tríade dos entes federados. Então, o Estado não tem ocupado um papel colaborativo, integrativo, unindo União, Estados e Municípios. Essas três esferas não têm efetivamente atuado em colaboração.

Se a possibilidade de se constituir uma maior responsabilidade federal frente à educação básica, na minha percepção, colabore também com essa possibilidade dos três entes seguirem unidos pela educação, eu tendo a concordar que será um bom caminho. Porque o que nós estamos vendo hoje, e na nossa experiência também, no nosso território e no nosso trabalho, temos programas nacionais, estaduais, municipais. Esses três programas de educação a que estou me referindo muitas vezes dialogam, muitas vezes estão absoluta-

mente díspares, do ponto de vista inclusive de metas, avaliação e propostas de resultados, não comungam de resultados efetivos de aprendizagem das crianças.

Uma vez, um jornalista me perguntou: “Srª educadora Cybele, o que é uma boa escola para você?”. Em que os meninos aprendem – simples como isso. Uma boa escola é uma escola onde todas as crianças aprendem. Professores aprendem, equipe de gestão aprende, comunidade aprende – essa é uma boa escola. Simples e complexa como isso, essa é uma boa escola.

Então, eu penso que uma mudança radical do ponto de vista do sistema é que efetivamente esse regime de colaboração – todos juntos, tenho muito claro quais são as metas da educação neste Brasil – o que nós queremos que as nossas crianças aprendam, que a progressão das aprendizagens dos ciclos seja muito clara e definida para todos, que todos tenham concordância disso.

Como estou sendo nos territórios municipais, dentro dos Municípios – tenho circulado bastante –, tenho visto que, para alguns Municípios, o que as crianças precisam aprender nos ciclos iniciais é uma coisa, e nos ciclos finais é outra. Então, nós precisamos ter uma discussão muito intensa para que isso se efetive no Brasil, do ponto de vista dessa questão.

Talvez a União tenha, na minha opinião, esse papel. Talvez a União venha aqui colaborar efetivamente para que esse regime de colaboração funcione para que eu tenha metas muito claras da educação brasileira e que isso seja uníssono no País e que todas as nossas crianças sigam aprendendo.

Nós ainda estamos com 57% das nossas crianças terminando o ensino fundamental 1, que é atualmente o 5º ano, antiga 4ª série, serem estarem alfabetizadas. Avançamos? Sem dúvida, avançamos. Se a gente for olhar o dado anterior comparado a esse, mas ainda temos que avançar, porque 50% é um contingente da população que, daqui a mais cinco ou seis anos, seguirá analfabeta.

Eu não sei se os senhores já fizeram essas contas, mas significa... vamos falar o ensino médio brasileiro, que é a grande polêmica atual. Todos os estudantes do ensino médio que estão terminando, nessa faixa etária até os 16 anos, mais ou menos, significam mais 1 ou 2 décadas de estudantes analfabetos funcionais no Brasil.

Por isso eu falei tanto que urge, não é? Eu tenho muito respeito pela instância e decisão democrática deste País. Sei que a democracia implica processo de discussão, de debate e isso também significa um tempo, mas temos que avançar mais rapidamente.

E aí eu queria retomar também sobre as mudanças radicais, olhando para o sistema e também para a sala de aula. Na minha opinião, nós deveríamos terminar

com o curso de Pedagogia. O Brasil não deveria mais ter curso de Pedagogia. Na minha opinião, o Brasil deveria ter um Instituto de Ensino Superior de Formação de Professores. Em todos os países, França, Portugal – posso dar aqui exemplos –, foram criados, dentro das universidades públicas, os institutos de formação de professores. Isso, para mim, é para agora, para ontem. Ou melhor, era para ontem e agora. Nós precisamos, de fato, que deixem de existir os cursos de Pedagogia, e termos cursos de formação de professores.

Nós precisamos formar professores em nosso País, nós não estamos formando professores em nosso Brasil.

Ainda dentro desse universo cultural, que a nossa querida colega Roseni nos trouxe, concordo em número, gênero e grau. E nós temos outra mudança radical: quando nós vamos oferecer ao nosso território rural deste País o acesso imediato ao universo cultural? Essa é uma questão básica.

Nós não vamos atingir Ideb 7, 8 se os nossos professores da zona rural, as nossas crianças e os nossos estudantes da comunidade não tiverem acesso ao universo cultural. Basta que a gente observe e analise os resultados – que estão aí com muito fácil acesso – dos melhores indicadores da educação do Brasil, que obviamente se comungam e se associam e se aproximam de um universo cultural.

Essa é uma questão relevante, muito relevante, para que tenhamos resultados positivos nesse ponto.

Outra questão, na minha opinião, radical, que tem a ver com a sala de aula mas também tem a ver com o sistema: para mim, alfabetização na idade certa não é aos 8 anos de idade. A alfabetização na idade certa é aos 6 anos, dentro do ponto de vista da sua fase inicial de alfabetização. Todas as crianças do mundo têm condições de, aos 6 anos, estarem concluindo seu processo inicial de alfabetização. E eu digo isso porque, se a gente põe essa meta, que é alta e radical para 6 anos, significa que teremos que fazer um tremendo investimento na educação infantil do Brasil. Também urge que haja reformas consistentes na ampliação do universo da educação infantil, na formação das nossas crianças.

Muitas das nossas crianças, na educação infantil, também têm questões com relação à discussão curricular, o que se aprende com as crianças da educação infantil.

Eu acho que esse também é um ponto importante para gente fazer mudanças significativas.

E o outro é o sistema unificado de ensino, que já está aí posto na discussão do Plano Nacional de Educação e que tem a ver com o que eu acabei de dizer

também, com a unidade de metas, propostas e caminhos para que possamos avançar mesmo na educação.

Um outro diz respeito ao salário dos nossos educadores. Os educadores do nosso País não recebem os mesmos salários. E isso, obviamente, está atrelado a decisões que nós tomamos aqui no País, com relação à redistribuição dos recursos oriundos da educação. Todos os professores do Brasil têm, em média, de 25 a 30 alunos na sala de aula. Então, por que o salário dos professores no País, como um todo, continua tão diferenciado? Eu acho que a gente não ajuda ao dizer que os professores no Brasil são profissionais, se esses profissionais precisam receber salários diferentes. Uma coisa é o plano de carreira, outra coisa é a definição. Ainda que a gente tenha definido uma base salarial, um piso salarial, pois definimos isso do ponto de vista nacional, na vida como ela é, os salários dos professores nos Municípios brasileiros são muito desiguais! Inclusive nas mesmas regiões, diga-se de passagem. Então, isso também é uma mudança radical e eu imagino que seja uma responsabilidade muito forte da União. Portanto, esses são alguns pontos que eu trago com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bem, já que houve suas respostas, eu vou polemizar um pouco ainda com elas, por um pouquinho de tempo, professora.

A senhora disse que não tem posição formada sobre federalização ou não. E acho correto. A maioria de nós não tem, também. Mas pelos problemas que a senhora colocou, eu creio que não tem jeito, a não ser pela federalização. Por exemplo, vou abordar três problemas: 50% seguirão sendo analfabetos funcionais. Como a gente vai conseguir barrar isso sem a escola ser boa em todas as cidades? Como vamos fazer as escolas serem boas em todas as cidades deixando na mão dos prefeitos, pobres coitados, para gerenciar?

Segundo, é preciso oferecer acesso ao universo cultural em todas as cidades. Como conseguir isso dentro da pobreza que a gente vê em cada Município? E não só de dinheiro.

Terceiro, a ideia do salário. É absurdo professor ganhar diferente de uma cidade para outra. Os professores das universidades federais recebem o mesmo salário. Têm o mesmo plano de cargos e salários. Não é só um piso, mas tudo é o mesmo.

Como vamos conseguir ter um salário igual se deixamos pobre o prefeito ou mesmo o Governador? Não só porque são pobres, mas porque são desiguais.

A União, se um dia tiver uma crise e ficar pobre, todos os professores receberão igualmente, ainda que menos do que a gente deseja. Mas a igualdade é impossível sem, a meu ver, a União criar uma carreira

nacional do magistério. Aliás, já existem cerca de 400 escolas federais no Brasil, como o Colégio Pedro II, os institutos de aplicação, as escolas técnicas.

Agora, algo que a senhora falou bem é sobre a ideia do que é uma boa escola. Eu estou de acordo. A sua resposta é sintética e perfeita: a escola que aprende. Eu não teria capacidade de pensar tão sintética, mas eu avançaria na discussão de aprender o quê? Eu costumo colocar uma lista ao meu alcance. Por exemplo, aprender a se deslumbrar com as belezas do mundo. A senhora falou nas artes. Aprender a indignar-se com as injustiças do mundo, que viria de uma formação ética. Aprender um ofício para poder exercer o saber que aprendeu na produção de um mundo mais rico. Aprender linguagens, incluindo a matemática, o português e idiomas estrangeiros, senão não vai estar bem. E, finalmente, embora pudesse colocar outros, eu diria aprender a ser livre individualmente e usar essa liberdade individual a serviço da coletividade, porque também a liberdade que se dá massacrando os que estão ao redor não funciona.

Aí, a primeira pergunta que vem depois. Se isso é a boa escola, como fazer com que ela seja assim? E a segunda é algo que acho que a Escola – com letra maiúscula... porque o que falamos que é uma escola é a escola com letra minúscula, a unidade escolar. Quando a gente fala do sistema, que é a Escola com letra maiúscula, eu diria algo a mais. Além de o aluno aprender, ela deve ser igual para qualquer criança.

Não tem sentido um país se dizer país se a escola é desigual. Quando digo desigual, é uma palavra muito arriscada, porque cada um deve ter a sua identidade e liberdade pedagógica, mas as condições, que são o professor, os equipamentos e o tempo na escola, têm que ser as mesmas. Não podemos deixar crianças em condições diferentes.

Aí, uma colocação que faço sobre federalização. Muitos dos que estiveram aqui olham a federalização a partir dos entes federados. Como isso repercute para o Estado, a União e o Município. Eu não olho para eles, eu olho para a criança. Eu olho como a educação vai repercutir no futuro do Brasil. E o futuro é a mesma palavra de criança. Não tem necessidade de falar futuro e criança. Falou criança, falou futuro. Se falou futuro, entende-se criança.

A visão é de qual é o melhor para o futuro? Qual é o melhor para a criança? Depois, a gente discute se é federação, se é cidade, se é município. E até discute se precisamos ter federação neste País. Não poderia ser uma república unitária? Isso choca a todo mundo, viu?

Eu não estou defendendo, mas pergunto: o que é melhor para o futuro do Brasil? Incluindo no futuro

do Brasil a liberdade e o respeito à diversidade que tem cada Estado e cada cidade, sem dúvida alguma.

Pois bem, eu não sei se já quer comentar, mas pelos três problemas que a senhora colocou: o risco de termos uma geração analfabeta funcional, como oferecer acesso igual ao universo cultural e como ter um padrão igualitário de salários, como poderemos fazer isso sem ser federal?

A SR^a CYBELE AMADO – Eu também queria voltar no ponto que tem a ver com mudanças radicais, que estão relacionadas com as descontinuidades políticas. Aqui ouvindo você falando me recordei também desse ponto. É preciso criar mecanismos muito claros. Eu não sei se reforço a questão do federalismo, mas é preciso criar mecanismos muito claros para que as descontinuidades políticas não impactem os resultados da educação.

Então, são muitas as pesquisas que revelam o quanto as descontinuidades políticas impactam o resultado da educação. Todo o sistema, toda sua organização técnica, toda sua gestão do processo da educação não podem ser impactados pela descontinuidade política, porque há um pouco disso.

Mas, voltando para essa pergunta de como fazer para que a escola seja assim? Como fazer para que a escola tenha condições e se organize de forma igualitária? Acho que as escolas têm muitas respostas para essa pergunta. Então, uma delas é a seguinte: outra mudança radical. Eu não sei, do ponto de vista quantitativo e dos recursos do Brasil, como podemos progredir nessa direção, mas as escolas e professores, educadores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares deste País em sua maioria não têm os espaços, dentro da escola, para que professores possam ter bastante tempo para planejamento e discussão da sua prática pedagógica, encontro com os pais, encaminhamentos.

Se vocês olharem os sete melhores sistemas do mundo – voltamos a eles –, verão que além de aumentar o tempo da criança dentro da escola, também os educadores têm, nas suas condições estabelecidas e definidas, esse espaço de trabalho dentro da escola. Então, isso também perpassa muito por essa discussão do profissionalismo de ser professor. Nós temos uma crise nacional de professores que não querem ser professores; de uma população que não quer ser professor. Aí, obviamente, isso se aproxima muito da questão da profissão de ser professor. Então, o que é a profissão de ser professor.

Para que essa escola seja assim, esse movimento igualitário, de todas as condições e acessibilidade a tudo o que as crianças têm direito na escola, ela também perpassa pelas condições estruturais desse

espaço permanente da escola de planejamento, de discussão, de pensar sua prática.

Eu costumo dizer isso bem fortemente: enfermeiros não fazem cirurgias médicas. Então, a gente precisa ter claro isso, que a profissão de ser professor é a profissão de ser professor; a profissão de ser coordenador pedagógico é a profissão de ser coordenador pedagógico; a profissão de ser diretor escolar é a profissão de ser diretor escolar. Ainda não avançamos muito nisso, não é?

Eu queria aproveitar, Sr. Senador, e enfatizar aqui a Meta 19 do Plano Nacional de Educação, que não tem uma linha se referindo ao coordenador pedagógico. Gostaria de fazer essa provocativa, pedir mesmo, solicitar que o ilustríssimo Senador leve isso, porque não existe. A escola é organizada pelo diretor escolar, pelo coordenador pedagógico, pelos pais, pela comunidade. E o papel, a função do coordenador pedagógico, que é seguir fazendo o planejamento e a formação continuada do professor dentro da escola, nem existe ainda no Plano Nacional de Educação, apesar de o País inteiro ter coordenadores pedagógicos.

Eu queria reforçar isso também aqui, aproveitar e fazer um pedido público para que isso seja inserido, que se crie uma emenda, enfim, que não deixem passar, na Meta 19, a participação do coordenador pedagógico, seu papel e função. Parece-me que esta proposição de a gente poder discutir o que as crianças têm que aprender e como a escola se torna um lugar “aprendente” de todos, discutir isso com todos os entes federados e encontrar caminhos para isso é uma excelente proposição. É a partir disso que se pode definir melhor a clareza dos papéis de todos. Sem dúvida, temos uma urgência nacional dessa resolução, desses caminhos como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Consulto se o Senador Cássio, por todos os compromissos que temos nós nesta Casa, quer usar a palavra agora.

Depois, eu faço os comentários sobre a Prof. Roseni.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Cristovam, inicialmente eu queria... Desculpe-me, Cybele, por não ter tido a oportunidade de ouvi-la. Tive outro compromisso. Mas, a partir das respostas que a senhora deu às perguntas formuladas pelo Senador Cristovam, chamou-me atenção algo que não é fruto de um debate constante do Brasil e que talvez seja o nosso maior desafio na atualidade: formar professores. Existe uma crise generalizada. O professor, em dado momento, no período que antecedeu à Constituição de 1988, foi instrumento de manipulação política em nomeações graciosas – isso é

muito presente no Nordeste e no Norte do Brasil, eu venho de uma região onde essa realidade se fez presente durante muito tempo, sou da Paraíba. E o fato é que nós não temos grade curricular voltada para a formação de professores.

No período em que fui governador do meu Estado, procuramos expandir as licenciaturas. E é esta a pergunta que lhe dirijo: até que ponto as licenciaturas estão preparadas ou adaptadas, se é essa a palavra adequada, para formar esses professores e se deveríamos fazer realmente uma revolução, que é a palavra que o Senador Cristovam usa com muita propriedade, nesse processo de formação, a partir da nomenclatura, esquecer a palavra pedagogia, esquecer a palavra licenciatura e a usar a palavra professor, para que nós possamos formar esses profissionais? Não são todos que são vocacionados a professores, médicos, advogados. É preciso despertar essas vocações. E aí vem, obviamente, a sequência desse despertar de interesse, que é uma carreira que lhe traga perspectivas razoáveis de salário.

Júlio, com a competência que tem, é o nosso Secretário, jamais estaria estimulado a deixar as suas funções no Senado Federal, mesmo que fosse um exímio vocacionado para a atividade de professor, para o magistério, se não tivesse salário. É essa a constatação. Então, a pergunta é esta: como propor algo que possa promover uma revolução a partir dessa base que é a formação dos professores. Nós já temos aí, talvez eu diga algo que seja muito grave, um conjunto de professores que é uma geração perdida. Estão estáveis, não podem ser removidos...

Eu fiquei muito comovido, não sei se o Senador Cristovam assistiu a uma matéria veiculada no Jornal Nacional, na última segunda-feira, salvo engano, de uma professora na cidade de Paulista, na Paraíba, professora de matemática, cujos alunos, com toda a precariedade da escola, vêm sendo premiados sucessivamente nas Olimpíadas de Matemática, a partir do desempenho pessoal dela, do esforço, do compromisso. É preciso desmistificar alguns aspectos no Brasil, ter coragem de dizer que não todos são vocacionados para ser professores, e não sei se concordam com isso. Segundo, vamos formar de maneira adequada. A continuar da forma como estamos, nós estamos enxugando gelo, o Brasil está enxugando gelo. É preciso fechar um pouco essa torneira; ela fica pingando, vai-se colocando o paninho ali, ela continua pingando, e se traz outro pano e outro pano. Então, acho que é *step by step*, degrau por degrau. É preciso começar um processo revolucionário de formação de professores com uma carreira diferenciada, com salários estimulantes,

salários que estimulem mesmo as pessoas a irem à sala de aula no ensino básico, nas universidades.

Então, gostaria de ouvir, Cybele, permita-me tratá-la assim, um pouco mais de mergulho nessa sua percepção que me parece ser a base da revolução que o Senador Cristovam defende para que a educação brasileira possa mudar de maneira efetiva, a partir da formação de novos quadros profissionais de professores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Só para complementar um pouco, eu queria dizer que nós temos, no Brasil, muitos professores não vocacionados e temos muitos vocacionados não professores porque a remuneração não atrai. Temos que combinar os dois: criar mecanismos de trazer para o magistério os vocacionados que querem uma vida digna e que têm potencial para ganhar esse salário fora, daí preferir ir embora, e como fazer com que os que venham sejam vocacionados. Aí, sim, um dos problemas mais graves de aumentar muito o salário de professor: muitos vão entrar sem ter vocação. Como há hoje nos órgãos públicos com altos salários, pessoas que estão lá e que a primeira coisa que fazem quando sentam na cadeira depois da nomeação é se inscrever para fazer outro concurso, se possível com salário maior. Então, a gente vai ter que identificar quem é vocacionado e criar mecanismos para atrair os vocacionados.

Eu digo isso para complementar. Se a senhora quiser... Desculpe, depois que o Senador Cássio chamou-a de você, vou chamá-la de você também. Eu estava constrangido de chamá-la de senhora pela diferença de idade. Eu não sei se isso ajuda ou complica o que colocou o Senador Cássio.

A SR^a CYBELE AMADO – Eu sou há 29 anos... Fui professora das escolas públicas, na época em que eram do Estado...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Só um momento. Se a senhora já tem 29 anos de professora, vou chamá-la de senhora. (Risos.) Eu pensava que fazia uns 5 anos.

A SR^a CYBELE AMADO – Há quem diga... (Risos.)

É um pouco da herança hereditária da minha família Amado. Na minha família, é a genética, ninguém parece a idade que tem.

Voltando à questão, vou completar 29. Fui professora das escolas estaduais, na época em que o regime fundamental era do Estado, depois veio a municipalização, também fui professora, coordenadora pedagógica, diretora escolar, presidente de associação e hoje sou diretora de um instituto de educação. Nessa minha trajetória, fiz o curso de pedagogia, e é impressionante

que, até hoje, já se passaram muitos anos que eu me formei em pedagogia, até hoje, todos os professores com os quais eu me relaciono, não só na Bahia, dizem a mesma frase: “O curso de pedagogia me ensina muitas coisas. Eu penso coisas críticas, discuto a educação do ponto de vista histórico, mas eu saio do curso de pedagogia sem saber o que ensinar e como ensinar.” Então, reforçando a sua fala, o conteúdo da formação dos professores não é ensinável, de pedagogia. Então os professores não aprendem nem o que nem como, que são os dois conceitos... Para ensinar, você precisa saber o que vai ensinar e como você vai ensinar. Se na formação dos professores, o curso não favorece que você aprenda o que e como ensinar, portanto, eu não formo professores. Obviamente, eu concordo plenamente com vocês que os cursos de professores não estão contribuindo com isso.

A Política Nacional de Formação de Professores que vêm de universidades particulares, que foi uma decisão deste País, a meu ver, também precisa ser extremamente questionada, precisa existir um sistema de avaliação muito criterioso para a continuidade dessas universidades. Agora, não tem nem 4 dias, eu estava na Espanha e tivemos contato, na cidade de Albacete, em uma pesquisa do Crea, da Universidade de Barcelona, com as comunidades de aprendizagem. Estivemos em um bairro onde existe uma escola, La Paz. É um bairro que eles consideram extremamente pobre. O governo deste país, junto com as instâncias, obviamente, das províncias, decidiu fechar a escola e discutir os processos que iriam refazer, ressignificar tanto o papel do professor dentro dessa escola, como essa escola iria continuar no seu trabalho.

Obviamente, quando estou falando em fechar a escola, não é uma permanência. É uma forma de expressão. Eles pararam a escola, retiraram todos os professores de dentro dessa escola, colocaram outros professores dentro dessa escola, em um processo criterioso de seleção desses profissionais, e rediscutiram com os profissionais que estavam dentro da escola o seu papel e função, enquanto professor. Não incentivam e não dão encaminhamento a essa ação permissiva dentro da escola de que as crianças não aprendem. Assim, a escola, hoje, tem um resultado brilhante.

Foi isso que eu fui ver nesse bairro de Albacete, na escola que se chama La Paz hoje. Obviamente, houve envolvimento da comunidade intenso para ajudar também nessa reforma da escola.

Sem sombra de dúvida, para mim, os cursos de pedagogia deveriam ser exterminados no Brasil e deveríamos começar a construir o instituto de formação de ensino superior dos professores, obviamente garantindo no currículo um conteúdo ensinável, todas

as didáticas, porque, nas licenciaturas, não sei se o senhor sabe, 3% do currículo são questões didáticas – didática é o que e como ensinar. Portanto, se a licenciatura não ensina como ensinar, os professores também não sabem como ensinar, mesmo os que formam em história, geografia, biologia, enfim. Eles saem das universidades e continuam dizendo que não sabem como ensinar.

Então, é muito sério isso. Colocar hoje também as universidades públicas como atores importantes na formação continuada dos professores, e essa também é uma decisão nacional – são as universidades hoje que estão atuando na formação continuada dos professores –, talvez contribua para uma revisão dentro das universidades, mas é preciso, de fato, ter medidas muito radicais, como diria o nosso ilustríssimo Senador, nessa direção. Não podemos continuar. Se continuarmos assim, não vão ser as reformas salariais, não vão ser as reformas estruturais, e estou falando do espaço físico, que vão modificar isso. Sem dúvida, a formação dos professores é a centralidade. Em todos os países do mundo que mudaram a educação, a centralidade está na formação desses educadores. E, nesse ponto, há que se rever mesmo todos esses caminhos.

Estou endossando sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Queria fazer algumas considerações sobre a fala da professora dizendo que fiquei muito impressionado com o projeto que a senhora trabalha. É uma experiência que deveria ser vista por mais gente.

Na última audiência, trouxemos aqui pessoas para falar da escola Sesc, no Rio de Janeiro, que também é um modelo, do ponto de vista da concepção, menos do ponto de vista do conteúdo libertário de vocês, mas do ponto de vista do uso de recursos muito elevados para promover a educação de crianças em uma escola em que as crianças moram dentro da escola, e os professores também, em um grande campus. Há uma biblioteca com 40 mil livros, com um teatro monumental, com tudo o que se imagina, e creio que nem em outros países tenha. Mas é impossível reproduzir em um número muito grande de escolas.

Vou retomar no começo quando a senhora falou de sua neta, na Califórnia. Vou colocar a pergunta. Como é possível conseguir aquilo com a desigualdade que temos entre os nossos Municípios? Mesmo nos Estados Unidos, está havendo uma desigualdade crescente na educação, porque houve um processo de municipalização, a partir do governo Reagan. Esse processo de municipalização faz com que as escolas sejam muito desiguais. Comecei a ler um livro em que o autor analisa duas escolas que estão a cinco milhas de distância, ou seja, menos de dez quilômetros, mas é

como se estivessem em dois mundos separados: uma escola está em um bairro... Aliás, um bairro, não. É uma das divisões que eles têm, como as municipais. São submunicípios. Um é pobre; o outro, rico. Duas coisas são fundamentais: uma é a quantidade de recursos; outra, a presença dos pais. Por isso, foi tão importante quando a senhora falou que, 15 dias depois, já estava em uma reunião de pais e mestres.

Quero dizer, especialmente ao Senador Cássio, que o Governo brasileiro é contra os pais irem à escola. Vou dar um exemplo concreto. Tenho um projeto que está sendo recusado. O Ministério do Desenvolvimento Social está lá para impedir que os Deputados votem a favor. É um projeto meu, Senador, que já passou por todas as instâncias e que diz que os pais do Bolsa Família terão um condicionante: ir uma vez por ano à escola do filho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não é todo dia, não. É uma vez por ano.

O Governo é radical. Raramente eu vi um Ministro ou uma Ministra com a radicalidade como tive oportunidade de ver pessoalmente quando fui ao gabinete da Ministra e ela, à mesa, disse com uma ênfase de incomodar de como não iria permitir que isso fosse aprovado. Então, a sensação que tenho é que não querem.

Os professores também não gostam que os pais compareçam à escola.

Educação, costume dizer, é, como uma centopeia, cheia de perninhas: na frente, duas, escola e pais ou escola e família; depois, as outras. Até um amigo que o menino encontra pode ajudá-lo a se educar mais ou a se deseducar mais, um programa a que assiste na televisão ou um filme a que vai ou uma música que ouve ou um concerto, tudo isso educa. Mas sem os pais não tem jeito.

Quero deixar claro essa ideia de que... o seu entusiasmo com a escola.... Recentemente, tive oportunidade de conversar com uma senhora, uma jovem ainda brasileira que mora nos Estados Unidos, em Washington. Ela contou uma experiência parecida só que ainda mais emocionante. Ela foi à escola, à reunião de pais e mestres na escola do filho de 10 anos para avaliar a escola. Ela não estava sabendo que quem iria ler a avaliação eram os alunos, inclusive o filho dela. O filho dela subiu lá e começou a ler o que estava bom, o que estava ruim na escola e o que faltava. Como a senhora disse, tiveram que fazer uma contribuição. Aqui, se quisermos fazer uma contribuição com a escola, há movimentos contrários.

A Constituição aqui diz que é gratuito. Quando vejo o Governo sendo contra os pais irem à escola ou

não incentivando, como com os pais do Bolsa Família, começo a perguntar se não está na hora, se a gente não vai precisar, para atrair os pais à escola, cobrar um pouquinho. Se a gente começar a cobrar um pouquinho, os pais vão se sentir donos, R\$5,00. É menos de 10% do salário mínimo, mas o pai já vai se sentir um pouco patrão do professor.

Estou defendendo porque isso é um tabu tão grande que é difícil a gente correr o risco de enfrentar um tabu sem algumas provocações antes. Estou provocando.

Se não se aceitam regras para os pais irem à escola, vamos ter que cobrar. A Ministra disse que não poderia sacrificar os pais pobres, como se fosse um sacrifício ir à escola do filho, ou, sendo um sacrifício, se não fosse um sacrifício necessário, que seja colocado outro projeto que obriga todos os pais. Os que não forem pagam uma multa, como a gente paga quando não vai votar. Se a gente não vai votar, paga uma multa. Aliás, está terminando o prazo, se não me engano hoje, para as pessoas se justificarem por que não foram votar. Não tem ninguém se justificando por não ter ido o ano inteiro à escola do filho. Ninguém tendo que se justificar.

Então, quero chamar sua atenção, positivamente, eu diria, lembrar... E aí, sim, a pergunta. Será que a única maneira de fazer essa escola ficar como essa sua da Califórnia não é através da federalização, porque, primeiro, são mais recursos e, segundo, pela igualdade que a gente adquiriria nacionalmente.

Outra coisa é sobre o piso de salário. Temos que começar a discutir não somente o piso. Temos que começar a discutir uma carreira total, desde o piso até o teto. Então, não basta o piso.

Uma coisa interessante que a senhora tocou foi sobre a violência na escola. Creio que temos que despertar para esse insulto, mas há duas visões: existe uma violência na escola e existe uma violência da escola. Hoje a escola ficou violenta dentro dela e nos seus arredores, com tráfico de drogas, meninos até armados, meninos malcomportados, o que é uma forma de violência. Quando vejo uma foto dessas em que estão os meninos de costas para os professores... E não era um protesto. Se fosse um protesto, acho que estaria tudo bem, mas, não, era para conversar uns com os outros durante a aula, ou por telefone. Esta é uma violência na escola. Agora, há uma escola violenta. A escola que usa quadro-negro hoje está cometendo uma violência contra as crianças, porque elas hoje já veem as coisas em movimento, em cores.

Imagine, Senador, só para dar um exemplo, uma aula de Astronomia em que o professor faz um pontinho no quadro e diz: este é o Sol. Faz outro e diz: esta é a

Terra. Aí faz uma roda e diz: esta é a Terra ao redor do Sol. Isto é uma violência contra as crianças, que veem isso na televisão, que vão ao cinema e veem isso em terceira dimensão. É uma violência! É uma violência a cadeira quebrada.

As pessoas dizem que as crianças são violentas. Eu acho que elas são menos violentas do que a escola força essas crianças a serem violentas. Então há as duas violências, e nós precisamos quebrar as duas. As duas exigem, como a senhora falou, liberdade. Mas exigem também esse sentimento de liberdade socialmente organizada, a disciplina, aliás, como a senhora colocou, corrigindo-me. Eu tinha falado “regras”; disciplina é uma palavra muito melhor.

Então, fica aqui a pergunta: para a gente ter essa escola, do tipo que a senhora viu... Aliás, eu poderia fazer uma pergunta preliminar. A senhora acredita que é possível o Brasil ter escolas tão boas quanto a da sua neta, nos Estados Unidos?

A SR^a ROSENI SENA – Eu acredito que tão boa quanto nos Estados Unidos e tão boa quanto a da minha neta, que está em São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Está bom! Que é uma escola. A gente deve ter mil.

A SR^a ROSENI SENA – Nós devemos ter muitas escolas boas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Pena que não temos tantas.

A SR^a ROSENI SENA – É, Senador. Eu acho que nós deveríamos deixar de olhar pelo retrovisor e criar uma utopia sobre a educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Isso. Então vamos lá. Então pode continuar falando. Essa utopia é possível deixando nas mãos dos Municípios, dos Estados, ou então de um ou outro bom diretor? Ou de um ou outro mecenas que quer financiar uma boa escola? É possível? Ou a gente um dia vai ter que dizer: criança é fundamental, criança é o futuro, vamos nacionalizar as crianças.

Eu queria concluir dizendo o seguinte. Uma vez, quando eu falei na carreira federal de professor e que vai ter haver um concurso novo para escolher quem vai entrar nesse novo, como já ocorre – para sair de uma escola municipal do Rio para o Colégio Pedro II tem que haver um concurso –, alguém me perguntou o que se faria com os professores atuais. A minha proposta é clara. Aliás, eu vou dizer antes, depois eu digo a pergunta que fiz a essa pessoa. A minha é proposta é clara. Como eu defendo que seja implantado por cidade ao longo de 20 anos, então, ao longo de 20 anos, por cidade, todos os professores serão federais. Os professores de lá que não passarem no concurso

– eu desejo que todos passem – continuarão. Os novos vão ganhar R\$9 mil – é a minha conta –, os atuais professores passariam a ter R\$4 mil. Já vai ser uma briga com o sindicato, mesmo que seja 3 vezes mais do que os professores ganham hoje.

Mas sabe qual foi a pergunta que eu fiz, Senador Aécio, quando ele me perguntou o que fazer com os professores atuais? Eu disse: “Eu vou responder, mas primeiro eu quero saber se você está preocupado com o que fazer com os professores atuais ou com as crianças atuais.” A minha óptica, com todo respeito e carinho aos professores... E considero que professores devem ser tratados como a coisa mais importante do País, professores da educação de base, não como eu, da universidade. Mesmo assim, eu ponho a criança na frente. Pode ser um defeito, uma deformação, mas aí eu não vou conseguir me corrigir. Então, a gente tem que saber como o professor se adapta à criança, e não o contrário.

Agora, eu passo a palavra à Prof^a Roseni.

A SR^a ROSENI SENA – Obrigada. Eu não posso ser contra o federalismo. Eu venho da estrutura do SUS (Sistema Único de Saúde), que, guardadas as devidas proporções, seria o Sistema Único de Educação. Eu venho dessa luta. São 40 anos em que milito na reforma sanitária, e sou completamente convicta da possibilidade do SUS. Então eu acredito que tenha que haver um sistema único educativo, com regras claras, com política bem estabelecida. Não sou contra, de maneira nenhuma, sou a favor. Por quê? Quando nós começamos no SUS, eu tinha uma situação mais ou menos semelhante à da educação. Nós tínhamos, exercendo as atividades fundamentais de saúde, atendentes – atendentes sem formação específica. Nenhum deles tinha formação específica. Também oriundos, Senador Cássio, de políticas, de favorecimentos, entravam para um hospital, para fazer desde os cuidados básicos até os cuidados mais importantes.

Saindo-se daqui, de Brasília, se houvesse um acidente a 100 quilômetros, quem ia atendê-lo no hospital, no primeiro atendimento, era um atendente. Atendente era aquele sem formação específica.

Com o Sistema Único de Saúde – por isso o defendo fortemente; podem contar comigo e com todas as pessoas que pensam assim –, nós tivemos no País... Fizemos um levantamento: havia 350 mil atendentes. Vocês sabem o que é isso? Nós formamos, capacitamos todos como auxiliares de enfermagem; depois, como técnicos de enfermagem. Isso é possível.

Se fizemos lá na saúde, por que não fazer na educação?

Agora, o fundamental não eram esses profissionais: era a qualidade do cuidado. Nós não podíamos

deixar a população brasileira correndo mais risco do que o da própria doença que tinha. E era isso que acontecia.

E esse é o caso das crianças. Então, temos de deixar de olhar para esse retrovisor e dar uma olhada para o futuro. Não existe país desenvolvido sem educação, gente. Nós todos somos unânimes, mas o problema é que a unanimidade, aqui, no Brasil, não tem ajudado a superar os desafios que há – da desigualdade, da miséria, da iniquidade, da falta de formação de professores.

Então, acho que, para fazer isso, primeiro não é a formação de professores – desculpe-me, companheira; a formação de professores vem como uma consequência –, mas é definir o que queremos da educação. Que educação nós estamos dizendo? Educação é da sociedade como um todo. Não existe, gente, a não ser um pai que tenha problema de alcoolismo, um problema psiquiátrico... Não existe família que não tenha orgulho de o seu filho estar na escola. Essa é a minha experiência, andando por todo canto deste País. As famílias têm orgulho e esperança no que vai ser a consequência da escola na vida daquele filho. Elas almejam o melhor que essa escola pode oferecer.

Se chamada a contribuir, vai contribuir, e muito, porque há uma questão que nós não usamos, caro Senador, que é a própria memória e identidade dessas comunidades.

Nós negamos que essas comunidades, por mais pobres que sejam, por mais remotas, têm uma identidade, uma memória que foi se apagando, porque os valores de uma sociedade capitalista, industrial, consumista impôs a todos os recantos deste País um modo de vida que não é condizente com aquilo que se tinha.

Precisamos retornar a essas comunidades e ver os valores que elas têm. Elas têm sua identidade e memória, só que essa foi se apagando. Então, vai-se a uma comunidade quilombola em que a metade dos jovens saiu para trabalhar fora, em que ficaram as senhoras maiores, cuidando dos netos que voltam para elas cuidarem, dos doentes mentais e dos alcoólatras. Como se vai, então, recuperar a identidade e a memória de uma comunidade quilombola?

Temos um programa de empregabilidade, mas não tiramos ninguém da comunidade. O ônibus passa às 5 horas e volta às 17 para levá-los, para eles continuarem a transmissão dos conhecimentos.

Vocês viram o Sr. Cambão ali: é um mentor, um inspirador daquela comunidade, um homem de valores, de utopias. Ele tem quase 70 anos, mas é o mais utópico que já conheci na minha vida e mais sofredor também.

Está-se construindo agora, lá, numa fazenda tombada, o Museu do Escravo. Todo dia em que vou lá com ele, ele chora e fala: “Aqui estão os meus antecedentes. Aqui estão aqueles que, fugitivos, resolveram, optaram pela liberdade”.

Quer dizer, são valores que ele está transmitindo. Esse homem poderia ser um *coach* – que é a maneira mais chique de falar hoje – da escola; poderia estar na escola como um mentor, como um orientador, como um transmissor de valores. Mas sabem o que a escola faz? Ela o proíbe de entrar, não valoriza as festas tradicionais. Os meninos não podem falar que dançam o congado, porque o congado é uma coisa que é relevante para a professora que vem de fora. Ela nem sabe o que é isso. E, quando ocorre a dança no final de semana e algum menino falta, ela fala: “Está vendo? Faltou por causa da dança do congado”. Faltou porque, quando dança na sexta, no sábado e no domingo, é normal descansar na segunda. Os índios, quando fazem os seus rituais, também não têm um dia de descanso? Nós nos acostumamos com essa vida atarefada, porque trabalhamos de sábado a sábado, de domingo a domingo, agora com computador e tudo mais, e achamos que não temos direito a descansar. Essas pessoas são sábias.

Então, há um resgate – viu, Cybele? – da memória e da identidade de cada local, e em todos os locais, gente, há a rezadeira, a benzedeira, a parteira. Na sua Paraíba, eu mesma conheço vários lugares em que existem coisas de uma nobreza... E o que a escola faz? Nega, proíbe não só o conteúdo, mas também práticas que não são reconhecidas.

Então, esta é, para mim, uma utopia que eu gostaria de ver concretizada: a escola se reconhecer com os valores daquela localidade, utilizar dos recursos de que dispõe. Assim como há Inhotim, lá estão os quilombolas, a casa dos escravos, a casa da moeda.

Algumas escolas estão a 5 quilômetros da casa da moeda – casa da moeda clandestina –, na cidade de Moeda. Os alunos nunca a visitaram, porque aquilo é um passado que precisa ser negado, como dizem os professores. Essa é a parte obscura do nosso passado, mas a história está lá presente na vida dos meninos. Eles, às vezes, caminham pela estrada dos escravos, e a escola não explica para eles o que significava aquilo ali, por que há aquele calçamento de pedras, que era para os burros subirem e não escorregarem.

Às vezes, eu acho essa situação tão singela e tão simples que se torna difícil. Agora, se nós esperarmos para fazer isso com os professores de hoje, com a formação que nós vivemos na universidade da licenciatura, Senador Cássio, será impossível. É preciso haver uma revolução mesmo: entrar nas escolas, nas univer-

sidades públicas ou privadas, uma vez que a privada está formando mais que a pública, principalmente os futuros professores que são muito mais – quase 65%. Então, nós temos que fazer uma revolução.

Por isso, eu acredito. Não sei se o senhor poderia dizer assim, mas deveria haver um sistema único de educação, porque eu acredito no Sistema Único de Saúde.

Quando nós começamos a trabalhar com o Sistema Único de Saúde, gente, uma das maiores pragas que havia neste País era a cesárea. A senhora podia morar onde fosse, mas havia um dia marcado para a cesárea. O parto normal acabou. Normal é normal. Geralmente, mais de 95% das mulheres têm parto normal. Pode haver uma senhora parindo, com uma parteira ou com um médico da USP, da Unicamp ou de onde quer que seja, mas eles vão fazer o mesmo serviço de aparar. Submeteram todas as mulheres à cesárea. Nós éramos um país campeão de cesáreas. Agora, imaginem o que é uma cirurgia que abre o abdômen e corta o útero para tirar uma criança que nasceria normalmente por baixo, pela via normal!

Essas distorções, gente, não podem ser aceitas. Essas distorções devem ser combatidas e ditas. Existem tecnologias para fazer um ensino de qualidade, mas as tecnologias não são as mais difíceis.

Há um mês, eu fui a uma escola estadual no Município de Brumadinho. A Secretária de Educação do Estado é a Ana Lúcia Gazzola, que é brava toda vida. Eu liguei para ela e pedi para ver a sala de informática, o laboratório de informática daquela escola. Havia uma porta de vidro, uma porta de madeira e uma grade com seis cadeados. Gente, eu não estou brincando. Eu devia ter trazido a fotografia para vocês. Eram seis cadeados. Eu perguntei para a diretoria: “Mas por que há tanto cadeado?” Ela respondeu: “Porque aqui eles roubam.” Eu disse: “Mas como roubam o computador? O aluno vai roubar o computador que ele usa para estudar? O pai vai roubar?” Então, há alguma coisa de afastamento, distanciamento, deslocamento dessa escola daquela comunidade que faz com que tenha que ser seis cadeados. Quem entra ali? Ninguém! Eu entrei e fiquei abismada de tanta poeira. E aí eu perguntei para ela: “Eles usam quantas vezes por semana?” E ela disse: “Todos os dias.” E eu falei: “Mas está precisando de uma limpeza, não é?” E liguei imediatamente para a Secretária de Educação: “Olha aqui, colega, o que está acontecendo.” E ela disse: “Ah, mas a escola é muito difícil.” A escola não é difícil, gente. Nós somos a escola! Esse País precisa compreender e aceitar que a escola que nós temos é resultado do que nós estamos fazendo. A escola não é tão soberba que pode ser uma coisa tão...

Por isso, citei a minha experiência com a minha filha lá nos Estados Unidos, com todas as desigualdades. Porque a primeira escola em que ela foi para estudar era no centro, perto da SU in LA, onde o meu marido ia estudar. Ela entrou na escola e havia milhares de cartazes: “Se você vir um coleguinha com arma, comunique ao *principal*.” Ela leu aquilo e falou: “Mãe, aqui eu não quero estudar.” E nós tivemos que buscar outra escola. Por isso, eu desaluguei o apartamento que eu tinha feito e aluguei outro. E eu estou contando porque as desigualdades são em todos os lugares.

Coreia do Sul é um país com desigualdades – eu já visitei várias vezes –, cheio de desigualdades, e a educação está elevando. Se você for ver outros países que estão na dianteira, são países com extremas desigualdades internas. A Coreia não resolveu o problema das desigualdades. Ela resolveu o do desenvolvimento tecnológico, o do desenvolvimento econômico, mas as desigualdades estão presentes lá dentro. Um país, o Canadá, que tem bons índices de educação, é um país hoje com grandes desigualdades por causa da imigração. Os imigrantes estão ainda ilegais, como é que vão formar? Já há cinco gerações de imigrantes em que o pai foi, a mãe foi, e agora há 50 anos que estão lá. Mas, quando vai para a escola, é considerado um cidadão. Ninguém impede de ir porque é um imigrante; impede de fazer outras coisas, mas isso não.

Então eu acho que o Sistema Único de Educação é necessário. Defendo e, se precisar, estarei em todas as tribunas que forem necessárias, porque eu vivi o sistema único. Acredito que nós temos que sair do campo da unanimidade e ir para o campo da prática, e esse campo da prática vai exigir de nós uma discussão ferrenha sobre a questão de plano nacional de carreira do magistério – eu estou falando magistério, gente, porque eu sou do passado –, da carreira de professores – e eu falo magistério porque me traz mais à minha origem –, sobre a questão de salários com equidade. Não adianta falar em salários quando no Rio um professor ganha R\$8 mil ou R\$6 mil ou R\$5 mil e na Paraíba, ou lá em São Francisco, onde eu dei o exemplo da minha neta, um professor ganha R\$800.

E outra coisa que nós temos que ver é a questão das condições da sala de aula. As condições da sala para mim é uma questão fundamental, porque, uma sala de aula onde o professor só tem disponibilidade do corpo dele, que é a única tecnologia de que ele dispõe, e de um quadro negro e de um giz, vocês me desculpem, mas estamos no século XVIII. Se nós quisermos passar para o século XXI isso tem que mudar. Porque uma das diferenças em escolas como na Coreia e Estados Unidos é que o aluno não tem sala; o professor tem sala, com todo o aparato para que ele

possa ensinar. E o aluno passa na sala dos professores. É totalmente diferente. Agora fica aquele professor acanhado dentro de uma sala de aula, 4, 5 horas sem nada: ele, o giz e os meninos.

Outra coisa: a instrumentalização do professor é uma questão fundamental. Ninguém faz o que não sabe. Nós cobramos do professor para ser um professor excelente, que compreenda a realidade de onde ele está e tudo mais. Ele não tem ferramentas para isso, é como colocar um lavrador sem a enxada dele. Como é que isso pode acontecer? Eu vejo lá na universidade, nos cursos de licenciatura, cada vez aumentando mais o nível social desses meninos, porque, antes, quem fazia Pedagogia e quem fazia Enfermagem e Serviço Social eram pessoas de classe social muito baixa. E hoje, não, quem faz Enfermagem hoje lá na minha faculdade são todas meninas oriundas das melhores escolas de Belo Horizonte. Isso é que está mudando. Na licenciatura também. Agora os meninos não querem ser professor, gente. Eles fazem licenciatura para depois mexer com pesquisa, trabalhar em projetos sociais, fazer qualquer coisa. Menos... Quando fala em professor, eles arrepiam, eles têm uma alergia, dá urticária. Então que curso de licenciatura é esse? E ainda chama licenciar para quê? Licenciar para as práticas que nós estamos vendo aí? Isso é impossível.

Os cursos de licenciatura, gente, quase todos são baseados em métodos de ensino, que são as disciplinas de prática de ensino, um tamanhinho desse tamanho, 5%; e depois eles ficam discutindo. Eu fiz o curso de licenciatura, e eu fiz, na época, 40 anos atrás, e ele é o mesmo até hoje. Estuda-se Legislação do Ensino, Sistema Educacional e fica ali remoendo aquilo. Então, isso não é acabar com o ensino para professores, é revolucionar. Tem que ir lá e dizer para as universidades, principalmente as federais, que são responsáveis e nós temos mando sobre elas. O que vocês vão dizer disso? “Vocês vão continuar fazendo o que fazem há 40 anos?” – com aquelas professoras lá de dentro que também não são professoras, vocês me desculpem; a maioria agora está entrando já com doutorado; todos os novos professores são meninas de 28, 30 anos, rapazes, todos com doutorado. Vêm inclusive com doutorado feito fora do Brasil, mas de professor elas nunca tiveram uma prática, e vão ser professoras de licenciatura.

Isso para mim é o campo da revolução. É o campo da luta; essa é uma luta que nós todos temos que fazer todos os dias. Como é que eu posso imaginar que o menino que entrou para fazer Química – estou dizendo aí que ele vai para o ensino médio, mas a mesma coisa se refere ao ensino fundamental –, ele vai fazer Química. De 40 que entram, saem cinco, vo-

cês sabem disso, não é? Na Química, na Física, não adianta no ensino. Aí depois passaram cinco e você quer que ele seja professor de Química? Professor de Física? Ele não vai ser.

A mesma coisa com as meninas que entram para estudar Pedagogia e vão querer fazer outras coisas. Muitas vão lidar com Moda, com o quê mais, Recursos Humanos – ah, está uma moda, todo mundo quer mexer com Recursos Humanos, parece que nós somos até um recurso bem propício –; vão fazer outras coisas. O curso de Pedagogia foi uma travessia para um caminho que não o que nós pagamos para elas fazerem, porque nós estamos pagando isso, gente. A população brasileira está pagando essas licenciaturas. E aí está o motivo. Se nós estamos pagando, então vamos dizer o que nós queremos. E também nas escolas privadas, não é só nas públicas não, porque eles têm muitos benefícios; as escolas privadas no Brasil têm muitos benefícios. Quase não pagam impostos, porque há os benefícios de ser uma universidade, um centro educativo. É com nosso dinheiro que estão fazendo essa formação? É o ProUni que paga tudo. Então, por que nós não podemos chamar à responsabilidade essas instituições, os seus dirigentes? E falar: “Quem está pagando vocês somos nós; quem sustenta hoje o ensino privado somos nós com nossos impostos, toda a nossa...”.

Agora uma outra coisa que o senhor perguntou para ela e que eu queria entrar um pouquinho: o que é que é uma boa escola? A boa escola para mim, gente, seria aquela escola em que o menino se sentisse muito bem. A aprendizagem vem do bem-querer. Toda vez que eu tenho – apitou lá, eu já vou parar, eu não to acostumada com isso, eu achei que era um prato que estava caindo (*risos*) –, toda vez que o menino está, a escola tem que ser um lugar de felicidade, tem que ser um lugar lúdico, tem que ser um lugar de entretenimento. Não pode ser o lugar da tristeza, do enfrentamento do colega com outro colega; do colega com o professor, do professor com a família, da família com o diretor. Isso vira uma situação de não aprendizagem. O cognitivo dele está lá disponível, ele tem um dispositivo, mas só que esse dispositivo não é usado. Ele está ali massacrado porque realmente as condições não são... E não é só na escola de população pobre não, viu gente, é no conjunto das escolas brasileiras. Se nós acharmos que o Colégio São Bento ou não sei o que está diferente, não; essa situação de falta de liberdade, de criação, de vivência do belo está em todos os lugares.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Obrigado professora, vamos encerrando e eu quero agradecer a mensagem que chegou

do Daniel Silva Santos, que apoia o debate realizado por esta Comissão pois acredita que educação é um direito básico e responsabilidade do Governo Federal.

Eu quero, antes de concluir, lembrar – porque a senhora falou uma coisa interessante aqui sobre a escola e que me fez lembrar – Senador Cássio, se a gente pegasse uma foto da agricultura brasileira de 30 anos atrás, era enxada para semear e mão para colher. Hoje é trator e colheitadeira. Mas a fotografia de uma escola de 30 anos atrás e de uma escola de hoje, as do povo, é a mesma, só que mais degradada. Não é possível que a gente continue assim, porque houve avanços muito grandes nos equipamentos pedagógicos – vamos chamar assim –, muito, muito, nos últimos 20 anos, sobretudo com a informática e com a teleinformática, mas nós não levamos isso às escolas. E aí uma coisa que eu queria dizer: nós estamos fazendo, num País dividido como é o nosso, nós estamos fazendo com que a escola dos pobres seja uma maneira de perpetuar a exclusão. E essa escola de fato está sendo dos pobres, até porque, com os salários que a gente paga, com a pouca atração que é o magistério, as crianças que entram nas escolas particulares não querem ser professores. Se fizer uma análise da classe social de onde se origina o professor hoje da escola pública, vamos ver que são das mesmas classes mais populares que fizeram um esforço maior, que conseguiram fazer um curso onde os ricos não quiseram fazer. Então, tem que quebrar isso, tem que atrair os vocacionados.

Um dia saiu o resultado do IDEB e eu fui visitar uma escola no Piauí, que foi a primeira, 3 anos atrás. E fui de sala em sala perguntando o que é que vocês querem ser. E não encontrei um que dissesse que queria ser professor. Um! E o que é mais grave também – não o mais grave –, o que é grave também: eu encontrei raríssimos que queriam ser engenheiros. Isso é grave também para o futuro do Brasil.

Então, é essa revolução que a gente está tentando fazer; é essa revolução que eu defendo sob a forma do que chamamos federalização, porque há um problema. A senhora aqui tocou em uma coisa que eu sempre achei que era um problema da federalização: como é que a gente faz a seleção de professores que de uma cidade vão trabalhar em outra e são capazes de mergulhar nas características sociológicas, culturais daquela cidade? Esse é um problema que eu reconheço. Duas formas eu acho que poderiam corrigir isso, mas continua um problema. Uma é na formação, que eu defendo que entre o concurso e o trabalho tenha um ano de um curso, e aí ele já sabe para onde vai. E outra é envolver os pais, envolver o prefeito – o prefeito não pode ficar de fora disso não –; o prefeito,

de certa maneira, é como o reitor das escolas. O professor recebe do Governo federal, mas o reitor tem sua autonomia. Então é envolver o prefeito e envolver os pais e a comunidade. E forçar os professores a terem programas que respeitem as características culturais locais.

Antes de terminar, o Senador Cássio quer fazer...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– É um minuto para fazer uma provocação no que diz respeito a um cacoete que tenho. Eu defendo a federação brasileira sob todos os seus prismas e nada mais menos federativo do que sistemas únicos. Os sistemas únicos são próprios dos países unitários. Portanto, talvez, em vez de um sistema único de educação, um sistema integrado de educação, algo nessa direção. Parece um detalhe semântico, mas como nós estamos a cada passo fragilizando mais a nossa federação, e isso também me parece ser corresponsável por todos esses desafios que nós enfrentamos, encontramos no Brasil afora experiências extremamente exitosas de Municípios que conseguem responder ao desafio de uma educação de qualidade. E boa parte deles termina limitada por este pacto federado, ou federativo, que está cada vez mais mitigado.

Então, só para que a gente possa incorporar – eu compreendo cada vez mais a proposta do Senador Cristovam, porque quando ele me disse “temos que federalizar a educação” eu me espantei um pouco num primeiro momento ...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É um termo ruim, eu reconheço. É um termo ruim.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Ou, então, façamos uma discussão mais radical, mais profunda e dizer: Olha, que tal analisarmos o País como um País unitário, o Brasil como um País unitário? Não tem problema nenhum, nós temos grandes nações no mundo que são unitárias, não são repúblicas. Então, fica só essa provocação a mais para que a gente possa aprofundar esse debate e louvar a iniciativa, esse talento maravilhoso desse extraordinário brasileiro que é Cristovam Buarque, agradecendo em nome do Senado e desta Comissão a presença sua, Cybele. Permita-me mais uma vez o tratamento informal à sua Roseni, pela contribuição que deram a esse ciclo de debates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Cássio, eu queria que suas palavras encerrassem o ciclo das sete, mas eu não resisto a mais um debate. Depois o senhor fala de novo, me respondendo, e a gente encerra.

De fato, a ideia de um sistema único pode ser melhor do que federalização. A unificação, semi-integral, tem que procurar uma palavra, não é boa a federalização, reconheço. Aí podem perguntar: por que é que usa? Primeiro, porque não encontrei outra; segundo, para continuar provocando, chocando e ver se daí a gente traz uma palavra.

Agora, uma coisa a gente tem que pensar. Quando uma criança nasce no seu Estado, o senhor considera que ela é primeiro brasileira ou primeiro paraibana?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Campinense

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – (*Risos.*) De que bairro? E torcedora por qual time?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – O Treze.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Essa é a diferença. E olha que eu sou de um Estado de origem muito arrogante, pretensioso, Leão do Norte, Pernambuco. Mas eu acho que primeiro ela é brasileira. Agora, isso está no coração.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Os Jovens Senadores, eu vi, num mural que está aqui num daqueles corredores, a carta do meu contrerrâneo, do paraibano, o Daniel. O tema da redação era O meu Município e o Brasil, e a frase-conceito da redação dele: Minha janela é o meu Município, o meu Município é o meu Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É, mas a janela está numa casa, e a casa é o Brasil. É o Brasil que é o centro. Aí eu quero dizer como nós estamos atrasados, não faz muito, e não foi ontem nem anteontem, eu conversei com a filha de uma senhora que trabalhava na Comunidade Econômica Europeia aqui. Esse pessoal, são países muito diferentes. Eu perguntei: mas você é de que país? Porque a mãe dela já morou em muito canto. Ela disse: eu sou europeia, ela não disse que era portuguesa, onde ela nasceu, depois que eu descobri. Então, você vê que os europeus já estão tendo sentimentos de europeização. Podia ser, claro, mas, de qualquer maneira, já tem gente se sentindo europeia. Até porque eles estão unificando o sistema educacional também, nas universidades está quase, com o acordo de Bolonha, a educação de base é mais distante.

O Brasil não fez isso ainda, e só temos de fazer, a escola. Agora, não precisa quebrar as especificidades, a educação tem que respeitar as especificidades, não pode deixar de ser. Mas tem que ter o salário do professor igual, tem que ter as características, não o desenho arquitetônico, mas as características do prédio, a manutenção igual, os equipamentos pedagógi-

cos têm que ser os mesmos, o tempo na escola tem que ser o mesmo, a merenda tem que ser, como já é.

Por que não falta merenda? Eu fui um dia deses ao Amapá, no interior, não sei quanto tempo de barco para ver um programa. Eu era da Comissão de Direitos Humanos e estava vendo um programa de tirar sangue de índios. Eu fui ver. Cheguei numa escola, tudo quebrado. Não tinha cadeira, a professora sentava num bujão de gás com traveseiro. Sabe por quê? Porque o bujão de gás é federal, é da merenda. Então, bujão de gás tinha.

É triste, mas é uma constatação. A merenda funciona no Brasil. Aliás, muitas escolas no Brasil são restaurante mirim. As crianças vão, comem, e vão embora às 10 horas, 11 horas para casa. Porque a merenda é... O livro didático funciona, porque é federal. Então, seja como for o nome, eu creio que a gente deve caminhar para dizer nacionalizar a educação das crianças. Talvez seja a melhor maneira, não nacionalizar as crianças, senão um campinense não ia aceitar, mas nacionalizar a educação das crianças brasileiras.

Eu passo a palavra para que o senhor encerre todos os nossos ciclos. *(Pausa.)*

Bem, eu quero encerrar aqui dizendo que foi uma convocação feita pelo Senador Cássio, por mim e pelo Senador Mozarildo que eu acho que cumpriu uma função, que é debater – a Cybele mesmo disse que leu as notas de todas as anteriores, a Roseni também, a gente vai publicar isso – e quem sabe continuar debatendo: como fazer a revolução educacional no Brasil, seja qual for o nome dessa revolução.

Muito obrigado para cada um e para cada uma que veio. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia onze de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ana Amélia, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Lindbergh Farias, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Educação,

Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Maria do Carmo Alves, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item Único: Mensagem do Senado Federal nº 102, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora ROSANA DOS SANTOS ALCÂNTARA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga do Senhor Mário Diamante”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ana Rita, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senhora Rosana dos Santos Alcântara para fazer sua exposição sobre assuntos pertinentes ao cargo a ser ocupado. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, franqueia a palavra aos Senhores Senadores para que se dê início à sabatina. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Cristovam Buarque e Cássio Cunha Lima. Terminada a sabatina, o Presidente da Comissão determina a realização da votação, por escrutínio secreto, designando os Senhores Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias para servirem como escrutinadores. Encerrada a votação e a apuração dos votos, a presidência declara aprovado o nome da Senhora Rosana dos Santos Alcântara para o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – Ancine, por quatorze (14) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Havendo, na lista de presença, número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião, Ordinária,

da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade apreciar a Mensagem nº 102, de 2012, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª Rosana dos Santos Alcântara para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga do Sr. Mário Diamante.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 102, de 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora ROSANA DOS SANTOS ALCÂNTARA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga do Senhor Mário Diamante.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: A ser apreciado em votação secreta

Passo a palavra para a Relatora *ad hoc*, na ausência do Senador Walter Pinheiro, Ana Rita, para que faça a leitura do relatório.

Com a palavra a Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

A Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Rosana dos Santos Alcântara para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), na vaga do Senhor Mário Diamante.

A referida mensagem obedece à determinação do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, que atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos titulares de cargos nos casos em que a lei o exija. No que se refere à Agência Nacional de Cinema, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que a criou, dispôs, em seu art. 8º, § 1º, que os membros de sua Diretoria, composta de um Diretor-Presidente e três Diretores, serão escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados após a aprovação do Senado Federal. Como condição para serem nomeados, o mesmo dispositivo estabelece que os membros da Diretoria deverão ser brasileiros, de reputação ilibada e elevado conceito no seu campo de especialidade.

O currículo da indicada, que acompanha a Mensagem Presidencial nº 102, de 2012, em conformidade com o art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, atesta sua qualificação acadêmica e profissional, como a seguir demonstrado.

A Senhora Rosana dos Santos Alcântara é advogada, tendo feito sua graduação na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especializou-se em Gestão e Prática em Direitos Humanos, pela Universidade Cândido Mendes e Fundação Ford, estando, atualmente, em fase de conclusão de Especialização em Políticas Públicas, no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também como pós-graduação *lato sensu*, cursou Programa de Treinamento para Funcionários Brasileiros, especializando-se na área de Regulação, na George Washington University, em Washington DC, nos Estados Unidos.

Sua atividade profissional se inicia como assessora jurídica no Projeto Legal/IBISS (Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social) e como consultora e pesquisadora jurídica da CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), IPAS Brasil e de outras instituições não governamentais. Foi também advogada especializada em Direito Autoral no Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro.

No período de 1999 a 2002, foi Coordenadora do Conselho Estadual de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, bem como Membro do Conselho de Segurança do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Tornou-se, neste último ano, Diretora de Instrução da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, onde desenvolveu, como principais atividades, a implementação de protocolo de atendimento e capacitação relativa à violência de gênero, bem como capacitação voltada para os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, previstos na Lei nº 9.099, de 1995.

Foi Coordenadora Executiva de Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (Advocaci) de 2003 a 2005, organização que tem por objetivo o uso estratégico do direito como instrumento de intervenção nas políticas públicas, por meio da pesquisa jurídica e do ajuizamento de ações, em parceria com o Ministério Público Federal e com a Escola do Ministério Público da União.

Ingressou na Agência Nacional de Cinema em 2005 como Assessora de Diretoria. Tornou-se, no ano seguinte, e até 2009, Chefe de Gabinete do Diretor Presidente, cargo em que subsidiou o corpo diretivo no processo decisório, bem como o Conselho Superior de Cinema e o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, tendo coordenado, ainda, o I Planejamento Estratégico da Ancine 2009-2011.

Exerce desde 2009 o cargo de Superintendente Executiva da Ancine, tendo desempenhado relevantes atividades, como a atuação junto à Diretoria na elaboração de minutas de projetos de lei, decretos e outros atos normativos; a interação com a Casa Civil,

Ministérios afins e Poder Legislativo, que resultou na edição das Leis de nº 12.485, de 2011, e 12.599, de 2012, e em decretos relativos ao setor de audiovisual; a coordenação dos trâmites de análise e proposição de minutas de Instruções Normativas; exercício da suplência do Diretor Presidente na representação do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PORREG); o subsídio e o acompanhamento ao Diretor Presidente nas reuniões ordinárias do Fórum de Dirigentes das Agências Reguladoras; a coordenação do trabalho dos superintendentes finalísticos da Ancine e a coordenação da implementação do projeto-piloto de Análise Regulatória.

Estes são os elementos disponíveis para que esta Comissão delibere sobre a indicação, pela Senhora Presidente da República, da Senhora Rosana dos Santos Alcântara para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Cinema (Ancine), na vaga do Senhor Mário Diamante.

Este é o parecer, Sr. Presidente. Como relatora *ad hoc*, relatei aqui o parecer do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Ana Rita, na condição de relatora *ad hoc*, leu o relatório do Senador Walter Pinheiro, que agora está presente.

Em discussão o relatório lido pela Senadora Ana Rita.

Convoco a manifestação deste extenso e consistente Plenário.

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Convoco, antes, a Senadora Rosana dos Santos Alcântara para uma breve exposição.

O Senador Walter Pinheiro deseja acrescentar alguma coisa ao relatório?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, Sr. Presidente, eu prefiro que nós busquemos neste momento, da forma mais tranquila, o quórum e, efetivamente, a ausculta em relação aos dados já apresentados pelo relatório, uma vez que a indicada terá oportunidade agora de se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa acata, então, a preferência do Senador Walter Pinheiro e passa a palavra imediatamente para a Sr^a Rosana.

A SR^a ROSANA DOS SANTOS ALCÂNTARA – Sr. Presidente Senador Roberto Requião, Sr. Relator Walter Pinheiro, Sr^a Senadora Ana Rita, Sr. Senador Cristovam Buarque, aproveito a oportunidade para cumprimentar o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), e todos os outros convidados.

Bom dia a todos!

Desde 2005, trabalho na Agência Nacional do Cinema, inicialmente como assessora da Diretoria Colegiada, depois como Chefe de Gabinete da Presidência e, desde 2009, como Superintendente Executiva.

Sou advogada formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A área do audiovisual me mobiliza desde quando eu ajuizava ações na área do direito autoral e assessorava a banca do Sindicato dos Artistas e Técnicos do Rio de Janeiro. Tenho especialização em Direitos Humanos e concluo outra em Políticas Públicas no Instituto de Economia da UFRJ.

Nesses 7 anos de minha atuação como servidora pública na Ancine, aconteceram grandes transformações no mercado audiovisual brasileiro. O cinema e a televisão cresceram expressivamente e crescerão ainda mais nos próximos anos. Surgiram novos mercados de vídeo sob demanda tanto em televisão como em Internet para computadores e dispositivos móveis.

Há novos mecanismos de incentivo fiscal para o setor. Houve um incremento qualitativo dos incentivos já existentes ao Fundo Setorial do Audiovisual, que se tem tornado mais forte com os recursos proporcionados pela nova lei de televisão por assinatura, a Lei nº 12.485, gestada e aprovada pelos senhores e sancionada pela Presidenta da República em 12 de setembro de 2011.

Antes desses novos arranjos regulatórios, o apoio público ficava restrito basicamente à produção cinematográfica. Hoje, esse apoio chega aos distribuidores nacionais, aos exibidores, às produções televisivas. Pode ainda chegar aos videojogos, à digitalização das salas de exibição, à formação e capacitação de recursos humanos.

Hoje, temos financiamento público para a construção de salas de cinema, uma novidade nas políticas públicas audiovisuais. O programa Cinema Perto de Você, também aprovado por esta Casa, investe especialmente em salas para as zonas urbanas periféricas e mais populosas e para as cidades do interior, com destaque para as Regiões Norte e Nordeste.

Ao lado disso, o Regime Tributário Especial, o Recine, desonerou os investimentos em cinemas em todos os tributos federais. Isso tem permitido, entre outros benefícios, alimentar o processo de digitalização das salas brasileiras.

Temos, então, caros Senadores, uma política pública em pleno funcionamento para o fomento das atividades audiovisuais. Trata-se de uma política de fomento articulada e desenvolvida, que começou a ser construída no início da década de 90. Essa política ganhou novos patamares com a criação da Agência Nacional do Cinema, em 2001, e se consolidou nos

últimos anos com o início das operações do Fundo Setorial do Audiovisual, criado em 2006.

Hoje, temos também políticas públicas voltadas para o mercado audiovisual nacional. São políticas que possibilitam que as obras audiovisuais brasileiras sejam protagonistas no nosso próprio mercado. Essas políticas existem largamente em outros países desenvolvidos e democráticos. Elas criam aquilo que os economistas chamam de demanda potencial para os produtos audiovisuais nacionais ou regionais. A nova lei para o mercado de televisão por assinatura, a Lei nº 12.485, criou efetivamente as condições para que a produção audiovisual brasileira, especialmente a produção independente, pudesse estar presente nos serviços de TV paga assinada pelos brasileiros.

Na última década, a Ancine e o Ministério da Cultura têm atuado, juntamente com o Congresso Nacional, com o Executivo, com o Conselho Superior do Cinema, com os agentes econômicos e com diversos atores sociais, no intuito de orquestrar a construção dessas mudanças nas políticas públicas brasileiras para o audiovisual. Cabe à Ancine implantar parte importante dessas políticas.

Orgulho-me de ter feito, ao longo desses anos, parte da gestão que consolidou o papel da Ancine como agência reguladora de parte significativa das atividades audiovisuais brasileiras. Foi também um período em que o mercado e a economia do audiovisual mudaram significativamente no Brasil. A economia brasileira se tornou mais sólida, e o audiovisual tem sabido aproveitar essa janela de oportunidade.

Caros Senadores, está, de fato, em curso a mais expressiva transformação dos negócios audiovisuais no País, desde a popularização da TV aberta, nos anos 70 do século passado. Muda a relação com o espectador, muda o modelo de organização dos serviços, muda o financiamento da produção em circulação dos conteúdos.

A chamada classe C é o principal motor dessa transformação. Com o aumento da renda, passou a diversificar o consumo de audiovisual e a pagar por ele. Isso vale para o cinema, que dobrou suas receitas em três anos; para a TV por assinatura, que triplicou sua base de assinantes nos últimos cinco anos; para os novos serviços de vídeo sob demanda, que multiplicam sua relevância a cada dia.

São receitas novas que demandam novos serviços e conteúdos, exigem profissionais e empresas, cobram um ambiente de negócio dinâmico e aberto à competição.

Em dez anos, a demanda por conteúdos, canais de TV, salas de cinema, dispositivos móveis, platafor-

mas de venda de vídeos tornará o Brasil um dos cinco maiores mercados audiovisuais do mundo.

Vivemos, hoje, uma ebulição sem precedentes nesse setor. Em relação ao cinema, lançamos nós, os brasileiros, cerca de 100 filmes ao ano. Um sonho há muito acalentado pelos que atuam nessa área. São obras que levam cada vez mais público às salas de exibição. Há um público ávido por se ver retratado nas telas e que tem prestigiado os filmes nacionais. Estes, por sua vez, têm melhorado em qualidade e em comunicação com o público.

A ascensão econômica de parte importante da população do País tem levado a classe C às salas de exibição. Foram 144 milhões de ingressos no ano de 2011 que tornam o Brasil o principal mercado latino-americano em receitas de bilheteria.

Na televisão por assinatura, o setor vive uma verdadeira revolução. O número de assinantes cresce aceleradamente. Quaduplicamos o número de assinantes nos últimos sete anos. Hoje, são cerca de 16 milhões de assinantes, mais de ¼ dos domicílios com televisão no País.

A perspectiva é a de que o crescimento do número de assinaturas cresça ainda mais com a abertura do mercado à competição. Em 2017, serão 35 milhões de assinantes, segundo estimativas do próprio mercado.

A nova lei, que determina que a produção audiovisual brasileira esteja presente por 3 horas e 30 minutos semanais nos canais de televisão por assinatura, está desencadeando uma transformação profunda no âmbito da produção audiovisual brasileira.

A demanda potencial por conteúdo nacional tem feito com que produtoras independentes brasileiras, antes muito voltadas para a produção de obras publicitárias ou filmes de longa metragem, produzam, cada vez mais, séries televisivas de ficção, documentários ou animação.

Além desses conteúdos, os canais de televisão por assinatura agora demandam também mais filmes brasileiros. Agora, as programadoras investem recursos nos filmes antes mesmo de estarem prontos, para tê-los com exclusividade nos seus canais.

Isso ajuda, Senadores, a configurar um cenário mais sustentável e menos dependente de recursos públicos para a cinematografia nacional.

O setor audiovisual não representa apenas riqueza, geração de renda, empregos qualificados, divisas. Discute-se, aqui, um setor da economia que projeta a cultura, os modos de viver e de fruir de um povo. O Brasil e os brasileiros merecem uma indústria audiovisual que esteja à altura da projeção que o País projeta para si no cenário internacional.

Mesmo diante de um cenário otimista no mercado audiovisual, que pretende demonstrar aos senhores, é preciso dizer que há ainda muitos desafios a serem enfrentados para que se consagre uma indústria audiovisual forte no Brasil.

A demanda oriunda da ebulição da produção de conteúdos para a TV tem revelado a falta sistêmica de profissionais qualificados para a indústria. Faltam roteiristas, faltam técnicos especializados, faltam profissionais para trabalhar com animação, faltam especialistas em negócios na área do audiovisual.

Mesmo com o crescimento do número das salas de exibição, estamos muito aquém do número de salas por habitante do que países com perfil semelhante ao nosso. Para que os senhores tenham uma ideia, precisamos triplicar o parque exibidor brasileiro para termos uma relação habitante/sala semelhante a que se encontra no México.

Para além dos países de Língua Portuguesa, que representam um mercado relativamente muito pequeno, ainda não conseguimos construir canais de programação fortes, capazes de disputar a competição com outros canais internacionais nos mais diversos mercados.

A fronteira do mercado audiovisual encontra-se hoje no novo mercado do vídeo por demanda, no qual não há empresas brasileiras ainda com forte atuação.

Há uma grande concentração da produção audiovisual cinematográfica e televisiva no eixo Rio-São Paulo. Hoje, a produção audiovisual regional não encontra demanda ou tem dificuldade de circular pelo mercado nacional nos dias atuais. No entanto, a Lei nº 12.485 e o novo cenário da produção para TV são oportunidades para superarmos essas dificuldades.

A ação política para o desenvolvimento regional do audiovisual é um dos vetores importantes a ser trabalhado no próximo período.

Caros Senadores e Senadoras, quando falamos do setor audiovisual, estamos falando de um setor da economia no qual existem grandes assimetrias econômicas entre empresas produtoras, entre países produtores, entre regiões produtoras dentro dos países.

A produção audiovisual, especialmente aquela de maior circulação, é, via de regra, concentrada na mão de poucos, sejam empresas, países ou regiões. Entendo que cabe ao Estado apoiar o mercado no sentido de encontrar condições, seja através do fomento, seja através da regulação, para que o audiovisual expresse toda a sua diversidade, uma diversidade que seja apoiada numa ampla pluralidade de empresas produtoras e programadoras.

A diversidade de vozes, de pontos de vista, é condição importante não apenas para a cultura, mas também para a democracia de um país. Esse apoio

estatal tem sido feito historicamente pelos diferentes Estados de países desenvolvidos, democráticos e que escolheram desenvolver a sua economia e seu mercado audiovisual.

A experiência americana talvez seja o caso mais emblemático. A regulação norte-americana, ainda na década de 70, construiu as condições para que a produção independente e a programação regional fossem características da televisão naquele país.

Essas medidas regulatórias contribuíram muito para que os Estados Unidos se tornarem os maiores exportadores mundiais não apenas de filmes, mas também de programas televisivos.

Canadá, Austrália, Coreia do Sul, África do Sul, todos os países da União Europeia se miraram nessa lógica de regulação do mercado audiovisual em benefício da produção regional independente, incorporando suas peculiaridades locais.

Foi com esse mesmo entendimento encontrado em outros países democráticos, de que é necessária a atuação do Estado para promover a diversidade e pluralidade no mercado audiovisual, que o Congresso brasileiro aprovou, no ano passado, a Lei nº 12.485. Essa dotou o Estado nacional de meios para tornar os conteúdos audiovisuais brasileiros um elemento importante nos pacotes que os assinantes recebem nos serviços de televisão por assinatura e para fortalecer as empresas brasileiras de comunicação e os produtos independentes brasileiros.

Ao elaborar essa Lei, efetuou o primeiro marco legal do País a lidar com o fenômeno da convergência. Desse modo, o Congresso Nacional responsabilizou a Agência Nacional do Cinema pela regulação e pelo desafio do desenvolvimento do mercado audiovisual, indo além do cinema.

Em relação a essa Lei, os desafios para a Ancine não são pequenos. Os principais regulamentos da Lei foram editados e encontram-se em pleno vigor. Estamos fiscalizando o seu cumprimento. Nos próximos meses, outros regulamentos complementares entrarão em vigor. Cito algumas dessas normas, regulamento detalhando metadados de programação, dispensa de cumprimento de quotas, canais comunitários, defesa da competição, dentre outros temas.

Há desafios na consolidação do fundo setorial do audiovisual como principal instrumento de fomento, na simplificação de procedimentos no sistema de fomento indireto e direto.

Caros Senadores, nós da Ancine estamos aprimorando a permeabilidade social da nossa prática regulatória, um processo em curso de aprimoramento da governança da Agência, que conta com alguns instrumentos. Um deles é a agenda regulatória. Trata-se

de uma forma de conferir previsibilidade e segurança aos agentes econômicos impactados pelos atos regulatórios da Agência.

Outro instrumento é a análise de impacto regulatório, que busca sopesar custos e benefícios dos atos regulatórios e, posteriormente, medir a eficácia desses atos. Adicionalmente, para além da Lei de Acesso à Informação, a participação social por meio de consultas e audiências públicas tornou-se prática ordinária na edição dos atos regulatórios da Agência Nacional do Cinema.

Todos esses instrumentos, alinhados aos preceitos do Governo aberto, estão na fronteira das melhores práticas de regulação estatal. Todos esses instrumentos de transparência e permeabilidade social serão, certamente, ampliados nos próximos anos. Entendo que os atos regulatórios não se limitam a meros comandos dados pelo Estado aos agentes econômicos que atuam em determinado mercado. No processo regulatório, o Estado deve alimentar-se, desde o início, pela visão e pelas críticas dos principais atores envolvidos: empresas, consumidores e organizações sociais. A essas diversas visões acrescenta-se o conhecimento técnico dos órgãos reguladores e os marcos legais vigentes. É da interação entre Estado e sociedade, no sentido amplo, que se consolidam as práticas regulatórias.

No que se refere ao setor audiovisual, essa visão moderna e plural de regulação tem aqui, nesta Casa, no Senado brasileiro, papel de atuação fundamental, notadamente por meio desta Comissão e outras comissões afins e do Conselho de Comunicação Social. O diálogo frequente e produtivo entre a Ancine e o Parlamento brasileiro é condição importante para o aprimoramento da regulação do setor audiovisual.

Caros Senadores e Senadoras, para mim, o audiovisual enfeixa as atividades de expressão simbólica mais dinâmicas e presentes na vida das pessoas em todo o mundo. Forma a pauta das referências culturais e normativas que cada um de nós utiliza para viver e conversar; para planejar nosso dia de trabalho; para vestir, consumir, pensar, sentir, falar, escolher, para saber o que esperar dos outros e para considerar o que os outros esperam de nós. Nunca houve uma sociedade tão audiovisual quanto a nossa. Trata-se de uma sociedade com elevadas exigências em comunicação, com enorme velocidade de atualização de referências e busca incessante de uma linguagem comum. A população brasileira exige isto e tem direito de acesso a conteúdos audiovisuais em suas múltiplas plataformas e modos de fruição.

É preciso, pois, que nos ocupemos – Estado, sociedade e agentes econômicos – da estruturação dos serviços de comunicação audiovisual, a exemplo

da TV por assinatura e do cinema: competitivos, mas baratos e acessíveis à população.

Nesse sentido, o vale-cultura – recentemente, na semana passada, aprovado no plenário pelos senhores – veio em muito boa hora, mas é preciso mais.

Os diferentes atores do mercado têm mostrado que os mecanismos de produção e os canais de circulação das obras audiovisuais devem estar abertos à diversidade dos agentes, lugares, grupos sociais, olhares e modos de fazer e viver, porque, no primado da democracia, o direito à livre expressão não apenas é uma liberdade de falar, mas, principalmente, um direito a se fazer ver e ouvir. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está alegre por que, rapaz? Esta aqui é uma reunião do Senado da República, e se manifestam Senadores. Eu lhe peço que preserve o silêncio e a compostura.

Com a palavra o Relator, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, acredito que o motivo da alegria com as palmas é até muito a partir do próprio traço daquilo que estamos apreciando. Recentemente, este Congresso discutiu, e espero inclusive até que a Comissão de Constituição e Justiça discuta, ainda no dia de amanhã, um projeto nosso, que trata exatamente da possibilidade de arguirmos aqui os membros das agências, muito a partir do que ocorreu recentemente com membros das agências: ANA e Antac.

Então, acredito que é uma alegria podermos saber que pessoas não só com esse currículo, mas também com o compromisso com a cultura, e aliando estas duas coisas: compromisso público e a capacitação técnica para o cargo, que considero importantes e são atributos fundamentais que a Sr^a Rosana dos Santos carrega em sua trajetória de servidora pública, na experiência já dentro da própria agência, no momento inclusive em que a agência pode se deparar com dois elementos importantes, que devem contribuir para essa questão, principalmente da economia, uma área que, de certa forma, nunca foi tão potencializada no Brasil, apesar, meu caro Cássio, de sermos de uma região que tem uma vasta produção cultural, mas não há uma veiculação nem tampouco as condições para se processar essa cultura.

Não estou com isso discriminando o restante do País, mas falo muito no nosso Nordeste por essa capacidade de brotar a cultura dos grotões, dos cantos, dos recantos, em todos os cantos, mas, lamentavelmente, a gente não conseguiu ao longo dos anos levar isso às telas de cinema nem à vida das pessoas e muito menos na economia local. Tanto é verdade isso que vamos encontrar majoritariamente os nordestinos ins-

talados no Sul do País, meu caro Cássio, exatamente em busca de condições para a realização de um importante trabalho da cultura.

Então, acho que é importante neste momento este debate, Senador Requião, em que a gente também se soma a outro aspecto, que é aquele a que me referi inicialmente, que é o do financiamento, e o outro é o aspecto da chegada de novas leis, a Lei do Audiovisual brasileiro, que estimula essa produção; posso falar isso até com o contentamento de ser um dos autores dessa lei, ainda como Deputado e, depois, o relator dessa lei aqui no Senado Federal, em 2011.

Muita gente até colocou na cabeça que era só a lei das tevês por assinatura. Na realidade, tevês por assinatura são os veículos para a exposição ou a veiculação, a forma concreta de a gente fazer chegar toda essa rica produção. Em duas fontes, tanto do ponto de vista da produção independente, que acho importante salientar o fato de você chamar a uma obrigatoriedade, pelo menos as condições para que essa produção independente se estabeleça, assim como a veiculação da produção nacional, ainda tímida, mas foi o que alcançamos. Considero tímido você trabalhador três horas semanais de produção cultural no Brasil, mas, se a gente conseguir colocar isso em prática, pelo menos a gente já consegue viabilizar diversos aspectos.

Acho que, para essas duas questões, a Sr^a Rosana poderá dar uma contribuição muito grande, pela sua experiência não só no mundo jurídico, mas, principalmente, o mundo da cultura, pela sua sensibilidade, Senadora Ana Rita, por ter já, inclusive, trabalhado com os aspectos relacionados àquilo que V. Ex^a conduz tão bem aqui, que é a CPI da Violência contra as Mulheres, mas, portanto, a forma de tratar isso, do ponto de vista da denúncia, mas, por outro lado, a cultura tendo a capacidade de ir buscar nos diversos cantos do País o que essas mulheres já produziram de coisas boas. Portanto, o que as mulheres vêm produzindo de forma ousada, ainda que com toda a violência, com toda a repressão. E podemos ver isso, Senadora Ana Rita, por exemplo, nas cantigas de roda, na própria questão da forma como tratam a agricultura, introduzindo na atividade agrícola traços culturais importantes, que se revelam como elementos inclusive educadores, meu caro Cristovam, na medida em que toda aquela juventude que não tem acesso à escola, mas, através de uma prática cultural dessas mulheres, foi aprendendo os caminhos das letras, inclusive do conhecimento.

Então, portanto, a Ancine ganha com essa “ascensão” da Sr^a Rosana à condição de Diretora, como alguém que já faz parte desse quadro, e ganha também porque vai ter a possibilidade de, nesse próximo quadrante, trabalhar com elementos importantes, para

dinamizarmos o aspecto da cultura, incentivar a produção cultural, ampliar as condições de financiamento e principalmente capilarizar as ferramentas culturais em nosso País, tirando essa história do eixo, com todo respeito ao Rio de Janeiro e a São Paulo, mas precisamos fazer isso em todas as 27 Unidades da Federação, permitindo, assim, um estímulo à economia local e um aproveitamento dessa produção local. E, cada vez mais, para o mundo, mesmo falando localmente, essas pessoas possam fazer chegar toda essa riqueza cultural que temos do Brasil e, claro, transformar isso em elementos principalmente de volta, aticadores ou estimuladores da economia local, ajudando o nosso País a superar este momento.

Portanto, ficamos muito felizes com a indicação da Sr^a Rosana, ao mesmo tempo, desejando a ela um excelente trabalho e a certeza de que esses passos em falso ou esses caminhos tortuosos, praticados por alunos e agências reguladoras, possam, pelo menos nesse aspecto, servir para que os dirigentes de agência, cada vez mais, introduzam e atuem nessas agências, como defensores da sociedade, do Estado, dos consumidores, da cultura, como neste caso, de projetos e não como elementos, que, naquele espaço, se utilizam da sua condição para o mando do negócio, principalmente o patrimonialismo pessoal.

Assim, creio que são traços que não encontramos na senhora. Então, portanto, isso nos deixa muito alegre neste momento, até na possibilidade de assumir a relatoria desta importante indicação.

Era isso, Sr. Presidente, que tinha a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Em primeiro lugar, quero dizer que fico satisfeito de estar aqui analisando a indicação de uma pessoa com experiência dentro da própria Ancine.

Isso daí, por um lado, mostra que passou incólume por esse cargo ao longo de sete anos e, por outro, que demonstrou uma competência, uma eficiência, capaz de ser alçada à Presidência.

Mas quero chamar a atenção para a importância da Ancine. A revolução científico-tecnológica que estamos vivendo hoje acontece em diversas áreas, mas uma das mais importantes é a audiovisual. A área audiovisual, como equipamentos médicos e outros setores, corresponde, neste tempo, à indústria de tecido no século XIX, que permitiu a industrialização da Inglaterra. A saída está em equipamentos como o audiovisual.

Além disso, é um serviço que traz benefícios extremamente positivos, tanto do ponto de vista lúdi-

co – da alegria, de assistir tudo aquilo que se faz com o audiovisual – quanto do ponto de vista prático, por exemplo, do audiovisual na educação.

Já deveríamos estar colocando o quadro negro nos museus. É absurdo que uma escola hoje, para crianças que assistem a filmes em três dimensões, seja dada com quadro negro, com a coisa estática do quadro negro, em vez da dinâmica colorida, bonita, eficiente das lousas inteligentes. E tudo isso é um produto audiovisual, um produto de como transmitir ideias dentro da escola, para que os alunos sintam o gosto de estar na escola e aprendam com facilidade.

Hoje, a escola é violenta. Dizem que há violência na escola. Mais do que haver violência na escola, ela é violenta, porque ela desagrada os alunos. Desde a cadeira dura, desde a falta de conforto, até a falta de equipamentos que já deveriam estar aposentados, arquivados. Por esse lado, o audiovisual, como já mostrei, tem duas importâncias: como dinamizadora da economia e criadora de produtos lúdicos e como instrumento de educação tanto na sala de aula, como na casa, como no espaço da cidade em geral.

Ao mesmo tempo, sem educação, não vamos ter boa dinâmica audiovisual. A senhora mesma falou da falta de profissionais. Isso se deve especialmente à educação de base, que não consegue formar, dar a base da formação para o audiovisual e também criar, nas crianças, nos jovens, a possibilidade de virem a dinamizar o setor de audiovisual, ainda mais pelo fato de que, nas escolas, não levamos, como deveríamos, por exemplo, o cinema, que é o meu projeto.

Aí peço o seu apoio para este projeto, que está em fase final de aprovação na Câmara dos Deputados, que obriga a escola a passar filmes brasileiros. Quero pedir seu apoio, porque, ao mesmo tempo em que cria gosto pela arte cinematográfica, cria o gosto pela arte cinematográfica brasileira.

Cinema, Senador Walter Pinheiro, é uma linguagem. Quem não está acostumado a ela, não gosta. Existe uma linguagem brasileira, assim como existe uma linguagem francesa, diferente da americana. Até que a globalização padronize tudo – e eu temo isso –, as pessoas dizem que não vão ao cinema brasileiro, porque a nossa linguagem não chega à população, e isso não acontece porque, desde cedo, não vamos ao cinema brasileiro, pois é de alta qualidade. Os nossos cineastas já o demonstraram.

Então, peço o seu apoio para o este projeto.

Também gostaria de incentivar que houvesse o máximo de articulação entre o audiovisual e os métodos pedagógicos. Não fiquemos no audiovisual do cinema, como filmes de documentários, que têm o papel pedagógico, ou cinema ficção, que tem um papel

pedagógico, mas falo em um produto real, substituindo o livro ou convivendo com ele e, cada vez mais, substituindo-o, pelo gosto que as crianças têm muito mais pela tela do que pelo papel.

Finalmente, gostaria de saber que propostas poderíamos levar para salvar os cinemas que estão fechando, que estão transformando-se em espaços de outras coisas, inclusive depósitos. Eu sei que esse não é um problema da Ancine, mas da violência urbana, que forçou os cinemas a irem para os *shoppings*. É um problema da degradação do espaço urbano brasileiro. Está levando tudo para os *shoppings*, não só os cinemas.

Mas, de qualquer maneira, gostaria de saber se há possibilidade ou não à pergunta que lhe faço de intervirmos ainda para salvar alguns cinemas antes que eles acabem todos. Por que isso? Porque creio que, do ponto de vista da convivialidade, há uma diferença grande entre ir a um espaço em torno ao cinema, fechado, de um *shopping* e ir a um cinema num espaço aberto de uma rua qualquer de uma cidade.

Uma pergunta: é reversível, ou é irreversível, a extinção dos cinemas nos espaços urbanos abertos? Com isso, quero manifestar, mais uma vez, como quando comecei, a minha satisfação de poder tê-la como Presidente da Ancine pela experiência que a senhora já tem de fazer parte dessa casa tão importante para o futuro do Brasil, porque o audiovisual é um dos poucos setores dinâmicos que vamos ter no futuro – setores dinâmicos que eu digo dentro da alta tecnologia.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A votação será aberta após concluída a sabatina.

Com a palavra agora o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu, lamentavelmente, não pude acompanhar a apresentação inicial, na íntegra, da sabatinada neste instante, porque encontrava-me na CPMI do Cachoeira, dentro desta dificuldade que todos nós já conhecemos da superposição de atividades deste Senado Federal, sobretudo nas terças e quartas-feiras. Eu gostaria de fazer algumas indagações no que diz respeito à visão que a Dr^a Rosana possui, pedindo, mais uma vez, desculpas por talvez estar indagando algo que tenha sido esclarecido na parte inicial da exposição que não pude acompanhar.

Na visão que a senhora possui, qual o grau de intervenção que a Ancine e, portanto, o próprio Estado deve ter na produção audiovisual brasileira, notadamente do cinema? Essa é a primeira pergunta. Como a agência deve regular essa produção cultural? E como

deve se comportar para aquilo que foi tratado tanto pelo Senador Walter Pinheiro, como também pelo Senador Cristovam, que é agir no sentido de evitar um processo quase que natural e econômico de concentração da produção nacional no eixo Rio-São Paulo, em que pese a Paraíba – eu preciso registrar aqui – ter a sua Hollywood na cidade de Cabaceiras, onde vários filmes foram realizados? Há, de fato, uma disparidade entre o volume de produção do cinema de outras regiões em relação a São Paulo, Rio, Sudeste de forma geral, por uma razão de caráter econômico. Toda estrutura de patrocínio e de fomento do cinema está basicamente calcada nas leis de incentivos a renúncias fiscais. Como as grandes empresas que se repetem no patrocínio de peças importantes para o cinema brasileiro são ou empresas estatais, a exemplo de Petrobras, Eletrobras, Chesf, eventualmente, etc, ou empresas privadas que se dispõem a fomentar esse espaço de cultura, elas terminam também olhando para o que está sendo produzido pela sua própria vizinhança, um movimento natural. A indagação é neste sentido: o que pode ser feito e qual a visão que a senhora tem para que possamos mudar um pouco esse eixo? E eu tenho muita curiosidade em conhecer o seu pensamento em relação ao grau de intervenção que devermos ter nessas atividades, além da ênfase e do destaque que devem ser dados às preocupações que foram trazidas pelo Senador Cristovam Buarque, que olhou de forma mais holística, de forma mais plena – é costume desta inteligência notável que tem o Senador Cristovam fazer seus comentários sempre muito próprios nesta Casa, neste Senado Federal.

Feitas as indagações, aguardo a oportunidade para as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A mesa agradece ao Senador Cássio Cunha Lima pelas suas indagações holísticas, mesmo sendo perfunctórias em certa medida.

Não havendo mais Senador inscrito, passo a palavra para a Dr^a Rosana.

A SR^a ROSANA DOS SANTOS ALCÂNTARA – Vou tentar me ater à essência dos pontos, das questões e das dúvidas trazidas para esta fase.

Diversidade e regionalização, ponto em que, de alguma forma, eu acho que os três Senadores tocaram. Eu vejo que é um ponto, de fato, muito importante. Eu acho que a função da Agência Nacional de Cinema é uma função de atuação com um braço de fomento e com um braço de regulação. O braço de regulação é, de forma clara e bem nítida, delineado na Lei nº 12.485, principalmente, em relação à produção audiovisual. Temos duas políticas muito fortemente desenhadas: a política de cotas trazida em função da Lei nº 12.485

para as TVs e a produção de cota de cinema. Já, anualmente, há um decreto de cotas de telas de cinema, de veiculação de cinemas brasileiros.

E o braço do fomento, que talvez seja aqui o mais importante e interessante, é o que tem hoje um grande articulador e um grande alavancador, para além das leis do fomento, que são a esteira, como o senhor trouxe: o Fundo Setorial do Audiovisual. A Lei nº 11.437, de dezembro de 2006, criou o Fundo Setorial do Audiovisual e, articulada com a Lei nº 12.485, reserva ao Fundo Setorial do Audiovisual 30% do conjunto das suas receitas destinadas especialmente para cotas regionais, para Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Então, está em momento de articulação e de estruturação dessas linhas de ação para financiamento, para equalização, para apoio, para participação em empresas, de modo a estimular a participação no fomento do audiovisual brasileiro.

Outro aspecto que foi trazido é a questão da ligação com a educação. A ligação com a educação, achamos absolutamente necessária e pertinente. Entendemos o audiovisual não só como economia forte e pujante, como tentei demonstrar para os senhores, mas, de fato, como uma linguagem. Nós vivemos uma sociedade muito audiovisual. Então, esse é um ativo muito importante da sociedade atual que temos e com que lidamos. Portanto, o PL do cinema nas escolas é, claro, muito bem-vindo. Acho que podemos participar de forma a articular as atividades da Agência Nacional do Cinema e do Ministério da Cultura em relação a essas questões.

A articulação entre o audiovisual e metodologias pedagógicas, utilizando o audiovisual como linguagem, principalmente como instrumento, acho que é importante. Temos um acervo bastante rico já de filmes, de documentários que a Ancine tem feito, com apoio principalmente da cinemateca catalogada, do conjunto dessas obras, no sentido de poder ajudar e estimular a interação com a educação.

Os cinemas que estão sendo fechados e a dificuldade da ocupação pública, especialmente em relação a cinemas. Esse é outro ponto que também nos chama bastante a atenção. Mais uma vez, o Fundo Setorial do Audiovisual vem atuando já com linhas de operação em relação a isso. Então, nós temos dois programas, o Programa Cinema Perto de Você e o Cinema da Cidade, que têm recursos disponíveis, têm sido acessados pelos agentes econômicos com linhas de crédito, de investimentos, para a organização de novos planos para construção e reformas de cinemas. Muitos têm sido feitos com apoio do BNDES e do BRDE, que são nossos parceiros e que atuam com boa parte da qualificação desses projetos.

Paralelo a isso, chamo a atenção também: recentemente, o Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) desonerou vários tributos federais no intuito de estimular e fomentar a construção de salas de exibição, como PIS/Cofins, PIS-Importação, Cofins-Importação, IPI, Imposto de Importação. Então, a Ancine vem trabalhando e lidando com uma linha específica em relação à exibição propriamente cinematográfica. Estamos trabalhando também com o setor de exibição no sentido de propiciar a digitalização do parque exibidor, porque, propiciando a digitalização do parque exibidor, você consegue naturalmente fazer circular e democratizar a distribuição de obras audiovisuais de forma mais eficiente em rincões diferenciados deste País.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Faltou, me perdoe, a pergunta central.

A SR^a ROSANA DOS SANTOS ALCÂNTARA – O grau de intervenção. Desculpe, Senador.

Grau de intervenção. Grau de intervenção em relação à produção audiovisual. Em relação à regulação, acho que temos alguns ditames traçados e dados pela Lei 12.485 em relação à produção audiovisual, circulação e veiculação, quando ela define cotas – cotas para brasileiros, cotas para produção independente e de brasileiros. No entanto, acho que o braço forte – também é um braço forte – é o fomento à produção audiovisual, seja ela através do incentivo – e aí a Lei do Audiovisual, a Lei Rouanet, a própria MP nº 2.228 vêm atuando, com dispositivos específicos para a televisão, de forma clara, no sentido do fomento à produção audiovisual –, seja pelo Fundo Setorial do Audiovisual, que traz uma diversidade de oportunidades e de questões possíveis para veiculação e produção de novas obras.

A nossa preocupação é com a veiculação do quantitativo de obras, que a gente tenha um aumento razoável. Neste ano tivemos cem lançamentos de filmes nacionais, o que é uma marca razoável, importante, perseguida há muito tempo pelo mercado, que tende a ter um crescimento nos próximos anos. Há alguns anos, a gente trabalhava em torno de 60, 70 filmes nacionais. Então, ao longo dos últimos anos isso tem ocorrido de forma incremental. Então, veicula-se a produção através do fomento, de forma que se possa ter, naturalmente, um número maior, um quantitativo maior de obras. E, nesse quantitativo de obras, muitas delas têm sido muito bem recebidas pelo público, extrapolando 2 milhões, 3 milhões. Neste ano especialmente, algumas dessas que a gente vem chamando de nova comédia vêm levando brasileiros diferenciados a frequentar as salas de exibição, do mesmo modo que

várias dessas obras têm sido premiadas e indicadas a mostras e a festivais internacionais.

Agora, por exemplo, o filme O Palhaço está trabalhando na campanha pelo Oscar, tendo sido indicado pelo Brasil para representar a cinematografia brasileira.

Então, há uma combinação de vários fatores que a gente imagina que possa ser a intervenção da Ancine para propiciar condições para o melhor desenvolvimento não só dos profissionais das empresas produtoras, das empresas programadoras, mas para o desenvolvimento dos profissionais para que possam propiciar um aumento quantitativo e qualitativo das obras audiovisuais brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais nenhum Senador inscrito, a Mesa comunica aos Srs. Senadores que as cédulas de votação estão sobre a mesa e que damos início ao processo.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Uma vez que temos o quórum necessário, convoco o Senador Lindbergh Farias para fazer as vezes de apurador, junto com o Senador Wellington, do Piauí, especializado em eleições, ultimamente.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Catorze votantes, catorze votos.

A Mesa oferece à Sr^a Rosana, como testemunho da sua aprovação unânime, os votos que recebeu.

Está encerrada a reunião, convocada outra para amanhã, às 10h30, quando debateremos o Ato Médico.

(Iniciada às 11 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (61º REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (48º REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2012. REUNIÃO CONJUNTA

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia doze de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e com a presença dos Senhores Senadores Ana Amélia, Ana Rita, Antonio Carlos Valadares, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, João Capiberibe, João Costa, Lúcia Vânia, Paulo Davim, Roberto Requião,

Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Waldemir Moka e Wellington Dias, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro, Kátia Abreu, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner e Mozarildo Cavalcanti. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Reunião Conjunta, atendendo aos Requerimentos nº 57/2012-CE e nº 66/2012-CAS, ambos de autoria dos Senhores Senadores João Capiberibe, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin e Aloysio Nunes Ferreira, destinados a “Instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que ‘Dispõe sobre o exercício da Medicina’”. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a Senhora Miraci Mendes da Silva Astun, Coordenadora Geral do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde – DEGERTS/MS; Senhor Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – MEC e Senhor Luiz Roberto Liza Curi, Conselheiro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CNE. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, passa a presidência à Senhora Senadora Ana Amélia, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais. Usam da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe, Cristovam Buarque e Vanessa Grazziotin, autores dos Requerimentos, e os Senhores Senadores Lúcia Vânia, Cyro Miranda, Paulo Davim e Waldemir Moka. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta que dispensa a leitura da ata da reunião anterior para a aprovação da mesma.

Os Srs. e as Sras Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nº 57/12 – CE, e nº 66/12 – CAS, ambos de autoria dos Senadores João Capiberibe, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin e Aloysio Nunes, para a realização desta Audiência Pública destinada a instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que “dispõe sobre o exercício da Medicina”.

Quero também registrar aqui a presença do Presidente da Comissão de Educação, Senador Roberto Requião.

V. Exª está com a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Só cabe um esclarecimento. O Senador Jayme preside esta reunião das duas Comissões em conjunto, porque ele é 10 anos mais velho que eu.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E nós, aqui no Senado, damos uma prioridade absoluta para o pessoal mais idoso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Esta reunião aqui é conjunta: Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais. Essa matéria vai tramitar no dia de hoje através desta audiência e será remetida para a Comissão de Assuntos Sociais. E na quarta-feira, nós vamos nos reunir e votar essa matéria em caráter terminativo. E a Relatora já está designada. Diante da aprovação aqui, no dia de hoje, nós já designamos a Senadora Lúcia Vânia para relatar a matéria na quarta-feira, para aprovarmos, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está com a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Jayme Campos, nós teremos a audiência pública. A audiência pública conjunta será encerrada e, imediatamente, a Comissão de Educação convoca

uma nova audiência para a votação da matéria. A matéria será votada na Comissão de Educação hoje. E eu me desculpo com os Srs. Senadores, porque, no início desta reunião, eu não poderei estar presente. Eu sou autor do projeto do direito de resposta, que vai ser votado, agora, na Comissão de Constituição e Justiça. Terminada a votação daquele projeto, eu volto e dessa forma estarei fazendo revezamento aqui com meu irmão mais velho, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

Eu comunico já de antemão às Sras e Srs. Senadores que nós estamos relatando também outra matéria em uma Comissão Especial, onde teremos que votar por volta das 11 horas. Entretanto, vamos aqui convidar, oportunamente, um dos Srs. Senadores que estão presentes para presidir naturalmente esta audiência e depois entrarmos em processo de votação.

Feito um apelo, nós temos que fazer justiça aqui, porque a Senadora Lúcia Vânia já vem acompanhando essa matéria e a relatou lá na Câmara, se não me falha a memória. Ela também tem o maior interesse em aprovarmos esse projeto do Ato Médico. Eu espero que além de termos a audiência, possamos entrar depois em outra reunião extraordinária para votarmos a matéria aqui, hoje ainda. E, se possível, eu já peço em regime de urgência que a encaminhemos para a CAS. E nós já determinamos à Secretária da Comissão de Assuntos Sociais que essa matéria entre na pauta da próxima quarta-feira, na Comissão que presidimos, para votarmos em caráter terminativo. Com isso, estaremos praticamente encerrando nossas atividades do ano de 2012. Todavia, nós já escolhemos e designamos, antes mesmo de o projeto chegar em nossa Comissão, a Senadora Lúcia Vânia, que vai relatar, com certeza, com presteza e, sobretudo, com a maior rapidez possível, para que, na próxima quarta-feira, a matéria possa estar inserida na pauta.

Antes de mais nada, eu quero convidar o Dr. Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário da Educação Superior do Ministério da Educação. V. S^a está convidado para fazer parte da Mesa.

Convidamos também Miraci Mendes Astun, Coordenadora Geral da Regulação e Negociação do Trabalho em Saúde.

Convidamos também o Sr. Luiz Roberto Liza Curi, Conselheiro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para fazer parte da Mesa.

Composta a Mesa.

Eu já vou antecipar aqui, convidando a Senadora Ana Amélia para participar da Mesa, porque daqui a pouco eu vou ter que me deslocar para outra Comissão

para relatar uma matéria sobre o livro branco, sobre a questão de segurança nacional do nosso País.

Eu convido V. Ex^a para fazer parte da Mesa também.

Eu concedo a palavra, por 15 minutos, para fazer a sua exposição, ao Dr. Amaro Henrique Pessoa Lins.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente.

Então eu convido a Dr^a Miraci para fazer sua exposição aqui. V. S^a tem até 15 minutos. Evidentemente, se abreviar, nós daremos ao processo mais velocidade, para o projeto ser votado, ainda, se possível, no dia de hoje nesta Comissão.

V. Ex^a está com a palavra, Dr^a Miraci Mendes.

A SR^a MIRACI MENDES ASTUN – Bom dia, Senador Jayme Campos. Bom dia senhoras e senhores presentes no plenário, demais Senadores aqui presentes.

Estou aqui representando o Ministério da Saúde...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu solicito à plateia, aqui, silêncio. Até para que vocês se interessem bem do que a Dr^a Miraci vai discorrer.

A SR^a MIRACI MENDES ASTUN – Bom, para falar do projeto de lei considerado ato médico – o Projeto de Lei nº 268 –, eu quero recuperar aqui, um pouco, todo o processo traçado em relação a esse projeto de lei.

Quero dizer, primeiro, que a iniciativa do Legislativo em relação a este projeto de lei é positiva, porque a resolução que aprovou as 14 profissões de nível superior no âmbito da saúde e os seus respectivos conselhos definiu e estabeleceu os seus atos privativos e as suas atribuições. No entanto, a Medicina não tem as suas atribuições definidas na lei que criou o conselho.

No entanto, o projeto de lei inicial tinha vários equívocos. Considerando-se a sua importância, ele tinha alguns equívocos. E o substitutivo desse projeto de lei trouxe um debate – tanto pelos Senadores quanto pelos Deputados da Câmara e pelos conselhos profissionais – que conseguiu equacionar várias das questões divergiam do projeto de lei.

No entanto, ainda há algumas questões consideradas pelos demais conselhos profissionais que poderiam ser harmonizadas entre os conselhos. Nós temos dialogado. O Departamento de Gestão do Trabalho, a Secretaria de Gestão de Trabalho tem recebido constantemente os conselhos profissionais. Ontem nós recebemos o Conselho de Fisioterapia, que falou em nome dos conselhos colocando algumas questões que

poderiam ser equacionadas com o diálogo. Eu acho que está perto a resolução deste problema.

Então, para nós, seria importante continuar o diálogo, porque nós conseguimos, através de um grupo de trabalho coordenado pelo Departamento de Gestão, dar uma modificada no projeto de lei, contemplando as partes interessadas. Então, para nós, seria fundamental continuar o diálogo.

Ontem, nós pudemos ver que falta muito pouco para que a gente possa... Eu acho que tem uma questão muito pequena, e nós gostaríamos... O Departamento de Gestão do Trabalho tem uma missão: democratizar as relações do trabalho e, através do diálogo, tentar contemplar as partes.

Para nós, seria fundamental sair daqui, dialogar com os conselhos, com todas as partes interessadas, e tentar ver se é possível a gente fazer um acordo que permita que todas as partes saiam satisfeitas com esse projeto de lei, que é importante. Nós não podemos negar que a iniciativa do Senado foi importante, com a criação desse projeto de lei que discute os atos privativos da Medicina.

Então, quero reafirmar aqui que, para nós, a iniciativa é boa, é importante, no entanto nós gostaríamos de continuar dialogando. Nós tivemos, através da coordenação do departamento. Eu penso que conseguimos harmonizar várias questões deste projeto de lei. Então, a tarefa aqui, hoje, do Ministério da Saúde é dizer que nós gostaríamos de continuar dialogando, para que todas as partes saiam satisfeitas com este projeto. Um bom acordo poderia resolver esta questão. Ademais, nós acompanhamos o projeto de lei desde o seu início, o substitutivo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que ela citasse...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

V. Exª, tendo em vista que vai ser Relatora da matéria, pede a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – ...o ponto de divergência.

A SRª MIRACI MENDES ASTUN – Olha, o que os Conselhos nos têm apresentado como divergência está no art. 4º, inciso I. Eu penso que este é o ponto de maior divergência entre aqueles e aquelas que têm defendido um acordo. Para nós, seria importante continuar dialogando, se for possível.

Então, esta é a posição.

A divergência está no seguinte artigo: “Art. 4º – São atividades privativas do médico: I – formulação do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica”.

Este é o maior ponto de atrito hoje. Acredito que se resolvesse esse inciso, solucionaria. Estou vendo as cabecinhas balançando. Penso que, se resolver isso... É o que tem aparecido para nós nas reuniões que temos recebido na representação dos Conselhos.

É isso.

O Ministério da Saúde gostaria de continuar dialogando sobre esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto a senhora se está concluída a sua fala.

A SRª MIRACI MENDES ASTUN – Eu concluo a minha fala, porque a nossa posição é de continuar dialogando para que as partes saiam satisfeitas nesse processo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª, Drª Miraci.

Eu consulto tanto o Dr. Luiz Alberto como o Dr. Amaro qual de V. Sªs quer falar primeiro? O senhor, pelo Ministério da Educação, ou pelo próprio... Pode ser o Amaro? Então, com a palavra o Prof. Amaro, para fazer sua explanação.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Bem, bom dia, Senador Jayme Campos, Senadora Ana Amélia. Cumprimento os demais Parlamentares, Senadores aqui presentes, membros da Comissão, a Drª Miraci, o Dr. Luiz Cury e todos os presentes representantes de associações.

Sr. Presidente, o Ministro Aloizio Mercadante, como está em viagem com a Presidente Dilma, determinou que a Sesu estivesse presente hoje nesta audiência. Como ele já teve oportunidade de se manifestar nesta Casa, determinou que a todas as audiências para as quais o Ministério da Educação fosse convocado estivesse presente, para dar a contribuição naquilo que cabe ao Ministério da Educação.

Como todos sabem, cabe ao Ministério da Educação definir políticas de educação em todos os níveis que venham atender às diversas demandas da sociedade brasileira. E nós temos aqui a presença do Conselho Nacional de Educação, a quem cabe trabalhar e definir normas para que todos esses procedimentos atendam adequadamente às nossas demandas.

Quando nós trabalhamos a questão da formação profissional em todos os campos e, no caso específico, a formação do médico, nós estamos trabalhando numa formação cidadã e, na formação cidadã, cabe dar condições para que a pessoa possa interferir na sociedade, nas diversas áreas e, de modo particular, profissionalmente, no seu campo de ação. E, se nós lembrarmos aqui o papel da educação superior, tema que tem sido discutido nas conferências mundiais de

educação – na primeira e na segunda – quais são os pilares da educação? A educação superior precisa dar a capacidade ao formando de aprender ao longo da vida, precisar dar capacidade ao profissional de fazer. Chama muito a atenção que todos os profissionais precisam, ao longo de suas vidas, conviver. Não existe hoje nenhuma profissão no mundo onde o profissional possa atuar sozinho. A Seleção Brasileira, sob o comando do Felipão, está lá com os seus assessores para poder atuar em equipe. Essa é a diretriz que tem tomado todas as decisões do Conselho Nacional de Educação.

Ao longo das diretrizes curriculares do curso de Medicina está muito claro, cabe ao profissional médico trabalhar de forma harmoniosa, em equipe. Foi isso o que sempre perseguimos. Cabe ao MEC trabalhar para que esses elementos fundamentais sejam preservados. Não cabe ao MEC tomar decisões sobre as questões profissionais. Senadora Ana Amélia, na discussão da revalidação do diploma, os Conselhos buscam o MEC para discutir. Sempre tenho dito que cabe ao Ministério da Educação definir perfis curriculares e aqueles atributos que são necessários ao profissional, mas a decisão profissional na ponta não cabe ao Ministério da Educação e nós não vamos, então, entrar numa seara que não é do Ministério da Educação.

O que queria manifestar com muita ênfase é que todas as profissões são fundamentais. É preciso que todos os profissionais tenham as suas competências, e por isso é importante a aprovação de um projeto como este dizendo exatamente quais são as atribuições do médico, como todas as profissões na área da saúde têm, e reconhecer o papel de cada uma. Isso que é importante, que se possa, então, fazer essa articulação dos diversos profissionais. Não é uma queda de braço que estamos aqui discutindo. Nós não queremos que um profissional tenha mais ou menos atribuições do que outro; nós queremos que a sociedade possa se beneficiar da formação de todos os profissionais da área de saúde.

Então, em resumo, vamos ter oportunidade de fazer um debate, essa é a visão do Ministério da Educação, que queria trazer aqui hoje. Certamente, esse debate já foi realizado em vários outros ambientes, mas gostaria de trazer essa visão do Ministério da Educação. Muito obrigado pela atenção.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Secretário Amaro Henrique Lins, que representou o Ministério da Educação, particularmente a Secretaria de Ensino Superior do MEC, pela exposição feita e, sobretudo, cumprimento os dois expositores, os representantes do Ministério da Saúde e do MEC, pela precisão no debate, o que permitirá,

posteriormente à exposição do Dr. Luiz Roberto Liza, que é Conselheiro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), que os Senadores possam participar, especialmente com a participação da Relatora desta matéria na Comissão. Com a palavra o Dr. Luiz Roberto.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Bom dia a todos. Queria cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, os Senadores Cristovam Buarque, Ana Amélia, Walde-mir Moka, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Jayme Campos, que nos deixa agora, Paulo Davim e demais Senadores presentes.

É uma honra muito grande estar aqui. Infelizmente, a gente chega numa hora terminal – para usar uma linguagem médica – do debate. Teria sido bom a gente ter acompanhado antes, mas, enfim, o debate se coloca como muito relevante e interessante. Para mim fica mais confortável falar depois do que o Amaro disse, porque é exatamente isso. Também agradeço à Dr^a Miraci, que foi muito objetiva na sua fala.

Em primeiro lugar, o Conselho Nacional de Educação é um órgão de Estado, criado para construir e elaborar diretrizes de políticas de educação superior e educação básica. Ele atua como duas Câmaras. Eu pertencço à Câmara de Educação Superior. Levar, debater, interagir com o Ministério da Educação nos processos decorrentes dessas políticas, quais sejam de regulação e supervisão, que no Brasil hoje são regidas quase absolutamente pelo processo de avaliação, isso é muito relevante notar.

Eu queria iniciar citando o inciso II do art. 43 da LDB, que diz que é função das diretrizes das instituições de educação superior, dentre suas finalidades, formar diplomados. Ou seja, é claro que o nosso processo é de formação, nós não temos poder, nem o diploma tem poder de interagir ou regular o exercício profissional. Isso é uma atividade dos conselhos regionais, da legislação mais ampla. No caso brasileiro, a maioria das profissões tem como requisito essencial o diploma, mas a forma de atuação, etc., é feita por critérios próprios, atribuídos pela legislação específica. Do ponto de vista do processo de formação, é, portanto, aonde vou me ater.

Vocês sabem que, de dez anos para cá, exatamente dez anos, foram votadas diretrizes gerais de currículo. Isso porque a LDB considerava ou considera que as instituições deveriam se organizar, em relação aos seus conteúdos formativos, por diretrizes gerais e não por currículos mínimos, até então em vigência até a nova LDB.

Diretrizes gerais não é apenas uma mudança sintática, não é um vocábulo distinto, é uma mudança semântica, um significante com muitos significados. As

diretrizes, por exemplo, apontam para a necessidade de flexibilização na formação do diplomado. Flexibilidade significa basicamente interdisciplinaridade, significa que o conhecimento não é exclusivamente limitado pela disciplina e que se aconselha, no processo de desenvolvimento curricular, se adotar eixos de formação que possam carregar, de forma interdisciplinar, as contribuições mais recentes, assim contextualizar a formação no que há de mais recente na produção de conhecimento na área e nas contribuições da sociedade como um todo para a formação, inclusive do exercício profissional. Flexibilidade, portanto, significa interdisciplinaridade, significa, enfim, adaptar-se a um direito do aluno de ampliar os seus estudos pelas suas experiências anteriores, inclusive, por experiências mais diversas e por temas que, do ponto de vista da construção do conhecimento, não são mais de origem monodisciplinar, são necessariamente de origem interdisciplinar, uma vez que o desenvolvimento da ciência, da pesquisa é relevante para a identificação dos novos conteúdos e das novas formas de aprendizado. A interdisciplinaridade também recai sobre a capacidade de gerar habilidades e competências diversas a partir disso.

Ora, se a diretriz geral de currículo tem na flexibilidade o seu principal foco, é óbvio que isso inspire a atuação profissional também para atitudes flexíveis, como diz o Secretário Amaro, que possam representar uma cooperação de áreas e que as áreas possam identificar padrões de interseção na forma de cooperação, não de cancelamento ou de anulação de atuação de um e de outro. É claro que a característica profissional essencial deve ser mantida, mas, assim como há diretrizes de conteúdos conexos, diretrizes para a Medicina, também têm para a Fisioterapia, a Fonoaudiologia, a Nutrição, a Psicologia, etc. Essas também solicitam uma postura interdisciplinar. Portanto, a cooperação não é só de uma área em relação à outra, é de todas. As diretrizes curriculares formam o aluno nessa dimensão.

As diretrizes curriculares hoje, na maioria dos cursos de Medicina... Não sei se vocês sabem, mas, no último Enade que a Medicina prestou, de 2010, contamos 177 cursos de Medicina. De 2009 a 2012, 19 novos cursos foram autorizados. Há também uma imensa concentração dos egressos, 75% dos egressos estão concentrados no Nordeste, nas Regiões Sul e Sudeste, em 80% das vagas. Quer dizer, isso é uma repercussão do processo de expansão.

Agora, se além dessa concentração houver uma concentração com padrões de exclusividade, onde a interdisciplinaridade, a cooperação seja ofendida ou seja restrita do ponto de vista do que o currículo queria

formar, do ponto de vista da indicação da formação, seria uma contradição. Claro que não estamos aqui para deliberar ou para comentar exatamente detalhes do Projeto de Lei, porque não é nossa competência. Estamos aqui para demonstrar como o processo de formação pode contribuir para o exercício profissional mais amplo, do ponto de vista social.

É muito interessante que as diretrizes de saúde que foram votadas em 2002 pelo Conselho Nacional de Educação sejam comuns às áreas de saúde, tenham uma introdução comum, revelando a necessidade de ampla cooperação e atenção na assistência social, atenção ao SUS. Ora, se queremos que todas as áreas de saúde se referenciem no SUS, é natural que algumas práticas possam ser compreendidas e toleradas como cooperativas e não como exclusivas. Outras não, outras são exclusivas. Sobre o que é exclusivo e o que é cooperativo, é claro, vocês têm muito mais competência que nós para decidir e o Ministério da Saúde para talvez acompanhar o processo de regulamentação. O fato é que a inspiração é essa.

Eu gostei muito da fala da Dr^a Miraci porque ela identificou um ponto de restrição com muito mais capacidade que nós, que talvez a Mari e eu tenhamos capacidade de identificar; mas em referência a um ou outro ponto de inflexão, eu gostaria de dizer que qualquer inflexão contraria um pouco o espírito da organização formativa e das diretrizes gerais de currículo, que têm, no atendimento social, na finalidade social da educação superior, que tem de estar baseada nos seus currículos, nos seus conteúdos e não na expansão de matrículas, é nessa finalidade que nos atemos. A finalidade é formar um diplomado que tenha flexibilidade, que tenha conteúdos interdisciplinares e transdisciplinares, que saiba se comportar nas interações com áreas, saiba cooperar com elas, porque de tudo isso depende a boa assistência à saúde, que talvez seja a política pública mais essencial no país.

Era o que queria dizer. Muito obrigado. Estou às ordens para o debate, mas não quero me estender muito. Agradeço.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Luiz Roberto Liza Curi.

Queria informar também que esta audiência será transmitida na sua íntegra pela *TV Senado* e tem cobertura da *Agência Senado*, do *Jornal do Senado*, da *Rádio Senado* e do *Instituto Legislativo Brasileiro*, que retransmite para todas as Assembléias Legislativas e outras entidades correlatas.

A Mesa recebeu, do Conselho Nacional de Saúde, uma recomendação que solicito que a secretaria entregue, passe às mãos dos demais Senadores participantes desta reunião.

Esta audiência pública foi requerida pelos Senadores João Capiberibe, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin e Aloysio Nunes Ferreira. A preferência dos questionadores ou debatedores é para os Relatores e, subsequentemente, para os demais Senadores. Os autores do requerimento têm preferência, como já informei aos Senadores e expositores.

Queria saber se os autores do requerimento têm interesse em falar, como é o caso dos Senadores João Capiberibe, Vanessa Grazziotin e Cristovam Buarque? Eles têm preferência porque são requerentes, Senador. Eles já falaram, todos já falaram, todos já fizeram a exposição. Eu queria saber, pela ordem, do Senador João Capiberibe as questões que quer apresentar. Faremos, na sequência, pelos demais Senadores que fizeram o requerimento. As respostas serão dadas e, posteriormente, os demais Senadores, entre os quais o Relator da matéria, Senador Cássio Cunha Lima, na Comissão de Educação. Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Bom dia a todos, bom dia, Sr^a Presidente, bom dia, convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores. Tem algumas questões que gostaria de colocar, de vê-las respondidas antes de iniciar algumas considerações que tenho a fazer sobre este Projeto de Lei.

Ao Ministério da Saúde a minha questão é se o Ministério já se deteve nas possíveis consequências, o que vai acontecer, uma vez aprovado o PL 268, em relação ao SUS? Se haverá consequência direta no Sistema Único de Saúde, uma vez aprovado o Projeto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Esta pergunta é para a Dr^a Miraci.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) –

Como o SUS pretende atender à demanda junto à população, após a aprovação do PL 268, tendo em vista que todo e qualquer paciente, antes de procurar outro profissional de saúde, deverá antes receber prescrição terapêutica por um médico?

O Ministério da Saúde tem conhecimento de que o controle social, através do Conselho Nacional de Saúde, tem posição e recomendação contrária à aprovação? O Conselho já se manifestou aqui, infelizmente eu não estava presente. Gostaria de saber também se o Ministério tem conhecimento... Tem uma recomendação aqui, a Recomendação nº 31, de 12 de novembro de 2009, e há várias outras questões. Vamos ouvi-las.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu prefiro que os outros requerentes, os outros Senadores requerentes, a Senadora Vanessa e o Senador Cristovam Buarque... Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores que estão aqui. Senadora Ana Amélia, eu creio que o que estamos fazendo aqui é a prova mais cabal de todas, mais do que o que a gente vê na televisão, da crise da saúde brasileira. Quando a gente vê profissionais da saúde, um setor absolutamente interdisciplinar, brigando entre si em relação a uma lei é porque está tudo muito errado.

Deveríamos estar aqui discutindo um ato do profissional da saúde, onde o conjunto fosse trabalhado de uma forma interdisciplinar, como falou o professor Amaro, como falou a Dr^a Miraci. Ao invés disso, estamos tratando o específico, que é o ato médico, depois que surgiram diversos outros para cada profissão. Aí a compatibilização fica difícil. Por isso esse choque de posições tão divergentes, às vezes superficiais. Tem coisa no ato, na proposta do ato médico, que supera muitas das preocupações dos demais profissionais; e tem alguns que não superam, como é o caso exatamente dos diagnósticos nosológicos, no que se refere aos terapeutas.

Eu, sinceramente, ao olhar na ótica do paciente, na ótica da saúde, fico com dificuldades em votar nesse projeto. Ao mesmo tempo, preocupa-me não votar num projeto que regulamenta a profissão do médico, porque o profissional é o médico, mas o serviço é de saúde. Essa disputa que nós vemos, corporativa, e quando digo corporativa eu não digo ilegítima, de maneira alguma, nem digo que é desnecessária, mostra uma falta de perspectiva do conjunto da atividade do profissional da saúde.

Então, nós não estamos sendo capazes de construir essa visão holística, como se diz hoje em dia. Chamemos como quisermos essa visão de conjunto. Certos aspectos da atividade de saúde são impossíveis de serem feitos com um só profissional. Aliás, nenhuma, todos exigem mais de um. A ideia de que o médico seria o ditador não existe, o ato prevê aqui que o médico trabalhará em conjunto. Ao mesmo tempo, diz que tem um diagnóstico de diversos setores, tem de ser feito pelo médico, enquanto o terapeuta já pode fazer alguns. Até acho que outras profissões poderiam fazer também, no caso específico do problema que o paciente tem.

Eu fico preocupado por isso, em como vou votar nesse projeto. Quando desejo sempre o melhor, a gente tem de votar às vezes no menos mal. De qualquer maneira, ficam aqui duas preocupações. Uma é sobre a formação. Aprovado isso, vai haver a necessidade de mudar alguma coisa nos cursos de Medicina – eu pergunto ao professor Amaro – ou não será necessário? Segundo, há a preocupação pelo fato de que o § 2º do art. 4º resolve grande parte das preocupações dos

demais profissionais quando diz que não são privativos do médico os diagnósticos funcional, cinésio-funcional, psicológico, nutricional e ambiental, e as avaliações comportamental, e das capacidades mental, sensorial e perceptocognitiva. De fato, isso aqui resguarda a função dos outros profissionais, mas até que ponto isso não se choca com outros artigos e com o conjunto, quando se diz que o trabalho, embora interdisciplinar, reserva a cada categoria e, sobretudo, nesse caso, ao médico, uma função que quebra grande parte do trabalho interdisciplinar?

Nós estamos, aqui, a meu ver, discutindo um projeto errado. Não porque ele está mal, mas porque nós devemos discutir o ato do profissional da saúde. Como funciona uma equipe no presente? E todos aqui foram unânimes em falar em interdisciplinaridade. Todos foram unânimes, a Dr^a Miraci, especialmente, logo no seu conjunto. A minha preocupação é se esse ato como está barra a interdisciplinaridade. Nem barra, ele dificulta ou favorece a interdisciplinaridade?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Essa pergunta é para a Dr^a Miraci? A primeira foi para o Dr. Amaro, sobre os cursos de Medicina.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É. Para o Professor Amaro é sobre o que muda na formação, sobretudo, na ótica – lembrou o Senador Capiberibe – do profissional médico que trabalha com saúde pública, do médico do SUS, do médico que tem que estar atento a um conjunto de problemas e trabalhando juntamente com outros profissionais; e do profissional que vai trabalhar sem ter um médico por perto. Porque a verdade é que, se esse ato exige colocar médicos em todos os lugares, é uma intenção muito boa, mas que a gente não vai fazer num prazo breve. Então, ficam essas duas perguntas.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque. Eu renovo que as bancadas são reservadas aos Senadores e é permitido apenas aos assessores dos Senadores a orientação à presença, sem ocupar as cadeiras destinadas aos Parlamentares. Atrás, estão reservados aos servidores da Casa, como taquigrafia, por exemplo, ou assessorias técnicas.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr^a Presidenta. Cumprimento os convidados.

Apesar de não ter tido a oportunidade de chegar a tempo de ouvir a explanação dos três, já fui plenamente informada da posição de cada órgão que aqui está representado, inclusive, da Dr^a Miraci, que trabalha no Ministério da Saúde, mais diretamente ligada à questão da gestão em trabalho e em saúde e também

com uma atuação muito próxima ao Conselho Nacional de Saúde.

Primeiro, eu quero deixar claro, e eu quero aqui fazer um registro, Senadora Ana Amélia. Eu tenho recebido muitos *e-mails*, eu tenho recebido muitas mensagens me colocando como alguém que tem impedido a aprovação desse projeto de lei e em feito isso indo de encontro aos interesses profissionais médicos.

Eu não quero dizer aqui, eu vou passar à Comissão, mas alguns desses *e-mails* são extremamente desrespeitosos, Senadora Ana Amélia, desrespeitosos. São *e-mails* que reputam a mim questões as quais eu nunca compartilhei, as quais eu nunca defendi, como se eu estivesse de um lado, atuando contra os interesses dos médicos; e atuar contra os interesses dos médicos é atuar contra a saúde brasileira.

Existem *e-mails* que falam da minha família, Senadora. Eu não vou falar de público isso aqui, mas eu vou trazer à Comissão. Então, primeiro, eu quero deixar claro. Refiro-me às entidades, porque cada uma das entidades faz contato com as suas categorias diretamente representadas: as entidades médicas, as entidades que representam os farmacêuticos, as entidades que representam os psicólogos, que representam os fisioterapeutas; enfim, as entidades que representam os enfermeiros, os odontólogos, as mais diferentes áreas de formação que atuam dentro do sistema de saúde.

Nós temos um sistema de saúde, no Brasil, hoje, pelo menos uma legislação do sistema de saúde, que é uma das mais avançadas do mundo. O desafio nosso é procurar meios e mecanismos para que essa legislação seja aplicada na prática e na sua integralidade. Esse é o nosso grande desafio. E a saúde – está aqui o Senador Davim, que é um médico. Aliás, todos que aqui atuam, temos tido uma convivência fantástica.

O relator da matéria aqui da Comissão não é nem médico, mas tem tido, tenho certeza, um contato maravilhoso, muito bom, muito profícuo com todas as categorias. Então, ninguém merece, Senadora.

Primeiro, eu assinei um requerimento, sim, juntamente com o Senador Capiberibe, juntamente com o Senador Cristovam. O nosso objetivo não é acabar nada, nosso objetivo é trazer ao debate, é trazer mais, porque – eu repito o que falei na semana passada –, se nós chegamos ao ponto de o projeto estar onde está, foi exatamente por causa disto, pelo diálogo que se fez. O projeto que saiu daqui era um, o projeto que saiu da Câmara era outro, e o projeto que nós estamos debatendo agora é outro.

Eu citei o exemplo da citopatologia, na semana passada, que foi um problema resolvido, aparentemente, porque o texto, que não deixava dúvida nenhuma sobre isso, que foi o que nós negociamos na Câmara,

que, aliás, é um texto com os quais os médicos concordam, saiu desse substitutivo, matéria apresentada pelo nosso relator. Então, o Conselho Nacional de Saúde apresenta a necessidade de um diálogo maior.

Agora, se nós formos levantar os pontos, são mínimos os pontos. Por exemplo, a questão da nosologia, do diagnóstico nosológico. Só existe diagnóstico nosológico médico ou existem outros tipos de diagnóstico nosológico? Existem outros tipos de diagnóstico nosológico, mas da forma como ele está genericamente colocado aqui, parece que o diagnóstico nosológico é privativo do médico. O diagnóstico nosológico médico, Dr. Davim, é privativo do médico. Agora, há outros tipos de diagnóstico nosológico que não são médicos.

Agora, tudo isso, eu acho, Senadora Ana Amélia, eu quero fazer a proposta, são questões que nós podemos discutir e resolver entre esta e a outra semana, porque semana que vem nós vamos votar o projeto na CAS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – Senadora Vanessa, toda a argumentação que V. Exª está apresentando é extremamente pertinente, é o tema disso, V. Exª é requerente. Como nós temos, ao meio dia, uma sessão conjunta, para tratar de um tema, eu queria que V. Exª encaminhasse as perguntas, se for o caso, ou apenas um posicionamento seu, aos expositores, porque, aí, a gente passaria aos demais Senadores que também querem fazer, eventualmente, manifestações, como disse o relator da Comissão de Educação.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, pelo resumo que foi me passado da apresentação dos três, eu estou concordando e procurando reforçar exatamente o que foi por eles levantado aqui. A pergunta que eu teria é sobre o impacto na formação – perguntaria, eu acho, mais diretamente à Drª Miraci – dos profissionais médicos, a partir dessa nova lei. Não só dos profissionais médicos, mas dos profissionais das outras áreas também.

E, Senadora Ana Amélia, para não voltar, é por isso que eu estou sugerindo agora, quero ver se é possível montarmos uma mesa de diálogo, hoje, ainda, porque nós estamos numa fase em que coisas novas não podem ser introduzidas, mas podem ser resgatadas do que veio de lá ou do que houve aqui já – isso pode.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – Essa proposta, Senadora, a gente terá que fazer posteriormente às respostas que forem dadas, um requerimento de V. Exª que a gente tem que submeter ao Plenário da Comissão.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, a Srª sugere que eu apresente um requerimento?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – Como V. Exª preferir, Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Minha única pergunta diz respeito a isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – Para a Drª Miraci, que falou sobre a gestão de saúde. É para ela a sua pergunta.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E o Conselho Nacional de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – E o Conselho Nacional de Educação.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – Então, está feita. Como os Senadores que foram os requerentes apresentaram as perguntas, vamos, então, às respostas aos Senadores.

Eu gostaria, também, de solicitar ao Secretário Amaro, à Drª Miraci, ao Dr. Luiz Roberto, também, as respostas sucintas, para que outros Senadores que eventualmente também queiram, façam perguntas, em função da questão da agenda que o Senado tem, hoje, no Congresso Nacional.

Com a palavra o Dr. Amaro.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Bem, procurando ser bem objetivo, eu queria, inclusive, Senadora Ana Amélia, dizer que o Ministério da Educação, junto com o Ministério da Saúde...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – Eu gostaria de solicitar silêncio à platéia, porque, agora, são as respostas aos Senadores que requereram esta audiência pública. Então, por gentileza, vamos ouvir as respostas dos expositores.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Então, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde estão fazendo um esforço imenso para possibilitar a formação de mais profissionais da saúde e, de modo muito particular, do médico.

Nós elaboramos, recentemente, uma proposta de expansão dos cursos médicos no País e fizemos um estudo detalhado de cada Município; e percebemos a grande disparidade que há nesse atendimento. Nas Regiões Norte e Nordeste, em vários Municípios, não há sequer um médico no Município para atender a população.

Estamos fazendo um grande esforço para ampliar as vagas dos cursos médicos, ampliar as residências, para que nós possamos atender adequadamente. O que acontece, por exemplo, num Município que não tem um profissional de Medicina? É a pergunta que, inclusive, o Senador Cristovam coloca. Nós estamos fazendo um esforço imenso, agora, por exemplo, lá no Amapá, onde há um curso médico recente. Nós estamos

fortalecendo a residência médica. Então, as atribuições desses profissionais, nessas localidades, são fundamentais, porque esses cidadãos estão, simplesmente, sem nenhum atendimento, qualquer que seja ele.

A formação do profissional médico é bastante abrangente e que precisa da colaboração de todas as outras áreas. Um profissional de fisioterapia, por exemplo, lá no Norte, é fundamental naquela sua área específica. Um profissional de Nutrição... A questão é a seguinte: é preciso haver um médico, mas se não há um médico, há um profissional de Nutrição ou de Fisioterapia. Qual é o papel desse profissional? Ou ele não teria um papel, se não houver, antes, um profissional de Medicina?

Então, em relação à formação, ao perfil, eu diria o seguinte: não há nenhuma razão para se alterar o perfil de formação do profissional médico, a partir desse debate. Por quê? Porque essa discussão é uma discussão acumulada ao longo de décadas, e os princípios são estes: formar um profissional, com uma formação muito sólida nos conhecimentos da ciência. Por quê? Porque, se você formar um profissional, hoje, daqui a dois anos, as áreas de conhecimento básico mudaram completamente. A cada cinco anos, 50% dos conhecimentos são renovados. E esse profissional também, inserido no contexto social em que ele está.

Então, eu diria o seguinte, objetivamente: na minha opinião, não há nenhuma necessidade de mudar o perfil, porque esse perfil foi resultado de uma discussão ampla; e o foco da interdisciplinaridade, onde cada um precisa ter respaldada a sua atuação, no seu campo profissional. Então, essa é a visão do Ministério da Educação.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – Obrigada, Secretário Amaro Lins.

Passo a palavra, imediatamente, à Dr^a Miraci Mendes Astun, que é do Ministério da Saúde.

A SR^a MIRACI MENDES ASTUN – Bom, em relação à questão da formação, acho que o Dr. Amaro colocou muito bem. O Ministério da Saúde, o Ministro Alexandre Padilha, e o Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mozart Sales, têm trabalhado muito para resolver a questão da saúde no País, em parceria com o Ministério da Educação; têm atuado constantemente e têm investido nessa questão, para uma solução. Nós sabemos do problema da saúde no País, porque faltam profissionais; em que pese alguns acharem que não, mas faltam profissionais de saúde no Brasil, e nós temos investido bastante para a solução desse problema.

Em relação às demais questões, Senador João Capiberibe, nós temos conhecimento da Resolução nº 31, do Conselho Nacional de Saúde, que eu acho

que foi um dos setores que se manifestaram, logo de início, em relação à questão do Projeto nº 268. Então, nós temos conhecimento e, também, temos conhecimento de várias outras manifestações.

O que eu falei aqui, no início, e quero reafirmar, é que a nossa posição é pelo diálogo. Acho que a Senadora Vanessa Grazziotin coloca bem. Eu coloquei que nós estamos perto – pelo menos pelas conversas que eu tenho feito no Ministério da Saúde, conversando com os vários conselhos – de uma solução negociada, que é a melhor saída para nós. O Ministério da Saúde e a Secretaria de Gestão do Trabalho têm primado pelo diálogo; e os avanços que tiveram no projeto de lei ocorreram, também, com o acompanhamento da Secretaria de Gestão e do Departamento de Gestão.

A proposta que há, hoje, foi acompanhada por nós. É por isso que eu coloquei, logo no início, que nós gostaríamos de ter um tempo – e aí eu concordo com a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin –, se fosse possível, para, se não hoje, amanhã, sentarmos os interessados e tentarmos fazer – não cabem mais alterações grandes no projeto – uma formulação de redação, que acho que é possível. Por isso, para nós, é muito importante haver um tempo para conversar com todos os setores e tentar chegar a uma solução negociada, que é o que será melhor para todo mundo, para o Sistema Único de Saúde, para a população brasileira e para todos que têm interesse em resolver essa questão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PR – RS) – Obrigada, Dr^a Miraci.

Com a palavra, o Dr. Luiz Roberto

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Em relação à formação, ao impacto da formação, eu quero dizer, em primeiro lugar, que a expansão da educação superior tem que ter um sentido. O sentido tem que ser a direção dos egressos e a qualidade desses egressos para a sociedade brasileira.

Como nós dissemos aqui, e o Secretário Amaro reforço, 80% das vagas e 75% dos egressos estão concentrados nas Regiões Sudeste e Sul, sendo que a Sudeste muito mais que a Sul, no País. Então, esse sentido é muito relevante e é conexo à formação. Ou seja, um profissional de saúde, um profissional médico, nas Regiões Norte e Nordeste, tem que ter ampla flexibilidade e não pode dispor de outros profissionais no exercício cooperado, já que nós já esclarecemos isso à demasia.

A condição da formação, hoje, é uma condição interdisciplinar, porque essa interdisciplinaridade advém tanto do trato com a sociedade, tanto do interesse social, quanto do próprio desenvolvimento do conhecimento da área, é evidente. A interdisciplinaridade não

é só uma escolha, é compulsória. É essencial que a formação reflita, evidentemente, habilidades e competências para o exercício profissional.

É claro que as diretrizes formuladas e a organização curricular estão dadas, e elas atendem a esses requisitos, como atendem a outros grandes requisitos de eixo de formação etc., não vou detalhar aqui, porque é um trabalho um pouco longo. Mas é importante, também, nós refletirmos sobre o seguinte: as diretrizes de saúde foram consolidadas em comum e foram, em particular, definidas em regulamentos, mas têm uma introdução comum, indicando a necessidade, já, de cooperação, interação e eixos comuns de formação, entre as áreas da saúde.

Essas diretrizes são de 3 de outubro de 2001. Em 10 anos, obviamente, ou no período de 10 anos, espera-se uma revisão delas, porque as diretrizes são um processo, constituem um objeto dinâmico; elas não são estanques, porque se fossem estanques, seriam currículos mínimos.

Por que as diretrizes vieram? Engenharia, por exemplo, em 1997, exercia um currículo, Senador Cristovam Buarque, de 1974, que era um arremedo de 1956. Quer dizer, V. Ex^a imagina a defasagem que nós tínhamos no processo formador. As diretrizes existem para serem revistas. A revisão das diretrizes leva em consideração duas coisas: os conteúdos específicos da área de conhecimento, o seu desenvolvimento, novas pesquisas, fronteiras etc., nacionais e internacionais; e, segundo, a cultura do trabalho, as práticas sociais, a repercussão e a transmissão do conhecimento, por meio de práticas e atuação junto à sociedade. Não ajudam, na revisão de diretrizes, obviamente, inflexibilidades no trabalho profissional e limites, no sentido da cooperação e da flexibilidade curricular. Não ajudam, porque nós estamos em fase de revisão. Daqui a pouco, as diretrizes curriculares de saúde vão fazer 10 anos, já fizeram 10 anos, e, daqui a alguns anos, elas serão revistas, e vai ser levada em conta, como foi levada na primeira, a opinião dos conselhos, dos profissionais etc.

Portanto, para terminar, eu digo o seguinte: a expansão tem que ter um sentido. O sentido da expansão é dado pelo conteúdo, pelas diretrizes, pelo padrão de formação, não só pelo estabelecimento de uma escola aqui, outra ali. Ela deve atender não aos interesses das escolas, nem aos interesses exclusivos de profissionais e conselhos. A expansão deve atender ao País e à sociedade.

É essa a minha contribuição.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. Luiz Roberto, que falou pelo Conselho Nacional de Educação.

Passo a palavra aos dois próximos Senadores inscritos.

Consulto o Relator, Senador Cássio Cunha Lima, se precisa usar da palavra antes dos dois oradores que estão inscritos, Senadora Lúcia Vânia e Senador Cyro Miranda.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senadora Ana Amélia, de minha parte estou satisfeito.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia. Vou relembra-los, Senador Moka, de que temos, ao meio-dia, sessão do Congresso Nacional para um tema muito... Esta reunião cai, e nós temos de estar lá. Então, pediria aos Senadores e também aos expositores que fossem o mais sucinto possível, abordando o tema no centro do que estamos discutindo.

Por ordem, Senadora Lúcia Vânia, Senador Cyro Miranda, Senador Paulo Davim e Senador Waldemir Moka.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr^a Presidente, eu abro mão da fala.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr^a Presidente, senhoras e senhores convidados, colegas Senadores e Senadoras, o objetivo desse requerimento era ouvir os ministérios que nos questionaram que os senhores não foram ouvidos. De certa maneira, deixamos isso passar, mas não era bem uma verdade, porque esse acompanhamento tem sido feito. Então, sinto-me satisfeito com a fala dos representantes do Ministério dizendo que não é problema do Ministério a regulamentação. Em síntese, foi o que eu entendi.

Quero só lembrar: diálogo. Há 10 anos estamos dialogando, 10 anos. Lembro-me, então, de que, quando se quer procrastinar alguma coisa, fala-se assim: “Vamos montar uma comissão para estudar.” Continuar o diálogo, depois de 10 anos, acho que é infrutífero, até porque pergunto ao Senador Cássio Cunha Lima para reafirmar, na sua última fala, que não existe nenhuma regulamentação das profissões que não tenha sido respeitada.

Em função disso, eu me dou por muito satisfeito e pergunto: Senador, V. Ex^a continua atestando que as regulamentações de todas as profissões estão sendo respeitadas? Somente para encerrar.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra... Senador Cyro Miranda, o Relator tem preferência antes dos dois Senadores.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não, eu posso ouvir os demais Senadores. Eu

preferiria falar, ao final, um comentário derradeiro, para otimizar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)
– Agradeço ao Senador Cássio Cunha Lima, Relator na Comissão de Educação, do ato médico.

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Srª Presidente, quero saudar todos os convidados e agradecer-lhes.

Vou ser breve. Hoje mesmo pela manhã, na CAS, o Senador e Presidente Jayme Campos dizia das matérias que nós votamos e das profissões que foram votadas e regulamentadas, como, por exemplo: a profissão de cuidador; a profissão de vaqueiro; a profissão de moto taxista; a profissão de historiador. E eu fiz um pedido a ele: para encerrar o ano, que nós também votássemos a regulamentação da profissão de médico, porque todas as profissões foram regulamentadas. Eu acho que é uma injustiça, e esta Casa se pauta na prática da boa justiça. Portanto, nada mais justo, nada mais legal do que regulamentar uma profissão que todos nós sabemos que é uma das mais antigas, cuja regulamentação até hoje ainda não existe.

Existe uma falácia – e estou falando na condição de médico. Eu sou intensivista; mesmo com mandato, Senador, eu continuo trabalhando como médico, porque política não é profissão. A minha profissão é médico, essa é a profissão que vou carregar para o resto da vida –, uma inverdade, como se existisse uma guerra santa, uma *jihad* entre os profissionais da saúde. E não é verdade.

Eu trabalho em terapia intensiva, UTI, e lá somos uma equipe multidisciplinar, onde trabalhamos lado a lado com a nutricionista, no aporte nutricional do paciente crítico; onde trabalhamos lado a lado e harmonicamente com o fisioterapeuta, na assistência de fisioterapia respiratória. Nós trabalhamos com todas as demais profissões. A prova maior disso é que é a Associação de Medicina Intensiva do Brasil (Amib) não é só de médico, ela é de todos os profissionais que trabalham na terapia intensiva. Portanto, quero desmistificar isso. Não existe essa *jihad*, não existe essa guerra santa entre os profissionais. Agora, esta Casa não pode ser omissa.

Votamos o Código Florestal, que fazia 12 anos que dormitava nas gavetas do Congresso Nacional, e nós o trouxemos para o debate, o bom debate. Eu tinha uma posição, fui ao debate; o meu grupo, a Bancada verde, tinha uma posição, fomos ao debate, perdemos. Isso faz parte do Parlamento, faz parte da democracia. E foi votado e aprovado, não o projeto dos nossos sonhos, o projeto ideal, mas foi votado o possível.

Acho que esta Casa não pode mais, neste momento, postergar, não pode mais escamotear esse trabalho e essa verdade.

Portanto, Srª Presidente, encerro minhas palavras pedindo a esta Casa e a esta Comissão, em cima do que foi dito e falado... Foram 23 audiências públicas! Sinceramente, eu não tenho mais dúvida alguma. Eu acho que temos que dar celeridade e votar a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)
– Antes de passar a palavra, esclareço que a votação de hoje não é terminativa. Ainda há outra comissão terminativa, que é a CAS. Portanto, esta é a Comissão de Educação, há mais ainda, e também há o Plenário do Senado para tratar dessa questão.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)
– Srª Presidente, eu não consigo verificar, na fala daqueles que..., nada de objetivo, como, por exemplo, o artigo que está no projeto. Porque tem que dizer onde está o entendimento do exercício de outra profissão neste projeto. Pois está assegurado, no projeto, que nenhuma profissão será impedida, nenhum profissional será impedido das suas atividades. Não há, não há! Fala-se genericamente, e a fala é sempre genérica, não é específica. Na verdade, nós precisamos é votar, lembrando que não é terminativo, aqui, na Comissão de Educação, vai à Comissão de Assuntos Sociais e vai a plenário. Não há mais tempo, Srª Presidente.

Vou ser muito objetivo: entendo que tenhamos que, neste momento, ao cabo desta audiência pública, votar, aqui, este Projeto na Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Waldemir Moka.

Senador João Capiberibe, não sei se V. Exª quer fazer uso da palavra, porque estamos encerrando a parte relacionada à audiência pública, propriamente dita. Teremos uma interrupção de 3 minutos, e, em seguida, a reunião deliberativa.

Com a palavra, o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Srª Presidenta, eu fui muito econômico na minha primeira intervenção porque eu me limitei a colocar algumas questões. As respostas que me vieram, evidentemente, fazem com que eu me posicione. Eu preciso me posicionar.

Existem, sim, pelo que ouvi, várias categorias profissionais que dizem que o projeto atinge o exercício de suas profissões. Quando é privativo do médico diagnóstico nosológico, isso abrange todas as categorias. É isso que eu recebi como informação.

Eu tratei de reunir com médicos, principalmente com médicos, para poder entender com profundidade esse projeto. Até porque eu não estou aqui há 10 anos,

eu estou aqui há 1 ano. Então, eu preciso entender qual a repercussão da nossa decisão, do nosso voto, na saúde da população. É sabido – já foi dito aqui e repito – que 365 Municípios não dispõem de um único médico e que as equipes de profissionais de saúde ficariam dependentes, então, de outros Municípios para poderem ser atendidos.

Então existe, sim, essa dúvida sobre o que é privativo do médico, o diagnóstico nosológico e também o tratamento. Essa é a minha dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Exª faz a pergunta para quem, Senador Capiberibe?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Não, eu não vou fazer pergunta, eu estou colocando a dúvida em resposta ao Senador Moka, porque ele queria concretamente. Eu digo, então, que, concretamente, o que me dizem permanentemente é que há dúvida em relação a isso.

Mas eu gostaria, Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Gostaria de pedir licença novamente e silêncio especialmente aos que estão entrando aqui na porta. Por favor, vão encerrar a reunião. É muito importante este tema. Por favor, Senador, eu quero de V. Exª o encerramento, porque temos que suspender a reunião, em função do horário que temos com a sessão do Congresso Nacional.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Olha, eu quero registrar, já que não haverá tempo, que tenho aqui um artigo do Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, que todos conhecemos e que é o responsável pela Rede Sarah. A posição do Dr. Aloysio Campos, que é um a pessoa que todos nós admiramos, eu gostaria de ler, não sei se há tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nós estamos com um problema sério de tempo. Queria silêncio da plateia.

Vou repetir: o Congresso Nacional se reúne às 12 horas para um tema de interesse nacional. O que estamos discutindo aqui não é em caráter terminativo, é sem caráter terminativo, pois ainda irá para outra comissão, a Comissão de Assuntos Sociais, e para o plenário do Senado. Então, é importante deixar clara essa votação: ela não é definitiva, ela não termina aqui. Teremos mais duas votações dessa matéria.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Vou encerrar, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não é a vontade da Presidente desta audiência pública, é simplesmente porque somos escravos, hoje, de uma agenda legislativa muito séria. O tema dos *royalties*, e a discussão da derrubada do veto presidencial, V. Exª sabe bem que é importante.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Há duas questões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Há a sugestão da Drª Miraci, para buscar um entendimento mais amplo, que eu acho que dificilmente vai ocorrer.

Gostaria de dizer o seguinte, é um trecho curto: “No Senado, está em discussão um projeto de lei denominado Lei do Ato médico, que subordinaria todos os profissionais que atuam na área de saúde à autoridade de um médico, independente de sua qualificação.” Peço que registre... (Palmas.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – ... esse artigo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Será registrado.

Quero informar que esta Comissão fez um convite ao Dr. Aloysio Campos da Paz para participar de uma audiência pública nesta Comissão e que ele declinou desse convite. Quero apenas deixar informado a V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Mas está aqui escrito por ele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Será acolhido. A assessoria pega para entregar. Quero agradecer aos expositores, Drª Miraci, Dr. Luiz Roberto, Dr. Amaro Henrique e Lins; agradecer ao Senador Vital do Rêgo.

Está encerrada a audiência pública.

Em 3 minutos, então, começaremos uma reunião deliberativa.

Espero que a segurança nos ajude nesse processo, por gentileza.

Muito obrigada, Secretário Amaro.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.)

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 11H, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador RODRIGO ROLLEMBERG, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores

ANIBAL DINIZ, ACIR GURCACZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, JOSÉ AGRIPINO, JOÃO COSTA, RANDOLFE RODRIGUES, ANA RITA, DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP e ROMERO JUCÁ. Deixam de comparecer os Senhores Senadores LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS e GIM. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à PAUTA. VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 24, DE 2012 (PLOA 2013), que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013”. A Presidência concede a palavra ao relator das emendas na CMA, Senador Sérgio Souza, para leitura do relatório. Encerrada a discussão e colocado em votação, a comissão aprova o relatório na íntegra, que passa a constituir o Parecer da CMA, com a seguinte descrição das emendas aprovadas: Emenda a despesa nº 1: pela aprovação de uma emenda de APROPRIAÇÃO – ACRÉSCIMO À DESPESA, com o valor de R\$ 130.000.000,00 para o Tribunal de Contas da União, UO 03.101, classificação funcional 01.032.0550.4018.0001, ação/subtítulo “Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais – Nacional”, sendo R\$ 85.000.000,00 para GND 3, modalidade 90, RP 2, e R\$ 45.000.000,00 para GND 4, modalidade 90, RP 2; por meio da proposta de emenda nº 38, do Senador Romero Jucá; Emenda à despesa nº 2: pela aprovação de uma emenda de APROPRIAÇÃO – INCLUSÃO DE DESPESA, com o valor de R\$ 100.000.000,00, para o MPU, Ministério Público Federal, UO 34.101, classificação funcional 98.998.0581.2508, ação/subtítulo “Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei – Nacional”, sendo R\$ 40.000.000,00 para GND 3, modalidade 90, RP 2, e R\$ 60.000.000,00 para GND 4, modalidade 90, RP 2, por meio da consolidação das propostas de emendas nº 1, 25, 26, 42 e 48, apresentadas pelos Senadores José Agripino, Álvaro Dias, Acir Gurcacz, Romero Jucá e Flexa Ribeiro; Emenda à despesa nº 3: pela aprovação de uma emenda de APROPRIAÇÃO – ACRÉSCIMO À DESPESA, com o valor de R\$ 180.000.000,00, para o Ministério do Meio Ambiente, UO 44.101, classificação funcional 18.541.2067.20MG.0001, ação/subtítulo “Elaboração e Implementação de Planos, Projetos, Obras e Equipamentos para a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos – Nacional”, sendo R\$ 35.000.000,00 para GND 3, modalidade 40, RP 2, e R\$ 145.000.000,00 para GND 4, modalidade 40, RP 2; por meio da consolidação das propostas de emendas

de nº 12, 18, 34, 54 e 56, dos Senadores Acir Gurcacz, Rodrigo Rollemberg, Ana Rita e Waldemir Moka; Emenda à despesa nº 4: pela aprovação de uma emenda de APROPRIAÇÃO – ACRÉSCIMO À DESPESA, com o valor de R\$ 45.000.000,00, para o Ministério da Defesa, Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), UO 52.133, classificação funcional 05.571.2046.2518.0001, ação/subtítulo “Apoio à Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul – Nacional”, sendo R\$ 25.000.000,00 para GND 3, modalidade 90, RP 2 e R\$ 20.000.000,00 para GND 4, modalidade 90, RP 2, por meio da consolidação das propostas de emendas nºs 2, 3, 15, 33, 43, 59 e 65, dos Senadores Acir Gurcacz, Cristovam Buarque, Ana Rita, Valdir Raupp, Eduardo Braga e Sérgio Souza. Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CNA, as emendas serão enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com cópia desta Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 27/11/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião se destina à votação das emendas da CMA ao PL nº 24, de 2012–CN (Mensagem do Congresso Nacional nº 91, de 2012 e nº 387, de 2012, na origem), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013” – PLOA 2013.

Quero registrar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem, após, lógico, a sua preliminar, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado pela preferência, Presidente.

Nós estamos protocolizando agora, nesta Comissão, requerimentos de autoria minha e do Senador Pedro Taques. São requerimentos que fazem a convocação, para vir a esta Comissão, do Sr. Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União. Da mesma forma, fazemos a convocação para vir a esta Comissão do Sr. Marcelo Pacheco Guarany, Diretor-Presidente da Anac, e do Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA). Da mesma forma também, Sr. Presidente, convidamos a vir a esta Comissão os Srs. Paulo Rodrigues Vieira, Rubens Carlos Vieira e José Weber Holanda Alves, além da Sr^a Rosemary Nóvoa de Noronha. Todos esses últimos, alvos da Operação Porto Seguro, que é de conhecimento público, ocorrida no último fim de semana.

Da mesma forma, o objetivo dos requerimentos – reitero – de autoria minha e do Senador Pedro Taques de convocação do Advogado-Geral da União e das autoridades das agências reguladoras Anac e ANA, é de prestarem a esta Comissão maiores esclarecimentos sobre a Operação Porto Seguro.

Para encerrar, é de conhecimento – e saudamos – a medida da Presidente da República de afastamento de todos os envolvidos. Mas consideramos que o Parlamento tem três atribuições centrais: representar, legislar e fiscalizar.

E o Parlamento brasileiro, através desta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, tem o dever político e constitucional de acompanhar de perto os fatos da Operação Porto Seguro e trazer aqui essas autoridades para prestarem esclarecimentos.

Dessa forma, Sr. Presidente, e por conta disso é que solicito a devida vênua de V. Ex^a para esses requerimentos serem incluídos na pauta desta reunião, como itens extrapautas, visto que é comum, inclusive nas comissões do Senado Federal, de acordo com o juízo, o julgamento da Presidência, matérias serem incluídas como tema extrapauta da Ordem do Dia.

É nesses termos, Excelência, que apresento tais requerimentos e peço seu deferimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para me associar ao pedido, com que já concordei, mas para argumentar da necessidade de que esta Comissão do Senado da República possa, sim, se inteirar desses fatos.

Nós temos que perceber que o Senado da República é a instituição constitucional e legalmente encarregada de aprovar os dirigentes das agências reguladoras. Nós temos o envolvimento de dirigentes da ANA – Agência Nacional de Águas e de mais um tema ligado ao meio ambiente e da Anac – Agência Nacional de Aviação Civil, que tem total pertinência com esta Comissão temática, com o material previsto no art. 58 da Constituição da República.

Nós não podemos quedar-nos silentes. Esta Comissão tem este dever. E eu tenho certeza de que, diante da Presidência de V. Ex^a, que tem fortalecido a função de fiscalização desta Comissão, este pedido poderá ser colocado nesta data em votação.

Além disso, Sr. Presidente, o segundo homem da Advocacia-Geral da União, ao que consta, em razão da investigação por parte da Polícia Federal, está envolvido nesse esquema. O tema é este, a palavra é esta: esquema. Não podemos fazer juízos de antecipação de culpa de quem quer que seja, porque a Constituição da República estabelece o princípio da presunção de inocência. Agora, nós temos que saber o que efetivamente ocorreu.

Eu quero louvar o papel republicano da Presidência da República, do Ministério da Justiça, que, diante de um caso sensível como esse, em que o crime organizado chega na porta e entra no escritório da Presidência da República na maior cidade do Brasil, a Presidência da República, o Ministério de Justiça e a função republicana da Polícia Federal não estão a proteger ninguém. Mas o Senado, nesta função de fiscalização, precisa ouvir essas pessoas. Se for convocação ou convite, o nome aí, ao menos a meu juízo, não interessa. O que interessa é que a sociedade brasileira possa ouvir e saber o que efetivamente ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Apenas quero dar uma explicação aos Senadores Pedro Taques e Randolfe Rodrigues.

Esta reunião da Comissão está convocada para apreciar e aprovar as emendas da Comissão de Meio Ambiente ao projeto de lei orçamentária. Em seguida, nós teremos outra reunião, que tem uma pauta deliberativa. Aí será o momento oportuno – ainda nem tive conhecimento de todos os requerimentos que foram apresentados – para que a Presidência possa, então, apreciar e se pronunciar sobre o pleito de V. Ex^{as}. Portanto, nós vamos dar seguimento à reunião no que se refere, neste momento, à questão do parecer do Relator, Senador Sérgio Souza, às emendas da Comissão de Meio Ambiente ao projeto de lei orçamentária. Em seguida, vou encerrar esta reunião e aí, sim, iniciare-

mos a pauta deliberativa da Comissão, em que vou me pronunciar sobre o pleito de V. Ex^{as}.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nesta primeira parte da nossa reunião, eu tenho uma sustentação a fazer a respeito de uma emenda. Se for o momento azado, eu gostaria de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a pode fazer a sua manifestação, porque, logo em seguida, passarei a palavra para o parecer do eminente Relator, Senador Sérgio Souza.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, as emendas desta Comissão têm caráter institucional e nacional, como nós todos sabemos. Isso significa que elas servem para o fortalecimento das instituições que atuam nas áreas de competência desta Comissão temática. A CMA tem a tradição de respeitar essa destinação, inclusive reservando uma de suas quatro emendas, todos os anos, para o Ministério Público da União; afinal, o MPF, que faz parte do MPU, é um dos parceiros essenciais desta Comissão como destinatário regimental de muitas das matérias que aqui tratamos e como fonte de informações relevantes ao trabalho deste Colegiado.

O objeto da emenda é o ponto mais crucial do fortalecimento institucional do Ministério Público. Aliás, temos que falar não mais em fortalecimento, mas em contenção da falta de estrutura do Ministério Público, uma verdadeira deterioração que vem ocorrendo. Falo, Sr. Presidente, da recomposição salarial, emergencial, que hoje se faz inadiável. O quadro de pessoal do Ministério Público da União vem sofrendo um processo de corrosão salarial intenso ao longo de quase 1 década, sem ter recebido as recomposições que amenizaram os impactos inflacionários nos demais poderes, inclusive no Executivo. O resultado é uma evasão, repito, uma evasão, de 40% de servidores de nível superior entre 2004 e 2009; 40%.

Pergunto aos Srs. Senadores: diante de sucessivos escândalos de corrupção, inclusive este aqui da Operação Porto Seguro, diante da atuação destemida dos membros do Ministério Público, e aqui eu somo os da Polícia Federal e de outras agências de combate à corrupção no Brasil, na responsabilização dos ilícitos de grandes organizações criminosas, a quem interessa, Sr. Presidente, sucatear o Ministério Público? Essa pergunta tem que ser feita. Só interessa aos malfeito-

res e aos grandes malfeitores, que não querem uma estrutura que se lhes oponha com eficácia.

Para minimizar esse autêntico desmonte, introduzindo ainda uma política salarial consistente, baseada no mecanismo do subsídio, o Procurador-Geral da República submeteu ao Congresso Nacional vários projetos de lei, que eu menciono, todos eles, na emenda, na justificativa, para estabelecer novo padrão de remuneração para os membros e quadros de pessoal do Ministério Público. A proposta orçamentária, Sr. Presidente, apresentada pelo MPF ao Poder Executivo contemplou recursos suficientes para a implantação dessa nova política salarial. No entanto, o Poder Executivo não respeitou essa proposta, modificando-a de forma unilateral em ofensa ao art. 127, §3º, da Constituição Federal.

A emenda que apresento corrige essa inconstitucionalidade, mantendo os valores da proposta orçamentária submetida pelo Ministério Público na forma constitucional e permitindo, Sr. Presidente, a manutenção das condições de funcionamento dessa instituição de tão relevante importância para a ordem democrática e para o combate à corrupção.

Quanto a valores, recupero, na emenda apresentada, os montantes originais da proposta do Procurador-Geral da República. A emenda está acompanhada da correspondente emenda de texto para modificação do Anexo V da lei orçamentária, o que é necessário para o aumento de despesas com pessoal. Atende também plenamente a todos os demais requisitos contidos na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Ao aprovar essa emenda, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão estará fazendo a sua parte para sustentar a luta contra a corrupção, a defesa do meio ambiente, a defesa do hipossuficiente em todos os seus aspectos constitucionais. Neste momento em que – e V. Ex^a gosta desta expressão mato-grossense – “a situação está de vaca não conhecer bezerro”, situação em que o Procurador-Geral da República passa a ser investigado na CPMI e aqueles malfeitores não são investigados, momento em que a PEC nº 37 caminha a passos largos na Câmara dos Deputados na busca de calar o Ministério Público, esta emenda faz com que, ao menos a meu juízo, o Ministério Público tenha condições de trabalhar, porque uma das formas de enfraquecer a instituição é justamente você retirar a sua dotação orçamentária.

Aqui vou citar trecho de uma obra publicada nos Estados Unidos, por volta de 1776, *O Federalista*, em que está dito: “Mexer na subsistência é mexer na consciência.”

Por isso, faço esses argumentos para aprovação desta emenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe Rodrigues, antes de passar a palavra para V. Ex^a, V. Ex^a percebe como o Senador Pedro Taques está revelando o seu lado ruralista? Ruralista moderado, mas ruralista. (*Risos.*)

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Ficou evidente e patente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, na atualidade, talvez nós possamos ter, no Brasil, alguma instituição tão republicana quanto o Ministério Público; mais do que o Ministério Público eu duvido. Aliás, Sr. Presidente, desde os poderes concedidos ao Ministério Público Federal pela Constituição de 1988, pelo art. 127 da Constituição de 1988, que nós temos o Brasil e a sua condição de República... E falo República não só como aquela forma de governo e que se “antonima” com monarquia. República é mais do que isso, Sr. Presidente. República é a forma de governo, regime político da defesa da coisa pública. É, por excelência, no dizer do eminente Prof. Renato Janine Ribeiro, a República o regime da ética na política.

Nenhuma instituição tem cumprido tanto o papel de defesa desses valores republicanos quanto o Ministério Público Federal nos últimos 20 anos, notadamente pelos poderes concedidos a ele por parte da Constituição de 1988. Lamentavelmente, Sr. Presidente, vivemos um momento de ofensiva. Uma ofensiva, inicialmente, parlamentar contra o Ministério Público, porque aí temos uma Comissão Parlamentar de Inquérito em que o investigador vira investigado no relatório final da CPI, o Procurador-Geral da República.

Senador, Taques, não se assuste daqui a pouco, se a nova versão do relatório também incluir os nomes do Dr. Daniel e da Dr^a Lea Batista.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Há pedido nesse sentido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Portanto, não é demais assim imaginar. Então, é um absurdo mais do que completo. Se não fosse a ação desses heroicos Procuradores do Ministério Público, não teríamos iniciado a desbaratar o esquema criminoso do Sr. Carlos Cachoeira e da empreiteira Delta, mas o relatório opta por um caminho desagradável, antirrepublicano, anti-institucional.

Mais do que isso, Sr. Presidente: nesta semana, parece que em uma ofensiva organizada, retaliatória, eu diria, Senador Pedro Taques, se aprova, na Câmara dos Deputados, na Comissão Especial, uma proposta de emenda constitucional que retira os poderes de investigação do Ministério Público. Parece-me – não

quero acreditar – que, a continuar nessa sanha, o Parlamento está sendo instrumento de pressão das organizações criminosas, porque só para organização criminosa interessa reduzir o papel, o poder que o Ministério Público tem, à luz da Constituição de 1988.

Então, Sr. Presidente, façamos um bom gesto para dizer que não é verdade que o Parlamento está nessa ofensiva contra a mais republicana das instituições republicanas que o Brasil teve nos últimos 20 anos, que é o Ministério Público. Façamos o contraponto aprovando nesta Comissão a proposta de emenda do Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Subscrava-a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– É, no mínimo...

Tenho o maior prazer, então. Obrigado pela honra de subscrevê-la junto, Senador Taques.

Façamos, então, desta reunião da Comissão de Fiscalização um contraponto a essa ofensiva que existe contra o papel e contra as atribuições que o Ministério Público tem cumprido em defesa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Portanto, agora, com a palavra o Relator da matéria, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, vem ao exame desta Comissão as emendas apresentadas pelos Srs. Parlamentares que compõem esta Comissão.

Passo à análise e ao relatório, Sr. Presidente.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2006-CN, esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle pode apresentar até quatro emendas – é bom que se frise, até quatro emendas – de apropriação e quatro emendas de remanejamento, conforme determina o anexo à referida Resolução, cominado com o parecer preliminar ao Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013”, doravante PLOA 2013.

No prazo estabelecido, foram apresentadas 65 propostas de emendas para que esta Comissão apresentasse ao PLOA 2013: 63 de apropriação e 2 emendas de texto.

Esta Comissão tem duas finalidades básicas: a fiscalização e controle e a temática, dentro do que diz respeito ao meio ambiente. Então, para que atendêssemos o maior número de Parlamentares possível e dentro das emendas que podem ser acatadas pelo relator do orçamento, dentro, inclusive, daquilo que temos acompanhado com relação principalmente à questão de salário, Senador Taques, que é o aumen-

to proposto na sua emenda... Há também aqui uma emenda que propõe o aumento dos vencimentos dos servidores do TCU. Mas o que temos acompanhado é que a probabilidade dessas emendas caírem é muito grande, porque o Governo tem sinalizado que trata em conjunto todo o aparato, o Executivo e o Judiciário, quando se restringe à questão da remuneração. Então, para que não percamos uma emenda que possa atender tanto ao Ministério Público quanto ao Tribunal de Contas da União, estamos sugerindo, como Relator, as seguintes emendas:

Para o Ministério da Defesa, e explico, na área temática do meio ambiente que trata do clima e dos recursos hídricos, estamos sugerindo 22 propostas direcionadas a três ações.

No Ministério do Meio Ambiente, na área da Administração Direta, Instituto Chico Mendes, Ibama, Serviço Florestal Brasileiro, são 30 propostas direcionadas a 15 ações.

No Tribunal de Contas da União, vieram quatro propostas direcionadas a três ações.

No Ministério Público da União, vieram sete propostas direcionadas a duas ações.

Foi apresentada uma proposta para a programação no Ministério da Integração Nacional, cujo órgão não abarca a competência regimental desta Comissão.

Não se pode negar o mérito das propostas apresentadas pelos membros desta Comissão, em decorrência da limitação quanto à quantidade de emendas que esta Comissão pode apresentar ao PLOA. Contudo, tivemos que escolher apenas quatro ações dentre aquelas que foram objeto das propostas apresentada para que esta Comissão apresente as suas emendas de apropriação.

Também levamos em consideração o critério das emendas que tiveram o maior número de Parlamentares sugerindo a mesma ação.

Sendo assim, propomos que sejam apresentadas emendas de apropriação destinadas às seguintes programações:

– “Reserva de Contingência Financeira”, na ação 4018, para o TCU, com base na proposta 19, apresentada pelo Senador Romero Jucá. *(Pausa.)* Proposta 38, corrigindo, e não proposta 19, na funcional programática nº 01.032.055.4018.0001.

– “Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei” – aí vem o Ministério Público – na ação 2508, para o Ministério Público da União, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores José Agripino, Alvaro Dias, Acir Gurgacz, que se encontra presente na nossa reunião, Romero Jucá e Flexa Ribeiro (propostas 1, 25, 26,

42 e 19). *(Pausa.)* A 48 é a do Jucá. *(Pausa.)* Então, 48, não 19. *(Pausa.)* Ação 2508.

– “Elaboração e Implementação de Planos, Projetos, Obras e Equipamentos para a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos”, atendendo ao Ministério do Meio Ambiente, ação 20MG, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Ana Rita e Waldemir Moka (propostas 12, 18, 34, 54 e 56).

– “Apoio à pesquisa e monitoramento oceanográfico e climatológico da Amazônia Azul”, ação 2518, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Acir Gurgacz, o Senador mais atendido nesta Comissão, Cristovam Buarque, Ana Rita, Valdir Raupp, Eduardo Braga. Também há uma proposta CE minha autoria, Senador Sérgio Souza.

Esta questão da Amazônia Azul foi o tema mais relevante incluído na agenda pela Rio+20 e tem tomado amplitude nos debates, inclusive com uma audiência pública que ocorreu aqui nas Comissões do Senado Federal na semana passada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O Senador Acir, além da qualidade de ser representante de Rondônia, tem outra que é ser paranaense também.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Isso conta – não para efeito das escolhas, mas conta para efeito de amizade.

O voto, então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle delibere pela aprovação das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2013, conforme relação que segue:

De apropriação:

1) “Reserva de Contingência Financeira”, para o TCU, que é para a fiscalização da aplicação dos recursos públicos, no valor de R\$130 milhões.

2) “Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei”, esta para o Ministério Público da União, no valor de R\$100 milhões.

Os valores, aqui, talvez, não coincidam com os valores dos Srs. Senadores quando apresentaram suas emendas. Como houve vários autores, nós aumentamos os valores. Inclusive, conversamos com o Relator do Orçamento, o Senador Romero Jucá, sobre o aumento desses números.

3) “Elaboração e Implementação de Planos, Projetos, Obras e Equipamentos para a Coleta

Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos”, ação 20MG, para o Ministério do Meio Ambiente, Administração Direta, no valor de R\$180 milhões.

4) “Apoio à pesquisa e monitoramento oceanográfico e climatológico da Amazônia Azul”, ação 2518, para o Ministério da Defesa, Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, no valor de R\$45 milhões.

Sr. Presidente, era esse o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza. Em discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Seria possível regimentalmente que eu fizesse um pedido de destaque da minha emenda, para que eu pudesse votá-la em separado?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós vamos destacar. Nós vamos fazer o seguinte: em primeiro lugar, vou colocar em votação o requerimento de destaque do Senador Pedro Taques.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento de destaque do Senador Pedro Taques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aqui, há a seguinte questão, e eu queria a assessoria da consultoria da Secretaria: vou colocar em votação o relatório do Senador Sérgio Souza; aprovado o relatório do Senador Sérgio Souza, S. Ex^a aprova quatro emendas. Se, por acaso, for aprovado o destaque do Senador Pedro Taques, teremos de definir qual emenda será retirada. Então, há essa dificuldade.

Em primeiro lugar, coloco em votação o parecer do Senador Sérgio Souza.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Sérgio Souza permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou colocar em votação o destaque do Senador Pedro Taques. Na verdade, se aprovado o destaque do Senador Pedro Taques, nós vamos ter de reabrir a discussão, porque quatro emendas foram aprovadas, e só poderão ser apresentadas quatro emendas da Comissão. Se aprovarmos o destaque do Senador Pedro Taques, teremos de substituir uma

emenda. Como não há ordem de preferência dessas emendas, teremos de reabrir o debate sobre que emenda seria substituída.

Vou colocar em votação.

Aqueles...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – No caso, não seria aconselhável, antes de pôr em votação o destaque, que o Senador Pedro Taques pudesse usar a palavra para fazer a defesa do seu destaque?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador já fez uso da palavra.

Quero registrar o seguinte...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Posso fazer uso da palavra de novo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero sugerir um encaminhamento. Vejam bem: nós estamos aqui destinando uma emenda para o Ministério do Meio Ambiente, uma emenda para o Ministério Público, uma emenda para o Tribunal de Contas da União e uma emenda para uma Secretaria que é interministerial, digamos assim.

Então quero sugerir e também alertar: se aprovado o destaque do Senador Pedro Taques, eu quero propor que seja alterada, ou seja, substituída a emenda destinada ao Ministério Público, pois já existe uma emenda a ele destinada, e quero alertar para o fato de que o Relator Geral do Orçamento esteve aqui no início da reunião e disse que vai recusar qualquer emenda que seja para aumento de pessoal. Como disse o Relator, isso vai ser tratado conjuntamente. Estou fazendo esse alerta, sem querer entrar no mérito da proposta do Senador Pedro Taques, porque, muito provavelmente, se aprovado o destaque do Senador Pedro Taques, a Comissão vai perder uma emenda, porque nós estamos dando uma emenda...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu já entendi. Já entendi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Entendeu?

Eu consulto se o Senador Pedro Taques, com essa explicação, mantém o destaque.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes do Senador Pedro Taques.

É bom que se esclareça que a nossa intenção aqui, como Relator, é atender todas as áreas que abrangem esta Comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Certo.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – O Ministério Público, o TCU e também a parte de meio ambiente. E atender com emendas que possam ser atendidas pelo Relator Geral do Orçamento. E essa conversa nós tivemos antes com o Relator, como disse o Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg. Ele disse... Tanto que o TCU também fez pressão e conversou conosco para a questão de aporte de recursos para aumento de despesa com pessoal. Mas como isso provavelmente não será atendido, aí ficaria tanto o TCU...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu entendi.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Perfeito. Eram essas as considerações.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Entendi.

Sr. Presidente, aqui nós temos uma...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ... o que se denominaria de uma armadilha ou choça orçamentária. Armadilha ou choça orçamentária. Eu entendi isso, já entendo essa situação toda. Eu retiro o destaque porque, senão, o Ministério Público vai perder os 130. Mas nós temos que nos atentar para esse fato.

Eu retiro o destaque, Sr. Presidente, tendo em conta os argumentos louváveis trazidos pelo Sr. Relator e pelos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço ao Senador Pedro Taques, a quem sou solidário na reivindicação e na questão colocada. Eu apenas me sinto no dever de alertar porque, com a melhor das intenções, podemos acabar causando prejuízo a uma instituição tão importante para o acompanhamento do bom uso do recurso público como o Ministério Público Federal.

Portanto, está aprovado o relatório do Senador Sérgio...

Aliás, vou colocar em votação, porque não o havia colocado.

Aprovado o relatório do Senador Sérgio Souza, com as emendas da Comissão de Meio Ambiente.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a reunião, convocando outra para daqui a 5 minutos, para tratar da pauta deliberativa da Comissão de Meio Ambiente.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às doze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador RODRIGO ROLLEMBERG, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, JOÃO COSTA, ANA RITA, DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, ROMERO JUCÁ, CÍCERO LUCENA e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os Senhores Senadores LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, GIM e RANDOLFE RODRIGUES. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à Pauta. DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2011 – Não Terminativo, que “Cria incentivo fiscal de redução do imposto de renda para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar”. Autoria: Senador Luiz Henrique. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, de 2012 – Não Terminativo, que “Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela FUNAI”. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pelo relator. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2012 – Não Terminativo, que “Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para dispor sobre a obrigatoriedade de Relatório de Sustentabilidade para as companhias ou sociedades anônimas”. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2007 – Terminativo,

que “Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves”. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva nº 2-CRA/CCJ. Resultado: Aprovado o projeto nos termos da emenda nº 2-CRA/CCJ/CMA (Substitutivo), por unanimidade. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, de 2007 – Terminativo, que “Altera o art. 41 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para submeter as agências reguladoras a auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual”. Autoria: Senador Gerson Camata. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição da emenda nº 1-CCJ e pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o projeto com a emenda nº 2-CMA, por unanimidade, e rejeitada a emenda nº 1-CCJ, por unanimidade. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2008 – Terminativo, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que “dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências”, para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis”. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Lido o relatório. Adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 581, de 2009 – Terminativo, que “Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação final ambientalmente adequada, por fabricantes, reformadores e importadores”. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela rejeição do projeto e da emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Resultado: Rejeitado o projeto, por unanimidade. Fica prejudicada a emenda nº 1-CAS, nos termos do art. 301 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 15) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2011 – Terminativo, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004”. Autoria: Deputado Valtenir Pereira. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2011 – Terminativo, que “Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para exigir que os fornecedores varejistas de produtos ofertados ao consumidor afixem o preço de venda do produto e o preço por unidade padrão de medida”. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação do

PLC nº 113/2011 nos termos do substitutivo, e pela rejeição do PLS 393/2011. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 113/2011, nos termos da emenda nº 1-CMA (Substitutivo), por unanimidade. Fica prejudicado o PLS nº 393/2011. ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2011 – Terminativo, que “Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais”. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o projeto na forma da emenda nº 1-CMA (Substitutivo), por unanimidade. ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2012 – Terminativo, que “Obriga o concessionário de veículo automotor a notificar pessoalmente o proprietário do veículo objeto de recall e a ofertar gratuitamente o reparo do vício constatado pelo recall sempre que o proprietário do veículo automotor solicitar qualquer serviço ao concessionário”. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CMA, por unanimidade. ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2012 – Terminativo, que “Adota medidas para informar os consumidores acerca de tributos que incidem diretamente sobre bens e serviços, conforme o disposto no § 5º do art. 150 da Constituição Federal”. Autoria: Senador João Capiberibe e outros. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CAE e com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o projeto com as emendas nº 1-CAE/CMA e nº 2, 3 e 4-CMA, por unanimidade. ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 102, de 2012, que “Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados os Ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Advocacia-Geral da União, Luis Inácio Lucena Adams, para prestarem informações, em reunião conjunta, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infraestrutura, sobre a denominada “Operação Porto Seguro”. Autoria: Senador Eduardo Braga e outros. Observações: Aprovado conforme entendimento de líderes durante a reunião. Resultado: Aprovado. ITEM 23) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 103, de 2012, que “Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que

seja convidado o Sr. VICENTE ANDREU GUILLO, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, para prestar esclarecimentos sobre as fraudes praticadas no âmbito dessa Agência Reguladora, conforme revelado pela denominada “Operação Porto Seguro” da Polícia Federal. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Observações:** Aprovado conforme entendimento de líderes durante a reunião. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 27/11/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só um minuto.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, eu sou Relator do item 9 e peço inversão de pauta para nós iniciarmos pelo item 9, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acatado. O item é terminativo, o parecer está pronto e início pelo item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2007 – Terminativo -

Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda Substitutiva nº 2-CRA/CCJ.

Observações:

– Matéria apreciada pela CCT, com parecer pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), e pela CRA e pela CCJ, com parecer pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 2-CRA/CCJ (Substitutivo).

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como o relatório é bastante extenso, peço licença para ir direto à análise, na tentativa de nós agilizarmos a nossa reunião.

A análise diz o seguinte: compete a esta Comissão, por força do disposto no art. 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à defesa e proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, sob todas as suas formas.

Em primeiro lugar, ressaltamos o caráter meritório da matéria, ao propor regramento específico para a produção comercial de animais clonados, em particular bovinos – atividade de suma importância para o desenvolvimento da pecuária nacional e que já é realidade no País.

Como relatado, as Emendas Substitutivas nº 1-CCT e nº 2 da CRA/CCJ aperfeiçoam o texto originalmente apresentado pela Senadora Kátia Abreu e centram-se no estabelecimento de normas para a inspeção e a fiscalização dos fornecedores de material genético e de clones de animais de interesse zootécnico e para a supervisão e a emissão de certificados sanitários e de propriedade referentes à autorização do fornecimento de material genético animal e de clones, a cargo dos serviços veterinários oficiais.

Sob essa perspectiva, o projeto e as emendas substitutivas não contêm disposições que ofendam o meio ambiente, tampouco que contribuam com a sua defesa, uma vez que a clonagem gera organismos geneticamente idênticos e os clones não oferecem riscos à saúde e à integridade ambiental.

Ressaltamos que estamos nos referindo à clonagem como uma tecnologia em si mesma – que não implica qualquer modificação genética – e não à clonagem de organismos geneticamente modificados, visto que, nesse caso, aplica-se a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, inclusive quanto à expressa autorização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para a realização da atividade pretendida.

Por conseguinte, constatamos que, em relação aos aspectos sobre os quais esta Comissão deve se manifestar, não há óbice à aprovação do PLS nº 73, de 2007.

Considerando, entretanto, o processo de aprimoramento do projeto original ao longo de sua tramitação pelas diversas comissões temáticas desta Casa, concluímos pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 2-CRA/CCJ (Substitutivo).

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, nos termos da Emenda nº 2-CRA/CCJ (Substitutivo).

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Votação nominal, porque o projeto é terminativo.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Acir Gurgacz? Voto conhecido.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Idem, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Todos já votaram. Alguém não votou ainda? Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aprovado, na forma do Substitutivo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O item 9 foi aprovado, na forma do Substitutivo.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Considerando o nosso quórum para assuntos terminativos, eu gostaria de pedir a inversão de pauta do item 12, para que pudéssemos fazer a apreciação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência vai atender. Antes, porém, eu gostaria de sugerir a votação do item 17, porque já foi lido o relatório. É também terminativo.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Informo que a matéria foi apreciada pela CDR, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDR.

Como o relatório já foi lido em 20/11/2012, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o autor da matéria, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Para dar uma breve explicação.

Esse Projeto passou na CDR e ele foi alterado no sentido de que os prédios antigos teriam um prazo de 5 anos para se adaptarem às normas previstas na proposição, isto é, as medições teriam de ser individualizadas, como as medições de água, por exemplo. O Senador Sérgio está propondo que, em vez de 5 anos, só os prédios novos – não é, Senador? – tenham a obrigatoriedade da individualização das contas. Eu quero crer que talvez o Senador tenha se detido sobre dificuldades técnicas para a operacionalização dessa obrigatoriedade. Sendo assim, eu estou totalmente de acordo com o Substitutivo apresentado.

Parabéns ao Senador Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório do Senador Sérgio Souza em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 444... Vou fazer a chamada. Na forma do Substitutivo do Senador Sérgio Souza.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza? Voto conhecido.

Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Voto conhecido, como autor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mais alguém presente que não foi chamado? (*Pausa.*)

O Projeto foi aprovado, nos termos da Emenda nº 3-CMA, Substitutivo, por oito votos favoráveis e nenhum contrário.

Ficam prejudicadas 2 emendas aprovadas na CDR, ante a aprovação do Substitutivo, conforme art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Comunico, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ... que o Projeto será submetido a turno

suplementar de discussão na próxima reunião desta Comissão, estando aberto o prazo para apresentação de emendas ao Substitutivo.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, comunico a V. Ex^a que, em relação aos requerimentos de autoria minha e do Senador Pedro Taques, que anunciamos ainda há pouco, que versam sobre convocação e convite – convocação das seguintes autoridades: os dirigentes das agências reguladoras ANA e Anac e o Advogado-Geral da União, Sr. Luís Inácio Adams; e convite dos Srs. Paulo Vieira, Rubens Vieira, José Weber Alves e Rosemary Nóvoa de Noronha –, em diálogo com as Lideranças da Maioria nesta Casa, acordamos a apreciação desses requerimentos da seguinte forma: a apreciação dos requerimentos de convite ao Sr. Advogado-Geral da União, Sr. Luís Inácio Adams, e de convite dos Presidentes das agências reguladoras Anac e ANA e sobrestamento, digamos assim, do requerimento seguinte de convite para comparecimento dos Srs. Paulo Vieira, Rubens Vieira, José Weber Alves e Rosemary Nóvoa de Noronha. Então, nesses termos, já que é um acordo com as Lideranças da Maioria, com o nobre amigo Senador Eduardo Braga, Líder do Governo, com o Senador Jorge Viana e com o Senador Pimentel, solicito a V. Ex^a, logicamente com a devida aquiescência de V. Ex^a, que esse requerimento, já com essa retificação apresentada agora pelo autor, ou seja, de convite das autoridades que citamos, de sobrestamento do outro requerimento, seja colocado em pauta como tema extrapauta, para que, apreciado, possamos, na semana que vem, ouvir essas autoridades citadas e obter os esclarecimentos sobre a postura delas diante da Operação Porto Seguro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sr. Senador Randolfe, a Mesa vai acolher esse procedimento de acordo.

Aproveitando o nosso quórum, vamos apreciar o item 12, como foi solicitado pelo Senador Anibal Diniz.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 581, de 2009

– Terminativo –

Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação final ambientalmente adequada, por fabricantes, reformadores e importadores.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela rejeição do projeto e da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) –

Sr. Presidente, concordo com a ponderação de V. Ex^a, mas quero apenas deixar claro que o nosso Senador Randolfe coloca a questão como um acordo construído entre as Lideranças, e eu quero aqui confirmar que há efetivamente o entendimento.

Há uma decisão absolutamente transparente do Governo, que adotou todas as medidas pertinentes de afastamento e demissão para aprofundamento das investigações e sindicâncias específicas, para que tudo possa ser, obviamente, esclarecido, sem que haja nenhum prejulgamento com relação a essas questões.

Gostaríamos apenas de, para ficar claro o entendimento que estamos buscamos, solicitar aos autores que nós pudéssemos também assinar esse requerimento, a fim de que pudéssemos, com a permissão dos autores, ser também coautores desses requerimentos.

E registro que estamos também apresentando um requerimento à Mesa de uma reunião, que seria conjunta, inclusive com a presença do Ministro da Justiça, mas, em acordo com V. Ex^a e em acordo com o Presidente da CCJ, o Ministro José Eduardo Cardozo compareceria à Comissão de Constituição e Justiça e aqui, à nossa Comissão, viria o Advogado-Geral da União, Ministro Luís Adams, para prestar as informações e os esclarecimentos sobre o tema.

Assim, acho que fica bastante esclarecido. E os demais requerimentos ficariam sobrestados para uma decisão posterior entre os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras da nossa Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, temos acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Há uma concordância da Mesa.

Eu só quero apelar para que possamos dar continuidade à apreciação de alguns projetos terminativos. Em seguida, vamos entrar nesse debate.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz, para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon. O relatório é pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1 da CAS, com o Substitutivo.

Informo que a matéria constou da pauta nos dias 6/11, 13/11 e 20/11.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ra-

pidamente, apenas para ganhar tempo.

Há requerimentos também de minha autoria que poderiam ser anexados para que a deliberação ocorra de uma só vez. Os requerimentos foram protocolados ontem e terão que ser votados extrapauta, naturalmente.

Por isso, eu pediria...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

Enquanto o Senador Anibal Diniz lê o seu relatório, Senador Alvaro Dias, eu gostaria de sugerir que V. Ex^a dialogasse com o Líder do Governo para que todos esses requerimentos se transformassem nessa proposta conjunta da Comissão.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

Voltaremos ao tema em breve.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

Por se tratar de um assunto de grande complexidade, ainda que eu me esforce para fazer um resumo deste relatório, creio que vou precisar da atenção de todos por se tratar de um assunto de grande relevância.

O Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2009, trata da destinação adequada de pneus inservíveis, objetivando instituir para o setor empresarial o princípio da responsabilidade pós-consumo pelos produtos descartados mediante a implantação de sistema de logística reversa.

A proposta, em boa medida, reproduz as Resoluções do Conama nºs 258, de 1999, e 416, de 2009, que estabelecem as contrapartidas ambientais para destinação desse resíduo.

Cabe destacar que a Resolução nº 416, de 2009, substitui as Resoluções nºs 258, de 1999, e 301, de 2002, do Conama, sendo, portanto, a que está em vigor.

Ocorre, também, que, em agosto de 2010, portanto posterior à apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Indo direto à análise, Sr. Presidente, de conformidade com o art. 102-A, II, alínea “a”, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe exatamente à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre o mérito dos projetos de lei atinentes à defesa do meio ambiente. Nesse sentido, quero ressaltar a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Essa Lei regulamenta de forma bastante ampla e adequada o gerenciamento dos resíduos sólidos em todas as suas formas, inclusive no tocante ao descarte e à disposição final ambientalmente adequada de pneus inservíveis, mediante dois

conceitos inovadores: o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto – que atinge os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos – e o sistema de logística reversa, que se caracteriza por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu próprio ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação ambientalmente adequada.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a Lei nº 12.305, a que me refiro, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, já prevê, de maneira muito ampla, aquilo que está sendo proposto pelo PLS nº 581.

Como se vê, o PLS nº 581, apresentado pelo Senador Pedro Simon em 2009 – em data pretérita, portanto, à aprovação da Lei nº 12.305, de 2010 –, objetiva instituir para o setor empresarial do ramo de pneus o princípio da responsabilidade pós-consumo pelos produtos descartados mediante a implantação de sistema de logística reversa, a exemplo do que já estabelece a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

A matéria objeto do PLS está disciplinada, portanto, de forma categórica, pelo art. 33, *caput*, inciso III e §§3º a 8º, e pelos arts. 47 e 49 da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, reproduzida no relatório.

Não bastasse, Sr. Presidente, esta constatação de que a Política Nacional de Resíduos Sólidos já aborda, de maneira contundente, esta matéria, vale ressaltar também que o tema da importação de pneus já esteve em pauta nesta Casa durante alguns anos, extrapolou a discussão do Congresso Nacional e parou no Supremo Tribunal Federal e também na Organização Mundial do Comércio.

Em 2004, a União Europeia entrou com representação contra o Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, questionando as restrições brasileiras à importação de pneus reformados. O Brasil saiu vitorioso do painel da Organização Mundial do Comércio, que reconheceu que a proibição adotada pelo País era medida necessária para proteção da saúde humana e do meio ambiente.

Observa-se, ainda, que os sistemas de logística reversa, nos termos do §3º do art. 33 da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e dos arts. 15 e 16 do Decreto nº 7.404, de 2010, serão implementados por meio de vários instrumentos, entre os quais as normas do Conama, que é órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Aplica-se, portanto, para o caso de sistema de logística reversa voltada aos pneus inservíveis, a disciplina da Resolução Conama nº 416, de 2009, que fixa, entre outras exigências, os requisitos mínimos que devem constar do plano de gerenciamento de coleta, armazenamento e destinação de pneus inservíveis, de responsabilidade dos fabricantes e importadores de pneus novos.

De modo a viabilizar os sistemas de logística reversa previstos na Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o decreto que a regulamentou também instituiu o Comitê Orientador da Logística Reversa, composto pelos Ministros do Meio Ambiente; da Saúde; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda. Esse Comitê, já instalado no início de 2011, é assessorado por representantes dos Ministérios mencionados e poderá requerer a participação de outros órgãos públicos dos entes federados e de organismos e setores representativos e diretamente concernentes à logística reversa.

Compete ao Comitê, entre outras atribuições, avaliar a necessidade de revisão de regulamentos que já disciplinam a logística reversa no âmbito federal – inclusive, se for o caso, da Resolução Conama nº 416, de 2009.

A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos cuidou, corretamente, de apenas estabelecer as regras gerais sobre o tema, ficando para norma infralegal – como é o caso das resoluções do Conama – especificar os parâmetros quantitativos, temporais e outros de natureza igualmente técnica necessários à operacionalização da logística reversa para o setor de pneus.

Outro ponto que merece maior reflexão, ao analisar o PLS nº 581, de 2009, e a emenda a ele apresentada, concerne à importação de pneus usados, inclusive os reformados.

Saliente-se, por oportuno, que o Supremo Tribunal Federal já manifestou entendimento favorável no que respeita a proibir a importação de pneus usados e reformados, e o PLS sob exame colide com a decisão do Supremo Tribunal Federal, uma vez que admite a importação de pneus reformados, de qualquer tipo.

Em breve retrospectiva, convém lembrar, o País passou a proibir a importação de pneus usados e reformados – seja como bem de consumo seja como matéria-prima – com a publicação das Portarias Decex nº 8, de 14 de maio de 1991, e Secex nº 8, de 25 de setembro de 2000, ambas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e das Resoluções Conama nº 23, de 12 de dezembro de 1996, e nº 235, de 7 de janeiro de 1998.

Tais medidas foram tomadas após o Brasil aderir à Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 34, de 16 de junho de 1992, e promulgada pelo Decreto nº 875, de 19 de julho de 1993, do Presidente da República.

Pela Convenção de Basileia, adotada sob a égide da Organização das Nações Unidas em 22 de março de 1989, reconheceu-se o direito de todo o Estado soberano de proibir a entrada de resíduos perigosos estrangeiros e outros resíduos no seu território.

Com a edição do Decreto nº 3.919, de 14 de setembro de 2001, que regulamentou a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente” (Lei de Crimes Ambientais), a importação de pneu usado ou reformado passou a ser apenada com multa de R\$400 por unidade.

Não obstante essas normas, as indústrias do setor continuaram a importar os pneus usados mediante liminares judiciais.

De modo a coibir essa ação, o Presidente da República ajuizou junto ao Supremo Tribunal Federal, em setembro de 2006, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 101, com o objetivo de proibir a importação de pneus usados e declarar constitucionais as normas que assim dispõem e inconstitucionais as decisões em contrário.

Em junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente o pedido, entendendo que a importação de pneus usados, inclusive os reformados, viola proteção constitucional ao meio ambiente e à saúde pública. Por consequência, foram invalidadas todas as interpretações judiciais divergentes.

De fato, conforme o art. 225 da Constituição Federal, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, cabendo especificamente ao poder público, a teor do disposto no seu §1º, inciso V, “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.”

Diante de todo o exposto, Sr. Presidente, conclamo os Srs. Senadores a votarem de acordo com o meu parecer, que é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2009, e da Emenda nº 1, a Emenda Substitutiva, que veio da Comissão de Assuntos Sociais.

É como voto, Sr. Presidente.

Peço o apoio de todos os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal.

Como vota o Senador Anibal Diniz? Voto conhecido.

Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quem vota com o Relator vota “não”. O voto do Relator é “não”.

Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente, votando “não”, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o eminente Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Projeto foi rejeitado, por unanimidade.

Como o Projeto foi rejeitado, fica também rejeitada a Emenda nº 1-CAS.

Solicito ao Senador Valadares que assuma a Presidência para que eu possa relatar o item 21 da pauta.

Senador Alvaro Dias, peço a V. Ex^{as} que permaneçam na Comissão porque é um item terminativo, um projeto de lei de autoria dos Senadores João

Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Casildo Maldaner e Angela Portela.

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2012 – Terminativo –

Adota medidas para informar os consumidores acerca de tributos que incidem diretamente sobre bens e serviços, conforme o disposto no §5º do art. 150 da Constituição Federal.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Como é terminativo, solicito a V. Ex^{as} que aqui permaneçam.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A síntese.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A síntese, Excelência, para podermos votar os requerimentos também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o nobre Relator, Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Trata-se do parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2012, dos Senadores João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Casildo Maldaner e Angela Portela, que “adota medidas para informar os consumidores acerca de tributos que incidem diretamente sobre bens e serviços, conforme o disposto no §5º do art. 150 da Constituição Federal”.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 76, de 2012, de autoria dos Srs. Senadores João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Casildo Maldaner e Angela Portela, que estabelece regras para informar os consumidores acerca de tributos que incidem diretamente sobre bens e serviços, obedecendo ao disposto no §5º do art. 150 da Constituição Federal.

O art. 1º estabelece que deverá constar da nota ou cupom fiscal o valor dos seguintes tributos mencionados no art. 2º do projeto:

- a)** Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros (II);
- b)** Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- c)** Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às Atividades de Importação ou Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e seus Derivados e Alcool Combustível (Cide-Combustíveis);

d) Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e

e) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Não estarão obrigados a cumprir essa regra a microempresa com receita bruta anual inferior a R\$360 mil e o microempreendedor individual de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. É o que dispõe o §1º do art. 1º da proposição.

O §2º do mesmo dispositivo estabelece que as informações mencionadas não só devem constar da nota fiscal, como também das peças publicitárias relacionadas aos produtos comercializados, bem como na exposição de mercadorias em vitrines, gôndolas e demais espaços públicos utilizados para o mesmo fim.

O art. 3º estabelece que é crime o descumprimento da obrigação estabelecida na proposição, ao determinar a incidência do art. 66 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

O art. 4º estabelece que a lei resultante da proposição, caso aprovada, entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, os autores sustentam que a proposição busca dar efetividade ao dispositivo constitucional que estabelece o direito do consumidor de receber informações precisas a respeito da carga tributária incidente sobre os produtos e serviços.

O projeto foi apreciado pela CAE, onde foi aprovado com emenda para alterar sua ementa, que passaria a ser do seguinte teor: “Adota medidas para informar os consumidores acerca dos tributos indiretos que incidem sobre bens e serviços, conforme o disposto no §5º do art. 150 da Constituição Federal.”

Cabe agora a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apreciar a proposição em decisão terminativa.

Não foram apresentadas novas emendas.

Nos termos do art. 102-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, como é o caso.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União tem competência para legislar a respeito de direito do consumidor, a teor do art. 24, inciso V, da Constituição Federal.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o

alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii*) a matéria nela vertida *inova* o ordenamento jurídico; *iii*) possui o atributo da *generalidade*; *iv*) se afigura dotada de potencial *coercitividade*; e *v*) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República nem está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Não há ressalvas a fazer no tocante à técnica legislativa empregada.

Estamos de acordo com a emenda aprovada na CAE, que eliminou a possibilidade de interpretação equivocada da ementa.

Vejamos o mérito.

A importância da proposição dispensa maiores comentários. O direito do consumidor às informações referentes aos tributos que incidem sobre os produtos já decorre do Texto Constitucional. Resta ao legislador ordinário, tão somente, estabelecer a natureza e a forma de prestação das informações.

Embora o sistema tributário brasileiro seja absurdamente complexo, dificultando a prestação das informações, estamos de acordo que deve ser explicitado na nota ou no cupom fiscal o valor pago pelo consumidor a título de cada um dos tributos elencados no art. 2º. E mais: entendemos que não deve ser feita uma “estimativa” ou um “valor aproximado” do valor dos tributos, pois o consumidor tem direito a informações precisas. Assim, com todo o respeito às opiniões contrárias, caso não conste o valor exato dos tributos, as informações prestadas ao consumidor serão imprecisas.

Contudo, não nos parece razoável que a norma seja aplicada a quaisquer peças publicitárias. Além disso, entendemos que não é viável, na prática, obrigar o fornecedor a explicitar os valores dos tributos em anúncios veiculados por rádio e televisão: isso aumentaria em muito o custo da publicidade, com graves prejuízos para a economia. Propomos, portanto, emenda para suprimir o §2º do art. 1º do PLS.

O art. 3º da proposição estabelece que será crime a omissão das informações impostas. Nada diz, porém, a respeito das informações imprecisas ou errôneas. Entendemos que essa regra deve ser alterada, pois não basta proporcionar uma informação qualquer, é necessário que a informação seja correta. Assim, é preciso aprimorar o dispositivo para que também sejam punidos os casos em que a informação for falsa, errônea, dúbia ou incompleta.

Por outro lado, estabelecer que haverá punição criminal para o descumprimento das regras ora pro-

postas nos parece desproporcional. A desobediência ao dever de informar corretamente quanto à incidência dos tributos não nos parece ser tão grave quanto a conduta contida no art. 66 do Código de Defesa do Consumidor, do seguinte teor: “Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços.”

Assim, não se pode estabelecer a mesma pena para condutas com gravidades diferentes.

Propomos, portanto, emenda para alterar o art. 3º, de modo a punir os casos em que as informações prestadas forem falsas, errôneas, dúbias ou incompletas, bem como para estabelecer que o descumprimento das obrigações estabelecidas será passível de punição administrativa, nos termos do art. 56 do Código de Defesa do Consumidor.

No que se refere à cláusula de vigência, entendemos que não é possível que a lei resultante da proposição entre em vigor na data da publicação.

É necessário que os fornecedores de produtos e serviços tenham algum espaço de tempo para implementar as medidas impostas pela norma ora proposta. E, com todo o respeito às opiniões contrárias, esse espaço de tempo não pode ser curto, sob pena de colocar em risco a própria sobrevivência da lei como norma passível de, na prática, surtir efeitos.

Entendemos, assim, que a lei deve entrar em vigor decorrido 1 ano da data de sua publicação, prazo que será suficiente até para o desenvolvimento de *softwares* para auxiliar os contribuintes a cumprirem a lei.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2012, e da Emenda nº 1-CAE, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 2 – CMA

(ao PLS nº 76, de 2012)

Suprima-se o §2º do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2012.

EMENDA Nº 3 – CMA

(ao PLS nº 76, de 2012)

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2012, a seguinte redação:

“**Art. 3º** O descumprimento, total ou parcial, do dever de prestar de forma precisa e correta as informações estabelecidas nesta Lei enseja a aplicação do disposto no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.”

EMENDA Nº 4 – CMA
(ao PLS nº 76, de 2012)

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2012, a seguinte redação:

“**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor após decorrido um ano da data de sua publicação.”

Ou seja, Sr. Presidente, estamos aqui garantindo a transparência e a informação ao consumidor, na nota fiscal, de todos esses cinco impostos que são incidentes sobre as mercadorias.

Entendo que será um avanço muito grande. Embora os autores quisessem também colocar isso em todas as peças publicitárias, entendemos que será um avanço considerável e que, neste momento, é adequado avançarmos paulatinamente. Que façamos isso na nota fiscal.

Estes são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Senador Alvaro Dias pede que, antes da discussão, seja registrado logo o voto favorável.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O meu voto é favorável. Tenho reunião da Bancada, e deixo também o meu voto favorável aos requerimentos que serão votados a seguir, lamentando já ao Líder Eduardo sobre o sobrestamento de alguns requerimentos, inclusive da Srª Rosemary, mas o meu voto é favorável aos requerimentos que serão colocados hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passemos à votação, que será nominal.

Senador Anibal Diniz, como vota?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o nobre Relator, Rodrigo Rollemberg, e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

O voto do Senador Rodrigo Rollemberg já é conhecido.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Senador Alvaro foi voto “sim”. Nove votos favoráveis.

Questiono ao Plenário se podemos votar em globo a Emenda nº 1 da CAE e as três emendas do Relator.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Proclamo o resultado. O Projeto é aprovado com as Emendas nºs 1 e 2, 3 e 4. A nº 1 é da CAE e da CMA. As de nºs 2, 3 e 4 são da CMA. Então, foram nove votos favoráveis.

Aprovado.

Parabéns ao Relator e aos autores do Projeto, inclusive o Senador Capiberibe, que é um deles, e Randolfe Rodrigues, do mesmo Estado, estão unidos para o que der e vier em defesa do consumidor.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para fazer um registro em relação a essa proposta, embora não seja membro efetivo desta Comissão, mas não poderia deixar de me congratular com todos neste instante em que esta proposta é aprovada aqui na Comissão, uma proposta que o Brasil vem pedindo há muito tempo. E eu, inclusive, tinha uma proposta dessas tramitando na Casa, anteriormente a essa, na CAE, eu retirei em função de que, no ano passado ainda, o Senador Capiberibe me procurou e aí tive a honra de subscrever este Projeto com ele e também com o Senador Randolfe Rodrigues e Angela Portela. Ele transitou mais rapidamente; nós retiramos da CAE a proposta para que este tivesse sequência. Eu acho que ele reúne, ele simplifica mais também do que o que tínhamos anteriormente. Então, eu vim até esta Comissão, Sr. Presidente, caros colegas, para cumprimentá-los, cumprimentar o Relator e os colegas, os autores. E o Senador Capiberibe tem sido um franciscano, insistente nessa questão. Quando eu encontrava o Capiberibe, eu o imaginava com um cajado, andando, buscando isso. S. Exª foi muito insistente, foi

persistente, e eu quero fazer esse destaque aqui, neste momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Casildo Maldaner, eu também queria...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Na verdade, o Projeto aprovado tem objetivo pedagógico. Nós sabemos que é impossível colocar na nota fiscal todos os impostos que incidem sobre bens e serviços no nosso País. Nós conversamos com a Senadora Angela Portela, com todos aqueles Senadores que tinham projeto na mesma direção, debatemos e chegamos à conclusão de que era inviável considerar todos os projetos e, coincidentemente, 2 semanas atrás, a Câmara aprovou um projeto considerando todos os impostos, exigindo a descrição de todos os impostos na nota fiscal. E, pelo que eu observei, o Governo, o Executivo já declarou que não se compromete com a execução desse projeto e que, fatalmente, deverá ocorrer um veto total do projeto aprovado pelo Senado e pela Câmara.

Então, na verdade, a ideia que nós tivemos foi de apresentar um projeto que seja apenas pedagógico. Vai constar na nota fiscal no máximo o ICMS e o IPI, porque a Cide, na compra de combustível, neste momento, está zerada; o Imposto sobre Serviços é um imposto municipal e o Imposto sobre Produtos Importados... Então, na verdade, nós vamos ter, na nota fiscal, apenas um imposto demonstrativo de que, no Brasil, se paga imposto, porque esses impostos são impostos indiretos, precisamos demonstrar à sociedade que o conjunto da sociedade é que mantém o Estado brasileiro. Então, o objetivo é pedagógico, para que todos saibam que pagam imposto, que na hora de comprar vai ter incidência ou do IPI quando comprar um bem durável, ou então o ICMS, quando for um bem de consumo, um produto de consumo.

Então, esse é o objetivo. Acho que nós alcançamos, acho que é viável o Projeto sim, esse Projeto pode ser... Eu consultei vários empresários, consultei contadores, e eles então foram reduzindo o escopo do Projeto até chegar a esses cinco, onde houve consenso.

Portanto, eu queria agradecer aos Senadores que juntamente conosco debateram e chegaram ao consenso de apresentar esse Projeto; à Comissão, que acaba de aprovar, e ao Sr. Presidente, que colocou em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Parabéns a V. Ex^a e ao Senador Randolfe Rodrigues.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, verificando que há quórum, eu gostaria de pedir uma inversão de pauta para votarmos o item 20, que é terminativo. Prometo a V. Ex^a fazer um relatório bem sucinto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Capiberibe, também há um projeto da nossa autoria que está tramitando na Casa, tratando da colocação na fatura não apenas do nome de fantasia, quando nós usamos o cartão eletrônico, mas o nome da empresa registrado na junta comercial. Muitas vezes você faz uma compra pelo cartão e vem um nome totalmente diferente daquilo que você pensava. Para dar maior transparência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pois não, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pode concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Já concluí.

É o consumidor sendo lembrado pelo Senado Federal em fatos concretos que precisam realmente de uma legislação transparente em defesa dos interesses do consumidor brasileiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, é só um pela ordem, preocupado com o quórum desta reunião para o cumprimento do acordo que nós fizemos de apreciação do requerimento de convite das autoridades em decorrência da operação Porto Seguro.

De igual sorte, Sr. Presidente, o item 10, projeto de lei que eu relato, que é de autoria do então Senador Gerson Camata, é um instrumento importante também no sentido da fiscalização das agências reguladoras.

Eu queria só fazer um apelo de quórum em decorrência dessas duas matérias, que considero importante nós apreciarmos e votarmos favoravelmente: o requerimento, que já é acordo aqui entre a maioria e a minoria e urge a sua apreciação, e o item 10 da pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Mesa acata, faz um apelo para que os Senadores permaneçam na Comissão para que a gente possa liberar essa agenda, essa pauta de votações, e vamos imediatamente para o item 20.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2012

– Terminativo –

Obriga o concessionário de veículo automotor a notificar pessoalmente o proprietário do veículo objeto de recall e a ofertar gratuitamente o reparo do vício constatado pelo recall sempre que o proprietário do veículo automotor solicitar qualquer serviço ao concessionário.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Com a palavra o Relator.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, vou direto à análise, tendo em vista que a ementa já é autoexplicativa.

Análise.

A matéria objeto da proposição está compreendida na competência legislativa da União, nos termos do art. 24, incisos V e VIII, da Constituição; cabe ao Congresso Nacional dispor sobre ela, com base no art. 48 da Carta Magna; e a iniciativa parlamentar é legítima, conforme o art. 61 da Lei Maior.

Sr. Presidente, a medida proposta é oportuna, pois consiste em mais uma forma de dar ciência do *recall* ao consumidor. Ressalte-se que os riscos à saúde e à segurança não se restringem ao proprietário do veículo, podendo atingir outras pessoas, motivo pelo qual se deve dar a maior divulgação possível, com vistas à reparação do defeito do veículo.

Também é meritória a proposta contida no parágrafo único do art. 1º (comunicação do *recall* aos órgãos estaduais de trânsito), para que este registre a informação e dê ciência ao adquirente no caso de transferência da propriedade do veículo. Apenas julgamos conveniente complementar essa medida, determinando que também seja expedida notificação ao órgão estadual de trânsito por ocasião do atendimento do *recall*, com vistas à baixa no registro do veículo.

Sr. Presidente, a medida proposta no art. 2º deve ser aprovada, pois contribui para a segurança do trânsito. Não se deve limitar o prazo para o atendimento do *recall*.

Voto, Sr. Presidente, resumidamente, atendendo ao apelo de todos os Srs. Parlamentares, inclusive todos receberam voto por completo.

Manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2012, e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda já de conhecimento dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Farei a chamada nominal.

Votaremos primeiro o projeto e, após, a emenda.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza? Voto conhecido.

Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Projeto foi aprovado com nove votos favoráveis.

Submeto à deliberação do Plenário se posso repetir a mesma votação do Projeto para a emenda apresentada pelo Senador Sérgio Souza.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Item nº 10, do Senador Randolfe Rodrigues. Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2007.

Eu vou sugerir que tenhamos sempre requerimentos de convocação nesta Comissão, para que nos ajudem a votar as matérias terminativas.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, DE 2007
– Terminativo –

Altera o art. 41 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para submeter as agências reguladoras à auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual.

Autoria: Senador Gerson Camata

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ e pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

– Matéria apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CCJ.

Com a palavra o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, quero, primeiramente, destacar a importância desse Projeto, inclusive, na correção dos rumos dos problemas que diagnosticamos em relação às agências reguladoras. Creio eu que essa matéria tem relação direta com o ocorrido, recentemente, numa operação da Polícia Federal, a Operação Porto Seguro. Não é à toa – a aí felicito V. Exª – ter incluído na pauta nosso relatório em relação a essa matéria.

O Projeto de Lei do Senado nº 438, de autoria do então Senador Gerson Camata, foi apresentado em 7 de agosto daquele ano. Naquela mesma data, despacho do Presidente desta Casa encaminhou a proposição para as Comissões, para a CCJ e para a CMA.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 97 do Regimento Interno do Senado Federal, estudar e emitir pareceres. Como ressaltado pelo parecer da CCJ, o PLS nº 438, de 2007, não apresenta vício de iniciativa, e também quanto à técnica legislativa a proposição atende às disposições da Lei Complementar nº 95.

Efetivamente, diferentemente do que parece ter imaginado o Relator da matéria na CCJ, as avaliações de eficiência e eficácia dos órgãos públicos fazem parte da rotina de trabalho do TCU.

Portanto, mantenho essa atribuição do texto original da matéria.

No voto exarado, exponho o seguinte, Sr. Presidente:

Em face disso exposto, voto pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CMA

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do art. 41 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2007:

“**Art. 1º**

‘**Art. 41.**

.....

V – realizar auditorias operacionais periódicas nas agências reguladoras, com o fim de avaliar o desempenho da entidade e de seus diretores, encaminhando as decisões e o inteiro teor dos processos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados até o dia 31 de maio de cada exercício.’(NR)

Só esclareço, Sr. Presidente, que, aprovada – espero que o quanto antes – essa matéria pelo Plenário do Senado e, em seguida pela Câmara, passa a ser também atribuição do Tribunal de Contas a realização de auditorias periódicas nas agências reguladoras.

Feita a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer e voto do Relator...

Vou chamá-los.

Senador Anibal Diniz, como vota?

Chamada nominal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Voto “sim”. Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o Relator. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe Rodrigues. Voto conhecido.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O relatório foi aprovado com nove votos favoráveis, por unanimidade.

Submeto à deliberação do Plenário se posso repetir a mesma votação do projeto para a emenda apresentada pelo Relator.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Submeto à votação do Plenário a Emenda nº 1 da CCJ.

Aqueles que votam com o Relator votam “não”; ou seja, pela rejeição da emenda.

Chamada nominal.

Senador Anibal Diniz.

Se vota com o Relator é “não.”

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Voto “não.”

Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Voto “não”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, voto com o Relator porque creio que a posição adotada é extremamente coerente. Portanto, voto “não” à emenda da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe Rodrigues. Voto conhecido.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, vota “não”.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, vota “não”.
Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, vota “não”.

A emenda foi rejeitada por unanimidade, por nove votos.

O Projeto é aprovado com a Emenda nº 2 da CMA com nove votos favoráveis, nenhum contrário. Rejeitada a Emenda nº 1 da CCJ por nove votos favoráveis e nenhum contrário.

O item 15 da pauta já foi lido. Apenas vou fazer a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Item 11.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em seguida iremos ao item 11. Primeiro, o item 15, cujo relatório já foi lido.

ITEM 15

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.

Autoria: Deputado Valtenir Pereira.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta §2º ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para exigir que os fornecedores varejistas de produtos ofertados ao consumidor afixem o preço de venda do produto e o preço por unidade padrão de medida.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 113/2011 nos termos do Substitutivo, e pela rejeição do PLS 393/2011.

Como o relatório já foi lido em 20/11/2012, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o PLC nº103/2011, nos termos do Substitutivo apresentado. Aqueles que votam com o Relator votam “sim”.

Como vota o Senador Anibal Diniz? Voto conhecido.
Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Voto “sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Jorge Viana? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota ao Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares? (Pausa.)

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O PLC nº 103/2011 é aprovado nos termos do Substitutivo da CMA por oito votos favoráveis e nenhum contrário. Fica prejudicado o PLS nº 393/2011, tendo em vista a aprovação do PLC nº 103/2011, nos termos do Substitutivo da CMA.

Comunico, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto será submetido a turno suplementar na próxima reunião desta Comissão, estando aberto o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo.

Item 11.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, vai ser lido o relatório. Quero antecipar a solicitação do pedido de vista ao item 11. Mais uma vez, quero fazer um apelo a V. Exª. São 13h37. Nós já votamos inúmeros projetos terminativos. O quórum está no limite. Daqui a pouco, não teremos mais condições de tratar certas matérias. Com relação ao item 11, pediremos vista logo após a leitura do relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não sei qual é o requerimento que o nobre Líder do Governo está tão agoniado para aprovar. Acho que deve ser algo de grande interesse do Governo. Vai ter o apoio da oposição, fique tranquilo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quero informar ao nobre Senador, que está voltando da China, que, realmente, o assunto é de grande interesse. É para que possamos debater, aqui, a Operação Porto Seguro para esclarecer, como o Governo tem todo o interesse de dar total transparência, inúmeras situações levantadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, V. Exª vai propor que a Senhora Rosemary seja convidada?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Exª continua com o fuso horário da China.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador, eu quero registrar, eu quero pedir a compreensão do Líder do Governo, Senador Eduardo Braga: a minha obrigação como Presidente da Comissão, tendo em vista o quórum qualificado que temos e tendo em vista que temos vários projetos na pauta, há várias semanas, que são projetos terminativos, é de que, enquanto houver o quórum, eu sou obrigado a colocar na pauta, a menos que haja o entendimento do conjunto do Plenário de que devamos suspender. Até porque já há um acordo em relação aos requerimentos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Os requerimentos não são terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ...e eu vou submetê-los. E, como acordo é para ser cumprido, a Mesa, rigorosamente, que tem a prerrogativa de colocar ou não na pauta os requerimentos, já que eles são extrapauta, eles foram apresentados depois de lançada a pauta, só vai colocar em apreciação o fruto do acordo. Mas eu apelo para que os Senadores permaneçam o máximo que puderem, para que possamos avançar na nossa pauta terminativa.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2008 – Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que “dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos

automotores e dá outras providências”, para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, que, como eu disse, está em ritmo chinês.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, eu estou em ritmo brasileiro. Apenas o assunto é tão explosivo que repercutiu na China. Então, eu, lá na China, tomei conhecimento de que, no Brasil, estava estourando um novo processo de... Bom, o Senador ali do Governo entende.

Agora, ele está me informando, aqui, que...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A matéria é o PLS nº 55, Senador Flexa Ribeiro. Vamos nos ater ao item da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Presidente da Comissão que trata da fiscalização e controle está me dizendo que não está no requerimento dele – Senador Gurgacz, V. Ex^a é importante –, que é contra o convite da Sr^a Rosemary, que vou aditar ao requerimento do Senador Líder do Governo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O Flexa não participou. Ele chegou atrasado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu vou fazer a leitura, mas não temos mais quórum.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Ainda há quórum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ainda há quórum? Então vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Excelência, faça a leitura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Submete-se ao exame da Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2008, de autoria do Senador Gim Argello, Líder do Bloco União e Força. Vai ser pedida vista, aqui, pelo Líder do Governo. É um projeto da maior importância, para decisão terminativa.

O projeto altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que “dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências”, para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis.

A proposição estabelece que os fabricantes de veículos automotores ficam obrigados a apresentar, no prazo de 1 ano, Plano de Adequação para Veículos Automotores Comercializados no Brasil, de modo a assegurar, no prazo de 5 anos, a redução de 10% do consumo de combustível.

Determina, ainda, que o órgão técnico competente estabelecerá os procedimentos de medição, certificação e licenciamento dos níveis de consumo dos veículos e as medidas complementares relativas à avaliação e ao controle.

O Projeto não recebeu emendas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este Projeto passa unicamente na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Por isso, teve que ser também avaliado com relação à sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Nada a opor com relação a essas questões, mas o Senador Gim Argello, como eu disse, fez um Projeto, Senador Eduardo Braga, da maior importância, porque ele se preocupa com a questão da redução da emissão de poluentes por veículos automotores. Entretanto, ele não fixou metas a serem atingidas, apenas, em 5 anos, tem que se reduzir 10% do consumo de combustível, e não com a redução de poluentes.

Eu fiz uma emenda adequando às normas já aprovadas na União Européia e ao que a MP 563, de 2012, criou com o dispositivo com relação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto). Foram as emendas que fiz para incluir no projeto, como eu disse, da maior importância, do Senador Gim Argello.

Esse é o relatório, e o voto é pela aprovação do Projeto do Senado nº 55 de 2008, com duas emendas que tratam exatamente dessa questão de adequá-lo a metas a serem atendidas dentro do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Como não há quórum para deliberação, a Presidência determina que continuará a discussão dessa matéria na próxima reunião.

Quero indagar ao Líder do Governo se ele pede vista ou deixa para...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Deixamos para a próxima reunião, para poder dar prosseguimento, já que não há mais quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito. Então, eu vou aqui traduzir o fruto do acordo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero parabenizar a liderança do Senador Eduardo Braga, que trabalha junto com seus liderados de forma orquestrada, porque não só retirou o quórum da reunião, como também retirou seu pedido de vista, ou seja, nem abrir vista ao processo, de tal forma que ele retornasse na próxima reunião, foi possível.

Eu só lamento, porque essa é uma ação que vem contrária ao interesse de um Projeto da maior importância para a Comissão de Meio Ambiente, que é de diminuir a emissão de poluentes dos veículos automotores, do Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Flexa Ribeiro, esse item retornará à pauta na próxima reunião ordinária da Comissão.

Eu vou traduzir o fruto do acordo. Eu gostaria que o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Eduardo Braga, Líder do Governo, prestassem atenção para ver se eu estarei traduzindo fielmente o acordo que vi explicitado aqui no plenário. Nós faremos um convite ao Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União, Ministro Luís Inácio Adams, para vir prestar esclarecimentos a esta Comissão a respeito da Operação Porto Seguro; e convidaremos o Presidente da ANA e da Anac – Agência Nacional de Aviação Civil, para, em audiência pública conjunta com a Comissão de Infraestrutura, também debater a Operação Porto Seguro. É esse o acordo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, é exatamente isso. Seria o convite para o Ministro José Eduardo Cardozo, para o Ministro Luís Inácio Adams, para o Diretor-Geral da Anac e para o Diretor-Geral da ANA, fazendo, portanto, a divisão pelas respectivas comissões responsáveis. Fariamos, na CCJ, o Ministro da Justiça; na nossa CMA, o Ministro Luís Adams; na nossa CMA, a questão da ANA; e, na Comissão de Infraestrutura, a audiência de aviação civil, Anac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É só porque há uma pequena diferença em relação ao que eu apresentei. Primeiro, é importante esclarecer que, para o Ministro José Eduardo Cardozo, não há nenhuma proposta de que seja convidado para esta Comissão. Ele será na CCJ.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso vai ser apreciado amanhã na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, não nos cabe definir. Aqui, a esta Comissão...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Há um requerimento apresentado por nós, que faz

parte do entendimento do acordo, porque nós queremos que ele esteja aprovado aqui, mas que ele compareça na Comissão de Constituição e Justiça e lá faça a apresentação dele, enquanto nós teremos aqui o Ministro Adams.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sim. É importante registrar que o que a Comissão está deliberando é que nós ouviremos o Ministro Adams, e há uma pequena diferença em relação aos Presidentes das Agências, porque nós poderemos ouvir os dois conjuntamente, com a Comissão de Infraestrutura, ou separadamente o Presidente da ANA, que foi sabatinado nesta Comissão aqui, e o Diretor-Geral da Anac na Comissão de Infraestrutura. Faremos separadamente ou conjuntamente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Conjuntamente, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Conjuntamente, apenas porque não combinamos com a Senadora Lúcia Vânia, e, em respeito à Senadora, como lá, na Comissão de Infraestrutura, é feita a sabatina da Agência Nacional de Aviação Civil, e nós não conversamos com ela, nós estamos deixando apenas essa janela de oportunidade para que possamos construir entendimento, mas há acordo, não há nenhum problema de fazermos conjuntamente ou, dependendo de como ela decidir com relação à questão da Anac.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto a Secretaria da Comissão se podemos fazer essa aprovação no condicional. Quer dizer, havendo concordância da Comissão de Infraestrutura, faremos a audiência pública conjunta e, não havendo, faremos separadamente, ouviremos aqui a ANA e lá, na Infraestrutura, se assim eles decidirem, não nos cabe decidir pela Infraestrutura, o Diretor-Geral da Anac. É possível aprovar dessa forma? *(Pausa.)* Então, nós vamos aprovar conjuntamente e acertamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só para ficar claro, nós realizaremos, na semana que vem, uma audiência conjunta da CMA e da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não. A CCJ ouvirá o Ministro José Eduardo Cardozo e nós aqui ouviremos o Ministro Adams, separadamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir e o eminente Líder concordar, poderíamos ouvir conjuntamente, CMA e CCJ, o Ministro José Eduardo Cardozo, requerimento que será apreciado amanhã, e o Ministro Adams em reunião conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – De nossa parte não há problema, mas, da mesma forma, isso tem que se combinar com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Eu, em contato com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, soube que tinha preferido ouvir separadamente o Ministro José Eduardo Cardozo lá e sugeriu que ouvíssemos o Ministro Adams aqui. Acho que poderíamos aprovar e dialogaríamos se faríamos individualmente ou conjuntamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Perfeitamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)
– Sr. Presidente, da parte do Governo não há nenhum problema com relação à matéria, nós queremos fazer o debate, faríamos o debate na CCJ, faríamos o debate em sessão conjunta, como ficar decidido entre o Presidente da CCJ e o Presidente da CMA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Temos certeza, Sr. Presidente, de que o eminente Presidente Eunício Oliveira não irá se opor. Inclusive, é uma economia processual fazer uma só do que fazer duas ou várias reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, peço que o representante da maioria e o representante da minoria formalizem o requerimento, mas submeto essa decisão ao Plenário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)
– Como sugerido no início dos nossos debates, que pudéssemos ser, portanto, co-signatários desses requerimentos todos, seja oposição, seja situação, para que fique registrado o entendimento na busca do esclarecimento dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Submeto à apreciação do Plenário este entendimento, aliás, a entrada extrapauta dessa questão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

E este entendimento expresso nesse acordo.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO
AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E
CONTR Nº 102, DE 2012**

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados os Ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Advocacia-Geral da União, Luis Inácio Lucena Adams, para prestarem in-

formações, em reunião conjunta, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infraestrutura, sobre a denominada “Operação Porto Seguro”.

Autoria: Senador Eduardo Braga e outros.

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO
AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E
CONTR Nº 103, DE 2012**

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. VICENTE ANDREU GUILLO, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, para prestar esclarecimentos sobre as fraudes praticadas no âmbito dessa Agência Reguladora, conforme revelado pela denominada “Operação Porto Seguro” da Polícia Federal.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros.)

Nada mais havendo a tratar, agradeço muito a presença de todos os Senadores, de todos os assessores, da imprensa, desse quórum qualificado que nos permitiu avançar na nossa pauta deliberativa, que nos permitiu aprovar projetos muito importantes hoje, agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 52 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9H, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às nove horas e vinte minutos do dia seis de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **PEDRO TAQUES**, **RODRIGO ROLLEMBERG**, **IVO CASSOL**, **GIM**, **JOÃO COSTA**, **VANESSA GRAZZIOTIN**, **FLEXA RIBEIRO** e o Senador não-membro **JOSÉ PIMENTEL**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ**, **ACIR GURGACZ**, **JORGE VIANA**, **LUIZ HENRIQUE**, **EUNÍCIO OLIVEIRA**, **EDUARDO BRAGA**, **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, **ALVARO DIAS**, **JOSÉ AGRIPI-**

NO e RANDOLFE RODRIGUES. O Senhor Senador **SÉRGIO SOUZA** justificou sua ausência. Fica registrada a presença em plenário do ex-Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas **JOSÉ MACHADO**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA.** Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 103, de 2012-CMA, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros, com a presença do Senhor **VICENTE ANDREU GUILLO**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, para prestar esclarecimentos sobre a “Operação Porto Seguro” da Polícia Federal. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, PEDRO TAQUES, GIM e JOSÉ PIMENTEL**. O convidado responde as perguntas feitas e apresenta suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 06/12/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A reunião destina-se a ouvir o Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, sobre denúncias reveladas na Operação Porto Seguro, da Polícia Federal, em atendimento ao Requerimento nº 103, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques.

Atendemos, assim, o acordo realizado na reunião de 27 de novembro de 2012, quando se definiu por convites ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e ao Advogado-Geral da União, Luís Adams, ouvidos ontem, conjuntamente com a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Infraestrutura; e aos Diretores-Presidentes da Agência Nacional de

Águas, Dr. Vicente Andreu, e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Guarany, este último a ser ouvido na próxima quarta-feira, na Comissão de Infraestrutura.

De forma que o procedimento a ser adotado na presente reunião seguirá o disposto no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, ou seja: a exposição deverá ter a duração de meia hora; abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de 5 minutos; o interpelado terá igual prazo de 5 minutos, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de 2 minutos; e conceder-se-á à autoridade o mesmo tempo para tréplica.

A lista de inscrições está aberta e terão prioridade os autores do requerimento. Informo que será concedida a palavra em ordem alternada aos partidos, conforme prevê o Regimento.

Convido o Dr. Vicente Andreu.

Agradeço a presença do Presidente da Agência Nacional de Águas, Sr. Vicente Andreu.

Registro aqui também, com alegria, a presença do Ministro em exercício do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Francisco Gaetani, de servidores do Ministério do Meio Ambiente e da imprensa.

Passo, então, neste momento, a palavra ao Dr. Vicente Andreu, com o tempo de até 30 minutos.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Bom dia, senhoras e senhores.

Inicialmente, eu queria agradecer muito o convite feito pela Comissão de Meio Ambiente do Senado para que nós estivéssemos aqui. É do nosso interesse também de que a situação seja esclarecida o mais rapidamente possível, porque ela tem produzido um desgaste na imagem da nossa Agência que não é correspondente àquilo que efetivamente aconteceu no âmbito da Agência Nacional e que eu pretendo, ao longo desta minha exposição e das perguntas que surgirem, esclarecer adequadamente.

Eu queria fazer um agradecimento especial a esta Comissão, em particular ao seu Presidente, o Senador Rodrigo Rollemberg, pelas relações que esta Comissão tem com a nossa Agência no fortalecimento da temática da água, tão importante para o nosso País e também para o mundo. Então, eu queria agradecer muito ao senhor o convite, e também agradecer sua presença ontem no 4º Prêmio ANA, que premia práticas exitosas na gestão de água no Brasil, e sua presença e seu estímulo nesse evento deram um ânimo de reconhecimento aos nossos servidores, ao quadro de excelência da Agência Nacional de Águas, o que é muito importante.

Eu queria mencionar que organizei a minha fala aqui hoje em quatro temas. Primeiro, eu gostaria de falar como funciona a Agência Nacional de Águas e como acontece o processo deliberativo no interior da Agência. Quero também adiantar e apresentar algumas características do mandato do Diretor Paulo Vieira ao longo desses pouco mais de dois anos de mandato junto à Agência. O terceiro ponto é mencionar que providências foram tomadas, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e também no âmbito da Agência Nacional de Águas, como uma resposta a essa situação.

Por último, até me antecipando eventualmente, há uma situação que gostaríamos muito de esclarecer. Uma vez que as informações apresentadas pela mídia não correspondem exatamente ao procedimento da nossa Agência e aos fatos, quero tratar também das questões internas da Agência Nacional de Águas relativas à nomeação de Paulo Vieira junto à Companhia Docas de São Paulo. Então, nesse elenco, pretendo fazer aqui a minha exposição.

Inicialmente, antes de entrar nesse roteiro, eu queria fazer alguns destaques que, do nosso ponto de vista, são importantes. O primeiro deles é relativo ao depoimento feito pelo Superintendente da Polícia Federal ao anunciar a Operação. Ele mencionou explicitamente aqueles envolvidos na Operação, entre eles o Diretor afastado, Paulo Vieira, dizendo que nenhuma ação decorrente daqueles envolvidos implicava suspeição ou qualquer medida investigatória em relação aos seus superiores. E mais: o delegado fez questão de mencionar o fato de que nenhum órgão colegiado encontrava-se também sob investigação no âmbito da Polícia Federal.

Eu gostaria de fazer menção a essa questão inicialmente, porque há uma interpretação, muitas vezes equivocada, de que a Agência Nacional de Águas encontra-se sob investigação. Às vezes, inclusive – permitam-me dizer isso, porque estou sempre relatando situação da mídia –, essa informação é até atribuída a pessoas do próprio Governo. Eu queria dizer, deixando isso bem claro, que a Agência Nacional de Águas não se encontra sob investigação. Nenhum procedimento da Agência Nacional de Águas está sob investigação no âmbito da Operação Porto Seguro. O que está sob investigação – e vou comentar logo a seguir – são procedimentos do Diretor da Agência, que, no âmbito da Agência, utilizou a infraestrutura colocada à disposição do Diretor, para o exercício do seu cargo de Diretor, e o espaço que, evidentemente, um cargo público dessa natureza lhe proporciona para, pelas investigações apresentadas, delinquir junto a um conjunto de pessoas de outras organizações das esferas pública e privada do nosso País.

Isso, para nós, é muito importante. Muitas vezes, a mídia diz: “A Agência Nacional de Águas está sob investigação”. A Agência Nacional não está sob investigação. Nenhum procedimento, nem sequer aqueles vinculados ao mandato do Paulo, encontra-se sob investigação nesse processo. Isso, para nós, é muito importante, porque, evidentemente, do ponto de vista da opinião pública, quando se trata de uma pessoa vinculada a uma instituição, a instituição também passa a sofrer esse processo de desgaste no imaginário das pessoas, que pensam que ela se encontra também sob investigação.

Esse, para nós, é um registro fundamental. E, do nosso ponto de vista, como pretendo aqui também mencionar, isso só fortalece os procedimentos que não só a ANA, mas também as demais Agências adotam para reduzir o risco regulatório, para reduzir o papel pessoal de qualquer um dos seus dirigentes no processo de deliberação, de tal maneira que as ações ocorrem, todas elas até o momento noticiadas, em outras esferas, e nenhuma envolve ação ou procedimento da Agência Nacional de Águas.

Por que isso nos dá essa segurança? Pela maneira como o processo deliberativo é construído no interior da Agência Nacional. Como é que ela funciona? A diretoria é colegiada. São cinco diretores, e todos eles passam pelo mesmo processo de aprovação, sobre o qual não me vou aqui aprofundar, porque não me parece que seja minha responsabilidade. Mas são cinco diretores, e esses diretores têm, no âmbito da Agência, uma supervisão das dez superintendências, contando dessa maneira, as dez superintendências da Agência. Então, os diretores têm uma supervisão, um acompanhamento cotidiano, uma responsabilidade por apressar e agilizar procedimentos, mas nenhum diretor tem, individualmente, nenhum poder de deliberar ou de emitir resoluções a respeito inclusive da sua própria área. Essa é uma primeira questão importantíssima, a diretoria é colegiada e o que os diretores têm é uma supervisão das superintendências. No caso do Dr. Paulo Vieira, ele exercia a supervisão da área de hidrologia, tendo vinculada a eles a Superintendência de Eventos Críticos e a Superintendência de Gestão da Rede.

Ademais, todo o processo que chega à diretoria é precedido de uma instrução que é originária nas áreas. Então, são raríssimos os casos – no caso dele nem houve – em que, em função de uma emergência, esse processo é apreciado pela diretoria, em função dessa condição. Mas todos os procedimentos são originários das áreas e têm uma situação absolutamente técnica. Isso também é importante. Ela não surge de uma demanda específica do diretor sem que haja uma

instrução processual que justifique qualquer uma dessas demandas de qualquer um dos diretores.

A diretoria adota também o mecanismo de que, uma vez encaminhado para a diretoria, para dar uma instrução na área técnica, nenhum processo que tenha origem na área é relatado na diretoria pelo diretor que é responsável por aquela superintendência. Então, uma área que tenha uma origem, por exemplo, na superintendência A, cujo diretor é A, quando vai à diretoria, tem um procedimento e vou explicar, ele será relatado por outro diretor que não A, isso para garantir também o maior nível de conhecimento da diretoria e que não haja prevalência da posição do diretor ou da área técnica onde essa matéria tem origem.

Antes de ser encaminhada à diretoria, com essa condição, é raríssimo também caso específico onde o diretor relator concede ao diretor de origem a condição de relator, por conta de ser uma coisa extremamente técnica, ou extremamente complexa. Então o diretor relator nunca é o diretor da origem.

Antes de ir à diretoria, existe um grupo de assessores. Ou seja, os assessores de todos os diretores analisam a condição de processo e de conteúdo relativo àquele procedimento antes de ir para a diretoria.

Então há um conjunto de assessores, isso é necessário. E inclusive no relatório do diretor ele vai mencionar obrigatoriamente, assim, como outras questões, se houve consenso ou não do conjunto de assessores. Porque os assessores dos diretores podem manifestar e ir à diretoria com alguma divergência. Mas em quase todas as situações, ou em todas que vão à diretoria, porque previamente se há alguma diferença isso busca ser solucionado no âmbito técnico, ele vem pela relatoria com o consenso dos assessores dos dirigentes. Todos os dirigentes têm dois assessores técnicos que participam desse fórum que analisa previamente o encaminhamento à diretoria. Em seguida, ele é sorteado e depois ele vai para a diretoria colegiada. Na etapa da diretoria colegiada, o diretor então relata o seu voto, esse voto quase sempre formulado nesse processo inclusive pela sua própria assessoria e depois ele é analisado e votado.

A votação é uma votação individual. Então não existe uma situação onde apresentar um relatório significa que esse relatório está automaticamente aprovado. Então é submetido à diretoria colegiada, que então vota.

Essa condição, esse procedimento, do nosso ponto de vista, garante uma isenção muito grande no processo regulatório, nas nossas atividades, que elimina ou busca eliminar, não quero aqui ser absoluto, suscetibilidades, avaliações discricionárias e tudo mais durante o processo. Eles podem depois se manifestar no processo de discussão no âmbito da diretoria.

Com relação ao mandato do Dr. Paulo Vieira, do ex-diretor, diretor afastado, ele foi sabatinado na mesma condição em que fomos sabatinados eu e o Dr. João Lotufo. Em seguida, os nomes foram ao plenário, aprovados pela Comissão. No plenário, houve uma aprovação do nome do Dr. Lotufo e o meu para a Agência Nacional de Águas, e houve uma rejeição numa primeira votação. Em função de um rito exclusivo do Senado, que cabe ao Senado decidir, ele foi, então... Isso aconteceu no mês de dezembro de 2009. Eu assumi, assim como o Dr. Lotufo, em janeiro de 2010, e o Dr. Paulo, então, não assumiu nesse momento. Ele assumiu posteriormente, no mês de abril.

Em função de ele ser uma pessoa desconhecida do sistema – ele não era uma pessoa da qual o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, os diversos conselhos, comitês de bacia, organizações do sistema tivessem um conhecimento prévio da sua atuação –, nós tomamos uma decisão, no âmbito da diretoria. Nós deveríamos reduzir – ele não tinha uma experiência específica nem formação nessa área –, num primeiro momento, a possibilidade de exercício discricionário em relação a alguns temas que são do seu domínio – ele é uma pessoa voltada para a área jurídica e, me parece, de formação na Administração Pública. Então, para que houvesse uma redução – e isso eu vou deixar bastante claro –, a decisão da diretoria, dos outros quatro diretores, foi de, na escolha das superintendências que seriam vinculadas ao seu mandato, nós apresentarmos para o diretor então áreas eminentemente técnicas, senão as mais técnicas, voltadas para a ação da Agência Nacional de Águas.

Às vezes pode parecer uma contradição uma pessoa que não tinha o conhecimento para o exercício dessa área, que não tinha o conhecimento prévio, que não demonstrava isso, que não tinha um histórico nessa direção, ser responsável pela área de hidrologia. Foi porque a área de hidrologia é aquela que é muito menos suscetível a qualquer opinião de natureza discricionária. É aquela em que o conhecimento acerca do monitoramento, das vazões, de todo o processo hidrológico é muito intenso, e ele não dispunha dessa condição. Isso foi tomado pela diretoria. Quero dizer que ele não aprovava essa indicação. Ele gostaria de ter vinculado ao seu mandato áreas como as de regulação ou de fiscalização ou a área administrativa; eram as menções que ele fazia.

Na época, evidentemente, nós não tínhamos o conhecimento nem as informações acerca do interesse manifestado através de *e-mail* dele para a área da regulação. A área de regulação poderia ter um certo risco. A de fiscalização *idem*. Então, nós decidimos mantê-lo na área de hidrologia, com essas duas superintendências.

Isso foi um ato consciente da diretoria, apresentando essa condição, muito embora possa parecer isso, de que ele é responsável pela área de hidrologia. Mas foi um mecanismo que nós encontramos para reduzir, se não eliminar – acredito que eliminamos – a condição de uma posição que poderia ser, por exemplo, diferente, pelo domínio que ele tem, numa área administrativa envolvendo algum tipo de contrato. Então, na área de hidrologia, a posição era a da diretoria.

Uma segunda medida que nós adotamos ao longo do mandato: o Regimento da Agência Nacional de Águas prevê o rodízio dessas superintendências entre os diretores, o que nós acreditamos também ser uma medida extremamente positiva no âmbito das agências. Isso consta, não é obrigatório, mas há essa possibilidade do rodízio anual das superintendências vinculadas aos diretores. Então, num primeiro momento, o Paulo, depois de relutar com relação a essas áreas e dizer o seguinte: “Bom, daqui a um ano vai haver o rodízio e, no rodízio, eu não vou ficar mais com essas áreas técnicas e posso eventualmente ter uma participação em outras áreas”.

Nós suspendemos o rodízio. É importante isso. Então, durante esse período, não houve rodízio. Muito embora ele reclamasse pelo rodízio, e até por questão de relação interna nas áreas com servidores, vários deles, até de bom humor, diziam: “Rodízio já! Queremos rodízio já, rodízio, rodízio!” E nós mantivemos durante esse período o Diretor Paulo Vieira na área de Hidrologia.

Houve um terceiro fato – esse aqui vinculado aos acontecimentos, não ao regimento – que foi o seguinte: nas primeiras reuniões, nas duas primeiras reuniões e durante um período, depois eu vou falar sobre isso...

Bom, historicamente, só para fazer um registro, a nossa Procuradoria é parte do processo de consulta. Eu me esqueci de dizer isso, mas, 99% dos processos, antes de chegarem à diretoria, passam pela Procuradoria Geral. São servidores nomeados através da AGU – Advocacia-Geral da União, e eles vêm, então, à diretoria. Não participava das reuniões de diretoria – ela é exclusiva dos diretores e da Secretaria-Geral – o procurador.

Nas primeiras reuniões, ele emitia muita opinião de natureza jurídica, de natureza técnica sobre qualquer tipo de assunto que vinha: contrato, ação e tudo o mais. Então, nós tomamos a deliberação de colocar – e, a partir daí, faz parte de todas as reuniões da diretoria – a Procuradoria Geral da nossa Agência.

Então, para confrontar, avaliar, porque nem eu, nem os demais diretores têm informação nessa área, para que não houvesse uma prevalência ou uma indução na manifestação do diretor em relação a te-

mas sobre os quais ele tenha um domínio maior do que o restante da diretoria, a nossa Procuradoria não só se manifestava nos autos, durante o processo de formação, como o procurador acompanhou todas as reuniões de diretoria existentes. Mesmo nas férias, o procurador substituto. De tal maneira que, quando se estabelecia qualquer nível de conflito na área jurídica, quem assessorava a diretoria, para nas reuniões deliberar, não era o Dr. Paulo, porque o Paulo que emitia a sua opinião, mas a Procuradoria, que a diretoria, então, acompanhava.

Portanto, foram esses os mecanismos de natureza geral que nós adotamos e que nos dá a completa convicção de que nada envolveu a Agência Nacional de Águas nos seus procedimentos regulatórios. Não houve fiscalização motivada por pedido do Paulo, não houve outorga motivada por pedido pessoal do Paulo, não houve contrato. Nada, nada, nada, nada aconteceu em função da deliberação dele. Quero adiantar que não aconteceu por deliberação de nenhum dos diretores, porque esse procedimento garante o processo para todos, mesmo porque a gente agora conta essa história de trás para frente, a partir da operação, mas nós temos que entender o processo histórico, em relação ao qual não havia nenhuma situação.

Então, esse é o mecanismo que dá garantia de que há uma redução da participação pessoal do Diretor. A questão relativa ao seu mandato.

O Paulo tem nitidamente duas situações no seu mandato no âmbito da Agência. Um primeiro muito tumultuado, muito tumultuado. Ele insistia e desejava ocupar espaços no âmbito da Agência desproporcionais às regras que nós sempre estabelecemos, de nomeação exclusiva do gabinete por parte da diretoria, da responsabilidade a respeito das áreas. Então, ele disputava – vamos colocar isto com franqueza também – a autoridade no âmbito da diretoria. Então, as reuniões foram muito difíceis, muito difíceis, com muito conflito no início, em que nitidamente manifestava esse desejo de se apresentar de maneira muito fortalecida do ponto de vista político. Fazia menção a situações de conhecimento de pessoas e de relações que, depois, mesmo durante o processo, nós sabíamos que não passavam de uma situação de se arvorar de um conhecimento que efetivamente não detinha. E, a partir dessa insistência e do fato de que a Agência não faria nenhuma concessão particular ao Paulo em relação aos seus desejos, ele passou, então, a um segundo período, em que se afastou, praticamente, do dia a dia da Agência. Não se envolveu nas questões mais diretas, restringia-se a participar da diretoria e emitia seus relatórios de maneira formal, eventuais comen-

tários sobre algum tema, porque ele tem essa personalidade de comentar.

Então, isso acontecia. É nítido, é conhecido, é notório no âmbito da Agência. Foram duas etapas: a chegada dele, com a etapa do tipo “vou comandar a Agência, quero influir decisivamente sobre a Agência”; e uma segunda etapa, em que ele se afasta, o que, no nosso entendimento, é fruto desses procedimentos. Ele se afastou e passou a ter um mandato que eu chamaria até de normal ou abaixo do normal em relação à sua conduta na Agência. Ele, obviamente, tinha um nível... Ele usava o gabinete da Diretoria para contatos frequentes. Ficava na Diretoria, no prédio, até tarde. Eu, assim como os diretores, saio por volta de 19 horas, 19h30, praticamente todas as noites. Ele se estendia além disso. E tinha o hábito, que está refletido na personalidade dele, de, muitas vezes, quando atendia alguma autoridade ou alguém, ele fazia questão de nos apresentar a essa pessoa, dizendo: “Ah, eu ia lá na sala e interrompia...” Então, foi isso que aconteceu. Essas duas situações do mandato são muito relevantes.

Bom, chega a denúncia, chega a Operação, numa sexta-feira. Eu recebi uma ligação, logo pela manhã, por volta das 7 horas, do Delegado-Geral da Polícia Federal, que comunicou a Operação. Nós já tínhamos a informação, por meio dos servidores, do início dessa Operação. Eu me encontrava na cidade de Foz do Iguaçu. Em razão de um compromisso internacional, nós estávamos sediando no Brasil a reunião da Conferência de Diretores Ibero-americanos de Água. Recebi essa informação, manifestei ao Delegado total surpresa, no primeiro momento, mas também a disposição da Agência em colaborar com todas as investigações e a facilitação. O Delegado foi bastante lacônico, apenas perguntou se nós tínhamos alguma condição, alguma subsidiária, alguma agência em São Paulo. Eu respondi a ele que não. Já imaginava qual era o motivo, pelas informações que eu havia recebido dos servidores. Se se localizava no gabinete do então Diretor Paulo Vieira, eu disse que não. Talvez a questão da atuação privada dele como conselheiro dos portos levasse a essa pergunta por parte do Delegado-Geral da Polícia. Mas, no âmbito da Agência, a Agência não tem nenhuma descentralização, seja em São Paulo ou em qualquer outro local.

Transcorreu o dia. A Operação aconteceu das 6h30 até por volta das 10h45. Então, nós passamos a, depois de concluída a Operação, que se limitou – isso é importante – exclusivamente ao gabinete do Diretor Paulo Vieira, não houve nenhuma outra área em que fosse solicitado um procedimento, um documento, qualquer outra coisa, limitou-se àquele gabinete, nós passamos a emitir as notas. Soubemos, então,

que o Paulo foi preso, tamanha a dimensão da Operação. Uma das duas assessoras que ele possuía foi chamada à Polícia Federal e lá prestou depoimento, sobre o qual não temos conhecimento. Ficou lá, não sei qual a extensão do depoimento, mas deu depoimento por 3 horas, eu não sei por quanto tempo foi o depoimento, mas ela permaneceu por cerca de 3 ou 4 horas na Polícia Federal. E, logo em seguida, duas pessoas, que são as suas secretárias, também foram chamadas à Polícia Federal e retornaram à Agência Nacional de Águas.

No sábado, durante o dia, monitorei a nossa Ministra, passei todas as informações de que íamos dispondo à Ministra do Meio Ambiente. Ela suspendeu uma viagem que tinha em função dessa condição, uma viagem ao Rio de Janeiro, e, no sábado, ela nos pediu então que, por determinação da Presidenta Dilma Rousseff, desejava fazer uma reunião para determinar a abertura de procedimento administrativo em relação ao Diretor. Então, foi feita no sábado uma reunião com a Ministra, e aí a Ministra determinou, seguindo as orientações da Presidenta, a abertura de um processo administrativo contra o Diretor.

Por que funciona assim? É só uma explicação rápida: a diretoria tem competência para instaurar e julgar procedimentos administrativos no âmbito dos seus servidores internos. Porém, quando se trata de processo administrativo relativo a algum dos seus diretores, esse processo só pode ser autorizado, aberto pelo ministério ao qual a agência está vinculada. Então, quem abre a sindicância é o ministro que está vinculado.

No nosso caso, quando é interno, a diretoria abre e julga. No caso de diretor, quem determina a abertura é a Ministra. Quem julga, quem aplica a penalidade em relação ao processo administrativo é sempre a Presidência da República, porque essa é uma garantia estabelecida na lei das agências.

Então, a Ministra determinou. Ela fez mais: ela determinou inclusive que o processo administrativo fosse aberto com servidores, como exige a lei dos servidores da União. Poder-se-ia escolher qualquer servidor, mas ela determinou que fosse coordenado pelo nosso corregedor, que é também funcionário da União, da CGU. A comissão é coordenada por ele; ela tem um representante da PGE. Nem foi designado o coordenador, que participava das reuniões de diretoria, mas, sim, um outro advogado que compõe o nosso cargo; e por um servidor da área administrativa.

Feito isso, na segunda-feira – isso é sábado –, há todas as reuniões de diretoria, e nós mantivemos a pauta da reunião de diretoria. Isso é importante. Apesar da pressão e de tudo mais, nós dissemos o seguinte: “Não há nada até o momento, como não há

até o momento também nada que envolva a Agência Nacional”. Mantivemos a pauta e incluímos a discussão acerca do que havia acontecido. Chamamos o corregedor para verificar se era necessário algum tipo de procedimento interno da Agência Nacional, abertura de uma sindicância específica. O corregedor, então, orientou-nos, dizendo o seguinte: “Desnecessário, uma vez que, como a comissão designada pela Ministra envolve pessoas que estão no âmbito da Agência, nós estaríamos reproduzindo, no âmbito da Agência – porque obrigatoriamente seria o corregedor – uma outra comissão, que seria composta e dirigida pela mesma...”

(Interrupção do som.)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – “É desnecessário porque quem pode o mais nessa comissão, nesse processo administrativo, pode o menos.”

Então, não houve uma decisão de instauração por conta dessa questão.

Nós tomamos a decisão de suspender daquela reunião os votos que seriam relatados pelo Paulo Vieira para deliberação, para os demais diretores. Então, os casos que seriam apreciados por eles não foram apreciados. Eles foram redistribuídos entre os diretores. Nós chamamos a responsabilidade para a duas superintendências, para o diretor-presidente. Então, elas hoje estão vinculadas interinamente ao diretor-presidente; a de eventos críticos e usos múltiplos e a de gestão da rede estão vinculados à presidência. E determinamos um levantamento de todos os procedimentos no sentido de facilitar esse processo; de todos os procedimentos que tiveram origem na diretoria, que tiveram origem nas áreas vinculadas ao Paulo.

Esses processos foram levantados, bem como aqueles que ele relatou por conta do sorteio, aqueles que ele relatou que tiveram origem em áreas distintas das dele. Portanto, isso foi levantado. Está disponível o andamento da comissão. É de natureza sigilosa, mas isso foi levantado, e está à disposição da comissão que apura o procedimento administrativo.

Então, no âmbito da Agência, foram essas as medidas adotadas logo na segunda-feira e que, no nosso ponto de vista, têm respondido adequadamente.

(Soa a campainha.)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – O último ponto – eu posso encerrar ou, se o senhor desejar, posso avançar por alguns minutos – envolve uma questão polêmica, que eu já gostaria também de esclarecer, que é a participação dele como conselheiro nas docas de Santos.

Eu trouxe para isso – só para facilitar o entendimento, porque aí envolve questão de regimentos – poucas transparências, que vão demonstrar que, na

verdade, a Agência não nomeia ninguém, muito menos para conselho de administração; isso é sempre exercido por natureza privada. Ele foi nomeado para esse conselho a partir de uma indicação no Ministério dos Transportes, e não a partir de qualquer nomeação da ANA, mesmo porque nós não temos sequer qualquer relação de competência com os portos de uma maneira geral, e muito mais sobre os portos de natureza marítima, como é o caso do Porto de Santos.

Então, eu queria passar muito rapidamente, para fazer esse entendimento, dizendo o seguinte: o Regimento da Agência Nacional de Águas que vigeu até 21 de fevereiro de 2011 era a transcrição do decreto que regulamenta a lei que cria a Agência Nacional de Águas, e ele veda aos dirigentes da Agência, conforme dispusesse o Regimento Interno – estamos falando aqui do lado esquerdo –, ter interesse direto e indireto em empresa relacionada ao sistema. E a vedação que trata o *caput* desse artigo não se aplica aos casos de atividades profissionais decorrentes de vínculos contratuais mantidos com entidades públicas ou privadas de ensino e pesquisa. Ou seja, ele não poderia participar, ninguém poderia participar, além da restrição anterior do próprio *caput* do artigo. Mas ele dizia que, em entidades públicas ou privadas de ensino e pesquisa, era possível a participação, como é garantida em lei, dos dirigentes da Agência.

O Regimento da Agência Nacional – vocês vão ver aqui – reproduz o que consta no decreto regulamentador da Agência.

Adiante.

Sobreveio a Lei 10.871, que trata das agências reguladoras e, no art. 36, foi incluída por uma outra lei – lei, não estamos mais falando de decreto –, a Lei 11.314, de 2006, além da vedação que já estava mencionada, “excetuados [eu queria que vocês vissem a última linha] os casos admitidos em lei”.

Então, vejam: antes, era apenas ensino e pesquisa e, depois, a lei alargou essa possibilidade dizendo “excetuados os casos admitidos em lei”. Então, não ficava mais condicionado o decreto ao Regimento, mas sim às condições permitidas em lei que, inclusive, permitem que diversos dirigentes, servidores de órgãos públicos estaduais e federal – isso acontece no Governo Federal, acontece em vários governos estaduais; vocês têm acompanhado pela imprensa –, participem. Então, ele deu ao dirigente da Agência, que antes estava restrito àquela condição de só ensino e pesquisa, as mesmas condições das admitidas em lei.

A resolução da ANA reproduz exatamente o que consta na lei. Aí alguém há de perguntar: mas por que vocês fizeram a alteração do Regimento só em 21 de fevereiro? Foi feito, evidentemente, por uma motivação

do Paulo. O Paulo comunicou que estava tratando da sua indicação ao conselho e que o nosso Regimento, que não havia sido modificado em 2006, estava restringindo a participação dele. Então, o Regimento precisava ser analisado.

Nós pedimos para que ele instrísse o pedido. Esse pedido foi formulado, esse pedido foi analisado pela Procuradoria Geral, que entendeu que o Regimento deveria ser atualizado à Lei.

Evidentemente, ele estava interessado no exercício do cargo de conselheiro. Mas nós não estávamos tratando do exercício do cargo no conselho; nós estávamos tratando da adequação do Regimento à Lei. Então, nós acrescentamos os demais casos admitidos em lei no nosso Regimento e tomamos uma cautela – o nosso ponto de vista foi importante; e também quero emitir aqui um entendimento equivocado da Comissão de Ética Pública –, nós acrescentamos que a acumulação de cargos ou funções admitidos no parágrafo anterior, que sejam aqueles admitidos em lei, deverá ser previamente submetida à Comissão de Ética. Para quê? Para dar transparência. Porque, evidentemente, alguém poderia ser convidado, qualquer diretor poderia ser convidado privadamente, exercer o cargo privadamente e não comunicar à diretoria. Então, passou a ser uma penalidade não constar a comunicação à Comissão de Ética Pública.

Aí acaba o papel da Agência. O que ocorre em seguida? O Paulo, então, cumprindo o § 3º, comunica à Comissão de Ética Pública que vai ser nomeado, indicado para o Conselho da Doca de Santos. Ele é nomeado no dia 26 de abril de 2011 – nós estamos falando, aqui, de fevereiro –, junto com ele, na assembleia de 2011, na Codesp, os representantes da União, que também são servidores, além dele, foram indicados pelos seus respectivos Ministérios.

Então, a Secretaria de Portos indicou seu representante, o Ministério do Planejamento indicou seu representante, e o Ministério dos Transportes – é importante que todos saibam disso –, indicou seu representante. O Ministério dos Transportes escolheu uma pessoa que estava ocupando o cargo na Agência, mas não foi a Agência que teve qualquer influência nesse processo. Ele foi, então, utilizado.

Comunicado à Comissão de Ética, a Comissão de Ética responde de duas maneiras. Em fevereiro ou março deste ano, então, transcorrido um ano, a Comissão responde ao Paulo que ele não poderia acumular o cargo junto ao Conselho e comunica à Agência Nacional de Águas – porque nós não havíamos feito nenhuma comunicação à Comissão de Ética Pública – para retirar o § 3º do nosso Regimento, parágrafo este que, inclusive, a Portaria de ontem do Ministro Adams

determina que todos os servidores que passam por acumulação de cargo tenham que comunicar à Comissão de Ética Pública. Mas a Comissão entendeu que nós deveríamos retirar, porque nós estávamos atribuindo à Comissão função estranha à competência da Comissão de Ética Pública.

Aí ocorrem dois recursos: o Paulo recorre da acumulação...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Espere aí, só um minuto. Quem sugeriu ou determinou a retirada?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – A Comissão de Ética Pública. A inclusão veio através de uma sugestão da nossa Procuradoria, que foi aceita por todos os diretores, essa inclusão. A retirada, pela Comissão de Ética Pública.

À Comissão de Ética Pública, então, surgem dois recursos: o Paulo recorre privadamente do acúmulo de cargos, cuja resposta aconteceu na quinta-feira prévia à operação, que ocorreu na sexta. Então, ele, na quinta-feira, foi notificado de que não poderia acumular. O recurso não foi aceito, e nós recorremos, como Agência, dizendo que a Comissão havia tido – como nós continuamos achando isso – um entendimento errado a respeito do que representa o § 3º, que é uma visão de transparência pública, que ademais consta até do próprio Estatuto do Servidor.

Do nosso recurso a respeito de que eles revejam a situação em relação a esse parágrafo, nós não temos o retorno. O Relator, no processo de imprensa, declarou à imprensa que havia negado o nosso recurso e que o recurso seria apreciado pelo Plenário e que seria negado pelo Plenário. Declaração do Coordenador e Relator da Comissão de Ética Pública, que está analisando. Mas a Agência, até o momento, que eu saiba, não foi notificada de nenhuma decisão a respeito do nosso recurso, que é manter no nosso Regimento uma condição que é de maior transparência.

E mais: foi só essa obrigação que levou o Paulo a ter que fazer a consulta à Comissão de Ética Pública – não houvesse explícita essa condição, ele poderia fazê-lo ou não – da acumulação de cargo.

Há mais um eslaide, se não me engano.

Aqui é a Portaria de anteontem, que determina – por acaso, também aqui é um art. 3º – que “a posse em cargo ou função pública que submeta a autoridade às normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal deve ser precedida de consulta da autoridade à Comissão de Ética Pública.” O que ele está determinando aqui, agora, é que a própria instituição também faça essa consulta. Mas o que havia era, no nosso Regimento, a obrigação de que ele, privadamente, fizesse essa consulta.

Há um último eslaide. Aqui é ilegível, mas é só para confirmar que, no ato de nomeação dele junto à Codesp, onde várias das denúncias estão vinculadas, estão no mesmo modelo.

Pode passar. Quem tiver interesse, pode consultar, de que ele foi nomeado junto com outros servidores.

E, por último, dizer o seguinte: o fato de ele exercer um cargo na Agência Nacional de Águas, evidentemente, criou facilidades para sua ação criminoso, porém, quero registrar que não foi a sua condição de dirigente determinante ou uma condição qualquer que o levasse a essa condição. Mesmo porque, pela imprensa... Quero chamar a atenção, Senador, por último, de que o fato que originou a denúncia e toda Operação Porto Seguro se dá em 2009. Portanto, essa discussão acerca de ele facilitar pareceres a respeito de situações de interesse privado acontece em 2009, antes, portanto, do exercício no cargo na ANA.

No cargo da ANA, ele, evidentemente... É isso que está em apuração na Comissão: se ele utilizou da estrutura disponibilizada a ele para a ação delituosa – é isso que está em análise –, mas não há nenhuma notícia e estamos muito convencidos disso, de que nem haverá ação do Diretor Paulo Vieira, que envolva a Agência.

Encerro dizendo, portanto, que nós, tanto quanto a sociedade, mas até mais, queremos que isso seja apurado, porque a imagem da Agência acaba se contaminando com a ação privada delituosa de Paulo Vieira, criando um prejuízo para a Agência, um prejuízo imenso para os servidores que têm que se justificar perante seus amigos e parentes – “Ah, mas o Senhor trabalho numa entidade, numa instituição que está sob investigação” –, aos próprios dirigentes da Agência, a mim mesmo.

Temos recebido do sistema muita solidariedade e gostaríamos que a imprensa, inclusive, ajudasse a divulgar, a partir desse convite que o Senhor nos fez, que Agência Nacional de Águas não tem nenhuma participação, que a Agência Nacional de Águas não tem nenhuma investigação em curso, a respeito dos seus procedimentos internos.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Vicente Andreu, Presidente da ANA.

Quero, antes de fazer alguns questionamentos, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, acompanhando o trabalho da Agência Nacional de Águas, dizendo da minha convicção, a gestão correta que vem sendo desempenhada pelo Senhor, à frente da

Agência, bem como do corpo técnico, extremamente qualificado da Agência Nacional de Águas.

Quero registrar a presença do Dr. José Machado, ex-Presidente da Agência Nacional de Águas, e registrando, também, que sou testemunha do reconhecimento que o Sistema Nacional de Recursos Hídricos tem pelo trabalho desenvolvido pela Agência Nacional de Águas.

Agora, vou fazer algumas perguntas, porque o que parece, fica muito claro, no relato de V. S^a, é de que o Dr. Paulo Vieira era uma pessoa sem ambiente na Agência Nacional de Águas.

Primeira pergunta que faço, em relação a isso, é: o senhor disse, aqui, inclusive, que a ANA fez questão de reduzir a área de atuação do Dr. Paulo Vieira. Havia apenas uma avaliação, digamos assim, da pouca capacidade técnica ou da incapacidade técnica do Dr. Paulo Vieira, para exercer as funções da Agência Nacional de Águas, ou já havia, naquela ocasião, algum tipo de desconfiança em relação à sua idoneidade, em relação à sua forma de agir?

Gostaria de saber também qual é o salário de um Diretor da Agência Nacional de Águas e como é que... Bom, o relacionamento interno, eu já perguntei.

V. S^a diz que o processo administrativo, no caso de diretor, é aberto no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Eu gostaria de saber em que pé, digamos assim, está esse processo administrativo, se efetivamente ele já foi aberto, se as pessoas já estão sendo ouvidas, qual é o prazo de conclusão desse processo administrativo.

Outra questão que eu queria perguntar: a agência já tinha detectado algum comportamento irregular do diretor afastado?

Eu gostaria de saber também qual a avaliação que a agência faz da qualificação profissional do Sr. Paulo Vieira.

Esse caso gerou uma polêmica muito grande. Isso foi muito explorado, corretamente, pela mídia porque o Dr. Paulo Vieira tinha sido rejeitado inicialmente pelo Plenário do Senado e em uma segunda ocasião acabou sendo aprovado. Eu gostaria de saber, pela experiência que o senhor tem como diretor da ANA, qual a sua opinião de como deveríamos aperfeiçoar o sistema de sabatinas e a aprovação de autoridades no Senado Federal. Seria o caso de definir na lei que as indicações políticas, os indicados, tenham qualificação técnica comprovada na área?

Notícias recentes nos jornais apontam o fato de que investidores externos têm tido alguma cautela na questão de investimentos no Brasil exatamente em função da precariedade das nomeações, de pouco critério, digamos assim, técnico no âmbito das nome-

ações. Que tipos – registrando a presença aqui do Senador Gim Argello – de mecanismos internos possui a Agência para inibir e punir comportamentos que violam a lei? Ou seja, ao definir, ao perceber qualquer tipo de procedimento irregular, inadequado, quais são os instrumentos que a Agência tem para punir esse comportamento?

Qual o grau de transparência das ações da Agência Nacional de Águas? Todas as decisões estão na Internet? Em aproximadamente que prazo uma decisão tomada – se ficam todas na Internet – vai para a Internet? Há relatórios das decisões? Enfim, que tipo de controle social... Como ficam disponíveis esses documentos para consulta da sociedade?

Que medidas a Agência Nacional de Águas tomou para colaborar com as investigações da Polícia Federal? Qual o controle externo existente sobre a Agência Nacional de Águas?

Nós aprovamos, na semana passada, um projeto, nesta Comissão, ampliando as atribuições do Tribunal de Contas da União, para que possa também fiscalizar as agências reguladoras. Neste momento, quem é o responsável pelas auditorias, enfim, pela fiscalização da Agência Nacional de Docas?

O senhor já disse que os casos relatados pelo Sr. Paulo Vieira estão sendo reexaminados, estão sendo avaliados, bem como todos os procedimentos encaminhados na reunião de diretoria. Mas V. S^a também afirmou aqui que ele foi indicado como Conselheiro da Companhia Docas pelo Ministério dos Transportes.

É usual, é comum o Ministério de uma área completamente diferente indicar como seu representante no Conselho uma pessoa de uma outra área de atuação, como nesse caso da ANA? São alguns questionamentos que eu gostaria de fazer, consultando o Senador Pedro Taques ou o Senador Gim se querem fazer algum tipo de pergunta agora, se querem aguardar as respostas do Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Vicente Andreu, aos meus questionamentos, para em seguida fazer outros questionamentos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu prefiro aguardar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então passo a palavra ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Da mesma forma, Senador Rodrigo, também vou aguardar. Acho que todas as perguntas que o senhor formulou foram muito bem construídas. Então vamos aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Vicente Andreu.

O SR. VICENTE ADREU GUILLO – Eu agradeço e vou tentar responder na sequência para assim ser bastante objetivo.

A sua primeira pergunta é que ele não tinha ambiente e se tinha algum tipo de desconfiança da sua idoneidade.

Sobre a idoneidade, não. Tanto é que tem procedimentos para isso, o que ele denotou duas coisas: primeiro, ele desanimou com a Agência, ele tinha uma expectativa de que a Agência poderia fazer regulação de saneamento, competências que não eram nossas, ele desanimou, acho que ele tampouco conhecia a Agência adequadamente e era uma pessoa ambiciosa, mas do tipo de pessoas que queriam alçar outros vãos. Ele falava muito em ser candidato, tinha pretensões eleitorais, chegava a mencionar que estava cotado para ser nomeado ministro. Então, tinha esses arroubos com os quais a gente tinha que conviver. Até comunicar – acho que o Dr. Francisco Gaetani nunca soube – vou lhe dizer aqui, em primeira mão, que ele chegava a cogitar que seria Ministro do Meio Ambiente. Era assim, era esse o tipo de personalidade com o qual nós lidávamos. Mas sempre no nível de uma pessoa complexa, ambiciosa, mas não trazendo no processo histórico qualquer desconfiança do tipo: ele é uma pessoa delituosa, criminosa ou qualquer coisa desse tipo. Mas era nessa direção.

O salário. O salário dos dirigentes ficou uma situação também... Eu queria te agradecer, não é o espaço para fazer campanha salarial, mas o meu salário como Diretor-Presidente da Agência Nacional, que é igual ao de todos os dirigentes de agências, é de R\$11.500,00 bruto.

Tanto ele quanto o irmão detinham cargos de origem na carreira pública federal, e aí, pelas regras, eles recebem o salário integral da origem e mais 60% da remuneração – praticamente equivalente à minha, a diferença é de R\$500,00 – 60 % disso. Então, essa composição de R\$6.600,00 mais a origem dele é que deu os anúncios que foram veiculados na imprensa, de que ele ganha vinte e três mil e pouco, o irmão ganha vinte e três mil e pouco. O salário do Diretor-Presidente da Agência é de R\$ 11.500,00.

O PAD. O processo no PAD foi aberto no âmbito do Ministério por determinação da Ministra, no próprio sábado. A portaria foi publicada no Diário Oficial de segunda ou terça-feira, e ele se encontra em andamento no âmbito do Ministério. O prazo normal é de 60 dias. A avaliação de que como não se está investigando no âmbito da Agência uma prática delituosa, ou seja, qualquer procedimento da Agência, mas sim se ele se utilizou do cargo para o exercício de tráfico de influência. Eu acredito que no âmbito da Agência

essa conclusão possa ser menor do que o tempo estimado, mas o prazo é esse, e ele, volto a dizer, momentaneamente, durante esse período, o corregedor, que é subordinado à diretoria, é vinculado à diretoria, ele é subordinado à corregedoria, momentaneamente está subordinado ao Ministério do Meio Ambiente. E nós estamos tentando, estamos adotando a prática de nem procurar saber ou conhecer, por quê? Porque pode dar qualquer impressão de que a gente tem alguma necessidade de conhecimento. Nós já sabemos que na Agência não há nada e à Comissão cabe apurar isso de maneira tranquila.

O comportamento irregular. Como já mencionei, era uma pessoa, é uma pessoa bastante complexa – quem o conheceu sabe disso –, tem esses traços de ser muito irrequieto, esses traços de ambição, esses traços de falar que conhece pessoas e quando, às vezes, nós temos contato com essas pessoas, elas denotam que ele não tem esse conhecimento. Ele tem uma necessidade de, como eu mencionei também, buscar, eventualmente de apresentar as pessoas com quem ele está se relacionando. Obviamente porque isso cria uma dimensão maior para a sua própria pessoa. Mas, do ponto de vista irregular, eu não poderia afirmar com essa natureza.

A questão da qualificação.

Eu queria juntar com as perguntas seguintes em que o senhor menciona como aperfeiçoar o sistema de sabatinas.

Darei aqui a minha opinião pessoal, que já tenho manifestado e haverá, inclusive, um Seminário de Agências onde me manifestarei novamente a esse respeito.

Particularmente, entendo que é muito salutar esse processo de o Executivo fazer uma sugestão para as agências, e de que ele seja subordinado ao Senado. Acho isso muito positivo.

Penso que, no âmbito do Senado, a Comissão à qual ele será sabatinado, porque é ali que questões são apresentadas de maneira mais intensas – quando o são, porque, às vezes, a sabatina, infelizmente, não tem essa dimensão –, deveriam ter caráter determinativo. Ele não precisaria, na minha opinião, ser submetido depois ao Plenário, porque o Plenário pode fazer uma avaliação que não corresponde exatamente ao processo de sabatina.

Eu vou citar, porque é meu amigo – até comentei que iria citar e ele me pediu para não fazê-lo. Mas está aqui junto conosco Bruno Pagnoccheschi, que trabalha na Agência e foi seu diretor, foi aprovado, por unanimidade, na Comissão, sabatinado na Comissão e foi a Plenário. No momento da votação de seu nome em Plenário, houve um problema de relacionamento do Senado com o Governo Federal. Ele era o primeiro

da lista, por se chamar Bruno – se se chamasse Vicente não teria enfrentado esse problema –, e, ao ser o primeiro da lista, foi rejeitado.

Então, acaba criando no Plenário uma condição um pouco mais favorável a uma superavaliação de questões políticas momentâneas ou gerais, que poderia ter uma dimensão mais precisa se a Comissão fosse deliberativa.

Sou particularmente contrário ao processo de recondução de dirigentes. Acho que os dirigentes de agências deveriam saber que sua entrada e sua saída estão determinadas no tempo. Eu considero que oito anos... Não é nem o problema da recondução, mas a possibilidade de um período de oito anos é muito longo para dirigentes de agências. Volto a dizer que isso é pessoal e quero aqui... Agência... Ninguém tem... Estou manifestando em meu nome pessoal, como o senhor me permitiu na pergunta. Acho que oito anos é muito longo. Minha opinião é de que cinco anos, sem recondução, é um tempo suficiente para que uma pessoa possa ter o exercício de seu mandato. Sou favorável a que os nomes a serem indicados ao Senado, previamente, quando têm, vinculados àquele sistema, àquele órgão, um sistema, como é o caso do Sistema Nacional de Gerenciamento e também o Conselho Nacional, de que a pessoa seja sabatinada por esse sistema e que esse sistema lhe dê uma nota. Não significa aprovar ou não, porque acho que a competência do Senado é absolutamente correta quanto à existência de mais de um Poder a tratar desse tema.

Mas ele iria ao Senado com uma nota em que se diria: razoável, bom... Por quê? Porque o sistema, evidentemente, teria condições de aprofundar um debate que a Comissão, pela natureza do mandato dos próprios Senadores, com mandatos muito amplos e que muitas vezes não são focados no tema da água ou de sistema de recursos hídricos, acaba fazendo uma sabatina um pouco frágil.

Eu queria registrar aqui – o Senador Casagrande foi quem sugeriu meu nome e eu lhe sou muito grato, hoje ele é Governador do Espírito Santo –, dizer, com franqueza: na minha sabatina, eu estudei, consultei amigos, amigos me ajudaram a fazer todo o processo. Sabatina é sabatina sem restringir uma pergunta feita pela Senadora Marisa Serrano. Ela ainda tomou essa iniciativa, mas foi muito simples o processo de sabatina em relação a uma qualificação técnica que eu precisaria demonstrar nesse processo.

Então, eu apresentaria essas sugestões para o aperfeiçoamento do processo. Não são sugestões do Fórum dos Dirigentes de Agência, mas minhas, porque envolve a questão da recondução, que é polêmica, mas eu penso que o diretor de Agência tem que

ter uma situação definida: entrou e saiu, sem haver um processo ali no meio que acabe transformando o mandato dele num mandato muito longo.

Isso, em parte, responde à questão seguinte também, Senador, com relação à questão de nomes técnicos que o senhor também mencionou. Então, acredito que isso possa contribuir para que a questão técnica também seja bastante considerada. Eu, particularmente, quero dizer que sou filiado ao PT e não acho que essa discussão em que, às vezes, a sociedade fica envolvida de que nomeação técnica exclui a questão política. O que eu penso é que a questão política é uma condição geral de qualquer cidadão. Agora, o exercício daquele mandato exige que ele tenha condições técnicas para o exercício daquele mandato, mas não que a pessoa, para exercer um cargo, precisa ser uma pessoa apartidária, não filiada ou qualquer coisa desse tipo, porque é um direito constitucional as pessoas poderem militar e se envolverem na luta democrática do País.

Qual a transparência da Internet? Aprovado pela diretoria, primeiro, que a convocação, os temas a serem tratados na diretoria vão previamente à Internet. Então, até sexta-feira há o fechamento da pauta. Essa pauta é fechada com o diretor-presidente ou com o diretor substituto, vão à divulgação os pontos que serão analisados e, no ato seguinte, há uma resolução, uma ata de toda a diretoria que é apreciada na reunião seguinte. E aí, após a apreciação, na reunião seguinte, onde há uma correção das decisões daquela ata, elas são totalmente divulgadas e as resoluções são colocadas no menor tempo possível. Resoluções de menor complexidade são colocadas praticamente imediatamente e resoluções que exigem, como, por exemplo, de uma usina hidrelétrica que traz junto com ela componentes relativos a vazões e tudo mais, são colocadas num tempo um pouco maior. Mas eu diria que são tempos insignificantes e que não há nenhum procedimento a não ser a publicidade no curso dessa questão.

O senhor me pergunta, em seguida, o que nós fizemos para colaborar com as investigações. Bom, primeiro, respeitar, evidentemente, a ação e o mandato judicial que assegura a intervenção da Polícia Federal, mas nós, após a passagem da Polícia Federal no processo de recomposição dos documentos pertinentes à Agência, nós identificamos alguns documentos, pareceres e documentos, cópias, que tinham interesses externos à Agência, eu entrei em contato com o delegado da Polícia Federal responsável pelo fato e ele me orientou a fazer esse pedido por escrito, para que não houvesse nenhum risco na investigação. Eu fiz por escrito e ele, então – isso foi numa sexta-feira seguinte –, na segunda-feira, através de um novo mandato

judicial, ele procedeu, então, à apreensão daqueles documentos que nós identificamos como documentos que não são pertinentes às atividades da Agência Nacional de Águas. Tem que se limitar, do ponto de vista das investigações, entenda aí Polícia Federal, foi esse o fato que aconteceu.

O senhor menciona também controle externo sobre as Agências. Eu considero que essa é uma questão relevante e sou favorável, mas sou favorável também a que a gente possa... Isso se ampliou muito com a lei de acesso público às informações. Eu acho que o processo regulatório depende sempre de fiscalização, é claro – vou falar em seguida –, mas, quanto mais transparente for o processo de deliberação de uma Agência – isso vale para todos os órgãos públicos –, mais isso será efetivo.

Quais são os responsáveis pela fiscalização, todos os órgãos públicos de controle atuam sobre a Agência Nacional, como o TCU, a CGU. Todos os órgãos públicos de controle atuam sobre a Agência. Nós temos também, evidentemente, de responder a todos os questionamentos, seja do Judiciário, seja do Ministério Público. Nós temos uma comissão de ética interna. Assim, de imediato, eu responderia isso.

Eu estou mencionando isso com relação aos processos da área. Em relação à área de fiscalização, a Agência tem uma área de fiscalização, aí, sim, voltada para questões relativas a outorgas, aos usos múltiplos de água, mas eu não acredito que a pergunta do Senador tenha sido nessa direção.

Nós somos submetidos a todos os órgãos de controle de qualquer órgão público, mesmo porque somos uma autarquia de natureza especial, mas somos um órgão de natureza pública.

Na última pergunta, o senhor menciona se é usual um ministério indicar outro. Eu francamente não sei. Como cidadão, parece-me que não, mas eu não sei se é usual ou não é usual. A única coisa que eu posso acrescentar é que, no exercício do cargo de Ouvidor da Antaq, que ele ocupava antes da Agência, ele mencionava para nós que ele já havia ocupado esse cargo anteriormente, quando ele estava na Antaq. Quando ele estava na Antaq como Ouvidor, ele já havia sido conselheiro da Codesp. Então, ele tinha um fato anterior que já o colocou na Codesp. Talvez isso levado o Ministério dos Transportes a fazer essa nomeação, mas eu não gostaria de me aprofundar no tema da nomeação, porque aí cabe ao Ministério expor as razões pelas quais sugere a participação do servidor público nos conselhos dos órgãos vinculados à União.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Vicente.

Consulto se o Senador Pedro Taques quer fazer uso da palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Senador Gim Argello, Sr. Diretor-Presidente Vicente, eu peço escusas em razão de não conseguir chegar a tempo da fala inicial do Dr. Vicente, mas eu tinha outro compromisso e tive de vir correndo para cá. E vou ter de sair, porque, como nós sabemos, um Senador começa, além do mandato, a ter falta de educação e a marcar três, quatro compromissos ao mesmo tempo.

Muito bem. O senhor fez referência a que esse cidadão Paulo Vieira, como diretor, era vaidoso, queria exercer outros cargos, contava umas mentiras – o senhor não falou mentira, eu que estou dizendo – de que exercia cargo no ministério, que seria ministro. Sobre essas questões de vaidade, de personalidade que o senhor revelou, quem deve resolver é psicólogo, psiquiatra, quem sabe analista freudiano ou junguiano. Eu gostaria de saber é sobre crime, no mínimo, improbidade administrativa, safadeza, bandalheira, que, porventura, ele tenha praticado ali. O senhor tem notícia disso? Ele pediu alguma gentileza ao senhor, como diretor da Anac? O senhor recebeu algum telefone da Sr^a Rosemary, que era secretária da Presidência da República em São Paulo, para que fizesse alguma coisa? Que tipo de atividade ele, Paulo Vieira, como diretor, nessa diretoria, poderia praticar não republicana que poderia importar em improbidade administrativa, em crime, Dr. Vicente, no entender de V. S^a? O senhor não é da polícia, não é membro do Ministério Público, não tem a obrigação de investigar, mas o senhor estava ali e trabalhou com ele. O senhor veio aqui como convidado. Eu gostaria que, se o senhor pudesse, contribuísse com o Senado e com a sociedade brasileira a respeito disso. Nós queremos saber se esse cidadão ali, como diretor, praticou atividades ilícitas. O senhor é o diretor de uma agência importante, o cargo que o senhor ocupa é de relevo, e o senhor o está ocupando, porque o senhor possui qualidades técnicas para estar nesse cargo. Eu quero reconhecer, de público, a sua idoneidade, a sua capacidade técnica. Agora, esse cidadão Paulo Vieira tinha ou não essa capacidade? O senhor não é censor dele para saber, mas eu quero um juízo do senhor a respeito disso. O senhor é um servidor público e todo servidor público, de acordo com a Lei 8.112/90, tem a obrigação de revelar esse fato.

A respeito do aparelhamento político das agências. Muito bem. O cidadão tem o direito constitucional

de ser filiado a partido político, de defender interesses políticos. Isso é fato. No Brasil, isso é um direito constitucional, e o senhor bem revelou isso. Agora, no caso do senhor: o senhor tem filiação partidária, mas é técnico. O cidadão com filiação partidária, sem ser técnico... Temos exemplos em algumas agências: técnico de basquete foi diretor; tesoureiro de partido político foi diretor. Então, uma avaliação do senhor, como homem de bem, a respeito disso.

Eu gostaria de saber se o senhor, como diretor da Agência, pode contribuir com a sociedade brasileira. Algum ilícito deste cidadão ali, algum favor – estou usando um eufemismo – que ele possa ter feito para alguém, é isso que a sociedade quer fazer. E eu, como um dos autores do requerimento para que o senhor nos desse aqui o prazer da sua presença, gostaria de saber.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – (*Falha na gravação.*) ...elogiosas e espero que sempre (*Falha na gravação.*) ...junto à sociedade, possamos corresponder adequadamente em nome desta instituição tão importante.

Com relação a crime, Senador, evidentemente, não, não mesmo. Como eu mencionei, ele tinha ambições, mencionava vários nomes, ele desejava ser candidato a Deputado – para mim, ele dizia que era estadual; a imprensa divulgou que era federal. Para mim, ele dizia que queria ser candidato a Deputado Estadual, que ele não queria mais continuar na ANA, que as relações não permitiam que ele sequer cogitasse a hipótese de continuar. Ele tinha uma personalidade, como eu já mencionei também, difícil. Então, ele tinha altos e baixos. Depois de um período, ele mencionou seu desejo de deixar a Agência Nacional de Águas. Então, era sob esse aspecto que nós o víamos, como uma pessoa dessa natureza. Agora, do ponto de vista de qualquer atuação que pudesse sinalizar uma atuação que beirasse à situação criminosa, eu realmente não tenho condições. Falar de ter interesse em ter projeção, em ocupar outros cargo, inclusive no Porto, evidentemente, mas nunca que pudéssemos ter um sinal dessa atuação.

No caso da Agência, nenhum. No caso da Agência, eu disse isto e quero reiterar: nenhum, nada, nenhuma decisão da Agência foi tomada em função dos procedimentos com base no interesse mais específico ou qualquer que seja por parte dele.

O senhor mencionou a senhora de nome Rosemary. Eu não a conheço. Eu sou militante de longa data no Partido dos Trabalhadores. Não a conheço. Soube que, no momento em que as nossas relações pessoais foram muito críticas, ele chegou a convidá-la para visitar a Agência. Não sei se isso... Acredito que até os registros da entrada dela... Porque lá é um sítio

muito grande, não é exclusivo da Agência. Então, estamos nós, está a Agência Espacial Brasileira. Há um sítio grande que, na entrada, há um registro. Acredito que conste o registro da visita dela. Algumas pessoas souberam, porque ele fez questão de apresentar a Sr^a Rosemary para as pessoas que estavam lá, mas eu não a conheço, nunca ouvi falar a esse respeito...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O senhor não a conhece, não a viu, mas sabe ela o que ela foi tratar lá?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Com ele?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Não, porque, como ele dizia que era muito amigo dela e era um dos nomes que ele repetia com frequência – eu nem sabia, falando francamente, que era Rosemary, ele falava Rose, Rose, Rose; eu nunca soube quem era Rose –, ele provavelmente tratou como um amigo. Eu imaginei isso. Na verdade, achei, para ser franco, por conta das relações, que ele estava levando uma pessoa para tentar denotar uma certa intimidação, mas eu sempre tive muito apoio da Ministra, sempre tive muito apoio dos nossos diretores.

Eu vou relatar uma questão que, por justiça, devo fazê-lo, a partir da sua pergunta, Senador. Quando essas relações chegaram a um momento crítico...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Eu com o Paulo.

Eu tomei duas iniciativas. Uma foi procurar o Sr. Luiz Alberto, que era coordenador do Pro-Reg, que é o Programa de Aperfeiçoamento da Gestão nas Agências Reguladoras, dizendo a ele: “Olha, tal nível de problema é que eu queria relatar. Não pedi nenhuma ação nem nada. Eu queria relatar previamente a situação na qual a Agência se encontra nesse conflito. E eventualmente ele pode vir tratar dessas questões também no âmbito do Governo.” Fui muito bem recebido, disse que não tinha nenhum conhecimento nem nada. Ele nos sugeriu manter e disse que se isso viesse a ter alguma dimensão no âmbito do Governo nós seríamos avisados. Nunca fui.

Das pessoas que ele mencionava, a Sr^a Rosemary era uma delas, outra era o José Dirceu. Eu conheço o José Dirceu, permito-me aqui dizer que é meu amigo de longa data, e tomei a iniciativa de ligar para o José Dirceu, porque ele mencionava o José Dirceu. Ele mencionou outros que, através de outros amigos também, se denotava... Aí liguei para o Zé e falei: “Olha, Zé, tem esse problema com essa pessoa.” Ele disse: “Vicente, nem conheço, apertei a mão dele 2 vezes na vida e fica falando em meu nome. Faz o

que você achar que deve fazer.” Entendeu? Então foi essa a menção a respeito de pessoas.

Nunca recebi da Sr^a Rosemary nenhuma ligação para nenhum tipo de orientação. E, aí, me permita dizer, Senador, eu preciso dizer também – como nunca recebi do Governo. Nunca recebemos. Eu nunca recebi, como diretor presidente da Agência, nenhuma ligação que denotasse qualquer situação de orientar, induzir a condução da Agência Nacional de Águas. E acredito que os demais diretores também não. Nunca recebemos. Eu nunca recebi nenhuma ligação dela. A única coisa que aconteceu foi isso.

Com relação ao aparelhamento, é evidente, essa é uma questão que o senhor menciona e que eu gostaria de responder dizendo o seguinte: todos os diretores da Agência, em função do período de recondução em mandato, foram indicados no governo Lula ou, evidentemente, durante o Governo da Presidenta Dilma Rousseff. O único filiado ao PT sou eu. O Paulo foi filiado, pelo que vi, em 2003. Ele mencionava constantemente o seu desejo de ser candidato a Deputado Estadual por outro partido que não era o PT. Então, a mim me parecia, como militante do Partido dos Trabalhadores, que ele tinha aproveitado um momento em que o partido do Governo era o Partido dos Trabalhadores e se filiou. Mas ele sempre manifestou que concorreria a um cargo de Deputado Estadual por um partido que não era o Partido dos Trabalhadores.

Então, no caso da Agência Nacional de Águas, eu diria que não vejo nenhuma situação que sinalize ou se aproxime de uma discussão sobre aparelhamento político-partidário. Os dirigentes são todos altamente qualificados. O Dr. Paulo Varela é um hidrólogo altamente qualificado. O Dr. João Lotufo é um professor da USP nessa área, altamente qualificado, com uma carreira pública também muito grande. E o Dr. Dalvino já ocupa um mandato da Agência também, por um segundo mandato, e tem também, no Estado de Pernambuco, uma participação pública também bastante qualificada. Então, em relação aos dirigentes da Agência, é esta a nossa situação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Consulto o Senador Gim se quer fazer uso da palavra. Com a palavra o Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Nobre Presidente desta Comissão, Senador Rodrigo Rollemberg, eu me dou por satisfeito com as respostas às perguntas aqui colocadas pelo presidente da Agência, Dr. Vicente.

Muito obrigado, Dr. Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto o Senador Pimentel se quer fazer uso da palavra.

Com a palavra o Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu quero parabenizar a forma como o Senador Rodrigo Rollemberg tem conduzido os trabalhos desta Comissão e, neste item específico, a presteza, seja na audiência de ontem, conjunta das três Comissões, seja na de hoje. E a disposição do Governo Federal em esclarecer todos os pontos referentes à operação aqui objeto desta audiência pública.

Quero registrar também que nós fizemos um grande esforço, toda a sociedade brasileira, para ter o pluripartidarismo e pôr fim à ditadura militar ou aos dois partidos da época. E nós aprendemos também que quanto mais fortes são as instituições, mais forte é o Estado democrático de direito. E só têm acesso a dois Poderes da República, o Executivo e o Legislativo, aqueles que têm filiação partidária. E se nós entrarmos nesse debate da criminalização da filiação partidária, da desqualificação do filiado, estaremos, na verdade, empobrecendo o Poder Executivo e o Poder Legislativo, porque é obrigatório ter filiação partidária.

Por isso, eu tenho muito orgulho de ter-me filiado ao Partido dos Trabalhadores ainda em junho de 1979 e devo a esse Partido e à sociedade cearense meus 4 mandatos de Deputado Federal e de Senador. E é nesse processo democrático que o Brasil tem crescido.

Se a gente voltar aos anos 50, foi exatamente nos períodos democráticos que o Brasil se desenvolveu, sem nos esquecermos de que Jânio Quadros fez uma campanha da vassoura para varrer a corrupção de um grande presidente que foi Juscelino Kubitschek, hoje comemorado por todos nós.

Portanto, é nos períodos democráticos que essa bandeira vem com maior intensidade. É importante, porque as instituições estão funcionando e nada vai para debaixo do tapete. Portanto, eu quero, Dr. Vicente, parabenizá-lo pela sua participação nesta audiência pública e pela sua gestão na ANA.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Apenas para expressar a minha concordância inteira com o que disse o Senador Pimentel e não vestir a carapuça, mas dizer que eu não fiz nenhuma crítica à filiação partidária. O que disse, e reitero, é que a filiação partidária é um direito constitucional do cidadão. Aliás, desde o surgimento dos partidos políticos pré-revolução inglesa, em 1688, com os partidos Whig e Tory, esses dois partidos importantes, surge a importância aqui dessa entidade intermediária chamada partido político.

Eu fiz uma crítica, e reitero essa crítica, a respeito do aparelhamento, sim, por filiados a partidos políticos sem qualquer qualificação técnica. A filiação partidária, como a filiação em associação, sindicato, como o direito de ir e vir, é um direito fundamental. E a filiação partidária é direito fundamental de terceira dimensão, ou terceira geração.

Agora, eu reitero a crítica à falta de qualidade técnica, que, eu ressaltei, não é o caso do Dr. Vicente, porque eu fiz questão de analisar a sua biografia quando aqui fiz o pedido para que o senhor viesse.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Eu quero, mais uma vez, aqui agradecer a presença e a atenção do Dr. Vicente Andreu.

Logo que a Comissão aprovou o requerimento, eu entrei em contato e ele imediatamente se colocou à disposição. Aliás, como tem sido corriqueiro, no âmbito desta Comissão, colocando sempre como prioridade prestar todos os esclarecimentos desejados pelo Senado Federal.

Eu quero também, mais uma vez, aqui, antes de encerrar esta reunião, registrar o trabalho desenvolvido pela Agência Nacional de Águas. Entendo que o Brasil avançou muito na regulamentação da Lei de Águas a partir da aprovação da Lei nº 9.433. Temos hoje um sistema nacional que vem se fortalecendo a cada ano. A ANA tem tido um papel fundamental e tem o reconhecimento desse sistema nacional.

Eu pessoalmente fiquei muito satisfeito, como brasileiro, ao participar do Fórum Mundial da Água e ver o papel protagonista dos dirigentes da ANA naquele evento. Inclusive, hoje, o Fórum Mundial da Água é presidido pelo Dr. Benedito Braga, que é um ex-diretor da Agência Nacional de Águas – foi diretor de 2001 a 2009 – e hoje é o presidente do Fórum Mundial da Água.

Eu agradeço, Dr. Vicente, a presença de V. S^a. Agradeço também a todos os diretores da ANA.

Agradeço, mais uma vez, a presença do Dr. José Machado, querido Deputado, pessoa extremamente conceituada e também ex-diretor presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), que contribuiu inclusive para que a ANA tenha esta imagem de respeitabilidade e de reconhecimento que tem de todo o sistema nacional.

Portanto, nada mais havendo a tratar, agradecendo mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA Nº 3.

Às doze horas e vinte e sete minutos do dia onze de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, GIM, ANA RITA, VANESSA GRAZZIOTIN, ANTONIO CARLOS VALADARES, CÍCERO LUCENA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, JOÃO COSTA e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. 1ª PARTE. REUNIÃO DE TRABALHO**. A Comissão aprova a assinatura dos acordos de cooperação técnica entre o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a Controladoria-Geral da União para a unificação da entrada de dados dos Portais de Transparência da Copa de 2014 do Senado Federal e da Controladoria-Geral da União. **2ª PARTE. DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 12) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2011 – Terminativo**. Ementa do Projeto: Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004. Autoria do Projeto: Deputado Valtenir Pereira. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2011 – Terminativo**. Ementa do Projeto: Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para exigir que os fornecedores varejistas de produtos ofertados ao consumidor afixem o preço de venda do produto e o preço por unidade padrão de medida. Autoria do Projeto: Senador Ciro Nogueira. Relatoria do Projeto: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 113/2011 nos termos do substitutivo, e pela rejeição do PLS nº 393/2011. Resultado: Não foram oferecidas emendas. O substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284

do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 13) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2007 – Terminativo**, que Ementa do Projeto: Regula as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Autoria do Projeto: Senadora Kátia Abreu. Relatoria do Projeto: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva nº 2-CRA/CCJ. Resultado: Não foram oferecidas emendas. O substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 18) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2011 – Terminativo**. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais. Autoria do Projeto: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria do Projeto: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Não foram oferecidas emendas. O substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 104, de 2012**, que “Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. FERNANDO PIMENTEL, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento nas denúncias reveladas pela denominada “Operação Porto Seguro” da Polícia Federal”. Autoria: Senador Álvaro Dias e Rodrigo Rollemberg. Resultado: Rejeitado. **ITEM 2) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 14, de 2012 – Não Terminativo**, que “Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1036 de 2012 – TCU – Plenário, referente a regularidade dos procedimentos de concessão de empréstimos ou financiamentos aos governos estaduais ou municipais para as obras de mobilidade urbana relacionadas com o evento Copa do Mundo de 2014”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pelo conhecimento da matéria, para que se dê conhecimento do assunto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e posterior arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria e pelo conhecimen-

to do Aviso pela Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 22, de 2012 – Não Terminativo**, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 251/2012 – TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de concessão de crédito relativa ao Projeto Arena Multiuso Pernambuco, celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S. A., ação que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento. **ITEM 4) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 23, de 2012 – Não Terminativo**, que “Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 2815/2012 – TCU, acompanhada do Relatório de Auditoria realizada na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP com o objetivo de fiscalizar o cumprimento do compromisso de conteúdo local das concessionárias de exploração de petróleo e gás natural (TC-016.701/2011-9)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação dos Requerimentos de Informação nº 105 e 106-CMA, nos termos sugeridos pelo Senador Pedro Taques. **ITEM 5) AVISO Nº 52, de 2012 – Não Terminativo**, que “Encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre de 2012”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Pedro Taques. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, de 2012 – Não Terminativo**, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de as fábricas de produtos que contenham látex gravar em suas embalagens advertência sobre a presença dessa substância”. Autoria: Deputado João Dado. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, de 2008 – Não Terminativo**, que “Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996,

para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica”. Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP). Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, de 2010 – Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), nos termos da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, para redefinir as dimensões da área de reserva legal e concede anistia em relação a sanções administrativas ou penais referentes a áreas de reserva legal”. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Pedro Taques. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2012 – Não Terminativo**, que “Estabelece direitos e garantias dos portadores de órteses, próteses e materiais implantáveis de uso médico ou odontológico, dispõe sobre mecanismos de controle e monitoramento desses produtos, determina a notificação compulsória em caso de defeitos detectados e dá outras providências”. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. **QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2012 – Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito à substituição de próteses e órteses defeituosas, no âmbito do sistema público e privado de saúde”. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 14/2012, com sete emendas que apresenta, e pelo arquivamento do PLS nº 17/2012. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **Ficam adiados os demais itens da pauta.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 11/12/2012

O SR. PRESIDENTE(Jorge Viana. Bloco/PT – AC.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicado da Presidência.

Comunico o recebimento do convite encaminhado pelo Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Crocce Caetano, para o lançamento da Escola Nacional de Mediação e Conciliação (Enam), com a presença do Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, a realizar-se às 10 horas do dia 12 de dezembro de 2012, no Salão Negro do Palácio da Justiça, em Brasília, Distrito Federal.

Comunico, ainda, o recebimento dos seguintes documentos.

Ofício nº 2.248/2012, do Senado Federal, que encaminha Aviso do Ministério de Minas e Energia, solicitando dilatação do prazo para entrega de resposta ao Requerimento de Informação de nº 705/2012, de autoria do Senador Pedro Taques.

Portaria e outros documentos do CNMP – a portaria recebida institui o Fórum Nacional de Articulação das Ações do Ministério Público na Copa do Mundo e os demais documentos veiculam recomendações e outras atuações do MP quanto ao evento.

Ofício Nº146/2012, do Ministério dos Esportes, que encaminha informações do Ministério do Esporte em resposta ao Requerimento nº 703/2012 (RMA nº 68/2012 na origem), de autoria do Senador Pedro Taques. Trata de informações sobre quais foram os projetos aprovados pelo Ministério do Esporte no âmbito da Recopa e se o Ministério dispõe de comprovação de que os eventuais contratos celebrados para os projetos aprovados tiveram aprovado o reequilíbrio econômico-financeiro em função do novo regime de seus insumos.

Ofício nº 523 do Ministério da Integração, de 7 de dezembro de 2012, que encaminha nota técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, em resposta ao Requerimento nº 872/2012 (RMA nº 87, de 2012, na origem), de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg. Trata de informações acerca do atendimento pela Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor das recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União no sítio do Acórdão 1.781/2011, plenário.

Leitura de Avisos.

Em conformidade com o Ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Aviso nº 1.516, do TCU, de 14 de novembro de 2012. O acórdão veiculado pelo Aviso versa sobre relatório de acompanhamento realizado em cumprimento a determinações do TCU, com o objetivo de apreciar a regularidade do contrato de empréstimo para financiar a reforma do estádio Mineirão, palco dos jogos da Copa do Mundo de 2014, em Belo Horizonte. Contém disposição alertando o BNDES sobre a necessidade de se alimentar o Portal Copa Transparente como condição para o regular repasse de recursos. Enquadro no inciso V do Ato nº 02, de 2009, da CMA.

Aviso 1.540 do TCU, de 21 de novembro de 2012. O Acórdão vinculado pelo Aviso versa sobre acompanhamento relativo ao ano de 2012 da concessão de crédito para demolição e reconstrução do estádio Octávio Mangabeira, Arena Fonte Nova, palco de jogos da Copa do Mundo em Salvador, Bahia. Contém disposição alertando o BNDES sobre a necessidade de se alimentar o portal Copa Transparente como condição para o regular repasse de recursos. Enquadro no inciso V do Ato nº 2/2009-CMA.

Aviso nº 1.564, de 28 de novembro de 2012. O acórdão se refere a relatório de levantamento realizado com o objetivo de conhecer o rol de renúncias de receitas tributárias e creditícias concedidas pelo Governo Federal para viabilizar o evento Copa do Mundo de 2014.

Conforme análise prévia, esses avisos serão distribuídos para relatoria.

Aviso do Senado Federal nº 80, de 30 de novembro de 2012. O aviso encaminha o relatório de atividades do TCU referente ao 3º trimestre de 2012. Foi encaminhado pelo TCU por meio dos Avisos nº 1.335 e 1.337, de 2012. Enquadro no inciso IV do Ato nº 2/2009-CMA. O Aviso ficará à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores pelo período de 7 dias na Secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, será arquivado.

Passamos à pauta.

Primeira parte: deliberação sobre dois acordos de cooperação técnica entre o Senado Federal, Câmara dos Deputados e Controladoria-Geral da União para unificação da entrada de dados dos portais de transparência da Copa de 2014.

A íntegra dos acordos está na pauta cheia da reunião.

Questiono se algum Senador deseja usar da palavra para se manifestar sobre essa matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação.

Aqueles que concordam com a assinatura dos dois acordos de cooperação técnica, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Passamos à segunda parte da reunião, destinada à deliberação de projetos.

Como temos três projetos de lei que estão em turno suplementar de discussão e votação, vou inverter a pauta.

ITEM 12

TRAMITAÇÃO CONJUNTA TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO

DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2011

– Terminativo –

Ementa do Projeto: *Acréscenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.*

Autoria do Projeto: Deputado Valtenir Pereira

TRAMITA EM CONJUNTO TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2011

– Terminativo –

Ementa do Projeto: *Acréscenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para exigir que os fornecedores varejistas de produtos ofertados ao consumidor afixem o preço de venda do produto e o preço por unidade padrão de medida.*

Autoria do Projeto: Senador Ciro Nogueira

Relatoria do Projeto: Senador Anibal Diniz

Observações:

– Em reunião realizada em 27/11/2011, foi aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011, nos termos da emenda nº 1-CMA (Substitutivo), por unanimidade. Fica prejudicado o PLS nº 393/2011.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir e não tendo sido apresentadas emendas na discussão suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

ITEM 13

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2007

– Terminativo –

Ementa do Projeto: *Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de*

clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

Autoria do Projeto: Senadora Kátia Abreu

Relatoria do Projeto: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva nº 2-CRA/CCJ

Na reunião realizada em 27 de novembro de 2012, foi aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 2, da CRA, CCJ e CMA (Substitutivo).

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir e não tendo sido apresentadas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

ITEM 18

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2011

– Terminativo –

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.*

Autoria do Projeto: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria do Projeto: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

– Em reunião realizada em 27/11/2012, foi aprovado o projeto na forma da Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo), por unanimidade.

– A matéria será examinada em turno suplementar (art. 282). Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284).

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir e não tendo sido apresentadas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

O Item 1 fica adiado pela ausência do autor.

Eu tenho agora a relatoria de um aviso nesta Comissão e gostaria de solicitar ao nobre Senador Pedro Taques se poderia me substituir para que eu possa fazer a minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Passo a palavra a S. Exª o Relator, Senador Jorge Viana, que relatará o seguinte Item:

ITEM 2

**AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE****Nº 14, de 2012****– Não Terminativo –**

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1036 de 2012 – TCU – Plenário, referente a regularidade dos procedimentos de concessão de empréstimos ou financiamentos aos governos estaduais ou municipais para as obras de mobilidade urbana relacionadas com o evento Copa do Mundo de 2014.

Autoria: Tribunal de Contas da União**Relatoria:** Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo conhecimento da matéria, para que se dê conhecimento do assunto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e posterior arquivamento

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 27/11/2012. Com a palavra S. Ex^a, o Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, como V. Ex^a já, inclusive, apresentou a matéria para os colegas no Plenário, vou ao relatório.

Cuida-se do Relatório de Acompanhamento encaminhado pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional, que, realizado na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos de empréstimos ou financiamentos aos Governos dos Estados ou Municípios para as obras de mobilidade urbana relacionadas com o evento Copa do Mundo de Futebol de 2014, dá notícia de que, em virtude da morosidade no andamento das obras, conforme consta no relatório do Ministro Relator, encaminha à CMA do Senado Federal, dentre outros órgãos, o seguinte Acórdão, que realiza diversos alertas e recomendações com o objetivo de tentar minimizar os problemas (Acórdão 1.036/2012, TCU-Plenário):

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 alertar o Ministério do Esporte, o Ministério das Cidades, a Infraero, a Secretaria dos Portos, o Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (Gecopa) e o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 (CGCOPA) que a utilização do Regime Diferenciado de Contratação Pública (RDC) envolve, como pré-requisito, a necessidade de as ações objeto dos certames estarem concluídas anteriormente à Copa do Mundo

de 2014, tal qual expressamente previsto no art. 1º da Lei nº 12.462, de 2011;

9.2. alertar os governos dos Estados e Municípios sede da Copa do Mundo de 2014, bem como as respectivas assembleias estaduais e câmaras municipais que, em face da exclusão das obras destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa dos limites de endividamento estabelecidos na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o término intempestivo desses empreendimentos, quando financiados pela Caixa Econômica Federal ou pelo BNDES, poderá ensejar o possível “desenquadramento” das operações financeiras, com a consequente interrupção do fluxo de recursos dos empréstimos para a finalização das obras;

9.3. recomendar ao Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA) e ao Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 (CGCOPA), com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal que:

9.3.1. estabeleçam um prazo fatal para a apresentação dos projetos básicos aprovados das obras de mobilidade urbana constantes da matriz de responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014, com todos os elementos estabelecidos no art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666, a Lei das Licitações, de 1993, e acompanhados dos cronogramas e estudos analíticos que subsidiaram os prazos para término dos empreendimentos;

9.3.2. avaliem e critiquem os documentos a que se refere o item 9.3.1 desta decisão e, após isso, atualizem a matriz de responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014, mantendo, unicamente, os empreendimentos cujos cronogramas forem previamente aprovados;

9.4. determinar à 2ª Secex que dê continuidade ao acompanhamento dos procedimentos relativos à contratação das operações não contempladas nesta fiscalização, bem como dos procedimentos relativos à efetivação dos desembolsos por parte da Caixa Econômica Federal.

É o relatório.

Voto.

Em vista da incidência, no caso, dos arts. 2º, V, e 3º, VI, do Ato nº 02/2009-CMA, voto no sentido de que a CMA: tome conhecimento da matéria do Aviso nº 14/2012 – CMA, de 05/06/2012; dê conhecimento do assunto à Comissão de Assuntos Econômicos, em vista de estar relacionado com o aumento do endividamento de Estados e Municípios, no âmbito da Copa do Mundo de 2014; e encaminhe o processado ao arquivo.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, e o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e pelo arquivamento da matéria e pelo conhecimento do assunto pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 22, DE 2012

– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 251/2012 – TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de concessão de crédito relativa ao Projeto Arena Multiuso Pernambuco, celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S. A., ação que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pelo arquivamento

Com a palavra, o Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, submete-se ao conhecimento desta Comissão o Aviso nº 22, de 2012, do Tribunal de Contas da União, pelo qual aquela Corte encaminha a esta Casa cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC015.232/2011-5, pelo Plenário do Tribunal, na sessão ordinária de 08/02/2012, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Trata-se da operação de concessão de crédito relativa ao Projeto Arena Multiuso Pernambuco, celebrada entre o BNDES, o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A., ação que se insere no esforço para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Ressalta o relatório que se trata da continuidade dos trabalhos de acompanhamento de estádios já julgado em 2011, quando se avaliou a situação das obras e do contrato de financiamento em 2010. Foi exposto resumidamente o que se segue.

O projeto foi realizado sob o modelo de Parceria Público-Privada, pactuada entre o Estado de Pernambuco e as entidades citadas, e constituída após o certame licitatório vencido pelo consórcio formado entre as empresas Odebrecht Investimentos e Infraestrutura Ltda. e a Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção.

O empreendimento foi avaliado em R\$669 milhões, a serem custeados pelo parceiro privado.

Somente depois de finalizadas as obras de construção do estádio é que o Estado fará a contraprestação financeira a ser amortizada em parcela única, com a qual o parceiro privado quitará o seu financiamento com o referido banco. Estão previstos também pagamentos de contraprestações públicas mensais durante a fase de operação da arena, e serão tais pagamentos que viabilizarão o projeto a longo prazo; após construída a arena, o Estado de Pernambuco transferirá a propriedade dos imóveis públicos do entorno da obra à SPE para o desenvolvimento de projetos imobiliários, que constituirão a denominada Cidade da Copa.

Segue o relatório afirmando que o projeto arquitetônico foi aprovado provisoriamente pelo Comitê Local da Fifa, e que a análise do BNDES concluiu pela viabilidade do projeto.

Das obrigações assumidas pelo tomador do financiamento destacamos: manutenção de situação regular das suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente durante o período de vigência do contrato; obrigação de informar ao BNDES qualquer alteração que vier a ser promovida no Contrato de Concessão Administrativa para a exploração da Arena; apresentação ao banco nos prazos estipulados da validação do projeto elaborado para a construção da Arena; apresentação ao banco de relatórios de acompanhamentos semestrais da execução físico-financeira do projeto e comprovação do aporte dos recursos próprios destinados ao pagamento da contraprestação pública referente ao ressarcimento dos investimentos realizados para as obras da Arena.

A metodologia utilizada na fiscalização compreendeu análise documental, a partir de informações disponibilizadas pelo BNDES, reuniões técnicas de trabalho com equipes do mesmo banco, e a revisão da legislação de documentos institucionais relativos ao tema.

Análise, Sr. Presidente.

Cabe a esta Comissão, de acordo com o art. 102–A do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre o presente Aviso originário do Tribunal de Contas da União, instituição auxiliar do Congresso Nacional no controle externo das contas públicas, cujas competências estão elencadas no art. 71 da Constituição Federal.

Pela conclusão do Relatório enviado, não foram encontradas irregularidades, até o momento, quanto aos atos de concessão, liberação e acompanhamento do financiamento realizado pelo BNDES.

A Secretaria do Tribunal responsável pelo acompanhamento da execução de contratos foi autorizada a

dar continuidade ao seu trabalho de análise das ações do banco no âmbito do programa ProCopa Arenas.

Assim, não tendo havido uma conclusão definitiva do TCU, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade e estando ainda análise da fiscalização em andamento, segue-se que o parecer não se traduz em uma posição final do Tribunal. Em vista desse fato, uma vez tendo o Senado Federal tomado conhecimento do parecer sob estudo, opinamos pelo seu encaminhamento ao arquivo.

O voto, ante o exposto, é pelo arquivamento do Aviso nº 22, de 2012.

É o Parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o Parecer do Relator permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vou subscrever o requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias, o Item nº 1 da pauta, para submeter à votação.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. FERNANDO PIMENTEL, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento nas denúncias reveladas pela denominada “Operação Porto Seguro” da Polícia Federal.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Em votação.

Peço a atenção do Plenário. Estou colocando em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação do convite ao Ministro Fernando Pimentel permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi rejeitado por três votos contrários.

ITEM 4

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 23, de 2012

– Não Terminativo –

*Encaminha à Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Con-*

trole do Senado Federal cópia do Acórdão nº 2815/2012 – TCU, acompanhada do Relatório de Auditoria realizada na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP com o objetivo de fiscalizar o cumprimento do compromisso de conteúdo local das concessionárias de exploração de petróleo e gás natural (TC-016.701/2011-9).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pelo arquivamento

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, há um projeto não terminativo, da nossa autoria, que estabelece direitos e garantias dos portadores de órteses, próteses e materiais implantáveis de uso médico e odontológico e que dispõe, também, sobre mecanismos de controle e monitoramento desses produtos e determina a notificação compulsória em caso de defeitos detectados.

Esse projeto tramita em conjunto com outro, do Senador Humberto Costa.

Como se trata de uma matéria não terminativa, e tendo em vista que ainda vai percorrer outras instâncias deste Senado, outras Comissões, eu gostaria que V. Ex^a colocasse ainda nesta reunião como prioridade a apresentação e votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prezado Senador Valadares, seria de muito gosto para o Presidente desta Comissão inverter a pauta para votar esse projeto. Mas a secretaria da Comissão está me informando que o Relator, Senador Ivo Cassol, solicitou a retirada de pauta desse projeto. Então ele será apreciado na próxima reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então vamos obedecer à vontade do Relator. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente.

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), o Aviso nº 23, de 2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.815, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao procedimento de auditoria realizado na Agência Nacional do Pe-

tróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com o objetivo de fiscalizar o cumprimento do compromisso de Conteúdo Local das concessionárias de exploração de petróleo e gás natural.

A mencionada auditoria constou do Processo nº TC 016.701/2011-9, que resultou no supracitado acórdão, proferido em sessão de 17 de outubro de 2012, relatado pelo Ministro Raimundo Carreiro.

O acórdão recomendou o envio do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como cópia com inteiro teor do respectivo Relatório de Auditoria, ao Ministro de Estado das Minas e Energia, ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, ao Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, ao Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União.

Da análise.

O Tribunal de Contas da União, exercendo sua competência constitucional de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, adotou o procedimento de manter a Casa Legislativa informada dos desdobramentos da deliberação ensejadora do Aviso nº 1338, de 17 de outubro de 2012.

Segundo o Relatório de Auditoria que fundamenta o Aviso 1338, de 2012, verificou-se inicialmente que a fiscalização desempenhada pela ANP é mecanismo fundamental para desenvolvimento da política de Conteúdo Local (CL), e que a ANP demorou a se estruturar para enfrentar os desafios das respectivas atividades de fiscalização. O assunto tem importância central para o setor de petróleo e gás natural, servindo como alavanca de desenvolvimento para a indústria nacional, com efeitos socialmente desejáveis quanto à geração de emprego e renda.

Algumas fragilidades foram identificadas no processo de auditoria da ANP. Uma delas diz respeito à Coordenadoria de Conteúdo Local (CCL), criada somente oito anos após a primeira rodada de licitações no setor de exploração de petróleo e gás natural, o que gerou um grande passivo em termos de fiscalização de blocos exploratórios.

Também foram identificados indícios de imprecisão na aferição dos compromissos de Conteúdo

Local assumidos pelas empresas concessionárias. Constatou-se, ainda, que a fiscalização realizada pela ANP era vulnerável, baseando-se exclusivamente em informações declaradas pelas companhias fiscalizadas.

As questões levantadas pela equipe de técnicos do Tribunal de Contas da União demonstram falhas no planejamento e na operacionalização das atividades avaliadas. Uma parte dessas falhas pode ser sanada com a reorganização administrativa da Agência.

Para equacionar os problemas percebidos no objeto da auditoria do TCU, de acordo com a argumentação desenvolvida pelo Tribunal, seria necessário que a ANP recebesse recursos adicionais, para que pudesse desenvolver as atividades de fiscalização de Conteúdo Local, política essa percebida pelo Governo Federal como sendo prioritária para o setor de exploração do petróleo e gás natural. Ainda, para o bom funcionamento da ANP, é necessário se proceder à adequação de seu quantitativo de pessoal e realizar investimentos em sistemas de informática e tecnologia da informação. Tais ações, segundo o Tribunal, podem ajudar a ANP a conferir efetividade à política de Conteúdo Local adotada pelo Governo Federal.

Voto.

À luz do exposto, uma vez que esta Comissão tomou conhecimento do Acórdão nº 2.815, de 2012, do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, concluo pelo arquivamento do Aviso nº 23, de 2012, pelo Plenário do TCU.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, S. Ex^a o Relator, eu ousa sugerir aqui, se o Relator assim entender por bem, antes do arquivamento, que nós pudéssemos cumprir o determinado no art. 90 do Regimento Interno, combinado com o art. 142, e solicitar informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério das Minas e Energia para saber qual é o projeto estratégico para essas agências no tocante a pessoal, a orçamento, para que nós pudéssemos, como uma fiscalização de controle, fazer esse acompanhamento. Li todo o voto de S. Ex^a, o

Relator, e concordo com ele, mas aqui nós teríamos que indagar a esses dois Ministérios o que eles estão fazendo para melhorar na atuação dessa importante agência nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz:

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, para a construção do voto, já foram feitos os devidos contatos com a ANP e as autoridades arroladas nessa discussão. Eu, particularmente, não veria como necessário, mas, se o Senador Pedro Taques julga que seja importante, acho que poderia pedir vista deste relatório e adotar um encaminhamento nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero sugerir, para que não precise haver vista desse processo, que, se houver concordância do Relator, o Senador Pedro Taques encaminhe os requerimentos de informações a respeito. Isso seria incorporado ao relatório, pedindo as informações à ANP e aos órgãos relacionados.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – E, dessa forma, a gente teria o arquivamento adiado para um relatório construído a partir das informações requisitadas pelo Senador Taques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

Então, esta é a decisão: eu solicito ao Senador Pedro Taques que formalize os requerimentos. E dou por aprovado o parecer com os requerimentos.

ITEM 5

AVISO Nº 52, de 2012

– Não Terminativo –

Encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre de 2012.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Pedro Taques

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de Aviso (de nº 1.011-E-GP/TCU, na origem) que encaminha a esta Casa, como peça informativa, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao 2º semestre do exercício de 2012. Esse documento, que já integra a tradição do relacionamento institucional entre o Tribunal de Contas da União e o Senado Federal, contempla informações importantes a respeito do cumprimento da missão constitucional da Corte de Contas no período citado.

A Corte de Contas cumpre, com essa iniciativa, o seu dever constitucional de informar ao Congresso Nacional, trimestralmente, como faz anualmente, a respeito das atividades que desenvolveu, em face do disposto no art. 71, § 4º, da Constituição.

Para ser econômico, Sr. Presidente, eu passo à análise do voto, e aqui estou fazendo isso para o ato, ou como se denomina *ad hoc*, do voto de S. Ex^a o Sr. Senador Aloysio. Passo para a análise e, por fim, ao voto.

Trata-se, no caso em exame, de documento de grande relevo, e que merece cuidadosa análise desta Casa do Congresso Nacional, para que cumpramos nós também com os nossos deveres constitucionais no âmbito da fiscalização e do controle dos atos da Administração Pública, em todas as dimensões, e, especialmente, no que diz respeito à aplicação concreta, no cotidiano da Administração Federal, dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, solenemente inscritos no art. 37 da Constituição.

Entendo que o Senado Federal deve apreciar as informações que constam do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União relativas ao 2º trimestre de 2012 e que as informações dele constantes devem ser tornadas acessíveis a toda a cidadania.

Assim, passo ao voto.

À luz do exposto, opinamos pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 52, de 2012, do Tribunal de Contas da União.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório e voto do Senador Pedro Taques permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Item 6.

O Relator não está presente.

Vamos ao Item 7.

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2012.

Não terminativo.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as fábricas de produtos que contenham látex...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, o Senador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Nesse esforço de limpar a pauta, não seria melhor o Senador

Jorge Viana fazer a leitura *ad hoc* do Item 6 e a gente fazer a sequência completa?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É porque o Item 6 é a primeira vez que consta da pauta. Normalmente, a gente faz isso quando o projeto já constou algumas vezes da pauta.

Então, vamos ao Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, de 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as fábricas de produtos que contenham látex gravar em suas embalagens advertência sobre a presença dessa substância.

Autoria: Deputado João Dado

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

Com a palavra o Relator.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vem ao exame desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 96, de 2012 (Projeto de Lei nº 5.349, de 2009, na Casa de origem), de autoria do Deputado João Dado. A proposição determina, em seu art. 1º, que os fabricantes e importadores de produtos que contenham látex natural gravem nas embalagens advertência sobre a presença da substância.

O art. 2º dispõe que o desrespeito a essa determinação legal constitui infração sanitária e sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor.

O art. 3º, cláusula de vigência, determina que a lei eventualmente originada do projeto entre em vigor 180 dias após a data da sua publicação.

A proposição foi distribuída para análise deste Colegiado, de onde seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que proferirá decisão sobre a matéria, em caráter terminativo.

Esgotado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas à matéria.

A distribuição do PLC 96, de 2012, para apreciação da CMA está fundamentada no inciso III, art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, que confere a este Colegiado a competência para opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

A alergia a produtos que contenham látex ou borracha natural é determinada pela hipersensibilização do indivíduo a determinadas proteínas contidas na seiva da seringueira e que são modificadas durante o processo de industrialização do produto. O simples contato dessas proteínas alergênicas com o sistema

imunológico de pessoas sensíveis é capaz de desencadear reações graves e potencialmente letais. Trata-se, portanto, de substância que traz riscos à saúde de quem utiliza produtos que a contenham.

Nesse sentido, a medida oriunda da Câmara dos Deputados é oportuna e permitirá dar concretude às disposições do Código de Defesa do Consumidor referentes à prestação de informação ao consumidor em relação aos produtos feitos à base de látex natural.

Com efeito, o Código de Defesa do Consumidor garante ao consumidor a informação clara sobre os produtos e serviços, inclusive sobre eventuais riscos que apresentem (art. 6º, inciso III). A Seção nº 1 do Capítulo IV do Título I do Código, que trata da proteção à saúde e da segurança, dedica dois artigos à obrigatoriedade de o fornecedor informar o consumidor sobre riscos à saúde ou à segurança porventura associados ao produto ou serviço utilizado.

Isso demonstra a importância atribuída pelo legislador em municiar o consumidor com o máximo de informações relevantes sobre os produtos, para que ele possa fazer escolhas qualificadas. As informações relativas a possíveis impactos sobre a saúde merecem – e recebem – destaque especial na legislação consumerista, em virtude de sua importância. Dessa forma, a proposição sob análise representa significativa contribuição para o aprimoramento dos mecanismos de defesa dos direitos do consumidor.

Há, contudo, ligeiro reparo a fazer em relação à ementa do PLC nº 96, de 2012. De modo equivocadamente, a ementa informa que a advertência deve ser aposta às embalagens de quaisquer produtos que contenham látex em sua composição; enquanto o art. 1º acertadamente limita a exigência apenas àqueles produtos compostos por látex natural, o único com potencial alergênico. Nota-se, ainda, equívoco na conjugação do verbo “gravar”, que deve ser corrigido por meio de emenda.

Voto.

Em visto do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2012, com a seguinte emenda de redação.

EMENDA Nº – CAS (DE REDAÇÃO)

Substitua-se a expressão “contenham látex gravar” pela expressão “contenham látex natural gravarem”, na ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2012.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas quero concordar com S. Ex^a o Relator. O projeto é muito bom. Cumpre o determinado na Constituição, no tocante à informação ao cidadão consumidor a respeito de componentes que possam lhe ser desfavoráveis.

Concordo também com a modificação da ementa do projeto como veio da Câmara e voto favorável a esse relatório, porque o projeto é muito bom e interessante para o cidadão consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório e voto do Relator, Senador Anibal Diniz, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, da CMA.

Vou retirar o Item 8 de pauta, do qual sou Relator. (É o seguinte o item retirado:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 35, de 2008

– Não Terminativo –

Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação com uma emenda)

Vamos ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 144, de 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), nos termos da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, para redefinir as dimensões da área de reserva legal e concede anistia em relação a sanções administrativas ou penais referentes a áreas de reserva legal.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Pedro Taques

Relatório: Pela prejudicialidade

Consulto o Senador Pedro Taques, se pode relatar *ad hoc*.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de projeto que define dimensões da área de reserva legal e concede anistia em relação às sanções administrativas ou penais referentes a áreas de reserva legal.

O projeto é anterior, Sr. Presidente, à aprovação da Lei nº 12.651, de 2012, o chamado Novo Código Florestal.

Já foram, de forma exaustiva, debatidos os temas por ambas as Casas do Congresso Nacional.

Portanto, trata-se de matéria já prejudgada pelo Plenário. E, nos termos do art. 334, do Regimento Interno desta Casa, merece ser declarada a sua prejudicialidade.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Senador Pedro Taques, pela prejudicialidade do projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela prejudicialidade do projeto.

Não havendo mais nenhum item não terminativo e não tendo quórum para deliberações terminativas, vou declarar encerrada a reunião, mas fazendo um apelo aos membros da Comissão de Meio Ambiente para que, na próxima terça-feira, possamos fazer a nossa última reunião deliberativa do ano, apreciando diversos projetos terminativos.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 15H, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 2.

Às quinze horas e quarenta e três minutos do dia doze de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, PEDRO TAQUES,**

RODRIGO ROLLEMBERG, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, RANDOLFE RODRIGUES e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, JOSÉ AGRIPINO, GIM e JOÃO COSTA.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA, ITEM ÚNICO) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 107, de 2012,** que “Nos termos do art.113, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que “Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País” seja apreciado em reunião conjunta das comissões constantes do despacho inicial, Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa”. Autoria: Senador Eduardo Braga. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 12/12/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalho.

Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Item único:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 107, de 2012

Nos termos do art.113, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que “Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País” seja apreciado em reunião conjunta das comissões constantes do despacho inicial, Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, comunicando que a reunião conjunta será realizada amanhã, às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 45 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA POR MEIO DO RMA nº 48, de 2009, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quinze horas e nove minutos do dia oito de junho de dois mil e onze, na Sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assina o livro de presença o Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **PEDRO TAVARES, ANIBAL DINIZ, VITAL DO RÊGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, CÍCERO LUCENA,**

ALOYSIO NUNES FERREIRA e **PAULO DAVIM**. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras. Comparecem os seguintes convidados: Cesar Mastrangelo, Subsecretário da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro; e Ícaro Moreno, Presidente da Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro – EMOP. Após a explanação dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA EM 08/06/2011

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa do Mundo de 2014 e também das Olimpíadas de 2016, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para coletar informações sobre a preparação das cidades sede da Copa de 2014. A audiência hoje conta com a participação dos senhores representantes do Rio de Janeiro, Sr. César Mastrangelo, Subsecretário da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, e também o Sr. Ícaro Moreno, Presidente da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, Emop. Também informamos que o Secretário Especial para a Copa do Mundo, da Prefeitura do Rio, Ruy Cezar Miranda Reis, foi convidado, mas hoje, em função da visita do Comitê Olímpico, não está presente.

Para iniciar, Sr. César e Sr. Ícaro, esta Subcomissão é oriunda da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e vem fazendo este acompanhamento desde 2009, quando foi insta-

lada. E agora, no início desta legislatura, eu assumi os trabalhos. Nós estamos neste momento ouvindo todos os Estados e as cidades que têm a responsabilidade de promover, de receber a Copa do Mundo de 2014. Até este momento, nós já ouvimos dez cidades. Uma delas não vai comparecer. Então, vocês são a última cidade, o último Estado que nós vamos ouvir.

Esta Comissão não tem neste momento nenhum objetivo de fiscalizar nada, porque, conforme eu já fui conversando aqui, há Estado que tem 14 fiscalizações para acompanhar a questão da Copa do Mundo. Eu sei que cada um tem um jeito de pedir seus relatórios. Imagino que o pessoal que trabalha nessa área já deve estar saturado de tanta fiscalização. Então, o objetivo desta Comissão é ficar no acompanhamento mesmo. Nós queremos, além de acompanhar, colocar os também à disposição e ser um elo entre as cidades, os Estados que vão promover a Copa, o Governo Federal e nós aqui do Senado. Se houver necessidade e as coisas começarem a ficar truncadas em algum momento, por favor, vocês não se acanhem em recorrer a esta Comissão, para que a gente possa ajudar. Nós queremos ser um elo de azeiteamento das engrenagens, para ver se a gente chega em 2014 em condições de fazer uma bela e uma boa Copa do Mundo.

Estive, na semana passada, em uma reunião com a Presidente Dilma e também com os governadores e os prefeitos – o Governador Cabral acho que não estava, veio o Vice-Governador Pezão; o Prefeito Eduardo Paes estava na reunião. Eu ouvi deles, na reunião, como estão os trabalhos lá no Rio de Janeiro. A exemplo das demais cidades, alguns problemas existem, preocupações são constantes, mas todos eles, a exemplo dos demais, estão confiantes de que a gente chegue em 2014 em condições de fazer uma Copa.

Então, na realidade, hoje eu tenho já um pouco de informação, mas vamos aproveitar a presença de vocês para que a gente possa aprofundar um pouco, receber mais informações. E, mais uma vez, como disse, vamos nos colocar à disposição para poder ajudá-los. Não temos aqui nenhum intuito de cobrar nada. Como já disse, já tem muita gente cobrando, e a gente quer ser um elo de facilitação.

Eu quero... Não sei quem vai....É o Ícaro ou você?

O SR. CÉSAR MASTRANGELO – Não, a ideia é a gente apresentar o Maracanã, a obra do Maracanã ...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Certo.

O SR. CÉSAR MASTRANGELO – ...o *status* dela e apresentar depois um filme, mostrando uma maquete virtual que foi apresentada ao TCU há duas semanas, que eu acho que vai dar uma visão bem legal. O Ícaro é o responsável pela obra.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Passo a palavra ao Ícaro para que ele possa proceder à explanação.

O SR. ÍCARO MORENO – Senador, quanto tempo eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vinte minutos.

O SR. ÍCARO MORENO – É um prazer estar aqui no Senado. Boa tarde a todos.

O Senador coloca uma coisa aqui para a gente que está à frente da obra... Realmente, é uma fiscalização assim... Então, veio um caminho contrário aí, e acho que é muita positiva a sua colocação e nos ajuda muito.

Eu trouxe um *powerpoint*. Vou tentar passar. Tenho vários indicativos aqui, mas dá uma noção boa do conteúdo da obra.

As referências técnicas, evidentemente, são referências da Fifa, são recomendações e requisitos da Fifa. A quinta edição de 2011 saiu agora em março. Estamos trabalhando, a Fifa junto conosco, e agora que saiu o Caderno de Encargos dela para esta Copa de 2014. Isso tem uma justificativa: tendo em vista os projetos básicos que nós tivemos, houve mudanças, muitas mudanças ao longo do processo, e agora estamos já com os projetos executivos: Green Guide, Green Goal, ABNT, Nota Técnica de Referência de Incêndio (Nota Técnica de Referência de Prevenção Contra Incêndio e Pânico em Estádio), e Leed (Leadership in Energy and Environmental Design), a certificação de edificação sustentável, uma certificação ambiental americana que eles nos solicitam. Estamos na primeira fase, e são várias fases. Estamos pontuando, tínhamos 14 pontos, e temos que chegar a 46 pontos para recebermos a certificação como prédio inteligente, como prédio sustentável.

Aqui, só para se ter uma ideia, já temos hoje prontas 2.178 pranchas. Este é o projeto executivo de arquitetura, estrutura, cobertura, número de pranchas, instalações de ar-condicionado, elétrica, hidráulica, luminoteka em campo de jogo, a parte eletrônica, toda ela, CFTV, comunicação, controle de acesso, detecção de incêndio, alarme de intrusão, automação, *broadcasting*, HDTV, a TV 3D. Enfim, temos projetos executivos já prontos e estamos orçando esses projetos executivos; temos um teto já e terminaremos agora, no dia 15 de junho, todo o projeto de arquitetura.

Aqui, só para dar uma ideia de arquitetura, é o pavimento térreo. Este pavimento, no caso aqui, é o do setor oeste, leste, norte e sul.

O Setor Oeste é o setor mais forte, mais quente do estádio, no caso do Maracanã. Aqui nós temos a parte toda de vestiários dos jogadores e também dos

juízes. A Zona Mista, a chamada Zona Mista, que é o encontro da imprensa – esta área toda amarela é da imprensa; há um auditório com cerca de 400 lugares no auditório; aqui temos os vestiários dos juízes. Aqui são as entradas principais do VIP, do público VIP e Very VIP – é a tribuna de imprensa; a sala da Fifa. Então, o Setor Oeste é o mais importante do estádio.

Aqui já é o Setor Norte, que é a parte de serviços, bastante parte de serviços, no caso áreas técnicas, são salas técnicas de serviço.

Aqui são áreas de estacionamento. Temos estacionamentos cobertos, área Fifa e Very Fifa. São 358 estacionamentos cobertos dentro do próprio estádio do Maracanã.

O anel inferior, a arquibancada inferior do Maracanã foi toda ela demolida, e há nova arquibancada inferior devido à recomendação da Fifa por causa de visibilidade. Então, o anel inferior foi todo demolido.

Eu tenho aqui a parte de cerimonial, administrativa, a imprensa.

Aqui eu já falei, a parte médica.

Enfim, novas rampas. Essas quatro novas rampas do Maracanã foram exigência da Fifa; ela nos exige uma evacuação do Maracanã em torno de 8 a 12 minutos, e nós programamos para 8 minutos. Fizemos o estudo de fluxo, estudo de fluxo com *software*, um estudo de massa em que você coloca as pessoas e depois estuda as saídas delas. Então, o Maracanã precisou dessas novas rampas para que houvesse uma saída em oito minutos. Quem assiste aos jogos mesmo lá em cima, no quinto andar, consegue sair.

Outra coisa importante são as entradas independentes. Nós temos, neste *hall* de entrada, entradas independentes, tanto no oeste, quanto no leste, entrada para a imprensa separada, entradas para os camarotes separadas, entrada para VIPs separada. Então, são independentes as áreas, e há independência das áreas do público de forma geral.

Temos agora o primeiro pavimento. Aqui são os *lounges*. Este *lounge* aqui do oeste, aqui é da área VIP. Para a Copa, não vão ser vendidos estes ingressos; são para convidados da Fifa. Aqui, sim, vão ser vendidos; tanto esta área quanto esta outra área são áreas VIPs; há vários banheiros, banheiros de forma geral, e bares; todos os banheiros e bares em torno dele, conforme recomendação Fifa.

Aqui, no segundo pavimento, começam já os camarotes. Os camarotes principais são semelhantes. Os camarotes, no caso aqui, oeste e leste, são camarotes iguais. Aqui, enfim, com entradas independentes. Aqui, no terceiro pavimento, continua. Aqui são duas camadas de camarotes. Do lado oeste, são duas linhas de camarotes. Aqui, já no leste, não; só aquela. Mas tem

esse público VIP. Aqui também há entradas independentes para o público VIP.

Aqui, a tribuna de imprensa. A tribuna toda é esta parte azulzinha, com os camarotes aqui; e aqui o *lounge*. Em todos eles, tanto do lado leste, quanto do oeste, há os *lounges*. Esses *lounges* são climatizados, com bares, garçons, enfim.

Aqui é o quarto pavimento; aqui são áreas de imprensa; é um *lounge* para a imprensa também, porque ela vai estar no quinto andar, os camarotes da imprensa vão estar no quinto; então, ela desce aqui. Aqui também há bares, lanchonetes e banheiros.

E aqui, finalmente, o quinto pavimento, onde há os camarotes da imprensa. E aqui há umas salas: salas de controle da Polícia Militar, sala de BMS (Buildings Management System, ou sistema de automação ou gestão predial), que é uma sala de controle geral, e a sala de áudio e vídeo. São três salas, separadas, de controle. Enfim, de forma geral, e o público normal.

Aqui foi feito um corte. Aqui mostra bem as entradas independentes, a entrada para a imprensa, de elevadores, entrada para o público Very VIP, que é a tribuna, e os camarotes. Aqui nesta área há camarotes. Este é um corte oeste. Aqui é o público VIP, aquele que eu falei de convidados. Então, há escadas rolantes e entradas independentes. O público entra pela rampa, a rampa monumental, e as outras quatro rampas que nós estamos fazendo. E a rampa monumental aqui e a rampa monumental também entram pelo quinto andar.

Aqui é bom registrar, porque daqui dá para ver, neste ponto aqui por trás, a arquibancada inferior. Esta arquibancada inferior foi toda demolida. E hoje a arquibancada inferior vai aqui. Então, do final antigo da arquibancada inferior para a arquibancada agora, temos aproximadamente 28 metros. Ela avançou bem esta arquibancada inferior. E, daqui do final da arquibancada inferior até a linha lateral do campo, são 14,4 metros. Então, no pé da arquibancada, este torcedor aqui na arquibancada inferior está a 14,4 metros da linha lateral do campo.

E, como eu coloquei aqui, todo o estádio é coberto. A cobertura no oeste vai pegar aqui, quase todo coberto. Ficam quatro mil lugares só fora da cobertura. A cobertura é uma tensoestrutura, aquela tensionada com cabos e membranas, e ela é circular; e o Maracanã não é: é elipse; por isso, ela não cobre 100%, mas cobre 95% do público.

E aqui se nota que a conformação da arquibancada é praticamente igual. Ela tem essa conformação, porque não teremos mais pontos cegos no Maracanã. Então, todo o público olhará e terá uma visibilidade completa do pé do jogador na linha divisória. Essa que é a definição da Fifa, a questão da angulação.

Aqui a imprensa Legado, a imprensa no Legado, e aqui nos camarotes. Mas aqui é a imprensa para a Copa. E aqui são as duas fiadas de camarotes – camarotes de aproximadamente 50 m²; variam de 25 m² a 50 m².

Bom, o projeto de luminotécnica, no caso, valoriza as formas do Maracanã. Nós fizemos esta cobertura – a cobertura é em gomos, é tensionada –, e ela indica, dá um incentivo para que façamos uma luminotécnica, uma iluminação especial. Então, teremos iluminação especial tanto na cobertura, como nas entradas, nos pórticos do Maracanã. Aí a iluminação é feita com *leds*, com projetores de *leds*, com vida útil de 50 mil horas, dentro da especificação da norma da Fifa, mas exatamente onde teremos esse tipo de iluminação. E, com esta composição deste projetor RGB, você consegue fazer uma operação que tenha diversas luzes – dia de jogos, times diferentes, eventos. Na verdade, o Maracanã será uma casa de espetáculos – já é –, não só de futebol, como de espetáculos.

Aí também estão as novas rampas, também com uma iluminação especial.

Campo de jogo: posso falar da questão da drenagem. Teremos uma drenagem com drenagem superficial e drenagem profunda; superficial, captando a água toda de chuva, com canaletas laterais; e uma drenagem espinha de peixe mais profunda do que a que nós temos hoje, devido a também tipo de grama, porque, na medida em que o Maracanã tem uma cobertura maior, há menos insolação. A grama necessita de água e sol. E aqui nós teremos uma quantidade menor. Então, reforçamos a drenagem para captar mais rápido. Quanto à questão da insolação, estamos estudando tipo de grama. Já chegamos a uma conclusão, o pessoal da Fifa está discutindo. Enfim, estamos ainda discutindo uma modalidade de tipo de grama. Devido a esta cobertura, a irrigação está aqui com aspersores escamoteáveis também, mas sob pressão. Enfim, tudo dentro da norma e com a melhor qualidade com que se possa fazer.

Quanto ao grama, o tipo de plantação da grama é bermuda. Ela aqui é a mais indicada no clima do Brasil, há uma série de indicativos para ela. Porém, a Fifa está discutindo ainda com a gente sobre o tipo de grama, devido a esta cobertura.

No tocante ao sistema de ar-condicionado, para se ter uma ideia, a área climatizada é de 36.800 m². Imaginem um edifício com 36 andares, de 1000 m², só para referência, com 3.376 TR (tonelada de refrigeração). Cada TR, para se ter uma ideia, é aquele ar-condicionado de 12 mil BTUs. Quer dizer, uma TR são 12 mil BTUs. São dois tipos de água gelada. E o VRF (Variable Refrigerant Flow, ou Volume de Refrigerante

Variável) é tipo *split*. Para ficar claro, então, são áreas técnicas climatizadas, *lounges* climatizados, auditórios, *foyers*, *halls* de entrada, salas especiais – PTA, STA são salas especiais. Um *shaft* que nós teremos para comunicação, tipo de entrada de comunicação.

Instalações hidráulicas: temos, conforme a certificação Leed, certificação ambiental, uma premissa de redução de 30% do consumo da água e 50% do consumo de água potável para irrigação. Nós vamos captar essa água. Isto aqui é um fluxograma esquemático, um reservatório inferior, com a distribuição ao longo deles. Sistemas adotados: mictórios de baixa vazão, torneiras com fechamento automático, válvulas de descargas embutidas. Água industrial é a água de captação de chuva, que vai servir para os banheiros e para irrigação também – banheiros e irrigação.

Instalações elétricas: temos uma premissa, conforme a Leed, de redução de 8% do consumo de energia. Aí são os sistemas adotados: anel de distribuição, geradores de cargas de emergência, *no-breaks* também. Aqui as características do sistema de menor queda de tensão, aquecimento dos condutores, lâmpadas e reatores de maior eficiência, lâmpadas *led*. E teremos controle de iluminação dos ambientes, controle de elevadores e de escadas rolantes, controle do sistema de ar-condicionado e ventilação. Todos esses controles ficam numa sala, a Sala de Controle Geral (BMS).

Sistemas eletrônicos: são vários tipos de sistemas – automação predial e controle digital. Ele é um prédio inteligente, é uma arena inteligente. Controle de acessos, detecção de alarme de incêndio, CFTV, sonorização, *broadcasting* em vídeo-projeção. Então, aqui no quinto andar, estão aquelas três salas de que eu falava: aqui a sala de controle da polícia, a sala BMS, e áudio e vídeo. Enfim, são os controles todos aqui. É um tipo só. A ideia de uma sala não é esse tipo, mas a ideia é nesse sentido.

Aqui, só para se ter uma noção do sistema de controle, todos os sistemas de som, automação predial, estão em cima de uma mesma Ethernet (tecnologia de interconexão para redes locais) – é uma rede física controlada pelo IP (Internet Protocol), quer dizer um protocolo IP, integradas também, quando é no caso de alarme de incêndio, à Polícia Militar, com a área externa, mas todas elas integradas com as salas. Aqui há os servidores e o armazenamento. É todo ele integrado. É importante falar que é todo integrado e com redundância. A Fifa nos exige redundância. Então, duas linhas de rede física e rede de cabeamento para ter uma eficiência, uma credibilidade de 99,5 é o que ela solicita.

Quanto à automação predial: controle de painéis elétricos de média e baixa tensão, transformadores,

no-break, geradores, motores, bombas, hidrômetros, válvulas, aparelhos de ar condicionado, elevadores, escada rolante, tudo controlado.

Controle de acesso. São dois sistemas de controle de acesso: o *scarque* é para funcionários; é controlar as áreas restritas. Quanto ao controle dos expectadores, é possível ter informações detalhadas por pessoa, nome, assento. Se assim o desejarmos, quem for fazer operação desse sistema pode controlar a pessoa desde a catraca da entrada até onde ela se senta, onde ela vai; enfim, há condições de controlar, dando mais segurança ao estádio.

Deteção de alarmes de incêndio. Sistema inteligente também, através de recursos *hot line*, linhas diretas, sonorização de emergência é importante, cada setor com sinalização de emergência, setores de alarmes audiovisuais.

CFTV. São circuitos fechados de televisão com 314 câmaras. Com isso, se permite um número de câmaras, não só as 314, como também um número maior de câmaras se quisermos colocar a quem vai operar, e, com isso, você tem um controle integrado do Maracanã.

Sonorização também. É feita através de zoneamento. Então, toda sonorização vai ter zoneamento, tanto interno, quanto externo. São 70 alto-falantes nas arquibancadas em campo e 3.860 alto-falantes internos, fixados em... Áreas internas e áreas externas.

Aqui é só a colocação do sistema. Vou mostrar à frente a questão da cobertura. Estão todos eles na cobertura, no *catwall*.

Então, tenho aqui a parte externa toda monitorada. Pode-se falar com uma torcida independentemente da outra, dar um comunicado geral, um comunicado de alerta, aviso de crianças perdidas, enfim, para qualquer tipo de comunicado, tenho controle por setores, e, aqui, controle interno, por salas também com redundância: uma sala tem dois amplificadores com redundância – se um alto-falante queimar, tem o outro –, para que nunca tenhamos problema no sistema.

Aqui a Fifa nos exige a questão da inteligibilidade, que é a questão da qualidade do som, e também o nível de pressão sonora, que é a intensidade do som. Isso a Fifa exige, é um indicativo de qualidade testado. Em todos os sistemas, há testes para isso, há indicadores de qualidade.

O *broadcasting* também. Teremos infraestrutura de câmara fixa até 150 câmaras, HDTV e 30 TVs 3D. Teremos também câmara móvel, indicativo para câmara móvel, teremos condições de ter espaço para isso, mobilidade interna das câmaras sem necessidade de passagem de cabo. Hoje, as televisões vão lá e passam os cabos; nós já vamos passar os cabos, e basta plu-

gar: chega o caminhão do *broadcasting*, pluga de um lado e pluga no campo. Então, não vai precisar passar aquele mundo de cabos desordenados.

Aqui é um indicativo de posicionamento de câmara até 150 câmaras posicionadas. Teremos a câmara móvel também, um indicativo dessa câmara com controle remoto. Vai ter oportunidade disso.

Quanto ao vídeo-projeção, teremos telões; são quatro *video wall* de telões. A recomendação da Fifa é o placar eletrônico estar inserido dentro de um *video wall* desses; teremos também displays informativos de TV; são 42 polegadas. Aqui são os quatro sistemas de *video wall*. Nós íamos aproveitar os dois que lá existem, mas a Fifa nos exige agora uma angulação de 120 graus, e o que temos lá são 53 graus; de modo que tivemos que modificar. Sobre as exigências da Fifa, eu quis colocar isto: até Wembley não atende as especificações atuais da FIFA, que vão se modernizando; elas estão a uma distância de placar maior que 150 metros, ela limita nisso, e Wembley não está nesse limite.

A cobertura. A cobertura inicialmente teve um problema. Nós aprovamos este tipo de cobertura, era uma lona tensionada também complementando a cobertura existente no Maracanã, e tinha dois anéis de compressão, o que chamamos de coroa de cristo, mas, devido a um problema na cobertura, nesta laje de concreto, tivemos que eliminar esta laje de concreto, e falei mais à frente. O Iphan aprovou esta cobertura. Inicialmente, ela tinha esta coroa de cristo, e começamos a estudar. Com todos os estudos feitos, a identificação era visual dos danos aparentes que havia na cobertura, e era uma técnica de bate-choco, uma técnica simples. Quando começamos a cortar a arquibancada inferior, fomos fazer uma avaliação mais profunda, devido à responsabilidade não só em relação à Copa do Mundo, mas também com relação às Olimpíadas em 2016. Fizemos ensaios ultrassônicos, para caracterizar o concreto, eletromagnéticos, ensaios não destrutivos e eletroquímicos, teor de concreto, profundidade de carbonatação – um problema de carbonatação que tira a homogeneidade do concreto –, determinação de resistência, e vimos um problema sério na cobertura. Então, a vida útil da cobertura, a vida útil de serviço estava completamente comprometida. Por quê? Porque, na medida em que há corrosão, uma corrosão generalizada...

E aí o Professor Enio Pazini, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista na patologia de concreto, fez um relatório, um diagnóstico sobre o estado, que levamos para a Coppe – UFRJ, aos Prof. Ibrahim, à Dr^a Maria del Carmen, que é uma das maiores especialistas do mundo em patologia de concreto, e eles ratificaram a opinião da UFRJ, do

Prof. Fernando, da USP, e do Prof. José Luiz Cardoso, Professor renomado também no Rio de Janeiro, da UFRJ e da UERJ.

É isto: na hora que você olhava, isto aqui estava fechado; quando abria, eram estas as condições da cobertura.

Agora estamos comprovando. Na hora que cortamos a cobertura, fizemos ensaios de compressão e de tração no concreto e na ferragem, e estamos vendo que está muito pior do que fizemos no diagnóstico. Para isso, fizemos cinco meses de diagnóstico, e este é o estado da cobertura, completamente deteriorado. Aqui estão os resultados obtidos.

O Professor Enio, da UFG, diz o seguinte em seu relatório:

As técnicas eletroquímicas mostraram que as regiões com corrosão ainda não visíveis são muito maiores que as regiões com problemas visíveis, podendo-se estimar que a região com armaduras em processo de corrosão é aproximadamente, 20 vezes maior que a área visível.

E agora estou comprovando isso

A Coppe diz o seguinte: “A marquise é a parte da estrutura avaliada mais deteriorada, e a deterioração existente tenderá a se agravar com o tempo”. É como se fosse uma metástase, uma corrosão que não tem fim, tanto que a recuperação dela no Brasil... Recuperar uma arena dessas tem um custo superlevado. Contatamos pessoas e empresas canadenses e americanas, e eles não recomendaram, até porque haveria um monitoramento eterno. Então, levaram à conclusão de que a melhor solução para a marquise é a sua demolição – aí a Coppe coloca isso.

A Maria del Carmen coloca que “o estado de corrosão avançado da marquise compromete a segurança, a estrutura e os expectadores, porque ela pode desplacar”. A cobertura está em torno de 26 metros, em média, e o deslocamento poderia levar à morte e comprometeria todo o estádio.

Com essa tecnologia colocada tão avançada, não teria sentido ter uma cobertura... Já estava aprovada, foram cinco meses de debates. Eu, particularmente, debati muito com os técnicos – e também sou técnico, não em patologia de concreto; sou engenheiro também –, mas não houve saída. A melhor saída foi essa.

Ela também coloca isto, e ela apresentou alternativas: “As únicas ações recomendadas que não apresentam riscos de segurança à estrutura e ao público e que podem oferecer uma vida útil maior do que 20 anos estão associadas à demolição e reconstrução”.

Aqui a USP também coloca que “a solução mais viável é a demolição por meio de corte e içamento das partes com uso de guindastes”. Estamos começando

agora a cortar com guindaste. O José Luiz Cardoso coloca que “a melhor solução para a marquise reside realmente na sua demolição”.

Diante desse fato, penso que não há dinheiro no Brasil e no mundo que vai referendar aquela cobertura. Então, fomos demolir. Para demolir, de que forma reconstruir? Reconstruir igual? Trocar seis por meia dúzia? Fomos ao Governador.

Este é um quadro comparativo. Esta era a cobertura existente de concreto. Em vermelho, já mostrei, era a cobertura que estava sendo aprovada. Com a demolição dela, fomos trabalhar em outra. Daqui em diante, era lona tensionada, mas resolvemos fazer tudo de lona tensionada, uma tecnologia de avanço, limpa, moderna, autoeficiente também.

Esta foi a que ficou, vencendo um vão de 68,4 m, um dos maiores vãos do mundo, com um anel de compressão de 2 m x 1 m, o que não afeta; aquele outro afetava muito mais; apesar de já ter sido aprovado pelo Iphan, afetava muito mais do que este. Vamos cortar aqui. Estamos fazendo alguma recuperação estrutural aqui de menor monta, porque aqui havia um balanço, e houve um alívio de esforços aqui, porque a outra parte foi tirada.

Aqui está a nova cobertura, que inclusive veio até a ser favorável para a Fifa. Ela adorou esta cobertura, evidente, mais limpa, mais clara. Será esta a cobertura. Importante é o custo: dobramos a área de cobertura com a lona tensionada com um custo 25% só a mais do que estava lá, porque a outra tinha um tensionamento grande, pois era necessário vencer aqueles 26 m de cobertura.

Aqui é o *catwalk*, onde vamos pendurar os projetores, a iluminação, e aqui é uma passarela de serviço. Está aqui o som.

Aqui estão as passarelas de apoio e de serviço.

Aqui está a captação de água de chuva; toda captação de água de chuva será por ela também; é uma lona que não pega fogo; é uma lona que não propaga o fogo; é autolimpante; devido à declividade, ela também é de teflon; é uma lona de teflon, tipo a panela de teflon; ela não agarra.

Aqui, só com os cabos, já calculada a estrutura de vento.

Aqui, a membrana. Nos outros estádios no Brasil, também há esse tipo de membrana.

Aqui, o anel de compressão – não vem ao caso.

São conexões, conectores. Aqui é só mostrar como vai ser feito. Vai ser levantada em seis semanas. Vai ser levantada desta forma. Ela vai agregando, e é levantada. É um case: são seis semanas de...

Aí o Maracanã em números. Rapidamente, falo que estamos aumentando a área de construção em

8 mil m², aproximadamente. A área da cobertura era 24 mil m², e foi para 47 mil m² – dobramos. O público é de 78 mil pessoas. Diminuímos um pouco o público, mas, com certeza, com muito mais qualidade do que tínhamos. O público era em torno de 82 mil. Os camarotes foram de 100 para 110. O camarote era no 5º pavimento. Era horrível, fora da legislação. Estão em 76 e 34. Os elevadores para acesso do público eram 5, e foram para 16. Aumentamos as escadas rolantes, dobramos. Os túneis... Dimensão do gramado... Até a dimensão do gramado nós diminuímos. Aumentamos os estacionamentos cobertos.

A quantidade de banheiros: eram 228, e foram para 231. Não aumentamos muito o número de banheiros, mas aumentamos o número de bacias: foram de 761 para 927; os lavatórios foram de 500 para 747. Banheiro para Portadores de Necessidades Especiais, PNE, não havia nenhum, serão 67 banheiros. Bares, foram de 24 para 60.

Aqui é a arquitetura em números. São vários números comparativos. São mais para a imprensa.

Aqui está a nova cobertura. Não temos aquele anel; então, ficou mais *clean*.

Vou passar um filme agora, que retrata tudo o que falei.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Passo a palavra, então, ao Sr. César.

O SR. CÉSAR MASTRANGELO – Só para reforçar alguns pontos. A determinação do Governo é construir o estádio mais moderno do mundo. E nós vamos fazer o estádio mais moderno do mundo!

Segundo, nós estamos trabalhando em parceria estreita com a prefeitura em relação ao entorno do Maracanã. E aí o Estado vai fazer intervenção exatamente nas estações de trem e metrô de Maracanã e São Cristóvão, exatamente para privilegiar o transporte público.

Terceiro, é colocar como nós estamos nos organizando em relação ao acompanhamento das ações da Copa pelo Estado do Rio. A Casa Civil é a grande interlocutora e faz a integração entre todas as secretarias e a interlocução com as diversas entidades, como Fifa, TCE, TCU; junto com o Ícaro, a gente está trabalhando muito forte também, e outras entidades que a gente vai discutir também pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Só para eu entender: o Estado está responsável pela construção do estádio, e a parte de mobilidade é com a prefeitura?

O SR. CÉSAR MASTRANGELO – O grande compromisso do Estado em relação à Copa do Mundo, tendo até assinado um termo de responsabilidade

com o Governo Federal, é o estádio do Maracanã. A prefeitura é responsável pela mobilidade e pela intervenção no entorno do Maracanã. Por isso esse trabalho extremamente integrado que a gente tem feito com a prefeitura e com o Governo Federal também.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, Sr. César, para a gente saber como estão as obras de...

O SR. CÉSAR MASTRANGELO – Tem que trazer a prefeitura junto. Inclusive, era para estar aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Tem que trazer a prefeitura. Estava convidado, exatamente.

O SR. CÉSAR MASTRANGELO – Duas questões: o grande coordenador pelo Estado é o Secretário Regis Fichtner. Estou representando o Secretário Regis Fichtner. E esta semana haverá a visita do Comitê Olímpico Internacional exatamente para acompanhar as intervenções. E a prefeitura também está nessas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O.k. Então, agradeço a vocês a presença e a apresentação. E não vai faltar oportunidade. Nós vamos fazer uma visita também, um pouco mais à frente. Nós vamos fazer uma visita às obras, ver como elas se encontram. E certamente teremos oportunidade de entender um pouco melhor o processo de toda a interface desde o aeroporto às obras que chegam ao estádio, enfim, toda a interface que é necessária.

Agradeço a vocês a presença. Peço desculpas por hoje ser um dia totalmente atípico. Nós temos a mudança de Ministério, e a Ministra está saindo aqui do Senado. Então, estava todo mundo lá hoje para cumprimentá-la, o pessoal está indo à posse também.

Mas, de qualquer forma, o Senado Federal agradece a vocês a presença. Foram muito importantes as colocações.

Muito obrigado.

Encerro a presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15 horas e 52 minutos.)

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e doze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e

Legislação Participativa. Comparece o senhor Senador **Paulo Paim**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta, em duas partes. Primeira Parte. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 129, de 2012**, aprovado em 05/11/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “Debater o fim do fator previdenciário, o aumento real aos aposentados e pensionistas, a desoneração da folha de pagamento e a decadência do direito à revisão de benefício previdenciário”. Convidados: Aline Ribeiro, Advogada, em substituição ao senhor Pedro Luciano de Oliveira Dornelles, Assessor Jurídico da COBAP; Alcides dos Santos Ribeiro, Presidente da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Mato Grosso do Sul; Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação; Warley Martins Gonçalves, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; João Rodrigues Filho, Vice Presidente, em substituição ao presidente José Lião de Almeida, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde; Agostinho Schiochetti, Vice-Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Concórdia – SC; Cid Roberto Bertozzo Pimentel, Diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional – DPSSO/SPPS – Previdência Social/Ministério da Previdência Social; Moacyr Roberto Tesch Auversvald, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; Nelson de Miranda Osório, Vice-Presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar DIAP; Sebastião Soares da Silva, Secretário-Geral, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde; Luiz Carlos Prates, Diretor da CSP – Conlutas; Robson de Souza Bittencourt, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais. O Senhor Presidente franqueia a palavras a diversas lideranças presentes no plenário da Comissão: José Amílcar da Federação das Associações e Departamentos Sindicais de Aposentados, Pensionistas e Inativos de Brasília, Do Distrito Federal e Da Região do Entorno – FAP-DF; Gilberto Clemente da Federação dos Aposentados do Distrito Federal; e João Pimenta, Presidente da Federação das Associações e Departamentos Sindicais de Aposentados, Pensionistas e Inativos de Brasília, Do Distrito Federal

e Da Região do Entorno – FAP-DF. **Segunda Parte. Deliberativa. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 136, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater “a violência contra a juventude negra no Brasil”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado. Extrapauta. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 137, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater “a questão das terras indígenas no extremo sul da Bahia”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado. Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 138, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater “as denúncias de crimes e violações de direitos humanos contra tripulantes e passageiros de navios de cruzeiros internacionais”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado**. Faz uso da palavra o Senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bom dia, meus amigos e minhas amigas. É uma alegria recebê-los aqui para debatermos um tema que nos é tão importante. Cumprimento a todos os sindicalistas da nossa Cobap, que poderão dar um relato do que foi o congresso, porque não estive lá, mas mandei um vídeo, que não fiz somente para o evento, mas um pronunciamento que fiz da tribuna do Senado, passando a minha visão da situação dos aposentados para todo o Brasil.

Por isso, gostaria até que vocês aqui também comentassem a importância desse evento e desta semana, onde há um compromisso da Câmara dos Deputados, assumido nos palanques, na rua, em reuniões com a Cobap, de que esse tema seria votado esta semana. Estou na expectativa dessa votação.

Então, a nossa audiência vem em um momento adequado. Teremos outra, inclusive, amanhã, com mais um grupo de militantes do movimento sindical – e vocês estão todos convidados –, para debater o tema. Teremos reuniões aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Vamos também, depois desse debate, ver se conversamos com o próprio relator da peça orçamentária sobre o reajuste do aposentado para 1º de janeiro, que é o Senador Romero Jucá, já que me lembro – e vocês também – de que, no fim do ano passado, tanto eu como o Paulinho, lembro-me, estávamos no Plenário com dirigentes da Cobap, havia o compromisso de os líderes trabalharem para este ano terem aumento. Espero que ele realmente aconteça. Afinal, a esperança é a última que morre, embora saibamos das dificuldades que se apresentam, onde setores dizem que nem querem saber do debate do Fator, nem do reajuste dos aposentados.

Continuo peleando, seja contra quem for, na busca do reajuste do aposentado e também do fim do Fator. Sei que essa é a posição de vocês que poderão expressá-la aqui. Há aqui uma introdução, que não vou ler, porque é um tema, que todos nós temos ciência de como funciona, com apenas essa introdução que fiz.

Estamos na 54ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa, na 64ª Reunião desta Comissão. Já lançamos um livro, no ano de 2011, sobre as audiências da Comissão, que foi muito disputado, lá em Porto Alegre, na Feira do Livro. Vamos ver que este tema meio que norteou o debate.

Enfim, solicito a leitura da ata da reunião anterior e a colocó em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

Iniciamos agora a nossa audiência pública, nos termos do requerimento, aprovado por este Senador e outros. O debate de hoje é sobre o fim do Fator Previdenciário, o aumento real aos aposentados e pensionistas, o debate que nos preocupa muito da desoneração da folha – se se desonera a folha, é receita que não entra; se não entra, quem paga? Quem vai pagar as aposentadorias, quem vai pagar uma aposentadoria decente, porque é muito gostoso até ouvir falar em desonerar a folha, mas isso significa abrir mão de recursos da previdência. Alguém vai ter de me dizer de onde vai sair essa diferença, cujos dados foram passados, inclusive, pela Anfip e pelo próprio Warley de que esses 1,5, ou 1, ou até zero, que é a metade, já não pagam mais nada sobre a folha. Metade do setor empresarial não paga mais nada sobre a folha. A outra metade ainda paga 1,5.

Aí, isso nos preocupa. Quem vai nortear, assegurar, o direito a uma aposentadoria decente? Se hoje, na Europa, eles estão em crise, cortando em parte inclusive os benefícios dos aposentados, é porque eles não souberam fazer a caixa devida. Começaram também lá – nem gosto de dizer essa palavra – de uma forma neoliberal, abrindo mão de direitos, é claro que vai sumindo o caixa. Quando viram, não tinha mais caixa

para nada. Enquanto sabemos que os próprios fundos de pensão, bem administrados, assim como a nossa previdência, bem administrada, ela acaba sendo uma mola que impulsiona o País. Isso acontece em quase todo o mundo. Agora, naqueles países onde não fizeram o dever de casa – confesso que estou preocupado com essa saída de recursos da nossa previdência –, os recursos vão sumindo, vão sumindo, vão sumindo... E, quando vemos, aqueles que dizem que a previdência ainda não é deficitária, ela poderá ser um dia, se continuar só saindo e não entrando, porque você está abrindo mão de contribuições que a sociedade tinha de dar para esse ganho do fundo, que mais atende à sociedade brasileira. Esse é fundo social. É a nossa seguridade social, enfim, onde está a previdência.

Vamos montar uma mesa simbólica, sabendo que inúmeros convidados poderão participar do debate sobre esse tema.

Convido em primeiro lugar, pela ordem:

– Aline Ribeiro, em substituição ao advogado da Cobap, o Assessor Jurídico Pedro Luciano de Oliveira Dornelles. Convido-a para assumir a sua posição. Seja bem-vinda. *(Palmas.)*

– Dr. Warley Martins Gonçalves, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, (Cobap); *(Palmas.)*

– Dr. Alcides dos Santos Ribeiro, Presidente da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Mato Grosso do Sul – pela simbologia, e isso não é nenhum bairrismo; *(Palmas.)*

Olha, são tantos convidados, que o Warley poderia ajudar-me.

– Dr. Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores; *(Palmas.)*

Montamos esta primeira mesa e, depois, teremos outras mesas, onde outros convidados estarão também presentes. Sempre explico que não se preocupem de estarem na primeira ou na segunda mesa. É tudo a mesma coisa. Pelo contrário até: sempre digo que a segunda mesa é a mais contemplada, porque é ela que fica aqui na hora do debate.

Só peço aos companheiros da assessoria que já montem a segunda mesa. Teremos, então, outros companheiros.

Então, vamos começar com a Dr^a Aline, que, como advogada, terá o privilégio de ser a primeira a usar da palavra.

A Dr^a Aline Ribeiro, que aqui representa o Dr. Dornelles, vai dar um quadro sobre as preocupações do campo jurídico em relação a não aprovação do fator, questão da decadência, e o reajuste também dos aposentados.

Então, começamos de imediato. Vou interagindo nos debates, de acordo a posição de cada um dos convidados.

Com a palavra a Dr^a Aline Ribeiro.

A SR^a ALINE RIBEIRO – Bom dia a todos. Estou substituindo o Dr. José Itamar Ribeiro e fui pega de surpresa, porque a esposa dele teve que fazer uma cirurgia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a Aline, permita-me que eu diga, para informar a todos, que estamos aqui, ao vivo, pela TV Senado, para todo o Brasil. Estamos pela Internet, nos canais 3, 5 e 7, ainda pela Rádio Senado e a TV digital 51.1.

A SR^a ALINE RIBEIRO – Gostaria de passar a palavra inicial ao Alcides, porque ele está mais a par da situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – A Dr^a Aline abriu mão da primeira fala, mas depois irá fazê-lo.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – É um prazer estar presente aqui para fazer uma discussão tão séria, envolvendo o nosso País, que é justamente o momento em que se discute o envelhecimento de todas as nações do globo e a preparação que o Brasil vem fazendo, para que o brasileiro também, ao envelhecer, possa ter uma vida saudável. Acreditamos que as atitudes tomadas no presente não caminham nessa direção de um envelhecimento saudável, mas totalmente contrária àquilo que se diz.

Então, nós nos preocupamos muito com isso. A minha fala, inicialmente, seria dar uma panorâmica geral. A título de esclarecimento, Senador, quero dizer o seguinte: convivemos com uma dívida de mais de R\$3 trilhões, ultrapassando, só de juros, R\$163 bilhões ao ano, comendo aí quase 45% do PIB de todas as nossas riquezas.

Esse valor de R\$163 bilhões, só de pagamentos de juros, pelas informações que temos, ainda não é a totalização, porque uma parte ainda é arrolada, para podermos cumprir os compromissos externos, e esse valor de juros é um pouco inferior ao que se aplica hoje à saúde e à educação.

Por que digo isso aqui? Porque não podemos isolar determinadas parcelas da população brasileira, ou, então, somente olharmos sob o ponto de vista do aposentado. Porém, acho que o grande problema do aposentado nasce aí: do endividamento, que não sabemos onde vai parar. Chegamos a pensar até que endividamento brasileiro vai levar o nosso País, daqui a alguns anos, a ser uma Espanha, a ser uma Grécia, porque, daqui a pouco, tudo o que se paga de imposto neste País, de contribuições sociais, vai ser desviado para pagar dívidas em juros.

Não posso concordar com o fato de as nossas autoridades fazerem isso, justamente prejudicando a terceira idade. Então, não concordo quando o Governo diz que não tem mais dinheiro para pagar os aposentados. Por quê? Porque não é o Governo que paga os aposentados na realidade. Quem paga os aposentados é a sociedade brasileira.

Os arts. 194 e 195 da Constituição são claros. Ela criou aquela gama de fontes, de recursos, para o Governo tivesse esse dinheiro para pagar, e, ao mesmo tempo em que esses artigos criaram a fonte de recursos – e aí vem outro problema que aflige os aposentados brasileiros –, é que consta lá na Constituição, no seu art. 195, que esses recursos colhidos, arrecadados, da sociedade brasileira, seriam administrados de forma quadripartite.

Hoje, temos uma administração unilateral, ditatorial, do Governo. Não temos a administração quadripartite. Não há interesse do Governo, justamente porque ele tem a liberdade de pegar esses recursos da forma que ele quiser. Então, lembro aqui, inclusive, o caso da CPMF, que foi criada com toda a pompa pelo ex-Ministro Jatene para atender à saúde do Brasil. Quando ficou na administração do Governo Federal, a saúde pouco viu desse dinheiro. Está acontecendo a mesma coisa com os aposentados hoje.

Temos a Anfip, que nos fornece os dados, mostrando-nos claramente que o orçamento da seguridade social é altamente superavitário, chegando a ser acima de R\$70 bilhões. E o Governo bate sempre na mesma tecla, dizendo que não há recurso e, por isso, não pode corrigir monetariamente os benefícios previdenciários, como deveria ser. É onde acontece que quem se aposentou com 4 ou 5 salários, hoje, está ganhando já beirando a um salário mínimo. Tudo isso, Senador, é em virtude de que a Casa que legisla não o vem fazendo corretamente. Ela não regulamentou ainda esse inciso VI do art. 195, que cria a administração quadripartite dos recursos.

Então, o Legislativo também leva culpa no cartório. Não é só o Executivo que leva a culpa disso. Só para vocês terem uma ideia, pelos cálculos da Anfip, da promulgação da Constituição de 1988 até 2011, foram desviados do orçamento da seguridade social R\$547 bilhões para outros fins que não fossem saúde, assistência e previdência.

E, se retroagirmos no tempo, para não ficarmos só neste Governo, teremos outros desvios que já somam mais de R\$450 bilhões. Se somarmos esses dois números, teremos quase R\$1 trilhão desviado daquele capital, que era para ser investido na previdência, na saúde, na assistência, na seguridade social.

Esses números estão lá publicados, no *site* da Anfip, para todo mundo ver e fazer essa conta. Então, quando afirmamos que o orçamento é superavitário, digo para vocês que esse é o problema dos aposentados. É esse superávit da seguridade social, que faz com que o Executivo cresça o olho e a sua necessidade de pagar juro, porque temos aquela dívida, de que falei no começo, de quase R\$3.5 trilhões, e o Governo não vê como pagar esses juros e, inclusive, fazer investimento. Então, ele vai-se apropriando de um recurso que não é dele. O recurso é do trabalhador brasileiro, porque é ele quem paga (*Palmas.*), para poder pagar essa dívida.

Assim, é mais fácil para o Governo penalizar os idosos, dizendo que não há recursos, que não vai pagar a aposentadoria,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minuto. Queria pedir à assessoria se, como hoje é 2ª feira, e as outras salas estão vazias, ela não pode conseguir algumas cadeiras, porque são todas pessoas idosas, para que todos possam estar sentados aqui dentro desta sala. Acredito que umas 20 cadeiras resolvam o problema.

Convido o Dr. Arthur a assumir a mesa neste momento, já que a Drª Aline prefere ficar no Plenário, para poder, então, participar dos debates.

Foi iniciativa da própria Drª Aline. Então, Dr. Arthur assume aqui, e volto a palavra ao Dr. Alcides.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – É bacana vermos o aposentado lotando o plenário! (*Palmas.*) A Cobap está presente aqui, acreditando que, através de um diálogo franco, aberto, vamos resolver o nosso problema, que não podemos mais aceitar mais mentiras vindas do Governo.

Estava dizendo, então, com esses desvios feitos, provenientes dos recursos do orçamento da seguridade social, o Governo penaliza principalmente a parcela da sociedade que já trabalhou, já contribuiu e já se encontra num momento em que precisa usufruir daquilo que depositou no fundo da seguridade social.

E o Governo faz isso, para pagar os juros da dívida ou algum investimento que ele queira fazer, mas a Fazenda não vem a público explicar a origem dessa dívida estrondosa de mais de R\$3 trilhões, com que finalidade foi feita, onde foi utilizado isso. Chegamos a pensar que só levaram vantagem as 800 ou 1.000 famílias de políticos que se deram bem com essas dívidas, porque o povo brasileiro, principalmente o aposentado, hoje, que não tem culpa alguma disso, está pagando o pato. (*Palmas.*)

É ele que está sendo chamado para pagar isso aí. Com esse recurso, o Governo Federal, construiu estatais, construiu indústrias, CSN, e a Previdência

Social, que financiou isso – sem querer, é claro, pois foi retirado dela –, acaba não recebendo um dividendo. Os dividendos vão para o caixa do Tesouro. Não voltam para a Previdência.

E mais grave ainda, Senador, é que, quando se privatiza, também os recursos vão para o Tesouro Nacional. Os recursos não vêm para a seguridade social. Na hora de se construir, sai da seguridade social. Na hora de venda, ou na hora de fazer a consignação das estradas e pontes que foram construídas, o recurso entra diretamente no Tesouro Nacional, e não vem para a seguridade social. Então, aí, novamente estão os idosos sendo penalizados.

Então, a gente precisa parar para pensar um pouquinho em cima disso: o Governo tem que parar para pensar. Está envelhecendo? Está. Mas tinha problema?

Olha, se for administrado o Orçamento da seguridade social com toda a honestidade possível, sem corrupção, sem nada, daria para pagar normalmente tudo o que se tem de pagar, sem penalizar o idoso no momento em que ele mais precisa.

E, agora, a gente passa por outro problema sério. Nós sabemos que, com essas desonerações que estão sendo propostas e que vêm sendo executadas, já, isso é praticamente uma maneira de desviar a atenção, porque o empresário vai continuar pagando. Não como percentual da folha. Ele vai pagar como seu faturamento. Não sei como está na lei, mais ele vai continuar pagando, só que já não vai mais entrar no Orçamento da seguridade social. Está sendo desviado esse pagamento. E é uma forma de se fazer aquela malfadada reforma da Previdência Social, Senador. Aquela reforma, em que tivemos quase 100 entidades de nível nacional, contrárias à reforma tributária, que era o desmanche da maior conquista do trabalhador brasileiro na Constituição de 1988, que foi o Orçamento da seguridade social.

Então, terminando com a contribuição patronal, está aberta a porta para se terminar com o Orçamento da seguridade social. Aí, então, todo o controle que a Anfip realiza, que a Cobap acompanha, não vamos ter mais isso aí. E uma agravante, uma agravante grande, Senador, que eu gostaria também de denunciar nesta audiência: os maiores devedores da Previdência Social são as entidades públicas. É o próprio governo que não faz os repasses para a seguridade social que deve fazer.

Temos de acompanhar de perto isso. O aposentado – acho que a Cobap está acompanhando isso, e não dá certo. Temos de estar atentos. Essa desoneração é o primeiro degrau depois da malfadada apresentação do projeto da reforma tributária que vai desmontar o Orçamento da seguridade social. Então, se nós ficarmos quietos agora, aceitarmos essa desoneração sem

fazermos nada, como vem, aí, como disse o Senador na abertura da reunião, se há o compromisso de pagar aos aposentados, se há o compromisso de fazer a saúde, de fazer a assistência social, desse Orçamento, como nós vamos deixar de arrecadar isso? “Ah, mas a lei autoriza e diz que o Governo tem de repor o valor da desoneração.” Não repôs nenhuma até hoje. Como tudo o que ele fica de repor, não repõe. Então, é verdadeiramente achatar e fazer com que o idoso não tenha aquela vida que ele planejou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Alcides, mais uma vez, se tiver alguém de pé, há lugares aqui. As cadeiras estão aqui, e todos poderão ficar sentados.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Acabamos de assistir agora: através da Lei nº 12.663, novamente embutido lá no seu art. 9º o direito concedido aos ex-jogadores da Seleção Brasileira de se aposentarem com o teto, coisa que quase nenhum trabalhador consegue, contribuindo! Com 35 anos de contribuição, não conseguem o teto, porque é 90% na média. Agora, vem aí embutido, numa lei da Copa, conceder gratuitamente o teto, e diz, na lei, que tem que ser a Previdência Social a mantenedora desses benefícios. E caso o jogador já tenha falecido, vai para os seus dependentes. Então, note, é fazer cortesia com dinheiro dos outros. Se estivesse sobrando, se esse orçamento tivesse sido muito bem administrado, haveria recurso para fazer essas caridades, vamos assim dizer. (*Palmas.*)

Mas não há. E está achatando, está tirando da nossa aposentadoria, do nosso direito, de nós que contribuímos, para fazer caridade para os outros. Use a Assistência Social se quiser. Não precisa usar a Previdência. Aí, usa recursos do Tesouro, e não recursos da Seguridade Social. Mas não. Para fazer isso eles têm que usar recursos da Seguridade Social, eles têm que tirar dinheiro do valor dos benefícios previdenciários, e o aposentado, o idoso, é que vai se virar com a sua família ou abrir um bico para trabalhar de novo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Auxílio para família de presidiário tem um abono maior do que o salário mínimo, novecentos e...

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Esse é outro assunto que estava logo na frente, esse auxílio reclusão, que eles defendem. Para que pagar auxílio para manter marginal na cadeia? Para quê? Aí eles dizem assim: “Não, mas é a família, que não tem culpa”. A família também usufruiu da renda do marginal, renda ilícita, diga-se de passagem. O Brasil não tem que privilegiar a marginalidade, e sim a honestidade do seu trabalhador. Nós temos que ser um País honesto, de gente honesta, não de gente desonesta. O

desonesto, se foi preso, vai cumprir a pena dele. Nada contra ele, que, quando sair, pode ser acolhido. Cumpriu a pena, tudo bem. Mas pagar para ele ficar lá na cadeia, eu acho um absurdo. Temos que olhar isso também, Senador, ante de mexer nisso.

Quero dizer que não estou fazendo crítica específica à nossa Presidente. Estou, sim, fazendo uma crítica ao Executivo, de maneira geral. Aí entram os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, todo mundo que está lá para planejar. Porque o idoso, o aposentado brasileiro já não aguenta mais essa discriminação feita contra ele. Ou ele pertence à sociedade brasileira ou não pertence. Se pertence, tem todos os direitos. Então, temos que trabalhar em cima. A Constituição diz que a lei é igual para todos. Então, que seja igual para todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Falta colocar também em pauta esse desconto que se criou para o aposentado. Será que é para manter a pensão da mulher? Porque ele paga a aposentadoria dele e quando se aposenta fica pagando para a mulher ter direito! Isso foi criado agora, 11% de desconto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Como disse o Senador Paim tempos atrás, o Governo só ouve os tambores das ruas. Então, eu acho que nós temos que ir para as ruas. Essa é a minha opinião, porque não há...

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Vamos fazer o seguinte: primeiro, cumprimentar os dois companheiros que falaram. (*Palmas.*)

Agora, vamos tentar manter a ordem. Todos vão poder usar a palavra tranquilamente, ou do plenário ou daqui. Quando o convidado terminar de falar, nós vamos abrir, no final, um segundo momento para que o Plenário possa falar, e na hora de falar é bom dizer o nome.

Inclusive reafirmando algumas posições que vocês já colocaram, não há discordância de minha parte. Nós temos de resolver a questão do aposentado, não tenho nenhuma dúvida. O governo do Presidente Lula e o da Presidenta Dilma fizeram muita coisa, mas não resolveram a questão dos aposentados. É uma dívida que temos com os aposentados, com os pensionistas, do reajuste real e do fim do fator previdenciário. Por isso, meus cumprimentos por vocês estarem aqui batendo nessa tecla. Temos de resolver essa questão. (*Palmas.*)

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Continuando, Senador, eu estava dizendo que não estou fazendo uma crítica à pessoa da nossa Presidente. Aliás, eu a respeito muito, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, eu inclusive não estou fazendo crítica a

ninguém. Estou defendendo causas, como vocês também defendem causas.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– E só vamos parar de falar no dia em que atenderem. Enquanto não atenderem, pelo menos nos deem o direito de reclamar, que é o que você está fazendo e que eu também estou fazendo. (*Palmas.*)

Se nem reclamar pudermos mais, então, vamos abrir mão de nossos mandatos e vamos todos para casa. Se nem falar pudermos mais, vamos abrir mão dos mandatos e vamos para casa, tanto vocês como eu. Por isso, acho que está correta essa presença aqui, em massa, das entidades e dos sindicalistas, exigindo o reajuste real para os aposentados a partir de 1º de janeiro e o fim do fator previdenciário.

Vá lá, meu amigo, continue.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Até porque, Senador, se eu fizesse crítica a uma pessoa somente, eu estaria sendo injusto. Não é só o Executivo que está conivente com essa situação dos aposentados; o Legislativo também, porque aprova tudo que vem do Executivo. (*Palmas.*)

Então, é conivente. Vejam que prometeram votar o fim do fator previdenciário logo após as eleições, mas, se a gente parar para pensar, isso já vem rolando há anos. Há anos isso vem sendo enrolado. Fizeram uma promessa para após as eleições, mas já estão dizendo que será em 2013. Daqui a pouco, será depois das eleições de 2014, e vão enrolando, vão enrolando, e o coitado do aposentado vai morrendo, vai substituindo e não consegue.

Para finalizar, Senador, quero deixar claro que nós, aposentados, somos pessoas humanas, trabalhamos, nós contribuímos e não somos peso para uma Nação, porque fizemos caixa para termos a nossa aposentadoria. Não dependemos do trabalhador de hoje para fazer caixa para nós, não! Nós fizemos a nossa caixinha para termos a nossa aposentadoria. Não temos culpa se o Executivo se apropriou indevidamente desse dinheiro para fazer frente às suas despesas, aos seus investimentos. Hoje, estamos mais fragilizados pela idade, fragilizados porque nossos movimentos não são iguais àqueles que a gente fazia aos 18 anos de idade, aos 25 anos de idade. Mas continuamos sendo humanos, não somos peso, como já falei. Apenas somos idosos e temos esperança de que, com esta audiência, a gente abra os corações e as mentes tanto do Legislativo quanto do Executivo para que pensem um pouquinho mais porque eles também um dia vão envelhecer. Eles têm o privilégio de ter salários grandes, de ganhar bem, fazer uma caixa, construir um patrimônio que vai fazer com que o envelhecimento

deles seja realmente saudável, mas o trabalhador brasileiro, aquele que trabalha com uma britadora na mão, aquele que trabalha com uma enxada na mão não tem como fazer poupança. O que ele ganha ao final do mês é para pagar o que comeu. Não sobra nada para ele poupar. E, agora, estamos aqui tentando derrubar o fator previdenciário.

Pensamos em fórmulas mágicas de manter esse trabalhador na ativa. Esse é um problema sério, porque o filho do pobre começa a trabalhar aos 15, 16 anos, mesmo que isso seja contrário ao ECA. Eu também sou contra o ECA quando proíbe esse trabalho de 15, 16 anos. Acho que têm que trabalhar mesmo, porque é assim que se constrói um homem. Mas o filho do rico vai a uma faculdade e só entra no mercado de trabalho aos 25, 26, 27 anos. Então, a fórmula 95, 85, vai beneficiar quem? O filho do rico, que vai trabalhar os 35 anos exatos e, somados à sua idade, porque começou a trabalhar com uma idade mais avançada, o fará atingir essa fórmula.

O filho do pobre, não. Pelo fato de começar a trabalhar cedo, a hora que completa os 35 anos de contribuição, ele ainda vai estar com 50 e poucos anos de idade, e, segundo a fórmula, ele tem que chegar aos 65 anos. Ele vai ter que contribuir mais 10 anos. Dez anos a mais de trabalho! Dez anos a mais para o trabalhador do serviço pesado, que se desgasta no exercício da sua profissão enquanto os demais, que tiveram oportunidade de cursar uma faculdade, vão trabalhar um período bem menor e vão conseguir aposentadoria.

Então, temos que pensar nessa fórmula também, que deve ser substituída. Espero que, nesta audiência, os Deputados, os Senadores, o Executivo olhem mais para os idosos e façam justiça, regulamentando logo o artigo que cria o Fundo da Seguridade Social, que ousou aqui, Senador, de chamar de Banco da Seguridade Social. Esse banco irá administrar esse orçamento tirando-o das mãos de políticos, porque, toda vez que os políticos entram para administrar alguma coisa, o senhor pode contar que vai haver corrupção, que vai haver desvio, que vai acontecer alguma outra coisa. Então, nós temos que colocar a administração quadripartite em cima desse orçamento da Seguridade Social. *(Palmas.)*

Que se vote logo o índice previdenciário embutido no Projeto de Lei nº 4.434, que também está dormindo nas gavetas da Câmara, já aprovada por unanimidade pelo Senado Federal. A Câmara engaveta e não vota, como se eles fossem donos do Brasil. E não são! O Brasil é nosso, gente! *(Palmas.)*

Eles estão exercendo o mandato deles para o bem de um partido que está no poder. Eles tinham que

exercer o mandato deles em prol do povo brasileiro, não para o partido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E eu diria que nem é para o bem do partido, porque faz mal ao partido não votar o fim do fator. *(Palmas.)*

Se pensarem no partido, têm que votar o fim do fator e esse reajuste. A Câmara tem que votar os projetos!

Você disse bem, e eu vou insistir aqui: se a gente critica o Executivo, tem que criticar, sim, o Legislativo, que não cumpre a sua parte. Se votassem na Câmara o que o Senado já votou, estaria garantido o reajuste integral para os aposentados e o fim do fator. Mas a Câmara não vota. E você disse corretamente: ficam dizendo que será em 2011, 2010, 2009 – e estou voltando para trás –, 2008... Mas não votam porque não querem! É só colocar na pauta! É só votar! A Câmara tem que votar!

Nós não podemos, aqui, dar desculpas pela Câmara. Eu estou falando ao vivo para todo o Brasil e não dou desculpas pela Câmara, não! A Câmara tem que votar! Cada homem e cada mulher lá são independentes e têm consciência do crime que o fator está cometendo contra o Brasil, bem como a falta do reajuste dos aposentados. *(Palmas.)*

A Câmara tem que votar! Não temos que levar a Câmara aqui de bonzinhos, não! A Câmara tem que votar!

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Câmara tem que votar! Eu estou explicando. O senhor está entendendo?

Eu aprovei aqui, por unanimidade, o fim do fator e o reajuste integral para os aposentados, mas a Câmara não vota. Que votem os projetos que o Senado aprovou! É só isso que eu peço. Não votam porque não querem! Há dinheiro e há verba no orçamento. *(Palmas.)*

Não me venham com desculpas, porque não tem desculpa!

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Esperamos que o fator previdenciário seja extinto e que, além disso, o efeito dessa decisão seja retroativo para resolver o problema dos aposentados que foram atingidos por ele, pois, do contrário, não estaremos fazendo justiça.

Espero que se faça justiça mais uma vez, Senador, porque nós temos aquele veto do aumento de 2006 que ainda não foi votado. Quer dizer: aprova-se o reajuste nas duas Casas, à unanimidade praticamente, o Executivo veta e as duas Casas do Parlamento ficam quietas?

Estou acabando, Senador. Falta só um parágrafo. Quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para lembrar que você já utilizou 40 minutos, sendo que eram 10 para cada um, e todos querem falar. Tem um monte de gente querendo falar.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – É que nós temos muita mágoa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, mas depois nós vamos ter o debate. Assim, se puder concluir agora, eu passo a palavra para os outros. Depois, vou montar mais três mesas e ainda vou passar a palavra ao Plenário.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Senador, eu vou atender V. Ex^a e concludo então, deixando a palavra para outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns pela sua fala!

O Alcides falou muito bem. Eu sei que todos aqui, se desse para conceder a palavra a todos, teriam o que falar por mais de uma hora cada um; todavia, nós temos um limite de tempo para concluir a agenda desta nossa audiência. Desse modo, eu pediria para que cada um fique no máximo de dez minutos, com mais cinco e, depois, mais cinco minutos de tolerância, o que dá, em média, vinte minutos para cada um.

Como eu dizia, esse foi o Sr. Alcides dos Santos Ribeiro, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Parabéns, mais uma vez, Alcides, pela sua exposição! (*Palmas.*)

Passo de imediato a palavra ao Sr. Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

É bom dizer que o Fórum Sindical dos Trabalhadores congrega quatro centrais sindicais em torno de 18 confederações. Então, na verdade, nós estamos falando aqui não só em nome dos aposentados, mas essa plenária, inclusive, pela presença do Artur e de outros, está representado, hoje, o conjunto do movimento sindical brasileiro.

Não há um sindicalista que eu conheça, a não ser que seja corrupto e indecente, que seja a favor do fator. Ser a favor do fator e contra o reajuste dos aposentados, para mim, não é ser sindicalista coisa alguma. (*Palmas.*)

Está do lado errado; ele defende o patronato! Quem está do lado desse fator e contra o reajuste não é sindicalista! Para mim, tinha mais é que ter o mandato cassado. Pena que eu não possa cassá-lo. Se é contra o fim do fator e não pensa num reajuste decente para os aposentados, não é sindicalista. Há sindicalista, para mim, meio bobalhão mesmo – e tem de ser bobo mesmo! –, porque não sabe que o trabalhador

de hoje é o aposentado de amanhã. Então, quando ele fica contra o aposentado, ele está contra o trabalhador que, hoje, está na fábrica, no comércio ou no banco, ele não entendeu nada da vida ainda. (*Palmas.*)

Assim, tem mais é de abandonar o caminho, porque não merece ser sindicalista! E não achei ainda um sindicalista que seja a favor desse fator. E, se eu o achar, acho que até brigo com ele, no campo das palavras, viu, pessoal? Brigo no campo das palavras, faço o bom debate no campo das palavras. (*Palmas.*)

Passo a palavra a Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Muito obrigado, eminente Senador Paulo Paim, que preside, com muita mestria e com sabedoria, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Meu companheiro Warley, Presidente da Cobap; meu companheiro Artur, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação; meu companheiro Alcides, que falou com muito entusiasmo aqui e que, neste ato, representa os aposentados do Estado do Mato Grosso do Sul; companheiros e companheiras aposentados; companheiros e companheiras da ativa; companheiros presidentes de confederações aqui presentes; senhoras e senhores, primeiramente, quero agradecer o convite para participar deste debate aqui, porque acho que é oportuno e necessário sempre a gente reavivar aquilo que a gente entende que é justo e oportuno defender para os trabalhadores. Nesta atual quadra, este é um debate que, realmente, é de nível nacional, cuidando dessa apreciação aqui.

Eu começaria pela questão relativa ao fator previdenciário. Desde que o fato previdenciário existe, debate-se que esse fator previdenciário tem de ser extinto. Nós caminhávamos até bem para resolver essa questão em 2012, mas, agora, o Warley me fala: “Pois é, jogou para depois, vai deixar para depois, não se vota”. E se chega ao ponto até de o eminente Senador Paim, que é de uma tranquilidade quase budista, que tem muita paciência, que é um cara muito tranquilo, irritar-se, porque, na verdade, na outra Casa, a questão não anda. Há diversos projetos de S. Ex^a aqui, e muitos deles – aliás, quase todos – foram aprovados por unanimidade, mas não andam, vão para a Câmara dos Deputados e lá ficam paralisados. Vou citar apenas dois deles de interesse do movimento sindical. Um deles se refere à questão da estabilidade do dirigente sindical, foi aprovado por esta Casa por unanimidade e está na Câmara dos Deputados, nas mãos de um Deputado que simplesmente não o devolve, e, com isso, o projeto simplesmente não anda. Outro é relativo à taxa negocial, interessa às entidades sindicais, também foi

aprovado aqui por unanimidade e lá está paralisado. E também há a questão relativa ao fator previdenciário.

Então, temos de, realmente, votar. Vamos nos esforçar para ganhar. E tenho a certeza de que, como é justo, a gente ganhará. Agora, se não ganharmos, vamos para outras lutas. O que é necessário é que se decida, é que se vote. Isso é que é necessário, isso faz parte da democracia.

Então, é necessário realmente que o fator previdenciário seja resolvido nesta Casa, seja votado, seja decidido. Nós entendemos que, na verdade, o movimento sindical foi contrário ao fator 85/95. Hoje, pelo que se nota, talvez, esse seja um encaminhamento que seria mais ou menos palatável. Não seria o justo ou o adequado para a atual quadra, mas, pelo que se nota, seria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pior do que o fator não existe!

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Pior do que o fator, pior do que nada não existe. Nós estamos hoje com nada. Você aposenta e perde até mais de 40% do que você ganha quando está na atividade, quando está na vida ativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lourenço, permita-me, só para ajudar no debate, perguntar: por que se avança, pessoal, mais ou menos na linha do fator 85/95? Porque pior do que o fator não existe nada no mundo. Não há um país que tenha uma lei tão cruel como essa que a gente tem aqui. E o 85/95 é adotado para o servidor. Qual é a diferença, pessoal? Tenho de, aqui, à luz da verdade, esclarecer isso para vocês. A fórmula 85/95 é a soma, por exemplo, da idade da mulher e do tempo de contribuição. Com o fator, a mulher, para se aposentar com o salário integral, tem de ter 67 anos de idade. Com a fórmula 85, ela se aposenta com 55 anos de idade. Há uma diferença!

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há como dizer que não há uma diferença. Alguém pode dizer: “São seis por meia dúzia”. Não são seis por meia dúzia. Se o fosse, eu diria aqui. Se a mulher tiver 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, ela se aposenta. Se o homem tiver, por exemplo, 59 anos de idade e 36 anos de contribuição ou 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, ele se aposenta. Hoje, ele tem de trabalhar até os 67 anos e tem de ter 35 anos de contribuição, senão não se aposenta com salário integral. Então, há uma diferença. Claro que o ideal era aprovar o projeto que eu aprovei aqui, no Senado, que era tempo de contribuição: “Bom, eu contribuí, é uma poupança, eu vou me aposentar com

o meu salário baseado no cálculo de 94 para cá, que são 35 anos de contribuição, homem, e 30, mulher, independentemente da idade”.

Mas isso não passa, pessoal, e nós temos que ser realistas. Eu tenho que ser honesto com vocês: a única fórmula que está próxima a um entendimento, e tenho esperança de que a Câmara não vai vacilar, que a Câmara ainda pode votar este ano... Eu sei que há pressão de um setor para que não vote, mas há uma pressão grande de outro setor para votar. Então, espero que a Câmara ainda vote, que retorne para o Senado, e nós teríamos, no mês de dezembro, de travar outra batalha aqui para aprovar. Pode haver aquelas malandragens, que são mágicas de mágico malandro, que não sabe fazer mágica, mas pensa que é mágico: aprova lá, empurra para cá, para ver se aqui não vota. Nós vamos aprovar lá, e nem que eu tenha que fazer greve de fome aqui dentro, aqui, no Senado, vai ter que aprovar. Vai ter que aprovar! Olha o que estou dizendo; e estou dizendo para o Brasil todo. *(Palmas.)*

Ninguém pense que aprova lá, empurra para cá, e não vota. Aqui vai ter que votar, porque, se o Senado aprovou um projeto muito mais avançado, que era tempo de contribuição, por que não se vai aprovar uma composição, se for o caminho? Estou apenas elogiando a tua fala, porque tu estás dizendo: “Não é o ideal, mas pelo menos não é igual ao fator”.

O fator é um caso de polícia para mim. Tinha que botar na cadeia, como crime que não prescreve, inafiançável, quem inventou essa história de fator. É caso de cadeia. É roubo no bolso do trabalhador. Faz-se o cálculo de 94 para cá para outros setores. Agora, para o trabalhador do Regime Geral, em que a Previdência é superavitária em torno de 15 bi por ano, corta pela metade! Quer dizer, não tem como! Eu quero que alguém me explique isso; e estou falando para todo o Brasil. Eu sei disso. Mas eu falo na tribuna, e ninguém me responde! Ninguém me responde.

Eu cheguei a dizer numa oportunidade e repito: se disserem para mim que o Regime Geral da Previdência Social, que aplica o fator, é deficitária mesmo sem o fator, que aprovasse a lei, eu renuncio ao meu mandato. Renuncio ao mandato. Mas ninguém diz nada! Todo mundo fica quieto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois eu vou abrir espaço para vocês. Só para eu não tirar todo o tempo do Lourenço. Eu apenas fiz esse esclarecimento em torno do 85.

A Previdência do Regime Geral da Previdência Social, principalmente urbana, Warley, que pega o fator e para a qual não há reajuste, é superavitária em torno de 13 a 15 bi todo ano. Não há por que não dar reajuste.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO –

Bom, eu agradeço a fala do eminente Senador Paim, que, na verdade, ilustrou grandemente a minha argumentação toda aqui na mesa. Evidentemente que o tempo, quando S. Ex^a fala, não é problema para mim.

Bom, na verdade é o seguinte, Senador: pela manifestação do Plenário é que eu entendo que se V. Ex^a partir para uma greve de fome, vai haver muita gente lá solidária com V. Ex^a. E estaremos juntos nessa greve de fome, só pela manifestação muito clara do Plenário.

Então, fator previdenciário é isso aí. Eu acho que melhor do que nada seria este 85/95, já avançando um pouco até dentro de um processo de praticamente aceitação disso aí, que não é o caso. O movimento sindical certamente vai se debruçar sobre isso, discutir, avaliar, reavaliar e vai ver, realmente, qual é a melhor forma par adotar. O que é necessário repetir mais uma vez é que vote logo, que se decida logo esta questão do fator previdenciário, porque o pessoal já está ficando cansado de esperar.

Bom, o ponto seguinte seria o aumento real dos aposentados e pensionistas. Sobre esse ponto, senhoras e senhores, eminente Senador e companheiros da Mesa, eu acho que é necessário e é justo, porque, na verdade, quem fica na inatividade, quem se aposenta que continue mantendo o seu mesmo padrão de vida que tinha na inatividade. Por quê? Porque ele contribuiu no mínimo durante 35 anos, e consequentemente esse dinheiro da contribuição de 35 anos continuou aplicado, rendendo juros, rendendo atualização monetária; consequentemente ele tem que responder pela vida útil, pela vida desse trabalhador já na inatividade enquanto vida ele tiver. E, depois que vida ele não mais tiver, também a sua pensionista ou o seu pensionista deve passar a dispor dessa garantia de ganho real dos seus proventos. E por quê? Porque é a forma justa, é a forma necessária e é a forma que eu entendo oportuna.

Acima de tudo, no atual quadro em que nós vivemos, o que se pode notar – e acho que não estou errado; posso até errar em alguns casos, mas acertar em outros – é que os bancos, por exemplo, têm uma grande facilidade de oferecer o famoso crédito consignado, porque sabe que o risco é praticamente zero de perder esse dinheiro aplicado em empréstimos a aposentados. Todo mundo, praticamente, está com algum nível de endividamento já bastante acentuado. Então, esse ganho real tem que vir, quando nada, para ajudar a pagar esses juros dessas dívidas dos empréstimos consignados dos aposentados.

Quanto à questão da desoneração da folha de pagamento, na verdade – que é o terceiro ponto a ser abordado nesta manhã de debates –, o Governo entendeu, agora no governo Lula, que devia centralizar

todas as arrecadações tributárias ou de contribuições previdenciárias no Ministério da Fazenda, que quer dizer, Tesouro. Botou todos os recursos numa vasilha só. O que acontece? Consequentemente, o Tesouro é responsável quando houver qualquer problema na Previdência Social, e nada de chororô mais, porque ele agora é o senhor arrecadador de todos esses tributos, de todas essas contribuições previdenciárias. O Ministério da Previdência Social ficou com aquela parte relativa ao custeio, às aposentadorias, aos pagamentos dos benefícios, e o Tesouro, o Governo, o Ministério da Fazenda é o arrecadador das contribuições previdenciárias das empresas, dos autônomos etc.

Então, o Governo, na verdade, é o responsável por isso.

Já que foram centralizados todos os recursos nas mãos do Governo, então, o Governo sendo responsável por isso, é justo que realmente tenha um tratamento adequado para a contribuição que é devida aos aposentados quando realmente ficam na inatividade. E essa parte de desoneração da folha tem que ver com muito cuidado, com muita prudência, com muita cautela. Por quê? Porque desonera a folha de pagamento e passa a haver uma contribuição patronal por, digamos, faturamento. Bom, essa empresa de alta tecnologia é beneficiada pelo desconto da Previdência Social, é beneficiada pela desoneração e, consequentemente, vai contribuir pelas suas vendas feitas. Muito bem. Nesse mês, há um número razoável de vendas ou até muito grande e a arrecadação para a Previdência seria boa. E, no mês seguinte, como será? Então, saímos de uma forma que é tranquila, que, na verdade, é o seguinte: você tem um percentual de arrecadação e você vai para uma arrecadação aleatória, incerta; você não sabe o que pode acontecer. Pode dar certo ou não.

Então, por que vamos fazer uma coisa incerta e complicada se podemos fazer aquela tem em que temos segurança de lei e da história, neste País, da Previdência Social como um todo, em que se tem que ter uma cota fixa para as empresas pagarem, para que, então, faça com que, quando se aposenta, há o recurso ali para fazer esse tipo de pagamento.

Se se opta por outra alternativa, na verdade, quem opta por outra alternativa tem que arcar com todas as consequências, inclusive de pagar os aposentados, com todos os reajustamentos e ganhos reais sem qualquer tipo de dificuldade.

O último ponto de que teria de falar aqui seria o relativo à decadência do direito à revisão dos benefícios previdenciários.

A partir de 2008, houve a Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal. De tanto julgar recursos extraordinários das empresas, o STF chegou à

conclusão de que devia fixar uma súmula vinculante, a Súmula Vinculante nº 8, que diz que os arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 1991, que é a Lei do Custeio da Previdência Social, aquelas consignações que estão ali, dizendo que a prescrição e a decadência serão de 10 anos cada uma – tanto a decadência, 10 anos, quanto a prescrição de 10 anos –, ela, então, passaria a ser de 5 anos e não mais de 10 anos, e isso é obrigatório. Toda Justiça tem julgado desse jeito, que não é mais de 10 anos a decadência para você contribuir ou cobrar as dívidas que a Previdência tem para receber das empresas e sim de 5 anos.

Isso vale também para quem realmente vai requerer seus direitos para receber da Previdência? Acho que não. Na verdade, se o Governo pretende isso, está cometendo uma injustiça muito grande, porque o costume que existe, e há muitos anos, desde o século passado, e essas leis são novas, são leis de 1991, tanto a Lei de Custeio quanto a Lei de Benefícios. Acho que, na verdade, não tem que misturar uma coisa com outra. Se há uma decisão do Supremo Tribunal Federal, e já causou muito prejuízo para a Previdência Social... Essa Súmula Vinculante nº 8 impediu que a Procuradoria da Previdência Social, as procuradorias como um todo deixassem de cobrar dos devedores da Previdência Social algo superior a R\$100 bilhões. As empresas se beneficiaram disso e agora acabam se beneficiando também da desoneração da folha de pagamento. Acho que a gente deve ter muita prudência e muita cautela em tocar esse tipo de discussão, esse tipo de debate.

De forma que essa questão relativa à decadência acho que tem que ser mantido, realmente, dez anos. É o que está escrito no art. 103 dessa Lei 8213, de 1991:

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

É essa a redação que tem dada pela Lei nº 10.839, de 2004. Então, acho que não tem sentido agora se falar: Bom, você prescreve, não se cobra depois de cinco anos. Também você não vai requerer depois de passados cinco anos. Não, acho que isso é injusto, é um tratamento discriminatório, e a classe trabalhadora, os aposentados, os não aposentados devem combater isso aí.

Agora, Senador, nós agradecemos mais uma vez esse convite para estarmos aqui presentes e, naquela oportunidade, estávamos com um ato organizado, das confederações, as centrais e quem mais

quisesse participar, para os dias 20, 21. Entretanto, a Primeira-Secretaria do Senado acabou não concedendo o Auditório Petrônio Portella para realizarmos esse ato. Então, o grande número de confederações aqui presentes hoje, justamente por causa disso. Então, lá, discutiríamos dois pontos: um relativo a garantia dos direitos sociais registrados na Constituição da República, e o outro seria a estrutura sindical.

A questão dos direitos sociais, na verdade a gente entende que eles estão todos sintetizados praticamente dentro da CLT, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em 2011, nós fizemos um ato no Auditório Petrônio Portella – V. Ex^a presidiu –, uma reunião desta mesma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. E ali nós lançamos a Campanha Nacional de Defesa da CLT. E podem até perguntar: Mas por que a defesa da CLT? Defesa da CLT por causa das investidas das atribuições que existem das cabeças não bem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ajudar, assim mesmo eu mantive para o dia 22, aqui, e com quantas salas forem necessárias, o debate sobre a CLT e os direitos trabalhistas e, conseqüentemente, essa luta; quinta-feira, dia 22, às 9 horas da manhã, está garantida essa a todas as confederações e federações que puderem vir...

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Na verdade, eu acabei entendendo que era mais uma requerimento do Bira.

Então, é o seguinte: eu agora só vou reiterar, ao vivo e em cores, esse pedido, esse pleito de que seja estendido esse convite a todas as confederações de trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim o faremos.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Então, Senador, só para terminar, dizer o seguinte: defesa da CLT. A defesa da CLT corre sérios riscos, sim senhor! Nós temos, por exemplo, a estrutura sindical agora, dentro do Ministério do Trabalho está sendo debatida a questão da Portaria nº186; o novo Ministro do Trabalho assumiu e informou que em setembro, na primeira semana de setembro seria revogada, ou pelo menos modificada, a Portaria nº186 para que, realmente, tirasse esse caráter de subjetividade que existe nessa portaria, de 2008, do Ministro Lupi, que prevê uma verdadeira bagunça no movimento sindical.

Então, na verdade, isso é urgente que se faça. E, infelizmente, eu não sei se, realmente, há uma intenção verdadeira de se resolver isso, porque estamos no mês de novembro, e novembro já é véspera de você chegar em dezembro e, conseqüentemente, no final do ano.

Então, esse é um ponto para o qual a gente acha que o Ministério do Trabalho deveria estar atento, para resolver esse que é um problema sério do movimento sindical.

Outro ponto que entendemos muito importante, Senador, é aquele que se refere ao quadro de atividades e profissões do art. 577 da CLT.

O Moacyr, o Tião, o Artur e outros companheiros e companheiras aqui, participamos de um debate longo com a Secretaria de Relações do Trabalho na CNTI nos dias 12 e 13 de setembro deste ano. E na verdade nós estamos preocupados com esse debate ali feito. Por quê? Porque dentro do Ministério do Trabalho o que existe é uma forma de querer resolver essa questão do quadro de atividades e profissões com base no que prevê a CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas. A CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas tem finalidade meramente tributária, estatística e fiscal, mas não sindical. Simplesmente o Governo e o Estado têm interesse em ter aquela CNAE – que é organizada, inclusive, por uma parte grande do IBGE – justamente com essa finalidade de estatística, para saber: essa empresa desenvolve determinada atividade, então, a tributação sobre ela vai ser desta forma ou daquela outra forma, mas não de natureza sindical. De natureza sindical nós temos, na verdade, que nos louvar no art. 577, aquele que prevê que há as categorias econômicas que geram as categorias profissionais: há a indústria, o comércio, o transporte, há a parte de finanças, de saúde, etc. Então, está ali. Se a gente vai realmente resolver pela CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, é uma forma vesga, errada, totalmente equivocada de resolver atualização do quadro de atividades e profissões do art. 577 da CLT.

Também resolver atualização que é obrigatória pela disposição da CLT com base na CBO, na Classificação Brasileira de Ocupações, também é inadequada, porque não vai resolver nosso problema também. Nosso problema é sindical e, sendo sindical, tem que se louvar realmente naquilo que há de básico, que funciona desde os anos de 1940 até o presente momento, que tem que ser justamente aquele quadro que está lá no art. 577 da CLT, seguir, inclusive, a sabedoria da CLT. Há lá no art. 577, §1º, se não me engano, a obrigatoriedade de esse quadro de atividades e profissões ser renovado bianualmente, de dois em dois anos tem que ser renovado.

De forma, Senador, que agradeço a tolerância de V. Ex^a e também do Plenário por nos ouvir por um período além do horário previsto e regulamentar aqui. Mas esse era o comentário, a nossa posição e o nosso depoimento aqui nesta Comissão nesta oportunidade.

Mais uma vez, reiterando a defesa veemente que tem que se votar, tem que se resolver na Câmara dos Deputados essa questão relativa ao fator previdenciário, para que realmente o aumento dos aposentados e dos pensionistas seja real. Ele é justo, ele é adequado, ele é necessário, ele é cada vez mais necessário, até mesmo para fazer face ao endividamento de muito aposentados, e pensionistas que realmente se veem a braços com as questões relativas aos juros dos empréstimos consignados.

Quanto à desoneração da folha de pagamento, acho não tem sentido nenhum você reduzir para 5 anos. Uma questão é arrecadação, que o Governo entende que deve ser arrecadado de um jeito, que se tem que desonerar aqui, desonerar acolá. Desoneram, mas fiquem sabendo que o Governo é responsável pela reposição do caixa da Previdência Social para não haver depois o chororô dizendo o seguinte: “Olha, não há dinheiro. Há problema, há déficit.” Não, há déficit, mas está arrecadando. Está arrecadando, tem que saber administrar os recursos que são arrecadados para a Previdência Social.

E a questão dessa estrutura sindical da qual a nós falamos aqui brevemente, sugerimos que... Na verdade, o movimento sindical entende que o quadro básico para se atualizar, as atividades e profissões que geralmente geram, que sustentam as categorias profissionais e, conseqüentemente, sustentam os sindicatos de empregados e de empregadores, tem que ser aquele quadro de atividades e profissões que está previsto no art. 577 da CLT.

Mais uma vez, reitero o convite aqui – agora já em nome do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – **a todos presidentes de confederações de centrais sindicais filiadas ao Fórum Sindical dos Trabalhadores** para o debate que faremos nesta mesma sala, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quinta-feira, às 9h, nesta semana ainda.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Na próxima quinta-feira, dia 22 de novembro, a partir das 9h da manhã.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Este foi o Lourenço Ferreira de Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Passamos a palavra, neste momento, ao Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Bom dia a todos!

Quero aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim por esta iniciativa louvável e oportuna, cumprimento os companheiros componentes da Mesa. Parabeno aqui mais uma vez a Cobap por seu trabalho, por sua organização e participação. Parabéns pelo congresso, Warley, a você e a toda diretoria, todos aposentados. Eu fui convidado, mas não pude participar. Já estou sabendo que foi um sucesso. Parabéns.

Eu queria iniciar cumprimentando todos que estão assistindo e nos ouvindo.

Senador e todos aqui presentes, talvez os projetos não andem na Câmara porque nós não temos lá um parlamentar com garra, dedicação e que defenda as causas dos trabalhadores igual ao Senador Paulo Paim. *(Palmas.)*

Queria também dizer, com relação à questão do fator previdenciário, que entendo o seguinte, companheiros e companheiras: o Presidente Lula teve a grande oportunidade de entrar para a história com relação a fazer justiça com os aposentados. Não podemos esquecer que o Congresso Nacional aprovou o fim do fator previdenciário, e o Presidente Lula, por razões que até hoje não me convenceram, como justificativa de ter vetado o fim do fator previdenciário, disse que a Previdência não teria condições realmente de arcar com o fim do fator previdenciário.

Com relação a esse projeto – que esperamos se vote amanhã ou depois de amanhã talvez –, eu tenho uma visão de que o ideal seria a gente acabar com o fator previdenciário. Isso seria realmente uma justiça plena com relação ao fator previdenciário. Mas também entendo que às vezes não dá para dar um passo de uma vez: é preciso dar meio passo para que depois nós possamos nos estruturar melhor e, aí, levar essa luta adiante para conseguirmos essa vitória no total.

Eu quero dizer que essa luta não deve terminar se for aprovado o 85/95. Ela deve continuar, para que nós possamos realmente alcançar a verdadeira justiça, porque os aposentados estão vivendo uma grande injustiça desde que foi implantado esse fator previdenciário.

Por outro lado, eu queria acrescentar mais alguma coisa, rapidamente também, porque eu quero deixar parte do tempo que me pertence aos companheiros e companheiras que estão aqui, e sei que há muitos que querem usar da palavra. Com relação ao aumento real das aposentadorias, eu queria dizer, Senador e companheiros, que todos aqui devem se lembrar de que os trabalhadores pagavam apenas 8% sobre a sua folha de pagamento de Previdência Social, e, na época, dizia-se que era insuficiente. E foi aprovada a Lei, se não me falha a memória, 1.910. E essa lei eu até guardei na memória porque é uma data em que foi fundado um grande time, o Corinthians. *(Risos.)* E foi

realmente aprovada a elevação desse percentual para 8,5%, 9%, 9,5%, 10% e até 11% de desconto. Então, é importante que a gente lembre isso, porque os trabalhadores, com relação a essa questão de contribuição, inclusive foram onerados com esse percentual.

Por outro lado, quanto à questão dessa contribuição e do reajuste igual, companheiros e companheiras, eu já ouvi, Senador, até dirigente sindical dizer o seguinte: “Olha, mas, se está elevando o salário mínimo, não importa que os trabalhadores todos ganhem o salário mínimo”. Já ouvi dirigente sindical dizer isso! É um grande equívoco! Por quê? Porque o que nós temos de analisar é o seguinte: se o País está tendo condições de dar um percentual maior para o salário mínimo, para os aposentados que ganham o salário mínimo é porque aqueles que contribuíram acima do salário mínimo deram essas condições ao País. *(Palmas.)*

E aí eu acho que é uma grande injustiça para com esses trabalhadores que contribuíram acima do salário mínimo.

E aqui, Senador, eu acho que a nossa justiça tinha que realmente se posicionar com relação a isso, porque isso é um tratamento desigual para com a sociedade. *(Palmas.)*

Eu não sei. Talvez nós pudéssemos fazer uma discussão nesse nível, encontrar uma forma e provocar, talvez, o Supremo Tribunal Federal, para que ele se posicionasse sobre essa questão. Parece-me ser oportuno.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Provoque-me que eu respondo.

Com relação à desoneração da folha de pagamento das empresas, um verdadeiro absurdo, outra injustiça. Primeiro, porque sem critério. A inda que tivesse critério, seria injusto, mas não existe critério.

Estou dizendo isso, Senador, porque tenho acompanhado e tenho visto que essa desoneração não é para os setores que mais geram empregos. É para setores privilegiados deste Governo. Então, está tirando dinheiro do cofre da Previdência Social para privilegiar alguns setores econômicos de nosso País.

Com relação à questão do lucro, diz a lei: você não paga a Previdência Social o percentual, mas vai pagar sobre o seu lucro.

Todos nós sabemos que o lucro, neste País aqui, é camuflado, não é realmente colocado a realidade. E nós que somos dirigentes sindicais sabemos muito bem disso, a dificuldade que nós temos para comprovar que determinadas empresas tiveram lucro, para que os trabalhadores participem do lucro da empresa, do PLR.

Então, isso de que vai realmente pagar sobre o lucro é uma coisa que não existe, porque não existe

uma fiscalização eficaz no nosso País que possa, realmente, fiscalizar a realidade do lucro das empresas.

E, para finalizar, Senador, eu queria mais uma vez parabenizá-lo por essas iniciativas. Tenho certeza de que, juntos, podemos alcançar a grande vitória. E quero, mais uma vez, parabenizar todos os aposentados aqui presentes e todos os aposentados de nosso País. Nós que representamos os trabalhadores da ativa temos uma dívida com esses aposentados, porque se não fossem os aposentados estarem nesta luta...

Os trabalhadores da ativa não têm, realmente, dado a devida contribuição, junto com os aposentados. *(Palmas.)*

Eu quero dizer que, por onde tenho ido, nós, a nossa Confederação, representamos mais de um milhão e meio de trabalhadores no nosso País. E por onde tenho andado e falado, tenho cobrado das entidades e dos trabalhadores que é preciso participar, porque os aposentados de hoje estão lutando, inclusive, para os aposentados de amanhã.

Muito obrigado e um grande abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação, que, com muita firmeza, lembra para aqueles que estão nas fábricas que este movimento, que esta questão só interessa a quem é aposentado. Quando eu digo fábrica, naturalmente, refiro-me a todos os setores dos trabalhadores, sejam bancários, sejam comerciários, sejam agricultores, sejam, enfim, das mais variadas áreas. Há um equívoco, e o Artur foi muito feliz em dizer que alguns entendem que esta questão só interessa aos aposentados. Mas é de uma – eu não quero usar o termo aqui mais pesado, porque estou meio irritado – estreiteza de não botar na cabeça que o que está na atividade hoje é o aposentado de amanhã, meu Deus do céu!

Se eu pegar meu neto, que tem três anos, ele vai entender esse cálculo. Ele vai entender porque hoje criança pega o computador e entende. Bom, se estou trabalhando hoje é porque eu vou me aposentar amanhã. Por que estou contribuindo para a Previdência? Porque eu sonho em me aposentar. E me aposentar com quê? Com a metade do meu salário? E alguns ainda dizem: aumentando o salário mínimo, está resolvido.

Olha, eu não uso um palavrão aqui porque não posso. Mas como, meu Deus do céu? Aumenta-se exatamente para a base da pirâmide, para aquele que está com o salário mínimo arrocado. O salário mínimo vale US\$160. Então, é claro que tem que haver uma política para o salário mínimo – e as centrais todas e as confederações trabalharam –, que foi a inflação

mais o PIB. Agora, qual foi o nosso objetivo? Inclusive sempre conto que, na jornada que fiz pelo Brasil todo, era inflação e o dobro do PIB. Mas, depois, mediante acordo, concordamos com a inflação mais o PIB. Essa é a base da pirâmide, que tem que ser inclusive instrumento de pressão para aumentar o piso salarial das categorias. Se o salário mínimo for inflação, digamos, de um PIB de 5%, o piso das categorias também vai querer a inflação mais os 5%. Agora, o aposentado não ganha nada? Só inflação? É isso que eles querem? É de uma estreiteza técnica, política, social inclusive, que não dá para explicar quem defende a tese de que aumentar o salário mínimo está bom. Então, tudo bem, vamos aumentar o salário mínimo e vamos arrochar o salário de todo mundo, não só do aposentado, inclusive do Congresso, do Executivo e do Judiciário, se esse é o caminho. *(Palmas.)*

Vamos arrochar todo mundo! E vamos dizer o seguinte: daqui para frente, todo mundo vai ganhar o salário mínimo. Claro que é uma bobagem que é da cabeça daqueles que assim pensam; que não tem procedência nenhuma. Se ganhar o salário mínimo é bom para o Regime Geral, devia ser para todos, então. Claro que temos que valorizar o salário mínimo para aqueles que ganham o mínimo, que é o mínimo para sobreviver. E, olha, é um salário mínimo, como estão falando aqui, que vai chegar a R\$700,00 em janeiro, setecentos e poucos reais. Vai chegar agora, se chegar...

Hoje, o salário mínimo – só usando uma assessoria do Artur – deveria ser R\$2.617,33, para viver com o mínimo de dignidade. Eles acham que ganhar um salário mínimo de R\$700,00, R\$800,00, R\$600,00 está bom. Quero ver para quem está bom, se eles ganham isso. Não ganham! E se aposentam com salário integral. E não pegam o fator, porque o Executivo, o Legislativo e o Judiciário não pegam o fator e se aposentam com salário integral. Quando digo integral, estou me referindo a um teto de R\$27.000,00. Aí pode! Por que o fator só foi destinado para o trabalhador urbano do Regime Geral da Previdência? Só para esse, que é a sua área, meu amigo, onde seus aposentados ficam.

Por isso, Artur, meu parabéns pela sua indignação, que é legítima; é legítima. Não sou maluco. Se eu tenho com tanta convicção, brigando aqui, falando há tantos anos, é porque tenho clareza de números, de cálculos. Isso que a gente fala é justo. Desafio também: se quiserem mudar para o faturamento, que é uma tese que tem, porque a tendência, o avanço tecnológico, cada vez mais, vai diminuir o número de trabalhadores de carteira assinada. Na prática, não é isso; quase que dobramos nos últimos tempos os trabalhadores com carteira assinada, mas, se fosse sobre o faturamento e não 1,5%, mas fossem 3%, o dobro, aí ninguém

se nega a discutir isso. Mas você diminuir para 1,5%, para 0,5% e para zero, a conta não fecha, nem com o maior esforço do mundo. Não fecha. Depois, claro, vem aquela história de que não pode dar aumento para o aposentado.

Quem vai falar agora é o nosso amigo, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, o Sr. Warley Martins Gonçalves.

Com a palavra Warley, Presidente da Cobap. (Palmas.)

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Bom dia, pessoal.

Em nome do Senador Paim, cumprimento os integrantes da Mesa.

Quero falar um pouco, rapidamente, sobre o nosso congresso, agradecendo também a presença de todos que dele participaram, o Artur, o meu amigo Moacyr, que ajudou muito a Cobap, sempre está junto com a gente. Também quero agradecer ao meu amigo, Calixto, da Nova Central, que sempre está junto conosco. Esta é uma central muito boa, a Nova Central, e a Conlutas também, que defende os aposentados e pensionistas. As outras são as outras, pessoal. As outras não estão juntas conosco, aposentados e pensionistas. Está muito difícil hoje o nosso movimento.

Quero falar um pouco agora sobre o fator previdenciário.

O fator previdenciário, Senador Paim, está nesse movimento hoje devido à Cobap, que está defendendo o fim do fator previdenciário. (Palmas.) Recentemente, fizemos um grande movimento. Íamos acampar em frente do escritório político do Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara. Ele falou que não precisávamos fazer o movimento porque ele ia receber os aposentados. Ele nos prometeu, deu-nos a palavra de que, depois do segundo turno das eleições, ele iria colocar o Projeto nº 9.585 em votação. Nós estamos aguardando; vamos dar ainda um voto à palavra dele, a palavra que ele deu aos aposentados e pensionistas; espero que ele cumpra com a sua palavra, porque se ele não cumprir com a palavra nós vamos bater sobre essa palavra mentirosa dele, que enganou os aposentados e pensionistas. Então, estamos de olho nele; voltamos a conversar com ele e ele nos prometeu novamente, a imprensa está aí.

Agora, o fator previdenciário prejudica muito mesmo são os trabalhadores da ativa. Eu fico preocupado quando desço do avião e venho para cá e naqueles postes coisa sindical, CUT, várias centrais colocando lá fim do fator, mas não fazem nada para acabar com o fator, não fazem nada. Não adianta.

Hoje, a maior categoria que tem no País – eu não sou contra, sou a favor, acho que eles têm direito

– sabem qual é? É o movimento gay; eles levam seis milhões de gays para a Avenida Paulista, mas aprova até casar homem com homem, mulher com mulher, por causa do movimento, pessoal! Por causa da luta que eles têm!

Agora, eu pergunto: cadê as nossas centrais, que deviam ajudar a nós, os aposentados; trazer os trabalhadores para as ruas novamente? Cadê? Então, o governo está nadando de braçada hoje; o governo não respeita. Quem é a Cobap? Cobap, eles falam, com perdão da palavra, é um monte de velhos. Os velhos que eles não gostam somos nós. O governo fala isso. Por quê? Porque nós não temos aquela condição, ainda. Se tivéssemos mais condições financeiras de trazer os aposentados aqui, nós traríamos três milhões de aposentados. Mas a gente não tem condições financeiras, porque a gente ganha pouco. Não dá para comprar medicamentos, como daria para virmos para cá? Agora, as centrais podiam se reunir, as centrais podiam chamar a Cobap junto, que nem agora, na desoneração da folha de pagamento, tiraram a Cobap fora, não deixaram a Cobap participar da desoneração da folha. Só estão as centrais negociando com o governo.

Agora, eu falo para os trabalhadores que estão ouvindo os aposentados, nós precisamos cobrar do nosso movimento. Eu sempre falo para o meu amigo Artur – conheço o Artur há muito tempo, porque também fui sindicalista – que na nossa época, em que não existiam as centrais, os sindicatos tinham valor; os sindicatos faziam greve, mobilizavam. Hoje, os sindicatos não têm força porque as centrais dominaram o movimento e não ajudam a gente a fazer nada. Eu estou revoltado com as centrais sindicais – nem todas –, que não ajudam a Cobap e não ajudam os trabalhadores da ativa. Acabei de falar de duas centrais que estão com a gente, estão pegando a Nova Central, que está de parabéns, porque sempre ligam para a gente e perguntam o que a gente quer, o que estamos precisando na Copab, a Conlutas também. Mas as outras grandes centrais não ajudam a gente.

Então, hoje, é difícil para nós, aposentados e pensionistas. Olha só a audiência; foram convidadas todas as centrais e eu só estou vendo a Nova Central aqui e um representante da Conlutas. Está lá atrás o Mancha. E as outras que foram convidadas? Está aqui a relação. A Central Geral dos Trabalhadores também está aqui? Está nada! Esse nome aí que ouvi não está aqui não. Eu conheço ele.

Então, Paim, é por isso que estou falando: o nosso movimento, Senador, é que nem o Artur falou, e tem razão. Quando a gente precisa, temos um ou dois deputados federais que defendem e lutam com a gente.

A Cobap foi negociar e eu achei até graça, Senador. O Marco Maia chamou a Cobap na semana retrasada, nós fomos lá e daí um pouco apareceram dez deputados, todos querendo aparecer e não defender, porque antes não marcava uma agenda com a gente, quem marcou agenda para nós foi você, Senador.

Então, por isso que eu falo que o fator previdenciário só vai ter fim se as centrais se reunirem com a Cobap e disserem “Nós queremos isso”; se mobilizarem o trabalhador e trouxerem-no para cá. Não adianta, a Câmara não vai votar. Aquela Ideli é outra que é contra todo mundo, não vota também. Em todo jornal ela fala que não vai passar o fator previdenciário, não querem, desafiam as centrais sindicais, pessoal, ela desafia e aí vai enrolando e se coloca cartaz lá, mas isso não adianta nada. Quantas centrais há hoje? Hoje deve haver seis centrais sindicais. Se reunirem todas essas centrais não colocam um milhão de trabalhadores aqui, meu Deus, pousem aqui dentro deste Senado, como nós pousamos e vamos fazer isso novamente. Mas não é só a Cobap para defender o fator, que é do trabalhador que está perdendo muito dinheiro quando se aposenta.

Aí, falo agora da desoneração, pessoal. A desoneração é uma coisa pela qual nós, aposentados e pensionistas, temos que brigar. É melhor a gente brigar contra a desoneração do que pelo aumento para nós. Porque a desoneração está tirando dinheiro do nosso pagamento, que vai pagar a nossa aposentadoria. Eles estão tirando nossa aposentadoria amanhã. Estão desonerando 16 milhões por ano da nossa Previdência. A lei, Senador, fala que a Presidente tem que devolver o dinheiro, só que, depois de 2 anos, não devolveu nenhum tostão. A Cobap está com um departamento jurídico e nós vamos pedir para algumas centrais que estão com a gente para entrarmos com a lei, pedindo que ela cumpra a lei e devolva nosso dinheiro. Ela tem que devolver esse dinheiro que está tirando de nós. Isso é outro roubo da Previdência que nós pagamos. Então, a desoneração é a grande preocupação hoje do Movimento de Aposentados e Pensionistas.

Nós não podemos concordar com essa desoneração. Escutem bem o que estou falando: a desoneração é o nosso pagamento, é o pagamento que recebemos rigorosamente todo mês, eles estão desonerando. Como o Senador Paim falou, estão diminuindo o ganho dos aposentados da Europa. Por quê? Porque não se prepararam e estamos deixando o Governo desonerar a nossa folha de pagamentos. Nós não estamos nos mobilizando e fazendo.

Outra coisa também é a decadência. A decadência está tirando um direito dos aposentados e pensionistas de entrar com uma ação sobre os nossos direitos.

Como é que pode uma coisa dessas? Há dinheiro para todo mundo: R\$100 mil para o jogador que vai jogar na Copa do Mundo, há dinheiro para os empresários... Quando se fala dos aposentados, vai falir a Presidência, não há nada para os aposentados, eles não precisam, os aposentados ganham muito bem. É isso que o Governo fala. Até falei outro dia que este Governo não tem nada de Partido dos Trabalhadores, ele é puramente de empresários, só defende os empresários, está tirando do trabalhador para dar para o empresário, está tirando dos aposentados para dar para os empresários, pessoal, está tirando da nossa sobrevivência para dar para os grandes empresários. O Artur mesmo falou que não são aqueles empresários que dão emprego. Depois vai falar o pessoal da nova Central ou da Conlutas. Eu queria saber se há muito emprego agora com a desoneração da folha se há mesmo a quantidade de emprego que eles falaram que a desoneração faria surgir.

Agora, vou falar um pouco de nós, aposentados e pensionistas. Nós temos uma grande culpa, nós somos culpados por tudo estar acontecendo. Por quê? Nós somos hoje 30 milhões de aposentados e pensionistas neste País e não conseguimos mobilizar um milhão de aposentados, não conseguimos colocar nem 1% de aposentados na rua para mostrar ao Governo que estamos revoltados. Aí, a Caixa Econômica Federal vai, ao Sesc ou ao Senai, com aqueles aposentados que ganham o teto e os coloca para falar que estão às mil maravilhas. É claro, para aqueles lá, estão. Eles só passeiam, só andam não sei para onde.

Quando o Senador Paim fez aqui um relatório do Estatuto do Idoso teve um pessoal que colocou uma maravilha que eu vi. Estava assistido pela TV Senado e vi o pessoal na piscina, desfilando. Por que esse pessoal que estava aqui não foi filmar os aposentados que estão jogados nos hospitais, no SUS? Porque aqueles é que precisam da gente, aqueles que estão jogados, que não têm dinheiro para se manter e estão enfiados lá.

Fazer o nosso Estatuto? O Senador fez, mas, como cumprir o Estatuto para se ter uma dignidade melhor para aqueles aposentados e idosos que estão jogados nos hospitais, se sequer temos um plano de saúde que cuide dos aposentados? Quando estávamos na ativa, tínhamos um plano de saúde, tínhamos cesta básica, tínhamos tudo. Agora, nos aposentamos, tiram tudo de nós e ainda tiram o nosso dinheiro. Tínhamos passagens de ônibus, tínhamos tudo e agora tiram tudo de nós. Não temos mais nada! Nós nada estamos tendo nesse País. Então, por isso, acho que a união nossa faz a força.

Quando vocês assistem, na televisão, que vão preparar as crianças para o futuro. É mentira! Nós temos é que preparar o futuro para as crianças de amanhã porque eu não quero esse futuro meu, porque eu não tenho dinheiro para comprar medicamentos, para os meus filhos. *(Palmas.)*

Então, nós temos que ter um futuro para as nossas crianças e não preparar as crianças para o futuro, porque eles não têm futuro nenhum hoje. Nós temos que mudar esse discurso e ter um futuro melhor para as nossas crianças de amanhã. Todo mundo fala que, daqui a vinte anos, 20% da população será idosa, mas o que estão fazendo para melhorar isso? Nada! Estão acabando com os aposentados, estão tirando nossos ganhos. Cada ano nós perdemos mais.

Eu queria agradecer a vocês e falar também, Paim, uma coisa. A gente fala que não tem ninguém na Câmara, que tem só um no Senado, mas nós somos culpados também. Desde a época de Jesus Cristo, o povo não sabe votar. Nós condenamos Jesus e soltamos Barrabás. Desde aquela época, votamos errado, e continuamos errados, porque, se tivéssemos soltado Jesus, Barrabás teria morrido e o povo estaria contente. Condenamos Jesus e soltamos Barrabás.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem, Warley, Presidente da Cobap que termina falando da importância do voto.

É claro isso também, pessoal. É inacreditável que as pessoas, na hora de votar, não pensem na conduta dos Parlamentares. Guiam-se, às vezes, pela propaganda de quem mais investe em propaganda. É só olhar. O Brasil está me ouvindo nesse momento, eu sei disso. Olhem a conduta dos Parlamentares. É só isso! Vamos ver como cada um vota em cada questão e fazer o seu julgamento. Isso é democracia. Também não estou aqui acusando ninguém. Só estou pedindo ao senhor e à senhora que estão assistindo agora à TV Senado para olharem a conduta. Votar para aprovar o fator. Vamos ver como é que vai votar cada um e, quando voltar para o Senado, também como é que vai votar.

Vamos ver agora o debate do reajuste do aposentado. Como vai votar cada um. Estou dando dois exemplos, mas pode ser nos mais variados temas: no campo da educação, da saúde, da habitação, da distribuição de renda. O povo tem obrigação de ficar acompanhando.

O que está acontecendo hoje na Europa? É um movimento em massa, são milhões de pessoas na rua porque o povo, lá, politizado, entendeu que não quer o que está acontecendo lá. E, a gente sempre diz que no tempo das vacas magras não é momento de fazer

movimento. Lá eles estão fazendo. Aqui que nós temos um chamado “bom momento”, como eu estava lendo numa revista dessas de fim de semana, a tal de crise que ficam dizendo que vem, cadê a crise? Aqui não tem crise nenhuma. O País está muito bem e, por isso, se o País está bem todos estão faturando bem, banco ganhando, empresários ganhando, todos faturando, está uma maravilha, só está ruim para os aposentados. Se está bem o País, vamos dar o reajuste para os aposentados e acabar com o fator. *(Palmas.)* Não há motivo nenhum. Se estivéssemos em crise, nós poderíamos alegar o seguinte: “Olha, há uma crise aí. O País está quebrando. É o apocalipse.” Mas, se está tudo bem, por que não olhar para os aposentados? Por que não olhar para os idosos?

Eu sou da Base do Governo, vocês sabem isso, mas eu cobro isso. Cobrei nos palanques, cobro nas reuniões, cobro na tribuna do Senado, cobro aqui. Eu não consigo ter dois discursos. Não consigo ter um discurso lá fora e aqui: vai lá, Paim, que tu vais falar agora e está todo o mundo vendo.

Não quero nem saber, podem ver à vontade. O que eu digo lá fora digo no palanque, disse no Congresso e digo aqui também: nosso Governo, eu digo nosso Governo porque faço parte, tem uma dívida histórica com os aposentados. E os aposentados estão corretos em se mobilizar e exigir mudança no cálculo do benefício, no fim do fator. Não tem como não dizer isso. E digo com a maior tranquilidade e com a consciência muito tranquila porque sei que é possível. Vocês acham que se eu achasse que não era possível, eu iria defender isso? Claro que eu não iria defender. Mas eu sei que é possível.

Eu posso até dar um exemplo agora. Os prefeitos estão todos endividados por causa de alguns ajustes que fizeram aí. Qual a negociação que está saindo? Não pagar a Previdência. É essa a negociação que está saindo. E vai sair, e vai acontecer. E se não paga, não entra o dinheiro aonde? Na caixa da Previdência. E depois que não tem dinheiro.

Eu cansei de ver aqui jogar dívida do INSS e dos prefeitos para 10, 20, 30 anos, depois para mais 30, depois para mais 20, e nunca pagam. É o dinheiro que eles devem. E devem para quem? Devem para os aposentados. Só não desse anistia e deixasse como está nossa Previdência, e dava para pagar tranquilamente os aposentados e pensionistas.

Olha, eu chego a dizer, sem querer exagerar, o grande fundo que mantém este País muito bem é o da Previdência. Se vocês analisarem tudo, mexe para cá, mexe para lá, e de onde sai o dinheiro para a tal de crise que poderá vir um dia: Sai da Previdência. Mexe para cá e mexe para lá, o empresário vai pagar menos

a Previdência, os prefeitos vão pagar menos a Previdência, os mais variados setores deixam de pagar a Previdência. E quem é que não recebe o seu salário? Aquele que contribui.

Por que os outros fundos milionários que existem aí não dão também uma parte, já que nós damos? Eu não quero citar aqui outros fundos milionários para não me incomodar com outros fundos. E há fundos bilionários em que a parte contribuinte já não contribui mais, porque é tanto dinheiro que já estão devolvendo. Eles não devolvem nada para a Previdência, mas do pobre do operário, do assalariado, cortam pela metade e ainda ameaçam que vai quebrar a Previdência. Nem os salários vão receber daqui um pouco. Enquanto que os fundos milionários não abrem mão de nada.

Agora, ninguém se preocupa. Por que só a Previdência é que está abrindo mão? E abre mão, pessoal, e está abrindo mão cada vez mais. Agora, diz que há outros quarenta setores que, a partir de janeiro, também deixarão de pagar sobre a folha e vão pagar 1,5%, 0,5%.

Então, a preocupação é grande, pessoa. E pior é que a nossa Previdência, apesar de tudo, resiste, continua superavitária. É só pegarem, como me refiro sempre, ao setor onde o fator pega, que é na previdência urbana. Ali é que pega mesmo. Continua superavitária. Calculem se não tivessem aberto mão de tantos recursos que, desde a Constituinte, nós botamos fosse para a Previdência. Tinha mais de 200 bilhões lá, por ano, que abriram mão ao longo desse período.

Mas, muito bem, Varlei, Presidente da Cobap, meus cumprimentos pelo seu pronunciamento. Sei que lá, no Congresso, a palavra de ordem foi mobilização e fiscalizar cada voto de cada Deputado, de cada Senador, independente do partido, pessoal. Fiscalizem o voto de todos, não importa qual o partido, para poder cobrar no futuro, porque as eleições vêm aí de novo. É agora, daqui a dois anos. E eu diria que quase todo mundo é candidato outra vez, e é bom lembrar isso.

Acho que as centrais, a Cobap, as federações e confederações têm que acompanhar, olho no olho, como foi dito aqui, a postura de cada parlamentar.

Então, neste momento, vou concluir esta mesa e convidar a segunda mesa.

Eu pediria que os que estão na Mesa ficassem aqui no plenário, na primeira Mesa. Se vocês permitirem, pela simbologia, o Warley continuaria aqui na Mesa, porque esse é o eixo principal, os aposentados, e os outros vão ao plenário, e eu convidaria a segunda Mesa.

Para a segunda Mesa eu convidaria o João Rodrigues Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. *(Palmas.)*

Agostinho Schiochetti, representante da Central Geral dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

Está aqui? Não? O Agostinho está em nome da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de Santa Catarina, que está sofrendo lá uma violência enorme, conforme é divulgado aí...

Moacyr Roberto Tesch Auversvald, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade. *(Palmas.)*

Nelson De Miranda Osório, Vice-Presidente do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar, Diap. *(Palmas.)*

Então, de imediato, passamos a palavra ao João Rodrigues Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

O SR. JOÃO RODRIGUES FILHO – Bom dia, Senador, bom dia demais componentes da Mesa, senhores e senhoras no plenário, bom dia a todos.

Eu inicio a minha fala com os parabéns a todos os aposentados e aposentadas aqui presentes, pela luta que vocês vêm carregando já de há muito tempo. Agora, eu também estou nessa.

Então, para a gente falar do fator previdenciário, dá para lembrar – como já foi dito bem antes – do centro de concentração. Quando a chega aos 60, com 35 anos de contribuição, a gente tem que ir se preparando porque nós vamos para um centro de concentração, porque nos tira a nossa capacidade de compra, de saúde e de dignidade humana; quando você fala de cidadania, o homem começa a perder quando chega à terceira idade, porque não se tem cidadania sem dinheiro no bolso, porque você não tem também direito à saúde.

A saúde pública a nós destinada é de terceira qualidade. Eu digo isso porque sou trabalhador da saúde; toda a minha vida, por 42 anos, praticados, vividos na saúde. Hoje, no País, no melhor recanto do País hoje, eu digo porque também sou conselheiro nacional de saúde, a média do atendimento que a gente vai ter, do acesso às unidades básicas de saúde, onde o diagnóstico para alguma intervenção cirúrgica que nós precisamos, principalmente por causa da vista que o mundo foge, a vida foge. Quer dizer, a gente vai se distanciando do mundo, porque a vista vai se acabando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Chegou aqui o Sr. Sidney Pimentel, representante da Previdência Social. E o Warley, num gesto naturalmente nobre, como sempre, como nós temos a última Mesa, nós vamos fazer algumas trocas: o Warley vai para o plenário, porque ele já usou a palavra, e V. S^a é convidado a assumir aqui o lugar do Presidente da Cobap. O Warley foi deposto e ele assume a presidência da Cobap agora e vai para a presidência do INSS.

E depois do João Rodrigues falar, a gente trocando com quem não falou no plenário.

Seja bem-vindo.

Pode continuar, João.

O SR. JOÃO RODRIGUES FILHO – Sidney, bom dia. O Sidney, a gente faz parte lá do Conselho Nacional de Saúde, e nós vivemos essa agonia da assistência não específica para o idoso, apesar das garantias contidas no Estatuto.

Então, como ia dizendo, no mínimo, da primeira consulta à realização de uma intervenção cirúrgica, você leva uma média de seis a oito meses no centro mais avançado do País. Quando tu precisas de exames mais complexos, que vão envolver vulto maior de dinheiro, a fila é maior ainda.

Então, a gente entra nesse mundo de sofrimento não só pela falta dos recursos oriundos do fator previdenciário e, conseqüentemente, pelo não reajuste real dessas aposentadorias, e nós somos relegados a quê? A nada, a centros de concentração. A família de muitos não tem o suficiente para sustentar e éramos nós que sustentávamos; outros estão aqui nos asilos e a gente tem que dar a senha da Previdência, o cartão da Previdência para receber a aposentadoria. Aqui, do lado, a gente vai ver, na L-2 Norte, você vai ver a Casa do Vovô, a Casa da Vovó, vocês vão lá e vão ver somente pessoas da terceira idade, como em muitos asilos deste País, porque nós já não nos sustentamos e o pouco que ganhamos não dá mais para contribuir para a renda familiar. É um abandono, é um sofrimento desigual.

Acredito que a Casa que representa o povo brasileiro deve se sensibilizar, deve ter esse olhar para esses 30 milhões de brasileiros que estão aí ao relento por falta de iniciativa desta Casa Legislativa, que, muitas vezes – inclusive os trabalhadores da Saúde foram vítimas disso –, só atende ao Palácio do Planalto, e não aos anseios e às necessidades do povo brasileiro.

Bem, com relação – já foi bem dito e deixado aqui muito claro com o Warley – ao cuidado com a desoneração das folhas, é a falência da nossa Previdência. Se já se tem pouco, vamos ter nada? Então, você tem um Brasil, uma República, um Estado de Direito, mas com direitos diferentes para cidadãos iguais. Então, isso é complicado você ver, você viver.

Ainda me deram o encargo de participar do controle social no País. Essa é que está sendo mais difícil. A tarefa mais árdua que eu recebi na minha vida, por delegação da minha Confederação, é fazer o controle social onde a desigualdade permeia no País. Isso tratando do homem da cidade, do trabalhador urbano, do cidadão urbano, da população ribeirinha, da popu-

lação da mata e da floresta, que são completamente diferentes.

A gente vê o volume de recursos, mas os desvios são bem maiores do que o efetivamente aplicado em prol dessa população.

Assim, meus amigos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde está pronta, está aberta, como sempre esteve, para continuar na luta, Warley e demais companheiros aqui presentes e que estão nos ouvindo.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, João Rodrigues Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

Agora, vamos convidar o João Rodrigues para voltar ao plenário, porque aqui está... A mesa, digamos, não tem mais espaço e nós chamamos o representante da Nova Central para que assuma aqui o lugar...

Já agradeço ao João Rodrigues. *(Palmas.)*

Pela Nova Central, é o Secretário-Geral Sebastião Soares que assume a Mesa neste momento. Mas já vou passar a palavra para o Agostinho Schiochetti, que é o Presidente da Federação dos Aposentados de Santa Catarina.

O SR. AGOSTINHO SCHIOCHETTI – Estimado Senador Paim, na verdade, sou representante do Presidente Iburici, que não pode comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estava aqui assim. Aí me disseram que não era, que... O Warley me indicou aqui que você estava pela Federação e não estava pela Central Geral. Então, ratifico novamente: Presidente da Federação...

O SR. AGOSTINHO SCHIOCHETTI – Da Associação dos Aposentados de Concórdia, Santa Catarina...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De Concórdia, Santa Catarina...

O SR. AGOSTINHO SCHIOCHETTI – ...representando o Presidente Iburici Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. É isso?

O SR. AGOSTINHO SCHIOCHETTI – Da Federação dos Aposentados de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tá bom.

O SR. AGOSTINHO SCHIOCHETTI – Estimado Senador, queridos aposentados e idosos que estão aqui, nós estamos nesta luta há muito tempo querendo mostrar às pessoas, ao Governo, a indignação por várias coisas, começando pelo fator previdenciário, que tira do trabalhador, das pessoas que contribuíram durante uma vida toda, na hora em que vão se aposentar, na hora em que vão precisar daquele valor com que ele contribuiu trinta ou trinta e cinco anos da sua vida,

tira dele 30%, 40% daquilo que ele ganha. Então, esse fator rouba do trabalhador. A pessoa perde qualidade de vida já na hora da concessão da aposentadoria. Como sempre falo ao Senador, é um famigerado fator previdenciário, que tem que ser extinto.

Nós tínhamos, então, feito uma luta com os trabalhadores e também com os aposentados. Fomos até Porto Alegre, falamos com o Presidente Maia, da Câmara dos Deputados, e ele assegurou que colocaria em votação. Nós estávamos convictos de que isso iria acontecer. Agora os jornais dizem que não, que não vai ser colocado em votação, que vai ficar para o ano que vem. Quer dizer, aí está a palavra do Presidente da Câmara dos Deputados. Nós ficamos indignados com isso. Nós esperamos que ainda se coloque em votação. Do que vale a palavra de um político quando ele fala para toda uma classe de trabalhadores e de aposentados do nosso Brasil? Eu acho que tem que ser coerente com a palavra que é dada.

O fator previdenciário só vem prejudicar os trabalhadores. Ele tem que ser extinto. Como alguém falou antes, é melhor o 85/95 do que esse fator famigerado.

Também falaram da desoneração da folha. A desoneração da folha, para mim, é um roubo à Previdência Social, à Seguridade Social, um desmonte que estão querendo fazer na Seguridade Social. É um dinheiro que não é do Governo; é um dinheiro que o trabalhador, que o empresário está colocando para que tenhamos dinheiro para os trabalhadores e para os aposentados. De onde vem o nosso dinheiro? Vem da Previdência. Nós defendemos a Previdência Social, nós aprendemos a defender isso. Mas estão tirando esse dinheiro. Quer dizer que, se o empresário desonera a folha, esse dinheiro não está entrando. Esse dinheiro é que vai assegurar as nossas aposentadorias e a aposentadoria dos que virão depois, dos trabalhadores. Isso está sendo roubado de nós. Parece que o Governo está fazendo caridade para os empresários com um dinheiro que não é dele. Ele passa por bonzinho, puxa toda essa oneração, “você estão pagando menos”, mas quem “paga o pato” somos nós, o dinheiro é nosso, não é do Governo. É o desmonte da Seguridade Social. Isso nós não admitimos mais.

O Presidente Warley falou antes que nós temos que nos unir com as centrais sindicais para provocar essa discussão, para provocar o STF para que ele se manifeste quanto a isso. Acho muito importante nós fazermos isso, porque daqui a pouco não vai ter dinheiro mesmo. Nós sabemos que a Previdência é superavitária, Senador. Muitos dizem que não é, mas nós temos certeza de que ela é superavitária. O Governo fala que não, que ela é deficitária, mas, se ela é deficitária, como é que ela não quer mais o dinheiro

do empresário para colocar na Seguridade Social? Não entendo isso. Se ele diz que ela é deficitária, ela deveria recolher mais, e não dizer “não quero mais o dinheiro da folha”. Esse dinheiro está sendo roubado de nós, da Seguridade Social, que é aquilo que nos garante, aquilo que garante o salário de cada um todos os meses.

Também falaram um pouco sobre o aumento dos aposentados, que há muito tempo foi deixado para trás. Nós temos uma perda de mais de 70%. Quantos idosos, quantos aposentados estão passando necessidades básicas, estão precisando da ajuda de seus filhos, de seus netos, de seus vizinhos, porque não têm mais dinheiro para comprar seu remédio ou até seu alimento? Como é triste nós vemos as filas na saúde, como o Sebastião falou há pouco. A gente também defende muito o SUS, mas precisamos de muito mais recurso para isso. E esse dinheiro que é retirado da desoneração não é só da Previdência, pois é da Seguridade como um todo, não é? É a saúde que está em jogo, é a assistência social que está em jogo. E daqui a pouco não vai ter dinheiro mesmo. O Governo está fazendo benesses com um dinheiro que não é dele, mas do trabalhador, do aposentado.

Nós precisamos de um aumento real. O Senado aprovou, por unanimidade, o Senador conseguiu aprovar, e a Câmara até agora não disse nada. Aí nós temos que ver em quem nós estamos colocando a nossa confiança, quem nós vamos eleger daqui a dois anos. Será que são legítimos representantes nossos? Será que são pessoas que lutam por essa causa? Ou são os que fazem a melhor propaganda? Nós precisamos repensar quem nós queremos colocar lá. Nós dependemos do Legislativo, não só do Executivo. O Executivo consegue, parece, manipular o Legislativo, fazer do jeito que ele quer. Nós precisamos acabar com isso, colocar pessoas que nos representem realmente. *(Palmas.)*

Nós precisamos de pessoas que estejam lá defendendo o trabalhador, defendendo o aposentado, não defendendo o empresário, não defendendo somente o capital. Nós precisamos de pessoas nossas, do nosso meio, que representem esses cabelos brancos que estão aqui, que representem os trabalhadores que estão lá na empresa e que, às vezes, ficam distantes dessa discussão porque estão lá trabalhando dia após dia sem tempo de ver isso. Temos que defender essas pessoas.

Então, conclamo as centrais a apoiarem esse trabalho que a Cobap faz, esse trabalho que o Senador faz, para nós mobilizarmos essas pessoas e mostrarmos para esses políticos para quem nós estamos aqui. Nós temos que defender todos esses trabalhadores que, às vezes, não sabem o que está acontecendo, que pensam que estão resguardados porque o sa-

lário mínimo está bom. Daqui a pouco eles vão estar na nossa situação. Eles vão estar enfrentando o que nós enfrentamos hoje, Senador. Nós precisamos deles também nessa luta. Nós vamos conclamar todas essas pessoas para que a gente mude essa realidade. Mas é só com a união que nós vamos conseguir fazer isso. Então, conclamo todos vocês a, juntos, erguermos uma bandeira, unidos, todos, trabalhadores e aposentados, para mostrarmos a este País porque estamos aqui. Nós temos que fazer a nossa parte, não só esperar dos políticos, não.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o representante da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, Agostinho Schiochetti, que, mais uma vez, cobrou a votação dos projetos de interesse dos aposentados e pensionistas e falou também que algumas pessoas acham que é crime falar em política. Tem que fazer política, sim, e política é ficar de olho nos aposentados. Que os aposentados e pensionistas façam política ficando de olho nos Senadores e nos Deputados.

Eu me lembro de que, na Assembleia Nacional Constituinte – não sei por que mudou –, nós colocávamos nas ruas cartazes chamando de traidores do povo aqueles que votavam contra nós. Nós colocávamos. Por que a gente não coloca mais? Nós colocávamos cartazes nas ruas.

Eu me lembro de que muitos Deputados e Senadores vinham para mim e diziam “Paim, não deixa botar meu nome lá porque eu vou votar, sim, do lado dos trabalhadores aposentados”. Agora a gente não faz mais nada. Parece que temos medo. O movimento social não tem que ter medo de ser ousado, de dizer “quem votar contra nós, nós vamos falar a verdade nas ruas”. Qual é o problema? (*Palmas.*)

Para que ter medo de falar a verdade? Eu só peço que falem a verdade; mentira, não! Não contra ninguém.

Aqui foi muito bem dito: vocês acham que o setor do capital não investe nos seus candidatos e não faz campanha contra aqueles que defendem os trabalhadores? Eles fazem, mas eles estão na deles. Nós é que estamos errados. Em vez de nós fazermos campanha para os homens e mulheres que têm compromisso com os trabalhadores aposentados, nós nos iludimos muitas vezes com quem faz mais propaganda. Eu sei de gente que se elegeu Senador gastando R\$20 milhões ou R\$30 milhões. Alguém deu esse dinheiro! Vinte ou trinta milhões para Deputado ou Senador...? Ou acha que alguém deu de graça esse dinheiro? Quanto mais milionária a campanha, vocês podem saber que tem truta por trás. Truta é um peixe, não é? Truta é um peixe?

Para ninguém dizer que eu usei um termo indevido aí. Tem pescaria por trás, digamos. Quem é que dá 20, 30 milhões para quem se eleger Deputado ou Senador? A mim ninguém dá! Isso é pescaria em águas turvas, alguém disse aqui. Então, quanto a isso, a população tem de ficar esperta, saber quem é quem na vida pública. E saber quem é quem no campo da verdade não é problema algum, desde que seja no campo da verdade. Ninguém vai acusar injustamente ou denunciar quem não cometeu algum tipo de conduta inadequada ou indevida em relação àquilo que prega no palanque – o palanque aceita tudo, não é? Vão lá, falam, falam, e o pessoal bate palmas. Quero ver, depois que passarem as eleições, qual é a conduta de cada um.

Eu participei dos palanques, eu fui a mais de duzentas cidades, mas o que eu disse lá eu digo aqui, é a mesma fala, eu não mudo uma vírgula. Quem está me ouvindo neste momento sabe: eu andei por todo o Rio Grande do Sul. Aliás, fui até criticado porque fui de carro, enquanto alguns iam de helicóptero e de avião; eu fui criticado porque fui de carro. Queriam o quê? Que eu fosse a pé ou de bicicleta? Fui a mais de duzentas cidades. A nenhuma delas eu fui de helicóptero ou de avião porque não tenho dinheiro. Quem é que vai pagar helicóptero para mim? Quem é que vai pagar jatinho para mim? Alguém aqui falou na Previdência, mas não pode, muito menos vocês ou o movimento sindical. Ou fui de ônibus ou fui de carro, e me criticaram, porque eu andava de carro correndo para baixo e para cima. Seria melhor ficar em casa dormindo se fosse o caso, se eu fosse irresponsável. Mas eu fui para lá e falei o que estou falando aqui, por isso é que estou muito tranquilo.

Neste momento vamos ouvir o diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social, que fala aqui em nome do Ministério da Previdência Social, o Dr. Cid Roberto Bertozzo Pimentel.

Eu dei para todos dez com mais cinco, mais cinco, totalizando vinte minutos – a não ser um que falou quarenta, o que abriu. Fique à vontade.

O SR. CID ROBERTO BERTOZZO PIMENTEL – Bom dia a todos, bom-dia a todas, quero, em primeiro lugar, saudar o Senador Paulo Paim e, em nome dele, considerar cumprimentadas todas as autoridades aqui presentes, os meus amigos de longa data na luta, o Warley, o Nelson, o Maurício, Luiz, todos os que estou vendo por aqui – não vou citar um por um porque posso omitir algum nome.

Primeiro, eu tenho uma boa notícia: nós vamos discutir todo o assunto relativo ao Fator, mas também a questão central do envelhecimento ativo, que é o novo rótulo que se dá para toda a questão do idoso, da ter-

ceira idade. É que foi aprovada, em primeira mão na última reunião do Conselho Nacional de Previdência Social, na 188ª, que aconteceu semana passada, a convocatória da Conferência Nacional de Previdência Social. *(Palmas.)*

A Conferência será um instrumento de ampla participação, de absoluto controle social, de forma escalonada, e começará com uma atividade no dia 2 de fevereiro do próximo ano, capitaneada aqui pelo Instituto Nacional do Seguro Social, sobre a capacitação de conselheiros. Nós vamos ter uma atuação pedagógica, uma vez que os 1.950 conselheiros espalhados por todo o Brasil deverão participar em teleconferências, com as cartilhas e os manuais que nós começamos a providenciar.

O nome é variado, há quem fale em “velhice”, há quem fale em “aposentado”, há quem fale em “envelhecimento ativo”, há quem fale em “adultos maiores”. Não se chegou a um consenso ainda porque é uma realidade em construção, em permanente construção, mas estamos falando de nós, nós aqui presentes, entre os quais me incluo, idoso que sou.

Eu queria que vocês percebessem que uma das coisas das quais mais se está falando aqui é a necessidade de pressão. Não que eu discorde disso, acho isso super bem-colocado, muito bem administrado, muito bem conduzido, mas eu queria propor para vocês um exercício de confiança na nossa representatividade. Eu acredito que nós estamos bem representados não só no Parlamento, com relação às Bancadas diretamente vinculadas à questão de direitos humanos e à questão de seguridade social – estou falando dos Deputados e Senadores que nos representam –, mas também na sociedade civil organizada e nos movimentos. Todas as centrais sindicais, independentemente de partido, cor ou vinculação, estão irmanadas na luta, com todas as suas diferenças consuetudinárias, que são absolutamente vencidas. Eu penso diferentemente do Maurício na condução de alguma coisa, mas nós tivemos, por exemplo, um dos nossos eixos de discussão, que é crédito consignado.

Nós temos propostas concretas – quando eu falo “nós”, somos as pessoas que estamos trabalhando –, nós temos propostas concretas com relação a juros. Há propostas mais arrojadas, atrevidas ou briguentas, como a minha, que propõem a não-existência de juros; há propostas mais conservadoras, que querem juros de mercado, comuns, proposta da Febraban, que senta conosco; há propostas no sentido de baixar as taxas de juros; há propostas que querem defender o idoso e a capacidade de endividamento; há propostas que contrariam isso, dizendo que o idoso é senhor do seu próprio nariz e pode se endividar o quanto quiser.

A par de tudo isso, eu quero dizer que isso está sendo discutido com a direção e a presidência do INSS presentes, com os procuradores, com a Cobap, com a CUT, com a Nova Central, com a UGT, com a Força, com todas as instituições lá acreditadas.

Todos nós falamos sobre controle social, mas poucos temos a humildade de reconhecer que nos falta preparo e capacitação para a discussão. Essa discussão não é uma discussão afeta exclusivamente a números, há aspectos atuariais, diz respeito também àquilo de que tratam os operadores do direito e os operadores da política, principalmente da prática legislativa, porque vai mexer em vários estatutos, não só no arcabouço legal; vai mexer também no arcabouço da gestão previdenciária, que passou por várias alterações – o senhor sabe –, principalmente do Governo Lula para cá, quando nós tivemos um crescimento substantivo e a redução de uma série de práticas, que eram práticas que chamamos de práticas iníquas.

Nós estamos... E quando falo “nós”, estou falando em nome dos 17 milhões de aposentados, não estou falando em nome, mais atrevidamente, dos 22 milhões de idosos, que representamos. É uma representatividade muito grande! Falando de forma caipira: é muito voto, é muita força! *(Palmas.)*

Se há uma coisa que muda uma realidade é isto: muito voto. Eu queria lembrar, velho comunista que sou, uma coisa do 18 de Brumário, velhas escritas – o Senador, eu sei que leu bastante, praticou isso no passado, quando não era nem Deputado ainda. Há um axioma que também está na peça Rasga Coração, do Vianinha: nem sempre o novo é revolucionário. Muitas vezes não é o atalho que nos leva, mas o velho e bom caminho real. *(Palmas.)*

Falo isso para lembrar para todos os companheiros o valor de cada voto, o valor de cada associação, o valor de cada federação. Eu tenho embates de natureza ideológica, lógica e antológica com o Warley, mas, na hora de votar, nós votamos juntos, porque nós dois, tanto eu como ele – eu careca, e ele muito cabeludo, apesar de achar que aquilo é implante – sabermos que o voto não é negociável quando nós estamos discutindo a situação e a questão do idoso.

Nós temos uma proposta. Eu sou um velho caminhador e batalhador pela Secretaria Nacional do Idoso, do Aposentado, do Pensionista – o nome que se queira dar. Já disse que a questão do nome não me interessa muito, mas questão do *locus* me interessa: eu quero essa Secretaria no âmbito da Previdência Social, porque a nossa questão é Fator, a nossa questão é crédito, a nossa questão é aposentadoria, a nossa questão é tempo, tempo de vida, tempo de condições, tempo de assistência.

O mecanismo de proteção social implica o Ministério do Desenvolvimento Social, com a Loas; o Ministério da Saúde com o SUS; o Ministério da Previdência Social com a extensão de cobertura de aposentadorias e pensões. E o que mais? O Ministério do Trabalho e Emprego com o seguro-desemprego, com o tempo de contribuição, com toda a massa de legislação das condições de trabalho. Fora isso, não é proteção social. Política de direitos... São outros grandes parceiros.

Estou vendo aqui Turismo e Hospitalidade: é um dos nossos parceiros privilegiados. Na Secretaria-Geral da Presidência da República, na reunião dos conselhos – eles, falando pelo Conselho de Turismo; eu, falando pelo Conselho de Previdência Social –, verificamos a quantidade de coisas comuns que nós temos para fazer. Mas muito mais que passe, muito mais do que o direito a lazer, o direito de ir do aposentado, eu quero que a aposentadoria fique, nas palavras do saudoso Ministro do Trabalho, “imexível”. Chega disso que o Fator está possibilitando!

Trouxe uma palavra pessoal do meu Ministro para o Senador Paim, que é um ícone para nós – temos todo respeito por ele na Previdência, não só pelo Senador da República que ele é, mas pela luta dele, que é uma luta que vem sendo travada desde sempre, desde quando ele não era Senador, quando ele era militante apenas, e depois como Parlamentar, pela permanência e permanente luta dele em defesa do aposentado e do pensionista.

Muito obrigado. Estou às ordens para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Cid Roberto Bertozzo Pimentel, diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência, que nos trouxe a boa notícia de que vamos ter uma Secretaria do Idoso, Aposentado e Pensionista junto ao Ministério da Previdência para podermos canalizar por ali as nossas reivindicações.

Eu vou dar aqui, embora ele tenha pedido um pouco de segredo, uma notícia boa: ele está tentando articular uma reunião com o Ministro – eu estaria junto, as lideranças também – para caminharmos na linha do interesse dos aposentados e pensionistas. Ele lembrava que a equipe econômica teria de estar junto. Quero dizer que estou inteiramente à disposição: pode ser sábado, domingo, não importa, suspendo qualquer agenda, porque acho que é importante nós estabelecermos esse diálogo.

Passamos a palavra neste momento para... Depois há outros convidados que vão usar da palavra aqui na primeira fila com o mesmo espaço da última mesa montada. Passamos a palavra para o Moacyr Roberto

Tesch, diretor-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERVALD – Primeiramente eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, Senador de um discurso só, de uma posição clara, definida, Senador das responsabilidades sociais, do Estatuto do Idoso, enfim, um Senador que tem compromisso com a população e com o ser humano.

Eu começaria a minha fala, Senador, pedindo a todos aqui uma nota de repúdio, de revolta, de falta de consideração, falta de respeito do Deputado Silvio Costa para com V. Ex^a. Na semana passada, em um evento promovido pelo *Correio Braziliense*, esse cidadão, que é de Pernambuco – é bom lembrar aos companheiros de Pernambuco – e que se diz representante do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, chamou o Senador Paulo Paim de demagogo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Moacyr, permita-me um aparte.

Com isso estou acostumado. Então, nem “dou bola” para isso. É como aquela história de que eu era demagogo porque defendia o salário mínimo, porque eu disse que o salário mínimo podia passar de U\$60 e chegar a mais de U\$100. Hoje o salário mínimo vale cerca de U\$350. Aqueles que diziam isso engoliram o que disseram e estão com isso na garganta, e eu estou dando risada para eles.

Então, é uma bobagem. Merece só uma vaia; mais do que isso não merece, porque é perda de tempo aqui em nossa assembleia.

Alguns diziam que defender o Estatuto do Idoso era demagogia. Hoje o Estatuto do Idoso é uma realidade.

Outros diziam que o Estatuto da Igualdade Racial era demagogia, e ele está aí. Foi aprovado. É lei.

Outros diziam que a política de cotas nunca seria viável. Ela foi aprovada. É lei.

Outros diziam que o Estatuto da Pessoa com Deficiência não sairia do papel. Já o aprovamos. Está aí.

Graças a Deus, podem dizer a esse moço, que nem conheço nem quero conhecer, que eu recebi o prêmio do Congresso em Foco, por exemplo, como o número um entre todos os Parlamentares em defesa dos trabalhadores e da Previdência. *(Palmas.)*

É isso que me interessa. Era isso que eu queria ouvir. Recebi o título número um como o melhor Parlamentar das duas Casas em defesa do consumidor. Isso é o que me interessa. Isso me deixa alegre.

Uma bobagem como essa, dita por...

Eu não quero, em nenhum momento...

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERVALD – Dita por pessoa desqualificada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não quero nem responder a ele. Não me preocupa nem um pouco. Pelo amor de Deus!

Eu fico feliz de ter ficado entre os quatro melhores Senadores da República e não vou me preocupar porque Joãozinho ou Paulinho disse uma bobagem dessa.

A história e a vida mostraram quem está de cada lado. Eu, de fato, como foi dito aqui, estou do lado dos trabalhadores, dos aposentados, dos servidores e de todos os discriminados – todos, todos. É isso que marca a minha vida.

Por isso, Moacyr, me poupe de ouvir uma bobagem tão grande dita por uma pessoa tão pequena. É só isso. *(Palmas.)*

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVER-SVALD – Então, vamos dar uma grande vaia ao Deputado Silvio Costa em desagravo ao que ele fez ao nosso Senador.

Vamos lá!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assunto encerrado, pessoal.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVER-SVALD – Assunto encerrado.

Se mexem com amigo da gente, a gente não pode ficar quieto. Tem que reagir mesmo.

Senador, alguns meses atrás estávamos discutindo aqui sobre a questão de a desoneração.

Naquela oportunidade, eu dizia que a Previdência parecia a casa da mãe Joana, porque sempre que alguém precisava de algum recurso, recorria à Previdência. Isso aconteceu no caso da Transamazônica, de Itaipu, da Ponte Rio-Niterói, de Brasília e de outras coisas.

O retorno dos recursos à Previdência, salvo engano – pelo menos nunca nos apresentaram –, não aconteceu. Agora, com essa desoneração, parece-me que é mais uma vez, a oportunidade...

Quer dizer, o caixa está grande, está superavitário, há oportunidade; então, vamos sangrar um pouquinho mais a Previdência. Isso nos preocupa.

Na semana passada, saíram algumas notas na imprensa dizendo que as empresas tinham economizado na faixa de 50% do que deveriam ter recolhido à Previdência. Se eles deixaram de recolher, automaticamente são 50% a menos que a Previdência recebeu.

Vai acontecer, com o passar do tempo, conforme foi dito aqui, que vão esgotar os nossos recursos, fatalmente.

O Senador Paulo Paim é um grande defensor do Aerus. O que aconteceu? Era uma caixa de previdência fabulosa, reconhecida. Jamais alguém imaginou que

um dia poderia esvaziar sua arrecadação, e hoje os companheiros da Aerus estão passando necessidade por falta da sua pensão para a qual contribuiu.

Então, essa é nossa preocupação.

Essa preocupação que eu trago a todos aqui e, especialmente, aos dirigentes sindicais que estão na ativa...

Quanto a isso eu gostaria de dar a mão à palmatória e agradecer imensamente a todos os aposentados, porque o fator previdenciário não atinge mais os senhores; vai atingir nossos filhos, nossos netos e nós que ainda não nos aposentamos.

Essa briga parece-me...

Como foi colocado aqui pelo Warley, não conseguimos levantar essa discussão entre os companheiros da ativa. Isso nos preocupa bastante.

Nós temos uma preocupação muito grande quando se faz esse discurso sobre a questão do salário mínimo; aumentou o salário mínimo, aumentou a previdência, aumentou o salário do pensionista, do aposentado da mesma forma, porque eles dizem: “Agora quase todo mundo está na faixa de dois salários mínimos”. Só que “todo mundo” significa muita gente, e nós temos de lembrar – nossa preocupação é muito grande – que nós, os trabalhadores, quando nos aposentamos ficamos com a impressão de que fizemos alguma coisa errada. Nós fizemos alguma coisa errada, que foi nos aposentar. Nós fizemos uma coisa errada: construir um Brasil melhor. Nós fizemos uma coisa errada: ficarmos velhos.

A partir do momento em que você se aposenta você perde ajuda alimentação, vale transporte, plano de saúde.

Quando chegamos aos 55, 56, 60 anos e dali em diante, os nossos comprimidos da pressão já não são... A gente começa a fazer uso normal...

Ali vem um comprimidinho daqui, um comprimidinho dali, e cada vez o custo disso é maior. Aquele custo que você não tinha na ativa, você passa a tê-lo quando se aposenta.

Então, nós temos uma preocupação muito grande com essa questão. Acho que a gente tem que ser esperto e estar mais unido do que nunca.

Warley, eu gostaria de agradecer-lhe profundamente, a citação, em nome da Nova Central. Embora seja o companheiro Sebastião que vai fazer uso da palavra para ocupar o espaço da Nova Central, nós continuamos sempre juntos – a Confederação, a Contratuh – para o que der e vier, Warley.

Acho que, talvez, estejamos precisando um pouquinho mais da sua liderança. É preciso voltar, novamente, a chamar os aposentados e a gente voltar a passar algumas noites aqui dentro, da mesma forma

que aconteceu no passado, da mesma forma que o Senador Paulo Paim, no passado, nos deu guarida não só no Senado mas também lá na Câmara. Acho que está na hora de a gente voltar. Para a gente ser escutado pelo Presidente da Câmara e para ele colocar o projeto em votação, que tal, de repente, a gente voltar a fazer aquele tapete humano da sala Presidência até o plenário, como foi feito uma vez?

Será que não está na hora de a gente começar a mexer com os brios desse pessoal?

Foi colocado aqui que nós temos grandes lideranças dentro da Câmara. Quem são elas?

Há algumas lideranças que me parecem bexiga: vão, vão e, de repente, estoura e desaparecem. Desaparecem. Chegam, fazem um belo discurso para nós e viram as costas e desaparecem.

Foi dito aqui que nós temos de valorizar o voto. Nós, da Contratuh, da Nova Central, também, temos uma campanha, na época das eleições, da valorização do voto. Nós temos de fazer isso, mas com todo o direito de cidadania que temos, porque – imaginem – vocês são 30 milhões de aposentados. Será que em Minas Gerais a gente não consegue um parlamentar? Será que em São Paulo a gente não consegue um? E assim por diante. Se nós conseguíssemos, Senador Paulo Paim, ter uma ou duas pessoas comprometidas efetivamente com o segmento da Aerus, a discussão seria outra. No Senado nós temos um, e olha o barulho que a gente faz! Olha as barreiras que a gente consegue ultrapassar! Por que a gente não faz isso? A gente acaba votando no empresário A, no empresário B, naquele que faz um bom discurso, naquele que dá camiseta, naquele que faz um churrasco, naquele que...

Se vocês pegarem todos os discursos de todos os candidatos a vereador e a prefeito na última eleição e, daqui a dois anos, a Deputado e a Senador, vão ver que vão estar na mídia e na boca de todo mundo, porque aqui dentro eles vão valorizar o aposentado e defender vocês.

Vamos começar a olhar um pouquinho mais para o nosso umbigo, vamos olhar um pouquinho mais para o nosso ser, para ver se aqui dentro a gente consegue mudar, porque, lamentavelmente, as coisas não devem ser da forma como estão acontecendo. Acho que temos que convocar, Warley, e estamos dispostos a isso. Estamos juntos. Portanto, a Contratuh e a Nova Central não vão lhe faltar em momento algum.

Nós temos uma preocupação muito grande quando ouvimos dizer que a Previdência vai quebrar. Parece-me que a vontade de quebrar a Previdência é tão grande que todo mundo diz isso. Parece que os que estão marchando errado são o Senador Paulo Paim e os aposentados, porque o resto, o governo, todo mudo

diz isso. Até alguns dirigentes de sindicatos e de alguns centrais já assumiram essa posição, que vai quebrar como diziam do salário mínimo, que todas as prefeituras iriam quebrar. O Senador dos U\$100...

Hoje o salário mínimo está um pouco acima de U\$300, as prefeituras estão pagando, as coisas estão acontecendo.

Nós esquecemos que em muitos Municípios quem movimenta a economia do Município são os aposentados. No dia em que sai o pagamento é que as mercadorias circulam, é que o dinheiro circula.

Então, não podemos, de forma nenhuma, arriar essa bandeira.

Dias atrás, Warley, vimos no jornal que o Marco Maia tinha medo do Paulinho e do Vicentinho. Por isso que as pautas mais progressistas não andavam. Então, já que ele tem medo, vamos cobrar do Paulinho, vamos cobrar do Vicentinho, vamos nós lá cobrar deles. Se ele não honra a palavra dele, vamos procurar quem ele teme, caso contrário, não teremos outra saída. Nós temos absoluta certeza também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Moacyr, só um esclarecimento, porque nossa reunião está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil, eu, pelo menos, me vejo na obrigação de dizer que até o momento estou acreditando que o Presidente Marco Maia vai colocar em votação a matéria.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERVALD – Eu também acredito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em nenhum momento ele disse que não vai colocá-la em votação. Pelo menos para mim, não chegou essa notícia.

Sei que há pressão de um setor para que não vote, mas ele tem dito que vai colocar em votação a matéria. Vamos torcer para que seja votada. Para isso, teremos outra reunião amanhã, aqui, e depois teremos outra reunião na quarta e outra na quinta, tipo uma vigília permanente aqui no Congresso, no sentido de que a matéria seja votada.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERVALD – Senador, eu também acredito no Deputado, mas ainda tenho um grande receio, Senador, porque há aquele Colégio de Líderes que faz a pauta. Esse Colégio de Líderes... Acho que talvez a gente tenha que fazer uma visita meio de corpo a corpo, porque, caso contrário...

O deputado pode até ter vontade de colocar em pauta, mas, em razão do Colégio de Líderes, pode chegar lá e puxar o freio, principalmente a questão de governo.

Encerrando, conforme foi colocado aqui pelo companheiro Cid, quanto à alteração da Previdência,

haveria profundas alterações – eu concordo – como está havendo profundas alterações na questão da desoneração. Mas por que a gente não estuda as profundas alterações para aliviar o fator previdenciário para nós? Por que isso não acontece? Mas, para outros interesses, dentro da Previdência,... Sei da sua preocupação e do seu comprometimento com a Previdência, mas, lamentavelmente, o Governo não pensa dessa forma.

E, para finalizar, eu penso o seguinte: se não respeitamos o idoso, se não mostramos dedicação e respeito ao idoso, como vamos dar exemplo para os nossos jovens, para os nossos adolescentes? Como vamos dar um bom exemplo para os nossos filhos? E que mundo é este que nós vamos deixar para os nossos filhos? Já pensou: eu e muitos de vocês – talvez até os nossos filhos – vamos ouvir os nossos netos dizerem: “Bom, na época de vocês, vocês tinham a Previdência; bem ou mal, tinham a Previdência. Vocês faliram a Previdência. E olhem que mundo vocês nos deixaram! Olhem o resto que vocês nos deixaram de Previdência! Vocês são responsáveis...” Já pensou levar isso na cara de um neto daqui uns anos? Eu não quero fazer parte desse pessoal.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi Moacyr Roberto Tesch, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo.

Moacyr, para simplificar tudo que você falou – eu identifico você e esse grupo todo que está aqui e outros que não puderam estar, porque também tiveram compromisso –, quero dizer que, na vida pública, eu aprendi o seguinte: há pessoas que defendem causas. Depois eu vi na boleia de um caminhão a seguinte frase – um caminhoneiro, veja bem; quando eu estava viajando, vi e eu guardei esta frase –: “Quando você defende causas, as causas te abraçam”. Eu achei de uma grandeza enorme isso. “Quando você defende causas, as causas te abraçam.”

Se você defende os trabalhadores, os aposentados, se você quer saúde, se você quer trabalho, se você quer renda, se você quer que as pessoas vivam com dignidade, essa energia positiva do universo o abraça. E aqueles que defendem coisas são aqueles que só pensam no interesse pessoal; defendem coisas. Eles estão pensando no interesse pessoal e servem a interesses de terceiros, porque sabem que, no submundo, eles serão beneficiados. Então, desses que defendem coisas eu quero distância absoluta, e eu fico ao lado de vocês, que defendem causas. *(Palmas.)*

Passamos a palavra ao Vice-Presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Sr. Nelson de Miranda Osório.

O SR. NELSON DE MIRANDA OSÓRIO – Senador Paim, nobre Senador de quem não é preciso falar muita coisa, não, em seu nome saúdo meu amigo e companheiro Moacyr; Dr. Cid Pimentel, grande funcionário público da Previdência Social, grande defensor dos aposentados e dos idosos; meu companheiro Sebastião, da Nova Central de Santa Catarina.

Senador Paim, há uma escritora francesa, se não me engano, chamada Simone de Beauvoir, que disse o seguinte: “Há um complô silencioso de certos setores da sociedade que procuram perpetuar a ideia de que a velhice deva ser uma fase temida da vida”. E eu vejo que esse pensamento parece que permeia os três Poderes da República no Brasil.

O Legislativo não legisla em favor do idoso; o Executivo não executa políticas em benefício do idoso; e o Judiciário julga politicamente os pleitos dos aposentados. A Nação não pode pagar o que deve ao aposentado, e o Supremo decide politicamente, porque a Nação não pode pagar.

Então, parece que permeia no Governo brasileiro essa questão de dizer que a idade, a velhice é uma fase temida da vida, o que é mentira. É mentira!

Então, Senador, não é uma questão ideológica nem uma questão programática de partido, porque nós tivemos um governo neoliberal, nós tivemos um governo de trabalhadores, com viés socialista, que se tornou um governo populista. E nós temos uma Presidente, que eu gostaria que olhasse para a idade desses aposentados que aqui estão lutando pelos seus direitos, fazendo sacrifício, vindo da periferia de Brasília, pegando ônibus lotado para vir aqui defender os seus direitos; que tivesse um pouco de sensibilidade e olhasse um pouquinho para nós. *(Palmas.)*

Quisera eu – este é o sonho que eu tenho – que nós tivéssemos um Paulo Paim em cada Câmara Legislativa, em cada prefeitura, em cada Assembleia Legislativa e tivéssemos vários Paulos Pains na Câmara dos Deputados. E nós precisamos disso, porque, se nós elegêssemos outros Paulos Pains que tivessem a mesma postura política e vergonha na cara, não estaríamos nessa situação.

O Paulo Paim, Senador da República, além de exercer a sua função no Senado de defender o seu Estado, porque Senador é representante do Estado e não representante do povo... Os Deputados, que são os representantes do povo e deveriam nos defender, deveriam legislar em nosso benefício, não o fazem. *(Palmas.)*

E o Senador Paulo Paim, além da sua atribuição de Senador como representante do Estado do Rio Grande do Sul, ainda legisla em favor do povo e cumpre a sua missão de vida, aquilo a que se propôs.

Então, Senador, não é uma questão ideológica, não; é uma questão de covardia mesmo dos governos brasileiros, questão de covardia. Isso que estão fazendo com a gente é covardia, Senador. É uma covardia! (*Palmas.*)

Eu gostaria de dizer ainda, Senador Paim, que o senhor já foi chamado de pai dos aposentados, mas o senhor é muito mais; o senhor é pai do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o Nelson de Miranda Osório, Vice-Presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que mostrou aqui toda a sua indignação, em um discurso firme, claro, apontando caminhos para que possamos ampliar o número de legítimos representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, desde a Câmara de Vereadores até o Congresso Nacional.

Parabéns pela sua fala, Nelson.

Passamos a palavra, neste momento, ao líder sindical Sebastião Soares da Silva, Secretário-Geral da CSPB.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Bom dia, Senador Paim. Bom dia a todas e a todos.

É muito bom quando nos encontramos na luta, e é muito melhor ainda quando essa luta se dá na tribuna do Senador Paulo Paim, uma tribuna que tem sido permanente na defesa dos interesses, na defesa dos sonhos e na defesa das reivindicações da classe trabalhadora brasileira em toda a sua representação.

Vimos aqui, Senador Paim, que o senhor não pode ser um; o senhor tem que se transformar em multidão. E essa transformação se dá pela nossa ação, pela nossa participação.

A Nova Central foi fundada com o princípio de defender os direitos trabalhistas nacionais, a CLT, a organização sindical, os aposentados, tendo como um de seus princípios a luta pelo fim do fator previdenciário. A Nova Central pode até se conformar com o acordo do fator 85/95 em função da vontade maior, mas ela sempre vai ser favorável ao desaparecimento total do fator previdenciário. (*Palmas.*)

Nós achamos o seguinte: o fator previdenciário e outros artifícios que foram criados acabaram com a aposentadoria integral no Brasil no âmbito do INSS. Não existe esse artifício mais. A aposentadoria é condicionada. Quando havia a aposentadoria proporcional, ela era mais benéfica do que a aposentadoria integral existente hoje. E a mudança para o fator 85/95 pode

criar outro problema, porque a reforma da Previdência aponta, Senador, o aumento da idade para a aposentadoria. Então, vai ficar uma equação que pode ser ainda pior. Nas condições atuais, ela é menos dramática, menos drástica que o fator previdenciário, mas, ainda sim, é um assalto, é um roubo contra a classe trabalhadora.

E o que nós estamos vendo aí, Senador? O Alcides abordou algumas questões extremamente pertinentes, e, em uma delas, Alcides, você mencionou que foi tudo para o Tesouro. Então, vamos cobrar do Tesouro! Mas o que é o Tesouro? Quem é esse Tesouro, esse misterioso Tesouro? E aqui o companheiro Cid Roberto também falou, logicamente, da equipe econômica. O que é Tesouro e equipe econômica?

Eu acredito que, quando se pergunta... Alcides, você falou sobre o assunto e o Senador Paim também. Não estou aqui fazendo acusação pessoal a ninguém, mas, afinal de contas, quem é culpado? Passa no Senado, vai para a Câmara e não se vota, fica no gabinete da Presidência, fica no gabinete da Ministra. Então, quem tem esse poder que não deixa isso andar? Quem tem esse poder acima de 22 milhões de idosos, acima de 30 milhões de aposentados neste País? Quem tem esse poder? Tem que se dar o nome. E aí entra equipe econômica, Tesouro. E o que é o Tesouro hoje? O Tesouro hoje é a ditadura financeira sobre os interesses sociais no Brasil e no mundo. (*Palmas.*)

Observem: quem é o Presidente do Banco Central europeu? Veio de instituição financeira privada. Quem é o atual Primeiro-Ministro da Itália? Veio de instituição financeira privada. Quem é a troika que determina o que governos têm que fazer? Veio de instituição financeira privada. A autonomização dos bancos centrais na Europa, a constituição de instituições financeiras que não passam pelo crivo do voto, que não passam pela legitimação do voto deu a esses senhores poderes sobrenaturais na Europa e no mundo.

Observem que um grande dirigente do BNP Paribas, um dos maiores bancos franceses que começou toda a crise que nós vivemos hoje, montou a estrutura da recuperação francesa. Como eu mesmo quebro e eu mesmo recupero?

Aqui no Brasil, há quantos anos o Ministério da Fazenda é subordinado ao mercado e ao sistema financeiro? Em alguns governos, os bancos indicaram seus representantes. Por que todos os ministros mudam, mas o Ministro Mantega permanece intocável? Em razão da estabilidade, da governabilidade ou seja lá o que for? O mercado, a ditadura financeira que assola o mundo é responsável pela profunda crise que o mundo vive hoje. É a ditadura financeira que exige desoneração da folha, exige manutenção do fator previ-

denciário e exige a decadência dos prazos dos nossos direitos, porque essa é a forma que a ditadura financeira tem de acumular recursos, dinheiro, cada vez mais, cada vez mais, em cima da fome dos povos, em cima dos aposentados, em cima dos anciãos. Na Europa, quer-se mudar a aposentadoria para 72 anos. O prazo possível de se negociar, segundo eles, é de 70 anos.

No Brasil, mesmo com os avanços ocorridos durante o governo Lula, em várias políticas sociais, em vários âmbitos, do ponto de vista econômico, a lógica é a mesma: não se arreda pé. É por isso que não se vota; é por isso que não se acaba com o fator previdenciário; é por isso que existe desoneração. Isso está na contramão, Senador, porque o maior incentivo que pode haver para a indústria nacional, para a economia produtiva nacional é salário e aposentadoria.

Existem centenas, senão milhares, de Municípios – o senhor e o Dr. Cid conhecem melhor do que eu – que sobrevivem exclusivamente da drenagem das aposentadorias. Esse recurso está sendo drenado. Se os Municípios já estão quebrados, se drenam os recursos da aposentadoria, que país vamos ter daqui a alguns dias?

Então, dizemos o seguinte: nós temos o dia de hoje, porque nós construímos o ontem, ou seja, nós temos hoje o dia que nós projetamos ontem. E, nessa perspectiva, o que se projeta é o agravamento de uma crise que está sendo mantida de forma artificial. Ou os senhores acham que os mesmos que estão incendiando a Europa com planos de rearranjos institucionais, de rearranjo da economia, de arranjo dos bancos vão perdoar o Brasil, vão deixar o Brasil de fora? Só o orçamento da nossa Previdência é superior ao orçamento de muitos países do mundo. Claro que não! É por isso que a Previdência – essa vaca holandesa, vaca brasileira, que dá quantos bilhões de litros de cruzeiros, de reais, de dólares, anualmente, para especulação, anualmente, para os magnatas que não vivem essa realidade nossa... Um grupo cada menor que controla, determina e manda como o mundo tem que fazer e acontecer.

Observem, a Comissão Europeia, o Banco Central europeu e as instituições financeiras, hoje, inclusive derrubaram até o Silvio Berlusconi, olha que curioso, num processo parecido com o nosso do Collor de Melo aqui, hoje Senador Collor de Melo. Mas o Silvio Berlusconi se recusou – o Silvio Berlusconi, que não é nenhum socialista, que não é nenhum populista – a fazer as reformas que o agente financeiro europeu queria e foi afastado; a mesma coisa, o Papadopoulos, se recusou, ele não se recusou, ele disse que ia convocar a assembleia nacional para discutir os projetos,

e foi derrubado, e entrou agora outro que é um mero mequetrefe da banca financeira internacional.

Então, é esse o sistema que vivemos. O Artur, o Moacyr, o Lourenço, a gente se encontra muito nas reuniões da OIT, em Genebra, e vê como é esse jogo lá. É o capital financeiro de seis a oito instituições que domina esse sistema, quer dizer, no Banco Central europeu, de oito, quatro são agentes ligados a bancos, instituições financeiras privadas.

Então, esse é um aspecto que a gente precisa olhar, porque senão a gente começa a assustar. Mas por que não derruba isso? Primeiro, acho que as centrais sindicais... E aqui quero agradecer as palavras do Warley em relação à Nova Central. Não fazemos mais do que a nossa obrigação. Na nossa compreensão, ainda fazemos pouco porque não temos a capacidade financeira necessária para ajudar a presença de milhões de aposentados aqui na Capital Federal, mas achamos que essa é uma luta decisiva. A luta dos aposentados reflete não só a luta de uma categoria de velhinhos. *(Palmas.)*

Ela reflete a luta do País porque é, no processo de aposentadoria, com as aposentadorias, com os aposentados, que primeiro se estabelecem os laboratórios da equipe econômica, é de onde primeiro vem o desmanche de conquistas, é de onde primeiro vem a retirada de direitos, que, depois, é ampliada para todo o País. Saem questões importantes, sérias que nós conquistamos. Lamentavelmente, de repente, parece que nós ficamos diminuídos até naquilo que foi uma luta nossa. A questão do salário mínimo foi uma grande vitória. As centrais sindicais pressionaram, o movimento sindical atuou e conseguimos uma política de salário mínimo. Agora, isso não pode ser artifício para dizer que tudo tem que ser salário mínimo no País. Não é tudo, mas só para os trabalhadores. É para uma categoria determinada, é para um grupo determinado, é para uma população determinada. E essa é a mudança que precisa ser feita.

Na Grécia, na Irlanda, na Hungria, na França, na Itália, na Espanha, em Portugal, eles não estão acomodados, eles não estão parados. As centrais sindicais que tinham divergências ideológicas profundas romperam essas dificuldades e estão colocando milhares, senão milhões de pessoas, nas ruas da Europa. A Europa, de um país como referência de primeiro mundo, como referência da intelectualidade, referência da cultura, referência da economia, tem muitos países virando paisinhos de terceira ordem, de terceiro mundo, em função dessa política destrutiva, dessa política desumana de tudo ser concentrado no interesse financeiro, de toda governança ser voltada para a estabilidade monetária, para a austeridade fiscal.

Fez bem a Presidenta Dilma quando disse que não só com austeridade resolve a questão. Mas é preciso colocar um parêntese: não só com autoridade significa que aceita a austeridade, mas que tipo de austeridade? Nós achamos que o serviço público, a Administração Pública tem que ter o rigor, o rigor da aplicação, o rigor, assim como os sindicatos, as confederações, as associações. Tudo de caráter público tem que ter o rigor no sentido da execução do dinheiro que não é da pessoa que está na direção. Aquele dinheiro é público, tem que ter o rigor. Agora, o rigor não é a supressão de direitos, não é o genocídio organizado de populações inteiras que são sucumbidas... (Palmas.)

...pela fome, pela falta de remédio, pela falta de condições de vida e até por condições psicológicas, porque muitos de nós adoecemos. Às vezes estamos com problemas próprios, nossos, no corpo. Alguns adoecem com a falta de perspectiva para atender à família, para atender um filho, para viver melhor. Isso é um tipo de doença que não é medida, em geral, nos órgãos da saúde porque são doenças que não aparecem. Elas nos destroem porque destroem, primeiro, a nossa capacidade de reagir. Eu sei que esse vazio da nossa luta se deve, não ao medo, à falta de coragem. Há um vazio de tanta luta, de tanta luta, de tanta luta que, de repente, o próprio movimento para: “Mas, espera aí, cansei!” Mas não podemos cansar. Essa luta... E eu sei que não vai cansar.

É nesse sentido que aqui, Senador, a Nova Central e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil trazem a sua manifestação, tanto do João Domingues, Presidente da CSPB... A Confederação está envolvida agora na abertura do 23º Congresso Nacional, cuja pauta principal é a questão da Previdência, e, por isso, o Presidente Calixto teve um compromisso de última hora, de extrema urgência, e não pôde estar aqui presente. Mas, eles, o Calixto pela CNTI e pela Nova Central; o João Domingues pela CSPB e pela Nova Central, todos eles são, sem nenhuma hesitação, favoráveis e parceiros nessa luta. São favoráveis. Estamos unidos no sentido do seguinte...

Eu só queria chamar atenção para dois aspectos, um deles foi lembrado pelo Alcides que é a questão do quadripartismo. O quadripartismo o que é? É a democracia, é a participação popular, é Estado social na sua plenitude. O quadripartismo possibilita que os atores, os beneficiários e os sujeitos do processo possam, de forma igualitária, discutir os rumos, se não determinar o que fazer, pelo menos avançar na discussão desses rumos. Faltou, a meu ver, outra questão que é fundamental: a solidariedade. Esse é o aspecto decisivo da Previdência. Alguns que ganham mais podem até ficar chateados, mas esse ganho maior dele é fundamental

para que todos possam ter, no mínimo, uma condição humana para subsistir. Então, o sistema econômico, o Tesouro ou a equipe financeira querem destruir exatamente a solidariedade entre as pessoas. Teremos um mundo cada vez mais mesquinho, um mundo cada vez mais consumista, um mundo cada vez mais egoísta e cada pessoa como uma ilha dos seus interesses, das suas vontades, dos seus desejos. Ao contrário, os aposentados, os pensionistas, todos, o movimento sindical, o movimento social aponta e trabalha numa direção a solidariedade. Entre nós, a solidariedade é o sangue, é o cimento, é a energia fundamental que vai nos possibilitar enfrentar essa realidade, superá-la e construir uma etapa superior na história da humanidade. Para isso, nós contamos, Senador, como sempre contamos, com o auxílio do senhor e da sua sempre iluminada ajuda e participação.

Mais uma vez, que essa luta sirva não apenas de resgate de direitos de aposentados, pensionistas, de reajustes, mas que sirva também de resgate da história, da presença e da luta solidária da classe trabalhadora brasileira!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Sebastião Soares da Silva, Secretário-Geral da CSPB, que também falou pela Nova Central.

Por diversas vezes, estiveram aqui tanto o João Domingos como também o Calixto. Recentemente, com João Domingos, tivemos um belo debate – a TV Senado reproduziu duas, três vezes – sobre o direito de greve. É um absurdo quererem proibir agora – porque é essa a intenção – o direito de greve. O nome já diz “direito de greve” como instrumento de pressão. Vocês, aposentados, já não têm o direito de greve. Agora, se vocês tivessem o direito de greve, acho que a história seria diferente. Vocês estariam paralisando tudo, e eles iam olhar de outra forma para esse setor tão importante do nosso País. Felizmente, nós conseguimos barrar. Eu tranquei o projeto, trouxe para esta Comissão e assumi a relatoria. Consequentemente, aqui não passará. Aqui eu vou derrubar a proibição do direito de greve. Pode dizer lá para o João Domingos. Aqui nós vamos derrubar.

Como queria também decidir aqui, que aqui dentro é que se vai decidir se dirigente sindical pode ser reeleito ou não. Também puxei o projeto para mim. Eles vão ter um problema enorme. Aí fui acumulando uma dúzia de projetos.

Por isso alguns não gostam de mim. Mas se há esses alguns que não gostam de mim, desde que o povo goste eu fico feliz da vida e estou de bem com

minha alma, com o meu coração e de bem com a vida. Isso é o que importa.

Vamos passar agora a palavra para o Luiz Carlos Prates, que fala aqui pela Conlutas.

Pode usar a palavra, como outros vão usar também.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Muito boa tarde – são 12h01 –, apesar de não termos almoçado ainda. Boa tarde, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou fazer um apelo a todos os que vão falar, que são em torno de cinco: para darem sua mensagem em torno de dez minutos. Ok?

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Está ok.

Queria cumprimentar a todos, cumprimentar o Warley, todos os presidentes de federações de aposentados que estão aqui, todos os companheiros da Nova Central, o Artur, todos os companheiros que estiveram aqui e falaram, e dizer que a CSP Conlutas sempre esteve e é grande parceira dos aposentados.

Quero agradecer também as palavras do Warley em relação a nossa central. Nós estivemos no congresso dos aposentados que aconteceu na Bahia na semana passada, e apoiamos as resoluções que saem de lá no sentido de apoiar a mobilização dos aposentados.

E por que isso? Porque, como foi dito aqui, não é uma questão humanitária, não é uma questão de pobres velhinhos, como às vezes tentam dizer. É que hoje o sistema capitalista mundial, que vive uma crise no mundo todo, particularmente na Europa, mas também já houve nos Estados Unidos, tem a seguinte linha: aumentar cada vez mais o tempo para aposentar, reduzir o salário dos trabalhadores que estão na ativa e fazer tudo para maximizar os seus lucros. Exatamente essa linha que já vêm levando desde 2008, com o estourar da crise, os grandes países.

Em todo lugar estão fazendo o quê? Estou aumentando a idade para aposentar, estão diminuindo os recursos públicos da Previdência, estão privatizando as estatais e privatizando a Previdência em vários locais. Nesse sentido, os aposentados, como não dão mais lucro, são simplesmente descartados, porque tudo gira em torno do lucro, tudo gira em torno da otimização, tudo gira em torno de aumentar cada vez mais os custos das empresas e do regime capitalista.

Então, esse sistema está levando à miséria milhares e milhares de pessoas, e, particularmente, aqueles que já estão aposentados, mas também aqueles que estão na ativa, porque cada vez mais estamos vendo nossos salários serem diminuídos.

Então, um sistema como esse, uma sistema capitalista, uma sistema que não cuida dos velhos, não cuida dos idosos, não cuida das crianças não merece

florescer, não merece continuar. E é isso que estamos vendo também: o outro lado, Senador Paim, que assistimos, na semana que passou, na Europa. A Europa se levanta contra os cortes sociais, se levanta contra o fim das aposentadorias, se levanta contra a tentativa de flexibilização dos direitos. Assistimos, como não víamos há muito tempo, uma grande greve geral que paralisou a Espanha, que paralisou Portugal, que levou manifestações a 26 países.

Nós temos certeza de que esse é o caminho que nós, trabalhadores brasileiros, também temos que seguir. Esse é o caminho que os aposentados também tem que seguir. Nós temos que juntar o movimento dos trabalhadores da ativa, o movimento dos aposentados, o movimento popular, a juventude, e tomar as ruas, tomar as ruas para exigir mudança, para exigir que isso que está acontecendo não continue acontecendo.

Nós temos esperança, e a esperança está sempre na luta, na mobilização, como já tinha afirmado também o Warley.

Eu acho que é nesse contexto que enxergamos aqui a questão da reforma da Previdência que se fala em fazer, porque, além de querer acabar com o fator previdenciário, o que está em pauta, também, é fazer um reforma da Previdência. O que assistimos na reforma da Previdência em 1998? É que acabaram com o direito dos trabalhadores. O que assistimos com esse famigerado fator previdenciário? Aliás, ele já tem mais de uma década. Esse famigerado já roubou milhares, roubou muito dos aposentados. A reivindicação que temos não é trabalhar a vida inteira ou uma grande parte da vida recebendo cem e, quando aposentar, receber duzentos ou trezentos, e seria até justo receber mais do recebeu durante a sua vida, porque, agora, tem mais despesa. Seria até justo, mas não é essa a reivindicação. A reivindicação é mínima, é elementar, é simplesmente receber aquilo que já pagou para a Previdência.

Estamos assistindo, na última década, é um verdadeiro assalto ao bolso dos trabalhadores, ao bolso dos aposentados – aqueles que já se aposentaram – e ao bolso daqueles que vão se aposentar, e esse assalto chama-se fator previdenciário. Temos que acabar com o fator previdenciário, mas, para acabar com o fator previdenciário, temos que juntar os aposentados com as pessoas que ainda estão na ativa, porque eles também serão os maiores beneficiados, e inclusive exigir que aqueles que se aposentaram com o fator previdenciário tenham de volta, que o Estado pague de volta aquilo que roubou durante todos esse período. *(Palmas.)*

Essas seriam as nossas reivindicações.

Por isso, Warley e Senador Paim, a CSP – Conlutas não pode concordar com essa história do 85/95, porque, em suma, mantém o fator previdenciário e, depois, cria outra regra que faz as pessoas trabalharem mais para poder se aposentar.

E tem muita gente que tem a cara de pau de dizer que as pessoas no Brasil aposentam muito cedo, aposentam-se com 50, 55 anos. Essas pessoas, com certeza, começaram a trabalhar com 30, não com 12, 13, 14 anos, como começamos na roça. Não trabalham, durante todo o período, em minas de carvão, sob periculosidade, sob insalubridade. É por isso que as pessoas se aposentam mais cedo. Antigamente, havia todo um tempo especial, mas, agora, precisamos ir à Justiça para conseguir aposentar um pouco mais cedo com o tempo especial. Essas pessoas que dizem isso, com certeza, não conhecem o que é acordar de manhã, às 4h, e trabalhar o dia inteiro em ambientes insalubres, não conhecem o que é entregar sua vida, através dos acidentes de trabalho, das lesões profissionais.

Achamos que é necessário acabar com o fator previdenciário, mas sem colocar no seu lugar algo que restrinja o direito dos trabalhadores. Alguém vai dizer: “Olha, mas é melhor 85/95 do que o fator previdenciário.” Se um ladrão vai te assaltar em R\$100,00, obviamente, se ele levar R\$85,00, é melhor, mas queremos acabar é com o roubo, com o assalto. *(Palmas.)*

Queremos acabar é com essa palhaçada sobre os trabalhadores.

Achamos que as centrais sindicais – e nesse ponto temos um acordo com você, Warley, como você disse – devem assumir com força essa bandeira de mobilizar os trabalhadores na ativa, porque o último argumento que vão dizer é que não têm dinheiro e que, para acabar com o fator previdenciário definitivamente, é preciso colocar alguma coisa no lugar. Como não têm dinheiro, se eles acabam desonerando, como já foi dito aqui, a folha de pagamento, diminuindo o recurso da Previdência? Como não têm dinheiro se agora, durante esse ano, desde maio, as montadoras não pagam IPI? Essas mesmas montadoras que não pagam IPI demitem trabalhadores, como fez a General Motors, que já demitiu mais de 1.000 trabalhadores nesse período, e como está tentando fazer a Mercedes Bens. Como não têm dinheiro se para os empresários, para as grandes empresas, cada vez que levam qualquer tipo de reivindicação, há recursos, mais recursos e recursos? Agora, quando se chega aos aposentados, quando se chega à Previdência, não têm? O dinheiro tem. O problema é que o direito está sendo carregado para pagar a dívida pública, para dar para os grandes banqueiros e para dar para grandes empresários.

Não estamos querendo, como disse no início, algo que seja a mais do que tivemos. Queremos simplesmente recuperar aquilo que contribuímos durante toda a vida. E esse é um direito elementar.

Achamos que é o momento, agora, de colocarmos o bloco na rua. É muito importante essa audiência que está acontecendo neste momento. São muito importantes as manifestações que vão haver, aqui, durante essa semana. No dia 28, nós, da CSP – Conlutas, vamos realizar uma grande manifestação aqui em Brasília, com vários outros setores, como a Nova Central. Para fazer o quê? Não só para protestar contra essa reforma da Previdência, que tem mais um elemento: estão querendo colocar uma idade mínima. Se já está ruim, eles querem piorar, porque colocar idade mínima é ruim, mesmo que seja, como se tem dito, para aqueles que vão entrar no mercado de trabalho. O Warley disse que não quer o que está vivendo agora para os seus filhos, mas eles querem piorar a vida dos nossos filhos. Para a juventude que não entrou no mercado de trabalho, vai ficar pior com a idade mínima. Temos que somar os aposentados, a ativa, a juventude e fazer uma grande movimentação. Por isso, estamos propondo, no dia 28, fazer essa manifestação, aqui, em Brasília. Infelizmente, nós não conseguimos um local ainda no Senado, mas nós vamos fazer nas ruas mesmo, porque é necessário colocar esse povo, essa mobilização em movimento.

Por último, mais um elemento também que precisamos unificar: os aposentados do setor privado com os do setor público, porque, no julgamento do mensalão, foi comprovado que houve compra de voto e, se houve compra de votos, essa reforma que foi feita, a reforma da Previdência, foi uma reforma fraudada e, portanto, tem que ser anulada. Essa é a posição do CSP – Conlutas. *(Palmas.)*

Tem que ser anulada a reforma da Previdência do setor público. Esta é uma bandeira capaz de unificar todos nós, o setor público e o setor privado: a anulação da reforma da Previdência, o fim do fator previdenciário, o aumento geral para os aposentados e para aqueles que também estão na ativa. Essas bandeiras temos que levar. Por isso, vamos tomar as ruas.

Parabéns por essa iniciativa! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Mancha ficou exatamente nos 10 minutos, pessoal. Vamos seguir o exemplo dele. Cada um coloca a sua posição, mas em 10 minutos, no máximo.

Passamos a palavra, agora, ao Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, o líder Robson de Souza Bittencourt.

O SR. ROBSON DE SOUZA BITTENCOURT – Muito obrigado.

Quero parabenizar o Senador por mais essa audiência pública para debater, mais uma vez, temas que estão sendo tratados ao longo dos meses, dos anos. Quero parabenizar também todos aqueles que me antecederam na fala.

Quero só fazer alguns complementos, porque muita coisa já foi dita, e muito bem colocada por sinal.

Sobre a questão do fator previdenciário, acho que temos uma situação muito atípica, quando se fala de fator, de defesa de trabalhadores. Quais as centrais que nós temos aqui hoje representando o trabalhador nessa discussão? Quantas centrais nós temos hoje ditas representantes de trabalhadores brasileiros? As maiores centrais de trabalhadores deveriam estar aqui também, mas não estão. Os aposentados e pensionistas, liderados pela Cobap, suas federações, suas associações, sobre a questão do fator previdenciário, tomaram as dores, sim, de fato, e assumiram essa bandeira.

Hoje não temos que discutir 85/95. Hoje não temos que discutir o que fazer com o fator previdenciário. Nós temos que exigir do Congresso Nacional a discussão, que chamar a questão do veto do Presidente Lula, que é aquilo que foi colocado na época. Já foi debatido, já foi discutido e já foi derrubado o fator previdenciário. Nós temos um veto. Por que os Parlamentares, à exceção de alguns, mínimos, poucos, não assumem essa postura e chamam o veto para ser discutido e não o 85/95?

Estamos aqui chovendo no molhado. Como se diz no popular das centrais sindicais ou de lideranças sindicais, nós estamos amassando barro e não vamos chegar a nada. Temos que unificar a luta com os trabalhadores, sim. Temos que chamar os trabalhadores para a luta, não as centrais – e não são todas, há as exceções, que são as que estão aqui hoje debatendo, favoravelmente, contra a questão do fator –, porque não estão representando, de fato, os trabalhadores. São braços do Governo e estão pendendo para os empresários, os banqueiros.

São essas colocações que temos para discutir.

Vamos unificar a luta para debater o veto, porque ali, sim, foi uma luta árdua dessas pessoas que estão aqui sentadas hoje, cabeça branca, pele enrugada, deitadas no chão, como foi dito pelo Moacyr. Participamos o tempo todo e estamos, inclusive, nos propondo a fazer novamente. Isso é humilhação para essas pessoas. Cadê a dignidade para essas pessoas? Cadê a dignidade para nós, que nos aposentamos lutando para construir esta Nação? Acho que temos que ter respeito por alguns dirigentes, pelos dirigentes da Nação e pelos próprios representantes, que se dizem representantes, dentro das Casas Legislativas, Câmara e Senado.

Sobre a questão da desoneração da folha, isso é uma excrescência! Isso é um absurdo! O Governo não devolve, e isso obviamente vai refletir futuramente nos recebimentos de nossos benefícios de aposentadorias, de pensões e de tantos outros benefícios, não são só de aposentadorias e pensões, mas de tudo aquilo que está englobado, está implícito dentro da Seguridade Social. Essa luta não é só do aposentado, mas das centrais também, das centrais, que se dizem representantes desses trabalhadores.

Que esses Parlamentares tenham um pouco mais de vergonha na cara para poderem, de fato, falar que representam o povo brasileiro; para poderem falar, de fato, que estão aqui com o voto do eleitor, do trabalhador, do aposentado. Nós merecemos respeito!

A questão da decadência, o próprio Deputado Presidente da Câmara, em Canoas, no nosso encontro, disse que iria resolver o problema da decadência, que não seria necessário ir a plenário, porque é terminativo – e, por isso, discutido em Comissões –, e que ele estaria colocando dentro das Comissões e agilizando as votações nas Comissões para solucionar o problema de uma vez por todas. E o que ele fez até agora? Simplesmente fala, mais nada. Não tomou decisão nenhuma com relação à questão da decadência, que é fundamental e importante para todos os cidadãos brasileiros, não só para segmento “a”, “b”, “c” ou “d”.

Eu acho que a luta dos trabalhadores tem que ser mais forte, mas os trabalhadores estão com medo de participar, medo de lutar, porque as lideranças desses sindicatos não estão atuando como deveriam. Não estão colocando de fato esses trabalhadores na luta. Os aposentados são os que estão sendo mais penalizados. Estão tomando todas essas frentes de luta, todas! Cadê os trabalhadores aqui dentro? Nós estamos vendo só aposentados aqui. Temos algumas lideranças de centrais. Cadê as lideranças dos sindicatos? Onde eles estão? Acuados? Com medo de quê? Não é isso, porque eles estão sendo muito bem pagos para poderem agir dessa forma. O trabalhador, mais uma vez, vai ficando sem a sua defesa de fato, mas os aposentados têm liderança, os aposentados estão na luta, como sempre estiveram, a pedido do Senador Paim, a pedido de uma meia dúzia de Parlamentares, no âmbito de 81 Senadores e 513 Deputados. Qual representação que o aposentado tem de fato nestas Casas ou nas três Esferas de Governo: municipal, estadual e Federal? Cadê a representação de fato?

O aposentado está se organizando, Senador, cada vez mais, não só para a defesa das discussões em plenário, de sessões promovidas por V. Ex^a ou por outros Parlamentares, mas no seu cotidiano, no seu dia a dia também, porque nós temos que ter a nossa

representação. Se o banqueiro tem a sua bancada, se o empresário tem a sua bancada, cadê a bancada do aposentado? O aposentado não está morto! O aposentado tem capacidade, tem competência, tem conhecimento de causa, porque ele viveu essa experiência a sua vida inteira, defendendo um país, defendendo uma seguridade social, defendendo uma previdência social.

Nesse aspecto que nós, nessa organização, Paim, como já foi colocado aqui pelo nosso companheiro vice-presidente do Departamento intersindical (DIAP), Nelson, o pai do Brasil... Esse pai do Brasil, Senador, o senhor pode ter certeza, vai ser uma realidade, porque é um partido político que está nascendo. *(Palmas.)*

É um partido político que está crescendo no seu dia a dia, e, nessa liderança, Senador, nós temos um pai, que é o Senador Paulo Paim, que vai estar à nossa frente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Robson de Souza Bittencourt, que cobrou uma mobilização, integração maior de todos, mas terminou falando da importância, acho que ele foi o mais direto de todos, da questão política, e da criação de um novo partido que seria o Partido dos Aposentados e Pensionistas.

Dentro desta Casa nós temos diversos partidos, de diversos setores e diversas áreas. Eu acho que é algo que os aposentados têm que discutir mesmo. Eu não sou contra a discussão. Já tenho conversado um pouco com o Warley, porque, se nós não conseguimos espaço, dentro do Congresso, para dialogar, para discutir, para negociar... Eu acho que isso é democracia. Não vou ser eu quem vai dizer que não. É democrático e é legítimo, sim, que pensem nessa possibilidade.

Como aqui foi dito, são 30 milhões, não é? Trinta milhões, com certeza, decidem qualquer eleição neste País. Assim, pode ser que aqueles que querem política de aliança busquem a política de aliança com os aposentados, pensando na eleição dos seus candidatos, e atendam as demandas mínimas aqui dentro do Congresso.

Eu acho que é legítimo esse debate. Eu entendo que é um debate que não aponta para esta ou aquela pessoa, aponta para a causa, como eu dizia antes, para a causa dos aposentados. Eu tenho assistido a esse debate. Eu sei que muitos partidos não vão gostar disso, porque vocês vão tirar 30 milhões de eleitores deles, mas é legítimo. Por que não é legítimo? Qual é o problema? *(Palmas.)*

Tenho certeza de que muitos que estão me ouvindo neste momento devem estar já: Mas qual é a do Paim? Eu defendo causas, repito de novo, e essa causa dos aposentados, vocês podem ter certeza, como

dois e dois são quatro, está no meu sangue, está na minha alma e está no meu coração. Eu não abro mão dela, doa a quem doer. Pode ser que muitas vezes eu tenha que encaminhar, como Parlamentar, não o ideal, mas o acordo possível, mas vocês legitimamente têm que pressionar para conseguir o máximo.

Lembro-me aqui de momentos em que eu tive que... Discuti muito naquela noite, não é Warley, que passamos na Câmara, e o Robson também participou diretamente, se íamos aceitar ou não os 80%. Sabíamos todos que o ideal não seria isso, mas, no fim de um longo debate, a noite toda conversando, chegamos a um grande acordo de aceitar os 80% do PIB, que foi a realidade que acabamos assegurando. Entre o ideal e o possível, às vezes, há uma distância, mas eu entendo que é correta a posição de todos vocês que aqui falaram, sempre na linha do líder sindical e líder dos aposentados, que, para mim, vão na mesma linha. Não importa se é sindical ou se é aposentado, ambos são líderes que pleiteiam o ideal e compete ao Parlamentar, pela sua experiência aqui dentro, construir o que é possível.

Estou com mais de 26 anos aqui dentro do Congresso e continuo com uma relação excelente com o conjunto do movimento sindical brasileiro e com as entidades de aposentados e pensionistas, porque meio que me tornei, permita-me que eu diga isso, alguém que procura aqui fazer certa mediação para aprovar o possível, não o ideal. Claro que eu gostaria do ideal. Se perguntarem para mim, eu vou dizer sempre que eu quero o ideal.

Falávamos antes aqui com o nosso Pimentel, da Previdência, dessa reunião que vai ser uma reunião de negociação. Já me coloquei à disposição para ir lá para negociar, e é para negociar mesmo, é para achar uma saída, respeitando a posição de vocês. Vocês estão corretos de manter aqui a posição de vocês, mas, se eu vou ao Ministério da Previdência para tentar construir uma saída, assumo a minha responsabilidade. Estou me pondo no lugar de Parlamentar, não é? Vocês estão todos corretos. O Parlamentar não pode querer ficar no discurso do ideal. O discurso do ideal vocês têm que dar e nós temos que ouvir. “Olha, o movimento acha que o ideal é isso.” “Se nós não caminharmos até esse ponto, isso não vai ser aceito.” Mas acho que temos – não diria pelo aval que vocês me dão, mas pela confiança que sei que vocês depositam em nós – de sentar à mesa para dialogar para, depois, voltar a conversar com todos os setores que estiverem envolvidos sobre aquilo que é possível e sobre o que não é possível. Mas essa é a função do Parlamentar.

Tem parlamentar que gosta de jogar para a torcida. Então, ele vai fazer discursos eternamente. Daqui

a 100 anos, se você olhar o currículo dele, não tem um projeto aprovado. Agora, aprovei – e digo que eu aprovei porque participei ativamente – o adicional de 30% de periculosidade para os Correios. É lei, está lá. Eles estão ganhando. Fizeram uma homenagem para nós, no Rio Grande do Sul, nesse final de semana. Aprovamos agora. Aprovei aqui no Senado, foi para a Câmara, depois veio da Vanessa Grazziotin para cá, assumi a relatoria e aprovei. Modificamos, era o único jeito, os 30% de adicional de periculosidade para os vigilantes. Aprovamos. Vai para a sanção agora. Por quê? Porque esse é o nosso papel.

Quero que vocês entendam sempre isso. Sei que vocês entendem qual é o papel de vocês e qual é o papel do parlamentar. É *parlar*, dialogar, encontrar saídas que sejam melhores para todo o nosso povo e para toda a nossa gente. Por isso, não vou fazer nenhum contraponto aqui. Não é o caso. Vocês estão todos corretos – olhem que eu disse todos – de bancar as suas posições e de apontar algum caminho, mas cabe a nós, que vamos votar aqui no Parlamento, assumir a responsabilidade. Um líder não pode se omitir. Não que eu seja líder, mas, se vocês me dão o apoio que me deram...

Tive 4 milhões de votos em 6 milhões de eleitores. De cada três gaúchos, dois votaram em mim. Sei que vocês, aposentados e pensionistas, foram fundamentais, caso contrário não teria chegado aqui. Sei disso. Sei o que vocês depositam em mim. Sei que meu papel aqui é esse. Estou muito tranquilo de ouvi-los e de tentar ajudar a encontrar a melhor saída e em, às vezes, sofrer até algum tipo de desgaste. Isso faz parte. Vocês é que não podem sofrer desgastes. Eu posso sofrer desgastes. Vocês não podem. Vocês têm de dizer sempre: “Briguei por meu ideal, mas o que o Paim conseguiu arrancar lá [Paim e os outros aliados, estou apenas citando minha pessoa porque estou presidindo a reunião] foi isso.” Alguém dirá: “Podemos até aceitar, mas continuaremos brigando pelo ideal.” Está correto também dizer isso. Está corretíssimo.

Estou sendo muito franco com vocês aqui porque tenho de ser transparente. Não adianta eu só dizer que todos têm razão e que vou defender somente isso. Daqui a dez anos vocês vão dizer, talvez para mim: “Ele estava lá, ele poderia ter visto a co-relação de forças, o que era viável e o que não era viável.” Aí poderão dizer, sim, com razão: “Ele foi incompetente. Se ele tivesse visto, se tivesse trazido para nós dialogarmos, para vermos o que era possível teríamos dito: o ideal é esse, mas, se é possível dar esse passo, vamos dar.” Dois passos, três passos ou dez passos. Por isso, estou falando para vocês com toda a liberdade.

O Brasil está ouvindo e vendo. Muitos estão concordando e outros discordando. É assim. Não tem aquele... O Warley falou aqui, e pego seu exemplo, Warley. Quando você terminou de falar daquele julgamento histórico do maior revolucionário de todos os tempos, que foi Jesus... Ele era um revolucionário. Ele não foi, também, entendido. Claro que ninguém está, aqui, se comparando a Jesus. Se não já teremos algum sacana dizendo que nós, aqui, estamos nos comparando aqui a Jesus. Eles gostam de fazer isso. Eles pegam uma vírgula para daí vir a sacanagem: plantam, botam em *blog* e fazem um monte de coisas. Quem está na vida pública tem de ficar exposto também a isso.

Quero pegar a sua fala. Nós temos de buscar a melhor saída para atender esse universo de pessoas que estão há doze anos esperando uma alternativa ao fator, há doze anos! O fim do fator é o ideal, claro. Tenho autoridade para dizer, pessoal. Acabei, aqui, com o fim do fator. Foi de minha autoria. Aqui o fator acaba e vale só o tempo de contribuição. Está lá na Câmara há dez anos e não sai do lugar. Se nós não construirmos uma alternativa – e aí vamos ver que alternativa é essa – não vai sair de lá. Daqui a dez anos eles podem me cobrar de novo. Não sei se vou estar aqui, se vou estar em casa, se vou estar morto, mas, mesmo que eu esteja lá em cima, vou dizer: “Abaixo o fator!” Vou continuar o mesmo. Sei que vocês me entendem.

Vamos lá. Tinha pedido a palavra, duas ou três vezes, e acabei prometendo que, no final, eu daria. E faço a questão de dar a palavra ao senhor. Que o senhor diga o seu nome.

O senhor tem cinco minutos.

O SR. HAMILTON JOSÉ DE ARRUDA – Meu nome é Hamilton José de Arruda. Faço parte da diretoria da FAP/DF, presidida pelo meu colega Pimenta, ali presente.

Eu gostaria de saudar todos os participantes aqui, porque, principalmente, estamos vivendo uma época muito interessante. Como disse o colega ali, nós não estamos desarmados. Estamos ligados, estamos atentos e estamos participando aqui até dando prova aos senhores, como políticos, de que ainda confiamos em vocês; ainda não perdemos a esperança, ainda estamos lutando por isso!

Agora, no elenco que nós apresentamos aqui, eu gostaria que fosse incluído o desconto da Previdência, porque esse aí, embora se enfatize muito o fator previdenciário – o que sou contra, porque vem diminuir nossos direitos. Não é sequer nossos ganhos, e sim nossos direitos já ganhos.

Então, é o do desconto, porque o fator previdenciário ele ainda oferece uma alternativa. Eu, como sou um brasileiro que se considera patriota, estou do lado

de tudo que é a favor do Brasil. E eu entendi, talvez de maneira diferente da de vocês, que isso era uma prevenção também para que nós não passemos pelo que os europeus estão passando hoje.

Nós demos uma lição ao mundo com o nosso sistema bancário, seguro austero e garantido. Então, o fator previdenciário ele dava uma alternativa. Se você quer se aposentar agora, porque tem direito, a idade estipulada você, você tem o direito. Contudo, você vai ser penalizado. Se você quiser continuar você vai ser recompensado.

Achei que era pertinente isso, porque o Brasil naquela época estava correndo risco de perder o melhor que ele tinha entre seus funcionários em plena capacidade produtiva, de acúmulo de sabedoria e tudo. Estava todo mundo querendo debandar. “Vamos nos aposentar e virar o mundo, passear”, como aconteceu aos da demissão voluntária, que hoje estão pressionando o Brasil para ser recuperado, quando eles voluntariamente saíram pensando que tinham achado um “Eldorado”.

Então, a desoneração. A desoneração é um absurdo. Não há mais o que dizer, é só citar que estou de acordo com o que foi dito em relação à desoneração.

O aumento é que não foi incluído, e ele faz parte da Reforma Previdenciária de 2003. Foi colocado ele lá e se começou a fazer um desconto. Ora, se nós pagamos, somos contribuintes, pagamos por toda vida para receber a nossa aposentadoria quando chegar a idade, porque agora somos enquadrados em pagar novamente? Para quê? Para garantir a pensão da família que nós deixamos?

Ora, isso não faz sentido. Isso é uma que também retira de nós, e retira 11%, com mais 20% de quem entra no fator, está arrebitado!

Eu fiquei muito satisfeito, gratificado com um argumento seu, do Sr. Senador e do nosso amigo Warley. Foi quando ele falou da dificuldade que tínhamos de nos apresentar. E o senhor falou que a Previdência – e eu venho falando isso há muito tempo. Fiquei muito feliz e satisfeito ao vê-lo tocar nesse assunto... Nós devemos ser promovidos a previdenciários, porque parece que a Previdência tem apenas dois lados: a Previdência ativa, que não tem problema, que tem seu poder de barganha com greve, etc., e têm os aposentados. Esses não têm poder de barganha, não têm nada. O que vão fazer? Greve de fome? Aí o poder econômico vai dizer “maravilha! Vai cair bem o nosso caixa. Vai ser melhor!”

Então, eu gostaria de sugerir, como falou o companheiro, que nós fôssemos classificados como previdenciários ativos e inativos, porque o ativo é quem mantém o que começamos e deixamos. Ele vem para

nós. Ele será nós amanhã. Nós fomos ele ontem. Então, é preciso que ele aceite essa bandeira, venha conosco, se reúne e estejamos juntos. Nesse caso, faremos passeatas maiores do que as do gay, maiores do que as numerosas que temos, porque nós somos a maior corporação que existe neste País, que é um país de grande dimensão demográfica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. HAMILTON JOSÉ DE ARRUDA – São todos os trabalhadores. Somos os ativos e os inativos. Então, isso é um número que deve ser respeitado e bem tratado. E olha que nós que fundamos a Previdência Social, que assistimos, na década de 50...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor só tem mais 15 segundos para concluir, pois já lhe dei dois minutos a mais do tempo limite.

O SR. HAMILTON JOSÉ DE ARRUDA – Vou concluir agora.

Na década de 50, quando Brasília foi construída, ele não se endividou lá fora não. Ele usou o dinheiro da Previdência, que era superavitária. Por quê? Porque tinham uns “gatos pingados” aposentados, deficientes e outras pensões. O resto era tudo maciço. Construiu Brasília.

O Fundo de Garantia nosso também, ele empresta dinheiro para construir até casa, mas recebe de volta remunerado, mas nós nem o principal tivemos de volta, e ainda pagamos mais com o nosso patrimônio de direito adquirido?!

Então, nós gostaríamos que isso tudo fosse levado em consideração. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, muito bem! Vamos para o debate. Valeu!

O senhor pegou o microfone também. É bom se identificar no microfone.

O SR. GILBERTO CLEMENTE – O meu nome é Gilberto Clemente. Sou diretor da Federação dos Aposentados do DF.

Tudo que foi falado aqui, realmente eu concordo com tudo e com todos, alguma diferenciação, mas no computo geral foi muito bem falado. Eu tenho a dizer apenas uma coisa: o que o Governo faz com o aposentado, como eu já falei no dia 14 de junho em um evento, é genocídio. Ele pratica um genocídio com os aposentados. As perdas já são de 76%. Isso é impraticável em um democracia, e justamente com aqueles que muito já contribuíram com esta grande Nação, que é o Brasil.

Eu quero dizer, para finalizar – e vou ser bem breve –, que, se nós não formos para as ruas bater de frente deste Governo, nós não vamos conseguir nada, apesar do grande esforço do Senador Paim, por quem

eu tenho grande admiração, e alguns outros, bem poucos, porque a maioria do Parlamento, realmente, não merece nada dos aposentados, não merece a menor consideração, porque se vendem na sua maioria.

Era isso que eu tenho a dizer a todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Senador, eu esqueci, eu queria passar para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor já foi oito minutos a mais do que estava previsto.

O SR. GILBERTO CLEMENTE – Eu só queria passar uma bandeira para o senhor, eu esqueci. Estavam elencadas várias coisas, mas, como todo mundo falou em tudo, eu procurei diminuir.

Mas o seguinte. Eu tenho uma relação de inadimplentes da Previdência Social. A Dataprev só publicou isso até 2008, depois deixaram de publicar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Cobap e a Anfip também têm uma cópia eu acho. Eles têm cópia.

O SR. GILBERTO CLEMENTE – Eu já distribui para todos. Ela é de 2008. Eles têm 131 bilhões de débito. Isso só entre devedores acima de 30 milhões, praticamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para entrarmos nesse assunto, vamos ter outra plenária aqui, porque o dado que tenho – e quem me passou, e não vou dizer quem, é de dentro da Previdência – é que a dívida ativa já ultrapassa a R\$400 bilhões. Então, vamos tentar.

O SR. GILBERTO CLEMENTE – Ah! Já, o que eu lhe falei é só de devedores acima de 30 bilhões. É o atacado. Uma empresa para dever 30 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, muito bem, se o senhor puder passar para o Warley.

O SR. GILBERTO CLEMENTE – Eu gostaria que o senhor assumisse essa bandeira aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Warley já tem cópia e depois podemos conversar.

Vamos passar para o último inscrito, que é aqui de Brasília, o João Pimenta, Presidente da Federação de Aposentados e Pensionistas de Brasília, muito ativo, sempre mobilizado. É uma alegria te ouvir mais uma vez aqui como último orador inscrito. *(Palmas.)*

O SR. JOÃO PIMENTA – Bom dia a todos, especialmente ao Senador Paulo Paim e meu companheiro e líder Warley, no nome de quem eu cumprimento toda a Mesa.

Nós vivemos uma situação que é para chorar; se não fosse tão trágica, deveríamos rir muito. Eu me lembro da primeira vez quando eu ouvi falar de Pau-

lo Paim. Era o início de sua carreira parlamentar. Ele era um Deputado que defendia o salário mínimo, e eu sempre pensava: “Pô, o cara sai lá do Rio Grande do Sul para vir defender salário mínimo aqui”. Eu era um microempresário. Hoje eu vejo que a sua bandeira, Senador, era uma bandeira altruísta, era uma bandeira de largo espectro, porque, hoje, com as decisões das autoridades deste País de quererem trocar um salário mínimo por todos os nossos benefícios, achando que, ao pagar um salário mínimo pelo qual o Senhor criou essa condição, está se remunerando bem o aposentado brasileiro que ganha um pouco mais de um, que ganha mais de um... Então, eu fico pensando: “Senador Paulo Paim deveria estar lutando por um salário mínimo de US\$3.000, no mínimo, para ver se, assim, a nossa remuneração seria um pouquinho melhor”.

Acompanhando sempre de longe o Senador Paulo Paim, Warley, quando ele lutava pelo Estatuto do Idoso, já numa segunda fase, eu falava: “Meu Deus do céu, um idoso não tem nada neste País, imagina lutar por direitos pelos quais a gente devesse ter a consideração das autoridades”. Autoridade não respeita ninguém!

Nós, Warley, na fila do hospital público, temos vergonha, porque o funcionário do hospital, trabalhador que também vai se aposentar um dia – e aqui eu gostaria que o nosso companheiro Vice-Presidente da Confederação Nacional da Saúde escutasse –, diz, Senador Paulo Paim: “Aqui não existe idade, existe diferença de doença, aquele que precisa mais rápido ou não.” Então, o Estatuto do Idoso é rasgado na frente de todo mundo pelos trabalhadores da saúde.

Então, assim, eu fico vendo todas as dificuldades que o aposentado, o pensionista e o idoso enfrentam neste País. Eu discordo, veementemente, da bandeira do nosso companheiro Cid Roberto, quando ele diz que tem que criar uma nova secretaria neste País, uma Secretaria Nacional do Idoso, porque eu, particularmente, acho que vai ser mais um órgão para criar cabide de empregos, que não vai defender o idoso de nada, porque os órgãos públicos neste País não conversam entre si. Quando o Conselho Nacional do Idoso estava sendo criado, dizia-se que iria defender os direitos do idoso, mas nós não vemos o direito do idoso ser defendido por ninguém. Então, um órgão público é criado, e vai tirando o direito de outro órgão público, que vai tirando direito de outro órgão público, e, aí, eles não conversando entre si, nós não temos os nossos direitos respeitados.

Então, companheiros, eu gostaria de dizer que é utopia nossa desejar que os nossos direitos sejam respeitados. Eu vejo aqui, além do Senador Paulo Paim, o Senador Mário Couto, a quem peço uma salva de palmas, defendendo os nossos interesses. *(Palmas.)*

Não vou me alongar porque tem muita coisa para falar, muita coisa, Senador Paulo Paim, que a gente fica engasgado querendo, desejando falar para todo o Brasil. É muita gente que deseja falar e não pode falar. Quando a gente tem oportunidade, o espaço de tempo é pequeno porque todos desejam falar, e muitos falaram.

Então, eu não quero aqui registrar que o Alcides tomou 40 minutos do meu tempo, mas quero registrar também que na audiência pública do dia 18 do mês passado, em que o senhor, infelizmente, não pôde estar presente, a representante do Ipea disse que 64% dos Municípios brasileiros têm renda maior dos aposentados do que a renda recebida do Fundo de Participação dos Municípios. Foi consignado na ata do dia 18 do mês passado. Isso quer dizer que todos os aposentados e pensionistas brasileiros movimentam 64% dos Municípios brasileiros com uma verba maior.

Eu quero cumprimentar o meu companheiro Gilberto Torres Laurindo, pelo empenho de, depois de um feriado longo, ter trazido muitos companheiros (*Palmas.*)

Cumprimentar também a Presidente da Associação Viva a Vida, a Socorro Rocha; cumprimentar todos os diretores da Federação, que se empenharam em mobilizar todos os companheiros que aqui estão presentes; e cumprimentar também todos os meus companheiros de Brasília que estão aqui presentes neste ato tão importante em que podemos discutir a situação do aposentado brasileiro.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Esse foi o João Pimenta, Presidente da Federação de Associações dos Departamentos Sindicais dos Aposentados e Pensionistas Inativos de Brasília.

Nós combinamos aqui, porque é 1 hora, não daria para todos falarem, como nós gostaríamos. Então, vai falar alguém pela Previdência e o Warley falará no final em nome de todos os convidados.

Com a palavra Cid Roberto Bertozzo Pimentel, que fala pelo Ministério da Previdência.

O SR. CID ROBERTO BERTOZZO PIMENTEL –

Bem, quero ser bastante breve, bastante claro e explícito.

Não posso deixar de responder ao Pimenta, que cognominou de cabide a proposta. A proposta da Secretaria é uma proposta extremamente discutida, todos somos partícipes há muito tempo: a Cobap, o Sindicato dos Aposentados, as diversas colorações. Ela foi assinada coletivamente pela CUT, UGT, Conlutas, em reuniões sofridas, pesadas, com muita discussão, com muita briga. Chegamos a um consenso: esse consenso é de que a gente possa ter um *locus*; nós não queremos um ministério, tudo o que nós não

queremos é um cabide, tudo que nós não queremos é um organismo aparelhado.

Mas eu quero dizer minhas palavras também porque sou de Brasília, como o senhor, já tomei muita cusparada, muito xingamento por ser de Brasília e tenho muito orgulho, tenho um terreno no Campo da Esperança porque vou ser enterrado aqui. Escolhi Brasília. Sou paulista de nascimento e candango. A minha carteira de identidade de idoso é daqui; o meu título de eleitor é daqui. Eu voto aqui e tenho muito orgulho de ser de Brasília.

Sou funcionário público, com o contracheque na tela, com muito orgulho, às minhas custas. Tenho 32 anos de serviço público e nunca tive uma conta minha verificada, o que dirá glosada. Nunca integrei nenhum cabide. Fui Secretário-Geral do Governo Zélia, com o Collor, e nunca fui chamado nem como testemunha do escândalo PC.

Servi os governos militares, sendo do partidão e ex-presos político do Dops. Tinha a luz vermelha do SNI e tinha sempre alguém que me apoiava, que me bancava, pelo meu compromisso profissional. E hoje me sinto super à vontade de representar – idoso que sou, portador de necessidades especiais que sou – os idosos.

Brigo com o Warley todo dia; brigo com o Inocentini todo dia; brigo com o Maurício todo dia. Sou do Conselho Nacional do Idoso e brigo todo dia lá na SDH. E brigarei aqui também. Espero brigar com o senhor. Seja muito bem-vindo, muito abençoado. Quero trocar porradas com o senhor até a aprovação da Secretaria do Idoso, até a regulação do fundo, até a gente conseguir melhores condições de vida para os aposentados.

Esta é a minha posição, pessoal, e a posição daquilo que eu represento na Previdência também. A Previdência é uma grande casa, é uma casa nobre. Não é uma casa de bandalheiras e de negociações de corrupção. Ela tem esquemas, tem bandas menos nobres, como em todos os locais; como tem na igreja, como tem no exército, como tem na vida parlamentar, mas tem a parte ética, tem a parte sagrada que convive muito bem com a parte profana. Entre as duas, eu caminho tranquilo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, João Pimenta, que falou pelo Ministério da Previdência.

O Warley, Presidente da Cobap, fala em todos os nossos convidados.

Depois vamos para o encerramento.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Eu agradeço a todos os presidentes de federação que vieram e também o Pimenta por ter trazido pessoal, os nossos aposentados que estão aqui.

Eu quero falar também para os nossos companheiros, principalmente para o Cid Pimentel, que a Copab apóia também o movimento dos servidores da

Previdência. A gente está sempre com o pessoal da Previdência, porque o pessoal da Previdência, queira ou não queira, também é de trabalhadores que têm de defender aquela Previdência que está lá e os aposentados e pensionistas.

O pessoal da Previdência está de parabéns. A nossa Previdência hoje é outra. É uma Previdência muito para frente, está cada vez melhor. E os trabalhadores da Previdência não têm culpa de o Governo não dar o aumento de que precisamos. Hoje, quem não está do lado dos aposentados não é o servidor público que trabalha na Previdência, e, sim, o Governo, que não quer dar o nosso aumento.

Eu até falo para o Ministro Garibaldi que às vezes a gente prefere que ele volte para o Senado do que ser Ministro da Previdência, onde ele não tem poder para nada – certo? (*Palmas*)

Então, quando o Ministro estava no Senado, ele sempre colaborou com a gente, e hoje a gente vê que ele não tem a mesma força como Ministro, lá dentro, como quando era Senador.

A gente está contente com os servidores, sim, da Previdência, e somos a favor...E sempre defendemos aquilo que venha a nosso favor, dos aposentados e pensionistas.

E eu queria agradecer o Moacyr, da Nova Central; o Arthur, da alimentação; o nosso amigo da saúde; o Presidente do nosso fórum, pois a Cobap é filiada ao fórum e ela está de parabéns com ele. É muito bom.

E agradeço ao Senador Paulo Paim. Se não fosse o Senador Paulo Paim, a gente não tinha esta audiência tão boa que está havendo aqui. E a gente depende muito do Senador para defender a nossa Previdência. Nós, da Cobap, defendemos o Senador como o futuro Presidente da República! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora, no encerramento da nossa audiência, tenho de votar ainda dois requerimentos, e peço um segundo a vocês.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 136, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater “a violência contra a juventude negra no Brasil”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os dados são de uma pesquisa detalhada, muito interessante, feita pelo DataSenado, que traz números, assim, que são de apavorar a todos.

Aqueles que aprovam esse requerimento permanecem como se encontram. (*Pausa*.)

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 137, DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater “a questão das terras indígenas do extremo sul da Bahia”.

Autoria: Senador Paulo Paim

O autor também é Senador, com outros.

Em votação a inclusão extrapauta do requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação, agora, o requerimento em si. Primeiro, foi a votação de extrapauta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 138, DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater “as denúncias de crimes e violação de direitos humanos contra tripulantes e passageiros de navios de cruzeiros internacionais”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Em votação a inclusão, extrapauta, do requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Sobre esse requerimento, para vocês terem uma ideia, eu tenho denúncia de trabalho escravo dentro dos navios. As pessoas são convidadas com mil promessas e acabam se tornando quase que trabalhadoras e trabalhadores escravos dentro de navios e, às vezes, são deportados em outros países. São da maior gravidade as denúncias que serão colocadas aqui no dia.

Enfim, acho que a melhor forma de terminar esta reunião é dizer que todos estão de parabéns – aqueles que vieram de outras regiões aqui do DF, os nossos convidados que vieram de outros Estados. Eu acho que a agenda dessa reunião cumpriu o objetivo, que

era mostrar que nós estamos em estado de alerta e que estaremos acompanhando passo a passo, até o último dia deste ano, todas as votações.

E eu diria que a Comissão de Direitos Humanos – eu a partir de hoje decreto –, até o último em que vamos ter atividade, estará em estado de alerta permanente. Em toda reunião que houver aqui, Warley, se houver um representante dos aposentados, um representante do movimento sindical, ele poderá usar o microfone e o espaço para falar da luta contra o fator e sobre o reajuste dos aposentados. Então, já estão convidados para terça-feira, Violência Contra a Juventude, mas poderão falar aqui, sim – eu vou abrir espaço –, em favor do fim do fator e do reajuste dos aposentados. Na quarta-feira, dia 21, haverá uma reunião deliberativa, mas poderá falar contra o fator e pelo reajuste dos aposentados. Na quinta-feira, haverá debate sobre CLT e direitos trabalhistas, mas poderá também ser falado pelo fim do fator e pelo reajuste dos aposentados. Na sexta-feira, dia 23, eu tenho um *check-up*, por motivo de recomendação médica, mas, assim mesmo, eu vou dar um jeito de, antes de ir para o *check-up*, ir à tribuna para falar contra o fator e sobre o reajuste dos aposentados. Na próxima segunda, também teremos aqui audiência e na terça, na quarta, na quinta e na sexta. Em todos esses dias, que é o limite máximo para a Câmara votar, porque em dezembro teria que voltar para cá para a gente botar em votação... Então, nós estamos em estado de alerta, no mínimo, de hoje até o dia 30, seguindo passo a passo para que a Câmara assuma a palavra empenhada e o compromisso assumido de votar o fim do fator e, naturalmente, vamos lutar para o reajuste também dos aposentados.

Está encerrada a audiência pública.

Parabéns a todos vocês! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.*)

ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte de novembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, João Costa**. Deixam de comparecer os demais senhores Senado-

res e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 136, de 2012**, aprovado em 19/11/2012, de, que requer a realização de audiência pública para tratar da “a violência contra a juventude negra no Brasil”. Autoria: Senador Paulo Paim. Convidados: **Andreia Alessandra Barbosa Silva**, Agente de Atendimento do Alô Senado – SEPOP/Senado Federal; **Thiago Cortez Costa**, Diretor adjunto da SEPOP/Senado Federal; **Antônio Flávio Testa**, Professor de Sociologia da UnB/Senado Federal; **Ruy dos Santos Siqueira**, Professor Universitário e Filósofo; **Mário Theodoro**, Secretário Executivo da SEPPIR, em substituição a Ministra Luiza Bairros; **Marivaldo de Castro**, Secretário de Assuntos Legislativos em substituição ao Ministro José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça; **Rurany Ester Silva**, Assessora Técnica do Departamento de Vigilância e Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, em substituição ao Senhor Alexandre Padilha – Ministro de Estado da Saúde; **Severine Macedo**, Secretária Nacional da Juventude, em representação a Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; **Deise Benedito**, Diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos em substituição a Senhora Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; **Tássia Pinho**, Assessora de Gabinete, em substituição a Senhora Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; **Fernando Benício dos Santos**, Coordenador de Educação para Afrodescendentes e Carentes da EDUCAFRO Brasília; **Daniela Luciana**, Representante do Grupo, Pretas Candangas, em substituição a Senhora Juliana César Nunes; **Sionei Ricardo Leão**, Coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial – COJIRA; **Maria de Lourdes Teodoro**, Psicanalista, Membro Associado da Sociedade de Psicanálise de Brasília; **Fábio Augusto**, membro da EDUCAFRO. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim, Ana Rita e Eduardo Suplicy**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. –

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 136, de 2012, aprovado em 19/11/2012, de autoria deste Senador e de outros, destinada a debater a violência contra a juventude negra no Brasil, exatamente hoje, no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, dia de Zumbi dos Palmares.

Antes mesmo de formar a mesa, antes mesmo de fazer a nossa introdução, queria, aproveitando a cobertura da Rádio Senado, da TV Senado e da Agência Senado, lembrar que hoje a Câmara dos Deputados vai ter uma oportunidade ímpar. Diria que, para aquela Casa, a bola está no pênalti, e a Câmara de Deputados pode fazer um gol de placa, porque, se alguém é discriminado, neste País, são principalmente índios, negros e idosos.

Hoje, pode ser o dia da libertação dos idosos, negros e brancos. Todo mundo sabe que a pobreza tem cor neste País: ela é preta. Se a Câmara dos Deputados, nesta data histórica de Zumbi dos Palmares, 20 de novembro, votar o fim do fator previdenciário, que já tínhamos acordado com o Presidente Lula, com base no Relatório do Deputado Pepe Vargas, um substitutivo ao meu projeto, que só não foi votado à época, porque não houve entendimento com o movimento sindical.

Hoje, o movimento sindical está coeso para esta votação. Espero que a Câmara vote o fim do Fator Previdenciário. Vejam a capa do *Jornal da Câmara*: ele é até sugestivo, indicativo. O Plenário pode votar nesta semana, marca-se o CVIEW da Internet, e fim do fator previdenciário.

Hoje, Dia Nacional da Consciência Negra, projeto que ajudei a elaborar e a relatar, cuja intenção, na verdade, era ser feriado nacional. Na última hora, retiraram a expressão “feriado nacional” e ficou “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Queria também aproveitar para, como fiz ontem no Plenário, pedir que, pelas redes sociais, entrem em contato com os seus Deputados, Estado por Estado; liguem, passem *e-mail*, enviem *tweet*, enfim, usem

qualquer sistema de rede social, para que o Deputado, que normalmente já o faz nos palanques – como eu o fiz, e eles também fizeram –, defenda o fim do fator previdenciário. Não vi um Parlamentar, neste País, defender a permanência do Fator. Consequentemente, espero que, hoje, os Deputados, neste dia de combate ao preconceito, de combate à discriminação, tenham uma atuação que dê a eles – digo aqui simbolicamente – o direito de fazer um gol de placa.

Não é só Zumbi. Quando defendi o dia 20 de novembro como feriado nacional, na minha concepção, seria um dia nacional de combate a todo tipo de preconceito – contra a mulher, contra o negro, contra os pobres, contra a orientação sexual, contra a orientação religiosa. Enfim, este dia 20 de novembro como feriado seria, para mim, até um dia mundial quando o mundo deveria refletir sobre a questão do preconceito. Infelizmente aqui no Brasil não passou, mas em alguns Estados – cidade e capitais – é feriado o Dia da Consciência Negra.

Quero, mais uma vez, fazer um apelo aos internautas: liguem, façam contatos, usem as redes sociais para que os Deputados, hoje, 20 de novembro, caminhem para a verdadeira liberdade dos idosos deste País. O fator previdenciário só alcança os mais pobres, aqueles que ganham entre 1 e 5 salários mínimos; os altos salários não são atingidos. O Legislativo, o Judiciário e o Executivo não são atingidos. Então, por que somente os mais pobres têm de pagar a conta? É exatamente nessa faixa da Previdência urbana, celetista que ela é superavitária na ordem de R\$13 bilhões a R\$15 bilhões por ano.

Então, esse é o apelo que faço por ter tudo a ver com o combate aos preconceitos em relação ao negro, aos pobres e aos idosos.

Tenho a certeza de que o dia de hoje ficará marcado na História do Brasil não só pela data de Zumbi, mas como o dia em que o Congresso derrubou o fator previdenciário, que penaliza o nosso povo há 12 anos, cortando o salário dos trabalhadores.

Que essa imagem ao vincular fator previdenciário e a liberdade com o Dia Nacional da Consciência Negra fique na mente de todos nós!

Vamos começar a nossa audiência pública.

Para aqueles assistem à audiência pública da Comissão de Direitos Humanos pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado e pelos canais da Internet, hoje, nesta Comissão, vamos debater a violência contra a juventude negra no Brasil.

Esta audiência presta também uma homenagem natural ao Dia Nacional da Consciência Negra e aos 317 anos da morte do grande líder Zumbi dos Palmares.

A nossa audiência foi motivada pela pesquisa de opinião chamada Violência Contra a Juventude Negra no Brasil, realizada pelo DataSenado, da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado (Sepop).

Segundo estudos, os negros são maioria no quesito violência: 67% das vítimas são da raça negra. Ou seja, para cada dez jovens assassinados, sete são negros. Isso preocupa, naturalmente, a todos. Por isso, fizemos questão que esse debate acontecesse aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Nós já assistimos à primeira exibição na sala do Presidente Sarney e vimos que a morte violenta de um negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco. É um dado que a pesquisa mostrou para todos nós.

O racismo, nesse sentido, parece ser uma das principais causas de homicídios de jovens negros. Segundo a pesquisa, 55% das pessoas que responderam ao questionário acreditam que a principal causa de homicídio de jovens negros é o racismo. São apenas alguns dados, depois os expositores falarão mais aprofundadamente sobre eles.

Destaco ainda que, conforme pesquisa do DataSenado e avaliação dos entrevistados, a melhoria do ensino seria a principal ação para combater o racismo. Por isso estávamos certos quando aprovamos o Estatuto da Igualdade Racial, quando aprovamos as cotas para o ensino técnico e também para as universidades, reconhecidas pelo Supremo e aprovadas pela Câmara e pelo Senado.

Outra informação apresentada no levantamento é que, em 2009, por exemplo, os homicídios foram causa de morte de 6.685 jovens brancos. Em contrapartida, 18.590 negros, nas faixas de 15 a 29 anos, foram assassinados. São números que chocam a todos. Nós não queremos que jovens brancos, negros ou índios sejam assassinados. Queremos a nossa juventude com todo o seu potencial, ajudando a construir, cada vez mais, um País melhor para todos.

Com essa rápida introdução – simplifiquei o que estava escrito aqui pela equipe da Comissão de Direitos Humanos – vamos montar a Mesa. Vamos formar duas Mesas, pelo número de convidados.

Convido, para a primeira Mesa, a Sr^a Rurany Ester Silva, Assessora Técnica do Departamento de Vigilância em Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, em substituição ao Ministro Alexandre Padilha; Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, em substituição ao Ministro José Eduardo Cardozo; Mário Theodoro, Secretário-Executivo da Seppir, que aqui representa a Ministra Luiza Bairros.

Eu gostaria que já viessem a essa primeira Mesa os representantes do DataSenado, que são a Andreia Alessandra Barbosa Silva... Olhe, o Barbosa vai assumir a Presidência hoje, você terá que estar lá! Andreia Alessandra Barbosa da Silva, agente de atendimento do Alô Senado. Não sei se há mais algum outro.

Antonio Flávio Testa, Professor e sociólogo da UnB, e Ruy dos Santos Siqueira. São os que chegaram até o momento.

Vamos montar essa Mesa.

Informo que, antes de iniciarmos a exposição dos nossos convidados, teremos um vídeo de 4 minutos: Juventude Viva – Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra. Esse vídeo foi ao ar pela TV NBR do Governo Federal.

Solicito que o vídeo abra nossos trabalhos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi um vídeo para introduzir o nosso debate.

De imediato, passo a palavra à Sr^a Andreia Alessandra Barbosa da Silva, agente de atendimento do Alô Senado, que vai falar um pouco sobre a pesquisa.

Depois, se houver alguém no plenário que acompanhou e quiser complementar, isso poderá ser feito. Mas como a chamada foi feita com base na pesquisa do DataSenado, vamos ter de iniciar o debate por aí. Depois, claro, cada um poderá falar dentro da sua área, já que hoje esta audiência está substituindo uma sessão que poderia ser realizada no Plenário do Senado – hoje é dia 20 de novembro, a data de Zumbi dos Palmares – pela importância da pesquisa e do tema, que versa sobre o combate à violência contra a juventude negra.

Por favor.

Sr^a Andreia Alessandra Barbosa da Silva com a palavra.

A SR^a ANDREIA ALESSANDRA BARBOSA DA SILVA – Bom dia.

Quero agradecer ao Senador pela oportunidade de estar aqui representando a Central de Relacionamento Alô Senado. Para nós, agentes da Central, foi muito importante realizar essa pesquisa pelo DataSenado, em parceria da Seppir.

Realizar a pesquisa, aplicada pelo DataSenado, Violência contra a juventude negra no Brasil foi muito interessante e não foi fácil, porque entendo que, no Brasil, o racismo é velado e cruel e muitos preferem realizar um discurso demagogo com atitudes politicamente corretas. Finge-se que o racismo não existe, mas ele bate à porta de 97 milhões de brasileiros todos os dias.

Eu digo isso, porque nós, negros, temos uma sensibilidade maior. Para mim, como negra, desde a infância, foi muito difícil romper o racismo no Brasil, porque, nas escolas brasileiras, as crianças muitas vezes são cruéis em seus comentários. Então, nós temos de ter a sede de romper isso.

Conforme realizada pelo IBGE no ano de 2010, ficou constatado que há cerca de 500 milhões de negros e 82 milhões de pardos. Acredito que no Brasil existem mais negros do que muitos pensam.

Hoje, dia 20 de novembro, comemoramos o Dia da Consciência Negra. Espero que esse marco nos traga mudanças positivas para nossa raça, e que hipócrita institucional seja sanado em nossa sociedade.

Creio que a assinatura do protocolo de intenções entre o Senado Federal e a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Seppir, é o início de um novo tempo.

A campanha Igualdade Racial é pra Valer traz a todos nós a esperança de que os nossos jovens deixarão de morrer simplesmente pelo fato de serem negros, porque durante a pesquisa houve muitos relatos, Senador, de muitos jovens. A pesquisa foi realizada com pessoas, cidadãos a partir de 16 anos, então houve muitos relatos de jovens que falaram que eram parados em *blitz*, duas, três vezes, durante o mesmo dia, simplesmente pelo fato de estarem em um carro bonito, estarem bem vestidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem o caso de um dentista, que todo mundo acompanhou, em São Paulo, só para ilustrar. Ele estava levando a sua namorada ao aeroporto, que morava na Europa. Dentista, estava num bom carro, legítimo, e foi confundido como assaltante daquele carro – exatamente o que você estava falando.

A SR^a ANDREIA ALESSANDRA BARBOSA DA SILVA – Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele acabou sendo assassinado pela polícia. Todos acompanharam esse caso, não é? Por isso, a pesquisa retrata fatos verídicos.

A SR^a ANDREIA ALESSANDRA BARBOSA DA SILVA – É verdade. E é muito triste ver que o brasileiro, em si, não enxerga que isso existe, como os dados, mesmo, de que o senhor falou.

A diferença de jovens negros para jovens brancos, quer dizer, morrem 12.510 jovens negros a mais. É muita coisa.

Então, eu creio que a assinatura, que essa atitude do Senado Federal de assinar esse protocolo de intenções, em parceria com a Seppir, é um marco, realmente, porque nós poderemos, a partir de agora, desatar todas as ataduras que vêm do passado,

porque o racismo, no Brasil, eu continuo dizendo, é velado e é cruel.

Nós percebemos, também, que existem muitas crianças nos orfanatos, negras na maioria. Na maioria, elas crescem dentro dos orfanatos, porque a preferência das pessoas são crianças brancas, de olhos azuis e pele branca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você sabe que fizemos um debate aqui, nesses dias, sobre a adoção e eu levantei essa questão. Aí, um dos debatedores disse: “Não, não é bem assim. Isso é meio que um tabu.” Mas ao longo do debate, ficou comprovado exatamente o que você está afirmando e que a pesquisa retratou.

Então, nós estávamos certos, porque há uma discriminação, queiramos ou não, até na adoção das crianças.

A SR^a ANDREIA ALESSANDRA BARBOSA DA SILVA – É verdade. E também existe numa novela. Eu não assisto a essa novela, mas as pessoas comentam que está passando agora, que é Seu Jorge, que está debatendo justamente isso, justamente essa realidade. Eu creio que até, ontem, passou um episódio sobre isso.

Vamos lá.

Como eu já havia falado, a pesquisa foi um marco no Brasil, pois estamos encarando o fato de frente.

O racismo deve ser encarado de frente e não por debaixo do tapete, vamos dizer assim, Senador, porque é muito difícil para mim, por exemplo, quando eu entro dentro de um ônibus e eu vejo que todas as outras cadeiras foram... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nunca perca a emoção. É isso que é bonito. Fale com o coração, que a alma orienta.

Está indo muito bem. Parabéns.

A SR^a ANDREIA ALESSANDRA BARBOSA DA SILVA – E a gente vê que todas as outras cadeiras são preenchidas e a em que você está é a última a ser preenchida. (*Palmas.*)

Ou, então, quando você está passando na rua e uma criança... Eu sei que criança, gente, é inocente, mas isso vem da família, isso vem da raiz e isso tem de ser ensinado não só nas escolas, porque eu creio que não é a escola que tem a obrigação de ensinar seu filho a respeitar o ser humano, independente da cor que ele tenha, se ele é branco, se ele é amarelo, se ele é cor-de-rosa. E uma criança faz um comentário: “Ah, lá vem a neguinha carregando um monte de sacolas.” E você é obrigado a olhar para ela, para uma criança – isso aconteceu comigo – de aproximadamente, creio, 9 ou 10 anos, e falar: “Olha, racismo é crime. Se você não vai para a cadeia, seus pais vão.” Então, eu creio que isso é de raiz. Dentro de casa que tem

de se ensinar a respeitar o ser humano independente da cor que ele tenha.

A pesquisa revelou aquilo que nós, negros, já sabíamos: que o racismo existe, que ele precisa ser discutido, que ele precisa ser sanado, que essas ataduras do passado têm que sair, têm que acabar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E não é só para ela, não.

A SR^a ANDREIA ALESSANDRA BARBOSA DA SILVA – Bem, gente, eu não tenho muito para falar. O que eu queria dizer era isso.

Eu agradeço, Senador, a oportunidade. Agradeço à Coordenação onde trabalho, ao Thiago, à Diretora Dona Elga, ao Gilvan. Todos me apoiaram.

Gente, eu não sou artista. Eu não sei fazer isso. É a primeira vez que estou aqui. Peço desculpas por alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi muito, muito bem. *Show, show*. Parabéns, Andreia.

Se alguém que está no plenário, do DataSenado, quiser complementar, acho que pode ilustrar. Ela foi brilhante. Falou com a alma, com o coração, retratou o que eu ouvi lá na Presidência, que foi exposto por ela e por vocês. Se quiser complementar, ajuda os nossos convidados, que depois poderão aprofundar o debate. Só peço que diga o nome.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Bom dia a todos os presentes e aos convidados.

Eu sou o Thiago Cortez Costa, trabalho com a Andreia no DataSenado.

A Andreia trouxe para a gente um relato vívido, pessoal de uma experiência vivida, de algo que a pesquisa procurou retratar. Eu queria então fazer um relato de alguns dos achados que a pesquisa trouxe para que a gente pudesse iniciar ou fundamentar a discussão, complementando o relato da Andreia.

Em primeiro lugar, a pesquisa mostrou que metade da população brasileira ainda não reconhece a existência do racismo. Metade da população brasileira afirma acreditar que não há diferença entre a vida de uma pessoa pelo simples fato de ela ter a cor negra. Então, metade da população continua negando a existência de fatos como esses que a Andreia trouxe para a gente.

Outro dado da pesquisa foi que a população acredita que negros e mulheres sofrem mais com violência. E no corte etário, pouco mais de um terço acredita que a violência atinge jovens, principalmente.

Quando a gente perguntou sobre as causas dessa violência contra a juventude, 63% dos entrevistados atribuíram essa violência a aspectos sociais, enquanto 34,8% disseram ser por fatores comumente associa-

dos ao comportamento juvenil de risco como o uso de drogas, acidentes de trânsito e assassinatos.

A maior parte dos entrevistados disse que jovens e negros são mortos na mesma quantidade. Então a população ainda não enxerga os diferenciais dos níveis de violência entre a população por cor da pele. E para 26% dos respondentes a cor dos jovens tem influência na quantidade de mortes.

Esses são alguns fatos que podem ajudar no início dos debates.

Eu me coloco à disposição da Mesa para, à medida que os temas forem surgindo, que a gente possa complementar com alguns dados da pesquisa também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, vamos provocar você e a Andreia ao longo do nosso debate.

Eu queria informar a todos que, pela importância do tema, nós estamos ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Internet nos canais 2 e 6, e pela TV digital 51.1.

Vou seguir a lista. Chamei a Andreia e agora chamo o Dr. Antonio Flávio Testa, pesquisador da UnB. Tem a palavra por 10 minutos prorrogáveis por mais 5 se necessário.

O SR. ANTONIO FLÁVIO TESTA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Paim. Talvez seja um dos mais bravos defensores dos problemas sociais no Brasil. Sinto-me extremamente honrado de participar deste debate, desta audiência pública.

Quero também cumprimentar aqui o Senado como um todo, mas principalmente a Secretaria de Pesquisa de Opinião, que, na minha avaliação, é um dos melhores instrumentos para aferir a sensibilidade da população brasileira, que, diga-se de passagem, está à flor da pele, talvez pelos temas que estamos debatendo, principalmente este, sobre o qual quero fazer algumas colocações, a partir das minhas reflexões como sociólogo, antropólogo e pesquisador da Universidade de Brasília.

Refiro-me ao tema da violência, das drogas, da desigualdade social. Tenho feito uma reflexão um pouco mais detida sobre a questão que eu considero, talvez, uma das mais importantes para o momento que o Brasil vive, que é o problema do preconceito e do desenvolvimento: o quanto o preconceito social, em todos os níveis, interfere no processo de desenvolvimento brasileiro de uma forma mais equânime. Falou-se durante muito tempo em igualdade social, mas se geraram muito mais desigualdades estruturais do que minimizaram, a partir de diversas ações, tanto do Poder Público quanto da iniciativa privada, as desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

Hoje, buscamos esse espaço de equidade, nos quais as pessoas possam ter os seus projetos de vida resolvidos de uma forma muito mais voltada para os seus interesses pessoais. Isso é um desafio muito grande.

Às vezes, falo em aulas, para os alunos, que o Brasil vive hoje um dos dilemas políticos mais interessantes que – não sei durante quanto tempo, mas, talvez, nunca nenhuma sociedade tenha tentado resolver – é construir uma democracia de massas, baseada em alianças de minorias políticas, focadas em direitos e deveres individuais. Mas, no Brasil, discutem-se muito os direitos e pouco os deveres, e nós precisamos ter uma discussão um pouco mais acentuada, no meu modo de entender, em torno de deveres. Nós precisamos aprender a conviver com o outro, e essa talvez seja a raiz do preconceito.

Eu vou falar um pouquinho mais à frente, mas, de qualquer forma, o desenvolvimento econômico e social no Brasil só será viável se nós rompermos barreiras veladas, como a própria Andreia colocou com muita clareza e muito sentimento aqui, viabilizando a mobilidade social. Viabilizando a mobilidade social no sentido coletivo.

Nós sabemos que o nosso País é muito flexível: é possível, sim, as pessoas ascenderem socialmente, mas individualmente. É preciso mudar um pouco isso e, no meu modo de entender, o problema está na base familiar, que é muito pouco discutida nas questões sociais que nós temos. Delegam-se muitas responsabilidades para as escolas, para as instituições de combate à violência, de repressão e se discute muito pouco sobre prevenção e sobre o papel da juventude, dos adolescentes, da transição da infância para a adolescência, que são os problemas mais sérios.

Eu trouxe aqui alguns dados chocantes: estudos feitos pelo IBGE e pelo Ipea. Não vou me deter muito, mas quero só citar algumas coisas. Nas últimas duas décadas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor tem 6 minutos ainda.

O SR. ANTONIO FLAVIO TESTA – O.k., muito rapidamente.

Vejam que o Brasil conseguiu um avanço fantástico, ao combater a mortalidade infantil, no entanto, a mortalidade juvenil é uma tragédia. Ou seja, todo investimento que foi feito para garantir a vida no nascedouro se perde no início da juventude quando ele se tornaria um cidadão produtor de riqueza, capaz de dar contribuições para a sociedade e até em forma de solidariedade: reconhecer o investimento que foi feito para que ele pudesse chegar até a juventude.

E aí está um dos maiores problemas que nós temos: o Brasil não consegue – acompanho isso há mais de 20 anos – fazer políticas de inclusão da juventude no mundo da formalidade, de uma forma digna, promissora, uma forma que permita à juventude vislumbrar o futuro.

E aí temos outro problema. Participei de um debate nessa semana, na Globo News, sobre o problema do *crack* – sempre falo sobre isso. E a Confederação Nacional dos Médicos colocou um dado chocante: 3% da população brasileira hoje são vítimas dessa tragédia, chegando a 6 milhões de usuários. É muita gente, e a maioria é jovem. E, entre os jovens, negros. Isso é um grande problema.

Então, precisamos, de fato, dar uma guinada. O Brasil precisa acordar para essa tragédia, porque os homens jovens, pobres, na faixa de 15 a 29 anos, são, ao mesmo tempo, as principais vítimas e os principais agentes da violência no Brasil. Ou seja: a juventude está se destruindo mutuamente. E o que é feito para mudar isso? Então há, de fato – não são dados meus; isso aqui foi colhido do IBGE, trabalhos técnicos –, um genocídio, exterminando, sobretudo, jovens, principalmente do sexo masculino. E o índice de mortalidade masculino chega a ser cinco vezes maior do que o das mulheres.

Mas nós não podemos deixar de ver que há também, cada vez mais, a indução das mulheres ao mundo do crime, principalmente por paixão ou por dependência familiar, por dependência financeira e, sobretudo, por dependência do machismo, que a inda é muito cruel em nosso País, principalmente em alguns segmentos, que usam a violência como regra de relacionamento social.

Então, nós temos aqui problemas que, no meu modo de entender, precisavam ser mais bem discutidos a partir de uma base, que é: nós só vamos conseguir combater o preconceito se nós conversarmos com os adolescentes, que serão pais e mães e que terão que ensinar aos seus filhos que nós somos todos seres humanos, que nós somos todos iguais e que nós poderemos, juntos, construir um País muito mais fraterno e muito mais não digo igual, mas muito mais voltado para os interesses de cada segmento da população brasileira. O Brasil é um País imenso, um País muito cheio de contrastes, mas o País também tem grandes vantagens.

E eu quero, neste dia de exaltação à consciência negra, dizer que nós temos, entre os negros, grandes referenciais, homens e mulheres. Como eu tenho 40 anos de atividade esportiva, Senador, eu viajei por mais de 30 países levando a seleção brasileira de caratê feminino. Só mulheres, evidentemente. Só eu de técnico,

e elas venceram muitas seleções do mundo todo. E a maioria era negra. A maioria dos lutadores no mundo é composta de negros. Os melhores do mundo hoje são negros. Em quase todas as modalidades esportivas nós temos destaques; na música.

E a minha questão que fica como sociólogo é: por que o País não consegue romper com essas barreiras veladas e conseguirmos um grande acordo para implementar um modelo de desenvolvimento no qual todos poderão participar? Eu acho que isso é possível.

Mas o grande problema está, a partir das minhas observações, no momento em que a criança começa a imprimir significados àquilo que ela percebe lá fora. É nesse momento que é preciso haver intervenção na forma da educação. É preciso ajudar as crianças a entender que todas as pessoas têm suas características, mas são todas seres humanos; e que todas poderão participar da construção de um país que é o sonho de todos nós.

Eu tenho acompanhado a sua luta – e acompanhar há muito tempo –, inclusive, hoje, sobre o fator previdenciário, que é uma das maiores injustiças com a qual a sociedade brasileira é obrigada a conviver. Espero que sua luta seja vitoriosa.

Agora é o momento – já que temos representante aqui do Ministério da Justiça, o grande Marivaldo está aqui; da Saúde, do Senado – de conversarmos mais, de fazermos campanhas de conscientização, mas o foco tem que ser a criança, porque, depois que ela estabelece os seus significados, ela gera o preconceito, e aquilo cria valores que levam à discriminação. E aí só com repressão, e repressão só gera violência. Você não muda essa realidade.

Bom, era isso o que eu tinha para colocar.

Fico à disposição dos senhores.

Muito obrigado pelo convite e a todos vocês.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Professor e pesquisador da UnB Antonio Flávio Testa, que, além de mostrar dados, números, aponta o caminho da educação e da valorização da nossa juventude.

Claro que há uma frase conhecida, antiga, que até repito. Permita-me dizer, Professor, que esta frase que repito agora eu a introduzirei nessa sua análise correta. Eu sempre digo: pobre daquele país que não olha para as suas crianças e para os idosos. E V. Ex^a lembra, sim, crianças e idosos, mas nunca esqueça a juventude.

Então, meus cumprimentos pela sua palestra.

O SR. ANTONIO FLÁVIO TESTA – Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu passo a palavra, neste momento, ao Professor Universitário e Filósofo Ruy dos Santos Siqueira.

Prof. Ruy, com a palavra.

O tempo é de 10 minutos com mais 5, mas, se necessário for, dou mais 5.

O SR. RUY DOS SANTOS SIQUEIRA – Bom dia a todos e a todas! Agradeço ao Senador Paulo Paim, ao meu amigo Roberto, pelo convite e pela oportunidade de fazer uma breve reflexão sobre a questão da violência contra o negro.

Não vou trabalhar a questão dos dados, porque quem anda pelas comunidades como eu ando, no Rio, nos lugares, observa que o negro já está sabendo, pelo menos há uns cem anos, que esses dados fazem parte da rotina dele. Você chega às favelas, às comunidades, e eles sabem muito mais, porque é uma coisa óbvia, é o cotidiano dele. Para ele, está bem claro isso, desde que ele nasce, quando está na comunidade. Nós, que estamos fora das comunidades, temos que fazer pesquisas e reflexões, mas para ele esse é um dado real e cotidiano. Pode ser que, agora, com o novo tratamento, lá no Rio de Janeiro, com as UPPs, venha mudar um pouco isso, mas vai demorar pelo menos umas três gerações para ele digerir essa outra possibilidade que ainda está incrustada na sua vida desde a sua existência. Então, para o negro que mora lá, é mais uma redundância quando se apresentam esses dados importantíssimos, que são muito mais para quem está do lado de cá do que para quem está lá dentro daquele mundo.

Eu acho que também nesse sentido eu queria falar rapidinho sobre a violência mais simbólica. Bourdieu tem razão, não adianta fazer uma preventiva só no plano de preparar as polícias, na questão empírica, no elemento concreto. Você também tem que trabalhar os elementos simbólicos que estão enraizados em nosso inconsciente, não é mesmo? É muito forte a questão... Fomos forjados na ideia de que o Brasil é um país pacífico. Eu nunca acreditei nessa mitologia à la Gilberto Freyre, de que somos um país cordial. Eu nunca acreditei porque quem é negro sabe que isso não é verdade no seu cotidiano, no dia a dia.

Também há a falsa crença de que nosso problema é meramente social. E não é, porque eu sou classe média alta, trabalho aqui na Câmara, moro em um lugar de classe média alta no Rio de Janeiro, e, no entanto, o olhar é o mesmo, é o mesmo olhar dirigido a quem está na periferia, a um membro da periferia. Então, essa é outra mitologia que tem que ser desfeita no plano simbólico. E quem vai fazer isso é o negro, evidentemente, na medida em que os negros

vão se apropriando da educação e remodelando não só a própria educação, mas revendo seus conteúdos.

Esse é outro problema seriíssimo. Não adianta mais passar aquelas crenças tradicionais de que o Brasil foi descoberto, que foi, enfim, toda aquela tradição da academia que nos passavam, que, antes da escravidão, o primeiro menino de rua foi patrocinado pelo Estado, que aquele menino era, até aquele momento, filho de escravo, estava livre, e o idoso, depois, com a Lei Eusébio. Ninguém fala nos livros para onde ele foi. Então, você não vai encontrar se não for o próprio negro na apropriação da educação e na apropriação do conhecimento.

Eu não acredito numa relação verticalista, de forma alguma. Eu acho que, para construir o País, vai ter que se abrir de maneira mais isonômica o saber, remodelá-lo. Para mim é importantíssimo. Darcy Ribeiro tinha toda razão quando dizia que não estava mais para a academia, para ficar reproduzindo, como se fosse um pai de santo, as entidades europeias. Não dá mais. Não cabem mais, no mundo pós-moderno, as fragmentações. Com a Internet, as pessoas se descobriram e, ao se descobrirem, acabou-se a tirania dos aparelhos, das instituições, do Estado, enfim, da família e da Igreja, que tinha uma verdade institucionalizada e quase universalizada, e isso felizmente destronou-se. E só vamos construir este País se for apropriado esse conhecimento na perspectiva isonômica, e não na crença apenas de uma reprodução da tradição, como diz Bloom, da tradição do cânone ocidental, de que há muito tempo já eu fiz um desprezo meio intelectual, porque acho que é cada dia mais importante dimensionar, remodelar, ir além dessa ditadura, sei lá, da tirania, da academia extremamente ocidental, que, no meu entendimento, está em descrença há muito tempo.

Então, a questão da violência simbólica tem que ser trabalhada concomitantemente com a violência institucionalizada no cotidiano. Óbvio que sabemos, e o negro lá da comunidade sabe muito bem isto: que ele, parado, é suspeito e, correndo, é ladrão. Isso para ele não é novidade. Então, esse é outro elemento mais preventivo, atuação direta, mas existe a atuação simbólica e a questão da violência da religião, no meu entendimento. Eu fui adestrado, desde pequeno, antes de virar ateu, em uma comunidade cristã. Lembro-me muito bem de que toda a parafernália simbólica era a da demonização do negro, o diabo pintado de preto, e por aí afora, assim tem sido. Recentemente, em Manaus, um grupo de evangélicos se recusou a fazer uma prova sobre a cultura afro-brasileira.

Nós temos, concomitantemente, um problema sério, que é a questão do inconsciente, do plano simbólico, que está no imaginário. É interessante, quando eu

vou a um restaurante meio chique, e muitos perguntam se eu sou africano. Eles não conseguem me ver como brasileiro. É um negócio interessante. A polícia para e pergunta: “Esse carro é seu?”. Às vezes eu brinco. Eu tenho uma esposa, que é branca, e alguns momentos sou obrigado a levá-la comigo para ter certa certeza de que vou voltar vivo, porque é assim que funciona o plano simbólico.

Acho que o Brasil não se vê, mas nega, o que é muito mais grave. Na verdade, não ver racismo é negar mesmo, é uma negação clara de uma coisa que é real, e é muito mais grave dizer que o Brasil não tem racismo e que se recusa a ignorar. Na verdade, é uma coisa da intencionalidade mesmo, do histórico intencionalizado. Aí, Habermas tem razão: não existe uma fala meramente ingênua, mas, sim, uma fala de intencionalidade. Quando eu falo que não existe, eu nego, estou recusando uma coisa clara. Qualquer pessoa que chegue ao Brasil – a gente, que viaja para fora, sabe muito bem – fica horrorizada com o País nesta questão.

Então, eu acho que trabalhar de uma forma a política pública, que, no meu entendimento, é fundamental, mas também o trabalho de remodelagem do imaginário, como é que se trabalha, eu acho que o Estado poderia lançar – eu fui Secretário de Direitos Humanos, aqui da Câmara dos Deputados, e estou lutando de forma insistente para se criar uma cartilha para mostrar as facetas da multiculturalidade, da diversidade do Brasil. O agente público ainda não sabe lidar com esse novo ator, que é o negro. É visível, num órgão público, quando ele chega numa portaria, que o rigor da sua entrada é bem maior, então o Estado não está preparado e insiste em não preparar os seus agentes públicos. Acredito que os concursos públicos deveriam incluir a questão do direito da diversidade humana – talvez fique uma proposta aqui.

No meu entendimento, sou um pouco cético. Os filósofos têm aquela coisa de ser meio amargos com tudo. Ao mesmo tempo em que ele é otimista, ele anda na contramão de perceber que se não se trabalhar a questão simbólica, a questão da família, a questão da religiosidade, é inaceitável o espaço público ser o espaço único da única religião dominante, enquanto as demais religiosidades, para buscar espaço, há uma tremenda burocracia, numa clareza óbvia de que dá tratamento desigual.

Agora, estou enveredando para o Direito, peguei o Código Criminal de 1830, e o processo de criminalização que o Estado promoveu foi muito forte. Se não trabalharmos a questão simbólica, do dia a dia, da linguagem que alguns chamam de – não sei se equivocadamente – politicamente correto, mas trabalhar um pouco essa questão da linguagem, senão pela

preventiva, mas o próprio Legislativo criar instrumento legal de poder coibir, porque, no meu entendimento, estranhamente, na medida em que, no Brasil, os negros vão tomando consciência de si, da sua cor, da sua condição, vão assumindo a sua própria identidade, lamentavelmente, a gente vê, do outro lado da linha, um acirramento da questão racial; a gente vê o inconformismo óbvio, porque, na medida em que o negro estuda, não vai ser mais empregado doméstico, não vai mais ser jardineiro de ninguém, e aí os filhos dessa gente que, historicamente, se valeu dessa mão-de-obra vão ter que aprender a arrumar a sua casa, aprender a arrumar o seu jardim, e essa coisa toda.

Então, no meu entendimento, é fundamental uma política de Estado em que se trabalhe a questão repressiva no campo para a preparação de seus agentes, de seus atores públicos, mas também é importante que o Estado, ou a própria sociedade, trabalhe a questão simbólica, que é muito mais perversa, muito mais nociva, quando você vai no dia a dia, e está presente no espaço público, em que ainda há um domínio pleno de certa categoria racial em nosso País.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem, Ruy dos Santos Siqueira, professor universitário e filósofo. Ele falou cético, porque ele é crítico, mas tem que ser crítico mesmo do Estado que está aí. Meus cumprimentos pela sua palestra!

Quero registrar a presença de três vereadores do Rio Grande do Sul que estão aqui, vieram me visitar e ficaram porque acharam que o tema merecia uma dedicação maior, aqui, nesta Comissão. A Vereadora Helen Cabral, de Santa Maria, Rio Grande do Sul; o Vereador Sérgio Cechin, também de Santa Maria, Rio Grande do Sul; e o Vereador Admar Pozzobon, também de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Sejam bem-vindos e levem essa contribuição a Santa Maria! Sei que vocês atuam junto ao movimento negro, que é bem articulado lá.

Quero também informar que quem quiser participar do debate, já que estamos ao vivo para todo o Brasil pelo Sistema de Comunicação do Senado, basta ligar para o 0800-612211. Repito: 0800-612211, ou enviar uma manifestação pela Internet, pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado, assim, tudo junto.

O tema também pode ser debatido tanto no perfil Alô Senado no Facebook como pelo Twitter.

Já chegou uma mensagem aqui parabenizando a pauta desta audiência: Violência e juventude negra do Brasil. E ele, aqui, sugere que debatamos mais sobre tal assunto para determinar o fim dessa violência, olhando mais pela ótica da educação, da moradia, da

saúde, principalmente dos pobres, considerando que a grande massa da população é composta de negros.

E também outra mensagem dizendo ser correto pedir que as redes sociais pressionem os Deputados a votarem pelo fim do fator, uma vez que, efetivamente, a maioria dos pobres é negra – e quem pega o fator é pobre. Altos salários não pegam o fator – nenhum pega, nem eu pego. Eu tenho um alto salário aqui dentro e a mim o fator não pega. E não pega ninguém do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário; Mas o povo da favela que ganha dois salários mínimos, na hora de se aposentar, passa a ganhar um; se ganha três, passa a ganhar um e meio.

Enfim, o debate continua já que a Câmara vai votar hoje. E é bom lembrar: a Câmara vota, hoje à tarde, o fim do fator previdenciário.

Passamos a palavra ao Secretário-Executivo da Seppir, aqui representando a Ministra Luiza Bairros, nosso colega de Senado, requisitado pelo Executivo, Dr. Mário Theodoro.

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Queria aqui, agradecendo o convite, mandar um abraço em nome da Ministra Luiza Bairros, que, em virtude de compromisso assumido anteriormente, designou-me para fazer a sua representação neste evento.

Saúdo a Mesa em nome da colega aqui do Senado, a Andreia, que fez uma fala muito bonita.

Queria falar também do dia de hoje, o Dia Nacional da Consciência Negra, uma data ainda não de plena celebração, mas uma data de celebração e, sobretudo, de reflexão, para entendermos o que acontece com o nosso País e por que esta ainda é uma data que tem que ser objeto de uma reflexão muito grande.

Eu vou pegar algumas manifestações anteriores, até para contextualizar a minha fala, que é no sentido de mostrar um pouco os dados à luz da ideia da violência e o que está acontecendo com o jovem no Brasil.

Mas duas coisas me chamaram a atenção: primeiro, na fala da Andreia, quando ela citou o caso do menino de onze anos. E, aí, eu queria lembrar uma coisa que é importante: as crianças mais novas, de 2, 3 anos de idade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Mário Theodoro, pela liberdade que temos, colegas de Casa que somos, permita-me interrompê-lo, porque eu deixei de registrar a presença da querida Senadora Ana Rita, que, inclusive, coordena a CPI da violência contra as mulheres. S. Ex^a é também Vice-Presidente desta Comissão; uma Senadora muito atuante que não poderia faltar a um evento como este. (*Palmas.*)

E lembramos que S. Ex^a foi Relatora na Comissão de Constituição e Justiça, uma das mais importantes

da Casa, do projeto da política de cotas. Foram relacionadas a ex-Senadora Serys Slhessarenko e, depois, S. Ex^a. Eu relatei a matéria na Comissão de Direitos Humanos. Mas, na CCJ, a sua atuação foi decisiva.

Parabéns, Senadora Ana Rita!

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Senadora, receba um abraço fraterno nosso também.

Mas como estávamos falando, crianças de 2, 3 anos de idade, negras e brancas, brincam normalmente sem nenhum tipo de preconceito, de pejo. As crianças aprendem, com o decorrer do tempo, o racismo, esse nosso velho conhecido, que perpassa todo o tecido social brasileiro e que, em muito, é responsável pela desigualdade. E queria lembrar que o Brasil, apesar de ser a sexta economia do mundo em pujança, está lá atrás em termos de igualdade; está entre os países mais desiguais do mundo. E essa desigualdade, no Brasil, em grande parte, é justificada por esse velho conhecido que é o racismo. E eu queria muito começar falando um pouco dessa existência.

E eu queria também colocar que o contexto de violência no Brasil é, e muito, permeado por esse racismo também da parte do Estado; do Estado também. Estou aqui tentando começar, mas eu queria, para a minha exposição aqui, que os dados fossem colocados. Por favor, obrigado, Fernanda.

Vamos falar um pouco aqui de um diagnóstico que estamos fazendo justamente para a consecução de um programa nacional de combate à violência contra o jovem negro. O programa se chama Juventude Viva. Inclusive, Senador, esse vídeo que foi exposto inicialmente é um vídeo do Programa. E eu queria colocar alguns dados para, depois, fazer um comentário final sobre eles. O que eu acho que é importante é a ideia de que os dados vão mostrar um pouco a evolução e a intensidade da violência contra os jovens negros.

Começo com algumas informações que são importantes. Em 2010, morreram no Brasil cerca de 50 mil pessoas vítimas de homicídios, o que dá uma média de 26,2 homicídios para cada 100 mil habitantes. Desse total, 70,6% das vítimas eram negros. E, quando colocamos a questão do jovem, vamos ver que, em 2010, só em 2010, 26.854 jovens entre 15 e 19 anos foram vítimas de homicídios, o que dá mais da metade de todas as vítimas daquele ano. Desses jovens, 74,6% eram negros, sendo que 92% das vítimas são do sexo masculino. Aproximadamente 70% dos homicídios contra jovens negros concentram-se em apenas 135 Municípios brasileiros, lembrando que o Brasil tem 5.565 Municípios. Desses, repito, nos 135 maiores, concentramos mais de 70% dos homicídios contra jovens negros.

Aqui temos uma evolução do homicídio no Brasil, desde 1980 até 2010. Chamo a atenção para o fato de que o pico se dá, mais ou menos, em 2003, 2004. Depois, temos uma ligeira inflexão positiva, reduz-se o índice. Isso tem muito a ver com a campanha de desarmamento que foi feita naquela época. Isso demonstra a importância da campanha e da necessidade de retomarmos campanhas desse tipo.

Próximo, por favor.

Aqui temos a ideia de quão são incidentes sobre os jovens as taxas de homicídio, ou seja, quando passamos de 15 a 19 anos até a faixa de 25 a 29, vemos que são as taxas de maior incidência de homicídios no Brasil. Então, não há dúvida de que a questão está muito associada ao jovem.

Próximo, por favor.

Aqui temos a diferença entre jovens negros e brancos em termos de homicídios. Aquele primeiro quadro, apesar de pequeno, mostra que a linha vermelha é a taxa de homicídios incidentes sobre jovens brancos e amarelos, que estamos considerando como um único grupo. A linha verde é incidente sobre negros e pardos, que chamamos, segundo critério que até o IBGE usa, de negros. Vamos ver a diferença crescente entre um e outro para os jovens. Ou seja: há um pico muito maior da linha verde, que é a linha que mostra o que está acontecendo com os jovens negros.

Em seguida, podemos mostrar isso nos gráficos de barras. Temos os brancos e amarelos com as barras cor de laranja, pretos e pardos, ou seja, população negra com as barras em verde.

Próximo, por favor.

Aqui temos que houve, de fato, Estados onde a redução dos homicídios foi significativa, como Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Estamos vendo, no gráfico à direita, que houve uma redução muito grande, mas, por outro lado, vamos ver que, em outros Estados, o que aconteceu foi exatamente o contrário. Então, mostra-se que está havendo uma descentralização do crescimento do número de homicídios. Citamos alguns Estados, como Bahia, Paraná, Pará, Ceará, Alagoas e Maranhão, que têm tido um aumento significativo com relação a isso.

E quando nós vemos os Estados – próxima, por favor, Fernanda. – que apresentam maiores taxas de homicídios para negros, nós vamos ver alguns dados impressionantes. Nós temos ali, na linha verde, o homicídio contra a população jovem negra e, na linha vermelha ou laranja, contra a população branca. Nós vemos que, em alguns Estados, como o caso de Alagoas, não só a proporção de negros é muito grande, como o diferencial entre negros e brancos é muito significativo. Isso acontece, em geral, em todos os Esta-

dos, com exceção do Paraná, onde a população negra tem um índice de mortalidade menor que a população branca. Em todos os outros Estados, a população negra se coloca de uma maneira mais vitimizada em relação à população branca.

Mas, de qualquer maneira, há um processo de descentralização, em que as taxas de homicídio têm aumentado, inclusive, no interior do Brasil.

Por favor, a próxima.

Nós vamos mostrar na próxima. Isso.

As regiões. O que está acontecendo em cada uma das regiões? Na região Sudeste, até pelo fenômeno importante de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, há ainda um decréscimo da violência, maior ainda no caso da população branca, que é a linha azul, mas mesmo com a população negra está havendo um decréscimo. Mas isso, infelizmente, é compensado pelo aumento, nas outras regiões, dos homicídios contra a população jovem negra. Há uma estabilização da linha azul, tanto no Nordeste, quanto no Centro-Oeste e na Região Norte. Então, isso significa o seguinte: o que está havendo de aumento em termos de violência no Brasil, ocorre em cima da população negra, todo em cima do jovem negro.

Obrigado, Fernanda.

Então, esse é um quadro que eu gostaria de trazer e que nos motivou uma reflexão muito grande. E, quando eu falo que nos motivou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Me permita esclarecer.

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dá para voltar a lâmina?

(*Soa a campanha.*)

Aquele dado lá em cima, é real, é aquilo mesmo?

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Sim. Exatamente. Em homicídios por região, os negros, principais vítimas em todas, à exceção da Região Sul, que é uma coisa mais homogênea, que nós tiramos, nem precisamos mostrar, que está em queda. Mas o que está acontecendo com a mortalidade dos negros nos últimos anos é algo explosivo, enquanto que, para os jovens brancos, há uma estabilização. Esse é um quadro impressionante, esse é um quadro impressionante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ali, à exceção do Sul. Como sou do Rio Grande do Sul, eu quis também conferir. É onde morrem menos, não é?

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Ah, sim, sim. Isso, isso.

Bom, isso suscitou um debate interno ao Governo. A Secretaria-Geral da Presidência da República instou alguns órgãos ministeriais, como o Ministério da Justiça,

a Secretaria de Direitos Humanos, a Seppir, a pensarem ações para se contrapor a essa realidade. Essas ações foram forjadas no que nós estamos chamando Programa Juventude Viva, que é uma construção que, hoje, está sendo levada pela Secretaria-Geral, mas principalmente pela Secretaria Nacional de Juventude, cuja Secretária, Severine Macedo, está aqui, colega de luta e trabalho nessa área. Junto com a Seppir, nós estamos montando esse Programa Juventude Viva, que está em construção desde 2011.

Esse Programa tem sido uma experiência muito interessante, porque nós estamos construindo, ouvindo, Senador, a população, a sociedade civil. Então, nós fizemos encontros com representantes do *hip-hop* de todo o Brasil, para mostrar o Programa, e deles nós recebemos um apoio muito grande. Inclusive, no vídeo, há representantes do *hip-hop* se colocando. Fizemos também essa discussão com conselheiros de vários Conselhos Federais. Enfim, nós temos tido uma repercussão muito grande na sociedade, com relação a isso.

E esse Programa – eu não vou me adiantar muito, talvez a minha colega Severine possa falar um pouco mais dele, eu não quero falar aqui, até por conta do meu tempo –, na verdade, se divide em três vertentes: uma vertente de dar cidadania para essa população. Dar cidadania, que significa introduzir programas de formação, de capacitação, de educação, possibilidades de trabalho. A Copa do Mundo está aí, então, algumas cidades, dessas que nós estamos falando aí, vão ter trabalhos direcionados à Copa do Mundo. Então, estamos abrindo essa possibilidade para o jovem. Também é uma vertente de infraestrutura, que dará para essas comunidades programas, ações e equipamentos, como, por exemplo, oficinas de cultura, pontos de cultura, equipamentos nas escolas, praças de esporte. Isso também será feito.

Finalmente, uma vertente, eu diria, de retomada de diálogo com o Estado. Estamos pretendendo montar ouvidorias independentes para que as pessoas e as comunidades possam, de fato, ser ouvidas pelo Estado, sem o constrangimento de passar, muitas vezes, por ouvidorias da própria Polícia.

Enfim, é um conjunto maior e não vou aqui me ater. Simplesmente, gostaria de falar que o Governo está atento com relação a esse problema, que, para nós, se constitui talvez no principal problema dentro do Fórum Direito e Cidadania, criado pela Presidenta Dilma. Desse ponto de vista, estaremos agora, no dia 27, daqui a uma semana exatamente, lançando o programa nacionalmente, com a presença dos Ministros Luiza Bairros e Gilberto Carvalho. Esse programa, que já tem uma experiência inicial e piloto no Estado de Alagoas, vai se colocar agora para todo o Brasil,

e a meta é que possamos reduzir drasticamente esta chaga que é a violência contra jovem negro em níveis incomensuráveis.

A nossa ideia é essa. Eu queria, mais uma vez, agradecer a possibilidade de estar aqui, Senador, discutindo e debatendo nesta Mesa e também saudar, mais uma vez, sua iniciativa, sempre presente, principalmente hoje, no Dia da Consciência Negra.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Mário Theodoro, Secretário Executivo da Seppir, que mostra que fizemos muito, mas há muito, muito que fazer ainda. Ninguém tem dúvida quanto a isso.

Ontem, eu fazia um relato, a pedido de uma emissora, a partir da Constituinte, que foi um marco de nossa Constituição Cidadã, em que colocamos lá a questão quilombola; o crime de racismo inafiançável e sem prescrição; a Lei Cão; a Lei da Injúria. Depois, avançamos – a Seppir foi fundamental – no Estatuto da Igualdade Racial; na política de quotas – falar em quotas era tabu, tanto que aqui ouvimos algumas perguntas nesse sentido, questionando. E as quotas serão aplicadas no dia 1º de janeiro e foi todo bem, o Brasil está bem e ninguém está reclamando mais.

Então, parabéns, Mário Theodoro. Mas repito isto: nós todos fizemos muito, mas há muito, muito por fazer.

Passamos a palavra, neste momento, ao Secretário de Assuntos Legislativos, que aqui representa o nosso também amigo querido Ministro José Eduardo Cardozo, do Ministério da Justiça; na mesma linha de que também falei da educação, também nosso colega e amigo o Ministro Alexandre Padilha, como também a Ministra Luiza Bairros.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Obrigado, Senador. Muito bom dia aos integrantes da Mesa, Dr. Flávio Testa, nosso parceiro no Ministério da Justiça no Senado, Dr. Mário Theodoro, nosso parceiro no Executivo. Gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Rita, grande defensora das causas do Ministério da Justiça no Senado, que nos tem ajudado muito na condução de nossa pauta, sobretudo nos projetos relacionados ao combate à violência.

Queria, em breves palavras, colocar, Senador, que o País avançou muito nos últimos 10 anos, no que se refere ao combate ao racismo, sobretudo em razão da reestruturação e organização de uma política social séria, de expansão dos serviços sociais para inclusão de grande parte da população que era excluída e totalmente afastada do acesso aos serviços públicos básicos. E também pela inclusão na agenda política do Governo Federal, na pauta do Governo Federal e na pauta do Legislativo, das políticas afirmativas,

principalmente com a criação da SEPPIR, que desde o início vem desenvolvendo um trabalho intenso de articulação dos demais órgãos do Governo Federal e também dos outros entes da Federação, para construção de políticas afirmativas, políticas de inclusão social da população negra.

Como resultado, hoje é possível já identificar uma presença maior do negro, por exemplo, na televisão, nas novelas, nas peças publicitárias, uma presença que vem crescendo, embora ainda não suficiente, na universidade, um acesso maior a serviços públicos, uma política pública para a população quilombola, que vem aí aos trancos e barrancos, enfrentando uma série de dificuldades, mas que vem sendo implementada, foi incorporada, foi encampada pelo Governo Federal, e o Governo Federal vem empreendendo esforços para implementá-la. Então, tivemos um avanço, e seguimos tentando avançar. Agora, com a aprovação da Lei de Cotas, de uma política de cotas para as universidades, que também, obviamente, não foi fácil aprovar, teve uma grande oposição. Mas seguimos avançando – aos trancos e barrancos, mas avançando e colhendo resultados positivos. Então, esse tipo de debate é extremamente importante para que a gente reflita sobre o que avançamos, os obstáculos que ainda temos pela frente e como continuar avançando.

Agora, há um ponto em que nós não conseguimos avançar – e os dados colocados pelo Dr. Mário, aqui, deixam isso muito claro – que é a questão da violência contra o jovem negro. E o que preocupa muito em relação a essa violência? Preocupa muito a violência praticada pelo Estado contra a população negra, sobretudo contra jovens negros. Essa talvez seja a nossa grande preocupação.

Eu colocaria essa violência sob duas perspectivas: uma em relação ao próprio sistema penitenciário. Se nós avaliarmos hoje a população carcerária do nosso País, temos a maioria da população pobre, negra e a maioria deles sequer com o ensino fundamental completo. Essa é a realidade do sistema penitenciário brasileiro. E um percentual significativo dessa população carcerária é de pessoas acusada de furto, que é um crime praticado sem violência ou grave ameaça e que, muitas vezes, é aquele furto de supermercado: o sujeito entra no supermercado, pega um pacote de biscoito e acaba sendo preso, e a ele é atribuído todo o rigor do sistema penal. O promotor não alivia, o juiz sequer cogita a aplicação de penas alternativas. A ele é imposto todo o rigor do sistema penal. E aí, nós temos diversas situações que, somente quando chegam aos tribunais superiores é que a sociedade olha assustada: “Nossa, o sujeito ficou preso 5 anos por causa de um pacote de biscoito, ou por causa de

um litro de xampu"! Enfim, nos deparamos com essa situação constantemente, e aí vem até os tribunais superiores para se fazer valer o chamado princípio da insignificância – quando o bem jurídico atacado pelo crime não é suficiente para justificar a pretensão punitiva, a aplicação da sanção pelo Estado.

E aí, diga-se de passagem, uma pesquisa patrocinada pelo Ministério da Justiça, em parceria com a Professora Maria Tereza Sadek, uma renomada pesquisadora lá de São Paulo, mostrou a discrepância em relação ao princípio da insignificância. Para fins tributários, o princípio da insignificância é até R\$10.000,00. Para questões de furto, ele não passa de R\$200,00 – varia entre R\$200,00 e R\$250,00. Ou seja, para fins tributários – nós estamos falando de dinheiro público – é até R\$10.000,00. Quando você fala de um pacote de biscoito, ele no máximo é R\$200,00, R\$250,00, se chegar ao STJ ou Supremo, porque no 1º e 2º Graus, dificilmente nós teremos a aplicação desse princípio, porque quem está do outro lado é um jovem, geralmente um jovem pobre e negro. Então, nós temos essa dificuldade muito grande do rigor do sistema penal, essa violência em relação a essa camada da população.

Não estamos advogando aqui, de forma alguma, a impunidade. O Estado não pode abrir mão da punição. Tem de punir, e punir com rigor, mas com proporcionalidade, como manda a Constituição. E há outras inúmeras formas, inclusive consagradas constitucionalmente, de se punir esse tipo de delito proporcionalmente à lesão que ele causa para a sociedade.

Outra forma de violência que vem sendo muito debatida no âmbito do Programa Juventude Viva – o Dr. Mário mencionou aqui –, Programa que é coordenado pela Secretaria-Geral, com a participação da SEPPIR, do Ministério da Justiça, do Ministério da Cultura, da Secretaria de Direitos Humanos, é a violência policial contra jovens negros. Hoje, infelizmente, nós temos uma situação em que a maior parte das vítimas que constam dos chamados autos de resistência são negros. A maior parte das vítimas que constam dos autos de resistência são negros. E o que é autos de resistência? Quando você tem uma vítima da ação policial, ao invés de se instaurar um inquérito para se apurar o que aconteceu, e aí, de certa forma, verificar se de fato houve uma resistência, e o policial no devido exercício da sua função, acabou reagindo, e isso resultou em morte, você tem um documento, chamado autos de resistência, mas não há aí uma apuração e simplesmente se constata que aquela vítima resistiu e, por isso, acabou sendo vítima da ação policial. Esse é um problema extremamente grave e que lembra, até remonta a uma letra – peço vênica para mencioná-la aqui –, na minha época, quando eu era mais jovem, ouvia muito

os Racionais MC's e tinha uma letra deles que dizia: "Será que eles veem em nós um marginal padrão?". Então, creio que esse é um tema que vem sempre à tona quando a gente analisa esses dados das vítimas da violência policial. Isso é uma coisa que não é... Não estou aqui querendo colocar e, na discussão, a gente tem isso muito claro. O problema não é a polícia. A polícia a gente sabe que ela é composta, a maioria das corporações, todas as corporações são compostas por trabalhadoras, a maioria negros, inclusive, e que agem dentro do estrito cumprimento do dever legal. Porém, há, como em qualquer outro órgão, sempre pode acontecer, de você ter um grupo pequeno, um grupo que acaba saindo dos termos da lei, acaba exercendo as suas atividades fora dos limites da lei. E é esse grupo que acaba se escondendo atrás do chamado autos de resistência. Isso acaba trazendo malefícios para toda a corporação, porque acaba trazendo uma imagem para toda a população de que aquilo que a gente vê, com esses abusos policiais que se escondem dentro dos autos de resistência, reflete a realidade de toda a corporação policial, quando não é verdade. Quando o cidadão está ali precisando de um socorro do Estado, quando ele está ali precisando da proteção da sua integridade física, a quem ele deve recorrer geralmente é à polícia. A polícia está ali para isso.

Então, essa é uma discussão que veio e que resultou, já numa proposta, em uma proposta normativa, que, hoje, tramita, na Câmara dos Deputados, sob o nº 4.471, de 2012 – inclusive gostaria de pedir o apoio desta Comissão junto à Câmara dos Deputados e também aqui, ao Senado, para que a gente consiga aprovar, no mês da consciência negra, este Projeto, o PL nº 44.471, de 2012, de autoria dos Deputados Paulo Teixeira, Fabio Trad, Delegado Protógenes e Miro Teixeira. E a gente já chegou a expor isso para algumas pessoas que disseram: "Uê!, precisa disso?" Por incrível que pareça, precisa. O projeto faz o quê? Ele diz o seguinte: toda vez que você tiver uma lesão corporal grave ou um homicídio, uma morte resultante da atuação policial, é necessário instaurar um procedimento para se apurar. Apurar o quê? Apurar se houve abuso, apurar se de fato o policial agiu no devido exercício do seu dever, no exercício do seu dever legal, para apurar simplesmente se houve algum abuso. Ora, muitos perguntam: "Mas é preciso isso?" Em tese, não precisaria, porque a figura dos autos de resistência não tem previsão legal. Ela não está prevista legalmente. Porém, criaram-se uma cultura de adotar esse tipo de instrumento para esconder, infelizmente, alguns abusos que a gente vem constatando aí ao longo da experiência. Quando você tem esse tipo de cultura instaurada, é necessário adotar todo tipo de medida, seja

ela de gestão, seja ela de formação, seja ela cultural e também uma medida legal para mudar esse tipo de comportamento.

Então, o que o projeto faz? Ele determina a apuração toda vez que houver uma ação policial que resulte em lesão corporal grave ou resulte em morte. Até para resguardar o policial de que aquela ação foi dentro do cumprimento do seu dever e também para resguardar a sociedade em relação a abusos praticados por policiais, por um pequeno número de policiais que acabam, infelizmente, manchando as corporações que prestam serviços tão importantes para a sociedade brasileira.

O que o Projeto prevê também? A necessidade de realização de perícia. É muito comum termos casos de resistência, onde você tem ali o óbito e não tem sequer a realização de perícia, de perícia nenhuma. Não há perícia em armas, não há perícia do local, não há perícia do cadáver e, muitas vezes, ele é enterrado como indigente. Isso quando não ocorrem situações em que é atribuído àquele que foi vítima, de repente aparece ali a acusação de tráfico, a acusação de roubo, a acusação de uma série de crimes. E aí vêm os pais – e aí assistimos a exemplos recentes sobre isso –, dizendo: “Olha, o meu filho era estudante. O meu filho era trabalhador.”

(Soa a campanha.)

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – E aí, com muito custo, consegue-se comprovar que, na verdade, se tratava ali de mais um trabalhador que foi vítima de violência policial, muitas vezes, apenas por causa de sua cor, ou de uma reação despreparada, ou, infelizmente, muitas vezes, por uma ação criminosa daquele que deveria protegê-lo.

Então, basicamente, hoje são essas as linhas do Projeto, que tenta acabar com o uso dos autos de existência. Não é a única medida. Seguimos, dentro do Programa Juventude Viva, discutindo junto ao Ministério Público, junto às autoridades policiais no sentido de padronizar procedimentos toda vez que houver essa situação de confronto policial, e também a atuação do Ministério Público. E esse é um ponto que deve ser muito debatido aqui no Senado, pois o responsável pelo controle externo da atividade policial é o Ministério Público. Infelizmente, essa atuação, hoje, no País, ainda não está amadurecida, ainda não foi concretizada. Acredito que podemos avançar nisso. Esse é um dos pontos, onde o projeto avança também, determinando que seja comunicado ao Ministério Público toda vez que acontecer essa resistência, à Defensoria Pública, à Ouvidoria de Polícia, órgão também responsável por fazer esse controle externo dos abusos eventualmente cometidos no exercício da atividade comercial.

Então, creio que este Projeto viria a se somar a tantos outros passos que o Legislativo vem dando em relação a essa política de combate ao racismo, de combate à violência contra jovens negros. Espero contar – e tenho certeza disso – com o apoio de todos os parceiros que estão aqui, estão acompanhando essa medida e tem grande expectativa na sua aprovação, e também contaremos com o apoio desta Comissão e com o apoio da Câmara, para, quem sabe, aprová-la ainda neste mês da consciência negra.

Era isso, Senador.

Muito obrigado pelo espaço.

Estamos à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Secretário de Assuntos Legislativos, que falou em nome do Ministro José Eduardo Cardoso. Pode contar com o nosso apoio. Vamos trabalhar juntos.

Vou passar a palavra agora à Assessora Técnica do Departamento de Vigilância e Doença de Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, representando o Ministro Alexandre Padilha. Mas, antes de passar a palavra para a Sr^a Rurany Ester Silva, registro a presença do nosso querido Senador Eduardo Suplicy, um lutador, que combate todas as formas de preconceito e tem uma marca muito forte na defesa das questões sociais não só no Brasil, como no mundo.

O Senador Suplicy, muitas vezes, vai à tribuna, e eu o ouço atentamente – acho elogiável, belíssimo – relatar que vai a outros países defender a renda mínima. Este é o Suplicy. Por isso, merece as nossas palmas. *(Palmas.)*

Mas vejam como é difícil esse tema. Ele não é fácil. Estou recebendo mais de uma dezena de perguntas e questionamentos, muitos elogiando o debate e cumprimentando-nos, mas, no mínimo, três ou quatro, dizem: “Racismo? Aonde? Nunca vi! No Brasil? O que é isso?!” Estou levando isso como uma provocação positiva. Então, com todo respeito também, não posso querer que todo mundo concorde com a gente.

Assim, é uma provocação positiva, mesmo depois de tudo o que aqui foi dito por representantes de Ministérios, professores, sociólogos, estudiosos, demonstrado por pesquisas, por dados, ainda assim recebo umas três... Com todo o respeito, vocês estão assistindo, eu sei... O Santos Fagundes disse-me – ele é meu Assessor, ele é totalmente cego –: “Senador, o pior cego é aquele que tem visão e não vê.” Só posso responder dessa forma para eles, de forma muito carinhosa e respeitosa, porque não estou aqui para polemizar com ninguém. Mas eles colocam mais ou menos desta forma: “Preconceito contra o negro? Aonde? Quando? Por quê? No Brasil? Mas isso não existe!”

É o que dizem em duas, três perguntas, cujas respostas estão sendo dadas naturalmente pelos senhores, já pela exposição que fizeram.

Por favor, minha querida Dr^a Rurany Ester Silva.

O SR^a RURANY ESTER SILVA – Muito obrigada.

Quero agradecer, em nome do Ministério da Saúde, e cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paim, assim como a plenária, as mulheres e os homens presentes.

Vou apresentar um diagnóstico que fizemos sobre a mortalidade da juventude negra, que foi a base para o diagnóstico para a proposta Jovem Vida.

Vamos mostrar as principais causas, por faixa etária, no Brasil, em 2010. Vocês verão que, de 1 até 39 anos, a primeira causa de morte são causas externas. Aí está o homicídio, cujos dados irei mostrar. Alguns dados já foram apresentados pelo representante da Seppir, mas vamos apresentar alguns dados que são inéditos.

Pode passar, por favor.

Próximo.

Entre as causas externas estão acidentes de transporte terrestre, homicídio, intervenção legal – é o ato que se refere ao CID-10, quando alguém é morto, principalmente por policiais, quando um representante do Poder Público faz o ato, a isso se chama de intervenção legal, achamos que isso não é legal, mas o nome é esse – e suicídio.

Pode passar.

Aqui, a taxa de mortalidade por acidente de trânsito, masculino e feminino. Vocês podem ver que, no total, a maioria é de população branca, mas o número está subindo muito na população masculina negra.

Pode passar.

Por causas específicas, vocês verão que, de 15 a 29 anos, no Brasil, morrem mais motociclistas brancos e motociclistas negros – então, a questão da moto é um problema de mortalidade grave neste País. As mulheres brancas são ocupantes de veículos de motor, e as mulheres negras também, sendo que o número de mulheres negras está subindo bastante, já ultrapassando, as ocupantes de veículos, às motociclistas.

Pode passar.

Na taxa de mortalidade por homicídio na faixa etária de 15 a 29 anos por raça, cor e sexo, no Brasil, pode-se ver que os jovens negros estão em primeiro lugar e as mulheres negras também. Então, é a população negra que morre mais por homicídio nessa faixa etária no Brasil.

Pode passar.

O número de óbitos por homicídio de 15 a 29 anos, e por tipo de arma, arma de fogo e outros tipos. A arma de fogo é predominante para todos, mas se

pode verificar que morrem mais homens negros por arma de fogo.

Pode passar.

A taxa de homicídio de pessoas de 15 anos e mais, segundo a escolaridade. Verifica-se que, entre os que têm menos de oito anos de estudo, os negros são predominantes, assim como também com oito anos ou mais. Então, a população negra está aí, independentemente dos anos de estudo.

Pode passar.

A taxa de homicídio, segundo raça e cor e por Estado. É bem gritante esse dado no Centro-Oeste – Goiás e Distrito Federal – quanto à população negra. Nos dados relativos a 2010 que foram apresentados, Alagoas já está em primeiro lugar. Vocês podem ver que só no Paraná, na Região Sul, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a população branca morre mais por homicídio do que a população negra.

Pode passar.

A intervenção legal. Esse é um dado gritante para a gente, porque se refere ao Poder Público matando, e matando mais jovens negros, homens e mulheres. Esse é um dado que há pouco tempo começamos a coletar e, cada vez mais ele está se apresentando e a diferença aumentando – vocês verão que em mulheres também. O óbito por intervenção legal tem aumentado no País.

Pode passar.

Aqui a intervenção legal é em homens. Em geral, no Brasil, é um apanhado de 2000 a 2009, e vocês verão que é uma concentração bem grande em jovens de 15 a 29 anos, principalmente os negros.

Pode passar.

A taxa de suicídio por raça/cor. Os homens brancos se suicidam mais do que os negros, e as mulheres brancas também. Mas tem aumentado bastante o suicídio na população negra.

Pode passar.

Aqui os óbitos, suicídios de 15 a 29 anos, segundo o sexo, por meio utilizado. Então, você vai ver que o enforcamento é tanto para o feminino quanto para o masculino; a medicação, as mulheres usam mais do que os homens.

Pode passar.

Aqui é a notificação que implantamos desde 2008, a notificação compulsória de violência sexual, doméstica e outras violências. Pegamos de 15 a 29 anos.

Pode passar.

Aí mostra a violência, segundo raça/cor. E você vai ver que a maioria da violência é física, psicológica, a tortura também, e a violência sexual.

Aí você vê que, entre os negros, a tortura entra mais, e aí entram os atos legais, intervenção legal nessa população.

Pode passar.

A notificação de violência. Você verá por sexo e por raça/cor. Nesse caso, o sexo feminino notifica mais a violência do que o sexo masculino, mas vê que a indígena é igual para os homens e para as mulheres.

Pode passar.

O local da ocorrência da violência. A violência sexual e doméstica, principalmente na residência. E você vai ver por que na raça amarela a violência está um pouco maior do que nas outras cores.

Pode passar.

E as considerações. O aumento da mortalidade de homicídios de homens e mulheres negros e por arma de fogo. A mortalidade incide maior em homens e mulheres brancas. Intervenção legal é maior em homens negros. A mortalidade, por acidente de trânsito é maior em brancos e há um crescimento de óbitos em motociclistas entre homens negros.

Pode passar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr^a Rurany Ester Silva, que falou em nome do Ministro Alexandre Padilha, com dados e números.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Uma informação que eu não sabia – agora no destaque final não estava assinalado –, mas a Sr^a Rurany informou que as mulheres estão se suicidando mais do que os homens. É isso mesmo?

A SR^a RURANY ESTER SILVA – É.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E por que razão estariam as mulheres mais infelizes que os homens para se suicidarem?

A SR^a RURANY ESTER SILVA – Até 2009, a tentativa de suicídio era maior nas mulheres e o suicídio maior em homens, até porque usava mais o enforcement, sendo que, agora, os dados têm colocado que as mulheres têm-se suicidado mais, até porque a condição de vida das mulheres tem mudado muito nesse País, não é? E aí aumentando todo um comportamento também em busca de outros meios, porque, antigamente, as mulheres, nas tentativas, usavam mais meios domésticos. E aí tem mostrado que tem mudado muito esse perfil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, peço aos meus convidados que voltem ao plenário, para que possamos iniciar a segunda Mesa

Em seguida, concederei a palavra à Senadora Ana Rita.

Agradeço a todos que usaram a palavra.

Convido para compor a segunda Mesa a Secretária Nacional de Juventude, representante do Ministro Gilberto Carvalho, Sr^a Severine Macedo.

Convido também a Diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos, Deise Benedito, Assessora do gabinete aqui representando a Ministra Maria do Rosário.

Convidamos também Fernando Benicio dos Santos, Coordenador de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro-Brasília.)

Convidamos também a representante do grupo Pretas Candangas, Sr^a Juliana César Nunes.

Convidamos ainda a Sr^a Daniela Luciana Silva.

Enquanto S. S^{as} se dirigem à Mesa, pergunto, a quem fez a pesquisa do DataSenado, qual foi o resultado da pesquisa no que diz respeito àqueles que realmente reconhecem que existe racismo no Brasil. Vocês lembram esses números? Apenas para eu conferir aqui com o que está chegando.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Vou buscar aqui para responder a V. Ex^a precisamente. Há alguns comentários também que eu poderia fazer em cima do que os convidados da Mesa anterior falaram.

Uma coisa que ficou bem clara na fala da nossa Mesa anterior foi que a educação é uma medida primordial para que se combata o racismo. Isso coincide com a opinião da população: 34% das pessoas apontaram a educação como principal fator para que se combatesse o racismo no Brasil. Acho que isso vai ao encontro do que foi falado sobre a questão do poder simbólico, a questão da prevenção ao racismo, tudo isso passa pela educação, e isso a população brasileira percebe o valor da educação no combate ao racismo.

Perguntamos, na pesquisa, se as pessoas acreditavam que o fato de a pessoa ser branca ou negra influenciava ou afetava a vida de uma pessoa. Do total dos respondentes, 51%, aproximadamente 52%, acham que afeta, e 46%, quase metade da população brasileira, acham que ser branco ou ser negro não afetam a vida de uma pessoa no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sabe por que perguntei? Recebi em torno de 20 correspondências, entre *e-mail* e via celular, e o resultado é exatamente esse dado que você confirma: quase 50% acham que não – 46%. Pelo que notei aqui, das 20 correspondências, no mínimo oito dizem que não há diferença entre ser negro ou branco. Veja como a pesquisa tem tudo a ver com o debate que estamos fazendo aqui. É um fato real. Por isso estamos aqui.

Então, só para esclarecer, respondendo já àqueles que mandaram as perguntas nesse sentido: se a pesquisa confere com o que está chegando aqui. Confere. É exatamente isto: 46% entendem que não há diferença entre ser branco ou negro, e 51% acham que existe diferença. Há uma pequena diferença entre os que acreditam que existe preconceito no Brasil e os que não acreditam.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a me permite, Senador Paulo Paim, eu queria aqui fazer um breve registro. Ontem, tive a oportunidade de estar presente na cerimônia Troféu Raça Negra, organizada pela Faculdade Zumbi dos Palmares e pela Afrobras, e foi uma festa muito bonita. Foi homenageado Martin Luther King Jr., na pessoa da sua filha, que se encontra hoje em São Paulo, inclusive realizando palestra na Faculdade Zumbi dos Palmares. À tarde, no plenário, farei um registro mais pormenorizado, mas queria aqui, perante V. Ex^a, como um amigo da Universidade Zumbi dos Palmares, do Reitor José Vicente, transmitir quão bonita foi a cerimônia na Sala São Paulo, inteiramente repleta com alguns dos melhores artistas, cantores e compositores negros ali presentes e fazendo uma apresentação comovente, muito bonita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Suplicy. Eu aproveito a oportunidade para pedir desculpas à Universidade Zumbi dos Palmares. Eu era um dos homenageados e disse que não tinha como ir, porque eu tinha um debate sobre o fator previdenciário. E na minha luta contra o fator, nem por um prêmio de US\$100 milhões eu iria.

Eu sei que o Reitor não gostou muito, falou que a filha do Martin Luther King estaria lá e que eu seria um dos homenageados. Mas eu disse para ele que era impossível. Que ele aceite aqui – já que V. Ex^a tocou no assunto – as minhas desculpas, mas eu não tinha como ir a São Paulo ontem de jeito nenhum, porque era o debate do fator, que será votado na Câmara hoje.

Eu me considero o inimigo número 1 do fator, não morro sem acabar com ele. Deus há de me ajudar. Como se diz? Deus é pai – não é assim? Deus é pai! Eu não hei de morrer sem acabar com esse fator. E queira Deus que seja hoje, 20 de novembro, que é o dia da liberdade, o dia de Zumbi, do fim da escravidão. Os aposentados vivem como escravos neste País, porque perdem a metade do salário no ato da aposentadoria. Por isso eu dou essa explicação, aproveitando a sua fala, Senador.

Mas eu sei que a nossa querida convidada Secretária Nacional da Juventude, representante do Ministro Gilberto Carvalho, tem que se retirar e por isso pedi para falar primeiro. Se a nobre Senadora permitir, eu

passo a palavra para ela e em seguida a V. Ex^a, porque ela tem um compromisso em seguida, às 11 horas.

Então, Secretária Severine Macedo, por favor.

A SR^a SEVERINE MACEDO – Obrigada, Senador, pelo convite. Agradeço imensamente pela iniciativa de pautar esse tema extremamente importante não só para a juventude negra, mas para o Brasil. Acho que isso é uma dívida histórica. O nosso País precisa enfrentar isso, o Governo está tentando enfrentar isso, e é uma tarefa da sociedade também. Nós acreditamos, de fato, que passa por um pacto forte da sociedade e do Governo, do Parlamento, das Defensorias, de todas as organizações, enfrentar esse tema da violência contra a juventude negra, porque ela se manifesta de várias maneiras. A última delas é na morte física, como fala a Ministra Luiza Bairros. Mas esses jovens são privados de várias condições, de fato, que fazem com que eles tenham uma vida precarizada, com a ausência de um conjunto de direitos para essa juventude, especialmente a juventude negra.

Eu queria saudar a Senadora Ana Rita, o Senador Suplicy, meus colegas de Mesa, e começar esta fala recuperando um pouco aquilo que o Valdo (Secretário Marivaldo) falou aqui no início. Nós avançamos muito nos últimos anos, no Brasil, do ponto de vista da inclusão da nossa população mais pobre, do ponto de vista da geração de trabalho, da ampliação do acesso à educação, com a Lei de Cotas, com o Estatuto da Igualdade Racial. A própria criação da Seppir é um marco, de fato, nessa questão do combate às desigualdades raciais, de reafirmar o fim do racismo como extremamente importante para esta sociedade nova que nós queremos construir.

Nós avançamos na construção das políticas para a juventude no nosso País, também demarcada pela criação da Secretaria Nacional de Juventude e de um conjunto de programas que está hoje melhorando a vida dos nossos jovens. Podemos citar o ProUni, o ProJovem e o Estatuto, que está tramitando agora e que passou recentemente aqui pela comissão presidida pelo nosso Senador Paim. Então é um conjunto de iniciativas que vem na linha de reafirmação dos direitos da inclusão e da ampliação de oportunidades para a nossa juventude.

Concordo muito com o Valdo nessa perspectiva de que o tema da violência, dos homicídios contra a juventude, é uma dívida. É um tema que vem sendo debatido. Em que pesem todos esses avanços já mencionados em nosso País, é um tema há muito tempo pautado pelos movimentos sociais, pelo Movimento Negro, pelo Movimento Juvenil, pelos Conselhos. É resolução da I e da II Conferência Nacional de Juventude, que mobilizaram, em 2008, 2010 e 2011, mais de 1

milhão de jovens no Brasil, elegendo como a prioridade principal dessas 2 conferências o enfrentamento que o movimento negro chama de genocídio e extermínio da juventude negra foi um tema debatido intensamente, como mencionou o nosso secretário Mário, da Seppir, pela sala de situação instituída no Fórum Direitos e Cidadania, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, com co-coordenação da Seppir.

Essa é uma agenda construída conjuntamente por vários Ministérios, com essa coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da SNJ, da Secretaria Executiva e da Seppir.

Essa sala de situação produziu, durante mais de um ano, a discussão sobre o diagnóstico aqui apresentado pelo Mário, a problemática em torno dessa agenda, e está se desafiando a desenhar, de fato, um conjunto de ações a partir de quatro eixos estratégicos, no sentido do enfrentamento ao problema da violência.

Essa é uma agenda... O Juventude Viva é uma agenda de prevenção à violência. Nós entendemos que ela não é uma agenda, necessariamente, diretamente no sentido do combate ou da redução dos índices de vulnerabilidade de maneira direta. A gente quer fazer uma ação de prevenção, que precisa andar aliada com ações de segurança cidadã, com uma outra perspectiva que não seja essa que reforça o Estado matando a nossa juventude.

Então, efetivamente, essa é uma agenda que busca avançar. Ela foi construída, como muito bem citado pelo Mário, de maneira participativa e ela tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade da juventude negra à violência e prevenir a ocorrência de homicídios.

A estratégia nossa com essa agenda é promover integrações do Governo Federal nos territórios que têm maior índice de violência no nosso País, ampliando as oportunidades de inclusão social, da autonomia da nossa juventude negra, e enfrentar o problema, também, do racismo nas instituições.

Então, a gente está focando, além dessa questão do racismo, as instituições, fortalecendo a relação para dentro dos órgãos do Executivo, mas também envolvendo ações com os entes federados.

É um plano que se dará, e já está se dando, de maneira experimental no Alagoas, em parceria com o Governo do Estado e com os governos municipais, então, depende do pacto federativo. Não é uma agenda somente do Governo Federal. Ela é uma agenda discutida e levada pelo Governo Federal, mas só vai acontecer na medida em que mais e mais Estados e Municípios enfrentarem e quiserem tocar essa agenda, assim como com a sociedade civil, numa estratégia também de formar parcerias com o Judiciário, o Ministério Público e as Defensorias.

Nós selecionamos, nessa agenda do Juventude Viva, os 132 Municípios que concentram o maior número de homicídios no Brasil.

Vale destacar que essa questão da violência, como já foi mencionado aqui no início, claramente, tem raça, cor gênero, ela tem idade, ela tem uma questão geracional muito forte, ela tem território.

Então, a expectativa da agenda é, de fato, trabalhar sobre esses territórios mais vulneráveis, enfrentar o problema do racismo, que passa pela questão do racismo nas instituições, mas também realizando campanhas, debates com a sociedade, pautando essa questão de que não há essa tranquilidade toda, que o racismo é sério, que ele faz com que as pessoas, além de não terem acesso aos direitos, percam suas vidas, assim como há um problema geracional. A juventude é a mais exposta à violência, por um conjunto de fatores, o que acaba impedindo, de fato, a possibilidade do seu desenvolvimento pleno na nossa sociedade.

Esses elementos todos, agregados, causam, de fato, esse caldeirão muito forte, que são os homicídios da nossa juventude.

Então, nessa perspectiva, os eixos em que a gente vem trabalhando no plano são quatro.

Um primeiro eixo é o da desconstrução da cultura da violência. Então, dentro desse eixo de ação, a nossa proposta é construir ações no sentido de sensibilizar a opinião pública sobre o problema da banalização da violência, reafirmando a importância da valorização da vida dos jovens negros por meio da promoção de direitos, mas também da discussão de novos valores.

O Estado, de fato, precisa promover a ampliação dos direitos, nesses territórios, para esses jovens, mas para enfrentar esse problema que é da sociedade, que é cultural, e para reafirmar que valores a gente, de fato, defende e em que acredita.

Um outro ponto dentro desse eixo é a mobilização dos atores sociais, para a promoção dos direitos da juventude, da defesa da vida do jovem negro, gerando um amplo debate com a sociedade.

Então, a gente está prevendo a organização de uma rede que já está em debate, já está em curso. Temos mais de 200 organizações locais, regionais, nacionais, mapeadas, envolvidas nesse debate do plano.

Como bem falou o Mário, essa agenda foi construída com diálogo com a sociedade, com sugestões, com críticas, e queremos que a implementação dela também se dê com participação social, porque sabemos que nem sempre, na prática, lá na ponta, ou aqui mesmo, no âmbito federal, é fácil darmos conta de implementar tudo aquilo a que nos propomos. Então, para manter essa pauta, de fato, sempre atualizada, a sociedade civil tendo condições de acompanhar e

cobrar, mas também pautando com toda a sociedade, esses elementos são fundamentais.

Aqui dentro, obviamente, entra uma ação forte que vamos lançar agora no dia 27 de novembro: uma agenda conjunta da Secretaria Nacional de Juventude, Seppir e todos os oito ministérios que compõem essa agenda, dando uma devolutiva para a sociedade civil, para o Fórum Interconselhos. Também vamos lançar uma campanha com foco nesta questão da prevenção à violência da juventude. Vai iniciar também como plano por Alagoas, mas vai ser tocada nas redes sociais. São campanhas para, de fato, levantar o problema e chamar a atenção para a sociedade, traduzindo aqui esses dados que já foram muito bem apresentados na mesa anterior.

No Brasil, é como se a cada mês caíssem oito aviões lotados de jovens. Só para ilustrar, porque a gente não consegue imaginar esse número concretamente. Parece tão normal na sociedade, que as pessoas não se ligam. Então, essa ilustração permite isso. É como se oito aviões lotados de jovens caíssem, a maioria deles negros, todos os meses em nosso País. Nossa campanha quer, de fato, pautar essa questão.

O segundo eixo é a inclusão, oportunidades e garantia de direitos.

Aqui, prevê-se um conjunto de ações e programas específicos para a juventude. Então, nessa faixa etária que o Brasil considera jovens, 15 a 29 anos, com um foco de fato em fomentar as trajetórias de inclusão e autonomia da nossa juventude e que possa ampliar as oportunidades e as ações no sentido da transformação dessa cultura de violência. Então, entram ações no campo da educação, entram ações no campo da cultura, entram ações no campo da economia solidária. Ou seja: no Estado de Alagoas, eu não vou detalhar aqui para vocês, mas são mais de 30 ações sendo desenvolvidas...

(Soa a campanha.)

A SR^a SEVERINE MACEDO —... em quatro Municípios e com o Governo do Estado. Então, nos Municípios de Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro e União dos Palmares. São oito ministérios, com mais de 30 ações e em torno de R\$90 milhões para essa primeira fase de implantação do programa.

Outro eixo é a transformação dos territórios. Como falei inicialmente, atuar prioritariamente dentro dos Municípios nos bairros mais expostos à violência, ampliando também a disponibilidade de equipamentos, tanto na escola quanto fora da escola.

Então, por exemplo, o Ministério da Educação está prevendo a universalização nesses territórios; no mais, educação, um conjunto de programas no campo

da educação, mas também se prevê a criação do Estação Juventude, por exemplo, que é uma ação nova da Secretaria Nacional de Juventude para ampliar o acesso dos jovens às políticas de juventude – usinas culturais, praças de esporte cultura, praças de juventude. Então, também garantir o acesso a equipamentos nesses territórios.

E um último eixo, que é o do aperfeiçoamento institucional: prevê-se um conjunto de ações de enfrentamento do racismo dentro das instituições que se relacionam com os jovens, desde a escola, o sistema de saúde, inclusive a polícia, sistema previdenciário, sistema de Justiça. Então, é um conjunto de ações no campo da formação, da atualização curricular e de preparação de fato dessas instituições para não olharem mais os nossos jovens, especialmente os negros, como potenciais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Suspeitos.

A SR^a SEVERINE MACEDO – Suspeitos, isso. O nosso jovem da periferia é um suspeito e é visto dessa maneira não só pela sociedade, mas, muitas vezes, pelas instituições. Então, é enfrentar esse tema e contribuir para a reversão do alto grau de letalidade policial, por meio tanto da formação quanto de mais rigor nas investigações, como bem citou aqui o Marivaldo, que envolve os autos de resistência e tudo o mais.

Bom, meu tempo está estourando.

Eu queria, para concluir, Senador, enfatizar que, de fato, essa é a nossa grande prioridade na Secretaria-Geral da Presidência da República, da qual a Secretaria Nacional de Juventude faz parte. É resolução de conferência, é um tema concreto, real, triste e sério que a gente enfrenta. Então, a gente está tratando, de fato, com um grau de prioridade que isso precisa.

É óbvio que nós ainda estamos em fase de discussão da expansão do plano, isso depende, agora, de uma decisão de quais serão os próximos passos, a gente já está discutindo como é que a gente vai continuar ampliando agora para os próximos Estados e Municípios – estes 132 –, e queria enfatizar muito com vocês aqui a importância, cada vez maior, de uma parceria que envolva todos os órgãos aí, tanto o Executivo quanto o Legislativo, a sociedade civil organizada e os grupos locais no enfrentamento desse tema.

Como bem foi mencionado, ele é concreto, ele exige ampliação de oportunidades, ampliação das perspectivas de vida e de trajetórias saudáveis para a nossa juventude, especialmente da nossa juventude negra, mas também exige mudanças e padrões culturais, exige discussão sobre os valores que a gente acredita na nossa sociedade e significa também combater o ra-

cismo, significa também combater o preconceito geracional, para que a gente possa superar essa agenda.

Então, ela é uma agenda complexa, mas nós queremos de maneira coletiva enfrentá-la e – tomara! – lá na frente, poder dizer que a gente reverteu, diminuiu esses índices que nos envergonham tanto, que envergonham nosso País.

Então, parabéns pela iniciativa.

Somos muito, muito, muito parceiros nessa agenda, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Secretária Nacional da Juventude, que falou em nome do Ministro Gilberto Carvalho, Severine Macedo, que afirmou, com muita consistência e argumentos, que é prioridade da Secretaria Nacional da Juventude o combate à violência contra a juventude negra. Isso é bom para aqueles que duvidam ainda que preconceito existe. Porque alguns, aqui, nos enviaram mensagens... Mas, felizmente avançou, porque agora 70% reconhecem que temos problemas sérios no País quanto ao tema. Deve ser graças aos argumentos usados aqui pelos nossos convidados. Está bem mais favorável àqueles que entendem que temos que combater, de fato, o preconceito.

Meus cumprimentos ao DataSenado e à Seppir, foram vocês que provocaram este debate.

Passamos a palavra de imediato... Não sei se a Secretária vai ter que sair?

A SRª SEVERINE MACEDO – Eu vou ter que sair, Senador, peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem.

A SRª SEVERINE MACEDO – Mas eu queria chamar a Fernanda Papa para assumir aqui o meu lugar. A Fernanda é a nossa Coordenadora do Plano da agenda Juventude Viva dentro da Secretaria Nacional de Juventude. Então, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Então, estamos liberando aqui a Secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo, e convidamos a Fernanda Papa. Agora temos uma “Papa” aqui na Mesa. Quero ver agora se nós não resolvemos isso. É uma mulher, uma mulher “Papa” ainda. O que é que estão pensando?

Antes de passar a palavra para a nossa Senadora, eu percebi que, segundo me alertou a assessoria, em nome da Ministra Maria do Rosário, há duas Diretoras: a Deise Benedito e a Tássia Pinho.

A pergunta que eu faço – (Pausa.) – é se ambas foram chamadas pela Mesa.

A SRª TÁSSIA PINHO – Eu fui chamada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, tudo bem, está em casa. Fiquem aqui, fiquem aqui.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Primeiro, vai falar, claro, a nossa Senadora. Só organizei aqui porque eu achei que não tinha chamado as duas. Mas acertei errando; chamei as duas, que a minha intenção era que uma falasse em nome da Secretaria, mas, pelo que percebi, elas vão dividir o tempo. Tudo bem. (Pausa.).

A SRª TÁSSIA PINHO – Não, não. A Deise fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois você complementa.

Senadora Ana Rita com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É rapidamente, Senador Paim, porque também eu vou ter que sair daqui a pouquinho, porque está tendo uma reunião agora da Bancada Capixaba para discutir várias questões do Estado do Espírito Santo, e eu não posso estar ausente dessa discussão. Então, eu quero me manifestar antes para não interromper os nossos palestrantes.

Mas eu quero aqui também parabenizar não só esta Mesa, que ainda vai se pronunciar, a Severine já falou, mas a Mesa anterior que nos traz muitos dados importantes, que nos subsidiam muito.

E eu quero aqui apenas fazer uma fala rápida com relação ao Estado do Espírito Santo, Senador Paim, porque, conforme o senhor disse, eu estou na CPMI que está apurando a violência contra a mulher e o Estado do Espírito Santo está em primeiro lugar em homicídio de mulheres e está em segundo lugar em homicídio de jovens. E o nosso debate aqui hoje está voltado também para a questão da juventude e da juventude negra.

Então, eu trago aqui um dado, conforme o mapa da violência, de 2012, de que no território capixaba houve um dos maiores aumentos em número de assassinatos de jovens, chegando a 33,8 homicídios por 100 mil habitantes. Então, o Estado do Espírito Santo, infelizmente, também é líder em homicídios da juventude.

Há outros dados. De acordo com estudos do Núcleo de Estudos de Violência e Segurança Pública da Universidade Federal do Espírito Santo (Nevi), no ano de 2011, foram registrados 1.725 homicídios no Estado do Espírito Santo, sendo que, destes, 899 eram jovens de 15 a 29 anos. Ou seja, aproximadamente 80% dos homicídios têm como principais vítimas os jovens negros e negras. Vale registrar também que esses dados do Nevi ainda estão em análise, mas já nos colocam questões altamente importantes.

Outra questão é que a região metropolitana da Grande Vitória é a quarta do País em taxa de homicídios, tendo registrado 68,6 mortes violentas por grupo de 100 mil habitantes. E Vitória, a nossa capital, que é uma capital bonita, economicamente é uma das melhores e tem um dos maiores índices em termos do PIB, também é a terceira capital mais violenta do Brasil, registrando 67,1 homicídios por 100 mil habitantes.

Presidente, Senador Paim, quando eu olho os dados apresentados pelo Secretário-Executivo da Seppir, vejo que o Iraque tem uma taxa média de 64,9 homicídios por 100 mil habitantes. Então, nós podemos afirmar que, infelizmente, nós aqui no Brasil e nesses Estados, por exemplo, é claro que é proporcional, mas o Espírito Santo tem 68,6 mortes violentas por grupo de 100 mil habitantes, e o Iraque, em plena guerra, tem um índice menor de homicídios, que é de 64,9 homicídios. Ou seja, a conclusão a que nós chegamos é que o Brasil, e em particular o Estado do Espírito Santo, mata mais do que o Iraque, que está em plena guerra. Então, para quem pensa que a situação é tranquila, não é tranquila.

Outra questão: tenho aqui também uma entrevista, feita com um sociólogo responsável pelo mapa da violência de 2012, em que ele fala do Estado do Espírito Santo, e há uma questão que muito o preocupa: falar que a culpa desses homicídios é do tráfico de drogas. Esse é um caminho altamente perigoso. E eu acrescento a minha reflexão aqui: nós achamos que toda a responsabilidade dos homicídios e em particular dos nossos jovens, crianças e adolescentes está no tráfico de drogas pode levar o Estado brasileiro, os governos estaduais, os governos municipais a se acomodarem de alguma forma. “Isso é problema do tráfico de drogas e nós não temos muito que fazer.” É como se fosse mais ou menos isso e achar que nós não podemos ou não temos a responsabilidade de implementar políticas públicas.

A fala da nossa companheira da Secretaria Nacional da Juventude nos traz também informações importantes de que o Governo Federal priorizou o Estado de Alagoas como um Estado de uma experiência-piloto, e que vai a partir dessa experiência ampliar para os outros Estados brasileiros, o que é muito importante. E, quando o Ministro esteve em Alagoas, para justamente fazer a discussão para que aquele Estado realmente assinasse o compromisso juntamente com a União no sentido de desenvolver políticas de enfrentamento à violência, nós estávamos lá, justamente no mesmo dia, realizando as diligências e a audiência pública da CPMI que investiga a violência contra as mulheres.

Então, é importante que o Governo Federal, os Governos estaduais e os Governos municipais real-

mente levem a sério esse tema da violência contra os nossos jovens, da violência que está matando jovens negros e mulheres, e, realmente, busquem construir políticas públicas de forma articulada com todos os entes da Federação nos âmbitos municipal, estadual e federal, para que a gente possa, de fato, enfrentar essa questão.

O Poder Legislativo também tem a sua responsabilidade no sentido de fiscalizar a implementação da nossa legislação, que, no caso da violência contra a mulher, é a Lei Maria da Penha e as demais legislações em vigor no nosso País.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de apenas trazer esses dados e a nossa preocupação com relação ao Estado do Espírito Santo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita! Eu a saúdo pelos dados e pela contribuição que dá a este debate.

Passamos a palavra agora a Deise Benedito, Diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos, que representa aqui, junto com a Tássia Pinho, a Ministra Maria do Rosário Nunes.

A SR^a DEISE BENEDITO – Bom dia a todos e a todas!

É com grande prazer e satisfação que estou aqui, nesta audiência pública, representando a Ministra Maria do Rosário, uma pessoa que tem compromisso com os direitos humanos e, principalmente, com a vida humana e com a juventude negra. A Ministra Maria do Rosário sempre se preocupou muito com as condições em que vive a população negra e, em particular, com a situação da violência contra os jovens negros. É muito importante que estejamos participando desta audiência. A Ministra, por conta de outros compromissos, não pôde estar presente aqui.

Há dois pontos de fundamental importância, Senador Paulo Paim. Quero colocar, dentro desta minha fala, a construção da identidade criminosa negra no Brasil, como se construiu uma identidade criminosa. Você começa a criar que a cor da pele e a vestimenta definem que determinado indivíduo é um elemento suspeito. Baseado em quê o jovem que percorre as ruas com boné, com bermuda e com calça *jeans* ou os jovens que, na década de 60, tinham cabelo *black power* eram considerados inimigos públicos número um? Baseado em quê os jovens da década de 30 com um pandeiro e com um cavaquinho eram considerados elementos de alta periculosidade? Baseado em quê os jovens que jogavam capoeira na rua nos anos 40 eram vitimados e presos?

Acredito que a construção dessa identidade criminosa pós-abolição se deve, principalmente, a teorias racistas. As teorias racistas trazidas por Gobineau, por

Dalton e por Cesare Lombroso definiam que homens com orelhas grandes, com lábios grossos, com pele escura e com tatuagem apresentavam alto percentual de periculosidade no seu comportamento. Essas ideias e essa construção, juntamente com a eugenia, que previa a criação de um tipo racial brasileiro mais branco, mais claro, também definiram os lugares na sociedade. Então, há a política da eugenia, a política racista das teorias lombrosianas, e, juntamente, há o higienismo, que é a limpeza, a retirada das pessoas indesejáveis da rua.

Essas políticas, principalmente as políticas lombrosianas, tiveram grande aceitação na Medicina e no Direito e, principalmente, dentro da Política de Segurança Pública. Então, quando a gente vê a abordagem do elemento suspeito, trata-se sempre do jovem da pele escura, do jovem que está andando sozinho ou num grupo de três ou quatro pessoas. Então, supostamente, já se deduz que eles vão praticar um assalto, que eles vão praticar um roubo, que eles vão colocar em risco a vida da sociedade.

Essa violência sempre se perpetuou. Tenho o costume de dizer que a juventude africana, que, neste País, foi escravizada desde o momento do seu aprisionamento nos portos da África e que assim continuou durante 300 anos, foi vitimada. Essa juventude teve seu corpo vigiado e castigado, como acontece até os dias de hoje. O seu corpo é vigiado, o seu corpo é castigado, o seu corpo é fiscalizado. Não é um corpo que tem assegurados os seus direitos. Numa abordagem policial, a gente sempre vê a truculência. E, principalmente quando se fala do confronto, a bala só vem, a bala não vai.

Então, eu fico muito feliz quando vejo o Secretário Marivaldo colocar a questão dos autos de resistência, até porque a votação dos autos de resistência é um desejo do movimento negro brasileiro. Está sendo pleiteado há mais de 30 anos pelo movimento negro brasileiro o fim dos autos de resistência, principalmente quando se veem, nos anos 60, com a ditadura militar, quantos jovens foram mortos. Nos anos 70, quantos jovens não foram também, no período da ditadura militar, desaparecidos e mortos. Nos anos 80, nós vimos o crescimento não só dos efeitos nocivos da globalização, mas também o decréscimo da economia e o aumento da violência com a organização do crime organizado. E nos anos 90 adentramos com esse crescimento assustador dessas mortes.

Com base nisso, a gente vê que existe esse processo de extermínio. E esse extermínio não se dá só pela arma de fogo. Existem as mortificações dessa juventude que não pode usar os cabelos trançados, dessa juventude que não pode usar o cabelo *black*,

dessa juventude que não pode andar com roupas coloridas, dessa juventude que não pode ser gerente de um banco, porque não está adequadamente trajada ou adequadamente incluída, cujos cabelos têm de estar sempre cortados retos, mostrando noções de limpeza e higiene, porque ainda se faz essa relação perversa de que a cor da pele define se você é limpo ou se você é sujo: “Ele é pretinho, mas ele é limpinho; ela é pretinha, mas ela é limpinha”.

Infelizmente vivemos em uma sociedade em que, lamentavelmente, ainda, nas construções, Sr. Senador, de prédios e apartamentos, o quarto de empregada, muitas vezes, não tem janela. Essa é a grande realidade que ainda vivemos em nosso País.

Daí a gente falar da desconstrução dessa identidade criminosa negra no Brasil. Temos de desconstruir o que foi construído. Temos de discutir, sim, o papel da eugenia até os dias de hoje. Temos de discutir, sim, o higienismo nos dias de hoje, e principalmente as práticas da tortura.

Ainda hoje se pratica a tortura largamente neste País, principalmente nas instituições totais: nas FEBEMs, nos presídios. E não é só à tortura física que eu me refiro, mas às condições como esses jovens estão nessas prisões, as condições de vida que essas pessoas têm, o espaço, as superlotações, a falta de saúde e, principalmente, a ausência do acesso à Justiça. E quando eu falo do acesso à Justiça, estou falando justamente do acesso à Defensoria Pública, porque, em muitos Estados, Senador, não existe Defensoria Pública, como Santa Catarina e Goiás. É um absurdo não se ter o direito à Defensoria Pública. E nos Estados em que se tem Defensoria Pública é importante investir mais na contratação de mais defensores, na qualificação desses defensores.

Quando a gente fala também na questão do Judiciário, é importante também as leituras que são feitas por juízes e promotores: os prejulgamentos através da cor da pele de seus réus. É sabido que não se tem as mesmas oportunidades, a mesma qualificação na defesa desses jovens. Então é muito difícil estar em condição de igualdade em um julgamento.

Outra coisa que também é muito grave dentro desse cenário de mortes, de violência são as mortes invisibilizadas, são aqueles jovens que se tornaram paraplégicos, aqueles jovens que não podem mais se locomover e que não são vistos. Quem não é visto não é lembrado. Então, nós temos esses números que dizem: “Morreram”. Mas há aqueles que estão morrendo lentamente em suas cadeiras de rodas, aqueles que estão desaparecendo lentamente pelas condições em que foram alvejados.

Outro detalhe também que eu considero importante é que nós, dentro dessa política de direitos humanos, da Secretaria de Direitos Humanos, atuamos juntamente com a Secretaria Nacional de Juventude na criação desse projeto. A nossa participação foi exatamente no que se refere à questão do PPCAAM, que nós já temos na Secretaria de Direitos Humanos, que é um Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, a essa ampliação. Sabemos que a maioria desses jovens, que vivem sob essa proteção porque estão ameaçados de morte, são negros. E aí outra coisa que, para nós, vai ser de fundamental importância este ano – o senhor fala do fator previdenciário, que vai ser uma grande vitória para os aposentados e para a maioria dos aposentados negros, para a população negra –, eu falo que, para nós, seria uma grande...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que são os mais pobres e, como dizemos, a pobreza tem cor neste País: é preta. E só eles que o fator pega. Os ricos, não pega. Os de altos salários não pega, nenhum.

A SRª DEISE BENEDITO – Sim. E aí, Senador, tem outra coisa muito mais séria. Para nós, é de fundamental importância essa votação e também o projeto dos autos de resistência, que tem de ser votado, é uma reivindicação do movimento negro brasileiro, e o outro projeto que cria o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, assim como mecanismos nacionais de combate à tortura. É o Projeto nº 2.442, que, no dia 27, irá para a primeira audiência para ser encaminhado para votação. É importante, Senador, que todos os outros Senadores desta Casa também apoiem o projeto de criação desse mecanismo, porque a questão da tortura está muito espalhada neste País, é uma cultura enraizada.

Quando falo dessa tortura, refiro-me àquela aplicada desde os tempos da escravidão. As marcas do ferro em brasa, as chibatadas, tudo isso foi institucionalizado no período do escravismo e se perpetuou com requintes de crueldade durante o processo da ditadura militar. Então, sempre foi usada a prática do corpo como instrumento de tortura e do seu corpo tiram a sua dor e o seu sofrimento para garantir o desenvolvimento deste País. Depois, foi usada como instrumento de delação e confissões de crimes não praticados no período da ditadura militar.

Então, essa política tem de ser destruída em nosso País. O corpo foi feito para ser vivido. Nós nascemos com vida. Têm de ser assegurados os direitos humanos de todos e de todas. E quando falamos desse direito humano, queremos que quem estiver cumprindo

pena a cumpra com dignidade; se estiver sob medidas socioeducativas, que as cumpra com dignidade; e se estiver como um cidadão comum, que viva com dignidade. Então, essa prática da tortura tem de ser abolida totalmente dos cadernos, da existência deste País, das páginas vividas neste País.

Já encerrando, quando falamos dessas formas de tortura, existe a pior, a tortura dos meios de comunicação, a invisibilidade dos jovens negros. É claro que tivemos um avanço, mas, quando ainda se veem jovens na televisão, estão sempre naquela condição de marginal, como o garotinho do tráfico ou a menininha do tráfico. Quer dizer, não conseguimos ver essas pessoas em outras posições, até porque, nas comunidades, nas favelas, há muita gente com muita qualificação, muitas pessoas que têm um desafio, muitas pessoas inteligentes. Ser favelado não é ser relacionado ao tráfico de drogas. Por favor! Acho que é condição de vida. Ali é realmente reduto de resistência. Esses redutos se iniciaram após a abolição da escravatura.

Acho que a televisão brasileira tem um compromisso muito mais sério. Aquele diretor, aquele produtor, aquele que idealiza uma minissérie, um filme também tem que ter imaginação para colocar jovens negros e negras em uma situação muito mais qualificada. Um dos grandes desafios, uma das grandes vitórias foram as cotas nas universidades. Hoje, estamos vendo a série Subúrbia. Tenho ainda o sonho de que essa jovem do Subúrbia entre, se engaje no movimento da juventude negra, que ela vá fazer um curso pré-vestibular, que ela entre em uma universidade, que ela se transforme em uma médica, em uma doutora e que continue lutando. Infelizmente, é só sonho de minha cabeça, porque os autores não fazem isso. Eles visam ao lucro, à audiência e, infelizmente, a audiência está onde há tiro, onde há morte, onde há violência. Isso é que vende, isso é que dá dinheiro.

Então, Senador, quando falamos dessa juventude negra, temos de nos lembrar dos jovens dos anos 70, 80, 90. O Marivaldo, que é jovem, e nós que somos jovens há mais tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostei desta: jovens há mais tempo.

A SRª DEISE BENEDITO – Nós somos jovens há mais tempo. Ser jovem é saber envelhecer e só vamos envelhecer quando perdermos nossos ideais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deise Benedito. Diz-se que a melhor idade é aquela que estamos vivendo. Fico com essa frase também. Quando estiver com 90 anos, estarei feliz da vida: cheguei aos 90! Oxalá, eu chegue aos 100! Feliz da vida cheguei aos 100, porque quem não

chega morre antes. Então, a melhor idade é aquela que estamos vivendo. Devemos vivê-la com a maior intensidade.

Essas questões de que você falou, queria lembrar que, no Estatuto da Igualdade Racial, estavam colocadas: política de cotas, propaganda, filmes, televisão e teatro, e simplesmente desapareceram. Mas no debate, no projeto original que o movimento nos apresentou, estavam contempladas, e sumiram.

Esses dias, recebi aqui uma visita de modelos, meninas e meninos negros, me mostraram uma série de propagandas, revistinhas, apostilas, de diversos Estados. Não havia um negro ou uma negra, e eram de diversos Estados. Não vou aqui mostrar as revistas, porque estaria fazendo até uma divulgação, no meu entendimento, não politicamente correta. E aquelas só são algumas. Há dezenas e centenas de outras que também não têm um único modelo negro. É como se a comunidade negra não comprasse em lojas até de apelo popular. Havia ali dezenas de modelos, não havia um negro ou uma negra.

Por isso que, nos Estados Unidos, uma época, eu me lembro, fizeram uma campanha para que não se comprasse em lojas em que não houvesse atores ou atrizes que também fossem afrodescendentes ou negros – cada um usa o termo que achar melhor. Mas isso é fato e é real. Estou apenas destacando o que você diz e alguns duvidam. Peguem essas revistas da maioria das lojas do Brasil, principalmente as de roupa – as que recebi eram todas de roupa; não havia um negro ou uma negra, foram dez as que recebi aqui.

Também nesta linha, o pessoal lembra aqui – o Theodoro tem acompanhado, nosso Ministro substituto – que é fundamental também sensibilizarmos os Parlamentares, na peça orçamentária, para que os programas de combate ao preconceito e ao racismo estejam contemplados no orçamento, isso é fundamental.

Vou passar a palavra à Tássia Pinho para que complemente a fala da Deise. Você tem 5 minutos. A Deise falou 15 minutos, mas você tem 5. Para quem complementa é só isso. É como se o jogo tivesse terminado e vai haver mais uma prorrogação de 10 minutos.

A SR^a TÁSSIA RABELO DE PINHO – Difícil complementar a fala da Deise, porque ela já fez um resgate bastante amplo sobre a situação do negro no Brasil, dizendo que não é uma questão de agora, que, desde sempre, é dessa forma, logo, não é uma questão conjuntural.

Na verdade, não quero complementar, mas apenas citar uma ação que estamos colocando em prática no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que é presidido pela Ministra Maria do Rosário, divulgar e também contar com o apoio desta

Casa e de todos os presentes no que é também relativo ao combate a essa mazela que ainda está entre nós, que são os autos de resistência, resistência seguida de morte e uma série de terminologias genéricas que são utilizadas – aqui a representante do Ministério da Saúde colocou como intervenção legal, apesar de também sabermos que em muitos casos também não é legal. Uma série de terminologias genéricas são utilizadas quando há o uso do poder legítimo da força do Estado, mas, muitas vezes, acabam, na prática, sendo utilizadas para poder esconder homicídios, práticas de grupos de extermínio. E os dados já mostrados aqui e mais alguns outros nos demonstram que isso não está correto.

Temos um problema, no Brasil: apenas quatro Estados divulgam, de maneira ampla, os números de homicídios praticados por policiais civis e militares – Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Apenas nesses quatro Estados, entre janeiro de 2010 e junho de 2012, 3.086 pessoas foram mortas nesses chamados confrontos policiais. E sabemos, por várias pesquisas, o mapa da violência também mostra uma série de outras pesquisas, que, em muitos casos, quando a perícia não é feita e perícias individuais são feitas pelos parentes das vítimas ou organismos de direitos humanos, na verdade, o confronto passou longe de ser um confronto; são tiros na nuca, à queima roupa. Então, é central a aprovação do PL.

No CDDPH fizemos uma consulta pública em outubro. Assim como é vocação desta Casa a participação social, para nós também isso é algo muito caro. Então, fizemos uma consulta pública de uma resolução pelo fim dos chamados autos de resistência e de resistência seguida de morte, e recebemos uma série de retribuições da sociedade civil organizada e também contribuições individuais, tanto no Twitter da Casa quanto no Facebook que o Senador Paim tem citado ao longo da audiência. Muitas manifestações foram contrárias, sim, mas mesmo as contrárias foram muito úteis para que os conselheiros analisassem, por exemplo, a forma como estamos colocando na resolução. Ninguém está aqui contra os policiais, ninguém está aqui contra o Estado de forma alguma, porque sabemos que são eles que irão garantir a nossa segurança e garantir os nossos direitos também. Então, a intenção é colocar de uma forma que não seja um embate, de uma forma que não dê continuidade a esse tipo de embate falso que se coloca entre os direitos humanos e a polícia, entre os direitos humanos e a defesa. Elas foram úteis também. Mesmo as manifestações contrárias foram úteis para essa resolução.

Agora, essa resolução está nas mãos dos conselheiros do Conselho de Defesa dos Direitos de Pes-

soas Humanas e será votada no dia 28, na próxima reunião do CDDPH.

Essa resolução, para além do fim do uso dessas terminologias – afinal não existe sequer esse tipo penal; existe o tipo penal de resistência, mas não, como é colocado, de “registro de autos de resistência” e tudo o mais –, tem outros fatores que consideramos centrais, como a garantia da perícia e de que todos os Estados divulguem trimestralmente esses dados para podermos ter noção do tamanho da problemática. Temos essas pesquisas realizadas, mas é importante termos dados oficiais, enviados pelos Estados, sobre o número de autos de resistência. Para além disso, há a garantia da oitiva das testemunhas e do laudo cadavérico.

Já estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não está terminado. Você tem 1 minuto ainda.

A SR^a TÁSSIA RABELO DE PINHO – Tudo bem. O barulho assusta.

Inclusive, uma das contribuições que nós recebemos em relação aos policiais é o acompanhamento psicológico dos policiais que vivem a dinâmica da violência.

Então, estamos com a nossa resolução nas mãos dos conselheiros para ser votada. Essa é mais uma frente, mais uma força, para além do PL que está na Câmara dos Deputados, contra os autos de resistência e a resistência seguida de morte. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Tássia Pinho, que falou junto com a Deise, representando a Ministra Maria do Rosário, que tem estado conosco aqui, eu diria, quase que de forma permanente, todas as vezes em que é convidada. E, se não está, manda representantes.

Quero informar que recebi do Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, um convite para a atividade que lembra o Mês da Consciência Negra, no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados, no dia 26 de novembro de 2012, segunda-feira, às 10h. Todos estão convidados. Eu estarei lá para lembrar o Mês da Consciência Negra e oxalá festejar o fim do fator, que deve ser votado nesta semana. O.k., Marco Maia? O Deputado Marco Maia foi meu companheiro no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Quando eu fui Presidente desse sindicato, ele também foi da diretoria e, hoje, é o Presidente da Câmara dos Deputados.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Fernando Benício dos Santos, que é Coordenador de Educação para Afrodescendentes e Carentes da Educafro Brasília.

O SR. FERNANDO BENÍCIO DOS SANTOS – Bom dia a todos.

Agradeço ao Presidente da Mesa, Paulo Paim, o convite mais uma vez. Frei David, mais uma vez, manda uma abraço caloroso a todos. Ele é o Coordenador-Presidente da Educafro São Paulo.

Já há mais de 85 núcleos espalhados por todo o Brasil preocupados com a educação dos excluídos.

Eu vou começar, Paulo Paim, com um fato bem interessante, lembrando a nossa querida Andreia a questão do racismo, do preconceito. Na semana passada, eu estava saindo do meu trabalho para ir embora para casa e, de repente, uma *blitz*. Moro na cidade satélite de Ceilândia, com muito orgulho. É um orgulho imenso morar ali, até pela situação de minha mãe, que teve sete filhos – eu sou o mais novo, fui bem criado, graças a Deus. E, na abordagem policial –estou com uma S-10 cabine dupla, modelo 2012, fui parado nessa *blitz* –, achei estranho o procedimento do policial. Acho que o procedimento correto é pedir documento e habilitação. Ele veio e me perguntou: “Esse carro é seu?” Fiquei calado, peguei o documento, a habilitação, e entreguei a ele. Pensei comigo: será que há uma placa de vende-se nesse carro e ele está interessado? Mas, em nenhum momento falaria isso, porque estava em situação vulnerável. De repente, ele me perguntou: “Você mora onde?” Eu falei: P-Norte, cidade satélite de Ceilândia. Ele falou: “Ah, que bacana!” Pegou o documento, olhou direitinho. Depois, eu pensei novamente: realmente, Brasília está vivendo uma situação de sequestro relâmpago, sabemos que é interessante o trabalho policial, e eu, como cidadão, prezo por esse trabalho, acredito no trabalho da polícia. Inclusive, tive uma colega de trabalho que sofreu sequestro relâmpago e sei o que ela passou nesse momento. Seu nome é Vanessa e trabalha comigo, uma pessoa extraordinária. Graças a Deus, ela está bem! Ela é muito bonita e – graças – não aconteceu nada. Mas eu sempre me reporto a essa situação dela que foi muito complicada para todos em nosso trabalho. O policial me entregou o documento e me perguntou se eu era advogado. Eu achei mais estranho ainda. Eu falei: olha, eu não sou advogado, mas trabalho com pessoas extraordinárias e excelentes advogados. E sei ler e interpretar. Quando falei isso, ele pensou que eu devia ter um pouco de instrução e me liberou. Mas eu observei outros carros que estavam sendo parados. Em nenhum momento, a abordagem foi a mesma.

Então, já senti ali, na pele, um pouco de preconceito. Fui para casa um pouco chateado. Quero parar em todas as *blitz*, se possível, para mostrar que sou um cidadão de bem. Acho que é um trabalho fundamental da polícia até mesmo pela prevenção da criminalidade.

Outro fato interessante, Paulo Paim. Eu estava assistindo a um programa sábado, Conexão Roberto

D'Ávila. Ele estava entrevistando o antropólogo Roberto da Mata. Ele estava lá em Harvard e contou uma história interessante. Roberto D'Ávila perguntou: "Por que você está interessado no estudo do negro brasileiro?" Ele falou: "Olha, Roberto, eu não estava nem aí para a sociedade brasileira quando eu estava nos Estados Unidos. Primeiro, fui estudar lá porque ganhei uma bolsa" – aí já vêm as cotas, que nós vamos trabalhar um pouco; um branco ganhou cota e foi estudar lá nos Estados Unidos, sendo ele da elite. Ele foi abordado por um norte-americano, colega dele, que o indagou: "Roberto, por que lá no Brasil vocês só matam negros?" Ele respondeu: "Que história é essa?" O americano: "É porque eu só vejo, em noticiário do Brasil, a população negra morrendo. Vocês só matam pretos lá?" Ele ficou com isso na cabeça e, de repente, voltou ao Brasil, começou a perceber isso também e foi fazer esses estudos. Então, eu achei interessante porque liguei no canal certo e na hora certa.

Eu tenho outro dado aqui e que vou passar para vocês. Eu queria que vocês passassem para a Mesa e o Renê distribuisse aí para a tribuna, justamente um caso da Educafro.

Zulmira somos todos nós, não é?

Eu vou ler alguns fatos:

1– No dia 22/05/2012, Zulmira Cardoso, negra, 26 anos, angolana, estudante de mestrado, foi atingida mortalmente por disparos feitos por um desconhecido na região central da cidade de São Paulo;

2– Em 14/04/2012, Yago Batista de Souza, negro, 17 anos, estudante, foi morto após levar um tiro de um policial militar;

3– No dia 11/7/2011, Alisson de Paula Guerreiro, negro, 15 anos, estudante da 8ª série na Escola Estadual Ataulpho Alves, foi assassinado por um policial na Zona Leste de São Paulo – eu pontuei o número quatro aí, que Paulo Paim já até comentou aqui, pois esse fato nos levou a refletir sobre essa situação;

4– Dia 03/02/2004, Flávio Ferreira Sant'Ana, negro, 28 anos, dentista, foi morto por seis policiais militares na Zona Norte da cidade de São Paulo, confundido com um ladrão.

Flávio foi assassinado com dois tiros. Os policiais forjaram a cena do crime, tentando encobrir o extermínio de um inocente. Então, o cara, um dentista, foi suspeito porque estava com um carrão. Como o Senador mencionou aqui, ele já é suspeito por essa situação.

Esses são fatos que a Deise Benedito deixou bem claros aqui a todos e nos deixaram bem respaldados, porque é muito preocupante mesmo essa situação.

Há uma frase interessante de Elie Wiesel, Prêmio Nobel da Paz, que diz assim: "O carrasco mata duas vezes; a segunda pelo silêncio."

O Senador Paulo Paim falou que algumas pessoas não enxergam esse racismo. Elas estão nos matando novamente, porque não estamos tendo este debate à toa. Esses dados foram mostrados. A própria Senadora trouxe um estudo interessantíssimo sobre a questão das mulheres, que já são mais de 50% da população brasileira, mas são tidas como minoria. A violência que a mulher sofre é muito grande. Então, a população feminina é maioria, mas ainda é vista como minoria. E queremos tapar os olhos para isso. E se é negra, é pior ainda a situação. Isso porque, quando vai procurar uma orientação no Estado ou uma delegacia, às vezes, sofre chacotas.

Quero parabenizar o Governo do Estado de Pernambuco, que elaborou uma cartilha sobre o racismo, como agir e como procurar uma autoridade. Nosso papel é mostrar, educar essas pessoas que não estão tendo acesso adequado a esse tipo de informação. Há uma dificuldade de acesso às informações, de acesso às oportunidades. As cotas são exemplo do que estamos debatendo aqui.

Outra situação quero colocar a respeito do Sr. Humberto, coordenador de estabelecimentos particulares de ensino. Em um debate que tivemos na TV Câmara, que foi bem acalorado, antes da sanção da Lei de Cotas, ele questionou uma situação: "Em nenhum momento a lei está falando em cota para brancos". Eu parei e pensei que ele estava de brincadeira. Em nenhum momento a lei está falando em cotas para brancos? E as cotas sociais? Elas vão atingir também a população pobre branca. E nós, negros, estamos preocupados com os pobres brancos, sim. Tanto é que está na lei.

Uma coisa que não se está percebendo é que, se querem cotas para brancos, é porque se está querendo cotas nas cadeias, nas favelas e por aí afora. Se quiserem esse tipo de cotas, vamos dar. Porque a população é negra nas cadeias. É essa a situação, é fato no Brasil. As cadeias são pretas. Estão todas entupidas de pretos. E aí vem essa violência no tipo de abordagem, na situação do Estado, ou seja, em como vai julgar alguns crimes de pessoas inocentes que estão nas cadeias apodrecendo por serem suspeitos de um crime.

Então, estamos vendo várias situações. O próprio Judiciário está abarrotado de processos. Imagine uma família paupérrima, que não tem como contratar um bom advogado para tirar o seu filho da cadeia, cujo processo está rolando há um bom tempo... Enquanto isso, ele está na cadeia apodrecendo. E não podemos nem falar na ressocialização no sistema carcerário brasileiro, infelizmente.

Tenho outro dado, aliás, uma charge sobre a qual não poderia deixar de falar. Já mandei até pela Internet, no Facebook, nas redes sociais, para que as pessoas discutam o problema neste mês da consciência negra. A charge começa assim: “Eles são donos dos bancos”. Aí vem a questão que a Deise colocou aqui: vamos procurar um gerente e não nos enxergamos em nenhum banco, não nos enxergamos no hospital na questão dos médicos negros. A charge fala assim: “Eles são donos dos bancos, são donos das escolas, só eles aparecem dando entrevistas na TV, só eles aparecem fazendo papel importante na novela. Sabe, Maria, até eu que sou mais bobo, no lugar deles, também seria contra as cotas raciais para negros”. Então, é uma charge que permite que façamos uma boa reflexão.

Esse programa que está passando, Subúrbia, queria vê-lo com bons olhos, mas, infelizmente, não consigo engolir essa situação. Por quê? Porque quando um programa desse tipo passa na televisão e tem um negro no papel principal, ele sempre vai ser favelado, vai ser analfabeto. E eu não consigo me enxergar dessa forma. Até mesmo na fala do Elói, que veio um pouco da elite, ele disse que também sofre esse racismo.

O negro precisa se enxergar na televisão como um empresário, precisa se enxergar como um galã. E o que a mídia trabalha é a inversão. Até lembro um pouco de outro seriado que tinha um tal de Acerola, que era também da favela. Aí os negros dizem: “Olha aí como a gente está aparecendo na televisão!” Dizem: “Estamos dando oportunidade para o artista negro”. Mentira! O negro não pode se ver como bandido.

Lá nos Estados Unidos, quando a gente assiste a alguns filmes – não quero fazer propaganda de nenhum filme –, a gente vê o Morgan Freeman, que é um excelente ator, sendo Presidente dos Estados Unidos. É assim que a gente quer se enxergar. Lá eles se enxergam como presidentes, não se enxergam como seguranças, motoristas, empregados, como a gente está se enxergando aqui no Brasil não. Então, esse é outro tipo de violência que a gente tem de combater na mídia, e vamos combatê-la sim.

A Educafro está fazendo um papel interessante com os nossos alunos – estamos observando isso –, e os nossos professores voluntários estão tendo um papel fundamental, até mesmo no ramo jurídico. Então, gente, é uma forma de nós começarmos a refletir e pararmos de engolir o que estão nos passando, o que estão passando para as nossas crianças.

Eu queria concluir aqui com uma frase interessante. Mas, antes, quero dizer que acabar com o racismo não é matar os negros – essa é uma situação bem interessante.

Eu agradeço demais por esta oportunidade, Paulo Paim, e quero falar de outra situação, fazer uma abordagem que eu esqueci de fazer.

Eu estava escutando *rock-and-roll* dentro do carro – gosto muito de *rock* –, e o policial pegou e falou: “Olha, rapaz, você tem que curtir é um pagode, um samba”. Falei: “Claro, são músicas excelentes, mas você sabe a história do *rock*? O *rock-and-roll* nasceu com os negros, nasceu do *blues*, com os negros, lá nas lavouras de algodão, cantando aquelas músicas. Essa é a origem do *rock-and-roll*”. Então, até para isso o negro contribuiu. É por isso que eu gosto do *rock-and-roll* – sem desmerecer, muito pelo contrário, o samba brasileiro, sem desmerecer o pagode, sem desmerecer a música brasileira, que é excelente.

Então, acho que o respeito vem da educação. As pessoas querem falar absurdos, mas não estão tomando o cuidado de ver com quem estão mexendo. O negro não está mais na condição de só aceitar. Está na condição agora de formalizar, de participar e de agir, porque não dá mais para a gente ficar sofrendo preconceito e aguentar calado.

Aí eu venho com uma frase, terminando, da banda Catapulta, que é lá da Bahia: “O negro tomou jeito, já cansou de ser prefeito e agora é governador”. E eu, este ano, tenho a felicidade de mudar essa frase mais uma vez: o negro tomou jeito, já cansou de ser prefeito, agora ele é presidente do mundo. E vocês vão ter que engolir essa situação. Por quê? Porque a oportunidade de nos está sendo dada e nós não vamos perdê-la.

Obrigado, Paulo Paim, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Fernando Benício dos Santos, Coordenador da Educafro.

O Ministro substituto, Dr. Theodoro, teve que sair, mas ficou aqui acompanhando o debate a Dr^a Mônica Oliveira, Diretora da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Seppir.

Passamos a palavra agora à nossa convidada que representa o grupo Pretas Candangas em substituição à Sr^a Juliana César Nunes. Com a palavra a Sr^a Daniela Luciana.

A SR^a DANIELA LUCIANA SILVA – Boa tarde quase, não é? Bom dia! Agradeço o convite ao Senador Paulo Paim, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Também sou da Comissão dos Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira) aqui do Distrito Federal, que é uma organização ligada aos sindicatos de jornalistas do Brasil inteiro.

O grupo Pretas Candangas é um coletivo de mulheres – nem todas de Brasília, eu sou baiana – que

se uniu aqui para trabalhar pelo empoderamento de mulheres negras e da juventude negra.

Eu vou começar saudando a nossa ancestralidade e solicitando a força dos orixás para que o fator previdenciário seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, pelo fim do fator!

A SRª DANIELA LUCIANA SILVA – Vou começar saudando Zumbi.

Muitas pessoas acreditam que o orixá de Zumbi era Ogum. Há um autor, Jorge Ben, que acredita muito nisso. Então, vou citar aqui um trecho da música dele: “Zumbi é o senhor da guerra, é o senhor das demandas. Quando Zumbi chega, é Zumbi quem manda. Eu quero ver quando Zumbi chegar”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A SRª DANIELA LUCIANA SILVA – Espero que ele chegue lá e acabe com o fator previdenciário. Hoje é terça-feira. Se não for hoje, é Xangô, que é justiça. Então, meu filho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É isso aí, vamos lá!

A SRª DANIELA LUCIANA SILVA – Vamos lutar por isso.

Bom, eu queria citar aqui algumas organizações das quais somos parceiras, as Pretas Candangas. Nós fizemos, em julho, um evento chamado Latinidades, que já acontece há cinco anos. É um festival que tem debates, que tem discussões, que tem feira, que tem *shows*. Nós, neste ano, trabalhamos o tema Juventude Negra e tínhamos também uma mesa sobre o genocídio da juventude afro-latino-americana. Então, nós tivemos a oportunidade de trabalhar com algumas organizações que eu queria citar aqui como forma de homenagem. São elas as Mães de Maio, formada por pessoas que lutam para dar visibilidade às mortes de quase 600 jovens, em São Paulo, no ano de 2006, que foram mortos pelo Estado. Elas têm um trabalho muito digno, muito grande e muito bonito. Também cito a campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto, na Bahia, e o Núcleo Akofena, que também participou com a gente. Eu faço questão de citar essas organizações, porque são formadas por jovens que lutam contra as mortes dos jovens negros.

Quando um jovem negro morre, não é só ele, homem, de 15 a 29 anos, que está sendo atingido; quando um jovem negro morre, toda família é atingida, toda possibilidade de futuro fica comprometida. Além disso, a própria dor das mães, a dor das companheiras, a dor das filhas, a dor dos amigos, essa dor também é uma violência muito grande. Não é porque ela não morreu... Mas ela vai conviver como viúva, sem assis-

tência do Estado, na maioria dos casos. Então, aquela mulher, aquela menina vai viver sem pai e vai ter menos oportunidade de um casamento com um jovem negro bem sucedido. Foi dito até, nesta Mesa, que nossos homens estão morrendo: os homens negros. É essa a população que está sendo assassinada diariamente. Nos oito aviões que caem, que foram citados aqui pela Severine, há homens negros caindo. Então, para a gente, vai ficando mais complicado viver sem nossos companheiros, sem nossos irmãos, sem nossos filhos ou com medo, porque isso também é uma violência, não é? Quando a gente fala em violência simbólica, essa questão do medo também é muito presente.

Eu tenho um irmão que mora fora do Brasil, é gay. Quando ele vem, fico com medo. Ele é negro, ele é gay, apesar de não ser mais pobre – já mudou uma condição por seu mérito próprio, não do Estado brasileiro. Mas dá medo. Você fica com medo. Como é que pode a pessoa sair, trabalhar, voltar para seu País e seus familiares ficarem com medo, porque ele pode ser morto, sim, na Bahia ou no Rio de Janeiro, por ser negro, por ser homossexual? Não dá para viver assim. A gente não pode mais viver assim.

Dentro do trabalho que a gente faz, o das Pretas Candangas, uma das coisas que queremos é a visibilidade nas mídias, o que também converge para um trabalho com o qual eu colaboro na Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial. Então, uma das contribuições que a gente quer dar a este debate é a questão do Marco Regulatório das Comunicações. Todo esse processo de construção da identidade do criminoso, que a Deise citou aqui, agora precisa ser revertido. Então, nós temos de trabalhar com a desconstrução dessas imagens. A única solução prática, que a gente vê no momento é a aprovação do marco regulatório – aproveito que estou em uma Casa Legislativa, no Senado Federal, para solicitar que os Parlamentares tenham um olhar sério sobre isso, do mesmo jeito que tiveram sobre o Estatuto da Igualdade Racial, onde já era contemplada uma parte desse conteúdo. Mas, infelizmente, não foi tudo colocado. Então, que haja cotas para negros na publicidade, na propaganda, também nos conteúdos jornalísticos.

Então, é assim: a voz da verdade é branca, a voz dos fatos é branca, é loira e de olhos azuis ou, no máximo, morena como o Willian e a Fátima. Que é isso gente? A voz da credibilidade, a voz da notícia no Brasil não tem nossa cor! Então, quando a gente é entrevistado, geralmente se reforçam temas raciais. Obrigada, é importante que falemos dos nossos temas, mas queremos ser fonte de qualquer tema, porque já avançamos muito. Agora temos todo um contingente que está sendo formado no ProUni, em várias profis-

sões, e que também pode ser utilizado como fonte. Não acredito que quem está nas redações proponha a essas pessoas, não acredito que, de boa vontade, digam: “Vamos escolher mais fontes negras”. Quando acontece, é consequência de todo um trabalho de sensibilização que fizemos. Esse mérito é nosso, do movimento negro, das comissões de jornalistas. Toda vez que uma fonte negra é escolhida, pode ter certeza que houve a influência de um colega, de um texto, de um professor; nunca foi da cabeça do jovem branco de classe média. Não. Às vezes, acontece isso por afetividade, porque o brasileiro é movido muito pela afetividade. Por exemplo, a pessoa tem um amigo negro. Então, ele acha tão absurdo o que acontece com o amigo negro que diz: “Quando eu estiver lá, vou colocar negros como fontes”.

Precisa haver esse passo de enxergar o outro como ser humano. E esse salto não acontece naturalmente. Ele é trabalhado na nossa sociedade. E o marco regulatório é uma forma de trabalharmos automaticamente esse salto. Tem que haver negro apresentando programa, tem que haver repórter de rua negro, tem que haver uma constante vigilância sobre as concessões de televisão no Brasil, que deveriam ter muito mais fiscalização e mais possibilidade de reversão a fim de evitar a nossa criminalização por intermédio dos meios de comunicação nesses programas humorísticos que não nos tratam com dignidade. Personagens colocam a mulher negra numa situação de ridículo, naquela estatística de mulher negra como empregada doméstica, como subalterna, como submissa, como engraçada. Eu não acho graça nenhuma.

Em relação à intolerância religiosa, que é constante no nosso meio de comunicação, a violação é criminosa. A Constituição estabelece não só a liberdade de culto e de pensamento, mas também que os meios de comunicação não podem ser veículos desse tipo de violência, pois estamos falando de violência contra a juventude negra. Da minha perspectiva como jornalista, estou falando da violência que eu vejo que pode ser mudada.

Essa violência nos meios de comunicação pode ser alterada, e ela forma e deforma todo esse conjunto que vem depois, quando o policial vê aquele corpo negro como indigno, aquele corpo negro como descartável, como a parte mais barata do mercado, como já disse uma música, ou como a parte que pode ser violentada, porque ninguém vai se incomodar. Na reprodução de imagens que temos na mídia é isso que se vê. Na mídia só se vê o corpo negro sendo violentado, colocado sempre no lugar subalterno. Não o vemos representado no Parlamento – há dois Senadores que se dizem negros, entre eles esse que está do

nosso lado, e, se não me engano, 53 Deputados que se dizem negros. Esta Casa não é nossa, os meios de comunicação não são nossos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela última estatística que recebi, são trinta.

A SR^a DANIELA LUCIANA SILVA – Eu vi afirmando que são 53.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O problema é saber se os trinta se assumem como negros. Esse é um problema.

A SR^a DANIELA LUCIANA SILVA – Podemos ver depois, mas na última que vi eram 53.

As terras não são nossas. Há outra pesquisa que mostra quem, dentro do Congresso Nacional, tem terras. Quase nenhum negro. Quem tem meios de comunicação? Quase nenhum negro. Quem tem emissoras de rádio e TV? Como essas pessoas que estão aqui representando a população brasileira vão se mover para um marco regulatório que contemple a diversidade, as cotas ou a reforma agrária? Tudo isso afeta a população negra. Ou o fator previdenciário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ou a terra dos quilombolas.

A SR^a DANIELA LUCIANA SILVA – Ou a terra dos quilombolas, outra luta que saiu também do Estatuto da Igualdade Racial no momento final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já estava no decreto, colocamos no Estatuto, mas eles não aceitaram e depois foram para o Supremo para derrubar o decreto.

A SR^a DANIELA LUCIANA SILVA – Está em andamento esse processo dos quilombolas no Brasil, que quase 1%, se não me engano, do território nacional são as terras dos nossos ancestrais.

Essa nossa ancestralidade em relação à religião, em relação aos nossos cabelos, à nossa forma de nos vestir, esse encaixotamento é todo conformado pela mídia. Por isso, para nós, é muito importante que esse marco regulatório das comunicações seja revisto a partir das resoluções da Confecom – Conferência Nacional de Comunicação, de forma que nós tenhamos mais possibilidades de remodelar a sociedade e, a partir disso, fazer com que o negro seja bem-visto, porque quem não é bem-visto não é eleito. Dessa maneira, se nós formos mais bem-vistos, da forma mais representativa... Porque nós temos, sim, profissionais em várias áreas, temos já muito mais gente na faculdade se formando em jornalismo e em outras profissões também. Então, quando nós conseguirmos fazer essa alteração – não digo que seja só na mídia, claro, mas estou indo pela perspectiva de jornalista e militante da igualdade racial –, eu acredito que será uma maneira de nós fazermos essa mudança, nos livros didáticos,

da forma como o negro é visto na publicidade, no cinema e no jornalismo brasileiro.

Para finalizar, eu gostaria também de citar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Vai firme que tu tens dois minutos e quinze segundos.

A SR^a DANIELA LUCIANA SILVA – Eu já estou terminando.

Eu gostaria de citar o bloco afro Ilê Aiyê, mas não só isso. Eu trabalhei lá durante alguns anos, no Curuzu, e conheci algumas pessoas que praticamente se formaram dentro do bloco: músicos, percussionistas. Quando eu cheguei lá, eles eram acostumados com gente mais escura, não é? Aí, alguns falavam assim: “Ah, você não é preta na verdade, você é morena” – ficavam brincando comigo. Só que, desses debates internos, dessas conversas e dessas brincadeiras, dois compositores que nasceram no Curuzu e que hoje estão em vários lugares do mundo – um fez faculdade de Letras e o outro está fora do Brasil, passa um tempo fora do Brasil, passa um tempo aqui – fizeram uma música, a partir dessa experiência comigo e com outras mulheres negras que tinham a pele clara, mas que se afirmavam. O nome da música é Alienação. Nela, eles falam assim: “Se você está a fim de me ofender, pode chamar de morena. Pode crer, aqui no Ilê Aiyê, a preferência é ser chamada de negona”. Além disso, nessa música Alienação há uma parte que fala sobre essa questão da representação.

Toda essa minha fala tem uma intenção, que é a de chegarmos à representação no Congresso Nacional. Na verdade, a representação na mídia é uma forma de chegarmos ao poder. A mídia é uma forma de poder, mas queremos o poder concreto, que mude as leis, que construa políticas públicas e que mexa com o orçamento brasileiro.

Nessa música do Ilê Aiyê, dos meninos, que são os compositores, dizem: “Se o poder é muito bom, eu quero o poder também”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Daniela Luciana, do grupo Pretas Candangas, que aqui representou a Sr^a Juliana César Nunes, e que é jornalista e aqui relatou fatos impressionantes para todos nós.

Neste momento eu vou pedir aos meus convidados que retornem ao plenário para que eu possa chamar a terceira Mesa.

A terceira Mesa será composta por: Sionei Ricardo Leão, Coordenador da Comissão de Jornalistas pela Integração Racial (Cojira); Viridiano Custódio de Brito, Secretário da Promoção da Igualdade Racial no DF; e Maria de Lourdes Teodoro, psicanalista membro associado da Sociedade de Psicanálise de Brasília.

Passamos de imediato a palavra a Sionei Ricardo Leão, Coordenador da Comissão de Jornalistas pela Integração Racial (Cojira). O Sionei já esteve conosco em outras oportunidades e mais uma vez está aqui como nosso convidado

O SR. SIONEI RICARDO LEÃO – Senador, obrigado pelo convite. É sempre uma honra participar, aqui no Senado, desta Comissão neste debate tão importante.

Eu vou pedir ao Cristiano que me ajude com uns eslaides.

Eu me preparei para falar aqui sobre diversas estatísticas, porque sabia que seriam convidadas várias pessoas, gestores públicos e pesquisadores, enfim, que dariam dados, como ocorreu, muito importantes. Achei que minha contribuição deveria ser em outro caminho.

Queria iniciar essa contribuição falando sobre o lançamento deste livro, que ocorreu ontem, por iniciativa nossa, da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, chamado: *Cabelo Ruim? Uma provocação*. E com auxílio do Cristiano, eu quero mencionar aqui os versos do Rappin Hood em sua canção. Ele diz assim:

Se o mundo inteiro pudesse me ouvir

Eu mandaria um papo reto para todo povo refletir

Quem é pra mudar, a mente revolucionar

Pra melhorar a sua forma de pensar

Deixa pra lá, racismo e discriminação

Se liga irmão com mais saúde e educação.

Esses versos aqui do Rappin Hood têm muito a ver com muito do que foi debatido inicialmente sobre essa questão de nós enfrentarmos o racismo e do que sofrem os jovens negros por meio do acesso às políticas públicas. E, nesse acesso, a educação tem uma importância relevante.

Quero mencionar aqui um pouco de minha experiência pessoal e dizer que nós hoje, no Brasil, temos um alento com a grande produção literária voltada para a infância e para a juventude negra. E não é por acaso que eu menciono essa publicação, porque pessoas de minha geração, quando estudavam no hoje dito ensino fundamental, se viam, como eu me vi várias vezes, constrangidos com professores que, forçados a abordar temas como o 13 de Maio, o faziam com um enorme embaraço, porque lhes faltava preparo, lhes faltavam informações para tratar da questão da população negra brasileira, faltava literatura, faltavam cursos, enfim, como hoje tem ocorrido.

Peço a Cristiano que avance um pouco.

Aqui quero lembrar esse texto que é conhecido por muita gente que já o leu e talvez tenha sido um dos primeiros com personagem negra. Pelo menos eu,

em minha militância, me lembro de ter deparado com essa história que fez um sucesso muito grande, da Ana Maria Machado, que é a *Menina Bonita do Laço de Fita*, em que a heroína é uma menina negra. É uma história bonita que poderia ser de uma menina branca, de uma menina nipo-brasileira, mas é de uma menina negra. Lá há um diálogo com o coelhinho que quer ter a cor dela. Então, hoje nós temos textos disponíveis para que nossa juventude negra, nas salas de aula, se sinta espelhada, para que os professores tenham materiais didáticos para tratar, pertinentemente, essa temática da igualdade racial.

Cristiano, por favor.

Aqui está o filme, também bastante conhecido do público que está aqui, pois sei que o grande público é de militantes, o longa de animação chamado *Kiriku*, que fez muito sucesso no Brasil. Acho que muita gente comprou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sionei, só um minuto. A minha Internet, o *site* saiu do ar totalmente. Estamos fazendo a conexão e estão entrando dezenas e dezenas de mensagens, todas de apoio à audiência. Esses tais *hackers* entraram e acabaram com meu *site*. Estou dizendo, ao vivo, que perdemos todas as informações que tínhamos acumulado. Agora os especialistas do Senado estão tentando recuperar. Só quero avisar. Por isso, saiu do ar. Mas nós estamos assim mesmo, ao vivo, para o azar deles, pela TV Digital 51.3 e pelos canais 2 a 6 da Internet. Meu *site*, eles conseguiram arrebentar; mas a TV Senado, não!

O SR. SIONEI RICARDO LEÃO – Então, prosseguindo, Senador, eu falava do *Kiriku*. Esse longa de animação é uma produção que não é africana, mas belga, do diretor Michel Ocelot, que fez muito sucesso no Brasil. Se houver professores que trabalham com o ensino na infância e adolescência, enfim, é uma recomendação passar uma obra como essa. Como eu disse em relação à *Menina Bonita do Laço de Fita*, essa é a história de um menino que mora em um lugar na África, mas poderia ser a história de um celta, de um anglo-saxão, enfim, pois não trata de disputas raciais. A questão é que o personagem principal é um menino negro, um menino africano. Quem já viu se encantou. E espero que mais pessoas possam ver. *Kiriku* é muito popular.

Cristiano, por favor.

Senador, vim aqui para fazer uma fala mais imaterial, sabendo que outras pessoas dariam contribuições contundentes, como ocorreu, e ressaltar que hoje é dia 20 de novembro.

É importante dizer que o dia 20 de novembro foi escolhido pelo movimento social negro para frisar a importância do Zumbi dos Palmares, que foi assas-

sinado nesta data em 1695. Na verdade, o ataque a Palmares, é bom dizer, ao Quilombo dos Palmares, ocorreu em fevereiro de 1694. As informações que se têm é que Zumbi sobreviveu a esse ataque por mais 1 ano e 6 meses. E foi assassinado no dia 20 de novembro de 1695.

Além da questão de que hoje é dia 20 de novembro, e aliando ao tema da juventude negra, é importante dizer, Senador, que é preciso que um País como o nosso permita que os jovens sonhem. Ai do país onde os jovens não são atrevidos, aquele bom atrevimento. Que queiram mudar o mundo.

Coloquei a imagem porque é importante lembrar que a história narrada para nós conta que Zumbi dos Palmares foi capturado aos 6 anos de idade no quilombo. Foi criado por um padre em Porto Calvo – hoje Alagoas; na época, a capitania de Pernambuco – e, aos 15 anos, depois de aprender latim e português, foge do padre e retorna para o quilombo. Então, ele teve essa ousadia do adolescente em busca da sua terra para voltar aos seus familiares, enfim, essa ousadia que, por vezes, é retirada do jovem negro, pois ele não tem em quem se espelhar.

Passo à frente e peço mais uma imagem ao Cristiano.

A nossa história da militância da igualdade racial priorizou o Quilombo de Palmares, a história de Zumbi e, em certa medida, deixamos um pouco de falar do abolicionismo por várias razões, mas creio que isso será recontado. E é com essa intenção que trago aqui a foto do Luiz Gama, que tem uma história muito singular: nasceu na Bahia, nasceu escravo, o pai era livre, mas a mãe era escrava, e perdeu a mãe aos 6 anos, porque ela era uma pessoa revolucionária, participou de diversas revoltas na Bahia. Em razão dessa índole, ela tem que fugir. Por esse motivo, ele não a vê mais. Mais tarde, ele escreve um poema para mãe, que foi reunido numa coletânea chamada *Primeiras Trovas Burlescas*.

Vou ler um trecho desse poema chamado *Minha Mãe*, em homenagem a Luiza Mahin:

*Minha mãe era mui bela,
Eu me lembro tanto dela,
De tudo quanto era seu!
Tenho em meu peito guardadas,
Suas palavras sagradas
C'os risos que ela me deu.
Era mui bela e formosa,
Era a mais linda pretinha,
Da adusta Líbia rainha,
E no Brasil pobre escrava!
Oh, que saudades que tenho
Dos seus mimosos carinhos.*

*Quando c'os tenros filhinhos
Ela sorrindo brincava.*

Esse trecho mostra a dor de Luiz Gama e, em certa medida, também traduz a dor de muitos jovens e muitos adolescentes brasileiros, na época, em razão da escravidão. Sabemos de história de famílias separadas. Esses jovens permanecem com uma violência que ainda nos atinge.

Quero pedir um pouco de compreensão e de paciência a vocês para ler outro trecho, outro poema do Luiz Gama. Ele diz assim no poema, no álbum:

*Ouvindo o conselho
Da minha razão,
Calei o impulso
Do meu coração.
Se o muito que sinto
Não posso dizer,
Do pouco que sei
Não quero escrever.
Não quero que digam
Que fui atrevido;
E que na ciência
Sou intrometido.
Desculpa, meu amigo,
Eu nada te posso dar;
Na terra que rege o branco
Nos privam até de pensar!...
Ao peso do cativo
Perdemos razão e tino,
Sofrendo barbaridades,
Em nome do Ser Divino!!
E quando lá no horizonte
Despontar a Liberdade;
Rompendo as férreas algemas
E proclamando a igualdade,
Do chocho bestunto
Cabeça farei;
Mimosas cantigas
Então te direi.*

O Luiz Gama estudou meio como autodidata, por esforços próprios, se tornou advogado, se tornou jornalista, foi uma pessoa da campanha abolicionista das mais notáveis no Estado de São Paulo e também poeta. E, nesse poema, ele diz que espera não ser atrevido e: “Na terra que rege o branco nos privam até de pensar!”.

Ao ler esse poema ontem, eu pensei: poxa, amanhã eu vou dizer à alma, ou à memória do Luiz Gama que há muito por se fazer ainda, mas que talvez hoje nós já possamos ser um pouco atrevidos. Aí eu quero dizer... Se nós hoje temos um Senador como Paulo Paim, é porque, por alguma razão, a juventude dele não

lhe foi tirada. Ele é um atrevido que está aqui abrindo este espaço para nós, foi um lutador pelo Estatuto da Igualdade Racial e por tantas outras causas, como ele está colocando que vai lutar pelo fim do fator previdenciário ainda hoje.

E, para finalizar – eu me preparei para fazer uma fala breve –, queria lembrar, Senador, que o ano de 2012 iniciou-se com o prognóstico do fim do mundo: 2012 seria o fim dos nossos tempos. Bom, falta um mês, mas penso eu que isso não vá acontecer. É importante dizer que seria muito injusto que o Todo-Poderoso escolhesse este ano para acabar com o orbe terrestre, porque, neste mês de novembro, nós temos vários acontecimentos importantes do ponto de vista simbólico, acontecimentos importantes para a juventude negra e para os negros do mundo todo.

Foi muito importante a reeleição de Barack Hussein Obama nos Estados Unidos. Muita gente vibrou, as mentes mais progressistas, de vanguarda, vibraram, porque viram nessa eleição a impossibilidade da volta dos republicanos, que tantas guerras fizeram, que têm uma política que bem conhecemos do ponto de vista internacional.

E ainda neste mês de novembro – não sei se vai ser nesta semana ou na próxima – vai tomar posse como Presidente do STF – acho que na quinta-feira – Joaquim Benedito Barbosa Gomes. Por conta de ser o Relator do processo do mensalão, na Internet circularam várias informações em que ele foi colocado como herói, dizendo que ele tem de ser o nosso Presidente da República. Não sei se ele vai tomar um caminho político depois que sair do STF, mas é importante que se diga para aqueles que gostariam de vê-lo como presidente que o cargo do STF está na linha sucessória presidencial: se faltar o Presidente da República, assume o Vice; se faltar o Vice, assume o Presidente da Câmara; se faltar o da Câmara, o do Senado; se faltar o do Senado, assume o Presidente do STF. Então, em tese, potencialmente, Joaquim Benedito Barbosa Gomes poderá vir a ser Presidente da República.

É importante dizer – para finalizar, para encerrar – que nós temos que construir um país em que os sonhos de juventude sejam permitidos não só a pessoas que têm grandeza, como o Senador Paim, como Luiz Gama, como Zumbi dos Palmares; temos que construir um país em que esse sonho de juventude, que transforma um adulto numa pessoa efetiva, seja possível também aos comuns, às pessoas comuns que têm objetivos comuns, que são seres humanos comuns que querem apenas viver em suas famílias. Nós temos que lutar por isto: que a dignidade não seja dada apenas aos grandes, como Luiz Gama, mas a

muitos brasileiros que merecem um lugar ao sol, brancos, negros indígenas, nipo-brasileiros.

Obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sionei Ricardo Leão, coordenador da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira).

Agora, a nossa última convidada, Maria de Lourdes Teodoro...

O SR. FABIO AUGUSTO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho. Agora, vamos passar a palavra a nossa próxima convidada e, depois, podemos abrir espaço.

Maria de Lourdes Teodoro, psicanalista e membro associada da Sociedade de Psicanálise de Brasília.

A SR^a MARIA DE LOURDES TEODORO – Esta é uma responsabilidade muito grande porque todos vocês estão sendo muito pacientes há muitas horas, e já ouvimos várias colocações extremamente informativas, importantes, polêmicas e que nos alimentam para realmente poder discutir e debater a violência contra a juventude negra no Brasil.

Mas eu quero, claro, antes de mais nada, em nome da Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPB), que eu tenho a honra de representar neste evento, agradecer ao Senador Paulo Paim e demais membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal a oportunidade de participar deste debate.

É importante para mim lembrar que já estive em uma situação semelhante, seja no Senado, seja na Câmara dos Deputados, certa vez junto com o mesmo Senador Paulo Paim discutindo a questão da representação do negro na mídia, com o Edson Cardoso e outros companheiros. Essa lembrança é importante porque hoje ouvimos aqui várias falas que também nos remeteram àquela experiência, com o falecido e querido Senador – Deputado, na época, eu acho – Florestan Fernandes, na Constituinte, em torno da educação, quando também estivemos aqui contribuindo.

Mais recentemente, em uma outra comissão, numa audiência pública, defendendo o hino do professor falecido, o querido amigo Eduardo de Oliveira, da negritude. E na negritude, texto e música que gosto muito e que ainda não conseguiu emplacar, mas, quem sabe, venha a ganhar espaço nas escolas brasileiras.

Enfim, eu gostaria de lembrar que sobre esta colocação que vou fazer me foi pedido que fosse abordado o enfoque da psicanálise sobre a condição de juventude, como a psicanálise vê o jovem, não o jovem negro, mas o jovem no sentido bastante amplo.

Então, inicialmente, essa é a minha colocação e a minha contribuição, que espero possa ser acolhida por vocês e que possa alimentar futuras conversas.

Juventude é uma característica intrínseca da adolescência. Enquanto a puberdade decorre de transformações biológicas do jovem, a adolescência é psicossocial. Ela é uma etapa decisiva de um longo processo no qual o ser humano vivencia particularmente três grandes separações: o processo de desprendimento – o primeiro é o nascimento; o segundo é a eclosão da genitalidade, ao final do primeiro ano de vida, incluindo dentição, linguagem, posição de pé e a marcha; e o terceiro é o momento em que aparece a adolescência. É importante lembrar que esses momentos iniciais prefiguram o que essa criança vai viver mais tarde na adolescência, que é um momento um pouco de revivência do que foram as primeiras experiências do ponto de vista emocional da vida da criança.

O período da adolescência é confuso, ambivalente, doloroso, caracterizado por fricções com o meio familiar, com contestação, sobretudo da autoridade parental, próprias do período, e podem ser confundidas com estados patológicos alarmando pais e professores, por desconhecimento de muita coisa que é própria da adolescência.

Eu vou só ilustrar rapidamente isso que eu acabo de dizer. Eu tive a oportunidade de fazer, para minha formação como psicanalista, estágio em duas instituições: um hospital psiquiátrico e num ambulatório de psiquiatria para infância e adolescência do Hospital Universitário de Brasília, com supervisão do Prof. Dênio Lima. E ele atendia particularmente crianças e adolescentes e os internos do Cajé, que é uma prisão para menores, que funcionava na 716 Norte.

Esses pacientes, na sua maioria, que vinham do Cajé chegavam algemados. E isso era uma experiência, para mim, já de uma violência extrema, porque eu estava ali como psicanalista em formação fazendo aquele estágio em psicopatologia na adolescência.

Imaginem entrevistar, para ouvir falar em problemas psíquicos, uma pessoa algemada. É muito violento, como experiência emocional, mesmo para nós.

Certa vez, chegou um juvenzinho que estava em prisão de 3 anos no Cajé. E qual havia sido o crime? Ele tinha 15 anos. Ele havia roubado – furtado –, não é? E “furtado”, entre aspas, um crânio no cemitério. Eles haviam feito, entre jovens da quadra dele, uma competição: quem teria coragem de pegar um crânio no cemitério. E conseguir pegar um crânio era se mostrar poderoso. O cara é macho, teve coragem de pegar um crânio. Então, era uma coisa entre adolescentes, e ele foi e estava todo eufórico porque tinha conseguido.

Era um troféu esse crânio. Só que ele foi visto, foi denunciado, foi preso e condenado a 3 anos de prisão.

Eu não sei se esse jovem fosse branco se essa pena teria sido realmente decretada e se ele teria realmente tido de cumprir 3 anos de prisão por uma façanha bem própria da juventude.

É um crime do ponto de vista legal? É. Realmente é um crime. Mas esse crime era passível, no caso, desse tipo de punição tão grave, levando-o a conviver com reais delinquentes, de outros tipos de crime?!

Eu pessoalmente penso que não. Que essa pena poderia ter outra forma.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Uma forma de pena alternativa. Seria mais educativo para ele e até uma compensação para a família do falecido, que perdeu o crânio. Claro que eles gostariam de uma compensação, mas é tipicamente um caso em que seria muito próprio haver a pena alternativa.

A SRª MARIA DE LOURDES TEODORO – Exato. Obrigada, Senador Supply.

Essa também era a minha impressão: que se justificaria plenamente uma pena alternativa.

E havia outros casos semelhantes. Claro que havia também pessoas perigosas, muito violentas, etc. Mas, muitas vezes, havia casos muito mais semelhantes a esse ou até menos grave, tipo furto de produto alimentício em supermercados, que também justificavam a prisão. E nesses casos os meninos eram negros.

Enfim, isso para falar dessa fase da adolescência que tem como marco mesmo essa confrontação do poder, seja o poder na família, o pai, a mãe, os mais velhos, os professores na escola. Mas nem sempre há uma patologia quando há esse comportamento.

Adolescer é ousar experimentar esse sublime jogo na construção dos próprios limites. O jogo com a lei e sua transgressão faz parte do processo tanto quanto as espinhas na cara ou as paixões em estado bruto. É fundamental para a construção dos seus próprios limites o questionamento dos limites que lhe são impostos de fora. E isso não tem nada a ver com delinquência ou psicopatia, como diz o psicanalista francês Jean-Jacques Rassial.

Um outro psicanalista estudioso da violência na adolescência observa algumas características da sociedade contemporânea onde há uma liberação dos impulsos, tanto amorosos quanto destrutivos, e uma dificuldade de encontrar os limites necessários para existência e preservação do grupo social. Tais parâmetros, diz ele, são definidos pela cultura e expressam o ônus da civilização. Quer dizer, a civilização paga um ônus de reprimir um determinado número de instintos, de impulsos, claro, para se organizar e para evoluir. Mas ele acrescenta:

É necessário, a meu ver, que o homem aprenda a entrar e entre em contato com indicadores que revelam seus impulsos destrutivos inconscientes. Caso contrário, a sociedade torna-se apenas o palco de expressão dessas manifestações.

Não sei se vocês podem me acompanhar nessa ideia que acabo de trazer, mas o sentido é que nós não somos só bondosos; também ninguém é somente mau; todos nós temos amor e ódio, constitutivos da nossa condição humana. Tudo é uma questão de dosagem dessas qualidades. Elas são fundamentais. A agressividade, naquele momento em que eu dizia do início, do bebê com a dentição, o caminhar, etc, quando o bebê morde o seio materno, é a primeira expressão de agressividade, mas é também a primeira expressão de vida, de desejo de posse, de ter, de abocanhar, de se tornar possuidor de alguma coisa. Essa relação é fundamental para o que vem a ser mais tarde o desejo de posse, o desejo de poder, o desejo de conhecimento, o desejo de estudar, o desejo de descobrir e de enfrentar o desconhecido. Tudo isso tem raízes nas primeiras relações primitivas do bebê com a sua mãe, da boca com o seio literalmente falando. Essa relação inicial é fundadora de uma mente que vai se construir ao longo da vida e que tem na adolescência um marco decisivo, um marco fundamental de afirmação de uma personalidade que veio se construindo e que vai, nesse momento, encontrar seu caminho próprio, definir-se como pessoa humana, definir-se com escolhas de profissão, de lugar onde morar, de condições de vida, de grupo de relacionamento. Enfim, tudo isso vai ocorrer nesse momento da adolescência, que é um momento fundamental.

E como é também um momento de oposição aos valores estabelecidos, é muito complexo para as famílias, para os professores em sala de aula e para a sociedade também conviver com esse momento na vida do ser humano. E nesse sentido, eu acho a sociedade brasileira bastante despreparada para lidar com esse momento de transformação fundamental. Na cultura brasileira contemporânea, há ainda a marca da miséria, o desrespeito aos direitos humanos, crises econômicas, políticas e institucionais, que contribuem para que a família, base da sociedade, enfrente enormes dificuldades para conter e educar a sua prole. A função de modelo do meio familiar é substituída pela mídia, pelos jogos interativos da Internet, pelos *video-games*. O processo de identificação fundamental para formação da personalidade torna-se frágil pela impermanência de seus referenciais. Os próprios pais dos adolescentes sentem-se ambivalentes e inseguros, temerosos da orientação de seus filhos, mobilizados que estão mais pelo medo do que pela experiência.

O que estamos dizendo, com isso, ou o que eu quero ressaltar nesta fala, é a importância da experiência de identificação. A experiência de identificação é algo que acontece ao longo de toda a nossa vida, mas em nenhum momento ela é tão importante como na adolescência. A identificação se dá, primeiro, com o grupo de pares – o menino vai procurar quem se assemelha a ele, com quem ele se sente bem, junto de quem ele se sente reconhecido, visto, afirmado como pessoa –, mas ele pode também encontrar outros grupos humanos com os quais ele possa sonhar, se identificar, eleger alguns heróis, no meio esportivo, no meio artístico, na literatura – no tempo em que se lia, hoje se lê menos. Há muitas crianças e adolescentes que têm ainda a oportunidade de leitura e mesmo através da leitura esse adolescente pode construir ideais, pode encontrar heróis, encontrar figuras significativas com as quais possa se identificar, no sentido de se definir como pessoas humanas, como homem ou como mulher.

Então, essa questão que se colocava antes de representação do negro, do afro-brasileiro na mídia, por exemplo, é realmente da maior importância, Senador, porque de fato seria muito ilusório também pensar que apareceríamos sempre como altos magnatas ou empresários, industriais, médicos, juizes, etc. Não, eu acho que é importante que possamos ser o que varre a rua, o que despacha um processo, o que preside o Supremo Tribunal, um Senador, um Deputado, um cozinheiro, um lavador de carro. O problema é estarmos sempre em determinados lugares bem lá embaixo – essa é que é a questão.

Então, quando queremos e pleiteamos representação é sempre muito importante lembrar que não basta estar lá, não é uma questão de quantidade, não é numérico, é uma questão também de qualidade, de diversidade, de saber que alguém lembrava ao Obama que o americano pode sonhar que pode vir a ser presidente, mas que não começou porque Obama se elegeu. O movimento negro norte-americano começou a sonhar faz muito tempo. Eles tiveram direito à alfabetização, a questão religiosa conta, ainda durante a escravidão naquele país. Então, eles têm uma história bastante diferente da nossa. Nos anos 60, a militância americana foi extremamente corajosa quando começou a luta pelos direitos humanos. Claro que eles também tinham as suas querelas e suas desuniões, mas acredito que eles têm muito mais cuidado com a sua memória.

Aqui, de uma geração para outra, 10 anos atrás, ninguém nos reconhece. Está ali a Maria das Graças Santos, grande militante do Movimento Negro de Brasília, mas nem todo mundo conhece todo mundo ou reconhece outros negros como parte de uma luta. Tenho que falar... Eu acho que escrevi as primeiras grandes matérias do *Correio Braziliense* contra o *apartheid*,

matérias de página inteira sobre o *apartheid*, quer dizer, sou ativista de longa luta contra o racismo, mas nos apagamos muito facilmente entre nós. Assim como nos apagam, nós negros nos apagamos.

Eu não acredito que o racismo brasileiro seria tão vigoroso e tão forte se fôssemos mais unidos. Não acredito que o racismo conseguiria chegar ao genocídio de que falava Abdias do Nascimento em 1960 e que hoje estou enxergando como uma limpeza étnica. Eu não acredito que estaríamos vivendo esse horror que vimos aqui, por exemplo, nos dados estatísticos do Mário Theodoro, entre outros, eu não acredito que estaríamos testemunhando esse horror se nós negros fôssemos mais solidários, se fôssemos mais tolerantes uns com os outros, se fôssemos tolerantes conosco como somos com os brancos quando nos humilham, quando nos xingam, quando nos desqualificam e, às vezes, somos obrigados a tolerar, a condescender, a continuar fazendo juntos porque precisamos dessa convivência e dessa ação no mundo.

Isso não é falar mal dos negros. É simplesmente lembrar que a nossa luta é muito difícil, que o caminho é muito árduo e que tudo o que vemos aqui só nos mostra quão pouco parece que fizemos, embora aparentemente fizemos já algumas coisas, mas quão pouco diante do horror que estamos tendo que testemunhar aqui.

De fato, este é um momento importante de reflexão. Sinto-me muito feliz em poder estar aqui ao lado do Senador Paulo Paim, porque não é a primeira vez que estamos colaborando nessa reflexão.

Vou concluir lembrando a peça que alguns de nós vimos esta semana no Teatro da Caixa Cultural, a peça teatral *Namíbia, não!*, que está em cartaz atualmente, novembro de 2012, em Brasília. Essa peça aponta de forma complexa e perigosa o modo de a sociedade entrar em contato com a sua própria destrutividade, o que eu falava ainda agora, a violência trazida à tona quando dois jovens adultos negros se veem obrigados a retornar à África por uma medida provisória do Governo brasileiro. A peça descreve longamente a opressão do Estado contra indivíduos com uma sequência de ações semelhantes à perseguição nazista contra os judeus e provoca, por pequenos artifícios de linguagem, de cena, o riso também da jovem plateia – quando eu fui, achei a plateia jovem, em sua maioria.

Eu achei isso extremamente delicado, complexo, enfim, é para refletirmos bem mais, porque não imagino judeus rindo de cenas semelhantes à perseguição, da retirada de sua água, de seu telefone, do desligamento de sua eletricidade, de outros decidirem quais canais de televisão poderão ver, que são formas que, na peça, o Estado encontra para coagir os negros a saírem às ruas para voltarem à África em um Boeing negreiro.

A peça é muito inteligente, a peça é muito bem feita, mas é muito complexo o tratamento dado à questão.

Então, eu quero concluir dizendo que, se há violência contra a juventude negra no Brasil, há violência contra a família negra no Brasil, há violência contra cada homem e cada mulher negra no Brasil, há violência contra todos os afro-brasileiros e, portanto, uma violência contra toda a sociedade brasileira.

Era o que eu queria dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Bela palestra da psicanalista e membro da Sociedade de Psicanálise de Brasília, Maria de Lourdes Teodoro. Parabéns! É uma alegria estar ao seu lado e ouvi-la.

Só diga o nome antes de... Vou pedir para ser o mais breve possível, porque tanto eu como o Senador Eduardo Suplicy fomos chamados na Liderança do PT; entre os assuntos a serem discutidos lá está o fator previdenciário, que vai ser votado hoje na Câmara. Então, vou pedir a você que faça as suas considerações, se puder, em 3 minutos. Eu agradeço.

O SR. FABIO AUGUSTO – Menos, Senador, menos, 2 minutinhos apenas.

O meu nome é Fabio Augusto, sou cientista social e Coordenador Adjunto da Educafro. Estou aqui ao lado de Fernando dos Santos.

Eu queria realizar uma fala de 2 minutos direcionada aos resultados apresentados aqui pelo Data-Senado, aqueles percentis que mostram que não há preconceito racial aqui no Brasil.

Eu queria convidar vocês a pensar no olhar da criança negra. Normalmente, sempre estamos a olhar os dados, o universo, mas vamos tentar nos colocar no olhar da criança negra que está lá na periferia pobre e vai para um dentista, para um médico branco ou, então, para um *shopping*, ou, então, quando ela liga a tevê e vê programas abertos com moças e rapazes brancos, bonitos e vê empresários de sucesso brancos. O que ela quer? Ela quer aquilo tudo também: quer ser empresária, quer ser cantora, quer estar no *shopping* sem ser olhada de um jeito torto. Querendo isso tudo, ela tem uma foice da realidade que lhe tira a esperança. Muitas vezes até, como a Dr^a Maria de Lourdes Teodoro falou, a própria família fala para ela: “Menino, menina, você vai querer ser médico? Impossível!”. Fala assim: “É impossível! Você não vai conseguir ser médico. Vá trabalhar!”. Essa é a ideia de ser negro hoje no Brasil. A questão da violência simbólica é a desesperança, Senador. A ideia de você estar sem esperança de dar certo.

Nós hoje estamos falando muito do Zumbi, que foi um lutador, um guerreiro, reuniu 20 mil pessoas e foi morto em 1695, foi decapitado, sua cabeça foi pen-

durada em Recife, com sal, para que todos olhassem e vissem que os negros não poderiam se rebelar. Essa violência é trágica, esse cenário é ruim de imaginar, mas eu imagino que não mudou muito. Hoje, a criança negra está sendo decapitada, está sendo mutilada através de violências urbanas, utilizando-se da violência urbana como fuga, utilizando-se de outros espaços na tentativa de salvar a sua vida.

Ser negro no Brasil não é somente sofrer preconceito, é lutar contra ele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu te dei 3, vou te dar mais 1 minuto agora, totalizando 4.

O SR. FABIO AUGUSTO – ... eu termino agora, desculpe, Senador.

E o pior, se der certo, ainda sofrer preconceitos, como o filósofo Ruy Siqueira comentou hoje aqui pela manhã. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Foram 4 minutos muito bem aproveitados.

O representante da DataSenado, por favor, junto com Andreia Alessandra, que fez aqui uma bela fala, que emocionou a todos. Cite seu nome na hora da fala, porque a Andreia está ali com a placa de identificação.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Meu nome é Thiago Cortez Costa, sou Diretor Adjunto da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública.

Mencionando uma informação que se trouxe sobre o dado da inexistência do preconceito, na verdade, a pesquisa aferiu que mais ou menos metade da população nega a diferença entre a qualidade de vida, que a cor da pele afeta a vida da pessoa. Então, metade da população basicamente nega que a cor da pele afeta a vida da pessoa e a outra metade assume.

É importante também que ressaltemos essa outra metade que assume, porque, pelo menos, essa outra metade está reconhecendo a existência do preconceito. Então, quando reconhecemos a existência do problema, é mais fácil de lidarmos com ele, é mais fácil de buscarmos soluções para ele.

Iniciamos a nossa conversa aqui hoje com os dados da pesquisa, e eu queria finalizar a nossa participação aqui hoje com uma breve reflexão sobre alguns pontos que a pesquisa trouxe.

A população brasileira reconhece que a violência atinge mais os pobres – 90% acham que a violência mata mais pobres do que ricos –, mas ela não está disposta a dar cor, de fato, a essa população pobre. Como falamos aqui, como várias pessoas ressaltaram, a pobreza no Brasil tem cor, mas a população não está disposta a associar essa pobreza que sofre com a violência à cor que a pobreza tem no Brasil, ela não está disposta a reconhecer, por exemplo, os diferenciais da violência

contra a juventude negra, que é o contingente majoritário dentro das pessoas que morrem por homicídio no Brasil.

A pesquisa da DataSenado mostrou que 62% da população acham que jovens negros e brancos morrem na mesma quantidade; 80% acham que os jovens brancos e negros sofrem violência na mesma proporção; e – pior – 56% acham que a morte de um jovem negro é socialmente menos chocante do que a morte de um jovem branco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual é esse número?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Cinquenta e seis por cento acham que, quando um jovem negro morre, choca menos a sociedade do que quando morre um jovem branco.

Eu acho que, para além do preconceito que pode estar sendo evidenciado por essa informação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desculpe-me por interrompê-lo, mas é tão grave essa constatação... Achar que o pai e a mãe que perdem um filho assassinado, negro, não têm a mesma dor que um branco, e que um branco não tem a mesma dor que um negro...

Isso me reporta a um fato. Quando eu fui ao Supremo Tribunal Federal defender as cotas – eu não vou citar o nome –, um Senador foi defender sua posição contra as cotas. Ele disse, quanto a essa história que contam – que mulheres negras, mães e filhas, eram violentadas pelos patrões, por seus proprietários na época –, que elas bem que gostavam. Eu, por sorte, falei depois dele e disse: Interessante, Senador, eu gostaria de saber se a sua filha você violentada, se a sua mãe fosse violentada, se a sua esposa fosse violentada, como é que o senhor se sentiria? Ele ficou mudo, não deu respostas, e o resultado final foi a decisão do Supremo.

Por isso é que é chocante esse dado que você apresenta agora, como se o homem ou a mulher negra sentissem uma dor diferente da dor de quem não é negro. Por isso é que a pesquisa é interessante, e nós temos que trabalhar em cima dos seus resultados.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Pois é.

E aqui, por três vezes hoje, foi dita a palavra “genocídio”. Por que genocídio? A palavra é adequada, apesar de parecer chocante, porque sistematicamente, pelos dados que vimos, do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, sistematicamente os negros têm sido mais mortos do que os brancos em nossa sociedade, por isso se fala em genocídio. E é um genocídio silencioso. Por que silencioso? Porque nós, em geral, não temos nos dado conta de que ele ocorre.

Por isso, eu gostaria, em nome da Secretaria de Comunicação Social do Senado, na pessoa do Sr. Fernando Cesar Mesquita e da Diretora Helga Lopes,

que é Diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião, da qual eu faço parte, de agradecer o espaço que tivemos aqui nesta audiência ao Senador Paulo Paim. Queria também ressaltar a sensibilidade do Senador por trazer esse tema à discussão.

No Dia da Consciência Negra, estamos tomando consciência de fatos tão tristes que acontecem diariamente em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem!

Nós vamos para o encerramento – vou passar a palavra ainda para o Senador Suplicy –, mas me permitam dizer que eu estou muito preocupado com a questão quilombola, confesso para vocês. Acho que o Estado, o Governo brasileiro, nós todos devemos muito ao povo quilombola.

São cerca de 5 mil comunidades – alguém pode me ajudar –, mas nós não temos mais de 200 efetivamente garantidas com o título da terra. E nós tínhamos colocado no Estatuto da Igualdade Racial um artigo específico que garantia o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes da comunidade dos quilombolas. Como, na negociação para a aprovação do Estatuto, como foi também com a política de cotas, nós tivemos que retirar para conseguir aprovar. Depois, aprovamos a política de cotas.

Quero informar a todos que entraram em meu site, os tais *hackers*, e acabaram com o meu site que estou entrando de novo, hoje, com o projeto para que as terras dos quilombolas sejam garantidas de forma definitiva. Está registrado hoje, 20 de novembro. Está aqui o projeto. (Palmas.)

Permita-me ainda, Senador Suplicy, só dizer a todos que mandaram correspondência, e são inúmeras... Meus cumprimentos a todos os debatedores. Iniciamos aqui com, praticamente, meio a meio, como havia comentado. No fim dos debates, posso dizer, e vou responder a cada um deles... Vou ficar com isso aqui. O meu gabinete vai responder a cada um deles, mesmo àqueles que são contra, que acham que não tem preconceito no País. Agora, está mais ou menos 80% reconhecendo que o preconceito existe, pelos testemunhos dados aqui por todos.

Mas, se você me permitir, gostaria só de ler uma aqui. Poderia ler todas, mas leio uma que é uma das mais breves. Ele diz que pode publicar. É do Edvardes Luiz Pessoa, de Minas Gerais, estudante do ensino superior.

Concordo com a divulgação da minha mensagem nas mídias do Senado Federal.

Gostaria de registrar o convite para participar do debate que o Senado promove sobre a Juventude Negra do Brasil, tema instigante. Por situações, as mais

diversas, não poderei participar ativamente, porém, estou muito feliz em ver que algo é proposto para enfrentar essa dura realidade.

Desejo profícuos trabalhos aos debatedores.

Sempre fui admirador do Senador Paulo Paim, pois nós, brasileiros, vemos nele a cara do povo brasileiro.

Parabéns.

Edvardes Luiz Pessoa. Concluinte do curso de Direito do INES. (...)

Acho que li isso aqui, porque não é a minha cara. Ele viu nesse debate aqui a cara do povo brasileiro.

A você, jovem estudante, que sabe da violência, as minhas palmas. Você merece, em nome de todos os que participaram. *(Palmas.)*

Essa audiência foi a cara do povo brasileiro. Estou presidindo, mas fiquei feliz. Aqui quero dizer que vou responder a todos, mesmo àqueles que disseram que não existe preconceito, nem racismo. Percebi que não repetiram. É sinal de que ficaram assistindo, e, no final, também eles entenderam que é fato, é real.

Todo homem de bem, seja branco, seja negro, seja índio, tem que trabalhar, contribuir para que ninguém no Globo, no Planeta, na Terra ou no universo, quem sabe o que há além, seja discriminado por motivo algum. Poderia dizer nesse momento que, principalmente, pela cor da pele, mas prefiro dizer que por motivo nenhum. Ninguém pode ser discriminado por motivo algum. Por isso, o nosso projeto que declarava feriado nacional o dia 20 de novembro era nesse sentido, para fazer um grande debate, nacional ou internacional, contra todo tipo de preconceito.

Senador Suplicy, vou passar a palavra a V. Ex^a, e, depois, vamos terminar aqui apenas com a letra que vai passar no vídeo – vocês vão ter que esperar para saber o que quer dizer – *Não há Pandorgas no Céu*. Os senhores vão entender quando o cantor passar no vídeo porque a letra é *Não há Pandorgas no Céu*.

Meu querido Senador Suplicy, permita que assim me dirija a você, meu grande amigo.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Querido Presidente Paulo Paim, precisei me ausentar um pouco por causa das votações na Comissões de Assuntos Econômicos, mas quero cumprimentar todos que deram extraordinária contribuição, ainda mais nesse dia da consciência negra, para que consigamos compreender melhor por que temos que tomar iniciativas para transformar a condição dos negros e dos jovens, que, muitas vezes, são perseguidos.

Ainda ontem, quando Mano Brown, na cerimônia do Troféu Raça Brasil teve o uso da palavra, fez um protesto porque o Governador Geraldo Alckmin tinha uma viagem para o exterior e não pôde estar lá. Estava

a Secretária da Justiça em nome dele, Eloisa Arruda. Ele disse que estava muito preocupado com a violência a que têm sido submetidos, sobretudo, os jovens negros, na grande metrópole de São Paulo. Um número muito grande de pessoas tem sido objeto de violência das autoridades responsáveis pela segurança, muitas vezes até por balas perdidas.

Hoje, quando ouvi alguns depoimentos aqui, me recordei que, ainda no domingo retrasado, fiz uma visita à comunidade de Heliópolis para percorrer as suas ruas, bares, padarias e mercearias e fui ouvindo um depoimento depois atrás do outro de que, no final de semana logo anterior, tinha havido uma batida policial, que os policiais entraram ali e, em cada lugar que vinham, tratavam as pessoas, quase todas elas, como se fossem bandidos, que iam derrubando as cadeiras, como se todos fossem narcotraficantes, e assim por diante. Levaram um susto e quiseram externar isso para a minha pessoa.

O Sr. Sionei Ricardo Leão lembrou aqui dos exemplos que hoje são o Presidente Barack Obama e tantos outros. A Sr^a Maria de Lourdes Teodoro também ressaltou os exemplos que são o próprio Senador Paulo Paim, o Joaquim Barbosa e os melhores craques do mundo, Pelé e Neymar, entre outros.

Queria também dizer que a Sr^a Maria de Lourdes Teodoro também honra a Sociedade de Psicanálise de Brasília. Inclusive quero aqui saudar uma pessoa que, imagino, tenha sido até sua amiga, a criadora da Sociedade de Psicanálise de Brasília, a Dr^a Virgínia Bicudo. Fui analisado por ela, uma pessoa extraordinária, justamente também afrodescendente e que tão bem honrou os psicanalistas brasileiros e a Sociedade de Psicanálise de Brasília.

O Sr. Sionei mencionou a história de um menino, e a senhora também falou de histórias como Namíbia, Não!.

Há pouco mostrei o pronunciamento que vou fazer hoje à Sr^a Deise Benedito, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, e perguntei se estava bom. É um pronunciamento hoje que farei sobre a consciência negra e a renda básica de cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estaremos os dois lá, cada um em uma tribuna, o senhor fazendo um e eu fazendo outro. Tenho certeza que ambos no mesmo sentido.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Só que eu estou em número dezenove, mas, como V. Ex^a vai ficar até o final, quem sabe me escute.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dou o meu lugar a V. Ex^a e falarei depois.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Não, não. Imagine! Vou respeitar a sua ordem. É imprescindível estar lá no começo, como sempre.

No meu pronunciamento conto a história de uma coisa que achei muito bonita. A Deise Benedito, aliás, pela mesma pessoa, é possível que já conheça. É uma história que a filósofa argentina Lia Diskin, que foi à África, trouxe de lá. Um antropólogo, certo dia, chegou a uma tribo e verificou que havia muitas crianças. *(Pausa.)*

V. Ex^a conhece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Casualmente contamos aqui desta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já foi contada hoje?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bem interessante. É um trabalho coletivo, da equipe toda. Pode contar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É uma história de vulto.

A senhora já sabe? *(Pausa.)*

Então, tem muito a ver com a Psicanálise. O antropólogo chegou àquela tribo e viu um monte de crianças. Elas gostariam muito de ter guloseimas, balas. Então, colocou um monte de guloseimas, de balas, ótimas, gostosas, em um cesto e disse às crianças: “Olha, vou colocar esse cesto com todas as guloseimas aqui, junto a esta árvore. Vocês vão ficar ali em fila e eu vou contar, digamos, até três – um, dois, três –, e vocês vêm correndo. A primeira criança que chegar à cesta vai poder ficar com todas as balas.” Ele, então, falou para todos ficarem na fila. “Um, dois, três.” As crianças todas se deram as mãos e chegaram juntas ao cesto. Ele perguntou: “Por que vocês fizeram isso?” “Ora, como uma de nós iria ficar feliz com todas as demais entristecidas? Resolvemos fazer juntas.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Isso tem muito a ver com a renda básica de cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma forma boa de terminarmos a nossa audiência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É uma história que achei muito bonita. É justamente da tradição Ubuntu, africana, com a qual tanto podemos aprender.

Meus parabéns! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Suplicy.

Vamos ouvir, para encerrar a reunião, Não há pandorgas no céu, e vocês vão entender por que não há pandorgas no céu. É um cidadão aqui de Brasília que canta. A música é do César Passarinho, um cantor negro que morreu muito jovem. A letra é dele. *(Pausa.)*

Foi testado antes, não é? Pedi mil vezes para testar. *(Pausa.)*

Não acredito!

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na verdade, nós quisemos mostrar a dor da morte de um menino. Quem escreveu foi César Passarinhos, antes de morrer. Inclusive há ele cantando.

Nós podemos encerrar a reunião, mas bota ele cantando aí. A voz dele é linda.

E nós vamos encerrando, assim, esta nossa audiência pública. Mas a intenção é mostrar a dor da perda de um menino ou de uma menina. Seja pai branco, seja pai negro, para mim a dor é a mesma. Eu não sou daqueles que diz que a nossa dor é maior que a dor deles. A dor é a mesma. E, por isso, na voz verdadeira do César Passarinho, que eu sei que eles têm aí, nós vamos ouvir agora. E eu encerro a reunião.

(Procede-se à apresentação de música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – *(Falha na apresentação de música.)* Eu sei que eles vão acertar, porque eu preparei isso há 10 dias com eles.

É que vocês deviam ter pedido ao técnico que ficasse aí, não é? Se eu não almocei, a equipe não devia ir almoçar também. A vida é assim, não é? Vamos pegar o exemplo que o Suplicy deu aí, daquela meninada da África: ficaram todos juntos para chegarem no cesto de bala. Todo mundo deve estar com fome, todo mundo ficou, o técnico foi embora. E estamos ao vivo para todo o Brasil.

(Procede-se à apresentação de música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Está encerrada a nossa audiência pública. Só quem perdeu os filhos sabe o tamanho da dor.

(Iniciada às 8 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 3 minutos.)

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, SALA 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e doze, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Ana Rita, Lídice da Mata, Paulo Paim, Wellington Dias, Cris-**

tovam Buarque, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Aníbal Diniz, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Gim Argelo, João Costa. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta Deliberativa. Item 1. Sugestão nº 3, de 2008**, não terminativo, que sugere legislação para a “criação de uma Comissão de Indenização aos DENAEB – Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil, para que através desta Comissão sejam recebidos os pleitos de todos aqueles descendentes de negros africanos escravizados no Brasil, para que após análise e atendidos os requisitos a serem previamente estabelecidos sejam indenizados”, na forma da lei. Autoria: Instituto Todos à Bordo – Um Convite à Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da Matéria, nos termos do Projeto de Lei do Senado que Apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 2. Sugestão nº 3, de 2009**, não terminativo, que acrescenta art. 253-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados nas empresas de abate e processamento de carnes (frigoríficos) avícolas. Autoria: Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação – CONTAC. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: **Aprovado. Item 3. Sugestão nº 2, de 2010**, não terminativo, que cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas. Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relator *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 4. Sugestão nº 7, de 2011**, não terminativo, que dá nova redação art. 225 da Constituição Federal, para atribuir ao Estado a responsabilidade pela proteção da Floresta Amazônica e tornar crime inafiançável o dano à flora ou à fauna da região. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela rejeição Resultado: **Aprovado. Item 5. Sugestão nº 10, de 2011**, não terminativo, que altera as Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2011, para tornar obrigatória, na televisão, rádio,

TV por assinatura e cinema, a veiculação de mensagens de cunho educativo e cultural, bem como de conteúdo de utilidade pública. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da Matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 6. Sugestão nº 13, de 2011**, não terminativo, que altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para inserir entre as condicionalidades do Programa a exigência de rendimento escolar mínimo para aprovação. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Casildo Maldaner. Relator *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 7. Sugestão nº 15, de 2011**, não terminativo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a prevenção à violência nos estabelecimentos de ensino. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Clovis Fecury. Relator *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação da Matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **aprovado. Item 8. Sugestão nº 19, de 2011** – Não Terminativo – que dispõe sobre a assistência estudantil na educação superior. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relator *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação da Matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **aprovado. Item 9. Sugestão Nº 22, de 2011** – Não Terminativo – que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para dispor sobre a dedução de saldo devedor junto ao Fundo pelo exercício de função pública. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relator *ad hoc*: Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 10. Sugestão nº 1, de 2012** – Não Terminativo – que acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4132, de 10 de setembro de 1962, que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação, para prever a hipótese de desapropriação de imóvel industrial em cumprimento com a função social da propriedade.

Autoria: Associação Hermelindo Miquelace. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relator *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação da Matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 11. Sugestão nº 3, de 2012** – Não Terminativo – Regulamenta o art. 2º, inciso V, e o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 1991, que versa sobre a manutenção do valor aquisitivo dos benefícios pagos pela Previdência Social. Autoria: Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da Matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **Retirado de Pauta a pedido do relator. Item 12. Sugestão nº 6, de 2012** – Não Terminativo – que altera os arts. 24 e 37 da Constituição Federal, para prever a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre concursos públicos e facultar ao Poder Legislativo a iniciativa legislativa sobre a matéria. Autoria: Associação Nacional dos Concurseiros – Andacon. Relatoria: Senador Gim. Relator *ad hoc*: Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da Matéria, na forma da proposta de emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 13. Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2012** – Não Terminativo – que altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer. Autoria: Deputada Rebecca Garcia. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela rejeição. Resultado: **aprovado. Item 14. Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2012**, – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas. Autoria: Deputado Valdir Colatto. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **aprovado. Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2007** – Não Terminativo – que regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: **retirado de pauta para reexame. Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2009** – Não Terminativo – que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990

(Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências. Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPI). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria, com 05 emendas que apresenta. Resultado: **adiado. Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2010** – Não Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer pena de prisão aos maiores de 18 (dezoito) anos condenados pela prática de ato infracional equivalente a crime hediondo. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **adiado. Item 18. Tramitação Conjunta. Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2011** – Não Terminativo – que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Tramita em Conjunto. **Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2010** – Não Terminativo – que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada. Autoria: Senador Mão Santa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 79, de 2011, e pela aprovação do PLS nº 165, de 2010, com uma emenda que apresenta. Observações: Tramitam em conjunto. Resultado: **Retirado de pauta para reexame. Item 19. Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011** – Não Terminativo – que acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Wellington Dias. Relatório: Pela aprovação matéria nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 20. Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2011** – Não Terminativo – que acrescenta § 3º ao art. 52 da Lei de Execução Penal, para proibir visitas íntimas aos presos provisórios e condenados submetidos ao regime disciplinar diferenciado por envolvimento com o crime organizado. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria *ad hoc* Cyro Miranda. Relatório: Pela rejeição. Resultado: **Aprovado. Item 21. Projeto de Lei do Senado nº 590, de 2011** – Não Terminativo – que altera o art. 1.211-B do Código de Processo Civil e o art. 71 do Estatuto do Idoso, para fixar prazos para o julgamento dos processos judiciais em que figure maior de sessenta anos de idade ou

portador de doença grave e para garantir a observância à prioridade de tramitação desses feitos. Autoria: Senador João Alberto Souza. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: **aprovado. Item 22. Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2011** – Não Terminativo – Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relator *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 23. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2011** – Não Terminativo – que acrescenta art. 2º-A à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para isentar de tarifas bancárias as pessoas com deficiência que auferirem renda mensal bruta de até cinco salários mínimos. Autoria: Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Senador Wellington Dias. Relator *ad hoc*: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: **aprovado. Item 24. Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2012** – Não Terminativo – que altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador José Agripino. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **adiado. Item 25. Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2012** – Complementar – Não Terminativo – que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para incluir as transferências voluntárias relativas a ações de combate à violência contra a mulher entre aquelas que não são passíveis de restrição. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação da Matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **aprovado. Item 26. Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2012** – Não Terminativo – que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para dispor sobre a adaptação dos veículos utilizados no transporte coletivo aos requisitos de acessibilidade das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **aprovado. Item 27. Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2012** – Não

Terminativo – que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior, aos candidatos reconhecidamente pobres na forma da lei, cuja renda familiar seja de até um salário mínimo. Autoria: Senador Mário Couto. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: **aprovado. Item 28. Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2012** – Não Terminativo – Dispõe sobre a validade de laudo de exame médico-pericial de pessoa com deficiência permanente. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 29. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009** – Terminativo – que dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **adiado. Item 30. Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009** – Terminativo – que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CE, e uma emenda que apresenta. Resultado: **adiado. Item 31. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010** – Terminativo – que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infanto-juvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandes. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1 – CAE, e uma emenda que apresenta. Resultado: **adiado. Item 32. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011** – Terminativo – que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. Autoria: Deputada Luiza Erundina. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **adiado. Item 33. Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011** – Terminativo – Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. Autoria: Deputado Enio Bacci. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da Matéria nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nº 1, 2 e 3 – CAS. Resultado: **lido o relatório é adiada a discussão e vo-**

tação por falta de quorum. Item 34. Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2011 – Terminativo – que altera o art. 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação, com duas emendas que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 35. Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2011** – Terminativo – que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata da garantia de prioridade às pessoas que especifica, para dispor sobre a reserva de assentos em salas de espera de terminais de transporte. Autoria: Deputado Jorge Tadeu Mudalen. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **lido o relatório é adiada a discussão e votação por falta de quorum.** **Item 36. Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2012** – Terminativo – que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante. Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **adiado.** **Item 37. Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2003** – Terminativo – que modifica os artigos 121 e 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da Matéria nos termos da emenda nº 1-CCJ, aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **lido é retirado de pauta por falta de quorum.** **Item 38. Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007** – Terminativo – que acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braille nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da Matéria nos termos da emenda nº 1-CAE (Substitutivo), aprovada naquela Comissão, e com uma Subemenda nº 1-CDH, que apresenta. Resultado: **lido é retirado de pauta por falta de quorum.** **Item 39. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007** – Terminativo – que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Eduardo Lopes. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas

nº 2 a 6, aprovadas na CCJ. Resultado: **adiado.** **Item 40. Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008** – Terminativo – que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **adiado.** **Item 41. Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008** – Terminativo – que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 42. Projeto De Lei Do Senado nº 352, de 2008** – Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela rejeição. Resultado: **lido é retirado de pauta por falta de quorum.** **Item 43. Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008** – Terminativo – que altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da Matéria com as emendas nº 1, 2 e 3 que apresenta. Resultado: **lido é retirado de pauta por falta de quorum.** **Item 44. Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2008** – Terminativo – que acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escritor constitui modalidade de deficiência física. Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) e com duas Subemendas que apresenta. Resultado: **lido é retirado de pauta por falta de quorum.** **Item 45. Projeto de Lei do Senado Nº 338, de 2009** – Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação com as três emendas que apresenta. Resultado: **lido é retirado de pauta por falta de quorum.** **Item 46. Projeto de**

Lei do Senado nº 387, de 2009 – Terminativo – que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, incorporando a emenda nº 1-CE. Resultado: **adiado.**

Item 47. Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009 – Terminativo – que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação, com quatro Emendas que apresenta. Resultado: **adiado.**

Item 48. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009 – Terminativo – que estende os benefícios financeiros do “Programa Bolsa Família” para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado.**

Item 49. Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2010 – Terminativo – que altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu município de residência. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da Matéria com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: **lido o relatório é adiado por falta de quorum.**

Item 50. Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010 – Terminativo – que altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência. Autoria: Senador José Bezerra. Relatoria: Senador Lauro Antonio. Relatório: Pela rejeição. Resultado: **adiado.**

Item 51. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011 – Terminativo – que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de

19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do projeto, com 5 emendas apresentadas na CDR. Resultado: **adiado.**

Item 52. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011 – Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **lido o relatório é adiado.**

Item 53. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011 – Terminativo – que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas aprovadas na CE. Resultado: **adiado.**

Item 54. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011 – Terminativo – que dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Wellington Dias. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: **adiado.**

Item 55. Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011 – Terminativo – que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **adiado.**

Item 56. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011 – Terminativo – que altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **lido o relatório é adiado por falta de quorum.**

Item 57. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011 – Terminativo – que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **lido o**

relatório é adiado por falta de quorum. Item 58.

Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011 – Terminativo – que altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. Resultado: **adiado**. Item 59. Projeto De Lei Do Senado nº 680, de 2011 – Terminativo – que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **adiado**. **Item 60. Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2012** – Terminativo – que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a forma de prestação do atendimento prioritário. Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da Matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **adiado**. **EXTRAPAUTA.**

Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 139, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a grave situação dos idosos, aposentados e pensionistas no Brasil”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Ângela Portela, Paulo Davim, Aníbal Diniz, Cyro Miranda, Ana Rita, Eduardo Amorim, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinárias da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Temos aqui inúmeros itens terminativos e não terminativos, que votaremos naturalmente se o quórum assim o permitir.

Quero, de pronto, entrar num assunto que mexe com todos nós e, por isso, a presença aqui já do Senador Sérgio Petecão, Senadora Angela Portela, Senador Wellington Dias, Senador Lindbergh Farias, Senador Paulo Davim, Senador Pimentel, que disse que estaria indo para cá. O assunto é a aprovação de um projeto de autoria desta Comissão apresentado pela sociedade civil, que foi encaminhado depois de um amplo debate e votado nas comissões, para a Câmara dos Deputados. O projeto volta a esta Comissão depois de, hoje pela manhã, ser aprovado na Comissão de Assuntos Sociais um brilhante relatório do sempre competente e especialista da área, Senador Lindbergh Farias, para que votemos ainda hoje as emendas que chegaram da Câmara da Deputada Mara Gabrilli, que aperfeiçoa com certeza o projeto que o Senado aprovou.

Era minha intenção, Senador Wellington Dias, devido a urgência da votação solicitada pelo próprio movimento social, que eu mesmo avocaria a relatoria e votaríamos hoje o projeto de Lindbergh Farias. Mas, conversando com V. Exª, que é também um grande conhecedor, que ajudou muito na construção original deste projeto, V. Exª não me pediu que eu mudasse a relatoria. Eu é que disse, de pronto, que V. Exª era a pessoa, no meu entendimento, por ter inclusive uma filha portadora de necessidades especiais, seria o relator ideal. E V. Exª, de pronto, atendeu, como fez na construção que ajudou, muito, muito mesmo, desde o início no projeto original.

Então, a partir deste momento, indico V. Exª, Senador Wellington Dias, para ser o relator deste projeto e passo a palavra V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente Paulo Paim; chega aqui o nosso querido Senador Lindbergh Farias; Senador Paulo Davim; Senadora Angela; esteve aqui o Senador Petecão; e outros Senadores.

Meu querido Lindbergh, nós chegamos aqui mais cedo e quero dizer, primeiro, que aceito a relatoria do projeto. E faço aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bom que já está com a presença aqui do Senador Lindbergh Farias, que vai ajudar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso. Primeiro, parabeno a Comissão de Assuntos Sociais e lembrar que a gente vem comemorando, ano a ano, e debatendo esse tema da pessoa com deficiência.

Até para entender onde queremos chegar, eu queria aqui citar outra matéria em que a Comissão de

Direitos Humanos, liderada por V. Ex^a, meu querido Senador Paulo Paim, é vitoriosa, entre tantas vitórias que a gente esteve aqui. Sei que tem uma maré em que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”... Mas lembro aqui, Senador Lindbergh, de um debate que tivemos em relação a surdos. Havia um argumento do Governo, desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, passando pelo Governo do Presidente Lula, de não compreender, a gente não conseguia convencer o MEC, da necessidade de ter como primeira língua libras. O surdo não pode aprender outra língua enquanto não aprende libras. Exatamente porque as outras línguas conhecidas são línguas que precisam primeiro da língua verbal, através do som, para poder ir à escrita, etc.

Então, o Brasil, com essa forma criativa, desenvolveu a linguagem dos sinais, que é a libras. E ali o que eles queriam era apenas que os alunos com uma surdez que não tivesse condições científicas de equipamento pudesse, primeiro, aprender libras, para, em seguida, aprender outras línguas, como português, inglês, ou qualquer outra.

E esta Comissão tornou isso uma vitória importante. O meu argumento naquela época era que a gente buscasse o entendimento até o extremo da negociação, e ali o fizemos e, num dado momento, eu me manifestei como relator e defendi, pois havia condição do enfrentamento. Mas qual foi o lado bom? Aprovamos e o MEC regulou e hoje começa a ser executado. Aliás, no Plano Nacional da Educação, ninguém está com essa crise aqui mais em relação a isso, ou seja, a libras é a primeira língua. A partir dela, vêm as demais.

Da mesma forma agora, em relação ao autismo. E posso fazer isso com o doutorado que tive com a Prof. Daniele, minha filha.

Então, vejam só, existe hoje o autismo mais leve, que pode estudar em qualquer escola, com toda a tranquilidade. Há o autismo – vou usar aqui uma linguagem mais fácil de entender – médio em que é possível também estudar em escolas mais regulares. E existem transtornos – olhem o nome que é utilizado! – do autismo em que a criança ou o adolescente ou o adulto tem situações específicas – é por isso que está aqui “especificidade” – em que não consegue se adequar em uma sala de aula. Aliás, não consegue se adequar onde há muita gente. Não precisa ser na sala de aula. Na minha casa, quantas vezes chegavam mais pessoas e a gente tinha que colocar a Daniele numa outra área da casa porque ela reagia e reagia ficando desesperada – ela se mordida, mordida os outros, as unhas. E aquilo colocava em risco ela e os outros.

Então, vejam, a partir desse conceito, nós implantamos no meu Estado uma rede que, tem para

esses casos, uma escola específica, com professores com formação específica. E o resultado disso é que a minha filha já superou a condição da adaptação na convivência com outras pessoas.

Cito o caso da minha filha, mas eu sei que os pais que estão nos ouvindo saberão que isso ocorre em outros lugares do Brasil.

Pois bem, é por essa razão, que desse projeto inteiro, um projeto maravilhoso, nós temos basicamente um item que leva a um questionamento. Então, vou começar aqui do final, Senador Lindbergh.

Há pouco, tivemos aqui com a representação do Governo Federal, que pediu apenas que a gente aguardasse uma semana, em vez de votarmos hoje em uma reunião extra, votássemos em uma reunião ordinária, na próxima semana, e o Governo assegura que estará buscando esse diálogo para poder chegar a esse convencimento. Qual é o argumento sério que o Governo utiliza? Que não tem como garantir que não seja vetado. Então, fazemos todo o esforço que foi feito e depois esbarrarmos em um veto vai ser um desgaste para o Governo, vai ser uma derrota para nós e uma dificuldade para derrubar esse veto, todos nós sabemos aqui.

O Presidente, Senador Paim, está me colocando como relator. O que eu estou assegurando aqui para os meus pares e que assegurei para o Governo? Na próxima semana, estarei trazendo o relatório aqui e o meu relatório, a princípio...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Wellington, deixa eu só dizer que estou há um mês com esse projeto aqui para relatar na CAS. Há uma inquietação muito grande dos familiares sobre a votação ou não desse projeto. Lá na CAS, Senador Paulo Paim, foi feita uma cadeia de televisão pelo País afora do pessoal do movimento autista. Eles estão certos de que isso vai ser aprovado hoje aqui. Qual era a proposta que eu faria nesse caso? Eu que estou convivendo com eles sei do grau de ansiedade deles. Vai ser uma grande frustração se esse negócio não sair daqui hoje. Por que a gente não aprova, você fica como relator no plenário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É relator aqui já.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É relator aqui, eu sei. Por que a gente não aprova aqui e, antes de ir para o plenário, a gente faz essa negociação? Eu estou falando isso...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pelo que eu sei, ele é terminativo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daqui vai para o plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vai para o plenário.

Aí você seria o relator lá, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – ... aí com o meu grau de Presidente. Como eu havia dito que eu ia relatar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ele disse que ia aprovar hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu disse que ia relatar e aprovar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A gente anunciou na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu quero dizer que a relatoria já é dele e ele pode relatar aqui já para a gente votar. O relatório está pronto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Wellington, é porque está havendo hoje... Eu até disse ao pessoal do movimento que vocês têm que ter mais... que o processo legislativo não é assim. Há um grau de ansiedade muito grande! Então, se pudesse votar hoje e abrir a negociação para o Plenário, seria maravilhoso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, deixe-me dizer. Meu querido Senador Paulo Paim, nós temos várias coisas favoráveis. V. Ex^a e todos os Senadores aqui temos sensibilidades. Naquela época, a gente já fazia o levantamento, o Senador Sarney convive com a situação de autismo próximo, na família, o Senador Cristovam tem um irmão autista, enfim, eu fiz um levantamento e nós temos condições de ter pelo menos um terço dos parlamentares por demais sensíveis. Agora, o que pode acontecer? Pode acontecer de a gente ter todo um festejo e, em seguida, ter um veto.

O que eu quero aqui? Assumir a responsabilidade do desgaste, porque eu percebi aqui hoje, pelos contatos que fizemos aqui hoje, que há, de verdade, uma intenção de acordo. Estão marcando para amanhã comigo. Eu pedi até, há pouco, que você, que esteve lá relatando, e o próprio Presidente, além de outros Senadores que queiram, que pudéssemos nos reunir com a equipe do Governo amanhã para tratar disso. Já estou marcando aqui de ouvir e assumo essa responsabilidade também com a entidade dos pais também. Da mesma forma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fernando Cotta, que é o presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil, está aqui presente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... com o Fernando, que tem acompanhado com todo o zelo, todo o carinho aqui.

Então, assumo aqui a responsabilidade de...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Então, está feito. Quem mais do que o Senador Wellington tem autoridade...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estou assumindo aqui essa responsabilidade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Acho que pode até melhorar todo o projeto, não é, Senador Paulo Paim?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu queria que a gente pudesse dar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só vamos poder nos posicionar sobre as emendas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O que eu quero dizer aqui, o que eu quero deixar claro aqui, deixar muito claro? Primeiro, se nós não tivermos, pela via do entendimento, nós teremos o relatório na próxima reunião. E o meu relatório, todo mundo conhece, estando lá na CAS, posição favorável.

Não tenho nenhum receio em relação a isso. Eu acho que é mais uma oportunidade de a gente ter um diálogo com a assessoria, porque, vejam só, qual é o ponto aqui...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A polêmica é sobre a questão da inclusão escolar?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O ponto é esse.

E aí veja só: eu tenho usado um argumento. Eu me lembro do período em que foi implantado o Fundeb e o piso nacional dos professores. Eu me lembro do debate travado no Brasil. Os governadores querendo entrar com uma ação de inconstitucionalidade. Na época, eu fui para uma reunião com os governadores e defendi que a gente não devia entrar com a ação de inconstitucionalidade, aliás, lamento que agora estejam entrando. Eu usava um argumento só: o meu Estado, o Estado do Piauí, fez um esforço e paga o piso nacional dos professores. Se o Piauí pode, quem não pode? Quem, no Brasil, pode dizer que não pode? Então, eu digo a mesma coisa: isso que está aqui neste projeto o Piauí já executa. Se o Piauí pode, quem não pode? Como é que o Brasil vai dizer que não pode?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte novamente?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sabe, Senador Paulo Paim, eu sou um defensor radical da inclusão na sala de aula, da inclusão na rede regular de ensino.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Qualquer pai; o primeiro esforço é esse.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É esse. Olha só, a minha filha, que, como vocês sabem, tem síndrome de Down está lá na Escola Parque, está estudando, está se desenvolvendo superbem. E tem que ser assim. O que me impressiona nesse processo todo é a falta de verem que existem particularidades. No debate, o Ministro Fernando Haddad foi muito sensível a tudo isso. Eu dizia: pronto, o caso do Senador Wellington Dias, que é pai da Daniele, que tem autismo, tem 12 ou 13 anos agora...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quinze anos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quinze anos e ele dizia para mim que não era assim o caso da Daniele, era um caso particular.

O caso dos surdos também há toda uma discussão que a gente já presenciou aqui também. Participei de debates com o movimento todo, com profissionais surdos com doutorado, com mestrado e eles dizem, têm uma tese própria sobre a formação deles e o papel da libras como primeira língua deles.

Então, veja bem, a tese da inclusão nós abraçamos com tudo. Agora, temos que entender que há especificidades e que a gente tem que escutar. Maiakóvski tem uma poesia que diz: “Professor, tire seus óculos-bicicleta. Eu mesmo falarei de meu tempo e de mim”. É o caso de conversar com os pais também. Eu acho, Wellington, só para dar a minha posição, que você, como Relator, e as pessoas vão ter essa segurança, vai tocar muito bem. A gente tenta trazer para a próxima semana, mas eu acho que esse entendimento vai inclusive facilitar a discussão...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sim, inclusive estou marcando com os pais também, o Fernando vai organizar para amanhã eles estarem comigo, até para lhes dar segurança de que não é um retrocesso da Comissão, é apenas uma oportunidade de a gente fazer, em um diálogo, o convencimento do Governo.

Lembro-me que a então Ministra Marina da Silva, em sua posse, disse uma frase que acho que se aplica a esse caso: “Daqui para frente, vamos parar de dizer ‘não pode’. Nós vamos agora dizer que pode e ver de que forma que pode”. Então, eu acho que pode ser aplicado o que está aqui. O que eu quero discutir com o Governo é como é que pode, como é que não encarece, como é que se pode fazer isso de um jeito suportável para os Municípios, para os Estados e para o Governo Federal. É possível fazer isso com o valor do repasse na regra de hoje. Foi uma luta a gente convencer o Governo que era diferente uma sala de aula que poderia chegar até 50 alunos de uma sala de aula que não pode passar de 10, que é o ideal, no máxi-

mo, 20. Então, a sustentação tinha que ser a parcela mensal do Fundeb maior. Hoje, já é. Com o valor que o Fundeb repassa hoje nós aplicamos essa legislação em escolas especiais no nosso Estado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador, apesar de o foco ser...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E não é o único. Outros Estados brasileiros também o fazem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Desculpe a interrupção.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faz parte do debate e é bom. Tenho certeza de que, pela Agência Senado, todos estão tendo uma visão bem mais clara dessa questão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Apesar de o foco de V. Ex^a ser a questão do autismo agora no relatório, eu acho que valeria também, já que vai haver essa negociação, essa conversa com o Governo, com o Ministério da Educação – é claro que o foco é o autismo, é esse projeto – a discussão da questão dos surdos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas a dos surdos foi regulada. Eles saíram já com a regulação, vem agora no PNE, saiu em uma legislação o reconhecimento de libras como a primeira língua, que é o grande pedido. É uma tese simples: primeiro, eu tenho que aprender libras para, a partir dela, aprender qualquer outra. Então, não tem como não ser a primeira. É o mesmo caso da população indígena. O que defendemos? Primeiro, a língua nativa, da tradição, a língua original, em seguida, as outras línguas. Se alguém fala o guarani, o português é a segunda língua, o inglês é a terceira língua e por aí vai.

Então, o que eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, permita-me concluir, é que estou assumindo o compromisso de, na próxima reunião, estar na pauta, de V. Ex^a colocar na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Próxima quarta-feira, às 11h da manhã, reunião deliberativa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Na próxima reunião, trago o relatório, mas eu quero ter a oportunidade de tratar com o Governo, para que a gente tenha essa condição de convencimento. Como o que o Governo pediu aqui foi uma semana, eu acho que o mundo não vai se acabar, se Deus quiser, em uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadores Wellington, Lindbergh, Angela Portela e Paulo Davim, por uma questão de plena justiça, eu

queria muito que V. Ex^a, Senador Wellington, dialogasse com a Senadora Ana Rita, porque ela foi a relatora do projeto original, quando o construímos aqui. Eu sei que ela tem muitas contribuições a dar...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O.k. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a é agora o relator do projeto que veio da Câmara, das mudanças que lá fizeram, mas a Senadora Ana Rita, com certeza, vai estar conosco.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, já ficamos acertados aqui com a assessoria do Governo de tratarmos com V. Ex^a, com a Senadora Ana Rita, Senador Lindbergh e outros Senadores que queiram participar. Vamos marcar amanhã e eu estarei agendando o horário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. E a votação será na próxima quarta-feira, às 11h da manhã.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Combinado.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de pedir inversão de pauta para o item 25, que é um projeto de lei não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Consulto o plenário se concordam com a inversão de pauta, para que a gente vote o item 25, página 338. Se o Plenário concordar, votaremos esse projeto não terminativo.

Os que concordam com o pedido de inversão de pauta solicitado pela Senadora Angela Portela permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, então, à página 338.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 113, de 2012 – Complementar

– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para incluir as transferências voluntárias relativas a ações de combate à violência contra a mulher entre aquelas que não são passíveis de restrição.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senadora Angela Portela

Com a palavra a nobre Senadora Relatora.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Vamos ao relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2012 – Complementar, de autoria da Senadora Marta Suplicy, pretende alterar o §3º do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal para incluir no rol das transferências voluntárias que não podem ser suspensas aquelas destinadas a ações de combate à violência contra a mulher, a exemplo do que ocorre com as ações de educação, saúde e assistência social.

Análise.

Ressalte-se, de pronto, que o projeto em exame observa as normas regimentais pertinentes, pois está entre as atribuições da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conforme disposto nos incisos IV e VII do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições relativas aos direitos da mulher e à fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais que lhes digam respeito.

Não se vislumbram obstáculos jurídicos à conversão em lei desse projeto, cuja parte dispositiva apresenta os traços essenciais da norma jurídica, a saber: inovação, bilateralidade, generalidade, abstratividade, imperatividade e coercibilidade.

Registre-se, ainda, a consonância do projeto com o ordenamento jurídico em vigor. Ao se constituir como norma modificadora voltada a complementar a Lei de Responsabilidade Fiscal, a esta se vinculando por remissão expressa, ele acata – no que tange à forma – os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Sob a perspectiva material, a proposta da Senadora Marta Suplicy reforça os termos da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), adotada pela Assembleia Geral dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995. Basta dizer que o texto da Convenção – aprovado pelo Decreto Legislativo nº 107, de 31 de agosto de 1995, e promulgado pelo Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996 – enuncia o compromisso assumido pelos Estados signatários de adotar as disposições legislativas ou de outra índole necessárias para efetivar o direito de toda mulher a uma vida livre de violência.

Aliás, justamente para efetivar esse direito onde ele costuma sofrer maior ameaça, qual seja o ambiente doméstico, foi editada no dia 7 de agosto de 2006 a Lei nº 11.340, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Refiro-me à Lei

Maria da Penha, legislação muito conhecida dentro e fora do País, mas ainda longe de ser implementada na íntegra.

Diga-se, a propósito, que a suspensão das transferências voluntárias para as unidades federativas inadimplentes com algum preceito da LRF constitui, hoje, um dos maiores entraves para a implementação da Lei Maria da Penha. Por conta dessa restrição, mesmo os Estados e Municípios com os maiores índices de violência contra a mulher ficam impedidos de receber, por exemplo, os recursos decorrentes dos convênios firmados com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Assim se inviabiliza, muitas vezes, o funcionamento da rede de proteção legalmente prevista.

Ora, se é indiscutível a importância da regularidade fiscal de cada unidade federativa isoladamente para o desenvolvimento econômico da Nação como um todo, não menos relevante na ótica da proteção dos direitos humanos é a garantia da atuação estatal no enfrentamento à violência contra a mulher. Uma violência que resulta em milhares de vítimas fatais por ano e que tem impacto nada desprezível no Produto Interno Bruto do País, por conta dos seus reflexos no mundo do trabalho.

Inequívoco, portanto, é o mérito da proposta de lei de iniciativa da nobre Senadora Marta Suplicy, Congressista desde sempre engajada na defesa das questões de gênero e companheira nos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher, atualmente em andamento.

O projeto mostra-se apto a receber o aval do Senado também à luz da Constituição, visto que não afronta cláusula pétrea, respeita o princípio da reserva de iniciativa, materializa-se na espécie adequada de lei e versa sobre matéria que está no âmbito de competência legislativa da União e das atribuições do Congresso Nacional. Tem, portanto, todos os méritos para ser convertido em lei.

Impõe-se, contudo, aprimorá-lo neste momento, com um pequeno ajuste semântico. Isso porque o combate à violência não esgota a necessidade de enfrentamento do mal, que também exige ações de prevenção, meio decerto mais eficaz para a erradicação do problema. Daí a razão de ser da emenda apresentada ao final deste relatório.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2012 – Complementar, com a emenda a seguir.

EMENDA Nº – CDH

(ao PLS nº 113, de 2012 – Complementar)

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2012 – Complementar, e no enunciado que o seu art. 1º confere ao §3º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a palavra “combate” pelo termo “enfrentamento”.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Gostaria de pedir aqui a todos os Senadores e Senadoras sensibilidade para aprovação deste projeto, uma vez que estamos discutindo, neste momento, o orçamento do Governo Federal para os próximos anos, para o ano de 2013. É muito importante que se leve em consideração também a alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê esse projeto de autoria da Senadora Marta Suplicy, para que não haja contingenciamento, corte em recursos que sejam destinados às políticas públicas vinculadas ao combate, ao enfrentamento à violência domiciliar, à violência contra as mulheres brasileiras. Então, é uma situação plenamente constitucional, viável considerar os recursos destinados a esse projeto, a exemplo do que já ocorre com os recursos que são destinados à educação, à assistência social e à saúde.

É um problema de saúde pública a violência contra a mulher. Em todos os Estados brasileiros se identifica uma falta de recursos necessários para a implementação da Lei Maria da Penha. Faltam abrigos para atender às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Faltam delegacias especializadas no atendimento às vítimas. No meu Estado de Roraima, por exemplo, temos uma única delegacia que atende à mulher vítima de violência doméstica, entre os 10 Estados com maiores índices de violência.

Consideramos esse projeto de extrema importância, principalmente, Senador Paim, em um momento em que a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, formada por Senadores e Deputados, está visitando os Estados brasileiros, fazendo verificação, diligências para conhecer *in loco* a situação de dificuldade dos Estados e Municípios para implementação da Lei Maria da Penha, que é uma lei conhecida por 95%, quase 100%, da população, mas que, para sua implementação, precisa de recursos.

Daí a necessidade da aprovação desse projeto de autoria da nossa querida Senadora Marta Suplicy. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela, pelo seu parecer favorável ao projeto da Senadora Marta Suplicy. Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, como o projeto não é terminativo, vamos à votação.

Aqueles que aprovam o relatório da Senadora Angela Portela ao projeto da Senadora Marta Suplicy permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Muito bem, Senadora.

Senador Wellington Dias, pela ordem.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, se possível, há o Projeto de Lei do Senado nº 382, que também não é polêmico e não é terminativo... *(Pausa.)*

É o de nº 382, não sei qual é o item da pauta.

Se possível, estou com o parecer pronto...

E o Item 19.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O PLS nº 382 me dizem que é o 54 e é terminativo. *(Pausa.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É terminativo? *(Pausa.)*

Se é terminativo, então, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É terminativo o 382. Então, vamos ao...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É o do Senador Vital do Rêgo, não é isso? *(Pausa.)*

O 19 é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 19, qual é a página? *(Pausa.)*

Item 19 tem relatoria do Senador Wellington Dias. V. Ex^a está pedindo uma inversão de pauta?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 118, de 2011

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela aprovação matéria nos termos do substitutivo que apresenta.

Os que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Com a palavra o relator da matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, vem ao exame da Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, que tem por finalidade permitir que a contratação de pessoas com deficiência, na condição de aprendiz, seja considerada no cálculo do preenchimento das cotas que vinculam empresas com cem ou mais funcionários.

Aqui, Sr. Presidente, vem uma análise sobre a legalidade, o poder da Comissão de tratar sobre o tema.

Na verdade, de forma resumida, o que estamos aqui é acatando a proposta de que pelo menos 10% das vagas de aprendizes sejam destinadas a pessoas com deficiência, a exemplo do que já ocorre na área do trabalho. Por outro lado, estamos dizendo que não interfere na obrigação das vagas para trabalhadores, ou seja, para o cálculo de estagiários, o cálculo do número de pessoas com deficiência com emprego, porque, senão, estaríamos tomando vagas de pessoas com deficiência asseguradas como empregados por vagas de aprendiz. A ideia é que seja separadamente.

Então, com esse conceito, em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011, com a seguinte emenda substitutiva.

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 118, DE 2011

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer quota de contratação de pessoas com deficiência na condição de aprendizes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

“Art. 429.

.....
§ 2º Pelo menos dez por cento das vagas ocupadas por aprendizes, nos termos desta Lei, serão destinadas às pessoas com deficiência.” (NR)

Art. 2º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 431-A:

“Art. 431-A. As pessoas com deficiência ou reabilitadas, contratadas na condição de aprendizes, não serão consideradas para efeito de cálculo das percentagens fixadas no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.”

Com esse substitutivo, defendo aqui a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Quem concorda com o relatório do Senador Wellington Dias ao projeto do Senador Ciro Nogueira, na forma do substitutivo, permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Senador Paulo Davim estava com a palavra. V. Ex^a queria inversão pauta do...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Do item 13, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do item 13.

Submeto à votação.

Os que concordam com a inversão de pauta para que a gente vote o Item 13 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 3, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Autoria: Deputada Rebecca Garcia

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

O relator reformula seu voto concluindo pela rejeição da matéria.

O Senador Paulo Davim está com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta a V. Ex^a.

Fiz um parecer antes de ser aprovada uma lei na CAS que garantiu isso. Tive acesso a uma portaria do Ministério da Saúde que também garante. Então, na verdade, acho que esse projeto que está sendo apreciado hoje foi prejudicado, já que aprovamos na CAS um projeto, se não me falha a memória da Senadora Ana Amélia, e já há uma portaria que resolve. Temos a portaria do Ministério e o projeto de lei que foi votado na CAS.

O parecer foi dado antes, mas, nesse ínterim, houve a votação desse projeto na CAS. Portanto, acho

que a matéria se sobrepõe. Por isso, ou mudo o parecer pela prejudicialidade ou solicito a retirada de pauta.

É essa a consulta que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que V. Ex^a poderia dar o parecer oral e justificar o segundo momento e já votamos a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Está certo.

Estou aqui até com a portaria do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Então, o seu parecer é pela prejudicialidade. É isso?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Isso.

O Item 15, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vamos à votação do Item 13.

Os que concordam com o parecer oral apresentado pelo Senador Paulo Davim permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto fica prejudicado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Gostaria de apreciar o Item 15 e gostaria de retirá-lo de pauta e vou explicar por quê.

É um projeto do Senador Pedro Simon que regulamenta a assistência regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro, só que o Ministério da Justiça tem contribuições adicionais a dar – ele não é contra – e o Ministério da Fazenda também.

Portanto, podemos melhorar, otimizar a proposta do Senador Pedro Simon. Por isso, solicito a retirada de pauta para que apreciemos a sugestão do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou acatar, claro, o pedido de V. Ex^a, mas vou fazer mais uma vez um apelo: que essas retiradas de pauta que vêm do Governo não sejam... Ficam para a semana que vem e para a outra, e não vem resposta nenhuma. Estou acostumado com isso aqui, não só aqui, mas como em outras comissões.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A gente retira de pauta, estou entendendo e é claro que vou acatar o pedido de V. Ex^a, mas espero que, até na próxima reunião deliberativa, que é na quarta, a gente vote a favor ou contra. O.k.?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O.k. Comprometo-me a, na próxima reunião, trazer essas sugestões do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual é o próximo item de V. Ex^a.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Item 21, um projeto de lei do Senador João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você vai relatar?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Vou relatar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, permita.

O Senador Paulo Davim está pedindo a inversão de pauta para que seja votado, neste momento, o Projeto de Lei do Senado nº 590, de 2011, não terminativo.

Os que concordam com a votação desse projeto, mediante inversão de pauta, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 590, de 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 1.211-B do Código de Processo Civil e o art. 71 do Estatuto do Idoso, para fixar prazos para o julgamento dos processos judiciais em que figure maior de sessenta anos de idade ou portador de doença grave e para garantir a observância à prioridade de tramitação desses feitos.

Autoria: Senador João Alberto Souza

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação da matéria com duas emendas de redação que apresenta.

Está com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, a matéria é muito explicativa. Vou economizá-los da leitura do relatório, da leitura da análise. Vou ser bem objetivo e explicar a que se propõe esta matéria de iniciativa do Senador João Alberto Souza.

Na verdade, Sr. Presidente, ele pede celeridade no julgamento de processos judiciais em que figurem pessoas acima de 60 anos, ou seja, pede prioridade aos idosos.

Vou citar um caso bem concreto. Muitas vezes um paciente idoso, um cidadão idoso, uma cidadã idosa com algum tipo de patologia, de doença, e isso é muito comum, muito frequente, precisando concluir seu tratamento, precisando adquirir um equipamento para lhe devolver as mínimas condições de bem-estar, e está na dependência ou na pendência de uma causa judicial. Portanto, Sr. Presidente, nada mais justo

do que, nesses casos em que os interessados sejam pessoas idosas acima de 60 anos, haver prioridade, celeridade no julgamento dos processos judiciais em que figure esse tipo de interessado.

Acho de grande alcance social, está em consonância com o Estatuto do Idoso. Portanto, nosso voto foi pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aproveito o gancho aqui. A Senadora Lídice da Mata pergunta se a Câmara vota ou não o fator previdenciário. Há todo um movimento para que seja votado na semana que vem. Esperamos que vote, porque é uma vergonha se o Congresso não votar este ano o fator previdenciário.

O Senador Paulo Davim já fez a leitura do relatório. Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Paulo Davim, qual o outro item que V. Ex^a quer que seja votado?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Item nº 32, Projeto de Lei de autoria do Deputado Neilton Mulim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este Projeto é terminativo e a relatoria é da Senadora Ana Rita. Ela até já leu o relatório, só que não podemos votá-lo, porque a votação é nominal.

Eu proporia que V. Ex^a lesse o relatório do Item nº 33, terminativo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Mas, com relação ao Item nº 32, estou aqui como relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, mas ele é terminativo. O que nós fazemos? Não dá para votar.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não dá para votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso, proponho que V. Ex^a faça a leitura do Item nº 33, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011, terminativo.

Os que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 64, de 2011

– Terminativo –

Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.

Autoria: Deputado Enio Bacci

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nº 1, 2 e 3 – CAS.

Com a palavra o Senador Paulo Davim para ler o relatório e votaríamos na próxima sessão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, parece-me que este projeto já foi lido aqui, porque, inclusive houve uma discussão e uma proposta de emenda por mim sobre a questão da porta de entrada dos veículos. Inclusive, eu argumentei que a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira, porque, na verdade, isso varia, de cidade para cidade, até porque uma emenda que foi incluída diz o seguinte: *“Dispensa de passagem por catracas ou equipamentos de bloqueios similares destinados ao controle de pagamento de tarifas pelos passageiros em terminais, estações, pontos de parada ou no interior de veículos de transporte coletivo.”*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim, como não houve entendimento, V. Ex^a acabou não lendo. Se V. Ex^a quiser, simbolicamente, dar o seu parecer, de forma sintetizada, ele fica dado como lido, e nós votamos na próxima semana.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É exatamente o que eu vou fazer. Concordo em gênero, número e grau com a iniciativa. A minha pendência, na discussão passada, foi exatamente essa, porque, no texto já dizia que a entrada deveria ser pela porta dianteira.

Sabemos que isso muda de Município para Município. Em uns Municípios, as pessoas embarcam pela porta dianteira e desembarcam pela porta traseira. Ou seja, a catraca está na porta dianteira.

Mas, com essa emenda, fica claro: *“Dispensa de passagem por catraca ou equipamentos de bloqueios similares destinados ao controle de pagamento de tarifa pelos passageiros”*.

Então, está esclarecido isso aí.

Acho justo, Sr. Presidente, porque o ostomizado usa aquela bolsa de colostomia, e, muitas vezes, a própria catraca pode trazer danos ao passageiro que usa esse equipamento e levá-lo a constrangimento, porque a bolsa é colada à pele, e a compressão pela catraca pode soltar a bolsa, enfim, levando o indivíduo ao constrangimento. Acho justo e creio que não haja nenhum cidadão de bom senso que seja contra essa iniciativa.

O meu voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lido o relatório, em discussão. (Pausa.)

Não havendo quórum, porque o projeto é terminativo, o projeto será votado no momento adequado.

Voltaremos, Senador Paulo Davim, aos projetos não terminativos.

Há um não terminativo de que sou relator. Pediria a V. Ex^a que assumisse a Presidência, para que eu pudesse fazer este relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Projeto não terminativo.

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 3, de 2008

– Não Terminativo –

Sugere legislação para a “criação de uma Comissão de Indenização aos Denaeb – Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil, para que através desta Comissão sejam recebidos os pleitos de todos aqueles descendentes de negros africanos escravizados no Brasil, para que após análise e atendidos os requisitos a serem previamente estabelecidos sejam indenizados”, na forma da lei.

Autoria: Instituto Todos a Bordo – Um Convite à Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Paulo Davim, na verdade, é um projeto que não traz nenhum impacto ao Executivo nem à sociedade, e explico por quê.

O projeto apenas propõe que haja uma comissão de alto nível para discutir a questão da escravidão no Brasil. Esse é o objetivo do projeto.

É uma SUG e proponho acatar a sugestão apresentada pela sociedade civil e, a partir daí, o projeto passará a tramitar nas comissões correspondentes, que darão parecer favorável ou contrário.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente, em relação à sugestão apresentada à Comissão de Direitos Humanos pela sociedade civil.

O voto é pelo acatamento do projeto, para que ele tramite na Casa, e as comissões correspondentes darão o parecer final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Está lido o relatório do Senador Paulo Paim.

Coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Os Senadores que concordarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Devolvo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senhores e senhoras, eu apenas esclareço que esta SUG é semelhante ao próprio projeto dos autistas, meu querido Fernando Cota. Quando nós acatamos, foi para tramitar. A partir daí, houve os relatores – a Senadora Ana Rita foi uma –, o projeto tramitou e virou lei.

Nesse projeto, eu apenas acatei a iniciativa da sociedade civil. Agora, as comissões correspondentes vão dar o parecer final, se procede ou não o mérito do projeto.

Esse foi o Item 1. O Item 2 foi o que eu apresentei o relatório. Vamos ao Item 3. Vamos seguir a ordem, agora, se me permitirem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu queria, se possível, pedir inversão de pauta. Sou relator do Item 35. Se possível, fazer a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Item 35 é um projeto terminativo.

ITEM 35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 129, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata da garantia de prioridade às pessoas que especifica, para dispor sobre a reserva de assentos em salas de espera de terminais de transporte.

Autoria: Deputado Jorge Tadeu Mudalen

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

O Senador Eduardo Amorim pede uma inversão de pauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Invertida a pauta.

V. Exª fará a leitura do relatório, que será votado no momento em que tivermos quórum para deliberar, já que o projeto é terminativo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Agradeço a todos os colegas, Sr. Presidente, e mesmo não havendo quórum farei a leitura e irei direto à análise.

A análise da proposição confirma que a matéria tratada no PLC nº 129, de 2011, insere-se no âmbito das competências da União, nos termos do art. 24 da Constituição Federal, pois trata da integração e da proteção de crianças e de pessoas com deficiência. Da análise da proposta não foram identificados quaisquer vícios de inconstitucionalidade formal ou material.

No Senado Federal, cabe à CDH opinar, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos e, também, à proteção à infância. Por essa razão, sua apreciação neste Colegiado é pertinente.

No mérito, levando em consideração as peculiaridades das pessoas idosas, gestantes e com deficiência, é extremamente importante regular a matéria. Estamos de acordo com o relatório da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados que observou ser a medida um avanço. Afinal, “segue o ideário constitucional de garantia de tratamento diferenciado para contemplar as peculiaridades das pessoas com mobilidade reduzida e, assim, proteger os desfavorecidos.”

Sobre o assunto, importa lembrar ainda que, em 2008, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas, e também seu Protocolo Facultativo. Essa convenção internacional buscou estabelecer a necessidade de promover e proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. A Convenção recomendou, também, que se envidassem esforços para corrigir as profundas desvantagens das pessoas com deficiência, promovendo maneiras de viverem com dignidade e com igualdade de oportunidades. Recomendou, portanto, que se buscassem opções mais inclusivas, reconhecendo a diversidade humana e as necessidades específicas dos diferentes grupos de pessoas. Isso, certamente, requer ajustes e correções nas normas que regem a sociedade, exatamente o que procura fazer o projeto que ora analisamos.

Diante do exposto, Sr. Presidente e colegas, cientes da importância da proposta, acompanhamos a decisão das Comissões da Câmara dos Deputados e da Comissão de Serviços e Infraestrutura do Senado Federal, louvando a iniciativa do autor, Deputado Jorge Tadeu Mudalen.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria aguardará o quórum para votação, já que é terminativa.

Senador Eduardo Amorim, percebemos aqui – e a assessoria da Liderança do PT informa – que o item 34 é um projeto idêntico. Como V. Exª relatou essa matéria, eu pediria a V. Exª que, como Relator *ad hoc*... O relatório do item 34 já foi lido, mas eles informam que a matéria é idêntica. O que estaríamos propondo, já que a matéria, embora lida, saiu de pauta, é que, na hora da votação, consideremos um deles prejudicado, ou apensemos os dois, já que os dois estão lidos. O 34 já foi lido, é uma matéria idêntica à que V. Exª...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Talvez a melhor proposta seja apensar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que seja apensado, então.

Vamos encaminhar para que os dois sejam apensados.

Peço que o Senador, se possível, entre com requerimento para que ambos sejam apensados. O Senador Eduardo Amorim assim o fará.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Opinião favorável, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mantendo, claro, a opinião favorável.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar inversão de pauta para leitura de dois projetos dos quais sou Relator: o 36 e o 58.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quais são?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Itens 36 e 58.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 36:

ITEM 36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 21, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Quem concorda com a inversão de pauta permanece como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovada.

Com a palavra, então, o Relator, para apresentar seu parecer.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, esse Projeto de Lei da Câmara, de iniciativa do Deputado Carlos Bezerra, submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e obriga os hospitais a expor, em local visível de suas dependências, aviso sobre o direito da parturiente de ter acompanhante durante o período de trabalho de parto e pós-parto imediato.

O autor justifica sua proposição com fundamento na importância de humanizar o nascimento e de divulgar o direito das parturientes a acompanhamento.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados, onde tramitou por várias comissões, e está em nossa Comissão para nossa análise.

Sob os parâmetros de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da proposição, não identificamos vícios de inconstitucionalidade e injuridicidade na proposição, que é lavrada em boa técnica legislativa.

A divulgação desse direito tem custo irrisório para os hospitais e pode assegurar o exercício de direito precioso às parturientes, favorecendo a humanização do parto, conforme defende o autor do projeto. Também é uma tendência nacional e mundial humanizar os partos, aproximar, cada vez mais, esse ato, que é fisiológico, de maneira que seja cada vez mais natural e humanizado.

Portanto, a matéria se reveste de importância meritória e é de grande alcance.

Em vista do exposto, somos pela aprovação desse Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, relatório lido.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria sai de pauta para entrar em votação na próxima reunião, que será deliberativa dos terminativos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E o projeto 58, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual é a página?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Item 58.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 58, página 831, projeto também terminativo, PLS nº 667.

Já foi lido, de sua autoria, e será votado na reunião que vamos deliberar sobre os terminativos.

É o seguinte o projeto:

ITEM 58

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 667, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Paulo Davim.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Voltamos aos projetos não terminativos.

ITEM 3**SUGESTÃO Nº 2, de 2010**
– Não Terminativo –

Cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas.

Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Passamos a palavra ao Senador Paulo Davim, como Relator *ad hoc* desta matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Qual é a página, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Página 45.

Se V. Ex^a puder ir direto ao parecer...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Relator original foi o Senador Cristovam. Se V. Ex^a puder sintetizar e ir ao voto, nos ajudaria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e entidades organizadas da sociedade civil, como é o presente caso.

Essa análise tem caráter preliminar, visto que, nos termos do parágrafo único do referido artigo, as sugestões eventualmente aprovadas pela CDH serão transformadas em proposições de autoria da Comissão e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame do mérito.

Em vista disso, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 2, de 2010, nos termos do Projeto, já de conhecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parecer objetivo do Senador Paulo Davim.

Isso também é uma SUG e demos o parecer que aceitamos que passe a tramitar nas comissões correspondentes.

Aqueles que concordam com o parecer original do Senador Cristovam Buarque, que aqui foi referendado pelo Senador Paulo Davim, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4**SUGESTÃO Nº 7, de 2011**
– Não Terminativo –

Dá nova redação ao art. 225 da Constituição Federal, para atribuir ao Estado a responsabilidade pela proteção da Floresta Amazônica

e tornar crime inafiançável o dano à flora ou à fauna da região.

(Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

O Senador Anibal Diniz, Vice-Presidente desta Casa, é o Relator e está com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Qual é o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o item 4, página 53, Sugestão nº 7.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 7, de 2011, de autoria da Jovem Senadora Natália Niele G. Braga, que dá nova redação ao art. 225 da Constituição Federal, para atribuir ao Estado a responsabilidade pela proteção da Floresta Amazônica e tornar crime inafiançável o dano à flora ou à fauna da região.

Para atender à sua finalidade, a proposição acrescenta §7º ao art. 225 da Lei Maior para estabelecer que “cabem ao Estado a vigilância e a proteção, em tempo integral, da área da Floresta Amazônica pertencente ao Brasil, constituindo crime inafiançável o dano à floresta e à fauna da região, sendo a pena do crime proporcional à área devastada nos termos da lei”.

Segundo a autora, o objetivo da proposta é coibir a retirada da vegetação nativa para expansão do agronegócio, a remoção ilegal de espécies nobres, a captura de animais em extinção e a pesca predatória, entre outras práticas.

Para ela, a preservação da Floresta Amazônica possibilitará o usufruto das riquezas do bioma, que, “se bem exploradas, poderão contribuir diretamente para o crescimento econômico e o bem-estar da população nacional”.

A proposta foi aprovada em 17 de novembro de 2011, em sessão plenária realizada no âmbito da 1º Legislatura do Projeto Jovem Senador, instituído pela Resolução nº 42, de 2010.

Da análise.

Nos termos do Parágrafo Único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, a proposição legislativa, devidamente aprovada e publicada em tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, estão, portanto, atendidos os pressupostos regimentais para a admissibilidade da Sugestão nº 7, de 2011.

A proposta foi debatida pelos Jovens Senadores, que entenderam ser importante atribuir ao Estado a vigilância e a proteção em tempo integral da Floresta Amazônica pertencente ao Brasil, bem como definir

como crime inafiançável o dano à flora e à fauna da região, sendo a pena do crime proporcional à área devastada nos termos da lei.

Entendemos que as preocupações dos Jovens Senadores são absolutamente legítimas e pertinentes, diante da necessidade imperiosa de preservar a Floresta Amazônia para a presente e as futuras gerações.

Por si só o debate sobre essas e outras questões de fundamental importância justifica plenamente o Projeto Jovem Senador, que deve continuar a ser apoiado pelos Senadores e pelo conjunto da sociedade. No mérito, contudo, acreditamos que a proposta não merece prosperar pelos motivos que passamos a apresentar.

São três os pontos abordados pela proposição em exame. O primeiro deles tem o objetivo de atribuir ao Estado a responsabilidade pela vigilância e pela proteção em tempo integral da Floresta Amazônica pertencente ao Brasil. Na Região Norte, como em qualquer outra porção do Território Nacional, as terras são de domínio público (da União, dos Estados, dos Municípios) ou privado. A legislação ambiental brasileira aplica-se indistintamente em todo o País; mesmo as propriedades privadas estão sujeitas aos instrumentos de comando e controle à disposição do Poder Público.

Assim, os limites e restrições previstos no Código Florestal, por exemplo, são exigíveis em todo Território Nacional, cabendo ao Estado brasileiro fiscalizar permanentemente as atividades públicas ou privadas, com vistas a garantir a correta aplicação da lei.

Em segundo lugar, o Projeto visa a tornar inafiançáveis os crimes de dano contra a fauna e a flora da Floresta Amazônica. Segundo a legislação penal brasileira, são inafiançáveis os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e os crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático. Tampouco são suscetíveis de fiança os crimes hediondos: homicídio qualificado, latrocínio, extorsão com morte, extorsão mediante sequestro, estupro, estupro de vulnerável, epidemia com resultado morte, falsificação ou adulteração de produto para fins terapêutico ou medicinal, genocídio tentado ou consumado e participação em organização criminosa.

Não consideramos que atenda aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade atribuir aos crimes contra a fauna e a flora da Floresta Amazônica o mesmo tratamento dispensado, por exemplo, aos crimes hediondos, com grau de ofensividade nitidamente mais elevado.

Por fim, a proposição prevê que as penas por crimes contra a fauna e a flora serão proporcionais à área devastada, na forma da lei. De acordo com o art. 59 do Código Penal brasileiro, o juiz determinará a pena

correspondente ao delito, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do crime. A pena será fixada conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

Já o art. 6º da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Lei de Crimes Ambientais, estipula que, para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará: a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente; os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; e a situação econômica do infrator, no caso de multa.

Além disso, o ordenamento jurídico pátrio fixa limites mínimo e máximo para a pena de cada tipo penal. É exatamente dentro desses limites que o juiz aplicará a pena concretamente, ou seja, para a situação real em que uma pessoa física ou jurídica é acusada da prática de determinado crime.

Ante o exposto, entendemos que, em que pesem as justas preocupações dos nossos Jovens Senadores, a Sugestão nº 7, de 2011, por um lado, veicula matérias já disciplinadas pelo ordenamento jurídico vigente e, por outro, introduz tratamento desproporcional aos crimes contra a fauna e a flora da Floresta Amazônica.

Diante de tudo isso, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 7, de 2011, dos Jovens Senadores.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o parecer do Senador Anibal Diniz, que é pela rejeição da proposta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

Passo a palavra, neste momento, como relator *ad hoc* ao Senador Paulo Davim.

O Senador Aníbal Diniz tem projetos de sua autoria aqui para relatar, pelo que percebi. Mas, como o Senador Paulo Davim tem de sair, eu proponho que S. Ex^a seja relator *ad hoc* de um projeto do Programa Jovem Senador brasileiro, cuja relatoria é do Senador Eduardo Suplicy, que altera a Lei nº 4.117 (Página 61, item 5).

ITEM 5

SUGESTÃO Nº 10, de 2011

– Não Terminativo –

Altera as Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de se-

tembro de 2011, para tornar obrigatória, na televisão, rádio, TV por assinatura e cinema, a veiculação de mensagens de cunho educativo e cultural, bem como de conteúdo de utilidade pública.

(Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy (substituído por *ad hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação da Matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.)

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O parecer é sobre a Sugestão nº 10, dos Jovens Senadores, que altera as Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, a nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para tornar obrigatória, na televisão, rádio, TV por assinatura e cinema, a veiculação de mensagens de cunho educativo e cultural, bem como de conteúdo de utilidade pública.

A Sugestão é fruto da aprovação pelo Projeto Jovem Senador, em sua primeira edição, de proposição de autoria da Jovem Senadora Natália Ferreira Cavalcante, que propõe a alteração da lei que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; da lei que regula a comunicação audiovisual de acesso condicionado e, também, da Medida Provisória que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema.

A proposta modifica as referidas normas para tornar obrigatória, na televisão, no rádio, na TV por assinatura e no cinema, a veiculação de mensagens de cunho educativo e cultural e daquelas com conteúdo de utilidade pública. De acordo com a proposta, os referidos veículos de comunicação terão seis meses para se adaptarem às novas obrigações.

Em sua justificação, a autora lembra que não há como deixar de reconhecer o protagonismo dos veículos de comunicação, que podem e devem constituir-se componentes importantes desse esforço de disseminar e aprimorar noções de cidadania em nossa sociedade.

Sr. Presidente, inclusive, quando eu fui Deputado estadual lá no meu Estado, no Rio Grande do Norte, eu apresentei um projeto de lei que tinha mais ou menos este cunho, criando a obrigatoriedade de, na verba publicitária do Governo, serem veiculadas nos *trailers* de cinema matérias institucionais para combater e esclarecer a juventude contra as drogas lícitas e ilícitas, porque a gente tem que utilizar os meios de comuni-

cação como instrumento de orientação à sociedade, sobretudo aos mais jovens.

Essa iniciativa dessa Jovem Senadora vai ao encontro do meu pensamento, da minha proposta, do meu projeto de lei, quando fui Deputado estadual.

Em face do exposto, acho realmente que ela tem razão. Os meios de comunicação podem, sim, ser um instrumento importante na construção da cidadania neste País.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, o meu voto foi pela aprovação dessa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Combinado.

Então agradeço ao Senador Paulo Davim por ser Relator *ad hoc* do projeto relatado pelo Senador Eduardo Suplicy, do Programa Senado Jovem Brasileiro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Aqueles que concordam com o parecer dado pelo Senador Paulo Davim permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer.

Convidaria o Senador Anibal Diniz para, se puder, ser Relator *ad hoc* do item 6, página 70, Sugestão nº 13, de 2011, não terminativo.

ITEM 6

SUGESTÃO Nº 13, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para inserir entre as condicionalidades do Programa a exigência de rendimento escolar mínimo para aprovação. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Solicito ao Senador Anibal Diniz que, se puder, simplifique o parecer para possamos deliberar sobre a matéria. Está na página 70.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Diz o relatório do Senador Casildo Maldaner que a Sugestão nº 13, de 2011, de autoria da Jovem Senadora Lucíêda de Sousa Santos, participante do Projeto Jovem Senador, condiciona a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família à obtenção do rendimento escolar mínimo exigido para a aprovação. Nesse sentido, prescreve o desconto de 1% do valor total dos benefícios pagos à família a cada disciplina sem nota para aprovação, bem como a suspensão do pagamento do valor variável do benefício relativo à criança ou ao adolescente reprovado até que se comprove a obten-

ção, na respectiva disciplina, de nota para aprovação no período letivo seguinte, ainda que parcial.

Cumpre-nos destacar, aliás, que também não se vislumbra óbice de ordem constitucional.

Da análise.

Nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) opinar sobre sugestões legislativas.

Esse é exatamente o caso da Sugestão nº 13, de 2011, derivada do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 7, de 2011.

Não se trata, porém, de juízo terminativo sobre a matéria. Pelo contrário, o presente parecer da CDH tem caráter preliminar.

Cumpre-nos destacar, aliás, que também não se vislumbra óbice de ordem constitucional à conversão da Sugestão nº 13, de 2011, em proposição legislativa. Lembramos, a propósito, que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 23, inciso X, da Constituição Federal, combater as causas da pobreza e os fatores da marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Importa recordar, ainda, que os Jovens Senadores da 1ª Legislatura do Projeto Senado Jovem entenderam ser meritória a iniciativa em questão, que procura estimular os alunos provenientes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família a serem cada vez melhores no que respeita ao aprendizado. Como fez o Senado Jovem, nós também julgamos que a proposta é merecedora da atenção desta Casa e deve ter a chance de ser por ela avaliada.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 13, de 2011, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos nos termos das emendas seguintes.

Voto pela aprovação.

Seguem as emendas ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o Relator *ad hoc* Anibal Diniz, com essa proposta do Senado Jovem brasileiro, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ainda peço ao mesmo Senador Anibal Diniz que, se puder, relate a matéria da página 79, Sugestão nº 15, de 2011, item não terminativo, V. Exª que tem ajudado tanto o Programa Senado Jovem Brasileiro. A relatoria é do Senador Clovis Fecury e V. Exª assumiria como Relator *ad hoc*.

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 15, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a prevenção à violência nos estabelecimentos de ensino. *(Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)*

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro
Relatoria: Senador Clovis Fecury (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O relatório do Senador Clovis Fecury considera a Sugestão nº 15, de 2011, do Jovem Senador George Queirós, aprovada pelos parlamentares do Projeto Jovem Senador, instituído no âmbito do Programa Senado Jovem Brasileiro, criado pela Resolução nº 42, de 2010. Pretende-se, com a proposição, sugerir ao Senado Federal a tramitação de projeto de lei que altere a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O relatório do Senador Clovis Fecury considera a proposta viável quanto ao mérito e também com inteira juridicidade. Portanto, ele vota pela aprovação da Sugestão nº 15, de 2011, nos termos do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2012

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a prevenção à violência nos estabelecimentos de ensino.

Dessa forma, a Sugestão é pela aprovação da matéria com uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Quem concorda com o Relator *ad hoc* Anibal Diniz, aqui expressado de forma sintetizada, permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Relator.

Mais uma vez convido o Senador Anibal Diniz para relatar matéria que se encontra na página 87.

ITEM 8

SUGESTÃO Nº 19, de 2011

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a assistência estudantil na educação superior.

(Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz.

O Senador Anibal Diniz é o Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Relator.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A Sugestão nº 19 foi apresentada pelo Jovem Senadora Samara Barbosa e aprovada pelo Projeto Jovem Senador, de 2011, e teve também o parecer favorável do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 19, de 2011, nos termos da emenda que acompanha o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Anibal Diniz, que acompanha o parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti, que é favorável à sugestão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Página 96, Sugestão nº 22, de 2011, também não terminativo.

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 22, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para dispor sobre a dedução de saldo devedor junto ao Fundo pelo exercício de função pública. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010.).

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Vicentinho Alves (Substituído por *Ad Hoc*).

Pergunto ao Senador Cyro se poderia dar o parecer de forma sintetizada, enquanto o Senador Anibal Diniz olha o próximo item, na página 105.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o maior prazer. Muito obrigado, Senador e Presidente desta Comissão, Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto sugerido trata de dar nova redação ao art. 6º-B da referida lei, para estender as possibilidades de abatimento no saldo devedor do Fies, já concedido a algumas profissões. Estende o abatimento, especificamente, à função pública não remunerada no âmbito da administração pública federal, estadual, municipal

e do Distrito Federal, direta ou indireta, especialmente criada para o treinamento em serviço de futuros profissionais de nível superior e a qualificação dos serviços públicos prestados à população.

Com relação a essa sugestão, estamos de acordo com a avaliação dos Jovens Senadores: o Fies é um importante mecanismo de financiamento de estudos superiores no País, ainda mais se considerarmos a dificuldade dos jovens para ingressarem em universidades públicas. Entretanto, há que ser levado em conta o fato de muitos alunos encontrarem dificuldades para pagar as mensalidades, em razão de nem sempre conseguirem emprego após a conclusão do curso.

Ademais, importa lembrar que já existe a previsão para que estudantes de licenciatura ou medicina possam pagar seus débitos com o Fies por meio da prestação de serviços ao setor público. Não vemos, portanto, razão alguma de esse benefício ser exclusivamente concedido a alguns, e defendemos que ele seja estendido a estudantes de outras áreas.

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 22, de 2011, nos termos do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2012

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para dispor sobre a dedução de saldo devedor junto ao Fundo pelo exercício de função pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 6º-B O Fies poderá abater, na forma do regulamento, *mensalmente, 1,00% (um inteiro por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento, dos estudantes que exercerem as seguintes profissões ou ocupações:*

.....
III – função pública não remunerada no âmbito da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, direta ou indireta, especialmente criada para o treinamento em serviço de futuros profissionais de nível superior e a qualificação dos serviços públicos prestados à população.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei *entrará em vigor na data de sua publicação.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão o parecer lido pelo Senador Cyro Miranda, Relator *ad hoc*. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o Relator *ad hoc* Cyro Miranda queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Página 105. Sugestão nº 1, de 2012, não terminativa.

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 1, de 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4132, de 10 de setembro de 1962, que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação, para prever a hipótese de desapropriação de imóvel industrial em descumprimento com a função social da propriedade.

Autoria: Associação Hermelindo Miquelace

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz.

Passamos a palavra ao Senador Anibal Diniz para dar o parecer *ad hoc*, substituindo o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) recebeu a Sugestão nº 1, de 2012, patrocinada pela Associação Hermelindo Miquelace, de projeto de lei que dispõe sobre a desapropriação de imóvel industrial que não atenda à função social da propriedade. Para esse fim, a proposição sugerida acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

Esse projeto foi relatado pelo Senador Eduardo Suplicy, que deu parecer favorável.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 1, de 2012, nos termos do projeto de lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer apresentado pelo Senador Anibal Diniz, Relator *ad hoc*, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Página 111. Senador Cyro Miranda. Sugestão nº 3, de 2012, não terminativa.

ITEM 11

SUGESTÃO Nº 3, de 2012

– Não Terminativo –

Regulamenta o art. 2º, inciso V, e o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 1991, que versa sobre a manutenção do valor aquisitivo dos benefícios pagos pela Previdência Social.

Autoria: Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Como é de autoria de Senador, eu vou retirá-lo de pauta.

Nessa época, a Cobap e as entidades defendiam, senhores e senhoras – eu estou na Presidência, vou só explicar –, que seriam 80% do PIB. Mas depois nós mudamos, eu até apresentei um projeto aqui na Casa dizendo que será o mesmo índice correspondente ao crescimento da massa salarial no País, que é medido pela Previdência e também pelo Fundo de Garantia. Então, eu apresentarei na semana que vem essa alteração e colocaremos o projeto em votação. Por isso ele sai de pauta.

Saiu de pauta, eu voltarei com o meu relatório.

Convido também o Senador que eu já havia chamado, Cyro Miranda, para a página 119, item não terminativo. Sugestão nº 06, de 2012. Se V. Ex^a quisesse apresentar o parecer *ad hoc* eu ficaria muito satisfeito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor pode contar sempre comigo, Senador Paulo Paim.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Anibal, só para ajudar, pág. 130. V. Ex^a seria o relator do próximo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A proposta da Andacon busca, também, alterar o dispositivo que determina que a Administração Pública direta e indireta de qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cyro, permita-me.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É a página 139, em que V. Ex^a é, de fato, o Relator. O Senador Cyro com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) –

A proposta da Andacon busca, também, alterar o dispositivo que determina que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, para nele incluir o §13. Esse novo dispositivo estabelece ser facultada ao Poder Legislativo a iniciativa da lei geral sobre concursos públicos.

Da análise.

Ao detalhar essa competência, o Ato nº 1, de 2006, da própria CDH, recomenda que esta Comissão se manifeste a respeito da constitucionalidade, da juridicidade.

Sobre o assunto, lembramos que os concursos públicos são instrumentos essenciais para o funcionamento do setor público e vitais para o Estado e a Administração Pública do Brasil e, como tal, merecem ser objeto de debate nesta Casa. Assim, cumpridas as exigências do referido Ato nº 1, de 2006 – CDH, quanto à coleta das 27 assinaturas, somos pela aprovação da SUG nº 6, de 2006, e sua consequente transformação em Proposta de Emenda à Constituição.

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 6, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Feita a leitura pelo Relator *ad hoc* Senador Cyro Miranda, em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo queira discutir, vamos à votação.

Os que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Relator.

(É o seguinte o item apreciado:

ITEM 12**SUGESTÃO Nº 6, DE 2012****– Não Terminativo –**

Altera os arts. 24 e 37 da Constituição Federal, para prever a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre concursos públicos e facultar ao Poder Legislativo a iniciativa legislativa sobre a matéria.

Autoria: Associação Nacional dos Concurseiros – Andacon

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda.)

O item 3 já foi lido e votado, o Senador Paulo Davim foi o Relator. Agora vamos para o item 14, página 139.

ITEM 14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2012****– Não Terminativo –**

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.

Autoria: Deputado Valdir Colatto

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Com a palavra o Relator.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, ao justificar a proposta, o Deputado Valdir Colatto afirma que cresce o desaparecimento de pessoas no mundo atual, porém não aumentam os meios para sua localização eficaz. Cita como uma das formas recentemente utilizadas a distribuição de fotos pela Internet. Assim, baseado no sistema de posicionamento, o autor propõe um sistema semelhante. Nele, as empresas montam sistemas de monitoramento utilizando as redes de telefonia móvel. As famílias, segundo o autor, contratariam o serviço e receberiam em tempo real, em seu celular, informações sobre a localização dos aparelhos cadastrados.

Complementa, ainda, que, futuramente, com base em laudo médico, o sistema, em casos de comprovada necessidade, poderia evoluir para o implante de *chips* subcutâneos em pessoas que necessitem ser monitoradas diariamente, a bem de sua própria segurança e integridade física.

Na Câmara, o projeto recebeu parecer pela aprovação das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Naquela Casa, a matéria foi considerada constitucional, jurídica e regimental.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída primeiramente a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), devendo seguir para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT), para deliberação em decisão terminativa.

À proposta não foram apresentadas emendas nesta Casa.

Análise.

A matéria está inserida no rol de competências privativas da União (art. 22, inciso IV, da Constituição Federal), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor com a sanção do Presidente da República. A iniciativa parlamentar é, pois, legítima.

No Senado Federal, cabe à CDH opinar, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, sobre os aspectos relativos à garantia e à

promoção dos direitos humanos. Por essa razão, sua apreciação neste Colegiado é pertinente.

Lembremos que essa proposição busca permitir que as prestadoras de serviço de telefonia móvel aluguem suas redes para que outras empresas implantem sistema de localização de pessoas, por meio do Sistema de Posicionamento Global (GPS).

Sem sombra de dúvidas, esse recurso ajudará a encontrar pessoas desaparecidas e, também, a rastrear idosos, pessoas com deficiência e adolescentes ou qualquer outra pessoa que necessite de acompanhamento. Afinal, hoje, o GPS já presta enormes benefícios ao setor de transporte, facilitando o deslocamento de pessoas. E, se aprovada, a proposta em tela prestará benefícios ainda mais significativos: serviços poderão ser contratados, para o envio de informações em tempo real, via mensagens de texto ou acesso à internet, sobre a localização de aparelhos cadastrados. Esse rastreamento será feito pela identificação do *chip* do aparelho celular.

Assim, sob a ótica dos direitos humanos, a proposta é extremamente positiva, pois possibilita, caso aprovada, a maximização do uso do GPS, utilizando-o como um instrumento eficaz de localização de pessoas desaparecidas.

A proposição é, além de tudo, oportuna. Afinal, o celular é, hoje, o meio de comunicação mais popular no Brasil, que já conta com cerca de 120 milhões de terminais em uso, inclusive pelas classes de menor renda.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2012.e Cidadania. Naquela Casa a matéria foi considerada constitucional, jurídica e regimental.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o relatório do Senador Anibal Diniz ao projeto de autoria do Deputado Valdir Colatto.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os itens 15, 16, 17 foram retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2007

– Não Terminativo –

Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos de investi-

gação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta.

Resultado: Retirado de Pauta para reexame.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, de 2009

– Não Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências.

Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPI).

Relatoria: Senador Magno Malta.

Relatório: Pela aprovação da matéria, com 05 emendas que apresenta.

Resultado: Adiado.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer pena de prisão aos maiores de 18 (dezoito) anos condenados pela prática de ato infracional equivalente a crime hediondo.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Magno Malta.

Relatório: Pela aprovação.

Resultado: Adiado.)

Vamos ao item 18.

Eu convidaria o Senador Cyro Miranda para assumir a Presidência, já que eu sou o Relator dessa matéria. Vou sintetizar o meu parecer logo que V. Ex^a, Sr. Presidente, me conceder a palavra como Relator. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda.Bloco/PSDB – GO) –

ITEM 18**TRAMITAÇÃO CONJUNTA****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2011****– Não Terminativo –**

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2010****– Não Terminativo –**

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Mão Santa.

Relatoria: Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, esses dois projetos visam a garantir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada, de autoria dos nobres Senadores Mão Santa e Antonio Carlos Valadares.

Sr. Presidente, sou pela aprovação.

Quero ver, aqui, com a Mesa, porque como entendo que o objetivo de ambos os Senadores é idêntico, em vez de simplesmente constar aqui no voto pela rejeição do PLS nº 79, de 2011, e pela aprovação do PLS nº 165, de 2012, a minha redação seria “pela votação parcial do PL nº 79 e pela aprovação do PL nº 165, com emenda que apresento”.

Esse é o voto, Sr. Presidente. Eu o fiz oralmente, mas depois ele pode ser formalizado.

Voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Nobre Senador Paim, como nós temos ainda questões que causam dúvidas aos dois Ministérios que se colocaram contra essa matéria, eu sugeriria pedido de vista para que a gente pudesse fazer o entendimento com a Bancada sobre o assunto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ou a retirada dele de pauta. Com isso, eu posso rever o meu parecer, já que eu quero fazer uma adaptação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu sugeriria a retirada de pauta, porque assim o Senador Relator poderá revê-lo e aí então, se a dúvida persistir, V. Exª poderia pedir vista.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito. Excelente; e aí um entendimento com a Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Retirado de pauta o item 18.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu o retiro de pauta até porque entendo que se os dois projetos têm o mesmo objetivo, eu não entendo correto rejeitar um e aprovar o outro. Então, com a retirada de pauta, eu apresentarei, em outro momento, parecer que vá na mesma linha.

Sr. Presidente, há outro projeto de que eu sou o Relator, que é o item 2. Na verdade, trata-se da Sugestão nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Item 2, página 39.

ITEM 2**SUGESTÃO Nº 3, de 2009****– Não Terminativo –**

Acrescenta art. 253-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados nas empresas de abate e processamento de carnes (frigoríficos) avícolas.

Autoria: Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (Contac).

Relatoria: Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Explico que esta é uma SUG (Sugestão), a Comissão apenas acata o projeto. Porque, quando eles me procuraram, Senador Cyro Miranda – eu sei que se trata de projeto polêmico –, eu lhes sugeri que o apresentasse como SUG, a Comissão o acata, daí é que vai para as comissões, e as comissões é que vão decidir se concordam ou não. Daí por que o meu parecer haver sido favorável, já que preencheu os requisitos regimentais. Isso não quer dizer que as Comissões de Assuntos Sociais, de Economia, enfim... Vão discutir e darão os pareceres contra ou a favor ao projeto.

Por isso que o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – extremamente democrático, Senador Paim.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Retorno à Presidência dos trabalhos desta Comissão ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda.

Dando continuidade à Ordem do Dia, página 286.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2011 – Não Terminativo –

Acrescenta §3º ao art. 52 da Lei de Execução Penal, para proibir visitas íntimas aos presos provisórios e condenados submetidos ao regime disciplinar diferenciado por envolvimento com o crime organizado.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador Eduardo Lopes (substituído por *Ad Hoc*).

Convido o Senador Anibal Diniz... Se quiserem retirá-lo de pauta, eu o retiro também. (*Pausa.*)

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vamos proceder ao relatório, que já é pela rejeição, e o assunto é tratado no Código Penal.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda como Relator *ad hoc*.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280, de 2011.

O autor justifica a iniciativa com fundamento na importância de evitar que esses presos enviem mensagens, por intermédio de cônjuges, companheiras ou namoradas, às organizações criminosas às quais pertencem.

Com isso, pretende-se dificultar a articulação do crime organizado, protegendo o público em geral e também, mais especificamente, as pessoas envolvidas na investigação criminal contra esses presos, sujeitas a vinganças e ameaças.

Da análise.

A matéria se insere no rol de competência legislativa da União, sendo admitida a iniciativa parlamentar. Nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno...

Com relação ao mérito, observamos uma inconsistência na proposição. Se o objetivo é impedir que os presos perigosos submetidos ao regime disciplinar diferenciado usem as visitas íntimas para se comunicar com os comparsas, essa restrição deveria ser aplicável tanto aos envolvidos com a organização criminosa quanto aos presos que apresentam risco para a ordem.

Além da visita íntima, o regime disciplinar diferenciado admite a visita semanal de duas pessoas, sem contar crianças, com duração de 2 horas, bem como o contato pessoal reservado a advogados.

Diante da inaptidão dos meios propostos para atingir os objetivos do PLS nº 280, não reconhecemos nenhum benefício real que possa ser sobreposto ao evidente prejuízo de restringir direitos reprodutivos e de intimidade dos presos e de seus parceiros sexuais, que sejam casados ou não.

Em razão do exposto, o voto que concluímos é pela rejeição do PLS nº 280, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como ninguém quer discutir, já colocamos em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordarem com o parecer apresentado pelo Senador Cyro Miranda, *ad hoc*, permaneçam como se encontra. (*Pausa.*)
Rejeitado.

Vamos agora ao item 22, vez que o 21 já foi votado.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2011 – Não Terminativo –

Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Convido o Senador Anibal Diniz, se puder, a apresentar o relatório como Senador *ad hoc*.

Senador Anibal Diniz, página 307, Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2011, também não terminativo. Se puder sintetizar...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O projeto é uma proposição da Senadora Marta Suplicy.

Submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que cuida de reconhecer os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais, dispondo sobre a matéria em seis artigos.

O projeto foi relatado pelo Senador Eduardo Suplicy, que foi favorável à matéria e concluiu com o seguinte voto: “Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 658, de 2011”, com apresentação de uma emenda, que acompanha o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Segundo me dizem, já foi lida a matéria, mas, por segurança absoluta... Já foi lida duas vezes, então.

Vamos ao voto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Eduardo Suplicy, que vai prevalecer se efetivamente foi lido, senão, prevalecerá o relatório do Senador Anibal Diniz, *ad hoc.* (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 700, de 2011

– Não Terminativo –

Acrescenta art. 2º-A à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para isentar de tarifas bancárias as pessoas com deficiência que auferiram renda mensal bruta de até cinco salários mínimos.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Wellington Dias.

Eu convido o Senador Cyro Miranda, intercalando uma relatoria de cada Senador que está dando – dando não –, que está prestigiando a nossa Comissão nesse fim de Legislatura.

Página 323, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto é para isentar das tarifas bancárias as pessoas com deficiências que auferirem renda mensal bruta de até cinco salários mínimos.

Na justificativa do projeto, o autor enfatiza a importância da isenção proposta. Tal benefício, segundo o Senador Lindbergh Farias, observa o princípio da proporcionalidade em matéria econômica, visto que as pessoas deficientes têm sua capacidade de pagamento reduzida por gastos com medicamento, equipamento e tratamento.

Contudo, acreditamos que o PLS nº 700, de 2011, ainda pode receber aprimoramento, de modo a virmos assegurado seu máximo comprometimento com a forma contemporânea dos ideais da justiça social.

Outrossim, propomos o acréscimo de dois parágrafos ao art. 2-A, criado pelo PLS nº 700, de 2011. Ambos estabelecem salvaguardas ao dinheiro público. O primeiro parágrafo considera o volume de movimentações financeiras como indicadores da renda do cidadão, restando claro que, ainda que apresentado

algum documento atestando a renda mínima bruta inferior a três salários mínimos, a isenção não se aplicará ao cidadão que demonstre riqueza incompatível com a renda bruta definida pelo PLS nº 700, de 2011.

O segundo parágrafo acrescido ao art. 2-A do PLS nº 700, de 2011, dá às instituições bancárias a iniciativa de rever, por discordar, a classificação do cidadão como hipossuficiente, do ponto de vista econômico.

Assim, dispondo o banco de informação qualificada acerca da não fidedignidade da informação que atestou a hipossuficiência, ou ainda constatando o progresso da situação econômico-financeira da pessoa com deficiência, poderá cancelar a isenção, cobrando normalmente as tarifas contratuais.

Voto.

Dadas as razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2011, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 700, DE 2011

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para isentar de tarifas bancárias as pessoas com deficiência que auferiram renda mensal bruta de até três salários mínimos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. As instituições financeiras, públicas ou privadas, deverão isentar de tarifas bancárias as pessoas com deficiência que auferiram renda mensal bruta de até três salários mínimos.

§ 1º É vedada a isenção de tarifa à pessoa com deficiência que apresentar movimentações financeiras, aplicações e investimentos incompatíveis com a renda mensal bruta de até três salários mínimos.

§ 2º As instituições financeiras, públicas ou privadas, poderão reavaliar, a qualquer tempo, a situação econômico-financeira das pessoas com deficiência isentas do pagamento de tarifas bancárias.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

O Projeto é de autoria do Senador Lindbergh Farias e a relatoria é do Senador Wellington Dias. O Senador Cyro Miranda foi o Relator *ad hoc*.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O Item 24 foi retirado de pauta, o item 25 já foi votado, o item 26...

Agora, convido o Senador Anibal Diniz para, se puder, assumir a Presidência, porque sou Relator dos itens 26, 27 e 28. Aí terminamos os não terminativos. Dali para frente, só terminativos. Essas três são as últimas votações que faríamos hoje.

Já vou esclarecendo que esse projeto é de autoria da Senadora Ana Rita. Eu sou o Relator da matéria, mas passo a palavra ao Senador Anibal Diniz para assumir a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agora, vamos ao item 26.

ITEM 26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2012 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para dispor sobre a adaptação dos veículos utilizados no transporte coletivo aos requisitos de acessibilidade das pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Ana Rita.

Relatoria: Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Anibal Diniz, Senador Cyro Miranda, este projeto da Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão, visa à adaptação dos veículos utilizados no transporte coletivo aos requisitos de acessibilidade das pessoas com deficiência.

Como eu fui o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, temos um compromisso enorme com essas pessoas especiais, eu diria. Por isso, abreviando meu parecer, não tenho nenhuma dúvida de que, em razão do mérito da proposição, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 147, da nobre Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem deseje discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2012 – Não Terminativo –

Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior aos candidatos reconhecidamente pobres na forma da lei, cuja renda familiar seja de até um salário mínimo.

Autoria: Senador Mário Couto.

Relatoria: Senador Paulo Paim, a quem, de imediato, passo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, há uma série de iniciativas na Casa no sentido de que se tenha um carinho especial para com aquelas pessoas com renda familiar baixa, a fim de que possam fazer concursos públicos. Lembro até que, ainda esta semana, ouvi um belo discurso do Senador Ricardo Ferraço nesse sentido.

Então, esse projeto do Senador Mário Couto vem no mesmo sentido, não havendo por que eu não dar parecer favorável. Inclusive, acabei apresentando mudanças, todas com o mesmo objetivo, não interferindo no mérito do projeto.

Por isso, o meu voto é pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem deseje discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Passemos ao item de nº 28.

ITEM 28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, de 2012 – Não Terminativo –

Dispõe sobre a validade de laudo de exame médico-pericial de pessoa com deficiência permanente.

Autoria: Senador Gim Argello.

Relatoria: Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, nós todos – e digo “nós todos” porque é todo o Congresso e todo o movimento sindical – temos preocupação com a questão das perícias. E o Senador Gim Argello teve a sensibilidade de tratar desse tema.

Passo a ler a redação final das mudanças que fiz, que é o que vai interessar para a deliberação dos nossos pares.

Art. 2º-A. Para fins de recebimento de quaisquer benefícios assistenciais ou previdenciários, a deficiência deve ser atestada mediante laudo pericial.

§1º O laudo pericial que ateste deficiência permanente terá validade indeterminada.

§2º Entende-se como sendo permanente a deficiência sobre a qual, devido à sua natureza ou à estabilidade observada por período de tempo suficientemente longo, possa ser presumida a improbabilidade de cura ou de remissão significativa.

Ou seja: só quando se verificar que não há retorno é que o laudo será considerado permanente.

Por isso, o meu parecer é pela aprovação do projeto do Senador Gim Argello.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, considerando aqui algumas questões colocadas, como a de que, inclusive, o Ministério da Saúde não se manifestou e de que há sugestões a serem feitas, nós solicitamos que, se possível, o projeto seja retirado de pauta para acolher as sugestões do Ministério da Saúde. Aí, só então, a matéria retornaria à pauta para deliberação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se V. Exª me permitir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sugestão da Senadora Ana Rita para que seja retirado de pauta.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu, como Relator, vou dizer o que tenho dito sempre: concordo com a retirada de pauta, desde que, efetivamente, o Ministério da Saúde e outros Ministérios... Porque a gente retira de pauta e, depois, eles não se manifestam. Então, que esses Ministérios se manifestem para que a gente possa votar o projeto na próxima semana.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ressalva se possível.

Como essa não é uma matéria terminativa e para não retardar, que o Ministério tenha a possibilidade de se manifestar na próxima. Do contrário, vamos retardar aqui, porque, tenho certeza, ele não vai se pronunciar,

como já aconteceu outras vezes. Então, na próxima comissão, onde a matéria terá caráter terminativo, ele terá de se pronunciar, e nós não atrasaríamos. Digo isso porque, senão, a nossa pauta vai se acumulando, acumulando...

Então, já que não é terminativo, acho que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se houver a concordância da Senadora Ana Rita...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Claro, se houver a concordância da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu concordo sim.

O projeto vai para qual comissão depois? É para a Comissão de Assuntos Sociais? Porque acho que a Comissão... (Pausa.)

Faltam duas comissões?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Por favor, assessoria...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Bom, se ele for ainda para duas comissões, eu não vejo problema em votar aqui na Comissão de Direitos Humanos e, na comissão de mérito, que é a Comissão de Assuntos Sociais, com certeza, faríamos lá...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Faríamos lá a negociação devida. É a Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, na Comissão de Assuntos Sociais, faremos os acréscimos, as modificações que fora necessárias a pedido do Ministério da Saúde.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço, então, à Senadora Ana Rita, em nome do Senador Gim, porque sou apenas Relator da matéria. Agradeço também ao Senador Cyro Miranda pela ponderação. Agradeço o atendimento por parte da Senadora e também do Senador Anibal Diniz. Poderíamos não votar se ambos assim o quisessem. Seria só pedir vista, e não votaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Nada como um bom entendimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perdão, V. Exª vai colocar em votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. Embora, tenham terminado

os itens não terminativos, eu gostaria de deixar lidos... Tenho três relatórios terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Temos aqui um item extrapauta. Podemos fazer a apresentação do relatório?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Tenho um compromisso inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Neste momento, devolvo a Presidência ao Senador mais atuante do Senado Federal do Brasil, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é bondade porque V. Ex^a é meu amigo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então, somos todos seus amigos. Há unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós todos. Nós todos, e, por isso, estamos aqui, às 2h da tarde, e votamos mais de 30 projetos, calculo, no dia de hoje. Meus cumprimentos, Senador Cyro Miranda, Senador Anibal Diniz e Senadora Ana Rita.

Com a palavra o nobre Senador Cyro Miranda, para ler o seu relatório de um item terminativo. Trata-se do item 37, página 465.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Esse tenho o prazer de ler porque é um item de sua autoria.

Trata-se do item nº 37. Se V. Ex^a quiser ler a ementa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como é terminativo, V. Ex^a fará a leitura do relatório, e o votaremos nas próximas reuniões.

Primeiro, consulto o Plenário acerca da inversão da pauta para que o Senador Cyro Miranda faça a leitura do relatório do projeto de minha autoria, que modifica os artigos 121 e 122 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2003

– Terminativo –

Modifica os artigos 121 e 122 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Passo a palavra ao Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Sr^{as} e Srs. Senadores pela inversão de pauta dos relatórios que aqui tenho.

O PLS altera o § 5º do art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de modo que, no caso de liberação compulsória aos 21 anos de idade, o restante do tempo da internação seja convertido em prestação de serviços à comunidade, nos termos do art. 117 da referida lei. Além disso, o projeto passa a admitir a aplicação da medida de internação quando “o adolescente for integrante do crime organizado ou tiver envolvimento com o tráfico de drogas”, dando, assim, nova redação ao inciso I do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vou já para a análise, Sr. Presidente.

Tenho só elogios a esse projeto, projeto porque as crianças e adolescentes que praticam os atos “infracionários”, no art. 103, sujeitam-se necessariamente às medidas socioeducativas pertinentes, de maneira a permitir que as sanções que lhes são imputadas as tornem conscientes das responsabilidades pelos atos cometidos, reeducando-as, enquanto indivíduos e membros de uma coletividade.

Portanto, Sr. Presidente, meritoriamente, somos pela aprovação desse projeto de autoria de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Como não há número para deliberação, a matéria fica aberta à discussão e será incluída oportunamente em pauta.

Vamos ao próximo relatório do Senador Cyro Miranda, o item nº 38.

ITEM Nº 38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2007

– Terminativo –

Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Cyro Miranda, a quem eu passo a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Esse projeto dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências.

É um projeto muito simples, que visa a dar aos portadores de deficiência visual acesso aos caixas eletrônicos.

Os serviços e a comunicação bancários são importantíssimos na vida cotidiana de milhões de pessoas, a tal ponto que a falta de acessibilidade na sua prestação prejudica consideravelmente a autonomia para o exercício de direitos e obrigações corriqueiros, tais como sacar dinheiro, consultar saldos e fazer pagamentos e transferências. A inexistência de norma que obrigue as instituições financeiras a utilizar o sistema braile ou outro meio afim na comunicação e na prestação de serviços aos clientes com deficiência visual inviabiliza a autonomia plena dessas pessoas, sobretudo devido à importância dos serviços bancários na vida cotidiana.

Elogiando o Senador Alvaro Dias, pela sua autoria, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Cyro Miranda já fez a leitura do seu parecer em relação ao projeto do Senador Alvaro Dias, que sai de pauta e será votado oportunamente, porque é terminativo.

O Senador Cyro Miranda ainda é Relator do item 42.

Consultamos o Plenário se concorda com a inversão de pauta, para que o Relator, Senador Cyro Miranda, possa apresentar seu parecer relativo ao item 42, que está à página 570, que é terminativo e que trata do PLS nº 352, de 2008. *(Pausa.)*

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inversão de pauta.

Com a palavra, o Relator, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É o item 42, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o item 42.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O item 41 eu também o relatei como Relator *ad hoc*, mas não sei se ele já foi lido. Já foi lido, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a o leu. Ele está aqui como lido.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito!

Esse Projeto é de autoria do Senador Alvaro Dias e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Preliminarmente, devemos ter clareza acerca da distinção entre trabalho e aprendizagem. A aprendizagem é formação técnico-profissional, de caráter educativo, não laboral. O art. 227 da Constituição ga-

rante aos adolescentes o direito à profissionalização, que ocorre mediante duas modalidades, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII: a aprendizagem é permitida para adolescentes com idade a partir de 14 anos, e o trabalho é reservado àqueles com idade igual ou superior a 16 anos. Por isso, compartilhamos o entendimento da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de que o projeto original pretende alargar o sentido da aprendizagem até uma zona cinzenta nos limites do trabalho, ignorando a vedação constitucional expressa de restringir a aprendizagem aos maiores de 14 anos e o trabalho aos maiores de 16 anos.

Infelizmente, sou pela rejeição desse projeto, porque ele fica inconstitucional em função da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós, com certeza, acompanhamos o seu parecer, mas, como não há número para votar o Projeto, que é terminativo, ele será votado na próxima reunião. Portanto, continua aberta a discussão.

(É o seguinte o item cuja discussão e votação foram adiadas:

ITEM 42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2008 – Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: pela rejeição.)

Agora, há o item 43, projeto terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns. A Senadora Angela Portela é a Relatora.

Eu convidaria a Senadora Ana Rita para dar o seu parecer como Relatora *ad hoc*. O item está à página. 587.

ITEM 43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2008 – Terminativo –

Altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade.

Autoria: Senador Flávio Arns.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, Relatora *ad hoc*, para fazer a leitura do relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, no relatório, a análise é longa. Foram oferecidas algumas emendas ao projeto. Vou fazer apenas a leitura da parte final da análise, incluindo as emendas.

O PLS nº 412, de 2008, tem, portanto, todos os méritos para ser convertido em lei. Antes disso, porém, recomenda-se efetuar nele pequenos ajustes redacionais para emprestar à ementa mais concisão e precisão e para inserir ao final dos artigos modificados a sigla NR, indicadora de Nova Redação, conforme disposto nos arts. 5º, 11 – acho que é inciso; não se diz o que é o número 11 –, inciso II, alínea “a”, e 12, inciso III, alínea “d”, da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Ademais, os comandos centrais dos arts. 54 e 208 do ECA não estão sendo alterados pelo projeto, o que torna desnecessário transcrevê-los.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008, com as emendas de redação seguintes:

EMENDA Nº – CDH

(ao PLS nº 412, de 2008)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008, a seguinte redação:

“Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.”

EMENDA Nº – CDH

(ao PLS nº 412, de 2008)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º. O art. 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 54
IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;
.....’ (NR)”

EMENDA Nº – CDH

(ao PLS nº 412, de 2008)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 2º. O art. 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 208
III – de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;
.....’ (NR)”

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está lido o relatório da Senadora Angela Portela pela Senadora Ana Rita, *ad hoc*.

A matéria sai de pauta e será discutida e votada na próxima reunião.

Voltamos ao Senador Cyro, item 44.

ITEM 44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, de 2008 – Terminativo –

Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrívão constitui modalidade de deficiência física.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Convido o Senador Cyro Miranda a apresentar o seu parecer.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu tenho a satisfação de relatar este projeto e de dizer a V. Ex^a que é um projeto que me chamou muito a atenção porque comecei a receber várias cartas, e com fotografias, do estado em que se encontravam essas pessoas.

Eu passo a relatar.

Este é um projeto para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrívão constitui modalidade de deficiência física.

A lei que se pretende alterar dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social e sobre Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde).

É uma síndrome que já existe e eles estão precisando recorrer à Justiça. E toda vez que recorrem à Justiça ganham. Então, é para incluir este projeto.

Análise.

A síndrome do escrívão caracteriza-se por contrações musculares involuntárias no membro superior, decorrentes de ações repetitivas como escrever, tocar piano, jogar, operar máquinas ou computadores. Em alguns casos, a distonia pode afetar mais de uma função da mão. Frequentemente, a pessoa fica impedida de exercer atividade laboral, sendo, dessa forma, parcialmente excluída da vida em sociedade. Como consequência, a síndrome do escrívão traz, de fato, sérias repercussões na qualidade de vida de milhares de brasileiros em fase ativa profissional e, ademais, provoca distúrbios psíquicos e socioeconômicos, devido à limitação para realização das atividades diárias. Por

essa razão, entendemos que a inclusão da síndrome no rol das deficiências é uma medida justa, que beneficiará parte da população brasileira incapacitada para o mundo do trabalho. Não impedindo, assim, que os institutos legais façam seus exames para a constatação.

Então, somos pela aprovação, Sr. Presidente.

Em seguida, peço a V. Ex^a a inversão de pauta para mais dois projetos, pois tenho de presidir uma comissão mista agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza o Plenário vai entender.

Feito o relatório, sai de pauta o projeto do Senador Arthur Virgílio, que V. Ex^a apresentou.

V. Ex^a solicita que o Plenário permita a leitura do relatório do item 49...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Itens 49 e 57. E finalizo a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se não houver objeção do Plenário, coloco em votação o pedido de inversão de pauta para votarmos os itens 49 e o 57. É isso?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente, nºs 49 e 57.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assegurada a inversão de pauta, V. Ex^a tem a palavra para apresentar o seu relatório sobre o Item nº 49 e, em seguida, sobre o Item nº 57.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O Item nº 49 é o PLS nº 175, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, para incluir entre os benefícios do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar para Estudantes (PNATE) os estudantes residentes em Municípios que não dispõem de escolas de ensino médio e de educação social, os quais se veem obrigados a se deslocarem a Municípios vizinhos. Para esses jovens, impõe-se a necessidade de oferta de transporte escolar intermunicipal.

Note-se que os alunos com deficiência enfrentam extremas dificuldades de locomoção, o que torna urgente e necessária sua inclusão incondicional nos programas suplementares que a Constituição estabeleceu em benefício dos estudantes.

Além do mais, frequentar a escola regular é uma prerrogativa dos estudantes com deficiência, mas não uma exigência que lhes suprima as garantias públicas de vida a todos os demais estudantes, caso optem pela educação especial.

Parabenizo também o autor, o Senador Flávio Arns.

Somos pela aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lido o relatório pela aprovação, a matéria sai de pauta e continuará a discussão na próxima reunião.

Esse foi o item nº 49.

(É o seguinte o item cuja discussão e votação foram adiadas:

ITEM 49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2010 – Terminativo –

Altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu Município de residência.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação da Matéria com uma emenda de redação que apresenta.)

Agora, passamos ao item nº 57.

Como já votamos a inversão de pauta, Senador Cyro Miranda, para o Projeto de autoria do Senador Gim Argello nº 651, de 2011, do Senado, terminativo, V. Ex^a tem a palavra para a leitura do relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011, de autoria do Senador Gim Argello, pede para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.

Análise.

Tornar mais específica a educação para pessoas idosas também pode-se revelar uma ferramenta importante no combate ao analfabetismo nas faixas etárias mais elevadas. Esse problema vem-se agravando, conforme demonstra levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que mostra um aumento de 12% na quantidade de pessoas com mais de 65 anos, sem o domínio da escrita e da leitura, no período de 2004 a 2009. Tal fenômeno ocorre apesar dos esforços da sociedade para a redução do analfabetismo em nosso País. A eficácia desses esforços, em relação às pessoas idosas, certamente passa pelo reconhecimento de que é imprescindível oferecer um ambiente adequado às suas necessidades específicas.

Portanto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do PLS nº 651, de 2011, de autoria do Senador Gim Argello.

Também aproveito para agradecer à generosidade desta Mesa e dos meus pares pela alteração de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, o Senador Cyro Miranda deu o seu

parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 651, do Senador Gim Argello.

O parecer favorável será votado no momento adequado, na próxima reunião.

(É o seguinte o item cuja discussão e votação foram adiadas:

ITEM 57

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 651, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação.)

Pergunto à Senadora Ana Rita se gostaria de fazer a leitura de algum dos projetos de que é Relatora. Há um aqui, de que é autora...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, os itens nºs 31 e 32 já foram lidos, de que sou Relatora. Não há condição de votá-los, porque não temos quórum.

Acho que tem um aqui em que, na verdade...

O item nº 51 já foi lido. O Senador Eduardo Suplicy ficou como *ad hoc*.

Então, de minha autoria e de minha relatoria, veja o item nº 47... O item nº 47 já foi lido também. Eu sou *ad hoc* no item nº 47. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É terminativo. Relatora a Senadora... Já foi lido. V. Exª já leu. *(Pausa.)*

Há um projeto, Senadora Ana Rita, de que sou Relator. Se V. Exª quiser presidir, eu faria a leitura do Item nº 56, que também é terminativo, e ficaríamos para discussão e votação na semana que vem.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Só uma questão antes, Sr. Presidente. Há alguns projetos aqui que, claro, não poderão ser votados. Já foram lidos inclusive, mas são projetos que precisaríamos avaliar melhor. São projetos polêmicos. Como V. Exª pensa em encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu faria o seguinte encaminhamento: depois de terminarmos a reunião, V. Exª conversa comigo, e nós colocaremos na pauta depois da conversa que teremos, para que eles sejam votados, ou não, na semana que vem.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É porque são polêmicos, e acho que fica muito difícil podermos votar na próxima semana sem uma conversa maior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato. Estamos inteiramente à disposição.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu posso presidir para que V. Exª faça a leitura do outro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) –

ITEM 56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011

– Terminativo –

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidenta, o nobre Senador e Líder do PT aqui na Casa, que antecedeu o nosso Líder atual, apresenta um projeto que tem por finalidade garantir a adequação das unidades habitacionais, construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, às necessidades dos idosos e dos deficientes. Para isso, ele apresenta o atual projeto, determinando que os construtores desses imóveis promovam as adaptações necessárias quando demandados.

Por isso, eu não tive nenhuma dúvida em dar parecer favorável pela aprovação do projeto do nobre Senador Humberto Costa.

Esse é o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Como não temos quórum para aprovação, para deliberação, deixaremos para incluir na pauta da próxima reunião.

Retorno a palavra ao Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Continuarei presidindo esta reunião porque há uma solicitação de extrapauta de autoria do Senador Paulo Paim.

Eu gostaria de saber se posso incluir como extrapauta. É um requerimento.

Antes de fazer a leitura, eu quero submeter ao Plenário se há concordância em que o requerimento possa entrar como extrapauta. *(Pausa.)*

Como não há ninguém que se manifestou contra, estamos entendendo que é possível.

EXTRAPAUTA**ITEM 61****REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 139, de 2012**

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Risf, requero a realização de audiência pública para debater “a grave situação dos idosos, aposentados e pensionistas no Brasil”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a gostaria de se manifestar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na verdade, Sr^a Presidenta, nós queremos aprofundar o debate da situação dos idosos, dos aposentados e também dos pensionistas. Por isso, aproveitei este momento para apresentar este requerimento extrapauta, e as pessoas serão convidadas mediante encaminhamento que farei nos próximos dias.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação a inclusão extrapauta do requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a palavra ao Presidente, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, se não me engano, trata-se de um projeto do qual V. Ex^a ainda é Relatora e que não foi lido. Se V. Ex^a quiser...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido? Já foi lido.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu solicito, então, Senador Paulo Paim, já que concluímos aqui a nossa pauta, que possamos conversar um pouco sobre os projetos que estão na pauta, que foram lidos na reunião de hoje e que poderão entrar nas reuniões seguintes, mas são projetos que mereceriam uma atenção maior. Eu acho que seria muito bom se nós pudéssemos, então, garantir uma conversa sobre esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência assegura à nossa querida Vice-Presidenta – porque agora é Presidenta – que a gente converse no dia de hoje, ajustando a pauta da próxima semana, dando um espaço para um diálogo maior nos projetos considerados mais polêmicos.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a reunião de hoje, que foi deliberativa, uma reunião produtiva, em que votamos dezenas de projetos.

Muito obrigado a todos.

Encerrada a nossa reunião de hoje.

(*Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 49 minutos.*)

ATA DA 67^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e doze, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim e João Costa**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 134, de 2012-CDH**, aprovado em 08/11/2012, de, que requer a realização de audiência pública para tratar da “a defesa da CLT e os direitos trabalhistas”. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Convidados:** João Pedro Ferraz dos Passos, Ex-Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; Vivaldo Vieira Barbosa, Advogado Trabalhista e Professor de Direito; Joilson Antonio Cardoso, Secretário Nacional de Políticas Sindicais e Relações Institucionais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; Marcelo Gonçalves Campos, Auditor-Fiscal do Trabalho, em substituição a Senhora Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT. O Senhor Presidente franqueia a palavra a diversas lideranças presentes no plenário da Comissão: João Barbosa, Diretor do Sindicato da Construção Civil do Distrito Federal; Raimundo Salvador da Costa Braz, Secretário-Geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Distrito Federal; Pedro Antônio Pinto, Coordenador Regional da Federação Nacional dos

trabalhadores Celetistas nas Cooperativas no Brasil; e Higino França Diretor da Associação Comercial do DF. O Senador João Costa anuncia a presença, na galeria da Comissão, de alunos do Centro de Ensino nº 09 de Taguatinga Norte, Distrito Federal. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim e João Costa**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 134, de 2012, da CDH, aprovado em 08/11/2012, de autoria deste Senador e de outros, para debater a defesa da CLT e os direitos dos trabalhadores.

Convidados para este debate: João Pedro Ferraz dos Passos, ex-Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho – já o convido para a Mesa – e Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. Também foram convidados outros dirigentes de centrais, do Fórum Sindical e advogados, que estão se deslocando para esta sala.

Nós teremos mais que uma reunião.

Além de esta nossa audiência ser reproduzida diretamente pela TV Senado, neste momento, estamos, para aqueles que quiserem acompanhar, sendo assistidos pelos canais 3 e 4 e TV Digital 51.1. A quem quiser participar dos nossos debates bastará ligar para 0800-612211 e encaminhar a sua opinião. Na Internet, o endereço é www.senado.gov.br/alosenado. Se não constar na tela, o pessoal não pega. Só falar aqui não resolve, na minha avaliação, nada, porque ninguém pega. Alguém vai pegar www.senado.gov.br/alosenado? Não pega! Ou vai pegar 0800-612211? Então, faço um

apelo para que, se puder, faça constar na tela essas informações, daí, sim...

Enquanto nossos convidados estão chegando, vamos iniciar aqui os nossos trabalhos, e não poderia deixar de ser assim. Estou vendo o líder dos caminhoneiros do Rio Grande do Sul, que tem um belo trabalho nessa área, e muitos outros sindicalistas. Depois, os dirigentes que estão na Mesa poderão comentar.

Instalamos nesta Comissão, meus amigos que estão na Mesa conosco – ex-Procurador-Geral do Ministério Público, Dr. João Pedro Ferraz, e Bira –, desde segunda-feira, o que chamamos de estado de vigília permanente pela aprovação do fim do fator previdenciário ou mesmo por uma alternativa. Somos daqueles que entendemos que algo tem que surgir, pelo menos uma alternativa. Estava tudo acertado para que isso acontecesse e lamentamos que esteja havendo certa vacilação por parte de alguns setores e que o fim do fator ainda não tenha sido votado.

Nós, mais uma vez, fazemos aqui um apelo para que essa lei que, para mim, é hedionda, que eu poderia chamar quase de meliante – é uma lei, no meu entender, bandida, uma lei que não merecia, em hipótese alguma, existir num País democrata como o nosso, porque retira a metade do salário do trabalhador celetista, aquele lá da Previdência urbana, Previdência que tem o superávit de mais de 13 bi... Para se ter uma ideia, Bira, eu disse que, se alguém me provar – já disse isso dez vezes e ninguém me responde –, que a Previdência urbana não é superavitária, mesmo com o fim do fator ou com a alternativa que possa surgir, renuncio ao meu mandato. E disse isso inúmeras vezes e ninguém diz nada. Não vou renunciar nunca! É isso que vai acontecer.

Enfim, ainda há esperança, que, como dizem, é a última que morre, meu amigo de longas jornadas também aqui. Ainda tenho esperança de que a Câmara faça o que o Senado fez, nem que seja uma alternativa, porque pior do que o fator não há. Para os outros setores, a partir de 94 para cá, faz a média e aquele é o salário. Para o trabalhador da área urbana, faz-se o mesmo cálculo e depois se aplica o redutor em cima, e se tira da mulher, por exemplo, 51%. Isso é desonesto. É desonesto! Faz 12 anos que falo sobre isso e vou continuar falando. Ainda dizia ontem, numa audiência que tivemos, que Deus há de me ajudar, e até usei o termo “Deus é Pai”, para que eu não morra sem acabar com essa maldita lei que uma mente não iluminada, mas da escuridão – deve ser da escuridão, das sombras, do subterrâneo –, veio e encaminhou. E, infelizmente, sou Governo, todo mundo sabe, o nosso Governo fez muita coisa boa, mas essa não conseguiu fazer.

Nós temos uma dívida com os aposentados e com os trabalhadores da ativa, porque quem pega essa lei bandida é o trabalhador da ativa. Serão os aposentados de amanhã. Então, todo trabalhador celetista pode saber que o facão vai pegá-lo pela metade no salário. Isso é inadmissível.

Como dizia para o Bira, não acuso ninguém; defendendo causas. E uma dessas causas é a luta contra o fator previdenciário. Não cito nome de ninguém, não é o meu papel, mas não vão querer que eu não cite que quero acabar com o fator. Daí também não tem razão. Que mandato é esse em que um senador ou deputado não se posiciona quando todos dizem que a lei não vale nada, que é uma lei vagabunda, uma lei que não presta? É uma lei que, para mim, devia ser crime hediondo. E ninguém contesta! É isto que estou dizendo: que ninguém contesta. Pelo contrário, chegam a dizer o seguinte: “Ah, o fator já cometeu todas as maldades”. Mas, então, por que não mudam?

O próprio Ministro da Previdência, ele mesmo disse...

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode falar.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – De qual quer maneira... O Senador Garibaldi, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Garibaldi Alves.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Deixe-me fazer uma pergunta, Presidente, enquanto esperamos o nosso povo chegar. Esse fator previdenciário foi colocado na época em que o Presidente era o Fernando Henrique?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Isso veio para, como o senhor disse, um crime hediondo como esse, tirar direitos, reduzir salários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tirar direitos dos trabalhadores urbanos. Só esses que pegam.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Executivo, Legislativo e Judiciário não pega nem pega...

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – E qual é a razão para a gente fazer uma lei que penalize menos os trabalhadores? Por que estou falando isso? Tem aí uma proposta rolando, a 85/95...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bom me provocar para eu poder responder...

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – ...que eu, sinceramente, acho que é, não tenho dúvida, diferente do que está agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do que o fator.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Agora, continua penalizando. Isso aí eu queria saber como o senhor analisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me explicar, foi boa sua pergunta, porque as pessoas estão assistindo, elas assistem às audiências públicas da Comissão. Quando aprovei o meu projeto aqui no Senado, por unanimidade, e ele está lá na Câmara há mais de 6 anos, eu acabava com o fator e voltava o tempo de contribuição somente: 35 anos para o homem e 30 anos para a mulher, para efeito de aposentadoria. Pois bem, essa lei, está dito que o Governo, como aprovei aqui, não aceita, não deixa votar e, caso seja votada, vetará, como já vetou. Isso é fato, é real.

Qual é a alternativa que está surgindo? É a fórmula 85/95, que seria aprovada como substitutivo ao meu projeto. Por que entendo que, se não der tudo, vamos avançar naquilo que podemos? Sem sombra de dúvida, ela é muito melhor que o fator, e vou explicar por quê. A mulher hoje, para se aposentar pelo fator, tem que estar com 67 anos de idade e 35 de contribuição. Com a fórmula 85, ela se aposenta com 55 e 30 de contribuição. É uma grande diferença, e estamos falando de quem é celetista, de quem está lá batendo ferro, quem está na rua, quem é trabalhador braçal mesmo da área urbana. Não é nada, não é menos, mas são 12 anos a menos de vida. Por isso que tem sentido. Para o homem, para se aposentar com o fator, também a idade é 67. Por essa fórmula, ele se aposenta com 60 ou 59 se tiver 36 de contribuição. Se ele começou mais cedo, claro que ele vai ser contemplado, porque ele vai ter um tempo maior de contribuição e a soma também vai ajudá-lo.

Então, a fórmula, Bira, é claro que eu sei. Entendo, eu dizia outro dia aqui para companheiros do movimento sindical, que ela não é o ideal, mas já é adotada para o servidor público. Para o servidor público, funciona a fórmula 85/95. O pior de tudo, Bira, vou dizer a você, é que nem essa fórmula eles estão querendo votar. Essa é a minha indignação. O movimento sindical, praticamente, claro, protesta, mas cede, porque não tem como achar outra alternativa. Nem a fórmula 85/95, parece-me, querem votar. Sabe o que querem? A 95/105. É pior do que o fator. Daí, sim. É brincadeira querer criar uma lei pior do que o fator ainda. Então, não é sério isso aí, é brincar com a vida das pessoas. Querer vir com a 95/105 não é sério, é

brincar com a vida das pessoas. E para isso não tem diálogo de jeito nenhum.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Meu querido Presidente, Senador, tenho acompanhado sua luta aqui em defesa dos trabalhadores, dos direitos dos trabalhadores; o exemplo é esta audiência que o senhor e o querido Senador de Tocantins, Senador João Costa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que já está conosco aqui. Foi o autor do requerimento.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Quero solicitar... Ele é o autor do requerimento. Então, você imediatamente concordou, foi beleza e tal. Evidentemente, não está aqui... O que acho da sua pessoa – porque o que você faz por nós, em todas as questões, não estou falando só dessa, de todas – é que o trabalhador encontra guarida aqui na sua...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me um aparte.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fiz já a introdução que tinha de fazer, o compromisso que assumi de fazer meu protesto contra o fator.

Então, de imediato, vamos começar; já chegou o Vivaldo, grande Vivaldo, que foi constituinte comigo – depois vou conceder a palavra ao Vivaldo Barbosa –, Deputado Federal Constituinte naquela trincheira de resistência que instalamos naquele período de muita peleia. Para vocês terem uma ideia, naquela época, até no tapa tínhamos que sair algumas vezes. O grande Juarez Antunes, que já faleceu, do PDT, lembro-me de que levou – o termo certo é esse – uma paulada na cabeça no meio do plenário porque estava defendendo os trabalhadores. Lembra? E o Brandão Monteiro...

Vou chamar o Vivaldo Barbosa para a Mesa, com satisfação. (*Palmas.*)

Com os nossos convidados que já estão presentes, vamos fazer a primeira Mesa. Pergunto ao Senador João Costa, que está conosco, se quer fazer parte da Mesa. É indiferente. São vocês que mandam; fiquem na Mesa ou no plenário. Fique na planície, com a base. O Senador está olhando além do horizonte, como a gente fala.

O Lourenço, que falará em nome do Fórum, não sei se já chegou. O Senador João Costa está aqui, que foi quem provocou este movimento, o Marcelo Gonçalves Campos, o Grijalbo Fernandes Coutinho, Vivaldo Barbosa, Daniel Vieira e as outras centrais ligadas ao Fórum, que se comprometeram e disseram que estariam aqui.

Vamos iniciar, então, o nosso debate se o João Pedro concordar. O João Pedro Ferraz dos Passos é ex-Procurador-Geral do Ministério Público do Traba-

lho, eu o conheço há algumas décadas, só para não mencionarmos muito nossas idades, é um lutador, um homem do bem, que, como eu digo, faz o bem não olhando a quem. Vamos começar com o João Pedro exatamente com o tema: a defesa da CLT e os direitos dos trabalhadores.

Cada convidado terá o tempo de 10 minutos, prorrogáveis por mais 5 se assim for necessário.

Então, com alegria, João Pedro Ferraz com a palavra. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – Primeiro, quero agradecer e dizer que me sinto muito honrado de poder participar desta audiência pública aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado, de falar sobre um assunto que é tão caro, que é o direito dos trabalhadores. O fato de esta matéria estar sendo discutida aqui, Presidente, Senador Paim, na Comissão de Direitos Humanos, significa já um reconhecimento de que os direitos dos trabalhadores deve estar na prioridade da defesa dos direitos humanos.

Cumprimento o Senador, cumprimento o Deputado Vivaldo Barbosa, também companheiro de muitas décadas, porque eu sou – talvez ele não se recorde – um dos fundadores do PDT aqui no Distrito Federal à época em que eu ainda fazia política.

Senador Paim, nós nos conhecemos há algum tempo, quando o senhor foi representar a Câmara dos Deputados, ainda um jovem Deputado, na Conferência Internacional do Trabalho, na Organização Internacional do Trabalho em Genebra, numa época em que o Brasil era chamado a responder por não combater trabalho escravo, por não combater trabalho infantil, e o Estado negava essas chagas na nossa legislação. Posteriormente, com a evolução, com a ajuda de companheiros, inclusive com o apoio aqui do então Deputado Paulo Paim, nós reconhecemos as nossas deficiências, pedimos a colaboração técnica da OIT, e hoje o Estado está empenhado nessa defesa dos direitos humanos, que é o combate ao trabalho degradante e o combate ao trabalho infantil. Então, eu digo que o País deve a V. Ex^a também essa evolução.

Agradeço, também, o convite do Bira, da CGTB, que, de certa forma, está começando uma jornada de defesa à Consolidação das leis do Trabalho.

A Consolidação das Leis do Trabalho, tenho dito, Senador, representa para os trabalhadores um patamar mínimo de garantias, e esse patamar mínimo de garantias não foi concedido pelo Estado, não é uma benesse do Estado. Isso é fruto de luta, isso é fruto do labor de gerações e gerações de trabalhadores. A maioria dos direitos que hoje estão constitucionalizados, com a participação de V. Ex^a como Constituinte, foram conquistados em acordos coletivos, em con-

venções coletivas que custaram, inclusive, vidas de trabalhadores.

Esse é o diploma que garante, pelo menos, um patamar mínimo à maioria dos trabalhadores brasileiros, àqueles trabalhadores brasileiros da periferia que não têm a condição de se organizar em sindicatos fortes e fazer as reivindicações pontuais que poderiam melhorar a sua condição de vida.

Em relação a esse patamar mínimo garantido pela Consolidação das Leis do Trabalho, eu tenho dito, nas minhas conferências, que é uma senhora de 70 anos, que já sofreu, Senador, várias intervenções cirúrgicas, operações plásticas, já colocou lá uns botox, já fez uns puxados e continua, ainda, amparando os trabalhadores com alguns defeitos dessa busca de flexibilização, de desregulamentação, porque sempre que há um soluço da economia a solução é flexibilizar os direitos dos trabalhadores. Sempre que há dificuldades econômicas, busca-se, em primeiro lugar, a flexibilização para a quebra de direitos, para, de certa forma, alterar jornada de trabalhadores.

Discutiu-se, há muito tempo, e o Senador acompanhou essas discussões, que o Brasil não se desenvolvia pelo chamado custo Brasil, e esse custo Brasil era devido exatamente à rigidez da nossa legislação trabalhista.

Em relação a essa flexibilização, os trabalhadores lembram, começamos pelo Fundo de Garantia, que retirou a estabilidade dos trabalhadores. Depois, vieram outros tipos de desregulamentação: trabalho a tempo parcial, que depois veio abrir a porta à terceirização, banco de horas. Todas essas flexibilizações vêm sempre em prejuízo dos trabalhadores, e não para aumentar direitos.

Nós tivemos há pouco, e eu não quero me estender, várias perdas na modificação da CLT e até mesmo da Constituição Federal. Eu estava dizendo ontem, Senador Paim, que essas modificações e reformas, inclusive no Judiciário Trabalhista – sei que muitos não vão concordar comigo, vão discordar –, mas algumas reformas, inclusive a reforma do Judiciário Trabalhista, como a retirada, por exemplo, de uma participação classista na prestação jurisdicional, foram prejudiciais e o tempo vai mostrar. Se o sistema não estava funcionando, nós tínhamos que organizar o sistema, nós tínhamos que melhorar.

O que representavam os classistas na Justiça do Trabalho? Eram o portal do trabalhador. Hoje, o trabalhador, para chegar ao Palácio da Justiça do Trabalho, tem que entrar em fila, tem que se identificar, tem que mostrar a carteira, tem que dizer com quem vai trabalhar, quer dizer, o trabalhador perdeu aquele acesso fácil que ele tinha à prestação jurisdicional. O

que eram também os representantes classistas junto ao Judiciário Trabalhista? Eram o canal do Judiciário com o Congresso e com o Executivo para levar, inclusive, as deficiências desse órgão que tem a obrigação de resolver as questões e as demandas entre empregados e empregadores.

O Senador conhece a preocupação, também, dos aposentados, inclusive com o fator previdenciário. É outra coisa que também me atormenta. Hoje, os aposentados não têm como reivindicar dos seus empregadores, porque não têm mais o vínculo de emprego; eles não têm como reivindicar do Estado, porque têm dificuldades em se organizar dentro dos seus sindicatos; e quando vão ao Judiciário, eles caem na vala comum e os senhores conhecem a morosidade do Judiciário para resolver essas contendas.

Teríamos que ter varas especiais para atender reivindicações de aposentados frente à Previdência Social. Eu digo que uma reivindicação, que um processo de aposentado no Judiciário não é para ele, é para os sucessores, porque ele já chega com uma idade avançada e tem quase certeza absoluta de que não vai ter o resultado desse processo. Isso é justiça? Não é!

Bom, mas nós estamos falando aqui da defesa da CLT só para fazer um atalho, para dizer a V. Ex^a que temos muito caminho para andar na defesa desta que é a classe mais sofrida: os aposentados – aqui deve haver vários aposentados. E quem ainda não o é, um dia o será.

Então, essas tentativas de redução de direitos dos trabalhadores já foram barradas pela comunidade jurídica e pelo próprio Estado no Projeto de Lei nº 5.483, de 2001, que tramitou, que recebeu crítica de parte do movimento sindical, que hoje vem apresentar esse projeto de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se você me permite somente um gancho, porque eu vivi muito esse momento no governo anterior ao governo Lula, quando apresentaram esse projeto, eu fui à tribuna no dia da votação e disse: vocês estão arrancando o coração dos trabalhadores, da Constituinte e da CLT. E disse: isso aqui é um crime, e quem está fazendo isso tem que ser muito bandido. Quando eu disse isso, o pau comeu no plenário. Encerrou-se a sessão e eu perdi por dois votos. Só vou dizer: perdi por dois votos, mas na base da pauleira mesmo; era livro prá cá, voando... Eu encaminhei uma construção pela via aérea, sei que alguém a recebeu lá. *(Riso.)* Mas ali eu decidi ser candidato ao Senado. Eu disse: eu vou para o Senado. Cheguei aqui e, felizmente, em dois meses, derrubamos o projeto no Senado. Agora está voltando. Essa é a minha preocupação.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS –

Então, vejam, esse projeto fazia com que o negociado prevalecesse sobre o legislado, com respeito ao que estava disposto nas garantias do art. 7º da Constituição, e também estendia para o respeito a normas de segurança e saúde do trabalhador.

Esse projeto que vem agora não tem nem esse adendo em relação à norma de segurança e saúde do trabalhador. O projeto anterior a que o Senador fez referência agora, que é o 5.483, que foi criticado por todos os segmentos do movimento sindical, pelos sindicalistas todos, foi retirado pelo governo exatamente porque ia causar enormes prejuízos.

Muito bem. A prevalência do negociado sobre o legislado, hoje, independente de termos qualquer norma desta natureza que estabeleça que deva prevalecer o negociado sobre o que está na CLT, já causa grandes transtornos inclusive na Justiça do Trabalho. Nós estivemos agora, Senador, em uma sessão na Justiça do Trabalho onde se debatia a questão do negociado sobre o legislado, e o que se discutia era: pagamento de horas *in itinere* para empregados do meio rural. O que são horas *in itinere*? São aquelas horas que o empregado passa dentro de uma condução, sendo levado para a frente de trabalho. Então, se ele é colocado dentro de um ônibus às 6 horas da manhã, começa a sua jornada, começa a ganhar, mesmo que comece a sua jornada de trabalho às 8 horas. Então, pagam-se aquelas horas em que ele está sendo transportado. Corretamente, pela lei, pela CLT, ele deveria receber horas extras a partir das 6 horas da manhã. Faz-se, então, uma norma coletiva e se estabelece que essas horas serão pagas pelo acordo coletivo. Em vez de pagar horas extras de 6 horas às 8 horas, paga-se uma hora para todo mundo. Então, o empregado que entrou no ônibus às 6 recebe uma hora, ou seja, o mesmo que aquele empregado que entrou no ônibus às quinze para as oito para chegar ao emprego.

O Tribunal Superior do Trabalho discutiu a validade de normas coletivas como essa, se eram ou não prejudiciais ao trabalhador e se contrariavam a lei. A decisão foi por voto de desempate do Presidente, para prevalecer a norma coletiva. Voto de desempate para prevalecer a norma coletiva, ou seja, na dúvida, no empate, prejudica-se o empregado. Então, a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o conceito de na dúvida *pro misero*?

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – Não, aí, na dúvida, foi pró...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi para o outro lado...

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – Pró-ricos. (*Risos.*)

Muito bem. Então, isso é para que os senhores entendam a dificuldade que tem hoje o Judiciário para decidir as questões do negociado, independente de se estar suprimindo ou de se estar prejudicando o legislado.

Qual é a nossa defesa? Negociação? Sim! A negociação coletiva deve ser estimulada, mas eu tenho dito, Senador, que o patamar mínimo tem que ser a CLT, porque, no negociado sobre o legislado, nós podemos estabelecer que o adicional de periculosidade não será de 10%, 20% e 30%, mas de 2%, 3% e 4%. Esse é o negociado sobre o legislado. Ficariam apenas preservados, por enquanto – e eu digo por enquanto – os direitos que estão no art. 7º da Constituição. Digo por enquanto porque essas tentativas de quebrar o patamar mínimo da lei vão alcançar, um dia, o patamar mínimo da Constituição.

E o que vem dentro desta nova proposta de flexibilização, que o Bira chamou de “projeto Volkswagen”? Eu não sei de onde vem isso, não me importo com a origem, mas como ele me disse que era o “projeto Volkswagen”, eu disse: ora, se a Volkswagen fez o carro flex, ela certamente deve estar querendo fazer também o sindicato flex e certamente acha que vai dar certo esse tipo de legislação, e que nós não vamos resistir.

Pois muito bem, esse projeto impõe o negociado sobre o legislado, respeitadas apenas as disposições mínimas que estão no art. 7º, e esse negociado seria resolvido no ambiente de trabalho, com comissões que votariam a norma coletiva dentro do ambiente do trabalho. Estabelecer-se-iam comissões dentro do ambiente de trabalho, com empregados que deveriam ser obrigatoriamente sindicalizados dentro da fábrica, dentro do ambiente de trabalho. Então, eu já me oponho contra isso. Primeiro: quando o empregador quiser criar uma norma coletiva, ele abrirá as portas para a admissão de empregados sindicalizados. Lembram os senhores da opção pelo Fundo de Garantia? Alguém aqui foi chamado a optar pelo Fundo de Garantia depois dessa época? Ou já recebia o documento de opção junto com o contrato de trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Era obrigado assinar.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – Então, o que irá ocorrer? Hoje, os empregados irão para as empresas e serão obrigados a se sindicalizar, farão a norma coletiva e, sem nenhuma estabilidade, depois que criarem a norma, poderão ser colocados na rua.

Ontem fiz uma proposta de provocação. Que se coloque aqui – tudo bem: “As normas coletivas serão votadas pelos empregados, que serão obrigados a se sindicalizar. A partir do momento em que o empregado

entrar na empresa sindicalizado ele terá estabilidade”. Vamos começar a trabalhar essas emendas.

Então, isso vai fazer com que se pulverizem as lideranças sindicais. Ficarão apenas os sindicatos organizados, apenas os sindicatos do que se chama sul maravilha – mas o sul maravilha vai até São Paulo, não vai até o Rio Grande do Sul. Então, eu perguntaria: como se resolveriam as questões dos sindicatos menores, do Norte e do Nordeste, e daqueles empregados...

Hoje, por exemplo, os empregados que estão em Belo Monte colocando fogo nos canteiros de obras porque não têm condições de trabalho, porque as condições de trabalho ali são degradantes, como resolveriam essas condições? Como negociar de acordo com esse projeto, considerando um número de trabalhadores com uma rotatividade enorme, que vêm de todos os lugares do País e vão apenas para fazer aquela obra?

Vejam bem, é um projeto que está pensando exclusivamente nas grandes empresas, nas empresas transnacionais. É um modelo europeu que não deu certo na Europa. Liguem a televisão, vejam o que está acontecendo na Europa hoje. Começou com essa desregulamentação, com a flexibilização dos direitos trabalhistas, com a terceirização, com a quarteirização, com a pejotização e hoje os empregados estão todos na rua reivindicando muito menos do que direitos do trabalho, estão reivindicando o mínimo, que seria o direito de trabalhar.

Então, digo aqui, Senador, para não me estender e ler a íntegra do projeto que os companheiros já conhecem, que esse projeto vai pulverizar as lideranças sindicais. Ele exige, para que os sindicatos façam a negociação coletiva que vai prevalecer sobre o legislado, que o Ministério do Trabalho dê uma habilitação para o sindicato. Então, nós vamos ter sindicatos habilitados e sindicatos sem habilitação. Mais uma vez nós temos aqui o Estado interferindo na organização sindical, o Estado dizendo qual o sindicato que terá condições de fazer negociação, que sindicato não tem condições de se sindicalizar.

Sindicalização à disposição do empregador. Vejam, que liberdade terá um empregado, uma comissão de empregados organizados dentro da fábrica, sindicalizados dentro da fábrica, dentro da organização do empregador, para criar uma norma coletiva se está ali sob as ordens do empregador, sob o temor reverencial do empregador? Ele vai construir aquele acordo coletivo sob o temor referencial do empregador. Então, ele não tem sequer liberdade para negociar e criar uma norma negociada que supere a legislação, a nossa velha CLT.

Pode haver aqui uma cereja nesse bolo, que seria a esperança de que os empregados sindicalizados poderiam, então, contribuir com o sindicato, fortalecer

o sindicato, mas isso é ledo engano, porque os empregados ficariam na empresa durante o tempo necessário para construir as normas coletivas.

Outra questão que deve ser preocupante em relação a esse projeto é a eliminação praticamente da fiscalização do trabalho, da auditoria do trabalho. Estabelece o projeto que se o auditor do trabalho, se o fiscal do trabalho constatar irregularidades em relação ao cumprimento desse acordo, dessa norma coletiva, ele não poderá autuar a empresa; ele deve fazer o registro e encaminhar para o delegado do trabalho, para o superintendente do trabalho. Ouvida depois a empresa, o superintendente, ou delegado do trabalho é que vai determinar, é que vai autorizar uma autuação pelo descumprimento da lei. E, se o delegado do trabalho entender, se a autoridade da fiscalização do trabalho, à luz dos argumentos da empresa, entender que a norma coletiva está sendo cumprida, não haverá possibilidade de autuação e de infração. Então, essa norma está também, Senador, eliminando a fiscalização do trabalho dentro da empresa. O auditor do trabalho só poderá autuar com autorização do superintendente. Isso também é um alto risco.

Vejam que, inclusive, a Organização Internacional do Trabalho tem um cuidado todo especial em relação às instituições de fiscalização do trabalho em todos os países. Ela exige que haja uma fiscalização do trabalho independente em todos os Estados que compõem a Organização Internacional do Trabalho.

Então, a solução agora não seria... Esse projeto é pior do que esse que V. Ex^a combateu. Então, eu diria que tenho praticamente certeza de que a comunidade jurídica, de que o Legislativo e de que mesmo o Poder Executivo não vai...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, João Pedro. A sua frase é uma frase forte e contundente. Esse projeto que você analisou detalhadamente, que poderá vir ao Congresso, é pior do que aquele...

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – Muito pior, é muito pior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...que o governo anterior ao do Presidente Lula encaminhou para cá e nós derrubamos na marra.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Não, me permita... Em 2003, o Lula retirou daqui essa desgraça, esse projeto a que ele se referiu, que iria fazer essa confusão toda. E o que o Procurador está falando é o seguinte – com o que estou de pleno acordo –: é muito pior. Você chegou a ver o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Detalhadamente, não. Estou perplexo aqui.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS

– Esse projeto é muito pior, porque, primeiro, não faz nenhuma ressalva a normas de segurança e de higiene do trabalho. Ele diz que se respeita apenas o patamar mínimo do art. 7º. Do resto, tudo pode ser modificado com acordo coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É mais grave do que eu imaginava.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS

Tudo pode ser modificado com acordo coletivo e por um sindicato sob o jugo do empregador, um sindicato cuja comissão vai funcionar dentro da empresa. Em troca disso, nada está sendo oferecido aos trabalhadores.

Então, tenho certeza absoluta de que isso, naturalmente, é uma bandeira que foi empunhada pelo Bira, pela CGT. Com certeza, os atos que nós já realizamos – e esta audiência é uma oportunidade que V. Ex^a está dando aos trabalhadores – vão ser fundamentais para que este projeto morra no nascedouro.

Era isso que eu queria comentar, para não tomar o tempo desta Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Esse foi o Dr. João Pedro Ferraz dos Passos, ex-Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, que faz aqui uma denúncia da maior gravidade.

O projeto que foi fruto quase que de uma revolta nacional dos trabalhadores, de uma briga muito dura na Câmara, veio para o Senado e, no Senado, nós viemos atrás dele.

Tenho que aqui fazer uma homenagem também ao Jaques Wagner, que na época ajudou muito; ele era Ministro do Trabalho. As centrais trabalharam, as confederações, eu era aqui Senador e o Presidente era o Lula. Enfim, fez um requerimento que nós aprovamos em plenário para a retirada do projeto.

O que o Procurador nos fala... Nós temos que saber: esse projeto está vindo de onde? Está onde?

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS

– O projeto foi encaminhado para análise do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está na mão...

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Está na Secretaria-Geral da Presidência e na Casa Civil. Foi o que nos informaram.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS

– Já está adiantado, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eles não me deixaram ter acesso ao projeto, porque tiveram medo de que eu o rasgasse em pedacinhos.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS

– É um projeto que interessa a todo movimento sindical, interessa a todos os trabalhadores do Brasil e não teve

esse debate. Estou agora surpreso que o Senador não conheça o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, ninguém me consultou, ninguém me passou uma cópia.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS

– E se o Senador não fosse do movimento sindical... O Senador é do movimento sindical e não conhece o projeto. Essa é a minha maior surpresa. Quer dizer, é um projeto que nasce de um sindicato de metalúrgicos, e um Senador que é líder de um sindicato não conhece o projeto. Significa que esse projeto não é do movimento sindical, esse projeto não é de iniciativa dos trabalhadores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra, neste momento, ao advogado trabalhista e professor de Direito, Constituinte, ex-Deputado Federal, um homem que tem uma história de luta que é um orgulho para todo povo brasileiro, que é o nosso colega de trincheira, parceiro de todas as horas, o nosso querido Vivaldo Vieira Barbosa. Está com a palavra. (*Palmas.*)

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA

– Muito obrigado. Senador Paulo Paim, minha saudação a V. Ex^a, a todos os presentes, minha saudação ao Bira, que é um líder sindical dos mais autênticos, mais categorizados deste País, em nome de quem eu saúdo toda liderança sindical. Saudação ao Procurador-Geral, que nos brindou com a bela exposição, rica exposição, fecunda exposição, que, sem dúvida alguma, vai penetrar muito na nossa análise deste tema.

Senador Paulo Paim, nossos cumprimentos pela realização desta audiência. O Senador Paulo Paim é a maior referência na luta dos trabalhadores, aposentados, servidores públicos deste País. O Senador Paulo Paim está nessa trincheira há muito tempo, há muitos anos. Alguém, nosso amigo comum, Senador Paulo Paim, dizia que o Senador Paulo Paim já vem de longe. Então, minha saudação.

Esta é uma oportunidade extraordinária para se dar um ponto inicial em um grande embate que nós temos pela frente. É um grande embate, primeiro porque o Procurador-Geral João Pedro já nos disse aqui que é um projeto até pior do que aquele que veio no Governo anterior; segundo, são as circunstâncias de luta. O Senador Paulo Paim lembrou aqui que quando o projeto passou na Câmara houve realmente tumulto, confusão e, na época, estava a CUT do nosso lado, lutando lá, e toda Bancada do PT, que era oposição, lutava do nosso lado. Lembro, Senador Paulo Paim, que até a porta da Comissão foi quebrada, esfaqueada, e atribuíram ao Jair Meneguelli, que era Deputado conosco, ter quebrado a porta. Nós até defendemos o

Jair, mostramos que não era bem assim, porque poderiam daí querer cassar o mandato dele. Mas hoje o Jair Meneguelli não está quebrando mais porta.

Nós temos uma situação muito difícil diante de nós, um embate muito difícil. É preciso, por isso, Senador Paulo Paim, reunir forças para esse embate, porque, sem dúvida alguma, a consciência cívica, patriótica do povo brasileiro, a consciência dos trabalhadores brasileiros vai estar do nosso lado, vai estar nos acompanhando. Podemos travar um belo e bom combate. Esta reunião aqui de hoje é um ponto muito importante na articulação e na organização desse embate.

A lei, o Procurador já colocou isso, é sempre a mediação entre os conflitos de interesses na sociedade. A lei trabalhista é exatamente a mediação entre a luta dos trabalhadores e a defesa do patronato em geral. É sempre um querendo puxar para o seu lado e a lei é sempre essa mediação. Mesmo quando começou a pipocar a legislação do trabalho com a revolução de 30, na década de 30, os decretos elaborados do Ministério do Trabalho – era Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – eram acordos entre o patronato todo que estava presente dentro do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, dentro do Ministério do Trabalho. Até aquele período revolucionário, o governo provisório editava decretos, mas os decretos eram produtos de acordo, da mediação.

A Constituição de 34, que ajudou a avançar a legislação do trabalho, era a Constituinte aberta a todos, um debate amplo, acordos e sempre votações decorrentes de acordos. Mesmo os decretos-leis do Estado Novo, de onde a CLT surgiu – a CLT é a consolidação da legislação já existente, é uma consolidação, ela não criou direito novo, ela consolidou direito gerado durante toda a década de 30, no Governo Provisório e no Estado Novo, decorrente da revolução de 30 –, mesmo os decretos-leis eram negociados exaustivamente. Quem estuda a história da elaboração da legislação do trabalho no Brasil e da CLT vê que tudo foi mediado, negociado entre empregadores e empregados.

A Lei do 13º Salário, que foi a grande conquista depois da CLT, é uma lei do Congresso Nacional, do governo do Presidente João Goulart, debatida nacionalmente. Chegou-se a consenso. Houve mediação até no 13º salário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Floriceno Paixão, gaúcho do PDT, foi o grande mentor.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Na época do PTB. Exatamente. Foi nosso colega na Constituinte também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi nosso colega, nos ensinou muito.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Exatamente, era um grande lutador pelas causas dos trabalhadores e aposentados brasileiros, o Floriceno Paixão.

A Constituinte foi outro momento em que nós também conseguimos avançar nas conquistas trabalhistas do País e foi sempre por acordo. A partir da Constituição do centrão, tudo se passou somente por acordo.

A lei é sempre um acordo. Esse acordo é o mínimo que se alcança. Além desse acordo geral, amplo, que é a lei, que é a mediação, há os acordos setoriais, que são os acordos coletivos, acordos sindicais, dissídios, etc., que vão avançando, por ser aquele acordo geral a lei. A lei é o acordo geral. Os acordos setoriais, específicos por categoria, decorrentes das lutas e das condições específicas de cada área, de cada lugar, são destinados a avançar.

Esse projeto quer agora inverter drasticamente a história da legislação trabalhista brasileira. Primeiro, quer fazer acordos que retroagem à legislação. Abre para os acordos valerem por sobre a lei. Isso é jogar a lei no chão, é jogar a legislação do trabalho no chão. Fica uma coisa secundária. Faz-se o acordo, ele prevalece sobre a lei. A lei está no chão. E a lei é uma conquista universal, não é apenas uma conquista. A luta trabalhista brasileira é uma conquista universal.

Estão dizendo que eles querem, nesses acordos, fortalecer os sindicatos e as lideranças sindicais. Ora, é exatamente o contrário. A consequência é o enfraquecimento da liderança sindical, porque eles querem chamar para sentar, para acordo, a fim de diminuir os direitos. Então, o trabalhador vai olhar a sua liderança e dizer: “Mas você conseguiu diminuir uma coisa que estou ganhando, que já é pouco, que já é mínima?” Isso vai desmerecer, desqualificar lideranças sindicais. É mera consequência ou é já objeto enfraquecer a luta sindical, a luta dos trabalhadores brasileiros, desmerecer os líderes sindicais brasileiros?

Outra questão é a inversão ideológica e política da luta trabalhista no Brasil. Como nós dizemos que a lei trabalhista é a mediação, os revolucionários dizem: “A lei não deveria existir porque ela entorpece, tira o trabalhador da luta revolucionária, porque faz o trabalhador aceitar condições mínimas”. E ele poderia, da revolução, construir uma vitória maior. Os revolucionários criticam a lei. O patronato e os liberais acham que criticam a lei porque ela concede muito, altera muito o custo Brasil, como o João Pedro lembrou aqui.

A luta política realista – não estamos em tempo de revolução, os nossos tempos não são tempos de revolução – impõe que a gente lute e tente preservar as conquistas feitas e asseguradas na legislação, porque são uma conquista universal. A lei tem esse caráter universal, ela vale para todos, vale em todo

o Território nacional, para todos os trabalhadores. A licença-maternidade vale para todas as trabalhadoras, em qualquer circunstância. Na micro, na média ou na grande empresa, nos lugares mais atrasados, elas têm aquele direito de batalhar e conquistar o seu direito. Isso é um direito, uma visão universal. Torna o trabalhador um ser universal. É aquilo que o grande filósofo Kant já dizia: que o alcance do Direito é essa universalidade, é colocar todos como seres universais.

O grande pensador marxista e filósofo italiano Gramsci já dizia que o trabalhador, quando sai da sua condição, da luta específica individual, no seu local do trabalho, e passa a lutar pela categoria, pelo conjunto e pela Nação, pelos interesses de todos os trabalhadores, ele também se transforma no ser universal, ele opera a catarse que o tira de uma posição egoística, individual, e o coloca como ser universal.

Eles querem inverter esse patamar, esse prisma político e ideológico, e trazer o direito do trabalho, os direitos dos trabalhadores para o local do trabalho. O Procurador João Pedro já colocou aqui que esse alcance iria trazer a negociação para uma sociedade hierarquizada, onde, no local de trabalho, quem manda é o dono, assentado no direito de propriedade. É a propriedade das cotas, é a propriedade das ações que determina o tom da negociação. Em uma sociedade de desemprego, quando um é demitido e, no dia seguinte, há filas de gente para ocupar aquela vaga, não há incômodo nenhum para o empregador em fazer a substituição. Assistimos à rotatividade dentro do quadro legal atual.

Mas, desde que tiraram a estabilidade, o Brasil não alcançou a estabilidade europeia. Lembro-me de que, alguns anos atrás, os estudantes e trabalhadores franceses fizeram arruaça na França, em Paris, incendiaram carros, etc., porque queriam transformar o contrato de experiência, que é de dois meses, em dois anos. E, após a experiência, todo trabalhador na França, na Europa em geral, é estável. Só se demite por justa causa. É estável, após dois meses de contrato de experiência.

No Brasil, nós já assistimos a essa rotatividade. Não alcançamos esse patamar. Infelizmente, nos últimos anos, não há nenhum direito novo no Brasil, não há nenhuma conquista nova, nenhum direito novo consagrado na legislação. É uma lástima, realmente, assistirmos a esse quadro. Mas, diante desse quadro de rotatividade já existente, com essa possibilidade de negociar restrição de direito, qual trabalhador, gente, não vai concordar com isso, não vai assinar? Como nos lembrou o João Pedro, ele já assina a opção por Fundo de Garantia, que já vem junto com seu contrato de trabalho, e vai assinar os acordos, dar concor-

dância aos acordos pela própria sobrevivência. Ora, isso é retroagir.

Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vivaldo, me permita-me só um gancho, porque a palestra está muito boa. É só ver os terceirizados.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eles têm que abrir mão de quase tudo e estão lá assinando, estão pegando o emprego.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Claro. Estão despidos de proteção, despidos de direitos os terceirizados, ocupando uma ampla faixa, infelizmente, até nas empresas estatais, que deviam ser o exemplo não fazendo a terceirização. Mas há terceirizações amplas, ocupando amplos espaços, substituindo o trabalhador orgânico da estrutura empresarial. É evidente que há um conteúdo ideológico, que é enfraquecer a luta do trabalhador da terceirização, que foi esse fenômeno mundial. Resultado: nada acontece inocentemente. As coisas acontecem com um propósito político e ideológico bem nítido. É o que temos diante de nós aqui. Há um propósito ideológico nítido, político, de atender a esse vendaval neoliberal. Não é da tradição da luta dos trabalhadores brasileiros, da tradição social democrata, trabalhista, do caminho socialista, da tradição brasileira. Aos trancos e barrancos, a Nação, os trabalhadores brasileiros vêm sustentando essa luta. Querem fazer essa inversão agora.

Senador Paulo Paim, nós temos que retomar o caminho. Não esperava isso, realmente, depois da nossa luta na Constituinte, que foi um enfrentamento tão grande. Fomos vitoriosos. A Constituição sempre foi muito mais nossa do que dos que estão do outro lado.

Agora, exatamente quando o povo, a Nação brasileira deu impulso ao setor popular, elegendo em três eleições sucessivas governantes de conteúdo, saídos das lutas populares, a gente não esperava retomar essa luta a essa altura dos acontecimentos. Mas é preciso retomá-la.

Senador Paulo Paim, há pouco tempo falei ao telefone com o Bira que nós temos procurado reunir partidos políticos, lideranças sindicais – permita-me dizer aqui, Senador Paim, porque V. Ex^a tem a condição ímpar de assumir o comando, a liderança, uma articulação, uma coordenação – para fundarmos uma frente ou um movimento em defesa da CLT, que reúna as lideranças políticas, de partidos políticos comprometidos com a nossa luta, para podermos atuar nas bancadas e lideranças sindicais do País. Nós podemos fazer um fórum, uma frente em defesa da CLT ou em defesa da legislação trabalhista, para podermos atuar

junto às bancadas para criar um sentimento, porque a mídia, de vez em quando, está soltando notícias. Eu consegui emplacar um artigo no jornal *O Dia*, do Rio. Tentei emplacar em *O Globo*, não consegui. *O Globo*, depois, veio com um editorial e até trouxe, em contraponto, um artigo muito bom do líder sindical Antônio Neto. A mídia de vez em quando solta algo. Nós temos notícias.

O João Pedro se espantou ao ver que o Senador Paim não conhece o projeto. Mas ninguém o conhece. O Bira, realmente, é que deu uma nota muito importante, muito feliz, da CGTB, dizendo que ele veio da Volkswagen, enfim, deu a trajetória desse projeto. Mas ninguém conhece o texto correto desse projeto. Parece que o João Pedro tem o texto. Gostaria de conhecer esse texto e de ver a gente mergulhar nisso.

As notícias estão pontuando aí. Vai-se criando uma consciência. As pessoas não vão ligando e vão passando. E nós precisamos criar, organizar, articular uma frente de resistência, o que é realmente um dever que paira sobre todos nós. A luta dos trabalhadores brasileiros é árdua e longa.

O Senador Paulo Paim e eu participamos, na Constituinte, de um importante momento desta luta e de grandes conquistas. Hoje, nós temos o dever de encetar essa luta em defesa da CLT como marco da luta do trabalhador brasileiro ao longo da sua história.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este é o grande Vivaldo Vieira Barbosa, advogado trabalhista e professor de Direito. Ele se lembra de uma frase que, às vezes, insisto em falar, de um poeta espanhol, que diz que o caminho a gente faz caminhando. O Vivaldo diz que temos que retomar o bom caminho para fazer o bom debate.

Eu me lembro de que, na Assembleia Nacional Constituinte, eles diziam que nós queríamos transformar a Constituição num grande dissídio. Parecia uma pauta de sindicalistas. Se não tivéssemos colocado lá, já tinha dançado quase tudo. Mas como está lá na Constituição...

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Diziam que a Constituição era genérica, não era trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato. Que era muito ampla, tinha que ser como a constituição americana, que parece que tem só doze artigos. E eu não queria nem saber: coloca aí carga horária, salário mínimo, férias, hora extra, adicionais. Fomos colocando tudo que dava lá.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – A licença-maternidade, que foi ampliada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paternidade, inclusive.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS

– E alguns que foram colocados, como a substituição por si só pelo sindicato. Isso foi muito debatido e só foi conseguido no Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Só o foi no Supremo, porque não queriam cumprir. Oxalá que colocamos! Se não tivéssemos colocado, tinham dançado quase todos os direitos. O nosso Vivaldo Vieira Barbosa e também o João Pedro – eu vou passar em seguida para o Joilson – lembram também. Lá na Europa, que está em crise, os dois lembraram aqui, nunca houve esses direitos. Por isso está em crise. Nós aqui estávamos calçados. São esses direitos que mantêm o poder de compra do nosso povo, que fortaleceram o mercado interno. Está escrito na Constituição qual o objetivo do salário mínimo e como ele deve ser calculado. Lá, onde disseram que valia só o negociado, deu no que deu. Estão lá, agora, com o desemprego chegando a 40%. E aqui, que diziam que essa legislação e essa Constituição iriam causar o desemprego, comparando com eles, estamos bem na fita – boa esta: bem na fita. Aprendi mais uma hoje. Acho que foi para me cortar. Acho que estou falando demais.

Passamos agora ao Secretário Nacional de Políticas Sindicais e Relações Institucionais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Joilson Antônio Cardoso, que tem vindo aqui a diversos debates.

O SR. JOILSON ANTÔNIO CARDOSO

– Quero saudar o Senador Paulo Paim pela iniciativa, mais uma exitosa iniciativa.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem se notorizado por trazer ao debate no Congresso Nacional temas de alta relevância como esse da questão dos direitos trabalhistas. Temos sido testemunhas da pauta desta Comissão sob a sua Presidência, Senador, no que tange a temas de grande relevância, como a questão da terceirização, da Previdência Social, do direito das mulheres, do combate ao racismo no Brasil, já que estamos num mês muito especial em que comemoramos a luta dos negros no nosso País. É o legado deixado por essa raça tão importante na constituição da brasilidade do nosso País.

Então quero saudá-lo mais uma vez. A CTB se sente honrada de estar aqui, participando desta audiência.

Gostaria de pedir licença para fazer uma saudação especial ao Bira, da CGTB, companheiro de muitas lutas sindicais, e de fazer uma saudação também especial ao Deputado Vivaldo Barbosa, pela sua história, pela sua luta em defesa da classe trabalhadora. Como morador do Rio de Janeiro e como carioca, presenciei o seu legado diante de um governo que priorizou

questões importantes no nosso País, como é o caso da educação. Vivi no Rio de Janeiro aqueles momentos da implementação de um projeto, esse, sim, revolucionário no campo da educação, do Darcy Ribeiro, sob a liderança de Leonel Brizola, e sei que você participou intensamente desse momento construído no meu Estado, que foi, na verdade, um grande exemplo para o País do que poderíamos fazer pela educação brasileira.

Estamos aqui para debater um tema muito importante. Falo aqui em nome da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, representando o Presidente Wagner Gomes, que manda uma saudação especial ao Senador Paim. Inclusive, ele me pediu para falar que nós temos que, nessas audiências, em todos os foros públicos, agradecer muito ao povo do Rio Grande do Sul por eleger um Senador do tamanho de Paulo Paim. Creio que todos que estão aqui concordam com isso, porque sabemos do seu compromisso com o Rio Grande do Sul, e, em especial, com o Brasil e com o legado da classe trabalhadora.

Então debater nesta Comissão um tema como este da CLT e os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras no Brasil é muito importante para nós.

Gostaria de começar falando sobre a importância da CLT, mas dizer que os direitos trabalhistas do nosso País não se resumem apenas à CLT. A CLT, na verdade, foi um marco para a organização do mundo do trabalho, para as relações de trabalho no Brasil, focalizando aspectos de muita importância. Entre eles, gostaria de citar primeiro o ordenamento jurídico que cria sobre aspectos importantes da vida do trabalhador e da trabalhadora, como a jornada de trabalho, a carteira de trabalho, a proteção social, a seguridade social de cada trabalhador.

É bem verdade que, no mundo sindical, alguns criticam a CLT, acusando-a de ter inspirações outras que não essas de que estamos falando aqui, como direitos do trabalhador e da trabalhadora. E inclusive se reportam ao seu signatário, àquele que decretou a CLT: Getúlio Vargas. Pertencço a um Partido político, o PSB, que tem muito para falar de Getúlio Vargas, para criticá-lo pela forma política como ele conduziu o País e pela forma como ele se relacionou com os socialistas e com os comunistas. Mas nós não podemos deixar de citar Getúlio Vargas e as questões estruturais que ele realizou no nosso País, como a questão energética, a questão da Petrobras, a questão de setores estratégicos como a siderurgia e também o fato de Getúlio Vargas se antecipar e estabelecer a CLT.

Então a CLT é uma lei importante, que protege a classe trabalhadora na relação entre capital e trabalho.

Quero dizer também que se acrescenta à questão do Direito trabalhista no Brasil a Constituição Federal.

A Constituinte de 88, como já disse Vivaldo Barbosa, nosso Procurador, a Constituição Federal de 88, a Constituição cidadã, como a chamamos, foi muito importante, porque consagrou alguns princípios que nós defendemos com muita dureza, como a redução da jornada de trabalho, que ainda hoje está em pauta no Congresso Nacional. Lutamos por isso, porque consideramos possível reduzir a atual jornada de trabalho de 44 horas semanais, que é muito extensa, uma vez que a ela se soma o deslocamento. A vida nas grandes cidades hoje é totalmente diferente daquela de 1988. Então a essa jornada de 44 horas nós deveríamos acrescentar mais três ou quatro horas de deslocamento. E é inconcebível na vida atual alguém trabalhar numa jornada tão extenuante, tão extensa como a de 44 horas. Nós, nas centrais sindicais, temos defendido a redução para 40 horas semanais. E esse projeto está aqui há mais de 15 anos, pronto para ser votado pelo Congresso Nacional, e não vai para a pauta.

Aprovar a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas é fazer justiça, é garantir um direito fundamental do trabalhador neste momento de desenvolvimento do País, para inclusive ele dispor de tempo para evoluir e se qualificar para a realidade moderna do desenvolvimento brasileiro, tão reclamado por vários setores, inclusive pelos empresariais.

A redução da jornada de 44 para 40 horas teria impacto nas empresas, segundo estudos do Dieese, de apenas 1,9%. Quer dizer, se compararmos o lucro das empresas durante esse período de 88, quando estabelecemos as 44 horas, até hoje, veremos que o lucro das empresas ultrapassa muito esse percentual de 1,9%.

Então é viável reduzirmos a jornada de trabalho, para citar um dos legados da CLT, que foi exatamente estabelecer a jornada de trabalho. Além dessa jornada se deve acrescentar a hora extra. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Joilson, só contribuir para o debate.

Lá na Constituinte eles diziam que nós íamos quebrar o País se passássemos de 48 para 44 horas: “Vocês vão quebrar o País, seus demagogos, seus malucos!” Se passasse a licença-maternidade então: “As mulheres estão todas demitidas daqui para a frente. Não vamos empregar mais mulher!”. Isso é só para ilustrar o que nós vivemos nesse momento, porque o discurso deles era esse. Não aconteceu nada! As mulheres estão muito bem, obrigado, avançando cada vez mais e o emprego aumentou, ao invés de diminuir. Basta comparar os índices da época e de hoje.

O SR. JOILSON ANTÔNIO CARDOSO – Quanto ao salário mínimo, também havia essa acusação, essa

afirmação de que aumentar o salário mínimo até os patamares de hoje... Nós, em dez anos, saímos de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para US\$60,00. Eu peguei US\$60,00.

O SR. JOILSON ANTÔNIO CARDOSO – Nós promovíamos lutas sindicais por US\$100,00 dólares, e hoje estamos num patamar acima de US\$300,00 dólares. E não quebrou a economia nacional. Pelo contrário, a economia popular se fortaleceu. O mercado interno se fortaleceu.

É como aquela história também em que se afirma que o salário do aposentado, o aumento do salário do aposentado terá impacto negativo nas contas públicas. A história tem provado que não. Ao contrário: o salário do aposentado valorizado significa, no mínimo, seguridade social. E o salário do aposentado hoje é um grande instrumento de manutenção das famílias, de proteção à juventude, de proteção à infância. Talvez mais do que o Bolsa Família, que também é uma política importante, o salário do aposentado contribua mais para manter as crianças nas escolas, para manter as crianças distantes da fome, da miséria que se abate sobre mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras.

Portanto, esses são os direitos que estão em voga.

Na última reunião que tivemos com a Presidenta Dilma, nós da CTB, junto com outras centrais, fizemos uma pergunta à Presidenta: se ela, na sua gestão, iria promover uma reforma trabalhista, porque essa reforma trabalhista, essa ameaça sempre paira sobre nossas cabeças; foi assim no Governo FHC, quando se dizia que a legislação trabalhista era arcaica e atrasava o País; e nós conseguimos derrotá-la no Congresso Nacional; foi assim com uma iniciativa do Fórum Nacional dos Trabalhadores com a PEC 369, que nada mais é do que uma fenda para se fazer uma reforma trabalhista, reduzindo direitos, ou seja, colocando a questão sobre o argumento do negociado, que é uma palavra importante! É importante a negociação. Ninguém é contra a negociação trabalhista. Agora, o que a negociação trabalhista não pode é revogar direitos. A parte do trabalhador que vai para uma negociação não pode ir convencida de que tem que negociar para tirar direitos! Ela tem que ir à negociação para conquistar direitos.

Então, nós defendemos a negociação, mas a supremacia da negociação sobre direitos conquistados nós somos contra. A questão do princípio do negociado sobre o legislado nós não aceitamos. É inadmissível no momento brasileiro, no momento de desenvolvimento deste País.

Portanto, Paulo Paim, para tentar pontuar alguns aspectos aqui, nós queremos dizer que a defesa que fazemos dos direitos trabalhistas no nosso País está em contraposição àquela corrente de pensamento no

nosso País que, inclusive, está derrotada no Velho Mundo e está derrotada nos países que aplicaram a flexibilização das leis trabalhistas durante as décadas de 80 e de 90, as décadas perdidas, em que houve a hegemonia do pensamento neoliberal.

Portanto, o que estamos defendendo aqui é o direito do trabalhador e da trabalhadora, inclusive com ampliação. O que nós queremos para o desenvolvimento brasileiro, na verdade, é que esse desenvolvimento comporte dentro de si a questão da centralidade do mundo do trabalho. Por quê? No desenvolvimento atual brasileiro, nós temos assistido a um esforço – e é um esforço defendido pelas centrais sindicais – pelo fortalecimento da indústria nacional. É uma boa pauta, e inclusive esta Comissão já debateu, a manutenção dos postos de trabalho.

No entanto, com a renúncia fiscal que se faz hoje no Brasil, a pretexto de manter os setores funcionando e se desenvolvendo – para finalizar –, não se pode reduzir direitos do trabalhador e da trabalhadora. Não se podem ameaçar direitos como o da Previdência Social, na qual, só este ano, devido à renúncia, nós teremos um rombo de R\$7 bilhões. Ao perguntarmos ao Governo como será compensado, pela questão da desoneração da folha para mais de 20 setores, quando perguntamos como serão compensados esses valores, o Governo disse: “Nós vamos aportar com recursos do Tesouro”. Ora, só que retirar recursos do Tesouro para cobrir o rombo de recursos tirados da Previdência significa retirar de outra política pública, porque esse dinheiro é público!

Portanto, para fechar, Senador Paulo Paim, nós gostaríamos, em nome da CTB, de dizer que esta é uma batalha permanente: a batalha em defesa dos direitos trabalhistas no Brasil, de comportar os direitos trabalhistas, ampliando, inclusive, no desenvolvimento nacional. É uma bandeira importante. E nós achamos que é possível conquistarmos vitórias.

Nós não acreditamos e não concordamos com um tipo de pensamento que diz que o que trava o desenvolvimento do Brasil são as leis trabalhistas, são os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Inclusive, é um tipo de pensamento que está permeando o Tribunal Superior do Trabalho nos seus seminários, com porta-vozes que, inclusive, no nosso entender, não deveriam ser porta-vozes da questão de quebrar a lei trabalhista, de quebrar a Constituição Federal, como temos assistido em vários depoimentos de ministros do Tribunal Superior do Trabalho que falam a favor da terceirização, por exemplo, dizendo que a questão da segurança que nós temos hoje de não terceirizar na atividade-fim deve ser revogada. Esse tipo de pensamento tem de ser combatido. Nós não podemos acei-

tar o Tribunal Superior do Trabalho afirmar que a CLT é inócua, que ela atrasa o desenvolvimento do Brasil. Isso não é verdade.

E nós queremos fazer esse debate, queremos fazer essa disputa política, e estamos juntos com aqueles e com aquelas que defendem a posição de manter os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras no nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Secretário Nacional de Políticas Sindicais e Relações Institucionais da Central Geral dos Trabalhadores (CTB).

Agora, depois dessa exposição, vamos ao nosso último painelistas desta Mesa. Passamos a palavra ao presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, o sindicalista e líder Ubiraci Dantas de Oliveira.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Companheiros e companheiras, quero saudar o meu querido Senador Paulo Paim, que, a pedido do Senador João Costa, do Partido Pátria Livre, aprovou esta audiência.

Queria agradecer profundamente ao Senador João Costa por essa iniciativa e dizer que as páginas da história não de cravar essa sua sabedoria e compromisso com o nosso povo.

Queria saudar o meu querido Vivaldo Barbosa, homem de grandes lutas e grandes batalhas, companheiro que, na época em que queriam impor a política neoliberal, estava lá junto conosco, sindicalista, jogando duro, jogando pesado na defesa do País. Isso ninguém esquece. Então, muito obrigado por suas palavras.

Meu querido companheiro João Pedro – João Pedro participou conosco num seminário nosso nacional, com a presença de 21 Estados da Central Geral dos Trabalhadores, e passou a ser meu líder jurídico, político e sindical; o cara joga muito pesado, do ponto de vista dos argumentos, do ponto de vista da capacidade de demonstrar –, eu queria agradecer ao senhor por essa iniciativa.

Meu companheiro Joilson, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras, a gente sempre se encontra aqui, unidos, de mãos dadas, para defender os nossos trabalhadores.

Queria agradecer ao presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Mato Grosso, servidor público também, Adolfo Grassi.

Queria agradecer ao Waldir, presidente da CGTB do Distrito Federal, que está aqui conosco.

Queria agradecer ao Leandro, que é da CGTB do Rio de Janeiro, que também está aqui conosco.

Queria agradecer ao Bani, que é esse querido companheiro do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro.

Queria agradecer ao companheiro do Sintrafarma, o Carlão, que também está aqui conosco.

Queria agradecer especialmente aos meus companheiros da construção civil, essa categoria tão sofrida. Estão lá o Salvador, o Milton, o João, vários companheiros. Muito obrigado pela presença de vocês. Companheiro Pedro e sua delegação da Fenatracoop, que está conosco aqui também, muito obrigado.

O companheiro do Sindicato dos Caminhoneiros do Rio Grande do Sul e também da Executiva Nacional da CGTB, que recentemente enfrentou uma luta pesada em defesa dos caminhoneiros do Brasil, companheiro Lite, lá do Rio Grande do Sul.

Estão aqui os técnicos de enfermagem também.

Está aqui o companheiro do SINDAPB, que é o Sindicato Nacional dos Aposentados da CGTB.

O Sindicato dos Fisioterapeutas, o Sempreviajando está aí; está aí o companheiro Mauricio.

O Sintracoop do Distrito Federal, na pessoa do presidente, que está aqui junto conosco também.

Quer dizer, esse é apenas o começo, liderança, para que a gente possa...

Está aqui o companheiro Marcelo, do Sinait. Muito obrigado. Daqui a pouco, vai também fazer uso da palavra.

Então, isto aqui, sei que é permanente, mas, se marcar bobeira, a gente dança.

Eu queria que passasse a outra... Isso. É essa aí.

Isso aí é o seguinte: são os trabalhadores saudando Getúlio Vargas, lá no Rio de Janeiro. Então, não é preciso falar aqui do Getúlio Vargas para a classe operária, para os trabalhadores, para a indústria nacional, para o desenvolvimento do Brasil, para os direitos dos trabalhadores. Então, esse mora dentro do meu coração e no coração do nosso povo para sempre. É um exemplo de homem.

O Rio Grande do Sul tem colocado vários líderes no nosso Brasil, como está aqui este querido companheiro o Paulo Paim Senador, que luta pelos aposentados, luta contra o trabalho escravo, contra a discriminação, pelos trabalhadores, e, se vier mais, briga também, porque está do nosso lado, está junto conosco nesta batalha.

Eu queria primeiro iniciar: esse acordo coletivo específico que já foi colocado aqui abriu espaço sabe pra quê? Teve... Cadê o Waldir? (*Pausa.*)

Quando foi a reunião, às escondidas, *Correio Braziliense*, *Diários Associados*, *Estado de Minas*? Chamaram uma reunião para debater a CLT. Quem foi debater lá? O Dalazen, Presidente do Tribunal Su-

perior do Trabalho; foi lá debater o Almir Pazzianotto Pinto – e já tive a felicidade de esculhambar ele quando ele vinha defender coisa contra a classe operária, contra os trabalhadores, por várias vezes. E qual foi a decisão desse seminário? Sem sacanagem! E saiu em quatro páginas do *Correio Braziliense*. Quatro! Granda assim! Quatro páginas do *Correio Braziliense*. É o seguinte, primeira: “acabar com a estrutura sindical arcaica brasileira”, como eles chamavam. “Acabar com o imposto sindical e com a unicidade sindical”. “Substituir a CLT por uma coisa mais flexível, porque ela engessa o desenvolvimento do País” – isso eles falando.

Essas foram as conclusões, entre outras, que esses cidadãos, clamando contra os direitos dos trabalhadores às escondidas... Não chamaram nós. Aqui é uma audiência pública! Não chamaram a gente para debater. Vejam se colocaram a gente lá! Não nos chamaram para podermos colocar nosso posicionamento.

O SR. RAIMUNDO SALVADOR DA COSTA BRAZ

– Com relação a esse seminário, teve gente que se inscreveu lá, e eles recusaram, porque não tinham mais vaga.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Está aí o Salvador, Secretário-Geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, denunciando aqui: tentou se inscrever e não pôde.

O SR. RAIMUNDO SALVADOR DA COSTA BRAZ

– E a temática se referia à construção civil. E negaram a inscrição.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Exatamente.

Bom, a próxima lâmina, por favor.

É essa aí.

A primeira coisa que a gente queria colocar rapidamente aqui é o seguinte: alguns direitos estabelecidos inicialmente no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, acrescidos de outros conquistados ao longo dos anos:

- obrigatoriedade da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- salário mínimo;
- jornada de trabalho máxima de 8 horas;
- descanso semanal remunerado;
- férias anuais remuneradas;
- adicional noturno;
- empresas são obrigadas a fornecer EPI e a manter serviços especializados em segurança e medicina do trabalho;
- a todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo;
- licença-maternidade de 120 dias;
- aviso-prévio de 30 dias;

– direito à organização sindical e unicidade sindical.

Essa base desses direitos não veio de graça na mão de ninguém. Houve muita batalha, houve muita luta. Houve pessoas que perderam a vida, nossos companheiros, para que a gente pudesse ter essa garantia do trabalhador.

A garantia do trabalhador é a que nos permite, companheiros, dar até a maior legislação trabalhista, na minha opinião, do mundo. Do mundo!

Próxima, por favor.

Aí foi quando a gente lançou a campanha, certo? Nesse dia, a gente botou companheiros de 21 Estados... Está lá o companheiro João Pedro, tem vários dirigentes nossos lá. Foi um negócio espetacular.

Pode passar, por favor.

Então, foi muito bem feito.

Agora...

Pode passar, por favor.

Olha só, Dr. João, porque eu estou achando que o João Pedro tem razão:

Todos os direitos mínimos que temos têm origem em decisões e negociações coletivas conquistadas pelos trabalhadores. Alguns direitos que estão na legislação lateral estão consolidados na CLT, que dela fazem parte, como o 13º salário. É evidente que a negociação coletiva deve ser privilegiada, mas limitada por tudo aquilo que vá invadir o mínimo que é estabelecido pela lei.

Muito obrigado, mais uma vez.

Nós conseguimos, a partir de um patamar menor, outras coisas. E isso foi em negociação. Por isso, não vale dizer, aqui, que a CLT, que as leis trabalhistas impedem a negociação. Pelo contrário. Outros companheiros aqui que me antecederam já falaram também.

A próxima, por favor.

A CLT nunca foi obstáculo para negociação coletiva. Ela é um patamar mínimo dos direitos adquiridos durante décadas de lutas e sacrifícios. Ela é uma defesa dos mais fracos perante o poder econômico. A CLT estabelece as convenções coletivas anuais, nas quais os trabalhadores podem avançar em seus direitos. Livre negociação sem lei é estabelecer a selvageria nas relações de trabalho. Algumas conquistas ao longo dos anos demonstram que a CLT não é obstáculo para as negociações ou melhoria da legislação: 13º, redução da jornada para 40 horas semanais, redução para 40 horas semanais em várias empresas, licença-maternidade de 4 meses e por aí vai.

Pode passar.

Isso, essa unidade, CGTB, CTB, CUT, Força, Nova Central, UGT, foram feitas... Salário mínimo. Vencemos. Botamos, no ano passado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZO DOS PASSOS?

– O maior acordo trabalhista.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – É verdade.

Botamos, em junho do ano passado, meus queridos companheiros, no Pacaembu, lotado, 30 mil dirigentes sindicais fazendo uma proposta de desenvolver o Brasil, proposta que está dentro do coração e da mente daquelas pessoas, porque não é tirando direitos que vai avançar o nosso País. Senão, vejamos...

Pode passar. Seguinte.

Acordo coletivo especial: institucionalização da pluralização sindical, redução do salário do 13º, aumento de jornada, redução de tempo de férias, institucionalizar o banco de horas, reduzir licença-maternidade, fim das obrigações das empresas em questões relativas à saúde e à segurança no trabalho.

O que está acontecendo? Esse acordo tem lá na Alemanha. O que está acontecendo na Europa? Meus queridos, na Espanha, 50% de desemprego atingem a nossa juventude. Isso não é brincadeira. Cinquenta por cento! Na classe operária, 25%, 30%, de uma maneira geral. Na Alemanha não tem salário mínimo. Não existe legislação trabalhista legal para o conjunto daqueles trabalhadores. Por que, então, os trabalhadores estão na rua? Alguém falou aqui – desculpem-me por não me lembrar quem – porque os trabalhadores estão explodindo lá na Espanha, na França, em Portugal, na Grécia, nos Estados Unidos, que não tem direito nem à saúde do trabalhador, naquele negócio?

Então, o acordo – não quero xingar ninguém, não tenho o objetivo de ofender nenhuma pessoa, mas tenho a obrigação de alertar meus companheiros, aqueles que conhecem a nossa luta de tantos anos, de que esse acordo coletivo especial abre espaço para rasgar a CLT e jogá-la na lata do lixo.

Enquanto eu tiver vida, força, não vou permitir que isso aconteça, junto com meus companheiros... *(Palmas.)* ... junto com meus companheiros, trabalhadores, junto com um homem como este aqui, Paulo Paim, junto com um Senador como aquele ali, o companheiro João Costa, do Partido Pátria Livre...

Aliás, eu queria agradecer a participação dos membros da Executiva Estadual do DF do Partido Pátria Livre. Muito obrigado pela participação de todos aqui.

Então, eu queria dizer aos senhores...

Oi, Bruno, tudo bem, companheiro?

Alô, Presidente, tudo bem? O Presidente do Sindicato dos Auxiliares Técnicos em Enfermagem chegando, companheiro João, e o Bruno, do Sindicato dos terapeutas, não é isso? Acertei essa aí.

Então, o seguinte: o acordo coletivo especial abre esse espaço. A gente vai debater lá nos metroviários agora, no dia 26. Eles vão estar lá, eu vou lá, fui convidado para estar lá. Estaremos na parada lá, para levantar, para quê? Para alertar e colocar claramente quais são os nossos objetivos.

Pois não. Pode passar.

Sindicato à mercê dos patrões. Já foi colocado com clareza pelo companheiro João Pedro. O anteprojeto do ACE apresentado ao Governo pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC estabelece que, para que o sindicato possa celebrar o acordo... Não sou eu que estou dizendo, não. Está escrito lá. Depois leiam aí. Para que ele possa celebrar o acordo, tem que ser consensual com o patrão. Deve constituir um comitê sindical de empresa, ter autorização própria e ser emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Isso significa constituir um comitê sindical de empresa para abrir mão dos direitos mediante a pressão patronal. Essa é a realidade. E nós não podemos permitir que essas questões aconteçam.

Pode passar.

Nós temos uma proposta para poder avançar o nosso País. Não é possível o Brasil continuar com a taxa de juros exorbitante que nós temos hoje.

Ouvi o pronunciamento do senhor, Senador, na televisão, e fiquei muito orgulhoso de o senhor, com calma e tranquilidade, passar aqueles dados para nós. Valeu mesmo, Senador João Costa! Passou com firmeza.

Quer dizer, o câmbio, hoje, que está flexibilizado, atende aos interesses dos especuladores, que botam dinheiro para cá para dentro, fortalecem as importações e quebram a indústria nacional. Quer ver um exemplo, Senador? O Governo fez uma licitação para ver quem ia fazer os livros do Ministério da Educação. Ganhou lá uma editora. Beleza! Ganhou uma editora, licitação legal... Sabem onde foram feitos os livros? Lá fora. Mais de 5 milhões de livros, e a indústria brasileira gráfica quebrando aqui. Vejam se tem sentido, se tem lógica um negócio desses!

Senhores, 2.500 empresas foram desnacionalizadas, vendidas para o capital financeiro internacional. Indústrias estratégicas, de peso, foram entregues. Enquanto isso, setor de calçados, setor de vestuário, setor de indústria de máquinas e equipamentos e... Estou com medo. Não estou gorando, não, viu? Eu estou com medo de atingir a construção civil. A hora que atingir, você vai sentir como é. É sempre assim: quanto atinge a construção civil, que é a base de tudo, aí “a vaca foi

pro brejo”. Nós não queremos que isso aconteça. Nós queremos o fortalecimento do mercado interno com mais emprego e mais salário, continuidade profunda na redução das taxas de juros, financiamento do BNDES para as empresas genuinamente nacionais. Por exemplo: o BNDES teve um período que deu US\$6 bilhões, baratíssimo, subsidiadíssimo, para a Embraer depois de privatizada. Sabe qual foi a contrapartida da Embraer? Mandar embora 4.600 trabalhadores. Essa foi a realidade, que ninguém vê.

O SR. JOILSON ANTÔNIO CARDOSO – Na véspera do carnaval.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Na véspera do carnaval, exatamente.

Então, a base do emprego no Brasil é a micro, a média e a pequena empresa. Ora essa! Se essa é a base do emprego no Brasil, então é necessário fortalecer essa área, porque você está fortalecendo os trabalhadores. Além disso, você dá poderio de força para a indústria brasileira. Um país que não tem uma indústria nacional é um país fadado a virar *shopping* dos americanos, *shopping* dos alemães, *shopping* dos ingleses. Não vai se fabricar nada aqui e o seu povo vai viver na miséria, etc. e tal.

Queremos a preferência dessas empresas nas encomendas governamentais. A Constituição deixa claro o seguinte: prioridade nas compras do Governo para a indústria genuinamente nacional. Aí botaram um adendo que é o seguinte: empresa local. Aí, para a empresa local, por exemplo, Volkswagen do Brasil, Ford Motor Company Brasil, e assim vai por aí fora. Então, eles acabam tendo prioridade objetiva nessa questão.

Por favor, a outra.

Isso aqui foi com o Ministro do Trabalho, a Secretaria-Geral da Presidência e os empresários. Nós fizemos um excelente encontro e tiramos de lá uma série de... Demos continuidade àquilo que aconteceu lá em junho, no Pacaembu, aprofundamos. Foi o Presidente da CNI, foi o Presidente da Abimaq, que está ali, inclusive, foi o Feijó, que está ali, foi aquele careca ali, que é do sindicato dos vestuários, um empresário, está lá o Ministro do Trabalho.

Pode passar.

Ali foi recentemente em São Paulo, botamos 90 mil pessoas na Assembleia Legislativa para defender a Nação, a indústria, o desenvolvimento nacional. É assim que se faz o Brasil e se desenvolver, e não retirando direitos dos trabalhadores.

Quero dizer aos senhores, companheiros trabalhadores, que esta não é uma luta qualquer. Agora ela veio do seio da classe operária. Infelizmente, tenho que dizer isso. Aquelas lutas antigas maravilhosas de que participamos, que o Lula teve, que saiu dali a

grande liderança do País e do mundo, onde nós lutávamos por essas conquistas. Nós não vamos permitir que isso volte a acontecer no nosso Brasil, depois de tanta luta e de tanta batalha. E está vindo de lá, de onde se deu continuidade à luta de outros da época do Oswaldo Pacheco, da época do Oswaldo Lourenço, da época de tantos líderes que, por anos a fio, deram suas vidas pela classe trabalhadora. Nós não vamos permitir que isso aconteça.

Fizemos, definimos uma campanha nacional em defesa da CLT. No nosso *site* está lá, quem quiser pegar o abaixo-assinado pode pegá-lo e passar na sua categoria, para poder... O *site* é www.cgtb.org.br. Estou muito feliz e emocionado de sentir que o negócio pegou no breu, e ainda com reforço do Paim, do Valdo Barbosa ...

(Interrupção do som.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... certeza, porque vieram falar para mim o seguinte: “Ô Bira, por que você vai propor lá um negócio desse aí, uma audiência pública em defesa da CLT?” Eu respondi: “Porque, se você não estiver de acordo, você propõe lá uma audiência contra a CLT. Vai lá. Bota lá, que a gente vai lá e defende o nosso ponto de vista na boa.” Agora, eu venho aqui defender porque eu defendo a CLT, eu defendo esses direitos trabalhistas por que tantos sofreram. Os cabelos brancos aqui é que sabem.

Por isso, companheiros, eu queria agradecer profundamente ao Senador João Costa, agradecer profundamente ao Senador Paulo Paim. Terminando, temos uma identidade muito grande na luta. Quero dizer – na hora em que eu estava falando lá atrás eu não consegui terminar – que eu não vou assinar um acordo que penaliza menos os trabalhadores, que é o tal do 85/95. É claro que, se hoje estou em uma campanha salarial e estou com zero de aumento e o patrão oferecer 1%, é melhor do que zero, não é? Mas é muito insuficiente diante da realidade. Aquilo que aconteceu no fator previdenciário – o Paim tem razão – é um crime! É contra os trabalhadores, etc. e tal.

Eu não posso, não tenho o direito, porque eles vão cobrar mais tarde, de assinar o acordo da 85/95 porque vai continuar penalizando e tirando o direito dos trabalhadores. Não sou eu que estou falando, não. É melhor do que o fator? Claro que é. O fator foi colocado como um fator de arrocho do salário dos trabalhadores.

É por isso que a Central Geral dos Trabalhadores respeita todas as outras posições, mas nós...

Por último, estão criando aí um fundo para pagar o salário dos trabalhadores quando houver crise. Então, pega do dinheiro dos trabalhadores, do fundo de garantia, o patrão reduz o salário e... Aí vem falar que

isso está escrito na lei. Na lei está escrito o seguinte: se jogarem bomba no Brasil, se invadirem o Brasil, se ocuparem o Brasil, nós temos que pensar numa forma de poder estabelecer e unir a Nação para poder levar a coisa para frente. Não está escrito que tem que reduzir.

Então, esse fundo é um tiro no pé, é pegar dinheiro para a gente financiar o desemprego. A gente também não concorda com isso.

Então, senhores, senhoras, muito obrigado pela atenção. Vamos em frente que atrás vem gente, e o povo e a classe trabalhadora esperam de nós a maior solidariedade e compromisso com a luta e com a vida dessa gente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, fazendo aqui a sua manifestação em defesa da CLT, dos trabalhadores e dos aposentados.

Passamos a palavra, agora, ao Auditor Fiscal do Trabalho, que aqui substitui a Sr^a Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Com a palavra o Sr. Marcelo Gonçalves Campos.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Bom dia, Senador Paulo Paim.

Agradeço, em nome do Sinait, o convite. Na realidade, para nós, Auditores Fiscais do Trabalho, é uma convocação, uma grata convocação vir debater essa questão.

Peço desculpas pelo atraso na chegada. Nós estávamos num congresso nacional em Salvador e nos mobilizamos para estar aqui.

Eu começo a minha rápida exposição dizendo o seguinte: não é de hoje que nós verificamos que determinados setores da sociedade, notadamente o setor empresarial, através de suas representações, propõem a aposentadoria da CLT. É de longa data isso. Nós estamos, de certa forma, acostumados com isso. Agora, às vésperas de completar 70 anos, talvez queiram fazer a aposentadoria compulsória da CLT, mas certamente nós não vamos permitir, até porque a CLT não é tão velha quanto dizem, não é tão anacrônica quanto dizem. Ela é bastante atualizada, e atualizada pelo Congresso Nacional. Talvez seja o conjunto de diplomas legais mais atualizado e mais contemporâneo. É de antiga data, mas sempre atualizado.

É importante que se diga que essa atualização tem sido, historicamente, sempre no sentido da garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Quando alguma proposta de recuo desses direitos aparece aqui

no Congresso, historicamente ela tem sido rechaçada; às vezes, a duras penas, a duras lutas, mas rechaçada.

A importância da CLT é tão grande no Estado contemporâneo, que ela foi, de certa forma, constitucionalizada. Os direitos trabalhistas, na Constituição de 1988, ganharam um *status* constitucional. Talvez, do conjunto dos direitos existentes, o mais presente na Constituição Federal seja o Direito do Trabalho, e isso não é à toa, não é inútil. Isso ocorre porque o Congresso Nacional, representante do conjunto da sociedade, entende que o Direito do Trabalho é um elemento essencial na vida da sociedade. Ele garante um patamar mínimo civilizatório para a sociedade brasileira.

Apesar disso, nós, historicamente, como eu estava dizendo, enfrentamos as ameaças aqui, de longa data.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Eu diria o seguinte: antes de entrar no projeto propriamente dito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador.

É só um aparte.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Eu gostaria apenas de, antes de interromper, mas já interrompendo – peço desculpas –, registrar a presença entre nós dos alunos do Centro de Ensino Fundamental nº 9, de Taguatinga, onde estudei, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Em 1975, quando fiz a 1ª série, chamava-se Escola Classe nº 9. Hoje, há ensino fundamental, mas, na época, não.

É uma alegria sempre muito grande recebê-los aqui num momento tão importante, em que há a discussão da CLT, dos direitos trabalhistas, dos direitos do trabalhador. Espero que, um dia, vocês também estejam aqui como Senadores e Senadoras e que sejam muito felizes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez, eu peço desculpas ao Dr. Marcelo pela interrupção, mas eles precisam sair e eu não poderia deixar para fazer essa manifestação ao final.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador João Costa, do Partido Pátria Livre.

Sejam bem-vindos os alunos!

Vocês estão assistindo aqui a um belo debate em defesa de um instrumento legal que há de garantir, porque nós não vamos deixar que o derrubem, que vocês tenham direitos assegurados quando estiverem no campo do trabalho.

Estudem, estudem e estudem, porque, com certeza, quanto mais estudarem, mais espaço terão no mundo da disputa no mercado de trabalho.

E ainda que tenhamos a CLT, se vocês... Nós vamos lutar pela CLT, pensando nessa juventude.

Aceitem uma salva de palmas de todos nós. *(Palmas.)*

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Antes de entrar propriamente no que é o foco da discussão aqui hoje, ou seja, o acordo especial lá do Sindicato dos Metalúrgicos, eu gostaria de fazer uma rápida contextualização, porque eu entendo que esse projeto não está isolado nesse processo, vamos dizer assim, de ataque ao mundo do trabalho, ao Direito do Trabalho.

É importante dizer que não existe direito sem uma instituição pública ou instituições públicas que se ocupem da garantia de que aquele direito se realize. Um direito apenas no código, sem que existam estruturas para fiscalizar e para cobrar a sua realização, não se realizará.

Não vou, é claro, falar do Judiciário trabalhista nem do Ministério Público do Trabalho, que são nossos parceiros, mas devo dizer algo sobre a nossa instituição e sobre a contemporaneidade que ela vive.

Todos sabem – aqui há um grande número de sindicalistas, e sindicalistas frequentam as Superintendências Regionais do Trabalho com regularidade – o quanto progressiva está a deterioração das Superintendências Regionais do Trabalho. Das instituições públicas federais, ela talvez seja hoje a mais abandonada, e isso obviamente produz consequências.

Só para ilustrar esse abandono da inspeção no trabalho, a Auditoria Fiscal do Trabalho, que já teve cerca de 4 mil auditores durante o governo Fernando Henrique Cardoso, hoje não conta com mais de 2,8 mil auditores.

Há cerca de 700 vagas disponíveis para concurso, e a informação que nós recebemos é de que o Ministério do Planejamento, no próximo concurso, autorizará 160 vagas. É muito perceptível aonde isso vai nos levar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me fazer uma pergunta para ilustrar também.

Nós saímos de 4 mil para 2 mil, arredondando, no Ministério do Trabalho.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nesse período, o número de empresas diminuiu também?

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Absolutamente não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A pergunta é essa.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS –

Com o crescimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais do que dobrou, pelas informações que eu tenho.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – É claro. Com o crescimento econômico, graciosamente trazido pelo governo Lula e pela Presidente Dilma, o número de empresas tem crescido enormemente, assim como a complexidade no mundo do trabalho. Vem aí o pré-sal, que vai ser uma verdadeira revolução, e o número de auditores está só diminuindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só diminuindo.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Só diminuindo. Então, isso realmente nos preocupa e, se não for enfrentado, trará consequências.

Há algo mais que ilustra isso ainda. O nosso Orçamento, que está sendo discutido no Congresso neste ano para o ano que vem, apresenta uma redução de mais de 30% dos valores praticados neste ano. Então, é uma demonstração talvez dos perigos que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fiscalizar não é bom.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Não é bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso, os acidentes de trabalho aumentam tanto.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há um dado que os fiscais do trabalho me passaram um dia, digamos, a própria direção, de que, se olharmos a proporção, nós somos o país onde ocorrem mais acidentes de trabalho.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Proporcionalmente à população.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – E, no enfrentamento de todas essas questões, de todas essas ameaças, todos nós que militamos na aplicação do Direito do Trabalho, nas suas diversas dimensões, sabemos dos enfrentamentos dos projetos precarizantes, da questão da terceirização, das fraudes na contratação. Mas, apesar de tudo isso, historicamente, nós temos conseguido fazer um bom combate com as instituições públicas, com o movimento sindical, com os nossos aliados no Parlamento. Se não ganhamos todas, pelo menos empatamos, e isso tem sido importante na garantia da legislação do trabalho.

Tramitam no Congresso Nacional projetos que nos assustam. Cito, por exemplo, o do Simples Trabalhista, que, além de ser um projeto, vamos dizer assim,

inconstitucional, propõe a criação de uma figura de um trabalhador de terceira categoria das pequenas e micros em comparação com os trabalhadores das outras empresas, algo totalmente inaceitável.

Mas, quando achamos que há algo muito ruim, aparece algo pior ainda. E esse algo pior ainda, permitam-me dizer, é realmente essa proposta, que não é uma proposta de projeto de lei ainda porque não existe aqui na Casa. É incrível isso. Ele existe no *site* do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Quem quiser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você lembrou bem: aqui na Casa não há nada quanto a isso.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quanto a esse projeto.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Sim. Quem quiser pode facilmente acessar o *site* do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em que está o projeto, o anteprojeto, vamos dizer assim. Junto com ele, ainda vem uma cartilha, de que falarei logo a seguir.

Eu entendo que essa é a pior ameaça que nós já vivemos na história do Direito do Trabalho no Brasil. E vou dizer por quê.

Quando nós enfrentamos aquilo que considerávamos a maior ameaça do negociado sobre o legislado no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, todos nós que militamos na área do trabalho sabíamos de onde vinha essa proposta: era do Estado neoliberal, lá na Europa, Estados Unidos, e o governo tinha uma vinculação ideológica com, obviamente, aquele projeto, implementou esse projeto no Brasil. Então, quando propuseram isso, nós sabíamos quem estava propondo. Nós, os auditores, o Ministério Público, os partidos de esquerda, vamos dizer assim, os progressistas, sabíamos que aquilo era uma proposta para tirar direitos dos trabalhadores. Então era fácil identificar o inimigo, combatê-lo e nos unir.

Qual é o grande problema agora? Sem discutir o conteúdo do projeto. O problema é que esse projeto vem como aqueles remédios, venenos, terríveis, que têm de ser embalados numa pílula muito forte, dourada, a pílula, para o paciente poder engolir. Porque os efeitos colaterais serão terríveis. E qual é o invólucro desse projeto? É um verdadeiro cavalo de troia. O invólucro é o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Quem é que não se emociona ao se lembrar do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC? Quem é que não vincula o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC à defesa do direito do trabalho, mas, mais do que ao direito do trabalho, à defesa da democracia no Brasil, ao ressurgimento da democracia no Brasil? Quem é que não vincula o

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC à figura de Lula? Pois muito bem. Quem tiver a curiosidade de acessar o *site*, o projeto, vai encontrar uma cartilha de apresentação do projeto. Essa cartilha, olha, eu li, reli e acho que até chorei. Por quê? Porque é um discurso com fotografias do Presidente Lula, de D. Marisa, dizendo que o Brasil mudou, e mudou mesmo, com Lula, mas, assim, a conclusão é mudou e não precisamos mais nos preocupar, está tudo dado. E, agora, as relações do trabalho, não têm mais conflito entre patrões e empregados, agora vai ser um novo Brasil. E para esse novo Brasil, eles propõem esse projeto.

Eu escrevi um artigo que está no *site* do Sinait, a pedido da direção do Sindicato. É uma contribuição, é uma análise técnica a do artigo, quem quiser acessar, é uma contribuição para o debate. Então vou falar de algumas coisas que eu pontuei no artigo, rapidamente, por causa do tempo aqui, que é limitado, mas que realmente são preocupantes.

Primeiro, a proposta vem embalada na imagem do Sindicato, todos reconhecemos historicamente, na imagem do Presidente Lula, fotos com D. Marisa, na cartilha, é uma coisa realmente emocionante. E lá diz, nas justificativas, que o objeto do projeto se baseia em algo que ninguém é contra: negociação coletiva, fortalecimento das organizações sindicais. Mas nós, aqui, vamos perguntar. Nós, no Brasil, temos absoluta liberdade de organização sindical, nos moldes do proposto pela OIT? Não temos. Importante convenção da OIT que trata da questão até hoje não foi ratificada pelo Brasil. Condição *sine qua non* para realmente empoderar os sindicatos e permitir-lhes fazer negociações verdadeiras e efetivas em contraposição com o poder econômico.

A questão da filiação proposta lá, de no mínimo 50% de trabalhadores filiados ao sindicato, para ser possível a negociação. Francamente, com os sindicatos frágeis, sem absoluta liberdade de organização sindical, quem vai filiar os trabalhadores? O sindicato não precisa se preocupar. Quem vai filiar vai ser o dono da empresa, vai ser o patrão. Ele vai, ao contratar o trabalhador, dizer: filie-se. Por que ele vai fazer isso? Porque ele vai precisar desse percentual de filiados para negociar os direitos do trabalhador. Não é verdade?

Outra questão absolutamente inconstitucional no projeto – e aí eu fiquei dias imaginando o que se queria com aquilo, e foi Frei Betto, ontem, numa palestra, que me iluminou, que me fez a ficha cair. Que é a questão do controle desses sindicatos que vão poder fazer essa negociação. Esse controle será feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Então, como todos nós sabemos, é inconstitucional qualquer controle sobre os sindicatos, isso foi superado lá na Constituição.

Estão ressuscitando esse controle. Então, nós vamos ter aqueles sindicatos que têm o registro sindical mas que, por acaso, não vão ter os 50% de filiados, ou não vão estar, vamos dizer assim, dentro do crivo do analista lá do Ministério do Trabalho, que vai dar a autorização para a negociação, e somente poderão negociar aqueles, vamos dizer assim, legitimados pelo Ministério do Trabalho. Absolutamente inconstitucional! O que se quer com isso? Talvez, o que se vá querer com isso seja a construção de um movimento sindical único, tutelado pelo Estado, e sabe-se lá Deus com que intenções. Porque o que se produzirá, caso se aprove esse projeto, é exatamente isso. É a retomada dissimulada do absoluto controle do Estado sobre as organizações sindicais.

E aí Frei Betto nos disse ontem – e ele é uma testemunha, vamos dizer assim, presente nos acontecimentos das últimas décadas aqui no Brasil – que, para que compreendêssemos o que está acontecendo no mundo do trabalho e as ameaças ao Direito do Trabalho, é importante que nós tenhamos, sem querer apontar dedo para essa ou para aquela instituição, essa entidade ou aquela, a perspectiva de que houve uma mudança, nestes últimos 20 anos, do ponto de vista das organizações sindicais no Brasil.

Aquele setor do movimento sindical, antes hegemônico, combativo na defesa dos direitos do trabalhador, que se colocava claramente como porta-voz dos trabalhadores frente ao Estado, pelas mudanças que vivemos principalmente na última década, mudou de perfil. Ele deixou de ser o representante dos trabalhadores junto aos empregadores e ao Estado e está-se transformando hoje no representante do Estado junto aos trabalhadores. Ele é porta-voz não mais dos trabalhadores, mas do Estado junto aos trabalhadores. (Palmas.)

Isso precisa ser observado e compreendido para que nós possamos entender essa loucura do que está relacionado a esse projeto. Sinceramente, eu creio que a maioria de nós – e digo isso sem nenhum constrangimento – participou da criação desse movimento sindical combativo, que lutou contra a ditadura, que fundou importante partido político na defesa dos trabalhadores. Eu me sinto como cidadão e auditor fiscal responsável por esse processo. E me surpreendeu esse projeto nascer exatamente desse setor. Não tem cabimento.

Nós não podemos substituir aqueles postulados do Estado neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso por idênticos postulados no Estado neodesenvolvimentista de Lula e Dilma. Não tem cabimento para o mundo do trabalho isso. Nós não precisamos disso.

E um aspecto mais importante: normalmente, os projetos de precarização vinham quando o Brasil

estava em crise econômica. Ou seja, nós estamos em crise econômica, então vamos dar uma folguinha para as empresas e vamos retirar alguns direitos dos trabalhadores. Francamente, nós não estamos em crise econômica aqui no Brasil. O Brasil nunca cresceu tanto. O mercado de trabalho nunca foi tão pujante. Os trabalhadores nunca elevaram tanto o seu patamar salarial. Hoje empregador que não assina carteira dificilmente vai manter o trabalhador. Então, o mercado está nos ajudando a fazer esse controle da legislação.

Então, por que, num momento tão positivo para os trabalhadores, vem esse projeto, com todas as características, com todo esse invólucro? Realmente, é surpreendente. E eu não acredito que a Central Única dos Trabalhadores subscreverá esse projeto. Não acredito, Senador Paim. Será um suicídio. Será jogar lama em toda a história da Central.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Muito menos as demais centrais.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – As demais centrais que estão aqui já o estão criticando, não é? Mas é importante dizer que o sindicato que agasalha essa tese, esse projeto, está dentro da Central.

Então, eu entendo que nós precisamos nos aproximar da direção da Central, ter essa interlocução, para alertá-los de que isso não será positivo para o movimento sindical brasileiro, para defesa dos direitos dos trabalhadores. É preciso que façam essa reflexão e é preciso que alertemos o Presidente Lula, porque a imagem dele está lá no projeto e na cartilha, como se fosse, vamos dizer assim, um avalista desse projeto.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Só um negócio importante aí. É que houve um ato em frente à Embaixada da Espanha em solidariedade aos trabalhadores que estavam em greve no dia 14, e a gente teve lá com vários companheiros. Por exemplo, já saiu carta de confederação da CUT, de CUT regional, de membros da executiva absolutamente contra o projeto. Portanto, não está fácil lá dentro, inclusive, que isso seja subscrito.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Claro.

Então, concluindo, Senador, eu diria o seguinte: nós da auditoria fiscal do trabalho estamos preocupadíssimos com esse projeto. Achamos que é a maior ameaça, por todos os condicionantes que envolvem, e nos perfilamos junto com aqueles que vão combater esse projeto. Vamos fazer juntos esse combate. E precisamos nos articular de modo a que a Central Única dos Trabalhadores reflita que um sindicato da sua base, um importante sindicato, histórico sindicato, tenha trazido essa proposição. Oxalá que a Presidente Dilma não se veja encantada por esse projeto

e o encaminhe. Que ele nem venha. Nós temos é que matá-lo antes que venha para o Congresso.

Eu concludo, então, me colocando à disposição para o debate. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marcelo Gonçalves Campos fez aqui uma bela exposição e traz um depoimento do Frei Betto. Quem não lembra aqui, não respeita e não admira até hoje o Frei Betto?

O Frei Betto me lembra um pouco aquele revolucionário: depois de toda a construção da revolução de Cuba, ele diz “estou saindo daqui agora e vou para outras batalhas na América”. E acabou sendo assassinado. O Frei Betto me lembra isso. Ele ajudou a construir e, depois, saiu do poder e veio para o campo de novo de batalha, eu diria, e dá um depoimento como esse, que retrata.

É claro que eu falei aqui do Che Guevara. Tenho muito respeito pelo Frei Betto e fiquei muito impressionado porque esse relato que você dá e a análise profunda da questão do projeto têm uma análise dura e firme do Frei Betto. Eu, naturalmente, não esperava uma forma diferente.

Mais uma vez, uma salva de palma pela exposição. *(Palmas.)*

Passo a palavra, agora, ao Senador João Costa.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente, vou ser breve. Agradeço a presença de todos. Agradeço a maneira gentil e sábia como o senhor tem conduzido a presidência da CDH e penso, Sr. Presidente, que o Brasil precisa crescer, precisa se desenvolver, mas precisa respeitar os direitos dos trabalhadores. Nós não vamos crescer de forma organizada subtraindo direitos daqueles que representam o progresso do Brasil, da mão de obra, daqueles que levam o Brasil para frente.

Penso que as minhas considerações são essas. Nós precisamos de um país melhor, precisamos diminuir as distâncias entre os mais pobres e os mais ricos. Tendo dito sempre: os mais ricos, com honestidade, podem continuar sendo ricos. O que eu não admito é o pobres continuarem sendo pobres. O que não podemos é subtrair direitos daqueles que estão cada vez mais pobres, mais enfraquecidos, mais escravizados.

Então, eu preciso apenas registrar: contem comigo, sempre, todos, para defender os direitos dos trabalhadores, porque estou convencido de que o trabalhador representa o futuro do Brasil. É o sonho do Brasil. Nós não conseguimos crescer sem trabalhar. E não conseguimos crescer tirando direitos do trabalhador.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador João Costa, do Partido Pátria Livre.

Neste momento, nós vamos ter que nos organizar aqui. Vou abrir a palavra a três ou quatro companheiros do plenário, para que possam fazer o depoimento, diante da exposição que ouviram, de cinco minutos cada um, porque, depois, ainda volta para a Mesa para as considerações finais. Pretendemos encerrar ao meio-dia, por compromissos assumidos pelos painelistas e por outros companheiros que precisam viajar.

Então, o Bira pode nos ajudar e também o Joilson.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Quem mais? O Higino. Falta mais um. O Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá, então.

João. Eu só peço, João, que, na hora de falar, você diga o seu nome e, de preferência, a categoria.

O SR. JOÃO BARBOSA DE ARRUDA – Bom dia, meu nome é João Barbosa. Eu sou Diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.

Primeiro, eu quero pedir permissão a todos para parabenizar o Senador Paim por esta oportunidade de estar aqui.

É o seguinte: a Presidente Dilma, com essa criação de delegado por fábrica ou por local de trabalho, ela quer acabar com a figura do auditor fiscal, que é a pessoa mais importante na defesa dos direitos do trabalhador no local de trabalho. É o auditor fiscal. E o Governo quer acabar com ele. Esse projeto que estão trabalhando no ABC é pior que a seca do Nordeste, porque lá eles cavam buraco e tiram água. E esse projeto, não tem mais para onde sair água, nem sobrevivência do trabalhador, porque é uma decepção muito grande, por parte do sindicato e, principalmente, do ex-Presidente Lula, se ele estiver apoiando um projeto dessa natureza. Um homem que foi eleito pelos trabalhadores e se identificou como representante dos trabalhadores, traindo toda a sua categoria, todos aqueles que o elegeram.

Quero dizer, também, que participei de reunião antes das eleições para Deputado, Senador, Governador e Presidente da República e fiquei muito triste quando os líderes daquela reunião pediram apoio para eleger o Senador Paim, não porque era para elegê-lo, mas porque o Presidente Lula apoiava outro Senador, porque não queria que o Senador Paim fosse eleito, porque ele tem coragem de participar das batalhas em defesa do trabalhador, esteja ele na ativa, esteja ele aposentado. Dentro do Partido dos Trabalhadores não há uma pessoa que tenha a coragem de fazer o que o senhor faz, Senador.

Parabéns pelo trabalho que o senhor vem fazendo! Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o João.

Salvador, por favor, diga o nome completo...

O Sr. RAIMUNDO SALVADOR DA COSTA BRAZ

– Bom dia a todos.

Gostaria de saudá-los.

Sou Raimundo Salvador da Costa Braz. Sou Secretário-Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Brasília.

Eu gostaria de saudar o Senador Paulo Paim e também o nosso Presidente, Bira; o Joilson, da CGTB; o Dr. João Pedro, que passei a admirar a partir do congresso de São Paulo; Dr. Marcelo, que representa o Sinait.

Nós, do movimento sindical, estamos realmente muito preocupados com os ataques à nossa CLT, que é uma compilação dos nossos direitos, como foi bem lembrado pelo Dr. João Paulo, a partir de 1943. Os anteriores eram ataques mais frontais, ataques mais focados nesses direitos. Contudo, a partir do ano 2000, existem aí ataques sorrateiros, ataques esfacelando os direitos dos trabalhadores. Paulatinamente, esses direitos vão sendo retirados do corpo da CLT. Isso tudo em nome do crescimento do País, em nome do aumento da produtividade das empresas, em nome do aumento da lucratividade das empresas. Nós vemos um movimento contrário aos anseios dos trabalhadores. Nós vemos a indústria se mobilizando para fazer crescer seus lucros, para aumentar sua produtividade. Em contrapartida, esses lucros, essa produtividade cresce com a retirada de direitos fundamentais dos nossos trabalhadores. O movimento sindical brasileiro aqui, neste instante, tem de estar junto.

Parabéns à CGTB, parabéns à CTB por estarem aqui!

Nós queríamos que outras centrais estivessem aqui juntas, para que, de braços dados, de mãos dadas, nós estivéssemos na luta, aqui neste momento, em defesa da nossa CLT, que é o nosso código, que garante direitos mínimos aos nossos trabalhadores.

A CLT traça perfil de direitos mínimos. Nós precisamos ter essa relação de, minimamente, termos nossos direitos garantidos. Não podemos imaginar o nosso País sem esse traço. Isso nós defendemos em contraposição ao capital. O capital, no seu nascedouro, é mórbido, é frio. Então, ele passa por cima de quem quer que seja para satisfazer seus anseios. Nós não podemos, aqui, deixar que nossos trabalhadores sejam esmagados por esse capital. Nós queremos estar no mesmo patamar desse capital. Nós estamos aqui, neste momento, para isso, defendendo nossos direitos mínimos que estão inseridos na nossa CLT, estão inseridos nos princípios da nossa Constituição.

Eu gostaria de conclamar não só a CTB, não só a CGTB, mas conclamar todas as centrais, inclusive a CUT. Que ela repense a sua posição e fique ao lado dos trabalhadores. Eu tenho como exemplo de movimento sindical brasileiro... Comecei no movimento sindical brasileiro no ano 2000, quando, pela primeira vez, passei a fazer parte do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Brasília e tenho como meta, tenho como exemplo o Sindicato do ABC paulista. Não é possível que esse Sindicato abrace, que esse Sindicato esteja de mãos dadas com interesses do capital em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

Muito obrigado por essa oportunidade. Estou do lado dos nossos trabalhadores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Salvador!

Passamos a palavra ao Pedro.

O SR. PEDRO PINTO – Sou Pedro Pinto, estou aqui representando Presidente da Federal, a Fenatrac, que é a Federação Nacional dos Trabalhadores em Cooperativas do Brasil, Mauri Viana.

Realmente estamos achando um absurdo esse projeto.

O Mauri, infelizmente não pôde estar aqui; ele está retornando do Estado do Mato Grosso. Esteve ontem em Cuiabá, fazendo aquilo que nós, realmente, mais fazemos em nível de Brasil, que são as convenções coletivas e os acordos coletivos, que são negociações que começaram em congressos – inclusive o Dr. João Pedro participou de um deles em Dourados, Mato Grosso. Esses congressos chegam a reunir 3 mil, 4 mil, 5 mil, até 8 mil trabalhadores de cooperativas para discutirem um rol de reivindicação para abrir negociações para acordos e convenções coletivas. De repente nos vemos aí com esse projeto, que vem exatamente contra tudo aquilo que nós fazemos no Brasil inteiro.

O mínimo que se pode dizer disso é que isso é uma vergonha.

Senador, se formos fazer uma comparação entre essa lei, na questão trabalhista, e uma comparação na questão política, acredito eu que seria mais ou menos a mesma coisa que, de repente, em um Município do seu Estado, nosso belo Rio Grande do Sul, uma câmara de vereadores se reunisse e resolvesse que não haveria mais eleição para prefeito, de repente, decidissem que fosse eleito, ou melhor, escolhida uma pessoa para ser o rei do Município e rasgasse a nossa Constituição, rasgasse as nossas leis e jogasse tudo isso no lixo e lá fosse feito da maneira que eles acham que pode ser feito, pela cabeça de meia dúzia de pessoas.

Então, isso é um absurdo. Nós, trabalhadores de cooperativas – eu falo aqui em nome do nosso Presi-

dente, Mauri Viana – somos radicalmente contra esse projeto. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Parabéns pela fala também.

Higino.

O SR. HIGINO FRANÇA – Bom dia!

Senador Paim, é uma grande honra ter essa oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não se esqueça de dizer o nome completo, para registro.

O SR. HIGINO FRANÇA – Higino França. Agradeço ao Bira, esse grande líder, esse grande lutador, esse apaixonado pela luta dos trabalhadores no Brasil há muito tempo; ao companheiro Joilson, por estar presente aqui – quero aqui registrar a ausência das demais centrais sindicais –, ao João Pedro – a gente já leu muito sobre sua atuação –, ao companheiro Vivaldo, que também deu e vem dando sua contribuição ao longo de décadas no Brasil e a brilhante apresentação do companheiro Marcelo, que faz uma análise fria, competente, sobre o que realmente está posto para a população através desse projeto que nos é dado a conhecimento.

Eu quero me apresentar como, não fora do contexto, mas como empresário. Talvez seja o único empresário aqui nesta audiência. Faço isso com muito prazer e muita honra. Como Diretor da Associação Comercial do Distrito Federal, empresário do ramo de decoração aqui em Brasília, aonde cheguei em 1974. Tenho uma empresa de médio porte e quero dizer que, na categoria em que eu atuo, os empregados tiveram seu sindicato próprio há muito pouco tempo. Então, não se tinha nem salário alimentação obrigatório, porque não havia negociações específicas. Modéstia à parte, eu resolvi inovar, e a minha empresa foi a primeira do ramo a também doar o seguro-saúde aos empregados, sem nenhum desconto do pagamento de cada um dos 38 empregados que temos.

Tenho uma empresa de pequeno porte e digo isso com muita satisfação: a média dos empregados na nossa empresa, uma empresa familiar – duas unidades, três endereços – é de, aproximadamente, 12 anos.

Então, eu, como...

A minha passagem pelo serviço público no final da década de 70 e um pouco na década de 80 me fez também me transformar no representante dos trabalhadores quando estive na direção da Associação dos Servidores do Ministério da Saúde. Depois adentrei o mercado.

Quero dizer que sou totalmente contra esse projeto, essa iniciativa. *(Palmas.)*

Quando me posiciono contra sei que somos os micros, os pequenos e os médios empresários que seguram, com as duas mãos, cada um deles, o Brasil. O desenvolvimento deste País está nessa massa da população que representa os trabalhadores e os empresários das pequenas e microempresas deste País. Eu não consigo concordar com iniciativas como a do BNDES, principalmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, quando colocou na mão desse imperialismo multinacional o que nós construímos ao longo dos anos, o que Getúlio fez nascer, como a siderurgia e, posteriormente, as telecomunicações e tudo o que foi negociado de uma forma espúria pelo governo Fernando Henrique, fazendo com que seja o melhor negócio do mundo, porque eu compro uma empresa a um preço baixo e o que está vendendo me dá a oportunidade de financiar essa compra.

Eu quero, Sr. Presidente, agradecer muito a oportunidade e dizer que os empresários genuinamente nacionais, os empresários pequenos, os empresários médios não têm medo da CLT; muito pelo contrário, acalentam e a colocam como prioridade nas suas atividades, porque sem os empregados nós, efetivamente, não somos nada. Sabemos que essa atitude nada mais é do que a pressão dessas multinacionais, que antigamente compravam as grandes empresas e hoje já estão comprando as menores. Hoje, a Drogaria Rosário de Brasília já é multinacional. Já compraram nossa cachaça, a Ypióca, vendida por 970 milhões. Mais do que isso, quero dizer que o que eles fazem é o que estamos vendo no exemplo da Ypióca: há propaganda na televisão nacional, há *outdoor* espalhado por todo o Brasil, alavancando as vendas e espremendo, cada vez mais, os nossos produtores locais.

Dessa forma, agradeço a oportunidade.

Tenho muita honra de ter participado, hoje, dessa audiência pública como empresário. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Vou pedir que cada membro da Mesa, devido ao tempo, não ultrapasse 3 minutos.

Eu sou muito do campo da verdade. Esperei o Sr. João voltar para dizer a ele que, independentemente da minha discordância do projeto, eu tenho de dar um depoimento que o Rio Grande sabe que é verdadeiro: o Presidente Lula gravou na tevê o apoio à minha candidatura. Isso é fato, é real. Não posso omitir isso. Se eu omitir isso... Eu só não podia omitir. Ele gravou e, na televisão, o tempo foi usado. Isso é verdade, é fato.

Eu sempre fui muito claro aqui: em todos os temas de interesse dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, não olhei a questão partidária, não olhei porque, para mim, isso está acima até mesmo da ques-

tão partidária. Quando toca no interesse dos trabalhadores e dos aposentados, eu sinto como se estivessem tirando o meu sangue. Aí é, eu diria, até uma questão de sobrevivência: ou eu defendo ou eu morro. Eu prefiro morrer defendendo. Mas não posso faltar com a verdade: a gravação que o Lula fez na TV foi dizendo que o candidato dele ao Senado no Rio Grande do Sul era o negro operário Paulo Paim. (*Palmas*).

Isso é fato. Se eu não dissesse isso, eu estaria faltando com a verdade. Como Cristovam também gravou. Ele fez uma bela gravação.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – O movimento sindical também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todo, também, gravou também.

Houve uma gravação muito boa também de um companheiro ligado diretamente ao Brizola. Sei que o que ele gravou foi fundamental. Inúmeros gravaram. Simon liberou o apoio e disse que eu usasse o nome dele como quisesse pelo nosso trabalho aqui. Eu tenho de ser verdadeiro, senão...

Se eu faltasse com essa verdade...

Eu não sei o que aconteceu, mas isso foi fato, foi real. Eu tinha que falar a verdade.

Agora vamos começar as considerações finais, seguindo aqui a nossa lista de oradores. Vou inverter. Nós começamos pelo João. Agora, vamos começar com o Joilson. Vamos inverter daqui para lá.

Joilson Antonio Cardoso.

O SR. JOILSON ANTÔNIO CARDOSO – O.k., Senador Paim, companheiros e companheiras, componentes da Mesa, componentes do plenário, em resumo, eu gostaria de dizer que o desenvolvimento do Brasil que está em curso, que apresenta o nosso País como a sexta economia do mundo, tem que levar em consideração a questão dos trabalhadores, das trabalhadoras e da vida nacional.

Nós não podemos aceitar um desenvolvimento que seja para concentrar renda. Nós temos que defender um desenvolvimento para distribuir renda, para fazer justiça social, para garantir aos trabalhadores a seguridade social necessária porque são os trabalhadores e as trabalhadoras que produzem a sexta economia do mundo.

Na verdade, nesse momento de desenvolvimento do País, o que temos que fazer é defender a manutenção dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e, se possível, ampliarmos esses direitos. No sentido da ampliação, eu gostaria aqui de citar alguns pontos importantes para esse momento brasileiro como, por exemplo, a questão da redução da jornada de trabalho, que é uma matéria bastante discutida, com um

projeto de lei que tramita aqui no Congresso Nacional há mais de 15 anos.

Nós temos, hoje, em vigor uma jornada de 44 horas, que se somam à dificuldade do trabalhador e da trabalhadora de chegar ao ambiente de trabalho. Há mais 4 horas, segundo dados, e a gente precisa reduzir para 40 horas, com o impacto de 1,9 na receita das empresas, que tiveram, durante esse período de 1988 até aqui, mais de 200% de aumento de lucros. Portanto, é possível nós ampliarmos o direito reduzindo a jornada.

Regulamentar a terceirização. Hoje há em uma audiência pública no Plenário I da Câmara, um projeto que visa... A CTB, a CUT e a CGTB, diferentemente de outras centrais, defendem a regulamentação, a não substituição, o não escancaramento da terceirização para a atividade fim das empresas. Nós defendemos conservar a atividade fim como empregos diretos e não terceirizados. E, na questão da terceirização, uma série de critérios garantindo atividade igual, direitos iguais, enfim, tudo aquilo que a gente já debateu aqui nesta Comissão.

Combater a rotatividade. A rotatividade é um câncer no mundo do trabalho no Brasil. Ela penaliza o trabalhador na sua vida laboral, tanto na questão salarial, como na questão da saúde. Imaginem vocês o que é, para a vida de um trabalhador, estar trabalhando na dúvida se amanhã ele terá esse emprego ou não. Então, a rotatividade brasileira é absurda.

A qualificação profissional. A qualificação profissional deve vir...

Aqui, Paim, uma sugestão que, por iniciativa do nosso Senador trabalhista e que tem sensibilidade com a causa trabalhista, Paim, é que para a qualificação fazemos um projeto de lei que reduza a jornada para o trabalhador ter direito a trabalhar, que os empresários contribuam com a formação, uma vez que a formação e a qualificação profissional têm um rebatimento direto na produtividade e no lucro das empresas. Então, poderíamos idealizar um projeto de lei em que os empresários reduziram, dariam horas de trabalho para estudos, para o trabalhador se qualificar.

O que fazer, em nosso entender? Unir forças. Temos que unir forças do movimento sindical, dos partidos políticos, do campo progressista de esquerda, dos Senadores e Deputados que têm a sensibilidade em todos os assuntos que estamos levantando e unir os movimentos sociais. Então, defender o desenvolvimento com a centralidade do mundo do trabalho. Aqui, eu gostaria de fazer apenas um parêntese para finalizar sobre a questão da defesa do pronunciamento do companheiro auditor fiscal sobre a 87 da OIT.

Nós achamos que a 87 da OIT não nos trará vida organizativa com segurança para a organização sindical. Nós defendemos a unicidade sindical e queremos aqui parabenizar a CGTB, que está fazendo uma campanha em defesa da CLT, que se soma à campanha que a CTB fez no ano passado em defesa da unicidade sindical. E nós sabemos o que representa, para a vida organizativa dos sindicatos, a unicidade sindical. Portanto, dizer que nós não revogamos, não aceitamos o princípio de o negociado superar o legislado. Nós achamos que o legislado – concordamos com o que foi dito aqui – são as condições mínimas, os direitos mínimos, e o negociado deve ser a condição máxima; o negociado deve apontar não para revogar direitos estabelecidos, mas sim para implementar novos direitos, para ampliar o direito mínimo.

Portanto, quero agradecer mais uma vez o convite. A CTB se põe à disposição para todas essas frentes, todos esses motivos que nos movem aqui nesta Comissão: defender o direito da classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Joilson Antônio Cardoso. Falou pela CTB.

Por uma questão de justiça – o Vivaldo me ajudou aqui –, quem eu disse que fez uma belíssima gravação pedindo que o povo gaúcho votasse também em mim, além do Lula, como eu já disse, foi o João Vicente Goulart, filho do Presidente João Goulart. Na gravação, ele pedia em nome de Getúlio Vargas e em nome de Brizola. Ele dizia: “Por amor de Deus, povo gaúcho...”

E eu estava em terceiro lugar. As centrais foram todas para lá. Eu tenho que admitir que as centrais foram todas. Todas foram. E ele fez uma carta e um pronunciamento. Ele pediu em nome de Getúlio Vargas e de Brizola, que eu tinha que voltar.

Então, se ele está me assistindo neste momento, João Vicente Goulart, eu tenho muita alegria de lembrar aquele momento, para mim difícil, porque vocês sabem que eu tenho tanto tempo aqui dentro, que eu já podia até me aposentar como Senador. Mas não é me aposentar como Senador e ficar com o salário de Senador, mas sair da luta e da defesa das causas. Era isso que me chocava.

Só permitam que eu diga: quando eu estava em terceiro lugar, eu dizia comigo mesmo, e eu cheguei na televisão e disse isso: onde eu errei? É por defender os negros? É por defender os índios? É por defender os aposentados e pensionistas? É por defender os deficientes? É por defender os desempregados? É por defender que o povo tem que ter direito à terra, à moradia? Porque é isso que eu defendo aqui dentro. Será que foi aí que eu errei? E, de fato, naquele dia algumas lágrimas caíram. E houve muita gente que

me disse que mudou o voto a partir daquele dia. É sinal de que o nosso povo sabe o que é certo. *(Palmas.)*

O SR. JOILSON ANTÔNIO CARDOSO – Senador, um segundo só. Com esse gesto de registrar os apoios que V. Ex^a teve na campanha, que o companheiro teve na campanha... Posso te chamar de você?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É claro! Se não fossem os apoios...

O SR. JOILSON ANTÔNIO CARDOSO – Você demonstra um raro sentimento do ser humano, que é a gratidão, que é o reconhecimento. Então, o reconhecimento que você está fazendo hoje, aqui, do apoio que teve do povo do Rio Grande do Sul, mas, em especial, dessas organizações sindicais e desses companheiros que te apoiaram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todas, todas. Todas as centrais, todas as confederações estiveram junto, da área pública, da área privada.

O SR. JOILSON ANTONIO CARDOSO – ... nos emociona também, porque a gratidão é um raro sentimento humano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

Agora vamos passar a palavra para o nosso guerreiro de todas as horas, advogado trabalhista, professor de Direito e Parlamentar brilhante, Vivaldo Vieira Barbosa.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Senador Paulo Paim, você ter recebido esses apoios, especialmente do Presidente Lula, honra, eleva e enobrece toda a sua carreira. E você tem as suas vinculações políticas e, em momentos delicados, nunca perdeu o rumo da luta em defesa dos direitos do povo brasileiro, do trabalhador brasileiro. Disso aí, todos nós temos o reconhecimento.

Esta reunião, realmente, é um marco. Nós sabemos que paira esse desafio sobre todos nós, que nós temos que resistir. E o marco, agora, da luta do trabalhador brasileiro, do povo brasileiro é essa resistência que nós podemos dar a essa avalanche que é esse projeto, que é um projeto, segundo as notícias, que está na Secretaria-Geral da Presidência da República, recebendo retoques finais.

As notícias vêm assim para ser encaminhadas ao Congresso Nacional. Veio, como nos lembrou aqui o Dr. Marcelo, pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com efeito simbólico muito grande, mas vem, apesar de defecções, empurrado também pela direção da CUT e da Força Sindical. Apesar das defecções, nós sabemos que há isso aí dentro deles lá, mas vem empurrado por eles, porque é uma força, enfim, é uma estrutura sindical e política de grande importância com repercussão muito forte aqui dentro. Se o projeto vem

encaminhado pelo Governo, nós sabemos realmente a força política que terá aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vem com força.

O SR. VIVALDO VIEIRA BARBOSA – Então, nós temos que lutar e resistir muito, e tentar – como também já mencionou aqui o Dr. Marcelo – fazer com que este projeto nem venha para poder ter chance, porque, se vier, vai ser duro segurar isso aqui. E aí nós temos que nos articular muito, com muita sabedoria política, com muita competência, com muita luta de sempre, mas com sabedoria política e competência! Nós temos que nos articular às forças políticas de que dispomos, que são os sindicatos, as lideranças sindicais País afora, os partidos políticos que estão identificados com esta luta. Há o PSB, na voz do Joilson, que é o Secretário Sindical – esse é o cara que você tem, nacional, do PSB –; outros partidos políticos estão engajados; eu represento, dentro do PDT – o PDT, enfim, está no Governo, não sei como é que o Partido vai se comportar, mas nós somos uma tendência dissidente –, uma dissidência dentro do PDT, o Movimento de Resistência Leonel Brizola, e nós vamos jogar no Partido, buscar o veio ético do PDT, o do trabalhismo que ele representa, as lutas do passado, para fazer com que os nossos Deputados e Senadores tenham esse norte, que é a história, as lutas gloriosas que o trabalhismo já teve aqui no Brasil. Nós temos que mobilizar, toda a força. E é por isso que eu reitero aqui, Senador Paulo Paim, nesse toque final, a necessidade de a gente, quem sabe hoje mesmo, já lançarmos aqui uma comissão mobilizadora, uma comissão de articulação de uma frente em defesa da CLT, da legislação trabalhista, dos direitos trabalhistas. *(Palmas.)*

Eu creio que nós devemos dar aí, como grande ganho, consequência prática para, daqui, as coisas continuarem caminhando naturalmente. Enfim, o Senador Paulo Paim é a nossa referência maior, e seria muito importante que ele fosse o articulador, o coordenador, que exercesse o comando, a coordenação de um movimento como este. Eu espero realmente que esta reunião aqui tenha feito brotar em nós a responsabilidade da resistência: nós temos que resistir para que não se passe um absurdo histórico como este.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Vivaldo Vieira Barbosa. Entendo que a sua proposta vai ser acatada aqui no encerramento, e nós sairemos daqui com este objetivo já de articular a frente nacional em defesa dos direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, da CLT, e, por que não dizer, lembrando a Cobap, que sempre esteve conosco, e estiveram também lá na campanha os aposentados e

pensionistas; os servidores, com certeza. Quer dizer, agora pegou mania neste País bater nos servidores também; tudo o culpado é o servidor público, e eu quero dizer que eu não me somo a essa área. Eu sempre digo que eu tenho uma frase que eu usei quando eu fui Deputado Federal Constituinte e até hoje, e a frase está marcada lá, e o Florestan Fernandes endossou e ampliou a frase depois que ele leu, dizendo, quando aqui cheguei: eu venho para cá com um compromisso; a minha vida é a luta em defesa dos trabalhadores da área pública, da área privada, dos aposentados, dos pensionistas e de todos os discriminados. E a manteenho até hoje viva na minha alma, na minha mente e na prática, porque muita gente discursa, mas a prática é diferente. O discurso e a prática têm que estar juntos. *(Palmas.)*

É isso que nos identifica aqui nesta sala.

Mas vamos lá. Agora está com a palavra o Ubiraci Dantas de Oliveira. Nós vamos seguir a ordem aqui.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Antes de fazer as considerações finais, eu fui ao Rio Grande do Sul quando o bicho estava pegando lá e era o seguinte: havia inimigo claro estabelecido. Uma grande emissora de televisão aí estava jogando muito pesado para derrotar o Paim – muito pesado! Foi todo mundo – ele tem razão –, aposentados, centrais sindicais, e participamos de uma reunião, e quem estava mais tenso que o Paim éramos nós. Sabem por quê? Porque a gente estava correndo o risco de perder um companheiro que recebe a gente de manhã, de madrugada, de dia, a hora que for para conversar conosco. Independente do partido ao qual ele pertença, eu tenho clareza do seguinte: você tornou aqui uma casa, o seu gabinete, a CDH, uma casa dos trabalhadores. Eu nunca tive notícia, Paim, mesmo com os companheiros que, por ventura, possam discordar em alguma coisa de você, eu nunca vi você fazer qualquer discriminação a esses trabalhadores e tal. Realmente, estou muito feliz que você vai ficar mais uns 8 anos na parada junto conosco aqui no Senado, para defender os trabalhadores.

Quero dizer também que demos o pontapé inicial e já saímos daqui com uma responsabilidade: constituir a frente nacional em defesa da CLT e dos direitos trabalhistas. Quero dizer aos senhores que faço coro com o companheiro Joilson que a Convenção 87, para nós, joga no sentido de nos dividir e prejudicar os trabalhadores brasileiros, na nossa opinião. Quero deixar isso claro, porque, embora concorde profundamente com a avaliação feita sobre a questão do projeto, mas quero ratificar que essa briga... Se lermos a Convenção 87, se perceber o que ela é, ela fragmenta, na nossa opinião, quebra a honestidade. Aí é o seguinte: cada um por si e Deus por todos.

Quero dizer que esse pontapé inicial aqui, a CGTB se sente orgulhosa de ter dado esse pontapé naquele dia, com a presença do Sr. João, companheiro João, Dr. João, que foi lá e nos cumprimentou e mostrou ao povo que tipo de homem estava lá apresentando essas propostas.

Quero dizer, companheiros, que a investida que o *Correio Braziliense*, o *Estado de Minas* e os *Diários Associados* fizeram naquele dia, que não estou lembrado da data aqui, nós estávamos reunidos na executiva da CGTB, faz uns 15 dias isso, eles fizeram aquilo lá e disseram para o que vieram. E fizeram isso depois que *O Estadão* fez matérias elocubrantes e espetaculares sobre a visita de alguns dirigentes sindicais à Alemanha, que foram lá. Não me interessa ficar queimando ninguém aqui, mas isso é público: foram lá aprender com quem desemprega, não tem salário mínimo, não tem direito nenhum, para trazer isso para cá. Por isso, a gente fala o seguinte: o projeto Volks vai abrir espaço para redução de dias de férias, 20, 10 ou 5 dias, e institucionalização do banco de horas para que o salário seja pago não até o dia 5 útil, mas até o 10º, 20º dia, entre outros cortes de direitos, e os trabalhadores sob ameaça de demissão. Significará, enfim, aumento dos lucros e redução dos salários. É o que pretendem os monopólios para aumentar as remessas de lucro, pois o que fizeram na Europa e nos Estados Unidos só agravou a crise.

O que os brasileiros trabalhadores têm a ganhar copiando um projeto alemão que foi redigido para instituir um brutal arrocho salarial, com flexibilização das leis trabalhistas em 2002, que se construiu, inclusive, na base da crise em que está mergulhada a Alemanha?

Em que pode servir de exemplo ao Brasil as leis trabalhistas de um país que sequer possui salário mínimo?

É a CLT que protege os trabalhadores da ganância das multinacionais. É a nossa legislação que garante que não ocorra aqui o que aconteceu em outros países. Além de piorar a legislação, flexibilizar iria estimular as pressões e chantagem das multinacionais e demais setores do patronato sobre os trabalhadores, num momento em que as multinacionais avançam sobre a nossa economia, inclusive em setores estratégicos. Não somos contra melhorar a legislação, seja qual for, desde que seja para ampliar os direitos dos trabalhadores, e não ao contrário.

Queria agradecer profundamente ao Joilson de ter vindo aqui; agradecer ao Senador por ter aceitado a nossa sugestão de fazer essa audiência pública, agradecer profundamente, do fundo do meu coração a esse grande homem, a esse grande brasileiro que é o companheiro, Senador Paulo Paim; agradecer ao

João Pedro por essa sua espetacularizante informação sobre essas questões do Direito do Trabalho; o companheiro Sr. Vivaldo Barbosa, eterno Deputado nosso, que tem defendido sempre, defendendo os trabalhadores; Marcelo, muito obrigado pela sua contribuição aqui neste debate.

Sinceramente, eu vou pedir para o Senador, eu vou querer a cópia disto aqui, porque foi tirado, no nosso encontro nacional, para eu fazer, representando a Central, plenárias no Brasil inteiro. E já começamos no Maranhão.

No Maranhão, além dos nossos dirigentes sindicais, na semana passada, estava presente o pessoal da CTB; estava presente o pessoal da Força Sindical, de base, estava lá; o pessoal da CUT, de base, estava lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Fórum Sindical também.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – O Fórum Sindical também! Então, a gente tem um espaço grande.

Você vai na base da CUT e fala isso que aconteceu aqui, não tem plenária que você não ganhe. Pode ter certeza do que eu estou falando, do ponto de vista da base dos trabalhadores.

Quero dizer que esse exemplo que foi dado aqui, vou levar para os meus companheiros, que nós cumprimos a nossa obrigação, está certo?

Quero agradecer ao empresário por essas palavras que ele disse aqui. E não levou em conta o seu lucro não, levou em conta a necessidade do ser humano de uma maneira geral. Muito obrigado, Sr. Higino.

Quero agradecer a todos. E sou testemunha do senhor também quando, o Presidente Lula fez a sua defesa, apoiando o senhor para Senador. Sou testemunha disso. Eu vi. Ninguém me contou.

Então, senhores, estamos nessa batalha.

Começou agora. Eu tenho 60 anos de idade. Eu tenho 40 anos dedicados à luta da classe operária e eu não vou deixar que esse negócio passe de jeito nenhum!

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores.

Agora passamos a palavra a João Pedro Ferraz dos Passos, ex-Procurador Geral do Ministério Público do Trabalho.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – Senador, só para reiterar os meus agradecimentos e dizer, registrar que eu tenho acompanhado a sua carreira no Rio Grande do Sul, como gaúcho que sou, como seu conterrâneo, e que, se não fosse a sua pos-

tura na defesa dos direitos dos trabalhadores, se não fosse a sua coerência naquilo que você vem fazendo, desde Deputado Constituinte, não teria central sindical nem declaração que o elegeisse. O que o elegeu, claro, foram os apoios desses companheiros, mas também aliados a essa postura de V. Ex^a.

E, em relação ao projeto, eu quero ser bem sintético numa proposta. Todos esses direitos que foram conquistados ao longo da história e que estão muitos deles constitucionalizados e que nós não vamos aqui enumerar, mas a ampliação da licença à gestante, a estabilidade do acidentado, todos esses direitos, os companheiros do movimento sindical e V. Ex^a, como oriundo do movimento sindical, sabem muito bem que foram conquistas trazidas de negociações coletivas e de luta dos companheiros trabalhadores. *(Palmas.)* Então, a proposta seria inversa. Eu inverteria a proposta. Ao invés de se fazer prevalecer o negociado sobre o legislado, vamos fazer prevalecer tudo o que for negociado de melhor e transformar em legislação.

Essa seria a proposta contrária. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já temos duas propostas aqui para encaminhar: a frente, e tudo o que for negociado acima do legislado, que se transforme em lei. É essa proposta, não é?

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – É essa a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra agora ao Auditor Fiscal do Trabalho, que fala aqui em nome do Sinait, Sr. Marcelo Gonçalves Campos.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Só ressaltando que a minha menção à Convenção da OIT absolutamente não nos divide. Ela está num contexto de uma crítica à Central Única dos Trabalhadores, e todos nós sabemos o porquê disso, dado que a proposta do acordo coletivo especial é contraditória com uma bandeira histórica da Central, relacionada à Convenção, não é? Mas absolutamente não nos divide.

Acho que é fundamental que tenhamos a compreensão de que esse projeto do Sindicato dos Metalúrgicos é contraditório com a experiência política e econômica vivida pelo Brasil nos mandatos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, não é?

A revolução que ocorre no Brasil, do ponto de vista econômico, na área do trabalho e do emprego está calcada exatamente no mercado consumidor brasileiro.

Todos nós sabemos que o que tem segurado a economia brasileira é o mercado consumidor.

O mercado consumidor brasileiro não é feito de milionários. Não é essa a dinâmica do mercado consumidor. É feito de trabalhadores e trabalhadoras que,

quanto mais tiverem os seus direitos garantidos e respeitados, maior dinâmica darão ao mercado consumidor.

Então é uma contradição. Não se coaduna com esse modelo de desenvolvimento o projeto do Sindicato dos Metalúrgicos. E temos que combatê-lo inclusive nessa vertente.

Entendo que a criação da frente é essencial. Ainda bem que ela está nascendo. E, Senador Paim, não existe uma pessoa mais emblemática para coordená-la e para incorporar esta luta nossa do que V. Ex^a, com certeza. *(Palmas.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Bira assumiu a Presidência neste momento. *(Palmas.)*

Bem, mas é isso. Aqui é tudo improvisado. Por isso que é ao vivo e é real.

O SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS – Eu termino, então, dizendo que estaremos na frente, com todos os parceiros. E conte com os Auditores Fiscais do Trabalho. Vamos fazer este debate com a Central Única, com o Sindicato dos Metalúrgicos, um debate entre irmãos, porque não os vejo, absolutamente, do outro lado. É um equívoco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

Esse foi o Marcelo Gonçalves Campos, que falou em nome do Sinait.

Quero registrar a presença, também, mas ela não veio para a Mesa, da Luciane Damasceno, assessora parlamentar do Ministério do Trabalho e Emprego. Ela preferiu ficar assistindo ao debate e não está aqui. Ela preferiu ficar lá e não gostaria de estar na Mesa. Por isso, ela não estava na Mesa com a gente.

Eu só posso agradecer a todos, no encerramento desta nossa audiência pública. Acho que o encaminhamento concreto é esse. Eu sou daqueles que acredita que ainda nós vamos ter, nessa luta... Tenho o entendimento de que as coisas vêm de baixo para cima, que as bases de todas as centrais vão se unificar e que nós teremos, nesta luta, na caminhada, todas as centrais, todas as confederações, todos os sindicatos na luta em defesa da CLT, do direito dos trabalhadores, do direito dos aposentados e pensionistas. Eu sei que a frase que vou usar aqui unifica todos: pelo fim do fator previdenciário. *(Palmas.)* Se não costura, não unifica. E eu vi aqui a conversa dos dois.

Eu acho que nós caminhamos bem. Nós vamos, então, providenciar, Vivaldo e outros amigos, buscar as assinaturas dos Senadores e Deputados e vamos, também, convidar todas as centrais para que se somem – todas as centrais e confederações.

Eu sei que será difícil se o projeto vier de cima para baixo, mas, como disse o Bira, eu acredito muito

na pressão popular. Se nós estivermos, de fato, unificados, como estaremos, eu fico com aquela frase antiga: não passarão. Aqui não passará. Não passará no Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Está encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado a todos. Bom retorno.

(Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores **Paulo Paim**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 122, de 2012-CDH**, aprovado em 29/10/2012, de, que requer a realização de audiência pública para tratar do “papel das tevês comunitárias na promoção dos direitos humanos na onda digital aberta”. Autoria: Senador Paulo Paim. Convidados: Paulo Miranda, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM; Gilberto Rios, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC, representante do Presidente Pola Ribeiro; Octavio Penna Pieranti, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, em substituição ao Senhor Ministro Paulo Bernardo do Ministério das Comunicações; José Roberto Schiavinato, Vice-Presidente da Associação dos Canais Comunitários de São Paulo – ACESP; Ricardo Lima, Assessor de Relações Institucionais, em representação ao Presidente da Empresa Brasil de Comunicação, Nelson Breve; Edivaldo Farias, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM; Antonio Vital, Presidente da Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas – ASTRAL; Alice Campos, Vice-Presidente da Frente

Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público – FRENAVETEC; José Sóter, Coordenador da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – ABRAÇO Nacional; Felício Costa, Jornalista e Presidente da TV Comunitária de Uberaba – MG; Antônio Leitão, Coordenador de Educação Inclusiva do DF; Moisés Correia, Diretor da ABCCOM. O Senhor Presidente franqueia a palavra a diversas lideranças presentes no plenário: Renato Gomes, TV Comunitária de São Paulo – SP; Igor Santos, TV Comunitária de Recife – PE; Helena Iono, TV Comunitária do DF; Werinton Kermes, TV Comunitária Votorantim; Chico Pereira, TV comunitária do DF; Pedro Pozzonato, TV Comunitária de Caxias do Sul; Santiago da TV Comunitária de Sete Lagoas-MG; Luiz Claudio TV Comunitária de Montes Claros – MG; Claudio Cesar Freitas, TV Porto Alegre; Ronaldo Saldanha, TV Vila Imperial, Canal Comunitário de Petrópolis – RJ; Socorro Granjeiro, TV Comunitária de Manaus-AM. É realizado um minuto de silêncio em virtude do falecimento do Ex-Deputado Federal Sérgio Miranda, MG. O Fórum das TVs Comunitárias apresenta as seguintes reivindicações:

1 – Definição de uma Política Nacional para as TVs Comunitárias pelo Ministério das Comunicações.

2 – Criação de um Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento das TVs Comunitárias:

2.1 – Com recursos para aquisição de sede própria.

2.2 – Com recursos para aquisição de equipamentos de transmissão e de produção visando adequar à implantação da TV digital e a extinção do sinal analógico em 2015/2016.

2.3 – Com recursos para a produção, pagamento de salários e demais despesas.

3 – Solicitação aos governos federal, estaduais e municipais destinação de percentual do montante publicitário institucional para os canais comunitários.

3.1 – Apresentação de projetos de lei nos legislativos para garantir percentagem do bolo publicitário de cada ente da federação para as mídias comunitárias, seguindo modelo do PL nº 1152/2012, em tramitação na Câmara Legislativa do DF, de autoria do deputado distrital Cristiano Araújo (vide site www.abccom.tv).

4 – Cobrar do Governo Federal a regulamentação da veiculação de publicidade comercial nos canais comunitários.

5 – Cobrar do Ministério das Comunicações publicação da regulamentação do Canal da Cidadania que permitirá a presença das TVs Comunitárias no modelo digital.

6 – Agilizar a ocupação do canal comunitário nacional via satélite, conforme definição da Lei 12.485/2011,

7 – Transformação das TVs Comunitárias em Pontos/Pontões de Cultura.

8 – Transformação das TVs Comunitárias em Escolas de Mídia Comunitária.

9 – Transformação das TVs Comunitárias em Agentes Culturais para terem acesso aos recursos dos FACs – Fundos de Apoio a Cultura dos Estados.

10 – Atuar por investimento da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura nas TVs Comunitárias.

11 – Atuar por investimento da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho nas TVs Comunitárias.

12 – Apoio a iniciativa da Abccom de se tomar parceira do programa PALCO -Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento do IPTV.BR,uma iniciativa de 8 universidades brasileiras, CGI.BR, RNP, Proderj, EBC, ACERP, ITU-T e W3C Brasil, além de outras instituições internacionais.

13 – Atuar pela aprovação de projeto de lei que altera a composição do Conselho Nacional de Comunicação do Congresso Nacional para incluir a ABCCOM.

14 – Atuar pelo acesso ao acervo de filmes e vídeos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, da Fundação Palmares e dos produtores negros.

15 – Efetivar convênio com a Programadora Brasil – programa da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura que visa ampliar o acesso às produções recentes e aos filmes representativos da nossa cinematografia e que estão fora do circuito de exibição,

16 – Renovar o convênio de parceria, capacitação e co-produção com a TV Brasil/EBC. Afinal, a lei de criação da EBC responsabiliza a empresa pela construção e desenvolvimento do sistema público de televisão no país.

17 – Atuar em prol da criação do Instituto de Pesquisa em Comunicação Pública, aprovado no segundo Fórum Nacional de TVs Públicas.

18 – Continuar atuando junto ao STF – Supremo Tribunal Federal pela aprovação da ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade da ABCOM, impetrada contra a Lei 12.485 de 2011, cujo parágrafo quinto do artigo 32 fere direitos e discrimina as TVs Comunitárias. O parecer do ex-ministro Ayres Brito é favorável à nossa ação. Na ação, a Abccom pede a revogação

do parágrafo, cuja íntegra é a seguinte: “Os canais previstos nos incisos II a XI deste artigo não terão caráter privado, sendo vedadas a veiculação remunerada de anúncios e outras praticas que configurem comercialização de seus intervalos, assim como a transmissão de publicidade comercial, ressalvados os casos de patrocínio de programas, eventos e projetos veiculados sob a forma de apoio cultural”.

19 – Atuar pela realização do III Fórum Nacional de TVs Públicas para discutir as reivindicações e o fortalecimento da comunicação pública do país e das emissoras vinculadas a ABCCOM, ABTU – Associação Brasileira de TVs Universitárias, ASTRAL-Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas e ABEPEC – Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais.

20 – Atuação mais ativa da ABCCOM na FRENTECOM – Frente Parlamentar pela liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação com Participação Popular.

21 – Reivindicar o cumprimento das decisões da 1ª Confecom – Conferência Nacional de Comunicação.

22 – Reivindicar a convocação da 2ª Confecom.

23 – Atuar em defesa de emendas parlamentares estaduais e municipais, aos respectivos orçamentos, para a produção de conteúdo cultural e renovação do parque tecnológico para as TVs Comunitárias, em parceria com as Secretarias de Cultura.

Faz uso da palavra o Senhor Senador: **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 68ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 122-CDH, de 2012, aprovado em 29/10/2012, para debater o papel das tevês comunitárias na promoção dos direitos humanos na onda digital aberta.

Convidados para este debate: Octavio Penna Pieranti, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, em representação ao Sr. Ministro Paulo Bernardo, do Ministério das Comunicações; Ricardo Lima, Assessor de Relações Institucionais, em representação ao Presidente da Empresa Brasil de Comunicação; Alexandre Kieling, Professor, representante do Presidente da Associação Brasileira de Tevês Universitárias – ABTU; Gilberto Rios, Coordenador Executivo da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais; Antônio Vital, Presidente da Associação Brasileira de Tevês e Rádios Legislativas; José Roberto Schiavinato, Vice-Presidente da Associação dos Canais Comunitários de São Paulo; Paulo Miranda, da ABCCom; Helena Chagas, ligada à representação da Presidência da República; Ministério da Cultura, também representação; Jandira Feghali, Deputada Federal do PCdoB; representante da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação da Câmara dos Deputados; representante do Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações; Edivaldo Farias, Presidente da ABCCom; Rosane Bertotti, Presidente do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação; José Sóter, Coordenador da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – Abraço Nacional; Genildo Lins de Albuquerque Neto, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério de Comunicação.

Esses são os nossos convidados.

Há um texto de abertura, que acredito está com a Assessoria. *(Pausa.)*

Enquanto o pessoal chega, antes de montar a mesa, vou fazer uma pequena introdução. Primeiro, informo a todos que estamos ao vivo pela TV Senado, Rádio Senado, Internet, Canais 1 a 8, TV Digital 51.1 e 51.2; todo o sistema de informação do Senado vai transmitir ao vivo.

Gostaria de fazer uma pequena consideração e aí, Pedro Pozenato, me dizem para não falar. Falo! Porque os setores mais conservadores começaram a colocar notinha para que eu não abra mais este espaço aqui para o movimento social. Se eles pensam que me intimidam com isso, enganam-se. Aí é que vou abrir mais ainda. *(Palmas.)*

Eles estão preocupados, engraçado que foi na véspera desta reunião com vocês. Isso mostra que vocês são poderosos, que são as rádios e tevês comunitárias. Vou continuar abrindo espaço aqui, não adianta

reclamar para negro, para índio, para deficiente, para idoso, para os setores da sociedade e do movimento sindical, que, de forma contundente, cobram seu espaço na sociedade.

Então, se alguém pensa que vou recuar uma vírgula, engana-se. No ano que vem não estarei na presidência da Comissão, mas entrarei com tantos requerimentos quantos os movimentos sociais pedirem e, se depender de mim, aprovo todos. De segunda a sexta, para mim, o movimento social devia estar aqui dentro. Agora, se não tem capacidade para aprovar requerimentos e ter acesso ao movimento social, como eu digo com alegria que temos, não posso fazer nada. Vamos trabalhar. Engraçado porque uns criticam que os deputados e senadores não trabalham. A mim criticam porque trabalho demais: “O Paim está lá de segunda a sexta; é audiência pública, é audiência pública; é reunião e reunião!” Criticando isso e aquilo.

Eu defendo causas e não coisas!

O movimento social vem aqui e fala o que quiser. Aqui eu não faço policiamento a ninguém, não discrimino ninguém, cada um vai dizer o que quiser até contra o meu Governo, como tivemos recentemente, mas é um espaço livre. Isso aqui é quase que a “boca do trombone”, como alguém já disse aqui. Ou a esquina maldita, como tínhamos lá em Porto Alegre. Então, não se preocupem, não percam tempo comigo, vocês com isso só vão fazer com que eu use um momento como esse para falar o que eu estou falando aqui agora. Para mim, tenho certeza que não pega mal.

Sejam bem vindos. Uma salva de palmas a vocês. Vamos ao nosso debate, que isso é o que importa.

Enfim, hoje aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater o papel das tevês comunitárias na promoção dos direitos humanos na onda digital aberta. Claro, rádio, TV comunitária aqui é livre, cada um fale da forma que entender melhor.

A reunião de hoje é parte integrante do 8º Congresso da Associação Brasileira de Canais Comunitários, que está acontecendo aqui em Brasília. Já terminou ou não? Começa hoje e termina ... vai todo o dia hoje. Então, a abertura é aqui comigo. Muito bom, senti prestigiar a nossa Comissão.

O objetivo desta audiência e da ABCCom é promover os direitos humanos nas emissoras comunitárias, ampliando sempre essa visão que nós todos temos da defesa intransigente dos direitos humanos.

As principais demandas das tevês – depois os convidados poderão falar – são o financiamento, por meio da criação de um fundo nacional de apoio e desenvolvimento das tevês comunitárias que seja capaz de garantir a aquisição de equipamentos; a promoção

do pacto, é lógico; enfim, a criação de um banco virtual de produção, treinamento, capacitação dos agentes envolvidos.

Outro ponto a ser discutido no congresso de comunicação da Associação Brasileira de Canais Comunitários é sobre a criação de um canal comunitário por satélite – vocês é que vão explicar depois –, a transformação automática dos canais comunitários em escola de mídia comunitária. Os pontões de cultura, os centros de mídia livre e o espaço de shows artísticos e manifestações culturais.

Enfim, não existe no Brasil uma política de comunicação voltada a tevês comunitárias e rádios comunitários. A comunicação brasileira só é vista na visão do lucro ou do comércio ou da parte comercial, mas a comunicação tão necessária ao povo brasileiro fica em segundo plano – culpados são vocês, por isso eles estão me criticando. É sucateada. É preciso um novo olhar para esse setor que promove o veículo de comunicação popular brasileira – concordo – seus artistas e a sua diversidade cultural, que é muito rica e precisa ser conhecida. Assim vamos iniciar a nossa reunião no dia de hoje.

Informo também a todos – novembro – que hoje há audiência para os canais comunitários; amanhã – que eles também não gostam – vamos ter também um evento para discutir a precarização dos direitos dos trabalhadores e do tal de simples trabalhista. Há um movimento muito grande para flexibilizar a CLT. Eu tenho dito: só por cima do meu cadáver; não passarão. Ninguém, se depender de mim, vai fazer com que o trabalhador abra mão dos seus direitos. (Palmas).

Então, vai ter audiência amanhã, sim, 9 horas, para combater aqueles setores que querem dizer que o negociado está acima da própria Legislação. Como se não importasse a CLT, não importando a Constituição; o que importa é a vontade do poder contra os mais fracos. Não vão passar. Não vão passar. À tarde vamos ter outra ... a partir das 11 horas teremos uma reunião deliberativa, já. E às 14h30 vamos ter um debate sobre as terras indígenas do extremo sul da Bahia, uma situação muito grave. Estão lá sofrendo os nossos irmãos indígenas.

Já na quarta-feira, 11h deliberativa; 14h30 teremos uma reunião aqui para discutir a situação dos idosos e aposentados e pensionistas.

Quinta-feira, vamos ter um grande evento aqui, que é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Sexta não teremos; mas eu vou estar no plenário, sexta pela manhã, falando sobre uma análise que estou vendo nesse último ano.

Sábado não dá, porque o Congresso não abre, senão eu estaria aqui novamente com audiência pública. Mas é o Dia Mundial da SIDA, vamos ao nosso...

Quero, de pronto, convidar aqueles que chegaram mais cedo aqui no nosso painel de hoje.

Convido o Sr. Octavio Pieranti, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, que aqui representa o Sr. Paulo Bernardo. Seja bem vindo, representante do Ministro Paulo Bernardo aqui. (Palmas)

Os setores conservadores não querem, mas o Ministro está aqui representado para discutir o tema. É isso?

O SR. OCTAVIO PIERANTI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Isso é o que importa. Ao Ministério como um todo, parabéns.

Gilberto Rios, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, representante do Presidente Pola Ribeiro. Gilberto Rios. (Palmas)

Paulo Roberto Schiavinato, Vice-Presidente da Associação de Canais Comunitários de São Paulo. (Palmas)

Vamos fazer diversas mesas.

Paulo Miranda, vice-presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários. (Palmas)

Essa é a primeira mesa. Nós faremos em seguida mais duas mesas, pelo número de convidados que temos aqui.

Cada convidado terá o tempo de 10 minutos, com mais 5, numa tolerância máxima de mais 5, se for necessário. A intenção é essa. Só vou pedir à assessoria que confirme a presença dos outros convidados. Convidei à primeira mesa os que estavam aqui sinalizados como presentes. O.k. Vamos organizar a segunda e a terceira mesa.

A ordem da fala os senhores que orientam.

O entendimento rápido, bem democrático, é de que a ABCCom deveria abrir os trabalhos. Eu convido Paulo Miranda, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCom), para que abra os trabalhos.

Paulo com a palavra. (Palmas)

O SR. PAULO MIRANDA – Bom dia a todos e a todas.

Obrigado, Senador Paulo Paim, por mais essa audiência pública sobre tevês comunitárias.

Agradeço muito a presença de todas as nossas delegações aqui: Rio Grande do Sul; Belo Horizonte, nosso Presidente Didi; Sete lagoas; Petrópolis; Tereópólis; Rio de Janeiro, com Moisés; e tantas outras cidades como Rio Claro. Não estou lembrando agora

todos. Votorantin também; Florianópolis; Curitiba, que mandou recado apoiando o nosso congresso; Caxias do Sul; Resende; Nova Friburgo; Campo Grande; Espírito Santo, o Almir; Porto Alegre, acho que já falei. Recife, os colegas de Recife; todos presentes na luta por outra comunicação possível no Brasil, por meio das rádios e tevês comunitárias, porque temos um *delay* de 20 anos em comparação com Estados Unidos e Canadá.

Nós precisamos, Senador Paulo Paim, cada vez mais desse apoio.

Lembrando aqui também dos nossos companheiros da Acesp e nosso companheiro Pieranti sempre presente na luta. A Helena e o Professor Wagner que também está por aqui; o pessoal da TV Comunitária de Brasília; o pessoal que acaba de chegar de Uberaba, Senador Paulo Paim. Nosso colega Felício, que acaba de chegar aqui, é cego e é o Presidente da TV Comunitária de Uberaba. Está na luta mesmo com a deficiência.

Nós, neste Congresso, mais uma vez temos a tarefa grande de referendar tudo o que pensamos sobre a comunicação comunitária brasileira e que a gente já vem falando há algum tempo. Alguns principais pontos passam pela ocupação dos canais comunitários brasileiros. Hoje são cerca de 252 empresas no Brasil, mas a gente não tem mais do que 80 canais no Brasil, todos capengas, com uma carência muito grande de equipamentos, de produção cultural.

Peço licença, rapidinho, para eu tomar uma água. (Pausa.)

Há essa grande falta de apoio do Legislativo brasileiro e do Governo brasileiro, ao demorar em definir uma política de comunicação comunitária no Brasil. Nós temos muito clara, como o senhor acabou de dizer, a política de mídia comercial. Mas qual é a política que nós queremos para a mídia comunitária brasileira? E não temos receio nenhum dessa regulamentação, de o Governo chegar e dizer para nós o que queremos, o Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos, o Plenário do Senado, as outras comissões, os outros Senadores, os Deputados Federais, as Câmaras Legislativas, as Câmaras de Vereadores, de traçar para o Brasil essa nova política de comunicação comunitária, que fique próxima do povo brasileiro, que fique próxima dos artistas brasileiros, que fique cada vez mais próxima da economia solidária, da economia criativa, e que seja também um centro de formação e capacitação de quem quer fazer televisão no Brasil.

A gente enfrenta também os grandes conglomerados. Nós recebemos esta semana uma carta da Sky recusando, por motivos técnicos – e não cita mais absolutamente nada – um canal por satélite no Brasil, um canal comunitário. Que motivo técnico é esse?

Uma empresa vem e se instala no Brasil, ganha um dinheirão no Brasil vendendo TV por assinatura para o povo brasileiro e se recusa a conceder um canal para utilização do povo brasileiro, porque há um interesse muito grande por trás disso de que a gente não tenha a nossa imagem na TV brasileira e que eles tragam para cá todo o lixo internacional deles e ficam todas as outras emissoras – comunitárias, universitárias, as legislativas, as educativas culturais – capengas, sem grandes transmissões, sem se comunicar com o povo brasileiro, impedidas por essas novas tecnologias que vão surgindo a cada dia e que são cada dia mais fáceis de chegar ao povo brasileiro, mas impedem que nós, brasileiros, tenhamos acesso a essas tecnologias.

Então, a gente passa desde a falta de dinheiro para pagar uma conta de água ou de luz da TV até esse enfrentamento com os grandes conglomerados; e por isso a importância de estar fazendo um congresso dentro do Senado Federal, com o senhor patrocinando uma abertura de um congresso das tevês comunitárias brasileiras, para a gente poder ter a chance, apesar do pouco tempo. Mas é melhor estar falando isso para o povo brasileiro pela TV Senado, pela Rádio Senado, do que entre quatro paredes, discutindo as nossas questões só entre nós. Então, essa é a grande importância de estar falando aqui nesse plenário, que está repleto de nossos colegas, que conhecem bastante de tudo que eu estou falando aqui: os colegas de Votorantim, quando fazem enfrentamento lá, com a empresa de TV a cabo; os outros colegas também que sofrem a repressão, a opressão da própria empresa que atua no Brasil, que não tem interesse na nossa comunicação comunitária.

Nós precisamos bastante do apoio do senhor e do Senado Federal, do Congresso Brasileiro, do poder do Brasil. Por exemplo, o Senador Sarney implantou aqui neste Senado Federal esses excelentes meios de comunicação. O Fernando Mesquita e todos os jornalistas que trabalham nesta Casa são de excelência. Então, assim como esse exemplo de comunicação que é o Senado Federal hoje, nós queremos também ter essa mesma força de comunicação, dentro da Associação Brasileira de Canais Comunitários, junto com a Abraço – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, também, que é nossa convidada para estar aqui. Que essa comunicação seja, cada vez mais, realmente pulsante no Brasil, com força, com recursos, com a política do Governo, com o Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento de TVs Comunitárias.

Então, basicamente, são essas as nossas metas de estar aqui hoje referendando, Paim, que nós estamos vivos, nós estamos na luta e queremos que o Ministro Paulo Bernardo, a Ministra Helena Chagas,

a Presidente Dilma Rousseff, por meio do nosso colega lutador em quem a gente confia 100% – o Pieranti, aqui conosco – e o senhor também, levem esses nossos pleitos, como o senhor sempre faz quando acaba uma reunião, uma audiência pública, aqui no Senado Federal, encaminhando os resultados rapidamente e com eficiência. Que continuemos a ter esse apoio desta Casa.

Eu agradeço muito, em nome da ABCCom. Em breve o nosso presidente vai estar aqui na mesa e vai poder falar também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Paulo Miranda, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários.

Mas é isso mesmo, Paulo, eles não queriam que eu realizasse esta reunião. Tentaram até me pressionar – não o Senado, foi de fora para dentro. Eu disse: “você não me conhece, acham que eu vou simplesmente ter uma reunião dessa”. Aí eles foram embora. Não deixei nem eles começarem a conversar. Aí ficaram bravos, porque, ao contrário do que eles pensam – você foi muito feliz, Paulo –, aqui não é uma conversa para quatro paredes. Nós estamos falando aqui para um milhão, dois milhões, três milhões de pessoas, que estão assistindo a todo o sistema de comunicação do Senado, que este colocou inteiramente à disposição desta Comissão, e coloca sempre. O Senado, democraticamente, tem aberto todo o seu sistema de comunicação para esta Comissão – claro, a não ser quando estão outras comissões em andamento.

Então, eu agradeço pela tua fala, que fortalece o nosso trabalho aqui na Comissão, e nós temos todo o interesse também em fortalecer o sistema de tevês comunitárias. Conte com a gente.

O SR. PAULO MIRANDA – Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos de imediato ao Gilberto Rios. Já que foi o Gilberto que disse que ia iniciar, ele vai ser o segundo agora. Gilberto Rios, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), representante do Presidente Pola Ribeiro.

Também agradeço aqui o apoio do Governo. O Executivo mandou para cá seus quadros. Parabéns pela iniciativa.

O SR. GILBERTO RIOS – Bom dia, Senador.

Alô. Alô.

Bom dia, Senador; bom dia, Plenário; bom dia, Brasil. Quero agradecer aqui o Convite de V. Ex^a, em nome de Pola Ribeiro, da Associação Brasileiras das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais. É sempre

uma honra estar nesta Casa discutindo um tema tão interessante, que é a comunicação pública.

Quero também parabenizar o 8º Congresso da ABCCom. Que eles façam um congresso bem interessante, porque a gente precisa também estar dialogando com todos esses segmentos que se dizem da comunicação pública.

Mas, Senador, a gente não poderia perder a oportunidade de fazer uma crítica a esta Casa. E a gente teria que começar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aproveite, porque a tribuna livre é essa aqui.

O SR. GILBERTO RIOS – Pois bem, justamente aproveitar, porque a sociedade precisa discutir e entender melhor o Conselho de Comunicação Social desta Casa. De que forma os conselheiros são escolhidos e por que não se trazer a sociedade para discutir o Conselho de Comunicação Social? Nós nos sentimos honrados pela existência do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se você propõe, eu já marco uma audiência pública para discutir aqui essa questão.

O SR. GILBERTO RIOS – Muito bem, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E você já está convidado para ser.... É um caminho já de debater.

O SR. GILBERTO RIOS – Exatamente. Eu acho que esta Casa tem que abrir sim, para que a sociedade entenda um pouco melhor como é que funciona inclusive o Conselho de Comunicação Social, porque é um Conselho muito importante, a gente julga muito importante. Nada contra os conselheiros que foram escolhidos nesta gestão, mas precisamos entender esse processo e precisamos adentrar melhor e compreender como esta Casa escolheu os conselheiros, para que a gente possa, num futuro próximo, estar mais próximos do Conselho de Comunicação Social.

Então, fica aqui a nossa sugestão, para que a gente possa realmente fazer essa primeira discussão.

A segunda. Eu acho que há uns avanços muito interessantes e o principal avanço, Senador, perpassa a construção, talvez, do 3º Fórum. Eu não chamaria esse fórum de Fórum das Tévês Públicas, e sim que a gente pudesse fazer um fórum da comunicação pública, envolvendo também as rádios, em que não se desmembrasse a televisão do rádio, porque estamos falando em comunicação pública, nós vamos falar em operador de rede, nós vamos falar em uma série de questionamentos. Eu acho que está na hora de unirmos essa força da comunicação pública no Brasil e não mais dividir, como a gente consegue ver em alguns momentos, em algumas esferas.

Mas, partindo um pouco para o que a Abepec vem fazendo, a Abepec vem construindo, ao longo desses anos, já que ela foi uma das fomentadoras do 1º Fórum de Televisão Pública, junto com o Ministério da Cultura... A gente vem nessa construção, para que se possa realmente compreender melhor e fazer com que os canais do campo público tenham sustentabilidade.

Existe também, no nosso modo de entender – e aí vai uma segunda crítica, e eu faço uma segunda provocação a V. Ex^a –, no sentido de que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faça, porque nós estamos aqui para isso.

O SR. GILBERTO RIOS: No sentido de que a gente precisa desamararrar o Fistel urgentemente. Por que o Fistel se encontra da forma como ele se encontra? Se com o dinheiro que lá se encontra preso, retido – do Fistel –, nós temos condições de fazer 10 operadores de rede – nós não necessitamos de 10 operadores de rede, Excelência, precisamos de um único operador de rede decente neste País –, que o restante dos recursos seja distribuído nos canais públicos, nos canais comunitários, nos canais educativos e culturais, nos canais legislativos, para que façamos realmente uma boa comunicação pública neste País. Então, é preciso um pouco de coragem do Governo de compreender melhor como se encontra o problema do Fistel. E aí, seria de bom grado se V.Ex^a também pudesse acatar a um pedido da Abepec para que possamos discutir realmente e verdadeiramente como se encontra o Fistel e trazer as pessoas envolvidas nesse processo.

Terceiro: fazer com que esta Casa, V.Ex^a, aproxime-se um pouco melhor da frente para expressão de verdade da Câmara dos Deputados, para que possamos caminhar e trilhar juntos nessa grande discussão nas duas Casas. Que a gente não consiga ver divisões na Casa e, sim, que se possa compreender; e que esta Casa ande concomitantemente com a Câmara dos Deputados e com as discussões que a sociedade civil vem travando dentro da Frentecom.

Por outro lado, a gente fica muito feliz em estar aqui na mesa, em fazer essas solicitações a V. Ex^a no sentido de que nós precisamos aprofundar um pouco melhor dentro do campo público. Temos sentido alguns avanços, já que o tema aqui é o canal comunitário, e conseguimos ver alguns avanços através de algumas entidades como a Frenavatec, que conseguiu uns avanços dentro da Instrução Normativa nº 100, ou seja, que regula um pouco melhor o campo da publicidade – acredito que a publicidade retome a partir do ano que vem, já que a Instrução Normativa nº 100, da Ancine, foi lançada muito em cima das eleições –, então, compreendemos que possamos estar um pouco

mais próximos dessa discussão e que os canais comunitários possam compreender melhor esse processo.

Também precisamos entender como vai ser distribuído o dinheiro do Condecine. É um recurso muito interessante, é um recurso do qual a gente precisa estar próximo porque é um recurso que vai fomentar justamente a produção do audiovisual – não só da produção independente –, e lá está estipulado que 10% desses recursos serão distribuídos entre os canais comunitários e os canais universitários. Então, temos assim vários caminhos para 2013, mas nós precisamos entender e nos organizarmos melhor. E eu conclamo as entidades para que possamos realmente estar caminhando juntos, trilhando juntos dentro desse processo. São vários mecanismos que hoje estão surgindo e precisamos estar um pouco melhor nesse sentido. A Abepec tem feito algumas reuniões, tem se aproximado mais das entidades para que possamos levar não só os anseios da Abepec, mas também os anseios dos colegas, porque compreendemos que existe este mecanismo.

Assim, Senador, se conseguirmos resolver o problema do Fistel, se conseguirmos resolver alguns entraves jurídicos hoje existentes no País, talvez possamos, no ano de 2013, ter um ano um pouco melhor do que todos esses anos da comunicação pública. Aquilo que o vice-presidente da ABCCOM fez na sua fala anterior. Que a gente possa realmente estar junto com a população, e que a população possa compreender essas janelas de exposições que hoje existem para que os conteúdos brasileiros possam ser vistos pela população.

No mais, é agradecer o convite de V.Ex^a e dizer que foi uma solicitação da Rosane Bertotti, do FNDC – em função de um compromisso que ela tem, estará ausente –, mas foi só uma solicitação, um pedido que nos foi feito para que déssemos esse recado aqui ao plenário e a V.Ex^a. Agradecer e desejar à ABCCOM um bom congresso; desejar a todos que tenham uma boa estada em Brasília: que se possa realmente entender e compreender o que é canal comunitário e que se faça uma boa comunicação pública neste Brasil.

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Gilberto Rios.

Só digo, Gilberto, que eu presido a reunião, o meu papel aqui é meio que de mediador, eu não tenho resposta para tudo; não pense que agora vão jogar todos os problemas do País, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário em cima de mim. Eu ouço. Se vocês encaminharem por escrito, eu até encaminhando para os canais competentes, mas o meu papel aqui é o de presidente da reunião, não tenho o poder de resolver, mas os debatedores poderão dialogar sobre

as provocações que você fez livremente. E, se no final o Congresso entender que devemos remeter para a comissão para que eu encaminhe alguns pleitos para as áreas correspondentes, eu o farei com a maior tranquilidade. Grande Gilberto!

O SR. PAULO MIRANDA – Sr. Presidente, eu queria só que o senhor conhecesse o Antônio Leitão, que também é cego – Antônio Leitão, levante a mão. (*Palmas.*) Ele também faz tevê comunitária em Brasília, tem um programa e é Diretor da TV Comunitária de Brasília.

O SR. PRESIDENTE: (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –: Seja bem-vindo, seja bem-vindo, parabéns!

Então agora vamos passar para o Sr. Octavio Penna Pieranti, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, que aqui representa o nosso querido amigo e Ministro Paulo Bernardo, das Comunicações.

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – Bom dia, Senador Paulo Paim, obrigado pelo convite, parabéns pelo trabalho que vem realizando sobre o tema das comunicações. Lembro que no ano passado, no encontro anterior da ABCCom, eu já estava aqui na audiência pública também presidida por V.Ex^a. Então, parabéns por ter adotado este tema na sua agenda. Bom dia, ABCCom, parabéns por mais este encontro! Ouvindo as questões levantadas pelo Paulo, percebemos a evolução dos pleitos feitos pela entidade. Talvez, há 3, 4 anos, essa visão de que os canais comunitários devem ser um *locus* natural, um espaço natural para capacitação, um espaço de interação com a sociedade, talvez isso não fosse tão claro. Fico feliz que esse seja um ponto tão evidente ou tão consensual nas reivindicações dos senhores e senhoras.

Bom dia aos telespectadores da TV Senado, bom dia aos ouvintes da Rádio Senado. Eu costumo dizer que a comunicação comunitária é essencial para a democracia brasileira. É justamente pelos meios de comunicação comunitários, sejam rádios, sejam canais, por enquanto, de TV por assinatura, que aquela parte da sociedade que, muitas vezes, não consegue dialogar ou não consegue expor as suas idéias nos vários meios de comunicação, é justamente nesses meios que elas conseguem se fazer ouvir. Por isso, meios comunitários dão voz e permitem a participação de um segmento grande da nossa população que muitas vezes não consegue se fazer presente em outros meios de comunicação. Daí a necessidade de termos, como bem definiu a nossa Constituição Federal, três sistemas complementares de comunicação no País: o privado, o público e o estatal.

Bom, o Ministério das Comunicações tem olhado para a questão da comunicação comunitária com de-

dicação e afinco. Como os senhores sabem, por não serem, senhores e senhoras, por os canais comunitários ainda não estarem na televisão aberta, não é o Ministério das Comunicações que regula a situação da televisão comunitária no País, porém, esse é um passo que deve vir a acontecer nos próximos meses ou anos, em um processo que já se iniciou no primeiro semestre deste ano – e aí eu lembro que no encontro passado eu falava sobre a consulta pública que faríamos no primeiro semestre de 2012 –; realizamos a consulta pública sobre o canal da cidadania, um canal previsto no decreto que cria o Sistema Brasileiro de Comunicação Digital, o Decreto nº 5.820, como aquele canal onde se devem fazer presentes as comunidades, as prefeituras, os Municípios, os Estados, enfim, transmitindo uma programação de interesse do cidadão. Feito, ou, disposto isso pelo Decreto, disposta a criação do canal da cidadania por decreto, o Ministério das Comunicações, neste ano, no primeiro semestre, realizou uma consulta pública sobre a nova norma do canal da cidadania, a norma que regulamenta o canal da cidadania. Eu queria levantar alguns pontos que foram razoavelmente polêmicos – hoje essa norma se encontra em análise no Ministério das Comunicações, já caminhando aí para uma proposta de texto final –, mas eu queria discutir ou apresentar algumas questões que foram polêmicas e justificá-las.

A primeira delas certamente é a outorga. E aí o Ministério das Comunicações previu – naquela proposta que foi a consulta pública – que a outorga seria para o Estado ou para o Município, com preferência para o Município, sendo que, concluído esse processo de outorga para o Estado ou para o Município, abre-se um processo de seleção para duas faixas de programação da comunidade. E por que o Ministério adotou essa engenharia, uma engenharia tão complexa – e eu diria até atípica – no caso da radiodifusão brasileira? Ora, porque a legislação brasileira hoje não permite outorga do serviço de radiodifusão, de sons e de imagem de televisão para associações comunitárias.

Hoje, as associações comunitárias podem receber outorga apenas para rádio, para execução do serviço de rádio comunitária.

Para TV, a legislação brasileira prevê apenas que Estados, Municípios e União, universidades públicas e empresas podem deter outorgas, daí o Ministério das Comunicações ter optado por esse modelo, digamos, híbrido, mas que preserva uma autonomia entre as faixas de programação.

Então, por mais que o Estado ou o Município tenham, ou venham a deter a outorga, eles terão de preservar a autonomia daquelas faixas comunitárias e não poderão intervir na programação das comunidades.

A ideia é, grosso modo, só para efeito de simplificação, algo semelhante ao que já existia desde 95 no caso das prestadoras de televisão a cabo. A prestadora de televisão a cabo recebe aquela programação fechada e se responsabiliza pela sua transmissão, sem qualquer interferência naquela programação.

Então, esse é um modelo que garante, que desvincula a programação comunitária dos interesses municipais, ou dos interesses dos governos estaduais, preserva a sua autonomia e, mais, garante recursos para a sua transmissão.

Naturalmente, os principais custos relativos à radiodifusão, ou pelo menos uma parte significativa desses custos, diz respeito à transmissão dos serviços, à transmissão da programação. E essa transmissão da programação será custeada pela entidade que detém a outorga, seja o Município, seja o Estado.

Com isso, esse ônus pesado, esse ônus significativo não recai sobre as associações comunitárias. As associações comunitárias, como já acontece no caso da televisão por assinatura, devem se responsabilizar apenas pela programação que veiculam. E que programação é essa?

Procuramos deixar claro na norma, na proposta que foi à consulta pública, que o Ministério das Comunicações entende que essa programação, que essa grade deve ser completamente aberta à participação de toda a sociedade, de toda a comunidade.

É para isso que existe a comunicação comunitária, para que seja um espaço permeado, para que seja um espaço gerido por toda a comunidade. Ainda que, claro, naturalmente, ela eleja os seus representantes para cuidarem do dia a dia daquele canal, ele deve poder participar da grade de programação.

Essa programação, assim como acontece no caso de outros meios de comunicação públicos, deve ter finalidades precípuas – cultural, educativa – e uma programação voltada, efetivamente, para os temas de interesse da comunidade.

Em relação aos prazos para outorga, houve muitos questionamentos no momento da consulta pública, acredito, até, que boa parte deles vindo de associados da ABCCOM, se não me falha a memória, sobre os prazos relativos à outorga e sobre os prazos para se colocar a faixa de programação no ar, muitos questionando prazos exíguos.

O Ministério das Comunicações ficou sensível a esse pleito, procurou reajustar, ou está reajustando, nesse seu debate interno, esses prazos, dialogando um pouco com a realidade dos canais comunitários, que é uma realidade difícil sob o ponto de vista econômico, reconhecemos isso, como foi já dito anteriormente pelo representante da ABCCOM.

Justamente por reconhecer essa dificuldade, previmos, também, esse modelo de custos compartilhado, ou seja, Municípios e Estados que são os responsáveis pela transmissão têm o custo da transmissão, ao passo que a comunidade, a associação comunitária deve ter apenas o custo da programação.

Um último ponto é que existia uma dúvida em relação ao texto sobre qual é a preferência, se é do Município ou do Estado.

Previmos a preferência, na outorga, do Município e aí, para efeito de normas, estamos equiparando o GDF ao Município, à figura do Município, apenas porque no caso do Distrito Federal, como as senhoras e os senhores sabem, não existem Municípios. Então, o GDF se equipara, nesse caso, ao ente municipal.

Então, deixamos clara a preferência do Município, ou estamos deixando clara a preferência do Município, até porque os Estados brasileiros já detêm, normalmente, outorgas para execução de serviço de radiodifusão de sons e imagens de televisão, que são as emissoras educativas e que foram o embrião do que temos de um sistema público de radiodifusão.

Bom, eram essas as minhas considerações iniciais. Mais uma vez, agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para o debate.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Octavio Penna Pieranti, que representa, aqui, o Ministro Paulo Bernardo.

Depois, nós vamos abrir uma rodada de perguntas, de debates, em que as coisas ficarão ainda mais claras para os nossos convidados.

Então, passo a palavra, neste momento, para o Sr. José Roberto Schiavinato, Vice-Presidente da Associação dos Canais Comunitários de São Paulo.

A palavra é sua.

O SR. JOSÉ ROBERTO SCHIAVINATO – Bom dia, Senador Paulo Paim.

Eu gostaria de agradecer a V. Ex^a pelo convite para participar desta reunião e também quero cumprimentar os demais amigos presentes, batalhadores das tevês comunitárias.

Eu represento, aqui, a Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo, mas, hoje, temos aqui, estamos participando do Congresso da ABCCOM, que congrega 61 canais pelo Brasil.

Nós sabemos, e eu queria reforçar o que o Paulo Miranda disse no início, que os canais comunitários carecem de uma regulamentação mais incisiva, mais específica, porque desde a criação, por ocasião, em 95, da Lei do Cabo, faltou, ou desde então a gente sente a necessidade de se definir como buscar recursos para que esses canais se mantenham.

A gente sabe que o modelo de televisão, no Brasil – e a televisão é um meio de mídia bastante abrangente, ela dialoga com públicos diversos –, é bastante centralizador.

A gente tem, aqui, não só na TV, mas falando também da questão das rádios, que é possível criarem-se redes, produzir um programa numa determinada cidade e passar para o Brasil inteiro o mesmo programa, as mesmas músicas, os mesmos dizeres, as mesmas vestes. Com isso, nós vamos pasteurizando uma cultura, um jeito de ser e deixando de lado a cultura local. Fica em segundo plano o que cada uma das comunidades produz. A gente não consegue divulgar a produção ou a cultura de uma determinada região para outra região.

Nós sabemos que as emissoras, as grandes redes de televisão são guiadas por interesses comerciais. Então, programas de algumas comunidades não interessam comercialmente e, por isso, não são veiculados.

Aí, entra o papel do canal comunitário na promoção dos direitos humanos.

Eu acredito que o canal comunitário tem um papel fundamental no desenvolvimento das comunidades. A gente só faz o desenvolvimento através da educação e propagação da cultura, e, para isso, nós precisamos ter a comunidade envolvida.

A comunidade não vai assistir à programação do canal comunitário, discutir a programação do canal comunitário se os programas que passam naquele canal não forem do interesse dela. Ela tem de assistir a programas que têm a ver com a sua comunidade, com a sua realidade, e o canal acaba promovendo essa aproximação entre as pessoas que ali convivem, um envolvimento maior dessas pessoas com a solução dos problemas e, ao mesmo tempo, faz com que a cultura do pessoal dessa comunidade se desenvolva.

A veiculação, a transmissão dos programas tem um custo, sim. Ela é custosa, mas hoje, em função dos acessos à tecnologia – e como, no caso, até então nós veiculamos na TV por assinatura –, colocar esse sinal na TV por assinatura não é uma coisa tão difícil.

Eu acredito que um dos problemas maiores que nós temos, hoje, está ligado à produção de programas.

A produção de programas, além de exigir investimentos financeiros, também requer técnicos capacitados, profissionais preparados. Nós não podemos colocar qualquer pessoa para produzir um programa. Tem de ter conhecimento, tem de ter formação técnica, e, nesse ponto, a pauta apresentada para o Congresso da ABCCOM é bastante oportuna, porque trata da questão da transformação, ou do reconhecimento dos canais comunitários como ponto de cultura e, também, como escola de mídia comunitária.

Hoje, nós já formamos esses profissionais. Nós vamos lá, buscamos pessoas, treinamos, colocamos para trabalhar na TV da nossa comunidade e esse pessoal, com o tempo, se especializa e parte, inclusive, para o mercado formal. Muitas pessoas que começam na TV comunitária, aliás, muitos programas que começam na TV comunitária migram, até, para a TV comercial, e nós precisamos ter um subsídio para isso. Precisamos, de alguma forma, ter recursos que nos permitam formar esses profissionais adequadamente.

Então, hoje, com os nossos recursos escassos, nós vamos fazendo esse trabalho, mas nós acreditamos que se trabalharmos, nos unirmos e trabalharmos em função desses pontos elencados para o Congresso da ABCCOM, nós teremos bastante sucesso nesse nosso trabalho de contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Era isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. José Roberto Schiavinato, que falou pela Acesp.

Parabéns pela sua fala.

Com isso, nós concluímos a primeira mesa e vamos, agora, para a segunda mesa. Então, eu convido os senhores a retornarem ao plenário e passo a chamar a segunda mesa.

Começamos com o Sr. Ricardo Lima, Assessor de Relações Institucionais, em representação ao Presidente da Empresa Brasil de Comunicação, Nelson Breve. (*Palmas.*)

Ricardo Lima foi assessor do Governador Olívio Dutra.

O SR. RICARDO LIMA – Do Deputado Federal, quando tu eras Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Naquela época também, mas depois tu estivestes sempre caminhando com o Olívio, na prefeitura, para o Governo do Estado.

É uma satisfação vê-lo.

Tem visto o Olívio? Tem visto o nosso amigo Olívio?

Aqui, tudo é ao vivo e informal.

O SR. RICARDO LIMA – Tenho visto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem o grande Galo Missioneiro, o grande Governador do Rio Grande do Sul. Foi Governador, foi Deputado Federal Constituinte, o grande Olívio Dutra.

O SR. RICARDO LIMA – Prefeito da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Prefeito de Porto Alegre.

Mas o teu nome jornalístico não é esse, não é?

O SR. RICARDO LIMA – Ministro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O nome que usas no dia a dia é Ricardo mesmo?

O SR. RICARDO LIMA – Eu uso Dado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, eu vi que tinha uma coisa errada aqui. Olha como é essa liberdade, não é?

Então, a assessoria me diz: “Ricardo Lima.” Mas que Ricardo Lima?

O SR. RICARDO LIMA – Quem é Ricardo Lima?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu digo: “Mas não é aquele lá? Aquele lá não é Ricardo Lima. Aquele é o Dado.”

Ele disse: “Não, Senador.” Ele é teimoso, teimoso ele, ainda. E o pior é que ele tinha razão. Ele disse: “Se o senhor quiser, eu pergunto o apelido dele, mas é Ricardo Lima.”

O SR. RICARDO LIMA – Quarenta anos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É, e aí é Dado para cá e Dado para lá.

Muito bem, Dado. É uma alegria te ver aqui com a gente, nessa nova atividade.

Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, ABCCOM, Sr. Edivaldo Farias.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Sr. Antônio Vital, Presidente da Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas – Astral.

Antônio Vital. Está presente o Antônio? Está lá.

Muito bem, Antônio.

Bem-vindo, Presidente. (*Palmas.*)

Alice Campos, Vice-Presidente da Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público, Frenavatec. (*Palmas.*)

Alice Campos.

Como eu tenho mais liberdade com o Dado – 40 anos caminhando juntos –, ele vai começar logo. Eu ponho; ao invés de botar no segundo, boto de primeira.

Então, Ricardo Lima, Assessor de Relações Institucionais, que aqui representa o Presidente da Empresa Brasil de Comunicação, Nelson Breve.

Com a palavra, Dado.

O SR. RICARDO LIMA – Bom dia a todos e a todas.

Eu trago uma saudação do Presidente da EBC, da Empresa Brasil de Comunicação, Nelson Breve Dias, que gostaria muito de estar aqui.

Nós estamos num processo de planejamento estratégico. A gente já trouxe, inclusive, o plano para o Senador – a gente esteve, há uns 15 dias, com o Senador Paulo Paim – do redesenho da empresa.

Estamos fazendo um planejamento estratégico para 10 anos e, dentro do planejamento estratégico, a questão do operador de rede está colocada. O operador de rede tem uma ligação direta com a questão das

tevês comunitárias. Então, trago isso à consideração do Presidente Nelson e, principalmente, do Senador.

Gostaria de parabenizar o Senador por mais esta iniciativa, entre as milhares que ele tem tido nesses 40 anos de sua vida pública, e também a ABCCOM pelo 8º Congresso, que está se realizando. Acho que este plenário está cheio principalmente por causa do Congresso, Senador. O Congresso sempre é um momento importante na construção de políticas e de lutas. No caso das tevês comunitárias, acho que é fundamental o Congresso.

Também queria saudar os telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado.

Eu venho aqui principalmente para prestar a solidariedade da EBC a esse processo de construção das tevês comunitárias no País que passa também pelas rádios comunitárias, que estão num nível de organização bastante grande.

Eu acho que, para o nosso País, para a comunicação do nosso País, as tevês comunitárias são fundamentais para ajudar a compor o processo democrático de construção da comunicação, porque as tevês comunitárias são a cidadania, como disse um dos palestrantes da mesa. Elas são a cidadania, são a expressão da cidadania na comunicação pública, na radiodifusão.

Então, para o País interessa muito que esse processo se fortaleça, e para a EBC interessa bem mais ainda. Por que para a EBC interessa que haja um processo forte, que haja tevês comunitárias fortes no nosso País? Porque a EBC trabalha em rede. A Empresa Brasil de Comunicação trabalha em rede, e, quanto mais forte for a rede de tevês públicas – no caso, as tevês comunitárias –, mais isso fortalece a EBC, que pode fazer acordos e tem feito acordos com as tevês universitárias, com as tevês públicas estaduais. A Empresa quer fazer acordos e caminhar junto nesse processo de construção das tevês comunitárias.

O papel da EBC nesse processo é muito mais de companheiro de viagem, é muito mais de estar junto, de se solidarizar e de construir aquilo que cabe a ela. Por exemplo, nós estamos capitaneando, junto com o Ministério das Comunicações, a construção do operador de rede, que está num processo bem adiantado de discussão e já caminhando para uma saída, para outro lado. (*Palmas.*)

Nós precisamos do operador de rede. A EBC precisa do operador de rede para alastrar, para nacionalizar o seu serviço de comunicação, mas as tevês comunitárias têm um papel dentro do operador de rede, o que, para nós, é fundamental.

O companheiro Gilberto falava do Fistel. O Fistel é o fundo das teles, cuja contribuição está parada.

Parada, não; a contribuição está sendo cobrada e está em juízo. Há mais de R\$1 bilhão nesse fundo; é muito dinheiro. Há mais de R\$1 bilhão! E esse fundo dá, mais ou menos, por ano, uns R\$300 milhões, R\$400 milhões. Esse orçamento, quando liberado, vai tratar da TV pública, e as rádios comunitárias têm aí dentro o seu quinhão. A EBC tem o seu quinhão; as tevês culturais têm o seu quinhão; as tevês universitárias podem ter o seu quinhão. Mas está tudo parado.

Então, eu acho que o 8º Congresso tinha que conversar e tratar disto: como mobilizar para esse fundo ser liberado? Há R\$1,3 bilhão, e pode haver R\$400 milhões por mês. Esse é o orçamento que pode ajudar a construir as tevês comunitárias.

Não sei se essa questão está na pauta do 8º Congresso, mas ela tem que estar, porque se faz necessária uma mobilização, no Brasil inteiro, da sociedade civil e daqueles que tratam com comunicação para que esse fundo, Senador, seja liberado.

Nós temos o apoio do Senado para isso, nós temos o apoio da Câmara para isso, mas nós precisamos que as teles liberem o que é nosso, o que é da sociedade civil.

O fundo do cinema, de que o Gilberto falou e que também pode ser uma via para captar recurso a fim de produzir conteúdo, está liberado. Está liberado o fundo do cinema, que está alavancando a produção do audiovisual neste País e que ajuda na construção das rádios comunitárias e que pode fomentar também a produção de conteúdo das tevês comunitárias.

Então, acho que esses dois pontos são fundamentais para o Congresso, porque, sem orçamento... O Arno Augustin, Presidente do Tesouro,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nosso amigo.

O SR. RICARDO LIMA – Nosso amigo. Ele dizia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gaúcho.

O SR. RICARDO LIMA – “Quem não tem orçamento... Gaúcho. Agora, ele é Secretário do Tesouro Nacional. Ele era Secretário da Fazenda da Prefeitura do Porto Alegre e, depois, foi Secretário da Fazenda do Governo do Estado. Ele dizia: “Quem não tem orçamento não existe”. Sem orçamento não se faz nada, não se faz nada. Por mais que se tenha o apoio, a solidariedade de órgãos importantes do Governo, do Estado e da sociedade civil, é preciso ter orçamento. E isso é a mobilização que tem que tratar. Não estou dizendo que o Congresso tem que fazer; estou aconselhando o Congresso. Tratem da questão do orçamento, porque, sem orçamento, não há vida, não há vida.

Então, é esse o recado que eu trago.

Agradeço a oportunidade de estar, mais uma vez, com o meu Senador Paulo Paim, dirigindo mais essa luta, entre tantas lutas em que ele tem se envolvido e tem sido vitorioso.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Ricardo Lima, Assessor de Relações Institucionais, que aqui representa o Presidente da Empresa Brasileira de Comunicações. Empresa Brasil?

O SR. RICARDO LIMA – Brasil de Comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Brasil de Comunicações. Aqui está “Brasileira”. Tudo bem. Aqui tudo é ao vivo. Não há problema. Vamos ajustando aqui.

O SR. RICARDO LIMA – Colocaram “Brasileira”?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Botaram Brasileira.

O SR. RICARDO LIMA – Esse é um engano que acontece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há problema.

O Dado já apontou caminhos. Inclusive achei interesse esta frase do nosso amigo Arno Augustin: “Quem não tem orçamento não existe”. É importante esclarecermos como trabalhar com o Congresso, inclusive nas comissões, e com os diversos setores dos movimentos sociais, apresentando emendas nas comissões que possam constar no orçamento.

O SR. RICARDO LIMA – É o que a EBC tem feito. Temos batalhado para ter um orçamento próprio que independa, inclusive, do Tesouro Nacional. Essa é a grande batalha da EBC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Então, passamos a palavra, neste momento, para o Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, Sr. Edivaldo Farias. (*Palmas.*)

O SR. EDIVALDO AMORIM FARIAS – Obrigado, Senador.

Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, digno representante do PT do Rio Grande do Sul, que conta hoje aqui com muitos correligionários, parceiros de Porto Alegre, Foz do Iguaçu, Caxias do Sul. Parece que isso aqui não é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Caxias do Sul é a cidade em que eu nasci. O Pedro...

O SR. EDIVALDO AMORIM FARIAS – Então, viva Caxias do Sul!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou na atividade pública há 40 anos, mas o Pedro eu conheço há uns 60 anos.

O SR. EDIVALDO AMORIM FARIAS – E eu tive a felicidade de estar lá representando a ABCCOM por duas vezes.

Senador, ilustres componentes da mesa, bravos companheiros das tevês comunitárias de todo o Brasil, amigos e amigas, como Presidente da ABCCOM, já com o mandato se encerrando e com eleição programada para o Congresso, que se realizará logo após o término da reunião da Comissão de Direitos Humanos, eu não poderia, Senador, deixar de agradecer a V. Ex^a pelo prestígio que tem dado à ABCCOM, aos canais comunitários e a toda a mídia comunitária. (*Palmas.*)

Esta não é a primeira vez, Senador, que o Senado abre suas portas, companheiros, para as tevês comunitárias por iniciativa do Senador Paulo Paim. E temos certeza de que, como afirmou ele na abertura deste encontro, esta Casa, no que depender dele, sempre estará aberta para os movimentos sociais, mesmo contrariando os interesses das forças econômicas, retrógradas e reacionárias deste País. (*Palmas.*)

Tenha certeza, caro Senador Paulo Paim, de que a história da ABCCOM jamais será contada sem uma menção honrosa ao vosso nome e ao vosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. EDIVALDO AMORIM FARIAS – A história da ABCCOM se iniciou há 12 anos, quando, em São Paulo, se reuniram alguns representantes de canais já em funcionamento, mas ainda precário, e criamos a ABCCOM.

Vejo aqui, daquela fundação, diversos companheiros: de Florianópolis, o Silvío; do Mato Grosso do Sul, o Laércio; de Brasília, o Paulo Miranda; o Fernando Mauro não está presente, porque está na Itália. Há muitos outros companheiros, mas eu não vou mencionar para não cometer o pecado da omissão, citando apenas esses.

Nesses 12 anos de existência da ABCCOM, dois mandatos de 4 anos foram representados pelo Fernando Mauro, Presidente da Acesp e dirigente do canal de São Paulo. Hoje ele está aqui representado pelo companheiro que esteve na mesa anterior.

O último mandato, iniciado em 2008, é o da nossa gestão, com a diretoria, período em que a ABCCOM começou a ter um fôlego para poder se organizar.

Passamos por várias turbulências. O senhor, que está sempre presente nos movimentos sociais, sabe das dificuldades que existem para chegar a um denominador comum entre as cabeças pensantes dos mais diferentes segmentos, mas todos estão imbuídos de um ideal, Senador, que é o da democratização dos meios de comunicação. Essa é a grande luta de todos que estão à frente dos canais comunitários existentes

no País. Só de associados à ABCCOM há cerca de 60 – dizem que nós totalizamos cerca de 90 canais comunitários funcionando em todo o País.

Neste mandato, nesta gestão, nós conseguimos estruturar, sem nenhum recurso, conseguimos dar certa organização à ABCCOM, cadastrando os associados; criando contas em banco; realizando reuniões com a diretoria, cada um por conta própria, em quase todas as maiores cidades do País. Então, começamos a fazer reuniões via Internet.

Participamos de dois seminários como organizadores de tevês públicas, junto com a Astral, a Abepec e a nossa outra entidade congênere, representante das tevês públicas.

Fomos organizadores...

A ABCCOM foi uma das organizadoras da primeira Confecom – Conferência de Comunicação e, sem falsa modéstia, foi graças ao voto decisivo da ABCCOM, que tivemos a honra de representá-la naquele evento, que saiu a Confecom. Até o último instante, quando recebemos o recado de que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva não compareceria à abertura da ABCCOM, dadas as divergências existentes entre os movimentos sociais e a mídia comercial, o voto da ABCCOM desempatou e foi decisivo. Sem ele, não teria ocorrido a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, que foi importantíssima.

Mas não é fácil colocar em prática, mesmo que o Presidente Lula desejasse, mesmo que a Presidenta Dilma deseje, aquilo que idealizamos, porque contra a nossa vontade, sabe V. Ex^a, que é representante de um partido que sempre foi combativo e ao qual pertenci. Graças a isso, também padeci nos cárceres da polícia política nos idos de 68.

Aquela conferência foi importantíssima, abriu todo um espaço, todo um leque para os canais comunitários, para a mídia comunitária. Mas, infelizmente, isso ainda está capengando. Num primeiro momento, vejo, por parte do Governo ou de órgãos do Governo, uma tentativa de realmente criar, estabelecer uma política de comunicação pública. Temos parceria com a EBC, convênio assinado solenemente durante a Confecom, onde seríamos os principais parceiros da EBC para constituirmos, para criarmos uma rede de tevês públicas que podem ser das maiores do mundo.

E a mídia comunitária, as tevês comunitárias, as rádios comunitárias, Senador, sabe V. Ex^a, acredito, sabem os companheiros, podem ser a salvação da lavoura, a garantia da nossa soberania, a garantia da democracia brasileira. Se a Presidenta Dilma conseguir nos dar a menor chance de colocar isso na prática, V. Ex^a tenha certeza de que seremos os grandes parceiros pela luta de comissões como esta, composta

de lutadores dos direitos humanos, como V. Ex^a, porque somos nós que, corajosamente, sem recursos, vamos para frente das câmaras, às vezes fabricando o cenário, colocando a iluminação, tudo sem recurso nenhum. Somos nós quem denunciemos as violações dos direitos humanos, somos nós quem não nos limitamos, porque não estamos presos à audiência, não estamos presos ao poder econômico.

É preciso, sim, estabelecer, no Brasil, uma política de comunicação pública que tente acabar com o monopólio da comunicação de algumas famílias brasileiras e do poder econômico internacional. Se não dermos um basta a isso, se não acabarmos com a hegemonia de algumas famílias de determinados grupos econômicos internacionais...

(Soa a campanha.)

O SR. EDIVALDO AMORIM FARIAS – Estou finalizando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais cinco minutos.

O SR. EDIVALDO AMORIM FARIAS – Mais cinco minutos, obrigado. É o suficiente para terminar meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E mais cinco, se for preciso.

O SR. EDIVALDO AMORIM FARIAS – Olha, Senador, que beleza, que democracia, que abertura! Esta é grande vantagem que nós levamos nas tevês comunitárias e que o povo brasileiro leva ao sintonizar um canal comunitário, nós não nos limitamos aos segundos de uma emissora comercial. Quantas vezes fui entrevistado quando eu era diretor do Departamento Nacional de Combustível, atual Agência Nacional de Petróleo, por 2, 3 horas, e, quando saía, a matéria durava um segundo. V. Ex^a também, certamente, já deu entrevistas que tomassem seu precioso tempo e que se reduziram a uma notícia, porque interessa mais a eles o sensacionalismo...

...é o sensacionalismo, é colocar no ar aquela criança que foi jogada do edifício, aquela mulher que foi assassinada barbaramente, que tem ser noticiado, sim, mas não com o abuso que ocorre na comunicação comercial.

Acabei perdendo o fio da meada, mas retomo o meu caminho. Na TV comunitária não nos limitamos ao tempo. Uma entrevista, em qualquer programa nosso, dura, no mínimo, meia hora. Qualquer cidadão tem abertura para expor seus pontos de vista. Nós necessitamos de ouvir a opinião, não só a opinião do dirigente, queremos conhecer a opinião até da oposição de quem está dirigindo um programa. Democracia só existe dessa forma.

Então, Senador, como aliados da Empresa Brasil de Comunicação, podemos assegurar à Presidenta Dilma Rousseff as maiores redes públicas do mundo.

E antes que termine o meu tempo, volto a agradecer a V. Ex^a, ao Senado, aqui representado por V. Ex^a, à Comissão de Direitos Humanos. Também aproveito a oportunidade para agradecer ao apoio da EBC e dos Correios na realização do nosso congresso hoje. Por que estamos aqui? Estamos aqui honrosamente no plenário do Senado, graças a V. Ex^a, mas, temos de confessar, estamos aproveitando uma carona, porque a ABCCOM não tem recursos para realizar um congresso, pois não tem verba nenhuma, absolutamente nenhuma.

No final do Governo Lula, o Ministro Franklin começou a abrir para gente a possibilidade de recebermos os institucionais do Governo, da CCOM. Foi um bom começo. Durante 2 meses, uma ninharia, uma merreca, como eu dizia naquele tempo, mas que, para nós, que não tínhamos nada, era um bom começo. Um canal recebeu R\$1 mil; outro, R\$500,00; outro, R\$2 mil. Depois, nunca mais. Aprovamos projeto no pontão de cultura. Realmente, tem muito dinheiro por aí, mas e daí? Não adiantou nada, não recebemos. Não sei por quê.

Então, sobrevivemos do esforço dos canais, mas apesar disso, Senador, conseguimos estar aqui, dentro do Senado, conseguimos realizar um congresso aqui hoje, o 8º Congresso, 12 anos após a criação da ABCCOM. E conseguimos vencer todas as dificuldades. Olha o que temos a oferecer ao povo brasileiro, a esta Casa, a V. Ex^a, ao Governo Dilma. Isto aqui, a TV que dirijo em Belo Horizonte, graças à iniciativa do jornalista Felipe, que começou há pouco tempo conosco, qualquer um que quiser assistir à TV Comunitária de Belo Horizonte pode fazê-lo no celular. Aquilo que está na lei de 2011, que vamos ter acesso, que vamos ser carregados pela operadora de TV, pela operadora de telefonia, pela operadora disto, pela operadora daquilo, nós já estamos fazendo, graças a programas gratuitos. Estou vendo o companheiro de Petrópolis, o Saldanha, ali na Internet. Qualquer um pode assistir à maioria dos canais na Internet.

Mas não vou abusar da paciência dos companheiros, dos companheiros da mesa, nem de V. Ex^a. Ficam aqui os nossos mais acalorados agradecimentos. Conte com os canais comunitários de todo o Brasil. Falo isso porque tenho certeza de que conto com os companheiros para a defesa dos direitos humanos, da democracia dos meios de comunicação e para a soberania brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Esse foi o Edivaldo Farias, Presidente da ABCCOM, que fez um belo pronunciamento.

Edivaldo, é tão importante este momento que quero destacar aqui, como eles não gostam muito desta liberdade total de expressão, que você falou ao vivo, para todo o Brasil, provavelmente para mais de 3 milhões de pessoas.

Queriam saber se tínhamos dado passagens para vocês todos virem para cá.

O SR. EDVALDO FARIAS – Quem sabe V. Ex^a ainda vai pagar a minha passagem. Eu paguei com cartão de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Quebraram a cara de novo, porque aqui não damos passagem para ninguém. Deve ser a Comissão que mais faz audiência e que não dá passagem. Sei que eles ficam só cuidando de cada vírgula. Se eu botar uma vírgula errada, já é motivo de crítica. Vieram aqui fazer essa pesquisa, sabendo desta aqui também. Não acharam nada. Para não dizer que nunca dei uma passagem, dei uma para o poeta Thiago de Mello, que está muito doente, que não tinha como vir para cá. Dei para o Thiago de Mello e daria de novo. Uma salva de palmas para o grande poeta do mundo, Thiago de Mello, que homenageei aqui, em um evento belíssimo. Ele é o autor do Estatuto do Homem.

Vamos agora para o Sr. Antônio Vital, Presidente da Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas – Astral.

O SR. ANTÔNIO VITAL – Bom dia a todos. Agradeço a presença de todos vocês e, em especial, o convite do Senador Paulo Paim. O Senador faz parte daquela Bancada de Parlamentares que compreendem perfeitamente a importância dos canais públicos de comunicação, como temos, na Câmara dos Deputados, a Deputada Luiza Erundina.

Esse segmento é fundamental para a cidadania brasileira e, infelizmente, não faz muito parte ainda da nossa tradição cultural. Aqui, no Brasil, somos um país em que as pessoas se acostumaram a assistir à televisão comercial, às redes comerciais, às rádios comerciais. Então, é sempre bem-vindo esse tipo de iniciativa, especialmente quando é para destacar a importância de um segmento como o das emissoras comunitárias, que são a ponta mais fraca de todo o sistema do segmento público, por questão de financiamento, por “n” questões que foram colocadas aqui.

Serei bastante breve na minha colocação, porque represento aqui as emissoras legislativas que, apesar de estarem no mesmo barco, de certa forma, no campo público das emissoras brasileiras, têm uma realidade um pouco diferente, com algumas vantagens com-

parativas muito grandes em relação à existência das emissoras comunitárias. Em termos de financiamento e em termos de poder político, isso é óbvio.

Mas vim aqui destacar algumas preocupações que temos e aproveitar que há representantes da EBC e do Ministério das Comunicações para cobrar do Governo Federal uma definição e uma prioridade em torno da criação de uma operadora nacional de rede.

O operador de rede talvez seja o projeto estratégico fundamental para garantir a existência e a viabilidade de todas as emissoras públicas e, em especial, as comunitárias, que são as que não têm financiamentos concretos, que sobrevivem a partir de ações de pessoas abnegadas e de militantes, como a maior parte dos que estão presentes nesta Comissão hoje, pessoas que acreditam que a existência desse tipo de emissora é fundamental para a população, porque, a partir delas, as pessoas terão contato com a realidade de seu Município, de seu bairro, do local onde está morando. Isso não estará em nenhum outro tipo de emissora.

Então, aproveitando a presença desses representantes do Governo Federal, o que tenho a trazer é uma experiência nossa que, como ainda não foi definido o operador nacional de rede, e o operador nacional de rede é fundamental para que seja viável a transmissão das TVs, como é que nós as emissoras legislativas estamos fazendo para que seja possível ao maior número de brasileiros assistir ao que acontece na Câmara, no Senado, na sua assembleia legislativa, na câmara de vereadores.

A EBC está estudando um modelo de operador de rede desde 2008, se não me engano. Esse modelo já está fechado. Nós da Astral temos alguns outros...

Temos alguns reparos a fazer, mas acho que faz parte do processo de elaboração de um projeto tão complexo, que está ainda num custo de bilhões. Talvez, isso tenha inviabilizado bastante, para que não tenha sido levado a cabo até hoje.

Nós estamos num momento muito interessante e fundamental em termos tecnológicos, porque até mesmo as emissoras privadas têm dúvidas em relação ao seu modelo de negócios, como, por exemplo, a TV digital, que tem “n” possibilidades técnicas e as emissões comerciais e, agora, as teles, que estão entrando nesse segmento, estão quebrando muito a cabeça para saber como é que eles vão ganhar dinheiro com isso. Por quê? Porque você pulveriza muito a audiência. A televisão, daqui a 10 anos, vai ser totalmente diferente da que temos hoje em vários sentidos; as pessoas vão ter que mudar muito os hábitos.

Então, o operador de rede – volto a dizer – é fundamental. Ela permite que usemos a tecnologia digital, no que ela tem de mais interessante para as emissoras

ras do campo público, que é fonte de programação. Mas enquanto não existe isso, como a tecnologia está evoluindo e não temos ainda uma definição do modelo, distribuí aí para vocês uma revista da *Astral*, um pouco defasada, porque já estamos preparando uma segunda edição mais atualizada, em que conta uma experiência, que já é realidade em vários lugares, da formação de uma rede legislativa.

Não sei se o Senador Paulo Paim sabe, mas, se, por exemplo, V. Ex^a for a Porto Alegre hoje, V. Ex^a pode assistir à TV Senado no canal digital aberto – não é a cabo, é aberto –, à TV Câmara e à TV da Assembleia Legislativa. É um modelo que está sendo feito na Câmara dos Deputados, por meio da TV Câmara, no Senado Federal, por meio da TV Senado, nas Assembleias Legislativas e também nos Municípios, por meio das Câmaras de Vereadores.

Estou contando essa experiência, porque é interessante ver como as coisas evoluem, antes mesmo de se ter uma definição do operador de rede, porque a tecnologia está aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Maranhão está indo por esse processo também: fazendo um acordo entre as assembleias legislativas e...

O SR. ANTÔNIO VITAL – Como é que funciona esse trabalho? A Câmara e o Senado dividiram entre si os Estados brasileiros. Em alguns lugares, a Câmara ficou encarregada de levar o sinal, de bancar a antena que recebe o sinal e, nos outros locais, o Senado. A Assembleia Legislativa ficou responsável pelo custeio disso aí.

Então, há uma partilha de custos. Isso, num município, a Câmara de Vereadores tem de comprar o próprio equipamento, porque é mais barato, porque é só de ocorrência municipal. Estou contando essa experiência dentro desse contexto, só para dizer como as coisas evoluem antes de se ter o operador de rede, que talvez seja uma solução, porque, de certa forma, hoje a tecnologia é aliada das emissoras do campo público, só que algumas definições têm de ser tomadas agora, porque, senão, corremos o risco de as emissoras comerciais, de todas as privadas, descobrirem e ocuparem todo o espectro e a capacidade técnica. Isso está ocorrendo em várias frentes.

De certa forma, se não houver uma articulação e um apoio, por exemplo, de Parlamentares como o Senador Paulo Paim, e de todos os segmentos do campo público, vamos ficar para trás, porque está tendo uma definição de modelo de negócio muito forte. Por exemplo, esse modelo da rede legislativa, que está bem explicado nessa revista que eu distribuí, em vários lugares é muito provável que tenhamos que mudar o canal que estamos utilizando, porque é justamente

o canal de interesse das teles para esse sistema 4G. Isso vai implicar em alguns custos extras.

Essa é uma realidade. Estamos, hoje, em um mundo que está evoluindo muito rápido do ponto de vista tecnológico. Os modelos de negócios, com a entrada das teles principalmente – que são bilionárias, mais do que qualquer emissora brasileira, mais do que a Globo –, estão entrando num mercado em que, se não houver uma definição muito rápida do Governo Federal a respeito, da presença de todos os segmentos do setor público pode ser que a gente pegue só um sobra do que pode ser feito hoje.

Então, o que eu vim dizer basicamente é manifestar essa minha preocupação e dizer que nós estamos, de certa forma, no mesmo barco, apesar de todas as vantagens que as emissoras legislativas têm em termos de financiamento e de poder político, mas que é necessário e é fundamental que haja já a definição de modelo, do operador de rede principalmente.

Então, era isso o que eu gostaria de dizer.

Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Antônio Vital, Presidente da *Astral*, pela sua fala.

De imediato, vamos a Sr^a Alice Campos, Vice-Presidente da Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público (Frenavatec).

A SR^a ALICE CAMPOS – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar à Mesa, o Senador Paulo Paim, e agradecer-lo o convite; cumprimentar o Dado – eu não consigo o chamá-lo de Ricardo, é um problema, (*Risos.*) – eu digo que “os gaúchos vão dominar o mundo”. É uma frase que a gente brinca, por a gente acaba por ter muitos amigos gaúchos –; o Presidente da ABCCOM, Edivaldo Farias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não precisa ser o mundo, só o Brasil chega. Isso é o bairrismo do gaúcho (*Risos.*)

É brincadeira, claro! Entendam bem como uma brincadeira.

A SR^a ALICE CAMPOS – Inclusive o mundo nasceu lá no Rio Grande, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se depender de nós, acho que sim. (*Risos.*)

Os gaúchos que estão aí que se defendam!

A SR^a ALICE CAMPOS – Ao meu lado, o Didi – eu também não consigo chamá-lo de Edivaldo –; o Antônio, que é um companheiro nosso também na luta pela democratização da comunicação, primeiro, eu queria dizer que, para mim, é uma honra está aqui hoje falando, porque a ABCCOM foi a minha primeira casa. Eu entrei nas tevês comunitárias e me associei à ABCCOM, eu passei pela ABCCOM, e o destino

acabou fazendo com que eu fosse para outro lugar; o destino e alguns ideais, porque a gente vive também de ideais e crenças e eu sou uma pessoa que vivo de crenças e daquilo em que acredito. É por isso que eu estou na Frenavatec, porque as minhas crenças me fazem, hoje, estar à frente da Frenavatec, juntamente com companheiros valorosos, como o Jéfferson Melo, que é o nosso Presidente, e outros demais companheiros que fazem parte da entidade.

Eu queria parabenizar também todos os companheiros de tevês comunitárias porque é uma luta, às vezes, muito inglória manter um canal no ar. Eu também já estive por muito tempo à frente da programação de um canal; hoje eu estou no GDF, trabalhando no Governo do Distrito Federal à frente da Diretoria de radiodifusão, e eu sinto muito falta também do tempo em que eu fazia tevê comunitária, porque era o momento em que a gente tinha mais liberdade, mais condição também de dar liberdade de expressão às vozes da nossa comunidade. A tevê comunitária é o espaço de liberdade de expressão.

Há uma frase que eu ouvi há poucos dias, e é uma frase que tem me acompanhado: não há liberdade de expressão se não houver expressão da liberdade. E é isso que a gente exerce dentro dos canais comunitários.

As tevês são espaços de livre acesso. Um canal comunitário é aberto para todos os membros da comunidade, não há restrição; Os seus estatutos são abertos, os seus espaços são abertos. É importante ter essa percepção porque é diferente de uma emissora comercial.

Nós exercemos, dentro de entidades... Desculpe-me a expressão “nós”, mas é que eu ainda me sinto tevê comunitária; eles me deixaram como Diretora de Projetos da TV de Feira de Santana, eu disse que não queria, mas eu continuo sendo Diretora de um canal comunitário. Então, eu acredito nisso. Eu acredito que é o espaço em que a comunidade tem o livre acesso. É onde a gente consegue exercer o nosso papel como serviço para a comunidade, porque nenhuma outra emissora vai fazer isso. Uma emissora comercial não vai fazer isso porque os fins dela são legítimos, vamos botar isso em pauta, são fins comerciais, porque elas se mantêm, mas são fins diferentes do que nós exercemos dentro desse espaço da comunidade. Nós somos a voz da comunidade sem a especulação do fim comercial, e dentro de um espaço que é fechado dentro do cabo, a gente está falando do Canal da Cidadania, mas a gente sabe que a regulamentação ainda não saiu. Nós temos questões ainda que inclusive foram tratadas diretamente com o Ministro Paulo Bernardo, que tem sido muito acessível neste ponto, da importância de o Canal da Cidadania ser um espaço que, se o Estado

ou o Município não o ocupa, como gestor do operador de rede, uma entidade não governamental possa fazer isso, porque senão nós vamos ficar à mercê da política local e, em muitos momentos, nós vamos de encontro a essa política local. Nós estivemos com o Ministro no primeiro semestre e ele foi muito acessível a essa ideia. Acho que isso está na pauta, inclusive, do Otávio, que está desenhando a regulamentação do Canal da Cidadania e não saiu ainda.

E há outra coisa que é importante e de que não estamos falando. Estive há duas semanas em um evento da Anatel, em que as telas tratavam da questão da infraestrutura. A Anatel estava falando de infraestrutura, e a gente comete sempre o mesmo equívoco de separar infraestrutura de conteúdo. Não dá mais para fazermos isso! Temos de falar do conteúdo e da infraestrutura juntos.

Como vamos produzir hoje conteúdo para aquilo que a gente chama de TVIP – porque se a gente for considerar, o mundo já é IP – se eu entro em um evento da Anatel e vejo uma pessoa de uma tele dizendo que é favor de que se pague para se colocar conteúdo na *Web*? Como vamos pagar para colocar conteúdo na *Web*? Essa é a pergunta. De que adiante a gente já estar sendo... Isso é preocupante, porque, pelos levantamentos que temos, existe um volume muito grande, por exemplo, de grandes empresas para botar conteúdo, mas existe um rabo fininho que ocupa uma quantidade muito maior de conteúdo que entra na rede, e esse conteúdo é produzido por nós, produtores de conteúdo independentes.

As teles estavam o tempo inteiro nos chamando de consumidores. Nós não somos consumidores, nós somos usuários da rede, e as tevês comunitárias já estão ocupando os espaços na rede. Por que estamos falando disso? Porque não podemos ficar só pensando; precisamos de orçamento, precisamos dialogar sobre o Canal da Cidadania.

Acho que o operador de rede está sendo muito bem trabalhado pela EBC. No modelo de operador de rede que a EBC está discutindo entra a parte de interatividade dentro do operador de rede, que é muito importante, mas acho que precisamos avançar mais, discutir e também abrir espaços de grupos de trabalho, de representantes de canais comunitários em todos esses segmentos, seja de infraestrutura, seja de produção de conteúdo, seja da questão dos fundos.

Não vou entrar no mérito dos fundos e de outras áreas, porque acho que isso foi muito colocado nesta Mesa e que não preciso entrar nesse ponto, mas acho que não podemos nos esquecer de que estamos virando tevê digital, que nós estamos virando mundo IP. Temos de nos lembrar de discutir esses dois temas

juntos. Acho que é um momento em que não podemos pensar em divisão. Dividir significa perder um momento.

Hoje, há na Câmara a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação, que está ocupando espaço e que está tendo uma representação muito forte tanto na Câmara como no Senado. Eu acho que precisamos participar mais, ver o que podemos fazer. Acho que o que está nos faltando é fazer barulho. Acho que nós temos condições de fazer barulho e não está fazendo.

Se as tevês comunitárias entrarem em uma campanha nacional pelo seu próprio direito, acho que será o maior barulho já feito em nível de comunicação comunitária e não estamos fazendo isso. Temos também os companheiros das rádios comunitárias – vi o Sóter aqui –, que têm um trabalho fantástico, fazem um trabalho maravilhoso. E estamos separados deles por quê? Nós temos o Fórum Nacional pelo Direito à Comunicação, o FNDC, que está em uma luta, em um engajamento forte dentro do Governo. Por que a gente está fora dele? Por que não estamos dialogando? Por que estamos separados? Separados, não temos força. Eu sempre brincava com essa questão. Quando eu estava na EBC eu dizia que, juntos, temos mais força. A gente não está exercendo nosso poder de comunicação.

Quando a gente nasce, a gente apanha para se comunicar, a gente leva uma palmada. Há umas teorias novas que dizem que não é mais para fazer isso, que dizem que é para deixar o bebê se expressar sozinho. Mas, quando a gente nasce, a gente apanha para poder se comunicar e, ao longo do nosso período de crescimento, a gente chora para poder se alimentar. O nosso primeiro direito é o direito à comunicação. E é um direito pelo qual, depois, a gente apanha para não ter mais. Então, acho que é exatamente isto que temos de mostrar: que a gente quer ter o nosso direito, o nosso direito humano à comunicação. Acho que a gente precisa agregar.

Só lembrando, não há liberdade de expressão se não houver expressão da liberdade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Alice Campos, Vice-Presidente da Frente Nacional Pela Valorização das TVs do Campo Público!

Com essa bela fala da Alice, nós concluímos a segunda Mesa.

Peço aos meus convidados que voltem ao plenário. Eu vou chamar a terceira Mesa.

Terceira Mesa: José Sóter, Coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço Nacional); Felício Costa, jornalista e Presidente da TV Comunitária de Uberaba – MG; Antônio Gomes Leitão, Coordenador de Educação Inclusiva do Distrito Federal;

e Moysés Corrêa, Coordenador da TV Comunitária do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Eu só explico a todos que eu não monto a Mesa. A Mesa está sendo discutida com os organizadores do evento. Eu faço a convocação.

Depois nós teremos cinco pessoas que foram escolhidas para falar do plenário.

Então, esta é a terceira Mesa.

De imediato, eu passo a palavra ao Sr. José Sóter, Coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço Nacional).

O SR. JOSÉ LUIZ SÓTER – Bom dia a todos e a todas. Bom dia ao Senador Paim. Bom dia aos companheiros Antônio Leitão, Felício e Moysés Corrêa, que compõem esta Mesa. Bom dia a todos os militantes pela democratização da comunicação agora através dos meios que nós conquistamos, as TVs, os canais comunitários.

Eu quero agradecer emocionado o convite do Presidente da ABCCOM, o Juiz Didi, para que a Abraço se faça presente aqui, nós que somos coirmãs da comunicação comunitária originadas num berço único que é o movimento pela democratização da comunicação em um período em que houve uma grande movimentação nacional pela democratização da comunicação no País, onde nossos meios completamente oligopolizados, monopolizados e verticalizados nos excluíram daquilo que a Alice estava falando aqui, que era expressar a liberdade através da liberdade de expressão naquele período pré-constituente. Então, nós temos essa mesma origem: tanto a Abraço, as rádios comunitárias, quanto os canais comunitários, frutos da mesma luta pela democratização da comunicação.

Nesse período, desde a criação, desde a Constituinte de 88, a nova Constituição e essa movimentação nacional pela democratização da comunicação, nós podemos traçar uma linha do tempo de forma que fica fácil comparar a situação daquele período e a situação que nós vemos hoje, porque a Abraço foi criada em 1996, as rádios comunitárias foram criadas por lei em 1998 e os canais comunitários também, dentro dessa discussão, foram criados nesse processo.

Aquela época, nós tínhamos apenas seis canais de TV no Brasil. Hoje nós temos, só na ABCCOM, cerca de 60 canais comunitários. À época, em 2000, surgiu a primeira autorização de rádio comunitária, dois anos depois de aprovada a Lei 9.612, a lei mínima da rádio comunitária. Hoje nós temos cerca de 4,6 mil emissoras autorizadas no Brasil e, em processo de autorização, podemos chegar, ao final de 2014, a cerca de 6 mil emissoras comunitárias autorizadas. Então, essa realidade é fruto dessa luta que nós tivemos origina-

riamente em comum lá no início do debate sobre a democratização da comunicação.

Hoje nós vivemos situações diferenciadas. As TVs comunitárias têm o seu espaço garantido para desenvolver o trabalho de acordo com as condições criadas por cada canal e as rádios comunitárias, apesar de estarmos com quase 5 mil emissoras autorizadas, nós vimos mudar, nesse período de 2000 para cá, o caráter do cerco que se deu à radiodifusão comunitária.

No início, nós tínhamos, diuturnamente, as campanhas dos grandes meios, os meios comerciais, jogando a comunidade contra as rádios comunitárias, contra o serviço de radiodifusão comunitária, dizendo que era crime, que derrubava avião, que interferia no serviço de ambulância, na comunicação da Polícia. Dizendo que era crime. Tentaram, de todas as formas, impedir que as rádios comunitárias se efetivassem.

Nós conseguimos romper esse cerco. Chegamos a todas as regiões, as mas longínquas do País. Hoje, em muitas localidades, o único meio de comunicação que existe é a rádio comunitária. Só que hoje nós vivemos um cerco diferenciado, porque o cerco não é através da mídia, da propaganda, é através dos braços do Estado. O cerco é feito através da Anatel, o cerco é feito através do braço judiciário, o cerco é feito através do próprio Congresso Nacional, que não aceita mudar uma vírgula na Lei nº 9.612. O cerco é feito pelo Ministério das Comunicações. A única visita que o Ministério das Comunicações faz às rádios, cotidianamente, é através de ofício, comunicando multa por isso e por aquilo, através diretamente do Ministério e através da Anatel.

Nós temos um cerco das comerciais, porque agora não fazem propaganda; fazem apenas uma denúncia anônima na Justiça Federal, e a Justiça vai às emissoras e fecha emissoras, inclusive, devido ao famigerado apoio cultural, que foi restrito ao máximo através da Portaria 462, de 2011, do Ministério das Comunicações.

E ainda temos o cerco do Ecad, que manda boletos, fazendo terrorismo com as rádios comunitárias no interior, cobrando taxas escorchantes de direitos autorais. A taxa de uma rádio comunitária que tem 25 watts, das pequenas localidades, é maior do que as taxas cobradas de muitas das rádios comerciais existentes nessas localidades e que têm um alcance muito maior, e maior do que as de radiodifusão educativa, inviabilizando, inclusive, que as emissoras participem desse processo de recolhimento de direito autoral.

Inclusive, nossa orientação é de não pagar, só pagar na Justiça. E temos ganhado algumas causas na Justiça contra essas cobranças escorchantes. Nós não somos contra o pagamento ao Ecad. Queremos

cobranças justas. Se uma rádio de 500 watts paga R\$170,00 de taxa, por que uma rádio comunitária de 25 watts vai pagar R\$380,00? É uma comparação, só *grossa modo*, para se perceber, figurativamente, o que estou falando.

E todo esse cerco chegou a criar a condição de um processo de enxurrada de multas nas emissoras comunitárias, Senadores. Como não conseguimos esses dados através de consultas diretas nos órgãos, estamos, inclusive, apelando a alguns Parlamentares desta Casa que solicitem à Anatel e ao Ministério das Comunicações o montante de multa que foi arrecadado apenas nos últimos 2 anos, 2011 e 2012, porque o art. 20 da Lei nº 9.612 prevê que é responsabilidade do Poder concedente capacitar as comunidades que vão exercer o serviço de radiodifusão comunitária, e nunca fizeram sequer uma capacitação em nenhuma localidade dessas 4.600 que receberam já autorização para executar o serviço.

Mas, diuturnamente, há presença de fiscalização. Em vez de ir lá para suprir essa carência de capacitação, para orientar as rádios comunitárias sobre como proceder, simplesmente, sumariamente, multam as emissoras e não deixam, mesmo essas emissoras atendendo às exigências dessa fiscalização.

Então, hoje, nós temos uma situação diferenciada.

(Soa a campanha.)

Nós tivemos, nesse decorrer do tempo, um processo em que saímos da completa exclusão de acesso aos meios para o acesso aos meios, só que agora nós não temos acesso à condição de sobreviver, à condição de fazer com que o serviço realmente seja aquele promotor, fomentador do respeito aos direitos humanos, ao desenvolvimento local sustentável nas localidades onde nós atuamos.

Então, seria isso, e eu quero parabenizar a ABC-COM pelo seu 8º Congresso. Nós também estamos convocando o 8º Congresso para o início de 2014 e esperamos contar com todos vocês lá no 8º Congresso, para continuarmos a debater democratização das comunicações no País. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, José Sóter, Coordenador da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, que falou sobre uma série de denúncias, inclusive de retaliações, pressões contra as rádios comunitárias, porque é importante depois a gente ter isso por escrito.

Passamos a palavra, nesse momento, ao jornalista e Presidente da TV Cidadania, de Uberaba, Sr. Felício Costa.

O SR. FELÍCIO COSTA – Obrigado, Senador Paulo Paim. Preciso falar um pouco mais próximo, para

que a nossa voz seja ouvida e por todos os heróis da resistência. Como há herói da resistência aqui. Acho que está cheio de Davi aqui nesta sala.

Por tudo que a gente já ouviu aqui hoje, eu, como Presidente da TV de Uberaba, que deve ser a mais nova afiliada da ABCCOM, essa TV tem pouco tempo de vida, fico impressionado com as lutas que têm sido travadas ao longo desse tempo pelas rádios e pelas TVs comunitárias. Agora, vejam a importância deste ato de se criarem no Brasil TVs e rádios comunitárias.

E eu queria aqui trazer à tona um fato. Na plateia, me parece que há mais uma pessoa com deficiência visual além de mim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está na Mesa já. Já está na Mesa.

O SR. FELÍCIO COSTA – Aqui na Mesa ao meu lado, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está ao meu lado esquerdo.

O SR. FELÍCIO COSTA – Lado esquerdo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. FELÍCIO COSTA – Lidando com televisão, não é? E parece uma coisa um tanto inusitada, mas isso é democracia. E a TV, coordenada por uma pessoa com deficiência, como eu, vai, com certeza, trabalhar um pouco voltada para este meio, produzindo audiodescrição, tornando o ambiente da TV acessível. (Palmas.) Dando oportunidade a pessoas portadoras de necessidades especiais de trabalhar com comunicação.

O que nós pretendemos fazer no nosso canal de televisão? Ensinar libras para a população, para que a comunicação dessa população com as pessoas com deficiência auditiva seja facilitada; ensinar o método braile para a população através do canal, para que a comunicação da população com as pessoas com deficiência visual seja facilitada, coisa que TV comercial jamais vai fazer. Então, eu queria falar, aproveitar essa oportunidade que a ABCCOM nos dá, para falar para esses três, quatro milhões de pessoas que, nesse momento, estão nos acompanhando, a importância que tem a TV comunitária em cada Município, em cada cidade, em cada rincão deste País. A oportunizar pessoas e comunidades que jamais teriam acesso a um canal comercial. Nada contra os canais comerciais, mas eu acho que esse modelo que a TV comunitária traz é de fundamental importância para as comunidades e para as cidades deste País.

A oportunidade da comunicação, a democratização e a resistência que a TV Comunitária exerce – e esse é o papel da TV Comunitária neste País. Então, é preciso que se olhe, que se enxergue o papel da TV Comunitária e que, como já foi dito aqui, esse nosso

grito seja um coral em que possamos gritar juntos. Se gritarmos separados ninguém escuta, não é verdade?

E que, a partir deste congresso, nós possamos nos unir ainda mais para gritarmos juntos pelos nossos direitos, pelo direito da democratização da comunicação.

A nossa TV, que deve ser – não sei, depois o Paulo pode nos dizer –, a caçula, neste momento, neste congresso. Nós estamos iniciando os nossos trabalhos, começando a gerar os nossos conteúdos e nessa direção que nós citamos aqui a vocês.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim por esta oportunidade e por estar nos ajudando nessa luta, sempre um grande colaborador. E quero agradecer e parabenizar a ABCCOM por mais esse congresso e por nos ter recebido aqui com tanto carinho.

Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Felício Costa, jornalista e presidente da TV Comunitária de Uberaba, Minas Gerais. Parabéns pela fala.

Vamos, agora, ao Coordenador de Educação Inclusiva do DF, Sr. Antônio Leitão.

O SR. ANTÔNIO LEITÃO – Bom dia, Senador. Bom dia a todos e a todas.

Eu vou fazer aqui igual eu faço na TV. Por que eu estou fazendo isso? Porque exatamente conforme o companheiro anterior falou, Senador, eu nem digo só no que diz respeito à ocupação na comunicação, mas à ocupação dos espaços sociais pelas pessoas com deficiência, que é muito importante. Não só para mostrar a capacidade que essas pessoas têm, não só para verbalizar, como também para mostrar à sociedade o trabalho que pode ser feito.

Aí para mostrar, Senador, que existe uma coisa muito engraçada que o companheiro anterior falou, que quem não tem orçamento não existe. Então, eu me lembrei daquela frase: se penso, logo existe. Então, se eu não tenho orçamento, para que existir sem orçamento?

E aproveito a oportunidade, Senador, para convocar as pessoas a criarem uma federação nacional em busca da democratização do orçamento, porque, quando o orçamento for democratizado, com certeza, a gente vai ter mais condições de fazer as coisas acontecerem. Vou dar um exemplo muito prático, Senador. Disseram muito bem aqui, o Franklin Martins liberou mídia para que as TVs e rádios comunitárias fizessem algum trabalho. Aqui em Brasília, no começo do governo, fizeram a mesma coisa. Só que, de repente, o pessoal faz e para. Eu quero saber por que isso?

Na verdade, é uma coisa tão simples de ser feita. Que tal, por exemplo, o Governo Federal destinar 5% que seja da mídia que é colocada à disposição das co-

municações para servir às comunitárias? Que tal o GDF fazer a mesma coisa? Que tal o Governo do Piauí? O Governo do Maranhão? O Governo do Rio Grande do Sul e assim por diante fazerem isso? (*Palmas.*)

Isso não é difícil, Senador! Isso é muito fácil. Não exige grandes burocracias, porque há coisas que a burocracia cerca e acaba não acontecendo. Mas isso não. Isso é só vontade política, Senador! Isso é só vontade política. (*Palmas.*)

E aqui, em nome da TV Comunitária do Distrito Federal, se me permite o presidente e o vice-presidente da entidade, estou fazendo aqui este posicionamento, e faço com muito orgulho: o programa Conexão Cidadã, que vai ao ar na TV Comunitária, a produção dos nossos programas é feita às duras penas, é feita em função da nossa própria vontade; cada um faz como pode. E as nossas instalações precisam de apoio para que a coisa melhore realmente.

Então, eu aproveito a oportunidade e lhe peço, pois sei da sua atuação, sei da sua importância e da sua força junto ao Governo, a sua atuação dentro do PT, para nos ajudar a discutir a questão da democratização do orçamento no que diz respeito ao que fazer para que as TVs comunitárias tenham pelo menos acesso a 5% que seja do orçamento do Governo Federal e dos governos estaduais em favor do seu funcionamento.

Não adianta eu existir se não tenho condições de funcionar. Então, por isso, eu queria realmente trazer esse sistema à baila, Senador, e dizer mais uma vez que o nosso programa a gente faz na perspectiva de entrevistar as questões da cidadania, as questões das políticas, mas a gente trabalha no que diz respeito ao direito humano, de um modo geral. A gente não enfoca só a pessoa com deficiência. Por exemplo, eu fiz um programa entrevistando um surdo; eu fiz um programa entrevistando um Down; mas a gente, realmente, faz um programa mais voltado para a comunidade de um modo geral, porque a gente entende que, fazendo dessa forma, não só mostra que a gente pode fazer com deficientes, mas que também está entrosado no meio da comunidade de um modo geral.

Eu quero agradecer a oportunidade dada pelo Senador Paim. Quero agradecer a oportunidade que a própria TV Comunitária, a nossa TV Cidade Livre, Canal 8 da NET, me proporciona não só estar falando aqui com vocês, como também ir ao ar todas as semanas, aqui no Distrito Federal.

Quero agradecer e parabenizar a ABCCom por esse trabalho fantástico, por isso o 8º congresso, e dizer que nós estaremos juntos com vocês, se Deus quiser, com toda força que temos para fazer com que esse trabalho cresça. Até porque, Senador, rapidamente incluindo, o pessoal diz que eu não devia dizer

isso, mas eu digo, Senador: a Anatel me multou em mais de R\$3 mil porque eu fazia rádio comunitária que o pessoal chamava de rádio pirata. Eu dizia: eu faço porque, na verdade, como já disse o José Sóter aqui, a gente sempre foi cercado de coisas e mais coisas. E aí, na hora que vai derrubar avião, vai isso, vai aquilo, por causa de um trabalho de 10 anos atrás em uma rádio comunitária, me veio uma multa, que eu paguei com muito orgulho. Podem dar o nome a isso que quiserem – contravenção, o que quiser dar –, mas com muito orgulho eu paguei a multa e fiquei livre e hoje eu tenho orgulho quando o José Sóter vem aqui e fala que, daqui a pouco, nós seremos 6 mil rádios comunitárias e que nós temos mais de 60 TVs comunitárias no País inteiro. Isso me enche de orgulho e, se tivesse que fazer o que fiz, faria de novo, sem nenhum problema.

Muito obrigado a todos. Um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Sr. Antônio Leitão, Coordenador de Educação Inclusiva do DF.

Último convidado desta mesa é Moysés Corrêa, Coordenador de TV Comunitária no Rio de Janeiro.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Muito obrigado, Senador. A primeira retificação é que fui coordenador da TV comunitária do Rio durante 4 anos, até o dia 8 de maio de 2012. Então, há uma nova direção lá, há desentendimentos e eu quero torcer aqui para o Anuar Salles e a Olga Amélia cheguem a uma conclusão no entendimento da nova direção da TV Comunitária do Rio.

Eu falo aqui como diretor da ABCCom. Eu queria, primeiro, dizer que sou jornalista e trabalho com assessoria de imprensa na área sindical. Lá na área sindical a gente conhece o Senador Paim como o Senador dos trabalhadores. Mas o Senador Paim também é o Senador da causa da mídia comunitária.

E, portanto, é muito importante esse trabalho de apoio, de espaço que o Senador desenvolve aqui no Senado no sentido de a gente ampliar, porque o senhor está defendendo a Constituição. O Pieranti, do Ministério, falou que, na Constituição, o sistema é complementar, o sistema que reza a Constituição é o estatal, o público e o privado. Será que essa garantia, esse princípio que está na Constituição está sendo aplicado efetivamente?

E aí eu queria aproveitar para saudar um personagem brasileiro que foi o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que inclusive, no último período, tem sofrido injustamente uma campanha de difamação, o que demonstra a necessidade de termos mais vozes usando a mídia, porque nós não podemos ter as principais emissoras e jornais com pensamento único. E

eu queria dizer que, no nosso campo aqui, a primeira conferência nacional de comunicação foi convocada pelo Presidente Lula, que teve a coragem de convocar o conjunto da sociedade para debater um tema que é um tema tabu. A primeira conferência nacional de saúde ocorreu em 1900, se não me falha a memória, entre os anos 30 e poucos e 40, lá no governo do Getúlio, para a sociedade debater os rumos da saúde, para começar a fazer esse debate. E já aconteceram quantas conferências nacionais de que o movimento social já participou? Agora, comunicação, não. A única... E inclusive pouca coisa ou, eu diria, quase nada ainda saiu do papel. Mas foi importante o Presidente Lula ter convocado a conferência, com todas as dificuldades que aconteceram na época, com o boicote de parte do empresariado da comunicação. E como o Didi, nosso presidente, ressaltou – e quero saudá-lo neste momento, como condutor da ABCCom e desse 8º Congresso –, foi importante no sentido de garantir-mos a conferência de comunicação.

Então, a partir disso, eu queria dizer, Senador, que é muito importante esse trabalho e essa perseverança no sentido de fazermos com que realmente a mídia e a mídia comunitária possa ser um canal, um instrumento dessa diversidade de opiniões. Todo mundo pode dar sua opinião. Mas tem de ser todo mundo! Ou o máximo possível. Não pode ser um segmento só, cujos componentes falam mais ou menos a mesma coisa. Você vê o jornal de um TV e vai para o jornal da outra, é mais ou menos a mesma coisa. O que muda é só um pouco a TV Brasil. Aí se vê um pouco mais de Brasil na TV Brasil. E eu estive no Brasil Contemporâneo, que é aquela feira que está acontecendo no Rio, e ali é que está o Brasil. Mas aquilo não está na televisão.

Então, eu acho que é muito importante... E eu quero saudar aqui os 61 canais da ABCCom – Associação Brasileira de Canais Comunitários. Ela tem 61 canais! E veja, Senador: são cinco regiões do Brasil, e elas estão representadas no quadro social da ABCCom. As cinco regiões! Nós temos lá Manaus – temos aqui a companheira do Manaus; há o companheiro lá do Rio Grande do Sul; há o companheiro lá do Centro-Oeste; há os companheiros da Bahia, do Rio, do Espírito Santo, de Brasília, de Goiânia, etc. Nós somos 17 Estados. Estão presentes 17 Estados, e estamos presentes em 14 capitais. Esse é o quadro social da ABCCom.

Agora, quanto à discussão da Lei 12.485, promulgada pela Presidenta Dilma em setembro do ano passado, esse debate aqui no Senado e na Câmara foi um debate em que houve dificuldade de participação dos movimentos sociais. É importante que se registre isso. Na última discussão, foram cinco comissões que,

correndo, fizeram a reunião, e lá o movimento social não pôde falar. E o que veio da Câmara entrou no Senado e não pôde ser discutido aqui com profundidade.

E veja a dificuldade de fazer a garantia do que está na Constituição, Senador Paim. Vocês sabem que a TV Câmara e a TV Senado, que desenvolvem um trabalho espetacular, da discussão séria, sem filtro... Porque aqui, independentemente das posições partidárias – e cada um tem a sua –, o Senado apresenta limpidamente o que acontece. E não é à toa que eles tentaram acabar com o horário do A Voz do Brasil, que, em alguns rincões do Brasil, é o único meio de saber o que acontece em Brasília. É através da Voz do Brasil. A TV Senado, companheiro – eu chamo de companheiro porque é militante da causa do povo – Senador Paim, a lei diz que pode ser que tenha que fundir a TV Senado com a TV Câmara. O senhor sabia disso? Nós fomos discutir com vários Senadores e eles falaram: “Não, isso não foi aprovado”. Foi. Está na Lei doze mil e pouco. Se consultarmos o capítulo que trata dos canais obrigatórios, está lá escrito que pode ser que, por uma questão técnica e tal, para poder carregar os canais obrigatórios, a Câmara e o Senado sejam uma coisa só.

Houve uma campanha contra a EBC. Um jornal de São Paulo, a *Folha de S. Paulo*, fez um editorial pedindo o fechamento da EBC porque estava gastando dinheiro público. Certo?

Então, essa causa dos canais comunitários é a causa da cidadania, é a causa da comunicação diversificada, é a causa de unir e de expressar toda a cultura do nosso País, da diversidade dos diversos segmentos. É essa causa que está sendo discutida. Os canais comunitários, as rádios comunitárias, na Lei nº 12.485, nós estamos enfrentando agora. Nosso Vice-Presidente Paulo Miranda, que já falou aqui, disse que nós recebemos um... A ABCCom encaminhou... Conforme a Lei nº 12.485 reza, a tevê comunitária tem que ir por satélite. Nós só estamos no cabo. Quase todos os capítulos da Lei do Cabo foram cancelados com essa nova lei, mas alguns ainda estão em vigor.

Os canais comunitários estão agora dentro da Lei nº 12.485. E a Lei nº 12.485 é, sim... A Lei do Cabo não foi... Um ou dois capítulos da Lei do Cabo continuam em vigor. Podem consultar o último item da Lei nº 12.485; lá, diz que capítulos foram ultrapassados por essa lei.

Nós estamos nessa lei, Senador. E essa lei diz que os canais obrigatórios, como TV Senado, TV Câmara, TV Justiça, NBR, a universitária e as educativas, etc., têm que ir por satélite. E a Sky falou que não pode passar os canais obrigatórios, que não tem capacidade técnica, que está – como se diz? – sobrecarregada.

(Soa a campanha.)

O SR. MOISÉS CORRÊA – Então, a Sky está sobrecarregada e não quer passar. E nós sabemos que a Sky fez uma campanha contra este Congresso Nacional na discussão da Lei nº 12.485. Eles publicaram no *site*, fizeram uma campanha de que não poderia essa lei ser aprovada. Por quê? Porque havia o conteúdo nacional, a obrigação do conteúdo nacional. E eles, como empresa estrangeira, acharam que isso era uma imposição ao mercado de tevês, etc.

Eu acho importante que, neste debate, denunciemos essa atitude da Sky. Nós já fizemos contato com a Anatel, e a Anatel falou que não vai aceitar esse não carregamento, que consta da lei, mas não tem sentido ser realizado porque não existe problema técnico nem problema financeiro para carregar um canal comunitário nacional.

E eu queria dizer também, já que ultrapassei meu tempo – mais um minuto, Senador –, que o Ministério das Comunicações, como disse aqui o Pieranti, está encaminhando o Canal da Cidadania, certo? Eu quero dizer para todo o público que está nos assistindo pela TV Senado e para todos vocês que, para assistir ao canal comunitário, com toda dificuldade, o cara tem que pagar a uma TV por assinatura. Então, nós temos que resolver esse problema do Canal da Cidadania. Está encaminhado corretamente, mas precisamos de urgência nessa regulamentação.

Houve a audiência pública, como disse aqui o Ministério das Comunicações, e está no setor jurídico. Eu escrevi... E queria saudar o Senador pela aprovação da Lei de Acesso à Informação. Essa lei, que foi sancionada pela Dilma há um mês e pouco, é espetacular, e todos nós devemos usar. Eu usei e questionei ao Ministério das Comunicações por que até hoje o Canal da Cidadania não tem regulamentação. Já existe uma proposta do próprio Ministério, foi submetida à audiência pública, a audiência pública já ocorreu, se não me falha a memória, em abril, e até agora o jurídico está analisando. É muito tempo. Vamos agilizar, para poder colocar os canais comunitários e os segmentos comunitários e o movimento social no canal aberto. Temos que falar abertamente como o setor comercial fala.

Então, eu acho muito importante essa questão e queria aqui agradecer a oportunidade dada pelo Senador Paim, que é o Senador da causa da mídia comunitária, e saudar o 8º Congresso da ABCCom presente aqui em Brasília.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Moisés Corrêa, Coordenador da TV Comunitária do Rio de Janeiro.

Agora vamos abrir – conforme indicação, esta Mesa pode continuar – para um, dois, três, quatro, cinco companheiros do plenário. A relação chegou até mim.

Começa com Renato Gomes. Sr. Renato Gomes, da TV Comunitária de São Paulo.

Cinco minutos, Renato.

O SR. RENATO GOMES – Bom dia a todos os participantes do nosso 8º Congresso. Em especial, parabéns para o nosso generoso anfitrião de sempre, o Senador Paim. Temos experiências, nos Estados, de legisladores que sempre abrem as Casas Legislativas para que possamos realizar os nossos eventos ou a abertura de eventos, mas sabemos que se todos tivessem a sinceridade e a vontade de que realmente a causa da democracia da comunicação avançasse, já estaríamos com quase todos os nossos problemas resolvidos, viu, Senador? Obrigado pela generosidade de sempre e por abrir a Casa, o Senado Federal, para que realizemos as nossas reuniões.

Bem, caminhando para a abertura do nosso 8º Congresso, eu estava conversando com o Cavallari, da TV de Rio Claro, e ele falou: “Poxa, tem reivindicação nossa que já está fazendo aniversário!”. Eu falei: “Não, Cavallari, nós podemos enxergar avanços nessa nossa caminhada. Quem poderia imaginar que estamos às vésperas de conseguir um espaço na TV aberta?”. Quer dizer, não podemos desanimar. Ainda não resolvemos os problemas, e surgem outros. A Alice já nos alertou que tudo caminha para a convergência, via *web*, e já estão querendo cobrar para passarmos conteúdo... Quer dizer, as pauladas não se encerram nunca, não é? Mal resolvemos nossos problemas e já colocam obstáculos para o nosso avanço nessas novas tecnologias.

Vou ser breve na minha fala, pois já está quase chegando a hora do almoço e todos estão ficando impacientes.

O que eu espero deste 8º Congresso é que possamos avançar, principalmente estabelecendo metas para a nossa atuação futura. Já temos 60 canais no Brasil, deve ser até um pouco mais. Como o Paulo Miranda falou, precisamos estabelecer metas para a ocupação dos quase 300 canais disponíveis a que temos direito, a que a sociedade direito; estabelecer metas de cobrança, para que seja efetivada a TV comunitária no sinal aberto; e principalmente – eu acho que é a tônica deste congresso – estabelecer metas para o futuro, para a consolidação da nossa mídia comunitária, a consolidação da democratização nos novos meios que estão surgindo e que possibilitarão o avanço da sociedade brasileira no rumo da democracia na comunicação.

É isso aí. Parabéns a todos e principalmente a Paulo Miranda, Didi e Moisés, na organização deste congresso, porque sei que não é fácil a organização de um evento desse porte.

É isso aí. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Renato Gomes ficou dentro do seu tempo. Da TV Comunitária de São Paulo.

Igor Santos, da TV Comunitária de Recife. Cinco minutos.

O SR. IGOR SANTOS – *(Fora do microfone.)*
...Canal Capibaribe, do Recife, e dentro deste novo congresso eu acho que temos uma expectativa muito grande. Além de discutir os novos espaços que as TVs comunitárias vão ocupar, é discutir a importância da produção do conteúdo local, a importância dos canais comunitários nas regiões, porque muitos dos conteúdos que passamos lá são ignorados pela grande mídia. Então, precisamos ver isso como ponto fundamental, porque as plataformas de distribuição desse conteúdo vão surgir, seja na Internet, seja com a abertura dos canais da TV aberta, do canal digital. Mas, para que se produza conteúdo, é preciso que se tenha claro a questão de como financiar esse conteúdo.

Hoje, no período de que participamos da ABC-Com e militamos nas TVs comunitárias, há mais de dez anos, ainda não conseguimos estabelecer quais são as formas de financiamento das TVs comunitárias no Brasil. Esta é a grande dificuldade: como vamos produzir conteúdo e ocupar espaços, novos espaços, sem ter definido claramente como serão esses financiamentos. Então, esse ainda é um ponto principal e fundamental, uma questão principal e fundamental para ser discutido, e que isso seja regulamentado, para que fique claro como serão ocupados os espaços pelas TVs comunitárias e como será viabilizado esse conteúdo que produzimos na garra e na criatividade, porque todos aqui sabem como sobrevivem os canais comunitários. Precisamos definir e deixar que isso fique claro.

O Governo tem dado pouco. Fizemos o Ponto de Cultura. Participamos do primeiro edital do Ponto de Cultura, há seis anos, e fizemos várias oficinas. A TV funciona, em Recife, no bairro de Campo Grande, que tem altos índices de violência. Fazemos um trabalho, através do Ponto de Cultura, na comunidade. Desenvolvemos uma série de oficinas e formamos uma série de profissionais que hoje trabalham no mercado. E eu acho que este é outro papel das TVs comunitárias: o de ser formador, de inserir nos meios de comunicação as pessoas da comunidade. Não adianta nós falarmos da comunidade, a comunidade é que tem que falar dela, que tem que produzir seu próprio conteúdo. Pensa-

mos e formamos dentro dessa ideia. O Will, que hoje é o dirigente do canal, começou na escola do Ponto de Cultura e é ganhador do prêmio Nós na Tela, do Ministério da Cultura. *(Palmas.)*

E hoje é dirigente do canal. Então, este também é um papel dos canais comunitários: trazer a comunidade para dentro do canal a fim de que seja produtora do seu conteúdo.

Então, é isso. Eu queria agradecer a Didi, Moisés e Paulo, a esse pessoal da ABCCom. Sabemos como essa luta é grande.

(Soa a campanha.)

O SR. IGOR SANTOS – Eu queria também parabenizar e agradecer ao Senador Paim pela oportunidade de falar e colocar aqui nossas ideias e nossa missão. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Igor, peço desculpas porque atendi o telefone, disseram que era urgente. É que tem um parceiro nosso – alguém aqui é de Minas? – que foi Deputado Federal, foi um lutador pelas causas sociais, o ex-Deputado Sérgio Miranda, não sei se alguém conheceu Sérgio Miranda. Conheceu, não é? Foi do PCdoB. E me informaram agora que ele morreu. Faleceu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Usa o microfone. Usa o microfone. Eu quero que o senhor use o microfone, e vamos fazer um minuto de silêncio em seguida. O senhor pode repetir no microfone.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pois não. Senador, eu estou aqui estupefato diante dessa comunicação do falecimento do grande companheiro, grande Deputado, grande lutador Sérgio Miranda, companheiro de grandes jornadas. Fizemos várias campanhas junto com ele. Realmente, ele era um dos mais sérios militantes políticos, dos mais competentes, dos mais atuantes que tivemos.

Quero, em nome da ABCCom, como presidente da ABCCom, como amigo particular do Sérgio, render, nesta oportunidade, as nossas mais condoídas homenagens. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Vamos a um minuto de silêncio em homenagem ao grande Sérgio Miranda. Atuei com ele anos e anos como Deputado Federal. Como ele ainda assessorava o movimento sindical, esteve, por diversas vezes, nesta Comissão expondo a defesa dos trabalhadores, da CLT, da previdência pública. Enfim, um minuto de silêncio para o grande Sérgio Miranda.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quando eu estive na Nicarágua, em uma missão de paz, quando os Contras estavam invadindo a Nicarágua de Sandino, de Carlos Fonseca, eu tive um encontro com Tomás Borge, um dos poucos comandantes vivos ainda. Ele disse que, quando estava no cárcere, os gorilas de Somoza vieram e disseram para ele: “O grande líder de vocês, Carlos Fonseca, acabou de ser abatido”. E Tomás Borge disse a ele: “Você se engana. Há homens que nunca morrem. As ideias de Sandino e de Carlos Fonseca serão sempre vivas entre nós”. Eu lembrei de dizer isso agora aos familiares, amigos, ao povo brasileiros, aos admiradores, como eu, do Sérgio Miranda. Ele veio do PCdoB, depois foi para o PDT. Eu tinha com ele uma relação direta de causas que sempre defendemos juntos e continuamos a defender por diversas vezes nesta Comissão. Eu diria que Sérgio Miranda não morreu, porque as suas ideias, as causas que defendia estarão sempre vivas junto a nós.

Viva Sérgio Miranda!

Passamos a palavra para Helena Iono, TV Comunitária DF.

A SR^a HELENA IONO – Bom dia, Senador Paim. É com muita comoção e alegria, tristeza e alegria, que estamos neste ato. Agradecemos a oportunidade que o senhor dá às tevês comunitárias – sou da TV Comunitária de Brasília, da qual Paulo Miranda é um dos diretores principais.

Sinto, com a morte do Deputado, que a vida é realmente curta. *Carpe diem*, como se diz. Nós temos que aproveitar as oportunidades que a vida e a história nos dão hoje e já. Este Congresso é importante porque trata da questão da comunicação, que é um elemento, uma arma fundamental para promovermos a transformação desta sociedade, o direito à democracia, o direito à participação social, a soberania, a defesa da soberania nacional. As tevês comunitárias têm uma função fundamental para esses objetivos.

Nós, da TV Comunitária de Brasília, somos uma equipe pequena, mas uma equipe que vem de muitos anos. Aqui, nós temos a presença de desde o câmara Diego, que há muitos anos trabalha; nós temos Paula, temos Raquel, Agostinho, vários que nasceram e que cresceram dentro desta TV. Nós temos até jardineiros que agora são editores e produtores na televisão.

Nós nascemos na comunidade e temos que fazer um serviço à comunidade. Nós temos que estar abertos para que o povo possa enxergar.

Pessoas como o Leitão, por exemplo, que são cegas, participam da nossa televisão não só para que nós tenhamos um sentimento paternalista em relação

a negros, cegos. Não. Eles têm muito, muito mais a dar. Eles são decisivos nesse processo. Programas como o do Leitão fazem com que o povo enxergue. Nós estamos obscurecidos pelos grandes meios de comunicação, que, nos meses anteriores, cegaram o povo com palavras, ou ordens, opiniões das quais o povo não participa. Opiniões de capas negras. Quer dizer, o que é isso? Em que país nós estamos vivendo? O povo tem que engolir o que não se sabe se é certo, se é errado, e o povo não tem nenhuma participação.

Por isso que eu homenageio esta TV Senado e a sua atuação por possibilitar que o povo tenha acesso à informação.

Tudo isso foi falado pelos companheiros da EBC, que nós temos 400 milhões, mas que ainda não foram destinados, ou que existe a Lei de Acesso à Informação, que o Moisés colocava. Existe uma série de leis que, apesar de também haver ainda, como dizia o Coordenador do Abraço, muitas limitações, mas existem muitas conquistas que foram feitas já neste Governo e que estão engavetadas, e o processo tem que ir muito mais rápido. Existem pessoas que já estão morrendo, que deram a vida pelos ideais. Então, nós temos que apressar.

Fazermos com que as TVs Comunitárias tenham participação é também fazer com que elas abram as janelas do mundo. Eu, particularmente, sou uma defensora, dentro da TV Comunitária, do setor internacional e da coordenação internacional, mas eu defendo também que a comunidade não só tenha poder de participação – temos lá representantes do MST, das mulheres – como recebamos e sejamos a janela de mês, por exemplo, da Telesul. Nós não temos nenhum vínculo econômico com o Telesul. É um vínculo de consciência de que o povo brasileiro tem que estar informado sobre os acontecimentos do mundo, porque, se não, nós vamos, nós que somos de comissão de direitos humanos, não vamos estar defendendo nenhum direito humano se se fala falsamente de direitos humanos desrespeitados no Oriente Médio, não sei onde. É falsa essa discussão. E conduzindo a opinião pública brasileira a posições que são antidemocráticas e contra a soberania de outros povos.

Vou terminar, porque o tempo já acabou.

Nós, como TVs Comunitárias, temos o dever de receber, capitalizar a opinião do povo, informar ao povo, formar o povo, para defender a democracia e a soberania nacional.

Muito obrigada por esta oportunidade que a TV Senado e o Senador nos deram para que chegássemos ao conjunto da população brasileira. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr^a Helena Iono, da TV Comunitária do DF. Parabéns pela fala!

Passamos palavra agora para o Sr. Werinton Kermes, da TV Comunitária de Votorantim.

O SR. WERINTON KERMES – Bom dia, Senador; bom dia a todos os colegas, companheiros de luta, de causa. É uma satisfação estar aqui. Trago um abraço da minha cidade ao senhor, Senador, principalmente da Associação dos Aposentados (Apevo), da qual, lá, o senhor é um grande ídolo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estaremos quarta-feira numa audiência aqui para discutir a difícil situação dos idosos aposentados no Brasil.

O SR. WERINTON KERMES – E nós, das Comunitárias, também estamos em busca de um ídolo. Estamos precisando, como já foi dito. Acho que só vou repetir algumas coisas.

Estamos precisando de pessoas com poder de decisão que estejam do nosso lado: é o Ministério Público, é o Senado, é a Câmara, é a política estabelecida nas nossas cidades, porque muito se avançou, mas ainda há muito o que avançar.

Nós estamos aqui felizes, contentes, porque o sinal digital está batendo às nossas portas. Isso, quando acontecer, nós vamos ter, como o companheiro de São Paulo já falou, outras preocupações pela frente. Porém, nós ainda temos alguns problemas no próprio sistema que a gente ocupa hoje, que é o sistema a cabo.

Infelizmente, o representante do Ministério das Comunicações já foi, mas eu gostaria muito que, entre esses poderes estabelecidos que estivessem do nosso lado, estivesse o Ministério das Comunicações também, a Anatel, enfim, que pudessem nos entender um pouquinho mais, respeitar-nos um pouquinho mais.

A lei do cabo, hoje, mudou muito para os homens de negócios, diferentemente de antes, de como eram os postos de gasolina. Quando eu era criança, para uma pessoa ter um posto de gasolina havia uma burocracia tremenda. Hoje, qualquer um que tenha poder econômico e que tenha capacidade financeira monta o seu posto de gasolina. E o sistema a cabo nas cidades também. O Brasil está aberto. Quem tem condições pode cabear a cidade que quiser.

O que acontece aí? Acontece que essas pessoas que ocupam esses espaços nas cidades também não estão preparadas para dialogar com as Comunitárias, não estão preparadas para se comunicar com a sociedade organizada, que quer e que tem a lei ao seu lado para ocupar esse espaço. Eu digo isso por quê? Porque são pessoas que têm, na sua condição de proprietárias... É como se fossem donas da bola:

brincam, jogam quem elas determinam, quem elas querem. Eu digo isso porque há algumas cidades que passam por isso.

Se nós não estivéssemos organizados como estamos – temos muito que avançar ainda –, nas entidades que nos representam hoje – somos pelo menos três entidades –, mesmo assim é difícil o diálogo com essas operadoras.

Com os companheiros, com os amigos que estão aqui, que estão nas capitais, que têm uma NET, por exemplo, que é a operadora, o diálogo às vezes é até mais fácil porque é de uma forma burocrática – vai papel, volta papel –, mas, nas cidades menores, há ali uma espécie de coronel: é ele quem resolve, é ele quem decide se você vai, se você não vai, ignorando – pasmem os senhores – as leis estabelecidas. Ele não se preocupa com polícia, não se preocupa com Ministério Público, ele não se preocupa com absolutamente nada.

Eu peço desculpas aos amigos, aos companheiros que estão aí me ouvindo, porque estou falando meio que em causa própria, em causa de algumas outras situações que a gente conhece neste Brasil afora.

Agradeço imensamente esta oportunidade.

Parabéns aos organizadores!

Acredito que precisamos gritar juntos, sim, como já foi dito. Só assim nós seremos ouvidos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Werinton Kermes! É preciso que os tambores rufem, se não ninguém nos ouve.

Passamos a palavra ao grande Chico Pereira, da TV Comunitária DF.

É bom dizer, Chico – eu sei que seu tempo é de cinco minutos –, que você fez parte do Conselho de Comunicação. Nós, inclusive, na época, demos nossa parcela de contribuição para que você fizesse parte dele.

É importante, para aqueles que não conhecem bem como é formatado, se você pudesse rapidamente simplificar como é formatado; e as dificuldades.

O SR. CHICO PEREIRA – Pois é! Eu quero saudá-lo por mais esta prova do seu compromisso com as lutas e dizer para os companheiros que o VIII Congresso deve nos servir exatamente de ajeitação da luta. Por isso, a realização de um Congresso como esse tem a finalidade não só de estarmos sentados juntos, mas de fazer juntos, porque, no processo, às vezes, um, pelas suas ocupações pessoais dentro da sua missão de fazer a TV, como nós, aqui em Brasília.

E aí o Paulo Paim me pediu para fazer alguma exposição sobre o Conselho de Comunicação Social. Hoje, nós estamos, em conjunto, impondo um questionamento de como se dá a escolha, mas não podemos

querer matar quem foi escolhido. Houve um processo. Se existe esse defeito na sua formatação de como fazer parte, nós temos que fazer a correção aí e não nos armarmos contra aquele que foi o escolhido.

Eu, por exemplo, hoje não faço parte do Conselho de Comunicação Social, mas no processo, quando fizemos parte, foi exatamente isso: partiu de uma indicação, houve toda uma movimentação.

Hoje, nós temos a Frentecom, como vocês já têm conhecimento, na qual a gente participa desse processo, e pela primeira vez nós temos uma frente parlamentar em companhia da sociedade. É a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular. Esse “com participação popular” é algo inovador, que aqui na Comissão de Direitos Humanos se dá na prática, no dia a dia, porque é incrível como o Senador abre as portas do seu gabinete. Aí, tenho que saudar toda sua equipe, que é extraordinária. *(Palmas.)*

Eu não vou citar nomes, mas, por exemplo, ao contrário, os gabinetes, via de regra, ficam no trabalho burocrático de servir à causa do Parlamentar, no entanto o seu gabinete, Paulo Paim, pelo seu ensinamento, faz exatamente essa convergência, esse andar junto. Então, é preciso que saudemos isso.

Por fim, digo que a grande luta aqui é exatamente a seguinte: como sobreviverem as TVs comunitárias? Então, que venha o fundo! Esse fundo tão desejado. Se nós tivéssemos que optar dentre tantas bandeiras que haveremos de aperfeiçoar nesse 8º Congresso, a número 1 que eu colocaria – respeitando naturalmente também a opção que advenha da discussão, viu, Paulo Miranda – seria exatamente o fundo. Esse fundo é extremamente necessário, porque nós estamos morrendo à míngua. E aqui se é obrigado a saudar cada um dos companheiros de cada uma das emissoras, que tiram, Senador, da própria boca dos filhos.

As TVs e as rádios comunitárias muitas vezes criam problema dentro de casa, porque você deixa, às vezes, de pagar a sua luz, lá da sua casa, deixando para pagar amanhã, porque hoje tem uma despesazinha da rádio ou da TV. Aí, às vezes a esposa nem compreende isso. E ela não tem que compreender mesmo não, uai! Como vai correr o risco de cortar a sua própria luz para defender essa causa?

Os alugueis são outra dor de cabeça. E se nós fôssemos desfilar... Por exemplo, deslocar uma equipe. Nós ainda nos damos ao luxo de termos equipe de cobertura. Aí, quando vem a equipe, chega montada num jumento, para chegar até aqui. *(Risos.)*

Então, é isso que nós queremos. Cada um, aqui, para pagar sua passagem... Nós nos orgulhamos tanto quanto o senhor de não fazermos da máquina pública

esse tipo de janela. Aí, saudamos o senhor por isso. Poderiam dizer: “Rapaz, Paulo Paim é muito ruim, heim? Não paga nem uma passagenzinha pra gente!” Não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Porque eles ficam loucos para pegarem no meu pé. É brincadeira!

Eu não vou entrar em detalhes, mas tem comissão que dá mais de cem passagens por ano. Se eu dou uma, dizem: “Ah, Paim, com aquele povo do movimento social, deu passagem pra dois”. Então, eu tenho que...

O SR. CHICO PEREIRA – Pois é. É isso, entendeu?

Para finalizar, é como o padre que não pode tomar um copo de cerveja que nego diz que já está enchendo a cara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daqui a pouco vão suspender até o vinho da sacristia.

O SR. CHICO PEREIRA – Então é isso, gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pior é que eu fui sacristão e de vez em quando provava aquele vinho lá.

O SR. CHICO PEREIRA – Pois é. Então, é isso.

A gente quer agradecer, Senador, de pé, por sua contribuição. E nós da ABCCom queremos rasgar todos os nossos corações, porque é uma sobrevivência árdua.

Vamos lá, companheiros, juntos, à luta. E que o 8º Congresso dê exatamente isto para o qual conclamamos: a união mais e mais. Se há alguma diferença de um para com o outro, façamos o maior. Juntos venceremos. Essa frase é nova, não é? Juntos venceremos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Chico Pereira, da TV Comunitária DF. Sem nenhum bairrismo, ele só fez assim para mim, e eu o inscrevi, mas, se alguém quiser levantar, levante que, daqui a pouco, eu vou abrir a mão, vou abrir o espaço.

O Pedro Pozenato, da TV Comunitária da cidade onde eu nasci, Caxias do Sul, eu conheço no mínimo há 40 anos, não é, Pedro?

O SR. PEDRO POZENATO – É. Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Começamos no movimento sindical juntos, no tempo em que havia somente uma central, antes da Constituinte ainda. Aí eu vou parar, se não eu vou voltar lá para...

Está com a palavra o Pedro Pozenato, líder sindical há muito tempo e hoje diretor-presidente dessa importante emissora.

O SR. PEDRO POZENATO – Senador Paim, muito obrigado pelo acolhimento aqui no Senado, pela abertura da comissão que V. Ex^a preside, e da forma mais democrática e avançada possível.

Queria também fazer uma menção de respeito profundo – nós que somos militantes, que cortamos na própria carne para sobreviver junto com as organizações que nós defendemos – ao companheiro Didi. A gente sabe, pela nossa vivência, o que é uma vivência desse tipo. E o Chico falou um pouco agora também daquilo que a gente vive e desenvolve.

Queria dizer, Sr. Senador e todos os presentes, que a TV Caxias desenvolve uma experiência que nós nos esforçamos para que seja pautada principalmente pela democracia, pelo respeito à pluralidade, à diversidade, mas que também busca conviver com a sociedade civil organizada.

Nós, por exemplo, aprovamos, por iniciativa da nossa associação lá, pela CTB, pela TV Santa Cruz, uma emenda ao orçamento da lei de diretrizes da assembleia legislativa que prevê o financiamento das TVs, das rádios comunitárias e dos jornais comunitários. Está lá na LDO, que é o orçamento do Estado do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, temos uma ótima relação com a assembleia legislativa. Temos um convênio com a TV Assembleia Legislativa, reproduzimos matérias da TV Assembleia Legislativa, produzimos também para a assembleia legislativa algumas matérias, e temos convênio assinado publicamente, de forma legal, com a TVE. E também produzimos para a TVE. Por exemplo, relativamente ao resultado das eleições em Caxias do Sul, todo o material divulgado pela TVE foi produzido pela nossa equipe, pois temos um telejornalismo diário há dois anos e meio. Além disso, buscamos uma parceria com a TV Brasil. No período da festa da uva, nós produzimos também para a TV Brasil, através das relações que temos.

Então, o que nós queríamos conclamar aqui a todos nós... Aliás, antes disso, Paim, permita-me, e vou lhe pedir também este apoio: nós precisamos, urgentemente, de incluir as nossas centrais sindicais nessa luta de forma organizada. (*Palmas.*)

É uma ausência que nos causa maiores dificuldades ainda, porque as dificuldades financeiras e outras são todas essas já relatadas, mas nós precisamos que as centrais sindicais se incluam conosco nesse grande desafio que é o da construção que eu chamo de TV pública comunitária.

E queria encerrar, agradecendo a contribuição dos deputados da minha região, da minha cidade, que são a Deputada Marisa Formolo, do PT; o Deputado Alceu Barbosa Velho, eleito prefeito; a Deputada Maria Helena Sartori; e o Deputado Federal Assis Melo, que é de lá da nossa cidade e é também um dos contribuintes da TV, contribuinte porque é presidente do sindicato

dos metalúrgicos e é sócio da TV – está aqui o Antônio Carlos, que é lá da direção do sindicato.

E eu, Paim, ademais, eu sou secretário de comunicação da CTB. Participo da TV como organização sindical, porque eu acredito que o movimento sindical, junto com o comunitário, com o estudantil e com todas as formas de organização não governamental e sem fins lucrativos, deve abraçar essa causa.

Então, agradeço por essa oportunidade e reafirmo a necessidade, evidentemente, de as TVs comunitárias se organizarem em rede, como a 1ª Conferência Nacional o fez.

Estamos lá no Estado encaminhando uma boa relação com o Governo do Estado nesse sentido e, no ano que vem, vamos ter uma rede funcionando, quem sabe, com telejornalismo estadual. Vamos fazer isso juntos, vamos contar com o Senador, com a sua força e lembrar que o desafio está em pauta e vamos adiante.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Pedro Pozenato, da TV Comunitária Caxias, Rio Grande do Sul. Já estive lá umas três, quatro ou cinco vezes sendo entrevistado lá, e é uma estrutura bem organizada – eu diria isso. Não é de luxo, mas é muito bem organizada, com qualidade. Todas as pessoas que viram a nossa gravação elogiaram a produção – não o entrevistado, que fui eu. Mas a produção de vocês lá.

Aqui, pediram a palavra mais dois companheiros, Luís Cláudio, TV Montes Claros, e Santiago, TV Sete Lagoas. Primeiro, o Santiago, que foi o que primeiro remeteu aqui; em seguida, o Luís Cláudio.

Dispõe de 5 minutos.

O SR. WOLNEI SANTIAGO – Bom dia a todos. Cumprimento todos da Mesa. Gostaria de destacar aqui a participação dos canais de Minas Gerais: Belo Horizonte, Sete Lagoas, Uberlândia, Uberaba, Lavras, Conselheiro Lafayete e Montes Claros.

É uma fala direcionada à EBC.

Alguém disse que é impossível se viver sem orçamento. Então, acredito que a TV Sete Lagoas não existe, por esse fato. Acredito que algumas outras também não existem, porque manter uma televisão com uma renda de R\$2 mil a R\$3 mil, com programação de 24 horas, realmente é um grande milagre, mas estamos aí. Deus nos deu essa missão.

Faço uma fala também direcionada à EBC, no sentido de que a gente fez um contrato, uma parceria com a EBC, e, na verdade, eu principalmente nunca vi nada acontecendo assim de forma mais precisa. Falou-se muito que a gente teria um fomento na produção de conteúdo, com documentários – talvez alguns pro-

gramas da grade local que poderiam receber algum investimento –, e a gente nunca viu isso.

Solicito aí também a análise de uma parceria, para, através dos jornais locais e das emissoras que houver, serem liberados os noticiários da EBC, via FTP, que eu acho seria um bom conteúdo.

Uma fala aí sobre o Ministério da Cultura. A gente sabe que existem vários filmes produzidos por brasileiros que entram nos concursos e vão para o Ministério da Cultura. Só que vão para lá e não têm saída. Onde veicular isso? Por que não veicular isso nos canais comunitários? Temos espaço nas grades, e... *(Palmas.)*

Dessa forma, estaríamos mostrando ao Brasil a nossa cara, através de nossos produtores. A gente sabe que vários filmes têm um custo altíssimo, vão para o Ministério, ficam arquivados, e ninguém tem conhecimento deles.

O Octávio Pierante não está aqui – a fala vai direcionada a ele: precisamos criar alguma parceria. Parece que há um setor de mídia comunitária, parece que das rádios comunitárias – fazer uma fusão aí também com as TVs comunitárias. Precisamos de verbas, sim. Eu me preocupo muito.

Estamos passando por um processo: eu e o Presidente Didi estamos estudando a questão dos equipamentos digitais, e vamos ter de trocar tudo. Vamos ter de trocar quem recebe o vídeo, quem produz o vídeo; a filmadora tem de ser digital, tudo tem de ser digital. Aí, na hora em que a gente vai para a loja ou para a Internet, porque muita coisa vem do exterior, a gente se assusta com os preços. Você compra lá uma régua que custa R\$5 mil e, daqui a pouco, você tem de comprar todos os cabos, em HDMI, ou em SGI; no seu computador, no qual se editava um vídeo em 1 hora, você grava em digital. Aí, você vai gastar 3 horas, ou mais, com aquele mesmo computador. Resumindo, aquele computador tem de ser jogado no lixo. Ele não presta mais.

Então, a gente precisa de dinheiro para fazer a troca do equipamento. Será que, a gente, com verbas pequenas – não vou dizer a capital, mas o interior –, onde vamos conseguir verbas para fazer a troca de todo o equipamento? Temos de ter modelos. Por exemplo, a gente vai ao banco e o banco diz que não pode emprestar dinheiro para entidade. Para entidade, não tem linha de financiamento. Acho que o Governo precisa pensar nisso e abrir alguma linha de financiamento para que a gente possa participar. Ninguém aqui está pedindo nada de graça. É trabalho mesmo; nós trabalhamos. E, com relação ao Canal da Cidadania, acho que tem que se preocupar muito porque estamos falando das emissoras que já existem e dos canais possíveis no cabo, só que no Canal da Cidadania é muito maior

do que isso. Então, temos que preparar o Brasil para assumir esses canais com a experiência já adquirida nos canais da ABCCom.

Finalmente, preocupa-me muito o avanço do *crack* em todo o Estado brasileiro. O *crack* chega e acaba com as pessoas, com a família, e temos as tevês comunitárias que podem ser grandes parceiras na luta contra principalmente o *crack* e a violência.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Santiago, da TV Sete Lagoas. Agora há uma campanha nacional do Governo. Podia seriamente aproveitar sua sugestão e fazer uma parceria.

O SR. WOLNEI SANTIAGO – Não mandam para a gente, não é? A gente até faz... Não sei se a maioria, a gente vai lá no YouTube e procura o que tem de campanha, baixa a campanha contra o *crack*; você pode ver na tevê que eles rodam em todos os blocos, mas a gente roda gratuitamente porque é um compromisso nosso com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

Luís Cláudio, da TV Montes Claros.

O SR. LUÍS CLÁUDIO ALVARENGA – Boa tarde, Senador, boa tarde a todos.

Quero só complementar a fala do companheiro de Votorantim sobre uma denúncia que tenho contra a Mastercabo, que é a operadora da maior parte das cidades de Minas Gerais. Estou com o recibo do departamento jurídico deles desde 2 de maio de 2008, esperando a liberação do canal de Montes Claros. Eles simplesmente falam que não vão liberar. A documentação está toda certinha, está aqui na mão para quem quiser ver, e quero saber por que esta Mastercabo não obedece à lei. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)* Esse foi o Luís Cláudio, da TV Montes Claros, que reafirma a denúncia. E a gente pode combinar depois de pedir um esclarecimento a partir da Comissão; pedirei aos organizadores desta reunião. Eu faço; eu encaminho, pedindo os esclarecimentos. *(Palmas.)*

Não se esqueça, a Secretaria Geral, dos compromissos assumidos agora, inclusive...

O SR. LUÍS CLÁUDIO ALVARENGA – Senador, esse é o mesmo problema do nosso companheiro de Conselheiro Lafayete, com a mesma empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vamos combinar com o pessoal de fazermos um documento coletivo e mandarmos. Eu assino em nome da Comissão.

O SR. LUÍS CLÁUDIO ALVARENGA – É Lavras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fruto da audiência pública, tal. Mas falem com a Assessoria, no encerramento.

Agora, com a palavra, a POATV, de Porto Alegre, Cláudio Cezar Freitas, Coordenador-Geral.

O SR. CLÁUDIO CEZAR FREITAS – Bom dia. Aliás, boa tarde. Já se passou a manhã e agora olhei o relógio e percebi o avançar das horas. Quero saudar, na figura do Presidente Paim, desta Comissão de Direitos Humanos, a Mesa e, é claro, todos os nossos colegas e todos os dirigentes de canais comunitários dentro do nosso País. Realmente, uma série de situações aqui foram colocadas com muita propriedade e o que nos alegra muito é saber que há preocupação de todos com relação à importância da comunicação comunitária dentro do País e, mais do que isso, perceber a sua função social. Posso colocar de maneira sintética, por tudo que foi aqui colocado, pela experiência que a gente tem, ao longo desses 16 anos em que estamos inseridos dentro desse contexto, que, na verdade, a tevê comunitária hoje é um modelo de inclusão. Nós sempre respeitamos a questão da diversidade, a questão da democracia, enfim, a pluralidade que constitui o nosso País como um todo. E, nesse aspecto, Paim, a questão dos direitos humanos aqui colocada, desta nossa participação hoje, que mais uma vez agradeço.

Quero aproveitar o espaço para mandar um grande abraço à nossa Coordenação Executiva. Somos sete membros, hoje reconduzido, mais uma vez, como presidente e coordenador-geral da TV Porto Alegre, a PoaTV, que foi a primeira emissora constituída no País, a primeira a se integrar também na Internet. Há mais de oito anos, estamos, simultaneamente, distribuindo nosso sinal. Passa na televisão, passa na TV. Enfim, também agora num modelo que o Didi aqui referenciou, a questão dos celulares, assim distribuindo e procurando, com qualidade, levar essa informação e democratizá-la da maneira possível, pela abertura, pelas ferramentas e por tudo aquilo que nos propicia esse avanço.

Quero aproveitar também e dizer que me incumbiram, e agradeço também pela confiança que me depositaram, a TV Novo Hamburgo. Um grande abraço ao Adriano Alves de Oliveira.

Da mesma forma, a TV Santa Maria, o Airtón Amaral, que esteve aqui presente conosco no último congresso que tivemos aqui nesta Casa. E também um grande abraço ao Adalberto Meller, que é o presidente dessa emissora.

Da mesma forma, a TV Educativa, a Associação Cultural TV Educativa, lá de... A TVC, a Liane Mendes. Um grande abraço também por essa força.

E a TV Santa Cruz, que também deposita essa confiança em nós, ao representá-los aqui, em virtude das dificuldades existentes, por não poderem estar presentes aqui conosco, o que lastimamos.

De qualquer forma, saudamos a todos os nossos conterrâneos presentes hoje nesta Mesa, assim como ao Paim, que preside esta Comissão.

A preocupação que nos leva a pensar todas estas questões que foram colocadas com muita propriedade...

E dizer que nós também concordamos que quem não tem orçamento não existe. Uma das primeiras coisas que fizemos quando assumimos a TV Porto Alegre foi que passamos a profissionalizá-la, com um modelo de gestão que realmente viabilizasse um orçamento e que a estruturasse e desse condições para que a gente pudesse cumprir o papel social.

E ontem falávamos nessas questões todas, e digo que essa responsabilidade que nos compete realmente busca, de cada um de nós, um esforço sobre-humano para mantermos essas estruturas, por vezes mínimas, dentro desses aspectos.

Eu vou pedir um minuto a mais só para concluir o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu li seu pensamento e lhe dei mais um minuto.

O SR. CLÁUDIO CEZAR FREITAS – Obrigado.

Então, dessa forma, nós nos preocupamos, sim. Tanto que, no último congresso, na aprovação no dia posterior, quando aqui se manifestaram canais comunitários de norte a sul deste País, pedimos à Presidenta Dilma que vetasse o art. 32, §5º, se não me falha a memória, da Lei 12.485. Não atendidos, evidentemente nos reunimos, estudamos a matéria e, então, passamos a apresentar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi acatada pelo nosso ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto, que viu, com muita propriedade a nossa reivindicação. (*Palmas.*) Ação essa que é pela ABCCom promovida, que representa todos os nossos interesses, porque não há como manter uma TV, qualquer que seja sua estrutura, sem contrapartida. E mais, Paim: quero dizer que muitos trabalhadores dependem disso. Embora haja alguns abnegados, na nossa emissora, muitos profissionais dependem disso. E o compromisso também que temos nesse sentido.

E, por isso, fazemos este apelo para que vejam essa questão do orçamento, que incluam efetivamente as TVs comunitárias dentro dos orçamentos, a exemplo do que foi feito no Estado do Rio Grande do Sul e que hoje já nos contempla, inclusive com questões organizacionais, que são fundamentais.

Nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

(Palmas.)

Esse foi o Cláudio Cezar Freitas, coordenador-geral da Porto Alegre/TV.

Eu vou ter de encerrar agora. Vou abrir aqui para mais esse que já chegou, e a minha intenção é fazer com que o Didi encerre, em nome de todos que falaram. Mas eu vou passar a palavra para esse que chegou aqui, que será o último. É o Sr. Ronaldo Saldanha, TV Vila Imperial, Canal Comunitário de Petrópolis.

O SR. MOISÉS CORREIA – Sr. Senador, permita-me Ronaldo.

Eu recebi um telefonema agora, e o corpo do ex-Deputado Sérgio Miranda vai ser velado aqui na Câmara dos Deputados. Eu recebi a informação do Hamilton. Você conhece o Hamilton...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Conheço o Hamilton demais!

O SR. MOISÉS CORREIA – ...que é diretor da Nova Central Sindical e trabalhava junto com o Sérgio. Ele me ligou, está chegando também em Brasília, e disse que será aqui na Câmara, porque ele foi Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro! Um grande Deputado.

O SR. MOISÉS CORREIA – Então, seria importante que a assessoria do Senador checasse isso, porque aí todo mundo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, você já está informando já pelo sistema de comunicação, para todo o Brasil, e principalmente aqueles que estão mais próximos aqui do DF, para que a gente possa, então, ir ao velório à tarde, provavelmente. Eu estarei lá com certeza, representando a Comissão de Direitos Humanos e a solidariedade de grande parte do povo brasileiro, principalmente dos trabalhadores. Ronaldo, por favor.

O SR. RONALDO SALDANHA – Senador Paulo Paim, meu respeito e minha admiração por sua pessoa; ao Moisés, ao Didi, ao Felício, ao Sóter, ao Leitão e a todos os presentes.

Eu não poderia deixar aqui de registrar, Senador, que esta Casa faz cumprir o papel que me parece que vai na direção contrária ao pensamento de muitos brasileiros. A classe política está muito desgastada às vistas do povo brasileiro. Mas esta Casa resgata o papel da cidadania. E baseado nesses princípios da cidadania, da ética, da moral, do respeito é que o Canal Comunitário de Petrópolis comemorou, no mês passado, 10 anos de luta. Não são 10 dias, não são 10 meses, mas 10 anos de muito esforço, dedicação (*palmas*).

Eu não poderia, aqui, deixar de registrar o meu agradecimento, em nome do Canal Comunitário de Petrópolis, a esta Casa, ao Senado e especialmente ao senhor e ao povo petropolitano, que nesses 10

anos chancelou, consolidou o Canal Comunitário na cidade de uma forma muito carinhosa. E a gente, ao longo desses 10 anos, vem percebendo o quanto a sociedade, o quanto tem de demanda da sociedade no que diz respeito à cidadania, ao resgate do direito, como o próprio encontro da ABCCom diz. Esta audiência diz qual o papel do canal comunitário no fomento à cidadania e aos direitos humanos.

Então, baseado nesses princípios dos direitos humanos, da cidadania e da ética, o canal comunitário vem aqui representar a cidade de Petrópolis. E nada melhor que falar em TV aberta, que nós hoje, lá em Petrópolis, atendemos cerca de 250 mil habitantes, em uma cidade que tem 300 mil moradores. Ou seja, estamos chegando bem na casa do morador da cidade, mas em muitos Municípios do País não temos ainda essa oportunidade. Temos mais de 5.500 Municípios no País e apenas 61 TVs comunitárias. Então, não é um número pouco expressivo, numericamente falando, mas é muito pequeno ainda o que poderíamos atingir com os programas de educação, de esportes, de inclusão social.

Enfim, eu queria agradecer ao nosso Presidente Didi e desejar a ele um congresso de muito sucesso, de muita harmonia. E como nós umbandistas falamos, aranaúã, um coração sábio e uma mente clara a todos os participantes.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Axé, axé!

Como só falaram duas mulheres... Uma senhora me olha e faz assim toda hora... Eu sou obrigado abrir para ela e você encerra, Didi.

Diga o seu nome, na hora da fala.

A SR^a SOCORRO GRANGEIRO – (*Fora do microfone.*) Boa tarde a todos. Meu nome é Socorro Grangeiro, sou Presidente da TV Comunitária de Manaus.

Em Manaus, hoje, nós temos na nossa grade de programação 35 entidades sem fins lucrativos, que é de onde vem a sustentabilidade desse canal.

Mas quero falar sobre o nosso Estado do Amazonas, porque democracia na comunicação é dar direitos iguais a todos, e o Amazonas só tem um único canal comunitário que é sediado em Manaus.

A dificuldade dos outros Municípios é com relação à fibra óptica e às operadoras, porque nos nossos Municípios só existem operadoras antenadas. Então, a democracia da comunicação no nosso Estado se torna difícil, mas acho que o Governo Federal – ou o Governo do Estado – poderia, sim, solucionar o problema, não somente para o Amazonas como para os outros Estados.

Se pudessem disponibilizar 1% da verba do orçamento de 2013 para dentro das secretarias de Cultura dos Estados! Porque a Secretaria de Cultura do nosso Estado do Amazonas está com um orçamento R\$ 122,651 milhões para projetos culturais. Então, se 1% desse valor fosse direcionado ao canal comunitário – não somente de Manaus, mas dos demais Estados – poderia solucionar muitos problemas de desenvolvimento dessas TVs comunitárias.

Então, eu gostaria de pedir à Comissão de Direitos Humanos que também pudesse olhar esse nosso lado junto à Presidência da República, porque toda vez que procuramos o Ministério das Comunicações eles são submissos ao gabinete da Presidência da República. Então, 1% dessa verba para atender aos projetos sociais dos canais comunitários já seria de muita ajuda a todos esses canais existentes, dentro da sua própria secretaria de Estado, onde estão sediadas.

A democratização para o Norte no meio de comunicação comunitária deixa a desejar. Nos Estados do Norte só existem três canais comunitários: o sediado em Manaus, o de Boa Vista e o do Pará. No Acre, Rondônia, Amapá não existe canal comunitário, porque não temos operadoras a cabo nesses Estados.

Eu não falo somente pelo Amazonas, eu falo em âmbito regional, porque eu sou da Região Norte, e falo em âmbito nacional, porque o direito à comunicação é de todos.

A lei é bem clara ao dizer que nós temos o direito de nos comunicar livremente. Mas nós não recebemos, realmente, esse direito.

Eu sei que o nosso Senador Paulo Paim tanto tem feito pelos meios de mídia comunitária. Que ele possa também intervir junto à Presidência da República, junto à União, para que também as verbas publicitárias da União direcionadas aos Estados possam aprovar projetos das TVs comunitárias, em se tratando de projetos sociais, para que nós possamos ter mais acesso a isso. (*Palmas.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns pela fala.

Eu apenas encaminharia da seguinte forma: As propostas aqui apresentadas e que forem da minha competência, eu as encaminho ao Executivo. Aí, vai depender de lá a devida deliberação ou não.

E o que eu também posso assumir com vocês é que o resultado do congresso de vocês eu apresente através de um pronunciamento em plenário sobre as principais reivindicações e mande para quem vocês entenderem adequado o resultado do congresso iniciado aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Então, neste momento, para encerrar a nossa audiência pública, eu passo a palavra ao Edivaldo Farias, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, ABCCom.

Eu vi aqui Didi. Permita-me, grande Didi! Eu me lembrei daquele cara da seleção brasileira que fazia aqueles gols de trivela.

O SR. EDIVALDO FARIAS – É do meu tempo e jogava bola demais!

Permita-me também chamá-lo de companheiro ao invés de Exmº Senador Paulo Paim. E permita-me, nesta fala final, que me levante, porque é a homenagem que preciso e quero prestar. Essa homenagem deve ser feita de pé e oportunamente eu pedirei aos companheiros para que se levanten, porque... Mas eles já se anteciparam. Então, eu tenho que antecipar as homenagens ao companheiro Paulo Paim por estar aqui até este momento, numa segunda-feira, quando os corredores da Câmara do Senado Federal estão praticamente vazios, porque não é dia de parlamentar estar trabalhando, estar em Brasília, porque tem que estar nas suas bases, em suas cidades. Mas o Senador Paulo Paim está, pacientemente, numa segunda-feira, até este momento aqui conosco, permitindo a todos nós que as nossas mensagens, as nossas falas, as nossas reivindicações sejam vistas e ouvidas em todo o Brasil por meio da TV Senado.

Reitero os nossos agradecimentos a Paulo Paim, caro Senador; agradeço a participação de todos nesta audiência, que faz parte do nosso 8º Congresso; ao companheiro Sóter, da ABRAÇO – sempre caminhamos juntos. E tenho uma notícia dada pelo Moisés de que terei a oportunidade de me reencontrar com o grande companheiro que militou muito tempo no PCdoB, na política de Minas Gerais, como Deputado. Estaremos com ele rendendo-lhe, pessoalmente, as homenagens, o abraço fraterno. Porque morrer, os grandes homens como o Sérgio não morrem. Como dizia o Guimarães Rosa, todo mundo costuma falar e é uma verdade, eles não morrem, eles desencantam.

E numa homenagem, Senador, que a presidência deve prestar aos companheiros que saíram de lugares tão distintos para participar deste 8º Congresso, numa homenagem a eles, eu quero dizer, abraçando a todos, que isso aqui é verdadeiramente emocionante: ao meu lado um dirigente mineiro, de Uberaba, dirigindo TV comunitária, deficiente visual, cego mesmo! (*Palmas.*) É cego mesmo! Mas enxerga longe o rapaz!

E também o Antônio Leitão, da TV de Brasília... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Grande Antônio Leitão.

O SR. EDIVALDO FARIAS – E a todos, o nosso congresso prossegue.

Senador, nós hoje lavamos a alma aqui; todos que quiseram se manifestaram, protestaram, reclamaram, sugeriram e fomos reconhecidos pelo Senado através da iniciativa do senhor e vistos em todo o Brasil.

Eu lhe agradeço, mais uma vez, a deferência de ter me convidado para a Mesa de encerramento e de falar que eu que vou encerrar. Quem sou eu para encerrar esta Comissão de Direitos Humanos! Não sou parlamentar. Então, eu devolvo a palavra a V. Ex^a para o encerramento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Edivaldo Farias, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, ABC-Com; ao Didi.

Eu só quero desejar a todos vocês um grande congresso. E eu diria que a melhor forma de nós encerrarmos esta nossa audiência pública é lembrando do Sérgio Miranda, uma figura ímpar. Quem o conheceu sabe que ele dava a vida pelas causas que abraçava; e pelas nossas causas, que vocês defendem, que nós defendemos, podem saber que mesmo lá de cima ele estará torcendo; e as estará abraçando, de uma forma ou de outra, com a energia.

Então, vou encerrar a audiência pública, e aqui plagiando o Didi, nós vamos encerrar, eu direi “está encerrada”, mas nós todos vamos levantar e bater palmas, de pé, para o grande Sérgio Miranda. *(Palmas.)*

Sérgio Miranda vive!

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

ATA DA 69ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias e João Costa**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a

apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 119, de 2012-CDH**, aprovado em 29/10/2012, de, que requer a realização de audiência pública para debater a precarização dos direitos dos trabalhadores, a terceirização e o Simples Trabalhista”. Autoria: Senador Paulo Paim. Convidados: Daniela Varandas, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em representação ao Presidente Carlos Eduardo de Azevedo Lima; José Augusto da Silva Filho, Diretor da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho (FENATEST); José Américo Leite Filho, Diretor da Federação Brasileira de Telecomunicações (FEBRATEL); Hélio Gherardi, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; Maximiliano Garcez, Membro da Associação Latinoamericana de Advogados Laboristas; Marcelo Campos, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Vera Lêda Ferreira de Moraes, Presidente da Nova Central do Distrito Federal; Joilson Antônio Cardoso, Secretário de Políticas e Relações Institucionais da CTB; Paulo Luiz Schmidt, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), em representação ao Presidente Renato Henry Sant’Anna; Luís Carlos Prates, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, em representação ao Senhor Atnágoras Lopes, Presidente; Rosângela Rassy, Presidente do SINAIT. Faz uso da palavra o Senhor Senador: **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 69ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nos termos do Requerimento nº 119, da CDH, aprovado em 20 de outubro de 2012, para debater a

precarização dos direitos dos trabalhadores, a terceirização e o Simples Trabalhista.

Convidados para esta reunião, já presentes, Daniela Varandas, Vice-Presidenta da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em representação de Carlos Eduardo de Azevedo Lima; Paulo Luiz Schmidt, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); José Augusto da Silva Filho, Diretor da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho (Fenatest); José Américo Leite Filho, Diretor da Federação Brasileira de Telecomunicações; Maximiliano Garcez, membro da Associação Latinoamericana de Advogados Laboristas; Marcelo Campos, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Hélio Gherardi, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); Vera Lêda Ferreira de Moraes, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – Distrito Federal e Entorno.

Esses foram os convidados que já registraram presença.

Estamos em transmissão ao vivo pela TV Senado, Internet canais 5 a 8, TV Digital 51.2, e ainda pela Rádio Senado.

Para aqueles que estão assistindo à TV Senado, pelo Sistema de Comunicação da Casa, eu farei uma pequena introdução para situá-los sobre o debate de hoje.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a precarização dos direitos dos trabalhadores, terceirização e a proposta do Simples Trabalhista.

Faremos aqui uma rápida introdução dos assuntos que iremos abordar nesta audiência.

Sobre a Terceirização é importante lembrar que é definida como processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades, realizadas pelos trabalhadores diretamente contratados, e as transfere para outra empresa.

Segundo o Ministério do Trabalho, há duas formas de se terceirizar. O primeiro ocorre quando uma empresa deixa de produzir bens ou serviços utilizados em sua produção, optando por comprá-los de outra empresa. A segunda é quando há a contratação de uma ou mais empresas para que executem, dentro da empresa mãe, as tarefas outrora realizadas por trabalhadores contratados diretamente.

O processo de terceirização da produção e da prestação de serviços em nosso País teve início na década de 70, em decorrência da chamada terceira revolução industrial. No Brasil, entre o fim dos Anos 80 e o início da década seguinte, a terceirização se

impulsionou ainda mais por conta da abertura econômica no mercado externo.

A terceirização tem como meta o aumento da produtividade e a qualidade de serviços e produtos. Outro objetivo é a redução dos custos no processo de produção – e vocês aqui, mais do que ninguém, vão dizer em que isso resulta, acidentes, enfim, e a perda de direitos por parte dos trabalhadores.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2009/2010, 1,5 milhão de pessoas foi empregado de maneira terceirizada.

Destaco que, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados há o Projeto nº 4.430, de 2004, que trata da regulamentação da terceirização. Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e a relação do trabalho dele decorrente. O Projeto, sem sombra de dúvida, é polêmico e afronta – na nossa visão, naturalmente – o interesse dos trabalhadores.

Outro projeto pronto para ser votado no plenário da Câmara, também polêmico, e que vai na mesma linha, é o nº 4.302, de 1998, que altera o dispositivo da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe também sobre a relação de trabalho nas empresas prestadoras de serviços a terceiros.

Enfim, em relação à precarização, podemos dizer que ela é toda forma de contratação que não respeita as condições mínimas do trabalho. O Simples Trabalhista, resumindo, é uma reforma trabalhista disfarçada, que pode ser enquadrada na precarização.

Não vou aqui aprofundar mais, apenas listei aqui algumas coisas que tinham sido levantadas pela assessoria.

Ao longo deste ano, aqui, na CDH, temos debatido muito sobre esse tema. São assuntos como a precarização, a terceirização e o Simples Trabalhista que nos deixam muito preocupados e fizeram com que, na última reunião – aqui, concluo –, os participantes do movimento sindical e social brasileiro entendessem que deveríamos formatar uma frente nacional em defesa dos trabalhadores e da CLT. Eu sei que o Fórum Sindical – não é, Zé Augusto? – já vem trabalhando com esse tema há um tempo. Eu mesmo fui convidado já para participar do debate – acho que fui a uns três, quatro Estados, acompanhando o fórum. Agora, entendendo que essa proposta vai além. Ela não prejudica, pois, pelo contrário, acumula, para que, além do Fórum, sejam chamadas todas as centrais, todas as confederações, todos os sindicatos de caráter nacional, todas as entidades como a Anamatra e o Diap, por exemplo, e tantas outras, que estejam dispostas a estar nessa

grande frente nacional em defesa dos trabalhadores e da CLT. É claro que os fiscais do trabalho, todos serão convidados – uns já estão – a estar. Não há limites. Basta que a entidade queira estar na frente.

Por uma questão de esclarecimento no campo da verdade, digo que, por unanimidade, eles me indicaram como coordenador dessa frente. Eu seria apenas o coordenador. Vamos eleger uma coordenação e ela vai trabalhar, de forma coletiva, como viajaremos o Brasil em defesa dos direitos dos trabalhadores, da previdência pública, que vai tudo na mesma linha, e da CLT. No ano que vem, vamos ter os 70 anos da CLT, são 7 décadas.

Essa ideia não foi de minha autoria. Foram as entidades que estavam aqui, não só entidades sindicais, que entenderam que o momento é delicado e grave e que teremos de fazer um grande movimento, se quisermos efetivamente garantir que, principalmente, no ano que vem, não seja aprovado, até mesmo no Congresso, um projeto que diga que o que importa é o negociado, com o legislado indo para a lata de lixo. É claro que nós, como Parlamentares, que somos aqueles que ajudam a construir a lei, discordamos radicalmente disso. Já mostramos isso quando éramos Deputados, quando tivemos aquele embate para não permitir que passasse. Estaremos nessa frente de luta pra que prevaleça o legislado e para que qualquer negociação seja acima da lei e não abaixo da lei. Isso é um princípio básico.

Vamos lá para a nossa audiência de hoje. Vamos formatar duas mesas.

Na primeira mesa, pela ordem de chegada – entendendo que foi assim que a assessoria da Mesa distribuiu –, nós chamamos Daniela Varandas, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), que aqui representa o Presidente Carlos Eduardo de Azevedo Lima; convidamos também José Augusto da Silva Filho, Secretário da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho, que, até pouco tempo, presidia ou coordenava o Fórum dos Trabalhadores – é isso, Augusto? –, que já estava com essa preocupação, sendo que eu mesmo fui convidado, repito, a participar de algumas atividades; convidamos José Américo Leite Filho, Diretor da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel); e convidamos Hélio Gherardi, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Repito, para que ninguém se preocupe, que ninguém se preocupe, que não há ordem de preferência na montagem da Mesa. Não interfiro em nada. Chegou aqui, está pronto. A assessoria apenas faz a montagem – entendendo eu – pela ordem de chegada. Às vezes, eu digo que a última Mesa é a mais importante,

porque, quando começa o debate, aquela Mesa é a que fica. Então, todas as Mesas são importantes no meu entendimento.

Então, de pronto, 10 minutos para cada um dos convidados, com uma tolerância de mais 5, se assim for necessário.

Eu passo a palavra à Daniela Varandas, que é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

A SR^a DANIELA VARANDAS – Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, saúdo os demais colegas da Mesa, senhoras e senhores, bom dia. Agradeço o convite, Senador, em nome da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho e parabenoza esta Comissão por debater sempre com a sociedade temas de grande relevância para o País.

Todos sabemos que tramitam aqui no Congresso Nacional diversos projetos de lei – e com mais ênfase, podemos dizer, na Câmara dos Deputados – que tratam de temas de cunho nitidamente precarizante. Todos sempre formulados com intuito de reduzir encargos e custos das empresas à custa sempre da folha de pagamento.

O que muito preocupa o Ministério Público do Trabalho é que, sob a pretensa justificativa de redução dos custos, essas proposições legislativas, muitas vezes inconstitucionais, trazem um grande retrocesso social, porque sempre diminuem direitos históricos, buscam diminuir direitos históricos da classe trabalhadora.

Para ilustrar, vamos trazer o exemplo do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que tramita na Câmara dos Deputados. Essa iniciativa de regulamentação é muito importante até. A iniciativa, a prática da terceirização traz muitos problemas, muitos conflitos jurídicos, muita insegurança jurídica. Então, entendemos que é importante a definição de um marco legal, a definição de regras claras que possam trazer mais segurança para empregados e para empresas.

Mas, como Procuradora do Trabalho, eu tenho que dizer que a prática evidencia muitos efeitos danosos na terceirização: jornada de trabalho excessiva aos empregados terceirizados, descuido, descaso com o meio ambiente de trabalho, com a segurança desses trabalhadores, falta de representatividade sindical. Há uma dispersão. Há certa dispersão e enfraquecimento dessa classe em função disso. Há verdadeira desproteção para esses trabalhadores.

Quando se faz uma análise mais detida e isenta desse Projeto de Lei, o que vemos é que esse conceito de terceirização novamente não aparece atrelado a um conceito de desenvolvimento social. Ele vem, sim, atrelado novamente à ideia de precarização dos direitos trabalhistas.

Não se pode perder de vista que o sistema trabalhista define empregador como aquele que deve contratar diretamente ao menos os empregados que serão responsáveis imediatos pela consecução do empreendimento econômico, ou seja, aqueles alocados na atividade fim da empresa. É dizer: não pode haver escolas sem professores; não pode haver hospitais sem profissionais de saúde; não pode haver bancos sem bancários, todos empregados do tomador de serviço.

O PL 4.330, ao permitir a terceirização da atividade fim, inverte essa lógica, a ordem natural das coisas e, nesse ponto, fere o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade. Nesse ponto, manifestamo-nos contrariamente à proposta apresentada, porque entendemos que a terceirização deve ser permitida para os serviços especializados ligados à atividade meio.

Outro ponto que destacamos aqui é a questão da segurança do trabalho. É um assunto que constitui meta prioritária do Ministério Público do Trabalho, e os dados que nos chegam mostram que a maior parte dos trabalhadores que sofrem acidente de trabalho são os terceirizados. Há um descuido com esse meio ambiente de trabalho.

Por isso, entendemos que, quando esses serviços são nas dependências da contratante, a responsabilidade pelo meio ambiente deve ser da tomadora, na forma do que dispõe a Convenção 155 da OIT, que foi inclusive ratificada pelo Brasil. A tomadora tem, sim, a responsabilidade pelo meio ambiente de trabalho seguro nas suas dependências.

O trabalho deve ser visto como um fator de inclusão social e não de exclusão ou de tratamento diferenciado. Nesse sentido, mais um ponto que ressaltamos é o respeito que deve ser visto à questão da isonomia dos direitos entre os diversos trabalhadores pelo trabalho igual, tal como previsto na Constituição da República e na Convenção nº 100 da OIT.

Nesse sentido, vemos que a jurisprudência forte do Tribunal Superior do Trabalho, inclusive cristalizada na Orientação Jurisprudencial 383, traz essa questão da isonomia entre os empregados, a tomadora e os terceirizados.

A Orientação Jurisprudencial dispõe da seguinte forma:

A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções.

Maiores detalhes sobre o projeto da terceirização estão na nossa nota técnica, que, inclusive, já disponibilizamos para esta Casa, para os parlamentares, para quem tiver interesse.

Nós analisamos o projeto passo a passo. Eu destaquei apenas alguns aspectos aqui.

No que tange ao Projeto do Simples Trabalhista, também objeto desta audiência pública, concordamos também com a ideia central do projeto, que é trazer os trabalhadores que estão na informalidade para o mercado formal. Não se pode olvidar que existem 15 milhões de brasileiros nesse mercado informal.

O que não reputamos ser conveniente é que esse Projeto, essa intenção, mais uma vez, se dê à custa da precarização. Refutamos completamente a ideia da criação de trabalhadores de segunda categoria, trabalhadores que tenham um tratamento diferenciado para pior, mais uma vez, que seriam os empregados das microempresas e das empresas de pequeno porte.

Por fim, Sr. Presidente, é preciso ter em mente que esse debate não interessa só a empresas e empregados, ou trabalhadores. É um debate que interessa a toda a sociedade, porque aqui não estão em jogo questões de direitos apenas ligadas à economia. Estão em jogo questões ligadas a direitos humanos, por isso a sociedade deve participar, realmente, desses debates e toda discussão deve ser feita com muita responsabilidade.

O Congresso Nacional deve ouvir, sim, os anseios da sociedade, mas deve ter como parâmetro a Constituição da República e as normas internacionais.

Então, encerro, Sr. Presidente, me colocando à disposição – a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – para colaborar no que for preciso. Inclusive, temos nota técnica também a respeito do Simples Trabalhista.

É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Daniela Varandas, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, que aqui falou em nome do Presidente Carlos Eduardo de Azevedo Lima, deixando a posição da ANPT muito clara.

Ninguém é contra novos tempos e, pelo que percebi, se eu estiver errado pode me corrigir, não dá para ser tudo à custa dos trabalhadores: acidentes, redução de direitos, enfim, vida, mutilações, tudo em nome da chamada modernidade.

No meu tempo, modernidade era melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Agora, para muitos, modernidade é piorar, quer dizer, parece que quanto mais acidentes, menos fiscalização – depois, os fiscais vão falar –, menos direitos. Parece que virou uma

coisa nova. Isso não é novo. No tempo da escravidão era assim, não tínhamos direito a nada.

Isso, para mim, não é novidade. Será retrocesso se formos nessa linha de que o que interessa é a produção, é o lucro, e em que o ser humano será, sempre, considerado a parte mais descartável do processo da produção.

Então, meus cumprimentos, mais uma vez, à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, na figura da Dr^a Daniela.

Parabéns, Daniela, pela fala.

Achei interessante que vocês deixam aberto o *site* de vocês. Pode dizer o *site*?

A SR^a DANIELA VARANDAS – É www.anpt.org.br.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, porque, ali, tem uma análise de todos os projetos que nós temos em debate aqui, de forma detalhada, é isso? Muito bom.

Passamos a palavra, agora, a José Augusto da Silva Filho, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança, que até recentemente era o Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que já tinha levantado, na sua presidência, que nós tínhamos de fazer uma grande campanha em nível nacional, porque estávamos seriamente ameaçados...

Estavam seriamente ameaçados os direitos dos trabalhadores a Previdência pública e também a questão da CLT. Eu tive a alegria – não é, José Augusto? – de viajar alguns Estados, e foram grandes eventos, que nós queremos retomar agora.

Está com a palavra o José Augusto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Bom dia, Senador Paulo Paim, Daniela, meu xará José Américo, amigo Dr. Hélio, demais convidados aqui presentes, a companheira Vera, a Isa do Sinait – sempre estamos juntos nos debates –, demais convidados, ouvintes, telespectadores da TV Senado.

Estou muito feliz por estar aqui de novo, nesta Comissão. Quero agradecer o convite formulado pelo Senador Paulo Paim. O Joilson, que chegou agora, companheiro do PSB e da CTB, assíduo frequentador desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita que eu registre: ele não falha uma única reunião. É a central que eu acho que mais se faz presente aqui. Eu acho que divide com a Nova Central, são as duas que mais se fazem presentes. Convite feito, estão aqui, mandam o representante.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Bom dia, Joilson.

Estou feliz por estar aqui, hoje, numa nova apresentação que é a Federação Nacional dos Técni-

cos de Segurança do Trabalho. Atualmente, estamos aí em torno de uns 200 mil profissionais, e cada vez formando mais.

Hoje é um dia muito especial, Senador Paim. Eu até fiz um apelo para o senhor fazer um pronunciamento hoje da tribuna, à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu o farei, desde que você me dê o subsídio necessário, porque eu não sou especialista mais.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Hoje é o dia nacional da nossa categoria, Paulo Paim. A nossa profissão foi regulamentada no dia 27 de novembro. Depois, no ano seguinte, a lei foi regulamentada pelo Decreto nº 92.530, pelo então Presidente da República José Sarney, atual Senador.

De vez em quando a gente faz uma homenagem para o Sarney lá, com uma placa para ele. A gente não se esquece do ato dele, que foi muito importante naquela época difícil, inclusive, de transição política no País, não é Joilson? Então eram meio complicadas essas coisas. Não vou entrar em detalhes, vocês sabem de que estou falando. E o José Sarney – na época, até o Marco Maciel – bancou a brincadeira. Falou: “Não, pode ficar tranquilo que eu vou assinar, não tem choro”. E foi merecido, porque a categoria corresponde à credibilidade que o Legislativo e a Presidente da República... Não é, Paim?

Esse projeto passou aqui pelo Congresso Nacional, profissão regulamentada por lei, categoria profissional diferenciada, uma formação pós-médio – não é universitária, mas pós-médio. Formadores de opinião, que devem ser muito respeitados pelo Governo, pelo Ministério do Trabalho, pelos trabalhadores e por esta Casa Parlamentar.

Por outro lado, Sr. Presidente e amigo Paulo Paim, estou triste pelo falecimento do companheiro Sérgio Miranda. Eu posso até ser prejudicado aqui na minha apresentação, porque eu tenho só 15 minutos, mas eu não poderia deixar de registrar aqui nesta Comissão que o coração dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, hoje, está de luto. O Sérgio vai ser sepultado hoje e foi velado ontem à noite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero só complementar, José.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ontem, aqui, a Comissão de Direitos Humanos fez um minuto de silêncio. Dedicamos aquela reunião de ontem, tão importante quanto esta, para o Sérgio Miranda. Depois nós fomos ao velório, à noite, com alguns sindicalistas que estavam aqui. O Senador Pedro

Simon também me acompanhou e estivemos lá. Então é mais uma vez importante o registro que você faz.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Ontem eu chorei muito lá em São Paulo, numa tristeza grande demais, consolado até pelos filhos e pelos netos, porque o Sérgio era mais do que amigo, o Sérgio era o meu mentor intelectual. Ele foi assessor do Fórum Sindical dos Trabalhadores por 8 anos. Era o cara que me ajudava a pensar, raciocinar; que me ajudava a montar estratégia, Joilson – até dá um nó na garganta –, de como agir. Era conhecedor como ninguém do Regimento Interno das duas Casas aqui. Previdência, então, pelo amor de Deus! No fator previdenciário, foi um pioneiro. Quando saiu, na época do Fernando Henrique, foi o primeiro que gritou, que deu o alarme: “Olha, cuidado, que isso aí é um câncer para os aposentados!”. E morreu e não conseguiu ver seu sonho realizado, que é a nossa luta também: o fim do fator previdenciário.

Então, Sérgio Miranda, fique com Deus, meu amigo, companheiro! O movimento sindical é muito grato a você e, principalmente, o sistema confederativo, porque você teve a coragem de modificar o art. 1º da lei que regulamenta as centrais sindicais, defendendo o sistema confederativo. Nós temos uma dívida muito grande com você. E, onde quer que você esteja, fica o nosso abraço, o nosso carinho, o nosso eterno amor com você, meu caro amigo, meu caro guerreiro. Esta Casa e o Brasil todo não vão esquecer quem você foi e o seu legado. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Para iniciar, Paim, eu gostaria de fazer um paralelo entre o que está acontecendo dentro do Senado e na Câmara e – é bom o Joilson estar aqui, pois ele é testemunha viva do que vou falar e participou dessa muvuca – a questão do fracasso – não sei se a OIT vem para cá; pelo menos, foi convidada – e da decepção em torno da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, que terminou de forma trágica, esvaziada, no dia 11 de agosto, aqui, em Brasília.

Na oportunidade dessa Conferência, Hélio, eu estava lá representando o Diap, na condição de Vice-Presidente do Diap. E fizemos de tudo – não é, Joilson? – para tentar salvar a Conferência, mas isso não foi possível.

Então, na minha apresentação, já começo falando por aí, porque a coisa está feia não só aqui dentro, não, a coisa está feia na questão de relações do trabalho no País mesmo, de forma ampla, geral. E, como sempre eu disse – é aquilo que o Pastore prega –, insiste-se em querer trazer a China para o Brasil, não a parte boa da China, mas a parte pobre. A parte boa nos interessa, principalmente a tecnológica.

Então, entre as cinco propostas, Paim, que os trabalhadores queriam levar à votação, estava a questão da redução de jornada do trabalho para 40 horas – há um projeto do Inácio Arruda, como Deputado, na época –; o apoio a projetos que garantem igualdade entre homens e mulheres, que estão travados aqui também e que proibem práticas discriminatórias no trabalho; a garantia da função social da propriedade da terra; a terceirização – Daniela, não sei se, na época, você participou disso; a sua entidade estava presente –; a responsabilidade solidária da contratante; a liberdade e autonomia sindical; o combate às práticas antissindicais e o interdito proibitório.

Olhem só! Então, o que rolou lá é o retrato, Paulo Paim, do que está acontecendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me...

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre o interdito proibitório, eu apresentei um projeto para acabar com ele há 5 ou 6 anos. Vocês podem não acreditar, mas, até hoje, não há relator. A força do poder econômico é tão grande que eles conseguem não deixar que alguém indique o relator. E, quando sair o relator, infelizmente, acho que ele não vai estar do nosso lado. E aí o projeto fica por mais 5 anos na mão dele. E aí serão mais 15 anos, mais 20 anos.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Vai indo!

A patronal, na época, alegou – não é, Joilson? – que o debate ficou comprometido porque não houve participação paritária no final e porque o princípio do tripartismo estava perdido.

O SR. JOILSON ANTONIO CARDOSO – Eles eram maioria.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – A grande maioria! E há outra coisa: eram assíduos. O sindicalista saía para tomar um cafezinho ou comer uma pipoca lá fora, e eles estavam ali. Parecia que a coisa era assim: “Não saio daqui! Fica aí o delegado! Bata o ponto e fique dentro!”.

Apesar desse vexame e da frustração dos delegados de todos os Estados presentes na Conferência, Senador, o Governo acha que os objetivos foram plenamente atingidos, considerando que queriam fazer um diagnóstico amplo – esta foi uma declaração do Governo – das temáticas das relações de trabalho e que, de agora em diante, eles teriam insumos suficientes para o processo de elaboração de uma política nacional.

As divergências que, resumidamente, apresentamos e que ocorreram na Conferência demonstram o quanto é necessário ainda avançar nesse campo.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – É uma cultura que ainda está muito longe de ser equilibrada nas forças estabelecidas no trabalho.

Sobre o fato de o Governo ter lado, como declararam lá... Houve um debate. Eles queriam até a cabeça do Messias. O Secretário tinha acabado de ser eleito, já queriam cortá-lo. Queriam mandar embora o Secretário. Jogaram toda a culpa no rapaz, dizendo que ele foi o responsável pelo fracasso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não entendi essa. O Governo tem lado? Não entendi essa.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – É. Eu vou explicar. Sobre o fato de o Governo ter lado, conforme disseram os representantes dos empregadores, trata-se de uma questão de interpretação, pois, diferentemente de outros, este Governo tem um compromisso claro com o social e vem demonstrando isso concretamente. Eu acho que não há dúvida para ninguém que está nos ouvindo e que está aqui. Se houver, eu quero ouvir.

Inúmeras foram as tentativas de precarização dos direitos do trabalho dentro do Congresso Nacional. Procurou-se o Legislativo para legalizar a retirada de direitos e conquistas dos trabalhadores. Procurou-se o Legislativo para a retirada de direitos dos trabalhadores!

Por 4 anos, fui conselheiro do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que é um minicongresso, com representação de tudo quanto é lado. A do Governo inteirinha. Eu era representante lá, e meu voto era todo dos trabalhadores da área urbana; e o da Contag era todo dos trabalhadores da área rural. Quando eu levantava o crachá, o pessoal olhava para trás, porque eu estava votando por todas as confederações e todas as centrais. Eles queriam saber o voto dos trabalhadores. Então, eu tinha uma responsabilidade muito grande dentro do Conama.

E o que percebíamos lá é o que está acontecendo aqui, Paim. Os caras estavam lá no Conama não como nós, defensores do meio ambiente – eu sou da área inclusive –, que lutam pela melhoria das condições ambientais e de trabalho. Eles procuram o Conama para aprovar resoluções para desmatar, entendeu? Para precarizar, legalizar a destruição no mundo, para detonar a ecologia.

É interessante. A impressão que dá quando se fala em Conama é: lá, estão todos engajados na promoção da preservação ambiental para crescer. Não, procuram esse Conselho, da mesma forma que procuram o Legislativo, para fazer o quê? Enfiar esse monte de projetos para legalizar a retirada, a flexibilização e a precarização de direitos dos trabalhadores. Esse é um exemplo.

Esse sistema não é novo, pois sofremos com essas ameaças antes e durante os governos de FHC e de Lula. E agora, após as eleições, retorna a discussão no Congresso. A reforma trabalhista, por exemplo, com grande interesse do segmento da representação patronal, que, por sinal, possui uma enorme bancada patronal no Legislativo, uma bancada capaz de aprová-la, sem grandes dificuldades, a mesma que não deixou aprovar a redução da jornada de 40 horas semanais, comprovadamente, não é, Joilson? Não precisa haver outro motivo. Já se sabe que os caras são fortes mesmo, não é? E foi o povo que os colocou aqui dentro. A exemplo do PL 4.193, de 2012, do Deputado Irajá Abreu (PSD – TO), que altera a redação do art. 611 da CLT, para dispor sobre a eficácia das convenções coletivas e acordos de trabalho, e que agrada muito esse segmento.

Há outros projetos aqui, mas estou com o tempo praticamente estourado. Gostaria de deixá-los para a segunda parte do debate, Senador Paim, ou, provavelmente, o Dr. Hélio, pelo Diap, poderia detalhar, falar sobre os PLs 4.193 e 5.483, sobre o PLC 143 e outros, pois o tempo é muito curto e há várias pessoas para fazer o debate, para discutir. Deixarei essa parte, se houver oportunidade, para a segunda etapa, a fim de ganharmos tempo e democraticamente socializar este espaço com os demais convidados.

Para encerrar, Paim, eu até falaria do simples trabalhista, mas acho que é perda de tempo, não é, Melo? Porque você praticamente falou tudo sobre ele, de forma resumida. E tem a bomba atômica aqui, que é o Código do Trabalho, do Silvio Costa, que é aquela velha questão do negociado prevalecer sobre o legislado, que também selecionamos para falar, mas, devido à exiguidade de tempo, vamos pular. Mas gostaria de fechar...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – ...falando sobre a terceirização, do ponto de vista da segurança e saúde do trabalhador, que é a minha especialidade há anos.

Estou na área de segurança e saúde do trabalho desde 1975. Alguns de vocês que estão neste plenário eu acho que não havia ainda nem projeto para nascer. Eu já estava dentro das fábricas, dentro das metalúrgicas, nas fundições, tentando, naquela época, na década de 70, lá no ABC Paulista, fazer alguma coisa em defesa da saúde do trabalhador, com a legislação não tão boa quanto a de hoje. Não havia muitos aliados, naquele tempo também, como há hoje, que estão engajados na prevenção de acidentes. Éramos nós e nós mesmos.

Então, de cada dez acidentes de trabalho, Dr^a Daniela, Procuradora, que ocorrem no País, oito ocorrem com trabalhadores terceirizados. Já foi discutido isso aqui, e esses são dados oficiais. Não é balela minha, não. Um dos motivos – a Daniela já explicou direitinho o que está acontecendo dentro da relação de trabalho –, que é um dos principais no processo de terceirização, Paulo Paim, é que o prestador de serviços não pode ser subordinado à empresa contratante. Isso significa que a empresa contratante não pode estabelecer o como fazer. Deve-se definir o que fazer, onde, por que e quando. A determinação do como fazer gera a presunção do vínculo empregatício. O que a empresa contratante pode fazer para assegurar a qualidade do serviço que está contratado é estabelecer no contrato as condições que deseja ver cumpridas, desde que essas condições não fixem o como fazer. Para que a contratante não seja a única responsável por acidentes ocorridos com os empregados terceirizados, devem-se estabelecer procedimentos internos com responsabilidades definidas em contrato.

Várias falhas são detectadas, que podem ocorrer devido à terceirização, e ações para sua prevenção, que são necessárias, bem como adotar mecanismos de avaliação, fiscalização e auditoria, o que não ocorre com a maioria das empresas que terceirizam no Brasil – quer dizer, contratou, joga lá, faz o serviço e acabou.

A inexistência do sistema de gestão, gerenciamento nos trabalhos das empresas terceirizadas, ocorre também na grande maioria das empresas do Brasil. Há milhares de acidentes no trabalho, acidentes maiores, ou seja, verdadeiros desastres que atingem, inclusive, o entorno da empresa, ou seja, atingindo a população.

Nós já discutimos, inclusive, isso aqui, nesta Comissão. Analisamos vários tipos dessas ocorrências, aqui, na CDH, inclusive com vários óbitos, que são os acidentes maiores causados pela terceirização.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Amigo José Augusto, você tem um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Concluindo, tudo isso se agrava, Paulo Paim, mais ainda, quando um projeto que tramita na Câmara dos Deputados descarta a responsabilidade solidária. O grande debate é esse, indo também em direção à atividade fim. Para isso, os contratos, independentemente de legislação, devem ser claros, com cláusulas específicas; deve haver treinamento tanto para os empregados da contratante quanto da contratada. Quando isso não ocorre, há falha no sistema, como um programa de TV, do qual nós participamos juntos, aqui, na TV Senado.

Houve, neste ano, um grande acidente num frigorífico no Mato Grosso do Sul, com inúmeras vítimas contaminadas com gases tóxicos.

Então, a palavra de ordem, Paim, que trago para esta audiência, já finalizando, é que precisamos de uma reação à altura diante desse e de outros projetos que visam a prejudicar a relação de trabalho e extrair direitos trabalhistas arduamente conquistados. Todos conhecem as histórias dessas conquistas, e não preciso repetir. Histórias marcantes que mudaram o mundo, as pessoas e uma nação como o Brasil.

Precisamos imediatamente, então, como sugestão, criar realmente essa frente parlamentar, em defesa da CLT e dos direitos trabalhistas. E uma dentro desta Casa também, acho isso importantíssimo, para se fazer, Joilson, o operacional, com a composição regimental que esta Casa, o Senado, e a Câmara preveem.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi José Augusto da Silva Filho, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho, que fez uma justa e bonita homenagem ao nosso querido amigo e ex-Deputado Sérgio Miranda, que foi, depois, assessor do movimento sindical. Mas esse tinha lado. Um lado muito definido, muito claro em todos os sentidos. Inúmeros projetos que eu apresentei, inclusive, foi ele quem montou os projetos. Muitos chegaram aqui pelo Fórum, mas eu trouxe outros e ele também, quando via os problemas, trazia as ideias e eu encaminhava aqui na Casa.

Ele faleceu ontem, foi velado ontem à noite aqui na Câmara e, hoje, às 11h, então, será o enterro dele aqui em Brasília.

Enfim, José Augusto também lembra da importância de retomar essa ampla mobilização. Há uma frase conhecida que é mais ou menos assim – vocês me ajudem –: “Eu não acredito em bruxas, mas que *hay, hay*.” É isso mais ou menos? Mas que elas existem, existem.

E se existe toda essa preocupação, inúmeros projetos apresentados, vindos das mais variadas fontes – porque esses projetos têm fontes, não são projetos inventados da cabeça dele de repente porque resolveu estar contra os trabalhadores e aposentados –, esses projetos têm nascedouro. Então, é mais do que justo o alerta que você deixa também de nós, de fato, nos mobilizarmos, porque, de fato, o ano é o ano que vem. Eles sabem que, se não aprovarem no ano que vem, no ano seguinte é eleitoral, daí ninguém bota a cabeça para cortar, porque ninguém é bobo. Eles podem ser malandros, mas bobos não são. Malandros são, mas bobos não são.

Eu digo quem está por trás disso. Não estou fazendo nenhum ataque pessoal a esse ou aquele parlamentar.

Então, vamos passar a palavra, agora, ao José Américo Leite Filho, Diretor da Federação Brasileira de Telecomunicações.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LEITE FILHO – Senador Paulo Paim, agradeço pelo convite para falar nesta audiência tão importante. Prezados colegas de mesa; senhoras e senhores, bom dia!

Trouxe uma apresentação aqui para falar da possibilidade de conciliarmos a modernidade à proteção dos direitos dos trabalhadores. É importante proteger os trabalhadores, mas é importante também que consigamos avançar com segurança em direção ao futuro.

Para deixar em perspectiva a apresentação que eu trouxe para os senhores, gostaria de começar com essa frase para indicar que, hoje, boa parte dos postos de trabalho, dos empregos que existe são em decorrência de tecnologias ou formas de produção que não existiam há poucas décadas, especialmente relacionadas à tecnologia de informação e comunicação.

Assim como, daqui a algumas décadas, vão existir outros postos de trabalho que hoje não existem. Então, o que nós precisamos fazer para que nossos trabalhadores possam galgar e conquistar esses empregos que não sabemos quais são ainda, mas que existirão. O que se quer dizer aqui é que a transformação do mercado de trabalho da sociedade é um fator inexorável. Temos que nos preparar para tal.

Para olhar o que vai acontecer no futuro, eu trouxe aqui uma breve perspectiva do que aconteceu no passado. Fazendo um cotejamento com outras economias, a gente vê neste gráfico aqui a evolução do nível de emprego, por exemplo, que se deu nos Estados Unidos. Quando a gente olha no ano de 1956, a gente vê que o nível de pessoas empregadas na indústria e na agricultura é muito maior do que a quantidade de pessoas empregadas em 2008. Não que isso signifique dizer que a produtividade da agricultura com essa quantidade de pessoas seja menor do que em 2006, quando havia muito mais gente. Pelo contrário, se produz muito mais, e a produtividade em 2008 é muito maior. Acontece que tem menos gente. E por que tem menos gente? Pela introdução, provavelmente, da mecanização desses setores. Com a introdução da mecanização desses setores é que se possibilitou o crescimento da produtividade e da produção.

Quando a gente olha a evolução na França, se dá na mesma linha. A diminuição dos postos de trabalho na agricultura e da indústria. E essa perda, essa destruição de postos de trabalho na agricultura e na indústria não se deu sem resistência dos trabalhadores

que estavam empregados e perderam seus empregos para aquelas máquinas que estavam entrando.

O movimento ludista, que fez uma reação forte, dentro dessa linha “precisamos proteger nossos trabalhos”, acabou perdendo a discussão para mecanização, mas nem por isso a sociedade perdeu. Agora por que não perdeu? Provavelmente porque essas sociedades, percebendo o movimento natural, prepararam os seus trabalhadores para que eles pudessem ingressar onde os postos de trabalho estavam sendo criados, que eram no setor de serviço.

Quando a gente olha para o gráfico no Brasil, quando a gente olha para essa mesma estrutura no Brasil, a gente vê que ela acompanha as mesmas tendências que existem em relações em países na Europa, na América do Norte. A gente não consegue ir tão atrás assim, nossos dados não são tão bons, mas a gente vê que, no Brasil, também é o setor de serviço que realmente gera emprego e cria condições para que as pessoas possam criar seus filhos, manter seus lares. Digamos assim, o herói para o trabalhador é o setor de serviço, apesar de ser extremamente criticado quase que diuturnamente.

Agora, será que o Brasil... Se a gente for mais para trás aqui, se a gente pegar anos para trás, nós vamos ver que a quantidade de trabalhadores na agricultura no começo do século era muito maior do que em 2009. Será que o Brasil preparou esses trabalhadores para ingressarem em seus postos de trabalho? Essa é uma pergunta que vou deixar em suspense.

Analisando esses dados a respeito dessas mudanças no mercado de trabalho, o sociólogo espanhol Manuel Castells fez uma análise de como o setor de serviço conseguiu agregar e quais são as características hoje desse setor que permite agregar tantos trabalhadores. Ele concluiu, através de inúmeras análises estatísticas, que o setor de serviço consegue fazer isso pela diversificação permanente de suas atividades. É através da diversificação, da especialidade cada vez maior que se gera uma oportunidade de trabalho, de emprego para os trabalhadores que estão saindo de outros setores da economia. Então, por um lado, a diversificação da atividade demanda uma qualificação cada vez maior de trabalhadores. Preparar nossos trabalhadores para o futuro significa qualificá-los para as atividades especializadas.

Chegando ao Brasil de hoje, a gente tem cerca de 50% dos trabalhadores em atividades informais. Isso é precarização do trabalho. Esse trabalhador está excluído das proteções constitucionais e legais. Como a gente faz para trazer esses trabalhadores para dentro do mercado formal? Quando a gente fala em garantir direito dos trabalhadores, não podemos esquecer

dos direitos desses trabalhadores aqui, desses 50% a quem são negados os seus direitos constitucionais.

Então, falar em serviço especializado no setor de serviços é falar de terceirização. Terceirização é a chave para a criação dos postos de trabalho que estão desaparecendo em outras atividades. O Ministério do Trabalho tem esse dado estatístico que se refere exclusivamente àquelas atividades vinculadas ou ditas diretamente como terceirizadas. O número aqui são 2,6 milhões. A CUT fala em 11 milhões de pessoas. Mas o que é importante deixar consignado é que a terceirização, através da prestação de serviço especializado, cria uma quantidade imensa de trabalhos formais, de postos de trabalhos formais, que são necessários para que a gente possa garantir àqueles trabalhadores que hoje estão fora do sistema de proteção constitucional os direitos que... A menos que a gente entenda que a Constituição, quando foi promulgada, não garantiu aos trabalhadores condições para sua dignidade na prestação de serviço, no que eu não acredito.

Então, combater a informalidade e o trabalho precarizante é garantir que o trabalhador consiga um emprego com carteira assinada. E para conseguir garantir isso é necessário que o setor de serviço consiga se desenvolver e criar essas atividades especializadas. Essa é uma tendência não só no Brasil como no mundo.

A CNI fez uma análise de quais empresas teriam impacto negativo caso houvesse uma proibição da terceirização, e a gente pode ver que uma grande massa de atividades econômicas seriam prejudicadas. Hoje, no Brasil, a discussão acerca de terceirização está focada em dois principais polos: se é atividade fim ou atividade meio e se é responsabilidade solidária ou subsidiária.

Em minha opinião, esses dois polos dificilmente levarão o Brasil a algum lugar. Até hoje não conseguimos definir o que é atividade fim e atividade meio. Quando a gente olha para a sociedade, para a economia, conseguimos ver uma quantidade imensa de exemplos de contratação de empresas que pode se dizer até em atividade fim que é perfeitamente legítima. Posso dar alguns exemplos aqui: imobiliária que é contratada pelo incorporador para vender as suas unidades, fabricante de autopeças que é contratada pela montadora, construtor que contrata a colocação de azulejo no final da obra. Pode se dizer que são atividades fim? Pode, mas são atividades fim necessárias e legítimas para produção e eficiência da produtividade daquelas atividades.

O que quero dizer é que essa discussão teórica pouco tem a ver com a necessidade real que o Brasil encontra para gerar empregos e garantir o direito dos trabalhadores.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AMÉRICO LEITE FILHO – A outra questão que se refere à responsabilidade subsidiária e solidária é uma questão de direito do processo do trabalho, e isso está no bojo da discussão da política pública para emprego, mas será que deve estar? Não se deve olvidar da importância de se garantir ao empregado os seus direitos, mas será que é com isso que devemos estar preocupados ou é com a qualificação dos trabalhadores, ou seja, que este trabalhador esteja qualificado para poder executar uma atividade onde o emprego existe? Em minha opinião, devemos estar preocupados em qualificar os nossos trabalhadores.

A terceirização é um fenômeno mundial. Podemos... *(Pausa.)*

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para não criar um mal entendido em relação a sua fala. Claro, concordo, todos queremos a qualificação dos trabalhadores, mas quero entender que você disse, até para quem está assistindo – estamos ao vivo para todo Brasil – que o ensino técnico é fundamental. Somos os que mais incentivam, acho que todos nós e vocês também, mas também vocês estão preocupados com as condições de trabalho, com o salário e com os direitos legais dos trabalhadores.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LEITE FILHO – Sem dúvida, Senador. Sem dúvida. Somos absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deu a impressão...

O SR. JOSÉ AMÉRICO LEITE FILHO – Não. A impressão que quero deixar é que a discussão está pautada, está com uma pauta que pouco ajuda o trabalhador. O setor absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. Vai. Continua tranquilo no debate. A moçada vai falar. É a melhor coisa.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LEITE FILHO – O setor é absolutamente contrário aos erros e desvios, que devem, de fato, ser punidos e fiscalizados, mas não podemos evitar que o futuro nos alcance e não podemos deixar de ficar preparados para entrar no futuro e garantir empregos, os empregos que existem. Não podemos ficar agarrados, num movimento ludista, aos empregos que vão deixar de existir.

O trabalho não é um fim em si mesmo. O trabalhador não trabalha para ganhar o seu salário em si mesmo. Ele trabalha para ganhar o seu salário e para produzir bens e serviços para o bem-estar da sociedade. Existe uma correlação entre as relações de trabalho, de consumo, empresariais e de governo.

Vou trazer um exemplo. Dentro do nosso setor, que é um setor de serviço regulado, com a desestatização dessas atividades, o Brasil promulgou duas leis

importantes: Lei de Concessão Pública e a Lei Geral de Telecomunicação. Essas leis permitem que o contratante possa fazer a contratação de atividades inerentes, acessórias e complementares, independentemente da atividade que possua. Qual foi o efeito que isso provocou para a sociedade? Além do crescimento dos postos de trabalho, a massificação da prestação de serviços. O Brasil deixou de ser um país carente na prestação de serviço de telecomunicação para, hoje, se tornar a quinta maior rede de telecomunicação no mundo. Deixou de ser um país com dificuldades para ser uma das maiores redes de transmissão e distribuição de energia elétrica. Houve perda para os trabalhadores? Claro que não! Os trabalhadores estão com carteira assinada. Houve um resgate de boa parte dos trabalhadores que estava na informalidade. Aliado a isso, houve uma distribuição e uma oferta de prestação de serviço que não existia para a população.

Nosso entendimento é que impedir a terceirização é colocar em risco as conquistas e colocar em risco o que o Brasil pode dar para as próximas gerações.

Nós entendemos, a respeito das medidas previstas nos projetos de lei que estão em trâmite nesta Casa e também na Câmara, que elas devem oferecer segurança jurídica para que possamos atrair investimentos cada vez maiores no setor de serviço, porque é esse setor de serviço que vai gerar os empregos no futuro para que aqueles 50% que estão fora da proteção constitucional possam vir gozar desses direitos também e, além disso, para que a economia possa se desenvolver e a sociedade como um todo possa gozar do bem-estar social.

É isso, Senador, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi nosso convidado José Américo Leite Filho que colocou sem ponto de vista, que é legítimo. Por isso, nós estamos aqui para debater. Só para mero esclarecimento: vocês são a favor a responsabilidade solidária?

O SR. JOSÉ AMÉRICO LEITE FILHO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entre solidária e outro termo, qual era?

O SR. JOSÉ AMÉRICO LEITE FILHO – Solidária e subsidiária. O que acontece: esse é um termo técnico de processo do trabalho. Veja, na responsabilidade solidária, veja o que pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só estou perguntando para que você possa esclarecer

O SR. JOSÉ AMÉRICO LEITE FILHO – Veja o que pode acontecer: imagine que você tem um tomador de serviço, que contrata uma empresa prestadora

de serviço, que contrata diretamente um empregado. Esse empregado, depois que ele sai da prestadora de serviço, em uma responsabilidade solidária, ele aciona diretamente o tomador. Na responsabilidade solidária pode acontecer isso. Acontece que o real empregador era a empresa prestadora, que tem todos os documentos, tem o contrato, tem o histórico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Era o terceirizado, no caso.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LEITE FILHO – Era o terceirizado. De modo que a empresa tomadora sequer vai poder se defender nessa relação processual. Quer dizer, é claro que nós não defendemos a responsabilidade solidária. Defendemos o direito do trabalhador através da responsabilidade subsidiária. Ele tem de chamar o seu real empregador e subsidiariamente o tomador para que ele, ali, possa garantir os seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O debate vai ficar bom depois. Acho que é importante a sua posição, porque ajuda o debate.

Vamos passar agora ao Diretor Técnico do Diap, Dr. Hélio Gherardi. É Gherardi mesmo a pronúncia?

O SR. HÉLIO GHERARDI – Gherardi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está com seu tempo aí.

O SR. HÉLIO GHERARDI – Bom dia Senador Paulo Paim, que representa nesta Casa a garantia da defesa dos trabalhadores – como estamos vendo hoje inclusive –, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes desta Mesa. Mando um especial abraço ao Presidente Jackson Sena, do Sidesporte de São Paulo, que o está acompanhando, inclusive.

O Diap, preocupado com as pretensões do setor econômico, agora mais evoluídas em razão do avanço tecnológico e da propaganda massificada – como acabamos de ver agora –, vem se manifestar, assinando o seguinte.

Primeiro, um advogado, quando está em uma Mesa esperando para falar e ouve outras pessoas falarem, não pode parar de anotar as coisas. Não tem jeito. E com todo respeito ao Dr. José Américo Leite Filho, eu sou advogado da Federação Nacional dos Trabalhadores Telefônicos e do Sindicato dos Telefônicos de São Paulo há cerca de 30 anos. Então, eu conheço muito bem o setor de telefonia e conheço muito bem a Febratel que é a federação patronal.

Ninguém, nenhum país, prepara qualquer trabalhador para as alterações que o setor patronal faz. Simplesmente se jogam os trabalhadores a deriva. Quando se noticiava, no final dos anos 70, que viria a automação, os sindicatos deram a grita que a automação não poderia tirar trabalhos e não poderia tirar empregos. E o que ocorreu? A automação tirou

empregos. Nós acabamos, inclusive, de verificar isso, começando nos Estados Unidos.

A terceirização aumentou, e o setor patronal utiliza parâmetros externos que hoje não poderia nem utilizar, porque todos nós sabemos o desemprego que ocorre nos Estados Unidos e na Europa. Todos nós sabemos como foi difícil a batalha nos Estados Unidos para a reeleição do Presidente Obama, exatamente em razão do desemprego e do que está acontecendo naquele país.

Não vamos falar da Turquia e do que está ocorrendo na Europa hoje, em todos os países. Na Espanha há um desemprego gritante. Exatamente por quê? Em razão, primeiro, da automação e, depois, da terceirização.

A qualificação é exatamente o que hoje está desaparecendo. Não conseguir definir atividade fim é a nova desculpa do setor patronal.

Recordo-me de que, quando foi criada, nos anos 80, a ideia de que o aumento do salário seria através da produtividade – e todo mundo sabe o que significa produtividade; o dicionário explica o que é produtividade, o Aurélio sempre explicou –, o setor patronal, naquele momento em que foi criada a Lei da Produtividade, não conseguia mais definir produtividade; hoje não consegue definir o que é atividade fim.

O trabalhador não trabalha em prol, ele trabalha para tentar pagar as suas contas, pois a cada fim de salário há muito mais mês pela frente.

Os trabalhadores estão com carteira assinada pelas empresas terceirizadas, que, assim que termina o contrato, desaparecem. Entra-se com os processos, procuram-se os donos e não os encontram, porque são de Estados diferentes. Hoje, no setor de telefonia, tem-se que ir para Tocantins, para Palmas, porque está acontecendo um problema sério, exatamente com uma empresa cujo contrato terminou.

A solidariedade deve ser obrigatória sim, porque a subsidiariedade tira da tomadora a sua responsabilidade e deixa para aquela empresa e aí nunca mais o trabalhador vai receber os seus direitos.

No Congresso Nacional, vários e vários projetos objetivam precarizar os direitos do trabalhador, terceirizar todos os serviços, inclusive a atividade fim, mantendo a responsabilidade subsidiária e não a responsabilidade solidária. Isso remonta 2012 anos atrás, transformando a tomadora de serviços em verdadeiro Pôncio Pilatos, lavando as mãos em relação aos direitos dos trabalhadores.

O Simples Trabalhista objetiva ser indispensável à negociação direta entre empregado e empregador. É muito fácil na empresa grande, muito fácil na indústria metalúrgica, na indústria química, em empresas

de grande porte. Eu coloco: como vai reivindicar o trabalhador de uma padaria? Como vai reivindicar o trabalhador de um bar, de uma farmácia, de um posto de gasolina, de um clube? Como ele vai negociar? Todos nós sabemos que, quando o trabalhador é admitido, são impostos a ele inúmeros papéis, às vezes em branco, para ele assinar concordando com tudo porque, se não concordar, não é empregado.

Em todas as tentativas de se anularem os direitos dos trabalhadores nenhuma é tão abusiva, inconstitucional, antidemocrática e ultrajante como o Projeto de Lei 951, de 2011, que pretende instituir o Simples Trabalhista.

Há que se esclarecer, inicialmente, que a Constituição Federal de 88 trouxe alterações básicas e essenciais, notadamente através das cláusulas pétreas, estabelecendo o princípio da cidadania, o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

O art. 3º preceitua o princípio da proteção ao hipossuficiente, assinalando serem objetivos da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade justa, livre e solidária, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos sem preconceito e discriminação; e o art. 5º estabelece o princípio da isonomia, que a terceirização simplesmente extingue.

Dispensar horas extras, como pretende o Simples Trabalhista, através da criação de um banco de horas, controlado pelo empregador, contraria todas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.

A negociação direta entre empregado e empregador assinala que acordos ou convenções coletivas específicas poderão: fixar regime especial de piso salarial; dispensar as horas extras através da criação de um banco de horas anual – há bancos de hora, como no setor de clubes, em que não sabem mais como corrigir e como acertar as horas –; estabelecer a previsão para participação dos lucros ou resultados; permitir o trabalho em domingos e feriados sem prejuízo da compensação através do banco de horas.

Objetiva o Simples Trabalhista aniquilar os arts. 611 e seguintes da CLT, que estabelecem como se faz acordo coletivo de trabalho e convenção coletiva de trabalho; facultar ao empregador individual, à microempresa e às empresas de pequeno porte, fazer substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho, por terceiros, que não possuam vínculo e que não conheçam a matéria é outro absurdo que o simples trabalhista tenta trazer.

A redução do depósito prévio para interposição de recurso perante a Justiça do Trabalho; permitir a celebração de contrato por prazo determinado, anulando

expressamente os permissivos legais, o § 2º, do art. 443, da CLT, que disciplina como deve ser o contrato por prazo; desvirtuar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, reduzindo seus valores; a redução dos depósitos de Fundo de Garantia inclusive, assinala o simples trabalhista, deve ser aceita, e nós colocamos entre aspas, “mediante acordo individual”, e o percentual de 2% do Fundo de Garantia.

O art. 5º remete ao Ministério do Trabalho e Emprego a elaboração do modelo de acordo padrão para ser firmado empregado e empregador, o que evidente transforma acordo em documento comprado em qualquer papelaria e que deve ser, obrigatoriamente, assinado pelo trabalhador.

O art. 7º, de modo unilateral e absurdo, anistia os empreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte da imposição de qualquer penalidade pecuniária ou administrativa, desde que formalize, no prazo de um ano, os contratos de seus trabalhadores. Tal disposição não contraria somente o princípio de isonomia como objetiva fraudar o próprio fisco.

O art. 8º isenta as empresas do pagamento de salário maternidade, remetendo única e exclusivamente à Previdência Social, o que contraria as disposições disciplinares de norma coletiva.

O art. 9º permite a redução no limite de uma hora para repouso e refeição através do nefasto acordo individual, quando todos sabem que uma hora para repouso é a necessidade física e orgânica do trabalhador. Todo trabalhador que trabalhe meia hora, exatamente aquela meia hora subsequente, quando ele volta é quando ocorre a maioria dos acidentes.

O art. 10 pretende alterar, permitir que o trabalhador, por escrito, dispense a homologação da rescisão contratual. Esse é um absurdo inconcebível. É público e notório que quando qualquer trabalhador contratado assina a opção do fundo de serviço sem que seja esclarecido exatamente que é uma opção. Imaginem o trabalhador por acordo individual, quando for contratado ele já assina todos esses documentos.

O art. 11 assinala a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego para criar o modelo simplificado do cadastro de empregados e desempregados a ser preenchido pelo empregador individual, seria uma lista branca. Verifica ser totalmente incabível o projeto.

Precarizações e terceirizações estão se tornando, infelizmente, sinônimos. A rotatividade, acidentes, diferenças de direitos, propagandas massificadas, privatizações das estatais. O atendimento iria melhorar, disso nos recordamos muito bem, e a privatização no setor telefônico teria um atendimento maravilhoso. Nós vemos hoje como é o atendimento. O que melhorou?

Além da automação, verdadeira ameaça do desemprego, que foi o que ocorreu, o trabalho terceirizado, dirigido para funções acessórias, e não funções fins, foi introduzido inicialmente para serviço de vigilância, sem conservação e de alimentação, ficando a empresa voltada à atividade principal, atividade fim que hoje a empresa já não sabe mais qual é.

A subcontratação, permitida no projeto de terceirização, impede que venha a gerar o vínculo empregatício e deixa a tomadora mais longe ainda, ou seja, a tomadora contrata uma empresa, a empresa pode subcontratar os serviços. Por isso, as empresas que-rem a subsidiariedade, porque não vão ter obrigações, não vão ser solidárias.

A terceirização objetiva, inclusive, evitar um trauma patronal, isso sim. Qual é? O da equiparação salarial. Nós temos trabalhadores na telefonia hoje, no tele atendimento, por exemplo, é marcante a diferenciação. Hoje temos empresas terceirizadas que sobem no poste de telefone junto com outras empresas, todas terceirizadas, o poste é de eletricidade, o poste é de telefonia, e sobem empregados que não sabem nem os riscos que estão correndo ao subir naquele poste.

Quando a tomadora não renova o contrato, ela contrata outra com valor menor e apresenta, curiosamente, uma relação dos “profissionais”, entre aspas, que deveriam ser contratados. Permitir a contratação por pessoa física ou jurídica vai permitir a terceirização até da empregada doméstica, se continuarmos desse jeito, do trabalhador rural, o trabalhador rural vai ser terceirizado também.

Sem embargos de que a necessidade patronal fez com que a terceirização, infelizmente, invadissem todos os setores, faz-se premente uma efetiva e concreta regulamentação, uma vez que, reconhecidamente, fraudes ocorrem e devem ser eliminadas para o bom relacionamento capital/trabalho. O grande obstáculo em relação à legalização é como impedir a fraude por parte do tomador de serviço, e como impedir que ele seja só subsidiário, mas, sim, que ele seja solidariamente responsável. A responsabilidade solidária da empresa contratante é condição essencial para um contrato de terceirização.

Para concluir, temos que impedir a fraude trabalhista e a reforma da CLT. Todas essas mudanças começaram acentuando-se que a CLT era vetusta, ultrapassada, e que deveria ser reformada, quando na verdade a CLT é cotidianamente alterada pela legislação e pela jurisprudência dos tribunais.

Quando se fala em modernização, terceirização, quartização, flexibilização, na verdade o objetivo é reduzir direitos. Há necessidade de reformas, mas única

e exclusivamente para que resultem em mais clareza, mas nunca para que reduzam ou eliminem direitos.

Concluindo, Senador Paulo Paim, o movimento sindical precisa se movimentar, pois já tentam de todas as formas diminuir a arrecadação dos sindicatos, não reconhecem a estabilidade sindical dos membros do conselho fiscal, querendo deixar os sindicatos à deriva, querem agora extirpar direitos consagrados pelas lutas sociais que vêm desde a escravidão, objetivando colocar uma canga no trabalhador brasileiro sob o açoitado do desemprego.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem mesmo, com diria um amigo meu, Hélio Gherardi, Diretor Técnico do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar, que deixa esse alerta a todos nós, inclusive ao Brasil, que está assistindo pela TV Senado, pelos canais da Internet, de 5 a 8, e TV Digital, dos canais 51.2, e pela Rádio Senado também.

Vou encerrar essa mesa. Só vou dizer uma frase, para ganharmos tempo. Tempos atrás, diziam que a CLT era o sinal do retrocesso e que nós tínhamos que copiar o modelo da Europa ou dos Estados Unidos da América, porque lá não tinha CLT. Engraçado porque lá o desemprego hoje é de 30% e aqui é de 5%, e nós resistindo para manter a nossa Carta do Trabalho, que é a CLT.

Agradeço a todos os meus convidados. Gostaria que ficassem aqui, porque o debate vai pegar num segundo momento, que retornassem aqui à primeira mesa.

Eu convidaria para a segunda mesa: Maximiliano Garcez, membro da Associação Latinoamericana de Advogados Laboristas. Seja bem-vindo, Maximiliano, que já esteve conosco aqui outras vezes.

Marcelo Campos, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que tem feito um belíssimo trabalho. Trouxeram aquele dado que deixou a mim impactado, e acho que ao Brasil: de cada 10 acidentes de trabalho, 8 são de empresa terceirizada. Alguma coisa está errada! É um dado que tenho usado nas minhas palestras, quando sou convidado, no Brasil todo.

Vera Lêda Ferreira Moraes, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representando aqui a Nova Central.

Joilson Antonio Cardoso, Secretário de Política de Relações Institucionais da CTB, que faz muito bem, meu Secretário de Políticas Institucionais. Só agora você vai pedir aumento lá, porque você é um dos poucos secretários das centrais que cumpre exatamente isso aqui. Não digo que é o único. Que é Secretário de Políticas de Relações Institucionais. Então você tem de estar aqui dentro mesmo, vendo o que está acon-

tecendo, participando dos debates, representando sua central. Acho que todas as centrais deveriam ter um secretário de políticas nessa área para acompanhar o debate dentro do Parlamento e defender o interesse de seus filiados.

Vamos de imediato ao Dr. Maximiliano Garcez, membro da Associação Latino-Americana de Advogados Laboristas.

O SR. MAXIMILIANO GARCEZ – Bom, primeiro agradeço o gentil convite do Senador Paulo Paim, a quem eu tenho grande admiração. Eu o conheci há 10 anos, quando ele fez parte da minha banca examinadora. Eu entrei tremendo para conhecê-lo e fui instigado por várias perguntas desafiantes e, depois, aprendi a admirá-lo. E é um prazer ter um Senador como o senhor na representação dos trabalhadores. Precisamos de mais Paulos Pains no Congresso Nacional.

Agradeço, também, a presença de vários companheiros, o companheiro Luiz Salvador, Presidente da Alal, aqui presente. Há, Senador, vários sindicalistas, no Brasil todo, acompanhando a audiência e presentes aqui. O Presidente do Sindsul Everson Tardeli está aqui presente; o companheiro do Sindefurnas, Edson Modesto, presente também; o Sinergia CUT de São Paulo, pelo ex-Presidente Wilson Marques; vários estão acompanhando atentamente seu trabalho e admirando sua atuação.

Reitero o convite que fiz a V. Ex^a para que compareça no nosso seminário, que será feito hoje e amanhã no nosso escritório, debatendo o mundo do trabalho e também combatendo a terceirização. Foi passado para sua assessoria também. Há, também, a nossa festa de inauguração hoje à noite. Será um prazer se V. Ex^a tiver um espaço na sua agenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Na festa eu vou, não sei se vou no seminário. (Risos.) Só para descontrair.

Qual é o horário do seminário mesmo?

O SR. MAXIMILIANO GARCEZ – É a partir das 14 horas hoje. E amanhã é das 10 horas às 18 horas. Qualquer espacinho na sua agenda seria um privilégio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom. Eu agradeço pelo convite.

O SR. MAXIMILIANO GARCEZ – Vou dizer que começo aqui com certa dificuldade, uma saia justa. Eu me sinto, nesse momento, um pouquinho como o oitavo marido da Elizabeth Taylor na noite de núpcias. Os senhores já ouviram tudo que tinha para ouvir sobre terceirização, e eu vou ter de tentar trazer alguma coisa nova aqui.

Mas eu mudei um pouquinho minha apresentação por conta do que eu ouvi do representante da Febratel. Eu e vários colegas, que estavam sentados

comigo aqui, ficamos um pouquinho incomodados com algumas informações que eu discordo veementemente.

Veio-me aqui uma citação de um celebre pensador brasileiro, o Cazuza, que dizia que “tuas ideias não correspondem aos fatos”. Eu vou expor por que eu acho isso.

Então, começando aqui, só colocando em um contexto o que é o projeto da terceirização: é uma parte de um projeto maior, mundial, da guerra contra os sindicatos. O objetivo principal da terceirização não é só uma reforma trabalhista, mas uma reforma política.

Aqui é uma capa do grande bastião, do neoliberalismo mundial, que é a revista *The Economist*. Ano passado, uma edição especial sobre os sindicatos, dizendo que a grande batalha que temos pela frente é combater os sindicatos. Como se os sindicatos fossem o atraso, fossem quem combate a modernidade. E é exatamente o contrário que a gente vai ver.

Outra matéria do *The Economist*, defendendo, aqui, acabar com a CLT, mostrando o coitado do empregador e do trabalhador amarrados. Também é uma falácia, como a gente vai ver.

E aqui um combate que tem acontecido em vários países do mundo para tentar dificultar ou inviabilizar a atuação sindical. E é isso que se pretende com o Projeto nº 4330.

Aqui é um pequeno glossário. Quando eu disser terceirização, na verdade eu estou usando o termo equivocado. Na verdade, aquela terceirização que os empresários defendem, que dizem que é importante para especializar a atividade da empresa, algo que a empresa não teria vocação e precisa contratar alguém de fora, isso corresponde a 2% dos casos no Brasil.

O que são os outros 98%? Aluguel de pessoas. O termo é duro, mas é o termo que vem sendo utilizado pelo movimento sindical mexicano para a gente não entrar em um termo equivocado.

E o que é o PL nº 4330? É uma grande reforma trabalhista e política. O que querem? Destruir o movimento sindical; destruir a principal força da esquerda brasileira e mundial que é o movimento sindical, criando um projeto que acaba com o movimento sindical brasileiro. Se esse projeto tivesse sido aprovado há 30 anos, não teríamos aqui, na Mesa, o Senador Paulo Paim, não teríamos Lula na Presidência, não teríamos Marco Maia, não teríamos Berzoini, não teríamos Vicentinho; não teríamos a CTB, a CUT, a Força Sindical, a Nova Central, a UGT e não teríamos democracia. Foi o movimento sindical brasileiro que lutou para conseguir educação pública, conseguir direito à jornada de oito horas, conseguir educação e saúde pública; e houve os que lutaram contra a ditadura. E é isso o que pretende o projeto.

Quando eu falei que terceirização no Brasil é sinônimo de aluguel de pessoas, isso vai contra o mote central da fundação da OIT, da qual o Brasil participou. O mote principal, qual é? É uma frase simples: “O trabalho não é uma mercadoria”. No entanto, o que se pretende com a suposta terceirização no Brasil é exatamente o contrário: transformar o trabalhador numa mercadoria como qualquer outra que se possa alugar, vender, e, quando não se quer mais, você joga fora.

O companheiro da Febratel disse que a terceirização diminui o trabalho informal e diminui a precarização. Todas as estatísticas dizem exatamente o contrário: o terceirizado trabalha mais, quarenta e três horas em média – o direto são quarenta horas –, ou seja, diminui o emprego, a remuneração é menor, a precarização é muito maior. Inclusive, a terceirização é o caminho que as empresas adotam quando querem trazer o que há de pior no mundo do trabalho: o trabalho infantil. Geralmente, há terceirização envolvida. Trabalho escravo, no caso da Zara. Havia terceirização. Esses grandes empreendimentos no Norte, no Nordeste, que usam trabalho escravo, geralmente é via terceirização.

Então, a terceirização só traz precarização e só traz tragédia. E não são só os trabalhadores que são prejudicados. Veremos em seguida aqui. Menor tempo de emprego, mais rotatividade, mais gastos com seguro-desemprego, os trabalhadores se acidentam mais, mais gastos para o SUS, para o INSS, fora a tragédia de cada família, que fica desamparada.

No setor elétrico, em homenagem aos companheiros aqui presentes. Um trabalhador terceirizado tem três vezes e meia mais chances de morrer no ambiente de trabalho do que o trabalhador direto. Na Cemig – há vários companheiros da Cemig aqui –, morre um trabalhador a cada 45 dias. Algo já precificado quase. De acidente de trabalho. Fora vários usuários do sistema elétrico, como aconteceu em Muzambinho, recentemente, na Bahia. Vários usuários faleceram por acidente.

Por que esse projeto é inconstitucional e por que essas leis que o companheiro da Febratel citou, que permitiriam a terceirização da atividade fim, a Lei Geral de Telecomunicações e a lei das concessões também, são inconstitucionais? Porque, no Brasil, felizmente, e graças à luta do Paulo Paim e de vários companheiros, nós temos como mote principal do nosso País o princípio da dignidade humana, que é o cerne de todo ordenamento jurídico e da valorização do trabalho. Ou seja, o trabalhador não é uma mercadoria.

Esse aqui é um julgado do TST que, exatamente, analisa essa lei que foi citada pelo representante da Febratel.

E, aqui, vamos ver o que traz a terceirização para a sociedade brasileira.

Isso aqui é um bueiro da Light, que explodiu, e a Light utilizou, como justificativa, a terceirização: “Não fui eu. Foi uma terceirizada minha. A culpa não é minha”. Então, não é só o trabalhador que perde. É toda a sociedade que perde.

Outros bueiros explodindo, da Light.

Também terceirização, terceirização, terceirização.

Aqui, uma terceirizada da Cemig. Vejam como está a segurança do trabalhador ali.

Aqui, uma terceirizada da Cemig também. Acidente de trabalho trágico que aconteceu.

Esses apagões telefônicos que todos nós estamos sofrendo, em boa parte foi por conta da terceirização. Esses noticiários que se veem, gente recebendo leite na veia, em hospitais, foi por conta de terceirizados.

Então, o que se morre neste País por terceirização irresponsável e indevida. E boa parte da terceirização é ilegal no Brasil.

E novamente aqui, o TST, na composição plena, na SDI-1, dizendo exatamente que o que vige no Brasil é o princípio da dignidade da pessoa humana, que você não pode alugar pessoas.

E aqui um texto, de que vou ler um trechinho, depois vocês me dizem quem escreveu isto:

Permitir a terceirização na atividade fim [deixe-me marcar aqui], além de atritar com o eixo fundamental da legislação trabalhista, traria consequências imensuráveis no campo da organização sindical e da negociação coletiva. A empresa que está autorizada a terceirizar todas as suas atividades, traria como consequência, naturalmente, o enfraquecimento da categoria profissional dos eletricitários [e aqui pode ser qualquer categoria], diante da pulverização das atividades ligadas ao setor e a multiplicação do número de empregadores.

Vamos ver quem disse isso. Foi a composição plena do TST, num julgado basilar e que é a jurisprudência majoritária do TST, na SDI-1. Isso mostra que o projeto é uma reforma política, é destruir o movimento sindical. Não é só reduzir custo, mas tentar ganhar na marra o que conquistamos durante tanto tempo. Como eu disse antes, se esse projeto fosse aprovado 30 anos atrás, não teríamos Paulo Paim neste momento aqui, não teríamos Lula na Presidência, não teríamos Vicentinho, não teríamos Berzoini, não teríamos ou demoraríamos muito mais tempo para ter uma democracia no País. Este projeto é uma espécie de terceiro turno.

O que traz a terceirização no setor público: o nepotismo, a burla ao concurso público, terceirizados amedrontados, impunidade generalizada.

Eu proponho uma maneira de combater a terceirização e a impunidade: criar a lógica do ficha limpa trabalhista. Aprendemos desde pequenos, com nos-

sos pais e mães, que cada um é responsável pelo que faz. Se faz algo de bom, você pode ter um prêmio; algo de ruim, pode ter uma punição. Mas, no Brasil, desrespeitar o direito do trabalhador, em geral, gera impunidade. É com isso que temos que acabar. Por exemplo, alguém aqui sabe de algum empresário que está preso hoje no Brasil por conta da morte de um trabalhador em acidente de trabalho? Aquele trabalhador que estava lá em cima, pendurado no poste, cai e falece. O empregador que o coloca lá em cima sabia que isso podia acontecer. Qual é a diferença disso do fato de você dirigir completamente bêbado, a duzentos por hora? Você sabe que isso pode matar alguém. Temos que acabar com esse sentimento de impunidade. Quando nós, do setor elétrico, vamos a uma delegacia tentar imputar ao diretor da empresa, ao presidente ou ao chefe de segurança que seja investigado, o delegado diz: “Mas como assim, doutor? Isso não é aqui”. “Não é aqui? Não é o senhor que investiga homicídio?” “Não, não é bem assim. Isso é na Justiça do Trabalho.” A lógica dele é: “Isto aqui é para punir pobre”. Agora, petista também, além de pobre. Mas não grandes empregadores. É com essa lógica que temos que acabar.

Há uma série de medidas que o movimento sindical tem à disposição para tentar lutar contra a terceirização. O Tribunal de Contas da União tem feito um bom trabalho. É possível denunciar aos Tribunais de Contas Estaduais, principalmente no setor público, ações individuais, coletivas e ações populares. Atuar em relação às licitações.

Aqui, tentar defender o concurso público. A terceirização no setor público é uma maneira de burlar o Judiciário.

Aqui, uma série de dispositivos constitucionais que proíbem a terceirização no setor público.

Aqui, outros espaços de luta que são importantes para combater essa chaga.

Em relação ao Simples Trabalhista, a Dr^a Daniela fez uma exposição tão clara que eu só vou fazer referência ao que ela disse. Esse projeto do Simples Trabalhista é uma tragédia. É tão ruim que seria péssimo até mesmo para os empregadores, porque estaria matando a galinha dos ovos de ouro.

O Senador Paulo Paim, na tribuna do Senado, com veemência, tem explicado que o Brasil saiu da crise internacional exatamente por ter um sistema de proteção social, por ter investimentos públicos pela valorização do salário mínimo, o que trouxe o consumo. E o que eles querem? Acabar com a força do consumo do trabalhador e, na verdade, destruir a própria produção.

Então, apesar de eu ser socialista, o que a gente está fazendo aqui é tentar salvar o capitalismo dos

capitalistas neste momento, porque esses projetos são ruins até para os empregadores, que diminuiriam um pouquinho o gasto com a terceirização, destruiriam a classe média brasileira e o consumo e não poderiam mais vender seus produtos.

Faço uma análise rápida do PL, que permite terceirizar qualquer atividade da empresa e permitir quarterizar, inclusive. Então, a empresa precisa ter só um CNPJ e vai alugando gente, terceiriza, quarteriza, quinteriza, sexteriza. Não prevê igualdade de direitos, prevê até anistia em relação a multas anteriores. Ele é inconstitucional, a três por quatro. Os princípios constitucionais violados são muitos. Aqui, cito alguns, como, inclusive, o princípio da igualdade.

O art. 8º, que trata da organização sindical, permite ao empregador escolher com quem ele vai negociar. Há o Sindicato dos Metalúrgicos da época, e o Senador Paulo Paim é combativo. Chega lá, e o empregador diz: “Não, o Paim está criando muito caso. Vamos terceirizar para outro setor, porque a gente sabe que aqui, em Canoas, há um sindicato fraco. Vamos terceirizar para aquele setor lá, que a gente se livra do sindicato combativo. E lá fica um sindicato que a gente ajudou a criar”.

Essa é a composição da CCJ. O projeto está sob a análise da CCJ e pode ser votado a qualquer momento. Sugiro que os companheiros e as companheiras pressionem os deputados de cada Estado, para que não votem a favor dessa atrocidade, que é o Projeto.

A Câmara dos Deputados aprovou, no ano passado, outros projetos precarizantes. Um deles, o de nº 948, prevê que a homologação pelo Sindicato quita qualquer direito e já foi aprovado na CTASP; não é possível entrar com ação judicial. Também criou a jurisdição voluntária na Justiça do Trabalho, o que foi aprovado na CTASP também. Isso prevê que o empregado e o empregador podem chegar à frente do juiz com uma petição simples e quitar todos os direitos trabalhistas, sem testemunha, sem nada.

Finalmente, quero convidar todos a participarem do Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, do qual o companheiro Joilson participa ativamente, bem como várias centrais e vários sindicatos.

A Alal, nossa entidade, tem uma carta sociolaboral com vários princípios à disposição do Movimento Sindical, para combater a precarização, que está na nossa página.

Quero agradecer a atenção e dizer que é uma grande honra estar aqui, ao lado do grande defensor dos trabalhadores no Congresso Nacional, que consegue aprovar muitos projetos e também impedir que muitos projetos precarizantes sejam aprovados. O Mo-

vimento Sindical tem de atuar firmemente e apoiar as iniciativas do Senador Paim.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Maximiliano Garcez, membro da Associação Latino-Americana de Advogados Laboristas (Alal), que fez sua exposição com muita tranquilidade, com muita calma. Às vezes, ficamos meio bravos quando vemos algumas coisas – eu, por exemplo, fico bravo – que atingem diretamente o trabalhador, o aposentado. E o Dr. Maximiliano, com a maior calma, diz aquilo que os outros, bravos, dizem, como eu, por exemplo, às vezes.

Parabéns pelos argumentos! Ninguém tem dúvida de que o Brasil recebeu uma aula, pela forma com que você colocou o debate, mostrando suas preocupações. Parabéns!

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Campos, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O SR. MARCELO CAMPOS – Senador Paulo Paim, em nome do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, cujos Presidente e Diretor se encontram no plenário, agradecemos o convite – é um prazer estar aqui – e cumprimentamos todos.

Inicialmente, eu gostaria também, em nome dos auditores fiscais do trabalho, especialmente os de Minas Gerais, de lamentar o falecimento do ex-Deputado Sérgio Miranda, grande companheiro nosso, que sempre esteve conosco, principalmente em um momento de grande tragédia para a categoria, quando do assassinato dos auditores fiscais e de um motorista na região de Unaí, quando fazíamos o combate à precarização das relações laborais no meio rural.

Eu iniciei minha fala, dizendo que não vou repetir o que disse a Procuradora, o representante do Diap, os técnicos em segurança do trabalho e o advogado que me antecedeu em suas falas. Concordo com todos eles e faço minhas as palavras que eles expuseram; dessa forma, obviamente, aproveito o tempo a fim de tentar trazer alguns elementos outros ao processo de discussão.

Gostaria, primeiro, de dizer que não vejo qualquer inexorabilidade no desenvolvimento das relações laborais no mundo, no sistema capitalista. Inexorável é o apagar o sol. Talvez, até lá, alguém invente uma maneira de que ele não se apague. O produto das relações de trabalho, especialmente, será o produto de como nós, seres humanos, trabalhadores, patrões e entidades relacionadas trabalharão nesse campo. Então, o futuro nas relações de trabalho está a ser produzido por nós. Quem diz que ele é inexorável, na realidade, quer dizer, com essa bela palavra, que com relação

àquilo que estão dizendo que vai acontecer nós não devemos esperar, devemos aceitar. Certamente, não é isso, não concordamos com isso.

Certo é, e aí já entrando no assunto em pauta, que a terceirização no Brasil não é e não se apresenta, no campo real, no chamado chão de fábrica, vamos dizer, como um reflexo daquilo que conhecemos nos livros e nos postulados. A terceirização que é apresentada como uma ferramenta para melhorar a dinâmica das empresas, inseri-las com mais qualidade no processo competitivo do moderno desenvolvimento capitalista, isso, quem tem intimidade com as frentes de trabalho, percebe logo de cara que não é verdadeiro. Uma coisa é o conceito, são as ideias que se referem à terceirização; outra coisa é a sua realização na prática.

E aí é importante que já se diga, e foi dito pelo advogado que me antecedeu, que a terceirização não nos aproxima da precarização. É mais do que isso. A terceirização é a pedra de toque da precarização no mercado de trabalho brasileiro, é a principal ferramenta de precarização e, vamos dizer, de surrupiamento de direitos dos trabalhadores. Ela tem se operado de diversas formas, e essas formas vão mudando de acordo com o combate que se faz à forma anterior. Se as instituições do mundo do trabalho – Auditoria Fiscal, Ministério Público e Judiciário – combatem com eficácia uma modalidade de precarização via terceirização, por exemplo, vamos citar: cooperativas de trabalho fraudulentas, que estiveram, em certo período no passado, em voga. Se essas instituições combatem e são eficazes, a fiscalização as identifica, o Ministério Público faz a denúncia à Justiça e a Justiça considera aquela forma de terceirização ilícita, com todas as suas consequências, quando isso já está indo para o Ministério Público, o setor empresarial já está inventando uma nova modalidade. E, efetivamente, é o que tem ocorrido, seja em cooperativas de trabalho fraudulentas, os famosos PJs, que estão pululando pelo mercado de trabalho, entre outros. São, na realidade, instrumentos que, vamos dizer, ao arrepio daquele limite legal colocado pelo Tribunal Superior do Trabalho, de atividade fim e atividade meio, grassam pelo mercado de trabalho a precarizar e a surrupiar direitos dos trabalhadores.

Então, é fundamental que se diga o seguinte: terceirização no Brasil é sinônimo de retirada de direitos dos trabalhadores e precarização das condições de trabalho.

Oxalá, quem nos dera que a terceirização no mercado de trabalho brasileiro se limitasse àquele limite legal colocado pelo TST, ou seja, atividade fim e atividade meio. Há muito tempo, talvez até mesmo quando o TST colocou esse limite, e por isso o colocou,

a precarização já grassava para além da atividade fim e da atividade meio.

Ouvi dizer aqui hoje, e é comum que ouçamos quando este debate é colocado, sobre a terceirização, que há uma zona cinzenta, que não se sabe, no caso concreto, o que é atividade fim e atividade meio. Isso não corresponde à realidade. Todos nós que militamos e atuamos na fiscalização e com essa temática sabemos identificar com muita clareza, sim, o que é atividade fim e atividade meio.

A quem interessa, então, dizer que há uma zona cinzenta, que não é possível fazer essa identificação? Essa zona cinzenta e essa não identificação, esse discurso vem exatamente de quem quer utilizar a terceirização como instrumento de precarização e que quer dizer: “Ah, não, ali não é atividade fim, ou se é, talvez pudesse ser terceirizada”. Então, é um discurso que temos que combater. Um instrumento jurídico atualmente disponível, criado pela Corte máxima da Justiça do Trabalho, nos orienta claramente e nos permite fazer essa distinção e esse combate.

Talvez nós devêssemos nos perguntar: o que é que está por trás disso? O que é que está por trás, primeiro, da realidade da terceirização como ela se apresenta hoje, precarizante? E, mais do que isso, o que é que setor patronal e aqueles que com ele compõem essa linha de raciocínio desejam ao não demonstrar satisfação com o nível de precarização que já existe no mercado de trabalho com a terceirização como está hoje colocada nos instrumentos legais? E apresentam, aqui no Congresso Nacional, seja no Senado ou na Câmara, projetos que aprofundam ainda mais esse processo de terceirização, aí sim, introduzindo uma nuvem que cega com relação a essa questão da atividade fim e atividade meio, permitindo a terceirização de forma descabida.

Eu talvez ousasse dizer o seguinte, Senador: por trás disso está uma visão de parte de alguns setores, como caldo de cultura de mais de 300 anos de escravidão no Brasil, que veem o trabalhador não como um cidadão sujeito de direitos e um sujeito, portanto, portador de dignidade. Na realidade, esses setores veem o trabalhador como um mero insumo no processo produtivo. E como sendo um mero insumo, como era o escravo na colônia e no império, deve-se a ele dispensar o mínimo de cuidados. Então, esses setores veem nos trabalhadores um custo alto no processo produtivo que deve ser eliminado. E que custo é esse? São os direitos trabalhistas, os direitos que estão aí e que, por intermédio da terceirização, é possível surrupiá-los, não atendê-los.

Não se enganem, com a terceirização, e aqueles 98% de terceirização, digamos, irregular, que hoje

acontece no mercado de trabalho, retira-se direitos fundamentais dos trabalhadores.

Não preciso repetir aqui o que foi dito das péssimas condições laborais com relação a saúde e segurança, morte de trabalhadores terceirizados, redução do salário de um trabalhador que é terceirizado, uma jornada muito mais explorada. Os trabalhadores terceirizados são muito mais explorados em relação à jornada. Tudo isso, na realidade, tem a ver com esse caldo de cultura de mais de 300 anos de escravidão...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO CAMPOS – ...que não vê o trabalhador como um sujeito de direitos, como alguém que possua dignidade.

Em relação aos projetos de terceirização, aqui, é preciso que tenhamos essa visão sobre eles. E, tendo essa visão, fica mais fácil para nós denunciá-los e fazer o enfrentamento deles.

E, é claro, não me furto aqui a analisar também o projeto do Simples Trabalhista. Foi dito aqui, em uma audiência na semana passada, que dois projetos hoje em tramitação aqui no Congresso Nacional representam um gravíssimo perigo aos direitos dos trabalhadores: aquele que foi na semana passada discutido, o chamado Projeto Volks, o acordo coletivo especial; e esse do Simples Trabalhista. Este eu acho que talvez seja até mais fácil combatê-lo, porque é de uma forma tão rasteira que se propõe mudanças na legislação trabalhista, que, na realidade, é a criação de dois tipos de trabalhadores: uns que vão ter direitos e que estão ligados a empresas, a empreendedores melhor constituídos; e outros que estão ligados a microempresas e pequenos empreendimentos, e a esses não seria dado praticamente direito nenhum. Na realidade, o que o projeto do Simples Trabalhista faz é retirar o conjunto de direitos desses trabalhadores.

Mas que visão está por trás disso? É a visão de que uma empresa pequena, micro, para existir, pode, para ter a sua sobrevivência no futuro, transformar trabalhadores em meros escravos. Porque é esse o conceito do projeto do Simples Trabalhista. O que se vai fazer se esse projeto for aprovado? Retirar dos trabalhadores que laborarem nesse setor econômico os direitos trabalhistas, direitos que garantem a sua dignidade, que os distingue do escravo lá da colônia e do império. Senador Paim, o projeto do Simples Trabalhista nada mais é do que uma revogação da Lei Áurea, travestida. Não têm a coragem de dizer, mas é isso que acontecerá. Porque os trabalhadores desse setor econômico ficarão absolutamente distantes dos direitos fundamentais previstos na Constituição, na CLT e na legislação ordinária.

E é interessante como esse projeto se encontra na contramão do que ocorre aqui na própria Casa, no Congresso Nacional. Todos nós sabemos do projeto de lei que está em estágio avançado, especialmente na Câmara, que prevê a extensão dos direitos trabalhistas às domésticas, aos trabalhadores domésticos. Não existe empreendedor mais micro do que uma casa de família que contrata uma doméstica. Todos nós sabemos que, hoje, com o processo de desenvolvimento do mercado de trabalho, se um empregador que não vier a garantir os direitos à doméstica, ele vai ficar sem trabalhador doméstico. E, nesse sentido e para resguardar esses direitos, o próprio Congresso Nacional caminho no sentido de garantir às domésticas o conjunto dos direitos trabalhistas. E aí vem um projeto como esse do Simples Trabalhista para dizer: “Não, em razão, com o objetivo, com a ideia bonita de combater a informalidade, vamos retirar direitos dos trabalhadores das micro e pequenas empresas”. Ora, mas se vão retirar os direitos dos trabalhadores, pouco significará garantir a formalidade deles. A formalidade só interessa aos trabalhadores se ela vier, no seu bojo, com a formalização, a garantia do conjunto dos direitos trabalhistas. Se se retira os direitos trabalhistas, formalizar para quê? Que preocupação mais inútil, não é verdade?

É importante dizer que tanto esse projeto do Simples Trabalhista quanto os projetos que tramitam na Casa relacionados à terceirização e quase em sua totalidade com esse escopo da precarização, da retirada de direitos trabalhistas, como também o projeto que ainda não chegou nesta Casa, o do acordo coletivo especial, o Projeto Volks, todos têm, apesar dos seus vários matizes, dos seus vários formatos, das suas várias aparências, este conteúdo: o conteúdo de reduzir direitos dos trabalhadores, retirar-lhes o conteúdo de cidadania. Porque o que garante cidadania a quem vende a sua força de trabalho são exatamente os direitos trabalhistas. É isso que distingue trabalhadores modernos e contemporâneos de trabalhadores escravos na colônia e no império. É o acesso a esses direitos. O acesso à dignidade se dá pelos direitos. Surrupiar os direitos por todas essas formas é reduzir os trabalhadores e aproximá-los à condição de escravos do império e da colônia.

É isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Marcelo Campos, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

A frase mais marcante é, queiramos ou não, a do encerramento. Seria voltar a antes da Lei Áurea.

Mais ou menos isso. Estou sintetizando para dar espaço para todos.

Passamos a palavra, neste momento, à nossa querida líder, Vera Lêda Ferreira de Moraes, que é Presidente da Nova Central Sindical do DF e aqui representa a Nova Central Nacional, o Presidente Calixto.

A SRª VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS –

Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia, integrantes da Mesa e integrantes desta Comissão. Agradecemos imensamente a consideração do Senador Paulo Paim em nos possibilitar a participação e fazer a exposição dos trabalhadores representados pela Nova Central e pelos trabalhadores do Brasil nesta audiência pública.

Assim como os demais companheiros que nos antecederam, nós queremos nos congratular com a família do nosso companheiro Sérgio Miranda e, se possível, com ela nos solidarizar dizendo que pessoas que nos são caras – e Sérgio Miranda é extremamente caro ao movimento sindical, ao movimento dos trabalhadores – não morrem, elas se encantam e vão morar no céu. E é assim que nós vamos nos lembrar eternamente de Sérgio Miranda. *(Palmas.)*

É muito bom ter 50 anos, e é muito bom ter 50 anos quando já se tem há quase 5. Porque temos a oportunidade de aprender, Senador Paulo Paim, dia a dia. E hoje está sendo uma manhã extremamente grata por este aprendizado.

Falar após todos os oradores que por aqui passaram não é difícil. É fácil porque a maioria já expressou o sentimento dos trabalhadores, o sentimento da sociedade brasileira a respeito das questões aqui postas, que são a terceirização, a precarização dos direitos do trabalho e a famigerada realidade que estão querendo nos impor, que é o Simples Trabalhista.

Não vou aqui, Senador Paulo Paim, fazer nenhuma outra colocação, porque os oradores já foram brilhantes, e fazemos nossas as palavras, sem tirar nenhuma vírgula, do nosso orador, o Dr. Marcelo Campos. Mas vou trazer também, para a visão e para a análise da sociedade brasileira, uma das piores formas de precarização da terceirização. Hoje, a terceirização – pasmem – até desagrega famílias. Por que a terceirização desagrega famílias? Porque, com essa modalidade, está surgindo, eu diria, com todo respeito aos corretores, uma modalidade de corretagem no mercado de trabalho, que é a comercialização de vagas de emprego. Então, hoje, uma empresa, ao vencer uma licitação, ela já ganha pelo trabalho que vai prestar, e soma a esse custo todo o custo da operação da relação de trabalho que vai ter com esse tomador de trabalho, e ainda existem os sanguessugas, que retiram do trabalhador que vai ocupar aquele posto de trabalho

o recurso objeto do sustento da sua família, da condição de trabalhador e da construção da sua dignidade.

Pasmem os senhores que, hoje, no Distrito Federal, nós estamos diante de um crime contra a organização do trabalho, e um crime invisível, que só se torna visível quando esse trabalhador tem um problema familiar ou não suporta mais ser estrangulado e resolve que tem que sair da casca e formular a denúncia. Um crime invisível porque esse trabalhador precisa do emprego para o sustento da sua família e para a construção da sua dignidade e a dos seus. Mas os sanguessugas estão ali esperando por quê? Porque, para ele se manter naquela vaga de emprego, ele paga para estar ali ou ele cede a vaga, que é concedida a outro que se submete à condição de comercialização dessa vaga de trabalho.

Nós estamos chamando o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil, conclamamos o Senado, já trouxemos a preocupação ao Senador Paulo Paim e à Comissão de Direitos Humanos, para que levantemos uma grande campanha comunitária de conscientização para que esse trabalhador não se sujeite a isso, que é pior do que a escravidão. Porque na escravidão você trabalha, você recebe açoites pela tarefa malfeita, mas não lhe é cobrada pecúnia pelo trabalho realizado. Essa nova modalidade, que está impregnada no mercado de terceirização, tem que ser extirpada. E cabe a nós promover campanhas de conscientização a fim de conseguir extirpar essa modalidade de comercialização que se está implantando na terceirização.

Gostaria de dizer aos senhores que existem inúmeros dados com relação a acidentes de trabalho. Porém, esses dados só são contabilizados, só são postulados, quando se chega à mutilação ou à morte. Na terceirização, um problema de saúde gravíssimo é o assédio, em todo o âmbito do assédio: moral, sexual e, agora, econômico, pelo que acabamos de denunciar aqui. Isso não é contabilizado nas estatísticas que demonstram a precarização com relação a saúde e segurança do trabalho.

Também entendemos que aqueles famigerados atestados demissional e admissional devem ser mais vistos, devem ser mais criteriosos, eles devem ser mais bem-elaborados, contabilizados, e responsabilizadas as empresas que emitem esses atestados, para que nós possamos dimensionar qual é a gravidade da saúde mental e moral dos nossos trabalhadores. E essa não se vê por mutilações e nem por sepultamentos.

Com relação ao Simples, Senador Paulo Paim, e depois da leitura feita pelo advogado que nos antecedeu, o movimento sindical, os trabalhadores, toda a sociedade há que repudiar efetivamente o inteiro teor

dessa proposta. E, assim como foi colocado aqui pelo Dr. Marcelo Campos, isso é retroagir à escravidão. Nós estamos avançando, e quiçá consigamos, porque esse é um nicho de trabalho que há que merecer o respeito e a proteção de todas as garantias trabalhistas. E estamos avançando, Dr. Marcelo Campos, com relação aos direitos das trabalhadoras domésticas.

Ora, se nós vamos promover ações para tirar os trabalhadores da informalidade e levá-los para o mundo da formalidade, o Estado tem dizer a que veio. As garantias fiscais para esse mercado Simples devem ser oriundas de tributos, e não de direitos trabalhistas, porque esses trabalhadores saíram da informalidade e irão construir o patrimônio desse empregador e o patrimônio de toda a sociedade. E ele não pode, sozinho, pagar o custo desse progresso e desse alcance de prosperidade.

Então, nesse sentido é que nós repudiamos efetivamente essa proposta do Simples trabalhista, para que não andemos para trás.

E, se há uma forma de se tirar trabalhador da informalidade e levá-lo para a formalidade, o Estado terá que dizer a que veio. O Estado terá que dar a sua cota e dizer qual é a contribuição para que esses trabalhadores saiam da informalidade, para que se instalem, para que constituam suas empresas pequenas, micros, mas com subsídios, com redução de tributos, e não de direitos e garantias trabalhistas, pelos quais nós lutamos há muito tempo para construir esse patrimônio, que é hoje uma conquista consolidada, inclusive na Constituição Federal.

A outra questão com relação tanto ao Simples quanto à terceirização, é a forma de você fiscalizar efetivamente essas garantias. Eu costumo dizer que falam muito em reformar. Quando nós falamos em reformar alguma coisa é para melhorar. Reformar, em se tratando principalmente de questões afetas aos trabalhadores, é para piorar.

A CLT, como disse aqui o advogado que nos antecedeu, não é mais aquela de 1930. Ao longo do tempo, as jurisprudências, as reformas já estão sendo adaptadas dentro dela para atender o novo mercado de trabalho. E, em relação a essa velha CLT, hoje, ainda sentimos dificuldade de fazer com que seja cumprida.

E isso passa também, Dr. Marcelo, pela questão dos auditores fiscais, dos fiscais do Trabalho, no sentido de que as nossas instituições de fiscalização estão devendo muito a esses trabalhadores, estão devendo muito a essas instituições, porque elas estão precarizadas, porque há um número exíguo de trabalhadores, falta concurso público para que nós possamos ampliar o número de fiscais. E, além de ampliar o número de fiscais por contratações, por concurso público, e não

por terceirização, nós temos também que pensar na estrutura que está sendo dada a esses fiscais. Nós temos fiscais que trabalham muito mais com o sangue e com a vocação, com a dedicação do que com a estrutura que o Estado tem oferecido a eles, para que eles exerçam o seu mister e façam cumprir as leis que são instituídas no nosso País.

Assim, a Nova Central agradece o convite, Senador Paulo Paim, e se coloca sempre à disposição para o debate, para a construção de melhores dias para os nossos trabalhadores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. A Presidente da Nova Central de Brasília, Vera Lêda Ferreira de Moraes, representando aqui o Presidente Nacional da Nova Central, companheiro Calixto.

Passamos a palavra, neste momento, ao Secretário de Políticas e Relações Institucionais da CTB.

Eu quero falar de novo disso. Eu quero dizer que o exemplo da CTB deveria ser cumprido. Todas as centrais deveriam ter aqui dentro um secretário, que é um líder. Não é só um secretário. Acho que se todos mandassem alguém aqui para dentro, com certeza estariam acompanhando mais o debate, interagindo, como você está interagindo muito bem. Depois, se se pagar o sindicato dos secretários de políticas institucionais, você vai ser o presidente. Já votei em você aqui.

Passamos a palavra para o Joilson Antônio Cardoso. Ele fala em nome da CTB, representando o Presidente Wagner Gomes.

O SR. JOILSON ANTÔNIO CARDOSO – Bom dia a todos e a todas; bom dia, Senador Paim. Quero parabenizá-lo por mais esta convocatória e dizer que a CTB tem, desde a sua fundação, a decisão política de acompanhar as matérias trabalhistas aqui, nos fóruns nacionais, em especial no Congresso Nacional.

O Congresso me elegeu Secretário de Política Sindical e Relações Institucionais, que é um trabalho importante, porque é ele que vai medir a consonância ou a dissonância do Congresso Nacional e dos fóruns nacionais com o desejo da classe trabalhadora, para que as centrais sindicais possam atuar e se manifestar sobre várias matérias que estão em voga, que têm a ver com a vida dos brasileiros e das brasileiras. Então, é com essa missão que estou aqui.

Em primeiro lugar, quero dizer que tenho acompanhado já, há alguns anos, a tramitação dessa matéria da terceirização aqui, no Congresso Nacional. E gostaria de situar essa matéria em relação a como ela anda aqui, no Congresso Nacional, até porque ela está também em outros fóruns. Eu gostaria de dizer que ela está no fórum das centrais sindicais com

o Governo, em especial com o grupo de trabalho do Ministério do Trabalho (MTE), UGT, que concluiu já um projeto, a escrituração de um anteprojeto para enviar para o Congresso Nacional, visando a restringir a terceirização, não permitir a terceirização na atividade fim e regulamentar a terceirização legal, porque existe a terceirização ilegal. E, em especial, o trâmite dessa matéria aqui, no Congresso Nacional, que advém de três iniciativas principais, que se somam a outras iniciativas, como é o caso do PL nº 4.302/98, do Fernando Henrique Cardoso, do PSDB; do PL nº 1.621/07, de Vicentinho, do PT; do PL nº 4.330/04, de Sandro Mabel, do PSD de Goiás, se não me engano; e o substitutivo atual do Deputado Roberto Santiago, do PSD de São Paulo.

Então, na verdade, são esses os instrumentos que estão aqui a debate, e a CTB tem acompanhado e tem se manifestado sobre todos eles, no sentido de que a terceirização, da forma como é aplicada no Brasil, tem um objetivo que se contrapõe inclusive ao objetivo histórico da terceirização.

Vamos lembrar que a terceirização surge com força no mundo após a Segunda Guerra Mundial, em que a indústria bélica dizia que deveria terceirizar certos setores para exatamente as empresas se dedicarem às suas atividades fins. Portanto, vamos observar que a origem da implementação pesada da terceirização no mundo se dá exatamente para as empresas se dedicarem à atividade fim.

Nas décadas de 70, 80 e 90 essa prática se universalizou. E ela não se universalizou por um acaso, por uma ordem natural, como já foi dito aqui pelo representante da Federação de Telecomunicações, pelo representante patronal. As coisas no mundo do trabalho, via de regra, não se dão de forma natural. Elas se dão no ambiente das relações humanas, dos direitos humanos. Nós não podemos dizer aqui que a escravidão que vivemos no nosso País – e, neste mês, estamos celebrando a resistência da população negra do Brasil, que foi acometida de forma mais sangrenta, mais absurda; mais de 350 anos de escravidão – foi uma coisa natural. Nós não podemos aceitar que essa relação entre capital e trabalho é uma ordem natural. Ela é uma ordem de relações humanas que precisa ser regulamentada, e o Estado tem papel fundamental nesse processo, para o bem ou para o mal. O Estado terá um papel fundamental para o bem quando ele age para proteger a parte frágil dessa relação, que é exatamente o trabalhador e a trabalhadora. E ele age para o mal quando ele deixa de fazer essa defesa e se entrega aos ditames a e aos desejos do capital, que não tem pátria, que não tem coração, que não tem

humanidade. Não é isso o que está em voga aqui. É por aqui que deve andar o debate.

Então, somo-me aqui e faço uma crítica à elaboração patronal, que é essa fala do representante da Federação de Telecomunicações. Ela não é uma fala isolada. Ela se soma a todas as outras falas que, aqui, dentro do Congresso Nacional, agem pesadamente na Comissão de Trabalho da Câmara; na Comissão Especial, que hoje visa a regulamentar. E tem seus representantes em outras instâncias, como, por exemplo, os pronunciamentos a que assistimos hoje, como muita preocupação, dos próprios membros do TST. Eles dizem que a terceirização é irreversível. Ela é irreversível para o mal. E por que ela é irreversível para o mal? Porque ela paga menos salários, porque ele destina menos direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras. Os dados estão aí; os dados do Dieese são categóricos. Um trabalhador terceirizado ganha um salário 50% menor do que um trabalhador efetivo. Aliás, no setor público, isso é um escândalo, porque um trabalhador terceirizado vale para Erário três vezes mais do que o efetivo. E sabem o que acontece com esse terceirizado, que, ganhando menos, tendo menos direitos, custa três vezes mais? Sabem o que acontece? É a margem de duas vezes para realizar os escândalos a que assistimos no Brasil, sob, inclusive, o financiamento da política brasileira.

A democracia brasileira não resistirá. Sucumbirá a esse financiamento econômico da política brasileira, e os escândalos não são poucos. São muitos, porque nós sabemos a força do poder econômico para fazer chegar ao Congresso Nacional um Deputado, um Senador. É lógico que nós temos as honrosas exceções. Por isso agradecemos, em todas as audiências, ao povo do Rio Grande do Sul, por ter mandado para cá um Senador que tem essa visão, que está atento não só às questões do Rio Grande do Sul como também às questões do Brasil, que é o Senador Paulo Paim. Não cansamos de render homenagem ao povo do Rio Grande do Sul por essa atitude corajosa. Nós sabemos o quanto foi ameaçada a prorrogação do mandato, a reeleição do Senador Paim em cima desse fator econômico nas eleições e na governança do Brasil nas relações de poder no Brasil.

Portanto, é isso que está posto. É lógico que o patronato usa alguns elementos que não se sustentam à luz de uma análise concreta em cima de questões medidas, estudadas, pela academia, pelo movimento sindical, pelo setor jurídico, que tem consonância com isso que estou dizendo aqui.

Portanto, Senador Paim, eu quero dizer que é muito confuso, é muito difuso debatermos aqui o que é atividade fim e atividade meio de uma empresa, visto

que a origem da terceirização é exatamente sob o argumento de as empresas se dedicarem à atividade fim.

Então, vamos falar aqui: qual é a atividade fim de uma universidade, de uma escola? É promover a educação. Quem são os atores que promovem a educação dentro de uma escola, dentro de uma sala de aula? São os professores e os demais funcionários que garantem a realização dessa atividade. Portanto, não se admite que se terceirize a contratação de professores numa escola. Está claro para o patronato que é isto: atividade fim. E a Súmula nº 331 do TST, que já flexibilizou esse conceito, garante isso. Só que a 331 é um barbante, segurando toneladas de ferro que, a qualquer momento, podem cair, inclusive sob a ameaça desses projetos, diferentes do projeto das centrais com o MTE e o do Vicentinho, que garante a regulamentação.

Então, os dados estão postos. Mudar esse conceito de atividade fim e de atividade meio seria mudar o ordenamento jurídico trabalhista no Brasil, que não deixa a dever a países que estão sendo colocados aqui, a exemplo dos Estados Unidos, em que o Presidente Obama é taxado de comunista porque ousa fazer um seguro pago de saúde. Imaginem do que seria taxado um governante ou um Parlamentar, lá nos Estados Unidos, que ousasse defender o Sistema Único de Saúde, universal, para todos, inclusive com *expertise* em várias áreas, mais do que o setor privado. Imaginem do que seria!

Portanto, são esses exemplos que nós queremos transladar? É o exemplo do Velho Mundo, que está falindo, que não respeitou preceitos e aspectos importantes? É o projeto Alemanha, que, infelizmente, está inspirando um certo setor sindical que precisa reavaliar sua posição em cima desse Projeto Volks, que visa a desfazer a CLT?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse projeto está tão ruim que a Volks deve estar preocupada! Só estou alertando a Volks.

O SR. JOILSON ANTÔNIO CARDOSO – Portanto, Senador Paim, essas são matérias que se somam a outras.

No Brasil, nós temos chagas a serem combatidas, como, por exemplo, a expansão da terceirização, que reduz em 50% o salário; que, em dez mortes, oito são de terceirizados e que não é reestruturação produtiva. Desculpem-me! O empresariado brasileiro está pouco preocupado com qualificação profissional. Sabem por quê? Porque, quando comemoramos a criação de um milhão de empregos por ano, nós rodamos um milhão. E, sabem como é a rotatividade no Brasil? É a troca de profissionais e de mão de obra qualificada por mão

de obra inexperiente, menos qualificada. Portanto, ganhamos a metade do salário.

Então, mais uma vez, o patronato, ao dizer que está preocupado com qualificação... Eu me somo à fala do Garcez, quando diz: “As suas ideias não correspondem aos fatos”, nem aos números, nem aos estudos, que estão aí para a sociedade brasileira avaliar.

Portanto, para concluir, nós, da CTB, e as centrais sindicais estamos divididos nessa matéria. Nós, da CTB, juntamente com a CUT e com outras centrais que se estão somando agora, somos contra a ampliação da terceirização no Brasil. Nós somos a favor da regulamentação, de impor questões objetivas.

Quando o representante do empresariado falou aqui que defende a subsidiária, nós sabemos por quê. Porque muitas empresas terceirizadas – muitas! – contratam, demitem, sonegam, sonegam ao Fisco, à Previdência e, depois, os trabalhadores ficam 30 anos brigando na Justiça, para que a Justiça diga que aquela empresa foi à falência e que não vai corresponder ao direito que o trabalhador tinha, tem. E aí, só depois, ele poderá entrar contra a tomadora.

Nossa proposta de regulamentação é que o trabalhador acione ambas. Aliás, nossa proposta é que, para terceirizar, mesmo na legalidade, a empresa tomadora justifique por que quer terceirizar e em que período é. Aí nós vamos debater a questão da especialização. Porque o trabalho temporário e a alta especialização já estão regulamentados. Existem leis aqui para tudo. Existem leis no Brasil que já regulamenta a temporalidade do serviço etc.

O que não pode é nós mudarmos o ordenamento jurídico, que iria estabelecer, no mundo do trabalho e da produção, o que existe no mundo financeiro, que é o empresário que tem uma empresa que não produz nada, que especula.

O escancaramento e a universalização da terceirização criarão, no mundo da produção, da relação entre capital e trabalho, o especulador, o especulador trabalhista, aquele que tem uma empresa. Então, eu abro uma escola, com um advogado aqui me assessorando, o Garcez, nós abrimos uma escola – é um exemplo; nós não faremos isso, jamais – e nós terceirizamos, nós buscamos especialistas na área de Educação Física, de História, de Matemática, e nós só vamos mensurar o que iremos repassar para esse contrato – e a terceirizada que se vire para pagar os trabalhadores. Obviamente, eles vão rebaixar os trabalhadores. E nós, no final do mês, não teremos RH, não teremos nada. Nós só iremos mensurar quanto faturamos no mês. Então, é esse o ambiente que nós queremos para o Brasil, de quebrar o ordenamento jurídico trabalhista e estabelecer essa ordem? Não!

Essa ordem, nós já derrotamos, já enterramos em 1888. E, aliás, em 1600, Zumbi já lutava contra ela. Então, aqui eu faço uma homenagem a Zumbi e digo que valeu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Joilson, brilhante como sempre. Joilson Antônio Cardoso, Secretário de Políticas e Relações Institucionais da CTB, que aqui representou o Presidente Wagner, grande colega e amigo Wagner.

Passamos a palavra, neste momento, ao Paulo Luiz Schmidt, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra, que aqui representa o Presidente Renato Henry Sant’Anna, do qual eu apenas posso dizer, Paulo, que o Renato, quando esteve aqui, o Presidente, sempre teve uma postura muito clara e muito nítida na defesa, digamos, do nosso povo e da nossa gente. E você, gaudério como eu, gaúcho, de Quatro Costado, lá do Rio Grande, todas as vezes em que esteve aqui também, foi na mesma linha de atuação. Por isso, é uma alegria recebê-lo, mais uma vez, aqui.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Obrigado, Senador Paim, pelo convite e pelas referências elogiosas ao Pampa.

De logo, quero pedir desculpas pelo atraso, porque vim hoje de manhã de lá, e o Senador sabe como é difícil vir quase da Patagônia até aqui. De manhã cedo, escapei do fechamento do aeroporto por 10 minutos. Levantamos voo e a coisa fechou.

Mas, Senador, retornando a esta Casa, atendendo ao seu convite, estão em debate três temas ou três aspectos ou três tentativas num mesmo tema, da precarização, que é a terceirização, o Simples Trabalhista e a desoneração. E as coisas estão efetivamente muito imbricadas. Não é nenhuma casualidade estarem em debate no mesmo momento histórico. Embora seja natural que os governos façam as maldades nos dois primeiros anos e as bondades nos dois seguintes, o atual Governo está fugindo um pouco desse estereótipo. Então, é claro que tentativas já aconteceram, mas a avaliação que nós temos é que 2013 será um ano de agenda pesadíssima, grave. Agenda socialmente grave.

E por que a Anamatra, Associação de Juízes, parece que faz a defesa da classe trabalhadora, quando isso é uma atribuição institucional dos sindicatos? Na verdade, o que a Anamatra faz como eixo da sua atuação é a defesa da ordem normativa, da ordem social, inscrita na Constituição. Todo juiz, não só o trabalhista, quando assume, jura cumprir a Constituição e as leis da República. Jurar cumprir é também, na nossa ótica, fazer a defesa. E nós não podemos nos afastar dos espaços políticos onde essa luta se dá.

Então, a Anamatra tem claro compromisso com a cidadania, com a civilidade, com a eficácia dos direitos sociais, com a defesa da ordem legal. E a defesa da ordem legal pressupõe a defesa da ordem social representada pelos direitos trabalhistas insculpidos na Constituição, hoje elevados à categoria de direitos fundamentais, portanto, insuscetíveis de serem diminuídos, mutilados ou, sob qualquer pretexto, derogados.

Nessa linha de raciocínio, o art. 7º é muito claro: “São direitos dos trabalhadores (...), além de outros que visem à melhoria de sua condição social.” É também princípio fundamental da República, da Nação brasileira, a valorização do trabalho humano. E é sobre este pilar que nós nos assentamos como Nação.

Portanto, a precarização caminha na direção da ofensa ao princípio constitucional do não retrocesso social, da irreversibilidade das conquistas da cidadania ocidental, vamos dizer assim. Estão inscritas não só na cultura ocidental, mas estão inscritas nas constituições, estão inscritas na Carta da ONU, estão inscritas nas Convenções da OIT, estão inscritas nas estrelas, afinal de contas. Nós não podemos admitir retrocesso.

E esses três temas aqui... Eu vou, Senador, se o senhor me permite, para não ser repetitivo, fixar em três pontinhos, em relação a cada um deles. A terceirização da forma como é apresentada e discutida, sob a ótica do poder econômico, ela visa dar proteção ao empregado e segurança jurídica às empresas.

Em proteção ao empregado eu até penso, mas nos marcos em que regressivamente se propõe. Nós entendemos que a regulamentação da terceirização passa por suprir as lacunas que hoje fazem escorregar os direitos dos trabalhadores terceirizados pelo ralo do tempo, pelo ralo das lacunas no Direito Comercial, que permitem que empresas se constituam, que pessoas jurídicas se constituam sem nenhum laço, sem nenhum suporte e ainda, muitas vezes, agasalhada por uma jurisprudência. Por exemplo, em alguns casos – e aí, felizmente, é minoria –, entende-se que a responsabilidade subsidiária prevista na Súmula do TST, em caso de falida, vai ser chamada à responsabilidade, apenas após o esgotamento da massa.

Olha, eu conheço poucos casos neste Brasil cujo processo falimentar tenha terminado. De alguns processos de concordata a gente tem história, a gente sabe. Mas a falência não finda. Ou seja, essa questão da falta de isonomia, essa questão da responsabilidade, a diluição da transferência pela quarterização, pela quinterização, e assim por diante, e esse falso conceito vago, que seria atividade-fim, o mundo real sabe do que nós falamos; o mundo acadêmico é que, às vezes, inova e o mundo do interesse também.

Então, a Anamatra costuma emitir notas técnicas e, especialmente nesse aspecto da terceirização, também emitiu, assim como no do Simples Trabalhista, uma posição contrária, porque, se é para regulamentar, vamos regulamentar em direção ao futuro da Nação, a civilidade, e não aquilo que significa uma contradição, na prática, daqueles que defendem a terceirização.

A Federação Única dos Petroleiros, num informe que eu li num outro momento, diz que apenas 2% dos empresários consultados sobre as razões de terceirizar diziam ou responderam que eram pela especialização; 98% pelo custo. Ora, empregado próprio é custo fixo, empregado terceirizado é custo variável. É uma forma simples de tornar variável um custo que é fixo. Obviamente, variável sempre na descendente. Infelizmente, quando o contrato, a contratação se dá com esse viés, o preço mínimo será sempre o que vai vencer. E aí as consequências todas nós conhecemos.

A questão do Simples Trabalhista. É quase uma coisa inacreditável que hoje nós estejamos discutindo isto e que haja uma proposta que esteja tramitando de criação ou de instituição, enfim, de estabelecer uma categoria de trabalhadores de segunda classe, na verdade. Eu acho que não merece muitas considerações além de tudo que já foi dito aqui.

Agora, eu gostaria de focar um outro aspecto que ninguém tocou aqui, que é a questão da desoneração.

O Simples, as empresas do Simples, micro e pequenas, já são desoneradas. O grande contingente de trabalhadores brasileiros – quase 60% – trabalha em micro e pequenas empresas cuja contribuição patronal já não é mais aqueles 20%. E, na verdade, o que se está querendo com essa desoneração é dar suporte a um discurso que eu acho que é extremamente selvagem, escondido, mas é selvagem, que é em relação a financiamento da contribuição.

Senador Paim, caso aprovado esse sistema, ou se ele campear frouxo em todos os setores da economia, nós vamos fazer uma grande transferência de renda, via seguridade social, da classe trabalhadora para... Aliás, não é nem da classe trabalhadora; é da sociedade para o setor patronal empregador. Isso é uma transferência de renda que vai causar, ali na frente, um negócio que é uma contradição. A informalidade, quer dizer, o imposto que vai substituir a contribuição previdenciária patronal, seja por IVA, seja por faturamento, vai ser tudo... Quem vai pagar, e se é verdade que 40%, 50% dos brasileiros estão na informalidade, quem vai financiar essa seguridade social é quem não tem acesso a ela. Olha que coisa perversa isso! É perverso! Essas questões têm que ser traduzidas, Senador, numa linguagem prática, que é quem está recebendo bolsa-família vai financiar a aposentado-

ria de quem está formalmente empregado. Esse é ou pode-se dar como o resumo da ópera.

E por trás de tudo isso, está aquele discurso que, infelizmente, pega muito, que é o custo do trabalho no Brasil. E o custo do trabalho no Brasil, eu digo e muitos dizem – agora, vários outros dizem o contrário –, é baixo. E é uma balela essa história de que custa 102% do salário. Você tem ideia de onde chega essa conta, de 102%? É a conta do Pastore.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seria importante se você pudesse aproveitar a TV Senado para deixar isso claro.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – O.k. Então, vamos separar as duas coisas. A Unicamp, o Instituto de Economia da Unicamp tem um estudo, que inclusive é encampado pelo Dieese e pela maioria das entidades, que mostra que é 25,1% o custo dos encargos sociais, ao contrário desse chamado Estudo Pastore, que eu não vou chamar assim, que diz que é 102%. E como é que chegam a esses 102%? Porque eles pegam, além do salário contratual, repouso semanal remunerado, férias com um terço, feriados, décimo terceiro, a projeção do aviso, o FGTS, 40% do FGTS pela média rescisória e os 15 dias de salário na doença. Daí se chega aos 102%. Por quê? Porque eles simplesmente consideram salário aquilo que é contratual.

Nós todos sabemos que, num contrato de R\$1 mil, um empregado vai receber de décimo terceiro e férias mais 11,11. Ele vai receber pela média mensal, isso vai dar R\$1.111,11. É tudo um, parece o calendário maia, de que vai terminar o mundo agora. Mas não é, não. E é sobre esses R\$1.111,11 que incide a contribuição previdenciária patronal. E a contribuição previdenciária patronal é 27,8%. Aí vamos ver: 20%; seguro de acidente – 2%; salário educação – 2,5%; Incra – 0,2%; Sesi, Sesc ou Sest – 1,5%; Senai, Senac ou Senat – 1%; e Sebrae – 0,6%. Isso tudo entra na conta do trabalhador. São entidades cujos recursos são recolhidos via GFIP, são administrados pelas federações patronais, que usam isso para formar, fazer a educação formal.

Então, vejam bem, além dos R\$1.111,11, que é base de cálculo das contribuições, o trabalhador vai receber mais 118. Isso para quem ganha R\$1 mil contratualmente. E isso é o FGTS e uma média projetada das verbas rescisórias. Então, isso tudo são verbas, ou salário contratual direto mais o salário diferido, que é aquilo que o trabalhador vai adquirindo com o desenrolar da execução do contrato: décimo terceiro, um terço de férias e assim por diante. E ainda o eventual: FGTS, verba rescisória.

O que um trabalhador embolsa num contrato de R\$1 mil nominal? Ele embolsa R\$1.129,11. Quanto é

que são os 27,5% sobre R\$1.111,00, que é a base de cálculo? Trezentos e oito. Então, para um trabalhador contratado por R\$1 mil, o encargo social é R\$308,00, que corresponde a 27,8%, arredondado.

Então, Senador Paim, para a lógica do Direito do Trabalho, que é um Direito que busca promoção da cidadania, enfim, que aponta para o País no futuro, a remuneração de quem contratualmente é ajustado por R\$1 mil, vai receber R\$1.229,00 e vai custar para o empregador R\$308,00.

Então, essas coisas a gente precisa começar a desmistificar para que esses discursos não campeiem tão soltos, como a gente diz lá no Rio Grande. Então, sob essa ótica, Senador, pelo adiantado da hora, eu não vou enfatizar um aspecto que eu gostaria, sobre a questão da regressividade, da progressividade dos efeitos dessa desoneração. Mas, é um debate que está presente, o Governo está ampliando os setores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em janeiro estão previstos mais 40 setores.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Pois é. E a sociedade civil, os mais pobres em especial, vai pagar a seguridade social.

Senador, muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Paulo Luiz Schmidt, que falou em nome da Anamatra, em nome do Presidente Renato. Podem certeza... porque alguns pensam que as audiências públicas são para o fórum, para o plenário aqui. Está muito além do plenário. Esses esclarecimentos estamos dando, aqui, em cada audiência pública, a milhões de brasileiros. Alguns podem dizer: “Ah, tá. Eu não sabia que era isso e tal.”

O que eu recebo de correspondência de pessoas que estão preocupadas, porque a partir do fim do ano haverá um rodízio permanente, e eu vou ter que deixar a Comissão de Direitos Humanos e as audiências que realizamos aqui. É claro que vou fazer um apelo enorme ao novo presidente ou presidenta, para que mantenha o critério: toda a segunda, audiência pública ao vivo para todo o Brasil; e no meio da semana, no mínimo, como foi hoje, uma audiência pública para todo o Brasil, com temas de caráter nacional. Ninguém aqui vai debater a situação específica de João, de Paulo, de Joana, mas sim temas de caráter nacional. E podem ter a certeza de que o resultado é muito positivo.

Os meus cumprimentos a todos os que têm participado aqui desses debates.

Passo a palavra, agora, ao Luiz Carlos Prates, membro da executiva nacional do Conlutas, que aqui representa o Presidente Atnágoras Lopes. Meus cum-

primentos ao Luiz Carlos Prates, que tem também aqui participado aqui dos debates, colocando aqui as suas posições com a maior tranquilidade e com muito equilíbrio. Houve até, em uma das reuniões aqui do Conlutas, em que discutíamos quem era o mais conciliador, se ele ou eu. É claro que acabou sobrando para mim, não é?! Vai lá, meu amigo. Líder sindical Luiz Carlos Prates.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Obrigado, Senador Paim. Agradeço, mais uma vez, o convite a CSP-Conlutas, e também cumprimos a todos os membros da Mesa.

Obviamente, ser o último a falar nesta audiência pública, já com diversos esclarecimentos que foram feitos, os debates, nos sobra pouco. Mas, vamos tentar.

Hoje, virou um pouco de onda, moda, a questão da flexibilização do Direito, precarização. A gente vê que virou uma moda, e nós temos uma certa onda hoje. Não é à toa que estão agora em discussão no Congresso Nacional esses projetos; são todos projetos que precarizam, projetos que flexibilizam e que têm uma certa audiência, principalmente com os empresários que têm levantado isso a todo momento.

Isso não é à toa, não é por uma casualidade que neste momento esteja em voga esses diversos projetos. É também porque hoje o mundo está vivendo uma crise econômica, uma crise no sistema capitalista, que é fruto, inclusive, do processo de globalização que a gente está vivendo. Então, a gente não pode isolar o nosso País, por mais que momentaneamente ele possa ter uma situação distinta, da situação global que se abriu desde 2008, uma crise de grandes proporções, e que as empresas, os empresários e os governos também têm uma política em relação a essa crise, que é exatamente descarregar na força de trabalho, entre os trabalhadores, o preço dela, seja através de demissões de trabalhadores, como a gente tem visto no mundo todo; seja através de fechamento de empresas, de postos de trabalho; e, outra medida, a flexibilização, a precarização do trabalho para poder diminuir o seu custo, o custo do trabalho.

Então, a CSP-Conlutas entende que nesse momento a receita aplicada pelas empresas vem nesse caminho. Então, quando os empresários dizem que é inevitável a terceirização, a flexibilização e a precarização, do ponto de vista deles, do ponto de vista do sistema capitalista, do ponto de vista do que eles querem, porque eles não estão preocupados com cidadania, eles querem superar essa crise, podendo descarregar nas nossas costas, eles vão trabalhar para isso e por isso é que estamos assistindo essa tormenta de propostas.

O que a gente está assistindo também? O que já levou a esse momento de desregulamentação. A Espanha, por exemplo. A Espanha, hoje, vive uma crise profunda e já foi feito todo tipo de precarização, pois existia, segundo eles, uma legislação mais rígida. Essa legislação foi abrandando para se tornar mais flexível, e o resultado é que está em crise. Mas não é só porque esteja em crise que se procurou agora outra saída; é que a saída para a crise, proposta pelos empresários, proposta por todos os governos é aprofundar essa situação. Então, é precarizar ainda mais. Precarizar ainda mais significa reduzir salário, reduzir custo, reduzir direito dos trabalhadores.

Então, essa onda de flexibilização tem a ver com a crise, tem a ver com o preparar uma crise futura em determinados países, e tem a ver também com a saída que eles propõem para essa crise, que é exatamente diminuir os custos do trabalho.

Então, nós entendemos que toda essa conversa de meio, fim, de que as empresas têm um determinado objetivo, que elas têm que focar, isso é simplesmente ideologia, ideologia para poder justificar o quê? Que elas precisam maximizar os seus lucros, diminuir os seus custos e por isso fazem um processo de terceirização. E muitos falam em terceirização selvagem como se fosse possível haver uma terceirização que não fosse selvagem. Então, a terceirização em si é selvagem. Por quê? Em primeiro lugar, porque ela divide os trabalhadores, ela divide entre aqueles que fazem os mesmos serviços, executam as mesmas funções e têm salários e direitos diferenciados porque trabalham em empresas diferentes.

Por outro lado, politicamente, ela faz com que haja também, por meio dessa divisão, uma divisão do poder sindical dos trabalhadores, na medida em que divide também em vários sindicatos.

Então, essa terceirização serve exclusivamente aos interesses das empresas e dos empresários. E têm razão os empresários quando dizem que é uma tendência mundial, exatamente porque existe a globalização e por isso que nós entendemos que ela tem que ser combatida, e combatidos também os efeitos da crise mundialmente. Então, é necessária essa gestão.

Agora, se a terceirização cria trabalhadores de segunda categoria, nós estamos vendo agora o absurdo – que também já foi relatado aqui – do projeto do Super Simples, que cria trabalhadores de terceira categoria, porque nós teríamos aqueles que trabalhariam nas chamadas empresas mães, os que trabalhariam nas empresas terceirizadas, e os que trabalhariam nas pequenas empresas que estariam com menos proteção ainda que o terceirizado.

Então, vejam a que ponto nós estamos chegando exatamente por causa desse processo, porque é necessário... E as empresas estão dizendo isso, eu estou cansado de ouvir, e aqui mesmo nesta Casa, quando falam os empresários. Ontem mesmo nós estivemos em um debate lá no Sindicato dos Metroviários, em São Paulo, entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metroviários, e a CSP-Conlutas também participou, para discutir o ACE, que é esse Acordo Coletivo Especial, em que o grande debate era a questão da segurança jurídica. Inclusive nos assusta ouvirmos os próprios sindicalistas dizerem que as empresas precisam de segurança jurídica. E o que significa segurança jurídica? Significa que eles precisam mudar as leis, as leis precisam ser flexibilizadas para eles não tenham passivo trabalhista, para que eles não façam só o que fazem. Eles fazem porque, muitas vezes, as leis têm e não são cumpridas, mas às vezes isso pode criar um passivo e eles querem ter garantia jurídica e, para ter garantia jurídica, é necessário flexibilizar e mudar as leis, como os diversos projetos aqui em discussão, na Câmara e também no Senado.

Então, eu acho que para a CSP-Conlutas o problema do Super Simples é levar ao extremo o problema da flexibilização, levar ao extremo o problema do que querem as grandes empresas com o seu modo de produção. Inclusive, Senador, a gente fala aqui das empregadas domésticas, dos empregados domésticos, que seria um contrassenso. Para as empresas, não é contrassenso, porque as empresas não têm empregado doméstico. Então, a gente vê que até entre as relações humanas... Se um trabalhador, uma pessoa da classe média, uma pessoa não puder pagar ao empregado, ele não vai pagar, não vai ter o empregado doméstico, porque ele teve mais direito, não vai poder pagar, é um direito que os trabalhadores têm. Agora, as empresas precisam dos funcionários, elas precisam da produção.

Então, o colega que disse aqui que: "Olha, o trabalho não é um fim, o trabalho tem que ser para produzir e tal." É exatamente o oposto, as empresas precisam dos trabalhadores, porque, se não existir trabalho, não há riqueza, não há produção. E, como precisam de trabalhador, é preciso flexibilizar, é preciso fazer com que ele trabalhe.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Então, é preciso reduzir, é preciso sugar, é preciso tirar isso. Isso é a modernidade que as empresas estão propondo, essa é modernidade global do sistema capitalista e a terceirização, no nosso modo de ver, tem a ver com isso.

E um outro tema também importante, que queríamos debater, é o papel do Governo, porque o Governo também tem trabalhado no sentido de preparar o País para atrair novos investimentos. Para eles, atrair novos investimentos também significa flexibilizar a legislação trabalhista. Por isso que tem que dar o maior exemplo, como a privatização dos portos, a privatização dos aeroportos, a privatização da própria Petrobras, as vendas e os leilões. Também tem a ver com chamar investimento, atrair investimento estrangeiro através da precarização e criando mais condições para essas empresas. Porque um dos setores que mais emprega os terceirizados e que mais lucra em cima dos terceirizados é exatamente a Petrobras, que é controlada pelo Governo; são os bancos, Banco do Brasil e Caixa Econômica, onde os trabalhadores fazem as mesmas funções e ganham salário completamente diferenciado; são as universidades públicas, estaduais e federais que, por meio da terceirização, pessoas com a mesma capacidade, as mesmas capacidades técnicas, com a mesma formação, com o mesmo grau de sabedoria para o trabalho e ganham salário totalmente diferente, porque um é concursado e o outro é terceirizado. Então, o Governo se aproveita dessa situação, quando deveria agir de forma contrária, deveria agir no sentido de proteger a legislação trabalhista, de proteger os trabalhadores, de garantir o emprego e de garantir também uma determinada estabilidade no emprego para os trabalhadores.

Então, achamos que existe um processo combinado de uma grande flexibilização por parte dos direitos e essa onda vai continuar existindo, exatamente porque as empresas precisam disso, as empresas necessitam disso do ponto de vista delas para poder competir e cada vez mais explorar mais a mão de obra e explorar mais o trabalho. É necessário que nós, os trabalhadores e as centrais sindicais, comecemos a fazer um movimento organizado para combater essa situação.

Então, nós achamos que a primeira coisa que é um absurdo, que foi debatida aqui na semana passada, é esse projeto apresentado pelo Sindicato do ABC, porque existe aí uma combinação, alguém falou que haveria aqueles trabalhadores das grandes empresas que teriam os direitos trabalhistas e haveria os trabalhadores das pequenas empresas, através do Super Simples, que não teriam nenhum direito trabalhista. Agora, o que o projeto chamado de Acordo Coletivo Especial faz exatamente nas grandes empresas ou nas empresas que teriam uma organização sindical, propiciar que essas empresas fizessem acordo que fosse inferior à lei. Portanto, existe uma combinação entre a política do Governo, que é atrair as empresas através de

privatização, entregar tudo, a política que as empresas tentem fazer ao tentar o reordenamento jurídico com os projetos que visam terceirizar e flexibilizar as pequenas empresas e a terceirização com o projeto apresentado pelo Sindicato do ABC, os metalúrgicos do ABC, que também visa flexibilizar a legislação trabalhista e visa flexibilizar onde você tenha mais organização. Então, esse é um projeto global e nós da CSP-Conlutas achamos que ele deve ser combatido. Amanhã nós teremos aqui em Brasília, inclusive, um seminário entre diversas correntes sindicais – que deve ser agora um seminário, mas queremos fazer manifestações no próximo semestre – que combate essa tendência. É necessário que os trabalhadores se unifiquem e que os trabalhadores se unam para poderem combater a tendência que está vindo de tentar flexibilizar os direitos totalmente para poderem preparar o País, segundo eles, para um novo ciclo de investimento, apoiado na exploração maior do que nós temos hoje. Então, nós não podemos pensar que se está ruim não vai piorar, não há nada que esteja tão ruim que possa piorar do ponto de vista nosso, os trabalhadores possam ter aumentada ainda mais a sua exploração. Então, nós queremos fazer esse chamado às centrais sindicais.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Queremos fazer esse chamado aqui para que a gente consiga fazer um amplo movimento de resistência a esse projeto de terceirização, projeto de flexibilização e que nós possamos avançar no nosso direito.

Por último, Senador, em relação aos projetos que estão em voga da terceirização, nós da CSP-Conlutas não entendemos que seria possível regulamentar um projeto de terceirização que fosse bom para os trabalhadores. A terceirização em si é uma injustiça muito grande. A terceirização em si divide os trabalhadores entre primeira e segunda categoria. É necessário acabar com a terceirização, era necessário um projeto que impeça que as empresas terceirizem. Não é preciso ir muito longe, pegar as grandes empresas que hoje terceirizam...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Fala-se muito do problema de limpeza, restaurantes, patrimônio. Há algum tempo, não muito longe, todas as empresas grandes tinham esse serviço, não eram serviços terceirizados. Então, não é inevitável que esses serviços sejam terceirizados e não era inevitável que os trabalhadores sejam obrigados a um trabalhar e ter salário diferenciado, trabalhador de primeira ou trabalhador

de segunda categoria. Porque, inclusive, várias empresas até discutem desterceirizar, Senador. Elas falam: “Bem, há este setor, vamos desterceirizar? Ele está terceirizado.” Mas qual é a condição? A condição para desterceirizar é que os salários sejam iguais ao que ele já está ganhando. Então, mantêm a mesma desigualdade nessa desterceirização. Portanto, o mesmo projeto do Vicentinho, que busca regulamentar a terceirização, não serve aos trabalhadores.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Nós temos também que acabar com a terceirização, devem ser impedidas as empresas que terceirizam, deve haver garantia de salário igual para trabalho igual, como diz a CLT. No serviço público, aqueles que estão terceirizados devem ser incorporados ao serviço público e não pode haver essa praga da terceirização, porque a terceirização é o caminho para a precarização para os fins de direito, é necessário um movimento que acabe com essa praga que está atormentando a vida dos trabalhadores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Luiz Carlos Prates, que falou pela Conlutas.

Pedi-me a palavra e eu não tinha como não conceder, até pelo trabalho brilhante que ela vem fazendo e, naturalmente, todo sindicato nacional de auditores fiscais do trabalho. Ficam aqui minhas homenagens aos fiscais do trabalho, que muitas vezes são até assassinados simplesmente porque querem que o trabalhador não viva sob um regime de escravidão, como foi o caso de Unai.

Então, passo a palavra, com muita satisfação, à Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, a Rosângela.

A SR^a ROSÂNGELA RASSY – Bom dia a todos. Obrigada, Senador. Obrigada a todos que aqui estão.

Nós pedimos a palavra para termos a oportunidade de fazer, de forma reduzida, uma pequena leitura da Carta de Salvador, que foi fruto do 30º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que ocorreu na semana passada, em Salvador.

E a Carta de Salvador, Senador, responde ao tema principal do nosso encontro, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer que é com muita satisfação que nós fazemos questão de que você leia toda a Carta, para ficar aqui nos Anais da Comissão de Direitos Humanos.

A SR^a ROSÂNGELA RASSY – O.k. Não é muito longa não. Agradeço a atenção.

CARTA DE SALVADOR

Os Auditores-Fiscais do Trabalho reunidos em Salvador durante o 30º Encontro Nacional da Categoria buscaram respostas para uma pergunta que inquieta e envergonha: Por que a proteção ao trabalhador está em risco?

Painéis, palestras, mesas redondas, depoimentos de juristas, intelectuais, parlamentares e dos próprios Auditores-Fiscais levaram a conclusões e muitos porquês, que nós, Auditores-Fiscais do Trabalho, queremos compartilhar com toda a sociedade, porque nossa atividade é essencialmente voltada à defesa do trabalhador.

[...]

Somos protagonistas da luta pela defesa do trabalhador e é nosso dever denunciar as mazelas que assolam o nosso País no que diz respeito à proteção daqueles que contribuem para o desenvolvimento da Nação.

Por que a proteção ao trabalhador brasileiro está em risco?

Porque os princípios fundamentais da Constituição Federal, de cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho estão sendo desrespeitados, por meio da precarização das condições de trabalho.

Porque o absurdo número de acidentes do trabalho – apenas em 2011 foram mais de 700 mil notificados, que resultaram na invalidez de 14 mil trabalhadores e 2.800 mortes – é uma irresponsabilidade que vem sendo sistematicamente ignorada e que eleva sobremaneira o custo Brasil. Estes dados referem-se apenas aos trabalhadores formais. Estudos apontam que o número de mortes por acidentes de trabalho chegam a 20 mil por ano, atingindo inclusive, crianças e adolescentes.

[A proteção está em risco...] porque a ameaça de flexibilização da legislação referente à terceirização é um desrespeito ao trabalhador, que está vendo segmentos retrógrados da sociedade defenderem o capital, em detrimento do povo brasileiro. A terceirização se tornou um dano social, porque enfraquece o trabalhador, na medida em que impede a efetivação de direitos, admitindo cidadãos de segunda categoria.

[A proteção está em risco...] porque a falta de investimento em educação cria brasileiros que não conhecem seus direitos e se submetem ao trabalho degradante como única forma de sobrevivência. Enquanto isso, parte do empre-

sariado contribui para a existência de trabalho escravo e trabalho infantil, chagas que nós [auditores-Fiscais] sempre iremos repudiar e combater.

[A proteção está em risco...] porque a falta de Auditores-Fiscais ameaça os direitos dos trabalhadores. Somos apenas 2.900 [Auditores-Fiscais do Trabalho] para dar proteção a mais de 90 milhões de trabalhadores, e, ao invés de ampliar o número de Auditores, o governo realiza concursos públicos que sequer repõem o número de aposentados. Consideramos essa postura um descaso com o trabalhador e com a nossa categoria, que sempre teve a coragem de fazer o enfrentamento nos mais longínquos rincões de um território extenso, de difícil acesso.

[A proteção ao trabalhador está em risco...] porque deliberadamente o Governo Federal sucateia as estruturas do Ministério do Trabalho e Emprego e enfraquece a capacidade de atuação da Auditoria-Fiscal por meio da diminuição dos valores do orçamento destinado à manutenção das ações de fiscalização.

[Finalmente, apontamos que a proteção ao trabalhador está em risco...] porque os Auditores-Fiscais sofrem pressões de todas as formas, inclusive sob as mãos da violência, cujo exemplo mais marcante foi a execução dos colegas Eratóstenes, Nelson, João Batista e do motorista Aílton, no cumprimento do seu dever legal. O episódio ficou conhecido como Chacina de Unaí e depois de quase nove anos a Justiça ainda não puniu os assassinos.

Finalizamos, Senador, nossa Carta de Salva-

dor, dizendo: A Categoria leva ao conhecimento da sociedade de todos esses fatores que impedem a proteção do trabalhador, porque acredita que só é desenvolvido o país que defende aqueles que contribuem para ampliar suas riquezas [como os trabalhadores].

[...]

E finalizamos com uma pequena frase do Jorge Amado, já que estávamos na terra de Jorge Amado: "... Eu o tentarei (...), pois o importante é tentar, mesmo o impossível!". (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Muito bem!

A SRª ROSÂNGELA RASSY – Essa Carta traduz um pouco da grande preocupação dos Auditores Fiscais com o andamento desses projetos e que precisamos todos, unidos, como estamos aqui, sob a sua

coordenação, vencer. Precisamos não deixar que eles sejam aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos.

Acho que, com a leitura dessa Carta, se nós abriremos agora o debate, já é mais de meio-dia, e temos ainda três audiências no dia de hoje – duas audiências públicas aqui nesta Comissão.

Acho que a leitura da Carta dá a visão da ampla maioria dos que usaram a tribuna aqui da Comissão no dia de hoje.

Esse debate não termina aqui. Com certeza, ele vai continuar, eu estando ou não. Não estarei na Presidência da Comissão de Direitos Humanos, mas pode ter a certeza de que eu entrarei com tantos requerimentos quantos forem necessários, aqui e na Comissão de Assuntos Sociais, sempre na linha clara... E aí falo eu, Senador Paulo Paim, digamos, desfazendo-me momentaneamente da figura de Presidente. Todo mundo sabe que eu tenho lado, e faço questão de dizer que eu tenho lado. Eu não tenho dúvida: o meu lado sempre será, eternamente, o lado dos trabalhadores da área pública, da área privada, dos aposentados, dos pensionistas e de todos os que são discriminados.

Eu tenho lado. No exercício da Presidência, eu cumprio minha função. Mas nunca deixarei de deixar muito claras as minhas posições.

Assim, nós encerramos esta audiência pública, sabendo que este debate há de continuar.

Um abraço a todos os nossos convidados.

Até a próxima audiência pública.

Estão encerrados os trabalhos. (Palmas.)

(Iniciada às 09 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)

ATA DA 70ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 24/2012 – PLOA 2013

Às doze horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 02, sob a Presidência do Senador (Gim), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra presença os seguintes senhores Senadores membros da CDH **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Pedro Simon, Roberto Requião, Cássio Cunha Lima, Cyro Miranda, Gim,**

presidindo a reunião, para que eu pudesse relatar o meu parecer sobre as emendas desta Comissão.

Vou direto à análise das propostas.

No Anexo a este parecer, constam as propostas apresentadas pelos nobres pares, especificando autoria, unidade orçamentária beneficiária, ação objeto da proposta e valor pretendido.

Orientaram-nos nesse parecer, as normas regimentais sobre a apresentação de emendas pelas comissões permanentes, especialmente a Resolução nº 1, de 2006-Congresso Nacional, e o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emenda – CAE da CMO.

Todas as sugestões objetivam aumentar dotações de programações constantes do PLOA 2013, embora seis delas estejam identificadas, equivocadamente, como emendas de despesa nova (inclusão de ação orçamentária).

As sugestões são inegavelmente de interesse nacional e estão na área de competência regimental desta Comissão. A limitação numérica imposta pela Resolução nº 1/2006-CN, contudo, nos força a acomodar as propostas em apenas 3 (três) emendas desta Comissão.

Crítérios para composição das Emendas da CDH

Apenas sete Senadoras e Senadores optaram por participar do processo de montagem e apresentação de emendas. Assim sendo, estamos optando pela aprovação integral de todas as sugestões que contemplem as ações 210B.0001 – Atendimento às Mulheres em Situação de Violência – Nacional; 210N.0001 – Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Nacional e 6440.0001 – Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais – Nacional.

Aqui, pega toda a questão racial, mas, claro, o destaque foi para a questão quilombola.

A seleção atende diretamente, em pelo menos uma proposta, a 100% dos Senadores que participaram do processo e, ressalvada a Presidência da República, abriga todos os demais órgãos visados nas propostas. Nosso parecer acolhe, portanto, 17 das 52 sugestões apresentadas.

Voto do Relator

Como decorrência, votamos pela apresentação das emendas de apropriação, do tipo “acréscimo”, conforme demonstrado na tabela anexa.

A Emenda nº 1 ajusta e consolida as sugestões constantes das Propostas nºs 1, 15, 27, 40, 46 e 51; a Emenda nº 2, das Propostas nºs 11, 19, 33, 38, 42 e 55; e a Emenda nº 3, das Propostas nºs 6, 20, 32, 49 e 53.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da Ata desta Reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO juntamente com as emendas aprovadas.

Propomos, também, que a Secretaria da CDH seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas, devendo levar em conta que os demais dados para elaboração das emendas permanecem como constam nas Propostas nºs 1, 11 e 6, respectivamente.

Esse é o relatório, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco/PTB – DF)

– Agradeço ao nobre e competente Senador Paulo Paim, representando o Rio Grande do Sul, que tão bem colocou esse item único, de discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, ao Projeto de Lei nº 24, de 2012, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013 (PLOA)”

Foram apresentadas 55 emendas perante a Comissão. O Senador Paulo Paim, brilhantemente, fez o relato das emendas.

Coloco-as em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, o relatório está aprovado.

Gostaria também de solicitar ao Plenário a dispensa da leitura desta Ata, tendo em vista que temos de encaminhá-la para a Comissão de Orçamento.

Solicito a dispensa da leitura da Ata desta reunião e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, está aprovada a Ata.

Agradeço, mais uma vez, ao nobre Senador Paulo Paim.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 57 minutos, a reunião foi encerrada às 13 horas e 01 minuto.)

ATA DA 71ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Com-

parecem os senhores Senadores **Ana Rita e Paulo Paim**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 137, de 2012-CDH**, aprovado em 19/11/2012, de, que requer a realização de audiência pública para tratar de “Debater a questão das terras indígenas do extremo sul da Bahia”. Autoria: Senador Paulo Paim. Convidados: Cacique Aruá, Presidente da Federação indígena Pataxó e tupinambá; Maria das Dores, Presidente do Conselho de Caciques; Adelar Cupsinski, Representante do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Faz uso da palavra o Senhor Senador: **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 71ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 137, de 2012, aprovado em 19/11/2012, de autoria deste Senador e de outros, para discutirmos a questão das terras indígenas do extremo sul da Bahia.

Para aqueles que estão assistindo pelos meios de comunicação do Senado, nós vamos fazer uma pequena introdução, para situarmos todos sobre o motivo desta audiência pública. Em seguida, os senhores vão falar, da mesa da Comissão de Direitos Humanos.

Meus amigos e minhas amigas, hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos discutir a questão das terras indígenas do sul da Bahia.

A audiência está sendo feita a pedido da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá, do extremo sul da Bahia.

Lideranças indígenas dessas duas etnias vieram a Brasília em busca de soluções, junto ao Governo, de problemas que afetam, diretamente, os que vivem nas aldeias baianas.

Conforme documentos enviados ao meu gabinete, os índios Pataxós e Tupinambás querem soluções referentes:

1 – portaria declaratória do território Pataxó Barra Velha e Tupinambá Olivença;

2 – segurança quanto ao tráfico de drogas, ameaça contra a vida de lideranças e instalação de base de polícia comunitária nas terras indígenas Pataxó Coroa Vermelha;

3 – funcionamento da Coordenação Regional Funai do sul da Bahia;

4 – deslocamento de grupo de trabalho para conclusão dos trabalhos de levantamentos fundiários das terras indígenas Pataxó e Tupinambá do extremo sul da Bahia;

5 – instalação de base de polícia comunitária na terra indígena Pataxó Coroa Vermelha;

6 – continuidade de apoio financeiro à regularização de pagamento da bolsa universitária aos estudantes;

7 – saúde indígena;

8 – realização de concurso público da Secretaria Especial de Saúde Indígena;

9 – conclusão dos processos licitatórios para a celebração de contratos de insumos e serviços;

10 – instalação do Polo Base de Itamaraju;

11 – aquisição de medicamentos;

12 – funcionamento da Coordenação Regional Fundação Nacional dos Índios do Sul da Bahia;

13 – instalação de base de polícia comunitária na terra indígena Pataxó Coroa Vermelha;

14 – acompanhamento dos processos de demarcação das terras indígenas;

15 – definição de política de acesso e, principalmente, da permanência de estudantes indígenas nas universidades e institutos federais, apoio financeiro e pedagógico;

16 – apoio para os concursos de licenciaturas interculturais para professores indígenas, tanto no aspecto financeiro, como no de reconhecimento.

Essas são algumas das demandas que nos apresentaram os povos indígenas que vivem no extremo sul da Bahia.

Com essa informação, nós vamos iniciar a nossa audiência.

Convido, para a mesa, Maria das Dores, Presidente do Conselho de Caciques.

Seja bem-vinda, Maria das Dores.

Uma salva de palmas para a Maria, que chega aqui para fazer o seu depoimento. (Palmas.)

Seja bem-vinda, Maria das Dores. Por favor, sente-se aqui, ao nosso lado.

Convido o Cacique Aruã, Presidente da Federação Indígena Pataxó e Tupinambá. (Pausa.)

Seja bem-vindo, aqui, Cacique. (Palmas.)

Sebastião Freire, Presidente do Conselho de Saúde Local.

O Sebastião Freire está aqui? (Pausa.)

Ele ainda está subindo aqui.

Agora, o representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Adelar Cupsinkí. Tudo isso e um pouco mais. (Pausa.) (Palmas.)

Seja bem-vindo.

Vamos iniciar, então, o nosso debate sobre esse tema tão importante.

Eu queria só saber da assessoria se esta audiência está sendo gravada para ser reproduzida, porque, no horário em que há o plenário, não é ao vivo. Mas a audiência vai ser gravada e, depois, será transmitida para todo o Brasil. O.k.?

Então, quem será o primeiro a usar a palavra? Vocês que decidirão. Quem falará primeiro?

O Cacique Aruã disse que com ele não há tempo ruim. Ele enfrenta qualquer tempo. Ele disse: “Não, pode me colocar de primeira, porque eu já falo aí!”.

Então, com a palavra o Cacique. Vamos lá.

O SR. CACIQUE ARUÃ – Boa tarde, Senador Paulo Paim. É uma satisfação imensa da população indígena do extremo sul, do povo pataxó e tupinambá, representado aqui em 34 comunidades indígenas. Estamos com 40 caciques lideranças, aqui nesta audiência.

A princípio, gostaria de apresentar nossa indignação, na Comissão de Direitos Humanos. Alguns dos nossos parceiros estão lá na portaria, porque o pessoal não deixou subir com o maracá, que é um instrumento nosso de festa. E a gente gostaria que o senhor pudesse nos dar uma ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Registro feito e legítimo. Quando todo mundo chega, aqui, de cartolinha, e gravata, e terno, ostentando que é poderoso, entra. Eu entendo que há uma discriminação se o povo indígena não puder entrar no Congresso Nacional. Por isso que faço o apelo para a assessoria, porque isso que o Cacique me coloca aqui é um absurdo. Eles vêm para a Comissão de Direitos Humanos, e não podem entrar; não, aqui, na Comissão, mas na portaria do Congresso. Então, se precisar, eu falo com a segurança, com o bispo, com o papa, enfim, com quem tiver que falar, para liberar a entrada de todos. O.k.? (Palmas.)

As palmas são para o protesto corretíssimo que o Cacique fez!

Muito bem, Cacique. Continue com a palavra.

O SR. CACIQUE ARUÃ – Senador, o que nos traz aqui, e que nos trouxe outras vezes também, é o assunto referente à demarcação de terra indígena na Bahia e também no Brasil.

Hoje, o que estamos observando é que os direitos indígenas estão sendo restringidos pelo Congresso Nacional, tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado. Várias PECs que estão aí, várias emendas constitucionais – a 215, a 038, e agora a do ano passado, a 071 –, têm prejudicado muito a demarcação de terra indígena, principalmente em relação aos direitos.

O que a gente está observando é que os direitos indígenas estão apenas sendo restringidos, mas este Congresso está querendo é acabar com os índios no Brasil. Pelo que a gente está vendo, no decorrer do tempo, todas as vezes que a gente vem aqui em Brasília, a gente depara com uma PEC, algo novo, colocado principalmente pela Comissão de Agricultura, que está insatisfeita pelo fato de nós sermos os donos da terra. E, com isso, a gente se apresenta aqui para o Sr. Senador para que possa defender a causa indígena. A gente já teve informação, aqui, também pelo Adelar, de que o senhor é uma pessoa atuante na questão indígena no Brasil. Para a gente, é uma satisfação colocar esse assunto na pauta, para o senhor defender os nossos direitos, uma vez que o senhor já tem conhecimento dessas discussões que estão tendo aqui no Senado e também na Câmara dos Deputados.

Poucos Senadores e poucos Deputados defendem a causa indígena. E tem uma maioria, um exército que está apresentando essas reivindicações, essas emendas à Constituição que têm sido prejudiciais para todos nós. Inclusive a demarcação de terra indígena está sendo prejudicada também pelo Supremo Tribunal Federal, que são aquelas 19 condicionantes que foram colocadas para demarcação da Raposa Serra do Sol, e que a Funai, a partir daquele momento, não pôde mais publicar nenhuma terra indígena para ampliação, porque foi restringido esse direito nosso. Então, a gente precisa que as autoridades constituídas, que foram ao poder pelo voto do povo, pelo voto popular, defendam também o segmento indígena. Então, para a gente isso é superimportante.

E falando de terra indígena, hoje, os nossos direitos de acesso às políticas públicas estão sendo negados, porque a terra indígena, quando não está regularizada, não pode receber recursos públicos. E, com isso, as nossas comunidades, a cada dia que passa, mais frágeis ficam, porque não pode construir escolas onde tem terra irregular; não pode implantar constru-

ção de casas; não pode colocar projetos do Programa Luz para Todos. E isso tem sido difícil.

Os programas de Governo estão aí, mas as comunidades indígenas, pela questão de demarcação de terras, não estão tendo esse acesso. Então, gostaríamos que o senhor pudesse fazer uma intervenção junto à Funai, principalmente, que é uma das instituições de Governo, das autarquias onde a gente vê que está tendo morosidade na conclusão de processos, de relatórios antropológicos, de entrega. E isso tem surtido um efeito prejudicial nas questões indígenas. Para isso, a gente gostaria de estar contando com o senhor.

Gostaria de passar para as Das Dores também para ela complementar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Uma salva de palmas ao Cacique Aruá (Palmas.), que, de forma correta, adequada, lembra algumas iniciativas que estão tramitando nas duas Casas, como as PECs. E podem saber que, de nossa parte, vai haver resistência total contra esses projetos de PECs. E ele sabe muito bem que nós faremos de tudo para que elas não sejam aprovadas.

Então, seguindo a orientação do Cacique, eu passo a palavra à Maria das Dores, Presidente do Conselho de Caciques.

A SR^a MARIA DAS DORES – Obrigada, Senador. Em primeiro lugar, boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fale bem pertinho aqui para poder...

Eu vou pedir para aumentarem o som. Já percebi, hoje pela manhã, que está muito fraco o som.

A SR^a MARIA DAS DORES – Boa tarde, Senador! É um prazer estarmos aqui colocando para o senhor as nossas demandas, os nossos problemas e pedindo que nos ajude nisso aí. Hoje, a situação em que se encontra o nosso povo é uma situação muito difícil. Nós ajudamos o Governo, fazemos a nossa parte, e o que é feito em prol da gente? Nada! Essa frase de dizer que os primeiros serão os últimos, para a gente está funcionando: fomos os primeiros habitantes e somos os últimos a ser beneficiados. (Palmas.) Hoje, para a gente conquistar o nosso espaço para fazer uma pequena oca, é preciso que os nossos parentes sejam pisados, é preciso que a gente seja chutada, como, na minha comunidade, onde foi um trator que passou por cima, destruindo a nossa comunidade. Isso por causa de quê? Por causa de uma liminar, de um espaço que é nosso, um espaço onde têm os nossos parentes enterrados. Hoje, a saúde está sufocando, acabando, matando a gente. Houve uma mudança da Funasa para a Cesai. Dois anos fez agora, no dia 30 de outubro, e nada aconteceu de mudança. O que acontece hoje é que até quando um parente da gente

vai a óbito, não tem uma urna para ele ser sepultado, que é o último recurso que pode ser implantado para aquele indígena, mas não tem. Quando acontece de aparecer, é uma urna que não aguenta nem levantar um corpo, está podre, é madeira podre.

Hoje os benefícios que o Governo Federal tem para a saúde não chegam ao nosso conhecimento. Nossas mulheres morrendo de câncer de mama, câncer de útero, todas... Tem um monte de coisas que podem estar melhorando a saúde de todo mundo e que para nós não chegam.

Então, nós estamos aqui fazendo um apelo. O senhor, como representante dos direitos humanos, olhe por nós. Nós somos seres humanos, somos indígenas. Nós não viemos aqui em baderna. Viemos apenas exigir os nossos direitos. O ser humano, não importa se ele é índio, se é branco, se é negro. É um direito de todos nós. Então, nós não estamos aqui fazendo coisas erradas. Não estamos pedindo além daquilo que necessitamos. Estamos pedindo o básico. O nosso território, a saúde...

Hoje não podemos furar um poço artesiano dentro das áreas indígenas, porque a terra não é demarcada. Não pode ser construída nem uma unidade sanitária, porque o Governo não pode colocar. Até hoje, em pleno século XXI, fazemos nossas necessidades ao ar livre, porque nada pode ser construído. Hoje estão tratando a gente ainda como animal. Sempre digo que o mico-leão-dourado e outros animais que estão em extinção são mais privilegiados que a gente. Quer dizer, estão matando os índios, forçando os índios a morrer para ficar em extinção? Não queremos isso; não fomos criados para ficar em extinção. Queremos ter uma saúde digna, para que o nosso povo se multiplique, para que essa nação não venha a sumir, porque, do jeito que estão fazendo, nós vamos sumir, vamos nos acabar, porque as doenças estão chegando, não temos espaço para moradia e cada vez mais estamos perdendo o nosso povo, porque cada indígena que vai embora é uma falta que fica em nossa comunidade.

Então, estou aqui em nome de todos esses parentes que estão aqui e outros que ficaram lá em nossas aldeias, pedindo que nos ajudem, que o senhor, como representante, faça mesmo os direitos humanos funcionarem para os povos indígenas, porque infelizmente não sei se funciona para nós, porque existem muitas e muitas coisas em que os direitos humanos caem matando e a gente vê que funciona. E para a gente? São vários e vários anos que gritamos. Não é dizer que os índios estão calados, pararam o seu grito. Não! Estamos gritando, apenas não somos ouvidos.

Hoje aqui estou pedindo ao senhor encarecidamente que ouça os nossos gritos. Já chega da gente

ser massacrado; não queremos virar apenas uma estória em um livro fechado coberto por poeira. Queremos, sim, fazer parte do Governo que aí está. Governo, sim, que sempre nos procura, sempre procura as nossas aldeias para ajudar e sempre ajudamos. E é com essa ajuda que damos que hoje estamos aqui.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta foi a Maria das Dores, Presidente do Conselho de Caciques.

Só dizer, Maria das Dores – depois vai falar o Adelar –, que sei que não é fácil para os índios deste País. Eu digo que os índios, negros e idosos são os mais discriminados, mas principalmente os índios.

Não quero nem que vocês aceitem e muito menos até que entendam, porque não tem como entender o massacre de toda uma nação que são os povos indígenas, mas, no meu papel como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu tenho um limite, eu posso receber os pedidos e encaminhar para o Executivo. Mas e depois? A Presidência da República, a Funai, os órgãos correspondentes não tomam as medidas que devem tomar; eles têm que assumir a responsabilidade. A culpa – e falo de coração a vocês – não pode ser da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que é quem os recebe. Não só a vocês, nós recebemos a todos aqui, tanto que faço audiência ultimamente de manhã, à tarde e quase à noite, porque a demanda da nossa sociedade é muito grande e, claro, com vocês é um carinho especial de minha parte, mas vocês querem muito mais que carinho, querem solução.

Então, vou deixar agora o Adelar falar, mas os documentos que vocês me entregarem eu remeterei à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, remeterei à própria Presidenta da República todos os documentos que vocês encaminharem aqui. Quero que vocês entendam, porque não quero também que voltem para o seu espaço natural, da terra, da floresta, dos rios, dizendo: “Não, encaminhamos para o Paim e ele não resolveu”. Paim tem que ser uma ferramenta de vocês, é para isso que me boto inteiramente à disposição. Quero ser um instrumento para que vocês possam dizer: “Encaminhamos ao Paim e ele encaminhou; ele vai cobrar”. Cobrar eu vou, mas a solução definitiva está do outro lado da rua. Sei que vocês entendem isso, mas entendo também que vocês têm mais é que continuar indignados mesmo, porque eu estaria tão indignado quanto vocês se estivesse na mesma situação.

Eu sou negro, sou quilombola assumido, sem problema nenhum. Digo problema nenhum porque nem todos assumem a sua identidade. Eu assumo: sou negro, sou quilombola. Todo negro que não entendeu

ainda que é descendente dos quilombolas e não entendeu nada da vida, como aqueles que são índios, mas hoje estão na cidade, esquecem a sua realidade do povo da floresta, que são os índios. Ele não entendeu nada da vida, pois nem da origem dele ele entendeu.

Mas temos que fazer um somatório, índios, negros, todos os setores que são discriminados para avançarmos e cobrarmos.

Eu estou aqui neste momento, mas, no meu gabinete, há uma delegação em torno de 40 pessoas das mais variadas áreas, vamos tentar construir um fórum daqueles que são discriminados e, naturalmente, os índios serão convidados para nos mobilizarmos e buscarmos saídas, cobrar dos governantes. Como está não dá, porque vocês vêm, uma audiência, duas audiências, dez audiências, mil audiências, e a situação do povo continua a mesma, como a senhora falou muito bem.

Então, meus respeitos pela fala de ambos. Entendo que ambos estão cobertos de razão. E nós vamos nos somar dentro do limite de nossas forças. Mas digo que, quando a causa é justa, e repito essa frase, e os homens abraçam a causa, a causa também nos abraça. E a causa de vocês é uma causa justa. Por isso me sinto abraçado pelo povo indígena. (Palmas.)

Adelar, com a palavra.

O SR. ADELAR CUPSINKI – Boa tarde, Senador. Agradecemos por mais esta oportunidade.

Boa tarde a todos os parentes indígenas e as parentes.

Eu gostaria de registrar, Senador, um fato ocorrido em 2011, em que eu acompanhava uma delegação do Estado de Tocantins, aproximadamente 50 indígenas do Estado de Tocantins e do Estado de Goiás que vieram a Brasília também reclamar os seus direitos. Porém, encontraram as portas da Sesai fechadas, as portas da Funai fechadas e outras portas. Parecia que todas as portas de Brasília estavam fechadas para os povos indígenas daquela delegação.

Porém, num breve contato que fizemos com o Senador Paulo Paim, as portas daqui foram abertas. Então, é sempre importante para os povos indígenas serem bem recebidos. E esse apelo a gente sempre faz para todos os órgãos públicos, que têm o dever legal de deixarem as portas abertas para os povos indígenas. (Palmas.)

Então, faço questão de enfatizar, isso, Senador Paulo Paim, para dizer e afirmar que esta Comissão sempre está de portas abertas e é sempre importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Adelar, permita-me, eu queria responder aqui para o pessoal. Eu vou falar agora com a segurança. Aqui, entra gente com violão, aqui, nesta Comissão; entra gente com tambor na mão; entra gente com pandeiro;

entra gaita. Eu não estou entendendo por que a segurança não quer que vocês entrem... É o chocalho, não é isso? Entrar com chocalho. É o maracá. Para as pessoas entenderem, as que estão assistindo pela TV, qual o problema de um cidadão entrar aqui com um chocalho na mão. Repito, cansei de receber aqui gente tocando gaita, tocando violão, pandeiro, enfim, os seus instrumentos, da sua região inclusive do País. E o maracá, que é o chocalho, para as pessoas entenderem, é um instrumento do povo indígena, faz só um som, não mais do que isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tirar o colar do pescoço.

Então, é inadmissível eu ter que dizer isso aqui e estar sendo gravado.

Coloquem-me para falar no telefone aqui enquanto estou na frente da TV.

O tal de Pedro, desculpe a expressão, me disse que só o Presidente do Senado que decide.

Então, Pedro, fale com o Presidente Sarney. Eu duvido que o Presidente Sarney não vá autorizar o pessoal entrar com chocalho na mão.

É tão absurdo que eu duvido que o Presidente não vá autorizar. E o Pedro, que é da segurança, deve estar ouvindo agora, lá no seu gabinete, porque ele naturalmente está sendo filmado. Pedro, liga para o Presidente Sarney, então, ou bota o Presidente Sarney para falar comigo aqui, agora. Eu não acredito que o Presidente Sarney, que conhece o povo indígena, vá negar que a pessoa venha à Comissão de Direitos Humanos com chocalho na mão. Estão criando uma tempestade onde não precisava.

Antes de devolver a palavra ao Edegar, eu posso falar com... Coloquem-me para falar com o Presidente Sarney, com o Vice-Presidente da Casa, com a segurança, com quem quer que seja.

Edegar, V. S^a continua com a palavra.

O SR. ADELAR CUPSINSKI – Eu também gostaria de registrar que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Adelar. Errei até o nome de tão bravo que fiquei. Adelar e não Edegar.

O SR. ADELAR CUPSINSKI – Senador, recentemente, eu também estive no extremo sul da Bahia, numa rápida visita a Coroa Vermelha. Na verdade, eu estava em Itabuna, participando de uma audiência, em que a União respondia por um processo de indenização, de autoria do Ministério Público Federal, por conta de uma ação da Polícia Federal, em 2009, que teria causado lesões que foram consideradas como torturas. Ou seja, numa ação da Polícia Federal, em uma retomada, os policiais federais usaram armas de

choque nos índios que estavam algemados. Essa ação, no entendimento do Ministério Público, foi considerada tortura. Na condição de advogado, eu fui para a audiência e também fui lá visitar o Cacique Aruã, que me informou que as ameaças contra a sua pessoa continuam. Inclusive o senhor me falou, na oportunidade, que agora as ameaças são no seguinte tom: “Você se elegeu Vereador, mas não concluirá o mandato”. E, em outra oportunidade, Aruã, eu recebi uma série de documentos que você me entregou e que eu já repassei para o Estado brasileiro, denunciando tudo isso. Está tudo documentado. Porém, até hoje, não há uma resposta convincente para a comunidade, porque você, como Cacique, é ameaçado, mas a comunidade, como um todo, também é ameaçada, não é isso?

Com isso, eu quero dizer o seguinte: o Estado brasileiro funciona muito bem quando é para executar as suas ações. Quando é necessário que a Polícia Federal execute uma ação contra os índios, há efetivo, há helicóptero, há todo o aparato possível. Agora, quando é para proteger as comunidades indígenas, nunca há um efetivo condizente. O Estado brasileiro funciona muito bem, por exemplo, para os seus projetos que incidem em terras indígenas. Exemplo disso é Belo Monte. Hoje saiu a notícia de que o BNDES liberou mais de R\$20 bilhões para a construção da hidrelétrica, uma hidrelétrica que incide sobre terras indígenas, por mais que o Estado brasileiro negue.

Por outro lado, a Funai está sendo desmontada. Recentemente, a Presidente da Funai mencionou que foram contingenciados recursos, ou seja, foram retirados recursos da Funai, que, gradativamente, está sendo desmontada. A instituição perdeu grande parte da autonomia. A Funai não tem funcionários. Quando há uma solicitação dos povos indígenas para que seja demarcada uma terra, não há pessoal, não há equipe, não há antropólogo, não há quem faça os estudos.

Eu estava comentando, Senador, que o Estado brasileiro funciona muito bem, o aparato do Estado, quando é contra os índios. Há efetivo, há recurso, e a Polícia Federal está sempre disponível. Agora, quando é para proteger o direito indígena, ou seja, aquilo que está na Constituição – nós temos uma Constituição muito avançada nesse sentido –, o Estado brasileiro não funciona. E pior: as estruturas dos órgãos responsáveis do Estado para as questões indígenas estão sendo sucateadas. É o exemplo da Funai, com a perda de autonomia, com a perda de recursos, com a falta de pessoal. E as coisas para os índios não funcionam. Da mesma forma, essa situação está ocorrendo com a Sesai. A saúde indígena não chega às aldeias. Existe uma estrutura, mas ela não chega às aldeias.

Então, eu queria deixar registrado um pouco isso e também dizer que, no meu entendimento, o Estado brasileiro é um grande agressor dos povos indígenas.

Eu vou falar, Senador Paim, permita-me, dos Três Poderes. O Poder Executivo... A Polícia Federal sempre funciona contra os índios. Foi assim nas ações contra os xucurus, contra os tupinambás, contra os guaranis-kaiowás e, recentemente, contra os índios mundurucus, no Estado do Pará, onde um índio acabou sendo morto e uma aldeia foi destruída.

O Estado brasileiro, o Poder Executivo, é agressivo quando não demarca as terras indígenas, quando emite uma Portaria – Portaria nº 303, da AGU, que foi considerada anti-indígena –, só um momento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (Fora do microfone) ...uma delegação de povos indígenas, ...(ininteligível)... e estão aqui, pacificamente, tranquilos, tudo gente boa como a gente fala, né? E a única reclamação que eles estão fazendo, eu falei com o Pedro, eles deixaram todos os instrumentos deles lá embaixo, a não ser o chocalho, que é um instrumento que eles querem no fim fazer tipo uma saudação e uma reza para que os governantes atendam às reivindicações deles. Então, o Pedro diz: “Olha, Paim...”. O chocalho é um instrumento de canto e dança. (Pausa.)

Eles estão assistindo aqui, agora, a minha fala com os senhores, interromperam a audiência, e eu disse para ele que eu tinha certeza, como Presidente, eu assumo junto com o senhor a responsabilidade de deixar entrar só o chocalho, e eles confirmam lá embaixo, detalhadamente. (Pausa.)

Só um pouquinho. Daqui vocês vão para onde?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, só aqui mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que que nós poderíamos fazer? (Pausa.)

Está bem. Isso. E daí, se tiver alguma coisa, eles tiram e trazem só a roda mesmo e a coisa. É isso? Está bom, tá, eu explico para eles aqui.

Não, eu vou... (Pausa.)

Tá, diz prá ele vir aqui de forma tal que eles entrem só...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Com o maracá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem. Está bom. Não, está ok, eu entendi. Tá bom, tá bom, tá bom. Tá. Está bem, eu vou ver aqui com eles, porque eles estão aguardando aqui agora a orientação.

Tá bom, Presidente. Manda o Pedro falar aqui.

Em resumo, ele vai mandar o Pedro, da Segurança, vir aqui e me explicar o que está efetivamente acontecendo, e vamos buscar uma solução.

Volto a palavra para o Adelar.

O SR. ADELAR CUPSINKI – Então, Senador, eu estava comentando que as estruturas do Estado brasileiro funcionam muito bem quando é contra os índios. Agora, quando é a favor dos índios, as estruturas estão perdendo autonomia, estão perdendo recursos públicos. Exemplo da Funai e a própria deficiência da Sesai. Eu acho que isso tem que ser discutido. Isso é, de certa forma, até um pedido do próprio Presidente da Funai, que ele faz, que os próprios índios ajudem a pedir, a pressionar, para que haja mais recursos para o órgão indigenista oficial do Governo Federal.

Junto a isso, eu estava comentando também que o Estado acaba sendo um agressor dos direitos humanos dos povos indígenas. E aqui entram os três Poderes: o Poder Executivo, com as ações constantes da Polícia Federal, quando não demarca as terras indígenas, quando emite uma portaria anti-indígena, a Portaria nº 303 da AGU, e quando não disponibiliza recursos suficientes para a Funai e para a Sesai.

O Poder Legislativo também tem sido um órgão agressivo aos direitos indígenas, através das PECs nºs 215, 038 e, agora, mais uma nova PEC, a nº 071. Os projetos de mineração em terras indígenas sem respeitar aquilo que foi discutido com os povos indígenas no estatuto e uma série de outras ações, de outras iniciativas tendentes a retirar os direitos dos povos indígenas.

E o Poder Judiciário, mesmo que este ano tenha tomado decisões importantes, mas já foi relatado aqui que há muitas decisões de reintegração de posse, não é isso? Então, acaba também sendo um agressor dos direitos indígenas. E também quando demora nos julgamentos.

Com isso, eu quero dizer que a realidade dos povos indígenas é muito semelhante à dos anos 70. Qual era a situação dos povos indígenas nos anos 70, em plena ditadura militar? O Estado brasileiro fez um levantamento e chegou à conclusão de que existiam, na década de 70, aproximadamente 100 mil índios, mas que, quando se chegasse ao ano 2000, não existiriam mais índios no Brasil. Ou seja, aquela população de 100 mil habitantes, que em 1500 era de aproximadamente 5 milhões, essa população de 100 mil habitantes indígenas deixaria de ser de índios, ou seja, passaria a fazer parte da sociedade nacional. Com isso, os territórios seriam liberados para os empreendimentos e para o agronegócio.

Porém, os povos indígenas, nos anos 70, juntamente com as organizações – e aqui entra o CIMi, que este ano completou 40 anos –, começaram a se organizar e a reclamar os seus direitos. E as mobilizações dos povos indígenas possibilitaram uma Constituição bastante avançada, em que foram garantidos aos ín-

dios a sua organização social, os costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originais sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Ou seja, a partir daí, com as demarcações dos territórios indígenas, a população começou a crescer.

O Censo 2010 apontou que a população indígena no Brasil já é superior a 800 mil, que temos no Brasil 305 povos indígenas, com 274 línguas. Ou seja, a população vem crescendo justamente por conta das demarcações das terras indígenas.

Eu gostaria de dizer também, Paulo Paim, que a demarcação dos territórios resolve mais de 50% dos problemas dos povos indígenas, e uma das reivindicações do povo pataxó é justamente a regularização, a demarcação das suas terras. É o primeiro povo que teve contato com a sociedade, em 1500, lá em Porto Seguro, logo abaixo de Porto Seguro, onde a esquadra portuguesa aportou, não é isso, cacique Aruã?

Quando eu estive em Porto Seguro, na entrada da cidade há um grande cocar, não é isso? Uma placa muito grande. Você entra na cidade, e o nome da farmácia é nome pataxó, não é isso? O nome dos restaurantes, das pousadas é pataxó. Porém, o direito desse povo, que teve contato em 1500, ainda não foi assegurado. Ou seja, então, os territórios não foram demarcados. Isso é um contrassenso no meu entendimento. Se é o povo que primeiro teve contato com os portugueses, em 1500, no mínimo os seus territórios deveriam ser respeitados.

Hoje, a própria cidade, pelo que percebi lá, já está dentro da ladeia. Isso causa os problemas que foram trazidos aqui. Por que os povos indígenas pedem segurança para lá? Porque a droga entrou na cidade. Uma série de problemas entrou na aldeia por conta da cidade, que invadiu a aldeia.

Então, voltando à questão da conjuntura indígena, nós costumamos dizer que a conjuntura é muito semelhante à dos anos 70. Por quê? Porque os empreendimentos, os projetos governamentais são os mesmos, a exemplo de Belo Monte. Para isso, precisa desconstruir o que foi construído. Aí entra a importância das PECs. É preciso desconstituir o que está na Constituição. Temos que refletir, os índios precisam estar mobilizados para enfrentar essa onda de violência, que vem tentando desconstituir os direitos arduamente conquistados nesses 500 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Adelar, representante do Conselho Indigenista Missionário – CIMi. Agora está tocando a campanha e, a partir das 16 horas, precisamos estar presentes no plenário. Não sei se vocês têm algum documento. Acho que, simbolicamente, eu poderia receber o documento e encaminhá-lo para a

Presidência da República, para a Secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário, ligada à Presidência, e para o Ministério da Justiça. Esse é o encaminhamento que poderíamos fazer.

Com a palavra o Cacique, sobre o encaminhamento.

O SR. CACIQUE ARUÁ – Senador, temos várias demandas. Uma delas é para a Presidente da República, que é um decreto de desapropriação por interesse social da terra indígena em Coroa Vermelha, que é a gleba C, composta pela aldeia Juerana e Aroeira, exclusivamente da Presidência da República. Com o Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, seria a assinatura de portaria declaratória do território Barra Velha, também Tupinambá de Olivença. Também a questão de estrutura, de melhoramento da Fundação Nacional do Índio, que não está funcionando na região. Por isso, precisamos que essas instâncias de governo possam fazer o seu dever de casa, sua contribuição, para nossos direitos chegarem, serem efetivos e beneficiarem nossas populações.

No outro caso, no que se refere à Presidência da Funai, que são os processos de regularização fundiária, que partem de relatório antropológico. Um deles está em pendência, o território Kay e Pequi, que foi desmembrado do território Barra Velha, que, por ações do próprio Ibama, hoje CTNBio, foi parar na câmara de conciliação e arbitragem da AGU. Conseguimos, no ano passado, destravar e o processo do território Barra Velha seguiu, mas o território Kay e Pequi ainda está nesse procedimento. Precisamos que a Funai cumpra sua obrigação, que é a conclusão desse relatório antropológico. Também há o relatório do CTNBio, as questões terão um acordo entre a Funai, o Incri, pois tem assentamento indígena lá dentro. Como estará fazendo o procedimento do assentamento dessas pessoas em outros lugares, essas três instâncias de governo precisam se unir, cada uma fazendo sua parte, para liberar o território Kay e Pequi, que também está na AGU.

Anteriormente, na minha fala, relatei que a Funai, a cada dia que passa, fica mais fraca, como o Adelar comentou. Além de cortarem os recursos a cada ano que passa, a própria estrutura do órgão na região que é regional do sul da Bahia não está funcionando em nada. Não tem pregoeiro, nenhuma licitação é feita, não tem combustível, só tem mesmo uma casa com funcionários. Não funciona nada para as terras indígenas.

Gostaria que o senhor pudesse fazer um apelo junto ao Ministro da Justiça e também à Presidente da Funai, fazer esse encaminhamento e resolver essas questões, inclusive pelo Antonio Alves, que é o Secretário de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vocês têm isso tudo por escrito?

O SR. CACIQUE ARUÁ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Excelente. Eu me comprometo a receber os documentos, transformá-los em um ofício da Comissão de Direitos Humanos, um ofício de capa. Eu recebo os documentos, coloco meu nome, falo de nossa audiência, que recebi os documentos em anexo, peço que eles façam o devido procedimento legal para que as demandas sejam atendidas. Pode ser assim?

O SR. CACIQUE ARUÁ – Outro caso que eu gostaria que fosse relatado como mostramos à Comissão de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Terei uma reunião em seguida com a segurança no gabinete da Presidência, para resolver, de uma vez por todas, essa questão do chocalho ou do maracá. Eles têm outros argumentos. Então, quando eu encerrar aqui, eu vou me reunir com eles, para que toda vez que vocês venham aqui não haja esse tipo de constrangimento.

O SR. CACIQUE ARUÁ – Senador, eu vou expor aqui o caso do cacique Astério. Na última semana, tivemos que tirá-lo lá da aldeia com um segurança. Acionamos até a Polícia Federal e a Polícia Militar, porque ele foi ameaçado por pistoleiro, inclusive de um assentamento de sem terra que existe lá na região, que está nessa área que está sendo ocupada, que é da aldeia Vereme do povo Tupinambá.

A gente gostaria que o senhor pudesse também fazer esse encaminhamento e, inclusive, solicitar à Secretaria Nacional de Direitos Humanos apoio para a segurança dele. Como nós estamos aqui nesta Casa para tratar da questão de direitos humanos, é um fato bastante grave. Ele não sabe nem como vai chegar à comunidade dele, daqui quando a gente partir para o final de semana, porque há pessoas fortemente armadas. Se ele não levar nenhuma solução referente à questão da terra, ele pode até ser assassinado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu peço a assessoria da Comissão, que está secretariando os trabalhos e está ouvindo todas as solicitações e os compromissos que eu estou assumindo... Eu sou daqueles que sempre diz que o discurso não pode ser diferente da prática. Então, todos os compromissos que eu assumi aqui nós vamos fazer. Nós vamos cobrar naturalmente o encaminhamento devido e eles vão cobrar de mim. Então, eu peço que todos os documentos que eles estão me entregando... Eu farei um documento, chamado de capa de rosto, encaminhando aos órgãos competentes para que eles tomem conhecimento e tomem providência. Ok?

Ok, Adelar? Vamos fazer por aí, Adelar?

O SR. ADELAR CUPSINKI – Ok. Agradecemos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual é a cópia que fica? A cópia tem que ficar com a gente.

Eu dou o recebido sem problema nenhum. Só quero garantir que fique a cópia, porque depois, na hora de mandar o documento, eu não mandei, vocês me cobram, dizendo: “O documento não ficou comigo”. Então, eu dou o recebido aqui e tiram cópia. Só deixam já... O recebido e a minha assinatura. Ok? Qual é o outro? Esse também?

O SR. CACIQUE ARUÁ – Esse daqui é só para tirar cópia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desse aqui tire cópia. Tire cópia desse daí para eles.

Ok, Adelar? Vamos por aí?

E a Comissão está sempre à disposição.

O SR. ADELAR CUPSINKI – É isso. A gente sempre conta com a Comissão. E é importante que as demandas indígenas possam ser encaminhadas, não é? E também aqui no Senado a gente conta com V. Ex^a em relação aos direitos para os indígenas. Nós entendemos que aquilo que foi construído no Processo Constituinte de 88, de que V. Ex^a também participou efetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estava lá.

O SR. ADELAR CUPSINKI – ... que permaneça, que não seja alterado o art. 231 da Constituição Federal. Esse é um pedido dos povos indígenas do Brasil. A gente tem percebido que todos os índios, os povos indígenas estão mobilizados em suas aldeias, constantemente vêm a Brasília e todos são unânimes em afirmar, em solicitar que esse artigo não sofra alterações. Qualquer mudança será em prejuízo dos povos indígenas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Com a fala do Adelar, nós encerramos a nossa reunião de hoje, sem prejuízo de fazermos outras.

Eu sempre prefiro que seja de manhã, porque de manhã a gente pega ao vivo, principalmente na segunda. Daí ao vivo tem um impacto maior, mas sei que essa foi numa correria, numa emergência. Mas assim mesmo foi uma alegria enorme recebê-los.

Eu tomarei todas as providências, conforme aqui foi acertado. Nós vamos encerrar essa reunião, mas eu vou ter uma reunião agora, por convite do próprio Presidente Sarney, com a Segurança e ele, para discutir essa questão para que se evite que, na próxima vinda de vocês aqui, não possam entrar com os instrumentos de canto, de música, de som, inclusive.

O SR. ADELAR CUPSINKI – Senador, leve essa solicitação para o Presidente Sarney para que não seja alterado o art. 231 da Constituição. Acho que uma conversa com ele é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estão tomando nota desses pedidos dele também, para que eu leve para o Presidente Sarney o pedido e assim o farei. Ok, moçada? (Palmas.)

Uma salva de palmas para vocês.

Está encerrada a audiência pública, mas com chocalho ou sem chocalho... Não está encerrada a audiência pública ainda. Vamos fazer uma oração indígena. Faço questão. Quem é que faz? Não está encerrada a audiência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas vamos fazer assim mesmo. Para mostrar que a nossa fé é a mesma. Quem é que faz uma oração? (Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá. Está sendo filmado normalmente. Eu queria que vocês fizessem essa oração aqui para que os governantes atendam as reivindicações básicas de vocês.

Vamos lá agora.

Quem comanda?

Só depois da oração que vou encerrar a audiência pública.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Além da oração, vamos apresentar o hino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Boa. Vamos lá. Podem tocar.

(Manifestação da plateia: canto de hinos.)

(Manifestação da plateia: “Diga ao povo que avance, avançaremos!”, “O povo unido jamais será vencido!”)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vida longa a quem? Aos pataxós! Vida longa a quem?

(Manifestação da plateia: “Aos pataxós!”)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vida longa a quem?

(Manifestação da plateia: “Aos pataxós!”)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, pessoal. Tenho que, agora, fazer um encaminhamento formal aqui do encerramento da reunião. Eles pedem, inclusive, que eu repita a abertura.

Esta audiência pública é fruto de um requerimento, com muito orgulho, de minha autoria, para debater a questão das terras indígenas do extremo sul da Bahia.

Aqui listei todos os convidados: Adelar Cupsinki – Representante do Conselho Indigenista Missionário – CIMi; Maria das Dores – Presidente do Conselho dos Caciques; Cacique Aruá – Presidente da Federação

Indígena Pataxó e Tupinambá; e Sebastião Freire, Presidente do Conselho de Saúde Local.

Agora, vou ter que encerrar a nossa audiência, com o compromisso de realizarmos outra, com a presença, inclusive, de preferência, de representante da Secretaria de (Ininteligível) da Presidência da República, representante da Casa Civil, representante do Ministério da Justiça.

Vamos ajustar mais aqui, Adelar, porque sei que eles têm de voltar para os seus espaços originais, ou seja, para a sua terra.

Enfim, contem sempre comigo. Fiquei muito emocionado com as canções, as duas – tanto o hino, como a primeira –, que mostram muita fé, muita esperança, no sentido de que vocês acreditam ainda, quando dizem a palavra “pátria”. Vocês falam tanto nessa “pátria”.

Tenho um livro em que falo dos povos indígenas, cuja cópia vou deixar depois com vocês, onde digo: “Pátria – Pátria somos todos. Se somos todos, que dê-lhe a pátria do povo indígena”. Vida longa ao povo indígena!

Está encerrada esta audiência pública. (Palmas.)

(Iniciada às 14 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.)

ATA DA 72ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, SALA 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, João Durval, Sérgio Petecão, Eduardo Amorim, Magno Malta, Gim, João Costa** e o não membro Senador **Lindbergh Farias**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte **Pauta Deliberativa: Item 1. Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011, não terminativo, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria:

Senador Wellington Dias. Relatório: Pela aprovação das Emendas nº 1 e nº 2, com ajustes redacionais, e rejeição da Emenda nº 3. Resultado: **Aprovado. Item 2. Sugestão nº 8, de 2011**, não terminativo, que proíbe a utilização de sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador João Durval. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 3. Sugestão nº 12, de 2011**, não terminativo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incumbir o sistema de ensino a identificar os estudantes de baixo rendimento e prover-lhes plano de recuperação. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 4. Sugestão nº 3, de 2012**, não terminativo, que regulamenta o art. 2º, inciso V, e o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 1991, que versa sobre a manutenção do valor aquisitivo dos benefícios pagos pela Previdência Social. Autoria: Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2007**, não terminativo, que regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2009**, não terminativo, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências. Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPI). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria, com cinco emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2010**, não terminativo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para estabelecer pena de prisão aos maiores de 18 (dezoito) anos condenados pela prática de ato infracional equivalente a crime hediondo.

Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **Adiado. Item 8. Tramitação conjunta. Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2010**, não terminativo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 -Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada. Autoria: Senador Mão Santa. Tramita em conjunto. **Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2011**, não terminativo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do PLS 165/10, com a Emenda que apresenta e rejeição do PLS 79/11. Resultado: **Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2012**, não terminativo, que altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador José Agripino. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012**, não terminativo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada. Autoria: Senador Cyro Miranda. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **Adiado. Item 11.**

Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012, não terminativo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para limitar a quantidade de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes, nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes. Autoria: Senador Tomás Correia. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela rejeição. Resultado: **Adiado. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012**, não terminativo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 13. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009**, terminativo, que dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências. Autoria: Deputado Pompeo

de Mattos. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **Adiado. Item 14**

Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009, terminativo, que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por *Ad Hoc*) Relatoria *Ad Hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CE, e uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 15. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010**, terminativo, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandes Relatoria: Senadora Ana Rita Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1 – CAE, e uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 16.**

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011, terminativo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. Autoria: Deputada Luiza Erundina. Relatoria: Senadora Ana Rita Relatório: Pela aprovação Resultado: **Adiado. Item 17. Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011**, terminativo, que autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. Autoria: Deputado Enio Bacci. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da Matéria nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nº 1, 2 e 3 – CAS. Resultado: **Adiado. Item 18. Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2011**, terminativo, que altera o art. 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação, com duas emendas que apresenta Resultado: **Adiado. Item 19. Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2011**, terminativo, altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata da garantia de prioridade às pessoas que especifica, para dispor sobre a reserva de assentos em salas de espera de terminais de transporte. Autoria: Deputado Jorge Tadeu Mudalen. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **Adiado. Item 20. Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2012**, terminativo, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a

acompanhante. Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação Resultado: **Adiado. Item 21. Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2003**, terminativo, que modifica os artigos 121 e 122 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da Matéria nos termos da emenda nº 1-CCJ, aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **Adiado. Item 22. Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007**, terminativo, que acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que “Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências”, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Cyro Miranda Relatório: Pela aprovação da Matéria nos termos da emenda nº 1-CAE (Substitutivo) aprovada naquela Comissão, e com a Subemenda nº 1-CDH, que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 23. Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008**, terminativo, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima (Substituído por *Ad Hoc*) Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 24. Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008**, terminativo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela rejeição. Resultado: **Adiado. Item 25. Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008**, terminativo, que altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade. Autoria: Senador Flávio Arns Relatoria: Senadora Angela Portela (Substituído por *Ad Hoc*) Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Rita Relatório: Pela aprovação da Matéria com as emendas nº 1, 2 e 3 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 26. Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2008**, terminativo, que acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escritor constitui modalidade de deficiência física. Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Cyro Mi-

randa. Relatório: Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) e com duas Subemendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 27. Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009**, terminativo, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, incorporando a emenda nº 1-CE. Resultado: **Adiado. Item 28. Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009**, terminativo, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação, com quatro Emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 29. Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2010**, terminativo, que altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu município de residência. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da Matéria com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 30. Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010**, terminativo, que altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência. Autoria: Senador José Bezerra. Relatoria: Senador Lauro Antonio. Relatório: Pela rejeição. Resultado: **Adiado. Item 31. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011**, terminativo, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituí-

do por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do projeto, com 5 emendas apresentadas na CDR. Resultado: **Adiado. Item 32. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011**, terminativo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **Adiado. Item 33. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011**, terminativo, que dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Wellington Dias. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: **Adiado. Item 34. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011**, terminativo, que altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **Adiado. Item 35. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011**, terminativo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **Adiado. Item 36. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011**, terminativo, que altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 37. Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011**, terminativo, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **Adiado. Item 38. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007**, terminativo, que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral

como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Eduardo Lopes. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas de nº 2 a nº 6, aprovadas na CCJ. Resultado: **Adiado. Item 39. Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, terminativo, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 40. Projeto de lei do senado nº 338, de 2009**, terminativo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senadora Marisa Serrano Relatoria: Senador Magno Malta Relatório: Pela aprovação com as três emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 41. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009**, terminativo, que estende os benefícios financeiros do “Programa Bolsa Família” para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta Resultado: **Adiado. Item 42. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011**, terminativo, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Graziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas aprovadas na CE. Resultado: **Adiado. Item 43. Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011**, terminativo, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: **Adiado. Item 44. Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2012**, terminativo, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a forma de prestação do atendimento prioritário. Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da Matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 45. Requerimento – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 140, de 2012**. “Com fundamento no disposto no Art. 93,

inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para apresentar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Direitos Humanos.” Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 46. Requerimento – Comissão de direitos humanos e legislação participativa nº 141, de 2012**. “Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater sobre o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.” Autoria: Resultado: **Aprovado. EXTRAPAUTA. Item 1. Requerimento – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 142, de 2012**. “Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o Estatuto do Motorista.” Autoria: Resultado: **Aprovado. Item 2. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 143, de 2012**. “Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo como convidado o Jornalista Paul Rafaelle e o cinegrafista Tim Noonan para que façam uma exposição sobre o trabalho realizado entre os índios Suruwahás no Brasil no ano de 2011, com a exibição do documentário Amazon’s Ancient Trible -First Contact (Antiga Tribo da Amazônia -Primeiro Contato)”. Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Angela Portela, João Durval, João Costa e Lindbergh Farias**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 72ª Reunião Extraordinária da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

Faço um apelo a todos os Senadores e Senadoras da Comissão de Direitos Humanos que venham à sala 6, porque na sala 2 está acontecendo uma reunião da CPI do Cachoeira.

Peço a todos que venham à sala 6, porque temos matérias importantíssimas.

Estamos aqui com uma grande mobilização nacional para que hoje a Comissão aprove o projeto que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O Senador Wellington Dias já está aqui, a postos, para apresentar o seu relatório.

Sem a presença dos Senadores, nós não podemos iniciar o processo de discussão e votação.

Vou solicitar ao Senador Wellington Dias que faça a leitura do seu relatório enquanto os Senadores se destinam a esta reunião.

O Senador João Durval, que também é relator de matéria, já está aqui pronto para apresentar o seu parecer.

Vamos começar, Senador Wellington Dias, para que V. Ex^a apresente ao Brasil e à militância que lota esta sala e estão aqui nos corredores o seu parecer. Vamos votar no momento em que tivermos o número suficiente de Senadores e Senadoras aqui na comissão.

Em seguida ao seu relatório, vamos passar a palavra para o nobre Senador João Durval também dar o seu parecer sobre outro tema também importantíssimo.

O Senador Wellington Dias está com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, devo aqui esclarecer que já estão sendo tiradas cópias do relatório para serem repassadas à militância presente.

Saúdo a V. Ex^a, Senador João Durval. Tenho certeza de que outros Senadores estão-se dirigindo. Eu estava concluindo a votação na Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Educação, onde, por coincidência, há membros também desta comissão.

Saúdo aqui todas as entidades presentes. Permitam-me saudar todos na pessoa do Fernando, todas as lideranças de todas as regiões do Brasil que atuam nesta área nos movimentos relacionados às pessoas com deficiência, especialmente autistas.

Sr. Presidente, devo dizer que desde a semana passada tivemos diversas reuniões e aqui estamos apresentando este relatório.

Vou fazer a leitura e, em seguida, estarei tratando dos pontos que estamos apresentando.

Basicamente é mantida a mesma proposta apresentada no relatório do Senador Lindbergh, já aprovada anteriormente na Comissão de Assuntos Sociais e em outras comissões da Casa, como a Comissão de Educação.

Relatório da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de

2011, que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Relatório.

Esta Comissão é chamada a apreciar três emendas oferecidas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A Emenda nº 1 sugerida por técnicos do Ministério da Saúde

A Emenda nº 1, sugerida por técnicos do Ministério da Saúde, confere nova redação ao §1º do art. 1º do projeto, deixando claro que basta identificar a presença das características descritas em qualquer de seus incisos para que se reconheça a existência do Transtorno do Espectro Autista.

A Emenda nº 2, por sua vez, por meio do acréscimo de novo artigo ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011, estabelece a pena de multa de três a vinte salários mínimos para o gestor escolar ou autoridade competente que recusar, de maneira discriminatória, a matrícula de pessoa com Transtorno do Espectro Autista ou com qualquer outro tipo de deficiência. Prevê, ainda, a perda do cargo para o reincidente, por meio de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Determina, ademais, nos termos do parágrafo único do artigo acrescido, que não haverá punição quando – em função das necessidades específicas do aluno – for mais recomendável o atendimento em instituições especializadas.

A Emenda nº 3 modifica o Código Penal, acrescentando-lhe o art. 136-A, de modo a tipificar a conduta daquele que aplica “qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental, como forma de correção, disciplina, educação ou a qualquer outro pretexto”. Prescreve, para tal crime, a pena de detenção de 6 meses a 2 anos, além de fixar a pena de reclusão de 2 a 4 anos se resultar lesão corporal grave e de 4 a 12 anos se o resultado for morte.

Essas emendas foram propostas pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, que acatou o relatório da Deputada Mara Gabrilli, elaborado após a realização de consultas aos segmentos diretamente interessados, em particular as famílias de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Depois de serem aprovadas pelo Plenário daquela Casa, vieram para o exame do Senado Federal, onde já passaram pelo crivo da Comissão de Assuntos Sociais – acho que falta aqui: e também da Comissão de Educação –, onde também foram aprovados.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso VI, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar acerca de matérias que envolvam proteção e integração das pessoas com deficiência, caso evidente do PLS nº 168, de 2011, e também das emendas a ele oferecidas pela Câmara dos Deputados.

Permitimo-nos, antes de apreciar essas emendas, reforçar a relevância desse projeto, que inova o ordenamento jurídico pátrio com a criação da Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Trata-se, sem dúvida, de medida necessária e oportuna, porque voltada a proteger os direitos de centenas de milhares de brasileiros cuja cidadania é muitas vezes posta em xeque. Além de trazer benefício direto a esse público reconhecidamente vulnerável, a legislação proposta estimula e favorece o enfrentamento devido da questão e concorre para a melhoria da qualidade de vida de todos nós, ao viabilizar práticas mais inclusivas de convivência.

Do ponto de vista constitucional, não vislumbramos qualquer vício nas emendas da Câmara. De fato, elas observam os preceitos de competência e de iniciativa (inscritos nos arts. 22, inciso I; 23, inciso II; 24, inciso XIV; e 48, caput, da Lei Maior do País) e não afrontam nenhuma das cláusulas pétreas.

No tocante ao mérito, devemos dizer que a Emenda nº 1 reforça o espírito original da proposição do Senado, qual seja o de ampliar a inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. E faz isso ao afirmar que integra esse segmento quem apresenta isoladamente as características descritas no inciso I ou II do §1º do artigo inaugural do projeto. Impõe-se ressaltar, ainda, que a modificação promovida pela emenda torna o texto do projeto mais compatível com as disposições da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, recepcionada no ordenamento jurídico brasileiro com o status de emenda à Constituição.

Inegável, portanto, o mérito desse reparo proposto pela Câmara. A Emenda nº 2 – que prescreve punição a fim de inibir

...que prescreve punição a fim de inibir o ato do dirigente de escola que nega matrícula à pessoa com transtorno do espectro autista ou a qualquer outra com deficiência – também se nos afigura merecedora de acolhimento. Afinal, se a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e se o atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência deve ser preferencialmente feito na rede regular de ensino, como declaram os arts. 205 e 208, inciso III, da Constituição do Brasil, não se pode admitir a negativa de ingresso nesse sistema a quem quer que seja,

muito menos aos que mais precisam de apoio para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Por isso, julgamos correto adotar sanções administrativas para sinalizar que a sociedade brasileira não aceita semelhante conduta e julgamos igualmente acertada a escolha das sanções (multa e, no caso de reincidência, perda do cargo), que tendem a ser mais desencorajadoras por atingirem um dos pontos mais sensíveis dos indivíduos no mundo contemporâneo: o bolso. Concordamos, ainda, com a ressalva proposta pela Deputada Mara Gabrilli, relatora da matéria na Câmara, e endossada tanto pelo Plenário daquela Casa quanto pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, conforme relatório do Senador Lindbergh Farias, no sentido de que se exclua a ilicitude da conduta apontada quando for melhor para o aluno com deficiência o atendimento educacional fora da rede regular de ensino.

Contudo, importa garantir que a regulamentação desse dispositivo exija que tal decisão esteja lastreada em parecer de equipe multiprofissional especializada, assim como devem ser considerados os incentivos existentes para a matrícula de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, com ênfase para a contagem de dupla matrícula quando da distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Neste momento, entendemos haver a necessidade de alguns ajustes redacionais na Emenda nº 2 da Câmara, para que seu texto atenda aos princípios de clareza, precisão e ordem lógica que devem caracterizar a redação das disposições normativas, conforme reza o art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Assim, cumpre eliminar a incoerência interna construída pelo uso da expressão “de maneira discriminatória”, qualificadora da conduta infracional no caput do art. 7º, diante da existência da ressalva contida no parágrafo único, que exclui a ilicitude da conduta nos “casos em que (...) em função das especificidades do aluno, o serviço educacional fora da rede regular de ensino” lhe for mais benéfico. Nesse caso, fica evidente que a discriminação em decorrência das características do aluno – em vez de ser atentatória – visa ao seu bem-estar, não devendo ser apenada.

Além disso, sempre por força do disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, impõe-se substituir no caput do art. 7º o termo “punível” pela palavra “punido”, já que a oração tem por sujeito o agente, não a conduta. Importa, ainda, esclarecer que a perda do mandato depende do resultado do processo administrativo instaurado em função da conduta reincidente.

Por fim, é recomendável adotar para esse artigo o formato aplicado à redação das condutas típicas, utilizado inclusive na Emenda nº 3, que desloca a condição agravante para o parágrafo.

Por último, cabe-nos apreciar a Emenda nº 3, que cria novo penal para proteger crianças e adolescentes com deficiência de todo tipo de castigo corporal ou tratamento degradante pretensamente utilizado como forma de correção, disciplina ou educação. À primeira vista, trata-se de medida de todo necessária, pois, como bem ressaltou o Senador Lindbergh em seu relatório para a CAS, é nosso dever zelar para que a violência não encontre espaço em nenhuma circunstância, muito menos no ambiente de aprendizado e entre pessoas especialmente vulneráveis.

Entretanto, é preciso notar que a conduta descrita já está contemplada na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, que define os crimes de tortura, condenando a conduta daquele que submete...

condenando a conduta daquele que submete alguém sob a guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Diante disso, no nosso entendimento, em vez de a emenda proposta prevalecer, deve prevalecer o tipo penal descrito na Lei de Tortura, primeiro, por ser mais abrangente, já que também protege os adultos com deficiência, segundo, porque prescreve penas mais severas para a conduta abusiva de modo geral, terceiro, porque estabelece como circunstância agravante se a vítima for criança, adolescente, gestante, pessoa com deficiência ou idosa, com isso ensejando o aumento de um sexto até um terço da pena, e, quarto, porque seria incoerente que a lei voltada a proteger os direitos das pessoas com transtorno do espectro autista oferecesse àqueles que imploram maus tratos a crianças e adolescentes com esse transtorno tratamento mais benéfico do que o já prescrito na legislação penal.

Somos, pois, pela rejeição dessa emenda.

Sr. Presidente, eu devo aqui só esclarecer aos Parlamentares, antes de proferir propriamente o voto, que, na verdade, o Projeto que nós apresentamos foi enriquecido, melhorado portanto, no debate travado, enfim, na Câmara dos Deputados, no relatório apresentado pela Deputada Mara Gabrilli.

Aqui, também, na votação que tivemos com o relatório do Senador Lindbergh Farias, nós também tivemos o cuidado do aperfeiçoamento. O que eu quero aqui trazer, fruto do diálogo que tivemos desde que suspendemos a votação? Em relação à Emenda nº 1, qual é a proposta? Manter na forma como veio da Câmara. Onde é que nós temos aqui um ponto colo-

cado sobre esse tema? O que ela estabelece claramente, para ficar claro aqui para todo mundo? Manter a seguinte lógica: qualquer criança, qualquer família, qualquer adolescente que comparecer a uma escola, seja ela pública ou privada, deve ter sua matrícula garantida. Deve ser feita a matrícula, não pode recusar a matrícula. Se recusar a matrícula, tem as penalidades aplicadas, seja um gestor público, seja uma autoridade, porque, muitas vezes, a diretora da escola se escora numa decisão do Secretário, numa decisão de uma autoridade superior. Então, nesse caso, é garantida a matrícula. A porta de entrada para a educação é a escola. Chegou ali, tem que aceitar a matrícula.

A escola, certamente, em se tratando de um autista ou uma autista, ela faz – isso já existe na rede de educação –, uma avaliação. Aquela criança, aquele adolescente ou mesmo adulto tem condições, na avaliação, de frequentar uma escola regular? Esta é a primeira prioridade: a escola regular. Mas, pela especificidade do autismo, se há necessidade de uma escola especializada, é garantida, a partir daquela matrícula, a escola especializada, inclusive o direito às duas matrículas, podendo frequentar uma escola especializada e, havendo a condição, a escola regular, ambas mantidas com recurso público, através do Fundo Nacional da Educação.

Bom, nesse ponto, o que ficou faltando? Ontem, a gente chegou ao seguinte entendimento: efetivamente, como é feita essa avaliação? Então, nesse caso, na regulamentação, certamente, dependendo do caso, vai ser encaminhado para quem tenha a condição de fazer a avaliação da criança ou do adolescente. Até o Senador Lindbergh compareceu e, certamente, nós vamos tratar de acompanhar essa regulamentação junto ao MEC. Ontem, nós tínhamos a presença do MEC, do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, da Casa Civil do Ministério da Saúde, da Casa Civil, do Ministério das Relações Institucionais. E assim ficou acertado.

A emenda, portanto, mantém da forma como está. No entendimento nosso, isso garante a matrícula como obrigatória.

Na Emenda nº 2, que trata da penalidade, aqui nós fazemos, com base na legislação na lei que trata, apenas uma melhor redação. Porque o texto que foi elaborado diz assim...

Eu tenho que buscar o texto anterior. Alguém pode me socorrer aí?

É dito no texto que “caso o gestor negue a matrícula e caso faça isso de forma discriminatória”... A palavra chave é esta: “de forma discriminatória”. Caso faça isso de forma discriminatória, ele é punido.

Lá no parágrafo único – deixa eu ler aqui –, é dito assim: “o gestor escolar ou autoridade competente que

recusar [no caso recusar a matrícula] de maneira discriminatória, a matrícula de aluno com Transtorno de Espectro Autista ou qualquer outro tipo de deficiência será punível com multa de 3 a 20 salários mínimos” etc etc.

No parágrafo único, o que a gente verificou? Diz assim: “ficam ressalvados os casos em que, comprovadamente e somente em função das especificidades de alunos, o serviço educacional fora da rede regular de ensino for mais benéfico ao aluno com Transtorno do Espectro Autista”.

Qual é a interpretação que nos foi alertada e que nós avaliamos que estava correta? É como se nós estivéssemos dizendo o seguinte: qualquer gestor escolar ou qualquer autoridade que negar a matrícula de maneira discriminatória será punido. Mas o parágrafo único diz: exceto se for um autista que receba recomendação para estudar numa escola especializada, considerando a especificidade do aluno.

Ora, ao manter o termo “de forma discriminatória”, nós estamos dizendo que há exceção para alguém que discrimina. Então, em razão disso, avaliamos por bem fazer uma modificação retirando o termo “de forma discriminatória”. Ou seja, basta ter a recusa. Com discriminação ou não, basta ter a recusa para que haja a punição.

Não sei se já está claro aqui para todas as pessoas que já estão acompanhando.

Basta haver a recusa, porque, senão, nós já estaríamos fazendo lá embaixo... Houve a recusa, já é aplicável a punição.

A única exceção que é feita é para o fato de que, havendo uma especificidade, esse aluno, na verdade, ele possa estudar numa escola especializada, dependendo se for essa a recomendação, pela especificidade desse aluno.

Então, é basicamente uma pequena modificação.

E onde se lê “punível”, a gente botou “punido”, apenas para poder ficar mais claro o texto. Isso aqui é apenas uma correção.

Bem, o outro item... Nesse ponto aqui, o que estamos querendo é tornar mais abrangente. Qualquer que seja a recusa, haverá a punição. Não precisa ser de forma discriminatória. Basta haver a recusa. Por que estamos reafirmando isso? O grande objetivo é parar com uma coisa que existe no Brasil. Chega um pai, chega uma mãe, chega alguém responsável pela criança, pelo adolescente para fazer a matrícula numa escola pública ou numa escola privada... O próprio Senador Lindbergh citava exemplos que ele vivenciou. Eu também vivenciei e acho que outros pais

Eu também vivenciei. Acho que outros pais e outras mães também vivenciaram. Ali você tem a re-

cusa. A recusa... Muitas vezes, é dito: não, é porque só há uma vaga por sala; há aqui uma orientação de que já está lotado.

O que estamos colocando aqui é uma situação em que a escola, como porta de entrada, é obrigada a aceitar a matrícula. Em seguida, a partir daí, já dentro do sistema é que vai tratar do modo como dar solução para aquele aluno, aquela aluna. Se é um aluno que pode frequentar, pela análise, a escola regular, ele passa a frequentar a escola regular; se for comprovado que há uma especificidade no autismo que o aluno mereça ser acompanhado, ser colocado numa escola especializada, fica numa escola especializada.

Qual é o ponto que considero da maior importância? É que estamos quebrando uma regra com que a gente há muitos anos trabalhava no Brasil: o reconhecimento da necessidade de garantir as condições de educação, inclusive num escola especializada.

O que acontecia normalmente? Um aluno chegava a uma escola para ser matriculado e era recusado. Ao ser recusado, aquele pai, aquela mãe, muitas vezes, não sabendo do seu direito, não tendo conhecimento dele, nem ia mais atrás, dizendo meu filho não é aceito em nenhuma escola.

Esse é um papel do Estado. É papel do Estado dizer em que escola aquela criança vai estudar.

A outra é o último item.

Eu queria, aqui, chamar a atenção porque é o ponto em que estamos fazendo a modificação maior e precisa da compreensão de todos.

A Emenda 3 coloca – todos nós sabemos as razões disso – punição. São muitos os exemplos de escolas que recebem pessoas com deficiências e as maltratam, inclusive autistas.

Eu sei que todos nós somos levados à idéia de punição. Qual é o problema?

Na forma como foi feita a redação...

Eu preciso dizer aqui que nesse ponto a gente não tinha como, já que o Projeto de Lei do Senado foi para a Câmara e retornou. Então, nós poderíamos simplesmente fazer as modificações adaptando-o à nova legislação, mas não foi possível.

O que é colocado aqui nesse ponto?

“Àquele ou àquela que aplicar qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel, degradante, à criança ou a adolescente com deficiência sensorial, intelectual, mental ou com transtorno e espectro autista, como forma de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto”...

Há a punição, que começa com detenção de 6 meses a 2s anos. Se do fato resultar lesão, sobe, sendo de 2 anos a 4 anos e se resultar em morte, reclusão de 4 a 12 anos.

Qual é o ponto para o qual queríamos chamar a atenção? É que a Lei 9.455, de 7 de abril de 1997 – eu pediria atenção para isso – aplica para os mesmos casos penas mais severas. Quem fez esse alerta foi a equipe do Ministério da Justiça.

Qual foi o alerta feito?

Foi citado um exemplo relacionado com a legislação sobre a mulher. Alguns anos atrás, na formulação da legislação sobre a mulher, se fez uma aplicação de pena mais branda, e isso, nos julgamentos, era utilizado por quem tinha recebido pena para receber uma pena mais leve. Então, teoricamente é o seguinte: as penas aplicadas pela Lei 9.455, elas começam de 4

155, elas começam de quatro anos, porque se tratam de crianças adolescentes, se tratam de tortura, de forma cruel, enfim, os crimes aqui praticados, pela legislação já existente, são crimes considerados não só violentos, mas praticados contra indefesos. Por essa razão a pena já existente na Lei 9.455 ela é mais forte, ela é aumentada. Então o que nós estamos querendo, é que cada pai, cada mãe, cada entidade deseje isso. Então o que nós acertamos, ontem, na conversação? O compromisso aqui da comissão, acho que pode ser em nome da comissão, acertamos, ontem, eu, Senador Lindbergh, Senador Paulo Paim, a Senadora Ana Rita, ali apresentada na reunião...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Após o relatório, porque os Senadores estão se inscrevendo, vai começar o debate.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

... de trabalharmos as condições de apresentação, a comissão que está tratando das mudanças do Código Penal, que está tramitando aqui, e apresentar, inclusive, em paralelo a um projeto fazendo as condições de um agravamento na pena, ou seja, de ter um acréscimo por se tratar de altistas, por se tratar de pessoas com deficiência. Ou seja, não só manter a pena já existente na Lei 9.455, que é mais forte, mas buscarmos, inclusive, aumentá-la.

Então, na verdade, o que estamos, aqui neste instante, retirando do projeto, o art. 3º, aliás, a Emenda nº 3, melhor dizendo, aprovada na Câmara, por considerar mais branda do que o já existente, com o compromisso, Sr. Presidente, de apresentarmos e a comissão, da mesma forma que fez com esse projeto, encaminhar tanto à Comissão do Código Penal – como se tem dúvida se vai adiante, se não vai – em paralelo um outro projeto em separado, como fizemos esse, no sentido de termos, como já tem em algumas áreas, um acréscimo às penas já existente.

Então, Sr. Presidente, de forma resumida, o projeto é pela aprovação, As alterações que fizemos,

mantendo a emenda nº1, mantendo a nº 2 apenas com esse cuidado na redação, para evitar interpretações que pudesse causar prejuízo aos altistas e, retirando a Emenda nº 3 também, por considerar as penas ali colocadas mais branda do que as existentes com esse compromisso.

Diante disso o voto, favorável, é pela rejeição da Emenda nº 3, da Câmara e pela aprovação da Emenda nº 1 e nº 2 com os ajustes redacionais impostos pelo ditame da Lei Complementar nº 95, de 1998, consistentes na eliminação da sigla NR, após a Emenda nº 1 e na seguinte dicção para a Emenda nº 2.

Ficaria assim a Emenda nº 2:

“Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar, de maneira discriminatória, a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punível com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos e, em caso de reincidência, atestado por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa haverá a perda do cargo.

Parágrafo único

“Ficam ressaltados os casos em que, comprovadamente, e somente em função das especificidades do aluno, o serviço educacional fora da rede regular de ensino for mais benéfico ao aluno com transtorno do espectro autista.”

É este o parecer.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este é o relatório do Senador Wellington Dias.

Permita-me que eu faça um comentário de um minuto, porque quero mais é suscitar o debate.

Quando você disse, Paim me dá até quarta-feira que eu vou costurar o acordo.

Alguns companheiros nosso ficaram preocupados se iríamos conseguir.

E você conseguiu.

Então meu cumprimento pelo relatório apresentado com certeza votará no dia de hoje.

Quero, por uma questão, até para quem está nos assistindo pela TV Senado, registrar que estão conosco aqui, neste momento, o Deputado Federal Wilson

O Deputado Federal Wilson Cignachi. Está certa a pronúncia?

Já foi citado por algumas das Lideranças, mas os que quiserem que eu destaque é só encaminhar à Mesa. Destaco, também, aqui conosco a líder do Movimento Autista do Rio de Janeiro, Berenice Piana de Piana, que foi uma das primeiras – é claro que foi um grupo de pessoas – que nos procuraram aqui na Comissão de Direitos Humanos e apresentaram o

projeto. Esse projeto não é da autoria de um ou outro Senador; o projeto é fruto da construção do movimento. A comissão acatou, indicamos relatores à época, e começou a tramitar nas comissões. Pelo que percebo, para alegria de todos nós, este ano ainda, vai se transformar em lei. Pelo que percebo, olhando o Plenário.

Quero cumprimentar o Senador João Durval, que está aqui desde o início, o Senador Wellington Dias, naturalmente, pelo relatório; o Senador Lindbergh Farias, pelo belíssimo trabalho que tem feito nessa área, conversando conosco desde que o projeto surgiu aqui, sempre dialogando e apontando na construção e que, antes de qualquer negociação, ele disse: “Votamos, não é, Paim?” Eu digo: “Claro que votamos.” E que não votasse para ver. (Risos.) Eu disse: “Não, fique tranquilo, porque votamos.” E aí está o resultado.

Parabéns, então, ao Senador Lindbergh Farias pelo trabalho que fez em cima do tema.

O Senador Magno Malta, que está aqui conosco também, fez questão de vir de outra reunião para aprovar o projeto; Senador João Costa, que já está conosco; Senador Eduardo Amorim, que também está conosco; a Senadora Ângela Portela e a Senadora Ana Rita me falaram que estavam vindo para cá neste momento.

Já temos número suficiente no livro para, inclusive, votar o projeto no momento adequado, mas, neste momento, está aberto à discussão.

Senador Lindbergh Farias com a palavra.

Só para dizer – me permitam ainda –, que o Deputado Wilson Cignachi está aqui representando uma região grande do Rio Grande, pois o intimaram a vir aqui dizer que o Rio Grande quer a aprovação do projeto. Naturalmente, eu também me sinto representante do Rio Grande, viu? Queremos a aprovação. E o Brasil quer.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Paulo Paim, primeiro, agradecer a presença do Deputado Wilson Cignachi aqui nesta Comissão dos Direitos Humanos, dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras. Vou começar parabenizando, de fato, a força e a mobilização dos pais desse movimento e do Senador Paim, porque quem começou esse processo aqui foi a Comissão de Direitos Humanos, com o Senador Paulo Paim, que formatou tudo isso.

Acredito que esta Comissão de Direitos Humanos está tendo um papel aqui, nesta Casa, com o Senador Paulo Paim, fantástico, que é de dar voz às pessoas, que é de surgir projetos pela participação, pela mobilização. Então eu devo parabenizar muito V. Ex^a, Senador Paulo Paim, por esse projeto estar aqui agora, depois de passar pela Câmara.

Às vezes, uma tramitação de projeto no Parlamento demora muito e muito tempo. Acho que o papel de mobilização de vocês foi fundamental. Eu acho que a gente teve um desfecho muito interessante aqui sendo o Senador Wellington Dias Relator desse projeto, porque Wellington é pai da Daniele – Daniele ou Daniela, desculpa? Daniele, que tem 12 anos... 15 anos. Que tem 15 anos e é a pessoa mais apropriada possível para fazer esse debate. Inclusive aqui eu quero destacar um ponto que é importante, que é a manutenção do que foi aprovado na Câmara, que permite a educação especializada.

Na minhas argumentações com o Governo e com o MEC, quando eu tinha, eu sempre citava o exemplo do Senador Wellington Dias, porque, Senador Paulo Paim, eu sou um defensor da inclusão na rede regular de ensino. A minha filha, a Beatriz, tem Síndrome de Down, está lá em uma escola regular. E é muito importante aquela interação toda.

Agora, você não analisar e não perceber que existem situações e situações, não encarar o caso particular, que tem que ser tratado de uma forma diferenciada, é um equívoco. É um equívoco. Eu senti isso desde que eu comecei. E o exemplo que eu citava, nas discussões que eu tinha com o MEC, era o exemplo do Wellington Dias, porque ele disse uma vez para mim: “Lindbergh, a Daniele, a minha filha, eu não consegui que ela estivesse no ensino regular porque tinha alguns momentos em que ela não conseguia ali, se assustava, saía. Era preciso outro tipo de estímulo.”

Esse era o exemplo mais claro nesse debate todo que a gente tinha, até dentro do Governo, para debate, que tínhamos até dentro do Governo, para quebrar uma visão muito engessada, no meu entender. Acabava parecendo que, ao admitirmos esses casos particulares, que precisam ser analisados dessa forma, como se fôssemos contra a inclusão na rede regular. Não é isso!

É a mesma discussão da questão dos surdos. É um movimento fantástico, uma federação fantástica, de gente organizada, mobilizada, que dizem: “Minha primeira língua é a Libras”. O que está sendo mostrado hoje cientificamente é que a criança surda que aprende Libras no começo, nos primeiros anos de vida, tem um desenvolvimento cognitivo muito superior.

Eles reclamam: “Não é jogar gente na sala regular desse jeito”. Não é assim. Queremos ter uma educação especializada. Eu dizia o seguinte: vi aqui debates com surdos, com mestrado, doutorado, a vida inteira, dizendo que o caminho era aquele. Havia um consenso entre todos eles, dizendo que o caminho era aquele.

Nessas horas, temos de dizer, Senador Wellington Dias, que não é um órgão, uma instituição, um setor do

MEC ou alguém que vai dizer que tem a verdade sobre tudo. Precisamos escutar as pessoas. O lema desse movimento da pessoa com deficiência é primeiro escutar as pessoas. Eu dou opinião sobre o que eu quero.

Então, penso que este relatório do Senador Wellington tem muita força pela experiência de vida dele. Ele manteve essa lógica. É claro que vamos ter um debate agora na regulamentação. Vão ter várias áreas do Governo, indagando como vamos regulamentar.

Podem querer formar uma comissão interdisciplinar disso e daquilo. Olha, sinceramente, Senador Paulo Paim, não há melhor avaliação do que a do pai e da mãe. (Palmas.) É verdade! Os pais é que querem ver seu filho se desenvolvendo, crescendo, estimulado. Eles é que sabem. A criança com autismo, ao entrar na escola, se o pai perceber que ali ela tem condições, é a melhor coisa para ela, porque ela vai ter uma relação muito mais ampla. O pai não vai perder essa chance. A mãe não vai perder essa chance.

É o que eu digo: eu pego briga, quando encontro por aí, uns que dizem: “Síndrome de Down. Ah! Vou colocar numa escola especial!” Não faça isso! Criança com síndrome de Down precisa ser matriculada na rede regular. Seu filho vai crescer muito mais, vai ter um potencial muito maior. É um erro segregar, mas essa é uma característica da síndrome de Down.

Então, acho que estamos saindo daqui com um relatório muito importante. Há um ponto que o Senador Wellington Dias fez tão bom, mas a luta vai ser transformá-lo em realidade no dia a dia, ou seja, fazer cumprir a lei, porque isso aqui é uma coisa revolucionária.

Ele tira, nessa Emenda nº 02, a parte que fala “de maneira discriminatória” e, do jeito que ele redigiu essa Emenda nº 02 vai ser o seguinte:

O gestor escolar ou autoridade competente que recusar matrícula de aluno com transtorno de espectro autista ou qualquer outro tipo de deficiência será punido com multa de três a vinte salários mínimos.

Senador Wellington Dias, infelizmente, a vida, no dia a dia, está longe de ser assim. São pouquíssimas as escolas. As escolas públicas são obrigadas; as privadas, sabemos como é difícil. São pouquíssimas as escolas que aceitam. Quando fui olhar para a minha filha, eram poucas as escolas que aceitavam. Ainda bem que há uma escola muito bacana – a Escola Parque –, mas há limite por sala também.

Conversei, lá no Rio de Janeiro e aqui, com mães e pais de autistas. É uma batalha. Há muitas escolas que não aceitam. Então, o que muda, no seu relatório, é o seguinte: V. Exª está dizendo que é obrigatório aceitar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não precisa discriminar.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco/PT – RJ) – É obrigatório. Não precisa ser de maneira discriminatória. É obrigatório a escola aceitar. A batalha vai ser lutarmos, na sociedade, para fazer cumprir a lei, porque vai ser lei.

Considero isso um avanço muito importante. Se o Senador Wellington Dias percebe uma coisa que talvez seja até um projeto à parte, de tamanha repercussão que vamos ter no dia a dia.

Em relação aos maus-tratos, à tortura, de fato, a recusa, aqui, é a seguinte: se fosse aprovado, da forma como o foi pela Câmara dos Deputados, quem torturasse, qualquer tipo de tortura e maus-tratos, a pessoa com autista iria ter uma pena inferior ao que está estabelecido na lei.

Então, o Senador Wellington Dias saiu, inclusive, saiu com o compromisso de entrar na discussão de reforma do Código Penal e aqui fazer uma tramitação

Penal e aqui fazer uma tramitação em separado de um projeto, que, inclusive, V. Exª coloque uma punição maior a algum tipo de tortura para uma pessoa com deficiência.

Então, esse é um compromisso nosso, mas se votássemos do jeito que veio da Câmara, estaríamos abrindo um precedente – iria ter uma pena, no caso, menor.

De forma que estou dizendo tudo isso para parabenizar o Senador Wellington Dias. Essa é a causa de sua vida. Parabéns, Senador Paulo Paim! Quero fazer um anúncio aqui. Estamos articulando para fazer do Senador Paulo Paim o próximo Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência no Senado Federal. (Palmas.)

Agora, Senador Paulo Paim, V. Exª não tem mais como escapar mais, pela sua história, pela sua luta. Eu e o Senador Wellington Dias estaremos assíduos, mas seria uma honra essa substituição, para que V. Exª pudesse dar continuidade ao trabalho, no sentido de que V. Exª me substituísse. Penso que o Senador Paulo Paim consegue fazer uma dinâmica, a fim de reunir as partes. Vamos estar muito bem representados no próximo período.

Muito obrigado.

Parabéns a todos pelo movimento de vocês.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Lindbergh Faria.

Só quero dizer uma frase para o Senador Lindbergh Faria. Ele está passando a Presidência para mim, porque ele vai ser o futuro Governador do Rio de Janeiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Que Deus abençoe! Gostaria apenas de dizer que,

dialogando também com a liderança da Câmara – e fico feliz com a presença do nosso Deputado –, o que foi esclarecido é que lá, num dado momento, para que pudesse ter a condição de uma votação mais célere e trazer para o Plenário mais rapidamente, se resolveu fazer alteração nessa lei, que é complementar, para poder, do ponto de vista do Regimento, dar essa condição.

Então, reconhece que, de verdade, foi feita a redação meio que, ali, apressada.

Assim, na verdade, quero dizer que a intenção, eu sei, da Câmara é a de quem é pai e que vê situações – imaginem vocês – em que seu filho ou filha, enfim, um irmão ou alguém está sendo tratado cruelmente numa escola, etc. É claro que queremos uma punição.

E é por isso que tem de ser a maior. Tem de ser aquela que a nossa Lei já prevê.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra para discutir a matéria ao Senador João Costa.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, senhoras e senhores presentes, com relação à Emenda nº 03, concordo plenamente com o Relator, porque temos penas em idêntica situação, no ordenamento jurídico, superiores a essa aqui. Por exemplo, se matar alguém, temos uma pena de 12 a 30 anos – e, nesse caso aqui, é um crime qualificado –, nesse caso, teríamos uma pena de apenas 4 a 12 anos.

Então, matar um deficiente físico seria muito melhor do que matar um ser humano comum, em matéria de pena, obviamente. Se nós fôssemos ater-nos à pena.

A tortura também traz pena muito mais dura, muito mais severa e muito mais condizente com o tipo penal. Então, com relação à Emenda nº 03, não há como ela continuar. Ela deve ser suprimida.

Com relação à Emenda nº 02, peço licença ao Relator para discordar. Essa recusa, Senador Paulo Paim, não pode ser cega, vazia. Não podemos penalizar uma pessoa, um diretor de escola, somente porque se recusou a matricular alguém seja um deficiente ou não, um autista ou não, ou com outra deficiência qualquer.

Surpreendo-me muito com relação a essa resistência das escolas, porque estive recentemente numa escola – uma das muitas que tenho visitado –, e todas elas, com salas especiais. No momento do intervalo, os deficientes, autistas ou não, se sociabilizam, estão melhorando muito, estão avançando muito nesse sentido aqui em Brasília.

Não sei como funciona isso em outros Estados, mas aqui tem sido tratado de forma exemplar. Pelo menos, é o que tenho visto.

Imagino que essa recusa, para sofrer uma sanção tão dura quanto essa aqui, é uma sanção de perda de cargo. Ela tem de ser, no mínimo, injustificada

...tem de ser, no mínimo, injustificada.

Não se pode levar uma simples recusa a penas de três a vinte salários mínimos, ou seja, nós podemos apenas uma pessoa com vinte salários mínimos, podemos demiti-la, porque isso aqui é caso típico de demissão, de perda do cargo, sem sequer dar à pessoa, ao diretor, ao professor...

Nós sabemos, o senhor foi governador, o senhor sabe das dificuldades que os professores têm, às vezes geradas pelo Poder Executivo.

Nós não podemos ser cegos, aqui. Vamos punir, então, os governadores, porque nós estamos punindo o baixo, a parte pequena, que são os professores, e não estamos punindo os governadores.

A política, às vezes, na escola, é feita e formata-da pelos governadores e pelo secretário de educação.

No meu Estado, eu não consigo ver secretário de educação dando uma ordem contra o autista ou contra qualquer deficiente. Lá, nós somos coração de mãe: cabem todos, ainda que apertados dentro de uma sala.

Agora, se isso acontece em outros casos, apenas o professor, apenas o diretor, sem sequer colocar entre vírgulas, de forma injustificada, por uma recusa de matrícula, com todo respeito, é uma paixão que não sobrevive ao Estado fático do Brasil.

Nós temos uma realidade fática em que nós não temos vagas, às vezes, nem para os nossos alunos regulares. Quantas mães ficam, chegam na fila para fazer matrícula às três da manhã e saem à tarde, tentando vaga para filho, filho que não tem a especialidade que nós temos de outras deficiências?

Então, eu sou absolutamente a favor, desde que conste “se recusar de forma injustificada e discriminatória”. É preciso que haja um elemento discriminatório.

Nós temos uma escola em que não cabem nem os alunos regulares. Nós vamos punir, agora, o professor, vamos punir o diretor, vamos sair prendendo?

O Brasil tem o péssimo defeito de achar que o Código Penal resolve tudo. Tudo, no Brasil, é com o Código Penal. Tudo, no Brasil, é fixando pena para as pessoas. Estão esquecendo o caráter educacional de tudo e partindo para a pena, para apenas, prender, perder cargo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Eu gostaria de terminar primeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Então, não consigo enxergar que, num Brasil do século 21, nós não precisemos criar outros instrumentos que não sejam o Código Penal, esse braço armado do Estado.

Será que nós não temos uma outra maneira, uma maneira melhor, que não seja o braço armado? Para tudo nós temos de trazer o braço armado do Estado? Para tudo nós temos de trazer a polícia, temos de corrigir? Será que não é melhor educar, instruir, qualificar e capacitar as pessoas, capacitar o professor melhor, para que ele receba de uma maneira mais digna não só os deficientes, mas também todos os outros, os idosos, os não idosos, os índios, os negros, etc?

Então, eu penso que o Código Penal se torna um instrumento muito fácil. Para tudo, hoje, nós pensamos em Código Penal, e temos vários outros... O Código Penal é a última via, é a última de todas as vias que devem ser usadas.

Com essas considerações, eu peço desculpas àqueles que pensam diferente, mas democracia é isso.

Nós também precisamos pensar naqueles que estão na ponta, naqueles que estão numa sala de aula, que não tem condições, às vezes, de receber, que são os professores e diretores.

É preciso manter que se ele recusar, pela condição física da criança ou de qualquer pessoa, uma matrícula, ele tem de ser punido, mas é preciso que haja uma recusa injustificada.

Nós não podemos sair atirando em professores, atirando em diretores, punindo todos eles, sem que eles sequer tenham direito de se defender, direito de culpar o secretário de educação, direito de transferir a responsabilidade para o secretário, para o governador.

Com essas considerações, Sr. Presidente, eu penso que o projeto, nos termos em que está e nos termos da emenda... Nos termos em que está, penso que de “discriminatória” nós não precisamos, mas, pelo menos, “injustificada”.

A recusa deve ser: o gestor escolar, ou seja, o diretor da escola ou...

... ou seja, diretor da escola ou autoridade competente – vice-diretor, etc – que se recusar de forma injustificada a matrícula do aluno por essa condição. Eu penso que nesses termos é possível aprovar. Aprovar suprimindo a condição injustificada é temerário. Nós temos de fazer justiça com os deficientes, mas também precisamos de fazer justiça com os professores. É preciso chegar a uma equação que trate todo mundo bem, com respeito e com dignidade, e que as pessoas consigam sobreviver em sociedade com dignidade.

Essa é a minha ponderação.

Para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Lindbergh Farias pediu um aparte. Se V. Ex^a conceder.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador, desculpe-me.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Só para não perder o raciocínio, apenas por isso...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sempre é uma alegria imensa receber as considerações de V. Ex^a. Quando eu começo, se sou interrompido, depois eu não consigo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Desculpe-me, Senador. É que eu me incomodei um pouco.

Eu sei que não é intenção de V. Ex^a, mas não dá para dizer que há escolas que não têm vaga nem para os alunos regulares, como se os alunos com deficiência viessem depois dos alunos regulares. Senador, isso me incomodou. Sei que não era intenção de V. Ex^a, mas o tempo todo V. Ex^a falou que há professores e as escolas que não aceitam e que não há vagas nem para os alunos regulares, como se o lugar dos alunos com deficiência fosse depois dos regulares. Todos têm o mesmo direito. Faço questão de corrigir isso aqui.

Segundo, não é fato que no Brasil de hoje estejam faltando vagas para alunos. Nós conseguimos – tarefa de vários governos – universalizar a educação. Hoje, qualquer estudante, qualquer criança que quiser vaga neste País tem direito a vaga. O problema, sim, é que existe discriminação na hora de aceitar a pessoa com deficiência.

E devo fazer uma terceira correção: aqui não estamos falando de Código Penal, Senador. Isso aqui não é Código Penal, isso é sanção administrativa. Não é Código Penal.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – O §3º é o quê, Senador? A Emenda nº 3 é o quê?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Foi rejeitada. A Emenda nº 3, se V. Ex^a percebeu, foi rejeitada. O Relator a suprimiu.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – A Emenda nº 3 é Código Penal, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Relator suprimiu. A Emenda nº 3 foi suprimida pelo Relator. Nós estamos falando da Emenda nº 2.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Não importa, não importa. Não foi nem votada ainda a rigor. O Relator a suprime, mas não houve votação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ah, não. Então, tudo bem. Eu estava pensando que o

senhor estava se referindo à Emenda nº 2, do gestor escolar, da autoridade competente. Não estamos falando nada de Código Penal, mas de sanção administrativa de 3 a 20 salários mínimos.

Sabe o que a gente quer fazer com isso? É acabar com o que acontece hoje no dia a dia. Não é que a sala de aula está cheia, que a escola está cheia, mas estão – infelizmente essa é a realidade do País – impossibilitando, não cedendo vaga a pessoas com deficiência. Então, só quero corrigir. Não é Código Penal, que se refere à Emenda nº 3.

Faço um último apelo, Senador, com todas essas... Nós estamos em um momento de tramitação desse Projeto que é o seguinte: foi uma longa batalha; saiu deste Senado Federal, foi para a Câmara dos Deputados e voltou para cá. Entendo V. Ex^a quando faz essa fala, mas, aqui, se fizermos alguma alteração de mérito, esse Projeto volta novamente à Câmara dos Deputados, e existe uma luta muito grande das famílias, dos pais para verem aprovado esse Projeto, que é muito mais amplo.

Então, eu queria apelar um pouco nesse sentido, ao mostrar que no caso da Emenda nº 2 não há Código Penal, mas sanção administrativa, e que o Relator vai encaminhar pela supressão do art. 3º, que trataria do Código Penal. Eu queria só apelar para V. Ex^a, com todas essas considerações que V. Ex^a fez, porque, para mim, seria muito importante que esse projeto saísse aprovado daqui e não voltasse para a Câmara dos Deputados, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós queremos até tentar votá-lo hoje à tarde no plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Então, esse é o apelo que faço a V. Ex^a.

Desculpe-me se discordei, quando fiz aquela ressalva em relação aos alunos regulares ditos normais, porque a luta é que os direitos são os mesmos, entendeu? Nós não podemos aceitar que venha depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Ana Rita, que foi Relatora do projeto original, pediu a palavra para discutir a matéria.

Ela foi Relatora do projeto original nesta Comissão. Quando chegou, pelo movimento social, a proposta, eu a encaminhei para ela.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Paim e demais colegas Senadores, eu não poderia deixar de me manifestar hoje com relação...

(...) hoje de me manifestar com relação a esse Projeto. Eu até comentava aqui com o Senador Wellington como esse Projeto tramitou rápido aqui no Congresso Nacional. E tramitou rápido porque houve o esforço, o

empenho de muitos Senadores e Deputados para que ele pudesse, realmente, caminhar de forma rápida.

E é importante lembrar, Senador Paim, que esse Projeto – não sei se já foi dito aqui – é uma iniciativa da sociedade. E esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem o papel e a missão de acolher as propostas que vêm da sociedade.

Lembro bem quando este Projeto chegou aqui, quando ele foi apresentado por uma das entidades que atuam nessa área, com o objetivo de criar, de fato, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Até então, esse debate não tinha sido feito nesta Casa. A partir do momento que a sugestão chega, que a Comissão de Direitos Humanos acolhe a proposta, que é aprovada por esta Comissão e transformada em Projeto de Lei e tramita nesta Casa, foi tendo, por parte dos Senadores, o acolhimento, em especial do Senador Wellington e do Senador Lindbergh, que vivenciam a questão do autismo, em particular o Senador Wellington, que tem uma filha autista e sabe muito bem como é essa realidade. O Projeto aqui foi muito bem acolhido.

Quero dizer, Senador Paim, que acho que o movimento de famílias, de familiares que têm crianças autistas, pessoas autistas estão muito felizes, estão muito esperançosos de que esse Projeto realmente seja aprovado e sancionado pela Presidenta Dilma.

A partir de agora, com a aprovação do Projeto, toda pessoa autista será considerada pessoa com deficiência e, portanto, portadora de todos os direitos previstos para as pessoas com deficiência. Até então, a pessoa autista não tinha esse reconhecimento, não era reconhecida como pessoa com deficiência. A partir do momento que o Projeto for aprovado e sancionado, estarão assegurados a todas as pessoas que têm o Transtorno do Espectro Autista todos os direitos de uma pessoa com deficiência. Isso é um grande avanço. Estamos oferecendo à sociedade brasileira um importante instrumento de proteção e de defesa das pessoas autistas.

Quero aqui, Senador Paim, parabenizar o Senador Wellington, que foi o Relator nesta Comissão, com o retorno do Projeto, e parabenizar o Senador Lindbergh. Os dois, com muita sensibilidade, conhecedores da causa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E S. Ex^a foi Relator na Comissão de Assuntos Sociais.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – S. Ex^a foi Relator na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E V. Ex^a foi Relatora aqui.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu fui Relatora aqui na Comissão de Direitos Humanos no início da tramitação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, parabeno nossos companheiros por terem oferecido seus pareceres rapidamente, em tempo recorde. Brevemente, teremos uma lei que realmente assegura às pessoas autistas todos os seus direitos. Parabeno nossos colegas Senadores e esta Comissão, que tem se sensibilizado com esta causa.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora. (Palmas.) Meus cumprimentos, Relatora!

Vou passar a palavra ao Senador Wellington, informando que quem apresentou o Projeto aqui foi a Associação em Defesa do Autista. Fizemos boas reuniões aqui, diversas vezes...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Boa lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... até que o Projeto foi apresentado e hoje vai se tornar realidade.

O Relator da matéria com a palavra, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, inclusive, quero aqui agradecer ao Senador João Costa, meu vizinho do Tocantins, pela forma como nos chama a atenção para isso. Veja só. Lembro-me quando a gente foi trabalhar o Sistema Único de Saúde. O conceito mais forte que existe no Sistema Único de Saúde é o da obrigatoriedade do atendimento, independentemente de qualquer situação. O cidadão chegou num posto de saúde, chegou a um hospital, ele é obrigado a ser atendido.

Às vezes a gente estranha... Enfrento muito esse debate e, tendo sido governador, sofria muito com isso. Você chega a um hospital público (...)

Você chega num hospital público e a gente estranha a presença, muitas vezes, de macas nos corredores, porque o hospital é obrigado a atender. Se tiver de botar debaixo da árvore do quintal do hospital... Mas é obrigado a atender, por que qual é conceito trabalhado? Entrou na rede. A partir dali, o poder público é responsável.

Acho que uma coisa que falta, ainda, é a gente fazer funcionar como o sistema está estabelecido: as unidades reguladoras, ou seja, todas as unidades saberem onde há vagas naquele instante, etc.

No caso da educação, nós tivemos um avanço fundamental, agora – eu não era parlamentar aqui –,

em 2008, na mesma linha. Foi aprovado, aqui, não me lembro se da Deputada Fátima Bezerra, enfim, um conceito, quando da discussão do Fundeb, que é um conceito também dos que vêm do sistema de saúde.

O sistema de educação – isso que o Senador Lindbergh lembra aqui – é mais do que ter vaga, é obrigado a ter vaga.

Agora, o que acontece? Eu sou diretor de uma escola. Aquela escola comporta 500 alunos e, no período das matrículas, compareceram ali mil alunos. O que eu faço? Eu sou obrigado a acatar as matrículas. Agora, a partir dali, o Estado é obrigado a dizer onde vai alocar aqueles alunos. Preciso de transporte? Garanto transporte, ou seja, mas a matrícula está feita.

Por quê? Qual é o normal? Com isso, qual é o lado positivo? O Estado brasileiro passa a saber onde tem demanda. Tem demanda porque aquela escola tem mais qualidade do que outras? Tem demanda porque a família mora perto daquela escola? Se é isso, por exemplo, tem de fazer mais salas de aula, porque está tendo problema.

Então, veja, quero chamar a atenção que, aqui, apenas para citar, no que tange à punição do gestor, a pena é administrativa.

É dito aqui: “Por meio de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.” Então, não é só punir porque a mãe disse, o pai disse que recusou.

Agora, o que estamos querendo aqui? Isso, que é para a rede de educação, não está sendo aplicado aos deficientes. Virou natural, virou normal a direção de uma escola recusar. Ficou natural, é como se fosse normal, e não é normal.

O conceito da universalização é muito além.

Então, dito isso, quero dizer, com muita segurança, que eu, de um lado, defendo... E devo-lhe dizer que eu não tenho como separar o Senador do pai. É paixão mesmo, não tem como separar o Senador do pai de uma pessoa com autismo, está certo?

Agora, do outro lado, eu sempre brinco muito, isso também nos faz não só ganhar sensibilidade, mas também vir para a dura realidade.

Eu estava achando estranho... Se tivesse como a gente fazer uma redação do zero, certamente, a gente encontraria uma redação melhor.

Qual é o problema? A forma como estava é como se a Comissão de Direitos Humanos estivesse dizendo: é possível, quer dizer, nós vamos ter, nós não vamos aceitar a recusa da matrícula se ela acontecer de maneira discriminatória, exceto para autistas que exijam uma escola especializada. Ou seja, é como se a gente estivesse dizendo assim: “Nós aceitamos esse tipo

de discriminação.” A forma como foi feita a redação dá essa interpretação.

Então, aí não pode passar pela Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há toda uma margem, me permita. Nós só podemos fazer emendas supressivas ou emendas de redação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senão, trava todo o processo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O objetivo, aqui, da forma como ficou, eu lhe deixo com muita segurança, Senador João Costa e todos desta Casa...

João Costa, com muita segurança, e a todos desta Casa, ela apenas repõe de forma clara que o autista – e aqui é dito que os outros deficientes vão ter o mesmo tratamento... Tenho outros filhos, o Vinícius, a Yasmin e um adotivo, que é o Jaime. Estes, pela legislação atual, chegam à escola e são matriculados. A Daniele, não. Só pelo fato de ser deficiente é recusada. Têm argumentos? Sim. Porque só há capacidade para um ou para dois.

A matrícula é um ato que garante o primeiro passo para entrar na rede. Hoje, a matrícula não é só para aquela escola, mas para entrar na rede. É o mesmo conceito SUS. Chegou numa unidade de saúde, entrou na rede do SUS. A partir daí, se precisar de uma UTI móvel para levar para outro lugar, o Estado tem que pagar; se precisar de uma UTI aérea para mandar para outro lugar, o Estado tem que pagar. Pelo menos na lei tem que ser assim. Mas é claro que não é bem assim. Também vivo no mundo real. Mas estou dizendo que a ideia é essa.

No entanto, o importante é que não sabemos no Brasil sequer quantas pessoas com deficiência buscam a rede para estudar.

E apenas para concluir, Sr. Presidente. Falamos basicamente dos três artigos, mas não posso deixar de falar, para quem está nos acompanhando aqui, que estamos definindo o que é o autista. Isso é uma coisa fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela importância do tema, temos ao vivo para todo o Brasil.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Uma deficiência persistente, clinicamente significativa de comunicação e de interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal – às vezes não fala ou fala sem muita coordenação – e não verbal usada para interação social. Ou seja, isso estava faltando na legislação brasileira.

Os médicos têm medo de dizer o que é o autista. Os psicólogos e os psiquiatras têm receio de dizer o que é o autista. Isso porque não há clareza na legislação brasileira sobre isso.

Segundo, faz uma proteção aos pais, à família. E, terceiro, remete para regras da rede de saúde, para, a partir daí, preparar-se para lidar com o tema, a Previdência, enfim. Portanto, a lei é muito mais completa. E nos ativemos aqui a esse tema, porque já tinha havido o debate anterior em relação aos outros temas, mas a lei é muito mais completa.

Por isso, comemoro e peço aqui este voto de confiança do Senador João Costa, que tem a preocupação de fazermos uma lei que depois não gere penalidades indiscutíveis. Discutimos com o MEC. É possível que o MEC adote um encaminhamento a sua rede para que todos os professores, os diretores, os servidores, os secretários, enfim, todos tenham conhecimento disto? Sim. Mas também devemos reforçar que mesmo o aluno que não é autista, que não é deficiente, ele é obrigado a acatar, inclusive dizendo que tenha tranquilidade, pois se ao acatar a matrícula não tiver condição, não haverá nenhum problema, pois a lei está dizendo: “ressalvados os casos em que há necessidade de uma situação especial”.

Se ele só tem uma equipe para atender 20 alunos, não tem como ninguém impor – se tecnicamente isso for verdadeiro –, porque não se quer a discriminação.

Assim, peço aqui este voto de confiança. Acho que é um passo importante que estamos dando para o Brasil. E, nesse ponto, vou além: o que estamos fazendo aqui não existe em outros países. Os países, normalmente, têm uma regra geral para as pessoas com deficiência, mas não tratam na normalidade. O Brasil, no entanto, está avançando. Tratando do surdo, vamos ter que tratar – talvez seja a missão número um – das pessoas que têm a deficiência visual.

Ou seja, a mesma coisa que existe em relação ao surdo que, para poder estudar outras línguas, tem que aprender primeiro a língua deles, a língua de sinais, as Libras. O cego também, para poder... Ele, mais fácil do que o surdo, porque, como consegue dominar a língua oral, já consegue uma parte, mas não consegue a escrita. Se não dominar o Braille, ele não vai dominar a escrita.

Então, o Brasil, com certeza, está...

O Brasil, com certeza, está dando um passo que vai ser seguido por outras regiões do mundo, e a gente não pode ter medo disso. Afinal de contas, se queremos um País moderno – país rico é país sem miséria... Estamos vivendo na miséria em relação aos deficientes; na miséria em relação a determinados setores.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu agradeço a todos. (Palmas.)

E queria informar que já estamos em condição de votar.

Se pudermos acelerar – sei que a Senadora Angela Portela vai usar da palavra, e o Senador João Costa também –, para que a gente possa encaminhar o mais rápido possível ao Plenário... E, no Plenário, vamos fazer um apelo a todos os Líderes, para que a matéria seja votada ainda hoje, já que os pais e familiares dos autistas vieram, eu diria, de todo o Brasil e querem voltar para as suas cidades, seus Estados, dizendo que a lei foi aprovada, enfim.

É esse o apelo? (Pausa.)

Então, Senadora Angela Portela...

Deixe-me registrar também que estive conosco – teve de sair, mas volta – o Senador Eduardo Lopes.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu me sinto, assim, muito feliz de estar participando deste belo debate.

Tenho acompanhado a luta do Senador Lindbergh e do Senador Wellington no Poder Executivo e aqui no Legislativo, passando pelas diversas comissões.

Na Comissão de Assuntos Sociais, nós acompanhamos esse mesmo debate, e V. Ex^a sempre buscando o apoio dessa proposta, para que possamos dar ao povo brasileiro, às famílias que têm esses problemas – portadores de deficiência, pessoas com transtornos, com autismo – essa lei que lhes assegure os seus direitos.

Então, acompanhei esses debates, vi aqui a preocupação do Senador com relação à Proposta nº 2. No momento em que estava fazendo os seus argumentos, eu, como professora, que já vivenciei a escola, a direção da escola, aquela dinâmica do dia a dia da educação, confesso que me preocupei. Mas, quando, em seguida, vêm os argumentos fortes do Senador Wellington, Relator da matéria, eu me convenci de que precisamos aprovar, sim, hoje, aqui nesta Comissão de Direitos Humanos (Palmas.) este projeto de tanta importância para as famílias brasileiras e para milhares de pessoas que têm esses problemas.

Eu queria parabenizar também a instituição que apresentou este projeto aqui, a Associação dos Autistas Brasileiros, pela iniciativa belíssima. Então, cabe a nós, Senadores e Senadoras, depois dessa ampla discussão, dessa busca de entendimento com o Poder Executivo também, aprovar este projeto.

Era isso o que eu tinha a dizer, parabenizando, mais uma vez, os Senadores Wellington e Lindbergh,

porque eles vivenciam isso no seu dia a dia. Eles têm filhos com esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

A SR^a. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Então, além do lado do legislador, eles conhecem muito bem o lado que vivenciam com seus filhos, com suas filhas, com as suas famílias.

Então, fiquei profundamente sensibilizada com os argumentos do Senador Wellington e do Senador Lindbergh. Por isso, peço a aprovação deste projeto hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Era isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ângela Portela.

Alguém quer usar da palavra ainda? Se não, vamos à votação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, antes da votação, gostaria de ler aqui, para ficar claro, que, no caso da perda do cargo, o § 1º é claro. Diz assim: “Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, é que haverá perda do cargo”.

É o que diz o texto.

Inclusive, eu queria colocar que, no texto que foi divulgado, teria “atestado” e, na verdade é “apurado”. Eu queria que fosse feita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que haja a devida correção.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... essa ressalva no texto que vai a voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que vai ao Plenário.

Senador João Costa, alguma consideração, ou podemos encaminhar a votação. (Pausa.) (Palmas.)

Encerrada a discussão da matéria, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Permitam-me: é tão simbólico, que já vi ali a moçada toda de mãos dadas, que acho que os Senadores poderiam também ficar de mãos dadas. Com isso, eu considero, pela manifestação e...

pela manifestação, e não pelo silêncio, é que consideramos aqui aprovado por unanimidade! (Palmas.)

Vamos passar ao segundo tema.

Nós já conversamos, entre nós, e vamos fazer um esforço para ver se os Líderes concordam em botar em votação ainda hoje à tarde, em plenário, ou, quem sabe, amanhã. Amanhã também tem votação de mérito. Muito obrigado a todos.

Vamos passar à Sugestão nº 8, ao item 2.

ITEM 2**SUGESTÃO Nº 8, de 2011****– Não Terminativo –**

Proíbe a utilização de sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais.

(Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010).

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador João Durval

Concedo a palavra o Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, tem tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada. Estão, portanto, atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 8, de 2011.

A proposta foi debatida pelos Jovens Senadores, que entenderam ser importante regular a matéria e impor, aos estabelecimentos comerciais, a substituição de sacolas plásticas por outras reutilizáveis e de maior durabilidade.

Lembraram os Jovens Senadores, em seu parecer final, que, do ponto de vista da relevância social, a proposição era merecedora de acolhida.

Enfatizaram que o plástico é um dos materiais de mais difícil absorção pela natureza e que, quanto menos de seus componentes tivermos em circulação em nosso ambiente, maiores as possibilidades de recuperação de áreas verdes danificadas e de mananciais ou nascentes, notadamente nas cidades.

Voto:

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 8, de 2011, nos termos do seguinte... (...) nos termos do seguinte projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto já foi publicado.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que aprovam o relatório apresentado pelo Senador João Durval permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Permitam que eu encaminhe rapidamente duas questões, e nós encerraremos com esses requerimentos.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012-CDH

Requeiro inversão de pauta dos itens 45 e 46.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012-CDH

Requeiro a realização de audiência pública para apresentação dos trabalhos desenvolvidos – e esse projeto aqui vai ser o eixo – pela Comissão de Direitos Humanos durante esses últimos dois anos em que eu estive na Presidência da Comissão.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Teremos então essa audiência pública.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012-CDH

Requeiro a realização de audiência pública para debater acerca do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam com o tema deste requerimento, já acolhido por mim, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

REQUERIMENTO Nº , DE 2012-CDH

Requeiro a realização de uma audiência pública para debater o Estatuto do Motorista.

Extrapauta, item único.

Os que concordam com o item extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a inclusão extrapauta do requerimento.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação o requerimento.

Os que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Inclusão extrapauta de requerimento de autoria do Senador Magno Malta.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012-CDH

Requeiro, nos termos do art. 93, realização de audiência pública nesta Comissão tendo como convidado o jornalista Paul Rafalle e o cinegrafista Tim Noonan, para que façam uma

exposição sobre o trabalho realizado entre os índios Suruwahás do Brasil no ano de 2011.

Os que concordam com o extrapauta permanecem como se encontram. (Pausa.)

Os que concordam com o mérito permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Está encerrada a audiência pública.

(Palmas.)

(Aberta às horas e minutos, a reunião é encerrada às horas e minutos.)

ATA DA 73ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, SALA 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 139 de 2012–CDH, aprovado em 21/11/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “Debater a grave situação dos idosos, aposentados e pensionistas no Brasil”. O Senhor Presidente concede a palavra a Senhora Sara Al Suri, Militante Síria dos Direitos Humanos, que professou sua indignação pelo Estado de exceção por que passa o povo sírio. Convidados: Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap; Deputado Federal Marçal Filho; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins; Deputado Federal Paulo Pereira da Silva; Deputado Arnaldo Faria de Sá; Zé Maria, Secretário Executivo do CSP-Conlutas; Moacyr Roberto Tesch Auversvald, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; Jorge Gilberto Leite (Flecha), Presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul – RS; Nelson de Miranda Osório, Vice-Presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

– DIAP. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim e Ana Rita**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 73ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 139, de 2012-CDH, aprovado em 21/11/2012, de autoria deste Senador, para debater a grave situação dos idosos, aposentados e pensionistas no Brasil.

Convidados para esta atividade. À medida que eu for lendo o nome, peço que os painelistas se dirijam à mesa.

Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins. (Palmas.) Convidamos o Secretário Executivo Nacional da Conlutas, companheiro José Maria de Almeida. (Palmas.)

Eu só preciso da lista dos convidados que já se encontram aqui.

Edison Guilherme Albert, Presidente do Movimento dos Servidores Aposentados (Mosap). Está presente? (Pausa.)

Moacyr Roberto Tesch Auversvald, Diretor-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Brasil. (Palmas.)

Convidamos o líder dos aposentados do Brasil, sem nenhuma dúvida, companheiro Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap. (Palmas.)

Essa é a primeira mesa. Se for necessário, formaremos outras mesas, pelo tempo que for necessário para que a gente possa esgotar o debate.

O Secretário Geral do Conlutas me informa que temos aqui uma visitante, que é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido também para a mesa, para que ela possa fazer um depoimento para nós aqui, a Sara, que é uma militante dos direitos humanos, das causas sociais, que está na peleia permanente lá na Síria. Todo mundo está acompanhando o que está acontecendo lá e abríamos de imediato um tempo para ela, de 5 a 10 minutos, para que faça um depoimento. (Palmas.) (Pausa.)

O José Maria abre o espaço para a Sara, militante das causas sociais da Síria, para que ela faça seu depoimento na abertura dos trabalhos, e esse senhor que está ao lado dela é o Aldo, que é o tradutor.

Então, de imediato, com a palavra.

A SR^a SARA AL SURI (Tradução por profissional habilitado.) – Primeiro, boa tarde (...)

Primeiro, boa tarde a todos. Queria agradecer muito a abertura deste espaço, para que eu possa estar em contato com vocês.

Eu venho de Damasco, capital da Síria, um país que está vivendo um processo revolucionário de massa, uma luta popular contra uma ditadura militar extremamente agressiva e violenta.

A revolução na Síria integra o que vem sendo chamado de a Primavera Árabe. Lutamos na Síria para haver exatamente espaços democráticos, como os que vocês têm aqui hoje, um espaço político no qual os militantes podem atuar junto às massas, para construir movimentos sociais.

O governo sírio, ao contrário do governo egípcio e do tunísio, tem feito as mais violentas formas de violação aos direitos humanos. Para dar um exemplo, um companheiro que é advogado de direitos humanos na Síria, cujo único crime foi alertar a respeito das manifestações que estavam acontecendo, foi preso pelo serviço secreto das forças aéreas, desde fevereiro de 2011. Esses companheiros têm seus casos levados a cortes militares, em que são julgados em segredo, e podem ser condenados à morte.

Lutamos na Síria para que tenhamos exatamente espaço para combater esse tipo de violação de direitos humanos e para a defesa dos movimentos populares e dos movimentos sociais pelo nosso país.

Muito obrigada.

E, só para encerrar, gostaria de colocar-lhes um apelo. O governo brasileiro ainda mantém relações diplomáticas com o regime al-Assad, um governo que não representa nada senão o massacre da população e crimes contra os direitos humanos.

Espero ouvir cedo que o governo brasileiro se juntou a diversos outros governos, expulsando o Embaixador da Síria do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sara.

Deixe-me dar um... Sabe o que vou dar a ela? Um axé reunido, do povo negro, branco e índio do Brasil.

A SR^a SARA AL SURI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido também a Senadora Ana Rita, que é Vice-Presidente desta Comissão, para que esteja à mesa conosco, ela que veio nos prestigiar nesta importante audiência pública. (Palmas.)

Peço que os outros dois convidados retornem à mesa e que seja colocada, então, mais uma cadeira, para que a Senadora fique conosco aqui, neste importante evento.

Quero dizer-lhe, Sara... Ele pode traduzir?

Quero dizer para a Sara que fiquei, por um aspecto, apesar da dificuldade que todos nós atravessamos... de você dizer que, aqui no Brasil, temos espaços democráticos como este, do Senado da República, onde esta Comissão de Direitos Humanos não cerceia o direito, inclusive, à palavra para cada homem, para cada mulher deste País, independentemente de ser contra ou a favor, em qualquer tema que a sociedade e o Congresso estejam debatendo.

Aqui é liberdade. Aqui neste plenário da Comissão de Direitos Humanos

da Comissão de Direitos Humanos todos têm direito à palavra e a expressar claramente o que estão pensando da conjuntura nacional, mobilizações, como as que estão acontecendo hoje lá fora e aqui dentro, na busca de melhorar a qualidade de vida de todo o nosso povo. (Palmas.)

Leve essa mensagem do Brasil para os seus companheiros lá na Síria.

Vamos iniciar então a audiência de hoje, para discutir questões voltadas aos aposentados e pensionistas. Eu acho que é mais do que justo... pergunto se o Warley já chegou. Está aqui! Eu sei que você está desde cedo aqui. Achei que você tinha sido chamado ali fora. Zé Maria está na Mesa, vamos colocar uma cadeira aqui para ele. Venha mais para cá, Senadora. Já está aí cadeira. Venha mais para cá. O Zé está lá na Mesa, só saiu para dar o direito da Sarah usar a palavra aqui neste momento.

Eu acho que o Warley deveria abrir esse evento. Warley, você, como presidente da Cobap, que fez essa mobilização toda do Brasil para este movimento em defesa, principalmente, do reajuste dos aposentados e pensionistas com aumento real, daqueles que ganham entre um, eu diria, e cinco ou seis, porque quase ninguém, neste País, ganha mais do que seis salários mínimos como aposentados. É uma falácia a história de dez salários mínimos. Gostaria que você inicias-

se este debate sobre este momento tão importante, que, no meu entendimento, há de ficar marcado na história do Congresso Nacional, porque é um debate sobre um tema que envolve Senado e Câmara, que vejo com satisfação.

Já está conosco aqui o Deputado Federal Marçal Filho, ao qual eu peço já uma salva de palmas. (Palmas.)

O Deputado poderá usar a palavra a qualquer momento aqui nesta reunião. Por isso eu dizia para a nossa convidada da Síria que aqui todos falam, inclusive Senadores e Deputados. Daqui a pouco eles dizem: “não, vocês não falam mais, só vai falar a base aqui!”.

Eu pedi que o Warley fosse o primeiro a usar a palavra para posicionar quem está nos assistindo pela TV Senado e quem vai nos assistir depois pelos canais alternativos também, sobre o motivo desta reunião, já que foi você que me pediu essa audiência pública.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Uma boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, pessoal!

Boa tarde!

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Nós precisamos estar com a garganta afinada hoje, porque hoje temos um movimento muito bom, muito grande. Eu queria agradecer ao Senador Paim e à Senadora, também, por essa acolhida a nós, aposentados e pensionistas do nosso País, mas a gente hoje está muito triste – nós, aposentados – porque, além do Governo nos roubar, agora os ladrões também estão roubando. Pegaram nosso ônibus de São Paulo esta noite, deixaram todos os aposentados de cueca e calcinha. Levaram tudo que nós tínhamos, aposentados que já não têm nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Hoje, Warley?

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Essa noite, que vinha vindo para o manifesto em Minas, na divisa de Minas com Goiás. Assaltaram o ônibus com mais de 50 aposentados. Deram cinco tiros dentro do ônibus, cinco bandidos. Nós estamos muito preocupados com isso. Já não chega o Governo que está acabando com a gente, agora os ladrões também. Aonde é que nós vamos chegar, nós, aposentados e pensionistas? Deixaram senhores lá, de 80 anos, que estavam de cueca, trancados dentro do porta-malas do ônibus. Fizeram a maior bagunça com os aposentados. Já é difícil a gente se mobilizar, porque a gente não consegue. Agora é que não vai mobilizar mesmo, trancando os aposentados e roubando os aposentados por essas estradas nossas. É uma pena que, no nosso País, nem segurança a gente tem mais, porque estão matando até a polícia também. Então, nós, aposentados, precisamos ficar preocupados. Mas a vida tem que tocar.

Eu queria falar para o Senador, que é do Partido dos Trabalhadores, que é o PT... Mas Senador, agora mudou o nome. É PE – Partido dos Empresários. Não é mais do trabalhador. Porque não é possível! Só desonera a nossa folha, não vota o fator, não dá aumento para nós. Como é que pode ser um partido do trabalhador, o Governo ser do trabalhador? É nada!

do trabalhador. É nada! (Palmas.)

Por que o Governo não desonera a folha dos trabalhadores? Em vez de pagar 11, divide: dá 10 para o empresário, que está desonerando 20, e tira 10 do trabalhador. O trabalhador está precisando, porque está numa situação precária, numa situação ruim. Mas, para nós, nada!

Essa desoneração da folha é uma preocupação nossa, Senador. A desoneração da folha hoje é de mais de R\$8 bilhões ao ano. Depois, falam que a Previdência tem déficit. É claro, porque estão tirando todo o nosso dinheiro.

E vocês podem esperar, porque, depois da desoneração, vai vir o dinheiro para a Copa do Mundo. Já estão acabando com o dinheiro do Fundo de Garantia e, depois, vão pegar o da Previdência, porque de onde eles vão tirar?

A Previdência é igual à casa da mãe Joana, como o companheiro lá falou. O Moacyr falou que a Previdência é igual à casa da mãe Joana: dá para todo mundo menos para nós que pagamos. Nós que somos aposentados não conseguimos nada.

Hoje estão chegando 200 aposentados. É uma pena que 50 foram assaltados e não vão vir. Eles vêm de Minas, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, da Bahia, de Alagoas. Nós estamos bem representados hoje no Congresso.

Eu queria agradecer a presença de vocês. Eu acho que a luta é por aí. A luta não pode parar. Nós temos que, cada vez mais, lutar para buscar, pessoal, aquilo que eles estão roubando de nós. Todo governo rouba dos aposentados. Ano a ano, eles vêm roubando de nós, e nós não conseguimos mobilizar tanto os aposentados.

Eu sempre falo no meu discurso – eu não sou contra; eu sou a favor –: “Será que há mais gay do que aposentado neste País?” Olha que bonito o movimento dos gays, Senador! Havia 1 milhão de gays no Rio de Janeiro no domingo passado. E onde estão os nossos aposentados? São 30 milhões de aposentados. Nós temos que nos mobilizar. A única arma que temos é a mobilização, é a nossa união. Nós temos que nos unir, porque o Senador Paim e outros Senadores não conseguem. Os Deputados que nos apoiam, principalmente o Marçal, o Arnaldo, o Paulinho, o Cleber Verde, são Deputados que nos defendem, mas são muito

poucos. Nós precisamos da união do nosso pessoal, dos aposentados. Aí nós vamos conseguir.

Se nós conseguirmos levar... Eu até falo que, na era Collor de Mello – vocês lembram? – eram os caras pintadas na rua. Na era Dilma, vão ser os caras enrugadas na rua, defendendo os nossos direitos, buscando aquilo que eles estão roubando. Eles roubam de nós. Eles roubam dos aposentados. Só se fizermos o que o Paim estava falando: vamos fazer greve de fome. Nós não aguentamos dois dias, porque estamos todos fracos, cansados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O pior é que ele me disse: “Paim, já estamos com fome.”

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Já estamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – “Já estamos quase em greve de fome”.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Mas era isso que eu queria falar. Vou passar a palavra para os companheiros.

Pessoal, não vamos roer a corda, não! A nossa promessa é de fazer a vigília até amanhã de manhã. E nós vamos estar aqui até amanhã de manhã. (Palmas.)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Warley, Presidente da Cobap.

Como eu disse para os militantes dos movimentos sociais, Moacyr e Sara, aqui cada um fala o que quiser falar. A reunião é transmitida pela TV e pela Internet para todo o País e reproduzida à noite – pelo menos, isso.

Eu queria passar a palavra agora, porque ele já pediu a palavra – aqui na Comissão Deputado e Senador falam a qualquer momento –, ao Deputado Federal Marçal Filho.

O SR. MARÇAL FILHO – Eu gostaria de cumprimentar, inicialmente, o nosso Presidente, Senador Paulo Paim; e a nossa Vice-Presidente, Senadora Ana Rita. Ambos nos ajudaram muito no projeto de igualdade salarial entre homens e mulheres, mas, aos 45 minutos do segundo tempo, entraram com um recurso e engavetaram...

(...) segundo tempo, entraram com recurso e engavetaram, mas vamos continuar lutando por isso.

Quero cumprimentar o Paulinho da Força, que acaba de chegar aqui, nosso colega, Deputado Federal, grande baluarte nessa luta, uma pessoa importantíssima nessa nossa batalha. (Palmas.)

Quero cumprimentar o Warley, Presidente da Cobap; o José Maria, da CSP; o Artur e todos os aposentados aqui presentes, todos os trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como não há cadeiras no plenário, peço para a assessoria que coloque aqui uma cadeira, pois tenho certeza de que o Paulinho ficará aqui. Providenciem uma cadeira para que o Paulinho possa ficar aqui com a gente. Ele é Presidente da Força Sindical, Deputado Federal do PDT. E só lembrar, Marçal, me permita, que, no último ano, nós ficamos numa vigília lá no Orçamento. Não foi, Paulinho? E eles assumiram o compromisso de votar o projeto neste ano e, até agora, não votaram.

O Marçal, que é o lutador da causa, está de novo com a palavra.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB – MS) – Nós estivemos juntos, lá na Comissão de Orçamento. Eu pertencia à Comissão de Orçamento até o ano passado. Nós tivemos a promessa do Governo – não é, Paulinho? O Paulinho poderá dizer de sobejo, de cátedra, o que vou falar agora, que o mais importante, realmente, é o movimento na Câmara, na Câmara Federal. O Senado tem feito a sua parte aqui. Mas a Câmara, nós Deputados Federais não temos feito a nossa parte. Tem entrado na pauta o fim do fator previdenciário, mas não tem sido deliberado, não tem sido votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marçal, me permite um aparte, mais uma vez?

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado.

Há em torno de 200 pessoas lá fora que querem entrar. Então, faço um apelo: as salas aqui do lado estão vazias, pediria às pessoas que entrassem, que nós coloquemos um telão para que elas possam assistir à nossa audiência pública.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB – MS) – O que eu estava dizendo é o seguinte: a Câmara tem colocado... Ontem mesmo, a Presidente Rose de Freitas foi indagada: “Cadê o fim do fator previdenciário na pauta?” Ela disse que estava na pauta. E realmente está na pauta. Mas é só na pauta de papel, porque deliberar e votar mesmo não se faz. E a cada momento, nós estamos nos aproximando do fim do período legislativo, está chegando o final do ano, vamos votar o Orçamento e não estamos conseguindo dar o nosso voto, ter a liberdade de expressar a nossa opinião. O que nós queremos por parte de nossos Líderes na Câmara – no caso, da Presidência da Câmara – é que deixem os Deputados, os Parlamentares se manifestarem. Quem for a favor vota a favor, quem for contra vota contra. É a liberdade de cada um se manifestar. É a hora de mostrar a cara, de o Parlamentar mostrar a cara, o que ele pensa realmente. Porque fazer discurso na tribuna é fácil. Ficar falando é fácil, mas quero

ver na prática. Então, vamos dar essa liberdade para a gente, para nós que somos Parlamentares, para que os Deputados mostrem que realmente são favoráveis a essas pessoas que lutam tanto.

E isso de que o Warley reclama é por causa da dificuldade mesmo de mobilização que as pessoas têm. Olhem a situação dos aposentados para que eles possam se mobilizar. É difícil mesmo!

Agora você falou de uma situação pior, mais trágica ainda, do assalto que os aposentados sofreram. Já é uma dificuldade para pegar um ônibus, para vir até Brasília, para fazer essa mobilização, essa pressão que o Senador Paulo Paim vem fazendo, que o Paulinho da Força vem fazendo junto com as lideranças do movimento, imagine só diante de uma situação dessas. Então, o que nós queremos, na realidade, é colocar o dedo lá, a nossa impressão digital, o nosso voto. É isso que temos que mostrar.

Eu sou do PMDB, sou de um partido de sustentação do Governo, assim como o Senador Paulo Paim, assim como o Deputado Paulinho da Força. Mas nós temos uma posição muito clara em relação a isso. E o que é preciso, realmente, é que se coloque em votação, para que nós possamos deliberar. Já faz dias que ele está no papel, na pauta. É evidente que, com toda essa pressão, todas as vezes em que se faz reunião de líderes, todos concordam em colocar na pauta. Quem vai dizer que não vai? Quem vai se mostrar contra colocar em pauta o fim do fator previdenciário? Aliás, não há ninguém que fale contra o fim do fator previdenciário. Nem Governo, nem oposição, ninguém! Fala-se que há necessidade do fim do fator previdenciário. Nem uma área do Governo.

Há outros projetos. Eu fui Relator do Projeto 4434, por exemplo, que recupera a perda dos aposentados, e o Governo é claramente contra. O Governo já esposou sua posição totalmente contrária. Agora, em relação ao fator previdenciário, é unânime: todos são contra, Governo e oposição. Mas não se coloca para votar! Como é que a gente vai se manifestar? Como é que a gente vai colocar a digital? Como é que a gente vai votar?

... colocar a digital? Como é que a gente vai votar?

Então, eu gostaria de fazer um apelo aqui. Acho que a maior liderança dentro desta sala lá na Câmara é o Paulinho da Força, pelo que ele representa lá. (Palmas.)

Ele tem uma liderança na Câmara incontestável. Ele lidera dentro da Câmara, ele é capaz de fazer a diferença lá. Eu sou um mero soldado dessa causa, mas o Paulinho lidera lá. Então, o apelo que faço, Paulinho, é que não votemos mais nada na Câmara enquanto não for votado o fim do fator previdenciário e pronto!. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu só queria informar que a sala 19, ao lado, está liberada, com telão, para que as centenas de companheiros e companheiras possam assistir a este debate.

Quero só dizer, Marçal – e vou passar a palavra em seguida – que concordo plenamente com você. Não há uma pessoa que se diz a favor do fator, uma! Dizem inclusive que ele cometeu todas as maldades possíveis. Então, por que não votar?

Ontem, confesso, que no encerramento da sessão do Senado, que eu presidia, eu falei algo que vou repetir aqui: “Por amor de Deus, Deputados, por que tanto medo? Coragem, Deputados! Votem, votem os projetos tanto do aposentado como do fator, que o fator interessa a quem está na ativa!”

Eu não sei por que Deputado tem tanto medo de votar. Disse: “Coragem, coragem!” Obriguei-me a usar esses termos. Eu quero coragem na linha do que você falou. O homem público não tem que ter temor das suas posições. Se ele não garante o que ele vota, renuncie ao mandato e vá para casa. É bem melhor. Tem que garantir o que pensa e o que fala. Você falou muito bem! Discurso só não resolve. Tem de discursar, mas tem de haver sintonia com a prática. É o discurso e a prática.

Espero que – eu sei que estão assistindo outros setores – que esse tema seja votado de forma definitiva. E aí eu tenho de dizer que o Senado já votou o fim do fator e o reajuste dos aposentados, acompanhando o crescimento do PIB. Quem não vota é a Câmara! Votem lá e mandem para cá que o Senado votará de novo. (Palmas.)

Passamos a palavra, neste momento, ao companheiro Arthur Bueno, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias, Alimentação e Afins.

Paulinho, eu disse que Deputado e Senador falam aqui no momento em que entender. O Paulinho se inscreveu e falará logo após o Artur.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, a Senadora Ana Rita, o Deputado Federal Paulinho, nosso grande companheiro e Presidente da Força Sindical, todas as entidades presentes, as companheiras e os companheiros.

Senador, hoje nós fizemos um ato público na Esplanada, junto com companheiros de outras entidades, como a Conlutas, justamente para que possamos buscar uma organização mais efetiva para fazermos com que o Governo passe a respeitar os direitos dos aposentados deste País.

Primeiro, acho que é importante deixarmos claro que, quando este Governo foi eleito – o anterior e o atual –, nasceu a esperança de que pudéssemos ter justiça em nosso País. Não podemos esquecer que o governo anterior, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vetou a derrubada do fator previdenciário que este Congresso Nacional aprovou. Ele vetou a...

Ele vetou onde nós já poderíamos ter realmente obtido essa justiça em nosso País.

E agora, Senador, eu quero dizer que algumas coisas me causam estranheza. Como o Deputado acabou de dizer, é uma vontade dos Parlamentares votar o fim do fator previdenciário. O que é que leva a não se colocar em votação? É o Poder Executivo que está interferindo no Poder Legislativo? Será que estamos vivendo isso? Ora, mas se estamos vivendo essa situação, é preciso que o Judiciário realmente seja provocado e que sejam tomadas as devidas medidas judiciais, porque, até onde conheço a Constituição Federal, os três Poderes são independentes, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, em nosso País.

Portanto, eu acredito que é só através da mobilização que nós podemos alcançar essa vitória. E hoje o companheiro Warley, em nosso ato, disse uma coisa que é fundamental e que realmente temos que passar a fazer – levar essa discussão para os trabalhadores da ativa. Porque o fim do fator previdenciário atinge quem vai se aposentar. (Palmas.) Quem já se aposentou já foi realmente prejudicado. Algumas raras exceções podem pedir a desaposentadoria para requerê-la novamente, podem realmente ainda rever esse prejuízo que tiveram. Mas os demais não.

Então é preciso que essa mobilização chegue até as bases onde estão os trabalhadores da ativa, para que possamos fazer uma grande mobilização entre os trabalhadores aposentados e os trabalhadores da ativa e alcançar essa tão sonhada justiça. Nada mais é do que devolver aos aposentados aquilo que é de direito deles. (Palmas.)

Quero, Senadora, agradecer muito por esta oportunidade e dizer que estamos aqui com vários companheiros e companheiras, inclusive lá do Rio Grande do Sul, os gaúchos, da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação. Nós estaremos sempre juntos, Warley, para que possamos realmente alcançar essa justiça social.

Muito obrigado. Um grande abraço a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Sei que o Flexa está se inscrevendo ali, já está a toda hora apertando o botão. Com certeza o Plenário vai usar também a palavra, logo após a fala dos nossos convidados aqui na Mesa.

Com a palavra, neste momento, o Deputado Federal Paulinho da Força, ou Paulinho do PDT, Líder do PDT.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Obrigado, Paulo Paim. Sempre gosto de lembrar que fui o primeiro a apoiar você para Senador. E até hoje tenho orgulho de ter feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há 10 anos já.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Paulinho encabeçou uma lista de todas as centrais sindicais, naturalmente a Cobap e as Confederações também, para que fizessem manifestos nas ruas de apoio à nossa candidatura, que estava em um momento difícil. Eu só posso agradecer a todo o Movimento Sindical, à Cobap e às entidades de aposentados. (Palmas.)

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Você sabe que nós temos orgulho de ter você aqui no Senado, porque você é que conduz a luta dos trabalhadores aqui no Senado.

É lógico que quero agradecer também e cumprimentar a Ana Rita, companheira e lutadora aqui dos trabalhadores. Quero cumprimentar todas as companheiras, todos os companheiros, o José Maria, da Conlutas, o Moacir, da Nova Central, o Artur Bueno, Presidente da Confederação, meu companheiro Warley. Quero cumprimentar também o Marçal, que tem sido um grande lutador na Câmara conosco.

Eu estava lembrando esses dias atrás que antigamente você tinha partido que defendia causas, e você não tem mais aqui. Agora você tem alguns parlamentares que defendem causas. Isso passa a ser uma dificuldade. Quando você tem partido, facilita, porque o partido fecha questão e o Parlamentar tem só uma saída: votar a favor do que o partido fechou. Agora a gente tem que ficar garimpando companheiros.

Eu até brinco que aqui no Senado é fácil, porque o Paim tem uns aqui que nem escutam direito. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós vamos reclamar aí. (Risos.)

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – É brincadeira.

Uma vez eu vim aqui...

Brincadeira, não é? Uma vez eu vim aqui pedir apoio para um projeto importante dos trabalhadores, aí o Paim foi me orientando, dizendo: “O Líder de tal

partido é aquele; o Líder é aquele...”. Eu fui de um por um. Aí, falava com um que só fazia assim... No final, perguntei: “E aí, Senador?” E ele falou: “Tenho que consultar minha bancada”. Aí, eu voltei lá é falei: “Paim, o cara diz que tem de consultar a bancada dele”. O Paim falou: “Nem liga para isso aí. Ele não tem bancada nenhuma. Ele é sozinho. Ele nem escutou o que você falou”. (Risos.) (Palmas.)

Aí, eu falei que era fácil aprovar assim. O cara não escuta coisa nenhuma.

Bom, brincadeiras à parte, estamos numa luta difícil aqui. Todo final de ano é um momento importante aqui para nós, porque é o momento em que vem o Orçamento, em que podemos incluir a questão do aumento dos aposentados. Então, há uma batalha.

Nessa questão do fator, nós estamos há algum tempo nessa batalha. Votamos na Câmara, o Lula vetou... Na verdade, havia duas questões difíceis na época. Entendemos o veto do Lula, porque tinha o aumento de 80% do PIB para os aposentados, que era uma emenda minha, e tinha o fator. Então, ele optou por uma e acabou vetando o fator.

Mas quero falar para vocês, primeiro, que a proposta que estamos votando na Câmara é uma alternativa ao fator. Vou falar assim, para esclarecer o seguinte: não é o fim do fator. É bom ficar claro isso. E nem assim o Governo está aceitando.

Tive uma conversa séria, José Maria, com o pessoal da CTB, que disse estar contra por querer melhorar essa proposta. Eu falei: “Rapaz, se você ficar contra, isso vai piorar, porque o que o Governo quer é piorar isso aqui”. Nós fizemos uma comissão especial, montada pelo Presidente Marco Maia, que tinha sete Parlamentares ligados aos trabalhadores e sete ao empresariado. Fizemos um acordo daquele projeto do Pepe Vargas, que é o 8.585, e pusemos uma coisa importante lá, um redutor de 2% e um multiplicador de 2%. Na prática, esse redutor e esse multiplicador acabam com o fator, porque qualquer trabalhador... Digamos que o trabalhador que for mais prejudicado se aposentaria com 91% da sua média de contribuição. Está certo? E não mais aquela perda de 40%, como é hoje.

Com isso, houve um acordo lá, o Presidente Marco Maia se comprometeu com as centrais de votar no dia 20, e eu vou dizer aqui com todas as letras: ele me disse – é até ruim contar uma conversa que tive com ele, mas é uma coisa que está ficando pública – que, pela primeira vez na vida dele aqui na Câmara, como Presidente, a Presidente Dilma pediu para ele não votar. Por causa da crise, por causa de outras coisas que vou dizer a vocês.

O meu Líder do Governo, Arlindo Chinaglia, me mostrou um dado que vou passar para vocês. Um dos problemas graves, Paim, segundo ele, é que o fator previdenciário, nesses 12 anos de vida, deu uma economia para o Governo, digamos assim, de R\$56 bilhões.

Quem se aposentou de 99 para cá levanta a mão. (Pausa.)

Então, essa economia foi feita com parte do salário de vocês. Está certo? A economia que nós sabemos como é feita: o cara se aposenta com 40% a menos do que ganhava. Não é isso? Se for homem. Se for mulher, chega até 50%. Essa economia que o Governo chama de economia é um confisco do salário de cada um de nós, que se aposentou. Eu não me aposentei ainda, mas de cada um dos que se aposentou até agora.

Qual é o drama do Governo, segundo o Arlindo?

É que, assim que se aprovar esse projeto, nós, que não somos bestas nem nada, vamos todos entrar na Justiça, e o Governo tem um rombo de R\$56 bilhões para pagar. É maior do que o confisco do Plano Collor, que foi de R\$42 bilhões, na época. Então, esse é um drama do Governo.

Chegou o companheiro, maior lutador pelo fator previdenciário na Casa, Arnaldo Faria de Sá. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá. O Artur, que já usou a palavra, gentilmente cede...

já usou a palavra e, gentilmente, sede o espaço dele, na Mesa, para o Arnaldo. Uma salva de palmas para o Artur e o Arnaldo, então.

O SR. PAULINHO DA FORÇA (Bloco/PDT – SP) – Então, Arnaldo, estou aqui, dando algumas explicações dessa batalha lá. Disse exatamente isto, que há um rombo de 56 bilhões. Este ano, o fator previdenciário está dando uma economia para o Governo de 13 bilhões, e o ano que vem será de 15. Então, o Governo já conta com isso: “Vou pagar menos, vou economizar 15 bilhões”.

O ano que vem dá 71 bilhões de economia, o que é exatamente o que o Governo gasta com saúde por ano, que é o tamanho do confisco dos aposentados no Brasil – o que ele chama de lucro, digamos assim. Achamos que isso é um absurdo, porque as pessoas se aposentam e, exatamente na hora em que mais precisam, vem o Governo e toma uma parte do salário deles. Então, estamos numa batalha individual, digamos assim, não é Arnaldo? Com alguns companheiros, como o Marçal, como o Arnaldo, como o André Figueiredo, o Cleber Verde, o Lincoln Portela, o André do PSC.

Conseguimos, nesses últimos dias, fazer muito confusão lá, conseguimos, por exemplo, segurar a pauta, na semana passada, derrubamos a sessão. Mas aí vocês vão vendo, há problemas, porque os caras jogam

outras categorias contra nós. Por exemplo, na semana passada, bloqueamos a pauta – e sabe o que estava na pauta? O direito das empregadas domésticas, ou dos empregados domésticos – como é que nós, que defendemos os trabalhadores, trancamos a pauta, para não votar um projeto dos empregados domésticos, que é outra categoria tão sacrificada no Brasil?

Temos, eu, Arnaldo e Marçal, feito malabarismo lá, dizendo: “Então, vamos deixar votar este – o Marçal, que presidiu a Comissão das Domésticas –, porque é importante”. Aí, ontem, de novo, trancamos a pauta, derrubamos a sessão, a mulher chamou uma reunião para as 8 horas, uma extraordinária, e o Arnaldo, que estava mais radical do que eu ontem, endoidou, dizendo que não iria deixar, e tal. Havia projeto de muita importância para o Estado do Amapá, e os Deputados do Amapá, que são oito, vieram em cima: “Pelo amor de Deus, o Governo está contra nós, deixem votar isso” – fizemos uma concessão para o Amapá.

Agora, estivemos em um compromisso, ontem, importante da Presidente – e é bom também, quando há confusão, porque nos ajuda muito, e o Paim sabe disso, a Ana Rita também sabe; quando há problema interno aqui, para nós facilita bastante, para passarmos nossas coisas. A Presidente em exercício, Rose de Freitas, concordou comigo e com Arnaldo, ontem, e com o Marçal em chamar uma reunião de Líderes para agora as 3 horas, e eu cheguei lá falando que não, mudamos para as 4 horas. Temos que falar aqui e ir para lá para essa reunião de Líderes, porque precisamos garantir – ela disse: “Quero fazer essa reunião de Líderes, para discutir o fator previdenciário”.

Então há uma possibilidade de que, talvez, ela não esteja tão avisada, e ela quer ser candidata à Presidente da Câmara; então, temos que aproveitar. Se ela votar o fator, vai ganhar os nossos votos, não é isso? Agora se ela não votar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Até eu faço campanha para ela, dia e noite, vou para lá, sou Senador. Só não voto, se não der.

O SR. PAULINHO DA FORÇA (Bloco/PDT – SP) – Então, vamos lá dizer: “Presidente, V. Ex^a, que está aqui hoje, em exercício, pode virar Presidente, desde que vote o fator”. Então, vamos para lá, para tentar votar. Juntamente com isso, há uns companheiros da CUT que estão, na entrada do Anexo II, na Biblioteca, e o nosso pessoal também, que tem vindo todos os dias para cá, estamos fazendo plantão aqui, com mais companheiros; ontem desmaiaram cinco, quase morreu gente lá, porque demorou. E o pessoal que têm vindo são pessoas bastante idosas, o único problema é que eles demoram muito, para fazer a passeata, estamos fazendo passeata todo dia lá dentro, mas era impor-

tante que mantivéssemos essa mobilização, que V. Ex^{as} terminassem aqui, Paim, fossem para lá, vamos levar todo mundo para o salão verde, vamos juntar no salão verde, vamos pressionar a Câmara, para votar, hoje ainda, o fim do fator previdenciário.

E quero também dizer que há uma emenda minha, do Arnaldo, do Paim, e acho que o Marçal também fez parte, para aumentar os salários dos aposentados. O ano passado, seguramos o orçamento até um para meia-noite e este ano estamos querendo, de novo, atrapalhar a vida do Governo ali. Nossa emenda é de inflação mais 80% do PIB, já foi reprovada, na Comissão de Orçamento

(...) foi reprovada na Comissão de Orçamento, mas a gente destaca essa emenda na votação no plenário. Então, precisamos convocar vocês para mobilização total dessas últimas três semanas.

Eu queria fazer uma sugestão. Pode ser que a gente não vote hoje. Se não votar hoje, temos que voltar terça-feira. Então, é manter uma mobilização aqui, terça e quarta. Eu sei da dificuldade que é vir para cá. Queria até me solidarizar com os companheiros que foram assaltados e até dizer, Paulo Paim, que nós podíamos fazer um abaixo-assinado, hoje, com os parlamentares, a fim de arrumar algum dinheiro para comprar as coisas para essas pessoas que foram assaltadas no meio do caminho. Tem gente que nem roupa tem. (Palmas.)

Teve gente que teve que emprestar calção, cueca de um e de outro, para poder ir embora para casa. Então, vamos tentar, talvez hoje, pegar alguns parlamentares que topam dar algum dinheiro para comprar vestimentas para esse pessoal que foi assaltado.

Enfim, companheiros, é uma batalha de alguns parlamentares. Mas posso dizer, para encerrar – e acho que o Marçal também já falou –, que, se colocar para votar, duvido que tenha algum parlamentar na Câmara que votará contra. Vai ser por unanimidade. Duvido que alguém vote contra o fim de fator. O nosso problema é pôr na pauta para votar. E aí a pressão tem que ser em cima do Presidente da Câmara, que hoje é Rose de Freitas, na semana que vem é o Marco Maia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Paulinho da Força.

Vou continuar passando a palavra para os convidados. Mas estou me sentindo desconfortável e vou explicar por quê. Porque o Marçal é o único parlamentar que não está na Mesa. Marçal, vem para a Mesa. Vamos dar um jeito aqui. Você é um lutador, é nosso. Vamos arrumar uma cadeira de qualquer jeito e o Marçal vem para a Mesa.

O Marçal já falou. Passo, de imediato, a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que tem sido um

lutador por essa causa. A melhor coisa que nós temos, neste momento, é ouvi-lo e tecer elogios também.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Primeiro, queria cumprimentar aquele que, desde a época em que chegou ao Congresso, primeiro na Câmara e hoje no Senado, tem sido um baluarte da nossa luta na Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública, que é o nosso Senador Paulo Paim. (Palmas.)

Olha, o Paulinho já falou. Na verdade, estamos enfrentando uma batalha desleal, porque o Marcos Maia nos enrolou por muito tempo: “Vou conversar com o Governo, fica para agosto, deixa para setembro, vai para outubro.” E nós vemos que está terminando o ano e estamos ficando de mãos vazias.

Na verdade, essa história toda de que a Previdência Social está quebrada é mentira. A seguridade social, no ano de 2011, teve um superávit de R\$77 bilhões. E este ano, com a desoneração da folha de trinta setores, a lei que foi aprovada determinava que o Tesouro tinha que reembolsar a Previdência. O Tesouro não reembolsou nada à Previdência até hoje. Já está devendo R\$10 bilhões à Previdência. Então, a Previdência não está quebrada não! Eles querem quebrar a Previdência com essa história de que não querem votar a alteração do fator previdenciário.

O projeto que está lá é de uma alteração simples. É uma porta de saída para que a gente possa permitir que mais de um milhão de trabalhadores que já têm o seu tempo tenham o direito de se aposentar. É só isso que a gente quer. E não adianta ficar falar muito não. É pressão. Esta Casa só anda sob pressão. Só por causa da pressão, feita na semana passada e nesta semana, por várias entidades de trabalhadores é que a gente está discutindo este assunto.

E lembro um detalhe importante: as centrais sindicais são fundamentais nesta luta nossa. Eu queria agradecer ao Paulinho – na semana passada, a Força esteve aqui, nesta semana também –, a pessoal da CUT, ao pessoal da CGTB.

É preciso esta luta toda para ajudar a Cobap nesta caminhada. Eu tenho certeza de que, com essa mobilização, a gente vai conseguir mudar o fator previdenciário.

Parabéns e à luta! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Arnaldo Faria de Sá.

Agora, a palavra volta à Mesa. Passo a palavra ao José Maria, Secretário da Executiva Nacional da Conlutas.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Senador Paim, em primeiro lugar, agradeço a generosidade e a postura democrática que você sempre tem aqui, o espaço que foi dado aqui à companheira Sara. Vocês

viram, é uma garota ainda, mas que passa por uma situação, na Síria, muito difícil. Nós, aqui, a maioria de nós, mais velhos do que ela, não passamos ainda por um sofrimento (...)

(...) nós mais velhos do que ela não passamos ainda pelo sofrimento de um povo que precisa arrastar nas costas uma guerra para acabar com uma ditadura. É muito importante o espaço que foi dado aqui à companheira e é muito importante a nossa solidariedade.

Mas eu queria, Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por favor, Moacyr, venha para a Mesa.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Senador Paim, demais companheiros e companheiras....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Terminando aqui, nós todos vamos para lá, Senadores e Deputados.

O Marçal está saindo também pessoal. (Palmas.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Voltando ao nosso assunto, eu acho muito importante tanto o tema do fator previdenciário quanto a questão do reajuste das aposentadorias, Senador Paim e demais companheiros e companheiras que estão aqui. O problema do fator previdenciário e do aumento dos aposentados chega a parecer uma coisa absurda no País, por que estamos há quanto tempo arrastando isso? O fator previdenciário não deveria existir mais, ele já foi derrubado no Congresso, como lembrou aqui o meu amigo Artur – estou chegando à tua idade, Artur, vou começar a ficar esquecido também –, esse tema já devia ter resolvido. O Lula vetou, voltou para cá, de novo está em discussão.

Eu queria dizer, Paim, que, em relação a esse tema, eu concordo com a tua proposta original. Eu entendo a negociação que foi feita na Câmara, mas não posso dizer que concordo com ela. A fórmula 85/95 também traz prejuízo aos trabalhadores, e prejuízos importantes. E qual é o argumento? Isso é o que mais me chama a atenção, eu acho que nós devemos... Quanto mais esclarecimento conseguirmos fazer à sociedade, mais condições a gente cria para mudar essa situação, porque o argumento é sempre o mesmo: faltam recursos. Agora, como pode o Governo dizer que falta recursos e, ao mesmo tempo, desonerar a folha de salário das empresas, deixar de arrecadar, como já disse aqui o Warley, não quero aqui repetir o que o Warley falou. Não é que o Governo está tirando da folha de salários ou está diminuindo a contribuição do trabalhador, que já ganha pouco. Não, ele está mantendo a contribuição do trabalhador, ele está tirando a contribuição do empresário. A conversa é aquela conversa fiada de sempre: não, vai mudar porque, na

forma da arrecadação que está proposta substituir, vai se manter o grau de arrecadação.

Vocês estão acompanhando o problema do IPI e se lembram que, quando o Governo baixou o IPI das montadoras, veio com qual conversar? Ao reduzir o IPI, reduz-se a arrecadação de imposto, mas como se vai vender mais carros, vai compensar, nós vamos arrecadar a mesma coisa. Agora está aí a verdade nua e crua. Poucas semanas atrás, uma passeata de prefeitos ocorreu aqui em Brasília porque diminuiu o Fundo de Participação dos Municípios. Por conta do quê? Entre outras coisas, da redução do IPI. São bilhões e bilhões de reais que o Governo perde em arrecadação para ajudar quem? Os aposentados? Os trabalhadores? Não, para ajudar uma das fábricas mais ricas do mundo.

Não se pode alegar a falta de recursos ao mesmo tempo em que o próprio Governo toma medidas para diminuir os recursos da Previdência Social, desonerando a folha de pagamento. Não se pode alegar falta de recursos quando metade do orçamento do País é utilizado para pagar juros para banco, para grandes investidores. Quarenta e sete por cento do orçamento deste ano, de 2012, R\$1 trilhão, companheiros e companheiras, R\$1 trilhão. Então, qual é o nosso entendimento quanto a essa negociação? Nós estendemos que está errado. Nós achamos que tem que acabar o fator previdenciário e ponto. Essa é a nossa opinião.

Por que estou dizendo que esse tema tem relação com o debate político que a gente estava fazendo? O Artur já lembrou aqui a manifestação que nós fizemos hoje pela manhã. O que ocorre? Essa mesma postura que leva a se sacrificar os aposentados para manter essa sangria que é feita dos recursos públicos para poder ajudar as empresas, para ajudar os bancos com os benefícios fiscais que estão sendo dados pelo Estado é o raciocínio que se utiliza em relação aos nossos direitos. Então, veja, não há recursos para eliminar o fator previdenciário, não há recursos para reajustar o salário dos aposentados, o benefício dos aposentados, e garantir para aqueles que ganham mais do que o salário mínimo o mesmo reajuste que é dado ao salário mínimo, para isso nunca há recursos. Mas há recursos para o Plano Brasil Maior, que, de agosto do ano passado até agora, destinou às grandes empresas deste País R\$170 bilhões; R\$170 bilhões. Então, tem para uma coisa e não tem para outra. O problema do País não é falta de recursos, é opção do que se faz com eles.

E essa opção está presente em outras coisas. A manifestação que fizemos hoje de manhã, estamos aqui dentro do Congresso neste momento para trazer a discussão que fizemos lá fora, tratou do tema da apo-

sentadoria, do reajuste dos benefícios, do fator previdenciário, mas também do chamado Acordo Coletivo Especial, porque, de novo, nós vamos enfrentar um problema neste País, em que as pessoas já têm (...)

problema neste País, um País em que as pessoas já têm muito poucos direitos. Nós já temos uma legislação muito flexível, e, de novo, a conversa é a seguinte: é preciso modernizar, é preciso atualizar a legislação e dar o direito aos sindicatos para fazer negociação e acordo com as empresas diferente daquilo que está na lei, e o argumento é o de sempre, lamentavelmente vindo de um sindicato: é para melhorar as condições dos trabalhadores.

Pergunto, Senador Paim... Nós estamos no movimento sindical há muito tempo – você esteve muito tempo no movimento sindical –, e nós sabemos que a legislação brasileira é muito limitada. Nós nunca defendemos a CLT como ela está hoje, porque ela protege muito pouco o trabalhador, deveria proteger mais. Agora, a CLT nunca impediu de se fazer um acordo melhor para os trabalhadores do que aquele que está na lei. A lei diz que a jornada de trabalho é 44 horas, mas eu posso fazer um acordo reduzindo-a para 30 horas, e a lei não proíbe. O que a lei me proíbe? Fazer um acordo que estabeleça uma jornada de 50 horas, isso não pode.

Então, como é que se pode discutir, nessa situação que nós vivemos no País de degradação cada vez maior das condições de vida de uma parcela ampla da população, uma lei que vai possibilitar, ou permitir, ou facilitar o trabalho que as empresas fazem hoje para pressionar os trabalhadores para que eles abram mão de seus direitos? Porque não há liberdade, companheiros e companheiras, de negociação. A rigor, a rigor, a rigor, não há liberdade de negociação no País, porque as empresas, chegam à fábrica e ameaçam demitir metade dos trabalhadores e aí propõem o acordo para o sindicato. O que trabalhador vai votar? Ele vai votar em qualquer coisa que a empresa propuser porque ele quer defender o emprego dele. Então, o que há é uma livre e espontânea chantagem e pressão que as empresas fazem para poder demitir o trabalhador na hora em que elas querem.

Então, trazer esse debate à tona é o quê? E responde ao mesmo critério: como é que eu benefício os grandes grupos econômicos, as grandes empresas, em detrimento das condições de vida dos trabalhadores?

Então, acho que é muito importante este esforço aqui, esta mobilização hoje.

Nós somos contra o fator previdenciário, não somos tão pouco a favor dessa fórmula que arrumaram para colocar no lugar; melhor é a proposta original do Senador Paim, mas é preciso acabar com esse fator

de uma vez por todas. É preciso garantir o reajuste aos aposentados e é preciso, companheiros e companheiras, que nós compreendamos essa luta nossa como parte dessa luta maior para defender não só esses direitos que estão na pauta neste momento, mas o conjunto dos direitos que nós ainda temos, que já são poucos e que estão também ameaçados pela mesma lógica, ou seja, quando o capitalismo está crescendo, o lucro vai todo para o bolso dos empresários; quando aparece uma crise lá, no horizonte, para quem vai a conta? Para nós. Essa lógica nós não podemos aceitar mais, é preciso mudar esse critério.

Nesse sentido, ou seja, a CSP – Conlutas está emanada aí com a luta da Cobap, com os demais companheiros e companheiras das demais organizações sindicais em tudo aquilo que for defender os direitos da nossa classe e buscar avançar em novas conquistas para que nós possamos ter melhores condições de vida, afinal de contas somos nós que trabalhamos neste País, que produzimos toda a riqueza deste País e, mais do que ninguém, temos o direito de usufruir dela.

Obrigado, gente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – José Maria falou como Secretário-Geral da Conlutas.

Neste momento, passamos a palavra a Moacyr Roberto Tesch, e, depois da Senadora Ana Rita, a palavra vai para o plenário.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a, Senador Paulo Paim; a Senadora Ana Rita; o companheiro Warley, nossa trincheira em defesa dos aposentados; o companheiro José Maria; e os companheiros e companheiras aqui presentes.

Senador Paulo Paim, eu gostaria de dividir minha fala em duas partes.

Primeiro, para fazer uma prestação de conta de uma solicitação sua. Ontem, nós estivemos em Goiânia, representando V. Ex^a. Espero que a gente tenha feito à altura, porque é difícil, mas trazer às suas mãos uma homenagem que a Prefeitura Municipal de Goiânia, junto com a Secretaria de Igualdade Racial, que é dirigida pelo Secretário José Eduardo Silva e pelo Prefeito Paulo Garcia, em que faz uma homenagem ao Senador Paulo Paim com uma ação afirmativa de igualdade das ações que tem feito em defesa dos negros, dos índios, dos ciganos, das questões sociais, dos aposentados e uma série de outras ações que foi citada no momento.

No momento, eu fiz o agradecimento em vosso nome.

Nesse momento eu fiz o agradecimento em vosso nome

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – E coloquei, tive a ousadia, mas eu acho que é assim que a gente entende, de deixar o vosso gabinete aberto 24 horas à disposição desse povo, do povo brasileiro.

Foi entregue em nossas mãos, eu gostaria de passar a V. Ex^a, esse troféu. (Palmas.)

No momento não houve espaço para fazer pronunciamento formal, diversas pessoas estiveram presentes, foram homenageadas, inclusive tenho também um CD com algumas fotos, e eu solicitei, acabei quebrando o protocolo, e disse do compromisso que V. Ex^a tem com a população brasileira, em especial com as pessoas que estavam sendo homenageadas, e frisei que V. Ex^a, filho de um quilombola que não nega as suas origens, sempre esteve à frente como uma trincheira aqui dentro do Congresso Nacional. Falei também, na oportunidade, que, dentro da Câmara dos Deputados, nós temos menos de 10% de pessoas negras, e no Senado apenas um. E que, para nós, brasileiros, era uma grande honra ter V. Ex^a nessa trincheira, que serve o cidadão brasileiro que mais precisa, os mais pobres, os mais humildes, enfim, é esse povo que está nessa sala, que está nos assistindo e as pessoas que V. Ex^a defende.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente lá e ser honrado por V. Ex^a receber essa homenagem. Espero ter feito à altura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço ao Moacyr. Eu não podia sair de Brasília, como tem acontecido, e aproveito o momento, permitam-me que eu diga isso, Moacyr, porque inúmeros Estados e inúmeros Municípios, como agora Alagoas, que aprovou o título de cidadão alagoano, eu não consigo ir a todos os lugares. Então, o movimento sindical, as entidades de aposentados e pensionistas é que me representam na maioria dos casos. Por isso, na figura do Moacyr, dou uma salva de palmas ao movimento social brasileiro pelo seu papel durante a história e que vai continuar fazendo e acontecendo. (Palmas.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Voltando à pauta, eu gostaria de cumprimentar o companheiro Warley, companheiro esse com quem o Brasil tem um débito muito grande. Graças à sua liderança, temos colocado algumas trincheiras dentro do Congresso.

Eu estava falando agora há pouco com o companheiro Artur e o companheiro Zé Maria, Senador, que esses dias atrás, numa entrevista, vieram nos perguntar qual seriam as grandes conquistas que nós, os trabalhadores, tínhamos feito nos últimos anos. Eu dis-

se que a grande conquista que a gente tem feito, tem conseguido é barrar a perda das conquistas, porque ultimamente as conquistas que a gente está tendo são tão pequenas que, de repente, a perda acaba saindo pelos vãos das mãos.

Nós tivemos as conquistas, vamos supor, do salário mínimo, quando chamavam V. Ex^a de Senador dos cem dólares. Tivemos a conquista da redução do imposto de renda, tivemos algumas questões. Mas abriram, vamos supor, do fator da previdência, que o Presidente Lula criticava tanto na época da sua campanha, teve a oportunidade de excluir o fator e não o fez. Veio a Presidente Dilma, na sua campanha fez a mesma campanha, que ia acabar com o fator previdenciário. Interessante é como o trabalhador e o aposentado parece que são moeda de troca nas épocas de campanha

são moeda de troca nas épocas de campanha política. Como nós somos lembrados! Como nós somos lembrados na boca de todo mundo, nos discursos de todas as pessoas que querem chegar ao Executivo e ao Legislativo! E, na hora em que chegam a esta Casa, quando chegam ao Executivo, parece-me que passamos a ser um entulho, um incômodo, alguma coisa estragada.

Nós temos a preocupação, Senador Paim, e essa é a questão que temos trazido. V. Ex^a tem sido a nossa trincheira de briga, de defesa nas questões. Quando o ser humano consegue se aposentar, parece que, com a aposentadoria, ele assimila e começa a ter uma doença contagiosa, uma doença maldosa, uma situação em que tudo de ruim está nessa pessoa. Começa-se reduzindo o seu poder aquisitivo.

Quando a gente se aposenta, as dificuldades já estão aparentes há muito tempo. Remédios que a gente não usava naquele período começa a usar agora. Os remédios dos quais não se tinha necessidade cada vez são mais caros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. S^a me permite, só para... Na mesma linha, porque achei interessante o raciocínio. Plano de saúde, quando se está na empresa, há os médicos na empresa; queiram ou não, há o vale-transporte; queiram ou não, há o vale-alimentação. Enfim, há uma série de benefícios que já se perde...

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Só pelo fato de se aposentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... só porque se aposenta, e ainda vem o fator; depois, não há o reajuste.

Vai pagar um convênio...

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – O convênio que se tinha na empresa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Some também.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – É um direito que não se tem mais, quando se aposenta. E, quando se vai fazer como pessoa física o convênio, ele já vai para mil e poucos reais. Se bobear, a maioria dos aposentados não tem condição de fazer ou de ter um convênio particular, porque o valor que recebe da sua aposentadoria não dá para cobrir esse convênio. E, quando cai na questão da saúde pública, aí Deus nos acuda!

Então, Senador, nós temos uma preocupação muito grande – nós, da Nova Central, da Contrato e das confederações que fazem parte da Nova Central – com a recuperação do salário. O que nós estamos pedindo – e aquilo pelo qual estamos brigando – não é aumento de salário: é que, pelo menos, quando se recebe a aposentadoria, dê-se continuidade para sobreviver, para continuar vivo.

Eu tinha um amigo – tinha, não, tenho ainda – que disse assim: “O aposentado, a partir do se fixa e com o que ele se aposenta, recebe mais um sobrenome, que é o “JAC”.

Não sei se o senhor sabia, mas todo mundo que chega diz: “Já que você não está fazendo nada, leve as crianças para lá”; “Já que você não sei o que, vá buscar o pão”; “Já que você... – como se o aposentado tivesse saído da atividade, de onde estava produzindo e não servisse mais para nada. Então, “Já que você... já que... vá comprar pão, vá cuidar das crianças”; “Já que você não está fazendo nada...”, e não é assim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Esta ninguém lembra: “Já que você não está fazendo nada, vá lá, ao banco, que não há fila”. E assim diz esse meu amigo que é aposentado.

Então, temos de ter mais respeito pelas pessoas. Esse respeito que dizemos é pelo passado que já foi feito, por este Brasil que já foi construído e pelo que temos ainda por fazer.

Vocês fizeram a parte de vocês, e nós, do movimento sindical... Eu tenho uma preocupação muito grande com meus filhos, com meus netos, porque, daqui a alguns dias, eles já estão... Quando começarem a entrar no mercado de trabalho os meus netos, vão nos perguntar o que fizemos para deixar para esse povo: “Na época de vocês, tinham isso, tinham aquilo, tinham aposentadoria; daqui a alguns dias, até a aposentadoria vai desaparecer”.

Nós temos uma preocupação muito grande, que é a questão da desoneração da folha de pagamento. Só para se ter uma ideia, na área do segmento de tu-

rismo e hospitalidade, 50% das empresas que foram desoneradas tiveram lucro.

O número de emprego

O número de empregos que eles se comprometeram a fornecer não existe. Dias atrás, Senador, eu estava numa reunião no Ministério do Turismo, e, nessa reunião, os empresários que constroem iates estavam reivindicando ao Ministro do Turismo que verificasse junto ao Governo Federal para desonerar a folha de pagamento dessas empresas que constroem iates. Eu fiquei assim e disse: “Estão fazendo brincadeira com isso”. Porque a quantidade de pessoas que vão ser beneficiadas com os iates, o número de empregos e coisas tantas que estão sendo feitas com a produção desses iates é vergonhoso, pelo que eles deviam produzir.

E, finalizando, eu só gostaria de reafirmar o nosso compromisso com você, Varley, da nova Central, da Confederação, com V.Exa, Senador Paim, e com todos vocês que aqui estão presentes. Podem contar com a nova Central nas articulações, nas ações que forem necessárias, que a gente está junto.

E, para finalizar, Senador, eu marquei aqui – desculpe a minha ousadia, talvez através de V.Exa, não sei como seria – oficial à Polícia Rodoviária Federal, solicitando um apoio maior nessas estradas, fazendo a denúncia desse fato, desse assalto, porque nessa região, onde foi feito o assalto aos companheiros que estavam chegando, os aposentados, é comum haver assalto. Inclusive, ônibus que vieram em outras oportunidades a eventos aqui no Congresso, inclusive da nossa Confederação, já foram assaltados nessas mesmas condições, colocando todas as pessoas de roupa íntima, dando tiros dentro do ônibus, ameaçando a vida de todas as pessoas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Moacyr Roberto Tesch, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, que aqui, com muita clareza, deixou demonstrado que, ou se mobiliza, ou não se chaga a lugar nenhum. É a pressão que aponta o caminho.

Agora vai falar a Senadora Ana Rita, que depois tem de ir para uma comissão, na qual já estão a chamando.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Boa-tarde para todos vocês.

Quero aqui saudar todos os trabalhadores e trabalhadoras aposentados ou em via de aposentadoria. Dizer da nossa satisfação de poder recebê-los e recebê-las aqui, na reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Quero saudar também todos os que já se pronunciaram aqui, o Varley, que é Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas; o Artur Bueno, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria; o José Maria, do Conlutas, que é Secretário da Executiva Nacional; o Moacyr, que acabou de se pronunciar agora, que é Presidente da Confederação Nacional dos trabalhadores de Turismo e Hospitalidade; os Deputados que passaram por aqui; o Marçal; o Deputado Paulinho da Força Sindical.

Eu quero também aqui fazer um agradecimento e um reconhecimento pelo trabalho que o Senador Paim tem feito nesta Comissão de Direitos Humanos, como Presidente, mas, em particular, pela luta que ele tem tido em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País, especialmente dos aposentados.

O Senador Paim tem como o fio condutor do seu mandato – pelo menos é assim que eu vejo – a defesa dos trabalhadores do nosso País, com relação ao fim do fator previdenciário. Tem colocado isso como prioridade. Então, o Senador Paim é uma pessoa altamente dedicada, muito digna de receber aqui o reconhecimento da parte de vocês, com relação à homenagem que aqui foi feita. O Senador Paim é uma pessoa incansável. Então, parabéns, Senador Paim, todo o nosso respeito e carinho. (Palmas.)

Eu também quero aqui dizer que esta Comissão de Direitos Humanos é uma comissão que eu diria que é um pouco diferente das demais comissões desta Casa, porque ela cumpre um papel altamente importante. É por meio desta Comissão que os trabalhadores e as trabalhadoras deste País têm uma porta de entrada para se expressar aqui dentro do Senado Federal. Então, a Comissão de Direitos Humanos é um espaço de acolhimento

...é um espaço de acolhimento dos movimentos sociais, das entidades organizadas deste País, em todos os aspectos, para que possam aqui expressar suas reivindicações, seus anseios, fazer seus apelos, trazer suas denúncias, fazer suas manifestações.

Então, eu vejo que a Comissão de Direitos Humanos cumpre muito bem esse papel, além de ser uma comissão, também, que tem o papel primordial de apreciar as matérias e aprovar importantes projetos de interesse da sociedade brasileira, em particular, no que se refere às questões sociais, que envolvem as pessoas, como mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, indígenas, donas de casa, trabalhadoras domésticas, trabalhadores domésticos, enfim, são várias as categorias que passam por aqui trazendo suas demandas, e nós temos a oportunidade de, muitas vezes, na maioria

das nossas reuniões, aprovar projetos que vêm assegurar direitos a todos os trabalhadores.

Eu queria, com isso, manifestar a minha solidariedade a vocês, que vêm de diversos Estados brasileiros, que vêm, muitas vezes, viajando mais de um dia, dois dias, três dias, para chegar aqui. Sabemos que viajar nessas estradas não é fácil. Corre-se sérios riscos, como vocês já disseram aqui, de assaltos e tanta coisa. E vejo aqui o rosto de todos os brasileiros nas pessoas de vocês. Quantas mulheres e homens aqui, já aposentados, que já trabalharam a vida inteira, mas que continuam firmes na luta para conquistar direitos não só para vocês, mas para os demais trabalhadores e trabalhadoras do nosso País e para os futuros aposentados e aposentadas, que irão se beneficiar das políticas que hoje nós estamos discutindo e defendendo e que queremos que sejam asseguradas para garantir uma vida melhor para todos vocês.

Quero finalizar a minha fala dizendo que o nosso grande objetivo, o objetivo desta Casa, o objetivo de nós parlamentares, o objetivo do nosso Governo é o de construir um Brasil cada vez melhor para todos os brasileiros e brasileiras. Ninguém pode negar que o nosso Governo está se empenhando muito para construir um Brasil cada vez melhor, mas a organização da sociedade é fundamental, o movimento social é muito importante. Porque todo mundo se organiza a fim de garantir os seus direitos, mas, em particular – quero dizer aqui –, a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, os movimentos sociais, por meio das suas entidades sindicais, por meio...

...movimentos sociais através das suas entidades sindicais, através das suas associações, através das suas organizações de categorias são fundamentais para que os direitos possam ser garantidos.

Esta Casa, o Senado, a Câmara, o Congresso Nacional é um espaço de correlações de forças muito diferentes. Então, a presença aqui da população organizada, a presença dos trabalhadores e das trabalhadoras, das mulheres, é muito importante, é fundamental para fazer esse diálogo não só com esta Casa, mas também que esse diálogo possa ter uma repercussão nacional no sentido de tornar cada vez mais conhecida a luta de vocês e, com isso, conquistar também novas adesões, apoios e o reconhecimento da sociedade brasileira.

Então, quero parabenizar vocês pelo espaço em que aqui vocês se encontram e dizer que a Comissão de Direitos Humanos, na pessoa do Senador Paim, que preside esta Comissão, sou Vice-Presidente, está sempre à disposição de vocês. Sucesso, boa sorte e que esta luta seja vitoriosa.

Não vou poder ficar até o final, porque nós temos daqui a pouco o Plenário, que já está aberto, e também temos comissões e votações a serem feitas ainda agora à tarde. Vou me retirar, mas quero desejar a vocês sucesso e boa sorte nessa caminhada.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem, Senadora Ana Rita, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Já estamos pedindo que a gente se desloque para o salão amarelo da Câmara dos Deputados, porque é lá que está a votação tanto do projeto do fim do fator quanto o do reajuste dos aposentados, que já aprovamos aqui no Senado.

Vamos abrir para o máximo duas falas bem rápidas.

Flecha com a palavra.

O SR. JORGE GILBERTO LEITE – Primeiramente, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Só para situar, o Flecha é Presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Caxias do Sul é a cidade onde nasci.

O SR. JORGE GILBERTO LEITE – Senador Paim, Senadora Ana Rita, que está se retirando, cumprimentando o senhor e a senhora, cumprimento todos os senhores e as senhoras deste plenário, porque todos nós, hoje, aqui somos senadores e senadoras.

Eu gostaria também de fazer uma colocação, Senador. Com muita honra, dizer ao senhor que sou da mesma escola do senhor, a escola da luta pelas pessoas mais humildes, pelo trabalhador, pelo aposentado, pelo pensionista e pelos idosos. Então, vamos à nossa discussão, Senador.

Eu gostaria de dizer para todos vocês e para todo o Brasil, Senador, que eu não gostaria nem de entrar no mérito sobre o fator previdenciário. Claro que nos interessa sim. Interessa para os nossos filhos, para os nossos netos. Mas temos que começar a trocar o nosso discurso. Temos que lutar, sim, pelas nossas perdas salariais, que já são mais de 80% que estão nos tirando, Senador. (Palmas.) Mas eu só vou dar uma pincelada aqui sobre o fator previdenciário, senhores mesários.

O fato previdenciário 85/95, Senador, isso se chama farsa! Tem que acabar total com o fator. (Palmas.) Não vamos substituir e tentar enganar de novo o nosso trabalhador, o nosso aposentado de amanhã, Senador.

Outra observação que eu gostaria de fazer é que a gente discute muito sobre o nosso salário igualitário ao salário mínimo. Gente, nós estamos pedindo igualitário a um salário mínimo, que já é uma miséria o salário mínimo! O aumento que eles nos empurram

goela abaixo, 7, 8 ou 9%, e a inflação é 20%, vinte e pouco, 30%, Senador!

Vamos fazer esse levantamento direitinho, porque tenho certeza que eles estão nos enganando de novo. Esse aumento do salário mínimo é outra farsa, gente! (Palmas.) Agora, imagina aquele que ganha acima do salário mínimo e que não quer nem nos dar essa esmola, Senador!

Então, este é um desabafo que tenho a fazer. Outra coisa que fiz, que mobilizei: sobre o fator previdenciário, tentei mobilizar em Caxias – como vocês sabem, gente, é uma cidade de muita indústria – os sindicatos da ativa. O único sindicato que se faz presente aqui hoje é o Sindicato dos Metalúrgicos, que está nos esperando lá no plenário, os companheiros. (Palmas.)

Então...

esperando lá no plenário, lá. (Palmas.)

Então, eu faço esse apelo a todos os presidentes de sindicato, de todas as categorias, que venham se unir conosco nessa luta, gente, que não deixem só para nós, de novo, os aposentados, lutarem por vocês.

Outra colocação, também, Senador, que eu queria colocar, é sobre os projetos durante o ano. Gente, com todo respeito que eu tenho com vocês, parlamentares, Senadores, Deputados, Ministros, a Presidente Dilma, assim, gente, chega janeiro, o nosso pessoal tem que tirar férias, descansar a cabeça, não é? Só que nós temos um problema no nosso Brasil. Em janeiro fecha o Congresso. Natural. Temos que tirar, temos que fazer as férias. Aí, em fevereiro, gente, tem carnaval. Aí o projeto do aposentado tem que esperar. Aí passa mais uns meses, tem recesso aqui no Congresso, gente. Aí chega mais uns meses, como nós estamos aqui, Senador, brigando aqui, em véspera de Natal, aí nós não podemos discutir nada porque é Natal, gente. E assim eles vão nos enrolando ano a ano, Senador.

Outra coisa muito importante, Senador, que dizem, eu não deveria dizer, mas eu tenho peito de dizer aqui para vocês. Parabéns para o nosso Judiciário. O que nós temos que acabar, Senador, é com o voto secreto. Esse julgamento do mensalão, gente, é por causa do voto secreto, é por causa das compras de voto, que eles comprem o voto para votarem contra o aposentado, contra o idoso, contra o pensionista. Então, isso aí já está julgado também, gente, que já houve fraude nisso aí, de votação contra nós.

Senador, outra coisa, também, que o Sr. colocou aí, é sobre a nossa mobilização, que o Sr. disse que isso vai ser uma mobilização que não vai ser esquecida no País. Ela só não vai ser esquecida, Senador, eu vou voltar atrás, porque o nosso brasileiro tem a mente muito esquecida. Senador, quando disseram, olha bem, nós temos uma perda aí de quase 80%,

não é, Senador? E na época, lá atrás, que nós tínhamos uma perda de 147%, foi pago, e a Previdência não quebrou, gente! Agora, estão nos negando isso aí, gente. (Palmas.)

Então, Senador, é tudo estudo que eu tenho estudado, como o Sr. disse – eu estava anotando aqui –, foi dito quase tudo aí. Mas eu tenho que falar a língua do nosso povo, gente. Nós temos que falar bem popular, Senador.

Outra coisa, também, Senador, que eu gostaria de colocar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Flecha, nós daremos todo o tempo do mundo.

O SR. JORGE GILBERTO LEITE – Queria dar um feliz Natal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não tenho pressa. O problema é que nós temos que ir para a Câmara, e há mais dois inscritos.

O SR. JORGE GILBERTO LEITE – Só, Senador, só mais uma colocação.

Eu não poderia deixar de falar no nome do nosso Presidente, Warley. Warley, tu não tem que agradecer ninguém aqui dentro, porque isso é obrigação do nosso aposentado, do nosso trabalhador, que está aqui, e eu convoco o País inteiro para nós estarmos aqui, Warley. Parabéns para ti, Warley, mas tu não tem que agradecer. Isso é obrigação nossa.

Obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Flecha, Presidente da Associação dos Aposentados de Caxias do Sul.

Eu quero registrar a presença, aqui, da Sandra de Oliveira, que é do Sindicato Nacional dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas Idosos, filiado à CUT.

E passo a palavra, neste momento, ao Nelson, que é um dos dirigentes maiores da nossa Cobap.

O SR. NELSON OSÓRIO – Senador Paim, companheiros.

Senador, recentemente, em uma audiência pública aqui, eu falei que aquilo que se fazia com o aposentado, pensionista e idosos, neste País, não era nem um problema ideológico e nem um problema programático, de partido. Era covardia mesmo. E isso está me martelando na cabeça, e eu acho que é covardia mesmo, Senador, porque eu estava vendo, hoje, aqui, a presença de parlamentares de vários partidos políticos. E partido que apoia o Governo. Não tinha nenhum partido de oposição aqui.

Então, eu estou preocupado. O Deputado falou, aqui, que não existe mais partido que defende causa, que tem pessoas que defendem causa, e eu estou acreditando naquilo que o Deputado Paulinho falou.

Não tem mais partido defendendo causa. Nós não temos nem

O SR. NELSON OSÓRIO – defendendo causa, nós não temos nem oposição nem situação, temos homens defendendo ideias. Por isso, Senador, o Senhor permita que eu faça agora um apelo aos companheiros aposentados, pensionistas e idosos: vamos formar o partido dos pensionistas, aposentados e idosos do Brasil, vamos formar o pai do Brasil (palmas.), pois somente assim seremos ouvidos, nós teremos força no Congresso Nacional. Senador, o Senhor é o primeiro convidado, em meu nome pessoal. Não como dirigente do partido, porque não sou nada, estou entrando nesse partido como um soldado, para ajudar a fazer. Senador, o Senhor será novamente chamado de Pai do Brasil. Muito obrigado, Senador (palmas.).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Nelson Osório, líder de Campo Grande, grande dirigente da Cobap, que fez aqui o seu desabafo, muito preocupado com a questão dos partidos. De fato, é preocupante mesmo! Como eu gostaria de chegar aqui e dizer que o meu Partido está assumindo a luta dos aposentados, dos pensionistas, do fim do Fator. Como eu gostaria de aqui dizer que o Governo que nós elegemos, e, consequentemente, somos maioria na Câmara e no Senado, vai votar o reajuste dos aposentados e do Fator, mas, infelizmente, não é isso o que posso dizer. Então, a indignação que vocês aqui representam, que o Brasil representa na figura de vocês, podem saber que é minha também. Por isso, vamos continuar peleando, não vamos jogar a toalha. Vamos sair daqui agora, ir até o Salão Verde do Senado, estão nos aguardando lá. Por mim eu continuaria dialogando com vocês por um tempo sem fim, mas, neste momento, nós temos de ir para o campo do bom combate, pois é lá na Câmara que os projetos estão para ser votados. Aqui no Senado – e são de minha autoria, todos eles – todos foram aprovados por unanimidade, tanto o reajuste do aposentado com o fim do Fator, assim como a legalização dos sindicatos, o próprio projeto da Cobap já está encaminhado. O que eu diria neste momento é: não vamos desanimar, vamos pelear todos em direção à Câmara dos Deputados, o Sindicato da Alimentação do Estado de São Paulo, de Mato Grosso, Ceará, Rio Grande do Sul, Pará e todos os que vieram aqui. Tem 5 levantando a mão. O problema é que o Varlei está me dizendo que vão estar agora lá. Se não formos lá agora... Tem 5 pessoas. Pessoal, qual é o problema? Eu abro para os 5 ou não abro para nenhum. Se quiserem, eu abro para os 5. O que você está dizendo é o que todos aqui disseram, o Flexa disse, com muita indignação... Abro a palavra para os 5 ou vamos todos para lá? Então, va-

mos encerrar a reunião, vamos todos para a Câmara dos Deputados...

(Interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, só tem um caminho, volta para casa que a gente vai à luta. Você está convidado a voltar para casa. Nós vamos à luta!

ATA DA 74ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e doze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Paulo Davim, Cyro Miranda e Eduardo Amorim**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 133 de 2012–CDH, aprovado em 08/11/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “Debater o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência”. Convidados: Acioli Antonio de Olivo, Chefe da Assessoria Parlamentar, em representação ao Senhor Marco Antônio Raupp, Ministro de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Berenice Piana de Piana, Presidente do Grupo de Pais Mundo Azul; Deputada Federal Rosinha da Adefal; Martinha Clarete Dutra dos Santos, Diretora de Políticas de Educação Especial – SECADI, em representação ao Senhor Aloizio Mercadante Ministro de Estado do Ministério da Educação – MEC; Fernando Cotta, Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil; Willian Ferreira Cunha, Delegado da Organização Nacional de Cegos do Brasil no DF; Carlos Penna Brescianini, Mestre em Políticas Públicas e Formas Alternativas de Energia; Antonio José Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em representação a Ministra Maria do Rosário Nunes Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Mariana Siqueira, Representante da Feneis – DF (Júlia Nadler, interprete de

libras); Adinilson Marins dos Santos, Conselheiro Titular da Federação Nacional das APAES, em representação ao Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, Moises Bauer. Faz uso da palavra o Senhor Senador **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 74ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 133, de 2012, aprovado em 08/11/2012, de autoria deste Senador, para debater o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, esse tema, que é para todos tão caro e tão importante.

Já vou citar os convidados que já estão presentes.

Convido a Diretora de Políticas de Educação Especial (Cecad), Martinha Clarete Dutra dos Santos, em representação ao Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado do Ministério da Educação para que venha à mesa. *(Palmas.)*

Convidamos também o Chefe da Assessoria Parlamentar, que aqui representa o Sr. Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, Sr. Acioli Antonio de Olivo. *(Palmas.)*

Convidamos também a Srª Berenice Piana de Piana, que é Presidente do Mundo Azul – Grupo de Pais. *(Palmas.)*

Esta semana tivemos uma vitória com a aprovação do Projeto de Política para os Autistas. Já posso dizer que conversamos bastante no Plenário ontem, falamos com o Presidente Sarney, falamos quando o Presidente estava na mesa e, depois, o Wellington encaminhou. O projeto será votado na semana que vem. Só esperamos que nenhuma medida provisória venha

a trancar a pauta. Vai ser uma grande vitória para nós todos, mas naturalmente a senhora vai falar melhor sobre esse tema também que é tão importante.

A Srª Júlia Nadler é cantora e já está aqui ao nosso lado.

Então essa é a primeira Mesa.

Sr. Fernando Cotta, Diretor Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil, que também fez um belo trabalho pela aprovação do projeto dos autistas. *(Palmas.)*

Vamos seguir aqui a nossa programação, dizendo que esta nossa Audiência está sendo gravada e está sendo reproduzida, ao vivo, para todo o Brasil pela TV Senado e também pela Internet, pelos canais 3 e 7, e em formato digital pelo canal 51.3.

Conforme orientação dada pela equipe nós fazer a abertura com a nossa querida Júlia Nadler, que tem 16 anos, é estudante e que vai interpretar o Hino Nacional.

Então eu peço que todos fiquem de pé e que a gente acompanhe o Hino Nacional na voz de Júlia Nadler.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRª JÚLIA DE SALVO CECÍLIO NADLER –

Obrigada, gente! Obrigada. Um beijo pra vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! O Hino Nacional foi interpretado pela estudante Júlia Nadler, 16 anos, que recebeu os aplausos entusiasmados de todas as pessoas que estão neste plenário, pela beleza da sua interpretação.

Nós vamos fazer uma pequena introdução, só para situar as pessoas que a nós estão assistindo pelo Sistema de Comunicação do Senado, sobre o motivo desta nossa audiência e o debate que aqui vamos desenvolver.

O objetivo desse encontro é marcar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência: 3 de dezembro. Aliás, a data foi escolhida na 37ª Sessão Plenária Especial sobre Deficiência, da Assembleia Geral da ONU, em 14 de outubro de 1992.

Lembramos também que, de 3 a 6 de dezembro deste ano, ocorrerá a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aqui no Brasil, por articulação do Governo Federal.

O dia Três de Dezembro tem por propósito fazer com que as questões que envolvem as pessoas com deficiência sejam evidenciadas, debatidas, lembradas, embora seja um assunto que deveríamos lembrar todos os dias. Como outras datas simbólicas, essa também está no calendário, embora, como disse alguém, o dia dessa luta é todos os dias.

Para que se entenda bem tal proposta, é importante lembrar que as pessoas com deficiência, suas famílias, entidades, a sociedade em geral, pais, enfim, em todos os níveis da sociedade, em nível de Governo, lembram e debatem como referência, nesse dia, um tema que nos é tão caro e de suma importância, já que envolve, segundo últimos dados, em torno de 40 milhões de pessoas. É isso, Luciano? É bom lembrar que esses dados que estou aqui lendo, nesse resumo, esse pequeno pronunciamento, foram escritos pelo Luciano, que é cego, assessora nosso gabinete e está aqui na minha frente à direita.

Então, antes de terminar, uma salva de palmas ao Luciano, o grande Luciano. (*Palmas.*)

Terminou a faculdade já, Luciano? (*Pausa.*)

Muito bem. Parabéns!

No bojo dos debates internacionais sobre a deficiência, surge também a proposta da Convenção Internacional sobre Direitos da Pessoa com Deficiência, documento ratificado pela ONU, em Nova York, no ano de 2007. O Brasil ratificou a Convenção em 2009, conferindo ao Tratado um *status* de emenda ao Texto Constitucional. Caminhando ao lado da Convenção e dos avanços do debate internacional, temos aqui no Brasil o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está tramitando no Congresso desde o ano de 2000 – 12 anos! É o estatuto mais demorado de todos. Todo mundo diz que é o mais importante, mas é aquele que ainda não conseguimos votar.

Aprovamos o Estatuto do Idoso; aprovamos o da Igualdade Racial; aprovamos a polêmica política do salário mínimo; aprovamos a política de cotas; mas o Estatuto da Pessoa com Deficiência está em debate no Congresso há 12 anos. E estamos esperançosos de que 2013 seja o ano da sorte – ao contrário do que dizem do 13, que é do azar – e haveremos de aprovar o Estatuto.

O Estatuto, claro, pode só fortalecer a convenção internacional, com certeza absoluta. O Três de Dezembro tem o propósito de fortalecer, colaborar com uma mudança de paradigma, romper com uma visão na qual uma pessoa com deficiência é vista como uma vítima do destino que lhe deu um corpo com restrições, o que o impossibilitaria de participar da vida em sociedade em condições de igualdade. Creio que é o que está acontecendo, tudo isso, na sua fala, Luciano, não é?

A falta de acessibilidade aos espaços físicos é um sério obstáculo, esse sim, para as pessoas com deficiência, e não são as únicas nem as maiores.

Nunca é demais repetir – este é o discurso feito pelo Luciano, que é deficiente visual – que as mais difíceis barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência são as barreiras de atitude e a desinformação

e os consequentes conceitos preconcebidos, ou seja, a discriminação.

Não basta existir política direcionada às pessoas com deficiência. É necessário, antes de tudo, que as próprias pessoas com deficiência apresentem suas demandas, soluções e sejam sujeitos da história. Mais do que política de proteção, do que benefícios assistenciais, o ser humano, independentemente de suas condições físicas, necessita de oportunidades. Muito bem, Luciano.

Sempre digo que deem a todos nós oportunidades e nós mostraremos a nossa capacidade. Mas deem a todos. E não excluam alguns, como infelizmente sociedades discriminatórias ainda o fazem.

A deficiência precisa passar a ser enxergada apenas como mais um traço da diversidade humana, algo que não torna a pessoa um ser à parte, mas apenas como alguém que tem um modo próprio e específico de viver – e aqui ele detalha. Muito bem.

A pessoa com deficiência pode e deve ser enxergada assim. A deficiência deve servir como um motivo para uma transformação pessoal, para o crescimento pessoal.

Conforme diz Jorge Luís Borges, todas as coisas não são dadas para que as transmutemos. (*Pausa.*)

“Todas as coisas nos são dadas para que as transmutemos”. Muito bem. Obrigado, Luciano. Ele é cego e atualizou a minha leitura, aqui. Esse Luciano... Por isso que ele é meu assessor. Não é de graça.

E a deficiência também pode ser transmutada, transformando-se em força, apresentando-se como um rico manancial de experiência e vida – bela frase!

Senhoras e senhores, repito que o Luciano ele escreveu o pronunciamento, e eu estou tendo a alegria de fazer a abertura com o pensamento dele, que é o de todos nós.

Peço uma salva de palmas para as pessoas com deficiências que estão aqui (*Palmas.*) fazendo suas reivindicações, mostrando os desafios que ainda teremos pela frente se quisermos uma sociedade onde todos se sintam parte de um mundo de igualdade e inclusão.

Senador Paim... Leia-se Luciano.

É isso?

Uma salva de palmas para o Luciano. (*Palmas.*)

Quero dizer que todo o discurso ele o fez como se fosse eu falando. Estou apenas traduzindo e mostrando que ele foi o autor dessa obra como o de outros tantos pronunciamentos que faço no Senado. É bom dizer que isso ocorre não só na área de deficientes; o Luciano tem feito pronunciamentos que levo à tribuna do Senado para dar ao País conhecimento de diversos temas.

Muito bem, com essa pequena introdução, nós vamos agora iniciar o nosso debate.

Seguindo a ordem que a Assessoria organizou, vou passar a palavra ao Acioli, porque ele tem um compromisso. O Ministro está viajando, e o Acioli terá de representá-lo em outra atividade hoje de manhã.

Vou começar com o chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que aqui representa o Ministro Marco Antonio Raupp.

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – Inicialmente eu gostaria de cumprimentar todos e todas aqui presentes, em especial, o provocador desse debate, nosso Senador Paulo Paim, o Senador das boas causas.

Acompanho a vida política do Senador há muitos anos, como vocês todos sabem, e ele sempre está ao lado das pessoas que têm menos força na sociedade: os aposentados, o trabalhador de salário mínimo, as pessoas que sofrem discriminação racial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acioli, permita-me. Já que você me deu esse gancho, quero dizer que, se eu der uma cochiladinha aqui, não pensem que é por causa da idade, não; é que eu não dormi essa noite. Eu passei em vigília lá na Câmara, com cerca de 75 idosos de todo o Brasil, liderados pela Cobap, homens e mulheres de 80, 85, 90 anos. A partir do momento em que resolvemos ficar lá, o Presidente da Câmara nos deu toda a assistência, mas eu achei que tinha de ficar lá com eles porque, a qualquer momento, alguém poderia ter algum tipo de problema. A intenção ao fazer essa vigília era fazer com que a Câmara vote o fim do fator e o reajuste dos aposentados. Eu fiquei lá até 15 para às 5, porque às 5 horas foram embora. Fui para casa, tomei banho, troquei de roupa e estou aqui.

Aproveitei seu gancho para justificar-me, mas prometo que não vou cochilar. O assunto não o permite.

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – Eu acredito. O senhor é sempre considerado um homem muito atento às questões.

Como eu dizia, o senhor sempre está ao lado das pessoas que têm menos força na sociedade, como os idosos, e não poderia deixar de estar à frente dessa causa das pessoas com deficiência física.

Quando o Ministro Raupp, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, recebeu o convite, ele ficou muito honrado por duas razões: primeiro, por uma razão bairrista, porque ele também é gaúcho e vindo esse pedido, esse convite, de um gaúcho, ele se sentiu duplamente honrado; segundo, porque o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem uma série de ações e programas voltados às pessoas com deficiência.

O Senador Paim sabe como é a agenda de Ministro. É igual pluma ao vento; como diz a ópera, ela

muda a cada instante. O Ministro gostaria muito de estar aqui. Ele teve que viajar para São Paulo, mas me pediu que viesse aqui e falasse alguma coisa das ações e dos programas voltados às pessoas com deficiência.

Antes de falar um pouco a respeito desses programas que estão inseridos no programa federal Plano Viver sem Limite, da Presidência da República, eu gostaria de fazer uma breve introdução a respeito de como a questão das deficiências atrapalha a vida da pessoa.

Recentemente eu estava correndo aqui no Parque da Cidade – já passei da idade disso, não é Senador –, mas senti...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas se está correndo é porque está bem. Eu vou lá, mas só caminho.

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – Estava, mas senti uma fígada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No dia em que estiveres lá correndo, convide-me para ver se consigo te acompanhar.

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – Não, eu não estou correndo mais.

Eu senti uma fígada na coxa, fui procurar um especialista, e ele disse: você está com necrose da cabeça do fêmur. Esse nome assusta, mas é uma coisa comum, da idade. E aí eu lembrei que o meu pai teve isso também. E meu pai, há muitos anos – já falecido –, não quis fazer a cirurgia da prótese da cabeça do fêmur porque era uma cirurgia arriscada e não dava, às vezes, o resultado esperado. Então, ao longo dos anos da velhice dele, ele teve um problema imenso de locomoção porque não quis fazer a cirurgia.

Recentemente, uma tia minha, de 74 anos, teve o mesmo problema. Ela fez a cirurgia, trocou a cabeça do fêmur, hoje está – não digo que está correndo – andando de bicicleta e está feliz da vida. Ou seja, num período de 20 anos, a tecnologia da prótese da cabeça do fêmur evoluiu e deu qualidade de vida aos nossos idosos.

Eu falo isso porque, muitas vezes, as pessoas falam a respeito das pessoas com deficiência e tende a haver um gueto. Não, mas todos nós, quando não exercemos a plena mobilidade, a plena acessibilidade a todas as questões e às oportunidades que a sociedade nos dá, nós temos deficiência. Então, cada um de nós pode ter uma deficiência sem estar caracterizado como pertencente a esse gueto de pessoas que a própria sociedade isola.

Nós temos aqui o Luciano, que é assessor do Senador Paim e que é um exemplo. E eu me miro em pessoas assim que, de repente, estão ao nosso lado, e a gente não vê essas pessoas exercendo a sua cidadania, porque a elas são dadas condições. O Senador

Paim deu um cargo para ele, ele tem alguma ajuda e exerce a cidadania dele de uma maneira plena. Nós temos exemplos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ajuda do computador. Ele já domina aquele computador como ninguém.

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – Como exemplo, há um caso bem clássico hoje, que é um humorista, o Magela, o Geraldo Magela. Hoje, é uma das pessoas mais presentes nas redes sociais – Facebook, Twitter –, e graças a quê? À tecnologia assistiva.

Nós temos usado essa expressão. Foi criado o termo “tecnologia assistiva”, que vem a ser toda a tecnologia que venha a dar o exercício pleno e equitativo dos direitos da pessoa. Ou seja, qualquer tecnologia, seja ela uma prótese, seja ela uma interface homem-máquina, seja ela uma política pública.

Por exemplo, a questão – parece-me que está na Câmara ou no Senado, não sei – de tornar obrigatório nas escolas uma professora de Libras para dar acesso aos deficientes de voz à possibilidade de acompanharem as aulas. Eu não sei se isto já está aqui no Senado, mas parece que na Câmara já existe este projeto para que todas as escolas tenham um professor de Libras.

E vamos mais além: hoje o nosso grande cientista Miguel Nicolelis está trabalhando em uma interação homem-máquina e pretende, através do Projeto Walk Again, dar mobilidade aos tetraplégicos, ou seja, seria um avanço excepcional. Tudo isso está dentro, então, da questão da tecnologia assistiva, na qual o Ministério da Ciência e Tecnologia está empenhado profundamente dentro do Plano Viver sem Limite, da Presidência da República.

A questão da tecnologia assistiva dentro do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação se estrutura em quatro eixos estruturantes. O primeiro eixo foi a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, um órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia que está abrigado no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer em Campinas. Esse Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva vai conglomerar, agrupar todas as unidades de pesquisa do País que tenham ações voltadas à tecnologia assistiva.

Dentro do segundo eixo estruturante, nós temos a criação de uma Rede Nacional dos Núcleos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologia Assistiva. O que é isso? São universidades públicas, institutos federais e unidades de pesquisa. Dentro da Secretaria do Ministério da Ciência e Tecnologia existe a possibilidade de desenvolver convênios e projetos para desenvolver tecnologias voltadas a atender pessoas com deficiência.

Senador Paim, no Ploa 2012, que está sendo executado este ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara apresentou uma emenda orçamentária, no valor de R\$75 milhões, voltada à tecnologia assistiva. Essa emenda ainda não foi executada por problemas de contingenciamento, mas essa emenda foi acolhida pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Ela foi transformada em ações em vários institutos de pesquisa de universidades federais para desenvolver projetos de tecnologia assistiva. Infelizmente, por problemas conjunturais, ainda não foi possível liberar esses recursos.

Também existe o Programa de Inovação em Tecnologia Assistiva que é financiado pela Finep. De 2012 a 2014, serão R\$90 milhões em forma de créditos subvencionados a empresas que queiram desenvolver produtos, metodologias, estratégias e serviços inovadores. Então, existe uma linha de crédito na Finep para desenvolver esse tipo de tecnologia.

E o último eixo estruturante dentro do Ministério é uma *homepage* – a assistiva.mct.gov.br – que disponibiliza informações sobre os produtos de tecnologia assistiva disponíveis no mercado brasileiro. Ou seja, dentro desses eixos estruturantes, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação está se colocando à disposição da sociedade para que, através das universidades, institutos de pesquisas ou grupos de projeto de pesquisa, desenvolvam-se tecnologias que visem a dar pleno acesso à pessoa com deficiência física, para que se torne um cidadão integral, no sentido de ter acesso a todas as oportunidades que a sociedade oferece.

Então, eu encerraria dizendo que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação se sente orgulhoso por este convite, mas também coloca o nosso Ministério à disposição do Senado, da Câmara e da sociedade para empreender ações, programas e projetos e financiar essas ações, de forma que a sociedade dê ao deficiente oportunidade de ele se tornar um cidadão pleno.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Acioli Antonio de Olivo, que aqui falou pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, representando o Sr. Marco Antonio Raupp.

Acioli – permite que eu me refira a você assim?

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – Pois não, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós sabemos a importância da ciência e tecnologia para as pessoas com deficiência.

Lá no Rio Grande do Sul, no Vale dos Sinos, a Fundação Liberato, que é uma escola técnica que está com um belo projeto nessa área, no sentido de que os

alunos de lá saíam, também, especialistas na busca – via ciência e tecnologia – de respostas à situação das pessoas com deficiência. É um belo projeto. O dia que tu fores lá, vou te convidar para tu conheceres o projeto deles lá em Novo Hamburgo.

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – Estaremos lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E meus cumprimentos ao Ministro, que já esteve conosco aqui, prestigiando a Comissão. Em uma tarde, fez aqui uma bela palestra.

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – Levarei os cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, até porque ela também tem compromisso – ela está aqui já há 2, 3 dias e, de vez em quando, tem de voltar para casa, que nem eu. De vez em quando, eu volto para casa. Até esses dias, eu recebi uma crítica de um jornal: “Será que esse cara não tem ninguém no mundo, porque está dentro do Senado de segunda a sexta e, agora, deu para ficar de noite também?” – como foi o caso desta noite. Mas podem saber que eu tenho, viu? Não estou aqui... Senão, já viria uma notinha no jornal.

A Berenice Piana de Piana é Presidente do Mundo Azul – Grupo de Pais. Ela é um grupo de pessoas me procuraram, há mais ou menos 3 anos, para que assumíssemos a responsabilidade aqui, na Comissão de Direitos Humanos, de acatar uma proposta de fazermos uma política nacional para os autistas. Nós recebemos o documento. Eu me lembro, Berenice, de que, num primeiro momento, queriam que eu apresentasse o projeto: “Senador, apresenta o projeto”. E eu disse “Não, Berenice. O melhor é a sociedade civil apresentar o projeto aqui, na Comissão, e aqui, dentro da Comissão, nós o aprovaremos. Vamos indicar um relator, vamos aprovar. Ele há de tramitar”. Apenas falei e encaminhei a questão técnica, para que não se criasse nenhuma ciúmeira política, porque, às vezes, há isso – infelizmente, há isso aqui dentro. E assim foi feito. O projeto virou o projeto da Comissão de Direitos Humanos, apresentado aqui pela sociedade civil – depois, você vai falar novamente como foi. Houve uma tramitação, ele foi para a Câmara. Quero cumprimentar a nossa querida Deputada Federal Rosinha da Adefal, que deu uma ajuda enorme lá. E o projeto foi lá aprovado. (*Palmas.*) Ele voltou para cá e nós o aprovamos aqui, com a presença maciça dos autistas, dos familiares, daqueles que se dedicam a essa causa. Nós já ajustamos que ele vai ser votado no plenário, na semana que vem, e, daí, vai para a sanção da Presidenta. E quero dizer que também já foi acordado que não vai haver veto. O que sair daqui vai ser aprovado.

Mas eu quero que ela fale. Senão, eu pego a fala dela, que vira a minha. É porque é um tema em que eu me envolvi tanto. Teve até aquele dia em que transformamos o Congresso em azul. Conseguimos fazer com que o Congresso todo ficasse azul. Em todo o mundo, houve grandes monumentos, grandes prédios em que foi jogada luz azul em cima. E tudo ajudou.

Com a palavra, para alegria nossa, desta lutadora que eu entendo que deu grande parte da sua vida para essa causa, Berenice Piana de Piana – até lembra piano e quem não gosta de ouvir piano? Ou alguém pensa que pobre não gosta de ouvir piano?

Não posso dizer que sou pobre. Eu acabei dizendo que não tinha dinheiro para andar de jatinho nem de avião por aí e já pegaram: “Agora, ele quer dizer que é pobre”. Eu disse que muita gente – e é legítimo – que pode e faz campanha de avião, de jato, de helicóptero, viajando pelo mundo. Eu não tenho uma viagem para o exterior, porque não tenho tempo para ir, porque tenho de ficar aqui. Em todo o tempo em que estou aqui, recebi mais de mil convites, eu acho, para ir ao exterior e não fui nenhuma vez, porque não dá tempo. Mas já me criticaram: disseram que eu estava dizendo que eu era pobre.

Meus cumprimentos. Com a palavra, Berenice Piana de Piana – o que eu quis dizer é que pobre também gosta de ouvir piano.

A SR^a BERENICE PIANA DE PIANA – Claro.

Bom dia a todos.

É uma honra estar aqui representando as pessoas com autismo.

Eu só posso me lembrar, caro Senador, com muita saudade, daquela primeira vez em que estive no seu gabinete, muito solitária, pedindo que olhasse pelas pessoas com autismo neste País. Jamais vou me esquecer daquele momento, porque, antes, eu já tinha batido em muitas portas que não me ouviram. O autismo é tão excluído ainda, tão marginalizado, tão deixado para lá que foi uma surpresa quando o senhor acolheu, abriu as portas logo de primeira vez e resolveu ouvir o que eu tinha a dizer. Eu me lembro, com muita saudade também, de todo esse aprendizado, de tudo que aprendi de lá para cá.

Por que é uma mãe que está batendo numa porta e pedindo ajuda para as pessoas com autismo? Porque nem isso os nossos filhos podem fazer. Os pais têm que defendê-los. Aqui, eu vejo pessoas deficientes visuais, cadeirantes e tal que estão aqui para se defenderem. No caso dos nossos filhos, eles não podem. Nós temos de estar aqui para defendê-los. E uma mãe, quando descobre que um filho é autista, vira uma leoa. Ela vai à luta realmente e faz qualquer coisa para defender seu filho.

Mas o meu coração, sem a minha autorização, adotou os outros autistas do Brasil inteiro. Então, essa adoção fez com que eu viesse a lutar por eles e com que eu jamais desistisse, mesmo me sentindo solitária no começo. Depois, apareceram tantos anjos de guarda, que a luta se tornou uma festa. *(Palmas.)*

Então, acabou virando uma grande festa. Apareceram a Deputada Rosinha da Adefal, a Deputada Mara Gabrilli, o senhor, que foi o primeiro anjo, que nos abriu as portas, e a luta começou a crescer e começou a se falar de autismo no Brasil. Então, hoje, nós temos um projeto de lei, que começou na minha casa. Nunca me esqueço do que o senhor disse: “Eu só vou ser o relator, mas vocês vão escrever o projeto, vai entrar como legislação participativa.”

Então, nós começamos a escrever aquele projeto de lei com muito entusiasmo, até com ingenuidade, acreditando que a gente poderia realmente escrever, do começo ao fim, um projeto de lei para pessoas com autismo, mas foi assim que começou. Depois, nós viemos aqui, ao Senado, com o seu apoio e com o dos Consultores Legislativos, o projeto foi aperfeiçoado e reaperfeiçoado, e chegou a ser o que é hoje o Projeto de Lei nº 168, de 2011, que, se aprovado, agora, no plenário, na próxima semana, e for à sanção, vai ser um marco, porque os autistas do Brasil terão uma Carta Magna, para mostrar a todos e dizer: “Esta é a Carta Magna dos direitos da pessoa com autismo.”

E, só no ano que vem, caro Senador, eu quero estar aqui, porque aí, de fato, eu estarei no lugar certo, porque, ainda, no Brasil, o autista não é reconhecido como pessoa com deficiência. Depois da aprovação desse projeto e da sanção, aí sim, ele será reconhecido como pessoa com deficiência, muito embora a Convenção da ONU reconheça que o autista é pessoa com deficiência, e o Brasil não reconheça. Então, até disso nós ficamos excluídos, até disso. Nem onde se movimenta e se faz alguma coisa pela pessoa com deficiência o autista não estava, ele estava fora de tudo. Na verdade, o autista estava num grande limbo jurídico. Ele não é normal e também não é deficiente, ele não era nada.

Imagine a luta desses pais. Eu posso dizer pela minha luta, porque meu filho, com 6 anos de idade, já tinha destruído a minha casa inteira. Eu não tinha mais nada. Mas, veja bem, ele destruiu a casa, e não o lar, porque o lar nunca foi destruído. O meu marido, pai do meu filho, meus outros filhos, irmãos sempre estiveram unidos. Mesmo com a casa destruída, a família se manteve impoluda e unida para levar adiante esta luta. *(Palmas.)*

A SRª BERENICE PIANA DE PIANA – Juntos, nós seguimos. Hoje, o senhor citou muito bem, tenho

que voltar para casa; eu tenho que voltar, mas eu tenho, lá em casa, também, um anjo de guarda, que é o pai dos meus filhos e os outros filhos que estão cuidando desse, para que eu possa estar aqui. E não foi uma vez. O senhor sabe quantas; foram inúmeras audiências e outros eventos que fizemos pela pessoa com autismo. Se eu não tivesse em casa uma família estruturada para cuidar desse filho, onde eu poderia ir? Não poderia ir a lugar nenhum. Então, é um trabalho em conjunto.

O Sr. Fernando Cotta exerceu um papel fundamental, aqui em Brasília, porque ele... *(Palmas.)*

Ele esteve nos lugares, quando nós não poderíamos estar. Eu moro no Rio de Janeiro. Não é fácil ficar indo de lá para cá, daqui para lá. Então, toda vez que foi necessário ir à Câmara e ao Senado ou fazer qualquer reunião, eram ele e Adriana, sua esposa, que estavam lá, também. São outras pessoas que se agigantam nesse movimento, que largam tudo, para acompanhar o passo a passo. E a luta não foi fácil, a nossa luta foi sempre muito árdua, porque é uma deficiência diferente. Quando se trata de deficiência mental, a gente não sabe qual é a surpresa que vem pela frente. Nós nunca sabemos. E, num país onde não há tratamento adequado, ainda, para ninguém e onde nem os profissionais, nem os médicos estão preparados para diagnosticar essa pessoa com autismo, para começar logo pelo diagnóstico precoce, para que depois ela tenha tratamento, imagine o resto, o que vem por aí.

Então, além do preconceito – e só o pai de autista sabe onde mora o preconceito contra o autismo –, a nossa luta é tremenda, porque é um grande nada. A gente não tem tratamento, não assistência nenhuma, não tem educação adequada, não temos nada. Senador, a luta que nós estamos travando agora está chegando ao final, com essa aprovação no plenário, na semana que vem. É a coroação de um trabalho, é um avanço muito grande, quando o autista passar a ser reconhecido como pessoa com deficiência, quando ele passar a ter tratamento multidisciplinar, educação adequada, acompanhamento para família e todo o resto que vem dizer esse projeto.

Então, é um avanço muito grande. Vamos garantir o direito dessas pessoas, e me sinto muito feliz que isso tenha começado aqui com um gaúcho. Meu pai é gaúcho, e tenho orgulho de tudo que ele ensinou na minha vida, de toda a educação que ele me deu e me ensinou a jamais ser covarde diante de qualquer obstáculo, diante de qualquer dificuldade. *(Palmas.)*

Quero lembrar ainda, Senador, que o Movimento Gaúcho Pró-Autismo, no ano passado, e estive junto, colheu assinaturas. Se não me engano, colheu 26 mil

assinaturas, pedindo aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu e o Sr. Mandelli, de São Leopoldo, entregamos juntos, nas mãos do Presidente da Câmara, Sr. Marco Maia essas assinaturas para que se despertasse para urgência da aprovação, para que se chegue ao final, já que isso já caminhou por demais. Mesmo sem o autista ser considerado pessoa com deficiência, o Sr. Mandelli e todo aquele pessoal do Rio Grande do Sul se mobilizaram para colher assinaturas. E quero destacar um menino autista de Porto Alegre que pegou esse documento das mãos da mãe e foi de casa em casa colher assinatura...

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Berenice, sem querer atrapalhar, mas já atrapalhando.

O Senador anunciou que você vai precisar sair mais cedo, antes do fim da audiência e, quando você falou de Estatuto, fiquei me coçando para falar também. Estou como Presidente da Frente Parlamentar e estamos participando de um GT, junto com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e seria importante que você trouxesse essas assinaturas para Frente. Isso nos daria respaldo, já que lá na Câmara estamos liderando esse movimento pela aprovação do PL, do Estatuto, e estamos trabalhando na adequação ao texto da convenção.

Como também sou uma defensora, gostaria, se possível, que você encaminhasse para Frente, porque isso nos dá força para continuar. Desculpe-me interrompê-la, mas, já que você vai embora, não queria deixá-la sair sem falar isso.

A SRª BERENICE PIANA DE PIANA – Não. Pode ter certeza, Deputada Rosinha, que vamos fazer isso sim. Estamos juntos nessa luta, agora mais do que nunca, porque nossos filhos serão considerados pessoas com deficiência, logo após aprovação dessa lei.

Gente, o que tinha para dizer é isso.

Agradeço muito a atenção de todos.

Muito obrigada Senador, muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o depoimento emocionante da nossa querida Presidente do Mundo Azul – Grupo de Pais, Berenice Piana de Piana.

Só complementando, Berenice, permita-me chamá-la assim também – pode me chamar de Paim; não tem esse negócio de Senador para cá, porque geralmente Senador quer. Mas, se quiser me chamar de Paim, pode chamar de Paim, que é o meu nome, não tem problema.

Deixe-me dizer para a senhora que – estou tentando aqui segurar um pouquinho as emoções, porque

começo a lembrar de quando tudo começou, como você relatou muito bem –, neste momento, talvez o que mais mexa comigo sejam as suas cartas. Ela mandava cartas para mim falando da situação dos autistas, que era um misto de lágrimas, de esperança. *(Palmas.)*

Eu só me lembro que pegava as cartas e ia para tribuna e lia. Pensava comigo que se a carta mexe comigo, era só começar a pensar que mexe, como não vou mexer com os senhores senadores. Li em torno de 10 cartas.

Vamos lá, vamos lá, vamos lá. Passou, passou, passou, copinho de água ajuda.

Vou passar a palavra à Deputada Federal Rosinha da Adefal, que tem feito um trabalho brilhante e que orgulha todos nós que temos compromisso com esta Casa.

A Deputada é Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Sei que ela tem que pegar um voo. Então, deixe-me dar um abraço e mande o abraço para toda a família.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Bom dia a todos, bom dia a todas, senhores e senhoras aqui presentes. Saúdo a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim.

Está mais do que claro por que ele é esse guerreiro da causa da pessoa com deficiência. Dizem que para transformar o mundo precisamos atingir alguns órgãos do nosso corpo: o coração, que é a sensibilidade; a mente, que é a consciência, e esta é a parte minha – brincadeirinha –, o bolso, porque às vezes precisamos realmente colocar algumas penalidades nas leis que não são aplicadas, para que assim consigamos transformar realidades que já conseguimos conquistar através da lei, mas que não conseguimos tirar do papel.

E fica claro, pela emoção do Senador Paulo Paim que ele tem consciência do seu papel dentro do Parlamento. E mais do que isso, o que é mais importante é que ele tem sensibilidade, e a emoção que ele deixou transparecer aqui marca muito isso.

Não é de hoje, não é das cartas da Berenice. Eu, que convivi um pouco com o Congresso antes mesmo de ser Parlamentar, desde a minha atuação no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no início de 2002, tenho-o acompanhado desde o lançamento das primeiras edições do Estatuto. Enfim, sabemos de todo o envolvimento e eu queria aqui declarar minha admiração e meu apoio a todas as causas sob liderança do Senador Paulo Paim, não só à da pessoa com deficiência, mas a do representante dos trabalhadores que ele é e tantas outras coisas em que o nosso País ainda precisa mudar.

Eu saúdo a todos da plateia, na pessoa do nosso querido Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José. Que bom que nós temos pessoas com deficiência em todas as esferas do Governo, e eu me sinto muito bem representada pelo Antonio José no Executivo Federal, que assumiu a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Parabéns pelo seu trabalho, Antonio José.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Obrigado.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – É com alegria que eu participo desta audiência pública para discutir pauta que interessa a nós, pessoas com deficiência, que é a produção de boas leis neste Congresso Nacional.

As comemorações que integram o Três de Dezembro têm especial significado para as pessoas com deficiência e suas entidades representativas, pois simbolizam, nessas lutas, as nossas conquistas em prol da acessibilidade, da inclusão, com repercussão em todo o mundo, visto que nosso País tem leis que são referência para esta região ibero-americana.

Infelizmente, como já disse, ainda não conseguimos transformar em realidade na prática. Mas que bom que já temos tantos direitos garantidos em lei. Então, posso dizer que já temos muito que comemorar neste dia 3.

Cada uma de nós, pessoas com deficiência, nossos familiares, aqui muito bem representados pela Berenice e pelo Fernando Cotta, estamos de parabéns pelas conquistas destes últimos anos. Decerto que ainda falta muito a alcançar, mas sabemos que já temos, sim, muito para comemorar. Em especial, o que aconteceu ontem, na Comissão de Direitos Humanos, a aprovação da relatoria do PL do Autismo, como é chamado.

E eu aqui queria fazer uma referência à Deputada Mara Gabrilli, que, na Comissão de Seguridade Social, fez um belíssimo relatório e a defesa dele. Eu tive oportunidade, e eu digo que Deus me coloca nos lugares certos na hora certa, de conseguir colocá-lo na pauta da Câmara, para aprovação pelo Plenário, numa hora em que, quem conhece como funciona o Parlamento, acha que não vai conseguir mais nada. E aí vislumbramos aquela brecha no meio da confusão e conseguimos emplacar, sem que nada tivesse sido combinado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deputada, permita-me.

O Senador Paulo Davim é um defensor dessa causa, como todos nós. Como hoje há poucos Senadores na Casa, ele é obrigado ir à outra Comissão para coordenar os trabalhos lá, mas ele fez questão

de vir aqui para me dizer que podemos contar com ele para todas as lutas a favor das pessoas com deficiência. Ele é médico e uma pessoa muito sensível a essa questão. *(Palmas.)*

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Seja bem-vindo às nossas lutas.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu estarei sempre com vocês.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB/AL) – Obrigada.

Então, como dizia, depois da aprovação do relatório pela Deputada Mara Gabrilli, sem que nada estivesse combinado no Colégio de Líderes, a gente conseguiu emplacar, sem combinar também com o movimento das pessoas com deficiência, em especial dos autistas, a colocação na pauta. Então, a gente viu aquela possibilidade; foi Deus agindo ali naquela hora, eu acredito nisso. Que bom que a gente já tem previsão para aprovação e que, agora, realmente a aprovação pela Dilma está muito mais perto do que a gente imaginava.

Saímos de casa, enfrentamos as dificuldades, vencemos barreiras, nos escolarizamos, nos profissionalizamos e nos unimos para reivindicarmos nossos direitos.

Estamos aqui, estamos em todos os lugares. Ainda que não exista a acessibilidade, desafiamos as impossibilidades e não recuamos diante dos obstáculos que nos impõem. Como eu falei, hoje já participamos das três esferas do Poder. No Judiciário, já há juízes com deficiência – e aqui faço uma declaração de... Sei lá de quê, falta até adjetivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De apoio, de solidariedade.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – De tudo, ao Dr. Ricardo Tadeu, que tem sido um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, o Dr. Ricardo Tadeu tem sido um parceiro nosso, em todas as áreas. *(Palmas.)*

E não é daqueles que só dizem sim; ele questiona e coloca.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Ele teve que brigar para chegar no Judiciário e ser respeitado como pessoa, com a capacidade de grande jurista que ele é.

Temos pessoas no Executivo, já citei o Antonio José, e temos outros nos níveis de Governo municipal, estadual e federal; nos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e na esfera privada, não só como era no passado, como o digitador ou nos serviços gerais nas grandes empresas, mas já ocupando cargos de poder, de decisão, de chefia.

Mas o que eu ressalto aqui é que, apesar de já termos dado prova da nossa capacidade, ainda são poucos que têm acesso a isso. Por isso que hoje comemoramos, por isso que o dia 3 é um dia de comemoração, mas temos que continuar, temos que nos unir mais, temos que conseguir mais forças, porque a luta ainda não está no fim. Ainda temos muitos caminhos para que tudo isso que a gente já conquistou não seja não só para uns poucos, porque hoje ainda é para poucos, Senador. A quantidade de pessoas com deficiência no nosso País cresce dia a dia, pela violência urbana, pela violência do trânsito, pela falta de acesso à saúde principalmente. Então, por isso a nossa luta ainda não acabou.

Estar aqui nesta 54ª Legislatura, participando da construção de leis que conduzem o nosso País, é consequência da luta de vários ativistas que me antecederam e construíram essa trajetória. É a efetiva realização do art. 29 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que garante a todos o direito humano à participação pública e política. E nosso País, mais uma vez, é referência, porque ratificou a Convenção com o *status* de Constituição, com *status* de Emenda à Constituição, e podemos dizer que hoje ela é o texto da nossa Carta Magna. Esse é mais um exemplo, mais um modelo a ser seguido por outros países, por alguns que nem ratificaram e por outros que não deram o valor devido a esse tratado internacional. Mas, mais uma vez reafirmo: precisamos tirá-la do papel.

A maioria de vocês já me conhece, conhece a minha trajetória de vida e o meu ativismo; foi ele que me trouxe aqui. Eu me orgulho de vir dos movimentos sociais. Eu tive pólio aos 2 anos de idade e digo que foi propósito de Deus, Senador, porque eu tomei ainda a primeira dose da vacina Na época em que eu tive a pólio, em 1973, em 1975, aliás, era uma época de epidemia, quando muitas crianças estavam sendo vacinadas. Embora ainda não conseguissem atingir todas as crianças do País, muitas não tomaram a vacina. Eu tenho amigas que não tomaram a vacina e não tiveram paralisia. Então, eu digo que é propósito de Deus, e é por isso que eu estou aqui hoje, para cumprir esse propósito, para cumprir essa missão. (*Palmas.*)

Eu participo, até hoje, da Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas, entidade de que eu me orgulho de fazer parte, que lidera o movimento de pessoas com deficiência e que também é prestadora de serviço em várias áreas, principalmente na da saúde, do esporte e da inclusão para o trabalho.

Participo também da Onedef – Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos no Brasil. Tive a honra de falar com o senhor pela primeira vez

lá em 2006, se não me engano, junto com a coordenação da Onedef, quando já tratávamos do Estatuto e, orgulhosamente, eu vinha acompanhando a coordenadora para uma dessas reuniões, reivindicando algumas coisas que a gente achava que tinham que estar dentro do texto. Eu me orgulho de fazer parte porque, mesmo no Parlamento, eu não consigo me dividir e dizer que hoje eu sou só do Legislativo e não faço parte dos movimentos sociais.

Sou Presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da qual fazem parte também o Senador Paulo Paim, o Senador Lindbergh Farias, o Senador Wellington Dias e outros colegas Deputados, que, mesmo sem ter deficiência, sempre lideraram, mesmo quando não estávamos aqui nós, pessoas com deficiência, a luta, neste Congresso, em defesa dos nossos direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa só que eu diga – você citou corretamente – que, no próprio projeto dos autistas, tanto o Lindbergh quando o Wellington Dias, foram fundamentais nas relatorias – pois ambos foram Relatores: um na Comissão de Assuntos Sociais, e outro aqui, na Comissão de Direitos Humanos, na última versão – e na articulação junto ao Palácio inclusive para que não houvesse veto. (*Palmas.*)

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Há outros que aqui não citamos, mas que tenho certeza que são conscientes e sensíveis às mudanças que ainda precisamos fazer.

Para não ser repetitiva, eu queria apresentar algumas das nossas conquistas aqui na Câmara durante esses dois anos de mandato.

Houve um dia que acho que é importante relatar. Há aqueles dias que ficamos frustrados – não é, Senador? –, achando que a gente trabalhou tanto e não resolveu nada, não conseguiu, não teve resultado. E houve um dia em que eu estava lá no que eu chamo de “bandejão”, que é o restaurante que é exclusivo dos funcionários e Deputados, no subsolo da Câmara, e estava sozinha na mesa, porque a colega que estava me acompanhando tinha ido preparar o prato. Aí, sentou-se um senhor, puxou conversa, disse que já estava para se aposentar, que o único emprego da vida dele foi aqui na Câmara e me deu os parabéns, porque disse que houve, neste mandato, realmente, uma mudança de hábito lá na Câmara, porque nunca se falou tanto e nunca se fez tanto pelas pessoas com deficiência.

Ele disse que, historicamente, as instituições mais organizadas, como a Federação das APAEs, as Pestalozzi, sempre, nesse período de emendas, vinham

conseguir os apoios, imprescindíveis, necessários, para as instituições... E aqui faço um apelo aos Senadores e Deputados que estão nos assistindo e que estão aqui presentes para que realmente continuem, porque essa ajuda das emendas faz o movimento crescer. É necessário. Mas não é só disso que a gente precisa, e ele falou exatamente isso, sobre como a gente conseguiu colocar esse tema em todas as discussões.

Ontem, inclusive, na reunião de Líderes, a grande discussão era a PEC da Educação Especial. Na semana passada, discutimos se o Estatuto iria ou não para a pauta, se a gente conseguiria aguardar o resultado do grupo de trabalho, liderado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Enfim, em toda reunião de Líderes a gente agora terá um PL sobre a pessoa com deficiência, graças a Deus e graças à nossa presença, porque também, pela primeira vez, nós temos três Parlamentares com deficiência no Congresso Nacional.

Então, eu digo que isso tudo ocorreu principalmente pelo volume de projetos de lei sobre o tema, pela quantidade de audiências públicas para tratar de assuntos de interesse da pessoa com deficiência, pela quantidade de pessoas nessa condição que hoje transitam no Congresso e mesmo pelas mudanças das adaptações realizadas na estrutura da própria Câmara para se adaptar a essa nova realidade.

Nós sabemos que o Congresso é Patrimônio Histórico da Humanidade e que não podemos mexer nessa estrutura, mas conseguimos, mesmo assim, com autorização inclusive do idealizador do projeto, Oscar Niemeyer, colocar o elevador que nos dará acesso, na Câmara, ao plenário, à tribuna do plenário. E outras mudanças estruturais, como banheiros acessíveis em todos os andares da Câmara, placa sinalizadora com Braille, o aumento da contratação de intérpretes de Libras. Já se está desenhando todo o documento para a contratação da audiodescrição da legenda em tempo real. Enfim, tecnologias, como disse aqui o Dr. Acioli, que nos permitam a acessibilidade de uma forma geral, acessibilidade à comunicação, acessibilidade física, enfim.

Discutimos no Parlamento questões relativas: a aplicabilidade da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, o BPC e as suas modificações necessárias, como a sua suspensão, para que a gente possa ingressar no mercado de trabalho e, não conseguindo essa adequação, essa inclusão de fato, que a gente possa retornar ao BPC; a acessibilidade nos transportes aéreos e terrestres, que ainda é um caos no nosso País; o transporte como um todo, mas imagina para nós que temos alguma limitação; a isenção tributária para a aquisição de tecnologias assistivas

e ajudas técnicas, como muito bem falou o Dr. Acioli; que o Plano Viver Sem Limite – eu digo que a gente vive aqui um momento muito especial para as pessoas com deficiência, para o Brasil como um todo, em que temos, pela primeira vez, uma Presidenta comandando o nosso País, uma mulher, em uma democracia tão jovem que estamos vivendo ainda, mas já temos uma mulher no poder, com sensibilidade aos temas sociais e, em especial, à pessoa com deficiência, e nos presenteia com esse Plano –, com o aporte de quase R\$8 bilhões a serem executados até 2014, que já está dando resultados.

No dia 11 – faço um convite a todos – teremos um seminário para avaliação do Plano lá na Câmara e traremos representantes dos cinco eixos dos Ministérios envolvidos, para que possam trazer as metas que já foram alcançadas, as dificuldades e, principalmente, para que a gente coloque o que é que a gente pode, como legislador, como Parlamento, ajudar para que o Plano seja um sucesso mais do que já é.

Discutimos também a vulnerabilidade de mulheres e meninas com deficiência. Sabemos que, por conta da deficiência, somos um público alvo mais fácil para a violência. A dificuldade de comunicação, a falta de credibilidade por conta do preconceito para as mulheres com deficiência não permitem, sequer, que a gente consiga denunciar os agressores. Então, esse tema foi discutido inclusive na CPMI da Mulher, que está acontecendo nesse momento.

O livro acessível, a capacidade legal das pessoas com deficiência intelectual ou paralisia cerebral, a acessibilidade nas eleições... E nós temos um número grande de pessoas com deficiência que foram candidatos e, como aumentou o número de pessoas com deficiência que são eleitores, e como o Tribunal Superior do Trabalho nos colocou esse ano uma resolução que nos garante uma acessibilidade maior do que já tínhamos – ainda está muito longe da realidade – mas já avançamos. Isso foi discutido aqui através de audiência pública.

A valorização da profissão de intérprete de Libras e guias-intérpretes, porque sabemos que eles são imprescindíveis para que a acessibilidade e a comunicação para os surdos se efetivem. O universo da surdocegueira: um assunto que nunca foi discutido aqui na Câmara, aqui no Congresso, assim como o nanismo também. Temos audiência marcada. Quer dizer, temos audiência aprovada e não conseguimos realizar, mas já está na pauta para o próximo ano, porque se nós, pessoas com deficiência de uma forma geral, sofrermos esses obstáculos por conta da acessibilidade, a inclusão para as pessoas com nanismo também não é fácil.

Enfim, é matéria de um dos projetos de lei, de uma PEC, trazer a acessibilidade como direito fundamental, porque sem ela não temos direito à saúde, não temos acesso à saúde, não temos acesso à educação, não temos acesso ao mercado de trabalho. Então, precisamos ver a acessibilidade como um direito fundamental, como todos os outros direitos para nós, pessoas com deficiência.

A reserva de vagas em concursos públicos também é o concurso público temporário. Nós já temos, na lei da iniciativa privada, nas empresas privadas e na empresa pública, a reserva de cotas. Mas nos empregos temporários, essa lei nunca é respeitada. Então, estamos colocando também isso em PL.

E foi uma reivindicação de muitas pessoas que me mandaram a sugestão de que as pessoas com deficiência que prestam concurso público precisam comprovar a sua deficiência antes mesmo de prestar a prova. E isso leva um custo, porque isso precisa de laudos; precisamos marcar médicos, e o SUS não atende no tempo em que precisamos para conseguir esses laudos. Depois, temos de mandar tudo isso por um sedex, e quem está prestando um concurso, na maioria das vezes, não tem esse recurso. E estamos tentando mudar essa realidade para que, se formos aprovados na primeira prova, façamos a prova da nossa deficiência e passemos pelas juntas médicas que forem necessárias.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Então, tudo isso são temas relevantes que hoje já são discutidos no Congresso de uma forma geral e que já é objeto de projetos de lei, além de outros temas relevantes que não foram citados.

Como dito, muito ainda temos de avançar, mas em datas comemorativas precisamos permitir também a satisfação de saber que em muito já temos o que comemorar.

Pretendo carregar até o fim do meu mandato a bandeira da inclusão, da acessibilidade e da defesa dos direitos da pessoa com deficiência, muito embora não me dedique somente a esse tema e muito embora tenha sido acusada de legislar em causa própria. Mas essa acusação, recebo com muito orgulho. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Espero concluir a 54ª Legislatura com muito mais conquistas em prol de um mundo mais igualitário, que respeite as diferenças, o que vai nos trazer mais equilíbrio como sociedade.

Por fim, quero dizer que estou como Relatora do PL da Aposentadoria para a Pessoa com Deficiência, que reduz o tempo de contribuição. E eu gostaria de contar com o apoio do Senado, que aqui já aprovou o relatório do Senador Lindbergh, que liderou essa discussão junto com o Executivo e nos colocou um acordo muito bom. O meu relatório é um relatório do Deputado Walter Tosta na Comissão de Constituição e Justiça, que também está praticamente apoiando, como se diz, meu Deus...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O substitutivo saindo daqui para lá.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Exatamente. Incorporou todo o substitutivo do Senado. E pretendemos fazer, mais uma vez, essa discussão com o Executivo.

Eu queria pedir o apoio do Secretário da Pessoa com Deficiência, para que possamos abrir essa interlocução e que consigamos aprovar. Já que houve um acordo prévio – tem menos de um ano –, que não façamos modificações e que consigamos aprovar o PL, quem sabe ainda este ano, nas negociações do Colégio de Líderes.

Bom, deixo a todos um grande abraço. Desejo que Deus continue nos dando força, para que continuemos nessa luta. O dia 3 é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; é dia de comemorar, sim, e dia de reafirmar a nossa luta. É dia de Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, uma grande conquista dos movimentos sociais. É o controle social se efetivando.

Então, parabéns a todos. Parabéns ao Senador; parabéns a todos que compõem esta Mesa; a Martinha, que eu não via já há um tempão e está cada dia mais bonita. Ela é uma grande guerreira. Um beijo grande no coração; ao Fernando Cota também o meu abraço. Parabéns pela liderança do movimento autista; ao Dr. Acioli. Sem as tecnologias, não conseguimos a inclusão, de fato, na sociedade.

Então, meu abraço a todos e até daqui a pouco, pois daqui a pouco estaremos em outras discussões. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a grande, gigante Deputada Federal Rosinha da Adefal, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. É uma demonstração concreta, clara, de que só precisamos – não é Rosinha? – de oportunidade. E quem te deu a oportunidade foi o povo, o que mostra que o povo brasileiro é sábio, pois te deu a oportunidade deste belíssimo trabalho. Eu acompanhei detalhadamente a sua palestra, o quanto a Câmara mudou. Sou também testemunha de antes da Rosi-

nha. Fui Deputado Federal por quatro mandatos. De fato, depois que você chegou lá as mudanças foram enormes. Meus cumprimentos!

Passamos a palavra, neste momento, à Diretora de Políticas de Educação Especial, Secad, que aqui representa o ex-Senador Aloizio Mercadante, Ministro de Estado, Ministério da Educação – MEC.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Bom dia a todas e a todos os presentes! Em seu nome, Senador Paulo Paim, cumprimento todos os integrantes desta mesa. Do mesmo modo cumprimento aqueles e aquelas que nos acompanham à distância, neste momento.

Em nome do Ministério da Educação, do Ministro Aloizio Mercadante, quero agradecer a esta Casa pelo convite, pela oportunidade, de compartilharmos, nesta Comissão de Direitos Humanos, toda a nossa luta, todo o empenho do Governo Federal e, particularmente, do Ministério da Educação, para a construção de uma sociedade justa, igualitária e inclusiva.

O Ministério da Educação, no âmbito do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver Sem Limite, é responsável pela implementação do eixo acesso à educação, que é constituído por sete ações. Essas sete ações, na verdade, sintetizam um conjunto maior de atividades que o MEC, em parceria com as secretarias municipais, com as secretarias estaduais, com a Secretaria de Educação do DF, em interlocução com a sociedade civil, por intermédio dos diversos segmentos, vem implementando no Brasil. Então, é importante ressaltar que a dívida história que o Brasil tem com as pessoas com deficiência foi uma dívida constituída por um processo de exclusão social dessa população. Por essa razão, todo o esforço conjunto se faz necessário, de forma articulada e permanente, para que nós tenhamos, em nosso País, o resgate da cidadania, do direito dos sujeitos com deficiência, a construção da sua história e do seu tempo. Então, a educação, como um direito humano fundamental, conforme os artigos 205 e 206 da Constituição brasileira, é um direito de todas as pessoas, independentemente da sua condição física sensorial, intelectual, cultural, econômica, linguística, de orientação sexual, independentemente de sua territorialidade, se está no campo ou na cidade, se é negro, se é branco, se é indígena. Todos os brasileiros e as brasileiras têm direito à educação. Na faixa etária de 4 a 17 anos esse direito é também uma obrigatoriedade. Nas demais faixas etárias é um direito. Por quê? Porque a oferta da educação deve existir, desde a educação infantil até a educação superior. Por isso, temos, neste dia 3 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Defici-

ência, de comemoramos, sim, a ampliação do acesso das pessoas com deficiência à educação.

O Censo Escolar de 2011 registra mais de 700 mil matrículas de pessoas com deficiência na educação básica. O Censo da Educação Superior, Senador Paim, registra mais de 23 mil matrículas. Então, esse é um crescimento de cerca de 350% desse acesso. Basta ter acesso? Absolutamente, não basta. Mas o acesso é a porta de entrada. A porta não é para ficarmos parados nela, mas é para atravessarmos e atravessarmos em busca de condições plenas de participação e de aprendizagem. Por isso, ao matricularmos nas escolas de educação básica ou superior, no Brasil, sejam elas públicas ou privadas, partimos desse pressuposto para angariarmos as medidas de apoio necessárias para garantir plenamente condições de acessibilidade. Então, no Brasil, após a homologação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi feita logo em seguida, em 2007 – a Convenção foi publicada em 2006... O Brasil, logo em 2007, já homologou esse documento. A partir da homologação iniciou seu processo de ratificação. O Ministério da Educação, por sua vez, de forma muito ágil, já se comprometeu com a reelaboração dos marcos legais políticos e pedagógicos da educação especial para que se compusesse, na perspectiva da educação inclusiva, um novo momento da educação nacional.

Ao MEC cabe a diretriz da educação nacional e o apoio técnico e financeiro para a implementação da educação básica e o provimento da educação superior em âmbito federal. Por isso, hoje, temos importante política pública de financiamento para a construção do sistema educacional inclusivo, como o Fundeb, que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, pelo qual instituímos, desde o Governo do Presidente Lula – agora ratificado no Governo da Presidenta Dilma – a dupla matrícula. O que significa a dupla matrícula? Significa que nós temos um financiamento maior, no âmbito do Fundeb, de no mínimo 1.20, para a matrícula de escolarização e, igualmente, de no mínimo 1.20 – um financiamento *per capita* – para a matrícula no atendimento educacional especializado. Esse serviço de apoio ao processo de inclusão escolar é um serviço instituído no art. 208 da Constituição Brasileira, inc. III, e regulamentado, primeiramente, pelo Decreto nº 6.571 e, *a posteriori*, pelo Decreto nº 7.611, que sabiamente diz que cabe à escola, pública ou privada, a oferta desse apoio educacional especializado que pode e deve ser ofertado pela própria escola ou por organizações não governamentais conveniadas com o Poder Executivo que tenham essa competência. Então, assim, o Brasil soma os esforços numa política

pública que reúne tanto o âmbito governamental quanto o âmbito não governamental na implementação de um direito-cidadão, que é o direito à educação.

O programa Dinheiro Direto na Escola é uma outra forma de financiamento – e esse é um financiamento que vai direto para a escola pública e é também estendido a instituições filantrópicas sem fins lucrativos que atuam na área da educação. Por meio desse PDDE nós estimulamos e induzimos, atualmente, a organização e a gestão dos sistemas públicos de ensino para que promovam a acessibilidade. A Deputada Rosinha aqui bem lembrou que, historicamente, não constituímos um desenho universal em todos os bens, serviços e produtos produzidos historicamente em nosso País, por isso a acessibilidade é uma luta permanente. Então, assim, Deputada, temos hoje 94 mil escolas públicas brasileiras com matrículas de estudantes com deficiência e que estão recebendo, creiam vocês, um PDDE a mais, o chamado PDDE Escola Acessível, que é um recurso acoplado a cada escola pública para que ela faça a adequação arquitetônica necessária. Então, a rampa, o corrimão, o sanitário acessível, o piso tátil, a sinalização visual e sonora e adquire...

(*Soa a campanha.*)

Concluindo, obrigada.

E adquira, com isso, as medidas necessárias para bem atender as pessoas com deficiência. Uma outra ação que se encontra no eixo acesso à educação do Viver Sem Limite é a ação chamada sala de recursos multifuncionais, que significa, na prática, que a escola pública passa a receber uma série de recursos de tecnologia assistiva, para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência.

Hoje, temos cerca de 24.800 escolas já com esse serviço implementado. E, no âmbito do Viver sem Limite, até 2014 teremos 42 mil escolas contempladas diretamente pelo Ministério da Educação, na esfera do Plano de Ações Articuladas, por meio da qual as secretarias municipais, estaduais de educação, assim como a Secretaria do DF, podem e devem apresentar suas demandas adicionais para obterem, assim, o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação e fazer com que avancemos na implementação da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência no Brasil.

Para finalizar, quero destacar que a educação superior recebe hoje na sua matriz orçamentária uma rubrica específica para a institucionalização de uma política de acessibilidade na educação superior, que também é um direito nosso, das pessoas com deficiência.

A lei que no Brasil instituiu a Língua Brasileira de Sinais como a língua oficial das pessoas surdas usuárias da Libras também foi regulamentada pelo nosso

governo em 2005, por meio do Decreto 5626. Essa regulamentação foi coordenada pelo MEC com a participação de diversos outros ministérios, da Feneis, da sociedade civil interessada e contou com a ratificação, ampliação e fortalecimento deste Congresso Nacional, quando *a posteriori* também transformou em lei toda aquela regulamentação feita.

O Ministério da Educação hoje difunde, no Sistema Federal de Educação, a criação dos cursos de Libras, como cursos de licenciatura e bacharelado. Hoje, temos já 14 unidades da Federação sendo atendidas por essa formação inicial de professores de Libras, de tradutores e intérpretes. Passaremos a ter as 27 unidades federativas contempladas por essa ação até 2014.

Este Congresso Nacional também aprovou, em maio, a lei que autoriza a criação dos cargos de tradutores e intérpretes para as universidades e os institutos federais de educação. Uma demanda, uma reivindicação antiga tanto da sociedade civil quanto do MEC. E nós teremos, agora, além da continuidade do Prolibras, que é o exame nacional de proficiência em Libras, também no catálogo da rede nacional de formação de profissionais da educação básica pública, cursos permanentes de formação em Libras.

Essas são conquistas que estruturam uma política de Estado, uma política que faz com que a oferta da educação bilíngue se amplie e se fortaleça lá na base, desde a educação infantil até a educação superior, fazendo com que um direito fundamental, incondicional e inalienável, que é o direito à educação, seja garantido e, mais do que isso, usufruído por todos nós, cidadãos e cidadãs com deficiência do nosso País.

Então, concluo saudando a todos e a todas. E colocando, mais uma vez, aqui, o Ministério da Educação à disposição da sociedade brasileira, para continuarmos juntos no enfrentamento das barreiras, na eliminação dessas barreiras e na conquista da cidadania.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem. (*Palmas.*)

Dr^a Martinha Clarete Dutra dos Santos, quero aqui, de público, cumprimentar o meu amigo, o Ministro Aloizio Mercadante, por ter mandado você para cá fazer essa bela palestra, neste dia em que estamos enfatizando a luta das pessoas com deficiência.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Mercadante tem dado alguns exemplos muito positivos.

Eu tinha um funcionário aqui, o Tiago de Melo, que é negro e um militante da causa negra, filho da Educafro, eu diria – todo mundo sabe que a Educafro

forma militantes negros. O Tiago estava comigo há 4 anos, e o Mercadante pediu se eu não podia liberá-lo para trabalhar com ele. O Mercadante tem em torno de 9 conselheiros diretos, e o Tiago é um deles. Então, eu fico muito feliz de ver que o Tiago está lá, você está lá, e outros tantos estão lá, numa parceria. E vocês fazem a diferença. Fazem a diferença para o bem, porque há gente que faz a diferença para o mal. E isso nós não queremos. Nem queremos que aqueles que fazem o mal tenham espaço.

Então, meus cumprimentos, Martinha. Você fez uma bela palestra, que ilustrou este dia de debates aqui na Casa.

Agora, passamos a palavra ao Dr. Fernando Cotta, que é diretor presidente do Movimento Orgulho Autista do Brasil.

Eu já falei antes da Berenice, e permita-me que eu fale no mínimo duas ou três frases sobre você. E uma delas foi naquela noite em que iluminamos o Congresso de azul. Você e seu filho juntos, e nós aqui em cima no Congresso Nacional. E você praticamente dirigiu aquele evento, com a capacidade de quem sabe o que está fazendo e sente, no dia a dia, que essa causa não é uma causa somente dos autistas, dos pais, enfim, mas de todo o povo brasileiro. E você lá me dava informações precisas, e o mundo todo estava vendo aquele ato do qual você é um dos coordenadores.

Meus parabéns. Eu elogiei muito a Berenice. Quero também elogiar muito você. Você merece, é um lutador e estava aqui vigilante nesse projeto aqui que chegou às Comissões, e dialogando: “E aí, Paim? Tem que votar! Tem que votar! Vamos lá!” E firme mesmo no corpo a corpo.

Eu sou daqueles que só acreditam nisso. Eu acho que só a pressão popular é que resolve. Só a mobilização é que resolve. Se alguém acredita que no blá-blá-blá se resolve alguma coisa, não resolve nada. É a pressão, naturalmente que com argumentos. E foi o que você fez.

Meus cumprimentos. *(Palmas.)*

O SR. FERNANDO COTTA – Fica até difícil falar mais alguma coisa, diante do que a Berenice, o Senador Paim e a Deputada Rosinha já falaram aqui em relação à questão dos autistas.

Então, primeiro a nossa saudação especial a todas as pessoas com deficiência. Nosso agradecimento ao Senador Paulo Paim, por, mais uma vez, ter-nos dado essa atenção, esse espaço. O Dr. Acioli foi muito feliz quando falou da defesa do que a gente chama aqui de minorias, muitas vezes; não é, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que somados são a maioria, com certeza.

O SR. FERNANDO COTTA – Pois é. E que, na realidade, como muito bem colocou o Dr. Acioli, são, digamos assim, os menos representados muitas vezes e, diante disso, talvez considerados por muitos como fracos. E nós temos conseguido essa visibilidade, nós temos conseguido, como a Martinha colocou também de forma brilhante, essa inclusão nas políticas públicas deste País.

Então, tenho muito que agradecer ao senhor, Senador Paim. V. Ex^a realmente tem dado um exemplo. Como o Senador Lindbergh, o Senador Wellington colocaram muito bem ontem, o senhor tem dado um exemplo, e nós fazemos coro com a ideia de que o senhor realmente assuma a presidência da CAS-DEF, porque temos certeza de que vai continuar nos representando muito naquela Comissão que trata da pessoa com deficiência.

No caso específico dos autistas, nós estamos em festa, em comemoração. Nós também dormimos pouco, Senador Paim, porque ontem foi uma reunião realmente que vai ficar na história deste País, na história das pessoas com deficiência, das pessoas autistas, dessas famílias, porque conseguimos, enfim, a aprovação desse nosso projeto de lei, que deve trazer uma maior qualidade de vida a essas pessoas – é isso que nós esperamos –, colocando essas pessoas nas políticas públicas efetivamente que envolvem as pessoas com deficiência.

Nós somos ainda – a Berenice colocou muito bem aqui – considerados patinhos feios das pessoas com deficiência, por uma série de motivos, entre os quais nós podemos falar desde a questão do diagnóstico, o difícil diagnóstico ainda. Boa parte dos médicos, dos especialistas, dos peritos conhecem muito pouco sobre o autismo, e nós precisamos divulgar isso cada vez mais. Nós precisamos levar esse conhecimento cada vez mais. Ainda estamos nessa questão da invisibilidade de muitas vezes, mesmo dentro das pessoas com deficiência. E eu vi isso muito quando tive a oportunidade de ser gestor aqui no Distrito Federal, por 5 anos, na Acorde, e pude perceber a dificuldade.

Quando cheguei à Acorde, ninguém sabia direito o que era autismo, ou como eu me dirijo as essas pessoas, quem são essas pessoas? De que forma, o que existe? Existia muito pouco, quase nada. Hoje, nós temos, no Distrito Federal, uma lei, que trata especificamente da questão dos autistas. A política distrital para as pessoas com deficiência também coloca o autismo de forma evidenciada.

Muita gente, Senador, inclusive gestores – recebi inúmeros casos – descreviam como “transtorno global do desenvolvimento”, ou “transtorno invasivo do desenvolvimento”. Então, diziam: “O senhor e a senho-

ra não têm direito a essa política pública”, como, por exemplo, o passe livre, a quota para moradia de pessoa com deficiência. O próprio gestor público, muitas vezes, colocava essa questão e aqueles mais pobres, aqueles mais simples, nem voltavam mais e ficavam, realmente, alijados daquela política pública.

Nós conseguimos evidenciar isso de forma muito clara, e esse projeto de lei, que começou aqui no Senado, com toda essa história que já começamos a contar, também traz isso muito claro: transtorno do espectro autista, para que possamos, de uma vez por todas, acabar com todas essas dúvidas.

Nós tivemos essa felicidade, ontem, e temos esse direito de sentir orgulho dos nossos filhos. E só vamos conseguir sentir, efetivamente, orgulho dos nossos filhos quando estivermos, mesmo, participando das políticas públicas. Esse nome muito pomposo, políticas públicas, são as terapias específicas, adequadamente aplicadas, disponíveis para essas pessoas; essa sensibilidade, no sentido mais amplo, que envolve também essas pessoas com deficiência intelectual, as pessoas autistas.

Nós precisamos pensar muito nesses termos, da inclusão, da acessibilidade, no sentido amplo, e precisamos para que tenhamos a condição de sentir, realmente, orgulho dos nossos filhos por aquilo que eles fazem. Eu tenho muito orgulho. O senhor lembrou, mais uma vez, e falou, naquela oportunidade, que nunca mais esqueceria, e realmente não esquece. Quando eu estive com meu filho, eu tive que carregá-lo, naquela oportunidade, porque não havia como segurá-lo, pela hiperatividade, por tudo aquilo que o senhor conhece bem em relação ao espectro das pessoas, ao comportamento das pessoas com autismo e foi muito interessante, para que as pessoas, para que o Brasil conhecesse melhor. Por isso uma mãe, ontem, fez questão de trazer a sua filha com autismo e muitos Senadores puderam ter esse primeiro contato, aqueles que estavam aqui presentes, ontem, com essa comissão lotada de pessoas do Brasil inteiro.

Isso demonstra que é uma questão de oportunidades, as tão afamadas políticas públicas, criar condições para essas pessoas. Eu fiquei muito feliz hoje, Senador, quando encontramos aqui a Júlia. Em relação a ela, como gestor, tive a oportunidade e, até digo, o prazer – lembrei isso aos pais da Júlia, que cantou de forma tão brilhante o Hino Nacional –, porque nós fomos os primeiros a pagar um cachê para a Júlia pela apresentação artística, porque as pessoas diziam: “Não... A Júlia é uma pessoa com deficiência”. E eu: “Ué, mas as pessoas com deficiência não recebem cachê igual às outras? Impressionante”. Nós tivemos oportunidade de sermos os primeiros, aqui no Distrito Federal, a pagar um cachê para a Júlia. *(Palmas.)* To-

mara que venha a ser, realmente, uma brilhante artista, uma brilhante cantora.

Tivemos outra oportunidade com o Antônio José, naquela época da Organização Nacional dos Cegos do Brasil. Também fomos os primeiros que garantimos a ele a realização do seminário braile. Ele estava em dificuldade, naquela oportunidade, com a Secretaria Nacional e nos procurou, e nós fomos os primeiros que garantimos – e garantimos com verba, garantimos com recursos –, e dissemos: “Não, nós vamos fazer, sim, o evento.” Depois, conseguimos sensibilizar, também, as autoridades no âmbito nacional, e estivemos juntos com eles patrocinando aquele evento. Essas coisas fazem diferença. Isso faz com que a gente possa, vamos dizer, trabalhar verdadeiramente para que essas pessoas tenham demonstrados os seus papéis, tenham condições de mostrar que conseguem.

Quero aproveitar e pedir o apoio da Martinha. Estamos em um momento difícil em Brasília, porque as salas de recursos de que Martinha falou estão sendo fechadas aqui no Distrito Federal. Isso tem que ser denunciado, tem que ser colocado de forma muito clara.

Hoje as pessoas estão reunidas, discutindo a terminalidade dos maiores de 21 anos, pessoas com deficiência. É um problema grave, Senador. O senhor tem o direito de estudar até quando quiser, assim como eu e a Deputada Rosinha, mas as pessoas com deficiência estão sendo cerceadas nesse sentido aqui no Distrito Federal, na questão pública.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Não, é...

O SR. FERNANDO COTTA – Só um pouquinho, Martinha. Eu concluo e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se ela quiser fazer um aparte, acho que ajuda.

A SR^a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – É só uma frase, porque acho que o Brasil inteiro nos acompanha.

É muito importante você encaminhar para o Ministério da Educação essa denúncia para que possamos articular os gestores do Distrito Federal e apresentar essa situação para resolver a questão. O direito da pessoa com deficiência à educação não pode ser cerceado por ninguém, muito menos pela gestão pública, a quem cabe prover e garantir, está certo? Então lhe faço esse pedido.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado.

É muito oportuno e é nesse sentido mesmo que eu disse que nós pediríamos a sua ajuda, Martinha, a fim de nos receber e ver o que está acontecendo. As matrículas que saíram agora já vieram limitando. As pessoas estão recebendo em casa, Senador, a informação de que agora o sujeito não vai frequentar mais

cinco dias de escola; vai frequentar só dois dias. E as mãezinhas de autistas, o segmento que represento, me perguntam: o que eu vou fazer, Fernando, com essas pessoas nos outros dias? Na escola eu aprendia quase tudo. Eu vou me sentar e tomar chá? Ironizam: eu vou me sentar em frente à televisão e tomar chá? Quer dizer, o Estado tem que se preocupar com isso.

Estamos aqui também por isso: a importância de se retirarem do papel as conquistas legislativas dos autistas brasileiros e das pessoas com deficiência.

A Deputada Rosinha me falava disso há pouco tempo: olha, Fernando, a preocupação do legislador não pode se ater simplesmente à elaboração das leis, mas também à execução dessas leis, como elas estão sendo executadas ou não, para que nós possamos também tomar atitudes nesse sentido.

Hoje nós temos uma lei específica para o autismo no Distrito Federal, temos uma lei na Bahia, temos uma lei na Paraíba, e muito pouco... A do Distrito Federal somente agora teve um artigo regulamentado, que foi a questão do credenciamento para estacionamento dessas pessoas em vaga especial.

Digo isso porque o Senador Paim é uma pessoa muito cristalina, coloca as coisas de forma muito clara e as nossas expectativas com essa lei são muito grandes, principalmente na área de saúde e de educação, no que diz respeito ao acesso, à promoção dessas políticas públicas.

Berenice falou aqui das portas fechadas. E é assim mesmo. De cada dez pessoas que nós procuramos, nove estão com as portas fechadas. Nós temos trabalhado muito para abri-las. Não é o caso aqui, Deputada Rosinha. Incomodo muito a Andréa e a Rita, suas assessoras, o Roberto, do Senador Paim, incomodo muito essas pessoas, porque realmente há necessidade e por isso é que nós estamos lutando muito, para que a questão legislativa se torne uma realidade no Brasil.

O Senador Lindbergh lembrou ontem muito bem: não existe ainda um protocolo, neste País, de atendimento médico para as pessoas com autismo. E muitos médicos são muito claros, muito sinceros ao dizer: eu não conheço, não sei como lidar quando vem uma mãe ou um pai e diz: esse sujeito é autista, recebi o diagnóstico e me mandaram vir a esse posto de saúde, a esse hospital. Eles não sabem como lidar com essas pessoas. Nós temos que trabalhar muito nesse sentido também.

Senador, eu coloquei ali, rapidamente, algumas fotos. O senhor lembrou. Estão ali o senhor, Senador Paim, o Senador Wellington e o Senador Cristovam. No dia 2 de abril de 2011, nós conseguimos iluminar o Congresso Nacional de azul. Foi um dia inesquecível. No Dia do Orgulho Autista, dia 18 de junho de 2011,

nós conseguimos também falar sobre as necessidades de autistas do Brasil inteiro a pessoas que estiveram presentes numa sessão solene no Plenário do Senado. E está aí, Senador, uma foto daquele momento de que o senhor tanto falou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um momento histórico.

O SR. FERNANDO COTTA – Um momento histórico, estamos ali.

Pouco antes de as luzes ficarem azuis, a comunidade autista foi chegando e participando daquele dia.

Temos conseguido atrair pessoas, como o Deputado Romário, na AMA-DF – a AMA-DF hoje está tendo eleições, as pessoas não puderam estar aqui hoje. O Deputado Romário esteve participando de um bate-bola com os autistas.

Existe o Prêmio Orgulho Autista, que nós conseguimos instituir em 2005. No ano passado o Senador Paulo Paim foi o agraciado com esse prêmio – essas pessoas são as mais votadas de todo o Brasil. É um momento histórico também a tentativa de reconhecer essas pessoas que fazem diferença para os autistas brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De fato, nós estávamos ali. Agora, eu pergunto uma coisa a vocês: como é que se fala quando mexem na foto? Foto o quê? Aquele corpinho de bailarina ali não é meu! Olhando-me ali eu penso em tentar retornar para aquele corpo – vocês vão me ajudar nesse ponto!

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador Paim, as pessoas com autismo do Brasil inteiro lhe agradecem.

Ontem, no plenário, aguardando com expectativa... Lamentavelmente as medidas provisórias trancaram a pauta, mas já temos expectativa de que na semana que vem aconteça esse acordo, que é muito positivo.

Ontem, aqui na Comissão – vou concluir rapidamente –, o Senador Wellington Dias brilhantemente relatou o nosso projeto de lei – o Movimento Orgulho Autista trabalha nesse sentido. Esses encontros de bastidores com os Parlamentares, nós temos de fazê-los, eles são fundamentais – a Berenice citou isso aqui. E temos atuado nisso nesta Casa desde 2009, desde o final de 2009 e do começo de 2010, quando o projeto foi apresentado.

Nessa luta tivemos a Blitz do Autismo, com o apoio da Polícia Rodoviária Federal, sempre presente conosco, para comemorar e buscar divulgar essa informação nas universidades; houve também diversas sessões na Câmara, com a Deputada Rosinha sempre trabalhando conosco também; eventos nas câmaras legislativas; o Senador Lindbergh atuando na Comis-

são de Assuntos Sociais; Emerson Fittipaldi, lenda do automobilismo brasileiro, vestiu a camisa do autismo e também nos tem dado apoio na divulgação da questão. Enfim, nós temos conseguido trabalhar e divulgar o autismo com o apoio dessas pessoas e, neste ponto, nós temos de reconhecer o papel fundamental do Legislativo brasileiro, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, que tem atuado muito. Nós só temos a agradecer, e isso é motivo de muita comemoração para nós, hoje falando do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Muito obrigado, Senador Paim. Muito obrigado aos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Fernando Cotta, presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil, que fez uma bela exposição para a alegria de todos nós.

A Deputada disse bem baixinho que quer dar uma palavrinha. A Deputada aqui manda e não pede, tem a palavra quando quiser!

A SR^a ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Eu vou precisar me retirar porque meu voo é agora, às 12h30min – já são 11 horas –, e preciso ir para o aeroporto.

Queria agradecer pela oportunidade, mas, antes de me retirar de fato, queria falar duas coisinhas complementando um pouco o que o Fernando Cotta falou sobre a questão do que está acontecendo aqui no DF.

Ontem eu fui para uma mobilização no Centro de Educação Especial nº 1. Eu não sei qual é aquela região... Você sabe, Cris? Ah, é na 912 sul, na Escola Especial que tem ensino público de qualidade, onde houve a mobilização de pais, alunos e professores, porque foi exatamente o que você relatou: as mães estavam proibidas de efetuar a matrícula das crianças com mais de 21 anos – se assim podemos dizer. Houve uma mobilização muito grande e algumas coisas já estão sendo revertidas. Eu dei, inclusive, esta sugestão, Marta, disse que achava que o Ministério não estava sabendo o que estava acontecendo, porque às vezes ficamos falando muito para nós mesmos e não conseguimos buscar o caminho certo para a resolução.

O outro assunto é que, no dia 4, também em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que é na segunda, nós teremos uma sessão solene lá no Plenário Ulysses Guimarães, o plenário da Câmara, e vocês estão todos convidados – Senador Paulo Paim, se V. Ex^a puder dar uma passada lá, é a partir das 10 horas da manhã. Sei que terça-feira é um dia complicado, ainda estamos chegando dos nossos Estados de origem, mas nós vamos fazer homenagens a algumas instituições do movimento de pessoas com

deficiência em nível nacional, teremos uma fala do pessoal da Escola de Educação Especial nº 1 do DF.

Por fim, eu queria pedir o apoio do Senador e do Senado, de uma forma geral, para a celeridade da tramitação da PEC nº 250, de 2005, que trata da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos, a exemplo do PL nº 277, de 2005, que trata dos mesmos direitos dos trabalhadores regidos pela CLT, que é a diminuição do tempo da contribuição para a aposentadoria das pessoas com deficiência, fazendo aquela gradação: deficiência moderada, deficiência leve e deficiência grave.

Não sei nem informar, Senador, quem é o Relator e qual a fase em que ela se encontra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deve estar na CCJ, se é PEC. E tem tido algumas dificuldades para indicar o Relator.

A SR^a ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Para indicar o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para indicar o Relator. Calcule quanto ao mérito. O projeto está lá há três ou quatro anos e não tem um Relator.

A SR^a ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Creio que depois que conseguirmos aprovar o PL nº 277, talvez possamos dar uma luz para a PEC. Mas penso que se pudéssemos nos unir para mudar essa realidade.

Agora, de fato, para finalizar. Falei aqui do acesso das pessoas com deficiência em todas as esferas do poder, em todos os níveis de governo, e sabemos que daqui a pouco será escolhido o novo membro do STF. E está pleiteando o cargo o Dr. Roberto Wanderley, Juiz Federal de Recife, da 5ª Região, que é uma pessoa que tem deficiência física.

Assim, declaro já o meu apoio em público e peço que aqueles que se interessam em fazer o apoio, que busquem informações, pois assim como se mudou a realidade no Judiciário depois das questões de gêneros, com a presença de mulheres no Poder Judiciário, de pessoas negras, a questão racial, talvez possamos ampliar mais a questão dos direitos humanos e a mudança do Judiciário, que também precisa ser feita e com a participação e com a presença de ministros no Supremo, nos tribunais superiores, de pessoas com deficiência.

Quero ressaltar ainda que, antes de qualquer indicação, é preciso que seja feita a avaliação da capacidade. Não é simplesmente indicar uma pessoa com deficiência, mulher ou negro, mas principalmente a indicação por ser capaz, por ter conteúdo e cumprir todos os requisitos inerentes ao cargo.

Deixo aqui essa sugestão de apoio. Mais uma vez agradeço a oportunidade e parabéns a todos: à Martinha, pelo trabalho que vem desenvolvendo no MEC; ao Fernando Cota, já que, depois da sua fala, ficou mais do que claro o avanço que se teve em relação a esse público que ainda não tem direitos assegurados em lei, principalmente na prática do acesso à educação e à saúde, que são direitos básicos e fundamentais.

Muito obrigada, Senador. E parabéns mais uma vez pela atuação, parabéns pela audiência e parabéns pela oportunidade. Estamos juntos também pela aprovação do PL do Estatuto.

Até breve. E realmente preciso me retirar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Deputada Federal Rosinha da Adefal, que fez uma exposição sobre o seu brilhante trabalho e apontou caminhos também para as pessoas com deficiência.

Peço aos meus convidados que retornem ao plenário. Mas quem tiver que se retirar, por favor, fique à vontade.

Vou agora para a segunda Mesa. Chamo o William Ferreira Cunha, Delegado da Organização Nacional de Cegos do Brasil; chamo Carlos Penna Bresciani, mestre em políticas públicas e formas alternativas; chamo Nadja Magalhães, intérprete de Libras, que vem acompanhada da Mariana Siqueira; chamo também o Antônio José Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que representa aqui a Ministra Maria do Rosário Nunes, ligada à Presidência da República; chamo Adinilson Marins dos Santos, conselheiro titular da Federação Nacional das APAEs, em representação ao Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, Moisés Bauer.

Esses são os nossos convidados para esta última Mesa.

Eu registro ainda a presença aqui conosco da Sr^a Maria do Desterro de Lima, Delegada Nacional para representar o segmento da pessoa com deficiência física na 3^a Conferência, que acontecerá de 3 a 6 de dezembro em Brasília.

Conforme combinado, a Mariana Siqueira, que representa a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, representando o Diretor João Paulo. *(Pausa.)*

Vamos começar, então, com William Ferreira Cunha, Delegado da Organização Nacional dos Cegos do Brasil.

Vamos lá, meu amigo William.

O SR. WILLIAN FERREIRA CUNHA – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento-o aqui em nome do Presidente da ONCB, Moisés Bauer. E trago um abraço especial ao Senador – ele me incumbiu disso.

A ONCB nasceu do esforço de dezenas de dirigentes nacionais – estaduais, distritais, municipais –, com o intuito de representar, de forma articulada, junto aos governos de todas as esferas, a sociedade civil.

Quando entrei no movimento, com deficiência visual caracterizada como baixa visão em decorrência de um acidente automobilístico, entrei com o intuito, através do arcabouço jurídico que há hoje, que é bem amarrado no Brasil, de resguardar o direito da pessoa com deficiência.

A ONCB, preocupada com isso e diante da Convenção da Pessoa com Deficiência, ofereceu um curso na tentativa de disseminar informações para as pessoas com deficiências. Esse curso foi oferecido pelos delegados estaduais numa assembleia nacional que ocorreu em João Pessoa. Em julho deste ano, também se ofereceu um curso da incidência da pessoa com deficiência no âmbito político e em outras áreas.

O intuito principal é resguardar o direito da pessoa com deficiência. Hoje é salutar dizer o quanto o Poder Judiciário está acessível, o quanto é importante estarmos hoje numa audiência pública com um Senador, o quanto isso antes não era tão acessível e não acontecia de forma frequente.

Eu o parabéns, Senador. Tenho 23 anos. O senhor não sabe o quanto é importante estar aqui ao seu lado. Sou acadêmico de Direito, tenho minhas peculiaridades devido à deficiência, e nada no mundo... Tive a deficiência com 11 anos de idade, e, para mim, isso é um mero detalhe que tenho na minha vida.

Nós nunca estivemos na pauta do Governo Federal, e hoje a Presidenta Dilma lança esse plano, o Plano Viver sem Limites.

Há peculiaridades? Há, mas o progresso que nós, pessoas com deficiência, hoje temos em âmbito nacional e estadual é sensacional. As legislações hoje permitem.

Recentemente, a Organização Nacional de Cegos do Brasil, ciente de algumas demandas de alunos que prestam concurso público, solicitava às bancas adaptação de provas às especificidades que cada um tinha, e esse pedido da pessoa com deficiência para essa adaptação de prova não era atendido. A ONCB entrou com uma ação no Ministério Público, na intenção não de punir as prestadoras de concurso público, e sim de nos ouvir, de saber do que de fato nós precisamos.

É muito fácil falar da deficiência. A Convenção traz bem claro: “Nada sobre nós sem nós”. E hoje estamos aqui, na audiência pública, ouvindo os Ministérios. A Martinha falou muito bem aqui, como sempre. O Senador propôs esta audiência pública.

A ONCB está aqui para isto: articular, com a sociedade civil, junto ao governo estadual, ao governo nacional, aos governos municipais e para, cada vez mais, fortalecer o nosso movimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Willian Ferreira Cunha, Delegado da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, que colocou seu ponto de vista nesta audiência pública no Senado da República.

Achei interessante você dizer que estava se sentindo fortalecido e até meio emocionado de poder estar aqui falando, na tribuna do Senado. Fico feliz por seu depoimento, porque é esse o nosso papel aqui.

Sempre digo que um dos nossos papéis é dar oportunidade para quem não tem oportunidade, dar palco para quem não tem palco e mostrar que o Senado da República – como a Câmara dos Deputados – é um Poder, sim, mas que é pago pelo povo e que tem de estar a serviço do povo. Consequentemente, o povo tem de se sentir em casa dentro desta Casa.

Por isso fiquei orgulhoso com sua fala, de que estamos quebrando esse tabu, mostrando que o momento é outro.

Parabéns, mais uma vez, pela sua exposição.

Passo a palavra, neste momento, ao Carlos Penna Brescianini, Mestre em Políticas de Formas Alternativas de Energia, para falar neste dia em que estamos fazendo um debate sobre a situação da pessoa com deficiência.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Obrigado ao Senador e a todos os membros.

Permita-me cumprimentar o Antônio José em nome de todos, por favor.

Na última vez em que participei aqui, recebi vários pedidos para detalhar a apresentação que eu tinha feito por conta da questão da mobilidade e acessibilidade.

Então, aperfeiçoei o material que tinha trazido aqui e vou dar continuidade. Vou tentar ser o mais rápido possível, porque percebo que existem várias pessoas, aqui, ao meu redor, que têm tanta necessidade de falar quanto eu.

Vamos lá. Vou falar sobre a questão da acessibilidade e do transporte, que hoje em dia a gente chama de mobilidade: a capacidade de as pessoas se locomoverem com qualidade.

A principal característica que se costuma dizer é a seguinte: o transporte começa quando se sai de casa.

Ou seja, você botou o pé fora de casa, começou a se transportar. Isso significa que ruas, estradas, calçadas têm de ser planejadas, para as pessoas poderem se locomover, sem precisarem ajuda de outras pessoas.

E a acessibilidade começa dentro de casa, a partir do instante em que as casas sejam planejadas, para que as pessoas que tenham qualquer tipo de deficiência tenham condições de se locomoverem dentro da própria casa.

Na outra vez em que a gente esteve aqui, conversei até com o pessoal do Ministério das Cidades, para que os projetos de Minha Casa, Minha Vida tenham essa perspectiva, no sentido de que as casas sejam planejadas para que cadeirantes, pessoas com dificuldade de enxergar ou com algum tipo de impedimento físico possam se locomover dentro das casas, senão a própria casa se torna uma barreira para elas. Ou seja, o local onde a pessoa mora é uma própria barreira para ela.

Costuma-se dizer que o transporte e a acessibilidade se encontram ao sair de casa, no sentido de que, quando se sai de casa... O que adianta sua casa ser adaptada, se, por exemplo, há uma grande escada que a separa da rua e se você é um cadeirante e não pode descer? Ou se não há rampas, e você tem dificuldades para se locomover?

Enfim, nós chamamos isso tudo de barreiras urbanas. Para as pessoas poderem se locomover, é preciso haver calçadas, ruas, passarelas, e um grande inimigo hoje da acessibilidade se chama ônibus. Nós temos um *lobby* muito forte da indústria automobilística, e os ônibus são os maiores elementos de barreira à acessibilidade nas grandes cidades e nas pequenas.

Tenho duas ilustrações. Em uma, um cego está caminhando na calçada e está prestes a esbarrar contra um poste. Ou seja, não existe a lógica de você construir elementos da cidade impedindo as pessoas de utilizarem a cidade. Ou seja, como é que você enfia um poste numa calçada se a calçada faz parte do roteiro da locomoção das pessoas?

Na outra ilustração, um cadeirante tentando passar por uma calçada e a calçada está toda esburacada. Ou seja, a própria cidade impede a locomoção dessas pessoas, essas pessoas não podem sair para trabalhar, para estudar, para viver. Ou seja, você começa a condenar as pessoas à imobilidade. A pessoa não pode sair de casa, fica presa em casa e, por ficar presa em casa, não pode estudar, não pode trabalhar, não pode ter vida, não pode produzir; ela se torna um peso para a família e ela mesma não consegue produzir. Isso é ilógico.

Vamos entrar numa questão ambiental simples, mas importante: impermeabilização. O que a impermeabilização urbana tem a ver com isso?

Quando você tem uma região em que você tem captação da água das chuvas pelo próprio terreno, a água desce ao terreno e tudo se tranquiliza. Pode chover o que for, a água é absorvida pelo terreno.

Adiante.

Quando você começa a construir sem limites, o asfalto e o concreto vão fazendo barreiras à água das chuvas; ou seja, a água não começa a ser absorvida pelo terreno e começa a acumular. O que temos?

Próxima ilustração.

Inundações. Nós temos inundações.

Então, as grandes cidades hoje, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, são caracterizadas por grandes inundações por conta do nível de impermeabilização. Beleza! E o que isso tem a ver com a capacidade da mobilidade? Se você tem um sistema público de transporte eficiente, baseado em metrô, VLT, sistemas elétricos, com calçadas, tudo planejado, o nível de choque da água da chuva é mínimo e essa água que chover vai contribuir para a qualidade das cidades, porque ela vai ser absorvida pelos lençóis freáticos.

Bom, o que nós temos? Vamos lá, agora, nessas imagens.

São Paulo e Belo Horizonte. Olha o que acontece quando chove nessas grandes cidades. A cidade para e começa a desabar. Por quê? Porque a construção é feita sem se respeitar a questão da permeabilidade do terreno. Então, na ânsia de se construir ruas, porque a gente fica achando que rua é sinal de avanço – não necessariamente, o grande sinal de avanço se chama calçada, porque, antes de você ser motorista, você é pedestre. Então, a primeira coisa que você tem de cuidar é da calçada, e não da rua. Você anda, agora, aqui em Brasília e você percebe que existe rua e não existe calçada. É ilógico, não é? E o que acontece? Quando chove nas grandes cidades, por ela estar impermeabilizada, a cidade inunda e as pessoas não podem se locomover; ou seja, mobilidade zero.

Se uma pessoa que caminha e enxerga já tem dificuldades, imagine uma pessoa que tem dificuldade de se locomover ou não consegue enxergar, como ela vai caminhar numa região inundada? É risco de morte.

Efeito calha nas vias asfaltadas. Uma foto em Curitiba e outra, em Salvador, das chamadas inundações. O que a gente chama de efeito calha? A rua fica impermeabilizada pelo cimento, os meios-fios impedem que a água vá para a lateral e seja absorvida pela área gramada em volta, as ruas viram rios e os rios descem, por gravidade, para as regiões mais baixas. Não há sistema de captação de água pluvial

que consiga absorver isso. É impossível fisicamente. Então, as cidades se inundam ciclicamente. A gente avisa que o transporte é determinante para isso, mas os governantes não querem enxergar.

Essa foto é em Brasília, novembro de 2012. Vocês percebem: Brasília, uma cidade planejada. Isso é a W3 Norte, Brasília inundada. E por que ela está inundada? Porque se resolveu construir um setor habitacional chamado Noroeste em que você começa a desmatar toda a região e impermeabiliza. A água cai no Noroeste e desce, por gravidade, para a Asa Norte. Simples assim, inunda. E isso ocorre em várias cidades grandes do Brasil. A gente avisa aos governantes, mas eles não querem fazer nada, porque ficam naquela ânsia de vender terreno, porque o terreno vale muito, vai ganhar IPTU, vai ganhar venda de terreno; e a qualidade de vida das pessoas vai para o espaço.

Essa é uma foto que foi adaptada pelo Facebook. Achei ótima. Para se locomover nessas condições só de submarino. Eu a achei ótima, por isso eu a trouxe. Acho-a bem significativa.

Essa é uma imagem da Radial Leste, próxima ao bairro da Liberdade, em São Paulo. Percebam que essa rua fica abaixo do nível das outras ruas. Ela é completamente impermeabilizada e não tem calçada. Aí ficam aquelas perguntas: como é que uma pessoa vai passar da rua de cima para a de baixo? Se um carro parar na rua de baixo, como é que a pessoa vai poder sair para prestar socorro? Se você quiser atravessar de uma rua para outra, como faz, já que existem dois grandes guarda-corpos separando o canteiro central?

Vocês percebem que as cidades começam a ficar ilógicas? As cidades são feitas só para os automóveis e simplesmente não consideram a pessoa, o ser humano. É irreal.

Essa é uma imagem do maravilhoso projeto para a Estrada Parque Taguatinga, no papel. Apresentaram essa ilustração linda, toda gramada, e essa é a realidade quando chove. Por que ocorre isso? Por um motivo simples: porque a cidade não foi feita para essa quantidade de asfalto. Então, o que nós temos? A água desce por gravidade. Percebam, quem puder enxergar, lá no final da foto, a descida. Foi por lá que a água desceu. Ela não pôde ser absorvida e caiu nessa região mais baixa, formando um grande lago. E aí circula pelas regiões lindeiras, uma região conhecida como Vicente Pires, e, do outro lado, como Setor de Indústria e Abastecimento. Tudo previsto no Relatório de Impacto Ambiental e mesmo assim o governo chega e quer construir isso. Havia o contraponto, a gente ofereceu: “Em vez de fazer essa obra, que vai ser inútil, vamos comprar mais sessenta, oitenta trens para o metrô; isso resolve o problema de transporte”. Mas,

não; em vez de comprar os trens para o metrô, resolveu fazer mais uma obra. Está aí a consequência: nem se consegue transportar as pessoas, porque não cabe a quantidade de automóveis e ônibus dentro da rua e, ao mesmo tempo, quando chove é o caos.

Essa é a imagem de um trem de metrô. Percebam que existe no metrô o espaço para cadeirante, existe espaço dentro do trem do metrô para o deficiente visual porque ele é planejado para isso. Ele é amigável. Você entra no metrô por uma plataforma que fica no mesmo nível do trem sem pedir ajuda.

O que é capacidade de acessibilidade? A pessoa se transportar sem pedir ajuda a nenhuma outra pessoa. Não é justo a pessoa que tem uma deficiência precisar de outra pessoa para se locomover. Concordam que isso não é justo? Por que uma pessoa que não enxerga precisa de outra pessoa para se locomover? Se a cidade for feita pensando nisso, ela vai conseguir se locomover. Ela vai ter dificuldades inicialmente, mas depois ela, que é uma pessoa normal como todas as outras, vai se locomover. A mesma coisa ocorre com o cadeirante; basta a gente pensar.

Então, esta é a cidade Brasília: choveu, parou.

Olhem aqui! Essa é a Esplanada dos Ministérios às 5 horas da tarde; seis pistas, tudo congestionado. Por que a gente não pode ter um sistema de transporte público eficiente, que elimine essa quantidade de automóveis, que são viciantes? Em vez disso, o Governo estimula a compra de automóvel, isentando de IPVA o automóvel novo. Irracional, não é, gente? Irracional.

Vejam só: essa quantidade de automóveis circulando nas ruas causa a degradação das ruas, porque elas não foram feitas para essa quantidade de automóveis – buracos, poluição, degradação da acuidade auditiva das pessoas, do ar que nós respiramos, aumento no número de acidentes nas cidades.

A partir do instante em que aumentamos o número de acidentes, e fatalidades, e doenças, aonde é que a gente chega? À formação de novos deficientes, porque, dos sobreviventes dos acidentes, vários vão ficar deficientes físicos, perdem perna, perdem braço, alguns perdem a visão, outros ficam paraplégicos, outros ficam tetraplégicos, e todos eles se juntam, então, à crescente quantidade de vítimas do trânsito. Ao que as pessoas chamam de vítimas do trânsito nós chamamos de vítimas do transporte mal feito, ou seja, vocês percebem que há um círculo vicioso que vai sendo retroalimentado constantemente. A dependência do automóvel vai causando mais acidentes e vai deixando mais pessoas deficientes. É ilógico, gente. Isso é ilógico.

No Brasil, existem mais de 30 mil – esse número é antigo –, 80 mil pessoas mortas, em 2011, por acidente

de trânsito. Para vocês terem uma ideia, a guerra da Bósnia matou, por ano, cerca de 25 a 30 mil pessoas. Morre mais gente de acidente de automóvel no Brasil do que soldados americanos morriam por dia na guerra do Vietnã. E isso passa despercebido.

Então, essa quantidade de vítimas vai repercutir em algum lugar: no orçamento doméstico das famílias; no Ministério do Trabalho, que vai ter de pagar mais aposentadorias. Isso vai gerar perda econômica para o Brasil, porque essas pessoas deixam de produzir e não vão poder estudar – se estavam estudando – ou vão prejudicar seus estudos. Vai aumentar a quantidade de pessoas que são internadas nos hospitais. Deixa-se de atender uma pessoa com câncer, porque o médico está ocupado, atendendo uma emergência. Entendem o que eu quero dizer? Mobiliza-se parte da atividade hospitalar para atender as vítimas dos acidentes, quando poderiam ser atendidas as vítimas das doenças. Percebem? Nós criamos um monstro e temos de lidar com esse monstro.

Na Rede Sarah no Brasil, 40% das suas internações são ligadas simplesmente a acidente de trânsito. Olhem só! E os acidentes de automóveis são responsáveis por quase 50% das lesões medulares: tetraplegia e paralisia – parcial, total, de diversos níveis. Ou seja, nós criamos um monstro e continuamos deixando esse monstro crescer. Achamos o máximo a política de incentivo a automóvel.

O que propomos? A substituição por sistemas de transportes elétricos de alta qualidade. Eu queria frisar essa questão. Reparem que todos esses ônibus são ônibus com piso baixo. Não se utiliza o ônibus de piso alto, com o chassi de caminhão, adaptado para ser utilizado para o ônibus, mas a legislação brasileira permite isso.

Senador, uma pausa importante. Qual é a possibilidade de iniciarmos um movimento para se proibir o uso do chassi de caminhão para o ônibus? Eu lhe faço essa pergunta. Por que todos não podem ter direito a um transporte digno? Por que o ônibus, dentro do seu custo, precisa ter ainda a revenda para se tornar um caminhão no final da vida? Por que as pessoas da cidade não podem ter um transporte que permita – nas imagens, nós estamos vendo uma mãe entrando com um carrinho de bebê e aquele idoso entrando com outra idosa em uma cadeira de rodas – que elas entrem no mesmo nível, sem precisar de escada, sem precisar de plataforma, sem necessariamente ter de pedir ajuda a outra pessoa? Elas entram da calçada diretamente no veículo. Se isso for implantado no Brasil, garantiremos uma mobilidade, uma acessibilidade tremenda.

Próximo.

Além disso, o sistema de veículos elétricos, com piso baixo, pode captar eletricidade através de turbinas eólicas, uma maneira de contribuímos para diminuir o efeito estufa. Nós podemos usar turbinas eólicas, aqueles cata-ventos eólicos, para fornecer eletricidade. E esses sistemas são extremamente silenciosos e de baixo impacto ambiental. Eles podem funcionar, às vezes, até sem piloto. É interessantíssimo.

Esse é o Veículo Leve sobre Trilhos, descendente do antigo bonde, que nós também podemos simplesmente implantar. Eu chamo a atenção de vocês, daqueles que podem enxergar, para a foto de cima, tirada na Bélgica ou na França. Reparem a cor da rua. A rua simplesmente brilha. E por que brilha? Porque não há automóvel emitindo CO₂. A rua inteira é construída no nível da calçada; a calçada e a rua são a mesma coisa, ou seja, acessibilidade e mobilidade total. Uma pessoa com cadeira de rodas circula lá com facilidade, sem grandes problemas. Um deficiente visual consegue circular sem medo, sem problemas de tropeçar, cair, esbarrar. E reparem que, pelo fato de os veículos serem elétricos, eles têm um nível de emissão de ruído baixo, emissão de poluição, gases, zero e acessibilidade de quase 100%. Então, vejam com que facilidade podemos revolucionar as cidades. Por que não podemos fazer isso, já que há o PAC da Mobilidade em andamento?

Reparem esse VLT – Veículo Leve sobre Trilhos. Por ele andar numa região praticamente exclusiva, gramou-se toda a área, contribuindo para a absorção das águas das chuvas. Ou seja, através disso, nós colaboramos até para diminuir o nível da inundação.

Essa é a Cidade do México, onde há 20 milhões de habitantes. Ela possui 201 quilômetros de linhas de metrô.

Essa é Tóquio. Tem 13 milhões de habitantes. Tem 203 quilômetros de linhas de metrô.

Esse é o Rio de Janeiro. Tem 13 milhões de habitantes. Tem só 41 quilômetros de linhas de metrô.

Eu quero mostrar o seguinte: o México transporta 40 milhões passageiros por dia; Tóquio transporta 6,3 milhões de passageiros por dia. Vocês sabiam que Tóquio foi totalmente destruída na Segunda Guerra Mundial? Pois é. E eles reconstruíram tudo. O Rio de Janeiro transporta 1,1 milhão de passageiros por dia de metrô. Quer dizer, é ilógico.

São Paulo tem 17 milhões de habitantes. Tem só 75 quilômetros de linhas de metrô e transporta 2,8 milhões de passageiros por dia. E se os metrô pararem, essas cidades param.

Porto Alegre, cidade do Senador. O Senador é de Porto Alegre ou é do interior, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Eu sou natural de Caxias do Sul, a capital...

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Do vinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Uns dizem que é a capital do mundo. Eu ainda considero a capital da serra. Porque a capital mesmo é Porto Alegre. Vamos dizer que estou mal educando as pessoas. Mas eu sou de Caxias do Sul.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – A cidade de bons vinhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Isso.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Perfeito.

Então, vejam só. Belo Horizonte tem 1,4 milhão de habitantes. Belo horizonte, não. Desculpe-me. Porto Alegre. Reparem a mancha de Porto Alegre sobre a planície, em frente ao rio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Eu só vou fazer um apelo para o nosso painelista, pois diversos aqui têm de viajar. Você tem mais um minuto para concluir.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Perfeito. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – E há três que pediram que eu antecipasse, e vou ter que botar na sequência.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Nós temos 203 mil passageiros por dia. É baixo. Belo horizonte, 3,215 milhões; Recife, 1,5 milhão, 275 mil passageiros/dia; e o DF, com 2,4 milhões, 160 mil passageiros por dia, tem as linhas de metrô incompletas e os projetos substituídos.

O que a gente explica? É esta a comparação: se uma vã leva 20, um ônibus leva 50 pessoas; um ônibus articulado, 120; um biarticulado, 160; um veículo elétrico sobre pneus leva 180; um veículo leve sobre trilhos leva 380; e o metrô leva 1,4 mil a 2 mil pessoas.

Vamos às propostas.

Olhem as calçadas com trilhas táteis, para cegos, e olhem as rampas para cadeirantes. Essas são coisas simples que podem ser feitas nas cidades e promover grande acessibilidade.

As ciclovias podem contribuir enormemente para o desestímulo do uso do automóvel e para melhor qualidade de vida. E paralelo a isso, as políticas públicas, estacionamentos para bicicletas e construção de vestiários e banheiros, para incentivar as pessoas a irem e virem de bicicleta para os seus locais de trabalho, porque o Brasil é tropical, a gente vai suar, e a pessoa vai precisar mudar de roupa.

Mais uma aqui, só um instante.

Isto daqui é o x da questão: esse é o chamado ônibus de chassi alto, que é o ônibus com chassi de caminhão, que é o produzido em geral no Brasil.

Esse ônibus é produzido com chassi de caminhão simplesmente porque, no final da vida útil, é vendido para poder ser transformado em caminhão. Ou seja, ele obriga que haja aquelas escadas enormes que impedem as pessoas de se locomoverem.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – A solução é simples: ônibus de chassi baixo, que alinha diretamente com a calçada.

Terminando, sugerimos ônibus intensivo de veículos elétricos, VLTs, sugerimos uso de veículos que se alinhem com as calçadas, propomos grande incentivo ao transporte público elétrico em todos os níveis, uso de bicicleta e, finalmente, aqui eu quero incentivar – eu e Antônio José, a gente discutiu amigavelmente sobre isso – o estímulo à criação de cães-guia em escola de formação de cães-guia e treinadores. Nós temos no Brasil aproximadamente 1,4 milhão de pessoas que não enxergam e nós temos aproximadamente de 60 a 80 cães-guia sendo formados por ano. Isso significa que, durante a vida, as pessoas provavelmente não vão ter acesso a essa quantidade de cães.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Essas pessoas ficam prejudicadas. Esses programas têm de ser estimulados. O Antônio José vai continuar depois. Ele vai falar do que o Governo Federal está fazendo dos centros de implantação de escolas técnicas para isso.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Mas queria colocar que nós precisamos que isso seja feito nos Estados. As cidades, se fossem implantadas essas políticas, ficariam desse jeito. Ou seja, elas teriam acessibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Muito bem. Eu estou acelerando porque eles estão me pressionando porque vão perder os voos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – O.k. Encerro aqui, Senador.

Mobilidade e cidadania para todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Penna Brescianini, mestre em políticas públicas, que mostra a importância da acessibilidade.

De imediato, ouviremos Antônio José Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que representa aqui a Ministra Maria do Rosário. Como tem de sair, pedi-me que colocasse agora o nome dele, pois tem uma reunião com a Ministra.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ NASCIMENTO FERREIRA

– Bom dia a todos e a todas. Quero aqui cumprimentar a Mesa em nome do nosso querido Senador Paulo Paim. Já lhe digo, Sr. Senador, que procurarei ser bastante disciplinado no tempo, em respeito aos demais que vão falar em seguida.

O tema que vou trazer aqui hoje é muito afeito ao Senador Paulo Paim, a esta Casa e também à Câmara dos Deputados. Vou apresentar um pouco, Sr. Senador, um relato acerca dos trabalhos que estamos fazendo quanto ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, estatuto que nasceu das suas mãos, há 10 anos, quando o senhor ainda era Deputado Federal. Com o passar do tempo, foi feito um acordo por conta da convenção que o Brasil estava por promulgar.

Hoje, o documento, sobretudo após as contribuições do projeto de lei do então Deputado Celso Russomanno, encontra-se em tramitação. No entanto, com mais de 200 projetos apensados, uma série de contribuições oferecidas pelas cinco reuniões que o Conade fez, audiências públicas nas cinco Regiões do País. E mais recentemente, mais precisamente no dia 1º de junho do ano passado, a Ministra Maria do Rosário construiu um acordo com esta Casa, com sua aquiescência e dos demais Parlamentares, tanto Senadores quanto Deputados, e com o Congresso Nacional, e foi constituído o grupo de trabalho sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência pela Portaria nº 616, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que passaremos a apresentar.

O grupo só começou a se reunir a partir do segundo semestre. Ele está conseguindo produzir, de forma importante, uma contribuição que virá para esta Casa como uma proposta, que é de fato um apanhado de todas as contribuições feitas, inclusive condensando, ou seja, incorporando também as propostas já contidas no projeto de lei que citei anteriormente. Esse documento vem como proposta à Câmara, ao Senado, para que possamos ter – é isto que nos une de um modo geral – um documento que possa ainda mais fortalecer a nossa já muito rica legislação existente no País acerca dos direitos das pessoas com deficiência.

Este é o desejo de todos nós, é o desejo do movimento das pessoas com deficiência: que seja um documento forte, que ainda garanta mais direitos, que não despreze nenhuma das conquistas já obtidas, que não vá de encontro a nenhum dos avanços já conseguidos e que tenha a condição de regular os artigos da convenção, garantir em lei o que hoje é decreto e portaria. Enfim, que possa ser um documento forte, que possa garantir ainda mais os direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

Eu queria, de forma muito rápida, fazer um pedido à Raquel, minha assessora que está aqui. Raquel, peço que você apresente a composição do grupo de trabalho, que você trouxe em PowerPoint, como foi dividido em grupos de trabalho, um pouco da metodologia que o grupo tem trabalhado no sentido de oferecer, o mais rápido possível, a esta Casa, as contribuições tão necessárias para que, finalmente, nós possamos vencer, Senador, e possamos comemorar a assinatura da Presidenta Dilma neste documento, colocando-o à disposição do povo brasileiro.

Raquel, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns pela exposição, Antônio José do Nascimento. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Peço à Raquel que faça a apresentação, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Raquel, então, agora, vai complementar.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Isso. Exatamente.

A SR^a RAQUEL DE SOUZA COSTA – Bom dia a todos.

Como o Secretário Antônio José já havia dito, o GT foi criado pela Portaria nº 616, de 2012, e foram nomeados seus membros pela Portaria de 27 de setembro.

Ele teve a sua primeira reunião de instalação, discussão, aprovação de metodologia e assinatura da carta compromisso, em que todos os membros do GT se comprometem a não retroagir nos direitos já conquistados pela população com deficiência do Brasil, no dia 2 de agosto de 2012. E houve três reuniões, no dia 6 de setembro, 27 de setembro e 1º de novembro, que trataram sobre discussão e elaboração de conteúdo. No dia 3 de dezembro, haverá nova reunião extraordinária de subgrupos para discussão e redação de conteúdo. A próxima reunião oficial do GT será no dia 24 de janeiro, em que se prevê que seja atingida uma meta de 50% do conteúdo a ser analisado.

Aqui, temos o conteúdo da carta compromisso:

Nós, abaixo assinados, integrantes do Grupo de Trabalho para Análise dos Projetos de Lei que Tratam da Criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Portaria nº 616, de 16 de maio de 2012, assumimos, através desta, o compromisso de basear nossas propostas e trabalhos nos princípios e ditames da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU e seu protocolo facultativo, internalizados pelo Estado brasileiro com equivalência de emenda à Constituição. Comprometemo-nos ainda a não retroagir nos direitos já conquistados pelos cidadãos brasileiros com deficiência.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Não sei se você teria, Raquel, a composição do grupo e dos subgrupos.

A SR^a RAQUEL DE SOUZA COSTA – Sim.

O Grupo de Trabalho foi dividido em quatro, de acordo com o sistema multidisciplinar.

O Subgrupo 1 aborda os temas acessibilidade e mobilidade pessoal, que conta com mais ou menos 70% dos documentos já apensados ao PL nº 7.699 e é composto por: Sr. Roberto Tiné; Senador Paulo Paim, como titular, e Luciano Ambrósio, como suplente; Dr. Luiz Alberto David de Araújo, jurista; Deputado Walter Tosta e Ricardo Roesch, como seu suplente da Frente Parlamentar.

O Subgrupo 2: igualdade e não discriminação, reconhecimento igual perante a lei, acesso à Justiça, liberdade e segurança da pessoa, prevenção contra tortura ou tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; prevenção contra exploração, violência ou abuso; proteção da integridade da pessoa, liberdade de movimentação e nacionalidade. Os participantes são o Diretor Roberto John Gonçalves da Silva, titular, e eu como suplente; o Dr. Joelson Dias, como titular; a Dr^a Ana Luiza Junqueira, como juristas convidados; o Dr. Ramaís de Castro Silveira, também como jurista; e a Dr^a Janaína Carneiro, pelo Conade.

O Subgrupo 3 aborda os temas vida independente, inclusão na comunidade, liberdade de opinião e acesso à informação, respeito à privacidade, respeito pelo lar e pela família, educação, participação na vida cultural, recreação, lazer e esporte. Os participantes são o Deputado Eduardo Barbosa e seu suplente; o Secretário Antônio José Ferreira e sua suplente; o Presidente do Conade, Moisés Bauer; e o Dr. Luís Cláudio Freitas, jurista convidado.

O Subgrupo 4 aborda os temas saúde, habilitação e reabilitação, trabalho e emprego, padrão de vida e proteção social adequados, participação na vida política e pública, situação de risco e emergências humanitárias, direito à vida e proteção social adequados, mulheres com deficiência, crianças com deficiência e conscientização. Os participantes são o Dr. Ricardo Tadeu; a Deputada Rosinha da Adefal e sua suplente; a Dr^a Aline Albuquerque; o Sr. Ênio Manoel, da SDH; e o Senador Lindbergh e sua suplente.

Os temas abordados por todos são conceituação, crimes e penalidades.

A metodologia do grupo é bastante simples. Dentro desses temas, faz-se a pesquisa do conteúdo, que são as moções da primeira e da segunda conferências, o relatório dos cinco encontros regionais e o PL e a convenção, elaboram as redações, que são discutidas e aprovadas nas reuniões do GT.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – O.k., Raquel. Muito obrigado.

Eu queria só dizer que esse grupo, Senador... Só lembrando, a Portaria 616 traz esse grupo constituído de forma mista, com três representações da Câmara, três representações do Senado, inclusive o senhor conosco. O Luciano não faltou a nenhuma reunião e está esperando o senhor lá, numa reunião dessas, qualquer dia, ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Eu vou lá.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – O Luciano sempre ia com o cachorro, mas ele, hoje, deixou o cachorro de mão. Pelo menos eu não estou vendo o cachorro daqui. O senhor está vendo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Parece que não veio, não.

Bom, nós temos três representantes da SDH, temos três representantes do Conade: o Sr. Roberto Tiné, o Presidente Moisés e a Dr^a Janaína, e temos três representantes do Governo pela SDH.

Então, é um grupo bastante diverso, é um grupo que está bastante empenhado em solucionar essa questão.

Eu sei que existe uma pressão grande da sociedade para que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível. Nós também estamos desejosos e vamos fazer uma grande força-tarefa, Sr. Senador, já estou lhe dizendo, agora, a partir de janeiro, com um grupo de pessoas mergulhadas, trabalhando semanas inteiras, para a gente vencer isso o mais rápido possível, para ver se no dia 21 de setembro a gente já tem esse projeto pronto. Está certo?

Então, fica aqui o nosso compromisso, o nosso desejo de contribuir, de melhorar ainda mais a vida das pessoas com deficiência no Brasil.

Eu poderia falar com os senhores mais ou menos uma hora ou duas sobre os avanços das pessoas com deficiência no Brasil, mas a gente vai fazer isso em outra oportunidade, já que as pessoas que me antecederam, inclusive a Prof^a Martinha, já falaram de alguns avanços.

Muito obrigado. Um beijo no coração de todos. Estamos à disposição.

Parabéns, porque, no Senado, o senhor já bateu o recorde como o Senador que mais faz audiências sobre as pessoas com deficiência. Na Câmara, a Deputada Rosinha está no mesmo diapasão.

Muito obrigado e um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Antônio José do Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que aqui falou em nome da Ministra Maria do Rosário.

Então, de imediato, até por questão de voo também, eu passo a palavra para a Mariana Siqueira, Diretora de Educação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, DF. Sua fala será interpretada por Nadja Magalhães, intérprete de Libras.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Eu vou pedir licença, Sr. Senador, mas eu vou ter de me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique à vontade.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Está bom? Muito obrigado e um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu sei disso. Tenha um bom percurso.

Por favor, Mariana com a palavra. A sua fala será interpretada pela Nadja Magalhães.

A SR^a MARIANA SIQUEIRA (*Interpretada por Nadja Magalhães.*) – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa, no nome do Senador Paulo Paim, e todos.

Meu nome é Mariana, sou representante da Feneis e faço parte da Direção de Educação da Feneis – DF.

O que é a Feneis? Vou explicar um pouco.

Bem, a Feneis foi criada em 1987 e ela não é uma empresa. Não recebe verba do Governo Federal. O trabalho é todo voluntário, por anos e anos.

O trabalho é o quê? Qual é o trabalho da Feneis? Os problemas por que a comunidade surda passa, a luta. Os direitos da comunidade surda, todos são passados para a Feneis.

Nós, da Feneis, temos convênios com o Governo Federal, com a Federação Mundial dos Surdos.

Hoje, no Brasil, há 99,7 milhões de surdos.

A sede nacional principal fica no Rio e também nós temos seis Feneis em cada Estado.

O Diretor da Feneis aqui em Brasília, no DF, é o João Paulo. O Diretor Financeiro é o Rogério, e a Diretora Administrativa é a Aline.

Agora também é importante a participação da Feneis em toda esfera, para que haja intérprete de Libras em vários órgãos e esse trabalho comum entre surdo e intérprete, para que haja parceria em seminários, conferências.

A escola bilíngue para surdos é a nossa luta principal no momento. É o movimento que nós temos batalhado estes últimos anos, estes últimos meses. A Feneis está preocupada com a escola bilíngue hoje, no Brasil. Este é o nosso objetivo principal, porque a

educação do surdo se baseia primeiro na língua de sinais. Nós não estamos interessados em inclusão. Nós queremos saber da escola bilíngue tendo como a primeira língua a língua de sinais. Essa tem sido uma luta constante da comunidade surda no Brasil. Nós temos esperado essa resposta. Temos lutado com Senadores, Deputados. Temos mostrado, na Câmara, no Senado, o objetivo e a importância da escola bilíngue para a comunidade surda.

Por quê? O que está acontecendo? Antigamente, a escola foi aprovada em alguns Estados. No Letras/Libras, no Rio Grande do Sul, foi aprovada e passou. Mas falta o Governo Federal aprovar a escola bilíngue.

Nós temos feito vários movimentos, temos torcido e pedido o apoio de várias pessoas. Então, o objetivo principal hoje da comunidade surda é a educação bilíngue.

É importante ter esse contato. Este é o contato da Feneis (Federação Nacional de Surdos) aqui em Brasília.

A Martinha é do MEC e já esteve presente. Eu agradeço tudo que ela falou. É muito importante a educação dos surdos, a acessibilidade. Ela falou sobre o tema de ensino e de acessibilidade. Nós concordamos também, mas nós queremos um pouquinho mais, que é a escola bilíngue.

A educação bilíngue é a educação principal para o surdo, porque a primeira língua é a língua de sinais e ela tem que ser difundida. E também acessibilidade na Internet, para que os surdos possam ter acessibilidade também em Língua Brasileira de Sinais.

O que acontece hoje? Qual é o problema? Não há intérprete de Libras. Chega-se ao Senado e não há intérprete de Libras. Eu começo a sinalizar, não há intérprete. Onde vou encontrar intérprete de Libras aqui no Senado? Não há intérprete de Libras. Acabou o contrato do intérprete de Libras aqui no Senado.

Eu cheguei aqui hoje para saber assuntos, e o que acontece? Não há intérprete de Libras. Então, o intérprete de Libras é fundamental hoje para a comunicação, para a acessibilidade, assim como uma rampa, como o cão-guia. Para toda forma de acessibilidade, o intérprete também é importante. Então, eu queria saber por que não há intérprete de Libras hoje.

Hoje a Nadja está aqui interpretando, é voluntária, e foi quem me apoiou a fazer esta acessibilidade hoje. Então, como é que se vai resolver isso hoje?

O que aconteceu hoje? Eu queria pedir desculpas porque o pneu do meu carro estourou. Então eu mesma, surda, tive que ir lá, sozinha, mulher, trocar. Eu não sabia como trocar pneu. É igual a um homem. Eu sou igual a um deficiente. Eu tive que esquecer qualquer problema e resolver. Foi um problema de

acessibilidade que eu tive. Então, eu tive que resolver esse problema para conseguir chegar aqui, e foi uma forma de acessibilidade que tive. Tive que resolver a acessibilidade para chegar aqui, ao Senado. Então, é a mesma forma, é igual aqui também.

Então, quero agradecer, Senador, pelo tempo e pela participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Mariana Siqueira, Diretora de Educação da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos do DF, interpretada aqui por Nadja Magalhães.

Quero cumprimentar a Nadja, que, voluntária e gratuitamente, veio aqui para nos ajudar nesta reunião tão importante que trata da pessoa com deficiência.

A pergunta que a Mariana faz procede. Nós já fizemos uma série de encaminhamentos para que o Senado retome a contratação de pessoas importantes para interpretar, como a Nadja Magalhães, Libras.

Depois desta audiência, eu já oriento a nossa Secretaria-Geral que façamos mais um requerimento solicitando que seja retomado, pela importância, o trabalho dos intérpretes de Libras, a exemplo da Câmara, que os tem. A Câmara tem, e não haveria por que o Senado não ter.

Então, Mariana, o seu protesto está registrado. A Comissão vai fazer um ofício solicitando à Casa que volte a ter aqui também o intérprete de Libras.

Parabéns, Mariana! (*Palmas.*) E também à Nadja, que voluntariamente nos fez esse gesto bonito aqui. (*Palmas.*)

Agora, passamos para o nosso último convidado, o Sr. Adinilson Marins dos Santos, Conselheiro Titular da Federação Nacional das APAEs, que aqui representa o Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência.

O SR. ADINILSON MARINS DOS SANTOS (*Tradução por profissional habilitado.*) – Boa tarde aos senhores e senhoras. É um grande prazer, Senador, estar aqui. Como o senhor está percebendo, eu tenho dificuldade na fala e para um melhor entendimento também preciso de uma tradução.

Eu gostaria de justificar a ausência do Sr. Moisés Bauer. Nós estamos perto da conferência e há muito trabalho. Então, nós nos dividimos para dar conta do trabalho. E ele mandou um abraço e parabéns ao senhor.

O dia 3 de dezembro é uma data muito especial para todos nós. O dia 3 de dezembro é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Esse dia pode ser dividido em duas partes: até o meio-dia, nós comemoramos os avanços e as conquistas; após o meio-dia, nós temos que pensar em

novos objetivos, em novas lutas, em novos desafios e recarregar as nossas energias para seguir em frente,

Quando se trata de pessoas, nós estamos falando de particularidades, porque ninguém é igual a ninguém. (*Palmas.*) E, além do mais, é evidente essa particularidade quando tratamos de pessoas com deficiência. Não existe receita geral, mas isso é ruim? Não; isso é bom, porque devemos ver cada um na sua singularidade.

Hoje, Sr. Senador, peço licença para pegar duas falas do senhor: quando se referiu à mãe de um autista e quando se referiu ao povo brasileiro. O senhor foi extremamente feliz e sábio nas suas colocações. Mãe e pai são os que mais entendem o filho com deficiência. (*Palmas.*) Nenhum técnico, nenhum acadêmico chega sequer perto, por mais que estude, por mais que pesquise. Por isso, mãe e pai são únicos, e ninguém tem o direito de falar para eles quem está errado ou certo. Podem, no máximo, tentar orientar.

Como eu disse, nós temos meio dia de comemoração, mas também, nessa caminhada, tenho ouvido muitas coisas negativas. Não sei se é por mal, não sei se é falta de conhecimento. Por exemplo, há um tempo, assisti a uma reportagem que me preocupou muito. Foi o fechamento do IBC. Diziam que agora seriam todas as escolas inclusivas e que aquele instituto havia perdido a sua razão, porque se tratava de um instituto segregador. Será que, em nome da educação inclusiva para todos, teremos que sacrificar algumas instituições que vêm ao longo dos anos prestando um bom trabalho? Será? Ou será que, ao invés de competirmos, podemos somar esforços?

Como o senhor disse, o povo é sábio. O povo é sábio. (*Palmas.*)

O Plano Viver sem Limite é um ótimo programa. Tem falhas? Tem, mas também tem muita coisa boa. Como tudo na vida, tem as suas imperfeições e as suas perfeições.

Quando o palestrante da Mesa anterior estava falando em tecnologia, eu estava pensando: um programa de computador é muito bom, cadeira elétrica é muito bom, eu que o diga, mas, às vezes, o que mais vai surtir efeitos com a pessoa com deficiência é a coisa mais barata, é a coisa mais simples. Então, me parece um equívoco pensar que só a alta tecnologia vai resolver. Não vai. Às vezes, o mais sofisticado *software* perde feio para uma bengala, para um treinamento de mobilidade reduzida. Às vezes, esse mesmo *software* não tem utilidade nenhuma para uma pessoa com deficiência intelectual grave que precisa simplesmente aprender a ir ao banheiro.

Então, na hora em que nós falamos que todos nós temos o mesmo direito, é verdade. A nossa Constituição prega isso, mas, se todos tivéssemos a mesma fórmula

para alcançar esses direitos! Pode ter certeza de que pouca gente vai ter acesso a esses direitos, porque o direito é igual, mas o caminho é diferente. (*Palmas.*)

Fiquei esse tempo todo no Conade e vi diversas pessoas falando mal da minha e de outras entidades, que nós estamos dificultando a vida das pessoas com deficiência. Meu coração só se acalmou quando o gabinete da Sr^a Gleisi Hoffmann esteve lá no Conade. Em sua fala, ela disse uma coisa: nós do Governo temos que ser parceiros das entidades e não procurar destruí-las, porque o que nós estamos fazendo agora vocês já fazem há 30, 40, 50 anos ou há mais de 100 anos. Então, não podemos jogar fora nem menosprezar o conhecimento que vocês adquiriram. Podemos e devemos aproveitá-lo.

Por último, a grande discussão do momento, que é o Plano Nacional de Educação, chegou a esta Casa depois de vários debates e de várias audiências na Câmara. Chegou a esta Casa e é bom. A Meta 4, que é a meta que mais causa polêmica, chega aqui de forma satisfatória para todos. É claro que há um ou outro que não está totalmente satisfeito, mas, numa democracia, a opinião da maioria prevalece, não de forma irracional, mas, pelo contrário, de forma racional, pensada, sempre com o horizonte de atender a todos por diversos caminhos.

Muito obrigado. Um grande abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Permita-me dizer-lhe, Prof. Adinilson Marins dos Santos, Conselheiro Titular da Federação Nacional das APAEs, em representação ao Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Moisés Bauer, que acho que você encerrou o nosso seminário de forma brilhante. Foi um *show*! Como é bom a gente ver isso! Você deu uma aula para o Brasil. Cada frase construída mostrou toda a sua capacidade e inteligência. Neste País, não se dá valor às pessoas com deficiência.

Como é bom olhar a mesa e ver um menino cego, a nossa Mariana, que é surda, e você, que fala com essa propriedade, sintetizando até, eu diria! Eu lhe dei um tempo maior, porque fiquei apaixonado. É que você retratou aquilo em que a gente acredita: as pessoas com deficiência só querem oportunidade para mostrar a sua capacidade. E como é bom ver nesta Mesa – meus cumprimentos aos que organizaram – três pessoas com deficiência nos dando uma aula! Vocês nos deram uma aula.

Acho que a melhor forma de terminar é eu pedir a todos que, de pé, deem uma salva de palmas para esses três que estão aqui na Mesa, representando todos os painelistas deste pequeno seminário desta Comissão. (*Palmas.*)

Que Deus ilumine nossos passos e que dê oportunidade a todos nós de viver momentos lindos, lindos como este!

Muito, muito obrigado!

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)

ATA DA 75ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, SALA 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e um minuto do dia vinte e nove de novembro de dois mil e doze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Paulo Paim, Magno Malta**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 143 de 2012–CDH, aprovado em 28/11/2012, de autoria do Senador Magno Malta, para “fazer uma exposição sobre o trabalho realizado entre os índios Suruwahás no Brasil no ano de 2011, com a exibição do documentário *Amazon’s Ancient Tribe – First Contact* (Antiga Tribo da Amazônia – Primeiro Contato)”. Convidados: Paul Raffaele, Jornalista australiano; Maria Iracema e Vanira Tavares, Intérpretes do Senado Federal; Bruno Dantas, Conselheiro Nacional de Justiça; Deputado Federal Ronaldo Fonseca; Fabiano Augusto Martins Silveira, Conselheiro Nacional do Ministério Público; Deputado Federal, Henrique Afonso; Alexandre José Guimarães, Procurador de Justiça do Estado do Espírito Santo. O Senhor Presidente Magno Malta, concede a palavra a diversas lideranças presentes no plenário: Cacique Natanael; Damares Alves, Movimento Nacional Atini – Voz pela Vida; Araju Sepeti, Guarani. O Senhor Senador Magno Malta anunciou a presença dos representantes do povo Suruwaha: Alruari Suruwaha; Inikiru Suruwaha; Samuek Suruwaha; Muadji Suruwaha. Às dezesseis horas, o senhor Presidente passa a presidência para o Senador Magno Malta. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Paulo Paim e Magno Malta**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e dezoito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 75ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta audiência pública é realizada nos termos do Requerimento nº 143, de 2012, aprovado em 28/11/2012, de autoria do Senador Magno Malta, para fazer uma exposição sobre o trabalho realizado entre os índios suruwahás no Brasil no ano de 2011, com a exibição do documentário *Amazon’s Ancient Tribe – First Contact*, Antiga Tribo da Amazônia – Primeiro Contato, de Paul Raffaele e de Tim Noonan, que serão convidados para a exposição.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater a questão dos índios suruwahás no Brasil e assistiremos à exibição do documentário realizado pelo jornalista Paul Raffaele e pelo cinegrafista Tim Noonan durante o período em que conviveram com os índios suruwahás na Região Amazônica. O documentário registra as reais necessidades daquele povo e a violação de alguns direitos fundamentais que merecem uma atenção especial.

O Senador Magno Malta apresentou o assunto aqui, nesta Comissão, para trazê-lo ao conhecimento de todos e, em especial, das autoridades.

O tema soa, realmente, como uma denúncia sobre uma situação, que, embora seja tida como cultural, acima de tudo é uma agressão à humanidade. A área indígena suruwahá está localizada no Estado do Amazonas, na região sudoeste, a noroeste da cidade de Lábrea. Ela está cercada pelos Rios Cunhuá e Riozinho e pelo Igarapé Coxodoá. Esses três igarapés são de importância muito grande para a sobrevivência do grupo. O documentário que veremos a seguir vai aprofundar esse conhecimento, razão pela qual gerou esta audiência pública.

Antes mesmo de passar o vídeo, registro que recebi aqui documento do Deputado Arolde de Oliveira nos seguintes termos:

Ex^{mo} Sr. Paulo Paim, Presidente desta Comissão, com os meus cumprimentos, informo que tomei conhecimento de que esta Comissão realizará audiência com a presença do jornalista australiano Paul Raffaele, autor de um documentário sobre o povo suruwahá que teria mostrado que os índios daquela etnia praticam, com frequência, o suicídio e o infanticídio. Assim, quero parabenizar esta Comissão pela iniciativa e pela coragem de discutir um tema tão delicado.

Informo também que fui comunicado que, recentemente, ocorreu na aldeia suruwahá um suicídio coletivo, o que me preocupou muito. Assim, encaminhei um requerimento de informação ao Ministério da Justiça, pedindo o devido esclarecimento. A resposta chegou nesta semana, e, em virtude de constar a confirmação de que, de fato, ocorreram os suicídios na aldeia, envio a V. Ex^a cópia do documento que recebi daquele Ministro.

Chamo a atenção do nobre Presidente de que o fato foi, na última folha, subscrito pelo Sr. Carlos Travassos. Consta a confirmação de que, em julho de 2012, ocorreram os suicídios, mas que, a pedido dos pais de alguns jovens que morreram, ele não poderia mais fornecer as devidas informações. Ao afirmar “pais de alguns jovens”, fica claro que houve mais de uma morte.

Por último, chamo a atenção de V. Ex^a para o fato de que não obtive uma resposta sobre a possibilidade de um grupo de parlamentares visitar a área. Assim, sugiro a esta Comissão de Direitos Humanos que tome a iniciativa de também realizar uma expedição à área dos índios suruwahás, para constatar, in loco, o que vem acontecendo com aquele povo.

No mais, eu me coloco inteiramente à disposição. Atenciosamente,

Deputado Federal Arolde de Oliveira, PDT do RJ.

Aqui está o requerimento que o Deputado remeteu e, ao mesmo tempo, ele informa que, na última folha, está a resposta que ele recebeu do Presidente da Funai. É um documento longo, mas que confirma que houve, de fato, os suicídios.

O Senador Magno Malta está aqui e é o autor do requerimento.

Eu fiz só os trabalhos, Senador Magno Malta, de introdução do tema proposto por V. Ex^a. Abri a audiência pública, li o requerimento que me foi encaminhado pelo Deputado Arolde de Oliveira, dizendo que ele está com as mesmas preocupações e que fez um pedido de informação ao Ministério da Justiça. A resposta que ele é recebeu é que, de fato, houve alguns suicídios, mas não forneceram para ele maiores informações.

Vamos formatar a Mesa. Para formatar a Mesa, eu convido, de imediato, o Sr. Paul Raffaele, que é jornalista, para que ele venha para a mesa.

Convido, também, o Sr. Tim Noonan, cinegrafista. São dois. *(Pausa.)*

Então, convidamos para a Mesa o Sr. Paul.

A intérprete, venha aqui e sente-se ao lado dele, por favor.

Como é seu nome? *(Pausa.)*

Então, convidamos a Sr^a Maria Iracema, que será a tradutora, para que se sente ao lado do Paul, para que a gente possa dar início à nossa audiência pública.

Antes de passar a palavra ao jornalista convidado, nós passamos a palavra ao Senador Magno Malta, que é o autor do requerimento desta audiência pública.

Senador Magno Malta com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Quero saudar o Presidente desta Comissão, o Senador Paulo Paim.

Esta é uma audiência pública marcada de forma muito rápida, em função da viagem do Paul, mas eu quero convidar à Mesa, e gostaria de ter uma outra cadeira, aqui, o Dr. Bruno, representando o Conselho Nacional de Justiça, e o nosso querido representante do Conselho Nacional do Ministério Público, Dr. Fabiano, servidor desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os dois estão convidados para se sentarem ao lado do Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Achei que o tipo de assunto, Senador Paim, e de denúncia que vamos ouvir, aqui, não poderiam acontecer. São índios da tribo suruwahá. Algumas pessoas estão chegando e podem permitir a entrada deles, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos terão acesso ao espaço da Comissão. A orientação é para que eles entrem pela porta lateral, no fundo.

Podem vir se acomodar, aqui,...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Podem-se acomodar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... na primeira e na segunda filas, sem problema algum. Na primeira, segunda ou terceira, façam a livre opção.

Só vamos aguardar que eles se acomodem e, em seguida, passaremos à palavra ao autor do requerimento. Em seguida, para o Sr. Paul. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Magno Malta, autor do requerimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Quero agradecer a presença de todos.

Comuniquei-me, Sr. Presidente, com o Presidente da Casa, Senador José Sarney, que determinou

que esta reunião da CDH fosse ao ar – porque está havendo uma sessão no plenário – com preferência, dada à necessidade de o País tome conhecimento das violações aos direitos humanos acontecidas na tribo suruwahá, assunto que nós vamos tratar aqui.

Há muito tempo temos um Deputado Federal militante nessa área, Deputado Henrique Afonso, que foi convidado, mas não pôde estar aqui. Ele luta contra o infanticídio e debate sobre esse assunto no Brasil. Alguns querem entender infanticídio como cultura, cultura que mata, cultura que viola direitos, cultura que tira o direito de acesso à vida.

Quero homenagear o Henrique Afonso. Por muito tempo pertenci ao seu Partido, militante de direitos humanos. Também foram convidados outros Deputados da Frente da Família e das frentes parlamentares de direitos humanos, mas, por diversas atividades, não puderam estar aqui. Na verdade, esta reunião foi marcada hoje por bondade do Sr. Presidente, para atendermos a vagem do Paul.

Ele é um jornalista australiano, autor do documentário exibido na Europa, traduzido por Antiga Tribo Amazônica – Primeiro Contato – são os suruwahá –, que deu origem à matéria veiculada pela revista *Veja*: “O SAP da Funai, intérprete da Fundação Nacional do Índio, forjou frases de índios suruuarás para jornalista australiano”. Aqui, a *Veja* traz uma denúncia muito importante.

Eu queria, antes de passar a palavra ao nosso convidado, fazer um registro. Não sei se o Dr. Damásio poderia me passar um rafe de quantos índios da tribo suruwahá estão aqui para que nos possamos cumprimentá-los.

Quero agradecer a presença do Dr. Alexandre, Procurador do Ministério Público do Espírito Santo, meu Estado, e que está nos auxiliando aqui nas emendas ao Código Penal Brasileiro, especialista em defesa do consumidor. Agradeço, Dr. Alexandre, a sua presença.

Quero pedir desculpas os índios antecipadamente, caso eu não consiga falar os nomes direito. Irurai, Ahuhari, menino de 17 anos; Inikiru, 15 anos; Iganani; Samuek e Muwaji, a mãe.

Sejam bem-vindos!

Ela é a mãe de todas as crianças? *(Pausa.)*

Sr. Presidente, vou passar a palavra ao Paul. Eu gostaria de lhe conceder o tempo necessário para que ele fizesse suas considerações, para que, depois, nós pudéssemos indagá-lo. Depois das considerações dele, eu gostaria de fazer as perguntas. Mas concedo a ele um tempo, para que ele possa fazer suas considerações sobre sua crença nesta Comissão, sobre sua angústia quando saiu do Brasil, sobre essa realidade. E gosta-

ria que ele falasse um pouco sobre o trabalho dele no mundo inteiro, ao longo desses 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, neste momento, no exercício da Presidência da Comissão de Direitos Humanos do Senado, passo a palavra a Paul Raffaele, jornalista australiano, autor do documentário *Antiga Tribo da Amazônia – Primeiro Contato*, exibido na Europa. A origem da matéria é a revista *Veja*, com o título “O SAP da Funai”.

Está com a palavra o jornalista Paul Raffaele.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, o Paul pediu que, primeiro, exibíssemos o filme que ele trouxe. Em seguida, ele fará os comentários.

Então, podem apagar as luzes, para exibirmos o documentário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos pedir para passar o filme. É que a informação que eu tinha obtido – por isso, eu já tinha passado a palavra ao Paul – era a de que o filme estava com problema. Conseguiram ajustar? *(Pausa.)*

Então, vamos passar o filme a que eu me havia referido: *Antiga Tribo da Amazônia – Primeiro Contato*.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bela produção! Então, como havíamos combinado, passamos a palavra, agora, ao jornalista Paul Raffaele.

O SR. PAUL RAFFALLE *(Tradução por profissional habilitado.)* – Como já falamos anteriormente, não há respostas fáceis. Já dissemos isso diversas vezes: é uma questão muito profunda. Havia aqui escrito umas notas, mas não vou lê-las. Vou falar, seguindo o meu coração, porque faz tempo que não via esse filme e estou tocado, mais uma vez, ao vê-lo.

Estou comovido pela situação, mais uma vez, e agradeço aos Srs. Senadores por me convidarem a estar aqui neste dia. Já viajei o mundo inteiro. Desta vez, viajei por muitos dias justamente para estar aqui, neste dia de hoje. Também vim para desfrutar de um dos restaurantes, que é um dos meus favoritos, em todo o mundo, que é o Fogo de Chão.

Vou fazer uma breve apresentação sobre mim mesmo e peço antecipadamente desculpas se eu gaguejar ou me embaralhar um pouco, porque, há alguns anos, fui apanhado por uma criança que cometeu suicídio com bomba, perto de mim, no Afeganistão. Um menino de doze explodiu a si mesmo e matou 23 policiais que estavam perto de mim. Eu ainda tenho pedaços da bomba no meu cérebro. Então, no meu olho esquerdo, perdi 50% do meu campo de visão e também perdi um pouco da visão do olho direito. De forma que, às vezes, não consigo enxergar as linhas, mas vou fazer o melhor possível.

Como disse antes, agradeço muitíssimo pela oportunidade de falar a todos vocês, a todos os senhores, sobre essa questão absolutamente vital. Quero honrar a Constituição brasileira, que permite o livre discurso, ao contrário de outros países, que ainda não o permitem.

Antes de fazer o meu discurso formal, que será em português, interpretado aqui pela intérprete, gostaria de falar um pouco sobre a minha formação, sobre o que eu tenho feito, para que vocês possam entender sobre mim e a minha perspectiva.

Faz pouco tempo que me tornei produtor de um programa de atualidades para a televisão. Na maior parte dos meus – Detesto essa cifra! – 47 anos como jornalista – não dá para acreditar que passou tão rápido! Parece que foram só uns 10 anos! –, eu fui escritor. Escrevia os principais artigos de revistas importantes, como a *Smithsonian* e a *Reader's Digest*.

Escrevi muitas histórias sobre tribos isoladas, muitas mesmo. Nem me lembro quantas dessas histórias eu escrevi. Também escrevi cinco livros, dois dos quais, sobre tribos isoladas em uma variedade de países. Meu profundo interesse nas tribos isoladas começou cedo.

Em 1961, eu fui à Nova Guiné como um sertanista em treinamento, um estagiário de sertanista. À época, eu tinha 18 anos. Durante dois anos, trabalhei entre tribos que viviam nas montanhas que não haviam tido nenhum contato com pessoas externas à tribo.

Estive em lugares, mesmo antes de os antropologistas estarem lá. Desde então, ao longo de cinco décadas, visitei muitas e muitas tribos isoladas e uma variedade enorme de países, passando, por vezes, várias semanas com eles. De forma que, quando eu fiz esse filme, não vim como se fosse um produtor de televisão qualquer, sem nenhuma experiência do assunto. Eu já tinha muita experiência, muita vivência com os índios quando produzi o filme que os senhores acabam de ver.

A partir dessas andanças minhas, dessa minha história pregressa, eu desenvolvi uma amizade com Sidney Possuelo. Ele é o diretor anterior, uma pessoa muito carismática do Departamento de Tribos Indígenas Isoladas da Funai. E aqui está o cerne da questão, da razão de termos esta reunião hoje.

O Sr. Sidney Possuelo foi um pioneiro do Governo na tentativa de introduzir pessoas externas a essas tribos em seus territórios, territórios de índios isolados e sem contato com a civilização.

Ele me disse – estas são as palavras dele: “De forma que eles, os índios, pudessem viver no seu próprio universo, sob suas próprias leis”. Foi o que ele me disse. Não mudei nenhuma de suas palavras.

Ele acreditava que o papel da Funai era o de colocar esses índios em uma quarentena, de forma que não tivessem acesso a pessoas externas.

Há uma década, para a revista *Reader's Digest*, o Sr. Possuelo me levou para passar uma semana na tribo korubo, que vivia isolada no Vale do Javari e que era uma tribo muito violenta. Ele me disse que era muito perigoso ficar na maloca à noite.

Assim, na pequena base instalada ali perto da aldeia, nós conversamos várias e várias horas. Discutimos nossas experiências com tribos isoladas e nos perguntávamos o que fazer com essas pessoas. Deveríamos deixá-las em seu próprio mundo ou deveríamos ajudá-las a vir para o mundo exterior?

Dei a ele uma cópia do meu livro *The Last Tribes on Earth (As Últimas Tribos da Terra)*. Entre essas tribos se encontram os pigmeus, do Congo, e pessoas da Nova Guiné que vivem em árvores, que constroem suas casas nas árvores.

Fiquei muito feliz quando o Sr. Sidney Possuelo me disse que seu eu tivesse nascido no Brasil, exatamente como ele, eu teria sido um sertanista. E eu concordo.

O Sr. Sidney Possuelo e eu temos divergências amigáveis sobre as políticas que ele implementa; políticas essas que vou discutir na minha fala formal.

Ele é um bom homem, que apenas queria o melhor para seus amados índios, e eu o cumprimento por isso, por essa atitude. Até mesmo a Funai eu cumprimento, a Funai que agora me vê como inimigo. Entretanto, acredito que Sydney Possuelo e a Funai e, por inferência, o Governo brasileiro estão profundamente errados em sua política de aplicar uma quarentena aos índios isolados e sem contato com a civilização, profundamente errados. Ao mesmo tempo, eu acredito que eles são motivados pela intenção de proteger os índios, mas, ao fazer isso, a Funai e, por extensão, o Governo brasileiro concordam e aprovam uma das piores violações aos direitos humanos em todo o mundo. E não consigo entender. Não consigo entender! Por que, no Brasil, não há uma grande discussão a respeito desse assunto? Perdão por falar de forma tão franca, porque eu amo o Brasil. E, nas Copas do Mundo, eu torço pelo time brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – É verdade. Todas as vezes que a equipe brasileira perde, eu fico muito triste. Então, peço desculpas por ser tão crítico ao Governo brasileiro, mas sou jornalista e preciso falar o que acredito ser a verdade.

Eu acredito que a Funai seja o órgão errado para administrar os territórios indígenas. O departamento

está cheio de antropólogos. Esses antropólogos querem proteger a pureza cultural dos índios. Este foi o termo que usaram: “pureza cultural”, mesmo quando isso envolve enterrar bebês vivos ou abandoná-los na floresta para serem comidos vivos por onças e por outras feras. Isso não é mentira.

Há uma menininha aqui, hoje: Iganani; linda, brilhante, inteligente, que se encontra aqui conosco hoje.

Eu agora estou saindo do meu *script*, do *script* que eu havia preparado.

Para a Funai e, por inferência, o Governo brasileiro, Iganani ter sido comida viva por uma onça “é o jeito dos índios. Tudo bem, não tem problema, vamos fazer vista grossa”. Eu não entendo isso! Não compreendo como o povo brasileiro aceita essas regras desses antropologistas.

Vou sair do *script* de novo – perdão, mas vou falar o que está no meu coração. Não conheço nenhum outro país no mundo que poderá aceitar ver crianças enterradas vivas! Imaginem: enterradas vivas! Ou ser comidas vivas por uma onça! Imaginem uma perna ou um braço comido por uma onça!

Eu não estou falando de algo que aconteceu há séculos atrás. Eu estou falando de algo que poderia ter acontecido ontem e que pode acontecer amanhã. E, ainda assim, o Brasil pensa: “Não, vamos resguardar a pureza cultural dos indígenas”. A pureza cultural: é só isso que importa? Por que isso?

Mais uma vez, peço desculpas. Não quero criticar – saí do *script* de novo.

Por que esse não é um dos assuntos mais importantes em discussão no Brasil atualmente? Alguém pode me dizer?

Não somos perfeitos na Austrália. Ficamos muito tristes com o que aconteceu com o rapaz de São Paulo que foi morto pela polícia, mas aqueles policiais serão processados. Então, não somos perfeitos.

Se, depois da reunião, alguém pudesse me explicar a razão desse comportamento brasileiro de fingir que nada está acontecendo, eu gostaria muito de conversar com alguém.

Funai tem um conflito de interesses aqui, porque, como acontece com a maioria das tribos isoladas que eu visitei em todo o mundo, inclusive os suruwahás, muitos dos jovens querem ir para o mundo exterior para buscar conhecimento, para buscar uma formação educacional e, assim, ajudar seu povo.

Temos, hoje, aqui, uma menina suruwahá, Inikiru. Disseram-me que está entre as primeiras alunas da turma, inclusive pessoas que não são índios, pessoas brancas por assim dizer. E ela quer ser advogada. E eu tenho certeza de que Inikiru o será. Minha própria

filha é advogada, e minha filha não é nem um pouco mais inteligente do que Inikiru, mais do que eu já vi.

A Funai desencoraja esse tipo de atitude. A Funai fecha as tribos – é o que eu chamo de um museu antropológico vivo –, a Funai e muitos dos antropólogos que a apoiam e assim, por inferência, o Governo brasileiro.

Estou falando isso porque estamos aqui hoje no coração do Brasil, aqui no Senado Federal. Aqui é o lugar mais importante da Nação, de uma das maiores nações do mundo.

A Funai e o Governo brasileiro tornaram-se os novos mestres colonialistas dos índios, os novos conquistadores; os homens brancos e mulheres brancas. Eles não perguntam o que os índios, principalmente os índios jovens, o que querem. Eles dizem a esses jovens, a esses índios o que eles devem fazer. Os novos conquistadores dizem aos índios o que eles devem fazer e não, o que os índios querem.

Isso é verdade, e eu vou mostrar para vocês evidências do que eu estou falando mais tarde. Eles dizem aos índios o que os índios devem fazer, mesmo se for contra a vontade dos índios. Isso lembra vocês de alguma coisa? Os novos conquistadores. Falarei para vocês mais tarde como a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria agradecer a sua presença. É da maior gravidade as denúncias que você está apresentado, e a Comissão de Direitos Humanos há de tomar todas as providências ao término desta reunião. Mas infelizmente, como tivemos de marcar, de forma muito acelerada, esta audiência, e eu tenho uma viagem para fazer hoje ainda, vou passar a Presidência ao Senador Magno Malta, que é um dos Senadores mais operantes e brilhantes desta Casa e que tem um compromisso enorme com os direitos humanos.

Antes de me retirar, de pronto, peço ao plenário uma salva de palmas a V. S^a e passo a Presidência ao Senador Magno Malta. (*Palmas.*)

O SR. PAUL RAFALLE – Obrigado. É a única palavra que eu sei em Português: obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Aproveito para agradecer o Presidente Paulo Paim. Já disse no começo que marcamos esta audiência de forma muito rápida para poder não segurarmos o Paul até a próxima semana, porque ele veio para esta reunião.

Porque eu sou o Presidente da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso (CDHSPDM), convido também, em nome da Frente da Família, para fazer parte da Mesa, o Deputado Ronaldo Fonseca, que é membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM).

Antes, porém, vou passar a palavra, por um minuto, ao Dr. Bruno, pois ele terá de se retirar, porque vai participar da posse de um ministro no Supremo Tribunal Federal. O Dr. Bruno – eu queria que você explicasse ao Paul – é um dos Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) do Brasil e membro efetivo do viés da Justiça brasileira que trata da questão de direitos humanos e que envolve, de forma muito severa, a questão dos índios.

Dr. Bruno, por favor.

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO – Muito boa tarde a todos.

Queria agradecer o convite do Senador Magno Malta, um Senador que marca a sua trajetória em defesa dos direitos humanos.

Quero dizer que foi com muita satisfação, Senador Magno, que aceitei o convite para estar aqui, até porque componho, no Conselho Nacional de Justiça, a Comissão de Acesso à Justiça, que cuida também de direitos humanos.

Eu dizia ao Senador Magno Malta que um dos projetos que nós temos desenvolvido no Conselho Nacional de Justiça é justamente o de levar cidadania para as comunidades indígenas, mediante o registro de nascimento, mediante a entrega de documentos de identidade, para que os índios possam exercer plenamente a sua condição de brasileiros.

Eu estou ouvindo com muita atenção o pronunciamento do Sr. Paul Raffaele. De fato, há denúncias sérias que precisam ser examinadas, porque, se por um lado, a Constituição brasileira assegura aos índios a preservação dos seus costumes, o art. 1º da nossa Constituição estabelece como fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade humana.

Então, Senador Magno, eu gostaria de solicitar a V. Exª, pedindo desculpa por não poder ficar até o final, que remeta ao meu gabinete, no Conselho Nacional de Justiça, todos os documentos referentes a esta audiência pública de hoje, inclusive esse vídeo que feito pelo Paul Raffaele. Nós teremos de nos debruçar sobre essa questão no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e, de alguma forma, buscar ações para identificar e para, pelo menos, diagnosticar essa situação que está sendo trazida à Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Evidentemente que o Conselho Nacional de Justiça não tem poderes para cassar ou para anular decisões dos nossos juízes, mas nós temos, sim, condições de estabelecer metas e ações justamente que condigam com essa situação que nós é apresentada agora.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a atenção dos senhores; agradecer, Senador Magno, o convite e dizer que o Conselho Nacional de Justiça

estará de mãos dadas nessa luta que V. Exª vem travando, aqui no Senado da República, em favor dos direitos humanos de toda a população brasileira: índios e não índios, enfim, de todos os brasileiros.

Então, eu me despeço e peço desculpa mais uma vez, mas, de fato, há um compromisso no Supremo Tribunal Federal, a posse de um ministro, por isso não poderei continuar aqui, mas peço a V. Exª que faça chegar ao meu gabinete todos os documentos, todas as informações que digam respeito a esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço-lhe, Dr. Bruno. Esteja certo de que levaremos pessoalmente ao CNJ, também em nome da Frente da Família, toda a documentação desta Comissão de Direitos Humanos e a da Câmara dos Deputados, aqui representada pelo Deputado Ronaldo Fonseca, até porque precisamos suscitar essa discussão na sociedade brasileira como um todo para dar ao Brasil o direito de decidir que o que vale mais: a vida ou a cultura? Deus criou a vida ou criou a cultura? Direito humano é para respeitar a vida ou a cultura?

Então, vamos debater isso com os antropólogos, com os sertanistas e discutir algumas coisas que são corriqueiras para a vida. O índio está proibido de pegar em uma Bíblia ou pegar em um crucifixo; eles não querem, mas podem beber cachaça e depois se suicidar. Cachaça pode entrar.

Há muita coisa, então. Nós vamos muito longe com este debate, a partir de agora, e eu fico muito feliz com a sua disposição.

Convido o Dr. Alexandre, membro do Ministério Público do meu Estado.

O Deputado Ronaldo se senta ao meu lado aqui, e os promotores vão fiar juntos aí.

Quero registrar a presença do cacique Natanael, que está conosco aqui. Um guerreiro da luta do índio no Brasil, dos seus irmãos, que se faz presente. Na verdade, um guerreiro da luta dos direitos humanos, da luta dos seus irmãos e de outros representantes indígenas que estão aqui.

Volto a palavra, então, ao Sr. Paul.

Peço desculpas por tê-lo interrompido neste momento.

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, Senador.

Ainda há alguns parágrafos do discurso que eu havia preparado para a Comissão de Direitos Humanos do Senado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Índio gosta de celular! Os antropólogos acham que não.

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – É a pureza cultural no século XXI.

Muito obrigado pelo convite para estar nesta egrégia Casa no coração do Brasil, agora uma das maiores nações do mundo.

Como alguns dos senhores sabem, fui o produtor de uma história sobre a tribo suruwahá para um programa de TV na Austrália, chamado Sunday Night (Noite de Domingo), que foi ao ar em setembro de ano passado. Esse programa possui alto prestígio na Austrália, em se tratando de assuntos da atualidade.

No programa, eu relatei sobre a tribo isolada na Amazônia suruwahá e sua prática tradicional do infanticídio, o assassinato de crianças. Essa prática tem estado em voga há vários séculos, talvez há milênios, por muitas tribos indígenas do Brasil e continua até hoje. Essa é uma questão extremamente preocupante e envolve uma das piores violações aos direitos humanos em todo o mundo.

Para agravar ainda mais a situação, essas violações terríveis são implicitamente toleradas pelo Governo brasileiro. Elas não só violam a decência humana e a moral, mas também contrariam as obrigações do Brasil, de acordo com tratados internacionais que assinou para proteger todas as suas crianças, independentemente da origem étnica.

Está além de minha compreensão entender como o Governo brasileiro pode tolerar tal brutalidade assassina, dirigida contra pequenas crianças inocentes. Alguns comentaristas negam que ainda ocorra o infanticídio nas tribos do Brasil, mas há provas contundentes de muitas testemunhas indígenas, corajosas, que correm risco de retaliação, confirmando que isso ainda acontece em nossos dias, especialmente entre indígenas isolados. É muito provável que certas tribos isoladas também realizem o infanticídio.

Certamente, está na hora de o Governo brasileiro ficar do lado de todas as suas crianças, e não apenas das não indígenas, e legislar para proteger, com uma aplicação rígida da lei brasileira, as crianças indígenas, vulneráveis, que podem ser condenadas à morte simplesmente por ter deficiência física ou mental.

A população não indígena que apoia o infanticídio tribal, que inclui parlamentares brasileiros, muitas vezes, veem a prática em abstrato, alegando que o Estado deve proteger o direito das tribos indígenas de continuar suas práticas tradicionais, mesmo quando isso significa matar crianças deficientes. Mas parece que raramente eles se atrevem a pensar sobre o infanticídio que ocorre na prática. Então, deixe-me fazer isso. Vamos olhar mais de perto a realidade do infanticídio nas tribos.

Bebês que têm algum tipo de deficiência, como a paralisia cerebral, e até mesmo gêmeos, são condenados à morte das mais horríveis maneiras. Eles são abandonados na selva para serem comidos vivos por animais selvagens ou sufocados até a morte com folhas, ou mesmo enterrados vivos. Por favor, pensem no horror disto: enterrados vivos!

Srs. Senadores e Deputados, imaginem os senhores, lá na selva, com um bebê deficiente gritando com medo, jogado vivo na cova aberta de um túmulo. Depois, sua tribo enche um buraco com um ou dois metros de terra sobre a sua cabeça, enterrando-o. O bebê, desesperadamente, fica ofegante, enquanto a terra é jogada em cima dele até que ele se sufoque até a morte, com a boca cheia de terra. Como os senhores reagiriam? Tentariam salvar o bebê ou apenas dariam de ombros e iriam embora? Denunciariam o assassinato à polícia? Deixo as respostas para a sua consciência.

Os senhores seriam capazes de assistir, calmamente, como o pai ou a mãe de um bebê deficiente põe folhas em sua boca e nariz para cortar o ar de modo a que o sufoque até a morte, à medida que o bebê se esforça, numa tentativa desesperada para viver? Os senhores assistiriam a isso sem tentar salvá-lo, antes que ele parasse de se mexer e morresse?

Os senhores estariam dispostos a assistir como uma mãe é pressionada por parentes a carregar seu bebê com deficiência para a selva e abandoná-lo às feras? Imaginem esse bebê sozinho, na selva, chorando com medo. Os gritos atraem as onças. O grande felino fareja o bebê e morde um braço, em seguida, uma perna e mastiga-os. Então, a onça come o bebê ainda vivo.

Essa é a realidade do infanticídio nas tribos, Srs. Senadores e Deputados. Essas não são as páginas secas de um livro antropológico, descrevendo as práticas tradicionais de séculos atrás, mas assassinatos reais que ainda ocorrem entre as chamadas tribos isoladas e sem contato com a civilização.

Alguns dos senhores que apoiam a Funai na tolerância ao infanticídio nas tribos teriam a coragem de assistir a essas execuções calmamente enquanto repetem, com convicção, a afirmação da Funai de que tribos indígenas devem ter o direito de praticar assassinatos como parte integrante da sobrevivência de suas antigas culturas?

Por favor, deixe-me repetir: o Governo brasileiro tolera essas práticas horríveis de forma implícita. Como? A Funai é um órgão do Governo Federal que tolera esses assassinatos e, assim, por dedução, o Governo brasileiro também os tolera se não fizer nada para deter a conduta da Funai.

A serviço de sua ideologia insensível, a Funai faz vista grossa a esses crimes, recusando-se a denunciá-los à polícia brasileira quando tem conhecimento deles e, assim, com efeito, o Governo brasileiro faz o mesmo. O Governo brasileiro está ciente de que a Funai permite essas práticas desumanas e cruéis e, ainda, tanto quanto eu sei, realizou pouca ou nenhuma ação efetiva para colocar a Funai na linha e exigir que garanta que os indígenas isolados obedeçam à lei brasileira. Em vez disso, o Governo permite que a Funai incentive essas tribos a continuar a viver sob suas próprias leis antigas, que justificam o infanticídio, o homicídio, a guerra, o estupro, o roubo e até mesmo uma forma de escravidão sexual em determinadas circunstâncias.

A Funai não pode negar isso. Antenor Vaz, um alto funcionário do departamento da Funai para povos indígenas isolados, deixou clara a política em uma entrevista que deu ao famoso programa de TV norte-americano sobre assuntos atuais, o Nightline, transmitido pela rede ABC.

O programa relatou o infanticídio nas tribos brasileiras em geral e, em particular, a tentativa de infanticídio de Hakani, uma pequena menina suruwahá. Hakani e seu irmão foram enterrados vivos pela tribo, seguindo sua prática tradicional. Seu irmão morreu sufocado na cova, mas Hakani foi resgatada no último instante.

O Sr. Vaz disse ao Nightline que seria perigoso que o Estado criminalizasse tais práticas indígenas. O Brasil, segundo ele, não deve usar os julgamentos morais da cultura moderna para regular as culturas indígenas que sobrevivem nesta terra há muito mais tempo do que a cultura dos brancos. Fazer isso, acrescentou ele, é arriscado, porque poderia levar à subversão das antigas culturas. “Nós não estamos defendendo a morte”, disse ele. “Muito pelo contrário, estamos defendendo a sobrevivência cultural de um povo.” Isso é sofisma da pior espécie porque o Sr. Vaz estava defendendo o assassinato de bebês no contexto do tema do Nightline. Suas próprias palavras deixam isso claro.

Quando eu conheci o Sr. Vaz, em julho do ano passado, em seu escritório, em seu gabinete, aqui em Brasília, pouco antes de eu viajar para a região do suruwahá, em resposta a minha pergunta, ele me informou que o infanticídio ainda ocorria entre as tribos isoladas, incluindo os suruwahás, mas disse que seria errado as pessoas “modernas” – entre aspas – como ele nomeou, julgarem os indígenas por nossa moral. Ele me disse que era dever da Funai permitir que as tribos isoladas e sem contato com a civilização vivessem de acordo com as suas próprias leis a fim de garantir a existência contínua de suas antigas culturas. Isso inclui afastar de seus territórios todos os estranhos, de modo que pouquíssimos recebam permissão para entrar nas terras

das tribos isoladas e sem contato com a civilização. O Sr. Vaz explicou-me que a Funai não poderia escolher quais leis tribais podem ser autorizadas porque isso diluiria cada cultura tradicional.

Muitos antropólogos e ativistas concordam. Entre eles está a Survival International, uma organização não governamental, que tem assumido com arrogância a responsabilidade de procurar proteger as práticas tradicionais dos povos indígenas, mesmo que eles não queiram isso. A Survival International tem a mesma finalidade da Funai em defender a proteção dos direitos dos povos indígenas de viver de acordo com suas leis antigas. É uma variante moderna do conceito de Jean-Jacques Rousseau sobre o bom selvagem, tão amado pelos olhos sonhadores ocidentais.

Ao longo de 4 décadas, visitei muitas tribos remotas ao redor do mundo e sei que um número muito grande de pessoas dessas tribos, principalmente os jovens, até mesmo entre os suruwahás, despreza a visão da Survival International de que povos indígenas isolados, como os do Brasil, devem ser protegidos das influências do mundo exterior para manter a sua cultura tão pura quanto possível.

Dado que a sede da Survival International fica na Grã-Bretanha e não em um país com uma população significativa de indígenas, que seu diretor é um britânico branco, seu *modus operandi* tem mais um toque de neocolonialismo.

Fiona Watson, da Survival International, nunca visitou os suruwahás, ela não tem experiência direta com eles e, ainda assim, ela diz saber no que eles acreditam e como deveriam agir. No mesmo programa, Nightline, em relação a Hakani, ela disse: “Eu não vou defender o infanticídio, mas acho que você tem que entender que, no contexto da cultura indígena, não é considerado crime.” Mais um sofisma. É claro que a Sr^a Watson defendeu o direito de tribos indígenas de matar seus filhos com deficiência. Ela disse ao Nightline: “Na verdade, isso é, muitas vezes, considerado algo bom de fazer. Se você tem alguém que nasce, em sua comunidade, que não vai sobreviver, que é muito deformado, e você é indígena, vive nas profundezas da selva e não tem acesso a cuidados médicos, essa é a coisa mais benévola de se fazer.”

Então, temos aqui a raiz da controvérsia. O Sr. Vaz, da Funai, e a Sr^a Watson, da Survival International, estão defendendo os direitos dos índios de matar seus bebês com deficiência, sem a interferência do Governo brasileiro e, portanto, sem punição, porque a lei tradicional permite, e até incentiva, os indígenas a fazerem isso.

Essa visão perversa continua a ter consequências trágicas. A disposição da Funai em permitir o

sacrifício de crianças gravemente doentes das tribos indígenas, recusando-se a resgatá-las quando em conflito com a cultura tradicional, é geralmente escondida pelo isolamento dessas tribos do mundo exterior. Mas essa visão perversa foi mostrada publicamente em uma reportagem publicada pela agência de notícias *Folha de Manaus*, no dia 16 de abril de 2009. É uma prova poderosa de que a Funai aprova, e até mesmo deseja, o infanticídio nas tribos conforme as leis tribais. Assim, por extensão, o mesmo acontece com o Governo brasileiro.

A *Folha* informou que um bebê do sexo feminino gravemente doente, de uma mulher ianomâmi, uma tribo remota, havia sido levado para o Hospital Infantil de Manaus, para tratamento de hidrocefalia, que é a acumulação de líquido no cérebro que pode levar à morte, bem como de tuberculose pulmonar e da desnutrição. O bebê estava sendo alimentado por um tubo. A mãe queria tirar o bebê do hospital e voltar para a tribo, onde as instalações médicas eram praticamente inexistentes, e a Funai autorizou. A Funai tomou essa decisão, embora ciente da objeção da diretora do hospital, a pediatra Tânia Azevedo. Ela disse à agência de notícias que o bebê estava respondendo bem ao tratamento, mas provavelmente morreria se voltasse para a tribo.

A agência de notícia informou que o administrador da Funai em Manaus, Edgar Fernandes Rodrigues, emitiu um comunicado no qual afirmou que, em uma aldeia ianomâmi, o assassinato de uma criança deficiente é permitido. Ele explicou: “Dar à luz uma criança defeituosa, que não vai ter utilidade, é um pecado grave, porque ela não pode cumprir o destino de seu ancestral.” Ele ainda acrescentou que – abre aspas – “a Funai respeita e aceita a decisão da mãe ianomâmi de parar o tratamento médico de sua filha e levá-la de volta à tribo. Vamos perder uma vida, sim, mas temos a certeza de que outros irão nascer” – fecha aspas.

Se essa publicação da *Folha* for correta, então, o Sr. Rodrigues deveria ter sido imediatamente expulso da Funai, por seu desprezo à vida da pequena ianomâmi. Ele deveria ter perdido o emprego e, se houvesse uma lei por ele violada, ao recomendar uma ação que ele sabia poder resultar na morte do bebê, ele deveria ter sido processado em toda a extensão da lei. Se ele não foi demitido do seu emprego pela Funai, então, o Ministro responsável do Governo brasileiro deveria ter exigido uma explicação da Funai. E se o diretor da Funai apoiou a decisão do Sr. Rodrigues, então, o diretor também deveria ter sido demitido pelo Ministro.

Os senhores podem ver como a filosofia obscena da Funai permeia o Departamento. Tudo faz sentido. Lembrem-se da crença de Antenor Vaz, de que seria

errado o Governo brasileiro interferir no exercício da lei tradicional das tribos isoladas, porque isso poderia pôr em perigo os seus costumes.

É o mesmo raciocínio do Sr. Rodrigues: se crianças inocentes devem morrer e até mesmo ser assassinadas para proteger os direitos das tribos indígenas para a prática de suas leis tradicionais, então, que assim o seja. Esse sacrifício de inocentes bebês indígenas, a serviço da filosofia da Funai, não é apenas imoral, mas deve ser declarado ilegal pelo Governo brasileiro.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, V. Ex^{as} têm essa oportunidade com a Lei Muwaji e também têm a oportunidade de tirar da Funai pessoas como o Antenor Vaz e Edgar Rodrigues Fernandes e, como consequência, salvar as vidas de incontáveis bebês indígenas no futuro.

Por favor, agora, deixe-me explicar minha própria jornada nesta matéria.

A primeira vez que vim ao Brasil, há uma década, foi a convite de Sydney Possuelo. Logo depois, a convite do famoso diretor do Departamento de Povos Isolados da Funai, eu estava escrevendo para a revista *Seleções* de todo o mundo, e minha reportagem até saiu em português na edição brasileira. O editor-chefe, Sérgio Charlab, disse-me que essa reportagem foi muito popular entre os leitores brasileiros.

O Sr. Possuelo e eu passamos uma semana em uma violenta tribo isolada, a korubo, no remoto Vale do Javari. Ele e eu passamos muitas horas lá, discutindo a política em que ele foi pioneiro, ao separar as tribos isoladas e sem contato com a civilização. Ele me disse que introduziu essa política na Funai como resultado de seus intensos sentimentos de culpa. Quando jovem, ele liderou várias expedições em território indígena como sertanista, com o objetivo de aproveitar e explorar suas terras. As expedições foram fortemente armadas. Os indígenas resistiram, e muitos foram mortos a tiros. Ele disse que suas terras foram arrancadas deles e dadas a agricultores, madeireiros, garimpeiros e pescadores, entre outros.

O Sr. Possuelo confessou-me que, mais tarde na vida, ele sentiu muita culpa de suas ações e, em um esforço para fazer as pazes e proteger os indígenas isolados e sem contato com a civilização, ele instituiu a política da Funai de delinear os territórios desses povos remotos e, então, afastá-los dos estranhos. Ele disse que permitiria que os indígenas da tribo vivessem sob suas leis antigas, sem a interferência do mundo exterior. Eles não estariam sujeitos à lei brasileira.

No entanto, uma consequência disso foi que, em 1997, um de seus melhores amigos, outro sertanista da Funai, foi assassinado por uma tribo de índios korubo, liderada por um de seus melhores guerreiros,

Ta'van. Os korubo usam longos pedaços de pau para lutar, e Ta'van, sem provocação, bateu na cabeça do sertanista da Funai Raimundo Batista Magalhães, no território dos korubo.

Uma publicidade considerável foi dada pela mídia brasileira ao assassinato, mas a Funai não pressionou para que prendessem Ta'van, e ele não foi punido. O Sr. Possuelo disse-me que as acusações não foram lançadas contra Ta'van, porque o guerreiro korubo nada sabia sobre a lei brasileira e, portanto, não poderia ser responsabilizado por violá-la. Alguns anos mais tarde, Ta'van liderou um pequeno grupo de guerreiros que matou três homens brancos na beira de um rio, às margens do território korubo. Mais uma vez, ele e outros guerreiros não foram julgados ou castigados. Um médico que viu os corpos me disse que suas cabeças tinham sido esmagadas por Ta'van e outros korubos, com seus pedaços de paus, até não serem reconhecidos como seres humanos. Sangue abundante e fragmentos de crânio encheram o lugar da matança.

Quando ouviu falar dos assassinatos, o Sr. Possuelo me disse que correu para Atalaia, cerca de 75km rio abaixo da korubo para convencer um magistrado lá de que Ta'van e os outros dois assassinos não deveriam ser punidos segundo a lei brasileira pela mesma razão do assassinato do sertanista da Funai. O magistrado concordou com o Sr. Possuelo, e nenhuma ação foi tomada contra os korubos pelos assassinatos.

Claramente, se a Funai tivesse chamado a Polícia para investigar e processar Ta'van pelo assassinato do Sr. Magalhães, seria provável que os três homens que ele e seu grupo mataram ainda estivessem vivos hoje,

Durante a semana em que eu estava com os korubos, passei muito tempo com Ta'van sem tirar os olhos dele, com medo de poder, acidentalmente, fazer algo para irritá-lo e, assim, fazer com que ele me atacasse. Se Ta'van me matasse ou me ferisse, o Sr. Possuelo advertiu que o Governo brasileiro não iria processá-lo. O Sr. Possuelo me disse que não ficou descontente quando a notícia da morte dos três homens se espalhou rapidamente em Atalaia e outros assentamentos ribeirinhos: “Prefiro que eles, os korubos, sejam violentos, porque isso assusta os intrusos.”

Quando estávamos com a tribo, o Sr. Possuelo me disse: “Eu só quero que os índios korubos e outros isolados continuem a ser felizes. Eles ainda não nasceram em nosso mundo, e eu espero que eles nunca nasçam.”

Maria da Graça Nobre, uma médica que foi instalada no bangalô da Funai, perto da maloca de Ta'van, especificamente para cuidar da saúde dos korubos, me disse que, quando eu estava lá, os korubos ainda cometiam infanticídio como muitos outras tribos da

Amazônia, incluindo os suruwahás, matando bebês com deficiências. Maria disse que sabia de vários casos em que os korubos haviam matado crianças, mas ela nunca relatou os assassinatos para a Polícia para uma investigação. Ela foi proibida de fazê-lo sob a instrução do Sr. Possuelo, de acordo com a política da Funai.

A política da Funai ainda existe e, por extensão, é endossada pelo Governo brasileiro. Como legisladores, é seu solene privilégio concordar com o Sr. Possuelo e permitir que as tribos isoladas continuem a viver de acordo com sua antiga lei ou submetê-los ao código jurídico brasileiro. O destino de muitas crianças está em sua decisão, está sob o poder de sua decisão coletiva.

A Funai deu a mim e a Tim Noonan, um colega de programa de TV, o raro privilégio de visitar os suruwahás, com base na minha reportagem sobre os korubos uma década antes.

Passamos 5 dias em um navio para chegarmos a um pequeno bangalô de madeira, um posto da Funai à beira de um território proibido dos suruwahás. Lá, encontramos o Sr. Jemerson, um funcionário da Funai e especialista no povo suruwahá, que ajudou a administrar sua política com o contato frequente com tribo. Ele falava a língua deles. Ficamos isolados lá por quase duas semanas com razão para garantir que não levássemos nenhuma doença transmissível em viagem para a maloca dos suruwahás, que ficava a dois dias rio acima, afastada de qualquer assentamento.

Então, o Sr. Jemerson eu tivemos muitas conversas sobre os suruwahás e a Funai. O Sr. Jemerson me disse que os suruwahás ainda praticavam o infanticídio, mas não era uma regra geral; dependia dos indivíduos. Ele me contou sobre Muwaji, uma mulher suruwahá que levou sua pequena filha, Iganani, para a selva para ser comida por animais selvagens, porque ela sofria de paralisia cerebral. Ele disse que, mais tarde, Muwaji e Iganani foram sequestradas por um grupo de missionários brasileiros, mas ficou comprovado que isso era uma mentira.

Foi a primeira vez que eu ouvi falar em Muwaji e Iganani e decidi que iria procurar Muwaji e sua filha depois que deixasse o território suruwahá. Muwaji me disse, mais tarde, que ela foi intimada por seu irmão a levar Iganani para a selva para abandoná-la, mas, quando foi embora, ao ouvir os gritos lamentáveis da filha, voltou para resgatá-la. Ela encontrou ratos que estavam roendo os joelhos de Iganani.

Eu gostaria que Iganani se levantasse, se estivesse presente. (*Pausa.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ela precisou ir ao banheiro, mas já retorna.

O SR. PAUL RAFFAELE – (*Tradução por profissional habilitado.*) – A Funai afirma que permite que as

tribos indígenas isoladas, como os suruwahás, vivam suas próprias vidas, sem interferência externa. Isso é uma mentira! Em vez disso, há um esforço para manter a tribo como se fosse o que chamo de museu vivo antropológico. A Funai é pesada na tentativa de coagir os suruwahás e as outras tribos isoladas a terem um estilo de vida da idade da pedra, o mais próximo possível de seus antepassados.

No posto da Funai, um dia antes de irmos para os suruwahás, o Sr. Jemerson formalmente falou a meu colega e a mim que determinados comportamentos eram proibidos. Ele listou 13 coisas que não podíamos fazer quando estivéssemos com a tribo.

Quando estávamos entre eles, o Sr. Jemerson disse-nos que os suruwahás nos pediram o sal que levaríamos para o nosso alimento, mas que deveríamos recusar, porque, como ele disse, a Funai havia decidido que era culturalmente inadequado eles usarem sal.

Quando sugeri que os seres humanos necessitam de sal e perguntei de onde os suruwahás conseguiam obtê-lo, o Sr. Jemerson nos disse que os suruwahás tinham que obter seu sal do sangue de animais que eles matavam.

Eu passei mal do estômago. Sem pensar nessa proibição, dois dias mais tarde, quando entramos no território suruwahá em canoas motorizadas, o Sr. Jemerson carregava um grande saco de sal. Ele parou em vários saileiros para antas, às margens do rio, e jogou o sal.

O Sr. Jemerson, então, disse que os suruwahás pediram as nossas camisas, porque seu território sofria de infestações graves de pinhum e também mosquitos que carregam doenças mortais. Eles queriam proteção para seus corpos. O Sr. Jemerson nos proibiu de dar as camisas ao suruwahás, porque ele disse que a Funai tinha decidido que era culturalmente inadequado eles usarem camisas. Eles andavam praticamente nus, com apenas uma pequena tira vermelha protegendo os seus genitais.

Em suas malocas, vários suruwahás pediram ao Sr. Noonan e a mim nossas camisas, e estávamos dispostos a dar-lhes, mas tivemos que recusar por causa da proibição da Funai.

O Sr. Jemerson, então, disse-nos que os suruwahás pediram nossos cobertores, mas que tínhamos que recusar, porque a Funai tinha decidido que era culturalmente inadequado eles usarem cobertores. Nas malocas, estava frio à noite, e os suruwahás nus tinham que construir pequenas fogueiras debaixo de suas redes para se manterem aquecidos. Eu testemunhei muitas vezes, no meio da noite, eles acordando por causa do frio e atizando o fogo com leques de tecido para se manterem aquecidos.

Antes de sairmos, alguns suruwahás pediram para meu colega e eu dar-lhes nossos cobertores, mas tivemos que recusar por causa da proibição da Funai.

Perguntamos ao Sr. Jemerson se podíamos levar para os suruwahás uma bola de futebol para brincar com as crianças, mas ele nos proibiu, alegando que a Funai tinha decidido que era “culturalmente inadequado” para as crianças jogarem futebol.

Proibir crianças brasileiras de jogarem futebol? Certamente isso deve ser sua própria escolha, como o sal, as camisas e os cobertores.

Ficou claro que a saúde dos suruwahás e o conforto são prejudicados por essas proibições. Então, peço ao Governo brasileiro que investigue as ações do Sr. Jemerson para ver se elas refletem a política da Funai para exigir o que é considerado comportamento “culturalmente adequado” pelo suruwahá.

Como um antropólogo brasileiro me disse, “a Funai atua como um poder imperial e não tolera nenhuma interferência do Governo.”

Em outra conversa, quando eu verificava com o Sr. Jemerson, refletindo sobre a política do Sr. Posuelo, ele advertiu meu colega e eu que, se nós fôssemos atacados por indígenas, incluindo uma tribo isolada cujo território ficava a 1 hora de caminhada a partir do posto, e nós fôssemos feridos ou mortos, o Governo brasileiro, como nos casos dos korubos, não iria interferir e não puniria os agressores.

Quando chegamos às malocas dos suruwahás, encontramos as pessoas de lá com muito medo de nós. Eles tinham uma boa razão. Poucos dias antes, Edson, outro funcionário da Funai que trabalha com os suruwahás, visitou-os e avisou que a tribo ia ser destruída por ordem de congressistas brasileiros, bombardeados por aviões, por causa da prática do infanticídio.

O Sr. Jemerson mais tarde nos disse que o Sr. Edson havia dito aos suruwahás, naquele tempo, que, devido ao infanticídio, congressistas brasileiros estavam indo bombardear os suruwahás pelo ar, queimando suas malocas e matando-os. O Sr. Jemerson disse que, por causa de ameaças do Sr. Edson, muitos suruwahás lhe disseram que estavam sofrendo pesadelos e alguns queriam se matar.

Nós filmamos uma conversa entre o Sr. Jemerson e dois suruwahás sobre isso, e aqui está a transcrição da conversa:

Transcrição da filmagem na maloca suruwahá, filmada por Tim Noonan.

Jemerson (falando aos suruwahás): “Os australianos estão vindo aqui pela primeira vez por causa da Funai. Há muito tempo atrás, o filme sobre Hakani, na TV, foi ruim. Você viu, os suruwahás estavam irritados com o filme sobre Hakani. As pessoas da Jocum men-

tiram e prejudicaram os suruwahás. Todas as pessoas brancas estão contra vocês agora e os congressistas virão e matarão todos nós.”

Mulher suruwahá: “Os congressistas vão nos destruir? Eles estão vindo para matar a nossa tribo? Todos os suruwahás vão desaparecer!”

Jemerson: “Não, não tenha medo, as coisas boas sobre os suruwahás serão mostradas.”

Homem suruwahá: “Edson disse que as pessoas brancas viriam e destruiriam tudo e algumas pessoas disseram que vão tomar veneno antes disso.”

Isso não era uma ameaça legítima. Edson, como especialista nos suruwahás, sabia muito bem que os suruwahás eram propensos ao suicídio quando colocados sob estresse, ou até mesmo porque não queriam viver até uma idade avançada. Um jovem guerreiro, Aguniu, entre outros, nos disse que ele não tinha vontade de viver além da meia-idade. Eles tomam um veneno que costumam usar para matar peixes.

Em uma ocasião, oito rapazes fizeram um pacto e se mataram em grupo. Esse incidente envolveu a morte de cerca de 6% da população total suruwahá.

Então, por que Edson ameaçou os suruwahás, dizendo que eles seriam bombardeados e mortos sob as ordens dos congressistas? Quem sabe?

Eu esperava que o Governo investigasse esse assunto, uma vez que isso foi publicado na revista brasileira *Veja*; mas, até agora, eu ouvi que nada aconteceu.

Isso levanta outra questão importante: suicídio em massa não é tradição das tribos brasileiras e os suruwahás só têm praticado isso por menos de um século, quando um xamã introduziu o suicídio à tribo.

Claramente, os suruwahás têm grande necessidade de acompanhamento psiquiátrico para dissuadi-los do suicídio, mas a Funai nega isso a eles, talvez porque a Funai considere esse tipo de cura moderna “culturalmente inadequado”.

Isso traz outro ponto importante. Como eu disse desde o início, na minha experiência, muitas das pessoas mais velhas das tribos preferem ficar com suas tradições o quanto possível, mas muitos jovens das tribos isoladas anseiam por viver no mundo exterior e estudar para adquirir maior conhecimento do mundo e habilidades modernas.

Um jovem rapaz suruwahá nos disse que queria estudar para se tornar médico e voltar para as malocas para ajudar seu povo. Mas a política da Funai em manter essas tribos isoladas do mundo exterior, exceto quando estão sob estrita supervisão para tratamento médico e odontológico, faz com que essa ambição louvável seja impossível.

Isso tem uma consequência lamentável. Eu acho que os suruwahás são um povo inteligente e curioso

sobre o mundo exterior, ávidos por conhecimento, especialmente os mais jovens. Mas, sob a Funai, o limite absoluto da ambição de um jovem suruwahá, mesmo que ele seja inteligente, é ser caçador e guerreiro, defendendo seu povo com arco e flecha, matando antas, porcos, papagaios e outros animais para cozinhar; e o limite absoluto da ambição de uma jovem mulher suruwahá, de acordo com a Funai, é gerar filhos, apanhar frutas, como abacaxi, e semear.

Acho que isso é muito triste. A Funai, trancando suas mentes brilhantes em uma existência da idade da pedra, a serviço de um desejo perverso de pureza cultural tribal por antropólogos e ativistas, como a Survival International.

Eu acredito que é hora de o Governo brasileiro trazer os suruwahás e outros povos tribais isolados ao século XXI se eles quiserem se juntar a nós. Eu acredito que é hora de demitir alguns funcionários da Funai, atolados na lama de suas crenças, que continuam a tolerar e a proteger o direito dos povos tribais de matar seus filhos com deficiência, matar uns aos outros em estupro, guerra e roubar os bens dos rivais, mesmo as mulheres de uma tribo inimiga.

Ninguém nega que trazer as tribos isoladas e não conectadas para o século XXI será fácil. É extremamente difícil. Pode demorar uma ou duas gerações.

O meu país, a Austrália, entende isso, assim como o Brasil, porque, ao trazer nossos aborígenes para os tempos modernos, muitas vezes causaram deslocamentos culturais prejudiciais, dependência do Governo, alcoolismo e consumo de drogas. Eu vi isso muitas vezes durante a década de 1990, quando fiz dezenas de visitas aos aborígenes que vivem no deserto e assentamentos da selva.

Mas, por outro lado, milhares de jovens aborígenes agora estudam em nossas escolas e universidades para se tornarem médicos, advogados, engenheiros, professores e até mesmo jornalistas como eu. Nenhum deles jamais pensa em voltar a um estilo de vida tradicional, da idade da pedra, onde ficam nus e caçam cangurus com bumerangues, lutam contra outras tribos até a morte e tratam as mulheres com brutalidade revoltante.

Os aborígenes do deserto praticavam tradicionalmente o infanticídio de crianças deficientes, batendo em suas cabeças com pedaços de pau que usavam em guerras chamados *nullas nullas*. Isso há muito tempo foi deixado até mesmo por aborígenes que vivem em nossos desertos e selvas e que estão sujeitos a uma aplicação legal estrita do código australiano.

As sociedades humanas, ao longo de milênios, em todo o mundo, tiveram que fazer dolorosos ajustes sociais durante tempos de mudança social

maciça, enquanto eles eram forçados sob o controle de invasores. Para a maioria, a mudança foi benéfica e eventualmente recebida pelas tribos, apesar do que a Funai e seus apologistas alegam.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, deixo-os com o resumo de minhas experiências e pensamentos sobre esse problema vital, confrontando-os e convidando-os a fazer qualquer pergunta que possam querer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Eu gostaria de informar que a TV Senado está ao vivo agora. Quero informar algo às pessoas que estão assistindo à TV Senado no Brasil inteiro, neste momento. Enquanto temos sessão plenária, a televisão do Senado transmite ao vivo a sessão plenária do Senado. É possível que, numa quinta-feira, neste momento, sem Ordem do Dia, já tenha encerrado a sessão plenária. Assim, a nossa reunião, que estava sendo gravada, neste momento, passa a ser transmitida ao vivo.

Então, explico ao Brasil que a razão desta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República é ouvir o jornalista Paul, que veio da Austrália, premiado no mundo inteiro pelas suas reportagens e trabalhos com comunidades isoladas. E, ao fazer um trabalho na tribo suruwahá, no Brasil, onde ainda se pratica o infanticídio, ele fez uma denúncia mundial.

Há algumas mazelas que lá ocorrem com a vênua da Funai. Nós, no Brasil, que militamos pelos direitos humanos e pela defesa da vida... E a vida não pode ser menor que a cultura. Há que se entender que a cultura sempre será menor do que a vida. Ninguém instituiu cultura. Deus instituiu a vida, e depois as culturas se estabeleceram. E não há que se fazer apologia ou qualquer tipo de defesa à morte, seja de crianças, seja de adultos, que se justifique com o argumento da cultura.

Então, nós vamos continuar nossa audiência pública. Acabamos de ouvir a leitura de um pronunciamento que foi lido em português pela nossa tradutora do Senado, mas escrito pelo jornalista Paul. E vou devolver-lhe a palavra, para que ele faça alguma consideração. Em seguida, vou fazer-lhe perguntas e também vou conceder a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca, que é da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, e direi, em nome desta Comissão de Direitos Humanos, as medidas que nós tomaremos, uma vez que aqui já tivemos o Dr. Bruno, que é membro do Conselho Nacional de Justiça do Brasil e que é parte da Comissão que trata dos direitos humanos.

Aí, sim, nós já tomamos uma decisão, todo esse material será entregue ao Conselho Nacional de Justiça. E certamente o faremos também ao Conselho

Nacional do Ministério Público, que está presente conosco aqui, ainda.

Essa reportagem feita no Brasil gerou uma matéria na revista *Veja*, que, em seguida, eu lerei. Há algumas aberrações nessa matéria – aberrações de comportamento. A matéria trouxe a verdade como um todo.

Portanto, eu devolvo ao jornalista a palavra, para que ele dê continuidade a sua fala. Em seguida, nós faremos encaminhamentos.

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado por sua paciência comigo. Eu gostaria apenas de enfatizar três pequenos pontos.

No discurso que foi lido, os senhores ouviram falar, sobre o funcionário da Funai, o Sr. Edson, que, apenas poucos dias antes de chegarmos lá, disse aos suruwahás que os congressistas brasileiros iriam queimar a maloca, que iriam matá-los, que iriam destruí-los por meio de bombas. E foi o Sr. Edson que disse isso aos índios.

Filmamos os suruwahás informando a Jemerson que Edson falou todas essas coisas, que os congressistas brasileiros iriam destruir, jogar bombas, queimar a maloca indígena. Isso não foi algo que eu ouvi falar. Temos o filme com os homens e mulheres suruwahás falando a Jemerson que Edson havia dito isso a eles.

E, por causa disso, homens e mulheres suruwahás disseram que, em vista da ameaça, iriam tomar veneno e se matar.

Eu ouvi a triste notícia ontem – e o Ministério da Justiça, acredito, confirmou – de que um dos suruwahás sonhou que havia um avião, sobrevoando a tribo, para jogar bomba sobre eles, para bombardeá-los. E, no dia seguinte, um avião apareceu, um avião estava lá. E, porque eles ficaram assustados, muitos dos suruwahás cometeram suicídio, mataram-se, tomaram veneno.

Isso ocorreu diretamente como causa da mentira que foi dita a eles, de que os congressistas brasileiros iriam bombardeá-los.

Quando eu voltar à Austrália, vou enviar aos congressistas brasileiros a passagem desse filme que mostra os homens e mulheres suruwahás informando a Jemerson essa ameaça feita por Edson.

E, assim, conclamo as autoridades adequadas a investigar essa situação, a investigar Jemerson e Edson, porque, em especial o Edson, com suas mentiras sobre os congressistas, diretamente causou a morte daquelas pessoas suruwahás. Então, solicito que isso seja investigado.

A outra questão que talvez possa ser investigada é que a Funai cobrou de mim US\$7 mil para filmar os suruwahás.

O Sr. Antenor Vaz, da Funai, disse-me que era principalmente para fornecer tratamento odontológico aos suruwahás.

Talvez fosse verdade, mas me disseram depois que suruwahás recebem tratamento médico e odontológico gratuito do Governo.

Isso é um assunto sobre o qual eu não sei muito.

Então, seria interessante uma investigação para saber se realmente esses US\$7 mil foram destinados a tratamento odontológico.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Como o assunto está posto, eu só pedi que ele desse uma pausa, para que eu possa fazer a leitura da matéria da revista *Veja*. As coisas básicas já foram denunciadas e nós podemos começar a inquirir e dizer as providências que vamos tomar.

Eu vou passar rapidamente a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca, pois ele tem um compromisso lá do outro lado, na Câmara, neste momento, onde vai se pronunciar, e espero também que, em seu pronunciamento, faça referência a esta audiência pública. E, então, eu poderei estabelecer um diálogo, um bate-bola importante com o nosso jornalista.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Senador Magno Malta, meu amigo, um dos Senadores mais atuantes aqui desta Casa, que está presidindo neste momento esta Comissão; quero cumprimentar também o Conselheiro Nacional do Ministério Público, Dr. Fabiano Augusto; também o Dr. Alexandre, que é do Ministério Público do Espírito Santo; quero cumprimentar também o jornalista australiano Paul, que aqui se encontra, trazendo essas denúncias de tamanha gravidade para todos nós.

Eu pedi ao meu amigo, Senador Magno Malta, que se eu pudesse falar de imediato porque estou saindo daqui para a Câmara, onde está marcado um pronunciamento que farei sobre o relatório que eu e o Senador Magno Malta fizemos de uma viagem ao Senegal para fazer uma visita a dois cidadãos brasileiros que se encontram presos naquele país – dois missionários presbiterianos. E eu vou fazer o relatório na minha fala na Câmara e não deixarei também de repercutir ali esta audiência.

Quero cumprimentar a todos os presentes, que vieram aqui interessados nesse tema, que merece, e muito, a nossa atenção.

Queria apenas dizer, Senador Magno Malta, que me sinto privilegiado de poder estar aqui a seu convite, neste momento, e ouvir do jornalista essas denúncias, que eu também farei repercutir ali na Comissão de Di-

reitos Humanos e na CCJ da Câmara, comissões das quais sou membro.

Entendo que o Brasil precisa, realmente, debater esse tema, que é um pouco fechado no País. Mesmo nós, Parlamentares, enfrentamos algumas dificuldades no Parlamento para fazer repercutir matérias desse tipo. Ali, na Comissão de Direitos Humanos, inclusive, temos travado uma batalha muito forte com a Funai. Agora mesmo, estamos impossibilitando a aprovação de um projeto de lei patrocinado pela Funai, que quer impedir a presença de missionários entre os índios, para levar a Bíblia Sagrada, a Palavra de Deus, que nós sabemos que só vem contribuir e colaborar para que as aldeias indígenas e o povo indígena possam viver a vida em toda a sua plenitude.

Quero me dirigir também ao jornalista, Dr. Paul: com certeza, nós não prevaricaremos; com certeza, o Parlamento brasileiro, a Câmara dos Deputados e o Senado, aqui representado pelo Senador Magno Malta, iremos tomar algumas medidas e vamos enfrentar essa batalha. Eu sei que será um caminho muito árduo, mas não tenha dúvida, Dr. Paul, que o Senador Magno Malta tem sido um dos maiores batalhadores pelas causas dos direitos humanos desta Nação e tem sido um baluarte nessa batalha e um grande vencedor. É um craque nesse assunto e com certeza nós estaremos auxiliando o Senador e demais pares desta Casa, do Senado e da Câmara, para fazer frente a essa grande batalha.

Será, Senador Magno Malta, uma grande caminhada. Mas conte comigo. Estarei à sua disposição e também ali na Câmara levarei esse assunto ao conhecimento do Presidente Marco Maia, que com certeza também apoiará essa batalha que iremos fazer.

Quero agradecer a todos e já pedir escusas, Senador. Eu tenho que me ausentar porque estava marcada para 17 horas. Então, se eu não estiver, posso perder o meu horário de fala. É assim que acontece aqui nesta Casa. Mas agradeço muitíssimo poder estar aqui e sou também um defensor da vida em qualquer situação, em qualquer nível.

O povo indígena precisa realmente de proteção. E, com certeza, nós não prevaricaremos e estaremos à disposição de vocês.

Muito obrigado. Deus os abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Obrigado ao Deputado Ronaldo Fonseca.

O Deputado Ronaldo Fonseca é também militante na luta da defesa da criança e dos direitos humanos, o que para nós é absolutamente importante para continuarmos esse debate. E queira Deus que a grande mídia no Brasil dê visibilidade ao debate que estamos fazendo.

Foi anunciado que alguns veículos de comunicação estariam hoje à tarde aqui, mas, sinceramente, não os vi. Eu sei que a *Revista Cristã* está aqui. Não sei se algum outro veículo de comunicação está aqui, além da TV Câmara. Mas parece que, por tudo que trata de defesa de direitos humanos, o interesse é muito pouco. Se fosse um debate com alguém defendendo o aborto, certamente a mídia estaria toda aqui e dando uma grande visibilidade. Se estivéssemos aqui discutindo o PL 122, o projeto da homofobia, também, quem sabe, tivesse muita gente aqui. Mas, paciência. Vamos lutar com os instrumentos que nós temos.

A nossa boa vontade, a nossa disposição e a nossa crença na vida, acreditando que a vida é maior que a cultura, nos impulsiona a caminhar.

Eu passo a ler a matéria da *Veja*, para que a partir dela eu faça alguns questionamentos. Inclusive, terei a assessoria do Dr. Fabiano, que é do Conselho Nacional do Ministério Público e vai me ajudar nos encaminhamentos que faremos.

“O SAP da Funai”. Todos sabemos o que é uma tecla SAP, mas, para quem não sabe, é uma tecla que faz aparecer a tradução do que se está falando. E a tecla SAP da Funai é o Jemerson Azevedo, que está aqui nesta foto trazida nesta matéria da *Veja*. Essas fotografias foram tiradas lá na tribo suruwahá. O Paul está aqui abraçado com um suruwahá.

Intérprete da Fundação Nacional do Índio forjou frases de índios suruarrás para jornalistas australianos.

A ideia de que índio gosta da precariedade da vida na floresta é tão falsa quanto a de que intelectual gosta de pobreza. [Gostei disso, heim! Vou ler de novo.] A ideia de que índio gosta da precariedade da vida na floresta é tão falsa quanto a de que intelectual gosta de pobreza. Mas a Fundação Nacional do Índio, criada para proteger os aborígenes brasileiros, não mede esforços para fazer com que as pessoas acreditem nessa lorota. Estima-se que pelo menos setenta tribos se mantenham isoladas na Amazônia. A Funai restringe todo e qualquer contato com esses povos. Em julho passado, resolveu abrir uma exceção. O órgão autorizou a entrada de uma equipe de jornalismo da Channel 7, da Austrália, na terra dos índios suruarrás, no sul do Amazonas. A condição: um pedágio de 7.000 dólares como “contrapartida” para liberar o ingresso dos repórteres. Apesar de o dinheiro ter sido depositado na conta da instituição, a Funai afirma que não cobra ingresso para a entrada em aldeias e que a taxa foi ideia dos suruarrás. [É, um povo que quer viver isolado gosta de dólar.] Índios isolados que exigem pagamento em dinheiro por entrevistas – e pagamento em dólar? [O repórter pergunta.] O deus Tupã deve ter revelado aos

suruarrás que o euro está ameaçado de extinção [...] [e, por isso, pediram em dólar].

Para traduzir os diálogos e guiar os australianos Paul Raffaele e Tim Noonan, a Funai escalou Jemerson Azevedo – um ex-ativista do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que presta serviço para a instituição. E o que Jemerson fez? Ao traduzir para o inglês o que os índios diziam, ele inventou falas para... inglês ouvir! [Na nossa frase, “é para inglês ver”, ele inventou para inglês ouvir.] A farsa só foi descoberta semanas depois, quando Raffaele e [...] [o seu companheiro] conversaram com missionários que assistem esses índios. Os missionários viram e ouviram a gravação e caíram na risada. Jemerson fez um trabalhinho bem selvagem, digamos assim. As falas em que os índios assumiam a tradição de matar crianças que nascem com problemas físicos e gêmeos foram omitidas. Jemerson também disse que os índios lamentavam que uma índia tivesse sido sequestrada. Na verdade, trata-se de uma mãe que fugiu da aldeia, a fim de evitar a execução de sua filha que nasceria com paralisia cerebral. [Aquele mãe ali, Promotor. A criança é aquela que está na cadeira de rodas, não é isso?]

Os australianos intuíram que algo estava errado quando Jemerson afirmou que os índios estavam muito felizes de viver nas condições em que viviam: em volta deles, os silvícolas acenavam pedindo roupas e sapatos e pareciam reclamar dos mosquitos e do frio. Em um dos trechos da gravação, Jemerson diz aos suruarrás, na língua deles, sem traduzir para os australianos, que deputados [olha só a gravidade disso] planejavam destruir as malocas e matar os índios. Aterrorizados, eles falaram em suicídio coletivo se a ameaça se concretizasse. A fala de Jemerson tem um objetivo que pode ser traduzido como terrorista: desvirtuar uma proposta de lei em tramitação na Câmara que prevê punição para brancos que não coíbam a prática de infanticídio nas tribos. “A Funai prefere manter as tribos isoladas no que só pode ser descrito como um museu antropológico vivo”, conclui o repórter Paul Raffaele.

Essa frase é dele.

Pois bem, estou estarrecido! Eu comandeí uma cruzada contra abuso de criança neste País, o País sabe da minha cruzada, do enfrentamento à pedofilia, ao abuso de criança neste País, o mundo sabe, e me deixa estarrecido violar o direito de uma criança, violar os direitos de um ser humano.

Argumentos os mais nefastos e pobres para justificar a morte e a vontade, a autodeliberação de se tirar de uma criança a oportunidade de viver. Isso não se justifica em nenhuma cultura e fico pensando que, se dependesse dessas pessoas, nenhum de nós pre-

cisaria ter aprendido a assinar o nome ou sair do interior, onde nascemos. E eu, que nasci lá no interior do Nordeste, ficaria confinado como o meu pai, como meus avós e meus tataravós viveram, sem ter o privilégio de chegar aonde chegamos.

É um raciocínio absolutamente imoral, indecente e inconsequente, principalmente quando se trata da vida. O maior valor é a vida, não a cultura. Deus não criou a cultura, Deus criou a vida. E ninguém pode ser acintoso quanto ao direito de viver.

Por isso, quero perguntar ao jornalista sobre algumas coisas que ele já respondeu, mas é que vou requerer as notas taquigráficas desta reunião, em seguida, seguindo uma orientação do Dr. Fabiano, que, embora esteja no Conselho Nacional do Ministério Público, é um funcionário qualificado desta Casa, um consultor desta Casa. Aliás, no avanço à legislação que combate o abuso de crianças neste País, ele foi um daquele grupo que me assessorou por 3 anos, construindo a legislação que hoje temos em vigor no Brasil, esse jovem consultor e hoje, com muita justiça, membro do Conselho do Ministério Público no Brasil.

Queria perguntar ao jornalista o seguinte: quantos dias o Paul ficou dentro da tribo suruwahá?

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Na maloca da quarentena, uma família de suruwahás tinha chegado, então, ficamos com eles durante cerca de 7 dias e conversamos muito. Então, eu e meu câmara fomos com Jemerson até as malocas dos suruwahás. Passei 7 dias e, então, tive que partir, pois tive um problema por causa da água, mas meu companheiro Noonan ficou ainda 7 dias. Então, ao todo, ficamos cerca de duas semanas e meia. Eu fiquei cerca de 2 semanas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – E durante o período em que você ficou na tribo, você viu alguma criança, jovem ou adulto deficiente?

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Não. Mas havia cerca de 150 suruwahás, e vimos cerca de 80 ou 90. Entre eles, não vimos nenhuma criança deficiente; ficamos procurando.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Diga-me uma coisa: quando você desconfiou que eles estavam traduzindo errado o que os índios falavam? Você desconfiou lá mesmo, foi a sua desconfiança que chamou outros conhecedores do idioma para poder ver as gravações, a filmagem, para confirmar a tradução, por uma desconfiança que teve lá mesmo durante as duas semanas e meia que lá ficou, ou a desconfiança só veio depois?

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Jemerson me disse que os missionários tinham sequestrado Muwaji e Iganani e as estavam

mantendo contra a vontade delas. Eu tive dúvidas a esse respeito. Eu nunca tinha ouvido falar de Muwaji e de Iganani até então. Mas, depois de ficar com os suruwahás, eu decidi que ia procurar Muwaji e Iganani e, aí, perguntar a Muwaji se ela tinha sido sequestrada. É claro que ela não foi. Então, nós decidimos procurar um *expert* na língua suruwahá para checar, para verificar essas traduções. Então, viajamos para o Havaí e passamos 3 dias lá com Márcia Suzuki. Ela traduziu tudo, todas as palavras que foram faladas pelos índios suruwahás. E foi assim que nós descobrimos a ameaça de Edson aos suruwahás. Porque, naquela época, Jemerson não traduziu, não fez essa tradução.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Qual foi o impacto que o seu documentário criou na Austrália e, conseqüentemente, no mundo?

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – No sítio na Internet, tivemos cerca de 150 mil comentários de pessoas, e cerca de 90% eram positivos. Agradecemos pela reportagem, manifestando o horror com as políticas da Funai e insistindo que o Governo brasileiro colocasse um fim a esse comportamento.

Em 47 anos de jornalismo, em todo o mundo, e com os prêmios que já recebi, que foram mencionados aqui, eu investiguei muitas situações horríveis. Mas, de todas as centenas ou até milhares de histórias que eu investiguei, essa, para mim, fica entre as duas principais. E, se o meu trabalho puder ser de, pelo menos, uma pequena ajuda para o trabalho do Senador Magno Malta, eu vou agradecer a Deus pelo privilégio de ter feito esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Vou fazer uma última pergunta: qual foi a reação da Funai quando a Funai descobriu que o seu documentário não era o que eles queriam? Houve alguma ameaça?

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – A esposa de Jemerson é antropóloga. Ela me disse, em um *e-mail*, manifestando a posição que, segundo ela, era da Funai. E ela me disse que ia destruir minha carreira. Ela ia fazer com que eu nunca mais pudesse trabalhar como jornalista.

Ouvi dizer que o Sr. Antenor Vaz me atacou em sua publicação. Ele não me aterroriza. Se ele quiser, o Sr. Antenor Vaz, que é o filósofo da política da Funai, eu o desafio a um debate público, eu e ele. Eu não tenho medo dele, eu estou esperando isso. A Survival International, recebendo informações da Funai, também atacou a mim e ao Sr. Noonan de forma bastante grave e colocou várias mentiras sobre nós na Internet. Eu não me incomodo com isso. Eu não me incomodo, eu

falei a verdade. A verdade é mil vezes mais poderosa do que a mentira, do que as mentiras deles.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agora eu pergunto: todas as gravações que estão em poder dele, inclusive as originais, em que o Sr. Jemerson traduz mentira ou inventa frases, a gravação em que o Sr. Edson diz que os parlamentares do Brasil iam jogar bombas para matar os suruwahás, que os aterrorizou, e esse *e-mail* mandado a ele pela esposa do Jemerson, se esse material pode chegar às nossas mãos, aqui na Comissão.

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Claro, com certeza. Só peço que tenham paciência, porque o meu companheiro, Sr. Nonan, está em Dubai no momento, em outro trabalho, e vai voltar dentro de 2 semanas. E nós enviaremos a vocês as gravações e as traduções da Sr^a Suzuki. Mas me deixe esclarecer uma questão: nós não temos o Sr. Edson fazendo essa ameaça na filmagem. Temos a mulher e o homem suruwahás dizendo a Jemerson que Edson havia feito essa ameaça poucos dias antes de nós chegarmos. Eu não sei se foi o homem ou a mulher suruwahá que diz essas frases, isso está gravado, que, por causa da ameaça de Edson, como eu já disse antes, que o povo suruwahá está tão assustado que estão ameaçando tomar o veneno. Nós disponibilizaremos esse material aos senhores assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Eu agradeço que seja o mais rápido possível, até porque ontem tivemos a confirmação do Ministério da Justiça que realmente houve um suicídio coletivo na tribo dos suruwahás.

Essa acusação é tão grave, envolve o nome do Parlamento brasileiro, que, além de todas as instâncias às quais vamos nos dirigir, cabe uma investigação da Polícia do Senado e uma investigação da Polícia da Câmara.

Por orientação do Dr. Fabiano, eu estou requerendo agora e formalizarei por escrito à nossa própria Comissão, eu preciso que a Comissão requeira à Taquigrafia da Casa as cópias taquigráficas desta audiência pública, as cópias taquigráficas, juntamente com o material vindo do Paul, nós entregaremos ao Ministério Público Federal, pedindo a investigação do Ministério Público Federal. Faremos a entrega ao Ministério Público estadual do Amazonas e também ao Procurador Federal no Amazonas. É isso, Dr. Fabiano? Também farei a entrega do material pedindo investigação à Polícia Federal e a entrega do material ao Ministro da Justiça.

Eu vou formalizar, na próxima semana, um convite a esse Sr. Edson, da Funai, para vir a esta Comissão e

também ao Sr. Jemerson Azevedo. Esse eu chamarei quando estivermos de posse do material, porque, uma vez o ouvindo aqui, nós o colocaremos também para que ele veja o filme dele, inventando frases e ludibriando a opinião pública, prestando um serviço, se foi a pedido da Funai, prestando um serviço sujo à Funai; se não foi a pedido da Funai, prestando um serviço sujo a ele mesmo ou não sei a quem interessar possa. Portanto, é preciso ouvir. Ele pode aceitar vir ou não, porque esta Comissão não tem poder de polícia, nem de Justiça, porque não é uma CPI, é uma comissão permanente, um fórum de discussão. O Sr. Edson também virá se decidir vir, mas nós usaremos o poder político do Sr. Ministro, para que a direção-geral da Funai obrigue-os, como servidores públicos, a virem aqui. Nós precisamos dar clareza a todo esse assunto.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Paul: o depósito de US\$7.000 feito na conta da Funai foi feito da Austrália ou foi feito aqui, no Brasil?

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Nosso contador fez uma transferência eletrônica para o Brasil. Nós temos o recibo. Não sei por que, mas o Sr. Antenor Vaz pediu que dividíssemos em duas partes de US\$3.500.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Então, existe o documento, existe o recibo do depósito? Foi eletrônico, mas existe o documento. Eu gostaria de solicitar que cópia desses depósitos viesse junto com a documentação.

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Bem... Sim.

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Apenas uma questão.

Enquanto estávamos na quarentena, o Sr. Edson solicitou do meu parceiro Noonan R\$400,00 e disse que esse dinheiro era para pagar tratamento médico para os suruwahás.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – R\$400,00?

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Sem recibo.

Mas, que eu saiba, tratamento médico é gratuito. Os senhores tirem as suas próprias conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Para isso, temos o Orçamento da União, e o Orçamento da União traz o orçamento para a Funai, com todas essas especificações.

Embora tudo vá estar nas notas taquigráficas, eu queria que os assessores anotassem todos os pontos de atitudes e providências. Eu vou requerer, na próxima terça-feira, no plenário do Senado, vou oficial e

pedir a execução do orçamento da Funai no quesito saúde indígena, porque não é possível isso. Eu quero perguntar a ele se foi o Jemerson ou se foi o Edson que pediu R\$400.

O SR. PAUL RAFFAELE – Edson.

O SR. PRESIDENTE (Mago Malta. Bloco/PP – ES) – Foi o Edson. Ele sabe o sobrenome do Edson?

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado*) – Nós só sabemos Jemerson, Edson. Assim como Pelé, só sabemos o primeiro nome.

O Sr. Edson solicitou de mim R\$400,00 também. Mas eu me recusei a pagar, porque eu sabia que o Governo brasileiro paga pela saúde indígena.

Mas meu colega, Sr. Noonan, é um homem muito generoso, de coração aberto. Mas eu não. Eu sou mais duro. Mas vi o Sr. Noonan passar os R\$400,00 para o Sr. Edson no local da quarentena, onde estávamos.

O SR. PRESIDENTE (Mago Malta. Bloco/PP – ES) – Só para informar: eu tive uma informação de que o orçamento para a saúde indígena no Brasil para 2013 é R\$1,1 bilhão, sem contar o orçamento da Funai. Não há necessidade de o Sr. Edson ficar pedindo R\$400,00 para a saúde de índio suruwahá.

Eu quero fazer o registro da presença do Deputado Henrique Afonso. Foi de quem eu primeiro ouvi o debate do infanticídio, e o vi naqueles dias mais o menos como João Batista, com a voz de quem clama no deserto e pagando um preço muito alto pelo seu enfrentamento, pela sua disposição.

Antes de V. Ex^a chegar, eu já havia feito uma referência ao seu nome e acho que este debate hoje aqui é fruto da sua luta nesta Casa. Eu fico muito feliz de V. Ex^a ter tido tempo de chegar.

Eu queria passar ao cacique Natanael, que está de terno aqui – se recusou a viver nu a vida inteira. Mas, em nome da cultura, devia ser assim. Eu vou passar a ele. O Cacique Natanael quer lhe fazer uma pergunta.

O SR. CACIQUE NATANAEL – Obrigado, Senador Magno Malta pela atenção. Eu só tenho uma coisa a declarar para vocês nesta audiência, nesta que você está solicitando, porque eu acho que isso não é um servidor público. É um marginal, é um bandido, que deve ser punido no rigor lei. A permissão de entrar na área indígena é restrita pela causa da cultura, que é diferenciada, pelo impacto que gera à sociedade. Então, ele não entrou na área indígena porque os índios requereram ele, mas, sim, porque ele pagou para entrar, entendeu? E, dessa forma, é só 1% do que pode acontecer dentro da Funai.

Hoje nós temos a Funai gerenciada por uma má-gestão que nós temos hoje no Governo Federal. Em 10 anos que eu presenciei na Funai foi uma das piores gestões que existiu em 10 anos. Hoje ela está sendo

gerenciada... A gestão que temos dentro da Fundação é pior do que a ditadura militar. Então, esses males que existem na Funai devem ser banidos. Um cidadão desses deve estar preso, porque ele é pior do que um bandido que hoje está na papuda.

Então, precisamos, sim, tomar uma medida mais trágica, porque são nossos irmãos que estão lá dentro da mata sem saber o que está acontecendo aqui fora. E esses bandidos são pagos para cuidar daquele povo lá, mas de uma forma, com um direito de soberania do País. E nada está além do que a vida para mim. A vida está acima da lei. A vida está acima da lei. Então, eu não sou a favor desse ato que é praticado por esses servidores públicos, que fazem isso com as pessoas que têm pouco conhecimento dentro da aldeia.

Eu quero falar para o nosso Paul que hoje nós temos a possibilidade de mudar essa realidade. Entendeu? Tenho certeza de que o seu país vai ter orgulho de um dia ouvir falar em seu nome, que você trabalhou e mostrou para o mundo uma coisa que é verdade que acontece no Brasil. O que está sendo visto na sociedade brasileira é que os índios estão sendo marginalizados pela má-gestão da Funai. A Presidente da Funai, que está há 4 meses nessa gestão, e nunca houve um massacre tão intenso dentro da comunidade indígena como aconteceu nesses 4 meses de gestão de uma futura presidente da Funai, que simplesmente está no poder da Fundação Nacional do Índio, que não tem a possibilidade de negociar com o índio, de conversar com o índio.

Então, aconteceu não só essa questão de que estou falando, mas também o senhor precisa ver essa matéria aqui, que é mais chocante. Em toda a história do Brasil, nunca houve caso de Polícia Federal matar índio como aconteceu aqui. Temos aqui um vídeo concreto também; já que estamos numa Comissão de Direitos Humanos, devia levar em consideração esse massacre acontecido na nossa região, no Estado do Pará, na divisa com o Mato Grosso. Essa situação tem que ser revista, a legislação tem que ser modificada. A Funai está tão desgastada, tão desacreditada, que seria possível até mudar o nome, para ver se conseguia novamente credibilidade.

Tudo bem? Muito agradecido. Quero agradecer a sua presença aqui no Brasil, como indígena; estou falando como indígena, estou falando como cacique, estou falando como cidadão brasileiro, porque pessoas iguais ao senhor, que levou essa matéria para fora, é uma das pessoas que tiveram coragem. Poucas pessoas têm coragem de fazer o que o senhor fez. O seu país vai ter orgulho do senhor, sabendo que o senhor vai estar contribuindo para um dia melhor para os indígenas.

Senador Malta, muito obrigado pela sua atenção. Quero agradecer desde já. O que depender de mim, o que depender do Cacique Natanael, para entrar nessa matéria, poucas coisas você fez, mas o que você fez vai ser suficiente para superar o muito que ninguém nunca fez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço ao Natanael. Eu vou restringir um pouco o tempo, até porque eu também vou me dirigir ao aeroporto. Vou dar a palavra à Dr^a Damares, que quer fazer uma indagação; depois é o Dr. Fabiano, do Conselho Nacional do Ministério Público, e o Deputado Henrique Afonso, guerreiro dessa luta em favor das crianças indígenas com deficiência no Brasil.

A SR^a DAMARES ALVES – Senador, quero cumprimentá-lo pela coragem de trazer esse assunto ao debate, e também o Senador Paim.

Ontem, quando foi aprovado, fui ao seu gabinete e, conversando, descobrimos que o jornalista Paul, em 40 anos de estudo dos povos tribais, premiadíssimo pelas reportagens, disse que a maior violação de direitos humanos que ele viu em todos os povos tribais está aqui no Brasil. E vi como o senhor se emocionou, seus olhos se encheram de lágrimas ao ficar indignado com o fato de que um estrangeiro tenha que ter dito isso ontem, e a gente tem que realmente reagir.

Quero só fazer um alerta, Senador. No início da reunião, quando o senhor estava chegando, o Senador Paim leu um documento em que a Funai respondeu um requerimento para a Câmara dos Deputados. Na verdade, o Ministério da Justiça, mas foi assinado pelo Departamento de Índios Isolados, informando que, em julho deste ano, houve suicídio coletivo entre os índios suruwahá. E a nossa preocupação é: esse suicídio foi escondido da imprensa, esse suicídio foi escondido de todo mundo, inclusive da família suruwahá que está aqui.

A família suruwahá pediu informação, se era verdade, quem morreu, porque eles estão com medo de que sejam parentes deles que tenham suicidado, e esconderam. Os guaranis-kaiowás apenas ameaçaram suicidar-se e houve toda uma comoção no Brasil. E em julho, houve um suicídio em massa entre os suruwahás. E o Senador Paim fez essa notificação.

A preocupação é a seguinte: será que eles já não se suicidaram de medo de os Deputados e Senadores irem lá matá-los? O que levou os índios suruwahás, em julho deste ano, a se suicidarem? E a Funai não respondeu mais que isso, não quer dizer quantos se mataram e os nomes deles. Aqui fica, Senador, um apelo para que esta Comissão de Direitos Humanos insista na pergunta: quem se suicidou e por que es-

ses índios se suicidaram agora, em julho. Que sejam 10. Se eles são apenas 150 e 10 se suicidaram, meu Deus, é quase 10% da população! Isso tem que ser esclarecido.

A minha única pergunta para o jornalista Paul: me parece que o senhor queria fazer uma matéria com os índios zoés, e foi-lhe indicado que fizesse com os índios suruwahá. Isso procede?

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Sim, um dos codiretores regionais da Funai, em Lábrea – perdão, esqueci o nome –, mas ele estava comigo e o Possuelo no Vale do Javari, com a tribo korubo. Eu perguntei: podemos visitar os zoés? Ele disse: “Sim, mas é muito melhor se você visitar os suruwahás.” Eu nunca tinha ouvido falar dos suruwahás antes disso, desculpe.

A SR^a DAMARES ALVES – Eu agradeço a resposta e quero dizer, Senador, que é possível que a Funai não tenha deixado o jornalista visitar os índios zoés, porque lá nos zoés ele iria encontrar a denúncia que trago aqui.

Foi feito dentro da área dos índios zoés um hotel cinco estrelas para estrangeiros irem visitar os índios zoés.

Aqui estão as imagens, um projeto de jardinagem; um projeto de paisagismo; um hotel em que os estrangeiros entram na área dos índios zoés para poder ficar olhando os índios zoés. Então, os índios ficam próximos desse hotel, como se fosse um grande zoológico humano, e os índios zoés não podem se aproximar do hotel, mas o estrangeiro pode ficar do hotel fotografando. Está aqui, até o limite onde a índia zoé pode chegar, até a calçada do hotel. É por isso, decerto, que o jornalista Paul não pôde entrar na área dos zoés, porque ele com certeza estaria denunciando para o mundo inteiro.

E trago aqui, Senador, uma matéria de uma TV do Estado do Pará, em que os índios zoés fugiram da aldeia, entraram numa fazenda e pediram socorro porque estão sendo maltratados pela Funai. Trago, também, a matéria dessa TV, que foi publicada numa emissora no Estado do Pará, os índios zoés também isolados, pedindo socorro.

Então, Senador, que nesta audiência a gente observe que não são apenas os índios suruwahás que estão sendo negligenciados, e que a eles está sendo imposta uma política de isolacionismo em que crianças estão morrendo, eles estão passando fome. Dor de dente não é cultura, frio não é cultura, dor de barriga não é cultura. E o Movimento Atini, do qual faço parte, pede, Senador, que, se possível – eu sei que o senhor é uma das pessoas mais corajosas –, uma expedição seja feita nas áreas isoladas desta Nação, no mínimo,

uma comissão de Senadores – talvez impossível, por causa da quarentena –, mas de técnicos, com a participação do Ministério Público – e aqui eu me dirijo ao Ministério Público. Nós não podemos deixar isso só a cargo da Funai.

O que está acontecendo de fato com essas crianças, com os povos isolados do Brasil?

E por último, só pergunto ao Paul: no momento que você viveu com esses povos, você pode nos dizer se essas mães amam os seus filhos? Elas são felizes em matar as suas crianças?

O SR. PAUL RAFAELLE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Mães são mães, não importa a nacionalidade. O que eu percebi é que elas não estavam nada felizes com a situação. Depois que saímos eu procurei Muwaji e conversei com ela, e ela, Muwaji me disse que o irmão dela a pressionou para matar Iganani. Ela não queria fazer aquilo, mas ele a pressionou tanto que ela fez isso com o coração partido. Ela pegou a neném Iganani e a levou para a floresta, para a selva e a deixou lá para ser comida pelos animais. E aí ela voltou. Depois que ela saiu da selva, ela me disse, ela ouviu os gritos da Iganani. E ficou claro que ela amava a filha e não queria fazer aquilo. E aí ela voltou para resgatar a criança. E encontrou ratos já comendo os joelhos da criança.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Eu queria que a câmera mostrasse aqui. Essa é a área dos zoés, onde foi construído o hotel cinco estrelas, na área dos índios para os brancos se hospedarem e ficarem admirando. Pode cortar aqui?

É, eu acho que seria de bom tom que fizéssemos uma comissão mista de direitos humanos das duas Casas, juntamente com o Ministério Público, por indicação do Conselho e também do Conselho Nacional de Justiça para que pudéssemos ir a esses lugares, *in loco*.

Aqui está a Índia com o bebê no colo e ali como que esperando para pedir alguma coisa para os hóspedes do hotel. É lamentável, é absolutamente lamentável tudo isso! Eu escuto o Deputado Henrique Afonso.

O SR. HENRIQUE AFONSO (PV – AC) – Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Magno Malta, também cumprimentar o Sr. Fabiano Augusto, do Conselho Nacional do Ministério Público e o Sr. Alexandre, Procurador de Justiça do Estado do Espírito Santo. Também quero cumprimentar o jornalista, Sr. Paul, cumprimentar todos.

Eu quero enunciar aqui um escrito que nós estamos deixando para o Brasil, dentro de um contexto, Senador Magno Malta, de um movimento em que estamos buscando convencer a sociedade brasileira, de um movimento cristão para a restauração do Brasil. Na oportunidade, eu escrevi dizendo: a defesa da vida

desde o ventre materno é uma questão de promoção da dignidade humana e o reconhecimento de que a felicidade não deve ser um privilégio de um em detrimento do outro, mas um direito universal que enobrece o espírito democrático de um povo. E a democracia tem, na sua essência, o direito que as pessoas têm de participar não só das decisões de uma nação, mas também de ter acesso aos bens que podem trazer o seu direito de viver a sua vida, e a sua vida em plenitude.

Essa luta que foi desencadeada em primeira instância por personalidades que fazem parte hoje de Atini, que teve como inspiração exatamente uma palavra que vem da língua suruwahá, que significa voz pela vida, é um grito profético, um grito de alerta, de que toda criança é criança em qualquer lugar em que ela esteja e que é dever e obrigação, não só das entidades que representam as nossas etnias, as nossas comunidades indígenas, mas também do Estado brasileiro de garantir que a vida seja um valor universal e, se ela é um valor universal, vida é entre os não brancos e os índios e não índios, vida é vida. Nós sempre sabemos que a cultura de um povo tem algumas questões que são socialmente aceitas, mas que ao olhar de outras culturas, nós sabemos que fere a vida. Como toda cultura, não só dos índios, mas dos brancos ou de qualquer outra civilização, existe manifestação de luz e manifestação de trevas. A manifestação de luz está ligada à vida, Senador, e a manifestação de trevas é aquela que está ligada à morte. Nós precisamos respeitar as culturas desde que esse princípio universal da vida não venha a ser ferido. Inclusive, se você for fazer uma análise na nossa legislação nacional, o direito à vida faz parte de uma das cláusulas pétreas da nossa Constituição; se for ver na legislação internacional, do mesmo jeito. Se há em nós um desejo enorme de que a sociedade brasileira permaneça defendendo a vida desde o ventre materno, imaginem quando a criança também nasce.

O infanticídio é uma realidade na nossa Nação, e é uma pauta que já está aqui no Congresso, está na academia e em muitos ambientes da sociedade brasileira. E eu fico muito feliz por esta audiência, aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado, estar acontecendo.

E, como eu disse, quando nós asseguramos o direito à vida numa sociedade, nós enobrecemos o direito democrático de um povo; e o índio quer ter direito à vida na sua plenitude. Se hoje muitas etnias já estão compartilhando dos avanços mais importantes que nós temos tido na tecnologia, é provável que nós também possamos ver o infanticídio... E isso é possível, mesmo em etnias com sistema semi-isolado; não vou falar aqui de isolado, porque, se se está dizendo

isolado, é porque não houve contato. E ainda nós temos, Senador Magno Malta, algumas etnias... O Acre, junto com o Peru, tem alguma etnias que estão ainda em sistema plenamente isolado, que ainda não tiveram contato com o branco.

Mas existe hoje esse sistema semi-isolado. Foi a partir, exatamente, dessa experiência com os suruwahá que nós percebemos que nós precisamos abrir um debate. Um debate respeitoso, um debate que observe, sim, as tradições culturais, que coloque inclusive nossas lideranças indígenas no protagonismo. Mas nós não podemos, absolutamente, nos omitir como Parlamento, como Poder Executivo. Esse debate o Deputado Roberto Lucena teve a oportunidade de entregar nas mãos da Presidenta Dilma, e, graças a Deus, a partir dessa ação do Deputado, nós conseguimos – não é, Damares? – aprovar, por unanimidade, na Comissão de Direitos Humanos, o Projeto de Lei 1.057, que tem uma proposta bastante equilibrada, uma proposta bastante respeitosa, mas que coloca, essencialmente, essa questão do debate em nível nacional.

E fico feliz com o Dr. Paul, jornalista que está trazendo à luz esse debate para o mundo. E tudo o que nós queremos é que um dia essas manifestações culturais do Brasil não sejam mais uma evidência ou traço pertinente à nossa cultura.

Vida é vida independentemente da cultura em que estiver. E o Projeto 1.057 hoje está na CCJ da Câmara Federal. Parece-me que já está com o Relator, favorável, e o que nós aguardamos é que possamos, ainda este ano – não é, Dr^a Damares? –, ter uma grande vitória nesse sentido.

E nós sabemos que a luta em favor da cidadania dos nossos índios não reside só na luta contra o infanticídio. É verdade o que diz a Dr^a Damares sobre haver muitas questões pertinentes: a educação, a saúde, a segurança alimentar e muitos outros aspectos, inclusive aspectos antropológicos, que precisam ser tratados.

Sei da complexidade que é esse debate, a questão da violência e outras coisas que precisam seriamente ser respeitadas. E a ideia desta Comissão, que não pode ser apenas para debater essa questão, mas eu acho que há muitos aspectos da questão indígena, e, se nós Parlamentares tivermos um esforço mais organizado e mais forte, acredito que poderemos dar uma grande colaboração para favorecer e tornar a vida mais digna dos nossos povos indígenas no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Deputado Henrique Afonso, o dever de casa da minha Assessoria é o requerimento pedindo as notas taquigráficas, aguardando também um ofício para que

ele documente a empresa dele na Austrália e quem financiou essa viagem, esse documentário também ao povo, para que ele possa nos enviar toda a documentação. De posse dessa documentação, nós vamos ao Ministério Público, ao Ministro da Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho de Justiça, para que nós possamos dar sequência e ver investigado todo esse fato.

Farei, na próxima sessão ordinária, uma sugestão ao Plenário de propor ao Presidente Sarney criar uma comissão mista para que nós possamos, conjuntamente com os Ministérios Públicos estaduais e o Federal, e os Conselhos, investigar, com prazo de uns 90 dias, todas essas questões e dar mais publicidade a esse debate no Brasil.

Eu concedo a palavra ao Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Senador Magno, para mim é uma honra muito grande. E o convite de V. Ex^a não é um convite, é uma convocação. Não há como recusá-lo.

O Senador Magno Malta tem um talento, um dom, eu diria, especial, com o seu esforço, com o trabalho político diário, de trazer à luz grandes temas nacionais, como foi, por exemplo, na década de 90, a criminalidade organizada, já como Deputado. Depois – e eu me orgulho muito disso, Senador – fui seu assessor na CPI da Pedofilia.

Eu só queria pedir a palavra para dizer ao jornalista Paul Raffaele que não se sinta absolutamente constrangido de fazer críticas às instituições ou a uma instituição brasileira, porque a nossa democracia é suficientemente madura para aceitar essas críticas, sobretudo quando vindas de um profissional tão qualificado, com uma trajetória e uma relação para além da profissional, uma relação afetiva sincera, verdadeira com esse tema.

Venho do Conselho Nacional do Ministério Público, que é um órgão de controle externo. Muitas vezes, essas verdades inconvenientes causam mal-estar, mas é preciso que elas sejam ditas, porque isso significa um processo de aprimoramento das nossas instituições.

Eu poderia dividir, Senador, essa questão de duas formas: a primeira, há condutas ou comportamentos que devem ser apurados, porque são indícios graves de corrupção. Não estou fazendo pré-julgamento, mas há relatos credíveis que apontam para condutas que devem ser devidamente apuradas pela própria Funai, a começar por ela mesma, fazendo valer o seu poder disciplinar e administrativo, como também pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, que detém constitucionalmente habilitação para atuar em defesa dos interesses dos povos indígenas.

Então, esse material, também solicito que seja encaminhado ao Conselho Nacional. Creio que a providência adotada por V. Ex^a, de encaminhar as notas taquigráficas ao Ministério Público do Estado do Amazonas e ao Ministério Público Federal no Estado do Amazonas surtirão os efeitos que esperamos.

Eu só queria dizer uma coisa: infanticídio talvez não seja a palavra mais adequada. Nós estamos falando de homicídio. Homicídio. A vida de uma criança indígena não vale menos do que a vida de uma criança branca.

Não há... E que fique muito claro para o jornalista Paul Raffaele. A lei brasileira não tergiversa com relação a esse ponto: nós estamos diante de condutas que podem ser classificadas como homicídio. Aqueles que têm o dever, que podem e devem agir para evitar esse resultado podem ser inclusive responsabilizados por uma conduta omissiva em relação a evitar essas práticas de homicídio e também de suicídio coletivo. Se as informações sobre... Cabe aos órgãos de proteção evitar que as condutas... Se há uma notícia séria de que uma comunidade inteira está prestes a cometer um suicídio coletivo, esses órgãos têm o dever de agir para impedir que esse resultado nefasto ocorra.

Então, para que fique bem claro, as leis brasileiras repudiam, censuram essas práticas e podem inclusive levar à responsabilização daqueles que podiam e deviam agir para impedir esse resultado.

Concluo, Senador, e agradeço a sua paciência, dizendo que há uma reflexão do André Comte-Sponville, que é um filósofo francês, em um verbete, no *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*, que diz o seguinte: nós devemos ser tolerantes, nós devemos aceitar a diferença, nós devemos aceitar que há manifestações culturais distintas e essas manifestações, na sua diversidade, na sua complexidade, na sua pluralidade, elas enriquecem o nosso País. É disso que se trata. No entanto, seria contraditório um conceito de tolerância que aceitasse a sua própria destruição. A tolerância não é infinita. Do contrário, não haveria condições de possibilidade para que esse conceito de tolerância se afirmasse, porque nós aceitaríamos práticas que iriam destruir esse próprio conceito de tolerância. Então, é preciso entender que há limites para a tolerância, e a vida, como bem posto aqui pelo Deputado, por todos que me antecederam, é um desses limites. Não podemos ser tolerantes com aqueles que aceitam ou que propagam a morte.

Portanto, queria deixar uma singela mensagem de reflexão para este tema, que é um tema complexo. Devemos admitir a complexidade. Não são visões distintas, mas a tolerância também tem os seus limites.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Muito obrigado, Dr. Fabiano.

Estamos caminhando para o encerramento. Quero agradecer a todos que aqui vieram. Quero agradecer à família a suruwahá que se fez presente. Muito obrigado mesmo, de coração. Esta luta é uma luta nossa, é uma luta de vida, é uma luta de todos nós.

Vou conceder 1 minuto ao Cacique e 1 minuto ao Dr. Alexandre para fazer uma consideração, e às considerações do Paul, para que eu possa encerrar, senão vou perder o avião.

Gostaria que agora fossem bem rápidos.

O SR. ARAJU SEPETI – Primeiro, boa tarde a todos. Meu nome é Araju Sepeti, sou líder guarani. Eu fico tão emocionado que, desde o tempo de criança, venho acompanhando tanta discriminação e tanta falta de esforço dos governos, dos órgãos deste País com as populações e pessoas indígenas.

Conheço o Senador Magno Malta. Ele é um guerreiro e cacique tanto quanto a gente. Ele sabe o sofrimento que a gente tem passado. Mas eu não venho aqui para pedir clamor e nem pedir esmola, igual ao nobre representante do Ministério Público. Ele tem falado em homicídio. Eu discordo dele. O único órgão que tem acompanhado os indígenas, de fato, é o Ministério Público, porque Funai não existe, só tem o nome. Mas a gente tem que acompanhar com muito cuidado, porque falar em infanticídio é muito pesado, porque acontecem sacrifícios. As pessoas têm que ver a forma como funciona uma comunidade e a forma como funciona a sociedade em geral. Eu não sou a favor de sacrifício de crianças, mas também não sou a favor de que tratem essas pessoas como criminosas, mas que tirem as crianças de perto das pessoas para que isso não aconteça.

Eu venho, encarecidamente, pedir a Tupã que lhe dê mais sabedoria. O senhor é muito sábio, mas que dê mais sabedoria ao senhor.

Agradeço ao Sr. Paul. Tupã trouxe ele de tão longe, de outro continente. Coisas que nós indígenas temos feito aqui e o pessoal não escutou. Mas, graças a muitas pessoas que estão aqui, escutou esse anjo, esse guerreiro que veio de fora, que é estrangeiro. Não é daqui, não é sangue indígena, não é nativo daqui, é estrangeiro, mas ele sente, sim, tanto quanto nós.

Fico feliz por cada um de vocês que está aqui presente. Eu falo que a minha família, hoje, a maioria não vive em aldeia. Por quê? Por causa da discriminação. Muitos já estudaram, já vivem em cidades, têm sua vida. Mas as pessoas têm que ter muito cuidado na forma de tratar indígena. Muita gente acha que ser indígena, como o nobre Senador falou, é andar nu,

andar de cocar na cabeça e de rosto pintado. Isso faz parte da nossa cultura, mas, como o Senador está falando, a vida vem em primeiro lugar.

A gente é indígena, andando a pé ou andando de Hilux, sem saber fazer o nome, ou sendo doutor, como o jornalista é estudado e como muitos aqui também são estudados. Nós não deixamos de ser indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Isso.

O SR. ARAJU SEPETI – Eles falam muito em igualdade racial neste País, mas eles pregam o *apartheid*. Aqui, na praça da Esplanada, tem o *apartheid*. O Senador conhece, eu já denunciei isso para ele. Chama-se Seppir, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Lá não tem igualdade coisa alguma. Não sou contra os negros. Ao contrário, nós, indígenas, fomos as pessoas que mais libertamos os negros, mas quem ganha os méritos são a Princesa Isabel e o Zumbi. Nós, indígenas, não ganhamos um pouco de reconhecimento. Os quilombos que existem neste País foram dentro das nossas terras. Não morreram e não foram tratados mal porque nós acolhemos.

As pessoas colocam a tal da Seppir dizendo que é igualdade racial, mas, quando a gente chega lá, falam: “Ah, não, você não é mais índio, você já sabe falar a língua daqui, você está vestindo roupa, você já é estudado ou você já é empresário ou já é Deputado ou Senador.” Não temos culpa de o mundo evoluir. Se o mundo evolui, temos que evoluir também. Não importa se o Senador é indígena, negro ou branco, porque ele é ser humano em primeiro lugar.

Fui tratado mal aqui no Supremo Tribunal Federal, onde dizem que é o local de fazer respeitar a Constituição. A Constituição lá é violada! Eles fizeram uma forma para colocar as cotas raciais, mas, se são cotas raciais, têm que ser para a raça indígena, raça branca e raça negra. Não acho legal a forma de raças, porque deveria existir a raça humana, mas, já que classificaram em raça, respeitem. Somos três. Não somos brancos e pretos. Somos indígenas, brancos e negros. Os asiáticos também são indígenas. Muitas coisas que acontecem no Japão, na China e até na Índia, porque...

Muitos falam que os indígenas são suicidas. Não sou a favor disso. Já aconteceu isso na minha família. Prego para as pessoas. Não quero que Deus deixe acontecer isso comigo, nem com a minha família, nem com a família de ninguém. Se for preciso eu me matar, prefiro matar mil a acabar com a minha própria vida. Outras pessoas pensam diferente.

Muitos falam que o indígena é preguiçoso. Preguiçoso é aquele que classifica assim. O indígena sabe sobreviver. Ele, independente de estar na floresta, na

cidade... Acontece isso porque ele não quer viver sustentado por ninguém. Muitos falam...

Sou gêmeo. Tenho um irmão gêmeo. Era para ser sacrificado também, mas muita gente não vê dessa forma. A forma que os indígenas dizem é a seguinte: existe o sacrifício porque as crianças que não conseguem sobreviver com as suas próprias mãos não podem viver. “Ah, tem que uma pessoa sustentar.” Mas nós, da minha própria etnia, a guarani, não vemos isso. Não é porque não vejo isso que vou chegar e classificar a pessoa de outra etnia dizendo que é assassina.

Também tem que ter um cuidado e uma conscientização muito boa para que eles possam sobreviver e ter uma forma para que as coisas não venham acontecer como está acontecendo.

Vou falar bem rápido sobre a Funai. Peço encarecidamente...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Porque vou perder o avião.

O SR. ARAJU SEPETI – Rapidinho. Rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O avião não me espera.

O SR. ARAJU SEPETI – Todos aqui apoiam o que estamos fazendo, que é colocar um presidente indígena na Funai, porque a Funai não funciona. É um órgão falido.

O Senador falou sobre o dinheiro que tem para a saúde indígena. Só quero perguntar por que estão morrendo as crianças guarani no Mato Grosso do Sul, onde sou nascido. Esse dinheiro não chega lá, porque saqueadores, ladrões e cabras sem-vergonha que não nos representam estão dentro da Funai. Não tenho medo. Já fui ameaçado por funcionários da Funai e por muita gente aí, mas estou aqui. Se um dia eu morrer, vocês sabem que morri lutando. Não sou covarde. Não entrego a minha vida só para dizer que a luta é boa, mas sim porque é certo. Vou morrer lutando.

Agradeço em nome de Tupã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Obrigado a você. Obrigado pela aula. Muito importantes as suas palavras, as colocações que você fez. Muito obrigado! Está de parabéns!

Um minuto para o Dr. Alexandre fazer sua consideração. Depois, ao Paul, para as considerações finais.

O SR. ALEXANDRE JOSÉ GUIMARÃES – Sr. Presidente, Senador Magno Malta, senhoras e senhores, gostaria inicialmente de agradecer a presença do Ministério Público estadual aqui e dizer que essa questão de defesa da dignidade humana, da vida humana é importantíssima, este debate, Sr. Deputado Federal Henrique Afonso, e é preciso discutir com todo o Ministério Público brasileiro.

Gostaria de solicitar ao Sr. Presidente em exercício que mandasse cópia ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais também a fim de que esse debate fosse estimulado na Nação, porque isso perpassa pelo art. 1º da Constituição, que fala que a vida deve ser defendida. É disso que se trata esta reunião.

Parabenizo o Sr. Senador pela iniciativa de reunir aqui essas pessoas e ouvir a denúncia veementíssima trazida pelo Paul Raffaele às autoridades brasileiras. Tenho certeza de que esse debate será estimulado fortemente na Nação brasileira, principalmente, entre os Ministérios Públicos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Obrigado, Dr. Alexandre.

Passo a palavra ao Paul para fazer as suas considerações finais, sempre imaginando que tenho um voo para pegar.

O SR. PAUL RAFFAELE (*Tradução por profissional habilitado.*) – Rapidíssimo.

Muito obrigado ao Cacique. Eu poderia ter viajado várias vezes ao redor do mundo só para ouvir as palavras dele.

Gostaria de agradecer a todos que compuseram a Mesa, inclusive o Senador Magno Malta. Eu o parabeno por sua luta.

Para finalizar, eu não poderia fazer muito mais do que eu já fiz. Minhas orações estarão com vocês todos lá de onde eu estiver na Austrália. Minhas orações serão feitas a Tupã e ao meu Deus. Um dia, alcançaremos a vitória e a luta será bem-sucedida.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Obrigado.

Quero encerrar esta reunião também agradecendo a Deus pela oportunidade e pelo privilégio de defender a vida, sempre a vida e defender a vida e sempre a vida e defender a vida, e dizer ao Paul que leve a certeza de que nós vamos em frente, nós vamos chegar a algum lugar. Nós temos objetivos muito claros e não afrouxamos nunca – isso é uma coisa muito boa –, não amarelamos em momento nenhum. Nós vamos realmente fazer o esclarecimento de tudo o que está posto e buscar uma saída. O Brasil, que tem, em tantas outras esferas, tentado se fazer referência na luta pelos direitos humanos, ainda se esconde para discutir a questão do homicídio, do infanticídio, qualquer termo é nefasto quando se é acintoso contra a vida. Então, vamos continuar e, em nome de Deus, encerro esta audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 18 horas e 17 minutos.*)

ATA DA 76ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia três de dezembro de dois mil e doze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Paulo Paim e Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta, em duas partes. Primeira parte. Item Único. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 142 de 2012–CDH, aprovado em 28/11/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “debater o Estatuto do Motorista”. Convidados: Naldenis Martins, Auditor Fiscal do Trabalho, em representação ao Senhor Ministro de Estado Carlos Daut Brizola do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Vereador Célio Moreira; Pedro Lopes, Presidente da Federação das Empresas de Transportes de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina e Diretor da NTC; José Luiz Santolin, Superintendente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (ABRATI), em representação ao Presidente Renan Chieppe; Luiz Alberto Mincarone, representante da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – SETCERGS; Pedro Lopes, Presidente da Federação das Empresas de Transportes de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina e Diretor da NTC; Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro; Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos. **Segunda Parte. Pauta. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 144, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater os problemas do uso do ponto eletrônico. Autoria: Resultado: **Aprovado**. **Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 145, de 2012**, que requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 98 de 2011-que institui o Estatuto da Juventude. Autoria: Resultado: **Aprovado**. Às dez horas e cinquenta e dois minutos o Senhor Presiden-

te passa a Presidência ao Senador Cristovam Buarque. Às onze horas e dez minutos o Senhor Presidente Cristovam Buarque devolve a presidência. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Paulo Paim e Cristovam Buarque**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 76ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a submeto a votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A audiência pública, nos termos do Requerimento nº 142, de 2012, aprovado em 28/11/2012, de autoria deste Senador e de outros, para debater o Estatuto do Motorista.

Informo a todos que estamos ao vivo pela TV Senado, pela Internet, nos canais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, pela TV digital, canais 51.1 e 51.2, e ainda pela Rádio Senado.

Convidados para este evento: Naldenis Martins, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego; Senador Clésio Andrade; Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais; Edmara Claudino dos Santos, Diretora Executiva de Relações Governamentais da Associação Nacional de Transporte e Carga Logística; Luiz Antonio Festino, representando a CNTTT; Adélio Justino Lucas, Procurador do Ministério Público do Trabalho; Vereador Célio Moreira, de Uberlândia, que nos tem acompanhado há anos; Jorge Luiz Frizzo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Carga Seca, Líquida e Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul; José Araújo Silva, Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros; Neori Leobet Tigrão, aqui representando o Sr. Nélio Botelho, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro; Pedro Lopes, Diretor da Federação das Empresas de Transporte de Cargas e

Logística no Estado de Santa Catarina; Paulo Vicente Caleffi, Presidente da Federação das Empresas de Logística, Transporte de Carga do Rio Grande do Sul; Flávio Benatti, Presidente da Federação das Empresas de Transportes do Estado de São Paulo; Celso Braga, Chefe-Substituto da Divisão de Multas do Departamento da Polícia Rodoviária Federal; Júlio Ferraz Arcoverde, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran); Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano; Carlos Alberto Litti Dahmer, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí – Rio Grande do Sul (Sinditac); Renan Chieppe, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati); Epitácio Antônio dos Santos, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Paraná.

Esses são nossos convidados.

Vamos montar, no mínimo, duas Mesas, de acordo com a ordem de chegada.

Informo que hoje discutimos o Estatuto do Motorista; amanhã vamos discutir a terceirização nas empresas; na quarta-feira, teremos reunião deliberativa na Comissão de Assuntos Sociais; na quinta-feira, a exploração sexual de crianças e adolescentes; na próxima segunda-feira, faremos o debate sobre o ponto eletrônico; terça-feira, às 9 horas haverá sessão deliberativa; quarta-feira, dia 12, reunião para debater a questão dos povos ciganos; quinta-feira, vamos debater brasileiros empregados em navios, uma série de denúncias que estão chegando; segunda-feira, dia 17, vamos fazer o balanço das nossas atividades; terça-feira vamos debater o Estatuto da Juventude numa política em sintonia com a Comissão de Assuntos Sociais; na quarta-feira, haverá reunião deliberativa na Comissão de Assuntos Sociais; na quinta-feira, a exploração sexual de crianças e adolescentes; na próxima segunda-feira, o debate do ponto eletrônico; terça, às nove horas da manhã, sessão deliberativa; quarta-feira, dia 12, reunião para debater a questão dos povos ciganos; quinta-feira, vamos debater brasileiros, empregados e navios, uma série de denúncias que estão chegando; segunda-feira, dia 17, vamos fazer o balanço das nossas atividades; terça-feira, o Estatuto da Juventude numa política em sintonia com a Comissão de Assuntos Sociais; quarta-feira, reunião deliberativa na Assuntos Sociais; quinta-feira, teremos reunião deliberativa nesta Comissão, e, então, encerraremos o ano. Divulgo a agenda para que todos saibam os procedimentos que teremos.

Informo também a todos que, nesta nossa audiência pública, nós vamos discutir o Estatuto do Motorista, matéria que vimos construindo juntos com as entida-

des, e a Lei nº 12.719, que regulamenta a profissão de motorista, aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidenta Dilma.

Eu não vou fazer mais comentários sobre a Lei e mesmo sobre o Estatuto. Os nossos painelistas vão se posicionar, apontando o caminho que eles entendem mais adequado, tanto na Lei, que pode ser melhorada, como no Estatuto, que considero muito mais abrangente e vai contemplar questões fundamentais como, por exemplo, a aposentadoria dos profissionais. Esse ponto é unânime e não entrou quando foi regulamentada a profissão.

Sobre a valorização do transporte terrestre, nós já fizemos em torno de 30 audiências públicas. O nosso primeiro objetivo – todos aqui que iniciaram sabem – era primeiro aprovar o Estatuto, que é mais abrangente, e, debaixo desse guarda-chuva, nós teríamos, então, atendidas todas as demandas do setor. Mas houve o entendimento de setores segundo o qual deveríamos aprovar primeiro a regulamentação da profissão. E isso é que foi feito, a partir de projeto que veio da Câmara, de autoria do Deputado Tarcísio Zimmermann. Aqui no Senado, mediante acordo apresentado por empregados e empregadores, as Comissões o aprovaram, depois foi para o plenário, onde foi aprovado e, depois, transformado em lei.

Eu sei que há questionamentos especificamente sobre a Lei, que só se resolvem mediante debates e a construção daquilo for possível, naturalmente mediante entendimento, de melhorias na redação final. Então, por isso que nós não poderíamos terminar este ano sem termos uma audiência pública, até porque a partir desta audiência pública vamos apontar os caminhos para o ano que vem, visando à construção e à aprovação definitiva do Estatuto do Motorista.

Vamos montar, então, nossa primeira Mesa para começar o debate.

Há um cartaz que chegou aqui: Motorista – Profissão Regulamentada, manifesto pela imediata aplicação da Lei do Descanso, por menos acidentes e mais vidas, apresentado pela CNTTT, pela Nova central, Ministério Público do Trabalho, pela CNTC, e Fenaprev – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários da Polícia Federal. Tudo isso aí vai ser fruto do debate.

Vamos lá! Primeira Mesa. Convido para compor a mesa Naldenis Martins, Auditor Fiscal do Trabalho, que representa o Ministro do Trabalho, Carlos Daudt Brizola. Seja bem-vindo o representante do Ministério do Trabalho. (*Palmas.*); o Vereador Célio Moreira, que sempre esteve conosco ao longo desses debates; Carlos Alberto Litti Dahmer, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí. (*Palmas para os dois.*); José Luiz Santolin, Superintendente da

Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati), representando seu Presidente, Renan Chieppe; e Luiz Alberto Mincarone.

Essa seria a primeira Mesa. Depois montaremos a segunda Mesa com os outros convidados. O limite máximo nesta mesa é de cinco convidados, com o Presidente.

Pela ordem, sem preferência alguma, vamos começar com o Naldenis Martins, Auditor Fiscal do Trabalho que representa aqui o Ministro Carlos Daudt Brizola, para que ele faça uma reflexão – sem prejuízo, Naldenis, de você, representando o Ministério, acompanhar também as outras Mesas – sobre a regulamentação e o que o Ministério está vendo a respeito da importância de avançarmos na questão do Estatuto do Motorista.

Fique bem à vontade, pelo tempo que entender necessário, desde que não ultrapasse o tempo de 15 minutos – vou dar 10 mais 5 –, e, numa tolerância máxima, darei mais alguns minutos. Mas peço que cada um, se puder, fale em 10 minutos para que possamos permitir que todos falem. Após, teremos uma segunda Mesa e depois vamos iniciar o debate com o plenário.

Por favor, Dr. Naldenis Martins com a palavra.

O SR. NALDENIS MARTINS – Bom dia a todos. Muito obrigado, Senador. Estou vindo aqui representando o Ministério do Trabalho e também a Secretaria de Inspeção do Trabalho, para trazer a nossa visão sobre a Lei.

Participo de um Grupo Especial de Fiscalização do Transporte rodoviário de Cargas, criado em 2009, mas que se intensificou a partir de 2010. Esse Grupo conseguiu finalmente entender o setor por dentro, ou seja, para a fiscalização também era um desafio entender o setor do transporte e por que tantos acidentes, números que vamos apresentar em breve, descobrir as razões. O senso comum já apontava que a jornada de trabalho era uma das causas, mas, para fiscais, como todos sabemos, nós precisamos da comprovação. Então, fomos atrás dessas informações e comprovamos isso.

Inicialmente, os empresários foram chamados, as grandes empresas do País foram fiscalizadas, os grandes grupos foram chamados aqui em Brasília, em 2010, na Secretaria de Inspeção, para que fosse firmado um termo de compromisso em que constariam as exigências a que as empresas deveriam se submeter. O entendimento dos empresários naquele momento foi de que isso poderia causar um peso apenas para aquelas empresas que estavam assinando o termo e resolveram não aceitá-lo. Porém, para nossa alegria, passado algum tempo, várias das exigências que apontamos nos termos do compromisso foram contempladas na Lei. Itens, inclusive, com que os próprios repre-

sentantes da CNT, na época, não concordavam, como aquela questão do não pagamento por comissão, o pagamento por frete.

Então, nós, do Ministério do Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, os Auditores Fiscais do Trabalho, como um todo, recebemos com muita alegria, com muita satisfação, a nova Lei. Sabe-se dos desafios, inclusive da necessidade de regulamentação, que cabe à própria Secretaria de Inspeção, o que vai ser feito.

Queria iniciar mostrando a realidade do setor. Fizemos esse trabalho, como eu falei, em 2010, porém, resolvemos fazer uma atualização desses números para trazer para os Senhores e para as Senhoras para que a gente saiba exatamente a situação que estamos vivendo, ainda, no País.

Então, para iniciar, trazendo as estatísticas dos acidentes, esses são os dados oficiais do INSS. Há um convênio entre o INSS, entre o Ministério da Previdência e o Ministério do Trabalho por meio do qual todos os dados de acidentes são enviados para nós. Fizemos o levantamento dessas estatísticas, atualizadas até junho deste ano. E, ao fazer a análise, já nos causou certo espanto o fato de o transporte rodoviário de cargas liderar o número de acidentes fatais. Essa estatística diz respeito apenas a acidentes fatais, que o setor de transportes rodoviários já lidera. Coloquei em amarelo os CNAEs relativos à construção civil, *lato sensu*, porque, mesmo somados, eles se aproximam um pouco ao do transporte rodoviário de cargas. Então, ao se analisar por CNAE, o transporte rodoviário de carga já é o setor que mais mata no País. Isso precisa ser dito claramente para que entendamos a relevância da nova Lei.

Nós fizemos também um trabalho pouco diferente e que normalmente não é feito nas estatísticas oficiais: o levantamento pela Classificação Brasileira de Ocupação para mostrar que, quando é feita dessa forma, a situação é ainda mais grave. Ou seja, em 18 meses – a gente está falando de janeiro de 2011 a junho de 2012 – foram 620 trabalhadores de carteira assinada – bom frisar isso, são apenas os trabalhadores com vínculo empregatício, os que emitem CAT. Foram 620 mortes, e a gente vê a liderança não honrosa nessa situação. Então, isso é para que a gente tenha a ideia da importância e busque, de todas as formas, a efetividade dessa Lei para que esses números, em futuro breve, não mais estejam nesses patamares.

Aqui são as distribuições pelos Estados da Federação, com São Paulo e Minas Gerais liderando. E ali estão as diferenças que, pela característica da atividade, ou seja, o acidente nem sempre ocorre lá no Município ou mesmo no Estado onde está sediado o empregador. Então, a gente fez um levantamento mos-

trando também a distribuição pelo local do acidente para dar um indicativo também de problemas que pode haver na malha rodoviária.

E aqui nós trazemos algumas propostas para que essa Lei realmente seja efetiva. Como eu falei, parte desse trabalho cabe à própria Secretaria de Inspeção de Trabalho, que já está fazendo todos os esforços para cumprir esse papel.

A lei fala da possibilidade de a empresa, o empregador, poder optar entre a papeleta externa, diário de bordo ou equipamento eletrônico. Nós entendemos, nesse ponto, que, para facilitar a vida, inclusive, das empresas no cumprimento, que façamos um trabalho junto ao Denatran para que esses modelos sejam únicos, tanto para autônomos quanto para empregados. Isso, a nosso ver, vai facilitar bastante o fato de se ter um único formato de papeleta que possa contemplar tanto os trabalhadores autônomos quanto os empregados. Então, não seria interessante para as empresas terem dois formulários para esse mesmo tipo de atividade: um para contratar autônomo e outro quando fosse empregado.

Também está sendo elaborado um anexo à NR 24, porque a Lei trouxe a previsão de que a NR vai ser aplicada também para os locais de descarga e de espera, onde os motoristas estão, seja lá nos desembarcadores ou nos terminais portuários. Então, como a NR 24 é genérica, está-se trabalhando em um anexo, específico para essa NR, que traduza a realidade do transporte rodoviário, para que ela fique mais específica e, ao ser aplicada, os resultados sejam melhores.

Também notas técnicas de instruções normativas estão sendo elaboradas porque, há alguns novos institutos criados pela Lei, como tempo de espera, que também precisam ser padronizados no Brasil todo para que os auditores, ao máximo, tentem ter o mesmo procedimento para a segurança, inclusive, das empresas, que não vão correr o risco de procedimentos diferentes para a mesma irregularidade.

O último item que apresento é o Projeto Nacional de Fiscalização, de que faço parte. Já foi aprovada recentemente, para 2013, a aplicação desse Projeto para grandes embarcadores e nos terminais portuários, como eu falei.

Então, não mais iremos especificamente só às empresas transportadoras; também iremos àqueles locais que demandam por esse serviço. Então, os embarcadores e os terminais portuários vão receber nossa visita. Lá será verificada tanto a questão da NR 24, a questão do ambiente do trabalho, onde estão os motoristas, como também serão fiscalizadas as empresas que estiverem lá e os autônomos que estive-

rem naquela situação. Quanto aos autônomos, digo, a questão do ambiente em que eles estão lá colocados.

O Getrac é o Grupo Especial de Fiscalização do Transporte Rodoviário de Carga. Então, como eu disse, fizemos essa fiscalização por dentro, entendendo realmente do setor e estamos trazendo algumas situações que nós verificamos para que a gente possa debater com base em fatos. Ou seja, havia uma impressão, a própria fiscalização tinha uma ideia de que havia aquele tipo de irregularidade, só que não era feito o verdadeiro ataque, porque havia certas situações que complicavam.

O art. 62 da CLT, por exemplo, excepcionava e dizia que o motorista tinha atividade externa incompatível. Nós fomos lá e vimos que não era bem assim; havia todos os meios para que as empresas controlassem. Então uma das grandes batalhas que vivemos com as empresas foi mostrar que, na verdade, já havia meios de controle, mesmo antes da nova lei. Porém, a nova lei acaba com qualquer celeuma e garante que agora, sim, todo empregador é obrigado a controlar a jornada.

Vimos também – foi algo não muito esperado – que os embarcadores exigem determinadas situações das empresas de transporte que praticamente obrigam que as empresas desobedeçam à legislação. São prazos muito curtos, geralmente não se exige dupla de motorista ou a troca de motorista ao longo do percurso e também se preocupam unicamente com o valor do frete. Então, empresas sérias – evidentemente encontramos muitas dessas, a maioria, posso dizer – têm dificuldades, porque enfrentam essa concordância desleal. Empresas que se apresentam lá para transportar com um motorista fazendo uma jornada de 20 horas por dia, ou mesmo sem carteira assinada, vão levar vantagem em relação a empresas sérias, que brigam para se manter no mercado e terem seus legítimos lucros.

E um diferencial do transporte em relação a outros setores da economia é que havia essa engrenagem aí. A Lei, a meu ver, já chega para ajudar a quebrar essa engrenagem. Quem mais desobedece faz uma jornada mais elevada e consegue entregar os produtos em menor tempo, quando não ocorre um acidente, evidentemente.

Então, para nós – agora não como fiscais, mas como sociedade ou mesmo como clientes finais – isso é muito bom, porque sempre se quer reduzir o tempo. Então, a empresa que mais desobedece, em muitos casos, é justamente a mais escolhida, porque garante o menor tempo. Agora, os bastidores dessa entrega, ou seja, o que está ocorrendo nesse transporte, normalmente, não é questionado.

Normalmente, eu afirmo o seguinte: eu tive oportunidade de entrar nos *sites* da Internet de vários em-

barcadores desses e ver lá a responsabilidade social que se tem, inclusive com a não compra de carne, por exemplo, onde se detectou o trabalho escravo. A meu ver, o que falta aos embarcadores é que, além da origem dos produtos, seja também verificada a forma como o transporte desses produtos é feito. Já existem muitas iniciativas louváveis dos embarcadores na questão da responsabilidade social, e acreditamos que o transporte deva constar também dessa cesta. Os números aí indicam que há necessidade desse controle.

Aqui é só um resumo de um dos acidentes. Nesse trabalho que fazemos, nós colhemos dados e fazemos as análises dos acidentes ocorridos. Normalmente escolhemos acidentes mais graves, para demonstrar a situação.

Em relação a esse acidente aí, normalmente nós apresentamos um vídeo, só que ele é um pouco mais demorado. Para contribuir aqui com o andamento da audiência, nós vamos deixar de apresentar o vídeo, mas o resumo aí já diz tudo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós estamos conversando aqui e ele diz que o vídeo é interessante. Nem que apresentássemos um pedaço desse vídeo. Você o tem à disposição aí?

O SR. NALDENIS MARTINS – Na verdade, é um arquivo do Google Earth. Eu precisaria ter o programa instalado. Eu tenho o programa instalado no meu *notebook*, não sei se é possível conectar aí. Se conectar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois da sua fala, nós poderíamos passar, ou até no encerramento, para ilustrar todo o debate. Porque fala sobre os acidentes, não é isso?

O SR. NALDENIS MARTINS – É isso. Esse vídeo, falando nesse termo, mostra justamente esse exemplo aí: o motorista saindo de São Paulo às 4h44min de São Paulo, no dia 29/04/2009, e segue essa jornada até o dia seguinte, ou seja, até as 9h10min, no dia 30. Então saiu de São Paulo direto até Vitória da Conquista, tendo algumas poucas paradas, que não passam de 2 horas. Somados os tempos em que ele parou, não dão 2 horas. E faz essa jornada aí de 26 horas, uma distância de 1,4 mil quilômetros, um único motorista. Chega a Vitória da Conquista, passa um tempo lá – pelos dados que temos, lá era justamente a filial dessa empresa –, faz os descarregamentos, tem esse tempo de interjornada de, no máximo, 4 horas e 41 minutos, então bem menos que as 11 horas preconizadas, e reinicia a viagem. Às 23h02min, sofre um acidente nas proximidades de Salvador. Ele choca o veículo contra a traseira de outro que estava estacionado. Por sorte, ele sofreu poucos machucados, apesar de o acidente ter praticamente destruído o veículo.

Mas esse último detalhe aí, realmente, para nós, foi bastante chocante, porque deu para verificar que a coisa não era isolada, esse motorista, ou seja, essa prática de excesso de jornada. Esse motorista escapou desse acidente. Pouco depois, seis, sete meses depois, nós estávamos fiscalizando outra empresa, não mais essa, e detectamos um nome que nos lembrou algo. “Esse motorista já foi analisado em algum momento.” Quando fui atrás, era justamente o mesmo motorista. Ou seja, essa prática de excesso de jornada, esses excessos acumulados causaram a morte dele nessa viagem aí de madrugada, de Itatiba, em São Paulo, para Curitiba. Então já poderia ter ocorrido inclusive lá no primeiro acidente, mas aí ocorreu. Ou seja, a coisa não é por acaso. Estar submetido a esse excesso de jornada, a esse *modus operandi* do setor, levou-o a essa situação aí.

Então vamos tentar passar o vídeo um pouco depois. Mas, um pouco antes aqui de terminar, sobre a lei, especificamente, eu também tenho participado de vários debates e queria, Senador, frisar a questão da parada de 4 horas. Eu tenho visto muita discussão e fui ler e reler a Lei, com cuidado, trocando ideias inclusive com colegas auditores, procuradores. A meu ver, está havendo um excesso ou uma interpretação um pouco restrita do que a Lei prevê. Nesse acidente que mostrei, esse motorista, por exemplo, quando completou 3 horas de viagem contínua, ele passou por determinadas cidades e poderia ter parado. Quando ele completa a 4ª hora, realmente, ele está num local em que não há uma cidade próxima. Mas na terceira hora ele tinha, então ele podia ter parado antes. Então, a meu ver, está havendo uma interpretação restritiva da lei, de que obrigatoriamente o motorista tenha que chegar até a 4ª hora.

O fracionamento até pode ocorrer, mas nada impede que, ao completar a 3ª hora, o motorista pare pelos 30 minutos. Ele já cumpriu a legislação e vai poder iniciar um novo período de 4 horas. Então, havendo o planejamento da viagem, o argumento, a meu ver, de que os motoristas vão ficar parados ao longo da estrada porque não têm local de parada não se sustenta. Eu acho que são poucos casos em que, realmente, em um trecho muito longo, você não vai encontrar nenhum local para parar. Então, a meu ver, há um esforço para que se diga que, pela Lei, ao completar a 4ª hora, não vai haver ponto – a 4ª ou a 5ª hora, no caso, porque os autônomos têm uma hora a mais.

Se houver o planejamento da viagem, baseado na velocidade média que eles já fazem, quando ele completar 2 horas, 3 horas, ele pode já descansar os 30 minutos completos e iniciar um novo período de até 4 horas. Basta a empresa se programar, ver as suas

rotas e verificar esses pontos de parada. Nós acreditamos que esse debate nesse sentido de que não há locais de parada está exagerado. A meu ver, esses locais onde não vai haver ponto de parada são exceção, e não a regra que pudesse vir a invalidar uma lei para a qual só há elogios. Eu acompanhei também o trabalho, tanto dos representantes dos trabalhadores quanto dos empregadores. É elogiável a atuação deles – e também participo da porque também participo da Comissão Tripartite. Então, É uma Lei que pode ser melhorada – evidentemente, sempre pode –, mas que trouxe grandes avanços. E, a meu ver, não podemos recuar desses avanços já conseguidos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem.! Esse foi o Dr. Naldenis Martins, Auditor Fiscal do Trabalho, que aqui falou em nome do Ministro Carlos Daudt Brizola, Ministro do Trabalho e Emprego.

Vamos passar a palavra, pela ordem aqui, ao Vereador Célio Moreira.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Sr. Senador Paulo Paim, grande Senador, que vem fazendo esse debate, construindo esse grande projeto, para tentar ajudar os motoristas profissionais, procurando ajudar a sociedade, na verdade, porque esse é um projeto que procura minimizar o problema dos graves acidentes que acontecem no Brasil e que não atingem apenas o motorista profissional. Isso tem atingido a sociedade como um todo, nos mais diversos setores, como a saúde e a questão ambiental.

Agradeço e parabeno o Mincarone, meu companheiro que tem secretariado os trabalhos desse grupo de trabalho com muita competência e todos os meus companheiros que compõem esse grupo. Tenho a honra de fazer parte desse grupo de trabalho, representando a Força sindical, do Deputado Paulinho da Força, Paulo Pereira da Silva...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Célio, que eu diga: foi importante essa tua colocação, porque nesses dias me perguntaram: “Por que só o Vereador Célio, por que não outros Vereadores?” Ele representa aqui uma central sindical. Então, não é porque é Vereador. Parabéns por ser Vereador, mas você representa neste debate uma central sindical.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Exatamente. Eu estou aqui representando, neste grupo de trabalho, a Força Sindical. O Deputado Paulo Pereira, que é o nosso Presidente, indicou-me para que eu pudesse participar.

Sou também Diretor da FETROMINAS, a Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Minas Gerais ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fizemos uma audiência pública, inclusive, lá na tua cidade.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Fizemos em Uberlândia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É a força do movimento.

O SR. CÉLIO MOREIRA – ... e em Belo Horizonte. Foram duas audiências públicas em Minas Gerais.

Também sou ligado à nossa Confederação, que, com certeza, fará também seu pronunciamento. Temos até um manifesto aqui da nova Central, a Confederação, representando todos os trabalhadores em transporte no Brasil.

Há um manifesto que a Confederação com a Nova Central – aqui, em nome da Força Sindical, endosso também esse movimento – que é para a aplicação imediata da Lei que foi aprovada, a lei para cuja aprovação nós, inclusive, demos uma grande contribuição.

Há alguns problemas nessa Lei, mas, na verdade, foi um grande avanço – um avanço importante que estabeleceu regras para minimizar os acidentes de trabalho, acidentes de trânsito, procurando também dar segurança jurídica e evitar a concorrência de forma desleal, como ainda tem acontecido, porque a Lei não vem sendo aplicada. Então, precisamos que essa Lei seja aplicada o mais rapidamente possível.

E aí, Senador Paulo Paim, a continuidade desse debate para a construção do Estatuto do Motorista, que, com certeza, vai recepcionar essa Lei da regulamentação da profissão do motorista, é muito importante.

Eu, inclusive, tive algumas divergências, porque entendia que, aprovando-se a regulamentação da profissão do motorista, perderíamos ali uma grande oportunidade de contemplar a bandeira número um dos trabalhadores, que é a aposentadoria especial. Então, nós temos esta missão de contemplar, no Estatuto do Motorista, a questão da aposentadoria especial.

E quero aqui fazer uma proposta que eu já havia feito anteriormente: de que tentemos trazer para a mesa do debate do Estatuto do Motorista o Governo. Na verdade, aqui está o Ministério do Trabalho. É importante a participação do Ministério do Trabalho, mas, realmente, não havia um representante do Governo nas nossas audiências públicas, e depende do Governo, por exemplo, a construção das estruturas necessárias, dos chamados pontos de apoio, nas principais rodovias do Brasil, para o pleno cumprimento da Lei. A Lei foi aprovada, mas carece, realmente, dessa estrutura. E a construção dessa estrutura vai depender do Governo, juntamente com a iniciativa privada, para que haja o pleno cumprimento da Lei.

Isso depende tanto do Governo quanto dos grandes embarcadores, que, hoje, infelizmente, não fazem o mínimo esforço para dar o direito, principalmente, aos autônomos... Aqui, o Neori Tigrão está representando os autônomos. A gente vê a dificuldade em que vivem os caminhoneiros pelo Brasil. Hoje, eles têm direito ao recebimento de R\$1,00 por tonelada/hora parado, mas o embarcador não cumpre a Lei. Na minha avaliação, não há o cumprimento dessa lei referente ao pagamento desse mínimo para o caminhoneiro que está na fila durante 2, 3, 4 ou 5 dias. Há 3 dias, eu recebi uma ligação. Um caminhoneiro, em Belo Horizonte, estava precisando de apoio, porque ele já estava, há uma semana, esperando para carregar o seu caminhão, mas não havia o pagamento do seu direito. Então, é necessário que o embarcador também venha para a mesa de negociação, para ajudar na construção desse projeto do Estatuto do Motorista, para que, realmente, possamos resolver esse problema. Temos de chamar todos para cumprirem sua responsabilidade.

Quero também, Senador Paulo Paim, falar que estamos debatendo essa questão do Estatuto do Motorista e que estamos discutindo aqui algo que vale para todos os trabalhadores do setor, autônomos, empresários. Mas quero dar ênfase a um problema sério vivido pelos trabalhadores do transporte coletivo urbano.

Para a minha felicidade, para a minha alegria, acabei de aprovar, em Uberlândia, uma lei – quero passar uma cópia ao senhor, Senador –, que foi publicada no Diário Oficial do Município no dia 16 de novembro de 2012. Essa lei é de minha autoria. Agradeço à Câmara Municipal de Uberlândia, a todos os Vereadores que me ajudaram na aprovação desse projeto, que garante a permanência de um cobrador ou de um auxiliar de bordo dentro de cada veículo que compõe a frota do transporte coletivo. Esse também é um problema sério. Estão eliminando o cobrador de ônibus, e o motorista acaba tendo de cobrar a tarifa, em muitos casos, desviando sua atenção e colocando em risco a sua própria vida e a vida daqueles que ele transporta.

Então, é necessária a manutenção de um cobrador. Nós não estamos, aqui, falando que estamos contra o avanço tecnológico, contra a catraca eletrônica, de forma alguma. Só entendemos que, mesmo com a bilhetagem eletrônica sendo implantada no Brasil, é necessária a permanência do cobrador ou do auxiliar de bordo, como queiram chamar, para ajudar na informação, tão necessária para a qualidade e para a manutenção da qualidade do sistema de transporte urbano de passageiros. A informação é necessária para o usuário, para o cadeirante, para a pessoa que necessita de apoio. O motorista não pode parar o ônibus para dar apoio à pessoa com dificuldade de loco-

moção. Essa pessoa necessita desse apoio. E quem faz isso? É o cobrador, é o auxiliar de bordo.

Tive a felicidade de aprovar essa lei. Isso é lei em Uberlândia. Hoje, vários ônibus estão sem o cobrador. Mas, com essa lei, terá de voltar o auxiliar de bordo nos corredores. Lá há um sistema integrado que já não funciona mais com o cobrador. Como em Curitiba, por exemplo, há os terminais nos corredores, e, dentro desses terminais, há uma pessoa que vende o bilhete, e, dentro do ônibus, não há. E é muito difícil para o motorista, principalmente no horário de pico, saber se está na hora de ele sair com o carro, se está na hora de ele abrir, de ele fechar a porta. Então, muitos acidentes têm ocorrido por conta disso, por conta da grande dificuldade; com o ônibus superlotado no horário de pico, ele não consegue enxergar a porta. Quem faz isso? É o auxiliar, a pessoa que está ali para dar esse auxílio, para auxiliar também o passageiro nas informações, auxiliar as pessoas com deficiência física que têm dificuldades de locomoção.

Assim, quero parabenizar o Senador Paulo Paim, dar aqui mais esta contribuição e deixar, quem sabe, uma cópia desse projeto. Não sei se esse debate é um debate que cabe em nível nacional. Cada Município tem sua autonomia, tem sua prerrogativa para gerenciar principalmente essa questão de transporte público de passageiros, mas, se couber, se houver uma forma de tentarmos contemplar esse debate em nível nacional, seria muito importante.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Parabéns pelo grande trabalho que vem desenvolvendo no Senado Federal da República em prol da nossa sociedade, principalmente dos menos favorecidos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Vereador Sérgio Moreira, que falou em nome da Força Sindical.

Parabéns pelo projeto aprovado. Sem sombra de dúvida, ele vai garantir o emprego para milhares de jovens, na figura do chamado cobrador – isso no meu tempo –, que seria o auxiliar direto do motorista. É claro que o setor, naturalmente, vai discutir aqui a importância de uma proposta como essa em nível nacional. Mas parabéns pela Câmara de Vereadores da sua cidade, que atendeu também, no meu entendimento, com esse projeto, a responsabilidade social. Então, meus cumprimentos.

Passo a palavra, neste momento, para o Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Ijuí – Rio Grande do Sul (Sinditac), que também fala pela CGTB. É o líder sindical Carlos Alberto Litti Dahmer, mais conhecido por Litti, grande Litti.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER –

Bom dia, Senador Paulo Paim, companheiros integrantes da Mesa, meu companheiro Neori Tigrão, do Movimento União Brasil Caminhoneiro, companheiros da plateia, do Plenário nessa grande discussão.

Quero dizer, Senador Paulo Paim, que, no nosso modo de entender, foi a partir do momento em que o senhor puxou, em 2009, a questão de colocar, no Estatuto do Motorista, todas as questões inerentes ao trabalho do setor de cargas, que se originaram as grandes discussões.

Lembro que esse Projeto 12.619, de autoria do Deputado Tarcísio Zimmermann, que culminou agora, conforme o senhor lembrava no início da reunião, circulava na Casa desde 2003.

Então, esse primeiro movimento, essa primeira necessidade de discussão e de regulamentação fomentou inúmeras questões no cenário do transporte. E, no nosso entender, esse é o caminho. Lá nas audiências públicas no Rio Grande do Sul, no Paraná, onde o acompanhamos, nós dizíamos que esse é o momento de juntar todas as vertentes, todas as correntes, os vários projetos que já existiam dentro da Casa. De maneira, no nosso entender, atropelada – se dá para se usar esse termo – é que foi formulado um acordo entre empresários e trabalhadores; os autônomos não se fizeram presentes nesse momento de formulação desse acordo, que passou para a aprovação da Lei.

E o resultado desse – no meu entender – atropelo, aliado a outras questões do transporte, foi um movimento que culminou, no mês de julho, com uma forte paralisação nacional, que trazia, além da questão da jornada de trabalho, ainda não resolvida, questões do Imposto de Renda para o transportador autônomo, questão de uma série de itens da Resolução 3.658, da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, que prejudicava tanto empresas quanto autônomos. Então, essas coisas foram avançando.

E o único ponto 100% não resolvido da mesa de negociação, formada pela questão da greve, foi exatamente a jornada de trabalho prevista na Lei nº 12.619, uma vez que o Imposto de Renda do transportador autônomo, junto com o que foi mencionado pelo Célio Moreira – a questão da Lei nº 11.442, da diária – é um grande avanço para o transportador autônomo de carga, já que vai reduzir os atuais 40% percentuais do Imposto de Renda para 10%. A sobrevivência da categoria ficou garantida a partir desse movimento, que reduziu de 40% para 10%.

Então, a Lei nº 12.619, do ponto de vista dos autônomos, como já foi dito aqui – e não há controvérsia nisso –, é necessária, é imprescindível, porque, se os excessos cometidos, como foi o exemplificado pelo

auditor, existem, na grande maioria, essa jornada absurda de trabalho precisa ser reduzida. E todos nós temos entendimento disso.

A regulamentação da profissão do empregado, a carteira assinada, a jornada de trabalho, a hora extra, todas essas questões de avanço da legislação trabalhista são necessárias imediatamente, uma vez que esses são direitos dos trabalhadores em qualquer setor. E nós sabemos que há muitos, mas muitos transportadores, empregados em empresas de transporte, que não têm a carteira assinada, não têm seguridade social; a exemplo de um acidente como esse, eles não têm a quem recorrer, por conta da falta dessa legislação e da falta principalmente da fiscalização e do mercado incomum, que acontece. Então, isso tudo precisa ser regulamentado. E acordo sobre isso, acordo sobre até 4 horas para a parada de meia hora, tudo isso está, do nosso ponto de vista, perfeito. No entanto, é preciso melhorar.

Este é o fruto da discussão: é inadmissível que, em longas jornadas, o trabalhador que não está em casa – não é um trabalhador comum o caminhoneiro, seja ele empregado, seja ele autônomo – fique fora da sua casa por uma jornada há mais de três ou quatro dias e, nesse período, ele seja penalizado com onze horas parado em um ponto que ele não conhece. É diferente do trabalhador urbano ou do trabalhador que tenha condição, mesmo o caminhoneiro, ir e vir para a sua cidade descansar as 11 horas. Isso é pleno, e nós apoiamos. Não apoiamos que, numa situação diferenciada, um motorista, por exemplo, que saia do Rio Grande do Sul e vá para o Rio Grande do Norte, por 8 horas tenha que parar num local que ele não conhece, sujeito a assalto, sujeito a roubo, independentemente de estar ou não protegido. E a sua jornada de trabalho entra numa outra questão: além do tempo de onze horas detido, retido em um cárcere, porque isso é prisão, metade da sua vida, se nós seguirmos uma jornada de 25 anos, ele estará onze horas preso, retido, detido.

Então, nós precisamos achar um caminho menor do que esse. Não é o exagero das vinte e seis horas de trabalho, mas não são também as 8 horas. Além desse problema de localização, existe, sim, e, de fato, o problema econômico. Vai existir uma diferenciação no tempo gasto para exigir a sua jornada, e o mercado que está aí não vai suportar esse custo adicional que precisa ser colocado.

Há essa questão também, que é fundamental, porque ninguém, em lugar nenhum do mundo – e, se houver um lugar no mundo, quero me mudar para lá –, consegue produzir mais, ganhar mais, trabalhando menos. Essa equação, eu ainda desconheço.

Não à jornada excessiva que está dada. É isto o que buscamos: uma equalização. E trazemos propostas para isso, para que essa jornada não seja excessiva, seja diferenciada, numa categoria especial e em condições especiais. Ou seja, na chamada longa jornada, nas distâncias superiores a 450km, entre o ponto de carregamento e o ponto de entrega, fica autorizado o descanso ininterrupto, diário, de 8 horas e 30 minutos.

Por que também esse tempo de 8 horas e 30 minutos? Porque, segundo a Organização Mundial da Saúde, o tempo de repouso necessário para qualquer cidadão é de 6 a 7 horas diárias. Nós estamos jogando uma hora e trinta a mais ainda nesse tempo.

E, sendo a jornada de trabalho diária, então, distribuída da seguinte maneira: 4 horas de direção – até 4 horas de direção –, intervalo de meia hora, como é hoje, mais 4 horas de direção, intervalo de mais meia hora, e mais 4 horas de direção, totalizando 12 horas de tempo de jornada nessa distância superior a 450km, encerrando-se a jornada, com a obrigatoriedade, ainda que não esteja na Lei, de 1 hora de repouso para o almoço e 1 hora para o jantar. Isso, inclusive, não está preconizado nessas outras 24 da Lei nº 12.619 e atende à necessidade, como já disse, econômica, de manutenção, porque será acrescido o custo pelas 11 horas paradas, de retenção.

Já há um movimento em Mato Grosso, em função da supersafra, dizendo que, se efetivada, não haverá condição de sair para os portos toda a produção que está colocada. Além do que, até o presente momento, eu não vi nenhuma medida tomada, seja pelo nosso Governo, seja pelas concessionárias, para os pontos de paradas serem melhorados. A situação de setembro até hoje não se modificou em nada. Pela Lei, isso foi jogado até março, para que o relatório sobre as rodovias fosse equalizado, para que as rodovias possíveis para se fazer isso fossem melhoradas; não foram, não serão e, no curto prazo, não existe mágica que solucione o problema dos grandes centros, das grandes cidades, que são diferentes e onde poderia ser aplicada a jornada, por serem centros menores.

Repetindo, os transportadores autônomos não têm nenhum problema com que sejam cumpridos os direitos dos trabalhadores, as conquistas que estão aqui, assinadas pela Nova Central, pela NTC, Polícia Federal, Força Sindical – nos somamos inclusive à Executiva do CGTB aos avanços dos trabalhadores com aquela grande máxima de que direito não se tira, se avança e se conquista –, mas a flexibilização desta Lei, no que tange aos autônomos e à grande jornada, precisa ser melhorada. Este é o grande debate: as condições que nós devemos ter para o avanço do próprio País, para o avanço dos trabalhadores é a fle-

xibilização, encontrando-se um meio-termo que seja produtivo para todo o Brasil.

De outra forma, é um prazer muito grande, Senador Paim, lá no meu Estado ter tido a possibilidade de, todas às vezes, ter votado neste grande Senador, que luta pela defesa do estatuto do idoso, das pessoas com deficiências, das quotas dos negros, dos brancos, dos índios e de todos aqueles que sofrem injustiças, seja quem forem. O senhor aqui está para valorizar o Estado e se colocar no cenário de um dos maiores Parlamentares que o Brasil já produziu.

Muito obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Litti pelas considerações. O Litti participou de uma série de eventos, inclusive, recentemente, foi lançada em Porto Alegre uma frente parlamentar em relação a essa questão; depois houve um encontro em Garibaldi também. Em muitos lugares, também o Litti tem usado da palavra para falar do trabalho de todos nós, aqui na Comissão, e de forma propositiva, afirmativa, dizendo: “Bom, não é perfeito, mas avançamos e vamos tentar ver em que podemos melhorar”. Então, eu cumprimento o Litti pela forma como ele tem conduzido esse debate no Rio Grande do Sul e também em outros Estados.

Passo a palavra, neste momento, ao Superintendente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati), aqui representado o Presidente Renan Chieppe, Sr. José Luiz Santolin.

O SR. JOSÉ LUIZ SANTOLIN – Bom dia, Senador Paim! Bom dia aos demais presentes!

Em nome do setor de transporte rodoviário de passageiro, nós queremos agradecer pela oportunidade do convite. Já tivemos a oportunidade de estar em eventos do gênero, ainda antes da aprovação da Lei nº 12.619, e também de participar de inúmeras reuniões com os diversos atores desse tema. Entendemos que o debate, a discussão é sempre oportuna. É através dela que se constroem as soluções para os grandes desafios.

Algo que nós precisamos destacar aqui é que não se vai, vamos dizer assim, imaginar sair do estado zero para o estado da arte em uma única etapa, de uma única vez.

O nosso setor – que já é regulamentado pela própria natureza, em se tratando de serviço público, nós já convivemos com o problema da jornada de tempo de direção há mais de 60 anos –, hoje, não depara com os desafios que o setor de cargas e, especialmente, o dos autônomos têm. Quando a Lei foi aprovada, nós tínhamos sérias dúvidas de que aquele condicionamento de que a cada 4 horas deveria haver a parada ou no

ponto final, enfim, para se cumprir a lei, deveria existir previamente uma infraestrutura. Essa infraestrutura não dependeria de trabalhadores nem de empresários, mas do setor público, pois, naturalmente, pela ordem instituída no País, é infraestrutura pública.

E o que se viu foi o veto parcial à Lei, o que acabou deixando, de uma parte, a obrigação de se cumprir para empresários e trabalhadores, mas as condições indispensáveis para esse cumprimento ocorrer ficaram ausentes.

Então, no caso do transporte que nós apresentamos – acho o Litti mencionou aqui o limite das 4 horas – nosso limite não é de 4 horas, é de até 4 horas. Então, eu posso ter com 2 horas, posso ter com 3 horas, onde houver infraestrutura.

O transporte rodoviário de passageiros ainda é o de maior abrangência na mobilidade rodoviária intercity no Brasil e ele vem sendo exercitado desde que Washington Luís disse que governar é abrir estradas, e o Brasil optou pelo rodoviarismo há mais de 70 anos. E, de lá para cá, houve tempo suficiente para que, na medida em que a expansão demográfica, econômica e social fosse ocorrendo e as rodovias surgindo, junto, fossem surgindo infraestruturas adequadas para a operação do transporte.

E, claro, a prestação de transporte de passageiros é completamente distinta do transporte de carga. Um motorista nosso nunca sai longe de sua base mais de 8 horas. Ele sai de Brasília e o máximo a que ele vai é até Uberaba. De lá, ele volta para cá, enfim, ele está sempre, num espaço de 24 horas, de volta a sua casa. Não surge esse problema de ficar retido, como o Litti menciona aqui, tantas horas num lugar distante. De fato, é uma situação difícil de ser contornada.

As paradas que existem para ônibus hoje têm características diferentes de uma parada para caminhão. Se imaginarmos que também nós estamos falando de número de caminhões, que é, no mínimo, 15 vezes superior à frota de ônibus no País, também é outro desafio enorme pensarmos em grandes rodovias em que, a cada 4 horas, o motorista tenha que parar. Tem que haver grandes pátios, grandes estacionamento e com toda a infraestrutura, com toda a segurança, com ponto para o refrigerado e tudo mais. Basta ir a Uruaiana e a Foz do Iguaçu e verificar o que acontece lá, quando se tem que parar lá, pela aduana. Então, são realidades distintas.

E a forma de exercício da profissão do trabalhador voltado para o transporte ou daquele também que é empregado da transportadora, é diferente do autônomo. O autônomo tem autonomia. No transporte nosso, o motorista não pode sair da rota; ele tem que uma definição onde vai operar, o tempo de duração,

enfim, é tudo previamente estabelecido, definido. No transporte de carga, principalmente no autônomo, nem sempre isso ocorre; é muito mais elástico, é muito mais dinâmico. Quer dizer, são realidades operacionais distintas e demandas também completamente diferentes.

Certamente que o estatuto de que se está falando aqui é algo muito abrangente. A nossa visão, juntamente com os trabalhadores, foi de que o nosso setor, que, durante mais de 50, 60 anos, conviveu na relação trabalhista usando, por empréstimo, toda uma legislação oriunda do segmento ferroviário, ele necessitava de uma definição para essa categoria, que é muito importante na mobilidade do transporte de pessoas. Seguramente, em termos de valor, nós estamos falando de algo mais sublime que pode haver, que é a vida humana. Então, tudo que se puder fazer e todo o rigor que se puder aplicar para fazer a gestão dessa prestação de serviço será sempre bem-vindo, sempre válido e necessário. Quando a gente ouve notícia de que um ônibus clandestino caiu numa ribanceira ou mesmo que um ônibus regular se envolveu num acidente e que vidas se perderam, nunca se consegue estar no lugar da família daquelas vidas que foram perdidas. E a gente que convive com isso há 40 anos e que já dirigimos empresas por muito tempo, sabemos o quanto isso é impactante, o quanto isso custa, do ponto de vista não só econômico, mas, principalmente, do emocional.

O transporte é impregnado de risco em todos os sentidos. No momento em que se movimentou um veículo, o risco está presente. E, quanto mais cuidado, mais preparo esse profissional tiver, mais regras controladoras ele tiver para ajustar essa atuação, isso será sempre bem-vindo e sempre importante. Nós nunca divergimos disso. É evidente que as complexidades são muitas, e eu costumo dizer que se fossem fáceis já teriam sido resolvidas há muitos anos.

Essa infraestrutura necessária, que seria para chegar ao estado da arte – eu diria que, nesse aspecto, o setor de passageiro já tem – vai levar muito tempo para ser construída. Acho que o veto aplicado ao artigo da Lei que dispunha que novas rodovias concessionadas já deveriam ter a obrigação de ofertar isso foi um retrocesso ao que se discutiu, ao que se negociou. Quanto à adequação das antigas, poder-se-ia pensar em uma dilação do prazo, mas simplesmente dizer “não” quase que inviabiliza, no médio prazo, a solução do problema. O fato é que alguma coisa, diferente do que foi feito, precisa ser feito, se nós quisermos avançar e chegarmos ao estágio desejável de se ter infraestrutura, de oferecer as condições, porque, no transporte de passageiro, onde o motorista para o ônibus para descansar, eu tenho de lhe oferecer um alojamento,

um restaurante, toda uma infraestrutura para ele poder, de fato, descansar.

O nosso auditor do trabalho vai apresentar um filme. Se em 26 horas o motorista parar duas, é alguém que está sendo movido por algum motivador diferente, o que a gente sabe que acontece, porque fisicamente é impossível resistir. Ele vai acabar morrendo, como ocorre. É lamentável, mas essa realidade ainda existe e todos desejam mudá-la; agora, para mudá-la, temos de avançar gradativamente.

O Governo, como foi dito, não pode estar ausente desse debate, porque, nós, aqui, discutiremos a vida inteira, faremos leis maravilhosas, decretos, regulamentos, mas quanto ao físico, ao operacional, àquilo que vai viabilizar de fato a prática, se ele não estiver presente, não caminhar no mesmo passo, a solução não virá. Então, é extremamente importante que nós tenhamos aqui esse apoio.

Na hora em que os autônomos fazem a paralisação e a movimentação – que nós entendemos que se justifica –, quem aparece para dar solução ou para tentar negociar? É o Governo, é o Poder Executivo. Por quê? A atribuição é dele. Nessa hora não é o Congresso, não é o empresário, não são as centrais sindicais. Não, tem de ser o Poder Executivo. Então, a atribuição é dele. Ele tem de estar presente, ele tem de participar, porque a construção da solução ideal, desejável, para chegarmos ao estado da arte, tem de ser a soma dos esforços de todos; não pode ser apenas de uma parte. Acho que esta faltando nesta Mesa outros interlocutores que possam, de fato, contribuir e se comprometer com essa solução.

Queremos saudar o Senador mais uma vez pelo empenho, pelo esforço, e aos demais companheiros integrantes de outras entidades e dizer que, no caso do nosso segmento – está aqui Confederação representada também –, nós já estamos, vamos dizer assim, dando implementação àqueles pontos que ainda não estavam contemplados, como o seguro e algumas outras coisas que vieram na Lei que regulamentou a profissão. Mas 90% daquilo que veio na Lei vieram ratificar o que a prática já demonstrava.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ LUIZ SANTOLIN – Agradecemos a oportunidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Ouvimos o Sr. José Luiz Santolin, Superintendente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati), que disse que 90% já foram implementados. Nós sabemos que, quando

chega uma lei, ela não é implementada do dia para a noite. E ele nos disse que a maioria já fora implementada, até porque em muitas coisas as empresas já se haviam antecipado.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, que tem acompanhado esse debate desde o início, portanto, há um bom tempo, não é Mincarone? Ele participou de todas as audiências públicas, quer aqui em Brasília, quer nos Estados, e inclusive auxiliou na formatação do relatório final.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Obrigado.

Bom dia, Senador! Venho saudá-lo pela iniciativa dessa audiência pública e cumprimentar os membros da Mesa e os demais presentes nesta Comissão de Direitos Humanos.

O Senador, que é um batalhador pelas leis que visam a buscar igualdade de tratamento e justiça social na área tanto dos trabalhadores como da pessoa humana, incumbiu-nos de montar um grupo de trabalho há 2 anos para discutir o Estatuto do Motorista. Esse grupo de trabalho já participou de várias audiências públicas e realizou várias reuniões e podemos dizer que já chegamos a 90% de consenso a respeito de tudo que trata o Estatuto do Motorista. E, verdade seja dita, nos 10% restantes não é que haja discordância, existe negociação na qual estamos procurando aproximar os interesses dos empregados, dos autônomos e dos trabalhadores. Então, o grupo de trabalho vem realizando atividades bastante produtivas e chegamos já a esse avanço grande de 90% de consenso.

Ao mesmo tempo em que o grupo de trabalho discutia, também houve uma grande negociação entre as confederações de trabalhadores e de empresas de transportes junto com o Ministério Público para chegar a algum acordo num processo que existia na Justiça, nascido em Rondonópolis, Mato Grosso, anos atrás. E, dessa negociação entre as confederações, saiu a sugestão do Projeto de Lei 12.619, que foi aprovado e que já é um grande avanço nas questões de transporte, tanto de passageiros como de cargas e da profissão de motorista.

Bom, na situação atual, nós podemos dizer que temos uma Lei, que está sendo implantada aos poucos, que representa um grande avanço, mas também existe uma negociação no âmbito do Estatuto do Motorista que prevê outros pontos além dos previstos em lei.

E também, seguramente, vai sair dessa discussão do Estatuto do Motorista, uma busca pelo aprimoramento da Lei nº 12.619. Como disseram vários companheiros, o Litti representando os autônomos, como também os empregados, a Lei é muito importante, mas

ela, de certa maneira, precisa de algum aprimoramento. E é para isso que estamos aqui para discutir positivamente e trazer sugestões para esse aprimoramento.

Bom, eu vou apresentar o trabalho nosso, do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Rio Grande do Sul e também ao mesmo trabalho incorpora-se também a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI).

A Lei nº 12.619, basicamente, modificou o Código de Trânsito Brasileiro e a lei de trabalho, a CLT, criando controles para jornada de trabalho e tempo de direção. Então, ela foca nesses dois aspectos. O Estatuto do Motorista é muito amplo porque vai enfocar outros aspectos. Mas vamos, primeiramente, verificar o que a Lei trouxe de novidade, no que ela pode ser aprimorada.

Antes da Lei, os motoristas, os contratados, os empregados, estavam ao abrigo do art. 62, que seria incompatível com o controle de jornadas de trabalho. Os autônomos não tinham controle nenhum. Mas, como disse o nosso auditor fiscal, já muitas empresas embarcadoras começavam a exigir certos cumprimentos de horários das empresas e estas, por sua vez, precisariam começar a controlar a jornada de trabalho do motorista. Apesar de serem incipientes, já existiam algumas exigências nesse sentido.

A Lei modificou e o que ela modificou? Ela passou a determinar um controle de jornada por um lado. E o Código de Trânsito, um tempo de direção. Para todos os motoristas, as paradas foram fixadas, na Lei, em 30 minutos a cada 4 horas, podendo ser fracionadas ao longo das 4 ou ser antecipada na segunda ou na terceira hora, mas, no total, o mínimo era de 30 minutos, e um descanso noturno de 11 horas.

Agora, para os empregados, a lei foi mais específica porque determinou uma parada de 1 hora para refeição, descanso semanal de 35 horas e uma jornada diária de 8 horas e o máximo de 2 horas extras.

Em relação ao tempo de direção, os motoristas empregados acabaram sendo limitados pela própria CLT em 10 horas.

Os autônomos podem chegar a 12 horas no seguinte cálculo: as 24 horas do dia menos as 11 de repouso, menos 2 paradas de meia hora, podendo atingir 12 horas.

Mas aí isso já resulta em um grande problema para o autônomo. Por quê? Porque ele tem que ter poucas paradas durante o dia. Vocês imaginem três turnos de 4 horas e ele parando só duas vezes de meia hora. Ele vai ter que fazer o almoço correndo de meia hora e uma outra parada correndo de meia hora para poder compensar o repouso noturno, que é de 11 horas – um repouso muito longo.

Então, o autônomo ficou sobrecarregado, porque, para ele atingir as 12 horas, que o próprio pleito dos autônomos, ele tem que rodar muito, com poucas paradas, durante esse tempo que roda e uma parada noturna muito grande.

Ora, isso aqui pode causar um problema sério de risco de acidente durante essas 12 horas, porque só tem duas paradas de meia hora. E não é obrigado a parar 1 hora para o almoço e ele vai acabar parando menos para poder compensar uma parada excessiva de noite.

Depois da Lei, então, essa fiscalização do horário de trabalho vai limitar nessas 8 e mais 2 por empregado. Então, vejam que há uma mudança importante, tanto para os autônomos como para os empregados. Essa mudança tem que ser equilibrada, tem que ser balanceada, tem que ser aprimorada, para que possam, tantos os autônomos como os empregados, estarem satisfeitos e os dois dirigindo nas mesmas condições. Porque, se um dos aspectos da lei é segurança viária, não é admissível que a segurança viária trate motoristas autônomos e empregados de maneira diferente. Os dois têm que ter o mesmo padrão de rodagem de direção para poder transmitir o mesmo padrão de segurança viária nas estradas.

No Código de Trânsito faltou essa uniformidade de tratamento de empregado e autônomo. Não é que faltou, na verdade, ele permitiu as 12 horas, mas a CLT limitou em 10 o empregado. Então, há falta de uniformidade na prática entre o empregado e o autônomo, que é seu próprio empregador, tem a possibilidade de dirigir o máximo que pode pelo Código de Trânsito.

O que nós calculamos *grosso modo*? Pegamos um exemplo de uma viagem de Porto Alegre a São Paulo, que antigamente era de um dia e meio e passa a ser de dois dias, aumentando em 33% o período de viagem. Se ele rodar por dia 8 horas, ele vai chegar, no máximo, a 480 quilômetros; se rodar 10 horas em um dia, ele vai chegar, no máximo, a 600 quilômetros. Por isso que houve esse incremento de 33%, porque de Porto Alegre a São Paulo são 1.200 quilômetros e ele vai ter que fazer em 2 dias e antes ele fazia em um dia e meio.

Aqui talvez haja um exagero e aqui talvez haja um exagero por outro lado.

Então, qual é a proposta para o longa distância? É de fracionar o repouso diário de 11 horas em 9 ininterruptas mais 2 – estas para gozo no retorno da viagem. Quer dizer, o motorista empregado tem direito a 11 horas, pela CLT, mas nós entendemos que ele, economizando 2 horas por dia, ele pode gozar essas 2 outras horas no retorno de viagem. Se ele faz uma viagem, por exemplo, de 2 dias para ida e 2 para vol-

ta, que são 4 horas, ele tem 8 horas de acúmulo que ele pode gozar no retorno da viagem, ficando um dia a mais na sua casa.

Obviamente que a grande maioria dos motoristas empregados vai preferir reduzir um descanso para 9 horas e, no retorno, ter um dia a mais em casa. Eu acredito que isso dá uma qualidade de vida familiar muito melhor do que ele ficar 11 horas, das quais ele vai dormir 7 e vai ficar 4 horas – 1 hora para refeição, banho e tal e as outras 3 horas. O que ele vai fazer parado em um local na beira de uma estrada?

Como dizem as esposas de motoristas, é muito mais importante ele vir para casa do que ficar 3 horas sendo assediado nos postos de motoristas por prostitutas, por droga, por outros objetivos.

Então, a ideia é possibilitar que o motorista trabalhe 8 horas normais e 2 extras, o que dão 10, e mais 2, para completar 12 horas em que ele vai dirigir durante o dia. E essas 2 horas ele vai compensar no retorno. Quer dizer, ele pode dirigir 12 horas, mas as 10 horas vão ser as que ele vai trabalhar de acordo com a lei normal, com a Consolidação das Leis do Trabalho, e as horas extras. As outras duas horas não são para ele ter uma jornada excessiva; é para ele aproveitar a viagem de longa distância e compensar no retorno, ficando mais na sua casa.

Vocês imaginem que um motorista que vai até o Chile e volta fica 20 dias fora de casa. O que ele quer? Ficar mais tempo na volta, aproveitar mais o retorno.

Bom, outro ponto também é a questão de interpretação e normatização da lei. Há a necessidade de unificar as interpretações de alguns artigos da lei que causem insegurança jurídica e a normatização em relação às suas aplicações. Por exemplo, a questão do horário de trabalho. Ora, nós sabemos que motorista de ônibus tem um horário na rodoviária, uma planilha para sair, uma planilha de horário de parada. Agora, quem vai fixar um horário definido para um motorista sair de viagem, se ele está num embarcador ou se está num terminal ou num porto? Não há horário definido. Então, eu chamaria de horário móvel, a necessidade de fixar um horário móvel para sua jornada, porque não se pode dizer que vai sair todo dia às 8 horas. Não tem condições um motorista de caminhão sair às 8 horas; ele depende de vários outros fatores. Não é uma rodoviária, onde se marca às 8 horas, o passageiro está às 8 e ele sai às 8 horas. Então, essa é a interpretação do horário móvel.

O próprio intervalo. Eu pergunto assim: a CLT coloca de 1 a 2 horas o intervalo. Agora, vá lá para o Nordeste, num calor infernal, obrigar o motorista de caminhão a ficar 1 hora parado, ou no máximo 2 horas, no horário do almoço? Ele quer parar 3 horas ou às

vezes até 4, para deixar o horário pior do sol passar e ele depois seguir viagem num horário mais tranquilo.

Então, a questão do horário móvel de início e intervalo são características específicas que, em viagem de longa distância, têm de ser normatizadas de uma maneira também específica pelo Ministério do Trabalho, ou através de uma própria regulamentação da lei.

Também a lei previu um tempo de espera, que é o período em que o motorista estiver à disposição da empresa em carregamento e descarregamento e também em postos fiscais e aduanas, que ultrapassar 8 horas por dia. A Lei tem essa previsão nova e veio atender a interesses gerais, para que, naquele horário em que o motorista está parado, ele também tenha alguma espécie de remuneração e não somente durante o tempo em que está dirigindo o veículo.

Quais são as consequências da Lei? Nós podemos ver que como consequências da Lei, haverá maior segurança viária, maior qualidade de vida para o motorista em geral, um controle e uma limitação de jornada; por sua vez vai haver menor produtividade, mas menor produtividade dentro de situações que a gente considera saudáveis. Contudo, vai haver maior custo de transporte e vai requerer um maior planejamento logístico.

Então, é necessário que os embarcadores se atentem que ao cair a produtividade, haverá a necessidade de um aumento de custo. Isso tem de ser repassado à tarifa de alguma maneira, porque esse aumento de custo é o que vai permitir essa maior segurança viária e maior qualidade de vida. E as empresas vão fazer um planejamento logístico melhor, apesar de nunca conseguirem que todo caminhão saia às 8 horas, porque isso é impossível!

Qual a expectativa, então, do nosso segmento de transporte rodoviário de longa distância e também do internacional? É que seja aprimorada a legislação atual para viagem de longa distância, fracionando o repouso noturno em 2 horas, em 9 horas mais 2, sendo que essas 2 no retorno da viagem; possibilitar que as 12 horas sejam o máximo de jornada, mas com a compensação para os empregados dessas 2 horas a mais, que ficam para o retorno. E que essas 12 horas de tempo de direção sejam atingidas nas viagens de longa distância.

Fala-se que dirigir 12 horas num dia é demasiado, que trabalhar 12 horas, mesmo que seja para compensar na volta, é demasiado. Nesse caso, vou me remeter à própria CLT, que no art. 239, do ferroviário, diz assim: “Está especificado que a jornada total não pode exceder 12 horas diárias”. Ora, se a um ferroviário a CLT possibilita 12 horas, por que não a um rodoviário?

O art. 249, §2º, na parte do marítimo: “Consta que não pode exceder 30 horas semanais o serviço extraordinário”. Ora, o marítimo permite até 30 horas de serviço extraordinário. Então, é um balizador também para verificar que na situação de transporte, seja ferroviário ou marítimo, pressupõe-se que o trabalhador possa trabalhar um pouco mais, até 12 horas, para ter essa compensação no seu retorno, quando ele poderá estar com sua família.

E ainda para esclarecer a questão do longa distância, da diferença do urbano, eu queria mostrar a seguinte diferenciação: um transportador urbano, um motorista de transporte urbano, além dessas 10 horas máximas que a lei permite, tem uma perda de tempo para se locomover da sua residência até o seu local de trabalho. Ele mora num local e tem que ir até a empresa de ônibus pegar o ônibus. Quanto tempo ele leva para fazer isso? Normalmente de meia hora a 1 hora, dependendo se o centro urbano é pequeno ou grande. Vocês imaginem que um motorista de São Paulo ou de Brasília, de Belo Horizonte, Porto Alegre perde de 1 hora a 2 horas por dia em locomoção; com mais as 10 horas de trabalho, ele fica 12 horas no trânsito. Pode-se dizer: “Bom, ele não está dirigindo o ônibus lá.” Mas é um estresse e, às vezes, é um estresse muito maior do que o de uma estrada. Então, na estrada, ele pode atingir as 12 horas, porque, quando para o caminhão, está no seu local, na sua residência; é temporária mas ele está, pois não gasta tempo se locomovendo. Então, não há um estresse maior.

A Lei 7.183, dos Aeronautas, sinaliza jornadas de 11 horas para tripulação simples e até 14 horas para composta. Então, o avião também possibilita mais do que as 10 horas.

E trabalhadores em plataformas marítimas de petróleo? Eles têm a jornada de 14 dias na plataforma, embarcados, por 14 dias em terra. Nessas 14 horas eles estão 12 horas trabalhando sob pressão, sob tensão, haja vista que a plataforma de petróleo é muito perigosa. Já tivemos acidente com plataforma. E, nessas 12 horas em que está trabalhando, ele trabalha sob tensão, às vezes mais até do que numa estrada.

Então, todos esses artigos pesquisados na própria CLT e nas convenções trabalhistas mostram que dirigir até 12 horas, com determinadas circunstâncias – por isso, nós dissemos que vale para longa distância, porque na longa distância o motorista para e está na casa dele. Não estará dentro da cidade, em que ele também vai ter que se locomover – evidenciam uma maneira de flexibilizar a norma e, com isso, atingir o objetivo de igualar, em todas as circunstâncias, tanto a segurança viária como a qualidade de vida dos motoristas, tanto para autônomos quanto para empregados.

Então, essa é a nossa contribuição. Eu até fico satisfeito de ver esse folheto que é distribuído pelas centrais sindicais, com o timbre do Ministério Público e da Federação dos Policiais Rodoviários, o qual diz assim: “Obrigatoriedade dentro do período de 24 horas, observado o intervalo de 11 horas de descanso, podendo ser fracionado em 9 mais 2”. Então, estou vendo que as próprias centrais sindicais estão a favor desse fracionamento.

Acontece que na lei original havia o fracionamento, tanto no Código de Trânsito quanto na CLT, mas foi vetado pela Presidência da República. E eu creio que isso aqui agora é algo unânime e de bom senso que está em todos os segmentos, não só dos empregadores como dos autônomos e também dos empregados.

Então, nós achamos, Senador, que talvez esse seja o momento para puxar um projeto de lei que permita essa alteração, esse aprimoramento da Lei no que diz respeito ao descanso noturno, que, acho, é a principal necessidade nesse momento, para que isso seja considerado como um consenso geral de todo segmento, sem desmerecer a Lei. A Lei foi muito bem construída e debatida, mas como toda lei, talvez até pelo pouco tempo, acabou deixando alguma pequena brecha e houve a necessidade de aprimoramento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Luiz Alberto Mincarone, representante da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, que fez um relato detalhado da Lei e o que pode ser melhorado.

Vou solicitar aos senhores, a não ser ao representante do Ministro, que retornem para a primeira fila.

Vou montar a segunda Mesa. Na abertura da segunda Mesa, o representante do Ministro vai passar um pequeno vídeo.

Para a segunda Mesa, convido Pedro Lopes, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina, Diretor da NTC; Neori Tigrão, grande Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro. Ambos, tanto o Pedro Lopes como o Neori Tigrão participaram, pelo que me lembro, de todas as audiências públicas que realizamos. Convido também o Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano, Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho.

Uma salva de palmas aos três. (*Palmas.*)

De imediato, na abertura dos trabalhos desta segunda Mesa, convido o Sr. Naldenis Martins, Auditor Fiscal e representante neste debate do Ministro do Trabalho e Emprego, Ministro Carlos Daudt Brizola.

Que ele possa, então, passar o vídeo que ele comentou na sua fala.

O SR. NALDENIS MARTINS – Obrigado, Senador. Agradeço a gentileza e a compreensão da Mesa.

Esse é um trabalho justamente sobre aquele acidente do trabalhador que fez 26 horas de jornada. Foi esse trabalho que o grupo conseguiu realizar. Isso ocorreu antes da Lei e é bom para a gente verificar como era a situação. Apesar de a Lei ter dado muita sustentação nesse ponto, foi um avanço comemorado pela fiscalização, já havia elementos que poderiam levar ao controle de jornada. Então, foram obtidos dados de rastreamento nas empresas que fazem esse trabalho normalmente e pudemos analisar esse acidente e ver o andamento da jornada desse trabalhador.

Ele está partiu de São Paulo, de onde começou a andar. Os dois primeiros dígitos significam o dia; em seguida, o mês; e, em seguida, a hora do dia. Então, ele saiu às 4 horas e já está aí às 10 horas.

Está chegando às 15h lá. Antes disso aqui, a bem da verdade, há algumas paradas, mas, somadas, vão dar no máximo as 2 horas que citei. Então, foram muito poucas paradas, muito curtas. E ele segue. (*Pausa.*)

Aqui é aquele detalhe que eu havia dito. Ele passa por várias cidades ao longo desse trecho. Para quem conhece bem essas cidades, passa Itabira e segue. (*Pausa.*)

Vai seguindo. (*Pausa.*)

Então, este é o exemplo que eu havia dito: às 19h59, nesse ponto aqui, ele não teria completado ainda as 4 horas-limite, mas está aqui nas proximidades de Ipatinga. A gente estava falando em suposição, porque aqui não havia ainda a lei.

Aqui, como está no gráfico, às 20h51 seria justamente o limite de 4 horas. Se tivesse vigente a Lei à época, esse seria o ponto limite para que ele descansasse. Nesse ponto, especificamente, não havia, pelas informações, um ponto específico de parada, mas, 1 hora antes, ele passou em Ipatinga. Então, havendo planejamento, ele já poderia ter parado em Ipatinga. É esperado que hoje, na situação atual, muitos motoristas parem em Ipatinga. Então, isso é outra coisa.

É claro que defendemos que melhorem os locais em que os motoristas param, mas hoje eles já param em Ipatinga. Quando atende à conveniência do negócio, eles param em Ipatinga. Esse é o ponto que queremos frisar.

Nesse horário de 20h51, ele não tinha como parar, mas, havendo planejamento, ele pararia antes. (*Pausa.*)

Ele continua. Já estamos no dia seguinte, à 1h19 da manhã do dia seguinte, e ele segue. (*Pausa.*)

São 5 horas da manhã, e ele está seguindo. Aqui, obviamente, aconteceria de novo a necessidade de, a

cada 4 horas, ele parar. Vários outros pontos ocorreram em que ele poderia ter parado para cumprir o descanso depois das 4 horas. Às 9h10, ele chegou em Vitória da Conquista, depois de ter partido às 4h41. Seguindo mais um pouco, às 14h, ele parte em direção a Salvador e às 23h02, mais ou menos isso, vem o acidente.

Novamente, aqui, é aquele acidente em que ele se chocou com a traseira de outro veículo. É isso que temos observado. A maior parte dos acidentes que analisamos é o motorista perdendo o controle do veículo; não é ele se envolvendo necessariamente com outro, é tombamento. Tudo leva a crer que o excesso de jornada, a fadiga está contribuindo para isso.

Então, agradeço a gentileza de todos pela possibilidade da demonstração, com a que fica claro que haveria, sim, condições de paradas, se elas forem encaixadas no negócio. É esse peso que queremos que seja dado. Na hora de definir os custos, que se leve isso em consideração. Qual é o custo que esses acidentes geram? Por isso, a gente acredita que as 12 horas comentadas, para o motorista, são difíceis, porque é um segundo de distração que leva a acidentes. A gente sabe muito bem o que causam toneladas em movimento. Então, a gente tem esse posicionamento da não aceitação da extrapolação além das 10 horas, 8 horas mais 2 horas extras para os motoristas.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Senador, só um esclarecimento. Esses dados foram obtidos em um computador de bordo do caminhão, do GPS...

O SR. NALDENIS MARTINS – Fomos às empresas, que foi um momento que nos causou até certa indignação. Esses dados eram usados, e ainda são usados, para o negócio, para garantir logística. Ou seja, se apareceu uma carga, e o embarcador chamou a empresa a apresentar um caminhão, ela vê qual caminhão está mais próximo de determinada região e consegue mandar aquele caminhão que está vazio, minimizando seus custos. Só que esses mesmos dados não eram usados para garantir a segurança do motorista. Isso realmente nos causou certa espécie inicialmente. Se existe tecnologia, e é sempre interessante ter mais tecnologia, ela tem que ser usada também para garantir os direitos do trabalhador.

O SR. NEORI TIGRÃO – Seria a carga horária. No caso, a carga horária.

O SR. NALDENIS MARTINS – Não sei a característica da entrega propriamente dita, mas, como há também a questão do pagamento por comissão – isso também é dito – muitos dizem: “Eu não obrigo o motorista a fazer, mas como o pagamento é baseado no frete, o motorista vai querer fazer mais viagens em menor tempo.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O.k.

Feito o esclarecimento, só peço que o representante do Ministério do Trabalho continue na Mesa. Nós vamos iniciar agora a fala dos nossos outros três convidados.

De imediato, pela ordem, passo a palavra ao Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Estado de Santa Catarina, que é Diretor da NTC, Sr. Pedro Lopes.

O SR. PEDRO LOPES – Primeiramente, quero cumprimentá-lo, Senador Paulo Paim, e relembrar a primeira reunião que realizamos em Porto Alegre, quando V. Ex^a apresentava o projeto básico, o 271, que discutimos no evento realizado no Rio Grande do Sul. Pela primeira vez, tivemos oportunidade de manter essa relação e esse entendimento com V. Ex^a, que foi bem claro com relação às questões apresentadas naquela ocasião de como entendia e iria conduzir o processo do Estatuto do Motorista. Não foi diferente daquela colocação inicial e a tranquilidade que transmitiu, não só aos empresários como ao motorista brasileiro, do seu propósito, por isso quero enaltecer a oportunidade e o debate que tem sido continuado dessa questão.

Não seria mais oportuno e o local mais adequado desta Casa para debatermos que esta Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida por V. Ex^a. O principal de tudo e de todo esse processo é a preservação e o respeito à vida e principalmente ao trabalhador. Nós poderíamos, como empresários, como em algumas oportunidades têm sido de costume, dizer que o empresário, o empregador tem interesse em explorar o seu empregado. Mas o que nós vimos, a partir do momento em que nos dispusemos a debater a questão da lei principalmente e a jornada... Aliás, o que já vimos, através do Projeto 2.660, há uns anos aprovado nesta Casa, cuja implantação infelizmente não ocorreu, é que continuaram as consequências que são conhecidas de público.

Quando começamos a debater a questão do processo, da elaboração do Estatuto do Motorista, veio a necessidade de anteciparmos algumas questões por força de ações que o Ministério Público do Trabalho estava implantando nas empresas de transporte brasileiras e que envolviam também o transportador autônomo. Isso começou no nosso Estado, ações em várias regiões. Nós tivemos oportunidade de nos aproximarmos do Ministério Público de Santa Catarina e de conhecer os objetivos e os propósitos que tinha com relação a esse controle de jornada.

Pelo que observamos aqui nesta manhã, nos debates que envolvem a Lei 12.619, que foi antes da apresentação do Estatuto, a manifestação inicial, pelo

que entendemos, é pela aprovação do texto dessa lei, com algumas questões que entendemos pertinentes e que não fogem, em nenhum momento, do propósito colocado aqui de flexibilizarmos algumas questões. Essas questões temos trabalhado com o Ministério Público do Trabalho, com o Ministério do Trabalho e com representantes dos trabalhadores. Aliás, é preciso que se diga que foi histórica esta relação: sentaram-se, na mesma mesa, empregadores, empresários, trabalhadores do Brasil inteiro e Ministério Público do Trabalho para, de maneira consciente, debater a redação de uma lei que viesse atender o momento e a necessidade. Desses debates participaram, inclusive, companheiros dos autônomos, que, em nenhum momento, foram alijados do debate. Autônomos, transportadores de passageiros, embarcadores, todos foram chamados para o debate e construímos isso de acordo com os debates das reuniões realizadas dentro da Confederação Nacional dos Transportes.

Aliás, com relação à flexibilidade, ela vai muito de acordo com aquilo que nos apresenta esse projeto da redação do Estatuto do Motorista, apresentado pelo Mincarone. Eu acho que nós deveríamos sair daqui hoje, Mincarone – seria bom até que nos passasse, para que pudéssemos, dentro desse grupo de trabalho, dentro da Conjur, em São Paulo, e também nas comissões que trabalham aqui em Brasília com o Ministério Público –, com essa adaptação, já que entendemos o que pode ser flexibilizado, dentro do que apresenta o Estatuto do Motorista. Aliás, em uma reunião aqui mesmo realizada, ficou o compromisso e a responsabilidade de todos nós de que o debate nesta Casa ocorreria para adaptarmos e melhorarmos a Lei nº 12.619 ao Estatuto do Motorista. E é isso que estou vendo na sequência e na continuidade desse trabalho.

Mas a vida humana, Senador, está em primeiro ponto, em primeiro lugar, mesmo porque a Lei nº 12.619 estabeleceu um regramento. Nós observamos, no feriado de Sete de Setembro – vou falar do meu Estado, o Estado de Santa Catarina, que concorre com Minas Gerais com o maior número de acidentes que lá acontecem –, 25 acidentes, 26 acidentes, e só 2 envolveram caminhões. Recentemente, depois dessa manifestação, dessa movimentação que arrefeceu um pouco a fiscalização da Lei nas nossas estradas, em menos de um mês, no tivemos, na 376, 7 mortes em um único acidente. Na BR-101, no mesmo período, 5 mortes; na 282, 5 mortes; na 470, 4 mortes e, na BR-101, 1 acidente na semana passa, todos eles envolvendo caminhões. Quer dizer, em menos de 30 dias, houve 21 mortes, em um período muito curto, quando não havia o regramento e a fiscalização, como vinha sendo feito, da aplicação da lei, porque ela não era

incisiva com relação à cobrança da lei, mas simplesmente – e muito mais ainda – para educar o motorista, o embarcador e transportador brasileiro quanto a sua aplicação.

Outra questão é a que diz respeito às paradas; os pontos de paradas têm sido muito questionados. O que nós observamos ao longo desse tempo – e posso afirmar isso pelo meu Estado – é que: primeiro, nas últimas concessões, consta do contrato de concessão a obrigatoriedade das concessionárias entregarem à sociedade, ao transportador os pontos de parada à beira de estrada. Isso faz parte do contrato, do último contrato. Tanto que, no nosso Estado, que faz parte da última concessão, em dois pontos, na ligação de Mafra com Rio Grande do Sul e na ligação de São José dos Pinhais com Palhoça, já estão sendo elaborados esses pontos, a exemplo do que há na Argentina, no Chile, nos Estados Unidos, alguns deles já com projetos de participantes da iniciativa privada que querem entrar nos negócios à beira da estrada junto a postos de combustíveis.

O que nós observamos também foi que os postos de combustíveis, de acordo com o entendimento que tivemos com o sindicato dos postos, passaram a praticamente duplicar os seus pontos, os seus locais de parada, melhorando-os – isso aconteceu em Santa Catarina e está acontecendo no Rio Grande do Sul também –, porque eles são os diretamente interessados em atender.

Em um dos debates que tivemos com relação à implantação e a alguma flexibilização da Lei aqui, uma das questões com relação ao ponto de parada – isso nos assegura também o Ministério Público do Trabalho – é que ela pode ser flexível a partir das 4 horas até que o motorista encontre um local adequado em que ele possa se instalar seguramente.

Com relação à Lei no que diz respeito à longa distância, essa de vir o motorista para junto da família cumprir o tempo de descanso é perfeitamente flexível. A questão da flexibilização das 9 horas mais 2 horas também é uma questão que está sendo debatida de maneira que se possa atender o desejo, desde que haja entendimento, consenso, assim como foi na construção da própria Lei.

No que diz respeito à longa distância, principalmente, à logística, há que se analisar também o que se pode falar em termos de adequação de logística em função da longa distância – e aí há um comprometimento de debate entre empresários do transporte, entre embarcadores – para estabelecer uma relação intermodal. Hoje também se torna, em alguns pontos, até inconsequente sair de Porto Alegre com uma carga e chegar a Recife, quando podemos perfeitamente

trabalhar – e já há um movimento empresarial da iniciativa privada – no sentido de fazer um consenso, de estabelecermos uma regra de uma logística integrada entre portos, através da cabotagem, e aproveitando também os pontos de caminhões.

Outra questão diz respeito às empresas se movimentarem no sentido de dar condições a seus empregados. Se nós deixássemos os pontos de parada, aquilo que atende o motorista, para muitos anos depois, certamente a Lei não teria como ser implantada a médio prazo, como está sendo feito, e também não haveria uma responsabilidade de despertar. Não é o Governo, não esperamos que isso seja feito pelo Governo; o parceiro privado tem condições muito fortes, em termos de negócios, de *shoppings* à beira de rodovias, como temos em outros países da América, especialmente, que são exemplos daquilo que se pode fazer, trazendo para Santa Catarina e para o Brasil a adaptação dessa Lei. É preciso que se considere o tamanho do País, mas, em todas as regiões, como está acontecendo uma preocupação dos empresários, através de sua representatividade, das suas federações, das suas associações junto com os embarcadores, há o interesse direto de fazer com que a Lei seja adaptada ao processo.

Não há como se discutir de maneira emocional a questão da Lei. Acho que temos que recebê-la com consciência e com responsabilidade, porque, se ela vem para preservar a vida, ela vem também para preservar o patrimônio da própria empresa, porque é o motorista, Senador, um patrimônio, o primeiro patrimônio. O empresário do transporte brasileiro considera a figura principal e central, antes do patrimônio físico da empresa, aquele que conduz o processo, que é o motorista, o responsável pela movimentação da empresa, com os projetos junto ao embarcador e à movimentação econômica do País.

Sempre digo que o caminhão transporta o Brasil nas costas, a economia brasileira vai pelo caminhão. Essa é uma consciência que nós temos de ter. E, se essa lei veio para regulamentar aquilo que estava descontrolado, é preciso que também haja um esforço de todos nós, assim como construímos junto com representantes dos trabalhadores, com o Ministério Público do Trabalho e com os empregadores essa Lei, que, se não é aquilo que podia ser, já se aproxima muito da realidade, da necessidade, principalmente, da preservação da nossa vida. Não é preservação da vida no que tange à questão da preservação da vida humana como interesse, não é só a do motorista que está envolvida nessa questão; está envolvida também a vida daqueles que estão nas estradas. Nós sabemos que temos dificuldades, aumenta cada vez mais o número

de veículos nas estradas, aumenta também a necessidade de melhoria e preparação dos nossos profissionais pelo fato da evolução da tecnologia embarcada.

A Lei veio, mas ainda chamo atenção para um detalhe neste momento em que nós rogamos a todos que aqui se encontram no que diz respeito ao passivo trabalhista. A Lei nos leva a um passivo trabalhista desde 17 de junho. Precisamos ter consciência disso, embora não se tenha a totalidade de sua aplicação, de sua fiscalização, justamente porque, em alguns pontos, aquilo que deveria ser já planejado em termos de fiscalização nas rodovias foi interrompido pela resolução que veio recomendar e não suspender a fiscalização, enquanto os órgãos de fiscalização nas rodovias, as Polícias Rodoviárias estaduais e Federal, já estavam se adaptando ao processo.

Foi realizado em nosso Estado um trabalho recente da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério Público do Trabalho e da Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina: buscando em 120 motoristas, 17 autos de infração lavrados pelo excesso de jornada, pelo des controle de jornada e ainda pela alteração do disco do tacógrafo, infelizmente, que veio a ser alterado, não permitindo a nós nem às próprias autoridades um controle maior na rodovia.

Nesse relatório que nos apresentou do acidente ocorrido na BR-376, na divisa do Paraná com Santa Catarina, o motorista que vinha foi o que causou o maior impacto do que aquele que já havia tombado, carregado de milho, com uma jornada descontrolada; mas o que veio atrás vinha com excesso de carga e não viu a caixa de escape, passando dela, e sem o controle do próprio veículo bateu, transformando em vítimas aqueles que estavam lá embaixo.

O relatório da Polícia Federal levou, infelizmente, o motorista a ser detido em flagrante, autuado por homicídio culposo por transitar com veículo com problemas. Além de o disco do tacógrafo do veículo estar vencido, não foi possível verificar com que velocidade ele transitava. É preciso que a Lei, em sua essência, seja aplicada para que possa permitir a fiscalização adequada, mesmo que ela seja de forma educativa, como vinha sendo feito pela Polícia Rodoviária Federal e também pelo Ministério Público do Trabalho.

Portanto, quero, ao encerrar, agradecer pela oportunidade, louvar a ação e dizer que, em nome dos empresários do transporte brasileiro, estamos dispostos ao debate, à adaptação e à flexibilização daquilo que for possível. Mas a essência da Lei precisa ser mantida em função, acima de tudo, da preservação da vida humana e daquilo que nos disse o representante do Ministério do Trabalho em sua exposição: ao fiscalizar,

estão estabelecendo um regramento de educação no processo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Sr. Pedro Lopes, representante da Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina e Diretor da NTC.

Passo a palavra ao Sr. Neori Tigrão, que é Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro.

O SR. NEORI LEOBET TIGRÃO – Meu bom-dia a todos, ao Senador Cristovam, aos membros da Mesa, ao representante do Ministério. Às pessoas e às lideranças que representam o setor de transportes o nosso bom-dia.

Mais uma vez, estamos aqui reunidos e tenho aquele ditado, de que não abro mão, ao representante do Ministério do Trabalho: quando homens sábios e mulheres sábias se reúnem, encontram-se soluções. E o objetivo de estarmos aqui é para encontrarmos soluções. Bem claro, de repente, o Movimento União Brasil Caminhoneiro estaria taxado como se fosse contra a Lei. Em momento algum, nós somos contra a Lei. Nós somos, de repente, contra a maneira que a Lei foi imposta, o que pode trazer dificuldades à segurança e à vida daquele caminhoneiro autônomo ou estradeiro em suas viagens de longa distância. Essa é a nossa preocupação.

Como representante da categoria, quero dizer que o meu objetivo nº 1 é a vida em primeiro lugar. É por isso que estou aqui. Há 35 anos da minha vida me dedico ao caminhoneiro. Trabalhei 20 anos como empregado junto aos caminhoneiros, eu conheço a vida, eu tenho a ponta final. Nós sabemos o que é ser caminhoneiro. Tenho irmãos meus, caminhoneiros aposentados, que eram trabalhadores de carga viva e que às vezes faziam duas viagens, uma atrás da outra, a Belo Horizonte. Nós somos contra isso, nós não queremos isso. Mas queremos que o caminhoneiro pare em seus locais de descanso, com as condições mínimas e dignas, que ela tenha lá o local para seu banho e o local para fazer sua refeição. Como a Lei foi imposta de repente, ela não dá essa valorização ao caminhoneiro.

Nós queremos dizer aos representantes que aqui se encontram que o nosso compromisso neste momento é ajudar a melhorar alguns pontos da Lei que têm de ser mudados.

Quando nós conversamos com milhares de caminhoneiros e fizemos a nossa pauta de reivindicações, antes da paralisação eu vim mais de dez vezes a Brasília. Fui ao Ministério dos Transportes, fui à Casa Civil e à ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, a fim de encontrar soluções para que nós não

parássemos. Quem sabe, a Agência naquele momento achou que os caminhoneiros não teriam união para parar este País.

Mas quero dizer para vocês: hoje o Governo é diálogo. À Gleisi, Ministra da Casa Civil, à Dilma, nós entregamos, na época, essa pauta de reivindicações, com o porquê da greve, o porquê da paralisação. O caminhoneiro tinha de saber por que parar. E aqui estamos discutindo os principais pontos, desde a Lei, até a segurança, a aposentadoria do caminhoneiro, a redução da carga tributária. Foi nesse projeto que nós salvamos o setor de transportes

Quando fui à Casa Civil, pedi à Ministra que nos ajudasse e colocasse uma equipe especial para nos atender, atender a nossa proposta e à redução; nós pedimos para tirar os caminhoneiros autônomos da informalidade, da sonegação do imposto, mas que nos dessem condições dignas para pagarmos o nosso imposto. Nós pedimos isso e provamos para ela que, em uma carga de R\$ 8.347, nós estaríamos tendo prejuízo e que isso precisava ser revisto. Pedimos apoio naquele momento, porque o setor de transporte representa este País, e o País depende dos caminhoneiros. Dissemos que nós precisávamos ser valorizados pelo nosso trabalho, que nós não poderíamos nos tornar escravos do trabalho, que nós precisávamos fazer as revisões dos nossos contratos adquiridos no Procaminhoneiro e que, com esta Lei, com esta mudança, os caminhoneiros não iriam cumprir com os seus compromissos. E a Casa Civil nos atendeu, através da medida provisória que está aqui. A Casa Civil atendeu um pedido feito ao trabalho.

É um trabalho que a gente faz em conjunto, independentemente de lideranças. Muitas lideranças falaram que a greve era golpe, não sei quê, mas hoje aproveitam a Medida Provisória nº 582 para dizer que foi uma conquista deles. Eu não falei isso para ninguém; é a primeira vez que estou falando.

Agora, o que nós precisamos aqui é mostrar as pessoas que são representantes do setor e que não tenham vaidades, que queiram, aqui, encontrar soluções. É por isso que estou aqui, é por isso que estou aqui representando o trabalho. Eu quero ser parceiro do Ministério do Trabalho, eu quero ajudar a trazer e a valorizar a vida.

Nós estamos fazendo o lançamento dos fóruns estaduais, com representantes das câmaras estaduais, criamos o fórum nacional, aqui em Brasília. Hoje, contamos com mais de 80 Deputados Federais, que estão se propondo a ajudar a encontrar a solução para aquilo de que nós precisamos.

Eu quero dizer que no Paraná... Eu tenho aqui o pré-lançamento de um projetinho: Paz na estrada: mais vida, menos droga.

Se nós quisermos combater os acidentes por droga – nem todos os caminhoneiros são drogados; nem todos os caminhoneiros devem e podem pagar pelo que não devem –, nós precisamos criar um plano de trabalho para combater a droga neste País. É uma epidemia que se alastrou entre os caminhoneiros.

Nós temos muitos bons empresários, que nós defendemos; há aquele empresário sério, aquele que paga os seus impostos em dia e que dá emprego. Muitas vezes são eles que dão as cargas para os autônomos. Então, nós temos que saber dar valor para quem dá valor para gente.

Eu quero dizer a vocês que se um caminhoneiro está doente, nós vamos combater, saber se ele está usando droga, através de uma equipe médica, através de *blitz* nas rodovias, junto com as Polícias Rodoviárias estadual e Federal. Se essa pessoa está doente, ela tem que ser tratada. De repente, tem que ter a sua carteira profissional de motorista retida, mas temos que tratá-la, cuidá-la; o Governo tem que tratar e cuidar dessa pessoa, cuidar da família dele. Muitas vezes, esse caminhoneiro não tem nem carteira de trabalho assinada, porque está na informalidade, trabalhando por comissão, se sacrificando ao trabalhar por 18, 20 horas por dia.

A isso nós somos contra! Agora, nós queremos ter condições dignas de trabalho: descanso de 8 horas; que o caminhoneiro pare 8 horas dentro das 24 horas; que ele escolha o lugar de parada. Antes, nós não tínhamos lei nenhuma, não havia lei para o setor de transportes. Se havia caminhoneiros que faziam 18, 24, 36, 48 horas, se tornando escravos, de repente, dos grandes empresários –nem todos faziam isso. Muitas empresas, hoje, têm carga horária, pedem para os caminhões pararem às 10 horas da noite. E se nós tivermos um horário digno para o caminhoneiro autônomo, parando 8 horas dentro das 24 horas, eu tenho certeza de que o autônomo irá fazer a parte dele, e isso irá reduzir... Sinceramente, eu acho que, hoje, os autônomos são a parte mínima que se envolve em acidentes. Eu não tenho esses dados levantados, mas, depois, nós poderíamos ver quem realmente poderia fazer esse levantamento de quanto se envolve em acidentes o caminhoneiro autônomo em relação aos outros.

Então, realmente, estamos aqui querendo ajudar o setor de transportes.

Desde o início, quando o Senador Paulo Paim nos convidou, sempre estivemos prontos a ajudar. Hoje, com dificuldades. De repente, tivemos que sair no domingo de manhã, de madrugada, de Curitiba, para

podermos estar aqui, mas não nos negamos, porque a categoria está lá fora. Hoje, o Paraná acredita na nossa pessoa para encontrarmos juntos a solução. Nós nunca tínhamos, portas abertas no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Câmaras estaduais. Este País é movido através da política, e os bons políticos têm que ser valorizados neste País. A própria Presidenta Dilma diz que ninguém está acima da Lei, e que a Lei tem que ser para todos. E eu acredito nisso; acredito na nossa Ministra da Casa Civil, paranaense, que não nos tem negado atendimento e está preocupada com o setor de transportes, com os caminhoneiros deste País.

E digo mais, Mincarone, digo mais ao representante da CNTTT: nós temos muitos caminhoneiros trabalhando doentes, passando por um momento difícil, para tentar pagar as suas prestações em dia; e muitos caminhoneiros estão tentando fazer as revisões dos seus contratos, porque não estão conseguindo mais pagar essas prestações adquiridas no passado. E se a Lei entrar do jeito que ela vem, nos vamos ter dificuldades. As próprias indústrias nos procuram, preocupadas com a falta de mercadoria, de repente, da industrialização. Este País está esperando uma safra recorde, e, quem sabe, as nossas exportações e a industrialização podem passar por problemas.

Então, é o momento da nossa sabedoria, da nossa humildade, de nos unirmos e vermos o que podemos mudar, ver o que é bom. Ao caminhoneiro autônomo, principalmente, representante do Ministério, preocupam as longas viagens. Somente esta é a nossa preocupação: esses caminhoneiros terem que, de repente, ficar parados à beira das rodovias, por 11 horas; neste momento, no verão, quando as temperaturas vão a mais de 40 graus, terão de parar na rodovia, no acostamento, sem estrutura.

Neste momento eu quero dizer o seguinte aos representantes do Ministério que estão aqui: neste período do ano, o caminhoneiro sai para viajar às 5 horas, 6 horas da manhã e para por 2 horas, 3 horas para o almoço; ele não viaja nesse calorão, ele dá essa parada a mais. Então, a gente teria que ver, Mincarone, como a gente podia flexibilizar isso; de que maneira nós podemos organizar, porque o setor era desorganizado. Agora, nós temos que cuidar, porque o veneno pode vir muito forte e pode matar. Então, eu acho que a composição da Mesa é de pessoas que representam o setor e que têm vontade de abrir o diálogo neste momento realmente.

Eu acho que a Lei para a cidade, para os grandes centros, para os ônibus, para as empresas é ótima. Para o transporte de curto, de menos de 400 quilômetros, ela é excelente, ela pode ser aplicada agora. Mas, como não há a estrutura, quem sabe se nós

começassemos fazendo com que todo caminhoneiro tivesse que, em 2013, Mincarone, parar 8 horas, quem sabe todo caminhoneiro, em 2014, parasse 9 horas, aumentando gradativamente 1 hora por ano. Daqui a 5 anos, quem sabe, teríamos toda essa estrutura para que o caminhoneiro tivesse a segurança na hora de fazer o seu descanso.

Esse é o compromisso que eu tenho com vocês. Se eu puder ajudar, estou pronto, eu sou um guerreiro, quero ir para a guerra, mas quero ganhar vidas, quero ganhar segurança, porque a estrada não é dos caminhoneiros, é da nossa família, é minha, é sua, Senador, é das nossas famílias. Então, há muitos quem sabe, usando a rodovia, como mostraram neste final de semana, no Jornal Nacional de sábado. Aquela pessoa andando na contramão não é caminhoneiro, mas podia morrer de frente com um caminhão, fazendo uma barbaridade.

Então, nós temos que encontrar um projeto da valorização da conscientização da nossa rodovia. As vendas de automóveis e de caminhões cresceram poderosamente, e as nossas rodovias são as mesmas. Onde há pedágio é rodovia boa, onde não há pedágio não dá para andar. O Governo está preocupado e precisa fazer grandes investimentos no setor de transporte, principalmente em rodovias deste País. Neste Brasil, o povo está de olho em nós. Nós somos um país rico, mas muitas vezes não tivemos o nosso valor e quem tem que ser valorizado neste País é o trabalhador, quem trabalha, quem produz, quem dá emprego, quem paga seus impostos. Eu não abro mão disso e a nossa vida está em primeiro lugar.

Vou entregar aqui este material nesta mesa. Aqui estamos abertos ao diálogo e vamos encontrar grandes soluções juntos, o Ministério Público, o Ministério do Trabalho, Polícia Rodoviária Federal e representante do setor de transporte. Nós estamos aqui para trabalhar. Eu não vim para brincar, eu não vim aqui para querer ser melhor do que ninguém, agora, eu não gostaria de ser usado.

É hora de mostrar o suor do caminhoneiro que, lá na rodovia, parou no sacrifício, com as contas atrasadas; deixou a família em casa, na insegurança, e volta, às vezes, para casa sem carga.

Então, nós queremos sim ser parceiros, encontrar aqui um trabalho grande, um trabalho de políticos sérios, como o Senador Paulo Paim e o Senador Cristovam, que são políticos que nos prestigiam e que valorizam o setor de transporte. É disso de que nós precisamos. Esta Casa abriu as portas para o setor mais importante deste País hoje.

Nós, caminhoneiros autônomos, representantes do setor de transporte, fazemos de 58% a 62% de

tudo que é feito no País. Então, nós estamos prontos para ajudar. Falo aqui em nome do Sr. Nélio Botelho, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, que nós estamos representando. Nós só forçamos e só tivemos que parar porque não havia outra solução. Hoje, este Governo abriu as portas, abriu o diálogo. O Ministro Paulo Sérgio, dos Transportes, sabe o que nós queremos, ele sabe do compromisso que nós temos com o setor, ele sabe do compromisso que nós temos com o Ministério.

Então, deixo bem clara aqui a nossa posição a este grupo de trabalho, que valoriza, que abriu as portas: Paim, pode ter certeza de que o nosso trabalho é da seriedade. Se pudermos ajudar, nós vamos ajudar; se não pudermos, não vamos atrapalhar ninguém. Esse é o compromisso do Movimento União Brasil Caminhoneiro. Nós não estamos aqui para criar divergências ou querer ser melhores do que alguém; nós estamos aqui para somar e para encontrar soluções.

Deixo aqui meu abraço, meu muito obrigado. Era isso que a gente tinha que falar.

Vou entregar ao Senador Paim todos os documentos. Em uma reunião, nove Sindicatos assinaram esta proposta, que trago aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Nós vamos receber aqui o material. Meus cumprimentos ao Neori Tigrão, representante do Movimento União Brasil Caminhoneiro, que me entrega aqui as principais reivindicações dos autônomos, não é isso? Ele deixa muito claro que o papel da União Brasil Caminhoneiro é somar, é aprimorar, é ajustar para que a Lei, de fato, atenda a todos.

E o Estatuto pode ser esse instrumento, o Estatuto é o grande instrumento do entendimento e haveremos de fazer isso de forma coletiva.

O Senador Cristovam usará a palavra no momento em que entendemos adequado. Agradeço a S. Ex^a por ter ficado no meu lugar, enquanto eu atendia o pessoal que estava aí fora para que eu os recebesse.

Eu passo, de imediato, a palavra ao Senador Cristovam. Em seguida, para o Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano, o Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho.

Agora, com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu peço desculpas por ter pedido para falar antes e ter que sair, porque temos uma sessão plenária em homenagem ao Luiz Gonzaga, à qual não posso faltar como pernambucano.

Mas, quero começar dizendo que com o nome que eu tenho não poderia deixar de ser solidário com todos os motoristas, não só... (*Palmas.*)

Não só com os caminhoneiros, mas com todos, e realmente tenho sido, especialmente com os taxistas daqui de Brasília, por exemplo, em que em todos Dia de São Cristovão fazemos uma missa em homenagem a ele, a São Cristovão.

Mas quero dizer, Senador Paim, que toda categoria é importante, mas algumas são mais do que outras. E a gente mede a importância de uma categoria por quanto tempo ela pode ficar parada sem fazer com que o País pare. E nessa qualidade talvez nenhuma outra categoria seja tão importante quanto a dos caminhoneiros. Eu sou professor, nós fazemos às vezes greves de meses, o País continua, vai pagar um preço lá no futuro por causa dessas greves. Bancos, todo mundo diz que não podem ficar em greve, mas já tivemos greves de bancos de dias, até de semanas. Caminhoneiros, se pararem dois dias, o País entra numa crise de proporções imprevisíveis. Começa que vai faltar combustível. Se faltar combustível, aí não é só o caminhoneiro que entra em greve não, todo mundo está parado, porque, neste País, sem o combustível, não funcionamos, até porque não fizemos um trabalho de ferrovias, até porque os metrô não são muitos, ônibus elétricos quase que não existem. Mas não é só isso, os supermercados vão ficar vazios em poucos dias ou em horas até, em horas de uma paralisação de caminhoneiros já começa a faltar mercadoria nos supermercados. Eles não fecham em horas, mas fecham em dias.

Por isso, o problema de vocês caminhoneiros é um problema do Brasil inteiro, e nós temos que trabalhar com muito cuidado. Por um lado, tenho a maior simpatia com a ideia de reduzir a jornada de trabalho do caminhoneiro por uma questão de dignidade na vida, para se poder ter tempo para lazer; segundo, por uma questão de segurança. Se nós Senadores paramos, se nós estamos trabalhando a gente não ameaça as vidas das pessoas como motoristas na estrada. A gente pode até atrapalhar muito a vida das pessoas tomando decisões erradas, mas o motorista ameaça. Ao mesmo tempo, como disse o Sr. Tigrão, temos que levar em conta que os motoristas têm há anos uma maneira de trabalhar e, se param de repente essa maneira, vão ter grandes dificuldades financeiras, para começar, e de contratos, para dar um segundo exemplo, que perdem se não levarem a carga no tempo certo.

Então, creio, Senador Paim, que esta audiência que o senhor organiza, como todas as outras, é um grande serviço que o senhor faz, mas esta é um serviço especial. Eu tenho uma proposta: que nós criemos um grupo de dois ou de três Senadores com os representantes para estarmos atentos, alertas e ativos para vermos como defender os interesses da categoria, como defender os interesses do trabalhador, desde a

sua saúde até a sua função, de tal maneira que, no fim, todos fiquem satisfeitos.

A ideia do Tigrão, de haver uma escala pela qual vamos reduzindo a jornada, pode ser interessante. E inclusive, pela justificativa dele, enquanto a gente vai fazendo essa redução da jornada, a gente vai também melhorando os serviços onde os motoristas, os caminhoneiros vão parar e descansar. Porque descansar em um lugar qualquer da estrada no Brasil de hoje é temerário. Você pode até recuperar a saúde, mas perder a vida. Tem que haver segurança, não só banheiro e onde dormir, tem que haver segurança para a carga, tem que haver segurança para a vida.

Então, talvez aí, pudéssemos transformar esta audiência em algo permanente de um pequeno grupo de pessoas que fique atento e procure uma solução, antes que o Brasil pare por descontentar os caminhoneiros. E, ao mesmo tempo, sem fazer com que continue havendo acidentes por causa da falta de sono do caminhoneiro, que é muito importante, mas é um ser humano como os outros e que, se não tiver lazer, se não tiver descanso, nós sabemos as consequências.

Eu quero, se for criado isso, que me coloque não só pelo meu interesse, mas também até porque talvez São Cristóvão proteja um pouquinho mais vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

Senador Cristovam, o grupo de trabalho já existe. O secretário desse grupo de trabalho inclusive é o Mincarone, de forma mais executiva. Então, nós vamos inserir o seu nome nesse grupo de trabalho. Já fizemos, eu acho, que umas 20 audiências nos Estados e algumas aqui, mas é fundamental a presença dos Senadores no grupo. Então, V. Ex^a e, tenho certeza, outros Senadores serão convidados para estarem nesse grupo, buscando o entendimento final para a aprovação do Estatuto do Motorista.

Parabéns pela iniciativa.

Passo a palavra, neste momento, ao Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano, o Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho.

O SR. OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO – Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Cristovam e os senhores debatedores convidados para se pronunciarem a respeito dessa importante questão que está sendo discutida, que é o aprimoramento da Lei nº 12.619, já aprovada, que regula a profissão do motorista, e com o Estatuto se pretende chegar ao aprimoramento daquela lei. E ela só foi aprovada exatamente por uma deferência do próprio Senador Paulo Paim, apesar de o Estatuto do Motorista até ter uma precedência para apreciação.

Essa deferência, considerando que os dois projetos se somam, foi importante para essa primeira rodada e para a aprovação da regulamentação da profissão do motorista.

O Estatuto do Motorista propõe avanços importantes do ponto de vista de fazer com que o motorista tenha a possibilidade de aprimoramento profissional gratuito, aperfeiçoamento e aprimoramento da sua profissão. A qualificação do motorista é fundamental do ponto de vista de compreender a modernidade e a nova realidade. Hoje, há veículos com avanços tecnológicos; então, é importante a qualificação profissional. A Lei propõe a melhoria da qualidade dos veículos, e isso é importante do ponto de vista do conforto e da segurança dos motoristas profissionais. Que essas normas técnicas sejam perfeitamente acompanhadas pelo instituto que cuida da qualidade e das normas técnicas brasileiras, que o motorista profissional, para exercer a profissão, tenha um curso profissionalizante, e que esse curso tenha, em seu currículo, um nível de conhecimento básico de direção defensiva, que o motorista conheça tecnicamente o veículo que está conduzindo, a questão do consumo de combustível, ou seja, uma série de pontos que são importantes para a qualificação profissional.

E a Lei tem ainda dois grandes avanços, em minha opinião. Um deles é a questão do seguro para o motorista, que já está contemplado na Lei nº 12.619, mas o Estatuto propõe um avanço um pouco maior na cobertura desse seguro. Eu também acho que é um avanço e é necessário e importante que estejamos plenamente de acordo com relação a isso. Outro avanço, e esse seria o maior, é exatamente o da aposentadoria aos 25 anos. Mas nessa questão existe um risco que eu acho que precisávamos discutir.

Da forma como está apresentada a proposta, a Lei fala da garantia de uma aposentadoria aos 25 anos num item, e um parágrafo único desse item diz de onde vai sair a fonte de recursos. Eu acho um risco grande porque, desta forma, está arriscado, na sanção, esse parágrafo único ser vetado. Aí nós vamos ficar com essa conta para pagar, e isso tem algumas implicações de ordem econômica. Nós achamos que é justo e correto o motorista ter uma aposentadoria em tempo menor porque, de fato, a atividade é estressante, é desgastante, causa problemas de ordem postural, etc., que, ao longo dos anos, pode trazer sequelas a quem exerce a profissão. Então, eu acho que deveria haver uma salvaguarda aqui: colocar em um único item a aposentaria com 25 anos e dizer de onde vai sair essa fonte de recursos.

Inclusive eu acho que nesta Mesa deveríamos ter a presença – seria importante – do Ministério da

Previdência e do Ministério da Fazenda. Sabemos que, quando se fala em questões de ordem econômica, em implicações de ordem econômica, na hora da sanção, isso acaba sendo vetado. Estamos discutimos o Estatuto do Motorista já há alguns anos e poderemos correr o risco de morrer na praia talvez no, que eu considero o ponto mais importante do projeto. Naturalmente, o projeto como um todo é importante, mas seria uma conquista considerável essa questão da aposentadoria com 25 anos.

Com relação a nosso setor de transporte urbano, a boa parte do que está no Estatuto e também na Lei nº 12.619 esse setor já atende plenamente, até com avanços maiores. Naturalmente, pela característica dos serviços, já que a atividade é prestada na cidade, o motorista está todo dia em casa. Por exemplo, a questão da jornada de trabalho já não é uma questão que estaríamos discutindo, não faz parte da nossa preocupação. Em várias cidades, já existe jornada de 6 horas, que a Lei propõe. Entretanto, esse é um ponto que é um problema e também precisaríamos analisar.

No setor de transporte urbano, com as dimensões que nós temos, há diferentes situações e realidades no Brasil. No Norte e no Nordeste, a jornada de trabalho é de 7 horas e 20 minutos. Mas há grandes avanços e conquistas que esses trabalhadores já conseguiram.

O Senador Cristovam aqui falou que o caminhoneiro para o País. O transporte urbano, quando para, para a cidade, toda a atividade na cidade. Mais de 80% da população brasileira vivem na cidade. Pelo fato de a categoria de motoristas profissionais de ônibus urbano ter um poder de reivindicação muito forte, as conquistas vieram acontecendo ao longo do tempo.

O que eu queria colocar é que há vários pontos da Lei que têm implicações de ordem econômica. Se aprovados da forma como estão, teriam implicação imediata em algumas regiões brasileiras, o que poderia inclusive ocasionar o colapso para o transporte público por não se conseguirem recursos para isso ou transferir esse custo diretamente para o usuário, que não teria como suportá-lo. Estou dizendo que todos os pontos que têm implicação de ordem econômica podem aumentar o custo da tarifa em até 30%.

Considerando-se esse aspecto – estou falando do ponto de vista nosso, do transporte público urbano –, muitas cidades já avançaram nessa questão e têm tido oportunidade. Graças a quê? À organização do transporte, à forma como ele está organizado. E quando ele está bem organizado podem-se criar avanços.

Muitas cidades brasileiras estão introduzindo o conceito do subsídio ao transporte. No mundo todo o transporte de qualidade é subsidiado. O Brasil é um país onde apenas os usuários do transporte pagam

pelo custo desse serviço. E, com isso, às vezes se impede o avanço na melhoria da qualidade do transporte exatamente porque o poder aquisitivo daqueles que utilizam o transporte, são cativos do transporte, é muito baixo. Esse tem sido o impedimento para se melhorar a qualidade do transporte significativamente.

(Soa a campanha.)

O SR. OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO –

Entretanto muitas cidades, como São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba, já fizeram algum movimento no sentido de subsídios indiretos, reduzindo impostos sobre a atividade e, com isso, dando melhor condição. Com a tarifa média praticada no Brasil, cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo já têm jornada de seis horas. Aqui em Brasília também há jornada de seis horas, mas o serviço é subsidiado. Em São Paulo hoje a Prefeitura subsidia o transporte coletivo em cerca de R\$30 milhões por mês; Brasília, R\$13 milhões por mês; Rio de Janeiro chega a quase R\$15 milhões por mês de subsídio. Com isso, houve ganhos; puderam ser transferidas para a categoria essas melhorias de cunho pecuniário.

Eu queria ressaltar que a questão da jornada de seis horas, os 100% de hora extra, a hora noturna de 45 minutos com acréscimo de 50% sobre a hora diurna, o adicional de penosidade e a aposentadoria especial de 25 anos ficassem fora do peso do custo do transporte. Se houvesse uma maneira de buscar recurso extratratatório ou subsídio, nós estaríamos de pleno acordo. Não se trata de dizer que não seja merecedor o trabalhador do transporte público de todos esses benefícios, mas o problema é que poderemos criar um caso muito grande ao impor uma obrigação de um dia para outro, uma vez aprovada a lei, derivada dessas implicações de ordem econômica que muitos lugares não poderiam acompanhar.

Então eu pediria apenas essa atenção e diria que, com relação à aposentadoria com 25 anos, a proposta tem sentido, é interessante e existem recursos federais para bancá-la. Faria apenas a observação de que isso ficasse num único parágrafo ou num único artigo, de maneira que se pudesse assim ver aprovada essa aposentadoria, que considero um benefício importante.

Eram essas as considerações. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Esse foi o Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, que disse que não tem nada contra a aposentadoria especial desses profissionais aos 25 anos, mas espera que eles não sejam chamados para pagar a conta.

No meu entendimento, com a contribuição de empregado e de empregador, seja sobre a folha, seja sobre o faturamento, há caixa suficiente para garantir a aposentadoria especial.

O único setor da Previdência de que falo com a maior tranquilidade que não é deficitário é o do regime geral. Todos aqueles que estão no regime geral da previdência – leia-se urbano – contam com o superávit de R\$13 bilhões a R\$15 bilhões. Portanto, daria tranquilamente para garantir a especial para os motoristas, e a Previdência continuaria superavitária.

O SR. OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO – Se houvesse a possibilidade de tê-los à Mesa e se, de antemão, já houvesse essa concordância, nós estaríamos bem seguros quanto à sanção do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E procede a sua preocupação no sentido de se fazer a redação num único artigo. E teremos que entrar nos encaminhamentos agora, uma vez que haverá uma sessão no Plenário, de homenagem ao nosso inesquecível Luiz Gonzaga, e me fizeram um apelo, porque a sessão só será ao vivo quando encerrarmos aqui. Então, poderíamos entrar nos encaminhamentos, marcando inclusive uma outra audiência, que entendo também importante, com a presença de um representante do Ministério da Previdência e do Ministério da Fazenda, para fechar a nossa reunião.

Todos já falaram, apresentaram o seu ponto de vista, então agora faríamos os encaminhamentos olhando para 2013, porque o Estatuto será debatido e oxalá votado em 2013.

O Mincarone está com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Dentro dos encaminhamentos, pelo que pude notar aqui, todos estão dispostos a buscar o aprimoramento da Lei: os empresários, os trabalhadores e os autônomos. Então temos dois focos: um que talvez seja de curto prazo, no sentido de negociar um projeto de lei, buscando apoio da Câmara, do Senado e também, muito importante, da Presidência da República, para evitar que seja vetado, como aconteceu nesse caso, e negociarmos de consenso um, dois, no máximo três pontos importantes para o aprimoramento da lei. Essa poderia ser a nossa primeira meta.

A segunda seria, dentro do Estatuto do Motorista, levantarmos aqueles pontos em que já se avançou, mas nos quais ainda não há consenso, inclusive aqueles que precisam do respaldo das áreas governamentais, para que possamos, numa outra audiência pública, avançar nesses pontos.

Quanto à questão dos pontos de aprimoramento da Lei, talvez uma ou duas reuniões entre os três segmentos, que nem precisariam ocorrer sob a forma

de audiência pública, até em função dos recessos que vai haver no Senado. Esse poderia ser um encaminhamento.

E, no âmbito do Estatuto do Motorista, uma nova audiência pública mais ampla, avançando nessa área dos segmentos da área governamental que não estão contemplados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As duas propostas apresentadas pelo Mincarone estão anotadas.

Nosso Vereador Célio Moreira.

Encaminhamentos, pessoal. Agora são os encaminhamentos.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Senador Paulo Paim, vários representantes fizeram as suas ponderações e, consequentemente, vêm em mente algumas coisas que estão acontecendo e que precisam ser ajustadas. Na própria Lei da regulamentação da profissão do motorista, há alguns pontos que precisam ser ajustados.

Ouvi atentamente o Sr. Otávio, representando o setor de transporte urbano, concordando plenamente com a questão também da aposentadoria especial, mas com a preocupação do custo. Para quem é que vai essa conta?

Eu via algumas divergências dentro do nosso debate em relação à aposentadoria especial e não entendia o porquê existiam divergências. Depois eu fui descobrir que, para as empresas cujos trabalhadores têm aposentadoria especial, existe um custo adicional. Hoje, as empresas pagam um valor a mais para a Previdência, se não me engano, em torno de 6%, além do que já pagam normalmente. Aquelas empresas cujos empregados têm aposentadoria especial, no caso de 25 anos, pagam, se não engano, 6%. E para o trabalhador que trabalha na mina, que tem aposentadoria especial com 15 anos, vai aumentando a participação das empresas.

Então, é importante, realmente, trazer para a Mesa – como eu já deixei aqui a proposta e volto a reafirmar aqui meu pedido – ao debate o Governo, através do Ministério da Previdência. E também os embarcadores, que terão responsabilidade para o pleno cumprimento da Lei, cumprindo direitos, cumprindo a legislação em vigor no pagamento, por exemplo, de um real tonelada/hora, que está na Lei, e não pagam. Os transportadores são sujeitos: ou pegam o valor que eles querem pagar – de R\$0,20 a R\$0,30 a tonelada/hora – ou não pegam mais a carga. É isso que está acontecendo.

Esses dias, eu comandeí uma negociação na cidade de Araguari, em que observamos que vários transportadores se sujeitaram a receber um valor ou não receber absolutamente nada pelo tempo de espera, sob pena de não mais carregar os seus veículos.

Então, é uma situação difícil. Os embarcadores precisam vir para a Mesa. A proposta que eu faço, reafirmo aqui meu pedido, é para que venham embarcadores e Governo.

Quero também fazer um comentário ao que disse o Mincarone, que fez aqui uma ponderação, alegrando-se com esse boletim que foi distribuído pela nossa Confederação e por várias instituições aqui. A Nova Central Sindical e a Força Sindical também endossam esse material, que trata da obrigatoriedade, dentro do período de 24 horas, de observar o intervalo de 11 horas de descanso, podendo ser fracionado em nove horas, mais 2 horas. Só que aqui, Mincarone, está em 2 horas o fracionamento, mas no mesmo dia, a compensação é no mesmo dia. Eu não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se der para entrar no encaminhamento, as argumentações faríamos em outro momento. Estamos com problema de horário. É que eles estão precisam cobrir a sessão em homenagem ao Luiz Gonzaga.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Já finalizando aqui, Senador Paulo Paim, particularmente, não vejo – é uma observação que faço aqui sobre a fala do Mincarone – nenhum problema. Essa é uma posição pessoal, mas nós temos que discutir, dentro da nossa confederação, a questão da compensação dessas duas horas, em outro dia ou no retorno para a sua casa.

Então, a Lei foi feita e a gente, realmente, precisa ir observando onde existe a possibilidade de fazer ajustamento. Particularmente, não vejo nenhum problema, mas hoje a Lei não permite. Hoje, a compensação, do jeito que ficou, tem que ser dentro do mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Encaminhamento, Sr. Pedro Lopes, por favor.

Vou pedir depois que a pessoa que está tomando nota dos encaminhamentos, passe para o Mincarone para ele ler os encaminhamentos finais.

O SR. PEDRO LOPES – Primeiramente, em termos de encaminhamento, há duas questões que são bem claras. A primeira delas é a Lei. Ela é consistente, ela existe, mas alguma flexibilização precisa ser feita. Esse entendimento já está bastante adiantado. Daqui se levam mais alguns itens que podem ser perfeitamente debatidos. Então, como Lei é a realidade hoje, sugiro que se trabalhe em cima do seu texto e se ajuste aquilo que, efetivamente, tenha necessidade de se fazer, porque acho que para as ponderações feitas aqui até é plausível serem encontradas soluções.

Segundo, já que não há a conclusão da redação final do Estatuto do Motorista, que se trabalhe nesse entendimento, de maneira que Lei já existente passe a ter a sua validade, ajustando-se aqueles pontos que

são necessários e, efetivamente, que se trabalhe pelo Estatuto do Motorista, que é uma reivindicação perfeitamente justa, adequando àquilo que colocaram o Otávio e os outros com relação ao custo para o empresário e o que representa isso para o trabalhador. E que também o Governo, depois, não venha com a justificativa por não ter participado do debate, principalmente no que diz respeito à Lei, e não sirva isso para que a gente veja prolongado o prazo de aplicação do Estatuto do Motorista. São duas questões fundamentais e necessárias à Lei existente e é o que está se construindo.

Eu acho que já avançamos muito na questão do Estatuto. Esse entendimento, esse diálogo está sendo uma demonstração de civismo, de brasilidade de todos: empresários do transporte, trabalhadores, pelas suas representações, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho.

Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Tigrão queria um complemento nos encaminhamentos?

O SR. NEORI LEOBET TIGRÃO – Quero dizer ao Senador Paulo Paim da nossa preocupação e que nós estamos prontos para somar.

Quero, neste momento, entregar aqui o pré-lançamento de uma campanha, através das lideranças do nosso Brasil. E que possamos estar juntos, participando e sejamos, realmente, valorizados. O projeto é Paz na estrada. mais vida, menos drogas.

Também quero entregar ao senhor um projeto da Federação, dos custos de uma viagem. Realmente, é da Medida Provisória 582, que queremos mais tarde transformá-la em lei.

Aqui está a ata dos sindicatos do Paraná, trazendo a sugestão de que nós gostaríamos de trabalhar, realmente, oito horas.

E aqui está uma pauta de reivindicações dos caminhoneiros autônomos, o porquê da paralisação, o porquê da greve.

Aqui está praticamente a solução do setor de transporte.

Aqui, peço o apoio para um projeto de lei que vai entrar no Senado, que tira o peso de entre-eixos. Nós somos contra o excesso de peso. Que o peso seja realmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está na Câmara esse projeto. Eu vi aqui, é do Ratinho.

O SR. NEORI LEOBET TIGRÃO – É. Está na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do Sr. Ratinho Junior, que regulamenta a situação para o excesso de cargas transportadas em rodovias, e dá outras providências.

Quando chegar aqui, nós o puxamos para esta Comissão também, para continuar o debate.

O SR. NEORI LEOBET TIGRÃO – Outro é a respeito do cartão eletrônico. A carta-frete foi extinta e não trouxe grandes benefícios aos caminhoneiros até este momento, por falta de estrutura das próprias operadoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Neori Tigrão.

O Sr. Otávio também quer dar a sua contribuição no encaminhamento.

O SR. OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO – Só para complementação, eu diria, então, que em relação aos dois pontos que têm implicação de ordem econômica – o seguro ampliado como ele está proposto e aposentadoria com 25 anos, com aquela ressalva – estamos plenamente de acordo.

Os outros itens de ordem econômica – jornada de 6 horas, 100% de hora extra, adicional noturno e o adicional de penosidade –, eu diria que são temas mais de convenção coletiva de trabalho. Acho que isso ficaria melhor, à medida que cada cidade e cada movimento sindical tiverem a possibilidade de discutir isso com os sindicatos patronais, pois isso vai avançando ao longo do tempo e vão-se conseguindo esses avanços. Sugiro retirar isso da Lei, porque isso cria uma obrigação imediata, que acho que pode provocar desequilíbrios em determinas das atividades que, talvez, não fossem objeto da Lei propriamente dita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Isso faz parte do debate do mérito, que nós vamos aprofundar no corpo do Estatuto. Agora, no encaminhamento deste momento, nós temos que ver como é que vai ser daqui para frente o procedimento.

Passo a palavra ao representante do Ministro, para sua contribuição nos encaminhamentos finais, Sr. Naldenis Martins.

O SR. NALDENIS MARTINS – A nossa contribuição para os encaminhamentos é no sentido de que haja, realmente, a discussão com os representantes do Ministério do trabalho, com a Secretaria de Inspeção do Trabalho, em relação aos itens da nova legislação, porque há pontos aqui que são razoáveis. Há demandas que aqui foram apresentadas que são razoáveis e em que imaginamos possa haver avanços. Outros, não.

Então, o encaminhamento é de que haja essa discussão, que o Ministério do Trabalho e a Secretaria de Inspeção sejam chamados para que não haja, depois, alguns vetos. Essa reclamação é dos empresários e mesmo dos trabalhadores. Então, para que haja o alinhamento, que o Ministério e a Secretaria de Inspeção sejam chamados para não que não haja nenhuma aresta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Naldenis Martins, representante do Ministro do Trabalho.

O Mincarone já tem o resume dos encaminhamentos?

Eu acho que seria apenas comentar rapidamente. Depois, colocaríamos no papel.

Você pode sintetizar, Mincarone?

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Então, dentro dos encaminhamentos, seriam os segmentos representantes da área de motoristas, empregados, empregadores e autônomos discutirem o aprimoramento da lei; para chegar a um consenso; o Ministério do Trabalho sugere que haja uma participação deles também, antes da elaboração final da lei, para que seja vista e evitem-se vetos; que se continue encaminhamento das discussões do Estatuto do Motorista, através de novas audiências públicas; que seja vista a questão do impacto nos custos de alguns itens que poderão ser incluídos no Estatuto dos Motoristas, como seguro ampliado, aposentadoria, pensidade e outros...

O SR. OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO – Na verdade, pensidade eu sugeri ficar de fora.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Sim, vai ser discutido com a sugestão da NTU de deixar alguns de fora. Também há outras demandas que os autônomos colocaram e que vamos listá-las, principalmente o aprimoramento da questão da carta-frete e do peso sobre eixo, para os quais a proposta seria de retirar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em síntese é isso.

Quando falamos de novas audiências, é porque foi falado por todos que precisaria haver uma audiência pública com a presença do Ministério da Previdência e do Ministério da Fazenda para fechar um amplo acordo.

Quanto à questão dos adicionais, pessoal, nós aqui não podemos decidir isso. Não há como. Vai ser debatida essa questão dos adicionais, porque para ter o direito à aposentadoria especial, o camarada tem que provar que trabalha em área insalubre, penosa e periculosa. Não há como ele tem direito à especial se ele não trabalhar nessas áreas. Por isso esse é um tema que vamos discutir nas audiências públicas, mas não pode ser deliberado.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Não pode ser decido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, minhas amigas e meus amigos, com esses encaminhamentos, está encerrada essa primeira parte da audiência pública de hoje.

Agradeço a todos, na certeza de que juntos haveremos de, juntos construir o Estatuto do Motorista e melhorar a boa Lei, que já está em vigor, que regula a profissão de motorista.

Ainda tenho de aprovar aqui a segunda parte deliberativa.

Pauta:

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 144, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater os problemas do uso do ponto eletrônico.

Autoria: Senador Paulo Paim

Esse é um pedido dos empresários brasileiros, que querem debater de novo. Já fiz duas ou três audiências, mas estou aberto sempre ao debate. Isso é bom.

O ponto eletrônico nas empresas já está sendo posto em prática pelo Ministério do Trabalho. Eu sempre estive do lado do ponto eletrônico, mas eles pediram uma nova audiência. Não há problema algum. Faremos tantas audiências quantas forem necessárias.

Acho importante o ponto eletrônico, repito o meu ponto de vista. Eles sabem disso, mas pediram se eu poderia. E será fundamental a presença do Ministério do Trabalho, no momento em que marcarmos mais uma audiência para debater o ponto eletrônico.

Aqueles que concordam com esse pedido permanecem como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 145, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 98 de 2011, que institui o Estatuto da Juventude.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Sou Relator, na Comissão de Assuntos Sociais do Estatuto da Juventude.

Vamos fazer uma videoconferência.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

Está encerrada a audiência pública de hoje. Vamos todos trabalhar exaustivamente para...

Deseja usar a palavra para encerrar, Mincarone?

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – É para dar uma ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Queria a palavra para encerrar, Sr. Mincarone?

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – É só para fazer uma comunicação para as entidades de empregados, empregadores e autônomos. Vamos ter uma reunião, às 14h30min, na sede da Confederação, lá no andar térreo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Tenho convicção de que nós podemos aperfeiçoar a Lei e também aprovar, de forma definitiva, o Estatuto de Motorista, garantindo aposentadoria especial para os profissionais taxistas, motoristas de ônibus, caminhões, vans, enfim, para todos os profissionais do volante.

Está encerrada a nossa audiência pública do dia de hoje.

(Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.)

ATA DA 77ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e doze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Eduardo Suplicy e João Costa** e o não Membro Senador **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 118 de 2012–CDH, aprovado em 18/10/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “debater o assédio moral, a demissão voluntária e a terceirização no Brasil”. Convidados: Tânia Mara Cos-

ta, Auditora Fiscal do Trabalho, em representação ao Ministro de Estado Carlos Daut Brizola do Ministério do Trabalho e Emprego; Genival Beserra Leite, Presidente do SINDEEPRES, em representação a Clara Bernadete Ferreira, Secretária-Geral do Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviço a Terceiro; Rejane Avila Cavalcanti Bezerra, Representante dos Pedevistas; Luis Carlos de Alencar Macedo, Diretor da Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST; Cláudio Dolabella Vianna, Consultor Técnico Jurídico no FNDE; Jonas Ratier Moreno, Procurador do Trabalho e Coordenador da Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONAETE, em representação ao Procurador-Geral do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo; Henrique Sotoma, Diretor Administrativo da Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET, em representação ao senhor Sílvio Sinedino Pinheiro Presidente; Valdemar Moreira da Silva Filho, Engenheiro em Segurança do Trabalho; Eudes da Silva Carneiro, Assessor da Secretaria de Relações do Trabalho, em representação ao Ministro de Estado Carlos Daut Brizola do Ministério do Trabalho e Emprego; Márcio Azevedo Dias, Secretário-Geral do SINDIPETRO, em representação ao senhor José Antonio de Araújo, Diretor Geral do Sindicato dos Petroleiros – RN – SINDIPETRO; Marco Clemente, Vice-Presidente do Sindicato dos Radialistas do DF. Fazem uso da palavra os senhores Senadores **Paulo Paim e Inácio Arruda**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço aos convidados que sentem nas respectivas mesas, porque nós vamos, em seguida, iniciar a nossa audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 77ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência Pública.

Nos termos do Requerimento nº 118, de 2012, aprovado em 18/10, de 2012, de autoria deste Senador e de outros para debater o assédio moral – e por que não dizer? –, assédio também sexual, a demissão voluntária e a terceirização no Brasil.

Convidados para esse painel: Eudes da Silva Carneiro, Assessor da Secretaria de Relações de Trabalho; e a Srª Tânia Mara Costa, Auditora Fiscal do Trabalho, ambos em representação ao Sr. Ministro Carlos Daudt Brizola, do Ministério do Trabalho e Emprego. Convidado também Genival Beserra Leite, Presidente do Sinddeepres, em representação à Clara Bernardes Ferreira, Secretária-Geral...

À medida que eu vou lendo, quem estiver presente, que já esteja conosco, pode se dirigir à mesa.

Quem é que eu chamei até o momento? Eu chamei: Eudes da Silva Carneiro, que já está aqui. Não sei se é ele ou a Tânia que vai representar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Um dos dois, porque o outro pode ficar na outra mesa.

Então, convidamos a Srª Tânia Mara Costa, Auditora Fiscal do Trabalho; ambos aqui juntos com o Eudes, que eu já havia citado, representando o Ministro Carlos Daudt Brizola, do Trabalho e Emprego.

Eu quero cumprimentar aqui o Ministério do Trabalho, porque, tempo atrás, nós fazíamos reuniões, o Ministério do Trabalho não vinha e não mandava ninguém. A partir do momento em que o Brizola assumiu – permitam que eu diga isso – não houve uma única reunião em que o Ministério do Trabalho tenha sido convidado e que deixou de vir. Ou seja, resumindo, todas as solicitações foram atendidas e sempre mandando pessoas que realmente falam pelo Ministério e assumem a posição do Ministério. Isso é muito positivo.

Nós convidamos também o representante do Tribunal Superior do Trabalho. Não sei se chegou já. (*Pausa.*)

Bom dia!

Genival Beserra Leite.

O SR. GENIVAL BESERRA LEITE – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aqui, na mesa, conosco. Muito bem!

Rejane Avila Cavalcanti Bezerra, representante dos pedevistas. Já está conosco.

Luís Carlos de Alencar Macedo, Diretor da Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal. Muito bem!

Esta vai ser a primeira mesa. Nós vamos, depois, para uma segunda mesa; se necessário for, até a uma terceira mesa. Eu sempre explico a todos que a questão aqui não é de prioridade, de quem vai estar na primeira ou na segunda ou na terceira. Eu sigo simplesmente a ordem feita aqui pela Secretaria-Geral, que vai organizar as outras três mesas, de acordo com aqueles que já estão presentes.

Eu vou apenas fazer uma introdução, já que a nossa audiência pública normalmente ela é ao vivo, pela TV Senado, ou pelas redes da Internet. Estamos ao vivo pela TV Senado; pela Internet; pelo Canal 5; TV Digital, Canal 5.1; e pela Rádio Senado.

Eu ou fazer uma pequena introdução para todos aqueles que estão assistindo pelo sistema de comunicação do Senado, ouvindo a Rádio Senado, saibam qual o eixo do debate da audiência pública no dia de hoje. Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater o assédio moral e sexual, a demissão voluntária e a terceirização no Brasil.

O termo “assédio moral”, segundo a Procuradora do Trabalho, Adriane Reis de Araujo, é definido como qualquer conduta abusiva, gesto, palavra, comportamento, atitude, que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando o seu emprego ou degradando o clima de trabalho.

Dados do próprio Ministério do Trabalho e Emprego mostram que cerca de 20% dos trabalhadores já sofreram ou sofrem algum tipo de assédio; 25% delas representam a tendência de pedirem demissão do emprego por causa da agressão. Além disso, segundo o Ministério, 50% daqueles que praticam o assédio moral já foram vítimas desse tipo de ação.

Atualmente não existe nenhuma norma ou legislação específica que trate do termo assédio moral. Ele é, ainda, algo estritamente jurisprudencial.

A audiência de hoje atende aos pedidos do Comando Nacional de Lutas pela Reintegração na Petrobras dos Petroleiros Vítimas de Reducionistas e Amorais dos Planos de Incentivos a Saídas Voluntárias, que consideram que há grandes ocorrências de assédio moral na própria Petrobras.

Sobre a demissão voluntária, os ex-voluntários que aderiram ao plano de demissão voluntária pedem a reintegração do trabalho na empresa.

A respeito da terceirização, o que estamos aqui dizendo é que é definida como o processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados e as transfere para outra empresa. A terceirização tem como meta o aumento da produtividade, a qualidade de serviços e produtos. Enfim, mas o que nós esta-

mos vendo, na verdade, é que, com a terceirização, tem aumentado muito o número de acidentes, doenças no trabalho e inúmeras reclamações, que chegam a essa Comissão, de os trabalhadores de empresas terceirizadas não receberem os seus direitos básicos que teriam de direito.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre 2009 e 2010, 1,5 milhão de pessoas foram empregadas de maneira terceirizada.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater, entre outras questões do acesso ao mundo do trabalho, esses temas que preocupam a todos. Enfim, pelo resumo – para não ler todo o documento –, situações que atingem os trabalhadores no campo moral, social e humano.

Vamos, enfim, a nossa reunião. Os convidados se posicionarão sobre esse tema que preocupa a todos.

Bom, vamos seguir a lista aqui. Eu poderia fazer uma escolha, mas vou seguir a lista que eu recebi. A Secretaria-Geral que montou a mesma. E, pela lista, vai sobrar para a senhora começar.

Pela lista, estão aqui convidados Eudes da Silva Carneiro – que vai ficar para uma segunda mesa, para, também, ter a posição do Ministério – e a senhora Tânia Maria Costa – que é para quem no momento eu passo a palavra –, Auditora Fiscal do Trabalho. Ambos representam o Sr. Ministro Carlos Daudt Brizola, do Ministério do Trabalho e Emprego. Dez minutos, com mais cinco e mais cinco se for necessário.

A SR^a TÂNIA MARA COSTA – O.k. Obrigada.

Bom dia a todos. Como sempre é um prazer estar aqui na audiência pública prestigiando o Ex^{mo} Senador da República. Eu vim até comentando no carro com o Eudes que o senhor é uma pessoa muito ética e muito preocupada com os temas trabalhistas. Eu parabeno o senhor, pois o senhor realmente é uma pessoa muito ímpar.

Em relação ao assédio moral, eu queria contar a questão do assédio moral dentro do Ministério do Trabalho. Como hoje a gente não tem legislação nenhuma que dê essa competência de fiscalização do assédio moral – e atribuem à inspeção do trabalho –, a gente, às vezes, faz a fiscalização do assédio moral, e é timidamente, não é com grande vulto, porque normalmente vai depender de uma ação civil ou de uma ação proposta na Justiça do Trabalho. Por quê? Pelas nossas instruções normativas, pelas nossas portarias e como não tem lei específica, nós não temos essa forma de abordar institucionalmente a questão do assédio moral, mas, às vezes, o inspetor do Trabalho, o auditor fiscal do Trabalho, quando chega numa empresa e percebe...

Às vezes, há coisas gritantes, como no caso de várias empresas em São Paulo que condenavam aquele trabalhador que tivesse o pior desempenho. Colocavam-no de castigo com um chapéu de burro, deixavam-no de frente. Todo mundo passava. Colocavam o trabalhador num corredor polonês, onde todo mundo fazia graça com ele.

Esse tipo de assédio moral, se a gente chegasse lá e pegasse, não haveria problema nenhum. Fariamos a verificação, constataríamos a infração, lavrando o auto de infração ou vários autos de infração, capitulados no art. 444, *in finis* da CLT, que diz o seguinte: “manter empregado sob condições contrárias às normas de proteção ao trabalho, às convenções coletivas e às sentenças normativas.”

Então, na verdade, não é exatamente o que precisa de autuação. Teria que ser como a Lei nº 9.029, que fixa uma multa alta para a questão da discriminação, e precisávamos também de, ao modelo desta Lei nº 9.029, que fala sobre a questão da discriminação, colocar penas pecuniárias mais altas para que o empregador se inibisse de fazer esse tipo de assédio, que é muito ruim.

A inspeção do trabalho é uma inspeção normalmente social e extremamente sensível. Quando ela chega numa empresa que tem um caso desses, às vezes, o empregado chora, e choramos junto com ele quando ele vai contar, porque realmente são coisas bizarras que acontecem.

Como o Senador Paulo Paim já falou, nós não temos lei, só temos, na verdade, orientações jurisprudenciais. O que precisávamos era ter uma lei capaz de identificar quais são os assédios morais.

Outra dificuldade que a inspeção do trabalho tem é que não tem como flagrar, trabalhar com flagrante. Chegar e fazer um flagrante na empresa é muito raro. Pode até acontecer, como já aconteceu de a gente chegar, mas é raro. O ideal é que houvesse procedimentos de inspeção já definidos, com protocolos de intervenção, que chegássemos à empresa e já pudessemos fazer como no modelo da Lei nº 9.029, de que já temos todos esses protocolos de intervenção.

Como não tenho muita coisa para falar em relação ao assédio moral dentro da captação das atribuições da inspeção do trabalho, posso estar aqui para também responder a vocês qualquer coisa, mas o que quero dizer é que a inspeção do trabalho, timidamente, leva essa questão. Quando a gente encontra denúncias que não conseguimos flagrar definitivamente, mandamos para o Ministério Público do Trabalho, que tem a condição de entrar com uma ação civil e executar aquele empregador que deu causa ao tratamento daquele empregado que se sente absolutamente inútil,

que não vale nada, que se sente um zero à esquerda por conta das coisas que tanto os colegas de trabalho quanto o próprio empregador, ou o representante do empregador, vêm fazendo.

Obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Esta foi Tânia Maria Costa, que abriu a nossa audiência do dia de hoje, em nome do Ministro Daudt Brizola, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Pelo que percebi, é importante que a assessoria que está secretariando a audiência anote que, pela Dr^a Tânia, nós temos que mexer na legislação para que ela seja mais firme e mais dura, inclusive, contra os atos de assédio moral, por exemplo.

Passamos a palavra, neste momento, ao Presidente do Sinddeepres, em representação à Clara Bernadete Ferreira, Secretária-Geral, o Sr. Genival Beserra Leite.

O SR. GENIVAL BESERRA LEITE – Obrigado, Senador, por esta oportunidade de estar aqui para expor um pouco a respeito da terceirização em São Paulo e no Brasil.

Bom dia a todas e a todos! Eu represento o Sindicato de Trabalhadores Terceirizados, que foi fundado há 20 anos, em São Paulo, que hoje tem uma categoria com 700 mil trabalhadores, próximo a 282 mil associados em todo o Estado de São Paulo e representação em todo o Estado, com sede na capital e subsede em todas as grandes cidades do Estado de São Paulo, num total de 20 subseções, para dar o apoio necessário a todos os trabalhadores no Estado.

O que eu queria mostrar para os senhores a respeito da terceirização é o seguinte: a terceirização tem o crescimento que oscilou bastante durante a década de 90. Por exemplo, no período de 1985 a 1990, a terceirização passou de uma contratação de 11% para 58% e, no mesmo período, de 1990, com o fracasso dos planos de estabilização econômica e também com a abertura do comércio, essa terceirização caiu de 58% para 8%. Mas, logo em seguida, veio também o Plano Real, a estabilização da moeda, o 331, que deu sustentação jurídica para as empresas. E essas empresas passaram a aumentar a contratação nesse período de 1995 a 2002, em 97%.

Então, esse foi o grande crescimento nesse período da terceirização, que – lógico – cresceu também de forma um pouco desorganizada, não foi uniforme. O que traz até hoje muita preocupação por parte dos sindicalistas e da sociedade é que há necessidade dessa terceirização ser regulamentada por uma lei que realmente defina, porque o 311 definiu apenas a terceirização meio. Hoje já existem vários projetos de lei dentro do Congresso, uns que querem a terceiriza-

ção do meio e do fim; outros, só no meio, e não existe ainda uma definição completa.

O que mais está andando hoje é 4.330, que está na CCJ, o qual define a terceirização tanto no meio como no fim e também cria novidade que é o chamado objeto único, que é inconstitucional, porque vai fragmentar as empresas. As empresas vão ser obrigadas a criar, para cada tipo de atividade, uma empresa nova. Isso, ao invés de melhorar, no nosso ponto de vista, vai piorar a situação, porque o próprio trabalhador vai ficar fragilizado, o trabalhador vai ficar sem segurança de seu próprio emprego e a empresa não vai ter capital para fazer essa fragmentação para todos os setores.

A nossa proposta é que esse projeto traga especialização, mas, dentro da empresa no geral, tendo em vista ajudar a melhorar a situação dos trabalhadores, pois, dentro do Estado de São Paulo, nós estamos trabalhando – já conseguimos melhorar bem essa situação, mas o resto do País precisa de modificações, porque a lei é para todo o Brasil, não só para um Estado. Então, precisamos que isso seja realmente modificado, para que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu tinha anunciado que a Ministra faria parte desta Mesa e ela acaba de chegar.

Eu queria convidar para compor a Mesa a Ministra Maria Cristina Peduzzi, que é Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Seja bem-vinda, Ministra. (*Palmas.*)

O SR. GENIVAL BESERRA LEITE – Então, nós temos que realmente trabalhar no sentido de que essa terceirização venha atender a todos os trabalhadores, esse é o nosso objetivo. Não temos por que ficar preocupados em falar só de precarização, temos que saber onde estão os pontos fracos e eliminá-los. E é esse o nosso trabalho em busca de uma nova legislação que venha melhorar o setor. Não podemos ficar apenas preocupados com um item que não vai colaborar com a melhora dos trabalhadores. Por quê? A terceirização, ela, como dizem, não tem volta. Ela é mundial, faz parte das novas relações comerciais e trabalhistas no mundo inteiro. Então não tem como a gente, hoje, ficar procurando somente o que precariza. Não, nós temos que eliminar isso.

Temos também que ver o problema do campo, que é outro setor que preocupa muito. Temos que ver também o problema hoje das cooperativas, que hoje já estão cobertas por lei. E essa lei da cooperativa, no futuro, vai trazer muitos problemas não para a terceirização, mas para todo o segmento trabalhista no Brasil. A própria Lei nº 12.690 prevê que se criem cooperativas em todos os ramos e atividades do segmento trabalho. Na hora em que as cooperativas, realmente, se

estruturarem... O problema não é a terceirização que vai precarizar. A cooperativa realmente trabalha de tal forma que o trabalhador não tem tempo de serviço. Ele não tem cobertura de férias, nem tem tempo para se aposentar. Então, vai ser muito pior do que a terceirização. Vamos pegar esse foco também. Vamos começar a trabalhar o ramo das cooperativas, porque amanhã ou depois vai nos trazer problema. Não digo só para a terceirização, mas para todos, porque está previsto, já é lei, não é um projeto como o que estamos tentando fazer passar, ser aprovado para chegar a ser lei. Já é lei. Isso realmente é preocupante para todos nós.

Senador, isso é realmente o que nós precisamos trabalhar. É trabalhar em cima dos pontos que a gente possa realmente organizar, que a gente possa fazer sair uma lei que atenda a todo o segmento. É preciso que não fiquemos presos apenas à precarização, mostrando números de mortes e de acidentes, porque isso existe em todos os segmentos. Precisamos que tenha a terceirização, como eu já vi em alguns casos, e posso citar aqui um exemplo.

Falam que, na Petrobras, de cada dez acidentes, oito é com os terceirizados. Mas eu faço uma pergunta. Com 270 mil terceirizados na Petrobras e 40 ou 50 mil funcionários efetivos na Petrobras, onde é que estão os terceirizados? Na plataforma. Onde estão os funcionários da Petrobras? Debaixo do ar condicionado no Rio de Janeiro, na Avenida Paulista, em São Paulo, em Campos, em Macaé. Não estão nas plataformas. Há essa correlação que tem que ser esclarecida quando se fala em número de acidentes, quando se fala de precarização, porque outros setores também têm precarização.

Há pouco tempo, vimos os bombeiros do Rio de Janeiro se matando por causa de um salário de R\$900,00, com o qual eles têm que comprar farda, bota. Isso não é precarização? Para mim é. Os policiais da Bahia que brigaram por quase 2 meses por um salário melhor também, porque era um salário que não dava para sustentar a família. No ano passado, entre setembro e outubro, os bancários do Banco da Amazônia ficaram em greve, porque o salário deles é um salário de R\$750,00.

Tudo isso é precarização, gente. Se vamos falar de precarização, nós vamos jogar tudo dentro do mesmo cesto e discutir. Não vamos eleger um único para dizer que é precarização. Vamos, sim, trabalhar em conjunto, porque eu acho que este é o objetivo desta Mesa. É o objetivo desta Mesa trabalharmos em conjunto no sentido de achar uma solução para que possamos realmente construir uma lei que atenda os trabalhadores terceirizados, o segmento, e que realmente isso possa caminhar com segurança jurídica tanto para os

trabalhadores quanto para as empresas. Os dois lados precisam ter segurança no que está fazendo.

Para concluir, seria essa a minha proposta que eu deixaria aqui para os senhores nesta Mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Genival Beserra Leite, Presidente do Sindeepres, que deixa seu ponto de vista demonstrando que a precarização é geral no Brasil. Também acho que é geral. Esse é o meu medo, mas concordo com a tese de que é geral.

O número de projetos que temos na Câmara e que já debatemos aqui vai na linha, sim, de terra arrasada, na linha do que a Europa fez, e estamos vendo a situação da Europa hoje, a crise que eles enfrentam. Nós, porque temos a CLT, certa estrutura, estamos ainda um pouquinho melhor. Lá a precarização é geral, em todas as áreas. Isso me preocupa.

Você disse uma frase, não estou aqui para fazer nenhum julgamento, porque presido... Essa é a terceira ou quarta audiência que a gente faz sobre precarização e, claro, envolve a questão a terceirização. A maioria dos que estiveram aqui percebem que a terceirização é um caminho sem volta. Tenho ouvido de todos. Se é um caminho sem volta, vamos ter que...

O SR. GENIVAL BESERRA LEITE – ...dar as mãos e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...e evitar a precarização. Por exemplo, sou coordenador de uma frente parlamentar em defesa da CLT, que completa 70 anos no ano que vem. Quando falo em precarização, o meu anjo da guarda diz CLT. Já olho para a CLT e, claro, para a nossa Constituição.

Mas esse já é um debate que vamos fazer entre nós, com a maior liberdade. Cada um vai expressar o seu ponto de vista, porque essa Comissão tem isso. Aqui não nada de... Convidado que vem aqui vai expressar o seu ponto de vista. Não vai ter de minha parte nenhum julgamento de valores. Os debatedores é que vão dar a sua opinião. Muitos dizem: "Paim, o cara foi lá na Comissão e criticou o Governo de que você faz parte." É uma comissão democrática. Sem oposição, não há sentido a própria democracia. Para mim, o país vai bem quando tem uma oposição que é firme, que é forte e que expressa seu ponto de vista. Podemos aqui discordar livremente, mas o objetivo final, claro, é a preocupação com os direitos humanos e a melhora, a partir de reuniões como essa, da qualidade de vida em todos os sentidos dos nossos trabalhadores, da nossa gente, do nosso povo. Acho que todos concordam com esse princípio.

Vamos em frente.

Passamos a palavra, neste momento, para a Sr^a Rejane Avila Cavalcanti Bezerra, representante dos Pedevistas.

A Ministra iria abrir. Vou pedir que ela encerre os trabalhos desta Mesa, ouvindo um pouco mais, já que ela chegou neste momento.

A Sr^a Rejane Avila Cavalcanti Bezerra, por favor, representante dos Pedevistas, com a palavra por 10 minutos, com a tolerância necessária.

A SR^a REJANE AVILA CAVALCANTI BEZERRA – Bom dia.

Em primeiro lugar, quero agradecer a esta Comissão a abertura do debate e representar ao Senador Paulo Paim, a todos da Mesa e a toda a assembleia.

Sou pedevista. Aderi, em 1999, ao Plano de Demissão Voluntária. Uma vez me inventariando, vi que já tive três respostas diferentes de por que aderi ao Plano de Demissão Voluntária, nem eu mesma sei.

Quero aqui falar primeiro do termo voluntário. Voluntário parte da minha vontade. Acordo e decido que vou pedir demissão. Quando sou assediada com propostas de indenização, formação de microempresa, cursos no Sebrae, linha de crédito no Banco do Brasil – tudo que estou falando aqui está documentado no *pen drive*, documentação que posso colocar à disposição desta Comissão... Nossa cartilha dizia que seríamos reinseridos no mercado de trabalho em iguais ou melhores condições, com acompanhamento do Ministério, na época, Mare, Ministério do Trabalho.

Não tivemos o contrato cumprido a sua risca. Estamos nesta luta há 12 anos. No começo, quando andávamos por esses corredores, nós éramos motivo até de chacota: “Ah, vocês receberam dinheiro, agora querem voltar.”

Não era bem assim, não. Nós informamos para vocês não pedirem a demissão voluntária. E daí? Foi sugerido? Foi, por muita gente. Eu nem me lembro. Mas isso não dá ao governo o direito de não cumprir o trato, um contrato em troca do meu emprego de 23 anos. Ele não deu. Tanto que na Comissão de Trabalho da Câmara estão aprovados dois projetos de lei, por unanimidade, que provam o mérito do pleito de justiça aos que pediram demissão voluntária. Cabe ao governo reparar.

Aqui nesta Casa, sempre fomos muito bem atendidos. Estive por duas vezes com o Presidente Sarney como Presidente do Senado, uma vez com o Senador Garibaldi como Presidente do Senado. Existe um parecer do Bandeira de Mello a respeito do não cumprimento do acordo, que diz que o governo deve fazer reparação. Aí vem a pergunta: qual reparação? Deve o governo uma reparação. Parecer dado pelo Consultor desta Casa, do Senado.

A meu ver, falta vontade política para reparar esse erro. Já estamos há dois anos com o nosso projeto de lei, os dois projetos de lei: 4.293, de 2008, e 7.546, de 2010, na Comissão de Finanças e do Trabalho e na Comissão de Finanças e Tributação, lá na Câmara. Rodamos todos os órgãos envolvidos na cartilha que diziam que iam nos dar curso preparatório, Sebrae. Resposta: não sabíamos disso. Banco do Brasil. Eu mesma me lembro do deboche do gerente do Banco do Brasil quando fui pegar a linha de crédito prometida, cujo agente financeiro, conforme a cartilha, era o governo. O governo citava o Banco do Brasil como agente financeiro. Nós não sabíamos. Temos toda essa documentação e resposta.

Como uma cartilha que foi publicada no Diário Oficial tinha como agentes pessoas, órgãos que não sabiam da sua responsabilidade? Está escrito: Banco do Brasil. Desconhecemos tal acordo. Sebrae: não sabemos disso. Ou então alguns diziam: ah, esse curso não tem aqui. Você tem que fazer lá do outro lado do País. Não houve facilitação para nada.

Nesses doze anos de luta, nós conseguimos conquistar o respeito pela luta, mas só de liderança nós já temos nove mortes. Temos casos de pedevistas mendigos. Nós não estávamos preparados para o não cumprimento desse acordo. Estamos lutando com muita dificuldade.

Quando o Lula era Presidente, eu estive com ele, que me abraçou fortemente e falou: vocês devolvem o dinheiro que pegaram? Dez por cento ao mês. Devolvemos de acordo com o nosso salário. Não desista da luta. No IV Seminário Latino-Americano de Direitos Humanos, eu falei isso.

Um tempo depois, ele foi para a rádio e disse que era uma parafernália a gente querer voltar, era uma sandice. Eu perguntei para ele: por que dois discursos diferentes? Com uma militante na casa passando por vários apertos, dificuldades para lutar, era fácil dizer: lute, continue! E ser simpático. A então Chefe do Gabinete, atual Presidente Dilma, também estive conversando com ela, por vinte minutos, que se mostrou simpática: não, vamos ajudar a causa!

Nós estamos cheios de incentivos verbais. Queremos justiça, queremos que o governo cumpra com o acordo na sua reparação. Ah, não há orçamento. Venha cá: quando devo ao banco, ele não me pergunta de onde eu vou tirar o dinheiro. Eu tenho que buscar, tenho que trabalhar, tenho que ir à luta. Não nos cabe, e sim aos estudiosos que fazem o orçamento, ver em que rubrica nós estaríamos presentes, porque justiça, já está mais do que provado que nós merecemos. Temos aqui representantes do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro.

Agradecemos ao pessoal da Petrobras que conseguiu este espaço para que a gente falasse. Nós estamos unidos. No Rio de Janeiro nós temos uma comissão com mais de 12 sindicatos, lutando juntos, porque a dor é a mesma. É muito difícil nós estarmos hoje aqui presentes. Houve pessoas que tiraram dinheiro do bolso, como a companheira do Ceará, para poder estar presente.

Então, há dificuldade financeira, há dificuldade de luta, mas o que falta dentro desta Casa, de um modo geral... Não da parte do Senado, porque, por todas as vezes, todos os Presidentes do Senado disseram: “passando na Câmara, nós já estamos do lado do PDV”.

Acho que é caso de vontade política a aprovação dos nossos projetos de lei que estão na Comissão de Finanças. Estamos cansados de promessas! Precisamos de ações concretas, de um estudo real!

Ah, e tem mais: houve uma audiência pública na CCJ da Câmara, a que o então Ministro do Planejamento não pôde estar presente, mas mandou um representante, que já é morto, o Duvanier, e este ficou de apresentar um estudo provando todo esse plano de demissão. Há audiências, há debates, há pedidos e não são feitos. Até hoje esse estudo não foi feito. Até hoje!

É inconstitucional a nossa volta? Inconstitucional, para mim, é o não cumprimento do acordo pelo Governo. Isso que, para mim, é inconstitucional. Quem deve dar essa solução... E, aqui, peço muito a esta Casa, aos representantes, à mídia, principalmente porque a gente precisa ter uma repercussão maior do que a que temos, para que as pessoas conheçam realmente o que foi um Plano de Demissão Voluntária.

À época, não existia esse termo, não se falava em “assédio moral”, mas eu ouvi, naquele tempo, vários depoimentos. Num deles, a pessoa estava em licença médica e lhe disseram: “ou você volta e pede demissão, ou, quando você voltar, estará demitida”. Isso é o quê? Coação, constrangimento! De “voluntário” não tem nada.

Se não era para termos pedido demissão, também não era para o Governo ter cumprido. Isso não dá ao Governo autoridade simplesmente para não cumprir, porque não era uma coisa muito boa para a gente.

Nós acreditamos e erramos, como acreditamos que o Governo cumpriria com o trato.

Eu agradeço muito e digo que estamos na luta há 12 anos para que se faça cumprir o contrato feito pelo Governo. Nós queremos agora a nossa reintegração, a nossa readmissão, seja lá que termo for, mas nós queremos justiça, que é o termo melhor.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Sr^a Rejane Ávila Cavalcanti Bezerra,

representante dos pedevistas, que deixou claro que eles querem simplesmente que se respeitem os acordos firmados e o contrato que, na época, foi acertado quando do afastamento e que não foi cumprido. Essa é a linha da defesa que ela fez aqui.

Muito bem. Vamos agora passar a palavra ao Sr. Luiz Carlos Alencar Macedo, Diretor da Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal.

V. S^a dispõe de 10 minutos com mais 5 e, se necessário, mais 5.

O SR. LUIZ CARLOS DE ALENCAR MACEDO

– Bom dia aos integrantes da Mesa; bom dia ao Senador Paulo Paim.

A CONDSEF agradece o convite desta Comissão de Direitos Humanos para debater esses temas de relevância: assédio moral, terceirização e PDV.

Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria de trazer um recado para o Senador Paulo Paim de dois aposentados do DNOCS do meu Estado, o Ceará, da cidade de Banabuiú, o companheiro Osias Benvenuto da Silva e o companheiro José Edmundo de Freitas. Eles manifestam uma grande admiração por V. Ex^a, Senador Paulo Paim, na defesa não só da classe trabalhadora, mas principalmente dos aposentados deste País, sejam do setor privado, sejam do setor público.

Então, em nome dos companheiros Osias Benvenuto da Silva e José Edmundo de Freitas, da cidade de Banabuiú, Estado do Ceará, eu o abraço.

A CONDSEF sempre se manteve numa linha de autonomia e de independência, sempre à frente da luta. Eu não gostaria muito de tecer comentários sobre a questão do assédio moral e da terceirização, mas, sim, sobre a questão do PDV – Plano de Demissão Voluntária.

Dentro do PDV que ocorreu por volta de 1996, no governo do PSDB, no governo de Fernando Henrique – a companheira Rejane colocou, com propriedade, o que ocorreu à época –, apesar de todo o movimento sindical, à época, ter dito que aquele era um cheque em branco que o governo do PSDB estava passando para os trabalhadores naquele momento, ocorreu, dentro dessa “demissão voluntária” – entre aspas –, um grande problema, que foi o assédio moral. E, na época, esse tema não era muito debatido.

Aqui, está presente a companheira Elineide Farrapeira, que, na época, morava aqui, no Distrito Federal, que, hoje, está morando no Ceará, em Fortaleza, e que foi uma das pessoas que sofreram assédio moral para aderir a esse Plano de Demissão Voluntária.

Não se trata só da questão do assédio moral. Muitos e muitos foram enganados pelas linhas de crédito, pelas facilidades. Ou seja, houve aquele contrato que

o governo do PSDB, à época, lançou, e as pessoas caíram no canto da sereia do PDV do PSDB.

O que ocorre nesse tema? A Confederação, a CONDSEF, em 2010, no seu último congresso, abraçou essa causa, essa bandeira, para que, no Governo do Partido dos Trabalhadores, o Governo Dilma, e no próprio governo de Lula, à época, viesse esse debate, viessem essas discussões, para corrigir esse erro do governo anterior. Inclusive, recentemente, nós tivemos uma audiência, se não me falha a memória, no dia 16 de outubro, convocada e requerida pelo Deputado Federal Zequinha Marinho, do PSC do Pará, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em que debatemos esse assunto. Lá estava o representante do Ministério Público do Trabalho e o da própria AGU. E principalmente o representante do Ministério Público do Trabalho concordou, em linhas gerais, que, realmente, esse foi um calote que o governo, à época, deu nesses trabalhadores.

O que nós trazemos para este debate da Comissão de Direitos Humanos do Senado, principalmente diante da pessoa do Senador Paulo Paim? Conhecemos a história do Senador, que tem origem sindical e que sempre esteve à frente da luta da classe trabalhadora neste País. S. Ex^a, juntamente conosco, com a CONDSEF e com vários segmentos, vestiu essa camisa, tentando sensibilizar a Presidenta Dilma para reparar esse erro brutal e gritante que foi cometido em cima da classe trabalhadora do serviço público. Apesar do assédio, muitos e muitos companheiros e companheiras perderam suas vidas, porque foram enganados com o cheque em branco e, vendo o desespero, sem ter linha de crédito, sem ter treinamento do Sebrae para abrir microempresas etc., muitos se suicidaram, entraram pelo caminho das drogas, do alcoolismo.

Esse será o grande papel histórico do Partido dos Trabalhadores para corrigir esse brutal engano feito há mais de dez anos.

E dizer que esses dois Projetos de Lei que tramitam na Câmara Federal, o de nº 4.293, de 2008, e de nº 754, de 2010, já foram aprovados na Comissão de Trabalho e Administração do Serviço Público. O gargalo, o nó está na Comissão de Finanças e Tributação. Inclusive, à época, praticamente um ano atrás – CONDSEF, companheira Rejane, companheira Elaineide Farrapeira e outros companheiros –, estivemos com o Relator do projeto na Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Federal André Vargas, do PT do Paraná, que, num determinado momento, ficou sensibilizado. Mas, o que a gente observa e segundo informações de bastidores, o Governo não tem a vontade política de reparar esse brutal e gritante erro que foi cometido no passado.

Acho que nós somos sindicalistas, nós não trabalhamos com inverdades. Acho que temos que ser verdadeiros. Acho que, quanto a esse erro cometido, basta um pouco de vontade política, porque dinheiro a gente sabe que tem, que existe.

Para finalizar, no minuto que me falta – tem mais cinco, mas vamos concluir – a CONDSEF está organizando no País e temos alguns Estados na nossa base que tem esse movimento, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Mato Grosso e Distrito Federal. Pretendemos fazer um grande movimento nacional, fazer a pressão política, porque nós sabemos que sem pressão não conseguimos materializar as nossas reivindicações.

Então, em meu nome, representando aqui a direção da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, a CONDSEF, solicitamos do Senador Paulo Paim o empenho nessa luta, juntamente conosco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Luís Carlos de Alencar Macedo, Diretor da Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal.

Os dois projetos estão na Câmara dos Deputados.

Concordo com o que você levanta. Escrevi até um livro chamado *O Rufar dos Tambores* – posso até mandar descer uma meia dúzia. Eu sempre digo que enquanto a batida do tambor não for ouvida nos palácios de Brasília, nada muda. A batida do tambor é a palavra que você usou – mobilização e pressão – seja a pressão aqui, no Legislativo, seja no Executivo. É legítimo e democrático.

Estou com uma peleia lá muito grande de pressão também na Câmara, que é a história do fator previdenciário. Ontem li, na tribuna inclusive do Senado, uma carta, assinada por todas as centrais sindicais, muito dura em relação ao Executivo por não concordar que os Deputados votem o projeto que eu apresentei aqui e que já votamos e já aprovamos por unanimidade aqui no Senado, que é sobre o fim do fator. Há outro sobre o do reajuste do aposentado. Pressionem lá; quando chegar no Senado, pressionem a todos, inclusive a mim, porque é legítimo, para que o Senado também delibere sobre o tema. Mas, sem pressão, podem ter certeza de que não leva; eu estou nesta Casa há 26 anos, e sem pressão não leva, o movimento social não leva nada se não pressionar. Só tem uma forma de pressionar.

Aprovamos aqui, recentemente, um projeto dos autistas, por exemplo, mas uma grande mobilização nacional e não teve volta; iniciou aqui nesta Comissão o projeto e ele foi aprovado e vai ser sancionado. Por isso que concordo com a tese da pressão.

Passo a palavra, neste momento, a nossa Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, que é Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Me permita, Ministra, registrar a presença da nossa Vice-Presidente desta Comissão, a nobre e querida Senadora, militante, está mobilizando o País na CPMI da Violência Contra as Mulheres. Então, os meus cumprimentos a nossa querida Senadora (*palmas*.) que é uma das indicadas para assumir a Presidência desta Comissão, a partir do ano que vem, porque vencem os meus dois anos. Automaticamente, teremos uma outra pessoa na presidência e, provavelmente – claro, não estou aqui... a bancada é quem vai decidir –, a nobre Senadora deverá ser... deverá ou poderá, não importa; para mim deverá – a próxima Presidente desta Comissão.

Por favor, Ministra.

A SRª MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI –

Caro Senador Paulo Paim, na pessoa de V. Exª cumprimento todos os integrantes da Mesa, agradecendo em meu nome pessoal e em nome do Tribunal Superior do Trabalho o convite de V. Exª para que aqui manifestar sobre – e vou – temas tão relevantes, tão importantes que esta Comissão de Direitos Humanos, encarregada justamente de temas que envolvem os direitos humanos tão bem elegeru. E cumprimento duplamente também como sul-riograndense que V. Exª é, também Senador pelo meu Estado o Rio Grande do Sul. Cumprimento a Senadora Ana Rita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone*.) O Senador Inácio Arruda, entrando, neste momento.

A SRª MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

– ...Senadora representante do Partido dos Trabalhadores pelo Estado do Espírito Santo; cumprimento o Senador Inácio Arruda.

O tempo é pequeno e vou dedicar ao tema Assédio Moral, porque não poderíamos aqui enfrentar todos os temas – mas cumprimentos todos aqueles que estão aqui presentes e nos ouvem.

O tema do Assédio Moral, tem envolvido... venho estudando já há alguns anos, até porque há vários projetos de lei tendentes a regulamentar o instituto. Acho que será proveitoso eu me deter no tema do assédio moral. Se der tempo, fazer alguma referência sobre o tema da terceirização.

Mas este é muito interessante e diz especificamente com os direitos humanos. É recente o fenômeno, e ele começou a ser estudado na década de 80, e os primeiros estudos que diagnosticaram o assédio moral provêm da Suécia, foi um psicólogo alemão, o Heinz Leymann, que estudando, dentro das grandes corporações, as relações humanas, identificou o assédio moral.

Por quê? Porque o assédio moral é, digamos, invisível num primeiro momento. Ele se constitui por uma série de atos aparentemente desimportantes, mas que, pela continuidade, resultam na fragilização da auto estima do trabalhador. E a partir desta constatação os estudos foram aprofundados e surgiu o instituto, que não é privativo do Brasil, mas no mundo inteiro, inclusive em alguns países ele já é tipificado como crime, e em outros apenas como um ilícito civil.

Vejam que, no Brasil, as primeiras ações que foram ajuizadas nos tribunais datam de 10 anos. E, vejam que inicialmente as ações que são ajuizadas objetivando reparação por danos morais tinham a ver com o acidente de trabalho, o maior número delas, ainda o maior número é resultante de acidentes de trabalho que causaram danos não só materiais, mas também morais aos trabalhadores. Hoje, os danos morais resultantes do assédio moral crescem, digamos, numa perspectiva geométrica. Eu não digo que ombreiem com aqueles resultantes do acidente de trabalho, mas eles realmente têm sido numericamente reproduzidos em progressão geométrica, não só o dano moral individual, como o dano moral coletivo, resultante do assédio moral.

Vejam, não é por falta de estar positivado o instituto na legislação que ele tem sido ignorado no plano da Justiça do Trabalho. É o contrário. O assédio moral não tem, como o assédio sexual, positivação no Direito Penal, portanto, ele não é um crime, que este sim depende de lei. Mas ele tem sido considerado um ilícito civil, um ilícito civil trabalhista independentemente de legislação que regule, que discipline especificamente o assédio moral. Por quê? Porque ele resulta do descumprimento de uma obrigação contratual que todo o empregador tem de tratá-lo com urbanidade, de tratar os eu empregado com respeito. Portanto, ele resulta do descumprimento de uma obrigação contratual básica. E ele tem assento constitucional no princípio da dignidade da pessoa humana, no direito constitucional à saúde, em especial, à saúde mental. Mas é muito importante que a lei discipline aspectos que são relevantes, em especial para prevenir, porque o essencial é prevenir o assédio moral que ocorre – e eu percebo isso – muitas vezes por falta, inclusive, de esclarecimentos. Porque vejam, numa grande organização muitas vezes se pratica o assédio moral no âmbito às vezes até de empregados da mesma hierarquia, porque, ao contrário do assédio sexual, que sempre parte de um superior hierárquico em relação ao inferior para obter vantagens dessa natureza, no plano do assédio moral ele pode ser praticado não apenas pelo superior hierárquico em relação ao subordinado, mas entre empregados da mesma hierarquia e mesmo até

por empregados que estão numa posição hierarquicamente inferior em relação ao seu superior. Se aqueles subordinados não gostarem da maneira como o superior vem atuando, digamos, um gerente em relação aos seus subordinados, eles podem praticar assédio moral em relação àquele que está no nível hierárquico superior. Por isso que é muito importante a disciplina legal do instituto.

Nós temos aqui elencados vários projetos de lei, alguns que são, digamos, mais abrangentes da iniciativa do Senado, projeto de lei da Câmara dos Deputados. Eu tenho aqui um trabalho que eu não digo que seja evidentemente exaustivo, mas que é um trabalho que compreende o exame amplo da matéria que eu até vou deixar, porque o tempo não permite que eu me estenda sobre todos os aspectos. Vou deixar com o Senador Paulo Paim para que ele integre aqui os trabalhos da Comissão, onde identifico a importância da disciplina legal não só para definir o alcance do instituto, como também para que seja ele conhecido de todos, para que seja divulgado, porque o que acontece hoje? Quando se quer rescindir o contrato, se pratica – e a jurisprudência vem permitindo que eu faça essa afirmação – o assédio moral, que é, repito, uma série de atos tendentes a conduzir o empregado a romper o vínculo de emprego, quer pedindo demissão, quer aderindo ao PDV, quer requerendo uma aposentadoria voluntária, quer requerendo uma transferência. Ele sempre objetiva afastar aquele empregado do seu local de trabalho.

Quais são as hipótese mais frequentes? São atos que podem ser concretos e podem ser atitudes omisivas, que, pela repetição, comprometem e fragilizam a autoestima do trabalhador. Daí sua gravidade. Por exemplo, ocorre quando o empregador ignora o empregado, não lhe dá trabalho, não lhe estimula. Essa atitude que, aparentemente, é inofensiva pode fragilizar e causar problemas psicológicos ao trabalhador, que se sente desprestigiado, que começa, ao fim de algum tempo, a achar que ele é um inútil, que ele não sabe produzir. Pode também se configurar pela exigência de trabalhos que são ou desimportantes, que não foram os contratados ou ainda trabalhos que estão acima das forças daquele trabalhador, que não tem condições que realizar. Isso fragiliza a autoestima. Por isso, é importante a regulamentação legal do instituto.

Muitas vezes há uma linha tênue na identificação: será que é assédio moral? Será que não é? Quanto tempo de repetição precisamos ter para identificar? Diz a jurisprudência que, em média, pelo menos aquela inicial, 6 meses, ao tratar o empregado com descaso ou mesmo exigir-lhe tarefa desnecessária ou acima da sua capacidade. Hoje, a jurisprudência está mais fle-

xível, entendendo que um tempo menor que 6 meses, desde que o fenômeno esteja identificado, é suficiente.

Temos casos de assédio moral coletivo, que é outra vertente, diversa, do assédio individual. No assédio individual, o empregado pode postular se essa é aquela prática ou pode postular, em caso de rescisão do contrato, além das reparações trabalhistas decorrentes de uma despedida imotivada – porque seria uma hipótese de despedida indireta – indenização por danos morais, que reverterem em seu benefício.

O dano moral coletivo, que pode ser cumulado, quando atinge uma coletividade, uma categoria ou uma classe de trabalhadores em uma determinada empresa, reverte, em geral, para o Fundo de Amparo ao Trabalhador, justamente para punir aquele que pratica o dano moral coletivo. Pode haver coincidência.

Vimos que, quando essa atitude de desmoralizar o trabalhador é coletivamente sentida, o Ministério Público ou o Sindicato da categoria pode promover uma ação coletiva tendente a, inclusive além da reparação pecuniária, impedir, já por meio de uma antecipação de tutela, aquela prática que ofende a autoestima do trabalhador. De forma que nós temos vários estudos a propósito do assunto. Justamente porque me parece que o mais importante é prevenir, é que hoje os acordos e convenções coletivas de trabalho já preveem cláusulas esclarecendo e punindo aquele que pratica o assédio moral.

Temos leis municipais, leis estaduais, no âmbito do serviço público –segundo a Constituição, a União é a única que tem competência para legislar sobre Direito do Trabalho –, para os trabalhadores do serviço público municipal ou estadual. Temos leis que buscam prevenir ou impedir o assédio moral, que desestimula, desacredita, deprime, isola e fragiliza a autoestima do trabalhador. Há, inclusive, projetos de lei que também o tipificam como crime, a exemplo do que ocorreu com o assédio sexual.

Essas são brevíssimas considerações, considerando o tempo restrito que temos.

Em um minuto, quero dizer que, em relação ao tema da terceirização, também me parece muito importante que a legislação regule o instituto, e o Tribunal Superior do Trabalho, assim como na hipótese do assédio moral, nem por isso tem deixado de se manifestar.

(Soa a campanha.)

A SR^a MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

– Temos uma súmula, que vem sendo aplicada em todos os casos de terceirização, em que nós temos admitido a terceirização, que realmente é um fenômeno que não é exclusivo do Brasil; ele vem tomando força e, em alguns temas, onde o serviço é especializado,

ele até se justifica. O importante é, justamente, uma legislação que discipline, porque o que não podemos aceitar é que a terceirização se reverta em prejuízo e em precarização do trabalho.

Por isso, a jurisprudência hoje aplicada – que não é de hoje, mas que já temos sumulada – é no sentido de admitir a terceirização em atividade meio e desde que não ocorra ela em concorrência com a atividade exercida por trabalhadores empregados. Quando ocorre essa hipótese de terceirizar serviços que já são executados por empregados, impõe-se a equiparação. Então, a terceirizada terá de pagar a mesma importância, justamente para evitar essa concorrência e, assim, restringir a terceirização na atividade meio a atividades que não são concorrentes com aquelas exercidas por empregados da empresa. E, em atividade fim, nós não admitimos a terceirização.

Há, inclusive, sobre esse tema da equiparação, repercussão geral em recursos extraordinários pendentes de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Mas, no Tribunal Superior do Trabalho, o entendimento que prevalece é este: em atividade fim, não se admite a terceirização; em atividade meio, sim, mas não quando há empregados que também exercem aquela atividade, porque aí haveria uma confusão entre atividade fim e atividade meio.

Recentemente, nós decidimos, na SDI, que, mesmo em relação às empresas de telecomunicações e de energia elétrica – onde há uma lei específica –, se aplica esse entendimento de que, na atividade meio, ou melhor, em atividade considerada fim, não se admite a terceirização, apesar de a lei referir que seria possível nas atividades inerentes. Então, em atividade fim, nós não temos admitido. Mas há também projetos de lei que me parecem muito importantes que regulamentam esse fenômeno da terceirização.

Agradeço, mais uma vez, o convite e coloco-me à disposição se em outras oportunidades também puder colaborar sobre esses temas pelos quais tenho predileção e que também constituem uma grande preocupação pela frequência com que geram litígios. O nosso objetivo sempre é reduzir, ao máximo, a litigiosidade, sempre prevenindo o litígio. Essa é a preocupação de todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, que é Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

E me permita que eu lembre: está bem o Dr. Madeira?

A SRª MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
– Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Dr. Madeira é uma pessoa, assim, ímpar. Por isso, posso dizer que é um parceiro nosso de todas as horas. É um militante dos direitos humanos. O Dr. Madeira está ouvindo esta brilhante palestra aqui. Tenho certeza, saiba, que, na minha vida, uma das referências, digamos, quando comecei... Porque ele já era Presidente da OAB, uma figura pública. Tive muito incentivo da parte dele. Gosto muito dele. Me permita que eu diga isso.

A SRª MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
– Muito obrigada. Ele ficará muito contente com a referência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nesse momento, vamos para a segunda Mesa.

Acho que a Ministra deu uma grande contribuição, aprofundou essa questão do assédio moral. Não tínhamos aqui, na Mesa, ido ao debate com a profundidade devida. Ainda falou sobre a questão da terceirização na visão do TST. Concordo. Fui peão, chão de fábrica por muito tempo também. A forma é exatamente essa. É importante ver que os magistrados sabem como é no chão de fábrica. Isolava o trabalhador ou botava, digamos... Ele poderia ser um que pegasse uma peça de ferro para esmerilhar, mas colocavam esse trabalhador para limpar banheiros ou para operar o computador. Quando ele iria operar o computador? Nunca! Era uma forma de isolar o trabalhador, que acabava saindo mesmo. Se deixar o cidadão sem fazer nada dentro da empresa – tive inúmeros casos, eu era Presidente da Cipa e acompanhava e, depois, virei dirigente sindical, em seguida –, ele vai embora mesmo. Ele era colocado no canto e não davam nada para ele fazer. Por incrível que pareça, é um castigo da maior gravidade.

A SRª MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
– Ele vai se sentindo, para o futuro, impotente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

A SRª MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
– Felizmente, hoje, já está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido a Ministra a continuar na Mesa, como voltará para a Mesa o representante do Ministério do Trabalho.

Convidaria os outros três convidados a retornarem para o plenário. Teremos depois o debate.

Vamos para a segunda Mesa. (*Pausa.*)

A Ministra pede licença porque tem outro compromisso. Ela veio de São Paulo para chegar a tempo para o nosso debate. Está indo agora para o Tribunal.

Muito obrigado, Ministra. Sei que vai ter que se retirar. (*Palmas.*)

A SR^a MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

– Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um abraço. Um abraço para o amigo lá.

A SR^a MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

– Conte comigo no que eu puder ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Convido nesse momento, representando o Ministério do Trabalho e Emprego, o Sr. Eudes da Silva Carneiro, assessor da Secretaria das Relações de Trabalho e Emprego e, aqui, representando também o Ministro; o Sr. Valdemar Moreira da Silva Filho, engenheiro em segurança do trabalho; o Sr. Henrique Sotoma, diretor administrativo da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), em representação ao Sr. Sílvio Sinedino, que é o Presidente; e o Sr. Cláudio Dolabella Vianna, consultor técnico e jurídico do FNDE. (Palmas.)

Todos estão à mesa? (Pausa.)

Tudo bem que eu goste do Ministério do Trabalho e quero fortalecê-lo, mas, por estarmos aqui com dois representantes do Ministério do Trabalho na Mesa, a doutora gentilmente disse que o colega assumiria. Acho fundamental fortalecer o Ministério do Trabalho, como acho fundamental fortalecer o Ministério da Indústria e Comércio. O Ministério do Trabalho cumpre um papel cuja importância a história já mostrou.

Quero dizer que os dois Senadores usam a palavra em qualquer momento que assim entenderem. Eles sabem disso. Só informo ao plenário e àqueles que estão assistindo pela TV Senado.

Vamos começar pelo Dr. Cláudio Dolabella Vianna, consultor técnico e jurídico do FNDE, para que coloque o seu ponto de vista sobre os três temas ou um, especificamente, se assim entender.

O SR. CLÁUDIO DOLABELLA VIANNA – Ex^{mo}

Sr. Senador da República Paulo Paim, por meio do qual cumprimento todos os Senadores desta Casa. Cumprimento também os demais presentes da Mesa. Agradeço o convite para estar aqui para contribuir um pouco com este debate.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que é uma honra estar aqui. Eu tenho um grande orgulho de ser brasileiro e estar aqui tentando contribuir com esta Comissão na data de hoje, especialmente pela Presidência do Senador Paulo Paim.

Eu vou trabalhar o tema da precarização do serviço público e da precarização do trabalho no serviço público. Vou fazer uma pequena retificação de ordem da Língua Portuguesa, sou consultor jurídico no FNDE. Qual a distinção? Consultor jurídico é um cargo privativo – hoje, entende-se privativo da Advocacia-Geral da União nos Ministérios – e sou um consultor técnico jurídico, sou um contratado temporário da União,

fiz um concurso público de provas e títulos universal, promovido pelo Cespe. Eu faço questão de destacar isso porque, quando a gente fala em precarização do serviço público, muitas vezes há referência aos contratados temporários da União como uma segunda classe no serviço público e isso não é verdade. A gente vê, em termos de precarização... Eu já fui questionado até pelo uso da assinatura como consultor técnico jurídico no meu serviço, quem quiser, que possa faça um paralelo com assédio moral. Bom, mas esse não é o foco da minha contribuição.

A precarização do serviço público e a situação dos contratados temporários da União.

O que é o trabalho precário e a precarização do trabalho? O trabalho precário, como parte da precarização do trabalho, assume quatro características: primeiro, a insegurança no emprego, a perda de regalias sociais – isso é uma transcrição do português de Portugal e eu colocaria como perda de benefícios sociais –, normalmente, a imposição de salários mais baixos e a perspectiva de uma descontinuidade do trabalho. Assim, a instabilidade e o surgimento de circunstâncias em que o trabalhador não vê um horizonte de progressão de crescimento e de contribuição direta com os objetivos da empresa no longo prazo. Muito bem.

Como se manifesta a precarização do trabalho na iniciativa privada e no serviço público? Eu uso uma expressão, extrativismo da mão de obra como primeiro pilar. O que é o extrativismo? É aquela situação que a gente relembra do período colonial em que você busca o benefício no sentido único, mas não transitivo, você exaure aquilo que a força ou aquilo que o insumo tem sem trabalhar na reciclagem e na reconstrução daquela força. Isso está desdobrado na redução dos investimentos no servidor e, em relação ao servidor, na redução das expectativas na relação ganha-ganha trabalhador e instituição. O que eu quero dizer com isso? No caso dos contratados temporários da União, disciplinado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nós não podemos obter cursos de longo prazo, como mestrados, doutorados e tal. Aí, se pensa: isso tem sentido? Realmente tem numa primeira vista, porque a gente deve pensar o investimento público e a alocação do dinheiro onde ele deva dar uma contribuição de longo prazo.

Então, vou dizer a minha situação. Sou um contratado temporário da União – temporário – há 9 anos. Na Justiça do Trabalho isso seria irreal. O Supremo Tribunal Federal entende que o temporário, ao longo de diversos pactos firmados com o empregador, perde a condição de temporário. Eu vou chegar lá mais adiante.

Muito bem, redução do investimento. Ele se dá pela redução dos benefícios diretos: a redução dos

curso, a redução das capacitações e a redução do acesso a diversos mecanismos de suporte ao trabalhador, durante a sua permanência na instituição.

Assim, a gente pode perceber, também nessa pasta precarização, a manifestação no alijamento dos benefícios obtidos em função de resultados positivos: ascensão funcional, participação nos lucros e resultados, gratificações de desempenho.

Nesse aspecto, por exemplo, também por uma imposição legal, o contratado temporário da União, ainda que a Administração o veja como uma peça fundamental, não pode ocupar cargo em comissão, o que não seria incompatível. Porque não há incompatibilidade entre o exercício do cargo técnico e o exercício do cargo em comissão, se aquele trabalhador tiver a confiança e a qualificação necessária para a ocupação do cargo.

Precarização da proteção do estado de direitos sociais consagrados, como previdência, indenização proporcional ao tempo de serviço, atualização e recolocação profissional, como, por exemplo, por meio dos recursos do FAT, seguro desemprego, FGTS.

Nisso, eu vou entrar até numa questão interessante, que é uma discussão do dia, que é a situação do servidor efetivo do serviço público hoje. Essa mudança no plano de previdência, apenas para reflexão, que ainda é uma interrogação.

Quando começou a Previdência Social no início do século XX, o capital da contribuição ao trabalhador da CLT era formado por meio de um terço da contribuição do Estado, do trabalhador e do empregador. É diuturno o debate sobre se a Previdência está ou não está quebrada. E aí a gente entra: onde está o dinheiro da Previdência? Porque não existe um fundo, um caixa exclusivo, único, para tratar da formação do capital do trabalhador na CLT.

Nós, como contratados temporários da União, nem temos a estabilidade do servidor efetivo, porque a única diferença é que não temos cargos efetivos, nem somos trabalhadores celetistas. Então, quando demitidos, a gente não tem absolutamente, por previsão expressa na legislação, exceto em nível constitucional, a proteção do FAT, do seguro desemprego, do FGTS.

A Justiça tem amparado os contratados temporários da União por quê? Porque é um direito garantido pela Constituição e em tratados internacionais de direitos humanos.

Muito bem, eu já fui, inclusive, pedevista da Caixa Econômica Federal. Trabalhei 9 anos na Caixa Econômica Federal e saí por uma questão de perspectiva.

A instituição não apresentava naquele momento de 1998 uma perspectiva de trabalho que justificasse a

minha permanência naquela instituição, embora gostasse muito da Caixa Econômica Federal.

Muito bem, eu falei de direitos humanos na proteção ao trabalhador e da jurisprudência do STF.

A jurisprudência do STF tem garantido todos os direitos sociais aos contratados temporários, não só da União, como de outras esferas, porque em algumas legislações municipais e estaduais não se permitia, sequer, a concessão de férias.

Muito bem, nós somos contratados temporários da União. E quem somos?

Existe uma lei, a nº 8.745, de 1993, que é um destaque de um capítulo da Lei nº 8.112, que, por alguma razão tática, foi tirada do corpo da Lei nº 8.112. E, com isso, retirados uma série de direitos e garantias, inclusive a licença capacitação, porque havia um horizonte inicial de, no máximo, quatro anos. Hoje, já existem diversos colegas na situação como a minha. Só no âmbito do MEC, do FNDE e de outras autarquias, somos 61 desse concurso de 2003, mas somos muitos outros de concursos mais recentes. Então, fizemos concurso público universal, cumprimos todos os requisitos constitucionais do cargo efetivo, um concurso igual ao do cargo efetivo.

Os motivos determinantes para a contratação dos CTUs estavam inicialmente associados, no caso da previsão legal da alínea que me cobre, à necessidade excepcional no amparo de implementação de acordos internacionais, mas existem outras possibilidades. O perfil de ingresso era de pessoal de experiência, *expertise*, qualificação formal e experiência de trabalho, ou seja, mais de 5 anos de experiência, no caso da minha classificação, e/ou mestrado ou doutorado. Para se ter uma ideia, o meu salário – precarização, vamos ver –, quando ingressei, em janeiro de 2004, era 10% superior ao salário da AGU, que é o determinante para formação da remuneração, por disposição constitucional e por paradigma expresso da legislação infraconstitucional. Hoje, uma pessoa que tenha ingressado na AGU ganha três vezes mais que a minha remuneração. A minha classificação estaria em torno do terceiro nível da segunda classe. Hoje, o inicial é o dobro da remuneração do meu cargo. Se perdeu o horizonte de precariedade. As atividades são desenvolvidas dentro de uma perspectiva de Estado, longo prazo, inclusive com o PAC, que hoje exige a mão de obra que está alocada em grande parte com contratos temporários.

Existe outro ponto da precarização que é transferência dos riscos e custos do negócio ao trabalhador temporário, seja o contratado temporário do Governo, seja na empresa por meio da terceirização, contratação cooperativada. Com isso, a gente tem a transferência das perdas para o trabalhador e a reserva dos lucros

para o contratante. Quem arca com os custos da demissão em uma situação precarizada? É o trabalhador. Nesse ponto, a gente perde uma referência muito importante que é a estabilidade social.

Qual é uma das grandes razões da crise social na União Europeia e nos Estados Unidos? A precarização do trabalho. Em Portugal, por exemplo, existe um tipo de contrato chamado selo verde, em que o trabalhador tem muito menos direitos do que o trabalhador tradicional. A retórica é da economia de custos, mas o negócio exige o provisionamento. Os direitos sociais viram, focam na estabilidade social. Os ciclos de crescimento e degradação econômica se repetem, porque são ciclos. Então, em um período de expansão econômica, temos uma relativização da importância da perda dos direitos sociais, porque há uma demanda reprimida que tem que ser suprida. Em períodos de crise, a situação se inverte, e temos, em muitos casos, a mendicância nas ruas, como a gente vê hoje na Europa, na Alemanha, na França, inclusive. Quem vai à França hoje vê mendigos, como não via há 1, 2 anos.

Consequências da precarização, do ponto de vista da gestão, por que importa saber o que é precarização, o efeito da precarização na prestação do serviço público, no meu caso, porque sou servidor público e me interessa o benefício que outorgo à sociedade.

Se você tem rotatividade, perda de qualificação, perda de investimento, o gestor, muitas vezes, vai enfrentar um problema, que é o seguinte: a incapacidade de perceber e diagnosticar os problemas em função das suas razões determinantes – então, encontram-se soluções que, muitas vezes, não correspondem ao combate da causa determinante, essencial; falta de planejamento, por ser o planejamento, muitas vezes, baseado em diagnósticos não consistentes; impossibilidade, como consequência, de estabelecer cenários possíveis reais e efetivos, e ações corretivas adequadas; ausência, no longo prazo, de ações estruturantes.

Vamos, pensar, por exemplo, como são feitas... Isso não é uma crítica institucional na relação entre os Poderes, mas quem estuda, e eu sou um profissional do Direito, o uso das medidas provisórias e o impacto que ele tem tido na reformulação legislativa. O Congresso Nacional é a casa do debate. Quando se transfere para o Executivo a iniciativa preponderante de refletir sobre a gestação das leis, subtraem-se do debate da sociedade as soluções e os problemas, e vemos isso em diversas reedições com correção a textos que já foram aprovados. Há leis que foram revistas duas, três, quatro vezes em um ano.

Muito bem.

Ausência de ações estruturantes no longo prazo. Ação estruturante se difere da ação tática. Se tenho o

PAC, devo percebê-lo como uma reformulação do nosso pacto social. Quero ver o benefício ao cidadão de uma forma diferente do que estou vendo hoje. Quero que a escola chegue ao aluno com qualidade, e, sem entrarmos no mérito, devemos comparar com os indicadores internacionais.

No caso dos contratados temporários da União, há uma perda do patrimônio imaterial, leia-se, intelectual e científico, e da memória institucional, pois o precarizado contratado e temporário entra como especialista e fica sem investimentos significativos durante longo prazo, por conta do Estado, porque todos nós nos promovemos essa qualificação.

(Soa a campanha.)

O SR. CLÁUDIO DOLABELLA VIANNA – Muito bem. Quanto tempo, Senador?

O SR. PRESIDENTE(Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais um minuto.

O SR. CLÁUDIO DOLABELLA VIANNA – Posso pedir mais um pouco?

O SR. PRESIDENTE(Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já falou 20.

O SR. CLÁUDIO DOLABELLA VIANNA – Está certo. Sim, Senhor!

O SR. PRESIDENTE(Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A média foi dez mais cinco. Dou mais dois.

O SR. CLÁUDIO DOLABELLA VIANNA – Perfeito, Senador.

Aumento da demanda e perda de investimento em função de necessidade de maior treinamento básico e avançado.

A precarização, muitas vezes, é consequência de interesses imediatistas, porque se dá pouca importância aos investimentos de longo prazo, a atuação é centrada nos problemas de curto prazo e as metas, muitas vezes, são baseadas em objetivos não realizáveis.

A terceirização de pessoal e o serviço público estão relacionados à precariedade, obviamente, à rotatividade, a um problema de pessoalidade/impessoalidade. Quando se usa terceirizados, por exemplo, muitas vezes, se aloca sem o concurso público, sem a impessoalidade, pessoas ligadas ao contratante. A teoria da captura tem a ver com isso.

Muito bem.

Papel do direito social na pacificação dentro das crises – já falei –, nos Estados Unidos e na Europa.

Duas questões: desprecarização e eficiência. Espiral ascendente do conhecimento, qualificação e inovação.

Ciclos de qualidade: planejamento, desenvolvimento, controle e ação corretiva.

Governança. Objetivo institucional chegando até a base do tecido organizacional.

Por que a manutenção dos contratados? Porque é um grupo altamente qualificado, contratado impessoalmente, por meio de concurso de provas e títulos, investimento público e conhecimento sedimentado.

Muito obrigado e perdoe-me pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE(Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço ao Cláudio Dolabella Vianna, que fez uma bela exposição. Por isso, concedi a ele o tempo de 23 minutos.

Queria passar a palavra, nesse momento, ao Procurador do Trabalho e Coordenador da Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete), em representação ao Procurador-Geral do Trabalho, Luiz Antônio Camargo de Melo.

Com a palavra do Dr. Jonas Ratier Moreno.

O SR. JONAS RATIER MORENO – Senador Paim, em nome de V. Ex^a, cumprimento essa seleta Mesa, Srs. Senadores, demais presentes, nossa saudação.

Primeiramente, queria fazer um registro importante, Senador, até porque, às 17h23, ontem, nós recebemos o convite, e não deu para mobilizarmos os nossos maiores especialistas. V. Ex^a fez a citação de um, que é a Dr^a Adriane Reis, em relação à conceituação do dano moral. Então, nós temos grandes especialistas nas temáticas. E, ontem, esse momento era da posse dos novos 35 procuradores que estão ingressando por concurso público, depois de quatro fases difíceis, e que chegaram, de 8 mil, a 35 empossados. O Senhor veja a seleção rigorosa, segura e mais 35 à frente dessa luta aqui desses temas que o Senhor está colocando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bem-vindos os 35.

Mas tenho certeza de que eles mandaram um dos melhores para esse...

O SR. JONAS RATIER MORENO – O Sr. Procurador-Geral também gostaria de estar presente neste momento, porque é um honra sempre estar nesta Casa, inclusive provocado pelas demandas desta Casa ao Ministério Público do Trabalho.

E a temática, uma delas tem muito a ver com o trabalho escravo no Brasil, principalmente o chamado trabalho escravo contemporâneo urbano. A Ministra Peduzzi, que citou – e não caberia nem repetir a palestra dela – com relação ao assédio moral, que é outro tema que é muito relevante, e as notícias que temos são todas de vitórias nas ações propostas pelo Ministério Público do Trabalho, com relação à repressão a essa chaga. Eu mesmo tive algumas ações no meu Estado, em que – em órgãos, inclusive, que são de relevo para a sociedade, serviços de aprendizagem, por exemplo

– houve a mudança de uma diretoria para uma outra, a diretoria nova, em razão da vinculação dos servidores que estavam lá permanentes, uma nova instância diretiva também praticando essa conduta realmente reprovável, que é o assédio moral.

Mas, Senador, em razão do tempo, eu quero pontuar aqui principalmente o tema de grande relevância que é uma chamada terceirização nas indústrias de confecção em São Paulo, que é um dos motores, dos motivadores, hoje, do chamado trabalho escravo urbano. Se o Senhor pensar que o chamado contrato de facção, que é até aceito, nos termos da terceirização, mas o elemento, hoje, trabalho escravo urbano está ligado a essa chaga chamada precarização. A terceirização, nós, como o Senhor falou, e a Ministra que colocou, e os outros da Mesa anterior colocaram, é um fenômeno irreversível, mas só que, nesse ponto, a terceirização tem que estar ligada à especialização e atividade meio. Nós não podemos admitir a terceirização na atividade fim. Desculpem-me aqueles que pensam em contrário, porque nós estaríamos aqui desmontando todo um arcabouço de proteção que hoje está nos garantindo, inclusive aí fora da crise, pelo menos condições de sobrevivência dos trabalhadores brasileiros. Então, da CLT, ao longo da história, desde que ela vigorou, e vem sendo reformada por estas Casas, muitos falam: “ah, mas a CLT é defasada.” Não é. A prova está: as Casas, o Congresso Nacional, ao longo do tempo, vêm reformulando e avançando.

No caso específico das indústrias de confecção, se o Senhor imaginar, hoje, nós temos “quinterização”, poderíamos falar em “sexterização”, que acaba caindo naquela oficina de fundo de quintal daquele patrício boliviano que resolveu arregimentar e trazer do país vizinho, país irmão, outros trabalhadores para serem explorados. Não vou nominar as empresas. V. Ex^{as} têm conhecimento, inclusive uma das empresas firmou um termo de ajustamento com o Ministério Público do Trabalho, que é um precedente importantíssimo, em que essa empresa de capital internacional, responsabiliza-se – um ponto importante – “objetivamente” pela cadeia produtiva. Esse é um precedente importante, Senador, que talvez seja positivado por esta Casa de Leis, pelo Congresso Nacional. Na medida em que a terceirização se mostra um instrumento para a precarização, não podemos admitir.

Então, o tomador final, aquele que coloca um produto na arara, lá para vender ao consumidor, precisa ter a mesma responsabilidade que o CDC, Código de Defesa do Consumidor, ou seja, com relação àqueles trabalhadores que se ativaram nessa cadeia produtiva para colocar aquele produto à disposição do consumidor.

Então, esse é um ponto importante colocado pelo representante – até poderia anotar –, pelo Genival. Há que se positivar. A questão da terceirização tem de estar muito explícita. Hoje, temos a súmula do Tribunal Superior do Trabalho. O que nos baliza, hoje, principalmente é a atuação do Ministério Público do Trabalho.

Assim, hoje, a súmula do TST admite somente na atividade-meio e naqueles casos em que a lei veio especificamente tratar alguns assuntos como fosse atividade-fim, como atividade inerente, o próprio Tribunal Superior do Trabalho rechaçou. Então, precisamos ter uma ideia muito firme: terceirização tem de significar um instrumento de progresso direcionado a uma especialização.

Logicamente, não podemos pensar que uma empresa que produz automóveis vai-se preocupar com a limpeza, com a segurança, do seu pátio.

Então, esse é um ponto importante que devemos colocar e positivar. O caso das cooperativas foi muito emblemático e, depois, foi positivado por esta Casa de Leis. Inúmeras ações também foram propostas pelo Ministério Público do Trabalho, combatendo a precarização nessa forma, que também era de terceirização, a chamada precarização, através de um termo chamado “fraudo operativa”, que, na verdade, também eram instrumentos também de precarização.

O Genival me disse para não falar em precarização, mas precisarmos ter a precarização. E o caso específico da Petrobras, os seus acidentes – desculpe-me, com todo o respeito –, é uma falta que temos de reparar a questão da terceirização numa atividade-fim, que é tão importante, como a extração do petróleo. Ali deve estar alguém realmente com responsabilidade, com comprometimento, com a finalidade, que é aquele empreendimento de extração de petróleo.

O Ministério Público do Trabalho, não obstante não existir a legislação positivando tanto assédio moral, quanto a questão da terceirização, sempre proporá as suas ações. Sempre ativaremos os nossos meios de combater toda essa forma de fraude, seja submetendo e violando o princípio da dignidade da pessoa humana, no caso do assédio moral – a Ministra aqui deu uma aula, principalmente na questão do descumprimento do contrato –, na verdade, o assédio moral é um descumprimento de contrato com a violação ao princípio da dignidade da pessoa humano, perfeito?

No caso específico da terceirização, aqui pontuei a questão do trabalho escravo humano urbano nas indústrias de confecção, tendo o instrumento de terceirização sendo utilizado como forma de precarização.

Quanto à questão de PDV, parece-me que um dos palestrantes, na mesa anterior, mencionou a solidariedade do Ministério Público do Trabalho de um

colega. Não tenho conhecimento do teor, mas também reitero que realmente os Planos de Demissão Voluntária, realmente, muitos deles – temos de ver caso a caso –, foram pontuados também por assédio moral.

Senador, o Ministério Público do Trabalho reitera aqui que sempre estamos à disposição do Congresso Nacional, das suas Casas, naquilo que pudermos contribuir com os nossos *experts*. Infelizmente, hoje, não foi possível a mobilização desses *experts* para tratar mais profundamente e mais tecnicamente cada ponto das matérias colocadas, mas, assim que recebermos a convocação, estaremos aqui para tratar dessa matéria, debater essas matérias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Esse foi o Jonas Ratier Moreno, Procurador do Trabalho e Coordenador da Coodenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Quero, também, depois da sua fala, que foi brilhante, agradecer muito aos Procuradores pela contribuição que têm dado aqui para esta Comissão durante todo o período das audiências, dos debates e dos encaminhamentos, e, claro, principalmente, acho que esse é o eixo principal, no combate ao trabalho escravo. Ter que lembrar, nos dias de hoje, que temos que ter ainda pessoas se dedicando a combater o trabalho escravo é lamentável, mas que bom que tem pessoas que estão fazendo esse belo papel de combater...

O SR. JONAS RATIER MORENO – É o Estado brasileiro estando presente, vigilante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos.

Eu queria registrar a presença conosco, com alegria, dos seguintes Senadores: Eduardo Suplicy, grande Senador, comprometido com todas as causas do nosso povo e de toda nossa gente; Senador Wellington Dias, que teve que se retirar, mas que deixou aqui o depoimento que endossa todo o debate aqui feito por nós; o grande Inácio Arruda, aqui conosco, militante também de todas as causas populares; Ana Rita, que eu já havia citado, também acompanhando todo o debate; e o Senador João Costa, que está aqui também conosco com o compromisso aí de qualidade de vida para todos. (*Palmas.*)

Muito obrigado pela presença e todos usarão a palavra no momento em que entenderem mais adequado.

Passamos a palavra de imediato a Henrique Sotoma, Diretor Administrativo da Associação de Engenheiros da nossa Petrobras, em representação ao Sr. Sílvio Sinedino Pinheiro, Presidente.

O Henrique foi um dos que pediu que realizássemos esta audiência pública. Ele tem algumas preocupações que vai expressar aqui, neste momento.

O SR. HENRIQUE SOTOMA – Muito obrigado pelo convite,

A Associação de Engenheiros da Petrobras, através do nosso Presidente Sílvio Sinedino, recebeu o convite do ilustre Senador. Então, eu resolvi participar deste evento para dar alguns pontos de vista do que acontece dentro da maior empresa brasileira.

Trabalhei durante 37 anos na Petrobras, aposentei-me no último mês de abril. Estou há muito tempo na Aepet, desde 75. Vim aqui fazer algumas declarações, ou seja, expor alguns pontos de vista a respeito do tema exposto nesta audiência pública aqui.

Antes de mais nada, estou falando apenas como ex-engenheiro da Petrobras. Não represento a Petrobras, nem tampouco é a palavra final da Aepet, da Associação dos Engenheiros da Petrobras. É uma associação, inclusive, pequena, porque tem apenas 3 mil associados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não é muito pequena.

O SR. HENRIQUE SOTOMA – Pelo número de engenheiros e de técnicos ali, realmente considero pequena ainda. Mas, tudo bem, não importa. De qualquer maneira, ela já tem 50 anos, essa Associação, e estamos lá defendendo sempre a Petrobras e seus técnicos.

Em termos do que está exposto aqui sobre o problema de assédio moral, o assédio moral, realmente é um problema que assola provavelmente 100% das empresas brasileiras. Talvez, a maioria dos trabalhadores tem medo de expressar a sua indignação quando vê acontecer, seja consigo ou com seus colegas, dentro da área de trabalho, seja relacionado ao trabalho propriamente dito que ele ou os colegas executam ou sobre determinados comportamentos aos quais são submetidos por determinados colegas, pelos gerentes ou por algo ainda mais acima do gerente imediato dele. Dentro da Petrobras, nós temos isso, mas a maioria prefere não se manifestar. Tenho vários casos de assédio moral. O maior problema nosso dentro da empresa é o assédio moral relacionado ao trabalho em si.

Acredito que o problema do assédio moral, antes de mais nada, Senador, é um problema de código de ética, em termos de leis existentes, na área privada ou na área pública – quando falo em área pública, subentende-se os funcionários públicos, e os demais que são celetistas. Acredito que esteja no código de ética, que é um balizador do comportamento de todos nós, em casa, no trabalho ou em qualquer lugar que estejamos. Tendo no código de ética as leis que regem empresas privadas, celetistas ou públicas, a partir dali,

cada empresa tem o seu código de ética, eu diria, um estatuto do comportamento daquele funcionário. Mas há um detalhe: eu já vi vários códigos de ética que não têm um procedimento de como trabalhar em cada caso. Por exemplo: eu considero que estou sendo assediado moralmente no trabalho, aciono o sujeito que está me assediando – supondo que ele seja um gerente – e falo que ele está me assediando e que vou colocar isso para a ouvidoria, para o RH analisar o caso. Quem é que vai analisar? É a comissão de ética? Como são formadas as comissões de ética? O regulamento não diz. Que qualidades deve ter esse pessoal que vai compor a comissão de ética e que vai julgar se ele está sofrendo assédio moral ou não? Não sei. O gerente é que vai indicar? O que está sendo assediado não vai indicar ninguém?

Pelo menos dentro da Petrobras, já vi casos em que o assediado não pôde fazer nada. Ele é culpado e fim de papo. Vai fazer o quê? O gerente ou quem quer que seja estava certo, ele não.

Então, o problema todo começa realmente com o código de ética, um regulamento que diz, em cada caso, qual vai ser o procedimento. Começa por aí. Em termos de assédio moral dentro da empresa, nós temos não só problema administrativo. Temos problemas sérios na área técnica. Colegas que são discriminados durante 10, 11 anos. São deixados de lado porque deram um palpite dizendo o seguinte: “Olhe, isso não vai funcionar!” Ele é *expert* naquele assunto. Por que não pode dar opinião? Ele não está criticando, só está dizendo: “Olhem, do jeito que vocês estão pretendo fazer, não funciona, não vai funcionar, não vai dar certo!” Por causa disso, o sujeito é deixado de escanteio, ficando 10, 12 anos. E o pior de tudo, o sujeito gastou milhões ali e realmente não deu certo e não reconhece.

Nós temos outros casos, principalmente na área de Cipa, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, em que se detecta que, se a pessoa diz que estão ocorrendo tais e tais desvios, é perseguida. Eu não sei como acontece, se os inspetores que trabalham nessa área do Ministério do Trabalho fazem a fiscalização nessa área. Eu desconheço. Não é minha área de atuação. Mas sei de cipistas que me contam esses casos aí.

Então, dentro da Petrobras, casos de assédio moral há vários. Temos problemas de perseguição até de trabalhadores devido a problemas de saúde, problemas técnicos e outros problemas administrativos, até problemas sociais. Existem funcionárias grávidas que, pelo fato de terem direito ao afastamento – seis meses, se não me engano, antes ou depois darem à luz –, sofrem discriminação. “Olhe, você foi muito bem quando estava aqui, mas, como ficou seis, sete, oito

meses afastada, você não vai ter nenhuma promoção”, algo parecido.

Portanto, o problema de assédio moral é caso seriíssimo dentro de qualquer empresa – eu acredito.

Nós falamos em PDV, Programa de Demissão Voluntária.

Dentro da Petrobras, existe o Programa de Demissão Voluntária Incentivada. “Eu estou dando dez salários para quem quer pedir demissão.” Eu vi casos de colegas contando que iam ter treinamento no Sebrae, iam poder tirar crédito, e o Sebrae, nem o Banco do Brasil estavam sabendo desse negócio. Isso realmente é um caso à parte, porque é o fim da picada – desculpe a expressão. Mas, no caso da Petrobras ou de qualquer outra empresa particular, celetista, estabelecer um Programa de Demissão Incentivada, eu acredito que ela deva dizer quais as condições que está oferecendo. É para o pessoal que tenha acima de 60 anos, para quem falta um ano para completar o tempo de aposentadoria, qualquer coisa desse tipo. Normalmente, a Petrobras amarra as condições para dar o tal do PDV. Aceita quem quer.

Eu, particularmente – não é palavra final da Associação –, como ex-trabalhador – vamos dizer assim – de empresa, no caso Petrobras... Bom, se a empresa está dizendo as condições, se eu me encaixo, se eu quero e se eu aderir, eu, particularmente, não vejo nenhum problema. O problema é meu. Então, avaliem as condições. Se outros vão pensar da mesma forma, eu não sei. Mas eu estou exprimindo minha visão particular.

O Programa de Demissão Voluntária é necessário ser estudado realmente para evitar estes casos: “Bom, eu pedi demissão, mas me arrependi três anos depois” ou qualquer coisa desse tipo. Não é o caso daquela senhora que estava aqui, que eu creio do Ministério do Trabalho... *(Pausa.)*

O SR. HENRIQUE SOTOMA – Do INSS, que é um órgão público, disse que ia ter aqueles incentivos todos, e, no fim, não teve nada. É um caso à parte, mas, no caso específico de qualquer outra empresa, seja uma Shell, Esso ou uma Volkswagen da vida, dizendo assim: “Olha, as condições de demissão são essas...”. Eu acho que, aí – me desculpem os colegas trabalhadores –, não cabe a ele fazer mais nada.

Esse, então, é um caso em relação ao qual o pessoal que trabalha na Justiça deve verificar realmente se há alguma lei e realmente enquadrar para evitar esse problema todo. Esse é um caso.

Então, quanto às demissões incentivadas, realmente, eu acho que deve haver alguma lei que amarre as condições em que devem se dar. Não se pode simplesmente aceitar que se diga “Sinto muito, meu caro, você não tem direito a voltar” ou, então, “Realmente,

tem direito a voltar etc.”. Infelizmente, o que amarra os trabalhadores, o que amarra a máquina da Justiça do Trabalho, é aquela... Parece que ele ficou – vamos dizer assim – no limbo, não sei se está ali ou se está aqui, é meio subjetiva a definição.

Então, o problema de assédio moral, da demissão voluntária incentivada: isso deve ser realmente bem esclarecido em lei e, a partir daí, as empresas devem tomar as devidas providências, colocando em seu regulamento como é que vai se dar e deixando bem claro em cada caso como é que vai ocorrer seja a demissão voluntária ou o problema de julgamento – “Olha, você incorreu em falha no código de ética etc. etc.”.

Outro item que está aí é a terceirização.

Terceirização. Bom, existem aí várias definições, existem alguns pareceres do próprio TCU falando algumas coisas sobre isso.

Estou sempre citando a Petrobras, porque, como falei, trabalhei 37 anos ali. No caso específico da Petrobras, o que é que eu posso considerar atividade-meio e atividade-fim? Pela definição, antes da quebra do monopólio, quando era monopólio estatal do petróleo, nós tínhamos lá que a Petrobras era responsável por suprir todo o País de derivados, principalmente gasolina, diesel e QAV, que são os insumos mais conhecidos do pessoal. Então, a Petrobras tinha essa obrigação. Depois da quebra do monopólio estatal, hoje qualquer empresa, se quiser, pode importar gasolina e diesel e vender aí, só que, com o preço controlado, ninguém faz isso – eu compro por x e vendo por 0,9x? Ninguém vai fazer isso!

Então, o problema da terceirização... Qual é a definição daquela empresa? Ela está lá para fazer o quê? Qual é o seu objetivo? Vamos admitir que, no caso da Petrobras, fosse ainda monopólio, que ela fosse monopolista: eu tenho realmente que suprir o País todo de insumos de petróleo. Bom, ela está descobrindo petróleo aí – na Bacia de Campos, agora o pré-sal. O que é atividade-fim para ela? Fazer projeto básico de unidades industriais, o que já é – vamos dizer assim – técnica conhecida? É atividade-fim ou atividade-meio? Fazer pesquisa nessa área... Eu já, nessa área específica de pesquisa, acho que é atividade-fim; não é suprir de petróleo o Brasil, mas eu considero atividade-fim. Toda empresa tem alguma coisa sobre a qual faz sua pesquisa, seu estudo, que ela guarda para si, não fica divulgando por aí. Então, há determinadas áreas em que eu, particularmente, considero que realmente não deve haver nenhuma terceirização.

No caso específico da Petrobras – não sei se há alguém da Petrobras aqui –, pesquisa, a parte de planejamento e logística deveriam ser a atividade-fim, já que hoje há concorrência e ele não vai ficar dizendo

que está fazendo planejamento ou está estudando uma coisa que envolve logística... Ele não vai ficar divulgando para o outro concorrente, já que qualquer um pode fazer refinarias, terminais, portos, etc. Ele não vai ficar falando disso para meio mundo. Mas fará um estudo de mercado a fim de verificar onde e como vai investir naquilo que pretende para expandir seu negócio. Isso é típico de qualquer empresa.

Se tenho que dar lucro para os acionistas no meu negócio, tenho que prestar conta para o Governo, no caso explícito da Petrobras, então não vou deixar aberto o que faço em qualquer área.

Então, pesquisa, planejamento e logística e talvez até a área de telecomunicações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor tem dois minutos para concluir.

O SR. HENRIQUE SOTOMA – ...e informática, tudo isso faz parte de um negócio muito complicado.

Acho que temos que ter leis bem claras dizendo o que é a atividade-meio e o que é a atividade-fim. Mas temos que consultar as empresas, pois somente elas podem dizer o que pode ser terceirizado. Alguma empresa pode dizer que só pode terceirizar determinado setor. Além disso, para algumas é atividade-meio, mas para outras pode ser atividade-fim, por causa disso, disso, disso.

Então, Senador, temos que tomar muito cuidado...
(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. HENRIQUE SOTOMA – ...em termos de definição. O problema da definição e o problema da terceirização, como foi dito aqui, não têm volta, vão continuar existindo. A Petrobras não vai ficar contratando seus profissionais para fazer cafezinho, fazer faxina, fazer manutenção hidráulica e elétrica. Acredito que nem aqui no Senado... Não sei qual é – o nível de terceirização aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui há um monte de terceirizados.

O SR. HENRIQUE SOTOMA – Voltando um pouco para a área pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor tem um minuto.

O SR. HENRIQUE SOTOMA – Um minuto. Em vista dos problemas que têm acontecido nas agências reguladoras – ANA, Anac –, penso que o Governo tem que tomar muito cuidado. E acho que de preferência tem que ser “primeirizado”.

Acho que não devemos abrir porque isso dá muita margem à terceirização, ao nepotismo e à corrupção. Imagine no caso da Petrobras. Faz um concurso com 300 vagas para engenheiro. Só que diz que vai colocar no cadastro 500 engenheiros como sendo aprovados.

Meu caro, ao colocar... Pois bem, chamou os 300; os outros 200 ficam no cadastro. E a validade é de dois anos. Quem é que me garante, passado um ano, que um gerente intermediário ou até um “gerentão”, tendo o sobrinho lá embaixo, no número 500, sendo o último, não resolva intervir para chamá-lo. Depois que chamaram os 300, quem me garante que não vai chamar o fulano para esse cargo... Puxa, fui chamado pelo... Ele vai ser empregado e os outros 199 não ficam sabendo. Há esse sério problema.

E assim vai. Basicamente são essas as minhas colocações. Esse problema é realmente muito sério e temos que analisá-lo como um todo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Diretor Administrativo dos Engenheiros da Petrobras, em representação ao Sr. Sílvio Sinedino Pinheiro. Esse foi o Sr. Henrique Sotoma.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora vamos ao nosso grande Senador Inácio Arruda. Com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu vou ter de me retirar para a Comissão de Educação, porque a pauta vai começar. Além de ser relator, o item 1 é uma matéria que envolve um debate muito intenso, que é o ato médico. Já há requerimento de toda sorte. Daqui a pouco, vai haver votação desses requerimentos.

Acho que é muito enriquecedor à Mesa e vai no rumo do que debate que estamos realizando aqui no Senado e também é um debate que já veio da Câmara. Como eu e Paim já estivemos na Câmara, muitas dessas matérias nós até deixamos tramitando na Câmara. Não são matérias fáceis de serem aprovadas. Não são matérias fáceis.

Eu completo 6 anos de Senador, estive na Câmara, deixei um projeto lá na Câmara. Fiz um projeto aqui, assim que cheguei, com o mesmo teor. Está na Comissão de Justiça para ser discutido e aprovado, com parecer já favorável sobre assédio moral. O relator já deu parecer favorável, já fez modificações, já alterou, já ajeitou, já consertou, já fez tudo o que foi possível. Mas, até o presente momento, não conseguiu entrar na pauta.

Nós fizemos sobre assédio moral modificações na LDO. São pequenas modificações, para incluir... Inclusive, aprovamos, nesta LDO de 2012 para 2013, para o Orçamento de 2013, já ligando setor financeiro, o setor do Governo, o setor público e as agências de fomento. Elas não podem emprestar a instituições que estejam sendo julgadas nessa questão do assédio

moral. Então, são pequenas. É só uma palavra a mais que foi posta. Onde já havia assédio sexual, já havia outros tipos de assédios, nós colocamos lá o assédio moral. É claro que há sempre uma polemica, porque a instituição que vai contrair um empréstimo vai dizer “mas não há uma lei específica, só, sobre assédio moral”. Então, ela vai sempre poder arguir. A lei específica está em tramitação no Congresso Nacional.

Sobre as questões das demissões voluntárias, porque não existe demissão voluntária nem muito menos demissão incentivada. Isso é uma estupidez que se criou no mundo do capital e que envolveu o mundo do trabalho, como se alguém tivesse interessado em pedir uma demissão voluntária. Praticamente, não existe ninguém interessado. Você vai para demissão por assédio, por assédio moral.

“Ou você pede demissão ou eu o tiro de Salitre, no Ceará, e o coloco no Município do Rio Grande do Sul, em Bajé”. “Sabe, mas minha família, meus filhos, minha mulher trabalha aqui”. “Te vira. Tu tens essa chance ainda de ir para Bajé”.

Quer dizer, o cara tem que optar entre abandonar os filhos, a mulher etc, que é coisa que nordestino normalmente faz, ou vai para a demissão voluntária. Sinceramente, isso não é demissão voluntária. Isso é um assédio brutal que ocorreu largamente nas empresas públicas, principalmente, diretas, autárquicas e mistas no Brasil.

Nós propusemos 3 projetos pegando somente o setor financeiro. Todos têm parecer favorável, tanto na Câmara como no Senado. Até hoje o Governo não deixou votar. Quer dizer, há uma pressão de governo para não deixar votar.

Arguiu-se aqui, eu ouvi pelo rádio a discussão, a senhora aqui do INSS, ela é do INSS, a questão sobre se devolve ou não devolve os recursos da dita demissão voluntária, que estava coberta de incentivos. Há incentivos a, b e c para você pedir demissão. Incentivo de coisa nenhuma. Aqui nunca funcionou um incentivo desse, praticamente. Inclusive, facilidades para pegar empréstimos, programas de empreendedorismo com o Sebrae, requalificação nas instituições de Estado, evidentemente – o que se espera é que fosse nessas instituições. Nem existem essas instituições. Quer dizer, como você ia preparar a pessoa para uma outra atividade na vida, já que ela passou 20 anos ou quase 30 numa determinada atividade?

Então, nós temos um conjunto de projetos que estão tramitando aqui, na Câmara, no Senado, com parecer favorável, tanto na área da questão das ditas demissões voluntárias, para garantir que o pessoal possa retornar, ter um caminho de retorno. Talvez uma mediação possível seria nós conseguirmos – acho que

não 10%, porque acho um exagero você tirar 10% todo mês do salário da pessoa, para depois ela ser demitida com esse tal incentivo enganoso que não existiu – no máximo 5%. O máximo que a gente podia admitir seria 5%, porque ela já tem que descontar INSS, ela já tem que descontar Imposto de Renda, ela já tem que descontar uma parafernália de coisas. Ter ainda mais 10% seria muito elevado. Acho que, talvez, no máximo, 5%, Paim. Que pudéssemos fazer um acordo com o relator dessas matérias para ver se abrimos um caminho de aprovação para criar uma situação favorável.

O projeto relativo aos Correios está aqui para ser votado, depois de aprovado na Câmara, aprovado no Senado, na Comissão de Assuntos Sociais. Está na mesa do Senado.

Nós já discutimos com o Ministro das Comunicações. Nós já discutimos com a empresa Correios. Nós já conseguimos uma carta do Ministro, uma carta do Presidente dos Correios, dizendo: “Aprovem, pelo amor de Deus! Eu estou precisando trazer esse povo de volta.” E nós não aprovamos aqui, porque a Liderança do Governo e a assessoria do Governo na Casa ainda não compreenderam que isso não vai causar nenhum prejuízo para o Erário, mesmo porque ele está precisando de pessoal. E nós só temos condições de resolver essas questões quando a situação, digamos assim, no mundo do trabalho é mais favorável. Ele disse que está em pleno emprego. É a hora de nós resolvermos, porque, quando está em pleno desemprego, ninguém resolve nada, que é o Deus nos acuda. Então, agora é que temos que resolver. Ah, porque a renda está muito alta, aumentou a renda. Então, é a hora de nós resolvermos. É a mesma questão da redução da jornada de trabalho. A hora de ter redução da jornada de trabalho não é quando está em desemprego em massa. É quando está em pleno emprego que se reduz jornada de trabalho. Está lá no plenário da Câmara para ser votado, na situação em que o Presidente da Câmara, digamos assim, é nosso amigo em relações partidárias, é um operário, metalúrgico, sindicalista, e a matéria está na mão dele para ser votada. Esse seria o seu último ato, digamos assim, na Presidência da Câmara, em uma matéria essencial, do qual sou autor junto com o Senador Paulo Paim. Batalhamos para burro para aprovar esse negócio lá. Já estamos aqui no Senado, e a matéria não sai da Câmara. Está na porta para ser votada.

Então, são essas matérias, e para mim uma audiência como esta é absolutamente enriquecedora, porque reforça demais os nossos argumentos, que vêm desde o Ministério Público, desde o Ministro do Tribunal, aos trabalhadores, nos seus sindicatos, nas suas instituições. Eu estou assim muito satisfeito, Paim,

com a audiência. Não vou poder ficar até o final da audiência, que está muito boa. Tenho que sair, porque, senão, daqui a pouco o Presidente da Comissão da qual faço parte vai dizer que estou ausente. Não sou membro desta Comissão. Está fazendo onda naquela outra Comissão e não vem para a Comissão na qual tinha que estar, onde também vai se votar matéria de interesse de várias categorias profissionais, no embate muito grande. O Luiz Carlos está olhando porque sabe que também está na sua área – não é, Luiz? – a matéria que está sendo discutida na Comissão de Educação.

Então, dos projetos que estão em tramitação, há projeto de autoria do Inácio, projeto de autoria do Randolfe, projeto de autoria do Senador Paim. O que falta é esse convencimento final, porque mexe com o Governo, mexe com o que o nosso Promotor do Ministério Público acabou de falar, e a Ministra falou aqui no início também, sobre criar o precedente. Está certo? Então, esse problema de criar o precedente é que todos olham... Não é só o Governo Federal não. É o Governo Federal e a cadeia pública: o Governo estadual, o Governo municipal. Olha, isso vai criar um precedente jurídico – e é verdade. Nós estamos querendo criar um precedente jurídico mesmo. Se você não criar, então você não tem como resolver esses dilemas que atingem milhares de brasileiros em todos os recantos do nosso País.

Então, queria agradecer, Paim, e pedir desculpas a todos vocês porque vou ter que me ausentar por uma questão de obrigação. Quer dizer, estou obrigado a ir para lá. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Inácio Arruda, que dá esse depoimento importantíssimo aqui para a nossa Comissão – ele é um estudioso desse tema –, mas sem prejuízo, é claro, de o senhor poder fazer a sua complementação.

O SR. HENRIQUE SOTOMA – Em vista do que disseram o Senador Inácio Arruda e o Senador Paim, que está presidindo esta Mesa, e tendo em vista que existe tramitação dessas leis – não sei se ainda estão em estudo, não sei se são três leis distintas ou cada uma tratando desse específico assunto –, o ideal é que, se forem tratar do mesmo assunto, que seja uma única lei; as Comissões se juntarem e fazerem uma lei.

Mas eu daria só uma sugestão: ao ter, vamos dizer, o esqueleto da lei já praticamente terminado, mas antes de ter levado para o plenário do Senado ou da Câmara, que talvez dispusesse para as associações e sindicatos, para eles comentarem para ver se há sugestões, sei lá, 30 dias... “Olha, 30 dias para vocês darem sugestões. Esse é o esqueleto. Esse é o que vai sair (*Ininteligível.*)...” Na realidade, seriam

sindicatos e associações, para ver se eles poderiam dar algum *feedback*, algum comentário que pudesse ser incluído na lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso não é problema. Na redação final, a gente pode chegar a esse entendimento, não é, Senador?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Também, Paim, nessas matérias de cujo debate você promoveu aqui, que são as demissões voluntárias incentivadas, o assédio e a precarização, talvez nós pudéssemos fazer como a questão ambiental. Tinha uma conferência, tinha um dilema ambiental, porque o problema do ambiente, segundo o Humberto Teixeira e o Luiz Gonzaga, desde os tempos deles que eles tratam da questão ambiental. Não era moda, mas já era uma questão na ordem do dia.

Criou-se uma comissão mista, da Câmara e do Senado. Para quê? Para nós harmonizarmos, para que pudesse haver uma harmonia entre Câmara e Senado e não ter aquela tramitação superlonga na Câmara e no Senado. Já há uma convergência se você faz uma comissão mista de Câmara e Senado.

Então, eu proporia, Senador Paim, que nós to-mássemos a iniciativa – V. Ex^a faz um requerimento e eu subscrevo com V. Ex^a – de criarmos uma comissão mista, da Câmara e do Senado, para a gente quebrar esse hiato, porque fica três anos lá e mais três aqui, e só aí já são seis, e você já está com nove como consultor precarizado. Então, já vai para quinze, sem legislação nenhuma. Então você vê como é a realidade. Então, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que era temporária, virou até permanente, para poder exatamente permitir que se tramitasse com mais rapidez.

Então, eu proporia que nós criássemos, Paim, uma comissão mista efetivamente temporária, porque nós não queremos que ela se eternize, de jeito nenhum, nós queremos é resolver o problema e, no tempo mais curto possível, dar a resposta a essas questões que estão atormentando os trabalhadores, seja no serviço público, seja no setor privado, no nosso País.

É uma sugestão para que a gente examine. Talvez a gente possa tomar uma iniciativa nessa área.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Nós vamos, devido ao nosso tempo, nós ainda temos que passar a palavra para mais quatro convidados. Então, eu proporia, se a gente pudesse, permitir que os outros dois convidados falassem, sem prejuízo de, depois, nas considerações finais, cada um apresentar as suas contribuições.

Pode ser?

Então, passo a palavra, neste momento, ao engenheiro em segurança do trabalho Dr. Valdemar Moreira da Silva Filho.

O SR. VALDEMAR MOREIRA DA SILVA FILHO

– Bom dia a todos.

Muito obrigado pela presença de todos, muito obrigado pela presença do nosso Senador Paulo Paim e de todos da Mesa.

Quero ser bem objetivo, principalmente pela questão, que já foi passada, do tempo.

Eu também me declaro mais um peão aqui na mesa, pois eu sempre trabalhei com meu pai, desde criança. Meu pai foi preso político e, quando ele saiu, digamos assim, ele trabalhou muito consertando televisão, e eu sempre carreguei a mala dele. Foi a minha primeira base de construção e também minha tendência a ser um homem da área técnica.

O tempo foi passando, eu fui para a escola técnica, depois fui para a Petrobras e saí nesse ingrato PDV, por uma discussão hoje já bem dada, que é a do assédio moral.

Eu só tenho uma coisa rápida para passar para vocês. Eu entendo, como engenheiro de segurança no trabalho, que, quando um ambiente não tem ergonomia, ele é um ambiente assediado. Infelizmente, a ergonomia, a nossa NR-17, combate o assédio moral. Então, se você está vendo que o assédio moral está solto, é sinal de que não existe ergonomia nesse local, porque nós também não deixamos de ser máquinas. Temos, sim, um manual de instrução e ele tem que ser acompanhado com afinco.

Então, gostaria que os nossos companheiros liberassem três vídeos que selecionei. Acho que vai passar muita informação para todos nós para eu poder abrir um pouco os meus esclarecimentos.

Muito obrigado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. VALDEMAR MOREIRA DA SILVA FILHO

– Realmente, vocês conhecem este filme: Tempos Modernos. É antigo, mas passa para todos nós que essa normalidade existe até hoje.

O primeiro desenho foi sobre a pressão no trabalho, porque vivemos na dinâmica, queremos resolver e, às vezes, a dinâmica vai vencendo... (Interrupção do som.)

O SR. VALDEMAR MOREIRA DA SILVA FILHO

– Alô? (Pausa.)

O.k.

O outro desenho foi sobre a questão da preocupação com o prazo. Sem querer, vamos esquecendo que somos também uma máquina e temos que ser zelados por isso.

Charles Chaplin muito nos informa. Eu enxerguei assédios, a perturbação do próprio empregado em relação aos compromissos, etc. Inclusive, no final, o próprio Charles Chaplin estava dando uma de encarregado, porque viu que o encarregado trabalhava melhor do que ele. Então, também estava lá. Ou seja, a coisa se misturou.

Quero passar rapidamente agora um *PowerPoint*, mas vou ser rápido.

O QVT, que é a qualidade de vida no trabalho, é muito necessário para todos nós, porque o trabalho é nossa segunda casa. Assim, precisamos do QVT. Não vou ser muito extenso porque o tempo é curto, mas quero que todos, se puderem, procurem o que é QVT na Internet para entender que o QVT também está dentro de uma fórmula matemática, onde é válido, sim, reintegrar aquele que tem muita experiência, porque o assédio moral tem suas, digamos assim, doenças ocupacionais, mas acho que a vivência do ser humano, dentro do QVT, é muito importante. E o QVT está dentro do meio ambiente de trabalho. Como o nosso nobre Senador comentou, realmente, o meio ambiente não são só as árvores, as matas: nós somos também meio ambiente. Nós somos também meio ambiente. Nós somos animais e precisamos também estar equacionados ao meio ambiente.

Se estamos dentro de uma sala, ela tem de configurar um meio ambiente, senão você vai estar num espaço confinado e sob uma questão de acidente. Quer dizer, vai parecer até uma piada dizer que, então, realmente, todos nós tínhamos de estar recebendo periculosidade ou insalubridade para estarmos aqui presente, porque, a qualquer momento, pode acontecer um acidente.

Aqui está a Constituição Federal, que esclarece no art. 225:

Art. 225. Todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A ergonomia, o conceito da ergonomia; a história de ergonomia. A ergonomia tem uma publicação em 1857. Quer dizer, não é uma coisa que aconteceu ontem; já vem acontecendo e paulatinamente falando.

A pequena história da ergonomia, que começou pelo polonês em 1857 e que tomou muita ênfase através do engenheiro Murrell.

Isso aconteceu num seminário de ergonomia, aqui em Brasília, na Universidade de Brasília, através do Dr. Mário César Ferreira, que falou:

Um ambiente marcado por assédio moral e pela pressão pelo cumprimento de metas, antigos conheci-

mentos da categoria bancária, está fora do que rezam os preceitos da ergonomia.

Quer dizer, eu entendi que ele declarou que, se há assédio moral, não há ergonomia, não existe ergonomia.

Aqui está um mapa técnico da ergonomia, para mostrar que a coisa tem de ser aprofundada, discutida. Isso aí são as dimensões. O símbolo da ergonomia é uma cadeira, por isso muita gente fala: “Mas ergonomia é saber se sentar”. Não. Não é só saber se sentar, porque se entende que, quando se está sentado, está-se pior do que se estivesse andando em pé, porque se está apertando a veia femural, que todos sabem que foi o motivo da morte de um sargento da Marinha. Ele estava com um copo de vidro no bolso, fez um ensaio, caiu, o copo de vidro, dentro da calça dele, cortou a veia femural. É uma veia muito importante em nosso corpo.

A ergonomia é macroergonomia e microergonomia. São as bases também de estudos. O MTE também tem muitas exigências e tarefas ligadas à ergonomia.

Aqui é o mapa do *stress* físico e psíquico, porque nós também temos a fadiga mental. Ela é muito preocupante, porque vai abrindo uma espécie de salva-vidas. Por exemplo, uma das discussões que fez com que o pedevista tomasse forma foi simplesmente a vontade de ir para casa, a vontade de sair daquele ambiente, e por acaso se estava criando a palavra mais comum de todas, que se chama “dor”. Dor. Se existe dor, existe acidente de trabalho.

Aqui está o nosso Charles Chaplin. Aqui estão imagens das condições ligadas à ergonomia, que vão causando essa pressão.

A carga psíquica é ligada a desvio de função, à alta rotatividade, a faltas no plantão, a licenças médicas, a assédio moral, a *stress*. Até o salário também é motivo para se entender que a pessoa não está satisfeita, apesar de que essa é uma discussão muito antiga. Mas se sabe que não adianta ganhar muito dinheiro e estar dentro de um ambiente hostil. Você não vai aguentar, tenho certeza.

Aqui há o consenso na literatura, diretamente ligada ao MTE. Essas são as bases mais reduzidas, para a gente entender que se escolhe livremente a postura. Isso é necessário, porque cada um de nós é um ser biopsicossocial. Então, cada um de nós tem um jeitinho de acomodar melhor postura, e postura se chama equilíbrio.

Aqui está o nosso maravilhoso Paulo Paim, de quem não posso me esquecer, uma pessoa ilustre. Quando o conheci, eu o conheci se declarando em um seminário que aconteceu em 2009, em que disse: “Esse pessoal também está numa situação desesperadora. Há espaços para construir alternativas que possam

também assegurar-lhes o direito a voltar a trabalhar, já que a opção pelo PDV para mim foi propaganda enganosa, e a maioria que entrou acabou se dando mal”.

“O homem sem o seu trabalho não tem honra.” (Raimundo Fagner.)

E aqui estou eu. Quem precisar de mim, estamos juntos.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Valdemar Moreira da Silva Filho, Engenheiro em Segurança do Trabalho.

Que bom! Vejo a minha imagem ali, porque tenho sido aquele que podem criticar por tudo, menos por falta de coerência. Mantenho a mesma posição do tempo em que eu era Deputado Federal de oposição, e hoje sou Senador da República e estou naturalmente na base do Governo. Então, aquela posição minha ali podem ler, escrever que é a minha posição, inclusive, de hoje. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. (Palmas.)

Passamos a palavra... Muita gente não pode olhar o passado e dizer que mantém a mesma posição. Eu o digo ao vivo, aqui, a todo o Brasil.

O SR. VALDEMAR MOREIRA DA SILVA FILHO – “Esqueçam tudo que eu disse.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato. Exato.

Passo a palavra, neste momento, ao representante do Ministro do Trabalho, Dr. Eudes da Silva Carneiro.

O SR. EUDES DA SILVA CARNEIRO – Bom dia, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; demais membros da Mesa; participantes aqui, convidados e demais participantes desta audiência, os temas hoje, muito importantes. O Senador Inácio Arruda disse da relevância desta reunião de hoje, e também a entendendo dessa forma.

Os temas são importantes. Terceirização é um tema que já vinha sendo debatido há muito tempo. É um caráter irreversível mesmo: não há possibilidade de voltarmos à situação anterior. A gente verifica que a terceirização começou nos anos 1970, quando o próprio Governo passou para a iniciativa privada a questão dos vigilantes, limpeza e conservação. Isso foi no passado, e, com o tempo, foram-se transformando também outras empresas.

Um fato mais relevante que se verifica é na área da construção civil, em que antes se contratava uma empresa ou um pedreiro, um carpinteiro que fazia todo o trabalho. Hoje, não. Há um para colocar o portal, outro para colocar a janela, vidros. Mas cada um foi se especializando em cada área. Então, acho que não há como voltar, realmente, atrás na questão da terceirização.

Há hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, projeto de lei, que já está em fase final, para regulamentar a questão da terceirização, fato em que o Senador aqui tem participação ativa. Então, é um assunto que já está em fase final.

É preciso, sim, regulamentar a terceirização, porque nós vemos... O companheiro aqui, o Henrique Sotoma comentou a questão da indefinição do que é atividade-meio e atividade-fim. Esse é o problema maior. Não temos... Para uns, realmente, o que é atividade-fim para outros é atividade-meio. Então, precisamos ter critérios objetivos, uma legislação clara, que possa definir a questão da terceirização.

Também, foi comentado o ato relacionado ao assédio moral. Esses são assuntos também muito relacionados com o Ministério do Trabalho, mas verificamos que não há uma legislação específica que trata desse tema. Então, é necessário aprofundarmos. Acho que o Congresso tem que enfrentar esse problema e realmente definir as questões relacionadas ao assédio moral e também, às vezes, até ao assédio sexual que está envolvido nesse sistema.

O companheiro colocou a questão da ergonomia, que é importante no trabalho ter um trabalho decente. Tendo como desenvolver seu trabalho, você vai trabalhar melhor, vai trabalhar mais satisfeito e a empresa vai sair ganhando com isso. Então, é um tema importantíssimo também.

Vou falar rapidamente também sobre a questão do programa de demissão voluntária.

Nós dizemos o seguinte: é um mecanismo de incentivo financeiro dado pelo empregador aos seus empregados com o objetivo de incentivar pedidos de demissão contratual dos trabalhadores.

Na verdade, isso vem atendendo a empresa. A empresa é que tem o interesse nessa demissão, porque ela surgiu para a questão mais de crise financeira. Então, a empresa precisa rever seus custos e, então, utiliza-se da mão de obra. Normalmente ela procura aqueles que estão com salários mais elevados. Ela é quem impõe as condições para a demissão. Cada empresa estabelece o seu critério de demissão, se vai dar um incentivo a mais, um incentivo a menos. E aí, infelizmente, o trabalhador acaba caindo nessa armadilha.

Essa questão da demissão ser voluntária, como disse na Mesa, não é tão voluntária assim. Realmente você tem uma opção, como foi dito pelo Senador: você fica ou você vai para o processo de demissão voluntária, ou você vai lá para o Rio Grande do Sul – na verdade, não é nenhum demérito ir para o Rio Grande do Sul, até porque ele fez essa homenagem ao seu Estado. Mas é porque ele está lá no Ceará, por exemplo – terra do nosso Senador Inácio Arruda –, e vai ter

uma mudança total em sua vida. Então, isso traz um constrangimento, isso traz uma dificuldade para ele levar sua vida. Às vezes, ele olha pelo imediatismo, pelo dinheiro que se apresenta naquele momento. Ele diz: eu vou realmente passar por um processo de qualificação, eu vou criar uma empresa para mim, eu vou me dar bem. Isso é o que ele pensa naquele primeiro momento. Mas, realmente, um programa de demissão voluntária não é um bom negócio.

Também não é um bom negócio, no final das contas, para o empregador, porque ao fazer esse procedimento, às vezes ele não acerta, não faz o acerto de contas com o empregado e, depois, ele fica sujeito a ações trabalhistas em cima de verbas que ele não quitou legitimamente pertencentes ao empregado.

Então, a questão da demissão voluntária é que ela não é voluntária, é do interesse mais do empregador para que ele possa diminuir custo. Às vezes, alguns querem até não demitir integralmente – e aí nesse ponto a gente pode entender que a demissão voluntária tem o seu ponto positivo, quando a empresa, em vez de demitir todos os empregados e fechar a empresa, propõe uma redução, e quando ela vai preservar pelo menos os empregos de uma parcela de trabalhadores, às vezes em uma cidade onde aquela indústria ou aquela empresa é uma das maiores, é a que aloca maior número de empregados.

Então, fechamento de empresa é muito pior do que um programa de demissão voluntária. Mas, na verdade, é um processo que vai beneficiar mais o empregador.

Do ponto de vista legal, toda demissão precisa de ser homologada. Então, é função do Ministério do Trabalho e Emprego colocar frente a frente o trabalhador e o representante do patrão, para que ele possa então, o representante do Ministério do Trabalho, fazer essa verificação das contas, se está tudo de acordo com o que foi trabalhado.

Hoje nós temos uma modernidade no Ministério do Trabalho, que é o sistema Homolognet, que, de forma informatizada, o empregador vai lançando, mês a mês ou ano a ano, todos os dados referentes à vida do trabalhador na empresa. Ele lança as férias não gozadas, as licenças, o décimo terceiro e os salários que ele recebe mensalmente. Então, ao final, torna-se um sistema mais fácil e isso está disponível para todos. Inclusive o empregado, com o CNPJ, com o número do CPF, ele tem acesso ao sistema e pode acompanhar, dia a dia, o que está ocorrendo. Isso evita aquelas possíveis fraudes, evita que possam dizer que não teve tantas horas extras, ele não teve isso ou aquilo. Você estará protegido com esse sistema mediador.

A homologação é obrigatória no Ministério do Trabalho e Emprego para aqueles empregados demitidos a partir de um ano, nada impedindo que também aqueles trabalhadores que saíram do emprego antes de um ano possam pedir uma assistência para a homologação. Essa homologação é formalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelos sindicatos dos trabalhadores. Então, da maioria das homologações que ocorrem hoje no Brasil, 90% a 95% são realizadas pelos sindicatos das categorias.

Nós temos algumas dificuldades nas cidades mais longínquas, onde não há representação sindical e também não há representação do Ministério do Trabalho. Hoje 581 Municípios estão cobertos pelas seções de relação de trabalho, nossas agências e gerências. Há quase 5.600 Municípios, então, há muitos locais, ainda, em que precisamos atender aos trabalhadores.

Essa homologação, como eu disse, é obrigatória. Nós temos esse sistema moderno, que vai facilitar o acesso do trabalhador a tudo aquilo a que ele tem direito.

Então, Senador, são, rapidamente, essas as minhas palavras, porque os demais componentes das duas mesas abordaram mais profundamente esse tema.

Estou à disposição para algum esclarecimento que for necessário.

Muito obrigado à Mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi Dr. Eudes da Silva Carneiro, que falou em nome do Ministério do Trabalho.

Eu gostaria agora que os senhores retornassem ao plenário. Eu vou para a terceira mesa.

Peço que o representante do Ministério do Trabalho fique na mesa.

Convido Márcio Azevedo Dias, secretário-geral do sindicato do Rio Grande do Norte, representante do diretor-geral do Sindicato dos Petroleiros, Sr. José Antônio de Araújo.

Convido também Marco Clemente, que é vice-Presidente do Sindicato dos Radialistas do DF.

Na mesa, Márcio Azevedo Dias, secretário-geral do Sindipetro, a quem passo a palavra, de imediato, para suas considerações pelo tempo de 20 minutos com mais 5.

O SR. MÁRCIO AZEVEDO DIAS – Muito bom dia a todos, aos companheiros, amigos, amigas, colegas que estão nos assistindo.

Quero cumprimentar todos os componentes desta mesa na pessoa de V. Ex^a, por quem tenho admiração.

Quero também aqui expressar uma mensagem que, embora seja póstuma, sempre foi externada pelo meu pai para com V. Ex^a. Ele foi um grande admirador

do senhor. Infelizmente, ele não está mais entre nós. Ele tinha um especial carinho e atenção pela sua atuação. Meu pai faleceu recentemente, em junho.

Eu sempre que falo em qualquer lugar, em assembleia, mando um abraço para minha mãe, para minha família, meus amigos, meu pai. O pessoal diz que eu sou meio matuto, mas eu, de fato, sou um homem simples, humilde e me sinto...

O nome do meu pai é Reginaldo Dias. Minha mãe é D. Cícera de Azevedo Dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seu pai faleceu?

O SR. MÁRCIO AZEVEDO DIAS – Faleceu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mando um abraço...

O SR. MÁRCIO AZEVEDO DIAS – Minha mãe é D. Cícera de Azevedo Dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma salva de palmas para tua mãe e uma saudação carinhosa para teu pai, que lá de cima está assistindo à tua palestra aqui agora.

O SR. MÁRCIO AZEVEDO DIAS – Agradecemos. O pessoal diz que sou meio matuto, mas é isso mesmo. Acho que a gente tem de ser o que é, não é? Nós somos o que somos; nada mais nem menos do que isso, mas somos com dignidade e sempre olhando para frente.

Quero também mandar um abraço para os colegas do sindicato, da categoria petroleiros pedevistas. Quero mandar um abraço para o Judson, não é, Waldemar? Nosso Judson, que é o digno representante dos pedevistas potiguares.

Senador, eu trouxe aqui um pronunciamento e gostaria até de pedir que fosse dado como lido, porque o que eu vou falar está nesse contexto aqui. É evidente que não vou... Sei que V. Ex^a tem toda uma programação, o tempo é exíguo, e eu não quero ultrapassar o que me foi concedido.

Mas quero agradecer também esta oportunidade de aqui estar.

A história do povo brasileiro tem sido repleta, como disse o Governador Brizola, de cálices de veneno. Ao longo da nossa história, golpes de Estado foram dados a pretexto de combater os comunistas; foram vários. Enfim, uma série de cálices de veneno.

Recentemente, eu classifico, e não é nada pessoal, mas tenho a opinião formada sobre os ex-Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. E como disse também o Brizola, foram os dois últimos cálices de veneno dados, impostos ao nosso povo, ou dados, enfim. O povo brasileiro soube engoli-lo, mas também soube vomitar na hora precisa, com muita luta. E eu diria que, para nós trabalhadores, entre tantos cálices

de veneno, os famosos famigerados PDVs, a terceirização e o assédio moral são desses cálices impostos aos trabalhadores.

Eu vivi esse drama na Petrobras, o assédio moral, os planos de demissão voluntária... Veja bem, um trabalhador pedir demissão voluntariamente? Isso não existe; isso é uma farsa. E a terceirização. Eles andam juntos, são irmãos siameses.

Eu lembro que, no sindicato, chegavam colegas chorando, desesperados porque chegavam ao local de trabalho, Senador, e não encontravam a sua mesa de trabalho, ou o seu posto de trabalho tinha sido simplesmente eliminado. E o que aparecia era o gerente e dizia assim: “Vá procurar onde você vai trabalhar, porque aqui não há mais lugar para você. Mas, se quiser, passa no Setor de Pessoal para assinar o Plano de Demissão Voluntária, porque aí você vai ser um empreendedor, vai ser um microempresário, a empresa vai criar condições.” E fazia todo esse terrorismo. E muitos chegavam chorando ao sindicato, porque, no sindicato, o trabalhador se abre realmente. Eu dei muito conselhos. Alguns atenderam, outros não. Mas cheguei ao ponto de, ao chegar ao sindicato, logo depois, encontrar pedevista dormindo na calçada do sindicato, um flagelo humano, na sarjeta. Isso era o PDV.

O PDV, esses planos têm muita compreensão pelo Brasil afora, mas têm muita incompreensão também. Porque diziam assim: “Não, mas se eles assinaram, foi porque eles escolheram.” Ora, essa é uma conversa que não podemos propagar. Nós temos que ter responsabilidade. Nós temos que falar a verdade para o povo brasileiro do que foram os PDVs. São milhares, Senador. E milhões de pessoas foram afetadas, entre familiares, amigos, colegas de trabalho, além dos próprios, evidentemente, que ficaram, que sucumbiram na miséria e no suicídio. Então, é uma questão humanitária, é uma questão política, é uma questão de justiça que precisa ser feita. Nós temos que lutar por isso. E o povo brasileiro precisa saber disso, saber dessa história a fundo.

Há a Comissão da Verdade, que está apurando os crimes, os supostos crimes, enfim, da ditadura militar; está apurando. Mas terceirização, assédio moral e plano de demissão voluntária precisam ser apurados e precisa haver uma comissão da verdade sim. Porque não é uma coisa pequena, não é uma coisa do fulano e do beltrano, não. “Ah, foi ele.” Não! Todos nós sofremos com isso, e até hoje estamos sofrendo. Estamos sofrendo. As pessoas que perderam os seus empregos, destruíram suas vidas, ficaram na miséria, pessoas desesperadas se suicidaram e o reflexo disso está aqui até hoje. Nós estamos em 2012, vamos para 2013. E nós não conseguimos resolver isso por falta

de vontade política? Então, se não há vontade política, que haja pelo menos vontade humana de resolver. É o que nós esperamos. Esperamos, não. Nós estamos lutando por isso.

Então, esse é o retrato dos pedevistas.

A terceirização, acho que vou falar aqui pela experiência que tenho tido na Petrobras. A terceirização, Senador – até já disse isso –, é caso de Polícia Federal, é caso de investigação pelo Congresso Nacional. A Petrobras tem algo em trono de 300 terceirizados, atividade-fim, meio. Esse debate em torno disso, para mim, não é o principal. O principal é o seguinte: a terceirização é utilizada pelas empresas para precarizar trabalho, reduzir custos, eliminar direitos e benefícios de trabalhadores, massacrar a classe trabalhadora, produzir assédio moral, enfim, aumentar seus lucros em detrimento do bem-estar social dos trabalhadores, burlar a Constituição.

Ora, somente do Tribunal de Contas da União identificou na Petrobras mais de 50 mil postos de trabalho preenchidos por meio de terceirização, que deveriam ter sido alvo de concurso público. Mais de 50 mil.

Esse relatório, eu até coloquei aqui neste meu depoimento, é o Relatório de Auditoria 023.627/2007-5, emitido pelo TCU, de 2007, que deu um prazo para a Petrobras. Mas, Senador, a Petrobras é muito poderosa. A Petrobras é muito poderosa. Os trabalhadores passam por tudo isso, detectam-se os problemas, sabendo perfeitamente como está, recorremos à Justiça, ao Ministério Público, assembleia, greve, movimento social, enfim, no final das contas, a Petrobras impõe o seu poder enorme, que é exatamente esse poder de manter a terceirização, aprofundar a terceirização e fazer pouco caso, muito embora diga que respeita a lei. Ninguém nunca disse que não respeita a lei.

Então, Senador, esse é o retrato da terceirização. Eu trouxe até aqui para o senhor e quero passar às suas mãos um relatório. A Petrobras tem conhecimento disso, mas nós fizemos esse relatório junto ao Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Piauí. Entregamos ao ouvidor-geral da Petrobras há mais de ano, em maio de 2011. Recebeu e disse que, com uma semana, iria dar uma resposta. Até hoje. Nunca disse nem que sim, nem que não, nem se analisou, nem que leu, nem que concordava, nem se discordava. Enfim, nunca disse nada. Mas está aqui. Eu fiz questão hoje de trazer e estou passando às suas mãos para isso.

E quero finalizar aqui sobre a questão dos projetos de lei que estão tramitando na Câmara dos Deputados e que foi aqui abordada por diversos oradores, a respeito do Plano de Demissão Voluntária. Esses projetos de lei têm uma tramitação bastante longa. Já chegaram

a ser aprovados em comissões, foram rejeitados em outras. Foram arquivados. Nós conseguimos, por meio de uma articulação lá do Rio Grande do Norte com a Deputada Sandra Rosado, desarquivar esse projeto de lei, mas nós queremos aqui – eu queria enfatizar isso, eu acho que precisamos ser mais enfáticos – pedir o apoio não apenas do Senador Paulo Paim, mas o apoio e a sensibilidade do Congresso Nacional, dos Senadores, da Presidenta Dilma. Segundo comentam, ela teria uma posição meio duvidosa em relação ao projeto de lei. Não interessa. Nós precisamos ter uma comissão que faça chegar à Presidenta da República esse conhecimento mais amíúde do que são esses processos principalmente de Plano de Demissão Voluntária.

Eu não acredito que quem souber exatamente o que aconteceu com esses planos e que ainda acontecem, por sinal... Ainda, Senador. Há empresas aí lançando Plano de Demissão Voluntária. Ainda ontem havia uma série de matérias no jornal falando sobre isso. E eu não acredito que quem souber de uma situação como essa não se sensibilize. Politicamente, com certeza, se sensibiliza. Se concorda ou não, é outra história. Mas humanamente falando, não se sensibilizar é uma maldade.

Para concluir, quero agradecer, Senador, por esta oportunidade, dizendo da admiração que temos por V. Ex^a, por esse grande trabalho que V. Ex^a faz. Espero que continue assim e que, como sempre tem feito, V. Ex^a ajude o povo brasileiro a rejeitar cálices de veneno. Eu até falava com o colega coordenador do Sindicato, José Antônio de Araújo, o Dedé: parece que estão querendo produzir mais um cálice de veneno, através de uma pirotecnia em torno do falado mensalão. Parece que estão querendo impor mais um cálice de veneno ao nosso povo. Espero que o povo não o engula e o rejeite.

No mais, deixo aqui, meus queridos amigos e amigas, aos telespectadores, aos amigos da diretoria do Sindicato, a todos enfim, um grande abraço. Deixo também um beijo no coração e a certeza de que não vamos perder a esperança nem a vontade de lutar por justiça, de ver esses companheiros voltarem ao trabalho, de terem a sua dignidade restabelecida, não como um favor, mas por justiça, que é uma palavra tão bonita, mas que, infelizmente, vemos se esvaindo das nossas mãos e das nossas mentes. Deixo um grande abraço, mais uma vez um grande beijo no coração. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Márcio Azevedo Dias, Secretário-Geral do Sindipetro, em representação ao Diretor-Geral do Sindicato, José Antônio de Araújo.

Muito bem, Márcio, bela fala. Essa do cálice de veneno de fato é uma citação do grande e inesquecível...

O SR. MÁRCIO AZEVEDO DIAS – Fui buscá-la no velho e inesquecível Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Leonel de Moura Brizola, que foi governador do Rio Grande do Sul, governador do Rio de Janeiro e só não chegou à Presidência da República...

O SR. MÁRCIO AZEVEDO DIAS – A história é assim. Mas me permita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A elite brasileira não aceitava que ele tivesse uma posição bem definida em relação ao campo de interesse do nosso povo.

O SR. MÁRCIO AZEVEDO DIAS – Mas me permita fazer apenas um registro. Lembro-me sempre de quem alerta as pessoas politicamente. O Brizola alertou bem o povo brasileiro, que não soube entender. No Rio Grande do Norte, tivemos, recentemente, um fato pitoresco dessa qualidade, quando o Presidente Lula foi lá e, na época, na eleição municipal, pediu o voto para a candidata do Partido dos Trabalhadores. E alertava o povo da necessidade... Lula, um presidente prestigiado, com moral de chegar em qualquer lugar e pedir o voto. Não atenderam ao pedido do Presidente, e a nossa capital hoje está sofrendo muito, estamos em luta muito grande para tentar reerguê-la das cinzas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é o processo democrático. O resultado das urnas nós respeitamos, embora tenhamos posição diferente.

Vou passar a palavra agora ao Marco Clemente, Vice-Presidente do Sindicato, mas como eu disse que homem público tem coerência em palavra empenhada e não têm que voltar atrás, fui procurado – não vou poder citar o nome devido a, segundo eles, retaliação que pode acontecer –, mas me mandaram ler uma carta e me comprometi a fazê-lo. Quero dizer que mandei convidar o representante dos trabalhadores, que está aqui conosco, o Marco, e mandei convidar também a empresa. Esta me mandou, há poucos minutos, uma justificativa de que não poderia estar presente, mas que estava disposta – sei que estão assistindo a esta audiência – a fazer uma reunião, estou resumindo, com o Sindicato para discutir a questão. Então, queria já convidar a empresa. Como a situação é grave em relação ao salário dos trabalhadores, e vou ler a carta, que essa reunião seja hoje à tarde, que não se jogue essa reunião para daqui a um mês, dois meses. Estou inteiramente à disposição. Tenho certeza de que o Marco também. A minha sala na Comissão de Direitos Humanos está aguardando vocês aqui hoje à tarde, para que façamos a reunião para esclarecer a carta que vou ler. Eu disse que seria bom que vocês estives-

sem aqui junto com o Sindicato para que não desse a impressão de que eu não estava dando o direito de os dois lados se posicionarem frente ao documento.

Você sabe muito bem o teor da carta. Eu falei ontem já sobre esse tema com a direção da Casa e eles também me dizem que, de fato, vocês não estão pagando e que, inclusive, vocês terão uma multa, de imediato, de R\$40 mil pelo não pagamento devido aos trabalhadores.

Diz a carta que eu recebi:

Sr. Senador,

A razão desse contato é, respeitosamente, para lhe pedir, encarecidamente, que interceda pelos operadores de rádio aqui, do Senado, junto ao Senado e à empresa Planalto Service.

No Senado, eu dialoguei, conversei. Os gestores estão operando, estão pressionando a empresa para que pague os trabalhadores e já anunciaram que eles vão ter uma multa de R\$40 mil por não corresponder ao que ficou documentado em contrato. Então, o Senado fez a sua parte.

Continua a dizer:

Os operadores são terceirizados, prestadores de serviço aqui, para a Casa, e mais seis filiais dessa nos Estados, trabalhando como profissionais dedicados e competentes para a manutenção da emissora no ar. Ocorre, Senador, que a referida empresa vem descumprindo o contrato firmado com o Senado, negando-se a pagar as horas extras laboradas aos sábados, domingos e feriados [são os plantões nos sábados, domingos e feriados], bem como o adicional noturno dos profissionais que trabalham à noite e até de madrugada, tendo em vista que a rádio funciona 24 horas. O fato já foi comunicado ao gestor do contrato e ao diretor da rádio, mas, até agora, passados 6 meses, a empresa continua não pagando [não paga os atrasados e não paga, naturalmente, o presente]. A carga horária desses profissionais é de 30 horas semanais e fazem essas horas extras remuneradas para dar uma melhorada no salário, que, na carteira, é de R\$1.956. Com as horas extras, conseguimos chegar a R\$2.500 [Então, eles têm um prejuízo aqui de mais ou menos R\$550,00 e sabemos o quanto isso faz falta para quem ganha R\$1.956]. Enquanto isso, tem gente que recebe salários altos...[tal, tal, tal, tal].

Eu só quero complementar, porque está justificando o que está acontecendo:

A referida empresa não acata sequer a convenção coletiva dos últimos 2 anos firmada com o sindicato da categoria [deixando-os há 2 anos sem qualquer reajuste salarial]. Ainda, a cada mês, escolhe o dia em que quer depositar o benefício do vale-alimentação, sem a reposição dos dias atrasados, além da exigência do

uso do uniforme sem cumprir a sua parte, que, nesse caso, ela deveria fornecer.

O que está sendo dito aqui é que tem de se usar uniforme, só que a empresa não dá uniforme. Veja a que ponto chegamos.

Eu digo, mais uma vez, que a empresa está convidada, se quiser, convocada, e eu me disponho a recebê-los hoje à tarde. Repito: está aqui o convite que foi remetido a eles e eles justificaram que não poderiam estar aqui.

Já que havia passado 5 meses e ninguém teve interesse em resolver o problema, uma vez que estamos trabalhamos sem receber e só escutamos a frase “ah, um dia, vocês vão receber”, mas não sabemos quando, diante dessa afirmativa, entenderam que eles também não iriam se importar, se fosse cumprida apenas a carga estabelecida na lei do radialista e no contrato de trabalho. Assim, no dia 1º de novembro, no fim do expediente, os diretores/gestores disseram que nós teríamos de trabalhar. Porém, o trabalho em fim de semana e feriado é optativo, mas o diretor montou uma escala de forma arbitrária [no entendimento deles], que não corresponde à expectativa e eles não recebem aquilo que teriam de direito. Não bastasse isso, na segunda-feira seguinte, foi reforçada a ameaça, mas não fez questão de resolver o problema dos mesmos. Como não estão recebendo as horas extras em questão, está inviável não só o deslocamento para o local de trabalho durante a semana, bem como honrar os compromissos básicos, como aluguel, água, luz. Não têm dinheiro para alimentação e nem para o ônibus, menos ainda com despesas extras, pois tiveram uma queda significativa nos seus rendimentos. Por isso, apelamos ao senhor, enfim, que tem mostrado uma posição de defesa da nossa gente nessa Comissão, para que (...) contato com o Senado. Pedimos que o senhor, se possível, leve o caso à direção da Casa para buscarmos uma solução.

Aí, eu já falei, ontem mesmo, com a direção da Casa. Eles me dizem que estão em contato com a empresa. O Senado multou, está aqui escrito, a empresa em R\$40 mil e espera-se que a empresa pague corretamente o que têm direito os trabalhadores.

Esse foi um resumo da carta. Eu acho que fui fiel à essência.

Está aqui a justificativa da empresa, que disse que não poderá vir hoje pela manhã, mas fica o convite para hoje à tarde.

Está aqui, também, uma cópia do convite mandado a ela pela secretaria da Comissão.

Então, com a palavra, neste momento, o nosso amigo, dirigente sindical, Marco Clemente, vice-presidente do Sindicato dos Radialistas do DF.

Repito: quem não está cumprindo a sua parte é a empresa Planalto Service. O Senado está pressionando para que ela cumpra o acordo firmado com a Casa no momento em que ela ganhou a concorrência.

O SR. MARCO CLEMENTE – Eu agradeço a oportunidade, Senador, de, mais uma vez, estar aqui nesta Comissão, como fizemos em outros momentos.

Nesse caso, eu vou me ater à carta do colega que relata essa situação. Essa situação é verdadeira. Ela vem ocorrendo já há seis meses. A direção do Sindicato tem buscado tanto a empresa quanto o Senador. Recorremos, também, à Justiça, com uma ação de cumprimento de convenção coletiva, entretanto, todos nós sabemos que a Justiça é um pouco morosa.

Tentamos resolver via diálogo e o que nos foi dito, primeiro pela empresa, é que ela paga, mas não recebe do Senado.

Aí, é uma questão contratual e não vale a pena entrar no mérito. Eu acho que ela assumiu o compromisso de fazer essa gestão. Ela venceu uma licitação, embora nós acreditemos que o processo de licitação também é complicado, uma vez que é feito através de pregão eletrônico, onde as empresas que participam do pregão eletrônico vão dando lances, sempre lances inferiores, e, depois, não vão cumprir.

Tudo isso está relacionado ao processo de licitação também, desde o edital até o processo de licitação, onde o pregoeiro não determina o que está na Lei 8.666, que é determinar o valor inexecutável. Ele mantém a empresa, ela assume o contrato e, depois, não consegue colocá-lo em vigência, e gera problemas como esse.

No caso dessa empresa, ela diz: “Ah, o Senado não está nos repassando.”

Nós recorremos ao Senado e o Senado disse o seguinte: “Nós vamos multar a empresa se ela não pagar.”

Ora, na outra vez em que estive aqui, Senador, foi para falar de uma outra empresa que fazia a gestão da TV Senado.

Essa empresa, até hoje, tem um acumulado de aproximadamente R\$500 mil a R\$600 mil de glosa, o que seria equivalente a uma multa. É uma glosa no contrato que ela tem a receber.

Isso, de fato, não chega ao trabalhador. Pode aplicar multa de 100 mil, 200 mil, 300 mil ou, nesse caso, como chegou, 600 mil, e não vai chegar ao trabalhador. Esse é o nosso problema, tanto na TV Senado, quanto na Rádio Senado.

O apelo que o colega faz é no sentido de que as autoridades, dentro do Senado Federal, possam nos ajudar a resolver esse problema, porque, de uma certa forma, também é de competência do tomador de ser-

viço a responsabilidade para fazer com que a empresa cumpra, ou que seja determinado que a empresa é inidônea, deixa de participar de licitações e a gente, aí, que vamos encontrar uma solução.

O gestor do contrato, realmente – a gente falou, aqui, foi falado do assédio moral –, acaba cometendo o assédio moral, como foi relatado na carta. O colega não recebe pelo plantão, mas tem que vir ficar de plantão. Há 6 meses ele está nessa situação, sem receber. Isso porque o colega não pontuou algumas outras questões, como o auxílio creche, que também foi cortado, o plano de saúde, que a empresa custeava e que também foi cortado, o auxílio vestuário, nesse caso, porque, nas dependências da Casa, todos nós sabemos, é exigido o vestuário especial, então é obrigação da empresa fornecer o vestuário especial. Sem esse vestuário especial nós não conseguimos adentrar a alguns espaços da Casa, mas tem que vir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não dá.

O SR. MARCO CLEMENTE – Não dá, mas tem que vir com o vestuário especial, tanto na TV quanto na Rádio. Então, o apelo não é só da Rádio. Aí é um desabafo do colega da Rádio, mas também pode se estender esse apelo aos colegas da TV Senado, que fazem essa transmissão, que trabalham em prol do Senado, em prol da informatização, da informação, que muitas vezes nós não vemos acontecer nas grandes mídias. Um debate como este, importante, só é transmitido através da TV Senado. Alguma nota, pequena, você vai ver em algum jornal por aí, mas nada além disso. A TV Senado tem esse papel, e esses trabalhadores são os que fazem a TV Senado.

Dentro do que falou o representante ali do Ministério do Trabalho, referente ao projeto de lei que tramita na Casa, na Câmara dos Deputados, ele é de autoria do Deputado Sandro Mabel e está sob a relatoria do Deputado Arthur Maia, na CCJ. Nós de antemão já nos colocamos frontalmente contrários ao projeto, porque ele, na verdade, não trata de pontos importantes que deveria tratar, da terceirização.

Precisamos, sim, de uma regulamentação, até para que problemas como este não continuem ocorrendo. Mas de uma regulamentação que pelo menos garanta o que o trabalhador já tem. No projeto de lei, fala-se inclusive em quarteirização. Nós poderíamos ter empresa sem funcionário. Imaginem vocês a empresa Globo, hoje, contratando todos os seus profissionais, radialistas, através de outra empresa. Ela não tem nenhum funcionário, todos os funcionários serão contratados via terceirização. Isto é, de fato, a precarização geral da relação de trabalho. Afora o achatamento.

Dentro do processo de licitação, algumas empresas ainda passam a utilizar a pessoa jurídica. Ela vence a licitação, deveria contratar esse profissional como celetista, mas contrata esse profissional como pessoa jurídica ou como microempreendedor, algo que fica ainda mais grave, não é?

Algumas empresas que ainda não conseguem se amparar na terceirização utilizam a Lei nº 6.019 para desvirtuá-la, contratando o contrato temporário, que não termina, é eterno. Continua sendo o contrato temporário, que é temporário, que é renovado, e vai se estendendo.

Desta forma, Senador, a gente pede, mais uma vez, a ajuda do senhor, que muitas vezes nos ajuda. Quero aqui até parabenizar o eleitor do Rio Grande do Sul por mandar para cá, para o Congresso Nacional, representantes como o senhor, Senador Paim, que é um marco, um baluarte na luta pelo trabalhador, pelo trabalho. Como o Deputado Marco Maia, que também é do Rio Grande do Sul, que tem projetos importantes e que dirige hoje a Câmara dos Deputados. Tem também projeto voltado para o radialista, um projeto importante, que trataria da aposentadoria especial.

Então, Senador, eu quero estender este apelo feito ao senhor aos demais Senadores que possam nos ajudar nesta luta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Marco Clemente.

Quero dizer a todos vocês que assuntos como estes – assédio moral, PDV e terceirização – nós não vamos esgotar, nem que quiséssemos, nesta reunião. Nem que ficássemos aqui direto, digamos, até o fim do ano, não seria possível.

Então, vamos para o encaminhamento final.

Eu fico com o compromisso aqui de – o ano está terminando – nós retomarmos esse tema a partir de fevereiro, porque em janeiro o Congresso Nacional para naturalmente, de discutirmos e aprofundarmos ainda mais as três questões. Aqui foram levantadas questões que vamos ajudar no que for possível: por exemplo, combater os projetos que venham na linha da precarização, fortalecer os projetos que venham na linha do combate ao assédio moral e fortalecer os projetos que venham na linha de fortalecer a mudança drástica para aqueles que foram pelo assédio moral pressionados para optar pelo PDV. Vamos colaborar também na linha desses projetos e, pelo que percebo, também vamos ter que caminhar, inevitavelmente, embora não gostemos muito, na linha de regulamentar a terceirização. Para mim, regulamentar a terceirização é fazer com que eles tenham os mesmos direitos dos outros trabalhadores, que, no mínimo, têm o di-

reito que manda a CLT, no mínimo. Que caminhemos nesse sentido.

Não vou poder abrir a palavra de novo, porque, se eu abrir, não terminamos mais. Já há experiência aqui: toda vez que abro a palavra no encerramento, todos querem falar de novo. E é correto que todos queiram falar. Eu sei que vocês estão angustiados até para falar, para complementar.

Dirigindo-me mais ao Marco agora, eu fiz contato ontem e tive uma reunião com os gestores do contrato. Eles me falaram que há um contrato firmado e que essa empresa estava pagando dentro do contrato. Inclusive, pode dizer se é ou não fato. Pelo menos a informação que tive é que, de fato, ela estava pagando os chamados plantões, que se traduzem em hora extra, e, de uma hora para outra, parou de pagar. E queria que o Senado pagasse. O Senado: não. Estava no contrato. Você venceu a licitação. Aí, se o preço foi vil, digamos, é outra discussão. Você venceu, você tem que pagar aos trabalhadores, porque é fácil você botar um preço bem abaixo para ganhar a licitação e, depois, na hora, começar a se negar a cumprir o que está no contrato e querer que o contratante pague a dívida que é dele. Eu entendo, como o Senado entende, que quem tem que pagar os plantões, como vinha pagando, é essa empresa aqui, que quero, mais uma vez, convocar para vir aqui hoje à tarde. Eu estou. É a Planalto Service. Está aqui nos documentos. Entendo que o Senado está correto em multar e até em romper, como você falou, pelo não cumprimento. Eu tenho certeza de que o Marco vai estar à disposição também. Se for o caso, hoje à tarde... E não cumpre sequer a convenção. O que o Senado tem de culpa se essa empresa não cumpre a convenção? Nem o Senado, nem o sindicato e, muito menos, os trabalhadores, que estão deixando de receber. Faz dois anos que eles não cumprem o que está na convenção.

Marco, eu sei que você é parceiro. Tivemos diversos embates aqui – não entre nós – buscando soluções. Resolvemos algumas coisas, mas não todas. Sabemos que não todas. Então, eu daria esse encaminhamento final e vou insistir aqui com a assessoria da Comissão para que ligue, de novo, para essa empresa para que façamos a reunião ainda hoje. Quem mandou aqui a justificativa foi o Sr. André Luiz Bueno de Freitas, Diretor Administrativo da empresa Planalto Service, telefone (61)3404900. Então, Sr. André, eu estou aqui à disposição para conversarmos aqui, hoje à tarde, de novo. Eu tenho certeza de que o gestor do contrato aqui do Senado... Sem falar com ele, eu assumo a responsabilidade de ele também estar na reunião, de esclarecermos tudo e não permitirmos que os trabalhadores fiquem, mais uma vez, sem os seus vencimentos mí-

minhos. Para muita gente R\$500 não fazem falta, mas para eles sim. Eles me mostraram antes o tanto que R\$500 por mês fazem falta. Pode ser que não façam falta para algum administrador, mas para eles sim.

E aí vou encerrar...

O SR. LUÍS CARLOS DE ALENCAR MACEDO

– Senador, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Olha, pessoal, há sete pessoas pedindo a palavra.

O SR. LUÍS CARLOS DE ALENCAR MACEDO

– Só um encaminhamento rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– É impossível, pessoal. Quero dizer que é impossível. Por mais que eu queira, vocês têm que me entender. Nós estamos aqui desde as 9 horas e, se eu abrir a palavra para todos que pediram... (*Palmas.*)

Não tem como. A Mesa gostaria que todos pudessem falar. O que eu posso fazer para nós... Eu vou dar a palavra para o primeiro que... O primeiro foi o senhor aqui, o Luís Carlos. Eu vou dar a palavra ao Luís Carlos e vou encerrar. Não me nego a recebê-los. Quem quiser conversar sobre o tema ainda, eu, particularmente, recebo e fico aqui até duas horas, se for possível. Mas vou dar a palavra ao Luís Carlos, porque foi um painelistas convidado, que teria direito à última fala em nome de todos os convidados.

O SR. LUÍS CARLOS DE ALENCAR MACEDO

– É rapidinho. É só um encaminhamento. É uma proposta que não sei se cabe aqui, no momento. É uma ideia de nós criarmos uma frente parlamentar mista pelo retorno dos “pedevistas”. Não sei se cabe. Eu acho que era importante as duas Casas, Senado e Câmara, aqueles Deputados, aqueles Parlamentares que estão abertos, para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa eu te dar o encaminhamento.

É possível, sim, mas é informal. Então, os “pedevistas” é que têm que procurar os Deputados e os Senadores para que assinem esse documento formatando a comissão. Qual é a minha preocupação? Eu digo “sim” e daí, de repente, eu é que vou ter que criar a comissão. Eu não tenho condição de criar a comissão.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Ela já existe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, se já existe, melhor ainda.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Ela tem que ser acionada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se já existe, melhor ainda. Se já existe, é só os senhores, naturalmente, procurarem os Senadores que criaram a frente para que ela seja retomada. Eu abro espaço aqui na Comissão para fazer a reunião no momento que vocês entenderem mais adequado. A

minha preocupação é que, como eu recebo aqui – vocês podem ter certeza –, para não dizer milhares, vou dizer centenas de demandas, eu não posso assumir a responsabilidade de tocar cada uma das demandas. Eu dou os encaminhamentos, e o encaminhamento que eu posso fazer neste caso que a frente já existe é dar um espaço aqui na Comissão, propor-me a participar da reunião, e os senhores convocariam os Senadores e Deputados que já fazem parte da frente para que a gente implemente para que ela tome fôlego.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – (*Inaudível. Fora do microfone.*)... componentes. Cinco Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinco Senadores. Para que ela tome fôlego e volte a atuar.

O SR. LUÍS CARLOS DE ALENCAR MACEDO
– Tudo bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.*)

ATA DA 78ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos do dia seis de dezembro de dois mil e doze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: **Paulo Paim, João Costa, Wellington Dias, Cristovam Buarque e Gim**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e senhoras Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 132 de 2012–CDH, aprovado em 5/11/2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, para debater “a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”. Convidados: Angélica Moura Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, em representação à Ministra Maria do Rosário Nunes – Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Vicente Faleiros, Coordenador do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Ado-

lescentes – CECRIA; Marcia Freitas Vieira, Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos – Departamento de Polícia Rodoviária Federal – Ministério da Justiça; Marise Pinheiro Abrantes, Psicóloga Clínica. Fazem uso da palavra os senhores Senadores **Paulo Paim, Cristovam Buarque e Gim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 78ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 132, de 2012-CDH, aprovado em 05/11/2012, de autoria deste Senador e do Senador Cristovam Buarque, que está se deslocando para cá, com o objetivo de debater a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Faço a leitura do nome dos convidados.

Angélica Moura Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a Ministra Maria do Rosário Nunes, Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Marise Pinheiro Abrantes, psicóloga clínica.

Rejane Pitanga, Secretária da Criança do Governo do Distrito Federal.

Foram também convidados inúmeros Senadores.

Isa Maria de Oliveira, Secretária-Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Karina Figueiredo.

Vicente Faleiros, Coordenador do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria).

Também já está presente a representante do Ministério da Justiça, Márcia Freitas Vieira, Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos e Coordena-

dora de Apoio Administrativo Substituta da Polícia Rodoviária Federal.

As Mesas serão montadas com os convidados presentes.

Enquanto isso, vou fazendo uma introdução.

A primeira introdução que quero fazer neste dia, embora alguns convidados estejam ainda chegando, não pode ser diferente: será uma pequena, singela e humilde homenagem desta Comissão ao grande companheiro, camarada, eu diria irmão de todos nós, Oscar Niemeyer.

Oscar Niemeyer morreu esta noite, com 104 anos. Faria 105, segundo informações que me passaram, daqui a 10 dias. E foi, como acabei colocando no meu Twitter ainda ontem à noite, um homem que nunca negou suas origens. Eu o considerava e o considero, pelo seu legado, pela sua história, um dos maiores arquitetos do mundo. Sem sombra de dúvida, o arquiteto do Brasil, mas, principalmente, eu diria, um arquiteto do universo.

O que eu mais gostava do Niemeyer é que ele, ao longo desse mais de um século de existência, foi um homem que nunca negou suas origens. Era socialista, comunista; bem-sucedido profissionalmente, pelo seu trabalho – vejam aqui a criação de Brasília – e nunca deixou de dizer que era um socialista e que pensava numa sociedade justa, igualitária para todos. Considero e sempre considerei Niemeyer, pela sua figura, um grande homem público. E como é bom a gente ver um homem público fiel a suas origens, não importa se é democrata, se é socialista, se é liberal, mas fiel a suas convicções, não negando o que foi ao longo da vida. Por isso eu coloquei, na minha página, algumas palavras ao grande Niemeyer, que eu vou ler neste momento, aproveitando a abertura desta Comissão de Direitos Humanos. Niemeyer, sem sombra de dúvida, era um lutador, um militante dos direitos humanos, no Brasil e no mundo. Coloquei na minha página as seguintes palavras em homenagem a esse grande homem público. E ele escreveu em *Curvas do Tempo*:

Nunca olhei para trás. Nunca me critiquei pelas faltas cometidas. [Palavras do Niemeyer.] Sou filho da natureza, um pequeno e humilde ser nela inserido, e para ela transiro – em parte, pelo menos – minhas qualidades e defeitos. Foi assim que ela [a natureza] me fez.”

Palavras do Niemeyer. Vai em paz, camarada Oscar Niemeyer, teus ensinamentos, tua humanidade, tuas linhas livres, livres como o vento, como você colocou aqui, teus ângulos, as curvas, encontros e desencontros em contrastes nas montanhas e na beleza da natureza. O curso dos rios que navegaste, as ondas do mar que batiam em tua alma, o teu univer-

so, todos são eternos, tua vida, Niemeyer, é a nossa vida. E assim vamos seguindo os teus ensinamentos, continuar tentando construir, porque estamos muito longe da tua alma, do teu coração, da tua força, da tua energia, um País que tu sonhavas, um País onde todos tenham direitos e oportunidade iguais. Oscar Niemeyer, Presente! Oscar Niemeyer, Presente! Oscar Niemeyer. Presente! Vai em paz, Niemeyer! *(Palmas.)*

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esta sala foi projetada por ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta sala foi projetada por ele. Grande lembrança aqui, sei que na fala, vocês poderão ilustrar ainda mais. Brasília é um patrimônio da humanidade, obra dele, e tantas outras obras que ele fez no mundo. Por isso que digo: ele foi um profissional, um arquiteto do universo.

Vamos ter aqui ainda um pequeno vídeo feito nosso Sistema de Comunicação do Senado: Niemeyer por Niemeyer – Cem Anos de História. Será uma homenagem a esse grande homem público, mas, antes disso, eu pediria a todos que levantássemos – sei que é simbólico, mas, para mim, é importante – e fizéssemos 1 minuto de silêncio para homenageá-lo, e, depois, 1 minuto de salva de palmas.

Peço para que, se puderem, marcar 1 minuto de silêncio.

(Faz-se a um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora, peço à técnica, se puder, marcar mais 1 minuto, porque vamos fazer aqui, num esforço pequeno, mas simbólico, 1 minuto de palmas para Oscar Niemeyer, mostrando uma pequena saudação a ele, que, lá do alto, está nos vendo, com certeza, neste momento, por tudo o que ele fez pelo Brasil e pela humanidade. *(Palmas.)*

Niemeyer vive!

Neste momento, eu peço que apresentemos esse belo trabalho aqui da TV Senado, o documentário de cem anos de história de Oscar Niemeyer: Niemeyer por Niemeyer – Cem Anos de História. Direção e roteiro, Deraldo Goulart; produção, Maria Cristina Monteiro; edição e pós-produção, Márcio Stuckert; imagens, Marcos Feijó; arte, Yuri Alves.

Senador Wellington Dias, como sempre presente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Parabéns à TV Senado! Meus cumprimentos pela direção e pelo roteiro desse documentário Niemeyer por Niemeyer – Cem Anos de História, de Deraldo Goulart, com produção de Maria Cristina Monteiro; edição e pós-produção de Márcio Stuckert; imagens de Marcos Feijó; e arte de Yuri Alves.

A TV Senado, que fez esse belíssimo trabalho, informa que ele irá ao ar no próximo sábado, às 16h30; e domingo, às 22h.

Só queria dizer a vocês, antes de passar a palavra aqui aos presentes, porque eles fazem questão de fazer, nem que seja por alguns minutos, uma saudação. Quando me advertiram: “Mas são 30 minutos o vídeo do Niemeyer!” E eu disse: “Se a gente não dedicar 30 minutos do nosso espaço aqui na Comissão de Direitos Humanos, então esta aqui não seria a Comissão de Direitos Humanos”. É com muito orgulho que nós abrimos mão do tempo, ao vivo para todo o Brasil, pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Internet e pelos canais de 1 a 8 do Senado, para transmitir essa pequena homenagem.

Ainda mais: a informação que eu tenho é que o corpo de Niemeyer será velado no Palácio no dia de hoje.

Já estão conosco aqui o Senador Cristovam, a quem peço uma salva de palmas. S. Ex^a é o autor do requerimento que eu só endossei. *(Palmas.)*

Está também o Senador Gim Argello, que é um parceiro de todas as horas. *(Palmas.)*

E os Senadores Wellington Dias, que esteve aqui, e o Senador João Costa. *(Palmas.)*

Antes mesmo de formar a Mesa com os nossos convidados, já presentes para esse debate tão importante sobre o combate à exploração de crianças e adolescentes, eu passo a palavra, para uma saudação, ao Senador Cristovam e, em seguida, ao Senador Gim Argello.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada um e a cada uma!

Eu quero, primeiramente, pedir desculpas pelo atraso, mas ele se deveu exatamente a esse fato. Como ex-governador de Brasília, vocês podem imaginar que muitos da imprensa queriam ouvir o meu depoimento. Desse modo, fui ficando preso, tentando sair, mas a última equipe de televisão foi bater na Asa Sul em vez de ir para a Asa Norte, onde eu moro. E como eu moro no extremo da Asa, na 215, eles demoraram muito.

Quero apenas parabenizar o Senador Paim por ter feito essa apresentação. Não vou nem dizer homenagem porque a homenagem ao Niemeyer a história vai fazer muito mais.

Eu queria apenas aproveitar e perguntar aqui, entre nós, da mesma maneira como falei para os outros órgãos: por que Niemeyer, em sua morte, provoca esse sentimento geral no País? Poucos seres humanos, homens ou mulheres, provocam esse sentimento. Creio que podemos citar alguns itens. Primeiro, o talento. Se ele não tivesse o talento que teve, não estaria hoje sendo comemorado e nem lembrado dessa forma, a

não ser por seus familiares, por uma questão de amor, que não exige talento de ninguém, exige apenas reciprocidade. Em segundo lugar, muitos têm talento, mas o que faz o gênio é, entre outras coisas, a capacidade de surpreender com aquilo que faz. E Niemeyer surpreendia. Mas não surpreendia apenas com as primeiras obras, até as últimas obras dele, cada uma provoca o sentimento de nunca antes visto. É essa capacidade de surpreender que deu a ele a dimensão que teve, juntamente com o talento. Em terceiro lugar, a capacidade de sonhar e acreditar nos sonhos, que seria a quarta razão. Ou seja: ele não apenas surpreendia, ele sonhava com aquilo que ia surpreender.

Ele era um utopista, um utopista nos traços, porque acreditava coisas impossíveis. Não sei se vocês já leram entrevistas de calculistas dele, que, quando recebiam um projeto, a primeira reação era negarem-se a fazer os cálculos, porque consideravam impossíveis – impossível transformar aquele desenho em construção. Mas ele sonhava. E há uma frase dele, em algum jornal de hoje, que é mais ou menos isto: para fazer qualquer coisa, antes é preciso sonhar. Ele sonhava. E acreditava nos sonhos. Alguns podem ter talento, talento para surpreender, podem até sonhar, mas não acreditam suficientemente na capacidade de transformar o sonho, vindo do talento que surpreenderá, em realidade. Ele acreditava nos sonhos dele. Outro aspecto é a capacidade de desenhar, de ser arquiteto. Ele poderia ter tudo isso e não ser o desenhista que foi. Poderia ter passado pela vida como quem sonhou, como quem acreditou, como alguém que até teve talento para pensar, mas não foi capaz de transformar aquilo em algo no papel, para, depois, virar algo no concreto. Muitos de nós, aqui, podem imaginar grandes histórias, mas não se sentam para escrever essas histórias. Ele sentou e soube desenhar.

Finalmente, eu diria que a vida. A vida, porque, sem ela, primeiro, ele não existiria, mas, segundo, se fosse curta, ele não teria tido tempo de fazer tanta coisa. Se ele tivesse falecido, como milhões de brasileiros, na primeira infância; se ele tivesse falecido, como, hoje, 10 milhões de brasileiros, analfabetos, sem as primeiras letras, sem saber as primeiras quatro operações, Niemeyer não seria Niemeyer. Ele é um homem talentoso – foi, a gente não se acostuma com isso –, capaz de surpreender, acreditar e sonhar, mas ele estudou. Ele passou pela escola. Se não fosse isso, muito dificilmente ele seria – ou impossível – ser o arquiteto que foi.

A escola foi fundamental para ele. Ele não morreu na primeira infância, ele entrou na escola e teve uma vida mais longa. Não morreu na juventude, porque não teria tempo de deixar grandes obras, como

tantos seres humanos que falecem antes da idade de plena maturidade. Mas não é só isso. Ele poderia ter vivido os 105 anos e hoje ser criticado, se não tivesse sido coerente ao longo desses 105 anos que faria na próxima semana. Essa coerência é parte do retrato de Niemeyer e é parte daquilo que faz com que estejamos aqui lembrando dele.

Para concluir, quero dizer que não somos apenas nós. Talvez nenhum outro brasileiro será lembrado por tanto tempo como Niemeyer, porque, se você vê um político, por mais que ele tenha sido importante, ele fica restrito aos livros de História. É questão de algumas décadas; no máximo, alguns séculos. Raríssimos políticos passam de 1 século.

Se você olha os artistas em geral, dificilmente passam.

Mas ele, ele vai ficar milhares de anos, porque são as pedras, e as pedras, felizmente, não são destrutíveis, a não ser – e aí faço um alerta – pela ganância de especuladores imobiliários ou outros especuladores que, se amanhã descobrirem petróleo na Esplanada dos Ministérios, vão preferir explorar o petróleo a manter a obra de Niemeyer. Ou aqueles que descobrirem que as entrequadradas com verde, que ele concebeu junto com Lúcio Costa, são melhores com prédios, são capazes de acabar com o verde para construir prédios, e, em nome de dar moradia, aumentar o lucro.

A única coisa que ameaça a obra de Niemeyer, até porque aqui não tem terremoto, estamos a mil metros de altura – então, mesmo depois dos efeitos do aquecimento global, vamos estar abaixo do nível do mar –, a única coisa que ameaça o Niemeyer ficar na memória por milhares de anos é a especulação imobiliária. E é preciso não esquecer isso.

Eu radicalizei falando na Esplanada. Dificilmente, acontecerá. Mas muitos outros prédios não estão na Esplanada dos Ministérios e são vulneráveis à ganância. Não são vulneráveis aos terremotos, não são vulneráveis aos maremotos, mas são vulneráveis à ganância.

Essa é a única ameaça que pode fazer com que Niemeyer não dure milhares de anos.

E quero concluir dizendo que eu estava aqui assistindo e lembrando que privilégio deste grupinho aqui, de escutá-lo dizer que o prédio que ele mais amou ter desenhado foi o Congresso. É um privilégio que vocês vão poder contar depois: que vocês estavam aqui, no dia do velório dele, dentro do Congresso, no prédio que ele disse que é aquele que ele mais amava.

E a grande homenagem que a gente pode prestar ao Niemeyer é fazer deste Congresso um instrumento das transformações sociais e econômicas pelas quais Niemeyer sonhava. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Este foi o Senador Cristovam, que faz uma saudação – e por que não dizer uma também homenagem – ao grande arquiteto do Planeta, porque Arquiteto do Universo é só um. É sempre bom lembrar isto: é aquele que está lá em cima. Mas ele foi o grande arquiteto do Planeta.

Só uma informação, antes de passar a palavra ao Senador Gim Argello: o cerimonial do Palácio do Planalto informa que o velório será no Salão Nobre do Palácio do Planalto a partir das 16h.

Senador Gim Argello com a palavra.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Começo agradecendo ao Senador Paulo Paim pela sensibilidade de colocar um vídeo do Niemeyer no dia do seu passamento.

Parabenizo também o Senador Cristovam Buarque, que foi nosso governador aqui em Brasília e que tão bem soube respeitar o nosso tombamento no Patrimônio Cultural da Humanidade, que é o Distrito Federal, que é Brasília, que nunca foi agredido. Por várias vezes, foi defendido arduamente pelo Senador Cristovam, governador da época então, dizendo exatamente o que disse hoje: que temos de preservar o Patrimônio Cultural da Humanidade, que é Brasília.

Mas falar de Niemeyer, eu que estive com ele algumas vezes quando fui desenvolver o projeto da Câmara Legislativa do Distrito Federal... Assistindo a isso, lembrava que estive no escritório dele algumas vezes. É isto tudo: ele era um sonhador; com a facilidade de pegar o pincel e desenhar. Viveu isso. “Acho que deve ser assim; pode ser assim.” Na época ele estava fazendo o projeto dos tribunais superiores, disse: “Se você evoluir dessa forma, estou fazendo um arco aqui, pensei em 35m, mas dá para chegar a 50m.” Quer dizer, era um sonhador. Alguém que pensava... Todo mundo pensando que ele ia diminuir. Não! “Vamos avançar, vamos crescer, vamos sonhar mais, vamos fazer um País melhor para todos, um mundo melhor para todos.”

Paim colocou que o grande Arquiteto do Universo é um só, e é – é Deus. Mas Deus agora terá um companheiro que O ajudará a sonhar lá em cima, alguém que melhorará os traços, pois ele falava muito em universo. Fico muito feliz porque é o único brasileiro falecido recentemente, o Prof. Cristovam colocou isso muito bem, que será lembrado, no mínimo, nos próximos 500 anos, não tem nenhum outro brasileiro que será lembrado durante tantos e tantos anos. E a Deus, peço pelos próximos mil anos, porque ele realmente deixou um legado muito importante para todos nós.

Essa é minha homenagem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Gim Argello, que, segundo o relato, teve contato com Niemeyer.

A partir deste momento, vamos iniciar a nossa audiência pública. De pronto, agradeço ao Senador Gim Argello. Sei que o Senador Cristovam depois também terá um compromisso, ele me informou, e nós entendemos isso.

Primeiro, a Mesa chama a Sr^a Angélica Moura Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que representa aqui a Ministra Maria do Rosário. (*Palmas.*)

Convidamos também Marise Pinheiro Abrantes, psicóloga clínica, também especialista na área. (*Palmas.*)

Convido também para fazer parte da Mesa Vicente Faleiros, Coordenador do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. (*Palmas.*)

As palmas são uma forma de recebermos nossos convidados, então não economizem nas palmas. Eu gosto, quando me convidam para a Mesa, quando vou fazer uma palestra, que batam palmas. É bom, é gostoso. Vamos ver se o pedido das palmas funcionou.

Convido Márcia Freitas Vieira, Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, Departamento da Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Justiça. (*Palmas.*)

Estamos aqui com nossos convidados para discutir a exploração sexual de crianças e adolescentes. Vamos começar dando a palavra à Sr^a Angélica Moura Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que aqui representa a Ministra Maria do Rosário. Tem 10 minutos, com mais 5, se necessário.

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – Bom dia a todos, Senador Paulo Paim, por meio do qual cumprimento o restante da Mesa.

Planejamos a nossa presença aqui hoje fazendo uma apresentação com um panorama geral das políticas da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, para articular um trabalho de proteção integral na área do enfrentamento à violência sexual. Então, preparamos uma apresentação e vou me referenciar a ela. Depois, durante os debates, nos colocaremos à disposição para qualquer tipo de esclarecimento.

Por favor, pode passar.

Hoje, temos uma população de 62 milhões, acreditamos que caiu um pouco para 58 milhões de crianças e adolescentes, uma extensão significativa, 565 Municípios, 27 unidades federativas. Foram identificados, no último mapeamento das rodovias federais, de 2011, 1.776 pontos vulneráveis de exploração sexual.

No Disque 100, das 97 mil denúncias recebidas em 2011, 11% delas se referiram à violência sexual.

Aí temos um mapeamento que esclarece as situações de negligência, 41%; a situação de violência psicológica; a situação de violência sexual – de violência física e de violência sexual. A gente sabe que, como é uma violência sistêmica, elas estão muito interligadas. A gente não pode precisar se uma violência sexual... Pode precisar não, normalmente estão envolvidas outras violências na violência sexual.

Está sendo discutida, agora, na Câmara, e vai ser encaminhado brevemente para o Senado Federal o Projeto de Lei nº 7672, que trata da violência física. É incrível que a gente ainda consiga defender – e a gente tem isso com uma forte presença no Parlamento – defender o direito de bater nas nossas crianças. Isso é uma coisa muito estranha, porque é muito forte, foi um movimento muito grande que a sociedade civil precisou fazer, e o Senador Cristovam foi uma presença importante nesse momento, para conseguir aprovar o Projeto de Lei nº 7.672, que diz que todas as crianças brasileiras têm o direito de serem educadas, cuidadas, sem o uso do castigo corporal. Está parada há mais de 6 meses na Comissão de Cidadania da Câmara, porque há uma obstrução para não aprovar a redação final dessa lei tão importante para a prevenção de todas as violências no nosso País. Então, em breve eu acredito que essa lei vai chegar aqui, vai ser entregue, e que vocês cuidem dela com muito carinho, por favor.

Então, em abuso sexual, nós temos a tipologia de abuso propriamente dito, 70%, e caracterizado como exploração sexual, nós temos 28%. A violência sexual, dos dados que são revelados – porque a gente sabe que ainda está na invisibilidade essa situação –, nós temos que 51% são meninas, 36% são meninos e 12% não é informado. A gente tem os dados, também, absolutos, onde a gente vê que... Não, esses... O Estado da Bahia... Não, esses são os dados absolutos, não é? O de incidência, onde aparece Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, com números absolutos na área de violência sexual.

Quando a gente vai para os números relativos, a gente vê que ainda é muito forte a presença dos Estados do Norte e do Nordeste, onde, no Disque 100, a gente tem o menor número de denúncias. Então, é interessante que, embora tenha o menor número de denúncias, a gente tem aí uma forte presença desses Estados. Nós precisamos trabalhar mais na divulgação do Disque 100 e da importância da denúncia, da percepção e da denúncia, nessas duas regiões do País.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, que tem a nossa liderança na sua articulação, compreende alguns eixos, que são: análise da situação

geral; articulação e mobilização; defesa e responsabilização; o protagonismo dos meninos e meninas; a prevenção e o atendimento, que, na reformulação do novo Plano, que está sendo finalizada agora no final do ano – o Plano Nacional –, a área de atendimento se transforma numa área de atenção integral às crianças, às suas famílias e também àqueles que praticam a violência sexual.

A política nacional, hoje, tem uma forte base na constituição e na articulação e mobilização do Comitê Intersetorial. Participam do Comitê Intersetorial 20 organizações governamentais, representações do Governo Federal, ministérios, secretarias, a sociedade civil, os organismos internacionais, as universidades e os representantes do setor privado também.

O tratamento intersectorial é uma estratégia de enfrentamento da violência, porque sistematiza todas as ações, integra as ações, possibilita o diálogo, para que ela chegue à ponta de uma forma articulada para a defesa dos nossos meninos e meninas.

A Comissão Intersetorial existe desde 2003. Ela foi oficialmente criada por um Decreto Presidencial em 2007, reúne-se toda quarta-feira. Se você estiverem interesse em participar ou estar com a Comissão, uma Comissão muito importante, toda primeira quarta-feira do mês.

Vamos aproveitar o tempo.

O programa nacional entende o seguinte, são os pressupostos do nosso programa nacional: a violência sexual contra crianças e adolescentes é entendida como uma violação aos direitos humanos; a afirmação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, o direito à sexualidade protegida e sem violência; o alinhamento é com os princípios inaugurados pelo ECA, da proteção integral, da prioridade absoluta, da criança vista como sujeito de direito, e ter o seu interesse superior respeitado; o alinhamento com o ordenamento jurídico brasileiro e com os marcos normativos internacionais; um alinhamento – aí é uma questão que hoje se constitui como um desafio para a gente – com as questões de gênero, raça, etnia, diversidade sexual, singularidades regionais, direito de pessoas com deficiência, participação infanto-juvenil, entre outras pautas relacionadas à nossa pauta principal de direitos humanos.

O programa nacional tem uma coordenação e trabalha com articulação institucional; além da comissão intersectorial, tem a mobilização nacional; apoio aos comitês; a realização do Pair Mercosul. Nós tivemos uma reunião da RAADH, agora, no início do mês, e foi assinado um comitê – isso a título de informação; depois eu posso passar para vocês os termos do pacto, o pacto entre os países do Mercosul, firmado para fomentar e fortalecer o trabalho que já vem sendo realizado

nas fronteiras, porque são regiões de alto risco para a gente, de ocorrências tanto do tráfico de crianças e adolescentes, como de exploração para fins sexuais. Então, foi assinado um pacto e depois a gente pode encaminhar, para os participantes aqui, se nos for fornecida a lista dos integrantes, o conteúdo desse pacto. A mobilização do setor corporativo; a disseminação de metodologias inovadoras e pesquisas.

Essas são as linhas principais que a gente trabalha na SDH, a fim de fomentar uma política de enfrentamento, uma política pública de enfrentamento à violência e à exploração sexual.

Hoje, o Pair, o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, se constitui na principal estratégia da nossa Secretaria para o enfrentamento da violência sexual. Hoje ele está implantado em 400 Municípios; ele tem como metodologia... O Pair, na verdade, é uma metodologia e tem como princípios dessa metodologia a articulação político-institucional; o diagnóstico participativo; a construção do Plano Operativo Local, a capacitação de todos os atores envolvidos; assessoria técnica e o monitoramento do Plano Local, porque o objetivo do Pair é construir um plano de atenção local e que é operacionalizado e articulado pelas redes locais, fóruns e redes, a rede local de proteção. Muitas vezes, a maioria tem um comitê que orienta, dirige e articula essa rede na localidade.

Hoje, são nossas prioridades: as cidades sedes da Copa de 2014, os Municípios de grandes obras e as cidades de fronteira. Então, hoje, nós estamos nos constituindo como? Nós estamos construindo com os quatro segmentos da sociedade – Governo, sociedade civil, organismos de cooperação internacional e empresas –, uma agenda de convergência para dar conta do desafio que nós temos que enfrentar nos próximos anos.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – O Pair Mercosul compreende cinco cidades gêmeas e houve um avanço muito grande nessa articulação e, hoje, segundo o depoimento... Ele é liderado pelo Brasil, por uma organização brasileira. E houve um avanço muito grande da presença do Pair nessas cidades gêmeas e um reconhecimento dos países em relação a essa metodologia e à necessidade de estendê-la às outras regiões de fronteira do Brasil, porque ela está muito localizada nos países do Mercosul. O que a gente tem hoje é resultado de pesquisas que apontam a vulnerabilidade de muitas outras cidades, inclusive São Gabriel da Cachoeira, onde estivemos com a Ministra Maria do Rosário, e estamos fazendo articulações de con-

vocação e fortalecimento da rede local para dar conta dos desafios, que são muito grandes, colocados em relação a essa tema e a essa causa lá naquela cidade.

Hoje nós temos um viés da nossa ação – hoje não, desde a Declaração do Rio de Janeiro, que foi um importante documento do III Congresso Mundial de Enfrentamento à Exploração Sexual –, uma recomendação de mobilização do setor de responsabilidade social das empresas. Então, há 2 anos nós conseguimos ter uma declaração de compromisso corporativo assinado e comprometido por 140 empresas que hoje fazem parte dessa rede de proteção corporativa em relação à exploração sexual, e há um monitoramento, que vai ser lançado até julho do ano que vem, de resultado das ações dessas empresas em relação a esse tema.

Nós trabalhamos também numa linha de campanha. E, agora, a nossa ideia, a partir desse ano, entendendo que as violações são todas ligadas e que a gente precisa ter uma concepção mais orgânica do enfrentamento às violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, nós vamos lançar uma campanha guarda-chuva, onde dentro delas estejam compreendidas as chamadas para todas as formas de violação: a exploração sexual, a violência sexual, o trabalho infantil, a questão das crianças desaparecidas, de que não se tem mais notícias, e tantas outras que acontecem. E a violência sexual vai ser o carro-chefe dessa campanha e vai inaugurar essa nova fase de 2 anos, porque essas campanhas são fundamentais e elas não só esclarecem, mas como elas chamam para a importância e a responsabilidade de cada um de nós em relação a esses temas e a importância de denunciarmos, de levarmos à frente as nossas questões.

O Disque Direitos Humanos, que eu acho que vocês conhecem, é uma política pública hoje do Governo Federal e onde a ligação é gratuita, 24 horas. Eu não sei se todos já tiveram a oportunidade de conhecer as instalações do Disque. Ele faz aniversário agora, dia 10, no Dia dos Direitos Humanos. E nós convidamos a todos para a celebração dessa importante política hoje, que precisa muito ser expandida e aprimorada em relação ao monitoramento dessas denúncias que chegam, porque o Disque conseguiu se aperfeiçoar e ganhar uma excelência na recepção, classificação e encaminhamentos das denúncias. A partir de julho desse ano, as denúncias, 10 minutos depois do momento em que elas chegam, elas estão nas mãos de todos os promotores de justiça dos Estados brasileiros, mas o encaminhamento, tanto pelo Conselho Tutelar quanto pelas Promotorias e todos os agentes que estão na ponta, esse monitoramento de retorno dessas denúncias precisa de aperfeiçoamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me só fazer um pequeno aparte, porque eu acho que é importante, grande parte do nosso povo às vezes não domina bem. Eu achei interessante o que está passando na tela e quero só reforçar: o Disque 100 funciona 24 horas, gratuitamente. Qualquer denúncia é só ir ali e discar 100...

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – Discar 100 e você se comunica com... São 400 operadores em todo o Brasil que recebem essas chamadas. O Disque está todo classificado na recepção, no tratamento, no encaminhamento, na informação, no registro. É um serviço de excelência hoje que nós temos que precisa ser mais...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive, domingos e feriados. A ligação é gratuita. Eu estou reafirmando porque eu acho que reforçar... Na sua lâmina está claro. Vocês, inclusive, deram destaque em negrito: 24 horas, gratuito, qualquer denúncia de violência, exploração sexual... Enfim, é só ligar o 100.

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – Pelo número de ligações vocês podem ver que as pessoas também ligam para pedir orientação, elas também ligam para pedir informações em relação... Nós temos mapeados todos os serviços de atendimento no Brasil e podemos atender também nesse sentido. E essa é uma política que nós queremos aprimorar e desdobrar em relação ao monitoramento das denúncias quando elas chegam lá na ponta, porque, hoje, nós temos uma média só de 2% a 3% de retorno do resultado do que foi implantado nessa denúncia. Daí a importância, e faço aqui um apelo para que todos tenham essa atenção e possam nos ajudar a implementar esse monitoramento. Sem isso, não alcançamos a efetividade que pretendemos com essas denúncias.

Eu ia falar, mas acho que posso deixar em aberto, de todas as outras ações do Governo Federal focadas na proteção integral. As ações do MEC eu só vou mencionar porque o tempo já é exíguo. O Projeto Escola que Protege e o Programa Mais Educação, que está todo focado na proteção em relação a todas as formas de violência que chegam até a escola,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive o *bullying*, não é?

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – Inclusive o *bullying*. E à formação dos educadores e de toda a comunidade escolar para esse enfrentamento.

O Ministério da Saúde tem o Projeto Viva, que agora também traz a questão da exploração sexual e da violência social como uma competência da área de saúde. Hoje, há uma discussão, e estamos implemen-

tando o amadurecimento dessa discussão, de termos, dentro do Ministério da Saúde, nos CAPSi-Ads, um atendimento especial. Além dos Creas também abrir essa porta de atendimento para as crianças e suas famílias, e até, se conseguirmos evoluir para isso, o atendimento aos autores dessas violências.

O Ministério do Desenvolvimento Social tem o Creas, o Cras... Os dados ainda não estão atualizados, mas o Creas, hoje, está implantado em mais de 2.500 Municípios, o Cras já atingiu a maioria dos Municípios e também existe a direção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em que a exploração sexual é considerada a pior forma de trabalho infantil. Então, essa é a relação.

O Turismo também está muito atento e implantando essa discussão em todos os âmbitos, em todos os contextos em que acontece o turismo. Às grandes cidades, às grandes capitais em que acontece o turismo no Brasil, levam a proposta do Turismo Sustentável e Infância. Esse é o nome que eles assumiram, incorporando, dentro da proposta de turismo sustentável, o respeito às premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente como forma de realizar a sustentabilidade do turismo.

Nós temos a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que tem os centros de referências, que estão atualizados para o atendimento. Os Centros de Referência às Mulheres estão prontos para atender a meninas vítimas de violência sexual. E o Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esses centros de referência estão instalados...

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – Nas capitais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nas capitais

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – Estão sendo implantados. Os centros de referência são estruturas essenciais à prevenção da violência de gênero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Alguma capital que não tenha ainda esse centro de referência deve procurar a

Secretaria...

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – A Secretaria de Políticas para as Mulheres. E essa parceria do Estado é muito importante para a realização das políticas do Governo Federal. Sem essa parceria, nossas políticas ficam muito fragilizadas, porque é lá na ponta que elas acontecem.

E o Ministério da Justiça tem os núcleos de enfrentamento e postos avançados para o enfrentamento de tráfico de pessoas. A Márcia, depois, vai falar um pouco mais da atuação da Polícia Federal no enfrentamento à pornografia infantil na Internet, da atuação

da Polícia Federal no Projeto Mapear. E os desafios que hoje assumimos para nós e que gostaríamos de compartilhar...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – ... com todos vocês é o fortalecimento dos temas transversais e relacionais. Essa é uma questão séria que hoje nós temos, raça, etnia, crianças e adolescentes com deficiência, gênero e orientação sexual, entre outros; o fortalecimento e desenvolvimento de parâmetros técnicos e metodológicos; o atendimento ao agressor; a humanização da participação da vítima no processo de responsabilização; a inclusão sócio-produtiva; a incorporação de novos segmentos de responsabilidade social – aqui na inclusão sócio-produtiva a gente chama a atenção para um trabalho que vem sendo realizado pelo Conselho Nacional da Indústria, que é o projeto ViraVida, um projeto importante que atende lá na ponta aos meninos e meninas que são vítimas da exploração sexual, embora a inclusão sócio-produtiva também esteja relacionada à relação com os setores produtivos no nosso País –; a internacionalização das redes para o enfrentamento aos crimes transnacionais; o fortalecimento das redes no período que culmina na Copa de 2014; e a mitigação dos impactos relacionados às grandes obras.

Esses são os desafios que nós trazemos para esta Comissão, dispostos, não só a dialogar, mas a colocar a mão na massa para um trabalho de solução de enfrentamento desse problema.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Dr^a Angélica Moura Goulart.

Vamos agora passar a palavra ao Coordenador do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), Vicente Faleiros.

Dr. Vicente Faleiros, com a palavra – 10 minutos com mais 5, mais 5, se for assim necessário.

O SR. VICENTE FALEIROS – Bom dia. Eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim, por esta iniciativa, e a presença dos Senadores Cristovam Buarque e Gim Argello. O Cristovam, meu colega da UnB, tem também lutado muito com a questão da violência contra a criança. O seu trabalho, na Missão Criança, tem sido referenciado. Quero saudar, também, na pessoa da Angélica, as demais pessoas aqui da Mesa.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que o Cecria se orgulha de ter participado ativamente na formatação do Disque 100, dos direitos da criança, e ter operacionado desde 2003 até 2010 o Disque Denúncia. E

se orgulha, também, de ter participado do programa Escola que Protege. Vocês podem entrar no buscador da Internet com as palavras “escola que protege” e vão encontrar um livro publicado pela Unesco, com elaboração nossa, do Cecria. Orgulha-se ainda de ter tido a Neide Castanha, que foi uma lutadora contra a exploração sexual e pelos direitos da criança, e também de ter tido a iniciativa de organizar o Plano Nacional de Enfrentamento, elaborado no ano de 2000, na cidade de Natal.

Esse Plano Nacional teve um desdobramento no Brasil todo. No *síte* da Secretaria de Direitos Humanos pode ser encontrado o Plano Nacional, no Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, que foi iniciativa da sociedade.

Fico muito feliz que o Governo tenha assumido essa política que nasceu da base, da mobilização, do movimento social.

O enfrentamento da exploração sexual surgiu dos nossos primeiros debates, seminários. A CPI de 1993, aqui neste Congresso, deu visibilidade a essa questão, que é muito complexa. E, para entender esse fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes, é necessário considerar, em primeiro lugar, o mercado do sexo, pois a exploração é uma atividade fundamentalmente econômica.

O mercado do sexo é um mercado de uma barbárie terrível, porque a mercadoria é o corpo da criança, é o corpo da adolescente. Essa mercadoria é vendida e comprada nesse mercado do sexo, onde há mercantilização, comercialização de um serviço sexual que é tolerado pela sociedade. E, por isso, ao mercado do sexo está vinculada uma cultura do machismo – o machismo enraizado na nossa sociedade –, pelo qual se pode usar o corpo da mulher, principalmente, embora os meninos estejam nesse mercado, de maneira desvalorizada.

Todas as pesquisas que nós temos feito mostram que as adolescentes, crianças e os adolescentes situados nessa questão da exploração sexual são totalmente desvalorizados. A mulher perde o valor do seu corpo, perde completamente a referência, a dignidade, uma vez que ela é violada, isto é, há uma violação de direitos no mercado do sexo.

Trata-se de um mercado extremamente diversificado, porque é clandestino e está ligado a uma rede de exploração. Então, não é um mercado que tenha uma linha, uma cadeia explícita. É um mercado que envolve aliciadores, perto das escolas inclusive; que envolve, muitas vezes, taxistas – e não estou acusando os taxistas, porque há taxistas que são contra esse tipo de intermediação; que envolve agentes de turismo – não

agências, mas agentes de turismo; que envolve pessoas presentes, gestores – alguns gestores – de hotéis.

E vejam: nós não podemos caracterizar a rede como se fosse uma rede da maldade de instituições, mas é uma rede clandestina de agenciadores presentes em hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes, vendedores de produtos nas praias; uma rede que envolve agentes de turismo náutico, inclusive de barcos.

É um mercado que está, então, nessa rede clandestina. Por isso, é muito difícil o trabalho de identificação desses pontos. No entanto, a Polícia Rodoviária Federal tem feito um trabalho excelente de identificação desses pontos nas rodovias federais.

Mas qual é o tipo de vítima dessa rede?

Essas vítimas, na sua maioria, são adolescentes de 12 a 17 anos, mulheres, bem como meninos e adolescentes do sexo masculino, evidentemente, que também estão envolvidos; estão vinculados a situação de pobreza; são, na maioria, negras, e também sem escolaridade. Todas as pesquisas mostram que as vítimas de exploração sexual têm baixíssima escolaridade. Então, são frutos do descaso do Estado e da violência na família, porque a maioria dessas adolescentes exploradas sexualmente sofreu violência dentro de casa, violência física. Vocês puderam ver nos dados apresentados pela Angélica que a maioria das denúncias é de negligência. Então, a violência dentro de casa começa pela negligência. Depois é a violência física. Muitas dessas adolescentes vão para a rua para fugir de uma violência e encontram outra violência, inclusive de policiais, nas ruas, porque várias pesquisas têm mostrado que elas sofrem violência dentro de casa, a violência do chamado cliente da prostituição e a violência também da polícia, porque essas meninas são desvalorizadas no seu corpo. Então, o impacto da violência da exploração sexual sobre essas adolescentes reduz a autoestima de uma maneira brutal.

Então, há uma situação de violência social da pobreza, uma violência de gênero e uma violência de discriminação. Além disso, na rua, há a violência do tráfico. A dificuldade de trabalhar com essas adolescentes – isso a gente viu aqui em Brasília, na experiência do Cecria, inclusive do GirAção, que é um projeto que trabalha com crianças e adolescentes de rua – é a presença do tráfico da droga, do uso de drogas por essas adolescentes. Então vocês podem observar que é uma situação de barbárie social, e que usa ainda a fragilização das populações indígenas para se aproveitar dessa situação para a violência sexual.

Bem, por outro lado, para encerrar, a rede de proteção tem sido ativada pelo Comitê Nacional, pelo Ministério Público, por delegacias, pela Polícia Federal, mas essa articulação é ainda insuficiente, porque

é necessário, em primeiro lugar, uma campanha para mudar a cultura machista desta sociedade, implementar o respeito às crianças e adolescentes no seu desenvolvimento, nos seus direitos sexuais reprodutivos, e trabalhar a prevenção. A prevenção é o caminho, tomado inclusive pelo Governo Federal, no sentido de atuar naquelas situações que são mais dramáticas. Nós, da sociedade, alertamos, e o Governo assumiu a questão da Copa, que é uma situação propícia à exploração sexual, a situação das grandes obras, as represas, onde há muitos homens aglutinados, a situação de garimpos, a situação de fronteiras. Então, as nossas pesquisas já descobriram esses pontos, digamos assim, de maior fragilidade dessas crianças e adolescentes, mas é preciso fortalecer a escola, o acesso à escolaridade, e a educação e também a política de renda para as famílias – essa política de emprego, de renda, de cuidado, inclusive mais detalhado nos territórios, dessas famílias onde as crianças vêm sofrendo violência – e a repressão, evidentemente, forte ao tráfico de drogas, principalmente nessas situações mais próximas da exploração sexual, porque o tráfico é invisível, também é muito difícil identificar. E o cerco econômico aos traficantes, acompanhado da responsabilização daqueles que atingem as crianças...

E também trabalhar no sentido de que se termine a impunidade daqueles que usam desses mecanismos, porque, na exploração sexual está envolvida também a classe dominante. Estão envolvidos juizes, legisladores, até pessoas vinculadas aos cleros, aos pastores.

Então, é necessário que a sociedade denuncie essas situações no Disque 100 ou na delegacia, ou no Conselho Tutelar, para que essa rede seja desmontada. E que também haja a prevenção e o tratamento de agressores dessa situação, porque a liberdade sexual é fundamental. Está garantida na nossa sociedade, mas não contra crianças e adolescentes, que têm o direito ao respeito à sua integridade física e psicológica. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Vicente Faleiros, Coordenador do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), que faz denúncias gravíssimas.

Participei, sob a coordenação do Senador Magno Malta, da CPI da Pedofilia. São impressionantes os vídeos que acabei vendo. Ele mostrou, inclusive, numa oportunidade, para o Presidente Lula.

E você está coberto de razão: essa rede envolve todo tipo de gente. Digo tipo já como uma forma meio pejorativa, inclusive do primeiro escalão da sociedade.

A Dr^a Angélica, aqui, confirma.

Isso é da maior gravidade. Eu até tentei localizar o Senador Magno Malta, porque o depoimento dele seria importante nesta audiência no dia de hoje. Mas ele estava vendo se conseguia contornar suas agendas para vir aqui.

Vamos passar a palavra agora à Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, Departamento da Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Justiça, Dr^a Márcia Freitas Vieira.

A SR^a MÁRCIA FREITAS VIEIRA – Bom dia a todos e a todas.

Queria agradecer o convite do Senador Paulo Paim para que pudéssemos estar aqui também. Para a Polícia Rodoviária Federal é uma prioridade. Estão nas suas diretrizes, nos indicadores e metas do Departamento, a prevenção e o enfrentamento às violações aos direitos humanos.

E eu queria apenas, com essa imagem, colocar a importância do engajamento dos policiais nesse enfrentamento aos crimes e às violações aos direitos humanos, porque a Polícia Rodoviária Federal hoje consegue, na sua circunscrição, atingir mais de 3.500 Municípios no País. É o órgão policial que consegue atingir o maior número de Municípios, de forma que conseguimos, então, atingir também e combater um grande número de ilícitos.

O Brasil é um país de modal rodoviário, onde mais de 70% das riquezas dos insumos passam pelas rodovias federais, de tudo que é produzido no País. E junto com o que passa de riquezas também passam nas nossas rodovias crimes, criminosos, e a Polícia tem-se especializado para combater essa diversidade, esse dinamismo das organizações criminosas.

O Projeto Mapear é desenvolvido pela Polícia Rodoviária Federal há 10 anos e consiste num levantamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais. É um projeto que dota as atividades da Polícia de um caráter preventivo e visa também a subsidiar a implementação de diversas políticas públicas, inclusive em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, com o MEC, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Justiça, entre outros.

É importante frisar que o projeto consiste no levantamento dos pontos vulneráveis, porque esses pontos são locais que reúnem uma série de características que o tornam suscetível à exploração. *Não são pontos de efetiva exploração. Quando eu digo que, no último levantamento, a Polícia Rodoviária Federal mapeou 1.776 pontos vulneráveis, isso não quer dizer que nos 1.776 pontos existe confirmada exploração sexual de crianças e adolescentes. Mas são pontos que reúnem uma série de características, como iluminação, falta de

vigilância privada, prostituição de adultos, consumo de bebida alcoólica, entre outros, que tornam aquele local suscetível a futura ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Vou passar rapidamente sobre o histórico do projeto. Ele iniciou em 2003, quando o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes se tornou uma prioridade do Governo Federal. A essa altura, a Polícia Rodoviária Federal já desenvolvia atividades de capacitação, prevenção, levantamentos de inteligência e de repressão aos crimes. E, com vistas a incrementar as ações preventivas e subsidiar as ações repressivas da Polícia, criou o Projeto Mapear.

Inicialmente, ele foi utilizado apenas no planejamento das operações de repressão da própria Polícia e foi feito um relatório e entregue ao Ministro da Justiça. Em seguida, a cada 2 anos, a Polícia Rodoviária Federal passa a atualizar esse diagnóstico e ampliar a sua rede de parceiros e colaboradores, de modo que o trabalho pudesse ter mais consistência, mais credibilidade, bases científicas, metodológicas, e pudesse, então, ser amplamente disseminado, de modo a permitir melhor a articulação da rede de garantidores de direitos.

Em 2007, foi quando houve a maior repercussão, quando o Projeto deixou de ser um Projeto de dentro do Ministério da Justiça e passou a ser conhecido efetivamente pelo Governo Federal, especialmente pelo apoio da Organização Internacional do Trabalho e da Secretaria de Direitos Humanos. Foi nesse ano que foi confeccionada a primeira publicação com georreferenciamento dos pontos para que pudéssemos visualizar quais são os locais e onde estão, ao longo das rodovias federais, os locais vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, o que permitiu uma articulação melhor com os parceiros, Conselhos Tutelares, Secretaria de Direitos Humanos, Creas, Cras, para que tivéssemos em mente aqueles locais que são mais suscetíveis. Então precisamos fortalecer as ações preventivas para que não tenham que ser desenvolvidas mais operações repressivas, depois que o crime já estivesse acontecendo.

Em 2009, o Projeto Mapear percebe que, sozinha, a Polícia não tinha como expandir o resultado desse trabalho preventivo e estabelece parcerias multissetoriais. A partir daí, então, a Secretaria de Direitos Humanos passa a fazer parte efetivamente do Projeto, a Organização Internacional do Trabalho e a Organização Não Governamental Childhood Brasil.

Nesse ano, foi estabelecida uma nova metodologia, foram desenvolvidos critérios para o mapeamento, para que pudéssemos ter um diagnóstico mais preciso. Além disso, foi adequado o relatório do mapeamento

à matriz, ao banco de dados da Secretaria de Direitos Humanos, porque tínhamos dados que não se comunicavam. Então, foi um passo bem importante para a utilização dos dados em subsídio a políticas públicas. No ano de 2009, quando se desenvolveu uma nova metodologia, a PRF, junto com esses parceiros multisetoriais, criou um grupo de trabalho para desenvolver indicadores do Projeto. Houve a participação de uma gerenciadora de risco, com vistas a tornar o método replicável, objetivo, científico e replicável, para que a gente pudesse, como hoje, 3 anos depois, começar a transferir a metodologia do mapeamento para as polícias militares dos Estados e outras polícias.

Para definir os critérios do mapeamento, fizemos duas pesquisas, uma, com caminhoneiro, através da ONG Childhood, que já tinha parcerias com diversas empresas do setor de transporte e carga. Os caminhoneiros responderam a um questionário aberto indicando algum lugar, nas rodovias federais, onde eles já tivessem presenciado efetivamente situações de exploração sexual de crianças e adolescentes. Foram colhidos 600 formulários respondidos pelos caminhoneiros ao longo do País, e, destes 600 questionários, foram selecionados os dez pontos que mais foram lembrados pelos caminhoneiros como pontos de efetiva exploração sexual de crianças e adolescentes. Esses dez pontos que chamamos ao longo da pesquisa de Top Dez, Top Ten, foram confirmados pelo setor de inteligência da Polícia Rodoviária Federal, de modo que as características apontadas pelos caminhoneiros pudessem ser ratificadas pelos agentes de inteligência da Polícia.

Isso foi extremamente importante porque, a partir das características dos pontos de efetiva ocorrência de exploração sexual, podíamos dizer, então, que os pontos onde não acontecia exploração sexual mas que reúnem a totalidade ou a maioria daquelas características eram pontos vulneráveis à exploração. Então, a partir daí, foi definido um questionário a ser respondido pelos policiais operacionais ao longo dos quase 70 mil quilômetros de rodovias federais, questionário de forma objetiva, para que não fique discricionário de cada policial achar que o ponto é vulnerável, achar que aquela característica torna o ponto vulnerável.

Então, a partir dessas respostas objetivas, o sistema calcula um score, uma pontuação, e subdivide os pontos em níveis de risco: em crítico, alto, médio e baixo risco. O que esses níveis de risco traduzem? Traduzem que, se um ponto é crítico, é porque ele reúne todas as características de um ponto de efetiva exploração, apenas não foi comprovada a exploração sexual de crianças e adolescentes durante aquele monitoramento. O ponto de alto risco é um ponto que reúne

muitas das características e, aí, você vai diminuindo o grau de vulnerabilidade daquele ponto.

Essa estratégia foi importante por permitir o melhor direcionamento das ações preventivas, repressivas e das políticas públicas a serem desenvolvidas.

Logo no início, já coloquei essa diferença, de que os pontos vulneráveis não são pontos de efetiva exploração sexual. Então, não são pontos confirmados de exploração sexual, são pontos que reúnem características que os tornam suscetíveis à exploração. Por isso, precisamos ter atenção do Governo e da sociedade civil para que aquele ponto não seja um ponto confirmado.

E o que nós podemos retirar depois de 10 anos de acompanhamento e diagnóstico das rodovias federais? Hoje, os números marcados em vermelho fazem uma comparação de 2009/2010 com 2011/2012. Nós temos, hoje, uma estabilização da quantidade de pontos vulneráveis nas rodovias federais, o que encaramos de forma positiva, porque aumentaram os quilômetros de rodovia, a malha rodoviária federal do País aumentou, a circulação de veículos aumentou nesses 10 anos, a quantidade de estabelecimentos ao longo das rodovias também aumentou muito, e a quantidade de pontos vulneráveis está estabilizada: dentro de uma margem de erro de 5%, ela permanece estabilizada nos últimos 6 anos.

E, positivamente, houve uma redução de quase 12% da quantidade de pontos classificados em nível crítico. O que isso significa? Que não só o trabalho repressivo da Polícia, como também o engajamento da sociedade civil e a implementação de políticas públicas nesses locais fizeram com que os proprietários dos estabelecimentos conseguissem ter consciência e alterar a característica de seu estabelecimento.

(Soa a campanha.)

A SR^a MÁRCIA FREITAS VIEIRA – Então, se você chega para um proprietário de um posto de combustível e diz a ele que o ponto dele, o estabelecimento dele é crítico, extremamente vulnerável à exploração sexual, porque reúne uma série de características, ele passa a desenvolver ações e mudar o comportamento empresarial para que reduza o grau de criticidade de seu ponto, do seu estabelecimento.

A Polícia Rodoviária Federal, a cada 2 anos, faz esse diagnóstico preventivo. E, entre esses 2 anos, a Coordenação de Inteligência checa os pontos para verificar se alguns deles se transformaram efetivamente em pontos de ocorrência de exploração sexual.

Em novembro de 2011, nessa recheagem, dos 1.823 pontos à época mapeados, 37 pontos foram confirmados, migraram de ponto vulnerável para ponto de efetiva exploração. E, somente na Operação Anjo

do Sol, em novembro de 2011, 53 crianças e adolescentes foram resgatados e retirados da condição de vulnerabilidade. Então, o trabalho não fica só na seara preventiva. A Polícia continua monitorando os pontos e reprimindo quando percebe que houve a mudança daquele ponto de vulnerável para ponto de efetiva exploração sexual.

Aqui são os dados históricos que a Polícia tem para apresentar, em cada biênio, o número de pontos mapeados. Eu chamo a atenção: a partir de 2007, a gente passa a ter uma metodologia com critérios objetivos, então, não é que houve um aumento muito grande, na verdade, houve um aprimoramento na coleta dos dados. E, desde então, temos dados, como já falei, estabilizados.

Na segunda tabela, temos um número grandioso e triste, que mostra que, nos últimos 7 anos, a Polícia Rodoviária Federal já retirou cerca de 3.500 crianças de situação de risco e vulnerabilidade nas rodovias federais. É um número triste, porque denota um percentual da quantidade de crianças que ainda são exploradas em nossas rodovias, em nosso País, mas, para a instituição, também reflete o engajamento da instituição, a sensibilização dos policiais para o tema e o enfrentamento efetivo desse crime bárbaro que ainda acontece também nas rodovias federais brasileiras.

Essa tabela, nós temos como disponibilizá-la posteriormente, se houver interesse, e ela traz o comparativo de 2009/2010 com 2011/2012, dos pontos por Estado, dos pontos separados por nível crítico, alto risco, médio e baixo risco e o percentual total.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que é que daria para dizer... Só uma pergunta: aumentou? Diminuiu? Está piorando? Está melhorando? Qual é a análise?

A SRª MÁRCIA FREITAS VIEIRA – Na verdade, o que nós temos é uma estabilização dos pontos nas rodovias federais. Nós últimos 6 anos, praticamente, a variação é menor do que 5% de pontos; nos últimos 4, um aumento; nos últimos 2 anos, uma redução pequena. O significativo eu acredito ser essa redução do nível de pontos críticos. Então, os pontos mais críticos reduziram-se em quase 12%. Então, nós temos, hoje, pontos que reúnem menos características de vulnerabilidade. E o que a gente pode perceber também, hoje, é que existe uma distribuição dos pontos ao longo do País. Nas rodovias federais, não só na Região Norte e Nordeste, nós temos uma distribuição, uma pulverização de pontos, ao longo das rodovias, com características que os tornam suscetíveis à exploração sexual. Algumas pequenas reduções, na Região Sul e Sudeste, e, no Nordeste, uma significativa, e um aumento significativo na Região Norte. Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o que a Drª Angélica me dizia, que ela estava muito preocupada com a Região Norte.

A SRª MÁRCIA FREITAS VIEIRA – Na verdade, esses números são absolutos. Na publicação – eu trouxe alguns exemplares também ...

(Soa a campanha.)

A SRª MÁRCIA FREITAS VIEIRA – ... nós temos a análise também nos números relativos, das características. E a Polícia espera que, na publicação de 2014, estejam associados esses dados com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, para que a gente possa inter-relacionar com o Índice de Desenvolvimento Humano e com miséria e pobreza, para a gente fazer uma correlação.

Bom, acabei a tempo de não tomar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A SRª MÁRCIA FREITAS VIEIRA – ... espaço. E a Polícia Rodoviária Federal está à disposição no e-mail direitoshumanos@dprf.gov.br para dúvidas e o que mais precisar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Drª Márcia Freitas Vieira, que é Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, Departamento da Polícia Rodoviária Federal. Meus cumprimentos a todos os profissionais da Polícia Rodoviária Federal, que vêm fazendo um trabalho, na minha avaliação, belíssimo, mas que poderia melhorar ainda mais, com mais estrutura e com mais valorização desses profissionais. Eu tenho amigos que trabalham na Polícia Rodoviária Federal e que mostram toda a angústia e o quanto eles poderiam fazer com uma estrutura ainda maior. E as informações da Márcia complementam as da Drª Angélica, que, quando você falava, ela dizia que estava muito preocupada com essa situação da Região Norte.

Passamos a palavra para nossa última painelistista desta Mesa, Drª Marise Pinheiro Abrantes, psicóloga clínica, estudiosa do tema.

A SRª MARISE PINHEIRO ABRANTES – Bom dia a todos!

Queria também agradecer o convite do Senador Paulo Paim com sua equipe. Quando aceitei o convite, fiquei me perguntando qual viés que eu poderia trazer em relação a esta exposição na questão clínica. Eu sou psicóloga clínica, no entanto, eu atendo especificamente adultos jovens, adultos e idosos; e tenho também formação como neuropsicóloga, na subespecialização em idosos com neurodegeneração cerebral. Por que estou aqui, já que são crianças e adolescentes? Justamente pelo fato de que, nos consultórios clíni-

cos, há atendimento para crianças e adolescentes e também para adultos. Essas crianças que sobrevivem seguiram em frente; no entanto, quando chegam à idade adulta, estão sem recursos, as repercussões são bem grandes e chegam aos consultórios, então, a gente acaba atendendo o adulto.

Então, com isso, estou aqui e vamos fazer uma exposição um pouco diferente, porque esse assunto vai, na minha cabeça, desde a questão simbólica, que eu vou colocar mais como abuso sexual do que como uma coisa macro, mas uma coisa mais especificamente de duas figuras.

Então, vou começar na questão simbólica, até a questão que é especificamente da neurociência. Vai ser um caminho que vou fazer rapidamente entre a simbologia e a neurociência, nesse assunto de abuso sexual.

Vamos começar pela simbologia.

Na simbologia, eu tenho que trazer aquilo que é bem característico na formação da psicologia da criança. E esse é o conto Os Três Porquinhos, que está bastante relacionado à dinâmica da proteção da criança em relação ao abuso. Então, quando a gente fala de Os Três Porquinhos, a gente lembra que há a primeira casa, de palha, que foi construída por um deles; a segunda, que é de madeira; e a terceira, finalmente, que é de tijolo, e essa, sim, protege todos os porquinhos do grande vilão, que é o Lobo Mau.

Aqui nós estamos caracterizando o Lobo Mau como o grande abusador da história. Aí está a situação em que o Lobo Mau, uma figura maior de poder, como o professor disse, é a figura abusadora, e a figura menor é a vítima. E essa é a situação que normalmente a gente encontra.

O abusador costuma não ter cara, não ter uma característica, um diagnóstico como abusador. Nós temos algumas informações: normalmente, são homens, pessoas que estão próximas a crianças e adolescentes, basicamente são figuras conhecidas da criança, mas não se sabe como, porque ele pode estar em qualquer situação familiar ou institucional, e não tem cara; ele pode estar em qualquer contexto.

Como a gente localiza esse abusador? Apenas pela sua história. Normalmente, a história do abusador é uma história de privação, é também uma história de situação difícil de vida, e ele tem uma questão social e familiar muito degradada. Dessa forma, a gente consegue localizar o possível abusador.

Já a vítima, que seria criança ou adolescente, também não tem. São todas vulneráveis, mas não têm uma coisa específica relacionadas a quais vão ser a... Como é uma criança diagnosticada para o abuso? Não existe também. Mas existem as situações de risco, em que as crianças passam a ser abusadas,

e essas situações normalmente estão colocadas nos seus ambientes. A criança que está em um ambiente frágil vai apresentar-se vulnerável, ela vai ter uma vulnerabilidade, vai ter uma autoestima baixa, vai ser mais retraída. Então, ela, sim, vai ser uma boa presa para a questão do abuso.

Normalmente, essas duas figuras... O abusador, ele não chega ao consultório. Eles são encaminhados mais para questões jurídicas, questões forenses, mas ao consultório ele não chega para tratamento. Então, ele está mais na linha jurídica do que na linha clínica, pelo menos o abusador primário.

Já a vítima, com o impacto que ela tem em relação ao abuso, vai para os consultórios, ela é levada para os consultórios ou quando criança, através dos pais, ou quando continua a vida, transforma-se em adulta e, aí, fica como uma potencial perpetradora do abuso, que é quando ela está adulta e, muitas vezes, pode perpetuar esse processo.

Então, aí, é algo que preocupa, porque a criança já possui o impacto pelo abuso e, quando há intervenção de crise na questão da criança, ela também sofre outro impacto. Daí a nossa responsabilidade de lidar com essa intervenção, porque vai ser tudo novo também para ela. E esse tudo novo também é impactante na vida emocional da criança.

Mas, de tudo isso, esse impacto secundário da intervenção ainda é melhor, ainda tem um prognóstico melhor do que simplesmente deixar, como vemos acontecer também muitas vezes, essa situação, que é de silêncio velado, e a coisa caminha e se perpetua através da ignorância de uma família.

Há muita coisa para verificarmos, mas o ponto básico que eu gostaria de passar aqui, em termos de tratamento – não vou colocar como tratamento familiar, porque isso exige uma série de coisas –, especificamente com a pessoa que é abusada, ela tem uma situação, e eu gostaria agora de passar para a linha da neurociência. Como isso acontece? Como é que está acontecendo dentro da criança e do adolescente o momento do abuso?

No momento do abuso, no cérebro, aqui é o sistema chamado sistema límbico. Ele fica totalmente ativado numa questão do abuso. Como estamos chamando aqui de ferir a dignidade, de ferir toda a autoestima da pessoa, dentro dela está acontecendo uma coisa, que é a hiperativação dessa região aqui. Essa hiperativação, dependendo da idade da criança, provoca um estrago futuro na vida da pessoa.

Então, o que estamos querendo com o tratamento? Na verdade, eu queria falar um pouco sobre onde é que está o início dessa questão do abuso. Geralmente, são pessoas masculinas, em relação a figuras de crian-

ças e adolescentes, mas como eles adquiriram isso, se eles são homens, e, normalmente, as vítimas são mulheres? Como é que acontece isso, se são homens, como ele conseguiu, se ele é homem, ser o abusador?

E a coisa está justamente aqui. No início, as mães que têm as dificuldades em cuidar de seus filhos, existe um início crítico: de 0 a 1 ano de idade, quando se forma essa região do cérebro. E essa região do cérebro é que controla toda essa outra região emocional. Então, quando a mãe está amamentando seus filhos e tem o vínculo, que a gente chama de apego, no momento em que ela está com a criança, isso é crucial para a proteção da criança em suas vidas.

(Soa a campanha.)

A SR^a MARISE PINHEIRO ABRANTES – E quando esse vínculo entre mãe e criança está frágil, não necessariamente porque a mãe tem as suas dificuldades – ela pode ser uma pessoa que não tenha informação ou pode ter imaturidade; mãe e pai, neste momento –, então, o que a gente costuma verificar?

Esse momento de 0 a 1 ano é importantíssimo para a criança e cria uma neuroproteção na criança, que, ali na frente, ela vai poder utilizar. E essa neuroproteção a gente chama de vínculo. É o vínculo que vai formar a criança e que certamente vai evitar essa situação. Quando ela tem o vínculo com a mãe, ela forma sua parte cerebral e não tem como ser abusada de uma forma muito... Ela tem como se proteger, vamos dizer assim. O vínculo é uma característica de proteção, uma característica de segurança e é uma característica que nutre a criança para, no futuro, ela ter autoestima e recusar um possível abusador. E é justamente aquela casa construída de tijolos que ela vai tendo ao redor dela.

Mas, quando chega o abuso – o abuso, nessa linha aqui, está superativado –, quando não há o vínculo, essa região fica diminuída, e todo esse processo de massa cinzenta fica diminuído, porque essa hiperativação aqui acarreta um excesso de energia e aqui começa a haver uma perda de conexão. Essa região aqui é que coordena essa outra aqui. Se aqui há perda de conexão, então, esta região aqui vai ficar totalmente hiperativada; e é quando as pessoas ficam em estado de transtorno de estresse pós-traumático. As pessoas crescem com hipervigilâncias, ou com todos os sintomas de fobia, de depressão, transtornos de alimentação. Tudo é possível em função dessa falta do vínculo, e aqui não foi desenvolvida essa parte cerebral. Normalmente, quando a criança está em abuso, a parte que fica menos desenvolvida do cérebro, chamado cérebro esquerdo, fica pouco ativada; enquanto isso, a parte direita, que é bastante emocional, fica

muito ativada. Daí, ela ser muito propensa ao estresse: qualquer estresse a mais, ela vai responder de forma cumulativa na vida daquela criança.

Então, a nossa proposta clínica... Hoje em dia, os psicólogos clínicos estão atuando nesse nível. As terapias estão atuando exatamente nesse nível do vínculo para que isso aqui seja reparado de alguma forma.

Em relação à memória. Quando a criança é abusada ela fica com uma memória desse abuso. Só que essa memória fica disfuncional no cérebro, fica armazenada de uma forma, numa rede, ela fica como se fosse o presente. Ela não é assimilada, não é processada pelo cérebro como são as outras memórias. Ela fica ali. Cada vez que ela entrar em contato com uma situação desencadeante ela revive aquilo como se fosse o presente.

(Soa a campanha.)

A SR^a MARISE PINHEIRO ABRANTES – As nossas atuações clínicas acreditam na neuroplasticidade do cérebro. O que quer dizer isso? Que para aquelas memórias que ficaram lá retidas ou para aquele processo cerebral que ficou diminuído na criança, há uma possibilidade de alguma recuperação através da neuroplasticidade, ou seja, fazendo outras conexões sinápticas, através de procedimentos clínicos. Com isso, a criança, o adolescente e até o mesmo o adulto podem seguir em frente com novos aprendizados, novas vivências. Essas vivências podem ser mais assimiladas de forma positiva, já que as vivências que ela teve sempre foram negativas.

O nosso trabalho, normalmente, vem com um dos aspectos, uma abordagem chamada de EMDR. Existe no Brasil, hoje. Brasília sedia esse procedimento. Muitos clínicos aqui em Brasília já atuam com essa abordagem. É uma abordagem que é muito importante para a criança porque, quanto mais cedo houver uma intervenção, menos impacto na sua vida, nas relações de um modo geral. Esse EMDR é a tradução de dessensibilização e reprocessamento através de movimentos bilaterais. É uma abordagem que estimula o cérebro de uma forma que essas regiões que estão afetadas na questão do trauma, da vivência traumática, podem fazer novas redes – isso aqui é uma rede. Quando o trabalho do EMDR é feito, aqui, essas redes se transformam. Sobre isso já há estudos comprovados, através de ressonância magnética funcional, da mudança de uma rede depois de um trabalho psicoterápico através desse tipo de abordagem clínica. Então, isso aí passa a ser um fator muito importante pelo qual a gente pode já estar atuando na questão da casa de tijolo para a criança.

Junto com o EMDR há também experiência somática, que é também uma nova abordagem que vai trabalhar exatamente naquele vínculo e também atuando neurofisiologicamente na pessoa.

O Neurofeedback, também uma questão nova, é o treinamento do cérebro para as pessoas que estão com essas dificuldades. Todas essas situações podem estar inseridas nos contextos de tratamento de psicodinâmicas, como psicodrama, *gestalt*, psicanálise, análise, em abordagem familiar, grupal e também terapia cognitivo-comportamental. Todas essas intervenções são positivas em todos os setores de uma clínica para que a gente possa firmar para a criança, para o adolescente e para o adulto a sua casa com muito tijolo, a fim de que ela possa ter proteção em relação aos abusos e, ainda, poder cantar, dançar e seguir com suas questões positivas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Essa foi a Dr^a Marise Pinheiro Abrantes, psicóloga clínica.

Achei interessante, ali, como psicóloga, essa questão da história dos Três Porquinhos e do Lobo Mau, que tem uma simbologia de fato. E o agressor da criança na exploração sexual é muito bem mostrado pelo trabalho da senhora, nessa questão da história, do quanto que prejudica a criança em todo sentido, e naturalmente, quando adulto, vai ter que fazer um tratamento rigoroso para tentar recuperar em parte, porque, totalmente, acho que não recupera nunca mais da agressão.

A SR^a MARISE PINHEIRO ABRANTES – Dependendo da época em que houve a agressão – quanto mais cedo é mais difícil –; o período, se foi crônico, se foram poucas vezes ou se houve um período crônico, isso também vai interferir no prognóstico. Mas, de um modo geral, se a criança tem... quanto mais cedo, mais difícil, porque há o impacto neurológico, estrutural, embora, com as abordagens que coloquei aqui, nós possamos, ainda, fazer alguma coisa em relação à neuroplasticidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, meus cumprimentos.

A TV Senado tem um vídeo que fala sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes e que tínhamos a intenção de passar na abertura, mas, como fizemos a homenagem ao Niemeyer, vamos passar, agora, no encerramento.

Peço que o vídeo produzido pela TV Senado sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes seja, então, colocado nesse momento.

Acho que as contribuições foram excelentes, de todos os nossos painelistas. É um tema em que vamos

continuar, naturalmente, lutando, infelizmente, ao longo das nossas vidas. Vamos tentar sempre ir à busca de diminuir, mas eliminar é quase... É um mal tão grande – claro, muito mais grave – como a corrupção. Nós combatemos a corrupção, mas nunca acreditamos que vamos eliminar totalmente. E essa agressão, feita às nossas crianças, temos que combater dia e noite, na busca...

Pode falar.

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – Mas a importância do combate, do enfrentamento, dessa posição de vocês é porque, cada vez mais, vamos inibindo esse tipo de comportamento, então, quero deixar uma mensagem de esperança, no sentido de que é possível fazer esse enfrentamento.

Acho que o Prof. Vicente falou muito bem no sentido de que começou lá em 1993, com a primeira CPI, que chamou a atenção deste País para esse problema, com o movimento da sociedade civil, que conseguiu, por meio de um esforço muito grande, construir uma alternativa que hoje é política pública, e com esse importante posicionamento de vocês, aqui com a CPI do Senado, tido isso acho que vai construindo caminhos para enfrentarmos, para diminuir e inibir esse tipo de absurdo, de violação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Angélica, corretíssima a sua afirmação.

Vamos ver um pouco do especial, então, produzido pela TV Senado.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns! (*Palmas.*) Meus cumprimentos à TV Senado, mais uma vez, pelo brilhante trabalho, que ilustrou com muita competência esta nossa audiência.

Eu me lembro de que eu fazia parte dessa CPMI e me lembro também de que a hoje Ministra Maria do Rosário e a nossa querida Patrícia Saboya Gomes, Senadora, numa oportunidade, chamaram-me a esta sala e apresentaram-me o resultado das viagens que elas fizeram pelo Brasil. À medida que elas falavam – elas devem estar assistindo, neste momento, à TV Senado –, eu via que as lágrimas rolavam dos olhos das duas devido à gravidade dos fatos. Foi uma audiência fechada.

Essa situação é triste, mas, ao mesmo tempo, como você falou, nos coloca em estado de alerta para fazer o bom combate contra esses bandidos, homens e até mulheres que podam toda a possibilidade real de essas crianças poderem ter uma vida com dignidade, com liberdade e constituir normalmente suas famílias

sem passar, devido às agressões, por um tratamento psicológico e muito mais do que isso.

Há algumas histórias tristes que mostram – vocês podem confirmar isso, porque eu vou dar 3 minutos a cada um para as considerações finais – que, infelizmente, muitos dos abusadores de hoje dizem que foram abusados quando eram crianças. Esses relatos também nos chegam à Comissão. É claro que isso não é justificativa, mas é fato e é real. Essa situação transforma uma criança da melhor índole, infelizmente, amanhã ou depois, até mesmo em torturador. É lamentável isso!

Eu quero render, na verdade, as minhas homenagens, pelo belíssimo trabalho feito, à minha querida amiga e ex-Senadora Patrícia Saboya Gomes, que hoje não é mais Senadora, mas dedicou o seu mandato principalmente à luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes; e também à minha querida amiga, hoje Ministra, Maria do Rosário, que me deu satisfação ao fazer a apresentação de um livro que lancei sobre o primeiro ano de trabalho desta Comissão. Todos que leram – nós imprimimos em torno de 4 mil ou 5 mil livros – elogiaram a clareza da apresentação da nossa querida Deputada Federal e hoje Ministra Maria do Rosário.

Neste momento, eu vou dar 3 minutos para cada um dos nossos convidados para as suas considerações finais, a fim de que possamos terminar a nossa audiência, como eu havia pedido, ao meio-dia.

Agora, nós vamos inverter. A primeira a usar a palavra é a psicóloga clínica Dr^a Marise Pinheiro Abrantes, para os seus 3 minutos.

A SR^a MARISE PINHEIRO ABRANTES – Uma coisa que nós percebemos muito na clínica são as dificuldades que um casal, com seu filho pequeno, tem na hora de fazer a sua formação. Normalmente, as famílias, hoje em dia, estão descontinuadas e, com isso, as informações não passam de geração para geração. E as dificuldades que um casal jovem, com seus filhos, tem na criação é um dos fatores que preocupam a gente, quanto ao acesso à informação e, mesmo quando se tem a informação, ainda há uma carga cultural que impede o acesso, por exemplo, a uma formação da sexualidade de forma completamente construtiva, tanto para o homem quanto para a mulher. Com isso, pode ser ainda, nesse fator, a prevenção para a criança, porque a mãe ou o pai que estão cuidando de uma criança, se eles estão bem nesse setor de vida, eles ficam tranquilos também com relação à criança, e a protegem e a nutrem e dão segurança a essa criança. Quando isso está falho, é possível que a criança venha a sofrer as consequências com relação a isso. Aí a família tende a entrar em um silêncio, e a criança e o

adolescente seguem perpetuando isso em suas vidas e tendo seus estragos, e possível também será sua vitimização ou mesmo será agressor também. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a psicóloga clínica, Dr^a Marise Pinheiro Abrantes. Nossos cumprimentos e muito obrigado pela bela contribuição que deu a este debate. Eu insisto em dizer que é uma luta permanente. É um bom combate que nós vamos continuar a fazer.

Passo a palavra agora à Dr^a Márcia Freitas Vieira, Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal.

A SR^a MÁRCIA FREITAS VIEIRA – O que eu vejo, o que nós vemos hoje, não só na Polícia, mas em todo o Governo Federal, é que há uma união de esforços muito grande com vistas ao enfrentamento, não só da exploração sexual de crianças e adolescentes, como do trabalho escravo, do trabalho infantil, do tráfico de pessoas. É fundamental o engajamento e a atenção dados por esta Casa.

As Polícias hoje, e acho que também a Secretaria de Direitos Humanos e outros órgãos que atuam, diuturnamente, nessa frente, têm de trabalhar sempre com vista à superação – superação de uma série de dificuldades que a gente tem, seja orçamentária, estrutural, de recurso humano, de efetivo mesmo para trabalhar. Acredito que não exista nenhum desses parceiros da rede garantidora que não tenha dificuldade de efetivo; até mesmo para fazer o treinamento, a capacitação e a sensibilização, você precisa cobrir um santo e descobrir outro, porque você tira do enfrentamento a entorpecente, a crime organizado, a roubo de veículos.

De fato, é uma superação que vem sendo construída ao longo dos anos. A partir do momento em que a gente encara como uma prioridade e uma diretriz, a gente precisa superar as dificuldades.

Um fator que eu acho extremamente importante é que a gente evite, que a gente busque, nesse enfrentamento, evitar a revitimização, desde a abordagem do policial até o momento da colheita de informações. A Polícia vem trabalhando, integradamente, com os Conselhos Tutelares, com a rede garantidora de direitos para que a gente busque não revitimizar a criança e o adolescente. Mas também a gente tem percebido e trabalhado em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos no sentido de evitar a revitimização...

(Soa a campanha.)

A SR^a MÁRCIA FREITAS VIEIRA – ... total da criança e do adolescente resgatados e que voltam à mesma cena e à mesma situação de risco, de vulnerabilidade e de exploração.

Então, fico muito feliz de ver, na construção do novo Plano Nacional, a mudança dessa rede de atendimento por uma rede de atenção integral que vai buscar e, com fé em Deus, vai conseguir bons resultados no atendimento, na inclusão socioeconômica e cultural dessas crianças e adolescentes, para que eles não voltem à mesma situação de onde foram resgatadas. Essa articulação é fundamental para o trabalho. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Márcia Freitas Vieira, Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal.

Passamos, agora, a palavra ao coordenador do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), Dr. Vicente Faleiros, para os 3 minutos das suas considerações finais.

O SR. VICENTE FALEIROS – Importante salientar que o Brasil e os agentes públicos e a sociedade estão aprendendo a trabalhar em rede.

O conceito de rede é fundamental para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Trabalhar em rede, em primeiro lugar, é fazer a conexão de todos os que trabalham nessa área, mas com efetividade. Efetividade significa colocar dinheiro, colocar orçamento, colocar recursos, capacitar pessoal para esse enfrentamento e trabalhar junto com um foco. E o foco é a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. A Comissão de Direitos Humanos tem acentuado esse foco e o Brasil está aprendendo também a ter uma relação política na defesa e na implementação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, porque são as crianças e os adolescentes o presente do Brasil. Eles não são o futuro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos pela sua fala, Dr. Faleiros, coordenador do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. Fico feliz com sua fala, e claro, com a fala de todos, porque aí se tira a mania, neste País, de que direitos humanos era só olhar para presídio. Então, você que trabalhava com direitos humanos era alguém que não tinha uma visão de sociedade e de mundo porque só olhava para os presídios, e os presídios continuam uma grande porcaria, uma fábrica de fazer marginal, a bem dizer, num desrespeito total aos direitos humanos.

Eu me lembro de que, logo que assumi esta Comissão...

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – E agora estão querendo levar os nossos meninos também, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – É muito grave. É muito importante a gente trazer essa situação também, porque a proposta que está sendo colocada nesta Casa de baixar a maioria penal só agrava cada vez mais essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. E nós faremos esse bom combate aqui dentro, como já fizemos há muito tempo.

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – Eu acredito. Confiamos no senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, aqui vai ser jogo duro. Com certeza, faremos tantas audiências quantas forem necessárias aqui...

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... para evitar que isso aconteça.

Mas eu digo que a primeira vez em que assumi a Comissão de Direitos Humanos, o que foi há muitos anos, porque eu estou há muito tempo na Casa, eu me lembro de que a primeira reunião de que eu fui participar o assunto era só presídio. Foi uma reunião aqui nesta sala. Eu dizia: “Tudo bem, vamos resolver os presídios, mas direitos humanos, para mim, ultrapassa a questão dos presídios.” Como disse, uma vez, o próprio Senador Cristovam, que fez esse requerimento, a Comissão de Direitos Humanos é o grande guarda-chuva da sociedade, porque aqui tratamos de todos os temas.

Então, é bom ouvir essa fala, porque isso é política de direitos humanos. Claro que temos que discutir, aprofundar e buscar soluções para a questão dos presídios, porque aquilo é um verdadeiro inferno, eu diria. O próprio Ministro da Justiça disse, há poucos dias, uma frase em que foi honesto, foi transparente. Ele disse que aquilo era o fim do mundo. Tentaram levar a fala dele como se ele tivesse dando um atestado de que não podia resolver. Ele falou a realidade, a verdade.

Eu recebi aqui uma delegação internacional que demonstrou isso. Eles fizeram uma pesquisa nos países da América Latina e a situação do Brasil é uma das piores que eles viram, do continente americano, em matéria de presídio. É uma das piores, inclusive a do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Estava lá e eles me apontaram aqui. Mas, assim mesmo, nós temos que combater, claro, essa realidade triste, cruel, dos presídios, mas não dá para, como era até um tempo atrás, achar que militante dos direitos humanos só se preocupava com bandido. Essa era a versão que tentavam passar, e não é verdade. Por isso, meus cumprimentos, também, a V. Ex^a.

Eu vou pedir para a Dr^a Angélica, em nome da nossa querida Ministra Maria do Rosário, então, que faça o encerramento da nossa audiência pública.

A SR^a ANGÉLICA MOURA GOULART – Então, Senador, eu acredito que o que foi colocado aqui por todos, e, agora, mais especialmente pelo senhor e pelo Prof. Faleiros, foi a importância de a gente ter uma rede organizada, fortalecida para o enfrentamento dessa situação. Mais organizada e mais fortalecida do que as redes de exploração comercial, sexual, que a gente sabe que existem, e que são muito organizadas, e que são muito grandes, e que envolvem vários setores da sociedade. Então, a responsabilização, tanto daqueles que praticam a violência, quanto daqueles que precisam responder pela efetivação das políticas por ela, ela precisa ser mais importante e forte.

Eu acredito que nós estamos caminhando para isso, Prof. Vicente. Agora, em outubro, dia 10 de outubro, foi assinada uma carta de constituição de estratégias nacionais para o enfrentamento de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes em quatro grandes eixos, que foi a questão do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, o trabalho infantil e o Sinase, que são os pontos críticos da violação de direitos de crianças e adolescentes no País, com a assinatura desse pacto, que é uma grande estratégia nacional, nesses quatro eixos, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, do Conselho Nacional da Defensoria Pública, e sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos, também integrando o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e o Ministério do Desenvolvimento Social.

Então, essa é uma grande articulação para dentro, que nós estamos fazendo, para fazer enfrentamento a essas situações. Eu gostaria de deixar, assim, registrada uma preocupação muito grande nossa com as regiões de fronteira. Nós precisamos organizar todas essas forças colocadas aqui, porque uma última pesquisa da Abrasp demonstra que há cidades muito vulneráveis, e nós, Senador, precisamos ter uma presença efetiva nesses lugares. Nós precisamos organizar as redes locais de proteção nesses lugares, porque as pessoas estão entregues à sua própria sorte e sofrendo todo tipo de ameaça, para que silenciem. Então, nós temos aqui registrados São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, ambas no Amazonas – que aí, quando a gente vê a rede das intervenções locais, a gente vê ainda um vazio da nossa presença nesses locais – Humaitá, quase Roraima; Paracaima, Roraima também; e Cáceres, no Mato Grosso. E ontem eu recebi uma denúncia no Ministério Público, e aí eu gostaria de deixar registrado aqui para o Senhor também, da situação do Acre, de Rio Branco, a questão da Operação Delivery, que já está acontecendo há muito tempo, mas que precisa

ser levada a cabo e serem responsabilizados todos os envolvidos nessa Operação.

Então, eu queria dizer que é uma satisfação enorme estar aqui, que nós nos colocamos à disposição sempre, a qualquer hora, para apoiar e fortalecer iniciativas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Muito obrigada a todos.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Angélica Moura Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que aqui falou em nome da Ministra Maria do Rosário.

Agradeço à Dr^a Angélica, agradeço à Dr^a Marise, agradeço ao Dr. Vicente Faleiros, à Dr^a Márcia, pela contribuição que deram para esse importante debate, e quero, também, agradecer muito à TV Senado por ter nos fornecido os dois vídeos, o vídeo que conta a história de Niemeyer, cem anos de vida, de luta, e também o vídeo sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes.

E, com essa fala e esses cumprimentos, digo que, provavelmente, hoje à tarde, pela informação que estou recebendo, não teremos sessão no Senado, em uma homenagem, mais do que justa, ao grande e inescutível arquiteto do Planeta, que está sendo velado no Palácio do Planalto, em Brasília.

Niemeyer era um homem de ideias, como ele dizia. Criativo, era um artista. Suas obras são imortais. Por isso, eu diria, por tudo que ele pensava e não só pelo que ele fazia, mas pelo que ele dizia, porque acho que o homem público tem que ser coerente no discurso e na prática, Niemeyer foi aquele homem que – vou terminar com a frase que eu coloquei no meu Twitter ontem à noite –, nunca negou as suas raízes, era um socialista de carteirinha, nunca negou, fazia o bom debate, sempre dizendo que tinha orgulho da sua história, da sua vida e que era um cidadão socialista, um comunista.

Enfim, é bonito ver que há homens que não mudam com o tempo, continuam firmes nas suas convicções. Isso não quer dizer que não aprendam ao longo da vida.

Niemeyer, parabéns por tudo que você fez por nossa gente, pelo nosso povo! Você era um militante dos direitos humanos, não só do Brasil, mas do planeta.

Como é bom saber que, no mundo, existem pessoas iguais a Niemeyer.

Esta encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 8 minutos.*)

ATA DA 79ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia dez de dezembro de dois mil e doze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: **Paulo Paim**, **Casildo Maldaner**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e senhoras Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 144 de 2012–CDH, aprovado em 3/12/2012, de autoria do Senador **Paulo Paim**, para debater “os problemas do uso do ponto eletrônico no Brasil”. Convidados: Lucienne Fontes Cenizio Couto, representante dos Pequenos Fabricantes de Equipamentos e Software para Gestão de Ponto; Raul Gottlieb, Diretor da Associação das Empresas Fabricantes de Equipamentos de Registro Eletrônico de Ponto – ABREP –, em representação ao Senhor José Roberto Dias, Diretor; Márcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS –, em substituição ao Presidente, Sussumo Honda; Juíza Valdete Severo, representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA –, em substituição ao Senhor Renato Henry Sant’anna, Presidente; Alain Mac Gregor, Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em representação ao Presidente Antônio Oliveira dos Santos; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores, em representação ao Presidente Ricardo Patah; Luis Antônio Medeiros de Araújo, Auditor Fiscal do Trabalho – representante do SINAIT –, em representação à Senhora Rosângela Rassy, Presidente; Pablo Rolim Carneiro, Analista de Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria – CNI –, em representação ao Senhor Robson Braga de Andrade, Presidente; Bernardo Rocha, Assessor Técnico da Comissão Nacional do Trabalho e Previdência Social da Confederação Nacional da Agricultura – CNA –, em representação à senhora Senadora Kátia Abreu; Joaquim Rodrigues Nascimento, Procurador do Trabalho, em representação

aos Senhores: Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT –, e Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Francisco Calasans Lacerda, Diretor de Assuntos Jurídicos da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST –, em representação ao Senhor José Calixto Ramos, Presidente; Edgar Moreira Brandão, Auditor Fiscal do Trabalho – em representação ao Ministro Carlos Daudt Brizola do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Valdir Rodrigues Silva, Diretor da SPAUT.COM; Rosângela Bastos, Diretora Social do SESCON/DF. Fazem uso da palavra os senhores Senadores **Paulo Paim**, **Casildo Maldaner**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Havendo número regimental, embora com 3 minutos de atraso, pedindo desculpas a todos, declaro aberta a 79ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a leitura da dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a colocação em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, vamos discutir a questão do ponto eletrônico.

Foram convidados aqueles que pensam de forma diferente sobre esse tema, para que façamos aqui um bom debate.

Mas, antes de falar sobre essa questão, entendo que é fundamental, na abertura dos trabalhos do dia de hoje, lembrarmos que hoje, dia 10 de dezembro, é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. No dia 10 de dezembro de 1950, casualmente o ano em que nasci – só que não nasci em 10 de dezembro, seria muita coincidência; sou de 15 de março de 1950 –, a Organização das Nações Unidas instituiu a data como Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Portanto, hoje estamos completando 62 anos de longo caminho percorrido na busca da dignidade e na melhoria da qualidade de vida de toda a humanidade.

Este dia tem como meta garantir os direitos básicos da pessoa humana nos seus mais variados aspectos: no campo da liberdade, da expressão, do respeito às diferenças, enfim, na alimentação, saúde, educação, no combate à violência e a todo tipo de preconceito.

Infelizmente, no entanto, apesar dos ganhos, dos avanços, sem sombra de dúvida, no mundo, na linha da liberdade e da democracia, e a favor da humanidade, muito ainda precisamos avançar, nos mais variados aspectos, voltados aos direitos humanos.

Portanto, temos que exigir da sociedade e das instituições uma vigilância constante, para que os direitos humanos sejam concretizados tanto no Brasil, naturalmente, como também no mundo todo. O Dia Internacional dos Direitos Humanos é apenas uma data comemorativa, mas vai muito além: é um dia em que globalmente todos devem lembrar e exigir de todos os povos e nações uma vigilância contínua e a participação coletiva na linha da defesa dos direitos humanos. Repito: democracia, liberdade, justiça, qualidade de vida.

Entendo eu que é uma data fundamental para que reassumamos os nossos compromissos com a garantia de direitos civis, políticos, sociais, ambientais, enfim, na busca da melhoria da qualidade de vida do Planeta. Que o dia de hoje seja um chamado de alerta de todos os países do mundo. Que repensem sobre a valorização da vida na sua essência e promovam o respeito a todos os direitos fundamentais do ser humano.

Vou, numa justa visão internacional, ler aqui a mensagem do Secretário-Geral da ONU para o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Diz o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon:

Todo mundo tem o direito de ser ouvido e de participar das decisões que afetam sua comunidade. Este direito está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e totalmente integrado no Direito Internacional, especialmente no art. 25 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

Ao longo do século passado [diz ele], fizemos progressos inegáveis no caminho da inclusão. No entanto, muitos grupos e pessoas enfrentam [ainda] inúmeros obstáculos. As mulheres têm o direito de votar em quase toda parte, mas permanecem extremamente sub-representadas nos Parlamentos e processos de paz, em cargos de governos e salas de reuniões corporativas e em outros lugares de decisão. [Eu acrescentaria que a violência contra a mulher, infelizmente, é fato, é concreto e é muito grave ainda em todo o mundo.]

Povos indígenas frequentemente são vítimas de discriminação que lhes nega a oportunidade

de fazer pleno uso dos seus direitos garantidos ou que não leva em conta suas circunstâncias. Minorias étnicas e religiosas – bem como pessoas com deficiência ou com uma orientação sexual ou opinião política diferente – são muitas vezes impedidas de tomar parte em instituições-chaves e processos. Instituições e o discurso público precisam representar as sociedades em toda a sua diversidade.

[Ele diz ainda:] De modo mais geral, em várias partes do mundo, temos visto ameaças alarmantes para os ganhos duramente conquistados na governança democrática. Em alguns países, grupos da sociedade civil enfrentam crescentes pressões e restrições. Legislações foram introduzidas visando especificamente as organizações da sociedade civil e tornando quase impossível para elas operarem. Campeões da democracia têm encontrado novas medidas de confronto. Devemos todos ser incomodados por tal retrocesso.

Mesmo nas sociedades com um bom histórico, há espaço para melhorias. Nenhum país conseguiu garantir que todos os seus habitantes sejam capazes de participar plenamente na vida pública, incluindo o direito de ser eleito para um cargo público e de ter igual acesso aos serviços públicos. Promulgar novos direitos ou remover leis injustas nem sempre é suficiente. Muitas vezes, a discriminação persiste [no dia a dia,] na prática, criando barreiras e mentalidades que podem ser difíceis de superar.

[Termina ele, agora:] Grupos da sociedade civil vibrantes estão entre as chaves para o bem-estar e o funcionamento de qualquer nação, e as Nações Unidas deploram medidas tomadas para reprimi-los. Por isso, neste Dia de Direitos Humanos, as Nações Unidas estão destacando o direito de participar e os direitos associados que tornam possível a liberdade de expressão e de opinião, bem como de reunião e associação pacíficas.

A lei internacional é clara: não importa quem você é, ou onde você vive, a sua voz vale. Neste dia, vamos nos unir para defender o seu direito de ser ouvido.

Palavras do Secretário-Geral da ONU para o dia de hoje.

Vamos agora entrar na nossa audiência do dia.

Informo a todos que esta audiência é transmitida ao vivo pela TV Senado, também ainda pela Internet, canais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, também pela Rádio Senado e ainda pela TV digital, canal 5.

Para situar aqueles que já estão ligados ao sistema de comunicação do Senado, nós vamos fazer aqui uma pequena introdução sobre o tema que vamos debater no dia de hoje, a pedido de diversos segmentos, que pediram que eu realizasse esta audiência antes do fim do ano, como tenho feito sempre, independentemente de onde venha o pedido. Este é um espaço democrático. Eu não conheço nenhum setor que pediu espaço aqui a que eu não tenha assegurado, não importa se é ligado ao setor empresarial, aos dos trabalhadores ou ao do meio ambiente; enfim, para tudo aquilo que é voltado para a política do interesse coletivo da sociedade brasileira, essa tribuna se tornou um palco permanente.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater as questões voltadas ao ponto eletrônico no Brasil. No final do ano passado, o Ministério do Trabalho e Emprego estipulou prazos para que as empresas iniciassem o uso do ponto eletrônico. O Ministério estabeleceu prazos progressivos para que as empresas se adaptassem à Portaria nº 1.510, de 2009, que determina que todas as empresas que adotam o registro eletrônico de ponto devem utilizar o programa de tratamento de registro do ponto. Normatiza, ainda, que qualquer sistema de controle de ponto que utilize meios eletrônicos para identificar empregados, tratar, armazenar ou enviar qualquer tipo de informação de marcação de ponto deve atender aos requisitos da Portaria.

A partir de abril deste ano, conforme determinação do Ministério, para as empresas que exploram atividades na indústria, no comércio em geral e no setor de serviços, incluindo outros setores financeiros de transporte, da construção, de comunicação, de saúde e educação, praticamente todas as empresas, não importa o setor, ficou o pedido para que adotem o ponto eletrônico.

Em junho, as regras passaram a valer para as empresas que exploram atividades agroeconômicas. De setembro em diante, a norma passou a valer para as micros e pequenas empresas.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a nova regulamentação prevê que os aparelhos sejam certificados por órgãos técnicos e devem possuir memória inviolável e emitir recibos de papel ao trabalhador. O objetivo da medida, segundo o documento, que estou comentando rapidamente, é evitar qualquer tipo de fraude.

O assunto – sabemos – se tornou polêmico e divide a opinião dos setores que estão usando o ponto eletrônico. Por isso, nós faremos mais uma reunião para debater o tema. Muito mais do que essa rápida

introdução, o que importa aqui é ouvir a opinião dos nossos convidados.

Vamos, então, montar a primeira mesa.

Repito: Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 144, de 2012, da CDH, aprovado em 03/12/2012, de autoria deste Senador, para debater o uso do ponto eletrônico no Brasil.

Primeira Mesa.

Passo, de imediato, a chamar os nossos convidados, que usarão o tempo de 10 minutos, com mais 5, cada um; se necessário for, mais 5. Mas faço um apelo para que todos possam falar no tempo de 10 minutos com mais 5, porque a intenção é sempre terminar em torno de meio-dia, mais meia hora ou, estourando, às 13 horas.

Para a primeira Mesa, convidamos, representando a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), em substituição ao Sr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente, a Juíza Valdete Severo. *(Palmas.)*

Convidamos Lucienne Fontes Cenizio Couto, representante dos pequenos fabricantes de equipamentos e *software* para a gestão do ponto. *(Palmas.)*

Esse é nosso grande Senador Casildo Maldaner, para quem peço uma salva de palmas. *(Palmas.)* Ele está aqui para colaborar. Veio prestigiar o evento.

A Lucienne foi a que mais, digamos, me incomodou, no bom sentido – estou elogiando-a –, porque ela esteve aqui muitas vezes, perguntando: “Senador, vai ou não vai sair a audiência?” “Vai, sair Lucienne, fique tranquila!” Parabéns pela insistência!

Lucienne Fontes Cenizio Couto, representante dos pequenos fabricantes de equipamentos e *software* para gestão do ponto eletrônico.

Márcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados, em substituição ao Presidente, Sussumu Honda. *(Palmas.)*

Sr. Raul Gottlieb, Diretor da Associação das Empresas Fabricantes de Equipamentos de Registro Eletrônico de Ponto, representando o Sr. José Roberto Dias. *(Palmas.)*

Esta é a primeira Mesa.

Eu quero dizer que não importa aqui se da primeira, segunda ou terceira Mesa, todos os convidados farão uso da palavra, naturalmente, para que esse tema seja debatido à exaustão, levando tranquilidade a todo o nosso parque industrial, comercial, financeiro, enfim, a todos os setores e, naturalmente, a todos os trabalhadores.

Eu só pergunto se está presente o representante do Ministério do Trabalho. *(Pausa.)*

Está presente.

Eu gostaria que, já nesta Mesa, se possível, nós tivéssemos o representante do Ministério do Trabalho porque é onde está canalizado, digamos, o centro desse debate. E eu pediria que o representante do Ministério do Trabalho ficasse em todas as Mesas, acompanhando e participando. Se pudesse me dar o nome, o cartão...

Sei que eles já estão montando outra Mesa.

Então, já convido o Sr. Edgar, representando o Ministério do Trabalho. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Eu acho que aqui, combinando com a Mesa, acho que seria bom... A Lucienne é quem mais esteve aqui em contato conosco e nós vamos estender o debate, se precisar falar de novo. Eu vou iniciar com a Lucienne para que a gente possa, então, partir para o grande debate sobre o tema. Então, com a palavra...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só precisava informar a todos que o Senador Casildo Maldaner pede a palavra e em todas as Comissões e, naturalmente, nesta, Senadores e Deputados falam todo momento que entenderem necessário. Então, abrimos a palavra com o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caro Senador Paulo Paim, primeiro, quero, até em nome de outros colegas e da própria Comissão, agradecer-lhe pelo empenho. Inclusive, na última semana, quando alguns representantes aqui estiveram, até do meu Estado, Santa Catarina, e do Brasil, estivemos com V. Ex^a e, de pronto, já tivemos agendado... Havia uma preocupação de que o ano iria virar – essa preocupação está muito presente – e V. Ex^a procurou logo agendar para esta segunda-feira. Eu até havia informado de que não teria condições de estar presente por uma agenda hoje no meu Estado, mas procurei unir o útil e o agradável e vim prestigiar esta audiência pública.

Logo mais, também vamos ter uma sessão solene no Senado para comemorar os 200 anos da entrada dos chineses no Brasil. Vai haver o lançamento de um selo comemorativo, até em função da importância que tem a China para o Brasil. Estivemos lá, há poucos dias, numa missão no Parlamento chinês, na Assembleia Nacional deles, em função da relação que tem o Brasil com a China. Então, fiz um esforço para poder vir prestigiar pelo menos o início desta reunião para lhe cumprimentar e a todas as senhoras e os senhores convidados, até para nós tentarmos chegar, quem sabe, a um entendimento em torno de uma proposta que a minha suplente, em 2010, apresentou.

Todos sabem que o Ministério do Trabalho baixou uma portaria, se não estou equivocado, em 2009, baixando a regulamentação para o registro de ponto

do trabalhador. Várias associações comerciais e sindicatos de comércio, supermercados, têm trazido uma preocupação de que ficam muito restritos a um tipo de equipamento e os outros não podem mais operar. Essa preocupação nos chegou de vários representantes do Brasil inteiro no ano passado. E essa proposta que tramita no Senado, da nossa suplente, que é de Santa Catarina, de Jaraguá do Sul, é de que seja mais flexível isso, da possibilidade...

Passou já em duas comissões, mas foi equivocada na CCJ e na Comissão de Assuntos Sociais. Está como assunto terminativo na Comissão de Direitos Humanos, da qual V. Ex^a é nosso eterno Presidente.

Então, penso que está audiência pública é para tirarmos as dúvidas, vermos, dentro do diálogo, o que é o melhor, a fim de buscarmos esse entendimento e facilitarmos que seja bom para os empreendedores e também para os trabalhadores. Esse é o nosso entendimento.

Sempre dizia, lá em Santa Catarina, mesmo enquanto governador, quando enfrentava dificuldades, greves e outras vicissitudes, que todo mundo enfrenta, pois isso faz parte, que é melhor 2 horas de diálogo do que 5 minutos de tiroteio. Então, esgotarmos o diálogo é a melhor coisa, a fim de buscarmos o bom senso e o consenso a respeito desse tema.

Então, uma das questões é o apelo, e a outra é que eu acredito que possamos virar 2012 com um entendimento entre os dois setores do Brasil, no sentido do apaziguamento.

Mais uma vez, Sr. Presidente, V. Ex^a é muito querido não só no meu Estado de Santa Catarina, que é vizinho do Estado de origem de V. Ex^a, o Rio Grande do Sul, mas o Brasil inteiro o acompanha sempre. Quero dizer a todos, às senhoras e aos senhores convidados desta audiência pública, e até em nome dos colegas que, por razões outras, às segundas-feiras, muitas vezes, não podem aqui estar, que o Senador Paulo Paim é uma loucura! Ele é um missionário, com o seu cajado. Ele está sempre nessa caminhada. Vamos torcer para que o tenhamos sempre conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Casildo Maldaner. Os elogios são porque ele é muito meu amigo. Eu tenho orgulho de me considerar amigo dele. Ele é um grande Senador da República.

A Dr^a Lucienne Fontes Cenizio Couto, representante dos pequenos fabricantes de equipamentos e *software* para gestão do ponto, já está, então, na mesa; Dr. Edgar Moreira Brandão, Auditor Fiscal do Trabalho, que aqui representa o Ministro Carlos Daudt Brizola, do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Quero, mais uma vez, dizer que, a partir do momento que o Ministro Carlos Daudt Brizola assumiu, o Ministério do Trabalho está sempre presente em todos os debates a que é convidado. Meus cumprimentos! Aqui fica, se me permitirem, uma salva de palmas para o Ministro Brizola, por enfrentar o bom debate. (*Palmas.*) Há alguns que não mandam representantes. O Ministro Brizola sempre está com uma pessoa aqui, fazendo o bom debate. Ou a favor, ou contra, o importante é debater, como disse muito bem o nosso querido Senador Casildo Maldaner, apontar caminhos e soluções que atendam o interesse do nosso povo da forma mais abrangente possível.

Agora, concedo a palavra à Dr^a Lucienne.

A SR^a LUCIENNE FONTES CENZIO COUTO

– Bom dia, Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex^a novamente. Bom dia a todos.

Já tivemos outra audiência passada, se não me engano em abril. Naquela oportunidade, estive aqui também representando os pequenos fabricantes para buscar viabilizar alternativas, como disse o Senador Casildo Maldaner, que possibilitassem colocar na legalidade milhares de empresas no Brasil.

Para isso, foi necessário mostrar os problemas que estão acontecendo hoje na Portaria, no REP, que é o objeto da Portaria nº 1.510, antes que ela, de fato, entrasse em vigor, antes que se exigisse a compra do REP para todas as empresas.

A tentativa que fiz, naquele momento, foi de buscar algo que pudesse ser feito para evitar prejuízos. Nós saímos daqui, daquela vez, com a expectativa de que houvesse um diálogo verdadeiro, mas que produzisse efeito real. Mas, Senador, isso não aconteceu, infelizmente. De nada adiantou alertar para o mais importante, que, na minha opinião, foi discutido aqui: os equipamentos, hoje, os REPs, que são a efetividade da Portaria, todos eles descumprem a Portaria hoje. Eles não possuem as propriedades necessárias para atender à normativa.

Isso significa dizer que os REPs nunca cumpriram a Portaria de fato, porque eles contêm vícios, vícios ocultos, vícios de fato, mas continuam sendo vendidos por aí, continuam sendo exigidos pela normativa.

Naquela primeira audiência, ocorrida em abril, eu trouxe uma apresentação em multimídia, mais técnica, mostrando detalhadamente todos os problemas. Eu não vou repetir isso aqui hoje, porque eu acho que consegui mostrar os porquês de a tecnologia empregada não atender à normativa e quais são as consequências jurídicas de todo esse problema para as pequenas empresas, para as grandes empresas, para as médias empresas e, como consequência, também para trabalhadores.

E, mais do que isso, saindo daqui, eu não me dei por satisfeita. Eu e mais alguns representantes, mais alguns amigos que estão aqui presentes, formalizamos um documento que apresentamos ao Ministério do Trabalho, na pessoa do Dr. Edgar, ao Inmetro e também à Presidência da República. Nós não obtivemos nenhum retorno até hoje. Esse foi um estudo aprofundado, demonstrando, por meio da técnica e por meio de provas, que os equipamentos não atendem à normativa. Mas eu estou aqui, de novo, representando os pequenos fabricantes.

Antes que se diga o que foi dito na vez passada – quero deixar bem claro que não foi por incompetência –, nós – o grupo que eu represento aqui – não fabricamos o REP, porque, desde o início, ficou muito claro para nós que a tecnologia não dispõe de recursos para atingir o que há no teor da portaria, e isso traz consequências para o nosso consumidor e para nós mesmos. Nós somos pequenos e não podemos correr esse risco. Não sei se os grandes podem, mas nós não podemos. Para nós, investir num projeto que não resulta num produto adequado e, pior, num produto que traz em si vícios e prejuízo ao nosso consumidor e a seus empregados é inegociável.

Está provado que as homologações estão erradas. Todo mundo sabe disso, até o próprio Ministério. E, para nós, participar dessa ilusão, por mais lucrativa que seja, está absolutamente fora de questão.

Eu me lembro de que, na vez anterior, na última audiência, o representante do Ministério disse que, ao criar a Portaria, pensou em tudo: pensou numa teia de responsabilidades que garantiria a segurança do produto e, por consequência, a segurança de quem o usasse. Porém, curiosamente, naquela audiência, o mesmo representante do Ministério do Trabalho disse que, apesar de tudo estar perfeito com essa teia de responsabilidades, tudo perfeito com a Portaria, o Inmetro iria ser colocado no processo, trazido ao processo. Para quê? Para trazer segurança. Ora, se havia segurança antes, para que o Inmetro? Para que trariam o Inmetro?

Eu, pessoalmente, como já disse, procurei o Inmetro no sentido de obter deles respostas sobre como seria conduzido o processo a partir de então e fiquei surpresa.

O Inmetro, segundo um documento que eu tenho aqui, me respondeu o seguinte: não deu e não vai dar o aval aos equipamentos que estão disponíveis, que existem hoje, que estão sendo comercializados e que já foram comercializados. O Inmetro nada tem a ver com as homologações feitas e que estão erradas. E pior, Senador: o Inmetro não vai discutir alternativas. O Inmetro simplesmente vai melhorar esse processo

para um futuro, que não está próximo. Vamos ter que imputar esse problema a várias empresas, até que, em 2014, o Inmetro surja com alguma alternativa – eu já vislumbro alguns problemas também – que possa ser um pouco mais segura.

O Inmetro, hoje, apenas discute regras para um produto que vai substituir o atual. Pouca gente sabe disto: corre-se o risco de comprar duas vezes. Agora, se estivesse bom, o Inmetro estaria mudando as regras?

E é justamente a falta de segurança dos produtos o primeiro ponto de que o Inmetro falou. Ele incluiu agora um dispositivo para quê? Para dar segurança ao produto, para dar segurança aos dados, motivo pelo qual foi criada a Portaria.

Para ficar bem claro, vou ler um trecho do documento do Inmetro: “O Ministério do Trabalho é a autoridade que define a conformidade do produto. Não cabe ao Inmetro emitir parecer sobre os REPs atualmente registrados pelo Ministério do Trabalho.”

Estive aqui, conforme já disse, na última audiência a tempo de impedir que entrasse em vigor, a tempo de impedir que as empresas tivessem que gastar com esse produto falho. Hoje, temos uma normativa em vigor que exige o uso de um equipamento que não permite cumprir a normativa. Empresas que até hoje não estavam na ilegalidade, se optarem por esse equipamento, hoje, ficarão ilegais. Pior, ao comprar o produto, empresas acreditam estar cumprindo a lei. Nem imaginam que estão sendo contaminadas pela ilegalidade. Essa é uma doença que está sendo trazida para dentro da empresa e que fica lá, silenciosa e oculta.

Para quem não sabe, não basta, para atender a Portaria nº 1.510, adquirir o REP. Não basta adquirir o REP para estar livre de multas. Existem muitas exigências outras que extrapolam, inclusive, a Portaria. Pouca gente sabe disso. O Ministério tem várias outras instruções. Para se ter uma ideia da complexidade, a empresa pode até nem sequer usar o REP, mas basta que ela compre. Se ela comprar, já está responsável por ele.

Veja bem, isso é um trecho de um documento do próprio Ministério do Trabalho: “O empregador deve manter a guarda adequada de seu REP desde a aquisição. Ainda que não faça uso do mesmo, a única prova inconteste de que não fez uso é a integridade do REP. Ou seja, até para provar que não há marcação, que o REP não possui registro relevante, é imprescindível a sua guarda.”

Então, quem comprou o equipamento tem que mantê-lo por 5 anos na empresa. Funciona assim: a empresa compra ao REP, acredita que está cumprindo a lei e continua usando como se fosse o equipamento antigo, como se fosse o ponto eletrônico antigo, mas,

um dia, acontece algum problema com a memória ou com outro ponto do relógio e ela descobre que não é bem assim, que o uso do equipamento, que contém falhas, a levou à ilegalidade; descobre que, além da Portaria, existe um emaranhado de outras exigências que são impossíveis de serem cumpridas, tanto pela empresa quanto pelo próprio equipamento, e que isso, sim, causa multa às empresas.

Vocês sabem quem mais compra o REP hoje? São as micros e pequenas empresas. São os grandes empregadores do Brasil. Ao contrário do que o Ministério previu, muitas dessas abaixo de dez funcionários. O dono do pequeno negócio muitas vezes é o que mais precisa de um meio eficiente para controle de ponto. Ele não pode estar presente na empresa todo o tempo para controlar tudo. Então, ele precisa de um meio eficiente para fazer isso por ele.

Como isso está sendo passado para o pequeno empresário? Tenho aqui a propaganda de uma empresa: “Existem muitas pesadas para quem não possui o relógio de ponto homologado. Pequeno empresário, a empresa [em questão] tem uma linha completa desses relógios para vender.”

Vejam o cúmulo. Tenho aqui uma reportagem da *Valor*. O representante da associação dos fabricantes de REP deu uma declaração, em setembro, de que as vendas foram inexpressivas em agosto, mas que espera um aumento de aquisições com o aperto da fiscalização. Vejam bem, meus amigos. Isso é uma covardia, pois, valendo-se da lei, se aproveitam da desinformação, do desconhecimento e do medo, do medo de não agradar a fiscalização quando lá comparecer, do medo de ter uma ação trabalhista; é isso que aflige o pequeno empresário.

Agora, vi, Senador Paim, que, por sorte, hoje, temos mais representantes aqui, e muitos que defendem o REP, que defendem a Portaria. Essa audiência pública vai dar oportunidade, e queria pedir a gentileza de quem veio aqui defender o REP, que nos diga também quais são as responsabilidades futuras por ele, pelo equipamento, perante o seu consumidor, perante os prejuízos que estão acontecendo a todo momento, no Brasil inteiro, nas empresas e até mesmo pelos trabalhadores.

Eu trouxe aqui alguns exemplos. A Portaria diz que o REP não pode possuir mecanismo que restrinja marcação de ponto e nem mecanismo que bloqueie o ponto. Mas é curioso que o próprio Ministério, lá no *site*, diz que, se o papel acabar, o relógio bloqueia o ponto. Então, é tão interessante, porque a própria normativa é incongruente, é inconsistente, ela cria conflitos nela própria. E isso tem acontecido. Outro dia mesmo, eu estava em um hospital com a minha filha, à noite, e

acabou o papel do REP. Os funcionários, bravos, ficaram sem registrar o ponto, sem o registro, sem comprovante, sem coisa alguma. Se ao menos tivessem como registrar eletronicamente, mas não. O REP, se não imprimir o tíquete, bloqueia.

Eu recebi aqui uma denúncia – isto está à disposição de quem quiser – de uma empresa. Vou ler para vocês o diálogo que ela manteve com o fabricante.

“O relógio de ponto que adquirimos está imprimindo tíquete com nome de outro funcionário. Isso começou a acontecer desde ontem, quando alguns funcionários marcaram o ponto e, ao invés de sair o nome deles, saiu o nome de outro. Eu estou bastante preocupada com o ocorrido, pois se isso está acontecendo agora, poderá, sim, ocorrer futuramente. E que garantia o empregado tem de ter o comprovante em seu nome?” Essa é a preocupação da empresária.

A resposta do fabricante: “O departamento técnico já está providenciando o atendimento. Está analisando para efetuar um laudo técnico...”

(Soa a campanha.)

A SR^a LUCIENNE FONTES CENIZIO COUTO – “... para verificar se é vício do REP.” O fabricante diz isso. E problemas como esse estão acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me apenas informar que eu já te dei dez com mais cinco. Eu vou te dar o tempo máximo. Tem mais cinco ainda. Aí você fica no tempo máximo de vinte minutos.

A SR^a LUCIENNE FONTES CENIZIO COUTO – Muito obrigada, Senador. O assunto é extenso, peço desculpa a todos.

Há outros casos, principalmente com relação à memória de dados, que é o documento fiscal. O REP não é um relógio de ponto mais. Ele é um equipamento fiscal, que tem a função de guardar nele próprio, na sua memória eletrônica, o documento fiscal e a salvaguarda da empresa.

Agora, veja bem este outro exemplo que aconteceu. A empresária diz: “O relógio travou e está dando a mensagem ‘Erro de MRP’. Esse é um erro de fábrica? Porque já me informei lá. Estou bastante preocupada, pois agora estamos sem o controle de ponto. E se isso acontecer novamente? E se perdermos os dados?”

Evoluindo, ela insistindo com a fábrica: “Preciso ler o ponto do período x, pois não consegui coletar o ponto do relógio devido ao defeito de fábrica.”

A fábrica respondeu: “Estamos fazendo a troca do equipamento. Isso não garante a volta dos dados para dentro do equipamento.”

A empresária, ao final, disse: “Minha opção é por ter o valor do relógio e das bobinas em estoque de-

volvido. Se houve prejuízos da sua parte, acredito que muito mais da nossa, que perdemos o nosso tempo, dinheiro, e principalmente dados fiscais, confiando no seu equipamento.”

Esse é um caso isolado? Não. Esse não é um caso isolado. Esse é um defeito incomum? Não. Não é um defeito incomum.

Tenho outros tantos casos para mostrar, mas o tempo vai me impedir. Acabei de mostrar alguns casos aqui que resultam em insegurança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lucienne, só quero deixar claro que você vai voltar a falar. Vamos ter o debate...

A SR^a LUCIENNE FONTES CENIZIO COUTO – Sim, se eu tiver oportunidade... Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos poderão falar mais uma vez ainda no debate.

A SR^a LUCIENNE FONTES CENIZIO COUTO – Obrigada, Senador.

Então, acabei de mostrar os casos reais que resultam em insegurança, em descumprimento da lei, da Portaria, e que resultam em prejuízos. Eu mostrei aqui. O tema da audiência hoje é problemas no ponto eletrônico. E há uma pergunta que precisa de resposta aqui, hoje, porque temos uma teia de responsabilidades. Nós temos o MTE, que criou a normativa; o certificador, que validou todos os equipamentos que estão aí sendo comercializados; o fabricante, que fez isso acontecer; o revendedor, que está fazendo chegar isso à empresa; o Inmetro, recentemente, que não fez nada com o cenário atual, mas está aí; e a empresa consumidora. Quem será responsável por esse prejuízo? Quem? A quem uma empresa como essa que citei aqui vai recorrer no caso de um prejuízo como esse?

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Lucienne Fontes Cenizio Couto, representante dos pequenos fabricantes de equipamentos e *software* para gestão de ponto.

Agora vamos passar a palavra ao Sr. Raul, Diretor da Associação Brasileira das Empresas Fabricantes de Equipamentos de Registro Eletrônico de Ponto (Abrep), em representação ao Sr. José Roberto Dias, Diretor.

Por favor, Sr. Raul, com a palavra. E diga seu sobrenome para ficar claro e não errarmos a pronúncia depois.

O SR. RAUL GOTTLIEB – Bom dia, Senador. Muito obrigado pelo convite. Meu nome é Raul Gottlieb. Gottlieb quer dizer amor divino. Se meu avô tivesse sido baiano, eu me chamaria Raulzinho do Amor Divino. *(Risos.)* Como ele não é, eu me chamo Gottlieb.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra está com o senhor.

O SR. RAUL GOTTLIEB – Eu queria passar o PowerPoint aqui. Eu havia entregado em PowerPoint. Queria, realmente, agradecer a oportunidade. É a primeira vez que a nossa associação está participando, com oportunidade de falar, de uma audiência deste tipo. Já assistimos a várias. Acredito que temos algumas considerações importantes para agregar.

A Abrep é uma associação fundada no segundo semestre de 2009, logo após a Portaria nº 1.510. Antes da Portaria, não tínhamos necessidade, não se sentiu necessidade de agregar os fabricantes dentro de uma associação. A Portaria mudou isso tudo, e partimos para criar uma associação, que hoje é bastante representativa. Os 29 fabricantes que são associados hoje – há um que está em processo de associação; então, na verdade, são 28 mais um – representam 78% dos fabricantes homologados pelo MTE. Quer dizer, nós somos basicamente 80% dos fabricantes homologados pelo MTE. E dos 163 modelos de REP já homologados pelo MTE, 85% são de fabricantes associados à Abrep. Acreditamos que devemos ter em torno de 95% dos REPs colocados no mercado. Esse último número – 95% dos REPs colocados no mercado – é uma estimativa; os outros são números concretos. Então, quando a Lucienne, que é uma grande amiga, fala que o REP é um absurdo, etc., que estamos fabricando coisas que não servem, está falando realmente conosco, com a Abrep. Então, estou muito feliz de poder dialogar com ela aqui. Ela é realmente uma amiga. É uma visão muito interessante, apesar de eu achar que não é correta.

Para iniciar este assunto, um pequeno histórico do ponto eletrônico no Brasil. O ponto eletrônico começou em 1980, mais ou menos, no começo da década de 80. Eu participei logo no começo das primeiras implantações. E ele surgiu totalmente voluntário, espontâneo. Não é uma regulamentação governamental que fez o ponto eletrônico. O ponto eletrônico começou da necessidade das empresas de melhorarem a sua gestão. O ponto é um processo extremamente trabalhoso. Uma empresa de cem pessoas tem quatrocentas marcações por dia, quase mil marcações por mês, tem muito mais transação de ponto do que basicamente qualquer outra coisa que tenha na empresa: faturamento, folha de pagamento, contabilidade. Ponto é um problemão do ponto de vista organizacional na empresa. O ponto começou porque a tecnologia pôde resolver esse problema de saber quando a pessoa entra e sai para medir o seu tempo de trabalho e não havia regulamentação nenhuma. Ele surgiu espontaneamente.

O Ministério do Trabalho deixou esse assunto aberto, sem regulamentação. Teve uma pequena regulamentação, não lembro exatamente o ano...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAUL GOTTLIEB – Foi em 1995, dizendo que poderia ser usado equipamento eletroeletrônico como se fosse elétrico. Os senhores percebem que foi já em 1995, muito depois do começo das primeiras implantações, e foi, assim, muito tímido, sem nenhum tipo de regulamentação.

Em 2009, o Ministério passou essa regulamentação, que é a Portaria 1.510, que realmente colocou o ponto eletrônico dentro de uma série de normas. Então, o mercado todo se desenvolveu a partir da necessidade de informatização. E esse eslaide aí mostra isso. Quer dizer, nós somos uma área da indústria que surgiu pela necessidade de informatizar as empresas, e não há nenhum outro motivo para isso. As empresas precisam se organizar e controlar seus tempos e sua produtividade de maneira cada vez mais eficiente. Nós trabalhamos diretamente para ajudar as empresas do Brasil a serem mais competitivas, mais justas, equânimes, etc. Nós trabalhamos nessa direção, nesse sentido. Para isso nossas empresas foram todas elas constituídas, e por nenhum outro motivo.

A Portaria nº 1.510, quando chegou, em agosto de 2009, tomou todo mundo de surpresa. Ninguém esperava que o Ministério estivesse preparando essa regulamentação. Não houve nenhum tipo de sinal avançado de que havia algo sendo preparado. Foi extremamente surpreendente. Um começou a ligar para o outro: “Você viu?” “Isso está beneficiando quem?” Não estava beneficiando ninguém. A gente descobriu que isso era completamente feito pelo Ministério.

Tivemos muita dificuldade para atender a demanda de novos equipamentos. Foi-nos dado 1 ano, a Portaria nos deu 1 ano para colocar no mercado do Brasil inteiro um equipamento que tinha que ser concebido, desenvolvido, testado, homologado, vendido, instalado, treinado o usuário. Isso tudo em 1 ano. Foi um período de muita, muita agitação e muita insegurança. Muitas indefinições, porque a Portaria realmente tinha algumas indefinições, que prejudicaram consideravelmente nosso planejamento. Nós passamos um período muito apertado, muito difícil. Gradualmente, a demanda pelo REP começou a se equalizar, começou a se normalizar, e começamos a ter uma relação mais de diálogo com o Ministério do Trabalho. No início, em 2009, nossa relação com o Ministério do Trabalho era muito complicada. O Ministério do Trabalho olhava para os fabricantes como sendo cúmplices na fraude do ponto eletrônico, o que é absolutamente inverídico. Mais tar-

de, agora, recentemente, o Inmetro trouxe muito mais segurança com a Portaria nº 494.

Eu queria aqui fazer uma pausinha no que eu estava preparando, para falar exatamente em direção ao ponto da Lucienne. Absolutamente, o Ministério do Trabalho, ao definir o REP, não definiu que deveria ser um equipamento à prova de falhas; definiu um equipamento eletrônico. Todo equipamento tem falhas, não é à prova de falhas. A argumentação da Lucienne diz que esse equipamento tem que ser à prova de falhas, porque tem que ser inviolável. É verdade. Mas o que significa inviolável em eletrônica? Significa que, se houver uma violação, tem que deixar rastro. Isso quer dizer inviolável. Inviolável não quer dizer que é impossível de entrar. Nós sabemos, todo mundo sabe, que tudo pode dar defeito, que tudo é violável. Então, não vejo essa problemática tão grande. Não vejo – e a gente tem uma experiência boa de mercado – que os fiscais do Ministério do Trabalho, que não estão exercendo a fiscalização específica no REP, como, aliás, acho que deve ser, de uma forma sistemática – estão na empresa, e onde tem o REP vão fiscalizar também – estejam fazendo qualquer reparo quando dá um defeito no equipamento. O equipamento pode ter defeito, o equipamento pode ter problema de fabricação, pode ter problema de implementação, pode ter tudo isso. O Ministério do Trabalho não se arvorou na tentativa de dizer que os fabricantes são deuses e que vão fabricar equipamentos que não dão defeito. Até porque, se a gente soubesse fabricar equipamentos que não dão defeito, estaríamos fazendo foguete para ir para Marte, que tem um valor agregado maior do que equipamento de ponto eletrônico.

São equipamentos eletrônicos como qualquer outro, que, como tudo, pode dar defeito. São equipamentos eletrônicos, e é esse o ponto que estamos vendo por aí. Existe, sim, um número de equipamentos que dão defeito, como existe nos computadores todos, nos nossos telefones todos, e todos os equipamentos que os senhores têm nos bolsos, que os senhores usam, todos têm defeito.

Então, o REP é um equipamento como qualquer outro, e a Portaria do Ministério não pode estar acima da lei, que define qual é o tratamento com o equipamento eletrônico. Deu defeito, temos que ir lá consertar. Nossa obrigação é ir lá consertar. Não existe essa ideia de que deu defeito e não podia ter dado. Claro que podia ter dado! Claro que podia ter dado! Evidentemente que o mercado vai devagarzinho selecionar equipamentos melhores e vai trabalhar com equipamentos melhores.

(*Soa a campanha.*)

O SR. RAUL GOTTLIEB – Meu tempo está quase acabando. Não quero usar muito o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais cinco e mais cinco, se você quiser.

O SR. RAUL GOTTLIEB – Não, acho que vou terminar nos cinco, Senador.

A avaliação que temos agora.

Tem gente usando o REP já há quase dois anos. O comprovante de papel realmente dá segurança, em muitos casos, para o trabalhador. Em alguns casos, ele é completamente inócuo porque o trabalhador não tem nenhuma desconfiança da empresa, o trabalhador tem um nível cultural que percebe que não precisa guardar o papel, etc., mas em alguns outros casos ele dá segurança. Se esse comprovante tem que ser de papel é algo para ver no futuro. Hoje ele é de papel. O.k.? Tem meio melhor? Talvez. Em alguns casos, sim. Essa é uma evolução que tem que ser.

Essa nova família de REP que o Inmetro está homologado, que o Inmetro especificou, que vai começar a partir de 2014, tem uma novidade muito grande, que é uma assinatura eletrônica no registro do ponto, o que abre um caminho para que a MRP, que é a Memória de Registro Permanente, possa amanhã não ser considerada como o único depósito inviolável das marcações. Então, é um passo importante que o Ministério, através do Inmetro, que é contratado pelo Ministério, está dando para talvez regularizar essa situação e melhorá-la. Mas, de novo aqui, é importante dizer que melhoria é natural. É natural. É impossível imaginar que o Ministério tivesse feito o equipamento, tivesse ordenado as empresas a fazer um equipamento que não pudesse dar defeito – se tivéssemos tido essa diretriz, realmente, estaríamos absolutamente fora do mercado, porque ninguém faz, no Brasil ou em qualquer lugar – e, ao mesmo tempo, equipamento que não pudesse ter melhoria ao longo do tempo.

Ora, a melhoria que está sendo feita para o REP, agora em 2014, é a última que vai ser? Mas de jeito nenhum. Com certeza vai ter mais. Existirão outras melhorias porque o uso traz a melhoria. É impossível dizer: “Não, acabou; é isso aqui; está na Portaria e tem que ser aquilo até o fim dos tempos.” Não é. Haverá muita melhoria ainda e demos mais um passo, o Inmetro deu mais um passo através da requisição do Ministério, e acho que há uma abertura muito grande de entendimentos para que outros passos sejam dados. Não é possível que, a cada passo que seja dado, se fale: “Ah, então o anterior não vale!” Então o que você faz com o seu computador velho quando o joga fora? Tudo que eu fiz lá não vale? Não existe isso.

Algo que saiu na *Exame*, que a nova família do REP vai invalidar o uso da família atual. Isso é uma tolice muito grande. O novo REP não invalida o atual. O ECF, por exemplo, está na versão 6 de equipamen-

to. Os equipamentos 1, 2, 3, 4 e 5 continuam sendo usados. Absolutamente não é verdade que uma nova família vai invalidar a anterior, vai obrigar todo mundo a trocar. O que aconteceu com o REP, quando ele entrou, é que não havia regulamentação e houve a primeira.

Somos extremamente favoráveis à regulamentação. Trabalhamos esses anos todos, de 1980 até 2009, sem regulamentação, e havia problemas. Ficava muito ao sabor do cliente, ficava extremamente inseguro em relação a ser aceito ou não, e a regulamentação nos ajuda muito. Que a regulamentação pode melhorar, pode. Tem que melhorar? Tem. O equipamento vai melhorar? Vai, claro.

Na nossa avaliação, o preço médio hoje é de 75% do preço médio de 2010; melhoraram os processos; diminuí a insegurança. Temos uma grande concorrência; temos um grande leque de alternativas no mercado, das melhores às piores – a Lucienne que escolheu falar os defeitos das piores. Mas há equipamentos sem problema nenhum; equipamentos com muito pouco problema; há usuários muito satisfeitos. Temos de tudo. Existe gente muito insatisfeita. Existe gente que não sabe usar e gente que sabe usar muito bem. Existe equipamento vagabundo e equipamento bom. Somos uma associação ampla e sabemos que existe isso. E há vários preços.

Não podemos crucificar o REP porque há um defeito, porque há um cara que faz com defeito. Isso é absurdo.

Acho que, terminando, a criação de um grupo de acompanhamento desse REP com a participação de todos os setores, que é o passo que o Senador aqui faz, quer dizer, juntar todo mundo e fazer um acompanhamento dessa regulamentação, é fundamental e vai resolver e pacificar esse problema no Brasil.

Realmente, precisamos fomentar o diálogo e melhorar o entendimento do que pode ser feito com a tecnologia. Qual é o objetivo político? É esse. O que a tecnologia pode usar? Isso. Como podemos juntar essas coisas?

E nós, fabricantes, que somos, no final das contas, os responsáveis por implementar a política que for colocada, porque estamos aí, alguns, há 30 anos no mercado, com todos os contatos, com todos os canais para os clientes e tudo, temos um papel muito grande para poder ajudar nessa regulamentação, nesse diálogo e tudo o mais.

Era isso que queria dizer.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Raul Gottlieb, Diretor da Associação das Empresas Fabricantes de Equipa-

mentos de Registro Eletrônico de Ponto (Abrep), em representação ao Sr. José Roberto Dias, Diretor.

Vamos de imediato, porque, ao fim, teremos ainda o debate, ao Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados, que aqui substitui o Presidente, Sussumu Honda.

Concedo a palavra ao Sr. Márcio Milan.

O SR. MÁRCIO MILAN – Bom dia a todos.

Senador Paulo Paim, gostaria de agradecer a oportunidade de estar dialogando hoje sobre a questão do ponto eletrônico. Queria também, em nome do Senador, cumprimentar todos os Parlamentares presentes e os colegas de Mesas. Tenha uma apresentação para fazer.

Próximo, por favor.

Primeiro, estou falando em nome dos supermercados. Já estive, em outras ocasiões, junto à CNI e à CNC, debatendo sobre esse assunto, e também já estive no Ministério do Trabalho. Hoje, a Abras – Associação Brasileira de Supermercados representa todos os supermercados afiliados no Brasil. Estamos estruturados em 27 associações estaduais. Estamos falando de aproximadamente 82 mil lojas e, até o final deste ano, de mais de 1 milhão de empregos. Em 2011, o setor faturou R\$224 bilhões e representa 5,4% do PIB.

A nossa grande preocupação, desde 2009, com relação a esse tema é que procuramos, por diversas vezes, o Ministério do Trabalho, para discutir esse assunto, participando de grupo de trabalho, e a nossa grande surpresa, como foi dito pelo colega, é que recebemos esta Portaria, sem a participação dos trabalhadores do comércio.

Foi dito aqui também sobre um grande período de insegurança; insegurança para nós de recebermos uma determinação que envolve 1 milhão de trabalhadores, sem ter uma forma e um tempo para se adequar aos processos e aos procedimentos.

E a argumentação dita na Portaria e também as do Executivo é que são para coibir fraudes no relógio ou no ponto, quando, na realidade, no ano passado, ocorreram mais de 18 mil autos de infração, e nenhum deles foi relacionado ao ponto eletrônico, e sim a questões de jornada, questão de hora extra.

Durante todo esse período, de 2009 a 2010, houve cinco prorrogações. Isso é uma sinalização de alguma coisa que não estava correndo bem ou que não estava sendo assimilada pelo pouco prazo de tempo que foi dado. Para se ter uma ideia, quando discutimos com o próprio Ministério do Trabalho questões relacionadas a processo, questões relacionadas a mudança de equipamento, nós negociamos prazo.

Posso citar aqui, Senador, um exemplo: discutimos e estamos finalizando a discussão da NR 12, que

são máquinas e equipamentos de panificação e mercearia. Para que pudéssemos fazer essas adaptações em todo o maquinário disponível, estamos trabalhando com 5 anos, para que as empresas tenham um prazo, a fim de fazerem suas adequações com segurança, depois de 3 anos de discussão. Não vimos toda essa discussão em relação à Portaria nº 1.510.

Aqui já foi dito também que a última prorrogação teve um prazo de adequação de abril de 2012, junho de 2012 e setembro de 2012. Várias empresas ainda não conseguiram se adequar a esse processo.

Outro ponto que nos preocupa bastante também é o que foi colocado aqui com relação aos comprovantes do relógio. Para se ter uma ideia, numa empresa de médio porte, ao implantar o sistema, dias depois, houve a necessidade de colocar cesto de lixo ao lado do relógio, porque os funcionários trabalhadores, que faziam a marcação de ponto, já imediatamente descartavam os comprovantes.

Para se ter uma ideia, um funcionário ou um trabalhador utiliza, em média, dez comprovantes por mês; se a gente fosse extrapolar por ano, teríamos, em média, 1.100 comprovantes do trabalhador durante o ano.

Há alguns pontos que coloquei aqui, mas acredito que a CNI e a CNC vão se pronunciar. Vou passar um pouco mais adiante.

Vou falar da falta do diálogo que aconteceu. Acho que essa falta de diálogo e a questão das prorrogações que ocorreram durante esse período fez com que trouxesse todas essas inseguranças. Hoje, verificamos que essas empresas de médio porte estão voltando para o sistema mecânico e manual, por achar que esse sistema é mais seguro do que o anterior.

Foi dito aqui também que os atuais pontos eletrônicos, relógios, poderiam ser utilizados e aperfeiçoados. Neste caso, não. Quer dizer, no sistema, hoje, o que determina o sistema de arquivo é o próprio aparelho, é o próprio relógio, é o próprio REP, temos de guardar esse aparelho por um longo tempo.

Além disso, verificamos que há vários aspectos jurídicos desprezados ao longo desse período. As inseguranças continuam. Se formos falar de gastos que foram feitos, ou que serão feitos, para adequar todo o parque, estaremos falando aproximadamente de mais de R\$6 bilhões, para adequar todo o sistema atualmente utilizado.

Outra insegurança é que basta apenas qualquer pessoa chegar ao lado do REP, colocar um *pen drive* e obter informação não só dele, mas de toda a base de dados ali armazenada no REP.

Essa preocupação da volta ao sistema manual ou ao sistema mecânico é um retrocesso, principalmente para as pequenas e médias. Embora tenha sido colo-

cado aqui que os pequenos procuram adaptar-se para não terem autuações, há rumores de que, durante fiscalização, já estão sendo feitas autuações, porque as empresas ainda não estão adequadas a esse sistema.

O que nós pedimos? Que seja revogada a Portaria nº 1.510 e que, em seu lugar, seja aprovada o Projeto de Decreto Legislativo 593, de 2010. Acho que, com isso, para a gente que já vinha discutindo esse Projeto ao longo desse tempo, a gente corrigiria essa distorção, o que não houve na discussão da Portaria 1.510.

Propomos também a criação de um grupo de trabalho, acredito que não só para acompanhar, mas um grupo de trabalho para poder discutir. Nós já estivemos sentados varias vezes com a bancada dos trabalhadores, procurando encontrar um caminho que pudesse tirar essa insegurança e dar uma tranquilidade para as empresas, mas a gente não conseguiu ainda evoluir.

Com a revogação da Portaria 1.510...

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO MILAN – ... e a aprovação do projeto de lei, a gente acredita que vai ter tempo suficiente para discutir, para implantar e dar segurança aos trabalhadores. Os próprios trabalhadores hoje se sentem inseguros, uma vez que esse sistema de recibo, no nosso ver, não é uma forma segura de armazenagem por parte do trabalhador. Como é que ele vai aguardar? Como guardar? Enfim, como fazer toda essa operação?

Eu acho que, neste primeiro momento, é isso que eu gostaria de colocar, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Márcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados.

Vamos agora, encerrando esta Mesa, passar a palavra à representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Juíza Valdete Severo.

A SR^a VALDETE SEVERO – Bom dia a todos. Especialmente ao Senador Paim, agradeço a possibilidade de participação.

O tema realmente é interessante. O debate é imprescindível, especialmente porque eu percebi, ouvindo as falas anteriores, que nós estamos talvez tirando o foco daquilo que realmente interessa quando se discute ponto eletrônico. Em primeiro lugar, nós temos que pensar. É engraçado ouvir falar que a Portaria surpreendeu as empresas e o mercado e que ela precisa ser suspensa, para que se possa voltar a discutir como, então, nós vamos regular a jornada dos nossos trabalhadores, quando percebemos que a Portaria é de 2009 e nós estamos em dezembro de 2012. A Portaria foi adiada, a sua eficácia foi adiada várias vezes justa-

mente porque nós permitimos, como sociedade, que a discussão fosse feita. Já faz 3 anos. Ainda não foi suficiente o debate? Nós precisamos desse retrocesso? E, por meio de um decreto legislativo, ou seja, de uma forma que juridicamente sequer é regular, suspender efeitos de uma Portaria que nasce de um aprofundado estudo feito por um auditor fiscal e um juiz do trabalho do Rio Grande do Sul, que chegaram à conclusão de que o ponto eletrônico, da forma como estava sendo comercializado e adotado pelas empresas, não trazia garantia nem para os trabalhadores nem, especialmente, para os empregadores?

Quer dizer, a primeira coisa que temos que perceber é que não podemos cair na falácia de um discurso que nos apresenta problemas reais, como aqueles que a Lucienne apontou, mas que nos traz soluções que não vão, na verdade, mudar nada da realidade da regulação da jornada de trabalho.

E nós estamos falando aqui de algo que é muito mais importante do que o gasto que a empresa eventualmente vai ter, o tempo que o trabalhador vai gastar ou se ele coloca fora ou não o papelzinho do recibo que ele recebe quando registra o ponto. Nós estamos falando de regulação de tempo de vida.

A primeira convenção da OIT foi sobre jornada. E é interessante que a nossa audiência pública se realize na data em que a gente comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Não há nada mais essencial na relação que se dá entre capital e trabalho, num país que é capitalista como o nosso, do que a regulação da jornada. A remuneração é calculada a partir do tempo de vida que o trabalhador coloca à disposição da empresa. E o que nós percebemos e que acabou resultando na Portaria 1.510 foi que essa regulação do tempo de serviço, depois de tanto tempo da criação da OIT e da regulação da jornada por meio de leis internacionais e brasileiras, não estava atingindo a sua eficácia. Nós não estávamos conseguindo fazer com que o trabalhador fosse efetivamente remunerado pelo tempo que coloca à disposição da empresa.

Aí eu aproveito para citar as palavras do Raul. Se há problemas no registro eletrônico de ponto, esses problemas devem ser solucionados dentro da esfera em que eles existem, que é a esfera do desenvolvimento tecnológico. O que a gente não pode é permitir que as falhas nesse desenvolvimento tecnológico façam com que a gente retroceda no tempo, porque não há retrocesso maior do que simplesmente negar a aplicação da Portaria nº 1.510 e retornar para registros eletrônicos que não tenham nenhuma garantia de controle efetivo da jornada. Esse REP, esse registro eletrônico não vem realmente para sanar todos os problemas, mas vem com uma garantia, e isso é importante de

ser ressaltado, que talvez seja maior até para os empregadores do que para o trabalhador.

Ao contrário do que foi dito na primeira fala pelo Dr. Márcio, que me antecedeu, a Portaria não nasce da ideia de que os empregadores, como regra, burlam o controle da jornada. A Portaria nasce com a ideia de que tem que haver transparência na relação de trabalho, especialmente quando se fala de regulação de tempo de vida enquanto se trabalha. Essa transparência serve especialmente ao empregador. O fato de haver um mecanismo tecnológico que permita que os dados sejam armazenados sem serem adulterados é, para o empregador, para aquele empregador, que é a maioria dos empregadores no Brasil, que se preocupa em controlar adequadamente a jornada e efetivamente pagar as horas extras que toma do seu empregado, uma garantia como ele nunca teve antes.

O registro da jornada é uma prova pré-constituída que a CLT exige do empregador. Se essa prova se revestir de cuidados que deem ao empregador a certeza de que, quando ele as apresentar em um processo trabalhista, o juiz vai dizer “não, aqui esse empregador cumpriu as exigências do registro eletrônico de ponto, manteve um equipamento tecnológico insuscetível de ser adulterado e, portanto, a versão que está me trazendo ao processo é a versão que vou considerar válida.”...

Vejam, hoje, os juízes do trabalho enfrentam, em 95% dos processos trabalhistas, discussão acerca das horas extras e, na maioria absoluta dessas discussões, a questão que vem ao processo é a idoneidade da forma como o empregador efetua o registro da jornada. Se o empregador tem a segurança de que está fazendo esse controle de uma forma que é ratificada pelo Ministério do Trabalho e que se reveste de uma segurança muito maior do que aquela que até agora tínhamos nos registros eletrônicos, ele vem para o processo trabalhista discutir o tempo de vida que tomou de seus empregados com uma segurança jurídica muito maior do que tinha até agora.

Então, vejam os senhores, é falacioso o argumento de que o REP traz um ônus dispensável e desnecessário aos empregadores. O que ele traz é transparência e segurança para o empregador e para o empregado. Se o empregado, hoje, rasga o papelzinho e coloca fora é porque o que estamos vendo acontecer com a Portaria nº 1.510 é uma mudança de paradigma, é uma mudança de cultura e, como qualquer mudança de cultura, não se opera do dia para a noite. Essa mudança de cultura leva um tempo para acontecer. É preciso que os nossos trabalhadores resgatem a noção de que é importante, sim, que possam controlar o tempo de vida que estão colocando à dis-

posição do empreendimento para o qual trabalham. É preciso que os nossos empregadores tenham, sim, a garantia de que, se efetivarem um registro adequado e idôneo, terão, depois, no processo, a possibilidade de demonstrar isso ao juiz do trabalho.

Então, vejam, podemos aqui discutir, e é válido que discutamos, se há ou não há defeitos, se há ou não há melhorias a serem feitas, se há ou não há um caminho a ser perseguido.

A Justiça do Trabalho está instaurando hoje o processo eletrônico. Vocês acham que o processo eletrônico não tem falhas? Estou atuando atualmente em uma vara do interior do Rio Grande do Sul em que já estamos adotando o processo eletrônico, e as falhas são inúmeras. Muitas vezes precisamos chamar o setor de informática, parar tudo e recomeçar do início. Isso faz parte do processo. Se quisermos partir de um pressuposto em que as falhas não existam, a primeira coisa que temos que fazer é abrir mão da tecnologia, porque a tecnologia é falível. Mesmo no processo eletrônico, temos um caminho longo a ser percorrido pela Justiça do Trabalho. As empresas têm esse mesmo caminho a ser percorrido. Se hoje isso representa um gasto, podem ter certeza os senhores que não é um gasto maior ou mais representativo do que qualquer gasto que a empresa tenha que enfrentar quando quer ter um desenvolvimento tecnológico ou uma evolução tecnológica maior em qualquer dos setores ao qual ela se dedica. Isso faz parte de uma mudança de pensamento acerca dessa proteção do trabalhador e do tempo que ele gasta enquanto trabalha que é preciso que todos nós, especialmente aqui, quando estamos em uma Comissão de Direitos Humanos discutindo garantias que são consideradas pela nossa Constituição Federal como fundamentais dos cidadãos brasileiros, tenhamos em conta que estamos falando de tempo de vida e de uma iniciativa interessante que merece aplausos do Ministério do Trabalho, ao tentar fazer com que uma regra trabalhista que estabelece um dever prévio de produção de prova documental tenha uma eficácia maior, capaz de garantir às duas partes envolvidas nessa relação material uma confiança e uma transparência que até hoje nós não tínhamos.

(Soa a campanha.)

A SR^a VALDETE SOUTO SEVERO – Sempre me dá um susto quando os outros estão falando, imagine quando sou eu que estou falando então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais cinco, se necessário.

A SR^a VALDETE SOUTO SEVERO – Não, nem vou usar, Senador, até porque estou mais curiosa em ouvir as outras opiniões do que em falar. Estou aqui

representando a Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas, que já declarou publicamente, e não se cansa de repetir, que sua posição é absolutamente contrária a esse Decreto nº 593, de 2010, que, repito, além de utilizar uma forma jurídica inadequada, um decreto legislativo para sustar efeitos de uma portaria ministerial, ainda vai implicar um retrocesso social que não se justifica. Discutamos os termos da Portaria, façamos a evolução necessária em relação às regras de controle de horário, mas não podemos permitir que haja um retrocesso em relação aos passos que demos até hoje para garantir transparência e confiança na relação entre capital e trabalho.

Obrigada, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Juíza Valdete Severo, que aqui representou o Presidente da Anamatra, o Sr. Renato Henry Sant'Anna. Permita também que eu diga: a exemplo do Ministério do Trabalho, a Anamatra, todas as vezes, todas as vezes mesmo, em que a convidamos, aqui ou na Subcomissão de Trabalho e Previdência, que eu coordeno também, a Anamatra, sempre, sempre se fez presente. Meus cumprimentos à Anamatra.

E assim nós encerramos esta primeira Mesa. Eu peço que o representante do Ministro Carlos Daudt Brizola, o Edgar, fique na mesa, porque, depois de ouvir a todos, ele vai, naturalmente, colocar a posição do Ministério.

Vamos para a segunda Mesa.

Convido para a segunda Mesa o Sr. Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em representação ao Sr. Antônio Oliveira dos Santos, Sr. Alain Mac Gregor; também convidamos – alguém que conheço há muitos anos, quando comecei no movimento sindical – o Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores, em representação ao Presidente Ricardo Patah, Francisco Canindé Pegado do Nascimento; Luiz Antonio Medeiros de Araújo, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sinait, em representação ao Sr. Marcelo Campos; o Sr. Pablo Rolim Carneiro, Analista de Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em representação ao Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente.

Uma salva de palmas a todos que fazem parte desta segunda Mesa. *(Palmas.)*

Vamos seguir conforme a Secretaria-Geral da Mesa ordenou as falas.

De imediato, passo a palavra ao Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em representação ao

Presidente Antônio Oliveira dos Santos, o Advogado Alain Mac Gregor.

O SR. ALAIN MAC GREGOR – Bom dia, Senador Paulo Paim.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite. A CNC está sempre pronta para o debate, o diálogo, e o senhor vem fazendo isso com esmero nesta Casa. Na sua pessoa, cumprimento os demais Senadores presentes e, na pessoa do meu amigo Pegado, cumprimento a representação dos trabalhadores.

Senhoras e senhores, foi falado que já tem um bom tempo de discussão com relação ao REP. Realmente, a Portaria é de 2009, mas de discussão efetiva ela teve muito pouco tempo. Vou fazer um breve histórico do que aconteceu. Infelizmente, cheguei um pouquinho atrasado. Não sei se os outros chegaram a fazer essa evolução.

Uma portaria foi criada em agosto de 2009, mudando toda forma de registro eletrônico de ponto. No começo, o próprio Ministério do Trabalho falou que o registro eletrônico de ponto não era obrigatório. Houve uma ampla discussão sobre não ser obrigatório para quem não usa o registro eletrônico de ponto. Para quem usa, é obrigatório utilizar-se da Portaria nº 1.510 como referência.

Então, foi criada essa Portaria, e num período de seis meses...

Não existia o equipamento. Foi idealizado por um juiz do trabalho e um auditor fiscal. Não houve nenhuma participação nem dos trabalhadores nem dos empregadores, que eram as partes mais interessadas no assunto.

Em seis meses, houve a criação, o teste, a certificação do equipamento e se colocou o equipamento para a venda. Aquele equipamento, em seis meses, foi a solução para todo o problema do registro eletrônico de ponto. Ele veio para solucionar todas as fraudes, todos os problemas com relação ao registro de ponto. Milagrosamente veio. Por que não veio antes? Se ia resolver o problema, por que não veio antes?

A situação foi tão sem controle que depois disso vieram outras portarias prorrogando o prazo para implementação. E aí foram criadas as normas. Então, primeiro se criou equipamento, vendeu-se o equipamento, depois começou a criar a norma para a fabricação do equipamento, para certificação. E as normas foram evoluindo. Então os primeiros equipamentos vendidos, hoje em dia não atendem mais às normas. E as empresas estão usando esses equipamentos. E aí? Qual é a segurança que esse equipamento deu para a empresa que comprou o produto no início? Zero. Zero.

Dentro da Portaria nº 1.510, tirando questões que já foram discutidas, como a questão do papel, de uma

bateria que tem que durar dois meses sem energia... Inclusive, 21 de dezembro, agora, parece que acaba o mundo, e o REP vai continuar funcionando por mais dois meses, porque a bateria dele dura mais dois meses. Então são situações que só encarecem o produto e não têm efetividade alguma.

Eu ouvi o depoimento da representante da Anamatra a respeito da falácia. Eu não entendo como falácia. Desculpe, mas a palavra falácia é até muito forte. Nós, representantes dos empregadores, estamos defendendo os sérios empregadores, os bons empregadores. Os maus empregadores, com REP ou sem REP, vão continuar maus. Realmente é uma questão cultural. O REP não vai mudar a cultura de quem é ruim. Por quê? Porque nada impede que o trabalhador vá lá, está cumprindo jornada de trabalho, bata o ponto e volte a trabalhar. Seja o REP, seja qualquer outra forma de registro de ponto, isso é questão cultural.

Então, se queremos mudar alguma coisa, vamos mudar a cultura, e não impor um equipamento que não tem adequação para situações do dia a dia das empresas. Tanto que a Portaria foi construída por um auditor fiscal e um juiz do trabalho. Ninguém chamou os empresários e perguntou: como funciona a sua empresa? É possível implementar isso dentro da sua empresa?

Não houve esse diálogo, nunca aconteceu esse diálogo, em momento algum aconteceu esse diálogo. As discussões que estão ocorrendo, somos nós, representantes dos empregadores, correndo contra o tempo para proteger uma relação que vinha sendo adequada com o tempo.

O registro eletrônico de ponto teve uma evolução muito grande. No sistema bancário ele é cancelado. Houve perícias para garantir a idoneidade do registro dos bancos. Não vale mais. Foram investidos milhões de reais para desenvolver sistemas que realmente evitam a fraude. A fraude, por total, por completo, nunca vai ser evitada, porque estamos lidando com o ser humano, e o ser humano prima pela criatividade. Então vai haver sempre uma forma de burlar alguma coisa. A gente vai ter que mudar a cultura. Vamos mudar a cultura, sim, aí a coisa funciona.

Com relação à segurança que o REP dá para as empresas, eu acho bem questionável. Hoje, a Justiça do Trabalho, como os representantes da Anamatra conhecem muito bem, funciona de acordo com o princípio da primazia da realidade. Então, você tem um equipamento, Senador, perfeito, a empresa está lá, comprou o REP, certificado, maravilha; funciona, está ali, está fazendo da melhor forma possível, utilizando o REP.

Uma ação trabalhista, naquela empresa que tem o REP, que é infalível, que não tem problema, que é o melhor equipamento que existe no mundo, porque

em nenhum outro lugar a gente tem um equipamento como o REP, essa empresa sofre uma ação trabalhista e aí duas testemunhas vão lá e falam: olha só, esse REP não funciona, não. Na verdade, apesar de estar registrado aí no REP, minha jornada foi muito além disso aí. E vai valer o depoimento da testemunha. Pode estar o REP perfeito, certificado. Não tem como mudar essa forma de julgamento da Justiça do Trabalho. É o princípio da primazia da realidade. Eu quero ver o juiz que vai falar: não, o REP vale mais do que o depoimento de uma testemunha. Ótimo! Se vale mais do que o depoimento de uma testemunha, vamos apoiar o REP. Vamos apoiar, porque, se vale isso, a gente vai ter a segurança. Aquele equipamento está garantindo tudo o que tem de melhor na empresa. Mas não é a verdade, não é a realidade e nunca será, porque, como eu falei, qualquer equipamento, seja o REP, seja qualquer outro, ele é passível de fraude. O que a gente pode fazer é minimizar as formas de fraude com a fiscalização. Até a questão que o Márcio colocou, achei assim, é de extrema importância.

Hoje, a gente tem um equipamento que tem uma saída USB. Qualquer um pode chegar com um *pen drive* e pegar todo o histórico de entrada e saída, o controle de jornada dos trabalhadores daquela empresa. Imagine uma empresa de vigilância, com todas as informações. Opa! Olha, à noite, aqui, só tem dois trabalhadores funcionando.

Então, tem questões de segurança que a gente tentou... Até foi criado um grupo de trabalho, no Ministério do Trabalho, para tentar trazer algumas soluções. Eu participei do grupo, a gente tentou contribuir de todas as formas, os trabalhadores tentaram contribuir com ideias, mas o Ministério do Trabalho falou assim: não, não, não. Isso não, isso não. Tudo não. Colocamos essa situação: olha, deixa uma chave, fechado. Quando o fiscal vier... Não, tem que estar acessível a qualquer momento para o fiscal. Para o fiscal ou para qualquer outra pessoa.

Então, são pequenos detalhes que, quando da elaboração da portaria, até... O juiz julga, o auditor fiscal fiscaliza, mas quem produz, quem trabalha é quem conhece a realidade. Eles conhecem a realidade do processo, da fiscalização, mas a realidade do dia a dia empresarial não foi ouvida. E a partir disso, quando... É uma questão principiológica. O REP tem um problema principiológico: o início dele foi equivocado. Tudo o que é feito de forma assoberbada, sem chamar as partes interessadas, não funciona. Tanto que nem os trabalhadores estavam satisfeitos com o REP. Foi editada posteriormente à 1.510, a Portaria nº 373, para acalmar um pouco o lado dos trabalhadores, que já vinham negociando com as empresas

formas de registro eletrônico de ponto de acordo com a realidade do setor, de acordo com realidade da atividade econômica desenvolvida. Em momento algum se verificou isso.

Nós temos uma gama de situações assim, seja na agricultura, seja em empresas de terceirização, seja no próprio comércio mesmo, em que o REP não se adapta, situação de grupo econômico cuja empresa não pode mandar o funcionário trabalhar em outra filial, porque lá naquele REP ele não está registrado. O próprio terceirizado. Como é que se vai bater o ponto eletrônico do terceirizado? A empresa prestadora de serviço vai colocar um REP em cada empresa para a qual ela presta serviço, para os trabalhadores dela baterem o ponto?

Então, o que está acontecendo, Senador, realmente é um retrocesso: as empresas estão voltando a usar o ponto manual e o ponto mecânico. Aquela tecnologia que foi desenvolvida ao longo do tempo, de repente ela foi, assim, crucificada, porque os empregadores estavam usando aquilo para o mal, estavam acabando com a vida dos trabalhadores, a jornada, o tempo de vida... O tempo de vida está ali, a lei está ali: 8 horas diárias, 44 horas semanais, salvo exceções. Está ali. Não cumpriu? Vai ter que pagar hora extra. A maioria das discussões na Justiça do Trabalho são horas extras não pagas. Não que o REP esteja envolvido. Não, horas extras trabalhadas e não pagas. Comprovou-se que foi trabalhado e não foi pago. Está ali sendo discutido na Justiça do Trabalho e, com certeza, o trabalhador vai receber isso, porque, hoje, na Justiça do Trabalho, 90% das ações são procedentes, ou procedentes em parte, em favor do trabalhador. "Ah, o trabalhador foi prejudicado". Foi prejudicado num momento, mas no segundo momento ele vai receber, de alguma forma ele recebe.

Agora, esse investimento que a gente está fazendo, que estão impondo... Falou-se que o equipamento vai ser comprado, não vai ser substituído, que se vão poder utilizar os anteriores. Sim, o equipamento sim, mas a certificação que foi dada só vale até o ano que vem. Se aquele equipamento que você comprou não passar pela nova certificação do Inmetro, sinto muito. Então, são questões...

Fora isso, no primeiro momento da questão de produção de equipamentos eletrônicos, de REP, a China estava começando a fabricar REP. Você entrava em sites de venda da China, estava lá: equipamentos do REP de acordo com a Portaria nº 1.510, na China, vendendo a US\$60.00 o equipamento, enquanto aqui eram mais de R\$2 mil. Eles mandavam pelo Correio. Dava para mandar até três pelo Correio, nem imposto pagava.

Além disso, a Lucienne deu um depoimento aqui. A Lucienne é fabricante, e a empresa dela parou, como muitas empresas pararam, por causa de uma portaria que tentou regulamentar sem conversar com as partes.

Nós temos experiências muito válidas de discussões que foram feitas, construções que foram feitas. Nós, empresários e trabalhadores, não discutimos a Portaria nº 1.510 em momento algum. No Ministério do Trabalho, tivemos um momento de discussão. Então, podem se passar dois, três, quatro anos da portaria. Enquanto não nos chamarem para sentar e discutir realmente, trabalhadores, empregadores e o Ministério do trabalho, não vamos sair do lugar.

A gente participa de audiências públicas, a gente traz os problemas do REP. Não adianta eu ficar aqui falando dos problemas que o equipamento traz, da questão do armazenamento. Eu moro no Rio de Janeiro e troco meu computador a cada ano, porque a maresia destrói o meu computador. Todos os componentes eletrônicos do meu computador vão embora por causa da maresia, mas o REP é um equipamento infalível. Você vai ter que guardar o REP e daqui a cinco anos ele vai funcionar. Quem garante, Senador? Quem garante que, num dado momento, não se perca essa memória e numa ação trabalhista o empresário não tenha como mostrar a jornada de trabalho? Não terá, porque não tem *backup*, a Portaria nº 1.510 não permite o *backup*. Então, se houver qualquer problema, qualquer dano, se houver incêndio na empresa e ele perder, queimar o equipamento, sinto muito, nas ações que forem demandadas ele não vai ter como se defender.

Então são situações que não foram observadas quando da edição da portaria, daí o decreto. Fora as questões judiciais, as questões jurídicas da Portaria propriamente dita, por isso o decreto. Nossa intenção é sempre melhorar. O empresário brasileiro está se desenvolvendo cada vez mais, porque a gente está num mundo globalizado. Não estamos mais concorrendo com os nossos vizinhos; estamos concorrendo com as empresas lá fora. Então queremos qualidade, queremos nossos trabalhadores satisfeitos, trabalhando bem e estamos contribuindo com isso. A gente vem evoluindo em todas as discussões, as representações dos empresários...

(Soa a campanha.)

O SR. ALAIN MAC GREGOR – ...vêm contribuindo de forma construtiva. Por isso somos a favor da aprovação do decreto legislativo, para sustar os efeitos da portaria e começar realmente um diálogo com as partes, que têm total interesse nessa situação do registro de ponto, Senador.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio, Bens e Serviços, que representou aqui o Presidente Antonio Oliveira dos Santos, Dr. Alain Mac Gregor.

Passamos a palavra agora para o Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores, representando o Presidente Ricardo Patah, meu amigo Ricardo Patah, Francisco Canindé Pegado do Nascimento.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO – Bom dia, Senador Paulo Paim, nosso grande Senador do Brasil, bom dia a todos os demais Parlamentares e aos companheiros dirigentes sindicais. Estou verificando a presença de companheiros da Força Sindical, companheiros da Nova Central Sindical, todos da Mesa.

Bom, Senador, pela primeira vez eu ouvi aqui uma reclamação do setor empresarial, ao dizer que a modernização traz prejuízo, pela primeira vez na vida, porque os trabalhadores sempre tiveram uma certa tensão, um certo cuidado com essa parte do desenvolvimento tecnológico, com a substituição de mão de obra, justamente porque nós sabemos que é a substituição do homem pela máquina. Em função disso, é claro que é um investimento inicial que depois se transforma em lucro, somente em lucro, porque máquina não faz reclamação, não faz hora extra, não abarrotava a Justiça do Trabalho para cobrar justamente os seus direitos. Enfim, o que eu vi foi isso. Houve um grande investimento e isso é um prejuízo causado ao setor empresarial. Então, isso tem que ser registrado nos Anais realmente para um estudo sociológico, porque, de fato, parece que há um grande equívoco relacionado a esse tipo de posição.

Segundo, Senador Paulo Paim, eu não vi em momento nenhum aqui se levantar a possibilidade do registro alternativo ou da adoção de sistema alternativo de controle de jornada de trabalho. Quero dizer claramente que a UGT defende a adoção de sistema de registro de ponto, o mais perfeito, o mais adequado, o que tenha maior condição de oferecer credibilidade a uma parte, que é a parte que mais sofre, que mais tem prejuízo nessa situação, que é justamente o trabalhador, que é violado sistematicamente na questão das suas horas extras pelo Brasil afora. Evidentemente, a gente tem que separar o joio do trigo, os maus empresários dos bons empresários, etc. e tal. Mas, no último levantamento feito pelo Dieese constatou-se que o prejuízo que a classe trabalhadora tem só na violação das suas horas extras, considerando a mínima de 10 minutos retirados por dia de cada trabalhador no Brasil, isso representa, Senador Paulo Paim, um prejuízo de R\$11 bilhões por ano somente em violação ou prejuízo que

o trabalhador tem literalmente por violação do sistema de ponto eletrônico que é esse famoso relógio que querem que volte.

Quando se discutiu a questão da introdução de um sistema que viesse a ser restrito, ou seja, a prova de violação, algo dessa natureza, quem mais procurou discutir a sua aplicabilidade foram os trabalhadores. Eu debati, participei de reuniões, mas voltado para este sentido: objetivo da aplicabilidade. Agora, como grandes empresas e sindicatos que já têm, por meio de acordo ou convenção coletiva, alternativa de marcação de ponto, o que houve foi um choque inicial entre a Portaria e essas negociações já feitas com outras entidades sindicais. Então grandes sindicatos, como o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, maior sindicato do País, e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC...

Nós estivemos reunidos com o Ministério do Trabalho, dizendo: olha, é o seguinte, nós já temos, no caso especial que fui examinar *in loco*, da GM, onde você tem 8 ou 9 mil trabalhadores num turno só entrando ali. Imaginem quanto tempo se perderia com esses trabalhadores marcando em fila o ponto eletrônico ou o relógio convencional, que seja, e na hora do intervalo, do almoço, ter que marcar o final do primeiro expediente, depois retornar para a entrada do segundo expediente. Essa negociação com os sindicatos se deu justamente para evitar essa marcação, o que beneficiou, evidentemente, a empresa, o trabalhador, que não tem que se deslocar, às vezes, 10 minutos de onde está ou diminuir o seu tempo de refeição para poder marcar o seu ponto.

Então, o que nós contestamos foi justamente a falta de condições para que o que já existe de entendimento na relação sindicato e empresa ou capital e trabalho fosse preservado. Foi isso daí, justamente em função da realidade que existe no País. Agora, o detalhe aqui, Senador, reside no fato de que a Portaria nº 1.510, da forma que está, tem um série de controles. Daria para passarmos um bom tempo discutindo sobre o que ela trouxe ou o que inseriu como possibilidades de controle para evitar fraude, violação, etc., e mesmo assim os fabricantes e os empregadores dizem que ainda é violado. É algo que a gente acaba de ver aqui.

Senador, tem um chamado – vou ler pela sigla – ACJF, que é o Arquivo de Controle de Jornada para Efeitos Fiscais, tem a AFDT, que é o Arquivo de Fontes de Dados Trabalhadas, tem o PTRP, que é o Programa de Tratamento de Dados e Registros de Ponto, tem o AFD, que é o Arquivo de Fonte de Dados, tem o MRP, que é Memória de Registros de Ponto, tem o REP, que é o próprio equipamento Registrador Eletrônico de Ponto, o MT, que é a Memória de Trabalho, tem o CCREPL, que é o Certificado de Conformidade do

REP à Legislação. Quer dizer, é muita coisa introduzida na portaria, mas havia um objetivo, que era tentar justamente fazer com que ela atendesse pelo menos a uma certa perfeição, para o entendimento por parte dos representantes. E aqui estão alguns representantes do setor empresarial que falaram que não atende.

Ora, por conta disso é que saiu a Portaria nº 373, essa que é o objeto do meu debate, sinceramente, Senador Paulo Paim. É a portaria específica que dispõe sobre a possibilidade de adoção pelos empregadores de sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho. O REP, quando se fala aqui, todo mundo coloca na cabeça o relógio. E alternativas melhores do que o relógio já existem? Existem, já existem, muito mais confiáveis. Não estou dizendo: jogue o relógio fora. Não, senhor, absolutamente, até porque temos hoje 15% dos nossos trabalhadores que não acessam cartão de ponto. Esses são os mais lesados, sem contar agora com os trabalhadores domésticos, que, através da nova legislação, passam a ter realmente todos esses direitos como o trabalhador celetista comum, digamos assim. Mas 15% são técnicos, são motoristas, são de várias outras categorias de trabalhadores que não têm, nem por meio de cartão de ponto nem por meio de relógio, possibilidade de fazer a sua marcação.

Então, sobre esse sistema, acredito, o Ministério de Trabalho deixou de fazer certa pesquisa internacional para ver o que existe de mais moderno por aí fora. Acho que deixou de fazer, sim, e existe, pode ser, está aí ouvindo a história.

Antes de chegar a essa ideia, vou dizer o que é que significa hoje uma nova ferramenta utilizada pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Senador Paulo Paim.

Como representantes da central sindical, temos assento no Conselho Curador do FGTS, que implementou agora a nova ferramenta chamada SMS-FGTS. O que é isso, Senador? É o seguinte: no Brasil, existem 270 milhões de aparelhos celulares. Hoje é difícil alguém ou um trabalhador que não tenha um aparelho celular, ou o filho tem, ou o avô tem, alguém dentro de casa tem. São 270 milhões.

O que é que o FGTS fazia com as contas, para mandar o extrato em papel para o fundista do FGTS? Duas vezes por ano, mandava o extrato para acompanhamento. Por meio dessa ferramenta SMS-FGTS, pode-se cadastrar o celular no FGTS e todos os meses – todos os meses –, pelo menos duas mensagens (SMS) são recebidas na tela do celular. Pode ser o celular mais antigo que existe, Senador. Uma – vou utilizar o outro tempo, Senador – referente ao depósito e a outra referente à correção, pelo menos essas duas.

Para qualquer movimentação que existir na conta do trabalhador, ele vai receber uma mensagem no celular.

Disso aí, sim, ele tem o controle. Esse trabalhador tem o controle de sua conta, diferente disso aqui, em que o controle ainda fica na mão dos empregadores, o controle eletrônico, porque o trabalhador pega apenas o papel, apenas a tirinha de papel ali, mas a parte mesmo da memória fica lá, à disposição do empregador, e isso não é justo. O trabalhador é quem tem que ter disponível consigo essa informação também, que só pode acontecer se alterar ou se der nova alternativa de controle de jornada em que se utilize esse novo mecanismo, que é justamente o uso do celular na marcação do ponto eletrônico.

Dr^a Valdete, não sei se a senhora já ouviu falar dessa nova alternativa.

Então o trabalhador pode ter o seu celular antigo, pode ter o *smartphone*, pode ter um telefone fixo, pode ter o que tiver. Ele pode cadastrar esse aparelho e ele mesmo é quem comanda de onde estiver, negociado com o devido entendimento com a empresa. Para evitar que o trabalhador saia de casa, já marca o ponto. Não, tem uma área geográfica tal, é tudo muito mais moderno do que isso daqui. Então, não é que vá às favas essa Portaria nº 1.510, absolutamente.

Os comerciários do Brasil, por exemplo – Ricardo Patah, que é seu amigo, é nosso amigo –, denunciam isso sistematicamente, trabalham até 60 horas por semana. Então, somos quem mais demandamos realmente a necessidade de ter um controle mais eficaz de ponto, de marcação de ponto. Quanto mais isso se modernizar, Senador Paulo Paim, melhor.

Agora vem a questão de dizer que isso é mais caro ainda, é um sistema mais caro. Ao contrário, absolutamente. Os estudos feitos dizem que esse novo sistema é 40% mais barato inclusive do que o sistema hoje existente. Por quê? Porque se reclama muito de papel, manutenção etc. Tudo isso funciona claramente em *backup*, serve para alimentar também as informações de folha de pagamento, é inviolável, altamente mais eficiente do que o REP de que todos vocês estão reclamando. Vejam só. Quando se fala que a China está também fabricando, claro, a portaria deu oportunidade de fabricar e deu oportunidade para que o importador brasileiro legalmente possa introduzir no Brasil o equipamento. Essa é uma questão de mercado apenas.

Agora, eu sinto, na verdade, e fiz várias reuniões com representantes do setor de relógios, esse fabricante de relógios aí – não vou citar o nome do fabricante por razões óbvias –, mas a questão aqui é a seguinte: no detalhe da fabricação do relógio, um faz a carcaça, o outro faz o componente eletrônico, o outro faz a trelinha não sei de que lá. Então eles não se falam. Foi

essa a percepção que me passou quando sentavam para conversar conosco, pedindo prorrogação, para que nós também solicitássemos ao Ministério do Trabalho prorrogação, para a implantação do sistema. Até aí, tudo bem. Falavam que não estavam preparados, apesar de a coisa vir se desenrolando desde 2009. E, se quisesse ir um pouco mais atrás, seria em 1995, quando veio o objeto de que os empregadores podem adotar sistemas controle de jornada de trabalho, desde que por convenção ao acordo coletivo.

Tudo bem. A regulamentação em si, como é e como deve ser, com todas esses pontos que levantei aqui de controle, de dados que têm quem existir, tudo isso veio regulamentado na 1510. Isso é bem verdade.

Concluindo, Senador, o Conselho Nacional de Relações de Trabalho, o CRT, é um Conselho tripartite que tem a participação de trabalhadores, Governo e empregadores. Esse Conselho tem também como objetivo orientar, dar sugestões ao Ministro do Trabalho sobre qualquer coisa que diga respeito à relação capital/trabalho.

Levantei, no Conselho, a necessidade de evoluirmos para que efetivamente outro sistema de controle alternativo viesse a ser adotado, porque a Portaria nº 373 diz o seguinte: fica constituído um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar estudos com vistas à revisão e aperfeiçoamento do REP. A portaria está aí, mas não vi esse grupo funcionar.

No Conselho Nacional de Relações de Trabalho, tivemos – fui eu que levantei, Senador, a questão de um companheiro nosso, que é empregador e participa do Conselho – a questão que mostra justamente que, da forma como está, só vamos ter mais uma audiência pública, mais uma reunião, mais outra reunião, mais outro encontro e reclamações, quando temos oportunidade de evoluir cada vez mais. Se o equipamento hoje denominado REP não está atendendo a essas condições da portaria, vamos evoluir. O marco regulatório diz que pode haver alternativas de controle de jornada devidamente negociadas. Se encontrarmos alternativas melhores ainda, vamos negociar, evidentemente.

Então, Senador deixo aqui, para contextualizar, uma sugestão: se possível, que o senhor faça outra audiência pública com este objetivo: examinar quais são os sistemas alternativos de controle de ponto, porque eles também existem. Por enquanto, é retrocesso essa história de voltar ao relógio antigo através do Decreto Legislativo aqui do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Avoquei-o para esta Comissão e está sob minha relatoria.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO – Ótimo. É ótimo que esteja com V. Ex^a.

Não é viável, porque, na minha visão, na visão da UGT, é um passo atrás. Temos é que ir em frente, descobrir as melhores alternativas, e não botar uma pedra em cima de algo que já, há muito tempo, deveria ter sido implementado no Brasil, e não foi implementado, diga-se de passagem, porque grandes grupos empresariais botaram o pé na porta, não deixaram que isso evoluísse. As cinco mudanças de datas de implementação do sistema não foram nada mais, nada menos do que uma posição fechada de grande parte do segmento empresarial que sabia que – não vamos partir para o lado ideológico, mas um lado objetivo da relação capital/trabalho – o trabalhador passaria a ter, com esse novo instituto, uma alternativa, a possibilidade, a chance de controlar um pouco mais a sua vida como a Juíza, Dr^a Valdete, falou: a sua vida, o seu tempo de trabalho na empresa onde o trabalhador dá sangue, suor e lágrimas.

Por enquanto é isso, Senador Paulo Paim. Obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Francisco Canindé Pegado do Nascimento. Começamos juntos no movimento sindical, em fins dos anos setenta, início dos anos oitenta. Vim para o Parlamento, e ele continuou. Hoje é o Secretário-Geral de uma central sindical. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores, que aqui representou, como uma bela exposição, o Presidente Ricardo Patah.

Passamos a palavra, neste momento, a Luiz Antônio Medeiros de Araújo, auditor fiscal do trabalho representante do Sinait, que aqui falará em nome do Presidente, Sr. Marcelo Campos.

Por favor, Sr. Luiz Antônio, com a palavra.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MEDEIROS DE ARAÚJO – Bom dia a todos. Primeiramente, quero agradecer o convite feito ao Sinait para participar desta audiência pública.

Só uma correção, Senador. A Presidente do Sinait é a Dr^a Rosângela Rassy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está representando aqui o Marcelo Campos, que deve ser secretário-geral, diretor de sindicato?

O SR. LUIZ ANTÔNIO MEDEIROS DE ARAÚJO – Não, a Presidente do Sinait é Rosângela Rassy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por que é que entrou aqui Marcelo Campos? Talvez tenham indicado Marcelo Campos, que foi substituído por V. S^a.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MEDEIROS DE ARAÚJO – Nós temos um *PowerPoint* para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. LUIZ ANTÔNIO MEDEIROS DE ARAÚJO

– Fazendo aqui uma breve retrospectiva – acho que muitas coisas já foram faladas –, eu trouxe alguns resultados que consideramos positivos da fiscalização, no seu dia a dia, em empregadores que já utilizam o ponto eletrônico.

A Portaria surgiu da constatação de existência de fraudes em ponto eletrônico, trazendo reflexos na saúde dos trabalhadores, no salário, na Previdência, no Fundo de Garantia, e por aí vai.

A Portaria, por incrível que pareça, vem trazer eficácia a direitos constitucionais. De nada adianta a Constituição Federal estabelecer jornada máxima de 8 horas diárias e 44 horas semanais se os controles de jornada são falhos. Isso era o que acontecia com os registros eletrônicos de ponto utilizados antes da Portaria nº 1.510.

Um dos objetivos da Portaria, no seu contexto como um todo, é criar um campo neutro. O Canindé Pegado falou que o empregador fica com a guarda daquele equipamento onde estão armazenadas as informações. Então é importante que seja criado um campo neutro, que é o que acontece dentro daquele equipamento, em que as informações fiquem resguardadas de qualquer alteração, qualquer apagamento, qualquer violação.

Por uma ação reflexa, a Portaria vem até a combater, vamos dizer assim, a concorrência desleal entre empregadores. Se há empregadores que utilizam indevidamente os registros de ponto e fazem alterações nas marcações e, com isso, seus empregados trabalham além da sua jornada, e outros não o fazem, um empregador fica em vantagem, vamos dizer assim, em relação a outros.

Fiz esse pequeno quadro. O excesso de jornada causa fadiga, adoecimento, acidentes de trabalho, ocasionando afastamentos, aposentadorias precoces e mutilações, causando reflexos na Previdência e, de uma forma reflexa na sociedade como um todo, que termina custeando essa Previdência.

A gente fala muito do REP, que é o equipamento. Mas a Portaria traz o SREP – Sistema de Registro Eletrônico de Ponto, que é constituído do REP, o equipamento, e do programa de tratamento de registro de ponto.

O SREP como um todo visa registrar fielmente as marcações efetuadas, não sendo permitidas quaisquer ações que desvirtuem os fins legais a que se destina. As marcações são feitas e devem ser guardadas, de forma que não sofram qualquer alteração indevida.

Importante também é que a Portaria nº 1.510, de 2009, instituiu o SREP e estabeleceu o prazo de um ano para as empresas que adotam o Registro Eletrônico

de Ponto (REP) passem a utilizá-lo. E instituiu, como eu já disse, o Programa de Tratamento de Registro de Ponto. Para isso o prazo foi imediato.

O que entrou em vigor, agora no mês de abril, para o primeiro ramo de grupo de atividades, foi a obrigatoriedade da utilização do REP. A obrigatoriedade do Programa de Tratamento já havia desde agosto de 2009.

Aqui eu trouxe esse quadro que mostra o exemplo de seis fiscalizações em empregadores que adotam ponto eletrônico. Em empregador com 2 mil empregados, foram constatadas 2.556 irregularidades relacionadas à jornada. Esse acesso à informação que a fiscalização passou a ter com o Registro de Ponto Eletrônico é de fundamental importância para a eficácia das ações fiscais. Em muitos casos, seria humanamente impossível constatar manualmente essas ocorrências, essas 2.556 infrações ao atributo jornada.

E, veja, não é só o acesso à informação que a fiscalização passou a ter; é o acesso às informações de informações verdadeiras, verídicas, porque antes, mesmo que a gente conseguisse o acesso a essas informações, se elas não eram verdadeiras, certamente alguns empregadores – não estou dizendo todos – teriam feito alguma coisa para que essas infrações não fossem demonstradas. Foram 2.556 irregularidades prejudicando 746 empregados e 2.335 irregularidades prejudicando 968 empregados.

Outro fato também: antes de a fiscalização utilizar essas informações em meio digital, essa análise será feita manualmente. Como essas multas não são *per capita*, ou seja, a multa não é para cada empregado encontrado em situação irregular, o auditor constatava cinco, seis, sete casos e citava como exemplo no auto de infração. Muitos desses autos terminavam caindo no Poder Judiciário e alguns empregadores diziam: “Olha, tenho dois mil empregados e o fiscal encontrou cinco casos de irregularidade na jornada. Isso foi ocasional”. Em alguns casos, infelizmente, sensibilizavam alguns juízes, que chegavam até a proferir decisões que anulavam o auto de infração sob esse argumento. Agora, não. Agora a situação é outra. A fiscalização vai poder apontar todas as irregularidades que encontrar no atributo jornada e descanso. Já fica – espera-se – muito mais difícil utilizar-se desse argumento.

Temos esses quatro exemplos. Nessa segunda transparência, há esse exemplo de uma empresa com 13 mil empregados, onde foram apontados 52.170 excessos de jornada. Esse excesso de jornada já é em relação às duas horas que se admite pela CLT que o empregado exceda. Esses 52 mil excessos são em relação a essas duas horas permitidas. São treze mil irregularidades relacionadas ao descanso; 1.124 relacionadas à não concessão de intervalo interjornada e

3.492 irregularidades relacionadas à não concessão do intervalo intrajornada, que é o intervalo para descanso e alimentação durante a mesma jornada.

E eu trouxe também um quadro demonstrativo, de 2006 a 2012, em que são apontadas as ocorrências de autuações relacionadas a essa primeira coluna ou ponto. Diferentemente do que foi anunciado aqui pelo Sr. Márcio Milan, da Associação dos Supermercados, em 2012, foram lavrados 6.418 autos de infração relacionados ao ponto. É verdade que não são todos em relação ao ponto eletrônico. Nessa autuação estão todas as irregularidades relacionadas a ponto, seja manual, mecânico ou eletrônico. Mas certamente, dentro dessas 6.418 autuações, estão as relacionadas ao ponto eletrônico. Pelo menos uma, sei que há, porque foi um auto de infração feito por mim em 2011, o de nº 5.591, coincidentemente em uma empresa do ramo de supermercados. Essa autuação não foi logicamente devida ao REP, porque a vigência começou apenas em 2012, mas em relação ao programa de tratamento de registro de ponto, porque o programa utilizado por essa empresa estava irregular. Então, demonstra-se aqui um acréscimo: em 2006, foram 2.353; agora, em 2012, já quase triplicou o número de autuações relacionadas ao ponto.

Nessa coluna jornada, essas autuações do ponto estão incluídas na quantidade de autuações de jornadas e demonstram que, em 2010, houve 13.919 autuações; em 2011, 17.000; em 2012, já temos 16.000 autuações. Certamente, isso já é reflexo da utilização do ponto eletrônico por parte da fiscalização, que passou a ter esse instrumento para verificar o cumprimento do atributo jornada.

Com o atributo descanso, verifica-se um aumento considerável: em 2010, 15.000; em 2012, 21.495 autuações. Esse é um resultado que trouxemos para mostrar a utilidade que a fiscalização vem dando ao ponto eletrônico, proporcionando uma fiscalização, proporcionado tirar, digamos, uma radiografia da empresa no que se refere à jornada e ao descanso.

Finalizando, queremos agradecer novamente o convite feito para participar da audiência pública. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS)

– Esse foi Luiz Antônio Medeiros de Araújo, Auditor Fiscal do Trabalho, que aqui representa a Presidente do Sinait, Rosângela Rassy. Parabéns ao Sinait, que está sempre conosco em todos os debates.

Passo agora a palavra ao Analista de Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria, CNI, representando o Sr. Robson Braga de Andrade, que é o Presidente, Dr. Pablo Rolim Carneiro.

O SR. PABLO ROLIM CARNEIRO – Bom dia a todos, bom dia Senador, demais colegas da Mesa, demais presentes. Primeiramente, agradeço a oportunidade de aqui estar para discutir esse tema. Temos tentado sempre manter essa discussão, temos tentado conversar da melhor forma possível sobre essa questão que continua preocupando a indústria do Brasil.

Há alguns meses, estive aqui, na primeira audiência pública que V. Ex^a promoveu com relação ao assunto, já apresentando algumas questões, alguns problemas, que, a nosso ver, referem-se ao tema. Por isso vou tentar não colocá-los novamente, até porque seria até um pouco enfadonho para todos. Vou tentar trazer alguns novos elementos para a discussão.

Há um ponto, no entanto, ao qual acho importante voltar, até em atenção à Ex^{ma} Sr^a Juíza Valdete, que deixou clara uma coisa, Senador: o REP, o SREP foi desenvolvido por um juiz do Rio Grande do Sul e um auditor fiscal, que, com suas melhores intenções, entenderam que aquilo servia para o Brasil. Talvez servisse para algum Brasil, mas não serve para os nossos mil Brasis. Temos mil realidades produtivas, temos mil realidades regionais, temos milhares de Municípios, tipos de produção, tipos de comércio, tipos de serviços. São diversas coisas diferentes. Para nós, isto é muito claro: o REP serve para alguns? Serve, não há dúvida. Mas não serve para tudo. É isso que a CNI vem falando. Sempre demonstramos isto: quem pensou o REP teve boas intenções? Não discutimos isso, não duvidamos disso. Mas talvez não tenha sido aquela... Ou as diversas realidades, as diversas possibilidades existentes hoje em dia, com a nossa evolução produtiva, com a nossa evolução tecnológica para fazer marcações de ponto seguras, com fidelidade para as empresas e para os trabalhadores, sobretudo com acesso à informação por parte destes. Esse é o ponto que sempre tentamos demonstrar para todos. Infelizmente, até agora, não fomos ouvidos. O REP é a realidade, mas entendemos que existem formas e possibilidades reais de se evoluir nisso. Mas vou tentar voltar a algumas outras coisas.

Durante esse tempo, desde o início do REP, quando fomos surpreendidos com tudo, até as suas evoluções, com audiências públicas na Câmara e no Senado, nós temos tentado manter esse diálogo. Como o amigo Alain disse, o Ministério do Trabalho criou um grupo de trabalho que não evoluiu.

Do nosso ponto de vista, com o perdão devido, não houve interesse em tentar evoluir, em tentar novas possibilidades, novas realidades. E estamos, desde aquele tempo, tentando demonstrar que existem outras possibilidades, outras realidades e que é preciso nos sentarmos à mesa para conversar efetivamente e dizer:

“Vamos, a partir de agora, já que o REP é uma realidade, pensar se dá para obrigar todo mundo a ter REP”.

Não dá para obrigar todo mundo a evoluir a partir do REP; dá para a gente pensar em evoluir. Quem já tem REP tem REP; as suas evoluções vão acontecer, como foi citado pelo colega da Abrep. Existem evoluções acontecendo no REP? Existem, mas não pode ser essa a única forma de pensar no Brasil: um equipamento.

Temos demonstrado, nessas conversas com centrais e com o próprio Governo, que concordamos com algumas premissas. Nunca discordamos das premissas, entre elas a da segurança da informação para todos e o acesso à informação tanto para empresas quanto para trabalhadores. São essas as premissas que a gente quer para o Brasil, para as relações de trabalho? Então, vamos nos sentar – aqueles que entendem das relações produtivas no Brasil, quem vê a realidade dos mil Brasis – para tentar assumir novas possibilidades. Ou seja, vamos sentar – centrais sindicais, confederações empresariais e governo – para ver o seguinte: não dá para pensar o Brasil de dentro de um gabinete. Pode ser um ponto de partida, mas vamos todos nos sentar à mesa para conversar sobre as diversas possibilidades. E essa que o Pegado apresentou é uma excelente ideia, é uma possibilidade.

Até a título de curiosidade, eu me lembro, quando há tempos o debate sobre isso estava muito forte, de ter visto uma notícia que não tinha muito a ver com o assunto, não era para falar sobre o REP, mas apenas para citar como é o mundo do trabalho hoje em dia: uma empresa dessas novas tecnologias de mídia, de publicidade, havia adotado um daqueles aplicativos de celular – e vou até citar o nome, porque fica fácil saber: o *Foursquare* – que diz quando você chega a um determinado lugar e que você está naquele lugar a partir de tal hora. Então, a empresa havia adotado aquele aplicativo – e todos trabalhavam com mídias, com celulares, essa coisa toda – como forma de marcação de ponto dos seus trabalhadores. Aquilo era algo inviável de se aplicar? Não. Na verdade, era muito barato. Aquilo é algo que não traz segurança? Não, os dois têm essa segurança. E por que não permitiram? Hoje não é permitido. Confere segurança aos dois? Confere. E confere acesso à empresa e aos trabalhadores? Confere acesso à informação tanto às empresas quanto aos trabalhadores, mas hoje não é permitido.

Muito se fala: “Vamos lá! Não podemos retroagir. Nós temos que pensar em adotar o REP hoje em dia, para depois pensarmos em uma evolução para o novo ponto”. Para mim é até um pouco ilógico falar para todos adquirirem um equipamento que não é barato – pode até ter reduzido o preço, mas não é barato, pensando nesses mil Brasis – para daqui a algum tempo, de re-

pena, começar uma integração com bancos de dados e para utilizar sistemas e outras formas de marcação. Não faz sentido. Precisamos evoluir nisso.

Do que precisamos, na verdade? No Brasil, há várias políticas, sem querer criticar. Quais são as melhores práticas de políticas públicas? São aquelas que ditam premissas, para que todos possam segui-las, com as melhores formas possíveis, cada um com sua liberdade de estabelecer aquelas formas, desde que aquelas premissas sejam seguidas. Precisamos nos sentar e falar assim: “Precisamos de informação, precisamos de segurança, precisamos de muitas coisas”. Elas podem ser feitas de que forma? De qualquer forma possível, desde que isso seja respeitado.

Não é o que acontece com o REP. O REP é algo que veio para se dizer assim: “Todo mundo, a partir de agora, neste exato momento, tem de levar à obsolescência todo o parque de práticas e os equipamentos que utilizava, para adquirir aquele que, inclusive, deve evoluir”. É como me forçar a comprar uma televisão de tubo de 29 polegadas. Para mim, isso não faz sentido.

Então, qual é a mensagem, Senador? Vou tentar ser o mais breve possível, porque muito já foi exposto, muito já foi falado.

A gente tem o desafio de manter o Brasil conversando com os sistemas produtivos, com empregadores e com trabalhadores. A Presidente Dilma está com isso muito claro na missão dela. O nosso Congresso está com isso muito claro na missão dele. Mas no REP não foi o que aconteceu, não houve nenhum tipo de diálogo, não houve nenhum tipo de pensar no futuro. Houve o pensar no passado: “O que acontecia era isso. Então precisamos tentar acabar com isto”. E isso, obviamente, acabou gerando situações em que não foram chamadas as confederações empresariais, as centrais sindicais, o Governo.

Hoje, a nossa realidade é esta: existem empresas que adotaram o REP. E acredito que por um bom tempo o REP não foi obrigatório, até por opção própria, por se entender que era a melhor opção. Mas deve haver outras opções para as demais empresas, para aquelas que entendem que o REP não é a solução e para os trabalhadores que também veem que talvez essa não seja a melhor solução.

(Soa a campanha.)

O SR. PABLO ROLIM CARNEIRO – Isso é o que nós estamos tentando falar e demonstrar. Esperamos que isso seja compreendido. Esperamos que isso seja aceito. Esperamos que isso seja dialogado, conversado com algumas lideranças sindicais que bem citaram: “Realmente, do que a gente precisa é isto aqui. Então,

vamos fazer a partir daqui?”. “Vamos, na hora em que acontece um REP!”

O Brasil tem o grande desafio de aumentar investimentos, de aumentar a geração de empregos. Estamos chegando a uma época em que isso está um pouco estagnado, com baixo crescimento, com baixa geração de empregos.

Quero citar apenas um dado, uma pesquisa que fizemos, tempos atrás, com as empresas industriais, pesquisa que abordou a legislação tributária em mais de 90% no Brasil. A pesquisa foi realmente grande, dizendo que mais de 80% das empresas apontaram a legislação tributária e os excessos burocráticos trabalhistas – não se trata de perda de direitos trabalhistas – como os piores entraves para a competitividade brasileira e para os custos internos no Brasil, ou seja, para os custos dos consumidores e para a competitividade para fora.

No nosso ponto de vista, o REP, como única forma, é um desses exemplos, porque ele é muito burocrático e bastante oneroso, na realidade. Precisamos pensar em reduzir custos relacionados ao trabalho sem reduzir direitos. Temos pedido isso. Precisamos fazer com que o Brasil pense em novas realidades produtivas, em novas relações de trabalho, em relações de trabalho construídas através do diálogo, não através da imposição de uma portaria que veio para pensar o Brasil como se nele houvesse aquela única realidade.

É isso, Senador. Espero ter contribuído e estou à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Pablo Rolim Carneiro, Analista de Políticas da Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Peço aos meus convidados que retornem. Nós vamos para a última e terceira Mesa. Vai falar o representante do Ministério do Trabalho, do Ministro Brizola.

Convido, então, neste momento, Bernardo Rocha. O Sr. Bernardo Rocha é Assessor Técnico da Comissão Nacional do Trabalho e Previdência Social da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em substituição ao Sr. Cristiano Zaranza.

Convidamos também o Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento, Procurador do Trabalho, em representação ao Srs. Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), e Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

Convidamos também Francisco Calasans Lacerda, Diretor de Assuntos Jurídicos da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), em representação ao Presidente, José Calixto Ramos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentos a todos os convidados dessa terceira Mesa. (*Palmas.*)

Passamos a palavra de imediato ao Sr. Bernardo Rocha.

A SRª VALDETE SOUTO SEVERO – Senador Paim, eu posso lhe pedir um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

A SRª VALDETE SOUTO SEVERO – Eu vou ter que me retirar. Infelizmente, vou ter que voltar para o Rio Grande do Sul. Então não vou poder acompanhar o debate até o final.

Eu só queria dizer que a Anamatra continua, Senador, à disposição, para que o diálogo se estabeleça.

Quero fazer duas pequenas correções: a primeira é que a Portaria não foi resultado de uma redação de um juiz do trabalho com um auditor fiscal, mas, sim, foi resultado de um trabalho do Ministério do Trabalho a partir de uma pesquisa feita por um juiz e um auditor que constataram que absolutamente todos os *softwares* disponíveis no mercado permitiam e inclusive estimulavam a alteração de dados dos trabalhadores nos registros eletrônicos. Esse auditor teve a oportunidade de falar aos juízes do Trabalho no Rio Grande do Sul, inclusive mostrou, em *PowerPoint*, manuais desses *softwares* que diziam como ajustar o ponto do seu empregado para não pagar hora extra.

Então, essa pesquisa iniciou o trabalho do Ministério do Trabalho, não desse juiz, e resultou na Portaria nº 1.510.

E a segunda observação é que a última fala se referiu à necessidade de evoluirmos. A evolução, como o colega que estava aqui, na outra Mesa, muito bem colocou, já existe. Nós já temos a Portaria nº 373, de 2011, que permite a negociação de formas alternativas de registro de ponto. O que nós não podemos fazer é retroceder.

Então, coloco-me à disposição para continuar o debate.

Peço desculpas por não poder escutar a terceira Mesa e me retiro, Senador.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Drª Valdete Severo, que representou muito bem a Anamatra, como sempre.

Nós vamos agora, então, como eu já havia anunciado, passar a palavra ao Sr. Bernardo Rocha, Assessor Técnico da Comissão Nacional do Trabalho e Previdência Social, representando a CNA. Aqui ele fala em nome da Senadora e Presidente da entidade, a nossa amiga Kátia Abreu.

O SR. BERNARDO ROCHA – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa e todos os presentes pela oportunidade de contribuir neste debate e de expor algumas dificuldades de implementação do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP) no setor empresarial e, especificamente, no setor rural.

Primeiro, eu gostaria de comentar também um posicionamento que infelizmente a Drª Juíza – ela teve que se retirar – fez.

A Portaria nº 1.510 foi editada em 2009, e esse espaço está aberto para discussão até então, até hoje, 2012. Entretanto, eu acho que, na verdade, um verdadeiro processo democrático deve ser feito antes da elaboração de uma norma, e não depois. Quando já está tudo pronto, chamam os envolvidos para debater isso. Poderia até ser feito um estudo, apresentado antes e chamar os representantes dos empregadores e dos trabalhadores para debatê-lo e verificar se realmente existe a possibilidade fática de implementação desse sistema, e não simplesmente adotar uma portaria e depois chamar as pessoas envolvidas.

Outro ponto que ela colocou também foi sobre a questão do comprovante. Segundo ela, a gente tem que atingir uma consciência cultural. E realmente eu acho que isso é verdade, a gente tem que atingir uma consciência cultural para não jogar, não descartar em qualquer lugar esse comprovante. Essa consciência cultural é adquirida de acordo com o tempo.

Agora, eu apresento para os senhores o exemplo da agricultura, do setor agropecuário. A gente teve uma geração de emprego, entre janeiro e outubro deste ano, de cerca de 118 mil empregos diretos. Se a gente colocasse todos esses comprovantes desses empregados daria em torno de 67 milhões de comprovantes nesse tempo, entre janeiro e outubro. Aí uma pergunta que eu faço para os senhores: até atingir essa consciência cultural, o que a gente faz com esses comprovantes? Descarta? No campo, não é em todo lugar que vai haver um lixo; ele vai ter que ser criado para isso ser jogado fora. Então, essa é uma questão que deve ser levada em conta, sim. E eu acho que é um dos entraves também dessa nova portaria.

Outra questão é quanto à finalidade da portaria de ajudar o empregador a estabelecer um tipo de prova. Mas o Direito já determina isso, a lei determina, que, como disse aqui, se não me engano, o representante da CNC, o processo do trabalho preserva, tem a prevalência pela realidade fática, e o Direito diz que todos os meios de prova são admitidas no Direito. Claro! São capazes de comprovar isso.

Se você adotasse uma portaria que diz que o único meio de prova é o registro do ponto, seria até

ilegal, porque uma portaria não pode restringir nem modificar nem ampliar a lei regulamentada.

Eram esses os pontos que eu queria colocar antes de tudo. E continuando, eu acho que... Aliás, eu queria colocar também um termo que o representante da UGT, se não me engano, disse, de que toda modernidade não é um retrocesso.

Temos uma dificuldade no setor agropecuário: o atual sistema – na verdade, antigo agora, por causa do REP – permite o registro tanto da produção quanto do ponto. Então, um único aparelho consegue registrar tanto a produção quanto o ponto. Se a gente adota um aparelho novo que só permite registrar o ponto, a modernidade não está sendo uma evolução, mas um retrocesso, sim, porque a gente teria que trocar um único aparelho por dois. E seria um prejuízo até para o trabalhador, porque, em vez de registrar o ponto, ele vai ter que registrar também a produção, além de ter de trocar todo o aparelhado antigo e fazer a compra de dois novos. Então, eu acho que esse também é um ponto a ser considerado na modificação da portaria.

Vou tentar ser um pouco mais breve, porque a minha linha é mais ou menos a mesma dos outros representantes.

Um outro ponto que eu gostaria de discutir também é a dificuldade de, por exemplo, se colocar o aparelho onde o trabalhador não trabalha na sede. E aí eu trago de novo a realidade do campo. Geralmente, eles nem passam na sede da fazenda; já vão para as áreas de trabalho, para as frentes de trabalho. E não há essa mobilidade, essa implantação do ponto do aparelho em qualquer lugar. Além de a bateria ter vida útil de dois meses e, uma vez que acabe ou aconteça algum problema, por ser uma distância tão grande, porque às vezes entre a sede e a fazenda ou então a capital é uma distância muito grande, muito difícil de chegar, a gente encontra essa dificuldade no conserto desse aparelho. Até o técnico chegar lá pode demorar, não sei, um, dois, três dias. E até lá, o que a gente faz? Então, nisso, a gente está estimulando, na verdade, o retrocesso mesmo, de que o pessoal aqui falou. A gente vai ter que utilizar a folha de ponto manual, porque não há como. Eu acho que é meio impraticável.

Na verdade, para finalizar, o que eu queria salientar é que não somos contra todo o sistema do REP (Registro Eletrônico de Ponto). Na verdade, somos contra algumas partes dele, algumas exigências que ele tem que oneram demais sua implementação.

Então, queremos que seja alterado, que haja essa modificação de algumas restrições contidas no REP e que, ao mesmo tempo, abram espaço para alternativas diferentes. Não só o REP é o meio eficaz e eficiente. Hoje em dia, existem vários outros meios eficazes e

eficientes de também controlar o ponto e garantir os direitos dos trabalhadores. Não é somente o REP que pode fazer essa vez.

Então, fica aqui o meu apelo, de um modelo, de alternativas diferentes de se registrar o ponto, assim como necessidade de modificação de alguns entraves que, infelizmente, não possibilitam que consigamos implementar a realidade do nosso setor.

É isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Bernardo Rocha, assessor técnico da Comissão de Trabalho e Previdência Social da CNA, que aqui representou a Presidente e Senadora Kátia Abreu.

Passamos a palavra neste momento ao Procurador do Trabalho, em representação ao Sr. Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. E também Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.

Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento com a palavra.

O SR. JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO – Bom dia a todos. Mais uma vez, estamos aqui. A última reunião ocorreu em 12 de abril do corrente ano, e tivemos a oportunidade e o prazer de estar aqui. Agradecemos antecipadamente o convite feito pelo Senador Paulo Paim.

Ouvi atentamente, até agora, as colocações – boas colocações do lado empresarial, e do lado dos sindicalistas. A nossa posição, do Ministério Público e da nossa Associação, é favorável ao que está posto na Portaria de 2009. Anotei alguns tópicos e vou tentar rebatê-los para, depois, entrar na legalidade da Portaria – sem citar até os nomes das pessoas, porque não vai resolver.

Foi colocado que a Portaria contém vícios, que os equipamentos não atendem a Portaria. Eu já disse até anteriormente que temos de aperfeiçoar a Portaria. O Ministério Público não é contra ou a favor. Temos de aperfeiçoar. Realmente, existem ainda falhas na Portaria, mas temos de dar continuidade, como disse o sindicalista Francisco Pegado.

Já havia dito que fui auditor fiscal do Trabalho de 1996 a 1999. Quando ingressei, as dificuldades eram enormes, quando começamos a implantar o sistema de informatização, para fazer os autos de infração em computador. Pessoas até com dificuldades grandes. Tivemos de forçar isso e aprender a entrar na Informática.

Foi dito pela Juíza Valdete que o processo judicial eletrônico está sendo implantado agora na Justiça do Trabalho. Hoje, deve estar totalmente implantado em torno de 15 a 20 varas. Aqui no Distrito Federal

há uma na cidade satélite do Gama, onde está completamente implantado o processo judicial eletrônico. Falhas existem demais. Sempre há reuniões, e sempre procuramos aperfeiçoar, e não regredir. Não há volta nesse sistema.

Foi dito também que o pequeno empresário está adquirindo o REP, o sistema do Registro Eletrônico de Ponto. O pequeno empresário, por sinal, não é nem obrigado a utilizar o sistema. Nenhum deles é. Evidentemente, as grandes empresas devem e têm necessidade de utilizar esse novo sistema, pelo grande número de empregados. As pequenas empresas não, porque é muito mais cômodo e mais conveniente para elas utilizar o sistema comum. Claro que elas podem utilizar, mas não é obrigatório para nenhuma delas.

Foi dito também que deveremos colocar... Se eu coloco um *pen drive* lá no sistema, eu consigo copiar todas as informações.

Ora, mas, pela portaria, somente o auditor fiscal que tem acesso a todos os dados. O empregador tem acesso aos dados, mas o empregador é o guardião do sistema e não deve utilizar esse sistema para mostrar os dados para pessoas que não ele ou o auditor fiscal do trabalho.

Foi dito também aqui pelo Dr. Alain que prevalece na justiça do trabalho o princípio da primazia da realidade. Simplesmente esse princípio é o que prevalece o que ocorre no terreno dos fatos. É evidente que o juiz não vai... Esse sistema dá segurança tanto para a empresa como para o trabalhador. Se o ônus da prova... a prova dessa jornada de trabalho, horas extras é do empregado, o ônus é do empregado, o empregador, com esse sistema, pode chegar e apresentar todas as provas e, certamente que um juiz não vai favorecer, porque existem duas ou três testemunhas. O empregador também tem a prova documental. Esse é um sistema seguro para as empresas.

Foi dito também que poderemos fazer um *backup*. Não há como fazer um *backup*. Não há, mas nós podemos aperfeiçoar. Tudo que eu estou dizendo nós temos como aperfeiçoar. Inclusive pelo sindicalista Francisco, nós podemos usar o celular – mais um avanço importante nisso.

A tendência vai ser essa, não há como retroceder.

A questão das horas extras, o pagamento de horas extras, foi colocado pelo Luiz Antonio Medeiros, no quadro que ele nos trouxe aqui, que até assusta. O sistema trouxe uma grande preocupação de todos nós, inclusive dos empresários.

Ora, quando se implantou o sistema, em 2011, já fiscalização 2011 para 2012, o número de infrações, de autos de infrações cresceu enormemente. Isso quer dizer que o fiscal não conseguia fazer uma fiscaliza-

ção perfeita. Com esse sistema, sim. O que se visa é proteger o trabalhador. E eu acredito que o empresário também tem interesse de fazer essa proteção.

Eu aproveito para dizer da legalidade. Estou defendendo a legalidade dessa portaria. E vou entrar também no aspecto do decreto legislativo que está aí com a finalidade de sustar a portaria.

Quando o Ministro editou a portaria, a portaria era perfeita porque, claro, nós temos que aperfeiçoar, mas, no aspecto formal, é perfeita. Porque a Constituição dá poderes, o art. 74, §2º da CLT dá poderes ao Ministro do Trabalho para editar essa portaria. Então, o decreto não pode, de forma alguma, sustar a portaria. Ele não está exorbitando do poder; então, o decreto só pode sustar esse ato normativo se a autoridade do Executivo exorbitar dos seus poderes. E ele não exorbitou.

A portaria, a meu ver, fazendo esse aperfeiçoamento esses aspectos todos que foram colocados aqui – inclusive pelos empresários e pelos sindicalistas –, vai ser perfeita. Para mim, vai ser perfeita. Por quê? O que acontecia, acontece e vem acontecendo, sobretudo antes da edição da portaria e após setembro, prazo de entrar totalmente em vigor?

Fraudes na apuração de horas extras; adulteração, horário britânico – isso é o que mais ocorre nas folhas de ponto e até nos cartões de ponto. A gente sabe que, muitas vezes, as pessoas batem o ponto para outros trabalhadores. Horário britânico, impossibilidade de obtenção de comprovante da jornada de trabalho. Hoje a gente tem a possibilidade de obter isso. O trabalhador, ao final do mês, não precisa ficar com os controles de ponto. Terminou o mês, ele verifica que está sendo pago corretamente e não precisa ficar mais com aquilo, com aqueles controles. Não pagamento de horas extras: pagamento de hora extra não é só o fundamental, o auditor fiscal do trabalho vai lá e não é porque pagou as horas extras que ele deixa de autuar, é pelas condições de saúde do trabalhador, ainda que sejam pagas horas extras. Trabalha 4, 5, 6 horas por dia a mais, além das 8 horas e das 2 horas que são permitidas por lei; ele extrapola isso. Com as duas ele não tem nenhum acordo de prorrogação. Então, ele visa, com isso aí, à saúde do trabalhador. O auditor fiscal está olhando isso. Não é só porque ele está dentro da jornada. Ele ultrapassou 2 horas ali sem ter o acordo, o auditor fiscal vai autuar. Então, ele visa à saúde do trabalhador também.

Não incidência de horas extras. Quanto o Governo, incidente em Fundo de Garantia, Previdência, quanto o Estado não perde com isso? Com o novo sistema – o Francisco e o Luiz Antonio já colocaram bem – as multas cresceram. Se estiver sendo praticado corre-

tamente o sistema, após o aperfeiçoamento acredito que isso vai melhorar.

Hoje, a Auditoria Fiscal está cumprindo com o dever dela e o Ministério Público também, ajuizando as ações. Com as alterações e o aperfeiçoamento da nossa portaria, não serão permitidas alterações e o apagamento de dados armazenados na memória, sendo, portanto, inviolável. Não possui funcionalidade que permita restringir as marcações de ponto. Não permite marcação automática do ponto com horários predeterminados. Não prevê exigência de autorização prévia para marcação sobre jornada. A marcação da jornada de trabalho é interrompida quando há comunicação do relógio de ponto com qualquer outro equipamento, seja para carga ou leitura de dados.

Portanto, encerrando, Senador, nós esperamos realmente que seja feito esse diálogo. Que continue o diálogo. E eu acredito que não há mais necessidade, a meu ver, a meu juízo, de continuar – talvez – audiências públicas. Louvo a atitude do Senador, porque, como ele havia me dito, isso estava em outras comissões e a tendência era, nessas comissões, até sustar a portaria. Mas a preocupação do Senador Paim foi nesse sentido: trazer o debate para audiência pública justamente para levar isso para a discussão do decreto legislativo.

Agradeço V. Ex^a pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Procurador do Trabalho Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento, que aqui representou o Sr. Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; e também o Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho.

Passamos a palavra, agora, ao Sr. Francisco Calazans Lacerda, Diretor de Assuntos Jurídicos da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que aqui representa o Presidente José Calixto Ramos.

O SR. FRANCISCO CALAZANS LACERDA – Bom dia a todos, Senador Paulo Paim; demais membros da mesa.

Para ser rápido no tempo, quero dizer que acho que o meu Presidente Calixto faria isso. A comunhão do que disse a Presidente da Anamatra, a Juíza, e o companheiro Pegado.

Com relação ao que disse o Companheiro Pegado, eu, além de corroborar com tudo o que ele disse, fico feliz porque como representante de uma central sindical, percebo que nós estamos também evoluindo e buscando o consenso tão importante para a classe trabalhadora.

Eu destaquei aqui, também, o que disse o Dr. Luiz Antonio Medeiros de Araujo a respeito da concorrência desleal, porque é uma concepção que também tenho. Eu acho que o bom empregador, o empresário evoluído – e nós estamos aqui vendo bons exemplos dessa qualificação – não teria que estar preocupado com a aplicabilidade da portaria, porque ela contribui efetivamente – com muita eficácia – com esse caso da concorrência desleal. Ou seja, quem procede corretamente sofre desvantagem contra o seu concorrente que não o faz, evidentemente.

Uma coisa que eu também gostaria de deixar registrada para reflexão é que a Portaria – alguém até insinuou uma censura, ainda que de uma forma empírica – teve uma origem espetacular, sábia. Por quê? Porque surgiu da experiência de pessoas capacitadas. Por exemplo, se é que a contribuição dada foi feita por um juiz do trabalho, preocupado com a condição social do trabalhador, com a evolução do ser humano, um inspetor do trabalho que constantemente está se deparando com esse tipo de irregularidade, se ela surgiu do interesse das pessoas em estabelecer normas que coíbam o procedimento equivocado, eu acho que, só por isso, ela já merece um crédito espetacular. Então, eu queria deixar registrado isso.

Tenho certeza de que não vou usar o tempo todo, Senador, porque... Se bem que microfone sendo usado por sindicalista não dá para se jurar que ele vai cumprir o tempo.

Mas eu queria deixar claro isto para reflexão: a Portaria deve ser apoiada pelas autoridades e pelos empresários que já alcançaram um grau de evolução muito distante do período da escravidão. É preciso que nós nos desvinculemos dos resquícios da escravidão. Ainda há, infelizmente, essa relutância. Agora, quanto à crítica feita ao Ministro do Trabalho sobre essa imposição, a fundamentação legal foi dada aqui pelo representante do Ministério Público, uma fundamentação com amparo na CLT e na Constituição Federal. Eu acho que não é ruim, não é contra o Estado democrático de direito uma intervenção estatal quando se busca a evolução da sociedade, quando se busca a justiça social. Essa coisa de Estado laico, de democracia, é preciso que seja, sim, um Estado flexível, mas há momentos em que o Estado precisa realmente atuar.

Eu acho que o Ministro Lupi foi feliz nesta atuação estatal com amparo legal, porque ele buscou objetividade. Nós sabemos, claro que isso pode ser assim meio difícil para a gente colocar em palavras, mas sabemos que reuniões e reuniões... Se a Portaria, após ser promulgada, sofreu toda essa pressão e, tendo sido feita em 2009, nós estamos em 2012, ela ainda não conseguiu ter os seus efeitos esperados...

Por quê? Porque há uma mobilização no sentido de não se permitir que ela tenha plena eficácia.

Como mero cidadão, na minha modesta forma de ver o mundo, já tenho alguns cabelos brancos, todos sabem que já passei dos 70, eu gostaria de pedir que haja uma reflexão por parte do setor patronal para que a gente possa alcançar uma evolução social realmente digna, na qual nossos descendentes tenham prazer. É preciso que o empregador, que tem a força do capital, tenha uma responsabilidade maior com o social. Eu gostaria de deixar essa reflexão.

Termino as minhas palavras dizendo o seguinte: vamos ratificar a decisão do Ministro do Trabalho e combater esse projeto que desvirtua a Portaria 1.510.

Tenho a impressão de que traduzi aqui o pensamento de meu Presidente Calixto; mas, com certeza, estou afinado com meus companheiros da Nova Central Sindical e, com muita alegria, com meu companheiro aqui da UGT. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Francisco Calazans Lacerda, Diretor de Assuntos Jurídicos da Nova Central, que aqui falou em nome do Presidente José Calixto Ramos.

Por fim, para encerrarmos nossos trabalhos, em matéria de depoimento dos convidados, como eu havia anunciado vou permitir as considerações finais para todos os convidados.

Agora, com a palavra, o Auditor Fiscal do Trabalho, que aqui representa o Ministro Carlos Daudt Brizola, do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Edgar Moreira Brandão.

O SR. EDGAR MOREIRA BRANDÃO – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, queria registrar meu agradecimento à Comissão pelo convite ao Ministério do Trabalho e registrar a presença do nosso Secretário Nacional de Inspeção do Trabalho. Estou aqui representando o Ministro, pois nosso Secretário não poderia chegar ao início da reunião, Luiz Felipe Brandão de Mello. Eu vou agora fazer algumas considerações sobre o que foi falado aqui hoje.

Pelo que me parece, todo mundo parou na Portaria 1.510 que foi publicada em 2009. Todas as coisas ruins que, em primeiro momento, foram vistas nessa Portaria, foram gravadas na memória de todo mundo e nada do que aconteceu de lá para cá foi registrado nessa mesma memória, parafraseando o próprio REP. De lá para cá, tivemos a 373, que cria a oportunidade para os sistemas alternativos que já desoneram grande parte do setor produtivo, em que podem, por intermédio de uma negociação coletiva, fazer um registro alternativo.

De lá para cá, devido a uma pressão legítima do setor produtivo, tivemos os vários adiamentos da

Portaria, pois um ano após sua publicação não seria tempo suficiente. Foi aceito pela Presidente e pelo Ministro, alterando-se esse período para entrada em vigor da Portaria.

De lá para cá, foi aclamada pelo setor produtivo a entrada do Inmetro dentro desse processo. O Inmetro entrou no processo e várias reuniões foram realizadas. Desde então, três portarias foram publicadas sobre o assunto. As duas primeiras colocaram para a sociedade, de forma mais clara, aquilo que a Portaria 1.510 apenas tinha a responsabilidade de delinear. A parte técnica foi colocada nessa portaria feita pelo Inmetro. Praticamente um ano depois, foi feita nova portaria, pelo Inmetro, em que vários itens que não foram – vamos dizer assim – aceitos pela sociedade com relação às primeiras alterações ou definições de segurança do REP foram, nas reuniões, alteradas.

Hoje foi citado aqui, por exemplo, que no final de 2014, todos os aparelhos comprados até hoje terão de ser substituídos, conforme anunciou a revista Exame. Não é verdade. Todos os aparelhos homologados até hoje poderão continuar até o fim de sua vida útil.

Foi colocado aqui que a porta fiscal fica lá para dar a possibilidade de qualquer pessoa que chegue extrair informação. Verdade. Na primeira portaria estava assim.

Hoje, a gente tem a possibilidade de o equipamento possuir um lacre, de fácil retirada pelo auditor fiscal, cuja responsabilidade não é do fabricante, que se responsabiliza pelo lacre que permite a preservação da informação interna. A responsabilidade é do empregador. Se algum trabalhador fizer alguma coisa para destruir aquele lacre para ter acesso, ele pode colocar outro novamente. Ele terá controle de que estará havendo violação de informação.

Uma grande crítica que sempre houve em relação à Portaria 1.510, que hoje, com a leitura das duas portarias publicadas pelo Inmetro – e a gente não possui mais –, era a de que nada é infalível, nada é totalmente seguro e dura a vida toda, pois a memória poderia queimar. Sim, pode. Constatou-se que a memória pode queimar. Permite-se hoje... Sim, como era a 1510, pura e simplesmente. Se houvesse a queima dessa memória, todo o aparelho teria de ser substituído.

Hoje, com as alterações do Inmetro, com a portaria do Inmetro, com o trabalho em conjunto com o Ministério do Trabalho, isso, hoje, não é mais necessário.

Existe a possibilidade de se colocarem nove diferentes tipos de memória no aparelho, certo?

Se houver a queima dessa informação, vamos perder informação? Vamos, num primeiro momento.

A portaria também coloca que, hoje, não temos a possibilidade, na 1510, de fazer *backup* da informa-

ção. As portarias também colocam a assinatura digital, que permitirá que você grave o registro e, através da assinatura digital, seja comprovado que aquele registro não foi alterado.

Então, pessoal, evolução aconteceu, aconteceu discutindo com a sociedade. Houve participação de várias entidades nas reuniões do Inmetro, que foram convocadas através do Inmetro, com a presença dos fabricantes.

Então, muita coisa já foi alterada. Então, precisamos, simplesmente, conhecer, não esquecendo que precisamos eliminar o REP, os sistemas alternativos – a 373 está aí para todas essas outras situações.

Só para esclarecer mais um ponto, eu gostaria que se abrisse a apresentação.

É só um *slide*, porque a última entrada em vigor, o último grupo que teria entrado em vigor do REP... (*Pausa.*)

Senador, eu gostaria que o senhor ouvisse esta informação, por favor: a última entrada em vigor do grupo econômico seriam as microempresas, micro e pequenas empresas.

Nós fomos procurados e ouvimos a insinuação de que, a partir daquele momento, seria o fim, que nós estávamos imputando mais um custo para empresas e um custo Brasil, que a gente ia fechar todas as pequenas empresas deste País.

Fomos procurar informação. Trago a vocês essa informação, que foi retirada do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, de 2010/2011, publicado pelo Sebrae e pelo Dieese.

Esse trabalho classifica como microempresa, no setor de comércio e serviço, aquela que possui menos de nove empregados. Nove.

A legislação obriga a utilização do registro de ponto para as empresas com mais de dez.

Comércio e serviços – microempresas. Tem no comércio 2,9 milhões; em serviço, 1,850 milhão.

A soma desses dois números está ali embaixo. Não são obrigados a utilizar o REP: 4.821.568 empresas, que representam 80% das micro e pequenas empresas deste País. Ou seja, apenas 20% das micro e pequenas empresas possuem mais de 10 empregados.

Então, eu queria mostrar isso para vocês – é uma fonte, os dados não são meus, estão publicados no Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, do Sebrae e do Dieese –, para a gente refletir um pouco.

Não trouxe para não ficar maior. Quem tiver interesse vai poder ver que metade dos trabalhadores está sendo beneficiada pela utilização do REP. A outra metade está trabalhando em micro e pequenas empresas, em empresas com menos de 10 empregados,

que não são necessários. Essas empresas não estão sendo oneradas com a criação da 1510.

Era isso que eu queria falar e estou, aqui, à disposição para qualquer outro questionamento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Edgar Moreira Brandão, que falou em nome do Ministro Carlos Daudt Brizola.

Nós vamos para as considerações finais dos nossos convidados, mas eu havia, ao ser questionado na abertura dos trabalhos, me comprometido com o Sr. Valdir Rodrigues Silva, que ele teria, também, direito a 5 minutos.

No momento em que o funcionário foi ali pegar mais dados do diretor da Spatu.com, a Sr^a Rosângela Bastos também pediu a mesma oportunidade.

Eu repito: eu vou abrir para esses dois e não vou abrir para outros, porque, senão, a gente não termina mais a audiência pública.

Eu vou dar cinco minutos para o Sr. Valdir e cinco minutos para a Sr^a Rosângela, aí, vamos para as considerações finais dos nossos convidados.

Eu peço que nas considerações finais, se os dois que usarão da palavra também puderem, para que possamos apontar para algum encaminhamento. Marcamos outra audiência pública e vemos o que é possível encaminhar.

Com a palavra, conforme eu havia prometido quando cheguei à sala, o Sr. Valdir Rodrigues Silva.

O SR. VALDIR RODRIGUES SILVA – Bom dia a todos, não vou especificar pessoa por pessoa, porque não tenho o hábito de ficar conversando e de gravar o nome de todo mundo.

Gostaria de, em primeira mão, agradecer o Senador Paim pela oportunidade que está concedendo-me e, principalmente, por ele estar aqui, neste momento, demonstrando o que ele realmente falou no começo da história, que ele dá oportunidade, que é democracia e que todas as pessoas têm o direito de falar. Agradeço o senhor por isso.

Estou acompanhando a trajetória da Portaria nº 1.510 desde o seu lançamento e estou muito preocupado com os rumos que ela traçou desde o primeiro momento em que foi editada. Eu tenho uma empresa, Senador, que está registrada na Receita Federal, eu pago meus impostos, faço tudo o que qualquer empregador faz desde 1978. Passei por todas estas fases que vocês falaram do relógio de ponto, desde o relógio a corda até quando, em 1990, acabou aquela reserva da informática e pudemos, pela primeira vez no País, ter oportunidade de usar um equipamento eletrônico.

Logo de início, Senador, foram lançados os relógios informatizados, que substituíram os outros, os

manuais, que o pessoal do Ministério do Trabalho, hoje, diz que a pessoa que não quiser usar o relógio pode usar, eles substituíram porque aqueles relógios eram inadequados, não forneciam informação direito para o empregador nem para o Ministério do Trabalho, porque as fitas borravam, o sujeito batia a qualquer hora. O próprio contador não somava aqueles horários batidos, ele só olhava se estavam batidos os quatro pontos, olhava mais ou menos, e ficava por isso mesmo. No dia de uma audiência, seria feita a conta certa e apareceriam os valores para pessoa pagar.

Os relógios informatizados trouxeram muita coisa boa para nosso País, melhorou muito. Empresas com 500, mil funcionários, como foi citado aqui, puderam trabalhar mais rápido, com mais eficácia, puderam contar os minutos e os segundos, não eram minutos fechados, como antigamente. O ponto eletrônico conta por segundo, pelo menos o meu faz isso.

Quando começamos a trabalhar com relógio informatizado, descobrimos, Senador, que um micro-computador fazia tudo que um relógio faz, melhor e mais barato. Em 1993, parei de usar relógios e desenvolvemos, se não fomos os primeiros, fomos um dos primeiros do País, um ponto eletrônico feito no computador. Tenho um sistema hoje que está funcionando desde 1991, quando foi criada a primeira versão. E só evoluímos na crença de que estávamos trabalhando corretamente.

Um palestrante aqui falou que começou o ponto em 1980, mas só em 1995 é que o Ministério do Trabalho soltou uma portaria regulamentando alguma coisa, o restante seria regulamentado posteriormente. Inclusive, o número daquela portaria constava no meu cartão de ponto, para validá-lo.

E temos trabalhado neste sentido, procurando sempre melhorar. Quando chegou a Portaria de 2009, o Ministério do Trabalho colocou simplesmente: pode-se usar micro? Não. Foi a única palavra: não. Como se a minha empresa, que vinha trabalhando por todos esses anos e com todo o investimento que fiz, não existisse.

O que acontece, Senador? Tenho hoje um dos sistemas com tudo que o Deputado falou agora mesmo sobre poder bater via celular. O meu sistema bate ponto via celular em qualquer lugar, registra por região, por GPS. O meu sistema permite que as empresas que têm filiais recolham os pontos em um local só. O meu sistema permite a uma empresa com mil funcionários lá fora, com só dois funcionários trabalhando em uma rua, instalando alguma coisa, ter o ponto dele via celular, com toda garantia, e com ele guardando a cópia.

Esse sistema nosso, que ele está colocando aqui, com as alternativas que estão pedindo aí, que estão sugerindo, nós já temos, não precisa buscar lá fora: o

Brasil já tem essa tecnologia. E não sou apenas eu que faço isso, há outras empresas que fazem também, que podem... Através do meu celular, eu registro o ponto aqui se eu quiser. O Ministério do Trabalho e outros órgãos governamentais já usam o celular para muita coisa, a tecnologia está aí para ser usada.

Eu pedi este minuto de prazo para o senhor para explicar o meu ponto de vista e, principalmente, para dizer que, pela primeira vez em todas as audiências de que participei, senti que houve certo concerto, certo entendimento entre as pessoas. Acho que ninguém quer acabar com a portaria. Não, ela veio muito bem feita, na hora, apenas a forma como foi colocada... Não quero acabar com o REP não, não é o meu interesse, eu quero que ele seja regulamentado para acertar a vida do pessoal lá, para que eles possam trabalhar normalmente e eu também possa ter o meu trabalho sendo reconhecido.

Perdoem-me, a juíza não está aqui agora, mas ela fez a mesma coisa que a Dr^a Vera fez na outra reunião lá na Câmara dos Deputados: ela trouxe um eslaide mostrando que todos os fabricantes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais um minuto para concluir.

O SR. VALDIR RODRIGUES DA SILVA – Estou acabando já.

O eslaide mostrava que todos os fabricantes de *software* eram fraudadores. Eu não sou e há pessoas aí que também não são; da mesma forma, existem também os que são ruins. Naquele dia eu respondi para ela e, se me permitem, sem ofender ninguém, vou responder à doutora – acho que ela se chama Valdete – a mesma coisa que eu respondi para ela lá na audiência.

Se fosse alguém anunciando na Internet “Vendo drogas”, a Polícia Federal teria ido lá, prendido as pessoas e acabado com a situação. E o Ministério do Trabalho, durante esse período todo – gente, estou há 40 anos no negócio! –, ficou assistindo, somente em 2009 é que trouxe alguma coisa desse jeito. Então, da mesma maneira que existem pessoas honestas, existem pessoas desonestas, existem patrões desonestos – eu conheço muitos, já tirei o meu sistema desses locais –, existem também empregados desonestos. Agora, nós não podemos pegar todo mundo e colocar no mesmo saco. Eu acho que é hora de darmos oportunidade... Não é só para mim, existe hoje... Você coloca no computador lá um *token*. Tudo isso são meios alternativos que hoje você pode usar.

Então, muito obrigado pelo momento.

Gente, desculpa, eu não estou querendo brigar com ninguém, eu estou simplesmente querendo colocar a minha posição, somar, eu quero ajudar. Se

depende de mim, estou às ordens, me chamem. Querem conhecer meu sistema? Chamem, eu mostro para quem quiser ver.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Sr. Valdir Rodrigues da Silva, que apresentou também uma proposta que vai na linha de melhorar o sistema. Gostei de sua frase, disse que ninguém quer derrubar a portaria. Na minha avaliação, derrubar a portaria não interessa a ninguém, o que todos gostariam é de melhorá-la, aperfeiçoá-la, de buscar caminhos no sentido da implantação de um sistema que seja o mais moderno possível.

Sr^a Rosângela Bastos, diretora social do Sescon-DF.

A SR^a ROSÂNGELA BASTOS – Bom dia a todos. Muito obrigada, Senador, pela palavra.

Além de estar aqui como representante do Sescon – especificamente por se tratar de um segmento contábil, que é diretamente afetado por toda essa evolução tecnológica ou, como ocorre em alguns casos, uma involução –, estou também como consultora do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Comitê de Desoneração e Desburocratização. Estaria aqui presente o nosso coordenador do Fórum para se pronunciar a respeito, e a minha fala aqui é em nome da micro e da pequena empresa, especificamente representadas no Fórum Permanente.

É importante destacar que o Fórum Permanente defende a micro e a pequena empresa no que se refere ao art. 3º da Lei Complementar nº 123, no qual não se caracteriza a micro e a pequena empresas pelo número de empregados, mas pelo porte, conforme previsto na Constituição. Ou seja, é micro empresa aquela que tem até R\$360 mil de faturamento, e é uma pequena empresa aquela que tem um faturamento de até R\$3,6 milhões. É esse segmento que defende o Fórum Permanente, é esse segmento que se representa e em nome do qual se pede um melhor escalonamento com relação à implementação da portaria.

Essas empresas viram, e estão vendo, serem colocadas outras exigências, colocadas ultimamente.

Só para destacar, uma simples certificação digital tem causado um tumulto tremendo – a Caixa Econômica que o diga. É um custo insignificante em relação ao REP, em média, de R\$250,00, e a micro e pequena empresa tem dificuldade nisso. Não é só a dificuldade financeira, gente, é uma dificuldade cultural. Ela precisa de mais tempo sim. Ela não pode ser tomada em igualdade com a média e a grande empresa. Ou seja, a mesma regra pode ser implementada; mas, se for a mesma, precisa de mais tempo. A micro e pequena empresa precisa de mais tempo para implementar

a regra, assim como ocorreu com o ECF, que levou anos. Não foram 3 anos, já são quase 20 anos, e ainda existem muitas micro e pequenas empresas que não conseguem se adaptar. Então é essa questão que se está tratando aqui. A fragilidade da micro e pequena empresa precisa ser levada em consideração.

Eu acredito que quando se fala de micro e pequena empresa no País nós devemos observar o disposto na Lei Complementar nº 123, art. 3º. Não podemos classificá-la pelo número de empregados. Existem empresas com 10 empregados que faturam milhões e milhões, e existem inúmeras micro e pequenas empresas que têm o número médio acima de 10 empregados e são microempresas, são empresas de pequeno porte. Impor a essas empresas um método diferente daquilo que elas já vinham utilizando, ou colocá-las contra a parede, contra o uso, voltar ao relógio de ponto ou ao ponto assinado na folha de ponto, vai colocar em xeque uma série de ações, custos excessivos, ou seja, elas vão voltar a ter mais custo para apurar suas horas extras, ou elas precisam se adaptar num tempo mais justo.

O que se pede aqui é uma adequação na implementação do REP. Se ele tiver que ser aplicado para a micro e pequena empresa, que ela tenha mais tempo. Os números apresentados aqui enquadram por número de empregados. Nós devemos olhar o que dispõe a Lei Complementar nº 123. Esta é a minha colocação. Este é o pedido que faço aqui, em nome do Fórum, já representando o Comitê de Exoneração.

Por último, só quero mencionar que o Fórum Permanente tem uma ação específica, já colocada em discussão, e várias reuniões ordinárias já foram realizadas. Se não me engano, o próprio Ministério do Trabalho e Emprego foi convidado a comparecer para discutir conosco à mesa, em que estão presentes CNI, CNC e várias outras entidades, e em alguns momentos ele não esteve presente. A gente pede o comparecimento, porque lá também é um fórum em que a gente discute isso e espera encontrar um meio mais cômodo, ou seja, mais fácil de ser atendido pela micro e pequena empresa. Ela é uma parte representativa do País.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esta foi a Sr^a Rosângela Bastos, diretora social do Sescon/DF.

Agora nós vamos passar às considerações finais, porque, se suscitarmos o debate sobre esse tema de novo, nós amanhecemos aqui e continuaremos. Os painelistas convidados terão tempo de até 3 minutos, e o representante do Ministério do Trabalho e Emprego encerrará.

Entendo eu que poderíamos avançar, para que esse tema continue sendo discutido e aperfeiçoado; ninguém é contra aperfeiçoar o sistema. Mas eu começo então com o meu amigo aqui da Mesa, para que os últimos sejam os primeiros. O meu amigo Francisco Calazans usa o tempo que achar necessário, e aqueles que quiserem abrir mão também ajudam no encaminhamento final.

O SR. FRANCISCO CALAZANS LACERDA – Nesses 3 minutos, eu quero enaltecer o trabalho de V. Ex^a, em nome da minha central sindical e do Presidente Calixto, agradecer o convite para estarmos aqui e externar a esperança de que, desta reunião, desta audiência pública, saia efetivamente aquilo que todos esperam, que é esse aperfeiçoamento que V. Ex^a sugere para que a Portaria nº 1510, ao final, atenda a todos satisfatoriamente. Eu queria dizer só isso. Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Francisco Calazans, que falou em nome do Presidente Calixto, da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST.

Passamos a palavra agora ao Procurador do Trabalho, Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento.

O SR. JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO – Senador, quero agradecer o convite de V. Ex^a, acredito que V. Ex^a levará as preocupações, todas elas, por ocasião da votação desse decreto que procura sustar a Portaria nº 510, que se encontra em vigor, plenamente aplicável, inclusive, às pequenas e microempresas, desde setembro do corrente ano.

Eu tenho muita fé que seja dado prosseguimento a essa portaria. Ela é necessária para a segurança jurídica, tanto das empresas quanto dos trabalhadores – disso eu não tenho dúvida. O que precisa ser feito é o aperfeiçoamento, inclusive com a última palavra do Sr. Valdir, representante de uma empresa – que não vem ao caso – e que também merece ser levado em consideração. Mas a portaria continua em vigor, não há como... os auditores fiscais estão aplicando a portaria e têm que aplicar. É uma norma que continua e temos que atendê-la, até que seja sustada a portaria, o que eu não acredito que vá acontecer.

Espero que o Senador logre êxito nessas tratativas que vêm sendo feitas por ele e que, por consenso, todos parabenizamos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Joaquim Rodrigues Nascimento, Procurador do Trabalho.

Bernardo Rocha fala em nome da CNA, em nome da Senadora Kátia Abreu, Presidente daquela entidade.

O SR. BERNARDO ROCHA – Primeiro, gostaria de agradecer a oportunidade de contribuir para o debate e, depois de tudo que foi exposto aqui, a única coisa que eu gostaria de frisar é a palavra do Sr. Valdir de que seja modificada mesmo essa portaria, permitindo, facilitando a utilização do REP e também que seja possível a utilização de outros meios de registro eletrônico que também sejam eficientes, que não deixem margem para fraudes.

Só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Bernardo Rocha, que falou em nome da Senadora Kátia Abreu e da CNA, naturalmente, já que ela é Presidente daquela entidade.

Agora, passamos a palavra ao Sr. Pablo Rolim Carneiro, analista de políticas da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O SR. PABLO ROLIM CARNEIRO – Obrigado, Senador.

Só para encerrar, acho que algumas frases cabem aqui. O Brasil evoluiu e se diversificou. A tecnologia evoluiu e se diversificou. Antigamente, a gente só tinha disquete grande e, depois, disquete pequeno; agora *pen drives* há vários. As relações de trabalho no Brasil evoluíram e se diversificaram. As relações de hoje não são as relações de 1940, de 1950, de 1960. Mas só o REP continua sendo o único meio eletrônico de registro de ponto permitido.

Como falou o ilustre Procurador, a portaria está aí e nada mais, mesmo sendo seguro, mesmo garantindo informação ao trabalhador e às empresas é permitido.

Isso precisa mudar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Pablo Rolim Carneiro, que falou em nome da CNI.

Luiz Antonio Medeiros de Araujo, auditor fiscal do Trabalho, fala em nome do Sinait, da Presidente Rosângela Rassy.

O SR. LUIZ ANTONIO MEDEIROS DE ARAUJO – Mais uma vez, queremos reafirmar, aliando-me aqui ao ilustre Dr. Joaquim Rodrigues, da necessidade da manutenção da portaria. Se é necessário algum aperfeiçoamento, algum ajuste, como o Edgard já falou, em relação ao Inmetro já se encontrou uma solução para a questão da porta fiscal, do lacre, a troca da memória, a possibilidade do *backup*.

Mas esse aperfeiçoamento, esse ajuste sempre têm em mente a questão que nós já falamos da criação do campo neutro em que seja garantida a integridade das informações. Sem isso, infelizmente, o sistema como um todo vai sofrer muito em relação à segurança. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Luiz Antonio Medeiros de Araujo, auditor fiscal do Trabalho, que falou pela Presidente do Sinait, Rosângela Rassy.

Passamos, agora, a palavra ao líder sindical Francisco Canindé Pegado do Nascimento, que fala em nome do Presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO – Obrigado, Senador.

Bom, também de forma telegráfica, a UGT defende a manutenção da Portaria 1.510. É contra o Projeto de Lei do Senado 593/10. Nós entendemos que hoje, como já frisamos, há 15% de trabalhadores que não têm, por outros meios, condições de marcar o ponto eletrônico.

Agora, estamos justamente com a regulamentação do trabalho doméstico. Então, a alternativa de ter um telefone fixo na casa do patrão – vamos chamar assim – e se utilizar aquele telefone para marcar o seu ponto é possível, através de novo sistema de marcação de ponto.

Motorista, Senador – o senhor trabalhou muito pela regulamentação da categoria dos motoristas, que a cada 4 horas tem que parar e tudo mais – , como vai marcar? Teria que ser, justamente, através de um novo sistema: GPS, telefone celular. É possível de se fazer.

Então, nós queremos, aqui, pedir a V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, que adote realmente a discussão na linha do aperfeiçoamento de novas metodologias, ou novas alternativas de marcação de ponto eletrônico, na esteira do que já existe de marco regulatório, que é a própria Portaria 373 que permite novas alternativas de marcação de ponto.

E outra coisa é passar também um informe bastante objetivo. Quando eu falei do Conselho de Relações do Trabalho, disse que está discutindo o tema. Nós já criamos, no CRT, um grupo tripartite. É bom que o senhor saiba disso. O senhor vai ter essas informações, para também nos ajudar. E quanto a esse grupo tripartite, inclusive, a Secretaria de Inspeção do Trabalho, nesse período que seria do dia 10 até o dia 19, marcará uma reunião com representantes de empresários, trabalhadores e Governo, para começar a discutir justamente essas alternativas. Estamos aguardando a marcação dessa reunião e traremos informações bastante importantes para o senhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Canindé Pegado ficou na linha do encaminhamento, já anunciando que haverá uma reunião com

um objetivo que aqui no meu entendimento foi praticamente a unanimidade.

Passamos a palavra, agora, depois do Pegado, que falou em nome do Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores, ao Advogado Alain Alpin Mac Gregor, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

O SR. ALAIN ALPIN MAC GREGOR – Senador, primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade da nossa manifestação. O assunto realmente foi amplamente debatido e essa é a primeira vez que eu vi o outro lado falando que tinha problema, porque em todas as vezes anteriores o REP era realmente algo infalível. E agora, considerou-se que realmente o REP deve ser aperfeiçoado.

Na verdade, o que foi feito foi desconsiderar todo o trabalho evolutivo do processo de registro eletrônico de ponto e considerado o REP como marco inicial. Então, é como se a partir de agora os carros só pudessem ter o velocímetro até 80 quilômetros e quem tem carro que vai até 200 não pode mais usá-lo. “Ah! Não posso usar esse carro? Não! Mas você pode usar a bicicleta e pode andar a pé”.

Então, o marco não é o REP, o marco são “n” outras formas de registro eletrônico que já vinham sendo testadas com eficiência, no nosso País. E acho, acompanhando o que o Pegado falou, que ele foi muito feliz na manifestação dele na CRT. Eu estava presente, pois também faço parte da CRT. A preocupação dele foi garantir outras formas de registro que não só o REP.

Falou-se da Portaria 373. A Portaria 373 limita acordos coletivos. Então, somente através de acordos coletivos se podem trazer formas alternativas. Então, vamos estender!

Tem a questão do registro por computador. Tem o *token*. O *token* foi desenvolvido agora, recentemente, e você não sucateia todo o investimento que foi feito. Ele vai a um *Pen Drive*, um *token* que você insere em qualquer equipamento e criptografa a informação. A segurança está ali, então, há outras formas de registro eletrônico seguras. O REP pode ser mais uma. Quem quiser optar pelo REP opte pelo REP, mas deixe alternativas serem utilizadas, seja através de acordo coletivo, ampliar para negociação coletiva, mas desde que as partes, os representantes dos trabalhadores e os representantes dos empregadores, participem dessa discussão, façam avaliação do equipamento, do sistema, que seja, para ver se ele condiz com a atividade, se ele é possível de aplicação, se ele garante a segurança que tanto os empregadores como os trabalhadores querem. Nesse momento, a gente não está pensando na gente, a gente está pensando na melhoria do nosso País. A gente quer que o nosso País

seja referência mundial, e os empregadores estão aqui para contribuírem de forma efetiva para isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o advogado Alain Alpin Mac Gregor, Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio, Bens e Serviços.

Agora vamos passar a palavra ao Diretor da Associação das Empresas Fabricantes de Equipamentos de Registro Eletrônico de Ponto (Abrep), em representação ao Sr. José Roberto Dias, Sr. Raul Gottlieb.

Sr. Raul com a palavra.

O SR. RAUL GOTTLIEB – Muito obrigado, Senador.

Queria encerrar colocando a Abrep à disposição do debate técnico. Evidentemente, as empresas que fabricam ponto eletrônico são as responsáveis por implementar tudo o que for resolvido no mercado, então, eu queria colocar à disposição, inclusive prosseguindo nesta trilha que o Edgar colocou tão bem aqui, de melhoria, que está realmente acontecendo e da qual já participamos bastante.

Queria só destacar, finalmente, o último ponto positivo que foi muito pouco colocado aqui. Todo mundo só fala do REP, do REP, do REP, mas há uma coisa que a Portaria nº 1.510 fez nos sistemas que é muito positiva e que nenhum sistema realmente atendia, que é a proibição da manipulação da informação sem deixar uma trilha de auditoria. Isso não era parte da legislação e não era preocupação de ninguém. Os clientes não queriam, as fabricantes também não faziam. A colocação disso como obrigação realmente obriga todo mundo a refazer e vai deixar todo o sistema muito mais seguro. Então, somos muito favoráveis à continuidade do debate técnico e da implantação da Portaria com vários meios de marcação, com várias formas, mas mantendo esses princípios da invisibilidade, do registro permanente etc.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Raul, Diretor da Associação de Empresas Fabricantes de Equipamentos de Registro Eletrônico de Ponto (Abrep).

Passamos a palavra ao Sr. Márcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados, que aqui fala representando o Presidente Sussumo Honda. (Pausa.) Já foi.

Então, passamos a palavra à Lucienne Fontes Cenizio Couto, representante dos Pequenos Fabricantes de Equipamentos de Software para Gestão de Ponto.

Lucienne com a palavra.

A SR^a LUCIENNE FONTES CENIZIO COUTO – Primeiro, eu queria fazer uma pergunta ao Edgar, do

Ministério do Trabalho. Foi falado sobre as discussões lá do Inmetro, novas portarias do Inmetro. Onde que alguém que quiser comprar esse novo equipamento do Inmetro vai conseguir hoje?

O SR. EDGAR MOREIRA BRANDÃO – Hoje não existe nenhum equipamento disponível. Isso é regra para qualquer equipamento que passe a ter certificação do Inmetro. Até o momento em que ele não tenha certificação do Inmetro, ele existe de qualquer forma, passa a dar um tempo para a produção dos novos equipamentos. Isso é claro para qualquer equipamento.

A SR^a LUCIENNE FONTES CENIZIO COUTO

– Isso não estava claro, não estava claro. Para mim, está claro, para você está claro, mas não estava claro para todos.

O SR. EDGAR MOREIRA BRANDÃO – Tudo bem.

A SR^a LUCIENNE FONTES CENIZIO COUTO –

Esse novo equipamento não existe ainda.

O SR. EDGAR MOREIRA BRANDÃO – Só que o equipamento atual serve.

A SR^a LUCIENNE FONTES CENIZIO COUTO

– Ele serve nos princípios da Portaria nº 1.510 e que não se confunda com essas novas regras do Inmetro. Não estou incorreta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só estou lembrando a ele para evitar ficar no pingue-pongue no encerramento. Ele já respondeu, você use o seu tempo. Ele vai fazer o encerramento e, no encerramento, ele faz as considerações que entender adequadas para responder a todos.

A SR^a LUCIENNE FONTES CENIZIO COUTO

– Eu agradeço a resposta. Isso é importante, Edgar, porque aqui a gente está discutindo não só a aplicabilidade da Portaria nº 1.510, mas o que o consumidor vai encontrar. Ele vai encontrar um equipamento hoje para comprar que não é esse que evoluiu. Ele vai encontrar um equipamento que está parado lá em 2009, quando foi criada a Portaria nº 1.810, quando foram feitas essas homologações. E eu tenho aqui escrito pelo Inmetro que ele não vai avaliar essa geração de equipamentos. Não vai ter como impedir as empresas de continuarem usando. Mas esse é o ponto que faz desses equipamentos, equipamentos inseguros. É justo que as empresas sejam, hoje, obrigadas a comprar esse equipamento que é justamente inseguro? Está certo isso?

Eu queria dizer algumas coisas sobre o que ouvi aqui; que a portaria foi criada por juiz do Trabalho e um auditor. E até o Pablo já citou isso. Mesmo que eles sejam engenheiros eletrônicos, que sejam mestres da computação. Não é pouco não. Não seria melhor que a gente pudesse colocar outras pessoas com conhecimento da técnica?

Eu ouvi dizer, também, que os defeitos são normais; tudo é normal, e que isso faz parte de uma evolução; que o REP é um equipamento como um outro qualquer e sujeito a falhas. Mas não é o que a portaria exige. A portaria só exige um gasto de R\$6 bilhões por conta dessa confiabilidade que não está sendo oferecida ao consumidor.

Eu queria aproveitar um pouquinho para falar sobre a evolução do Inmetro e deixar um novo alerta.

Existem funções, hoje, no REP – e que estarão presentes na próxima geração do Inmetro –, que são patenteadas. Essa é uma discussão que precisa estar aberta, que precisa ser pública também, para saber se é seguro para o consumidor, se é bom para a sociedade; se essas funções protegidas por patente não vão trazer mais problemas e mais desequilíbrios no futuro. Isso precisa estar às claras.

Por último, eu queria que estivesse e pudesse ser pertinente que algum organismo de defesa do consumidor estivesse aqui, mas que começasse a se preocupar de fato com isso. O fato de estar à venda um equipamento que não cumpre com o propósito para o qual ele foi criado é o que é mais preocupante hoje.

E eu queria fazer, por último, uma sugestão, sugestão de evolução. Já que não se pode mexer na portaria, cancelar a portaria, que tal inexigir o REP? Que tal considerarmos as vantagens da parte de sistemas, da parte da evolução do *software*, e não exigirmos os REP? Pelo menos enquanto existirem discussões, existirem dúvidas. As pequenas empresas que a Rosângela falou aqui estão sendo muito penalizadas, são as mais penalizadas.

Pensem nisso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Sr^a Lucienne Fontes Cenizio Couto, representante dos pequenos fabricantes de equipamentos e *software* para gestão de ponto.

Como eu havia anunciado, a Dr^a Valdete já usou a palavra e reafirmou o seu ponto de vista. Agora nós vamos passar a palavra ao Sr. Edgar Moreira Brandão, Auditor Fiscal do Trabalho, que aqui falou em nome do Ministro Carlos Daudt Brizola, Ministério do Trabalho e Emprego, para as considerações finais.

Antes mesmo que V. Ex^a use a palavra, eu vou tentar encaminhar da seguinte forma, e V. S^a diga se é possível ou não, na sua fala, porque, a partir da sua fala, simplesmente vou dizer que está encerrada esta audiência pública.

Bom, pelo que percebi aqui, isso fica nos Anais da Casa, 99% é contra simplesmente a esse decreto de revogar a portaria; isso foram 99% das pessoas que falaram, ou se quiserem eu digo 95, 98, não im-

porta. Ou seja, foi quase uma unanimidade que revogar a portaria, não. E estou dizendo isso com muita convicção, porque sou relator da matéria. Percebi que o que todos disseram, todos eu digo a maioria, é que entendem que ela precisa ser aperfeiçoada; querem dialogar, querem ampliar. Inclusive, vou pegar a figura do Sr. Valdir, que apresentou uma proposta que vai na mesma linha. E ele mesmo diz que não é para revogar, é um instrumento a ser aprimorado. E na sua fala – e você fala em nome do Ministro, do Ministério... Vou encaminhar da seguinte forma: aqueles que têm contribuição a dar para melhorar o sistema que procurem, então, o Dr. Edgar Moreira Brandão. E também, Canindé, esse órgão que é tripartite, ao qual você se referiu, eu vou tomar a liberdade, se você assim concordar, que seja um canal para receber opiniões e sugestões a fim de que a gente possa apontar rumo a um grande entendimento.

A partir deste momento, a palavra está com o Dr. Edgar, em nome do Ministério do Trabalho.

O SR. EDGAR MOREIRA BRANDÃO – Bom; só concluindo aqui, para ser bem rápido e corrigir o que está sendo repetido como se fosse verdade e que não é verdade: o REP não foi criado; ele foi concebido através de um trabalho... Ele não foi criado por um auditor fiscal do trabalho e um juiz. A ideia foi concebida. Toda a portaria do REP, todo o estudo do REP foi realizado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, com colegas auditores, com conhecimento em várias áreas. Certo? Então, é bom que isso fique claro. Não foi feito por uma pessoa somente; existia um grupo de trabalho. Tudo que a Secretaria de Inspeção do Trabalho faz em termos de alteração legislativa, qualquer passo, é feita com a contribuição dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Eu acho que a gente tem que encerrar aqui a nossa discussão, e a proposta que tem que ser encaminhada daqui, como o Senador Paulo Paim disse, é que o fórum ideal para que isso seja discutido é o CRT, onde o tema já está na pauta – e eu andei vendo –, onde há a representação da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Mas é interessante que nós tenhamos dois momentos. Existe uma grande discussão: o *software* é seguro? Só o *software* é seguro sem a existência do *hardware*? Essa é uma conversa que tem de ser técnica e não política. Então, cada instituição que quer ser representada dentro dessa discussão... Vamos ver se existe outra modalidade para ser realizada, uma discussão feita por técnicos. E me desculpem – eu só vou citar –, mas não adianta a CNA estar presente, como o colega que veio aqui, porque é preciso de técnicos para saber o que... Não sou eu; eu não tenho conhecimento técnico para dizer se é seguro ou não.

Então, a gente tem que pensar, dentro da CRT, a formação dessa discussão. Se todo mundo está de acordo que tem de mudar, vamos passar para uma discussão técnica, com a presença do Inmetro, uma instituição reconhecida no País.

Era isso e agradeço pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essas são as palavras do Dr. Edgar Moreira, que apontam na linha do entendimento.

Encerramos esta audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 09 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.)

ATA DA 80ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 3, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos do dia onze de dezembro de dois mil e doze, na sala três, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores e senhoras Senadoras: **Paulo Paim, Paulo Davim, Cyro Miranda, Cristovam Buarque, Angela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Pedro Simon, Eduardo Amorim, Wellington Dias e Humberto Costa**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e senhoras Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte **Pauta Deliberativa**, com as inversões de pauta aprovadas: **Item 1. Sugestão nº 12, de 2011**, não terminativo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incumbir o sistema de ensino a identificar os estudantes de baixo rendimento e prover-lhes plano de recuperação. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senadora Angela Portela. Lido pelo Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da Matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria. O Presidente (Senador **Paulo Paim**) transfere a presidência dos trabalhos ao Senador **Paulo Davim**, às nove horas e trinta e quatro minutos. **Item 2. Sugestão nº 3, de 2012**, não terminativo, que regula o art. 2º, inciso V, e o art. 41-A da Lei nº 8.213,

de 1991, que versa sobre a manutenção do valor aquisitivo dos benefícios pagos pela Previdência Social. Autoria: Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da Matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria. **Item 5. Tramitação conjunta. Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2010**, não terminativo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada, de autoria do Senador Mão Santa; e **Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2011**, não terminativo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do PLS 165/10, com a Emenda que apresenta e rejeição do PLS 79/11. Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012**, não terminativo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada. Autoria: Senador Cyro Miranda. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012**, não terminativo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior. Autoria: Senador Cristovam Buarque Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria. O Presidente (Senador **Paulo Davim**) devolve a presidência dos trabalhos ao Senador **Paulo Paim**, às nove horas e cinquenta e dois minutos. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2012**, não terminativo, que altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012**, não terminativo, que acrescenta dispositivo à Lei nº

8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tornar obrigatória a distribuição, pelo Poder Público, de comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarréico. Autoria: Senador Tomás Correia. Relatoria: Senador Eduardo Lopes (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria.

Item 38. Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008, terminativo, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria. O Presidente (Senador **Paulo Paim**) passa a presidência dos trabalhos ao Senador **Cristovam Buarque**, às dez horas e dez minutos. **Item 2. Sugestão nº 3, de 2012**, não terminativo, que regulamenta o art. 2º, inciso V, e o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 1991, que versa sobre a manutenção do valor aquisitivo dos benefícios pagos pela Previdência Social. Autoria: Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da Matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Relido o Relatório – com correções – e adiada a discussão da matéria. O Presidente (Senador **Cristovam Buarque**) devolve a presidência dos trabalhos ao Senador **Paulo Paim**, às dez horas e vinte minutos. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012**, não terminativo, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para limitar a quantidade de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes, nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes. Autoria: Senador Tomás Correia. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria. O Presidente (Senador **Paulo Paim**) transfere a presidência dos trabalhos à Senadora **Angela Portela**, às dez horas e vinte e sete minutos. **Item 33. Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011**, terminativo, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria. **Item 41. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011**, termina-

tivo, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas aprovadas na CE. Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão da matéria. A Presidente (Senadora **Angela Portela**) devolve a presidência dos trabalhos ao Senador **Paulo Paim**, às dez horas e quarenta minutos. O Presidente, então, retoma a discussão e a votação das seguintes matérias. **Item 1. Sugestão nº 12, de 2011**, não terminativo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incumbir o sistema de ensino a identificar os estudantes de baixo rendimento e prover-lhes plano de recuperação. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senadora Angela Portela. Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da Matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. O Presidente informa que o relatório foi lido pelo Senador Paulo Davim permanecendo como relatora da matéria a Senadora Angela Portela. Resultado: Aprovado na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. O Presidente (Senador **Paulo Paim**) passa a presidência dos trabalhos à Senadora **Angela Portela**, às dez horas e quarenta e cinco minutos. **Item 2. Sugestão nº 3, de 2012**, não terminativo, que regulamenta o art. 2º, inciso V, e o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 1991, que versa sobre a manutenção do valor aquisitivo dos benefícios pagos pela Previdência Social. Autoria: Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da Matéria na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012**, não terminativo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada. Autoria: Senador Cyro Miranda. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Relatório. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012**, não terminativo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório. **Item 5. Tramitação conjunta. Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2010**, não terminativo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de de-

zembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada, de autoria do Senador Mão Santa; e **Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2011**, não terminativo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do PLS 165/10, com a Emenda que apresenta e rejeição do PLS 79/11. Resultado: Aprovado o Relatório. A Presidente (Senadora Angela Portela) devolve a presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim, às dez horas e quarenta e oito minutos. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2012**, não terminativo, que altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por Ad Hoc). Relatoria *Ad Hoc*: Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Relatório. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012**, não terminativo, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para limitar a quantidade de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes, nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes. Autoria: Senador Tomás Correia. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o Relatório. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012**, não terminativo, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tornar obrigatória a distribuição, pelo Poder Público, de comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarréico. Autoria: Senador Tomás Correia. Relatoria: Senador Eduardo Lopes (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado o Relatório. Ficam adiadas a discussão e a votação das seguintes matérias: **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2009**, não terminativo; **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2010**, não terminativo; **Item 11. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009**, terminativo; **Item 12. Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009**, terminativo; **Item 13. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010**, terminativo; **Item 14. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011**, terminativo; **Item 15. Projeto de Lei da Câmara nº 64,**

de 2011, terminativo; **Item 16. Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2011**, terminativo; **Item 17. Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2011**, terminativo; **Item 18. Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2012**, terminativo; **Item 19. Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2003**, terminativo; **Item 20. Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2007**, terminativo; **Item 21. Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008**, terminativo; **Item 22. Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008**, terminativo; **Item 23. Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008**, terminativo; **Item 24. Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2008**, terminativo; **Item 25. Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009**, terminativo; **Item 26. Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009**, terminativo; **Item 27. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009**, terminativo; **Item 28. Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2010**, terminativo; **Item 29. Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010**, terminativo; **Item 30. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011**, terminativo; **Item 31. Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2012**, terminativo; **Item 32. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011**, terminativo; **Item 33. Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011**, terminativo; **Item 34. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011**, terminativo; **Item 35. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011**, terminativo; **Item 36. Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011**, terminativo; **Item 37. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007**, terminativo; **Item 38. Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, terminativo. **Item 39. Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2009**, terminativo; **Item 40. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011**, terminativo; **Item 41. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011**, terminativo; **Item 42. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011**, terminativo. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim, Paulo Davim, Cyro Miranda, Cristovam Buarque e Angela Portela**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 80ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Senador Paulo Davim, ontem, dia 10 de dezembro, foi o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Para mim, todo dia é dia de direitos humanos. V. Ex^a, que é militante dessa causa, sabe que todo dia é dia de nós homenagearmos o nosso povo, a nossa gente e os lutadores que militam em defesa dos homens e mulheres deste País. Como já disse alguém, os direitos humanos abraçam tudo.

Por isso, nós vamos passar, na abertura da reunião, um vídeo de 1 minuto, lembrando a importância da luta permanente pelos direitos humanos. Depois, farei uma introdução. V. Ex^a, se quiser, poderá comentar o assunto. Depois é que nós vamos, então, entrar na leitura dos relatórios não terminativos, para que possamos votá-los ainda no dia de hoje.

Por favor, podem passar o vídeo sobre os direitos humanos, produzido pela Petrobras, se não me engano.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! É só uma simbologia, demonstrando que as diferenças fazem efetivamente a diferença positiva. Esse pequeno vídeo de 1 minuto da Petrobras foi muito bem bolado, mostrando os negros, os índios, as mulheres, as pessoas com deficiência de forma muito resumida, pela simbologia.

Enfim, senhores e senhoras, ontem, segunda-feira, dia 10 de dezembro, foi um dia especial, foi o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Faço questão de lembrar, Senador Paulo Davim, que todos os dias são dias de militar pelos direitos humanos. A data celebra a adoção, em 1948, pela ONU, da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com 33 artigos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos traz uma forte mensagem, já no seu preâmbulo, que simboliza os anseios de todos os homens e mulheres de bem do planeta.

Diz a Declaração:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de

viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum;

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão;

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; (...)

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e que decidiram promover o progresso social em melhores condições de vida, em uma liberdade mais ampla [muito, muito ampla];

Considerando que os Estados-membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e [de novo, repito] liberdades fundamentais e a observância desses direitos [sempre no caminho da liberdade plena];

Considerando que uma compreensão comum desses direitos [falando em liberdade] é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso [...].

Senador Paulo Davim, os direitos humanos estão relacionados diretamente ao combate às injustiças, às discriminações, passando pelas discussões dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e do próprio meio ambiente.

Direitos humanos é o olhar para o outro, é a vida plena pelo direito à saúde, à educação, ao trabalho, à terra, à moradia, à segurança, a um salário mínimo decente, a uma aposentadoria decente, à dignidade para os aposentados e pensionistas, ao meio ambiente, ao esporte, ao lazer, às liberdades individuais religiosas e sexual.

Senador Paulo Davim, na próxima segunda-feira, quero aqui informar a todos, a Comissão de Direitos Humanos, esta Comissão da qual V. Ex^a, Senador, é um dos Parlamentares mais presentes, vai realizar uma audiência pública para debater a questão dos direitos humanos no Brasil e no mundo, mas com foco, naquele momento, em como foram esses 2 anos de trabalho da Comissão, da qual nós participamos juntos de forma permanente.

Então, fica aqui um convite a todos os movimentos sociais, enfim, a todos os setores da sociedade, tanto institucional quanto de empresários, trabalhadores, índios, negros, ciganos, movimentos sindicais, deficientes, mulheres, pobre, ricos, enfim, todos serão bem-vindos a esse debate, que se inicia na segunda-feira, às 9h. Fica o convite. Todos serão bem-vindos

nessa segunda-feira, quando vamos realizar um debate sobre esta questão específica: a importância da luta pelos direitos humanos. Haverá cobertura da TV Senado, da Rádio e da Agência Senado.

Senador Paulo Davim, se quiser fazer algum comentário sobre os direitos humanos, V. Ex^a, que é um militante, estará com a palavra neste momento.

Depois nós vamos entrar no debate dos projetos não terminativos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente Paulo Paim, eu quero fazer um registro, a bem da verdade, do seu compromisso com os movimentos que buscam aprimorar os direitos das minorias neste País, porque direitos humanos são direitos de todos.

Por mais que este País tenha evoluído, buscando diminuir as diferenças... E isso é fato. O Brasil é outro País. Para melhor. O Brasil tem mudado, tem avançado nos direitos sociais, nos direitos trabalhistas, nos direitos das minorias. É outro País, se compararmos com décadas atrás. Eu fico extremamente satisfeito em participar de uma Comissão como esta, presidida por V. Ex^a.

Eu já tive oportunidade de dizer como foi meu envolvimento com os direitos humanos em outra ocasião, num comentário que fiz aqui.

Na verdade, quando fui Deputado Estadual no meu Estado, na divisão das comissões, ninguém queria participar da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E, permita-me que diga, hoje não é muito diferente. V. Ex^a é um dos poucos que militam de fato, de forma permanente nesta Comissão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E aí, o que é fato é que me colocaram compulsoriamente nesta Comissão.

Confesso que, no início, até relutei. Mas, depois começamos a fazer um trabalho; assumi a presidência da Comissão anos depois. Fizemos um trabalho extremamente profícuo. Quando tivemos que renovar as composições, aí eu já fui por escolha, e muitos colegas também passaram a enxergar nessa Comissão vitalidade, dinamismo e alcance das ações que nós nos propomos a fazer.

E assim foi.

Ao chegar aqui, da mesma forma, fui colocado nesta Comissão. Ou seja, acho que existe algo que liga minha ação parlamentar com as ações em defesa dos direitos humanos. E aqui estou, gosto de estar nesta Comissão. Milito nesta causa e defendemos os direitos humanos diuturnamente, não só na ação parlamentar. Você precisa estar convencido de que a sua ação transcende os limites do gabinete dos parlamentos. Precisamos militar nos direitos humanos no dia a dia. Lá, no meu consultório, lá, nos corredores dos hospitais públicos, na rua, enfim, no seu dia a dia.

É uma construção lenta, trabalhosa, mas uma construção que terá que ser abraçada por todos, não por poucos, mas por todos.

A propósito, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação a V. Ex^a pedindo o empenho desta Comissão num fato muito lamentável.

Faço parte da CPI do Tráfico de Pessoas. Ontem mesmo, tivemos uma audiência em Manaus. Quinze dias atrás, estivemos, pela segunda vez, no Rio Grande do Norte. Fomos ouvir familiares e testemunhas de um fato que aconteceu 14 anos atrás: o desaparecimento de cinco crianças. A primeira foi em 1998 e a última, em 2001. Crianças que foram raptadas de dentro de suas casas. Um bairro muito pobre, lá em Natal, chamado Planalto, um bairro nas cercanias de um antigo lixão. Nesses 14 anos, 13 delegados passaram nesse caso e até hoje nada foi feito, não chegamos a lugar nenhum. As famílias sofrem porque, o senhor sabe muito bem, as mães sofrem eternamente a perda dos filhos. Mas, paira sempre uma dúvida: onde estão essas crianças? Os indícios são fortes e convincentes de que ali atuou uma quadrilha de tráfico de pessoas. Existem pessoas tidas nos autos como suspeitas, e a Polícia nada fez.

Então, entramos em contato com o Ministro da Justiça, solicitamos oficialmente, pela CPI do Tráfico de Pessoas, a entrada da Polícia Federal, porque não podemos aceitar, não podemos admitir, não podemos nos conformar que, em 14 anos, esse inquérito não tenha evoluído. A sociedade cobra respostas. Muito mais do que a sociedade, os familiares dessas crianças cobram respostas. O Estado deve essas respostas a essas famílias.

E o pior de tudo é que em nenhum momento o Estado foi solidário com essas famílias. Nenhum suporte foi dado, de nenhuma espécie, a essas famílias. E tivemos o desprazer, na audiência pública, de ouvir o delegado que estava há 2 anos à frente do caso, o 13º delegado, dizer que, de fato, ele tinha relaxado. Isso gerou inclusive a substituição desse delegado pelo delegado geral. Então, nós estamos pedindo, solicitamos ao Ministro da Justiça – e ele foi sensível, está marcado para esta semana uma audiência com a Comissão –, solicitamos oficialmente a entrada da Polícia Federal, porque está caracterizada a prática de tráfico de pessoas, de crianças nessa região.

Então, eu disse, na ocasião, que se fossem famílias de outro nível socioeconômico, seguramente esse caso já teria sido esclarecido; seguramente a polícia já teria se empenhado e dado resposta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela fala de V. Ex^a, são famílias pobres...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pobres, pobres; famílias muito pobres, de bairros da periferia. Nós assistimos o depoimento das mães, dos pais,

emocionados, querendo saber onde estão os filhos. Eles estão querendo saber, inclusive... Se tiverem a certeza, ou se alguém lhes disser que essas crianças já não vivem mais, eles querem apenas prantear o corpo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A audiência pública foi quando?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Há 15 dias, lá em Natal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou lhe ouvindo e estou perplexo com o descaso com essa situação. Se V. Ex^a assim entender, nós podemos aprovar um requerimento e fazermos uma audiência pública aqui no dia 20. Esta é a minha proposta, porque há um espaço na agenda; é o único dia, até o final, e poderia ser a última audiência pública da nossa Comissão, com a minha presidência, naturalmente, porque o período se encerra. Nós poderíamos fazer um movimento para trazer aqui os familiares, trazer fotos das crianças; dar visibilidade.

Eu vi um pronunciamento de V. Ex^a nesse sentido e confesso que já fiquei querendo falar com V. Ex^a. V. Ex^a, agora, me trazendo o tema, se entender por bem, poderíamos fazer uma audiência, embora o balanço final de toda essa caminhada que fizemos juntos aqui vá ser na próxima segunda, nós abríamos uma exceção para fazer uma no dia 20 especificamente para esse caso, se assim V. Ex^a entender.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, todos os esforços que pudermos enviar para esclarecer esse fato serão bem vindos, porque o sofrimento dessas famílias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos chamar oficiais de Justiça, todo mundo!

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É, porque o sofrimento dessas famílias é um sofrimento enorme, é comovente. É comovente. As mães, quando começam a falar dos casos – são cinco crianças –, foram retiradas de suas casas na madrugada; todas elas, o mesmo modus operandi, todas! A descrição dos fatos são semelhantes, e essas mães, quando falam desses fatos, elas se emocionam, elas choram como se fosse ontem o ocorrido, porque o sentimento de mãe é atemporal, o amor materno é atemporal; o amor mais próximo do amor de Deus é o amor materno. E elas sofrem muito, e a gente precisa fazer alguma coisa.

Então, eu solicito – e fico feliz porque V. Ex^a já demonstra interesse no caso. Eu acho que a gente precisa transformar esta Comissão ou esta Casa em uma caixa de ressonância para todos os casos de injustiça na sociedade, mas, sobretudo, neste caso. Porque estas famílias pagam um preço por serem pobres. Elas pagam um preço...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Me permite um comentário? Parece-me até uma coi-

sa de filme que não é no Brasil, porque eu vi um filme mais ou menos na mesma linha, só que, naturalmente, não no Brasil. E um caso como esse acontecer aqui e ninguém responder?! Desapareceram assim com crianças, foram tiradas de casa, e ninguém responde?!

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Ninguém responde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De fato, é da maior gravidade, V. Ex^a tem toda a razão em demonstrar a sua indignação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Ninguém evapora como etanol, ninguém evapora. Se saiu, está em algum lugar.

O pior é que há outros relatos, envolvendo os mesmos suspeitos. É escabroso! Realmente, este caso e esta averiguação é escabrosa, eivada de erros, de falhas, de equívocos. E pairam, inclusive, suspeitas de que há alguém ou de que alguns membros da própria polícia poderão estar envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Barbaridade...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É escabroso. A gente solicitou a entrada da Polícia Federal porque, de outra forma, sinceramente, eu não acredito que a gente consiga chegar a respostas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Davim. Tenho certeza de que V. Ex^a vai concordar com o encaminhamento. Se a sua assessoria providenciar um requerimento, a gente pode até no dia de hoje aprovar, como também poderemos aprovar o requerimento daquela proposta da Ministra da Seppir sobre a preocupação dela com uma situação que envolve a comunidade negra e, naturalmente, pelo fato que ela me relatou, as entidades carnavalescas de Porto Alegre. Poderíamos também aprovar e eu me disponho a fazer essa diligência com a minha presença, veremos como se faz regimentalmente, durante o próprio recesso, no mês de janeiro. Embora eu também seja filho de Deus, queira dar uma descansadinha. O Simon que brincou conosco e disse: “Paim, tu não vais começar a fazer audiência também no sábado?” O Simon é uma parada! Se faz de segunda a sexta, então, faça no sábado. Mas nós podemos fazer uma visita a essa realidade – a Ministra disse que vai junto – em Porto Alegre, durante o período de férias. Não custa nada tirarmos um ou dois dias para acompanharmos essa situação. Ao mesmo tempo, poderíamos fazer essa audiência pública específica aqui, no dia 20, se assim V. Ex^a entender.

Senador, eu sou Relator de dois projetos, mas há alguns projetos para os quais temos que indicar o

Relator ad hoc, V. Ex^a já os relata e depois eu relato os de minha autoria como Relator.

Vamos ao item 1.

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 12, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incumbir o sistema de ensino a identificar os estudantes de baixo rendimento e prover-lhes plano de recuperação. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Está na página 26 do documento que está nas suas mãos, Senador Paulo Davim.

É, na verdade, valorizar e recuperar os alunos que estejam recebendo avaliação negativa.

Se V. Ex^a quiser ler o relatório, ajudará até termos assinaturas suficientes para deliberarmos sobre os não terminativos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Como foi dito no enunciado e já absolutamente compreendido e de conhecimento de todos, passo apenas à leitura da análise.

Nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre sugestões legislativas. E, por força do disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, o tratamento dado a tais sugestões é extensivo à proposição aprovada e publicada no âmbito do Projeto Jovem Senador.

Esse é exatamente o caso da Sugestão nº 12, de 2011, derivada do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 6, de 2011, que se viu aprovado e publicado durante a primeira edição do Projeto Jovem Senador. Sob a perspectiva regimental, portanto, acham-se atendidos os requisitos formais de admissibilidade da referida sugestão legislativa.

Não se trata, porém, de juízo terminativo sobre a matéria. Pelo contrário, o presente parecer da CDH tem caráter preliminar, pois, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno, as sugestões porventura aprovadas pela CDH serão transformadas em proposições de

autoria da Comissão e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame de mérito.

Cumpre-nos destacar, aliás, que também não se vislumbra óbice de ordem constitucional à conversão da Sugestão nº 12, de 2011, em proposição legislativa. Lembramos, a propósito, que é da competência privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Além disso, convém recordar que os Jovens Senadores da 1ª Legislatura do Projeto Senado Jovem entenderam ser meritória a iniciativa em questão, visto que ela obriga a escola a buscar, juntamente com a família do aluno, mecanismos de aperfeiçoamento pedagógico (práticos e teóricos), tanto no ensino fundamental quanto no médio. Como fez o Senado Jovem, nós também julgamos que a proposta é merecedora da atenção desta Casa e deve ter a chance de ser por ela avaliada.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 12, de 2011, para que passe a tramitar como proposição desta CDH nos termos do seguinte...

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Senador Paulo Davim apresentou o seu parecer ad hoc. Então, está lido o relatório do item 1.

Sou Relator do item 2, Senador Paulo Davim. Se V. Ex^a quiser aqui presidir, farei a leitura rapidamente. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) –

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 3, de 2012

– Não Terminativo –

Regulamenta o art. 2º, inciso V, e o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 1991, que versa sobre a manutenção do valor aquisitivo dos benefícios pagos pela Previdência Social.

Autoria: Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Relator da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É uma sugestão apresentada pela Cobap. Como eu conheço o tema, vou comentá-lo. É uma luta histórica da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que visa a assegurar uma política de valorização dos benefícios dos aposentados que ganham mais do que um salário mínimo. Quem ganha um salário mínimo já tem a inflação mais o PIB. Juntos, nós ajudamos a

construir essa política; juntos, votamos e resolvemos a questão do mínimo.

Onde está o problema?

Não temos, no País, uma política de valorização do aposentado e pensionista – e eu sempre digo, não o que ganha de um a dez, porque ninguém ganha dez – devido ao fator e ao arrocho imposto, enfim, por não termos uma política de valorização de quem ganha mais do que um. Hoje, 99,9% ficam na faixa de um a cinco, no máximo seis salários mínimos, e 90% ficam até três.

Então, aqui a Cobap está propondo que tenhamos uma política de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas, que cresça de acordo com o crescimento da massa salarial medida pela Previdência e pelo próprio Fundo de Garantia.

Por isso, demos parecer favorável a esta Sugestão, para que, uma vez aprovada, tramite nas comissões, e, claro, nas comissões correspondentes, teremos debate com o Ministério da Previdência, com a Fazenda. Enfim, que se busque uma solução definitiva para valorizar os aposentados e pensionistas. Então, como a iniciativa é positiva, vai na linha de garantir esse direito, dei o parecer favorável.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 3, de 2012, nos termos do seguinte Projeto de Lei do Senado, que passa a tramitar como proposição da CDH, a partir da aprovação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O.k. Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, não se pode votar, porque não tem assinatura no livro ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Ah, não tem assinatura.

Então, só leitura de relatório.

Há o item 5, Senador Paim.

Passamos à leitura do item 5, de que V. Ex^a é Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Qual é a página?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Página 81.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social,

para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Mão Santa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, neste projeto também, há um pleito antigo. As pessoas que recebem essa ajuda, e que vem em boa hora, querem também ter o direito, no fim do ano, de quem ganha um mínimo, a um décimo terceiro salário; como nós recebemos o décimo terceiro salário. Eles dependem dessa contribuição que surgiu a partir da Constituição, que foi regulamentada e atende milhões de pessoas, para que eles tenham direito também de receber um salário mínimo. Devido a isso, o meu parecer também é favorável, nas seguintes linhas – vou ler o voto:

Ressalvado que os dois projetos têm os mesmos méritos e são instrumentos inequívocos de justiça e de proteção sociais, e em vista do que dispõe a alínea “b” do inciso II do art. 260 do Regimento Interno do Senado Federal, nosso voto é pela rejeição do PLS nº 79, de 2011, e pela aprovação do PLS nº 165, de 2010, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH (DE REDAÇÃO)

Renumerem-se como §§ 11 e 12 os §§ 9º e 10 que o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2010, propõe acrescentar ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Este projeto estão apensado a outro, o de nº 79, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Então, o seu voto foi pela rejeição do 79, de 2011...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Explico: os dois têm um grande mérito, mas o princípio regimental é sempre pelo mais antigo. Por isso, dei a aprovação àquele que foi apresentado em 2010. Mas o mérito do projeto aqui, eu diria, fica sendo do Senador Antonio Carlos Valadares e também do Senador Mão Santa, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Já que não temos quórum para votação, há mais um projeto para ser lido.

Vamos passar todos os projetos cuja...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – ... relatoria é de V. Ex^a. Página 112.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2012 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Cyro Miranda.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a está vendo que não estou lendo os relatórios. Como são temas que conheço relativamente bem, eu diria, eu tomo a liberdade de comentá-los somente.

Este, por exemplo, só lendo aqui que a Lei Orgânica da Assistência Social estabelece a idade mínima para fins de recebimento de benefício de prestação continuada.

Hoje, pela legislação, é 65 anos. O que o Senador Cyro Miranda faz, e no meu entendimento na linha de justiça, como o Estatuto do Idoso considera pessoas idosas a partir dos 60 anos, ele, na verdade, está com essa coerência histórica, querendo assegurar que, a partir de 60 anos, esse benefício seja assegurado a todos. Por isso, em razão dessa minha avaliação, eu sou pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Senador, eu queria ouvir sua opinião. Isso não alterará...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A leitura não altera. A votação, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – É. Veja bem: este projeto que estabelece a idade mínima de 60 anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada, assim como muitas leis que obedecem ao limite de 60 anos, o senhor já teve oportunidade de fazer uma reflexão a respeito da mudança do limite dessa idade? Considerando a perspectiva de vida do brasileiro e do mundo. Cada vez mais, a perspectiva de vida se eleva no Brasil e no mundo, e a tendência é que isso melhore ainda mais essa perspectiva, essa esperança de vida do brasileiro e de todo cidadão e cidadã do mundo inteiro.

Então, eu acredito que, mais cedo ou mais tarde, essas leis que trazem esse limite deverão passar por um processo de análise.

Qual é a sua opinião?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me refletir com V. Ex^a. Eu até entendo que, no passar dos anos, esse debate volte. Mas aí eu fico... Por exemplo, vou tocar num tema que me é muito caro: o fim do fator previdenciário. O que dizem alguns especialistas? Não importa a fonte. O que eles dizem? Que nem a fórmula 85/95 pode ser aprovada porque a tendência mundial é essa. Só que todos os outros setores da sociedade se aposentam usando inclusive a fórmula 85/95 por opção. E o mais pobre não tem chance de optar nem pela fórmula 85/95. Bom, no dia em que mudar, mudou. E que mude para todos.

Por exemplo, quem é do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, hoje, usa a qualquer momento. E já está aprovado desde, se não me engano, 1994, a opção pela fórmula 85/95. Agora, o trabalhador assalariado que ganha dois salários mínimos não pode optar pela 85/95. Por quê? Porque dizem que a mulher vai se aposentar com 55 e o homem com 60. Não é nem 60; aqui, é 60 geral. É 55 e 60. Ah, não pode! Agora, o Judiciário pode, o Executivo pode e o Legislativo pode. É onde nós estamos. Inclusive nós. Nós podemos. Essas injustiças é que eu combato. Eu sempre sou daquela linha do meu antigo e falecido amigo Che Guevara: onde há uma injustiça, eu estou enfrentando, não importa o tamanho da injustiça. Então, essa vai na linha de contribuímos.

O fator é tão bom? Então aplica para todo mundo, inclusive para Deputados e Senadores. Vamos encontrar uma forma de aplicar para Deputados e Senadores. Claro que nós não queremos. Ele é tão ruim que eu não quero para ninguém, como...

Eu estou defendendo o seu projeto aqui. Chegou na hora, Cyro, para me ajudar.

Eu não quero o fator para ninguém, mas para ninguém mesmo. Tanto não quero para ninguém, que nós aqui no Senado já aprovamos, por unanimidade. Caro que os servidores que estão me ouvindo sabem disso e do carinho que eu tenho por nossos servidores públicos. Eu não aceitaria, em hipótese nenhuma, que aplicassem no servidor público o fator previdenciário. Eu quero é eliminá-lo para aqueles que ganham de um a quatro, cinco salários mínimos.

E o projeto do nobre Senador que chega agora, Cyro Miranda, é no sentido de apenas assegurar, já que o limite, inclusive para a aposentadoria, hoje, é de 60 anos para todos – no caso, se quiser integral. Porque mesmo o trabalhador do regime geral, esse que eu defendo tanto, se quiser escapar do fator, ele vai ter que ultrapassar os 60 anos. Então, o que o projeto faz

é assegurar para os que dependem desse benefício, em vez de 65, a idade de 60 anos.

E eu dizia, Senador Cyro Miranda, que, se esta é a tendência, de envelhecermos mais, vamos mudar para todo mundo. Daí, vamos dizer: “Olha, o limite mínimo é x mais y, mas para todos.” E por isso que acho está coerente com o Estatuto do Idoso e com as fórmulas que existem hoje em programas de governo para atender inclusive o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Até porque esse projeto ainda vai para a CAS, Senador Paulo Davim, e, naturalmente, lá, em que é terminativo, nós poderemos aprofundar o debate.

Senador Cyro Miranda, como seu escudeiro aqui, eu lhe concedo um aparte.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Eu tenho no Senador Paim um grande avalista e um defensor. Mas nesse projeto, Senador Paim, procuramos fazer apenas uma isonomia, certo? É o que V. Ex^a falou. Não tem lógica, uma hora vale os 60, outra hora vale os 65. Na Constituição, se quiserem mudar a Constituição, tudo bem, mas o Estatuto do Idoso diz que é a partir de 60 anos. Completou 60 anos, é considerado idoso. Então, nós temos que enquadrar, porque não tenho por que fazer essa diferença. Foi nessa linha. E só quero só agradecer a V. Ex^a por ter tomado a minha defesa aqui, pelo seu relatório, que, realmente, não deixa a menor dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Presidente, eu apenas quero justificar a minha pergunta. De forma alguma estou contra o projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Claro. Não, eu entendi. É para fazer o bom debate que estamos fazendo aqui, até porque estamos esperando a assinatura nos livros para podermos votar. No livro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Porque essa é uma tendência natural não só do Brasil, mas do mundo. Do mundo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que bom. Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Que bom. É uma coisa boa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É como aquele cidadão que diz: “Não, mas eu já estou velho.” E eu digo: “Que bom que você ficou velho; senão, teria morrido antes.” Eu sempre digo que espero dizer que estou com 70, 80, 90, até 100. Bom, se não der para chegar lá, é porque fiz a viagem antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Continuando aqui sua relatoria, vamos à página 133:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2012 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Olha, Senador Paulo Davim, o relatório desse projeto também não precisa ser lido. Como fui o autor do Estatuto do Idoso, afirmo que lá incluímos artigo que diz que é fundamental assegurar para o idoso o acesso à universidade livre e gratuita, ou seja, que o idoso possa cursar o nível superior.

Bom, o Senador Cristovam vai na mesma linha: ele quer assegurar esse direito. Eu fiz o parecer naturalmente em respeito ao Senador e ao próprio Estatuto do Idoso e faço uma pequena alteração que vou ler:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 44.
.....
§ 1º
§ 2º Serão oferecidos no âmbito das instituições de ensino superior, com caráter obrigatório nas universidades públicas, por meio de ações presenciais e a distância, cursos e programas de extensão para atendimento das pessoas idosas, por meio de atividades formais e não formais, na perspectiva da educação permanente. (NR)”

Eu apenas fiz um arranjo na redação final, que ficou coerente, como foi o caso do Senador Cyro Miranda, com o Estatuto do Idoso.

Por isso, meus cumprimentos ao Senador Cristovam. Esse projeto, uma vez aprovado, vai fortalecer o investimento na formação do idoso.

Eu sempre digo também – eu, que sou metido a falar sobre idosos por aí – que a melhor idade é a que estamos passando. O idoso está lá com 80 anos, e dizemos: “Ah, você está na melhor idade”; se ele está com 90 anos, também dizemos: “Ah, você está na melhor idade, viva intensamente esse momento”, assim como é boa a idade em que eu estava com 12, 15 ou 20 anos. Eu tenho que viver aquele meu momento de

forma mais intensiva. E o que eu acho é que o idoso não pode parar. É a minha avaliação.

Bom, se ele se aposentou, legal, aposentou-se, mas vá fazer um serviço voluntário, vá estudar, vá ler, vá para o teatro, vá ao cinema, vá viajar; não pode é parar. Se ficar sentadinho em casa, vendo televisão, é um convite para o caixão. Desculpe-me pela expressão – aliás, até rimou. Se ficar sentadinho em casa, vendo televisão, infelizmente é um convite. Tem que procurar – claro, há os que têm problemas e doenças e não conseguem se deslocar –, os que puderem, incentivados pelos netos, pelos filhos, pelos amigos, devem dar nem que seja uma caminhada pela quadra. Olhem, eu estou caminhando, até porque estava com 10 quilos a mais – já perdi – e teria que fazer aquela tal de operação. Eu disse que não faria a operação, estou caminhando e cuidando da alimentação. Olhem, é um santo remédio, estou até mais alegre, vocês perceberam? Estou menos bravo, antes eu defendia os projetos xingando.

Então, sou pela aprovação do projeto e, claro, vamos votá-lo no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Passo a Presidência a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora, vamos aos outros relatórios.

Peço ao Senador Paulo Davim, se puder, item 6, página 105.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012 – Não Terminativo –

Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador José Agripino.

Como o Senador José Agripino não é mais parte desta Comissão, solicitou que a relatoria fosse feita ad hoc por outro Senador e, se pudesse, fosse mantido o parecer que ele havia dado naquele momento. Se não houver nada contrário, nós vamos ler o relatório e votaremos a partir do momento que tivermos assinaturas suficientes no livro.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Já foi lido e anunciado, então, passo à leitura da análise.

No mérito, reconhecemos a importância de garantir à parturiente e ao seu bebê que o nascimento ocorra livre de constrangimentos e violência, além de

assegurar a assistência integral à sua saúde. Convém lembrar que o §1º do art. 227 da Constituição Federal obriga o Estado a promover programas de assistência integral à saúde da criança.

Ainda que se trate de mulheres presas, às quais é negada a plena liberdade, não há razão para recusar condições minimamente dignas à mãe e, sobretudo, ao bebê. O uso de algemas em parturientes agrava o estigma da prisão e converte o nascimento do bebê num espetáculo absolutamente grotesco e bárbaro, tão repulsivo à consciência humanitária que chega a nos surpreender a necessidade de legislar sobre a matéria.

Felizmente, estamos diante da oportunidade de suprir essa lacuna.

Certamente, mesmo que se trate de presas perigosas, não se pode conceber como, durante o delicado momento do parto, elas possam oferecer riscos. Esse aspecto torna injustificável o uso de algemas, um meio de contenção a ser aplicado apenas em situações excepcionais.

Além da violência física infligida contra a mulher e do risco de antecipação do parto, o uso de algemas em parturientes despeja sobre o bebê recém-nascido todo o estigma da prisão e da desumanidade imposta por essa situação. Isso contradiz flagrantemente o direito da criança à dignidade, ao respeito e à liberdade, bem como de estar a salvo de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, nos termos do art. 227 da Constituição Federal.

Em razão do que foi exposto, Sr. Presidente, concluímos pela aprovação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Davim, meus cumprimentos. Não sei se o Senador Cyro Miranda quer comentar. Eu, de minha parte, só posso, na mesma linha do Senador Paulo Davim, da Senadora Maria do Carmo Alves e do Senador José Agripino, dizer que o projeto vem em boa hora. É uma questão de dignidade, de respeito à mulher o tratamento dela como gestante. O trauma que fica para a criança já é grande, ainda mais se não for respeitado o mínimo na linha dos direitos humanos. Por isso, os meus cumprimentos pelo relatório.

Eu convidaria o Senador Cyro Miranda para, se puder relatar o item 9, página 127.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, de 2012 – Não Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras provi-

dências, para tornar obrigatória a distribuição, pelo Poder Público, de comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarreico.

Autoria: Senador Tomás Correia

Relatoria: Senador Eduardo Lopes.

Relator Cyro Miranda tem a palavra como Relator ad hoc.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com muito prazer, passo a relatar esse projeto do Senador Tomás Correia, que tinha como Relator o Senador Eduardo Lopes, cujo relatório vou ler.

Ao justificar a iniciativa, o autor menciona que, no Brasil, 6,9% do total de óbitos na faixa etária de 0 a 5 anos têm como causa doenças diarreicas. De acordo com estudos da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef), a administração de comprimidos de zinco favorece a melhora do quadro diarreico e diminui a sua duração, podendo salvar a vida de muitas crianças.

A proposição foi distribuída à CDH e à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última decidir em caráter terminativo.

Da análise.

O direito à saúde é garantido a todos, mas é importante dedicar especial atenção à vulnerabilidade das crianças, devido à imaturidade de seu organismo e à aquisição incompleta de conhecimentos e de hábitos, inclusive sanitários, que possam favorecer a sua saúde e prevenir doenças. Devemos devotar atenção especial às crianças mais pobres, geralmente mais expostas a condições sanitárias inadequadas e dependentes do sistema público de saúde para tratar suas enfermidades.

Nesse sentido, a disponibilização gratuita de comprimidos de zinco pelo Poder Público pode representar um passo significativo na promoção da saúde e defesa da vida dessas crianças. Reveste-se a proposição, portanto, de elevado mérito e relevância social.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012, de autoria do Senador Tomás Correia.

Esse é o relatório que leio, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Cyro Miranda pelo relatório, que vai na linha de atender o que pediu o Senador Tomás Correia. A relatoria original é do Senador Eduardo Lopes.

Senador Cristovam, V. Exª tem algum projeto? (Pausa.) Há dois de V. Exª? (Pausa.)

V. Exª poderia ler os relatórios.

Já foram lidos os relatórios dele? (Pausa.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Alguém poderia me passar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já vamos providenciar.

V. Exª é relator desses dois projetos. (Pausa.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Paim, enquanto procura, conversei esta semana com o Senador Davim, que está aqui. Falamos por telefone. Não sei se o senhor já tocou no assunto. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tocou no assunto, mas é importante...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Fiquei muito impressionado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Também fiquei muito preocupado. É importante que...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Fiquei muito impressionado com a fala dele e liguei inclusive para ele, no fim de semana, não esperei nem voltar, porque, no mesmo dia em que ouvi a fala dele, recebi, em meu gabinete, pessoas preocupadas com o mesmo tema e que me disseram coisas assustadoras sobre tráfico de crianças, e o que é mais assustador ainda e chega a ser até macabro seria o desaparecimento de crianças para uso de seus órgãos em transplantes.

Isso é algo extremamente grave. Esse, quando comparado com todos os outros crimes contra os direitos humanos, é da mesma dimensão ou mais grave até, se é que a gente pode classificar a gravidade entre tortura e roubo de uma criança, mas pode-se dizer que é a mesma coisa, porque a família fica sendo torturada, todos os dias, até o final da vida dos próprios pais, se essa criança não aparece.

Hoje, tem uma proposta que estou terminando, um projeto de lei, que faria com que, no nascimento da criança, por meio do pé e das digitais, todas as crianças ficassem no mesmo cadastro. Nesse cadastro, em qualquer momento, pode-se saber onde está a criança, porque a digital é para toda a vida.

Mas isso é um detalhe daqui para frente. O importante é apurar o que está por trás dessas notícias. O Senador tem apurado, tem feito um trabalho. Creio que não podemos ficar omissos.

Foi isso que conversei com ele. Comecei a falar sem ver que ele estava aqui, mas fico satisfeito com a presença dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tomo a seguinte decisão. É importante também o apoio de V. Exª. Temos uma vaga. Vamos encerrar os trabalhos na segunda-feira próxima, mas temos ainda audiências marcadas para terça e quarta. Na quinta, não havia nada marcado. Decidimos fazer uma audi-

ência pública sobre essa questão para o dia 20, como encerramento dos trabalhos da Comissão, no período desses 2 anos em que estive na presidência. Então, vamos aprovar o requerimento. Vamos chamar oficiais de Justiça, os familiares e fazer um debate. Inclusive, nesse dia, V. Ex^a poderia, no meu entendimento, se V. Ex^a me permitir, advogar a sua proposta, que achei interessantíssima. Que sirva também para V. Ex^a...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ou chamar a pessoa que me trouxe a ideia e o conhecimento técnico de como fazer isso. Vou entrar em contato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já é nosso convidado por seu intermédio, então.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero mais uma vez aqui agradecer a preocupação e a sensibilidade do Senador Cristovam, como sempre, um homem extremamente sensível a essas causas sociais, às injustiças sociais. Eu fico muito agradecido. Eu já divulguei no Estado a sua preocupação e o seu interesse em fortalecer essa nossa luta e a luta sobretudo da sociedade potiguar em busca das respostas que essas famílias precisam ter. Infelizmente, durante esses 14 anos, com 13 delegados que passaram à frente do inquérito policial, ainda não conseguimos chegar a lugar algum, mesmo com evidências claras e concretas de que ali atuou uma quadrilha de tráfico de crianças.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, se V. Ex^a quiser comentar mais uma vez... Senão passo à sua relatoria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 38, de nº 241, p. 533.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É o 241.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estão pedindo, avisando para que eu faça a chamada para não dar problema depois.

Item 38, página 533.

ITEM 38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2008 – Terminativo –

Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (de-

zessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu posso, portanto, ir mais adiante no relatório e dizer que a proposição determina, em um único artigo, que o Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo destinar-se-á também aos jovens de 15 a 17 anos em situação de rua que, como os outros beneficiários do programa, sejam encaminhados pelos programas de serviço especializado de Assistência Social do Município ou do Distrito Federal ou pelo gestor de assistência social quando demandado oficialmente pelo Conselho Tutelar, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, por um deles.

O autor do projeto apresenta como justificação a importância e o alcance social do Programa com uma frase – abro aspas:

“[...] outro público-alvo precisa estar definido como destinatário do Projovem e, assim, passar a receber a atenção do Estado: os jovens em situação de moradores de rua. [Afinal, continua o autor:] Todos sabemos que os jovens moradores de rua vivem em situação permanente de riscos, sujeitos a todo tipo de violência. Estão na fronteira de se tornarem criminosos, ou envolvidos com drogas, ou ainda envolvidos com abusos sexuais.”

O Projeto de Lei nº 241 foi encaminhado primeiramente a esta Comissão para análise e deverá seguir para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para apreciação em caráter terminativo, aqui onde está.

Da maneira como foi idealizado o programa Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo tem foco nos jovens excluídos da escola e do mercado de trabalho formal pertencente a famílias beneficiárias do programa Bolsa Família ou egressos de medidas socioeducativas de outros programas mencionados na lei. Deixa, portanto, de fora aqueles excluídos de suas moradias, de suas comunidades, de suas escolas e que nem participam do Bolsa Família, aqueles jovens que residem nas ruas dos milhares de centros urbanos do País. Assim, a alteração que está proposta pelo PLS 241, de 2008, procede.

O Projovem deve, no mesmo esforço, oferecer proteção social básica e assistência às famílias dos jovens de rua. Da mesma forma, o programa deve buscar a elevação da escolaridade dessa parcela da população e trabalhar questões como uso de droga, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na ado-

lescência e situações com que a totalidade dos jovens que moram nas ruas se deparam.

Nesse sentido, a proposta do Senador Expedito Júnior reveste-se de caráter social indiscutivelmente positivo, cabendo ao Poder Executivo estabelecer os limites e os critérios dessa inclusão.

Do ponto de vista da regimentalidade, da legalidade, da constitucionalidade, nada há a questionar ou reparar no projeto que ora analisamos.

Quanto à técnica legislativa, é necessária, quando da elaboração da redação final, a colocação do termo “(NR)” ao final do último dispositivo alterado no artigo para cumprir as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Diante do exposto, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 241, de 2008, parabenizando o ex-Senador Expedito Júnior por essa iniciativa.

Chamo a atenção: na hora de regulamentar esse Projeto, caso aprovado, como espero, precisamos tomar cuidado em dividir os jovens de rua entre aqueles que estão na rua pura e simplesmente e aqueles que ali estão por questão de droga, especialmente por causa do crack, pois o tratamento tem de ser diferenciado. O simples pagamento de uma bolsa a um jovem de rua já permitirá certa recuperação, mas é possível que o pagamento em espécie a um jovem que ali está por causa do crack termine levando-o a consumir ainda mais droga com o dinheiro que o Estado forneceria. Por isso, uma atenção toda especial – e sei da sua preocupação com o assunto da droga –, um cuidado todo especial tem de haver na hora de regulamentar a lei e fazê-la funcionar dentro do Projovem.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, meus cumprimentos pelo relatório. É uma preocupação de todos nós essa verdadeira epidemia que invade nossos lares, pegando crianças, adolescentes e até adultos com essa praga da droga, que todos nós temos de combater.

Senador Cristovam, eu preciso que o senhor ou o Senador Paulo Davim assumam a Presidência.

Explico: antes, quando fiz a leitura de uma proposta de iniciativa da Cobap, vi que havia problemas. Não fiquei tranquilo e pedi que o olhassem a fundo. O relatório que li foi o anterior, e não aquele que entendo ser o adequado, o substitutivo que apresentei. Já que é uma SUG, e eu apresentei uma minuta que, entendo, atende aos interesses da Cobap, o projeto passará a circular em nome da Comissão, então terei de fazer nova leitura do relatório.

Enquanto isso, creio que a Senadora Angela Portela está chegando e lerá o relatório dela logo após.

Se V. Ex^a....

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Creio que a minha função é passar a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, que preside a reunião, eu recebi uma proposta de reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas da Cobap. Até um tempo atrás, estávamos sempre apresentando projetos que iam em direção da linha da inflação mais o PIB, mas houve uma discussão enorme com o Executivo, com o Ministério da Previdência e até com aqueles que entendem que eu não poderia ou que nós não poderíamos apresentar um projeto de lei que fosse a mesma política dada ao salário mínimo, o que estaria, como eles dizem, vinculando, algo que a Constituição proíbe. Por isso, nós caminhamos para outra proposta.

Vou ler, na verdade, a proposta que vai garantir o reajuste para os aposentados e pensionistas, acompanhando o crescimento do Fundo de Garantia e também da própria arrecadação da Previdência, com o olhar na folha de pagamento da contribuição do empregado. O crescimento da folha da Previdência, do Fundo de Garantia, daquilo que compete ao empregado, dão para medir o crescimento da massa salarial no País. Por isso caminhei nesse sentido, com o aval da Cobap.

Esse projeto passa, agora, a tramitar nas comissões, uma vez aprovado aqui, na CDH.

Então vou ler o que mais interessa, vou ler o projeto que, uma vez aqui aprovado, avalizado pela Cobap, passará a circular em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Minuta

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2012

Dispõe sobre a política de valorização dos benefícios da previdência social.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º O art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41-A. A valorização do valor dos benefícios em manutenção seguirá a seguinte sistemática, a ser aplicada a partir de janeiro de cada ano:

I – Os reajustes para a preservação do poder aquisitivo dos

benefícios em manutenção corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste. [Aí que vem a mudança, porque isso aqui é o que a Lei já garante, significa que os benefícios serão reajustados todos conforme a inflação. Agora que vem a mudança.]

II – A título de aumento real, será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados, observada no penúltimo exercício anterior ao do reajuste, apurada com base nas informações constantes da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.

Em vez de ser o INPC o crescimento real, passa a ser pelo índice chamado GFIP, que a Previdência tem. O GFIP é que vai medir, o que dá um pouco um pouco menos que o PIB, mas é uma forma de desvincular a política assegurada ao salário mínimo.

Esse é o resumo do projeto. Eu faço a correção, porque no que eu li antes, eu estava vinculando a inflação mais PIB, e isso é para o salário mínimo. Essa foi a iniciativa da Cobap. Conversei com a Cobap que não adiantava insistir nessa tese porque era bem melhor caminharmos nesse sentido de que o GFIP seja o índice. Vai dar semelhante à inflação mais PIB, mas ninguém mais poderá dizer que é inconstitucional pois estaríamos vinculando à política do salário mínimo.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Por isso, sou pela aprovação da iniciativa da Cobap, que, uma vez aprovada aqui, passará a tramitar regularmente em todas as comissões do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Paim.

Coloco em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Antes...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu acho que não dá para votar porque não tem quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É terminativo.

Mas eu queria fazer um pequeno comentário: a defesa da Constituição, que proíbe vincular aumento de salário ao salário mínimo. Já conversamos sobre isso.

Uma questão de justiça é que o salário mínimo deve subir mais depressa que os outros, para diminuir as desigualdades. Se nós subirmos todos os salários na mesma proporção do salário mínimo, a desigualdade continuará sempre. Então, é correto não vincular o aumento dos salários dos que ganham mais ao salário mínimo.

Uma das boas coisas do governo Lula foi o reajuste salarial mínimo acima da inflação, graças, inclusive, à luta do Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concorro com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Se tivesse tudo subido igualmente, a desigualdade se manteria, além de que fica impossível, porque a quantidade de recursos para elevar o salário

mínimo teria que ser distribuída também para os que não ganham salário mínimo e teriam o mesmo aumento. Aí o salário mínimo aumentaria menos, porque temos um colchão, e ele não é elástico.

Então, nesse sentido, eu acho positivo, embora muitos não entendam isso. Eu ouço muitos reclamarem que ganhavam tantos salários mínimos em tal data e, agora, ganham menos salários mínimos. E eu pergunto a essas pessoas: é por que o seu salário subiu pouco em relação à inflação ou por que o salário mínimo subiu muito?

Se for porque o salário mínimo subiu muito, então, me desculpe, mas é correto que a gente passe a ganhar menos salários mínimos. Por exemplo, eu acho uma vergonha que nós, Parlamentares, ganhem tantas vezes tantos salários mínimos. E a única maneira de diminuir essa quantidade de salários mínimos do salário da gente é aumentar mais o salário mínimo. Aumentar mais rápido do que o salário dos Parlamentares e de todos os outros que ganham mais do que o salário mínimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para aproveitar a chegada do quórum de assinaturas, na verdade, isso é constitucional. Foram os Constituintes de 1988 que disseram que nada poderia ser vinculado ao salário mínimo. Nada poderia ser vinculado. O que, na caminhada, as centrais fizeram foi não vincular ao salário mínimo, eles botaram a inflação e 80% do PIB, exatamente para desvincular.

Porque, se vincula, não seria aprovado e seria considerado inconstitucional.

Mas, para evitar isso – acho que é o crescimento e os novos tempos – esse novo índice GFIP, que mede o crescimento da massa salarial no País, por esse projeto, que ora apresentei na forma de substitutivo é que vai dizer qual o parâmetro do aumento real que pode receber o aposentado e o pensionista, sem nenhum prejuízo, claro, da política do salário mínimo, que é inflação mais PIB. Quando apresentei, na verdade, confesso que era inflação e o dobro do PIB. Sempre apresento o que acho o ideal, mas, nas negociações com as centrais e com o Presidente Lula, chegamos a um grande acordo, e eu, naturalmente, pactuei também esse acordo, de crescer a inflação mais o PIB.

Lembro-me que viajamos o Brasil todo, Senador Cristovam, com essa discussão, e prevaleceu que deveria ser a inflação vinculada ao PIB – uma vez ou duas vezes, era questão de negociação. Prevaleceu esse entendimento, aprovamos aqui por ampla maioria. Lembro-me que alguns Senadores votaram contra, e eu disse: “Vocês vão se arrepender no futuro, porque a tendência, a continuar essa política da inflação mais o PIB, é chegarmos, como era o projeto original, em 2023, a um salário mínimo, no Brasil, semelhante

ao que existe em outros países avançados, próximo a US\$1.000.” Essa é a tendência. Então, foi um equívoco dos que votaram contra, dizendo, inclusive, que, com isso, não haveria discussão todo ano. Para mim, o importante não é a discussão todo ano, é, na linha do que V. Ex^a disse, haver uma política definitiva que garanta que o salário mínimo cresça, e isso nós fizemos, e a Presidenta Dilma sancionou. E lembro-me que, no dia que foi votado, eu estive dialogando com ela, mas falei: “Presidenta, eu votarei, sem sombra de dúvida, porque é uma boa proposta, nós ajudamos a construí-la, mas não deixarei de fazer o bom debate de uma política de reajuste para os aposentados e pensionistas, como também para o fim do fator.” A Presidenta me responde: “É um direito teu, democrático, de fazer o bom debate.” Mas, claro, e repeti na entrevista que dei este fim de semana para a Congresso em Foco, ela não assumiu compromisso. Ela disse que é legítimo que eu puxe a bandeira e faça o bom debate. Foi o que ela disse. Com isso, claro, de lá para cá, mais do que nunca, continuei fazendo essa nossa peregrinação, ou jornada, na busca de garantir uma política de reajuste também para os aposentados e pensionistas, e esse é o caminho que achei mais viável. Por isso hoje, aqui, apresentei, com o aval da Cobap, que fica vinculado ao crescimento da massa salarial, e não ao salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Paim. Tenho que correr à Comissão de Economia porque vamos começar o debate sobre o Plano Nacional de Educação, por isso, passo a presidência, outra vez, ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam, pela contribuição e pelos relatórios que apresentou.

Neste momento, passo a palavra para a Senadora Angela Portela para que apresente seu relatório quanto ao item que lerei. Se eu não fizer a leitura, sou cobrado, e corretamente. Eles pedem que eu leia. Item 8, página 120.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, de 2012 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para limitar a quantidade de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes.

Autoria: Senador Tomás Correia

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Antes de ler meu relatório, eu queria parabenizar V. Ex^a por estes 2 anos à frente desta Comissão, realizando um trabalho impecável, muito dedicado a discutir os problemas que afligem a sociedade do nosso País. Sabendo que estamos na penúltima reunião da Comissão de Direitos Humanos, eu não poderia deixar de valorizar, de elogiar seu empenho em tornar esta Comissão uma comissão que realmente, que de fato defende os direitos humanos das crianças, dos adolescentes, dos idosos, dos portadores de necessidades especiais, enfim, de todas as famílias vulnerabilizadas pela pobreza e pela exclusão social.

Então, deixo aqui meu registro do belo trabalho que V. Ex^a vem fazendo à frente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu agradeço, mas permita que eu diga: é por causa de Senadores como V. Ex^a, Paulo Davim, Ana Rita, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, que são alguns dos Senadores que estiveram todo o tempo aqui contribuindo para isso acontecer, que nós podemos agora, na segunda-feira próxima, encerrar de forma positiva, embora todos os dias sejam dias de direitos humanos. Mas eu cumprimento todos os Senadores desta Comissão na figura da Senadora Angela Portela, para quem eu passo a palavra.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador.

Vamos à leitura do relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 335, de 2012, do Senador Tomás Correia, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para limitar a quantidade de açúcar, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes.

Na justificação do Projeto, o autor argumenta que, desde 2004, a Organização Mundial da Saúde adota a “Estratégia Global para a Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde”, que tem recomendado a adoção de políticas que estimulem a alimentação saudável. Ademais, sendo o grupo etário composto por crianças e adolescentes “especialmente vulnerável”, restringir as ameaças de consumo de substâncias ou de quantidades nocivas à sua saúde seria “absolutamente necessário”. Essa meta seria obtida ao dotarem-se as autoridades sanitárias dos “devidos instrumentos legais”.

De acordo com o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH é compe-

tente para opinar sobre matéria ligada à proteção da infância e da juventude, o que torna regimental o seu exame do PLS nº 335, de 2012.

Observe-se que a matéria já está, em termos gerais, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que fixa as bases e critérios da regulação e fiscalização da produção e comercialização de alimentos, bem como de sua propaganda. Outrossim, existe todo o complexo normativo ligado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Muito embora as intenções do PLS nº 335, de 2012, sejam louváveis, o fato é que ele busca incidir sobre o sistema normativo autônomo já construído para tratar do assunto, que está baseado na independência da Anvisa e que conta também com o concurso dos Ministérios da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ainda com os órgãos estaduais e municipais com autoridade sobre o assunto. Tal sistema já consagrou um padrão de avaliação dos alimentos, que incorpora uma previsão de atualização constante. O sistema expressa também um estado atual de equilíbrio e consenso entre os diversos atores sociais envolvidos no setor de alimentação, equilíbrio esse orquestrado justamente pela autonomia da Anvisa para regular o setor.

Em síntese, observemos que as intenções do autor têm outro caminho para trilhar – já definido em nosso sistema normativo, e que vem a ser o debate social e o empenho das entidades de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes junto à Anvisa.

S. Presidente, em virtude dos argumentos expostos, o voto é pela rejeição do PLS nº 335, de 2012. Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela.

O Projeto fica esperando a assinatura no livro. Nós estamos dependendo de duas ou três assinaturas.

Eu queria convidar V. Ex^a a assumir a Presidência, para que eu faça o relatório de um item terminativo, que não será votado hoje, mas o relatório fica apresentado porque é de minha autoria.

Eu tenho dois relatórios e vou pedir o apoio de V. Ex^a para fazer a leitura, enquanto os Senadores garantem o quórum para votação dos não terminativos lidos.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) –

ITEM 33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, de 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso

e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora Angela Portela, Presidente desta reunião.

Vamos ao relatório, que é breve, assim, me oferece condição de fazer sua leitura integral, enquanto aguardamos a chegada de mais dois Senadores.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 482, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. Mais especificamente, procura corrigir a restrição aplicada à lei pelo Decreto nº 5.934, de 18 de outubro de 2006, o qual, ao definir os mecanismos e critérios para o exercício do direito previsto no art. 40 do referido Estatuto, limita-se a mencionar os modos de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, excluindo o modo aéreo.

O modo aéreo é tão complicado, que temos hoje uma audiência sendo realizada na Casa para discutir a demissão em massa de um setor do transporte aéreo.

O Projeto em exame possui apenas dois artigos. O primeiro estende a todos os meios de transporte o benefício estipulado no art. 40 do Estatuto do Idoso, ao qual acrescenta um §2º, tornando obrigatória a disponibilização de duas vagas gratuitas, por veículo de transporte, em todos os modos, para pessoas idosas com renda de até dois salários mínimos, além do desconto de 50% para as demais vagas. O segundo artigo reza que a lei deverá entrar em vigor 60 dias após a sua publicação.

Na justificação, o autor esclarece que o objetivo de seu projeto é trazer para o âmbito do benefício mencionado acima o modo de transporte aéreo, a seu ver excluído, de modo equivocado, da regulamentação feita no Decreto 5.934, de 18 de outubro de 2006.

Vamos à análise.

A proposição mostra-se constitucional, dados os termos do art. 230 da Carta Magna, que fixa o dever do Estado de amparar as pessoas idosas, bem como os termos de seu art. 23, inciso I, que fixa a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para zelar pela guarda da Constituição e das leis. Por fim, o art. 48 da Carta Magna dá ao Parlamento a competência para “dispor sobre todas as matérias de competência da União”, o que justifica o trato do tema por meio de lei federal.

Também se revela jurídica, inclusive pelo fato de limitar-se a especificar, de modo mais abrangente e coerente, norma jurídica já em vigor, a saber, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

Por fim, é regimental o exame da proposição pela CDH, dado o disposto nos incisos VI e VII do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que remetem à CDH os temas ligados à proteção das pessoas idosas.

No mesmo sentido do parecer aprovado na CI, parece-nos meritória a proposição, na medida em que procura desfazer a redução injustificável e ilógica operada pelo Decreto regulamentador nº 5.934, de 18 de outubro de 2006, na abrangência do art. 40 do Estatuto do Idoso. O Decreto mencionado, em seu art. 1º, reza que:

Ficam definidos os mecanismos e os critérios para o exercício do direito previsto no art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, no sistema de transporte coletivo interestadual, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Como se vê, não há menção ao transporte aéreo, muito embora não se veja por que esse modal estaria fora da definição de sistema de transporte coletivo interestadual. Com isso, contraria frontalmente – e sem qualquer justificativa – o espírito do dispositivo legal que regula.

Essa injustificável exclusão, de aparência preconceituosa – viram, não sou apenas eu que digo que há preconceito contra o idoso neste País, o autor do Projeto, Senador Vital do Rêgo, também diz isso –, do transporte aéreo no âmbito do benefício do art. 40 do Estatuto do Idoso, pode ser corrigida por esta Casa. Louvo, por isso, a proposição do Senador Vital do Rêgo.

No tocante à técnica legislativa, a proposição não necessita de reparos, visto que respeita os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

O voto, dados os argumentos expostos, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, do nobre Senador Vital do Rêgo, que tem se apresentado na Casa como uma revelação deste mandato – parabéns ao Senador Vital do Rêgo!

O voto é favorável, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Bem, Senador, como não há quórum suficiente para aprovar, vamos ao Projeto de Lei nº 263, de 2011.

ITEM 41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Relator para a leitura de seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela, como veem, eu tenho assumido a relatoria principalmente de projetos que estão vinculados à questão da nossa idade mais avançada. Eu sei que eles não gostam dessa história de dizer “melhor idade”; aliás, eu prefiro dizer que a idade de cada um é a melhor idade, seja 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 até 100, mas não dizer “passei para a melhor idade” – de novo eu explico isso, já comentei antes; quem está vendo a TV Senado deve estar pensando que já ouviu isso.

Bom, vamos lá.

O Estatuto do Idoso, do qual eu tive a alegria de ser o autor, foi sancionado pelo Presidente Lula, mas é claro que sempre é importante nós aperfeiçoarmos a legislação. Eu vou direto à análise neste caso.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão o exame de proposições que versem sobre a proteção e a integração social dos idosos. É, portanto, regimental o exame por esta Comissão. Também é constitucional a matéria, de vez que, nos termos do inciso IX do art. 24 da Carta Magna, a União, os Estados e o DF detêm competência concorrente para legislar sobre desporto, além de ser dever do Estado o amparo das pessoas idosas, de acordo com seu art. 230.

Quanto ao mérito, quer nos parecer que o Projeto é fiel ao espírito do Estatuto do Idoso. Ele amplia direitos já previstos na lei, ensejando o reconhecimento merecido daqueles que já tanto deram à sociedade, os idosos. Ademais, a adoção da medida proposta possivelmente aumentará a presença de idosos nos eventos esportivos e culturais, nos museus, como eu dizia antes, o que sem dúvida é salutar para todos, idosos e não idosos, na medida em que promove o convívio de gerações e a troca de saberes e vivências entre eles.

Lembro que, no Japão – passei um mês no Japão; isso já faz 20 anos –, o idoso é considerado um mestre. Ele saía de uma empresa e era posto à disposição das escolas de outra empresa, naturalmente recebendo a mesma remuneração, já aposentado, porque ele era considerado um sábio em função do conhecimento

acumulado durante a vida. E aqui, naturalmente com a Assessoria da Casa, nós defendemos a tese na mesma linha, ou seja: à medida que promove o convívio de gerações e a troca de saberes e vivências fundamentais entre elas.

Note-se que o Projeto assim o faz sem trazer maiores consequências à iniciativa privada, visto que se refere a eventos culturais e a museus custeados pelo Poder Público, por um lado, e a eventos esportivos realizados em ginásios e estádios, por outro. Essa segunda gratuidade, ainda que não se reporte obrigatoriamente a atividades custeadas pelo Estado, tange a clubes de futebol e outras agremiações esportivas, as quais, na grande maioria das vezes, não têm fins lucrativos e têm políticas, sim, de incentivos do governo.

Enfim, cremos que o PLS nº 263, de 2011, é meritório na forma e no conteúdo, especialmente com os aperfeiçoamentos propostos pela CE. Temos a certeza de que a sua aprovação irá contribuir para ampliar direitos e assegurar boa qualidade de vida para as pessoas idosas no Brasil.

Assim, Senadora Angela Portela, V. Ex^a, que é uma das indicadas para ser Presidente desta Comissão... Pelo que sei, há duas indicações, a Senadora Ana Rita e também V. Ex^a – isso se o PT continuar com a Comissão, e eu espero que continue. Se depender de mim, eu voto, em primeiro lugar, pela Comissão de Direitos Humanos.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Eu também voto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a e a Senadora Ana Rita demonstraram um potencial enorme, e acredito que a escolhida, qualquer que seja ela, fará um trabalho aqui, tenho certeza, muito maior do que o que nós fizemos durante estes 2 anos, porque a participação de ambas foi fundamental.

Depois do elogio às duas Senadoras, vou dar o voto.

O voto, em consonância com o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011, com as emendas propostas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Esse é o voto, Senadora Angela Portela.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Bem, Senador, como já deu quórum, eu lhe devolvo a presidência para que possa conduzir os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou fazer um apelo à Senadora Angela Portela – sei que S. Ex^a pode atender o meu apelo – para que fique no plenário. Vai ser rápido. Vão ser votados agora os não terminativos; nenhum deles é polêmico, e os relatórios todos estão lidos.

Eu vou direto ao formulário aqui.

Vamos começar pelo item 1, página 26. Sugestão nº 12, de 2011. Não terminativo. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incumbir o sistema de ensino a identificar os estudantes de baixo rendimento e prover-lhes plano de recuperação. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. **Relatoria:** Senadora Angela Portela.

Enquanto a senhora estava se deslocando, o Senador Paulo Davim fez a leitura, mas eu entendo que o mérito continua sendo de V. Ex^a – naturalmente com o aval do Senador Paulo Davim.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram – relatório, repito, da Senadora Angela Portela, que foi lido aqui pelo Senador Paulo Davim. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ao item 2. Sugestão nº 3, de 2012. Não terminativo. Regulamenta o art. 2º, inciso V, e o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 1991, que versa sobre a manutenção do valor aquisitivo dos benefícios pagos pela Previdência Social. **Autoria:** Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Senadora Angela Portela, a Cobap tem para com V. Ex^a uma dívida histórica. V. Ex^a teve a coragem de aprovar um projeto que era muito caro a eles. Depois houve recurso, está no plenário, mas até hoje V. Ex^a pode ter certeza de que a Cobap agradece-lhe muito o parecer dado naquela oportunidade.

Eu fui o Relator da matéria, apresentei uma minuta – na verdade, quase um substitutivo ao projeto original. Assim fiz porque esse meu substitutivo, Senadora Angela Portela, é coerente com um projeto meu que já está tramitando na Casa, e eles concordaram que o aumento real será vinculado ao crescimento da massa salarial medida pelo Ministério da Previdência e também pela arrecadação do Fundo de Garantia.

Em discussão a matéria.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de destacar aqui que a elaboração desse relatório foi feita buscando o diálogo com V. Ex^a em razão do amplo conhecimento que tem da matéria, pela articulação que V. Ex^a tem feito com a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Tivemos a preocupação de fazer esse diálogo por reconhecermos o amplo conhecimento, o profundo conhecimento que V. Ex^a tem da Previdência Social em nosso País e sua grande preocupação em torno de um trabalho que vem sendo realizado de

forma muito dedicada no sentido de ampliar os benefícios dos idosos pagos pela Previdência Social. Temos testemunhando – toda a sociedade brasileira, todos aqueles que olham com atenção o Senado Federal, principalmente os nossos idosos – a dedicação com que V. Ex^a busca essa ampliação de direitos, busca votar definitivamente para acabar com o fator previdenciário.

Então, queria parabenizá-lo mais uma vez por essa sua luta. V. Ex^a sabe que pode contar com o apoio de inúmeros Senadores que também defendem a causa do aposentado e do pensionista em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela, eu devolvo a V. Ex^a – não é rasgação de seda –, porque esse projeto a que me refiro, dos aposentados e pensionistas... Eles pediram que eu indicasse uma Senadora na qual os aposentados e pensionistas pudessem confiar plenamente. Eu disse que havia alguns nomes, mas que indicaria alguém. Indiquei o seu nome, e até hoje eles agradecem o relatório feito a favor dos aposentados e pensionistas.

Senadora, me informa aqui a Secretaria que, como sou Relator, V. Ex^a terá que presidir para colocar em votação a matéria, para que possamos dar a matéria por aprovada, já que eu sou o relator.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Há outro presente para V. Ex^a aí.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012. Não terminativo. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. O relatório já foi lido.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Paulo Paim.

Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012. Não terminativo. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de edu-

cação para idosos em nível superior. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Paulo Paim.

O relatório já foi lido.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Paulo Paim.

Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2010. Não terminativo. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada. **Autoria:** Senador Mão Santa.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

O relatório já foi lido.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação. (Pausa.)

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Retorno agora a presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela, por ter presidido a reunião durante a apreciação dos projetos de que sou relator.

Senadora Angela Portela, no exercício na presidência, colocarei em votação o projeto que é objeto do item 6, página 105.

Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2012, não terminativo, que altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto. **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador José Agripino. Relator ad hoc: Senador Paulo Davim.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012, não terminativo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para limitar a quantidade de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças

e aos adolescentes. **Autoria:** Senador Tomás Correia.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Já foi lido o relatório.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório da Senadora Angela Portela em votação.

Aqueles que votam com a relatora permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012, não terminativo, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tornar obrigatória a distribuição, pelo Poder Público, de comprimidos de zinco a crianças portadoras de quadro diarreico. **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Senador Eduardo Lopes.

O relatório foi lido pelo Senador Cyro Miranda.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que o aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Senadora Angela Portela, não sei se V. Exª tem alguma consideração a fazer...

V. Exª está com a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer alguns comentários aqui a respeito do Projeto nº 75, de 2012, que trata da assistência integral à saúde da mulher presa, à mãe, à presa gestante, bem como vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.

Infelizmente, esse tipo de atitude, abominável, ainda existe nos presídios do nosso País, esse tratamento desrespeitoso com a mulher, principalmente no momento mais sublime da sua vida, que é a gestação. É um projeto de suma importância, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, tendo o Senador José Agripino aprovado o projeto, feito um relatório pela aprovação. Isso demonstra a sensibilidade desses Senadores e de todos os Senadores aqui que têm essa preocupação de assegurar à mãe, à gestante, uma vida digna mesmo nos presídios, mesmo que tenha cometido um ato que a sociedade não aprova e que ela precisa pagar uma pena. Mas ela precisa ter os seus direitos assegurados. A Constituição já os assegura, mas é preciso ter esse cuidado, para que ela seja respeitada no momento também do trabalho de parto.

Nós temos inúmeros projetos que foram aprovados inclusive na Câmara dos Deputados. Um, de minha autoria, assegura também à mulher presidiária creches, para que ela possa cumprir a determinação

da Justiça, mas que possa também oferecer ao seu filho que está lá no presídio, junto com a mãe, um espaço digno, onde possa ser assegurado o seu direito de ter creche, pré-escola, educação de qualidade para essas crianças filhas de mães presidiárias.

Então, eu queria valorizar a importância da aprovação desse projeto aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela, pelo seu comentário se vê que V. Exª estudou, de fato, com muito carinho, esse projeto.

Eu estava vendo aqui na mesa que houve o relator ad hoc. Mas eu tenho autoridade de devolver oficialmente a relatoria a V. Exª. Então, que fique nos Anais da Casa que a Relatora desse importante projeto é a Senadora Angela Portela.

Tenho certeza de que o Senador Paulo Davim entenderá este meu gesto homenageando S. Exª e, principalmente, V. Exª, que se dedicou a fundo no estudo da matéria e, por isso, fez um parecer pela aprovação, de muita qualidade, na busca de inibir, proibir essa agressão à mulher na hora do parto. Parabéns a V. Exª!

Enfim, terminamos a nossa reunião do dia de hoje da Comissão de Direitos Humanos.

Lembramos a todos que teremos nesta semana, ainda, um calendário extenso, que o Roberto deve ter deixado aí, como ele sempre faz, para que eu possa anunciar o que teremos nos próximos dias. Acho que ele só se lembrou da segunda-feira. Mas teremos, com certeza, trabalho nos próximos dias. Até o dia 20, teremos reuniões todos os dias, debatendo temas e votando matérias de interesse.

As votações em projetos deliberativos nós encerramos hoje, mas continuaremos com as audiências públicas até o dia 20.

Está encerrada esta audiência pública, lembrando o grande momento esperado por todos, que será segunda-feira, às 9 horas, aqui, sobre direitos humanos. Hoje é dia 11.

Quero informar a todos, então, que na segunda tivemos o debate sobre o ponto eletrônico, com a participação de empresários, trabalhadores. Foi muito interessante. Houve uma participação intensa do Ministério do Trabalho, dos fiscais do trabalho, que, no meu entender, avançou na busca de um entendimento, fortalecendo o ponto eletrônico.

Na terça, tivemos reunião deliberativa, votamos aqui inúmeros projetos.

Na quarta-feira, nós teremos aqui, a partir das 9 horas, o debate sobre a questão dos povos ciganos, que sempre tiveram aqui na Comissão o seu espaço.

Nas inúmeras audiências públicas que tivemos com os ciganos, o que mais me marcou foi quando o líder dos ciganos disse: “Senador, neste País, nós somos invisíveis, como se não tivéssemos direito a ter documentos, ter onde estudar, onde morar.”

Fruto desses debates, nós sugerimos a apresentação de um projeto específico sobre a questão dos povos ciganos. Provavelmente, vamos amanhã tratar desse tema.

Na quinta-feira, dia 13, na CDH, 9 horas, vamos debater a situação dos brasileiros e também não brasileiros, porque eu sempre digo que os direitos humanos não têm fronteira.

Celular é chato quando quer ser, não é? Eu começo a falar e ele toca; a pessoa vê que eu desligo, mas toca de novo. O pior é que eu acho que sei quem é. Está vendo que eu estou desligando, deve estar assistindo à TV Senado. Aguarde, por favor! Agora parou de tocar. É por isso que a TV Senado ao vivo ajuda.

Quinta-feira: “A situação dos brasileiros empregados nos navios”. Nós temos denúncia de trabalho escravo num navio. Nós temos denúncia, por exemplo, de uma filha de um jovem, eu diria, lá do Rio Grande do Sul. A sua filha se formou, foi trabalhar em um navio, na área culinária, na área de turismo, e colocaram na mochila dela, quando ela ia descer, segundo informação dele – ela está na Espanha, presa –, algum tipo de droga. Embora os próprios bandidos que fizeram esse ato contra a menina assumam que o fizeram, a menina, que cursou faculdade de Turismo no Brasil, está presa na Espanha há alguns meses.

Este é um dos casos. Há outras denúncias de trabalho escravo, inclusive, e de exploração sexual dentro dos navios. Por isso, faremos um debate aqui sobre os empregados nos navios em situação como a dessa menina, que era empregada no navio. Ela se formou em Turismo e era empregada do navio.

Na sexta-feira, nós faremos então um pronunciamento, no plenário do Senado, sobre a caminhada neste período. Depois, já na segunda-feira, teremos então a grande reflexão sobre políticas de direitos humanos no Brasil e no mundo, com um olhar também aqui no trabalho desta Comissão.

Na terça-feira, nós faremos uma audiência comum com a CDH e a CAS, a partir das 9 horas, para debater o Estatuto da Juventude, do qual sou Relator na CDH. E vamos interagir, pelo novo sistema aqui do Senado, com todos aqueles que quiserem debater com a relatoria, naturalmente com aqueles que estiverem dialogando e falando sobre o tema Estatuto da Juventude.

Enfim, teremos atividade durante toda a semana. Está encerrada a reunião do dia de hoje.

ATA DA 81ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos do dia doze de dezembro de dois mil e doze, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: **Paulo Paim** e **Wellington Dias**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e senhoras Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 135 de 2012 – CDH, aprovado em 8/11/2012, de autoria do Senador **Paulo Paim**, para debater “a situação dos povos ROM, Calon e Sinti, os assim chamados ciganos”. Convidados: Luciano Mariz Maia, Procurador Federal da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Claudio Domingos Iovanovitchi, representante da Associação Nacional da Etnia Calon; Marlete Queiroz, representante da Associação Nacional da Etnia Calon; Ione Carvalho, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura Substituta, em representação à Senhora Márcia Rollemberg, Secretária; Silvano Eucênio Silva, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR; Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Letícia Miguel Teixeira, Gerente Substituta da Diretoria de Política de Acessibilidade e Planejamento Urbano – Ministério das Cidades –; Macaé Maria Evaristo dos Santos, Diretora de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação – MEC. Presente, também, a Deputada Federal Érika Kokay, que, por deferência, fez uso da palavra. O Presidente franqueia a palavra aos presentes no plenário: Lucimara Cavalcanti, representante da Associação Nacional de Cultura Romani do Brasil; Elisa Costa, Presidente da MSK Brasil; Ana Flávia Schmitt, Pedagoga; Padre Wallace, Presidente da Pastoral dos Nômades; Rosângela Correa, professora da UNB; Patrícia Ahualli, Diretora de Comunidades Tradicionais e Patrimônio Imaterial da SEPPIR/DF; Lara Lima, professora da UFMG. Faz uso da palavra o senhor Senador **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze

horas e trinta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 81ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de iniciar a audiência de hoje, esclareço a todos que esta Comissão votou todos os projetos que estavam na pauta durante o ano. Só não foram votados projetos a pedido do relator ou do autor, que ficarão, no caso, para o início da próxima legislatura. No mais, todos os projetos em que houve entendimento e em que o autor e o relator estiveram aqui para deliberar nós votamos. E fiquem tranquilos, pois, ainda assim, se o relator ou o autor de algum projeto que não foi votado quiser votar, bastar conversar conosco e votaremos. Não há problema algum se alguns Senadores entenderem que o projeto deve ser votado este ano.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 135/2012–CDH, aprovado em 08/11/2012, de autoria deste Senador, para debater a situação dos povos Rom, Calon e Sinti, e assim, claro, toda a situação do povo cigano.

Foram convidados para esta audiência Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego; Leodegar da Cunha Tiscoski, Secretário Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, do Ministério das Cidades; Macaé Maria Evaristo dos Santos, Diretora de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais, do Ministério da Educação (MEC); Ione Carvalho, Secretária da Cidadania e Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura, em representação à Srª Márcia Rollemberg.

Peço que os convidados montem as Mesas.

Em vez de ler os nomes de todos os convidados, vamos direto àqueles que já se apresentam na primeira Mesa.

Convidamos para fazer parte da Mesa, entre os convidados presentes até o momento: Marlete Queiroz, representante da Associação Nacional da Etnia Calon; e dos outros convidados presentes, o Sr. Cláudio Domingos Ivanovitch, que é da Cultura Cigana de Curitiba.

Vou fazer uma pequena introdução e, em seguida, passar um documentário feito pela TV Senado, que fala um pouco da cultura do povo cigano.

Hoje, para situar todos, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a situação do povo cigano. A audiência foi requerida pelo Procurador Federal dos Direitos Humanos do Cidadão Adjunto, Dr. Luciano Mariz Maia. Ele se encontra? Ele confirmou? Com toda a solidariedade que eu demonstro aqui, mas ele foi avisado que era às 9 horas?

O Procurador dos Direitos Humanos do Cidadão Adjunto, Dr. Luciano Mariz Maia, acredito eu, deve estar-se deslocando para cá, porque ele, me lembro, foi quem nos procurou. Tinha o trabalho acumulado sobre o tema, e tenho certeza de que ele está chegando. Peço que alguém ligue para ele, porque já fizemos diversas audiências públicas para discutir a questão do povo cigano. Não é, Drª Marlete Queiroz? E a senhora sempre presente.

Essa, naturalmente, foi ele quem provocou. E, em contato com vocês, vocês disseram: “não, estamos de pronto lá, claro, vamos aprofundar o debate de um tema que é tão importante para toda a nossa gente”.

Enfim, o Dr. Luciano se reuniu comigo e falou da necessidade de debatermos o problema por que passa a comunidade cigana em todo o Brasil. Inclusive ele me apresentou uma minuta de um anteprojeto que já havíamos discutido entre nós, que seria apresentarmos um estatuto para o povo cigano, devido à invisibilidade – principalmente a Marlete me falou diversas vezes – que existe sobre o tema. Isso foi fruto de uma audiência pública. Eu disse que, de minha parte, não daria problema algum, era só a minuta chegar a minhas mãos que eu mandaria para o corpo técnico do Senado, transformaria num anteprojeto, a comissão debateria, seria aprovado e começaria a tramitar na Casa.

Então foi nesse aspecto que entendi fundamental realizarmos essa audiência no dia de hoje, até porque a minha intenção seria, a partir desse anteprojeto, sairmos com o encaminhamento de efetivamente termos uma legislação clara, nítida, transparente, que atenda o interesse do povo cigano.

Enfim, sabemos que essa parcela da população é discriminada, necessita urgentemente de acesso a uma legislação ampla, que inclua ações afirmativas, fortalecimento social, cultural, humano.

O procurador destacou que o Ministério Público Federal vem recebendo denúncias de atos discrimina-

tórios preconceituosos. É preciso valorizar a cultura e os costumes dos povos ciganos, melhor conhecê-los, pela importância que eles têm na formação do povo brasileiro. Assegurar educação, cidadania, enfim, todas as garantias, direito a casa, água, luz, terra, além de investir naturalmente em outras políticas.

Em maio do ano passado, realizamos aqui nesta Comissão outra audiência para tratar da situação do povo cigano. Aí nós sugerimos inclusive a ideia do estatuto, uma lei que determinaria os direitos e garantias individuais e coletivas do povo cigano, que avançaria naturalmente no reconhecimento de uma legislação clara e transparente. O estatuto teria, conforme entendimento, o nome que assim a comunidade entendesse mais adequado. Alguém levantou até que poderia ter o nome de Esmeralda, em homenagem a uma pequena criança que tinha o sonho, eu diria inusitado, de frequentar a sala de aula. Sonhar com o direito legítimo garantido pela Constituição. É um sonho bonito de alguém que criou na memória um mundo especial, de alguém que mentalizou os desenhos em uma folha de caderno, que aqui me foi apresentada a Esmeralda. Ela imaginava poder pegar o ônibus, chegar à escola, abraçar os coleguinhas, enfim, ter o direito a uma vida normal como toda criança em qualquer parte do mundo.

Claro, aqui estamos discutindo o sonho da Esmeralda no Brasil. Ela só queria ter direito de aula, como as outras suas coleguinhas. Em relação a tudo isso que ela escreveu, a intenção era botar o nome da lei, uma vez aprovada, de Lei Esmeralda. Há alguns que não entendem a importância de uma audiência pública. Naturalmente os que não entendem é porque não têm compromisso com os movimentos sociais.

Vou dar aqui um exemplo. Temos sancionada a lei dos autistas e tudo surgiu nesta Comissão. Fizemos um debate aqui com os familiares, com crianças e adultos autistas e foi sugerido que eles apresentassem uma minuta. Eles apresentaram e hoje a Berenice Piana de Piana, que é a líder principal deles, me mandou uma carta recentemente que, se a pegassem e a torcessem, as lágrimas iam escorrer ali, de forma bonita, simbólica, não é? Da alegria dela de ver a lei – que tudo iniciou aqui – ser sancionada pela Presidenta da República.

Inclusive, ela vai estar aqui na segunda-feira, dia 11, como vocês vão estar, porque é o encerramento dos nossos 2 anos. Dia 17 – a minha assessoria funcionou aqui – é dia 17. Nós vamos fazer um balanço dos 2 anos e vamos apontar para a frente, o que o movimento social entende que a Comissão poderia fazer mais, porque eu sempre digo: fizemos muito, mas sempre há muito por fazer. E essa orientação tem que vir, para mim, de parte dos movimentos sociais.

Mas enfim, vamos concluir aqui. É preciso ainda garantir aos povos ciganos todos os direitos que são assegurados aos outros que não são ciganos: saúde, aposentadoria, registro civil, dentre outros. Claro, é viver e envelhecer com dignidade. Os povos ciganos vivem marginalizados, e isso é uma vergonha, isso não pode acontecer. Que país é este que permite que isso aconteça? Eles são gente da nossa gente, que simbolizam a cultura do povo brasileiro, com seus costumes, valores e conceitos. É esse o debate que nós vamos fazer aqui hoje.

Eu estava aqui resmungando, meu querido Procurador, Dr. Luciano, eu estava resmungando aqui pela sua não presença, mas resmungando só. Mas ao mesmo tempo que eu resmungava – é coisa da idade já –, eu dizia aqui que tinha certeza que o Sr. estava vindo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, está bem, Dr. Luciano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vinte minutos? Está explicado, está explicado. Mas como é por uma causa boa, é importante.

Assim, eu queria convidar para a mesa o Dr. Luciano Mariz Maia, que foi o que me provocou para esta audiência. (Palmas.) Outros tantos me provocaram, mas para esta foi ele que fez a provocação positiva. (Palmas.)

Seja bem vindo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não. Fique tranquilo, que eu atrasei 4 minutos também – peço desculpas – quando cheguei aqui. E eu não passei pelo raio X, então o Sr. tem justificativa.

Nós vamos passar um vídeo feito pela TV Senado, chamado “Uma verdade em segredo”. É um documentário sobre os ciganos no Brasil. O tempo é de 10 minutos. Esse é um trabalho de conclusão do curso de Jornalismo de um estudante da Faculdade de Comunicação da Anhembí, São Paulo.

Vocês vão ver que – eu não vi o vídeo, mas a moçada aqui viu – é um vídeo que tenta mostrar, para cima, a cultura cigana. É claro que vocês vão ver aí, pelo que eu fiquei sabendo, que é só o lado, digamos, mais positivo. Nós aqui vamos aprofundar. Mas é importante, claro. Quero cumprimentar o estudante, é pena que não tenho o nome dele aqui, para fazer uma homenagem a ele. É o trabalho de conclusão do curso de Jornalismo de um estudante da Faculdade de Comunicação da Anhembí, São Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, mas não há nada aqui, eu não posso adivinhar. Se não está aqui, eu não adivinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, mas como é que vou adivinhar? Eu preciso saber o nome do estudante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, já está lá no vídeo. Direção: Camila Guebur, Helena Gomes, Izabel Álvares.

Mas, outra vez, eu peço uma colaboração, que botem aqui, quando eu ler aqui, “esse é um trabalho do estudante Siclano, Beltrano.” Além de passar no vídeo, naturalmente, para valorizar.

Acho que o povo cigano está bem feliz que houve um estudante que se dedicou, no seu trabalho de conclusão, sobre a vida dos ciganos. Já ali está a direção e o nome do aluno. Está ali, não? São os três? São três alunos que fizeram o trabalho. Muito bem.

Então, vamos ao vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! (Palmas.) Parabéns, então, a esse grupo – não é um estudante, é um grupo de jornalistas da Faculdade de Comunicação do Anhembi, em São Paulo. O grupo formado por Camila Guebur, Helena Gomes, Izabel Álvares, Marina Massote, Marina Seidel, Vanessa Schuster e Viviane Claassen. Esses foram os alunos que fizeram esse vídeo “Uma Verdade em Segredo”.

Claro que eu, dialogando aqui na mesa, vi que não há consenso absoluto no vídeo, mas isso é normal. Consenso a gente não vai encontrar nunca e, naturalmente, os convidados poderão comentar sobre o vídeo e vamos aprofundar o debate sobre o tema.

Nós vamos iniciar o nosso debate, Procurador Federal Luciano Mariz Maia, que foi quem me procurou agora, há pouco tempo e lhe disse: “Não, vamos fazer nesse ano ainda” porque, como eu dizia na abertura, tínhamos feito umas duas ou três audiências e a ideia do estatuto estava no ar e pedi que me apresentassem uma minuta e a minuta, naturalmente, com as dificuldades do nosso povo, da nossa gente, não só dos ciganos, outros também têm, e o senhor me apresentou porque já estava meio construindo essa ideia também.

Acho que vamos iniciar com V. Ex^a, Dr. Luciano.

Seja bem-vindo. Uma salva de palmas ao Dr. Luciano Mariz Maia, Procurador Federal. (Palmas.)

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Bom dia a todas e a todos, bom dia ao Senador Paulo Paim.

Peço desculpas pelo atraso. Estávamos vários retidos nos raios X, chegamos antes das nove, tivemos o cuidado de nos identificar, dizer que tínhamos uma audiência com V. Ex^a, promovendo essa audiência dos ciganos, não demonstraram nenhuma sensibilidade quanto a isso, mandaram-nos ir para uma fila de alguém que estava aguardando lutar pela aprovação da Medida Provisória nº 579 por conta da energia elétrica, não sei. Eu sei que o apagão dos raios X nos reteve lá.

Eu quero começar registrando os agradecimentos à sensibilidade do Senador Paulo Paim. Ele não hesitou dez segundos em, imediatamente, abraçar com entusiasmo a ideia dessa audiência e, mais do que isso, ele confiou inteiramente as sugestões de encaminhamentos para a organização do evento, identificando a possibilidade de uma audiência de coleta de subsídios enriquecedores.

Quando estivemos com o Senador já apresentamos o estudo do Professor Frans Moonen, antropólogo que há mais de vinte anos iniciou um estudo com os ciganos calon, lá em Sousa, e, a partir daí, começou a fazer um estudo e identificar pesquisadores brasileiros a respeito desse tema e tem se mantido articulado com todas as organizações de ciganos no Brasil, na perspectiva da produção de informação na área de história, sociologia, economia, arquitetura. Então, nas publicações que têm sido produzidas se tem tentado fazer um mapeamento disso na perspectiva de identificar a possibilidade de subsídios para que o Estado brasileiro organize atividade nessa área.

Eu também contei ao Senador que foi um Senador da República, um Senador da minha terra, a Paraíba, o Senador Antonio Mariz quem me provocou para iniciar uma atividade com relação aos ciganos. Eu, como Procurador da República na Paraíba, em 1991, iniciei um processo de defesa dos direitos dos índios potiguaras e, com o êxito de uma ação devolvendo aos índios as terras, ele disse: “Olha, eu tenho um recado dos ciganos para você”. “Pois não”. “Há quem defenda negro, há quem defenda índio, há quem defenda homossexual, mas não há quem defenda cigano”.

Eu digo: “E o que é que se há defender com relação aos ciganos?”.

Ele disse: “Eles querem que você vá a Sousa saber por você mesmo”. E eu fui a Sousa e vi a luta, nessa época, há 21 anos ou 22 anos atrás, eram 3 ou 4 ranchos de ciganos: Vicente Vidal de Negreiros, Pedro Maia e, por coincidência, meu nome liderava outro rancho: Eládio.

A maioria morava em barracas, já sedentarizados, lá em Sousa. Uma grande discriminação da cidade de Sousa. Moravam atrás de algumas escolas estaduais

e municipais. E nenhuma criança cigana estudando. Não tinha acesso à escola.

Depois da nossa participação, indo conversar com o delegado, ele disse: “eu nunca tive problema com os ciganos aqui. Eu tenho problema com os não ciganos, que atribuem aos ciganos feitos que eles praticam”. (Palmas.)

Depois eu fui conversar com um juiz criminal e disse: o senhor tem problemas com os ciganos? Ele disse: “muito, muito problema. Olha, é queixa direto. É uma dificuldade muito grande”. Eu disse: O senhor é juiz criminal há quanto tempo? “Há quase 10 anos”, disse. Quantas ações penais têm que o cigano é réu? Ele parou e disse: “realmente, não tem nenhuma ação penal em que o cigano é réu”.

Então, na verdade, o que o juiz revelou foi, simplesmente, um preconceito. Quer dizer, a população diz que são os ciganos e eu acredito que são os ciganos. Esse é um registro interessante.

Em seguida, fiz um requerimento geral, dirigido às diretoras das escolas, com o nome em branco para se colocar. Apresento – deixava o nome da criança – criança cigana, filha de... Deixava o nome. Solicito a matrícula na série própria. Se, por alguma razão, não puder ser feita essa matrícula, desde já eu requisito expedição de certidão, informando o motivo da recusa. E que essa certidão seja encaminhada ao Ministério Público Federal, nesse endereço, etc.

Entreguei uns cem documentos desses em branco. Um mês depois, quando eu voltei em Sousa, e o carro da Procuradoria foi se aproximando, um bando de criança com uns papeizinhos na mão. Foi uma das maiores emoções que eu tive no exercício desse trabalho, dessa atividade. (Palmas.)

Quando comecei essa pesquisa no Brasil, em 1992, havia apenas uma publicação – visitei o Senado, Senador, que tem uma das melhores bibliotecas do Brasil, interligada com a da Câmara, e não tinha nada sobre os ciganos – da Unesco e uma referência a uma obra de um pesquisador da Bahia.

Então, comuniquei ao Itamaraty que estava indo a uma viagem de férias à Europa e pedia o apoio deles, para que eu pudesse ter contato com organizações de ciganos na Europa. Visitei organizações de ciganos em Paris, Roma. E visitei as Nações Unidas em Genebra, o subcomitê das minorias e o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. E trouxe uma farta bibliografia, que o Moonen começou a pesquisar, a fazer a leitura e a sistematização dessas informações.

Em seguida, fui fazer um mestrado em Londres e a minha dissertação de mestrado em direitos humanos era “Os Direitos dos Ciganos sob as Leis da Inglaterra e sob as Leis do Brasil”.

Voltando para cá, junto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, nós fizemos um esforço na organização da Conferência Nacional de Direitos Humanos para inserir a pauta cigana. Mas como o outro projeto do programa de direitos humanos já vinha quase todo pronto, não foram aceitas as sugestões de mudança no texto para a inclusão dos ciganos.

Frans Moonen e o Cláudio Ivanovitch participaram desse esforço de inclusão dos ciganos no Programa Nacional de Direitos Humanos I. Não é porque não tivesse havido um esforço para inclusão. É que o formato já estava todo pronto, carimbado. Aí daria tempo, mudar o carimbo e botar outras pautas de reivindicação. Mas insistiu-se e no Programa Nacional de Direitos Humanos II já começou a constar da pauta os ciganos. Nesse meio do caminho, na preparação da Conferência de Durban não foi possível ainda a ida de Cláudio Ivanovitch ou de alguma representação dos ciganos. Mas na volta foi possível. E a PFDC lutou para que isso começasse a acontecer, que os ciganos comesçassem a fazer parte das discussões da Seppir e dos órgãos governamentais. É absolutamente verdadeiro que muito pouco se fez, desde então.

Fomos a Genebra, em 2001, e entregamos ao Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais um relatório sombra sobre a situação dos DESCs – Direitos Econômicos, Sociais e Culturais –, no Brasil, e lá se apontava que, no Brasil, sequer sabíamos quantos eram os ciganos, onde estavam e quais as suas demandas principais.

Como consequência, uma das recomendações do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi para que o Brasil comesçasse e incluísse nos seus estudos, nas suas pesquisas, esse levantamento. O IBGE começou a fazer uma consulta muito superficial, mas, ainda assim, dessa consulta superficial, solicitando informação aos Municípios, no processo, com metodologia inconsistente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Pois é. Então, conseguiu identificar 250 acampamentos ciganos, espalhados pelo Brasil.

Obrigado, 291 acampamentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quantos mesmo? Duzentos e...

Muito bem.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – O que significa dizer que, certamente, esse é um dado subnotificado, é um dado imensamente subnotificado, porque, hoje, já são mais de 6 mil Municípios, no Brasil

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – São 5.565 Municípios, no Brasil, ou seja, em 5% dos Municípios brasileiros, há presença de ciganos. Para mim, é insuficiente. Por que insuficiente? Porque, na Paraíba, que tem 220 Municípios, 5% seriam 11 Municípios, e nós temos, na Paraíba, muitos outros Municípios, além de 11, com presença de ciganos.

O que é interessante, de todo modo, a gente saber – e tivemos o cuidado de fazer isso na referência? Do mesmo modo como nós tratamos os índios, não existe essa categoria genérica índio, no Brasil. Existem os Fulni-ô, os Uru Eu Wau Wau, os Txucarramãe, os Gavião, os Potiguara, ou seja, são comunidades concretas, e eu vejo as antropólogas da Sexta Câmara, que, junto conosco, fazem isso.

São grupos humanos concretos, com uma cultura concreta, cultura material e cultura imaterial concreta, com uma interferência, no meio em que estão inseridos, concreta, com uma produção de conhecimento diferenciada, alguns grupos indígenas com uma língua diferenciada. Isso faz com que nós tenhamos que respeitar e considerar que são mais de 200 etnias indígenas, no Brasil. Os índios aceitam e terminaram incorporando o nome de índios, para caracterizar o que há de comum em todos eles, de estarem aqui, neste território, antes da presença dos colonizadores, ou seja, quando os índios...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Procurador, me permita, chegou aqui o Senador Wellington Dias. Mais ou menos, na linha que V. Ex^a estava falando: Paulo Paim, negro, Senador; Wellington Dias, índio. Temos que ter um Senador meio cigano. (Palmas.)

Esse é um grande lutador, um grande lutador dos direitos humanos.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Saúdo o distinto Senador Wellington Dias.

O que eu quero, como uma referência concreta, mencionar é que há problemas concretos com relação às comunidades dos assim chamados ciganos. Então, quando eu fiz referência à variedade étnica, é para dizer que precisam ser respeitados, pelos nomes que a si próprios atribuem, um nome que vem de homem ou ser humano. Na expressão romani, é Rom ou Roma, como agora são conhecidos na Europa, Roma. E, aqui no Brasil, nós tratamos três grandes grupos: os Rom, os Sinti e os Calon.

O que é importante, portanto, é que consigamos entender a necessidade de conhecer, concretamente, cada comunidade. Mas, apesar de não sabermos, concretamente, qual é a dificuldade de cada comunidade e a sua produção cultural, Senador, é possível,

antecipadamente, identificar quais são os problemas que vivem.

E o primeiro deles vem a partir da não existência de um reconhecimento a uma área de estacionamento ou de acampamento, e, a partir daí, a um lugar onde possam ter acesso à água, a energia, a uma habitação e dignidade, respeitando a sua cultura.

Como consequência, pelo fato de acharem que são não só nômades mas vadios, vândalos, digamos assim, que vivem em circulação, uma sociedade sedentarizada tem medo do que não conhece e mais medo, ainda, daquilo que não conhece e não estará aqui, amanhã, na sua concepção, quando os fatos concretos desmentem isso e os ciganos não ficam vadiando pelo mundo inteiro como se não tivessem propostos econômicos.

Ao contrário, o seu círculo econômico é sazonal e repetitivo e restrito a uma determinada área geográfica, ou seja, não vão como turistas ao Nepal ou como turistas a Machu Picchu e, depois, voltam quando querem, não. Eles vão para comunidades concretas, porque outras comunidades concretas são os seus nichos econômicos de troca. Digamos assim, isso faz com que o medo gere o preconceito; o preconceito, a discriminação e o desrespeito. E, aí, a polícia considerar que pode, a qualquer momento, entrar, porque estará sempre em situação de flagrante, sempre conseguirá flagrantear alguma coisa entre os ciganos. E, portanto, o assédio da polícia é um problema sério.

Seguido a isso, a questão da educação.

(Soa a campanha.)

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Não conhecer a história dos ciganos, faz com que a discriminação aconteça.

Agradeço imensamente esse tempo e diria apenas o seguinte: a ideia dessa audiência... É uma audiência que pretende ser prospectiva de ouvir as reivindicações, as queixas concretas das comunidades dos, assim chamados, ciganos.

Muitos não puderam vir e, por isso, houve um esforço de encaminhar um questionário, um roteiro de perguntas para ter algumas informações sobre a situação concreta. E recebemos de vários lugares: comunidades do Rio Grande do Norte, mais de um lugar; de São Paulo, do Rio Grande do Sul. Várias comunidades se pronunciaram, várias vieram de vários lugares: Cláudio Ivanovitch veio do Paraná, passou a noite viajando, não foi numa carroça.

Engraçado, estive no Paraná e os parentes da minha esposa são pessoas influentes lá. Eu disse: Olha, hoje vou jantar com os ciganos.. “Com os ciganos?”. Eu disse: É.. No dia seguinte, disseram: “Como é que

foi?”. Eu disse: Olhe, foi muito bom, muito interessante. “E, aí, como é que é?”. Eu disse: Olhe, fui recebido no aeroporto com um sujeito em uma Cherokee, ou seja, se vocês estavam imaginando que seria num lombo de um jumento, um cavalo o que for... E, quando fui para casa dele, era uma antropologia visual, quer dizer, os filmes de família, o casamento de família, o nascimento de alguém, as festas eram uma antropologia visual; a alegria, o colorido, a culinária, a organização, o ritual, tudo isso um aprendizado diferente. Então, quando você se abre para conhecer o outro, você tem muito o que aprender para crescer junto.

Pontuariamos o seguinte: aqui, nessa audiência, o que se espera é que os próprios ciganos possam falar e os órgãos públicos convidados consigam entender quais são as demandas da população cigana e comece a incluí-los na sua agenda.

Convidamos o IBGE, não sei se veio alguém do IBGE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acredito que não.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Se o IBGE não veio, agrava-se mais ainda o desconhecimento e o desrespeito.

Convidamos o MEC. Tivemos o cuidado não foi só de expedir ofícios formais, não, foi de expedir um ofício, dirigirmo-nos àquela autoridade e solicitar a confirmação.

Luiz Roberto, vocês que cuidaram dessa parte. Ministério das Cidades. Está aqui o Ministério das Cidades, há dois de lá.

Ministério da Previdência. Não.

Secretaria de Direitos Humanos? A Secretaria de Direitos Humanos, no Programa Nacional de Direitos Humanos, é identificada como uma das instituições responsáveis pela implementação dos programas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ajudar: a Secretaria de Direitos Humanos sempre manda um representante, eu não sei se não foi problema de comunicação, porque é difícil eles não mandarem um representante. A Ministra Maria do Rosário tem me mostrado uma Ministra muito preparada, competente; eu acredito que ela tem apreço pelo povo cigano também.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sempre eles têm mandado, isso é fato e é real. E eu acho que não sei se foi falha de comunicação.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Dou o meu depoimento pessoal no sentido da seriedade da Ministra.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Ontem nós estivemos com ela até tarde, ela até está com uma atividade importante, que são filmes sobre os direitos

humanos na América Latina. E ela ficou até tarde lá. Quer dizer, é uma pessoa com quem eu tenho tido convívio e me parece extremamente sensível às diferenças.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Sensível e engajada. Indiscutivelmente é uma grande parceira. A Seppir foi convidada e está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Seppir está aqui. Seppir? Ah, muito bem!

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – O que é importante, portanto, é que nós, nesta fase seguinte agora, da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós estamos avançando, estamos avançando.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Exatamente. Na fase seguinte, possamos precisamente identificar quais são os órgãos governamentais que se fazem presentes e também as organizações de ciganos que se fazem presentes para que possamos ouvir as organizações dos ciganos e os órgãos governamentais dizerem o que poderão fazer e quais serão poderão ser as pautas que construirão juntos daqui para frente.

Senador, muitíssimo obrigado por este espaço e por esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, este foi o Dr. Luciano Mariz Maia, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que mostrou aí que de fato tem se dedicado a esta causa. E, quando me procurou, ele falou cinco minutos e eu disse: está marcada a audiência. Os argumentos sólidos mostram que está de fato preocupado, quer contribuir, quer ajudar. É aquela linha, não é. Dr. Luciano, que eu gosto sempre de dizer: os homens de bem fazem o bem não interessando a quem. Aí você é universal, não é?

Passamos a palavra agora ao representante da Associação de Preservação da Cultura Cigana de Curitiba, Paraná, Sr. Cláudio Domingos. E o sobrenome você o diz aí.

O SR. CLÁUDIO DOMINGOS IVANOVITCH – Ivanovitch, filho de João. No caso, Ivano: João; Vitch: Filho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Repete o seu sobrenome aí para mim.

O SR. CLÁUDIO DOMINGOS IVANOVITCH – Ivanovitch.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ivanovitch. Peguei.

O SR. CLÁUDIO DOMINGOS IVANOVITCH – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

Eu não podia deixar de abrir este encontro na minha língua. Então, aos meus irmãos calons, aos roms, que são muito poucos aí, eu acho que chegou o momento, viu gente. Eu cumprimento o nosso Senador agora, Paulo Paim, pelo interesse – porque a gente

pode fazer muito barulho, mas votos não são muitos, não é, porque a maioria tem interesses nos títulos de eleitores – ao meu irmão Luciano Maia, que conhece mais de cigano do que eu – então, eu sabia que ele não ia nos abandonar –; a essa distinta Mesa aqui e aos ciganos e a todos os presentes.

Era 95 e eu criei a Associação de Preservação da Cultura Cigana em nível municipal, porque as tendas chegavam e expulsavam os ciganos que vinham visitar o meu pai, isso no tempo dele, nascido lá em Curitiba, isso em 1930/1940; vinham as tendas visitá-lo e aquela polícia da época os expulsava. Aí meu pai interagia: não, é meu primo, ele vai ficar uns tempos. Ah, sim, mas se acontecer alguma coisa, nós vamos pegar você, cigano. Enfim, essas coisas ele agia, vamos dizer, pessoalmente.

Em 95 eu criei a Associação de Preservação da Cultura Cigana com o intuito de agir municipalmente, mas daí eu fui vendo que não era um problema de Curitiba, era um problema estadual. Então, aí subimos, na época Governador Jaime Lerner, e que também não era um problema do Estado. Aí, no ano de 2000, fizemos o I Seminário Nacional de Questões Ciganas, em Curitiba, fato inédito até então. Antes do Seminário Nacional, falar de ciganos era um atentado ao pudor, falar ciganos, muitos outros, grupos vulneráveis durante muito tempo, essa era a fala.

Daí fizemos o nosso seminário. O Luciano presente, Maria Luiza Grabner, Dr^a Maritza, Frans Moonen, Rodrigo Correia Teixeira, Antropólogo de Minas Gerais, excelente, Paulo Sérgio Adolfo e outros. E, ali, se começou o olhar do cigano para a antropologia e para o Estado como um todo. E sentimos que o Estado tem uma grande ignorância com relação aos ciganos, a ignorância é completa. Lendas e mitos nos atrapalham. Dizem que nós ciganos roubamos criança, galinha, roupa de varal e botijão de gás. Só não lesamos o Erário Público, isso fica por conta de outras etnias. (Risos, palmas.)

Então, aquele seminário serviu, era governo FHC, fizemos aquele primeiro seminário. E aí, sim, fomos excluídos do Plano Nacional de Direitos Humanos. E eu falei com José Gregori na época: “Escute, o que houve com os ciganos?” “Ah, eu não conheço ciganos.” Eu digo: “Uai, me desculpe, mas sua cadeira exige que o senhor conheça.” Era Secretário Nacional de Direitos Humanos. E daí de muita briga, muita coisa, fomos, o Luciano me ajudou, letra minha, caligrafia dele, e nós fomos contemplados no Plano Nacional de Direitos Humanos 2.

Então, está aí depois a criação da Seppir, onde achávamos que a Seppir seria a nossa “Casa Civil”, aonde iria emanar todas as demandas que a gente

colocava. Ledo engano; ledo engano. A Seppir para os ciganos é completamente dispensável.

Então, é uma crítica que faço com toda a responsabilidade que tenho e que não avança, por quê? Porque apóia o místico e o folclórico. Infelizmente é isso. Sabendo que ciganos dançantes e animados, com suas maldições portáteis, enfim. E não é isso que nós queremos. Nós queremos um povo que está embaixo da tenda, e que o Estado esquece que aqueles ciganinhos que está debaixo da tenda ele nasce primeiro brasileiro, depois de origem cigana (Palmas.).

Então, eu acho que se é o caminho, vamos fazê-lo, mas estatuto eu discordo, porque eu prefiro a Constituição. Se é o caminho o estatuto, vamos fazê-lo. Acho que a gente tem muito o que colocar, mas eu sinceramente vejo... que de onde surge tanto preconceito? Por que tanta coisa? Lendas e mitos criados ou imaginados. O Boitatá, o Saci Pererê, a Mula Sem Cabeça, e a cigana que rouba a criança? E daí avança, aquela criança não cigana avança. E vai para escola. E daí dá de cara com o caboclo e a cigana. Ensino fundamental, obrigatório. A cidade Marruás vivia infestada com aquele bando de ciganos. O padre apavorado com aquela maldição ao relento, as crianças ciganas aprendiam a roubar antes de nascer-lhes os dentes. Está lá escrito: obrigatório ensino fundamental. Já foi cassado pelo meu Senador Flávio Arns, que é Vice-Governador, e seu Secretário da Educação quando mostrei para ele falou: “cassee isso agora. Traga isso para mim aqui agora”. Então, não precisou ofício, não precisou coisa nenhuma. Ele mandou buscar. Então essa é uma ação concreta. Depois essa criança que já leu isso cresce e vai para uma universidade, daí vai ler “Memórias de um Sargento de Milícias”, dos dez livros, quatro obrigatórios, dentre os quatro este. Cidade de Marruás vivia infestada com aquele bando de ciganos. “Com os emigrados em Portugal, via também para o Brasil a praga dos ciganos. Gente ansiosa, de poucos escrúpulos, bandidos, vândalos, assaltantes e ladrões”. Isso é um livro comemorado nas universidades.

Então, o imaginário do não cigano é o pior possível. E com esses dois livros nos batendo diariamente, o movimento negro se insurge contra Monteiro Lobato.

Então, são coisas que não são possíveis. E esta organização aqui que a gente está vendo não é nossa. A nossa organização não é essa.

E a forma, às vezes, se sobrepõe ao conteúdo. Então, eu espero, porque eu falo por Roms e falo pelos meus irmãos Calons. E por quê? Porque transito pelos dois mundos. A minha filha é casada com um Calon. Ela vai ser uma nova raça. Já vai ser uma terceira.

Então, eu digo que quando assumi a..., o Perly Cipriano, ex-Subsecretário de Direitos Humanos, disse

para mim: “Cláudio, você tem propostas para a conferência nacional? Eu disse claro que tem, tem, sim. No ano de 2000 nós fizemos. Lá tem todo uma...”

Ele disse: “Não, isso era um outro governo. Agora, você tem que fazer um seminário.

Eu disse que os problemas continuam os mesmos. Eles não mudaram. Eu vou lá e vejo nas bases.

“Não, Cláudio, não é um ciganos no botequim da esquina e fazer... Você tem que fazer!”

Eu disse, gente, eu sou um ator de teatro. Eu não quero fazer isso. Eu boto a minha gravata, você convoca, eu vou lá e digo o que tenho a dizer.

“Não, você vai ter que fazer. Se não, não avança”.

Eu disse perfeitamente.

Fiz o seminário. Vinte e três de setembro é Dia do Cigano, no Paraná. Vinte e três de setembro, lei estadual. Data anterior ao 24 de maio.

Então, fiz o seminário. Mande em junho para a Secretaria de Direitos Humanos para fazer um seminário. Julho, agosto, setembro. Não mandaram, não mandaram.

Eu disse: gente, o dinheiro não veio. Eu não vou fazer isso aí. Eu vou cancelar. Vocês não vão me desmoralizar no meu quintal. Vocês não vão fazer isso.

“Não pode fazer que o dinheiro vai”.

Perfeitamente. Fui alugar salão.

“O que vai acontecer? É um seminário de ciganos. “Vai ter de pagar!”

Eu disse claro que eu vou ter de pagar.

“Adiantado!”

O fotógrafo, a comida. Enfim, tudo isso! Fiz lá tudo o que tinha de fazer. Empréstei do meio cigano. Cada um deu um pouco lá. Eu paguei.

O Sr. Perly Cipriano chega no dia do evento. Assinou o convênio no dia do evento. Comeu a comida cigana às pampas – e ela é muito boa, não é, Luciana –, e foi embora e trouxe o que tiramos lá.

Então, eu fiz o seminário para referendar o que eu já tinha. E ele veio embora.

O dinheiro chega no dia 29 de setembro. O seminário era no dia 23.

Tirei o dinheiro, paguei a quem me emprestou. Teve cigano que não quis: “Ah, eu paguei essa coisa aí, essa van. Essa festa, eu fiz festa. Não quero dinheiro de volta”.

Sobraram seis mil dos míseros 26 que o Governo mandou em 2003. Eu mandei seis mil reais de volta. GRU.

Negaram as contas: Porque não nexo de causalidade, a rebombela da parafuseta, e tal e tal. E hoje estou inadimplente. Devo 70 mil.

Então, eu alerto aos ciganos aqui presentes: cuidados com esses convênios, porque são verdadeiras pegadinhas do Faustão. Não é possível! Eu não sou analfabeto, eu não sou ladrão e estou devendo 70 mil reais!

Então, o Estado brasileiro, neste momento, decretou a minha morte civil! É isso. Vou me insurgir contra isso. Vou à Corte Interamericana de Direitos Humanos, se for o caso.

Ou o Perly vai devolver o que comeu! É isso, gente, o que tenho a dizer. (Palmas.)

Desculpem a indignação, a emoção, mas é importante. E está na hora de lavar a roupa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Cláudio, da Associação de Preservação da Cultura Cigana de Curitiba, Paraná, que colocou o seu ponto de vista.

Entre uma das citações que o Dr. Cláudio fez, foi a questão de ter ou não ter o Estatuto. Eu deixo para a reflexão de vocês, porque ele deixou uma opinião.

A constituição existe, mas já tem o Estatuto do Negro, que está sendo fundamental para a comunidade negra e é casualmente de minha autoria. Há o Estatuto do Idoso, fundamental para os idosos e, casualmente de minha autoria. Há a política de salário-mínimo; casualmente ajudei em toda a montagem dela. O que eu quero dizer, Dr. Cláudio, é para que todos reflitam. A Constituição, é claro, é o arcabouço geral, como é a Convenção da ONU de diversos temas, por exemplo, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu sou o autor do Estatuto em debate e alguns falam: “Mas a Convenção do Estatuto...A Convenção é universal; o Estatuto baliza a legislação no País.

Por isso, quero deixar para reflexão. Eu sei que o senhor está flexível a essa discussão e já disse aqui, tanto que ele disse: “Não, se tiver de ter o Estatuto, vamos para o Estatuto. Mas que faça e seja executado.”

Então eu deixo para reflexão de vocês essas preocupações.

Agora, vamos passar a palavra a Sr^a Marlete Queiroz, representante da Associação Nacional da etnia Calon. Permita-me que eu diga aqui, pois entendo que essa reunião é muito representativa. Eu estava presidindo, no plenário do Senado, uma sessão de homenagem a Zumbi dos Palmares. Daí uma senhora se levantou lá no meio e disse assim para mim: Senador, se lembre um dia, se puderes, de um povo invisível que é o povo cigano. Eu nunca mais me esqueci daquela frase e, toda vez que eu me movimento para discutir preconceito, eu sempre incluo o povo cigano.

Parabéns a senhora. (Palmas.)

A senhora quem me deu o alerta de que eu estava falando e esquecendo de um povo tão importante.

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Bom dia a todos e a todas e à Mesa. Cumprimento o Senador Paulo Paim, nosso companheiro, amigo, porque o Senado tem sim quem defenda os ciganos, que é esse Senador. (Palmas.)

É um homem por quem tenho profunda admiração, não só eu, como muitos dos calons de rancho, que ouvem falar muito do senhor, Senador, e admiram muito o senhor por ser, como eu sempre digo, um negro eleito no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Onde 90% são brancos.

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Exatamente, 90% são brancos. Então, tem de ser muito competente. (Palmas.)

Eu também aqui hoje estou representando a Rede Sujeito de Direitos, Sr. Luciano, que também compõem a Ananke, que é a Associação de Guarulhos; a Cedro, de Peruíbe; a UCIRN, do Rio Grande do Sul; a Associação das Mulheres Ciganas; e a Anec, que é de Brasília. Nós formamos uma Rede que é chamada Sujeito de Direitos. Também o Frans me passou um e-mail pedindo que eu o representasse. Ele vai ficar muito feliz, pois ele me pediu que eu fizesse umas 50 cópias, e eu não tive condição de fazer. Então, ele vai ficar muito feliz. Vou avisar a ele que estão sendo distribuídas. Ele está com problema muito sério de saúde e me pediu que eu o representasse.

Ele vai ficar muito feliz. Inclusive, tem bastante tempo que eu tento publicar esses ensaios dele, que são muito importantes. E ele até hoje não conseguiu fazer essa publicação. E ele está com câncer, numa situação muito difícil, e essa publicação dele, como o senhor disse, é muito importante. Ele vai ficar muito feliz hoje. Vou avisar a ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por questão de justiça, eu perguntava: quem foi que reproduziu? Não fui eu. Então, não quero que dê o mérito para mim. Quem reproduziu foi o nosso procurador que os auxiliou aqui. Faço questão de dizer que foi impresso pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da 6^a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para subsidiar a audiência pública Os Calons, os Rorarni e Sinti, assim chamados ciganos, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Paulo Paim.

Meus cumprimentos! (Palmas.)

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Ele vai ficar muito feliz. Ele vai ficar muito feliz com essa publicação. Eu

vou avisá-lo. Então, ele está mais do que representado. Acho que o senhor falou muito bem do trabalho dele. Inclusive, dessa publicação eu já tinha tirado uma cópia e passado para o Senador Paulo Paim. Mas ele vai ficar muito, muito, muito feliz, porque a colaboração e o trabalho dele é muito importante.

E ele pediu que citasse exatamente isto. É um mito esse censo; é fantasioso que, muitas vezes, muitos representantes do Governo – até aqui mesmo, nessas audiências – dizem que existem cerca de 600 a 800 mil ciganos no Brasil. Olha, esse dado, essa pesquisa, não tem respaldo. Não foi nunca feito um censo para que se afirmasse que existem 600, 800 ou 100 mil ciganos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O IBGE não fez?

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Nunca foi feito. Inclusive, como eu já disse outra vez, no censo do IBGE eles perguntam: brancos, negros, índios. Eu falei: eu sou cigana. Não pode falar que é, porque não consta no censo do IBGE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Me permita, Marlete, então, se todos concordarem, ficaria como uma decisão dessa nossa audiência pública que esta Presidência vai remeter um ofício ao IBGE pedindo que o IBGE faça o censo dos ciganos no Brasil. (Palmas.) Eu peço já que tomem nota aí, que a gente encaminhe. Vamos encaminhar amanhã já.

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTE – A AMSK não concorda com essa afirmativa, Sr. Ivanovitch, porque foi um trabalho... Sr. Senador, me permita, aqui, aparte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pegue o microfone, por favor. Aperte ali, vai acender uma luz verde. Acho que é bom esse contraditório. Isso aqui vai para todo o Brasil, pela TV e pela internet.

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTE – É bom, é bom, nós estamos aqui para isso. É uma audiência pública.

A Associação Internacional Maylê Sara Kalí, e também aqui representando a Associação Internacional da Cultura Romani – Brasil. O IBGE nós consideramos como o órgão mais respeitado internacionalmente. No trabalho que eles fizeram no censo de 2008, faltou o quê? Informação. Falta informação. Como o senhor disse, Sr. Ivanovitch, a ignorância gera o estereótipo, gera o preconceito e a discriminação. Portanto, eu gostaria de lembrar a esta Casa que o trabalho que o IBGE fez foi a pedido desta Casa, desta Comissão, e da Seppir, na época.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual o trabalho?

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTE – Foi a pedido desta Casa, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas qual é o trabalho?

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTE – Munic – Pesquisa Básica de Informações Municipais. Devido a já uma discussão referente às questões ciganas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas então foi feito?

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTE – Foi feito, Senador, nós temos aqui nosso estudo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas é um levantamento preliminar.

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTE – É um levantamento preliminar. O que falta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas já tem então um trabalho feito pelo IBGE da questão cigana.

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTE – Exatamente. Mas o que falta, Senador, é uma conversa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é boa a sua fala, boa. Esclarecedora.

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTE – Exato. A AMSK inclusive traz aqui dados do Munic 2011 que saiu agora, dizendo que já em alguns Municípios... 29 dos Municípios já têm terrenos destinados aos povos ciganos, em cumprimento ao Programa Nacional de Direitos Humanos. Então, nós já temos aqui uma ação do IBGE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um início, já temos um início.

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTE – Nós não podemos aqui achincalhar um órgão que é reconhecido internacionalmente devido a seus levantamentos de dados. Se os levantamentos de dados não foram feitos corretamente, é porque não houve um direcionamento, uma conversa entre os Ministérios para dar essas informações, e principalmente as organizações ciganas deste País, romani, dar as informações precisas. O que a AMSK-Brasil viu e a Associação Internacional da Cultura Romani viu, nos nossos estudos? Que o IBGE cortou, dentro da sua linha de pesquisa do território, porque, para quem não sabe, o IBGE mapeia. Ele coloca “da rua João Torre, que passa pela rua Maria Bonita, que passa pela rua Fulano de Tal...”. Ele faz um cerco para se fazer aquele censo. Neste cerco, havia um acampamento cigano, e eles cortaram o acampamento cigano pelo meio, porque desconhecem o que é um acampamento cigano.

Então, falta o quê ao IBGE? Não pode o senhor simplesmente mandar uma carta solicitando, “vamos pedir”. Não, vamos sentar, vamos conversar, Sena-

dor. O IBGE está no caminho certo. Só faltam orientações, orientações de como se colocar no formulário, para daqui a 10 anos, quando vai ter o próximo censo neste País... O senhor sabe muito bem que é de 10 em 10 anos que ocorre o censo neste País. Como o IBGE vai colocar? Quais são as etnias hoje no Brasil dos ciganos, dos povos romani? Eles desconhecem. Eles não sabem que tem Macwaia, eles não sabem que tem Calon, eles não sabem que tem Horáhané, eles não sabem que tem Kalderash...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como é o seu nome?

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTE – Eu sou Lucimara Cavalcante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É só para efeito do registro, eles estão pedindo.

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTE – Certo. Sou Lucimara Cavalcante, neste ato aqui representando a Associação Internacional da Cultura Romani – Brasil, que tem sede em Goiás. E também sou fundadora da Associação Internacional Maylê Sara Kalí, a AMSK Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Foi importante a sua colaboração, agora nós temos de voltar à mesa.

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTI – Então, desculpe-me. Vamos voltar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que esclareceu, está claro.

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTI – Os participantes da mesa, por favor, desculpem-me esse ímpeto, mas é porque a AMSK Brasil e a Associação Internacional da Cultura Romani – Brasil consideram esse momento histórico neste País. Que se grave, neste País, dia 12 de dezembro de 2012 como o início verdadeiramente de ações concretas contra as violações de direitos humanos que nós temos visto, durante este ano de 2012.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem pela contribuição. (Palmas.)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Permita-me um aparte, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Calma, calma. Todos querem usar a palavra. E a palavra ainda está com a nossa convidada Marlete Queiroz.

Eu só quero esclarecer... seu nome é?

A SR^a LUCIMARA CAVALCANTI – Lucimara Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lucimara, independente de tudo que você falou, que eu acho que é importante que você no final faça, inclusive, uma homenagem a essa audiência históri-

ca, mas eu só lamento que foi convidada a Sr^a Márcia Maria Melo Quintslr, Diretora de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para essa audiência. Ela foi convidada. Foi o convite. Em nenhum momento aqui, falei mal do IBGE. Em nenhum momento. Eu nem sequer sabia que o IBGE não tinha feito o levantamento adequado como vocês estão levantando, mas que há um trabalho preliminar feito. Está aqui o ofício oficial encaminhado ao IBGE. Eu só lamento que o IBGE não se fez representante. Como lamentei de outros ministérios também. E destacamos aqui os que estão presentes, já falamos. Só isso. Agora, em nenhum momento aqui, eu falei do IBGE. E quando eu digo que vou mandar um requerimento... É o meu papel quase que protocolar oficial. Eu não mando no IBGE. Eu vou mandar um documento pedindo a ele que aprofunde o levantamento em pesquisa nacional da questão cigana. Esse é o mínimo que eu posso fazer. Eu poderia não fazer nada. E dizer que cada um procurasse um caminho mais adequado. Então, quando eu digo que vou encaminhar o requerimento, como resultado – não é uma decisão minha – desta audiência pública, é para colaborar com o IBGE, porque naturalmente ele vai sentar com as pessoas que são as pessoas que conhecem com profundidade o tema. Eu não sou um especialista na questão cigana. O que eu estou é coletando informações – inclusive com sua bela contribuição – de todos. E o que eu faço? Eu faço o requerimento de que, nesta audiência, foi solicitado que o IBGE aprofunde a pesquisa da questão do cigano. É o nosso papel aqui. Nós não temos poder de determinar nem de obrigar, mas de sugerir mediante um ofício dessa presidência. Esse é o objetivo.

A SR^a ELISA COSTA – Senador Paim, rapidíssimo. Meu nome é Elisa Costa, sou Presidente da AMSK Brasil. Ao longo dos anos em relação ao IBGE, a AMSK tem se desdobrado, com uma equipe de estatísticos próprios – pessoas que conseguem fazer isso –, tem se desdobrado nos microdados das Muncis. Então, em todo esse movimento que V. Ex^a vai fazer, claro, seguindo esse protocolo que é função de V. Ex^a em relação a isso, nós nos colocamos à disposição sim, porque nós acreditamos nos equívocos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SR^a ELISA COSTA – E os equívocos podem ser consertados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro.

A SR^a ELISA COSTA – Nós mapeamos de uma forma em que nós podemos ajudar. Então, a AMSK se coloca à disposição para essa ajuda e para esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (Palmas.)

A palavra volta agora para a senhora...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, só um momento. Só um momento, pessoal. Senão nós vamos perder o controle da nossa audiência. Você que está pedindo a palavra está inscrita e vai ter um momento adequado, já falei com você, como falei com outro senhor que também pediu a palavra. Todos falarão no momento adequado.

Eu abri, porque cabia mesmo. Quando foi feito aqui, digamos, uma crítica firme, dura, ao IBGE, uma senhora do plenário esclareceu os fatos: existe um trabalho. Não é o ideal, mas existe. E foi importante, eu acho, porque nós estamos transmitindo pela internet para todo o Brasil.

Então, agora, a palavra volta à Sr^a Marlete Queiroz.

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Bom, independentemente dessa questão, eu acredito que no questionário do IBGE tem que constar – como constam negros e índios – ciganos. Acho que tem que constar sim. Mesmo que façam esses dados minuciosos, mas tem que incluir nesse questionário, aquele questionário que passa nas residências. Eu acho que tem que constar sim.

Então, continuando. O Senador tem cobrado essa minuta. Nós até mandamos para o Senador, do Sr. Luciano, um anteprojeto para que a gente criasse um comitê para essas políticas públicas e, a partir daí, sair esse estatuto, porque a nossa preocupação, da rede sujeitos de direitos, com esse comitê, é que a Internet não alcança os ranchos, que são os ciganos calons, que são os ciganos analfabetos, que são os ciganos, que, muitas vezes, estão em lugares que não tem nem luz. Então, por isso, esse comitê, seria importante para que trouxesse essas pessoas e lhe dessem condições, Senador, de elas virem. Certo? Porque o Cláudio veio por conta dele, mas existem muitos ciganos calons – estou aqui falando em nome dos calons –, que precisam dessas políticas públicas e que não têm acesso à Internet. Já foram feitas cartilhas: “Ciganos, o direito em suas mãos”. As cartilhas foram dadas nos acampamentos, depois, fizeram CD, simplesmente porque são 98% de analfabetos. Vão fazer o quê com cartilhas?...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – 98%?

A SR^a MARLETE QUEIROZ – De analfabetos.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – 98% baseado em que dados?

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Nos ranchos calons. Calons, eu estou aqui falando de calons! Noventa e oito por cento de analfabetos, sim! Estou falando de calons. Estou falando do rancho; está aqui, calons. Aqui nós estamos discutindo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Tenho sim. Tenho sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, só para ajudar. Nós vamos abrir... Aqui todo mundo fala, pessoal. Esta é a comissão mais democrática do mundo. Podem crer nisso.

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Inclusive pra vocês...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois que os painelistas falarem, vou abrir a palavra também ao plenário.

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Inclusive para vocês verem a nossa dificuldade, Sr. Luciano eu gostaria da sua ajuda porque aqui tem um pai, Sr. Vanderlei, que está com uma filha... Qual a idade da sua filha? (Pausa.) 17 anos. Faltam dois meses para ela ter uma criança. Como ela não tem certidão de nascimento, ela mora aqui em Planaltina de Goiás, e o hospital diz que a criança dela não pode nascer no hospital. E nós não conseguimos providenciar uma certidão de nascimento. Faltam dois meses para essa criança nascer e nós estamos tentando – está aqui o pai, está aqui o tio, que são calons – e nós estamos tentando fazer essa certidão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero, de novo, assegurar que o plenário vai ter direito à palavra.

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Certo, de nascimento dessa moça, e os hospitais já falaram que a criança não vai nascer no hospital, se nós não conseguirmos a certidão de nascimento para a mãe.

Então, eu gostaria muito da sua intervenção, que conversasse com esse pai, porque nós estamos muito preocupados como é e onde essa criança vai nascer. Existem, também, pessoas no rancho, com 57 anos e ainda sem certidão de nascimento. Como eu sempre digo, como eu bato nessa tecla, eu sempre falo isso, romar é sinônimo de cigano, mas caló, calon, calin também são sinônimos de cigano. Está certo? Também são sinônimos de cigano. Para nós, calon, calin são ciganos também e são exatamente esses que vivem nos ranchos, abandonados, passando... E que o Governo não tem acesso e nem eles acessam o Governo.

Eu acho, Senador, que esse estatuto é imprescindível, mas que também cheguem às pessoas. Nós estivemos no Ministério da Saúde, teve o encontro

nacional onde existia uma portaria do SUS que dizia que os ciganos, os moradores de rua e os ciganos nômades podiam ter uma carteirinha do SUS. Acontece que se chega aos postos de saúde e existe o desconhecimento, e eles não permitem. Não tem endereço fixo? Não tem carteirinha do SUS. Isso não acontece comum, dois ou três. Então tem que ser feito um estudo detalhado, o Governo tem que conhecer, os ranchos tem que se fazer presente, entendeu? Porque são aquelas pessoas analfabetas, que não conhecem os seus direitos, estão completamente à margem da sociedade e tem a palavra medo, porque a desinformação gera esse medo. Analfabeto, para mim, é mudo e é surdo porque não se entende o que se fala. Então, é, em nome desse povo, é em nome desse povo, que sobrevive com as mulheres vendendo pano de prato na rua, como aconteceu com essa criança, que queria estudar, aqui em Planaltina, cujo acampamento estava perto. Essa criança saiu da escola, porque a diretora disse que cigano arrancava perna, braço e olho das crianças – está aí a Deputada Érika que presenciou isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me que eu registre a presença, para a alegria de todos nós, da Deputada Érika Kokay, uma lutadora (Palmas.) pelos direitos humanos, combate todos os preconceitos.

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Então, é claro que o preconceito tem de ser combatido contra todos os ciganos que carregam esse estereótipo de ladrão, mas as políticas públicas têm de chegar aos ranchos. As políticas públicas têm de chegar aos ciganos calons.

A fome, a miséria, o descaso, a falta de humanidade. Lá em São Paulo, vi uma Kali morrer por diabetes, porque não tinha condições de ter insulina, porque no lugar onde ela estava não tinha energia. Então, é preciso um estudo, sim, para que se forme esse estatuto, para que ele alcance esse povo, por que, se ele não servir a esse povo, vai servir para quem?

Então, que se aprofunde, que realmente se vá a esses ranchos, que se estude, que os calons possam falar, porque pode convocar a rede social, que os calons não vão ter acesso. São poucos. Eles dois estão aqui, são calons de rancho, porque eu liguei para eles e os convidei; e os outros não vieram, porque, muitas vezes, não têm dinheiro para vir.

Assim, é em nome desse povo. Todas essas associações são de calons. Sem querer dividir, mas é uma realidade que vemos, que estamos, todos os dias, presenciando casos e casos, que, se formos relatar aqui, vou-me estender, vou-me tornar cansativa.

Então, a solução é formar um comitê do Governo junto com os ciganos e fazer um estudo, aprofundar, sair dessa história exatamente folclórica, dessa coisa

muito bonita, botar o pé na estrada e encarar a realidade – sentar, ir a uma festa de calon, num rancho, e ver, como em muitas festas em que vamos, uma menina de 16 anos, casada com um rapaz de 15, 18 anos, e os dois não possuírem certidão de nascimento.

Para mim, é muito triste e preocupante ver uma menina, depois de ter feito esse ritual religioso, não poder casar na igreja, porque não tem documento. Ela só pode casar nos ranchos. Com 17 anos, com dois meses, para ter uma criança, e a gente não saber para qual hospital levá-la, porque eles simplesmente dizem: Nós não vamos atender!

Então, são coisas primárias e gravíssimas, que não podem mais acontecer. O Governo não pode mais fazer de conta que não está vendo, porque o Senador sabe que, há muito tempo, venho a esta Comissão, fazendo essas denúncias, falando por este povo, que não tem voz e vez, porque não tem acesso, porque não tem escolaridade.

Então, não tem oportunidade, tornando-se, como já disse, “cegos, surdos e mudos”, e não quero nada além de poder ser a voz, junto com essas outras associações, junto com o meu irmão Cláudio, a voz dos ciganos calons. Que possam realmente as políticas públicas, o Governo, chegarem onde eles estão, botarem o pé na lama, sentarmos lá, como a Deputada foi, aqui em Taguatinga, no acampamento, que foi invadido por cobras e mais cobras. Ela estava morrendo de medo, mas foi lá.

Essa é a realidade, porque é desumano viver assim. É desumano viver assim! A Dr^a Lúcia de Carvalho nos dá um apoio maravilhoso. Temos um projeto: “Terra para os Calons”. Ela já deu uma área de três hectares para uma comunidade de calon, de mais ou menos 150 pessoas. Ela agora também já vai dar mais duas terras para outros. Nós estamos aqui em Brasília com esse projeto, mas ele tem de se tornar uma lei, para que os calons possam ter esse direito, que chegue a eles, porque eles não sabem aonde ir, não sabem como falar, não sabem como reivindicar. E é desumano pessoas que não sabem aonde ir e onde buscar as coisas ficarem, simplesmente, à mercê da sorte, do azar, da discriminação e de tudo, Senador, de tudo o que o senhor imaginar e o senhor não poder imaginar que exista nesse Brasil. Como eu disse para o senhor, um Brasil invisível, mas que é real, e não é fantasioso, senhoras e senhores, não é. É uma realidade, que, se vocês chegarem a quem frequenta nos ranchos – não é mesmo, Cláudio? – e aos calons que estão no rancho...

O SR. CLÁUDIO DOMINGOS IVANOVITCH – Lá se vive e morre por sua própria conta e risco.

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Estão aí, sabe, por conta de Deus, e não são tão alegres e tão felizes, porque, muitas vezes, não têm motivos para serem alegres e serem felizes, mas eu acredito – eu acredito mesmo – e, principalmente, depois do encontro com esse homem, esse ser humano, eu digo a ele: “existem várias formas de rezar, e, todas as vezes em que esse homem veio ao Senado, para mim ele fala com Deus”. Sempre, porque ele trabalha para os que necessitam, e essa é uma forma linda de se falar com Deus, porque é isso que Deus espera do ser humano. (Palmas.)

E a nossa Deputada também, Erika Kokay, que sempre estarei presente com a gente. Essa é a minha pequena colaboração.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marlete Queiroz, representante da Associação Nacional da Etnia Calon.

Eu gostei da frase dela, não porque se referiu a mim e à Deputada Erika: quem faz o bem – você traduziu isso – está falando com Deus. É bonito isso. Quem vem para o seu trabalho para fazer o bem fala com Deus. Achei muito interessante.

Passamos a palavra agora à Sr^a Ione Carvalho, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura, que substitui, aqui, a Sr^a Márcia Rollemberg.

Secretária.

A SR^a IONE MARIA DE CARVALHO – Bom dia a todos, bom dia Senador Paim, é um grande orgulho para mim, como gaúcha, estar sentada nesta mesa, ao teu lado. Fico realmente feliz de ver a preocupação, a garra que você tem para lutar pelos invisíveis. Isso é realmente maravilhoso para nós. (Palmas.)

E queria também iniciar, talvez – não vou falar diretamente o que você falou, Marlete, porque me emociona muito –, vou começar pelo que falou o nosso procurador. Eu acho que é realmente maravilhoso escutar de você o que você falou. Eu sou filha de procurador, homem que escreveu livros sobre direitos humanos, e sempre me criei com essa preocupação. Talvez, por isso, tenha estudado antropologia e tenha dedicado a minha vida trabalhando com as comunidades marginais invisíveis. Sempre. Não só aqui no Brasil, como na América Latina.

Eu acho que esse problema é extremamente complexo, porque trata da questão cultural. A Erika e o Paul Singer, que estão aqui – eu adoro os dois, admiro muito –, e você, que representa a Seppir aqui também, que tem ido muito ao Ministério para a gente ver se consegue fazer um grupo interministerial que realmente encontre soluções para esses problemas. Aí, vocês perguntem à Marlene se estou tão bem aqui – a

Marlete, desculpe-me... A questão da cultura: criam-se estereótipos dizendo que o cigano é alegre, é feliz, é contente, ele rouba, é isso, é aquilo, isso tudo são valores culturais que a sociedade coloca para marginalizar. Isso acontece com os indígenas – eu sou uma pessoa extremamente comprometida com essa causa – e com os negros, que eu me nego a chamar afrodescendentes, porque, aqui no Brasil – eu fiquei muitos anos fora –, eu noto que as pessoas usam a palavra afrodescendente como sinônimo de negro, como se a África toda fosse negra, e não é. Só diz isso quem não conhece a África. Então, realmente, por que não dizer negro? Isso já é um preconceito. Eu sou guarani e francês e tenho muito orgulho disso, sou gaúcha e tenho muito orgulho disso.

Eu acho que o que nós temos que trabalhar, na área do Ministério da Cultura, é o resgate da identidade desse povo brasileiro, que é extremamente rica, é variada, e o respeito das suas diferenças. Vejam bem, os indígenas lutam pela terra, porque a terra é a sua mãe, é a coisa mais importante para eles. Os ciganos lutam para que os deixem viver livres. Se precisam de terra para se colocar em algum lugar, então, vamos dar, temos obrigação de dar, porque são cidadãos brasileiros. Mas, se querem andar livres, eles têm que ter o direito de andar livres, porque são cidadãos brasileiros. E isso que ocorre com os ciganos ocorre no mundo inteiro. Os países da antiga Cortina de Ferro faziam horrores com os ciganos e ainda fazem – e ainda fazem –, até na Romênia. Eu tenho um grande amigo romeno que me conta coisas terríveis. Eu morei em Barcelona e vi coisas horríveis. Então, esse problema dos ciganos não é só nosso aqui, Paim.

Que coisa maravilhosa, se nós conseguirmos mostrar ao mundo que se pode viver em harmonia através das leis. O nosso companheiro Senador Fogaça foi quem criou, quem conseguiu fazer com que a certidão de nascimento fosse dada de graça. Muitas pessoas não sabem que têm direito a uma certidão de graça, que é obrigação do Estado dar uma certidão de graça. É uma obrigação, porque, se eu não tenho esse registro, eu não existo. Coisa mais horrível não existir. E coisa mais terrível é não ler. E hoje se fala que as pessoas têm que saber usar computador, porque senão são analfabetos e não se comunicam com o mundo.

Então, são valores culturais que nós temos que fortalecer neste País através do respeito, da cultura e da diversidade. Quando se fala que o quarto pilar de uma nação é a cultura, eu insisto em dizer que não é o quarto, é o primeiro. Nada se faz sem o respeito da cultura. Se nós não dermos tempo para as pessoas aqui falarem, nós não as estamos respeitando. A nossa função aqui é escutá-los, nós como Estado, como

funcionários de Estado pagos, e os nossos salários vêm dos impostos de toda a Nação. Então, a nossa função é atender o que vocês precisam.

Graças a Deus, nós temos um Senador aqui, nesta Mesa, e um Procurador, que são pessoas que podem agir através da lei. Eu aqui só posso agir através de programas, de projetos. E nós estamos lutando demais no Ministério para que esses... É o Cláudio, não é? O Cláudio falou que foi dado um dinheiro para um projeto atrasado. Quando ele falou que a data chegou depois de mim, problema. E depois não tem como resolver, e ele fica com uma dívida que vai atrapalhar a vida inteira. Isso é a coisa mais comum que nós temos no Ministério da Cultura, porque a lei que rege... E todo segmento, para fazer uma ponte, para fazer uma hidrelétrica, é o mesmo para um projeto de cultura para um analfabeto, para um indígena que não fala nem português – não fala português. Como ele vai entrar num projeto se ele não fala português? Então, este tipo de coisa, Paim, quem sabe, é uma bandeira para você levantar: atender os diversos de forma diversa. (Palmas.)

Mas todos têm de ter o direito igual...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a IONE MARIA DE CARVALHO – ... o respeito pela diversidade. Por isso nós existimos, a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, porque um cidadão tem que ser atendido pela sua diversidade, não pode ser atendido da mesma forma. Não existe isso. Somos diversos, gente. Então, como se faz uma lei? A CGU faz uma lei e nós temos que seguir aquele projeto daquela forma.

A coisa mais terrível, mais perversa, talvez vocês não saibam, que eu não durmo todas as noites, porque cada projeto que eu assino está o meu CPF, meu CPF particular. Então esse projeto e da Márcia Rollemberg, também de todos os secretários que estão aqui, Paul Singer também, todo mundo, é muito perverso, com um funcionário público.

Essas coisas têm que ser vistas de frente e ninguém tem coragem de olhar isso. Nós temos que ter coragem de olhar e dizer: isso não está correto, essa máquina do Estado está totalmente emperrada, intencional ou por ignorância, mas ela não funciona. Então é esta Casa, e eu agradeço a Deus estar neste momento aqui.

Diria que as pessoas que dedicam a sua vida para trabalhar com as pessoas que estão marginalizadas pela sociedade não conversam com Deus, elas têm um canal que escutam. Talvez seja isso. A gente se inspira, sem querer abre a boca e começa a falar e a gente coloca em risco muitas coisas, eu mesmo

tive duas vezes risco de vida, por estar defendendo os invisíveis.

Realmente essa é a Casa. Paim, esta é a Casa, você sabe o caminho, você vai fazer isso e quem sabe conseguiremos depois colocar em Constituição.

Falamos muito no Brasil de Constituição, mas se pegarmos a constituição americana é deste tamanho. Não há necessidade, não há necessidade de botar na Constituição. Há necessidade de ter pessoas que realmente tenham o poder de fazer as coisas e que queiram fazer, porque não basta só ter o poder, tem que querer.

Então, a Constituição nossa é um horror. Pobre desses jovens que têm que decorar a Constituição para fazer um concurso público, gente! Chegam a ter coisas ridículas dentro da Constituição, a Constituição não foi feita, não foi inventada para isso. Não é pela Constituição que se muda.

Então, esta Casa é importante, porque aqui nesta Mesa existem pessoas que realmente podem ajudar vocês. Eu peço que vocês se dispam, vocês, que são ciganos e estão aqui, que se dispam de problemas pessoais, de rivalidades, de raivas pessoais, e vejam como é que podemos unir, num esforço maior, para conseguirmos ser vistos, ser respeitados, ser notados.

Por exemplo, eu trabalhei a minha vida muito com artesãos, fui coordenadora do programa Salário artesanato. Eles reclamam do IBGE, porque ninguém pergunta que profissão eles têm, não existe a profissão, então eles não são reconhecidos. Então, pelo amor de Deus, é importante o IBGE? É extremamente importante, porque se nós não temos números não podemos batalhar por nada. (Palmas.)

São os números que nos fortalecem, são os números, gente, números. Sem números, sem clareza, nós não temos força nenhuma. Então, isso é importante, esse caminho é importante e o Senador vai pedir especificação, e já bota aí, por favor, os artesãos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou incluir os artesãos.

A SRª IONE MARIA DE CARVALHO – Claro, gente, é uma força humana enorme, enorme que precisa às vezes de uma besteira, de um dinheirinho mínimo para fazer alguma coisa ou de uma oficina para ensiná-los a cortar e os ciganos estão metidos nisso. Os ciganos estão nisso. Então, nós não encaramos a produção dessa gente que trabalha no campo, não encara os como uma capacidade imensa de produção e de riqueza e que precisa às vezes do estado de pequenas coisas, Paul Singer sabe muito bem disso. Pequenas coisas, não é, Paul? Pequenas coisas. Isso muda a vida deles, então, não é dar de presente bolsa

aqui e lá, é ensinar as pessoas a viverem e ter o seu lugar no mundo.

Chegou o meu momento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem mais cinco minutos.

A SRª IONE MARIA DE CARVALHO – Mais cinco minutos, que bom.

Obrigada.

Estou aqui falando, não vou falar de tudo o que fizemos no Ministério, porque vocês sabem que nós fizemos prêmios, fizemos reuniões com ciganos, tivemos um hiato pelas mudanças, porque a coisa mais horrível que pode acontecer é que, em um ano, mudou três secretários, numa secretaria que é a maior do Ministério da Cultura, e até que os secretários entrem no ritmo, já muda. E isso não é possível, não se pode fazer uma coisa assim. Nossa Secretária Márcia Rollemberg encontrou um restos a pagar, uma bagagem de anos com processos e convênios de 2004 sem pagar, estamos tentando reestruturar a Casa, mas os ciganos estão na nossa pauta, ano que vem, teremos várias atividades com os ciganos, inclusive, o que fizemos com as comunidades negras no Maranhão, de povos de terreiro, que também são invisíveis, que são assassinados. Os povos de terreiros, os pais de santo são assassinados, gente, e ninguém fala nisso, ou fala por trás dos bastidores. Então, estamos com este compromisso, e é bom dizer aqui nesta sala porque está registrado, que, no próximo ano, 2013, os ciganos serão uma das metas mais importantes para nós, além das outras, porque trabalhamos com toda a diversidade desse povo.

Muito obrigada, gente, obrigada por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (Palmas.)

Essa foi a Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, que aqui representou a Srª Márcia Rollemberg, Secretária.

Parabéns, Srª Ione Carvalho.

Qual é a Cidade mesmo?

A SRª IONE MARIA DE CARVALHO – Porto Alegre. O povo gaúcho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gaúcha da capital.

A SRª IONE MARIA DE CARVALHO – ... gaúcho só fala assim, porque fizemos 10 anos de guerra, e isso passou na nossa cultura, não é, Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, mas, jamais, esqueceremos, inclusive, a história dos lanceiros negros.

A SRª IONE MARIA DE CARVALHO – Claro, não tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Revolução Farroupilha.

Muito bem, terminamos a primeira... Deputada, V. Ex^a usa a palavra no momento em que quiser aqui.

Então, vou pedir só que esta Mesa retorne ao plenário, vou convidar a segunda Mesa, e a Deputada usa a palavra, é a primeira a falar.

Convido, agora, a segunda Mesa: Silvano Eucênio Silva, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais, representando aqui a Seppir. Seja bem-vinda. (Palmas.)

A Seppir, quero também registrar, está sempre aqui representada quando convidada.

Paul Israel Singer, que já é um ícone, uma lenda viva, eu diria, Secretário Nacional de Economia Solidária, representando o Ministério do Trabalho e Emprego. Meus cumprimentos. (Palmas.)

Quero, mais uma vez, me dirigir ao Ministro Brizola, porque, desde que assumiu, não houve uma reunião aqui, nesta Comissão, que ele não designasse um representante.

Meus cumprimentos ao Ministro também, ao mesmo tempo em que cumprimento o nosso Paul Israel Singer.

Convidamos também, neste momento, a Gerente Substituta da Diretoria de Política de Acessibilidade e Planejamento Urbano Ministério das Cidades, Sr^a Letícia Miguel Teixeira. O Ministério das Cidades também sempre presente quando convidado.

Faço questão de dizer, porque aqueles que não cito é porque alguns Ministérios que não mandam nem justificativa. Mas todos os que citei aqui, faço questão.

O MEC vai ser agora, agora, agora. MEC lá do Tiagão, do Mercadante, grande Ministro Mercadante, nosso Senador, amigo, e o Tiago, que trabalhava comigo, e o Mercadante requisitou, atualmente o contratou, um grande assessor.

Convido, agora, a Diretora de Política de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais – Ministério da Educação – MEC, Sr^a Maria Evaristo dos Santos. Seja bem-vinda.

Esta é a segunda Mesa, se necessário for, poderemos ter uma terceira. Mas, neste momento, os convidados estão todos aqui da primeira e, naturalmente, da segunda Mesa, agora, passo a palavra, com muita satisfação, à Deputada Federal, aqui de Brasília, Érika Kokay, que é uma lutadora, uma militante, alguém que a gente tem alegria de citar o nome. (Palmas.)

Então, com a palavra a Deputada Érika Kokay.

A SR^a ÉRIKA KOKAY (PT – DF) – Eu gostaria de desejar um bom dia para cada uma e cada um de vocês, saudar a Mesa, o que faço na pessoa do Senador Paulo Paim, que mais uma vez está abrindo o

espaço desta Comissão para que nós possamos tirar da invisibilidade, como bem disse a Ione, um povo e uma cultura que se encontra absolutamente sobre os escombros de muita discriminação e de muita desigualdade e que precisa ser vista.

Acho que nós temos um grande desafio nessa etapa da história da humanidade, onde a mão invisível do mercado entrou dentro da cidadania, das intimidades, e tem capturado sonhos, capturados formas de ser, capturado noção de humano, inclusive; e onde nós vivemos um processo muito nítido de desumanização que vitimiza de forma bastante aguda a comunidade cigana neste Brasil. Existe uma invisibilidade, mas existe uma invisibilidade do humano e precisa ser desconstruída essa invisibilidade. Nós precisamos ter a noção de que as agendas, as agendas que dizem respeito aos direitos humanos e particularmente as agendas que tiram da invisibilidade, asseguram a dignidade da humana, princípio fundante da nossa Constituição, a todos os brasileiros e brasileiras, ela é absolutamente central, absolutamente central, porque nós vivemos em um País que, sob o mito da igualdade racial, assassina por volta de 40 mil pessoas todos os anos, a grande maioria jovens e jovens negros. É um verdadeiro extermínio de uma geração, que encarcerava também nossos jovens e nossos jovens negros. E, então, é uma sociedade que é tecida com os fios de uma violência que nos remonta à necessidade de fazermos o luto da época da escravidão, o luto da ditadura, o luto do colonialismo, porque o Brasil sai desses períodos traumáticos da sua história como se eles não tivessem existido. Portanto, não fecha os ciclos e faz com que nós convivamos, na nossa contemporaneidade, com pedaços de um passado ou de uma história ou de etapas da história brasileira que precisam ser encerradas, fechadas.

Portanto, eu diria que a discussão da comunidade cigana que busca ou que sai da sua invisibilidade com atos como este, que não é a primeira vez que fazemos esta Audiência Pública, e que nos remonta à necessidade de construirmos marcos legais que assegurem os direitos da comunidade cigana, inclusive o Estatuto da Comunidade Cigana ou dos Povos Ciganos neste País são absolutamente fundamentais para que nós possamos, enfim, dizer que os ciganos existem, no nosso Brasil, e não podem ser vistos apenas com o olhar da desigualdade e o olhar da discriminação. Os ciganos, via de regra, muitas vezes eles se fecham em copas para poder se protegerem de uma lógica de discriminação que é muito intensa e precisa ser desconstruída.

Nós temos uma experiência aqui, com a comunidade Calon, no Distrito Federal, que não tem ter-

ra, não tem onde se colocar, não tem um chão onde possam pisar e que possa ser um ponto de referência para além da manutenção do seu caráter nômade ou da sua forma de ser, mas que possa se estabelecer enquanto um ponto de referência para o acesso às políticas públicas.

Eu me lembro – o Senador Paim sabe disso – da menina chamada Esmeralda, a menina chamada Esmeralda, que deve ter por volta de 7, 8 anos, e que dizia que o maior sonho da vida dela seria um dia ir para uma escola, ir para uma escola, e que, ao se divertir e ao organizar as suas brincadeiras, na ludicidade, muito natural das crianças – por isso penso que Deus deve ter alguma coisa de criança, porque tem essa criatividade, essa diversidade e essa ludicidade e essa ingenuidade –, organizavam escolas. A brincadeira das crianças era se colocar e fazer de conta que estavam em uma escola. E essa menina Esmeralda, a partir de uma ação da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, hoje, está em uma comunidade onde ela pode frequentar a escola. A Esmeralda sabe ler, a Esmeralda sabe ler (Palmas.), e ela dizia: “Qual vai ser o dia que eu vou pegar um livro e entender o que existe nesse livro, entender o que existe nesse livro”.

Portanto, uma comunidade que por volta de 90% dela, uma comunidade que não sabia ler, não sabia escrever e grande parte não tinha registro de nascimento e grande parte dessa comunidade nunca tinha colocado os pés em um hospital ou em uma unidade de saúde; tinha nascido fora das unidades de saúde e permanecia fora das unidades de saúde.

Portanto, eu diria que nós precisamos, com esse Estatuto, fazer uma discussão das políticas públicas que têm que ser interceptoriais. Não se pensa uma política pública imaginando ser ela autossuficiente ou que ela se basta, porque ela não se basta; os direitos da pessoa humana são direitos que são enganchados um nos outros, são indivisíveis e inter-relacionados, e as políticas públicas que asseguram os direitos também só são eficazes e só respeitam e resgatam a condição humana, a dignidade humana, se forem enganchadas umas nas outras.

Nós precisamos pensar políticas de educação para que você possa desconstruir, inclusive, a discriminação, porque – e aqui já foi citado pela Marlete que uma profissional de educação, segundo as denúncias, diz que a comunidade não poderia se relacionar com os ciganos porque eles estavam associados a práticas que seriam violadoras da vida, do conjunto da sociedade. Portanto, é preciso introduzir essa discussão dentro das escolas, fazer políticas e criar centros de referência da comunidade cigana, porque é preciso,

para além disso, preservar a própria cultura, que é um instrumento, inclusive, de desenvolvimento e de sustentabilidade para essa comunidade. A cultura, ou seja, a economia solidária tem que ter o recorte. A economia solidária também não pode ser uma padronização que invade a singularidade e despreza as singularidades. A economia solidária é um instrumento absolutamente fundamental para as comunidades tradicionais de terreiro, para as roças, para que você possa ter uma economia criativa naqueles espaços dos terreiros, para que você possa atingir a comunidade e o povo cigano, para que possam, enfim, se estabelecer e se estruturar, porque é estruturante. Quando você tem renda e quando você se sente pertencente, você consegue fazer com que nós tenhamos uma ilimitada capacidade de buscar os direitos da pessoa humana. Penso que nunca se viola um direito e ele fica ensimesmado; se se viola um direito, vai se abrir estrada para violar outros direitos. Mas, quando se resgata um direito, também se abre estrada para se resgatar outros direitos, porque se dá a noção do humano, o reconhecimento humano, a noção de direitos que foi desconstruída pelas elites, neste País, que nunca se sentiram nem brasileiras, e, portanto, negam a nossa brasilidade, que é composta de várias dimensões culturais. E a cultura é a forma como você se vê, como você se reconhece, como você se coloca, como você se sente, portanto, absolutamente fundamental como instrumento de libertação.

Por fim, queria concluir apenas dizendo da necessidade de que nós possamos, a Câmara e o Senado, fazer a discussão do Estatuto e contemplar a questão fundiária, que não significa a modificação da forma de ser. Como os ciganos falam: “Nós queremos continuar comercializando, queremos continuar andando pelo mundo, mas nós queremos que as nossas crianças tenham um espaço para que elas possam ir para a escola, tenham um espaço para que elas possam se sentir pertencentes e ter um futuro que não seja o casamento.” Eu, particularmente, já estive em casamentos de meninos de 12 anos com meninas de 12, de 13, enfim... E aí me dizia um líder cigano: “Ora, mas, se nós não temos acesso à escola, se nós não temos acesso ao trabalho, como vamos dar responsabilidade para os nossos filhos senão através do próprio casamento?”

Veja, é importante que as pessoas possam desenvolver sua afetividade, estabelecer seus vínculos, mas é fundamental que isso possa ser exercido dentro de um leque de oportunidades que todos os seres humanos têm que ter na nossa sociedade.

Portanto, discutir a questão fundiária; para além disso, as políticas públicas onde se incluem a economia solidária, que é absolutamente fundamental, por-

que existe uma produção que é dispersa, que não se reverte em empoderamento da própria comunidade e que sofre a discriminação. A produção dos artesanatos: as pessoas vão às ruas e, ao chegarem às ruas de nossas cidades, as portas se fecham, literalmente se fecham, porque existe um sentimento de que os ciganos invadem a sua própria realidade, quando, em verdade – e eu vou remeter de novo a essa liderança cigana que dizia: “Olhe, mas quantos meninos a senhora está vendo aqui na nossa comunidade? Quantos meninos?” E quanto cuidado que os ciganos têm com os meninos! Quanto cuidado, quanta proteção têm as crianças, os meninos e meninas! E ele dizia: “E nos acusam de roubar os meninos dos outros! Nós não precisamos! Meninos é o que não faltam na nossa realidade. Nós protegemos todas e todos eles, porque temos o senso de proteção dos meninos e o senso de respeito à ancestralidade, que são partes da própria cultura.

Então, refiro-me às políticas públicas e fundamentalmente aos espaços para o exercício da cultura com liberdade, desconstruindo toda forma de preconceito e discriminação, porque - penso eu - nós precisamos romper a lógica de desumanização e o preconceito que a discriminação constrói, antes que tenhamos tantas mulheres vítimas de violência, tantas pessoas vítimas de violência. Antes que a arma fosse acionada, houve uma desumanização simbólica e as facas foram afiadas, os revólveres foram azeitados antes que pudessem ser acionados e literalmente se findasse ou literalmente se eliminasse a vida. Antes de literalmente eliminar, há um processo de desumanização simbólico que é construído pela ausência de uma noção que todas e todos nós temos de direitos iguais, porque a humanidade é uma só. Nós temos várias formas de ser, várias formas de nos expressar, várias formas de amar, mas a humanidade é uma só, e esse processo não pode ser negado.

Por isso, Senador, eu concluiria, dizendo da importância e da necessidade para o próximo ano nós realizarmos uma série de seminários de discussões temáticas a fim de que possamos, a partir daí, criar as condições para o estatuto dos povos ciganos, enfim, contemplar uma comunidade que é invisibilizada e, quando é vista, é vista invisibilizada pelo Estado Democrático de Direito, pela noção de humanidade, pela noção de solidariedade, é vista, via de regra, com os olhos da discriminação, com os olhos da violência policial, da brutalidade que, muitas vezes, se expressa, mediante o Estado, numa violência institucional, que precisa ser reconhecida para que possa ser desconstruída.

Parabéns, Senador! Vamos adiante! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Ex^a, Deputada Érika Kokay, que já deu uma proposta de encaminhamento para que se discuta em seminários, amplamente, políticas públicas para a comunidade cigana.

Vamos começar agora, então, a segunda mesa. Começamos, de imediato, com a Seppir.

Convido a Secretária de Políticas para as Comunidades Tradicionais, Sr^a Silvany Euclênio Silva, que falará aqui, em nome da Seppir.

A SR^a SILVANY EUCLÊNIO SILVA – Bom dia a todos. Bom dia a todas. Cumprimento o Senador Paulo Paim, parceiro de todas as horas dos segmentos mais oprimidos deste País, a Deputada Érika Kokay, que também é de uma importância muito grande na lide com essa questão dos povos tradicionais, das comunidades tradicionais, meus companheiros colegas de Governo aqui presentes, que têm dialogado conosco essas pautas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me dizer: Olha, é a audiência pública com mais representantes do Governo que nós realizamos aqui. (Palmas.) Isso é fato real – eu sou obrigado a dizer.

A SR^a SILVANY EUCLÊNIO SILVA – Sem dúvida, Senador, a gente, que trabalha com política para as comunidades tradicionais, vê esse histórico de um Estado que tudo fez para negar as identidades e as especificidades, levando inclusive segmentos populacionais a buscar construir uma vida apartada do Estado, porque o Estado nunca foi capaz de enxergar as especificidades, e as pessoas, no afã de não negar a própria identidade, o próprio modo de vida, constituíram comunidades, de alguma forma, autônomas. Isso ocorreu no Brasil, com as comunidades tradicionais de matriz africanas, que são os terreiros, com os povos de cultura cigana, com os indígenas. E é muito recente na nossa história essa possibilidade de o Estado acatar essas diferentes identidades. É muito recente, então, na história esses grupos colocarem-se para fora e dizer: “Nós também temos direitos e somos cidadãos”. Eu diria que, há pouco mais de uma década atrás, isso seria até perigoso para esses segmentos populacionais, mostrarem-se para o Estado. A face do Estado que esses segmentos conhecem mais fortemente é a face da repressão, é a face da violência. Então a gente lida com essas comunidades sabendo que, de antemão, elas não confiam no Estado e não têm motivo para confiar ainda. Porque essa outra possibilidade de um Estado que enxerga identidades, de um Estado que respeita identidades e que pensa política pública sem querer tirar dessa população os seus valores, a sua identidade é muito recente.

Embora o Brasil seja signatário de convenções internacionais, que garantem o direito à identidade, embora o Brasil tenha uma Constituição avançada nesses direitos, o marco legal que nós temos no Brasil, que estabelece que o Estado tem que garantir cidadania e desenvolvimento para comunidades tradicionais é de 2007, que é o Decreto 6.040.

Então eu diria que, pelo ritmo que o Estado pode trabalhar e consegue trabalhar no seu arcabouço burocrático, que também é um arcabouço violento para as comunidades tradicionais, eu acho que a gente está avançando sim.

Eu costumo, quando vou falar de comunidades tradicionais no todo, a Seppir, no seu papel de articuladora de política pública porque a Seppir não executa, ela articula os outros ministérios em torno de uma política pública, eu costumo dizer, a Seppir hoje trabalha com três segmentos tradicionais: quilombos, que é uma pauta praticamente consolidada na Esplanada.

O problema que nós temos hoje, para estabelecer política e executar para quilombos, não está na Esplanada, está nos demais Entes federados que ainda não assimilaram o compromisso com essa pauta. Porque o Governo Federal não executa, o Governo Federal articula os demais Entes federados, o Estado, o município, para a execução da política pública.

Então eu diria hoje que a pauta quilombola na Esplanada é uma pauta consolidada. É uma pauta que na discussão do último PPA, a Seppir nem precisou pautar os ministérios, a Seppir teve que dialogar com os outros ministérios os demais segmentos tradicionais. E o que nós conseguimos, o máximo, porque tudo que havia no PPA em relação à comunidade tradicional era especificamente indígena ou quilombola, nós conseguimos pelo menos incluir “e demais comunidades tradicionais”. Porque até então se eu tenho uma verba para trabalhar com a comunidade tradicional, e se está lá que é só para quilombola ou só indígena, eu tenho dificuldade de levar essa política para outros segmentos.

Então o que nós conseguimos ainda não foi detalhar esses segmentos mas, pelo menos, incluir “e outras comunidades tradicionais”. O que nos permite então trabalhar com maior efetividade políticas públicas com outros segmentos. Quando a gente vai falar desses 3 segmentos com que nós trabalhamos, quilombola é pacífico e se eu fizer uma apresentação aqui, para colocar com eslaides, eu vou ter uns 50 eslaides sobre política para quilombola; para as casas tradicionais de matriz africana, eu já vou conseguir uns 4 ou 5 eslaides porque é uma pauta muito nova e sobre a qual há uma violência muito grande e se eu vou falar das comunidade ou dos povos de cultura cigana, eu vou ter no máximo 3 eslaides para colocar porque re-

almente é uma construção recente dentro do Estado brasileiro, mais recente do que as demais.

Em maio deste ano, a Seppir, juntamente com diversos parceiros de Governo, estiveram lá MDS, MEC, MinC, Ministério da Saúde, SDH e Iphan, realizou uma plenária no Rio de Janeiro, essa plenária envolveu 34 lideranças de todas as regiões do País e de 5 diferentes grupos e também envolveu alguns convidados da sociedade civil mais comprometidos com a pauta dos povos de cultura cigana. Não era para levantar proposta, propostas existem muitas no Relatório da I Conapir, no Relatório da II Conapir, nos registros de outras plenárias e oficinas realizadas; era para o gestor dialogar com a liderança como executar isso. Porque esse é outro problema do Estado brasileiro, ele não enxerga ainda, ele ainda não sabe como operar política pública respeitando a especificidade. Isso é um aprendizado que estamos tendo e, nesse aprendizado, eu acho extremamente importante que o gestor olhe para a liderança, a liderança olhe para o gestor, e diga como é possível caminhar dentro desta ou daquela demanda para torná-la concreta.

A partir dessa plenária em que nós levantamos o que era prioritário a curto, médio e longo prazos, nós temos reunido os diversos ministérios que devem executar essas questões levantadas – Ione citou aqui que temos dialogado muito com o Minc, que temos dialogado muito com a SDH –, porque, por dificuldade mesmo de estrutura e por conhecermos tão pouco ainda do modo de ser e de viver dos povos ciganos, nós temos buscado parceria com os demais ministérios para conseguirmos avançar. A proposta da Seppir neste momento, já colocada para a SDH e para o Minc e que deve se concretizar logo no início de 2013, é uma coordenação compartilhada dessa pauta.

A partir do que foi retirado no Rio de Janeiro, nós temos colocado três eixos fundamentais: direitos sociais, econômicos e culturais; pesquisas e diagnóstico – isso é essencial; mesmo que vocês me digam que há tantas mulheres, crianças e homens em situação tal em tal lugar, para o Estado isso não funciona, precisamos de pesquisa e diagnóstico, porque é isso que o Estado enxerga –; e o outro é a questão dos direitos humanos, segurança dos acampamentos, mediação de conflitos, documentação e registro civil. Sem sombra de dúvida, isso é uma pauta... Nós estamos pedindo à SDH para que se junte a nós nessa parte da grande demanda cigana, porque a SDH é que tem condições de lidar com isso, diretamente ligada ao Ministério da Justiça.

Nós temos recebido, nós temos acolhido as denúncias mais graves sobre o que tem ocorrido no País e, a partir dessas denúncias, a nossa ouvidoria, com a ouvidoria da SDH, tem tentado dar respostas ime-

diatas, pelos menos respostas paliativas, enquanto se constrói a política pública efetiva, porque é isso que o Estado tem que fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esclareço para quem está assistindo que SDH é Secretaria de Direitos Humanos.

A SR^a SILVANY EUCLÊNIO SILVA – Secretaria de Direitos Humanos.

O Estado brasileiro não tem que fomentar discórdia, o Estado brasileiro não tem que privilegiar este ou aquele segmento, o Estado brasileiro tem que elaborar e executar política pública que respeite a identidade.

Ouvimos muito dizerem que os negros são muito divididos, que os ciganos não se unem e que, por isso, o Estado não os atende. Não é verdade! Se fosse assim, nós não teríamos partidos políticos e, dentro deles, tendências e outros segmentos diferenciados; se não nós não teríamos cinco sindicatos de uma mesma categoria profissional – e o Estado os atende. O Estado, até o momento, não aprendeu foi a enxergar essa especificidade e tem dificuldade para lidar com ela – a dificuldade é saber como lidar com ela.

Quando colocamos a questão do IBGE... Nós temos dialogado com o IBGE sobre a necessidade de um levantamento específico sobre as comunidades tradicionais de matrizes africanas, sobre os quilombolas, os ciganos e indígenas.

Sobre os indígenas, o IBGE acabou de concluir um levantamento detalhado, de tudo o que existe na base de dados do IBGE, e há um acordo de cooperação em andamento pelo qual a Seppir vai fazer um repasse de verbas para que o IBGE possa contratar consultores e detalhar esses outros segmentos também.

Agora, não dá para dizer que o IBGE está pronto para fazer o censo dessas populações. Não está. Para entrarem pretos e pardos no censo, que não era o que o povo negro queria, foi uma guerra; para entrarem indígenas com o direito de dizerem qual é sua etnia, foi uma guerra. Ainda assim, o IBGE trabalha, como foi dito aqui, com recorte censitário. Então, se eu tiver uma comunidade quilombola cuja metade está num Município e metade no outro, já complica todo o levantamento do IBGE. Além do mais, não dá para imaginar que fazer um censo de povos ciganos ou de povos de matriz africana é a mesma coisa que fazer um censo comum... Não é! Isso é um diálogo que a gente vai ter e está trazendo para dentro do IBGE e que é o seguinte: não se chega a uma casa tradicional de matriz africana ou um acampamento cigano se você não estiver junto com alguém de confiança daquele segmento populacional. (Palmas.) Você não descobre uma casa de matriz africana, enfiada em um morro se você não tiver alguém que a conheça. Essas pes-

soas nunca quiseram que o Estado as encontrasse, elas têm medo do Estado.

Então, nós tivemos um mapeamento recentemente, de casa de matriz africana, que foi todo organizado juntamente com lideranças da confiança e que iam à frente abrindo caminho e dialogando. São especificidades que o Estado brasileiro vai ter de aprender a lidar, está aprendendo e muito devagar. Mas está aprendendo. Muito devagar, mas está aprendendo.

Eu queria falar um pouco... Eu vou passar, Senador, depois para o senhor o resultado dessa plenária, porque ela não só traz as principais demandas como traz a responsabilidade de cada Ministério. Esses ministérios já estiveram reunidos conosco ao longo deste ano. Depois do dia 1º de maio, foram quatro vezes. Há um compromisso de que, em janeiro, se retome, provavelmente até se instituindo grupo por portaria, para que haja algo muito concreto do Estado brasileiro a ser apresentado no próximo 24 de maio. (Palmas.) Essa é a proposta, isso é o que está sendo discutido.

Então, vou passar para o senhor para que tome conhecimento. Passarei também às mãos do procurador, sabendo que o Legislativo, sabendo que o Ministério Público, sabendo que a Defensoria Pública tem um papel essencial para fazer o Estado avançar, para fazer o Estado realmente reconhecer e fazer as coisas acontecerem.

Queria dizer a nosso querido Paul Singer que economia criativa é economia solidária. Isso é o que garantiu a sobrevivência de povos de comunidade tradicional neste País até hoje. Isso é o que garantiu a sobrevivência do povo negro, dos povos de cultura cigana, dos povos indígenas até hoje. Enquanto o Estado não os enxergava, não nos enxergava, nós nos organizávamos para sobreviver. Então, há um potencial fantástico a ser trabalhado em economia criativa e solidária dentro dessas comunidades. Há um potencial pronto e ali para ser reforçado pelo Governo, para ser ampliado pelo Governo, para se produzir com valor agregado de produção orgânica, de produção sustentável, para se colocar no mercado. Há um potencial imenso que a gente pode desenvolver e trabalhar.

Eu vou concluir. Eu não posso deixar de falar com Cláudio, Sr. Cláudio Ivanovitch, eu não posso deixar. Eu posso lhe garantir que a concepção nossa, na Secretaria de Comunidade Tradicional, não é trabalhar a aparência plástica da cultura dos povos que nós trabalhamos, é política pública, efetivamente. Talvez, por isso, o processo seja até demorado. Nós passamos o ano de 2012 dialogando entre os Ministérios, porque se tem de sair de maneira muito concreta.

Eu sou adepta da fala do ex-Ministro Gilberto Gil quando assumiu o Ministério da Cultura e disse o

seguinte: “Cultura e folclore são criações para hierarquizar aquilo que o ser humano produz.” Para mim, não existe folclore, existe cultura, porque, na medida em que eu hierarquizei, eu vou ter um projeto razoável, mínimo, para quem faz cultura na ponta, e vou ter milhões destinados a uma sinfônica, a um ballet a que chamam de cultura. Então, essa é uma hierarquia que, do nosso ponto de vista, ela não tem de existir, ela não pode existir. Não existem folclore e cultura como disse o ex-Ministro Gilberto Gil. Existe cultura... E todas têm de ser valorizadas e promovidas de maneira igual.

Só para informar. O MDS já incluiu, no CadÚnico, a categoria ciganos para que a gente possa ter um levantamento dos grupos ciganos mais vulneráveis para iniciar essas políticas de transferência de renda, inclusão produtiva, que o Governo desenvolveu para combater a extrema miséria, a extrema pobreza.

E o MDS tem feito oficinas com gestores, porque, na verdade, é um problema colocado aqui pela Marlete. Tudo bem, existe uma portaria que diz que ciganos, itinerantes em geral, têm direito ao SUD, mas quem nega é o gestor, que está lá na ponta.

Então, tanto o Ministério da Saúde como o MDS têm desenvolvido oficinas Brasil afora, envolvendo gestores e lideranças, para explicar os direitos e como incluir esses segmentos no Cadastro Único, para que tudo que este Governo, o governo do Presidente Lula, o Governo da Presidenta Dilma desenvolveram no caminho de reversão da miséria e da pobreza possa também chegar aos povos de cultura cigana.

Então, acho que temos avançado e que 2013 vai ser um marco importante, com certeza.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais falou em nome da Seppir, Dr^a Silvano Euclênio Silva.

Meus cumprimentos pela exposição.

Vamos passar a palavra ao Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, que aqui representa o Ministro Brizola Neto, Sr. Paul Israel Singer.

O SR. PAUL ISRAEL SINGER – Obrigado.

Bom dia. Eu não consigo deixar de dizer que, primeiro, eu recebi o convite com muita surpresa. É a primeira vez que eu tenho a oportunidade de me confrontar com os ciganos.

Os ciganos foram nossos colegas e vizinhos nas câmaras de extermínio no nazismo. (Palmas.)

Portanto, eu me sinto irmão deles por muitos motivos. A sua “invisibilização”, fato de não enxergar os ciganos, é uma perda para nós no Brasil. Nós somos uma nação multiétnica, o que me dá orgulho. Nós te-

mos muitas etnias e cada uma é preciosa. As etnias que nós não enxergamos constituem uma perda para nós. Nós vamos fazer com que eles sejam visíveis, para que nós possamos conviver com eles, aproveitar, e eles, conosco.

Acho que esse é um momento histórico – para mim é. Sou muito grato pelo convite e pelo que consigo aprender aqui.

Eu queria falar um pouco de economia solidária.

Economia solidária é uma economia democrática em que os meios de produção – a terra, as máquinas, o que seja, – são propriedades coletivas de quem os usa para trabalhar e viver. É meramente isso, mas isso é muito. E toma, geralmente, a forma legal de cooperativas. Para nós, não é necessário que seja cooperativa, desde que a prática da autogestão e da democracia dentro dos empreendimentos seja real.

Eu acho que os ciganos que trabalham – e sabemos que trabalham e produzem – podem encontrar uma forma de se organizar também na economia solidária. Ela está aberta a vocês.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária existe no Ministério do Trabalho. Nós somos parte integrante do Brasil sem Miséria. Portanto, vocês são nossos companheiros nessa luta.

É impossível acabar com a miséria em nosso País sem o protagonismo das próprias vítimas da miséria. Não se consegue fazer isso de cima para baixo; tem de ser com sua participação ativa, porque sair da miséria é ir para outra vida. Quem faz essa transição deve ter o direito de escolher essa outra vida, a vida que quer ter como cigano, como judeu, como índio, como quilombola, como brasileiro.

De modo que precisamos nos organizar, para que isso possa acontecer. Pelo que eu li desde ontem – não tinha lido antes – esse trabalho do Frans Moonen, pelo que ele diz aqui, vocês estão muito pouco organizados. Para podermos interagir com vocês e aprender tudo que têm a nos ensinar, vocês precisam se organizar melhor. É um pedido que eu faço a vocês, porque nós precisamos efetivamente saber como e onde nos encontrar para podermos trabalhar juntos. Isso é fundamentalmente o que eu poderia oferecer a vocês.

Nós estamos, dentro do Brasil Sem Miséria, na inclusão produtiva urbana. Portanto, o povo dos ranchos vai ficar, provavelmente, para o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mas não há dúvida nenhuma de que vocês vão poder utilizar essa abertura. Agora, os ciganos que estão nas cidades poderão receber diretamente a ajuda que nós pudermos oferecer.

Por isso, eu estou feliz de estar aqui e de poder me dirigir a vocês. Eu não sabia... Depois que eu li o trabalho do Moonen hoje de manhã, fiquei pensando:

“Será que haverá representantes dos ciganos? Aparentemente, eles estão tão divididos em pequenos grupos, etc., etc.”. Não! Vocês estão aqui, e foi importante ouvi-los. Portanto, vamos continuar juntos.

Era só isso.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o grande, o gigante Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, respeitadíssimo por todos nós que temos compromisso com os direitos humanos.

Agora passamos a palavra à Gerente de Projetos Substituta da Diretoria de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, Sr^a Letícia Miguel Teixeira.

A SR^a LETÍCIA MIGUEL TEIXEIRA – Bom dia.

Agradeço o convite, em nome do nosso Secretário, Sr. Leodegar, para a participação do Ministério nesta discussão.

Eu trabalho na Diretoria de Políticas de Acessibilidade e Planejamento, que trata do apoio aos Municípios para a implementação do seu planejamento municipal.

Quando foi enviado o convite, chamei também o companheiro César Ramos, aqui presente, da Secretaria de Habitação, porque, a princípio, nós pensamos: “Como atender a essa demanda?” Na verdade, estou aqui até muito para ouvir, como disse o Professor, para aprender realmente sobre a população cigana, sobre as demandas do povo cigano. Eu já participei de reuniões na Seppir, porque fui Conselheira da Seppir por parte do Ministério, junto com o César, meu companheiro, e sei que existem realmente as questões de demanda em relação à terra.

Daí, o desafio que veio à minha cabeça foi: “Como garantir, então, o direito à cidade – uma vez que o Ministério das Cidades veio para garantir tal direito à população brasileira – a esses grupos, à população cigana, que, no caso, está nos Municípios, seja na área rural seja na área urbana?” Porque luta pela cidade é uma luta diária. O Ministério veio com a bandeira do plano diretor como principal instrumento, construído de maneira participativa, segundo aquilo em que o Ministério acredita. Ele vai garantir, em teoria, que todos os setores da população sejam ouvidos e tenham o seu espaço garantido na cidade. Então, em teoria, o plano diretor serviria para isso, mas sabemos que essa é uma grande luta e que, na verdade, existe uma grande disputa pela terra nas grandes cidades – em todas as cidades do Brasil, na verdade.

No caso especialmente dos povos ciganos, esse desafio é imenso. Eu estava pensando em como levar isso para o momento que nós vivemos na nossa

Diretoria, porque, com os 10 anos do Estatuto, nós já fizemos alguns balanços sobre os planos diretores e identificamos as grandes deficiências que eles têm de realmente ser um instrumento que reflita a necessidade das populações. Como, neste momento, levaríamos essa demanda do povo cigano, das populações para a revisão da política que neste momento estamos vivendo?

A questão é seguinte: as audiências públicas que são feitas para a construção dos planos são verdadeiras arenas em que os diversos grupos colocam os seus diagnósticos, as suas necessidades. E o povo cigano, pelo menos uma parcela, porque eu aprendi também que nem todos são itinerantes – há alguns que já estão fixos –, se eles não estão então naquela comunidade naquele momento, estão em outro Município, como garantir, então, naquele Plano Diretor, o direito ao local apropriado para o futuro acampamento?

Isso é extremamente difícil mesmo. É um grande desafio que eu vejo nisso. Como convencer a população? Aí entram todas as falas que nós ouvimos aqui de todos os companheiros, principalmente os companheiros que estão representando as etnias. Em relação à população, o primeiro passo seria a própria população das cidades assumir e reconhecer o direito desses povos de estarem usando a cidade como eles. Então, ter o local para que os acampamentos sejam feitos é um extremo desafio, que começa pela própria população das cidades compreender o direito desses povos.

Eu até pensando sobre como encaminhar isso, eu vou fazer um pequeno relato até desta audiência para o Comitê de Planejamento Urbano, que se reúne, que é do âmbito do Conselho das Cidades, que é o comitê que é vinculado à nossa Secretaria de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano, para levar realmente essa demanda, essa questão real, porque eu vejo realmente a questão do Estatuto, da importância do Estatuto. O senhor coloca, então, que provavelmente ele precisa sair, para que se efetivem os direitos, as garantias do povo cigano.

Mas eu vejo como um dos grandes desafios em relação à questão dos assentamentos, à garantia do acesso à terra, ao fato de se evitarem os conflitos fundiários urbanos que estão relacionados a isso. A nossa diretoria trabalha inclusive com essa questão também. Há uma área lá de conflitos urbanos e uma área de regularização fundiária. São áreas que estão um pouco conversando com toda essa questão do acesso à terra. Como, então, poderia ser garantido esse direito, tendo em vista que a competência do ordenamento municipal é dos Municípios? Se o Estatuto é uma lei federal, como vai ter a interface com a questão da Constituição, que fala que o ordenamento territorial é do Município?

Então, eu ouvi também informação aqui dos colegas que já existem 29 Municípios que já têm leis específicas em que está disposta a questão da garantia dos acampamentos. Então, eu acho que o caminho, como a colega coloca da participação dos demais entes, é o envolvimento realmente dos Estados e dos Municípios para essa desafio de garantia dos direitos dos povos ciganos. Porque se é no Município onde temos a questão do zoneamento urbano, que vai definir quais são as áreas públicas, quais são as áreas destinadas aos diversos fins que a cidade necessita, então a gente entende que essa sensibilização deve ser também para a parte do gestor público municipal, que está na ponta, e especialmente, como eu já coloquei no início, ao restante da população. Porque o restante da população deve entender que a cidade realmente é para todos e que deve ser garantido o direito dessas comunidades, que têm uma forma de vida diferente. Elas têm o direito de ir e vir, que faz parte da cultura delas.

Então, eu finalizo a minha parte. Eu abro a palavra para o meu colega César, que é o representante da Secretaria de Habitação, que cuida do Programa Minha Casa, Minha Vida. Ela tem também programas específicos, a questão do atendimento ao (ininteligível)..., não é, César? Eu não sei se, no caso da organização das comunidades, também elas poderiam acessar também. Não sei se estou falando alguma coisa errada. Eu gostaria que você complementasse, porque eu domino pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como é seu nome?

O SR. CÉSAR RAMOS – César Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – César Ramos. É claro que pode complementar. E ele, pode, inclusive, ilustrar.

Mas, quando a gente fala do princípio do Estatuto, é uma responsabilidade maior, sem prejuízo do Estado e do Município fazerem o seu papel, como o Estatuto das Cidades mesmo, como o Estatuto da Igualdade, como o Estatuto do Motorista, como o Estatuto da Igualdade Racial, como o Estatuto das Pessoas com Deficiência. Nós não estamos tirando a responsabilidade dos Municípios. Há artigos em que vamos dizer especificamente: compete ao Município a execução dessas políticas.

A SR^a LETÍCIA MIGUEL TEIXEIRA – Isso deve estar claro, porque o Município fica nessa coisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos os entes federados terão a sua responsabilidade.

Contribuiu muito. Parabéns pela sua fala. Obrigado. (Palmas.)

Passamos, agora...

Peço que você diga o nome no momento da fala para os Anais

O SR. CÉSAR RAMOS – Só complementando um pouco o que a colega Letícia já colocou.

Eu trabalho na Secretaria Nacional de Habitação, no Programa Minha Casa Minha Vida, e lá há uma série de subprogramas. Há programa para empresas; programa para entidades, bancado pelo FDS; programa rural e programa para Municípios de pequeno porte. Desses programas, o que mais se adapta à demanda habitacional cigana, mais especificamente para aquela demanda sedentária, já que não temos como, por exemplo, construir casas de transição ou casas de acampamento. Isso porque nossos programas em geral exigem uma vinculação com a pessoa física, já que é um repasse da AGU praticamente a fundo perdido, para essas populações que têm uma renda bruta familiar de até R\$1,6 mil por mês.

Então, esses programas pressupõem a residência fixa, se destinam àquela faixa de ciganos sedentários, onde estão organizados. Especificamente, temos uma experiência em Sousa, na Paraíba, por iniciativa do Senador Antônio Mariz, que desapropriou as áreas quando governador e, por conta disso, eles ocuparam as áreas. Agora, com base nessa coisa mais antiga, em parceria com o Estado, com a Secretaria de Habitação do Estado da Paraíba, contratando alguns programas habitacionais no âmbito do Minha Casa Minha Vida entidades, que, diga-se de passagem, para segmentos mais vulneráveis e historicamente deficitários de direitos, como índios, quilombolas, ciganos e outros povos usando a fórmula da Seppir, índios, negros e outras comunidades tradicionais. Esses segmentos têm acesso prioritário ao programa, embora seja uma barreira muito grande para conseguir acessar o recurso, porque se exige um projeto técnico-social, juridicamente perfeito, redondo. E é difícil para as entidades fazerem-no, embora haja a possibilidade de financiar também a elaboração do projeto. Mas é preciso que haja um mínimo de organização e de gestão para acessar esse recurso. Isso não tem sido fácil para esses segmentos.

Temos alguns quilombos, a começar pela experiência em Kalunga. Kalunga e Kalon são muito parecidos. Há no Rio Grande do Sul na cidade onde fica o aeroporto de Porto Alegre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – Canoas, minha cidade.

O SR. CÉSAR RAMOS – Pois é, sua cidade. Há um quilombo lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – No centro da cidade tem um quilombo, Minha Casa Minha Vida lá, com entidade. O Prefeito Jairo...

O SR. CÉSAR RAMOS – ...deu um apoio firme e conseguimos contratar ali um quilombo urbano para habitação. Mas são exemplos ainda de espécie e que dependem muito de voluntarismo, porque não há uma política de assistência técnica principalmente que seja acessível para esse segmento. E eles não estão dispersos para contratar e terceirizar essa assistência, como alguns segmentos já fizeram. Os agricultores familiares do Sul, por exemplo, construíram cooperativa habitacional separado do movimento sindical, a Cresol, a Fetraf e outras entidades sindicais construíram cooperativas vinculadas à questão habitacional, como a Cooperhaf, como a Cresol, para darem o respaldo técnico. Com isso, conseguimos avançar muito amplamente na habitação rural de pequena propriedade, por exemplo, nos três Estados da Região Sul. Hoje, podemos dizer que o problema de casa rural nessas regiões está muito minimizado, ao contrário do que podemos falar nas demais regiões de problemas muito mais graves.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns.

O SR. CÉSAR RAMOS – Falei de Sousa – você estava dormindo na hora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – Isso é para descontrair.

A SR^a SILVANY EUCLÊNIO SILVA – Não, só porque temos dialogado muito com o César. Como há projetos habitacionais que contemplam a diferença. Ele me disse que o projeto que está sendo desenvolvido em Sousa é meio que um projeto piloto, um modelo que podemos depois procurar replicar. Eu fiquei muito feliz com isso.

O SR. CÉSAR RAMOS – Arquitetonicamente falando, ele dialoga com a cultura, porque ele tem um espaço aberto no centro que seria para o povo que é volante, para, quando vier, instalar suas barracas. As casas ficam no entorno do espaço. Então, é um projeto arquitetonicamente interessante. Foi feito em discussão com a comunidade de lá etc. Muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Com esse complemento, passaremos agora para a Diretora de Política de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação (MEC), que fala aqui em nome do Ministro Aloizio Mercadante, a Sr^a Macaé Maria Evaristo dos Santos.

A SR^a MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS – Bom dia.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim a oportunidade de podermos participar desta mesa de uma temática tão importante.

Eu costumo brincar, Senador, que, dentro do nome da minha diretoria, são muitos mundos, porque, para a educação do campo e indígena e para as relações étnico-raciais, temos de ter bastante sensibilidade e eu acho que muito cuidado para lidar com a diversidade de questões que estão colocadas para pensarmos a garantia do direito à população, para o conjunto dessas populações.

Eu acho que, em relação a algumas questões que já foram tratadas aqui que dizem respeito à forma como o Estado brasileiro lida com a questão dos ciganos, temos de dizer que não é diferente no âmbito da educação. Talvez o ponto fundamental sobre o qual temos de nos deter está ligado à questão da visibilidade, visibilidade para garantia do direito à educação, principalmente a garantia dos direitos à educação das crianças e dos adolescentes. Eu acho que esses são aspectos muito importantes.

Este ano, o nosso Ministro homologou um parecer do Conselho Nacional de Educação, que não trata especificamente dos povos ciganos... Inclusive a demanda ao Conselho de Educação feita por um Município do Rio Grande do Sul era sobre como proceder no caso de matrículas de crianças ligadas a atividades circenses. Para responder a essa situação, o Conselho Nacional de Educação construiu um parecer que não trata especificamente somente daquelas populações de estudantes circenses; ele optou por fazer um parecer que tratava de estudantes em situação de itinerância. Ao falar de estudantes em situação de itinerância, o Conselho Nacional descreve, então, estudantes das populações ciganas e como deve ser, então, o procedimento. Esse parecer foi homologado no meio deste ano pelo nosso Ministro Aloizio Mercadante. E ele tem, de certa forma, nos orientado para as ações que temos de desenvolver no âmbito do Ministério da Educação, a partir do próximo ano. Esse parecer detalha as competências em relação ao Poder Público, como devemos tratar essa situação desses estudantes.

Uma primeira questão que considero importante é que ele trata da garantia da vaga na escola mais próxima ao local onde essa criança tem domicílio naquele momento e da garantia da vaga a qualquer tempo, porque acho que esse é um problema muito sério enfrentado por essa população. Como é uma população que está em trânsito, muitas vezes, chegava-se a determinado Município, e a escola recusava matrícula, em nome do argumento “Bom, mas já está no meio do ano” ou “Ah, mas estamos no mês de maio e as aulas começaram em fevereiro”. Então, não existia um dispositivo que orientasse os sistemas de ensino no que diz respeito à garantia desse atendimento.

Uma outra questão de que o parecer trata, e aí não vou falar dele todo, mas eu vou falar de alguns aspectos que eu considero importantes, está ligada a construirmos, também, um registro sobre esse atendimento.

O nosso censo escolar também não capta essa informação. Não é só o IBGE que, no seu censo geral, não capta essa informação. O nosso censo do Inep também não capta essa informação.

Então, o parecer dispõe também sobre isso, não, inicialmente, chamando a atenção para o censo do Inep, mas construindo uma forma de notificação.

Então, a escola, ao receber um aluno cigano, no caso, ou em situação de itinerância, deve informar ao gestor do sistema de ensino, no caso a Secretaria Municipal ou a Secretaria Estadual de Educação, e também informar aos conselhos tutelares.

A perspectiva do conselho, que a gente considera pertinente, é que, em se tratando de crianças e adolescentes, talvez a escola fosse um bom mecanismo de a gente “lincar” o atendimento das políticas públicas.

Se você acessa, então, se a escola, ao receber a matrícula... Porque, normalmente, as pessoas procuram a escola. É onde tem mais tendência de se procurar. Então, ao procurar a escola, a escola que recebe aquela matrícula, no caso de criança e adolescentes, de jovens e adultos, notifica e informa às Secretarias de Educação. No caso de crianças e adolescentes, além da Secretaria de Educação, aos conselhos tutelares.

Quer dizer, me parece que essa medida vai ser um primeiro movimento para que a gente possa iniciar o mapeamento do atendimento que é prestado hoje, porque, na verdade, esse dado, hoje, é completamente disperso. Nós não sabemos onde estão esses estudantes.

Um outro aspecto que é importante, tratado também no âmbito do parecer, diz respeito às responsabilidades das famílias. O conselho também fala, chama as famílias, da importância de procurar os sistemas de ensino, de procurar as escolas por essa matrícula, e, no caso de transferência de um Município para outro, de levar consigo o memorial do que foi o atendimento daquele estudante no Município de origem.

Nesse sentido, o parecer também orienta as escolas que, no caso de estudantes em situação de itinerância, a avaliação tem de ter um registro bastante sistemático para permitir que em qualquer tempo esse memorial, essa avaliação processual possa ser entregue à família, para que eles façam a matrícula, então, num outro Município.

No que diz respeito às competências do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação, o parecer fala da necessidade de a gente criar programas es-

pecíficos, e, aí, eu quero falar de algumas demandas que foram colocadas na plenária do Rio de Janeiro ao Ministério.

Nós recebemos demandas relativas à formação de professores, no que diz respeito ao tratamento das questões da diversidade dos povos ciganos, porque esse desconhecimento existe, também, na formação de professores.

Eu acho que é um aspecto importante esse para que a Silvany chama a atenção, da necessidade, inclusive, de pesquisas.

Eu acho que o Ministério da Educação precisa trabalhar no sentido de também fortalecer pesquisas no que diz respeito ao atendimento educacional para as populações ciganas, porque, inclusive, a pesquisa, eu acho, nos dará mais elementos para a formação de professores.

Uma outra demanda colocada para o Ministério da Educação, que eu acho que encontra corpo nesse parecer, está ligada a fomentar livros e produção didática sobre essas populações.

Um terceiro ponto é a divulgação do Dia dos Ciganos na escola, que é 24 de maio. Eu falei com a Silvany que essa tarefa nós temos que cumprir para 2013. (Palmas.)

Agora, eu acho que cumprir essa tarefa está muito ligado também a fazermos um acerto. Nós já conversamos, o Ministério da Educação, com a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação) sobre essa temática. Ainda temos que fazer uma conversa com o Consed, que articula os Conselhos dos Secretários Estaduais de Educação, e também com a UNCME, que é a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. Porque eu penso que toda uma agenda para chegar ao Dia dos Ciganos deveria anteceder, do ponto de vista dos gestores, nós colocarmos em curso o que está dizendo esse parecer.

Então este é o compromisso do nosso Ministério da Educação. Eu acho que a homologação desse parecer neste ano de 2012 abre caminhos importantes do ponto de vista da normatização e da forma de diálogo com os sistemas de ensino.

Eu estou vendo ali o Dr. Aurélio, lá da Procuradoria, do Ministério Público, que tem feito um trabalho conosco no Ministério da Educação. A gente tem incorporado a discussão das populações indígenas. Eu estou vendo o Dr. Aurélio.

Dr. Aurélio, vamos lembrar também que o Ministério Público pode ser um grande parceiro nosso, para que os gestores dos sistemas de ensino também nos ajudem a ter o mais prontamente esse registro e o acompanhamento da trajetória escolar dos estudantes ciganos em todos os nossos sistemas de ensino.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Ficou exatamente no tempo. Ainda tinha 30 segundos.

Eu quero registrar – já tinha chegado à mesa, de fato, e você se antecipou positivamente – que está conosco o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, que foi um dos que ajudaram a formatar esta nossa audiência pública. (Palmas.)

Eu queria também registrar a presença dos assessores da 6ª Câmara de Coordenação de Revisão, que estão aqui conosco.

Agora, nós vamos, a partir da fala da nossa querida Macaé – ela foi a última aqui da Mesa –, passar a palavra. Eu peço que fiquem de 3 a 5 minutos, porque são inúmeros inscritos, para que a gente possa concluir e ficar com o mínimo de encaminhamentos.

A primeira inscrita – foi o Senador Requião inclusive que me ligou pedindo que eu assegurasse a palavra a ela, e assegurei, com a maior tranquilidade, e não poderia ser diferente – é a Srª Anna Flávia Schmitt, que é pedagoga e pediu a palavra.

Passo a palavra à Srª Anna Flávia Schmitt pelo tempo de 3 minutos, com mais 2 minutos, no máximo, chegando a 5 minutos.

A SRª ANNA FLÁVIA SCHMITT – Bom dia a todos. O debate esquentou, Senador Paulo Paim, e eu também esquentei junto com o debate, assim, no início.

A questão do IBGE é muito simples. Os ciganos não têm nada contra o IBGE. Não é unanimidade que o IBGE é o algoz dos ciganos, muito pelo contrário. A questão dos ciganos com o IBGE é o seguinte. Os ciganos têm medo de serem encontrados, porque têm medo do Estado. E ciganos estão com medo dos ciganos, de serem mortos, Senador, esta é a realidade. Existe uma grande rivalidade secular entre os grupos.

Aqui quem vos fala é uma cidadã de origem cigana. E foi muito difícil entrar em contato com a CDH. Não foi fácil. Eu vim por minha conta própria. Inclusive indiquei até, no meu blog, o Sr. Mio Vacite e um padre que é de origem cigana, o Pe. Tadeu Luiz Fernandes. O Pe. Wallace o conhece, porque o Pe. Wallace é da Pastoral dos Nômades. O Pe. Tadeu Luiz Fernandes é uma pessoa que pode dar muitas luzes, porque ele conhece muitas famílias, muitas tribos ciganas. É uma pessoa de extrema confiança inclusive da Igreja Católica.

Existem – a gente não pode falar aqui – muitos ciganos que entraram para a vida religiosa em virtude do sacrifício da vida cigana em si, porque é muito difícil ser cigano no Brasil e no mundo. Inclusive, o Brasil está sendo lançado a fazer esse Estatuto dos Ciganos já que a Europa não reconheceu o que aconteceu com os ciganos durante a Segunda Guerra.

Com todo respeito, com todo carinho – inclusive não há ninguém que resista a um violino judeu, ciganos e judeus são irmãos na música, vamos dizer assim –, mas os judeus foram indenizados na Europa; os ciganos, não. Os ciganos foram utilizados como cobaias de experiências científicas pelos nazistas. Por quê? Porque havia sido identificado pelos nazistas que, na etnia cigana, era mais comum as mulheres terem filhos gêmeos, e o cigano tinha mais resistência a vários tipos de sacrifícios justamente por mudar de cidades.

(Soa a campanha.)

A SRª ANNA FLÁVIA SCHMITT – Há muita coisa para falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem mais 2 minutos.

A SRª ANNA FLÁVIA SCHMITT – Sim.

Como atingir os ciganos que estão nos rincões do País? Através de uma boa articulação junto às câmaras dos vereadores e à própria polícia. A polícia de hoje não é a polícia de ontem. Basta a Secretaria Nacional de Direitos Humanos fazer uma cartilha bacana para as forças policiais, conversar com as câmaras dos vereadores para os ciganos que estão nos rincões serem ouvidos nas câmaras dos vereadores. É a melhor forma, menos dispendiosa, é a forma de aproximar o cigano do Estado, de ele se sentir menos constrangido, menos ameaçado.

É isso que tenho para falar. Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Anna Flávia Schmitt. Só dizer que a CDH está de forma permanente na sala 2. Ali está toda a equipe que ajudou. É a Comissão que mais realizou audiências e limpou toda a pauta. E, no momento, como o Senador Requião me ligou, de pronto eu lhe assegurei a palavra. Meus cumprimentos.

A SRª ANNA FLÁVIA SCHMITT – Eu agradeço, mas foi difícil, com certeza. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Roberto, Mariana, toda a equipe aí, fica aqui o registro inicial, está ok?

A SRª ANNA FLÁVIA SCHMITT – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns pela fala e parabéns ao Senador Requião, que a indicou.

Com a palavra o Padre Wallace, Dirigente da Pastoral dos Nômades.

O SR. WALLACE DO CARMO ZANON – É rapidinho. Essa é uma coisa interessante. Sou o Padre Wallace, da Pastoral dos Nômades, e tenho uma experiência com os ciganos por viver acampado com eles 4 anos. Então, isso me deu um conhecimento maior. Mas, ao mesmo tempo, temos que ter o cuidado, eu

penso, de não generalizar a questão dos ciganos. Eu posso falar, por exemplo, muito por causa dos calons, porque eu os conheço, morei com eles, falo a língua deles e tal, mas temos que ter um cuidado muito grande de não generalizar. É claro que há lutas que são comuns dos ciganos, mas também há coisas que são específicas de cada grupo. Eu penso que temos que ver um pouco isso.

Eu concordo um pouco quando se fala do Estatuto da Igualdade, o estatuto da questão dos ciganos. Eu acho que tem que ser levado à frente. Eu acho que é um bom caminho, mas acho que há umas coisinhas que devem vir antes também, como, por exemplo, quando falamos da Secretaria de Direitos Humanos, que é muito legal, tem um trabalho muito legal, foi muito bom, mas, se você tentar ligar para o disque 100, você não consegue fazer uma denúncia em relação aos ciganos quando os seus direitos são ofendidos. É uma coisa que penso que possa ser colocada. A questão do Ministério da Cultura, tudo é proposta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. São algumas coisas que você coloca que eu quero esclarecer. O disque 100 não aceita –porque vai para todo o Brasil –, não aceita uma denúncia se for cigano?

O SR. WALLACE DO CARMO ZANON – Você liga para lá, Senador, e ouve: se você quer fazer uma denúncia, criança, adolescente disque tal; disque tal; disque tal; e não tem ciganos. Então, você não consegue levar adiante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-a esclarecer. Quer esclarecer?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tem uma previsão, é isso?

Não, pessoal, é porque, como eu digo isso aqui, hoje a Internet é tudo ao vivo, não é? Para que fique claro, alguém quer esclarecer?

SILVANY EUCLÊNIO SILVA – Como nós temos dialogado com a SDH, realmente ainda não tem... O Disque 100 é novo, o diálogo da pauta também é novo, já há uma predisposição da Secretaria de Direitos Humanos de dar formação para a equipe do Disque 100 para conseguir incluir essa especificidade. Mesmo assim, a SDH tem acolhido e tem, como eu disse, tentado trabalhar de maneira paliativa os casos que tem chegado, porque ainda não há política pública estabelecida. Mas tem ocorrido.

O Padre Wallace tem razão. É uma questão que está sendo discutida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esclarecido.

Volto a palavra ao Padre Wallace.

Dê um alerta muito positivo.

O SR. WALLACE DO CARMO ZANON – A questão do Ministério da Cultura, por exemplo. Eu penso que o Ministério da Cultura tem uma dívida com os ciganos, primeiro por ter tirado o prêmio do Cultura Cigana. Era a forma mais fácil que os ciganos tinham de acessar o Ministério da Cultura. Isso acabou.

E uma coisa que os ciganos cobram da gente, porque, na época, nós nos empenhamos em estar junto do Ministério da Cultura para levar alguns acampamentos... Está aqui o (?), que acompanhou. Nós falamos lá num prêmio de R\$10 mil. Depois, chegou lá e, apesar de ter na cartilha que não seria descontado nenhum imposto, foi descontado 30% de imposto. E uma outra coisa pior ainda, que sujou nosso nome e de muitas pessoas, é que nós falamos que seriam 30 prêmios, mais 30 prêmios, e até hoje esses prêmios não foram pagos.

Então, é uma dívida que o Ministério da Cultura tem com os ciganos que eu penso que deveria dar uma olhada lá.

Outra questão que eu acho que deveria ser colocada com muita urgência é a questão da inviolabilidade da barraca. Eu penso que isso aí deve ser de extrema urgência, porque claro que a polícia mudou e tal, tudo bem, mas ainda não respeita os ciganos. Quem sabe e já foi preso junto lá... Às vezes... Eu já ouvi policial dizer: “delegado, primeiro eu prendo o cigano. Depois vou ver o que aconteceu”. Acontece até hoje. Então, é uma coisa que a gente tem que... Eu penso que é uma proposta que deveria sair desta audiência e com urgência urgentíssima, na linguagem que usa mais a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu peço à Secretaria-Geral que anote para encaminhamento posterior: a inviolabilidade da barraca...

Faremos algum documento aqui aproveitando a presença da representante do Ministério da Cultura para que a audiência pública dê os encaminhamentos devidos.

O SR. WALLACE DO CARMO ZANON – Outra coisa antes de terminar o tempo: a questão do direito de ir e vir e permanecer. Hoje, os ciganos têm muita dificuldade de permanecer nas cidades, são jogados cada vez mais na periferia da periferia, cada vez mais jogado para os cantos. Isso é uma questão.

A questão do IBGE. Eu acho que passos foram dados, mas ainda falta muito. Eu acho que ainda falta, não generalizando, por parte do Governo, interesse em conhecer o cigano, porque, se você quer conhecer um pouco o cigano, chama o Cláudio, ele conhece os ciganos, sabe onde está, no Paraná, um por um. Ele sabe. Chama outros ciganos.

Então, eu acho que tem que ouvir um pouco mais os ciganos. Eu acho que tem que arrumar meios para ouvir um pouco mais. Claro que tem coisa lá, como foi lá no Rio, foi muito legal. Passos também eu penso que foram dados.

E uma coisa que a gente também tem que ter o cuidado, eu penso, é de não negar aquilo que já foi feito, também não negar as pessoas que já deram um primeiro passo para poder acontecer isso que está acontecendo aqui hoje. Então, acho que hoje não é uma nova era, eu acho que é continuidade de alguns passos que foram dados lá, como o Cláudio começou lá no início, que veio aqui, que brigou, que falou, e outras mais pessoas.

E também ter um pouquinho de cuidado assim, pelo menos a gente... Eu falo muito pelo meu grupo. Eu não sou cigano, viu? Eu falo... Eu acho que a gente deve falar muito pelo grupo a que a gente tem acesso, porque, senão, a gente corre o risco de generalizar uma coisa que não é realidade em outras... Por exemplo, há ciganos que não querem terra; os ciganos do Espírito Santo querem terra. Eles querem terra. Está lá, foi feita uma audiência lá e eles falaram: “Nós queremos terras para trabalhar, para ficar”. “Ah, o cigano não tem emprego fixo!” Não há cigano que queira emprego fixo.

Então, quanto a isso, a gente está sempre à disposição do Governo, do que precisarem da nossa experiência, do nosso trabalho, mas sempre achando que quem deve ocupar as mesas são os ciganos, e não nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Padre Wallace, fortalecendo as lideranças ciganas.

Passamos a palavra à Rosângela Corrêa, professora da UnB.

A SRª ROSÂNGELA AZEVEDO CORRÊA – Eu sou professora na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e, no dia 8 de abril, eu coordenei o seminário “Ciganos – Uma História Invisível”. Com pessoas que participaram do seminário assinaram uma moção que foi entregue pessoalmente à Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), para a inclusão da história do povo cigano nos livros didáticos do ensino fundamental e médio. Após inúmeras ligações, e-mails, até o momento, eu não recebi nenhuma resposta e espero que, neste momento, a Srª Macaé leve em consideração o pedido feito e assinado por essas pessoas. E eu me sinto numa situação muito delicada porque não tenho resposta a dar às organizações ciganas sobre esse assunto.

Considero que uma maneira de a gente romper a invisibilidade dos ciganos é inegavelmente através da escola. E esse trabalho precisa ser feito urgentemente,

considerando que já existe um conhecimento acumulado. Nós antropólogos brasileiros nos reunimos a cada dois anos neste País e, neste ano, a ABA – Associação Brasileira de Antropologia esteve na Universidade de São Paulo, e houve uma mesa específica sobre os ciganos. Então, solicito à Seppir que as pesquisas relacionadas tomem em conta essas investigações realizadas no Brasil sobre ciganos no Brasil.

No nosso seminário, nós registramos não só as palestras realizadas no nosso seminário, na Universidade de Brasília, mas também todo um trabalho feito ao longo dos últimos 25 anos, em forma de dissertações, teses, monografias no Brasil, que estão num CD. Tive o trabalho de compilar esse material, que está à disposição do Governo. Ao mesmo tempo, fico à disposição, como pesquisadora da Universidade, para contribuir nesse trabalho.

Os ciganos juntos serão fortes, mas serão muito mais fortes com a união com os não ciganos. Enquanto a história desse povo não for incluída dentro da escola, as pessoas vão continuar pensando que cigano rouba criança e é bandido.

Obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Srª Rosângela Corrêa, professora da UnB.

Passamos a palavra à Srª Elisa Costa, que, se puder se identificar, para efeito de registro...

A SRª ELISA COSTA – Bom dia a todos – eu acho que já quase boa tarde.

Eu sou presidente da AMSK/Brasil – Associação Internacional Maylé Sara Kalí, e um dos nossos principais focos é a gestão da informação sobre os povos romani.

Senador, nós vamos fazer algumas considerações porque acreditamos que, numa audiência pública, essas considerações e solicitações baseadas em decretos, leis, portarias já existentes são necessárias.

Gostaríamos, em conjunto, de agradecer muitíssimo ao Dr. Luciano Mariz Maia e a todas as pessoas. Mas tenho um muito obrigada, mais do que pessoal, à Profª Silvano Euclênio. E realmente existe... (Palmas.)

A gente tem a mania, infelizmente, de julgar, condenar, discutir, brigar, falar. E está correto, vamos solicitar ao Governo. Mas, quando o Governo faz, quando o Governo abre a porta e diz assim: “Bom dia, boa tarde, boa noite; sente-se e me desculpe porque eu não tenho material; Você tem? Vamos discutir e vamos juntar?” Foi o que a Profª Silvano fez no início deste ano; foi o que o Ministério da Educação, por intermédio especialmente da Professora Maria Auxiliadora,

fez; foi o que o Dr. Luciano Mariz Maia fez. E a gente não pode esquecer isso nunca.

A AMSK compilou e trabalhou alguns anos com algum material e, portanto, considerando o decreto presidencial que instituía, em 2006, o Dia Nacional do Povo Cigano no Brasil, solicitamos que no ano de 2013 essa data seja comemorada pelo governo, pelos órgãos públicos, instituições governamentais e sociedade com medidas de fato que levem à melhoria da qualidade de vida e comunidade romani no Brasil, que passemos a comemorá-lo com medidas institucionais e vamos considerar o Brasil ser um país signatário da ONU. Solicitamos que o governo brasileiro assuma a sua entrada oficial na década de inclusão dos romar, buscando parceria com a Europa, América Latina e Caribe e Estados Unidos, a fim de preencher e coletar dados que já são de sucessos nesses países.

Considerando a II Conapir – II Conferência de Igualdade Racial, realizada nos dias 25 e 28 de junho de 2009, solicitamos a implementação da alínea item 82, relativo à segurança e justiça: garantir às barracas ciganas o mesmo direito da inviolabilidade, estabelecido pela Constituição Federal de 1988 às casas residenciais.

Considerando a Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional – LDB e a Lei nº 10.172, de 2001, do Plano Nacional de Educação, solicitamos que se faça um estudo sério, por Estado e Distrito Federal, a fim de que se atendam às demandas das crianças, jovens e adultos de etnia romani em relação à educação, a qual consideramos a maior herança que um filho recebe da sua nação.

4. Solicitamos que seja designado nas grades curriculares de formação das academias de polícia do Brasil, dos cursos universitários afins, exemplo: cursos de Direito, Jornalismo, História, Geografia, no curso de formação e capacitação dos professores e gestores públicos, disciplinas que especifiquem a história, as tradições e os costumes do povo romani no Brasil e no mundo, para que do conhecimento se abram novas janelas a esses profissionais.

Esse é um exemplo já vivido. E eu gostaria de deixar claro aqui: a escola de Itumbiara fez isso, foi um sucesso, está sendo reconhecido.

Solicitamos também, considerando o Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública, que determina, no seu item 158, promover a implementação de políticas de capacitação continuada dos membros da guarda municipal, quando houver, e interação com polícia militar, civil e corpo de bombeiros nas questões de direitos humanos e combate ao racismo, no sentido de erradicar e prevenir práticas de racismo institucionalizadas nesses setores e de garantir o devido recebimento de denúncias de discriminação étnico-racial.

Solicitamos a esta Casa, Senador, solicitamos à Câmara dos Deputados, à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, à Secretaria de Direitos Humanos, ao Ministério da Educação e ao Ministério da Cultura a implementação premente de ações para a proteção e promoção das expressões culturais dos povos romani no Brasil com a divulgação de textos educativos sobre a história, as tradições e os costumes dos povos romani no Brasil, dentro de suas próprias instituições, a fim de capacitar e ampliar a qualidade e a efetivação dos serviços e acordos derivados das demandas ora solicitadas.

Considerando o Censo de 2010, que apontou alguns indícios que demonstram a dificuldade de identificar a população cigana e a fragilidade dos instrumentos atualmente existentes para a sua identificação.

Considerando os dados gerados na Monique de 2009/2011, que oferecem caminhos importantes para o aprofundamento do conhecimento sobre este grupo étnico.

Considerando as informações levantadas por meio do Cadastro Único para Programas Sociais, gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A senhora tem mais um minuto.

A SRª ELISA COSTA – Ok.

Assim, que seja feito um esforço junto ao Governo Federal e ao IBGE, para que a gente avance nessa pauta de forma mais importante.

E o sétimo e último: solicitamos que se instale, de forma efetiva, um observatório nacional, a fim de que a realidade do povo romani tenha visibilidade e seja discutida por uma instância coordenada, que assuma responsabilidade de interagir com as demais instâncias governamentais; Parece-nos que isso seria algo entre a SDH, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Seppir.

Só uma palavrinha rápida: eu tenho aqui um trequinho pequeno, que depois eu passo ao senhor, Senador, que foi tirado na Sérvia, em Belgrado, no Congresso Mundial Romã, nos dias 20, 21 e 22 de abril. Os 26 países que estiveram ali presentes, por meio de suas respectivas associações, solicitaram o fim da romafobia. Esse é um processo que hoje acontece no mundo de forma gritante e está acontecendo no Brasil. De modo que nós não podemos mais nos afastar dessa estrutura.

E eu tenho visitado no seu Estado e em vários Estados brasileiros as comunidades, e as demandas desse povo são absolutamente diferentes por Estado.

Em cada Estado é uma realidade; cada etnia é uma realidade. Ao Governo peço que, por favor, se dobre para compreender essa estrutura. O que um Calon precisa aqui é diferente do que ele precisa em Joinville, que é diferente em São Paulo e é diferente no Maranhão. O que um Rom precisa também é diferente. Existem Roms em todas as situações. Então, por favor, que o Governo...

(Soa a campainha.)

A SRª MARLETE QUEIROZ – Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu só peço que os documentos apresentados e lidos sejam remetidos e entregues à Secretaria.

Aproveito para deixar bem claro a todos o papel de uma audiência pública: eu recebo a demanda e encaminho aos órgãos competentes.

A SRª MARLETE QUEIROZ (Fora do microfone.) – ... eu tenho tentado encontrar com o senhor há dois anos, de modo que eu tenho muito material para lhe entregar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Estou à disposição, inclusive, para receber o material.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Que bom, Senador, que agora a gente conseguiu abrir essa linha!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok.

Passamos a palavra à Srª Patrícia Maria de Lira Ahualli, Diretora de Comunidades Tradicionais aqui do DF.

Por favor. Srª Patrícia.

A SRª PATRÍCIA MARIA DE LIRA AHUALLI – Boa tarde a todos e a todas! Cumprimento a Mesa em nome do Senador e da nossa professora Silvaney, tão querida e com quem aprendemos todos os dias.

Na verdade, eu queria dizer a vocês que, em relação ao Movimento Cigano, o DF se sente também preocupado, pois sabemos que, apesar de o Governo, muitas vezes, se esquecer, aqui no DF não temos apenas a Esplanada, não temos apenas o Poder Público; temos aqui comunidades tradicionais como os ciganos, como as comunidades de terreiro. E temos uma preocupação muito grande em relação ao que vem acontecendo – e nos propomos a trabalhar junto – no que se refere à educação.

Aconteceu, por exemplo, no Acampamento de Planaltina, o caso de crianças que não puderam frequentar as escolas. O que nos preocupa é o racismo institucional estar presente nas escolas, num processo de educação, com pessoas que estão ali para educar

e não para deseducar as crianças. Então, enquanto Seppir, além da proposta que nós estamos levando, qual seja, a do mapeamento dos terreiros, que já vinha da outra gestão, já buscamos, em relação às Secretarias de Saúde e de Educação, trabalhar juntos em prol das comunidades, dos nossos acampamentos de ciganos aqui.

E acho que é importantíssimo, não apenas em audiências públicas, mas levarmos essa pauta para outros órgãos, para outras instituições, até particulares, e não deixar de falar. O Brasil é formado, sim, tem ciganos, e nós precisamos cuidar deles, como também de comunidades de terreiros, como os quilombolas. O Brasil é formado por um povo de uma grande diversidade e temos que, juntos, buscar meios, como a nossa colega falou, de diferentes locais, de diferentes culturas, apesar de todos serem ciganos; buscar meios de, juntos, mapear tudo isso, em prol de políticas públicas para essa comunidade, esse povo. Só isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi Patrícia Ahualli. Agora passo a palavra, como última inscrita, aqui na mesa – a todos os nomes que aqui chegaram dei a palavra, porque sempre alguém diz que não falou ainda; aos que chegaram dei a palavra; dos nomes que chegaram, não conheço um por um –, Iara Menezes Lima, Professora da Faculdade de Direito da UFMG.

A SRª IARA MENEZES LIMA – Boa tarde a todos. Estou muito feliz de estar com vocês aqui hoje discutindo essa temática que tem tão grande importância.

Meu nome é Iara Menezes Lima, sou professora da Faculdade de Direito da UFMG, coordenadora do eixo comunidades tradicionais do projeto cidade autoidade que, no Brasil, é coordenado pela Profª Miracy Barbosa Gustin.

Uma questão que penso... Aliás, vou falar sobre três assuntos, mas penso que a questão territorial é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vai ficar legal. Um minuto para cada assunto, são três minutos. Pode chegar a cinco.

A SRª IARA MENEZES LIMA – Certo. Perfeito. Mas a questão territorial é muito importante. O Padre Wallace colocou para nós aqui hoje que os ciganos calons do Espírito Santo querem a terra. Os ciganos calons do Bairro São Gabriel, em Belo Horizonte, que estão lá há mais de 20 anos, também querem a terra! E por causa da... Bom, são questões de ordem política. A gente não pode dizer que é o governo, são questões de ordem política, mas estamos com uma nova rodoviária lá e, para se colocar tudo relacionado com essa nova rodoviária, uma das questões tem sido tirar essa comunidade Calon que está no Bairro São Gabriel há

mais de 20 anos. E eles vão para onde? Então, os ciganos calons do Bairro São Gabriel de Belo Horizonte querem a terra. Se não fossem ciganos, com mais de cinco anos de usucapião, já teriam a terra. Mas é uma questão... Penso, então, que é muito importante que é a questão territorial. Outra é a questão burocrática. Cigano vai procurar trabalho. Qual é o seu endereço? É difícil dar o endereço. Aí, é difícil trabalho. Lá, em Belo Horizonte, essa questão da escola já está até sendo bem resolvida. As crianças estão na escola, várias já têm certidão de nascimento, estão sendo até encaminhadas bem.

Mas forma-se uma associação de ciganos. Aí precisa registrar. Vai no cartório de pessoa jurídica para registrar a associação, não tem CNPJ. Precisa ter endereço; o endereço não serve, é acampamento. Então, a questão burocrática tem que ser repensada em relação à comunidade cigana. É diferente dos não ciganos. Essas realidades têm de ser observadas, porque uma questão burocrática inviabiliza a formalização de uma associação que existe de fato, e não existe de direito porque não tem CNPJ. Aí vai explicar para o funcionário dessa associação, ele não tem como resolver isso. Não tem.

Bom. Colocar nos livros didáticos: cigano é uma etnia que tem que ser respeitada dentro de suas várias especificidades. É o que eu gostaria de registrar aqui hoje, ressaltando principalmente a questão territorial e a burocracia que emperra a formalização muitas vezes de associações e questão de trabalho do povo cigano.

Agradeço à Sr^a Emília – eu a chamei de senhora ao telefone e ela me falou: “Iara, senhora.” – estar aqui hoje. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a professora da Faculdade de Direito da UFMG.

Como nosso tempo já estourou e nós estamos tendo uma sessão do Congresso e eu tenho que votar o veto da briga dos royalties – é uma novela, mas essa não é a questão –, vou pedir, então, que o Dr. Luciano Mariz Maia, que foi um dos mentores desta nossa audiência pública, faça uma fala final, em nome de todos os convidados. De antemão, digo que há o compromisso de todas as propostas a Secretarias dos trabalhos encaminhar aos órgãos competentes.

Passo a palavra agora ao Dr. Luciano Mariz Maia, para que fale em nome de todos os nossos painelistas, devido ao horário. São 12 horas e 25 minutos. V. Ex^a use o tempo que for necessário. Se algum dos convidados entender que alguma coisa ficou sem resposta, naturalmente eu abrirei porque eu acho que é legítimo o direito a fazer esta colocação.

Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Senador, em nome da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e em nome da 6^a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, eu só tenho que agradecer a sua prontíssima aceitação da sugestão. Confesso que a audiência superou inteiramente as minhas expectativas. Não devia ter superado. Aliás, eu não devia ter uma expectativa menor do que aqui se realizou, em razão da imensa credibilidade do seu nome na área, Senador, do seu engajamento na área dos direitos humanos, do seu compromisso histórico, da sua história com essas pessoas que estão aqui.

Todos fizeram referência ao fato das suas lutas anteriores sobre o tema e outros temas e, portanto, esta audiência não poderia ter se realizado em outro espaço e não poderia ter se realizado senão pela sua Presidência. Então, minhas primeiras palavras, portanto, sejam de agradecimento à confiança que V. Ex^a depositou na nossa equipe de organização e na realização deste momento aqui.

Agradecer a todas as organizações de ciganos, dos vários grupos que vieram de tão longe, com tanto sacrifício, com tanta superação e conseguiram passar suas informações, trazer sua experiência, ser empoderados, ter fala, ter assento, ter voz aqui nesta Comissão de Direitos Humanos. (Palmas.)

Agradecer às autoridades que se fizeram presentes e que puderam revelar muito do que já vem sendo feito e mais ainda, muito mais, do que precisa ser feito. A presença de cada um, com sua história e com sua credibilidade.

Esta é uma audiência que ganhou uma singularidade extraordinária pela singularidade de cada um dos que estão aqui presentes. Como desdobramento e encaminhamento prático, quero mencionar que tanto a Comissão de Direitos Humanos terá essa prerrogativa de fazer as devidas recomendações e encaminhamentos como a Procuradoria Federal.

Desde já, antecipo como encaminhamento, é o que a gente chamará de reuniões de segmentos. A Procuradoria terá reuniões de segmento com o MEC e as associações de ciganos, junto nesta audiência, com o Ministério do Trabalho. E a sua figura singularíssima e inspiradora, Prof. Paul Singer, digamos assim, é entusiasmante para todos nós, pela sua história de vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com respeito a todos os convidados, inclusive V. Ex^a....

Para ele, vou puxar uma salva de palmas de novo (Palmas.)

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Silvan me encantou também com sua fala; Macaé, enfim, todos os que falaram aqui antes também. Portanto, digo que,

oportunamente, procurarei a assessoria do Senador para pensarmos, em conjunto, alguns encaminhamentos de recomendações que podem ser feitas e reuniões de segmentos com todos os órgãos que estão aqui, não coletivamente, mas em particular, com cada órgão, articulando com as associações de ciganos essa ida e essa conversa de segmento.

Senador, muitíssimo obrigado pelo seu tempo, pela sua energia, e Deus abençoe todos nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos. Dr. Luciano Mariz Maia, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Só para uma questão de registro, o Sr. Carlos Amaral, da Associação Guiemos Kalon, de Belo Horizonte, justifica aqui a não presença, mas deixou uma série de sugestões também, que vamos socializar entre nós.

Vou ler só a última parte, em que o Sr. Carlos Amaral diz que somente polícias públicas não resolverão, mas disse que são importantes, tanto que ele dá a sugestão, mas ele pede que seja deflagrada uma campanha nacional de respeito ao povo cigano, mostrando ao País como esse povo sofre diariamente. E são brasileiros.

Merece uma salva de palmas. (Palmas.)

Com isso, nós encerramos a nossa audiência pública.

Muito, muito obrigado a todos. (Palmas.)

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia treze de dezembro de dois mil e doze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: **Paulo Paim** e **Ana Rita**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e senhoras Senadoras. O Senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 138 de 2012 – CDH, aprovado em 19/11/2012, de autoria do Senador **Paulo Paim**, para debater “as denúncias de crimes e violação de direitos humanos contra tripu-

lantes e passageiros de navios de cruzeiros internacionais”. Convidados: Eduardo Antunes Parmeggiani, Vice Procurador-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho – MPT; Luciano Pasini Ponce Judice, Diretor de Assistência Jurídica e Previdência Social – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos – CONTTMAF; Luiz Alves Netto, Presidente – Sindicato Nacional dos Enfermeiros da Marinha Mercante; José Américo Gonçalves Pessanha, Diretor Presidente – Sindicato Nacional dos Taifeiros, Culinários e Panificadores Marítimos; José Godolphim, Irmão de Camila Peixoto Bandeira – Tripulante Assassinada no navio Música da MSC; Ricardo Leite G. Ponzi, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviários e Afins – FNTTAA; Rosângela Bandeira de Oliveira, mãe de Camila Peixoto Bandeira – Tripulante Assassinada no navio Música da MSC; Rinaldo Gonçalves de Almeida, Auditor Fiscal do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego – TEM (representante do Sr. Min. Carlos Daut Brizola); Marcelo Santa Cruz de Freitas Ferraz, Diplomata da Divisão de Assistência Consular – Ministério das Relações Exteriores – MRE (representante do Sr. Min. Antonio de Aguiar Patriota). Faz uso da palavra o senhor Senador **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 138, de 2012, da CDH, aprovado em 19/11/2012, de autoria deste Senador e de outros, com o objetivo de debater denúncias de crimes e de violação de direitos humanos contra tripulantes e passageiros de navios de cruzeiros.

Convidados já presentes: José Godolphim, irmão de Camilla Peixoto Bandeira, tripulante assassinada no navio Musica, da MSC; Marcelo Santa Cruz de Freitas Ferraz, Diplomata da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, em representação ao Ministro Antonio Patriota; Rinaldo Gonçalves de Almeida, Auditor Fiscal do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho, em representação ao Ministro Carlos Daudt Brizola.

Entre os convidados, eu estou citando aqueles que já estão presentes aqui conosco.

Eu gostaria de então, de imediato, para iniciar os trabalhos, convidar para a Mesa o Sr. José Godolphim, irmão de Camilla Peixoto Bandeira, tripulante assassinada no navio Musica, da MSC. (Palmas.) Seja bem-vindo à Comissão de Direitos Humanos.

Convidamos Marcelo Santa Cruz de Freitas Ferraz, Diplomata da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, que aqui representa o Ministro Antonio Patriota. (Palmas.) Obrigado pela presença, Diplomata Marcelo.

Todos que estão presentes até o momento serão chamados. Agora, o Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida, Auditor Fiscal do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho, em representação ao Ministro Carlos Daudt Brizola. (Palmas.)

Eu vou fazer uma pequena introdução, para que aqueles que estiverem assistindo pela TV digital Canal 51.3 e pela Internet à nossa TV Senado, que vai depois também ser reproduzida, possam saber um dos motivos ou alguns dos motivos que nos levaram a esta audiência pública.

Eu não sei se está aí o senhor, aquele... Alexandre, está aqui. Agora eu vou retirar o “senhor aquele” e vou dizer aquele menino militante dos movimentos populares da minha base lá do Sindicato de Metalúrgicos de Canoas. Eu era presidente e ele era um dos mais rebeldes da minha base. Se eu sou rebelde aqui no Senado, ele era rebelde vezes dois. E isso me ajudava a corresponder ainda mais à minha atividade como presidente do Sindicato. Não que ele fosse oposição, ele cobrava tudo mesmo, e eu sempre o respeitei e respeito até hoje pela posição muito firme de querer o certo, o correto e o adequado para os trabalhadores.

Então, tenho bela lembrança da sua história conosco lá nos metalúrgicos de Canoas. E hoje você passa por este momento tão difícil e naturalmente vai fazer uso da palavra na segunda Mesa, relatando os fatos.

Mas, enfim, meus amigos e minhas amigas que estão aqui no plenário e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater as denúncias de crimes e violação de direitos humanos contra tripulan-

tes e passageiros de navios de cruzeiros. Aqui está “cruzeiro internacional”, mas eu acho qualquer tipo de atividade de navio poderá ser comentada.

A audiência foi requerida pela Organização de Vítimas dos Cruzeiros e motivada por inúmeros casos de vítimas brasileiras que embarcam nos navios pelos oceanos, enfim, e que hoje terão oportunidade de relatar o que está acontecendo.

Dados da Associação Internacional de Vítimas de Cruzeiros, composta por vítimas de crimes em navios de cruzeiro, familiares e amigos de vitimados, mostram que, em 2010, aproximadamente 14,5 milhões de pessoas realizaram cruzeiros em todo o mundo. A estimativa é de que o número chegue a 20 milhões nos próximos anos. Nesse sentido, o que nos preocupa é o fato de que o setor de cruzeiros não é regulamentado. Não há garantia dos direitos daqueles que nele trabalham. Não são raros os casos de todo tipo de violação de direitos individuais, sociais, trabalhistas, humanos dos trabalhadores.

Aos passageiros também não são asseguradas as garantias no trajeto percorrido pelos mares. Além disso, não são poucas as denúncias sobre as condições de tratamento degradantes e o não cumprimento de normas trabalhistas previstas na legislação brasileira. A remuneração baixa e uma jornada de trabalho que ultrapassa 14 horas também são questionadas pela Organização de Vítimas de Cruzeiros.

Há denúncias, dentre outras, de assédio moral e sexual a bordo dos navios. E temos denúncias outras que vão na linha da situação que o meu colega e amigo vai aqui relatar depois, da situação em que foi envolvida a sua filha, que está presa na Espanha.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater as maneiras que poderão pôr fim aos problemas que atingem o nosso povo nesse setor, na forma mais ampla possível, sempre na linha dos direitos humanos.

Convidamos também para a Mesa, então, o Sr. Eduardo Antunes Parmeggiani, Vice-Procurador-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, em representação ao Procurador Luís Antônio Camargo de Melo. (Palmas.)

Eu só não entendi por que a pessoa que foi a primeira a me procurar para iniciar este debate está presente e não está na Mesa. Assessoria, o que aconteceu? É o meu jovem amigo ali. Ele não está aqui na lista?

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

Tudo iniciou com esse jovem ao seu lado, Roberto. (Pausa.)

Vamos então para os nossos convidados. É claro que tinha que haver uma explicação, porque eu falo tanto nesse seu caso e comentei-o da tribuna, inclusive.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Alexandre, você vai acompanhar. Mas se, ao longo da nossa audiência, você entender que quer fazer algum tipo de depoimento, nem que seja nessa linha, digamos, de elogio à Diplomacia brasileira – que é do mais alto nível, ninguém tem dúvida quanto a isso –, você pode fazê-lo desse microfone à sua frente.

Quem é que ia apresentar um vídeo?

Então vamos começar com o Dr. José Godolphim, irmão de Camilla Peixoto Bandeira, tripulante assassinada no navio Musica da MSC. Parece que há um problema no áudio, mas nós deixaremos o vídeo correndo, porque as imagens ajudam a ilustrar. E você vai usando o seu tempo, que é de 10 minutos, com mais 5 e mais 5, se necessário.

Com a palavra o Dr. José Godolphim.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– Primeiramente, bom dia. Obrigado pela presença de todos. Obrigado pela oportunidade, Senador Paim, porque, infelizmente, nós sofremos uma censura implícita neste País, a censura financeira, a censura monetária. Nós já tentamos diversas vezes contato com mídias, principalmente televisivas, e não sai nada, porque praticamente todas elas têm contratos comerciais com empresas de cruzeiros. Então, não fica bem para parceiros comerciais apresentarem notícias que denigram a imagem da sua empresa.

Infelizmente, nós estamos aqui todos unidos pela dor. A dor de perder um irmão, uma irmã, uma filha, um amigo. A dor da humilhação. Eu acho que ninguém, no século XXI, pode ser tratado como lixo, pode ser tratado como carga, pode ser tratado como escravo, principalmente. E, pior ainda, ser tratado assim por ser brasileiro. Nós somos a quinta economia do mundo, gente. Como a gente ainda aceita isso? Como a gente aceita europeu, italiano, espanhol chamar a gente de promíscuo, de safado, de vagabundo e dizer que a gente não gosta de trabalhar só porque somos brasileiros? E é assim que todo tripulante brasileiro é tratado.

A lei internacional, o que já é um absurdo, prevê trabalhos de 11 horas diárias, sem folga. Isso, por si só, já é uma desumanidade. Nenhum brasileiro regulamentado trabalha essa carga horária. E as pessoas acham normal. Se você disser, num navio de cruzeiro, que você está doente, eles vão te dar um remedinho para dor e vão falar que você tem que trabalhar. Eu tenho fotos aqui de pessoas com braço engessado, com braço paralisado e carregando coisas pesadas,

porque não deixam... Você tem que trabalhar de qualquer forma.

Nos últimos 10 anos, 48.578 pessoas se contaminaram em navios, por qualquer tipo de doença. Nós vamos ver – tem um vídeo na frente – como é a cozinha de um navio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Só para repetir o número: contaminaram-se quase 50 mil pessoas, em 10 anos?

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– Quase 50 mil pessoas, em dez anos, no mundo todo.

Nesse vídeo, tem fotos, tem vídeos da cozinha, mostrando como é uma cozinha de cruzeiro, como eles fazem para despejar o lixo num cruzeiro, jogando o lixo na nossa costa. E ninguém faz nada!

Navios encalhados que tiveram, por causa disso, o cruzeiro encerrado: 71, em 10 anos. Incidentes relatados, de qualquer natureza, sem ser violência sexual, homicídio, sem ser qualquer caso de que resulte morte: 326 casos. Pessoas que desapareceram por caíram no mar, em 10 anos, 171 pessoas. Resgatadas com vida, apenas 28. A violência sexual é um problema que, até pela natureza, muitos não relatam, porque não deve ser nem um pouco agradável. Mas, de 1998 até 2012, 127 mil pessoas sofreram violência sexual num navio de cruzeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual o período?

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– De 1998 a 2012.

De tudo que estou apresentando aqui eu fiz dez cópias, em CDs, que vão ser entregues a quem se interessar. Então, eu estou passando isso aqui meio rápido, mas está tudo ali.

Morreram a bordo, em 10 anos, 196 pessoas. Isso vai aumentando absurdamente de 3 anos para cá. Detalhe: no dia 26 de novembro começou a temporada brasileira deste ano, 2012/2013. Até o dia 9 de dezembro, um passageiro chamado Gabriel Campos Moura, de 23 anos, a bordo do navio da Pullmantur Imperatriz, caiu de uma área desprotegida do 11º andar. Está internado no Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, com traumatismo craniano. Seu estado é grave. No dia 9 de dezembro, a bordo do MSC Fantasia, o empresário Teobaldo Perelo, da Bahia, de Ilhéus, caiu do oitavo andar e morreu. Em 15 dias, já houve um óbito e um acidente grave. O que mais vai acontecer até março?

Essas são só as vítimas brasileiras.

Aline Mion. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor pode ir comentando, porque a TV não tem como...

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– É verdade.

Essa menina sofria de um problema de paralisia. Os relatos que temos são de que ela comeu alguma coisa no navio, se sentiu mal e morreu. Até agora, nós não temos informação do que aconteceu depois.

Esta é minha irmã, Camilla Peixoto Bandeira, que foi assassinada no dia 10 de janeiro de 2010, no MSC Musica, pelo seu namorado Bruno de Souza Bicalho Vale Ricardo. Ele forjou um suicídio. Não posso me delongar muito, mas vai fazer 3 anos no dia 10 de janeiro. Ele foi indiciado formalmente, não foi preso. Nada disso foi relatado. Foram apreendidos novos documentos dele pela Polícia Federal de Minas Gerais, porque ele tirou novos documentos com nome de solteiro, não sei com que finalidade. Ele está vendo a luz do dia todo dia e minha irmã está morta. Não tem mais muita coisa que falar.

Clony era uma passageira de 74 anos. Uns dizem que ela sofria de problemas cardíacos. Outros dizem que ela chegou ao posto de médico do navio, onde deram um remedinho para ela – esses remedinhos que normalmente não dão certo –, e ela morreu.

Esse é um brasileiro que morreu fora do País. Parece que ele bebeu demais na noite anterior – pelo menos é isso que diz a empresa –, debruçou-se no deque do navio, caiu e morreu. É um pouquinho esquisito, mas tudo bem.

Diego Mendes. Esse menino era passageiro, estava no navio da Pullmantur. A empresa diz que ele comeu um camarão estragado fora do navio, teve uma intoxicação alimentar e morreu. Detalhe: ele só saiu 1 dia do navio e ficou 7 dias dentro.

Fabiana. Ela era uma tripulante da MSC Armonia. A irmã dela vai se aprofundar mais nesse caso, mas, resumindo, ela estava doente, pediu para o médico do navio para tratá-la – só um detalhe: tripulante só pode ser atendido de 9 às 10 horas da manhã; fora desse horário, nenhum tripulante é atendido no posto médico. Ela estava passando mal e o médico deu, primeiro, um remédio para dor; como ela não melhorou, ele aplicou benzetacil nela. Passados 2 dias, o navio aportou no porto de Rio de Janeiro, ela pediu para desembarcar para procurar outro médico, foi proibida e seguiu viagem. Deu uma alergia nela, ela começou a ficar toda inchada. Uma semana depois, largaram-na no Hospital Ana Costa, em Santos – literalmente largaram, porque nem fizeram a entrada dela no hospital. Alguns dias depois, ela morreu. Só a tiraram do navio para ela não morrer lá dentro, porque seria muito pior para a empresa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode usar o som. Não precisa falar seu nome, mas... Aperta o botão e vai ficar verde.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A mãe e a irmã da Fabiana estão aqui presentes.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO
– Elas vão falar, depois, do caso da Fabiana.

Esse daí foi o primeiro caso mais conhecido. A menina, com 20 anos, foi fazer um cruzeiro, bebeu um pouquinho demais, e aí a empresa diz que ela morreu, porque se afogou no vômito. Só que o tratamento foi totalmente errado, tanto é que o padrao dela, que é um belo advogado, conseguiu indiciamento da médica que a atendeu por homicídio culposo.

Esse rapaz estava no Musica, saiu numa escuna e desapareceu. Só foram perceber a falta dele 2 dias depois.

Laís, o caso mais recente com que temos contato. A empresa disse que ela se suicidou – eles adoraram um suicídio; para eles, todo mundo se suicida. Ela caiu no mar, nunca foi encontrada. E a empresa acha que também é normal. Ela se matou e está bom. O inquérito foi encerrado na Itália, só que o Dr. Vicente Cascione, que infelizmente não está aqui, conseguiu a reabertura do caso na justiça italiana.

Esse rapaz era um cabeleireiro do navio Costa Europa, que estava atracado no Egito. Houve algum problema na... O navio bateu em alguma coisa que nem eles falam o que era, e morreram três: ele e mais dois. Nem o corpo dele a empresa quis trazer.

Essa senhora passou mal. Em 58 anos, ela nunca teve problema cardíaco. Ela passou mal e morreu, e a empresa diz que foi problema cardíaco, mas ela nunca teve problema cardíaco.

Esse é o caso mais recente, ocorrido no dia 9. O Sr. Teobaldo Perelo estava no MSC Fantasia, que a Xuxa batizou há poucos dias – diga-se de passagem, “Ô pé frio, Xuxa”. No primeiro dia no navio ou no segundo – acho que foi no segundo –, ele passou mal, caiu da varanda dele e morreu. A empresa diz o quê? Foi problema cardíaco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A princípio, suicídio.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO
– Ainda houve isso. A princípio, é suicídio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Levantou-se a hipótese de suicídio.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – Esses são relatos que tripulantes me mandam de como é o trabalho deles. Eles não têm proteção nenhuma.

Ali está um rapaz arrancando o tapete de um deck inteiro – o deck de um navio é uma coisa absurdamente grande – de chinelo e com uma luvinha de lã

dele. Do lado, eles estão limpando cadeiras do lado de fora. Aquilo ali é material químico, e um deles, inclusive, está sem camisa, sem luva. Proteção nem pensar!

Essas são fotos de horário de trabalho. Eles são obrigados a assinar horário de trabalho em branco. A lei internacional prevê 11 horas, mas, em média, eles trabalham de 13 a 15 horas e, quando chegam à cabine, ainda são obrigados a limpá-la. Há trabalhos que não são taxados como hora de trabalho, como o trabalho externo de limpar deck, limpar restaurante, limpar bar etc. Isso não entra no horário de trabalho, ou seja, eles trabalham 11, 12, 13, 15 horas e ainda precisam limpar, sem considerar horário de trabalho. Eles não recebem para isso.

Mesmo com essas lesões, eles são obrigados a trabalhar. A pessoa está quase curvada carregando uma bandeja daquela; o outro com o braço enfaixado carregando a bandeja; o outro com o dedo engessado; o outro com o pé totalmente inchado. Eles são obrigados a trabalhar da forma que estiverem.

Essas são fotos da cozinha de um navio. O lixo está próximo da comida. Aquilo ali é a comida de um tripulante que ele me passou, dizendo que estava tudo azedo, tudo estragado. Aquela ali é a bandeja que eles usam para servir os passageiros. Se você vir de perto, ela não está nem um pouco legal. A última foto não ficou muito clara, mas aquilo ali foi um incêndio que ocorreu na cozinha, mas a pessoa só conseguiu tirar foto da fumaça.

Essa aqui é outra parte: é o que achamos que seria necessário para proteger passageiros e tripulantes brasileiros.

Agora, eu acho que seria uma boa eu mostrar o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Podemos mostrar o vídeo, mas parece que não há áudio.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – Só a primeira parte, porque eu fiz uma compilação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por mim, poderia passar o vídeo, mas me disseram que... Aqui nada é censurado. Fique tranquilo quanto a isso, até porque, se você não tiver espaço aqui, na Comissão de Direitos Humanos, você vai se perguntar: onde eu vou ter, então?

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – Não vou ter em lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O problema é que parece que...

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – A primeira parte está sem som.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, tudo bem. Vamos lá. Você pode orientá-lo. Pode passar o vídeo, e você comenta na falta do som.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – Esse menino é um tripulante do navio Soberano, se eu não me engano, da Pullmantur. Ele está mostrando como é o trabalho deles, como são as condições de vida deles. Esse foi o último dia antes de ele desembarcar. Era final de temporada, e o navio já estava praticamente vazio. Ele vai mostrar a realidade não só dele, mas também de todos que estavam ali.

O som está baixo, mas dá para ouvir.

Em alguns momentos, é possível ouvir o que ele fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ponham no volume máximo que puder, pois, segundo o José aqui, dá para ouvir alguma coisa.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – Se não me engano, ele vai mostrar um dos banheiros, vários banheiros dos tripulantes dele... Esse é o chuveiro onde eles tomam banho. Acho que nem banheiro de botequim é assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é dentro do navio.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – Não é botequim de esquina, não. Isso é um transatlântico.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – Agora, como é que vigilância sanitária aprova isso? Como é que Anvisa libera um navio desse?

Mais à frente, ele vai mostrar a comida que eles comem.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Ana Rita está aqui conosco e é Vice-Presidente desta Comissão. Há uma reunião nesta manhã da bancada. Eu não poderei naturalmente estar lá. Ela me representará lá. Ela só não fica aqui porque deve ir para lá exercer dois papéis: me representar e dar no caso o seu depoimento e os votos.

Uma salva de palmas à Senadora. (Palmas.)

Podem saber que ela é uma lutadora e está do nosso lado.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora coordena a CPI da Violência contra a Mulher. Aqui nós temos alguns casos, com certeza. A

própria irmã dele foi assassinada. E temos uma jovem presa na Espanha, o que para mim é ato de violência. Só como exemplo. Ela pede, então, se o vídeo pode ficar. Eu passo para ela, pois vai para a CPML.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– Tenho cópias. Eu tenho 10 cópias disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fica assegurado que eu te passo uma cópia do vídeo.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Está certo. Obrigada. Boa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quer fazer um comentário, faça, enquanto vai passando o vídeo. Pega ali, aperta no verde.

O SR. PAULO CÉZAR CLAUDINO LINDOTE SANTANA – Eu acho que esse navio, quando aportar nos nossos portos, fazer uma comissão tripartite, porque nós somos sindicato de aquaviários, de marítimos, nós sabemos todos os compartimentos do navio. Eu acho que a Anvisa não vai onde o senhor mostrou, e nós sabemos, eu sou marítimo. Fazer uma comissão tripartite, sindicatos, federações, Polícia Federal, Anvisa, e ir, cada um que chegar aos portos brasileiros.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO
– Concordo.

O SR. PAULO CÉZAR CLAUDINO LINDOTE SANTANA – Porque aí eu acho que será bonito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica já uma sugestão no encaminhamento que nós faremos no final da audiência pública.

O SR. PAULO CÉZAR CLAUDINO LINDOTE SANTANA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É importante, quando qualquer companheiro do Plenário usar da palavra, sempre é bom se identificar. (Palmas.)

O SR. PAULO CÉZAR CLAUDINO LINDOTE SANTANA – Sou Paulo Cezar Claudino Lindote Santana, Presidente do Sindfogo, Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços de Máquina, sindicato mais antigo da marinha mercante. Cento e nove anos de existência. E Diretor Financeiro da FNTTAA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Nós vamos encaminhar a audiência da seguinte forma. O vídeo, você vai apresentando até o momento que você entenda adequado, porque já mostrou as barbaridades que existem. Depois que a Mesa falar, eu vou abrir a palavra ao Plenário, senão nós

vamos adiantar o momento adequado do debate. Mas todos terão direito à palavra, sem nenhum problema.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– Está no finalzinho desse vídeo. Os próximos são vídeos mostrando o dia a dia, alguns relatos dos tripulantes. Há um que me chocou muito porque mostra ele jogando lixo nas nossas águas e mostra exatamente onde foi jogado, pelo GPS do navio, besouro. E é com isso que as pessoas gastam um dinheiro bem grande, desse jeito.

Os tripulantes saem em busca de sonhos. Esse aí é o caso das meninas com escabiose, na Itália.

Não, esse é um hospital público na Itália, onde elas são largadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está mais com cara até de uma novela, onde a gente está vendo aí que as moças são raptadas no Brasil e jogadas para exploração sexual. Está com essa cara o que a gente viu nessa imagem. Quer dizer, não é ficção, o fato é real.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO
– Não, isso é realidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E dentro de um hospital.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO
– Esse hospital é em Trieste, na Itália. Sangue no chão. Elas ficaram aí dois dias, sem ninguém, largadas, sem as coisas delas, só comendo pizza. E o pior: quando ficaram boas, não deixaram elas voltarem para o navio. Na sequência desse vídeo, mostra elas tentando entrar, eles proibiram e as bagagens delas já estavam do lado de fora. Agora, como é que elas voltaram para casa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fiquei curioso: como elas voltaram?

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quer dizer, isso é real mesmo. Não é filme nem ficção. O que dá a impressão é que a gente não quer acreditar que isso aí seja fato.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E mesmo depois da denúncia, não foram indenizadas, nada, por todo o assédio? Isso é assédio moral, sexual, feriu os direitos humanos. É crime.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – Não, e o engraçado foi o comentário do chefe dela, do Staff Capitain, de que elas pegaram escabiose porque são brasileiras promíscuas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Brincadeira!

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– Isso aí não fomos nós que filmamos, não. Foram os próprios tripulantes, que mandaram para a gente através do site.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– A resposta de por que tem sempre gente doente no navio. É isso aí.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Das 6hs da manhã, pelo o que ouvi, e saindo às 2hs!

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– Ele só dormiu de 2hs às 6hs da manhã.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Brincadeira!

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

Como é que em uma indústria desse tamanho a carga horária é feita na mão, diariamente? Se o seu chefe não for com a sua cara, você vai trabalhar 25 horas por dia. É tudo feito em planilha de mão, e o seu chefe escolhe o que você vai fazer, a hora que você vai fazer, quanto tempo você vai fazer, e acabou.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí vem a história de que muitos empresários não querem a iniciativa do Ministério do Trabalho na história do relógio, do ponto eletrônico. Temos que pensar nisso.

Ponto eletrônico – depois o representante do Ministério vai falar – nos navios. Documento que comprove.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– Na nossa solicitação eu peço.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Isso só reforça o ponto eletrônico, e o meu relatório... Eu já fiz o relatório. Está pronto e divulgado. Só reforça a tese do Ministério e a minha posição.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI

– Senador, só uma observação.

Senador Paim, uma observação.

Sou Ricardo Ponzi, Presidente da Federação Nacional dos Aquaviários.

Depois, mais detalhadamente, nós podemos falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na exposição que você pretende fazer como convidado.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – Em relação à fiscalização, o Brasil é signatário da Conven-

ção 147, que permite a fiscalização do país do porto – no caso o Brasil – fiscalizar todos os navios estrangeiros, sejam eles signatários ou não das convenções. Então, isso...

Depois vamos falar mais detalhadamente sobre isso, quais os mecanismos que nós podemos adotar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – Inclusive, estendendo-me um pouquinho nesse ponto, a nossa proposta é a de que a proteção de brasileiros valha tanto no Brasil quanto fora do Brasil. Por quê? Porque temos um princípio, na nossa Constituição, de que direitos e garantias individuais são cláusulas pétreas, ou seja, estão acima de qualquer ato, convenção ou tratado internacional de que o Brasil seja signatário ou não. Então, temos obrigação de proteger os nossos, estejam eles onde estiverem.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– Esse garoto que mandou o vídeo descobriram ele fumando e bateram nele. Esse foi um dia em que ele estava fumando escondido. Quando pegou, ele já pegou no final, mas dá para ver o pessoal jogando lixo pela janela do navio. No dia seguinte, ele foi lá de novo e já havia pilhas de lixo, de novo, para serem jogadas fora. Ele, inclusive, filmou o GPS do navio o local exato onde eles jogaram o lixo no mar.

(Continua a exibição do vídeo.)

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – Ou seja, a indústria de cruzeiros rasga a nossa Constituição todos os dias.

Pontinhos pretos no chão... Isso não é sujeira; é besouro.

(Continua a exibição do vídeo.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, posso dar uma palavra? Será que esse navio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só estou com uma preocupação: diversos pediram a palavra, e, se eu conceder a palavra para um, vou ter de concedê-la para todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Talvez, o ideal seria, já que está no fim agora, que terminasse a apresentação do vídeo e que os convidados falassem. Assim, vocês poderão comentar o que viram, se quiserem.

Como o áudio não está bom, o vídeo pode continuar correndo durante toda a audiência, só o vídeo sem o som. Está o.k.? Faremos isso para manter aqui uma isonomia total.

O vídeo já está no fim, o mais importante já se mostrou.

Então, vamos bater palmas para o vídeo, que, primeiro, foi ousado, corajoso. (Palmas.)

Nossa solidariedade ao rapaz que foi espancado, conforme me informou aqui o Sr. José. Percebemos que ele estava filmando. Ele deve ter...

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– E, hoje em dia, ele processa a empresa. Se não me engano, foi em Pernambuco que jogaram esse lixo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A minha proposta é a de que nós voltemos agora, deixando correr o vídeo, ao qual os senhores, se quiserem, podem assistir, sem prejuízo da fala de cada um dos nossos convidados.

Meus cumprimentos e uma salva de palmas para José Godolphim. (Palmas.)

Ele é irmão de Camilla Peixoto, tripulante assassinada no navio, conforme ele discorreu.

Agora, vou passar a palavra, por um acerto feito na Mesa, até porque alguns têm de sair – depois, faremos outras Mesas –, ao Sr. Eduardo Antunes Parmeggiani, Vice-Procurador-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, em representação ao Procurador-Geral, Luiz Antônio Camargo de Melo.

O SR. EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI –

Bom dia a todos!

Muito obrigado pela oportunidade.

Eu queria dizer que nós, do Ministério Público do Trabalho, temos um trabalho desenvolvido em relação aos navios de cruzeiro, juntamente com o Ministério do Trabalho e Emprego. O Rinaldo está sempre presente nessas nossas ações.

Quero relatar um pouco para vocês como é que isso ocorreu.

No ano de 2010, nós fizemos um trabalho com todas as empresas de navios de cruzeiro e logramos firmar com essas empresas de navios de cruzeiro um Termo de Ajustamento de Conduta, para tentar minimamente adequar a conduta dessas empresas à legislação brasileira. A primeira providência que nós pedimos que elas tomassem foi a de manter um mínimo de tripulantes brasileiros, 25% da tripulação, durante a temporada na costa brasileira, que ocorre mais ou menos de novembro a fevereiro.

A parte boa que desde logo se ressaltou foi que a experiência com esses tripulantes brasileiros deu muito certo. As empresas, a partir daí, passaram não só a contratar os tripulantes brasileiros para a temporada no Brasil, como também levaram esses tripulantes para a temporada europeia. Isso vem demonstrar que os trabalhadores brasileiros são de alto nível, são muito bem-preparados, tanto que essas empresas os

estão levando para prestar serviços também no exterior. Esse é o dado bom dessa experiência com os navios de cruzeiro.

A partir daí, então, durante a temporada na costa brasileira, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, com a Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário, do Ministério do Trabalho e Emprego, nós fazemos a verificação do cumprimento da legislação brasileira e, mais especificamente, desses Termos de Ajuste de Conduta que foram firmados.

A gente pode constatar – o Rinaldo até tem mais dados do que eu e pode detalhar mais – o que já apareceu nesse vídeo. A jornada de trabalho é excessiva, desumana. As condições oferecidas para os tripulantes a bordo são muito precárias. Há desrespeito no trato dado a esses tripulantes. Os tripulantes são obrigados a trabalhar seja como for. Se ele diz que está doente, ele toma um remedinho, uma Aspirina, e segue trabalhando. Mas o difícil, tanto para nós, do Ministério Público, como para os da fiscalização, é flagramos essas situações. Há o relato dos tripulantes, mas é difícil para nós termos uma prova dessas atitudes, para que possamos processar as empresas e lhes impor multas. O que a gente continua fazendo é a fiscalização das condições de trabalho em geral. Naquilo que conseguimos obter a prova, impõem-se multas, e se processam as empresas.

Creio que há muito que melhorar nas condições de trabalho e acho que esse tipo de turismo é enganoso. É enganoso o incentivo que se dá até por parte do Governo brasileiro a esse tipo de turismo, porque se traz grande quantidade de turistas para o País, mas, como isso é feito através de navios de cruzeiro, retira-se o turista que vai para hotéis e para restaurantes, que permanece mais tempo no País e que gasta mais em terra. Nesse caso, ele gasta a bordo do navio. Então, acho enganoso, como resultado até de trazer divisas para o País, esse tipo de turismo.

Fico à disposição, Senador. Acho até que o Rinaldo tem mais dados do que eu para apresentar sobre as fiscalizações.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem! Esse foi o Vice-Procurador-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, Dr. Eduardo Antunes Parmeggiani, que deu sua contribuição e que também demonstrou suas preocupações.

Passamos a palavra, agora, ao Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida, Auditor Fiscal do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho, que aqui representa o Ministro Carlos Daudt Brizola.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA –

Bom dia, Sr. Presidente!

Bom dia a todos os presentes e a todas as presentes!

Em primeiro lugar, eu gostaria de, em nome do Ministério, do Ministro e da Secretaria de Inspeção do Trabalho, agradecer o convite da Comissão de Direitos Humanos. Eu o acho extremamente oportuno, porque, como o Dr. Parmeggiani já falou, a gente tenta envolver o maior número possível de órgãos do Estado brasileiro. E o envolvimento do Senado e do Congresso é importantíssimo. Cada um vai dar sua colaboração no sentido da melhoria das condições dadas a esses trabalhadores.

Vou me apresentar rapidamente. Eu, aqui, represento uma área dentro da Secretaria de Inspeção do Trabalho, que é a Coordenação Nacional de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário. Então, dentro da SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho –, há um setor que, há vários anos, desde 1995, cuida especificamente de portos e de aquaviários. Daí nossa relação muito próxima com a Federação dos Aquaviários e com entidades como o Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante. Daí a nossa relação com o próprio Procurador Parmeggiani, que também já integrou a Coordenação Nacional. O próprio Ministério Público do Trabalho tem também se voltado para esse setor, que é um setor muito específico. Então, se você não treinar inspetores do trabalho e auditores para essa área, com essa complexidade que foi dita, a possibilidade de a gente, de fato, interferir nesse ambiente de trabalho fica muito restrita.

Atualmente, estou nessa função. Então, o que vou falar aqui não é especificamente uma experiência minha, mas é o relato e a consolidação da experiência de todos os auditores fiscais do trabalho que, nos diversos portos brasileiros, têm atuado no setor de navios de cruzeiro.

Como já foi dito, existem, dentro do Governo, áreas que incentivam fortemente alguns Ministérios a relatarem aspectos positivos do setor. Nós, do Ministério do Trabalho, reconhecemos que é um setor que gera trabalho. Atualmente, não tem gerado emprego, porque todo mundo lá não tem mais carteira de trabalho. No passado, parte da tripulação tinha carteira de trabalho. Eles migraram totalmente para contratos no exterior. Isso gera, em alguns casos, carreiras. Algumas pessoas se adaptam a esse ambiente de trabalho e passam lá alguns anos, e a gente, do Ministério do Trabalho, reconhece que, para algumas pessoas, isso pode ser positivo. Todavia, não aceitamos, em hipótese alguma, qualquer violação de direitos humanos em qualquer setor.

Esse setor, em particular, é um setor que, nesse contexto, nos traz muita preocupação, porque temos

algumas limitações legislativas. O companheiro Ponzi comentou que são limitações relativas, mas são grandes limitações para a nossa atuação. Por quê? Porque são navios de bandeira estrangeira. Então, normalmente, a legislação social, a legislação trabalhista, é a legislação do país onde o barco ou o navio foi registrado. Então, esses navios que estão aqui são registrados, algumas vezes, nas Filipinas e em outros países, e, portanto, a legislação laboral e social deles é a legislação desses países.

Quais as legislações que podemos utilizar para atuar na fiscalização de aspectos laborais? São, principalmente, duas. Uma delas é uma convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Como foi dito, o Brasil ratifica essa convenção. Então, com base nessa convenção, quando há denúncias ou algum indício forte de irregularidade, temos o direito de entrar numa área que, em tese, seria da soberania de outro país. Baseados nessa convenção, podemos fazer e temos feito isso.

(Soa a campanha.)

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA

– Mas esse é um respaldo restrito. Por quê? Porque não podemos autuar, e essa é a nossa sanção mais forte. Normalmente, a nossa atuação mais firme se dá no sentido de que, se percebemos e identificamos condições extremamente prejudiciais à saúde dos tripulantes, temos o poder, como diz a convenção, de tomar medidas, buscando sanar essas irregularidades.

Então, quando há uma denúncia, vamos a bordo. E não adianta apresentar para o Ministério do Trabalho planilhas e documentos, porque a gente vai conversar com os tripulantes. A gente pede que não esteja presente nenhum oficial do barco. A gente conversa com um, conversa com outro, conversa em separado, e aí, na conversa, quando a condição é ruim, as pessoas perdem um pouco o medo que têm de serem perseguidas, de serem mandadas embora. E a gente também sabe como conduzir essas entrevistas e chega a identificar os problemas.

A questão mais problemática é que a convenção não nos dá elementos, mesmo quando constatamos alguma irregularidade, para avançarmos no sentido de garantir a melhoria dessas condições.

Qual o outro marco legal que nos ajuda nesse trabalho? É a Resolução Normativa nº 71, do Conselho Nacional de Imigração. Esses navios, apesar de terem bandeira no exterior, não estão no que a gente considera longo curso, como é o caso do navio que sai da Europa, vem aqui com seus turistas, para um dia no Rio de Janeiro e vai para outro país. Eles estão aqui no que é considerado como cabotagem, ficando aqui

durante três, quatro, cinco meses. Nesse contexto, os navios, apesar de terem bandeira de outro país, têm de se submeter a algumas condições, principalmente, imigratórias.

Então, o Conselho Nacional de Imigração, do qual o representante do Sindmar que está aqui, Odilon Braga, é membro, representando a bancada de trabalhadores, é um Conselho tripartite. Lá há nove Ministérios, cinco centrais sindicais, cinco confederações patronais. Ali se dá um debate bastante amplo. O Ministério do Turismo está presente, bem como o Ministério do Desenvolvimento Econômico, Ministérios que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me fazer uma perguntinha, só para ajudar a enriquecer o debate.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um vídeo como esse foi passado lá? Foi mostrado tudo isso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Não, não foi passado ainda, não. Esse vídeo não foi passado lá, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu recomendaria, já que há dez cópias, que esse vídeo fosse passado lá. (Palmas.)

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos abrir a palavra para o plenário num segundo momento. Vocês vão ter de aguardar um pouco, mas não se preocupem, que todos vão falar. Eu só quis dar uma sugestão.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Isso é extremamente oportuno, inclusive no sentido de se dar um encaminhamento. O Conselho Nacional de Imigração funciona sob a Presidência do Ministério do Trabalho, do indicado do Ministério do Trabalho, o Presidente é o Dr. Paulo Sérgio de Almeida, que é Auditor Fiscal do Trabalho, atual Diretor do departamento. Eu sou suplente dele no Conselho. Como Coordenador Nacional, meu papel é o de trazer as informações de quem está fiscalizando na ponta para o debate dentro do Conselho Nacional de Imigração. É um debate que a Confederação Nacional do Comércio, que é quem normalmente defende os interesses do setor... E, mesmo as confederações, elas se posicionam no sentido de que a atividade é importante, deve haver, mas não é admissível violação de direitos humanos.

Então, essa ida da associação – eu não sabia que havia uma associação que defende os interesses dos tripulantes –, acho que é extremamente legítima. Que seja encaminhado um ofício ao Presidente do

Conselho Nacional de Imigração no sentido de fazer lá uma fala e colocá-la na pauta. Nós temos encontros mensais. O encontro de dezembro foi ontem. Inclusive, por isso, coincidiu de eu estar aqui.

Mas, então, no caso, voltando à questão da resolução normativa do Conselho, ela foi criada em 2006. E o que ela diz? Foi essa resolução que determinou que 25% dos tripulantes das embarcações de cruzeiros, quando ficarem no Brasil por mais de 30 dias, têm que ser de brasileiros. O entendimento era: “Vocês vêm ao Brasil, o entendimento do Governo como um todo é de que são bem-vindos, é importante para o setor que venham, mas qual o retorno que vocês dão para o trabalhador brasileiro? O retorno é que vocês tenham um quarto da tripulação de brasileiros.”

No início, houve muita resistência dos empregadores, porque eles estão acostumados a uma tripulação multinacional, geralmente com muitos asiáticos e pessoas de países que estão habituadas a esse contexto. Esse é um setor muito desregulado.

O Conselho de Imigração, quando fez, em 2006, essa resolução, avançou, e houve muita resistência, no sentido de exigir 25% de brasileiros. Até porque 95% a 98% dos passageiros desses navios são brasileiros. Não há nem argumentos para não haver tripulantes brasileiros a bordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelo tipo do vídeo, a defesa que estamos fazendo aqui não é só dos trabalhadores e, no caso, dos tripulantes. É dos próprios passageiros. E 95% são brasileiros.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Dos passageiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dos passageiros. A defesa aqui é também dos passageiros. É bom o seu enfoque.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Eu falo em nome do Ministério do Trabalho. Portanto, a gente cuida dos interesses dos tripulantes. A gente traz esses dados para dar um contexto mais abrangente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, para o seu trabalho, nós temos que defender os tripulantes e, por sua vez, os passageiros.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Claro. Deixo claro que, aqui, eu não posso extrapolar o mandato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou elogiando a sua fala, a forma como está sendo colocada, quando diz que 95% são brasileiros. Nem que não fossem brasileiros. Eu sempre digo que direitos humanos não têm fronteira. Por isso, V. Ex^a está correto em fazer esse alerta.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO

– O nosso princípio não é proteger o tripulante ou o passageiro. O nosso princípio é proteger os brasileiros.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA

– Claro, claro. Baseado na OIT, não só os tripulantes brasileiros como também os filipinos, porque eles também não devem ser tratados da maneira como muitas vezes são.

Mas, então, o que definiu essa Resolução nº 71? Ela avançou no sentido de exigir os 25%. Houve muita resistência. Nos dois primeiros anos houve alguma dificuldade, mas, desde então, hoje, há até mais de 25%. A gente vê aproximadamente 30%. É bem verdade que alguns navios, principalmente chegando próximo da temporada, abaixam esse percentual, achando que a fiscalização não vai acompanhar. Na temporada passada, houve navios autuados por não cumprimento desses percentuais e, portanto, descumprimento do TAC, que foi encaminhado ao Ministério Público no sentido de relatar irregularidades.

Mas houve também uma questão que foi muito polêmica, que é o que foi dito. Esses navios ficam na costa brasileira durante esse período. Não seria legítimo que todos os trabalhadores brasileiros tivessem seus contratos regidos pela legislação brasileira? Que tivessem todos a CLT?

Dentro do debate do plenário, o que foi consensuado? Porque é um plenário tripartite. Mesmo que o Ministério do Trabalho queira forçar uma resolução, trata-se de uma votação tripartite, e o próprio Governo pode ter opiniões diferentes. O que foi definido nessa Resolução? Que aqueles tripulantes que fossem contratados somente para trabalhar na temporada brasileira, nesses cinco meses, teriam que ter contrato no Brasil e com a CLT. Quem fosse contratado por nove meses, que é normalmente o contrato padrão e que envolveria metade do contrato do Brasil, metade no exterior, poderia ser contratado por contrato internacional, entendendo que seria um benefício para os tripulantes brasileiros possuir uma experiência internacional, ter uma experiência nos outros países.

Então, naquele momento, era um objetivo negociado, que tinha uma visão positiva.

Vamos falar, então, das temporadas.

A partir de 2006, nós já atuávamos com base em denúncias da Convenção nº 147, mas, a partir daí, passamos a atuar com muito mais firmeza. Primeiro, porque um quarto da tripulação passou a ser de brasileiros. Quando você coloca 5%, 3% de brasileiros, ele fica muito mais intimidado de denunciar alguma coisa, porque ele sabe que ele é uma agulha no meio daquele palheiro. Quando você coloca um quarto da tripulação, parte dos tripulantes tem medo, mas outros

tripulantes passam a se sentir mais seguros, porque, bem ou mal, eles são capazes de parar aquele navio. Eles passam a ter alguma representatividade, mesmo havendo ameaças e assédios, que a gente sabe que acontece.

O fato é que, a partir de 2006, as denúncias começaram a vir. Como eu disse, a questão dos percentuais rapidamente foi atendida, e, para a nossa surpresa e decepção, o foco dos problemas passou a ser violação dos direitos humanos e maus-tratos. As denúncias começaram a acontecer, e a gente foi cada vez mais a bordo, em 2006, em 2007, em 2008. No final de 2009, chegou-se ao extremo, porque, normalmente, vinha a denúncia, a gente ia a bordo, conversava, chamava o comandante do navio, e falava: “Isso é inadmissível. Não pode acontecer.”

É importante que se diga também que cada um desses navios tem um comandante, e esse comandante tem um poder enorme sobre aquele navio, muitas vezes superior ao próprio diretor da MSC, ou da Costa, ou da empresa no Brasil, porque, ali, ele é autoridade.

Então, o que a gente vê também é que dentro de algumas empresas alguns comandantes são mais sensíveis à questão dos direitos humanos e outros entendem que aquilo ali é daquele jeito, e quem é o Brasil, quem é a autoridade brasileira para mudar a forma de tratar nos navios que estão sob autorização dele.

O fato é que as denúncias foram acontecendo, mas, quando a gente ia a bordo, o que a gente percebia... Porque esse navio vai voltar aqui. Ele sai daqui, vai para Salvador. A gente liga para o fiscal e diz: “Vá a bordo.” E, quando a gente ia a bordo também, passava um e-mail, telefone do próprio Ministério Público do Trabalho, dizendo: “Se a coisa piorar a partir da nossa conversa, manda um e-mail para a gente; no próximo porto, manda um torpedo, manda o telefone.” E, na maioria das vezes, quando a gente ia a bordo e fazia uma reunião, nenhum desses cruzeiros gosta de ver um grupo de auditores fiscais do Trabalho, com aquele jaleco preto com o brasão da República, entrando ali, conversando com os tripulantes e falando para os oficiais não se aproximarem.

Então, eles são muito zelosos da sua imagem. E a gente fazia questão de conversar na área de passageiros. “Vamos conversar numa sala.” “Não, nós queremos conversar aqui.” Porque a gente sabe que você tem que atuar, já que você não tem os elementos legais, naquilo que mais dói para os empregadores, que é a sua imagem.

Então, normalmente, quando a gente tinha essas conversas, quando demorávamos, às vezes, um dia inteiro lá, e o navio, normalmente, sai no final do dia, enquanto não terminávamos as conversas, a gente

não saía de bordo. Eventualmente, se havia alguma resistência, a Polícia Federal ia com a gente, mas, de maneira geral, a gente era recebido, e, no final, havia uma conversa com o comandante. Nessa conversa, a gente deixava muito claro que isso era inadmissível no Brasil. Ele poderia fazer isso em qualquer outro lugar do mundo, mas, aqui, não seria admitido.

O que a gente vem acompanhando é que, nessas ocasiões, até 2009, esses navios tinham uma relativa melhora enquanto esses navios estavam nas águas brasileiras. A gente sabe que, quando ele sai de águas brasileiras, a possibilidade de interferência nossa é menor, e a nossa limitação legislativa inclusive se faz mais presente. O fato é que isso era uma situação desconfortável, mas, dentro dos elementos do Ministério do Trabalho, havia uma atuação.

Até que 2009 foi um ano muito ruim para a temporada. Foi um ano em que a gente chegou à conclusão de que era inaceitável continuar com isso. Pegamos um navio, o MSC Armonia, e fizemos um procedimento que está previsto na Convenção, que nunca havia sido feito antes. Um relatório, exaustivo, dizendo tudo que estava acontecendo, e mandamos esse relatório para a Organização Internacional do Trabalho e para o país da bandeira, que, se não me engano, acho que foi Panamá. E aí, mais uma vez, chamamos o Ministério Público, que sempre era parceiro eventual das nações, para, aí, sim, fazer um trabalho na baixa temporada. Acabou a temporada de 2009 – 2009/2010 termina, geralmente, logo depois do carnaval, Semana Santa –, passamos o ano de 2010 encontrando reiteradamente com todos os armadores. Encontros que aconteceram, na maior parte das vezes, lá no Rio, onde, ali, tentava-se, justamente num TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, impor para os brasileiros com contrato no exterior algum dos direitos previstos na CLT.

E, ao final desse ano, tivemos um TAC assinado, em que se definiu ali alguns desses direitos. Não se consegui tudo como gostaríamos, mas conseguiu-se gratuidade de exames médicos – até então, no mundo inteiro, os tripulantes pagam por esses exames médicos –, gratuidade para os utensílios – ele tem que comprar um equipamento para trabalhar; uma ferramenta, ele tem que pagar –, gratuidade para os uniformes – eles são obrigados a pagar os uniformes –, médico ou enfermeiro, pelo menos um deles, brasileiro. A gente não conseguiu que fossem médicos e brasileiros no TAC.

O SR. EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI – Só para dizer que nós temos aqui uma cópia.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Eu estou fazendo um resumo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas depois é bom deixar os documentos comigo aqui.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA

– Claro, claro.

Proibição de um controle pré-marcado, porque, de fato, o controle é aquele controlezinho à mão, mas, em alguns casos, era pior, porque eram controles pré-marcados daquele regime preestabelecido, e o tripulante simplesmente assinava.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro!

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Então, que o trabalhador tivesse o comprovante desse controle pré-marcado por ele a cada 15 dias, alguns avanços inegáveis.

E, de fato, o que a gente observa é que, na temporada seguinte, 2010/2011, houve uma redução relativa das denúncias e uma relativa melhora das condições de trabalho, o que para a gente deu algum alento. Pensamos assim: “Bom, as coisas continuaram, mas relativamente alguma melhora houve.”

O que houve para a nossa surpresa e profundo desagrado é que a temporada seguinte, que foi a última, foi a pior temporada que nós já tivemos em águas brasileiras. Foi muito ruim. A gente faz um diagnóstico dessas temporadas, e todas as empresas que assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público do Trabalho descumpriram o TAC e foram autuadas pelo Ministério do Trabalho, porque, a partir do TAC, a gente passa ter um instrumento que não tínhamos.

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA

– O TAC não significou nada para eles.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Pois é. O relato da fiscalização é que, na temporada imediatamente seguinte, a gente percebeu uma relativa melhora, talvez um relativo temor, porque qual é o grande temor deles? O grande temor deles, a meu ver, é que o Conselho Nacional de Imigração mude a resolução no sentido de que todos os brasileiros passem a ter que ser contratados no Brasil, porque o regime passa a ser o de oito horas, da CLT; eles vão ter que contratar mais tripulantes para conseguir fazer aquela carga de jornada deles; eles vão ter que ter mais camarotes para brasileiros. Todo o respaldo da legislação brasileira e o poder de sanção que o Ministério do Trabalho tem passam a ser abrangentes.

O que acontecia no início? Logo que houve, em 2006, a resolução, parte da tripulação era contratada pela CLT e parte pelo contrato internacional. O pessoal da CLT que a gente pegava descumprindo, a gente autuava reiteradamente. E, aí, o que as companhias passaram a fazer? Passaram a migrar. E, hoje, todo mundo é contratado pelo contrato internacional.

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA

– O senhor me permite, Sr. Ministro, uma palavrinha?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ministro, não!

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA –

Menos, menos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho: microfone, aperta o botão, uma luz verde e fala o nome. Tem que ficar identificada.

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – Eu sou Rosângela Bandeira, mãe da tripulante assassinada Camilla Peixoto Bandeira.

Senhor, eu só queria concluir, expor o meu raciocínio.

Nas quatro audiências que eu tive na Justiça do Trabalho, eu pude perceber – foram vários juízes diferentes – a revolta dos juízes com a MSC. Eu digo MSC porque foi o caso da empresa da minha filha. Ilusão do senhor achar que eles respeitam qualquer coisa. Eles não respeitam absolutamente nada, principalmente quando diz respeito ao Porto de Santos. Eu associo o Porto de Santos ao início e ao término de todas as baixarias. Tudo acontece ali. É o maior porto do País, a verba maior injetada é ali. A Anvisa, se entra a bordo, senhor, não enxerga, porque, como o senhor vai ver no vídeo, com mais calma, não tem como.

O navio teria que atracar às 9h da manhã com o corpo a bordo. Ele não atraca. Ele fica em alto mar. Capitania dos Portos, soberania máxima. Qual seria a do capitão de mar e guerra? Ver o que estava havendo com a embarcação, concorda comigo? Peça defeituosa, navio pode quebrar. Não. Não fizeram absolutamente nada. Polícia Federal, autonomia maior. Também nada. Todos tiveram que embarcar em alto mar no transatlântico.

Então, senhor, sobre essas empresas de navegação, a verdade é que está difícil para nós mesmos, brasileiros, sairmos daquela condição que nos foi imposta durante décadas e décadas e décadas. Primeiro, de negros, porque nós éramos conhecidos no exterior como negros, negros e índios; analfabetos, Terceiro Mundo. Então, nós temos que nos libertar das amarras, respeitarmo-nos, porque nunca e ninguém irá nos respeitar.

Senhor, é uma podridão. Agora, no Ministério do Trabalho e Emprego, é notório. Quem vai a uma reunião percebe: eles se sentem revoltados e envergonhados.

Na minha primeira audiência, a juíza da 29ª Vara da Justiça do Trabalho, quando a advogada... Em todas as minhas audiências, eu sou honrada com a presença da Procuradora da MSC. Então, a juíza pergunta para a doutora – ela apresentou uma montanha de documentos – o seguinte: “Doutora, vou lhe fazer uma

pergunta cuja resposta eu já sei qual é. Isso tudo está em que idioma?”. “É, Meritíssima, na língua inglesa”. “Eu já sabia a resposta, porque essa é uma estratégia usada por vocês. Então, eu lhe dou cinco dias corridos para tudo estar em língua portuguesa com tradutor juramentado.”

Então, senhor, veja bem, há um esforço. Você sente nos juízes que eles não aguentam mais isso, mas eles estão amarrados em alguma coisa.

E por que a audiência da minha filha... Nós tínhamos contato com todos que estão processando essas empresas de navegação, eu sou honrada. A única. A Procuradora vai. Ela chegou ao ponto de, em uma das audiências, quando a juíza marcou um prazo mais curto... “Está muito em cima.” Ela virou-se e disse assim: “A senhora vem de São Paulo. A mãe da vítima vem de Saquarema. A senhora chega muito mais rápido aqui do que a mãe da vítima.”

Então, você sente que, na Justiça do Trabalho, eles querem fazer alguma coisa, mas as temidas jurisprudências os amarram.

E, senhor, convenhamos: se, na Anvisa, a coisa funcionasse... Os senhores nunca vão conseguir. As ideias são maravilhosas. Ninguém quer ver um filho sair desembarcado, morto, numa balsa, como carga, como peça defeituosa do navio, que foi como a minha filha saiu. Nós somos mães, pais, somos cidadãos brasileiros. Nós temos direitos, deveres.

Agora, não adianta, porque eles não fazem. Eles entram ali convictos da vitória. Agora, quem está se beneficiando com isso, senhor, eu não sei.

Basta esse último escândalo, o da Porto Seguro. O senhor quer mais o quê? Ali há muito mais coisas envolvidas. Não é só a Tecondi. Há muito mais ali; há muito mais coisas por detrás de tudo isso.

Realmente, os contratos são assinados no Brasil: o da minha filha, o de Fabiana, o de Márcio. São assinados no Brasil, normalmente na agência que recruta. A da minha filha foi Seamanwork. Eles embarcam em Veneza. Aí, já dão um papel para você – só que nós xerocamos; nós tínhamos tudo guardado, que não somos burros –, como se você tivesse sido contratada lá fora.

São anos de malandragem, senhor. São maquiavélicos. Nós somos inocentes, ingênuos, e eles manipulam com a nossa vida. São famílias destruídas.

Minha filha ia se formar em Direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se a senhora permitir, a sua exposição está brilhante, mas eu queria ver se a gente concluía esta Mesa, se a senhora concordar, e eu ficarei aqui para chamar os familiares para virem até a mesa e dar o seu depoimento. E, a gente, agora, conclui esta Mesa,

faz a segunda Mesa, e vamos ter uma mesa só para os familiares. Pode ser assim?

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O seu depoimento é corretíssimo. Indignada, como teria que ser.

Muito bem! (Palmas.)

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – Eu bato palmas para a Justiça do Trabalho, porque eu acompanho, eu vejo o esforço deles de tentar fazer algo, mas, convenhamos, há coisas acima!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O seu depoimento está perfeito; é tão perfeito que eu quero que a senhora, depois, faça-o daqui da mesa.

Vamos, agora, à conclusão, porque ainda há o Diplomata para falar, o Dr. Marcelo, e ainda teremos a segunda Mesa. E teremos uma Mesa dos familiares que quiserem falar. Falarão daqui da mesa...

O SR. JOSÉ AMÉRICO GONÇALVES PESSA-NHA – Meu nome é José Américo, sou representante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os sindicalistas vão falar também.

O SR. JOSÉ AMÉRICO GONÇALVES PESSA-NHA –... eu gostaria de falar sobre esses navios...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai falar. Nós vamos fazer um a Mesa de sindicalistas no segundo momento. Os que estão presentes virão aqui e darão o seu depoimento.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Eu quero parabenizar o relato da senhora. Em momento algum... Acho que é importante... Eu não consigo, por mais que eu tente, a gente vê as condições em que os brasileiros são tratados nesses navios. E sempre me vem assim: Puxa vida! Fico imaginando o que vivem os parentes juntos desses tripulantes mortos.

Hoje eu estou tendo a possibilidade... Eu vou falar do meu relato, de um dos casos, que é o da Fabiana, e eu fiquei sabendo que a família dela está aqui. E para mim é uma honra estar aqui com vocês, porque isso dá força para o trabalho que a gente faz, que é um trabalho difícil. A gente sabe que, muitas vezes, você se sente só, e esse relato é super importante.

Em momento algum me ocorreu sequer cogitar que as empresas respeitam a nossa legislação 100%. Mas eu acho importante também fazer um relato técnico do que a gente observa.

O que eu estou dizendo é que, na temporada imediatamente seguinte ao envio desse relato à OIT e da assinatura do TAC, passaram a haver multas mais pesadas em caso de descumprimento, houve uma relativa melhora das condições de trabalho e uma redução do número de denúncias. Continuou havendo

denúncias, nós continuamos indo a bordo, mas a percepção é de que houve uma relativa melhora por algum receio, no que se descaracterizou completamente da temporada passada.

O que estou deixando claro aqui é que a temporada passada voltou, e voltou a ser pior do que era antes. Tivemos mais mortes de tripulantes, que é o eu acompanho; tivemos condição pior em praticamente todos os navios, tanto que todos eles, todas as empresas foram autuadas, com os autos encaminhados ao Ministério Público. E imagino que o Ministério Público esteja avaliando a hipótese ou não de execução desses termos de aditamento de conduta. Porque assim é o processo: faz-se um TAC para tentar um acordo; se há descumprimento, uma das hipóteses é executar esse TAC.

Eu não vou entrar em detalhes dessa última temporada, mas não posso deixar de fazer um relato em função da situação do óbito da Fabiana. Por quê? Porque uma das nossas maiores limitações é que a nossa fiscalização se dá no porto. A empresa sabe que o navio está chegando ao porto. E ela já sabe também que ali ela pode ter um problema. Então, obviamente, ela já se prepara.

O ideal seria que pudéssemos ter um fiscal disfarçado entre os passageiros durante a travessia, ou que chegássemos e abordássemos durante uma travessia... A gente sabe que, na prática, não é assim que funciona. A prática da fiscalização aquaviária é no porto. Então, as empresas já se preparam em função disso. A gente sabe que é assim que funciona.

Nesse caso da Fabiana, houve o óbito no Porto de Santos. Os nossos fiscais de São Paulo foram a bordo, tiveram ali a oportunidade de conversar com as outras pessoas da equipe de trabalho dela, tiveram a oportunidade de ir ao hospital onde ela foi atendida e conversar com a equipe médica, tiveram elementos, o que muitas das vezes não acontece. Depois, no fato com a tripulante, se não me engano, Laís, fora do País, o nosso caminho já foi diferente. Nós notificamos a empresa a apresentar os nomes dos tripulantes daquela equipe de trabalho, seus contratos, a informação se havia ou não alguma advertência por caráter disciplinar. Porque o que nos cabe é tentar verificar se existem elementos para que aquilo ali tenha sido um acidente de trabalho, um acidente fatal de trabalho. Aí pegamos esses dados no sentido de tentarmos entrevistar, junto com o Ministério Público – a empresa vai estar, na segunda-feira, lá no Rio, junto ao Ministério Público –, no sentido de eventualmente conseguir contato com os tripulantes que estavam na equipe da Laís. Porque aí você começa – eles já saíram do contrato – a tentar, nas entrevistas, fazer uma fotografia.

No caso desta tripulante, da Fabiana Pasquarelli, a gente tem essa possibilidade. E os colegas de lá de São Paulo fizeram um trabalho exaustivo, um trabalho que demorou três ou quatro meses. Um trabalho que, no final, ao olhar da fiscalização, foi caracterizado como um acidente fatal decorrente do trabalho. Então, esse é um caso que para a gente é emblemático, porque a gente teve mais elementos para entender.

E rapidamente, um pouco do passo a passo que a fiscalização lá relatou:

Em 13 de fevereiro, a paciente apresenta febre e dores, mas trabalha durante todo o dia.

No dia seguinte, 14, o médico diagnostica rino-faringite, ela recebe uma medicação e tem uma crise alérgica. Volta ao médico, com manchas no corpo, que mantém a medicação.

À noite, ela já não consegue mais engolir.

No dia seguinte, pela manhã [segundo o relatório], ela pede ao médico para desembarcar e ir ao hospital. Nesse momento, isso não lhe é permitido ainda; isso acontece mais na hora do almoço. E o fato é que, às 12 horas, já não consegue mais se locomover e regurgita sangue. Então, é liberada para ir ao hospital.

Às 14h30, é internada com pneumonite, devido a alimentação ou vômito.

No dia 17/02, uma outra colega de cabine dela, Djane de Souza, também é internada por insuficiência respiratória aguda, com mais outros quatro tripulantes.

E às 23h15, ela morre com infecção generalizada e pneumonia.

No dia seguinte, outros dois tripulantes também são internados.

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA

– É a Anvisa libera o navio.

(Soa a campanha.)

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – É assim... A preocupação nossa... Aí a gente fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Rinaldo, o senhor tem mais 3 minutos para concluir, porque tenho que passar a palavra para os outros componentes da Mesa e ainda vou dar oportunidade para os familiares e os sindicalistas que estão aqui acompanhando toda esta nossa reunião.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Rapidamente. O papel do Ministério nessas análises é de avaliar o que aconteceu e prevenir outras ocorrências.

Nesse caso, o relato é de que foram várias as causas do acidente, entre elas, uma baixa da imunidade por fadiga. Quer dizer, a pessoa estava trabalhando lá, segundo foi observado e parece-me, por mais de 190 dias seguidos, durante várias horas por dia. Houve uma

epidemia de gripe. Na semana anterior, ela teria trabalhado debaixo de chuva, segundo os relatos. Alguns medicamentos não foram aplicados corretamente, ou pelo menos não foram eficazes. Não posso dizer que não foram aplicados corretamente; não cabe a mim fazer essa análise. Não foram eficazes os medicamentos. Houve reação alérgica, demora no atendimento e problemas anteriores de saúde da própria vítima. São vários os casos.

Para a gente, o importante é evitar que isso continue acontecendo. Para isso, nós fizemos, no final da temporada passada, um encontro no Ministério do Trabalho, que consistiu de todas as empresas; dos representantes da CNC, que representam os armadores no Conselho de Imigração; do Sindicato da Marinha, a Contimarf, representando os marítimos também esteve presente. E nesse encontro, como a temporada estava começando, não se achou oportuno fazer nenhuma mudança na resolução. Todavia, houve um compromisso daquelas empresas de que pelo menos três pontos seriam respeitados.

Primeiro, todos os navios de cruzeiro da cabotagem deveriam ter, pelo menos, um médico brasileiro. Uma das questões que se coloca e que colocam um médico de Montenegro e uma enfermeira brasileira e, muitas vezes, a questão de comunicação... Então, um médico seria minimamente necessário.

Segundo, que todos os brasileiros contratados para trabalhar na rota que faz Fernando de Noronha devem ser admitidos pela CLT. Por quê? Porque esse navio, reiteradamente, contratava as pessoas por contrato internacional e, no final da temporada, rompia os contratos todos, mandava todo mundo embora e o navio ia embora. Usava a Resolução Normativa nº 71 do CNI, que permite a contratação internacional por 9 meses. Contratavam por 9 meses e, no final da temporada, mandavam embora.

E, por fim, deveriam cumprir o TAC.

E nós fizemos uma notificação coletiva para todas as empresas agora, há dois meses, solicitando que, antes da primeira chegada ao Brasil, ao primeiro toque, a inspeção do trabalho fosse comunicada da crew list desses navios e da lista dos médicos a bordo, desses brasileiros.

Para a nossa surpresa, o navio MSC Fantasia, salvo engano, no primeiro toque aqui, me apresentou um documento falando que não vai ter médicos brasileiros. Vai ter médicos estrangeiros e vão ser enfermeiros brasileiros, porque eles estão cumprindo o TAC.

Então, a preocupação da gente é a forma como a coisa é conduzida.

(Soa a campanha.)

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – Eu não vou me alongar mais, já me alonguei demais e peço desculpas por isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, foi esclarecedor.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE ALMEIDA – O objetivo aqui foi dar esse esclarecimento, reconhecendo que o setor de navios de cruzeiros, a meu ver e ao ver do Ministério do Trabalho, é um setor bem-vindo. Agora, é inadmissível a continuidade de maus-tratos e de violações de direitos humanos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Rinaldo Gonçalves de Almeida, auditor fiscal do trabalho e da inspeção do trabalho, que representou o Ministro Carlos Daudt Brizola.

A situação, de fato, é grave, muito, muito grave. Eu mesmo não tinha o mínimo de informação de que isso estava acontecendo aqui, dentro do Brasil.

Por isso é que a gente fala que temos que falar de um Brasil e de outro Brasil. Esse é o Brasil real e que os grandes grupos econômicos, é claro, não têm interesse em mostrar. É lamentável! E a gente tem que ir enfrentando cada situação como essa. E essa, para mim, é deplorável. Isso é mais do que trabalho precário; é trabalho escravo, é degradante, é uma situação...

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA (Fora do microfone.) – Navios negreiros no século XXI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma vergonha! Uma vergonha.

A senhora fala, e vamos dialogando no tempo.

Passamos a palavra, agora, ao Dr. Marcelo Santa Cruz de Freitas Ferraz, Diplomata da Divisão de Assistência Consular do Ministério de Relações Exteriores, representando aqui o Ministro Antonio Patriota.

O SR. MARCELO SANTA CRUZ DE FREITAS FERRAZ – Obrigado, Senador.

Antes de mais nada, queria agradecer o convite feito ao Ministério para expor aqui o nosso trabalho, o que nós pensamos sobre isso. Queria cumprimentar também os demais membros da Mesa, as pessoas presentes e mostrar aqui o meu pesar pelo que aconteceu com as pessoas que perderam seus entes queridos nesse tipo de atividade.

Queria apresentar, primeiro, a Divisão de Assistência Consular para poder contextualizá-la aqui nesta conversa. A Divisão de Assistência Consular cuida dos brasileiros no exterior. Nossa atividade precípua é basicamente documentar brasileiros que vivem no exterior, ou que estão de passagem, seja com passaportes ou registrando as crianças que nascem.

Compete a nós, também, prestar assistência a brasileiros no exterior. Isso ocorre quando algum bra-

sileiro está sozinho ou não tem a quem pedir amparo. Ele recorre à nossa rede consular, composta pelos consulados e embaixadas brasileiras no exterior. Sei que alguns de vocês aqui, como o próprio Márcio, já usufruíram do serviço. Se quiserem, podem comentar depois como foi essa experiência.

Alguns dos casos aqui que o José mostrou nós acompanhamos, como o caso da Laís recentemente. E, até no limite, no começo deste ano, quando houve o naufrágio do navio Costa Concordia na Itália, também prestamos assistência a brasileiros, tanto tripulantes como passageiros que, em alguns casos, ficaram indocumentados, porque deixaram todos os seus papéis e documentos dentro da embarcação, até alguns que não tinham como regressar ao País.

Bom, dado isso, eu coloco que a questão dos passageiros e tripulantes de cruzeiros não é o foco da nossa atividade. É um corte do que nós vemos. Em 2012, tivemos cerca de dez casos documentados de tripulantes, e 80%, oito desses casos, tinham como principal problema as questões sanitárias, pessoas que ficaram doentes e não tinham a quem recorrer porque estavam sozinhas; enfim, tiveram problemas para sair a bordo para terem atendimento médico.

A nossa assistência é paliativa: ocorre quando o problema já está dado, e, dadas as limitações que temos de jurisdição, de legislação, não temos como atuar com poder de polícia ou com poder de Ministério Público. Nós acompanhamos as pessoas nos hospitais e atuamos de maneira que, conversando com a empresa e usando o nome do Governo brasileiro, conseguimos, às vezes, tirar o brasileiro dessa situação e conseguir que ele tenha alguns direitos garantidos.

É um problema sistêmico, da indústria, como foi colocado aqui. Não conseguimos apontar uma empresa que tenha mais ou menos ocorrências. Isso está em toda a indústria, e o nosso papel é este: hoje, é prestar essa assistência aos brasileiros que têm problemas. Fazemos analogia a alguns outros setores da comunidade brasileira no exterior, com o qual trabalhamos.

No começo do ano, tivemos uma audiência parecida com esta na Câmara dos Deputados, que tratava dos brasileiros que vão jogar futebol no exterior e têm problemas com seus contratos e que ficam em situação, até, de tráfico de pessoas. O que estamos pensando agora para esses casos, aqui, de tripulantes é fazer o que conseguimos fazer dentro do Brasil com o Ministério de Relações Exteriores, que é orientar, passar contatos das organizações que existem e ter uma cartilha que verse sobre os riscos e o que as pessoas devem observar quando firmam contratos no exterior, ou são contratos do exterior, que é o limite da

nossa atuação, dada a soberania que os Estados têm de jurisdição.

Posto isso, eu queria novamente agradecer o convite e convidar quem quiser falar depois sobre a experiência que teve com o Ministério no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! (Palmas.)

Esse foi o Diplomata da Divisão de Assistência Consular do Ministério de Relações Exteriores, que mostra o apoio que a diplomacia tem dado, dentro das limitações. Mas, de fato, é muito preocupante, muito preocupante.

Bom, vamos para a segunda Mesa. Então, pediria aos meus convidados que retornassem... No final, você vai apresentar as propostas. Ele tem quase uma proposta de TAC (Termo de Ajuste de Conduta) pronta para ser encaminhada e que, talvez, passe também pela legislação, que é muito além do TAC. Como a senhora diz, o TAC, infelizmente, não resolve nada, mas ele está apresentando as propostas. No fim, vamos discutir juntos o encaminhamento que faremos.

Vamos para a segunda Mesa.

O Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins, Sr. Ricardo Leite Ponzi. Já estivemos juntos inúmeras vezes aí...

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI (Fora do microfone.) – Inúmeras, desde greves e manifestações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desde greves. Por isso, sou favorável ao direito de greve, que eles querem cortar aí. Aqui, não passa. Greve é direito.

Passar, agora, o convite para a Mesa, naturalmente, do Diretor de Assistência Jurídica e Previdência Social da FNTTAA, Dr. Luciano Ponce Pasini Judice; Rosângela Bandeira de Oliveira, mãe de Camilla Peixoto Bandeira; Severino Almeida, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes...

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI (Fora do microfone.) – Ele não pode vir. Estava em viagem internacional e não chegou a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vamos chamar um outro sindicalista para a Mesa...

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI (Fora do microfone.) – Pode chamar o Américo, do Sindicato dos Taifeiros e Cozinheiros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sr. Américo, do Sindicato dos Taifeiros e Cozinheiros; lá atrás, o senhor que levantou o braço e que gostaria de vir para a Mesa, como é o nome?

O SR. LUIZ ALVES NETTO (Fora do microfone.)

– Luiz Alves Netto, Sindicato Nacional dos Enfermeiros da Marinha Mercante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Então, vem para a Mesa também. Concluimos, então, com duas Mesas os nossos trabalhos, sem prejuízo de que alguém que estiver no plenário e quiser fazer um depoimento também possa fazê-lo. Peço apenas à assessoria que coloque, então, mais uma cadeira, se necessário e que monte, então, a segunda mesa.

Vou iniciar a segunda Mesa, de imediato, com o Ricardo. Devido ao nosso tempo regimental, claro que não vou podar que cada um expresse o seu ponto de vista, principalmente os familiares, que têm aqui toda a nossa solidariedade, mas são 10 minutos, mais 5 minutos e mais 5, se necessário, no limite de 20 minutos. Se puderem ficar nos 10 minutos, bom; se não, mais 5 e mais 5 também, sem problema. Essa é a tolerância que dou em todos os trabalhos da Comissão.

De imediato, passa a palavra para o Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins, o Sr. Ricardo Leite Ponzi, ainda lembrando que o nosso amigo vai apresentar depois as propostas; o José vai ter direito a apresentar o resumo das propostas.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – Muito obrigado, Presidente, pelo convite e pela iniciativa.

Nós fomos convidados, ou provocados a participar desta audiência pelo nosso amigo Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que estaria aqui, mas teve uma angina, um problema de coração, e está afastado. Mas gostaria de fazer um registro sobre o Jair Krischke: nós conhecemos o Movimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Jair Krischke – permita que eu diga também – é meu amigo, um lutador, um homem que deu a vida pelos direitos humanos.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – Bem, então, e a extensão do Jair Krischke, que é maior do que aquela em que ele é conhecido. Nós conhecemos o Jair Krischke exatamente numa greve em Porto Alegre, de um navio de bandeira panamenha, grego, tripulado por filipinos. Então, foi uma greve num navio de bandeira de conveniência, em que fomos chamados para apoiá-los, e o apoiamos. E o Jair ficou do nosso lado, junto com a Olga Araújo. Foi uma peleia, como dizem os argentinos, um grande quilombo. Mas, ali, o que nós tínhamos? Uma bandeira de conveniência.

E o que é a bandeira de conveniência? É o artifício, exatamente o artifício utilizado pelas armações, para fugir às responsabilidades tributárias, sindicais e legais. Então, o que ocorre com essa bandeira de conveniência? A bandeira é liberiana, panamenha. É das

Ilhas Bahamas. Cada navio vale mais do que todo o PIB das Ilhas Bahamas. Evidentemente, não é daquele país; é de um armador que utiliza o registro daquele país, precisamente para fugir da legislação daquele país. Em geral, são armadores fortíssimos, utilizam o capitão de um outro país, de uma nacionalidade, tripulação de outra nacionalidade; é todo um mecanismo jurídico internacional para fugir das responsabilidades e dos sindicatos. Então, essa é a primeira questão que eu destacaria, porque é o ponto, é o mecanismo utilizado por eles para fugir do nosso controle.

De que maneira nós procuramos controlar essas embarcações e essas práticas? Através das nossas organizações sindicais, da relação internacional com os sindicatos. Temos uma federação internacional. Por isso, o Severino estaria aqui. Ele é diretor de uma federação internacional, que cria um mecanismo de apoio e solidariedade no sentido de coibir as práticas que ocorrem nos navios.

O outro mecanismo que nós vimos construindo – tudo são alternativas – são as convenções da Organização Internacional do Trabalho. Se vocês observarem, existem 190 convenções internacionais; as primeiras foram marítimas, e a maioria são marítimas. Por que isso? Por causa da desproteção a que está sujeito o marítimo no mundo inteiro. Então, desde o exame médico, repatriação, alojamento, todas essas questões são normatizadas internacionalmente e, depois, internalizadas...

O Ministério trabalha e trata de normatizar na legislação pátria essas convenções que são ratificadas e, neste momento, Senador, seria oportuníssimo – oportuníssimo – registrarmos a necessidade da ratificação do Convênio Consolidado Marítimo. Por quê? Porque isso vai determinar horas de trabalho, higiene, saúde, segurança de todas as embarcações. Nós temos a 147, de que falou o Rinaldo, que permite que o Brasil fiscalize todos os navios que estiverem nas nossas águas, mas esta, a 2.006, determina condições mínimas de trabalho, repouso, alojamento a bordo de todas as embarcações.

Então, essa é a primeira coisa. O Ministério do Trabalho deve encaminhar ao Congresso, e o Congresso ratifica. Então, já lhe dando trabalho, Senador, para que isso seja ratificado com urgência no Brasil.

Outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só enquanto você toma água, para ir ajustando os encaminhamentos: que esta Comissão, no encerramento dos trabalhos, faça um ofício ao Ministério do Trabalho solicitando como resultado desta reunião que dê o devido encaminhamento para que a proposta venha para o Congresso e possamos aprová-la com rapidez.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – Perfeito, perfeito!

Seria a nossa primeira sugestão de encaminhamento.

Outra questão, e depois o nosso companheiro Ponce vai detalhar mais, diz respeito à tripulação dos navios de passageiros e todos os navios.

O que nós temos? Qual é a diferença entre um enfermeiro de bordo e um enfermeiro de terra? Qual é a diferença, Senador, entre uma garçonete da lanchonete ali e a aeromoça da Gol? A diferença: ambos fazem a mesma coisa, mas aquela é preparada para um outro tipo de ambiente de trabalho. Então, o que temos? Nós entendemos que todo tripulante deve estar preparado como tripulante a bordo das embarcações. E não é o caso. Não é o caso. Hoje, temos o que se chama profissional não tripulante. Então, aqueles cozinheiros, aqueles taifeiros que estão a bordo, aqueles enfermeiros inclusive, não estão devidamente preparados para a função a bordo.

Qual é a função a bordo que caracteriza o aquaviário? São as noções de combate a incêndio, primeiros socorros, salvaguarda da vida humana no mar e uma série de coisas que caracterizam aquele profissional, e não é o que existe... Eles têm noções, não cursos. Tanto é que quem administra e determina isso é a Organização Marítima Internacional (IMO), e a IMO estabelece algumas normatizações, que são adequadas em cada país. E, no Brasil, esse chamado pessoal não tripulante recebe noções de combate a pânico, a uma série de coisas, mas não tem a formação devida que entendemos se faça necessária.

Outra questão que merece registro, Senador, é que a Marinha tem uma atribuição também. O controle da poluição e da segurança da vida humana no mar é uma atribuição da Marinha. Não é do Ministério do Trabalho, não é da Anvisa. A Marinha é que tem essa atribuição, e seria oportuno, Senador, que a Marinha também viesse a ser ouvida nesta Comissão. É necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelo que percebo da gravidade dos fatos, fica aqui já o compromisso... Eu não tinha nem noção de que tudo isso acontecia. Eu, como Senador da República e Presidente da Comissão de Direitos Humanos pela segunda vez! E só agora – com o Alexandre – esses fatos chegaram ao nosso conhecimento. Depois desta audiência pública, marcaremos outra audiência pública, convidando inclusive os agentes responsáveis, como o representante da Marinha.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – Claro. É fundamental isso, porque a atividade marítima tem dois instrumentos de controle. Um é a Organiza-

ção Internacional do Trabalho, como fizemos referência agora, que tem a 147, que permite a fiscalização. Outra é aquela, Senador, que falamos da necessidade de que venhamos a ratificar no Brasil, o Convênio Consolidado; e a outra organização é a chamada IMO – Organização Marítima Internacional, que estabelece as questões das regras de salvatagem, das regras para evitar poluição no mar e das regras para formação desse aquaviário.

E ela entendeu tão procedentes as questões do trabalho a bordo que outra perna do trabalho, ou seja, esse Convênio Consolidado, que é da OIT, vai compor também a IMO; ou seja, vai ser um convênio complementar devido à gravidade e à seriedade. Fizeram tudo, e os países fazem tudo no sentido de evitar poluição, de dar segurança, qualificação, mas entenderam, por fim, depois da pressão internacional dos sindicatos, que as relações de trabalho a bordo, são determinantes para segurança da vida humana no mar e da própria poluição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E dos próprios passageiros.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – E aí, como a senhora falou, a questão da qualidade dos tripulantes é a segurança dos passageiros. Quer dizer, está associado. Os tripulantes, todo esse pessoal tem que ter uma jornada justa, tem que ter uma qualificação técnica, tem que ter uma qualificação para salvaguarda, para apoiar e tal. Então, é necessária, para a segurança dos passageiros, a qualificação dos tripulantes.

Então, isso nós entendemos como fundamental, e existem algumas discussões jurídicas que eu gostaria de passar para o Ponce, para que o nosso companheiro Ponce que tem algumas coisas que são discutidas... Temos uma visão clara, mas há uma tendência de se fugir a alguns compromissos de ordem legal, pela armação, e nós entendemos que todos os tripulantes estariam garantidos por todas as convenções, mas não é o que faz a armação. A armação não faz isso. Eu até gostaria, depois, de fazer alguns comentários, mas, preliminarmente, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Ricardo Leite Ponzi (Palmas.), Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins, que deixa aqui algumas propostas já, que nós vamos, ao final, compilar e dar o devido encaminhamento. Mas, a cada depoimento, as minhas preocupações aumentam ainda mais. Eu até pensava que só via mesmo na tevê, no jornal, os grandes cruzeiros... Não vou citar o nome de nenhum artista para ele não ter...

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com grandes artistas envolvidos, e tenho certeza... Não é que o meu sonho era estar lá, mas eu achava bonito aquilo...

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – Não é não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...mas não é tão bonito não.

Por outro lado, eu sei que eles também não sabiam e não sabem – esses artistas – que isso acontece, como diz o outro, no porão dos navios, onde não existe o glamour, como foi dito, onde não tem o palco, onde não tem as luzes e as condições com que são tratados os trabalhadores. Realmente, é preocupante.

Vamos em frente. Neste momento, passamos o Luciano Pasini, Diretor Jurídico da FNTTAA.

O SR. LUCIANO PONCE PASINI JUDICE – Um bom dia para todos. Eu quero parabenizar pela brilhante e oportuna iniciativa da abertura desta audiência pública, encampada pelo nosso e já conhecido, valorizo Senador Paulo Paim, bem como a todos os demais presentes, que estão aqui trazendo informações importantíssimas.

Para não me estender muito, porque o tema é vasto, eu perguntaria qual o tempo que a gente dispõe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dez, com mais 5, e se for necessário, mais 5. O limite máximo de 20; um mínimo de 10...

O SR. LUCIANO PONCE PASINI JUDICE – Quando chegar no décimo minuto, poderia avisar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No décimo minuto, a campainha toca.

O SR. LUCIANO PONCE PASINI JUDICE – Ah, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E é uma campainha muito forte.

O SR. LUCIANO PONCE PASINI JUDICE – Dá para ouvir sim.

Eu quero ressaltar o seguinte: eu quase que chorei quando entrei aqui neste plenário e passei a observar o vídeo. Por quê? Na nossa Federação, já estamos acompanhando essas reclamações, válidas, de algum tempo, inclusive acompanhando depoimentos de uma das tripulantes, a Fernanda Medeiros, que gerou subsídios para a formação de um TAC. Então, parecia não ser novidade. Mas causa-nos perplexidade que depois de todo esse trabalho, depois do brilhante TAC – que eu parabeno as autoridades, notadamente o Ministério Público do Trabalho, o TAC de âmbito nacional, que foi como uma lei de alforria a bordo, a gente pensava que isso fosse dar jeito porque esse TAC é ratificado pelas empresas que operam o turismo marítimo nas nossas águas e nos principais portos do mundo. Em suma, pa-

rece ser gente séria, mas causa-nos surpresa a existência de fatos tão deploráveis, tão duros de aceitar.

Eu vou dizer: meus três avós eram italianos e eu tinha uma grande afeição pela Itália. Devo dizer o seguinte: que apesar de ter um sangue bastante italiano, eu hoje olho a Itália com uma grande aversão, embora imotivada, mas é o que nos causa, em face do tratamento que os irmãos italianos têm com essa gente nossa que vai para lá, orientada. Inclusive, eu até conheço, lá em Niterói, onde moro, atividade ligada à Igreja Católica que recruta jovens para trabalhar nesses navios. Capelães italianos, na marinha italiana, que eu conheço, é o Padre Enzo, recrutando, dando o seu aval para essa juventude ir, dando formação moral, religiosa para trabalhar a bordo e dando a entender que é um navio sério. O que não é!

Então, essa perplexidade nos leva a nos engajar mais ainda, como sindicalista e como brasileiro, no sentido de coibir, abominar por completo essa situação de afronta, que é um ultraje à nossa bandeira, à nossa soberania, à nossa dignidade.

Nós não podemos dormir tranquilos depois de tomarmos ciência de fatos como esses, principalmente após ver um vídeo desse; e esse vídeo deve ser multiplicado, e as audiências públicas, Senador, devem ser continuadas e trazer todas as autoridades do Judiciário, do Executivo, da Marinha, do Ministério do Trabalho, da imigração, para ver aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) (Intervenção fora do microfone.) – Como a Anvisa...

O SR. LUCIANO PONCE PASINI JUDICE – A Anvisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) (Intervenção fora do microfone.)... vamos também convidar a Anvisa.

O SR. LUCIANO PONCE PASINI JUDICE – ...porque uma coisa é ouvir, outra coisa é ver.

De forma que eu, anotando algumas coisas aqui, brevemente, eu devo dizer o seguinte: que a raiz desse problema, a raiz profunda, é o quê? É a total falta de navios brasileiros, tanto de carga geral como de passageiros. É bom que se diga que, quando nós tínhamos o Lloyd Brasileiro, eu servi em navio de passageiros, nós tínhamos quatro navios, e quando nós chegávamos nas Bahamas os nossos navios eram os melhores entre todas as nações que lá aportavam; eram alvo de visitas. Mas, lamentavelmente, o perdularismo deste País se desfez de todos eles, e hoje nós estamos à mercê de navios somente estrangeiros, que vêm aqui, faturam com os nossos concidadãos, levam para bordo, onde se gasta toda a despesa.

Em suma, ganham somas enormes de divisas, que deixam de ficar no Brasil, e além disso, além de

tirar o dinheiro do bolso do brasileiro, ainda exploram o brasileiro. Isso é demais, isso não é possível! Tem solução? Tem solução! Falta lei? Eu diria que não. Mas se faltar algum pedacinho de lei, está aqui o Senador para colocar a vírgula ou o pinga que estiver, porventura, faltando em algum i da legislação existe. Nós temos lei suficiente, sim. O que falta é formarmos uma brigada para coibir isso.

E digo mais: se houver infração reiterada, deve ser cancelado o acesso desses navios, porque a Convenção 147 proíbe a entrada de navios que estiverem descumprindo a legislação.

Quando começarmos a agir duro, da forma que eles agem conosco, em coisas muito menores, por pouca coisa, eles impedem a nossa exportação de carnes, como diuturnamente ocorre, por muito pouca coisa. E nós somos condescendentes com tudo o que acontece aqui no nosso País, uma terra rica, que tem o mar, que tem o sol, tem o clima, tem o fundo de comércio que nação nenhuma tem igual. Então, nós temos um verdadeiro tesouro.

Depois, Senador, seria importante fazer um levantamento do volume financeiro que as empresas de turismo estrangeiras auferem, para mostrar que todo e qualquer esforço que se empreende com contratação de funcionários. A equipe da fiscalização marítima é muito pouco; faço um elogio a ela, esses fiscais fazem esforço sobre-humano, e não fosse a existência deles, estaria muito pior. O Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho também precisam de investimentos, mais juízes, mais funcionários. Em suma, precisamos gastar com o homem, com o social. E digo mais: precisamos, Senador, controlar o fluxo de tripulantes a bordo desses navios, o embarque, a permanência e o desembarque homem a homem. Esse controle é fácil porque se controla o fato muito mais difícil que é o fluxo financeiro.

De forma que se pode estabelecer, dentre as soluções a serem estudadas, um controle rigoroso, objetivo, per capita. Porque não é possível: morreu, tem que esperar sair a notícia no jornal para saber que morreu, tem que esperar a família ficar gritando e ir para jornal, contra toda essa mídia que, obviamente, sofre o contrapeso desses grandes grupos econômicos, ressaltada, claro, a boa mídia que ainda nós temos no País.

Mas, como outras soluções, além da necessidade do controle efetivo do fluxo de embarque, desembarque e permanência, precisamos, Senador, da ratificação urgente da Convenção sobre o Trabalho Marítimo de 2006. Ali tem tudo, desde a admissão, trabalho, jornada, assistência médica, tudo está aqui. Aliás, o TAC andou na esteira dela, mas com essa Convenção, que é de

2006, ratificada a fiscalização do trabalho, a Justiça do Trabalho terá um instrumento seguro para aplicar de forma mais substancial à legislação do trabalho.

Precisamos, também, que sejam abertos inquéritos civis públicos pelo Ministério Público do Trabalho. Morreu, desapareceu, caiu no mar, que o Ministério Público do Trabalho abra um inquérito. E depois que concluir que houve crime, ou indícios, joga-se para a promotoria criminal também, para apurar o fato.

Entendo que o Ministério Público do Trabalho, que é sensível a essas causas, sempre que ocorrer alguma lesão, deve abrir o seu inquérito, seja de natureza criminal ou não, mas que abra o inquérito. E depois, coletadas as provas, manda para os canais competentes da Justiça.

Aliás, defendo que o Ministério Público do Trabalho deveria ter competência para inquérito criminal, quando se tratar de relação de trabalho, e não a Justiça criminal comum. O Ministério Público do Trabalho deve ter a sua atuação ampliada, como nesses casos aí. Morre, fica de mão enfaixada, se acidenta, e não pode abrir uma ação criminal. Então, acho que deve ser ampliado, ser estudado isso.

Além disso, nós precisamos, também, regularizar a situação dos tripulantes que trabalham a bordo desses navios. Como? Todos que trabalham a bordo desses navios cumprem contrato de forma permanente. Não são avulsos, não são eventuais. Eles cumprem contrato de meses. Então, eles são marítimos.

A Convenção do Trabalho Marítimo define marítimo como qualquer pessoa empregada ou contratada ou que trabalha, a qualquer título, a bordo de um navio, ao qual se aplica a Convenção. Então, caracterizando todos como marítimos, eles terão a proteção e a tutela dos sindicatos respectivos, inclusive no âmbito internacional, através da Federação Internacional dos Trabalhadores, da qual a nossa Federação e Confederação são filiadas e poderão ser o braço longo da fiscalização do Ministério do Trabalho, fiscalizando o navio em qualquer porto, sem qualquer empecilho.

Para finalizar, permite, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem dois minutos ainda.

O SR. LUCIANO PONCE PASINI JUDICE – Que se forme um grupo de fiscalização paritário, de forma ostensiva, para acompanhar o cumprimento do TAC. Porque o TAC está feito. É a lei. E o papel não fala, não anda, não age, não pune. É preciso que, sobre o papel, da lei que foi elaborada, também haja a fiscalização. E aí seria preciso haver um grupo de trabalho ostensivo, porque a situação exige e está prevista na nossa CLT e na legislação existente.

E, para finalizar, Senador, entendemos que proteger o tripulante é proteger os passageiros. Não estamos falando aqui só de tripulantes. Os passageiros estão comendo comida envenenada, malfeita e estão perdendo a sua saúde. E os tripulantes, com proteção, são os olhos da lei brasileira, serão os fiscais da relação “consumerista”, porque, até pelo Código de Defesa do Consumidor, a lesão é gritante, é enorme. Até isso entra. Proteger o tripulante é proteger a nossa dignidade, a soberania brasileira; enfim, é combater a exploração humana, que não é possível mais.

Muito obrigado. Desculpe o excesso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Luciano Ponce Pasini Judice, que é Diretor de Assistência Jurídica da FNTTAA.

Passamos a palavra à Sr^a Rosângela Bandeira de Oliveira, mãe de Camilla Peixoto Bandeira, que foi assassinada, conforme já foi discorrido.

Tem 10 minutos mais 5 e 5cinco, se necessário.

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – Bom, o caso da minha já é de conhecimento de todos, porém, algumas coisas deixaram de ser ditas, como, por exemplo, eu só tomei conhecimento, há pouco tempo, de que a minha filha já estava sendo ameaçada de morte. Faltava um período e meio para ela se formar em Direito. Estagiou na Defensoria Pública da Comarca de Saguarema. Minha filha, por várias, foi agredida: hematoma nos rins, hemorragia. Mas, no navio, é de 9h às 10h que você pode ser atendido. Passou disso, você não pode ser atendido. Então, todos do navio – comandante, todos – sabiam o que Camilla estava passando e nada fizeram.

Foi solicitado que a pessoa saísse da cabine. Ele disse que era marido da minha filha, nunca foi marido da minha filha. E há as normas, o regulamento da companhia que diz que você tem que apresentar uma certidão de casamento caso haja o casamento formal. Nada disso pediram. E ele já era conhecido, já havia quebrado outros contratos, enfim, impôs a vontade dele e ficou na cabine da minha filha. Camilla, primeiro contrato, na dela, enfim.

Para completar a história toda, segundo o inquérito sobre a morte da minha filha, minha filha foi queima de arquivo. A minha filha conseguiu desmembrar todo o tráfico da droga dentro do navio. E minha filha falava, a minha filha expunha, a minha filha não silenciava. Então, hoje, eu me sinto culpada por não ter minha filha, porque eu passei aos meus filhos tudo aquilo que eu sempre acreditei: caráter, dignidade, honradez. Então, eu criei os meus filhos assim. Mas, hoje, eu me defronto com uma realidade fria, cruel, triste. Isso não existe, é obsoleto. Não vale a pena você dar escrupulo, moral, tudo para um filho, porque ele morre, porque a

verdade, o contexto é o ilegal, é o promíscuo. Quem é certo, quem tenta honrar morre, porque incomoda.

Então, é tudo isso. E depois, como se não bastasse o assassinato de minha filha, ela ainda sumiu do cemitério onde foi sepultada. Então, eu estou há 2 anos e 11 meses lutando. Já houve várias perícias. O médico que fez a necropsia da minha filha, a princípio, botou como inconclusivo para enforcamento, estrangulamento ou esganadura. Após, o Ministério Público Federal, após os peritos, outros peritos, o primeiro perito, solicitado pelo Dr. Sandro Pataro, excelente Delegado Federal do caso da minha filha, solicitou o parecer de um perito de Brasília, logo após o fato, porque a Polícia Federal nunca duvidou de que a minha filha havia se enforcado. E esse senhor deve ser muitíssimo atarefado, ele deve ter inúmeros casos, e simplesmente ignorou o pedido do Dr. Sandro. Passaram-se 8 meses, quase um ano, e o Dr. Sandro solicitou outro parecer.

Resumindo a história: quando finalmente o Ministério Público Federal se deu por satisfeito com todos os laudos, se pediu um mandado de prisão. Ele foi formalmente indiciado por homicídio doloso. E quando saiu o mandado de prisão, do nada, num passe de mágica, aparece o laudo daqui de Brasília, que foi taxativo, notório, em que diz que ela se enforcou.

Suspende-se o mandado de prisão. O Ministério Público formula 50 perguntas, os quesitos, e manda para todos os médicos envolvidos no caso. Inclusive esse médico, eu acho que, depois que ele teve – quero crer que seja isso, porque eu acredito no ser humano, ainda –, depois que ele teve à disposição, em mãos, melhores informações, laudos, fotos, gravações, depois ele, com mais calma, já não afirma taxativamente que a minha filha se enforcou. Até mesmo porque os laudos, a forma cadavérica, os sintomas internos e externos são semelhantes em alguns aspectos, mas quem se enforca tem que ter o laço no pescoço até o final. Minha filha não tinha, minha filha foi até aqui; segundo, um lençol na cabine, no duto de ar-condicionado.

Meu filho tem um amigo que é engenheiro naval. Foi comprovado, por a mais b que aquele L do duto, que seria como parafuso, não comporta – você que é tripulante – o peso de duas camisas molhadas; e quando entraram a bordo, médico, enfermeira, comandante, ninguém viu lençol pendurado em lugar nenhum; viram a minha filha jogada no chão, sentadinha, encolhida na parede. O óbito foi constatado na cabine; minha filha retirada e levada para o hospital do navio. Por quê? Por quê? Pela lei, todo mundo sabe – isso é primário – o óbito foi ali, lacra-se a cabine e pronto. Mas, gente, uma tripulante assassinada por outro tripulante é um caso um tanto quanto mais complicado.

É isso aí: você tem filhos, você os educa, você dá amor, você acredita na sua nação, no seu país, mas, infelizmente, meu povo, não é bem assim que funciona. Eu estou há 2 anos e 11 meses lutando para que um assassino, já indiciado, seja preso. Segundo o Tribunal Marítimo, ele foi formalmente, pelo juiz relator, revisor, enfim, indiciado por homicídio doloso naquele tribunal.

Então, eu estou há 2 dois anos e 11 meses – meu filho com a vida paralisada, largou uma carreira belíssima – vivendo lutando uma luta desigual. É uma luta desigual, meus senhores. Até hoje... Eu fui tratada como lixo, eu fui recebida na garagem da MSC, para pegar 9 malas com aquele plástico que não tem como você tirar aquilo, porque eu teria que estar na Polícia Federal para assinar o meu depoimento, que foi tomado em Saquarema pelo Promotor, e eu teria que pessoalmente, na presença do delegado, assinar. Então, é desumano. Eu me senti um lixo, uma cachorra, sabe? A única coisa que eu disse para eles foi: “Vocês prestem bem atenção numa coisa: vocês nunca mais vão esquecer o nome Camilla Peixoto Bandeira. Nunca mais!”.

Senhores, eu sou uma mulher sozinha, com um filho, não tenho mais família. Não tenho. Tenho, sim, parentes ilustres, fazemos parte da história deste País. Fazemos, sim. Eu tenho orgulho disso, mas hoje me sinto envergonhada, pois os meus ancestrais lutaram por um país justo, pela igualdade, e hoje, gente, eu sou vítima disso. Está ali. Nada acontece. O corpo sumiu. O corpo da minha filha some de um cemitério, sabe? Foi achado há 2 meses, 3 meses.

Então, gente, eu peço, pelo amor de Deus, eu não sou a única mãe que está sofrendo. Nós temos aqui a mãe da Fabiana. Nós estamos aqui... Eu estou aqui na esperança de que esta Nação... Eu sou brasileira, meus filhos brasileiros. Pensem nas nossas famílias, façam alguma coisa. Gente, a corrupção está em todos os lugares. Isso tem que acabar. Porque se essas empresas conseguem o que elas conseguem...

Gente, o Senador desconhecia. Agora, os senhores tenham certeza: tudo meu filho mandava para Brasília. Tudo. Eu mandei e-mail para o gabinete presidencial do ex-Presidente.

(Soa a campanha.)

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA

– Tudo meu filho mandava para Brasília. Tudo. Agora, existem caminhos e caminhos. Tudo que acontecia nos navios, os tripulantes mandavam e-mail para o meu filho, meu filho entrava em contato com o Ministério do Trabalho e Emprego. Meu filho com a Polícia Federal, Superintendência. Desde o começo, ele vive,

esse tempo todo, em função de todos os passageiros e de todos os tripulantes.

Gente, eu peço, pelo amor de Deus, sabe? Façam com que eu tenha um pouco mais de fé no meu País, que a morte da minha filha e que a morte da Fabiana, gente, não tenha sido em vão, sabe? Que os seus culpados sejam devidamente responsabilizados, sabe? Isso não pode mais continuar. Foi minha filha, foi a dela, amanhã, meu povo, pode ser uma sobrinha ou uma neta de qualquer um de vocês aqui. É só isso.

E, por favor, pensem, pensem que a coisa é muito mais complexa. É muito mais complexa. Se você fala, você é ameaçada de morte. Nós demos uma entrevista para O Globo. E, após essa reportagem, a Dr^a Luciana Hernández Quintana, Procuradora da MSC, que me dá sempre o prazer de estar nas minhas reuniões do Ministério do Trabalho – ela gosta muito de mim, só que a recíproca não é verdadeira –, ligou para a minha casa dizendo que de nada adiantaria eu tentar deneigrir a imagem da MSC porque havia um dinheirinho da minha filha para receber. Eu falei: “Senhora, olha só, a senhora me desculpe. Eu só reconheço dois tipos de advogados: o com e o sem caráter. Eu não tenho estômago para falar com a senhora. Por gentileza, a senhora fale com o meu filho.” Então, eles simplesmente fazem o que querem. Eles mandam e desmandam. E nós não temos condições, meu povo, de lutar contra essas empresas. Nós não temos suporte financeiro. Não temos. Eu posso dizer aos senhores, hoje, eu tenho dívidas, porque é muito caro você embarcar um filho para trabalhar em um navio desses. Não se iludam, até os uniformes da minha filha, que ela pagou, foram roubados. Foi roubado dinheiro, notebook, e tudo comunicado à MSC. Nada restituído. Câmera digital, tudo. Tudo.

E outra coisa, meu povo, não tem lugar melhor para pedófilo estar, para homicidas estarem presentes do que em um navio de cruzeiro. É um país, meu povo. Não há lei lá dentro. Não há câmeras, não há nada. É muito fácil. Normalmente, os camareiros são de países das bandeiras de conveniência, onde não há um instituto como o Félix Pacheco, que faz um levantamento da vida do cidadão. Então, você tem uma filha de 12 anos, porque hoje as meninas estão bem desenvolvidas, com corpinho, e tem um pedófilo de 23. Gente, nada acontece. Eles fazem tudo. O que vocês quiserem, dentro daquele navio tem. O souvenir mais fácil é a droga. Porque de tudo tem ali, todos sabem. Nos convés daqueles navios tem de tudo. E se você tem dignidade e caráter e diz não, não se permite ser usada, te forjam um flagrante de drogas, te forjam um flagrante de drogas se você expõe, se você não é be-

ócia, se você tem uma instrução. Eles fazem de tudo para acabar, arrasar, com a sua vida.

Minha filha me contou o que estava acontecendo, muito en passant, nós não pensamos que aquele telefone estava conectado a uma central. Minha filha foi encontrada morta no dia em que ela ia quebrar o contrato, com as malas todas prontas. Porque tudo que ela falou comigo estava conectado a uma central.

Então, gente, é isso aí. As coisas só não mudam se não quiserem. Agora, eu vou manter a minha luta, independentemente de qualquer coisa, dessa lei ser ou não aprovada. Que nós venhamos a nos unir, que sejamos como as Mães de Maio, sem medo, sem lenço, sem documento. Vamos botar a nossa cara para bater. São nossos filhos, é a nossa honra, é a nossa dignidade, é o nosso País.

Gente, muito obrigada e desculpe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Sr^a Rosângela Bandeira de Oliveira, mãe da Camilla, que falou aqui em nome das mães e dos pais, enfim, que perderam seus filhos. E, naturalmente, falou em nome daqueles que sofrem nesses navios.

Eu queria dizer, D. Rosângela, que, de fato, é verdadeiro o que foi aqui afirmado. Eu só fiquei sabendo da situação graças ao Alexandre.

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA

– Mas, Senador, tudo foi enviado para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, a mim não.

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA

– Não, ao senhor não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mim, não. Se não, dá a impressão... Eu sei da sua indignação, e está correta...

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA

– Não, para o senhor, não, mas nós enviamos para o gabinete presidencial, responderam as nossas cartas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro, claro. Tudo bem. A senhora foi muito clara. Agora, esta Comissão, e agradeço ao Alexandre,...

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA

– E agradeço ao Alexandre por quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...que está aqui, que me procurou, porque me conhece desde a infância – dá para usar esses termos sem falar a idade, mas eu falo sempre a minha idade, minha idade é 62. O Alexandre me procurou e contou da situação da filha dele. A partir daí, fiz dois, três depoimentos em plenário, encaminhei requerimentos ao Itamaraty, fiz contato com o Itamaraty, e oxalá possamos sair, pelo menos no caso da sua filha, já que a perda de outras...

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA

– Minha última esperança é o senhor, porque o resto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E que consigamos uma solução rápida para a filha do Alexandre.

Um cafezinho e uma água aqui para a Srª Rosângela, que fez um belo depoimento, como fez também o seu filho, e que vai depois...

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – Ah, e estamos ameaçados de morte, esqueci de contar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quanto a isso, cabe-nos entrar no Ministério da Justiça com uma proteção...

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – Já mudamos de número telefônico várias vezes. ...a gente incomoda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com uma proteção. Mas depois o José fala... Não, mas tem que incomodar mesmo. Chamam-nos de rebeldes. Se não fossem os rebeldes, o que seria deste País e da própria humanidade?

Passo a palavra, neste momento, ao Luiz Alves Netto, Presidente do Sindicato Nacional dos Enfermeiros da Marinha Mercante.

O SR. LUIZ ALVES NETTO – Bom dia, Exmo Senador.

Srª Rosângela, eu quero me solidarizar com a senhora, porque sou pai de três jovens e jamais gostaria de contrariar a lei natural de ter que sepultar um deles. Isso até me emociona.

Esse problema de navio de passageiro é semelhante ao que ocorre nas plataformas marítimas. Por quê? Nas plataformas marítimas, existe uma gama de nacionalidades trabalhando e nenhuma legislação básica que norteie realmente e respeite os direitos humanos, a mínima garantia de direitos humanos.

Eu quero deixar aqui registrado que participei da primeira e única reunião realizada até hoje – não sei por que não houve mais –, que foi o I Simpósio Latino-Americano de Engenharia de Segurança e Higiene no Trabalho Marítimo, em que a preocupação com a saúde do trabalhador marítimo começava a aflorar. Na época, foi presidida pelo ilustre já falecido Senador e então Ministro do Trabalho, Arnaldo Süssekind. Nesse simpósio, que foi o primeiro e único, porque não sou muito de imagem, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários me deu a honra, junto com um oficial de máquinas, chamado Antônio, que era engenheiro mecânico, engenheiro eletricitista, de produzir um trabalho sobre a segurança e a higiene do trabalho marítimo para apresentar nesse simpósio internacional. O que me chocou foi observar as ins-

talações sanitárias e mesmo de habitabilidade desse navio de passageiros que, ao longe ficava – e fica – daquelas instalações do navio de carga. A higiene... À época, a gente não tinha a tecnologia do DVD e tal, então, temos eslaides na Federação, a cópia do trabalho com os eslaides devem estar na Federação e uma cópia de fita K7.

Então, vocês podem pedir à Federação e vão olhar nos eslaides que não há nenhuma instalação habitável, nem sanitária a bordo que se compare à imundície que se viu num navio de passageiro. E era um navio de carga, sempre viajei em navio de carga. Então, para vocês verem as condições de higiene a bordo desse navio de passageiros. Deveria ser o contrário, evidentemente.

Quem conhece o Rio de Janeiro, já ouviu falar da Central do Brasil. Durante muito tempo andei de ônibus e, às vezes tinha que utilizar o banheiro da Central do Brasil. Dá show em limpeza com esse banheiro que apareceu nesse navio de passageiro.

Também quero deixar registrado, não sou médico, sou enfermeiro, sou biólogo e sou advogado, professor de Educação Física, então, a área de saúde é meu habitat natural, mas não é preciso ser perito para saber que ninguém consegue se enforçar pendurando qualquer objeto que seja, corda ou lençol, no duto de ventilação de um navio, porque é semelhante a este que está aqui. Como vai passar um lençol por ali? Quem já viajou e viaja em navio, o duto de ventilação, o duto de ar condicionado é igual a este que está aqui, há condições de colocar algum lençol ali para se enforçar? Impossível isso. Então, não é preciso ser perito para saber que isso é impossível de acontecer.

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – Também internamente, as características.

O SR. LUIZ ALVES NETTO – Então, deixe-me falar para vocês. Essas coisas que cercam o falecimento da filha da senhora eram, no mínimo suspeitas.

A culpa que se coloca naquela epidemia de escabiose que ocorreu a bordo, quem é biólogo, igual a mim, que sou biólogo, entende dessa situação, posso de falar de cadeia. Existem três tipos de parasitas, um ácaro, falando tecnicamente, que acometem as pessoas com baixa higiene corporal. Um desses parasitas oportunistas é o sarcoptes scabiei, que é responsável pela escabiose, mas são três membros da família, como se fosse irmão, sobrinho e tio. Isso advém da mistura, do uso as roupas quando se levam para lavar. Lava-se roupa de tripulante junto, de passageiro, de pessoas que vêm a bordo contaminadas, que fazem aquele minicruzeiro. Você mistura aquilo e, se a higiene não for bem aplicada, vai transmitir para os outros automaticamente, lençol e tal.

Então, tiveram que culpar alguém: “O pessoal que vem de terra para cá.” Isso, na realidade, é a falta de higiene no trato, no manuseio com as vestimentas dessas pessoas e com a roupa de cama e tal.

Esse atendimento, mal comparando com o hospital do Governo, trabalhei no Hospital Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e trabalhei no Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, aquele pessoal ali jogado no chão sendo atendido... No Getúlio Vargas, no Salgado Filho e no Souza Aguiar é menos pior, pelo menos o cara fica numa maca sem colchão, mas é numa maca, não é no chão. Então, é menos pior. Eu tive caso... Como falei para vocês, sou enfermeiro, então, não nasci sindicalista, viajei quase 16 anos a bordo de navios cargueiros do Lloyd Brasileiro e tive caso de ter que desembarcar tripulante para tratamento de saúde no exterior, inclusive o comandante. O comandante foi atendido em Hong Kong, se não me engano, no hospital do governo, Rainha Elizabeth, hospital que há em Hong Kong, hospital de Primeiro Mundo, hospital do governo. O comandante foi para lá.

Então, isso também ocorre devido à falta de fiscalização. Quem fiscaliza isso? A Anvisa e o Ministério da Marinha fiscalizam isso. A má-formação das pessoas que vão tripular esses navios também concorre para que isso ocorra. O Dr. Rinaldo falou que para cumprir o TAC nós deveríamos ter pelo menos um fiscal, alguém embarcaria como se fosse um fiscal espião, algo parecido. Tenho uma solução para isso: obrigar as empresas a contratarem profissionais aquaviários. Esses são legitimamente representados pelo Sindicato dos Aquaviários e, sendo representados pelo Sindicato, poderá haver um membro do sindicato embarcado como tripulante normal, esse será o fiscal natural da coisa, ele tem imunidade, não vai ser mandado embora, vai apontar, mostrar o dedo.

Eu tive um caso recente, falo em plataformas, porque eu participei do grupo de trabalho do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, que elaborou um regulamento, levou 2 anos, começamos em outubro, de 2010, para... Vejam bem, apenas para normatizar o tripulante enfermeiro a bordo das plataformas, porque estava havendo esse desmando que ocorre em navio de passageiro. Desvio de função era o que mais chegava ao Conselho, porque, embora sejamos aquaviários, temos uma profissão regularmente regulamentada e tem um conselho de fiscalização, que é o Coren. Então, as pessoas confundiam conselho com sindicato e levavam as reclamações que deveriam ser levadas ao sindicato ao Conselho. O Conselho me chamou. Eu falei: “Olha, eu entendo bastante de navio, vamos elaborar um trabalho para ver se sai uma resolução para normatizar isso aí? Vamos elaborar.”

Começamos a trabalhar. Essa resolução saiu e está em fase de análise pelo Conselho Federal. Por quê? O desvio de função que ocorre lá é em decorrência do mesmo que ocorre na plataforma, porque o todo-poderoso geralmente é um comandante que geralmente é de outra nacionalidade, que jamais respeita as leis brasileiras. Então, tenho um associado que é engenheiro e está na plataforma de uma empresa – posso dizer o nome porque ela já foi notificada – a Braview. Esse tripulante, que é um enfermeiro, sofreu um assédio moral, queriam que ele fosse, nada mais, nada menos, o vigia da embarcação, ficasse na porta vigiando a embarcação, porque não sei quem estava doente. Ele se recusou, disse: “Não vou fazer isso, não faz parte das minhas funções.” Determinaram que ele lavasse todos os bebedouros que existiam nessa plataforma, que são vários. Ele também se recusou. Tentaram demiti-lo e só não o demitiram porque ele tem imunidade sindical. Deram um castigo para ele, desembarcaram-no. Para ele foi ótimo, mas para nós foi ruim, porque perdemos aquele homem que olhava lá e zelava por aquilo ali. Desembarcaram-no e ele ganha sem trabalhar, porque ninguém quer um cara desses que incomoda a bordo.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ ALVES NETTO – Então, quero dizer a vocês que o Termo de Ajuste de Conduta e qualquer outra norma que venha a ser implementada no ambiente aquaviário, tanto para o controle sanitário, como das condições de trabalho, que também se mesclam... Se você tem um controle sanitário bom, você vai ter menos doentes a bordo. A maioria das doenças que ocorrem em navios são por motivo...

Eu nunca vi um caso de navio em que eu tenha viajado em que havia enfermeiro, que trabalhava, de alguém ser acometido por uma infecção, quer seja por protozoários, sarcoptes scabiei, que é esse da escabiose, ou aquele corporis, que dá no mendigo, no corpo todo. Jamais, porque havia higiene, havia controle, havia alguém que controlava isso, havia uma missão de higiene. A bordo desses navios, do navio de carga... Veja bem, o navio de carga não deveria ter controle nenhum. Há uma comissão de saúde responsável pela fiscalização da qualidade do alimento, do qual o enfermeiro faz parte, das condições de habitabilidade a bordo e das condições ergonômicas que do tripulante são exigidas no seu trabalho. Isso a bordo do navio de carga, que não deveria ter essa preocupação toda. Imagine um navio de passageiro ficar entregue... A pessoa faz o que quer; dane-se. O comandante é que manda e você tem que obedecer. Não é bem por aí.

O que vai tolher isso aí é a obrigatoriedade de um acordo coletivo de trabalho para os tripulantes desses navios. Todos os acordos coletivos de trabalho... Eu fiquei horrorizado porque o tripulante tinha que pagar o remédio, a consulta médica. Todos os acordos coletivos de trabalho que são assinados pelos sindicatos aquaviários...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais 2 minutos.

O SR. LUIZ ALVES NETTO – ...e patrocinados pela Federação preveem obrigatoriamente assistência médica gratuita para os tripulantes e seus familiares, e o traslado e a hospitalização. Então isso falta. Eu quero dizer aos senhores o seguinte: isso ocorre porque 99% dessas pessoas que trabalham como “tripulantes” – entre aspas – a bordo não são aquaviários; eles são tripulantes, mas não são aquaviários, porque a legislação permite isso.

Então, Senador, eu tenho certeza de que a Federação vai trabalhar, junto com a equipe de V. Ex^a, no sentido de formar um grupo de trabalho para tentar não... O TAC é uma coisa paliativa, emergencial...

A SR^a ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA (Fora do microfone.) – Não adianta nada.

O SR. LUIZ ALVES NETTO – Adianta, senhora, mas é uma coisa emergencial. Mas que seja criada uma lei específica para o setor.

Eu gostaria de, mais uma vez me solidarizar com a senhora e dizer que nós do segmento aquaviário estaremos sempre prontos a receber qualquer... Quem trabalha em navio de passageiro pode chegar à Federação, que a Federação vai receber e tomar as providências cabíveis junto às autoridades competentes.

Quanto ao TAC, eu quero agradecer a colocação de obrigatoriedade de um enfermo ou médico brasileiro, porque a pessoa morre, às vezes, porque é atendido, nesses casos. Você tem uma tripulação de várias nacionalidades, tem um paciente, um passageiro ou tripulante de outra nacionalidade e um médico que tem que fazer a tradução, e sabemos que nem sempre a tradução que você faz de uma coisa é aquilo que realmente está ocorrendo.

Então, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Espero que haja novas audiências públicas nesse sentido. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito, Luiz Alves Netto, Presidente do Sindicato Nacional dos Enfermos da Marinha Mercante.

Pelo que percebo, nós temos que caminhar de fato em legislação. Quando, aqui, no Brasil, a gente percebeu – e isso todos sabem infelizmente –, e não

é só no Brasil, mas em outros países do mundo, que ainda há o trabalho escravo, depois de muita luta aprovamos aqui contra o trabalho escravo, uma proposta de emenda à Constituição, que foi para a Câmara, voltou para cá agora e estamos lutando para aprová-la com as correções.

Mas o que é a PEC do Trabalho Escravo, essa proposta de emenda à Constituição? Quando for verificado o trabalho escravo na propriedade daquele cidadão, ele perde a propriedade; perde a fazenda, a fábrica; e isso tanto na área urbana como rural. Percebo eu que, a partir desse debate, vamos ter que entrar também com uma PEC do trabalho escravo, porque isso aqui também é trabalho escravo, é trabalho escravo. O que eu estou vendo aqui é trabalho escravo, não tenho nenhuma dúvida, e ainda trabalho escravo com assassinato, em muitos casos, como foi lembrado. Essa PEC de Trabalho Escravo não é mais área e na área rural, é também no mar; é também nas águas. Quando for comprovado que está havendo um procedimento de trabalho escravo, o proprietário do navio, a empresa vai perder o navio. É uma forma de avançar. (Palmas.)

Eu sei que há toda uma questão internacional, mas nós temos que ver como vamos discutir isso, inclusive com a Consultoria do Senado. Como é que você tem aqui no Brasil um navio que vem de outro país, nas nossas águas, sob o regime de escravidão de trabalhadores. Aí a diplomacia vai nos ajudar a ver qual é o caminho a discutir, claro. Estou colocando, como força de expressão, que teríamos que ter também uma proposta de combate ao trabalho escravo na água, no mar, no oceano, enfim, não só na terra. É lamentável! Ouvimos cada depoimento aqui! O depoimento mais impactante foi o da Sr^a Rosângela, que chocou a todos.

Passo a palavra agora para José Américo Gonçalves Pessanha, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional dos Taifeiros, Culinários e Panificadores Marítimos. Dez minutos com mais 5.

O SR. JOSÉ AMÉRICO GONÇALVES PESSANHA – Muito bom dia para vocês.

Senador Paim, eu vou fazer uma explanação muito rápida. Antes, porém, eu gostaria de ler um pedacinho, um trecho da carta que recebi no dia 23 de janeiro de 2012, de um pai aflito. Diz ele:

Senhores, minha filha trabalha atualmente no navio MSC Orchestra como assistente de serviços gerais. As condições são degradantes. Ela trabalha 16 horas por dia num regime de quase escravidão. De novembro a abril, o navio faz cruzeiro no litoral do Brasil. Não sei o que fazer, pois os desmandos são enormes e a remuneração prometida não é cumprida. Enfim, existem milhares de brasileiros nessa situação.

É possível alguma atitude? Esses trabalhadores estão sob a guarda do Estado brasileiro? Como dito, não sabemos como agir. O navio é de bandeira panamenha, a empresa é italiana.

Solicito orientação no que couber, pelo que fico muito grato.

Esse é um pai aflito com uma filha dentro de um navio desse maluco.

Com referência ao navio de passageiros que nós tratamos entre nós, os sindicalistas, como navio branco, quando era de empresa brasileira, do antigo Lloyd Brasileiro, os trabalhadores eram de 400 a 800 dentro de um navio. A tripulação, entre oficiais, suboficiais, marinheiro de máquina, marinheiro de convés, taifeiro, cozinheira, camareira, camareiro, barbeiro (só que este não pertencia ao nosso sindicato), esses trabalhadores, por cada seção, eram protegidos por um sindicato. O sindicato dos taifeiros, cozinheiros e panificadores era dirigido por mim, que fiscalizava o serviço deles a bordo. O marinheiro de máquina, que era uma quantidade grande também, tinha lá um delegado do sindicato dele. Do sindicato dos marinheiros de convés tinha um delegado do sindicato deles, assim como tinha o nosso delegado a bordo para fiscalizar o desmando, as coisas horrorosas que poderiam acontecer.

Felizmente, naquele tempo, Senador, não existia essa perversidade, esse descabro e nós tocávamos o barco sem esse índice que estava ali, o índice de coisas ruins que vêm acontecendo. Não acontecia, porque nós dirigíamos aqueles cidadãos e havia fiscais a bordo e, quando acontecia, nós recorriamos ao Ministério do Trabalho. Então, nós tínhamos lá toda essa gama de trabalhadores com fiscalização nossa.

Quando o Lloyd vendeu os navios brancos e passou somente a operar com navios de carga, de diversos tipos de carga, nós perdemos o contato com esse povo. Por quê? Porque vieram os navios brancos de diversas partes do mundo já com tripulante deles. Nós não alcançamos esse povo porque eles não têm nacionalidade brasileira, não têm documento da Marinha Brasileira. Então, nós não podemos fazer nada. A única coisa que hoje posso fazer, como no caso da carta desse pai aflito, é repassar para o ministério. No seminário, eu conversei com a fiscalização do porto, e eles têm nos atendido. Mas, quando extrapola, a agência que contratou a cidadã ou o cidadão é que deve ser processado, como eu orientei esse pai. Eu não dei assistência jurídica a ele porque ele estava em Santa Catarina e eu no Rio de Janeiro, mas orientei-o a entrar firme na Justiça contra essa agência de viagem. Eles têm que resolver a questão.

Há mais, gente. Hoje para se entrar em um porto brasileiro, depois que houve aquele acidente, aquela

coisa horrorosa que aconteceu nos Estados Unidos com aqueles dois prédios, passou-se uma ordem mundial de que, em qualquer porto, tem que haver uma rígida, uma extrema fiscalização, para que ninguém entre em um navio estrangeiro ou nosso mesmo. Então, o que acontece? Um sindicato legalizado, fiscalizado pelo Ministério do Trabalho, fiscalizado pela nossa Federação, Confederação, nós não podemos botar um pé dentro do porto sem que a empresa nos autorize. A empresa tem que autorizar o sindicato a entrar no porto para fiscalizar um navio. Disso nós somos impedidos; uma ordem mundial que partiu não sei de onde. Parece que foi dos Estados Unidos. E nós não conseguimos entrar para fiscalizar ninguém, nem os nossos navios. Para nós entrarmos, temos que pedir licença à empresa, depois pedir licença ao cais para entrar, para ir lá até para fazer uma assembleia a bordo.

Meus senhores, a coisa está desse jeito. Eu espero que se faça uma comissão, como foi sugerida pelo Paulo Lindote, uma comissão para fiscalizar esses navios urgente urgentíssimo agora no carnaval. Pegar eles pelos pés no carnaval. Uma comissão urgente urgentíssima. Peço aqui ao Presidente Ricardo Pontes que a gente se reúna para fazer um evento desse contra essa gente ruim.

É só isso, Sr. Senador, e muito obrigado pelo convite. Foi um prazer imenso conhecer o senhor pessoalmente. Lá no Rio de Janeiro, se fizerem um bloco carnavalesco do PT vão sair milhares de pessoas, porque o senhor é muito querido lá entre os aposentados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito obrigado, José Américo Gonçalves Pessanha, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional dos Taifeiros, Culinários e Panificadores Marítimos.

Já que todos os painelistas usaram a palavra, vou passar a palavra a José Godolphim, para que ele apresente... A sua mãe, a Dr^a Rosângela, digo doutora porque ela foi brilhante aqui na exposição, pediu para você trocar de lugar, ela vai para aí e você vem para cá, e apresenta, então, o que tinha solicitado para mim, e eu disse que você faria no final, as propostas que você já compilou. A partir delas, poderei remeter ao Ministério do Trabalho, aos fiscais do trabalho, as propostas concretas e mesmo no que for concernente ao Parlamento.

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO –

Bom, senhoras e senhores, o que nós acreditamos ser extremamente necessário e viável, eu sei que muitas dessas implementações vão precisar de logística, empenho, mas principalmente vontade política. Algumas são bem fáceis e outras, bem complexas, mas acho que todas elas são de suma importância para proteger

os brasileiros em um navio, independentemente de ser passageiro ou tripulante. Com isso aqui, se tudo isso aqui fosse aprovado, seria perfeito. Mas eu sei que muita coisa não vai passar, porque há muito interesse obscuro por trás.

Adequações a serem postas às armadoras que virem explorar a costa brasileira para fins econômicos.

Todas as cabines das embarcações, sejam de passageiro ou de tripulante, devem dispor de meio de visualização externa, sem abertura da porta, o famoso olho mágico.

Todas as cabines de embarcações, sejam de passageiro ou de tripulante, devem dispor de chave eletrônica acionada por cartão, onde todo acesso será gravado, horário e data, por software de controle. Que tais informações estejam disponíveis a qualquer tempo a pedido da autoridade competente.

Exigir que os navios de cruzeiro cubram 100% das áreas comuns, interna e externamente, bem como as áreas privativas da tripulação e oficiais de cabine com câmaras de vigilância com tecnologia de visão noturna em áreas de pouca luminosidade.

Que as imagens das câmeras de vigilância estejam disponíveis a qualquer tempo por meio de solicitação oficial da autoridade competente, para fim de auxiliar e elucidar crimes a bordo, objetivo de investigação policial em curso.

Adulteração de qualquer tipo e ainda exclusão de trecho dessas gravações serão interpretadas por ato de má-fé, acarretando aos infratores as penalidades da legislação no curso do processo penal agravante para eventuais penas.

As imagens somente poderão ser deletadas do servidor do navio após um mês de armazenamento sem solicitação de revisão.

No ato da assinatura do contrato de trabalho, em caso do tripulante, claro, ou na compra de um pacote turístico, no caso dos passageiros, a empresa operadora de cruzeiro ou a agência de turismo intermediadora deve fornecer uma cópia da futura lei que regulamentará o setor.

Para fins de controle de carga horária estabelecida em lei e pagamentos de eventuais horas extras, armadoras ou proprietárias de navio de cruzeiro deverão se adequar à norma imposta pela CLT, em seu art. 74, §2º, que versa sobre a obrigatoriedade da implementação de sistema de registro eletrônico de ponto, observando-se as diretrizes estabelecidas pela Portaria do Ministério de Trabalho e Emprego nº 1.501, de 2009.

No ato da assinatura do contrato, em caso de tripulante, ou na compra do pacote, em caso de passageiro, a empresa ou operadora de cruzeiro ou agência de turismo intermediadora deve fornecer telefones dos

escritórios da Polícia Federal, Anvisa, Antaq, Capitania dos Portos, Ministério Público do Trabalho, hospitais, SAMUs mais próximas aos locais de atracagem desses navios para facilitar a comunicação de eventuais crimes ou acidentes e providenciar, assim, todos os meios necessários para auxiliar a vítima.

Em caso de paradas no exterior, devem constar dados: endereço, telefone e e-mail do consulado ou embaixada brasileira mais próxima.

A futura lei que regulamentará o setor deverá ser publicada nos sites oficiais, como Antaq, Anvisa, Capitania dos Portos, Ministério do Trabalho, Ministério do Turismo e ainda nos sites das armadoras, proprietárias ou operadoras das agências de turismo que comercializam a costa desse setor.

É terminantemente proibido o monitoramento de conversas telefônicas de passageiros ou tripulantes por parte de prepostos da armadora, salvo em caso de autorização judicial, por parte da autoridade competente.

É vedado o monitoramento de tráfego de dados, rastreamento ou bloqueio de acesso à Internet de passageiros ou tripulantes por parte de prepostos da armadora, salvo em caso de força maior devidamente comprovada.

As armadoras devem fornecer gratuitamente o Hotspot em área restrita aos tripulantes, com velocidade mínima de 30% da máxima comercializada na embarcação, sem identificação pessoal nem rastreamento por IP para fins de facilitar a comunicação com as autoridades competentes mais próximas de incidentes, crimes e assédios ocorridos a bordo.

É de responsabilidade da armadora prover acompanhamento psicológico ao nacional vítima de crime a bordo e ainda a seus familiares se solicitado.

Em casos de crimes graves cometidos em navios de cruzeiro, o comandante deve prover meios (Internet, telefone), para que a vítima, familiar ou testemunha, de forma gratuita, possa relatar o crime, para as autoridades competentes (Polícia Federal, Anvisa, Antaq, Vigilância Sanitária, etc).

Sobre crime graves entende-se, violência sexual, desaparecimentos, óbitos a bordo de qualquer natureza, tentativas de homicídio, agressão física grave (mão livre, arma de fogo, ou arma branca), tráfico de drogas, furto de bens e valores acima de R\$5 mil.

Todos os navios são obrigados a manter um livro de registro centralizado de todas as queixas de crimes, e torná-lo disponível mediante pedido de autoridade competente, para fins de exercerem funções oficiais no curso de Investigação.

As armadoras por meio do comandante da embarcação deve relatar todo e qualquer incidente, crime ou surto de doença a bordo, por meio de um hotlink

que será elaborado pelas autoridades competentes brasileiras com intuito de agilizar a implementação dos meios necessários para a resolução do ocorrido.

As informações que devem ser passadas as autoridades nacionais são:

- O operador da embarcação;
- O nome da linha de cruzeiro;
- A bandeira que o navio estava a funcionar no momento em que o incidente relatado ocorreu;
- A idade, nacionalidade e o sexo da vítima e do acusado agressor;
- A natureza do alegado crime ou reclamação, incluindo se o suposto autor foi um passageiro ou tripulante;
- O local aproximado do navio no momento do incidente e, se for conhecida, a posição, no momento em que o comando ficou a par da situação;
- A hora, data, relatório inicial do ocorrido, e atitudes tomadas pelos prepostos da armadora;
- O número total de passageiros e tripulantes na viagem.

Toda embarcação de cabotagem a longo curso de empresa ou armadora estrangeira, com sede no Brasil, que explore economicamente, o mar territorial e costa brasileira, preferencialmente deverá ser inscrita no REB (Registro Especial Brasileiro), adequando-se aos direitos e deveres oriundos desta inscrição, para facilitar a fiscalização e adequação das novas normas.

No caso de empresa estrangeira sem sede no Brasil, fica vedada a exploração econômica da costa brasileira para fins de cruzeiros marítimos.

Os armadores/proprietários/fretadores terão um ano para as devidas adequações técnicas regidas por esta norma (desde que as adequações inerentes ao governo brasileiro estejam finalizadas).

Normas de saúde, a serem adequadas pelas embarcações.

Armadores e/ou operadores de cruzeiros devem manter disponível no centro médico, medicamentos antirretrovirais e outros medicamentos destinados a prevenir doenças sexualmente transmissíveis após uma agressão sexual;

Armadores e/ou operadores de cruzeiros devem manter disponível no centro médico, todos os meios adequados para avaliar, medicar e estabilizar um paciente até a chegada de resgate aéreo.

Armadores e/ou operadores de cruzeiros devem manter disponível no centro médico, na proporção de 10% do número de pessoas a bordo, meios adequados para realização de exame que confirme agressão sexual (kit estupro).

Todos os profissionais de saúde a bordo deverão ser credenciados e avaliados previamente pelo Conselho Federal de Medicina ou Conselho Federal de Enfermagem.

É obrigatório que todos os profissionais de saúde a bordo tenham ao menos 3 anos de prática médica comprovada.

É obrigatório que haja, ao menos, um nacional no corpo médico, e outro no corpo de enfermeiras, para melhor entendimento dos sintomas dos pacientes, e, consequentemente, melhor atendimento.

Em caso de violência sexual, fica expressamente vedado o compartilhamento de qualquer informação referente ao ato por parte do comandante do navio (exceto a contenção do suposto agressor relatado pela vítima, até a chegada de autoridade competente), especialmente informações médicas confidenciais, para a linha de cruzeiro ou proprietário de navio ou qualquer representante legal desta, sem o prévio conhecimento e escrita aprovação do paciente, ou familiar.

O centro médico deve funcionar 24 horas por dia.

Fica vedada a limitação de horário para atendimento da tripulação.

Limites de Acesso da tripulação.

Para fins de facilitar o controle e investigações de crimes cometidos a bordo, armadores/operadores devem programar procedimentos e restrições a respeito da qual os tripulantes têm acesso a cabines de passageiros.

Regionalizar a tripulação, ou seja, elaborar cronograma de trabalho, em que os tripulantes atendam sempre às mesmas cabines.

Em caso de solicitação justificada por escrito do passageiro esta escala poderá ser modificada.

Notificação de crimes a bordo.

Proprietário / operador do navio deve contatar o escritório mais próximo da polícia federal ou consulado/embaixada brasileira no exterior o mais rapidamente possível após a ocorrência do crime especificando-o.

Deve apresentar um relatório para as autoridades competentes, assim como facilitar o trabalho de investigação com todos os meios disponíveis e necessários (câmeras de vigilância, depoimentos, relatórios médicos etc.).

Da abrangência desta lei.

A obrigatoriedade dos repasses de denúncias de crimes, por parte das empresas aos órgãos competentes nacionais, investigação e julgamento dos mesmos, no âmbito desta medida são aplicáveis --independentemente da bandeira de registro do navio e, se a empresa armadora é de propriedade, no todo ou em parte, de uma empresa brasileira ou pessoa física nacional, e ainda, se a empresa mantém filial no Brasil

independentemente da nacionalidade da vítima, se o crime é cometido dentro da jurisdição marítima do Brasil.

E ainda:

Se o delito é cometido por ou contra um nacional Brasileiro fora da jurisdição de qualquer nação;

Se o delito ocorre no mar territorial brasileiro;

Se o delito é cometido por ou contra um nacional em um navio durante uma viagem que partiu ou terá como destino um porto brasileiro.

Se o delito foi cometido contra um brasileiro em jurisdição de qualquer nação, observando-se o princípio da extraterritorialidade, observando-se as condições preconizadas pelo Código Penal Nacional, em seu art. 7º, §§ 2º e 3º

Adequações impostas pela lei ao Governo brasileiro.

Deve ser elaborado um banco de dados nacional dos tripulantes e passageiros que entrem ou saiam do país por navios de cruzeiros.

Esse banco de dados deve ser sincronizado com o banco de dados de criminosos da Interpol, para dificultar a entrada e saída de criminosos do país, e com isso coibir crimes como tráfico de drogas, armas, e terrorismo.

Em todos os portos e locais de embarque ou desembarque de navios de cruzeiros, deve haver fiscalização por parte de autoridade nacional competente de entrada e saída de passageiros e tripulantes, com revista pessoal, detector de metais e ainda máquinas de raios X – afinal nós teremos Copa do Mundo e Olimpíadas e isso tem que ser feito de qualquer maneira, senão vamos sofrer um ataque terrorista, não há dúvida.

O Governo Federal, por meio da Capitania dos Portos e Polícia Federal, deve cadastrar todas as armadoras com filial no Brasil, seus navios que trafeguem em nossas águas e agências de fretamentos, e criar um hotlink direto, entre o comando do navio e os órgãos a fim de cadastro em tempo real de crimes e incidentes ocorridos a bordo, facilitando e agilizando os meios necessários para a resolução dos problemas.

Em todos os portos e locais de embarque ou desembarque de navios de cruzeiros, devem ser fixados em locais de fácil acesso cartazes com telefones pertinentes, mais próximos ao local, como Samu, Vigilância Sanitária, Anvisa, Antaq, hospitais, Ministério Público do Trabalho, Polícia Militar e Federal.

O Governo Federal deverá criar um cadastro nacional de vítimas de violência sexual, e seu(s) agressor(es) comprovado(s) e impor às empresas de cruzeiros que relatem todos os crimes de cunho sexual a bordo.

A fim de prevenir, coibir crimes e fiscalização, em cada temporada Brasileira, a Vigilância Sanitária,

Anvisa, Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público do Trabalho, fiscalizarão todas as embarcações de cruzeiros que atracarem em portos brasileiros, por não menos que duas vezes, sem aviso prévio aos armadores (exceto em casos de crimes relatados e surtos de doenças).

Quando um crime for relatado em navios de cruzeiros, em território nacional, caberá ao Governo brasileiro prover os meios necessários para que as autoridades competentes tenham acesso à embarcação de maneira mais rápida possível.

Em casos de acidentes, crimes, ou doentes a bordo em estado crítico, quando a embarcação encontrar-se em território nacional, caberá ao Governo nacional, providenciar resgate aéreo para socorro a(s) vítima(s), sendo o valor despendido para tal resgate ressarcido posteriormente pela empresa/armadores/proprietário/fretador de cruzeiros, em favor do Governo brasileiro.

As autoridades competentes somente liberarão a embarcação para seguir viagem em que houve um crime de alto poder ofensivo, após todos os procedimentos investigatórios terem sido concluídos (perícias, depoimentos, recolhimento de provas) a fim de elucidação dos fatos.

Em casos de surto de doença que acometa as pessoas do navio, a embarcação somente será liberada após minuciosa inspeção da Anvisa e Vigilância Sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele informa que todos têm cópia, aqui se faz um quadro geral...

Mas vamos encaminhar da seguinte forma: esta campanha que vocês estão ouvindo é para chamar os Senadores a virem votar no plenário. Mas vamos fazer o encaminhamento e concluir a nossa audiência pública de forma bem objetiva.

Esse documento todo vai ficar uma cópia comigo e vamos encaminhar às considerações finais do Ricardo Leite, que fará suas propostas de encaminhamento em nome de todos os convidados, mas eu, de pronto, já informo um dos encaminhamentos. O que for de legislação, vocês poderão apresentar, baseado nesse documento, aqui na própria Comissão – e pode ser no nome da própria Federação –, e o projeto começa a tramitar em nome da Comissão de Direitos Humanos.

O que não for legislação, eu peço que você encaminhe, neste momento.

O SR. ALEXANDRE FRASSON – Senador, me permite um minutinho. Eu só quero...

As vítimas aqui presentes ficaram um pouco constrangidas em falar e eu vou falar, então, em nome deles. Ontem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Alexandre, fala seu nome na íntegra.

O SR. ALEXANDRE FRASSON – Alexandre Frasson.

Ontem, nós tivemos uma reunião com as vítimas e na conversa esses desabafos que vocês ouviram aqui da D. Rosângela, essas pessoas, até agora, não receberam qualquer indenização por parte das armadoras. Nenhuma indenização.

Esse pessoal perdeu trabalho, está vivendo só disso, vivendo ainda em luto, com imensas dificuldades financeiras, não têm um advogado que possa acompanhar, o advogado faz quando pode. Então, a situação é bastante terrível e ainda não foi feita justiça a essas pessoas. Vou citar três jovens aqui: Camilla, que foi assassinada; a Fabiane e a Laís Santiago – três jovens que foram brutalmente assassinadas, todas elas, de certa forma.

Jovens mulheres...não sei se tem alguém aqui da Secretaria das Mulheres, da Secretaria de Direitos Humanos, se foram convidadas. Não estão aqui, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eles pediram que eu encaminhasse a eles um vídeo da audiência. E assim eu farei.

O SR. ALEXANDRE FRASSON – Exato.

Essas são as grandes vítimas disso.

Teria que ver com o Sr. Ricardo Ponzi e com o Sr. Luciano de que forma essas pessoas – não é o meu caso, porque eu tenho condições financeiras de tratar o caso da minha filha, mas de que forma essas pessoas podem ser ajudadas, com apoio jurídico. E que as autoridades aqui presentes acelerem esses processos. Fazer justiça é fazer com que a situação da Camilla, da família da Camilla tenha os seus direitos garantidos. Que a pessoa que a assassinou e a armadora que foi conivente sejam devidamente responsabilizada; que a armadora, que fez o que fez com a Fabiane, sejam devidamente responsabilizadas e paguem o devido seguro para que essas pessoas possam sobreviver.

Esse é o apelo que eu faço.

Depois desta reunião, acho que seria importante a gente se reunir para ver de que forma essas pessoas poderiam ser ajudadas. Essas e as que não estão aqui presentes, como a Laís Santiago, cuja família não pôde vir porque não tinha como vir, não tinha recursos.

A situação é terrível. Acho que teria que haver uma ação imediata.

Outra sugestão que eu dou: boa parte da norma que o José leu aqui foi em contato com a ICV, não é José? A ICV é uma entidade americana, formada pelo Kendall Carver – veja como isso é curioso, Paim, Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode me chamar de Paim, como eu te chamei de Alexandre.

O SR. ALEXANDRE FRASSON – Paim. Estou acostumado e abri um parêntesis e lhe agradeço muito, Senador. Eu sabia que se havia uma pessoa que poderia nos ajudar, não só no caso da minha filha, mas no caso de todas as vítimas aqui, essa pessoa seria o senhor, aqui neste Senado, que sempre foi independente, uma pessoa muito coerente. E lhe agradeço muito por isso – eu e minha família e acho que todos aqui. Tenho certeza de que, agora, as coisas vão começar a andar. Não tenho dúvida.

Agradeço também ao Ministério das Relações Exteriores, que, a partir dessa conversa com o senhor, não está medindo esforços para tentar solucionar o caso da minha filha. É um Ministério que tem nos ajudado muito.

Mas eu tenho uma outra sugestão: esse senhor Kendall Carver, que é o presidente do ICV (International Cruise Victims) era um passageiro normal, com a família, em um navio de cruzeiro, e se deparou com a seguinte situação: a filha dele foi violentada sexualmente – não sei se era menor. Era uma menor?

Ele se deparou com isso: “Minha filha foi violentada.” E aí ele tentou responsabilizar a armadora. Ele tentou ir atrás da legislação para saber de que forma poderia punir e responsabilizar. E não conseguiu. Não conseguiu por causa de todas as artimanhas que vocês citaram aqui.

E a partir daí, ele organizou essa entidade não governamental e que agrupa pessoas do mundo inteiro. E aí começaram a fazer estatística através de dois cadastros. Essas estatísticas estão no site dele e seria importante usar. Eles estão contabilizando as mortes, os crimes que estão sendo cometidos.

Através desse trabalho do Sr. Kendall Carver, daí se vê... inclusive o José faz parte da ICV, assim como a D. Rosângela, a Fabiane, a Camilla. Então, o que aconteceu? Eles conseguiram sensibilizar um Senador nos Estados Unidos, chamado John Kerry e uma Deputada chamada Doris Matsui, que elaboraram um projeto de lei e um conjunto de normas, em que boa parte do que o José leu foi espelhado. E conseguiram aprovar no Congresso americano. É o único país, hoje, que tem uma regulamentação e normas, em que as armadoras não podem fazer nos Estados Unidos o que fazem aqui.

E por isso que eu digo que quem fiscaliza não é o Ministério do Trabalho, quem fiscaliza é o FBI. Porque quem tem que fiscalizar todos os ministérios que têm alguma relação precisam, mas aqui a Polícia Federal tem que fazer.

A sugestão que eu dou e que tinha falado com o José: eu acho, Senador Paim, que fundamentaria muito essa questão se esse Senador americano e a Deputada fossem convidados para uma audiência aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FRASSON – Não, ele iria ter. Numa próxima audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou entendendo a sugestão e, de pronto, eu acato. Vamos convidá-lo. A próxima audiência terá que ser em fevereiro ou março. Inclusive, antes mesmo da vinda dele, eu achei interessante a sua fala, Alexandre, nós precisamos ter acesso a essa lei, porque é a lei é pública. A assessoria já faria contato...

O SR. ALEXANDRE FRASSON – Esses dois e mais o Sr. Kendall Carver, que é a pessoa que foi vítima e que organizou e sensibilizou alguns parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos pensar nessa possibilidade.

Claro, eu farei o convite, mas tem que ver a possibilidade de eles virem. E daí vocês têm que ajudar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FRASSON – Exatamente. Inclusive, eles foram convidados pelo parlamento australiano e, neste momento, ele estava lá na Austrália para que essa lei americana que foi aprovada, que a norma, fosse divulgada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como diz aqui o José, que sirva de molde para outros países – palavras dele.

O SR. ALEXANDRE FRASSON – Exatamente. É isso aí. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns pela fala, Alexandre.

Só um minutinho. De vez em quando, o Presidente pega a palavra e só passa.

Eu queria que você falasse. O Alexandre eu conheço, é um militante forjado na luta. Forjado, lá no chão... e fez uma bela colocação aqui.

O SR. ALEXANDRE FRASSON – Então, mais uma coisinha. Eu ouvi o Luciano falando, eu também sou de origem italiana. As minhas conversas com a Costa Crociere, que tem sede em Gênova, mostram a seguinte situação – isso é fato, não é nenhum exagero: nós, brasileiros, assim como os latino-americanos e asiáticos – principalmente filipinos – somos tratados como uma sub-raça. Nós temos evidências escritas, eu tenho evidências escritas: nós somos uma sub-raça. Uma sub-raça passível de qualquer tipo de tratamento, de violação contra todo e qualquer direito humano. Somos uma sub-raça”.

Lá no Rio Grande do Sul tem a Comissão de Direitos Humanos, onde eu comecei todo o negócio, porque me encaminharam... Aí o Paim começou a negociação, não é, Paim? E depois, com a ajuda do Jair Krischke, que é uma grande referência. A Comissão de Direitos Humanos está fazendo todo um trabalho, lá, sobre a questão da escravidão, da vinda dos haitianos para o Brasil. E foi um trabalho muito bem feito. O problema é que o que algumas empresas e alguns proprietários – grandes proprietários – estão fazendo com os haitianos, as armadoras já fazem com brasileiros e com latino-americanos há muito tempo.

Então: “(...) nós somos uma sub-raça, somos tratados como semiescravos e acontece todo tipo de...” É como assim, pessoal, a gente estava comentando ontem na nossa reunião. É como um navio de cruzeiro, que tem toda aquela pompa, aquele glamour, tem aquela fachada, mas existe um submundo que está mostrado – e foi mostrado ali – em que acontece de tudo. E todas as pessoas que estão nesse navio, passageiros ou tripulantes, que não têm a noção do risco iminente que correm, ficam surpresas quando acontece uma tragédia, como há pouco se cometeu. Então, estamos diante de um risco terrível, com vítimas de um capitalismo selvagem, que leva a toda e qualquer consequência para garantir a sua ganância, e, lamentavelmente, tem a convivência da grande imprensa brasileira, que não fala disso, não fala desses absurdos, não dá nenhuma cobertura para esse tipo de absurdo que estamos vendo aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Luciano queria fazer uma colocação.

O SR. LUCIANO PONCE PASINI JUDICE – É só uma pergunta. E depois dessa lei americana, os navios de cruzeiros continuam frequentando portos americanos? Houve alguma retração? Após essa lei americana e essa fiscalização do FBI, como se comportou? Houve retração ou retaliação? Os navios deixaram de ir aos Estados Unidos por causa disso?

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – A indústria dos cruzeiros, nos Estados Unidos, é a maior do mundo.

O SR. LUCIANO PONCE PASINI JUDICE – Feitos por essas mesmas empresas?

O SR. JOSÉ GODOLPHIM BANDEIRA NETTO – Por essas mesmas empresas.

O SR. LUCIANO PONCE PASINI JUDICE – Então, nós temos que seguir a esteira, fazermos a mesma coisa ou sermos ainda mais duros. E, para finalizar, no dossiê de propostas de lei temos que prever que já existe em convenção internacional suspensão de acesso a

portos nacionais toda vez que for constatada violação contra os direitos humanos, violação por escravidão do trabalhador a bordo ou do passageiro a bordo.

Então, impedir aquela embarcação seria menos rigoroso do que se apropriar da propriedade da embarcação. Impedir que aquela embarcação frequente portos nacionais durante determinado período, porque isso vai na alma, vai no dinheiro, vai no bolso e é isso que o capital entende. Esse capital selvagem e escravagista.

Nós poderíamos até, Senador, pensar num projeto rápido, específico para dar uma tramitação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Ricardo, nos encaminhamentos, iria fazer essas propostas. Ele vai propor, agora, aqui, para tentarmos fechar.

O SR. LUCIANO PONCE PASINI JUDICE – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A minha preocupação é que não se abra todo debate novamente. O Luciano contribuiu.

Ricardo com a palavra, para os encaminhamentos finais.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – Obrigado, Presidente Paim.

Como sugestão de encaminhamento, eu acho que nós deveríamos,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço à Secretaria-Geral da Comissão que anote os encaminhamentos.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – ... primeiramente, uma sistematização dessa problemática. O que é de legislação, o que alguns ministérios podem fazer, o que a Anvisa pode fazer, o que a Marinha pode fazer e o que o Ministério do Trabalho pode fazer. Já podem fazer! Então, se nós sistematizarmos isso para encaminhamento, vamos ganhar tempo. Já encaminhando a questão da ratificação do convênio marítimo 2006. A gente vai provocar o Ministério do Trabalho para que encaminhe ao Congresso – encaminharemos ao Presidente Paim – para que trate de agilizar a ratificação, no Brasil, do convênio 2006, que diz respeito à jornada de trabalho, condições de saúde e condições de segurança das tripulações a bordo das embarcações nas águas jurisdicionais brasileiras.

Eu diria, Senador, que o ideal mesmo seria que nós tivéssemos, nas nossas águas, navios brasileiros, tripulados por brasileiros, com legislação brasileira. Isso seria o ideal. (Palmas.)

Mas temos que trabalhar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No mundo real.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – No mundo real. Então, que nós fizéssemos uma sistematização.

O apelo que eu faço, Senador, é que a Marinha seja convocada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai ser convocada.

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – Porque há algumas competências que são da Marinha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será convidada.

Pessoal, eu vou propor...

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA (Fora do microfone) – Eu posso falar uma coisa que esqueci de falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, agora, tem que ser no encaminhamento. Se não for no encaminhamento...

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA (Fora do microfone) – ... inclusive, esse senhor dos Estados Unidos... acionaram a Discovery, em Londres, e eles é que nos ajudam lá fora. A Discovery está fazendo um documento sobre crimes a bordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pegue o microfone, por favor.

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – Mortes a bordo, crimes a bordo de navios de cruzeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai ser muito importante esse documentário, para a gente passar.

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – E esse documentário está quase... Documentário demora bastante tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem sabe na próxima audiência ele já esteja pronto.

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA DE OLIVEIRA – ... mas esse documentário já está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu proponho o seguinte encaminhamento... Aqui, pessoal, eu tenho sempre cuidado com todos os meus convidados... sejam da mesa do plenário... de que aqui na audiência pública nós possamos dar visibilidade para a questão, que é o objetivo. No final, a gente dá os encaminhamentos que cabem à Comissão, como, por exemplo, encaminhar as denúncias às autoridades competentes e muitas vezes vai nessa linha que o Ricardo propôs: a formação de um grupo que sistematize e me apresente, dizendo: "Paim, isso aqui é o que nós queremos que se aprove como lei", como fizemos no caso dos autistas, pessoal.

Pode ser sonho, mas é realidade. Os autistas vieram numa reunião comigo, eu propus uma audiência

pública, viemos para a audiência pública, os próprios autistas elaboraram um projeto de lei amplo com dezenas de artigos, eu indiquei uma relatoria, aprovamos aqui e o projeto passou a tramitar em nome da Comissão de Direitos Humanos. Foi aprovado na Câmara, no Senado e está com a Presidenta, mediante acordo firmado de que vai sancionar a matéria, provavelmente a semana que vem. É fato e é real.

Não foi só esse. Inúmeros outros projetos surgiram. O Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial são propostas que surgiram de audiências públicas e uma produção – eu diria – de quase uma emenda popular, porque aqui na Comissão é possível.

Esse projeto não sai no nome do Senador Paulo Paim. Esse projeto, se assim se entender, porque tem de ser uma entidade de caráter nacional, vai tramitar, por exemplo – se for o entendimento de vocês –, em nome da Federação. Eu acato, indico a relatoria ou assumo a relatoria, se for o caso, aprovamos aqui a sugestão de vocês e ele passa a tramitar no Senado, em nome da Comissão de Direitos Humanos, mas, claro, na justificativa dizendo que surgiu de um processo como esse que nós estamos montando aqui, agora.

Então, Ricardo, se a Federação entender assim, que a Federação fique na coordenação desse grupo que vai reunir com as entidades, porque vocês vão acumular... E me apresentem, o mais rápido possível, uma proposta sistematizada daquilo que entendam que eu possa encaminhar. O que for da legislação é comigo, os outros vocês terão de encaminhar pelas vias competentes.

Mas também, se vocês reunirem e disserem o seguinte: “Olha, Paim, o importante é que você encaminhe para o Ministério do Trabalho um ofício em nome da Comissão, por exemplo, aprovando o... essa que você falou...”

O SR. RICARDO LEITE GOULART PONZI – o convênio 2006... o Convênio Consolidado Marítimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, para que eles remetam para cá e eu, então, encaminhe. Faria o ofício tranquilamente.

Então, contem comigo. Sou parceiro. Tudo que eu puder fazer, farei, dentro, naturalmente, das minhas limitações de um humilde Senador, um peão metalúrgico lá do Rio Grande, que por obra do povo gaúcho e com a bênção de Deus está aqui no Parlamento inteiramente à disposição de vocês.

Os encaminhamentos serão conforme o combinado.

Obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública. (Palmas.)

ATA DA 83ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia dezessete de dezembro de dois mil e doze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: Paulo Paim e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e senhoras Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte Pauta, em duas partes. Primeira parte. Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 140 de 2012 – CDH, aprovado em 28/11/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “apresentar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Direitos Humanos”. Convidados: Acioli Antonio de Olivo, Assessor Parlamentar – representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário-Geral, representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – MOSAP; Francisco Luís Lima, Auditor-Fiscal do Trabalho – representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Chico Vigilante, Deputado Distrital – PT; Dalila Fernandes de Negreiros, Ouvidora Substituta, Representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Berenice Pianna de Pianna, Grupo Mundo Azul; Neusa Pivatto Muller, Coordenadora Geral dos Direitos do Idoso da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República; Maciel de Aguiar, Escritor, Curador da Exposição “Arte Tribal Africana”; Lucieni Pereira, Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil – ANTC; Sérgio Ricardo Costa Caribe, Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU; Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina; Carlos Penna Brescianini, Professor, Representante do Blog Ambiente e Transporte; Roberto John Gonçalves da Silva, Diretor de Políticas Temáticas, representante da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Hu-

manos da Presidência da República; Daiane de Oliveira Lopes, Socióloga, representante do Ministério da Educação; Cléber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário – CMI; José Carlos Torves, Diretor Membro da Executiva – representante da Federação Nacional dos Jornalistas; Yuri Rafael Della Giustina, Diretor do Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades; Renato Henry Sant’anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Marlete Queiroz, Representante da Associação dos Ciganos Calons; Marcos Terena, Professor de Cátedra Indígena Internacional; Moacir Meirelles, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas; José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes; Joilson Antônio Cardoso, Secretário de Políticas e Relações Institucionais da CTB; Marcelo de Oliveira Nicolau, Assessor da Ouvidoria Agrária Nacional – MDA – representante da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo; Lucienne Fontes Cenizio Couto, representante dos Pequenos Fabricantes de Equipamentos e Software para Gestão de Ponto; Antonio Augusto de Queiroz, Assessor Parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; Ticiania Imbroisi, Assessora Parlamentar – FUNAI; Vera Bayma, Psicóloga; Deraldo Goulart, Jornalista. Segunda parte. Deliberativa. Item 1. Requerimento – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 146, de 2012. “Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a questão de Prevenção de Queimaduras. Para tanto gostaríamos que fossem convidados a Dra. Maria Thereza Sarto Piccolo, representantes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Ministério da Saúde e outros a serem definidos por esta Comissão”. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Extra pauta. Item 1. Requerimento – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 147, de 2012. “Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a situação dos aposentados e pensionistas das forças armadas”. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com

o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 83ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência pública.

Nos termos do Requerimento nº 140, de 2012, aprovado em 28.11.2012, de autoria deste Senador e de outros, hoje, a nossa audiência será para apresentar o que foi feito entre 2011 e 2012 e as projeções para 2013 e 2014.

Temos aqui um número suficiente de convidados para montarmos de quatro a cinco Mesas. Eu começaria, enquanto chegam os convidados, a fazer uma pequena apresentação que a assessoria da Comissão montou.

Não se preocupem, meus convidados, porque eu não vou ler tudo isto aqui. Isto aqui é resumo dos trabalhos da Comissão. São quase 200 páginas. Se eu lesse as 200 páginas, vocês me tirariam de imediato da Presidência. Não se preocupem porque eu não vou ler. Vocês é que vão falar.

Eu só quero dizer que esta nossa audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado e pela Internet, pelos canais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8; TV Digital, canal 51; e pela Rádio Senado.

Eu vou apenas ler a apresentação, as primeiras duas páginas, e, então, vamos começar a formatar a Mesa, para que os primeiros convidados possam usar da palavra.

Audiência pública, CDH 2011-2012.

Hoje é, para nós todos, um daqueles dias ímpares, que há de ficar na memória de cada um de nós.

Depois de dois anos nesta Comissão, em meu segundo mandato – quatro anos, se olharmos um pouco para trás –, estamos finalizando os trabalhos da Comissão nesta semana.

Nesse período, promovemos audiências, reuniões deliberativas e administrativas, tudo com um único objetivo: atender à demanda da população de todo o nosso País. Foram tantos os pedidos de audiências e votações que, em dois anos, deliberamos 530 proposições. Houve 530 votações; realizamos 152 audiências

públicas, que nos envolveram quase que de segunda a quinta; os debates foram livres, atendendo a todos, inclusive projetos de iniciativa popular, desde que uma entidade de caráter nacional os apresentasse – a Benenice Piana de Piana, que está aqui, poderá falar, e vai falar sobre o Projeto dos Autistas, por exemplo, que, para alegria nossa, já está na mão da Presidenta para transformar-se em lei.

Enfim, aqui foram ouvidos todos: empresários, trabalhadores, servidores, o Executivo, o Judiciário, ciganos, quilombolas, índios, idosos, aposentados, pensionistas, motoristas, jovens, trabalhadores e trabalhadoras, homens, mulheres, enfim, de todas as áreas, pessoas com deficiência, negros, brancos, jornalistas, servidores, ambientalistas, profissionais da área médica, empresários, sindicalistas, mães e pais de filhos adotivos. Portanto, aqui a todos foi dado espaço.

Entretanto, houve um espaço que eu reconheço que aqui não usou o tempo necessário, e eles não foram ouvidos, mas vão falar hoje para vocês. Eles me procuraram, por intermédio do Pimenta – está aí o Pimenta? –, que é ligado à Cobap. Refiro-me aos militares aposentados e pensionistas das Forças Armadas e também àqueles que estão na ativa. Eles me procuraram, ao longo desta semana. Nós vamos também ouvi-los, no dia de hoje, e já ajustar uma audiência para ouvi-los. Se depender de mim, os trabalhos serão retomados no dia 4 de fevereiro, e essa audiência poderá ser exatamente no dia 4 de fevereiro, quando ainda estarei no exercício da Presidência. Mas eles falarão aqui. Há esposas de militares da ativa e também representantes de militares aposentados e pensionistas que falarão da situação deles em relação a essa busca de uma grande caminhada que envolva a todos, homens e mulheres, das áreas pública, privada, civil e militar; enfim, todos que entendam que o momento é de avançarmos para que todos sejam atendidos nas suas demandas básicas, mediante denúncias que chegam a esta Comissão.

A Comissão de Direitos Humanos é para todos. Aqui não quero saber se é civil, militar, índio, branco, negro, cigano, pobre, rico. Todos são ouvidos. E, naturalmente, no debate nós vamos apontar caminhos, não é, Mosap? O Mosap está presente? Enfim, a intenção nossa aqui... Claro, depois, quem quiser terá cópias desse material.

Nós também formatamos um livro dos trabalhos da Comissão do ano de 2011, porque o de 2012 só sai daqui a 1 ou 2 meses. O livro era para estar pronto hoje pela manhã, mas não ficou pronto. Eu entendo. Muito trabalho na gráfica. Mas a partir de amanhã o livro estará pronto. Quem quiser o livro do ano de

2011 pegue no meu gabinete, a partir de amanhã. E o de 2012, daqui a uns 30 dias, também estará pronto.

Enfim, ao longo desses anos, muitas reuniões foram realizadas, sempre na linha de ajudar todos a encontrarem o brilho do olhar. Milhares de pessoas viram aqui na Comissão uma porta da esperança, uma chama que se acendia, uma luz que iluminava para que as suas propostas circulassem dentro do Congresso e repercutissem na sociedade. Pela vontade incessante de ver as conquistas acontecerem, com garra, determinação e persistência, o sonho, por mais longe que parecesse para muitos, aqui tivemos oportunidade de ver alguns, naturalmente não todos, tornarem-se realidade. Por fim, tudo aquilo que tira o sossego da alma, do coração, que nos inquieta aqui foi debatido.

Quero lembrar, no dia de hoje, de alguns temas cujo debate fizemos questão de aprofundar. Lembramos, por exemplo, que, no dia 22 de março, nós debatemos aqui as ações nacionais e internacionais de combate à fome e à miséria, no Brasil e no mundo.

Ainda em março, no dia 28, debatemos o Estatuto da Igualdade Racial.

Em 5 de abril, tratamos aqui sobre os acidentes de trânsito envolvendo ciclistas e motociclistas, fazendo um levantamento do número de mortes nas vias urbanas e rodovias brasileiras. Recebemos aqui, naquele mesmo dia, inúmeras sugestões que resultaram na caminhada da regulamentação da profissão de motorista, como também de mais dados para o Estatuto do Motorista, regulamentação da Lei do Motorista, que já é lei.

No dia 11 de abril, tivemos aqui um grande debate sobre o Dia Nacional do Sistema Braille. E no dia seguinte, a Comissão debateu sobre a aplicação da Lei Maria da Penha, já que a violência contra as mulheres, infelizmente, continua crescendo no País.

Em 13 de abril, fizemos o debate para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que também segue a linha de combate às violências. Ainda em abril, no dia 17, debatemos sobre a violência nas escolas, principalmente a agressão contra os professores. Dois projetos que eu tinha apresentado, vindos de professores do Rio Grande do Sul, aqui nós debatemos.

Dia 19 de abril, lembramos aqui, num grande debate, o Dia do Índio. Apresentamos as políticas para a população indígena e discutimos a importância de retomar a discussão do Estatuto dos Povos Indígenas.

Ainda em abril, recebemos aqui o Tribunal de Contas da União, que nos apresentou programas para fiscalizar as ações dos governantes.

Ressalto, ainda, que em abril discutimos sobre a ameaça dos juízes federais, que estavam sendo ameaçados de morte em alguns Estados. E, também nesse mês, aprofundamos a discussão sobre a im-

portância do Dia Nacional da Empregada Doméstica, que contribuiu para que depois surgisse a PEC das Empregadas Domésticas, já aprovada no Senado e que agora está na Câmara.

A saúde foi outro tema que a Comissão aprofundou e debateu com muito carinho. Nesse sentido, lembro aqui que, em maio, com a presença da Anvisa, discutimos a retirada ou não de circulação dos medicamentos inibidores de apetite. Foi um debate duro, firme, daqueles que pensavam a favor e contra.

Debatemos também, nesse mesmo mês – e avançamos no mês seguinte –, a violência contra os jornalistas, em prol da liberdade de imprensa. E também foi foco da nossa audiência o assassinato de jornalistas no Brasil e no mundo.

A Comissão de Direitos Humanos, como não poderia deixar de ser, abordou aqui, inúmeras vezes, o debate sobre a política salarial dos aposentados e pensionistas. Aprofundamos e fomos para o debate inclusive da peça orçamentária, buscando o fim do Fator e uma política de reajustes reais para os aposentados e pensionistas que ganham entre um e cinco, seis salários mínimos, porque ninguém ganha os famosos dez salários mínimos.

Maio foi um mês realmente forte. Além do que já lembramos aqui, a CDH apresentou soluções e desafios para combater a violência no seu todo.

A importância da cidadania cigana foi lembrada por nós aqui na CDH, depois de longo debate. Está aqui a representante do povo cigano.

Enfim, eu só quis introduzir algumas coisas, mas não vou, naturalmente, continuar lendo, porque prometi não ler as duzentas páginas, e vocês é que vão falar. Mas eu fiz uma pequena introdução. Nós vamos, depois, permitir que as pessoas tenham acesso. É muita coisa. E aqui é só um resumo daquilo que nós tentamos fazer nesse período.

Eu pergunto à assessoria se já está organizada a primeira Mesa, para que possamos... Teremos inúmeras Mesas. E pelo que me informaram, teremos um vídeo na abertura. Não? Não está aí o nosso representante? Está bem.

Bom, vamos lá, então.

Vamos à primeira Mesa. São tantos convidados que nós faremos as Mesas e depois multiplicaremos e abriremos a palavra ao plenário, naturalmente.

Convidamos aqui, pela ordem que eu recebi, que deve ser a ordem de chegada, Acioli Antonio de Olivo, Assessor Parlamentar, que representa, nesta audiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Seja bem-vindo. (Palmas.)

Esteve conosco, durante esse período, inúmeras vezes.

Convidamos Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas, o famoso Edison, do Mosap; Francisco Luís Lima, Auditor-Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral representando a Nova Central Sindical de Trabalhadores. Sejam bem-vindos.

Convidamos também o Moacyr. Está aqui.

Vamos fazer, então, uma montagem aqui de quatro em quatro representantes. Depois, vamos para a segunda Mesa. Já para a segunda Mesa, pela ordem que eu tenho aqui, seria Dalila Fernandes de Negreiros, Ouvidora Substituta, representante da Seppir, que já está aqui; depois, na segunda Mesa, já está presente também, Neusa Pivatto Müller, Coordenadora-Geral dos Direitos do Idoso, representando a Ministra Maria do Rosário; Eloi Ferreira de Araujo, da Fundação Palmares; e Maciel de Aguiar, escritor e curador da Exposição Arte Tribal Africana. Essa seria a segunda Mesa. Depois, vamos seguindo.

Mas, para ganharmos tempo, como são inúmeros os que vão usar a palavra, faço um apelo: quem quiser fazer uma saudação, quem quiser aprofundar, aprofunda, mas que ficassemos entre 5 e, no máximo, 10 minutos, porque, pela lista de pessoas que gostariam de usar a palavra – está aqui o Senador Cristovam, que falará a qualquer momento –, nós teremos, no mínimo, uns 30 painelistas no dia de hoje.

Eu fiz um resumo, aqui, Senador Cristovam, dizendo que a Comissão realizou cerca de 600 votações e mais de 150 audiências públicas. Estão todas resumidas neste trabalho, neste período.

Hoje é uma reunião de balanço e, ao mesmo tempo, apontando para 2013, 2014, uma contribuição para aquele que assumir a Presidência da Comissão – aquele ou aquela.

Então, de imediato, passamos a palavra ao Sr. Acioli Antonio de Olivo, Assessor Parlamentar, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – Bom dia a todos e a todas! Gostaria de agradecer, em nome do Ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, este convite feito pelo Senador Paim. Ao mesmo tempo, cumprimento o Senador Paim, cumprimento a Mesa toda, cumprimento os presentes e, em particular, o Senador Cristovam, que também é sempre um parceiro da ciência, tecnologia e educação.

O Ministro Marco Antonio Raupp sentiu-se muito honrado, pois, pela terceira vez, foi convidado para participar de audiências públicas nesta Comissão: uma vez, ele participou; e nas outras duas, não pôde. Hoje, ele está fora de Brasília e pediu para representá-lo.

Vou ser breve, dentro deste contexto. Mas eu quero fazer algumas colocações sobre as ações do Ministério da Ciência e Tecnologia que vão na direção das ações que esta Comissão defende, que é a ação de incorporação do cidadão e o exercício da cidadania.

Parece paradoxal que um ministério como o da Ciência e Tecnologia, envolvido com tantas ações relacionadas à ciência, tecnologia e inovação, seja frequentemente convidado pelo Senador Paim por uma Comissão de Direitos Humanos. Mas não é paradoxal. Vou falar a respeito de nossas ações, e vocês perceberão que, na realidade, o Senador Paim tem uma sensibilidade muito grande para perceber que o discurso político, dissociado da prática, é vazio, só serve para manipulação das massas. (Palmas.) E o discurso político, quando acompanhado pela ação, permite a ação e o exercício pleno da cidadania.

Quando eu era garoto... Eu nasci com uma deficiência na minha perna direita e, por conta disso... Os que estão aqui presentes sabem como são as mães das pessoas com deficiência... Estou usando a expressão adequada: pessoas com deficiência. Outro dia, a Presidenta, em um evento, falou “pessoas portadoras de deficiência”, e alguém fez uma observação que eu achei de muito bom humor. Disse a pessoa: “Eu não sou uma pessoa portadora de deficiência, porque, se eu portasse a deficiência, eu preferiria sair de casa sem a deficiência.” Então, são pessoas com deficiência. Eu tinha uma deficiência, que ainda persiste hoje, e a minha mãe não me deixou ir para a escola, à época adequada, porque você sabe como são as mães de pessoas com deficiência, são verdadeiras lobas e sabem que eu seria alvo do que hoje chamariam bullying. Então, eu fui alfabetizado em casa, com uma cartilha que vinha na revista Cruzeiro – o Senador Cristovam deve saber que cartilha é essa. Era uma cartilha do tipo “vovô viu a uva” e tal, à época pré-Paulo Freire.

Mas meu pai, que era um semianalfabeto, mas gostava muito de comprar livros e desviava do recurso orçamentário escasso dinheiro para comprar livros, tinha livros do Marx em casa. E, quando eu comecei a me alfabetizar, minha mãe me mandava ler “o vovô viu a uva”, e meu pai dizia: “Leia este texto do Marx aqui!”. E, ao ler alguns textos, havia uma palavra cujo significado eu não conseguia entender: “práxis”. E o Marx já dizia que a práxis tem que ser associada ao discurso, à prática. O Gramsci, depois, renovou, atualizou Marx.

Então, o Senador Paim é um Senador que todos nós admiramos, porque tem o discurso político, mas vai em busca da prática para tornar esse discurso consequente, um discurso orgânico no sentido de que ele serve para a inclusão da pessoa e o exercício da cidadania.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, nesse aspecto, tem diversas linhas, mas eu vou resumir em três que acho extremamente importantes: a primeira são os chamados Centros Vocacionais Tecnológicos.

(Soa a campanha.)

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – Os Centros Vocacionais Tecnológicos permitem aos Municípios instalar ações de educação profissional de forma que as pessoas de mais baixa renda possam se formar tecnicamente, pleitear bons empregos e geração de renda: o exercício pleno da cidadania.

Nós temos dois exemplos que eu acho importantíssimos: um é em Cubatão, uma das cidades mais ricas do mundo, mas com um dos piores IDHs, porque os bons empregos de Cubatão são disputados por pessoas fora de Cubatão com capacitação. Hoje, o Ministério da Ciência e Tecnologia está implantando em Cubatão um Centro Vocacional para que as pessoas de baixa renda de Cubatão possam ter acesso ao ensino profissional e disputar os bons empregos. Em Camaçari e em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul, nós também vamos implantar um.

Então, os Centros Vocacionais são exemplos da ação do Ministério da Ciência e Tecnologia, que permitem a inclusão das pessoas de baixa renda no mercado de trabalho qualificado.

Outra ação do nosso Ministério é a chamada Tecnologia para Inclusão Social, na qual nós temos a chamada Inclusão Digital, que permite, através de várias ações do Ministério, financiando convênios com prefeituras, que as pessoas se capacitem e entrem no mercado através da Internet, da inclusão digital, das redes digitais. Esse é um assunto que nos interessa e que permite o acesso a várias pessoas. Um grande número de pessoas já foi beneficiado.

Mas, dentro da inclusão digital e social, nós temos uma linha recente que nos orgulha muito: são as chamadas tecnologias assistivas. Não sei se vocês acompanharam, no domingo – não nesse, mas no domingo passado –, o programa de TV da Regina Casé, que levou a Presidenta Dilma ao Sarah, que é uma instituição pública referência nacional em tecnologias assistivas. Lá, a Presidenta Dilma falou muito claramente: “O Sarah é um exemplo do uso de recursos públicos que beneficia todos.” O Sarah é um hospital para ricos e pobres, e ele tem as tecnologias assistivas. E, dentro dessas tecnologias assistivas, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem a missão institucional dedicada pelo Governo de implantar em todo o País projetos de tecnologia assistiva, que vão desde as chamadas cadeiras de roda inteligentes, que permitem – o Sarah é um exemplo disso; tem um departamento de tecno-

logia muito importante – ao cadeirante poder se movimentar em sua residência e fazer todas as atividades possíveis – ele não está preso a uma simples cadeira de rodas; é uma cadeira com um elevador, que o permite, inclusive, acessar os livros da sua biblioteca, os armários, e assim por diante. É um exemplo de uma ação que estamos trabalhando e incentivando.

Mas também temos ações como, por exemplo, as interfaces homem-máquina, que permitem às pessoas com deficiência visual usar a tecnologia de redes sociais, computadores e tudo mais. E o nosso amigo aqui na frente certamente usa o Twitter.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Luciano.

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – O Luciano usa Twitter, Facebook. Por quê? Porque existe uma interação homem-máquina – e o Senador disse que o Luciano...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Escreve. Ainda é poeta o Luciano.

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – E é poeta. Ou seja, permite às pessoas com deficiência visual ou outros tipos de deficiência usar as tecnologias mais modernas e se incluir nesse mundo digital.

E, hoje, Senador, quem não está no mundo digital não existe. Eu tenho um irmão que é ligado a essas tecnologias, e um dia ele perguntou para mim: “qual é o seu Facebook?” Eu falei assim: eu não tenho Facebook. Ele falou: “você não existe”. Então, permite isso.

E também, mais longe, existem as tecnologias que permitem a interação cérebro-máquina. O nosso grande cientista Miguel Nicolelis é um exemplo. Ele está trabalhando em uma interface cérebro-máquina que permitirá, muito em breve, com os bons resultados que ele tem publicado, que a pessoa que não tem...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIOLI ANTONIO DE OLIVO – ... os te-traplégicos possam ter ações através da sua vontade. Através de chips implantados no cérebro, eles podem ter uma interação com equipamentos e podem exercer e ter uma série de atividades que hoje lhes são proibidas.

Então, todas as ações de tecnologia assistiva que o Ministério da Ciência e Tecnologia apoia, junto com um programa do Governo Federal, são nosso orgulho.

E, nesse aspecto, eu diria que o Senador Paim, ao nos convidar – o Ministério da Ciência e Tecnologia –, tem essa sensibilidade de saber que o Ministério da Ciência e Tecnologia pode conseguir, pode transformar as pessoas que têm deficiência em pessoas que possam ter o pleno exercício das suas ações e exercer, assim, a sua cidadania.

Senador Paim, em nome do Ministro Marco Antonio Raupp, agradeço este convite. Estaremos, em 2013, sempre como parceiros desta Comissão, que sempre nos honrará com o seu convite, e aqui estaremos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, este foi o Acioli Antonio de Olivo, Assessor Parlamentar do Ministério de Ciência tecnologia e Inovação, que diversas vezes esteve conosco e hoje veio nos prestigiar, no encerramento, e apontando lá.

Eu queria, com alegria, registrar, além do Senador Cristovam, sempre presente conosco – uma salva de palmas para ele aqui (Palmas.); ele vai já usar a palavra –, a presença aqui também de um Deputado Distrital, que foi um grande Deputado Federal, e que fez questão de vir aqui, não é, Chico Vigilante? O Chico Vigilante é Deputado Distrital, mas tem inúmeros projetos, que ele trabalha para aprovar aqui dentro. E ele é fruto, digamos, desse trabalho integrado de homens e mulheres que querem o melhor para nosso País e, principalmente, para a nossa gente.

Por isso, Chico, sente-se aqui na frente. Há lugar aqui.

Uma salva de palmas para o Chico Vigilante. (Palmas.) Depois, o Chico vai também participar de uma Mesa e falar de seu trabalho.

Como a Assessoria levou a minha lista de todos os meus convidados, eu vou então chamar o Moacyr Roberto Tesch, para que, neste momento, use seu tempo.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Primeiramente, eu gostaria, enquanto articulam para colocar um DVD que eu gostaria de apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem quiser apresentar DVD, todos estão liberados.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Então, na hora em que estiver...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Olhe aquele cartaz, lá atrás, bonito. Chico, olhe lá. Leia lá, Chico. O que diz lá, Chico Vigilante? Sei que isso é obra sua, Chico. Isso é obra do Chico. (Palmas.) É o adicional de periculosidade para os vigilantes.

Bela homenagem. Muito obrigado. Mas o mérito é de vocês. Eu só fui um instrumento do processo. Se não fosse o movimento de vocês e o trabalho do Chico, não tinha acontecido.

Mas vamos lá. Vamos já passar a palavra – eu sempre digo que, aqui, Senador fala a qualquer momento, só que eu não passo a palavra para ele – ao Senador Cristovam – porque eu peguei a palavra e não soltei.

O Senador Cristovam falará antes de você, Moacyr.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu peço a compreensão do Moacyr, porque vou ter de sair...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos dar uma segurada no vídeo, porque o Senador Cristovam vai falar antes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu vou ter de sair, por outro compromisso, então, eu não podia deixar de fazer aqui algumas considerações.

Primeiro, cumprimento o Chico Vigilante, este grande personagem do Distrito Federal, que já deu e continua dando tanta contribuição ao Brasil inteiro com a sua luta; seja a luta sindical, em que ele foi um dos maiores líderes que tivemos, seja como político, carregando com muita honra, competência e coerência as bandeiras que ele sempre defendeu.

Obrigado, Chico, por estar aqui conosco.

Senador Paim, apesar de alguns outros compromissos, inclusive fora aqui do Plano Piloto de Brasília, eu não podia deixar de vir aqui e dizer duas palavras.

Primeiro, esta Comissão, hoje, é como se fosse a Comissão do Paim. E olhem que eu já fui Presidente desta Comissão, mas não tenho a menor dúvida da identidade que o senhor conseguiu dar com os Direitos Humanos, e Direitos Humanos em todas as instâncias, como a gente viu há pouco, sobre ciência e tecnologia.

Eu, aliás, digo que esta é a Comissão de todas as comissões. Tudo, tudo, tudo, se nós queremos ter um propósito, passa por aqui. O resto é meio. A própria educação, e aproveito para dizer que gostei de ouvir a sua fala sobre a importância da ciência e tecnologia, e daí a educação.

Um deficiente ou portador de deficiência com educação tem menos dificuldades do que um sem educação. E, ao mesmo tempo, a maior desigualdade no acesso à educação não é nem por classe social – e olhem que, no Brasil, a diferença entre a educação dos ricos e dos pobres é algo espantoso, o acesso. Há uma brecha ainda maior entre os que têm deficiência e os que não têm deficiência. Começa até na locomoção; depois, começa nas instalações; depois, continua no preparo dos professores. Então, a educação é um caminho fundamental, mas é caminho; direitos humanos é o propósito.

Por isso, fico satisfeito ao ver, toda segunda-feira, uma audiência aqui do Senador Paulo Paim sobre algum problema, seja sindical, seja de aposentadoria, seja de alguma deficiência, seja de alguma violência. Cada segunda-feira, nós temos uma audiência aqui, graças à liderança do Senador Paim.

Por isso, Senador Paim, eu não sou muito simpático à ideia de reeleição, mas gostaria que o senhor pudesse ser reeleito Presidente desta Comissão (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam, mas o Regimento não permite.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Se o Regimento não permite, eu espero que o próximo tente seguir o seu exemplo. Duvido muito, porque precisa muita vontade, muita persistência para fazer o que senhor fez. Daí a importância de divulgar o seu relatório. É preciso divulgar muitos relatórios para que cada um dos 81 Senadores saiba, os outros 80, que há um Senador aqui que honra esta Casa, na sua luta, na tribuna, nos seus projetos de lei, ao acreditar em coisas em que ninguém acredita, como o salário mínimo de cem dólares, e também pela sua persistência na luta pelos direitos humanos no nosso País.

Parabéns, Senador Paim, e muito obrigado por existir, como Senador, fazendo esse seu trabalho. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam, pela grandeza, naturalmente, do seu pronunciamento, porque, na verdade, V. Ex^a, quando fala, homenageia todos os movimentos que estão aqui presentes e todos os membros desta Comissão. Muito obrigado, Senador Cristovam.

Vamos passar agora, então, ao Moacyr Tesch, para a sua fala.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Cristovam, os membros que aqui estão na Mesa, os meus companheiros e as minhas companheiras aqui.

Nós produzimos um pequeno vídeo, que acho que talvez vá estourar um pouquinho os 10 minutos, mas, se V. Ex^a pudesse me dar essa tolerância, eu gostaria.

Nessa parte, lamentavelmente, eu não consegui o vídeo, só a imagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nesse tempo eu tinha cabelo preto ainda; agora, está tudo branquinho.

Mas que confusão é aquela, Moacyr?

Eu vou ter que falar o que é isso para o pessoal entender. Queriam tirar o direito dos trabalhadores, da CLT e da Constituição, e eu disse: “Só por cima do meu cadáver. Aqui vocês não vão tirar.” Daí, quebrou o pau. Daí, o cara disse: “Vamos tirar!”. “Vai tirar coisa nenhuma.” Eu encaminhei, por via aérea, a Constituição até eles.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ai já é a Cobap.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa aí é a regulamentação da profissão de motorista, que já é lei.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso aí não foi combinado, não. Não tenho nada a ver com isso aí. Isso é coisa de quem montou esse vídeo. Casualmente, não se votou nesse ano mesmo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Moacyr conversou comigo, e acho que ele quis fazer uma síntese, mas, se ele fez uma síntese, vou falar mais duas horas.

A gente agradece a iniciativa do Moacyr. (Palmas.)

Se eu pegar todos os vídeos, passo a tarde assistindo. Se quiser já cortar...

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador, vou usar só mais dois minutos.

Na verdade, pedi à minha assessoria que condensasse uns oito minutos para sobrar dois para eu falar, mas o trabalho foi tão grande aqui dentro que a gente foi procurando e acabou ficando 18 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou querer uma cópia depois.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu gostaria de deixar esse vídeo na sua mão e dizer o seguinte: graças a Deus, nós temos V. Ex^a aqui dentro do Senado. Digo isso porque quem precisou desta Casa, quem lutou na questão do idoso, do Estatuto da Igualdade Racial, do deficiente, dos ciganos que aqui estão, enfim, na briga das 40 horas do fator previdenciário, do ponto eletrônico, em defesa da CLT...

Na abertura desse vídeo, temos o Senador Paim em uma discussão na Câmara ainda, em que destacou algumas folhas e encaminhou – é assim que ele gosta de dizer – uma CLT, uma Constituição, salvo engano, a outro Parlamentar, o qual tirou o Senador do sério, fazendo um desaforo ao Deputado, na época. E, naquela oportunidade, ele assumiu um compromisso com os trabalhadores, naquele momento em que se discutia o art. 618 da CLT, de que valeria o negociado em cima do legislado – e que nós perdemos, salvo engano, por dois votos na Câmara –, e ele viria aqui ao Senado para recuperar o que perdemos na Câmara, e assim o fez.

Então, aquela proposta do Senador Paulo Paim – e nós o agradecemos por isso –, inclusive, foi o primeiro projeto aqui, e que foi derrubado, e V. Ex^a era Vice-Presidente do Senado. Essas coisas marcam muito para nós, os trabalhadores. E nós temos em V. Ex^a uma trincheira, aqui dentro do Parlamento, onde as pessoas de bem, as pessoas que, por questão social, necessitam, o procuram.

Desejo a V. Ex^a e a toda a sua equipe, tanto aqui dos direitos humanos como do seu gabinete, o sucesso e que, no próximo ano, Deus dê o poder e a força para a gente continuar lutando e tendo V. Ex^a como nossa trincheira.

Que Deus abençoe o senhor e sua equipe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Moacyr, que esteve presente conosco aqui em todas as audiências. E obrigado pelo vídeo. É claro que eu vou ler com muito carinho. Sei que vocês tentaram resumir e estourou o tempo.

Passo a palavra, neste momento, para o Edison. Como há muitos convidados, e todos querem falar, e todos vão falar, eu vou pedir que botem mais uma cadeira aqui na mesa. Nós vamos fazer mesa de cinco, então. E como sei que ele tem que retornar para a sua atividade, eu gostaria que o Chico Vigilante fizesse parte desta primeira mesa.

Então, Chico Vigilante. O Chico Vigilante está aqui? Chico, por favor. (Palmas.)

E nós vamos, daqui para frente, botar cinco em cada Mesa.

Passo a palavra ao Edison Guilherme Haubert, Presidente do Mosap.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Caríssimo Senador Paulo Paim, permita-me tratá-lo dessa forma ao invés de dizer Excelência, porque Excelência, mais do que falarmos, já é Excelência há muitos anos nessa luta.

Portanto, a saudação de todos aposentados, pensionistas do serviço público brasileiro a esse grande guerreiro, em defesa de todas as causas de toda a sociedade brasileira.

Quero saudar os colegas de Mesa, saudar o Deputado Chico Vigilante, que representa também o Legislativo do Distrito Federal neste momento, mas que foi um Parlamentar conhecido de todos aqui na Câmara dos Deputados, e, por extensão, no Congresso Nacional. Meus cumprimentos também. Quero cumprimentar cada um dos senhores que aqui está, aposentados, aposentadas, servidores ativos e demais... Demais, não. Os outros senhores que aqui estão, as outras senhoras que aqui estão, que não são servidores públicos, a nossa saudação muito carinhosa.

Quando verifiquei, adentrando este recinto, pessoas de chapéu na cabeça, eu me lembrava que, quando menino, oito anos, sete anos, lá nas roças do Rio Grande do Sul, roças que eu digo são os interiores, não a cidade, e talvez nem as vilas. Mas eu lá tive oportunidade e tive a honra de conviver com um negro chamado Nego Dingo, que era nosso grande amigo de todas as horas. E nós, meninos de roça, pé des-

calço, íamos na casa, no rancho desse Nego Dingo quase que todos os dias, porque ele sempre contava histórias para nós. São reminiscências que eu não vou esquecer nunca mais, e com isso quero saudar todas as pessoas que hoje têm dificuldades, aquelas pessoas que estão lutando para vencer, e aquelas pessoas que já venceram, mas que ainda têm muitos desafios pela frente. A esse pessoal eu levo a nossa saudação de servidor público aposentado, pensionista.

E não vamos falar muito aqui, como diz o Senador Paulo Paim, porque muita gente está aqui, com muitas mensagens para trazer. Mas eu queria me referir, nesse tempo, e quero ver se não extrapolo o tempo, ao registro afirmativo das lutas do Senador Paulo Paim e das lutas desta Comissão e das lutas do próprio Congresso Nacional, através de muitos Srs. Parlamentares, que também estão imbuídos dessa luta. Mas nós sabemos: cotejar forças não é fácil. De repente, as circunstâncias não permitem que os nossos projetos andem mais rápido do que nós imaginaríamos. Mas essa é a característica de luta do Congresso Nacional.

E eu quero fazer menção aos aposentados do Regime Geral. Eu acho que a Comissão de Direitos Humanos, de certa forma, estaria até sendo violentada nas suas intenções de luta diária, quando busca a igualdade entre o salário mínimo e quem ganha acima do salário mínimo. Porque não há como se dissociar uma pessoa que ganha um salário mínimo e outra que ganha um pouquinho mais. Só um pouquinho mais, não é tanto assim também não.

Então, essa é uma luta da comissão, mas essa é uma luta, sobretudo, empenhada. Desde quando eu conheci o Deputado Paulo Paim, o Senador Paulo Paim, essas lutas vêm diariamente à flor, digamos, da mídia e da nossa realidade.

Então, Senador Paulo Paim, nós, solidários que somos com a Cobap, nós somos solidários com todos os trabalhadores brasileiros, porque também nós somos trabalhadores, nós fomos trabalhadores e ainda temos que ser trabalhadores, de uma forma ou de outra, para podermos continuar a sustentar os nossos filhos, que estudam em faculdades particulares, muitas vezes. Eu tive a graça e a honra, com muito sacrifício, de formar dois médicos na família à custa de muito sacrifício. E um deles está hoje em São Paulo fazendo já quarto ano de residência, se especializando em oncologia óssea, cirurgias, etc. Mas é sacrifício de quem? É sacrifício do pai, que tem que continuar dando a sua guarida.

Então, a minha presença aqui, hoje, é para enaltecer o trabalhador do Regime Geral por todas as lutas que encetou e dizer também a nós, servidores públicos aposentados e pensionistas, que também temos muitas demandas ainda a resolver, que nós não temos

o direito de esmorecer nas nossas lutas. O fator previdenciário é uma matéria de extrema justiça e atinge os nossos pais, atingiu os nossos avós. Enfim, de uma forma ou de outra nos atinge a todos nós, na medida em que o meu pai – hoje já não existe – não ganhava e reclamava: por que diminuiu o meu salário este ano? A minha mãe a mesma coisa. E, assim, meus tios que ainda vivem me perguntam: Mas vocês, lá no Congresso, não conseguem aprovar essas coisas?

Então são matérias que diariamente vão estar. E, no ano que vem, eu acredito que todas essas matérias estarão de novo na pauta. E por isso, Senador, eu quero cumprimentar V. Ex^a – agora eu digo V. Ex^a – pela tenacidade com que traz todos os temas aqui a esta comissão.

Como disse muito bem o Senador Cristovam Buarque, esta comissão é a síntese de todas as demais comissões com as suas temáticas específicas e muito particularizadas. Mas todas elas tratam, em última análise, de direitos humanos, ou de garantias individuais, e assim por diante.

Então, minha gente, em nome dos aposentados do serviço público brasileiro, das pensionistas do serviço público brasileiro e também dos servidores ativos do serviço público brasileiro, eu quero dizer que, hoje, nós somos uma categoria em extinção, porque depois da criação da aposentadoria complementar, os servidores públicos terão outras características. Talvez tenham que se juntar muito mais ainda aos trabalhadores brasileiros, porque todos seremos praticamente do mesmo tipo de regime, com características diversas. Às vezes a fonte pagadora uma é pública, a outra é privada, mas todos na mesma luta temos que estar.

Então, eu quero cumprimentar o Senador, os demais membros da Mesa, e cumprimentar cada um dos que aqui estão que vão falar ainda hoje, e dizer: Nós não vamos esmorecer, nós vamos seguir também o exemplo do Supremo Tribunal Federal. Nós não queremos revanchismos, nós não queremos brigar com ninguém, mas queremos reconhecer a realidade que está posta e reconhecer também tudo aquilo que o Supremo está agora decidindo, fazendo votos de que essa realidade do Supremo possa nos impregnar a todos nós cidadãos brasileiros – servidores, trabalhadores, empresários, construtores, empreendedores, enfim, todos – para que nós possamos fazer uma cidadania, construir uma cidadania com mais justiça humana, com mais respeito à pessoa, à dignidade da pessoa humana como um ser que constrói, que constitui essa grande Nação brasileira.

E oxalá tenhamos todos, no ano que vem, a mesma força e o mesmo vigor do futebol de ontem, que foi uma beleza. Não foi o meu time que ganhou, mas

palmas para quem ganhou, porque é um exemplo que nós temos de seguir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem ganhou mesmo? Qual é o time que ganhou mesmo, que ninguém sabe aí... Ah, o Corinthians. Então uma salva de palmas aí para o Corinthians. (Palmas.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – E com isso eu me despeço, desejando a todos um Feliz Natal, um próspero Ano Novo.

A Dr^a Lucieni, que é do Tribunal de Contas da União, vai falar por nós em algumas outras questões mais técnicas que não nos cabem aqui nesse momento.

Senador, parabéns a V. Ex^a. E eu estou com o Cristovam: tomara que V. Ex^a seja o Presidente no próximo ano, e por muitos anos, para dirigir esta Comissão da forma como foi dirigida até hoje, e conquiste o espaço, dentro da sociedade brasileira, conforme ela está colocada hoje no cenário político brasileiro.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap). Muito obrigado.

Passamos, de imediato, ao Sr. Francisco Lima, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O SR. FRANCISCO LUÍS LIMA – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Quero saudar, em nome da Mesa, o Senador Paulo Paim e agradecer, em nome de todos os auditores fiscais do Brasil e do nosso sindicato, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, o comprometimento que o Senador tem tido com a classe trabalhadora. Nós, que representamos esse meio entre o capital e o trabalho, sempre estamos buscando ajuda, e ele tem sempre estado presente e comprometido com a categoria. E comprometer-se sem correr algum risco.

Esse é último eslaide, vamos para o primeiro.

Eu já fiz uma cirurgia ali nos eslaides, Senador; já cortei 15 eslaides, só que este é o último. Está começando pelo fim. Teria que iniciá-lo, é melhor. Ponha o primeiro eslaide, por favor.

Então vejamos: a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho. Hobbes dizia o seguinte: “atribuir a um homem um alto valor é honrá-lo; e um baixo valor é desonrá-lo”. Neste caso, alto e baixo devem ser entendidos em comparação com o valor que cada homem atribui a si próprio. O valor público de um homem, aquele que lhe é atribuído pelo Estado, é o que os homens vulgarmente chamam de dignidade. E eu citaria aqui o Ministro Carlos Ayres Brito, que diz o seguinte:

Como, efetivamente, lidamos com nossos empregados: ascensoristas dos prédios que frequentamos,

porteiros do nosso condomínio, jornalheiros, garçons, entregadores de pizza? Como nos relacionamos com cada qual deles? Chamando-os pelos respectivos nomes? Reconhecendo os seus elementares direitos e dispensando-lhes um tratamento cordial? Do mesmo jeito que apreciamos ser pessoalmente tratados? [E conclui:] Não pode haver Humanismo sem humanistas, República sem republicanos, como é impossível praticar a democracia sem democratas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, bela fala do Ministro. (Palmas.)

O SR. FRANCISCO LUÍS LIMA – A nossa Constituição, no art. 1º, estabelece a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. E no art. 7º: “que busque a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança”.

Trabalho decente: a partir de 1999, a Conferência da OIT estabeleceu: “direitos do trabalho; geração de empregos e sua qualidade; proteção de quem depende do trabalho para viver; organização; voz e representação dos interesses dos atores do mundo trabalho”. Esse seria o conceito de trabalho decente. Nós tivemos este ano a I Conferência Nacional de Trabalho Decente. Infelizmente, foi muito ruim; não foi possível criar um clima tripartite para sair um documento, e até hoje não temos a resposta de como foi essa I Conferência Nacional de Trabalho Decente no Brasil.

Em 2011, nós tivemos 711 mil acidentados. Destes, 2800 óbitos. E aqui o primeiro problema: as empresas, somente 538 mil trabalhadores tiveram CAT registrada; 172 mil CATs foram indeferidas pelo perito da Previdência Social. Incapacidade permanente: mais de 14 mil trabalhadores.

As atividades, as dez maiores atividades: atendimento hospitalar; ignorados – que não foi possível definir as atividades –, foram 30 mil trabalhadores; temos administração pública em geral; comércio varejista; construção de edifícios, 21 mil trabalhadores acidentados com óbitos – continua sendo a construção civil o maior local onde se matam os trabalhadores.

O custo – isso, professor Pastore, considerando a Previdência e o Ministério da Saúde – o custo no Brasil é de 70 bilhões por ano.

Auditoria Fiscal do Trabalho: há que se combater o trabalho infantil, o trabalho escravo e a terceirização ilícita. Atuação em mediações coletivas com mediadores. Verificação das fraudes em jornadas e cooperativas. Inserção de PCD. Verificação adequada dos ambientes de trabalho. Aqui o primeiro problema que nós temos: hoje nós temos menos de 600 auditores fiscais com formação em saúde e segurança do trabalho; nós so-

mos menos de 220 médicos – e eu sou médico –, e menos de 300 engenheiros.

Esse é o panorama da fiscalização de janeiro a outubro deste ano. Nós fizemos 125 mil fiscalizações, alcançamos 15 milhões de trabalhadores...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO LUÍS LIMA – ... analisamos 1530 acidentes.

Construção civil é um dos grandes problemas. Infelizmente, a efetivação dos direitos sociais é muito facilmente observável na indústria da construção civil, onde inúmeras vezes o trabalhador é submetido a condições degradantes de trabalho e também a resgates de trabalho, na própria Avenida Paulista, na construção civil. É um local onde há 120 mil empresas, mais de 3 milhões formais. Houve um crescimento enorme nos últimos anos, e a meta é, até 2014, fazermos 2 milhões de moradias.

As causas dos acidentes têm sido coisas básicas: são quedas, choques elétricos e soterramentos. Isso tudo por conta da improvisação nos canteiros de obras.

E aí são imagens feitas por mim no Minha Casa, Minha Vida: crianças e adolescentes trabalhando na construção civil.

Essa é a imagem da Transnordestina; um acidente grave onde morreram dois trabalhadores que foram resgatados dessa forma.

Andaimes: no País inteiro nós encontramos essa situação.

Outro setor de grande índice de óbitos é o dos eletricitários e telefônicos. Nós encontramos trabalhadores em cima de postes e sem luvas.

Trabalho rural: é um problema enorme, onde há o maior índice de escravos no País. São desrespeitos ao direito trabalhista, em especial às normas de saúde, segurança e higiene no trabalho. Acidentes, doenças ocupacionais e óbitos, principalmente com o manuseio inadequado de agrotóxicos. Essas são imagens de trabalhadores aplicando agrotóxicos, que nós encontramos no campo, sem sequer uma máscara.

Mandioca é outro setor que tem 1 milhão de trabalhadores no Brasil e que, infelizmente, a grande maioria não possui carteira anotada. Nas regiões Norte e Nordeste, são produzidos cerca de 2 milhões de quilos de farinha.

O País está nessa situação: mais de 700 mil acidentes. Nós estamos com o menor número de auditores na última década: temos menos de 3 mil Auditores do Trabalho.

Encerro deixando essa imagem para que cada um observe que a terra está doente. E está doente porque há um desequilíbrio nessas situações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns, Dr. Francisco Luís Lima, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Passo a palavra, para encerrar esta mesa, ao Deputado Distrital Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE – Bom dia a todas e a todos. Quero aqui, na pessoa do Senador Paulo Paim, trazer a nossa saudação especial a este dia tão importante, porque hoje é um dia de reconhecimento; reconhecimento do trabalho que V. Ex^a fez aqui no Senado Federal, especialmente nesta Comissão. V. Ex^a pode observar ali os vigilantes que vieram aqui homenageá-lo com esse cartaz dos 30% de risco de vida, porque V. Ex^a (Palmas.) teve uma participação importantíssima na aprovação desse projeto aqui no Senado e no trabalho para que fosse sancionado pela Presidenta Dilma.

Nós estamos aí com uma delegação de vigilantes aqui do Distrito Federal. O presidente do nosso sindicato, o Gervalino, o Paulo, que é o vice, enfim, muitos delegados sindicais e vigilantes de base, além do nosso Presidente José Boaventura, que daqui a pouco virá compor a Mesa também, que é o Presidente da nossa Confederação.

Mas quero falar do homem Paulo Paim, da pessoa que eu conheço há 29 anos. Conheci V. Ex^a quando da fundação da nossa Central Única dos Trabalhadores.

Eu estava ali sentado, Senador, lembrando-me do nosso primeiro congresso da classe trabalhadora brasileira, 1º Conclat, depois o congresso de fundação da CUT, quando V. Ex^a foi eleito Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores. V. Ex^a vem de uma linha sindical, de uma escola sindical do Lula, Jacó Bittar, Olívio Dutra e outros. Eu participei, bem novo ainda, e depois tive a felicidade de poder conviver com V. Ex^a aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados.

Lembro-me que, quando ninguém falava de trabalho escravo neste País, lá estávamos eu e V. Ex^a mostrando que existia. Ninguém falava desse tema. Era um tema maldito. Ninguém tocava nesse assunto.

Certamente V. Ex^a se lembra de uma inspeção que nós fizemos em uma indústria de cerâmica aqui no Distrito Federal, quando mostramos crianças envolvidas com trabalho degradante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você fez a denúncia e você me levou lá.

O SR. CHICO VIGILANTE – V. Ex^a era Presidente da Comissão do Trabalho, e nós fomos lá.

Acho que V. Ex^a, Senador Paulo Paim, se lembra de quando nós mostramos as condições degradantes

dos trabalhadores que trabalhavam num hospital público do Distrito Federal, o hospital universitário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fomos juntos também lá.

O SR. CHICO VIGILANTE – Fomos juntos lá – V. Ex^a integrante da Comissão do Trabalho – quando as caldeiras do hospital estavam prestes a explodir. E nós estávamos lá.

Incurções que nós fizemos por outros locais do Brasil mostrando a realidade. Lembro-me de todos os momentos, a parceria que nós tivemos. Só houve uma em que eu disse para V. Ex^a que ia ser solidário, mas não ia participar. Foi quando V. Ex^a decidiu fazer uma greve de fome no plenário da Câmara dos Deputados. Eu cheguei para V. Ex^a e falei: Paim, eu vim do Maranhão. Já passei tanta fome na minha vida... Portanto, você vai me deixar fora dessa. Mas estarei solidário aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lembro-me.

O SR. CHICO VIGILANTE – Eu não sei como é que se fica solidário com uma greve de fome. Mas eu fiquei.

E aquela greve que V. Ex^a fez, no plenário da Câmara, era exatamente para mostrar a necessidade de um salário mínimo digno no Brasil. Era a luta pelo salário mínimo de US\$100. Estava ali V. Ex^a, naquele plenário, 24 horas, e a gente visitando constantemente. E V. Ex^a mostrou para o País inteiro uma realidade que os trabalhadores que ganhavam salário mínimo viviam, que era passar fome com a família. Portanto, foi o grito que V. Ex^a deu no sentido de mudarmos aquela realidade.

Lembro-me das brigas que tivemos que travar no plenário da Câmara Federal, quando uma onda de neoliberalismo varreu o Planeta e chegou ao nosso País com muita força, e nós decidimos encarar. E nós éramos poucos, mas nós encaramos. E vencemos, de certa forma, porque foi o nosso grito que fez com que determinados pontos, que iam dificultar sobremaneira a vida dos trabalhadores, ficassem fora.

Há pouco foi falado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Privatização do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal.

O SR. CHICO VIGILANTE – Exatamente. Privatização do Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobras.

Infelizmente, perdemos alguns pontos. Nós não ganhamos a manutenção da Vale do Rio Doce. Fico imaginando hoje a capacidade de investimento da Vale do Rio Doce se não tivesse sido privatizada. Mas nós seguramos algumas e estamos vendo o quanto foi importante para o País.

Mas eu me lembro, Senador Paulo Paim, que houve uma vez em que tivemos que sair no braço. E ameaçavam que nós estávamos quebrando o decoro parlamentar.

Lembro-me quando resolvemos mostrar, de maneira didática, quando o Collor tinha mandado uma proposta de salário mínimo. Pegamos a proposta que tínhamos do Dieese, pegamos o que estava sendo proposto pela Câmara e resolvemos adentrar o plenário da Câmara Federal com três carrinhos: o carrinho do salário mínimo do Collor, o carrinho do salário mínimo da Câmara e o carrinho do salário mínimo que nós estávamos propondo. Foi mais uma maneira de mostrar para a sociedade, de maneira didática, compreensível, do que estávamos falando. Uma coisa é mostrar os dados frios ali, outra coisa é mostrar a realidade.

Confesso a V. Ex^a que ficamos extremamente preocupados nessas últimas eleições. Por tudo que V. Ex^a tinha feito, por tudo que V. Ex^a tinha ajudado os trabalhadores a conquistarem, e verificamos as pesquisas, que não apontavam naquele momento a sua vitória. E resolvemos arregaçar as mangas. Resolvemos dar um recado. Resolvemos ir ao Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi.

O SR. CHICO VIGILANTE – ... para dizer aos vigilantes do Rio Grande do Sul que eles tinham que se mobilizar no sentido da eleição de V. Ex^a. Porque perder o seu mandato aqui dentro do Senado Federal era perder o que há de mais legítimo, de mais representativo para a classe trabalhadora brasileira. (Palmas.)

Nós não podíamos perder essa batalha. A não eleição de V. Ex^a seria um fracasso da luta dos trabalhadores brasileiros. Nós encaramos e, felizmente, vencemos. V. Ex^a está aqui honrando aqueles que compreendem a importância estratégica de ter V. Ex^a aqui dentro deste Senado, o verdadeiro porta-voz dos trabalhadores brasileiros aqui dentro do Senado.

Eu sempre digo, Senador Paulo Paim, que há alguns homens que, quando chegam a determinada situação, muitas vezes, se misturam e ficam meio querendo fugir da origem. A grande virtude de V. Ex^a é que V. Ex^a tem lado o tempo todo. V. Ex^a chegou a um dos postos mais altos da República, que é ser Senador da República, mas V. Ex^a continua com lado. V. Ex^a tem lado. V. Ex^a sabe de onde veio, onde está e aonde quer chegar. É por isso que os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras, que os homens e mulheres, brancos e negros, aplaudem a atitude de V. Ex^a, porque nós sentimos representados, efetivamente, por V. Ex^a aqui no Senado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. CHICO VIGILANTE – V. Ex^a, Senador Paim, é como se fôssemos milhões de “pains” espalhados por aí. É só verificar o quanto de homenagens que são prestadas a V. Ex^a, o quanto que os sindicatos, os movimentos sociais, as organizações sociais lhe convidam para percorrer este País, recebendo homenagens justas. Porque há determinadas homenagens, de determinados segmentos que sabemos que... Mas com V. Ex^a é diferente. São homenagens prestadas do fundo do coração a um homem que honra, sobremaneira, o voto que lhe é garantido, que lhe é depositado.

Portanto, vim aqui hoje, Senador Paim, neste dia, para dizer que tenho certeza de que, mesmo V. Ex^a não continuando na presidência desta Comissão, nós, os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil, vamos continuar contando com o seu apoio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. Fora do microfone.) – Com certeza.

O SR. CHICO VIGILANTE – ... com o seu mandato, com a sua dedicação às causas mais nobres deste País, que são as causas daqueles que não tinham voz e que se sentem representados e com voz, através do mandato de V. Ex^a.

Portanto, Senador Paim, vim aqui para dizer: Senador Paim, o nosso agradecimento, o nosso abraço; que V. Ex^a e a sua família tenham um ano de 2013 de muita realização e um Natal de muita paz.

Um abraço dos vigilantes do Brasil, que vieram aqui hoje lhe homenagear. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Chico Vigilante. Obrigado aos companheiros vigilantes que estão aqui com essa placa bonita. Eu quero receber uma dessas placas aí, porque há algumas placas que... Eu tenho um escritório em Canoas, só que as paredes todas estão cheias, de algumas placas eu coloco nas paredes, faço um quadro.

O SR. CHICO VIGILANTE – Mas nós vamos, Senador ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa aí eu pego, coloco num quadrinho e boto na parede.

O SR. CHICO VIGILANTE – Se V. Ex^a me permite, além dessa aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, essa aqui vou levar comigo e vou botar lá na parede. É muito orgulho ter participado – não só eu, Vanessa Grazziotin, outros – dessa luta que assegurou 30% de reajuste para esse povo que dá a sua vida para defender as nossas vidas. Eles são os vigilantes da nossa família, do nosso patrimônio, das nossas vidas, enfim, estão ali sempre, sempre. Então, parabéns e muito obrigado. Vai para o meu museu particular, no meu casebrezinho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CHICO VIGILANTE – Mas, além dessa... Nós iremos, no próximo ano, ao Rio Grande do Sul, homenagear V. Ex^a e o Deputado Marcos Maia, Presidente da Câmara Federal. Iremos entregar lá – quero adiantar a V. Ex^a – iremos entregar, lá no Rio Grande, a Confederação dos Vigilantes, uma placa de prata a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. (Palmas.)

Peço aos meus convidados desta primeira Mesa que retornem ao plenário. E vamos para a segunda Mesa.

Muito obrigado pela presença. Muito obrigado a todos.

De imediato, convido Dalila Fernandes de Negreiros, Ouvidora Substituta, representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Seja bem-vinda. (Palmas.)

Maciel de Aguiar, escritor curador da exposição Arte Tribal Africana, que eu tive a alegria de conhecer. Fez um trabalho magnífico. Todos deveriam conhecer. (Palmas.)

Neusa Pivatto Müller, Coordenadora Geral dos Direitos do Idoso, da Secretaria Nacional da Promoção da Defesa dos Direitos Humanos, ligada à Presidência da República. (Palmas.)

Berenice Piana de Piana, uma das líderes do Movimento dos Autistas, Grupo Mundo Azul, que foi uma das que ajudou a articular aqui o movimento que resultou na aprovação de uma lei para os autistas. (Palmas.)

Enquanto vem a Berenice, vamos começar a passar a palavra à nossa representante da Seppir, Sr^a Dalila Fernandes de Negreiros.

Seja bem-vinda, Berenice.

A SR^a DALILA FERNANDES DE NEGREIROS

– Olá! Bom dia a todos e todas. Primeiramente, em nome da Ministra Luiza Bairros, Ministra da Igualdade Racial, gostaria de cumprimentar a parabenizar a Comissão de Direitos Humanos, na figura de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, pelo trabalho desenvolvido neste biênio 2011/2012.

Na verdade, vou resumir essa fala, porque a gente tinha feito um levantamento de todas essas ações e parcerias, mas o que a gente está fazendo aqui é uma comemoração, de certa forma, porque neste biênio tivemos grandes conquistas na questão da igualdade racial, e esta Comissão de Direitos Humanos tem um papel fundamental no debate com relação à questão racial.

A Seppir é um órgão que tem sido parceiro da Comissão. Participamos de diversas audiências e estamos aqui para contribuir e para somar nessa questão. A princípio, a primeira coisa que eu gostaria de destacar é que a questão dos direitos humanos é extrema-

mente cara para a questão racial, porque umas das facetas do racismo é a desumanização da população negra. Então, pensar em direitos humanos e questão racial é pensar em valorização da população negra, em ter ações efetivas do Estado no sentido de promover essa igualdade, que é pretendida no nosso texto constitucional, mas que temos dificuldade de efetivação no plano real.

Principalmente, a partir de 2003, temos uma série de ações e políticas voltadas à promoção da igualdade racial, com destaque para a criação da própria Seppir e da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial até que, em 2010, tivemos a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial – nem precisa falar da participação de V. Ex^a –, que é um instrumento essencial para o trabalho que temos desenvolvido atualmente.

Só quero destacar aqui alguns momentos, neste ano, de participação da Seppir, que foram essenciais para entendermos, primeiro, o impacto do que é discutido aqui nesta Comissão para o trabalho que a gente realiza na Secretaria e a importância e a valorização que damos ao trabalho realizado aqui.

Neste ano, a Seppir participou de cerca de 14 audiências aqui na Comissão. Destacamos, primeiramente, a audiência para discutir a ação direta de inconstitucionalidade contra o Decreto nº 4.887, de titularização das terras quilombolas. É uma questão (Palmas.) essencial para a gente, sabemos que é um problema social, e a Seppir trabalha com isso, visando à garantia da titularidade dessas terras. Enfim, há uma ação correndo pela inconstitucionalidade do Decreto que regulamenta essa titularidade, ou seja, é uma questão essencial para a política que a gente tenta implementar no âmbito da Seppir.

Também as audiências foram várias sobre a reforma do Código Penal, inclusive com uma audiência específica, no dia 31 de outubro aqui, para discutir o racismo no Código Penal. Essa questão para a gente também é essencial, porque o crime de racismo é um crime que tem sido pouco usado, pouco acessado pela população, e a reforma do Código Penal é vista, para a gente, como oportunidade de rever essa prática e de tentar institucionalizar um modelo criminal que, efetivamente, puna o racismo.

Também a gente destaca aqui a audiência sobre as cotas, sobre a Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial. E, neste momento, aproveito para fazer um grande destaque a tudo o que foi feito, no âmbito desta Comissão, para a aprovação da Lei de Cotas. Se não fosse esse trabalho árduo, a priorização, o caráter de urgência dado à aprovação dessa lei, não teríamos uma lei que, atualmente, já está em processo de imple-

mentação e que as universidades estão efetivamente estudando como aplicar. (Palmas.)

Por fim, quero destacar, aproveitando a presença das lideranças ciganas, aqui representadas, que tivemos uma audiência aqui, semana passada, sobre a questão cigana, que também é uma questão extremamente importante no âmbito da Seppir. É importante destacar não só a presença, mas que, efetivamente, esse é um público prioritário para as ações do Governo Federal, e a gente continua firme nessa parceria.

Por fim, no dia 20 de novembro, houve também a questão da juventude, da violência contra a juventude negra. Eu só queria destacar que essa discussão é extremamente importante e é um dos eixos de foco de política pública, no âmbito da Seppir, com o plano Juventude Viva. Nós estamos concentrados nesses esforços de propiciar tanto melhores condições de vida como a diminuição da mortalidade do jovem negro, que é a principal vítima de violência por homicídio no País.

Enfim, de um modo geral, tentei resumir uma contribuição que não é de dois anos, é uma contribuição de décadas, de uma luta, de um movimento que tem séculos.

A Seppir se considera parceira e continuará sendo parceira, mas destaca e parabeniza sobremaneira o trabalho de V. Ex^a.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Dalila Fernandes de Negreiros, Ouvidora que representou a Seppir. A Seppir é parceira nossa, em todos os momentos, e podem escrever, na história desta Comissão, que, se o Estatuto da Igualdade Racial é lei, a Seppir foi fundamental. A Seppir foi o Ministério que ajudou a articular, que trabalhou dentro do Congresso. Se a política de cotas é lei, a Seppir foi fundamental. Nós cumprimos o nosso papel, mas, com certeza, sem a Seppir, nós não teríamos nem o Estatuto e nem a política de cotas. (Palmas.)

Meus cumprimentos à Seppir.

Passo a palavra, neste momento, a Berenice Piana de Piana, do grupo Mundo Azul.

Berenice, você já pode citar o seu parceiro. Se ele quiser cumprimentar, ele que lutou tanto conosco... Lembro-me daquele dia em que o Congresso ficou de azul, por iniciativa de vocês dois, e nós articulamos aqui dentro, com o Presidente Sarney, para que isso acontecesse. E você, com seu filho nas costas, um belo menino. Eu estava lá e tirei fotos. Levei-as comigo, todo orgulhoso, fotos daquele momento.

Então, está com a palavra a Berenice. A Berenice mandou tanta carta! E, a cada carta dela, eu ia para a tribuna e chorava. E eles choravam em casa. As suas cartas ajudaram, com certeza, a sensibilizar as duas

Casas. E hoje há uma lei, com a qual você sonhou tanto e que pode ser agora uma realidade.

A SR^a BERENICE PIANA DE PIANA – É verdade.

Bom dia a todos! É uma honra estar aqui mais uma vez representando as pessoas com autismo no Brasil.

É preciso que compreendam, primeiro, o que é autismo. É uma síndrome que afeta a comunicação, a socialização e a linguagem do indivíduo. No Brasil, temos aproximadamente 2 milhões de pessoas com autismo. Aí vocês dizem: mas, afinal, onde eles estão que a gente não vê e nem ouve falar? Infelizmente, não se ouvia mesmo falar nada antes que esta Casa e o Senador Paulo Paim abrissem as portas para nós. O autista era um ilustre desconhecido. O companheiro Fernando Cotta, que aqui está, tem um filho com autismo também e luta conosco, desde o começo, com muita garra, com muita assiduidade, e sabe como foi a nossa luta.

Antes que esta Casa abrisse as portas para que nós viéssemos aqui lutar pelos direitos da pessoa com autismo, ele era realmente uma coisa desconhecida. Quando falávamos em autismo, ouvíamos: o que é isso? Ninguém nem sabia o que era isso. Mas nós, que temos filhos com autismo sabemos muito bem o que é, como é, e como dói. Muitos casos de autismo são agressivos, pela falta de tratamento, pela ausência de uma política pública para eles. Então, os casos mais severos de autismo, de agressividade, de autolesão, são terríveis, quadros muito doloridos de se ver. Essa família acaba morrendo socialmente porque não tem condição de sair com esse filho para lugar nenhum. A mãe não tem condição de trabalhar. Ela morre, social e financeiramente, porque tudo para eles é muito caro. Como não havia políticas públicas para eles, a situação ia de mal a pior. Então, nesta Casa, duvido que hoje haja alguém mais feliz do que eu. Eu duvido. Porque a conquista foi muito grande, a conquista foi enorme e trouxe esperança para 2 milhões de famílias.

Esse projeto desenvolvido aqui, um projeto de Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, veio trazer esperança para milhares de famílias, porque vai proporcionar a eles, além de uma carta magna, uma carta que garante todos os seus direitos; vem proporcionar esperança de tratamento, de educação adequada, de inclusão no ensino regular e também de ensino especial para aquele que dele necessite, a inserção no mercado de trabalho, entre tantos outros direitos. Ela vem reconhecer a pessoa autista como pessoa com deficiência. Pasmem, mas nem isso era reconhecido anteriormente.

Então, lembro-me sempre, Senador Paim, de todas as cartas que eu lhe escrevi; escrevi com o coração.

Neste momento, quem vós fala não é mais a ativista, não é mais a militante, mas o coração de mãe; o coração da mãe que sentiu a dor do autismo, que sentiu esvaírem-se as suas esperanças achando que o filho não sobreviveria. Quando ele tinha 5 anos, os médicos me diziam que ele não chegaria aos 10. Hoje ele tem 18. Está maravilhoso! Meu filho hoje trabalha, produz, é um rapaz lindo, educado, posso dizer um lorde, uma pessoa educadíssima que vai comigo a todos os lugares. Foi esse tipo de tratamento, esse bem que tive para o meu filho, que vim buscar nesta Casa para todos os outros. Foi essa abertura que o Senador Paulo Paim me deu, logo de cara, desde a primeira vez que falei com ele, que me surpreendeu, porque a gente estava tão acostumada com o preconceito, com a rejeição e com o medo, achando que o autista é agressivo, é louco, que vai te matar, que vai te agredir... A gente se acostuma com esse tipo de tratamento. Eu cheguei a esta Casa... Quando fui recebida tão rapidamente e tão bem, fiquei surpresa. Pensei: meu Deus, alguém não tem medo dos nossos filhos; alguém está nos recebendo e vai nos ajudar a conquistar os seus direitos. Ali, deixa de existir a militante, a ativista, e nasce o coração de mãe, amplo, querendo estender às outras mães o bem que esse filho merece.

Hoje, nós temos aprovada, já, no Senado e na Câmara – voltou para o Senado –, a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Está nas mãos da Presidente, aguardando sanção, e estamos orando com fé. São 2 milhões de corações orando e esperando essa sanção, que vem, agora, regulamentar a situação do autista no Brasil. Garanto a vocês que ninguém está mais feliz do que eu nesta Casa, e ninguém carrega no coração tanta esperança e tanta gratidão.

Além de tudo o que aprendi nesta Casa, como fazer audiências públicas... Quando ele propôs uma audiência pública, eu disse: Senador, não sei fazer uma audiência pública. Ele me disse: “Também não sei nada de autismo, a senhora está me ensinando.” Então, aprendi a fazer audiências públicas. Fiquei tão craque que fiz em todo o Brasil, em todos os lugares que pude. Essa atitude do Senador Paim gerou e inspirou outras atitudes. O Rio Grande do Sul já tem um projeto de lei para o autista; Santa Catarina avança. Antes de a lei ser aprovada, eles já a estão implementando; já está acontecendo o tratamento para o autista. No Paraná, já há outro projeto tramitando. Em vários outros lugares, cidades e Municípios. Então, temos uma lei, uma garantia.

Aprendi, mais do que sobre autismo, do que sobre audiência pública, aprendi sobre aquela máxima de que o poder emana do povo. Entendi que essa é a

maior realidade. O poder realmente emana do povo. Se nós não viermos a esta Casa buscar nossos direitos, eles não têm como adivinhar do que precisamos. O Senado não tem bola de cristal. Eles precisam que nós estejamos aqui buscando os nossos direitos. Tudo isso aprendi aqui.

Hoje estou muito feliz. Recebi do Senador Paim a maior homenagem que poderia receber na vida, que me comoveu e – disse a ele – quase me matou do coração. Ele deu o meu nome à lei. Ele deu esse nome. Hoje, a lei do autista no Brasil se chama Lei Berenice Piana. Muito embora eu saiba que os outros companheiros mereçam tanto quanto eu, entendo que a simbologia foi a minha luta e minha condição de mãe. Porque em 95% dos casos é a mãe que fica com esse filho, e o pai vai embora, não aguenta a situação. Entendo que foi por essa simbologia que o senhor tenha colocado meu nome na lei, embora eu saiba que vários outros companheiros mereçam ter o seu nome na lei. Só tenho de lhe agradecer imensamente todo o bem que eu recebi nesta Casa. Coloco-me à disposição, também da Casa, pelo resto da minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi essa lutadora, Berenice Piana de Piana. Fernando Cotta, que está aqui, é daqueles pais que não foram embora. Por isso, minha emoção. Acompanho também a sua caminhada. Berenice, há toda uma simbologia. Sei por que você disse isso. Sei que é difícil, mas vocês nunca, nunca recuaram. Quando alguns diziam que não ia dar em nada, lembro-me de que vocês diziam: “Vai dar. Nós apostamos que vai dar.” Graças a Deus, a lei foi aprovada aqui, na Câmara, e está na mão da Presidente. Tenho certeza de que vai ser sancionada, não tenho nenhuma dúvida.

Então, se eu pudesse, daria dois nomes para a lei. Na simbologia, eu daria o nome de Berenice, naturalmente. E também o seu, Fernando. Mas tenho certeza de que, em nome das mães lutadoras... Berenice disse uma frase que é forte, mas importante: muitos pais fugiram – fugiram, é verdade –, mas a mulher não foge. A gente tem de reconhecer que a mãe é como uma leoa para defender o seu filho. Que bom poder dizer, Fernando Cotta, que você é daqueles pais que seguraram junto e que tem aí essa meninada bonita. Eu conheci o seu filho. Uma alegria enorme.

Mas, enfim, se quiseres dizer algumas palavras, Fernando, poderia dizer agora, porque é o momento.

O SR. FERNANDO COTTA – Senador Paulo Paim, estamos muito satisfeitos, estamos muito bem representados pela dona Berenice Piana, que é essa liderança, que, desde que se começou a falar sobre a possibilidade de melhoria da qualidade de vida para as pessoas com autismo, para essas pessoas que muitas

hoje ainda estão encarceradas por falta de serviços públicos, por falta justamente dessa condição que buscamos aqui no Senado. E nós tivemos desde o princípio do senhor o apoio, até o final. Eu me lembro do senhor pegando o telefone e buscando quórum para que os Senadores votassem, para a aprovação nesta Comissão da lei...

Eu nunca vi político fazer isso! Isso é impressionante, o senhor ligando do próprio telefone celular e dizendo “venha aqui que eu preciso do senhor hoje, eu preciso de V. Ex^a hoje”!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Naquele dia, estava acontecendo o velório do nosso querido Vice-Presidente José Alencar, em Minas.

O SR. FERNANDO COTTA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daí, fizemos um pacto entre nós no sentido de que ficaríamos aqui até que houvesse quórum. E assumimos aquele compromisso.

Vocês ficaram de plantão aqui!

O SR. FERNANDO COTTA – Exato. E nós voltamos à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Até que deu quórum.

O SR. FERNANDO COTTA – Então, isso não existe. Isso é fantástico. O Senado brasileiro coloca na sua pessoa essa distinção em relação aos direitos humanos.

É só isso que eu tenho a falar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um abraço!

Muito obrigado por tudo.

Passamos a palavra à Dr^a Neusa Pivatto Müller, que é Coordenadora Geral dos Direitos do Idoso, da Secretaria Nacional da Promoção dos Direitos do Idoso, ligada à Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos, Ministra Maria do Rosário, sempre presente aqui.

A SR^a MARIA PIVATTO MÜLLER – Obrigada, Senador pela oportunidade.

Obrigado a todos e a todas.

Quero dizer que é sempre uma honra. Desde 83, não é Senador, lá no Sul, nas nossas lutas não só nacionais. Eu continuo, e o senhor também, nas lutas nacionais e internacionais. Na garantia e defesa dos direitos humanos.

Então, hoje é um dia muito especial, porque hoje é dia de agradecer.

Eu me lembro, lá em 1983, nós dois na biblioteca municipal de São Leopoldo, estávamos brigando em defesa do povo nicaraguense, pela garantia de direitos daquela nação.

Aprendemos tão bem que também aprendemos a brigar melhor pelos nossos direitos, em âmbito nacional.

A grande honra que os idosos têm no Brasil é de ter uma liderança não só em suas próprias instituições. Temos aqui vários líderes de instituições em defesa dos direitos, mas de ter um líder, um Senador, que busca garantir espaço e leis.

E, na área do envelhecimento, temos hoje – e essa, Senador, é uma avaliação internacional que eu trago – que o Estatuto do Idoso é hoje uma referência mundial. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! É uma construção de todo o povo brasileiro!

A SR^a MARIA PIVATTO MÜLLER – E digo isso, porque recentemente participei de uma conferência internacional na Costa Rica, em que tivemos países da América Latina e Caribe presentes e representações de outras nações.

A gente sempre acha – e o Lula mudou esse nosso pouco orgulho de sermos brasileiros – que estamos fazendo muito pouco e que a nossa legislação ainda é muito tímida. Na verdade, estamos avançando a passos largos, graças à militância das nossas bases; graças a parlamentares que são referência na garantia dos direitos humanos.

Eu tenho a honra de conviver com dois: o nosso Senador e a Ministra Maria do Rosário (Palmas.), que briga a vida toda – acabou de completar 20 anos de mandato agora, sempre na busca dos direitos daqueles que os têm garantidos. Sabemos que muita gente tem direitos neste País, mas estamos cá brigando por vários segmentos que demandam atenção especial.

E os idosos, as pessoas idosas – estamos tentando mudar a terminologia também, Senador, para garantir a questão de gênero para que as mulheres tenham mais vez. E podemos observar que ainda hoje somos minoria.

Quando estive na Índia, representando o Brasil na questão do enfrentamento da violência contra a mulher, lá também tivemos uma surpresa muito bonita. Quando nós mencionamos a Lei Maria da Penha, representantes de 48 países levantaram-se e aplaudiram a lei. Nós sabemos que, na região da África e da Índia, temos os maiores índices de violência no mundo.

E estávamos lá representando o Brasil.

Digamos que somos muito bons em legislação também, mas ainda dependemos da efetivação da legislação. O Estatuto do Idoso é referência mundial, mas nele ainda há muitos direitos que constam da legislação, mas a que, efetivamente, os idosos não têm acesso ainda.

Infelizmente, uma parte dos idosos sequer sabe da existência ou do que consta do Estatuto. Essa é uma batalha nossa especialmente neste ano. E a grande contribuição deste espaço, Senador, é justamente tornar visível a questão do envelhecimento.

Quando solicitamos uma audiência pública, em setembro, que foi bastante frequentada, digamos assim, isso fez com que a questão do envelhecimento, em âmbito nacional, fosse mais bem visualizada, melhor entendida; fez com que a população brasileira deixasse de se ausentar diante do seu compromisso de auxílio a quem construiu esta Nação e como isso está representado.

Temos na Secretaria de Direitos Humanos um disque-denúncia, que é o Disque 100. Após a audiência de setembro, até este mês, tivemos um aumento de 199% no número de denúncias de maus-tratos e de violações contra os idosos.

Isso significou que a violência aumentou? Pode ter aumentado em algum grau, mas, na verdade, foi dado a conhecer à população idosa deste País que existem serviços e que a população pode auxiliar os idosos, na medida em que os protege de alguma forma.

Esse disque-denúncia tem protegido, e as pessoas têm perdido o medo de denunciar, porque, na verdade, todos sabemos que as maiores violações vêm da própria família, dos seus filhos, netos, noras. É lamentável, é lastimável que neste País tenhamos esse tipo de conduta.

Quando fizemos um momento de capacitação na Secretaria sobre o curso de cuidador de idosos – sobre o que há uma lei aprovada, que ainda está em tramitação por aqui – tivemos a presença de um especialista, um psicanalista. Quando lhe questionei do porquê de tamanha mudança, em âmbito nacional, também quanto à ausência de cuidado e à ausência de respeito com a pessoa idosa, ele disse que nós somos pouco fiéis à nossa conduta ética, aos nossos valores, e que essa não fidelidade aos nossos valores tem causado isso; que, se nós escutássemos um pouco mais as nossas nações primitivas deste País, se nós escutássemos mais os indígenas, teríamos um respeito maior com os idosos.

Então, é preciso que a gente repense a questão dos valores, porque a questão dos direitos só será acessada e garantida a partir do momento em que nós tivermos a consciência de que somos responsáveis pelas pessoas idosas em um âmbito geral. Nós somos responsáveis pelos nossos e pelos outros. Somos responsáveis pelo cuidado com o idoso, mas também somos responsáveis pelo outro, pelo idoso que não tem quem dele cuide.

E nós temos um problema muito grave no Brasil: nós ainda somos, Senador, devedores. Esta Nação ainda é muito devedora, em relação aos seus idosos, quanto à garantia, ao cuidado e ao acesso digno; todos os direitos que a legislação prevê e os que ainda teremos de garantir.

Então, em âmbito nacional, a legislação garantida. Em 2003, tivemos a aprovação do Estatuto. E eu já gostaria, Senador, de ter garantida para o próximo ano uma sessão especial para comemorar os dez anos do Estatuto do Idoso, para que nós possamos repetir, em âmbito nacional... (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Já está consagrado, pelas palmas, que vamos fazer. (Palmas.)

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER – Porque, justamente, precisamos efetivar os direitos que constam nessa legislação. E, quando nós... Normalmente, nos espaços onde a gente tem estado... E eu acabo de chegar de Tocantins, no fim de semana passado – estivemos lá a convite de uma universidade chamada UMA (Universidade da Maturidade), uma universidade ligada à universidade federal – e lá encontrei um grande número: são 1.900 idosos atendidos pela universidade em vários campi.

(Soa a campanha.)

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER – E uma idosa indígena dizia o seguinte: “nós queremos ser mais gente”. Logo após, eu fiz o meu pronunciamento e disse que os idosos são gente da melhor qualidade. Aí, ela ficou emocionada com isso, porque, na verdade, ela não queria ser mais gente; o que ela estava colocando era a questão da garantia do direito. A garantia dos direitos básicos que eles não têm, principalmente como indígenas. Então, é nesse sentido que a gente ocupa esse espaço para novamente buscar que, em âmbito nacional, possamos nos unir na defesa de muitos idosos que ainda não têm voz e vez neste País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esta foi a Neusa Müller, da Secretaria Nacional da Promoção da Pessoa Idosa, ligada à Presidência da República.

Só dizendo, Secretária, que, naquela reunião em São Leopoldo, terminou a reunião, eles fizeram uma comissão – eu era, naquela época, eu acho que era Presidente da CET, a Central Estadual de Trabalhadores, que era uma única central no Estado –, e eu acabei na Nicarágua, viu? Mandaram-me em uma missão com a Nicarágua, por causa de os Contras estarem invadindo a Nicarágua já. Aí, ficamos um mês lá, mas não detive ninguém, fui em uma missão de paz. Mas

senti o peso do que é uma contrarrevolução, em relação à luta do sandinista, uma luta bonita de Carlos Fonseca, Sandino, enfim.

Encontrei-me com Tomás Borge. Tomás Borge é uma figura... Um dos únicos sete comandantes que estava vivo. E eu me lembro de uma frase que ele disse, que eu tenho usado ao longo da minha vida. É pequenina a frase. Vou resumir o que ele quer dizer com a frase. Quando eles estavam presos, veio um dos Golias, dos Somoza, na época, disse: “olha, matamos o líder de vocês”. Ele disse que respondeu, ele nos contou: “você se engana, porque a ideia, os ideais de um grande líder” – que, se eu não me engano, era Carlos Fonseca – “que vocês mataram estarão sempre vivos entre nós”.

Acho que é isto: a política dos direitos humanos nunca vai morrer, estará sempre viva entre nós.

E permita-me que eu faça também uma referência positiva: na aprovação do Estatuto do Idoso – eu me lembro até hoje, conto aqui para vocês –, eu estava na minha casa, aí vem um telefonema do Palácio, e lá alguém disse o seguinte: “Senador, você atende o Presidente Lula, o Presidente da República?”. Eu disse: “claro que eu atendo”. Aí o Lula pega o telefone e diz: “Paim, seguinte: vamos aprovar esse estatuto aí. Há um movimento” – o da igualdade racial foi a mesma coisa – “para não querer aprovar. O que você me diz, já que você é o autor do projeto?”. Eu disse: “Olha, Presidente, há um problema em tal artigo ali, que não era importante. A não ser aquilo, o resto é tranquilo”. “Então, pode anunciar aí que vai sancionado.” E ele sancionou o Estatuto, que estava engavetado, há oito anos, não andava, e ele sancionou. Então, minhas palmas ao Presidente Lula. Se não fosse ele, o Estatuto não teria sido... (Palmas.)

E o da igualdade racial foi um movimento muito grande, porque o movimento estava meio dividido, você sabe. E ele, no discurso de sanção, disse: “Olha, há controvérsias sobre esse Estatuto, alguns dizem que não é para eu sancionar, há divisão no movimento negro, mas eu vou sancionar”. E sancionou, e o Estatuto hoje é uma obra importante para todos nós.

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER – Se me permite, Senador, eu quero aqui fazer uma menção, mas é ao Estatuto da Juventude.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que está na Casa.

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER – Que está na Casa. Porque a nossa grande preocupação também é de que os jovens, muitos jovens do gênero masculino não estão chegando à “adultez” e não estão chegando a envelhecer. E esta deve ser uma preocupação de toda a Nação, porque é um flagelo.

Eu estive também, em alguns momentos da minha vida, em presídios, especialmente presídios do Rio Grande do Sul, onde eu pude constatar o quanto de jovens, entre 18 e 25, nós temos encarcerados. E isso deve ser uma preocupação de todos nós também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ter certeza de que será.

E, amanhã, já aviso a todos, haverá uma grande conferência nacional, organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais, porque eu sou relator do Estatuto lá, indicado pelo Senador Jayme Campos. Nós vamos interagir, no novo sistema que o Senado montou, com todo o Brasil, e a juventude poderá, então – a juventude, os não jovens também, claro, toda a população brasileira poderá –, interagir com os nossos convidados. Eu estarei lá como relator, e Márcio Pochmann, e tantos outros estarão nesse debate do Estatuto.

Eu disse... O Moacyr passou um vídeo em que eu dizia que percebia que havia um movimento para não aprovar o Estatuto este ano. E, de fato, isso, infelizmente, se confirmou. Não se aprovou, mas, já que não se aprovou, vamos tentar ampliar o máximo, inclusive, nessa linha, e ver se 2013 será o ano também do Estatuto da Juventude – antes da Copa, porque, para mim, desculpem-me a expressão, mas o jogo é para não se permitir aprovar o Estatuto antes da Copa. E isso nós não haveremos de permitir; haveremos de aprovar o Estatuto da Juventude em 2013.

Neste momento, passo a palavra ao Dr. Maciel de Aguiar, escritor, curador da exposição Arte Tribal Africana, que tem um acervo fabuloso. Eu tive a satisfação de visitar aqui, junto com alguns Governadores, a exposição que você fez no Senado.

O SR. MACIEL DE AGUIAR – No Salão Branco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No Salão Branco. Belíssima exposição.

O tempo é seu agora.

O SR. MACIEL DE AGUIAR – Meu querido Senador Paim, obrigado pelo convite. Eu queria saudar, começar saudando a Mesa, em sua maioria formada por mulheres – já é uma exceção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estamos avançando.

O SR. MACIEL DE AGUIAR – Avançando muito. Já é reparação de uma injustiça.

Meu nome é Maciel de Aguiar, eu sou do Estado do Espírito Santo, mais precisamente da cidade de São Mateus, que fica no norte do Estado, limite entre o Espírito Santo e a Bahia, e que já pertenceu, por quase um século, a Porto Seguro.

Nós, há 35 anos, montamos um museu, o África Brasil, museu intercontinental. É um acervo, com cer-

ca de 4.800 peças de arte africana. Então, estamos chegando aqui hoje, senhoras e senhores, com quase cinco séculos de atraso. Por quê? Porque, a partir do século XVI – quando os países colonizadores convencionaram que era possível escravizar o negro africano, pela premissa de que eles eram hereges, não tinham capacidade inventiva, criativa e cultural –, eles produziam a arte que nós juntamos nesse museu, em contraponto a tudo aquilo que foi alegado como justificativa para a escravização de milhões de seres humanos.

Em hipótese alguma, desde o século XVI, até o primeiro quartel do século XX, a arte africana foi reconhecida pelo mundo, mas foi preciso que geniais criadores, como Pablo Picasso, Amedeu Modigliani, Salvador Dalí e outros geniais criadores, sobretudo aqueles que criaram o Cubismo, no primeiro quartel do século XX, fossem à África, se inspirassem na arte tribal africana, para criar a arte moderna no mundo.

Então, conceitualmente, como se justifica que um continente é escravizado por não ter capacidade inventiva, criativa e cultural e, ao mesmo tempo, esses povos criam a arte que vai inspirar, quatro séculos depois, o surgimento de inúmeros criadores e inúmeros gênios da arte moderna? O contrassenso é que a negligência histórica universal contra a capacidade criativa e inventiva do povo africano se estabeleceu. E, após o advento do Cubismo, após a incursão à África de geniais criadores, ainda faz-se necessário lutar muito para o reconhecimento da arte tribal africana.

A exposição, a convite da Primeira Vice-Presidente da Câmara, a brilhante Deputada Rose de Freitas, brilhante em todos os aspectos, por ser uma mulher extraordinária, uma mulher decente, uma mulher que enfrenta enormes desafios e que deu uma demonstração de civilidade e patriotismo e respeito à Constituição na última sessão do Congresso Nacional, quando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem lembrado. (Palmas.)

O SR. MACIEL DE AGUIAR – Vamos aplaudir aqui a Deputada Rose de Freitas, que, a despeito de ser representante de um Estado produtor de petróleo, soube, condignamente, respeitar a Constituição e fazer com que a sessão transcorresse em sua normalidade constitucional.

Então, a convite dessa mulher extraordinária...

(Soa a campanha.)

O SR. MACIEL DE AGUIAR – Nós fizemos a exposição que, infelizmente, termina hoje, mas, possivelmente, vamos ampliá-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A que horas termina hoje?

O SR. MACIEL DE AGUIAR – Agora à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já convidamos a todos para que não percam, porque é um belíssimo espetáculo assistir a essa exposição ali no Salão Branco.

O SR. MACIEL DE AGUIAR – Salão Branco do Congresso Nacional. Então, eu gostaria que vocês observassem que essa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há peças lá de 300, 400 anos.

O SR. MACIEL DE AGUIAR – Por favor, não está conseguindo passar.

Infelizmente, o nosso operador não está conseguindo colocar, mas são peças do século XVI, século XVII, século XVIII, século XIX, primeiro quartel do século XX.

Por favor, pode exibir as peças. São peças que, possivelmente, quando os geniais criadores, como Picasso, Salvador Dalí, Amedeo Modigliani andaram pela África, no início do século, viram essas peças.

Podemos passar.

O registro histórico que se faz, Senador, é que nós, como a face ocidental mais representativa do continente africano, temos que assumir internacionalmente a defesa da capacidade inventiva, criativa, a extraordinária capacidade criativa e inventiva do povo africano, porque foi em função dessa alegação de que os negros não possuíam capacidade cultural, inventiva e criativa – lamentamos, mas o operador não consegue exibir as imagens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A informação que tenho aqui é que está com problema no arquivo e que, de fato, não vão conseguir passar.

O SR. MACIEL DE AGUIAR – Então, desculpa. Mas todos podem verificar, todos podem ir ao Salão Branco do Congresso Nacional.

Quero agradecer ao convite do Senador Paulo Paim.

(Soa a campanha.)

O SR. MACIEL DE AGUIAR – E dizer que o Brasil tem a responsabilidade perante seu compromisso histórico, perante a África e perante o mundo de mostrar, exibir, defender e, sobretudo, de reconhecer a importância do povo negro porque, Senador, quando pedirem contas do que nós realizamos, nós podemos acreditar que estaremos em paz com nossa consciência por reconhecer o extraordinário papel do povo africano na formação da sociedade nacional e, sobretudo, na composição dessa bela e extraordinária aventura chamada civilização brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Foi o Maciel de Aguiar, escritor e

curador da exposição Arte Tribal Africana, que está aqui no Salão Branco da Casa, à disposição de todos.

O SR. MACIEL DE AGUIAR – Eu gostaria, Senador, de lhe passar o catálogo da exposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Recebo, com muito carinho. Estive lá, e vou levar comigo lá para o meu arquivo.

Agora, vamos para a terceira Mesa. Liberamos todos os nossos convidados dessa Mesa, e começo a chamar de imediato a terceira Mesa.

Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina; Roberto John Gonçalves da Silva, Diretor de Políticas Temáticas e representante da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República; Lucieni Pereira, Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Brasil (ANTC); Carlos Penna Brescianini, Professor, representante do blog Ambiente e Transporte.

Eu só tenho que ver os outros companheiros que não foram chamados para que todos estejam contemplados nas Mesas. Peço também que, na quarta Mesa, além do Jaílson, que está sempre conosco, os representantes dos militares também estejam na próxima Mesa. A Cobap também não está ainda; o Ministério Público, os procuradores; Terena, representante dos índios, representante legítimo, grande líder. Uma salva de palmas para o Terena. (Palmas.) O Terena era todo dia. É uma alegria te ver aqui, Terena.

Eu só peço à assessoria que organize as outras Mesas para que todos sintam... Só peço, dentro do possível, que as pessoas tenham um pouco de paciência. Todo mundo quer participar, e isso é muito bom. Nós cansamos de iniciar às 9 horas e terminar às 2 horas da tarde em inúmeras audiências públicas. Hoje, que é um balanço final, vamos tentar terminar, dentro do possível, até o meio-dia.

De imediato, eu passo a palavra para a Dr^a Lucieni Pereira, Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Brasil (ANTC), que tem nos prestigiado aqui com o seu conhecimento, inúmeras vezes, com belas palestras.

A SR^a LUCIANI PEREIRA – Bom dia a todos.

Eu cumprimento os membros da mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, um grande parceiro da sociedade brasileira, assim posso dizer.

É uma honra muito grande para nós representar os auditores de controle externo dos 34 Tribunais de Contas do Brasil. A ANTC é uma associação que foi criada em agosto de 2012, mas é uma associação que tem a tradição de auditores de controle externo

do Tribunal de Contas da União e dos outros Tribunais de Contas dos Estados e Municípios.

Eu não tenho tão boas notícias como os outros grupos, que tiveram sucesso neste Congresso Nacional. Senador, a luta contra o poder econômico é uma luta árdua. E nós tivemos, nesta Comissão, várias vezes, a única oportunidade de fazermos um debate de questões que são essenciais para a cidadania, essenciais para os direitos humanos, como educação, saúde e previdência do servidor público. Esta foi a única Casa que nos abriu as portas, e isso precisa ser registrado. Então, em homenagem a esse trabalho e a essa oportunidade, eu fiz um balanço também das ações.

Só foi possível coletar as ações do Tribunal de Contas da União para a gente mostrar um pouco para a sociedade o que os Tribunais de Contas fazem e o potencial que têm. Falou-se, na Mesa anterior, sobre a efetividade, a dificuldade. Não adianta fazer lei. É preciso garantir a efetividade dessas leis. Então, eu fiz um balanço para que a sociedade possa compreender como que os órgãos de controle – o Congresso Nacional com o Tribunal de Contas da União – podem contribuir para garantir a efetividade dessas leis.

Antes de começar, eu queria passar às mãos do Senador Paim uma carta dos médicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), assinada por nove médicos, como Clarice, Edna, Eduardo Corte, Lúcia Helena, Márcio Amaral, Maria Elizabeth, Mirian Vieira, Nélon Albuquerque, Romildo Vieira e Rosali Branco. É uma carta dos médicos e professores que agonizam, na UFRJ, com a tentativa do Governo de implantar a famosa EBSEH, que é uma das lutas que perdemos.

Eu digo “nós perdemos”, porque a sociedade perdeu neste Congresso Nacional. A luta não terminou, não é, Senador. O senhor sabe que há outras arenas para este debate. No debate, agora, começa uma nova fase, uma fase de dialética jurídica, porque, no âmbito político, nós tivemos uma derrota para o poder econômico, que faz de tudo, inclusive quebrar a autonomia universitária, para capturar os espaços públicos. E aí não adianta os movimentos sociais avançarem com leis dos Estatutos dos Idosos, das mulheres, dos negros, dos ciganos, se os espaços públicos forem capturados pelo poder econômico.

Esta é uma reflexão que a sociedade precisa fazer, porque, na hora em que a gente precisa de atendimento de alta e média complexidade, são os hospitais universitários que a gente busca, nas cidades em que não há um hospital sequer fazer esse atendimento. Portanto, eu peço ao senhor, encarecidamente, em nome dos médicos e dos professores da UFRJ, que adote, por meio desta Comissão, as providências no sentido de defender a autonomia universitária. Faça este apelo

também ao Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, que, oportunamente, por obra do destino, está à mesa comigo, neste momento tão simbólico para os professores e médicos da UFRJ.

Serei breve. A gente vê muito claramente a articulação, a integração entre o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União em prol dos direitos humanos.

Nós tivemos auditoria no Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, tema extremamente sensível, que requer a nossa atenção e é um tema também da Comissão de Direitos Humanos.

Avaliação sobre as ações dos atendimentos à pessoa idosa. Isso são auditorias em que os auditores percorrem o País e vão in loco aos locais para eles avaliarem. Não é uma avaliação feita numa central em Brasília. É um trabalho de peregrinação em todo o País, para que a gente possa ver como a política pública está sendo implementada.

Outro trabalho também muito sensível a esta Comissão é o trabalho de erradicação do trabalho infantil. Aqui eu tenho um ponto importantíssimo para o qual peço a atenção de todos: auditoria operacional sobre a saúde indígena, trabalho feito pela Secs, Secretaria do TCU de Mato Grosso. Foi um trabalho apresentado na Rio+20. E esse é o estado que se identificou dos postos de saúde em total condição inadequada. Há casos também em que as instalações são ótimas, mas os equipamentos estão nos depósitos, não é Senador? Não adianta nada haver equipamentos se eles ficam nos depósitos. Então, é preciso focar na gestão da saúde indígena.

Esse trabalho foi feito em 2009. Em 2012, o Ministério Público Federal, agora no dia 10, fez uma ação no Dia D da Saúde Indígena, e o diagnóstico identificado pela Vice-Procuradora-Geral da República é de falta de tudo: médicos, remédios, transporte. “O quadro é de extrema indigência” – nas palavras da Vice-Procuradora-Geral da República.

A população indígena, de 1991 para cá, cresceu 205%, chegando a quase um milhão, numa concentração significativa no Estado do Amazonas. A menor concentração está no Rio Grande do Norte. E o Ministério Público precisou fazer três recomendações este ano, vai ajuizar cinco ações civis públicas e já instaurou 98 inquéritos civis. Quer dizer, isso significa que a situação do Estado ainda é muito difícil, Senador, e precisa de uma intervenção. Acredito que, para a agenda do ano que vem, este é um ponto sensível para esta Comissão se debruçar, porque os trabalhos dos órgãos de controle mostram que há um descaso muito grande do poder público com a saúde indígena.

O TCU também tem várias auditorias na área de medicamentos, e há um trabalho essencial que eu quero ressaltar: um acórdão agora, de dezembro ou novembro, sobre regulamentação econômica da saúde. Foi um trabalho que o Tribunal identifica uma impossibilidade de revisão dos preços, de acordo com a conjuntura econômica internacional. Ou seja, Senador, se houver um avanço tecnológico ou quebra de patente, o preço do medicamento não pode cair. Então, o preço só pode subir; não pode cair.

(Soa a campanha.)

A SR^a LUCIANI PEREIRA – E medicamento é um ponto sensível para os idosos, para as mulheres, para os pacientes com doenças graves. Este é um ponto, Senador, para o qual eu faço um apelo a esta Comissão para promover um amplo debate, porque a recomendação do TCU – ao Poder Executivo, é claro, mas eu trago esta recomendação para avaliação dos Parlamentares – é uma revisão da norma que permita desvincular os preços dos medicamentos à inflação.

Ora, o nosso salário não é indexado, não pode ser indexado. Por que medicamento vai ser indexado? Quer dizer, ainda que haja uma quebra de patente, ainda que haja uma variação cambial, o medicamento não pode ser reduzido. O preço só aumenta. Quer dizer, este cenário não pode mais se perpetuar, Senador. É um apelo que eu faço em nome dos auditores. E esse é um trabalho em que o Tribunal subsidia o Congresso Nacional com uma análise técnica.

Por que está o Congresso cor-de-rosa? Porque os medicamentos para tratamento de câncer são dos mais caros e estão na rota dos que só aumentam, aumentam e aumentam, Senador. É um apelo que eu faço aqui, até porque o Tribunal fez um trabalho sobre atenção oncológica. O câncer é a segunda maior causa de morte – outro trabalho apresentado na Rio+20. Há uma média nacional de espera para o início do tratamento de 30 dias, e, no Brasil, no Inca, esperam-se 100 dias; em outros hospitais, 113 dias. Isto é inaceitável!

Aqui, uma nova parceria entre TCU e Congresso Nacional, que resultou na Lei nº 12.732, que fixa o prazo de 60 dias. Ainda não é o prazo ideal, comparado ao de outros países, mas é um grande avanço. E eu penso que essa lei merece ser comemorada com o monitoramento dos órgãos de controle.

Outro trabalho em prol das mulheres também foi a Auditoria dos Mamógrafos. A pedido da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, o Tribunal fez uma auditoria e viu que o ideal seria os equipamentos fazerem por dia, no mínimo, 25 exames, mas a média nacional é de menos de 10. Ou seja, eu tenho equipamento, mas não tenho a utilização,

então, a eficácia da política pública é comprometida. Esse é outro aspecto que também merece atenção desta Comissão.

Há outros trabalhos, como a proteção, já mais no campo da segurança pública, do depoente especial. Percebe-se uma queda muito grande da execução orçamentária e uma queda vertiginosa desses depoentes especiais. Então, esse também é um tema de direitos humanos que requer uma atenção especial.

Outros trabalhos: reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei; e assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas, que me parece também um tema muito sensível, que requer a atenção dos grupos sociais.

A reestruturação do sistema penitenciário, a profissionalização do preso, quer dizer, há várias experiências interessantes e outros espaços que precisam de uma atenção maior do Poder Público. É possível, sim, reestruturar esse sistema e melhorar as condições, a possibilidade...

(Soa a campanha.)

A SR^a LUCIENI PEREIRA – ... de reinserção desse preso na sociedade quando ele for libertado.

Assistência jurídica. Senador, não dá para a gente deixar de falar do trabalho da Defensoria Pública da União.

A mobilidade urbana é outro tema que vai surgir aqui também. Há uma auditoria do Tribunal de Contas da União, e esse é um trabalho que está em andamento.

Quanto ao combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, não há decisão ainda. É um trabalho da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, e temos o compromisso de ser relatado já no ano que vem. Este é outro apelo que faço, Senador: que esta Comissão insira esse tema no debate, porque, com certeza, esse trabalho do Tribunal trará um diagnóstico muito interessante...

(Soa a campanha.)

A SR^a LUCIENI PEREIRA – ... sobre essa política que precisa, sem dúvida nenhuma, avançar para que as nossas mulheres sejam respeitadas.

Não posso deixar de falar de uma audiência de que participamos juntos, do projeto E-Cidadania, em que esta Casa se abre para a sociedade.

A terceirização é um tema que já foi abordado, o EBSEH. Há uma quebra indiscutível da autonomia universitária – vou ter que correr, não é? Eu quebro a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que tem a finalidade de garantir a liberdade de pensamento, a liberdade intelectual e científica que se sustenta na autonomia universitária. É um apelo que faço para o CFM para que dispense uma atenção es-

pecial porque as pesquisas podem ficar comprometidas no País.

(Soa a campanha.)

A SRª LUCIENI PEREIRA – E, aqui, fica a mensagem final do Reitor Aloísio, que teve uma homenagem esses dias, e a nossa homenagem de Natal aos participantes.

Eu queria pedir a palavra ao nosso Sub-Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU, Sérgio Caribé, que faz uma campanha nacional importantíssima sobre acessibilidade. Eu não vou falar sobre esse tema, mas ele é superimportante e que faz parte da agenda desta Comissão.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Peço ao Sérgio, então, que pegue o microfone aí.

Isso aí. Muito bem, Sérgio – ele mesmo apontou o caminho das pedras ali.

O SR. SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim e, na sua pessoa, Senador, cumprimentar todos os presentes que se dedicam à luta pela concretização dos direitos humanos no Brasil.

A Lucieni abre um espaço importante, e eu até tinha uma apresentação rápida para passar, mas o tempo realmente é muito curto.

Quero dizer que o Ministério Público de Contas está engajado em uma campanha nacional para provocar a atuação dos Tribunais de Contas brasileiros, para que passem a considerar acessibilidade nas suas atividades de fiscalização. E, no âmbito do TCU, essa iniciativa tem merecido uma acolhida extremamente significativa, Senador Paulo Paim. Conseguimos incluir, na matriz de fiscalização de obras públicas, no Fiscobras, já de 2012, a auditoria à acessibilidade como ponto de verificação obrigatória, e isso já redundou em dois achados nas principais obras públicas fiscalizadas pelo TCU neste ano. Também realizamos uma auditoria nos órgãos da administração pública federal, e foram selecionadas as seis entidades que mais realizam atendimento de balcão: o INSS, a Caixa Econômica, os Correios, a Defensoria Pública da União, a Delegacia de Trabalho.

Os achados, infelizmente, demonstram que, nos prédios da administração pública, tanto o acesso físico, como o acesso aos serviços ainda estão bastante precários, mas também apontam indicativos para que essas questões sejam solucionadas. Foram expedidas recomendações e determinações à Secretaria de Patrimônio da União, à Secretaria de Direitos Humanos

da Presidência da República. Essa campanha já está acolhida por todos os Tribunais de Contas brasileiros.

Recentemente, na semana passada, o TCDF também editou, deu conhecimento de que foi aprovado um acórdão em que se acolheram todas as recomendações apresentadas pelo Ministério Público de Contas. É uma iniciativa que vai ao encontro de concretizar os direitos da pessoa com deficiência, também da população idosa, de todos os que, de alguma forma têm os seus direitos restritos pela falta de acessibilidade.

Entendemos que temos a legislação, talvez a mais avançada do mundo, no quesito de acessibilidade, mas a sua implementação, infelizmente, não acompanha os avanços que a sociedade brasileira tem conseguido na esfera legislativa.

Então, acredito que a atuação do Tribunal de Contas, dos Tribunais de Contas, do sistema Tribunal de Contas, na promoção da acessibilidade será uma contribuição significativa, quando condiciona a aprovação das prestações de contas à observância desse requisito, que é uma ferramenta instrumental indispensável para assegurar os direitos dessa significativa parcela da população brasileira, que, segundo o último censo, já importa em 45 milhões de pessoas.

Faço o registro de que o Senador Paulo Paim esteve presente em um evento organizado no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, evento do qual também participei. Infelizmente, não nos encontramos. V. Exª participou pela manhã; eu estive presente no evento, no dia anterior e no período da tarde, no dia em que V. Exª apresentou sua palestra. Quero fazer o registro do seu apoio, da sua adesão a essa causa.

Realizamos também um grande evento, um grande seminário, em setembro deste ano; dois dias de atividade no Tribunal de Contas da União, com representação, posso dizer, dos segmentos mais relevantes da administração pública brasileira. E esse tema passa a ganhar – não só com essa iniciativa, mas com tantas outras que já foram realizadas – a atenção das grandes instituições, das instituições que são responsáveis por garantir efetividade dos direitos da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida.

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ – É uma contribuição que, esperamos, possa se somar a todas as outras que vêm sendo realizadas.

Agora, a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou e aprovou uma proposição que vai ao encontro dessa nossa iniciativa, para que todas as auditorias e fiscalizações passem a considerar esse tema nos julgamentos das prestações de contas.

É um item sensível, porque, além de afetar o bolso – porque o gestor público pode ser condenado a ressarcir os valores, no caso de realizar obras ou ações que não contemplem acessibilidade –, também pode redundar na inabilitação do gestor para o exercício de cargo ou função pública ou até mesmo para que o gestor possa pretender disputar mandatos eletivos. Então, são ações que têm um efeito prático, rápido e imediato e que, com essa força, podem conduzir à efetivação desses direitos.

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ – Obrigado por esse espaço. É uma prestação de contas muito rápida, mas que espero que possa, nos próximos anos, ganhar ainda mais espaço, haja vista que essa nossa iniciativa, essa campanha tem apenas um ano e meio de ação.

Muito obrigado, Senador.

Parabenizo a todos que se dedicam à causa da promoção dos direitos da pessoa com deficiência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sérgio Caribé, Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU. Eu teria até alguma pergunta para fazer, mas jogamos para o final, para que todos possam agora usar a palavra rapidamente.

Passamos a palavra para o Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima.

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Senador Paulo Paim, Dr^a Lucieni, Dr. Carlos Penna, Dr. Roberto John, cumprimento-lhes e aos demais preclaros participantes desta solenidade de muito valor, às senhoras e senhores.

Senador, é uma satisfação retornar a esta Casa. E hoje, com um privilégio especial, mais uma vez o senhor nos concede a honra de participar de reuniões tão importantes para a sociedade brasileira.

Nós do Conselho Federal de Medicina, os médicos deste País temos recebido de V. Ex^a uma extrema atenção e consideração, o que, na verdade, faz parte do seu perfil, faz parte da sua atenção, não só política, mas de caráter humano, com todos os que lhe procuram com causas justas nesta Casa Legislativa.

O Conselho Federal é uma autarquia federal, juntamente com seus conselhos regionais. Compõe em conjunto a autarquia federal que tem o mister de zelar pelo perfeito desempenho ético da Medicina na República.

Estamos com o objetivo, Senador, de prestar contas por essa atenção, por essa consideração que o senhor tem tido conosco. Então, devemos ao senhor

uma prestação de contas. Vamos fazer um breve resumo das nossas ações neste ano de 2012.

É preciso que antes, de maneira preliminar, eu faça referência a algumas resoluções do Conselho Federal de Medicina, de certa forma emblemáticas, e da sua participação na área dos direitos humanos no País.

A partir da nossa Constituição de 1988, o Conselho Federal determinou à Medicina um paradigma benigno humanitário, que pode ser observado nos seus códigos de ética a partir daí. O código de 1988 e, agora, o código em vigência, de 2009, determinaram esse paradigma benigno humanitário: a prática médica com ênfase à dignidade humana como algo mais importante que o lucro, o saber científico ou o dogma e a Medicina, além de ciência, como arte a serviço da saúde, por sua vez entendida como bem-estar geral do indivíduo, físico, mental e social.

Em coerência com as determinações da nossa Carta Magna, tivemos resoluções de grande importância socioantropológica na história da sociedade brasileira.

A resolução da morte encefálica, uma outorga de lei, para que o CFM elaborasse critérios técnicos instituidores da definição da morte encefálica.

Tivemos uma resolução sobre a transexualidade, permitindo a cirurgia da transexualidade. A única fonte inclusive, hoje, de subsídios de substratos para sentenças judiciais. Não há legislação específica a respeito no País, e os nossos tribunais superiores utilizam essa resolução do Conselho Federal como fonte, como fundamentações para suas decisões.

Dentre essas resoluções, também destacamos, mais recentemente, a que esclarece o instituto da ortotanásia.

De certa forma, entendíamos a nossa Constituição como a Constituição da vida eterna, que determina o dever de viver, mas não reconhecia o direito de morrer. De morrer com dignidade, numa fase de terminalidade da vida em doença crônica, circunstâncias incuráveis e irreversíveis. E, à revelia do titular do direito, havia mecanização da vida para além da vida, por uma obsessão terapêutica e até mesmo uma cruel tirania da cura.

Com esta resolução, legitimada no Judiciário deste País, temos hoje uma visão correta do que é o direito de morrer a própria morte.

Neste ano de 2012, desenvolvemos uma série de ações no plano social. Tivemos ações contra a drogadição, com foco específico no combate ao crack. Tivemos caravanas em todos os conselhos regionais, nos cinco Municípios de menor IDH, mais baixo IDH. Fizemos um trabalho para empregabilidade das pessoas com deficiência física ou com especificidades físicas, em

parceria com a federação de hospitais e com o Deputado Romário, lançada recentemente a campanha.

Temos uma ação social também muito importante em terras de além-mar, com os nossos irmãos africanos de Cabo Verde. Trazemos médicos de Cabo Verde para o Brasil para suas pós-graduações em especialidades médicas. Isso cada vez mais se incrementa dentro do convênio CFM, Ordem dos Médicos de Cabo Verde e Ministério da Saúde de Cabo Verde.

Dentre essas, destacamos ainda as ações pela reprodução humana medicamente assistida, abrindo aos homoafetivos o direito de terem espaço para a procriação. Era um preconceito absolutamente inaceitável. E saímos em vanguarda, trazendo, nessa resolução, todas as questões éticas dirimidas, permitindo a efetiva capacidade de os homoafetivos terem o direito à natalidade.

Em síntese, são alguns pontos que desenvolvemos além das nossas missões precípuas. Também cuidamos das áreas científicas e intelectuais da classe médica. Oferecemos, em trabalho com o Ministério da Saúde, o acesso a todos os médicos, ao Portal Capes, permitindo uma continuidade do aprendizado de forma universal à classe médica, em todos os rincões deste País, não só nas zonas urbanas, mas nos interiores e nas regiões mais distantes.

Lutamos por um financiamento adequado à assistência à saúde. Um financiamento que hoje nos deixa realmente muito aquém do que é condição básica para a demanda existente.

Temos também trabalhado na área política dentro de um ponto mais abrangente e necessário, que é o combate à desigualdade social como um todo.

Somos a sexta economia do mundo, mas ocupamos o 84º lugar do campeonato da desigualdade social disputado por 187 países. E sabemos que investimento na saúde tem uma virtuosidade econômica muito grande. Ele é um multiplicador maior do que 1, ou seja, é um investimento excepcional na redução da desigualdade social.

Essas são algumas ações que trazemos aqui, de forma muito resumida, mas queria finalizar dizendo que temos a plena convicção, Senador, de que, com V. Exª na liderança desta Comissão aqui, nós podemos compartilhar as razões e a esperança em um futuro de um mundo melhor. Um mundo onde se possa ter os direitos potestativos de fato. O direito de se viver a própria vida e o direito de se morrer a própria morte neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima,

Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina. Meus cumprimentos.

Vamos agora ao Dr. Carlos Penna Brescianini, professor representante do Blog Ambiente e Transporte. Quero aqui, de público, dizer que foi emocionante o convite que você me patrocinou, junto com a Diretora Drª Elga, para que eu visse o trabalho belíssimo dos meninos e meninas – me permitam eles que eu diga assim –...

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...do Alô Senado, DataSenado. Foi um encontro que emocionou a todos, a eles e a mim, articulado por você e pela Diretora. Nossos cumprimentos. Obrigado.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Senador, em primeiro lugar, é sempre uma honra poder estar aqui colaborando com o trabalho que o senhor tem feito ao longo desses anos. Eu queria cumprimentar o senhor, a Dra Lucieni, o Dr. Sérgio, o Dr. Carlos Vital, o Dr. Roberto, e explicar que o que o Senador está relatando é que, neste momento, enquanto a audiência está transcrevendo, o Alô Senado, que funciona pelo 0800 61 2211, recebe ligações do Brasil todo com sugestões, críticas e encaminhamentos que podem ser feitos ao Sr. Presidente da Comissão sobre o temas que nós estamos debatendo aqui. Então, ele se torna um veículo muito importante de participação popular, e nós tivemos a honra de poder levar o Senador a conhecer esse sistema.

Senador, vou ser breve, para poder tentar avançar rapidamente. Vamos lá.

Por favor.

Nós vamos fazer uma ligação muito importante, e eu acho que a Comissão de Direitos Humanos é o local ideal para poder se começar. O racismo é uma condição em que uma pessoa se acha superior à outra a ponto de poder oprimir, prender, escravizar e matar. O direito à mobilidade é exatamente o direito à acessibilidade, é parte do direito básico de ir e vir, ou seja, a acessibilidade e a mobilidade fazem parte do direito inerente da pessoa, e nós estamos tendo uma briga enorme dentro do nosso País para poder garantir que esse direito seja colocado a todos os brasileiros e brasileiras.

Nós dizemos que o transporte começa quando você sai de casa. A rua tem que ser lisa, os veículos de transporte têm de dar acessibilidade para que as pessoas de todas as capacidades possam entrar e se locomover sem auxílio de nenhuma outra pessoa. Ou seja, a gente não pode obrigar que uma pessoa que tem uma dificuldade, tem uma deficiência, tenha de se

utilizar de outra pessoa para poder se locomover. As pessoas têm de ter direito à independência.

E nós dizemos então que a acessibilidade começa em casa, quando já se começa a fazer casas que as pessoas com dificuldades ou com deficiências não conseguem se locomover dentro da própria casa.

O transporte e a acessibilidade se encontram ao sair da casa, quando você não tem rampas, você não tem elevadores, você não tem todas as facilidades para que essas pessoas possam se locomover. Então vejam que coisa simples: nós vamos criando barreiras às pessoas no dia a dia. Nós chamamos de barreiras urbanas, que são as calçadas, ruas, passarelas e ônibus mal feitos, mal planejados. Às vezes as pessoas sabem que estão fazendo uma coisa ruim, mas não estão preocupadas. É como colocar um poste no meio da rua. Como é que o deficiente visual, um cego, ou um cadeirante vai poder se desviar? Ele não tem radar. Ele não pode adivinhar. Então, o que acontece? Lógico que vai dar acidente. É quando se escava uma rua e não se constrói calçada. Como é que um cadeirante, uma idosa, um carrinho de bebê, uma pessoa com dificuldade ou deficiência vai poder se locomover?

Nós vemos que estamos com uma briga ambiental tremenda, em que nós impermeabilizamos as cidades porque as cidades foram construídas em locais em que chovia. Então, a água era absorvida pelo solo. À medida que nós vamos construindo, nós vamos impermeabilizando o solo. E, finalmente, impermeabilizamos tanto que as cidades inundam.

Ou seja, qual é a solução? A solução é a gente pensar um sistema de transporte em que a gente não precise impermeabilizar tanto as cidades, e que possibilite que as pessoas não precisem morar concentradas, apinhadas em colmeias, em ratoeiras urbanas. As pessoas têm o direito de poder morar longe, tendo um bom transporte, e morar com condições, porque o bom transporte vai garantir que as cidades vão se esvaziar e serem habitáveis.

Olha só: São Paulo, Belo Horizonte. A febre da construção, a febre da impermeabilização por ruas e concreto gera inundação.

Voltando, só para poder ver.

Efeito calha: Salvador alagada na Perimetral, Curitiba alagada também. Tudo por conta do excesso de asfalto em função do automóvel. E por que privilegiar o automóvel se o melhor é o transporte coletivo? Isso é Brasília, novembro de 2012. Resolveu-se construir um bairro inteiro em cima da Asa Norte, chamado Noroeste. O relatório de impacto ambiental dizia: “não façam isso. A água da chuva vai descer e vai inundar a Asa Norte”. Está se construindo e o que acontece? Inunda-se a Asa Norte. Tragédia anunciada. Aí, circulou

pelo Facebook essa piada. Mas é a verdade. Como é que se vai poder se locomover no Distrito Federal na época da chuva se não for nessa condição?

E isso tem em São Paulo. Radial Leste é outro local que inunda com uma facilidade enorme. As setas mostram os locais de dificuldade de acesso. Ruas sem passagem de pedestre, sem rampas, isolamento de um local para o outro. Como é que o pedestre vai passar? Ou seja, tudo privilegiando o automóvel.

Esse é o projeto da Estrada Parque Taguatinga no papel, o qual querem replicar aqui no Distrito Federal, como os corredores de ônibus. Essas maravilhosas passarelas de pedestres são inacessíveis aos cadeirantes. Nós levamos uma cadeira de rodas e convidamos a população, junto com a TV Globo e a Rede Record, para acompanhar a tentativa de pessoas que nós convidamos: “experimenta a cadeira de rodas. Suba essa passarela aqui planejada, para poder ver como ela é bem feita”. De 49 pessoas, somente uma conseguiu subir até o final, e ela era ciclista. Só isso. Então o que isso significa? Quem planeja não usa. É muito fácil fazer o papel, se ele não vai usar. Essa EPTG é isso que está inundando. De novo o efeito inundação, que o relatório de impacto ambiental avisava desde o início: se fizer essa duplicação, essa triplicação, não vai ter como poder circular automóvel na época das chuvas, porque vai inundar.

Aí, a gente mostra que o metrô é um sistema de transporte acessível, em que os cadeirantes entram e saem com facilidade. Enquanto isso, há a febre de consumo de automóveis, em que os governos incentivam queda de IPI, isenção de IPVA, e nada para o transporte público. E esse excesso de automóveis gera isso: as ruas vão se esburacando, porque elas não foram feitas para essa quantidade de automóveis. E aí a poluição também, poluição sonora, poluição do ar.

Tudo isso afeta a saúde do trabalhador. Vocês sabiam que o motorista de ônibus, em 20 anos, tem 30% menos a 40% da audição? Vários são aposentados precocemente. Quem paga? O INSS. Nós. É uma pessoa que poderia estar trabalhando, e não vai mais estar. O GDF está fazendo uma licitação para ônibus toda errada. A gente entrou questionando a questão: não ponham ônibus com piso alto e motor na frente. O GDF insiste que o ônibus vai ser com piso alto, com aquelas escadas. Ou seja, um cadeirante vai voar até a escada. Eles disseram: “nós vamos ter plataformas”. Alguém já viu um ônibus com plataforma não dar problema? Eu não. Todos que têm plataforma eu tenho visto dar problema. Então, chega a ser humilhante para a pessoa.

Vamos lá. A quantidade de automóveis gera mais acidentes. A quantidade de acidentes gera mais vítimas,

e as vítimas geram mortos ou feridos, ou sequelados. Então, a Dra Lucieni estava comentando aqui... Ela citou um dado de que a segunda causa mortis no Brasil é...

A SRa LUCIENI PEREIRA – Câncer.

O SR. CARLOS PENNA BRESCHIANINI – Câncer.

A primeira causa mortis é a violência, dividida em duas categorias: acidentes automobilísticos e assassinatos e latrocínios. Ou seja, causas mortis preveníveis, que não precisavam ocorrer. Morre mais gente no trânsito brasileiro do que na guerra da Bósnia. Sabiam disso? Para vocês terem uma ideia, os acidentes de trânsito no Brasil, pelo menos em Brasília e em Salvador, representam 40% dos atendimentos da Rede Sarah de Reabilitação. Surpreendente. Quase 50% dos sequelados na medula são vítimas de acidentes de automóveis. E essas pessoas vão sobreviver como? E as famílias delas, se a pessoa era o principal provedor? E se não era, você imobiliza a vida de uma pessoa por conta de um acidente de automóvel, e você podia ter pensado nisso e feito um transporte coletivo eficiente.

Então, nós defendemos várias vezes: por que não se adota um transporte limpo? Por que não se adota um transporte como o europeu? Por que a gente tem de pegar o modelo ruim e replicar no Brasil, se a gente não precisa fazer isso? Nós temos o PAC. Nós temos o PAC da Mobilidade. Por que o PAC da Mobilidade não pode bater em cima da questão da acessibilidade? Por que o PAC da Mobilidade aceita soluções como ônibus com piso alto? Por que aceita ônibus com porta do lado esquerdo? Por que não incentiva o uso de VLTs, ao invés de mais corredores de ônibus, que simplesmente aumentam a quantidade de automóveis dentro da cidade, gerando uma quantidade de acidentes e doenças relacionadas? Ou seja, é um ciclo pelo qual a gente não precisa estar passando.

Essas duas fotos mostram que em VLPs – Veículos Leves sobre Pneus e metrô você entra com tranquilidade pelo mesmo nível. No caso, é uma mãe empurrando um carrinho de bebê e uma idosa sendo empurrada pelo idoso, provavelmente companheiro dela, mas pode entrar, assim, sem precisar de auxílio. A pessoa tem liberdade, tem acessibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. Fazendo soar a campanha.) – Um minuto, meu amigo.

O SR. CARLOS PENNA BERSCHIANINI – Pois não. Eu estou puxando, aqui.

SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós temos 20 pessoas inscritas. Nem que eu vá até as duas, eu não consigo.

O SR. CARLOS PENNA BERSCHIANINI – Eu vou correr.

SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem um minuto.

O SR. CARLOS PENNA BRESCHIANINI – Aqui, eu quero mostrar a França. Repare como as ruas são limpas. Há pouca quantidade de automóveis, porque há um sistema bom de transporte público. Repare que não existe calçada. Olhe a cor da rua, não há poluição, ela brilha. Pode-se gramar.

México, 20 milhões de habitantes, 4 milhões de passageiros por dia no metrô.

Quero pegar, aqui, Brasília. Nós temos 2,4 milhões de habitantes, 42km de linha do metrô e somente 160 mil passageiros por dia. Quer dizer, é um disparate. Nós estamos perdendo...

Eu estou tendo de correr, não posso apresentar Porto Alegre, Rio de Janeiro, todas as outras cidades, para poder não prejudicar os próximos oradores.

Aqui, é uma comparação da quantidade de passageiros que um veículo leve sobre pneus, um veículo leve sobre trilhos leva: 180 passageiros, 380 passageiros. Um metrô leva de 1.400 a 2.000 passageiros.

Vejam só coisas simples: as calçadas podem ser feitas garantindo acessibilidade aos deficientes. Por que não incentivar o uso com segurança de bicicleta? Incentivar o uso de bicicleta não é simplesmente pintar uma faixa na rua e dane-se o ciclista. Não. É construir ciclovia; é dentro dos prédios públicos, os novos prédios, haver vestiários, haver locais para estacionar a bicicleta. Nós estamos num País tropical, e não podemos ter a pessoa circulando de paletó e gravata de bicicleta e achar que não vai chegar ao trabalho suada. Entende? Então, nós temos que ter uma preparação para isso. Bicletários...

Esse é o famoso ônibus do chassi alto, por que a gente briga. Vocês sabem por que se fabrica esse ônibus? Porque, no final da vida útil como ônibus, ele vira caminhão. E, aí, por uma questão de novo lucro do dono da empresa de...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PENNA BERSCHIANINI – ...transporte de ônibus, ele quer ainda revender a sucata, para ser transformada em caminhão, e nós defendemos isso, o ônibus com o piso baixo.

Senador, terminando, aqui, quero só mostrar uma última coisa. Só uma coisinha, aqui.

Nós defendemos isto: transporte limpo, eficiente, não automóvel. Ninguém está proibindo a pessoa de ter automóvel. O que a gente quer é que não haja o culto ao automóvel, e que a pessoa não precise do automóvel; que ela possa ter o automóvel, mas utilize o transporte público, que vai garantir qualidade, saúde, segurança para as pessoas.

Último. De novo, a questão dos deficientes visuais, os cegos. Nós temos, no Brasil, somente 90 cães

guias de cego sendo treinados, por ano. Nós temos 700 mil pessoas que não enxergam bem e poderiam receber esses cães. Nós precisamos de um incentivo real nessa área.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PENNA BERSCIANINI – ...Essas pessoas estão sendo colocadas fora da sociedade.

Por fim, isso é uma cidade como ficaria, se fosse implementado esse sistema de transporte. Nós sairíamos de uma cidade cinza, negra, e ficaríamos numa cidade onde haveria espaço para todos, onde haveria espaço para o bonde moderno, o VLT, ciclovias, calçadas largas, lisas, com acessibilidade a todos. Nós teríamos essa condição. Isso é fundamental.

Senador, quero lhe agradecer. Boa sorte a todos, aos que ficam, muito obrigado pela paciência. Feliz Natal, bom ano, e desejo que, no próximo ano, possamos trabalhar de novo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, foi o Professor Carlos Penna Berscianini, representante do blog Ambiente e Transporte, que, diversas vezes, esteve aqui, apresentando o seu trabalho, que é, de fato, um trabalho que merece muita atenção, porque aponta soluções.

Passamos, de imediato, agora, para o Sr. Roberto John Gonçalves da Silva, Diretor de Políticas Temáticas da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O SR. ROBERTO JOHN GONÇALVES DA SILVA – Bom dia a todos e a todas, Senador Paim, os representantes da Mesa, o Carlos Vital, Lucieni e Carlos Penna, todos os que estão presentes aqui, quero dizer que esta Comissão é sempre visitada pela Secretaria de Direitos Humanos. Em nome da Ministra Maria do Rosário, quero agradecer, também, do Secretário Antônio José, de Promoção do Direito da Pessoa com Deficiência.

Tanto a Ministra, quanto o Antônio José e outros técnicos que já tivemos aqui, é um prazer estar aqui, Senador Paim, fazendo essa prestação de contas.

Nós temos algumas interfaces diretas com esta Comissão, não só aqui, como também na Câmara Federal, com a ideia da emissão de pareceres, de várias propostas que saem daqui, que, adequadamente, ouvem o parecer da Secretaria de Direitos Humanos, principalmente, da questão da pessoa com deficiência, para adequar aquilo que a Constituição garante, que é a emenda sobre a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a legislação vigente no País, para que não saiam daqui matérias que sejam incon-

gruentes com aquilo que está sendo consignado pela Convenção.

Nós estamos numa luta nacional pela quebra do ciclo da invisibilidade, e a inclusão do ciclo da inclusão, que é difícil, mas nós estamos, no Brasil – e é referência no mundo, inclusive, na área da pessoa com deficiência –, falando de 45 milhões de pessoas. No mundo, hoje, são 1 bilhão de pessoas, segundo dados da ONU, com algum tipo de deficiência.

Felizmente, o tema da pessoa com deficiência já entra na agenda brasileira, em todas as partes do País, por vários aspectos, pela ação da sociedade civil, por meio dos conselhos e, também, com o advento do Viver sem Limite, que levou a um debate mais concreto, na sociedade brasileira, tanto nas instituições públicas, como também nas instituições privadas.

Nós temos três grandes questões aqui. A primeira é a questão do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está aqui nesta Casa. A Ministra constituiu uma comissão com profissionais, com assessores parlamentares e, sobretudo, estudiosos do tema, juristas, para que a gente possa condensar mais de 500 matérias que existem, para deixar o Estatuto o mais próximo possível da realidade e da necessidade da pessoa com deficiência, no Brasil.

É bom dizer que há uma tensão aí. Há pessoas que são contra, outras que são a favor, mas, de certa forma, na ponta, nas pequenas cidades, é preciso que haja algo mais forte. O Estatuto é esse instrumento, como o Estatuto do Idoso, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que obrigam prefeitos e outras instituições a cumprirem aquilo que está elaborado. A gente acha, por outro lado, que a Convenção já é o nosso grande marco legal, para que o Brasil cumpra aquilo que está estatuído na Convenção sobre o Direito da Pessoa com Deficiência, que é uma emenda constitucional.

Há a proposta, também, da aposentadoria especial, que está correndo, aqui, também, na Casa. A gente já emitiu o parecer, também, dentro dessa questão de estar de acordo com a legalidade e a Convenção, além do modelo único de classificação, que terá de ser também obedecido pelo Estatuto e a aposentadoria. Nós vamos ter um instrumento nacional, que vai regular a questão do grau de deficiência e, também, do grau de funcionalidade da deficiência. Está sendo construído. Até abril, a gente deve ter esse instrumento, Senador, para que todo o País assuma, todos os ministérios tenham esse instrumento de classificação e valoração da deficiência, que tem como base a mudança do modelo médico para o modelo biopsicossocial.

A grande questão que nós estamos colocando, hoje, é o plano Viver sem Limite, como uma ação con-

creta do Governo Federal, para cumprir o que está estatuído na Convenção e, também, na luta histórica do segmento da pessoa com deficiência, no Brasil. Esse plano Viver sem Limite está instituído em quatro eixos: assistência à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade, com orçamento de R\$7,6 bilhões, carimbados, com variadas ações, em todas as áreas.

No acesso à educação, nós temos programas como o BPC na Escola, o transporte escolar acessível, a escola acessível, sala de recursos multifuncionais, escola bilíngue, o Pronatec, que é um programa importantíssimo na formação e capacitação da pessoa com deficiência, e o Projeto Incluir. São programas que se inter-relacionam, para cumprir algumas lacunas que existem, aqui e ali, para que a gente possa garantir o acesso à educação e ao trabalho às pessoas com deficiência, no Brasil.

Acessibilidade: Minha Casa Minha Vida 2, que são 1,2 milhão de casas, no Brasil, já dentro do desenho universal, adaptáveis, presentes com o kit que serve para qualquer funcionalidade, visual, motora, intelectual, auditiva e múltipla; o catálogo nacional; o Programa Nacional de Inovação e Tecnologia; a desoneração tributária; o microcrédito do Banco do Brasil, que está funcionando. Hoje, já avançamos muito, mais de R\$12 bilhões já foram feitos de operações para a pessoa com deficiência, a cumprir a questão.

O Centro Tecnológico Cão Guia é um centro importante, na medida em que nós temos... Foi falado ainda há pouco a questão do cão guia. Foi instalado o primeiro em Camboriú, para formar professores, para outros centros do Brasil. Vão ser instalados 7 centros tecnológicos de cães guias nas regiões do País,...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO JOHN GONÇALVES DA SILVA —...para a gente ter essa tecnologia disponível para trabalhadores e estudantes aqui no Brasil.

A atenção à saúde, o centro de referência de reabilitação. Nós temos que ter 45 no Brasil, e já foram concluídos 88 veículos. Desses aí, a proposta era até 2014, já conseguimos 166 veículos para essa área, a rede de habilitação e reabilitação, que é toda uma reestruturação da área de saúde para recepcionar pessoas com deficiência. Oficinas ortopédicas fixas fluviais e também terrestres para a Região Nordeste, e as fluviais para a Região Norte, para percorrer toda a região.

O atendimento odontológico é uma questão muito séria na área da pessoa com deficiência, principalmente para pessoas com deficiência intelectual. Vamos constituir em todos os Estados centros com centros cirúrgicos de alta complexidade para atender a esse segmento.

Triagem neonatal. Isso é um avanço muito grande de que o Brasil vai fazer. Nós vamos ter até o nível 4 da identificação precoce da deficiência, e equipes vão acompanhar a pessoa nascida até três anos, para fazer um acompanhamento biopsicossocial dessa criança.

Alteração no BPC, que é o programa de benefícios de prestação continuada. Hoje a pessoa pode trabalhar e ter a bolsa. Ela pode voltar para adquirir a bolsa, o que antes era proibido. Hoje ele pode trabalhar; se ele perder o emprego, ele volta para a bolsa, sem nenhum problema. Pelo BPC Trabalho, são 50 mil bolsas no Brasil todo, para facilitar esse acesso. O Centro-Dia de Referência para as pessoas que saíram, de alguma forma, de abrigos de longa duração e estavam um pouco destituídos, e a família sem condições de acompanhar. Hoje a família vai ter certo alívio no sentido dessa pressão que a mãe tem de cuidar de uma pessoa durante todo o dia. Ela deixa de trabalhar ou um membro da família fica disponível para aquilo. Esse Centro-Dia, de certa forma, vai receber essa pessoa durante o dia, a pessoa fica livre, e, à noite, ela volta para casa. E a residência inclusive é para aqueles que estão destituídos completamente de família e que perderam referência. Essas pessoas vão ter 10 vagas em cada centro. São vários centros no Brasil que estão sendo instalados.

Então, nós teríamos uma prestação de contas maior. Aí são dados já objetivos de cada meta dessas que foi alcançada, e nós estamos avançando na regulamentação, o que não é fácil, porque nós temos que fazer um papel intersetorial com vários Ministérios, cada Ministério com sua forma de fazer, com sua linguagem, com seus conteúdos, também seus conceitos. Então, não é tão fácil juntar Previdência, Assistência, Saúde, Direitos Humanos.

Mas uma boa condição do Viver Sem Limite foi exatamente essa possibilidade de estar sendo acompanhado pelo Congresso Nacional, tanto pelo Senado quanto pela Câmara, e também de ter sido chamado pela Presidente da República como uma das prioridades do seu Governo. Isso leva a um monitoramento mais real. De 15 em 15 dias, cada meta do Plano Viver Sem Limite é discutida na Casa Civil, meta por meta, por que alcançou, por que deixou de alcançar, e chega até aos Ministros, caso a coisa se emperre em alguma diretoria, em alguma secretaria.

Então, é um Plano no qual a gente tem muita esperança e que está ocorrendo.

Queremos parabenizar o Senador Paim e a Comissão de Direitos Humanos pelo papel que tem feito. E aqui, por esta rápida amostra vista hoje, sabemos do significado e da importância da Comissão e o papel que o Senador desempenha, vai desempenhar e

desempenhou na área de Direitos Humanos, assim como todo o Congresso Nacional – a Câmara Federal e o Senado da República.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Roberto John Gonçalves da Silva, diretor de Políticas Temáticas...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho! Calma! Calma! Aguarde um pouquinho, meu amigo. Você é militante antigo desta Comissão. Há 20 pessoas querendo falar, e eu tenho que organizar.

Calma! Calma! Calma! Calma!

Eu te conheço há décadas! Você é meu parceiro! Ajude-me a segurar esta reunião aqui, pois está todo mundo reclamando e com pressa, e é legítimo isso. É legítimo porque todo mundo tem compromisso.

Então, libero esta Mesa neste momento e convoco a próxima Mesa.

Muito obrigado a todos. Foi excelente a fala de todos aqui. (Palmas.)

Chamamos, para esta Mesa, Daiane de Oliveira Lopes, socióloga representante do Ministério da Educação. Está aqui ainda? (Pausa.) Alguns tiveram que sair.

Está aqui a Daiane. Muito bem, Daiane. Seja bem-vinda aqui. (Palmas.)

Cleber César Buzatto, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário, que esteve conosco inúmeras vezes aqui. (Palmas.)

José Carlos Torves, diretor-membro da Federação Nacional de Jornalistas, companheiro meu lá do Rio Grande. (Palmas.)

Yuri Rafael Della Giustina, diretor do Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, que está aqui também e esteve conosco já outras vezes. (Palmas.)

Renato Henry Sant'Anna, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Todas as vezes em que foi convocado, sempre esteve presente. Quando não pôde vir, enviou representante. É uma alegria recebê-lo aqui. (Palmas.)

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em seguida, vamos para a última Mesa, para os que estão na próxima Mesa.

De imediato, passo a palavra à Daiane de Oliveira Lopes. Estou dando 5 minutos, com mais 5 minutos, se necessário. E faço um apelo para que fiquem no tempo, porque aqueles que estão na última Mesa estão na expectativa.

Mas não se preocupem, porque nós vamos ficar aqui ouvindo a todos, não é, Toninho? O Toninho está numa Mesa também, a CTB está noutra Mesa.

Daiane com a palavra.

A SR^a DAIANE DE OLIVEIRA LOPES – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui e cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos, em especial o Presidente.

Agradeço porque, nesses dois últimos anos, houve grande avanço nesta Comissão de Direitos Humanos. Tivemos várias pautas importantes, e houve avanço em especial na área de educação. Houve várias pautas aqui que foram debatidas, voltadas para o avanço na educação em direitos humanos. Tivemos até menção de algumas pautas importantes, como a questão das cotas. E o grande trabalho que foi feito nesses últimos anos aqui é de fundamental importância para o avanço das pautas da educação e dos direitos humanos.

Então, a gente tem que pensar que, para avançar a educação no nosso País, é fundamental que esteja ligada às questões de direitos humanos de acesso à educação de todas as crianças e adolescentes; de acesso também ao ensino superior; de garantir que pessoas que hoje ainda não conseguem estar na escola possam estar e possam concluir seus estudos. Para isso, é de fundamental importância esse trabalho pensando em grupos que ainda, infelizmente, são marginalizados dentro da nossa sociedade, e o trabalho que é feito, essa grande colaboração que existe entre o Congresso Nacional e o Ministério é de fundamental importância para o avanço dessa pautas. Os trabalhos que foram feitos aqui na discussão de leis, de pautas para o avanço nessas questões é de fundamental importância para esse avanço.

Por isso, quero agradecer muito o trabalho que foi feito durante esse tempo, e a luta continua. A gente tem muito avanço ainda pela frente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Daiane de Oliveira. O Ministério da Educação foi rápido. Ela atendeu ao apelo aqui da Presidência.

Agora, passamos a palavra ao Dr. Cleber César Buzatto, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que sempre esteve conosco aqui quando foi convidado, e, outras vezes, veio sem ser convidado. E veio acompanhado de 100 índios, 200 índios aqui. Mas é bom, é isso mesmo. Veio, recebemos, e fizemos um bom debate aqui.

Parabéns pelo seu trabalho. Excelente. Inclusive trazendo aqui os povos indígenas. (Palmas.)

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO – Muito obrigado, Senador Paim.

Nós queremos aproveitar esta ocasião, mais uma vez, para externar o nosso agradecimento e enaltecer o trabalho da Comissão de Direitos Humanos, do senhor em particular, dos demais membros.

Nessa importante atribuição e no que tange mais especificamente à questão que nós acompanhamos, que é a questão dos povos indígenas no Brasil, é importante a Comissão para a visibilidade da situação vivida pelos povos indígenas no Brasil.

Em diferentes ocasiões, como o senhor frisou, estivemos aqui, e, em todas essas oportunidades, houve muita contribuição nesse sentido da visibilização como instrumento político, digamos assim, para trazer à tona a situação de violação de direitos humanos que infelizmente continua existindo em relação aos povos indígenas no Brasil e, de forma particular, ao povo guarani-kaiowá, no Mato Grosso do Sul, que foi tema de uma audiência específica aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi uma comissão lá...

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO – Na semana passada, no dia 10, uma comissão inclusive com representantes desta Comissão de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Senadores Randolfe e o Capiberibe, os dois...

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO – ...e o Capiberibe estiveram lá no Mato Grosso do Sul.

Também é importante o trabalho no combate às iniciativas parlamentares, especialmente de parlamentares da bancada ruralista, que estão em curso no Congresso Nacional, nesta Casa em particular, e que visam, no nosso entendimento, desconstruir os direitos dos povos indígenas, dos quilombolas e a questão do meio ambiente.

E nós frisamos, neste ano também, a importância desta Comissão junto, reforçando as lutas dos povos indígenas que ocuparam os espaços no Congresso Nacional, para fazer a defesa dos seus direitos e, nesse sentido, lutar contra, por exemplo, a PEC 038, que tramita aqui no Senado, a PEC 215, que tramita na Câmara dos Deputados.

Queremos também chamar a atenção do Congresso para a importância de que o Congresso debata pontos positivos e que busque avançar no direito dos povos indígenas que estão configurados. E esperamos que isso aconteça por meio do Estatuto dos Povos Indígenas, que é um PL que está aí desde 1991...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vinte anos.

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO – E também pela aprovação do PL 3.571, que trata da criação do Conselho Nacional de Política Indigenista.

Então, nós agradecemos por todas essas oportunidades e queremos aproveitar a ocasião para dizer que o Cimi completa 40 anos neste ano.

Em 1973, o Cimi lançou um manifesto chamado Y-Juca-Pirama: o índio aquele que deve morrer, fazendo uma denúncia de todas as violações que estavam acontecendo naquele período triste da nossa história. E agora, ao completar os 40 anos, há poucos dias, o Cimi lançou o manifesto Povos Indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os Decretos de Extermínio.

Então, nós queremos lhe entregar um exemplar. (Palmas.)

Trouxemos alguns outros exemplares e colocamos aqui na mesa. Quem quiser pode levar. Pode-se ver um pouco de toda a conjuntura vivida pelos povos indígenas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Cleber César Buzatto, do Conselho Indigenista Missionário.

Parabéns pelo trabalho brilhante que vem fazendo, e, por isso, recebemos o Cleber e os líderes indígenas inúmeras vezes nesta Comissão, com enorme satisfação.

Passamos a palavra ao José Carlos Torves, diretor da Executiva da Federação Nacional dos Jornalistas. Nós nos conhecemos há mais ou menos trinta e poucos anos, e vamos deixar por aí.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim. Como ele dizia, a gente se conhece há muito tempo como sindicalista. Eu fui presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, o Paim era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Viajamos por todo aquele Estado, fazendo campanha para eleger o Senador.

Mas não é essa relação de amizade que nós trazemos aqui. É o reconhecimento, nesse balanço, do trabalho que o Senador fez, e que fez nesta Comissão, que vai marcar, como um ponto positivo, para esta Comissão e servir de parâmetro para os próximos presidentes que venhamos a ter.

Nós estivemos em um espaço aqui para denunciar o assassinato de jornalistas no País. O Brasil é o terceiro país que mais tem assassinatos – tirando os países que estão em guerra – de jornalistas. Nós viemos fazer essa denúncia porque a denúncia, a exposição pública do assassinato de jornalistas contribui para diminuir a violência. E também viemos para cumprimentar o Senador pela coragem que ele teve de fazer essa denúncia, porque essa denúncia não

sai nos jornais, nas televisões, nas rádios, porque a imprensa deste País é dominada por meia dúzia de empresários. E essa meia dúzia não aceita nenhum tipo de regulação e não cumpre minimamente um protocolo de segurança para os jornalistas. É por isso que morrem tantos jornalistas.

Nós faremos agora em janeiro, resultado daquela audiência pública que fizemos aqui, um seminário internacional que será realizado em Porto Alegre, no dia 20 de janeiro, em que participam especialistas de países acostumados com guerra, que têm medidas de segurança especiais para jornalistas. Nós afirmamos que o jornalismo não é uma profissão de risco; o jornalismo se torna risco porque as empresas não cumprem minimamente os protocolos de segurança que deveriam cumprir.

Eu não vou me estender aqui, já que é uma audiência de balanço e que muitos companheiros têm de falar, por várias entidades. Quero simplesmente cumprimentar o Senador e trazer-lhe o agradecimento da nossa categoria, que aqui encontrou um espaço para dar uma iniciativa de diminuir a violência no País contra a nossa categoria, assim como outras categorias e outros grupos encontraram, nesta Comissão, um lugar onde foram ouvidos e onde puderam fazer suas reivindicações.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, José Carlos Torves, que aqui falou pela Federação Nacional dos Jornalistas e fez belas lembranças desta nossa caminhada.

Muito obrigado.

Passamos a palavra agora ao Sr. Yuri Rafael Della Giustina, diretor do Departamento de Política de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades.

Em seguida, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Dr. Renato Henry Sant'Anna, conclui esta Mesa.

O SR. YURI RAFAEL DELLA GIUSTINA – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Queria trazer aqui os cumprimentos do Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. Queria cumprimentar a todos e a todas da Mesa. Queria cumprimentar a todos e a todas que estão nos assistindo.

Pelo Ministério das Cidades, é importante a gente relatar algumas coisas que fizemos ao longo desses dois anos, mas lembrando, antecipadamente, que o Brasil é signatário da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. E isso foi assinado, foi formalizado em 2009, através do Decreto 6.946. E ali nós temos vários artigos, algumas dezenas de artigos, falando dos direitos da pessoa com deficiência.

Entre eles, alguns deles que têm mais interface com as ações do Ministério das Cidades são justamente as questões de acessibilidade, de mobilidade pessoal, padrão de vida, entre outros. Mas eu destacaria esses três.

O Ministério das Cidades é um Ministério que atua basicamente nas infraestruturas: da habitação, mobilidade urbana, saneamento básico e programas urbanos.

Ao final de 2011, uma das Secretarias do Ministério das Cidades, que era a Secretaria de Programas Urbanos, por demanda da Presidenta Dilma, transformou-se, ou seja, agregou as funções de acessibilidade. Então, ela passou a se chamar, ao invés de Secretaria Nacional de Programas Urbanos, Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, mostrando com isso a dimensão que a Presidenta queria dar em relação à questão da acessibilidade dentro do Ministério das Cidades. Essa foi uma mudança recente e o Ministério das Cidades começou a incorporar uma visão mais estratégica dentro das suas obras de habitação, de mobilidade urbana e de saneamento com a temática de acessibilidade. Começou a integrar a temática de acessibilidade como um dos focos, não sendo simplesmente uma questão de acessório, vamos dizer, fazer uma obra de habitação ou de mobilidade e trazer acessibilidade como acessório, mas sim uma acessibilidade como um elemento de projeto.

Com essa nova visão, o Ministério das Cidades pretende colocar, já está colocando – melhor dizendo – nos seus projetos a acessibilidade como um elemento essencial em todas as suas obras.

Qual é a visão que a gente tem hoje?

A visão de acessibilidade dentro dos projetos é: um projeto é melhor qualificado quando as questões de acessibilidade passam a estar camufladas dentro do projeto, quando a gente não percebe que elas estão ali, mas elas exercem a sua plena funcionalidade. Por exemplo, se eu chego a um guichê de atendimento e tenho cinco balcões, dos quais um acessível, a gente não está encarando isso como uma acessibilidade. Por quê? Porque eu estou segmentando. Na verdade, os cinco balcões têm que ser acessíveis.

Então, com essa ideia nós mudamos, inclusive também por determinação da Presidenta Dilma, mudamos a concepção, por exemplo, do Minha Casa, Minha Vida. No Programa Minha Casa, Minha Vida, em sua fase dois, já prevê que todas as casas têm que ser adaptáveis, ou seja, têm que ter portas por onde possa passar uma cadeira de rodas; têm que ter um espaço, em todos os cômodos, para um giro de 180 graus nas cadeiras de rodas; têm que ter desníveis máximos de 15 milímetros do piso. Uma série de adaptações, passíveis de serem implementadas, justamente fazendo

com que a acessibilidade esteja presente dentro daquelas infraestruturas que estamos apoiando.

Nesse caso, Senador, o Governo Federal vem investindo, agora, no Minha Casa, Minha Vida, para a faixa um, que é aquela que atende a famílias com uma renda mensal abaixo de R\$1.600,00, está disponibilizando cerca de R\$73 bilhões para alcançar aqueles 1 milhão e 200 mil casas até dezembro de 2014, como foi citado aqui pelo colega da Secretaria de Direitos Humanos.

Além de essas casas estarem adaptadas, ainda assim, podem ser fornecidos os kits de acessibilidade para atender àquelas deficiências específicas. Então, tem lá os kits para o cadeirante, os kits para o deficiente visual, os kits para o deficiente auditivo, de acordo com as características de cada demanda.

Além disso, no PAC Mobilidade, nós estamos lá, no PAC Pavimentação, que atende a todas as cidades, cujos projetos foram selecionados, com cerca de R\$8,2 bilhões; o PAC Copa, para atender aos sistemas viários das cidades que vão receber os jogos da Copa do Mundo, com R\$8 bilhões. Mais recentemente, lançado em 2010, o PAC Grandes e Médias Cidades, para atender também a sistemas de transportes urbanos de cidades: entre 250 mil e 700 mil habitantes – PAC Médias Cidades, e acima de 750 mil habitantes – PAC Grandes Cidades. Para isso aí estão sendo previstos recursos da ordem de R\$29 bilhões, sempre com essa da acessibilidade estando embutida nas obras, sejam de mobilidade, sejam de habitação.

Por fim, eu queria colocar aqui uma ação que justamente começou a tomar corpo a partir da mudança feita no final do ano passado, no Ministério das Cidades, que é a ação específica de acessibilidade, na programática e Ação 10T2, faz parte do Orçamento da União.

Hoje, ainda com recursos bastante pequenos, em torno de R\$2 milhões, em que nós estamos selecionando projetos de acessibilidade. Esse programa vem para dar uma complementaridade às demais obras que estão sendo feitas pelo Ministério das Cidades. Por exemplo: se eu tenho uma estação de metrô que é apoiada com toda a sua acessibilidade ali prevista, mas, uma vez que a pessoa sai dessa estação, pega uma calçada que está esburacada – como foi mostrada aqui no eslaide anterior, pelo colega –, que está com elementos de interferência, como um posto no meio da calçada, não tem largura suficiente, não tem rampa de acesso; como é que se faz? A pessoa sai da estação de metrô, mas não tem um acesso razoável para chegar numa área tratora, por exemplo, um centro comercial, um centro administrativo, um centro de saúde. Então, a idéia dessa ação do Ministério das

Cidades é justamente fazer essa ligação, essas rotas acessíveis entre, num primeiro momento, as estações apoiadas no PAC Mobilidade e essas áreas atradoras. Mas para isso a gente precisa... E aqui eu lanço, mais uma vez, a ideia e o apelo de se conseguir ter mais recursos para implementar esse tipo de ação nas pequenas, médias e grandes cidades.

(Soa a campanha.)

O SR. YURI RAFAEL DELLA GIUSTINA – Então, para isso, na Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, há duas semanas, saiu uma moção pedindo que o Governo, por meio do Ministério das Cidades, crie o PAC Acessibilidade para poder atender e implementar essas rotas acessíveis nos grandes centros, juntamente com essa idéia, dando complementaridade ao acesso das pessoas com ou sem deficiência, de sua casa até o seu destino final, não somente pelas rotas do sistema de transporte, mas das estações, das paradas até as principais áreas atradoras da cidade. Está bom?

Rapidamente, era isso que eu queria falar, e agradeço a oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Diretor do Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, Yuri Rafael Della Giustina. Meus cumprimentos pela exposição.

Então, o último convidado desta Mesa. Passamos a palavra, com muito orgulho, porque ele tem, às vezes, se deslocado de outra região para prestigiar a nossa Comissão. Quando não pode, às vezes, me liga ainda dizendo: “Olha, Paim, não estou indo aí, mas estou mandando um representante.”

Então, o Dr. Renato Henry Sant’anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

O SR. RENATO HENRY SANT’ANNA – Senador Paulo Paim, demais componentes da Mesa, como o Senador realmente reconheceu, a Anamatra é parceira desta Comissão e continuará sendo parceira desta Comissão.

Eu pedi a minha assessoria para fazer um rápido levantamento do que fizemos em 2012, Senador, e estivemos aqui no dia 5 de março, tratando sobre a questão do uso do cadastro de inadimplentes como critério para contratação, uma preocupação que o senhor teve, muito relevante. Aqui esteve presente a Juíza Noêmia, aqui de Brasília, juíza do Trabalho, falando pela Anamatra.

Depois, no dia 19 de março, o Juiz do Trabalho da 15ª Região, Guilherme Feliciano, esteve aqui falando sobre previdência complementar.

No dia 4 de abril, Senador Paim, eu mesmo estive aqui falando sobre terceirização, tema que V. Ex^a tem nos dado a oportunidade de abordar aqui nesta Comissão.

Também, no dia 12 de abril, voltei eu mesmo aqui para falar sobre ponto eletrônico, tema também que praticamente só temos tido a oportunidade de falar aqui nesta Comissão.

Depois, Presidente, no dia 23 de abril, Noêmia Porto, juíza aqui no Distrito Federal, novamente falando aqui sobre acidentes de trabalho, a convite do senhor.

Em maio, ponto alto para nós, juízes do Trabalho, Senador, foi a ida de V. Ex^a ao nosso Encontro Nacional, em João Pessoa, onde palestrou, onde conviveu conosco, teve um pouco de contato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fui recebido com muito carinho... (Palmas.)

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – Depois, no dia 4 de setembro, Senador, o meu Vice-Presidente, Paulo Schmidt esteve aqui tratando também sobre as medidas de desoneração da folha de pagamento, medida que preocupa bastante os juízes do trabalho.

Finalmente, em 27 de novembro, novamente para discutir precarização trabalhista e outros temas.

Agora, dia 10 de dezembro, uma juíza do Rio Grande do Sul, a Dr^a Valdete, que esteve aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um belo depoimento.

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – Valdete Severo, excelente juíza, jovem juíza, esteve aqui falando sobre a questão do ponto eletrônico novamente.

Senador Paim, sei que estamos com o tempo absolutamente estourado. Quero dizer a V. Ex^a que a Anamatra considera a Comissão de Direitos Humanos aqui no Senado, sob a Presidência de V. Ex^a, uma verdadeira trincheira do Direito do Trabalho no Brasil. Uma trincheira eu sei que é uma analogia ruim, porque a trincheira é guerra, é morte, mas ela também é defesa. Então, Senador, sempre que o senhor precisar, estaremos juntos nessa guerra. Eu não me surpreenderia que uma audiência pública de início de uma Comissão aqui no Senado estivesse tão cheia, tão concorrida. O que me surpreende e é reconhecimento do seu trabalho é que ao final dos trabalhos de um ano, ainda assim, muita gente esteja aqui para reverenciar o trabalho e para reconhecer o trabalho de V. Ex^a.

Muito obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço ao Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Brasil, Dr. Renato Henry Sant'Anna. Acho que foi um dos congressos mais bonitos de que participei. Calculem os senhores, sou um operário metalúrgico, sempre digo que eu não era

torneiro, era matrizeiro – e todo mundo virou torneiro depois que o Lula disse que era torneiro – e eu, falando para juízes, me senti tão acolhido, Dr. Renato, pelas causas que nós todos defendemos que eu diria que talvez tenha sido o congresso em que fui mais aplaudido. Então, entendi que havia naquele meu linguajar – que é este que você sabe, não sou advogado – simples, mas eles entenderam o que eu defendo. Ali, todos intelectuais, juízes, magistrados, enfim, mostraram que estão do lado, de fato, dos pobres, dos que mais precisam, dos trabalhadores. Eu queria dar uma salva de palma para todos os juízes do trabalho do Brasil (Palmas.) pela forma como é representada pela Anamatra, que tem posição muito clara e muito firme em defesa da CLT, em defesa dos direitos dos trabalhadores, na questão da Previdência. Claro que um ou outro têm a sua posição, mas é democracia e nós a respeitamos. Mas não tenho nenhuma dúvida de que a posição da Anamatra é um orgulho para todo povo brasileiro.

Assim, nós terminamos com esta Mesa, agradeço, peço que todos voltem ao plenário. (Palmas.)

Vamos, então, para a nossa quinta Mesa. Convidamos, de imediato, Marlete Queiroz, representante da Associação dos Ciganos Calons, (Palmas.) aquela que me chamou a atenção quando eu estava num discurso no plenário numa sessão de homenagem a todos que são discriminados. E ela, lá de baixo, levantou o braço, Senador, lembre-se de nós, é como se nós fôssemos invisíveis. Nunca mais esqueci e passei a trabalhar junto com ela, para minha satisfação, com a luta dos ciganos.

Convidamos esse líder, que ninguém tem dúvida do que representa para os povos indígenas, com palmas, Marcos Terena, Dr. Marcos Terena, professor da Cátedra Indígena Internacional. (Palmas.)

Quando ele dá aula no exterior, em diversos países da Europa, sobre a situação dos povos indígenas.

Moacir Meirelles, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. (Palmas.)

Recentemente, fizemos uma vigília aqui na Câmara para aprovação do reajuste dos aposentados e o fim do fator, representa aqui o líder, Presidente da Cobap, o Warley.

Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas. (Palmas.) Estiveram me procurando há dias, olhando o trabalho da Comissão e me pediram que tivessem espaço. Queria dizer que está acompanhando o Sr. Genivaldo a Sr^a Miriam, que já me pediu – nós vamos discutir depois da primeira audiência – uma audiência pública para discutir a situação

das mulheres dos militares no Brasil. Seja bem-vindo e parabéns pela sugestão. (Palmas.)

Joilson Antônio Cardoso, Secretário de Política de Relações Internacionais da CTB. O Joilson não perde uma. (Palmas.) Está em todas, pacientemente. Não reclama e possui um dom de oratória, preparadíssimo para defender os interesses dos trabalhadores.

E, com satisfação, também nesta Mesa, vamos aproximar um pouquinho aqui, o José Boaventura Santos (Palmas.), que é Presidente da Federação Nacional dos Vigilantes, um dos primeiros a chegar aqui com aquela moçada, com aquele cartaz bonito. E ficou até agora aguardando.

Quero dizer ainda para os companheiros que não falaram que teremos uma sexta Mesa ainda, que será de encerramento. Sempre dizem que os últimos serão os primeiros. Então, eles é que vão encerrar nossa audiência de hoje.

Então, para avançarmos de imediato, Marlete Queiroz, líder representante dos ciganos Calons. Eu diria que fala aqui por toda a comunidade cigana do Brasil neste momento.

Sejam bem-vindos. São ciganos aqui também, não?

A SR^a MARLETE QUEIROZ – Sim, são ciganos. (Palmas.)

Bom dia a todos e a todas.

Senador, em primeiro lugar, como esta audiência é de reconhecimento e agradecimento, não posso nunca deixar de agradecer. Aquele dia, como o senhor sempre cita, falei que existiam ciganos no Brasil, e o senhor nunca esqueceu. E eu jamais poderia imaginar que estaria aqui, no Senado Federal, participando junto com o senhor, nesta parceria maravilhosa dessas audiências públicas, e o cigano ser visto não somente como ladrão. Não está somente à margem da sociedade. E poderemos aqui falar dos ciganos e sermos bem recebidos, como pessoas ilustres e dignas.

Hoje, essas moças estão aqui presentes (Palmas.), e quero ressaltar, Senador, que esta jovem aqui, a Sara, entrou aqui graças à sua equipe e tem a esperança de ter a sua certidão de nascimento, que ela ainda não tem. É uma moça jovem, linda e que ainda não tem a sua certidão de nascimento. (Palmas.)

Então, Senador, esse Estatuto que, graças ao senhor, temos a esperança e uma certeza de tê-lo, porque o senhor está à nossa frente, o senhor é nossa voz. Como o Senador disse, estou falando em nome de todos os ciganos, mas sempre quero falar em nome dos Calons, por essa falta de acessibilidade a tudo, esse analfabetismo e essa vivência à margem da sociedade. Se não estar na rede social é não existir, imagine não ter uma certidão de nascimento, que é o direito básico.

No dia 12, tivemos uma audiência pública falando dos ciganos e, graças ao senhor, Senador, eu pude compor esta Mesa e falar das necessidades dos ciganos Calons. Que esse Estatuto sirva exatamente para atender os necessitados, que aqueles, como eu disse, analfabetos, sem acesso a uma rede social, possam estar aqui sendo vistos, ouvidos e atendidos por este País.

Acredito, Senador, que esse Estatuto vai ser referência mundial porque os ciganos são um povo perseguido milenarmente e mundialmente. Essa realidade não é somente neste País. É uma realidade mundial.

E o senhor é corajoso, o senhor não é somente um político, o senhor é um homem, o senhor é humano, o senhor é real, daquelas pessoas que a gente vê... que existe um Senador tão humano como o senhor. Eu sempre digo que o senhor fala com Deus, porque aprendi que a lei física que nos chama à razão é a mesma que nos conduz a Deus. Então, o senhor, através de suas audiências, através de tudo o que o senhor representa, o senhor fala com Deus, porque o senhor nos ouve. E nossos pedidos e tudo o que nós almejamos chega a Deus, porque o senhor permite que nós falemos. O senhor é um emissário. Eu sempre vou lhe dizer isso: o senhor é um homem que todos os dias, o senhor fala com Deus. (Palmas.)

E não quero me estender, porque muitos desejam falar.

Como vocês sabem, o Senador Paulo Paim é um poeta, e eu quero homenageá-lo com uma pequena poesia do Mário Quintana, gaúcho.

Quero prestar esta pequena homenagem e desejar ao senhor e a todos um feliz Natal e um ano novo repleto de realizações. E também quero pedir, Senador, que o senhor não nos abandone e que nos ajude a formar esse estatuto, nos ajude a caminhar. Ajude este povo cigano a sentir dignidade e orgulho, a ser cidadão brasileiro e ser feliz. Ajude essas moças a poderem estar aqui sem sofrerem constrangimento, a poderem entrar e sair, a pensarem no futuro, a pensarem em ser alguma coisa. E não somente terem uma certidão de nascimento, mas saírem da marginalidade, serem seres humanos dignos, poderem conviver com a sociedade sem o estigma de ladrões, sem esse preconceito tão desumano e absurdo que, todos os dias, esse povo cigano sofre.

Se eu fosse um padre, eu, nos meus sermões,
não falaria em Deus nem no Pecado
– muito menos no Anjo Rebelado
e os encantos das suas seduções,
não citaria santos e profetas:
nada das suas celestiais promessas
ou das suas terríveis maldições...

Se eu fosse um padre, eu citaria os poetas,
Rezaria seus versos, os mais belos,
desses que desde a infância me embalaram
e quem me dera que alguns fossem meus!

Porque a poesia purifica a alma

...e um belo poema – ainda que de Deus se
aparte –

um belo poema sempre leva a Deus! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –
RS) – Lindo!

Não é que eu seja poeta. Eu escrevo alguma coisa.
Mas dizem que todo poeta é meio atrevido: ele arrisca
até cair no ridículo. Mas ele fala aquilo que vem da sua
alma, do seu coração. Então, ele escreve.

E eu agora dizia aqui para um assessor – ele vai
entender de forma muita carinhosa –, quando veio aqui
me dar um recado: “Quando alguém estiver lendo uma
poesia ou declamando uma poesia, é proibido falar.”

Sussurrar é proibido. A poesia merece o silêncio
absoluto. Eu considero a poesia um dom de quem a
escreveu. A ousadia de quem escreve é enorme. Mas
quem lê em público uma poesia que não é sua, com
a emoção que ela leu, é silêncio e silêncio e, no fim,
são palmas apenas. (Palmas.)

Parabéns!

Agora, chamo, com enorme satisfação, este que
veio nos prestigiar neste momento, este ícone interna-
cional dos povos indígenas, que é o líder Marcos Tere-
na, professor da Cátedra Indígena perante o mundo.

Terena, é uma alegria enorme saber que você,
que tem inúmeros compromissos e convites, veio aqui
conceder estes minutos para nós.

O SR. MARCOS TERENA – Boa tarde a todos.

Como o Senador disse, eu sou um indígena lá do
Pantanal, do Mato Grosso do Sul, e venho aqui, com
muita satisfação, como irmão, companheiro de luta,
homenagear, neste final de mandato nesta Comissão,
um Senador que eu conheci e que sempre me manda
e-mails para participar dos debates. Às vezes, eu po-
dia; às vezes, eu não podia.

Percebi no Paim essa visão sobre o que é ser
brasileiro. E eu posso dizer, inclusive, que o Senado é
o único lugar onde os índios podem falar livremente,
contar suas histórias, seus direitos. Tem sido aqui atra-
vés do trabalho da Comissão nos últimos dois anos,
sob a liderança de Paulo Paim.

Eu queria também lembrar outro amigo, o Sena-
dor Vicentinho. (Palmas.)

O Senador Vicentinho, que é lá de Tocantins, é
amigo e também é piloto de avião, como eu, o único ín-
dio que mexe com essas máquinas, que navega pelo ar.

Eu não vim trazer nenhuma reclamação indíge-
na. São muitos os problemas que enfrentamos, como

disse aqui o representante do Cimi, mas hoje é um
dia em que eu gostaria de compartilhar a alegria e a
emoção por terminar o ano de 2012, que é um ano
emblemático para os povos indígenas, pois, no dia 21,
os índios do mundo todo, inclusive nós aqui do Brasil,
faremos uma grande celebração espiritual ao Grande
Espírito. É como se fosse... Vocês se lembram que, no
ano 2000, todos diziam que aconteceria alguma coisa
no mundo, as pessoas começaram a correr para cá
e para lá, uma choradeira porque ia acabar o mundo.
E esse tempo para nós é agora, 2012, dia 21 de de-
zembro. Este mês. Mas, para nós, a Mãe Terra não vai
acabar, vai mudar o comportamento da natureza, o
comportamento da vida humana, porque a Mãe Terra
está cansada de tanta agressão, inclusive do ponto de
vista do desenvolvimento. Por isso eu aprendi muito
também esta manhã com os pensamentos das pesso-
as que têm problema físico, que têm problema mental,
pelo que entendi. Eu nunca vi isso nas nossas aldeias.
Não existe nas nossas aldeias, mas, com o mundo
moderno, está começando a chegar. E precisamos
nos antecipar a isso.

Então, eu queria dizer a vocês, citar apenas um...
Vou entregar, como estamos na época do Natal e é
costume aqui dar presente, um presente para o Sena-
dor daqui a pouquinho, mas eu queria só dizer para
vocês que, quando nós lutamos pela terra, nós quere-
mos respeitar o direito do outro também. Quando de-
marcamos a terra indígena não é para menosprezar o
homem branco que mora lá, às vezes inocentemente.
Nesse sentido quero homenagear aqui o amigo também
da luta indígena, Dom Pedro Casaldáliga. (Palmas.)

O Bispo de São Félix do Araguaia, que está sob
ameaça de morte por estar ao lado dos povos indíge-
nas. Então, eu quero dizer para todo homem branco
que a terra indígena para nós é vida. Mas nós não
queremos, na demarcação das terras, ser inimigos
do homem branco. Ao contrário, queremos ser aliados
para um futuro melhor para os nossos filhos e para os
nossos netos também.

Por isso eu vim aqui correndo. Eu quero inclusive
pedir permissão ao Senador e a todos vocês, porque,
pelo que estou vendo no relógio, daqui a uma hora
vou entrar pela primeira vez na UnB para participar de
uma mesa de mestrado de indígenas que vão obter a
diplomação de mestres. (Palmas.)

E não vou entrar como aluno, mas como um dos
membros da mesa de professores da UnB. Então, isso
para nós é uma conquista dos direitos humanos. Não
é só terra, não é só saúde, mas também o reconheci-
mento daquilo que chamamos de cidadania. O cidadão
da selva. Porque lá na aldeia, como falei, não existem
esses problemas, não é? Mas eu conheço muito índio

que trabalha como vigilante, conheço muito índio que é militar, e espero que, no futuro, possamos ver o Senador Paulo Paim não, como foi dito aqui, reeleito para a Comissão de Direitos Humanos, mas, por pressão de cada um de nós aqui, que ele seja o Presidente do Senado Federal também. (Palmas.)...

Quero entregar para ele um trabalho que nós fizemos lá no Tocantins, chamado Jogos dos Povos Indígenas, já que nós estamos na época de Copa do Mundo, Olimpíadas. Queria que o Senador lesse para mim, porque estou sem óculos, essa mensagem das mulheres indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estava olhando embaixo e está escrito na língua deles. Em cima, está a tradução: “Nunca murmúrios e cantos da terra representaram tamanha paz.” São elas cantando aqui. Uma salva de palmas! (Palmas.) Lindo, hein!

O SR. MARCOS TERENA – Quero agradecer também, porque esse trabalho foi feito com o Ministro do Esporte, a Aldo Rebelo.

Obrigado.

Felicidades para todos vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Aldo.

Esse foi o Marcos Terena. De forma direta, simples e objetiva deixou uma bela mensagem para todos nós e para todos aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, pela Internet e pela Rádio Senado.

Passo a palavra, neste momento, ao Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), representando o Presidente Warley, o Sr. Moacir Meirelles.

O SR. MOACIR MEIRELLES – Bom dia a todos e a todas. Saúdo o Senador Paim e demais componentes da Mesa.

Senador Paim, gostaria, desde agora, de pedir permissão para, assim que eu falar, me retirar, porque tenho outros compromissos a seguir.

É um prazer muito grande estar aqui hoje representando os aposentados e pensionistas do Brasil, representando o Presidente Warley, que não pôde estar presente. Foi muito bom ter ouvido as pessoas que nos antecederam, inclusive falando dos seus projetos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Moacir, permita-me.

Como o Marcos Terena havia avisado, ele tem que agora... Ele faz parte de uma banca de formandos da UnB, então ele vai se retirar. Vá com Deus e que a energia do universo, que é a da natureza, guie os teus passos lá para formar a nossa moçada.

Volta o Moacir.

O SR. MOACIR MEIRELLES – Então, aqueles projetos que as pessoas que me antecederam trouxeram reivindicações e felizmente foram atendidas. Nós, da Cobap, já não podemos dizer a mesma das nossas reivindicações. Sabendo de todo o esforço, de tudo o que o Senador Paim faz pelo aposentado, pensionista, idoso, nós ainda não conseguimos aquilo que desejávamos, que era aprovar o nosso projeto.

Também gostaria de dar um testemunho: aqui, na sua Comissão, e também no Senado Federal, todos aqueles projetos que V. Ex^a encaminhou que beneficiariam os aposentados e pensionistas foram aprovados, inclusive, no Senado, sempre por unanimidade. Quero dizer, Senador Paim, que o aposentado tem um grande carinho pelo senhor. Ai dos aposentados se não tivessem o Senador Paim aqui! Eu me sinto muito orgulhoso de ouvir todas essas homenagens que foram feitas para o senhor; eu, que sou gaúcho, rio-grandense, seu conterrâneo também.

Da mesma forma, quero dizer para uma companheira que nos antecedeu agora há pouco, na Mesa anterior, representante da Ministra Maria do Rosário, que tenho muito carinho pela Ministra Maria do Rosário. Admiro muito o trabalho dela. Quero aproveitar e pedir para a representante da Ministra que nos ajude, que fale com a Ministra Maria do Rosário para nos ajudar na nossa luta, que é muito difícil. Nós não conseguimos aprovar ainda aqueles projetos que nos beneficiam.

Sabemos, Senador Paim, que estamos no fim do ano. Não conseguimos sequer ainda aprovar uma emenda que garantisse um ganho real para todo aposentado e pensionista que ganha acima de um salário mínimo. Mas dizemos, pedindo o seu apoio, que nós não desistimos. Vamos ficar até o último minuto de trabalho aqui na Câmara Federal, no Congresso Nacional ainda pedindo o apoio de todos os Congressistas para que seja colocado um dispositivo que possa pelo menos garantir um diálogo, uma conversação, para que seja incluído um aumento de ganho real para todo aposentado e pensionista que ganha acima do salário mínimo.

Quero dizer também que é com muito orgulho que desejamos para todas as pessoas que estão nos ouvindo e que estão aqui presentes um feliz Natal e um próspero Ano-Novo. Que Deus acompanhe o Senador Paim, que Deus ajude que ele possa continuar presidindo esta Comissão, que é onde temos todo o direito de defender as nossas questões aqui, porque só assim nós podemos debater com toda a comunidade, com todos aqueles responsáveis pelos nossos direitos aqui nesta Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado.

E até a próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Moacir Meirelles, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que aqui representou o Presidente da Cobap, o Warley.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas. Esses aposentados me procuraram, creio eu, há mais ou menos 2 ou 3 semanas, mostrando suas angústias. Eu disse a eles que a Comissão estava totalmente aberta a ouvi-los e ajudar, com encaminhamentos que atendam às demandas deles. Então, neste momento, passo a palavra ao Sr. Genivaldo da Silva.

O SR. GENIVALDO DA SILVA – Bom dia a todos os presentes, aos amigos. Bom dia também ao Senador Paim, que preside esta Comissão de Direitos Humanos. Gostaria de parabenizá-lo por ter-nos recebido.

Estou falando aqui em nome da reserva pensionista reformada das Forças Armadas. Há 5 milhões de companheiros hoje na reserva no Brasil.

Agradeço esta grande oportunidade que o nosso Senador nos deu de, pela primeira vez, ter um militar aqui, da reserva, se pronunciando com referência a algumas questões de perdas salariais.

Vou ser bem objetivo.

A nossa vinda aqui, o nosso Senador nos deu essa oportunidade, é para falar sobre a MP 2.215-10, de 31 de dezembro de 2001, que está no nosso Senado Federal há 13 anos. Em relação a essa mesma MP, o nosso Senador da República, representando não a família militar, mas a todos, se propõe a estar presente com referência a esta questão.

Em 2013, já está prevista uma audiência pública para fevereiro, não vou anunciar a data específica aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos anunciar a data, aproveitar o momento, já conversamos. Os trabalhos retomam dia 4 de fevereiro e nós teremos nesse dia uma audiência pública aqui para ouvir a situação dos aposentados e pensionistas das Forças Armadas. Vamos aprovar o requerimento hoje.

O SR. GENIVALDO DA SILVA – Perfeito. Eu não quis anunciar, mas, graças ao nosso Senador da República, ele já anuncia que vai aprovar requerimento que propõe a nossa audiência pública para fevereiro, dia 4 de fevereiro especificamente. Se Deus quiser, nós vamos aprovar essa MP!

Gostaria de parabenizar, neste momento, o Senador por esta oportunidade que nos deu de representar essa família militar das Forças Armadas, porque somos brasileiros como outros aqui presentes, e porque abraçou a causa. E gostaria de dizer aqui da satisfa-

ção de meus companheiros da reserva pensionista e reformada e também da ativa.

A Lei nº 7.524, de 17 de julho de 1986, sancionada pelo Presidente Sarney, me dá direito a estar aqui nesta Mesa – graças ao Senador Paim – para que eu possa me pronunciar com referência a todas as questões.

Então, nós ficamos muito felizes. E os nossos companheiros também estão felizes, porque nós já anunciamos para todos essa questão da MP, que será debatida em audiência pública, em 4 de fevereiro de 2013, com toda a possibilidade de ser aprovada, para que nós possamos voltar a ter direito àquilo que foi tirado indevidamente, na minha forma de pensar. Tiraram várias vantagens, por isso o nosso salário hoje está super, superdefasado. Por exemplo, contém no contexto da MP, aos 160, vou ser bem breve, o adicional de inatividade, a G7 e, quando os companheiros vão à reserva, obter um posto acima, uma melhoria salarial. É mínima, mas é importante para os nossos companheiros.

Eu gostaria de ressaltar novamente a presença do nosso Senador, que proporcionou essa minha vinda aqui para que eu pudesse falar em nome dessa classe. E graças a Deus e com a presença dEle, vamos estar lá na audiência pública em 4 de abril de 2013.

Convido os nossos familiares que, neste momento, estão me assistindo. Convido todos para estarem lá presentes também nesta audiência pública.

Obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Sr. Genivaldo da Silva, Presidente da Associação de Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas.

O que mais me marcou... Não sei se está aqui ainda aquela senhora que o estava acompanhando. Não. Ela já foi.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – É a minha mãe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, está aqui! Não, foi você mesma.

Ela é esposa de um capitão, se não me engano, e me disse: “Senador, só vou lhe dar este dado; depois a gente aprofunda no momento adequado: sabe quanto nós ganhamos em matéria de auxílio-família, por cada filho? Eu disse: “Não.”

Diga, por favor.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – R\$0,16 por cada filho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – R\$0,16 por cada filho! Isso não é justo! Sei que algumas pessoas dizem é civil, é militar. Nós perseguimos a justiça seja para civil, seja para militar, não importa

onde. Agora R\$0,16! Não deem nada; fica mais bonito. Agora, R\$0,16 é brincadeira. Aí, não dá para aceitar.

Esse foi um dado, mas me deram diversas informações com que eu fiquei preocupado. Nós vivemos em um Estado democrático de direito e servidores civis ou militares têm direitos, e eles têm de ser preservados. Agora, R\$0,16! Pelo amor de Deus! Eu não tinha notícia, até hoje, que no Brasil acontecia isso, que alguém ganhasse R\$0,16 por cada filho. Então, de fato, merece nós colocarmos, de forma bem transparente, o que está acontecendo em nome da própria democracia.

Passo a palavra neste momento ao Sr. José Boaventura dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, que já havia sido anunciado inclusive pelo Deputado Chico Vigilante.

Depois, o Joilson terminará esta Mesa.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA DOS SANTOS –

Obrigado, Senador Paulo Paim

Boa tarde a todos e a todas!

Inicialmente nós estamos aqui hoje, Senador, para louvar a sua passagem por esta Comissão e agradecer-lá. Poderíamos aproveitar e apresentar um rol de reclamações, um rol de problemas, mas queremos fundamentalmente agradecer.

E V. Ex^a é o primeiro, depois da segunda-feira, dia 10 de dezembro, quando a Presidente Dilma sancionou a Lei nº 12.740, a que estamos agradecendo. Estamos agradecendo-lhe, em primeiro lugar, porque nós nos conhecemos lá no interior do Rio Grande do Sul, nos congressos dos vigilantes no Rio Grande do Sul, na década de 90, ou seja, no início da nossa organização, no início da nossa luta.

O senhor, sem dúvida, aqui, como foi dito por outro companheiro, também para aprovar esse projeto saiu com a gente catando Senadores de comissão em comissão, de gabinete em gabinete, para dar quórum na Comissão, quando nos entendemos que era necessário, que era importante a aprovação desse projeto.

É um projeto – é uma Lei hoje, aliás – que, acima de tudo, reconhece aquilo que nós vivemos no dia a dia.

Recebemos uma notícia, há pouco tempo, de que um companheiro de segurança chamado Mauro Pereira foi assassinado na Bahia, quando trabalhava para a Caraíba Metais, quando trabalhava na Caraíba Metais, por esses dias. Recebemos a notícia há pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Acho justo todos fazermos um minuto de silêncio em homenagem a esse lutador, que morreu defendendo a nós todos, porque o que faz o vigilante? Ele defende as nossas famílias, enfim a nossa vida, a nossa história.

Então, vamos fazer um minuto de homenagem.

Diga o nome dele de novo.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA DOS SANTOS –

Mauro Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mauro Pereira.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

Esse é mais um, Senador. E não podíamos deixar de nos reportar à importância da sua Presidência nesta Comissão, quando o debate sobre direitos humanos, muitas das vezes, estava distante do trabalho.

Aí fomos buscar, lá na Declaração Universal de Direitos Humanos, em seu art. 23, que diz que toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas, favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

E no dia a dia, Senador Paulo Paim, nós estamos, inclusive, pautando nos nossos encontros essa discussão sobre trabalho e direitos humanos. Recentemente, há cerca de um mês e pouco, fizemos uma conferência em Salvador, em que convidamos uma desembargadora, Dr^a Adna Aguiar, e convidamos um procurador do trabalho, Dr. Jairo Sento Sé, entre outros estudiosos, exatamente para discutir trabalho e direitos humanos.

Porque é indiscutível, principalmente em uma atividade como a nossa, Senador, que possamos sair para trabalhar e não voltar vivo para casa. Ouvi, ontem, em Formosa do Rio Preto, interior da Bahia, um lugar que muita gente considera terra esquecida, um trabalhador dizer que dorme em uma fazenda do BNDES em condições que não são dignas de um trabalhador dormir. Um vigilante que presta serviço para uma empresa de segurança que presta serviço, contratada pelo BNDES. Uma companheira mulher, vigilante em Formosa do Rio Preto, me dizer que o quanto ela se sente insegura ao ser colocada para trabalhar sem nunca ter tido treinamento como segurança, para fazer segurança – em Formosa do Rio Preto!

Da mesma forma, também – e aqui os colegas de Brasília, que representam uma parcela de todos esses vigilantes e também os companheiros de Angical, companheiros de Riachão das Neves, companheiros de Barreiras –, neste fim de semana, nós tivemos oportunidade de ouvi-los dizer das dificuldades que atravessam ao se defrontarem com situações que agredem a sua condição de dignidade. Como aconteceu há um ano, aqui em Goiânia, trabalhadores da empresa Confederal almoçavam no banheiro porque era proibido pelo Banco almoçar no refeitório do Banco do Brasil – estou falando do Banco do Brasil, não estou falando de qualquer outra instituição de segunda classe.

Ou trabalhadores que, no seu dia a dia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa me preocupou. Todas me preocuparam, claro, mas esta do Banco do Brasil...

O SR. JOSÉ BOAVENTURA DOS SANTOS – Aqui em Goiânia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fazendo com que o vigilante faça sua refeição dentro do banheiro.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA DOS SANTOS – Dentro do banheiro, porque não podia usar o refeitório. Aliás, aconteceram aqui em Brasília situações em que o vigilante, dentro do Banco do Brasil, também não pôde utilizar a sua refeição porque o gerente disse que comida de nordestino não podia ser utilizada dentro do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois da audiência, se tu puderes conversar um pouco com a gente, para a gente poder, no mínimo, encaminhar um ofício para cada um desses gerentes, de protesto, naturalmente.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA DOS SANTOS – Inclusive, esse fato de Goiânia, Senador, está registrado, foi divulgado. Não tivemos oportunidade de organizar para exibir esse vídeo de um minuto e meio, que demonstra que a questão do trabalho – só para concluir – não pode estar dissociada do debate sobre a dignidade das pessoas, da dignidade do ser humano. E aqui, quando ouvimos todos os segmentos acolhidos por esta Comissão – ciganos, pessoas com deficiência, índios, companheiros militares –, nós não podemos deixar de dizer do quanto é importante que esse debate, cada vez mais, se aprofunde aqui.

E o senhor teve a oportunidade de acolher. O Joilson sabe do debate importante que o senhor acolheu sobre terceirização, porque a terceirização veio exatamente criando categorias de trabalhadores sem categoria, trabalhadores sem classe, trabalhadores sem direitos, trabalhadores sem nenhum tipo de respeito, sem nenhum tipo de tratamento digno.

Portanto, o que queremos aqui é consignar esse reconhecimento e esse respeito a sua passagem aqui na Comissão de Direitos Humanos, agradecer-lhe, mais uma vez, dedicar-lhe essa lei da periculosidade dos vigilantes, a Lei 12.740, e dizer que, sem dúvida nenhuma, continuamos contando com sua militância e com sua parceria na defesa das reivindicações justas, na defesa da dignidade dos trabalhadores do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Boaventura Santos.

Eu queria, antes de passar a palavra para o Joilson, dizer que essa Lei nós a fizemos muito em parceria, porque eu tinha um projeto no Senado, e a

Senadora Vanessa Grazziotin tinha um na Câmara. Quero elogiá-la, porque tanto eu quanto ela dizíamos que o importante era aprovarmos a lei, não importa qual seria primeiro. E, na verdade, foi o dela, e quando ele veio para cá eu o peguei para relatar e acelerei a relatoria, e conseguimos aprovar.

Então, fica aqui uma salva de palmas para a Senadora Vanessa Grazziotin, que foi fundamental para a aprovação do projeto, do qual, no final, fui Relator. (Palmas.)

Por favor, Joilson Antônio Cardoso, Secretário de Políticas e Relações Institucionais da CTB, que esteve em todas as audiências a que convidamos as centrais. Até eu pedia para ele que inúmeras vezes falasse em nome de todas as centrais, porque eram debates de direitos dos trabalhadores, e ele assim o fazia, com muita competência.

Seja bem-vindo, Joilson.

O SR. JOILSON ANTÔNIO CARDOSO – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar o Senador Paim nessa audiência, uma audiência de balanço, e nós gostaríamos, em nome das centrais e da CTB, em especial, dizer que nosso balanço, no que tange às discussões da Comissão, é muito positivo. Aqui, durante o ano, tivemos a oportunidade de debater temas de alta relevância para a sociedade brasileira, não só os temas ligados às corporações ou a setores da sociedade, mas, sim, aqueles grandes temas que nós, das centrais, resolvemos conceituar como os temas estruturais para o desenvolvimento brasileiro, que apontam para uma saída. Uma grande saída da sociedade brasileira é ter um desenvolvimento sustentável e que coloque, no centro desse desenvolvimento, a questão da vida das pessoas na sociedade brasileira, em especial a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Por isso nosso balanço é muito positivo.

E eu queria aqui destacar alguns desses pontos que debatemos muito rapidamente.

Um dos temas muito pautados na Comissão e que tivemos oportunidade de debater aqui com o Senador Paim e com os demais da Comissão foi a questão do fator previdenciário. O fator previdenciário, que é uma invenção brasileira, uma vingança do último período do governo de Fernando Henrique Cardoso contra os aposentados, impõe uma regra que quebra o contrato da Previdência Social, diminuindo os salários para quem vai se aposentar em até 40%.

Obviamente que essa matéria tem sido muito discutida aqui no Congresso Nacional, como também com o Governo Federal, com a Presidenta Dilma e seus ministros. As centrais sindicais estão hoje reunidas em São Paulo para buscarmos uma saída. Nós

apontamos que há saída, como a regulamentação do 85/95, com alguns elementos que atenuem essa forma de penalizar os aposentados, além também do debate que fizemos aqui sobre o reajuste das aposentadorias e também a questão da Previdência Social. No Brasil, há uma discussão em que uns dizem que ela é deficitária, e nós afirmamos que ela é superavitária. Esse é o debate que temos feito na Comissão.

Gostaria de destacar outro ponto muito importante debatido aqui, a questão do trabalho escravo, que existe no Brasil, e, por iniciativa do Senador Paim, nós conseguimos aprovar um projeto na Câmara dos Deputados, e está aqui de volta para que seja aprovado no início do ano que vem. É um tema importantíssimo, e o projeto visa não só criminalizar – a lei já criminaliza quem escraviza – mas também expropria, ataca o bolso, ataca a propriedade daquele que ainda ousa escravizar, a pior das relações entre os seres humanos.

Há a questão do debate sobre a CLT, a defesa da Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil, que é uma lei muito importante, que preserva direitos mínimos da nossa classe, da classe trabalhadora, e que nós, diversas vezes, em diversas ocasiões, aqui debatemos.

Outro tema também de relevância foi a questão das desonerações, em especial a desoneração da folha de trabalho. São nossas preocupações essas desonerações, que têm impacto direto na Previdência Social, mas têm impacto também na questão do pacto federativo, porque sabemos que essas desonerações às vezes repercutem negativamente nas contas públicas, em especial dos Estados e dos Municípios, que são aqueles Entes federativos que têm obrigação de fazer a política pública chegar a quem de direito.

Portanto, existem, nessa pauta, grandes ameaças. Nós gostaríamos de citar aqui a questão da prevalência da manutenção do Fator Previdenciário; das iniciativas sobre a terceirização; do projeto especial do trabalho do ABC que discutimos aqui nesta Comissão, o Simples trabalhista; a flexibilização da CLT e a iniciativa de projetos como as PECs 369 e 29; e também a iniciativa de regulamentar a organização sindical, desrespeitando a sua competência própria.

Por fim, gostaríamos, Paim, de dizer que a CTB esteve reunida nos dias 13 e 14, em São Paulo, e eu gostaria de rapidamente ler aqui uma carta que o Presidente Wagner me pediu para apresentar aqui nesta audiência.

Muito nos honra apresentar a seguinte moção de aplauso: Moção de Aplauso.

A Direção Plena da CTB, em sua 8ª reunião, realizada nos dias 13 e 14 de dezembro, em São Paulo, resolve aprovar essa Moção de Aplauso ao Senador da República Paulo Paim, do PT do Rio Grande do

Sul, pelo excelente trabalho realizado no exercício da Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

O trabalho realizado pelo Senador Paulo Paim à frente desta Comissão expressa o seu compromisso com os ideais da classe trabalhadora, com os direitos dos aposentados e com os trabalhadores do campo e da cidade, como também com os ideais republicanos, com vistas à construção da Nação brasileira, com soberania nacional, desenvolvimento e justiça social.

Nestes tempos atuais, quando se faz necessária a defesa da política e de mandatos populares, o povo do Rio Grande do Sul, no alto da sua soberania popular, ao eleger Paulo Paim para o Senado brindou toda classe trabalhadora, que também se expressa pelas posições coerentes do Senador do povo. Paulo Paim é assim: denso, firme e coerente.

A Direção Plena da CTB rende suas homenagens e aplausos ao Senador Paulo Paim pelo trabalho à frente da Presidência da Comissão de Direitos Humanos.

Então, essa é a moção que nós aprovamos por todos os sindicalistas da CTB. (Palmas.)

Este aplauso, Paim, nós gostaríamos de estender também à sua equipe de funcionários – estão aqui os funcionários do Senado Federal –, na pessoa do Roberto, que é assessor desta Comissão. Nós somos testemunhas da forma respeitosa e empenhada desses servidores do Senado.

Via de regra, fala-se dos servidores do Senado sempre de uma forma ruim. E nós temos que aqui elogiar o bom exemplo dos servidores do Senado, que trabalham na Comissão de Direitos Humanos. Nós estendemos os aplausos também a esses servidores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Diga para o Wagner que isso vai para o quadro, para a parede. Farei uma moldura. O pessoal que cuida das finanças diz: “o que a gente faz com tantos?” Agradeço muito. Tenho grande carinho pela CTB, você sabe disso. Ao longo da minha caminhada a CTB sempre esteve ao nosso lado. Eu estive ao lado. Vocês estiveram ao nosso lado, sempre caminhando juntos. Então, fico muito feliz e peço uma salva de palmas à CTB. (Palmas.) Não à moção, mas a essa central tão querida por todos nós.

Nesse momento, concluímos os trabalhos desta mesa e vamos, então, para a última mesa. Agora é a última mesa, pessoal! A última e sexta mesa desta manhã.

Não esqueçam que vamos aprovar, ainda, o requerimento da audiência do dia 4. E também quero informar que fiquei responsável por hoje anunciar o

nome de quem iria relatar o PL 122. Todo mundo que acompanha o tema sabe o quanto esse PL é polêmico. E eu vou anunciar, no fim da reunião, quem vai relatar o 122, até porque o Brasil todo está esperando, porque nós informamos que iríamos anunciar.

Vamos lá, 6ª Mesa: Marcelo de Oliveira Nicolau, Assessor da Ouvidoria Agrária Nacional (MDA), representante da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo. Seja bem-vindo! (Palmas.); Lucienne Fontes Cenizio Couto, representante dos Pequenos Fabricantes de Equipamentos e Software para a Gestão de Ponto. A Lucienne foi uma das que me procurou inúmeras vezes para que a gente suscitasse uma nova audiência para debatermos a questão do ponto, e assim o fizemos. Seja bem-vinda! O próprio Joilson também aqui participou; posições diferentes, mas esta é uma Comissão democrática. Antonio Augusto de Queiroz, Assessor Parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o nosso Toninho tão conhecido aí (Palmas), que acompanha passo a passo o trabalho do parlamento. Deraldo Goulart, jornalista que tem documentários belíssimos (Palmas), faz um trabalho belíssimo aqui no Senado. Ticiane Imbroisi, Assessora Parlamentar da Funai. Muito bem! (Palmas) A Funai, desde que assumiu a nova presidenta, sempre está presente. Seja bem-vinda, Ticiane! Josefina Serra dos Santos. (Pausa.) a Josefina teve de se ausentar. E Vera Bayma, que é Psicóloga. Você quer fazer depoimento? (Pausa.) Você pode fazer daí, se quiser, Vera, ou vir para cá.

Então, vamos, de imediato... A Vera queria falar primeiro, se não me engano. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode fazer no encerramento. O.k.

Então, vamos lá: Marcelo de Oliveira Nicolau, Assessor da Ouvidoria Agrária Nacional – faz um belíssimo trabalho –, aqui representa a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo.

Seja bem-vindo, Marcelo!

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA NICOLAU – Obrigado.

Bom dia a todos! Bom dia a todas!

Na pessoa do Senador Paulo Paim, eu gostaria de cumprimentar todos da Mesa. É um prazer estarmos aqui representando a Ouvidoria Agrária Nacional.

O Desembargador Gercino Filho, que é Ouvidor Agrário Nacional, por conta de outras agendas, não pôde comparecer, mas nos recomendou que fizéssemos aqui uma apresentação da Ouvidoria Agrária Nacional e da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, para uma breve prestação de contas do que

a gente vem fazendo no sentido de tentar garantir os direitos humanos do público do campo: das famílias de agricultura familiar, das famílias quilombolas, dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem terra, enfim, todos os atores do campo.

Direitos humanos, Senador, o senhor sabe melhor do que ninguém, que é um tema muitíssimo amplo, que engloba vários segmentos. Mas é importante fazer um destaque para a questão do meio rural, porque, no meio rural, a gente disse muitas vezes aqui durante esta manhã, com belíssimas explanações, a gente aprendeu muito com o que foi dito aqui hoje, mas, muitas vezes, a gente ouviu a expressão “público invisível”, as pessoas não são vistas, não são enxergadas. E o trabalhador rural, a gente costuma dizer que é o excluído do excluído. O trabalhador rural, principalmente o trabalhador rural sem terra acampado, é um público de as políticas públicas chegarem até ele e certamente é o campeão da violação dos direitos humanos. Então, a gente tem de se empenhar muito para o que Estado brasileiro consiga amparar essas pessoas.

A Ouvidoria Agrária Nacional é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e tem como o seu Ouvidor Agrário Nacional o Desembargador Gercino Filho, o qual assessoro, e entre as nossas atribuições – eu vou tentar ser bastante sucinto por conta do tempo – está a mediação em resolução de conflitos agrários e a garantia dos direitos humanos de todos os atores do campo, especificamente àqueles envolvidos em conflitos sociais

A Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, por sua vez, é um outro órgão, que é composto por quatro Ministérios – MDA, Ministério da Justiça, Meio Ambiente e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República –, e é presidida pelo Ouvidor Agrário Nacional.

A Ouvidoria Agrária Nacional tem cinco ações, que são executadas por meio do MDA e por meio do Incra – que é nossa autarquia vinculada –, que se chamam Assistência Social Técnica e Jurídica das Famílias Acampadas, Prevenção, Extensão Social e Violência no Campo, Atendimento à Denúncia, Mediação de Conflitos Agrários e Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais. E a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo dispõe de um plano de ação, de quinze ações, voltadas ao combate à violência no campo e garantia dos direitos humanos do trabalhador rural.

Dessas 15 ações, a maioria é voltada no sentido de especializar os entes e entidades que trabalham com esse público específico. A legislação, no que trata da questão agrária, já é bastante avançada, não temos um problema maior no que tange à legislação. O que

falta é aplicação dessa lei. Se já existe a lei, mas ela não está sendo aplicada, temos que qualificar aquele que a aplica: o executor.

Então, trabalhamos com a criação de varas agrárias federais, varas agrárias estaduais, promotorias agrárias, defensorias públicas agrárias e assim por diante.

Vou adiantar aqui, dada a escassez do tempo.

Uma das atividades também desse Plano Nacional de Combate à Violência no Campo foi a criação do Manual Nacional de Diretrizes para Cumprimento de Ordens Judiciais de Reintegração de Posse. Houve uma reunião, em 2008, na Ouvidoria Agrária Nacional, que contou com a participação dos comandos gerais de todas as polícias – infelizmente, o Rio Grande do Sul foi o único que não se fez representar e nem se fez presente – e, com o trabalho conjunto dos comandos das polícias militares, a Ouvidoria Agrária Nacional editou um manual que padronizou os procedimentos que devem ser adotados quando do cumprimento de reintegração de posse, para que não haja abusos, não haja excessos que culminem na violação dos direitos dessas pessoas.

Aqui temos um mapa agrário que apresenta o que conseguimos até hoje de especialização desses entes, entidades. Temos oito varas agrárias federais espalhadas por todo o País; eu não vou ler, infelizmente, por motivo de tempo. Varas agrárias estaduais são 11; promotorias agrárias são 17; delegacias de polícia civil agrárias estaduais são 14; ouvidorias agrárias estaduais são 2 – são do governo do Estado –; ouvidorias agrárias regionais, do Incra, temos 27; defensorias públicas agrárias estaduais são 9 – agora temos mais uma no Estado de Rondônia, o mapa não foi atualizado, então já são 10 –; polícias militares agrárias são 13; e oitiva prévia do MP e do Incra antes da liminar de reintegração de posse em 17 Estados. Isso significa dizer que existem 17 Estados em que o Tribunal de Justiça fez provimentos, orientando-se os magistrados que, antes de conceder uma liminar de reintegração de posse, ouça o Incra e o Ministério Público. Com isso, conseguimos um grande avanço no sentido de que não haja uma ordem que seja injusta ou que dê margem à violação dos direitos dessas pessoas.

Vale fazer um destaque também para a questão das delegacias de polícia civil. Muitas pessoas podem estar se perguntando: por que a necessidade de especializar isso? É extremamente necessário, porque muitas vezes um trabalhador rural que é violado nos seus direitos chega a uma delegacia para fazer um boletim de ocorrência, por exemplo, e não consegue. Ele sofre uma violência e, quando chega perante uma autoridade policial, sofre uma nova violência, no sentido

de sequer conseguir registrar um boletim de ocorrência. Infelizmente, estamos em 2012 e nos deparamos com esse tipo de situação. Portanto, isso é muito necessário para combater esse tipo de injustiça.

Ameaçados de morte com pedidos de segurança expedidos pela Ouvidoria Agrária Nacional, por Estado.

O maior bem tutelável é a vida – não é preciso repetir –, mas, infelizmente, muitas pessoas continuam tendo a sua vida ameaçada, a sua integridade física – inclusive dos seus familiares –, por conta de conflitos instalados no campo.

Esse mapa demonstra essa realidade hoje. Todos os Estados pintados em vermelho têm pessoas que receberam ameaças à sua vida e procuraram a Ouvidoria Agrária Nacional. Devido à nossa atribuição institucional, remetemos esses casos à Secretaria de Direitos Humanos e essas pessoas são incluídas no Programa de Defesa. Temos, hoje, todas essas pessoas que foram incluídas no Programa de Defesa: 86 pessoas do Pará e 53 do Maranhão, que são os números mais expressivos de 2012.

Gráfico de homicídios na zona rural, esse número é de 2001 a 2012. Tivemos, este ano, 5 homicídios decorrentes de conflitos agrários já confirmados. É um número muitíssimo alto, o que demonstra que ainda temos muito a avançar, mas percebemos que já conseguimos melhorar bastante. Viemos, nos últimos anos, oscilando entre 10 e 12, e estamos fechando este ano com 5 homicídios.

Esse número anterior é o que, pelo inquérito policial, já foi apurado como decorrente de um conflito agrário. Não decorrentes, tivemos, em 2012, 19 mortes no campo, o que também nos leva refletir. O que está acontecendo que as pessoas estão morrendo no campo por morte violenta?

E 22 em investigação, que podem tanto ir para um índice como para outro.

Aqui o número total.

Acho que é uma oportunidade interessante também, Senador, para solicitar a V. Ex^a que nos apoie no sentido de se fazer valer os pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Temos o Pidesc, por exemplo, que é um pacto do qual o Brasil é signatário, que prevê que as ações do Estado não podem redundar em novas famílias sem teto ou desamparadas. Isso simplesmente não é observado pelo nosso Poder Judiciário. O juiz quer se preocupar em resolver aquela tutela jurisdicional que é apresentada especificamente para ele. Então, confere o documento, outorga uma ordem de reintegração de posse, muitas vezes injusta, até mesmo fundada num título que não é legítimo, porque não ouve o Incra antes, e o que vai acontecer com essas pessoas? Se ela se submeter a ficar embaixo

de uma lona preta acampada em algum lugar é porque elas não têm para onde ir e daí o que vamos fazer? Enquanto Estado brasileiro vamos querer que essas pessoas simplesmente saiam dali e vão para onde?

Então, basta observar os pactos aos quais a gente já faz parte que esse tipo de coisa vai ser repensada, vai ter que ser tratada de uma forma ao qual a gente garanta um direito, mas não em depreciação de outro, que é muito maior, que são os direitos fundamentais. Temos muito mais coisas para colocar, mas já agradecemos enormemente a oportunidade de estarmos aqui e não poderia deixar de parabenizar, mais uma vez, o trabalho que vem sendo desenvolvido nesta Comissão na pessoa do Senador Paulo Paim. V. Ex^a, além da dedicação que tem, identifica-se com o tema e certamente por isso tem logrado tanto êxito, porque é um tema árduo, é um tema amplo e a gente rende os nossos cumprimentos.

Parabéns a esta comissão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao seu trabalho, Marcelo, e a toda a sua equipe.

Esse foi Marcelo de Oliveira Nicolau, assessor da Ouvidoria Agrária Nacional, representante da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo. Parabéns a todos. Vocês fazem um belíssimo trabalho e estão na linha de salvar vidas, de forma direta, salvando vidas e garantindo o direito à terra para o nosso povo.

Neste momento, passo a palavra à Lucianne Fontes Cenizio Couto, representante dos pequenos fabricantes software para gestão do ponto.

A SR^a LUCIENNE FONTES CENIZIO COUTO – Boa tarde a todos, Senador. Estive aqui há 1 semana falando sobre o meu tema, que, tanto nesta Comissão como em todos os lugares, é sobre o ponto eletrônico, uma regulamentação nova do Ministério do Trabalho. Estive aqui 2 vezes, no ano de 2012, defendendo a posição das nossas empresas, das nossas pequenas empresas. Fiquei um pouco feliz, não totalmente porque não está resolvido. Saindo daqui, eu li uma manchete do Jornal do Senado que diz assim: “Portaria do ponto eletrônico precisa ser melhorada, avalia Paim”.

Agradeço ao senhor por essa opinião. Vi que o senhor falou na reportagem em aperfeiçoamento, em ampliação, exatamente o que eu vim buscar.

Agradeço por toda acolhida, pela oportunidade de deixar a gente falar, nesses 3 anos, uma luta pessoal, uma luta de toda a minha turma, de todas as empresas, buscando apoio onde fosse para que pudéssemos continuar trabalhando.

Não vim falar sobre a portaria hoje. Gostaria de falar um pouco sobre as pequenas empresas, que é o que sou e represento aqui. Faço parte do Fórum Per-

manente das Pequenas Empresas, no meu Estado e aqui também em Brasília, que é o fórum promovido pelo Ministério do Desenvolvimento. Vou falar um pouco sobre as pequenas empresas. Somos um grupo especial no Brasil, um grupo que conta com milhões de pessoas e que, por sua coragem, perseverança e por tudo que faz, promove a economia deste País. Também geramos empregos, empreendemos, inovamos, geramos riqueza.

Temos uma lei geral específica das micro e pequenas empresas, mas ainda temos dificuldades, e um bom exemplo é essa portaria do Ministério do Trabalho, que, sequer, previu alternativas para a exigência de um equipamento por parte das pequenas empresas.

Como se não bastasse essa luta imensa do dia a dia que temos como pequenos empresários, ainda temos que sofrer com interferências de regulamentações que simplesmente se esquecem de nós, que não pensam nos impactos que ações dessa natureza fazem nas nossas empresas, nas nossas pequenas empresas e nas nossas vidas também.

Então, o nosso agradecimento e o pedido de mais ajuda para 2013, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi Lucienne Fontes. Ela me procurou tantas vezes, tantas vezes, que não tinha como não atendê-la. Eu disse: aqui nós ouvimos todos, Luciana, fique tranquila. “Mas vai dar este ano ainda?”. E eu disse: este ano. E fizemos uma bela audiência, no meu entendimento foi boa, cada um colocou o seu ponto de vista, e, no final, ficou ainda um grupo tripartite, que o Canindé colocou, que vai se reunir para discutir formas de ampliar e aperfeiçoar o relógio ponto. É claro que foi unânime aqui que ninguém é favorável de aprovar o decreto legislativo que acaba com o relógio, não é essa a decisão. A decisão foi aperfeiçoar o sistema, mediante um amplo diálogo entre o Ministério do Trabalho, empresários e trabalhadores. Lembro-me de que foi o Pegado que falou muito dessa questão e que foi muito aplaudido.

Então, vamos em frente!

Convido, neste momento, o Sr. Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho do Diap. Desde a Constituinte, 1986-1988...

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas já nos conhecíamos do movimento sindical, que antecedeu a Constituinte.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – É verdade.

Uma boa tarde a todos! Inicialmente, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, e os colegas de Mesa e dizer da satisfação de participar de mais esta audiência pública, aqui, na Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa.

Esta Comissão, na prática, se constituiu na porta de entrada da sociedade, aqui, no Parlamento. Em um mundo em que há escassez de recursos, ter um organismo com a importância desta Comissão, levando os anseios, as demandas, as reivindicações da sociedade para o Governo, chamando a atenção da opinião pública para todos esses aspectos, contribui enormemente para que esses temas que são esquecidos nas instâncias governamentais, na academia, nas universidades e na imprensa também tenham espaço na agenda governamental e, portanto, transformem-se em políticas públicas.

O Senador Paulo Paim tem uma trajetória brilhante, comprometida e engajada em defesa dos excluídos, dos necessitados, daqueles que, em geral, não têm voz, não têm espaço. Se formos lembrar, ele foi membro da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos na Constituinte, e, a partir de lá, foi quando se incorporou ao Texto Constitucional uma série de direitos que antes sequer faziam parte da legislação infraconstitucional. Toda essa investida que houve em bases neoliberais de flexibilização de direito não alcançou o Brasil graças ao fato de termos incluído, àquela oportunidade, na própria Constituição – e alterar a Constituição não é uma tarefa fácil. Eu me lembro, por exemplo, de que a primeira lei de salário mínimo teve uma participação efetiva do Paulo Paim, regulamentando a Constituição de 88. Os milhares de pessoas que perderam o emprego durante o Governo Collor e que foram readmitidos no serviço público não sabem, por exemplo, que aquele projeto que anistiou esse pessoal e permitiu o seu retorno à Administração Pública foi um projeto viabilizado graças à sensibilidade política do Senador Paim, à época Deputado. Recordo-me de que ele era Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, e chegou lá um projeto do ex-Senador Nelson Carneiro, de 1977, propondo a anistia política para os perseguidos da ditadura militar. E àquela oportunidade, quando o projeto chegou, muitos anos depois, já tinha havido a anistia de 1979, do Figueiredo, tinha havido a anistia na Constituinte, e, portanto, o projeto não tinha o menor objeto. E o Senador, então, à época Deputado, teve a sensibilidade de aproveitar aquele projeto que já havia sido aprovado no Senado e, pegando carona nele, dar anistia aos demitidos no Governo Collor. E funcionou, o projeto

foi aprovado na Câmara, voltou ao Senado, o Senado aprovou, o Presidente Itamar vetou com o compromisso de enviar um outro, e o fato é que, graças àquela ação, viabilizou-se essa lei extremamente importante que permitiu que diversas famílias que tinham sido perseguidas pudessem voltar a ter condições de vida em função do retorno ao emprego.

Nós vivemos um momento, agora, de muito desencanto e de judicialização da política que tem trazido consequência, por má-fé de alguns que querem afastar o povo das decisões, ou por ignorância de outros que serão as principais vítimas dessa alienação do afastamento da política. Essa campanha e esse momento têm levado ao questionamento da política, à desqualificação dos agentes e das instituições públicas, e isso é trágico, do ponto de vista da formação e da cidadania, especialmente no Brasil, em que o Estado tem um papel fundamental a cumprir.

Não fosse o Estado brasileiro, não teríamos paz social aqui, porque é o Estado que distribui 60% de tudo que arrecada diretamente para as pessoas sem intermediários. Então, ele tem uma função importantíssima a cumprir, e não se pode permitir que instâncias como essas, em que as pessoas têm a oportunidade de trazer as suas reivindicações, percam a legitimidade perante a sociedade a partir dessas denúncias.

Então, não se pode permitir que a população seja induzida a achar que a política e as instituições de Estado sejam necessariamente uma coisa ruim. Pelo contrário, não existe solução para os problemas coletivos fora da política.

Todas as conquistas da humanidade foram resultado de decisões políticas. Os direitos civis e políticos, os direitos sociais e econômicos, os direitos culturais e bioéticos, direitos coletivos e difusos, tudo isso foi graças à ação política.

Podemos exemplificar isso aí com a presença do Senador Paulo Paim. Quantas conquistas, nos 20 anos de vida pública do Senador Paim, possibilitaram! Essa política pública permanente de reajuste de salário mínimo, atualização das aposentadorias, não têm tido aumento real, mas, pelo menos, a reposição da inflação tem ocorrido. Isso foi ação do Senador Paulo Paim. Os vários estatutos, nas diversas áreas, foram de sua iniciativa.

Então, a política é importante. O exercício do mandato do Senador Paulo Paim demonstra isso.

Como já disse, nós temos o problema da escassez de recursos, e, se não houver alguém que priorize os interesses da maioria, os recursos vão para privilegiar setores que já são muito bem incluídos e aquinhoados com os recursos públicos.

O Parlamento exerce três funções: a de representar, a de legislar e a de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. E a Comissão de Legislação Participativa, como instituição, tem cumprido esse papel nas três dimensões: de cobrar do Governo providências, de trazer pessoas aqui que possam fazer denúncias e chamar a atenção para eventuais desvios de recursos e também tomar iniciativas de leis que beneficiem esse conjunto da população, especialmente esses mais necessitados.

Então, trata-se de uma Comissão que realmente cumpre um papel importantíssimo nessas três dimensões que precisa continuar isso, independentemente de o Senador Paulo Paim estar ou não presidindo. Tudo indica que esta Comissão terá outra Presidência nos próximos dois anos. É regimental; não pode haver reeleição. Isso será uma perda enorme para esse segmento, se não houver esse canal, permitindo que temas esquecidos possam ser lembrados permanentemente para que injustiças não sejam cometidas.

Então, queria cumprimentar o Senador Paim. Para mim, não é novidade todas essas realizações, porque o conheço. Sei da sua dedicação, do seu compromisso, da sua seriedade, em defesa desse segmento. Espero que o próximo Presidente desta Comissão mantenha esse espaço aberto, para que a sociedade brasileira tenha um canal de expressão.

Por todos os lugares que o Senador passou, por todos os espaços que ocupou, fez desse espaço uma porta de entrada para a sociedade, a fim de permitir que, utilizando o mandato de Senador ou o espaço do Congresso, se pudessem levar demandas, reivindicações e anseios desses setores.

Isso aconteceu na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, na 3ª Secretaria, quando foi 3º Secretário lá na Câmara dos Deputados. Aconteceu quando foi Vice-Presidente do Senado e está acontecendo agora, encerrando agora esse momento, na Comissão de Legislação Participativa.

Então, ele é um Senador que cumpre esse papel de representar bem, de ouvir a sociedade e de permitir que ela possa levar as suas demandas para o Governo, também com o papel indispensável de mediar e intermediar essas demandas. Assim, teve um mandato pleno. O povo do Rio Grande do Sul fez muito bem em elegê-lo três vezes, Deputado Federal; duas vezes, Senador. Espero que possa renovar, em outras oportunidades, para que tenhamos, aqui no Congresso, a presença do Senador Paim, que é fundamental.

Se tivéssemos aqui milhões de Paim seria bom, ou melhor, acho que, se tivéssemos dez, Paim, o Brasil seria outro, muito mais inclusivo, muito mais preocupado com os mais necessitados.

Então, Senador, receba esse registro do Diap, que é absolutamente sincero, a partir da observação que fazemos, desde a criação do órgão, em dezembro de 1983, que acompanhamos o trabalho do Congresso e sabemos da importância do Senador para os avanços sociais ocorridos no Brasil.

Muito obrigado. Meus Parabéns! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Antônio Augusto de Queiroz, Toninho, representando aqui o Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Passamos a palavra agora à Ticiania Imbroisi, Assessora Parlamentar da Funai, que tem, repito mais uma vez, desde que assumiu a nova Presidência, estado sempre presente, ou a Presidência, ou uma que assim a represente, homem ou mulher.

Seja bem-vinda.

A SRª TICIANA IMBROISI – Obrigada, Senador. Agradeço aos inúmeros convites recebidos para estar presente nesta Comissão de Direitos Humanos, que entendemos como uma maneira de ampliar o diálogo entre o Executivo e o Legislativo.

Temos feito algumas ações interessantes em conjunto, como foi o caso dessa visita aos Guarani-Kaiowá, no último dia 10, da qual participaram dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues.

A SRª TICIANA IMBROISI – Que foi fruto de uma audiência ocorrida nesta Comissão a pedido de V. Exª, Senador, que amplia as possibilidades de resolução dos conflitos territoriais, como trouxe a Ouvidoria Agrária, os povos indígenas do conflito agrário também são fruto do conflito agrário. Eles sofrem de conflitos por disputas territoriais.

Nesse sentido, os trabalhos do Poder Executivo estão tentando dar conta de resolver essas questões, mas a participação do Legislativo é fundamental.

Então, agradecemos muito. Quero agradecer também à sua Secretaria da Comissão de Direitos Humanos, que esteve presente e nos ajudou a organizar toda a missão. Foi uma diligência conjunta entre Câmara e Senado. Tivemos nove Parlamentares ao todo, e o apoio da Secretaria desta Comissão foi fundamental, para que essa missão se realizasse.

Temos, nesta Casa, algumas proposições tramitando algumas proposições anti-indígenas, que nos preocupam muito neste momento, Senador, como a PEC nº 038, que já foi trazida aqui hoje, pelo representante do Cimi e pelo Marcos Terena, que é uma Proposta de Emenda à Constituição, pretendendo transferir a competência exclusiva da demarcação de terras para o Senado Federal, nesse caso ferindo direitos indí-

genas garantidos, conquistados e assegurados pela Constituição de 1988.

Então, a Funai gostaria de pedir o apoio aos Senadores que fazem parte para que, na tratativa dessas PECs – não é só uma, mas várias; esta é a que mais nos preocupa neste momento, sem dúvida –, possam olhar com uma atenção especial para essas análises que pretendem revogar alguns direitos já assegurados.

No mais, a Funai, por meio da sua assessoria parlamentar, ou seja, por meio da Presidenta Marta Azevedo, que não pôde estar presente aqui hoje, porque está em viagem, está à disposição e gostaria de se colocar inteiramente disponível mesmo para a ampliação desse diálogo entre o Executivo e o Legislativo.

Agradecemos mais uma vez a oportunidade de estarmos presentes aqui, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ticiane Imbroisi, que representou a Presidente da Funai, sempre presente.

Meus cumprimentos.

Vamos passar a palavra agora, para os seus cinco minutos, à psicóloga Vera Bayma, porque o Deraldo Goulart vai falar e, em seguida, então, vai apresentar um vídeo do grande Niemeyer. Podia ser do João Goulart, do Brizola, do Chê, enfim, há inúmeros trabalhos em todas as áreas – Érico Veríssimo, Getúlio, o Nordeste. A gente tem a mania de falar, porque você é gaúcho, de alguns trabalhos do Rio Grande, mas você tem trabalhos em todo o Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Então, passamos a palavra à psicóloga Vera Bayma.

A SR^a VERA BAYMA – Boa tarde a todos. Quero muito agradecer pelo excelente trabalho do Senador Paulo Paim. Acredito que esta Casa representa a voz do povo, principalmente porque não podemos esquecer-nos das minorias.

Estava acompanhando o movimento, daqui do auditório. Já percebi que, no auditório, já houve momentos em que 80 pessoas estavam aqui presentes. Depois, houve um quantitativo de 3 pessoas com deficiência – eu, o Procurador Caribé e o Luciano – e, agora, no finalzinho, percebemos um quantitativo ainda menor, porque só existe uma pessoa com deficiência, pelo menos notória, que sou eu, uma pessoa com deficiência física.

Pensando nisso, nessas questões, do quanto é importante ouvir as minorias e quanto é difícil fazer algo por essas minorias, porque, além de ouvi-las, é preciso ter uma sensibilidade, para que essas questões

possam ser resolvidas e conquistadas, aí proponho e peço permissão ao Senador Paim, para que possamos fazer um movimento, como se fosse a chuva. São três movimentos: o primeiro movimento começa com o vento, e é dessa forma; o segundo movimento, são os primeiros pingos, dessa forma; e o terceiro movimento, batendo as mãos nas pernas, mas, como nós somos poucos, podemos fazer muito. Então, convido a todos que possamos fazer chover.

Então, vamos lá. Todo mundo junto. Primeiro movimento: os pingos; segundo movimento: a chuva e grossa; mais forte; vai diminuindo; voltam os pingos; vem o vento e acalma.

Proponho que fique registrado aqui que todos nós possamos fazer algo: seja deficiente, cigano, indígena, todas as classes, para fazermos um Brasil acessível, justo e pleno.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, o jornalista Deraldo Goulart, que é um dos profissionais do mais alto nível do Senado, dentre tantos, mas, com certeza, ele se destaca, fará as suas considerações e apresentará o documentário “Niemeyer”.

O SR. DERALDO GOULART – Boa tarde a todos. Boa tarde ao Senador Paulo Paim, em quem cumprimento a todos os presentes, também àqueles que nos estão assistindo pela TV Senado e pela Rádio Senado. Eles certamente vão ler, amanhã, através, ou hoje mesmo, das agências de notícia do Senado e do Jornal do Senado, Casa em que tenho o maior orgulho de trabalhar e também que proporciona que façamos trabalhos voltados à cidadania, à informação e ao resgate da história do nosso País.

Gostaria de fazer um balanço do núcleo de documentários, do qual pertenço e no qual trabalho, na TV Senado, sobre os produtos que fizemos este ano, que foram exibidos e também os que estão em produção.

O Abdias: Raça e Luta foi um que nós exibimos este ano, falando de um grande Senador, uma pessoa que lutou a vida inteira, por isso que a Vera acabou de falar agora em igualdade e reconhecimento das minorias.

O Darcy Ribeiro, um Brasileiro está em produção, deve estrear agora, no início do próximo ano, também dispensa comentários. Darcy Ribeiro é um ícone do Brasil, assim como Oscar Niemeyer, que vamos ver daqui a pouco.

Nós também estivemos no Acre, fazendo um documentário sobre os 50 anos da emancipação, da transformação do Território do Acre em Estado, contando a belíssima história que tem aquele Estado, que optou e lutou por ser brasileiro. Gente da mais alta estirpe.

Estamos fazendo também um documentário sobre o olhar dos viajantes Langsdorff e todas essas expedições que, antigamente, vindas principalmente da Europa, Rússia, Alemanha, França, viajavam para cá para saber o que era o Brasil. Então, vinham grandes expedições, com biólogos, pintores e toda uma gama de profissionais para relatar aos reis o que havia em nosso País. É Brasil no Olhar dos Viajantes, que estreia o ano que vem também.

O Homem que Viu o Zé Limeira é uma produção baseada no conto de Orlando Tejo.

E também fizemos Ave Dalgas, que é um trabalho sobre Johan Dalgas Frisch, filho de um dinamarquês, que a vida inteira trabalhou pela preservação dos pássaros do Brasil, inclusive gravou os pássaros, tem uma vasta produção desses cantos, e o lendário canto do uirapuru. Ele também está sendo exibido agora, este mês de dezembro, na TV Senado.

Eu gostaria de agradecer também à Comissão, que, ao longo deste mandato do Senador Paulo Paim, sempre prestigiou os documentários da TV Senado, exibindo-os aqui, também proporcionando mais um espaço para que os brasileiros, de modo geral, acompanhassem nosso trabalho; aos servidores, meus colegas da Comissão, pelo belíssimo trabalho que realizam, e, de modo geral, aos nossos colegas do Senado. Vejo o pessoal lá do fundo, nossos companheiros da Polícia, e não vou citar nomes, porque a gente sempre comete injustiças, mas, de modo geral, eu gostaria de encerrar o ano agradecendo o apoio e o trabalho de todos os colegas.

Dizendo isso, agradeço o convite, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deraldo Goulart, Analista.

Neste momento, apresentamos um trabalho dele sobre Niemeyer, de 4 minutos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o documentário, se não me engano, “Niemeyer por Niemeyer”, não é isso?

Ele foi produzido sob a coordenação de Deraldo Goulart, jornalista, e sua equipe.

Então, nossos cumprimentos.

Neste momento, nós vamos encerrar a nossa audiência pública.

Primeiro, eu quero informar que o José Augusto da Silva Filho, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Técnicos da Segurança do Trabalho, faz uma justificativa, que não é preciso ler, cumprimentando o trabalho da Comissão. Se ele aqui estivesse, ele fala-

ria do Estatuto do Frentista, que também está sendo discutido aqui, e de outras iniciativas na área de saúde do trabalhador.

Antes de encerrar, quero lembrar que está prevista a realização do Fórum Consultivo Permanente, provavelmente no dia 6 de fevereiro.

Antes de encerrar, vou entrar na segunda parte da nossa pauta, lendo o seguinte Requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 146, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a questão de Prevenção de Queimaduras.

Para tanto gostaríamos que fossem convidados a Dra. Maria Thereza Sarto Piccolo, representantes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Ministério da Saúde e outros a serem definidos por esta comissão.

Há uma preocupação enorme com o número de pessoas vítimas de acidentes que resultam em queimadura, e não há uma política de prevenção. Essa é a ideia dos médicos dessa área que me procuraram, em parceria com o Ministério da Saúde.

Aqueles que concordam com esse requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Agora, um requerimento extrapauta.

Vou ler o teor do requerimento e, em seguida, consultarei o Plenário.

Sr. Presidente desta Comissão,

com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública, dia 04 de fevereiro de 2013, para debater “a situação dos aposentados e pensionistas das Forças Armadas”. Os convidados serão enviados posteriormente à Secretaria da Comissão.

A data de 4 de fevereiro é uma data indicativa, a ser ajustada, naturalmente, com o novo Presidente, se já eleito.

Aqueles que concordam com esse requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Houve a concordância. Vamos ao mérito.

Aqueles que concordam com o mérito do requerimento lido por mim, para que façamos uma reunião para discutir a situação dos aposentados e pensionistas das Forças Armadas, com data indicativa de 4 de fevereiro, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então, há duas datas indicativas para as reuniões decorrentes dos dois requerimentos por mim lidos. (É o seguinte o item aprovado:

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 147, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública, dia 04 de fevereiro de 2013, para debater “a situação dos aposentados e pensionistas das Forças Armadas”).

Mediante isso, não vou fazer o meu pronunciamento, porque não encerro os trabalhos hoje. Vou, no mínimo, trabalhar até o último dia, que é o dia 21. Por isso, só agradeço a todos que participaram desta importante reunião, que foi um balanço do trabalho de todos nós. Todos nós construímos coletivamente aquilo que aqui foi resumidamente apresentado.

Eu dizia ao Toninho antes – e está ali o material – que tem cerca de 200 páginas o resumo. É claro que eu não iria ler as 200 páginas, mas há um resumo pronto. Quem quiser cópia, será colocado também na Internet. São 200 páginas só citando as reuniões a cada dia e os assuntos debatidos.

Mas o que vou fazer agora... A palavra não está mais aberta, pessoal. Agora, vou encerrar. O que eu vou fazer agora, com o que eu havia me comprometido, inclusive pela Internet, pelo Twitter, é que, no dia de hoje, eu indicaria o relator do PL nº 122.

Eu tenho de falar algumas coisas rapidamente para as pessoas entenderem. Se o PL nº 122 fosse fácil de votar, nós já o teríamos votado há muito tempo. Ele está tramitando aqui no Senado desde 2006, há 6 anos, sem ser votado. Só a Senadora Marta Suplicy, que foi Vice-Presidente do Senado e, hoje, é Ministra da Cultura, ficou com ele dois anos. Por que não foi colocado em votação? Não foi colocado em votação, porque a própria relatoria entendia que não havia clima para votá-lo e que ele seria derrotado.

Sei que todos os diversos setores que estão preocupados com o PL nº 122 estão assistindo à TV Senado neste momento. Então, saibam que não é fácil. Não é falta de boa vontade da Comissão. A Comissão coloca em votação, e o projeto cairia, como me disse a Senadora Marta inúmeras vezes.

Então, o projeto não foi colocado em votação por outros presidentes, porque ele está aqui há 6 anos, porque, toda vez que foi colocado em votação, da forma que estava, o projeto seria derrotado. Então, a pedido

da própria Senadora Marta Suplicy, nós não colocamos o projeto em votação. Que fique muito claro.

Pois bem. Como a Senadora Marta Suplicy foi para o Ministério da Cultura, eu teria de indicar outro relator. Havia duas fontes de informação e de pressão, eu diria, dois movimentos: uns queriam uma pessoa, outros, queriam outra pessoa. As duas pessoas indicadas, os dois Senadores, no caso um Senador e uma Senadora, composição muito definida em relação ao projeto. Não houve também entendimento. O que eu estou fazendo nesse momento? Só indicar o relator é a coisa mais fácil para o presidente. Indica o relator e diz: “Se vira agora”. Porque como não há entendimento e já existem posições antagônicas polarizando com os dois nomes que poderiam ser indicados, um a favor do 122, e o outro, contra o 122, mediante isso, e como eu gostaria muito de aprovar essa questão de uma vez por todas com uma regulamentação, ouvindo todos os setores contra e favor, resolvi que, nesse momento, eu avoco a relatoria para este Presidente. Vou tentar construir o acordo. Se não houver acordo, o novo presidente, naturalmente, daí, vai indicar o relator que ele bem entender.

Então, a partir desse momento eu estou avocando o PL nº 122 para este Senador no exercício da Presidência, na perspectiva de buscar um grande entendimento e, a gente, de uma vez por todas, aprovar o Projeto, mediante – repito – um grande entendimento, ouvindo todos os setores que estão trabalhando sobre essa questão, como já fizemos com inúmeros outros projetos aqui no Congresso Nacional.

Com essa informação, eu encerro a reunião.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

Que Deus ilumine os nossos caminhos.

ATA DA 85ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e doze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparece o seguinte senhor Senador: **Paulo Paim**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e senhoras Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da

ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 146 de 2012 – CDH, aprovado em 17/12/2012, de autoria do Senador **Paulo Paim**, para debater “Debater a questão de Prevenção de Queimaduras”. Convidados: Thereza Piccolo, representante do Núcleo de Proteção aos Queimados, José Eduardo Fogolin Passos, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, representante do Ministério da Saúde – MS –; Nelson Piccolo, Secretário-Geral da Confederação Internacional de Cirurgia Plástica; Capitão Natan Milward, representante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; Gilberto de Aguiar, Chefe da Coordenação de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte – HRAN – e representante da Sociedade Brasileira de Queimaduras do DF; Cristina Lopes Afonso, Vítima de Queimadura; Cristina Serra, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; Lídia Aparecida Rossi, Professora Titular da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Faz uso da palavra o senhor Senador **Paulo Paim**. O presidente (Sr. Senador **Paulo Paim**) anuncia e coloca em votação as atas das reuniões anteriores da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e Idoso; da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher; da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza; e da ata da presente reunião, as quais são dadas por aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 85ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 147, de 2012, aprovado em 17/12/2012, de autoria deste Senador e de outros, para debater a questão de prevenção de queimaduras.

Nós temos, aqui, uma série de convidados.

Eu gostaria de listar os convidados presentes. Eu vou citar os presentes e, ao mesmo tempo em que cito, já convido para a mesa.

Convidamos o Chefe da Coordenação de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte, HRAN, e representante da Sociedade Brasileira de Queimaduras, Dr. Gilberto de Aguiar. (Palmas.)

Convidamos o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal... Representado o Comandante, o Capitão Nathan Milward – é porque está à caneta e fiquei... (Palmas.)

Ainda, também já presente, a Diretora do Hospital Nelson Piccolo, Drª Thereza Piccolo.

Por favor. (Palmas.)

Os convidados presentes, até o momento, são esses.

Então, vamos iniciar com essa Mesa, esperando que cheguem, ainda, outros convidados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É que não estava registrado que eles estavam aqui.

Então, já está aqui, conosco, e convido para a mesa, o Dr. Nelson Piccolo, Professor, Doutor no treinamento de queimaduras. (Palmas.)

Algum outro convidado está presente, que eu não tenha...?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, por favor, use o microfone só para fazer esse registro, porque eu acho que é importante. Só registre, por favor.

O SR. NELSON PICCOLO – Só para registro, estou representando a Confederação Mundial de Sociedades de Cirurgia Plástica, da qual sou Secretário-Geral. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem.

Está presente, também, Cristina Lopes Afonso, vítima de queimadura, que vai dar, aqui, o seu depoimento e é Vereadora, se não me engano, não é? (Palmas.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Vereadora eleita. Meus cumprimentos.

Já era Vereadora ou não?

A SRª CRISTINA LOPES AFONSO (Fora do microfone.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Então, mais uma salva de palmas agora. (Palmas.)

Vai ser uma grande Vereadora, tenho certeza. É Goiás, capital?

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO (Fora do microfone.) – Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Goiânia. Muito bem. Seja bem-vinda à mesa também.

Então, todos os presentes já estão à mesa.

Eu vou fazer uma rápida introdução para situar, já que nós estamos ao vivo, aqui, pela TV Senado, pela Rádio Senado e os canais... Estamos ao vivo pela TV Senado; Internet, canais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8; TV Digital, canal 51.1; e, ainda, pela Rádio Senado.

Então, grande parte do povo brasileiro, que acompanha o Sistema de Comunicação do Senado, está acompanhando, com certeza, esta audiência, pela importância.

Esta audiência vai encerrar o ciclo de 2 anos em que estou na Presidência da Comissão de Direitos Humanos.

Já a partir do ano que vem, por uma questão regimental, outro Senador ou Senadora – deve ser uma Senadora – assumirá a Presidência.

É com alegria que eu presido esta última reunião do ano, digo com muita tranquilidade, pela importância do tema.

Quando ela me foi solicitada, há questão de 15 dias, eu poderia ter marcado para o ano que vem – inúmeras eu tive de jogar para o ano que vem –, mas fiz questão que esta fosse ainda neste ano, encerrando esse ciclo de 2 anos, em que fizemos, com esta, quase 200 audiências públicas e votamos cerca de 600 propostas.

Então, só para situar quem está, neste momento, acompanhando o trabalho da Comissão por toda essa rede de comunicação, nós informamos que, hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater a questão de prevenção de queimaduras. Naturalmente, os convidados falarão, da forma como entenderem mais adequada, tudo sobre o tema.

Segundo a Sociedade Brasileira de Queimaduras, cerca de um milhão de pessoas são vítimas de queimaduras por ano, em todo o Brasil. É isso mesmo? O dado é esse? Um milhão de vítimas de queimaduras por ano no Brasil.

As queimaduras são definidas como feridas traumáticas causadas, na maioria das vezes, por agentes térmicos, químicos, elétricos ou radioativos; atuam nos tecidos de revestimento do corpo humano, determinando destruição parcial ou total da pele e seus anexos, podendo atingir camadas mais profundas, como tecido celular subcutâneo, músculos, tendões e ossos.

Dados da Sociedade Brasileira de Queimaduras mostram ainda que elas são causadas principalmente por líquidos, combustíveis, frio, fogos de artifício, eletricidade, agentes radioativos, dentre outros.

Quanto à gravidade, elas podem atingir o primeiro, o segundo e o terceiro graus. As de primeiro grau provocam vermelhidão e atingem a camada superficial da pele; as de segundo grau afetam uma camada mais profunda, demoram de 7 a 21 dias para recuperação do tecido, além de todo trauma que acaba ficando; as de terceiro grau são indolores e não permitem recuperação do tecido e, nesse caso, é necessário que seja feito enxerto.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater com os especialistas, médicos, cirurgiões, Corpo de Bombeiros, pessoas que já sofreram queimaduras esse tema que é de interesse de todo povo brasileiro. Acho que todos têm interesse em aprofundar o debate de um tema como este.

Nós podemos combinar aqui, na mesa, quem serão os primeiros a usarem a palavra. Não sei com quem os senhores acham que deveríamos iniciar. Para mim, é indiferente. Eu quero que a audiência flua, digamos, com a força do tema, para ajudar todo nosso povo, toda nossa gente. Quem se habilita, na mesa, a ser o primeiro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Essa foi boa. Normalmente, ninguém gosta de ser o primeiro e, agora, dizem “primeiro, as damas”, num gesto de cavalheiro. Então, começa com a Dr^a Thereza?

A SR^a THEREZA PICCOLO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos a palavra, neste momento, à Dr^a Thereza Piccolo, Diretora do Hospital Nelson Piccolo. V. Ex^a tem 10 minutos, com mais 5, mas, se necessário, ainda terá mais 5. A palavra é sua.

A SR^a THEREZA PICCOLO – Muito obrigada.

Para registro também, eu gostaria de esclarecer que eu estou representando o Núcleo de Proteção aos Queimados e trazendo aqui uma experiência de uma iniciativa regional, que começou em Goiânia.

Posso começar a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já pode começar, avisando que teremos uma segunda Mesa. Os outros convidados estarão numa segunda Mesa. Esta é a primeira Mesa.

A SR^a THEREZA PICCOLO – Certo.

O Núcleo de Proteção aos Queimados é uma instituição não governamental, que iniciou as suas atividades em prevenção em 1984 de maneira infor-

mal, e foi fundado juridicamente em 1999. Ela é uma instituição de utilidade pública municipal desde 2005, estadual desde 2010 e, no âmbito federal, é uma OSCIP. Ele é uma instituição muito bem montada, foi um presente dos arquitetos de Goiânia a essa causa. Ele é composto por uma equipe multiprofissional, em que várias especialidades oferecem apoio aos pacientes que foram vítimas de queimaduras.

A missão do Núcleo é prevenir acidentes, apoiar e reabilitar sobreviventes a queimaduras, educar profissionais em diversas áreas de atuação, alertar a sociedade civil através de campanhas educativas e desenvolver melhorias no tratamento de sequelas.

No trinômio sociedade, governo e centros de tratamento de queimados, será que nós precisamos de ONGs? Bem, nós acreditamos que isso é uma necessidade, porque o queimado no Brasil é um paciente de baixa renda, que ignora os riscos, ignora os primeiros socorros e, geralmente, ignora como obter um tratamento adequado. Nós estamos falando de diversos tipos de lesões possíveis.

Analisando estatisticamente os últimos 10 anos, da casuística do pronto-socorro para queimaduras em um centro de queimados que existe há 44 anos em Goiânia, percebemos que houve quase 100 mil novos pacientes, dos quais 69% eram dependentes do SUS e 31% dos outros convênios. Ou seja: existe uma clara tendência a pacientes de baixa renda.

Em relação à incidência de queimaduras por idade, pudemos perceber, nas duas primeiras colunas referentes à idade, na população dos pacientes vítimas de queimaduras, quando consideramos de 0 a 4 anos ou de 5 a 14 anos, uma incidência na população dos pacientes queimados bem acima do que seria a incidência na população geral. Repito: tanto de 0 a 4 anos como de 5 a 14 anos.

Observamos que a maior parte dos acidentes acontecem em casa, tanto os de menor gravidade, que podem ser tratados em regime ambulatorial, quanto os de maior gravidade, que determinam internação.

Em relação à etiologia, a causa mais comum de acidentes que podem ser tratados em regime ambulatorial são as de abrasão, ou seja, acidentes de motocicletas, com atritos e escoriações cutâneas – não só escoriações como também fraturas, muitas vezes expostas, determinando internação e até mesmo casos de UTI. Em relação aos pacientes de internação, vimos que ainda continuam sendo as chamadas das quais a grande maioria na faixa de população entre 5 e 14 anos causadas pelo álcool.

Quando analisamos as crianças menores, percebemos que 45% dos pacientes que necessitam de internação são queimados por líquidos quentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS)

– Apenas para um esclarecimento para quem está assistindo: o álcool vem em primeiro lugar?

A SRª THEREZA PICCOLO – Nas crianças de 5 a 14 anos que precisam de internação, o álcool é disparado o primeiro agente. Ainda é.

Começamos os programas de prevenção baseados nas casuísticas do pronto-socorro para queimaduras, desde 1984, e sempre focamos os três níveis de prevenção: a prevenção primária, no sentido de evitar acidentes; a secundária, no sentido de diminuir as consequências desse acidente quando ele já aconteceu; a terciária, no sentido de corrigir as sequelas que, porventura, deles decorreram.

Em relação à primária, evitando acidentes, temos um programa chamado Queimaduras – Evite essa Cicatriz, que consiste de palestras preventivas no ensino fundamental, vinhetas de alerta contínuas em rádio FM e parcerias intermitentes em televisão. Essas palestras são feitas nas escolas ou em qualquer tipo de associação possível através de palestras formais ou de teatros para tentar chamar a atenção de crianças menores, sempre levando em consideração situações corriqueiras que muitas delas já vivenciaram. Geralmente não mostramos às crianças essas figuras, para que não seja traumático, mas, sim, apenas uma explicação de como as figuras foram criadas. Elas são extremamente baseadas em acidentes reais e corriqueiros. Deixamos com as crianças uma cartilha editada em três tipos de versões: em álbum de colorir, em álbum de figurinhas ou mesmo em uma cartilha onde as dicas estão simplesmente escritas.

Conseguimos, ao longo desses últimos 20 anos, uma redução significativa do número de pacientes de Goiânia que buscam nossos serviços no pronto-socorro para queimaduras. Eu gostaria muito de acreditar que toda essa queda é única e exclusivamente dependente da prevenção. Obviamente não é, mas gostaríamos de acreditar que as campanhas repetidas nas escolas de ensino fundamental contribuíram, sem dúvida, para reduzir o número de crianças queimadas na nossa população.

Em relação à prevenção secundária, temos, desde a fundação da Sociedade Brasileira de Queimaduras, em 1995, em uma iniciativa associada ao Ministério da Saúde, a tentativa de estabelecer um curso nacional de normatização de atendimento ao paciente queimado, tentando unificar os procedimentos e capacitar o pessoal de atendimento inicial para que todos falem a mesma língua, gerando, assim, menor consequência de um acidente que resulte em queimaduras e, consequentemente, as sequelas possíveis.

Em relação à prevenção terciária, ou seja, corrigir sequelas, o Núcleo de Proteção aos Queimados tem os programas de reabilitação. Um deles é o Projeto Esperança, que consiste em cirurgias plásticas reconstrutoras. Seiscentas e noventa e oito cirurgias já foram realizadas e nós ainda temos 1.200 pacientes cadastrados à espera de cirurgias. São cirurgias extremamente essenciais às pessoas portadoras das sequelas, com alta capacidade de recuperação funcional, e o Núcleo tem um convênio com cirurgiões plásticos que não cobram honorários médicos para a realização dessas cirurgias. Então, elas são doadas aos pacientes, os cirurgiões não recebem honorários. Nós temos 1.200 pacientes. Então, existem sempre vários esperando. É um apelo para que a sociedade adote um.

Também em relação à readaptação do paciente, nós temos o Projeto de Assistência ao Sobrevivente de Queimaduras, que é um grupo de terapia com apoio psiquiátrico e psicológico, onde existem 24 reuniões anuais com mais ou menos 60 participantes/mês. Nesse grupo, tanto individual como em grupo, o paciente pode, então, tentar diminuir e aceitar melhor o acidente que pode provavelmente ter transformado a vida dele.

Ainda no sentido de reinserir o indivíduo de forma menos estigmatizante, temos o Projeto TEZ, que é a maquiagem corretiva, numa parceria com o Senac, onde professoras de maquiagem profissional ensinam as pessoas com sequelas expostas, ou mesmo não expostas, para que elas possam se maquiar e dessa forma se inserirem socialmente sem o estigma das cicatrizes aparentes e das perguntas constrangedoras do que foi aquilo.

Campanhas nacionais de prevenção jamais foram instituídas. Então, eu agradeço, Senador, essa iniciativa para que a gente possa chamar a atenção para esse tema e, com certeza, tentar sensibilizar a Nação para que essas iniciativas que mostramos aqui, de forma regional, possam ser estabelecidas de forma nacional para tentarmos diminuir a incidência desses números enormes da Sociedade Brasileira de Queimaduras, mostrados pelo Senhor, que são ratificados pela nossa experiência regional.

O dia 6 de junho é o Dia Nacional dos Queimados. E parte daí a ideia de uma campanha, realizada esta semana, no sentido de que as pessoas poderiam prestar mais atenção ao tema. Todos os projetos do núcleo precisam, com certeza, de suporte financeiro para a continuidade e manutenção. Chamo aqui a atenção para que quem quiser ser nosso parceiro, adotando um projeto ou mesmo fazendo doações mensais à nossa instituição, eu agradeço.

Muito obrigada pela oportunidade de trazer aqui este problema. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Thereza Piccolo, representante do Núcleo de Proteção aos Queimados.

Passamos a palavra agora, já que ele pediu para falar em segundo lugar por ter um compromisso logo em seguida, ao Dr. José Eduardo Fogolin Passos, que é Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, representando aqui o Ministro da Saúde. (Palmas.)

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS

– Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a presença de todos os colegas, em nome do Senador Paulo Paim, pela importância desta discussão. Fiquei muito contente com a apresentação feita agora pela colega. Antes de fazer a apresentação, gostaria de esclarecer que estamos num processo, em 2012, num trabalho intenso em relação à linha de cuidado ao trauma. A queimadura tem uma importância fundamental dentro desse contexto. Nós sabemos que a queimadura é um agravo significativo no tocante à saúde pública.

Em relação à epidemiologia desse processo, a maior parte das queimaduras, os incidentes, ocorrem em ambiente doméstico, e esse agravo em ambiente doméstico, quase mais da metade, acomete fundamentalmente as crianças.

Então, o processo de prevenção que o Ministério da Saúde vem desenvolvendo é justamente para que a gente possa atingir diversos setores da comunidade, fundamentalmente nas diversas faixas etárias, mas o importante de todo esse processo, além do tratamento em queimaduras, que tem todo um processo no Ministério da Saúde, é o cuidado, no sentido mais amplo e integral desses pacientes, que engloba a prevenção.

Eu só queria mencionar, antes de iniciar a apresentação, uma fala do nosso Ministro no sentido de que, antes de mais nada, o nosso País é o único com mais de 100 milhões de habitantes que assumiu o desafio de ter um sistema universal público e gratuito.

Temos, aqui, o apontamento da dimensão do Sistema Único de Saúde. São números que sempre estamos apresentando e que são de conhecimento de todos, mas, fundamentalmente, o que a gente quer trazer aqui é essa rede, porque a queimadura está dentro do contexto do trauma, que engloba o contexto da Rede de Atenção às Urgências. E o Ministério da Saúde, desde 2011, vem trabalhando no contexto das redes temáticas e saindo da lógica de um financiamento puro e específico de tabela, porque isso não garante cuidado algum ao paciente. Esse contexto da rede perpassa diversos equipamentos de saúde e vai desde a promoção, que é o foco da nossa discussão, até o componente hospitalar, a atenção domiciliar, e

a atenção básica como fator fundamental de cuidado e organização desse próprio sistema.

Especificamente, quero dizer que, na nossa Rede de Atenção às Urgências, na Rede de Urgência e Emergência, nós temos três Linhas de Cuidados, que foram, desde o final de 2011 até agora, publicizadas. São elas: o enfarto agudo do miocárdio, o AVC e o trauma.

Com relação ao trauma, temos alguns objetivos pontuais, que, além da redução da mortalidade vinculada ao trauma – incluída aí a questão dos queimados –, são a vigilância, prevenção e promoção da saúde, e qualificação da rede no contexto da atenção aos pacientes.

Essa diminuição do cuidado abrange diversos fatores e, além da instituição do Centro de Queimados, há a instituição de Centros de Trauma, porque, muitas vezes, a porta de urgência desse paciente vítima de queimaduras não é o Centro de Queimados, até porque há dificuldade desse acesso a ele. Temos que, cada vez mais, fortalecer os pontos de atenção dentro dessa rede, seja na unidade básica de saúde, seja no componente Samu 192, seja no componente das unidades para o atendimento e as portas de urgência. Até então, nós não tínhamos os Centros de Trauma instituídos como componentes de habilitação. A partir de agora, com a Linha de Cuidado, especificamente, a gente vem sistematizando.

No tocante a queimaduras, o Ministério tem, já publicizado, duas portarias que incluem o tratamento de queimaduras e cria a Rede Nacional de Assistência ao Queimado.

Em relação aos Centros de Referência e Assistência, nós temos um total, distribuído de uma maneira não igualitária no País, de 45 Centros de Trauma, que têm essa distribuição irregular – e, muito embora não tenhamos centros específicos de atendimento aos queimados nas regiões, temos que fortalecer o cuidado inicial. O fortalecimento do cuidado inicial, dentro do contexto dessa Linha de Cuidado, é também fundamentalmente no seu contexto de prevenção.

O que a gente pode mostrar, aqui, é a divisão do número dos centros de tratamento de queimados e leitos pelo País. Com a implantação da Linha de Cuidado, temos que fortalecer a distribuição um pouco mais igualitária, mas eu queria mostrar que o total de AIHs, em relação ao número de pacientes queimados, durante o período de 2002-2010, foi de mais de 70 mil, com um financiamento de R\$185 milhões e uma média nacional de 2,6 mil por valor de AIH.

Em relação ao número de óbitos em UTI, é importante frisar que nós tivemos um número de atendimento em UTIs que cresceu de 547 pacientes para 1425 pacientes, ou seja, um percentual de óbito que

reduziu de 26% para 19%, mostrando uma melhoria na qualidade de atenção desses pacientes dentro dessa rede; e de enfermaria também, um atendimento de 5,3 mil pacientes para 8,5 mil, e uma redução de óbito de 5% para 3%.

Essa modificação numérica que a gente apresenta é a evolução no contexto do cuidado desses pacientes dentro do Sistema Único de Saúde. E é interessante observar que nós tivemos, nas enfermarias, uma redução de 91% para 86% e um aumento de UTI de 9% para 14%. O que significa que hoje os pacientes mais graves, em relação ao tratamento de queimados, estão chegando à rede de cuidado.

A duração média dos tratamentos em enfermarias está ficando em termos de 10 dias, e em relação às UTIs, de 15 dias. Um ponto importante que queremos mostrar aqui é que, além desse contexto do atendimento inicial, o paciente vítima de queimaduras fica com lesões e com sequelas que, dentro do contexto de atenção, nós temos cada vez mais de melhorar esse acesso, principalmente no contexto de novos desafios da qualidade de vida.

A questão da queimadura carrega no seu processo uma enormidade de cuidados que devem ser feitos sequencialmente em relação a cicatrizes formantes que impedem as funções, fundamentalmente as cicatrizes emocionais e, muitas vezes, a reinserção social. E no final de 2011, nós incluímos no cuidado a esses pacientes a matriz de regeneração dérmica, que foi um ponto importante e fundamental no tratamento dos pacientes com sequelas, vítimas de queimaduras.

A linha de cuidado hoje, então publicizada, traz um aporte e um incremento no cuidado de diversos procedimentos em queimaduras. Dada a importância do cuidado em queimadura, a linha de cuidado focou e, dentro dessa linha de cuidado que foi construída durante o ano de 2012, e agora está sendo publicada, foi para consulta pública, ficou em consulta pública, foi com a participação da Sociedade Brasileira de Queimaduras. E a Sociedade elencou as necessidades em relação ao cuidado e às dificuldades que tinha em alguns procedimentos, pois esse é o fator fundamental. Então, todos os procedimentos, incluindo as necessidades em queimaduras, foram elencados e foram priorizados.

Em contrapartida, nós também fizemos, junto com o Conselho Federal de Medicina, com a Câmara Técnica de Queimados, uma cartilha estruturando o cuidado dos queimados, não para especialistas, mas para todos os pontos de atenção e portas de atenção da rede do Sistema Único de Saúde.

Essa cartilha foi construída em conjunto com o Conselho Federal de Medicina e ela traz no seu bojo toda a necessidade de como identificar, classificar e

fazer o cuidado inicial, porque nós tínhamos no País diversas orientações, mas nunca se sistematizou uma cartilha da Rede no Sistema Único de Saúde para cuidados em queimaduras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E a cartilha?

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS

– A cartilha eu pedi para a minha técnica trazer. Nós já vamos trazer; ela está chegando. Eu vou distribuir aqui a cartilha. Ela já está sendo distribuída para todos os pontos de atenção do Sistema Único de Saúde e fundamentalmente para a unidade básica de saúde, para pronto-atendimento, para pronto-socorro, para unidade de pronto-atendimento, porque são nesses pontos fundamentais que temos de matricular e difundir o cuidado da informação, porque muitas vezes ainda, infelizmente, como profissional da área médica – e já trabalhei na ponta – nós sabemos a dificuldade.

Muitas vezes, em uma ambulância do Samu, qual o primeiro cuidado que se faz? Como eu classifico, quando eu encaminho esse paciente para um centro de referência? E foi a primeira vez em que o Ministério da Saúde com a sociedade de especialidade e com o Conselho sistematizaram o cuidado e esse cuidado foi publicizado e está sendo distribuído para toda a rede pública de saúde.

Esse cuidado integral...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS

–...vai além do processo do cuidar especificamente da assistência. Fizemos já agora uma reunião com a Sociedade Brasileira de Queimaduras e queremos mudar o perfil do atendimento, principalmente no centro de queimados. Do matriciamento a sociedade está participando junto com o Ministério da Saúde e nós faremos o matriciamento da capacitação, porque nós temos uma campanha que vai em direção à sociedade, mas uma campanha que vai em direção ao profissional.

E essa sensibilização dos queimados, temos de inculir nos profissionais de saúde a responsabilização do cuidado, não apenas do ato de tratar, no primeiro momento do pré-atendimento, mas a indicação e o acompanhamento e, muitas vezes, em regiões de difícil acesso, esses profissionais cada vez mais têm de ser capacitados.

Nova proposta do Ministério da Saúde dentro da linha de cuidado é: hospitais que querem habilitação em centros de trauma devem apresentar projetos regionais de prevenção. E um dos pontos fundamentais dos projetos de prevenção é o cuidado a queimaduras e prevenção a queimaduras.

Então, o projeto é uma parceria junto com Secretaria de Vigilância e Saúde. Não é somente da Sasi. Então, o Ministério, dentro da publicização da linha de cuidado é: se o gestor quer habilitar um centro de trauma, se o gestor quer habilitar um centro de queimados, deve ter um projeto de prevenção, para que a gente possa, não apenas tratar a consequência, mas prevenir que essa consequência aconteça. Então, faz parte do escopo da linha de cuidado o componente da prevenção. E dentro desse componente da prevenção há uma linha que vai em direção ao paciente e à sociedade e uma linha que vai em direção aos profissionais.

Nós temos experiências exitosas no site do cuidado ao diabetes. São justamente vídeos em que o próprio paciente coloca sua história de vida e a comunica. Com essa comunicação nesse site do autocuidado e manifestação individual, a gente tem essa abertura que a gente também traz para a linha de cuidado do trauma. E o queimado vai ter também o mesmo perfil.

Por outro lado são as cartilhas de divulgação. Não apenas as cartilhas, mas a sensibilização. E uma parceria muito importante que nós tivemos é com o Conselho Federal de Medicina e Sociedade de Especialidade, porque a sensibilização do cuidado não se dá apenas em ato normativo. Se o profissional da ponta não se sensibilizar, se o cuidado, no contexto universal, não se sensibilizar, a gente não vai atingir plenamente a questão da prevenção. Então, a prevenção, dentro da linha de cuidado, é um ponto, é um eixo estruturante, e não apenas uma solicitação. Ela faz parte da habilitação de todo um processo, porque a rede necessita de um componente de prevenção e, como eu mostrei, é um eixo estruturante. E a gente vai ao encontro desse processo de diversas formas no mecanismo de comunicação.

Eu acabo de chegar e gostaria de distribuir algumas cartilhas. Com essas cartilhas de queimados nós tivemos o retorno dos especialistas, e isso foi de muita importância para que a gente pudesse construir... De todas as formas, esse é o contexto inicial em que a gente traz o componente.

Então, o que foi feito durante o ano de 2012 em relação às queimaduras? Primeiramente, a instituição de uma rede de urgência e emergência para o cuidado a esses pacientes. Nessa rede, nós priorizamos a linha de cuidado do trauma e, dentro dessa linha, especificamente, o cuidado ao paciente vítima de queimaduras.

Nos centros de trauma, os profissionais da ponta têm um processo de capacitação específico para queimaduras, orientando, na sua necessidade, o encaminhamento para centros de queimados.

A incorporação tecnológica da matriz de regeneração dérmica é um componente fundamental para

o tratamento de sequelas, e hoje o Sistema Único de Saúde oferta essa matriz de regeneração dérmica.

Valoração específica de procedimentos de queimados dentro da linha de cuidado do trauma. Nós elencamos os procedimentos prioritários, junto com a Sociedade Brasileira de Queimaduras, e os valoramos, no intuito de que é importante que a gente tenha na ponta também essa repercussão.

A cartilha de queimados está sendo difundida para toda a rede do Sistema Único de Saúde. E fundamentalmente os programas de prevenção, que são pontos fundamentais e estruturantes dessa rede.

Então, essas são as ações. Temos muito o que evoluir, mas essas são as ações fundamentais que o Ministério da Saúde, em parceria com a sociedade de especialidade e em parceria com a sociedade geral, vem desenvolvendo, para qualificar, ampliar o acesso para os pacientes vítimas de queimaduras. E, antes de mais nada, que a gente possa, sim, desenvolver, durante o ano, as campanhas de prevenção, as campanhas de acesso, e atingir populações distintas, para que a gente possa ter uma repercussão positiva do cuidado.

Esta era a apresentação inicial. Eu gostaria de discutir com todos vocês, para que a gente possa ampliar a qualidade do acesso e do cuidado. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. José Eduardo Fogolin Passos, que mostrou o trabalho que o Ministério vem fazendo nessa área e em outras. Falou inclusive da diabete, que também é uma preocupação geral.

Eu até fui à minha cardiologista e ela disse o seguinte: ou você emagrece, ou vai fazer aquela operação, que eu sei que você não quer fazer. E eu não a recomendo para ninguém, porque eu tive um filho que fez e o resultado não foi muito bom.

Mas me deu um susto tão grande a história do diabete, quando me disse o que passa o diabético, que eu emagreci 12 quilos em um mês. Foi o susto. É uma hora de exercício de manhã, uma hora à tarde, e comendo só alface, como diz o outro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nem me fale. É uma dieta assim...

Por isso, meus cumprimentos pela apresentação. E, naturalmente, quando falou de diabete, eu me lembrei aqui.

Mas, só para lembrar, o Dr. José Eduardo Fogolin Passos é Coordenador Geral de Média e Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde. Ele é representante do Ministério da Saúde e aqui falou em nome do Ministro

Padilha, meu amigo, gente finíssima. Eu quero muito bem a ele. Então, meus cumprimentos pela exposição.

Agora, vamos passar a palavra ao Dr. Nelson Piccolo, Secretário-Geral da Confederação Internacional de Cirurgia Plástica.

O SR. NELSON PICCOLO – Muito obrigado, Senador, pela presença. Eu gostaria de cumprimentar os outros membros da Mesa, em seu nome, e os colegas presentes.

Notei ali a presença da Dona Maria Cristina Serra, da enfermeira Lídia, do Paulinho, pessoas lutadoras de muitos anos nessa história da queimadura. Eu gostaria também de cumprimentar o colega do Ministério da Saúde, porque para nós é uma visão muito boa, como brasileiro, como membro dessa família que luta com essa problemática há mais de 40 anos, ver essa parceria do Ministério da Saúde com a Sociedade Brasileira de Queimaduras.

Apesar de ser um negócio presente hoje, Senador, eu gostaria de informá-lo que foi uma luta árdua de todos nós. Eu fundei a Sociedade Brasileira de Queimaduras, em 1995, junto com outros colegas. Fui seguido por Edmar Maciel, Marcelo Borges, Flávio Novaes, Dilmar Leonardi e, hoje, Maria Cristina Serra. Estou muito satisfeito de ver que essa luta realmente trouxe esses frutos e que nós podemos, cada vez mais, oferecer um tratamento melhor aos nossos pacientes.

Como informação, eu gostaria de falar também que, de todos aqueles centros de referência, dois não pertencem ao sistema público de saúde, têm convênio com o sistema público de saúde, mas são instituições particulares – uma em Goiânia e outra em Anápolis. E nós temos muito orgulho do que fazemos e da parceria que temos também com o SUS, apesar de todas as dificuldades, que, como eu disse, vocês estão tentando sanar.

Hoje eu falo em nome da Confederação Mundial da Sociedade de Cirurgia Plástica, da qual tenho a honra e o privilégio de ser o Secretário-Geral, serei o próximo Presidente. Trago a saudação de 38 mil cirurgiões plásticos de 103 países, que são pessoas que, como nós, têm também a preocupação constante com o tratamento e a prevenção das queimaduras. A prevenção primária, obviamente, é a de maior interesse de todos nós.

Parabenizo esta Comissão, mais uma vez, por esta reunião. Acho que o direito humano fundamental é a saúde, seguido imediatamente pela segurança. E parte da saúde é o bem-estar geral da pessoa como um todo. Hoje nós teremos aqui o exemplo vivo da Dr^a Cristina Lopes, que vai nos falar sobre o que é qualidade de vida em sobrevivência a queimaduras. E vocês, então, verão que é muito mais complexo do que nós

possamos imaginar, mesmo nós, médicos, colegas que não temos tanto contato com a queimadura.

Eu gostaria de deixar registrado, Senador, que essa cartilha foi iniciativa do Dr. Antônio Pinheiro, hoje falecido, que foi meu chefe na Comissão da Câmara Técnica de Queimaduras do Conselho Federal de Medicina, à qual eu tenho ainda o privilégio de pertencer, hoje o Dr. Vital e o Dr. Flávio Novaes a coordenam. E isso representa um passo gigantesco nos cuidados à queimadura no Brasil.

Falando sobre isso, num ponto de vista mundial, essa iniciativa ocorre com frequência em outros países. Para o senhor ter uma ideia, para nós todos termos uma ideia, falando em incidência, nós tínhamos, em Goiânia, por exemplo, na época em que nós éramos o único serviço – hoje existe o ambulatório municipal –, a incidência de 1 para 167 pessoas. Na Argentina é de 1 para 200; no Quênia é de 1 para 80, na África do Sul é de 1 para 160, na Noruega é de 1 para 36 mil; e, na Bulgária, na Romênia, onde eu estive no mês passado, é de 1 para 3 mil. Então, não tem a ver só com poder econômico, como também com educação da população. Então, eu gostaria de pedir ao Sr. Senador, que coordena esta Comissão, que possa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ilustrar, qual é o maior e o menor?

O SR. NELSON PICCOLO – A Noruega tem a menor incidência. Dos países da África, o que tem a maior incidência é o Quênia. Uma em oitenta pessoas vai se queimar. Obviamente, nem todas as queimaduras são enormes. A grande maioria é de menos de 10%.

Como exemplo da iniciativa do Ministério da Saúde, eu acho que esta Casa, com o poder que vocês têm de legislar e de orientar, pode tomar a iniciativa de fazer realmente uma cartilha de prevenção nacional. Eu acho que isso diminuiria enormemente a incidência. A educação da possível vítima, eu acho, é a única medida que eventualmente diminuirá a incidência de queimaduras em nosso País, como aconteceu, por exemplo, com o caso óbvio da Suécia, onde os centros de queimadura...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tenho essa cartilha aqui do Ministério da Saúde, que foi elogiada por todos. O que nós poderíamos aqui é reproduzir a cartilha. É isso?

O SR. NELSON PICCOLO – Eu digo que o senhor deveria sugerir, Senador, com o poder que esse povo brasileiro lhe forneceu e esta Casa lhe deu presidindo esta Comissão, a quem quer que fosse o responsável, dentro do próprio Ministério, talvez até a própria Secretaria de Assistência à Saúde, que fosse feita uma cartilha de educação da possível vítima, não do colega que vai ver o paciente, para a população em geral.

Esta cartilha beneficia os nossos milhares de médicos não especialistas e obviamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma cartilha de prevenção à população?

O SR. NELSON PICCOLO – Sim, senhor. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendi. Fica a sugestão. Pode falar, pode falar, porque ajuda a audiência.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – É fundamental que, nos próximos passos, justamente possamos congregar e fazer, dentro de um grupo técnico, com quem já está tendo experiências com processo de prevenção, de orientação. E podemos dirimir, dentro do Ministério da Saúde, a condução de uma...

O SR. NELSON PICCOLO – Acho que o grupo correto seria o Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Surgiu uma proposta concreta, em parceria assumida pelo representante do Ministro.

A SRA THEREZA PICCOLO – O Núcleo de Proteção aos Queimados tem distribuído essa cartilha há 25 anos, baseada em acidentes que acontecem dentro de nossa casuística, e estaria absolutamente disponível para partilharmos essa experiência para atingirmos mais e mais pessoas.

O SR. NELSON PICCOLO – Também a Sociedade Brasileira de Queimaduras, hoje representada por muitas pessoas aqui, pode corroborar. Como exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me dar um aparte a mais para o representante do Ministro, pois é importante a sugestão.

O SR. NELSON PICCOLO – O representante do Ministro é superimportante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito mais que o Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Como encaminhamento concreto, Senador, se assim me permite, sem sombra de dúvidas, como a Sociedade Brasileira de Queimados já tem um grupo que estamos desenvolvendo e, logo no começo de janeiro, teremos uma reunião, podemos destacar, dentro desse grupo, e chamar o núcleo que tem uma experiência, a Secretaria de Vigilância à Saúde, atenção básica, e pensarmos na proposta de uma cartilha. Além da cartilha, que é um processo físico que chega, tem a questão do auto cuidado do site, como tivemos experiência exitosa com o diabetes. Deixo o encaminhamento, meu endereço eletrônico, para que possamos fazer o contato. De um grupo específico, para prevenção, fazer uma divulgação em massa de um processo de divulgação em massa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. José Eduardo. Deixe-me fazer

um comentário rápido e importante. Às vezes, ao longo de uma audiência pública, o pessoal transfere tudo para mim, e eu não tenho esse poder. A sua sugestão é encaminhar à Mesa e, de imediato, o Ministério assumir a responsabilidade, em parceria com os senhores, de fazer o trabalho de divulgação dessa cartilha. Meus cumprimentos.

O SR. NELSON PICCOLO – Para o senhor ver o seu poder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Poder de vocês.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Essa necessidade, assim como foi muito bem lembrado, surgiu assim: temos que qualificar o cuidado da ponta. Lançamos a cartilha. Mas não pára por aqui. O próximo passo é a prevenção e a monitorização do processo de redução do incidente.

O SR. NELSON PICCOLO – Temos uma realidade no Brasil que não é muito diferente de alguns países, principalmente da América Latina, mas também da Europa Oriental, onde talvez, até no caso dos europeus, por um regime político, dificultou a educação e o acesso a um apoio melhor no tratamento dos queimados. Por exemplo, para se ter uma ideia, na evolução do médico, da prevenção secundária e terciária, que é especificamente do grupo que represento, teve-se, como países que evoluíram grandemente nessa área, a República Tcheca e a Argentina, que criaram o especialista em queimaduras, inclusive é uma lei. O Brasil, atualmente, o Conselho Federal de Medicina e a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, por força das Normas nº 1.273 e 1.274, que foi esforço grande de um conjunto de pessoas, inicialmente criado pelo Ministro Alcenir Guerra no Governo do Presidente Collor. Eventualmente, com grande ajuda da USP, do Paulinho, que está ali, o Paulo César, participou disso de uma maneira muito forte.

Foi criada essa norma que, do ponto de vista do tratamento de queimados, tem uma força quase de lei. No Brasil, o chefe dos serviços de queimadura é um cirurgião plástico. Mas só para exemplificar, nos Estados Unidos, por exemplo, geralmente é um cirurgião geral; na Europa, é um anestesista ou um intensivista; na África, quem tem vontade de fazer; no Oriente Médio, geralmente o chefe do hospital, seja ele cirurgião geral ou intensivista, que é o diretor. Então, no Brasil, por iniciativa do Conselho Federal de Medicina, ainda com o Dr. Antônio Pinheiro em vida, iniciamos uma negociação com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, para criar a certificação na área de atuação em queimaduras, que foi sugerida pelo Dr. Ricardo Batista do Espírito Santo, ainda no ano de 2002.

Essa área de atuação em queimaduras seria, então, em nosso País, ofereceria um quarto ano de treinamento ao residente de cirurgia plástica, quando então aquele residente que optasse por esse quarto ano e fosse aceito nessa programação, ao final do quarto ano de treinamento, seria certificado na área de atuação de queimaduras.

Por favor, compreendam que qualquer cirurgião plástico habilitado e reconhecido como tal pelo título de especialista e pelas provas perante o Ministério da Educação e da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica está habilitado a tratar pacientes queimados. Mas a área de atuação dentro da cirurgia plástica, especificamente, daria uma maior capacitação e exclusividade a esse cirurgião plástico. É importante na nossa problemática, porque nós percebemos que, em um país com o tamanho do nosso, com esta vastidão territorial, temos somente 45 serviços, a maior parte do lado leste do País. O lado norte e o lado noroeste são desprovidos desse tipo de serviço, e precisamos capacitar o maior número possível de profissionais, pois o profissional médico, estando capacitado, vai agregar uma equipe multidisciplinar que vai automaticamente se capacitar. Porque ninguém trata paciente queimado sozinho, é uma equipe multidisciplinar, e aí está inclusive a dificuldade de ela fazer parte da Associação Médica Brasileira, porque esta, do seu ponto de vista, só credencia sociedades de especialidade única. E o caso específico da queimadura é que é uma sociedade multidisciplinar, é fundamental que pessoas de inúmeras profissões e especialidades tratem o paciente queimado.

Então, para não estender muito a minha fala – nós nos animamos muito porque é a nossa história –, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer. Eu acho que essa proposta que surgiu aqui vai beneficiar enormemente o paciente brasileiro, e será inclusive seguida por outros países. A nossa presença na Confederação Mundial de Sociedades de Cirurgia Plástica ainda vai durar dois mais quatro anos, e a minha bandeira realmente é a queimadura. E temos feito cirurgias humanitárias em todo o mundo.

Recentemente, como eu disse, voltei do Quênia, de uma missão humanitária de cirurgias. Essa realidade, infelizmente, é mundial. É um problema muito, muito grande. Quanto mais ignorantes nós somos em relação ao risco, mais temos a possibilidade de ter acidentes.

Neste País, Senador, acredite o senhor, pisme o senhor, nós conseguimos uma norma que suspendeu temporariamente a produção do álcool líquido e sua venda nos supermercados. O conglomerado de fabricantes não viu o risco que o etanol causava aos pacientes e conseguiu uma liminar que retirou aquela

norma e a Anvisa foi forçada a “desproibir” a venda do álcool líquido. Mas o conglomerado produtor de álcool não sabe dos riscos, porque são pessoas de uma classe econômica alta e o risco de queimaduras nas pessoas mais orientadas, mais educadas, é menor. Existe, mas é menor. E nossas crianças se queimam com álcool.

Para o senhor ter uma ideia, no nosso serviço, em Goiânia, 70% das mortes em crianças são causadas por queimaduras por etanol, que é vendido por R\$2,00, R\$3,00 no supermercado. Hoje, por exemplo, quinta-feira, há centenas de pais indo ao supermercado comprar carne e etanol para o churrasco que ele vai fazer no fim de semana, com toda a família reunida. Deus me perdoe, mas se ele se distrair e o álcool se incendiar, numa segunda tentativa de jogar o álcool, ele, como adulto, vai jogar a garrafa de álcool longe e ela vai explodir nas crianças que estão admirando o titio, o vovô ou o papai a fazer o churrasco porque a família está toda reunida para o Natal.

Então, a responsabilidade desta Comissão se torna, na minha opinião – o senhor me desculpe por sugerir isto –, amplamente maior, porque agora o senhor tem conhecimento desse grupo de especialistas do qual eu tenho a honra e o privilégio de fazer parte, pois o etanol ainda é uma realidade assustadora em nosso País. E eu acho que esta Casa tem força para fazer com que o etanol não seja vendido, que pessoas que não têm orientação de como usá-lo com segurança não tenham acesso a ele.

Agradeço mais uma vez. Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Dr. Nelson Piccolo, Secretário-Geral da Confederação Internacional de Cirurgia Plástica.

Olha, eu achava que o álcool líquido não era vendido mais.

O SR. NELSON PICCOLO – Foi “desproibido”. Inclusive a nossa Sociedade Brasileira de Queimaduras, hoje representada pela Cristina Serra, tem absolutamente a estatística na ponta da língua do que aconteceu nos 6 meses em que ele foi proibido, nos 3 meses até as pessoas voltarem a comprar, e o desastre, o horror que voltou a ser a partir do momento em que foi “desproibido”, digamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou pegar sua segunda sugestão e já vou encaminhar para a Secretaria da Comissão, para que, fruto desta audiência pública, apresentemos um projeto de lei proibindo definitivamente... (Palmas.) ...o uso do álcool, baseado nessas estatísticas, que vão subsidiar o projeto que apresentaremos.

O SR. NELSON PICCOLO – E a Dr^a Cristina Serra está ali para nos falar daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela nos ajudará, no momento adequado, na formulação da legislação, com uma contribuição ao nosso País. Meus cumprimentos.

Passo a palavra, neste momento, ao Capitão Nathan Milward, representante do Corpo de Bombeiros do DF.

O SR. NATHAN ALMEIDA MILWARD DE AZEVEDO – Bom dia a todos. Tenho a honra de representar o meu comandante, o Sr. Coronel Gilberto Lopes da Silva, e falar um pouco sobre a prevenção de queimaduras e, basicamente, a atuação do Corpo de Bombeiros, que se divide em diversos setores da corporação.

Vou destacar a atuação de três setores especificamente. Gostaria de começar, dando um exemplo claro do que já foi falado até agora e daquilo que temos vivido também.

É importante a criança saber que não deve mexer no fogão quando a mãe está cozinhando, por exemplo, mas é importante a mãe também saber que não deve deixar uma panela com cabo longo para fora do fogão.

Então, como já foi dito pelos vários especialistas e colegas aqui desta Mesa, é importante, no sentido da educação e da prevenção das crianças e dos adultos, ou seja, uma campanha de conscientização geral. Há vários exemplos de acidentes domésticos, que realmente é a nossa vivência em termos de queimadura, como é o caso do acidente doméstico mesmo. Assim, é importante que haja uma conscientização.

E as oportunidades que os bombeiros têm de atuar nessa prevenção são raras. Nós aproveitamos todas as oportunidades que a mídia nos dá. Eu mesmo tive a oportunidade de participar, uma vez, de três ou quatro blocos de um programa televisivo, uma reportagem, chamada “Balanço Geral”. Falei e mostrei exemplos práticos. Acho que aquela inserção, a mídia que realmente atinge muitos lares, onde temos a oportunidade de especificar basicamente vários cuidados que a população deveria ter.

Só que essa foi apenas uma inserção que eu vivi. É claro que a corporação tem várias outras oportunidades de inserção na mídia, mas, como a Dr^a Thereza Piccolo comentou, não existiu ainda na história do Brasil uma campanha nacional instituída.

Então, a prevenção a queimaduras ainda não está instituída no Brasil. Acho que essa é uma iniciativa que poderia sair desta audiência.

Bem, então, voltando à atuação do Corpo de Bombeiros, basicamente as três atuações que vamos citar aqui são: a atuação em primeiros socorros, em emergência médica, que, graças a Deus, o agrupamento ao qual pertencço, que faço parte já há quase seis anos, e atuamos em todo o DF, mesmo antes do

advento do Samu, o Corpo de Bombeiros de Brasília, que realmente atendia toda a questão de emergência. E temos, hoje em dia, uma casuística, uma estatística, de 4.000 ocorrências por mês. Cerca de 5% destas são vítimas de queimaduras. Então, o Corpo de Bombeiros atende cerca de 200 pacientes por mês. Claro que isso tem uma variação ao longo do ano.

Então, essa primeira atuação é a de emergência. Nós temos uma tropa de socorristas capacitados em primeiros socorros. É claro que é uma atuação inicial, emergencial, e vamos transportar até um profissional médico aquele paciente com todos os cuidados necessários.

Existe uma linha também de cuidados, outro setor da corporação, que é a área técnica, um departamento de segurança contra incêndio. E esse departamento é basicamente composto por vários engenheiros e especifica todas as instalações prediais e todos os cuidados em relação à prevenção de incêndios – não necessariamente de queimaduras, mas de incêndios de um modo geral.

Por exemplo, o uso o correto do extintor de incêndio. Se uma pessoa está sofrendo uma queimadura, não podemos direcionar o extintor para aquela pessoa. Infelizmente, as pessoas não sabem disso, e, de repente, as lesões podem até se agravar.

Então, essa área técnica é responsável por normatizar as instalações prediais, o uso de extintores, a colocação correta, a sinalização contra incêndio, a sinalização de pânico. Então, observamos sinais luminosos de saída, iluminação de emergência, tudo isso a área técnica, que não necessariamente está ligada a queimaduras, mas eventualmente pode estar também nesse sentido pode estar também nesse sentido da prevenção.

Outro setor da corporação que também atua bastante é o de projetos sociais. Então, a corporação tem uma assessoria de projetos sociais. Existem vários programas também.

Destaco, por exemplo, o Programa Bombeiro Mirim. Então, em várias comunidades carentes e em alguns quartéis da corporação, alguns militares são retirados da atividade operacional e são destinados a ter esse cuidado, por algumas horas, com as crianças. Então, para essas crianças, principalmente de localidades carentes, são repassados muitos conhecimentos, dentre eles também, toda a questão de acidentes domésticos, inclusive de queimaduras, e toda a questão de cuidados e cidadania também. Aquela criança, inclusive, pode orientar a mãe e o que deve e o que não deve fazer como primeiros socorros, em caso de queimadura. Então, observamos muito paciente ainda colocando pasta de dente. Chegamos a uma ocorrên-

cia, já tem pasta de dente, maionese, manteiga, clara de ovo, enfim, uma série de produtos que podem até estar contaminando aquela lesão e piorando eventualmente a evolução dessa queimadura.

Então, temos essa orientação também para o projeto Bombeiro Mirim. Como falei, é uma iniciativa muito importante, muito boa, mas fica ainda aquém, porque muito provavelmente os pais, também com baixa renda e baixo nível de instrução, não são atingidos de maneira completa assim.

Assim, basicamente finalizando a minha fala, fica essa enorme importância da sugestão que a Dr^a Thereza comentou de realmente institucionalizar uma campanha nacional, no sentido da prevenção de instruir os pais e ter iniciativa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Capitão Nathan Milward, representante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que fala da Campanha de Prevenção.

Passamos a palavra agora ao Dr. Gilberto de Aguiar, Chefe da Coordenação de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), representando aqui a Sociedade Brasileira de Queimaduras do Distrito Federal.

O SR. GILBERTO DE AGUIAR – Gostaria de dar um bom dia a todos, à Mesa presente, na pessoa do Senador Paim, a todos aqui, e agradecer ao convite de estar aqui hoje. Peço desculpas inicialmente, porque, na realidade, estou substituindo uma chefia. O meu chefe atual está de licença, e respondo sempre pela chefia quando ele sai. Inclusive, gostaria de ter trazido um material de multimídia, que não encontrei em nosso serviço, porque houve uma alteração no sistema, e o tempo hábil para fazer a confecção de outro serviço de multimídia foi muito pequeno para mim, porque, ontem, recebi o convite.

Mas podemos trazer o nosso serviço aqui, da Unidade de Queimados do Distrito Federal. Pelo que eu saiba é a única referência pública do Centro-Oeste de encaminhamentos para tratamento de queimados de alta complexidade. Lá, não temos como encaminhar. Temos de assumir esses pacientes e dar continuidade a eles. Esses pacientes chegam, e, de alguma forma, temos de absorvê-los, e proceder ao tratamento e a toda essa parte também de reabilitação, contando com todas as nossas dificuldades e limitações que vivemos no momento.

Bem, o nosso serviço de internação conta com uma unidade de internação de 16 leitos, um serviço de atendimento de urgência 24 horas. Todos os pacientes que chegam do Distrito Federal e entorno têm um médico sempre para poder fazer e dar o primeiro atendimento e diagnóstico da queimadura e do tipo de

lesão, assim como proceder ao tipo de tratamento que esse paciente vai receber.

A média que temos de atendimento registrado no serviço é de 3 mil casos de atendimento de queimaduras, sendo que mais ou menos 10% desses casos são internados na nossa unidade.

Bem, não temos especificamente uma equipe de prevenção de tratamento de queimaduras para divulgação e trabalho com isso. Porém, aqui e no Distrito Federal, há uma preocupação muito grande da imprensa, principalmente nessa época de final de ano e de festas juninas, com fogos de artifícios, não sendo esse o nosso maior período de incidência de queimadura, porque, pelo que o Dr. Nelson falou, o maior número de queimaduras realmente é por chamas por álcool. Também estamos dentro dessa média, que é o maior número que causa internação hoje, no nosso serviço, seguido de líquidos aquecidos, por escaldadoras. É o segundo maior número de internações no nosso serviço para tratamento.

Bem, em relação a essas duas situações aí dos principais tipos de atendimento, de todos esses casos, a nossa preocupação, hoje, principalmente, é as com crianças, que são as maiores vítimas de líquidos aquecidos, por escaldadura. Eles comprometem mais ou menos 10% das nossas internações. A nossa média de internação varia em torno de 300 casos/ano. Destes, mais ou menos, 10% são crianças na faixa de 1 a 5 anos de idade. Ou seja, crianças que estão começando o seu processo de deambulação, que não têm noção do perigo.

A maioria desses casos acontece durante o preparo de alimentos em ambiente doméstico, em cozinhas. Há sempre acidente com café, leite aquecido. A nossa população, infelizmente, tem uma cultura de que se tem de ferver o leite até a ebulição, sendo que o nosso leite, hoje, é pasteurizado, e não há necessidade disso. Tentamos trabalhar com isso.

Tentamos fazer esse trabalho de prevenção junto à imprensa. Semana passada mesmo, estávamos gravando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Num linguajar popular, aí, muita gente ficou perplexa, porque tudo mundo entende que temos de ferver o leite. Quer dizer, não há necessidade de tanto?

O SR. GILBERTO DE AGUIAR – Não há necessidade de tanto. Realmente, a criança não tem noção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Orientação que sempre recebi era a de que tinha de se ferver o leite.

A SRª CRISTINA LOPES AFONSO – Mas era o leite da fazenda, não o pasteurizado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas reforço isso, porque tenho certeza de que muita gente que nos está assistindo pega o leite que está na caixinha, bota lá; enquanto não ferver, não tira de lá. Acho que em 90% dos casos. Eu fazia assim. Por isso, quis dar esse destaque. Parece bobagem, mas é importante. Assumo a minha responsabilidade. Como fico aqui em Brasília, ferveo leite, para, depois, tomá-lo, e não há necessidade.

O SR. GILBERTO DE AGUIAR – Não há necessidade, uma vez que ele é pasteurizado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É apenas um detalhe, mas importante.

O SR. GILBERTO DE AGUIAR – Tentamos trabalhar esses mínimos detalhes que observamos hoje, quando fazemos a história pregressa do levou ao trauma da queimadura. Baseado nisso, tentamos fazer esse trabalho de prevenção, quando vamos à imprensa, igual ao que o Capitão Nathan comentou do trabalho que eles fazem para evitar determinados tipos de tratamento pré-hospitalar, no atendimento pré-hospitalar. Clara de ovo, pasta dental, que geralmente o pessoal costuma passar, tentamos colocar que isso é uma coisa errada de se fazer.

Temos muita integração junto à mídia do Distrito Federal nesse sentido de prevenção, para evitar esse tipo de queimadura, principalmente em criança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não quero ser chato, mas sei que são perguntas básicas. Eu sei que está inclusive na cartilha. Claro, no linguajar popular, na prática popular, é isso mesmo, é clara de ovo, é pasta de dente. Mas, de uma forma bem educativa, qual o primeiro passo, só como exemplo? Estou em casa; a criança se queimou. Eu sei que o primeiro passo é procurar um médico, mas há alguma coisa a fazer? Água, sei lá o quê? Estou apenas aqui dizendo: Qual o primeiro passo?

O SR. GILBERTO DE AGUIAR – É a água.

A SRª CRISTINA LOPES AFONSO – Água. Água corrente até a dor passar. Se for pequena, na torneira; se for grande, no chuveiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apreendi como mais uma hoje. É água mesmo? Então, é água e procura um médico.

A SRª THEREZA PICCOLO – Acho importante dizer, porque a voz do povo é muito sábia. Com certeza, quando os mitos populares são colocados, se formos prestar a atenção, eles veem pelo seguinte fato: eles são úmidos; então, eles vão resfriar a região. Se o senhor pensar, a clara de ovo, a borra de café, a pasta de dente, todas elas são úmidas e frias, e eles fazem um isolamento da região com o meio ambiente, porque a clara de ovo coagula, porque é uma proteína que, em

presença de ar, coagula; pasta de dente seca; a borra de café faz uma barreira.

Então, se o senhor for ver o que a voz do povo diz, ela tem sentido. Ela é úmida, resfria a região e faz um isolamento. Mas a importância de não ser usada é porque elas estarão colocando diretamente no organismo alguma substância que poderá inocular um micro-organismo, ou mesmo comprometer, por uma reação de sensibilidade, ou de químico, que entre em contato direto, uma vez que a barreira da pele está destruída e já não protege mais o organismo.

Assim, é importante ressaltar que, apesar de funcionar – porque falar que não funciona seria uma falácia... Funciona, alivia a dor, mas o correto é colocar a água e isolar aquilo com um pano limpo, que seja. E não romper as bolhas nesse momento, porque é uma outra dúvida que sempre se coloca.

A SRª CRISTINA LOPES AFONSO – A complicação neste momento – aqui nós estamos numa discussão técnica – é você falar de outros agentes para socorro, o que acaba oportunizando que as pessoas gravem a coisa errada. Então, o passo é simples e básico: lave em água corrente até a dor passar, embrulhe com um pano limpo ou uma gaze estéril, não perfure as bolhas e vá para um serviço médico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. NELSON PICCOLO – E complementando, é fácil de compreender, principalmente para o público em casa, que qualquer temperatura menor que o agente vai diminuir também a nossa temperatura. E a gente vive pelas células, que estão vivas. Por isso a gente está vivo. Então, se a gente diminuir a temperatura, a gente baixa o metabolismo local e não se liberam algumas enzimas que chamam células inflamatórias, que vão causar mais dano ainda.

A coisa mais fácil é que, como a grande maioria das queimaduras ocorre no ambiente doméstico, na cozinha, há ali uma torneira. Ocasionalmente, a gente vê casos de pessoas em churrascos, que se queimam com álcool e pulam na piscina.

Então, imediatamente você baixa a temperatura local; diminui o metabolismo; essas substâncias chamadas calicreínas não são liberadas e não fazem com que células inflamatórias se apreendam e perpetuem o processo da queimadura. Inclusive, no exterior, eles falam: “Parar o processo da queimadura”. Na realidade, você para a lesão no nível em que ela foi causada, ela não é perpetuada. E existe uma zona periférica e inclusive pode regredir.

Então, eu acho que realmente tudo o que Thereza falou é correto, mas pode levar a um pouquinho de confusão. Cristina está mais realista em relação a isso.

Acho que a mensagem para a pessoa em casa e para nós todos é molhar até a dor passar,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ter certeza de que milhões de pessoas estão assistindo.

O SR. NELSON PICCOLO – Então, aos milhões de pessoas que estão assistindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Rádio Senado, TV Senado, Internet.

O SR. NELSON PICCOLO – Aos milhões de pessoas que estão assistindo a mensagem que nós – da Sociedade Internacional de Queimaduras, da Confederação Mundial da Sociedade de Cirurgia Plástica, da Sociedade Brasileira de Queimaduras e de todos nós médicos e profissionais das outras profissões que tratam de queimados na equipe multidisciplinar – passamos é: molhar até a dor passar, proteger com um pano limpo e procurar tratamento especializado.

Se na sua cidade não há um centro de queimados especializado, procure o pronto-socorro municipal, que lá, se não houver alguém que saiba tratar de queimados, ele agora vai saber. Então, ele vai lhe dar o tratamento inicial adequado e vai encaminhá-lo para um centro especializado.

Não passe nada em casa, a não ser água, proteja a área lesada com um pano limpo e procure um pronto-socorro público ou um serviço especializado.

Essa é a mensagem que deve ficar para o público em geral, na minha opinião.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Senador Paim, então, é importante e fundamental – e a gente tem a compreensão da abrangência que a gente está atingindo aqui – o seguinte slogan: “Onde há fogo e queimadura: água”. Não existe mais nada a se passar. E isso a gente tem que, cada vez mais, incentivar e é o mote da campanha de prevenção, para que a gente possa cada vez mais intensificar a informação simples e rápida para a população em geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Volta para o Dr. Gilberto.

O SR. GILBERTO DE AGUIAR – Bem, continuando, em relação a esse trabalho de prevenção que a Unidade de Queimados do DF tem feito também, fora essa parte com a mídia do DF, com a parte de TV, a gente tem procurado, junto ao Núcleo de Ensino de Urgência do Samu, fazer trabalhos de orientação no primeiro atendimento aos grandes queimados ou médios queimados, que chamam o atendimento domiciliar, que às vezes não necessitam ser levados para a rede hospitalar para tratamento.

A gente disponibiliza um ambulatório, que é de porta aberta. Não existe marcação de consulta. Para todo paciente que chega ao nosso serviço, no Hospital

Regional da Asa Norte (HRAN), das 7h às 19h, existe um ambulatório que funciona e recebe todos esses pacientes que já receberam o primeiro atendimento por algum profissional da área da saúde. Lá há sempre uma equipe de enfermeiros, técnicos e médicos para avaliar esses pacientes.

Esse ambulatório funciona de segunda a sexta. Ele não tem marcação, chega e é atendido. É uma facilidade que a gente dá hoje para todos os pacientes que receberam o primeiro atendimento para o tratamento de queimadura. Se não for nesse horário e não recebeu o primeiro atendimento, existe o serviço de urgência lá, 24 horas por dia, de segunda a segunda.

Dando continuidade, já falaram em relação ao tipo de tratamento, que é, realmente, a água, que a gente também orienta aqui, e a cobertura com um tecido, alguma coisa limpa, e procurar o atendimento mais próximo do seu domicílio, seja ele um pronto de saúde, um pronto-socorro ou mesmo a nossa referência aqui no HRAN.

Temos ainda algumas limitações aqui do nosso serviço. Ainda estamos aguardando junto ao Ministério da Saúde a preparação para a Copa, que vai acontecer daqui a 1 ano e meio ainda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aproveita que o representante do Ministério está aqui.

O SR. GILBERTO DE AGUIAR – Brasília é uma cidade-sede de jogos da Copa e tem de estar se preparando também. Ainda não iniciamos nenhum trabalho em relação ao tipo de atendimento e prestação de serviço que vamos oferecer durante a Copa do Mundo.

Além de tudo, já que o choro é livre, estamos há 7 anos aguardando a reforma do nosso serviço, aqui da unidade, que está necessitando. Realmente, agora que estamos tendo contato – o Dr. José Eduardo falou – com o tipo de matriz dérmica para o tratamento de cobertura de queimadura, no tratamento com enxertia logo após. Mas ainda temos grandes limitações com relação a curativos e mesmo a alguns medicamentos, mas a boa vontade lá é muito grande.

Também trabalhamos com equipe multidisciplinar. Eu não posso falar só para a parte médica porque o médico não trabalha sozinho. Há uma equipe de enfermeiros e de técnicos junto com a gente, fisioterapeutas que têm proporcionado uma grande melhora no tratamento desses pacientes, evitando a formação de sequelas. Hoje, eu posso dizer, de 7 anos que estou lá, que temos conseguido diminuir muito a formação de sequela nesses pacientes, principalmente com a atuação dos fisioterapeutas que temos lá.

Também contamos com equipe de nutricionista, que consegue dar um suporte muito bom para a área nutricional desses pacientes que têm um consumo

metabólico muito grande, além de uma psicóloga que dá também essa parte de suporte psicoemocional, e também com equipe de terapeuta ocupacional, porque muitos pacientes vão ficar conosco, às vezes, meses – não são dias, mas meses.

E, às vezes, crianças ficam lá 2, 3, 4 meses. Também temos um trabalho da Secretaria de Educação, que disponibiliza para nós uma professora, caso essa criança esteja lá, para dar o suporte ali, para ele não perder totalmente a parte do ensino dele durante o tempo em que está internado.

Bem, em relação à parte de prevenção e tratamento, também temos essa parte de complicações – como o Dr. Nelson também falou, e a Drª Virgínia falou – e, para quem tiver interesse, estamos de portas abertas para quem quiser conhecer o serviço e o trabalho que realizamos. Trabalhamos no Hospital Regional da Asa Norte. Agradeço pela oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Gilberto de Aguiar, Chefe da Coordenação de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte – HRAN.

Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Deixe-me complementar o que o Dr. Gilberto falou. O Dr. Gilberto tocou num tema fundamental: nós estamos num momento de diversos eventos de massa no País. Temos, agora, em 2013, o encontro junto ao Papa – diversos jovens que estão em cúrias em diversos países vêm para o Brasil. Temos a Copa das Confederações no ano que vem, Copa do Mundo em 2014, Olimpíadas em 2016, e é importante deixarmos destacado, como foi mencionado pelo Dr. Gilberto que o Ministério da Saúde tem uma câmara temática que vem discutindo, desde o início de 2011, as ações referentes à Copa do Mundo, as ações de eventos de massa.

É importante deixar destacado que, referente à Copa especificamente, todas as cidades-sedes e Estados fazem reuniões frequentes com o Ministério da Saúde. Existe um grupo técnico em cada uma dessas cidades-sede, que vem discutindo plano de contingência, plano emergencial e plano de ação. E um dos principais legados que temos de deixar desse contexto é justamente a melhoria do nosso sistema de saúde.

Um ponto fundamental que vem nessa discussão é justamente a orientação, a distribuição de cada esfera de gestão, e o Ministério da Saúde está participando. Já foram mais de cinco encontros com cada região, com cada cidade-sede, para discutir o cuidado, os planos de contingência, os planos de ação.

Então, dentro do GDF, já está sendo discutida essa ação. Isso é muito importante. A gente vem nessa discussão desde 2011. Iniciei a participação dentro do

Ministério da Saúde. E a gente vem acompanhando isso. Isso vai trazer para nós uma grande transformação.

Por outro lado, temos também de destacar que, no Ministério da Saúde, vem sendo desenvolvido um trabalho, com o esforço do Ministro Alexandre Padilha, pela implantação da Força Nacional do Sistema Único de Saúde, que já teve diversas atuações em enchentes no País. Há um trabalho muito profícuo em relação ao cuidado de atendimento de massa.

Essas ações já estão desenvolvidas e estão sendo discutidas nos grupos condutores em cada cidade-sede da Copa. Também há uma orientação geral nesse sentido, porque isso perpassa não apenas as cidades-sede. No Rio Grande do Sul, haverá um fluxo proveniente de diversas regiões, como Uruguai e Argentina.

Essas ações estão sendo discutidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é feito em Porto Alegre, mas acaba se estendendo por toda a região.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – E, por outro lado, em relação ao componente estrutural do serviço, há diversas vias de convênios, reformas, ampliações e equipamentos. Neste período do ano, há bastantes ações em cima de avaliação dos convênios e das solicitações. Acho que isso é importante. A gente tem de evoluir na questão da qualidade estrutural, e existem essas vias. Dessa forma, estamos abertos para a discussão na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Valeu o choro.

A SRª CRISTINA LOPES AFONSO – Sr. Presidente, só lembro que a queimadura é catástrofe. Em situações de aglomeração, as pessoas têm de estar preparadas para o atendimento de primeiros socorros.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Sem sombra de dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Agora, passamos a palavra à Srª Drª Vereadora, recentemente eleita, recentemente diplomada...

A SRª CRISTINA LOPES AFONSO – Ontem diplomada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ontem, foi diplomada.

Concedo a palavra à Drª Cristina Lopes Afonso, vítima de queimaduras e também estudiosa do assunto. (Palmas.)

A SRª CRISTINA LOPES AFONSO – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar todos os membros da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, na pessoa do Exmo Senador Dr. Paulo Paim, que nos recebeu aqui e que fecha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O título de doutor eu não o tenho.

A SRª CRISTINA LOPES AFONSO – O termo “doutor” foi por minha conta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É por sua conta.

A SRª CRISTINA LOPES AFONSO – Eu estava falando de queimaduras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu gostei do termo “doutor”. Não há o menor problema.

A SRª CRISTINA LOPES AFONSO – Gostou? Ficou bom o termo “Senador doutor”?

O Senador está fechando o ano, na Comissão, de maneira brilhante, discutindo um tema que, para mim, é muito importante e que faz parte da minha história pessoal.

Eu gostaria de cumprimentar a plateia, em nome da Drª Emília, que é minha chefe e que é pioneira no serviço de atendimento ao paciente queimado. (Palmas.)

Ela é advogada. O nome de toda a sua família, o dela e o do marido estão associados à queimadura. A família Piccolo é sinônimo de tratamento de queimadura no nosso País.

Eu gostaria de expor minha história pessoal. Venho aqui falar como vítima. Tive uma queimadura depois de formada. Sou nascida no Paraná. Em minha família, somos 14 irmãos. Meu pai sempre priorizou o estudo, a universidade. Então, eu já estava formada em Educação Física. Vários irmãos também já estavam formados. Tenho uma irmã médica, outro engenheiro, outro professor de educação física, outro advogado. Nós não tínhamos a menor noção do que eram queimaduras.

O meu incidente foi uma tentativa de homicídio. Aliás, foi o primeiro caso de vítima viva de crime contra a mulher no nosso País em que o réu foi condenado em júri popular, com uma condenação exemplar. Essa foi uma luta muito grande. Houve o envolvimento do Movimento de Mulheres, do Conselho Federal da Mulher, que era presidido pela Jacqueline Pitanguy, o que foi muito importante na nossa ação e na condenação do réu.

Depois, eu me tratei. Fiquei, por quatro dias, em Curitiba e fui transferida para Goiânia, por indicação de um médico amigo da família. O senhor imagina o que foi isto em 1986: eu estava em Curitiba, e uma pessoa falou que eu deveria ser levada para Goiânia. Pense no susto das pessoas! Houve gente que nem sabia direito onde era Goiânia. Como assim Goiânia? Dizer para levar a pessoa para São Paulo ou para tirá-la do País para salvar a sua vida era algo natural. Mas

essa foi uma surpresa muito agradável, uma surpresa positiva. Fui transferida, na época, em avião de carreira. Não existiam UTIs aéreas no nosso País. E, de Brasília para Goiânia, fui de táxi-aéreo.

Em Goiânia, então, começamos uma saga. Minha família ficou inteiramente envolvida na recuperação da minha vida. Meus irmãos me doaram pele. Outros dois se revezavam nos cuidados. Passamos, então, a fazer parte dessa realidade através da família Piccolo, no Município de Goiânia; o Dr. Nelson Piccolo ainda era vivo, eu tive oportunidade de conhecê-lo, e foi ele, então, e a Dr^a Emilia que sugeriram que eu entrasse para a área da queimadura.

Na época, o curso de Fisioterapia era um curso muito recente, existiam muito poucos fisioterapeutas no nosso País, e eu voltei para Curitiba, então, fiz vestibular, me formei em Fisioterapia e vim para Goiânia, então, em 1991, para fundar o Serviço de Reabilitação dentro do Pronto-Socorro para Queimaduras, no qual estou até hoje.

A partir do nosso envolvimento profissional com a área, eu consegui também interferir, na fundação do curso de Fisioterapia no Estado de Goiás, foi o primeiro curso, dentro da Eseffego, hoje é uma unidade da UEG, da Universidade Estadual de Goiás, e, então, consegui implementar, dentro da grade curricular, as disciplinas de queimaduras.

No curso da Eseffego, da UEG, nós temos Queimaduras I, no 6º período, Queimaduras II, no 7º período, e o atendimento à vítima com sequelas na Clínica Escola, o qual eu sempre trabalhei dentro de sala de aula; é o papel de todo estudante que estuda numa universidade pública: ele tem que devolver à população aquilo que lhe foi dado (Palmas.). Obrigada. Porque esse acadêmico é formado com o dinheiro público. Então, ele tem que fazer essa ponte, essa volta para a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – A partir do nosso envolvimento na universidade, eu tive oportunidade de fundar a Liga Acadêmica de Queimaduras. Eu fui do movimento estudantil, tive a oportunidade de fazer parte da primeira Diretoria da UNE na reestruturação da UNE no nosso País e, na minha opinião, hoje, as Ligas Acadêmicas vêm ocupando o espaço do que foi, na minha época, o Centro Acadêmico. Hoje, a Liga Acadêmica faz esse trabalho social, aprofunda o trabalho científico dentro da universidade e desempenha um papel muito importante junto às comunidades.

Então, nós fundamos essa Liga e tive oportunidade, também, junto com o Dr. Nelson Piccolo, de fazer parte... Ele foi o primeiro Presidente da Sociedade Bra-

sileira de Queimaduras, em 1994, e eu fui, na época, a primeira Tesoureira. Eu sou a primeira fisioterapeuta a integrar a Sociedade Brasileira de Queimaduras, que hoje tem a honra de ser presidida pela primeira mulher no nosso País, minha xará, Maria Cristina Serra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Maria Cristina, palmas. (Palmas.)

Só para descontrair, porque o depoimento dela até emociona a gente também, as mulheres aqui e ali estão assumindo tudo! Presidente da República...

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – Aqui e ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é muito bom ouvir isso, eu fiquei feliz de ouvir isso, muito feliz.

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – Pois é, a Cristina tem um trabalho brilhante, e também é uma sócia fundadora e hoje é a nossa Presidente.

Bom, a partir da fundação da nossa ONG, o Núcleo de Proteção aos Queimados, que a Dr^a Thereza apresentou aí de maneira brilhante, nós tivemos muita dificuldade em organizar, nós tínhamos um trabalho não formal e formalizou-se através do Núcleo de Proteção aos Queimados, que originalmente era uma ONG, depois nós nos tornamos uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e voltamos a ser uma ONG por uma série de dificuldades aí que a própria legislação nos impõe.

A partir disso, do meu trabalho junto à sociedade, eu fui compreendendo que a legislação, muitas vezes, se distancia da população, e isso que me motivou, então, a ser candidata a Vereadora. Fui candidata em 2008, tive quase 3 mil votos, não fui eleita por legenda. Esse ano eu tive a felicidade de conquistar 6.080 votos, fui eleita a primeira mulher, a mulher mais bem votada de uma Câmara que é composta por 35 vereadores. Ontem, fui diplomada, e no dia 1º a gente assume aí o primeiro mandato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quantas mulheres, por curiosidade?

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – Somos em quatro mulheres. É uma representação ainda pequena, mas uma representação que contagia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Achei bonito, porque lá na minha cidade, em Canoas, não há uma mulher vereadora. Achamos que esse ano nós íamos eleger uma mulher, nós torcíamos, não temos uma mulher vereadora na minha cidade, o que é lamentável, não?

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – É lamentável, e é fundamental, o papel da mulher é importantíssimo.

Bom, eu gostaria de objetivar a minha fala. A minha experiência pessoal ela é marcada pelo desco-

nhecimento do que é queimar. Como a Thereza bem colocou, nós podemos trabalhar na ação primária, na ação secundária, que são os primeiros socorros propriamente ditos, e os profissionais na ação terciária, garantindo a qualidade de vida dessa vítima.

Hoje, como o Dr. José Eduardo colocou, nós temos uma sobrevivência, graças a Deus, muito elevada. O óbito caiu nos serviços de queimaduras, e isso gera um sequelado maior, porque esses pacientes, um tempo atrás, iam a óbito, mas hoje sobrevivem. Então, isso é um grande desafio para os fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos. E os nutricionistas, na sequela, são importantíssimos.

Então, o que eu gostaria de ver nascer aqui, dessa nossa audiência pública? Primeiro – muita gente me chama de sonhadora, e o Dr. José Eduardo colocou na frase dele, do grande Francisco de Assis, a gente se descobre fazendo coisas impossíveis: eu trabalho e ainda insisto que a queimadura seja reconhecida como autônoma dentro do sistema de saúde, que ela seja uma especialidade da área de saúde, assim como é a pediatria, a pneumologia, a cardiologia, a neurologia. E isso nos obriga a incluir essas disciplinas dentro do currículo de formação, porque, talvez o senhor desconheça, mas a queimadura não é ensinada na formação acadêmica, o médico não é treinado para atender o paciente queimado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não sabia mesmo.

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – ... o enfermeiro não é treinado para atender o paciente queimado. O que nós somos treinados, nos bancos universitários, é a prestar os primeiros socorros, ou a prestar o primeiro atendimento. Ninguém sabe dar sequência no atendimento do paciente queimado. E isso eu vivenciei na pele, em 1986.

É claro que o serviço de onde eu venho melhorou muito, mas ainda existe uma dificuldade muito grande. Essa cartilha auxilia, mas não treina, ela dá informações. Então, é importante o treinamento no banco da universidade. Então, isso seria um projeto associado ao Ministério da Educação, mas passa pela conquista de autonomia dentro da área de saúde. Então, é uma luta que eu venho desempenhando desde 1991, como profissional, que a queimadura seja reconhecida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nesse momento, pelo menos, eu acho que, a partir da sua fala, da sua experiência de vida, eu tinha também o entendimento... Tenho filhos, todos formados em Direito, não sei por quê, deve ser porque eu falo muito, e eles vão todos na mesma linha. Mas tenho um irmão que é médico, é psiquiatra – que bom, pelo menos trata da cabeça da gente um pouco –, mas,

quanto a sua sugestão, eu acho que, neste momento, também, talvez o Dr. Fogolin possa responder a esse sonho dela, que faça também uma parceria, naturalmente, com o Ministério da Saúde.

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – Com certeza, com o Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não sei se quer responder agora ou depois.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Quer concluir, e aí eu falo?

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – Bom, eu comecei pelo maior.

O controle da venda do álcool, como o Dr. Nelson Piccolo colocou. Na verdade, eu acredito que a proibição é uma conquista mais complexa, mas o controle, que sua venda seja controlada, a venda em vidro, em recipiente de vidro, porque muitos acidentes acontecem porque a pessoa aperta o recipiente de plástico, e o trajeto da chama volta no trajeto do líquido que a pessoa espremeu. Então, em recipiente de vidro, e pequeno, do tamanho de uma acetona, que fosse controlada a venda, em farmácias, ou que não fosse disponibilizada para a população de uma maneira geral.

Uma outra reivindicação é o termoisolamento da porta do forno, que é onde muitos bebês se queimam. O bebê usa a tampa do forno para se apoiar, como ele usa a minha perna, a cadeira, a mesa, a criança se apoia. E muitas mães chegam ao serviço dizendo: “Ah, meu neném ficou grudado na tampa do forno.” Ele não ficou grudado, ele ficou apoiado, porque se ele tirar a mão, ele cai. Então, a queimadura é mais profunda, gera uma sequela maior, gera uma consequência para o resto da vida dessa criança e da família. Então, com uma atitude da indústria, em isolar essa temperatura, tanto para o forno quanto para o escapamento da moto...

No Brasil, não é obrigatório o isolamento do cano de escape, do cano de descarga. Isso é uma realidade em muitos países no mundo. Então, deveria ser obrigatório. Hoje nós temos a obrigatoriedade do cinto de segurança, do air bag, que já vem aí no próximo ano, e por que não isso? Para quem lida com a realidade da queimadura, sabe quão grande é o número de vítimas, porque a moto cai em cima da pessoa, porque a pessoa vai passar e encosta, porque o bebezinho pega para subir, e a criança de 4, 5 anos pisa para fazer escada para subir na moto. Toda criança é fascinada com moto, não é? E os acidentes, aí com o Denatran, talvez uma parceria aí, ou uma sugestão da Comissão de Direitos Humanos de ampliar os programas de controle dos acidentes de trânsito.

As motos são veículos para duas pessoas e com obrigatoriedade do uso de capacete, jaqueta e botas.

Isso não é uma realidade. As pessoas andam em quatro ou cinco em uma moto, de shorts, camiseta e chinelo, e sem capacete. Às vezes, o capacete no braço.

Então, essa seria uma sugestão minha também, e o PSF, doutor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu só vou pedir para que as sugestões, se puder, depois, me encaminhar por escrito...

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – Faço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Porque eu estou achando tão interessante... Estou ouvindo, pegando tudo, mas também não posso dizer: “Olha, encaminhe e faça uma lei.”

Eu vou primeiro ouvir a nossa parceria com o Ministério, para, depois, se chegar como sugestão, se puder...

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – Vou deixar escrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – A outra sugestão, talvez uma discussão com o senhor, Dr. José Eduardo, através do Ministério da Saúde.

Uma das minhas proposições, para a legislatura no Município de Goiânia, é construir, dentro do Município, um programa nos moldes do PSF, o Programa da Saúde da Família, que é um programa com que sou encantada. Eu acho que é um programa que poderia resolver, de maneira primária, não só a queimadura, mas muitas outras, inclusive diabetes, males de postura, doenças infectocontagiosas. Você poderia resolver lá na base.

Eu tenho reivindicado, em Goiânia, a inclusão permanente do fisioterapeuta na equipe, e de uma equipe multidisciplinar, porque, hoje, a maioria é composta só por médicos e enfermeiros. Então, ampliar esse grupo.

Eu pensei em construir, uma das minhas propostas é construir uma comissão, um programa de prevenção no Município, porque a dificuldade dentro da escola, Senador Paulo Paim, o programa dentro da escola... Você institui a disciplina e como essa disciplina vai ser ministrada? Teria uma diversidade muito grande de professor para professor, de escola para escola.

Então, talvez a viabilização de uma equipe, para que a equipe, então, desenvolvesse o trabalho nas escolas, fosse mais fácil para o Município viabilizar, ao invés da obrigatoriedade curricular, como acontece em Belo Horizonte.

Então, é uma sugestão, ou, talvez, incluir junto ao PSF que esse profissional trabalhasse com o aspecto preventivo, com palestras não só de queimaduras, mas afogamento, acidentes de trânsito, para que

ampliasse o leque para os acidentes que envolvem principalmente a criança.

Por fim, uma ação conjunta do Samu, Corpo de Bombeiros e ONGs.

Muitas vezes, Capitão, a gente trabalha de maneira isolada.

Tive oportunidade de lançar a nossa campanha em 1997, que foi o 1º Congresso da Sociedade Brasileira de Queimaduras em Goiânia. A nossa campanha foi composta por mídia no rádio, na TV e mídia no jornal.

Nós temos essa campanha estruturada e está à disposição para a gente discutir e viabilizar.

A primeira cartilha, também, do Estado de Goiás, foi lançada nessa época. A capa é até um desenho do Siron Franco, que é um artista plástico, com uma pessoa em chamas.

Quando você fala em queimaduras, a maioria das pessoas lembra de fogo, mas o fogo não é a nossa principal causa de acidentes por queimadura. A principal causa de óbito são álcool e fogo.

Eu gostaria, por fim, de cumprimentar a Dr^a Lídia, que é enfermeira e dirige a pós-graduação. (Palmas.)

Numa iniciativa brilhante, no nosso País, ela dirige a pós-graduação da Unifesp, que traz uma formação sistematizada para os profissionais formados, para se especializarem, então, na área de queimaduras. Isso, para nós, é motivo de destaque.

Por fim, eu gostaria de agradecer a oportunidade e me coloco à disposição para discussão.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Cristina Lopes Afonso, vítima de queimadura, e uma estudiosa, com profundidade, do tema, deixando uma série de contribuições.

Parabéns pela contribuição à nossa audiência pública, e fica o compromisso de me encaminhar por escrito.

Dr. José Eduardo Fogolin.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS –

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muito a fala da Dr^a Cristina, nossa colega, agora parlamentar.

Foi muito importante a sua história de vida, e é uma história que reflete a vida de muitos brasileiros que tiveram, também, esse incidente.

Em relação à questão da grade curricular, eu acho que a gente precisa avançar um pouco mais nas discussões. Não dá para a gente, aqui, na discussão da nossa plenária, fazer a discussão, pois, principalmente, tem de se encaminhar, envolve o MEC, envolve não somente a formação da área médica, a formação de outras áreas de saúde também, no cuidado complementar.

Na caracterização de área básica, isso tem de ser um pouco mais discutido junto ao MEC, então, a gente orienta que se encaminhem, formalmente, essas solicitações. Dentro do Ministério da Saúde existe uma secretaria especial, que é a SGTES, que é uma secretaria que tem a sua vinculação direta com a questão da formação de profissionais da área da saúde e tem uma relação próxima com o Ministério da Educação. Aí, internamente, a gente consegue dar um direcionamento a essa questão.

Com relação à estratégia de saúde da família, o PSF, é importante também, porque tem, também, dentro do Ministério as suas áreas, os seus locus de discussão, até porque a gente tem de compactuar com gestores, aumento de equipes tem de ser levado em discussão tripartite, a questão da orientação. Os cadernos de atenção básica têm uma capilarização muito importante. A gente tem, continuamente, a revisão desses cadernos. Inclusive, agora saiu o de doenças respiratórias. A gente está numa proposta de discutir a atenção neurológica, então, várias ações que devem ser capilarizadas e matriciadas da atenção básica são importantes como tópicos.

A questão de profissionais da atenção básica e o escopo de atuação, a área de atuação, devem, também, ser encaminhados para que a gente possa ter uma discussão mais ampla do efetivo, a integração desses profissionais, até porque a gente faz uma discussão com o Nasf, está tendo uma revisão, o programa de melhoria do acesso à qualidade na atenção básica, e, internamente, a gente pede para que seja formalizado, para que a gente faça essa discussão dentro do território, dentro da área, do locus pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. José Eduardo Fogolin Passos. (Palmas.)

Pode usar a palavra, Cristina.

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – Só para completar: a fisioterapia, que é a minha classe profissional, reconheceu a queimadura como especialidade dentro da dermato funcional, que é a especialidade que trata quatro subespecialidades: a estética, a hanseníase, psoríase e a queimadura.

Então, hoje, na formação do profissional fisioterapeuta, é obrigatória a abordagem em sala de aula. É claro que isso vai variar de região para região, mas, de qualquer forma, nós já demos um primeiro passo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cristina, quer dizer que a sua queimadura foi um ato de violência contra a mulher?

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – Foi um ato de violência por parte do meu ex-namorado, que era um médico, uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um médico?

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – Um médico, com uma condição socioeconômica muito privilegiada, que acabou chegando a essa tentativa e foi condenado em júri popular na época.

O crime por álcool e fogo é insidioso e cruel, então, a pena pode ir de 12 a 30 anos.

Ele teve uma apenação de 21 anos e, por ser réu primário com bons antecedentes, o cumprimento foi de 14 anos e 8 meses, em presídio comum, porque, aí, o réu perde, então, todos os direitos perante a lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma salva de palmas para a sua história. (Palmas.)

Nós vamos para a segunda Mesa. Eu vou pedir aos meus convidados que voltem ao plenário, mas vou pedir para o representante do Ministro que fique.

Se vocês concordarem, pela simbologia, eu vou pedir que a Cristina fique um pouquinho mais aqui.

Os nossos convidados voltam ao plenário. (Pausa.)

Agora, eu estou ficando famoso. Até um produtor... Com muito orgulho. (Pausa.) Vou ler com muito carinho.

Vocês voltem ao plenário, porque nós vamos continuar com o debate.

Eu chamo para a segunda Mesa... São só mais duas pessoas na segunda Mesa.

O representante do Ministro fica e a Cristina fica, vítima de queimadura e especialista no tema, com certeza, por tudo que ela falou aqui.

Então, eu chamo, agora, a Dr^a Cristina Serra, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras, e também a Dr^a Lídia Aparecida Rossi, Professora Titular da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

Depois da fala dessas duas nossas últimas convidadas, nós teremos, ainda, as considerações finais de todos os painelistas.

Então, de imediato, eu passo a palavra à Dr^a Cristina Serra, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras.

Dr^a Cristina, com a palavra. É um prazer ter a senhora aqui. (Palmas.)

A SR^a MARIA CRISTINA SERRA – Bom dia a todos! É um prazer estar aqui hoje, com vocês, para falar de um tema de que gosto, que é queimadura, que é a minha vida; trabalhamos nisso há muito tempo. É uma família, estou vendo aqui a minha família, queimadura, muito feliz de estar... E parabéns, Senador Paulo, por essa iniciativa, que é tão importante.

Então, vou apresentar, como sou médica, professora, só sei apresentar. Vou, praticamente, mostrar

o que todo mundo já falou, com imagem. Pode ser? (Pausa.)

Então, estamos aqui, para debater a questão de prevenção de queimadura.

No Brasil, sabemos que ocorrem 1 milhão de casos de queimaduras por ano, sendo que 100 mil pacientes procuram atendimento hospitalar e dois terços são crianças e adolescentes, quer dizer, são vítimas inocentes. E sabemos também que 90% vão acontecer dentro de casa, no lar. Isso aqui foi a primeira cartilha de prevenção feita por uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem, lá do hospital, e ela retratou bem: você vê que a mãe aqui está, assim, distraída, com aquela carinha, e o acidente já acontecendo; se estivesse na rua, estaria atenta, segurando a mão da criança.

E esse é o mais comum de todos, 90% se queima por líquido superaquecido dentro de casa, na cozinha, e são todos de fácil prevenção, muito fácil prevenção. E esses acidentes vão levar a um impacto psicológico, sempre a uma sequela muito importante, que vão ficar para a vida toda – e é tão fácil de prevenir. Isso acontece no mundo inteiro e é tão importante que a sociedade americana, na cartilha deles, põe assim: na cozinha, eles põem uma zona livre de criança, criança não pode chegar ali, até porque foi aquilo que a Cristina colocou muito bem, no forno, aqui não há forno, mas nós temos, a mãozinha fica presa, é um acidente importante, e não pode haver toalha, porque é 1 segundo, em 1 segundo, tudo pode mudar na sua vida, ele puxa e pode cair sobre ele.

E, se você gosta de beber muito café, chimarrão ou o que for, procure beber o líquido em um copo tampado, porque, em 1 minuto também, pode bater e levar a essa queimadura. Conforme a criança vai crescendo, o tipo de acidente já muda. Então, temos aqui as crianças maiores que vão se queimar por álcool, como o Dr. Nelson falou muito bem – o álcool é cultural, todo mundo usa álcool, para tudo. Se formos imaginar: quem não tem 1 litro de álcool, para limpar? Para tudo se usa o álcool e leva a queimaduras importantes, graves.

Isso aqui é a cartilha de prevenção da sociedade, umas das primeiras cartilhas, e esse é o acidente. Às vezes, na minha unidade de queimado, chego e é queimadura, por causa do churrasco, churrasco, churrasco – eles usam o álcool, para aumentar a chama e aquela chama aumenta e, às vezes, queima também a criança que está ali perto, se não for a pessoa mesmo. E leva a queimaduras muito graves, queimaduras por chama. Pega o fogo, que também vão deixar sequelas importantes, tendo que usar malha – quer dizer, queimou, vai ficar com um problema pela vida toda quase.

Outro acidente importante, também de fácil prevenção, são as tomadas. Agora, todo mundo tem tudo elétrico, vai colocando tudo na tomada e, em um instantinho... Também você tem que proteger as tomadas, porque a criança, nessa idade, em torno de 1 ano, é muito curiosa, não tem noção do perigo e aí é que acontecem os acidentes.

Outro acidente importante seria soltando a pipa, esse acidente de alta voltagem, que chega a ser mutilante – temos perda de braço, perna –, e é um acidente que tem que ser prevenido. Muito acidente de trabalho em homem, muito acidente que vai deixar ele mutilado e um problema sério social. Então, também temos, na cartilha, que tem que ter cuidado na hora de prevenir esse acidente, é um acidente muito comum.

Outro problema é o gás. Às vezes, está vazando, uma luzinha que você acenda e aquilo explode, isso é comum, e está a família inteira ali perto. Então, tem que ter cuidado, não acender o forno, para depois acender o fósforo. Se está vazando tem que chamar o técnico e não colocar – existe gente que põe o fósforo, para ver se aumenta a chama, para ver se há vazamento, e aquilo explode.

Outro acidente importante também é o carro, o radiador. A pessoa muito curiosa e leva a uma queimadura não tão, vamos dizer, extensa, mas importante, porque pega uma área nobre que é a face, também muito dolorosa.

Da mesma forma, como aqui a Cristina colocou, a moto. Parece que é uma queimadura pequena, mas é importante. É uma área onde, às vezes, temos que enxertar, e é na perna.

E outro problema que a gente tem no Rio de Janeiro, bem como em algumas outras regiões do Brasil, que é muito grande – daí a importância dessa cartilha, porque a gente tem que ver o que há em cada região –, é a folha de figo. Adolescentes, meninas jovens, fazem um chá, misturam com óleo, passam no corpo e ficam assim, maravilhoso... Uma pessoa muito branca que passa essa mistura fica bem queimada. Vocês veem que até escorreu. É muito doloroso e não aparece imediatamente como a queimadura química; ela vai aparecer 48 horas depois. E é uma queimadura importante, porque é extensa. Você coloca aquele biquíni, fica exposta ao sol e, dependendo da pele, terá essa queimadura grave, em decorrência do que já houve casos de morte. Então, não pode ser minimizado esse tipo de acidente.

Quanto à queimadura química, a gente tem que lembrar que existem mais de 11 milhões de substâncias químicas no mundo, 65 mil das quais são de uso comum. Então, é um acidente que pode acontecer,

principalmente queimaduras oculares, o que é sempre muito grave.

A gente também não pode se esquecer de falar da criança e do idoso. A população está envelhecendo mais; o idoso tem dificuldade de mobilidade, de visão, e há muitos idosos morando sozinhos. E este é um aspecto que temos visto muito comumente: queimaduras em idosos. Por exemplo: o idoso vai cozinhar, não tem aquela presteza, e, às vezes pega fogo na roupa. Como ele tem dificuldades em apagar, leva a queimaduras importantes.

Então, temos de lembrar que o queimado é um paciente grave; um paciente que precisa de uma equipe toda, porque não adianta você ser o melhor do mundo, o melhor cirurgião plástico, o melhor médico, que você, sozinho, não consegue salvar esse paciente. Há de haver essa equipe.

Por isso, estou de acordo com a Cristina; é uma especialidade; é um doente de alta complexidade, com vários momentos, desde a fase aguda até toda aquela reabilitação. A cada momento ele precisa de um profissional.

E a Sociedade Brasileira de Queimaduras, que eu vou representar, está unida, cada vez mais, com as regionais, porque é importante, todos juntos, nos fazermos sempre presentes para elaborar essa cartilha, de modo a contemplar todo o nosso País. E a Sociedade Brasileira está junto com as internacionais. A gente participa de congressos. E está aí o Dr. Nelson, nosso representante, que vai a todos esses lugares, recolhendo novas informações.

Nós estamos muito preocupados com a educação. E, por isso, existe um curso da Sociedade, o Curso Nacional de Normatização de Atendimento a Queimados, que pega exatamente essa cartilha e a distribui para pessoas em regiões onde não existem unidades de queimados, até porque a gente sabe que o primeiro atendimento está diretamente relacionado com o prognóstico. Então, esse curso é para bombeiros, para todos os que podem atender um paciente queimado. A gente tem ainda o curso avançado. E agora já tem o curso de pós-graduação, tem o de São Paulo.

Estamos também investindo em pesquisa. Na educação, nós temos o Dia Nacional do Queimado, que é o dia 16 de junho. Nós fizemos um trabalho. Isso aqui para Florianópolis, mas a Cristina fez em Goiânia, com os estudantes, mostrando a importância desses estudantes juntos. Esses estudantes, com a formação de ligas, fizeram um trabalho lindo. Essa menina, bonita desse jeito, fez uma cicatriz como se tivesse sido queimada e entrou num ônibus, o que chamou a atenção de todo mundo. Então, foi um trabalho muito interessante. E, dali, eles vão sair... Eram alunos de

química, da escola secundária, que vão repassar essa informação, e isso vai formando uma cadeia para a prevenção.

E a gente, quando estuda uma doença, nunca pensa no medicamento, e, sim, em como prevenir. E a queimadura é muito fácil de prevenir! A gente que convive com isso ouve histórias que nos deixam a todos chocados. E é tão fácil de prevenir!

Então, acho que é um problema de saúde pública que merece investimentos por parte do Governo, porque é quase uma morte social – não é, Cristina? É uma morte social quando o paciente sobrevive.

A SRª CRISTINA LOPES AFONSO – Senão morte, um aprisionamento social.

A SRª MARIA CRISTINA SERRA – Então, vamos prevenir a queimadura!

A gente tem o Congresso Latino-Americano, que vai ser lá no Rio.

Obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Cristina Serra, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras.

Está aqui conosco a Denize. A Denize trabalha em meu gabinete. E deixem-me dizer para vocês como surgiu a ideia desta audiência, para verem como não temos informações. Há casos em que dizem: “Mas é Senador da República e não sabia isso.” Mas é fato, é real.

O esposo da Denize sofreu uma queimadura grave, não é, Denize? E a Denize me relatou como foi o sufoco, a correria e tal. Eu disse: “Denize, caberia uma discussão.”

Então, queria cumprimentá-la, com uma salva de palmas, pela iniciativa, que foi sua. (Palmas.)

Ela conversou com os especialistas, com quem estava tratando do esposo. Como está o seu esposo? Está bem?

A SRª DENIZE CAMPELLO – Obrigada, Senador.

Primeiro, quero agradecer à Drª Thereza a atenção, o carinho, a competência com que está cuidando do Alberto. É uma profissional realmente do mais alto nível. Graças à Drª Thereza, ele está indo bem, não é, Doutora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só fale como foi o acidente dele. Acho que ilustra para nós, aqui. Temos mais uma painelistas.

A SRª DENIZE CAMPELLO – Às vezes a gente não tem noção da dificuldade e também do perigo, como as doutoras falaram.

Ele foi queimar um lixo na chácara, com gasolina. Havia uma garrafa de gasolina, que estava próxima. Ela caiu, pegou fogo na garrafa também. Ele a deixou queimando. Com aquele medo todo, deixou queiman-

do. Quando havia uma chama bem pequenininha, ele foi colocar o pé e levantar a garrafa. Só que, quando ele levantou a garrafa, ela saiu como um foguete para cima das pernas. Aí queimaram as pernas, a calça jeans, da qual ficou só o cóis na frente. Foi aquela dor horrível! Ele estava em Goiás ainda, em Valparaíso, e, até chegar ao Plano... Foi socorrido primeiro no HRAN, foi um dos primeiros atendimentos. Depois soubemos do Hospital Nelson Piccolo, que é referência. Falaram-nos da referência do Hospital. Aí o levamos para lá, para tratamento.

Ele está fazendo tratamento lá e, graças a Deus, está melhor. Mas as dores são horroscas no início do tratamento. A dor da queimadura é muito ruim, mas, graças a Deus, há essas referências no País, um trabalho muito bom, de excelente qualidade. Graças a Deus é assim. E o tratamento é um dia após o outro.

Então, agradeço ao Senador e à Dr^a Thereza. E os parabens, também, pelo trabalho lá no Hospital, que é maravilhoso.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Denize.

Passamos a palavra agora...

A SR^a MARIA THEREZA SARTO PICCOLO – Só para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode falar.

A SR^a MARIA THEREZA SARTO PICCOLO – Eu costumo dizer para os meus pacientes, até pela minha experiência pessoal, que, quanto mais distante você estiver do dia em que queimou, melhor será a sua vida. E gostei muito de saber que, a partir dessa experiência dramática, trágica, você conseguiu construir essa história, que, tenho certeza, vai frutificar muito.

Parabéns! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra agora à Dr^a Lídia Aparecida Rossi, Professora Titular da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

E me dizia aqui o Dr. José Eduardo que a sua história começou lá também.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Sim, minha história começou pela Engenharia, depois foi para a área médica. Eu me formei em Ribeirão Preto, tenho muita saudade lá do interior. E, na sequência – fiz uma especialidade, traumatologia –, fui para a gestão de saúde, para a gestão pública. Sinto muita saudade de Ribeirão Preto, e é uma satisfação tê-la aqui, pessoalmente.

A SR^a LÍDIA APARECIDA ROSSI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a Lídia, com a palavra.

A SR^a LÍDIA APARECIDA ROSSI – Inicialmente, queria agradecer à Comissão esta oportunidade de estar aqui falando sobre esse tema. Sou também uma apaixonada pelo tema queimaduras. Como enfermeira, minha preocupação principal é proteger essas pessoas.

Gostaria também de agradecer à Dr^a Thereza Piccolo, que me fez um convite mais direto, e ao Senador Paulo Paim o convite.

É a primeira vez em que me sento do lado de pessoas tão importantes, de forma tão próxima.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a LÍDIA APARECIDA ROSSI – É, também.

Queria dizer para vocês que vejo a queimadura como uma condição negligenciada. Ah, antes disso, acho que é importante fazer um esclarecimento, Cristina, sou Coordenadora, sim, de um programa de pós-graduação, mas é o programa de pós-graduação interunidades de Ribeirão Preto, que é conjunto com a escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; e a Professora Lydia Masako Ferreira, uma médica pela qual tenho grande admiração, é coordenadora do Programa de Pós-Graduação da Unifesp. Só para esclarecermos. Acho que são as duas únicas Lídias que trabalham com queimadura. São poucas as Lídias.

A queimadura, então, é uma condição negligenciada ainda em nosso País, tanto no que se refere à prevenção como o tratamento e a promoção da saúde, no que se refere, também, à reabilitação. A queimadura custa caro para tratar, os hospitais públicos nem sempre dispõem dos recursos que seriam os ideais para esse tratamento. Infelizmente, isso ainda ocorre no nosso País.

E a prevenção, como já foi comentado aqui, seria o mais importante – porque é possível prevenir –, ainda tem sido muito negligenciada. Temos trabalhado na prevenção; vimos, aqui, que todas as pessoas que atuam com queimaduras têm tentado fazer algum tipo de prevenção ou campanhas pontuais, mas vemos que essas campanhas nem sempre atingem a população. Como disse o Dr. Nelson Piccolo, são pessoas pobres, com baixo nível de instrução e as campanhas, as cartilhas, às vezes não chegam para essas pessoas. Acredito que a escola, como sugeriu a Cristina e outras pessoas – o Capitão Nathan também falou –, através do ensino das crianças, seria de fundamental importância para a prevenção de queimaduras.

Vejo as crianças, os meus netos, chegando em casa e pedindo para economizar água, porque a água do Planeta vai acabar; reciclar material para não sujar o Planeta. Gostaria também de vê-los falando: “Vó, tira a panela da beirada do fogão, porque é perigoso para mim.” (Palmas.). Isso é muito importante!

A queimadura é uma condição crônica no final. Após a queimadura, o paciente fica numa condição em que ele vai precisar de tratamento por um longo período. Temos pacientes na Unidade de Queimados, de Ribeirão Preto, que fazem cirurgias reparadoras há 32 anos, são nossos pacientes. Quando você vê esse período, o tamanho do prontuário, se assusta, mas é a realidade. Queimadura é para sempre e se encaixa como uma deficiência física e também, muitas vezes, esses pacientes passam a ter transtornos mentais em função do grave acidente que sofreram e das sequelas aparentes.

Vou passar mais rapidamente, procurando dar um enfoque na questão da prevenção.

O grande papel do enfermeiro é o cuidado, tanto na prevenção como no tratamento, como na reabilitação. E, como foi falado aqui – também vou vender meu peixe –, acho que, como em outras áreas, como ocorre com a nefrologia, é necessário especialização para atender queimaduras.

Em unidade especializada em hemodiálise, só trabalham profissionais com especialização na área da enfermagem. Os enfermeiros são especialistas. É necessário que, no queimado, busquemos também alcançar esse patamar.

Nosso problema na reabilitação é, ainda, falta de especialistas. O queimado acaba retornando para a unidade especializada, porque as pessoas não sabem como lidar com ele. Acho que temos que falar bem e ficar muito feliz com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, porque ele é, de fato, emocionante, não foi à toa que a Presidente Dilma se emocionou ao lançar esse Plano. Mas é preciso, também, tentar olhar para ele, enxergando o paciente queimado, e, aí, ele requer um especialista.

Como uma condição crônica, a queimadura vai trazer um impacto socioeconômico e também no indivíduo, na família, na sociedade.

Os pacientes adultos, muitas vezes, deixam de trabalhar ou são colocados em subempregos; têm aposentadoria precoce, e isso traz um problema sério para a família e também, no fim, para o nosso País. Muitas vezes são pessoas jovens, na faixa etária de 30 a 40 anos.

Como eu disse, a queimadura é comparável a outra condição crônica, como, por exemplo, à doença coronariana. Os desafios são comuns. Nós enfrentamos desafios diários para a adesão ao tratamento, para o cuidado com as sequelas, assim como nós temos com relação ao paciente cardíaco, que precisa fazer uma dieta alimentar, como nós temos com o diabético. Atinge todas as faixas etárias, e, como eu disse,

classes populares, e o paciente acaba com sequelas importantes.

Mas, além das sequelas, há o medo, a ansiedade, a insatisfação com a imagem corporal; medo de encontrar pessoas estranhas e da reação das pessoas. O brasileiro reage muito mal na rua, quando vê uma pessoa diferente. Às vezes, infelizmente, age até com certa agressividade. Isso faz parte da nossa cultura. Nós temos todo um culto ao belo, e isso, às vezes, é visto como agressão, alguma coisa que nos torna também vulneráveis. E, muitas vezes, essas pessoas passam a sofrer de depressão e de estresse pós-traumático.

Além disso, ainda há os aspectos físicos: fragilidade, ressecamento da pele, contraturas, limitação de movimentos, dor, prurido, desfiguramento, cicatrizes hipertróficas, queloides, e isso leva o paciente a ter todas essas manifestações, que já foram colocadas.

Só mais recentemente a Organização Mundial da Saúde, inclusive, tem se preocupado com a questão da prevenção de queimaduras. Mas é triste também quando olhamos no site da Organização Mundial da Saúde e não encontramos dados suficientes sobre o nosso País. Infelizmente, no Brasil, a queimadura é levantada como uma causa externa. Isso dificulta, inclusive, o conhecimento sobre os tipos de acidente e sobre prevenção.

Nós temos, então, dados de centros específicos, dados regionais. E não temos dados globais. Só recentemente um trabalho daqui de Brasília. Se não me engano, o Cadernos de Saúde Pública, de 2012, traz uma pesquisa mais ampla de dados epidemiológicos, mas nós temos uma falha grande nesse sentido. E, para prevenir, é preciso conhecer.

Como foi colocado aqui, essa figura representa bem o que acontece com o queimado. O queimado é uma pessoa que se esconde atrás da pele queimada, atrás da máscara, que se isola em casa. Isso acontece com muita frequência. Nem todos conseguem superar como a Cristina, que é aqui o nosso grande exemplo. Mas, provavelmente, isso também teve um custo emocional muito grande, que é difícil de descrever.

Então, a queimadura é uma condição crônica. Após o trauma, assim como qualquer condição crônica que se instala bruscamente, ela traz um impacto físico, psicológico, econômico, social; provoca uma ruptura na vida da pessoa. O indivíduo passa a ter uma sensação de impotência, porque ele se sente numa condição de anormalidade não só pela aparência, mas também o adulto pela perda do trabalho, o que ocorre com muita frequência, porque são trabalhadores manuais, e a queimadura atinge as mãos. E perde ainda fontes de prazer. E aí, dependendo de vários fatores, ele vai passar por movimentos cíclicos ao longo da vida. Às

vezes, ele se sente feliz, porque ele vê que vai fazer uma cirurgia reparadora e tem esperança de sair melhor. Depois ele vê que o resultado, claro, nunca vai ser... não vai devolver para ele a imagem que tinha antes, o rosto que ele tinha antes, os movimentos que ele tinha antes. Então, ele volta a se sentir depressivo. É isso. Imagine uma pessoa com segmento há mais de 30 anos.

Para atender o queimado, é preciso olhar para a experiência que essa pessoa vai vivenciar, para a resposta que a família e a pessoa dão, muito mais do que olhar para a questão da recuperação física.

Infelizmente, ainda, nós profissionais da saúde temos um enfoque muito forte na recuperação da função e, muitas vezes, esquecemos daquele ser humano que está ali. Olhamos a questão da doença, olhamos o problema físico e esquecemos que essas pessoas têm toda uma experiência de enfrentamento. Elas elegem tratamentos específicos, como exemplificou muito bem a Thereza, e isso tem uma explicação. Elas cuidam da doença do seu jeito, mas elas precisam também do nosso apoio para tentar conseguir uma qualidade de vida melhor, na fase de reabilitação.

Como eu disse, os centros de reabilitação neste País, que são poucos, não estão preparados muitas vezes para atender o paciente queimado.

Reabilitar e qualidade de vida implicam compreender as pessoas no ambiente onde elas vivem e como elas vivem, dar oportunidade. Ter saúde, na verdade, é um recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, uma dimensão importante da qualidade de vida. Mas, sem oportunidade, sem capacitação e consciência política, as pessoas não vão conseguir ter saúde. É uma questão de cidadania. Nesse sentido, eu espero muito desta Comissão de Direitos Humanos e também do representante aqui do nosso Ministério da Saúde.

É preciso fortalecer as redes e o envolvimento da comunidade, os vínculos e parcerias. Hoje o nosso paciente não tem vínculo no atendimento do Sistema Único de Saúde. A cada atendimento é uma pessoa. Ele volta para o nosso centro de queimados. É preciso fortalecer os princípios do SUS, fazer de fato eles acontecerem na nossa prática diária: acessibilidade, continuidade, integralidade, coordenação da atenção, focalização na família e orientação comunitária. Sem isso, não conseguimos prevenir.

Nós temos programas de prevenção de diabetes. Hoje as crianças já falam em comida saudável na escola. Elas sabem separar o que é saudável do que não é, mas não sabem prevenir queimaduras.

A condição crônica é um fenômeno ao qual se atribui significados diversos e a queimadura tem o

seu significado, muitas vezes, de punição e de castigo. Então, à assistência à saúde é preciso incorporar uma visão mais abrangente que inclui a perspectiva dessas pessoas, para que a gente possa prevenir a queimadura, promover a saúde e fazer uma reabilitação que não seja física só, mas que seja também efetiva, que seja psicológica, que olhe para a pessoa, para a experiência dela.

Muito obrigada. (Palmas.)

Parabéns a todos que estão aqui, hoje, debatendo este tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Dr^a Lúdia Aparecida Rossi, Professora Titular da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Agora nós vamos para as considerações finais dos nossos convidados. Eu vou deixar o representante do Ministro, o Dr. José Eduardo Fogolin Passos, para fechar. Eu sei que o senhor tinha um outro compromisso e está fazendo um esforço para ficar aqui conosco.

Agora, cada um terá 3 minutos e aí o senhor encerra.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – A importância deste tema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fez que o senhor ficasse.

Agradeço muito.

Então, nós vamos começar pela Dr^a Thereza Piccolo, representante do Núcleo de Proteção aos Queimados.

Agora são 3 minutos para cada um fechar, e encerramos com o Ministério falando, com o Dr. Fogolin.

A SR^a MARIA THEREZA SARTO PICCOLO – Senador e demais autoridades aqui presentes, realmente, é com grande satisfação que a gente teve essa oportunidade, favorecida pela sua assessora e por essas coincidências da vida, que são as que nos levam a grandes feitos, sem dúvida. É de fundamental importância que todos esses temas tenham sido trazidos à baila.

Como todos puderam ver, o problema, a problemática, o enfoque de todos nós que lidamos com queimaduras é o mesmo. Nós temos as mesmas carências, sugerimos e gostaríamos de ver acontecerem as mesmas coisas. Cada um tem toda a sua dedicação dentro da sua região e encontra as mesmas dificuldades.

Então, fica mais uma vez o apelo ao Ministério da Saúde para que, como uma unidade da Federação, possa trazer esse tema nacionalmente, para conseguirmos padronizar o atendimento inicial, padronizar o atendimento durante o acontecimento, evitar maiores consequências, contar com a parte de reconstrução. E não adianta reconstruir sem bloquear o acontecido lá

no início, porque vai ser um problema sem fim. E precisamos capacitar cada vez mais pessoas para lidar com isso e dar suporte socialmente falando. As ONGs entram aí como uma necessidade fundamental ainda para reinserir esse indivíduo, dar o suporte psicológico.

A nossa sociedade é constrangedora quando se defronta com a diferença. E isso, para o paciente queimado ou para qualquer pessoa que tenha uma marca visível na pele, é sempre muito constrangedor e cobra demais dessa pessoa.

Então, muito obrigada por essa iniciativa. Espero que a gente consiga de fato ver isso em breve tempo e que haja mais mudanças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Teresa Piccolo, representante do Núcleo de Proteção aos Queimados. Bela contribuição.

Dr. Nelson Piccolo, Secretário-Geral da Confederação Internacional de Cirurgia Plástica.

O SR. NELSON PICCOLO – Senador, mais uma vez, muito obrigado por nos receber aqui.

Vou me permitir divagar um pouco dentro do tema e relatar um acontecimento que tive oportunidade de testemunhar recentemente, do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, no qual participei da reunião como ouvinte, sem direito a voz e sem voto. Houve, então, a discussão sobre a possível ligação das Ligas de Cirurgia Plástica à Sociedade e como a Sociedade veria essa liga.

Talvez o senhor não tenha conhecimento, mas é muito comum hoje, nas várias faculdades, na área de graduação, que se criem ligas. E os jovens interessados em determinados aspectos da Enfermagem, da Fisioterapia, da Medicina se juntam e coordenam semanas de estudos, de interesse e tudo mais.

O meu principal objetivo como futuro presidente dessa Confederação que hoje abrange 103 países e 37 mil cirurgiões será estabelecer os padrões mínimos de treinamento em cirurgia plástica. Isso, obviamente, se traduz em educação. E a educação do médico formado vem da educação que ele recebe como estudante.

Eu gostaria de sugerir a esta Comissão, na sua pessoa, Senador, que fosse avaliado qual é realmente o papel e a estrutura das ligas no nosso País.

Talvez o senhor também não saiba disso, as ligas são entidades muito particulares do Brasil. Os outros países não têm ligas nas faculdades. Isso veio da iniciativa de alguém – eu não sei quem –, surgiu há muitos anos, e esses jovens, então, se dedicam com interesse maior em todas as áreas, obviamente, puxando a sardinha para o nosso lado, na área da cirurgia plástica e eventualmente, nas outras profissões, na área de queimadura.

Uma sugestão que eu gostaria de adicionar afinal é de que talvez esta Comissão pudesse ver como essas ligas são representadas, para que, numa eventual futura discussão, como ocorreu recentemente em Porto Alegre, as sociedades de especialidade possam reconhecer os alunos como representantes desses grupos, que poderão ter o benefício de uma participação e de uma educação mais aprimorada.

Não sei como isso seria feito, mas tenho certeza de que o seu gabinete tem alguém que possa questionar e, quem sabe, no futuro viremos a uma reunião também sobre educação desses jovens ainda na graduação, para poderem se dedicar, na pós-graduação, a entidades específicas; e o meu desejo é que muitos se dediquem à queimadura.

Mais uma vez eu agradeço. Considero esta última reunião, sem sombra de dúvida nenhuma, sem querer ofender as outras, como a principal do seu ano, porque o paciente queimado merece toda a atenção que o nosso País possa dar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Nelson Piccolo, Secretário-Geral da Confederação Internacional de Cirurgia Plástica, que deixa mais uma sugestão, que a assessoria anotou, para vermos como podemos ajudar.

Passamos agora ao Capitão Nathan Milward, representante do Corpo de Bombeiros do DF.

O SR. NATHAN ALMEIDA MILWARD DE AZEVEDO – Aproveito a oportunidade, então, de fazer uso da palavra mais uma vez. Eu me sinto muito honrado de fazer parte desta audiência pública, de representar o meu comandante, de representar a minha corporação, que tem mais de 150 anos de história.

Vou falar um pouco sobre o trabalho do Corpo de Bombeiros, e reforçar, até aproveitando, inclusive, a fala da Dr^a Cristina Lopes, e dizer que as ações de prevenção são ações simples; do ponto de vista prático são ações simples; e vale a pena investir realmente em campanhas de prevenção. Como a Dr^a Thereza falou, não foi instituído no Brasil; então, vale a pena realmente esforços nesse sentido de instituir uma campanha de prevenção.

Obrigado pela oportunidade (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem, Capitão Nathan, representante do Corpo de Bombeiros do DF, falando da importância da prevenção.

Passamos a palavra ao Dr. Gilberto de Aguiar, Chefe da Coordenação de Queimados, do Hospital da Asa Norte (HRAN).

O SR. GILBERTO DE AGUIAR – Gostaria novamente de agradecer ao senhor, Senador, pela parti-

cipação aqui, hoje, nesta audiência pública, principalmente por esse tema polêmico e importante. Como o Dr. Nelson Piccolo falou, também acompanho a TV Senado e acho que realmente foi uma das reuniões mais importantes que tivemos este ano aqui.

Gostaria de deixar aqui, nesta oportunidade, mais uma vez... Eu sei da importância da gestão e da descentralização da saúde. Gostaria de verificar, junto ao Ministério da Saúde, se há uma visita esporádica às unidades de queimados credenciadas pelo Ministério da Saúde; se ocorre uma visita periódica em relação a isso para ver as dificuldades, as limitações que essas unidades possam estar passando nesse momento; e o que se pode programar; o que se pode melhorar até em termos de prevenção e dos cuidados do tratamento desses queimados.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Dr. Gilberto de Aguiar falou pelo HRAN.

Agora, eu passo a palavra, então, à Dr^a Cristina Serra, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Queimados, para as suas considerações finais.

A SR^a MARIA CRISTINA SERRA – Mais uma vez queria agradecer a oportunidade. É tão importante falar de queimadura, a gente que trabalha lembrar desses pacientes. As pessoas realmente não têm ideia, porque, quando acontece um acidente é que a gente vê a problemática, como mobiliza não só o paciente, como também toda a família.

Então, como a futura Presidente da sociedade e nós estamos programando um estudo, como foi falado, epidemiológico, para saber exatamente como é que nós estamos, porque isso entra no bolo dos acidentes, e você não sabe a realidade do Brasil. E para a gente ter essa cartilha, é importante ter a certeza... Então, a gente já está com uma programação de entrar em contato com todas as unidades de queimados e saber o que acontece, como é que está essa estatística epidemiológica.

Então, eu queria agradecer mais uma vez. Vocês notaram que todo o mundo fala mais ou menos a mesma coisa: prevenção, cuidados, que é um doente crítico, um doente muito grave, muito complexo, e que você tem que ter uma equipe. E mais uma vez eu acho que a especialização do grupo, como foi falado, é importante. A gente sabe que o mais importante numa unidade de queimados é a equipe. Uma equipe que trabalha há muito tempo... Quanto mais tempo ela trabalha, às vezes só pelo olhar você já sabe o que um quer, que o doente precisa disso, daquilo. Então, é importante essa equipe trabalhando junto para esse paciente. E a prevenção é tudo de bom. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Cristina Serra, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras, fortalecendo a prevenção.

Agora, passamos a palavra à Dr^a Lúcia Aparecida Rossi, Professora Titular da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade São Paulo.

A SR^a LÚCIA APARECIDA ROSSI – Muito obrigada mais uma vez pela oportunidade.

Queria reforçar a importância da educação das nossas crianças, tanto no sentido de prevenção de queimaduras, como também no sentido de respeitar as diferenças. Essa criança é o adulto de amanhã, e ele também contribui em casa mostrando para os pais como deve ser esse comportamento. Então, precisamos olhar para a educação básica. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Lúcia Aparecida Lopes, Professora Titular da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Por fim, para encerrar, passamos a palavra à Dr^a Cristina Lopes Afonso, vítima de queimadura. E, aí sim, fechando, fala o representante do Ministro Alexandre Padilha.

A SR^a CRISTINA LOPES AFONSO – Gostaria de, mais uma vez, parabenizar o Senador Paulo Paim por esta brilhante iniciativa. Fecha com chave de ouro este ano de 2012. E parabenizo a Denize por esta jornada de uma experiência pessoal chegar a este momento. Isso para mim, como na minha vida também, é um motivo de honra e de orgulho, conseguir transformar a vida de outras pessoas a partir da nossa experiência.

Escuto muito, nas minhas palestras, que, “a partir de um limão, ela conseguiu fazer uma limonada, por que mais pessoas não poderão fazer isso?”. Ou até o que estamos tentando fazer que é evitar que o limão chegue à mão dessas pessoas. Esse é o meu objetivo principal. Ninguém merece, ninguém precisa vivenciar esse trauma em seu próprio corpo.

Vou deixar por escrito todas as minhas propostas. E como a professora Lúcia coloca, a Thereza, eu reforço também a questão da prevenção. A prevenção é fundamental. E a prevenção no nosso País faz parte de um processo educacional e da atenção básica à saúde, que, infelizmente, não vem sendo cumprida com o rigor que merece. E, ao longo desses com a experiência da prática da prevenção, a gente compreende que as pessoas só aprendem através de constrangimento ou por imposição de multas, como foi o cinto de segurança e tantas outras práticas em nosso País.

Então, é importante as cabeças pensantes do nosso País se reunirem para que a gente realmente

desenvolva uma campanha direcionada para todo o nosso extenso País e com suas diferenças regionais.

Então, eu proponho uma força tarefa no sentido de atuar na prevenção junto ao Corpo de Bombeiros, ao Samu, às organizações sociais, às organizações acadêmicas e profissionais.

Gostaria muito de agradecer, foi importantíssima essa participação, e parabeno-os mais uma vez.

Muito obrigada a todos nossos telespectadores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Muito bem, Dr^a Cristina Lopes Afonso, Vereadora eleita recentemente em Goiânia, vítima de queimadura, que fala de sua história de vida. Principalmente, o que acho que chocou a todos que assistiram é que ela foi vítima da violência contra a mulher, e por isso a queimadura. Deu a volta por cima e hoje é representante da Câmara de Vereadores de Goiânia e tem contribuído muito também para apontar caminhos de prevenção contra a queimadura.

Encerramos agora, passando a palavra ao Dr. José Eduardo Fogolin Passos, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, representante do Ministro Alexandre Padilha, do Ministério da Saúde.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Bom, primeiramente, além de agradecer a oportunidade de estar aqui discutindo com todos, Senador Paim, eu gostaria de deixar plasmado que tive a oportunidade de estar nesta Casa em outras circunstâncias, em outras audiências relacionadas à área da saúde, cada uma com a sua importância, mas realmente desta reunião eu acho que a gente conseguiu, além de agregar profissionais, além de agregar experiências e informações, também sair daqui com alguns encaminhamentos, até porque eu deixei anotado. Eu estou com o Dr. Paulo, que é o meu consultor, que é da área de queimados, e o Paulo sabe dos olhares que estou fazendo para ele, dos encaminhamentos que objetivamente a gente já vai traçar.

Em primeiro lugar, eu gostaria de deixar anunciado que a Rede de Urgência e Emergência... O SUS tem uma lógica, e, dentro desta lógica do Sistema Único de Saúde, o que em 2011 já foi financiado aos gestores, discutido com os gestores, hoje o Ministério da Saúde está deixando de ter um papel de espectador de um processo, e a gente está em cada Estado. E isso eu falo porque os planos de ação regionais que estão sendo implementados têm a participação do Ministério da Saúde. Hoje, além de publicizar atos normativos, o Ministério tenha equipes hoje em cada Estado para implementação dessa Rede. E o importante dessa

Rede é que tem uma linha de cuidado, como eu disse anteriormente, que é a Linha de Cuidado ao Trauma. E essa Linha de Cuidado ao Trauma tem uma atenção especial ao cuidado das vítimas de queimaduras. E existem algumas ações que são transversais, que foram colocadas aqui.

Em primeiro lugar, é ponto estruturante dessa Linha de Cuidado a prevenção. Então houve uma ação, que foi uma ação específica já no primeiro momento desse ano da cartilha, que é a divulgação do cuidado, que foi uma ação específica. Na prevenção, eu quero deixar muito salientado aqui que desse grupo, assim que terminar essa reunião a gente vai pegar o contato de todos você agendar uma reunião para a segunda quinzena de janeiro ou primeira de fevereiro (Palmas.), para que a gente possa, de um grupo técnico, elencar quem a gente quer atingir nessa campanha de prevenção, e essa campanha de prevenção é um mote que nós fizemos em parceria durante o ano com diversas ações de saúde. Então, a gente já deixa aqui plasmado que a gente faz essa reunião, esse grupo técnico vinculado a essa Linha de Cuidado. E aí a gente divulga. Claro que dentro do Ministério da Saúde existem outras áreas que são fundamentais para que a gente tenha uma divulgação, atenção básica, que é fundamental, a participação, a SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde. Então, a prevenção, sem sombra de dúvida, a gente tem como estar encaminhando daqui dessa reunião, e a importância de estar presente no contexto da prevenção.

Em relação ao que foi mencionado dos dados epidemiológicos, realmente, hoje nós precisamos avançar na questão do registro. E o registro de trauma foi elencado nas discussões do grupo técnico, e a gente já tem um processo de discutir plataformas de registro de trauma. Porque a informação que a gente tem hoje, infelizmente, está baseada apenas em IH, baseada apenas na produção que foi realizada em relação ao cuidado. Agora informação epidemiológica, informação do que chegou na porta de urgência, do que não internou, do paciente que realmente voltou para casa, a informação que a gente precisa ter para que a gente possa programar ações de saúde, a gente precisa ter com o registro de trauma. E não é apenas da queimadura, eu tenho necessidades também de outras informações do trauma que, no contexto geral, hoje engloba como causas externas, e a gente precisa especificar. Então, já existe um grupo que já está finalizando uma ação do registro de trauma, e aí inclui a questão de queimaduras e a gente vai poder matriciar e poder ter essa informação um pouco mais específica.

A questão da humanização é um ponto fundamental e transversal em todos os pontos de atenção

e além do ponto de atenção para sociedade. Então, a humanização, o processo de, além de ofertar a assistência, o cuidado engloba a humanização. Portanto, existe uma necessidade, desde os bancos escolares de hoje em dia até na atuação dos profissionais, de que a gente possa ter um processo de humanização, e uma humanização efetiva dentro da Linha de Cuidado. Então, o cuidado tem isso, e essa transformação é uma necessidade em todos os pontos de atenção.

Além disso, há a questão da regulação. Aqui foi evidenciado que algumas regiões ainda tem carência de centros específicos para tratamentos de queimados, e a regulação desse Sistema Único de Saúde é quem faz esse processo. A gente tem que fazer um movimento, como a gente está fazendo agora, de customizar o cuidado. O ato normativo é um ato frio porque ele tem um ato único para todo o País, e a nossa característica agora é de customizar a regionalização do cuidado. Como eu vou cuidar do paciente vítima de queimadura na Região Norte muitas vezes é distinto da Região Sul e Sudeste, e a gente tem que ter essa integralidade. E essa visão que a gente traz na Linha de Cuidado, a gente participa dos grupos condutores regionais. De acordo com a necessidade gestora local e com a característica local, a gente está fazendo essa questão da Linha de Cuidado, porque nós temos carência de profissionais, e aí a gente tem que levar realmente uma discussão de quem são os profissionais que têm que ofertar o cuidado, porque a gente uma limitação, hoje, na formação. E de que forma, com essa formação, hoje – aqui os especialistas presentes – a gente pode otimizar a capacitação para o cuidado? E não é só o cuidado, como foi dito pela Professora, na questão da assistência, como que a gente pode transpor a questão para a questão da prevenção, e isso também é um trabalho que eu também devolvo aqui, como esse grupo vai se responsabilizar por esse processo, não são ações apenas do Ministério da Saúde, mas de toda uma sociedade, para que a gente possa mudar essa realidade do contexto de prevenção.

Então, concordo quando se diz que é uma doença crônica, e quando se diz doença crônica, não é apenas dentro do hospital que a gente faz o cuidado. E sobre isso a gente realmente vai ter que refletir. Dentro do Ministério da Saúde, sem sombra de dúvidas, a gente tem todos os mecanismos de levar essa discussão adiante.

No processo que foi referido, a questão da avaliação da qualidade assistencial dos serviços, o SUS tem a sua lógica, tem um gestor. Assim, cada serviço tem um gestor que realmente faz a avaliação e acompanha. Agora, sem sombra de dúvidas, a gente tem que começar a ver indicadores de qualidade, e não

apenas a quantidade de atendimentos que se faz, mas qual a qualidade do atendimento está sendo dado à população. E a gente tem que evoluir nesse processo.

Então, o que a gente vem fazendo agora em termos de avaliação de indicadores? O SOS Emergência, dentro do cuidado ao trauma, que foi um avanço fundamental para mudar o perfil da assistência nas portas de urgência do País. A rede de urgência também tem que, primeiro, ser implementada, e, então, vamos monitorar e vamos avaliar quais são os indicadores.

A gente tem que, realmente, ter uma visão e um processo de financiamento diferenciado para quem dá qualidade. Então, esse é o mote do Ministério da Saúde: acesso e qualidade. Então, é um processo de transformação.

Eu sempre digo que estamos em uma segunda onda da reforma sanitária. O Sistema Único de Saúde foi implementado e, agora, está numa fase de ofertar qualidade. E essa dualidade, essa grande questão, digamos, muito bonita do Sistema Único de Saúde é que, hoje, se a gente cobra qualidade, é porque hoje a gente está ofertando. E esse avanço, como nos primeiros slides que eu coloquei, é uma grande conquista do Sistema Único de Saúde.

Essa união democrática que a gente está fazendo aqui, isto é, de poder discutir – Ministério da Saúde, entidades, usuários e toda uma população que está nos assistindo –, é fundamental, e a gente quer deixar plasmado que esse nível hoje está no mesmo nível para discussão.

Então, que esse grupo técnico traga e a gente possa, durante o ano seguinte, Senador, avaliar os resultados do que foi feito, o que esse grupo elencou e fez em relação à prevenção. Nós evoluímos na questão assistencial; agora, o que vamos fazer na questão de prevenção? E a gente tem que ir gradativamente. Acho que é um processo que a gente tem que conquistar, e nós já temos, de maneira uníssona, a questão desse pensamento.

Esse grupo técnico vai elencar quais são as prioridades da prevenção, e que a gente possa publicizar e voltar aqui para esta Casa a fim de mostrar a essa população que está nos aguardando e que está esperando por essas respostas, que são de todo o interesse e de importância dentro do Ministério da Saúde.

Como foi dito inicialmente – e o senhor até mesmo mencionou –, eu tinha outro assunto, mas, de imediato, eu já respondi e pedi a um representante que se fizesse presente em meu nome, porque esta reunião realmente me comoveu pela presença de cada um, pelo interesse de cada um e com a sociedade aqui presente.

Então, eu acho que o Ministério da Saúde, em parceria com as Sociedades, em parceira com a sociedade em si, tem muito a avançar.

E parabeno o senhor, Senador, por esta audiência, com o que, de certa forma, a gente vai conseguir crescer dentro desse contexto da Rede de Atenção no Sistema Único. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. José Eduardo Fogolin Passos, que falou em nome do Ministro Alexandre Padilha, da Pasta da Saúde.

S. S^a já aqui resumiu, de forma muito tranquila, todo o encaminhamento para o desdobrar aqui da nossa audiência pública, marcando já uma reunião em fevereiro ou janeiro... Não é?

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Senador, eu gostaria, ao término desta audiência, que nós nos sentássemos e pegássemos os contatos de cada um. O Dr. Paulo, aqui presente, vai encaminhar os e-mails para que possamos marcar, aqui em Brasília, uma reunião para definir quais são as prioridades e para que a gente faça a campanha atrelada à Rede de Urgência, atrelada a uma lógica já existente e, assim, a gente possa fazer uma campanha nesse contexto e nesse perfil específico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Dr. Nelson Piccolo pediu a palavra.

O SR. NELSON PICCOLO – Só queria deixar registrado, Senador, que o Paulo César é um irmão nessa família há anos, há décadas. É uma pessoa que, graças a Deus, está no Ministério há muito tempo e ajuda o paciente queimado há muitos anos. E, como a Cristina disse, ele faz parte dessa família, razão por que faço questão de registrar a presença dela aqui, demonstrando justamente esse interesse e essa ajuda. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Permitam que, de forma bem protocolar, eu faça esse encaminhamento ainda.

Encerrada as exposições e considerações finais dos nossos convidados, aproveito para colocar em votação, de acordo com o art. 89, inciso VIII, combinado com o art. 201 do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da leitura e aprovação de todas as atas das reuniões anteriores da Subcomissão Permanente

da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

E por fim, por ser esta a última reunião da 54a Sessão Legislativa Ordinária, coloco em votação a dispensa da leitura da ata da presente reunião e a sua aprovação.

Aqueles que aprovam esse encaminhamento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Bem, meus amigos, só quero agradecer a todos. Claro que, em fevereiro, quando voltarmos, eu poderei fazer meu discurso de encerramento e passar então à Presidência àquela que vai ser eleita ou aquele que for eleito, seja homem ou mulher. Mas eu quero agradecer muito a vocês. Agradeço a sensibilidade da Denize, que, passando por um problema familiar, entendeu que isso devia ser socializado com milhões de brasileiros, que assistiram pelo nosso sistema de comunicação, TV e Rádio Senado, Internet, essa situação das pessoas que sofrem queimaduras no Brasil – não só os que sofrem, mas também tratando a prevenção, que foi o grande eixo de todo esse debate.

Só quero dizer que estou muito feliz por esse ter sido o tema da minha última reunião como Presidente, e que continuarei no plenário militando pela causa dos direitos humanos. Isso ninguém me tira. Não tem como, nem que quisessem. Eu cheguei a dizer outro dia que podiam me dar, se quisessem, a Presidência da Comissão de Economia, de Tributação, de Justiça, qualquer comissão. Eu digo: “Não dá para pegar a de Direitos Humanos?”, porque essa é que me move, essa é que está no meu sangue, está na minha vida.

É com muita alegria que eu, com um toque de emoção, que é natural em todos nós, encerro os trabalhos, dizendo: que bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês, que lutam por causas, e não por coisas. Que bom poder dizer para todos: bom Natal, e que o ano que vem seja melhor do que este para todos e todas!

Está encerrada a nossa reunião. (Palmas.)

Edição de hoje: 1.100 páginas
(OS: 16688/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

